25 de ABRIL

SESSÕES SOLENES 1977-2024

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

50 ANOS 25 ABRIL
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

25 de ABRIL

SESSÕES SOLENES 1977-2024

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

50 ANOS 25 ABRIL
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

FICHATÉCNICA

TÍTULO
25 de Abril | Sessões Solenes

Edições Assembleia da República

REVISÃO
Maria da Luz Dias e Susana Oliveira

DESIGN E PAGINAÇÃO
TVM Designers

ISBN 978-972-556-831-6

Lisboa, abril 2025
© Assembleia da República.
Direitos reservados
nos termos do artigo n.º 52
da Lei n.º 28/2003, de 30 de julho

ÍNDICE GERAL

Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 1977	7
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 1978	35
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 1979	71
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 1980	107
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 1981	153
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 1982	198
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 1984	252
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 1985	281
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 1986	314
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 1987	340
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 1988	362
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 1989	392
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 1990	404
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 1991	426
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 1994	446
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 1995	466
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 1996	488
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 1997	515
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 1998	544
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 1999	573
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 2000	605
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 2001	646
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 2002	681
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 2003	711
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 2004	764
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 2005	803
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 2006	833
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 2007	864
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 2008	890
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 2009	919

Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 2010 947
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 2012 976
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 2013 1004
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 2014 1034
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 2015 1065
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 2016 1094
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 2017 1126
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 2018 1152
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 2019 1179
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 2020 1207
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 2021 1236
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 2022 1267
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 2023 1295
Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril — 2024 1326
Índice de Oradores por Sessão 1362
Índice de *Diários da Assembleia da República* 1372

NOTA
1983 – O 9.º Aniversário do 25 de Abril ocorreu após a dissolução da Assembleia da República (Decreto do Presidente da República n.º 2/83, de 4 de fevereiro) não tendo havido Sessão Solene.
1992 e 1993 – Não houve comemoração dos 18.º e 19.º aniversários do 25 de Abril na Assembleia da República.
2011 – O 37.º Aniversário do 25 de Abril ocorreu após a dissolução da Assembleia da República (Decreto do Presidente da República n.º 44-A/2011 de 7 de Abril), não tendo havido Sessão Solene.

1977

O Sr. **Presidente da Assembleia da República Vasco da Gama Fernandes**: — Está aberta a sessão. (...)

Tem a palavra o representante da União Democrática Popular.

O Sr. **Acácio Barreiros** (UDP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Convidados, Srs. Deputados, Povo Trabalhador de Portugal: Aqui saudamos entusiasticamente o 25 de Abril! Há três anos atrás, debaixo da nobre iniciativa dos capitães de Abril e sob o gigantesco impulso dos trabalhadores portugueses, o fascismo caiu com todo o seu rol de misérias e sofrimentos para o Povo, com as suas torturas e os seus campos de concentração, a sua guerra criminosa e assassina. Nas lágrimas da sua alegria, no calor das suas esperanças mil vezes renovadas, no vigor da sua vontade temperada em longos anos de resistência e luta antifascista, o povo português levantou ainda mais alto as suas gloriosas bandeiras de liberdade. Aqui recordamos e saudamos os mártires e heróis da luta antifascista que foram semeando com o seu sangue generoso o próprio 25 de Abril e se tornaram os próprios símbolos da luta de um povo que jamais foi vergado pelos mais ferozes crimes da ditadura: Humberto Delgado, Bento Gonçalves, Catarina Eufémia, Alfredo Dinis, Militão Ribeiro, José Gregório e tantos outros são marcos bem sólidos da própria liberdade.

Aqui saudamos os generosos capitães de Abril cujo gesto merece a profunda gratidão do povo português e de todas as forças democráticas e progressistas. E, saudando os soldados e oficiais que saíram à rua nessa madrugada de há três anos, consideramos da mais elementar justiça destacar o cérebro militar desse golpe revolucionário, o major Otelo Saraiva de Carvalho. Mas saudar o 25 de Abril é sobretudo saber corresponder às amplas exigências democráticas e patrióticas do nosso povo. É saber estar à altura das transformações revolucionárias a que a queda da ditadura fascista abriu caminho. Nestes três anos, o povo português realizou algumas das suas aspirações vitais, conquistou direitos fundamentais. Contra todos os obstáculos, tem-nos defendido com todas as forças e mostra-se disposto a não abdicar do seu direito à liberdade e a uma vida melhor. Mas, também nestes três anos, viu ameaçadas as liberdades e compreendeu que não bastava cortar o fascismo pela rama. É preciso arrancá-lo até às raízes. Tentaram convencer o povo que os monopolistas e os latifundiários, o próprio imperialismo tinham um papel positivo a desempenhar no Portugal pós-25 de Abril. Tentaram prolongar a criminosa guerra colonial. Deixaram crescer livremente a imprensa fascista que diariamente calunia as liberdades. E quais foram as consequências de tudo isto? Por duas vezes os fascistas aproveitaram as facilidades que lhes deram para lançar golpes criminosos e sangrentos contra o povo. Todos os dias pela sabotagem económica, pelas bombas, pela calúnia, apoiados pelo imperialismo e pelo grande capital foram fazendo perigar as liberdades e ganhando terreno para os seus sinistros objetivos. No 28 de Setembro e sobretudo no 11 de Março, o povo compreendeu que eram a conciliação e a vacilação perante as ameaças reacionárias que fomentavam o perigo do fascismo e não a luta revolucionária das massas e a repressão sobre os inimigos da liberdade, como pretendiam os conciliadores e os vacilantes. Em grandiosas jornadas de luta o povo impôs o fim da guerra dando o braço à luta dos povos das ex-colónias, impôs a nacionalização de importantes setores da economia varrendo para fora da

nossa pátria os Champalimaud, os Melos e outros tubarões fascistas. No Alentejo, dezenas de milhares de trabalhadores lançavam-se nas ocupações de terras, terminando com a exploração dos latifundiários e resistindo, depois, à sabotagem, aos ataques organizados por bandos fascistas, aos incêndios das searas. É esta experiência que dá força ao proletariado alentejano para resistir ao cerco económico, às investidas armadas da GNR, ao isolamento político do capitalismo e do imperialismo lhe procuram impor. O proletariado alentejano não quer voltar e não voltará aos negros anos da exploração e da fome. Nas empresas, os trabalhadores lutaram contra os sabotadores fascistas e impuseram o seu saneamento. Quando hoje se fala em desagregação e indisciplina nas forças armadas, é preciso não esquecer que estas e o próprio MFA não podiam ficar indiferentes a tão profundas convulsões na sociedade portuguesa. Os oficiais fascistas, com Spínola à cabeça, procuravam virar as armas dos soldados contra o povo, no entanto, os oficiais progressistas, sobretudo a grande maioria dos soldados, recusavam-se a disparar sobre o povo e punham-se a seu lado para levar o 25 de Abril adiante. Nos CTT, na TAP, na Lisnave, os oficiais mandaram os soldados disparar sobre o povo, mas estes recusaram e o 25 de Abril saiu mais forte. Aqueles que hoje atacam as nacionalizações, o saneamento dos fascistas, as ocupações e a Reforma Agrária, e a luta dos moradores pobres, é o próprio 25 de Abril que estão a atacar. A própria experiência da vida mostrou que para o povo ser livre é preciso reprimir os fascistas e para que o fascismo não volte mais é preciso que se destruam os seus pilares fundamentais: o imperialismo, o grande capital e os latifundiários. Hoje, três anos após o 25 de Abril, é preciso que os trabalhadores e as forças democráticas não se iludam. A ditadura fascista foi derrubada, mas o fascismo não desistiu de recuperar as posições perdidas, de ameaçar as liberdades e as conquistas revolucionárias do 25 de Abril. A classe operária e, sobretudo, os operários das grandes fábricas têm a responsabilidade de encarar com firmeza a situação atual e no dia de hoje e no próximo 1.º de Maio levantar com firmeza as bandeiras de luta do povo e apontar uma direção de luta clara que permita unir os trabalhadores e as mais amplas forças democráticas em vez de as deixar perder na vacilação, no medo da luta e na divisão. O 25 de Novembro trouxe profundas alterações nas condições de luta e vida do povo. Contra todos os que pretendem fazer crer ao povo que o golpe de 25 de Novembro continuou de novo o 25 de Abril, as evidências vieram mostrar, conforme sempre afirmou a UDP, que o 25 de Novembro tornou-se a abertura para a recuperação capitalista. Foi, na prática, um golpe sobre o movimento popular, desde há muito tentado pelo grande capital e pelo imperialismo. Não será que os pides conseguiram a liberdade e hoje são ilibados e até elogiados em julgamentos que constituem um autêntico insulto à consciência democrática do nosso povo e aos próprios mártires da luta antifascista? Não será verdade que a política de hoje vai sendo feita cada vez mais sem o povo e cada vez mais contra o povo? Se, como alguns dizem, o 25 de Novembro retomou a verdade do 25 de Abril, como se explica que a política de hoje assenta cada vez mais na ação da GNR e da PSP, quando é certo que estas forças foram os últimos sustentáculos do regime fascista e tiveram participação ativa nos golpes fascistas do 28 Setembro e do 11 de Março? A UDP alerta seriamente todos os democratas para o perigo de se colocarem em movimento contra o povo as pesadas máquinas repressivas. A selvática repressão levada a cabo na Madeira pela PSP local a mando do Governo Regional não pode deixar de merecer o mais vivo repúdio e indignação por parte de todo o homem honesto e livre e mostra bem porque é que certas

forças ficam tão satisfeitas por verem grandes aparatos policiais a serem enviados contra os trabalhadores. O que elas querem não é uma ordem qualquer: querem a ordem do 24 de abril; querem o exemplo do Funchal. As condições de vida e de trabalho do nosso povo não têm deixado de piorar. O Governo pede mais e mais sacrifícios. Falsa e demagogicamente atiram-se as culpas para cima dos operários da cidade e do Alentejo, como se fossem as suas reivindicações que arruinassem a economia. Mas quem é que nós vemos engordar com esta situação? São os grandes capitalistas, os intermediários e os especuladores, para os quais, é preciso que se diga, não há crise nenhuma, e estão cada vez mais ricos, como toda a gente pode ver. São os grandes capitalistas sabotadores, que fugiram com milhares de contos, fizeram milhares de falcatruas, e hoje regressam, são indemnizados e ainda recebem uma medalha de heróis da chamada resistência antigonçalvista. São os imperialistas que recebem chorudas indemnizações, veem o seu dinheiro valorizado pela desvalorização do nosso escudo, impõem-nos empréstimos ruinosos, interferem a torto e a direito na nossa política interna, chegando o embaixador da Inglaterra ao cúmulo de aparecer a dizer publicamente que, ou se muda a lei dos despedimentos, ou então não há investimentos ingleses. Querem convencer o povo de que é sobretudo com o auxílio do imperialismo europeu e americano que vamos salvar a economia. Mas o povo sabe que esses senhores se fartavam de investir antes do 25 de Abril, mas, depois de conquistadas as liberdades e quando os trabalhadores exigiam justos aumentos de salários, eles trataram de fechar as fábricas e foram-se embora. E se hoje voltam a mostrar-se muito nossos amigos, é porque estarão a obter garantias de que voltarão a investir em condições semelhantes às do 24 de abril, podendo elevar os preços à vontade e fazer despedimentos quando quiserem, como exigiu o embaixador inglês. Mas não são só vantagens económicas que os imperialistas procuram. Eles querem continuar a usar o nosso povo como base militar para atacar outros povos e o nosso próprio país. A UDP aqui reafirma que é incompatível com a construção de uma pátria livre e socialista continuarmos a permitir que os exércitos imperialistas continuem na nossa terra e os Açores continuem a ser um porta-aviões americano.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O **Orador**: — A política, depois do 25 de Novembro, apresentou-se como indo favorecer os camponeses do Norte e do Centro. Mas o que vemos nós? Os caciques fascistas mantêm os seus privilégios, os intermediários continuam a praticar preços de miséria, os adubos e as rações sobem os seus preços e o crédito agrícola fica-se pelas promessas dos ministros. E o povo mais pobre dos campos, os camponeses, rendeiros, veem o Governo, sob pressão da CAP, preparar-se para rasgar o único bem que o 25 de Abril lhes trouxe: a lei do arrendamento rural. E os assalariados agrícolas do Norte e do Centro têm visto como os caciques fascistas, que se diziam os grandes defensores do campo, os atacam ferozmente procurando impedir que os sindicatos agrícolas se consolidem e se organizem os trabalhadores do campo. A UDP já desafiou várias vezes qualquer dirigente político a demonstrar em que é que os interesses dos grandes capitalistas e agrários, dos grandes intermediários e do imperialismo foram prejudicados ultimamente em favor dos trabalhadores, a não ser através das lutas conduzidas pelos próprios trabalhadores. Através da política atual, os ricos estão a ficar cada vez mais ricos e os pobres

cada vez mais pobres. Esta não é a política da UDP, esta não é a política do 25 de Abril. E em nome desta política veio falando-se ultimamente do pacto social. Que pacto é esse? Nestas condições e ao serviço da política atual, esse pacto surge como tentativa de abrandar, ou mesmo paralisar, as lutas dos trabalhadores. A UDP alerta todos os trabalhadores e todos os democratas deste país para o verdadeiro significado desta proposta. Aceitar o pacto social seria pedir aos operários da Guérin, da Mondorel, da Tomé Feteira, da Auto-Reconstrutora e de tantas outras que aceitassem docilmente o regresso dos patrões sabotadores que levaram a empresa à ruína, esquecendo os esforços e canseiras com que os operários as mantiveram de pé até agora. Aceitar o pacto social seria pedir aos proletários agrícolas do Alentejo que entregassem sem delongas terras ocupadas aos latifundiários fascistas. Aceitar o pacto social seria pedir ao povo português que aceitasse sem protesto a hipoteca do país ao imperialismo. Aceitar o pacto social seria, enfim, pedir aos trabalhadores, aos democratas e progressistas que assistissem de braços cruzados aos sistemáticos atropelos da Constituição, como recentemente aconteceu em relação aos trabalhadores da função pública. Mas não é esse o pacto que o povo quer! O povo português não quer a anarquia e o caos, pois o que pretende é ter a certeza de que o esforço do seu trabalho serve para edificar a pátria livre e socialista por que luta. Por isso nós dizemos, baseados na experiência destes três anos, que a única política capaz de galvanizar o povo de Norte a Sul, no continente e ilhas assenta em três pontos fundamentais:

Os ricos que paguem a crise; Para que o povo seja livre, há que reprimir os fascistas; Imperialistas fora de Portugal.

O que o povo quer é que os intermediários parasitas e especuladores sejam varridos, para que os preços não continuem a subir, esmagando os pobres. O que o povo quer é uma política contra os monopolistas e latifundiários, sem indemnizações e sem direitos de reserva. É preciso dizer aqui que, se este Governo tivesse a mínima intenção de não atirar a crise para cima dos pobres, mesmo estando de acordo como está com as indemnizações, teria toda a autoridade moral e política para se recusar a pagar as indemnizações, porque o povo está a viver com muitas dificuldades e estamos em crise. O que o povo quer é uma política que castigue os fascistas pelos seus crimes, castigue os pides, reprima severamente os bombistas e cale a imprensa fascista. Os fascistas não têm direito à palavra. Nós entendemos, apesar de todas as dificuldades, que é possível defender o 25 de Abril e levá-lo até à pátria socialista e livre a que todos os trabalhadores aspiram. É possível encontrar a convergência de forças e a unidade capaz de levar o povo ao Governo que o povo quer: ao Governo do 25 de Abril do Povo. Para isso é preciso que a classe operária, com o sentido da sua responsabilidade, se saiba unir em torno de objetivos de luta de todo o povo, defendendo a unidade e sabendo levar com firmeza a luta adiante. Nas fábricas tem de ser isolada implacavelmente a política cunhalista que semeia o medo de lutar, a vacilação e a divisão. Os contratos coletivos de trabalho têm de sair cá para fora! O 1.º de Maio tem de ser uma jornada de luta. As superiores aspirações da classe operária não podem ser vendidas por um qualquer pacto social, como os cunhalistas fizeram com a unicidade sindical. A política de duas caras não é a política da classe operária. Da mesma maneira que propagandearam a sua «maioria de esquerda» e depois a abandonaram, os cunhalistas abandonarão sucessivamente todas as bandeiras políticas que levantam, porque são bandeiras esfarrapadas, porque são resultado de uma política que

se arrasta atrás das exigências da burguesia. Não pode ser um partido da classe operária aquele partido que não é capaz de segurar com firmeza proletária as suas próprias bandeiras de luta. O grande comício do PCP (Reconstruído) no Campo Pequeno é a prova de que hoje já existe um verdadeiro partido comunista, combativo, proletário e capaz de respeitar as restantes forças democráticas. Essa força que nos faltou há três anos é uma grande garantia de que hoje as condições estão mais maduras para levar o 25 de Abril para diante. Aqui deixamos o apelo a todos os democratas para que saibam vencer o sectarismo e seguramente conseguiremos encontrar, apoiados na luta do povo, com o impulso firme da classe operária, os caminhos da unidade e da luta que levem de facto o 25 de Abril para diante nas mãos do povo, que é para quem foi feito.

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra a um representante do Partido Comunista Português.

O Sr. **Octávio Pato** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Ministros, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: Comemoramos hoje com profunda alegria e legítimo orgulho a libertação da nossa pátria da odiosa ditadura fascista. Comemoramos hoje, sem sombra de dúvida, um dos maiores acontecimentos em toda a história do povo português: a conquista da liberdade. No momento em que a revolução portuguesa completa três anos, é de inteira e absoluta justiça que, com renovada emoção, saudemos desta tribuna os heroicos capitães de Abril; os valorosos militares do 25 de Abril, a quem cabe o mérito irrecusável de, com o levantamento militar daquela madrugada histórica, terem aberto decisivamente o caminho para a conquista da liberdade e da paz na nossa pátria, pelo que ganharam merecidamente lugar definitivo no coração de todos os portugueses amantes da liberdade. Prestamos sentida homenagem e expressamos profunda gratidão a todos os antifascistas, a todos os democratas, a todos os patriotas, que ao longo de décadas de um combate incerto e difícil, pleno de heroísmo e de sacrifícios sem conta, empenharam todas as suas forças e energias, muitos enfrentando as torturas e sacrificando até a própria vida, para que a bandeira da liberdade pudesse um dia ondular na terra portuguesa. A uns e a outros, aos militares patriotas e às forças da resistência ao fascismo, deve o povo português, em parte essencial, o 25 de Abril. Hoje, três anos passados, importa saudar, não só os militares obreiros do 25 de Abril, mas importa também saudar todos os militares que depois se identificaram com o seu espírito e com os objetivos da revolução portuguesa. Importa saudar não apenas os mais destacados e ativos resistentes ao fascismo, mas também muitos outros milhares de portugueses que, abertas as portas da liberdade, vieram também à luta. Uns e outros integram as forças imensas que, unidas, podem assegurar o feliz prosseguimento da democracia portuguesa. Celebramos hoje o 25 de Abril através da presença do Presidente da República, dos militares do Conselho da Revolução, do Governo e da voz dos Deputados presentes nesta reunião solene da Assembleia da República, órgão de soberania do regime democrático consagrado na Constituição e conquistado pelo povo português através da Revolução de Abril. A data para sempre gloriosa do 25 de Abril é hoje igualmente comemorada pelas forças armadas e pelo povo português que, nas ruas e nas praças de Portugal, afirma a sua determinação de defender as liberdades e todas as grandes

conquistas democráticas. Conscientes de que o 25 de Abril não pode ser apropriado partidariamente, nem quanto à sua origem, nem quanto ao seu desenvolvimento, nem quanto à sua projeção no futuro, tudo fizemos pela nossa parte para que, em todas as manifestações e atos comemorativos desta data de enorme alcance patriótico, os antifascistas e os democratas portugueses se sentissem vivendo um clima de fraternidade e de ativa solidariedade democrática. Estamos certos de que, no seu conjunto, as comemorações do 25 de Abril constituirão um muito importante contributo para aproximar os democratas portugueses na procura de soluções viáveis para defender a democracia portuguesa e orientar o país na via da liberdade, da paz, da independência nacional, do progresso social, com a perspetiva do socialismo. Não é possível evocar o levantamento militar de 25 de Abril sem evocar o imediato e poderoso levantamento popular que, convergindo com aquele, consolidou a vitória e viria a conquistar, palmo a palmo, as condições para tornar em conquistas populares os melhores objetivos da ação libertadora de 25 de Abril. E recordar esse levantamento popular não é apenas lembrar o esmagador apoio e estímulo ao Movimento das Forças Armadas, expresso — em termos inesquecíveis — no 1.º de Maio de 1974. É recordar também que os trabalhadores, as massas populares, os democratas, souberam logo nos primeiros dias de liberdade tomar nas suas mãos as mais urgentes tarefas de democratização da vida nacional, assumindo uma responsabilidade e uma participação ativa no desmantelamento das posições fascistas, dando os primeiros passos para a renovação da vida nacional. Reacionários e conspiradores, mandantes e executantes do bombismo terrorista, colaboradores da PIDE e Legião, políticos que não têm nem princípios, nem passado, nem presente democrático, destacados exploradores do trabalho dos portugueses e vendilhões das riquezas de Portugal ao estrangeiro, beneficiários da exploração colonial, profissionais da mentira e do insulto em formato de jornal, conduzem hoje como uma impunidade que justifica larga indignação uma campanha para fazer crer que a revolução portuguesa tem sido uma catástrofe nacional, uma sucessão de violências inqualificáveis, uma onda de irresponsabilidade geral, uma afronta à história do país e um descalabro para a vida dos portugueses. Hoje, 25 de Abril, é o momento oportuno para afirmar que, sejam quais forem as dúvidas e as inquietações que se perfilem no horizonte, o nosso povo tem razões para estar orgulhoso do balanço de três anos de revolução portuguesa e não confunde críticas ao presente que visam construir um futuro melhor com críticas ao presente que visam voltar ao passado da mais feroz exploração e repressão.

O Sr. **Victor Louro** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Em três anos, a revolução portuguesa, graças à ação do movimento operário e popular e das forças democráticas e da sua cooperação com o MFA e com as forças armadas fiéis aos ideais libertadores do 25 de Abril, alcançou êxitos históricos que modificaram profunda e positivamente a situação nacional. Foram conquistadas amplas liberdades democráticas que se traduziram na constituição de partidos políticos, na realização de uma dinâmica e intensa vida democrática, na construção de fortes organizações de trabalhadores, de variadas formas de organização popular, indispensáveis para assegurar uma quotidiana participação dos cidadãos na condução dos destinos do país. Durante um largo período, melhoraram as condições de vida das camadas mais desfavorecidas da população portuguesa. Com

a nacionalização da banca e dos setores básicos da indústria e dos transportes, com a intervenção do Estado em numerosas empresas para travar a sabotagem, deram-se golpes mortais nos grupos monopolistas e desmantelou-se o capitalismo monopolista do Estado. No Alentejo, anteriormente terra da desolação, da fome, da miséria, do desemprego, mas símbolo da luta heroica do seu proletariado rural, iniciou se a Reforma Agrária, que abrange hoje um sexto da superfície arável do país e constitui uma base segura e indispensável para uma agricultura moderna e florescente ao serviço do povo e do país. Deram-se passos positivos no sentido da democratização da educação e da cultura. Estabeleceu-se o controlo operário, símbolo de uma indispensável intervenção dos trabalhadores na defesa da economia nacional. Despontou uma nova atitude, revolucionária e patriótica, perante os problemas do trabalho, da produção, da vida coletiva, da vida nacional. Finalmente, mas com o caráter e a importância de realização central da revolução portuguesa, foi posto fim à guerra colonial, conquistada a paz, numa importantíssima contribuição para tornar mais próxima a conquista da independência pelos povos submetidos ao colonialismo português. Sabe-se que em torno da descolonização e do seu acidentado curso e de aspetos dolorosos que, em grande parte, são consequência ainda da resistência final do colonialismo, se concentram grande parte dos ataques contra o 25 de Abril, contra homens do 25 de Abril, contra as forças democráticas e se exploram miseravelmente ressentimentos e dramas humanos que precisam de soluções sociais e não de manobras reacionárias. É oportuno reafirmar hoje aqui e com firmeza que o fim da guerra colonial correspondia a uma imensa aspiração nacional; que a conquista da paz era um profundo e forte desejo das famílias portuguesas atingidas pela morte, pelos ferimentos, pelos traumatismos sofridos ao longo de treze anos por gerações de jovens portugueses; que os mais violentos críticos da descolonização não têm coragem de o confessar, mas a verdade é que as suas soluções significariam sempre a continuação da guerra e da opressão colonial; e que a continuação da guerra significaria, por sua vez, a derrota do 25 de Abril e o fim do regime de liberdade e democracia conquistado pelo povo português. Contra perigos e ameaças, o povo português, ao longo destes três anos de Revolução, conservou e defendeu as liberdades porque se realizaram profundas transformações na estrutura económica e social do país. O povo português conservou e defendeu as liberdades exatamente porque, liquidando os monopólios e os latifúndios, enfraqueceu profundamente o poder dos principais inimigos da liberdade. Na situação portuguesa, monopólios e latifúndios são incompatíveis com as liberdades democráticas. Quarenta e oito anos de fascismo e três anos de liberdade aí estão para o demonstrar. Na situação portuguesa, liberdades democráticas e outras conquistas da Revolução são indissociáveis e cada passo que hoje se dê ou se consinta dar na direção da reconstrução do poder dos monopolistas e dos agrários é um passo dado para a liquidação das liberdades. Defender o 25 de Abril, defender a revolução portuguesa significa hoje respeitar, aplicar e fazer aplicar a Constituição da República. O 25 de Abril foi possível pela convergência de forças democráticas, civis e militares. O 25 de Abril só poderá ser defendido se se reforçar essa convergência democrática, de civis e militares unidos em torno da Constituição. Só uma política inspirada nos grandes valores da resistência e nos grandes ideais de liberdade e de progresso social característicos do 25 de Abril pode afastar os perigos que ameaçam a democracia portuguesa. Não é certamente inspirada nos ideais do 25 de Abril e da Constituição uma política que, enquanto tolera ataques reacionários contra o regime democrático e readmite fascistas notórios no aparelho de Estado

e na magistratura, concentra esforços para dividir os trabalhadores, hostilizar forças democráticas e promover perseguições e saneamentos de trabalhadores e técnicos progressistas. Não é certamente inspirada nos ideais do 25 de Abril e na Constituição uma política que despreza a opinião, a capacidade e os direitos dos trabalhadores, que entrega empresas e terras a capitalistas e agrários sabotadores, que arrasta as forças militarizadas para intervenções contra os trabalhadores para consagrar abusos, ilegalidades e prepotências. Não é certamente inspirada nos ideais de 25 de Abril e na Constituição uma política que, em vez de procurar no campo democrático e nos trabalhadores as energias e vontades para sair da crise, se volta antes, no plano político e social, para os que estão interessados em agravar a crise, em conduzir o país ao desastre e a democratização portuguesa à derrota. Uma tal política, longe de constituir a base para a resolução dos problemas nacionais, é um perigoso fator do seu agravamento e um indesejável fator de instabilidade política, económica e social. O país tem diante de si graves dificuldades e sérios problemas. A situação económica e financeira e as ameaças da reação devem constituir o principal motivo de preocupação dos portugueses e estar no centro das atenções e esforços das forças democráticas. Mas o caminho para sair das dificuldades só pode ser encontrado no quadro do respeito da Constituição, com base na garantia da defesa das conquistas da Revolução, com o ativo apoio e contributo criador dos trabalhadores, com um grande esforço nacional, com o diálogo, o entendimento e a cooperação entre as forças democráticas, designadamente, entre comunistas e socialistas.

Risos do PS e PSD.

O caminho para sair da crise, por forma estável e duradoura, exige uma solução política de alternativa que deverá ter a participação de todos os que se identificam sem reservas com a Constituição e intervenham na elaboração de uma indispensável plataforma. O Partido Comunista Português julga que a melhor forma de assinalar o 25 de Abril, de ser fiel à corajosa luta do nosso povo, é declarar solenemente nesta sessão que, pela sua parte, não poupará nem esforços nem energias para contribuir responsavelmente para a procura urgente das soluções nacionais que a gravidade da situação exige e os interesses dos trabalhadores e do país reclamam. O PCP declara-se, uma vez mais, pronto a examinar atentamente com outras forças democráticas e os órgãos de soberania todos os problemas cruciais da vida portuguesa com vista a alcançar uma solução patriótica que permita sair da crise. Apesar dos perigos, das dificuldades e de legítimas inquietações, o PCP encara o futuro com confiança e está seguro que todos os portugueses amantes da liberdade e da Pátria encontrarão nas próprias comemorações do 25 de Abril fortes razões para encararem também o futuro com confiança. Estamos, igualmente, confiantes de que o justo relevo dado às iniciativas dedicadas neste dia às crianças constitua um passo para que a sua personalidade venha a formar-se no amor da liberdade, da verdade e da justiça, e uma garantia de que, no futuro, também elas saberão defender o 25 de Abril e honrar os sacrifícios heroicos que, com os olhos nelas, fizeram gerações de portugueses que não chegaram a ver a luz da liberdade. Com unidade e trabalho há motivos para ter esperança e confiança. Hoje, nas cidades, nas vilas e nos campos do Portugal liberto, o povo português, as forças democráticas, as forças armadas, as instituições e órgãos de soberania do regime democrático estão proclamando solenemente, contra

dúvidas e desânimos, contra ações ou ameaças terroristas, contra conspirações reacionárias, contra calúnias e insultos, contra propósitos de desforra e de vingança, que a democracia não se submete, que o 25 de Abril não se rende, que em Portugal haverá 25 de Abril sempre!

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do Centro Democrático Social.

O Sr. **Sá Machado** (CDS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Deputado centrista, subo a esta tribuna para, em nome do meu partido, celebrar a Revolução de Abril. Faço-o, fazemo-lo, com a consciência tranquila de quem se sabe com legitimidade para tanto e com a emoção de quem pode afirmar ter contribuído, com coragem e também com sofrimento, para preservar da Revolução a sua dimensão democrática e, por esse título, a sua essência popular e patriótica. Legitimidade duramente conseguida ao longo de três anos difíceis, durante os quais, sem desfalecimento, soubemos afirmar e manter um projeto incómodo, porque divergente das várias mitologias que sucessivamente dominaram o curso da Revolução.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — A história não deixará de prestar homenagem a essa determinação, cuja eficácia moderadora e de estabilização foi contributo decisivo para que o pluralismo inscrito na Constituição seja hoje uma realidade concreta e não apenas, como alguns o desejaram, cambiante diluído e precário de uma unicidade disfarçada. No quadro de uma revolução cedo desviada dos seus objetivos iniciais por forças de claro comprometimento internacionalista, levado, no verão de 75, a um paroxismo alucinante pela necessidade de cumprimento de um plano que tinha sobretudo a ver com a corrida a uma nova partilha da África e em que os interesses portugueses, não só nessa área do mundo, mas também no retângulo europeu, foram subalternizados com a conivência de alguns nacionais, a proposta moderada, portuguesa e pragmática do CDS tornou-se naturalmente motivo de escândalo.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Por todas as maneiras o nosso partido foi atacado, vilipendiado e perseguido. Não desistimos, porém. Valeu-nos a inalterável fidelidade aos valores que inspiram a nossa declaração de princípios, a confiança na personalidade do povo, a nossa fé na democracia e na liberdade. Mantivemos, assim, permanentemente aberta uma alternativa não socialista, europeia e cristã-democrata ao projeto da revolução socialista. Forçámos, desse modo, a manter alargado o espectro da Revolução e fornecemos, porventura, o lastro necessário para contrariar a tendência aglutinadora e hegemónica da força mais radical e mais bem organizada e com apoios seguros nalguns setores militares. Se desde o princípio tudo tínhamos a ver com a Revolução, que nos fizera surgir como partido, e com que detínhamos

essa solidariedade essencial resultante da identidade de objetivos e de propósitos — devolver a soberania ao povo, eliminar as injustiças sociais, resolver com honra a questão colonial —, título incontestável passámos a ter após o que foi para nós essa longa travessia do deserto, o combate contra os mecanismos redutores que pretenderam esvaziar de democracia a Revolução, alienar de novo os portugueses, suprimir a liberdade. Não o fizemos sós, é evidente. Mas fizemo-lo com grandes sacrifícios, pagámos um preço muito alto, foi nosso o testemunho porventura mais pesado. E fizemo-lo sobretudo de maneira pura, sem capitulações nem seguidismos. É por isso que hoje dizemos com emoção, mas também com firmeza, e com firmeza que não admite réplica ou contradita, que nós também fomos a Revolução. A Revolução que certamente quiseram os militares do 25 de Abril; a Revolução que foi traída pelas aventuras totalitárias; a Revolução que finalmente triunfou com o 25 de Novembro. Revolução democrática, em suma, que foi possível reconduzir aos limites de uma rotura de há muito necessária para devolver aos portugueses a sua dignidade de cidadãos e para substituir, em relação a um espaço e sobre povos histórica e humanamente caros ao coração português, os laços da dominação política por aqueles mais perduráveis, porque justos, da fraternidade na igualdade e no respeito pela vontade livremente declarada. Mas uma rotura que não fosse mutiladora da arquitetura espiritual do povo, que preservasse a identidade nacional e a constelação dos valores que lhe servem de suporte. Uma rotura ainda e sempre dominada, para que as forças desencadeadas não viessem a transformar-se de fatores de emancipação e progresso em instrumentos de destruição e anarquia, inelutavelmente conducentes à regressão que inverte o sentido da história e que, chama-se estalinismo ou nazismo, constitui a aberração mortal do totalitarismo. Uma rotura, enfim, que extirpasse o que havia de podre, de injusto ou violentador; mas que respeitasse essa qualidade imponderável que nos justifica como Nação independente, que se exprime na nossa cultura e na nossa língua e nos confere o direito de sermos nós próprios e não outros. Sr. Presidente, Srs. Deputados: Todos sabemos, ai de nós, como o sentido da rotura operada pela Revolução foi em largos passos do seu percurso, de maneira concertada por uns, e irresponsável, por outros, ampliado e desvirtuado de modo a transformá-la de instrumento do reencontro do país consigo mesmo e as suas verdades profundas na tentativa de destruição da identidade nacional e de sabotagem dos seus fundamentos morais e espirituais. De maneira concertada por aqueles a cuja estratégia interessava a criação do caos que conduziu à dissolução do Estado e à destruição sistemática de muitos dos entrepostos da defesa civil. De maneira irresponsável por outros, produtos exemplares dessa ignorância histórica da democracia que constitui herança trágica do antigo regime, os quais, no atrevimento da sua mediocridade, pensaram poder utilizar as armas confiadas ao Exército pelo povo, como se de um património pessoal se tratasse. Importa apontar aqui esses desvios que perverteram a Revolução, não porque nos anime um qualquer espírito de vingança, que recusamos, por não acreditarmos que seja possível construir qualquer coisa digna e útil sobre uma moral de ressentimento e de vindicta, mas porque pensamos que a profunda angústia que hoje envolve a sociedade portuguesa, que alimenta a amargura das vítimas da descolonização e que perturba as forças armadas nos exige, a todos, que exorcizemos, quando celebrarmos da Revolução o seu espírito libertador, o que nela existiu de frustrante e negativo; para que, de maneira conscientemente assumida, possamos enterrar os ódios, esquecer os agravos, curar as feridas.

O Sr. **Amaro da Costa** (CDS): — Muito bem!

O **Orador**: — E em torno do espírito autêntico do 25 de Abril, que é também o do 25 de Novembro, congreguemos esforços na salvação do presente e na construção do futuro. Um futuro livre, democrático e justo. Sr. Presidente, Srs. Deputados: A reflexão crítica que é lícito fazer sobre a Revolução pode ser dura. Muitos a farão certamente com amargura ou desespero. Simplesmente, e por paradoxal que isso possa parecer, tal atitude demonstra objetivamente a vitória da Revolução, a vitória da primeira e mais importante das suas conquistas, aquela que, por maiores que tenham sido os seus custos e evitáveis os sofrimentos, bastaria para salvá-la e para que hoje, com esperança renovada, a possamos celebrar. Porque a democratização e a liberdade aí se revelam e exercitam. A liberdade e a democracia que a Revolução nos trouxe e que, se soubermos incorporá-las como valores do nosso quotidiano, se pudermos vivê-las como uma prática natural e concreta de todos os dias, nos darão o ânimo e a inspiração para tornarmos realidade as esperanças, ainda adiadas, do povo português a uma vida mais digna de ser vivida. Por isso não aceitamos o ponto de vista daqueles que da Revolução apenas sublinham os aspetos negativos, os desvios, as injustiças. Estamos à vontade para dizê-lo. É legítimo falar em conquistas da Revolução e é justo recordá-las: a devolução da soberania a um povo que de há muito se habituara a ver os seus destinos decididos sem participação e sem consulta; a elaboração de uma Constituição política por representantes legítimos do povo e que traduz o resultado de opções livres e autónomas do eleitorado, daí retirando a força que a todos obriga; o reconhecimento do valor e da dignidade essenciais da pessoa humana e a consagração dos direitos, liberdades e garantias que exprimem, salvaguardam e defendem esse valor e essa dignidade; a consagração do princípio da subordinação do poder económico ao poder político; a eleição livre de um parlamento pluralista, perante o qual o Governo deve ser responsável; a escolha, por sufrágio universal e direto, do Presidente da República, a quem, na pessoa do general Ramalho Eanes, rendemos o preito da nossa respeitosa homenagem; a abertura de profundas perspetivas para a conquista de novas fronteiras de participação e presença dos trabalhadores na vida coletiva; a criação de condições para fundas reformas estruturais da nossa sociedade; o estabelecimento da paz e o reconhecimento pelo Estado português do direito de todos os povos à autodeterminação e à independência; a abertura de Portugal a todas as nações do mundo. Estas são algumas das conquistas efetivas da Revolução. Esquecê-las ou silenciá-las seria grave injustiça para aqueles que, de boa-fé e generosamente, fizeram o 25 de Abril. Constituem elas um património transcendente que nem os desencontros, os erros ou as injustiças que ocorreram durante a Revolução devem obliterar ou diminuir. Porque é falso dizer que em democracia o preço natural das liberdades é a desordem, a criminalidade e a insegurança dos cidadãos.

O Sr. **Amaro da Costa** (CDS): — Muito bem!

O **Orador**: — Porque é falso considerar-se a democracia responsável pela destruição das empresas, pelo descalabro do setor nacionalizado da economia, pelas deficiências do sistema de saúde, pela alta dos preços, pela lentidão com que são encarados os problemas dos desalojados, pelo aumento do

desemprego, pela queda do investimento, pelo progressivo endividamento externo, numa palavra, pelas incertezas, as injustiças e as incapacidades que continuam a projetar-se sobre a nossa vida coletiva.

Uma voz do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Nada disso é culpa da democracia. Nada disso é culpa da liberdade. Nada disso resulta do respeito que queremos ver definitivamente estabelecido pelos direitos do homem no nosso país. Neste 3.º aniversário do 25 de Abril é necessário e urgente que os nossos compatriotas compreendam, sem exceção, que não é com nostalgias de um passado definitivamente morto que se pode construir o futuro e que compreendam também que uma coisa é o regime — a democracia — e outra coisa o Governo. Que sem democracia o nosso papel no mundo, o nosso orgulho de sermos portugueses, o nosso contributo para as grandes tarefas que se impõem aos povos livres serão reduzidos a uma expressão nula, violentadora da nossa dignidade e da nossa história. A democracia é a nossa grandeza, a plataforma para recriarmos, como o fizemos há quinhentos anos, o nosso projeto nacional. A democracia é a forma de olharmos confiantes o futuro; de entrarmos, solidários, na Europa; de sermos perante milhões de homens, que no mundo se exprimem em português, os herdeiros dignos e dignificados de uma língua e de uma cultura que são vínculos de fraternidade, de tolerância e de convivência. A democracia é a forma de sermos, na Europa e no mundo, os portadores de uma mensagem profundamente cristã e libertadora na defesa dos direitos humanos. Porque só nós conseguimos, num curto lapso histórico, essa espantosa vitória de nos libertarmos de tutelas totalitárias de sinais opostos. Por tudo isso, e porque só ela dará sentido à Revolução, a democracia é para todos nós uma grave e delicada responsabilidade. Mas é-o acima de tudo para quem, por força das opções do eleitorado, detém as rédeas do Poder. Não é esta a hora do discurso político, porque ela é, mais do que isso, a da reflexão histórica. Mas a história faz-se com os homens e com as instituições. E perante a história é-nos lícito proclamar, com simplicidade, mas com convicção, que em Portugal, em abril de 77, se impõe aos governantes um profundo exame de consciência. E não só aos governantes, mas a todos os portugueses. Que todos possamos ser dignos e estar à altura de responder positivamente ao desafio que a história hoje nos põe. Esse é o da consolidação da democracia, de reconstrução do Estado, da mobilização coerente das enormes virtualidades de um povo que já mais de uma vez foi capaz de influir decisivamente nos destinos do mundo. Se o conseguirmos, então nada terá sido em vão.

Aplausos do CDS.

O Sr. **Presidente**: — Vou agora dar a palavra ao representante do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Barbosa de Melo** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Membros do Conselho da Revolução e do Governo, Srs. Deputados: Ao usar da palavra neste ato solene em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, permita-me V. Ex.ª, Sr. Presidente da República, que comece por exprimir a muita

honra que os Deputados sociais-democratas sentem em ser esta solenidade presidida pelo Sr. general Ramalho Eanes. É V. Ex.ª na longa história pátria, o primeiro Presidente da República livre e diretamente designado em eleições democráticas pelo povo português; é V, Ex.ª, por virtude das funções constitucionais que assumiu por decisão popular, o garante e o fiel supremo das nossas instituições políticas democráticas; é V. Ex.ª a pessoa a cuja capacidade, lucidez de espírito e decisão os portugueses justificadamente confiaram e confiam a orientação última dos negócios do Estado no presente período político. A presença de V. Ex.ª na Assembleia da República, neste dia de muitas solenidades e manifestações por aí fora animadas, quiçá, de intenções desencontradas, senão divergentes, não deixará de revestir, para a grande maioria dos portugueses, um profundo simbolismo político. Também nós, Deputados, fomos democraticamente eleitos pelo povo português; somos, no topo do Estado, a consciência pluralista correspondendo às correntes e opiniões políticas mais significativas que agitam e vivificam a grei; a nós pertence em cada momento a tarefa de exprimir publicamente, com lealdade e discernimento, com independência e imparcialidade, os valores, os interesses e preocupações partilhados pelos que diretamente nos mandataram; somos — e devemos sê-lo sempre cada vez melhor — o lugar moral onde se ouvem e harmonizam as vozes diversamente timbradas de todos os portugueses, dos que vivem nos vários recantos e ilhas de Portugal e dos que se espalham à ventura pelo mundo. Estão reunidos assim, num mesmo rito parlamentar, o Presidente da República e a Assembleia da República. Isto será decerto para muitos um sinal inequívoco de que à firme determinação coletiva do povo português para viver em democracia corresponde do lado dos seus representantes diretamente eleitos a decisão inabalável de em democracia enfrentarem e resolverem as dificuldades e problemas com que todos se defrontam nesta hora. Um povo, para viver em liberdade, não pode alimentar-se de espectros e fantasmas, bons ou maus, nem ficar-se pela adoração ou exprobração do passado, qualquer que seja a importância transata dos acontecimentos, fastos ou nefastos, que o povoam. Por se basear na dignidade do homem e se abrir à invenção permanente, a democracia depende da existência de uma mentalidade coletiva afeita às interrogações e à busca de novidades, exigindo para viver duradouramente a atmosfera da crítica, do futuro e da esperança. Há de ser, pois, com cautela e em esforço de sublimação capaz de o transcender que os democratas se abalançam à comemoração de qualquer facto da história. Para merecer a comemoração, ele tem de possuir ainda significado atual. De outro modo cair-se-ia em passadismo estéril e contrário à essência de um princípio vital para a democracia. António Sérgio, esse vulto ímpar do pensamento político português, dizia lapidarmente ser preciso «falar da história com o olhar no futuro». E daí que a comemoração de hoje nos ponha perante esta pergunta: será o 25 de Abril de 1974 um facto político expressivo de algo que nos interesse por hoje e por amanhã? Sem pretender julgar na sua inteireza acontecimentos tão complexos e ricos de consequências, gostaria de deixar vincadas aqui, numa Assembleia que é, ela mesmo, até certo ponto, um dos seus efeitos históricos, três ligações simples que do 25 de Abril parecem poder tirar-se para o nosso futuro imediato. A primeira tem a ver com o merecimento e o êxito da luta pela liberdade política. Gerações e gerações de resistentes e inconformados, sem deitar conta a renúncias e privações, a torturas e à morte, mantiveram o ânimo e a decisão de restituir a uma pátria oprimida a sua liberdade perdida. Muitos ficaram pelo caminho sem conhecer o êxito do seu empenhamento. O 25 de Abril foi o coroar desse calvário de coragem e de esperanças. As forças

armadas, tomando finalmente consciência da grande crise nacional em que o país se debatia, puseram termo à opressão, comprometendo-se a devolver ao povo a escolha das suas instituições e dirigentes políticos. Valeu, pois, a pena tanta tenacidade e persistência de muitos portugueses na luta pela reconquista de uma dimensão essencial da dignidade humana. A segunda lição tem a ver com a necessidade do funcionamento e eficiência dos sistemas políticos. É uma evidência o facto de os portugueses, na sua generalidade e no dia a dia de suas vidas, terem suportado pacientemente, sem grandes lutas violentas e protestos espetaculares, um regime de opressão que, apesar de tudo, ia satisfazendo as necessidades que tinham por mais prementes e imediatas. É certo que a repressão era violenta e não escolhia meios. Mas foi quando se tornou clara a incapacidade do sistema para vencer uma crise nacional centrada numa economia bloqueada e numa guerra absurda e sem saída que o conjunto das forças armadas ganhou consciência e alento para o derrube. O braço armado da Nação pôde ser assim acionado eficazmente quando o regime se revelou incapacitado para resolver os problemas vitais do povo. Nós, democratas, em caso algum podemos esquecer tal lição. A terceira lição tem a ver com o sentimento de liberdade inerente ao povo português. Os acontecimentos do 25 de Abril, na verdade, revelaram também que a opressão, sobre ser contra a natureza moral do homem, fere um sentimento espontâneo hoje muito caro aos portugueses. Pois não foi um espetáculo inolvidável esse, a que se pôde assistir naqueles dias de abril de uma alegria e de uma esperança palpáveis que se derramavam pelas praças e ruas de Portugal? Esse gosto natural pela liberdade foi talvez o melhor antídoto contra as forças obscuras que durante o ano de 1975 tramaram a perdição da nossa esperança democrática. Então, o povo simples e anónimo soube defender com denodo aquilo que já sentia como bem que não podia perder.

O Sr. **Pedro Roseta** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Uma relativa passividade de décadas não testemunhou, pois, em desfavor da existência de um sentimento de liberdade inato aos portugueses. Para a paz na nossa comunidade seria bom que saibam desta lição os que ainda acalentem desejos de, para um fim ou outro, acorrentar de novo Portugal.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — E contudo... apesar dessas e de outras lições, apesar das suas enormes repercussões na comunidade interna e internacional, nada nos pode autorizar a atribuir ao 25 de Abril valor mágico e absoluto. Não foi um milagre nem uma perdição, como parecem ainda acreditar alguns e os seus contrários. É um facto histórico com muito de positivo e algo de negativo — sim, um facto que teve também a sua face trágica que não é hoje ocasião de lembrar. Do que não há dúvida é de que tem muito a ver connosco e com os nossos filhos, sendo por isso fácil falar dele com o olhar no presente e no futuro. Não estará aqui uma boa razão para ser comemorado conjuntamente com a realidade que transcende os singulares factos do passado, presente e futuro que é a própria Pátria? O Partido Social Democrata quis comemorar este aniversário do 25 de Abril chamando a atenção dos portugueses para

a exigência da promoção dos direitos do homem na nossa sociedade e, ao mesmo tempo, lembrar a necessidade de uma urgente conversão da mentalidade pública aos valores e princípios da democracia. Trata-se de tarefas que nos parecem essenciais à sobrevivência e progresso das atuais instituições políticas nascidas em correspondência com os desígnios que animaram os soldados e o povo em Abril de 1974. Elas tocam nas próprias bases morais e culturais da democracia. Suponho que ninguém de boa-fé e de espírito atento duvidará da oportunidade desta lembrança e apelo. Pelo que toca ao respeito e promoção dos direitos humanos, todos conhecem a frequência com que diariamente são por aí violados direitos tão elementares como o direito à vida e à segurança pessoal; todos sentem a existência de camadas inteiras da população — em especial as constituídas pelos que não dispõem de poder reivindicativo, como os velhos, os rurais, os doentes e reformados — que continuam a viver tragicamente abaixo do nível de vida compatível com a dignidade; todos imaginam as privações por que têm de passar muitos jovens para conseguirem — se conseguem — uma educação conforme à sua capacidade e trabalho. Dir-se-á que a nossa viagem ainda mal começou e que a promoção satisfatória de tantas e tão diversas exigências requer tempo e meios materiais. Mas também é certo que importa que cada um ganhe a consciência dos seus próprios direitos e que ninguém caia na tentação de não fazer aos outros a justiça possível ou, quando a faz, de pensar que faz um favor. Por outro lado, muitos hábitos e dogmas adquiridos e aceites ao longo de tantos anos de menoridade política teimam em subsistir na consciência pública portuguesa. Assim, a acreditarmos em sociólogos e historiadores de ideias, os estados de opressão tendem a fazer nascer, no meio do povo que os sofre, filosofias de salvação traduzidas na predição do advento de um Estado social último e perfeito para se chegar ao qual é legítimo sacrificar o presente, incluindo a própria liberdade. Talvez nesta possível lei da história esteja a explicação para a cegueira pelas utopias que teima em subsistir entre nós, mesmo depois que a todos é efetivamente reconhecido o direito de participar na vida política e de participar, pela democracia, na realização de um mundo novo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Pela inércia adquirida do passado muitos continuam a sonhar com a Índia e a deixar crescer a erva na eira — como escreveu um grande poeta e pensador português. Ora a democracia, se vive do realismo crítico e da imaginação crítica, morre sempre às mãos destas ilusões sebastianistas ou destas utopias alienantes.

A Sr.ª **Helena Roseta** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Assim, continua viva na mentalidade coletiva uma certa tentação ou nostalgia pela ortodoxia política. Continua a pensar-se por aí, consciente e inconscientemente, que em política verdade é igual a uniformidade, valendo a crítica como ofensa, a oposição como pecado, a diversidade como absurdo. E mesmo em muitos que julgam acertar o passo pelo reconhecimento do pluralismo das crenças e das opiniões, não raro mostram que dessa ideia se utilizam tão só para ornar o discurso.

Assim, continuamos a viver numa mentalidade político-administrativa construída sob o signo do centralismo, tão característico e útil para as ditaduras, consumadas ou tentadas, antes ou depois do 25 de Abril. É urgente que a opinião pública repense o próprio Estado para dar a vida e expressão à filosofia consubstanciada na Constituição, concebendo-o como entidade complexa onde o poder se reparte e se contrabalança entre órgãos centrais e órgãos regionais e locais, como convém à liberdade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — E seria um nunca mais acabar das razões práticas que moveram o Partido Social Democrata a lembrar nesta comemoração solene do 25 de Abril e neste dia de Portugal a necessidade e a vantagem de uma ofensiva cultural para a conquista ou reconquista dos pressupostos morais e culturais da democracia que o fascismo comprometeu. Trata-se de refazer e preservar a seiva de que terá de se alimentar o futuro político que o povo já escolheu. Era trágico se os nossos pensadores, moralistas, intelectuais e pedagogos não sentissem a urgência da tarefa e se não empenhassem nesta longa obra de reforma da mentalidade portuguesa. Muito aqui depende dos que tomam por modo de vida o inquirir, o indagar e o ensinar, sem cair nas seduções de qualquer «quietação dogmática» ou na tentação de qualquer novo-riquismo provinciano. É que não basta ler ou soletrar as Declarações Universais e a Constituição; é preciso captar de modo crítico e prospetivo a sua mensagem, e quem trabalha nas oficinas e nos campos não tem os vagares de espírito para isso necessários. Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: O 25 de Abril devolveu ao Povo a saudável confiança em si próprio; o 25 de Abril prometeu aos portugueses o respeito pelos direitos, liberdades e garantias inerentes à dignidade humana; o 25 de Abril garantiu a justiça social, que passa por transformações económicas e sociais realizadas de acordo com as leis da liberdade; o 25 de Abril tornou possível, em suma, a institucionalização da democracia em Portugal. Nesta hora, honremos, pois, aqueles que de mil e uma formas o levaram a cabo e aqueles que igualmente o não deixaram perder quando a cobiça de alguns e a obediência de outros a estranhos contra ele atentaram.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do Partido Socialista.

O Sr. **Salgado Zenha** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente do Supremo Tribunal da Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Alguém disse que não sabia o que era a liberdade, pois apenas conhecia a libertação. Direi antes que a libertação é o começo da liberdade. Durante quase meio século, Portugal viveu oprimido pela tirania, 1974 é o ano da libertação que neste momento comemoramos. A Revolução do 25 de Abril surgiu como um movimento antifascista. Uma revolução e um movimento não se reduzem, porém, à definição de um inimigo; o seu significado profundo resulta do que se pretende ao derrotar-se esse inimigo. A unidade

tática para alcançar a vitória não pode ser substituída abusivamente por uma unanimidade contrária ao sentimento nacional e imposta ditatorialmente. A unanimidade está para a unidade tal como a opressão está para a democracia. O futuro de nós todos terá de ser construído por todos nós — à volta de um projeto comum realizado em liberdade e emergente da vontade popular. O antifascismo não poderá ser nunca um fascismo ao contrário, mas deverá ser o contrário do fascismo, ou seja, a democracia em todas e com todas as suas implicações. Assim como o contrário da tirania não é a anarquia, mas a liberdade, também o contrário do despotismo fascista não é o despotismo antifascista, mas a democracia, ou seja, o regime em que vivemos. A liberdade não é só abolição da tirania, é também transformar a esperança em realidade. A tirania instala-se num dia e pode durar um século. O sonho, a esperança, o desejo não ganham corpo num espasmo de cólera, de ira ou de força. A esperança não se plasma no concreto por nenhuma técnica explosiva, mas tão-só pela prática implosiva da persistência, do trabalho, do estudo e da inteligência. Essa esperança para nós, socialistas, é o socialismo em liberdade. Em liberdade porque não consentiremos que ela jamais desapareça da terra portuguesa. Liberdade é, antes de tudo, tolerância. Não há liberdade sem tolerância. A intolerância é um mal que entre nós vem de longe — desde os tempos da Inquisição. À intolerância religiosa da monarquia seguiu-se a intolerância anticlerical e até antirreligiosa da República, que se volveu de novo durante a ditadura num farisaísmo sórdido de instrumentalização das crenças religiosas para fins profanos e discriminatórios. A liberdade só se instaura pelo exercício da liberdade. É um atentado à inteligência humana pretender-se que de um qualquer despotismo, mesmo que supostamente iluminado ou progressista, poderá um dia desabrochar a liberdade — espontânea e anestesicamente. A liberdade gera a liberdade. A ditadura reproduz a ditadura. A liberdade é, antes de tudo, tolerância. É por isso que não há na história do mundo exemplo de uma só ditadura tolerante. O poder absoluto corrompe absolutamente. Toda a ditadura é intolerante. Todo o intolerante é um ditador que se ignora. E só a tolerância vivida e praticada frutifica. A simplesmente predicada pela palavra e negada pelo ato não é tolerância; é a hipocrisia dos candidatos a ditadores. Foi assim que procederam João Franco, Salazar e Caetano. A alienação do homem encontra a sua origem não só na sua exploração económica, como na sua coerção pelo medo e pela sua perseguição. Só é livre o homem sem fome e sem medo O mandamento máximo da liberdade é: não perseguirás. A dialética alternativa do opressor e do oprimido é uma herança das angústias acumuladas pelo sofrimento que só pode ser rompida pela prática da tolerância. Sem ela, não haverá nunca verdadeira liberdade. A esperança é para nós, socialistas, a liberdade, mas também o socialismo em liberdade. O povo português encontra-se, hoje, perante uma encruzilhada histórica do seu caminhar, num momento comparável às grandes crises de crescimento da consciência e da identidade nacional, como 1383, 1640, 1820 e l910. Há que assumi-lo e superá-lo. Não há que chorar o passado, há sim que construir um futuro digno do nosso povo e da nossa história. Quem não se orgulha do seu passado não tem direito ao futuro. Os complexos africanos ou colonialistas representam a fixação repressiva no recordar obliterado não do passado, mas de um passadismo patológico. O legítimo orgulho do nosso passado é a alavanca da criação do porvir. Libertámo-nos do fascismo e do colonialismo. Isso é mais um motivo do orgulho para nós. O futuro de Portugal está no reforço nacional. E não há solidariedade nacional senão na liberdade e

na justiça social. O patrioteirismo saudosista dos privilégios e das injustiças de outrora não é patriotismo; é antipatriotismo. Nem merece do passado glorioso da nossa história quem a comemore para morrer e não para vencer. O futuro de Portugal está no socialismo em liberdade. As grandes linhas do novo modelo de vida institucional apontado pela Constituição são um incentivo para o nosso trabalho. O povo português escolheu o general Ramalho Eanes para seu Presidente da República. Saúdo-o como homem da melhor têmpera portuguesa, de «antes quebrar que torcer» — não poderia ser escolhido melhor timoneiro.

Aplausos, de pé, dos Deputados do PS, PSD e CDS.

Saúdo também na pessoa dos conselheiros da Revolução aqui presentes os capitães de Abril, os homens do MFA — nossos companheiros de luta no passado, no presente e no futuro.

Aplausos gerais.

Saúdo ainda os Deputados desta Assembleia, sejam quais forem os partidos a que pertençam. Todos nós representamos o Povo português e no confronto das nossas divergências e convergências saberemos evitar a unanimidade parda e baça que amolece e corrói. Saúdo finalmente, mas no primeiro lugar do meu coração, o Povo português, cujas virtudes e méritos sem par são o penhor da nossa vitória.

Aplausos gerais.

Porque havemos de vencer. Querer é poder. Viver é vencer. Por isso, nós queremos, podemos, viveremos e venceremos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República Vasco da Gama Fernandes**: — Sr. Presidente da República, Srs. Deputados: Na madrugada do dia 25 de Abril acordei estremunhado com a notícia de que o Exército se revoltara contra a ditadura e se propunha reintegrar Portugal na senda da civilização. Vesti-me, à pressa, e no fim da madrugada estava no único posto que me era acessível: a redação do jornal *A República*, velho baluarte indomável e indomado, que, verticalmente, se batera sempre pela dignidade cívica deste país.

Aplausos dos Deputados do PS, PSD e alguns do CDS.

Ao subir a minha rua íngreme até atingir a Escola Politécnica quase que me ia faltando o ar.

Risos.

Sentia sobre o peito o peso de quase cinquenta anos de arbítrio, recordava-me comovido, da minha vida e dos que eram como eu: uma mocidade sacrificada, muita dela frustrada, o rosário infinito das amarguras e das desilusões passadas pelos seus mortos e pelos que envelheceram na dura caminhada.

Lembrei-me das cadeias, minhas e dos outros, as nossas deportações, os longos exílios, a odisseia das famílias, a dor dos amigos. Ao atingir o cimo da calçada, as lágrimas corriam-me pela cara e com elas as lágrimas dos que a mim se juntaram, conhecidos e desconhecidos, como se se tivessem aberto de par em par os gonzos das catacumbas. Seria possível? Teria chegado a hora? O que era aquilo? A pouco e pouco fui tomando consciência e serenando os nervos. À minha volta apareciam cravos vermelhos de todos os lados, como se Lisboa se despovoasse e arrancasse esses cravos dos jardins ou das estufas que eu nunca pressentira. Chegavam aos ouvidos canções de libertação. A *Grândola Morena* que eu já ouvira pela telefonia transformava-se em multimodo e multiforme coro popular. Não havia dúvidas: ao velho combatente chegara a sua hora. Os jovens capitães e a sua tropa desfilavam pelas ruas, tomavam posições, cercavam o Quartel do Carmo, onde o ditador se acoitara ensimesmado e perplexo. Aproximei-me da Rua de António Maria Cardoso tão minha conhecida quando por ela passava a caminho da PIDE e junto às portas desta assisti a um carnaval esquisito dos que entravam e saíam, dos que ameaçavam e não eram dominados. Uma confusão que ainda hoje não consigo explicar. Mas o resto era aquilo que estava à minha frente, um país que se erguia da letargia de 50 anos de opróbrio, e ali estava na rua, mulheres, muitas mulheres, homens, muitos homens, jovens criaturas às centenas e aos milhares. Portugal acordara naquela madrugada do dramático e demoníaco intervalo e propunha-se honrar a sua história, procurando os caminhos do futuro, que nunca, por nunca serem, poderiam ser os da ilegalidade e da tirania. Na verdade, Fernando Pessoa tinha razão — o Pessoa que já não vivera a hora quando nos asseverou em certa altura de que vale a pena e só não vale a pena para os que têm a alma pequena. Efetivamente, uma coisa fora a milícia que nos dominara e amesquinhara, e outra o povo que jamais claudicara nem perdera as esperanças, porque sempre tivera uma alma grande que nem todos os ditadores juntos conseguiram perverter. A história desse povo ainda está por contar e merece bem ser recordada, na singeleza das suas existências precárias, na valentia dos que se não rendem — vencidos, mas não convencidos — esse povo que povoara os campos do extermínio, e vivera doridamente exilado dentro da sua própria Pátria. Que venham os escritores, que venham os prosadores e os poetas, os artistas plásticos e os inspirados da música, que consigam firmar para a eternidade a gesta maravilhosa que ondeava por cima da multidão, uma afirmação viril de heroica inconformidade. Fora sempre assim, aliás, a história desse povo que se batera nas barricadas de 1383 e nas barricadas de 1640, nas agruras das lutas liberais, vencendo os ditadores do tempo e que, em 5 de Outubro de 1910, maltrapilhos e deserdados, ergueram nos seus punhos a República imortal, fincando para sempre na Rotunda um regime, que, empobrecido e desfeiteado, nunca deixou de ser o símbolo, com o seu hino e com a sua bandeira, o grande farol rotativo de fé inabalável. Mais uma vez ele aí estava, a pouco e pouco por todo o país, vindo para a rua, acamaradando com as forças armadas, na tarefa comum de nos fazer gente. Foi esta emoção, a profunda emoção, abraços por todos os lados, beijos de mulheres simples, que transformaram a manhã numa autêntica sinfonia, guiada pelo mestre invisível que era a

consciência nacional. Foi esta a minha manhã de 25 de Abril de 1974. Com igual comoção a evoco no momento solene em que comemoramos todos juntos a irreversível vitória da Liberdade. Irreversível vitória da Liberdade, repito! Irreversível porque seria ofensa grave a este povo alguém pensar um dia que poderíamos regressar às cavernas da demissão. Irreversível porque ela, a vitória, resultou da argamassa feita com sangue, suor e lágrimas de tantas gerações. E a propósito de gerações, teremos de acentuar, mais uma vez, que o conceito de geração não flui de uma conceção temporal, mas sim de uma linha de rumo comum, em que se inserem o primado das franquias populares e a ansiedade desenvolta do progresso social. E tanto assim é que nas mesmas cadeias, nas mesmas deportações, nos mesmos exílios e em iguais vigílias foi sempre frequente acamaradarem alguns dos homens que fizeram a República e as idades subsequentes. Isso só pode acontecer quando o motor das justas reivindicações é acionado pela força de todos os homens livres. Tratava-se e trata-se de resistência. A resistência física infelizmente falível em alguns, e a resistência espiritual que não escolhe idades. Fui testemunha deste facto histórico e é com redobrada exaltação que relembro os mais velhos, os do meu tempo, e agora os jovens portugueses de todos os quadrantes, que por aí estão, nem sempre compreendidos, demonstrando que a escola reacionária e as violências do poder jamais amorteceram o ímpeto generacional e, neste caso particular, a viva consagração da inconformidade, essa inconformidade que seria o espanto, por um lado, e por outro talvez o remorso de Salazar e de Caetano. A liberdade é como as árvores das grandes florestas: só se lhes pode tomar a grandeza quando um dia decepadas, ou prostradas no solo. E será essa liberdade de que jamais prescindiremos, a alavanca das tarefas que se impõem, pois tudo é possível dentro dela e nada fora dela. A liberdade que constituiu o motivo das nossas canseiras e sacrifícios, e ninguém pense que a afastaremos do nosso caminho por maiores que sejam as promessas ou as aventuras de quaisquer totalitarismos. Liberdade que foi o bálsamo idealista e ingénuo dos mais velhos, mas que é agora um dimensional imperativo de consciência, pois que não basta a enunciação e a efetivação da livre escolha, mas sim a concretização prática e eficiente dos grandes postulados da reabilitação do homem de sempre, ou seja, a liberdade de uma vida mais justa e melhor em que a socioeconomia moderna transforma o Lázaro numa entidade solvente e concreta — o pão de cada dia, a riqueza distribuída, a planificação das atividades fundamentais, enfim, o socialismo que está na base do nosso destino.

Aplausos dos Deputados do PS, PCP e alguns do PSD.

É este o problema, preservarmos as liberdades e com elas o jogo constitucional dos poderes do Estado, e procurarmos as grandes linhas de rumo que nos conduzirão ao socialismo democrático. Tarefa ingente? Sem dúvida, mas tarefa digna de nós, que teremos sobre os ombros a responsabilidade de construir a sociedade portuguesa. E que tipo de sociedade é esta que nos coube em sorte? Portugal alcançou a sua cidadania; destruiu a repressão, instalou a democracia política e antes lançou-se à tarefa difícil da descolonização. E ainda as aberturas fraternais com todo o mundo. Herdáramos do fascismo a própria negação da vida. Éramos então sub-homens. A economia, a miséria, o isolamento, constituíam os cambiantes deste quadro alucinado. Durante cerca de 50 anos, o país vivera entre grades

que tocavam o físico, e maltratavam o espírito. Como esperar outra coisa que não fossem as crises de adaptação, o ajustamento com as realidades, enfim, um novo estilo europeu e civilizado. Como seria natural, e como já disse noutro passo, nem tudo foram rosas no desfolhar das nossas esperanças. Muitos espinhos, e alguns muito agudos, feriram a nossa sensibilidade e colocaram-nos por vezes nas fronteiras do ceticismo. Vencemos o que podíamos vencer, mas ainda há muito que fazer na reformulação paciente e prudente do nosso complexo. Injustiças sociais continuam a existir, um oportunismo desvairado toca, aqui e ali, as fronteiras do impudor.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: —... Mas isto é uma sociedade de homens, e como homens que somos, temos de obedecer às contingências da nossa condição. Mas temos de reagir, temos de lutar e alguns de nós poderão ficar pelo caminho. É a tragicomédia de todas as civilizações. Assim aconteceu com o Mediterrâneo Oriental, com o Helenismo e com a própria Civilização Grega, com a pujança jurídica da Civilização Romana, com as contradições da Revolução Industrial, com as glórias e desastres da Revolução Francesa, e com a modificação estrutural de certos tipos de civilização com o advento da experiência comunista. Universalmente foi assim, não esquecendo as mutações surpreendentes operadas noutros continentes, desde o Norte de África às paragens longínquas do Oriente, com a crepitação social das Américas. Não pudemos fugir à regra, também nós tivemos a nossa conta, com a fatura dos regimes de exceção, mais marcadamente e mais cruelmente com os 50 anos de fascismo. Aproximando-nos dos tempos que estamos a viver, ficamos reduzidos territorialmente, quase às proporções do Portugal da Idade Média, aquele Portugal que dera novos mundos à civilização comum, e que depois se viu reduzido aos parâmetros da nossa estreiteza territorial. Quando tudo indicava, após a queda do fascismo, que deveríamos estabelecer uma perfeita e leal unidade nacional, isso não sucedeu. Razões discutíveis por um lado, e desregramentos por outro, colocaram-nos dentro de conjunturas extremamente difíceis, e só a resistência tradicional dos portugueses alcançou, embora não definitivamente, um clima de dignidade que importa defender com ânimo viril. Economicamente débeis, pela condição geopolítica do nosso agregado, com o problema pungente do regresso dos nossos compatriotas africanos e asiáticos, despovoados os campo pelo êxodo da emigração, fruto da incapacidade e inépcia do totalitarismo, afastados do mundo pelo isolamento imposto, sem treino cívico, as perspetivas reclamavam entregas totais e generosas vigílias. No meio da confusão que parecia ser o prefácio da catástrofe, descolonizámos, apertámos ao peito os corações sobressaltados dos nossos compatriotas em crise, abrimos as urnas, votámos livremente, escolhemos os deputados às Constituintes, elaborámos a Constituição, elegemos a Assembleia da República, escolhemos o Presidente da República e instaurámos juridicamente as nossas autarquias locais. E circulando livremente atravessámos as fronteiras à procura da compreensão e da amizade dos países sem os quais não era possível viver, passámos a receber as mensagens materiais e espirituais dos que em nós confiavam. Era um Portugal novo que emergia do caos e desafiava o futuro. A passo e passo persistentemente, criámos ou recriámos a nossa civilização. Mas persistem alguns erros, mantêm-se e renovam-se situações nem sempre felizes, mas

tudo isto é a consequência natural de um crescimento impetuoso, partindo do zero e pesquisando as alturas. Trabalho, este sim ciclópico, ao contrário do ciclópico de Marcelo Caetano, que tudo tem de vencer: a inércia, a cumplicidade, a indiferença, a simulação e as tentativas de perversão. Aprovada a Constituição, instalado o I Governo Constitucional, com a liberdade nos nossos escudos e os poderes do Estado em funcionamento, eis-nos na grande encruzilhada: ou vencemos ou sucumbimos. Mas iremos vencer, porque possuímos a alma grande, muito longe da alma pequena de que nos falava a tal poesia angustiada de Fernando Pessoa. E com os pés fincados na terra que é a nossa, outra alegoria do poeta excecional que se chamou Adolfo Casais Monteiro, iremos vencer. Mas vencer com reflexão, com inteligência, em paz civil e política, agarrando no pedaço que nos resta e fazendo dele uma entidade solvente que será glória nossa e garantia do destino dos nossos filhos e nossos netos. E aqui estamos, Sr. Presidente da República, Srs. do Governo, Srs. do Conselho da Revolução, Srs. Magistrados, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Aqui estamos com os tais pés fincados na terra, rodeados de amigos que são todos os que pensam a Revolução, de inimigos que são os que não acreditam nem querem acreditar, e dos indiferentes que não são uma coisa nem outra, antes pelo contrário, desculpem-me a fórmula popularucha.

Risos.

Aqui estamos, capitães de Abril, a comemorar a vossa gesta, o vosso arranque viril, a garantia das forças armadas na prossecução da nossa idealidade. Aqui estamos, povo português, a dizer-vos que valeu a pena sofrer para vivermos juntos a hora alta da nossa recuperação, fiéis ao pacto que convosco assinámos de honrar as urnas e servir o país. O pacto vai continuar a ser honrado. O 25 de Abril foi mais que uma Revolução. Foi sobretudo a reintegração da nossa Pátria nas sendas desfeitas pelo arbítrio e pela violência. Se alguns ficarem pelo caminho, paciência, mas uma coisa é certa: nem todas as violências juntas conseguirão demover-nos do caminho traçado. Senhores de uma democracia política, temos como figura cimeira o honrado Presidente da República que nos coube em sorte. Vamos reconstruir esta Nação com muito suor, com algumas lágrimas e quem sabe se com algum sangue. Mas vamos reconstruí-la com a nossa fé, com as armas leais do Exército, com o denodo e isenção dos governantes e com o regular e harmónico funcionamento dos poderes do Estado. Daqui dirijo uma saudação ao Sr. Presidente da República; o grande timoneiro da nau da esperança. Saúdo também no Governo a sua dedicação e o seu tremendo sacrifício. Mas saúdo igualmente e enternecidamente o povo humilde e trabalhador da nossa terra, os que aqui estão, os que estão longe de nós e os que procuram o nosso carinho e a nossa solidariedade. Finalmente, em nome da Assembleia representativa da vontade dos portugueses, aperto contra o meu coração a gloriosa Revolução de 25 de Abril, o seu exército e o nosso Povo. Viva Portugal! Viva a República!

Aplausos gerais, com toda a Assembleia de pé.

O Sr. **Presidente**: — Vai usar da palavra o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República Ramalho Eanes**: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, meus Senhores, Portugueses: Esta cerimónia marca o ponto mais alto nos atos com que o povo português tem vindo a celebrar o 25 de Abril. Nos dois anos anteriores, o povo celebrou o exercendo os direitos reassumidos: votou e através do seu voto ergueu as traves-mestras da nova sociedade. Hoje, plenamente instituídos os órgãos do poder, a Assembleia da República, que em si consubstancia a própria democracia pluralista, culmina as celebrações com esta sessão em que o país está presente nos seus mandatários e nos seus responsáveis. Pesam, sobre a nossa geração sacrificada, as agonias do império, as dores de uma nova sociedade que renasce nos limites do corpo primitivo e o sofrimento de um povo em diáspora no mundo que ajudou a conhecer-se. Em abril de 1974, as forças armadas saíram à rua em defesa dos ideais da liberdade e da democracia. Em novembro de 1975, apoiados pela PSP e pela GNR,...

Vozes: — Muito bem!

Aplausos do PS, PSD e CDS de pé.

O Sr. **Presidente da República**: — ... de novo intervieram para assegurar que a liberdade reconquistada não seria traída. Hoje desfilaram nas ruas de Lisboa, reafirmando o seu empenhamento no serviço dos mesmos valores. A elas, todas elas, se deve privilegiadamente a liberdade de que hoje se fez uso nesta Assembleia. Esta Assembleia da República recebeu do povo o encargo de traduzir os ideais da Revolução na realidade concreta do dia a dia dos cidadãos. Não podemos continuar a iludir o futuro com base nas frustrações do passado. O desencanto que se apodera já de muitos é fruto de três anos de hesitações e erros: que é feito da fraternidade que encheu as ruas e os campos deste país? Que é feito das torrentes de alegria com que nos lançámos na construção de um país diferente, de uma pátria renovada? Que é feito da tolerância e do respeito com que decidimos conviver? Que é feito da segurança e da paz assente na justiça que afirmámos respeitar? Que é feito das habitações que quisemos construir? Que é feito da saúde que decidimos melhorar? Que é feito da educação que nos propusemos elevar? Que é feito da velhice que nos obrigámos a proteger? Que é feito do trabalho que prometemos redobrar? Que é feito da riqueza que protestámos aumentar? Que é feito das promessas de uma vida melhor que nos propusemos atingir? Srs. Deputados: Os compromissos que firmámos com o povo que a todos elegeu impõem que reflitamos nas responsabilidades, como esse mesmo povo crescentemente reclama. Somos uma geração de sacrifício: Quantos de nós, em busca do pão ou por força do dever, abandonámos a terra e a família, o país e os amigos para voltar, tantos anos depois, marcados pelos encontros da morte, da violência, da injustiça?! Somos, de facto, uma geração de sacrifício. Mas é imperativo reanimar este país e organizar o esforço dos seus cidadãos para que os ideais de Abril não venham a ser um sonho traído. No seu trajeto histórico, o povo português teve de enfrentar momentos difíceis, vencer crises, derrotar inimigos e defender a independência da Pátria, a identidade cultural, a dignidade da Nação. Hoje, como tantas vezes no passado, são muitas as dificuldades a vencer para merecer o esforço daqueles que conquistaram o respeito do mundo; para dar um sentido aos duros

sacrifícios que se exigem a todos os portugueses. Se temos o crédito das liberdades e dos direitos conquistados, se temos a segurança da democracia a definir as regras do comportamento político, se temos a esperança de um povo a respeitar, nada pode desculpar que os ideais de Abril continuem por concretizar, à mercê dos que deles se servem, sem servir a Pátria.

Aplausos do PS, PSD, CDS e PCP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Portugueses: As ameaças que o país enfrentou nestes últimos anos não chegaram para impedir que o povo português definisse livremente o projeto político da nossa sociedade. A disputa política quase levou à confrontação violenta entre as forças empenhadas na democracia pluralista e as forças interessadas em novas ditaduras. O 25 de Novembro permitiu que a Constituição da República viesse a definir os objetivos, as metas e os caminhos que hão de guiar o povo português e mobilizar o seu esforço na construção de um país mais rico e mais igual para legar às gerações que despontam nos horizontes da vida. Será querela inútil pretender basear nas leis fundamentais do país novas guerras da disputa do poder. Esta Assembleia recolhe em si mesma a parte mais nobre dos ideais de Abril que do projeto parlamentar fizeram um objetivo principal. A essa responsabilidade corresponde uma função essencial, a condução do processo democrático. Mas corresponde ainda a exigência de tornar viável um modelo constitucional, respondendo sem hesitações, nem adiamentos, às dúvidas que ainda existem e que deixam Portugal sem normas claras de orientação nos campos económico e social. Não se pode ser democrata nesta Assembleia e fomentar lá fora a agitação e o desrespeito das leis.

Aplausos do PS, PSD, CDS e PCP.

Não se pode violar lá fora os preceitos que aqui se votam. Os que tentam em simultâneo a conquista do poder através do voto e através do golpe excluem-se voluntariamente do convívio democrático em que têm lugar. Portugal viveu inundado de palavras e embriagado de promessas. Do vaivém dos profetas da abundância ficou-nos um país empobrecido e um povo atónito. O que antes lhe era negado, invocando as várias heranças, passou agora a ser adiado, invocando a crise. O povo português aceita as consequências do passado que sepultou, conhece no seu quotidiano as dificuldades do presente e vê cada vez mais incerto o futuro. Não aceita, porém, a fatalidade da crise, do plano inclinado do empobrecimento, do regresso a piores condições de vida. Sobram-lhe as palavras de polémica e de promessa, aguarda com sacrifício as soluções concretas. Sr. Presidente, Srs. Deputados: As dificuldades que enfrentamos não podem apagar a imagem do país em convulsão em que até há pouco vivemos. Persistem, é certo, os efeitos das sementeiras de violência e de ódio e as consequências da desorganização do aparelho de Estado, programada e sistematicamente executada pelos assaltantes do poder. A partilha política da Administração Pública também facilita as manobras daqueles que vivem à sombra da função sem a servir. Não falta mesmo quem enjeite responsabilidades, atribuindo os males e a indisciplina sociais à liberdade recuperada. Temos, porém, de reconhecer que o país tem desfrutado de um período de acalmia política e de harmonização de forças sociais que os mais otimistas

não se atreveriam a prever há dois anos atrás. Fizemos progressos evidentes na nossa convivência em liberdade. Para lhe dar continuidade é forçoso encontrar uma resposta concreta para aspirações que se vão tornando desespero e sobretudo descobrir os caminhos de mobilização do povo português para modernizar o país e vencer a crise. Há que reabrir pela via corajosa das reformas profundas as portas que o desvario revolucionário fechou. Um exame atento das soluções propostas pelos vários partidos delimita plataformas programáticas que suscitam entendimentos e prometem garantias de uma sólida base social de apoio às medidas de salvação nacional que se reclamam.

Vozes: — Muito bem!

O Sr. **Presidente de República**: — Não é difícil reconhecer que, além da negociação das naturais divergências, de ideologia e de programa, a mobilização do povo português para a modernização do país passa também pela capacidade de colaboração entre os homens sobre quem pesa a responsabilidade da liderança dos movimentos políticos. Ficaram do passado ligações e compromissos, assim como barreiras de desentendimento. A solidariedade que há de unir os portugueses na recuperação do país põe aos responsáveis a exigência de subordinarem os laços pessoais de um passado comum aos apelos do futuro a construir. A intolerância introduzida na sociedade portuguesa mantém ainda afastados do contributo que devem à Pátria homens indispensáveis em setores decisivos para o desenvolvimento do país. Não podemos fugir à realidade da nossa integração num espaço em que a competência e o mérito têm um prémio para além das fronteiras. Precisamos de quadros, de quadros qualificados e motivados, para conceber e realizar programas audaciosos que multipliquem os empregos. A recuperação da economia e a absorção do desemprego não se resolverão unicamente com os grandes investimentos que ao setor público compete lançar. Estas metas nacionais dependem em larga medida do dinamismo da iniciativa privada.

Vozes do PSD e CDS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — A regularização das indemnizações e a sua canalização para o investimento é por isso objetivo que o aparelho de Estado tem de conseguir com rapidez. Há que introduzir no mercado financeiro novos agentes ou novos métodos que respondam à celeridade de decisão que exige o funcionamento de uma economia moderna. Aguardam apreciação desta Assembleia diplomas importantes para a regulamentação das instituições representativas dos trabalhadores. Na ausência de ordenamento legal, todos os dias se assiste a conflitos que, em rigor, têm de ser encarados como sabotagem económica.

Vozes do PSD e CDS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — A maioria dos trabalhadores não aceita livremente este tipo de atuações, que mais cedo ou mais tarde lhe roubariam o pão e a liberdade. É por isso urgente regulamentar a greve, assim como os modos de intervenção dos trabalhadores na gestão das empresas.

Vozes: — Muito bem!

O Sr. **Presidente de República**: — Da voz desta Assembleia nasce a legalidade. O seu silêncio é fonte de arbítrio. Srs. Deputados: Passado o período de violência política, avoluma-se a insegurança pelo crescendo das violações à pessoa e aos haveres dos cidadãos. As consequências desta situação adivinham-se graves. Importa reconhecer frontalmente que as forças de segurança — PSP, GNR e Polícia Judiciária — se encontram, apesar dos seus esforços, que é de justiça aqui realçar, manietadas. Há disposições que, em nome, da defesa da liberdade dos indivíduos contra o Estado, deixam ambos à mercê da violência dos marginais da política ou dos profissionais do delito. Não pode esta câmara dos representantes do povo ignorar as ansiedades e o medo que vêm assaltando a população. A verificar-se o agravamento da situação, a tranquilidade será restabelecida com as medidas de exceção adequadas. O melhor modo de defender as liberdades e os direitos consagrados pelas leis fundamentais do país é impedir que eles sejam quotidianamente desrespeitados.

Vozes do PSD e CDS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Portugueses: Em 14 de julho do ano passado jurei, neste mesmo lugar, garantir condições de existência de um Estado de direito democrático. Mas não sou eu o único português que assumiu compromissos com a Nação. Porque recuso demitir-me das responsabilidades que o povo português colocou sobre os meus ombros, é meu dever exigir aos meus compatriotas que estejam à altura das suas próprias responsabilidades.

Vozes do PSD e CDS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — Uma nação é um corpo que só coletivamente se justifica, conquistando o direito à existência independente pelo esforço conjugado de todos. Sabemos todos, por duras experiências até nesta Assembleia, que os ideais do 25 de Abril têm sido muitas vezes adulterados no decurso destes três anos. Temos conseguido sobreviver aos desvios, mas estamos a pagá-los com duros sacrifícios. Não é possível continuar a esbanjar o pouco que nos resta. O mandato que recebi do povo português obriga-me a garantir, dentro das soluções democráticas, a recuperação do país, a identidade nacional e o desbloqueamento da angústia coletiva perante o presente e perante o futuro. Não hesitarei em tomar as medidas necessárias e corretas que assegurem a viabilidade da Nação como sociedade livre onde valha a pena viver.

Aplausos do PS, PSD e CDS (de pé) e do PCP.

Para tal contribuirão, com igual espírito, as forças armadas como parcela integrante da democracia e da Pátria Portuguesa. Não haverá mais transferências de responsabilidades políticas porque todos os meios necessários à defesa da democracia estão à disposição dos poderes políticos. Só a eficácia da

democracia permite manter a estima do povo pelo regime democrático. E é ainda a defesa da democracia que exigirá a procura de alternativas que a garantam. Nesta hora do nosso destino de nação independente, não é legítimo ignorar a crise que nos ameaça: o estado da nossa economia, as contradições que dilaceram a nossa sociedade. Vivemos a primeira oportunidade democrática em meio século. O esforço consciente de cada um fará desta oportunidade uma vitória do povo português e de Portugal.

Aplausos gerais, com toda a Assembleia e toda a assistência de pé.

O Sr. **Presidente**: — Está encerrada a sessão.

1978

O Sr. **Presidente da Assembleia da República Vasco da Gama Fernandes**: — Está aberta a sessão. (...)

Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Ministros, Srs. Conselheiros da Revolução, ilustres convidados, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Cada um tem a sua maneira de comemorar o facto, o evento ou a simples memória.

Normal e habitualmente uma data evocativa caracteriza-se por um recordatório, mais ou menos emocionado, cheio de lugares-comuns, por vezes comovidamente, em que tudo se insere: o desfilar dos ambientes, o perfil de personalidades tipo, tudo isto ainda, porque fica bem, um quarto de estrofe d'*Os Lusíadas* ou meio poema de Fernando Pessoa.

Fica completo o ramalhete, ou melhor, o malmequer a desfolhar conforme as inclinações e as apetências do orador.

Será muito difícil falar-se de fundação da nacionalidade sem vir à colação a gesta de Afonso Henriques, mesmo com a guerrilha contra sua mãe e a falta de pagamento do imposto devido à Santa Sé. Quando se aborda o problema da Batalha de Aljubarrota só conta o heroísmo da "arraia miúda" de Fernão Lopes, quando essa arraia miúda teve maior expressão na revolta burguesa de 1383, revolta que, para uns, foi só burguesa, no sentido tradicional da expressão, e para outros, na esteira de Cortesão, a prova da presciência dos homens do infante D. Henrique, arrancando dos penhascos do interior os grandes protagonistas da nossa odisseia atlântica. Do mesmo modo, vem sempre a talhe de foice a época de dominação filipina com o arranque de 1640 — Miguel de Vasconcelos projetado da janela, o entusiasmo da população, esquecendo-se o que se passou durante sessenta anos, em que a maior parte das elites se bandearam com o estrangeiro, quando ao lado delas, no seu anonimato inconformado, viveram e lutaram alguns nobres, algum clero, mas sobretudo, em transposição à distância, a falada arraia miúda de Fernão Lopes. Se porventura se defronta o episódio das invasões francesas, procura-se esquecer as valsas dançadas pelas fidalgas do tempo com os jovens oficiais de Napoleão, ali na Rua do Alecrim, no palácio de Junot, quando, sempre na inconformidade, o povo humilde, os sargentos da guarnição e uma minoria de intelectuais se batiam em campo raso no Rossio e no Largo das Duas Igrejas contra os invasores do território, episódio tão flagrantemente descrito nas páginas da *Filha do Polaco*, de Campos Júnior. Mais adiante, o que parece interessar na evocação das lutas entre D. Miguel e D. Pedro são as batalhas fratricidas, menosprezando o que representou para este país a conceção moderna de um Estado, expressa na obra fenomenal de Mouzinho da Silveira, e da compostura de homens da estirpe de Herculano e de Garrett — o Garrett do *Portugal na Balança da Europa*, que devia constituir, ainda hoje, uma leitura obrigatória para todos quantos desejam atualizar-se sobre a verdadeira vocação de um Portugal moderno. Se, ainda mais adiante, focarmos o 1820 e o 1891, cuida-se preferentemente de um elogio exaltante das virtudes, sem cuidar dos defeitos, e nessas virtudes o que significou para Portugal a paciente investigação histórica do autor de *Eurico, o Presbítero*, e das *Lendas e Narrativas*, para seguidamente, como era dever imperioso, debruçarmo-nos sobre a estruturação europeia dos vencidos da vida, não só para os guindar à nossa admiração e respeito, como também para os criticar, até pelo nome com que passaram à história, o que por si só define um

estado de neurastenia e abandono impróprios de um verdadeiro intelectual, tanto mais que Antero, Junqueiro, Eça de Queirós ou Ramalho Ortigão tiveram o privilégio de interpretar as ansiedades dispersas de um povo mortificado, ainda com as marcas da Santa Inquisição, nossa vergonha e nossa tristeza. Ao aproximarmo-nos das horas já vividas, por tradição ou por temporalidade, não se procuram as "pedras vivas", de António Sérgio, antes se pesquisa e se declama o frenesim dos comícios tentaculares e das apóstrofes grandiloquentes, quando humildemente se sabe que um caldeireiro, de nome quase desconhecido, inscreveu nas paredes de S. Domingos, com o sangue das suas veias, um definitivo "viva a República", ou quando também se sabe que, no dia 5 de Outubro de 1910, a par da gesta da Rotunda, populares descalços e esfarrapados guardavam de arma aperrada os cofres possidentes dos adversários da véspera. E também se olvida a obra extraordinária dos homens que fizeram a República, insistindo nas divergências ou nas dissonâncias, pondo de lado a honradez impoluta dos varões Plutarco, a obra ingente de recuperação financeira de Afonso Costa, a modernização da nossa pedagogia e a pertinácia dos estadistas que conseguiram que a nossa Pátria, batida na Flandres e em África, alcançasse a paz, com a integridade do território nacional, com o acréscimo de Kionga. E persiste-se em minimizar o valor do parlamentarismo a favor da tirania e da renúncia que nos levou à ditadura, ou melhor às ditaduras.

O significado desta tomada de posição de um impenitente escolar de história objetiva-se na afirmativa de que ainda se não escreveu, com realismo e verdade, a história do povo português.

Valiosas são as achegas, exemplificadamente, nos tempos mais chegados, a obra de retificação de Sérgio, Cortesão, e as dos mais novos, de Vitorino Magalhães Godinho e de Joel Serrão, aqui, sim, para esquecer o pessimismo doentio de Oliveira Martins. Esta entidade válida que é o povo português aguarda ainda a sua hora, e não vamos desesperar porque temos junto de nós quem a saberá escrever ou já escreveu, na prosa de Maria Lamas e nos versos de Adolfo Casais Monteiro, Armindo Rodrigues ou Carlos de Oliveira, paredes meias com os romances de Redol e nos ensaios percucientes de Santana Dionísio e no ensaio promissor que é o estudo de Mário Soares sobre Teófilo Braga.

Mas a história do povo português continua por escrever, na sua humildade, na sua singeleza, na sua persistência. O povo dos Gaibéus, a tragédia da beira-mar, a fome e a miséria dos montanheses e dos homens da planície, das montanhas do Nordeste e as injustiças do Alentejo.

Não se pode comemorar seja o que for sem ter sempre presente essa entidade.

Ela nunca traiu, ela nunca se vendeu, ela nunca tergiversou. Temos de contar com ela se quisermos ser dignos de nós próprios.

Aplausos gerais.

Nas Cortes de antanho, palavra tanto do gosto da literatura saudosista, foi a voz do povo, na fala de João das Regras, quem melhor defendeu os interesses da nação em perigo, conseguindo demarcar o perfil da nacionalidade, mercê do Tratado de Alcanizes, e preparou a nossa aventura atlântica com o Tratado de Windsor, mas tudo isso foi possível porque houve um alfaiate chamado Fernão Vasques e de Trás-os-Montes e das Beiras vieram para o litoral os tripulantes das caravelas.

Em matéria de fidalguias, o maior fidalgo foi o povo, presente até à morte nas duras procelas da nossa adversidade.

Não quero de forma alguma empobrecer o valimento das evocações ou os estudos parcelares dos brasões e das cruzes, mas ao passar por Alcobaça, pelo Castelo de Leiria, pelos Jerónimos ou pela Torre de Belém, sentinelas que se harmonizam com as fortalezas militares que foram os castelos, sinto que tudo isso só se alcançou porque o povo português nunca desistiu e na sua simplicidade fez sempre suas as grandes coordenadas do nosso destino intervalar ou consequente. E ao ver desfraldar neste país a bandeira verde-rubra, que os ditadores todos juntos não conseguiram arriar do mastaréu nacional, vêm sempre a meus olhos os homens como meu pai, simples caixeiro de uma lojeca lisboeta, que seguraram nas suas mãos as prerrogativas de um regime de liberdade, e foi ele que escalou Monsanto, que defrontou as incursões monárquicas, que resistiu a Sidónio e fez frente a Salazar e Marcelo Caetano.

Resta saber quem foi esse povo, ou melhor, se só assim consideramos os iletrados ou os analfabetos. Não, o povo fomos todos nós, aqueles que não tiveram o privilégio de se prepararem intelectualmente para a vida, e aqueles outros que pela voz e pela pena se misturaram na rua com as dores e amarguras da comunidade, consubstanciando em si a *ombridad*, de que nos fala Miguel Unamuno.

É dessa *ombridad* que temos de cuidar, dando o jeito português de hombridade, com h, ou seja, a nunca desmentida vocação para a liberdade, os sacrifícios das mulheres e dos homens deste país, queimados nas fogueiras da inquisição ou atirados como irracionais para os segredos do Aljube e de Peniche, ou para as torturas da PIDE — essa massa desconhecida a quem nunca feneceu o ânimo para suportar as frigideiras do Tarrafal.

É este o povo de que faço parte, com o privilégio de nunca ter sofrido o que outros sofreram, mas a quem nunca também minguou a vontade de ser aquilo que me prezo ser, antes de mais nada: um antifascista, porque o fascismo era e é a negação da própria vida e a perversão das mais justas reivindicações da grei nacional. E desse antifascismo emergiu o meu socialismo, que só o concebo e pratico dentro da liberdade, da legalidade e do pluralismo.

Aplausos do PS, PCP e alguns Deputados do PSD.

É nesta ótica que eu encaro o 25 de Abril.

Longe de mim a ideia de diminuir o serviço prestado à Pátria pelos capitães que ergueram nos seus punhos a liberdade perdida e amesquinhada. Simbolizo neles o Presidente da República. Presto-lhe aqui esta homenagem, distante da minha grande amizade, porque o que interessa é reconhecer o que esta Pátria lhe deve em direitura e em permanência.

Aplausos do PS, PSD, CDS e PCP, de pé.

Pois bem hajam os capitães de Abril, mas não é só dos capitães de Abril que se trata nesta comemoração de mais um aniversário.

O que importa é repor a verdade e dizer claramente que muitos de nós já tinham no peito a Revolução. Não tinham nem nunca tiveram as armas, e quando eventualmente as empunharam não foram suficientes para derrubar o fascismo.

Mas, dentro do peito de quem? Dentro do peito dos homens do 3 de fevereiro e do 7 de fevereiro, dos homens do 26 de agosto, exemplificadamente e também do mesmo modo de todos quantos através de cerca de cinquenta anos de expiação perderam batalhas, mas nunca perderam a guerra.

Várias gerações se sucederam no transcurso da nossa dramática evolução. Os velhos republicanos que são a nossa saudade, os intelectuais que jamais se demitiram, a unidade de gerações para quem as idades não contavam porque o que se sobrepunha era o amor à nossa Pátria e às suas franquias populares.

Nas cadeias, nas deportações e nos exílios, quatro gerações foram martirizadas e muitas delas frustradas.

Vejo desfilar à minha frente Bernardino Machado, Afonso Costa, José Domingues dos Santos, Hélder Ribeiro, que hoje andariam à volta ou já teriam ultrapassado os 90 anos; igualmente vejo desfilar à minha frente os meus companheiros do exílio de Espanha e os clandestinos no interior do país — João Soares, Nuno Cruz, Sarmento Beires, Utra Machado, Cunha Leal, Francisco Aragão, João Pedro dos Santos; o escol expresso nos exilados de Paris, significativamente simbolizados em Sérgio e Raul Proença; a minha geração sobre a qual tenho muita dificuldade em distinguir, mas que posso sem favor arrancar do meu coração e da minha inteligência Carlos Cal Brandão, e toda a teoria dos mortos do Tarrafal e dos vivos, de que temos entre nós, como membros desta Assembleia, os exemplos de Francisco Miguel e Edmundo Pedro, militando em partidos diferentes; outra teoria, a de todos os trabalhadores, de todos os estudantes que constituem a certeza de que jamais fomos vencidos.

É este o 25 de Abril que quero comemorar com um apelo com que termino estas palavras.

Há muita gente neste país interessada em perverter o surto da nossa Revolução, pela intriga, pela ambição e pelo messianismo. Quanto a este particular, a democracia não se constrói com messias, mas sim com o jogo constitucional, harmónico e legalista, com o respeito pelas ideias dos outros, pela dignidade pessoal e política, porque, se a desgraça nos batesse à porta e se não tivéssemos forças para a dominar, uma nova história macabra se escreveria neste país e nela se inseririam os que não desistiriam e percorreriam de novo as estradas do martírio, e os outros que, uma vez na adversidade, ou se acomodavam ou pretendiam ultrapassá-la.

Pois bem, vamos serenar os nervos, dominar as emoções, estancar os ímpetos, deixar passar a caravana. Vamos agarrar este quadrilátero medieval que é a nossa Pátria de hoje e vamos acreditar nas virtualidades do povo português.

E com essa confiança, comemorando esta data emocional e festiva, vamos construir o futuro, e só não o construiremos se nos negarmos a nós próprios e se trairmos as indicações da história, tão doridamente vivida nas décadas e centúrias da nossa existência viril.

Minhas senhoras e meus senhores, não estão nestas palavras somente o coração, mas também a inteligência.

Com o coração e a inteligência não regressaremos ao passado, e a Revolução de Abril passará à história como uma afirmação desenvolta de um povo livre e democrático.

Aplausos gerais.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Antes de conceder a palavra ao representante da União Democrática Popular, quero dar conhecimento a todos vós do telegrama que agora recebi dos Srs. Deputados que se encontram em serviço na Assembleia da Europa:

> «Os Deputados de todos os partidos representados na Assembleia da Europa saúdam na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia da República a Revolução libertadora do 25 de Abril e pedem para se transmitir a todos os colegas a expressão deste nosso sentimento.»

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros, representante da União Democrática Popular.

O Sr. **Acácio Barreiros** (UDP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Conselho da Revolução, Srs. Convidados, Srs. Deputados: Na passagem do 4.º aniversário do 25 de Abril nós queremos recordar com entusiasmo e emoção os heróis da resistência antifascista e deixar aqui expresso um testemunho de gratidão, uma saudação muito calorosa aos capitães do 25 de Abril de 1974.

São passados quatro anos depois de Abril: quatro anos de grandes jornadas de luta, de inesquecíveis lágrimas de alegria, de muitas horas de sacrifícios e trabalho devotado.

Talvez que nas primeiras horas de Abril poucos tivessem consciência clara do descalabro económico, político e cultural a que o fascismo tinha conduzido o nosso querido Portugal. Mas a dura realidade é que quarenta e oito anos de ditadura nos legaram um Portugal incapaz de produzir o seu próprio pão, uma economia feita à medida de meia dúzia de tubarões capitalistas e em grande parte reduzido a uma coutada onde os estrangeiros faziam lei e enriqueciam a seu bel-prazer.

Aliás, a reação, encolhendo-se diante do primeiro ímpeto popular, esperava que, passado este, o povo desanimasse diante das dificuldades e, rendido, baixasse as bandeiras de Abril. Esperava, mas enganou-se. Com coragem, com determinação e até com raiva, todo o povo se lançou no esforço grandioso de fazer um Portugal diferente. O Alentejo cobria-se com o verde de searas em terras onde o mato chegou a ser arrancado com as próprias mãos; numerosas empresas sabotadas foram mantidas em laboração graças ao esforço dos seus trabalhadores, que chegaram a passar meses a fio sem receber salários; a banca foi nacionalizada, permitindo impedir que se continuasse a sangrar o país com a fuga de milhões de contos; vários setores são nacionalizados; os trabalhadores alargam constantemente o controlo operário para melhorar a produção e impedir as sabotagens. Entretanto defendia-se

o novo Portugal nas barricadas do 28 de Setembro e do 11 de Março e em S. Bento arrancava-se uma Constituição que, consagrando muito desse esforço generoso dos trabalhadores, apontava como meta dessa obra grandiosa o socialismo. Em tão pouco tempo construiu-se tanta coisa que dificilmente encontraremos na nossa história tamanhos exemplos de grandeza.

Por isso hoje, quatro anos depois de Abril, o povo não pode deixar de se sentir ferido quando os nossos governantes vêm dizer-nos que tudo está mal feito, que Portugal está cada vez mais próximo de um abismo, que as finanças estão na miséria, que os preços têm forçosamente de continuar a subir, que só a boa vontade dos estrangeiros nos pode salvar com os seus empréstimos milagrosos. Mas, francamente, meus senhores, havemos de concordar que é difícil de explicar essa onda pessimismo que espalhais? Afinal, não será verdade que hoje as condições são melhores que há quatro anos? Não será verdade que hoje temos um Alentejo produtivo em vez de coutadas e da miséria de há quatro anos? Não será verdade que hoje temos uma banca nacionalizada, capaz de pôr em ordem a economia, em vez dos bancos de meia dúzia de tubarões de há quatro anos?

O Sr. **Cunha Simões** (CDS): — Não, não é verdade!

O **Orador**: — Não será verdade que hoje um governo neste país pode marear níveis e orientar a produção apoiando-se no controlo dos trabalhadores, enquanto há quatro anos o governo só podia fazer votos piedosos que os capitalistas só cumpriam se lhes apetecesse? E, finalmente, não será verdade que hoje temos uma Constituição maioritariamente aprovada e que aponta metas claras a atingir?

Sendo assim, então porque é que tudo está pior? Afinal porquê as sucessivas lamentações de sucessivos ministros? Centenas de milhares de trabalhadores seriam capazes de responder a esta questão. O que está mal é que, em vez de se apoiar a Reforma Agrária, ataca-se, cortando créditos, entregando reservas, comprometendo, assim, o esforço dos trabalhadores. O que está mal é que, em vez de se criarem circuitos comerciais, sobem-se os preços para engordar os intermediários. O que está mal é que a banca nacionalizada anda a encher os seus cofres de dinheiro, recusando créditos, para amanhã ir pôr esse dinheiro nos bolsos dos grandes monopolistas sob a forma de indemnizações. O que está mal é que estamos a importar do estrangeiro muita coisa, sobretudo bens alimentares, que se podiam produzir cá, e fazemos isso só para que o imperialismo não se aborreça. O que está mal é andarem a pedir sacrifícios ao povo, e o povo a ver os ricos cada vez mais ricos, e os bancos a prepararem dinheiro para pagar as indemnizações aos grandes monopolistas. O que está mal, é preciso dizê-lo com toda a firmeza, é que sobretudo depois do 25 de Novembro se tem acentuado neste país a política de fazer do Portugal de Abril um Portugal onde caibam os inimigos de Abril. Pretende-se fazer da Reforma Agrária uma reforma agrária onde caibam os latifundiários e os seus milhões de contos de indemnizações; das nacionalizações umas nacionalizações que agradem aos Melos, aos Champalimauds e demais tubarões capitalistas; da política de preços uma política que agrade aos grandes intermediários; da própria Constituição, com os seus objetivos socialistas, uma Constituição igual à dos países capitalistas da Europa; das nossas forças armadas umas forças armadas onde caibam os spinolistas e mesmo os oficiais saneados com o 25 de Abril e onde não caibam os oficiais de Abril.

Por isso há que dizer hoje com toda a clareza que o que está mal, o que está a falhar no Portugal de Abril é que se esteja em grande parte a governar contra as conquistas populares, que são elas mesmas os alicerces de um Portugal novo. O que está errado não é, nem podia ser, o 25 de Abril, mas sim os ataques ao 25 de Abril. Aliás, nem outra coisa seria de esperar. Se muitos trabalhadores conseguiram melhorar a sua vida na luta contra os monopólios, uma política que ceda diante das exigências dos monopólios tem evidentemente como consequência crescentes dificuldades para os trabalhadores.

Mas reparai, reparai bem, ao que conduziu esta política de ir cedendo diante da reação à espera que ela se acalmasse. A reação, que aplaudiu cada uma das desocupações no Alentejo e cada corte de crédito que foi feito às cooperativas, surge hoje a exigir toda a terra para os latifundiários.

A reação e o fascismo, que aplaudiram cada pide e cada bombista escandalosamente libertado, surgem hoje a exigir o julgamento do próprio primeiro-ministro, como fez o fascista Kaúlza de Arriaga. A reação, que aplaudiu delirantemente o afastamento de cada um dos oficiais de Abril, surge hoje a exigir o afastamento dos últimos, ao mesmo tempo que por detrás da conversa das hierarquias exige que o comando das forças armadas seja entregue aos velhos Pinochets do fascismo e da guerra colonial. A reação, que aplaudiu cada uma das leis que foram feitas contra a Constituição, surge hoje, em nome dessas leis, a exigir que se rasgue a própria Constituição. E hoje aí está ela, onde é maioria, a recusar-se a celebrar o próprio 25 de Abril, como aconteceu escandalosamente na Assembleia Regional da Madeira.

No fundo, a reação hoje procura lançar sobre o 25 de Abril e sobre a Constituição as culpas pelos resultados desastrosos de uma política que tem sido feita em grande parte contra o 25 de Abril e contra a Constituição.

A reação, beneficiando hoje com a benevolência com que foi tratada, conspira e atua cada vez mais abertamente.

Da mesma forma que os fascistas aproveitaram a benevolência com que foram tratados pela I República para a esmagarem e porem Salazar no poder. E, hoje, como então, aí está toda a reação à volta de Kaúlza e de Sá Carneiro...

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O **Orador**: — ... a fazer apelos, dizendo que é preciso encontrar um chefe capaz de salvar Portugal. Há cinquenta anos o chefe que os fascistas encontraram foi Salazar, não para salvar Portugal, mas para enriquecer meia dúzia de monopolistas à custa da fome e da escravidão de todo um povo.

As campanhas dos fascistas não ficam evidentemente só nas palavras, mas começam a crescer de violência sobretudo nas regiões autónomas, onde contam com a complacência dos Governos Regionais.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O **Orador**: — A ação criminosa dos grupos separatistas, dos bombistas e das juventudes fascistas nas escolas em nada se distingue da das juventudes de Mussolini, das juventudes hitlerianas na

Alemanha ou dos grupos terroristas no Chile, que com a sua ação prepararam o assalto sanguinário das ditaduras fascistas.

O Sr. **Cunha Simões** (CDS): — E os terroristas da Baixa da Banheira?

O **Orador**: — Entretanto, a nível militar, como o próprio Conselho da Revolução reconheceu, procura criar-se de novo o clima de há cinquenta anos, que permitiu a Gomes da Costa esmagar a República.

O Sr. **Olívio França** (PSD): — Não apoiado!

O **Orador**: — Se fiz este curto paralelo com os dramáticos acontecimentos que permitiram a queda da I República, é apenas para dizer a nossa convicção de que hoje as forças democráticas e os trabalhadores não permitirão que tal se repita. Se os erros dos republicanos de há cinquenta anos foram uma tragédia, repetir hoje esses erros não passaria de uma farsa.

Saberemos defender o 25 de Abril não só dos seus inimigos, como daqueles que não têm a coragem de o defender.

Saberemos defender Abril com a consciência perfeita de que as declarações antifascistas, embora positivas, por si só não bastam. A ofensiva contra as conquistas dos trabalhadores, o ciclo ruinoso dos empréstimos estrangeiros, a impunidade dos inimigos da liberdade têm de ser travados. Os trabalhadores sabem que têm de lutar contra quem governa contra eles, pois tem sido à sombra de tal política que a direita fascista tem crescido.

Saberemos defender Abril, até porque o povo pobre sabe que, se lhe tirarem o 25 de Abril, nada mais lhe resta. E hoje, que a direita fascista já diz que voltará a descer às ruas para esmagar Abril, é preciso dizer-lhe que, se o fizer, não será a primeira vez que será derrotada, pois já a vencemos a 28 de Setembro e a 11 de Março. A UDP reafirma a sua convicção profunda de que, se for preciso, o povo saberá defender de novo nas barricadas o seu querido 25 de Abril. Mas, sobretudo, saberemos defender Abril com os olhos postos no futuro.

Seguramente a razão mais profunda que pode irmanar todo o povo num só esforço de gigante para levar o 25 de Abril para a frente reside na consciência de que o 25 de Abril é uma oportunidade, talvez única na nossa história, de sermos verdadeiramente grandes em Portugal. Todos nós sentimos que não podemos perder esta oportunidade de dar aos nossos filhos um Portugal que nos orgulhemos de lhes entregar e eles se orgulhem de receber das nossas mãos.

Lutaremos, pois, com a certeza de quem sabe que um povo que não quer ser esmagado jamais o é, um povo que firmemente quer ser livre sempre o será.

As grandes manifestações populares do 25 de Abril e as próximas grandes jornadas do 1.º de Maio são a prova clara que o 25 de Abril está bem vivo nas mãos do povo. Vemos com alegria crescer entre os trabalhadores e no conjunto do movimento sindical a consciência da necessidade de levar à prática quanto antes a jornada de luta nacional há muito aprovada pela CGTP-Intersindical, como forma de

lutar contra que se continue a governar contra o 25 de Abril, atacando as conquistas populares, comprometendo o esforço e o futuro dos trabalhadores.

E hoje que os fascistas despudoradamente apelam ao golpismo, exigem a cabeça dos capitães de Abril e de todos os democratas, ao mesmo tempo que os separatistas atiram para a rua o terror fascista, é mais que tempo de os democratas cerrarem fileiras, apoiando-se de forma decidida na luta e na força dos trabalhadores, alargando as conquistas populares, defendendo com firmeza o projeto constitucional. Aí está a matéria-prima, os alicerces e o fio-de-prumo do futuro de progresso, de paz e de liberdade para o nosso país. Por aí, seguramente, levantaremos a pátria livre e socialista de amanhã. Por aí venceremos os nossos inimigos, bem como os falsos amigos os velhos do Restelo que, apelando ao falso consenso, nos estão sempre a recordar que somos um país pequeno, que não nos é permitido contrariar os grandes senhores do mundo, que nos devemos limitar a ser aquilo que eles nos deixarem ser. Mas os trabalhadores não deixarão que se verguem as bandeiras do seu país diante desses falsos senhores do mundo, não entregarão os seus filhos aos mesmos que nos exploraram durante tantos e tantos anos.

Defenderemos Abril. Levaremos o 25 de Abril à vitória nas mãos do povo que é por quem ele foi feito.

Os trabalhadores, e só os trabalhadores, são os donos do futuro. Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

Aplausos do Sr. Deputado Carlos Candal (PS)
e de alguns assistentes das galerias.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do Partido Comunista Português.

O Sr. **José Vitoriano** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Ministros, Srs. Deputados, senhoras e senhores: Passa hoje mais um ano sobre a radiosa madrugada de Abril em que o Movimento das Forças Armadas, desde logo com a adesão e o apoio das massas populares, saiu à rua para derrubar a ditadura fascista que durante quarenta e oito anos subjugara e duramente oprimira o povo português. Há quatro anos, os capitães de Abril, com o levantamento militar daquela heroica madrugada, davam o primeiro passo no caminho da liberdade e dos novos rumos da sociedade portuguesa.

Ao comemorarmos solenemente aqui, na Assembleia de República, este 4.º aniversário da Revolução de Abril, queremos saudar do fundo dos nossos corações esses valorosos militares que a ela se entregaram com toda a sua generosidade, emprestando-lhes a coragem e a abnegação próprias dos que abraçam as causas nobres e justas.

Importa hoje e desta tribuna lembrar e destacar os sentimentos profundos que unem, no amor da liberdade e da democracia, esses heroicos oficiais e aqueles que depois se lhes juntaram às mais largas camadas da população portuguesa.

Importa recordar os sentimentos de profunda solidariedade que os unem aos antifascistas, resistentes e mártires da liberdade que durante quarenta e oito anos lutaram pelo fim da opressão e da violência fascistas.

Para as gerações futuras, o levantamento militar de Abril será uma lição de patriotismo, um exemplo do amor à liberdade, a garantia de que os ideais do progresso saberão sempre encontrar forças e homens capazes de os levar à prática.

As massas populares encontram hoje, nas comemorações que mobilizam centenas e centenas de milhares de portugueses por todo o país, a forma de mostrar que o 25 de Abril está presente nos corações e nas vontades como marco e como símbolo da construção de um Portugal democrático e independente e de um futuro melhor.

Com o 25 de Abril, o povo português celebra a conquista da liberdade e da democracia e afirma a sua inquebrantável vontade de as defender.

Celebra as profundas transformações económicas, o caminho da substituição do poder económico dos que sustentaram o fascismo, e com ele a opressão e a violência, por estruturas socioeconómicas que assegurem o desenvolvimento da economia portuguesa para bem do povo e do país. Celebra as novas condições sociais que permitiram a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo português a seguir ao 25 de Abril.

Celebra a paz conquistada depois de mais de uma dúzia de anos de guerra injusta contra povos que lutavam também pela sua liberdade e pela sua independência.

A celebração de Abril é a um tempo a condenação do regime fascista e a saudação, o apoio e o compromisso dos novos rumos traçados pela Revolução.

Abril opõe-se à opressão, ao esmagamento das liberdades, à limitação dos direitos fundamentais, à marginalização dos cidadãos da vida política.

Abril opõe-se à guerra e à violência, ao colonialismo, à opressão sobre outros povos, ao sacrifício do país, dos interesses nacionais e da juventude portuguesa a inconfessáveis interesses do estrangeiro e de minorias privilegiadas.

Opõe-se ao obscurantismo, ao segregacionismo cultural, ao elitismo, ao ensino reservado para uns poucos e condicionado para a grande massa da população.

Opõe-se à miséria e à fome, às degradantes condições de vida, de saúde e de habitação, aos baixos salários, ao abandono da terceira idade, das mães, dos jovens, das crianças, dos diminuídos, dos sinistrados.

Opõe-se aos privilégios económicos e à subordinação dos interesses da Nação e da grande massa do povo português aos interesses mesquinhos de uma minoria de grandes proprietários e monopolistas, à alienação do interesse nacional aos interesses do imperialismo e às suas imposições despóticas.

A "revolução dos cravos" é a revolução da liberdade, da solidariedade, da paz e do futuro.

Os que querem destruir Abril e aspiram à reconstituição dos privilégios de uma pequena minoria de exploradores do povo português põem em causa essa paz, essa solidariedade, essa liberdade, esse futuro.

Encontramo-nos hoje perante uma nova escalada reacionária que o país — os órgãos do poder democrático, as forças democráticas e progressistas e todos os que prezam a democracia e a liberdade — têm de enfrentar com coragem e decisão.

A reação ataca em todo o lado e por todas as formas, não já apenas esta ou aquela conquista de Abril, mas o próprio regime democrático.

É a própria unidade nacional e a integridade da Pátria que está posta em causa e desde logo com o apoio ao separatismo e às ações violentas para o levar à prática.

É a paz e a estabilidade social que são comprometidas com o revanchismo, a intriga, a calúnia, o bombismo, a ação conspirativa.

É a solidariedade nacional que é frontalmente atacada, com campanhas de divisionismo e calúnia, carregadas de ódio.

São as instituições democráticas que são vilipendiadas, órgãos de soberania objeto de baixas campanhas, a própria democracia assacada de culpas e calúnias contrapostas à promoção de velhas figuras do fascismo.

É a própria Constituição da República e as conquistas, direitos, liberdades e garantias nela consagrados que são contestados com a exigência da sua revisão, fora e contra os mecanismos nela previstos e com campanhas persistentes e corrosivas junto da opinião pública. À ação desestabilizadora daqueles que querem o regresso ao passado é necessário opor a ação comum, a cooperação, a solidariedade dos que estão do lado da democracia e da liberdade.

A busca de uma alternativa democrática e patriótica deverá ser um objetivo central de todas as forças que se opõem ao regresso ao passado, que se opõem à reconstituição de um poder político e económico que esmagaria as liberdades, traria de novo a opressão e a miséria ao nosso povo, comprometeria o desenvolvimento económico, a independência nacional, a integridade da Pátria.

Uma alternativa que contenha em si a defesa de todas as grandes conquistas da Revolução, que respeite e consolide a Reforma Agrária e as nacionalizações, que estimule a participação criadora dos trabalhadores e o controlo de gestão, que respeite os interesses e direitos dos trabalhadores, que atenda às suas reivindicações mais instantes, bem como às reivindicações de outros estratos importantes da população, como os pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes, os reformados, os jovens, etc., uma política, em suma, que no caminho de Abril se enquadre plenamente no respeito da Constituição da República, uma tal política isolará de vez os inimigos da democracia, dará forma e consolidará as mais profundas aspirações dos portugueses — a paz, o bem-estar, o progresso social, um futuro melhor no rumo do socialismo.

Estamos certos de que tal política congregará o apoio e a adesão dos trabalhadores portugueses, será capaz de mobilizar a imensa maioria do povo português e encontrará na sua capacidade criadora e no seu empenho as forças necessárias para ser levada à prática.

O PCP reafirma hoje e mais uma vez a sua disposição e disponibilidade para examinar todos os problemas nacionais com outras forças democráticas e patrióticas e encontrar, na unidade de objetivos e na solidariedade da ação, as formas adequadas à defesa e consolidação do regime democrático.

Solidários com todas as vítimas da violência fascista, com todas as vítimas do terrorismo e do separatismo, fazemos votos sinceros, na data em que se comemoram quatro anos da Revolução de Abril, para que todos aqueles que não querem regressar ao 24 de abril se unam debaixo da bandeira da democracia e da Constituição e oponham uma barreira intransponível à ofensiva reacionária.

Aplausos do PCP, do PS e dos Deputados Independentes presentes.

A paz, a liberdade, a independência nacional, a integridade da Pátria, são hoje, perante os ataques desenvolvidos contra o regime democrático saído da Revolução de Abril, fatores de coesão e unidade que encontram e encontrarão profundo eco no povo português, que permitirão mobilizá-lo, num projeto de reconstrução nacional, de resolução dos graves problemas nacionais.

Da nossa parte, afirmando que não nos pouparemos a esforços para realizar tais objetivos, queremos expressar a nossa completa confiança e certeza de que Abril, os seus ideais e as suas conquistas estão bem vivos no coração dos portugueses e de que, contra todas as ameaças, serão defendidos.

Viva Portugal!

Aplausos do PCP, do PS e dos Deputados Independentes presentes.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do Partido do Centro Democrático Social.

O Sr. **Oliveira Dias** (CDS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente e Srs. Deputados: Os quatro anos que vivemos a partir de 25 de Abril de 1974 não nos permitem — porque são poucos e porque têm sido intensos — a distância necessária para pretendermos escrever ou dizer já aquilo que na história há de ficar.

Tenho, porém, a certeza de que a data que hoje celebramos há de sempre encabeçar um capítulo diferente da história de Portugal. Capítulo em que hão de figurar deliberações tomadas nesta Casa e as suas consequências, em que hão de ser referidas personalidades hoje aqui presentes; em que aquilo que no dia a dia nos apaixona, com tonalidades de entusiasmo ou de desgosto, em regra terá desaparecido, na medida em que uma coisa são os sentimentos apaixonados dos homens e outra são ou serão os juízos rigorosos da história.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas o tempo há de confirmar o sentido das comemorações que esta Assembleia hoje renova.

Na história de oito séculos da nossa Pátria, abriu-se um capítulo novo, naquela madrugada da Revolução e nos dias de deslumbramento que se lhe seguiram.

Foram dias em que um povo inteiro passou da cor baça da descrença e da angústia para a felicidade das perspetivas de paz e para o encanto dos horizontes da primavera em Portugal.

O Sr. **Amaro da Costa** (CDS): — Muito bem!

O **Orador**: — Era a liberdade!

Porém, Portugal — mesmo depois de concentrado no retângulo da Europa, nos Açores e na Madeira e na presença singular em Macau — não é tão pequeno como um canteiro em que alguém semeia e em que só cresce uma espécie de flores, todas da mesma cor.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Num país, mesmo pequeno, uma flor só não é a primavera, e apenas uma cor não pode exprimir a liberdade.

Aplausos do CDS e de alguns Deputados do PS.

«Liberdade, cor do homem» — como dizia André Breton —, isto é, o direito e o dever que cada homem tem de ter e de aparecer com a sua própria cor.

Era a liberdade que, tal como prometia o manifesto do 25 de Abril, não pode deixar de ser entendida como causa e efeito da justiça. Liberdade que é sin6ninio de responsabilidade, que como tal a vemos, uns nos outros — e os outros e a história hão de ver em nós. Causa e efeito de justiça, não só entendida como respeito por um ordenamento jurídico adequado, mas, para além disso, concretizada nos direitos da pessoa humana, vivendo numa sociedade moderna e justa, tal como as declarações internacionais os definiram e a Constituição Portuguesa os acolheu.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Responsabilidade que devemos querer e teremos de assumir, perante Portugal e o mundo, hoje e na história.

Tenho consciência de que continuam sem resposta satisfatória muitas das perguntas que o Sr. Presidente da República nos dirigiu aqui, faz hoje um ano. Nessa sessão, como desde que foi eleito, o Sr. general Ramalho Eanes falou, como lhe cumpre, em nome do povo que lhe atribuiu o seu mandato, com uma firmeza a que, por nós, não deixaremos de prestar, de novo, a mais convicta homenagem.

Aplausos do PS, CDS, Governo e alguns Deputados do PSD.

Perguntas claras e tão exigentes, como eram e são os requisitos e as ações necessários para dar cumprimento integral às promessas do 25 de Abril. Respostas necessárias, que desafiam a capacidade dos homens e a complexidade dos mecanismos de deliberação e de execução da orgânica do Estado; que não poupam a ninguém a obrigação de um empenhamento pessoal para as construir; em relação às quais, na complexidade dos tempos, mesmo as medidas acertadas, como muitas das que já foram decididas, requerem muito esforço e algum tempo para que se vejam e se vivam as suas consequências positivas.

Muitas dessas perguntas continuam sem resposta satisfatória. A justiça está longe de poder considerar-se assegurada, a liberdade — em zonas cada vez menores, mas ainda importantes do território nacional — continua ameaçada; a vida é difícil, o povo queixa-se e o desânimo tolda o olhar das famílias e das pessoas, atenua a luz e carrega as sombras.

O CDS tem plena consciência da gravidade da crise que Portugal atravessa — chamou inúmeras vezes as atenções para a sua iminência sem que lhe dessem ouvidos — e conhece bem as repercussões que ela tem na vida da enorme maioria dos portugueses.

Vivemos, de facto, tempos difíceis!

Mas não é nos tempos fáceis, nem é fugindo às dificuldades que os homens, as instituições e os povos dão provas daquilo que são, que valem ou que merecem.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — E das dificuldades há ilações que não é legítimo extrair nem propagandear.

Não é legítimo, nem honesto, que quem é mais responsável pela crise económica em que vivemos intente aproveitar-se agora das consequências daquilo que fez, ou mandou fazer, para pretender captar o descontentamento de um povo que sofre, tentando mais uma vez voltá-lo contra o caminho da sua própria sobrevivência.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Não é legítimo, nem racional, atribuir à liberdade, ou ao 25 de Abril, ou ao povo, as consequências destruidoras de um processo diferente, que no movimento democrático dos militares se enxertou; que pretendeu repetir, e em muitos passos repetiu, em Portugal o desenvolvimento da estratégia das vanguardas revolucionárias, que em toda a parte onde foram experimentadas — e em Portugal também não só não resolveram os problemas dos povos que a sofreram, como atraiçoaram sempre qualquer ideal de quem a tenha aceite como método para alcançar objetivos generosos.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Não é legítimo, nem racional, atribuir ao 25 de Abril ou à liberdade as culpas de um processo diferente, que sobretudo até 25 de Novembro de 1975 submergiu os ideais e as promessas e asfixiou a liberdade que o povo português esperava, que merecia e merece, e que soube defender heroicamente, contra a intoxicação mais profunda, as ameaças mais torpes e os atentados mais graves de que foi vítima.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Não é legítimo, nem respeita a dignidade humana, não corresponde às evidências que nos apresenta a conjuntura nacional e internacional, pensar ou pretender que a resolução das nossas dificuldades deva procurar-se de novo pela força, caçando bruxas, enchendo prisões, vingando agravos com novas injustiças, procurando novas vítimas. Em suma, e para falar claramente, não é legítimo, não respeita a dignidade humana, não corresponde às evidências e é um insulto aos portugueses

e uma traição a Portugal apontar como caminho para a resolução das dificuldades o apelo ou o incentivo à ditadura, seja quem for, diga o que disser o pretendido ditador, parta de onde partir o seu cavalo ou a sua galera.

Aplausos do PS, PSD, CDS e Governo.

Aquilo que os Portugueses sofrem não é inédito!

Basta lembrarmo-nos daquilo que se passou na Europa toda — e em Portugal também — durante e no fim da última guerra mundial; daquilo que então faltava a quase toda a gente e que, apesar de tudo, hoje há para quase todos; do que nos contavam os refugiados dos países em guerra; daquilo que se via pela Europa adiante, anos ainda depois de assinada a paz.

E poderíamos correr o mundo martirizado, para vermos como, em poucos anos, situações muito mais graves do que aquela que sofremos agora foram superadas pelo esforço, pelo trabalho dos povos, pela solidariedade nacional e internacional. Portugal, arruinado, não tinha ainda percebido bem a situação em que se encontra.

As consequências da crise são dolorosas para toda a gente — exceto para as aves de rapina, que aparecem sempre nas horas más e que é preciso afastar.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Porém, quando outros povos venceram dificuldades maiores, os portugueses hão de também ser capazes de vencer as suas.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — E para isso não é preciso vender a independência nem a dignidade nacionais. Nem é preciso escondermo-nos no nosso orgulho ferido, fugindo das mãos que, lealmente, nos quiserem ajudar.

A aposta europeia de Portugal não colide em nada com o mais genuíno portuguesismo, como não feriu a personalidade própria dos povos já associados no Mercado Comum. Colide, sim, é com os nossos complexos de país atrasado na Europa, com a preguiça, com a desorganização e a incompetência, quando temos de trabalhar aqui, pelo menos, tanto e tão bem como trabalham os nossos emigrantes.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Portugal europeu é possível se os portugueses quiserem, em liberdade e graças ao 25 de Abril.

Nada disso é possível se as instituições democráticas forem subvertidas e alguém pretender obrigar os Portugueses a fazer à força aquilo que, em liberdade, ainda não conseguiram. Mas podem conseguir e querem conseguir.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Quatro anos volvidos, esta a perspetiva que o 25 de Abril abriu aos portugueses que a Europa olha com admiração, por terem repelido uma ditadura velha e logo outra ditadura, que aparecia de novo, mas era ainda mais velha do que aquela em que a maior parte de nós nascemos.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Em 25 de Abril de 1978, experimentado por tudo quanto já passou, enfrentando com determinação a dureza do trabalho e qualquer ameaça às instituições democráticas entretanto criadas, o povo português defenderá a sua liberdade e alcançará a justiça e os padrões de vida a que tem direito.

Este o sentido da posição que o CDS assume na atual conjuntura política e económica.

Hoje, na nossa opinião, esta a melhor homenagem aos homens que fizeram o 25 de Abril e aos que, entretanto, o defenderam de todos os enganos, ameaças e traições.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — O CDS acredita que Portugal livre pode contar com os Portugueses. Com as instituições democráticas, o povo português afirmará de novo a sua capacidade perante o Mundo e perante a História, perante a memória daqueles portugueses de outros tempos que tantas vezes venceram dificuldades e dúvidas muito mais graves do que aquelas que se nos deparam.

O CDS acredita que o povo português saberá sempre distinguir as propostas sérias dos jogos fátuos. Tudo está nas suas mãos e por isso o povo terá o que merece.

Portugal livre vencerá!

Aplausos do PS, CDS e Governo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do Partido Social Democrata.

O Sr. **Moura Guedes** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Quase cinquenta anos de opressão e de injustiça não conseguiram sufocar no povo português a força irreprimível e transfiguradora da esperança.

Por isso o 25 de Abril foi possível.

Foi nessa esperança que pegou em armas numa madrugada de Abril e que, num impulso irresistível, levou de arrancada, à sua frente, as barreiras podres da ditadura e do colonialismo. E o país pôde redescobrir os horizontes vastos do mundo e, no espaço livre de si mesmo, reencontrar-se consigo e com a sua história. Não foi preciso, felizmente, que a manhã gloriosa da liberdade que assim nascia houvesse de ser batizada em sangue.

Ela já vinha batizada no sofrimento e na luta, no heroísmo e na determinação dos muitos homens livres que, ao longo de décadas e provindos de todos os quadrantes ideológicos, haviam sabido ser a resistência ao regime, batendo-se em todas as frentes, pela democracia, com a indómita coragem que só o amor à liberdade sabe emprestar aos homens.

Quando em 1975 essa liberdade voltou a estar ameaçada e o país se encontrou na iminência de uma nova ditadura, foi, de novo, a força irreprimível e transfiguradora da esperança que fez levantar o povo português de norte a sul do país, e foi esse povo, com o apoio decidido de militares, que conseguiu despedaçar as muralhas de aço do novo totalitarismo em que pretendiam encerrá-lo, permitindo, deste modo, que a democracia pudesse ser institucionalizada em Portugal.

O Sr. **Anatólio Vasconcelos** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Foi assim que pudemos fazer uma Constituição, escolher livremente os representantes do povo à Assembleia Legislativa, eleger um Presidente da República, designar democraticamente os órgãos das autarquias locais, lançar, em suma, os alicerces, porventura ainda não suficientemente sólidos, de um Estado de direito.

Toda esta estrutura formal da democracia que conseguimos estabelecer, não sem custo, se é importante e indispensável, não chega, por si só, para assegurar a realidade de uma autêntica e límpida vivência democrática. A democracia pode mesmo extinguir-se, subsistindo embora as suas instituições formais, os seus rótulos e os seus ritos, se ao reconhecimento jurídico dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos não corresponder uma prática que traduza o efetivo respeito pelo seu exercício.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Se esse desfasamento viesse a ocorrer, estaríamos caídos no farisaísmo democrático dos sepulcros caiados...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Esse é um perigo real com que nos defrontamos neste momento, quando vemos entidades políticas, que deveriam ser altamente responsáveis, alinhar numa autêntica campanha difamatória desencadeada por alguns partidos políticos e certa imprensa contra aqueles que se limitam a exercitar o legítimo direito de crítica em relação aos órgãos de soberania, crítica essa exercida em nome, na defesa e na prática da democracia.

Aplausos do PSD.

Vozes do PS: — Não apoiado!

O **Orador**: — Se o exercício desse direito de livre crítica, dirigida a quem quer que fosse, viesse a ser cerceado através de uma censura política, a democracia passaria a estar em perigo.

Nós, sociais-democratas, não permitiremos que isso aconteça.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Com todas as dúvidas e perplexidades que factos deste tipo nos suscitam, perguntemo-nos: Ao fim de quatro anos de caminhada, teremos avançado, substancialmente, em direção a esse "país novo" que queríamos alcançar? Esse país "mais livre, mais justo e mais fraterno"?

É com mágoa que temos de reconhecer que ainda não. Esse país de bem-estar para todos, esse país de justiça e de paz, construído na liberdade, está ainda distante da realidade nacional.

Tão longe que já muitos (e esse é o drama nacional) começam a duvidar mesmo da própria viabilidade desse "país novo", perguntando-se a si próprios se ele não será apenas mais uma daquelas ridentes miragens que, ao sumirem-se, acabam por deixar o deserto ainda mais deserto.

Tem faltado e continua a faltar ao país um projeto global que permita enfrentar a gravíssima crise que vivemos, também ela de caráter global.

Parece evidente que só essa solução política, económica, social e cultural terá eficácia para ultrapassar a crise. Tudo o mais estará condenado ao fracasso.

Continua a não se ver surgir na nossa vida política esse projeto equilibrado, justo e realista, de salvação nacional que as circunstâncias exigiriam.

Nem o país se dá conta de quaisquer esforços, desenvolvidos por quem de direito, nos quadros constitucionais, no sentido de se verem criadas as condições mínimas favoráveis ao aparecimento de um projeto deste tipo, que, dispondo à partida de uma ampla base de apoio, seria seguramente capaz de mobilizar a grande maioria dos portugueses.

A falta de imaginação ou de vontade política continua, assim, a bloquear a solução dos problemas gravíssimos com que Portugal se defronta.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Como o PSD tem vindo insistentemente a acentuar, é alarmante a situação do país.

A situação económica e financeira continua a agravar-se cada vez mais, sem que se defina uma estratégia coerente de ataque à crise. Os preços sobem assustadoramente e o custo de vida torna-se insuportável para os mais desfavorecidos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — A política de severa austeridade que se impõe aos cidadãos não tem qualquer correspondência numa correlativa e moralizadora exigência de austeridade pública, prosseguindo assim o escândalo das despesas sumptuárias do Governo e de outras entidades.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Vozes do PS: — Não apoiado!

O **Orador**: — A maior parte dos meios de comunicação pertencentes ao Estado continua a ser instrumentalizada pelos partidos do Governo, em flagrante violação da Constituição.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Vozes do PS: — Não apoiado!

O **Orador**: — Alastra a corrupção, o nepotismo, a droga, a violência e a criminalidade.

O Sr. **Octávio Pato** (PCP): — E a conspiração!

O **Orador**: — Aumenta o número de desempregados e de famílias sem habitação.

Para os estudantes não se vislumbra futuro.

Para os portugueses da terceira idade e para os beneficiários da segurança social não se vislumbra presente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — A Administração continua paralisada; o Estado endivida-se, a dependência nacional é cada vez maior.

Tudo isto sem que surja um projeto nacional mobilizador e o impulso necessário para o executar.

O Sr. **Aboim Inglês** (PCP): — Está na Constituição!

O **Orador**: — Perante isto, aumenta, como seria inevitável, o descontentamento.

Escreveu Fernando Pessoa: "Ser descontente é ser homem."

O descontentamento exprime a legitima atitude de desagrado de um homem livre perante uma realidade social degradada que lhe pretendem impor em termos de vida.

Já há um ano o Sr. Presidente da República advertiu nesta Câmara o país para esse desencanto, formulando então toda uma série de perguntas importantes, que, a serem respondidas pelos condutores dos destinos do país, nos permitiriam uma mais correta avaliação dos males que afligem a Nação Portuguesa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Por que continuam sem resposta essas perguntas? Como a febre, o descontentamento é um sintoma; o mal não está nele mesmo, mas na doença que revela: o fracasso das fórmulas em que tem vindo a assentar a composição do Governo.

Esse o problema para o qual o povo português, através dos legítimos órgãos de soberania competentes para o efeito, terá de encontrar, mais dia menos dia, remédio satisfatório, dentro do quadro das soluções constitucionais.

Vozes do PS: — Ah, ah, ah!...

O **Orador**: — Não duvidamos de que essa solução virá a ser encontrada, porque em democracia, e é essa uma das suas maiores virtudes, há sempre alternativas de solução democrática.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Presidente da República: Quatro anos são simultaneamente muito pouco tempo e muito tempo na vida de um povo.

São muito pouco tempo para erradicar hábitos de mentalidade e comportamento herdados do passado.

São muito tempo para que um país se permita dissipá-los ingloriamente, em inconsequentes aventuras e em desgastantes experiências de ineficácia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — O período anarco-populista que atravessámos, em delírio, corrompeu e dissolveu de alguma forma as nossas estruturas morais e culturais.

O gonçalvismo, com a sua política de terra queimada, destruiu deliberadamente grande parte das estruturas económicas produtivas, agravando a manifesta debilidade que as mesmas já revelavam anteriormente e criando condições estruturais difíceis ao relançamento da nossa economia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Os I e II Governos Constitucionais, com a sua inoperância e a sua incapacidade, têm vindo a corroer esse outro fator importante da recuperação nacional que é a confiança dos Portugueses nas promessas do 25 de Abril e a esperança na própria democracia e nas suas instituições.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Vozes do PS: — Não apoiado!

O **Orador**: — Embora compreendendo as razões do desencanto de muitos, o Partido Social Democrata não os acompanha nessa atitude de desalento.

O PSD continua a acreditar no 25 de Abril e quer afirmá-lo por forma bem clara nesta tribuna...

Risos do PS e PCP.

... porque, não obstante a indesmentível gravidade da situação que o país vive, acredita que o povo português saberá encontrar os caminhos certos e democráticos para sair dela.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — O PSD não vota contra a esperança.

O PSD sabe que, como disse um dia Rui Barbosa, "a pior das democracias é sempre preferível à melhor das ditaduras".

Aplausos do PSD.

Ao assumir com clareza o seu papel de oposição democrática, o PSD tem a consciência de estar, desse modo, a servir o país e a edificação da democracia.

Começará por servir esses objetivos, com firme sentido de responsabilidade, no espaço político desta Assembleia em que se encontra representado pela vontade do povo.

Lutará aqui pelo aperfeiçoamento do Estado de direito democrático em que queremos viver.

Isto passa pela regulamentação e cumprimento imediato, que exigiremos, das Leis da Reforma Agrária e do Arrendamento Rural, Delimitação dos Setores Públicos e Privado e das Indemnizações.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — E o combate ao separatismo!

O **Orador**: — Há que aprovar, com urgência, os planos para a concretização da autonomia das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Há que votar, nesta Assembleia, diplomas excecionalmente importantes para a vida do país, como são a ratificação da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e protocolos adicionais; as leis da liberdade de ensino, da rádio e TV, das associações sindicais, do seguro agrícola, das finanças locais, da regulamentação da concorrência, da defesa nacional e Lei Eleitoral.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Servir a democracia terá de ser, antes de mais nada, procurar dotá-la daquele indispensável travejamento jurídico que, regulamentando, a todos os níveis, a vida de relação, possa defender os cidadãos contra o arbítrio e a prepotência, que acabam sempre por sobrevir na falta de lei claramente expressa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Servir a democracia terá de ser ouvir atentamente as sugestões e as críticas do povo e procurar dar-lhes expressão no debate político e na formulação das leis.

Servir a democracia terá de ser para um partido de oposição democrática, como claramente somos, fiscalizar a ação do Executivo e apreciar criticamente a atuação de todos os órgãos de soberania, exigindo que os seus comportamentos políticos se conformem com a vontade nacional e os interesses do país, virados para a defesa do bem-estar e da liberdade dos portugueses.

Aplausos do PSD.

Procuraremos servir a democracia dessa forma, com a consciência de que a construção de uma sociedade democrática é tarefa que não termina nunca, porque a democracia é dinamismo, adaptação constante à permanente mobilidade da vida social, futuro a construir, caminho sempre à frente dos olhos, e que, por ser tudo isso, não se compadece com o dogmatismo das verdades imutáveis e pré-fabricadas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Ao comemorarmos, com sinceridade e emoção, o 25 de Abril, o PSD quer afirmar, aqui e agora, pela minha voz, que o 25 de Abril, como tarefa de construção de um "país novo", está ainda por concluir.

Teremos de ser nós todos, democratas, a concluí-lo.

A isso, nos comprometemos perante o povo português e saberemos honrar a nossa palavra. Tenho dito.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do Partido Socialista.

O Sr. **Manuel Alegre** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal do Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Neste dia, que é o dia da liberdade, o Partido Socialista saúda o general Ramalho Eanes, Presidente da República livremente eleito pelo povo português, símbolo da unidade nacional e garante dos ideais do 25 de Abril, consagrados na Constituição.

Aplausos, de pé, do PS, PSD, CDS, PCP, Deputados Independentes e Governo.

O Partido Socialista saúda o Conselho da Revolução e, nas pessoas dos conselheiros aqui presentes, saúda os militares que, em 25 de Abril de 1974, resgatando a honra das forças armadas, derrubaram um regime ilegítimo e restituíram ao povo português a liberdade, a dignidade cívica e o próprio exercício da soberania nacional.

Aplausos do PS, PCP, UDP, Deputados Independentes, alguns Deputados do PSD e CDS e Governo.

O Partido Socialista saúda o Governo presidido por Mário Soares, Governo democrático e legítimo, Governo de solidariedade nacional, que está a fazer um esforço patriótico para vencer a crise e salvaguardar as conquistas do 25 de Abril.

Aplausos do PS e CDS.

O Partido Socialista evoca com especial emoção a resistência antifascista portuguesa, que, ao longo de quarenta e oito anos de ditadura, apesar do terror e da perseguição, da censura e da polícia política, das prisões e dos campos de concentração, das torturas, dos exílios, dos assassinatos, nunca se rendeu e nunca se vergou, lutando sem desfalecimentos pela causa da liberdade e da justiça.

Foi ela, a resistência, hoje tão esquecida e vilipendiada, que nesse período sombrio da nossa história assumiu a honra nacional. Foi o seu exemplo e o seu espírito indomável que formaram a consciência democrática das novas gerações e abriu caminho para a revolução vitoriosa do 25 de Abril.

Evoco, neste dia, o seu exemplo porque, perante a ofensiva revanchista contra o 25 de Abril, é necessário que o espírito da resistência esteja bem vivo em todos os portugueses que não estão dispostos a perder outra vez a liberdade.

Aplausos gerais.

Evoco a resistência para tornar bem claro aos nostálgicos do passado que os socialistas portugueses, adeptos dos princípios de tolerância e de reconciliação nacional, saberão, no entanto, defender o 25 de Abril com a mesma firmeza e determinação com que sempre lutaram pela causa da democracia.

Como afirmou Mário Soares, "o Partido Socialista saberá dizer não aos que sonham com o regresso ao passado".

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Revolução do 25 de Abril nasceu, como todas as revoluções, de uma rutura. Rutura com um sistema de opressão e injustiça; rutura com a rotina, o conformismo, a submissão. Assim foi sempre, em todos os momentos decisivos da nossa história. Desde que um príncipe subversivo teve a ousadia de se revoltar contra a mãe e desobedecer ao Papa para fundar um reino e uma pátria, sempre os momentos decisivos da nossa história foram momentos de rutura, de revolta, de insubmissão e inconformismo. Momentos de rasgo e risco, como os que levaram as nossas naus pelos caminhos do mar à procura de novos mundos e novas gentes, nessa epopeia sem par que iniciou uma nova era, aproximando povos e continentes, destruindo mitos e dogmas, contribuindo, com a experiência do ver claramente visto, para o nascimento da mentalidade científica e do espírito renascentista.

Momentos de revolta e iniciativa histórica, como 1383, 1640, 1820, 1910.

Assim se fez esta pátria, este povo e esta história, que é o nosso património mais precioso: rompendo, sempre que as circunstâncias o exigiram, com o obsoleto e o caduco, resistindo e rebelando-se sempre contra a opressão interna ou a ocupação externa.

A lição da história de Portugal é uma lição de grandeza e vistas largas, lição de liberdade, universalismo, insubmissão; não a do espírito tacanho e bota-de-elástico, burocrático e inquisitorial, marialva e beleguim, do nacional-salazarismo.

Faltava, porém, fazer a última viagem: a do regresso de Portugal a si próprio. Foi essa a viagem que se iniciou a 25 de Abril de 1974. Viagem de regresso. Mas também viagem de recomeço. Porque uma nova era da história de Portugal começou a 25 de Abril de 1974. Talvez mesmo, como já aqui afirmou o meu camarada Salgado Zenha, os historiadores venham um dia assinalar que a Revolução do 25 de Abril pertence a um conjunto de factos que prenunciam uma nova era na história da Europa e do mundo.

Seja como for, o que importa sublinhar, aqui e agora, é que a Revolução do 25 de Abril, pondo fim à mais velha ditadura do século, restabeleceu em Portugal a legitimidade do exercício do poder, a qual só existe em liberdade e democracia.

E falo de legitimidade porque é tempo de tornar definitivamente claras duas coisas: a primeira é a de que o regime fascista era um regime ilegítimo, por isso que se fundava na supressão das liberdades, na repressão e no terror policial; a segunda é a de que o atual regime democrático é um regime legítimo, porque nasceu da livre escolha do povo português, no pleno gozo e exercício dos seus direitos de cidadania.

À Revolução do 25 de Abril cabe, pois, o mérito histórico de ter restabelecido o princípio da legitimidade, da única e verdadeira legitimidade: a que resulta do sufrágio direto, secreto e universal.

A diferença entre o golpe militar do 28 de Maio e o movimento de 25 de Abril é precisamente essa: do primeiro nasceu uma ditadura; do segundo nasceu uma democracia. Importa lembrar aos que sonham com um novo 28 de Maio que as ditaduras são sempre ilegítimas e que só há legitimidade em democracia.

Aplausos do PS, CDS, alguns Deputados do PSD e PCP e Governo.

Não é, pois, admissível que a crítica e a oposição aos órgãos de soberania se transformem em crítica ou oposição à legitimidade do regime democrático instaurado pela Revolução do 25 de Abril.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Perguntar se o 25 de Abril valeu a pena não é realmente pergunta que se faça, como muito bem disse um camarada meu. A prova é a de que estamos aqui como representantes do povo, livremente eleitos pelo povo, o que durante meio século não aconteceu nunca, nesta sala.

A Revolução teve os seus erros, é certo. Todas as revoluções os têm. E não há revoluções quimicamente puras. Mas o que não é admissível é que certos setores evoquem esses erros para condenar em bloco uma revolução libertadora, ao mesmo tempo que, com tanta indulgência, procuram desculpar os crimes de uma ditadura infame e opressora.

Aplausos do PS, CDS e Governo.

Quem assim procede ou tem vocação para ditador ou tem alma de lacaio.

Não é essa a vocação nem a alma do povo português, que desde e primeira hora esteve com o 25 de Abril e que em quatro eleições sucessivas escolheu inequivocamente a liberdade e a democracia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Revolução tem sido generosa para com os seus inimigos. Mas não pode confundir-se generosidade com quebra de autoridade. O problema da autoridade democrática continua na ordem do dia. Continua na ordem do dia o problema do Estado.

O Estado não é uma abstração. O Estado não é neutro. E é evidente que o Estado nascido da revolução democrática não pode ter os vícios, os tiques, a mentalidade e o estilo do Estado que a Revolução derrubou.

Em nosso entender, o problema da autoridade democrática não resulta de uma crise de identidade, mas de uma crise de mentalidade.

O principal erro político da revolução democrática foi o de não ter sabido fazer a pedagogia dos seus princípios. Foi o de não ter sabido criar ainda um estilo, uma linguagem, um projeto cultural. Já António Sérgio dizia que não pode haver verdadeira transformação social sem uma reforma da mentalidade.

É essa reforma que é preciso fazer. E é preciso fazê-la ao nível do próprio Estado.

Existem em vários setores reflexos condicionados que levam as pessoas a agir segundo critérios ideológicos do passado, facto particularmente grave quando se trata de funcionários e agentes do Estado. Se há hoje um Estado de direito neste país, isso deve-se à Revolução do 25 de Abril.

Se existe hoje separação de poderes, isso deve-se à Revolução e particularmente à luta dos socialistas, que sempre se bateram por um princípio.

Antes do 25 de Abril, os juízes não eram, de facto, independentes. Hoje são-no.

A verdade, porém, é que magistrados que sempre assistiram passivamente às arbitrariedades do regime fascista comportam-se hoje com uma estranha benevolência em relação a caceteiros, bombistas e inimigos da democracia.

Aplausos do PS, PCP, alguns Deputados do CDS e Governo.

A democracia precisa de uma justiça forte, prestigiada e independente do poder político.

Mas não pode haver democracia se a justiça dá cobertura aos que, pela violência, atentam contra a ordem democrática.

Essa a razão pela qual não podemos deixar de considerar como uma afronta à democracia, à dignidade, à justiça, a libertação dos cinco agressores de Almeida Santos presos em Ponta Delgada e trazidos para Lisboa.

Aplausos, de pé, do PS, PCP, UDP, alguns Deputados do CDS, Deputados Independentes e Governo.

Sejamos claros: O Estado não pode ser oposição ao Estado; os órgãos do Estado não podem resistir ao exercício da autoridade democrática e legítima dos órgãos do poder.

O poder democrático tem de ser exercido e tem de ser acatado. Essa é a condição da afirmação institucional da democracia. Não pode continuar a admitir-se que a ordem democrática seja impunemente atacada ou posta em causa, como ainda recentemente aconteceu em Ponta Delgada.

Não pode continuar a admitir-se que o espírito de reconciliação nacional que presidiu ao 25 de Abril seja quotidianamente ferido por campanhas de ódio que incitam à retaliação e ao desmembramento da ordem constitucional.

Não pode continuar a admitir-se que muitos daqueles que aceitaram passivamente a mordaça da censura abusem hoje da liberdade para voltar a fazer de Portugal um país amordaçado.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orado**r: — Não pode continuar a admitir-se o "terrorismo verbal" de que muito justamente fala o Conselho da Revolução.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orado**r: — Não pode admitir-se que o separatismo, máscara ideológica do fascismo, continue a atentar contra a democracia e a unidade nacional.

Aplausos do PS, PCP, UDP, alguns Deputados do CDS, Deputados Independentes e Governo.

A democracia funda-se na tolerância e é incompatível com o clima psicológico de guerra civil permanente que alguns pretendem instaurar na sociedade portuguesa. O Partido Socialista entende que é tempo de dizer basta à contrarrevolução ideológica, de teor fascizante, veiculada por certos órgãos de intoxicação.

Aplausos do PS, PCP, Deputados Independentes e Governo.

O Partido Socialista entende que é tempo de contra-atacar com os meios legais e políticos que a Constituição faculta.

Neste domínio, cabe à Assembleia da República um importante papel no sentido de aprovar legislação que possibilite uma ação eficaz contra as atividades antidemocráticas.

Aplausos do PS, PCP, alguns Deputados do CDS, Deputados Independentes e Governo.

Mas os órgãos do Estado, todos os órgãos do Estado, a qualquer nível ou escalão, têm de estar, clara e inequivocamente, do dado do regime democrático, que consubstancia a vontade nacional, expressa através de eleições livres.

Só assim será possível vencer a crise em democracia. E só em democracia — é bom lembrar — será possível vencer a crise.

O Partido Socialista entende, pois, que às ameaças de atos de força ou de subversão antidemocrática o Estado tem de responder com a sua própria força, que é a força da lei e da ordem democrática.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Muito se tem falado em projeto nacional. A este respeito entendemos que, sendo a democracia um regime que se funda no pluralismo e na diversidade, é do livre confronto das ideias e dos diferentes projetos que pode formar-se um consenso em torno de um projeto coletivo.

Ora, o grande projeto coletivo, aquele que serve de denominador comum a todas as forças políticas democráticas, é o da própria democracia.

Não pode haver, em democracia, projeto único. O projeto único supõe sempre o partido único. Por isso nos parecem arriscados os termos e a insistência com que se fala na necessidade de um projeto nacional novo.

Independentemente das intenções, uma tal insistência tem uma lógica: à força de se falar na necessidade de um projeto nacional novo, acaba por se chegar, como Salazar, à conclusão de que é precisa "uma nova ordem das coisas". Ou seja, à força de se falar em projeto nacional novo, acaba-se por se propor o Estado novo. E todos sabemos o que tal significa.

Risos do PS.

Pela nossa parte, nós, socialistas, não vamos por aí. Temos um projeto nacional muito claro: construir a democracia e caminhar, no quadro da democracia política, para uma sociedade socialista em liberdade.

Mas se não há, em democracia, projeto único, se a democracia é até o livre confronto entre vários projetos alternativos, pode e tem de haver consenso, pelo menos em relação ao próprio regime democrático e aos grandes objetivos nacionais.

Como já foi assinalado nesta Assembleia pelo Sr. Deputado Amaro da Costa, a rotura desse consenso por parte de forças políticas ou sociais significativas representa um perigo grave para a estabilidade democrática. Ora, quando se assiste à escalada de forças empenhadas, não tanto em fazer oposição a este ou àquele órgão de soberania, mas em minar a própria ordem constitucional, é necessário que entre todas as forças responsáveis se estabeleça, independentemente de diferenças ideológicas, e até do antagonismo de filosofias, um consenso sólido quanto à necessidade de preservar, prestigiar e defender o regime democrático.

Aplausos do PS, CDS e Governo.

Consenso esse que deve estabelecer-se entre partidos no Governo e partidos na oposição, já que a defesa da democracia compete tanto a uns como a outros.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — A colaboração existente, ao nível do Governo e da Assembleia, entre socialistas e centristas é um exemplo do espírito da solidariedade nacional que pode e deve existir entre portugueses com ideologias e projetos políticos diferentes, mas animados pelo mesmo propósito patriótico de reconstruir o país e consolidar a democracia.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — O Governo está a atuar com realismo e coragem. E se é legítimo criticar o Governo, se é legítimo apresentar soluções alternativas, não é legítimo, na hora presente, criticar por criticar, contestar por contestar, apenas na mira de dificultar, se não mesmo bloquear, a ação governativa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Uma tal atitude não é democrática nem patriótica. Nesta hora de grandes dificuldades e muitas incompreensões, o grupo parlamentar socialista reafirma a Mário Soares e ao Governo o seu firme apoio e solidariedade indefetível.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há um grande projeto nacional: Construir a democracia.

O dever de todos os democratas, qualquer que seja o campo ideológico ou partidário em que se situem, é o de lutarem para que esse projeto se enraíze na consciência dos cidadãos e se traduza nos factos da vida política.

Alguns esqueceram já o tempo do medo e da mordaça.

Alguns esqueceram já o tempo das salas de tortura, dos tribunais plenários, das medidas de segurança, que transformavam as sentenças em prisão perpétua.

Alguns esqueceram já o tempo em que era proibido fazer greve, reunir, falar, escrever, manifestar, o tempo em que era perigoso discordar e, mais ainda, reagir.

Alguns esqueceram já o tempo em que o povo tinha só o direito de ser oprimido, de calar e obedecer, o tempo em que as eleições eram uma farsa e ser da oposição um crime.

Alguns esqueceram já o tempo das prisões e do exílio, o tempo ignominioso do Tarrafal.

Mas há aqui, nesta Assembleia, quem não tenha esquecido.

Há aqui, na Assembleia e no Governo, quem, no 25 de Abril, estivesse ainda na prisão ou no exílio.

Por esse país fora há milhares e milhares de portugueses que não podem esquecer. O fascismo realmente existiu.

O fascismo não pode voltar à terra portuguesa. O fascismo não voltará.

Por isso, hoje e sempre, é preciso que o 25 de Abril não seja só uma data que se comemora; é preciso que o 25 de Abril seja uma vivência sempre renovada, um ato de confiança e de fé na democracia, na liberdade e no futuro de Portugal.

Viva o 25 de Abril. Viva Portugal.

Vozes do PS: — Viva!

Aplausos do PS, CDS e Governo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República**: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Portugueses: Celebramos hoje a liberdade dos portugueses e a legitimidade das instituições que nos regem.

Celebramos o projeto democrático que esteve na origem e que justifica o 25 de Abril.

Estes são o dia e o lugar apropriados para que se medite no que foi feito e para que se afirme o que é possível e necessário fazer de modo que Abril não fique como uma esperança sem resposta. O momento não autoriza que esta cerimónia decorra sem a sombra de perigos que ameaçam a obra incompleta da Revolução e que obrigam os portugueses a considerar o futuro com natural ansiedade.

Neste dia, que devia ser de alegria e confiança, as palavras não podem ser usadas para ocultar ou iludir a gravidade da situação. Para que a fé dos portugueses possa ser recuperada, para que a consciência de cada um possa ser força a Nação, é preciso que a verdade seja dita e reconhecida.

Momento singular da vida nacional, encontro e vontades e desejo de solidariedade, o movimento militar do 25 de Abril não tira a sua legitimidade das armas que o permitiram, mas sim da intenção democrática original que o país recebeu com entusiasmo e que o seu autêntico programa claramente estabelecia e impunha. É a fidelidade a esse princípio fundamental que exige a denúncia dos que pretenderam usar a confiança do país para atingir os seus objetivos sectários.

Explorando as emoções dos que pensavam tudo possível e o sofrimento dos que nada tinham, servindo-se dos militares, perturbando e destruindo as condições da vida económica, abalando a coesão social, fizeram dos factos consumados a fonte do seu poder, quando não dispunham de representatividade para os decidir.

A ingenuidade de alguns, o desespero de outros e a passividade de muitos permitiram que a estratégia organizada ou o oportunismo se servissem dos ideais de Abril.

Não ganharam os que traíram.

Mas liquidaram oportunidades, esgotaram meios, quebraram a solidariedade, mancharam a esperança.

Com o seu modo de fazer política, praticaram muitos dos erros que diziam atacar, contribuíram para que se esquecesse a culpa de um regime caduco por carências que ainda persistem, quiseram desfigurar a identidade cultural da Nação.

Srs. Deputados: A cegueira histórica da ditadura não preparara Portugal para resistir às forças que romperam os equilíbrios mundiais dos últimos trinta anos.

Certos progressos da década de sessenta eram enganadores e assentavam em condições, internas e externas, que não podiam manter-se.

A ordem estabelecida não tinha bases sólidas. Sem capacidade de evolução política, estava condenada a desaparecer quando a riqueza da Europa não mais transbordasse para Portugal, quando cessasse a exploração colonial, quando as tensões internas da sociedade portuguesa livremente se manifestassem. Sem a expansão europeia, que alimentava a emigração e as exportações; sem o trabalho dócil e barato, que tornava rentável o que era obsoleto; sem o investimento externo, que procurava em Portugal vantagens ilegítimas; sem as remessas de emigrantes e as divisas dos turistas; sem o domínio dos mercados coloniais e a sua contribuição para a balança de pagamentos metropolitana; sem a capitalização iludida nas práticas especulativas, tudo era uma frágil construção, produto de situações transitórias ou insustentáveis e resultado da imposição policial.

O 25 de Abril marcou o encontro com a realidade das coisas que nenhum poder humano conseguiria evitar.

Mas o que devia ter sido um sóbrio regresso à simples necessidade de viver do nosso trabalho, com crescente igualdade e dentro dos severos limites que os nossos recursos materiais temporariamente impunham, foi a ocasião da aventura e da demagogia.

Distribuiu-se para consumo o capital acumulado pela Nação e que o regime anterior não soubera aplicar produtivamente; criaram-se expectativas a que não se podia corresponder; difundiu-se a confusão e sectarismo na Administração do Estado; desorganizou-se uma parte importante do aparelho produtivo; instalou-se um clima de insegurança, de incerteza e de arbitrariedade.

Porém, apesar dos ataques e da violência, apesar das dificuldades acrescidas, o que era essencial no projeto que fez o 25 de Abril foi retomado em 25 de Novembro e tem vindo a ser realizado.

Vivemos em liberdade; não há presos políticos; não há censura. Assegurou-se a expressão regular e periódica da vontade popular. As instituições encontram-se legitimadas e os órgãos de soberania dispõem de condições para o exercício efetivo das suas competências.

Respeita-se a responsabilidade democrática dos representantes do povo.

Abriram-se perspetivas de uma maior justiça social.

Estão reconhecidos os direitos fundamentais dos trabalhadores.

As forças armadas restabeleceram a sua unidade e a sua dignidade com base nos valores da hierarquia e da subordinação à sua vocação nacional. Concretiza-se o abandono gradual de funções políticas pelos militares.

Vivemos em paz.

Recuperámos uma posição de convivência democrática na comunidade internacional, diversificámos relações e voltámos a inserir-nos na Europa, a que pertencemos.

São realidades quotidianas que gerações de portugueses desconheceram, mas a que já nos habituámos.

Para que assim fosse se fez o 25 de Abril.

Para que assim fosse lutou a esmagadora maioria dos Deputados à Assembleia Constituinte contra os que defendiam um novo projeto totalitário.

Do seu esforço resultou a lei fundamental que nos rege, consagradora do princípio democrático.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Constituição é instrumento de liberdade e segurança.

Mas não é um texto imutável e intocável, nem o poderia ser, porque assenta na vontade popular, que não se fixa nunca de uma vez para sempre.

Ela mesma prevê a sua alteração.

A Constituição tem virtudes e tem defeitos.

Tem, contudo, a flexibilidade suficiente para permitir uma interpretação adequada às necessidades nacionais.

E confronta-se com uma experiência histórica concreta, que há de determinar o que deve ser alterado, para que se possa ajustar à realidade portuguesa.

Não é por isso na Constituição que devemos procurar a justificação das nossas dificuldades, das incapacidades e deficiências dos dirigentes políticos, da permanência e agravamento dos fatores de crise. Temos de ganhar a consciência plena de que a crise que Portugal vive não é episódica, não é conjuntural, nem é dissipável em poucos anos com modesto sacrifício.

É necessário que tenhamos a coragem de saber e afirmar que se trata de uma crise profunda, que põe em jogo a própria independência de Portugal, que só será vencida pela inteira mobilização dos recursos humanos e materiais da Nação e que exigirá um alto preço, que todos os portugueses terão de pagar.

Os problemas nacionais não serão resolvidos pela apologia ritual de modelos políticos pretensamente perfeitos, nem deverão ser invocados como expediente de ocasião ou pretexto para pressionar a opinião pública.

Nenhuma forma de poder político imaginável poderá honestamente oferecer aos portugueses a rápida superação das suas dificuldades ou pedir-lhes menos esforço e menos disciplina.

Como contrapartida, os portugueses esperam dos seus dirigentes lucidez, isenção e a coragem rara e difícil do realismo e do rigor. Ao direito de exigir austeridade, corresponde o dever de dar uma resposta organizada à crise, de pôr de parte os interesses particulares de fações e pessoas, de a cada momento escolher sempre e só as soluções que mais convêm ao país, acarretem elas impopularidade ou impliquem firmeza.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — Das mais insignificantes, às mais vastas questões, é imprescindível que a ação do poder seja límpida, adequada, eficaz. Só assim o poder se não separará do país, só assim se identificará com os desejos profundos dos portugueses e contará com o seu permanente apoio.

Os critérios a que deve obedecer este quadro de rigor e de realismo estão bem definidos e foram confirmados pela evolução política recente:

A vontade de reviver o orgulho da Nação e a confiança na perenidade da sua história, da sua cultura e do seu destino;

A vontade de liberdade, que é a primeira manifestação da vocação democrática;

A vontade de construir o equilíbrio entre todas as regiões que compõem o país;

A vontade de integração plena na Europa;

A vontade de estreitar os laços de cultura e convivência com os povos que, num passado distante ou próximo, Portugal ajudou a tornarem-se cada vez mais livres e independentes.

É tempo de estabelecer, sem dúvidas ou concessões, o que é possível para Portugal. E de começar a cumpri-lo sem hesitações e coletivamente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os objetivos imediatos que hoje se nos impõem são a afirmação clara da autoridade do Estado, a formação de uma classe dirigente capaz e patriótica, a criação de um instrumento eficiente de governo através da reforma da Administração Pública e o estabelecimento de um correto equilíbrio entre a atividade do Estado e as atividades privadas. É urgente pôr termo às situações irregulares ou ilegais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — Essa é a condição para que se restabeleça a confiança geral na lei e nas autoridades constituídas, para que se afirme o respeito pela ordem jurídica.

Não é aceitável nem democraticamente justificável que leis indispensáveis não sejam aprovadas ou que leis aprovadas e promulgadas continuem sem concretização efetiva por falta de regulamentação ou de decisão adequadas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — Contra uma lei publicada não poderá erguer-se outra limitação que não seja a declaração, pelos órgãos competentes, da sua inconstitucionalidade. Pode o Governo contar com todo o apoio que considerar necessário para fazer cumprir integralmente as leis do país.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — É necessário que a capacidade, a competência e o zelo não continuem a receber tratamento semelhante ao que é dado à incapacidade, à incompetência e ao desleixo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — Sob pena de sufocar irremediavelmente as energias da Nação, temos de reconhecer que há aparentes igualdades que são profundamente inigualitárias.

Não é realista esperar esforço considerável de um país em que os melhores e os piores são premiados da mesma maneira.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — As posições adquiridas não devem servir de único critério de emprego, de remuneração e de escolha para posições de chefia.

Não se instaurou a liberdade para que as pessoas, tendo deixado de ser prejudicadas por motivos políticos, passassem a ser promovidas por motivos políticos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — Torna-se imperativo restaurar a hierarquia do mérito e julgar o mérito, imparcialmente, pelos resultados. Como se torna também imperativo apoiar a autoridade dos responsáveis nas organizações públicas e privadas, de modo a desembaraçar de entraves a sua ação.

Sem isso, será difícil apelar para a sua colaboração, eficiência e sentido das responsabilidades sociais.

É essencial, por outro lado, acelerar a reforma da Administração Pública, restituindo ao Estado o seu valor como instrumento de gestão nacional.

É preciso, por fim, que a função do Estado na organização económica, social e cultural seja reavaliada com serenidade.

O Estado assumiu, direta ou indiretamente, encargos demasiado extensos para as suas possibilidades presentes e previsíveis.

Em vastas áreas, a intervenção estatal transformou-se em fonte de paralisia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — Não é aceitável que o papel do Estado na economia, no ensino, na comunicação social, na cultura, seja tão vasto ou se transforme em fator de bloqueamento, de incerteza, de gasto imoderado de recursos, quando deveria ser fonte de dinamismo e de expansão.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — As normas do projeto político de democracia pluralista impõem, em particular, que se defina o equilíbrio adequado entre o setor público e a iniciativa privada, garantindo a esta as condições indispensáveis para que a sua criatividade e capacidade de inovação e de investimento sejam plenamente aproveitadas em termos do interesse nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Portugueses: A autonomia regional dos Açores e da Madeira tem de ser concretizada rapidamente no quadro da Constituição.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Aplausos do PS, PSD, CDS e Governo.

O Sr. **Presidente da República**: — Mas é necessário distinguir o que é a vontade de autonomia do que é frustração, receio, exploração partidária ou ameaça de interesses estrangeiros.

Aplausos do PS, PSD, CDS, alguns Deputados do PCP e Governo.

Para vencer a frustração, importa reafirmar a identidade nacional dos portugueses no continente e nas ilhas.

Para dissipar o receio, os portugueses dos Açores e da Madeira têm a minha garantia de que nada justifica a exploração que ainda se faz da tentativa totalitária que abalou o continente em 1975.

Aplausos do PSD (de pé), CDS, alguns Deputados do PS e Governo.

Pelo contrário, o projeto autonómico tem agora fácil acolhimento na vontade coletiva da Nação e é um campo privilegiado para a cooperação interpartidária e de todas as forças democráticas e patrióticas.

Na medida em que qualquer ameaça ponha em causa a unidade da Nação, o Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas assegura que utilizará todos os meios necessários para garantir a integridade pátria.

Aplausos (de pé) do PS, PSD, CDS, PCP, Governo
e Conselho da Revolução.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No nosso quadro constitucional, as funções e responsabilidades dos órgãos de soberania estão definidas com flexibilidade bastante para que se possam ajustar a diferentes condicionalismos políticos.

A responsabilidade do Presidente da República impõe que respeite a autonomia constitucional dos outros órgãos de soberania. Reciprocamente, devem estes respeitar a autonomia constitucional do Presidente da República, a nenhum competindo apreciar a sua ação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Aplausos do PSD e alguns Deputados do PS, CDS, PCP e Governo.

O Sr. **Presidente da República**: — Eleito por sufrágio universal, o Presidente da República tira o sentido do seu mandato, diretamente, da vontade de quantos nele votaram e que tinham em comum a fidelidade aos valores da democracia pluralista e do Estado de direito capaz de responder às necessidades reais da sociedade portuguesa.

Nesta fase da vida nacional, as principais preocupações do Presidente da República são assegurar o funcionamento pleno das instituições e garantir a existência de alternativas políticas, condição de validade e vitalidade da democracia.

É neste contexto que se deve compreender o conteúdo da confiança presidencial indispensável à legitimidade constitucional de um governo.

Ao Presidente da República importa menos quem governa e mais como se governa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — Não há homens, nem fações, nem partidos, superiores às exigências da Nação.

Vozes: — Muito bem!

O **Sr. Presidente da República**: — Há somente homens, fações e partidos que, num dado momento, servem bem ou servem mal a Nação.

Os portugueses sabem que não serão apenas alterações de pessoas ou de instituições que irão permitir realizar os objetivos de uma vida decente e pacífica, em que a incerteza do futuro não seja uma angústia constante.

Preferem a razão e a prudência à linguagem da emoção e das promessas demagógicas, que, como as do passado, são impossíveis de cumprir.

Vozes: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — É preciso que de aparentes soluções não nasçam outros e mais graves problemas, é preciso que o caminho para a recuperação material e para a ordem cívica não corra o risco de acabar na miséria e no caos.

O Presidente da República mantém a sua inflexível determinação de assegurar, por todos os meios constitucionais, as condições de realização do projeto nacional.

Dos deveres que o povo português livremente lhe impôs, nenhuma incompreensão, nenhum obstáculo, nenhum desafio, nenhum perigo o poderão demover.

Aplausos (de pé) do PS, PSD, CDS, PCP, Governo, Conselho da Revolução e público das galerias.

O Sr. **Presidente**: — Está encerrada a sessão.

1979

O Sr. **Presidente da Assembleia da República Teófilo Carvalho dos Santos**: — Tem a palavra o representante da UDP, Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr**. Acácio Barreiros** (UDP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Deputados, Srs. Convidados: Neste 5.º aniversário do 25 de Abril o povo português legitimamente coloca duas questões essenciais. A primeira dirige-se aos vencedores do 25 de Novembro, para lhes pedir contas do que fizeram ao 25 de Abril, e que é feito das lindas promessas com que nos têm enchido os ouvidos. A segunda questão terá de ser uma reflexão séria sobre o caminho a seguir. Será ainda possível salvar Abril? Os sonhos de liberdade e socialismo de todo um povo poderão ser concretizados ou ficarão apenas como recordações decepadas na amargura de uma desilusão coletiva?

Sim, importa hoje perguntar aos vencedores do 25 de Novembro com toda a clareza: meus senhores, onde está o Portugal pleno de justiça e progresso, onde cada português se sinta realizado numa obra coletiva que, pelo menos, lhe permitisse encarar o futuro dos seus filhos com um mínimo de segurança?

E, no entanto, foi esse Portugal que há três anos e meio, em 25 de Novembro, foi por vós prometido ao povo.

Os portugueses não esquecem que o 25 de Novembro foi erguido com a prisão de numerosos oficiais de Abril que ainda hoje aguardam um julgamento digno onde possam defender a sua honra e o seu bom nome das calúnias e insultos de que têm sido vítimas este tempo todo. O povo conhece bem esses oficiais de Abril! E se muitos tem críticas a fazer-lhes, todos têm em relação a eles uma dívida de gratidão que nesta data é bom recordar na justa homenagem que tanto merecem. A UDP, ao reafirmar a exigência de que os julgamentos do 11 de Março e do 25 de Novembro se façam, quer apenas dizer que não tem medo da verdade e está segura que nesses julgamentos o povo saberá ver que os oficiais do 25 de Abril que foram presos e caluniados sempre se comportaram com total respeito pela sua honra de militares e de lutadores antifascistas. E, sobretudo, se tais julgamentos tiverem um mínimo de dignidade, o povo verá quem foram os verdadeiros golpistas que atentaram contra os ideais de Abril.

O povo também não esquece que o 25 de Novembro foi erguido contra a Reforma Agrária, cobrindo-a de insultos e mesmo de repressão violenta. Mas hoje pode ver-se que as lindas promessas de verdadeiras reformas agrárias só têm significado a substituição do trabalho, sério e honesto na zona de intervenção, pelos grandes aparatos policiais que custam hoje ao país 2000 contos diários e que naturalmente não dão pão, antes semeiam ódios e violências tais, que não podem deixar de repugnar a qualquer democrata. E mesmo os pequenos e médios agricultores do Norte, do Centro e das ilhas, em nome dos quais se dizia fazer o 25 de Novembro, podem hoje ver que a sua vida não melhorou, antes piorou e cada vez mais são esmagados por uma criminosa política de preços e deixados às mãos dos grandes intermediários que atuam com todo o descaramento.

O povo não esquece que o 25 de Novembro foi erguido em nome, dizia-se, de uma justa política económica que, combatendo as injustiças sociais, melhorasse a repartição da riqueza e diminuísse o desemprego.

Hoje, todo o povo pode ver que tal prática económica se resume à defesa da iniciativa privada e aos acordos com o FMI, à custa da ruína do setor nacionalizado e, sobretudo, do abandono daqueles projetos essenciais que uma política de independência nacional, o projeto Alqueva, etc. E mais! Que mesmo a chamada defesa da iniciativa privada nada tem a ver com os pequenos industriais que se veem esmagados por juros impossíveis. É claro que tal política económica, resumindo-se à construção do poder dos lucros dos grandes monopólios, aceitando sem um protesto as leis dos magnatas estrangeiros através do FMI e deixando os intermediários à rédea solta, só poderia trazer, como trouxe, mais e mais desemprego, mais e mais aumentos do custo de vida, e é preciso dizer que a fome já começou a bater à porta de muitas famílias.

Finalmente, o povo não esquece que o 25 de Novembro se ergueu em nome de um realismo e de um bom senso. O tempo mostrou que esses são um falso realismo e um falso bom senso que, a serem seguidos, levariam o povo a ficar de braços cruzados a assistir ao roubo de tudo o que conquistámos com o 25 de Abril pelos velhos monopolistas e latifundiários, pelo imperialismo estrangeiro.

Tem sido em nome desse falso realismo e desse falso bom senso que os salários reais estão hoje abaixo de 1968, que na imprensa e na rádio são caladas vozes de democratas e as lutas dos trabalhadores e que se chegou ao cúmulo de hoje em Portugal haver um governo em quem ninguém votou, formado à revelia da vontade popular. Um governo claramente de direita, que publicamente declara que não gosta da Constituição, que tem falado uma linguagem feita de arrogância e mesmo de repressão violenta, incapaz de resolver um só problema nacional, antes agravando-os todos, é este Governo que temos cinco anos depois do 25 de Abril.

E nem se venha dizer que assim é porque o povo assim o quis.

Pelo contrário. A direita reacionária perdeu todas as eleições e se é Governo, é porque claramente se desrespeitou a vontade popular. Mais ainda. As grandes manifestações populares já mostraram que o povo não quer este Governo e continuará a lutar contra ele.

A corajosa luta dos assalariados rurais do Alentejo e Ribatejo, a luta dos trabalhadores dos TLP, da comunicação social, nas grandes manifestações de 10 e 17 de março mostram isso mesmo. Este Governo não interessa ao país e tem de ser demitido. Não para ser substituído por qualquer outro governo reacionário, mas para que haja lugar a que o povo tome a palavra em eleições gerais antecipadas e volte a reafirmar de forma inequívoca a sua vontade.

Esta solução torna-se tanto mais urgente quanto é certo que a direita reacionária se aproveita da fórmula falsamente apartidária deste Governo, que é o seu Governo, para procurar demagogicamente demarcar-se e fomentar um clima golpista a que é preciso pôr cobro rapidamente.

Os sucessivos ataques ao Conselho da Revolução, as calúnias aos oficiais de Abril, os ataques demagógicos à Constituição e, sobretudo, os apegos aos referendos inconstitucionais visam reerguer os valores da ditadura e tentar fomentar um qualquer golpe militar a exemplo do 28 de Maio.

E tudo isto falando demagogicamente dos sentimentos nacionais e, até, da própria vontade do povo, esquecendo-se, muitos dos reacionários que assim falam, que neste país só ganharam eleições quando elas foram farsas montadas pela ditadura.

E hoje quando nenhum trabalhador pode deixar de recordar com profunda emoção as lágrimas de alegria dessa madrugada de há cinco anos, onde numa onda gigantesca de entusiasmo e esperança todo um povo apoiou o movimento dos capitães e arrancou para as grandes jornadas de luta pela liquidação do fascismo.

Hoje, confrontando essas esperanças com a situação para onde o 25 de Novembro arrastou o país, é preciso dizer claramente: Basta, meus senhores! Não foi para isto que o povo fez o 25 de Abril.

E nestas palavras vai toda a nossa determinação de continuar a defender Abril, reforçando a unidade popular nas trincheiras da Reforma Agrária, das nacionalizações, da Constituição da República. Mas elas encerram também a determinação de, contra os apóstolos da desgraça ou as ameaças das forças reacionárias, continuar a manter bem erguidas as bandeiras do socialismo e da liberdade! Foram essas bandeiras que animaram a resistência de todo um povo contra a ditadura! São elas que ainda hoje iluminam a confiança de reabrir os caminhos de Abril.

É bem verdade que, olhando hoje para a obra gigantesca que o povo soube pôr de pé em poucos meses após o 25 de Abril, ela surge aos nossos olhos como uma obra inacabada.

O fim de uma guerra injusta, o grande movimento de ocupações de terras para as fazer produzir, as nacionalizações, o movimento cooperativo, as ocupações de casas e a luta pela construção de habitação digna, o combate aos grandes intermediários, tudo isso não foi ainda o suficiente para edificar o socialismo, mas constituíram passos muito importantes que indicam o caminho a seguir para um Portugal diferente.

Quando hoje saudamos as principais dessas conquistas, é preciso dizer que elas são, sobretudo e principalmente, obra da luta dos trabalhadores.

Em cada hectare ocupado e semeado, em cada saneamento de fascistas, em cada manifestação de trabalhadores, em cada ocupação de casas e em cada bairro novo conquistado, em cada nacionalização imposta, em cada contingente militar que se recusou a partir para as colónias, os trabalhadores começaram a edificar esse Portugal novo.

E hoje, não é demais recordar que mesmo as conquistas dos trabalhadores que estão na Constituição da República foram escritas nos campos, nas fábricas e nas escolas muito antes de os Srs. Deputados as aprovarem debaixo da exigência popular.

É certo que se cometeram erros, mas esses erros aconteceram sobretudo quando o povo ficou à espera que a melhoria da sua vida lhe fosse oferecida pelo Parlamento ou pelos Governos.

Sempre que o povo soube tomar nas suas mãos, na força da sua unidade e da sua determinação os destinos do país, as coisas avançaram.

É ou não verdade que, se os trabalhadores não começassem as ocupações, ainda hoje estávamos à espera da Reforma Agrária. É ou não verdade que, se o povo não começasse a correr com os fascistas, ainda hoje estávamos à espera dos saneamentos?

Por isso, não podemos aceitar que hoje se pretenda reduzir o aniversário do 25 de Abril a duas ou três comemorações oficiais e a um discurso do Sr. Presidente da República. É preciso dizer bem alto que o 25 de Abril é para o povo uma coisa muito diferente. O 25 de Abril é sobretudo a prova da força do povo quando se sabe unir e toma com coragem os destinos do seu país nas suas mãos, fazendo com que a voz dos pobres também se ouça e mesmo que também seja lei.

E é esse 25 de Abril nas mãos do povo que nos querem fazer esquecer, pretendendo que o povo se limite a votar de quatro em quatro anos, ficando à espera das decisões do Parlamento ou dos discursos do Presidente.

Mas a verdade é que se a Reforma Agrária, apesar de tudo, se mantém de pé, não se deve a este Parlamento que votou a Lei Barreto, nem aos governantes que só a atacaram, mas à irreverente coragem dos trabalhadores que a têm defendido no próprio terreno. A verdade é que se a Constituição não é hoje um simples papel para consolar os pobres, é porque os trabalhadores a têm sabido manter de pé na defesa das suas conquistas e direitos.

É por isso que o dia de hoje tem de ser uma jornada de luta feita na convicção de que é sobretudo nas mãos do povo que reside a sua defesa, que será feita palmo a palmo, alargando e aprofundando a resistência à ofensiva reacionária.

E fazemos essa defesa com a confiança que a vontade dos pobres ainda voltará a ser lei neste país.

Para isso importa não repetir erros antigos, isto é, que o povo não deixe que alguém faça por ele aquilo que só ele pode fazer, porque assim não mais acabaremos a obra que começámos a 25 de Abril e que foi interrompida a 25 de Novembro.

Por tudo isto termino, com uma palavra de esperança que é ao mesmo tempo uma palavra de certeza de que um dia virá em que acabaremos essa grande obra que será fazer de Portugal uma pátria socialista.

Um dia virá em que festejaremos o 25 de Abril com a mesma alegria de 1974, num Portugal feito à medida da vontade e do trabalho do seu povo.

Viva o 25 de Abril!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do Partido Comunista Português.

O Sr. **Carlos Brito** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: A Assembleia da República reúne-se com o Presidente da República e na presença da unanimidade dos órgãos de soberania para, tal como nos últimos dois anos, assinalar solenemente a data imorredoura do 25 de Abril de 1974. Mas permita-se-nos que adiantemos que, mais ainda do que nos anos anteriores, esta reunião solene se reveste de um alcance profundo.

É que a Revolução de Abril completa hoje cinco anos de vida, o que, não sendo quase nada na história de um regime, é um período significativo para julgar da sorte de uma revolução.

A Revolução de Abril, por muito que pese aos projetos de desforra dos seus inimigos e aos maus presságios dos seus detratores, é uma revolução vitoriosa.

Por graves que sejam as preocupações que o viver nacional infunde na hora presente, a vitória de Abril não pode deixar de abraçar, num sentimento de grande alegria e de imenso regozijo, todos os que, embora em posições diferenciadas, se empenharam e empenham na recusa de um passado ignominioso de guerra colonial, de opressão e tirania, de exploração cruel e de abdicação nacional, todos os

que se empenharam e empenham em afirmar a paz, a liberdade, o progresso social e a independência nacional como grandes valores e objetivos da Pátria Portuguesa.

Aplausos do PCP.

É este o sentido que observamos nos múltiplos atos e ações comemorativas de natureza oficial e de iniciativa popular, que se realizam nestes dias de um extremo ao outro do país e onde a força do espírito do 25 de Abril se confirma, reforça e vivifica na reunião de quantos, divergindo embora no curso da sua concretização, o prezam no seu conteúdo essencial e o querem preservar, consolidar e prosseguir.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — No quinto aniversário da Revolução reafirmamos a nossa saudação emocionada aos bravos capitães de Abril, que com o seu histórico levantamento assestaram um golpe demolidor na ditadura fascista, logo continuado e completado pelo levantamento de adesão e apoio das massas populares.

Aplausos do PCP.

Saudando os militares obreiros do 25 de Abril, saudamos também todos os militares que souberam depois identificar-se com o seu espírito e com os objetivos da democracia portuguesa.

No quinto aniversário da Revolução prestamos sentida e comovida homenagem a todos os antifascistas, a todos os democratas, a todos os patriotas que, ao longo de quase meio século de fascismo, nas condições mais difíceis, enfrentando a morte, a prisão, a tortura, a perseguição continuada e discriminação constante, souberam manter a resistência e souberam organizar a luta pela liberdade, o fim da guerra e a justiça criando as condições para que Abril chegasse. Nesta homenagem incluímos todos os que vieram depois e formaram a caudalosa torrente que tomou possível levar avante as transformações democráticas históricas da revolução portuguesa e a edificação do regime democrático.

Importa dizer hoje que, no processo de desenvolvimento e vicissitudes da revolução portuguesa, se foi formando e estabelecendo um projeto político bem definido, que, suscitando um amplo consenso, foi adotado pelos constituintes de 1976 e finalmente incorporado na lei fundamental.

Amplo consenso, desde logo, em torno da firme recusa da ditadura e na condenação do fascismo. Amplo consenso na afirmação da necessidade de completa e rigorosa consagração das liberdades democráticas.

Amplo consenso em torno da eliminação dos monopólios e latifúndios, sustentáculos principais da ditadura e travão do desenvolvimento económico e do progresso social.

Amplo consenso na consagração da intervenção dos trabalhadores em todos os domínios da vida nacional, com particular relevância para a atividade das comissões de trabalhadores e associações sindicais, no respeito pela sua autonomia, independência e democracia interna.

Amplo consenso, ainda, na condenação do belicismo, do colonialismo, do racismo — com a afirmação clara no empenhamento de Portugal numa política de paz e cooperação com todos os povos e, de especial significado, com os novos países africanos libertados do colonialismo português.

Amplo consenso, finalmente, na condenação do separatismo e na defesa clara dos princípios da unidade da Pátria e da independência nacional.

Articulados entre si num projeto coerente e global de transformação política, social, económica e cultural da sociedade portuguesa, estes princípios e objetivos congregam a esperança, a adesão e o empenhamento de milhões de portugueses pertencentes a um amplo e diversificado leque de camadas sociais, que os ratificaram nos sucessivos sufrágios a que foram chamados desde o 25 de Abril.

Importa dizer agora que as dificuldades agudas com que o país e o povo se debatem não resultam da observância destes grandes princípios e orientações, mas precisamente da fuga à sua execução e das tentativas de os desvirtuar e subverter.

A fresta por onde penetra o ataque mais insidioso dos inimigos da democracia portuguesa reside precisamente na atuação daqueles que, tendo responsabilidades na condução dos seus destinos, se recusam, ou pelo menos hesitam, em prosseguir a rota definida pela vontade maioritária do povo português e consagrada na lei fundamental do país.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Alegou-se primeiro que era necessário fazer algumas cedências aos meios reacionários para diminuir tensões, aplacar descontentamentos e desmontar a conspiração antidemocrática. Sabe-se ao que tem conduzido essa orientação suicida. Na verdade, a democracia não se estabiliza e consolida nem o país progride pelo caminho das cedências aos inimigos da democracia e do progresso social

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas foi-se ainda mais longe. Pretextando argumentos para fugir aos rumos constitucionais e dar motivações a uma política de restauração do poder económico e político do grande capital, arvora-se em mal-estar nacional os queixumes e protestos dos ultraminoritários beneficiários do regime fascista, dos privilegiados do antigamente.

Não se estranhe, pois, que os inimigos da democracia subam o tom no coro das exigências: ontem pediam a liquidação da Reforma Agrária e das nacionalizações, logo passaram a pedir a liquidação da Constituição e agora não hesitam em pedir a liquidação do próprio 25 de Abril.

É um escândalo inadmissível que a comunicação social estatizada esteja a fazer a promoção, precisamente nestes dias de Abril, de figuras das mais responsáveis do regime fascista derrubado.

Importa lembrar, a propósito, que o regime fascista não só oprimiu, reprimiu e explorou cruelmente o povo português e os povos das colónias, mas conduziu o nosso país, em meio século de vigência, ao último lugar da escala europeia em todos os indicadores económicos e sociais fundamentais,

desde o produto nacional à mortandade infantil. É ridícula a pretensão de responsáveis desse regime ao quererem afivelar agora a máscara de "salvadores".

O povo português não esquecerá.

Aplausos do PCP e de alguns Deputados do PS.

Particularmente preocupante é que, a par do inaceitável clima de complacência que se foi generalizando para com as atividades dos servidores do fascismo e outros inimigos declarados da democracia, se observam, especialmente nos últimos meses, inadmissíveis atuações repressivas das autoridades e do patronato sobre trabalhadores, que fazem uso dos seus direitos constitucionais e legais, quer em defesa da Reforma Agrária, quer em defesa das suas condições de vida e de trabalho.

Há dois anos, quando aqui nos reunimos pela primeira vez para celebrar o 25 de Abril, era a crise económica e financeira que estava no centro das preocupações de quantos usaram da palavra. Havia então, como continua a haver hoje, dois caminhos para enfrentar as dificuldades neste domínio: ou o reconhecimento das novas realidades da nossa economia (com as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo de gestão), o respeito pelas orientações constitucionais e a mobilização dos trabalhadores e do povo, ou o caminho da recuperação capitalista e dos empréstimos externos com o seu cortejo de imposições. O PCP defendeu e defende o primeiro. Preferiu-se o segundo, teimou-se no segundo. O resultado desastroso está à vista. As condições de vida do povo português agravaram-se.

Estamos ainda mais longe da recuperação económica que se torna imperioso conseguir e para a qual o nosso regime económico e político apresenta especiais virtualidades, na diversidade das formações económicas que reconhece e no papel que reserva aos trabalhadores na vida nacional.

A crise económica degenera numa preocupante crise política. Esta aprofunda-se tanto mais quanto se acentuam os desvios ao figurino constitucional, quer na fórmula governativa, quer na atuação do Governo. Este tornou-se o ponto central das nossas dificuldades e origina, pela sua existência e pela sua prática, uma situação generalizada de desrespeito pela legalidade democrática. Muito embora não seja este o momento adequado para mais largas considerações a propósito, não queremos deixar de dizer que a situação não pode persistir sem sérios perigos para as instituições e dano muito grave para o país e o povo.

As situações de instabilidade têm de ser vencidas pelo decidido regresso à observância das orientações e normas da Constituição. Não está em causa a recusa de qualquer revisão constitucionalmente legítima e necessária do seu articulado. Aquilo que se impõe e exige é que o país possa viver, trabalhar e optar dentro da continuidade do projeto político que definiu e estabeleceu num profundo processo democrático.

As comemorações do 25 de Abril têm a grande virtude de confirmar que o povo português não está desmobilizado, como pretendem os propagandistas da reação e os que forcejam o lançamento de novos projetos subversivos. A ampla participação popular que nelas se verifica, tal como a participação nas operações do recenseamento, na generalidade das eleições locais, na vida sindical, na ação reivindicativa, na movimentação pela observância dos direitos, liberdades e garantias, demonstra que o

povo português está com a democracia, está com a Constituição, que o fez seu, e quer levar adiante o 25 de Abril. É por isto que a Revolução de Abril triunfa. É nisto que reside a imensa confiança, que nos anima, de que Portugal vencerá a crise.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do Centro Democrático Social.

O Sr. **Nuno Abecassis** (CDS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Pela terceira vez consecutiva, e com idêntica solenidade, celebram hoje os representantes eleitos pelo povo, que tem esta Assembleia como casa e como local de trabalho, mais um aniversário do 25 de Abril, que desde a primeira hora quisemos democrático e por isso mesmo pluralista e libertador do homem e da sociedade portuguesa.

Foi assim que há dois anos, desta mesma tribuna, o CDS se pôde referir ao seu contributo, prestado com coragem, determinação e sofrimento, não só para que fosse preservada a dimensão democrática do 25 de Abril, como também para que se mantivesse permanentemente aberta, para o povo português, uma alternativa personalista e europeia ao projeto coletivista que alguns lhe quiseram impor.

Foi assim também que no ano passado os democratas cristãos aqui se pronunciaram, vigorosa e claramente, na defesa da democraticidade e do pluralismo das nossas instituições, na defesa da opção europeia, que esta Assembleia acolhe maioritariamente, e na recusa frontal e sem ambiguidades de qualquer projeto totalitário e ditatorial, que vozes enganadoras e de traição viessem segredar aos ouvidos do povo, como via para a ultrapassagem de todas as dificuldades.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Porque assim somos e por estas verdades nos batemos, afirmámo-lo então, e hoje o repetimos, o CDS foi, é e será parte da dimensão libertadora e democrática de um ideal 25 de Abril.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Liberdade e democracia que são rutura permanente, não só com os traços injustos e traumatizantes do antigo regime, mas também com aquilo que no regime atual ainda é fonte de frustração e desilusão, para que a nossa pátria siga, permanentemente, rumo a um futuro mais livre e mais justo e, por isso, mais próspero e mais feliz.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Neste sentido, o CDS foi, é e continuará a ser uma força política apostada em lutar contra o imobilismo, a injustiça e a ineficácia. Acreditamos, profundamente, que ao povo português

está reservado um futuro de plena realização do destino a que a história lhe dá direito e não será com a nossa cumplicidade que serão criadas barreiras ao seu caminho de liberdade, de prosperidade e de paz.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Em todo o nosso ainda curto percurso histórico temo-nos batido pela realização de condições propícias ao enraizamento profundo do pluralismo democrático. Temo-lo feito com frontalidade e com lisura, respeitando as ideias e os projetos alheios, sem abdicar do que somos e do que queremos.

O pluralismo democrático exige que assumamos a coragem de nos mostrarmos diferentes nos caminhos que escolhemos. O pluralismo não é, nem pode ser, a simples possibilidade filosófica da formulação de alternativas. Para que ele exista, é indispensável que se concretizem, se explicitem e se ofereçam ao eleitorado os diferentes caminhos possíveis para realizar o bem-estar coletivo, em sintonia com as diversas opções culturais que percorrem o pluralismo da própria sociedade e, sempre, no respeito indesmentível pela dignidade nacional.

Pelo seu lado, o CDS não tem abdicado, uma e outra vez, de acentuar o sentido original do seu próprio contributo político, oferecendo um projeto inspirado no humanismo personalista de raiz cristã, como forma de se construir a sociedade do futuro.

Os caminhos seguidos em Portugal, sobretudo depois do 11 de Março, têm vindo a confirmar a justeza de muitas das nossas críticas e a oportunidade das nossas propostas.

Ao fim de vários anos de imposição coletivista, durante algum tempo no plano político e depois no plano jurídico, é preciso reconhecer que, em muitos aspetos, o país seguiu por rumos errados. Mesmo o 25 de Novembro — reencontro nacional no plano democrático — não impediu o progresso estrutural do coletivismo, na economia e da sociedade.

Os frutos da experiência coletivista estão a conduzir-nos a bloqueamentos cada vez maiores. É, pois, necessário ter a coragem de reconhecer a urgência da mudança e de alternativas capazes de sustentar e dinamizar a introdução de profundas reformas, de sentido modernizador e inovador, na sociedade portuguesa.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — A única forma de lutar contra o restauracionismo do 24 de abril ou do 24 de novembro, salvando assim a democracia, está na mudança.

É a própria defesa das liberdades, é a luta peto ressurgimento nacional que no-lo impõem.

Compreender-se-á, porém, que o contributo específico de que, como partido, somos portadores, no quadro do pluralismo democrático, tenha em conta, por um lado, a profundidade e a dimensão das mudanças necessárias e, por outro, as circunstâncias políticas do momento presente.

A hora presente impõe uma ampla mobilização dos portugueses interessados em ajudar a construir um futuro melhor para todos. A hora presente é hostil ao abstencionismo e é de combate à tentação

totalitária. A hora presente faz apelo a maior unidade, dentro da diversidade, e reclama mais autoridade institucional do Estado.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — A hora presente é da sociedade civil. A hora presente, para ser fonte de mudança, tem de ser uma hora de lucidez, de patriotismo e de coragem.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Pelo seu lado, e em face das circunstâncias políticas atuais, o CDS pensa que é necessário construir uma maior unidade orgânica entre as forças que se reclamam de uma mesma intenção reformadora e de sentido civil, moderno e europeu da nossa sociedade e que se opõem ao estatismo, à burocracia e ao centralismo.

Nestes termos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o CDS, ao propor a concretização de uma nova forma de unidade democrática, respeitadora dos contributos específicos daqueles a quem foi proposta, procura, ainda e uma vez mais, servir um pluralismo democrático mais eficaz e mais operante.

É próprio da democracia ser-se diferente. A diferença é, em si mesmo, uma condição básica da democracia.

Mas em democracia também não é legítimo acentuar de tal modo as diferenças, que se inviabilize o mínimo de entendimento entre forças políticas que partilhem de um mesmo ideal de sociedade. Se tal se fizer ou consentir, em Portugal, então estaremos perante um sinal claro de que forças políticas houve que trocaram a bandeira do país pelo seu emblema partidário e poucas esperanças poderão restar, no horizonte dos portugueses, de que algum dia sejam vencidas as dificuldades que os afligem e ultrapassada a crise em que se sentem afogados.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Nós acreditamos que assim não será e que no tecido político de Portugal ainda será possível encontrar os fios restantes que, uma vez unidos e solidários, possam constituir a esperança de vencer a adversidade. Daí o nosso entusiasmo e a nossa esperança. Daí a certeza, que hoje aqui manifestamos, de que a nossa proposta encontrará eco no meio daqueles a quem foi dirigida, porque para lá e acima dos partidos em que militamos está o próprio sentido dessa militância e esse não pode ser outro que não seja o desejo irreprimível de assegurar o futuro de Portugal.

Aplausos do CDS.

Sr. Presidente da República: É convicção do CDS que se torna necessário reconciliar o país real com o Estado. Esta promessa de Abril ainda não foi cumprida.

É verdade que foram restauradas as liberdades e que um novo impulso de justiça social percorreu o país, mas também é verdade que o caminho da democracia política, tornado de novo possível com o 25 de Novembro, não foi acompanhado, como devia, por um processo de democratização económica e cultural. Não admira, por isso, que o impulso de justiça não tenha assim encontrado um suporte suficiente no progresso da economia e na criação de riqueza e por isso continue à espera de concretização.

É verdade que se alargou o espaço de participação cívica e política dos cidadãos e que os negócios públicos se tornaram mais transparentes, passando a ser objeto direto da fiscalização popular, mas também é verdade que as instituições não oferecem, globalmente, aos cidadãos a clareza e a autoridade que se impunha e que a lei democrática é, aqui e além, desafiada, enquanto muitos setores das forças sociais ativas da Nação continuam a confrontar-se, no seu labor, com as contradições que lhe são impostas por um sistema económico-social desajustado, incoerente e, em muitos aspetos, imposto, sem lógica nem justiça, pelo revolucionarismo totalitário que sofremos em fins de 1974 e durante 1975.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — A completa reconciliação da sociedade civil com o Estado é, pois, tarefa por realizar.

Não basta, por conseguinte, construir, no campo do pluralismo democrático, espaços de maior unidade e coerência. Os instrumentos políticos assim criados podem facilitar o reencontro da sociedade democrática com os partidos e ajudar ao reforço destes, como os mais idóneos medos de expressão do pluralismo social e cultural. Mas nós julgamos que, do lado do próprio Estado, se toma necessário definir, com maior rigor, o modo e o sentido de intervenção dos órgãos dotados de legitimidade democrática.

Só uma profunda revisão constitucional, de acordo com a vontade da maioria investida de poderes para a realizar, poderá assegurar, cabalmente, tal objetivo.

Entretanto, porém, é útil que as instituições emergentes do sufrágio popular, como o Presidente da República e a Assembleia da República, ou com especiais responsabilidades na defesa da legalidade, como os tribunais, encontrem os meios necessários para assegurar o aumento do seu prestígio e para promover a sua maior adequação às necessidades do país real.

O CDS, pelo seu lado, está tão interessado em contribuir para a dignificação do pluralismo democrático como empenhado está na defesa e reforma das instituições, de modo que o sistema político em Portugal seja capaz de se sintonizar, em profundidade, com o sentido da sociedade civil.

Para nós, um ideal 25 de Abril é também, neste plano, um ideal de mudança, uma capacidade de regeneração, um aprender de experiência.

Nesta perspetiva, o saudosismo do 11 de Março é tão prejudicial ao 25 de Abril como o saudosismo do antigo regime — ambos são adversários da democracia.

Aplausos do CDS.

Este tema merece da nossa parte, Srs. Deputados, representantes eleitos do povo, uma cuidadosa reflexão, quando presenciamos aquilo que parecem ser ambíguas manifestações de restauracionismo militar na nossa sociedade.

Conhecemos os preceitos normativos da nossa Constituição, cujo projeto final não aprovámos, mas que nos comprometemos a respeitar, e temos respeitado.

Não ignoramos, todavia, que o sentido ético e político do regime aponta, como repetidamente tem sido afirmado pelos mais legítimos responsáveis do país, para a inequívoca subordinação da força militar ao poder civil democrático

O Sr. **Rui Pena** (CDS): — Muito bem!

O **Orador**: — Esse é também um sentido de mudança claramente inscrito no nosso horizonte institucional. Tudo o que seja contrariar a clareza desse sentido é, objetivamente, desfavorável à democracia.

Aplausos do CDS e dos Deputados Independentes ex-PSD.

A recordação de que o «MFA está cá» pode constituir uma evocação de artigos do texto constitucional aprovados antes do 25 de Novembro, mas a verdade é que não consta das disposições aprovadas depois dessa data.

O Sr. **Rui Pena** (CDS): — Muito bem!

O **Orador**: — Assim, é uma recordação que nós julgamos ao arrepio da dinâmica democrática e do carácter transitório do presente período constitucional.

Vozes do CDS e dos Deputados Independentes ex-PSD: — Muito bem!

Vozes do PS: — Não apoiado!

O **Orador**: — A nosso ver, nada a justifica. Nem sequer a legitimam alguns ataques desgarrados, inconsequentes e injustos que por vezes se ouvem contra a instituição militar.

Não é por nas forças armadas ter havido quem tivesse traído as promessas feitas ao povo em 25 de Abril que se pode pôr em causa o sentido histórico, nacional e patriótico da instituição militar.

Aplausos do CDS.

Hoje, 25 de Abril, saudamos solenemente a instituição militar, na sua hierarquia legítima, aqui representada pelo seu comandante supremo, e manifestamos o nosso profundo apreço, o nosso respeito e o nosso orgulho pelas multisseculares e gloriosas forças armadas portuguesas.

Aplausos do CDS e dos Deputados Independentes ex-PSD.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Decorridos que vão cinco anos sobre a madrugada do 25 de Abril, é tempo de romper o dia, num ideal 25 de Abril que foi prometido ao povo português, no respeito do pluralismo democrático e da sociedade civil.

Um 25 de Abril em que os pais vejam com tranquilidade um futuro seguro para os seus filhos, enquadrados por uma escolaridade que, em extensão e competência, não nos envergonhe; em que os jovens encontrem um mercado de trabalho amplo e diversificado, quando chegar a altura de ingressarem na vida ativa; em que a prosperidade recompense o trabalho, de modo que o dia de amanhã seja mais fácil de vencer do que o de hoje; em que os doentes se sintam protegidos, acarinhados e tratados, de modo que rapidamente possam voltar a dar o seu contributo ao esforço social da comunidade; em que as famílias que se constituem encontrem um lar acessível e digno, onde se possam desenvolver e solidificar; em que os velhos e os reformados recebam os cuidados e o carinho que o seu esforço passado justifica e exige — esse 25 de Abril, ainda hoje está por construir.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — A liberdade e a justiça são duas faces de um mesmo projeto de dignificação do homem.

Como recentemente recordava em Puebla o Papa João Paulo II, «aqueles sobre quem recai a responsabilidade da vida pública deverão compreender que a paz interna e a paz internacional só estarão asseguradas se tiver vigência um sistema social e económico baseado na justiça».

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Raras são as gerações que têm o privilégio de traçar os destinos de uma pátria. À nossa geração, como já sucedera à de Quinhentos, é-nos exigido que tracemos o destino de Portugal europeu dos séculos vindouros.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Apesar de todas as hesitações, apesar de todos os erros, perplexidades e desencontros que encheram estes cinco anos, o CDS afirma hoje, aqui e com esta solenidade, a certeza de que em breve findará a penumbra em que temos vivido e atingiremos o sol pleno de um ideal 25 de Abril para o povo português, finalmente reencontrado com o seu destino e determinado a reconstruir, com o seu próprio esforço, o desenvolvimento nacional, que, também aqui, é o novo nome da paz, da democracia, da liberdade e da justiça.

Aplausos do CDS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do Partido Social Democrata

O Sr. **Meneres Pimentel** (PSD) — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. membros do Governo, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e Procurador-Geral da República, Srs. Convidados: É importante celebrar o 25 de Abril, mas comemorá-lo com serenidade, reflexão e sobriedade, eis o que importará mais neste momento. Serenidade e sobriedade que não dispensam a verdade. Pelo contrário, exigem-na.

Neste quadro tentarei, pois, ser sincero.

Circunstâncias de vária ordem obrigaram, por motivos patrióticos, à viabilização inicial de um Governo que, apesar de constitucional e legítimo, não emana dos partidos políticos que integram — ou deviam integrar completamente — esta Assembleia. Circunstâncias de vária ordem conduziram, não pelos mesmos motivos, a que cerca de um quinto dos atuais Deputados representassem, aqui, tão-somente as suas próprias personalidades.

Vozes de Deputados Independentes ex-PSD: — Não apoiado!

O **Orador**: — Estes factos excecionais, quando não testados por evidente capacidade política ou por seriedade de processos, exigem soluções de igual exceção ou de mudança.

A exceção política resulta, como é evidente, de uma anormalidade no funcionamento das instituições. E é sempre a esta degenerescência do tecido político que urge estar atento para intervir no momento em que a regeneração ainda é possível. A escolha desse tempo de intervenção constitui, pois, tarefa delicada, em jovens democracias como a nossa. A delicadeza e a gravidade da opção interventora e democrática não devem contribuir, através de demora excessiva, para a tentativa de compatibilizar o que é irreconciliável. De igual modo, deverá evitar-se a contemporização ou convivência com a degenerescência. Estas atitudes só podem interessar a quem deseje o desgaste progressivo das instituições democráticas, a quem, com receios, por vezes acomodatícios, não suporte a verdadeira confrontação democrática, ou seja, a consulta popular.

Os sociais-democratas, aqui exclusiva e legitimamente representados pelo Grupo Parlamentar do PSD, não perfilham a tibieza como processo político nem temem dizer a verdade em momentos difíceis como o atual. Sempre desejaram clareza nos processos, limpidez nas atitudes, sinceridade e frontalidade nas palavras. Repudiam fáceis conformismos, situacionismos ou demagogias.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Há um ano, V. Ex.ª Sr. Presidente da República...

Vozes do PS: — Ah! Ah!

O **Orador**: — ... nesta Assembleia, teve oportunidade de afirmar que o momento não autorizava que ato idêntico decorresse sem a sombra de perigos que ameaçavam a obra incompleta da Revolução. Se o Presidente da República, em 1978, falou com esta frontalidade, para que a fé dos portugueses pudesse ser recuperada, ninguém estranhará que, na atual conjuntura, utilize o mesmo processo linear. Seja qual for a análise crítica do Presidente da República, por mais errada ou frustrante que nos possa parecer, ninguém duvidará, ao que suponho, da sua intenção democrática. Esta certeza confere-me, assim, uma total tranquilidade para lhe transmitir, e a todos os portugueses, as nossas preocupações. Será do exame destas que poderá nascer a nova esperança.

Como V. Ex.ª disse, também há um ano, o ato do 25 de Abril foi legítimo e autêntico pela intenção democrática que lhe estava subjacente e o seu programa claramente estabelecia e impunha. Só por isso a esmagadora maioria dos portugueses esteve com a revolução libertadora. Mas o povo não precisava que tivessem persistido em libertá-lo com a força e, portanto, sem a razão democrática

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Foi indispensável a violência libertadora em 25 de Abril de 1974, mas já foram reprováveis as atitudes unilaterais tomadas em momentos posteriores, designadamente a partir de 12 de março de 1975. Só que forças sectárias pretenderam — e conseguiram, embora parcialmente — alterar o programa democrático entregue ao país no dia 26 de abril e daí a necessidade de outro 25 de Abril libertador que ocorreu, como é reconhecido, geralmente, em 25 de novembro. Pelas atitudes corajosas e democráticas tomadas por V. Ex.ª, Sr. Presidente da República, nessa data a maioria absoluta dos portugueses não hesitou em elegê-lo em 1976 para o exercício das pesadas, mas honrosas, funções de Presidente da República. Eleição esta que lhe permitiu, com toda a legitimidade, afirmar em 25 de Abril de 1978 que o Presidente da República, eleito por sufrágio universal, tirava «o sentido do seu mandato, diretamente, da vontade de quantos nele votaram e que tinham em comum a fidelidade aos valores da democracia pluralista e do Estado de direito capaz de responder às necessidades reais da sociedade portuguesa». Nestas claras palavras ficou, pois, bem expressa a ligação do general Ramalho Eanes ao seu eleitorado. Assim qualquer atitude posterior de desvinculação não se afigura consentânea com tão impressivos conceitos delineados há um ano somente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — É certo que um Presidente da República, uma vez eleito, é o presidente de todos os portugueses, mas não pode, não deve, voltar as costas ao seu eleitorado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Quem assim procede está a criar condições para uma eventual renúncia ao exercício das suas funções, mas o certo é que nenhuma das forças políticas que apoiaram a candidatura do general Ramalho Eanes em 1976 manifestou, até agora, esse desejo.

No que diz respeito ao PSD, até se foi mais longe, pois em uma das reuniões do seu conselho nacional deliberou considerar desestabilizador para o processo democrático uma renúncia antecipada do Presidente da República ao exercício do seu mandato. Só que a evolução do processo democrático em Portugal pode vir a aconselhar tomar outras posições firmes, frontais e caras quanto a este aspeto, mas também sempre em defesa da democracia pluralista e da construção de um Estado de direito democrático.

Em 22 de setembro de 1978, já depois de ter sido aqui derrubado o III Governo Constitucional, o Sr. Presidente da República foi muito claro ao propor aos partidos várias soluções para a crise então desencadeada. Creio não adulterar o sentido dessas propostas se as resumir nestes termos: ou os partidos com assento parlamentar concluíam um acordo que assegurasse ao Governo base parlamentar maioritária, estável e coerente e fosse julgado adequado à situação política existente pelo Presidente da República, ou esse acordo interpartidário, com validade até 1980, seria concretizado, não de imediato, mas dentro de um prazo em que a realização de eleições antecipadas, que completassem a atual legislatura, ainda tivessem significado político.

Como se sabe, a hipótese do acordo interpartidário não se tornou possível na altura da crise subsequente ao derrube do III Governo e daí a formação do IV Governo Constitucional, que não se baseou em qualquer consenso nem tão-pouco evoluiu nesse sentido.

Pelo contrário: certas atitudes ou desejos políticos do atual Primeiro-Ministro inutilizaram, na nossa ótica, qualquer hipótese de evolução para um acordo interpartidário. As críticas ao atual espectro partidário, os aplausos à necessidade de formação de um novo agrupamento político foram tão repetidamente insistidos que tudo indica desejar o Sr. Primeiro-Ministro um realinhamento partidário. Mas como tal modificação, no quadro desta Assembleia, só é possível constitucionalmente através de eleições legislativas, afigura-se lícito concluir que o primeiro responsável pelo IV Governo terá aderido ao segundo termo da alternativa formulada pelo Sr. Presidente dia República em 22 de setembro passado, ou seja, a dissolução desta Assembleia.

Assim todos parecem adotar ou, pelo menos, admitir a necessidade de um ato eleitoral antes do prazo normal, ou seja, antes de outubro de 1980. E para que seja útil esta consulta popular, parece evidente a sua urgência.

Interessará agora viabilizar as eleições, ou melhor, tomá-las mobilizadoras para os portugueses. Sempre me pareceu que nova campanha eleitoral, sobretudo em momentos de crise social, política e económica muito profunda, só será aceitável se uma larga maioria dos portugueses, através dos seus enquadramentos partidários, conseguir, anteriormente ao ato eleitoral, oferecer um conjunto de soluções corretas e coerentes para ser iniciada a resolução dos grandes problemas deste país.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Se se conseguir formar rapidamente este bloco de ideias e projetos concretos, justos e dotados de pragmatismo, as futuras eleições serão mais de escolha do que de preferência.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Escolha de certo modelo bem definido qualitativa e quantitativamente. Escolha por um Estado ao serviço da sociedade e não o inverso. Escolha pela libertação e criatividade. A preferência partidária far-se-ia, então, em função da ideológica de cada eleitor, tornando o voto mais consciente e não meramente estratégico ou útil.

O Sr. **Bento Gonçalves** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Mas se isto é possível conseguir em curto espaço de tempo, por que não a celebração de um acordo interpartidário antes de novo ato eleitoral?

A resposta é bem simples: o atual xadrez parlamentar resultou de uma campanha eleitoral processada em termos de insegurança e de total desacordo partidário. Mais: os partidos não assumiram o compromisso prévio ao ato eleitoral de só participar em governo com apoio parlamentar maioritário. Daí que as atuais opções políticas dos portugueses não tenham correspondência com a realidade, também atual, desta Assembleia. Daí a necessidade da sua dissolução.

Aplausos do PSD.

Se o novo ato eleitoral decorrer sob o signo da mudança e da reconstrução da sociedade, parece evidente que os inconvenientes, sempre de ponderar, de eleições intercalares serão largamente superadas pela aquisição de uma autêntica estabilidade governativa.

Ao Presidente da República importa menos quem governa e mais como se governa. Esta afirmação, aqui produzida há um ano, mantém todo o peso de uma síntese já transportada de Mouzinho da Silveira. Deverá ser, pois, indiferente ao Presidente da República procurar antever a maioria ou as maiorias que se formarão após um ato eleitoral.

Já, porém, não será indiferente ao Presidente da República saber se antes da dissolução da Assembleia os partidos se comprometem a participar somente em governos com apoio parlamentar maioritário, estável e coerente. Este compromisso, pela nossa parte, aqui fica adiantado, mas sem qualquer desejo incontrolado de acesso ao poder. Apenas o contributo para a tão falada e desejada estabilidade governativa.

Bem sabemos que os portugueses preferem a razão e a prudência à linguagem da emoção e das promessas demagógicas que, como as do passado, são impossíveis de cumprir. E por assim ser, admitamos que o atual Governo continue, ainda que só para preparar eleições, mas desde que seja assegurado um mínimo de respeito pelas formações partidárias e a satisfação de algumas necessidades fundamentais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Não se percebe, por exemplo, como é que o Governo ainda não providenciou, antes mesmo de aprovado novo Orçamento, pela aprovação de uma lei que regule aspetos essenciais como os da cobrança de impostos imediatos com taxas novas, o do financiamento às autarquias locais e outros. Não se percebe também como é que o Governo, ou parte dele, procura instalar a sua máquina de propaganda como se pudesse concorrer como tal a novas eleições.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Apesar de tudo, o PSD, consciente das suas responsabilidades, não se colocará, para já, em posição de hostilidade ao IV Governo, mas também não o apoiará. Aguardará com serenidade a evolução do processo político, e se nada for feito para regenerar as instituições democráticas, então, sim, usará de todos os meios constitucionais ao seu alcance para combater a apatia que tomou conta de grandes faixas de diversas classes sociais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Assumirá as responsabilidades que lhe cabem e não receará todas as campanhas que meios oficiais ou governamentais lhe desencadearem.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Mais valerá perder a popularidade fácil do que comparticipar em processos degenerativos. O caminho «para a recuperação material e para a ordem cívica» não pode correr o risco de «acabar na miséria e no caos». Mas não é com contemporizações fáceis nem com subserviências inúteis que se evitará esta miséria e este caos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — O projeto de salvação nacional prometido em 25 de Abril terá de ser assegurado pela concórdia e pela conciliação, mas não por cedências. Cedências a qualquer tipo de intromissões militares no poder democrático civil. Cedências a qualquer tipo de demagogia fácil encoberta por pretenso realismo não efetivado. Cedências a forças sectárias e não patrióticas. Cedências à tentação do acesso fácil ao poder. Cedências à imoralidade, à falta de transparência dos processos de atuação, à ambiguidade de um Governo dito apartidário, mas em que parte dele parece apostado em projetos político-partidários. Será no terreno da confrontação democrática que se poderão definir as capacidades técnico-políticas e que se deverão regenerar as instituições democráticas. Estas não se desgastam quando servidas por pessoas capazes e dotadas de representatividade.

A legitimação popular é condição da sobrevivência democrática. O individualismo conduz ao sectarismo, ao afrontamento e não ao confronto saudável e, portanto, democrático.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Só se pode confrontar quem dispuser de um mínimo de legitimidade democrática adquirida pelo sufrágio. Qualquer outra atitude representará arrogância insuportável em democracia.

Há que recuperar a imagem, dos partidos perante a opinião púbica, mas para tanto será indispensável conferir-lhes a oportunidade máxima dessa recuperação. Não é através de pretensas ações pedagógicas, oriundas de quem não possui inserção popular; não é através de tentativas de desertificação política; não é através de atitudes, mais ou menos poujadistas, que se recuperará a liberdade na segurança.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — É sim, com trabalho denodado, com competência e espírito de serviço que se retomará a dignidade para Portugal e para os portugueses.

Qualquer força política responsável só poderá prometer mais sacrifícios e trabalho, especialmente no setor público. Sacrifícios, porém, distribuídos com justiça e equidade, trabalho eficaz e não vazo de conteúdo, embora revestido de dilúvio de palavras. Não é com estas que se restituirá a confiança no regime democrático e pluralista. É com ações despidas de desejos de promoção pessoal. A política não serve os políticos. Estes é que, arrancando de um sentimento popular, se devem voltar para o país.

Só assim será possível comemorar com segurança a Constituição da liberdade. Só assim importa, ao que penso, vitoriar o 25 de Abril.

Estes os nossos propósitos.

Deus permita que eles obtenham eficácia.

Com humildade, com sacrifício, com simplicidade e com trabalho, acreditemos na liberdade e no regime democrático pluralista.

As nossas responsabilidades aqui ficam bem expressas. V. Ex.ª, Sr. Presidente da República, assumirá as suas com a frontalidade que os portugueses esperam.

As minhas últimas palavras destinam-se exclusivamente àqueles que em Portugal ainda vivem em condições sub-humanas, longe de qualquer favor do progresso e da chamada civilização material; àqueles que, apesar de tudo isto e certamente por causa disto, nos dão lições diárias de independência de caráter e de democracia; àqueles que nos olham com alguma indiferença e certa descrença. Para esses vai o nosso apelo; para esses deve ir a nossa disponibilidade gratuita e não sectária. Com eles reconstruiremos Portugal; com eles recuperaremos a esperança e a fé nos caminhos da liberdade, da solidariedade e da justiça.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do Partido Socialista.

O Sr. **Herculano Pires** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: O Partido Socialista associa-se, com inequívoca e clara sinceridade, à celebração do 5.º aniversário da Revolução de Abril. Para os socialistas, a data que hoje comemoramos representou o coroar de uma luta que, sendo também de outros, for empenhadamente sua.

Na verdade, o Movimento dos Capitães de Abril, entendido na sua perspetiva histórica, é menos um ato de pronunciamento militar do que um impulso de consciência coletiva, adequadamente interpretado pelos elementos mais progressistas das forças armadas. Aos militares de Abril prestamos aqui a nossa homenagem.

Aplausos do PS, do PCP, da UDP, de Deputados Independentes do PSD e do Deputado Independente Vasco da Gama Fernandes.

Certo que alguns terão lutado por uma aragem de liberdade, sem que a esta luta se tivesse juntado o desejo sincero das reformas sociais de que a Revolução de Abril se tornou mensageira. Outros terão lutado por transformações mais profundas, dispostos a sacrificar-lhes a liberdade. Por nós, socialistas, temos a consciência de termos sido dos mais genuínos intérpretes do espírito de Abril.

Defendendo as reformas sociais compatíveis com a salvaguarda das liberdades, dispostos a garantir aquelas por forma que estas não fossem postas em causa, antes e depois de Abril, dizemo-lo sem hesitação, fomos dos intérpretes autênticos dos anseios coletivos do povo português que no 1.º de Maio de 1974 saiu à rua de mãos dadas e de cravo vermelho na lapela.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — E se devemos comungar com outros na glória de termos ajudado a possibilitar Abril, é com o povo anónimo (que nos apoiou com o calor do seu entusiasmo e a determinação da sua vontade) que julgamos dever compartilhar outra glória: a de termos salvado Abril.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Por isso, aqui estamos hoje para dizer a este povo que nos mantemos fiéis ao Abril que temos sido, ao Abril que continuaremos a ser.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os ideais de Abril foram algumas vezes objeto de claras manipulações que, a terem surtido êxito, conduziriam em linha reta à sua desfiguração. Pela nossa parte,

queremos afirmar claramente que não alinhamos nem nos comprometeremos em jogos de tração. Não somos imobilistas. Mas não permutaremos que o justo e desejável equilíbrio entre os valores da liberdade e da igualdade possa ser subvertido em nome de radicalismos escravizantes.

Com esta atitude de intransigência, fazemos nós coincidir o socialismo democrático de que nos reclamamos, tendo em vista a realização da justiça social, que constitui a mais funda ansiedade da maioria esmagadora dos portugueses.

E aqui caberá perguntar: que povo éramos antes de 25 de Abril de 1974?

Um povo dividido pelo medo e pela desconfiança, surdo aos grandes apelos coletivos, que perdia os seus filhos em três frentes de batalha. Um povo que emigrava para comer e, por último, para não morrer ou não matar. Um povo que dependia economicamente de mercados coloniais, com a inconsistência e o preço de uma guerra que não podia ser ganha e cada vez mais se perdia. Um povo vítima de um regime que a comunidade das nações execrava e isolava, porque totalitário, porque praticava o colonialismo agressivo, porque tinha por suportes uma polícia política feroz e uma censura implacável. Nestas condições, tocou as raias do milagre a ausência de sangrentos ajustes de contas e a institucionalização pacífica, pelo voto livre e ordeiro, de uma autêntica democracia.

Aplausos do PS.

Democracia que é política e é económica, tal como a define a Constituição da República, ou seja, como um Estado democrático de direito, em que assumem particular relevo e significado a sujeição do Estado à lei, a separação dos poderes, a independência dos tribunais e a sempre generosa consagração dos direitos, liberdade e garantias, inscritos nas chamadas declarações universais de direitos, além de outros de natureza económica e social.

E tudo isto na linha de um empenhamento equilibrado e harmónico na realização do socialismo democrático, que o mesmo é dizer da liberdade e da justiça social.

De sinal positivo foram também a paz conseguida, a descolonização (que dificilmente podia ter sido melhor nas condições em que teve de ser feita), a consequente recuperação do nosso lugar no concerto e no conceito das nações, a reintegração dos retornados na sociedade e na economia da metrópole, a definição de uma política de integração europeia, a recuperação da confiança dos emigrantes e a criação progressiva de uma autoridade democrática a todos os níveis.

E bom será realçar que tudo foi realizado sem apelo a violências que não tenham podido ser neutralizadas, sem subverter os hábitos dos portugueses e sem desrespeitar as suas crenças, os seus sentimentos, os seus valores.

Tivemos, é certo, acidentes de percurso. Mas hoje é dia de alegria e de festa. E nos dias festivos deve realçar-se o lado positivo da história. Meditemos no bem que foi e no mal que podia ter sido. Meditemos, sobretudo, no mal que deixou de ser.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — E daqui devemos dizer aos que sonham com o regresso ao passado, porque têm alma de escravos ou não se resignam a não escravizar os outros, que estamos atentos às suas manobras.

Aplausos do PS.

Que nos encontram vigilantes sempre que atacam a Constituição, acusando-a, falsamente, de responsável por todas as nossas dificuldades, e procurando revê-la por métodos inconstitucionais, ou seja, à revelia do que nela se dispõe.

Que nos encontram despertos sempre que atacam esta Assembleia, tratando-a com o mesmo desprezo com que durante meio século encararam o povo nela legitimamente representado.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Que nos encontram alerta sempre que atacam os partidos, as ideologias, em suma, a política, em nome de uma simulada independência, de uma tecnocracia comprometida ou de um falso administrativismo burocrático.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Que nos encontram vigilantes sempre que atacam Abril e o que ele representa no coração dos portugueses que querem continuar a ser livres: a democracia, a justiça social, liberdade!

Aplausos do PS.

Em defender Abril reside, no fim de contas, a melhor forma de lhe prestar homenagem.

Estamos aqui para dizer aos responsáveis pela tentativa de afastamento da área do poder daqueles que o povo escolheu para exercê-lo, que já chega de demonstração da evidência de que não há situação sem os partidos e muito menos contra eles, que o mesmo é dizer contra o povo e a sua soberana vontade.

Aplausos do PS e do Sr. Deputado Lacerda de Queirós (PSD).

Para lhes dizer que, se essa demonstração se tornou episodicamente necessária, está mais que feita e mais que pago o duro preço no retrocesso que tivemos de pagar por ela.

Para lhes dizer que o povo sabe que em democracia os partidos são por toda a parte reconhecidos como organizações eminentemente necessárias à definição das grandes linhas de orientação e de pragmática política que possibilita ao eleitorado opções conscientes. Que são, cada vez mais, condição de vivência democrática e cada vez menos simples máquinas eleitorais, digam o que descerem os falsos "Messias", que tão depressa juram a inutilidade das organizações partidárias como defendem a criação de mais algumas ou se propõem criá-las eles próprios.

Aplausos do PS e do Sr. Deputado Lacerda de Queirós (PSD).

Para lhes dizer que, quando pretendem que a atual composição desta Assembleia ou o texto da Constituição já não representam a vontade popular, nós temos a certeza de que não são democratas, porque um verdadeiro democrata não põe em causa a representatividade de um mandatário do povo antes do termo constitucional do seu mandato.

Aplausos do PS.

A vontade popular não pode ser ou deixar de ser acatada ao sabor dos oportunismos e das ambições dos que, no fundo, a não respeitam. Os que lhe recusarem acatamento colocam-se fora das instituições e da prática democrática. Continuarão a ter lugar entre nós porque é próprio da democracia procurar estabelecer a concórdia entre todos os portugueses. Mas sabendo-se que a não querem, para que o povo, na hora de escolher os seus representantes, claramente os distinga dos que sinceramente a amam.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quis o Partido Socialista que as comemorações de Abril pudessem ficar assinaladas por um ato de pacificação e de clemência.

Quatro anos volvidos sobre o 11 de Março, e mais de três decorridos sobre o 25 dia Novembro, sem que os responsáveis pelos respetivos atos tenham sido julgados, como podiam e deviam ter sido, carece hoje de sentido julgá-los. Pelo contrário, ganha sentido um gesto de definitiva pacificação da família portuguesa, hoje suficientemente protegida de atos semelhantes por forças armadas moralizadas e conscientes do papel que em democracia lhes cabe.

Daí o projeto de lei de amnistia de que o Partido Socialista tomou a iniciativa e assumiu a responsabilidade, e que nesta Assembleia foi aprovado por maioria. Projeto que patrocinou tanto mais à vontade quanto é certo que o gesto de esquecimento nele proposto se aplica fundamentalmente a dois atos de sinal contrário, sem que em nenhum deles tenha estado envolvido.

Não impediu isso que, em nome de um pretenso justicialismo, que em alguns casos mal disfarçou preocupações de vingança, se tenham ouvido vozes acusando o projeto de desestabilizador e até de inconstitucional. É manifesto que desestabilizadores seriam os julgamentos feitos com tanto atraso, e que só esta Assembleia tem competência político-legislativa para conceder amnistias.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Seja como for, ou melhor, como vier a ser, o Partido Socialista cumpriu o seu dever, como aliás o cumpriu esta Assembleia.

Tanto quanto quis foi que ao dia de hoje ficasse ligada uma iniciativa que constitui decerto a melhor homenagem que à Revolução de Abril pode ser prestada: a de consagrar como Revolução sem ódio, sem revanchismos, a unir os portugueses num caloroso apelo à solidariedade e à fraternidade, na liberdade e na paz.

Viva o 25 de Abril.
Viva Portugal.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente da República, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Procurador-Geral da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Antes de mais, é-me grato saudar a presença aqui de S. Ex.ª o Sr. Presidente da República.

O 25 de Abril assinala a reconquista, pelo povo português, da liberdade e da democracia, da dignidade e do exercício dos direitos de cidadania. Por isso, não há melhor quadro de fundo para a sua comemoração do que a presença simultânea dos dois órgãos de soberania que diretamente decorrem do sufrágio popular: o Presidente da República e a Assembleia da República.

V. Ex.ª, Sr. Presidente, exerce as suas altas funções porque tal foi a vontade deste povo. A sua presença, como a dos Deputados do povo, é a afirmação de que o regime iniciado em 25 de Abril continua a ver na vontade popular, livremente expressa no voto, a verdadeira fonte de legitimidade e a sua linha orientadora.

Mas pondero também uma outra circunstância. É que precisamente por serem as instituições mais inerentes à democracia, o Presidente da República e a Assembleia foram os órgãos mais desvirtuados pelo salazarismo. Em lugar de órgãos representativos da vontade do povo, foram órgãos representativos da vontade do ditador. Em lugar de exercerem um poder autónomo, que limitasse ou condicionasse o poder do Governo, nada mais fizeram do que aplaudir os atos da Administração. Por isso, para que o corte com o passado seja devidamente sublinhado nesta data, parece-me essencial que o Presidente da República e a Assembleia da República se juntem e colaborem nesta celebração.

Sr. Presidente: Coube a V. Ex.ª a honrosa responsabilidade de ser o primeiro Presidente eleito livremente após meio século de ditadura. Cabe a V. Ex.ª a histórica missão de presidir à consolidação do regime democrático e à defesa dos seus valores essenciais. O povo português confiou a V. Ex.ª os seus propósitos e a sua vontade, certo de que em V. Ex.ª não falta a capacidade, nem esmorece a vontade.

Quero dar-lhe aqui o testemunho de que esta Assembleia, depositária também do mandato coletivo, está e estará na primeira linha da necessária colaboração institucional para que tais valores vinguem e para que a democracia seja definitivamente o modo de viver em Portugal.

Comemoramos hoje, pela quinta vez, o 25 de Abril. As duas primeiras comemorações celebrou-as o povo português da maneira mais significativa, isto é, votando em liberdade.

A partir de 1977 foi aqui que festejámos essa data, nesta Assembleia que só ela tornou possível.

Cinco anos é tempo bastante para que as palavras vão perdendo o seu encanto. Para aqueles de nós que conseguiram esperar meio século pela liberdade, senti-la hoje à sua volta é o bastante para não desesperarem da solução dos problemas e da remoção das dificuldades que a implantação e consolidação de uma democracia em Portugal necessariamente implica.

Mas nem todos encaram a data do 25 de Abril na perspetiva de cinquenta anos de luta. Uns, porque o tempo que têm de vida lhes não chegou para tanto. Outros, porque só depois de anos ou décadas descobriram o que era o salazarismo e só então despertaram para a luta. Outros ainda, porque se resignaram cedo demais, rendidos às sucessivas derrotas dos combatentes da liberdade, vendo os amigos presos ou exilados, verificando que nem o passar das décadas impedia o triunfo da força sobre a razão e cruzaram os braços, vencidos antes do tempo. Outros, enfim, porque nem chegaram a lutar: homens para quem o incómodo da ditadura não estava na privação da sua liberdade, na anulação da dignidade de um povo, antes se resumia ao problema técnico da incapacidade do regime para fazer face às necessidades do desenvolvimento económico e da integração de Portugal no concerto das nações modernas — estes limitaram-se a aguardar que o salazarismo caísse por si para dar lugar a qualquer regime mais sensível àquelas necessidades.

Todos estes que enumerei têm razões pessoais para mais facilmente desesperarem do que a democracia ainda não conseguiu e para mais facilmente esquecerem tudo aquilo que ela já nos deu. Para todos eles, ainda que por razões diversas, o combate sempre e sempre renovado, porque sempre e sempre baldado, o combate contra os opressores deste povo foi um episódio das suas vidas. Um episódio entre muitos. Não o esquecem, nem o renegam, mas não podem identificar com ele a sua razão de existir.

Aqueles, porém, que lutaram cinquenta anos pela liberdade não cedem tão facilmente à impaciência, porque melhor conhecem o valor daquilo que com ela podem perder. São homens experimentados por uma longa adversidade. O apogeu das suas vidas já lá vai: consumiu-o esse imenso rosário de vitórias morais que foram derrotas sentidas na carne, ou seja, essa interminável luta, aparentemente sem sentido, para conseguir aquilo mesmo que hoje aqui celebramos. Não terão, por isso, hoje, as qualidades da vitalidade e energia dos políticos jovens. Não terão também a atualização cultural e até a preparação técnica que felizmente são correntes entre os melhores das gerações que lhes sucederam.

Mas, por uma vez, estão em vantagem sobre os jovens. E essa vantagem é estarem por instinto mais próximos da visão da História. Essa é a enorme diferença entre os que apostam na democracia como um futuro mais cheio de melhores oportunidades de realização pessoal e coletiva e os que contavam um por um os quarenta e oito anos da ditadura, só parando a contagem quando já não havia futuro pessoal em que apostar. Para estes, a vida está vivida: trata-se apenas de olhá-la como algo que valeu a pena. Mas não é preciso enganarem-se a si próprios, porque já não são parte interessada no que está para vir.

O ocaso da vida dá conselhos que nenhuma ciência substitui. E para os velhos combatentes, é uma evidência que não se constrói em cinco anos um templo de liberdade sobre os escombros da prisão que levou cinquenta a destruir.

Não o digo aqui com a autoridade moral dos que derrubaram o fascismo, porque não o derrubámos. Não que nos faltasse a vontade ou que desprezássemos quaisquer sacrifícios para isso, mas porque, mesmo que uma obra dessas pudesse ser feita por um pequeno grupo, sempre nos faltou uma força igual à razão que nos assistia: unira força feita de coragem e lucidez, é certo, mas também, mais precisamente, feita de armas. Não fui eu, não fomos nós, quem derrubou o fascismo.

Essa foi a longa saga do povo português, uma resistência discreta, mas firme, um interminável ranger de dentes em silêncio, pontuado por heroicos sacrifícios de alguns dos seus melhores filhos, com os quais se alimentava a chama da luta.

Foi esse povo, que aqui nos cumpre representar, foi o homem da rua, o homem dos escritórios, o camponês e o operário anónimos, que voltaram a cara à ditadura e que, ao fazê-lo, a desmascararam como um corpo estranho à Nação.

Foi o seu implacável veredicto moral que tornou insustentável a posição do regime. Faltava apenas encontrar quem estivesse disposto a encarnar a não pequena glória de ser o seu executor. Alguém dispondo da energia, da audácia e dos meios, mas sobretudo da rara capacidade para investir o sentido de uma vida inteira numa só decisão irreversível. Eis o que fez a glória dos jovens capitães de Abril de 1974.

Aplausos do PS, do PSD, da UDP
e dos Deputados Independentes ex-PSD.

Disse-vos aqui, há pouco tempo, quando comentámos o aniversário da Constituição, que saudava os capitães de Abril, independentemente das opções que cada um deles, mais tarde, viria a tomar. Umas dessas opções ter-nos-ão merecido concordância, outras não — e nós próprios não coincidimos nessa apreciação. Mais os capitães de Abril são todos eles, porque é nesse momento que a História os vai reter e nesse momento, eles — mas todos eles — souberam ser a consciência e a vontade do seu povo.

Aplausos do PS, do PSD, da UDP
e dos Deputados Independentes ex-PSD.

Machado dos Santos é a Rotunda, e não cada uma das discutíveis opções que, antes e depois do 5 de Outubro, ele possa ter tornado na Carbonária ou nas hostes democráticas em geral; como Churchill foi a Batalha de Inglaterra e a derrota dos fascismos e não cada uma das tricas palacianas que possam ter orientado alguns dos deus despachos.

Nesta data, que importa o que cada um desses homens diz ou pensa do gesto de um político ou da declaração de um governante? Nesta data e perante a História, que importa o que divide esses homens, se eles — quer o queiram, quer não — estão irmanados no seu significado, amarrados àquele momento histórico que, além de ser a memória das suas vidas, é um marco na memória deste povo?

Aplausos do PS e do PCP.

Nesta data e perante a História, que sentido e que alcance podem ter as frechadas que contra estes homens arremessem aqueles de quem a mesma História nunca terá ocasião de se ocupar?

Nesta data, saibamos parar um pouco acima do conjuntural.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Este povo soube merecer a liberdade. Temo-la nos braços. Não há melhor ponto de partida para construir um futuro coletivo digno de ser vivido.

Se concebemos de modos diferentes esse futuro, nada de mais natural, pois a democracia assenta precisamente no reconhecimento desse facto como normal e até saudável. Mas não esqueçamos que nenhum dos ideários que aqui se exprimem, nenhuma das filosofias que nesta sala se manifestam, poderiam exprimir-se ou manifestar-se dentro do regime cuja queda hoje celebramos. E isso, depois de ter feito do 25 de Abril uma vitória nacional, faz dessa data aqui dentro uma vitória comum.

Saibamos nós estar à altura dessa vitória comum, convivendo politicamente uns com os outros, e não procurando sobreviver politicamente uns aos outros. Porque a democracia encontra a sua identidade não tanto nos seus objetivos como nas suas regras. Saibamos nós respeitar e fazer respeitar essas regras, que o povo irá traçando os seus objetivos.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra S. Ex.ª o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República (Ramalho Eanes)**: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Deputados, Portugueses: É difícil imaginar outra data histórica em que o país pudesse mais legitimamente celebrar a liberdade da Pátria e mais justamente prestar homenagem aos que a tornaram possível.

Homenagem às forças armadas, que em 25 de Abril de 1974 restituíram Portugal aos portugueses, permitindo à Nação que reassumisse a sua dignidade soberana e a direção do seu próprio destino.

Homenagem às forças militares e políticas que, no 25 de Novembro, repudiando todos os totalitarismos, restabeleceram as condições de construção de um país fraterno e viabilizaram de novo o projeto nacional de liberdade, de democracia e de justiça que impulsionou a intervenção militar.

Homenagem aos que nesta Casa se bateram, em circunstâncias por vezes quase dramáticas, para consagrar constitucionalmente a intenção democrática original e fizeram triunfar sobre os desvios vanguardistas a conceção democrática do Estado, assente no sufrágio universal, na coexistência de diferentes opções ideológicas, no pluralismo político e no respeito da vontade maioritária.

Homenagem, enfim, ao povo português, vencedor real do 25 de Abril e do 25 de Novembro, e vencedor porque criou os pressupostos do êxito do movimento libertador; porque assumiu com confiança e entusiasmo a promessa que as forças animadas lhe fizeram; vencedor porque, quando pôde determinar a dinâmica da revolução, tornou possível o regime democrático de que os órgãos institucionais são expressão e garantia; porque resistiu às ameaças e venceu as confrontações que tentaram impedi-lo de definir livremente a sua decisão de concretizar os ideais de Abril.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Portugueses: Continuamos a viver tempos de confusão e perplexidade. Trata-se de uma evidência irrecusável no quotidiano dos portugueses: é uma realidade social, determinante e determinada, em que a ação política se exerce.

Mas importa também reconhecer que não nos falta, que não nos faltou, o conjunto de condições indispensáveis à consolidação da democracia e ao desenvolvimento económico do país.

Se a confusão e a perplexidade persistem, e a crise se instala, é sobretudo porque continuamos a não conseguir o que parece e é realmente mais fácil num regime democrático: o entendimento entre os partidos; o compromisso político estável; o exercício consequente do poder com conhecimento, trabalho, determinação, liberdade e integridade.

Entendimento e compromisso possíveis, dada a existência de objetivos comuns.

Entendimento e compromisso indispensáveis para que a democracia, arduamente alcançada, se vitalize e consolide através da adequação dinâmica das estruturas e instituições às exigências e expectativas do povo português.

Entendimento e compromisso necessários, enfim, para que se atinja a mobilização de todas as forças da coletividade, de modo a enfrentar com êxito a crise e a fundamentar solidamente a posterior recuperação.

Porque falta o que pareceria mais simples, tudo fica ameaçado. Esquecem-se ou minimizam-se as vitórias democráticas do nosso passado recente. Os progressos na situação económica, aparar de tudo conseguidos, defrontam uma atitude de reserva, nascida muitas vezes de causas passageiras ou mesmo acidentais.

Subsiste uma tendência generalizada para o desânimo e para a descrença, aliás intencionalmente ampliada com vista a recordar o destino trágico de outras experiências democráticas e liberais da História de Portugal.

Como noutras ocasiões aconteceu, também agora podemos dizer que os mais temíveis adversários da democracia não são os antidemocratas declarados — que não encontram acolhimento entre o povo português —, mas os próprios democratas, quando se deixam prender na teia de conflitos secundários e esquecem o campo real de entendimento que melhor responderia aos interesses de Portugal.

A esperança democrática, que continua viva, tornou-se assim mais vulnerável. O povo português está cansado de esperar.

Comemorar hoje o 25 de Abril de 1974 exige por isso de todos nós a coragem de enfrentar com clareza os desafios que podemos ganhar. Que deveremos ganhar, se quisermos ser dignos do que esse dia nos trouxe como promessa de vida em liberdade, como responsabilidade de comportamento democrático e como obrigação do respeito permanente das regras da democracia pluralista.

Sr. Presidente. Srs. Deputados: Os fundamentos políticos da nossa democracia estão claramente balizados por duas datas — 25 de Abrir e 25 de Novembro. Elas separam e anulam duas situações que, sendo diferentes, tinham de comum o carácter antidemocrático.

Mas o 25 de Abril e o 25 de Novembro são manifestações integradas de afirmação democrática, que não pertencem a nenhuma entidade, a nenhum grupo ou classe social. Por muito que pese aos que

delas tentaram apropriar-se, para prosseguir objetivos particulares, elas são, de facto, expressões da vontade profunda do povo português.

Compete-nos analisar com serenidade e ponderação esse período de luta pela democracia e de fundação democrática, de modo a encontrar nele rumos de futuro, firmes e portugueses.

Os valores que a esmagadora maioria dos portugueses vitoriosamente defendeu e consagrou nessa altura são a tolerância política, a exigência de democracia pluralista e o consequente exercício das liberdades públicas, nomeadamente as de religião, expressão, reunião e associação, a defesa permanente da liberdade individual, o respeito pelas regras da legitimidade e da legalidade democrática e a procura de uma autêntica justiça social.

São, em si mesmos, valores que sintetizam e afirmam inequivocamente o civismo político e cultural dos portugueses. E são, também, caboucos de qualquer projeto político que queira basear-se na realidade social portuguesa e nela realizar-se em plena liberdade.

Mas nesse período de luta pela instauração de um regime democrático a vontade da Nação afirmou também outros valores mais concretos que, com maior ou menor nitidez, têm orientado a nossa atividade política.

Desses valores concretos apenas sublinharei os que, além de se imporem pela sua atualidade, contribuem para definir os contornos do quadro de possibilidades políticas. São eles: a defesa da Constituição, como afirmação determinada de democracia, de justiça, de liberdade real, de dignidade cultural e de independência nacional; o estabelecimento do primado do Estado de direito democrático e, por consequência, a imposição firme de todas as suas leis; a afirmação de um projeto de modernização da economia, tendo em vista uma rápida integração na Comunidade Económica Europeia que, só por si, exige a mobilização racional de todos os recursos disponíveis; a garantia dos direitos dos trabalhadores, livremente organizados para defesa dos seus interesses, num quadro de compatibilização com as possibilidades nacionais e com o processo de modernização da economia portuguesa; a defesa de uma política social justa, que corrija os atuais desequilíbrios e salvaguarde a solidez do crescimento económico a médio e a longo prazos; a colaboração democrática entre as instituições, de modo a dar ao sistema coerência e estabilidade e a garantir-lhe eficiência perante as situações de crise; a procura constante de soluções negociadas, para evitar o confronto e o conflito, sem prejuízo do recurso a toda a firmeza democrática sempre que uma divergência de posições ponha em causa interesses nacionais essenciais; a afirmação de uma política externa aberta que, respeitando e defendendo a nossa especificidade, vise a correta inserção de Portugal na comunidade internacional, traduzida na integração do país na Europa Ocidental, na corresponsabilização do seu sistema integrado de defesa na participação ativa nas diversas instâncias internacionais e na cooperação e amizade com todos os povos do mundo, dedicando especial atenção ao Brasil, aos novos Estados africanos de expressão portuguesa e aos restantes Estados onde se radicaram comunidades portuguesas significativas.

Recordando sem preconceitos estes valores, defendidos em 1974 e 1975, e confirmados nas diferentes eleições que institucionalizaram a democracia, não poderemos deixar de concluir que o quadro resultante é suficientemente claro como balizador da ação política corrente.

Mais ainda: Este quadro político é tão inequívoco que não admite a alusão a ambiguidades ideológicas nem a permanente reposição de dúvidas sobre os objetivos nacionais. Apenas exige eficácia política para ser concretizado.

Naturalmente, é de acordo com este sistema de valores, uns globais e outros concretos, que se orienta a minha ação como Presidente da República. A sua afirmação clara — e repetida desde a campanha eleitoral — leva a olhar com reserva e profunda desconfiança os jogos confusos em que parecem participar, numa estranha aliança, responsáveis de formações democráticas e outras forças que prosseguem fundamentalmente totalitarismos sem regresso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se evoquei os princípios consagrados pelo povo português é porque considero que a situação presente exige a cada responsável político que explicite com clareza os critérios a que obedece a sua atuação, para que os portugueses possam identificar e compreender as razões que continuam a impedir um esforço de entendimento e de concertação de posições partidárias.

Sempre entendi — e foi esse entendimento que expressei aos portugueses em 1976, no compromisso eleitoral e na declaração de princípios, quando me submeti à decisão do sufrágio popular —, sempre entendi, repito, que não compete ao Presidente da República substituir-se aos partidos na definição de um programa político concreto, adotar um modelo de desenvolvimento específico ou optar institucionalmente por um dos diferentes modelos abstratos de sociedade que são propostos à consideração dos portugueses.

Pelo contrário, considero que é responsabilidade institucional do Presidente da República interpretar a vontade dos portugueses nas suas opções eleitorais, reconhecendo que diversos programas e modelos são possíveis no quadro dos valores essenciais que o povo português tem defendido e que já sintetizei.

Em coerência com esta posição constante, tenho orientado a minha ação política por cinco critérios fundamentais: consolidar as estruturas e os órgãos fundamentais do Estado democrático de modo que, no fim da fase de transição que se atinge em 1980, se passe a viver em plena normalidade democrática; aumentar a coesão e a operacionalidade das forças armadas portuguesas, ao serviço da democracia e da independência nacional, e promover a sua correta e definitiva inserção na nação civil; promover a formação de executivos capazes de apresentar programas de governo que correspondam aos valores essenciais afirmados e defendidos pelo povo português; assegurar o pragmatismo da ação política que as necessidades do país impõem e as possibilidades humanas e materiais determinam; manter como objetivo prioritário a implementação de mudanças nos setores económicos e sociais que mais importam à construção democrática e à satisfação das esperanças legítimas abertas pelo 25 de Abril.

Estou certo de que as decisões tomadas desde a institucionalização do regime democrático, em particular no que respeita à formação dos governos, corresponderam às exigências decorrentes dos princípios enunciados.

Não sendo clara nem unanimemente reconhecida a vantagem da realização de eleições legislativas intercalares — aliás, até agora irrealizáveis por indisponibilidade de legislação adequada —, sendo indispensável assegurar a continuidade governativa e tornando-se imperativa a existência de executivos aptos a negociar com países amigos programas essenciais à recuperação económica do país, não

hesitei em assumir as responsabilidades da função que exerço, recorrendo a modalidades de governo pouco frequentes em regimes como o nosso, mas nem por isso menos democráticas.

Considero que as soluções adotadas foram as ajustadas ao tempo histórico, inclusive quando a única via que ficava aberta era a formação de governos democráticos extrapartidários que pudessem responder às principais dificuldades do país e oferecessem o tempo de meditação e de negociação de que os partidos necessitavam para superar as suas divergências.

É ainda este o quadro de condicionantes que caracterizam a situação presente, até porque, apesar de eu próprio anunciar a excecionalidade da solução adotada, não foram ainda criadas pelos partidos políticos condições que permitam alternativas diferentes.

Mas um tal governo, repito, em nada vê diminuída a sua legitimidade constitucional e democrática. Dispondo da confiança política do Presidente da República e de aceitação política da Assembleia da República, desde que esta não rivalize nem o seu programa nem a sua existência, um governo extrapartidário está vocacionado para o exercício de três missões essenciais.

A primeira é governar, no quadro da legalidade existente, com respeito pelas normas de articulação e vigilância política estabelecidas entre os diversos órgãos de soberania, procurando, na medida do possível, compatibilizar as diferentes posições que se integrem no sistema de valores por que optou o povo português.

A segunda é assegurar uma continuidade governativa que, como disse, deixe aos partidos o tempo necessário para que encontrem condições de entendimento e de cooperação.

A terceira é não interromper o esforço para criar condições que permitam salvaguardar, no presente e no futuro, a dignidade dos portugueses e a independência nacional. Esta terceira missão cumpre-se na aplicação criteriosa dos recursos e medidas de política que melhorem a resposta interna à procura e contribuam para um maior equilíbrio da balança de pagamentos, para a estabilização económica, base da estabilidade política, e por isso pressuposto do aperfeiçoamento da convivência democrática.

Neste triplo sentido, não quero deixar de sublinhar claramente que o atual Governo assumiu objetivos patrióticos de continuidade da ação governativa e de defesa institucional da democracia, e tem tido, como recentemente referi, uma atuação que entendo globalmente meritória. Por ambas as razões, mantém a minha confiança.

A mera continuação em atividade de um governo extrapartidário significa, naturalmente, que ele é considerado politicamente conveniente pelos partidos representados na Assembleia da República.

O Sr. **António Arnaut** (PS) — Não apoiado!

O Sr. **Presidente da República**: — É evidente que este juízo implica também que o Governo seja considerado politicamente conveniente para o país, dado que seria inadmissível que qualquer partido responsável colocasse os seus eventuais interesses eleitoralistas acima das conveniências e interesses nacionais. No atual estado de crise, tal comportamento, qualquer que fosse o resultado final, nunca se traduziria em ganhos para a estabilidade das formações partidárias e do Estado democrático.

Por todas estas razões, ao juízo prático sobre a conveniência política da continuidade deste Governo terá de corresponder uma atitude consciente da Assembleia da República no sentido de, sem limitar a sua crítica e a sua fiscalização política, assegurar ao executivo, de modo continuado, os instrumentos necessários à ação governativa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É nosso dever considerar, no plano teórico, as vias políticas possíveis se a Assembleia da República vier a colocar ao Governo obstáculos políticos insuperáveis ou se vier a decidir acionar os mecanismos constitucionais que impeçam a continuidade do atual Executivo.

Uma delas, e que importa analisar com clareza, consistiria na realização de eleições legislativas intercalares.

Independentemente dos custos que a concretização dessa hipótese acarretará para a democracia e para a vida económica, é uma saída legítima e, por isso mesmo, irrecusável.

Não posso, porém, deixar de sublinhar a eventualidade de o quadro parlamentar não se alterar de modo significativo — pelo menos, de não se alterar de um modo que permita encontrar uma base maioritária sem recurso necessário a um entendimento interpartidário.

A verificar-se tal eventualidade, continuaríamos a ter, depois dessas eleições intercalares, exatamente o mesmo problema com que hoje nos defrontamos.

E ainda que uma composição parlamentar idêntica à atual permita, depois de eleições intercalares, o que até hoje não se atingiu, será difícil compreender por que é que dirigentes políticos conscientes do estado do país e das dificuldades da consolidação democrática não conseguiram concretizar a mesma solução antes da realização de eleições intercalares.

Vozes do CDS e de Deputados Independentes ex-PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — Nestes termos, e se não se verificar qualquer dos casos que constitucionalmente conduzem à dissolução da Assembleia da República, reservarei a decisão de realizar eleições legislativas intercalares e só a tomarei se e quando entender que ela corresponde, sem qualquer dúvida, ao interesse nacional.

Vozes do CDS e de Deputados Independentes ex-PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — É evidente que a ocorrência de novos factos políticos significativos e a vontade maioritária desta Assembleia serão fatores de decisão.

Outra solução entretanto possível — e, na perspetiva democrática, mais desejável — consistirá na concretização de alguma modalidade de acordo que assegure à governação a conveniente base parlamentar maioritária, estável e coerente.

É uma solução que nunca deixou de estar posta à consideração dos partidos.

Continuo a pensar que será possível encontrar, em função do interesse nacional, um consenso mínimo das forças políticas e sociais em torno de questões basilares como as seguintes:

Desenvolvimento prioritário das atividades ligadas à produção e distribuição de bens alimentares, que elevem o nível da nossa alimentação e tornem disponíveis meios financeiros para investir em setores de imediata reprodutividade;

Vitalização do setor exportador, tornando-o competitivo a nível europeu, de maneira a contribuir para o equilíbrio da balança comercial e para a redução do desemprego;

Definição e implementação de uma política económica que permita, a médio prazo, o lançamento de atividades que melhor correspondam ao integral aproveitamento dos recursos disponíveis, quer humanos, quer financeiros, quer naturais;

Utilização, a exemplo de outros países do ocidente europeu, e sem preconceitos ideológicos, das técnicas de planeamento económico e financeiro como instrumentos que, além do mais, possibilitem a fundamentação de uma política de redistribuição de rendimento e o incremento simultâneo do setor público e da iniciativa e atividade do setor privado;

Definição, no quadro dos objetivos referidos, de modalidades de acordo entre os representantes das forças económicas e do Executivo, de modo que se possa estruturar em bases seguras a política económica de estabilização e recuperação e, em particular, as decisões empresariais;

Descentralizar a vida política, com vista a interessar a generalidade dos portugueses na resolução dos seus próprios problemas, para uma responsável e crescente participação democrática na vida da Nação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os tempos de confusão e de perplexidade que vivemos não decorrem de alterações da opinião política do povo português em relação aos valores essenciais que escolheu.

Melhor do que ninguém o sabem os inimigos da democracia, que, no nosso país como, aliás, em toda a parte, aproveitam as liberdades que o regime democrático lhes concede para explorar as dificuldades de entendimento entre formações democráticas com projetos políticos largamente coincidentes.

Não falta quem utilize, para fundamentar o afastamento, razões que bem melhor justificariam a aproximação.

Os democratas terão de estar atentos a este fenómeno, porque, se aquela situação se pode aceitar como normal em regimes políticos estáveis e clarificados por longos anos de prática democrática, não deixa de ser justificável que apenas gere confusão e perplexidade num povo que durante dezenas de anos acumulou esperanças legítimas e fundamentadas na democracia.

As discussões ideológicas inconsequentes prolongam-se, apesar de a crise continuar sem que se lhe oponha uma resposta organizada, socialmente mobilizadora e politicamente apoiada, mas também tecnicamente fundamentada.

De facto, em todos os países democráticos, crises bem menos graves do que a que vivemos tem justificado a colaboração entre técnicos de diferentes filiações partidárias, que todavia se encontram unidos por uma idêntica conceção global dos interesses nacionais.

Uma preocupação excessiva com as questões políticas tem levado a esquecer que Portugal, devido à limitação dos seus recursos materiais e técnicos, não poderá, sob pena de colapso, dispensar a colaboração aberta e motivada de todos aqueles que podem gerar alternativas fundamentadas e concretizações produtivas.

Neste sentido, temos de retomar o esforço para procurar unir, onde forem úteis e onde se julgar prioritário, os homens capazes de responder aos grandes problemas concretos que se mantêm e agravam na sociedade portuguesa, de modo que a população portuguesa possa ficar informada das possibilidades reais que o futuro lhe oferece.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tendo presente a minha responsabilidade de garante da legalidade constitucional e das regras democráticas, não posso ignorar que o desencanto e o desânimo atingem já homens íntegros, que sempre se bateram pela liberdade, pela democracia e pela justiça social.

Esta nova situação preocupa-me porque representa um agravamento das condições de concretização das promessas do 25 de Abril e do 25 de Novembro, mas interessa-me sobretudo porque me compete assumir a esperança que o povo português depositou na implantação de um regime democrático em Portugal.

Porque não acredito em qualquer fórmula de poder pessoal, nem aceito outro modo de organização da atividade política que não seja o pluralismo democrático, recuso qualquer solução política que se baseie na subalternização dos partidos, na limitação da liberdade de expressão política de forças que respeitem a legalidade democrática ou na imposição militar.

Aplausos do CDS e de Deputados Independentes ex-PSD e do Deputado Independente Vasco da Gama Fernandes.

Para que nenhuma dessas soluções venha a ser encarada como resposta a uma crise insolúvel, tenho, como representante pessoal e institucional de todos os portugueses até 1981, o dever de utilizar plenamente, desde que necessário, a função que me compete de defesa em última instância do sistema democrático.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — Assim, a permanência de uma situação de afastamento interpartidário e de bloqueamento continuado da ação governativa obrigarão o Presidente da República a uma intervenção política mais intensa. O Presidente da República terá de cumprir o dever patriótico de contribuir, no respeito do quadro de valores que o povo português defendeu em 1974 e 1975 e confirmou nas diferentes eleições, para a formulação de um projeto de ação que primeiramente visará tornar realizável o consenso possível de partidos e de forças sociais organizadas, mas, em última análise, deverá mobilizar todos os democratas e satisfazer e englobar todos os portugueses.

Estou consciente dos riscos inerentes a esta intervenção política mais ativa, designadamente quanto ao precedente que abre na esfera da atuação do Presidente da República e que outros, no futuro, poderão invocar com diferentes finalidades.

Mas não posso menosprezar os perigos com que já hoje se confronta a nossa democracia, nem aceitar que se desenvolvam situações de tensão entre instituições, nem consentir que se iludam as legítimas expectativas dos portugueses.

O quadro de possibilidades existentes é claro, mas reduz-se dia a dia. O tempo de que ainda dispomos é assim limitado. Há que mudar de vida enquanto é tempo.

Termino com uma palavra de esperança e com uma palavra de certeza:

Esperança de que nós, dirigentes políticos em quem o povo português confiou, vejamos dignos do exemplo sólido e mobilizante de consciência democrática dessa fonte do poder;

Certeza de que o povo português, que em oito séculos sempre soube vencer os desafios e caminhar honrado na História, também agora encontrará as vias realistas e estáveis que lhe permitirão vencer a crise e transformar efetivamente Portugal. Se quisermos, esta Nação saberá reconciliar-se em torno de um projeto que permita a todos os portugueses viver em paz um futuro mais livre e mais igual, de acordo com as esperanças de Abril que, em conjunto, hoje celebramos.

Aplausos do CDS, dos Deputados Independentes ex-PSD (de pé), do Deputado Independente Vasco da Gama Fernandes (de pé) e dos Conselheiros da Revolução (de pé), permanecendo de pé durante os mesmos o Deputado Independente Galvão de Melo.

O Sr. **Presidente**: — Está encerrada a sessão.

1980

O Sr. **Presidente da Assembleia da República Leonardo Ribeiro de Almeida**: — Em nome de S. Ex.ª o Sr. Presidente da República declaro aberta a sessão.

Tem a palavra o representante do Agrupamento Parlamentar dos Reformadores, Sr. Deputado Adão e Silva.

O Sr. **Adão e Silva** (DR): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente da Assembleia da República e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: É por inerência à minha qualidade de componente da força democrática e humanista testemunhada no Manifesto Reformador, mas muito especialmente da de representante do Agrupamento Parlamentar dos Reformadores, que me incumbe hoje o honroso encargo de usar da palavra nesta sessão comemorativa do 6.º aniversário da Revolução, essa corajosa arrancada dos militares de Abril na bela madrugada de 25, que pôs termo ao regime totalitário imposto ao povo português durante quase meio século, ao assumirem-se, eles, revolucionariamente e como corolário de sucessivas e desgastantes lutas políticas da oposição democrática, durante décadas, contra o regime salazarista decorrente desse outro movimento militar e anticonstitucional, qual o de 28 de Maio de 1926.

Não acrescentarei nesta, aliás limitada, intervenção nem conteúdo original, nem ênfase oratória ao muito que aqui será afirmado pelos ilustres oradores que se me seguirão, apenas a nossa voz concorrerá, com todo o entusiasmo, para a bem merecedora valorização dessa feliz data, festejada pelos cravos vermelhos e pela alegria popular irrepreensível trazida à rua nesse grande dia, marco histórico inolvidável para todo o povo e em particular para os muitos resistentes democratas e liberais que, anos e anos seguidos, vinham sofrendo no espírito e no coração a cruel fatalidade de se sentirem considerados apátridas na sua própria e querida terra, ao serem-lhes, sistemática e miseravelmente, recusados os mais elementares direitos de cidadania.

Teve a Revolução de Abril o inestimável mérito de restituir ao povo português as liberdades fundamentais de que se achava há tanto despojado e de contribuir para o gozo, que se quer inteiro e responsável e, também, permanentemente promovido, respeitado e defendido, dos direitos do homem, essas regalias humanas afirmadas na Declaração Universal proclamada pelo areópago das Nações Unidas, por essenciais à vida democrática dos povos e dos seus cidadãos; e logo, por isso mesmo, no respetivo preâmbulo, denominadas de ideal pacífico e nobilitante interessando a todos os indivíduos e a todas as nações, independentemente de raças, de credos ou de ideologias e orientados pelo reconhecimento integral da dignidade humana, com direitos iguais e inalienáveis que constituem o fundamento autêntico da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

Reconquistadas que foram as liberdades essenciais e adquirida, com ânimo de a manter, a convicção de que vinha de instaurar-se no país, por forma definitiva e irreversível, a democracia política que a grande maioria do povo português há tanto ambicionava, resta ainda garantir a estabilidade e a consolidação dessa mesma democracia, que há de caracterizar-se pelos seus nobres ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, fazendo-a institucionalizar através do indispensável equilíbrio dos órgãos do poder político e de uma democratização frontal e autêntica, por económica, social e culturalmente

justa, do país real, em ordem a prestigiar-se Portugal, quer internamente, quer face ao mundo democrático e designadamente face a este continente europeu de que constituímos ponta de lança, embora em muito reduzido espaço, situados como estamos no seu extremo ocidental, frente a esse mar imenso que sempre nos atraiu e persistirá em atrair-nos em projetos futuros a cuja assunção a nação empenhadamente se dará.

Obviamente que esteve, e permanecerá, bem latente a ideia de que somos, incontestavelmente, uma nação de largas tradições históricas e universalistas, que de descobridora de novos mundos passou a fautora de povos, terminando, por neste século de grandes sucessos e progresso mundial, assumir o orgulhoso papel de libertadora desses mesmos povos que, não obstante todos os conhecidos e graves acontecimentos, que se vêm processando internacionalmente, hão de permanecer ligados a nós — ressalvada a sua inteira independência — por fortes laços humanos, afetos como estão à língua comum e aos sentimentos cristãos e liberais que, desde sempre, caracterizam os portugueses.

Prestigiosa democracia a nossa, já que, para além desse tão grande exemplo de humanidade, há de ser liberal, regeneradora e pluralista, exatamente por oriunda do espírito do 25 de Abril e porque consubstancia, em si mesma, todo um somatório de qualidades cívicas, morais e de justiça social que importa preservar contra todas e quaisquer tentativas antidemocráticas, partam elas de onde partirem e seja qual for o manto com que se cubram ou o cavalo de Troia de que se sirvam, pois todas hão de, felizmente, esbarrar contra as forças da liberdade e de resultar inúteis, dada a sua incapacidade de alterarem o curso do processo democrático, inerente ao regime de Estado de direito que, decididamente, se quer para Portugal. Tenhamos, pois, esperanças muito válidas de que há de, ao longo da caminhada, em muito ainda a percorrer, mas sempre pela via da liberdade, prosseguir-se em democracia, por tal ser a promessa e o significado patriótico da Revolução de Abril, para a glória de todos os sinceros democratas deste país e para o bem do nosso tão sacrificado povo, que durante largos anos sofreu, penosamente, tantas e tantas lágrimas e algum sangue, para além dos prementes e duros sacrifícios económicos suportados a tudo se sobrepondo essa inesquecível perda de inúmeros combatentes democratas, cuja vida foi ceifada nas corajosas fases da luta, abnegada e idealista, contra o obscurantismo, a reação e o totalitarismo em geral.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS, do PPM
e dos Deputados Reformadores.

E vamos, ainda e sempre em homenagem ao espírito essencialmente liberal do 25 de Abril, empenhar-nos em renovar e fazer progredir o país, certos de que será em resultado do patriótico empenho dos verdadeiros democratas, seja qual for o seu estrato ideológico, que há de, por força da liberdade reconquistada e da vontade comum, engrandecer-se a Nação. Vamos constitucional e oportunamente, pondo-se termo a condenáveis projetos desestabilizadores, rever e aperfeiçoar a Constituição da República, em termos porventura ainda experimentais, dada a presumível evolução do regime, mas programáticos e condicionados à legalidade democrática, reforçando nela o sentido cívico e extirpando-a da excessiva carga ideológica e do protecionismo revolucionário que a caracterizam,

tornando-a numa segura e aberta lei fundamental, em que possa definitivamente assentar, em segurança, o Estado de direito que democraticamente pretendemos ser, em plena e responsável liberdade, pondo-se acima de tudo o prestígio e o progresso do país.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — E com tudo se valorizará o ideário do 25 de Abril, que há de ficar na história como a redentora Revolução da Liberdade!

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM, dos Deputados Reformadores e do Sr. Deputado José Luís Nunes, do PS.

Liberdade que já Montesquieu, magistralmente, definiu como «esse imenso bem sem o qual não é possível gozar verdadeiramente todos os outros bens». Liberdade que, num apelo veemente à luta pelos direitos do homem, Paul Eluard, ao estruturar-se a Declaração Universal, invocou assim: «*Je suis né pour te connaître, pour te nommer, pour t'aimer, Liberté*». Liberdade que um jurista democrata contemporâneo, ao levantar a sua voz contra um certo clima de medo de antes do 25 de Novembro de 1975, referiu assim: «Morrerá a liberdade quando no coração e no espírito dos homens pairar o medo.» Liberdade, bem humano esse que supera todos os demais, e que esse cidadão insigne, grande português, que foi Jaime Cortesão, democrata indefetível e indomável lutador contra o poder totalitário e a reação, em alguns dos belos e inesquecíveis versos da sua primorosa *Ode à Liberdade*, cantou assim:

Quero-te, como quero ao ar e à luz
Porque não sou a ovelha do rebanho,
Nem vendi ao pastor a alma e a grei;
E onde não haja mais do que o redil,
És tu a minha Pátria e a minha Lei.

Leva-me onde as estrelas me pertençam.
Porque as vozes viris que me conduzem
Ninguém, melhor do que eu, sabe dizê-las;
Porque eu não temo as livres solidões,
Onde habitam os ventos e as estrelas.

Torna-me ágil e ardente, alma do Fogo,
Porque tu és a inspiradora inquieta
Dos bailados da morte e da alegria;
E eu prefiro ao aprisco a vida heroica,
A que devora o ser, mas alumia.

Queima-me, embora custes, quando afirmas,
O incêndio e as cinzas trágicas de Bruno
Ou o silêncio e a dor de Galileu.
Que importa? A Terra, a Humanidade, a Vida,
Não cabem, empalhadas, num museu.

Não és a flor da beira do caminho.
Bem sei que é necessário conquistar-te
A cada novo, dia e a duro preço.
Por ti tenho sofrido quanto os homens
Podem sofrer. Por isso te mereço.

Gerou-te, lentamente, com revolta
E dor, a consciência dos escravos;
Renasces mais perfeita a cada idade;
E, sempre, com dores cruéis do parto,
Dá-te de novo à luz a Humanidade.

Querem mãos assassinas sufocar-te
Nas entranhas maternas. Mas em vão.
Virás como a torrente desprendida,
Porque és o sopro e a lei da Criação
E não há força que detenha a Vida.

Aplausos dos Deputados Reformadores, do PSD, do PS, do CDS, do PPM e do MDP/CDE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante da UDP, Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. **Mário Tomé** (UDP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente do Supremo Tribunal, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Membros do Governo, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Srs. Deputados: Para comemorar hoje o 25 de Abril devemos ser claros e rigorosos, o nosso povo no-lo exige.

Há seis anos, o povo saudava, nas ruas com alegria de que só ele é capaz, a liberdade. A prisão dos principais responsáveis do fascismo, o desmantelamento da PIDE/DGS, anunciavam o ruir do regime corrupto, construído sobre o suor e o sangue dos trabalhadores portugueses. As massas populares, lado a lado com os soldados e marinheiros, saudavam a libertação dos presos políticos, o regresso dos exilados, o fim da guerra colonial. De norte a sul do país, o povo estava unido na mesma esperança de que

acabaria o sofrimento e a miséria, na mesma determinação de liquidar uma a uma as raízes do fascismo e do colonialismo.

No 11 de Março e no 28 de Setembro, duas intentonas fascistas encontraram pela frente a unidade combativa dos trabalhadores portugueses. Às tentativas de sabotagem do patronato reacionário, os operários respondiam tomando nas suas mãos as fábricas e instaurado o controlo operário. Ao abandono das terras pelos agrários parasitas, os assalariados respondiam com as ocupações das terras. Os moradores pobres das barracas lançavam-se nas ocupações de casas vazias. As comissões de trabalhadores, as comissões de moradores, as comissões de soldados, organizavam a iniciativa criadora e espontânea das massas populares e defendiam as suas conquistas. A Reforma Agrária, as nacionalizações, as liberdades democráticas, conquistas revolucionárias dos trabalhadores portugueses, transformavam rapidamente a face do país, abrindo um caminho novo de mudança. Essas conquistas democráticas revolucionárias, impostas pela luta do povo português, vêm a ser consagradas na Constituição da República. Portugal deixava de ser um país onde reinava o obscurantismo, as profundas desigualdades sociais, a opressão e a miséria que faziam de nós um dos países mais atrasados da Europa. Abria-se o caminho para um futuro radioso de bem-estar e de liberdade para os trabalhadores portugueses. A independência nacional era uma possibilidade real e uma exigência do povo português.

Estas transformações radicais que em poucos meses se vinham operando na sociedade portuguesa deviam-se à poderosa iniciativa e à energia criadora das massas populares. Perante as vacilações, as hesitações dos vários governos provisórios, perante um MFA que se desagregava, o movimento popular impunha-se como a única força realmente capaz de levar a cabo as profundas transformações sociais, que poderiam arrancar de vez as raízes profundas do fascismo. Em poucos meses, a PIDE/DGS estava desmantelada, o poder dos monopólios e dos latifundiários seriamente abalado. Abria-se o caminho para uma sociedade verdadeiramente democrática.

Mas as debilidades do movimento popular eram ainda muitas. A confiança na proteção dos militares progressistas levou a que os trabalhadores não se tivessem preparado, de uma forma enérgica, para a defesa das suas conquistas revolucionárias. Assim, o golpe militar reacionário do 25 de Novembro, apoiado pela direita, veio surpreender as massas populares e apanhá-las desprevenidas. Este golpe reacionário veio cortar o passo ao movimento transformador que de norte a sul varria o país. Os militares de Abril foram presos, os trabalhadores começaram a ser intimidados, mortos, com a Polícia e o Exército, impunha-se um regime autoritário e repressivo em tudo contrário ao 25 de Abril.

Seis anos passaram sobre o 25 de Abril. Hoje podemos dizer abertamente e com segurança que o golpe do 25 de Novembro abriu caminho a um regime fascizante, virado para o ataque aberto às conquistas revolucionárias do 25 de Abril. A direita reacionária que hoje nos governa tem no centro da sua política o ataque à Reforma Agrária, às nacionalizações, às liberdades democráticas. O pano de fundo da sua política é a revisão reacionária da Constituição. É voltar a instaurar no nosso país o regime opressor e explorador dos grandes monopólios e latifundiários. É transformar o nosso país numa coutada dos grandes monopólios da CEE e num campo de manobras da NATO.

A Aliança Reacionária que nos governa está empenhada em destruir tudo aquilo que resta do 25 de Abril e fazer o país andar muitos anos para trás. Nos campos do Alentejo, e Ribatejo, os

trabalhadores são mortos, espancados, perseguidos pela GNR, as terras, o gado, as máquinas, conseguidas à custa do seu trabalho do seu suor e do seu sangue, são-lhes roubadas. Os trabalhadores das empresas nacionalizadas veem ser-lhes retirados todos os seus direitos e as regalias conquistadas. A comunicação social é amordaçada, reinstaura-se a censura na rádio, na televisão, na imprensa. Montam-se novos tribunais plenários para julgar os antifascistas. Os preços sobem todos os meses, tornando a vida de todos os que trabalham cada vez mais difícil. Apesar de cem mil promessas, a economia continua mergulhada na crise e na estagnação. Não há novas obras, não há melhoramentos, nada se faz para criar novos postos de trabalho que absorvam o meio milhão de desempregados.

O 25 de Abril e as conquistas do nosso povo hoje, em Portugal, são o ponto de referência e demarcação de todas as forças políticas. Ou se é a favor ou se é contra. O golpe reacionário do 25 de Novembro foi a grande arrancada contra o 25 de Abril, que mostrou claramente de que lado estavam as várias forças políticas irmanadas do mesmo desejo de travar o avanço dos trabalhadores para novas conquistas de uma sociedade nova, vamos encontrar desde as forças mais negras da reação, que querem reinstaurar um regime fascizante em Portugal, como o CDS e o PPD, até ao PS, que teve mais medo dos trabalhadores do que de aliar-se com os militares reacionários aos saudosos do 24 de abril e com o imperialismo.

Vozes do PS: — Não apoiado!

O **Orador**: — O PCP, em vez de enfrentar abertamente o golpe reacionário, adapta-se ao novo regime e continua, como antes, a aproveitar-se da força dos trabalhadores para negociar, para manobrar, sempre cedendo no essencial: a defesa das conquistas populares de 74 e 75.

Os homens que encabeçaram aquele golpe e por isso são dos principais responsáveis por toda a escalada a que temos assistido desde então contra os trabalhadores, os democratas e antifascistas não podem ser os representantes do 25 de Abril.

Vozes do PSD e do CDS: — Não apoiado!

O **Orador**: — A UDP sempre afirmou que o 25 de Novembro foi um golpe contrário em tudo ao 25 de Abril e responsável pelas dificuldades que atravessa o país. Nós sempre afirmámos que, apesar dos ataques que têm vindo a sofrer após o 25 de Novembro as conquistas populares, apesar da arrogância da direita reacionária que nos governa, há suficientes forças para impor uma mudança na situação política atual. Essas forças estão dispersas pelas lutas populares, que têm vindo a ser travadas em todo o país, na Reforma Agrária, nas poderosas manifestações ainda recentes, como a de 19 de abril.

Afirmamos claramente: o único caminho possível para defender o 25 de Abril é confiar, sem reservas, na força e na luta dos trabalhadores, unir todas essas lutas numa só de norte a sul, capaz de impor derrotas a este governo e fazê-lo cair ainda antes das próximas eleições.

Risos do PSD, do CDS e do PPM.

Por isso, enganam-se aqueles que pensam que a política de cedências, vacilações e compromissos pode ser uma barreira eficaz contra os ataques da direita. Essa política leva a recuos sucessivos do movimento popular, ao abandono das conquistas populares uma após outra. Todos os trabalhadores, todos os democratas que querem defender o 25 de Abril devem empenhar-se juntamente com a UDP e outras forças revolucionárias no levantamento de uma poderosa força de unidade popular que se afirme como alternativa revolucionária à política do PS e do PC nas próximas eleições. É a partir dos locais de trabalho, dos campos, das fábricas, é nas lutas de hoje contra o Governo reacionário da AD que é preciso construir a força de unidade popular, capaz de derrotar a direita, se não for antes, nas próximas eleições. O 25 de Abril está bem vivo no coração do nosso povo, não é uma mera recordação do passado. Em cada luta, em cada protesto, na revolta que brota dia a dia em milhares e milhares de trabalhadores, o 25 de Abril renasce com força redobrada. O crescer desta luta, o explodir desta revolta farão um Abril novo, um Abril dos trabalhadores, capaz de satisfazer as suas aspirações mais profundas e construir um Portugal novo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do MDP/CDE, Sr.ª Deputada Helena Cidade Moura.

A Sr.ª **Helena Cidade Moura** (MDP/CDE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Minhas Senhoras e Meus Senhores: O Grupo Parlamentar do MDP/CDE sobe a esta tribuna, trazendo com ele a alegria e a força de milhares de portugueses que hoje saúdam o 25 de Abril.

Prestamos, em primeiro lugar, homenagem ao Movimento das Forças Armadas e a todos os militantes antifascistas, muito especialmente àqueles que na clandestinidade, na prisão, no exílio, dedicaram integralmente a vida à vitória dos ideais de liberdade, de fraternidade, e deram à causa da participação o povo oprimido, a grandeza de uma tarefa que pertence a toda a Humanidade.

Aplausos do MDP/CDE, do PS, do PCP, da UDP
e dos Deputados Reformadores.

Nesta homenagem estão connosco os democratas que, nestes anos difíceis da nossa Revolução, souberam encontrar o caminho da coerência, não perdendo nunca o objetivo que escolheram. E ainda aqueles que souberam prescindir de regalias, com renúncia a comodidades e a gastos supérfluos e converteram o seu estatuto social de privilégio na alegria da participação coletiva.

Estão aqui, também, presentes as mulheres que transformaram, de um dia para o outro, a face visível da nossa vida social, e que hoje marcam a luta presente e marcarão a história futura.

É ainda a juventude que luta por emprego, por habitação, por melhores condições de vida, de profissionalização e de estudo, e que alicerça essa luta organizada numa consciência que garante a Revolução de Abril.

O MDP/CDE celebra hoje a revolução portuguesa nos órgãos do poder local, nas comissões de moradores, nas associações desportivas, recreativas e culturais que têm dado forma estruturada à participação popular, aprofundando as raízes da nossa democracia e alargando em cada dia o campo democrático.

Com o 25 de Abril, a cultura diversificou-se e enriqueceu-se e, apesar do boicote da rádio e da televisão, não se apaga a marca dos nossos intelectuais e artistas que souberam dar expressão à força da determinação de um povo, dos nossos ideais e à maravilhosa vivência da nossa Revolução.

O MDP/CDE saúda hoje todos os trabalhadores portugueses que lutam pelo progresso económico do país e que, apesar de todas as calúnias e perseguições, continuam, numa unidade cada vez mais profunda, a luta pelo direito à participação na vida política, económica e social, pelo direito ao trabalho, pela segurança social, pela valorização profissional, pelo direito à saúde, à habitação, ao ensino, pela melhoria de condições económicas e sociais da nossa Pátria.

O MDP/CDE saúda, neste dia, especialmente os trabalhadores da Reforma Agrária que consagram toda a sua energia à valorização da terra, que investiram o excedente dos seus salários de fome na melhoria das condições agrícolas, em terras mesmo tradicionalmente abandonadas. Espancados, assassinados, espoliados do fruto do seu esforço gigantesco, os trabalhadores erguem-se na grandeza moral dos que lutam por uma causa coletiva.

Eles são o exemplo das revoluções que não param, se engrandecem, transbordam e que marcam o limite das suas derrotas, nas vitórias que iniciam.

O MDP/CDE saúda, hoje, neste 25 de Abril, as sementeiras da primavera, com a certeza de que pela força que representam contra as forças do passado, pela generosidade com que abrem os caminhos do futuro, e pelo patriotismo de que são expressão, elas trazem, em si, o germe da paz.

Aplausos do MDP/CDE, do PS e do PCP.

A maior parte dos militantes do nosso partido trabalha em cooperativas, órgãos do poder local, organizações profissionais, grupos de estudo, movimentos culturais. Orgulhamo-nos da nossa capacidade de trabalho unitário e estamos certos de que o caminho para a democracia passa também por uma grande ação pedagógica, que dê aos homens capacidade de adaptação.

A posição do MDP/CDE é, porém, irredutível, face ao capitalismo monopolista, face ao latifúndio, pela certeza de que, sem a sua destruição, a democracia não é possível.

Vozes do MDP/CDE: — Muito bem!

A **Oradora**: — É essa a razão por que, neste momento, é clara e frontal a oposição do MDP/CDE ao Governo da AD: não só porque, a nível de medidas legislativas, tudo tem tentado fazer para repor a desordem do passado, mas porque o tipo de relações tanto interna como externamente, para os quais se mostra vocacionado, não respeitam a dignidade de cidadão, adquirida com o 25 de Abril, nem a dignidade da Pátria independente, livre e dialogante que nasceu da Revolução dos cravos e da descolonização.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

A **Oradora**: — Responsáveis da AD sonham, pelo contrário, com a bipolarização, já não só de Portugal, mas do mundo inteiro — clima ideal onde se desenvolvem os contravalores que vão invadindo o seu esquema de poder.

Embora as ações deste Governo obedeçam à estratégia mais conservadora e mesmo reacionária da diminuta, mas poderosa, parte dos seus apoiantes, o discurso da AD procura manter uma formulação democrática: tanto por conveniência de difusão da mensagem dentro da própria AD como no exterior dela.

A AD escolheu um candidato às eleições presidenciais que se afasta do 25 de Abril...

Aplausos do MDP/CDE, do PS, do PCP e da UDP.

Manifestações de desagrado, dos Deputados do PSD,
do CDS e do PPM, batendo com as mãos nas bancadas.

Peço desculpa aos Srs. Deputados, mas vou repetir. AD escolheu um candidato às eleições presidenciais...

Vozes do PSD e do CDS: — Não apoiado! Provocadora!

O Sr. **Presidente**: — Desculpe interrompê-la, Sr.ª Deputada Helena Cidade Moura, mas pedia a todos os Srs. Deputados que prestássemos pela serenidade das nossas atitudes a primeira e grande homenagem à data que hoje celebramos.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Queira continuar, Sr.ª Deputada.

A **Oradora**: — Muito obrigado, Sr. Presidente. AD escolheu hoje um candidato às eleições presidenciais...

Vozes do PSD e do CDS: — Outra vez!

A **Oradora**: — ... que se afasta do 25 de Abril...

Vozes do PSD e do CDS: — Não apoiado! Provocadora!

A **Oradora**: — ... mas nunca correrá o risco de o apresentar como tal. É que Portugal é hoje, na sua carne, o 25 de Abril.

Vozes do MDP/CDE e do PS: — Muito bem!

A **Oradora**: — As conquistas da Revolução aculturaram-se na essência da Pátria, são já parte da sua história.

A falsa busca da identidade nacional (angústia suprema dos ideólogos fascistas), com a qual se procuram repor os labirintos do passado, pelos antigos caminhos do medo, do confusionismo e do obscurantismo, mais não é do que a recusa, consciente ou não, em assumir a imagem de uma Pátria renovada nos seus objetivos, projetada num futuro que engrandece o seu passado.

De novo Portugal dá novos mundos ao mundo.

Para além do esforço dos descobrimentos, hoje património de toda a Humanidade, podemo-nos orgulhar, porque dos movimentos de libertação, solidários com as forças democráticas portuguesas, nasceram países livres, iluminados pelo progresso, marcando, com determinação, os caminhos seguros da nova África.

Esta verdade é tão grande, tão verdadeira, tão vincadamente nacional, que o Governo da AD não teve estatura para a assumir...

Vozes do PSD e do CDS: — Não apoiado!

A **Oradora**: — ... e embrulhou em mediocridade o Congresso das Comunidades Portuguesas e o IV Centenário de Camões, criando, a nível nacional, um vazio pelo qual é responsabilizado, neste momento, e será ainda mais fortemente responsabilizado no futuro.

Aplausos do MDP/CDE, do PS e do PCP.

Porque a Revolução do 25 de Abril não é um facto isolado, ela gerou-se e cresce em uníssono com a luta generalizada da libertação dos povos. E é tão forte o chamamento da nossa época que os ditadores caem com uma frequência inesperada e, a cada momento, nascem novos líderes dos movimentos de libertação.

A conservação da própria vida deixou de ter sentido para aqueles que assumem a causa do povo.

Em muitos países a Igreja apoia a liderança destes movimentos.

No Brasil, a Assembleia do Conselho Nacional dos Bispos aprovou, em fevereiro passado, o documento da terra, condenando o capital monopolista e exortando a entrega da terra a quem a trabalha.

Vozes do MDP/CDE: — Muito bem!

A **Oradora**: — Também no Brasil, missas campais imensas rezadas com os metalúrgicos, pelo arcebispo de S. Paulo, marcam a participação ativa da Igreja, através não só da palavra ou de atos humanos isolados, mas no exercício do próprio mistério da missa.

A contrapartida já aconteceu, o arcebispo Oscar Romero foi morto no próprio altar onde celebrava, e tudo leva a crer que atos como estes se repetirão.

É louco o desespero dos que querem travar a marcha natural do homem!

Uma voz do PSD: — Hipócrita!

A **Oradora**: — Pese embora aos mestres da contrarrevolução, o 25 de Abril acertou o passo pela marcha da Humanidade e por isso ele persiste e avançará.

Não só a nossa Constituição continua a ser a lei que expressa os ideais de Abril, como se verificou já que os mais altos órgãos de soberania têm capacidade institucional e sentido de dignidade humana, para assegurarem a legalidade democrática e a independência nacional.

Neste 6.º aniversário do 25 de Abril, no amplo momento de unidade de todos os democratas portugueses, que caminha braço dado com a solidariedade dos outros povos, que o MDP/CDE afirma hoje, como ontem, a sua certeza na democracia.

Neste 6.º aniversário do 25 de Abril, é urgente a unidade resultante do empenhamento individual dos democratas e das forças políticas que partilham a tarefa da construção de uma sociedade justa, participada, onde as relações democráticas substituam a prepotência, onde a realidade objetiva substitua os mitos e onde a segurança individual trilhe os caminhos da liberdade coletiva.

Neste 6.º aniversário do 25 de Abril, as forças conservadoras, antidemocráticas e mesmo reacionárias terão a certeza de que, embora abrigadas à sombra dele, o 25 de Abril cada vez lhes escapa mais das mãos.

Vozes do PSD: — Olhe que, não!

A **Oradora**: — A forma eleiçoeira e medíocre com tonalidades de caciquismo fascista com que o Governo da AD resolveu integrar-se nos festejos nacionais, distribuindo os membros do seu Governo pelos distritos do país, melhor dizendo, pelos círculos eleitorais, levando, cada um, um regaço de promessas e de inaugurações, é prova da sua incapacidade para se identificar com os ideais de Abril.

Aplausos do MDP/CDE, do PS e do PCP.

Protestos do PSD e do CDS.

Mas a Revolução dos capitães abriu janelas que rasgam horizontes, e abrem para o futuro, ela foi não só a nossa Revolução — a revolução dos portugueses —, mas também a revolução dos nossos irmãos africanos.

A vontade dos povos não se quebra e a história não recua. Abril vencerá.

Aplausos do MDP/CDE, do PS e do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do PPM, Sr. Deputado Luís Coimbra.

O Sr. **Luís Coimbra** (PPM): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Cardeal-Patriarca, Minhas Senhoras e Meus Senhores: O dia 25 de Abril é para nós, monárquicos do PPM, uma data histórica que representa a reconquista da esperança e da liberdade que há muito estava amordaçada.

Esperança e liberdade indispensáveis, antes de mais, à dignidade dos portugueses como pessoas humanas e ao desenvolvimento social, económico e cultural das regiões e comunidades que constituem Portugal e são os objetivos prioritários por que luta o meu partido.

O 25 de Abril foi um passo importante na evolução histórica do nosso povo, que, mais uma vez, afirmou a sua vontade de querer ser o único responsável pelo seu futuro e de voltar a ser uma força viva ao serviço da Humanidade.

A construção de uma nação não se faz sem suor, sangue e lágrimas, mas as conquistas que se vão realizando em prol do bem-estar de todo o povo e o persistente trabalho na obra de construção e valorização do território compensam bem aquele suor, aquele sangue e aquelas lágrimas, o trabalho e os sacrifícios de toda uma comunidade.

Os portugueses estão ligados por laços históricos e comunitários que lhes permitem comemorar em unidade as datas verdadeiramente representativas da sua história e olvidar aquilo que não contribuir para a afirmação e o porvir do povo português.

Vozes do PPM e do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Os homens e movimentos que mais tarde vieram a constituir o Partido Popular Monárquico lutaram sempre com grande empenho e sacrifício pessoal, em várias frentes, para que Portugal recuperasse a via democrática, a única que nos conduzirá a um futuro digno e viável.

Não podemos também esquecer, na evocação que hoje se faz do dia 25 de Abril de 1974, a memória de outros monárquicos lutadores pela liberdade e pela Pátria: Paiva Couceiro, Rocha Martins, Luís de Almeida Braga, Hipólito Raposo, Vieira de Almeida, Rolão Preto, Alberto Monsaraz, Fernando Amado e tantos outros que os seguiram.

Os desvios da revolução, iniciada no dia 25 de Abril de 1974, foram oportunamente condenados pelo PPM.

O meu partido negou-se a assinar o primeiro pacto MFA/partidos e negar-se-ia a assinar o segundo, se para tal tivesse sido convidado.

As nossas atitudes nortearam-se sempre por uma luta em prol da progressiva institucionalização da democracia, pela valorização do homem e da sua terra, pela melhoria da qualidade de vida de todos portugueses, vivam onde viverem, pela igualdade de direitos e deveres de todos os cidadãos, pelo desenvolvimento, de todas as regiões, comunidades e setores da sociedade portuguesa.

Defendemos, sempre o direito à autodeterminação dos povos e não podemos por isso esquecer que Portugal é responsável pelo direito à autodeterminação do povo de Timor; nem podemos deixar de sentir, como nossa, a angústia daquele povo nosso irmão.

Aplausos do PPM, do PSD, do PS, do CDS
e dos Deputados Reformadores.

Sentimo-nos, portanto, obrigados a continuar hoje a luta que iniciámos já antes do 25 de Abril para que o povo português, por meio de uma Constituição democrática e da institucionalização do referendo, a vários níveis, possa afirmar-se, em liberdade e dignidade, a fim de se reencontrar consigo próprio, moldando soberanamente as suas instituições e o seu futuro, e, através da restauração dos seus vínculos históricos e de sangue, ver garantida a perenidade de uma cultura e de uma pátria.

O 25 de Abril permitiu que se desse um passo importante na vivência e institucionalização da democracia em Portugal. A democracia pluralista e o desenvolvimento harmónico e regionalizado do nosso país, devendo ter sempre em vista a dignificação da pessoa humana e a justiça social, são as grandes vias de progresso abertas pela revolução que hoje comemoramos e que a Aliança Democrática, com o apoio do povo português, se esforça por continuar, e continuará.

Vozes do PPM, do PSD e do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — O PPM, trilhando estas vias, procurará sempre fazer vingar os objetivos do seu programa, aceitando a vontade soberana do povo português democraticamente expressa.

Lutamos e lutaremos sempre por uma sociedade que, balizada por uma constitucionalidade sã, evolutiva e democrática, se constitua não só em democracia pluralista ao nível político, mas também, ao nível social, em sociedade equilibradamente diversificada em todas as facetas e planos da vida humana, em que não haja monopólios de qualquer espécie e em que o homem se liberte em cada ato, em cada gesto, em cada dia no cumprimento de um destino cada vez mais universalmente português.

Aplausos do PPM, do PSD, do CDS
e dos Deputados Reformadores.

O Sr. **Presidente**: — Do Centro Democrático Social tem a palavra o Sr. Deputado Luís Moreno.

O Sr. **Luís Moreno** (CDS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente e Srs. Deputados: Reúne-se hoje em sessão extraordinária e solene a Assembleia da República para comemorar a passagem do 6.º aniversário do movimento revolucionário de 25 de Abril de 1974.

Difícil seria encontrar para tal efeito instituição que reunisse mais requisitos de legitimidade do que esta Câmara, convertida, desde a eleição da Assembleia Constituinte, em verdadeira sensitiva da já longa e tenaz luta do povo português pela construção de um sistema democrático aberto, livre e plural!

Difícil, com efeito, encontrar local mais apropriado e que assuma maior significação do que esta Casa, onde têm assento e trabalham os representantes da pluralidade das vozes do nosso povo, pelo povo eleitos em plena liberdade e independência, conquista fundamental tornada possível pela efeméride cuja passagem hoje se assinala!

A vitória do movimento revolucionário de 25 de Abril de 1974 só foi possível porque correspondeu à necessidade de rutura a que chegara a sociedade portuguesa face a um regime político que, incapaz de diálogo e de abertura, de assumir a evolução e a mudança que são a essência da história, se bloqueara a si mesmo, caminhando a passos largos para a esclerose.

Esgotadas todas as formas de expressão pacífica e convivente, claramente demonstrada a incapacidade dos dirigentes para encontrar os caminhos da evolução necessária, só a alternativa da rutura institucional restava para eliminar os estrangulamentos que impediam e asfixiavam a manifestação dos mais legítimos anseios populares.

Daí o imediato e enorme consenso gerado à volta do movimento dos "militares de Abril", as grandes manifestações de legítima alegria e regozijo, ao ver-se assim finalmente desbloqueado o caminho para a construção da almejada sociedade democrática; para a construção de uma sociedade dotada das instituições capazes de exprimir, em toda a sua maleabilidade e plasticidade, os sentires vivos e profundos de um povo que quer viver sem dependências que degradem, orgulhosamente solidário com os demais povos, que na livre expressão das ideias, no respeito pelas opiniões opostas, no normal funcionamento das instituições livremente eleitas e consentidas encontra o verdadeiro fundamento do seu progresso ético, económico e social!

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Cedo, no entanto, se verificaria que não era essa a intenção de uma minoria fortemente organizada e que, apoiada na sua ala militar, instalada no cerne do poder revolucionário, se desmultiplicaria nas mais diversas ações, com a finalidade oculta de capturar o poder e impor aos portugueses o seu modelo preestabelecido de sociedade, totalitário, bem mais duro e feroz do que o que caíra de apodrecimento na madrugada do 25 de Abril.

Vozes do CDS e do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Foram então os tempos de manipulação das massas populares, da instauração de um crescente clima de ameaças, de medo, de coação, de terror, contra todos quantos ousavam denunciar ou opor-se às intenções tal minoria.

Foram então os tempos da tomada das grandes decisões, que outra coisa não visavam que desarticular e reduzir ao caos o sistema económico, que destruir os valores essenciais e perenes da sociedade portuguesa, por completamente avessos ao ideário dos que já se arvoraram em seus novos senhores e amos.

Foram então os tempos que mediaram entre o 11 de Março e o 25 de Novembro do 1975, época que não pode ser esquecida pelos democratas portugueses e que não poderá deixar de ser justamente

verberada quando se comemora o 25 de Abril, porque ela é o seu contraproduto e é através da história da luta popular conduzida contra os factos então ocorridos e as forças que os comandavam que verdadeiramente se alcança o significado que para o povo português teve, e tem, o 25 de Abril de 1974.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente e Srs. Deputados: A luta do povo português pela instauração de uma democracia pluralista, que compartilhe dos valores que definem as democracias ocidentais, levada a cabo ao longo destes últimos seis anos, é verdadeiramente exemplar!

Contra as vanguardas partidárias e militares que quiseram desviar o 25 de Abril da sua pureza inicial erguer-se-ia a resistência popular, organizada nas estruturas partidárias e no seio dos militares democráticos, resistência que conduziria a uma luta sem quartel, hoje e sempre inacabada, enquanto subsistirem nas instituições tudo o que lhe é espúrio, excrescência ou ganga revolucionária, que são as sequelas deste longo amadurecimento democrático.

Os portugueses aprenderam, ao longo destes anos, que a liberdade não se conquista sem dores nem sacrifícios, sem custos e sem perdas, que tem um alto preço, que exige uma vigilância constante para não ser comprometida, mas que tudo isso vale a pena porque só livres assumiremos em plenitude a dignidade da nossa dimensão humana, porque só livres realizaremos um país mais digno, mais justo e mais próspero, onde todos os portugueses tenham o seu Lugar

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — O nosso povo, a quem se abriu a possibilidade de participação política, através da militância partidária, compreendeu que a história não lhe é mais imposta, mas é antes por ele criada, por ele feita!

Esta a lição do 25 de Abril, a grande razão por que importa lembrá-lo e por que não há que lhe regatear louvores: a de ter dado aos portugueses a possibilidade de retomar nas suas próprias mãos o seu destino.

E é por isso mesmo que, quando solenemente se comemora mais um aniversário do 25 de Abril, importa publicamente dizer que é preciso desmitificar, não permitindo a sua transformação numa sigla mítica, símbolo de um sonho já perdido no passado ou mera esperança a realizar num futuro vago e nebuloso!

O que importa, neste dia em que o 25 de Abril é tão justamente celebrado, é restituí-lo, sem sombras que o deformem, à ideia que impediu os democratas que tomaram para si a gloriosa tarefa de o levarem a cabo: a de que se tratou de conquistar revolucionariamente o poder político para o restituir intacto ao seu legítimo detentor — o povo português!

Vozes do CDS e do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — O que importa, aqui e agora, é homenagear todos aqueles que, executantes desse gesto magnífico, souberam, com a modéstia que caracterizam os verdadeiros cidadãos, integrar-se na plena legalidade da ordem democrática e por ela têm vindo a lutar constantemente ao longo de todos estes anos.

O que importa, aqui e agora, é refletir sobre os desafios que se põem à Nação Portuguesa, lembrando que também isso é possível porque o 25 de Abril de 1947 existiu.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente e Srs. Deputados: De acordo com o calendário constitucional, decorrerão ainda este ano as eleições para a segunda legislatura da Assembleia da República e para a Presidência da República, factos que não deixarão de ter as mais fundas repercussões no dia a dia da vida dos portugueses nos anos que aí vêm.

A próxima Assembleia da República terá, nos termos do artigo 286.º da Constituição, «poderes de revisão constitucional», o que só por si é bem revelador da sua excecional importância.

Todos os democratas estão conscientes da conjuntura que rodeou a Assembleia que votou a Constituição que hoje nos rege, do pacto imposto à partida pelo poder revolucionário e que irremediavelmente a feriu, o que tudo se veio a refletir no espírito global que a enforma e, de modo particularmente explícito, em muitas das suas disposições.

À futura Assembleia caberá a difícil, mas necessária, tarefa de expurgar da nossa lei fundamental tudo aquilo que mais não é do que afirmação ou afloramento revolucionário, contradição democrática, fator de divisão insanável da sociedade portuguesa, e restituí-la à dignidade de lei dos portugueses, expressão do máximo consenso democrático possível, lei respeitada e amada porque nela todos os democratas veem o espelho dos princípios fundamentais porque se regem e a possibilidade de realização concreta dos diversos projetos que a democracia consente!

Uma voz do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Não temos dúvidas de que contra isso se levantarão os novos fariseus da Constituição, aqueles que ainda ontem tudo fizeram para que o país não fosse dotado de qualquer lei constitucional, porque, de qualquer modo, ainda não era a sua, e hoje aparecem como os seus mais ferozes e acérrimos guardiões!

Impedido pela resistência popular da apropriação do poder político e de, assim, impor a sua ditadura, batido claramente nas urnas pelo voto livre e conscientemente expresso, ao Partido Comunista e aos seus sequazes só resta, em desespero de causa, procurar a todo o transe manter na Constituição aquilo que só a conjuntura atrás mencionada tornou possível.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — A capacidade demiurga do povo para fazer o seu próprio destino não se deixará, no entanto, aprisionar nos espartilhos, sejam eles quais forem, que as forças antidemocráticas lhe queiram impor.

Saberá encontrar o seu caminho e plasmar na lei a sua vontade e o seu querer.

O povo é quem mais ordena!

Risos do PCP.

Que o saibam de uma vez por todas aqueles que tanto gritam o *slogan* para o desrespeitarem na prática continuada e sistemática da sua ação política!

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente e Srs. Deputados: A importância das eleições para a nova Assembleia não se queda aí. Em setembro os portugueses vão também escolher, desse modo, o seu governo para o próximo quadriénio.

Um governo que dê forma ao projeto de desenvolvimento de que agora se estão a lançar as bases e que, de uma vez por todas, seja a "pedra no charco" que faça sair finalmente o país do adiamento a que o têm condenado as constantes mudanças e inconsequências de responsáveis, ou um governo que, enredado nas suas contradições e compromissos, manterá a indefinição e a estagnação que cada vez mais nos afasta dos níveis de vida da Europa por que optámos! Um governo que, sem hipotecas ideológicas, saiba construir com as ex-colónias portuguesas as relações paritárias, justas e mutuamente compensadoras que uma experiência acumulada e essa pátria que é a língua comum largamente favorecem e até impõem, ou um governo que, apesar das declarações grandiloquentes, seja incapaz de o fazer.

Um governo, finalmente, que saiba dar à nossa juventude — a esses que são a nossa esperança no futuro — a certeza de que vale a pena ser português, mobilizando-a para essa saga que é reconstruir um país, modernizá-lo, integrá-lo, como membro de pleno direito, na Comunidade Económica Europeia, torná-lo um país mais justo, mais fraterno, ou um governo que não mereça a sua confiança e que só servirá para alimentar o seu descontentamento, descrença e rebeldia!

Os portugueses serão igualmente chamados, ainda em 1980, a eleger o Presidente da República.

Desnecessário sublinhar a importância e transcendência de um tal ato? A Presidência da República remata a arquitetura democrática do Estado e simboliza a unidade essencial da Nação Portuguesa.

Unidade essencial que o CDS, consciente do pluralismo, das clivagens e das tensões que vivificam a democracia, procurou antes de tudo o mais ressalvar na sua aposta no mais alto magistrado do Estado, para tanto apoiando um candidato de verdadeira unidade nacional,...

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

Vozes do PS: — Não apoiado!

O **Orador**: — ... um candidato despido de ambiguidade, liberto da usura dos anos de compromisso, projetado para a construção do futuro!

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente e Srs. Deputados: Isto tudo que foi dito a propósito da comemoração de hoje, porque o 25 de Abril é isso tudo e muito mais, é ser português, aqui e agora, no país que é nosso e perante o povo que nos ouve e nos ergue à dignidade de sua testemunha e de sua voz!

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Gomes, do Partido Comunista Português.

O Sr. **Joaquim Gomes** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: As comemorações do 6.º aniversário do 25 de Abril realizam-se numa situação e num momento que lhes conferem um particular significado democrático e patriótico.

Os perigos e ameaças que pesadamente pairam sobre as esperanças, as realizações e as conquistas a que o 25 de Abril ficou historicamente associado conferem à celebração popular e nacional da libertação do fascismo o valor e a projeção de uma inabalável afirmação da vontade coletiva de assegurar o triunfo, na terra portuguesa, para hoje e para amanhã, dos ideais da liberdade, da democracia, da justiça e do progresso social, da independência nacional.

Hoje, dia 25 de Abril de 1980, seis anos volvidos sobre a data que restituiu a liberdade ao povo português, o que importa reter é o profundo motivo de confiança que resulta do facto de os verdadeiros e decisivos obreiros da libertação do fascismo e da democratização da vida nacional — povo e forças armadas — comemorarem dignamente este acontecimento histórico.

A seis anos de distância do 25 de Abril de 1974, quanto mais nítidas se desenham as ameaças e o plano subversivo da reação contra o regime e as instituições democráticas, mais e mais se justifica que, desta tribuna, saudemos, com renovado calor, os heroicos capitães de Abril, que, com sua coragem e patriotismo, ganharam para sempre a gratidão e o reconhecimento do povo português, e um lugar irreversível na sua memória e no seu coração.

Aplausos do PCP, do PS e do MDP/CDE.

A seis anos de distância, quanto maior é a afronta da instalação em posições-chave da vida nacional daqueles contra quem o 25 de Abril foi feito, mais e mais se justifica que, desta tribuna, saudemos, com renovada emoção, o exemplo de todos quantos na resistência ao fascismo deram as suas energias, a sua liberdade e a sua vida para manter acesos os ideias democráticos, para manter viva a esperança e a luta pela libertação.

Aplausos do PCP, do PS e do MDP/CDE.

A seis anos de distância, quanto mais patente se torna o vendaval destruidor soprado pelas forças do passado contra tudo quanto o povo conquistou com o 25 de Abril, mais e mais se justifica que, desta tribuna, saudemos, com renovado destaque, todos os portugueses e portuguesas que deram a sua dedicação, a sua generosidade e a sua firmeza à obra exaltante da democratização, renovação e transformação progressista da vida nacional.

Aplausos do PCP.

Seis anos passados, o que está na ordem do dia é a necessidade urgente e imperiosa de defender as liberdades e as outras conquistas de Abril, defendendo a Constituição e a legalidade democrática, travando o plano subversivo em marcha para o regresso ao passado.

Portugal não tem hoje nem um Governo, nem uma política identificados com os ideais libertadores do 25 de Abril. Tem um Governo que segue uma política que lhe é abertamente contrária.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O **Orador**: — Para prosseguir o 25 de Abril, Portugal precisa de uma política que respeite rigorosamente a Constituição e a legalidade democrática, o regime e as instituições democráticas, as regras e os princípios democráticos.

Para prosseguir o 25 de Abril, Portugal precisa de uma política que respeite os direitos e liberdades dos cidadãos, que defenda a vida democrática do país, que estimule a participação ativa dos cidadãos na vida pública e na solução dos problemas nacionais.

Para prosseguir o 25 de Abril, Portugal precisa de uma política que salvaguarde as grandes transformações democráticas realizadas pela Revolução, considerando-as instrumentos essenciais para o desenvolvimento económico e social do país e garantia insubstituível de uma economia ao serviço do povo e de Portugal.

Para prosseguir o 25 de Abril, Portugal precisa de uma política que respeite e apoie a Reforma Agrária, como conquista nacional historicamente indispensável à justiça social e ao progresso da agricultura nos campos do Sul e ao prosseguimento e consolidação da nova vida e das novas perspetivas que a sua realização significou depois de décadas de repressão, fome, miséria e desemprego.

Para prosseguir o 25 de Abril, Portugal precisa de uma política que defenda e apoie o setor nacionalizado da economia, que salvaguarde as posições do Estado em centenas de empresas, com condição essencial da recuperação e desenvolvimento económico, de acordo com os interesses nacionais e como fator de primeiro plano para a geral dinamização das atividades produtivas nacionais.

Para prosseguir o 25 de Abril, Portugal precisa de uma política orientada firmemente para a garantia dos direitos, liberdades e regalias conquistados pelos trabalhadores, para a elevação dos seus salários reais, que combata os despedimentos e o desemprego e estimule e reconheça a contribuição decisiva do trabalho criador, o esforço e a opinião dos trabalhadores portugueses como indispensáveis a progresso económico e social do país.

Para prosseguir o 25 de Abril, Portugal precisa de uma política que enfrente corajosamente os problemas de fundo da economia portuguesa, assegure a modernização e dinamização das estruturas e atividades produtivas, que vise o desenvolvimento independente da agricultura, da indústria e das pescas nacionais e reduza a perigosa dependência económica do estrangeiro.

Para prosseguir o 25 de Abril, Portugal precisa de uma política que dê resposta às grandes reivindicações e aspirações dos agricultores portugueses, que adote medidas rápidas e eficazes para superar o atraso e as dificuldades da agricultura do Centro e Norte, garantindo o pleno aproveitamento nacional do trabalho abnegado e sacrificado dos pequenos e médios agricultores, rendeiros e seareiros.

Para prosseguir o 25 de Abril, Portugal precisa de uma política de apoio às pequenas e médias empresas comerciais e industriais, que, aumentando o poder de compra e alargando o mercado interno, contribua para o escoamento da sua produção, que apoie, com créditos, redução de taxas de juro e meios técnicos, a sua reconversão e modernização.

Para prosseguir o 25 de Abril, Portugal precisa de uma política que corresponda às vivas aspirações e reivindicações das mulheres, dos jovens, dos intelectuais e quadros técnicos, dos reformados e idosos, dos deficientes, das camadas mais desfavorecidas.

Para prosseguir o 25 de Abril, Portugal precisa de uma política que garanta a independência da comunicação social do Estado, que salvaguarde o pluralismo e o confronto democrático de ideias, que atue como fator de formação democrática da opinião pública, liberta da manipulação e da prática de intoxicação.

Para prosseguir o 25 de Abril, Portugal precisa uma política externa baseada nos princípios constitucionais de paz, amizade e cooperação com todos os povos, de diversificações das relações diplomáticas, económicas e culturais do país, favorável ao desanuviamento e ao desarmamento, de salvaguarda intransigente da soberania e independência nacional.

É esta a política de que Portugal precisa e a que os portugueses aspiram. E é por isso que neste 6.º aniversário do 25 de Abril, contra um Governo e uma política ostensivamente inimigos dos ideais, realizações e esperanças do 25 de Abril, há um povo que se une e combate, um país que luta e um regime democrático que resiste.

As comemorações populares do 25 de Abril e do 1.º de Maio, na sequência da grandiosa movimentação popular dos últimos meses, vão confirmando que há forças e condições para fazer frente aos perigos que se adensam sobre o 25 de Abril e as suas enquistas, que há forças bastantes para derrotar a conspiração global contra o regime democrático.

O Sr. **Bento Gonçalves** (PSD): — Não apoiado!

O **Orador**: — Defendendo ativamente os seus direitos, conquistas e aspirações, respondendo com a sua dignidade e a sua luta a uma política antipopular e antidemocrática, erguendo a sua voz contra a prepotência, a injustiça, a restauração dos privilégios e o poder dos inimigos da democracia e do 25 de Abril, preparando as condições para a vitória da democracia sobre os perigos que a ameaçam, há milhões de portugueses que tomam nas suas mãos a tarefa patriótica da defesa e do prosseguimento o 25 de Abril.

Perante todos os portugueses que aspiram à defesa da liberdade, à estabilidade política, económica e social, à criação de um clima de convivência democrática, de trabalho criador e fecundo ao serviço do progresso económico e social do país, à realização da justiça social, à resposta coletiva aos graves problemas nacionais, à salvaguarda da dignidade, soberania e independência de Portugal, perfilha-se cada vez mais uma sólida certeza: é no caminho de Abril que tais objetivos nacionais podem ser alcançados!

O 25 de Abril é a razão, a verdade, o futuro do povo português. O regime democrático triunfará. O 25 de Abril vive e viverá. O 25 de Abril vencerá!

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Almeida Santos.

O Sr. **Almeida Santos** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados: Encontram-se aqui reunidos representantes de todos os órgãos de soberania para celebrarmos a data histórica do reencontro de Portugal consigo mesmo.

Por todo o país, o povo soberano, que nos dias certos não delega a sua alegria, comunga nesta festa nacional a que só se escusam os que deploram a concertação dos homens e dos povos, combatem a democracia, recusam a paz e encaram os direitos do homem, por mais categóricos e universais que se apresentem, como violação catastrófica, dos seus privilégios de classe.

Todo o bem tem o preço de algum mal. E é talvez preciso que continuem a subsistir alguns tiranos, belicistas e opressores para que a harmonia entre os homens e a sua organização em sociedades políticas livres, democráticas e justas continuem a revestir-se do atrativo de uma aspiração inatingida, de uma luta incessantemente renovada, do tempero dionisíaco de uma utópica *civitas dei*.

Tempos são estes, os que vivemos, que convidam à reflexão sobre a precariedade das vitórias alcançadas. O dia de hoje será mais belo se for só de alegria. Mas será mais útil se for também de meditação e de balanço. De aferição da nossa disposição de espírito para levarmos por diante a obra começada ou para repousarmos à sombra precária dos resultados conseguidos.

De Gaulle, em situação de algum modo paralela, teve um dia esta explosão cominatória: «É preciso saber se os franceses querem refazer a França ou ir dormir. Eu não a reconstruirei sem eles.»

O devir será tanto menos fatídico quanto mais cuidadosamente o prepararmos. A melhor homenagem que poderemos hoje prestar ao 25 de Abril é a constante retomada do seu espírito. É impregnarmos dele o nosso quotidiano.

Celebramos hoje o reencontro de Portugal com a liberdade. E, como só se conhece verdadeiramente a liberdade quando se a perde, bom é que recordemos — sobretudo para os jovens que já não padeceram o sofrimento adulto da sua privação e para os que da liberdade nos privaram e de novo tentam destruí-la — o que foi esse holocausto civil de todo um povo abafado na sua espontaneidade, embrutecido no seu pensamento, amolecido na sua vontade, silenciado na sua voz, acovardado na sua coragem pela mais longa ditadura da Europa dos direitos do homem!

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Os poderes do Estado concentrados num só homem; o voto reduzido a uma farsa; a justiça convertida numa comédia; a segurança traduzida num terror; a intimidade desfeita numa devassa; a consciência ultrajada numa tutela; a informação expressa num *diktat*; as colónias incendiadas numa guerra; as relações exteriores balizadas num cerco; o cidadão atolado num pântano.

Aplausos do PS, PCP e do MDP/CDE.

É profilático lembrar. Lembrar que vivemos com um esbirro em cada esquina; um ouvido em cada telefone; um pé-de-cabra policial em cada porta; uma espreitadela pidesca em cada carta; um expurgo em cada intimidade; um *casse-tête* em cada grito; um mandado de captura em cada capricho; uma ordem de morrer em cada jovem; uma injustiça em cada salário; uma violação em cada consciência.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Era este o Portugal feudalizado, belicista, neurótico e solitário de 24 de abril. A 25 foi a aurora, a descompressão, o pensamento livre, a palavra solta. Só que, já sem o hábito da liberdade, ninguém nos deteve nas fronteiras da embriaguez de sermos livres, e a liberdade pôde de novo, e por momentos, abeirar-se da negação de si mesma.

Mas refez-se — aliás, refizemo-la — e seguiu rumo à forja de S. Bento, a aprontar num ápice a Constituição da República, assim ao jeito de quem edifica uma fortaleza de espírito —, de civilização e de história, e capta nela a alma do povo.

Escassos anos volvidos, tolda-nos de novo a alegria a sombra de uma apreensão. Para alguns a liberdade começa a ser um hábito, mas não é ainda um sentimento.

E a Constituição da República, que no essencial devia ser um dogma, é claramente encarada por uns tantos como expressão apócrifa de um falso sentido de afirmação coletiva.

Bom é que nos entendamos. Depois de termos conhecido o doce sabor da liberdade, é duplamente difícil voltarmos a viver sem ela. E bom é que os sopradores de nuvens se tenham por notificados de que a tolerância confuciana de Abril não deve iludi-los sobre a possibilidade de recuperarem o "paraíso perdido" dos seus latifúndios, dos seus monopólios, dos seus privilégios, da glória indisputada de mandar.

Os portugueses são definitivamente outros, por mais, que uns tantos permaneçam os mesmos.

Aplausos do PS, do PCP e do MDP/CDE.

Celebramos hoje o dia do reencontro de Portugal com a paz. Na véspera apenas, matávamos sem ideal e morríamos sem esperança. Década e meia ia passada desde o primeiro tiro. E queimávamos cada vez mais soldados, mais riqueza, mais prestígio e mais justiça nessa cegueira em que o heroísmo se ia tornando difícil, à medida que a razão se ia tornando escassa.

Aproximávamo-nos da exaustão física e anímica, do completo isolamento internacional, do limite da capacidade das nossas forças para proporcionarem ao poder civil mais tempo para uma solução política negociada e honrosa.

Incapaz de compreender e de se adaptar aos melindres do problema da Índia e de perspetivar historicamente a inevitabilidade da emancipação da África, o regime anterior optou pelo suicídio coletivo, desde que carlylianamente heroico.

A 25 de Abril foi a esperança; pouco depois, a trégua. O irreversível ensarilhar das armas. A confraternização espontânea dos que, sem ódio, se matavam na véspera. A oposição popular ao embarque de mais soldados. A irreprimível ânsia do regresso. A psicose da pressa. O armistício das consciências. A paz de facto antes da paz *de jure*. A sua confirmação, já quase inútil, pelas chancelarias.

Dolorosa como havia sido a guerra viria a ser a paz. A descompressão violenta tornara impossível o pacto sem dor.

Mas aí temos, independentes, cinco novos Estados de expressão portuguesa a enriquecer, com o grande Brasil, a nossa expressão política e a nossa presença cultural no mundo. Cinco polos de revigoramento da língua, de universalização da cultura, de diversificação do folclore, de relações políticas privilegiadas, de relações humanas particularmente fraternas.

Aplausos do PS, do PCP, do MDP/CDE, do PSD
e dos Deputados Reformadores.

E aí temos, enfim reabertos ao nosso convívio os países, para os quais o respeito dos direitos dos homens e dos povos é condição de amizade.

Não mais jovens que regressam "numa caixa de pinho", no dizer brutal do verso do poeta. Não mais jovens estropiados em cadeiras de rodas. Não mais a morte no coração das mães. Não mais a execração da comunidade das nações. Não mais a sensação do erro coletivo, da psicose de Caim, da amarga corresponsabilidade por estarmos vivos, por não estarmos presos, por a nossa voz nem sempre ser um grito.

Cabe aqui lembrar os que, com a sua luta tantas vezes heroica, e quase sempre silenciosa, padeceram nas prisões e no exílio, ou apenas mantiveram o facho da resistência cívica a esse erro trágico, ajudando a possibilitar Abril.

Celebramos hoje o dia do reencontro de Portugal com o pluralismo democrático consagrado pela Constituição da República e por uma prática política que conseguiu dobrar os seus cabos das Tormentas.

Antes era a ditadura de umas tantas famílias, com o seu banco, a sua seguradora, o seu jornal, os seus bonzos inamovíveis, o seu chefe carismático e previdente. Era a adoração imobilista de um passado de senhores e vassalos.

Depois foi, para muitos, a revelação da liberdade da igualdade ínsitas na própria definição de pessoa humana. Foi a reposição do poder legítimo, do primado da representação política. Foi o controlo dos governantes pelos governados. Foi o voto.

Os portugueses, é certo, ainda não votam como respiram. Mas o voto já não é um abcesso nas suas vidas. Concebem-no já como um direito do seu foro íntimo, como expressão da sua liberdade.

Impera ainda o cacique, eu sei. A ignorância ainda feudo político de inescrupulosos líderes de opinião. Mas tende a sê-lo cada vez menos. E à saída de meio século de tutela política o povo português adaptou-se admiravelmente ao exercício das suas responsabilidades cívicas.

A democracia evolui historicamente do político para o económico.

Neste seu regresso, a democracia surgiu mais como doida dos pobres. Este facto encontrou tradução no socialismo democrático que na nossa Constituição se desenha e que tanto parece incomodar alguns e tratos das classes possidentes.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Daí a necessidade revisionista que deles se apossa. Mas Abril é também a Constituição que temos. Celebrá-lo é saudá-la e defendê-la.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Não há — bem o sabemos — constituições perfeitas e muito menos eternas. Mas quando expressam a livre vontade do povo de que constituem o pacto social, devemos salvaguardar o que nelas corresponde ao que nesse povo não muda. Por mais que disso se esqueçam os profetas da submissão, não somos, nunca fomos e nunca seremos um país de carneiros ou de escravos.

Aplausos do PS, do PCP, do MDP/CDE, do PPM e dos Deputados Reformadores.

Celebramos hoje o dia do reencontro de Portugal com a justiça social e o respeito pelos direitos universais do homem e do cidadão.

Sobre o fundo do nosso humanismo franciscano, e do nosso universalismo renascentista, inscreveram-se quarenta e oito anos de iniquidade.

E quando a Europa despertou para essa versão moderna do Sermão da Montanha que é a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, encontrou-nos divididos pelo mais fragmentário maniqueísmo, com chefes surdos aos mais comoventes apelos da piedade e da razão. Irmãos exploravam, delatavam, prendiam, seviciavam, matavam irmãos.

E de passo que esse evangelho cívico ia penetrando o coração dos homens — sem excluir os mais solidamente instalados nos cadeirais do poder — os césares de Lisboa fechavam o coração e as fronteiras a esse regresso do Confúcio e de Cristo, e em nome de Deus, da Pátria e da civilização continuavam a decretar o ódio.

Abril trouxe-nos de regresso à Europa, de que constituímos um retábulo de terra e de cultura. Fechado o ciclo do mar, somos hoje mais um povo e uma cultura do que um território, num mundo que se refaz de convulsões civilizadoras politicamente acantonado em grandes espaços que debatem as fronteiras que a história demarcou.

Regressámos a casa, tal como Ulisses à sua Ítaca, depois de uma aventura de séculos que nos encheu de glória e de tragédia.

Esperava-nos uma nova aventura: a de reconstruirmos e arrumarmos a casa e de fazermos o que outras fizeram enquanto procurávamos a nossa própria identidade dispersos pelas sete partidas.

O balanço deste 6.º Abril diz-nos que somos capazes de recolar ao pelotão do progresso. Tivemos de enfrentar dificuldades de epopeia: a crise económica grassante; a conversão de uma economia de guerra numa economia de paz; a descolonização e a consequente mudança de uma economia de exploração numa economia de autossuficiência; a desmontagem de um regime semissecular, com as suas instituições, as suas leis, as suas rotinas, as suas mentalidades e a reconstrução, sobre as suas ruínas, de uma sociedade livre, participativa, democrática, o mais possível justa.

Mas se houve domínio em que o futuro nos encontrou prontos para assumi-lo, esse foi, sem dúvida, o da afirmação e do respeito dos direitos do homem e do cidadão. De tal sorte que, ao ratificarmos as correspondentes declarações, já a nossa Constituição as havia não apenas incorporado, mas aqui e além generosamente ultrapassado. E já o nosso quotidiano decorria de acordo com elas.

Encontram-se aqui presentes muitos dos que prepararam, fizeram e salvaram Abril. Alguns cujo heroísmo, para encontrar a sua verdadeira dimensão, só defronta o obstáculo de continuarem felizmente vivos. O heroísmo oficial serve-se morto.

A verdade é que se Abril foi o ponto de chegada de toda uma epopeia de sofrimento e de luta e o culminar de uma saga de anónimos combatentes pela liberdade, teve também, identificados, os seus heróis.

Aplausos do PS.

Não há senão que repelir o heroísmo mitificado. Mas não menos que venerar a coragem dos que amam a liberdade ao ponto de aceitarem morrer por ela. Estão neste caso os capitães de Abril...

Aplausos do PS, do PCP, do MDP/CDE e dos Deputados Reformadores.

... nesta expressão, que é já uma legenda, devendo ser incluídos todos os militares que no Abril que memoramos, assumiram, por amor de sermos livres, o risco de morrer.

Aplausos do PS.

Justo é que os saudemos e neles todos os que prepararam, fizeram e salvaram Abril.

Muitos se retiraram já do palco onde se fez a história, outros se preparam para discretamente saírem dele.

Todos, embora em diferente medida, foram arquitetos e foram andaime. E nestes tempos de ingratidão em que se tende a amesquinhar o heroísmo e a oficializar a mediocridade, sabe bem lembrar estes versos de Hélder da Câmara:

Quando assistires
à retirada dos andaimes, contempla... é claro...
o edifício que surge,
Mas pede pelos andaimes, pois é duro servir de suporte
à construção,
ser necessário à obra,
e na hora da festa
ser retirado como entulho.

Aplausos do PS.

Demo-nos então conta de que Abril não foi apenas uma revolução, mas uma redenção; não apenas uma data, mas o início de um processo; não um rasgo de que se repouse, mas um despertar de que se não descansa.

Abril é cada mês, cada dia, cada hora, cada sentimento e cada vontade. Abril é Portugal sem contradições. Abril somos todos nós sem mordaças.

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!

Aplausos do PS, do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Roseta.

A Sr.ª **Helena Roseta** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Conselheiros da Revolução, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Reunimo-nos hoje aqui para celebrar, decorridos seis anos, o 25 de Abril. Esta é a data em que o povo português acolheu com alegria e entusiasmo a queda do regime salazarista-caetanista, que estava podre e não encontrou quem o defendesse.

Não podemos esquecer a iniquidade de um regime que durante perto de cinquenta anos desprezou as liberdades cívicas, manteve Portugal numa situação de subdesenvolvimento económico e social e

sacralizou a tal ponto a questão ultramarina que tornou inviável uma solução pacífica para a independência das colónias portuguesas em África.

Mas esta é uma data em que não podemos olhar apenas para trás. O 25 de Abril anunciou-se como o fim de um regime ditatorial, o fim da guerra colonial e a esperança da liberdade e vida melhor para o povo português. Não esquecemos hoje aqui a homenagem justamente devida a todos os quantos direta ou indiretamente fizeram o 25 de Abril — e muitos deles aqui estão. Mas enquanto não se cumprir aquela esperança, o 25 de Abril não está completo, o 25 de Abril não está cumprido.

Da experiência destes seis anos devemos tirar alguns ensinamentos para o futuro. E o primeiro é o que esta data não aceita donos nem tutelas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora**: — Esta é uma data que não pode ser abastardada nem estar ao serviço de nenhum partido. A resistência popular à perversão gonçalvista e a vitória das forças democráticas no 25 de Novembro aí estão para o demonstrar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora**: — Mas se, vencido o gonçalvismo, foi possível restituir à vida política portuguesa a normalidade democrática, o mesmo não podemos dizer ainda da Constituição que paralelamente ia sendo elaborada. Aí se contêm, é certo, princípios fundamentais para os quais o Partido Social Democrata se orgulha de ter contribuído, e que garantem as liberdades cívicas e o primado da lei. Mas aí se contêm também disposições que consagram uma visão unilateral, fixista e coletivista do sistema económico e social português, imposta pela via dos factos consumados por certos setores militares e pelo Partido Comunista em 1975.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora**: — É à soberania popular que cabe corrigir estes desvios para que a próxima revisão constitucional seja um verdadeiro 25 de Novembro da Lei Fundamental, restituindo à Constituição da República a pureza dos ideais democráticos do 25 de Abril...

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora**: — ... e conduzindo ao cabal cumprimento da promessa contida no programa do Movimento das Forças Armadas de «permitir ao país escolher livremente a sua forma de vida social e política».

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e dos Deputados Reformadores.

Se o 25 de Abril não pode ser uma data de um só partido, tão-pouco aceitaremos que ele seja uma data só para alguns portugueses. Não podemos ignorar que apesar do 25 de Abril ainda há portugueses que são cidadãos de primeira e outros que são considerados cidadãos de segunda. Refiro-me, nomeadamente, aos portugueses emigrantes, a quem uma maioria circunstancial do Partido Socialista e do Partido Comunista, aqui verificada há dias, pretende de novo impedir o direito de participação nos atos eleitorais em condições análogas às que se verifica para os portugueses residentes.

Vozes do PS e do PCP: — É falso!

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e dos Deputados Reformadores.

A **Oradora**: — Nós, sociais-democratas, não esquecemos que antes do 25 de Abril os emigrantes foram muitas vezes designados como aqueles portugueses que, abandonando o país, votavam contra o regime com os seus próprios pés. Nós, sociais-democratas não podemos deixar de dizer hoje aqui, em nome do 25 de Abril, que devem cessar as desigualdades políticas entre portugueses residentes e portugueses emigrantes;...

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora**: — ... que ou o regime saído do 25 Abril compreende e aceita um novo conceito de povo português constituído por todos quantos estão ligados pela nacionalidade, pelo sangue, pela cultura e pela língua a Portugal e não apenas pelos que aqui residem, ou o regime está condenado a segregar um dos fatores mais decisivos para a manutenção da secular cultura portuguesa no mundo.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e dos Deputados Reformadores.

Uma terceira lição a retirar destes seis anos é de que nem sempre os que mais falam do 25 de Abril são os que maior fidelidade demonstram nos atos aos ideais que essa data representa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora**: — Basta atentarmos no que foi a atividade de governos anteriores para constatarmos que, ao contrário do que se propuseram, esses governos nem sempre respeitaram as liberdades e pouco fizeram para a eliminação das desigualdades entre portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora**: — Foi durante esses governos que o nível de vida dos portugueses mais se degradou.

Preferiram-se *slogans* a atos, preferiu-se a propaganda a realizações concretas, preferiram-se clientelas às competências.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora**: — E são esses que, incapazes de cumprirem os seus compromissos eleitorais, e assim também responsáveis por distorções ao 25 de Abril, aqui vieram hoje atacar o Governo da Aliança Democrática. Mas não precisa o Governo da Aliança Democrática de trazer constante e demagogicamente o 25 de Abril na boca, porque o que o preocupa é levar o 25 de Abril a todos os portugueses. E não podem fazer-se milagres em quatro meses, mas quando o Governo se propõe comemorar esta data com realizações económicas e medidas sociais concretas; quando, pela primeira vez desde o 25 de Abril, distribuiu terras estatizadas a agricultores sem terra;...

O Sr. **Vital Moreira** (PCP): — A amigos!...

A **Oradora**: — ... quando atualiza as pensões de reforma e aprova o princípio da sua atualização futura sempre e na medida em que for atualizado o salário mínimo; quando alarga a esfera dos passes sociais; quando abre novas instalações para a infância, para a terceira idade e para a administração de unidades de saúde; quando lança as bases de uma reforma democrática do ensino; quando prevê medidas de valorização dos detidos prisionais; quando determina a integração dos adidos nos respetivos serviços, em igualdade com os restantes funcionários, pondo termo à injustíssima discriminação até agora vigente entre funcionários públicos residentes e regressados das ex-colónias; quando, em medidas como estas e muitas outras, o Governo demonstra o seu efetivo empenho em lutar contra todas as formas de desigualdade e injustiça; quando assim sucede, não têm as forças da oposição autoridade para, em nome do 25 de Abril, atacar este Governo.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e dos Deputados Reformadores.

Nós, sociais-democratas, aceitamos como normal e democrático que cada partido ou força aqui presente interprete como entender o 25 de Abril; aceitamos e compreendemos que a oposição critique e ataque o Governo, porque é esse o seu papel em democracia. Mas não podemos calar-nos, nem hoje, perante ataques injustos e demagógicos, nem perante críticas que talvez pudessem ter sido feitas sobre a forma da autocrítica.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora**: — Nesta data de 25 de Abril, pela nossa parte, reafirmamos o nosso apoio exigente e estimulante ao Governo que saiu do voto popular para que continue a desenvolver a sua ação no sentido de cumprir os compromissos assumidos, da maior liberdade e da maior justiça. Mas o 25 de Abril não é

nem pode ser obra de um Governo, seja ele qual for. Ele terá de ser obra de uma sociedade civil renovada e livre da opressão do Estado. Ele terá de ser obra de todos os portugueses, se não, não é o 25 de Abril.

Aplausos do PSD, do PPM e dos Deputados Reformadores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Muito se tem falado, e por vezes sem propriedade, das conquistas do 25 de Abril. A nossa presença aqui é indubitavelmente uma delas, e decisiva. E é de elementar justiça salientar a diferença abissal entre a liberdade de que hoje todos os portugueses podem usufruir e o desprezo que a ela votava o regime ditatorial anterior.

É justo salientar o muito que no capítulo da democracia política, dos direitos humanos, dos direitos das mulheres e dos trabalhadores, da descentralização e do poder local, da abertura de Portugal a todos os povos do mundo foi já conseguido depois do 25 de Abril.

Mas gostaria de salientar nesta data, e em consonância com os meus companheiros sociais-democratas das regiões autónomas, que há uma verdadeira conquista do 25 de Abril que frequentemente é ignorada ou deturpada: refiro-me à autonomia dos Açores e da Madeira, com a consequente tradução na experiência original das instituições regionais. Esta é uma das mais positivas lições a retirar destes seis anos.

Aplausos do PSD, do PPM e dos Deputados Reformadores.

Mas porque o nosso desígnio é ir mais além e não contemplar apenas o que já fizemos, seremos os primeiros a afirmar aqui que esta conquista do 25 de Abril deve prosseguir e progredir, conforme legitimamente o desejam as populações açorianas e madeirenses, como fator decisivo na construção de um conceito de Estado moderno, descentralizado e dinâmico que só dignifica o regime saído do 25 de Abril.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora**: — A última lição que nesta data quereria aqui sublinhar tem a ver com a evolução das relações entre os órgãos de soberania que o atual regime consagrou.

A experiência passada demonstra, a nosso ver claramente, que sem maioria parlamentar não há estabilidade governativa e sem estabilidade governativa não pode haver progresso social e económico, porque a luta partidária por um poder efémero se sobrepõe à concretização das medidas de progresso e porque finalmente os sucessivos governos acabam por se anular reciprocamente com políticas contraditórias.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora**: — Daí que a realização dessa promessa fundamental do 25 de Abril que é conseguir uma vida melhor para os portugueses só possa ser conseguida se for encontrada uma correlação estável

e equilibrada entre os órgãos de soberania. A experiência da maioria da Aliança Democrática é já um passo em frente para esse equilíbrio, a nosso ver essencial ao progresso do país. Mas as contradições com outros órgãos de soberania, designadamente com o Conselho da Revolução e a distância assumida pelo Sr. Presidente da República em relação a este Governo, são ainda fatores que afetam negativamente a necessidade nacional de progredir, e de progredir depressa.

Realizam-se este ano eleições decisivas para o país. De uma delas emergira uma nova Assembleia da República, com poderes de revisão constitucional na outra e será eleito o Presidente da República. Pela nossa parte, e conforme aqui já dissemos, tudo faremos para que na futura Assembleia da República aqui se possa verificar de novo uma maioria da Aliança Democrática, com forte presença e participação do Partido Social Democrata. Igualmente procuraremos que o Presidente da República possa assumir o seu mandato em convergência com a maioria parlamentar não em oposição ou alheamento dela.

Aplausos do PSD.

É também nosso objetivo que o novo texto constitucional consagre a extinção do Conselho da Revolução, posto que deve terminar o período transitório da tutela militar sobre o regime, iniciado com a Junta de Salvação Nacional logo após o 25 de Abril.

Sr. Presidente Srs. Deputados: O 25 de Abril que aqui celebramos não pode ser pervertido nem usurpado por ninguém. Ele pertence já à história do nosso país, e marca uma decisiva etapa na realização dos valores seculares da nossa cultura, da nossa nacionalidade e da nossa independência. Não nos sirvamos do 25 de Abril para cavar mais fossos entre os portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora**: — Não cometamos mais agressões contra a liberdade de espírito que Abril representa.

Assumamos de novo, civicamente, o solene compromisso de tudo fazer para que se cumpra, finalmente e para todos os portugueses, o verdadeiro, livre e independente, Portugal de Abril.

Como dizia o poeta brasileiro: «Muita diferença faz entre lutar com as mãos ou deitá-las para trás.»

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e dos Deputados Reformadores.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República Leonardo Ribeiro de Almeida**: — Ex.mo Sr. Presidente da República, Ex.mo Sr. Primeiro-Ministro, Ex.mo Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Ex.mo Srs. Membros do Conselho da Revolução, Eminentíssimo Sr. Cardeal-Patriarca, Srs. Ministros, Sr. Provedor de Justiça, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Reúne esta Câmara hoje solenemente para, numa hora de júbilo e de alegria, festejar uma efeméride que está de há seis anos a esta parte e para sempre gravada na história na nossa Pátria como facto verdadeiramente transcendente.

Aqui estamos, pois, para vivermos em uníssono e assim recordar a satisfação profunda com que, no dia 25 de Abril de 1974, Portugal acordou na surpreendente certeza de se ver restituído ao pleno uso das suas liberdades cívicas e políticas.

Bem podemos assim proclamar a manhã de 25 de Abril de 1974 como a verdadeira madrugada do resgate, que proporcionou ao povo português o reencontro da sua verdadeira identidade.

E falo em reencontro de modo intencional: porque nas horas altas e simultaneamente difíceis da nossa história, nos oito séculos da sua gloriosa existência coletiva, o nosso povo soube conservar um sentido tão profundo da sua liberdade, uma coincidência tão permanente dos seus direitos face aos abusos do poder, que tal atitude se pode e deve considerar como uma constante histórica do seu sentir coletivo.

Deste modo, sendo, a Assembleia da República a lídima representante desse mesmo povo, ela é também e sem sombra de dúvida a voz mais autorizada para festejar e para afirmar, como se fosse todo o povo português que aqui estivesse presente, a alegria profunda com que há seis anos vimos aberto o caminho para um clima autêntico de liberdade, de paz e de justiça social.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e dos Deputados Reformadores.

São esses valores essencialmente democráticos que jamais aceitamos que se percam; e por isso julgo interpretar os sentimentos de quantos me escutam ao proclamar o empenhamento sincero de todos nós na defesa intransigente desses mesmos valores, sejam quais forem os sacrifícios que para tanto nos sejam pedidos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Quem se recorda ainda do tempo ignominioso em que tivemos de viver de espírito manietado; todos os que ainda não esqueceram o silêncio que era imposto nas mais simples necessidades de afirmação que definem um homem livre não pode deixar de sentir hoje, de uma forma quase inebriante, esta possibilidade magnífica de festejarmos, aqui e agora, em jubilosa comunhão de sentimentos, a liberdade reencontrada em 25 de Abril de 1974.

Em democracia, o poder político encontra a sua plena e exclusiva legitimidade no voto popular, única fonte do poder que aos órgãos de soberania cumpre exercer na defesa e garantia dos interesses do povo que os elege.

De resto, mais sugestiva do que a expressão "poder político" se me afigura esta outra: "dever político." Porque a função tão espinhosa de exercer a soberania não é um poder que se tenha *jure proprio*, mas tão-somente um meio indispensável ao cumprimento de um mandato sagrado que só o povo pode conferir e só o povo pode retirar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — O ideal da democracia identifica-se de uma forma profunda e total com as mais íntimas exigências da natureza humana, e isto é de tal modo verdade que até aqueles que na prática negam constantemente os valores que a definem sentem a necessidade de, hipocritamente, apelidarem como tais regimes que de democráticos nada têm. Tal é o sortilégio que da verdade democrática emana.

É assim, que em comunidades humanas onde o poder político se estrutura das mais diversas formas e até naquelas onde a tirania e a opressão imperam, em todo o caso nos surge sempre como denominador comum a autodesignação de organizações políticas democráticas.

Por essa razão e pelos equívocos que a indevida apropriação da palavra pode gerar (e gera, com certeza), afigura-se-me inteiramente pertinente o que alguém escreveu há pouco tempo para se aferir se em determinada comunidade humana se vive em autêntica democracia, há que pôr de parte a designação formal que o seu sistema político a si próprio e atribui; é preciso e indispensável buscar, nos comportamentos políticos que nela se perspetivam, os índices substanciais que fornecerão, esses sim, a resposta correta.

Portanto, para se averiguar se um sistema ou estrutura política é, em verdade, autenticamente democrático, a solução há de encontrar-se pela resposta que se achar para todo um feixe de questões a pôr.

Deveremos então perguntar e indagar:

Ainda que rotulando-se de democrático, o regime que se analisa admite a pluralidade de partidos, com igualdade de posições e de direitos e só com as diferenciações que resultem do maior ou menor apoio popular que cada um deles obtenha em eleições livres?

O direito de voto é livremente exercido, sem pressões, sem influências estranhas e designadamente sem comportamentos e práticas incorretas tendentes a falsear o resultado eleitoral e a violentar a livre decisão de cada eleitor?

Os resultados e o sentido dos atos eleitorais são religiosa e incondicionalmente respeitados por todos os órgãos de soberania, sem que nenhum se atreva a negar ou atentar com o sentido desse mesmo voto?

Reconhece esse regime o direito à greve como forma legítima dos trabalhadores defenderem os seus direitos?

Existe aí livre direito de expressão e de associação; designadamente concede-se aos trabalhadores o direito de liberdade sindical, em termos que só a eles compete definir e estabelecer?

É aí a economia posta ao serviço do homem, ou é o homem que é escravizado à economia pensada como valor absoluto e abstrato, e não como simples meio que é de realizar o desenvolvimento de todos os homens e do homem todo?

São aí respeitados e efetivamente protegidos os direitos fundamentais da pessoa humana, cuja proteção efetiva constitui como que a moldura indispensável à sua eminente dignidade?

Se para estas e muitas outras interrogações que poderiam pôr-se encontrarmos uma resposta unanimemente positiva, poderemos então concluir, com segurança, que estamos perante um autêntico Estado de direito e democrático; mas basta que uma só dessas respostas seja negativa ou reticente para se poder concluir com igual certeza quão falaciosa então a qualificação de democráticos que falsamente tais regimes se atribuam.

É por isso que, certo de que estamos em verdade construindo em Portugal um verdadeiro Estado de direito e que gozamos já o de modo irreversível das liberdades fundamentais a ele inerentes, que proclamo a felicidade, e a honra inigualável que para mim constitui a possibilidade de celebrar aqui um acontecimento que, como já disse e não é demais repetir, ficará a constituir marco altamente positivo e da maior significação na história das nossas instituições políticas, acrescido do mérito de nos ter aberto a possibilidade de falarmos e vivermos livremente.

E maior honra sinto por esse facto quando, como Presidente eleito desta Assembleia, verifico o seguinte: chefes de Estado, Governos, conselhos mais ou menos consultivos ou menos ou mais interventores na vida pública e tribunais, todos os regimes os têm, ou pelo menos toleram, desde as democracias mais estabilizadas até às mais violentas ditaduras. Mas o sistema nervoso central de uma democracia autêntica, o traço definidor de um regime autenticamente democrático é a existência e o respeito generalizado de um parlamento livre e pluralista como é o nosso, porque livremente eleito pelo povo único detentor originário da soberania.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS, do PPM e do Deputados Reformadores.

Povo que pela sua vontade livremente expressa no voto é a única fonte de legitimidade do exercício de todo e qualquer poder político.

Por isso entendo que local não havia mais próprio nem outros tetos podiam abrigar com iguais pergaminhos democráticos a solenidade que estamos vivendo do que os desta Casa, cuja dignidade todos tanto prezamos.

De resto, em passado bem recente, foi V. Ex.ª, Sr. Presidente da República, quem expressamente e no exercício das suas elevadas funções reconheceu a instituição parlamentar como único órgão de soberania detentor das virtualidades democráticas necessárias para superar uma situação de impasse político.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Na verdade, perante essa situação, reconheceu V. Ex.ª que ela só podia ser passada pela auscultação imediata da vontade suprema do povo; assim se reconheceu que, perante a delicadeza do problema, o povo era já o único com legitimidade para se pronunciar; que a ultrapassagem da crise passava inevitavelmente por esta Assembleia enquanto expressão direta, na sua composição, da vontade popular, e que só uma nova definição eleitoral da composição da Assembleia podia definir legitimamente a forma e ultrapassar a crise.

Aplausos do PSD, do PPM e dos Deputados Reformadores.

Essa é, pois, a grande e excecional legitimidade da Câmara; aí está a maior honra e também a maior responsabilidade de todos e de cada um de nós, Deputados.

E o que acabo de dizer tem plena validade hoje como amanhã, ao presente, como no futuro, porque se os resultados eleitorais tivessem sido outros e se a maioria tivesse sido atribuída aos que hoje são na Assembleia, honrosamente, a oposição, isso será a contingência, que em nada alterava a verdade de quanto venho de dizer.

Porque em qualquer das hipóteses, o que permanece como valor máximo a respeitar é aquilo que em cada momento for a expressão inviolável da vontade do povo português, de quem todos e cada um de nós mais não é do que simples e modesto mandatário, a quem incumbe o dever supremo e indeclinável de permanecer fiel, sejam quais forem as razões que se invoquem ou fabriquem, aos resultados obtidos em eleições livres, contra os quais ninguém pode sustentar o contrário sem atentar também e gravemente contra os mais elementares princípios democráticos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Creio ser o espírito que preside a quanto venho de dizer a maior e fundamental razão do uníssono vibrar dos nossos sentimentos nesta hora de exaltação e lembrança festiva da Revolução de 25 de Abril.

Uma última palavra é imprescindível deixar aqui honra e louvor aos militares que, por um sincero e autêntico desinteressado amor da Pátria e da Liberdade, se empenharam no Movimento de 25 de Abril e que por ele tornaram possível o íntimo contentamento em que estamos vivendo o dia de hoje e este momento solene.

Todavia, e sem que daí resulte demérito para alguém, é uma fatalidade historicamente comprovada que em todas as revoluções, passada a primeira hora, da coragem do valor e da decisão militar, o que permanece — e é preciso que permaneça — é a tarefa muito tenaz e muito persistente de, pela liberdade e no trabalho, construirmos uma pátria cada vez mais próspera, mais justa e onde todos possamos viver com dignidade.

Aplausos do PSD, do PPM e dos Deputados Reformadores.

Ao longo dos seis anos que hoje se perfazem, o povo português tem afirmado, pelos seus comportamentos, um civismo, uma compreensão dos seus direitos, dos seus deveres políticos um amor à liberdade recuperada que o tornam credor, da nossa parte, a um grande, largo e incondicional respeito.

Foi assim que este povo, simultaneamente tão simples e tão nobre, soube desfazer num ápice a infamante mentira, durante quarenta anos intencionalmente propalada, de que não podia viver em democracia porque não estava preparado para ela!

Julgo que se soubermos em todos os momentos ser dignos deste povo magnífico a que nos honramos de pertencer estaremos então e assim em eficaz e permanente celebração da Revolução que hoje, pela data que passa tão gostosamente se evoca dos nossos espíritos.

Alguém escreveu um dia que a democracia era o reino de virtude. É, pois, perante os altos sentimentos e virtudes democráticas que o povo português vem inequivocamente revelando nos últimos seis anos que bem podemos afirmar, sem hesitação e em plena esperança, que nele se encontra a garantia mais segura da perenidade da Democracia Portuguesa.

Essa me parece a causa essencial da alegria serena e profunda que nesta hora nos une; e é-o também a reconfortante certeza de que, nos corações e nas inteligências de todos os portugueses, permanece e se conserva intacto tudo quanto de mais puro houve em 25 de Abril no amor da liberdade, da justiça e sobretudo desta Pátria que incondicionalmente desejamos servir e amar para que os nossos filhos e os filhos dos nossos filhos possam em verdade continuar a chamar-lhe ditosa.

Aplausos do PSD, de alguns Deputados do PS, do CDS, do PPM, do MDP/CDE e dos Deputados Reformadores.

O Sr. **Presidente**: — Vai usar da palavra S. Ex.ª o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República Ramalho Eanes**: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Deputados, Portugueses: O 25 de Abril é uma data que, sendo digna de comemoração, exige a todos os portugueses uma responsável reflexão política.

Será importante recordar hoje a esperança coletiva que vivemos em várias ocasiões. Será oportuno ponderar os efeitos das divisões do presente, sobretudo quando elas se manifestam entre os que afirmam defender a democracia.

Mas mais útil será que aceitemos comemorar aqui o 25 de Abril, refletindo sobre as experiências colhidas no difícil caminho já percorrido.

Um dos traços mais nítidos deste percurso foi, sem dúvida, a intervenção dos militares na vida política.

Compreende-se que esta interferência dos militares nos assuntos políticos tenha sido motivo de preocupação para os democratas. São poucos, de facto, os exemplos de militares que abdicam democraticamente do poder que detêm para o entregar aos representantes do povo.

Essa preocupação era, como se provou, infundada. Nascia do desconhecimento das reais motivações dos militares portugueses, que assumiram a responsabilidade solidária de promover esse movimento de liberdade e de democracia.

Durante treze anos, os militares asseguraram a possibilidade de defesa do interesse nacional, oferecendo todas as condições, aceitando todos os sacrifícios, para que fosse encontrada uma solução política adequada para a questão colonial.

O regime que nos governava, na sua lenta agonia, não quis ou não soube aproveitar essas condições. Já na Índia tinham sido traídos os comandantes militares, a quem o poder político recusara os meios, as instruções e o apoio que pediram e mereciam.

Os jovens oficiais, a quem foi entregue a responsabilidade urgente de defender as colónias depois de décadas de passividade política, puderam então ver do que era capaz um regime autoritário, que fazia de um ideal nobre uma manifestação de hipocrisia.

As comodidades e a estreiteza de vistas da capital, o jugo da censura e da polícia política, permitiam ao regime fazer esquecer os que combatiam e tudo arriscavam para que se encontrasse uma solução que satisfizesse interesses que, durante muitos anos, eram efetivamente conciliáveis.

O movimento dos militares que conduzirá ao 25 de Abril não se desenvolve para acabar com as guerras: coloca frontalmente a questão de saber se há ou não solução política para essas guerras, se há ou não vontade dos responsáveis para assumir uma decisão que sabem ser inevitável.

O poder político de então prefere optar pela desistência — pela sua própria entrega e abdicação —, incapaz de aceitar ou de propor uma alternativa política convincente.

O movimento militar de 25 de Abril não quer o poder político. Defende a instauração da democracia, a justiça social, a solução política para as guerras coloniais, mas não deseja o poder político para os militares. Bem pelo contrário, são os mais diversos interesses políticos que procuram usar e instrumentalizar os militares, com objetivos que nada tinham a ver com a democracia e com a liberdade, mas apenas com a intimidação e a conquista do poder por meios ilegítimos.

Este é um período que não será esquecido. Os militares recordam que, ao serem politicamente instrumentalizados, deixaram que fosse ameaçada a coesão, a disciplina e a independência da instituição a que pertencem por uma escolha que é voluntária e impõe um compromisso ético que não pode ser traído. Os militares recordam que essa instrumentalização política os leva ao confronto, ameaçando a sociedade que devem defender e colocando Portugal à mercê de interesses alheios.

Certos os ideais de Abril. A sua defesa teve de continuar em 25 de Novembro, para que terminasse a divisão das forças armadas e findassem os apelos à intervenção militar.

Sendo o 25 de Novembro a reafirmação da democracia pluralista nas palavras e nos atos, é, também, a recusa do militarismo e a resposta firme àqueles que, esquecidos do que combatiam, se assemelhavam no momento da vitória aos seus adversários, na vontade totalitária da opressão e da destruição.

Para homens de menos escrúpulos e menos confiantes no povo e na democracia, teria sido fácil então a aventura pretoriana. Em alguns, terão mesmo ficado a germinar desejos desse poder sem limites.

Não foi essa a escolha da instituição militar, em coerência com os compromissos assumidos em 25 de Abril. Não há, hoje, problemas políticos criados pela instituição militar.

E o processo de normalização culminará, de modo natural, na revisão constitucional que consagrará a inteira devolução do poder, real e formal, aos representantes da vontade popular.

Mas se, sob qualquer pretexto, as questões partidárias forem de novo transportadas para a instituição militar, com a divisão, a partidarização e a criação de condições de confronto entre militares instrumentalizados, a resposta de todos os que na defesa da democracia pluralista se empenharam sem tibiezas será bem clara — política e democraticamente tão clara como o foi em 25 de Novembro de 1975.

Estes são pontos de honra da minha conceção política, valores que orientaram e hão de orientar as minhas decisões, razões fundamentais dos compromissos irrevogáveis que assumi perante o nosso povo, o povo português, e em relação à democracia em Portugal.

Um outro traço marcante, que define o objetivo principal do percurso realizado nestes anos, é a consolidação das regras e do funcionamento das instituições democráticas.

Conhecendo o significado das ditaduras, os verdadeiros democratas sabem que a democracia é sempre obra incompleta e ameaçada, pois nunca aceitará degradar-se ao ponto de perseguir ou silenciar os seus adversários, já que não pode ter inimigos.

Mas não há democracias parciais ou democracias vigiadas. Há, ou não há, vivência democrática, respeito pelas regras essenciais que definem a legitimidade, sem sofismas de propaganda nem manipulações de opinião. Por isso, não nos será difícil retirar da nossa experiência a conclusão de que a maior ameaça à consolidação da democracia será sempre a falta ou a insegurança de regras constitucionais que, tornando incerta a legitimidade, favorecem a ambição do poder sem limites e sem ética.

Fizemos também a prova de que há forças bastantes para resistir aos antidemocratas, qualquer que seja o quadrante em que se situem, e de que, se estiver efetivamente assegurada a liberdade de informação, será sempre possível uma eficaz pedagogia política, oferecendo ao povo português as condições necessárias para que ele possa fundamentar livremente — repito, livremente — a sua escolha.

Ficou igualmente bem claro, ao longo destes anos, que mais importante do que a luta pelo poder é o exame ponderado dos problemas e a procura de soluções estáveis e seguras.

O poder político de nada serve se não estiver orientado para esse fim e se não houver, quanto às soluções, um consenso social bastante para impedir as discussões menores e as divisões paralisantes.

Por isso, continuarei a defender e a promover as soluções que mereçam o consenso democrático, condição indispensável para a segurança dos cidadãos e para a estabilidade das normas que impedem o uso autoritária do poder.

Um terceiro traço característico da nossa evolução política encontra-se no processo de ajustamento e de recuperação económica, que tem constituído um dos mais importantes aspetos de debate político. Debate que tem sido feito esquecendo o ponto de partida — o Estado e a viabilidade do nosso sistema económico em 1974.

A economia confrontava-se então, como sabem, com uma tripla vulnerabilidade:

Na balança de pagamentos, por efeito da primeira alteração do preço do petróleo, apesar de ocorrida no último trimestre de 1973, o equilíbrio das contas estava destruído, desfazendo um dos mitos basilares da propaganda do regime;

A fortíssima concentração do poder económico constituía um fator de evidente fragilidade, não só porque diminuía a eficiência de resposta à crise, mas ainda porque permitia fácil ataque político;

As importantes distorções na distribuição de rendimentos limitavam fortemente as possibilidades de resposta à crise com apoio no mercado interno e tornavam as variáveis económicas muito sensíveis às justas ações reivindicativas dos trabalhadores, que viam o seu poder de compra drasticamente diminuído.

É neste contexto que deve ser analisada a evolução económica após o 25 de Abril — as alterações radicais decididas, a sua discutível oportunidade e racionalidade, a deficiente avaliação técnica e política da maioria das medidas fundamentais, o clima de desconfiança e de insegurança alimentado nos

gestores e investidores — a crise de produtividade acompanhada por sensíveis alterações na distribuição de rendimentos.

Não teria de ser assim se tivesse havido a serenidade bastante para realizar, com oportunidade, as reformas e as políticas que a instauração da democracia e o diálogo entre pessoas de diversas ideologias permitiam aprofundar.

Apesar de tudo, passados os anos, verificamos que não se confirmaram as previsões pessimistas que os economistas, mesmo os mais moderados, apresentavam e que foi possível reorganizar a economia portuguesa em novas bases, mais coerentes do que aquelas que existiam em 1974.

Devemos isso a uma extraordinária capacidade de sacrifício dos portugueses e à efetiva adaptação de muitos empresários e gestores, que souberam enfrentar as dificuldades com ponderação e serenidade.

Sublinho estas duas realidades; porque elas têm sido sistematicamente esquecidas no calor do debate político e ideológico.

Por outro lado, o processo de normalização da atividade económica processou-se em ligação estreita com a normalização da democracia pluralista e com a clarificação das regras que oferecem estabilidade e segurança.

A publicação de legislação regulamentadora da atividade económica, baseada na procura do consenso e do equilíbrio, permitiu anular ou reduzir dúvidas e ambiguidades, demonstrando que era possível à cooperação entre conceções programáticas que puderam convergir no essencial.

Considero que os resultados obtidos, que finalmente se traduziram numa recuperação económica significativa, demonstraram a validade de uma conceção de política económica que concilia os princípios da economia de mercado com a procura de soluções negociadas que satisfaçam a justiça social e os imperativos de desenvolvimento.

Empenhei-me na defesa destes princípios. Continuarei a defendê-los e procurarei evitar que eles sejam adulterados ou iludidos por afirmações demagógicas.

O importante processo político e legislativo de consolidação das autonomias dos Açores e da Madeira é outro dos marcos fundamentais do caminho já percorrido desde o 25 de Abril.

Por certo, o princípio da autonomia, no quadro amplo em que é definido na Constituição, não teria sido possível, nem mesmo concebível, sem o espírito de Abril e sem a instauração democrática.

O reconhecimento da realidade nacional portuguesa, implicando a noção das diferenças sem romper a unidade no que é essencial, exige a abertura de conceções e a defesa de direitos regionais que só a democracia pode garantir.

Por isso, não poderia haver uma real prática autonómica sem uma efetiva vivência democrática.

E também não haveria democracia completa se não fossem contempladas as aspirações de povos que, sendo inquestionavelmente portugueses, apresentam um quadro de vida e cultura que lhes confere uma identidade específica.

A autonomia é, ainda, um valor essencial para a definição consistente do Estado Português. De facto, sem a flexibilidade que é permitida pelo estatuto amplo de autonomia, a integridade da Pátria Portuguesa estaria sob permanente ameaça. Uma vez cortado o vínculo nacional entre o continente e as regiões, por ação de poderes adversos, explorando o fácil pretexto da falta de lealdade na concessão

de autonomia, estaria desencadeado o processo que arrastaria os homens e as mulheres dos Açores e da Madeira à subordinação a interesses alheios.

O meu constante e inequívoco empenhamento no processo autonómico resulta de o considerar um programa urgente em múltiplas perspetivas: no plano histórico, porque esse é um compromisso do 25 de Abril; no plano político, porque essa é uma consequência da democracia e, como tal, prevista na nossa Constituição; no plano nacional, porque a integridade do Estado Português tem como uma das suas condições a efetiva realização dos objetivos da autonomia.

Continuarei, assim, a desenvolver todos os esforços para que a autonomia encontre rapidamente a concretização necessária em todos os seus aspetos.

Em plano semelhante, não posso deixar de apontar a política de descentralização regional como um dos pontos fulcrais da vida nacional dos últimos anos. Também este objetivo seria irrealizável num regime autoritário, que precisa do controlo exercido da capital para poder assegurar as fidelidades políticas que o sustentam.

Aqui, como na autonomia, só a vivência democrática oferece as condições para romper com o hábito de séculos, que faz da distribuição das benesses locais uma fonte de controlo político e um meio de submissão das populações.

Por uma compreensível precaução de realismo no plano orçamental, os passos que se desejou dar na direção do reforço dos poderes locais não foram tão nítidos quanto as expectativas criadas, sobretudo ao nível legislativo, poderiam justificar.

Mas os compromissos assumidos pelo poder democrático reforçam a minha convicção de que não serão dados passos atrás neste projeto essencial, com profundas raízes na nossa tradução municipalista.

O último aspeto marcante destes seis anos, a que me referirei, é o que se reporta ao posicionamento geopolítico, económico e estratégico de Portugal e à expressão da sua política externa. Terá sido este o domínio político em que ocorreram maiores transformações.

Do país colonialista e internacionalmente isolado, que era repudiado no mundo e combalido em África, sem poder contar com o apoio dos aliados tradicionais, Portugal tornou-se num país respeitado, uma pequena potência que tem um papel a desempenhar no mundo e que não se pode limitar a ser o instrumento passivo dos interesses alheios.

Mais do que isso: muitas das suas potencialidades no campo da cooperação internacional, no âmbito bilateral ou multilateral, esperam ainda o seu pleno desenvolvimento; já que estes últimos anos nada mais permitiram — nem poderiam permitir — do que atingir um posicionamento adequado no plano externo e, de um modo mais preciso, no eixo das relações entre a Europa e a África.

Também neste plano, a democracia, a descolonização e a assunção do princípio da universalidade das relações permitiram a Portugal a abertura de horizontes que lhe estavam completamente vedados.

Importante será que este percurso muito positivo não sofra as consequências de orientações inseguras e movidas por preocupações de índole conjuntural, que podem afetar a credibilidade de Portugal no mundo e os próprios interesses nacionais.

É está, aliás uma condição essencial do reforço da nossa posição no quadro político da Europa, de que somos e deveremos ser parte integrante.

Inseridos na Europa por motivos políticos, culturais, económicos e sociais, desenvolvendo nos últimos quatro anos um processo, seguro e realista, de negociações para a nossa entrada na Comunidade Europeia. Esta decisão implica a mobilização dos portugueses e o empenhamento dos agentes políticos, económicos e sociais, o que passa necessariamente por um completo esclarecimento da opinião pública.

Trata-se de uma decisão política de fundo que implica, para ser válida, uma grande responsabilidade de negociação e uma indispensável capacidade de resposta da Administração portuguesa e a necessária reorganização do aparelho produtivo nacional, sem o que a nova autonomia de decisão e o próprio desenvolvimento económico e social poderão ser afetados, com prejuízo óbvio para Portugal e sem vantagem significativa para a Europa.

Na verdade, a integração de Portugal na Comunidade Europeia apenas será útil para ambas as partes se Portugal mantiver e desenvolver aquilo que é específico da sua posição na Europa, seja em termos das relações económicas normais, seja em termos das afinidades históricas e culturais e, em particular, da sua capacidade de diálogo com os países da expressão portuguesa.

Por isso, este vetor da nossa política externa, prioritário desde a primeira hora após a institucionalização democrática, exigindo resposta eficaz e organizada dos portugueses, implica, também, que não se subalternize, bem pelo contrário, que se reforce a posição e o prestígio que Portugal já hoje detém em África, no mundo árabe e na América Latina.

Desta ligação, estável e justa, depende, em grande parte, a autonomia económica de Portugal e das suas empresas no quadro altamente competitivo da Europa, como o comprova o largo conjunto de interesses que empresas portuguesas puderam já assegurar em diversas zonas do mundo, em consequência da abertura política oferecida pelo 25 de Abril.

Mas dessa ligação depende, também, o interesse da função que Portugal pode desempenhar na Europa, que o mesmo é dizer que dela dependem, em medida substancial, as condições mais ou menos favoráveis das negociações de adesão, dos apoios que pudermos receber e das contrapartidas que viermos a prestar. Para o êxito desta política de credibilidade internacional muito tem contribuído a nossa participação crescente no âmbito do sistema das Nações Unidas, nomeadamente no Conselho de Segurança, na UNESCO e noutros organismos especializados, e a seriedade com que temos satisfeito os nossos compromissos internacionais.

A nossa participação na Aliança Atlântica, que corresponde aos interesses de defesa da Europa e da democracia pluralista, reforçada pelas condições políticas criadas pelo 25 de Abril e consolidadas depois do 25 de Novembro, assumiu a sua plena coerência com a institucionalização do regime democrático.

A posição de Portugal é bem explícita: enquanto houver blocos militares na Europa, Portugal pertencerá à NATO.

A clareza e a autenticidade da expressão da nossa política externa reconduziu-nos a uma posição de parte inteira a todos os níveis da cooperação atlântica, ao mesmo tempo que permite intervir, na medida das nossas possibilidades, em favor do desanuviamento, da paz e da segurança internacionais.

A credibilidade entretanto adquirida dá-nos a possibilidade de contribuir também para a conciliação de interesses entre zonas de economias desenvolvidas e de regiões com recursos naturais de

significativa importância em termos de desenvolvimento económico e social, orientação política que deverá ser entendida com realismo e com a determinação de se afirmarem interesses recíprocos.

É nesta perspetiva que se deve compreender o meu empenhamento em criar com os países de expressão portuguesa uma cooperação duradoura e permanente, isenta de ambiguidades ou falsas promessas ou quaisquer hipotecas.

Dentro das competências que a Constituição me confere e de acordo com o que a defesa do interesse nacional obviamente impõe, não deixarei de conjugar todos os esforços para que estas linhas de política externa sejam efetivadas e desenvolvidas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O período que decorreu desde o 25 de Abril é muito curto, demasiado curto, para realizar tudo o que então se desejou. Mas foi suficiente para que se realizasse mais do que muitos acreditaram possível. Seria fácil dizer que, do programa então apresentado, se cumpriu tudo o que era possível na sociedade portuguesa, tudo o que o povo português quis que fosse realizado.

Mas não basta dizer isso. A responsabilidade dos dirigentes políticos exige muito mais do que a repetição destas conclusões óbvias.

Em 25 de Abril de 1974 concretizou-se uma rutura na sociedade portuguesa. Não há retorno possível à situação anterior, às regras e aos modelos mentais que definiam a eficácia do poder e a sua manutenção num regime assente em processos autoritários.

A rutura histórica, política e social marca o início de uma dinâmica democrática.

Numa sociedade democrática, as eleições, os partidos, os sindicatos, as associações empresariais e as outras realidades vividas da liberdade de expressão e de associação defendem em si mesmas e por si mesmas a continuidade da democracia, tornando inúteis as tentativas dos que ainda transportam sonhos ou vocações autoritárias, como ficou provado em 1975. E como tornaria a ser provado se idênticas tentativas surgissem, no futuro, independente da sua origem ou natureza.

Assegurada a institucionalização democrática, consumado o corte com o passado ditatorial, deixou de haver lugar para o conceito de rutura. Em democracia não há ruturas. Há alternância de partidos e de conceções no poder. Será sempre na garantia de alternância que a democracia encontrará a sua principal defesa contra as vocações autoritárias. Ao contrário da ditadura, não precisamos de alimentar o mito de uma revolução que continua. Apenas temos de verificar que a democracia continua.

Esta é a verdadeira vitória do 25 de Abril, o objetivo que uniu os portugueses há seis anos.

Mas é possível, e até compreensível, que muitos portugueses confrontem as realidades com as expectativas criadas em Abril de 1974. A observação fria dos factos conduzirá, porém, a uma conclusão não pessimista sobre a nossa capacidade coletiva.

Os problemas que os portugueses tiveram de resolver, neste curto período, foram graves e muito complexos. Enquanto outros países europeus dispuseram de duas décadas para realizar os seus programas de descolonização, Portugal foi forçado a encontrar as soluções possíveis em pouco mais de um ano, sofrendo o impacto considerável que representou a integração de centenas de milhares de desalojados.

Enquanto na Europa a fase principal das nacionalizações e da reorganização das relações económicas se processou imediatamente a seguir à guerra, com o apoio do Plano Marshall e com as populações

preparadas para os sacrifícios, Portugal suportou esse processo no quadro de uma intensa luta política e num ambiente social de grandes expectativas de consumo.

E se é certo que vivemos várias crises políticas, não é menos verdade que elas não foram, nos seus fundamentos e nas suas manifestações, diferentes das crises que, ao longo de trinta anos, deram forma às atuais realidades políticas e partidárias dos países da Europa Ocidental.

Foi muito o que se fez. Mas não basta para que se encarem com despreocupação os próximos anos. Resistimos eficazmente aos primeiros embates da crise económica, mas as dificuldades que se apresentam no horizonte internacional serão, certamente, ainda mais graves.

Os problemas económicos, nos quais a crise de energia se conjuga com um surto inflacionista mundial, com a perturbação das regras do comércio internacional e com a transição para novas tecnologias produtivas, são condicionamentos inevitáveis de qualquer programa político.

A crise dos equilíbrios mundiais, tanto nos planos político e militar como no plano económico, provoca situações de elevada tensão é pode rapidamente evoluir até ao conflito. Esta è uma ameaça evidente que, se não for encarada com firmeza, serenidade e ponderação, destruirá as sociedades e o quadro de relações em que o progresso é possível.

Nestas perspetivas, a incerteza será a característica principal da década de 80. Novas realidades, novas relações, novas coordenadas de ação, estão em rápida gestação e desenvolvimento. A nossa capacidade de as compreender e de para elas encontrar as respostas adequadas compromete o futuro e até a vida dos nossos filhos.

A resposta interna depende da solidez do consenso nacional. Consenso que implica a renúncia a soluções radicalizantes e bipolarizadoras que, inevitavelmente, gerariam situações de conflito permanente e agravariam os fatores de crise. Seria impossível esperar obter uma resposta, eficaz e oportuna, para uma crise que é complexa e global, se a nossa sociedade estiver tão dividida que seja incapaz de se entender para as tarefas essenciais.

A necessidade de reforço da organização democrática não é apenas consequência da convicção de que a democracia é a forma superior de ordenamento da atividade política. Essa atividade é, também, um imperativo inerente à consciência da gravidade da crise que temos de enfrentar.

Por isso, não deixarei de defender o debate responsável orientado para as ideias, para os projetos e para os programas concretos, não deixarei de insistir na procura permanente do consenso eficaz, de modo que se atinja, com segurança, com determinação e sem sobressaltos, a resposta nacional oportuna. Este consenso nacional indispensável há de encontrar uma tradução adequada no plano político.

Não penso que seja difícil a conjugação dos elementos e das formações partidárias à volta do regime democrático saído do 25 de Abril e do que ele representa em termos de justiça e paz social, segurança e bem-estar.

Esta é a resposta natural em democracia. Esta é a resposta que não deixará de ser formulada pelos que recusam os extremismos e as vias autoritárias. Nada mais é necessário para que se opte pela negociação aberta e pelo esclarecimento público das divergências superáveis e para que se aceite a dinâmica normal em qualquer sistema político democrático.

As democracias europeias, longamente experimentadas, mostram-nos que é possível e necessária a construção de núcleos centrais democráticos estabilizadores, capazes de neutralizar os extremismos.

Na história recente da Europa há indicações suficientes sobre a conciliação possível das conceções políticas democráticas que o 25 de Abril quis viabilizar. Precisamos de estar bem conscientes de que poucas alternativas há, mesmo só no domínio das ideias, a esta conjugação do consenso nacional com o consenso político. Não devemos esquecer que a gravidade dos problemas e a consequente instabilidade social podem alimentar em alguns a tentação da autoridade como um fim em si mesma, ainda que com o pretexto de melhor organizar o esforço coletivo. É um engano e, a ser tentado, estará condenado à desilusão. Nenhum povo oprimido, nenhuma sociedade dividida, poderá responder com oportunidade às solicitações exigentes da crise.

O que temos para fazer, neste quadro de dificuldades, tem vindo a ser clarificado ao longo dos últimos anos.

Por isso mesmo, não poderemos deixar de reforçar o que de positivo existiu no caminho percorrido, nas vias experimentadas e nos ensinamentos que dos seus êxitos e dos seus fracassos já recolhemos.

Também por isso, continuará a ser um objetivo constante a recusa da militarização da vida política, porque nem os militares têm vocação institucional para a interferência nos consensos políticos, nem a democracia é compatível com a pressão de instituições que não são políticas e tudo têm a beneficiar com a sua posição de estrita independência.

Precisamos de clarificar, nos pontos onde ainda algumas dúvidas pertinentes possam subsistir, as regras da nossa organização económica, prolongando um trabalho seguro, ponderado e estabilizador de normalização das relações económicas internas.

A via seguida terá de continuar a ser a de assegurar a cooperação, sem privilégios especiais, dos agentes empresariais do Estado com os agentes empresariais privados, de modo que se consiga garantir, com estabilidade e sem incertezas, em verdadeira segurança, o maior benefício coletivo.

Para que a liberdade valha a pena ser vivida é necessário perspetivar aos portugueses condições de vida mais favoráveis. O desenvolvimento económico tem de ser um objetivo mobilizador para todos os trabalhadores, em especial para os jovens, que têm sido os mais afetados.

Seria inaceitável que a democracia impusesse sacrifícios sem limites, fechasse os horizontes, destruísse a convivência entre as gerações e perdesse a generosidade dos jovens e esquecesse ainda as aspirações de regresso de milhares de compatriotas nossos que no estrangeiro fazem a sua com dificuldade.

Para que se garantam a estabilidade e a segurança, teremos de encarar a oportunidade de revisão constitucional com a preocupação de nela consubstanciar o resultado da experiência recolhida e a manifestação do consenso nacional.

A Constituição de 1976 foi aprovada por mais de 90% dos representantes do povo português. E por razões de verdade histórica não posso deixar de chamar a atenção dos portugueses para as posições assumidas pelos partidos políticos perante o II Pacto, nomeadamente pelos partidos com maior representação parlamentar, o PSD e o PS.

Como Lei Fundamental, que determina as condições de legitimidade, deverá ser revista, como em qualquer país democrático, tendo como objetivo a sua atualização. Mas deve ser preocupação imperativa não tornar essa revisão e as novas normas constitucionais um objeto de luta política constante.

Não se pode concordar com o paradoxo político de fazer da Lei Fundamental, que deverá estabilizar e normalizar o comportamento democrático, o tema e o pretexto principal de divisão política, de contestação e de instabilidade.

Por isso, também aqui — mais aqui do que em qualquer outro domínio —, importa preservar e estimular o consenso nacional e assegurar a articulação adequada entre o consenso nacional e o consenso político.

A pedagogia democrática, baseada na difusão cultural, na defesa intransigente da liberdade de expressão e de informação e no direito à livre afirmação de opinião política, continuará a ser a fonte das energias sociais necessárias as respostas nacionais oportunas. Por isso, não será nunca admissível que quem invoca ou exerce o poder democrático dele se pretenda servir.

Nem será aceitável que os meios de comunicação social, que devem ser o suporte da razão democrática, sejam pervertidos para se colocarem ao serviço de objetivos e de interesses particulares. Não há democracias nem pátrias defendidas quando as populações são mantidas na ignorância ou afastadas das questões de fundo por sofismas e por manipulações da verdade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os programas exigidos pela situação e pelo nosso compromisso consciente com a democracia pluralista são simples. Apenas precisamos da humildade suficiente, o que é natural em democracia, para esquecer as posições rígidas e procurar, confiadamente, o consenso nacional que está ao nosso alcance.

Podemos assim comemorar o 25 de Abril de 1980 com a confiança de quem acredita na vocação democrática de uma nação de mais de oito séculos e no anseio cristão de justiça, que deve fazer de Portugal livre a pátria-mãe de todos, mas de todos sem exceção, os Portugueses.

Aplausos do PSD, do PS, do PPM, do MDP/CDE
e dos Deputados Reformadores.

O Sr. **Presidente**: — Em nome de S. Ex.ª o Sr. Presidente da República declaro encerrada a reunião.

1981

O Sr. **Presidente da Assembleia da República Leonardo Ribeiro de Almeida**: — (...) Em nome de S. Ex.ª o Sr. Presidente da República, declaro aberta a sessão.

Tem a palavra o representante da UDP, Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. **Mário Tomé** (UDP) — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Sete anos depois do 25 de Abril, face à "nova realidade" existente, cabe-nos perguntar o que de facto se pretende comemorar hoje nesta sessão solene da Assembleia da República.

Comemorar-se-á o 25 Abril que o povo português impôs, aproveitando a rutura do regime fascista obtida com a ação dos capitães de Abril, caçando os PIDES, saneando os fascistas, ocupando as terras e as casas devolutas e abandonadas, tomando conta das fábricas, forçando as nacionalizações e o controlo operário, numa palavra, determinando, pela sua luta democrática e revolucionária, as alterações estruturais e o sentido futuro do desenvolvimento da sociedade portuguesa consignados na Constituição da República?

Ou estar-se-á a comemorar o 25 de Abril que interessa aos grandes monopólios, aos latifundiários, ao imperialismo, à NATO, à CEE, à hierarquia militar — que nada teve a ver com o 25 de Abril —, que interessa aos próprios fascistas que, hoje e aqui dentro, são chamados lídimos defensores da democracia? Ou seja, não se pretenderá antes comemorar o anti-25 de Abril, a "nova realidade" que os ministros AD se desdobram e se despregam a anunciar aos quatro ventos, inserindo-se nas comemorações com o teto salarial dos 16 %, os aumentos brutais dos preços, os despedimentos coletivos — como na Standard —, a liquidação de milhares de postos de trabalho — como na MESSA e na Fábrica Simões —, permitindo e apoiando o desvio e delapidação de dezenas de milhares de contos de empresas consideradas em situação económica difícil — como na Handy —, a repressão sobre os trabalhadores e seus dirigentes — como na Empresa Nacional do Urânio e tantas outras empresas —, cortando na educação e na saúde, e aumentando nas forças armadas e nas polícias para que estas não tenham falta de munições para o tiro ao alvo que praticam com frequência, matando qualquer cidadão por "dá cá aquela palha", como ensina a RTP do Sr. Proença, acompanhada à distância pela RDP de Barreiros Cardoso/Pereira da Costa, em renhida competição com a Renascença do Sr. Cardeal Patriarca, para ver qual delas contribui mais decididamente para a falsificação da realidade portuguesa para a promoção do medíocre, do negro?

A "nova realidade" que nos foi imposta é, cada vez mais, a base de apoio para a liquidação das liberdades, para a fascização da nossa vida quotidiana.

Mas os trabalhadores não vão esquecer a sua grande experiência coletiva quando, em 25 de Abril, saudaram os capitães, mas não ficaram à espera deles. Eles sabem que a liberdade não existe sozinha, como não se perde sozinha.

Foi por terem rompido a estrutura dos latifundiários que os assalariados alentejanos conquistaram a liberdade.

Foi por terem tomado conta das empresas, imposto as nacionalizações e o controlo operário, que os operários conquistaram e reforçaram a liberdade para si próprios e para milhões de portugueses. Foi pela luta dos soldados nos quartéis que se pôde falar das forças armadas ao serviço do povo.

Mas foi também por não terem conseguido romper as cadeias de exploração e repressão que os prendem, que os assalariados agrícolas e pequenos e médios camponeses do Norte e Centro pouco ou nada usufruíram das liberdades do 25 de Abril.

A liberdade só existe se atacarmos e liquidarmos as estruturas de exploração e repressão. Por isso é utópico, e não iludirá os trabalhadores, pretender-se salvaguardar a santa liberdade ao mesmo tempo que se vai permitindo o ataque desenfreado à sua base, à sua estrutura, ou seja, o ataque às conquistas económicas dos trabalhadores, ao seu controlo sobre as máquinas e as terras, aos seus órgãos de vontade organizada; ao mesmo tempo, afinal, que dia a dia, hora a hora, se deixa cada vez mais liberdade para que, por vezes, verdadeiros bandidos suguem o suor dos que trabalham, e tomem as rédeas da sociedade.

E é isso que tem vindo a acontecer desde o 25 de Novembro de 1975, em que o atual Presidente da República, general Eanes, sobrepôs a força bruta das armas ao 25 de Abril que o povo fazia. E não há "boas" intenções de "leis Barretos" cumpridas razoavelmente, de contratos a prazo só em condições especiais, de setor público e privado, em "harmoniosa" concorrência, que consigam impedir a total liquidação do 25 de Abril que o povo quis e impôs. Não se pode harmonizar o aumento da produtividade com a diminuição do desemprego, os lucros e as terras para os capitalistas com o bem-estar dos trabalhadores, a liberdade para os fascistas fazerem o que querem com a liberdade para o povo.

Hoje, a direita e a AD celebram a sua própria liberdade, à europeia, à custa do bem-estar e da liberdade do povo, pondo os olhos enternecidos nessa Europa exemplar a que se sentem obrigados por fidelidade e veem, venceram e não condenam o facto brutal de a não menos brutal Sr.ª Thatcher deixar morrer de fome, encerrado numa prisão, um patriota irlandês, Boby Sands, eleito pelo povo para o Parlamento.

É o tirar da máscara hipócrita da democracia representativa burguesa. É a confissão de que entre o Parlamento e o fascismo há um passo que se está ensaiando aturadamente quando se vão assassinando trabalhadores, democratas e revolucionários — como Luís Caracol e José Jorge Morais, Caravela e Casquinha —, se prendem e perseguem os catorze antifascistas de Beja que de novo vão ser julgados depois de terem sido amnistiados, se prendem, depois de julgados em autêntico tribunal plenário, os antifascistas como Isabel do Carmo, Carlos Antunes e Fernanda Fráguas, se condenam os soldados do Ralis e se incensam os golpistas do 11 de Março, e quando nas forças armadas se controlam e saneiam os democratas e campeiam os reacionários, os fascistas e aqueles que se opuseram ao próprio 25 de Abril.

É por isso que o coronel Varela Gomes, os majores Mascarenhas Pessoa, Costa Martins e Pereira Pinto, os capitães Duran Clemente, Martins Jorge, Carvalheira e Fernandes, o tenente Matos Serra e o primeiro-sargento-ajudante Miranda foram praticamente expulsos, sem sequer terem um mínimo de subsistência, enquanto aqueles que se levantaram contra o 25 da Abril foram reintegrados, há muito, com chorudos retroativos. Não é verdade, Sr. Presidente da República?

A direita domina a hierarquia das forças armadas e tem a consciência que ou reprime os democratas e progressistas, os saneia e isola, ou não poderá contar com umas forças armadas totalmente dóceis aos seus intentos e à sua missão de capacho da NATO.

A NATO, como integradora internacional das políticas reacionárias dos países europeus ao serviço do imperialismo, belicista americano, tem um importante papel aos níveis político e ideológico, intervindo em nome da solidariedade dos expropriadores, dos colonialistas e racistas, na política interna do nosso país e na preservação do carácter reacionário da hierarquia militar, impondo e moldando os critérios de promoção, colocação, saneamento. Por outro lado, como paga pela sua ajuda passa a dispor de um território e de umas forças armadas ao seu serviço e que utilizará como e quando entender e precisar, com o aplauso enternecido do Sr. Presidente da República, da AD e sociais-democratas e com o protesto formal dos restantes, à custa da liberdade, do bem-estar e da paz do povo português.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tudo isto vai caldeando e temperando a memória coletiva do povo e dando-lhe armas para não se submeter, mas antes para lutar.

E, se hoje o 25 de Abril está vivo, é porque a luta do povo se reacendeu.

O povo sabe que o governo Balsemão não cai sozinho, nem sequer por ação de Eanes. O povo sabe que não é fácil hoje derrotar a direita e a AD incrustadas no poder, como as lapas na rocha.

Mas a sua experiência também lhe diz que, através da luta decidida de massas, arranca vitórias que debilitam a posição da direita e lhe introduzem mais contradições. E é isso que vai fazendo, cada vez com mais coragem e decisão de vencer.

Daqui saudamos as lutas vitoriosas, porque firmes, porque dirigidas por uma política revolucionária dos marinheiros, da Cimianto e a brava luta do STCP; daqui saudamos a luta no setor da construção naval, a luta da Rodoviária e CP, a luta dos trabalhadores da função pública, a luta valente dos agricultores de Chaves, a luta das populações das linhas do Corgo e do Tâmega, a luta dos trabalhadores da Fábrica Simões, da Standard, da MESSA e tantas outras, a luta dos pescadores e dos mineiros, a luta de todo um povo em defesa dos seus interesses e dos seus direitos, em defesa da sua Constituição, do seu 25 de Abril.

Amigos trabalhadores: que as lutas se unifiquem, se alarguem, que a torrente única dos humilhados e ofendidos, dos explorados e oprimidos se reforce. É preciso ampliar e unificar as lutas, que não devem acabar em maio como a chuva sazonal. As lutas dos pobres levantam-se e desenvolvem-se sempre que os seus direitos forem espezinhados. E que faz o governo AD e que fizeram os governos desde o 25 de Novembro se não espezinhar os interesses do povo? Vamos lutar para além de maio, vamos lutar até ao Abril de sempre! Sr. Presidente, Srs. Deputados: Hoje à tarde milhares de pessoas vão desfilar na Avenida da Liberdade festejando o 25 de Abril. Esses milhares e milhares de trabalhadores, homens e mulheres vão alimentados por um justo sentimento de alegria, mas também por uma cólera mal contida pelo que tem sido feito contra o 25 de Abril e por uma vontade de luta que tem sido expressa por esse país fora, das mais variadas formas.

Mas que alternativa têm para lhe oferecer os democratas e os antifascistas que promovem a manifestação? Que alternativa ao governo antipopular e antinacional de Balsemão?

A maioria de esquerda, que falhou rotundamente e nada deu ao povo português para além de permitir o avanço da direita e os ataques ao 25 de Abril e à Constituição?

Os governos PS que escancararam as portas ao imperialismo, à NATO, ao FMI, à CEE, aos reacionários, aos capitalistas e latifundiários, lançaram a lei da destruição da Reforma Agrária, a lei dos

contratos a prazo, reforçaram o aparelho repressivo? Os governos de Eanes, reacionários como o de Mota Pinto, ou sem convicção na defesa do 25 de Abril como o de Pintasilgo? Ou então uma maioria "democrática" fundamentada no facto de se passar a chamar democrata a quem o não é, a quem defende um projeto reacionário, ou até o projeto da AD? Uma maioria, "democrática" que para existir tem de sacrificar as reivindicações fundamentais dos operários e camponesas?

Que podem oferecer ao povo português aqueles que já se adaptaram à situação criada, à "nova realidade", ao 25 de Novembro? Que admitem a revisão da Constituição de Abril, no utópico propósito de, com o consenso da AD, a melhorarem a favor de quem trabalha! Como se isso fosse possível, como se a AD consentisse melhorar a Constituição a favor dos trabalhadores quando se tem recusado sistematicamente a cumpri-la, exatamente por ela defender os direitos do povo e dos trabalhadores conquistados pela sua luta.

Apenas podem oferecer o desenvolvimento mais ou menos temperado da política que tem vindo a ser praticada desde o VI Governo Provisório.

Aos trabalhadores já não basta uma mudança de governo. Não é por falta de os governos mudarem que as coisas não andam. É que falharam todas as soluções experimentadas no quadro político do 25 de Novembro. Falharam todas as soluções dos grandes partidos parlamentares. Falhou a maioria de esquerda, falharam os governos PS, falharam os governos presidenciais, falharam os governos AD e falharam porque não resolveram os problemas do povo, antes os agravaram. É por isso que é preciso mudar de política.

É por isso que a manifestação de hoje é praticamente inútil, pois não dá saída para o caminho apontado pelas exigências e pela luta dos trabalhadores. Ela vai conduzir o movimento popular para debaixo de Eanes, que já mostrou que tem a mesma política da AD e que não está decidido a defender os interesses dos trabalhadores.

Aos trabalhadores, ao povo português, a UDP diz que precisamos de nos unir em torno de uma nova política, de uma política que defenda os interesses de quem trabalha e aponte um governo como nunca tivemos, um governo saído da unidade de todo o povo, forjado na luta corajosa o firme contra a AD, contra a direita, contra a exploração capitalista.

Por isso os democratas, os trabalhadores que forem à manifestação, não podem deixar-se adormecer em ilusões.

Para defender o 25 de Abril é preciso opormo-nos séria e decididamente à revisão da Constituição; impedir a restrição das liberdades; impedir a elitização do ensino; exigir o cumprimento incondicional da lei da amnistia a militares e civis; defender a Reforma Agrária; impor o Serviço Nacional de Saúde; defender as nacionalizações, defendendo os direitos e reivindicações económicas daqueles que nelas trabalham, pondo-as ao serviço do povo e não dos capitalistas individuais ou representados coletivamente pelo Estado; fazer das organizações dos trabalhadores e dos seus dirigentes exemplos de luta na defesa dos interesses de quem trabalha, demitindo e atirando borda fora os incapazes, os corrompidos, os conciliadores.

Para defender o 25 de Abril é preciso, numa palavra, fazer os ricos pagarem a crise de que se aproveitam e garantir acima de tudo o pão, o trabalho, a liberdade.

É preciso dizer não à CEE e à NATO, com firmeza, porque não pode haver meias-tintas com a política dos blocos, com as organizações supranacionais de exploração e de guerra.

Lutemos pela liberdade e contra o fascismo baseados na ideia central de que o fascismo não é um mostrengo nascido adulto. Ele é uma ditadura terrorista do capital quando precisa e pode reforçar a sua máquina repressiva para impedir, por qualquer forma, a resistência dos trabalhadores à exploração, para impedir a sua luta pelo pão e pela liberdade. É por isso que os fascistas de ontem se abraçam à democracia quando não têm outro remédio e os capitalistas de hoje se tornarão alegremente fascistas se disso necessitarem! Lutemos contra a exploração e a repressão capitalistas para podermos dizer: fascismo nunca mais!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Falharam os partidos políticos, falharam as coligações, que até hoje têm conduzido a vida do povo, falhou o Presidente da República. É preciso um novo regime, nascido da luta popular que abra o caminho para o socialismo.

É aí que está a UDP, nesse caminho que o povo apontou e exigiu com o 25 de Abril!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do MDP/CDE, Sr.ª Deputada Helena Cidade Moura.

A Sr.ª **Helena Cidade Moura** (MDP/CDE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Minhas Senhoras e Meus Senhores: O povo português saúda hoje a vitória do 25 de Abril, marco da sua continuada e determinada luta pela valorização do indivíduo, pelo enriquecimento e independência de Portugal, pela paz e pela solidariedade mundial.

Neste 7.º ano da Revolução em que se cumpre uma primeira etapa, marcada pela revisão constitucional, em que se faz um balanço do passado, se criam os cenários do futuro e se projetam as experiências adquiridas, o MDP/CDE entendeu dever realçar a ação dos capitães de Abril, aqui representados através do Conselho da Revolução.

Sem esquecer aqueles que, na roda da história, seguiram caminhos mais difíceis de institucionalizar, nós queremos saudar cada um dos membros atuais do Conselho da Revolução, como símbolos de atitudes diferenciadas, de escolhas várias, de personalidades diferentes, eventualmente de ideologias diversificadas, mas todos reunidos numa exemplar base de entendimento comum.

Saudamos, assim, os homens herdeiros da MFA, capazes de entregar ao povo o poder obtido pelas armas; saudamos os chefes militares garantes da legalidade e da estabilidade social; saudamos no seu conjunto aqueles que, sabendo cumprir promessas, têm honrado o seu compromisso para com a Constituição da República e para com o povo português.

Ao Conselho da Revolução, como órgão de soberania, louvamos e reconhecemos a sua persistente ação em favor da democracia.

Meus Senhores e minhas Senhoras: A nossa revolução faz sete anos. Por muito fluidas e convencionais que sejam as etapas do desenvolvimento humano, poderemos dizer que novos seres tecem a partir de hoje a nossa teia social:

São aquelas crianças que nunca contactaram com o fascismo e que ao chegar ao mundo foram acolhidos pelos olhos de Abril, que nasceram nesse país repentinamente transformado, onde os braços erguidos rasgaram os horizontes e a guerra se calou sufocada pelos gritos da alegria, porque um povo livre não sabe reprimir.

São essas as crianças que hoje entram numa fase da vida que gera uma nova participação e uma nova projeção social.

Desde as primeiras horas do dia 25 de Abril de 1974, a criança foi simbolicamente erguida pelos soldados, enlaçada em cravos e baionetas, ela foi sinal não só do Portugal fraterno, mas do amor que nascia do fascismo destruído.

Fiéis às promessas feitas e ao Portugal prometido saudamos as crianças portuguesas, irmanando-as com as crianças de todo o mundo. O MDP/CDE faz esta saudação na certeza de que os seus militantes com passo firme seguem no caminho da paz e da justiça que para elas foi aberto pelo esforço coordenado de tantos homens. Esse esforço, como tantos outros, noutros campos, foi escarnecido, desprezado e mesmo destruído por governos sem capacidade de ação, sem a inteligência das situações, entrincheirados atrás de más teorias convencionais que aproveitam à sua incompetência, ao seu egoísmo e ao seu medo.

Governos de que o presente é o mais expressivo exemplo. Cada vez mais dissociado da movimentação social, porque está cada vez mais empenhado em resolver as contradições internas do que em servir o país. Cada vez mais virado para si próprio, governa já só pelo exercício especulativo do poder e faz da sua própria angústia e dos seus próprios problemas o problema nacional.

A verdade é que, dissociado do 25 de Abril, não se sente à vontade perante o povo português. Prefere as manifestações partidárias às comemorações nacionais, porque teme que a menor janela aberta varra e desalinhe a ordem retórica em que se esconde.

Mas o 25 de Abril porque se encontra na linha do processo de transformação é hoje, e em cada dia mais, uma janela aberta para o mundo inteiro.

Em cada homem se aprofunda a busca da liberdade, não de uma liberdade formal, mas de uma liberdade existencial marca da nossa época histórica. Nessa busca, o povo português deu à humanidade uma contribuição que nunca mais se poderá apagar. Do processo de descolonização, que partilhámos, nasceram repúblicas livres e soberanas que rejeitaram o neocolonialismo e que, por serem ponte para a velha Europa, são hoje elo importante na libertação do Terceiro Mundo.

Mais uma vez, como acontecera na época dos Descobrimentos, Portugal arranca "novos mundos ao mundo" e dá à luta pelo progresso da humanidade uma desmedida contribuição.

Isto foi possível porque, durante o fascismo, nos irmanámos com os povos de África e fomos capazes de, comunicando as razões da nossa luta e aculturando a luta dos povos irmãos, atingir as raízes da liberdade.

Percorremos um caminho de compreensão e de expressão onde a longa vivência da luta antifascista, sendo nacional, ganhou coordenadas universais.

Em consequência desta riquíssima e complexa experiência humana, fomos capazes de criar, para ainda maior escândalo das forças conservadoras, uma democracia representativa parlamentar que se

não esgota nessa representatividade. Mantendo, pelo contrário, um forte potencial participativo, somos capazes de assegurar o nosso empenhamento, sempre crescente, na libertação existencial do homem.

Nos campos da Reforma Agrária, na organização de cooperativas, na recuperação de baldios, na luta pelo trabalho, pela escola livre e democrática, pela saúde generalizada, pela proteção na doença, pela habitação; na dinâmica criativa de todo o movimento social e das organizações populares, na ação esclarecida, participada e integrada do poder local, o povo português assegura a sua contribuição, na busca da liberdade existencial. Liberdade que não consiste apenas na aquisição da representatividade política, que corre o risco de alienação, mas se exerce e se exercita, na intervenção direta do homem no processo transformador do dia a dia.

Nesta luta, nesta busca, neste anseio da liberdade histórica do nosso tempo, o povo português irmana-se com aqueles que hoje melhor e mais cruamente personalizam a libertação: quer na guerrilha corpo a corpo contra a máquina do imperialismo, no Terceiro Mundo, quer no contexto da Europa, eles abrem fendas insanáveis nas muralhas que defendem, o velho mundo conservador e retrógrado.

É exemplo o jovem irlandês de 27 anos que se dispõe a morrer não pela sua liberdade, nem sequer pela liberdade dos seus irmãos, mas pela causa mais nobre de obter um título de preso político, para si e para os seus companheiros, título que dignifique a luta do seu povo.

Esse mesmo homem acaba de ser eleito deputado pelos seus eleitores, para que assim seja significante não de um grupo de rebeldes, mas de uma força social atuante, capaz de intervir na área do poder político.

Longe do Terceiro Mundo, a liberdade existencial move também o homem, porque o objetivo das liberdades formais não basta hoje àqueles que procuram a justiça e a paz.

Portugal, pelo tipo de luta em que participou e pela condição universalista do seu povo, reencontrou o sentido de comunhão e de expressão de iguais valores culturais que o redimensionou e lhe deu, de novo, a participação histórica que o fascismo lhe negara.

Estamos em condições agora de encontrar uma inserção na Europa que tenha como base a força nacional e a projeção universal que parte do próprio esforço criativo, pela eliminação do analfabetismo, pelo aproveitamento das potencialidades, capazes de criarem trabalho e riqueza, pelo conceito humano dos padrões da vida, pelo empenhamento correto e verdadeiro nas etapas que se colocam ao nosso desenvolvimento, pela capacidade de um pensamento realista e honesto que permita a nossa expressão concertada no contexto das nações.

O atual governo, tal como sucedeu ao anterior, incapaz de assumir esta grandeza de que é simples figurante, opta obcecadamente por uma europeização marginalizada, que já aterrara Eça de Queirós e os seus companheiros.

Dos recentes sonhos através dos emirados árabes, chega-nos pelo telefone noticioso propósitos de medidas corretas e realistas. À distância a lógica impera e aparece claro, por exemplo, que não basta levar na comitiva um honesto e competente Secretário de Estado da Cultura para que nasça um intercâmbio cultural, será urgente criar também, dentro do país, uma estrutura capaz e um clima democrático que o viabilize.

Tudo são sonhos desfeitos à chegada.

Este governo, pelo contexto de contradições em que se afunda, não é só um governo afastado do 25 de Abril, é um governo antiprogressista, contrarrevolucionário e a bem curto prazo totalmente antidemocrático.

Vozes do PS: — Muito bem!

Vozes do PSD: — Não apoiado!

A **Oradora**: — O ano passado foi nosso dever denunciar nesta mesma Assembleia e nesta data comemorativa que a AD escolhera um candidato às eleições presidenciais que se afastava do 25 de Abril, mas que nunca ousaria apresentá-lo como tal, porque o 25 de Abril é já a própria carne do nosso povo.

Assim foi na verdade.

O povo português repudiou vivamente o candidato que o Governo lhe oferecia e foi capaz, ultrapassando divergências ideológicas, de garantir a democracia e manter Portugal nos rumos de Abril. Hoje com grande alegria podemos afirmar que a vitória da democracia nas eleições presidenciais foi indício de uma unidade democrática que abre novos caminhos à revolução portuguesa.

O Sr. **Herberto Goulart** (MDP/CDE): — Muito bem!

A **Oradora**: — Pela força fundamental da nossa busca, e da nossa libertação, a unidade antifascista ganha agora novo rosto igualmente firme e decidido, empenhando na tarefa construtiva de dar mais força, mais voz e maior conteúdo aos valores democráticos de construir a democracia.

É assim larga a esperança, que nos abre este novo Abril, porque é larga a esperança na liberdade. Em sete anos de revolução, o nosso povo ainda não deixou de encontrar soluções que lhe permitam, em cada dia, avançar e aprofundar a luta pela libertação. Nessa luta nos irmanamos com os povos que em todo o mundo marcam a vanguarda da história.

Aplausos do MDP/CDE, do PCP, da UEDS e de alguns Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante da UEDS, Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. **Lopes Cardoso** (UEDS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Comemoramos hoje mais um aniversário do 25 de Abril de 1974.

As crianças que tinham então 10 anos são hoje jovens que atingem a idade adulta e não têm, senão por ouvir dizer, uma ideia do que foi durante décadas a vida quotidiana em Portugal. Para nós, para os que vivemos a nossa juventude sob o fascismo, para nós que tivemos vergonha, raiva, medo, dia após dia, hora após hora, viver este dia em cada ano é sentirmo-nos em liberdade, é ter-se acabado a

guerra colonial, é serem hoje livres os povos irmãos antes submetidos ao jugo colonial fascista, é, de certo modo, podermos tranquilamente, sem fantasmas e sem polícias à nossa espera em cada esquina, continuar a nossa luta.

Para nós, que combatemos tantas vezes com desespero pela dignidade de homens livres que nos era recusada, viver este dia é a certeza de que valeu a pena, a certeza de que vale a pena continuar, para fazermos do 25 de Abril um dia igual aos outros, fazendo de todos os dias, dias iguais ao 25 de Abril.

Vozes da UEDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas para essas crianças de 1974 o que lhes demos nós? O que encontram à entrada do seu tempo de adultos?

Elas não sabem o muito que lhes trouxe o 25 de Abril, se não formos capazes de lhes fazer passar a mensagem, se não formos capazes de lhes dizer como podem hoje construir o seu próprio futuro, como podem hoje transformar uma vida, tantas vezes inútil e sem sentido, na aventura plena da conquista diária de si mesmos e da transformação dos valores vazios de ontem, em valores novos que não sejam apenas evasões fictícias de um cativeiro para outros cativeiros. Há sete anos o punhado de homens que fizera o 25 de Abril estava colocado já perante o facto inelutável de que o 25 de Abril não era apenas seu. O povo, nas ruas, tomara-o desde logo nas suas próprias mãos.

Nessa participação coletiva se legitimava o 25 de Abril, se afirmava o seu sentido autêntico.

Porque a mensagem do 25 de Abril não é a de um país dividido entre uma classe política, com os seus ritos, a sua liturgia, a liberdade das suas escolhas, a teia de cumplicidades que vai tecendo e a massa imensa dos que, periodicamente, são chamados a dizer cada vez menos aquilo que querem, cada vez mais — e não é exatamente a mesma coisa — aquilo que não querem.

Quando a isso se limitar o 25 de Abril, não haverá razão para que nos admiremos se acaso os jovens de hoje o não assumirem e não viverem.

Eles não julgam o presente em função do passado; não julgam o que somos por aquilo que fomos.

Para eles o 25 de Abril nada será, sendo apenas a negação do que existiu outrora.

O 25 de Abril, só o viverão se for construção do futuro. Só participando nessa construção estaremos com eles.

O 25 de Abril foi a libertação, mas foi também um desafio. Quando olhamos o caminho percorrido, a distância entre a realidade que se vive e a esperança que se viveu, o menos que se pode exigir de nós é a coragem de assumirmos, a nossa própria crítica e de não nos escondermos por detrás desta ou daquela pretensa "perversão totalitária", que teria desviado o curso dos acontecimentos. A coragem de reconhecermos que nos faltou, que faltou aos dirigentes da esquerda portuguesa, após o 25 de Abril, a inteligência de não se considerarem dirigentes e detentores de verdades absolutas; a imaginação para abandonarem os esquemas feitos, as certezas do pronto-a-vestir da política, a audácia de aceitarem e acompanharem as transformações que, um pouco por toda a parte, iam sendo tentadas, a humildade de discutirem, sem as pretender impor, as suas verdades parcelares.

Sem dúvida, a democracia representativa é já uma conquista. Não chega, porém, e nela não se esgota a vida democrática de um povo. A vida democrática só existe, de facto, quando cada homem se ultrapassa e vive com os outros uma aventura comum. Não nos felicitemos por isso, beatamente, considerando o nosso dever cumprido porque o país tem instituições e os cidadãos votam. É preciso também, é preciso, sobretudo, que os cidadãos vivam. Que tenham a liberdade de construir a sua vida e de participar em cada momento nas escolhas que condicionam a realidade do seu modo de viver, de participar, em cada momento, na construção dessa realidade.

Foi esse o desafio de Abril. Desafio para o qual se não encontrará resposta na renúncia aos valores fundamentais que a Constituição de 1976 consagrou, nem tão-pouco nas alianças com aqueles que sempre a recusaram ou que apenas tacitamente a aceitaram.

E é tão-só na medida em que saibamos empenhar-nos na resposta a esse desafio que saberemos trazer o 25 de Abril aos jovens de hoje. Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: O 25 de Abril foi também uma mensagem de generosidade e de justiça, um ato de revolta contra um regime iníquo, feito de privilégios, de opressão e arbítrio. Não nos pode, por isso, ser indiferente o contraste entre a generosidade com que a Revolução tratou os seus próprios adversários, os seus inimigos jurados, generosidade que a engrandece, e a intolerância com que, ao longo dos anos foi banindo muitos daqueles que com ela estiveram, por ela lutaram e nela acreditaram, intolerância que a avilta e trai.

Se os cravos, substituindo as baionetas, ficaram como símbolos da generosidade da Revolução, não podemos aceitar que por detrás dos cravos se acoberte a intolerância que discrimina e pune, tantas vezes de forma arbitrária e injusta, os que por ela combateram, ainda quando, porventura, se hajam afastado do que foi, e é, o nosso entendimento de Abril. Aceitá-lo seria negar o seu sentido mais autêntico.

E é por isso que, sem cuidarmos de saber o que deles nos separou ou separa, sem cuidarmos de saber a quem agradamos ou desagradamos, a nossa voz se ergue uma vez mais, hoje e aqui, para exigir que se ponha termo às discriminações de que são vítimas tantos militares de Abril; para exigir que se respeite o que foi a vontade da Assembleia da República, que se respeita a amnistia por ela decretada. Ignorar essa vontade não é, apenas, ofender frontalmente um órgão de soberania, expressão democrática da vontade popular, é trair o significado mais profundo do 25 de Abril.

O que se reclama não é um ato de clemência; o que se exige é um ato de justiça. E se a Revolução de Abril foi clemente, ela tem de ser, acima de tudo, justa.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: O ano de 1981 marcará uma etapa mais no processo de consolidação do regime democrático.

A transferência dos poderes do Conselho da Revolução para órgãos de soberania, diretamente legitimados pelo sufrágio popular, terá completado a subordinação institucional das forças armadas ao poder civil.

O Conselho da Revolução, alvo predileto das forças reacionárias e conservadoras, não por ser o conselho de uma revolução, mas por ser o conselho de uma revolução democrática, não por ser um conselho de militares, mas por ser um conselho onde guardaram assento alguns militares de Abril, terá cumprido o mandato que os constituintes de 1976 lhe confiaram.

Tê-lo-á cumprido, no essencial, de forma exemplar, deixando-nos instituições democráticas que, sendo uma conquista coletiva, são também obra sua.

Aos conselheiros da Revolução que foram homens do 25 de Abril devemos duplamente a nossa liberdade.

O Sr. **António Vitorino** (UEDS): — Muito bem!

O **Orador**: — Pelo contributo que foi o seu no derrube do regime fascista, porque cumpriram a missão, que era a sua, de participarem na consolidação das instituições democráticas.

Essa dupla dívida é de todos nós. Só não a reconhecem os que se não reconhecem na liberdade e na democracia, os que, quando muito, à liberdade e à democracia se vão acomodando e delas se vão servindo para as combaterem e negarem.

Aos capitães de Abril — a todos os capitães de Abril — e aos conselheiros da Revolução, militares de Abril, muito mais do que a nossa homenagem queria aqui deixar a afirmação da nossa solidariedade fraterna, que estou certo é também a de todos os democratas portugueses.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: O 25 de Abril trouxe-nos a liberdade e, com ela, a certeza de que o povo português tem a disponibilidade, a inteligência e a coragem necessárias para transformar, por si próprio, a sociedade em que vivemos, para construir, por si próprio, uma sociedade diferente, mais justa e mais livre.

Assim saibamos nós ter também a inteligência, a imaginação, e a coragem de nos integrarmos no devir coletivo, sem estultas pretensões de o tutelarmos, em nome do saber, da cultura ou até do sufrágio.

O povo que nas ruas, há sete anos, transformou o golpe militar num movimento popular profundo é capaz, se lhe não balizarem o caminho de falsos preconceitos se o não amarrarem a interesses que não são os seus, esse povo é capaz de construir por si o seu futuro. Sejamos nós também capazes de estar à sua altura.

Aplausos da UEDS, do PS, da ASDI, do MDP/CDE
e alguns Srs. Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante da ASDI, Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. **Magalhães Mota** (ASDI): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Alguns milhares de cidadãos eleitores tinham pouco mais de 10 anos no 25 de Abril de 1974.

É natural que não o sintam sequer como memória. Mas direi que para eles — e para os mais novos que eles — se dirige essencialmente a celebração que hoje fazemos. Não pelo paternalismo, melhor ou pior disfarçado, de quem pretende moldar os mais novos à sua imagem; não para empregar a sua fé e o seu entusiasmo; menos ainda para esmagar a sua força e a sua esperança com o peso da experiência e

do "saber acumulado" (entende-se entre aspas) dos mais velhos. Nenhuma destas formas seria modo de respeito.

Creio que só se respeita a juventude quando se lhe permite que seja ela própria. Esse é também o modo de conservar inteira a capacidade própria dos jovens de renovar o mundo. A nossa responsabilidade maior são os nossos filhos. Que são também o maior desafio que em termos de povo e de Nação nos é colocado. Porque a questão que conta é a do mundo que vamos deixar atrás de nós.

Demasiado tempo andámos a falar de heranças recebidas como porta falsa para escaparmos a responsabilidades próprias. Tanto e de tal modo, que é agora possível assistir-se à justificação dos erros — e até dos desvios democráticos —, dizendo-se que outros também os fizeram. Como se fora a imitação dos erros, em particular dos mais veementes denunciados, o ideal a prosseguir e a alcançar. Há quase vinte anos, era o então diretor-geral da UNESCO que se interrogava: «A rede implacável de penas ancestrais, muralhas sem luz e sem eco de ignorâncias, de incompreensões e de preconceitos, poço de trevas de egoísmos coletivos onde se soçobra sem se dar por isso, circunvalações paralelas repetidas até ao infinito do medo e do ódio, sinistras fortificações de falso realismo que servem de abrigo às crenças abusivas na fatalidade de tudo o que divide o homem, mesmo aquilo que é mais contingente e que faz do próximo um estrangeiro e do outro uma coisa: é esta a herança que estamos dispostos a deixar aos nossos filhos?»

Com a mesma crueza e a mesma frontalidade, também nós havemos de perguntar-nos: é esta a herança que estamos dispostos a deixar?

Esta é a questão que se nos coloca. Que se colocava, também, há sete anos. Por isso para alguns o 25 de Abril é só uma memória. Para outros, uma memória sim, mas que gostariam de apagar. Porque é a memória da coragem que não tiveram até a de se opor, como só agora fazem. Seria tão melhor para alguns esquecer que também vieram para a rua a saudar o 25 de Abril. Como agora negam. Com o mesmo oportunismo de então, prolongado na coerência do oportunismo de agora.

Vozes da ASDI, do PS e da UEDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Para outros, ainda, é apenas memória, mas de desencantos e cansaço. De desilusões. De sonhos despertados ou desfeitos pelas brutalidades dos erros, dos desvios, das omissões e adiamentos. Não é para esses que poderei falar. Falo para os que sem negarem erros nem desvios — porque a história faz a história e só os totalitários a julgam poder rescrever — sentem o 25 de Abril e, ao mesmo tempo, como memória, como quotidiano e como futuro.

Da memória do dia em que de um dia para o outro tudo foi novo e diferente.

Memória do dia em que acabaram gestos contrafeitos e palavras há muito proibidas.

Dia em que ficámos com os outros, solidários e universais. Dia de festa.

Dia de regressos e do podermos perceber nesses regressos que não há monopólios de patriotismo ou de ter razão. Mas não só memória. Também quotidiano. Porque demasiado tempo perdemos a carpir sebastianismos e a olhar o passado como se a nossa tarefa fosse dominar quimeras e não construir futuro. A esperança não se funda em mitos. Tem raízes na infelicidade concreta do homem e do seu sonho de felicidade, quando ousarmos encará-los de frente.

Retomado em 25 de novembro o projeto de liberdade 25 de Abril, foi possível por um funcionamento as instituições democráticas. Não será demais recordá-lo. Estarmos aqui, todos, numa Assembleia livremente eleita, soberana e livre, poder cada um de nós fazer do 25 de Abril e da história recente de Portugal o seu próprio julgamento, deve-se ao mesmo 25 de Abril, reencontrado em 25 de novembro.

E também nós poderíamos recordar, quase um século mais tarde, a resposta de Clemenceau aos que acusam os parlamentos de se perderem em "palavreado": «Já que é preciso dizê-lo, essas discussões que vos espantam são a nossa honra [...], têm os seus inconvenientes, mas mais inconvenientes tem o silêncio. Sim, glória aos países onde se fala, vergonha para os países onde se está calado».

Vozes da ASDI, do PS e da UEDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Nem é inútil a recordação. Porque se é certo que o mecanismo deliberativo conduz a aceitar as decisões maioritárias, da conceção teórica que a fundamenta, resulta que ela não concede nenhum prestígio próprio à maioria.

Não é o peso do número que faz a razão ou a autoridade.

Por isso, o direito da maioria não autoriza a arbitrariedade. «Não há maioria, como não há superioridade material ou intelectual, que possa arrogar-se o direito de passar por cima do direito essencial de uma pessoa que seja».

Como escreveu Burdeau: «A democracia recusa-se a justificar o poder da maioria só pelo efeito de uma operação aritmética. Não é a maioria que dá valor a uma decisão, apenas demonstra esse valor. É porque encerra um debate que a maioria é respeitável: é a discussão que a valoriza».

Entender a maioria como uma força que preexiste ao voto que a revelará, só é possível violentando o espaço de liberdade que é cada um considerando os deputados eleitos por homens livres simples "correias de transmissão".

Democracia é também possibilidade de alternância. Por isso a oposição não é apenas um valor em si, porque é a prova concreta da liberdade.

Mas a medida em que se pode exercer a sua liberdade é também medida da democraticidade alheia. Hoje, aqui, num dia em que para ser diferente até a televisão nos dá a todos iguais direitos, há um quotidiano 25 de Abril a fazer.

Vozes da ASDI, do PS e da UEDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Porque a democracia é exigente. Todos os dias e cada dia se constrói.

Como em Camões, é preciso servir sete anos. E ao fim deles, outros sete. O dia futuro é que nos conta. Só lamentaremos a brevidade da existência. Que longa a tornaríamos se pudéssemos. É como se o prémio aumentasse de valor com o rodar dos anos. Não estamos só a celebrar a data que foi, mas também o que é e o que será.

Aplausos da ASDI, do PS, da UEDS, do PPM e do Sr. Deputado Sanches Osório (CDS).

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do PPM, Sr. Deputado Borges de Carvalho.

O Sr. **Borges de Carvalho** (PPM): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Eminência Reverendíssima, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Sete anos se completam hoje sobre o golpe militar que derrubou o governo ditatorial da II República e abriu caminho à institucionalização da democracia e à prática das liberdades públicas.

O golpe militar, por um lado, deu azo a que as forças democráticas se fortalecessem, se organizassem e participassem no processo político. Por outro lado, desencadeou tentações totalitárias e de domínio castrense.

A história destes sete anos é, antes de mais, a história da libertação da sociedade pelas suas próprias mãos através dos cidadãos e das suas organizações políticas, autárquicas e cívicas. Não é a história dos líderes políticos ou das figuras mais ou menos em destaque no processo. É a história de todo um povo, das suas comunidades vivas e plurais, da sua vontade de ser livre.

É com uma profundamente sentida palavra de homenagem ao povo português que iniciamos a nossa intervenção neste sétimo aniversário do golpe libertador do 25 de Abril.

Vozes do PPM e do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Os portugueses não se libertaram só da tirania do Estado Novo: libertaram-se também das forças que a ela, pouco mais tarde, quiseram voltar; e libertaram-se ainda da corrupção totalitária de origem política e militar que quase se assenhoreou do poder em 1975.

Vozes do PPM, do PSD e do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Através do processo democrático, de eleições livres, souberam os portugueses, após um período de mais ou menos conturbada vida política, encontrar, a partir de 1979, uma maioria que lhes proporciona condições de estabilidade e coerência governativa. Souberam escolher o caminho dos valores democráticos e pluralistas apesar do permanente confronto com o crime contra a inteligência e a cultura que consiste no monopolismo ideológico, no servilismo de cartilha e no *slogan* demagógico massacrantemente repetido.

A marcha dos portugueses para maiores níveis de liberdade, de realização democrática, de progresso e de justiça social está, porém, longe ainda dos seus objetivos e terá de ser continuada com firmeza e serenidade. É por isso que assume transcendente importância o facto de ser hoje e aqui que a Aliança Democrática apresenta a esta Câmara o seu projeto de revisão constitucional. Porque esse

projeto, o projeto do consenso da maioria, largamente capaz de concitar consensos mais vastos, é um projeto a cuja elaboração presidiram as preocupações da liberdade, da justiça e do progresso.

Vozes do PPM, do PSD e do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Projeto que liberta a sociedade civil da tutela militar, que reforça os poderes desta Câmara como único órgão de soberania que representa, de direito e de facto, todos os portugueses, que abre caminhos ao reforço da autonomia dos arquipélagos e ao alargamento das competências das autarquias locais, que inicia o caminho da libertação dos vindouros para alterarem o texto constitucional sempre que a opinião política do eleitorado para tal apontar, que acaba com a consagração constitucional das ideologias obrigatórias, que constitui, afinal, o documento base para que, do trabalho desta Câmara, venha a sair a Constituição da harmonia e da convivência, uma Constituição da liberdade, uma Constituição que se aproxime daquela de que os portugueses, a nosso ver, são merecedores.

Com a apresentação deste documento, hoje e aqui, dá a Aliança Democrática mais uma vez ao país a prova cabal de que cumpre as suas promessas e de que é possível a forças políticas diferentes encontrarem-se na plataforma comum do serviço de Portugal.

Para o PPM, porém, só o rei é independente, só o rei é sereno. Por isso que, no plano político, o PPM não possa deixar-se dessolidarizar da manutenção constitucional da chefia do Estado republicana. O PPM reafirma neste dia a sua posição de Partido Monárquico, e chama mais uma vez a atenção dos portugueses para o alto exemplo das monarquias europeias, com uma palavra muito especial de admiração e de respeito, que neste momento é justa e devida ao papel da monarquia espanhola na defesa da democracia e da integridade da nação vizinha.

Senhores, as últimas décadas do 2.º milénio colocam a Humanidade perante questões que põem à prova a própria capacidade de resistência da espécie e lançam terríveis desafios à sua inteligência e ao seu bom senso.

A escassez de alimentos, a questão energética, a crescente influência dos meios tecnológicos de massificação colocam a Humanidade em geral e os portugueses em particular perante perguntas cuja resposta não é fácil, mas tem de ser corajosa e inteligente. Sobreviver como?

Como preservar a liberdade e a diversidade dos homens e das comunidades?

Não é sem razão que se afirma que a década de 80 será a década da agricultura, não só como setor económico, mas também como alicerce da ruralidade. Ruralidade que é cultura e humanização de todo o território e que não é compatível com as formas mais extremas e degradantes de exploração das potencialidades naturais. Estas não atendem a duas das premissas fundamentais do desenvolvimento: a realização do homem e da sociedade através de uma melhoria constante da qualidade de vida e a valorização do território, com vista a garantir a vida das gerações futuras.

Uma política energética assente na descentralização e multiplicação das fontes de energia, no correto dimensionamento da produção e da distribuição, na racional gestão do consumo, política que não obriga necessariamente à opção nuclear, antes apontando para energias alternativas renováveis;

uma agricultura diversificada, estendida equilibradamente por todo o território, uma multiplicação de atividades diferenciadas, aliadas ao progresso comunitário de toda a nação são as bases fundamentais da sociedade do futuro próximo e a condição *sine qua non* de uma regionalização autêntica. A regionalização não assenta exclusivamente em parâmetros económicos ou administrativos, antes se funda na cultura própria de cada comunidade.

Além da liberdade, da democracia, da fraternidade e da igualdade perante a lei, além da justiça social, há que promover, num quadro cultural, uma política de desenvolvimento de que beneficiem todos os portugueses de todas as regiões.

Estabilizada a vida política, aberta e consolidada a via democrática, equacionada a problemática económica, realizadas estarão as condições que nos permitam entrar numa fase de desenvolvi- mento autêntico, harmonioso e com condições de perenidade e continuidade.

É por estes objetivos que nos batemos e que a Aliança Democrática se bate.

É à sua prossecução que a Aliança Democrática se obrigou. Objetivos que, cumpridos que sejam durante esta legislatura, se projetam para além de 1984 e implicam a necessidade de pensar a continuidade da sua realização com a adesão e o apoio dos eleitores portugueses.

Senhores, o 25 de Abril é festa da democracia, festa em que, na diversidade e oposição de opiniões, está presente, ou deve estar, a preocupação unânime da defesa da liberdade.

É por isso que não são, para nós, toleráveis, muito menos neste dia, as tentativas de apropriação de um qualquer hipotético "espírito do 25 de Abril", a comemoração não pluralista mas facciosa da data, o divisionismo em vez da unidade, a exploração com fins frentistas, em lugar da festa de todos os portugueses.

Vozes do PPM, do PSD e do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — E não podemos deixar de realçar, com desgosto e repulsa, a afronta que consiste em não terem sido condecorados, no Dia da Liberdade, homens como Sá Carneiro, Amaro da Costa e Patrício Gouveia.

Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.

Senhores, por força da vontade do seu povo, Portugal vencerá o grande desafio do futuro, alicerçado nas tradições de liberdade e independência que a sua história encerra.

Cumpre-nos ser responsáveis por uma pequena parte dessa história.

E a melhor maneira de comemorar o 25 de Abril é procurarmos ser dignos dela.

Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do Partido Comunista Português, Sr. Deputado Octávio Pato.

O Sr. **Octávio Pato** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: As comemorações populares que hoje assinalam em todo o país o 7.º aniversário da Revolução libertadora do 25 de Abril são a confirmação do significado histórico daquela data na vida do povo e da Pátria, e uma clara expressão da determinação popular em prosseguir o caminho aberto em 25 de Abril.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Celebrando o 7.º aniversário do 25 de Abril, o povo português celebra a conquista das liberdades, as nacionalizações e a Reforma Agrária, o fim da guerra, a paz e a contribuição para a independência dos povos sujeitos ao colonialismo português. Celebra a construção de um regime democrático em que as liberdades democráticas são indissociáveis de uma economia libertada dos monopólios e latifúndios.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Um tal balanço justifica que renovemos aqui a homenagem devida a todos os que na resistência ao fascismo criaram, com os seus sacrifícios e a sua luta, as condições para a vitória do 25 de Abril; que renovemos aqui uma vibrante homenagem aos heroicos "capitães de Abril" e a todos os militares que se identificaram com os ideais democráticos;...

Aplausos da PCP, da UEDS, do MDP/CDE e de alguns Deputados do PS.

Que saudemos aqui todos os portugueses e portuguesas que depois de 1974, numa epopeia prolongada e difícil, trabalharam e lutaram para que o 25 de Abril continue a brilhar na realidade portuguesa. O 7.º aniversário do 25 de Abril ocorre num momento marcado pelo obstinado prosseguimento de uma intensa ofensiva das forças reacionárias.

O governo da AD combate e nega o 25 de Abril procurando restaurar o poder do grande capital e dos agrários, atacando o setor nacionalizado e prosseguindo a destruição criminosa da Reforma Agrária, lançando os pequenos e médios agricultores numa situação aflitiva, agravando as condições de vida da população, aumentando os preços, reforçando a exploração e a repressão nas empresas, resistindo aos aumentos de salários dos trabalhadores, restabelecendo princípios elitistas na educação, dificultando o acesso à saúde, manipulando a comunicação social, sacrificando a soberania, a dignidade, a segurança e a independência nacionais no altar da guerra fria e do belicismo, ao serviço aviltante do imperialismo.

A Sr.ª **Zita Seabra** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Para que possam afogar o Portugal de Abril na vaga restauracionista faltam à reação o domínio dos outros órgãos de soberania, o controle partidário das forças armadas através da sua governamentalização, uma Constituição, um Estado e um regime adequados para o esmagamento da resistência popular e da luta democrática. Não nos iludamos. Para isso trabalham, esse é o plano subversivo que procuram refazer em torno do seu continuado propósito de obter a revisão inconstitucional da Constituição de Abril. Quando ministros ou deputados da AD defendem «entregar a terra a quem sempre a teve»; ou quando afirmam que «quem quer saúde, paga-a»; ou quando se insulta na televisão os trabalhadores da função pública e se proclama aos grandes empresários, ser «necessário banir o vírus da democracia»; ou ainda se declara que «a democracia é boa para os países do Norte, mas não para os países latinos», todas estas palavras e os atos que lhe correspondem indicam de forma insofismável que tais pessoas, tais Ministros e um tal governo nada têm a ver com o Portugal de Abril.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O **Orador**: — Uma tal política está suscitando um amplo descontentamento popular. Crescem as lutas dos trabalhadores e de outras camadas laboriosas em defesa dos seus direitos e das suas condições de vida e de trabalho. O combate à política de desastre e ruína nacional do atual governo e a luta em defesa das conquistas da Revolução dão um novo e grandioso testemunho da vitalidade das ideias do 25 de Abril.

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Da política do Governo e da resposta popular ressalta com extrema clareza uma grande lição: é que sem os trabalhadores e contra os trabalhadores, contra as novas realidades do Portugal de Abril, pode-se realizar uma política de destruição e de agravamento, dos problemas nacionais, mas não se pode dar solução positiva às grandes questões que afetam a vida do povo e do país.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Do conflito que está alastrando entre as aspirações da maioria da população e a política do governo AD, este, por muito que proclame, sem qualquer fundamento, que ganhou o direito de governar quatro anos, tem, além de outras, uma desvantagem que só por si caracteriza a sua precariedade: é que o Governo não pode demitir o povo e as instituições democráticas nem inventar outras à medida da sua vontade. Mas o povo e as instituições democráticas podem seguramente demitir o Governo e conduzir à formação de outro governo que corresponda à sua vontade e aspirações.

Aplausos do PCP.

Compreende-se que as forças reacionárias reclamem tempo para poderem liquidar as grandes transformações democráticas, para reconstituir o poder e os privilégios do grande capital, para enfraquecer e enterrar o regime democrático. Mas o que já não se pode compreender é que possa haver setores democráticos que pareçam dispostos a conceder esse tempo à reação e a empenharem-se na defesa do governo e da sua política.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Protestos do PSD.

O **Orador**: — A defesa do 25 de Abril, a salvaguarda das suas conquistas, colocam com particular premência a necessidade da cooperação, do entendimento e da unidade das forças da liberdade, da democracia e do progresso social.

A experiência nacional mostra bem que a divisão dos democratas só favorece a reação e mostra também que, pelo contrário, a unidade dos democratas é inseparável dos grandes passos e progressos nacionais no caminho da liberdade e da democracia.

Aplausos do PCP.

Num momento recente, do qual não pode estar esquecido nem o dramatismo da batalha, nem a sinistra ameaça que pairou sobre a democracia, foi indiscutivelmente a ampla convergência da ação política de forças, correntes e personalidades democráticas muito diversas que impediu a radical subversão do regime democrático. Contra a opinião daqueles que, fora da AD, se empenham em denegrir a convergência dos democratas verificado em 7 de dezembro, lembramos pura e simplesmente os factos e os resultados: unidos, os democratas asseguraram uma estrondosa derrota da reação e uma relevante vitória da democracia.

Aplausos do PCP.

A consolidação e desenvolvimento da aproximação e da ação comum entre as diversas forças e correntes democráticas é o único caminho que pode proporcionar novas vitórias democráticas, a bem da liberdade, do 25 de Abril, das aspirações do povo português e dos interesses de Portugal.

O 25 de Abril continua vivo na realidade portuguesa. O seu futuro está nas mãos de todos os democratas e patriotas. O 25 de Abril vive e viverá!

Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do Centro Democrático Social, Sr. Deputado Mário Gaioso.

O Sr. **Mário Gaioso** (CDS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Celebramos hoje mais um aniversário do 25 de Abril, que foi, acima de tudo, o reencontro de Portugal com a democracia.

Comemorá-lo nesta Assembleia, perante os legítimos representantes do povo português, revela, só por si, que a Revolução de Abril triunfou, pois apenas em regimes democráticos existem parlamentos livres.

A liberdade é direito fundamental de todo o ser humano e condição básica da sua dignificação. Por isso valeu a pena conquistá-la, apesar do muito que muitos sofreram no decurso do processo revolucionário.

Há quem pretenda avocar os méritos e os louros da Revolução de Abril. Mas a verdade é que uns e outros cabem, por direito próprio e em exclusivo, às forças armadas e ao povo português, de que ninguém deve nem pode apropriar-se, porque ambos constituem património inalienável de Portugal inteiro.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Hoje, como, de resto, desde sempre, o 25 de Abril é celebrado por formas e razões diferentes — uns nele festejam e relevam, essencialmente, o 11 de Março; outros o comemoram nele dando prevalência ao 25 de Novembro. Há também alguns que, por gostarem de festas, não faltam a nenhuma...

Risos do CDS, do PSD e do PPM.

Este desentendimento acerca do 25 de Abril não é recente, antes existe desde os primórdios da Revolução.

Com efeito, debaixo de uma aparente coincidência de propósitos e de ideias, entre os que planearam e executaram o 25 de Abril sempre houve contradições insanáveis.

Uns pretendiam instituir no país uma democracia pluralista; outros visavam a implantação sub-reptícia de uma república popular. Aqueles pensavam deixar ao povo português a escolha do seu próprio destino; estes propunham-se impor-lhe uma nova e mais opressiva servidão.

Uma voz do PS: — Não apoiado!

O **Orador**: — Os primeiros só se preocupavam com Portugal e com os portugueses; os segundos sobrepunham a tudo a sua ideologia.

Vozes do PS: — Não apoiado!

O **Orador**: — Enfim, uns eram democratas, outros falavam de democracia...

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Com estas divergências de base, era inevitável o que veio a acontecer.

Pouco tempo após o 25 de Abril tomou a liderança do processo revolucionário o grupo progressista, subtilmente manipulado pelo único partido na altura estruturado.

Entrou-se então numa 2.ª fase do processo, enxertada no 25 de Abril, mas sem ter nada que ver com ele.

Identifica-se esta outra revolução com o 11 de Março, caracteriza-a um caminhar apressado e tumultuoso em direção a um totalitarismo e desenvolve-se através de violências e atropelos de toda a ordem.

Foi o período em que nada se respeitava, nem os próprios partidos democráticos, e em que tudo se procurava destruir, inclusive a história pátria.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Foi o período da descolonização nada exemplar, da demolição sistemática de todos os suportes da nossa economia, do caos social e da desagregação da instituição militar.

Foi o período em que se destruíram sedes de partidos, se vilipendiaram dirigentes e se perseguiram militantes. E tudo isso somente porque os partidos, e nomeadamente o CDS, tiveram coragem e, sabendo-se com a força da razão, nunca se vergaram à razão da força.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Estivemos a um passo de uma nova ditadura e à beira de uma guerra civil, porque, entretanto, o povo português e os partidos democráticos reagiram corajosa e firmemente contra a onda de progressismo irresponsável que assolou o país.

Evitaram esse confronto as forças armadas, com a sua intervenção em 25 de Novembro. Porque e para que intervieram disse-o o Presidente da República aqui e na sessão de 1980. Por oportuno, recordo citando-o:

> Sendo o 25 de Novembro a reafirmação de democracia pluralista nas palavras e nos atos, é também a recusa do militarismo e a resposta firme àqueles que, esquecidos do que combatiam, se assemelhavam, no entanto da vitória, aos seus adversários, na vontade totalitária da opressão e destruição.

Estas palavras correspondem ao verdadeiro espírito do 25 de Abril e confirmam os desvios que nele houve, os excessos que se cometeram e a existência dos grupos anteriormente referidos.

Com o 25 de Novembro, regressa o 25 de Abril à sua pureza originária.

Com o 25 de Novembro, completa-se e esgota-se a Revolução de Abril, com a clara vitória das forças democráticas, que sempre a apoiaram, e a derrota das forças não democráticas, que nela se introduziram e só a prejudicaram.

Por tudo isto, compreende-se que a esquerda não democrática festeje realmente no 25 de Abril o 11 de Março. E compreende-se que da primeira daquelas datas se pretenda apropriar para, e com o seu característico "folclore", dela apagar e nela fazer esquecer a sua própria derrota.

Quanto ao CDS, no 25 de Abril vê a dupla libertação de Portugal: à partida, de um velho regime ditatorial; depois, com o 25 de Novembro, de uma nova ditadura de sinal contrário. Neste entendimento, hoje e sempre o CDS festejará o 25 de Abril.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados: A Revolução de Abril triunfou, já o dissemos e com isso nos congratulamos.

Mas a proposta apresentada ao povo português está ainda, em larga medida, por concretizar.

É certo que, no aspeto político, as instituições democráticas estão a funcionar normalmente, que no setor económico, nomeadamente em 1980, se fizeram progressos, conseguindo-se, pela primeira vez desde o 25 de Abril, reduzir a inflação a valores aceitáveis e aumentar o efetivo poder de compra dos portugueses, que no domínio social se alcançaram também algumas melhorias, em especial no âmbito da segurança social e da defesa da família.

É verdade que hoje e no nosso país, os cidadãos têm garantida a sua participação ativa na vida comunitária — já dispõem de voz e são ouvidos, já existem mecanismos legais que os protegem contra quaisquer arbitrariedades, já se exercitam direitos ainda há pouco ignorados ou proibidos.

Tudo isto, se é positivo, até pelas dificuldades enfrentadas, continua a ser insuficiente.

Por outro lado, há forças políticas apostadas na desestabilização, que não olham a meios para atingirem os seus fins. A elas convirá recordar as palavras que aqui proferiu o Presidente da República na sessão de l977. Cito: «Não se pode ser democrata nesta Assembleia e fomentar lá fora a agitação e o desrespeito das leis.»

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Assim, há que prosseguir e acelerar a concretização das promessas de Abril, redobrando esforços e corrigindo erros. O 25 de Abril, muito mais do que passado ou presente, é e tem de ser o futuro.

Aproximamo-nos de um novo século, e nele se pensa num Portugal renovado, em que o bem-estar dos portugueses seja, não privilégio de alguns, mas direito ao alcance de todos.

Para tanto é importante e prioritário defender a liberdade e a democracia, promover o desenvolvimento geral do país e realizar uma maior justiça social.

Almeida Garrett escreveu um dia, e cito:

> «Em dois grandes escolhos se perde a liberdade: na tibieza com que se defende ou na demasia que dela se goza — evitemos um e outro.»

A experiência vivida recentemente evidência a justeza destas palavras e a necessidade de um equilíbrio que nem sempre existiu. Se todo o homem é livre e pode ter as ideias que quiser, a sociedade possui, mais do que o direito, a obrigação de defender os valores em que acredita e de respeitar a vontade da maioria dos elementos que a integram.

Defender a democracia implica não pactuar com saudosismos, sejam eles do 24 de abril ou do 11 de março, mas exige também que se criem condições para que cada um e todos desejem sinceramente ultrapassar o nosso último meio século de história e queiram esquecer agravos, serenar paixões e curar as feridas que dele persistem.

Defender a democracia obriga ainda a dar o passo que falta para que a gozemos na sua plenitude — rever a Constituição, transformando-a de pomo de discórdia, em traço de união, entre todos os democratas portugueses.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Esperamos que os democratas desta Assembleia, com a noção das suas responsabilidades e a abertura de espírito que se lhes reconhece, consigam o consenso indispensável à democratização plena do regime.

Outro objetivo a prosseguir será o desenvolvimento económico, que passa pela definição do modelo a adotar e pela modernização do aparelho produtivo, sem o qual não alcançaremos rapidamente a tão necessária melhoria das condições de vida do povo português.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Finalmente, uma política de autêntica justiça social é imperativo da consciência de cada um e garantia da permanência dos ideais de Abril. A luta contra as desigualdades, a eliminação das discriminações e o combate à pobreza, à indigência e à miséria constituem um desafio que devemos aceitar e temos de vencer.

Desta vitória depende, em larga medida, a construção de um futuro melhor para os portugueses.

Desta vitória depende, em grande parte, o Portugal mais justo, mais fraterno e mais livre que todos queremos e havemos de ser.

Confiamos no futuro.

Confiamos na liberdade e na democracia. Confiamos em Portugal.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do Partido Socialista, Sr. Deputado Salgado Zenha.

O Sr. **Salgado Zenha** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Comemorar o 7.º aniversário da Revolução de 25 de Abril é para nós, socialistas,

sobretudo um ato de fé e de esperança. Já muitos têm tendência para esquecer o que foi a vida melancólica, estagnada e angustiada dos portugueses durante os longos anos da ditadura. O 25 de Abril rompeu com a noite do passado e inaugurou um período de claridade e de progresso, embora entrecortado por dúvidas, entrechoques e até convulsões. Mas todas essas crises de crescimento e consolidação da democracia se resolveram sob o signo da paz cívica. Já se tem salientado que a Revolução dos Cravos foi a revolução mais pacífica do mundo. E é exato. Mas poucas vezes se tem destacado que Portugal é neste momento uma das poucas democracias da Europa do Sul onde não existe a violência política generalizada. E nem se diga que esse capital da nossa jovem democracia se deve à tradicional suavidade dos nossos costumes. Nada de mais longe da verdade. Os últimos anos da monarquia caracterizaram-se por uma repressão desapiedada dos chamados "crimes anarquistas", nomeadamente através da famigerada Lei de 13 de fevereiro de 1896...

Vozes do PPM: — Não apoiado!

O **Orador**: — ... tão duramente fustigada pela propaganda republicana. A República, essa, então teve de se haver com uma vaga de atentados bombistas, sobretudo depois do fim da I Grande Guerra, que não foi capaz de debelar. Esse surto do que então se chamavam os "crimes sociais" contribuiu de forma decisiva para o sucesso do golpe militar fascista de 28 de maio de 1926. Quando nesta data fatídica um grupo de militares reacionários se sublevou contra o regime democrático por entre o cansaço de uma população flagelada pela inflação, a insegurança pessoal e a intranquilidade política, quase ninguém em Portugal teve a consciência de que esse grupo de coronéis obscuros, cujo nome a história mal regista, que recrutara à ultima da hora para a conspiração o nome prestigiado de Gomes da Costa, iria inaugurar a ditadura mais longa da Europa Ocidental, dado que pouco lhe faltou para atingir o meio século. Gomes da Costa foi deportado para os Açores alguns meses depois, mas a ditadura, essa, foi-se firmando, de modo a cobrir rapidamente com a sua sombra opaca todo o país, sem exceção. Eis a lição a extrair do que nos aconteceu: sabe-se sempre quando uma ditadura começa, nunca se sabe quando ela acaba. O sol da liberdade acabou por despontar de novo graças ao 25 de Abril, mas apenas depois de uma longa noite de quase meio século, em que a liberdade e a esperança de um povo jazeram sepultadas sob a opressão e o desprezo de uma oligarquia.

Recuperámos a liberdade e a dignidade, mas não se diga que são de pouca monta os problemas com que ainda nos debatemos. Bastará lembrar que, tomando apenas como termos de comparação a Espanha e a Itália a capitação do nosso rendimento é de cerca de 50 % da desses países, o que bem mostra o fosso extraordinário que nos separa mesmo dos nossos vizinhos mais próximos, a todos os títulos.

A este crónico atraso económico e cultural juntam-se outros problemas de todos conhecidos, dos quais os mais sentidos são, indiscutivelmente, a alta acelerada do custo de vida, a elevada taxa de desemprego e o avultado défice externo.

Há uma longa tradição dos portugueses para conquistaram o seu lugar ao sol através da emigração. Primeiro, o Brasil, depois, a África ex-portuguesa e, finalmente, a Europa serviram de refúgio àqueles que não conseguiam encontrar na sua pátria o lugar a que tinham direito.

Hoje em dia, porém, essa porta de saída estreita-se cada vez mais. E será utópico pensar que a nossa adesão à CEE, em data ainda um tanto ou quanto incerta, nos irá reentregar a chave perdida da porta almejada.

A crise mundial é hoje um facto, uma realidade, com tendência para se agravar cada vez mais nestes anos mais próximos. Não interessará dissertar sobre as suas origens. Bastará apenas acentuar este facto. Nenhum estadista, nenhum economista, nenhum cientista, foi capaz ainda de apontar o caminho que nos leve mesmo que apenas ao princípio da inversão do movimento compressivo da crise. (E, no entanto, não há crise sem saída para um povo decidido a enfrentá-la e a vencê-la!)

Vários cavaleiros do *Apocalipse* percorrem e assustam agora o mundo: fome, miséria, desemprego, guerra, corrida aos armamentos, armas nucleares. É também um fator de graves preocupações a instabilidade internacional de um mundo dividido em zonas de influência, cujos limites são permanentemente contestados por dentro e por fora, através de conflitos pontuais por detrás dos quais raro se não descortinam as grandes potências, atentas, se não interventoras. E que dizer do Terceiro Mundo, o qual se poderá chamar sem receio o pecado mortal do século XX? Bastará dizer-lhe que serão bem-aventurados no céu os que têm fome e sede de justiça? É evidente que os humilhados e os ofendidos reclamam algo de mais concreto, e ai daqueles que procuram abrigar-se no egoísmo da sua lareira para deste modo fingirem ignorar as labaredas de desespero que incendeiam o Terceiro Mundo! Assim como aquele que nos incertos dias de hoje queira reduzir a política a um capítulo da arte do espetáculo mais cedo ou mais tarde soçobrará no verbalismo inoperante, assim também o egoísmo daqueles que teimem em ver as grandes correntes de fundo da nossa época como algo de que nos poderemos isolar, convertendo Portugal numa espécie de república das Berlengas, só poderá arrastar o nosso país para o mísero destino a que nos conduziu D. João III, com a sua política mesquinha da contrarreforma e que tempos depois nos custou a perda da independência. Num belo livro Ramalho Ortigão estabelece o paralelo entre a Holanda livre em rebelião vitoriosa contra o domínio castelhano, que pretendia impor às suas consciências livres a polícia política da inquisição, e o Portugal da mesma época, que, sufocado pelo obscurantismo e pela repressão inquisitorial, não foi capaz de resistir à ocupação espanhola, apesar de possuir muito mais recursos humanos e materiais. Faltou-lhe apenas a determinação de lutar e vencer, conjugando as suas energias em torno de um ideal de liberdade, de justiça social e de solidariedade nacional. Solidariedade, belo termo que nos é recordado por todo um povo hoje unido em defesa das suas liberdades e da sua identidade nacional, em busca de uma maior justiça social.

Nesta era de mudança, em que tudo se modifica e transforma a um ritmo desconhecido, a Revolução do 25 de Abril deu-nos um capital enorme de vantagem. Somos mais pobres do que outros, mas estamos mais seguros do nosso desejo de liberdade, de justiça social e de solidariedade nacional, tão bem concretizado nos ideais do 25 de Abril. Não há que nos carpirmos das dificuldades da hora presente.

A questão fundamental é a de optar entre o lamento esterilizante e a decisão de enfrentar a tormenta. Não nos devemos queixar de vivermos em tempo de incerteza e crise; devemos antes estar reconhecidos por, em momentos de agrura, nos ser dada a possibilidade de nos encontrarmos ao lado do nosso povo para enfrentarmos e vencermos o desafio.

É por isso que nós, socialistas, somos fiéis aos ideais do 25 de Abril, tão belamente concretizados na nossa Constituição, para a qual muito nos honramos de ter dado uma importante contribuição. Na necessária revisão constitucional que se aproxima ser-lhe-emos fiéis, opondo-nos a que a nossa lei fundamental possa ser desvirtuada através da banalização despeitada ou qualquer outro estratagema. Vivemos durante quarenta e um anos sob a férula da antidemocrática Constituição de 1933. Pois aqueles que nunca a criticaram e antes muitas vezes a louvaram, aninhando-se à sombra de sua injustiça, são aqueles que mais hoje vociferam contra os ideais do 25 de Abril consubstanciados na nossa Constituição atual.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — As recentes eleições presidenciais de 7 de dezembro deram-nos mais um exemplo de como um povo, afirmando-se, pode vencer, salvaguardando a liberdade e a sua identidade democrática. Contra aqueles que pretendiam atrasar os ponteiros do relógio para antes de 25 de Abril todo um povo se ergueu, exigindo que o regime constitucional de 25 de Abril se mantivesse, perdurasse e consolidasse.

Nós, socialistas, popularizámos em 1975 a seguinte palavra de ordem: «É preciso respeitar a vontade popular!» Pretendia-se então deturpar os resultados eleitorais através de interpretações sofísticas e destituídas de fundamento. Pois bem, também em 7 de dezembro de 1980 todo um povo disse não àqueles que pretendiam uma revisão constitucional com violação das regras constitucionais; todo um povo também reelegeu um Presidente da República com o voto explícito de que este deveria usufruir dos mesmos poderes presidenciais do seu mandato anterior, pois só assim poderá exercer a sua missão de garante da democracia. Nós, socialistas, repetimos em 1981 o que proclamámos em 1975: «É preciso respeitar a vontade popular!» E estamos certos de que a vontade popular será respeitada.

A democracia pluralista que somos assenta na tolerância e no respeito pelos outros. Mas o respeito pelos outros começa pelo respeito por nós próprios. E o respeito por nós próprios implica a obediência aos imperativos da vontade popular, que é a regra de base de toda a democracia. Democracia que terá de ser defendida por meio de uma eterna vigilância (a Espanha não está tão longe que se possam desprezar as lições que encerram os acontecimentos lá sobrevindos). Eterna vigilância que nos ensina que, em política, a coragem é, essencialmente, uma longa persistência e uma amorosa fidelidade a um ideal.

Não pode haver democracia sem equilíbrio entre os vários poderes do Estado e órgãos de soberania. Como também não pode haver democracia se se não reconhece que toda a maioria é transitória e que todos deverão rejeitar a institucionalização em definitiva de uma maioria conjuntural através de remodelações artificiosas da Lei Eleitoral.

Para além do reconhecimento formal da legitimidade dos órgãos de soberania, é necessário também que estes possuam as condições necessárias para exercerem a sua atividade normal. É particularmente chocante a inexistência dos mais elementares meios de trabalho na Assembleia da República, onde um deputado se movimenta numa tal carência de espaço e de meios que o colocam — neste aspeto —

numa situação inferior à de um simples amanuense, pois que o amanuense ainda tem um lugar onde se pode sentar, ao passo que aos deputados — na generalidade dos casos —, além do hemiciclo, só restam os corredores.

Não há na Europa parlamento tão indigente em meios de trabalho...

Estamos, porém, certos de que a democracia em Portugal se consolidará e desenvolverá. Renasceu com o 25 de Abril. E cada vez mais se fortalecerá, acarinhando e engrandecendo os ideais do 25 de Abril. Permito-me saudar nos Srs. Conselheiros da Revolução aqui presentes os militares de Abril. E saúdo também, nas pessoas de todos os deputados aqui presentes, sem exceção, o povo de Portugal em liberdade, que todos nós servimos para o tornar maior e melhor.

Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

Aplausos do PS, da ASDI, da UEDS, de alguns Deputados do PCP e dos Srs. Deputados Amadeu Santos (PSD) e Sanches Osório (CDS).

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do Partido Social Democrata, Sr. Deputado Pedro Roseta.

O Sr. **Pedro Roseta** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Cardeal-Patriarca de Lisboa, Sr. Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Srs. Membros do Governo, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Presidentes das Assembleias Regionais, Sr. Presidente do Governo Regional da Madeira, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: O Partido Social Democrata associa-se, pela minha voz, como maior partido português à comemoração do 7.º aniversário do 25 de Abril, que hoje nos reúne aqui.

Pondo termo a uma guerra sem saída, que impunha pesados sacrifícios aos portugueses, acabando com uma ditadura violadora dos direitos fundamentais da pessoa humana, que nos fechava as portas da Europa, nos coartava os contactos com tantos povos do mundo e mantinha entre nós uma sociedade injusta, eivada de gritantes desigualdades, o movimento libertador de há sete anos permitiu o restabelecimento da democracia, da única legitimidade verdadeira, a que decorre do sufrágio universal, direto e secreto, e a devolução da soberania ao seu detentor único, o povo português.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Ao contrário do que parece suceder com outros, a nós impõe-se-nos fazer justiça a todos os que, por qualquer forma, contribuíram para o triunfo da liberdade. Orgulhamo-nos de que muitos deles estejam hoje nas fileiras do PSD, alguns aqui mesmo sentados na sua bancada. Mas prestamos sobretudo a devida homenagem àquele que foi o seu fundador e presidente, tragicamente desaparecido há poucos meses, Francisco Sá Carneiro.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Recordamos o seu constante combate pela democracia, pelos direitos do homem, pela justiça social, e a sua luta, plena de coragem e dignidade, contra a opressão que esmagava os portugueses. Nós, no PSD, não podemos consentir que quaisquer forças ou individualidades não democráticas se reivindiquem agora da sua obra ou do seu pensamento, pois contra todas elas, primeiro de direita e depois de esquerda, ele toda a vida se levantou vigorosamente.

Aplausos do PSD, do PPM e de alguns Srs. Deputados do CDS.

Não podemos também calar a nossa indignação por não ter sido concedida, por invocadas razões processuais, a Ordem da Liberdade, proposta pelo Governo para Sá Carneiro, Amaro da Costa e Patrício Gouveia.

Mas, se ela foi formalmente recusada, isso não impede o mais importante: é que esses três portugueses figuram já no coração dos nossos compatriotas, como grandes lutadores pela liberdade e por Portugal até à morte.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Milhões de portugueses já lhes conferiram aquela que para nós é a verdadeira Ordem da Liberdade.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É evidente que o 25 de Abril pertence aos democratas e ao povo, aos que, na verdade, querem a liberdade e a respeitam como bem do qual ninguém pode ser privado. A homenagem maior é devida, no entanto, a esse povo de Portugal, que, sem violências que noutras latitudes se teriam certamente verificado, soube sacudir os terríveis jugos que, antes e depois de 25 de Abril, velhos e novos tiranos lhe quiseram impor.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Ele não consentirá jamais, agora, que a festa da liberdade seja apropriada pelos que são os verdadeiros inimigos da liberdade.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Há quem queira transformar o 25 de Abril num ritual, num conjunto de palavras que se repetem a horas certas ou num pretexto para ganhos político-partidários ilegítimos, conseguidos à custa de pressões de rua, à margem do sufrágio popular. Para isso, arregimentam grupúsculos inconsistentes e quase inexistentes e os já muito conhecidos "companheiros de jornada" para dar uma réstia de

credibilidade pretensamente unitária ao seu frentismo antidemocrático. Mas os portugueses sentiram na sua carne em 1975 o terror e a violação de todos e cada um dos direitos do homem, levados a cabo pelo Partido Comunista, sabem que a sua ideologia esmaga e destrói o pluralismo e a liberdade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Viram que não são os que enchem a boca falando nos trabalhadores que defendem o seu bem-estar, antes pelo contrário, veem o que é a prática totalitária e opressora dos seus congéneres que conseguiram subir ao poder em alguns países.

A Sr.ª **Zita Seabra** (PCP): — E S. Nicolau?

O **Orador**: — Tenha calma, Sr.ª Deputada... Ainda não chegámos à Sibéria!

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O oportunismo e hipocrisia desta força política é tal que a sua colagem é um perigo real para o 25 de Abril,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — ... pois dele pode afastar muitos, enojados com a sua duplicidade e a sua desvergonha.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas fiquem todos bem cientes disto: nós e o nosso governo não nos atemorizaremos com essas ou outras manobras.

Uma voz do PCP: — Estás a tremer...

O **Orador**: — A nossa firmeza será inabalável contra os antidemocratas...

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

É que, na verdade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, foram outros que defenderam o 25 de Abril e se vão esforçando por o fazer cumprir. Reconhecemos o papel desempenhado pelos democratas que hoje estão na oposição e honramo-nos de ter colaborado com eles nessa luta pela liberdade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Ilda Figueiredo** (PCP): — Onde?

O **Orador**: — Esperamos que esses democratas da oposição não se esqueçam de que hoje, de novo, a clivagem fundamental é a mesma e divide os que têm um projeto democrático dos que têm um projeto frentista totalitário, sejam quais forem as palavras que digam e as pessoas atrás de quem se queiram perfilar.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os partidos que constituem a Aliança Democrática deixaram aos outros as palavras e começaram há quinze meses a cumprir, em atos, as promessas de Abril.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Risos do PCP.

O **Orador**: — Não gostam de ouvir as verdades, mas têm de as ouvir.

Aplausos do PSD.

Em 1979, os portugueses confiaram-lhes um mandato para superar o impasse que se verificava depois do fracasso das experiências minoritárias e dos chamados «governos de iniciativa presidencial». A defunta maioria de "esquerda" anteriormente existente, embora menos dividida do que hoje está, em minoria, não foi capaz de gerar estabilidade governativa, sem a qual não pode haver progresso social e económico.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Foi catastrófica a sucessão de governos que se anulavam reciprocamente com sucessivas políticas contraditórias. Estávamos perante o espectro da República de Weimar, experiência semi-presidencialista que teve fim trágico na Alemanha, entre as duas Guerras. Voltava-se à instabilidade que foi característica sobretudo da I República, esquecendo os ensinamentos dos historiadores, que a apontam como uma das causas principais da perda de liberdade em 1926.

Perante o fracasso dos partidos hoje na oposição, que perderam a oportunidade que o povo lhes tinha dado de realizar as aspirações de justiça e solidariedade, de bem-estar e de acesso à cultura, expressas nas promessas contidas no programa de Abril, coube à Aliança Democrática, e isso muito nos honra, começar no ano passado a fazê-lo.

E muito fizeram já nestes quinze meses passados os governos da Aliança Democrática, tentando viabilizar uma economia que estava paralisada e que só subsistia à custa de artificialismos, de mercados

paralelos e de especulações; atendeu-se aos problemas dos mais desfavorecidos; desenvolveu-se larga panóplia de melhorias sociais;...

Vozes do PCP: — Não apoiado!

Risos do PCP.

O **Orador**: — ... distribuíram-se terras a pequenos agricultores, reduziram-se pela primeira vez, os impostos; integraram-se melhor os emigrantes na comunidade nacional; iniciou-se a reparação devida a pessoas e instituições, algumas multisseculares, como as veneráveis Misericórdias, que tinham sido injustamente prejudicadas nos tumultuosos anos de 1974 e 1975.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Não se pode esquecer também a obra desenvolvida pelos governos regionais do PSD nos Açores e na Madeira, que, consolidando a autonomia no respeito pelas aspirações dos respetivos povos, contribuem assim para a estabilidade e a consolidação da democracia no todo nacional.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É agora chegada a hora de pôr termo ao período de transição, de iniciar a transformação reformista do sistema, de o modificar pacificamente no sentido mais justo e mais moderno, com vista a garantir a sobrevivência do regime e levar à prática as promessas ainda não cumpridas do 25 de Abril.

Por isso, os deputados do PSD, do CDS e do PPM acabam de entregar hoje na Mesa o projeto de revisão constitucional da Aliança Democrática, cumprindo o compromisso com que se apresentaram ao eleitorado.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Não se trata de uma proposta de Constituição nova, mas sim de uma revisão profunda do texto atual. Nunca o PSD negou os aspetos positivos desse texto que o levaram a votá-lo favoravelmente em 1976, sobretudo no que se refere à garantia dos direitos fundamentais do homem, dos direitos económicos, sociais e culturais e do pluralismo político.

O meu companheiro Amândio de Azevedo, no aniversário da aprovação da Constituição, há poucos dias aqui celebrado, recordou desenvolvidamente a posição do PSD sobre o texto fundamental.

Ninguém pode, no entanto, ignorar a necessidade da revisão constitucional e é lamentável que muitos hoje finjam esquecer que o texto votado em 1976 era em boa parte transitório, e apenas como tal o PSD o votou.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Por outro lado, só alguém verdadeiramente insensato julgará que uma Constituição pode subsistir longo tempo, como todos certamente desejam, e desempenhar o seu papel num Estado democrático se não for um elemento fundamental de consenso, se tiver por si apenas uma parte da população, ainda que cerca de metade, se a outra metade se lhe opuser. Qual teria então sido o motivo da preocupação constantemente verificada em todos os países europeus, em todos os democratas de todas as tendências, após a II Guerra Mundial, bem como na Espanha a seguir à queda do franquismo, no sentido de ser conseguido o mais amplo entendimento possível em torno da Constituição? Ao findar o período de transição, é essencial que se faça uma revisão que faça da Constituição um elemento de união dos portugueses, e não de divisão entre si. Por isso, a Aliança Democrática propõe alterações que não privilegiem ninguém nem nenhuma ideologia, para que a lei fundamental sirva como quadro para as diversas alternativas partidárias possíveis. A alternância no poder, Srs. Deputados, tem de ter significado real, e não ser meramente formal. É absurdo que a Aliança Democrática, ou qualquer outra força, que viu o seu programa aprovado em duas eleições sucessivas, se veja impedida de o aplicar em grande parte por disposições programáticas que não são as suas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Finalmente, a experiência decorrida nestes cinco anos revelou deficiências do texto atual que importa corrigir. É isso o reformismo, Srs. Deputados, contrário aos conservadores, aos imobilistas que não querem ver passar o tempo e não querem ver como evolui a realidade social, obcecados pelas suas conceções fixistas e imobilistas da sociedade, que vêm do século passado. Mas os que defendem a estagnação não podem dizer-se sociais-democratas. A social-democracia é o movimento, é o dinamismo, é a reforma.

Aplausos do PSD.

Prestam, pois, muito mau serviço à democracia e à Constituição os que a querem regidificar, diminuindo-lhe, assim, progressivamente a base de apoio, mesmo que seja através de simples revisões cosméticas, de pormenor, com uma ou outra solução curiosa, aplicando o lema dos conservadores: é preciso que alguma coisa mude para que tudo fique na mesma. Não resolvem também o essencial, meras melhorias técnicas, que podem ser necessárias, mas que servem, sobretudo, para satisfazer a vaidade pessoal dos que se julgam autoiluminados na matéria.

Aplausos do PSD e do Sr. Deputado Luís Coimbra, do PPM.

O projeto agora entregue, pelo contrário, é um esforço conseguido e importante no sentido do consenso por parte de três partidos, que partiram, naturalmente, de posições diferentes.

Foi um trabalho útil também para a preparação do espírito que necessariamente terá de informar os democratas que queiram conseguir o acordo necessário à revisão.

O PSD tem confiança em que tal acordo será alcançado nesta Câmara. A Aliança Democrática não apresenta uma posição dogmática. Quer dialogar com os democratas da oposição, em especial com os do Partido Socialista, esperando que ponham o interesse nacional acima do interesse partidário, nomeadamente para o apagamento das três ou quatro manchas não democráticas que ainda hoje desfeiam a nossa Constituição. Seria tremenda a responsabilidade daqueles que provocassem um eventual fracasso, que julgo, diria mesmo que tenho a certeza, não se verificará. Mas agora se verá quem defende a democracia e a Constituição e quem as pode pôr em perigo, quem julga que a lei é para servir o povo e quem quer que o povo sirva a lei, quem são efetivamente os "fariseus" do nosso povo.

Vamos, pois, ao trabalho, rever a Constituição, para que ela seja duradoura, para que o consenso em torno dela lhe dê uma perenidade que até agora não está, de modo algum, assegurada.

É esse trabalho, Srs. Deputados, uma vez que não é possível o referendo democrático, que com legitimidade defendemos, compete exclusivamente à Assembleia da República, pelo que não poderemos tolerar, pela nossa parte, intromissões alheias, pretensas ligações sobre o modo de rever a Constituição, venham donde vierem, incluindo declarações de titulares de outros Órgãos de Soberania, designadamente o Sr. Presidente da República, como recentemente sucedeu.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Mais uma vez declaramos, como o congresso do PSD já fez, que consideramos inexistentes quaisquer pactos, acordos ou bases de entendimento, já celebrados ou a celebrar fora do âmbito parlamentar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Concluída a revisão constitucional, novos desafios nos esperam. Mau grado os velhos do Restelo, que de novo surgem a minimizar as capacidades do nosso povo, vamos aderir à Comunidade Europeia. Ao longo da sua história quase milenária, os portugueses já venceram desafios bem maiores. Mas importa desde já ter atenção especial aos equilíbrios económicos e à necessária competitividade das nossas exportações. Importa ainda ter presente que, para países sem matérias-primas, nos nossos dias, a maior riqueza é de longe a cultura, a capacidade inventiva dos seus cidadãos.

Temos de dar prioridade absoluta à cultura, à ciência e à investigação, sem o que a nossa identidade cultural não se afirmará no mundo, a dependência tecnológica será total e o bem-estar dos portugueses ficará longos tempos em mãos alheias.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Apesar das dificuldades económicas herdadas, das dívidas, de desemprego, da desorganização que a Aliança Democrática encontrou ao assumir a governação, reafirmamos o nosso apoio ao governo de Pinto Balsemão e a certeza de que levará a cabo estas tarefas tão decisivas.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Nós dar-lhe-emos o apoio que nunca lhe negámos nesta Assembleia e lamentamos, também nós, que os anteriores governos, nomeadamente os do Partido Socialista, não nos tenham dado a nós, deputados, melhores condições de trabalho, apesar do longo tempo que estiveram no poder.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — O governo de Pinto Balsemão tem um mandato, que lhe foi conferido pelo povo português para governar por quatro anos e que, com o nosso apoio, vai levar a bom termo, para que os portugueses sintam que a democracia pode ser, muito mais que comemorações e palavras, connosco, estabilidade e bem-estar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tendo no nosso pensamento em especial a juventude de Portugal, cujo apoio nunca nos faltou, dizemos aqui: o 25 de Abril foi e é a esperança. Ela vai ser cumprida até ao fim. Merece-o, exige-o, o admirável povo de Portugal e a sua juventude, que nos deram a honra de nos escolher para seus representantes maioritários.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República Leonardo Ribeiro de Almeida**: — Ex.mo Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Membros do Conselho da Revolução, Sr. Provedor de Justiça, Ex.mo Sr. Cardeal-Patriarca, Ex.mos Srs. Chefes de Missões Diplomáticas acreditadas em Lisboa, Ex.mas Autoridades Militares e Civis, Ex.mas Autoridades das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: É elementar e primeiro dever que incumbe ao Presidente da Assembleia da República apresentar a todos VV. Ex.as a expressão sincera do nosso agradecimento pelo brilho e pelo acréscimo de solenidade que com a vossa presença nesta sessão nos quiseram trazer.

Aqui nos reunimos mais uma vez para que, em sessão soleníssima, festejamos, com a serena alegria que inunda os nossos corações e as nossas inteligências — e nesse ponto nos irmanamos todos —, o 7.º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, a data memorável em que Portugal se viu restituído à liberdade e à plenitude dos direitos cívicos e políticos dos seus filhos.

E há de realçar-se desde já que esse movimento, triunfando militarmente de modo fulminante, sem sangue e sem tiros, tem, todavia, na história das nossas instituições políticas, implicações profundas e representa nela um marco decisivo.

É que não se tratou apenas de um golpe militar para mudar pessoas ou governos, mantendo, todavia, o quadro institucional, como tantas vezes sucedeu nos primeiros tempos da República e em alguns períodos do constitucionalismo monárquico.

Não. O 25 de Abril foi portador de uma força de rutura total com as instituições políticas então vigentes; e por isso não pode considerar-se como um mero pronunciamento militar, mas sim, e no verdadeiro sentido da palavra, como uma autêntica revolução. Por essa razão, e porque visou derrubar e derrubou um regime arbitrário e opressor, encontrou de pronto na totalidade do povo português uma solidariedade e uma adesão entusiásticas e totais, porventura poucas vezes igualada em todo o nosso passado histórico.

As revoluções deste tipo, mesmo quando, como a de 25 de Abril de 1974, traduzem o grito por mais tempo irreprimível de um povo consciente dos seus direitos humanos e que durante meio século lhe foram negados, têm, todavia, um preço, que a história demonstra ser-lhes necessariamente inerente: os primeiros tempos que se lhes seguem são quase sempre mais de emoção do que de raciocínio frio e, quantas vezes, a serenidade dos mais competentes não é sacrificada à rapidez dos mais atrevidos!

Também por isso passámos. Mas tudo isso, felizmente, ultrapassámos. Quando os temporais agitam os mares, por mais violento que seja o vendaval, as ondas alterosas que se levantam é sempre sobre si próprias que se abatem, e, no auge da tempestade, permanecem serenas e quietas as profundidades, impassíveis na sua quietude perante a agitação, quiçá violenta, mas sempre passageira, que lhes perturba a superfície. Mas só a superfície.

Assim é, meus senhores, a consciência coletiva dos povos. E assim se comportou a consciência cívica do povo português.

Por isso, podemos, eu creio, afirmar que o 25 de Abril triunfou duas vezes: triunfou ao restituir ao povo português, naquela manhã para sempre lembrada, com a sua liberdade, a possibilidade de ser ele próprio e triunfou também de quantos quiseram mais dele servir-se do que servi-lo.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Por uma forma muito persistente e muito firme, foi possível ir encontrando as soluções mais equilibradas e mais genuinamente democráticas. E hoje, que sete anos são volvidos sobre a efeméride que festejamos, o saldo esmagadoramente positivo é este: em Portugal vive-se em democracia, possuímos um regime democrático em vias de plena institucionalização e aqui hoje as mulheres e os homens podem proclamar com honra e sem exceção que não estamos mais orgulhosamente sós, mas sim que somos orgulhosamente livres.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Festejamos, pois, Sr. Presidente, Minhas Senhoras, Meus Senhores, os sete anos passados sobre a Revolução de Abril. Mas pedir-vos-ia licença para juntar a esta celebração uma outra que, como português, sinto em consciência o dever de invocar aqui e agora: penso e recordo o dia

25 de Abril de 1975, em que pela primeira vez se realizaram em Portugal eleições livres; nesse dia o povo português foi chamado a eleger os seus deputados para a Assembleia Constituinte. E nesse outro 25 de Abril o povo português agiu com um civismo, com um tão alto sentido das suas responsabilidades, votou em consciência, em paz e com tal serenidade, com tão grande e tão profundo espírito democrático que bem podemos assentar nisto: se o 25 de Abril de 1974 abriu as portas à democracia portuguesa, foi o povo português em 25 de Abril de 1975 que a afirmou para sempre; esse o dia da consagração demonstrada do amor imperecível do nosso povo à liberdade e ao seu desejo de participar livre e conscientemente na vida política da sua pátria.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM, do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.

A constatação desse facto é a única recompensa legítima a que têm direito os que desinteressadamente intervieram na Revolução e quantos antes dela nos batemos e lutámos pela liberdade e pela esperança da instauração de um regime verdadeiramente democrático.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Quando as circunstâncias se repetem, não é fácil nem talvez possível ser-se inteiramente original. Por isso me ocorrem ao espírito e por isso tenho razão, palavras que tive a honra de dizer aqui faz hoje exatamente um ano:

Local não há mais próprio, nem outros tetos podiam abrigar com iguais pergaminhos democráticos a solenidade que hoje estamos vivendo, do que os desta Casa, cuja dignidade tanto prezamos. E digo-o porque o traço definidor de um regime autenticamente democrático é a existência e o respeito generalizado de um Parlamento livre e pluralista como o nosso.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM, de alguns Srs. Deputados do PS e da ASDI.

E se aqui recordo palavras há um ano ditas, é, porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, não é sem espanto nem sem alguma preocupação que vejo levantarem-se por aí e de vários lados, alguns que até entre si surgem opostos, críticas mais ou menos veladas à Assembleia da República, ao seu funcionamento e à atividade dos seus membros, que são profundamente injustas, profundamente falsas e, por isso mesmo, caluniosas.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM, do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.

Um parlamento livremente eleito é, por sua natureza, uma casa de diálogo, onde os critérios partidários se entrechocam e onde a diversidade das opiniões se manifesta — é evidente.

É o diálogo por vezes caloroso? São as intervenções por vezes entusiásticas e quentes? Surgem as réplicas por vezes mordazes e até, por uma ou outra vez, excessivas? Pois que ninguém se esqueça e se

lembre sempre de que esse é o sinal dos parlamentos livres: quando tal não sucede, é porque o parlamento é uma farsa preordenada, onde tudo sai a compasso, às vezes, até as palmas!

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM, do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.

Vivem-se aqui, no calor dos debates sobre problemas candentes da vida portuguesa, por vezes horas e horas seguidas de intensa tensão intelectual e espiritual, e só não entenderá esse calor e esse entusiasmo quem estiver de todo fora da realidade democrática. Ele é o sinal da fidelidade de cada um aos princípios que defende e a quantos o elegeram.

Peço licença para prestar, por isso, a minha homenagem a todos os Srs. Deputados, sem exceção.

Os que, com maior ou menor insídia, umas vezes, usam o tom chocarreiro e, por outras, o lacrimoso para criticarem a forma de trabalhar nesta Casa poderão ser tudo; dão-nos o direito mesmo de pensarmos que serão capazes de ser tudo; o que não têm é nada a ver com a democracia.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

E, se escolheram o Parlamento como alvo dos seus caluniosos ataques, é porque demasiado sabem que é por aqui que, essencialmente, passa a democracia que querem destruir — e nisso todos estamos irmanados —, mas sem terem a coragem de o dizer claramente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — E tem plena oportunidade salientar ainda que o Palácio de S. Bento, consumido por um incêndio há quase um século, foi de reconstrução tão lenta que ela acabou sendo feita para funcionar quase mais como uma sala de concerto orfeónico, em termos de partido único, do que como um parlamento onde a liberdade fosse vivida.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Por essa razão, Srs. Deputados, o Palácio de S. Bento, tal como está estruturado, não oferece aos Srs. Deputados, individualmente, nem aos grupos parlamentares, as mínimas condições de trabalho.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Não é que sejam elas deficientes; é que, pura e simplesmente, não existem. E isso impõe a todos os membros desta Câmara um suplemento de esforço e uma sobrecarga de trabalho altamente canseirosos e que, cumpre destacar. E, se às vezes as bancadas desta Sala se apresentam

menos cheias, isso de modo algum significa desinteresse ou desrespeito da função. Fácil é ver então — e só o não vê quem não quer — que muitos membros da Assembleia se dividem por múltiplas atividades do seu cargo ou então preparam intervenções em condições tais e tão pobres que não sei se outros trabalhadores deste país as aceitariam nos seus locais de trabalho.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM, do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.

E pareceu-me necessário Srs. Deputados, dizê-lo aqui e agora, perante o eleitorado que a todos nós elegeu, para, com a voz autorizada que tenho o direito de me ver reconhecida, desmentir a calúnia e proclamar a dignidade com que na Assembleia da República se trabalha e se cumpre fielmente o mandato recebido desse mesmo eleitorado.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM, do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.

Tenho-me empenhado, com a colaboração preciosa dos serviços competentes desta Casa e agora já das instâncias competentes do Governo, na modificação desta lamentável ausência de meios de trabalho; começam, felizmente, a surgir as soluções e algumas se concretizarão em curto prazo, mas as definitivas, pelo tempo indispensável à sua realização, não serão breves, para poderem ser eficientes. Isso imporá, portanto, e por algum tempo, a sobrecarga de esforço que até hoje tem sido exigida a todas VV. Ex.as, Srs. Deputados.

Sr. Presidente, Minhas Senhoras, Meus Senhores: Festejemos, pois, hoje a data de 25 de Abril e o movimento militar que permitiu a restauração em Portugal da democracia.

Mas, se é grato comemorá-la, é preciso, é urgente, vivê-la.

E essa vivência tem de ser a realidade do quotidiano. Há de, para ser frutuosa, traduzir-se na ação serena, na convivência leal e aberta, no respeito recíproco dos direitos e deveres de todos e de cada um. As revoluções, em si mesmas, não são uma permanência; são um facto. Mais ou menos duradouro, mas um facto. Muitas vezes importante; outras essencial, como foi a nossa; mas são sempre e só um acontecimento, ao qual outros inevitavelmente se sucedem, no devir contínuo em que a história se faz.

Não há comunidade que suporte a permanência de situações revolucionárias, e quem as pretende eternizar, normalmente, mais não quer do que eternizar-se a si mesmo. E temos o exemplo em passado recente.

Durante quarenta anos ouvi — todos ouvimos! — proclamar aos quatro ventos o *slogan* estafado do salazarismo: «A Revolução continua.» Era isto sinónimo do maior conservadorismo, da negação de qualquer progresso, do imobilismo total das coisas e das pessoas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — E é com certa perplexidade que vejo hoje a desejarem retomar o *slogan* os que mais se ufanam de terem combatido os seus criadores. Singular parecença!

Risos.

Aplausos do PSD.

O que tem de continuar é a ação; é uma ação muito persistente, muito realista e muito digna, no aproveitamento constante dos nossos recursos morais, intelectuais e materiais.

A maneira digna de festejarmos o dia 25 de Abril é, sem dúvida, fazer o que estamos fazendo hoje, mas é, sobretudo, durante o ano que medeia entre cada aniversário da Revolução redentora, agirmos na paz, pensando retamente e pondo a nossa ação ao serviço de todos e de cada um dos portugueses.

Pelo que toca a esta Casa, novo e importantíssimo período de ação se vai abrir, iniciado que está já o processo concreto da revisão constitucional.

Nova e ingente tarefa é essa. Várias serão as soluções propostas, múltiplos os consensos a procurar e a conseguir.

Por aí, creio, em todo o caso, que faremos obra certa e segura se, sejam quais forem as divergências, acabarmos fazendo uma revisão que, em consonância com as estruturas morais e materiais da Pátria, abra a todos os portugueses, sem exceção e de modo harmonioso, as perspetivas do futuro, da paz, da concórdia e da justiça social. Saibamos levar a Constituição formal que temos e que vamos rever a uma íntima e profunda concordância com a constituição material do povo que somos e que queremos ser e teremos certamente cumprido honrosamente o nosso dever.

Sr. Presidente, Minhas Senhoras, Meus Senhores: Celebrar um aniversário deve ser tanto festejar os anos que passam como encarar de frente, refletidamente, os anos que estão por vir.

Só a velhice irremediável não tem futuro a esperar e então olha, irremediavelmente também e só, o passado.

Mas nós estamos aqui a festejar a nossa jovem democracia e o movimento que há sete anos a tornou possível. Recordando a alegria profunda dos primeiros momentos, refletindo sobre tudo o acontecido nos sete anos que se seguiram, olhemos, então, essencialmente, o futuro.

Creio que a nós, políticos, o que essencialmente se nos impõe doravante é uma longa e permanente auscultação do real, uma capacidade crítica que vá até à humildade para, depois da análise, ser muito firme na decisão, um grande desprendimento de nós próprios, que só tenha limite na defesa da dignidade funcional dos órgãos de que somos suporte, e um incondicional respeito das atribuições dos outros, sem prejuízo do exercício intransigente das que nos são próprias.

Se o fizermos, se assim agirmos, o povo português encontrará em cada momento um acréscimo de paz, de estabilidade, de justiça social, de liberdade. E em cada hora assim vivida festejaremos então do modo mais profundo, mais digno e mais eficaz a data de 25 de Abril.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM, do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.

O Sr. **Presidente**: — Vai usar da palavra S. Ex.ª o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República Ramalho Eanes**: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Ministros, Srs. Deputados, Portugueses: Comemorar Abril como aqui fazemos, na presença, responsável e consciente, dos representantes legítimos do nosso povo, não é um ato de rotina imposto pelo calendário ou aconselhado pela memória, ainda muito viva, de acontecimentos históricos recentes. Comemorar Abril, como hoje fazemos, é um ato político que a todos vincula e nos relaciona, de modo simbólico, com os períodos da história de Portugal em que o poder esteve nas mãos do povo, em que a legitimidade para o exercício desse poder foi transmitida pela decisão livre dos portugueses, em que o julgamento das decisões políticas foi feito em liberdade e no reconhecimento de uma legalidade coletivamente assumida e respeitada. Comemorar Abril é, também, afirmar conscientemente o compromisso de recusar todos os modelos e propostas de autoritarismos, todas as formas antidemocráticas de exercício do poder político, todos os desvios às exigências do sufrágio direto e universal. Comemorar Abril continua a ser compreender o valor exato dos dispositivos políticos que permitiram manter e defender as soluções de equilíbrio, como experiência bem sucedida e como orientação para o futuro, assim se retirando os pretextos àqueles que pretendem, ou venham a pretender, pôr em causa o nosso rumo democrático. Passaram sete anos sobre a data que iniciou, para todos nós, uma era de esperança, de responsabilidade, de cada um, na construção do futuro coletivo, de verdade e de capacidade criadora, afirmadas sem os limites impostos pela censura pela polícia política, pelos arranjos da conveniência decididos por uma pretensa aristocracia política criada e apoiada na ditadura. Nessa data já distante, foi sem dúvida significativa a unidade verificada nos objetivos políticos expressos, formando-se considerável consenso entre as linhas políticas da proposta dos militares e os programas dos partidos que então se legalizaram e vieram a constituir-se, podendo expressar livremente as suas conceções. Nem sempre esse consenso inicial resistiu aos incidentes e acontecimentos da nossa complexa evolução política. Mas a verdade é que, apesar de tudo e ao contrário do que muitos receavam ou previam, foi possível defender a vitalidade da nossa democracia e a instituição militar soube manter-se fiel ao seu compromisso de devolver, aos eleitos pelo povo, por inteiro e sem artifícios, o poder que transitoriamente detiveram.

Houve desvios, sem dúvida, à pureza de alguns princípios.

Em diversas ocasiões, as realidades políticas acabaram por se sobrepor à vontade de se encontrar a melhor solução para a defesa do interesse nacional e dos valores democráticos.

Soube-se resistir quando foi necessário. Soube-se confiar na sabedoria e consciência dos portugueses. Soube-se confiar no valor dos compromissos e na força superior da democracia e dos democratas. Nem tudo o que era possível foi feito.

Muito menos o que era desejado. Mas o exame sereno dos acontecimentos e da sua evolução, mostrará que situações muito difíceis foram enfrentadas com êxitos sem que fossem prejudicados de forma definitiva interesses nacionais.

No domínio económico, onde muitos esperavam a catástrofe, os portugueses, trabalhadores, técnicos e empresários, mostraram a sua capacidade para enfrentar uma crise complexa que, em grande medida, provinha de fatores que nos eram externos. Não obstante, foi possível alterar, em curto prazo, as tendências negativas e criar condições satisfatórias de recuperação.

No plano externo, Portugal soube defender as condições da sua independência e pôde afirmar, sem equívocos, a fidelidade às suas alianças e compromissos políticos, assumindo a plena integração política na Europa e mantendo, no quadro de interesses comuns e de benefícios para a Europa, relações de amizade e de cooperação com Estados em diversos continentes e, em especial, com os povos dos Estados africanos de língua oficial portuguesa.

Não seria fácil, em qualquer circunstância, defender e afirmar uma posição clara no contexto internacional instável em que já então vivíamos. Menos fácil foi consegui-lo: o contexto do fim da guerra colonial, da descolonização, de crise económica, de instabilidade política interna e de alguma falta de confiança, interna e externa, quanto à nossa capacidade para resolver, em liberdade e em democracia pluralista, todos os nossos problemas.

No plano político, as crises superadas, por vezes bem difíceis, são a melhor prova da vitalidade da nossa democracia e demonstram cabalmente que nunca se chegará ao erro político irreparável quando se confia na maturidade política de um povo.

Por isso, podemos retirar desta exigente experiência política a convicção firme de que a defesa e afirmação do pluralismo democrático, onde forçosamente se inclui a plena expressão da descentralização e da autonomia regional, é o valor que jamais se pode pôr em causa se queremos comemorar Abril na afirmação da esperança que em todos nós fez nascer.

Também por isso, comemorar Abril é continuar Abril.

Em primeiro lugar, compreendendo, plenamente, que nessa data se estabelece um corte com um passado que é radicalmente diferente, nas suas condições políticas, nos seus horizontes, nos seus modos de conceber e executar as medidas políticas.

Não se assume o poder democrático para realizar o programa da ditadura. A legitimidade democrática, justificada na confiança que se alimentou nos eleitores e na qual se fundamenta a delegação de poder político, impõe uma responsabilidade que em nenhuma circunstância pode ser traída, sob pena de destruir o valor essencial que os cidadãos atribuem à democracia e à relação democrática que estabelecem ao decidir o sentido do seu voto.

É neste quadro que se afirma, sem margem para dúvidas ou para interpretações tendenciosas, a responsabilidade solidária dos órgãos de soberania, a sua solidariedade institucional.

Nascidos da decisão eleitoral dos portugueses — e só dela, com o fim do partido de transição —, os órgãos de soberania assumem uma obrigação de colaboração, não só na defesa indiscutível do interesse nacional, mas também na construção das bases sólidas do consenso que resultam do reconhecimento e do respeito das suas diferenças. Não só no plano constitucional, mas também, e sobretudo,

no plano político. A solidariedade institucional é uma prova de responsabilidade democrática e não um mero artifício de conjunturas, que seria útil invocar apenas quando fosse conveniente e sempre para compensar qualquer deficiência de apoio político. A solidariedade institucional é, sempre, o consenso político necessário entre aqueles que recebem a legitimidade democrática na qual se fundamentam o seu poder e a sua responsabilidade. Em qualquer caso, a solidariedade institucional terá de se considerar incompatível com os desejos de hegemonia e com as vontades da subordinação. Os órgãos do poder afirmam-se no exercício das suas competências porque para isso receberam, dos eleitores, os direitos e deveres que a Constituição determina. E afirmam-se, sobretudo nos períodos difíceis e complexos da crise e da instabilidade, na procura dos consensos possíveis e eficazes, porque essa é também uma exigência do comportamento democrático e da defesa dos interesses dos portugueses e de Portugal.

As responsabilidades partidárias, distintas no grau, não são diferentes na essência. Dos partidos se espera a contribuição democrática essencial de estabelecer as conceções políticas e programáticas, de defender os interesses sociais específicos que representam, de fundamentar as alternativas que permitem o dinamismo político, a vitalidade democrática, as soluções para as crises, a concorrência eleitoral.

Os partidos são base da democracia, modos de exercício da liberdade política, condições de consciencialização dos cidadãos, agentes do poder ou da oposição. Os partidos afirmam-se pelas suas diferenças, pela sua vontade de negociação e pela sua capacidade de formação de alternativas. Contudo, também os partidos se obrigam a um consenso essencial, a uma solidariedade democrática na defesa da liberdade, da legalidade, do pluralismo e da independência dos portugueses. Este consenso essencial é indispensável para continuar Abril.

Noutro plano, a existência e livre expressão organizada dos interesses sociais independentes dos partidos e dos órgãos de soberania, asseguram que as forças sociais possam defender, no quadro da legalidade, os objetivos próprios de vastos grupos que se identificam pelas relações de trabalho, atividade profissional ou posição na organização da sociedade. É nesta diversidade de órgãos de soberania, partidos e organizações sociais, relacionadas por uma mesma vinculação essencial à democracia pluralista e ao respeito da legalidade, que está o sentido da esperança nascida em Abril. O futuro depende de todos nós e não da imposição autoritária de qualquer vontade que se quisesse considerar à margem do pluralismo democrático e do julgamento, inapelável porque afirmado em liberdade, de todos os portugueses. Continuar Abril é o único modo de dar sentido à esperança.

Por isso se comemora uma data afirmando a nossa confiança no futuro, a nossa certeza de que os portugueses saberão realizar Abril. Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Sabemos hoje que as posições extremadas ou utópicas não são o caminho mais eficaz para unir os portugueses e para os orientar nas tarefas necessárias da modernização e do desenvolvimento.

Sabemos, pela experiência inequívoca recolhida, que só é possível enfrentar os desafios coletivos com realismo, no conhecimento cuidado da nossa sociedade, dos seus defeitos e das suas virtudes, dos seus modos de funcionamento, das suas potencialidades, dos meios mais adequados de promover a iniciativa e a inovação.

Sabemos, também, que os modelos tradicionais, simplistas na imagem que oferecem das relações complexas das sociedades modernas estão em crise.

Por tudo isso, a ação política, entendida como orientação da coletividade e como resolução dos problemas, só tem real sentido democrático se for realizada em justiça, em equilíbrio, num espírito de solidariedade, pois só assim se poderá aspirar à estabilidade política e à aceitação social das decisões.

A recusa dos dogmatismos é a atitude necessária dos que são capazes de assumir a flexibilidade responsável, e dos que sabem expor a verdade sem demagogia.

Este é o contexto em que adquirem toda a importância, e se apresentam como realidades imediatas, os valores fundamentais e indissociáveis da democracia pluralista, da liberdade, da solidariedade social, da justiça, da dignidade do homem e da defesa da identidade nacional. Este é o quadro de realizações em que se desenham as grandes metas políticas do nosso futuro próximo. E, antes do mais, impõe-se a organização dos meios necessários e das condições de afirmação das nossas capacidades criadoras, desenvolvendo as atividades que continuam abertas à expressão dos interesses e das potencialidades dos portugueses. Não o conseguiremos, ou não o conseguiremos rápida e eficazmente, se não soubermos promover e defender o realismo nas medidas políticas, a sua adequação às realidades humanas e sociais do nosso país, aos estímulos e motivações do nosso povo.

Também para isso, será necessário informar os portugueses com verdade e qualidade, condição essencial para que se forme uma opinião pública motivada e que corresponda à convicção, certamente adquirida por todos, de que as distorções da informação estão condenadas, mais tarde ou mais cedo, ao fracasso.

Procurar, em todas as circunstâncias, os consensos políticos no que for essencial é uma exigência da responsabilidade democrática em pluralismo inteiramente assumido. Mas esses consensos, para terem validade e coerência, não podem esquecer a exigência democrática inerente ao respeito consciente das legitimidades, primeira de todas as realidades políticas e regra indiscutível das imposições do sufrágio. Garantir a flexibilidade dos órgãos do poder, reforçada no rigor das políticas propostas, e justificada no conhecimento das realidades nacionais, regionais e autonómicas é uma condição indiscutível para a existência do diálogo que dê consistência e segurança à estabilidade social, ao desenvolvimento da descentralização, ao aprofundamento das autonomias regionais. Tudo será, no entanto, frágil e se manterá ameaçado se não soubermos estimular uma produção cultural, viva e atuante, com manifestação em todas as dimensões da vida coletiva.

Promover a cultura é, sobretudo, trabalhar para a modernização e para o desenvolvimento, é ainda preparar os portugueses para as mudanças e transformações que a crise do presente torna inevitáveis. E, em igual plano de exigência, se tem de colocar a afirmação da independência nacional que impõe, para defesa dos nossos interesses, a continuidade da nossa determinação no projeto de integração europeia. Esta é uma condição de afirmação da nossa identidade como povo, das nossas relações históricas com povos de outros continentes e das nossas vocações próprias na rede das relações económicas internacionais.

Todas estas metas se inter-relacionam, de múltiplos modos, na obra essencial que nesta Câmara os Srs. Deputados irão desenvolver a propósito da revisão Constitucional. Todos os portugueses esperam

que, como noutros momentos de grande significado político, o realismo prevaleça e a Constituição revista possa ser, como sempre deve ser, o mais forte traço de união entre os democratas entre os portugueses. Sr. Presidente, Srs. Deputados: As dificuldades dos problemas que defrontamos e dos objetivos que nos propomos são reais. Mas essas dificuldades existem mais em nós próprios do que nos acontecimentos, nas condicionantes materiais ou nas evoluções desfavoráveis que nos vêm do exterior. Já demonstrámos que temos capacidade de criação e de trabalho para recuperar de uma grave crise económica, com sacrifício, mas também com eficácia e real apoio social. Já demonstrámos que sabemos resistir às ameaças à democracia pluralista. Já demonstrámos que a ponderação, o realismo, a defesa do consenso, a afirmação da verdade, e da isenção são reais fatores de união entre os portugueses. Aos que persistem em não aceitar a verdade dos factos, a carência de visão e de coragem política dos responsáveis pelo poder autoritário e desejam o retorno ilusório ao que já não existe, respondemos com o que já realizámos, em conjunto, em liberdade, em democracia.

Cometemos erros, sem dúvida. Perdemos tempo também. Mas o que fizemos, bem e mal, foi realizado em liberdade e em democracia, ou seja, pela nossa própria vontade, com as nossas mãos e as nossas capacidades criativas. Na experiência acumulada, encontramos os fundamentos comprovados do que é específico no nosso modelo político de democracia pluralista. Essa experiência, que integra os ensinamentos que outras democracias pluralistas aconselham, não esquece as indicações que a nossa história nos dá quanto às razões dos fracassos de outros modelos democráticos em que, no passado, os portugueses depositaram as suas esperanças. Concebido em modelo diferente, o nosso regime democrático mostrou já ter uma vitalidade política na formação de alternativas; e demonstrou um entendimento do valor da liberdade que o tornam bem diferente do constitucionalismo monárquico do século passado e da I República. Comemoramos Abril, continuando-o para realizar a sua esperança. Agora, num plano de maior responsabilidade e de maior exigência, mas sempre em conjunto, solidários no nosso compromisso com a liberdade e a democracia. Essa é a condição para que possamos honrar aqueles que nos legaram o seu exemplo de luta pela liberdade e de confiança total nos portugueses. Com a próxima revisão constitucional daremos, enfim, sentido pleno à ação dos que, sendo mi- litares, permitiram a democracia e contribuíram para a sua consolidação e, sendo patriotas e democratas, sabem retomar a sua missão, silenciosa mas firme, de salvaguardar a nossa soberania.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Assim seremos capazes de responder, no plano das orientações políticas, às exigências impostas pelas capacidades do nosso povo que, vezes sem conta, mostrou saber, como poucos, entender e praticar a democracia, aceitar os sacrifícios das crises, redobrar de vontades nas tarefas da recuperação e do desenvolvimento. Assim faremos o futuro que justifica o presente e dignifica o passado. Essa foi, e é, a esperança de Abril, que é necessário realizar.

O Sr. **Presidente**: — Em nome de S. Ex.ª o Sr. Presidente da República, declaro encerrada a sessão.

1982

O Sr. **Presidente da Assembleia da República Oliveira Dias**: — Srs. Deputados, está aberta a sessão solene comemorativa do 8.º aniversário do 25 de Abril. (...)

Tem a palavra o representante da UDP, Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. **Mário Tomé** (UDP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Hoje, em mais um aniversário do 25 de Abril, estamos todos satisfeitos, mas também preocupados.

Creio mesmo ser este estado de espírito a única coisa que a todos nos une.

Os capitalistas estão satisfeitos porque têm obtido, em nome da democracia, condições de exploração cada vez mais acentuadas; os fascistas porque, em nome da democracia, têm podido conspirar e atacar à vontade o 25 de Abril. Preocupados porque ainda resistem conquistas de Abril e ainda não puderam abocanhar todos os setores da atividade nacional. Preocupados ainda com a governação, que tarda em escolher de vez: ou consegue, através da demagogia, da manipulação da comunicação social e da ajuda da hierarquia da igreja, que os trabalhadores respeitem as regras do jogo, ou então que leve até às últimas consequências a atuação dos mecanismos de Estado para impor a política de salvação nacional: a PSP, a GNR, a Judiciária, os tribunais, os bandos de jagunços, os pides desempregados e os reintegrados...

Risos do PSD e do PPM

... todos exemplarmente dirigidos e coordenados pelo Sr. Ministro Ângelo Correia, podendo mesmo aceitar-se a ajuda de especialistas espanhóis, certamente melhorada com a entrada da Espanha na NATO.

O povo, esse, está satisfeito porque celebra o fim do fascismo e da guerra colonial e está também muito preocupado porque, concretamente, cada vez tem menos com que se alegrar. Ou seja, a situação em que se encontra vai-se assemelhando inquietantemente àquela cujo fim comemora.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há uma coisa que os trabalhadores vão percebendo; foi no período de maior atividade política e de maior agitação, de maior iniciativa e criatividade, no período em que ocupavam as terras e as casas vazias, controlavam a gestão e a produção, expulsavam e perseguiam os pides, bufos e fascistas, mantinham amedrontados e em respeito os polícias, guardas e generais, foi nesse período a que os fascistas e capitalistas chamam de desordem, porque era a ordem do povo que se ia impondo, que melhor viveram, de mais liberdade desfrutaram e um novo sentido para o mundo começaram a descobrir.

Os operários apontavam o caminho a seguir e, se os camponeses não se libertaram das seculares grilhetas e a miséria continuou a bater-lhes à porta, foi porque os operários não dirigiram a vida nacional, embora a determinassem. E porque aqueles que então governaram não tiveram a coragem de ir contra as sanguessugas insaciáveis que são os intermediários, deixando-os, portanto, atuar à rédea solta e reforçarem-se.

Os campos do nosso país, principalmente no Norte, foram a arena onde campeavam os facínoras recrutados pelos Abílio Torres e Ângelos de Trancoso, adulados pelos bispos e padrecas, numa santa aliança de obscurantismo, corrupção e crime.

No entanto, uma luz brilhou nessas terras e entre essas gentes sofridas: o padre Max que lutou ao lado dos pobres e oprimidos, numa afirmação consequente dos ideais que devem guiar o povo. Como Cristo, Max via nos ricos e poderosos os inimigos da Humanidade.

Por isso teve de arrostar com a hostilidade dos bispos e da hierarquia e com o ódio dos fascistas. Por isso foi assassinado.

Silenciosa e cúmplice a Igreja, ergue-se hoje a voz dos democratas e antifascistas, do povo simples e pobre que ele amava e que o amou, exigindo justiça, enfrentando a teia de ameaças e comprometimentos, tecida pelos facínoras, pelos poderosos e corruptos. Resta saber que vem cá fazer o Papa.

Virá exigir que se faça justiça sobre aqueles que mandaram assassinar e assassinaram um ministro da sua igreja, ou virá antes receber a homenagem sebenta e podre, mas opulenta, dos criminosos, que contam com ele para garantirem a submissão do povo à sua insaciável voracidade?

Vem dizer ao povo que se levante contra a miséria e a opressão, contra os governantes corruptos, contra a gula dos capitalistas, ou vem, pelo contrário, recompensar com a sua bênção os ricos e poderosos, que sempre financiaram os cofres do Vaticano?

Protestos do PSD, do CDS e do PPM.

Infelizmente, podemos adivinhar: virá dizer-nos que os ricos devem ser bonzinhos, que os trabalhadores devem trabalhar diligentemente, que o capitalismo deve moderar-se e acabar com as injustiças, suas filhas diletas, e que as greves não devem pôr em causa o devoto governo AD. Neste país, a luta e a revolta são pecaminosas. O respeito pela lei e pela ordem ajudam à salvação. Em conclusão, Sua Santidade vem ajudar a preservar o governo AD, que, entretanto, trata de conceber um canal de TV à igreja católica para esta melhor o poder salvar.

Uma voz do PSD: — Não apoiado!

O **Orador**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os trabalhadores, ao comemorarem este 25 de Abril, estão dispostos a utilizar a experiência de luta dos últimos anos e a confiar apenas nas suas próprias forças, fartos de esperar credulamente que seria fácil pôr fim ao poder da AD através do funcionamento das instituições e sem ser necessário recorrer a uma luta popular mais intensa. É essa expectativa que enfraquece a unidade popular e dá alento ao governo reacionário.

A experiência ensina-nos que só atuando unidos e de forma radical se fará recuar a reação e se poderão obter vitórias pelo bem-estar, a liberdade e a independência.

O povo também já não tem dúvidas de que a este governo falta em legitimidade o que lhe sobra em desvergonha.

Uma voz do PSD: — É falso!

O **Orador**: — A AD fez-se eleger para melhorar a vida dos portugueses. Desde que está no poder, não só não melhorou nada, como piorou tudo. E fá-lo com um descaramento afrontoso. Deixa os capitalistas despedir à vontade, dizendo, por eles, que é para diminuir o desemprego.

Vozes do PSD: — É falso!

O **Orador**: — Aumenta constantemente os preços dos bens essenciais, dizendo que é para melhorar as condições de vida. Agora diminui o peso do pão e aumenta-lhe o preço, sob a alegação de querer praticar uma política de verdade, sem subsídios.

O povo sente é que a verdade do Sr. Ministro lhe entra nos bolsos já vazios.

Lança uma taxa intolerável sobre os medicamentos, dizendo que é para diminuir o consumo excessivo. Como se o problema do povo fosse o excesso de medicamentos, e não a falta de dinheiro para os comprar.

Lança desumanas taxas moderadoras sobre os cuidados médicos e meios auxiliares de diagnóstico e internamentos nos hospitais, dizendo que é para os ricos pagarem a saúde dos pobres. O povo sente, no entanto, que vai ser ele a pagar a cura dos ricos em clínicas de luxo e com médicos privativos, enquanto ele, sempre ele, continua a não ter direito à saúde.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Aumenta o preço do gasóleo, fingindo ignorar as repercussões que isso vai ter nos custos da produção e nos preços de todos os serviços e artigos de consumo. Importa batata estrangeira, deixando apodrecer a produção nacional e os camponeses na miséria. Faz acordos de pesca com os espanhóis, ruinosos para os nossos pescadores, mas, decerto, muito rendosos para quem aceita alienar, de forma tão descarada e indigna, os interesses nacionais. Rouba as terras às cooperativas e UCP da zona da Reforma Agrária e depois obriga-as a pagar dívidas de financiamento a empreendimentos e melhoramentos que já estão nas mãos dos agrários. Fala na qualidade do ambiente e, além de permitir o envenenamento do ar e dos rios com os dejetos das grandes fábricas, financia com milhões de contos a central de Sayago, em Espanha, que vai lançar o lixo nuclear no Douro, junto à nossa fronteira, e ameaçar com um possível desastre ecológico toda a região de Miranda do Douro e do vinho do Porto.

Quem, depois de todas estas ações contra o povo, entre tantas outras, ainda não estiver disposto a derrubar tal governo, das duas uma: ou não está bom da cabeça, ou então enriquece à custa dos males do povo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nesta situação, apesar de o recrudescimento da luta dos trabalhadores de há um ano a esta parte, e que culminou com a greve geral de 12 de fevereiro, ter retirado algum poder de pressão e negociação à AD, o simples facto de se estar a fazer a revisão constitucional é já uma vitória para a direita. E isto porque, se mais não obtivesse (e vai obter) a AD, assim, conseguiu

desviar o centro, o fulcro da atividade política para a revisão da Constituição, enquanto a sua defesa — que nenhum partido da oposição renega em palavras — só se pode fazer derrubando este governo e destroçando esta maioria, impondo uma nova política, diferente de todas aquelas que foram permitindo a revisão, na prática, da lei fundamental.

Isto é, os trabalhadores, em vez de estarem a preparar conscienciosa e ativamente o derrube do Governo, quer-se que estejam suspensos pelo beicinho das peripécias desta Assembleia na expectativa de verem sair uma Constituição melhorada com o voto da AD, e dispostos a confiarem a sua defesa àquelas mesmas instituições que a deixaram esvaziar de conteúdo prático.

Olhando talvez para Eanes, pois sempre poderá acontecer que a CEE, a NATO e a recuperação capitalista e latifundista seja, com ele, mais suave e que as ingerências estrangeiras, as bastonadas, as prisões, as balas de G-3, as falências, os despedimentos e a miséria sejam mais suportáveis.

É chegada a altura de perguntar ao Sr. Presidente da República — que ontem no almoço dos oficiais do quadro permanente comemorativo do 25 de Abril, disse estarmos a chegar ao fim do "período de transição" — de que transição se trata afinal. Transição para onde? Já chegámos ao socialismo, como manda a Constituição? Já estão criadas as condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras, como manda a Constituição? Estaremos a chegar à sociedade sem classes, como manda a Constituição?

Basta olhar para o ar esplendoroso dos deputados sentados neste hemiciclo e depois irmos dar uma espreitadela aqui perto, ao Bairro da Liberdade ou à Musgueira.

Boa transição esta a que assistimos desde o 25 de Novembro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A crise de que todos se queixam apenas é suportada pelo povo. Os ricos não sentem crise nenhuma, pois estão cada vez mais ricos e luzidios.

O programa do Governo é o programa da CIP e da CAP.

Uma voz do PSD: — Não apoiado!

O **Orador**: — Para debelar a crise e encontrar uma alternativa de acordo com os interesses populares é necessário, em primeiro lugar, derrubar este governo. É essa a tarefa prioritária e essencial para os operários e camponeses, para o povo em geral.

Para derrubar o Governo, há que enfraquecê-lo ainda mais e não lhe abrir caminho para guinar mais à direita, acossado como está pela crise e pela luta dos trabalhadores.

Para isso temos de impedi-lo de levar por diante o seu programa antipopular e antinacional. Não aceitar cumprir a legislação reacionária, resistir, acumular forças, lutar com firmeza e unidade. Não há que esperar pela revisão da Constituição, há que impedi-la na prática. Não há que esperar pelas eleições autárquicas, há que não permitir que o Governo chegue às autárquicas, não há que esperar pela entrada na CEE, há que impedi-la. Não há que aguardar que Eanes ou os partidos democráticos arranjem alternativa, com medo que o poder caia na rua. Há que dizer que na rua estão os trabalhadores, que já mostraram em 1974/1975 que são mais capazes de cuidar dos seus interesses do que os banqueiros, os doutores, os tecnocratas ou os generais.

E essas alternativas já as conhecemos a todas. Precisamos é de pôr em prática a nossa, a do povo.

E essa começa na situação atual, por tomar em mãos a continuação da luta. Fazer ouvir a voz dos trabalhadores e não esperar que outros falem por eles. Construir a unidade na base e nas organizações operárias e populares, não ficando dependentes de negociações partidárias nem da ação parlamentar.

O Governo dirá que isso não é democrático, pela simples razão de que dentro do Parlamento faz o que lhe apetece e fora do Parlamento perde a maioria e perde o pé. Mais uma razão para lhe não darmos ouvidos.

À fome e à repressão os trabalhadores responderão com greves e manifestações, com uma nova greve geral. Exigindo melhores salários, o fim dos contratos a prazo e dos despedimentos, o congelamento dos preços e o fim do pacote laboral e da repressão nas empresas.

Mas a exploração da classe operária acentuar-se-á e o seu nível de vida degradar-se-á sempre, enquanto a política for determinada pelos interesses do capital. Por isso, a sua luta deve ser sempre perspetivada no sentido de impor a sua política própria.

Os camponeses devem pôr em ação a sua enorme força revolucionária e lutar, lado a lado, com os operários pelo pão, pela educação e pela saúde, e não confiar mais nos caciques, nem nos senhores, antes devem levantar-se contra eles e contra o seu governo, impondo condições justas que acabem com a miséria e a submissão de quem trabalha a terra.

Assim, todos os trabalhadores, as mulheres, os jovens e os reformados, encontrar-se-ão numa unidade de ferro, porque alicerçada na defesa de interesses comuns, e saberão impor, pela sua luta dura e firme, um governo de unidade popular, esse sim reatando os caminhos do 25 de Abril.

Então o bem-estar será possível porque a terra será de quem a trabalha, a produção planificada, controlada e dirigida pelas organizações dos trabalhadores, com os técnicos e intelectuais progressistas dando o seu valioso contributo. Produzir-se-á para satisfazer as necessidades do povo e não a sede de lucro dos capitalistas.

O povo controlará a economia e pô-la-á ao seu serviço por forma a garantir a alimentação, a saúde, a educação, a habitação e o emprego para todos, pois só aos exploradores interessa fazer lucros à custa das necessidades, do povo.

A liberdade para o povo será garantida pela sua própria organização e pela repressão dos fascistas.

Hoje assistimos exatamente ao contrário: reprime-se o povo, prendem-se os antifascistas, como Isabel do Carmo e Carlos Antunes, enquanto os pides e os bombistas andam à solta e os fascistas se organizam impunemente.

A independência nacional será garantida pondo fim à nossa dependência dos estrangeiros; democratizando as forças armadas e pondo-as sob controle do povo; saindo da NATO e acabando com a ocupação das nossas bases pelas tropas americanas e alemãs; impedindo a instalação ou permanência das armas nucleares no nosso território, a fim de contribuirmos para garantir a paz; explorando racionalmente as nossas riquezas naturais; não entrando para a CEE, onde o desemprego alastra de forma devastadora, o que apenas favoreceria as multinacionais europeias e os grandes capitalistas nacionais, nem aceitando negociar com o FMI, que apenas pretende pôr a nossa economia e a nossa política ao serviço dos grandes interesses financeiros dos Estados Unidos da América.

Teremos as melhores relações com os povos do mundo, económicas e culturais, dentro do maior respeito mútuo e da reciprocidade de interesses.

Daqui saudamos as heroicas lutas dos povos oprimidos pelo racismo, pelo imperialismo, pelo colonialismo e pelo fascismo. Muito especialmente saudamos o povo irmão de Timor-Leste, vítima de um brutal genocídio perpetrado pelo fascismo indonésio, perante a criminosa indiferença, até agora, do Estado Português.

Enquanto o povo Maubere não alcançar a sua liberdade, o 25 de Abril estará manchado.

Impondo um governo de unidade popular, a cultura do nosso povo, sintoma vigoroso da sua vitalidade, reflexo da sua história, da sua vida e da sua luta secular contra a opressão e a exploração, pela liberdade e pela felicidade, desenvolver-se-á sem entraves rumo ao futuro. São estas as promessas de Abril. São estes os caminhos de Abril. É este o sentido de comemorar Abril.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do MDP/CDE, Sr. Deputado António Taborda.

O Sr. **António Taborda** (MDP/CDE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: Comemora-se hoje mais um aniversário da festa da esperança e da libertação.

A festa acabou há muito.

A esperança, essa, renova-se cada dia e, apesar dos acidentes de percurso, vai dando vida aos cravos, que dentro de nós teimam em não murchar.

E neste tempo de Abril renovado convém refletir sobre o seu mais essencial e mais dinâmico valor — a libertação: algo mais que a vaga liberdade, vetor entre a luz, que contém, e as trevas, que se opõem e nos tentam impor, ela só capaz de fazer mover as nossas azenhas.

Com o desaparecimento da opressão fascista, o 25 de Abril trouxe-nos novas formas de relacionamento entre as pessoas, agora libertas dos esbirros e das censuras várias, pensando e agindo apenas e só em conformidade com a sua consciência, construindo com mãos limpas de medo o futuro próprio e coletivo.

Porque a todos passou a ser reconhecido o direito de dizer a sua palavra, as populações começaram a participar na resolução concreta dos problemas coletivos, em todas as estruturas do poder autárquico, nos sindicatos, nas coletividades e nas mais diversas formas de organização, enfim dando vida e pulsação ao corpo da comunidade.

A imaginação liberta, enfim, das peias que a espartilhavam, explodiu numa criatividade fecunda no campo social, político e cultural, o que constitui o verdadeiro cerne da Revolução de Abril.

O direito à alegria instalou-se simultaneamente com o dever da vigilância democrática.

Foi então possível iniciar o longo caminho da libertação do povo português, as transformações económicas e sociais necessárias, a justiça social, a democracia, o exercício efetivo das liberdades, e, com a participação popular, abrir o caminho da construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna.

E hoje, passados que são oito anos, podemos aperceber-nos do que seria este país se o 25 de Abril não tivesse ocorrido, como e quando ocorreu: os milhares de mortos que se teriam somado aos que houve nas guerras coloniais, as centenas de democratas que teriam entrado nas prisões políticas, a miséria e a fome que afligiriam o povo português, o caudal da emigração, a paz podre do cemitério vivencial que éramos.

Daí que nenhum democrata consinta que os velhos abutres regressem para implantar o seu reino.

Aplausos do MDP/CDE, do PCP, da UEDS e de alguns Deputados do PS.

No entanto, a situação atual é deveras preocupante.

A suspeição instalou-se nos próprios lugares de trabalho, levando à desconfiança diária; a intriga política avoluma-se e sai dos corredores do poder para a praça pública; deteriora-se o convívio entre as pessoas e degrada-se, dia a dia, a vivência democrática, aqui mesmo nesta Câmara; nalgumas camadas da população começa a insinuar-se certo desencanto por algumas instituições democráticas, mercê do comportamento das forças atualmente no poder.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — O custo de vida começa a tornar-se insuportável mesmo para as camadas médias da população, para as quais o crédito é impraticável, a inflação sobe em flecha e a dívida externa tomou uma tal dimensão que é já uma grave hipoteca sobre o futuro do nosso país.

O direito ao serviço nacional de saúde geral e gratuito não passa de um conceito constitucional sem qualquer conteúdo, ou melhor, com conteúdo contrário, através das taxas ditas "moderadoras", do incentivo à medicina privada, do duplo agravamento dos medicamentos. O direito à habitação foi sendo, sucessivamente, contrariado pela legislação avulsa antiarrendatário, o desapoio e subalternização das cooperativas de habitação, as subidas incomportáveis das taxas de juro e a inexistência de política de solos.

O desemprego atinge níveis nunca alcançados e o primeiro emprego é hoje uma miragem, lançando a juventude numa inatividade forçada, geradora de todas as possíveis degradações. Os contratos a prazo, que de exceção passaram a regra no mundo laboral, lançam os trabalhadores na incerteza do emprego e do pão, que mingua e custa cada vez mais caro.

A corrupção, o nepotismo e o compadrio estão hoje erigidos em sistema e corroem o aparelho do Estado, com especial incidência nas suas cúpulas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Os contravalores culturais e morais são acolhidos como dogmas, numa clara inversão, que apenas acentua a intolerância e o obscurantismo crescentes que tentam voltar a impor-se neste país de Abril, num nítido retorno ao passado de tradição ultramontana. Na verdade, quando uma

vereadora do pelouro da cultura de uma câmara de uma cidade nortenha se recusa a promover nas escolas do concelho espetáculos de Gil Vicente, por entender que este autor é comunista, ou quando um secretário de Estado da Cultura se recusa a comemorar oficialmente o 4.º Centenário de Camões — porventura pelas mesmas razões — isto é obscurantismo e sectarismo primário.

Aplausos do MDP/CDE, do PCP e da UEDS.

Mas a intolerância revela-se ainda no dia a dia democrático, na incapacidade de diálogo do poder entre os seus órgãos e deste com os cidadãos, designadamente os trabalhadores.

Daí as greves justas de quase 60% dos trabalhadores por conta de outrem, reveladoras da intransigência do poder e da sua incapacidade em concertar os parceiros sociais.

O Sr. **Herberto Goulart** (MDP/CDE): — Muito bem!

O **Orador**: — Na área da educação, desde as associações de pais até aos vários sindicatos de professores, todos se sentem submersos em ineficácia, confusão e falta de horizontes.

Em suma, os contravalores de Abril tentam instalar-se.

E é neste contexto preocupante que se procede a um acontecimento político central para o nosso viver em sociedade: a revisão constitucional.

A Constituição de 1976 foi a tábua em que se planearam os direitos, liberdades e garantias individuais, sociais e económicos conquistados por um povo na sua revolução.

Por isso, pouco depois da sua promulgação, aqueles que lutaram e lutam contra ela começaram a exigir a sua revisão. Tornada impossível a via referendária — pela vitória da liberdade e da tolerância — é tentada a negociação despudorada e desesperada para repor o falso neutralismo económico e a assepsia social no nosso texto fundamental.

Há um ano que se desenrola nesta Câmara o processo da revisão, que, como se sabe, começou com a apresentação dos quatro projetos da AD, FRS, PCP e MDP/CDE, depois remetidos a uma comissão eventual, cujos arrastados trabalhos, numa caminhada oscilante, estão hoje em fase final.

É sabido que o projeto do MDP/CDE parte do princípio de que a Constituição continua ainda hoje a corresponder, quer quanto à estrutura, quer quanto ao conteúdo, aos interesses do povo português.

Admitiu o MDP/CDE que no seu projeto se substituísse o Conselho da Revolução. Ponto é que tal substituição não vá mexer no atual sistema do equilíbrio de poderes entre os vários órgãos de soberania, isto é, que a distribuição dos poderes que hoje detém o Conselho da Revolução se faça equitativamente entre os restantes órgãos de soberania diretamente eleitos pelo povo, de molde a que a estrutura do poder político se mantenha equilibrada.

Ora para além de outras questões de menor relevância, não nos parece que o consenso maioritário a que se veio chegando em sede de Comissão mantenha o referido equilíbrio, para além das três questões essenciais ainda em aberto: a da dupla responsabilidade do Governo, a do enquadramento institucional das forças armadas e a da composição do Tribunal Constitucional.

Quanto à primeira, é obvio que a sua manutenção é pressuposto *sine qua non* do próprio regime semipresidencialista indubitavelmente consagrado na nossa Constituição. Derrogá-lo seria derrogar o próprio tipo de regime em que temos vivido e regressar ao puro parlamentarismo da monarquia constitucional e da I República, cujos malefícios foram escalpelizados sempre pela nossa melhor inteligência, desde Herculano e Antero a Ramalho e Eça de Queiroz até Teixeira Gomes e António Sérgio.

Quanto ao enquadramento institucional das forças armadas, entendidas na especialidade do contexto histórico e no compromisso com o regime democrático que assumiram em 25 de Abril de 1974, continuamos a considerar que soluções que apontem no sentido da sua dependência predominante do Governo levariam, inevitavelmente, à sua participação, o que, no quadro da atual estrutura do poder político, é altamente preocupante para o futuro do regime democrático.

O Sr. **Herberto Goulart** (MDP/CDE): — Muito bem!

O **Orador**: — Da composição do Tribunal Constitucional dependerá, em última instância, o respeito ou o esvaziamento da Constituição. Por isso, e porque esta é a Constituição de Abril, ele deve ser composto por cidadãos que tenham dado inequívocas garantias de identificação com o regime democrático.

O Sr. **Herberto Goulart** (MDP/CDE): — Muito bem!

O **Orador**: — E porque falo deste tema, e porque se vier a concretizar-se a revisão constitucional brevemente, será esta, porventura, a última vez que teremos aqui, enquanto tais, os Srs. Conselheiros da Revolução, não queria o MDP/CDE deixar de assinalar o quanto foi decisivo para o país e para a manutenção da democracia e do espírito do 25 de Abril o papel do Conselho da Revolução, enquanto garante da constitucionalidade das leis.

Aplausos do MDP/CDE, do PS, do PCP, da ASDI e da UEDS.

E, se VV. Ex.as, Srs. Conselheiros, tiveram, por vezes, atuações que não mereceram o nosso acordo, o saldo da vossa ação é altamente positivo, mormente nas questões fundamentais.

Por isso, e pela dignidade que têm imprimido às vossas decisões, merecem o nosso respeito, a nossa consideração e a nossa solidariedade política.

Aplausos do MDP/CDE, do PS, do PCP, da ASDI e da UEDS.

Sr. Presidente, dei conta até agora de algumas preocupações que ao MDP/CDE merece a atual situação política, social, económica e cultural do país.

Sabemos, porém, que neste campo não estamos sós e que por vezes falsas cargas ideológicas, antepondo-se a uma visão concreta dos problemas, ou impossibilitam mesmo o encontrar das soluções mais eficazes.

Porém, em vários setores desta Câmara há democratas que se encontram apreensivos com a marcha da democracia e que reconhecem a existência de perigos que ameaçam as instituições democráticas.

Não é fácil, porém, encontrar no plano político soluções que concretizem os desejos maioritários dos democratas desta Câmara e de fora dela.

No entanto, a própria agudização das condições vai propiciando a convergência.

Verifica-se, por isso, abrirem cada vez mais perspetivas favoráveis a que democratas com diversos posicionamentos políticos e ideológicos consigam encontrar os planos de consenso indispensáveis para enfrentar os graves problemas do país e alcançar o imprescindível empenhamento dos portugueses no esforço de recuperação económica que se impõe, fortalecendo as instituições democráticas, num espírito de tolerância e clareza de propósitos.

O Sr. **Herberto Goulart** (MDP/CDE): — Muito bem!

O **Orador**: — Comemorar Abril é manter intacta a capacidade de sonhar, mas é também perguntarmo-nos como o poeta:

Quem construiu a Tebas das sete portas? Nos livros estão os nomes de reis.
Foram os reis que arrastaram os blocos de pedra?

Nas praças, ruas e aldeias deste país o povo saúda Abril, porque Abril é o povo.

A convergência de quantos comungam no espírito de Abril será possível e autêntica se tiver o povo como sustentáculo e os seus interesses como objetivo.

Aplausos do MDP/CDE, do PS, do PCP e da UEDS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante da UEDS, Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. **Lopes Cardoso** (UEDS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: 25 de Abril de 1974.

Oito anos volvidos, quantas vezes não teremos colocado a nós próprios a mesma pergunta: que é feito das esperanças de Abril? Qual é afinal a realidade que Abril nos trouxe?

Perante uma situação de crise: crise política, crise económica e crise social, não são infelizmente poucos os que, ou porque nunca acreditaram em Abril, ou porque dele esperaram milagres que a transformação social não comporta, esquecidos ou ignorantes de que essa transformação é um longo processo de empenhamento coletivo, feito de avanços e recuos, confundem o seu ceticismo e a sua vontade de deserção com a vontade coletiva, como ontem confundiram a impaciência do seu vanguardismo com essa mesma vontade coletiva.

Para uns, para aqueles que nunca o quiseram, há na invocação repetida dos insucessos de Abril o desejo de ver desfeito um pesadelo incómodo; para outros, a procura de alibis que justifiquem um retorno, mais ou menos tranquilo, ao tempo de ontem, à vida vivida para dentro de círculos estreitos, à teia dos conformismos cúmplices, entretecida pela teorização dos seus próprios desencantos.

Houve erros? Multiplicam-se as dificuldades?

A democracia não é o "abre-te, Sésamo" de uma vida instantaneamente transformada.

Oito anos depois da revolução perfilavam-se por detrás do poder os que foram poder antes da revolução?

É uma verdade de sabor amargo. Só que o poder já não é o mesmo, o país é outro, nada é igual ao que foi.

Há conquistas que o 25 de Abril nos trouxe e que, integradas no quotidiano de um povo, só quando pela força se espezinhe a vontade desse povo podem ser, e mesmo assim passageiramente, destruídas.

O Sr. **César Oliveira** (UEDS): — Muito bem!

O **Orador**: — Olhemos este país que é o nosso, estes homens e estas mulheres que lutam por uma vida melhor e mais digna e esqueçamos, por momentos, o muro das lamentações político-intelectuais em que tantas vezes deixamos que esbarre a nossa atenção.

Que fazem eles quando voltam para casa após um dia de trabalho? O que discutem? O que pensam? O que sonham?

Ficam todos a rever-se com delícia ou indiferença na televisão do Sr. Proença de Carvalho? Encasulam-se na discussão dos seus próprios problemas pessoais? Intoxicam-se com os sedativos das receitas médicas seladas a 25$ a peça?

Talvez alguns, aqueles excessivamente acabrunhados pelas dificuldades do dia a dia, mas nem todos.

Senão como teriam florescido e como poderiam viver tantos e tantos milhares de atividades colectivas que se multiplicam por esse país fora?

Senão, como haveria escolas de música que surgiram do nada para as crianças das aldeias, criadas e animadas, quantas vezes, por homens que de música nem uma nota sabiam?

Senão, de que vontade seriam feitos os grupos de animação cultural que vão nascendo e renascendo, sem outro apoio que não seja o entusiasmo dos que neles se empenham? Como seria possível a redescoberta de um património cultural enterrado ao longo de decénios no conformismo do folclore assético para consumo da Emissora Nacional e manipulado com um provincianismo tolo de exaltação das "virtudes da raça".

Como se constituiriam, quase sem incentivos, com meios limitadíssimos, os grupos desportivos que enquadram os atletas de domingo?

Como seria possível a persistência teimosa, contra ventos e marés, das experiências autogestionárias e cooperativas?

Como seria possível a resistência dos trabalhadores rurais do Alentejo e do Ribatejo, o empenhamento de tantos milhares de militantes políticos e sindicais?

Para além dos erros, dos insucessos, do que se quis e não se alcançou, é esse também o país real; são essas, muitas vezes, as formas de expressão de um povo que traduzem afinal a liberdade reencontrada, a dignidade que quotidianamente se assume e concretiza na procura coletiva e participada de um futuro comum; são essas, muitas vezes, as expressões mais autênticas e indeléveis da presença de Abril e do que Abril significou.

Vozes da UEDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas, Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, se procuramos não esquecer o país real, se procuramos olhar para além das paredes deste hemiciclo e das frustrações de uma classe política — tantas vezes divorciada desse mesmo país real — se não ignoramos o que são as afirmações quotidianas da presença e da vitalidade do 25 de Abril, e por isso mesmo recusamos o coro dos que, com persistência e aplicação, todos os dias tentam entoar o seu *de profundis*, não levamos o nosso voluntarismo ou a nossa ingenuidade ao ponto de esquecermos as ameaças que sobre ele pesam, nem julgamos útil esconder, numa idílica homenagem ao 25 de Abril, como essas ameaças se amontoam por detrás da degradação a que um governo incompetente e divorciado dos interesses da grande maioria tem conduzido as condições de vida do povo português. Degradação bem patente no agravamento da situação económica que, muito para além da linguagem fria das estatísticas, que apenas perturba os iniciados, se faz duramente sentir no dia a dia de centenas de milhares de assalariados que a inflação não poupa, na crise sem precedentes da nossa agricultura e no abandono a que são votados os que nela trabalham, nos riscos permanentes de falência que espreitam os pequenos e médios comerciantes e industriais. Degradação bem patente também num quadro social em que todos os dias aumenta o número de desempregados, em que cresce o exército dos que procuram um primeiro trabalho ou buscam sem sucesso uma habitação, em que a assistência médica se vai tornando cada vez mais, de novo um privilégio, em que a desorganização e o improviso campeiam na educação e no ensino, em que — e a lista podia, lamentavelmente, alongar-se — a comunicação social estatizada se transforma não apenas em instrumento de manipulação política imediata, mas, bem mais perigosamente, no suporte de um processo de embrutecimento coletivo.

Degradação que atinge diretamente as próprias instituições, pela imagem que delas vai dando um Governo sem direção, sem vontade e sem rumo e uma maioria parlamentar que por ele deixou de terçar armas e o vai apenas suportando sem entusiasmo nem convicção...

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O **Orador**: — ... um governo que, pelo seu comportamento, se tornou cúmplice da propaganda que insidiosamente se desenvolve contra a instituição parlamentar e que será — extinto o Conselho da Revolução — o alvo preferencial das forças reacionárias e antidemocráticas; uma maioria que aceitou desde início, tentar transformar esta Câmara numa simples câmara de registo das decisões governamentais.

Vozes do PSD e do PPM: — É falso!

O **Orador**: — Degradação económica, degradação política, degradação social que são o esteio de uma campanha de descrédito das instituições, que, cedo ou tarde, talvez mais cedo do que tarde, quando não se arrepie caminho, encontrará porventura terreno fértil no descontentamento legítimo dos que não encontram resposta para os problemas com que se debatem.

Campanha que pretende transformar, em balanço do 25 de Abril, o balanço de três anos de governação AD; campanha que a direita compreensivelmente estimula e orquestra e de que, já menos compreensivelmente, certos setores da esquerda se fazem eco. Mas o balanço do 25 de Abril não pode confundir-se com o balanço de três anos de governação AD e se a presença da AD no poder, porque resultado de uma maioria parlamentar que o voto legitimou, é o preço da democracia, essa presença não se confunde com a democracia, porque esta é também, é sobretudo o direito de coletiva e livremente dizermos basta!

As nuvens avolumam-se no horizonte político e económico do país, mercê não apenas da ineficácia e da incapacidade da maioria parlamentar e do Governo, que são reais, mas, mais do que isso, das próprias opções políticas de fundo dessa maioria e desse governo. Não se pode consentir que o aviltamento acelerado da situação, o fechar de perspetivas, o desespero dos amanhãs cinzentos sirvam de pretexto às soluções autoritárias ou nos arrastem para a procura das soluções providenciais.

A distância imensa que separa a realidade que hoje nos cerca das promessas que o voto sufragou não é apenas bastante para legitimar o recurso ao veredicto popular, faz dele o único juiz perante uma crise em que é o próprio futuro da democracia que está em jogo. E que se não diga que não há alternativa!

Afirmá-lo seria afinal negar o próprio 25 de Abril. A sua construção é difícil?

Admiti-lo é uma simples questão de bom senso. Mas, dificuldade e impossibilidade não são sinónimos. Aceitar que o fossem seria demitirmo-nos das nossas próprias responsabilidades.

Os que se reconhecem nos valores que hoje são postos em causa por um governo que, quando os não nega, os compromete saberão entender-se na defesa desses valores e na construção de uma alternativa que seja a expressão verdadeira do que a identificação popular com o 25 de Abril significou: o desejo de um povo de mudar de política para, por suas próprias mãos, mudar de vida. O nosso empenhamento na construção dessa alternativa será afinal a medida da nossa fidelidade ao 25 de Abril e a única homenagem autêntica aos que o fizeram e a todos quantos, porque nunca desertaram o combate pela liberdade, o tornaram possível.

Aplausos da UEDS, do PS, do PCP, da ASDI e do MDP/CDE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Miranda.

O Sr. **Jorge Miranda** (ASDI): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Membros do Governo, Srs. Juízes, Srs. Presidentes das Assembleias e dos Governos Regionais,

Srs. Titulares de outros Órgãos Constitucionais, Senhoras e Senhores: Reunimo-nos, de novo, para festejar o 25 de Abril. E para recordar a alegria e as emoções das ruas e das almas; a libertação dos presos políticos e o regresso dos exilados; a extinção da censura e da polícia política; a livre formação de partidos e sindicatos; a restituição das demais liberdades cívicas e laborais; o fim das guerras.

Celebramos o 25 de Abril de 1974 e celebramos, ao mesmo tempo, o 25 de Abril de 1975 e o 25 de Abril de 1976 — porque não podemos separar nenhuma destas datas. Celebramos a Revolução e celebramos a eleição da Assembleia Constituinte e a entrada em vigor da Constituição — porque a Revolução só adquiriu legitimidade quando devolveu a soberania ao povo pelo voto e quando se acolheu à expressão da vontade do povo na Constituição.

Vozes da ASDI, do PS e da UEDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Homenageamos o Movimento das Forças Armadas e homenageamos todos os homens e mulheres que, ao longo de décadas, não cederam à ditadura, souberam resistir, souberam trazer a esperança — tantos e tantos, entre os quais quereríamos hoje salientar as duas figuras ímpares do general Sarmento Pimentel e do bispo D. António Ferreira Gomes.

Aplausos da ASDI, do PS, do PSD, do Sr. Deputado Sanches Osório (CDS), da UEDS e do PPM.

Daqui saudamos os militares de 25 de Abril de 1974, sem exceção.

Aplausos da ASDI, PS e UEDS.

Fixamo-nos, fixamo-los nesse dia e, independentemente de tudo quanto foram e fizeram antes ou depois, lhes manifestamos o nosso reconhecimento e a nossa solidariedade.

Saudamos, porém, em especial os militares de Abril que cumpriram o Programa do MFA, os militares de Abril que asseguraram que as instituições se tornassem — como se dizia no Programa — «pela via democrática indiscutidas representantes do Povo Português», os militares de Abril que em 25 de Novembro foram fiéis à democracia pluralista...

Aplausos da ASDI, do PS, do PSD, do CDS, da UEDS e do PPM.

... os militares de Abril que, tendo tido todo o poder, o não quiseram para si e o entregaram aos cidadãos e aos eleitos dos cidadãos.

Uma palavra de justiça é devida aos conselheiros da Revolução, os quais, decerto pela última vez, nessa qualidade comparecem nesta Assembleia, agora que se aproxima o termo das suas funções.

Por nós, que sempre sublinhámos o carácter excecional e transitório do órgão e que sempre adaptámos uma postura independente a seu respeito, sentimo-nos à vontade para afirmar que o Conselho

da Revolução esteve à altura da sua missão. Se divergimos de intervenções públicas de conselheiros, não esquecemos as provocações, as calúnias e os ataques de que foram alvo.

Aplausos da ASDI, do PS, do PCP, do MDP/CDE e da UEDS.

Se divergimos de algumas das suas deliberações, não deixamos de considerar prudente, discreta, globalmente positiva a maneira como velaram pela garantia da Constituição e pela inserção das forças armadas no Estado democrático.

Vozes da ASDI: — Muito bem!

O **Orador**: — Os conselheiros da Revolução podem e devem sair de cabeça erguida, com honra e com mérito.

Aplausos da ASDI, do PS, do MDP/CDE e da UEDS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Programa do MFA foi um compromisso que se consubstanciou noutro compromisso, a Constituição da República.

A Constituição foi e é um compromisso, num duplo sentido: no de consagração de ideias e propostas vindas de vários quadrantes, correspondentes aos partidos representados na Assembleia Constituinte e a diferentes correntes de opinião e forças sociais; e no sentido de vinculação recíproca desses partidos a acatarem as normas constitucionais, designadamente as que regem a sua própria revisão.

Foi e é um compromisso político e jurídico e um compromisso ético, base de uma convivência pacífica e ordenada. Além disso, eleita a Assembleia Constituinte por mais de 90% dos eleitores inscritos e aprovada a Constituição por mais de 90% dos deputados, foi e é um compromisso eminentemente democrático — na origem e no modelo de organização do poder político, com respeito dos direitos, liberdades e garantias, pluralismo, sufrágio universal, separação e interdependência de órgãos de soberania, descentralização.

Por coerência — para nós o maior valor em política — não poderíamos, por conseguinte, abdicar de lutar pela Constituição e, mais do que pela Constituição, pela constitucionalidade; de recusar pretensas revisões antecipadas ou plebiscitárias (que seriam ruturas institucionais e aventuras de consequências imprevisíveis)...

Vozes da ASDI, do PS e da UEDS: — Muito bem!

O **Orador**: — ... e de reivindicar para o Parlamento, na observância dos princípios constitucionais fundamentais, o exclusivo das decisões de revisão.

Por coerência e porque nunca advogámos uma democracia absoluta, um poder do povo sem limites ou um poder sem limites de quem falasse em nome do povo. Quisemos e queremos, sim, implantar

um Estado de direito democrático, assente em regras precisas e estáveis e em valores de segurança e liberdade a que fica sujeito o próprio povo.

De resto, a revisão em curso aí está a demonstrar como o realizar-se nos exatos termos de Constituição não só era e é necessário enquanto elemento de institucionalização da vida pública no nosso país como ainda possível enquanto processo de discussão democrática. A revisão em curso aí está a demonstrar como era e é possível fazer participar todos os partidos parlamentares numa obra comum, como era e é possível os deputados reunirem-se durante meses e meses em espírito de diálogo, como era e é possível confrontarem esquemas não raro antagónicos e chegarem a soluções de consenso.

Nós, sociais-democratas independentes, congratulamo-nos com este facto. E tanto mais quanto fomos nós que, em 23 de abril do ano passado, desencadeámos o processo de revisão, apresentando o primeiro projeto. Congratulamo-nos ainda porque, na medida das nossas possibilidades, nos temos empenhado na revisão e concordamos, no essencial, com os resultados que se têm obtido quanto a aperfeiçoamento e atualização de preceitos, desconfessionalização ideológica, direitos fundamentais dos cidadãos e dos trabalhadores, clarificação do sistema de economia mista e concorrencial de setores público, privado e cooperativo, substituição do Conselho da Revolução por novos órgãos e com redistribuição equilibrada de competências.

Nem tudo está feito, restam alguns problemas por resolver. De qualquer sorte, muito em breve abrir-se-ão no Plenário os debates. E desejamos que sejam debates de nível elevado, com transparência e lealdade. Assim como esperamos que, depois, a revisão seja assumida responsavelmente pelos partidos, pelas instituições constitucionais, pelos cidadãos.

A revisão constitucional de 1982 tem de ser um novo compromisso jurídico, político e ético para consolidação da democracia portuguesa e canalização das energias nacionais para os grandes desafios da nossa época.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É num ambiente misto e talvez contraditório de preocupação e de confiança que comemoramos o 25 de Abril.

Preocupação diante dos problemas de ensino, de saúde, de habitação e de transportes; diante do desemprego e da inflação; diante dos bloqueios à juventude e à criação cultural; diante das múltiplas formas de corrupção e de economia paralela. Preocupação e frustração em face das deficiências dos mecanismos parlamentares e partidários; em face do anquilosamento e a hipertrofia da Administração Pública; em face dos erros da regionalização; em face da não reconversão do sistema produtivo; em face das dificuldades da adesão à CEE; em face da passividade perante a ocupação de Timor. Principalmente, inquietação, em face da crise económica, à qual, por certo, não vão dar resposta adequada as recentes medidas do Governo.

Com estas medidas (tomadas, infelizmente, à margem do Parlamento), sacrifícios mais duros vão acrescer àqueles que os portugueses já têm de suportar. E tudo indica que são puras medidas conjunturais, que nada irão resolver a curto prazo e que não travarão o constante empobrecimento de vastas camadas sociais.

Falta-lhes um claro objetivo mobilizador e convenientemente articulado dos interesses diversificados de trabalhadores, investidores e empresários; falta-lhes autenticidade e perspetiva de justiça social.

Não seremos nós, todavia, a criticar sem preconizar a formulação de alternativas concretas e rigorosas. Pois não basta apontar as incapacidades de sucessivos governos; é necessário ter a coragem de dizer a verdade ao país e do país; e é necessário cada vez mais chamar os portugueses ao trabalho, ao trabalho competente e organizado, afastando do nosso horizonte o recurso aos mitos sebastianistas ou ao providencialismo de Estado.

Aplausos da ASDI, do PS, do PSD, do CDS, da UEDS e do PPM.

Ao mesmo tempo, Senhoras e Senhores, há fortes motivos de confiança, mais fortes do que os problemas, as angústias e os riscos que temos de enfrentar.

Provámos, nas mais complexas vicissitudes, que éramos capazes de viver em regime democrático — e não apenas democracia política, mas também económica, social e cultural, e não apenas a nível de Estado, mas também a nível local. Os Açores e a Madeira tornaram-se regiões autónomas e começaram a corrigir-se as distorções da insularidade (malgrado os lamentáveis egoísmos neocentralistas que subsistem). As forças armadas estão disciplinadas. Integraram-se centenas de milhares de refugiados. Estabeleceu-se um novo relacionamento, como povos soberanos, com os povos africanos de expressão portuguesa (bem evidenciado nas viagens do Presidente Ramalho Eanes). Temos liberdade e tranquilidade pública, reduziram-se as intolerâncias, atenuaram-se desigualdades, repararam-se injustiças pré e pós-revolucionárias. Antes do 25 de Abril éramos um país com três guerras, agora estamos em paz. Estávamos isolados, agora estamos presentes em toda a parte. Éramos um país amordaçado e parecíamos um povo apático, agora somos conviventes e participativos.

Sr. Presidente da República, Srs. Deputados, Senhoras, Senhores: O 25 de Abril não foi o início da história de Portugal. Foi um recomeço de dignidade cívica e de transformação coletiva.

Vozes da ASDI: — Muito bem!

O **Orador**: — À medida que os anos correm, vamos tomando consciência das suas glórias e das suas limitações, dos traumas que se superaram e dos que se criaram, dos desvios que não puderam ser evitados e dos que foram vencidos, das oportunidades ganhas e das perdidas, das ameaças que se perfilam e das mudanças que são irreversíveis.

Tirando as lições de tudo isso e com o espírito sereno que o tempo propicia, com o exemplo da nossa reconciliação com os povos africanos, com a firme generosidade das convicções democráticas, procuremos sobretudo avançar no caminho da reconciliação entre os portugueses.

O 25 de Abril é o dia da liberdade. Façamos dele também o dia da fraternidade, façamos de toda a nossa terra a terra da fraternidade.

Somente a fraternidade garante a liberdade. E é na liberdade que havemos de prosseguir Portugal.

Aplausos da ASDI, do PS, do PSD, do CDS, da UEDS e do PPM.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ferreira do Amaral.

O Sr. **Ferreira do Amaral** (PPM): — Sr. Presidente da República, Srs. Membros dos Órgãos de Soberania, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: A data de 25 de Abril de 1974, que hoje comemoramos aduzindo alguma reflexão à cerimónia que, sem ela, tenderia a resvalar para mero ritual propiciatório, tem sido, apesar de tudo, sinal de contradição.

Entre os que aderem, do coração — e são francamente maioritários — e os que desejariam não aderir, mas acham prudente fazê-lo, ou que, rabugentos, discordam e suspiram pelo passado, ou tendem para a indiferença, atitudes divergentes se pressentem ainda entre os portugueses.

Mas importa começar por afirmar, contra todos os que não festejam sinceramente o 25 de Abril, três asserções.

Primeiro, que ele permitiu pôr termo a uma situação aberrante, injusta e insustentável.

Depois, que não há regime possível para um povo, como o nosso, que já conhece o que é ser livre, senão a democracia.

Vozes do PPM, do PSD e do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Finalmente, que o 25 de Abril conteve e mantém em si todas as virtualidades para permitir a realização do bem comum dos portugueses.

Vozes do PPM, do PSD, do CDS e da ASDI: — Muito bem!

O **Orador**: — Acerca da primeira daquelas afirmações vale a pena sublinhar que o primeiro e mais significativo sucesso do 25 de Abril foi o de derrubar uma ditadura. O salazarismo, em qualquer das suas edições, deve dizer-se com toda a frieza e sem desperdício de oratórias acaloradas terminou e — esperemos — para nunca mais!

Aplausos do PPM, do PSD, do PS, de deputados do CDS, da UEDS e do PPM.

Era uma situação deliberadamente abnorme.

Não apenas em função dos princípios éticos ou da coerência lógica. Era uma anomalia encravada na nossa história.

Ao contrário do que pretendia inculcar-nos a pseudocultura oficial, a tradição portuguesa tendia para o desenvolvimento da liberdade e das instituições democráticas. A ditadura, sim, é que era espúria.

Portugal tinha um passado já longo na demanda e na prática da liberdade, tal como ela é entendida na idade contemporânea.

Raízes mais remotas o prenunciavam. Indícios antigos e curiosos o atestam, como os que ocorriam durante a I Dinastia, quando os forais avançavam e quando a liberdade era termo conotado

com a afirmação de Pátria independente («Nós somos livres e o nosso Rei é livre»); ou como no início da II Dinastia, quando a força dos mesteres organizados e a própria arraia miúda participavam decisivamente de um poder então fechado em quase todo o mundo; ou como na Restauração, em 1640, em que os teóricos da coisa pública alicerçavam na soberania popular o fundamento da legitimidade; ou mesmo na própria forma moderada como as modas absolutistas nos atingiram, salvo a exceção pombalina. Há que lembrar, porém, que depois de 1820, gerações sucessivas dos nossos maiores fizeram dos direitos do homem uma fronteira intransponível a inserir na estruturação e no funcionamento da comunidade política. Com mais ou menos êxitos, através de vicissitudes difíceis, progredindo ou regredindo por vezes, neste caminho árduo e semeado de escolhos, Portugal aderiu à liberdade em consonância com a vanguarda do mundo e antes de muitas democracias hoje consideradas exemplares.

E, quando o fez, marcou indelevelmente o seu devir histórico. Não mais poderá dizer-se, depois da estabilização do constitucionalismo monárquico em meados do século passado, e depois do funcionamento, por muitas décadas, das instituições representativas, que a história de Portugal não incorporou, como autêntica componente essencial, o regime democrático e livre. O que foi feito para o contrariar é que significou algo de estranho, de anacrónico e de inautêntico.

Vozes do PPM e do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — O salazarismo, nas suas 1.ª e 2.ª edições, foi não apenas uma opressão para os portugueses que tiveram de sofrê-lo. Foi também um violento atentado contra a nossa própria história!

Vozes do PPM, do PSD, do PS e do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Sofremos, direta e indiretamente, as deletérias consequências deste quisto, que diminuiu os nossos direitos e impediu o desenvolvimento das nossas virtualidades. Nós, monárquicos, soubemo-lo, por dolorosa experiência. Quando a intolerância era a lei, e quando usar a liberdade se tornava sinónimo de subversão e crime, nada podíamos esperar da defesa dos nossos ideais. O 25 de Abril foi também para nós, como para todas as correntes doutrinais aqui representadas, a insubstituível abertura para submetermos à apreciação dos nossos compatriotas, à luz do dia, no confronto com outras, as ideias que nos são caras.

Só isso, qualquer que seja o passivo que deformadoramente queiram assacar à restituição da liberdade aos portugueses, vale, na nossa ótica, mais do que tudo o resto.

Sem democracia, sem respeito pelos direitos dos cidadãos, sem a entrega séria ao povo da possibilidade de decidir pelo voto livre das opções que lhe dizem respeito, não há verdadeiramente regime, nem pode falar-se em política a sério. Haverá, sim, arbitrariedade, oligarquia, trapaça e, afinal, estabilidade impossível.

Aplausos do PPM, do PSD, do PS, do CDS, da UEDS e da ASDI.

É que as ditaduras são provisórias por natureza. O seu horizonte máximo, cinge-se à duração da vida do ditador, ou à simples inércia das consciências por despertar. As ditaduras são precárias, ainda que fujam para a frente, para o belicismo — como aliás está na sua lógica. O definitivo está na normalidade democrática.

E esta foi a principal e mais notável mensagem do 25 de Abril. Será, contudo, que nós temos usado ou podido usar essa mensagem em toda a extensão que ela comporta?

É evidente que não. Façamos, aliás, uma ligeira rememoração de diversos factos que marcaram ou influenciaram bastante os últimos oito anos.

Como muito bem recordamos, desde cedo se desenhou, dentro do vastíssimo leque de entusiastas do 25 de Abril e da autêntica liberdade, a movimentação daqueles que, resvalando para a tentação totalitária, de sinal inverso, mas de idêntico conteúdo, manobravam tenebrosamente para negar o estatuto de emancipados que os Portugueses haviam recuperado.

Vozes do PPM, do PSD e do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — E, para o efeito, esses burlões arregimentados não mostravam pudor em usar de todos os meios. Estruturas aproveitadas da ditadura, oportunistas com o mesmo fato, apressadamente virado ao contrário, métodos iguais, coação, censura, arbitrariedades, pseudovanguardas oligárquicas, foram mobilizados para conduzir Portugal, de novo, para a servidão.

Vozes do PPM, do PSD e do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — O povo, porém, resistiu com firmeza. Militantes anónimos e dirigentes políticos e militares empenharam toda a força moral das suas convicções para fazerem cumprir os indeclináveis ditames da liberdade. E foi possível travar a tração para o abismo, para a qual os novos ditadores pretendiam conduzir-nos.

Uma travagem que espantou o mundo livre e que poucos paralelos encontra noutros países. Uma travagem que mostrou a personalidade, a serenidade e o senso de um povo que, antigamente, afirmavam impreparado para a democracia, e que os novos candidatos a ditadores julgavam fácil presa das suas ideias cediças, estioladas e anti-humanas.

Aplausos do PPM, do PSD, do PS, do CDS, da UEDS e da ASDI.

Uma travagem que evidenciou como os portugueses, desde os mais letrados aos menos favorecidos pela sorte e pela erudição, sabem bem, no essencial, descortinar onde estão os lobos disfarçados de cordeiros. E que nenhuma vontade têm de abdicar do que faz já parte do seu património histórico — as instituições livres, na única forma em que são livres, isto é, à maneira do Ocidente.

Vozes do PPM e do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas dessa tentação negadora da plena liberdade ficaram sequelas.

Ficou um pacto MFA-partidos, que manteve sob tutela os canais mais autênticos de expressão das vontades divergentes e pluralistas, verdadeiro pecado original da nossa atual democracia, que o meu partido se orgulha de ter recusado assinar.

O Sr. **Borges de Carvalho** (PPM): — Muito bem!

O **Orador**: — Ficou uma Constituição eivada de dirigismo ideológico, positiva, sem dúvida, em muitos aspetos, mas híbrida no compromisso com a intolerância. Uma Constituição que nos afirma, por um lado, e bem, garantir o critério democrático do poder e a sua alternância, e, pelo outro, impõe à força o socialismo, mesmo quando os socialistas estão na oposição.

Vozes do PPM e do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Uma Constituição que faz da regra da maioria o fundamento da opção, mas que por outro lado entrega à minoria a faculdade de discricionariamente decidir do modelo básico que enformará a nossa ordem jurídica.

Ficaram os escombros de um carnaval de esquerdismo comunista, feito de facilidades e de endividamento, que minou hábitos e estruturas económicas e deixou enfraquecidas as possibilidades de recuperarmos de desequilíbrios que a conjuntura externa agrava, e de atrasos que as novas gerações nos imputarão também.

Vozes do PPM e do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Todavia, nada indica que, apesar destas restrições e sacudidelas, o país e o regime se tenham tornado inviáveis. Muitos portugueses, aparentemente céticos e impacientes, tendem às vezes a increpar os governantes em cada novo sintoma de crise, a generalizar depois a todos os políticos a imputação dos males que afligem a Nação, e a pôr em causa, até, a validade das instituições.

Não creio que estejam disso profundamente convictos, quando o fazem. Os portugueses têm um senso criterioso, nada superficial nem simplista, que os tornam certeiros quando toca a apurar responsabilidades. Sabem, lá do fundo, que quando os hábitos de trabalho de todos e cada um dos governados se relaxam generalizadamente, não é do Estado que pode esperar-se salvação; sabem, quando pensam melhor, que quando se não produz riqueza não pode esperar-se que ela seja distribuída indefinidamente; não ignoram que uma economia como a nossa, atrasada e débil desde há muito, não é suscetível de milagres salvadores, quando as poderosas economias das nações mais desenvolvidas atravessam idênticos problemas e deparam com os mesmos bloqueios.

O que também sabem, porém — e isso deve motivar-nos especial meditação — é pedir contas por aquilo que está ao nosso alcance fazer, e não fazemos. Se o sentido do voto que nos deram for por

nós incumprido, seja por negligência, seja por qualquer outra razão sem fundamento, seremos então responsabilizados no íntimo dos portugueses.

Ora a primeira exigência política que pressupusemos satisfazer, foi o funcionamento das instituições. Não devemos, pois, perder de vista que, para além dos interesses contraditórios e divergentes que nos separam na vida política, estará a necessidade de evitar o desgaste das instituições, o desprestígio dos mecanismos de definição do poder.

E como julgar a pretensão daqueles que apelam para a dissolução da Assembleia e para eleições intercalares, antes do meio da legislatura e quando nesta existe aquilo que é condição necessária e suficiente para que se não abra crise governamental — uma maioria estável e coerente, como tal definida pelo, e perante o eleitorado?

Vozes do PPM, do PSD e do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — E como julgar aqueles que apostam na intriga ou na manobra baixa, para minarem a objetividade de uma situação cristalinamente resultante das regras constitucionais, para imprimirem ao devir político dinâmicas estranhas, subterrâneas e alheias à transparência exposta aos cidadãos?

E que pensar daqueles que enjeitam na prática o programa de atuação submetido ao veredicto das eleições e nelas afirmado e confirmado?

Como exigir dos eleitores que acreditem nos que elegem, se eles, consciente e voluntariamente, procurarem afastar-se desse verdadeiro pacto com a Nação que é o programa eleitoral?

Se há muito, portanto, que não cabe nas nossas possibilidades de políticos solucionar, há igualmente algo que poderemos fazer para aperfeiçoarmos a nossa atuação, seja em que partido militemos, no lado da maioria ou na oposição, qualquer que seja o órgão de soberania em cujas responsabilidades estejamos envolvidos. E já agora, porque nos toca diretamente à porta, permitam-me que me refira especificamente a esta Casa, eu, que estarei decerto entre os mais parlamentaristas de V. Ex.as.

Notemos bem que, quando importa incentivar a produtividade e intensificar os esforços por um labor profícuo, não podemos, nós deputados, perder boa parte do precioso tempo que urge para a feitura de leis em querelas meramente processuais, às vezes emergentes de meras reações emotivas ou de orgulhos pessoais mal-feridos,...

Vozes do PPM e do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — ... enrodilhadas em simples verbalismo, sem eficácia nem carga doutrinária. O que a sabedoria do eleitorado não deixará passar sem registo depreciativo será a esterilidade de um Parlamento que, discutindo, embora e necessariamente, com calor, não discuta ideias, mas episódios, não produza leis e resoluções, mas sim interrupções e adiamentos. Temos imperiosamente de garantir um maior padrão de eficiência aos nossos trabalhos, evitando que nos percamos em questões laterais, sem qualquer significado objetivo.

Esse é, para nós, um imperativo do momento. E o propósito de segui-lo será o mais válido contributo com que, na área das funções que nos cabem, celebraremos o 25 de Abril.

Porque isso nos exige a responsabilidade histórica de sermos membros de um Parlamento votado pelos portugueses no uso da liberdade que recuperaram naquela madrugada esperançosa!

Aplausos do PPM, do PSD, do PS, do CDS e da ASDI.

O Sr. **Presidente**: — Pelo Grupo Parlamentar do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. **Veiga de Oliveira** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: Em 25 de Abril de 1974, faz hoje precisamente oito anos, o movimento dos capitães desencadeou um levantamento militar que havia de culminar, triunfante, com o derrubamento da ditadura, a instauração da democracia e, em convergência, historicamente rara, com os movimentos de libertação dos povos das colónias, levaria à liquidação do domínio colonial português, ao restabelecimento da paz e à independência nacional.

O levantamento popular que imediatamente se seguiu e se fundiu com o militar, o apoio, a solidariedade e a participação forte e entusiástica manifestados em todo o país, desde a primeira hora, pelos trabalhadores, pelas camadas laboriosas da população, por todos os democratas, homens e mulheres, velhos e jovens, garantiram não só o triunfo e a rápida liquidação da resistência fascista, como permitiram evitar o derramamento de sangue e transformar o movimento revolucionário de Abril na Revolução dos Cravos, imprimindo ao regime democrático as suas marcantes originalidades, o seu carácter de profunda justiça social, popular e patriótico.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Oito anos vão passados sobre o esplendoroso amanhecer do 25 de Abril.

Nessa jornada memorável, maior entre as maiores da nossa história pátria, ombro com ombro com os militares, o povo subiu nas ruas, o povo encheu as praças, manifestando, de forma nunca antes alcançada, a sua unidade, o seu querer coletivo, a sua vontade de triunfar da opressão, de vencer para sempre a ditadura e o obscurantismo, de instaurar definitivamente a democracia em Portugal.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Hoje, oito anos passados, importa reconsiderarmos os caminhos desde então percorridos, importa discernir entre vitórias e derrotas, entre acertos e desacertos, entre progresso e regresso. Reconsiderar, não com olhar crítico e frio do historiador, que o distanciamento é demasiado curto, menos ainda, a título de balanço ou inventário para liquidação por saldo, mas antes para darmos

redobrado vigor e capacidade à nossa luta, cujo objetivo central continua a ser a defesa e a consolidação da democracia portuguesa, nascida há precisamente oito anos.

Aplausos do PCP, do MDP/CDE e de alguns Deputados do PS.

As forças da direita, do regresso, da recuperação e da restauração prosseguem, desde há oito anos, a sua ofensiva generalizada contra as grandes transformações económicas, sociais e políticas alcançadas pelo povo português com o 25 de Abril.

Durante os últimos anos assistimos à intensificação da exploração dos trabalhadores e, em geral, à degradação das condições de vida das classes e camadas laboriosas, com o aumento do desemprego, a diminuição dos salários reais, o aumento do custo de vida e dos produtos essenciais, dos quais o recente aumento do pão é exemplo marcante, o agravamento dramático das carências habitacionais, a insuficiência e o encarecimento dos serviços de saúde, com o estabelecimento de taxas imorais e incomportáveis, a elitização e o rebaixamento do ensino, a manipulação da cultura e da informação. Repetiram-se e acentuaram-se as tentativas de destruição do setor público e das nacionalizações, visando reconstituir os monopólios. Desenvolveu-se uma ofensiva de destruição da Reforma Agrária que, dia a dia, reconstitui o latifúndio, com o seu cortejo de consequências desastrosas para a produção, o emprego, as condições de vida dos trabalhadores e, em geral, para a economia nacional. Multiplicaram-se e acentuaram-se os ataques e atropelos aos direitos dos trabalhadores e das suas organizações representativas, contra o direito ao trabalho e à estabilidade do emprego, contra o exercício dos direitos sindicais, contra o controlo de gestão, contra o direito à greve.

Nos dois últimos anos, a ação governativa dos sucessivos governos contra o 25 de Abril, contra os interesses do povo português, empurra o país para o desastre económico, ameaça de total destruição as grandes conquistas democráticas do povo, apela crescentemente para a repressão e desrespeito dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, consagrados na Constituição e na lei, põe em risco a democracia portuguesa e subordina a dignidade e a independência nacionais às imposições e aos desígnios agressivos do imperialismo.

À medida que foram passando os anos, os ataques das forças da direita reacionária às conquistas do 25 de Abril generalizaram-se e aprofundaram-se, mas enfrentam a resistência crescente, corajosa, cada vez mais unida e combativa, dos trabalhadores e dos democratas portugueses.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Não fora a extensão, a combatividade e a tenacidade da luta das massas populares em defesa do seu 25 de Abril, das suas conquistas e da democracia portuguesa, há muito tudo teria sido submerso pela vaga reacionária da direita restauracionista que tem, na permanência do atual governo, o seu grande baluarte.

A continuação da democracia e o prosseguimento de Abril, ao contrário da política de desastre económico e financeiro que vem sendo seguida, exige que, com os trabalhadores e o povo, e não

contra eles, se tomem medidas que abram caminho ao desenvolvimento e à recuperação económica, planeando a melhor utilização dos recursos nacionais, adequando a política bancária e de crédito aos investimentos prioritários, promovendo o saneamento financeiro da economia, potenciando os recursos dos setores público e privado com o investimento tecnológico e diversificação da produção, defendendo a Reforma Agrária e promovendo uma política agrícola que apoie os pequenos e médios agricultores, criando condições para rapidamente eliminar a necessidade de importarmos produtos alimentares, favorecendo o desenvolvimento das pescas portuguesas, nacionalizadas e privadas, saneando os circuitos comerciais especialmente o comércio grossista e o de importação e exportação, minimizando as práticas especulativas, melhorando o nível de vida e promovendo o alargamento do mercado interno, combatendo o desemprego e subutilização das capacidades produtivas, contrariando e eliminando progressivamente o desequilíbrio catastrófico das nossas trocas com o exterior, defendendo com tenacidade e segurança os nossos interesses nacionais contra as manobras monopolistas e dos especuladores internacionais e nacionais. Para alcançar tudo isto é imprescindível o empenhamento de todas as camadas laboriosas, através da justiça social e do melhoramento das condições de vida, especialmente das classes mais desfavorecidas. E é indispensável respeitar e consolidar a legalidade democrática, respeitar e consolidar direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Hoje é o dia 1.º do ano IX de Abril.

O povo e os democratas, em unidade que penosamente, mas seguramente, se reconstrói, comemoram nas ruas, por todo o país, o seu júbilo.

Festejam a sua luta e recobram forças para continuar a defender Abril com firmeza, decisão e coragem. Recolhem das derrotas a experiência. Sabem, hoje melhor do que nunca, que só na sua unidade, na unidade das forças políticas democráticas e no prosseguimento, sem desfalecimentos, da sua luta, encontram a salvação da democracia e o caminho da independência nacional e do progresso para um futuro melhor e mais feliz para a Pátria portuguesa.

Conhecem-se os perigos que se agravam e se avolumam, cada dia que passa, com a permanência deste governo, governo da direita abertamente disposta a destruir Abril e a regressar ao seu paraíso, ao império dos monopólios e do latifúndio, ao império da exploração desenfreada, da opressão e da repressão dos trabalhadores e das classes não monopolistas.

Para além das lateralizantes investidas e dos ataques frontais contra a legalidade e o regime democráticos; para além dos sucessivos "pacotes" que degradam mais e mais as condições de vida das classes e camadas laboriosas; para além do vezo classista que coloca os interesses de um punhado de exploradores acima dos interesses nacionais, ameaçando levar o país à catástrofe económica e financeira — a permanência do presente governo e da sua maioria nesta Assembleia criam graves prejuízos para o processo da revisão constitucional, ameaçando convertê-lo em perigosa subversão do equilíbrio e da interdependência dos órgãos de soberania, em gravosa degradação do sentido popular, democrático e patriótico da Constituição, em regressiva alienação de algumas das mais importantes transformações democráticas nela consagradas e em perigosa desestabilização e tentativa de partidarização das forças armadas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Hoje, dia 1.º do ano IX de Abril, a ninguém é permitido diminuir a importância decisiva que pode ter para o regime democrático o resultado da revisão da Constituição. E se os perigos da permanência do governo da AD são evidentes, não menos perigoso seria o pensar-se ser possível aplacar as investidas da direita com cedências, mormente nesta questão essencial para o Estado democrático-constitucional.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Ao contrário, como a experiência mostra, cada cedência transforma-se imediatamente em ponto de apoio para novas e mais gravosas exigências.

O processo é inexorável — quanto mais for cedido à AD, mais ela se fortalece e mais se enfraquecem as forças democráticas e de esquerda e, em consequência, mais enfraquecida será a democracia portuguesa, nascida com o 25 de Abril.

Vivemos uma situação de dificuldades acrescidas para o país, de mais e mais sacrifícios para o povo, de perigos agravados para o funcionamento das instituições democráticas.

Como recentemente foi reafirmado pela Comissão Política do Comité Central, o PCP considera cada dia mais justificadas e inadiáveis quatro medidas essenciais à defesa do 25 de Abril e do regime democrático: demissão do governo da AD, dissolução da Assembleia da República, formação de um governo de gestão e convocação antecipada de eleições legislativas nos termos e nos prazos constitucionais.

Só por infundamentados temores, ou incorreta avaliação dos perigos da situação que vivemos, haverá democratas que temam estas medidas. O funcionamento das instituições democráticas e o exercício pelos órgãos de soberania do seu papel constitucional são, como a experiência tem demonstrado, condições essenciais ao prosseguimento de Abril e à defesa do regime democrático.

A Sr. **Zita Seabra** (PCP): —Muito bem!

O **Orador**: — Pelo nosso lado, tudo faremos para que não sejam iludidas as promessas e não feneçam as esperanças há oito anos renovadas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Hoje é o dia 1.º do ano IX de Abril.

Para milhões de portugueses, grande foi a ventura — viver a Revolução de Abril, viver a Revolução dos Cravos.

Especialmente para aqueles que nunca haviam abandonado as primeiras linhas do combate e, por isso, haviam sentido mais direta e dramaticamente a repressão e a opressão da ditadura fascista, a madrugada libertadora do 25 de Abril foi e permanecerá a madrugada do renascimento.

As aspirações e os anseios mais profundos de todo um povo, longamente lutados e reprimidos, transformaram-se, como por encanto, pelo toque mágico da Revolução, numa torrente única e impetuosa, plena de energia criadora, capaz de remover montanhas e de recriar um país novo, liberto e pacífico, onde o povo se sinta como é, construtor do seu próprio destino e juiz supremo dos seus atos.

Saudamos o 25 de Abril e com ele saudamos os melhores filhos da terra portuguesa. Saudamos todos aqueles que, na longa noite fascista, souberam sempre que nem a esperança, nem as ilusões são perdidas, souberam sempre não renunciar, souberam conservar a dignidade humana, mesmo em meio aos mais cruéis sofrimentos, quando nos momentos derradeiros da vida, dada em resgate, para a morte foram empurrados.

Aplausos do PCP, da UEDS, do MDP/CDE e de alguns Deputados do PS.

E também aqueles que, com os pés bem fincados na terra-mãe portuguesa, não regatearam sacrifícios e resistiram e lutaram e ficaram. E mais aqueles que, homens e mulheres, já depois de 1974, demonstrando coragem e tenacidade sem limites, trabalharam e lutaram para manter abertos os caminhos de Abril e cortar o passo à reação, ao regresso e à restauração.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Saudamos as lutas de todo um povo, saudamos a classe operária e as massas laboriosas, obreiros da vitória. Saudamos os capitães de Abril pela sua ação heroica em 1974, e pelo que continuam a significar na nossa vida nacional.

Aplausos do PCP, do PS, da UEDS e do MDP/CDE.

Saudamos o 25 de Abril e com ele saudamos todos aqueles que, vivos ou já mortos, contribuíram para que fosse fria mas leda madrugada e fosse manhã esplendorosa e dia cálido deste povo que fez Abril, feito das suas esperanças, das suas dores, dos seus temores, das suas lutas, da sua coragem, da sua invencível vontade de ser livre entre os livres, de ser nobre e grande como é qualquer povo libertado.

Saudamos todos aqueles que souberam pôr mais um esforço, mais um alento, mais um pedaço da própria vida, e por vezes a vida toda, pedra após pedra, dia após dia, para que Abril fosse, para que o povo se redimisse e se libertasse e fosse de novo senhor incontestado do seu presente e do seu futuro.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Saudamos o povo que explorado nada exigiu em pagamento, que oprimido se libertou e deixou em liberdade os opressores, que reprimido e tripudiado acabou com prisões e torturas e não perseguiu os algozes.

Aplausos do PCP, do PS, da UEDS e do MDP/CDE.

Saudamos Abril, com um sentido único, sem ambiguidade e com uma confiança ilimitada no povo — sempre quisemos Abril, queremos que seja perene, queremos que seja presente e tudo faremos para que seja futuro.

Aplausos do PCP, da UEDS, do MDP/CDE e de alguns Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Pelo Grupo Parlamentar do CDS, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena.

O Sr. **Rui Pena** (CDS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ninguém duvida hoje de que nós centristas sempre estivemos e estamos com a democracia, que defendemos a democracia e que pretendemos realizá-la na sua máxima plenitude.

Afirmamo-lo com a consciência tranquila de quem não mudou de rumo ao sabor dos ventos de ocasião.

Uma voz do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Afirmamo-lo, com a responsabilidade de um compromisso, afirmamo-lo, com a legitimidade, e também com a emoção, de quem contribuiu com coragem, e não sem risco e sofrimento, para preservar do 25 de Abril a sua feição democrática e, por esse título, a sua essência popular e patriótica.

Aplausos do CDS.

Legitimidade provada e reconhecida ao longo de oito anos, tantos quantos os da revolução, durante os quais, com escândalo de muitos, soubemos definir, manter e executar um projeto político diferente. Legitimidade provada e reconhecida enquanto governo, hoje com a AD, como ontem, em 1978, com o Partido Socialista. Em qualquer dos casos, e é o mais importante, legitimidade garantida e sufragada quatro vezes pelo voto popular.

Porque assim é, porque mantemos uma solidariedade essencial indiscutível e indesmentível com a democracia e com os ideais de liberdade e de justiça social que protagoniza, saudamos o autêntico 25 de Abril — não o daquela revolução que foi traída de maneira concertada por uns, e irresponsável por outros, nas aventuras totalitárias que precederam e se seguiram ao 11 de Março, mas o da revolução que acabou por triunfar com o 25 de Novembro e que criou condições para que sejamos um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no respeito e na garantia dos direitos fundamentais e no pluralismo de expressão e organização políticas.

Estamos por isso com esta revolução democrática que foi possível reconduzir aos limites de uma rotura de há muito necessária para devolver aos portugueses a sua liberdade e dignidade de cidadãos, e para substituir, relativamente a povos africanos tão caros ao coração português, os laços da dominação

política por outros mais perduráveis, porque justos e que felizmente tendem a concretizar-se, da fraternidade, na igualdade e no respeito recíprocos pelas respetivas soberanias.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Estamos com esta revolução democrática que preservou a identidade nacional e a arquitetura espiritual do nosso povo e garantiu a constelação de valores que serve de suporte à nossa cultura centenária.

Estamos com esta revolução democrática que nos facilitou o diálogo com o mundo e derrotou de vez o isolamento orgulhoso, injusto e violentador a que nos obrigaram por décadas.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: oito anos depois do 25 de Abril, é talvez o momento de fazermos o balanço e passarmos em revista as principais questões da nossa vida e organização políticas, em redor das quais o nosso esforço coletivo e o nosso debate democrático se tem centrado primordialmente.

Num plano formal diria que foram, e são-no ainda, sobretudo três questões: primeiro, a da liberdade; segundo, a da maioria; terceiro, a da solidariedade institucional.

A primeira de todas elas foi sem dúvida a da liberdade, valor essencial do 25 de Abril e pilar do regime democrático.

Vivemo-la sobretudo nos anos agudos de 1974 e 1975, quer assistindo com alegria e o entusiasmo à queda da ditadura, quer participando nos momentos intensos e dolorosos de luta para que de uma não se passasse a outra, sob o consulado gonçalvista.

Ganhámos. Foi a primeira conquista do 25 de Abril. Uma conquista tão poderosa e tão enraizada no nosso povo que derrotou de um passo a ditadura passada e os que tentaram uma nova usurpação.

Depois, adquirida e conquistada a liberdade a questão principal passou a ser a da maioria. Foi o tempo e o momento em que todos nos demos conta de que não bastava a liberdade, era essencial uma maioria democrática.

Isto é, de que não bastava para a democracia apenas dizer alguma coisa em liberdade, era sobretudo preciso fazer alguma coisa por maioria. O momento em suma em que o país se deu conta de que se a liberdade é o pressuposto fundamental da democracia, a maioria, essa, é a sua regra.

Foram então os anos em que não tendo os portugueses escolhido um poder político maioritário claro, nos coube a nós, deputados eleitos, procurar construí-lo. Foram os anos do governo minoritário PS, do governo PS/CDS, dos governos presidenciais, os anos da busca de «uma maioria estável e coerente» como então se dizia. Fosse primeiro no plano dos entendimentos parlamentares que foram falhando, fosse depois através do recurso a uma maioria presidencial que tão pouco conseguiu corpo, a verdade é que nada se conseguiu.

E esse foi o tempo fundamental, importa recordá-lo, do desencontro dos portugueses com os partidos políticos. No fundo porque não havia maioria e porque sendo a maioria a chave do sistema

democrático nenhum partido a detinha, até aí por vontade dos portugueses. O paradoxo era o de que todos tendo sido eleitos, ninguém tinha sido escolhido. E basta recordar como das eleições de 1976 resultara a possibilidade de funcionamento de maiorias tão diferentes como as PS/PCP, PS/PSD, PS/CDS, PS/PSD/CDS ou PCP/PSD/CDS e o facto sobretudo de todas algumas vezes haverem funcionado politicamente, para se compreender a ambiguidade que se apossara do sistema e a importância que assumia a questão da maioria.

Uma maioria que fosse estável para que o país encontrasse um rumo e uma maioria que fosse coerente para que o rumo democrático fosse um e não dois, três ou quatro simultâneos e porventura contraditórios.

Aí nós construímos a Aliança Democrática. E ela foi nesta expectativa a segunda conquista do 25 de Abril. Não no plano de que ganhámos apenas os que somos da AD. Mas no plano de que alguém finalmente acabara por ganhar e de que finalmente algo fora escolhido pelo voto popular direto para se fazer e não apenas para se discutir. Foi na verdade um momento fundamental que iniciou a maturidade democrática do país. O primeiro momento em que, pela maneira como nos organizámos, o povo elegeu diretamente uma maioria, o seu rumo e o seu governo, em lugar de, como anteriormente sucedia, delegar essa decisão fundamental na classe política e em meros entendimentos de ocasião.

Isto mesmo explica a massiva concorrência às urnas em 1979 e 1980. Fosse para apoiar a maioria candidata, fosse para combater, todos acorremos às urnas com a sensação, a consciência de que tínhamos o poder efetivo de escolher e decidir. Assim chegámos à maioria. Uma conquista fundamental do sistema democrático, uma regra essencial do seu funcionamento e da sua eficácia.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas desta se passou rapidamente para a terceira questão: a da solidariedade institucional. Uma questão que aflorou em 1977 e 1978, mas que se tornou mais aguda em 1980 e de então para cá.

É que na verdade se nos havíamos dado conta que não bastava a liberdade, mas que era indispensável uma maioria, foi fácil constatar que esta não bastava se a solidariedade institucional não existisse, ou seja, noutras palavras, que a maioria não era suficiente se órgãos de soberania com fontes de legitimidade diversas ou fruto de maiorias distintas não funcionassem estavelmente com coerência inequívoca.

E tão profundo, tão vasto era o sentimento de que era esta uma questão essencial que as duas principais forças candidatas às eleições de 1980 a elegeram precisamente como questão principal. Tanto a AD como a FRS centraram as atenções no objetivo "uma maioria, um governo, um presidente". Ainda que obviamente com protagonistas diferentes para esses diversos planos.

Os resultados são conhecidos. Ganhámos outubro. Perdemos dezembro. Ou na perspetiva de outros, perderam outubro e ganharam dezembro. Mas de uma maneira ou de outra assim ficámos e assim estamos — esclarecida a questão da liberdade, esclarecida também a da maioria, continua nebulosa ainda não por responsabilidade nossa a questão da solidariedade institucional. Sr. Presidente, Srs. Deputados: O 25 de Abril não levanta apenas questões formais, mas encerra ele próprio valores de

substância. E destes, distinguimos também para além da liberdade que é para nós o mais substancial de todos os valores, em primeiro lugar o da justiça social e em segundo lugar o do desenvolvimento.

Justiça social que uns exprimem na palavra "socialismo" e nós sabemos identificar na riqueza do pensamento personalista e nos valores do centrismo e da democracia cristã. Desenvolvimento, questão fundamental do nosso país e que nós insistimos em afirmar que se encontrará mais depressa e mais autêntico se formos ousados no plano da liberdade, na economia, na cultura e na vida social do que se formos aí tímidos e desconfiados, pela sujeição ao espartilho do Estado ou ao colete de forças coletivistas.

Mas nesta altura não é tanto isso que nos importa — terçar armas aqui uma vez mais por diferenças que entre nós existem no entendimento desses valores. Antes nos importa chamar a atenção para que poucos ou nenhuns anseios essenciais do nosso povo se concretizarão sem que aquelas outras questões que comecei por apelidar de formais se encontrem clarificadas e resolvidas. Na verdade, não é apenas necessário saber livremente o que queremos. Mas é essencial que possamos livremente fazer o que o povo escolheu para nós fazermos. A questão está justamente em saber a resposta a esta pergunta: é certo que queremos aquilo que o povo quer. Mas podemos fazer aquilo que o povo quer?

Ninguém pede à oposição de uma maioria que concorde com os conceitos ou objetivos que ela anima, define e pretende concretizar. O que se exige é que a maioria possa ser lei. O que se exige é que, sem embargo do direito de a oposição se opor, se respeite precisamente a vontade popular e não se impeça por bloqueios artificiais ou por dogmas espartilhantes, o exercício pleno da vontade ativa dos portugueses, assim maioritariamente definida.

Por isso não é de estranhar o facto de, na nossa não muito linear e por vezes confusa evolução institucional, se ter vindo a revelar progressivamente um inquietante fenómeno de perda de fé na democracia, no sistema de partidos e na própria política.

Ele revela acima de tudo a imperfeição do sistema e a contradição essencial que o mesmo encerra no nosso país por força da própria Constituição.

A democracia é etimológica e filosoficamente o governo do povo, mas entre nós o governo do povo não tem o poder. A Constituição de 1976 instituiu mecanismos que decisivamente privam a maioria do exercício dos seus direitos.

O povo português votou maioritariamente Aliança Democrática, quis o seu programa de mudança, deu luz verde a uma política bem definida que pretende ver executada.

Mas a confiança da maioria saiu gorada porque não tem sido possível ao Governo cumprir integralmente o seu programa e executar o que a maioria do povo português votou para que fosse executado.

O Sr. **Raul Rêgo** (PS): — Desculpas!

Risos do PCP e aplausos do CDS, do PSD e do PPM

O **Orador**: — É que contra a vontade do povo o Governo que foi eleito no pressuposto da falência da via socializante tem de governar no quadro dessa mesma via de transição para o socialismo.

A maioria quer uma coisa, mas a Constituição impõe outra — Constituição que dita democrática não pode ser alterada na exata medida e de conformidade com a vontade da maioria.

Em democracia a vontade coletiva é interpretada através dos mecanismos do sufrágio. E como o sufrágio exige o pronunciamento entre diversas possibilidades alternativas, pressupõe a organização de partidos políticos que apresentem ao povo programas distintos e candidatos diversos. Votar num partido ou numa coligação de partidos é, em democracia plena, escolher um programa, bem como os homens capazes de o executar. Porém, os portugueses apenas podem escolher homens que vão executar um programa predeterminado, cristalizado numa Constituição que não corresponde à vontade da maioria. E o que é pior, ao ter escolhido os seus deputados constituintes, a maioria viu-se confrontada e, ao mesmo tempo, frustrada com o facto dos seus representantes, sozinhos, não poderem alterar a Constituição. Como podemos nós evitar, por isto tudo, com todos estes mecanismos esdrúxulos, que as maiorias populares percam a fé nas instituições democráticas, se a nossa democracia as subalterniza enquanto maio- rias lhes retira o direito fundamental de decidirem...

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Temos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de refazer a ideia de democracia. Democracia não pode ser a mera síntese entre um idealismo vago de justiça e liberdade e interesses ideológicos bem precisos de conservação do poder, apesar da maioria e contra essa maioria.

Nós acreditamos na democracia. Não como um simples mecanismo, não como uma questão simplesmente numérica e puramente formal. Não se trata de somar a metade mais um, para conseguir uma maioria e pô-la a decidir de tudo relativamente ao corpo social e privar de todos os direitos a outra metade menos um. Mas não podemos admitir que a minoria se sobreponha à maioria por força de direitos adquiridos quando foi maioria.

Acreditamos na alternância no poder e que maioria e oposição desempenham papéis idênticos em dignidade, mas não podemos conceber que a maioria seja forçada em democracia a cumprir o programa político da oposição.

Acreditamos no pluralismo democrático, quer no sentido ideológico, quer no sentido social, enquanto significa o reconhecimento da existência de diversos projetos de sociedade, que não dimanam da aceitação graciosa do Estado, mas que têm a sua própria essência e individualidade. Mas não podemos consentir que, sob a capa do pluralismo, se instale a unicidade, quer no campo ideológico, quer na consideração do Estado como princípio e fim em si mesmo da sociedade política.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: o mesmo devemos dizer quanto à questão da solidariedade institucional. Não é de admitir nem o conflito, nem a pacificação pura e simples, o primeiro porque é contrário ao próprio sistema democrático, a segunda porque seria farisaica. Qualquer das soluções acabaria por defraudar a vontade coletiva dos portugueses.

Defendemos antes uma paz institucional ativa, assente nos objetivos comuns a todos os órgãos de soberania de defesa do Estado e do bem-estar do povo, respeitando reciprocamente as competências, exercendo-as sem ambiguidade ou contradição, reconhecendo-se ao Governo e à maioria o direito de legislar e de cumprir o seu programa e ao Presidente da República o de ser o supremo fiscal e garante da nossa soberania. O Presidente da República não deve atuar contra a maioria e os partidos que a compõem. Por seu lado, a maioria deve colaborar institucionalmente com o Presidente da República. Julgamos ser possível esta plataforma. Se o não conseguirmos, isso significará o prolongamento de uma situação de indefinição, o retorno aos anos de ambiguidade e mais um atraso na construção do nosso Estado democrático.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queremos hoje e sempre continuar a saudar o 25 de Abril não como efeméride de uma qualquer restauração democrática, mas como um objetivo, na linha daquela democracia pluralista plena que defendemos e que lutamos por instituir. Os portugueses merecem e querem a democracia.

Portugal necessita da democracia para na sua máxima plenitude, de uma forma participada e harmónica, promover o nosso desenvolvimento em liberdade, e de acordo com os princípios da justiça social que defendemos.

Queremos continuar a saudar o 25 de Abril projetado nas gerações vindouras, dos filhos dos nossos filhos.

Está nas nossas mãos não impedir hoje o que queremos para amanhã.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

O Sr. **Presidente**: — Do Grupo Parlamentar do PS, tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Gama.

O Sr. **Jaime Gama** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Presidentes dos Governos Regionais, Srs. Deputados: oito anos volvidos sobre a data libertadora do 25 de Abril, quando é já possível efetuar um balanço da obra realizada e perspetivar em moldes renovadores o nosso futuro, os órgãos de soberania emergentes do regime democrático reúnem-se nesta sessão solene da Assembleia da República com os olhos postos, não em si próprios, nem nos titulares que transitoriamente os protagonizam, mas no povo, na história e na consciência viva que somos e que nos cumpre representar e defender.

Oito anos não são uma eternidade, mas são já suficientes para testemunharem a validade de um regime que permite a tolerância e a solidariedade, a alternância e a alternativa, as escolhas livres e as reivindicações justas, os direitos e os deveres, a autonomia e a unidade, a criação e a responsabilidade, a apologia dos adeptos e, naturalmente, a catilinária dos adversários.

Afastado da sua verdadeira tradição de humanismo universalista, Portugal reencontrou a consciência de si com a democracia pluralista instaurada por uma das mais generosas revoluções da história contemporânea.

Nada é definitivamente completo. E, como não podia deixar de ser, a democracia é, por excelência, o regime das soluções abertas, das aproximações ponderadas, das reformas justas e graduais, dos aperfeiçoamentos sucessivos e da prática saudável do diálogo entre cidadãos, e não do monólogo entre súbditos.

Tendo ocorrido com anos de atraso, a democratização do país veio encontrar pela frente os duros desafios do fim definitivo dos sistemas coloniais, da retração das economias desenvolvidas, do estrangulamento das economias subdesenvolvidas e da eclosão dos movimentos sociais na sua dupla dinâmica de contestação e de participação. Esperanças desmesuradas quanto à pronta solução dos problemas, acrescidas pela dificuldade patenteada face às carências reais e ainda por erros de desvios e insuficiências que seria pouco lícito esconder ou camuflar, foram originando fenómenos de desencanto em vastos setores da opinião, os quais tendem, por vezes, a centrar sobre a própria democracia e o 25 de Abril a sua insatisfação ou até a sua cólera, sem distinguir sequer o sentido dos diferentes projetos que ela mesma comporta e a inserção da trajetória recente do país num contexto global.

Seguramente, grandes preocupações, angústias e insuficiências continuam a afligir os portugueses. A inflação e o desemprego, a falta de desenvolvimento agrícola e industrial, a artesania das pescas, a inacessibilidade da habitação, a incapacidade de resposta no setor da segurança social e da saúde, a dívida externa, a falta de qualidade e de isenção do mais poderoso meio de comunicação social do Estado, que é a televisão.

Como força de oposição, temos insistido no que entendemos serem as consequências fortemente negativas da gestão do atual governo nestas áreas tão importantes para o bem-estar do povo português. Mas o dia de hoje tem a ver com a solidariedade essencial do sistema político democrático e, mais do que um momento para sublinhar os caminhos que separam as opções dos portugueses, é uma ocasião para realçar o que une todos aqueles para quem a democracia, apesar das suas imperfeições, que, obviamente, devem ser corrigidas, continua a ser o mais adequado dos regimes políticos.

Vozes do PS e do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — O 25 de Abril não foi, não é, nem deve ser uma data sectária.

Vozes do PS e do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Na tríplice qualidade de quem o desejou e por ele se bateu, de quem nele participou ao seu modesto escalão e de quem sempre o procurou manter nos padrões inequívocos da democracia genuína, julgo saber que o espírito do 25 de Abril é suficientemente englobador para não se contentar com proprietários exclusivos nem para, em seu nome, legitimar excomunhões sectárias dos que nele se desejem ver incluídos.

Aplausos do PS, do PSD, do CDS, do PPM, da ASDI e da UEDS.

Símbolo de uma profunda fraternidade nacional — a que se viveu nas ruas e nos corações em Abril de 1974 —, o dia de hoje deve procurar conciliar o verdadeiro campo da liberdade do espírito, estabelecendo um traço de união entre os que sonharam o regime democrático na prolongada e dura privação dos direitos, os que com esse combate deram a tranquilidade, as carreiras ou a própria vida, os que abnegadamente o implantaram, os que o receberam com alegria ou mesmo com expectativa benevolente e os que nele, em posições diversas e até antagónicas, se têm empenhado com convicção e com firmeza.

Os erros cometidos — e não os podemos omitir — não nos fazem retirar a conclusão de que o prolongamento da ditadura ou o advento de outra seriam suscetíveis de melhores e mais ajustadas soluções. A panaceia dos esquemas de força, que quantas vezes explora a desilusão das políticas sem consistência no terreno económico e social, acaba por nada resolver e tudo complicar, e as maiores "virtudes" das ditaduras são sempre inferiores aos piores "defeitos" das democracias.

Aplausos do PS, do PSD do CDS, do PPM, da ASDI e da UEDS.

Quanta ditadura erigida sobre as ruínas da inflação galopante e do desemprego maciço, na miragem de lhes pôr fim através da "ordem" nos locais de trabalho, nas instituições e nas consciências, não acaba por lançar a economia e os trabalhadores para situações de penúria bem piores, sem dar a estes o menor direito de reclamação e asfixiando por completo o movimento sindical, a liberdade de imprensa e a vida cultural e política das nações?

Vozes do PS e do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Na cerimónia alusiva ao 25 de Abril e que é certamente a última que conta com a sua presença institucionalizada e constitucional, a Assembleia da República ficaria de mal consigo própria se não rendesse uma homenagem aos capitães de Abril, que souberam corporizar a esperança democrática do povo português e que os conselheiros da Revolução aqui representam.

Aplausos do PS (de pé), do PSD, do PPM, da ASDI (de pé),
da UEDS (de pé) e do Sr. Deputado Sanches Osório.

Face a alguns dos que hoje farisaicamente os escolhem como bodes expiatórios do próprio derrube do regime anterior e da instauração da democracia, quase como se isso tivesse sido um crime, há que dar uma resposta sem ambiguidade e sem cobardia, e essa resposta é simples e direta: a democracia portuguesa não pode tolerar a permanente marginalização e mesmo sistemática erosão dos seus fundadores.

Por maiores que possam ser as diferenças de julgamento e a apreciação de atos concretos, os homens da madrugada do 25 de Abril estão claramente do lado da liberdade e da procura de melhores condições de vida para o povo português, inclusivamente em alguns erros que possam ter praticado e

logo corrigidos a 25 de novembro, e o seu compromisso com os valores democráticos permanece para além das fórmulas institucionalmente previstas pela atual Constituição.

Na verdade, a revisão constitucional é um imperativo da própria consolidação do regime, que o parlamento frustraria se não concluísse em tempo útil. Aprofundar os direitos políticos, económicos, sociais e culturais, clarificar o sistema, mantendo o equilíbrio de poderes e a natureza semi-presidencial do regime, conferir a um órgão jurisdicional a fiscalização da constitucionalidade das leis, integrar as forças armadas no Estado democrático e conferir-lhes uma missão em consonância com a política de defesa do país na Europa democrática, que outros grandes objetivos se poderiam encontrar para fazer da revisão constitucional um marco decisivo da nossa história política e institucional?

A responsabilização plena dos parlamentares e dos governantes perante a opinião pública e o eleitorado, através de uma transparência de funcionamento do sistema institucional, tornará mais rigoroso o confronto dos projetos, mais sólida a escolha das alternativas e mais fecundo o enraizamento dos valores. Os atos eleitorais ganharão, por isso, um sentido mais integral e mais responsável. A revisão constitucional dará início a uma nova fase, mais sedimentada, das instituições representativas, fazendo recair fortes responsabilidades sobre o Presidente da República e esta Assembleia, sobre o Governo e os tribunais e ainda sobre os participantes diretos na ação política.

Na base de um desejável consenso, estou certo de que esta sessão legislativa não se saldará por um adiamento da revisão e antes levará a bom termo um trabalho tão auspiciosamente empreendido pela respetiva comissão.

A revisão constitucional de pouco valerá, porém, se ao mesmo tempo não se realizar um esforço de responsabilização política por parte das forças partidárias e das correntes de opinião.

Mais do que uma palavra, a democracia deve significar uma obra. Só assim a entenderão os que trabalham e que desejam ver na realidade final do funcionamento livre do sistema político uma realização concreta, e não uma promessa adiada. Só assim nela confiarão as jovens gerações.

A dispersão funalizada das polémicas e a paixão pela retórica têm de dar lugar a uma análise rigorosa dos problemas nacionais e ao encontrar das metodologias mais eficazes para vencer os obstáculos e as dificuldades.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Todos desejamos mais desenvolvimento, mais participação, mais justiça social, mais liberdade corretamente entendida e por isto mesmo estamos plenamente conscientes de que é necessário obter mais operacionalidade, isto é, mais racionalidade legislativa e mais capacidade de resposta executiva e administrativa. Em outros países, ou em comparação com povos distintos, os portugueses pensam e trabalham por forma a merecerem a consideração geral. Em Portugal, porém, continua a faltar-nos a iniciativa, a organização o método, a perseverança para uma obra continuada. E este mal não atinge apenas os políticos, que não são melhores nem piores, são iguais aos outros portugueses,

este mal contamina os grandes corpos do Estado e alastra dos trabalhadores aos empresários, numa feudalização ou num individualismo que bloqueiam a renovação e a modernização do país. Ora, a democracia tem de ser também um sistema de organização da sociedade e do Estado, um ordenamento mais exigente, uma responsabilidade acrescida, uma eficácia maior na solução dos problemas concretos. A democracia tem de demonstrar na prática, e não só na teoria, a sua superioridade real como sistema político.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Se nestes oito anos a ditadura tivesse prosseguido, ainda hoje as famílias portuguesas, os jovens e os elementos das forças armadas viveriam o drama de uma guerra que se prolongava fora do tempo, fora da razão e fora do sentido.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — A variação dos governantes não existiria, as correntes de opinião não teriam consistência, os sindicatos e as comissões de trabalhadores não exerceriam qualquer ação fiscalizadora.

A comunicação social e a criação literária e artística continuariam ameaçadas pela censura.

Os opositores e dissidentes seriam perseguidos, encarcerados ou exilados. A autonomia regional dos Açores e da Madeira e o poder local democrático não estariam consolidados nem através deles se teria realizado o caudal de melhoramentos regionais e locais no que respeita à água, à luz, aos esgotos, às estradas e caminhos, à habitação ou ao desporto.

A segurança social persistiria em ignorar enormes estratos da população trabalhadora. A maior parte do país ver-se-ia ainda excluída da rede de saúde pública e dos cuidados médicos. Os transportes públicos não praticariam tarifas de alcance social.

Quantas pessoas estariam ainda privadas de férias ou dos meios mínimos de subsistência, ou do direito à obtenção de um simples passaporte, ou do acesso às mais elementares necessidades do consumo, ou da simples faculdade de darem a sua opinião sem o receio de, por tal facto, serem incomodados, vexados, marginalizados ou perseguidos?

Quantos trabalhadores se veriam impedidos de ascenderem a graus mais elevados de formação académica ou até universitária, em virtude da falta de condições nas empresas e nas escolas para a efetivação de tal desejo?

Como não seria mais severa a subida dos preços, sem sequer a possibilidade da pressão sindical!

Como persistiria o clima autoritário e de medo dentro das empresas e da Administração Pública e o obscurantismo, que nos impedia de ver cinema, observar os acontecimentos, escolher sem constrangimento a literatura, os jornais ou as revistas! Como não seriam menos autónomas instituições como a Igreja, as forças armadas ou as forças de segurança, a magistratura ou a diplomacia, os quadros técnicos do Estado ou os próprios jornalistas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Em que situação de maior controlo ou de dependência perante o arbítrio dos poderes públicos e das decisões do crédito não estariam a grande maioria dos industriais, dos comerciantes e dos agricultores?

E quantos presos políticos ou exilados continuariam a ser controlados por um aparelho repressivo e ignóbil e bem mais dispendioso no seu aparato do que qualquer instituição livre da democracia representativa?

Vozes do PS e da UEDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Um regime desses não daria a menor perspetiva de realização pessoal ou de esperança coletiva ao povo português e os saudosistas do seu regresso não têm qualquer autoridade política ou moral para dar lições à democracia portuguesa.

Aplausos do PS, do PSD, do CDS, do PPM, da ASDI e da UEDS.

Muito há ainda por fazer e a atitude própria do pluralismo é a constante insatisfação com a obra realizada, a crítica exaustiva aos erros cometidos, a melhoria constante das metas e dos métodos. Projetado para democratizar, descolonizar e desenvolver, o 25 de Abril consumou o essencial de um programa democratizador e descolonizador, mas ainda se não saldou por resolver a questão de desenvolvimento. Os índices preocupantes da estagnação agrícola e industrial, o aumento das importações e a quebra das exportações, o agravamento do défice das contas públicas e o elevadíssimo saldo negativo da balança de transações correntes, a falta de uma política de estímulo ao investimento e o peso das taxas de juro, a constante desvalorização do escudo e o *plafond* da dívida externa, a subida continuada dos preços e os níveis alarmantes do desemprego, todos estes fatores de forte incidência económica e social representam anomalias na concretização de um projeto de reforma e de progresso.

O que tem vindo a ocorrer no campo do ensino, dos transportes, da saúde e segurança social, do trabalho, do ambiente e qualidade de vida, do urbanismo e da habitação ou das comunicações não abona, por outro lado, em favor de um programa de desenvolvimento destinado à satisfação das necessidades básicas do povo português. Se se quer dar ao regime democrático uma dimensão concreta e positiva, torna-se imperioso não deixar degradar por mais tempo uma situação que já atingiu em alguns pontos limites verdadeiramente escandalosos de incapacidade e desleixo.

Piores que os ataques ao 25 de Abril feitos pelos seus adversários, que, aliás, a democracia tolera e não persegue, são a incúria dos seus responsáveis, a ligeireza dos seus hábitos parlamentares, a superficialidade de alguns dos seus governantes ou o negocismo instalado na sua Administração.

A democracia deve ser exigente com os seus agentes políticos, técnicos, militares e administrativos. Se a vida política se transforma numa vertiginosa sucessão de intrigas ou numa atividade meramente formal para deleite da casta que são os respetivos protagonistas, então o sistema democrático, cortado

da vida e das aspirações populares, isola-se a si próprio, é incapaz de entender os problemas reais da sociedade, definha e acaba por criar as condições adequadas à aparição de soluções autoritárias ou carismáticas, sejam elas quais forem. A pujança e a vitalidade da democracia reclamam que os seus dirigentes — no Governo ou na oposição — pautem a sua conduta por um escrupuloso sentido do dever, pela noção do primado do bem comum, e não do interesse individual ou de grupo, por uma ética de serviço à comunidade e por uma inflexibilidade constante na procura da justiça. A renovação dos hábitos e da mentalidade política nacional exige, naturalmente, a subordinação da política à moral, mas reclama também a colocação dos mais preparados nos lugares próprios, sem discriminações de qualquer espécie.

A qualidade, a eticidade e o grau de formação política dos responsáveis são o fundamento da ordem democrática, e não a impreparação, a improvisação, o proveito próprio, o compadrio ou a incoerência das opiniões, das ideias, dos programas, dos projetos, das atitudes ou das ações.

O país, embora o devore, reclama, não tanto o rodopiar sensacionalista das peripécias politiqueiras, mas uma política com objetivos de longo alcance, em que o momento presente seja valorizado na perspetiva de uma programação a prazo, com contornos definidos, com metas claras, com um elã centrado numa finalidade precisa. A fixação de um objetivo nacional para o sistema democrático e o seu enraizamento na consciência do povo português são a tarefa prioritária dos democratas de todos os quadrantes oito anos volvidos sobre o 25 de Abril de 1974.

Ao espetáculo, por vezes penoso e confrangedor, dos protestos e contraprotestos, que se arrastam indefinidamente, o sistema político representativo tem de contrapor os resultados efetivos e materializáveis do debate livre, mas nunca da discussão estéril.

A credibilidade geral das instituições democráticas não se compadece com o dilaceramento dos seus titulares em polémicas face às quais a opinião pública não entende o nexo nem o alcance real e, sobretudo, não vislumbra a menor consequência útil.

O espírito do 25 de Abril e a fidelidade aos seus ideais mais generosos e autênticos militam a favor de uma urgente renovação das práticas políticas, sem a qual, de resto, se não corrigirá o desprestígio das formações partidárias, a erosão dos titulares do poder político e a falta de confiança na arquitetura institucional do regime.

Convicto de que a força da democracia é superior ao balanço negativo das suas insuficiências e de que é por via do seu aprofundamento, e não da sua negação, que se emendam os seus defeitos, julgo ser de sublinhar neste dia e nesta sessão a importância de um consenso nacional em torno do regime e das instituições democráticas e pluralistas. Cada vez mais a democracia renovada tem que ser o quadro do nosso debate responsável, da afirmação das alternativas válidas e da resolução efetiva dos problemas portugueses. Assentemos de uma vez por todas na irreversibilidade do sistema democrático, na necessidade do seu aperfeiçoamento progressivo na saída dialogada, negocial ou consensual para os conflitos, na escolha livre e eletiva dos dirigentes, na participação consciente dos cidadãos, no papel fiscalizador de uma opinião pública corretamente formada e não distorcida, e veremos como a democracia é o regime mais adequado para exprimir e consubstanciar a riqueza da nossa tradição humanista e profundamente liberal e a experiência solidária e socializante do nosso comunitarismo e do nosso

municipalismo, a vocação europeia e universalista de toda a nossa história de povo autónomo e independente ao longo de oito séculos. Recusemos os traumatismos e os restauracionismos, não pactuemos com a esterilidade política, olhemo-nos tal como somos e cientes do que queremos ser.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Portugal democrático do 25 de Abril não deve estar a saldo de qualquer abdicação, ceticismo ou comodismo, no plano interno, nem de qualquer hegemonia descaracterizadora, no plano externo. Saibamos responder com coerência e com vontade aos desafios que a nossa geração enfrenta, modernizemos a sociedade que nos foi legada e Portugal será a grande nação que pode e deve ser, a democracia sólida e adulta em que os portugueses se querem reconhecer, o regime que não oprime nem estupidifica, mas antes liberta e responsabiliza, em suma, as instituições que, solidariamente, por atos, e não por palavras, ajudam a construir um país diferente, uma sociedade mais próspera e mais justa, sem miséria, sem medo, sem vingança e sem ódio, um Portugal melhor para as mulheres e os homens de hoje e para os que vierem depois de nós.

É por aquilo que fomos capazes de realizar, e não por aquilo que formos capazes de prometer ou de lastimar, que os nossos filhos e a nossa história avaliarão as nossas ideias e a nossa generosidade e decidirão o juízo do futuro sobre as nossas ações. Demos então o nosso esforço nesta hora para que eles digam por nós que o 25 de Abril valeu a pena.

Aplausos do PS (de pé), do PSD, do CDS, do PPM, da ASDI (de pé) e da UEDS (de pé).

O Sr. **Presidente**: — Do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Tavares.

O Sr. **Sousa Tavares** (PSD): — Peço licença ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Presidente da Assembleia da República para, antes de iniciar o meu discurso, frisar duas notas. A primeira é que, sendo Portugal um país empenhado na realização mundial da paz, na solução de todos os conflitos internacionais pela negociação e pela arbitragem, é com tristeza e preocupação que acabamos de tomar conhecimento do início de atos de beligerância no conflito das Malvinas ou Falklands, o que particularmente nos atinge, na medida em que esse conflito se trava entre duas nações a que nos unem relações de amizade, sendo uma delas a Inglaterra, nossa aliada desde a nossa crise de independência no final do século XIV.

A segunda nota é a seguinte: foi com indignação e desgosto que ouvimos aqui palavras de insulto dirigidas ao Vaticano, filhas de uma ignorância de origem não democrática e que se encontram certamente deslocadas numa comemoração do 25 de Abril.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes dos Governos e das Assembleias Regionais das Regiões Autónomas, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

«Vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar».

Este canto da resistência, que numa vigília célebre da noite de passagem do ano de 1970 foi o grito comum de todos os que em nome da mensagem cristã protestavam contra a indiferença coletiva perante a guerra de África, ressoa-nos hoje como uma mensagem de saudade.

Porque o sentimento que sempre nos domina cada vez que o calendário inexorável do tempo marca o fim de mais um ano sobre o 25 de Abril, é uma saudade cada vez maior, cada vez mais intensa do tempo em que a esperança se tornou verdade.

Vivemos a esperança todo o espaço de uma vida. Em cada dia repetimos a frase angustiada de Sena: «Não hei de morrer sem conhecer a liberdade.» Tal como uma gestação dolorosa, a liberdade crescia em nós como um fruto.

Era uma promessa, uma exigência, uma fidelidade mantida com sofrimento e renúncia. Era uma vida substituída, mas era uma vida em plenitude.

A plenitude do protesto, a plenitude da revolta, dos gestos dolorosos que pareciam inúteis, mas que deixavam, ao longo dos dias, um sulco profundo da consciência intelectual da verdade e da consciência moral do dever difícil.

Porque era difícil assumir a revolta como forma de vida. Era difícil, entre o «negro da terra e o branco do muro», seguir a vereda estreita da fidelidade a um ideal proibido.

Mas nós «vimos, ouvimos e lemos», não pudemos ignorar. E todo o gesto, toda a tentativa frustrada, todo o protesto sufocado, toda a palavra silenciada foi uma longa, exaltante, dolorosa e viva exigência de dar testemunho dessa verdade, que não podíamos ignorar.

É mais difícil às vezes ser herói uma vida do que um dia.

Nunca mais pudemos ignorar «essa gente, cujo rosto, por vezes luminoso e outras vezes tosco, ora nos lembra escravos, ora nos lembra reis».

Nunca mais pudemos ignorar a tocaia sombria dos homens que iam de madrugada à caça de outros homens. Nunca mais pudemos ignorar a sede de justiça dos homens que contra nós se revoltaram em África, para poderem assumir a sua própria e essencial dignidade.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — O fruto da liberdade cresceu em nós como um filho no seio da sua mãe. E quando o 25 de Abril o deu à luz, sentimos que essa liberdade que nascia estava ligada a uma responsabilidade que era nossa, que ali se realizava a promessa da vida, ou o manto da morte estendia para sempre a sua sombra sobre a seara da esperança.

Saudámos o 25 de Abril com a exaltação das manhãs de primavera, com a alegria de tocar o sonho, com a sensação nova de acordar sem medo. Era como a criação de um mundo novo, outras praças, outras ruas, outra face humana do poder, outro canto, já não de resistência escondida, mas um canto de realidade e de triunfo.

Nunca mais o poderemos esquecer...

Aplausos do PSD, do PS, do CDS, do PPM, da ASDI e da UEDS.

... e nunca mais poderemos esquecer a gratidão pelos homens que o fizeram.

Oito anos passados, morto o romantismo da revolta, a lei da realidade da vida impôs a dura necessidade de construir a Pátria. Terminado o ciclo da expansão ultramarina, o homem português, regressado à sua dimensão europeia, tem perante ele um país empobrecido, em que as fontes primordiais da riqueza foram tradicionalmente substituídas pelo produto da aventura. Terra dura, em que não mana nem leite nem mel, em que só um longo e paciente trabalho a pode transformar no lar de um povo. De um povo que traz consigo uma cultura, uma consciência de unidade nacional, possivelmente a mais antiga da Europa, uma poesia ímpar, uma criação teórica de liberdade afirmada nos momentos decisivos da sua história coletiva.

Em face da terra, o homem. Diminuído intelectualmente pela limitação da escola, inapto para o trabalho pela inexistência de preparação técnica, fisicamente ferido pelas condições generalizadas de miséria e de subalimentação na idade infantil. Uma trágica percentagem de deficientes físicos, a maior proporção de analfabetismo da Europa, uma generalização do trabalhador indiferenciado.

E em face da terra e do homem, o Estado. Um Estado burocratiza- do, providência sempre e inimigo sempre constituído numa máquina pesada, com uma inveterada tendência para a inércia, uma separação doentia da coletividade, uma indiferença perante os interesses e os direitos individuais dos cidadãos.

É com estas três realidades, a terra que temos, o povo que somos e o Estado que herdámos, que a Revolução de 25 de Abril, pondo fim à aventura ultramarina, absurdamente prolongada para além do tempo histórico, nos colocou perante a necessidade de reconstruir Portugal.

Com a liberdade, a Revolução trouxe, como era inevitável, as ideologias divergentes. E deixou atrás de si o próprio mito, ou seja, o sonho da solução revolucionária permanente.

A redenção totalitária unida à demagogia pôs em sério risco a liberdade democrática. A perversão que Hegel introduziu na palavra "democracia" e que o marxismo recolheu retirou-lhe o conteúdo de governo do povo para o transmutar em governo autocrático, apoiado na força, utilizado por um grupo organizado de dirigentes usurpando a totalidade do poder político e do poder económico.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — A essa tentação salvífica e messiânica, em cuja fogueira tem ardido a liberdade de inúmeras nações, soube resistir o povo português. E não devemos esquecer que, fosse qual fosse o desvio ideológico do 25 de Abril, as forças armadas souberam respeitar na sua essência a promessa fundamental de garantir ao povo português o direito de votar livremente, e de, através do seu voto, escolher o seu destino político.

Aplausos do PSD, do PPM, da ASDI e de alguns Deputados do PS e do CDS.

Atingimos ao fim de anos uma maturidade democrática e uma solidez institucional que não parece termos atingido na I República. E o esforço coletivo em que nos encontramos empenhados de revisão constitucional tem sido uma busca árdua e honesta para aperfeiçoamento do sistema de poder e simultaneamente de invenção de soluções inteiramente nossas, sejam quais forem as pressões que sobre o processo se hajam exercido. É evidentemente difícil a construção harmoniosa de um edifício político que assente no princípio basilar da representação parlamentar e do Governo legitimado por essa representação, de simultaneamente exata expressão não conflituante à chefia do Estado, eleito também por sufrágio universal. A divergência é possível e talvez seja, por vezes, inevitável, uma vez que o sistema eleitoral adotado desenhou um quadro partidário que não proporciona a formação fácil de uma maioria que, por hipótese, coincida com o eleitorado presidencial.

E por isso é necessário que a figura constitucional do chefe de Estado, transcendendo os partidos e situando-se num plano de arbitragem institucional, em face da qual seja efetivamente possível a alternância do poder político, não invada o terreno em que a instituição partidária deve ser privilegiada. Só assim será possível uma construção harmoniosa do futuro e a preservação da autoridade e da majestade institucional da chefia do Estado.

Temos nós, sociais-democratas, procurado com empenho contribuir para a equação perfeita do poder. Da mesma forma como, dominados por uma preocupação de genuidade democrática e aceitando plenamente a exigência do conteúdo social e económico ao lado do valor político no conceito atual de Democracia, procurarmos que essa socialização real da sociedade e da vida, penetrada por um profundo sentido de justiça e por uma responsabilidade coletiva da Nação, pelo destino e realização de cada homem, não se traduza num preconceito de coletivização forçada das forças produtivas.

Perante a situação grave em que sabemos mergulhada a Nação portuguesa, não procuramos demagogicamente esconder que é a insuficiência da produção em face das exigências do consumo coletivo que constitui a base fundamental do desequilíbrio nacional. Sabemos que o desenvolvimento acelerado da produção requer uma formação maciça de capital fixo, não coadunável com a possibilidade nacional de poupança nem com a degradação financeira do Estado.

E por isso impõe-se, para nós, uma escolha segura e firme das opções de desenvolvimento e dos sistemas necessários ao seu financiamento. Recusamos e temos recusado obter esse financiamento através de uma absorção pelo Estado de parte do já reduzido poder de compra da coletividade.

Impõe-se, para isso, que as opções de desenvolvimento incidam, de acordo, aliás, com as necessidades primordiais do consumo, em formas de atividade produtiva em que seja menor a incidência de capital investido, maior o recurso à mão de obra e mais rápida a possibilidade de obtenção de resultados produtivos a curto prazo.

Aplausos do PSD, do PPM e de alguns Deputados do CDS.

Como sociais-democratas, os deputados do PSD não querem nem aceitam que a salvação do Estado resida no aumento do sofrimento do povo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — E se a reivindicação imponderada e inconsciente, muitas vezes utilizada, aliás, como forma de combate político, tem de ser denunciada como processo de desagregação nacional, não devemos nunca esquecer que o 25 de Abril que aqui comemoramos foi e tem de ser para o nosso povo uma promessa de liberdade e uma esperança de dignificação em toda a extensão do humano, que não pode de forma nenhuma ficar frustrada.

Aplausos do PSD e do PPM.

Ligados a um conceito dinâmico de evolução social e amarrados a uma exigência de liberdade que se traduz na permanente construção do Estado de direito, nós, sociais-democratas, verdadeira charneira da nação, quer sob o aspeto ideológico, quer em termos de composição social, recebemos a herança democrática do 25 de Abril e queremos que ela se transmita às gerações futuras, íntegra na sua pureza e fecunda nas suas virtualidades, como a fonte inspiradora em que se saciem todos aqueles que têm fome e sede de justiça e que, como alicerce de uma democracia sólida, a mensagem revolucionária e libertadora do 25 de Abril não se perca no atoleiro das paixões políticas, das ambições pessoais ou das miragens messiânicas das massas.

Aplausos do PSD (de pé), do CDS (de pé), do PPM (de pé), da ASDI e de alguns Deputados do PS.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República Oliveira Dias**: — Sr. Presidente da República, Ex.mos Convidados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros, Srs. Deputados: Desde há oito anos que o 25 de Abril é dia grande em Portugal. É o Dia da Liberdade; é o dia da alegria da libertação que se exprimiu e se exprime por toda a parte e que, nesta Câmara, se assume e manifesta também, até porque vai mal um povo em que a alegria se afaste do pensamento, do sentir e do falar dos políticos e das assembleias políticas. Na verdade, é essa alegria de ser livre e de viver em liberdade que, em primeiro lugar, nos reúne aqui. E com ela são também motivos diretos desta sessão festiva sentimentos de homenagem e de agradecimento.

Agradecimento e homenagem que englobam naturalmente tudo e todos quantos contribuíram para essa libertação que vivemos há oito anos. Agradecimento e homenagem que se dirigem, em primeiro lugar, àqueles que, de alma limpa, nesse dia ousaram jogar o seu destino pela liberdade da Pátria e de todos os portugueses — e que souberam vencer.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e da ASDI.

Mas homenagem e agradecimento também a todos quantos, ao longo destes oito anos e sobretudo nos meses e nos dias decisivos de 1975, pelo meio dos enganos, das dificuldades e das ameaças, foi na liberdade de todo o povo que apostaram, que se empenharam e que, também eles, souberam vencer.

Aplausos do PSD e do Deputado Jorge Miranda, da ASDI.

De facto, a seguir ao primeiro triunfo dos militares, foram civis e militares que fizeram vencer a liberdade, correspondendo, cada qual à sua maneira própria, à afirmação mais profundamente significativa do programa do movimento — aquela em que os militares se recusaram a tornar-se donos ou tutores do poder que pelas armas assumiam, para se limitarem, nobremente, a tomá-lo aos que de facto o detinham, para o devolverem ao povo, a fim de que o povo pudesse passar a escolher livremente, como sempre foi e é seu direito, os seus caminhos e os seus objetivos, segundo a vontade da maioria, no respeito por todos, na pluralidade natural, legítima e desejável das propostas, segundo os métodos corretos da sua afirmação e apuramento num regime democrático, e aceitando com naturalidade e sem rancores o resultado de sucessivas eleições. Com a liberdade, foi a revolução de Abril de 1974 que tornou possível a democracia representativa em Portugal e foi em 25 de abril de 1975 que se realizaram as primeiras eleições livres em Portugal, depois de 50 anos em que elas estiveram suprimidas.

Estamos aqui porque houve muitos que, antes do dia 25 de Abril de 1974, nesse dia, e desde então para cá, pela liberdade e pela democracia se bateram, como militares quando foi preciso, como civis e como cidadãos, no dia a dia de uma esperança que não morreu, mesmo perante fraturas muito fundas entre portugueses e ameaças à sua própria identidade coletiva. Estamos aqui porque houve muitos que por amor à liberdade — à liberdade dos outros que a sua própria, pessoal, bem entendida, começa por reclamar-se dispuseram a lutar, a sofrer e a morrer. Porque houve muitos que sofreram; porque houve bastantes que morreram.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS, do PPM, da ASDI e da UEDS.

Na alegria de nos afirmarmos cidadãos livres de uma pátria livre, homenagem, pois, a todos, militares e civis, que tornaram possível a liberdade em Portugal. Honra e glória aos que sofreram e aos que morreram.

Aos que estamos livres, a todos os portugueses que somos livres, para além da alegria e da esperança, a responsabilidade de termos nas nossas mãos, o destino da Pátria e do povo, uma parcela importante do destino da Europa e do mundo — multiplicando pelos milhões que somos, toda a imensa responsabilidade que a vida de um só homem representa. A responsabilidade de confirmar a liberdade como expressão maior do sistema democrático, através do qual, além da sua permanente garantia para todos, se assegura a justiça e não a discriminação, o progresso e não a estagnação ou os complexos de inferioridade, a paz e não a conflitualidade e os antagonismos, como sistema, ou como objetivo. É que não basta florir as ruas, as salas, ou mesmo os sentimentos, não basta agradecer a quem é devida gratidão, para corresponder à data que hoje celebramos. Sobretudo quando a comemoramos aqui, nesta Assembleia, com a honrosa presença do Sr. Presidente da República, ele e também nós, deputados, eleitos para as responsabilidades específicas de um e de outro dos órgãos de soberania, e tendo presente o Governo, não basta festejar a liberdade, não basta homenagear quantos contribuíram para a libertação, não basta a esperança vaga dos idealistas ou dos sonhadores.

O 25 de Abril tem de ser um dia em que se sentem e se afirmam responsabilidades muito profundas, e em que sobre elas é obrigatório refletir.

Ao contrário do que parece nos dias mais decisivos ou quando eles se evocam, a liberdade e o regime democrático não se acabam de fazer, não se fazem num dia. Fazem-se ou desfazem-se para os homens ao longo de uma vida inteira, para as instituições e para os povos ao longo dos dias, das vidas, das gerações e dos séculos. Perante a liberdade e as suas exigências, perante o compromisso que nos vincula ao sistema democrático, todos somos e os eleitos pelo povo de uma maneira muito especial — sempre responsáveis.

O povo português quer ser livre, é capaz de ser livre e é maturamente responsável ao assumir a soberania que lhe pertence e, espero, em breve acabará de lhe ser plenamente devolvida, quando a estrutura dos poderes do Estado passe a ser única e puramente definida por mecanismos democráticos, sem sombras, sem tutelas, nem mais situações excecionais ou especiais.

Mas importa, repito, refletir acerca do que é isso de ser livre, em termos pessoais e coletivos. O que é que a liberdade significa e requer, que é que nos exige a cada um de nós, em si e na vida de sociedade e da nação, designadamente àqueles que fomos eleitos e que aqui estamos, no Parlamento; que é que nos reclama o presente e o futuro livre do povo português; que relação é que há entre a liberdade e um sistema político que a assegure mas que, com ela e por ela mesma, garanta aos povos, aos homens, às mulheres, às crianças e aos velhos, aos fracos e aos fortes, a justiça concreta, o progresso global e pessoal, a paz ativa e positiva que está inscrita, no íntimo das pessoas normais, como causa e consequência permanente e indissociável da verdadeira liberdade. Como vamos assegurar liberdade, justiça, progresso e paz, vividas e verificadas no perfil concreto das situações individuais, porque são estas que exprimem a profundidade dos resultados e são elas que não perdoam, nem à abstração dos matemáticos, nem à técnica dos propagandistas, nem à demagogia dos políticos menores.

Tudo isto são temas de reflexão que julgo obrigatórios, hoje, 25 de Abril de 1982, perante o povo português e na presença de V. Ex.as porque, de facto, no Dia da Liberdade, nesta Câmara que é a expressão mais típica do regime de democracia representativa, ou aceitamos os reptos da liberdade que se mantêm abertos, ou não seremos dignos de estarmos colocados na primeira linha dos que são responsáveis em absoluto pela sua garantia e por todas as suas consequências. Mesmo em termos relativos, as nossas responsabilidades tornam-se mais exigentes de dia para dia, até porque a liberdade deixou de ser predominantemente um objetivo, para passar, feliz e auspiciosamente, a ser cada vez mais um pressuposto.

A revolução já tem oito anos. Entre muitas outras coisas, isto significa que este ano atingem a maioridade civil e política, são eleitores e elegíveis portugueses que eram crianças de 10 anos quando ela se deu. Para muitos, mas para estes em particular, os termos de comparação não podem reportar-se pessoalmente aos tempos do regime deposto, da censura e da polícia política, das guerras de África. Os próprios pontos de partida dos seus raciocínios, a sua experiência e as suas exigências são muito diversas das dos homens que despontaram para a consciência durante ou mesmo antes desse tempo em que não havia liberdade em Portugal. Talvez pensando nesses que chegam à plena capacidade civil e política com a liberdade como pressuposto adquirido, nós possamos entender melhor que não basta já falar dela e senti-la por toda a parte para se ficar deslumbrado. É preciso responder às

suas exigências e demonstrar positiva e ativamente para que é que ela serve; para que queremos nós a liberdade; porque é que é tão grande o dia 25 de Abril.

Esta reflexão, especialmente oportuna nesta data, não se esgota hoje. Tem de estar para sempre no espírito dos portugueses, tem de estar sempre nesta Assembleia e tem — seja-me permitido sublinhá-lo com energia — tem de estar presente quanto a esta Assembleia. A Assembleia da República Portuguesa é, decerto, um dos parlamentos mais livres do mundo e — por definição e por convicção — está aberta a todas as críticas, como está consciente de todas as dificuldades do seu funcionamento que outros porventura ignoram ou minimizam. A Assembleia da República assume integralmente a sua responsabilidade, mas também a sua dignidade, de instituição chave na defesa e manutenção da liberdade, do regime democrático e, portanto, da prossecução de todas as suas virtualidades, em Portugal e para os portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — A sua composição diversificada e pluralista, de acordo com a vontade do eleitorado, expressa em votações livres, assegura a abertura do poder legislativo e do executivo que nele se apoia, à regra da alternância. A dignidade e a importância do Parlamento, eleito livremente, não devem ser contestadas — e aqueles que o atacam ou pretendem comprometer têm de saber que é contra o próprio âmago do regime que atentam. De facto, e no âmbito das instituições, é esta Assembleia que mais profunda e diretamente significa o triunfo dos ideais democráticos do 25 de Abril que hoje celebramos.

A revolução foi, reafirmou-se que era e é o retomar da tradição interrompida de um regime de democracia representativa parlamentar em Portugal. Por isso na história desta Assembleia, como na história do povo português aqui representado, essa data ficou assinalada de uma maneira tão peculiar. Por isso é que nas próprias paredes desta casa deve ficar assinalada a Revolução de Abril, o triunfo da liberdade e a nova era do regime parlamentar em Portugal.

O Sr. **Rui Pena** (CDS): — Muito bem!

O **Orador**: — E é depois de ter ouvido todos os grupos parlamentares e partidos representados nesta Casa que hoje daqui lanço, nesta data, simultaneamente um apelo e um desafio aos artistas portugueses. A Assembleia da República vai abrir concurso público para que os cinco arcos da parede do átrio do Palácio de São Bento sejam preenchidos por um conjunto de pintura mural em que fique assinalada, para nós e para os que hão de vir, a memória do 25 de Abril.

Aplausos gerais.

Estou certo de que os pintores portugueses saberão corresponder a este desejo nosso e a este repto e que, assim, quem entrar nesta Casa veja sempre o que para o Parlamento português foi, é e será esse marco da história portuguesa.

Para que o regime funcione e a Assembleia se prestigie, como é indispensável, importa conseguir melhorar as condições do seu funcionamento. Para isso estão em curso trabalhos de adaptação deste Palácio que, respeitando o monumento, o tornem mais adequado às necessidades de hoje. Penso estarem reunidas as condições necessárias para a elaboração do programa e para a planificação de um edifício suplementar, em terrenos cuja cedência à Assembleia está já prevista, muito próximo deste Palácio, edifício que se afigura indispensável para, neste conjunto formarmos a velha Câmara num parlamento moderno. Assinalo e agradeço a compreensão e o empenho expressos na viabilização e concretização destes projetos por parte do Governo — designadamente do Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes e do Ministério dos Assuntos Sociais — e por parte da Câmara Municipal de Lisboa.

Com o mesmo objetivo estão em curso também estudos que hão de contribuir para a revisão da orgânica dos serviços desta Assembleia e que, além dos contributos de vários partidos, contam com a cooperação dos serviços técnicos da OCDE, bem como do Ministério da Reforma Administrativa. Também a este respeito se assinala a boa recetividade do Governo em relação aos pedidos que lhe foram apresentados e que acolheu ou transmitiu.

São trabalhos que terão de se fasear e concretizar numa interligação de esforços, assegurando a necessária conjugação dos vários planos de trabalho com o empenhamento e o interesse de todos os grupos parlamentares, que, aliás, têm acompanhado, participado e colaborado nestas iniciativas.

Não é possível modificar estruturas nem métodos e sistemas de trabalho em prazos curtos. Estou certo, porém, de que o processo está em curso e de que prosseguirá, de modo a assegurar melhorias muito significativas da capacidade de correspondência desta Câmara às suas grandes responsabilidades e a tornar possível a todos os que aqui trabalham, desde os deputados aos funcionários, até aos órgãos de comunicação que diariamente nos acompanham, melhores resultados, sem dispêndio inútil de energia e capacidades que podem ser melhor aproveitadas.

Sr. Presidente da República, Ex.mos Convidados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros, Srs. Deputados: Na alegria, no agradecimento e na homenagem, em liberdade, na reflexão, a trabalhar, com o sentido da sua responsabilidade, a Assembleia da República vive as comemorações desta data.

Com os mesmos sentimentos, com o mesmo espírito, com a composição que o povo lhe dá e lhe der em eleições livres, a Assembleia da República significará sempre que a liberdade se vive e que o regime democrático funciona.

No Portugal livre, a Assembleia da República procura superar as suas dificuldades, assumir cada vez melhor e mais profundamente as peculiares e paradigmáticas responsabilidades que o regime de democracia representativa lhe atribui e lhe confia.

Este é o nosso compromisso. Esta é também a nossa maneira de celebrar o 25 de Abril e de dizer ao povo que nos elegeu que, na liberdade que então abriu, aqui estamos para assegurar a sua defesa, para aprofundar as suas consequências e para definir, segundo a vontade do eleitorado, os quadros legais em que as perspetivas e os anseios se transformem em realidades, no presente e no futuro de Portugal.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS, do PPM, da ASDI e da UEDS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra S. Ex.ª o Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República Ramalho Eanes**: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Deputados, Portugueses: Estamos a viver tempos difíceis. Para muitos, tempos de desilusão e de frustração, porque não encontram o resultado das promessas em que acreditaram e que a liberdade e a democracia justificam. De nada servirá pretender ocultar o desânimo e as críticas que, por todas as formas, nos são transmitidas.

Aqueles que, na vontade do povo, encontram e assumem a sua legitimidade têm a obrigação indiscutível de reconhecer os factos tal como eles são. Esta é uma condição elementar de realismo. Mas é também essencial que todos os responsáveis democráticos assumam a verdade e as dificuldades, sem o disfarce da propaganda nem o da manipulação ideológica.

Só assim o apoio que recebem numa eleição é, como todo o poder em democracia, uma realidade contingente, dependente da capacidade que mostrarem ter para além desse momento eleitoral.

É também obrigação de todos os democratas não perder o sentido das perspetivas política e histórica em que se perfilam as reais dificuldades que se vivem no presente.

Ao contrário dos candidatos a ditadores, os democratas recusam a promessa de absolutos, as críticas demagógicas, a viciação deliberada das realidades históricas. Em democracia somos todos responsáveis. Por isso, são indicadores claros de que é preciso rever atitudes e decisões, os tempos difíceis que vivemos, os sinais de indefinição que se acumulam no nosso futuro, o desencanto e a perda de esperança que já se verificam em diversos comportamentos sociais. Estes indicadores dizem-nos que é preciso afirmar o sentido da negociação e do entendimento, mostram-nos que é urgente refazer a esperança, enfrentando os desafios sem fraquezas, com competência e com honestidade. São estes os objetivos essenciais do 25 de Abril, são estes os valores constantes do 25 de Abril, é esta a mensagem orientadora do 25 de Abril para o nosso futuro. Não se justificaria continuar a comemorar esta data se o seu significado ficasse confinado ao ato, localizado no tempo, do derrube de um regime autoritário, moralmente indefensável, socialmente injusto. O que hoje comemoramos não é o fim da ditadura, mas sim a afirmação da liberdade, da responsabilidade democrática, da solidariedade social. O que hoje comemoramos é a afirmação de uma moral política onde a justiça, em todos os seus domínios, não seja um mero artifício de linguagem que encobre a vontade de opressão e de exploração.

O 25 de Abril prometeu e realizou, pela obra coletiva de todos os portugueses, a institucionalização da democracia política, devolvendo a cada cidadão a liberdade na ação política e a legitimação do poder de cada um, através do seu voto, em sufrágios livres e respeitados.

É essa a conquista real que continuamos a comemorar, homenageando os homens e as mulheres que a realizaram e que a prolongam no futuro. A democracia que hoje vivemos, fundada em 25 de Abril e legitimada pela vontade dos Portugueses, reflete-nos a imagem exata do que somos, com as nossas virtudes e os nossos defeitos, com as nossas limitações e as nossas potencialidades. Não há solução política em democracia que recuse a legitimação do poder pelo sufrágio livre e universal, que não entenda o exercício do poder no respeito pela regra da alternância. Nesta mesma perspetiva, não há

solução política que não aceite a responsabilidade nacional que os detentores temporários do poder assumem, ao se comprometerem em não criar situações artificiais ou irreversíveis, com o objetivo de viciarem as condições e os pressupostos da expressão da vontade eleitoral. Na consciência da importância destas regras do comportamento político está o resultado principal da fase de transição, prevista na Constituição, e que termina agora, depois de cumprido o seu objetivo. Como foi constitucionalmente consignado, a fase de transição permitiu normalizar as relações democráticas, criando todas as condições para que se possa proceder a uma revisão constitucional esclarecida, politicamente informada, que seja um fator real de estabilidade.

Realizaram-se as condições necessárias à normal integração das forças armadas nas instituições democráticas.

Contra o que muitos receavam ou previam, as forças armadas souberam cumprir o seu compromisso com o 25 de Abril, contribuindo de modo significativo para a realização dos seus objetivos essenciais e obedecendo, com rigor e com dignidade, aos valores da ética que responsabilizam os militares nas suas funções nacionais. O Conselho da Revolução, instituição transitória do nosso sistema de órgãos de soberania, soube cumprir a sua missão constitucional sem nunca criar qualquer condicionalismo que ultrapasse o período de vigência da sua responsabilidade. Recordando o poder efetivo de que dispôs, com uma legitimidade constitucional indiscutível, deve-se sublinhar a moderação que sempre soube ter nas suas decisões e o modo como soube respeitar as indicações da vontade eleitoral. A contribuição do Conselho da Revolução para a normalização da instituição militar e para a estabilização das relações democráticas ainda poderá ser um tema polémico, sujeito como está aos efeitos das diversas tentativas de utilização que foi objeto este órgão de soberania político-militar.

Uma maior distanciação histórica e uma maior serenidade na apreciação dos seus atos virão provar que a sua difícil e complexa missão foi cumprida no quadro que a Constituição lhe atribuiu.

Durante este período de transição também foi possível reduzir às suas exatas dimensões as propostas políticas radicais, demonstrando-se pela força dos factos, que nem tinham acolhimento eleitoral suficiente, nem eram suscetíveis de realização.

A função dos partidos, como organizações indispensáveis na atividade política em pluralismo, é reconhecida pelos portugueses, que sabem hoje quais são as suas potencialidades e as suas condições de funcionamento. Competindo-lhes a conceção de programas políticos, a apresentação e defesa de alternativas nos confrontos eleitorais competindo-lhes o exercício do poder e afirmação da oposição em respeito pela legitimidade do voto, são os partidos responsáveis pela criação de condições de expressão política dos cidadãos.

Do rigor com que cumprirem essa sua obrigação depende, em medida essencial, a vitalidade da nossa democracia, porque esta só existe quando os cidadãos se reconhecem na ação e nas decisões dos partidos em que votaram. Os equilíbrios institucionais estabelecidos entre os órgãos de soberania, assentes no princípio da solidariedade institucional, garantem que o poder só se exercerá com respeito pela expressão da vontade eleitoral em todas as suas manifestações e com todas as consequências que delas decorrem. As organizações representativas de interesses sociais puderam exercer a sua atividade no quadro das condições legais previstas, o que certamente lhes deu a oportunidade de aferirem o

realismo das suas propostas, o grau de adesão que souberam motivar e a adequação existente entre os seus princípios orientadores e as vontades que afirmam representar. Neste novo espaço de ação política integram-se como fundamentos estruturais do nosso Estado democrático a afirmação do valor constitucional das autonomias regionais e o reforço das condições políticas da sua plena realização no quadro dos interesses nacionais e em defesa das legítimas aspirações das populações insulares, bem como o processo de descentralização efetiva e participada do poder.

Em suma, a normalização da vida política, conseguida durante a fase de transição assegura que estão reunidos, no plano formal, todos os valores definidores da democracia e garante que eles serão confirmados e reforçados com a revisão constitucional que se encontra em fase de conclusão. A revisão constitucional, logo que concluída com respeito pelas suas normas legais, será a tradução formal do fim do período de transição. Não representa, em si mesma, uma alteração política essencial, pois nunca esteve na Constituição a razão real dos nossos problemas concretos.

Aplausos do PS, da ASDI, da UEDS, do MDP/CDE
e de alguns Deputados do PCP.

Mas é o sinal simbólico situado, repito, no plano formal da maturidade da nossa vida política.

Por isso mesmo se espera encontrar aí a tradução política do caminho consensual, a manifestação de uma vontade política que está consciente das suas possibilidades e a ponderação dos limites que a todas as conceções são impostos pelo facto de sermos uma democracia. A revisão constitucional tem, portanto, os seus parâmetros essenciais perfeitamente balizados, tanto no quadro legal como no quadro político.

Não há, assim, motivo para que se duvide da capacidade da Assembleia da República para cumprir, com rigor e com rapidez, este seu mandato expresso e imperativo de rever a Constituição, para que nenhum obstáculo exista, no plano formal, à afirmação da nossa maturidade política e à evolução natural das suas soluções. Nem sempre, no entanto, os progressos realizados nas dimensões formais da política encontram uma imediata correspondência nas realidades concretas, na vivência quotidiana, na resolução eficaz das dificuldades. Mas são, sempre, uma condição necessária para que a evolução política se possa processar em perfeita conformidade com o que é normal e límpido em democracia.

O que é normal em democracia é que exista da parte de quem exerce o poder um esforço determinado para superar diferenças, quando se verifica a continuidade e o agravamento das dificuldades, porque é necessário que não se desperdicem os meios de ação conjunta e a participação interessada dos cidadãos.

Compete, em primeira linha, aos responsáveis partidários apreciar a situação que vivemos e, respeitando os interesses sociais que representam, propor as soluções políticas que consideram adequadas. É desejável que da apreciação das soluções políticas que se apresentam, ou que se admitam como possíveis venham a resultar condições de maior eficácia na nossa ação política.

Tudo se deve fazer nesse sentido, porque é essencial evitar mais perdas de tempo, de meios e de confiança dos portugueses.

Mas se esse resultado desejável não se confirmar, o que é límpido em democracia é que a clareza das alternativas se apresente quando o agravamento das situações indiscutivelmente o exige. Teremos então de confiar que essa clareza e o rigor das alternativas políticas permitam aos portugueses, pelos modos constitucionais adequados, expressar a sua vontade. Este quadro de possibilidades que se abre no plano político não pode ser separado da preocupante evolução económica e dos seus efeitos na vida dos portugueses. Seria ilusório e injusto esperar dos responsáveis políticos a solução instantânea de todos os nossos problemas, sobretudo quando, como acontece no domínio económico, as dificuldades internacionais exercem uma significativa influência.

Contudo, é legítimo e é necessário exigir desses responsáveis a explicação regular do caminho que estamos a seguir, do sentido exato das medidas propostas e dos esforços que desenvolvem para criar uma base de entendimento alargada sobre essas questões vitais.

As nossas deficiências estruturais não encontraram ainda a resposta determinada, de conjugação de esforços privados e públicos, sem saudosismos nem complexos, que a democracia exige.

A orientação da política económica tem estado, por vezes, condicionada por argumentos de ordem eleitoral, tornando insegura a linha de rumo e subordinando as decisões económicas às particularidades da evolução política geral. Os comportamentos de muitos agentes económicas afastam-se de considerações de longo prazo, optando pela exploração de oportunidades momentâneas ou circunstanciais, invocando a inexistência de um horizonte estável e a falta de apoios indispensáveis.

Neste quadro de carência de motivações, de crise de confiança nas nossas próprias capacidades e de insegurança, perdem-se oportunidades reais, esgotam-se esforços vocacionados para o desenvolvimento, generaliza-se uma atitude de impotência perante as dificuldades e o risco. Esta é, em si mesma, uma atitude preocupante que os indicadores estatísticos confirmam.

Mas é uma situação tanto mais grave quanto se verifica no contexto da negociação da nossa adesão à Comunidade Económica Europeia, objetivo nacional que mereceu um largo consenso político e que tem de ser sustentado por uma vida económica dinâmica e afirmativa.

De facto, o que deveria ser um desafio estimulante para as nossas capacidades e um quadro racionalizador de atitudes e de decisões pode transformar-se num novo motivo de divisão e de dificuldade. A evolução verificada no plano da política social geral não é menos preocupante. As limitações materiais que neste domínio se colocam são condicionantes indesmentíveis. Mas não se pode esquecer que a justiça social e o sentido da solidariedade, valores indiscutíveis em qualquer sociedade moderna, são valores orientadores que se devem respeitar, quaisquer que sejam as limitações que os meios determinem. Não se exigem soluções perfeitas, mas espera-se uma atitude política comprovadamente orientada pela justiça e pela solidariedade social, uma atitude que não confunda a limitação dos meios com a criação de novas desigualdades sociais. Essa atitude de procura da justiça e de respeito pela solidariedade é ainda mais necessária quando se pede aos cidadãos o esforço, o sacrifício e a criatividade que são o capital humano da transformação económica. É nos períodos de dificuldades que os responsáveis políticos melhor revelam as suas verdadeiras capacidades e intenções. Também por isso é nesses momentos que maior atenção devem prestar à dimensão social da sua política, para que não se perca, no desinteresse e na desmobilização, mais do que se poderia vir a ganhar na eventual contenção dos custos.

Em qualquer caso, o êxito destas políticas não se pode separar do sentido mais geral do consenso político, da atitude de diálogo e de entendimento que se souber imprimir ao exercício do poder. Essa é a indicação da história política da Europa, que não podemos deixar de considerar como indicador precioso dos caminhos que queremos percorrer.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Portugueses: Vivemos, de facto, tempos difíceis.

São tempos que não permitem continuar a repetir muitas das promessas eleitorais, que a realidade se encarrega de reduzir à sua verdadeira dimensão.

São tempos onde o valor e o rigor das atitudes se devem sobrepor à facilidade das palavras.

São tempos que devem exigir uma meditação serena quanto à validade dos processos e das políticas gerais adotadas.

Em democracia não é aceitável a passividade e o imobilismo, como não pode haver hesitação na exigência de honestidade, de rigor, de competência, de integral dedicação ao respeito da liberdade e do direito de expressão.

Aplausos do PS, da ASDI, da UEDS, de alguns Deputados do PSD, do PCP e do Sr. Deputado Luís Coimbra, do PPM.

Hoje, quando vivemos tempos difíceis, poderíamos recordar os êxitos importantes que também obtivemos, prestando a nossa homenagem merecida a todos os que para eles contribuíram.

Desses êxitos fica a certeza de que eles foram conseguidos sempre que houve uma vontade determinada de consenso, de confiança na qualidade dos homens e na sua capacidade de entendimento, de respeito pelos portugueses, aceitando todas as implicações das suas opções políticas. Por isso, devemos recordar que em democracia o caminho da negociação, do entendimento e do debate responsável está sempre aberto.

A democracia portuguesa será continuada e a resposta eficaz às nossas dificuldades será encontrada por todos aqueles que souberem percorrer esse caminho, confiantes que é o único que merecerá o apoio dos portugueses. Este é o desafio maior que o presente a todos coloca. Também para ele temos resposta, na mesma atitude e na defesa dos mesmos valores que nos permitiram vencer outros desafios.

Estamos certos de que saberemos superar as dificuldades para, no essencial, se responder àquilo que, no seu conjunto, os portugueses exigem e merecem ver concretizado.

Aplausos do PSD, do PS (de pé), do CDS, do PCP (de pé), do PPM, da ASDI (de pé), da UEDS (de pé) e do MDP/CDE (de pé).

O Sr. **Presidente**: — Está encerrada a sessão.

1984

O Sr. **Presidente**: — (...) Está aberta a sessão. Tem a palavra o representante da ASDI, Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. **Magalhães Mota** (ASDI): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Não é fácil celebrar uma memória comum.

Porque, para o fazer, é necessária uma afirmação de identidade. Sermos os mesmos, a honrar o mesmo, permanecermos fiéis ao que fomos, querermos continuar. Por isso se diz que comemorar, acaba por ser uma festa de família.

Creio que, até por assim ser, o 25 de Abril não pode ser apenas memória.

É importante lembrar.

Lembrar que antes se emigrava. A salto, para a Europa. E por dentro, que é igualmente duro e dói ainda mais.

Lembrar que a liberdade foi esperança e sonho e sentido de muitas vidas. Lembrar também que foram capitães de Abril que nos deram a liberdade.

Lembrar que falamos de revolução — e não de golpe militar — porque nunca os militares pensaram confiscar em proveito próprio o poder político.

Lembrança pode ser agradecimento renovado.

Até do simbolismo com que no Largo de Camões, uma voz — a do atual Presidente de Honra das Comemorações do X Aniversário da Revolução — se pôde ouvir, porque o capitão Salgueiro Maia lhe cedeu um megafone.

É importante lembrar.

Porque nem hoje — e alguns de nós, pelo menos, o dizemos com mágoa — é consentido falar a esses mesmos militares.

Não se apaga a História. Só os totalitários a julgam poder emendar. Por isso a memória, grata ou buscando ajustes de contas, de desencantos e desilusões, de sonhos teimosamente reconstruídos, de esperanças vivas.

Não creio, retomando o que comecei por dizer, sequer possível celebrar o 25 de Abril como memória comum.

Temos de assumir que o 25 de Abril em que ficámos, com os outros, solidários e universais, foi há dez anos e que hoje, a sua lembrança, nos divide.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, outro tem de ser o sentido do que nos reúne.

Festejamos a liberdade.

E não é indiferente que o façamos em época de crise. Redescobrimos o valor positivo dos direitos do Homem. Sabemos hoje da sua capacidade protetora na vida quotidiana.

Apercebemo-nos de que os direitos e liberdades, ditos formais, são, afinal, profundamente reais, precisamente porque, para além das condições sociais, protegem o Homem.

Sabemos que a liberdade, não é um privilégio, mas uma prerrogativa de existência social dos homens.

Por isso, se não pode fazer encolher a liberdade à medida dos interesses.

Conhece-se o protesto de Tocqueville contra um sistema social em que o despotismo não tivesse necessidade de oprimir a liberdade por os homens perderem até o desejo de ser livres.

Nós queremos festejar a liberdade. E queremos comemorar futuro.

país com cerca de 1 milénio de história vivida, não queremos desistir.

Nem falhar encontros com a vida, nem perdermo-nos nos caminhos a achar.

Este é o desafio.

Para cada um de nós.

A não permitir que gelemos no que nos pareceu interessante. Ou que façamos, do que somos, profissão. Ou atitudes, em lugar de pessoas.

Cada um de nós tem de ser tão inteiro como a liberdade que nos habita.

Capaz de dizer sim e dizer não. Esse é o 25 de Abril que será.

Porque da democracia e da liberdade se pode dizer, como no poema, «quem tem uma obra, a obra o tem. Quem traz uma mensagem, há de lê-la e há de lê-la diante do Rei. Sufoca mas lê. Arqueja mas lê. E só pode cair por terra quando já a leu».

Aplausos da ASDI, do PS e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante da UEDS, Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. **Lopes Cardoso** (UEDS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: A distância que separa a esperança sonhada em 25 de Abril de 1974 e a realidade hoje vivida, distância feita dos nossos erros e dos nossos sucessos, das nossas certezas e das nossas dúvidas, das nossas ilusões e também das nossas deceções, das batalhas que se ganharam e se perderam, é no fundo a exata medida da nossa capacidade coletiva de enfrentar a vida e construir o futuro.

O 25 de Abril não é, nem poderia ter sido, o que cada um sonhou na manhã de há dez anos e no entanto o 25 de Abril está vivo no que foi o seu sentido mais autêntico: o da libertação de um povo, passo decisivo na libertação de outros povos.

Está vivo na promessa cumprida dos militares de Abril.

E se o ritual obriga a que lhes prestemos aqui e agora a nossa homenagem, mais importante seria que cada um de nós fosse capaz de, no dia a dia, lhes prestar a única homenagem que deles não desmerece: a homenagem de sermos capazes de respeitar a palavra dada, como, no seu conjunto, o foram capazes os capitães de Abril. Os que quiseram tudo já, os que se recusam a reconhecer que a revolução é uma longa paciência, desesperam e, no seu desespero, vão tecendo balanços catastróficos onde a palavra traição surge ao virar de cada linha.

Os neófitos da democracia, que se não conformam com uma democracia que é — por ser democracia — feita de conflitos e contradições, uma democracia que é também o direito ao erro e que é, sobretudo, a recusa dos que querem fazer a felicidade coletiva sobre os escombros do querer de cada

um de nós, descobriram as virtudes do apelo, por cima das instituições, a uma entidade transformada em mito — o Povo.

Os que se calaram perante as prisões, a tortura, a guerra colonial, não poupam hoje as acusações e as críticas ao regime democrático, esquecidos, talvez, que essas acusações e essas críticas contêm em si mesmas uma das mais belas homenagens ao 25 de Abril: o reconhecimento implícito de que o 25 de Abril lhes trouxe a liberdade de poderem formular essas críticas e essas acusações, sem peias nem riscos.

Aplausos da UEDS, do PS, da ASDI e de alguns Deputados do PSD.

Como eu gostaria de ter visto o Sr. Cardeal-Patriarca, com a mesma veemência e aplicação com que invetiva o Governo e as leis a que chama iníquas, denunciar, como o fizeram outros que se reclamavam e reclamam dos mesmos valores, os crimes da ditadura.

Não questiono, nem recuso, a S. Ex.ª o direito à crítica; foi para que também ele o pudesse exercer que, na insignificância da minha capacidade e da minha coragem, com outros lutei pela liberdade. Mas perdoar-me-ão que me não cale se o não vi reivindicar essa mesma liberdade quando ela nos era negada.

Fica-nos a certeza, ao ouvir S. Ex.ª, que a democracia existe e, porque a democracia existe, o 25 de Abril está vivo.

Aplausos da UEDS e do PS.

Os erros inevitáveis cometidos na aprendizagem da democracia são aproveitados para denegrir as instituições.

E, no entanto, as instituições estão vivas e, quer se queira quer não, os cidadãos reconhecem-nas como suas, até quando as criticam, até quando lhes apontam os defeitos; reconhecem-nas como suas, quando participam no seu funcionamento, com um interesse e uma persistência que vão desmentindo o tão decantado desencanto das gentes pelas coisas da República e da democracia. Dez anos depois do 25 de Abril, os partidos políticos, e com eles esta Assembleia, tornaram-se os bodes expiatórios de todos os males de que o país padece.

Cada vez com maior frequência se ouve, dos mais opostos setores do quadrante político, acusar os partidos de defenderem tão-só os seus interesses e a Assembleia da República de mais não ser do que o palco de intermináveis, estéreis e absurdas discussões.

Mas mais grave: aquele que é o garante último das instituições, vem juntar agora a sua voz à voz dos que prosseguem uma campanha continuada de descrédito da instituição parlamentar.

Por isso, Sr. Presidente da República, ouso dizer-lhe, desta tribuna que não é minha, mas a tribuna dos que me elegeram, que ao fazê-lo prestou V. Ex.ª, Sr. Presidente da República, um mau serviço à democracia reconquistada no dia 25 de Abril.

Prestou um mau serviço à democracia, lançando a dúvida sobre o comportamento dos deputados e, por consequência, quer o desejasse ou não, sobre a legitimidade desta Assembleia como expressão que é da vontade popular.

Nós, deputados, estamos aqui porque assim o quiseram aqueles que livremente nos elegeram.

Ao votarmos as leis que votamos, fazemo-lo no exercício do mandato que nos concederam. Mandato que não sofre outras limitações que não sejam as que a Constituição da República lhe impõe.

Mandato cuja dimensão e significado não podem variar ao sabor das circunstâncias ou das conveniências.

Ao votarmos as leis que votámos, fazemo-lo assumindo as nossas responsabilidades; todos nós, qualquer que seja o sentido do nosso voto. Aos outros mais se não pede que assumam igualmente as suas. Em democracia, os que nos elegeram serão os juízes do nosso comportamento. Haverá talvez quem pense que, ao dizer o que digo, estou a ser no mínimo descortês para com V. Ex.ª, Sr. Presidente, no mínimo inconveniente, dizendo o que disse num dia que se quer de festa: a festa da liberdade.

Mas porque a cortesia não se confunde com a hipocrisia e porque esta é a festa da liberdade, entendi que, no uso dessa liberdade, devia dizer aquilo que disse.

É que talvez uma das formas de respeitarmos essa liberdade seja o aprendermos a falar, sem rodeios, sem subterfúgios, sem simulações. Também foi para isso que o 25 de Abril se fez.

Aplausos da UEDS, do PS e de alguns Deputados do PSD e do CDS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Assembleia da República é, sem dúvida, o órgão de soberania mais vulnerável, sendo, no entanto, ou talvez por isso mesmo, o de mais transparente funcionamento. Por ela passa hoje uma das primeiras linhas de defesa do regime democrático.

O seu funcionamento está muito longe de ser perfeito; os deputados longe de corresponderem sempre, senão porventura a maior parte das vezes, ao que deles esperavam os que os elegeram; o sistema eleitoral comporta vícios que cavam o fosso entre eleitos e eleitores. Nenhum de nós ousará, em verdade, negá-lo.

Importa corrigir o que é possível corrigir. É urgente encontrar soluções que potenciem as virtualidades do Parlamento e lhe reduzam os defeitos. Sem dúvida. Mas só por estultícia, ingenuidade ou má-fé se pode tomar o todo pela parte, recusar as instituições porque não são perfeitas; no fundo, lançar fora a criança com a água do banho.

Os acusadores acima de todo o partido, os que se pretendem acima de toda a suspeita, o que é que nos propõem em troca?

Terão refletido nesta coisa simples de que o confronto de ideias e projetos é a própria essência da democracia? Que os consensos possíveis em cada momento terão de nascer desses confrontos e não situar-se acima deles?

Terão compreendido que a Assembleia da República é, no fundo, a expressão possível, ainda que distorcida, do país real? Imagem que reflete, mesmo que deformada, os seus defeitos e as suas virtudes, não imagem feita à semelhança do que gostaríamos que fosse.

Os espelhos construídos para nos devolverem o perfil de um país idealizado, o eco das virtudes da raça, da piedosa bondade do povo ou da sua omnisciência ignorada; para nos trazerem o reflexo bem-comportado de uma ordem imposta ou de um unanimismo feito na negação das diferenças, conhecemo-los, Srs. Deputados, por demais.

E os que se esfalfam a sublinhar as imperfeições do sistema, os riscos que inevitavelmente comporta, deveriam dizer-nos, primeiro, claramente, para onde querem ir, para onde nos querem levar.

É que se porventura não sabemos para onde nos pode encaminhar a conflitualidade de interesses assumida pelos partidos e traduzida no funcionamento das instituições, sabemos bem demais para onde nos arrastaria o calar dessa conflitualidade.

Os partidos não são por si sós a democracia, mas não há democracia sem partidos políticos.

Aplausos da UEDS e do PS.

A democracia representativa não basta, mas a democracia de «base», a democracia «participativa», nunca existirá sem ela. Democracia representativa e democracia participativa não se opõem, completam-se. Uma é o garante da outra, uma serve ao aprofundamento da outra.

Se a democracia de base dá corpo à participação coletiva em torno de interesses imediatamente comuns, os órgãos da democracia representativa são as instâncias onde, do conflito entre interesses díspares, terá de surgir a necessária síntese, a indispensável arbitragem. A democracia de base não é, não se confunde, nem se realiza na oratória ambiguamente paternalista de uns quantos iluminados falando em praças cheias, onde, após o discurso, surja uma resposta popular, emocional e confusa, resultado da maior ou menor capacidade de comunicação dos que assim julgam «falar ao povo». A participação popular realiza-se no dia a dia, e no dia a dia se vem construindo desde o 25 de Abril: nas coletividades, nas autarquias, nos sindicatos, nas comissões de trabalhadores, nas organizações recreativas, culturais, desportivas, que por todo o país se fazem e desfazem, mas que por todo o país vivem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os balanços do 25 de Abril não deveriam ser a expressão das ilusões ou desilusões de cada um. O esforço que devemos aos que o fizeram e ao povo que o transformou numa revolução é um esforço de verdade, de apreciação séria, de análise do que foi, de imaginação e de coragem, para tentarmos criar coletivamente aquilo que será.

Vivemos dez anos de esperanças e de desilusões, de experiências partilhadas e de conquistas limitadas, mas reais. Conservar essas conquistas é importante, aprofundá-las é talvez mais importante ainda, porque só o seu aprofundamento as irá tornando irreversíveis. Caminhar em frente foi sempre, e é ainda, o papel das forças de esquerda; nessa caminhada fica aos conservadores o papel que é o deles: "conservarem" as conquistas da esquerda, quando esta as aprofunda e ultrapassa.

Se a revolução é uma longa paciência, continuar Abril terá de ser, para quem Abril foi a conquista da liberdade e o abrir de portas de um futuro diferente, o empenhamento num projeto que dê expressão aos anseios mais profundos do nosso povo.

As forças socialistas e democráticas podem, se assim o quiserem, ser as portadoras e protagonistas de um tal projeto. Assim sejamos capazes de o querer.

Aplausos da UEDS e do PS.

O Sr. **Presidente**: — Em representação do MDP/CDE, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Tengarrinha.

O **Sr. José Manuel Tengarrinha** (MDP/CDE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: Voltemos atrás dez anos. Há dez anos, isolado, incomunicável, numa pequena cela. Durante o dia, apenas meia dúzia de palavras, com o carcereiro. Era o silêncio total, o completo isolamento. Nada sabia do que se passara lá fora. Todo o dia 25 de Abril foi ainda vivido sob o fascismo, a prisão, a tortura.

Ao princípio da noite, sinais na parede informavam que tinha havido uma revolução. Revolução dos ultras, como há tempo se ouvira, seria a liquidação imediata; revolução democrática que sabíamos preparar-se, possivelmente também. Lembrava a ameaça do inspetor da PIDE, na véspera, durante o longo interrogatório: «Se houver alguma coisa, eu próprio irei matar, um a um, os da incomunicabilidade, os mais perigosos».

O dia 26 amanheceu sob a expectativa tensa, a opção mais decisiva: no torpor, na sonolência, na febre.

Súbita, a palavra liberdade, aí, soou falsa: gritada por um oficial, na nossa frente, metralhadora na mão.

Não foi o choque brusco, a viragem imediata no fio da vida e na História. Foi o acordar lento, a memória repetida, do fundo da lembrança mais sentida: familiares mortos e perseguidos, amigos presos, alguns ainda enlouquecidos pelas torturas, outros exilados, outros ainda mortos na guerra; os despedimentos, as privações, as humilhações morais, o horizonte fechado, o desespero sem luz, as opressões seculares — mas também a resistência longínqua do povo, o sofrimento e a luta, a esperança renovada no fundo da noite, finalmente a claridade. Foi assim o lento acordar do fundo da memória.

Mas a luz da manhã não foi imediatamente o nascer do dia. Demorava-se em abrir a porta gradeada. Hesitava-se em dar a liberdade por inteiro e a todos por igual. Foi, já no Portugal democrático, a primeira luta unitária vitoriosa: à Junta de Salvação Nacional dissemos — «ou todos saem ou continuarão todos em Caxias». E quando, quase dois dias depois, as portas finalmente se abriram, foi o abraço da multidão, que com a sua força nos libertara. Aí houve, desde logo, maior lição do que milhares de páginas lidas: o valor da unidade e o poder do povo desperto, como as traves mais sólidas em que uma democracia pode assentar. As pessoas que isto viveram não voltaram a ser as mesmas e o país também não voltaria, não poderia voltar a ser o mesmo.

Trajeto acidentado depois, com avanços e retrocessos, esperanças e desilusões, grandezas e desacertos, justezas e erros.

E hoje, dez anos depois, vemos como estamos longe e como estamos tão perto do 25 de Abril!

Hoje pode ver-se como, para muitos, a política não é uma atividade com o objetivo central do bem de todos, mas campo fértil de ambições e interesses pessoais de alguns, e como alguns partidos,

subalternizando o sentido nacional da sua ação, se transformaram em veículos de obtenção de influências e de conseguir rendosos negócios. Pode ver-se como foram iludidos os que deram o seu voto aos que depois contra eles governaram e como tantas vezes se tem feito do governar um jogo permanente de grosseira mistificação ou um cálculo tecnocrático de gabinete sem a perspetiva social que, acima de tudo, o deveria orientar. Pode ver-se como aqueles que nas suas empresas se dispuseram a trabalhar honestamente, valorizando e enriquecendo o país, contrastam com os que vivem lautamente no submundo já hoje dominante da economia paralela, visando o máximo lucro imediato sem visão do seu futuro como empresários e muito menos do do país, e como a corrupção campeia, já considerada natural, com total impunidade, por se saber que qualquer eventual inquérito administrativo terá o mesmo silêncio que todos os outros, e como a crise moral, a mais grave de todas as crises, vai corroendo inexoravelmente o país. Pode ver-se como as aspirações de uma sociedade mais justa, com melhoria da situação das camadas desfavorecidas, deram lugar a desigualdades sociais cada vez mais marcadas e a sofrimentos cada vez mais dolorosos de grande parte da população, e como estão longe de alcançar os direitos fundamentais da habitação, da saúde, da educação.

Pode ver-se como, nos últimos tempos, por todo o lado e especialmente na função pública, recrudescem as perseguições e saneamentos por motivo das ideias, numa ação que do fascismo se distingue apenas pelo facto de pretender cobrir-se com uma hipócrita máscara legal, e como, limitando a liberdade, se veem os mais poderosos órgãos de comunicação social estatizados serem ostensivamente manobrados pelos governantes, abafadas as vozes contrárias, projetada a criação, de um inquietante serviço de informações, bloqueada a vida política, bloqueada a própria democracia, e o medo, que se quisera acima de tudo afastar da nossa terra, de novo aqui se fixa e alastra e, com ele, o obscurantismo, o envilecimento das relações sociais a todos os níveis.

Pode ver-se como a independência nacional cada vez mais se compromete, quer por interesses políticos quer por uma visão messiânica do papel dos investimentos estrangeiros, e como é humilhante para o país a subserviência dos governantes em face dos Estados Unidos.

Vozes do PS: — Não apoiado!

O **Orador**: — A democracia aberta em 25 de Abril tinha leis bem diferentes das da selva, pois a proteção dos fracos se deveria sobrepor quer aos interesses egoístas de pequenos grupos privilegiados, quer aos de grandes potências estrangeiras, fossem elas quais fossem.

Como soa falso, ridículo até, nestas condições, falar-se em Estado de direito, quando, nem na substância nem sequer em muitos dos seus aspetos formais, ele é respeitado!

Encontramo-nos atualmente no pleno reinado da política politiqueira, da mediocridade, baça e absurda, num país sem rumo, sem sentido, sem nexo, num país que vive do e para o imediato, sem projeto, sem futuro, num país como que suspenso no tempo, adiado, em que pessoas e coisas se agitam sem saber para onde nem porquê, nem sequer como borboletas tontas atraídas por qualquer luz, mas na penumbra incaracterística, cinzenta, movendo-se em gestos lentos, macilentos, soturnos. Vê-se como a pior anarquia não é a do tumulto, do vozear nas ruas, da exaltação apaixonada. A pior é a

anarquia organizada, com a falsa aparência de ordem, como a que vivemos agora. É desta que, sobretudo, irrompem os antípodas da liberdade, os arautos de ordens novas, de estados novos.

E não se procurem novos álibis, gastos que foram sendo, sucessivamente, os muitos até agora usados. Um dos principais fora a Constituição; revista, a contento da maioria parlamentar, a degradação económica e social continuou a acelerar-se. Outro fora a existência de poderes políticos paralelos, com as competências que se diziam excessivas do Presidente da República; reduzidas estas, nem por isso o declive da crise se deteve. Outro foi o Conselho da Revolução, nova boceta de Pandora que sobre o indefeso país civil se dizia fazer derramar os maiores males e as maiores perversidades; agora, que foi extinto, a quem vão assacar-se as culpas do agravamento da situação nacional?

Chegou-se a este absurdo: não apenas não mostrar reconhecimento pelos militares que fizeram o 25 de Abril e que sempre disseram e provaram não querer conservar o poder, como até responsabilizá-los pelos males da sociedade democrática que eles geraram. Ato não só absurdo, como um dos mais indignos a que a nossa democracia assistiu, a que a nossa democracia está a assistir. Os militares que fizeram o 25 de Abril e a sua associação foram completamente marginalizados das comemorações oficiais, não foram consultados nem convidados a participar na promoção das comemorações do 10.º aniversário da revolução libertadora que fizeram.

Vozes do PS: — Não apoiado!

O **Orador**: — Sem o apoio dos militares do 25 de Abril, sem o apoio das organizações populares e do próprio povo, as comemorações oficiais perderam todo o significado autêntico. Não basta o que se fez no passado para justificar o que se faz no presente! Não bastam as belas palavras, os ornamentos retóricos, as intenções altitonantes, para esconder o verdadeiro sentido do que, em concreto, se faz. E esse sentido mostra que a comemoração é incómoda para o Governo.

Vozes do PS e do PSD: — É falso!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, pedia o favor de não esquecerem a natureza desta sessão.

Vozes do MDP/CDE e do PCP: — Muito bem!

Vozes de protesto do PS, do PSD e do CDS.

O **Orador**: — Este não se ajusta à dimensão e aos valores de uma revolução que não foi apenas um golpe militar, mas um ato coletivo, em que o povo teve intervenção decisiva ao lado das Forças Armadas e desencadeou um profundo processo de democratização da sociedade portuguesa.

Não quis o Governo, de facto, comemorar o primeiro decénio de um dos maiores atos libertadores da nossa história; fez apenas o que era indispensável para que essa intenção não fosse evidente. Estamos, sem dúvida, longe do 25 de Abril. E, ao mesmo tempo, nunca estivemos tão perto dele.

Perto dele pelo apreço cada vez maior em que temos o muito que nos deixou de bom: o fim da guerra e a independência das ex-colónias, a liberdade de expressão e de organização, o direito à greve, a legislação laboral mais favorável aos trabalhadores, a libertação social dos assalariados rurais na zona de intervenção da Reforma Agrária, os avanços consideráveis no plano da solidariedade social e tantos outros benefícios sociais que, apesar dos condicionamentos e restrições, continuam vigentes; e ainda outro, que por ter entrado no nosso quotidiano dele já quase nos não apercebemos: a democratização da vida e das relações entre as pessoas, que introduziu uma alteração profunda e irreversível no viver social.

Tais benefícios só foi possível lançar e manter devido às alterações estruturais registadas na sociedade portuguesa e que, em muitos aspetos fundamentais, continuam a existir.

Por isso, os benefícios do 25 de Abril não podem ser compreendidos isolada e pontualmente, mas como aspetos de um processo profundo de democratização do país. E é isso o mais difícil de suster porque faz parte da nossa dinâmica social, é inerente ao próprio processo social, emerge na conduta dos homens em sociedade, nas suas lutas, nas suas reivindicações, nas suas aspirações, irmana homens de diferentes conceções ideológicas e religiosas, evidencia a essencial convergência de forças sociais aparentemente distantes, demonstra que essa unidade social é base fundamental para a resolução de problemas comuns, revela que, para além das salutares divergências partidárias, é possível o entendimento em questões fundamentais que afetam largas camadas da população e o país em geral.

De nada serve, parafraseando o ministro hitleriano da cultura, puxar da pistola quando se fala em unidade. Ela existe como um facto social impossível de regulamentar, porque faz parte intrínseca da própria vida dos homens. É um dado essencial para a defesa da democracia e para o indispensável empenhamento coletivo que faça sair o país da crise em que cada vez mais se afunda.

E por isso, também hoje estamos ainda mais próximos do 25 de Abril.

Viva o 25 de Abril!

Vozes do PCP e do MDP/CDE: — Viva!

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. **Presidente**: — Como representante do CDS, tem a palavra o Sr. Deputado Azevedo Soares.

O Sr. **Azevedo Soares** (CDS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: Evocar uma data. Avaliar uma década. Pensar no futuro.

Na história dos povos e das nações sobressaem certas datas, assumem especial significado certos momentos. De todos esses momentos é herdeira a realidade que somos. Esta e não outra. Esta e não aquela com que porventura sonharam quantos inspiraram e se destacaram nesses momentos.

Há dez anos, um regime político incapaz de responder aos desafios da época e desprovido de mecanismos de regeneração, dada a sua natureza não democrática, foi derrubado pelas Forças Armadas

Portuguesas, mais propriamente por um numeroso grupo dos seus oficiais, dos mais novos e, talvez por isso, dos mais preocupados quanto ao futuro do país. Avançaram audaciosamente em 16 de março e, contidos, não recuaram nos seus propósitos, desencadeando um mês depois o movimento que resultou. Foram militares — e apenas eles — que formaram a decisão e assumiram os riscos.

Do seu gesto, que hoje evocamos, o CDS retém a sua matriz fundamental — a instituição de um regime democrático. Com ela se identifica o CDS, como nesse momento e ainda hoje se identifica o país. Mas há que ser mais exigente. A democracia é mesmo o regime da exigência e importa avaliar estes dez anos pelos seus resultados, para além da democracia e da liberdade.

E o facto é que, dez anos passados, Portugal é hoje, seguramente, um país mais pobre.

As desigualdades sociais e os desequilíbrios regionais mantêm-se e, em alguns casos, acentuaram-se; aumentaram brutalmente os impostos e pioraram de uma forma geral os serviços prestados pelo Estado; a crise da habitação não conhece paralelo; o desemprego aumentou oito vezes; os salários reais, em queda vertiginosa, recuaram já em relação há dez anos; a agricultura estagnou e não chega para alimentar metade do país; o ensino degradou-se e das nossas universidades não saem homens apetrechados, e educados a pensar; o investimento produtivo diminui e o património industrial torna-se obsoleto; atinge-se a escandalosa e degradante realidade de haver em Portugal quem trabalha e não recebe atempadamente o seu salário; nos centros de decisão internacionais, Portugal pede mas não influencia; enfim, a nossa moeda é fraca e enfraquece.

Neste quadro, e apesar dos aspetos positivos que também se reconhecem, cresce a incerteza dos portugueses e instala-se o desânimo. Surge e alastra a angústia e, sendo cada vez menos apercebido o próprio destino, a energia esgota-se na sobrevivência, no dia que passa.

Um povo que acreditou e acredita nas virtualidades do regime democrático não esperava tais resultados. E muito justamente! Porquê, então esta realidade?

Percorridos dez anos, o problema continua a ser essencialmente político.

Numa atitude consciente e programada, mas abusiva, desde cedo se foi gerando a falsa identificação do socialismo com a liberdade. A tal ponto que para muitos o socialismo deixou de ser uma opção entre outras, mas antes um corolário dessa mesma liberdade. Contrariar o socialismo significava combater a liberdade e, por isso, o próprio regime democrático. E, no entanto, nada há de mais falso. Só que as forças políticas que se reclamam do socialismo — democrático ou não, mais ou menos social-democrático — capturaram o Estado e, servindo-se dele, propagandearam, por vezes até ao absurdo, essa mistificação. Transformaram o 25 de Abril num mito e desdobraram-no em tantos mitos quantos os necessários à sua manutenção no poder e à defesa dos seus interesses particulares, materiais e ideológicos.

Distorcido assim o regime, mutilada constitucionalmente a liberdade, reduzidas as escolhas, a história destes últimos dez anos reduz-se pois, e principalmente, à história do socialismo e da sua incapacidade para resolver os principais problemas de Portugal. E perante isto, talvez seja legítimo considerar o atual bloco político dominante como o epílogo e o resumo dessa mesma história.

O Partido Socialista e o Partido Social Democrata governam um Estado imenso do alto da sua imensa maioria. O próprio Primeiro-Ministro, certamente num lapso de desrespeito pelas regras da

democracia, compraz-se em pretender fazer acreditar aos portugueses que não há alternativa ao seu Governo.

É certo que, no entender desses partidos, o enfrentar da realidade ainda pode ser adiado através do desvio das atenções e das energias para a luta pela ocupação do último e importante cargo do Estado que lhes escapa.

De pouco ou nada valerá o esforço. A aguda realidade económica e social não consente mais protelamentos e acabará por impor os seus direitos, entre os quais não consta o de se poder governar sem decidir, o de se distribuir riqueza que se não cria. O que a história destes dez anos e deste governo prova é que o melhor aliado da democracia não é o socialismo, mas a liberdade.

Tudo o que foi feito pela liberdade continua a ser um princípio de esperança; tudo o que foi feito em nome e por causa do socialismo provou mal e é um fardo que o país carrega.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente, Srs. Deputados: Evocar uma data e refletir no passado faz mais sentido se de tal gesto resultar a preparação do futuro. É o que ao CDS mais importa, pois, uma nova década do regime hoje mesmo se inicia. Encaremo-la, apesar de tudo, com esperança e otimismo. Por entre vicissitudes e distorções, o regime democrático mantém-se e, se for respeitado, nele se há de gerar a alternativa no atual estado de coisas; para ela acreditamos fundamentalmente na capacidade coletiva do povo português, na recuperação das suas energias abafadas, no seu orgulho, no seu sentido de Pátria.

É forçoso, porém, que arredemos do nosso horizonte e do nosso dia os preconceitos ideológicos, a defesa de privilégios injustos e as ilusórias garantias em que se traduzem o paternalismo social e protecionismo do Estado.

Uma nova atitude e um novo espírito deverão demarcar os próximos anos.

É na vontade, no querer, na liberdade, no trabalho de cada um e na solidariedade de todos que há de assentar o nosso futuro.

Uma sociedade só progride, só se desenvolve se os homens aceitarem a responsabilidade dos seus atos, assumirem com bom senso os riscos das suas ações e virem premiado o seu mérito. De contrário, tudo se apaga no magma da irresponsabilidade coletiva, desaparecem os estímulos à criatividade e ao trabalho, campeia o egoísmo.

Programas, projetos, promessas — tudo tem sido apresentado aos portugueses. Hoje, porém, importa essencialmente defender o ideal, afirmar uma vontade e manifestar uma esperança; e importa fazê-lo com a força de quem acredita e a serenidade de quem não desespera.

Tal tarefa só pode ser realizada por uma nova geração, portadora destes ideais e fiel àqueles princípios, não comprometida com o sistema nem prisioneira de interesses pessoais ou de grupo. E competente bastante para delinear e executar uma política de recuperação nacional.

Competir-lhe-á, antes de tudo, reorganizar o poder político, conferindo-lhe autoridade e eficácia, pois só um poder político forte, organizado e coerentemente disposto a seguir uma política concreta e clara pode realizar obra válida.

Hoje ninguém decide nada sobre nada, poucos assumem abertamente a responsabilidade dos seus atos e os próprios órgãos de soberania esgotam muito do seu tempo a digladiarem-se e a anularem-se.

Simplificar o funcionamento das instituições, clarificar o modo do seu relacionamento e adotar mecanismos rápidos e eficazes de decisão são tarefas urgentes.

Por outro lado, a recuperação há de assentar na força da sociedade, com a aceitação e no respeito das suas próprias regras. Rever as leis — constitucionais, laborais e outras — que constituem entrave a um sadio e progressivo funcionamento dos mecanismos sociais e criar um melhor Estado, racionalizando os setores públicos administrativo e empresarial, são condições necessárias. Finalmente, urge pôr cobro ao emaranhado de complexas e contraditórias regras económicas, substituindo-o por um conjunto simples, claro e coerente; relativizar a questão da propriedade da terra e criar condições reais ao aparecimento de verdadeiras e fortes empresas agrícolas; reformar o ensino, no sentido de uma maior formação técnica e de uma maior formação humanística, ao mesmo tempo, que permita às novas gerações conjugar a História de Portugal com a era da eletrónica, em vez de um ensino como o atual, que abstrai da História portuguesa e que, no plano técnico, se limita a reensinar a utilização dos meios da primeira revolução industrial.

De hoje a dez anos estaremos de novo a evocar esta data.

Então, o quadro que traçarmos terá de ser diferente e terá sido atirada para o esquecimento da História a bizarra disputa entre históricos do 25 de Abril, clamando uns pelos seus capitães, reclamando outros os seus generais, parecendo esquecer simultaneamente duas coisas: que a História é só uma e que o futuro é sempre o mais importante.

Mas deixemos para trás os mitos, os preconceitos e as amarras e façamos da próxima década a década da liberdade, do trabalho e da esperança.

Então, será com outro espírito, com outro ânimo e, certamente, com outros resultados que assinalaremos o aniversário do 25 de Abril. Então, sim, haverá alegria e a festa terá todo o seu sentido!

Aplausos do CDS.

O Sr. **Presidente**: — Pelo PCP, tem a palavra o Sr. Deputado Dias Lourenço.

O Sr. **Dias Lourenço** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Minhas Senhoras, Meus Senhores: Desde o seu primeiro ano, e como segundo órgão de soberania, reúne esta Assembleia da República, por sua própria iniciativa e sob a presidência do Sr. Presidente da República, para comemorar o 25 de Abril. É um dia singular na nossa História.

Celebramos o 10.º aniversário da Revolução de Abril numa situação em que avultam motivos de reflexão, de preocupação, mas também poderosas razões de confiança: confiança nos grandes ideais que a inspiraram, confiança na perenidade e solidez das conquistas democráticas alcançadas.

Feitos como o que celebramos hoje marcam uma época. Poucos mereceram evocação tão solene do povo português.

Mas que a solenidade da evocação não ofusque a grandeza real do acontecimento. É que a projeção dos sucessos daquela radiosa madrugada do Abril português de 1974 ultrapassa-nos. O 25 de Abril representa uma viragem histórica na vida da nossa Pátria, constitui um prodigioso salto em frente na

luta secular do nosso povo pela liberdade, transcende, no seu amplo significado, as fronteiras do nosso país — universaliza-se.

A gesta heroica dos capitães de Abril liquidou a mais velha ditadura fascista da Europa, pôs fim ao mais velho império colonial do mundo.

Esta a sua verdadeira dimensão histórica!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Obviamente, a Revolução de Abril não foi um acontecimento isolado no tempo e no espaço.

A fulminante vitória do Movimento das Forças Armadas culminou um longo processo de libertação amassado no sofrimento coletivo de gerações inteiras, levedado na luta tenaz das massas populares, temperado no sacrifício, quantas vezes heroico, de milhares de patriotas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Sofrimento amassado em privações de toda a ordem, na exploração mais brutal, nos salários de miséria, na fome endémica dos trabalhadores, na espoliação desenfreada das classes, camadas e setores intermédios da população, no desprezo social e na injustiça pela mole imensa dos que produziam a riqueza em benefício dos inúteis que a dissipavam.

O Sr. **Carlos Brito** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Luta que, arrostando a bestial repressão fascista, cresceu nas fábricas, nos campos, nas minas, nos cais, nas escolas, nos centros de cultura; luta que amadureceu e deflagrou em rudes batalhas políticas pela liberdade, pela democracia, pela paz, pela independência nacional.

Sacrifício dos que perderam a vida às mãos dos esbirros do fascismo, dos que foram barbaramente torturados nos antros da PIDE, dos que povoaram aos milhares — em muitos casos por décadas — as prisões do Tarrafal, de Peniche, do Aljube, de Caxias, de Angra, dos inúmeros cárceres políticos do continente, das ilhas e das antigas colónias, onde dezenas sucumbiram. Sacrifício também dos que se viram compelidos à clandestinidade e ao exílio. Sofrimentos, lutas, sacrifícios do povo — eis o que está no âmago e fez desabrochar os cravos maravilhosos de Abril.

Aplausos do PCP, do MDP/CDE e do Sr. Deputado Independente António Gonzalez.

Sim, o levantamento militar vitorioso dessa madrugada luminosa de há dez anos procede da luta prolongada, sempre dura e difícil, de muitos milhares de democratas e antifascistas portugueses e de

patriotas de jovens Estados que hoje, donos dos seus próprios destinos, num mar de dificuldades, mas com determinação, constroem, eles também, uma nova vida de independência e de liberdade.

O Sr. **Carlos Brito** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Mas é aos valorosos capitães de Abril, aos jovens capitães que com audácia meteram ombros à patriótica arrancada do 25 de Abril, que cabe o mérito excecional da iniciativa histórica.

Aplausos do PCP, do MDP/CDE e do Sr. Deputado Independente António Gonzalez.

O 25 de Abril guarda toda a sua autenticidade como ato libertador que atirou para a vala comum da História um carcomido regime fascista de 48 anos, pôs fim a uma inútil e injusta guerra colonial de 13 anos — que ceifou mais de 10 000 vidas jovens da flor do nosso povo, resgatou Portugal, como Nação, de uma pesada herança colonialista de meio milénio.

O ímpeto revolucionário do Movimento das Forças Armadas fez destruir as muralhas da prisão que era Portugal. Abriu as portas dos cárceres aos opositores do regime, permitiu a inapreciável conquista da liberdade política, das liberdades democráticas essenciais.

E se mais não houvera, só por isso, os audazes capitães de Abril são merecedores da admiração, do respeito, da gratidão ilimitada dos seus compatriotas.

Aplausos do PCP, do MDP/CDE e do Sr. Deputado Independente António Gonzalez.

A Revolução de Abril não podia limitar-se — e não se limitou de facto — a substituir um governo e um regime (ainda que fascistas) por outro governo e outro regime (ainda que democráticos).

A experiência dos primeiros meses encarregou-se de demonstrar a insuficiência destas metas.

É que o 25 de Abril acabou com o regime fascista, mas, compreensivelmente, não extirpou o fascismo em Portugal; extinguiu o regime de exploração colonial, mas não dissipou os sonhos revivalistas do colonialismo português.

Logo no dia seguinte da vitória tornou-se claro que as forças desapossadas do poder político — mas não do poder económico, que manejaram de imediato contra as novas realidades saídas da Revolução — não se conformariam com a derrota, iriam lançar-se, na via da restauração subversiva das antigas posições.

A defesa a todo o custo das conquistas alcançadas tornou-se uma questão vital para a democracia portuguesa.

Desde logo se tornou claro que o programa de democratização do país não poderia avançar na realização plena dos seus grandes objetivos sem alterações profundas no nosso ordenamento político, económico e social.

É nossa convicção que a nacionalização dos setores básicos da economia abriu possibilidades novas e excecionais de desenvolver, na linha dos interesses exclusivos da comunidade nacional, as atividades económicas principais do país, assim como a Reforma Agrária — nova e promissora forma de exploração agrícola surgida nas zonas do latifúndio — abriu possibilidades insuspeitadas de incremento da nossa produção agropecuária, com a resolução, no plano social, do agudo problema da fome e do desemprego nos vastos campos do Alentejo e do Ribatejo.

Leis como as do arrendamento rural, dos baldios, da extinção dos foros e colónias, da extinção das coutadas, completaram um quadro jurídico que poderia, com o apoio atento do Estado democrático, garantir a elevação do teor de vida nos campos e a repartição mais justa do produto da terra.

Para os trabalhadores, reformas sociais correspondentes a aspirações profundas, afirmadas em anos de dura luta, o processo da Revolução de Abril trouxe direitos e liberdades que são hoje um património inalienável das classes trabalhadoras.

A institucionalização destas profundas reformas políticas, económicas e sociais foi um passo de importância decisiva no desenvolvimento e consolidação do nosso processo democrático. A promulgação da Constituição da República, em 1976, coroou o edifício de um Estado democrático, onde se combinam a democracia política, económica, social e cultural, por isso mesmo suscetível de garantir aos portugueses um futuro promissor e livre.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Referi no início motivos de preocupação no momento atual.

O povo português vê com apreensão o recrudescimento dos ataques das velhas forças do passado, acobertadas sob novas capas, vê como levantam cabeça e como nos horizontes da nossa Pátria se perfilam de novo ameaças que representam um perigo para o 25 de Abril.

Quando ouvimos empregar palavras como "desmantelar", para significar a destruição de muito do que mais significativo Abril criou, quando vemos dirigentes sindicais prestigiados serem metidos em enxovias só por pretenderem dialogar com o poder; quando assistimos a violentas cargas policiais contra pacíficos trabalhadores sem justificação em quaisquer violações da legalidade democrática ou alterações da ordem pública; quando vemos renascer instrumentos repressivos que pensávamos enterrados para sempre; quando vemos proliferar a corrupção e o nepotismo; quando verificamos novas manifestações concretas de desestabilização institucional; quando observamos que se aprofundam e agravam as desigualdades e injustiças sociais — como a dos salários em atraso —, quando vemos de novo a fome e a miséria de braço dado com o desemprego invadirem os lares dos trabalhadores; quando ouvimos, vemos e observamos tudo isto não podemos deixar de ser tomados por sentimentos da maior preocupação. Referimos ainda motivos de reflexão. De facto, em nosso entender é imperioso refletir, mas para agir.

Na hora atual, a unidade de todos os democratas, de todos os patriotas e antifascistas é um imperativo categórico. Nunca foi tão necessário secundarizar o que nos divide e privilegiar o que nos une! Não somos soldados de uma causa vencida!

Para a imensa maioria dos portugueses, que há dez anos vibraram com o renascer da democracia e da liberdade, há poderosos motivos de confiança.

Confiança na força, na vontade indomável do nosso povo, na determinação do movimento operário, popular e democrático. Confiança nos destinos de Abril. Estamos aqui a comemorar solenemente o 10.º aniversário do Dia da Liberdade. Isso dignifica este órgão de soberania.

Mas lá fora, nas ruas e praças do país, de norte a sul de Portugal, do continente às ilhas portuguesas do Atlântico, o nosso povo festeja com alegria e confiança a gesta heroica dos capitães de Abril. O 25 de Abril é indestrutível porque mergulha bem fundo no coração do nosso povo e, por isso, repetimos aqui, nesta tribuna, as palavras que hoje brotam das bocas e dos corações de milhões de portugueses:

Fascismo nunca mais! 25 de Abril sempre!

Aplausos do PCP, do MDP/CDE e do Sr. Deputado Independente António Gonzalez.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do PSD, o Sr. Deputado Fernando Condesso.

O Sr. **Fernando Condesso** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República e Srs. Deputados, Srs. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Srs. Presidentes dos Tribunais, Srs. Convidados: Em 25 de Abril de 1974, militares e povo em geral desceram às ruas e puseram fim ao regime não democrático.

Ano após ano, desde então, o 25 de Abril tem sido comemorado como dia da liberdade, depois também dia da Constituição, enfim, dia de Portugal.

Sempre uma data, em que no Parlamento, instituição basilar do regime, na presença dos titulares de todos os órgãos de soberania, se homenageia os heróis, se canta a democracia, se revelam as preocupações de percurso, se reflete sobre o futuro.

E sempre o contraste atroz entre o canto de um dia de tantas esperanças, que muitos iludiram com ideias de toque mágico — como se fora o fim e solução de todos os males e não apenas um repto para uma caminhada coletiva, para o desenvolvimento, para a igualdade com os outros povos da Europa; contraste entre esse canto falso e o conto das desilusões em face de desvios e preocupações em face da realidade da impotência augurada para reconstruir Portugal de uma assentada.

A muitos dos que, atónitos, não compreendem por que, apesar do fim da ditadura, continuamos empobrecidos, distantes da Europa, país de sacrifícios, povo em sofrimento, é preciso dizer-lhes que a sua incompreensão vem porque lhes mentiram: cantou-se demais. Contou-se de menos.

É que a democracia veio quando Portugal ia afundar-se, com ou sem 25 de Abril, porque era um país de estruturas arcaicas, de economia assimétrica, de projetos megalómanos, com poucos gestores de craveira, com a maioria dos endinheirados medrosos do risco, interdependente de uma Europa que começava a retroceder. É preciso dizer-lhes que o 25 de Abril é uma mentira enquanto profecia da abundância para um Portugal cuja reconstrução exigia décadas, num mundo que empobrecia.

É preciso dizer-lhes que o 25 de Abril foi apenas, em verdade, uma oportunidade, uma oportunidade para, de modo participado, os portugueses, à volta dos dirigentes que se fossem revelando, poderem começar a transformar politicamente, economicamente, socialmente, o país; no caminho

de um regime democrático, isto é, em que os dirigentes governam por escolha dos governados, para a construção de um objetivo final — o único que a todos poderia congregar — a construção de uma comunidade de justiça social.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Impunha-se criar riqueza, pondo todos a trabalhar mais.

Impunha-se distribuir riqueza, dividindo melhor o fruto do trabalho.

Em vez disso, vieram aos molhos os *slogans*, as reuniões, as manifestações, menos trabalho, a distribuição rápida de riqueza que não existia senão no papel; tiram-se instrumentos de produção a quem os conhecia e os sabia gerir. E tudo em nome do fim da ditadura, tudo em nome da liberdade, tudo em nome da democracia.

Só que, em verdade, assim, vilipendiava-se a liberdade, desaproveitava-se a democracia.

E fazia-se a alguns ter saudade da ditadura. Hoje, passam dez anos.

E já não vale falar nos males do anterior regime porque aqueles que estão ascendendo à maioridade não entendem que escondamos os nossos erros, enchendo a boca dos males de um regime que os teve mas não conheceram.

O que importa realçar são os nossos erros para que não os repitamos ou para que os corrijamos.

Temos de afastar o inebriamento das palavras e das promessas porque o tempo é de consciencialização das dificuldades e de apelo à solidariedade de todos em face daqueles sobre os quais mais caem essas dificuldades, que perduram e, por vezes, até se acentuam.

Aplausos do PSD e do PS.

Se a ditadura, se a demagogia, se os desvarios revolucionários fecharam portas.

Se os travejamentos jurídicos feitos para servir o País Novo, muitas vezes, bloquearam soluções, aos homens do fim desta década, de sobressaltos, experiências, aprendizagem, crenças, problemas graves, confrontos, acertos e desacertos, cumpre reconhecer que a obra é inacabada, que muito há a corrigir que não importa pôr em causa qualquer passado se a coragem valer caminhos de uma segunda revolução, após o 25 de Abril.

Não a do 11 de Março a dos desvarios, dos excessos, das irresponsabilidades, das arbitrariedades, das prepotências, dos sectarismos, enfim, bloqueamentos; mas a do Abril de abrir portas para as alterações profundas das estruturas que se impõem a todos os níveis.

Aplausos do PSD e do PS.

Assim, mostramos que o processo democrático existe.

E a ninguém assiste a desilusão porque o processo democrático, iniciado em 1974, é ainda e sempre inacabado.

Acima de tudo, devemos impedir que se encha a boca com democracia, para confundir, para impor, para destruir, para bloquear. Que nos baste a lição destes dez anos: quando em 25 de Abril militares tomam o poder sem dúvida que querem instaurar um regime democrático.

Mas logo alguns deles e outros, em princípios de 1975, vacilam entre a outorga de uma Constituição ou eleições para uma assembleia constituinte.

E qualquer que seja a solução que viabilizem, falam sempre em processo democrático.

Há eleições, mas os partidos são comprometidos a pré-vincularem os futuros deputados a uma determinada solução de organização do poder político, enquanto o sistema económico, esse, era completamente subvertido sem consulta eleitoral.

E fala-se sempre em processo democrático.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Os constituintes legislam, não se coibindo de, em muitos pontos da parte programática, ultrapassar um natural e ético mandato constituinte, retirando, assim, conteúdo quer à possibilidade futura de autêntico pluralismo ideológico, apesar da consagração de um regime democrático e, portanto, de pluralismo institucional, quer à verdadeira alternância governativa, que, mais que poder ser, pressupõe a liberdade de poder mudar as orientações programáticas.

Isto é, bloqueia-se, pela confusão entre constituição e programa de governo.

E, ainda hoje, nalguns aspetos se impõe um apelo ao patriotismo de negação de sectarismo para se eliminar resquícios dessa confusão.

Aplausos do PSD e de alguns Deputados do PS.

E, por isso, sem complexos, apesar de termos participado recentemente numa revisão constitucional, nós dizemos que, onde e quando as alterações se impuserem para ajudar a resolver problemas nacionais, estamos prontos para apoiar as modificações.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Hoje, é dia de Portugal.

Tem de ser dia de ir à rua até junto dos cidadãos das várias camadas sociais. E ouvi-los.

Que significa, hoje, dez anos depois, para eles, o 25 de Abril? Eles que suportaram pacientemente governos de opressão, que, de qualquer modo, lhes ia permitindo satisfazer as necessidades mais prementes que então sentiam.

Como reagem? Hoje, em face de tantas promessas e aspirações não realizadas, das dificuldades que sentem, alguns habituados já a outros padrões de consumo que agora voltam a perder.

E o nível de vida a piorar, quando julgavam que a democracia era um nome milagroso que tudo perpetuava.

É o desemprego. É o trabalho sem salário. É a falência iminente da sua empresa. É a casa que não conseguem.

É, enfim, uma mistura de esperanças de Abril por realizar com benesses de maio que a situação económica e financeira do país não permite realisticamente aguentar.

É a descoberta de que o rei que lhes meteram na barriga em 1975 afinal não era coroado. É a desilusão.

O 10.º aniversário do 25 de Abril é, por isso, também, o momento de dizer bem alto que a democracia não tem culpa destes males: muitos vêm dos tempos, muitos vêm dos erros de 1975, alguns vêm de incapacidades posteriores. Outros vêm de obrigações para com credores estrangeiros que foram pagando aquilo que queríamos, mas não podíamos pagar, outros ainda são fruto de uma evolução renovadora de um país que tem de ser repensado com vista ao futuro.

Mas um futuro que, em democracia, terá de ser de bem-estar para todos. Porque não há democracia sem justiça social.

Neste momento, importante é que os dirigentes não ponham, eles próprios, em causa a ideia de democracia. Não a pervertam, ambientando-a na intriga, na ambição pessoal ou no sebastianismo, em vez de respeitarem, escrupulosamente, o jogo democrático a todos os níveis, designadamente indo às urnas e vindo ao Parlamento, mas desrespeitando as leis e fazendo nas ruas a agitação dos adeptos ou desiludidos da altura, visando assim derrubar o Governo legitimado.

Importante é que se afaste suspeições dos cidadãos sobre a honestidade e espírito de devoção à causa comum dos responsáveis pela condução das coisas públicas, afastando os incompetentes, selecionando-se os mais capazes e corajosos, mesmo que não bajuladores, afastando-se os corruptos que existam na administração, na gestão das empresas públicas, nas autarquias ou mesmo em órgãos de poder soberano.

É que não há governo que não trema se faltar algum pão e houver vozes de corrupção.

E não basta ilibar um governo, criando uma alta autoridade, é preciso ilibar todos os que servem pela descoberta e castigo dos que se servem.

É preciso ilibar a democracia, mostrando que ela tem tantos ou mais meios — porque tem mais, basta lembrar o caso Watergate, nos Estados Unidos da América —, para lutar contra a corrupção, o nepotismo, a ilegalidade ou a deslealdade.

Importante é que o Estado revele, na prática do dia a dia, autoridade. Que não admita que as leis, uma vez aprovadas, possam deixar de ser cumpridas.

A democracia é tolerância nas ideias, mas não no cumprimento das suas regras, das suas leis.

Para os prevaricadores, castigo. Só há um meio normal de se resolver os problemas dos infratores: permitir-lhes que cumpram, dignamente, as penas a que sejam condenados.

Importante é que se faça a sempre adiada reforma do aparelho do Estado, com racionalização e articulação de meios e eliminação de todos quantos só servem para boicotar quem legitimamente compete governar.

Importante é que, em face das dificuldades, do desemprego, de salários por receber, da austeridade se difunda a necessidade do espírito de solidariedade entre as pessoas e as famílias.

O Estado sozinho não poderá, de um dia para o outro, tudo resolver. E só apoiando a livre iniciativa dos particulares se poderá criar hoje condições económicas para a superação estável dos problemas.

Importante é que se explique, com verdade, aos portugueses os caminhos complexos e faseados que se trilham. Que se explique como, enquanto se age no plano prévio do controlo das finanças públicas, não se está perdendo tempo sem preparar a modernidade da nova década na agricultura, nas pescas, no turismo, na indústria, na distribuição e na energia. Que após dez anos de experiências, com erros e abolias, se estão finalmente fixando, nesses eixos essenciais para a realidade nacional, objetivos claros, em coerência global, rumo à identidade económica de um Portugal que tem de ser viável e próspero.

E diga-se, entretanto, que é condenável, que não é legítimo que os maiores responsáveis por muitas das causas de problemas que vivemos, no desarticular do sistema económico, na subversão da gestão e da ordem nas empresas, reivindicações irrealistas, nacionalizações indigestas, se queiram aproveitar do fruto dos seus atos para arregimentar o descontentamento dos que mais sofrem.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República: Comemoramos hoje uma grande data e as minhas palavras finais, em nome dos sociais-democratas, são de homenagem: homenagem a quem, mais que todos já cantados, muitos mais anónimos que a História não saberá recordar, vêm fazendo o 25 de Abril e têm lutado, em sítios e de modos diferentes, para que a democracia seja o meio natural de construir um Portugal novo. Homenagem também aos que têm coragem de ser governantes da Nação em tempo de tamanha dificuldade, com apelo a que a sua ação se traduza, em cada momento, em obras que sejam marco — verdadeiramente marco — de serviço dos interesses nacionais. Nestes 12 meses que a atual coligação leva de poder, estou crente que terão sido aproveitados para lançar meios para, a prazo, se poder ultrapassar muitos problemas — e são realmente muitos — que hoje afligem os nossos concidadãos.

Que este 10.º aniversário do 25 de Abril sirva de repto para no futuro se fazer mais e melhor.

Portugal será um país grande se todos ousarmos acreditar e trabalhar.

Nós, sociais-democratas, estaremos sempre nas trincheiras da ousadia.

Aplausos do PSD e de alguns Deputados do PS e do CDS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do PS, o Sr. Deputado José Luís Nunes.

O Sr. **José Luís Nunes** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Ministros, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: No momento em que inicio estas breves palavras recordo os momentos de real emoção, cívica e patriótica, que vivemos em 25 de Abril de 1974 quando o Movimento das Forças Armadas, interpretando a vontade do povo português, pôs fim a quase meio século de um regime que, para muitos de nós, mais do que uma realidade monstruosa é hoje um monstruoso pesadelo. A todos — sem exclusões nem exceções, porque nunca nem jamais falsificaremos a história — que há dez anos, arriscando vida e haveres, souberam dar corpo

à vontade nacional, é dever de todos nós, representantes do povo, apresentar o nosso agradecimento e prestar a mais comovida homenagem.

Nesta homenagem estão também presentes os portugueses, "indomados e indomáveis", como António Sérgio, Jaime Cortesão, Mário de Azevedo Gomes, o general Adalberto Gastão de Sousa Dias, Bento de Jesus Caraça, o general Norton de Matos, Manuel Mendes, o general Humberto Delgado, Carlos Cal Brandão, o coronel Hélder Ribeiro, o Dr. Barradas de Carvalho e Nuno Rodrigues dos Santos, para só falar daqueles que, para sempre, vivos na nossa memória, integraram a imensa e honrosa legião dos capitães de Abril do exército da noite.

Aplausos do PS, do PSD, do MDP/CDE e da ASDI.

Durante a ditadura jamais esmoreceu a luta pela liberdade, com a dobrada intenção de dar testemunho e de instaurar em Portugal um sistema democrático em que coubessem todos os portugueses, incluindo os que, então, estavam do outro lado da barricada.

Tendo-se sempre feito uma política de resistência, impunha-se cumprir a justiça e a humanidade superando as dificuldades que lhes opunha o sistema, simultaneamente tão rígido e tão débil, que a mais pequena contrariedade desestabilizava e arruinava.

É que o sistema de governo mais perfeito é aquele que produz mais felicidade, mais segurança social e mais estabilidade política, no âmbito de um largo consenso procurado pelos governantes e expresso pelos cidadãos.

Nas derrotas temperamos o espírito, certos de que, na história, só perduram os regimes alicerçados nos princípios da tolerância, da convivência e do respeito mútuo, pois os regimes de força acabam por ser vítimas da violência de que nasceram e da força em que, para subsistir, se apoiaram.

Foi este espírito que dominou no «Programa da Junta de Salvação Nacional», apresentado ao país em 25 de Abril pelo general António de Spínola, hoje marechal, primeiro Presidente da República Portuguesa revolucionária, e foi neste espírito que os portugueses saudaram a liberdade, reencontrada.

O espírito unido à espada ou, como dizia Jorge de Sena «Não hei de morrer sem conhecer a Liberdade». Ou ainda, como dizia Homero: «O homem, ao perder a liberdade, perde metade do seu espírito».

A nossa geração conheceu a liberdade, mas, importa dizê-lo, soube também, com paciência e sofrimento, construí-la.

Vive-se hoje em Portugal aquele livre regime por que nos batemos durante quase 50 longos anos de lutas, que levámos pesadamente sobre os ombros até ao mais elevado cume da nossa história «e que aí depusemos como um vivo padrão da velha energia lusitana». Em 25 de Abril de 1974 cumpriu-se o ato libertado, dando aos portugueses a capacidade para assumirem o seu próprio destino, pois não houve vontade que pudesse prevalecer sobre a vontade expressa pelo voto, em eleições livres, dirigida à eleição de uma assembleia constituinte, depositária suprema da soberania nacional. A ordem democrática foi, é e deve continuar a ser a ordem portuguesa, fundada na soberania do povo, na divisão dos poderes, na liberdade civil, na paz das consciências e dos homens.

O 25 de Abril não era nem podia ser portador de um qualquer programa político que excedesse os limites institucionais então, lapidarmente, definidos: descolonizar, democratizar, institucionalizar. Da descolonização nasceram os novos países de expressão portuguesa, que são agora, e verdadeiramente e só agora, a imagem viva da presença de Portugal no mundo, pois aquilo que caracteriza a nossa maneira de ser lusíada é menos o domínio das armas e mais o estender dos braços da fraternidade.

Da descolonização nasceu, enfim, o que é mais importante do que tudo, a paz. Uma paz duradoura que pôs termo a uma guerra entre irmãos, de que todos, portugueses e africanos, éramos, sobretudo, as vítimas.

Da democratização e da institucionalização nasceu a Constituição da República Portuguesa, e com ela a razão do voto sobre a razão da força, o domínio do fanatismo pela tolerância e do ódio pela solidariedade nacional.

Da velha sociedade ficou tão-só o que ainda estava vivo, pois o mundo caminha para a renovação, não só do seu aparelho político e económico, mas também da sua estrutura mental.

Passados dez anos mudaram, pois, de natureza as clivagens sociais e políticas existentes sob a ditadura.

O fascismo foi derrotado em 25 de Abril de 1974 e hoje a única forma coerente de ser antifascista é ser, simplesmente, democrata.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

Aqueles que, como nós, tiveram o privilégio de tomar parte na luta pela liberdade e que souberam falar quando deviam falar, enquanto outros que hoje falam estavam calados, não podem deixar de sentir que essa luta alcançou os seus objetivos quando as instituições democráticas se tornaram o incontestável quadro político da vida dos portugueses.

Hoje é imperioso dever de todos nós prosseguir uma política de larga e completa reconciliação nacional, que fortaleça os laços de fraternidade entre os portugueses, e o seguinte de que pertencemos a um mesmo povo e a um mesmo país.

Os que ainda defendem as ideias caducas perderam os pontos de apoio. Interessados ou desinteressados são, acima de tudo, fracos. Somos um grande país e uma grande, comunidade nacional. Demos, no passado, novos mundos ao mundo e, no presente, novas pátrias à sociedade das nações.

Se nunca tivemos como inimigos os povos de África também não temos inimigos entre os portugueses.

Senhores, não sobejam nestas palavras tibiezas nos princípios ou franqueza nas convicções. A reconciliação nacional, que é o mais imperioso dever da hora presente, encontra campo bastante nos princípios definidos no 25 de Abril na proclamação da Junta de Salvação Nacional.

Os homens definem-se menos por donde vêm e mais para onde caminham.

A história nos julgará especialmente pelo que formos capazes de fazer, em conjunto, para bem de Portugal.

Neste mundo convulso em que vivemos, algumas certezas se desenham como consoladoras realidades.

Os povos sabem que não existem direitos sem democracia, liberdade sem pluralismo, solidariedade sem tolerância.

A democracia é hoje a ideia mais jovem e mais moderna do mundo e também a mais antiga e mais tradicional. Confunde-se com a longa luta dos povos pela sua emancipação, que jamais terminará, como a água dos rios jamais deixa de correr.

Jean Jaurés exprimia a mesma ideia, mas com mais clareza e eloquência, quando afirmava que «é correndo para o mar que os rios são fiéis às origens», pois a emancipação dos povos não surge «num súbito e total raio de luz, mas por uma lenta série de auroras, incertas».

Leon Blum, em trágicas circunstâncias, exprimia ainda a mesma ideia, quando afirmava ser preciso «que alguns guardem a velha casa quando outros vão correr a aventura».

Senhores, quando certas vozes perguntam se o 25 de Abril valeu a pena, consideramos que a pergunta é absurda e a nossa resposta tem a força da evidência:

A liberdade não tem preço e é a única aventura que vale a pena viver!

Deixa-se a outros o cuidado de saber se estão perto ou longe do 25 de Abril. Nós não estamos nem perto nem longe, estamos dentro. Portugal é uma causa livre.

Aplausos do PS, do PSD, da UEDS, da ASDI
e de um Deputado do CDS.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República Tito de Morais**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Excelências: Há dez anos, talvez a esta mesma hora, encontrava-me num posto fronteiriço da Bélgica com a França discutindo com um funcionário, tentando convencê-lo a deixar-me atravessar este país, donde havia sido expulso por exigência da ditadura, que nem no estrangeiro abrandava a perseguição aos que lutavam pela liberdade.

Dois dias depois chegava a Portugal, que atravessei de Vilar Formoso a Lisboa, juntamente com Ramos da Costa, Fernando Neto e Mário Soares, assistindo ao explodir da maior manifestação de entusiasmo e alegria que me foi dado presenciar, da parte de uma multidão que se ia estendendo ao longo de toda a linha férrea.

Portugal havia sido finalmente libertado pelos "capitães de Abril"! Fora longo, muito longo, o calvário que se havia vivido, mas a vitória, a grande vitória, estava ali naquele povo que livre- mente manifestava a sua alegria, o seu entusiasmo e a sua esperança no novo regime democrático que acabava de nascer.

Perdoam-me certamente V. Ex.as que tenha iniciado esta intervenção por uma evocação pessoal, que para sempre ficou gravada na minha memória.

Faço-o, porque pretendo neste 10.º aniversário do 25 de Abril prestar a minha homenagem — fazendo-o também em vosso nome, Srs. Deputados — ao grande obreiro da vitória, que foi o povo de Portugal. Além daqueles, civis e militares, que acabaram por derrubar um regime que dos direitos do

homem fazia letra morta, foi a coragem do povo trabalhador, o seu espírito de sacrifício, a sua determinação, patenteada ao longo de dezenas de anos, que permitiu alcançar a vitória final.

Com avanços e recuos, vencendo, uns após outros, os obstáculos que no caminho se nos depararam, temos sabido e podido continuar Abril, fiéis aos princípios que nortearam a revolução.

Obstáculos estes que têm muito a ver com a situação económica que herdámos do fascismo, mas também, com a crise internacional que nos acompanha desde 1974.

Obstáculos difíceis de ultrapassar, porventura, por nos encontrarmos face a problemas da maior transcendência, quando simultaneamente fazemos a "aprendizagem" da democracia, que pressupõe uma solidariedade e um empenho comum na construção da nova vida que desejamos.

Quantas vezes temos assistido ao erro por alguns de nós tantas vezes repetido — porventura na ânsia de bem fazer — de assumirmos em palavras a execução das tarefas alheias, sem devidamente cuidar do terreno que nos é próprio. Num mundo de expressão modular, onde a especialização coordenada é condição de progresso, o mínimo que se pode esperar de cada um, sem prejuízo de evolução, reconversão ou de mudança, é o exercício autónomo da sua especialização, com expresso reconhecimento de igual autonomia para as demais especializações.

Que o engenheiro cuide da engenharia, o professor da pedagogia, o padre do ministério sagrado, o advogado da justiça, o militar da vida castrense, o médico da saúde. Ficará a política para os políticos, sem prejuízo da expressão modular do ser humano. Construir uma torre, sagrada que seja, com regras políticas ou uma política segundo os cálculos da engenharia, por exemplo, é usar módulos desajustados à construção de um país consciente e livre.

A revolução que os "Militares de Abril" fizeram merece que a saibamos continuar. Ela é única na história, não só pela forma como se desenrolou, pelo espírito humanista que a caracterizou, como pelo exemplo de dignidade e de isenção que as Forças Armadas deram, ao entregar ao povo a condução dos seus próprios destinos.

Revolução que tem a sua imagem na Constituição da República, elaborada e aprovada pela grande maioria dos legítimos representantes do povo, eleitos livremente, pela primeira vez, após quase meio século de menoridade política forçada.

Para continuar Abril, fiéis aos princípios que norteavam a revolução, temos vindo a construir, colocando pedra sobre pedra, este belo edifício que é o Portugal democrático em que vivemos.

Papel fundamental nesta tarefa tem sido o desempenhado pela Assembleia da República. Daqui têm saído as principais leis que nos regem, aqui foram aprovadas as leis que têm vindo a modernizar as estruturas políticas, económicas, sociais e culturais, que procuram imprimir ao nosso país uma dinâmica de progresso capaz de vencer o atraso em que tínhamos mergulhado, banindo para sempre privilégios, exaltando e dignificando os que trabalham. A Assembleia da República, órgão de soberania por excelência no regime democrático em que vivemos e por nós criado, zelosa dos poderes que a Constituição lhe confere, vem exercendo com eficiência e responsabilidade a sua função legislativa e política, simultaneamente com a função de fiscalização que lhe compete.

Assembleia que tem sabido manter intactos e defender quando se torna necessário aqueles marcos que caracterizam o ideal de liberdade e de progresso, alicerces da Revolução de Abril, e que alguns, fora

das paredes desta Casa, insistem em pôr em causa. E tudo isto é mérito vosso, tudo isto vos honra, Sras. e Srs. Deputados da Nação.

É tanto mais de realçar o trabalho aqui desenvolvido quanto são bem conhecidas as dificuldades materiais com que nos deparamos. Dispomos de uma orgânica inadequada, de instalações deficientes, de um quadro de auxiliares diminuto e carecido de formação, mas graças ao vosso esforço, à vossa determinação de vencer com Abril e à dedicação dos trabalhadores desta Casa, que a nós se juntaram com um espírito de colaboração que é justo pôr em relevo, tem sido possível superar todas as dificuldades.

Algumas medidas foram, entretanto, tomadas, que permitiram melhorar as condições de trabalho, dar maior dignidade ao ambiente que nos rodeia, e outras virão a realizar-se, com a vossa colaboração, num futuro que espero próximo.

Aos órgãos da comunicação social, que diariamente referem os nossos trabalhos parlamentares, uma palavra de saudação é devida também neste momento.

A importância do seu trabalho junto da opinião pública, defendendo e prestigiando as instituições democráticas, que têm como seu mais elevado expoente a Assembleia da República, mesmo e sobretudo quando acompanhado da crítica construtiva, mostra um sentido de responsabilidade profissional que é de louvar.

Afastei-me, Sras. e Srs. do motivo principal que nos fez aqui reunir neste dia de festa; fi-lo por considerar que a vida desta Casa e nesta Casa é parte essencial do património herdado da "Revolução dos Cravos".

Para terminar, desejo agradecer a presença nesta festa do Governo, das autoridades, dos ilustres convidados e de todo o público que a ela veio assistir.

A V. Ex.ª, Sr. Presidente da República, como primeiro magistrado da Nação, permita-me que lhe enderece, em nome de todos os deputados e em meu próprio nome, os nossos agrade- cimentos por ter querido honrar-nos com a sua presença nesta sessão solene comemorativa do 10.º aniversário da Revolução de Abril.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra S. Ex.ª o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República Ramalho Eanes**: — Srs. Deputados, não esquecerei a natureza desta sessão. Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Representantes de Países Estrangeiros, Sr. Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Srs. Deputados, Portugueses: Comemoram os portugueses mais um aniversário do 25 de Abril, hoje com um significado especial.

Perfaz dez anos a democracia.

Constituindo um marco politicamente significativo na vida e no sentido dos portugueses, seria um momento adequado para que de novo se falasse do fim do regime autoritário, da democracia renascida, da descolonização efetuada, das profundas modificações operadas na sociedade portuguesa, e se louvasse enfim a paz, a liberdade, a democracia e o reencontro da Nação portuguesa com a comunidade internacional.

Se o fizesse não seria polémico, não chocaria as boas consciências e, provavelmente, não me voltariam a acusar de falta de clareza nas minhas intervenções.

Resisti a essa tentação ao pensar que uma parte significativa da juventude portuguesa não viveu, ou se viveu não sentiu, o regime anterior.

Resisti a essa tentação ao pensar no que vai ser o 25 de Abril de 1984 dos portugueses que se debatem no seu quotidiano com carências acrescidas — a atingir, por vezes, o limiar de uma sobrevivência digna.

Resisti, também, ao pensar nos empresários e nos trabalhadores que, contribuindo com seriedade para a construção do nosso futuro coletivo, se encontram confrontados com aqueles que, de forma expedita e ilegítima, vão enriquecendo rapidamente, sem capacidade para um trabalho sério, sem esforço honesto, sem aceitar o risco que outros têm de suportar.

Resisti, ainda, porque acredito que «a primeira categoria da consciência histórica não é a memória ou a lembrança; é o anúncio, a expectativa, a promessa».

Considerei assim mais útil, no presente, propor aos Srs. Deputados e aos portugueses, uma reflexão conjunta, e mesmo uma autocrítica, sobre estes dez anos da nossa vivência coletiva. Dir-se-á, certamente, que as dificuldades que vivemos em Portugal também são vividas um pouco por todo o mundo.

E com razão se poderá invocar o papel de relevo dos bloqueamentos herdados do regime anterior e dos efeitos da crise internacional na nossa difícil situação.

São verdades que julgo incontroversas, mas não deixarão de concordar que elas não correspondem a todos e nem tudo justificam. Estas são verdades que não satisfazem, por exemplo, a nossa juventude, que, vivendo em paz, em liberdade e em democracia — valores inestimáveis, sem dúvida — se confronta hoje com dificuldades múltiplas, designadamente de emprego, não tendo, por isso, mobilizadores horizontes de vida.

Em boa verdade nenhuma razão, por mais objetiva que seja, será por si suficiente para justificar o tempo perdido, as energias dispersas, a falta de rigor, que nos têm afastado do progresso, da modernidade e vêm contribuindo para fragilizar a afirmação da nossa independência.

As comemorações do 25 de Abril, para além do ritual próprio das cerimónias, não se podem esgotar numa solene evocação histórica. E mesmo as mais sinceras declarações de intenção não podem fazer esquecer o que ainda se não fez e está ao nosso alcance realizar.

No plano político, o recurso exagerado à palavra, ainda que com a dignidade do discurso, pode ser, e é muitas vezes, um sintoma preocupante.

Os discursos não podem, nem devem, substituir o balanço nem o projeto que o país de Abril prometeu ser verdadeiras mutações, para um futuro em tudo consentâneo com os grandes valores culturais do nosso povo e capaz de garantir e consolidar a paz, a liberdade e a justiça para todos.

É hoje inevitável reconhecer aquilo que, há muito, alguns têm defendido, embora sem encontrar eco inteiro na decisão política. A transição para um modelo de desenvolvimento feito com compreensão de todos os mecanismos desta crise persistente, no plano interno e externo, impõe uma ação sistemática sobre o nosso sistema produtivo.

O restabelecimento estrutural do equilíbrio sobre o exterior, a alteração dos meios, métodos e instrumentos de trabalho, a reorganização e o controle do sistema financeiro, a preparação global,

integrada e permanente da nossa juventude e de toda a nossa população ativa, a par da defesa de um sector privado apoiado e dinâmico e de um setor público responsável e competitivo, são condições indispensáveis à modernização da nossa economia.

Impõe, complementarmente, a descentralização da decisão política, através de uma relação dinâmica e cooperante entre o poder central e o local, cabendo àquele a definição dos programas globais e dos sectores estratégicos de desenvolvimento.

Srs. Deputados: O problema político essencial na presente situação só tem a ver com as responsabilidades da democracia, os interesses dos portugueses e a resolução dos seus problemas concretos, devendo ser alheio aos atritos políticos, lutas pelo poder ou projetos personalizados.

E quando os problemas concretos se agravam continuamente, as eventuais vitórias na luta pelo poder são apenas vitórias pessoais, mas nacionalmente inconsequentes.

Refletir Abril de 1974 é não só rememorar o que se fez e o que se deixou de fazer, mas recordar também o que nessa data ocorreu. O 25 de Abril existiu para que as questões nacionais fossem conhecidas de todos os portugueses, para que a inteira consciência dos factos e dos condicionalismos pudesse levar a comunidade a enfrentar coletivamente os desafios e a chegar assim às respostas adequadas e mobilizadoras.

O 25 de Abril existiu para que a palavra dos dirigentes políticos retratasse a verdade dos factos, delineasse e mostrasse o rigor das decisões e respeitasse sempre a vontade livre de todos os portugueses.

Há dez anos, o povo sentia que o regime autoritário tinha caído. Nos palácios, alguns havia que se preparavam para continuar a desempenhar o seu papel na cerimónia do poder.

Temos a estrita obrigação democrática de manter bem abertos os palácios para que a legitimidade que recebemos do voto livre dos portugueses se não degrade em oportunismos de ação que adulterem as regras democráticas e a estabilidade das suas estruturas essenciais.

É sabido que nenhuma ameaça antidemocrática se perfila no nosso horizonte próximo, o que nos confere o tempo necessário para revermos atitudes e posições.

Cabe-nos reconhecer que, por vezes, seguimos caminhos errados, que prometemos o que não sabíamos como cumprir, que nos enganámos nos diagnósticos das situações, que nos iludimos na esperança de que haveria soluções fáceis para os problemas do país.

Dez anos é um período muito curto para avaliar as potencialidades de um regime político.

Depois de um regime autoritário que se impôs por meio século, seria difícil que dez anos fossem suficientes para absorver as suas consequências e os seus bloqueamentos, para colocar o país numa via segura de modernização e progresso.

Mas dez anos são um tempo longo se for apreciado na perspetiva dos erros cometidos e que são responsabilidade de todos os dirigentes políticos, de onde naturalmente me não excluo.

A nossa democracia entra agora numa fase vital e decisiva, não porque exista qualquer ameaça antidemocrática, mas sim porque já não há espaço para novos erros, já não é possível ceder à inércia do mais cómodo e do mais fácil.

Trata-se de definir e de realizar, clara e firmemente, um projeto que, sendo realista, possa estimular vontades e mobilizar energias. Um projeto que, viabilizando o imediato, tenha igualmente como objetivo o médio e o longo prazo, um projeto que, fazendo-nos aproveitar das experiências alheias, seja realmente nosso no seu carácter, nos seus objetivos e, até certo ponto, nos seus anseios.

Um projeto de esperança mobilizadora de todos os portugueses, que fortaleça a democracia, realize o bem comum nacional e cumpra a universalidade do nosso destino histórico.

Srs. Deputados, Portugueses: Termino, com a consoladora certeza de que, se não formos nós capazes de realizar esse projeto, «o povo encontrará sempre maneira de vir à tona da História».

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Está encerrada a sessão.

1985

O Sr. **Presidente da Assembleia da República Fernando Amaral**: — Com a aquiescência de S. Ex.ª o Sr. Presidente da República, está aberta a sessão.

Tem a palavra o representante da ASDI, Sr. Deputado Vilhena de Carvalho.

O Sr. **Vilhena de Carvalho** (ASDI): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: 11 anos passados sobre o 25 de Abril de 1974, pode reafirmar-se que a gesta dos capitães, na madrugada daquele dia, continua a merecer, na consciência do povo português, a espontânea palavra de saudação, o devido gesto de reconhecimento e as manifestações, tanto oficiais como populares, de júbilo coletivo.

Por isso, o dia de hoje é um dia nacional, em que todos os portugueses se irmanam num sentimento comum, porque comum a todos é a alegria de festejar a liberdade reconquistada e a esperança renascida para uma vida de dignidade, que durante tantos anos nos foi subtraída por um poder autoritário, obscurantista e opressivo. Espécie de domingo pátrio é este, em que as mãos calejadas descansam, livres para se encontrarem com outras mãos; em que as agruras do quotidiano se esquecem; em que o perfume dos cravos da revolução distante ainda ressuma e inebria e as bandeiras da paz social se desfraldam para que a todos toque e em todos a festa aconteça.

Sensíveis por nós e pelo povo que representamos, aqui nos reunimos com propósitos de expressão própria e como mandatários de quem nos elegeu para, através da presença e da palavra, significarmos como as instituições democráticas rememoram e saúdam todos os resistentes e os revolucionários de ontem, que tornaram possível o Portugal livre e democrático de hoje.

Tem sido, aliás, o 25 de Abril e as ocasiões de o comemorar pretexto de reunião conjunta, neste vetusto hemiciclo, dos titulares dos diversos órgãos de soberania, eles próprios se contando entre os principais efeitos históricos da liberdade restaurada e da devolução ao povo do seu poder soberano.

Aqui está um bom motivo de reflexão:

Que a democracia passa essencialmente por esta Casa, ninguém ousará contestá-lo; que o Presidente da República e o Governo e os representantes dos tribunais sempre se têm encontrado com a Assembleia da República nos momentos de júbilo nacional, eis disso mesmo a prova que estamos dando ao povo português.

Mas terá havido sempre recíproca compreensão, solidariedade e intercolaboração institucional entre os diversos órgãos de soberania, nos demais momentos, naqueles em que os problemas se agigantam, em desafio constante à ação dos governantes?

Os problemas do país concitam a um esforço coletivo de todos — governantes e governados; concitam a uma dedicação conjunta, até ao sacrifício, para que possam ser superadas as dificuldades acumuladas, de modo a que os ideais de liberdade, de progresso e de justiça social, que aureolaram a primavera de Abril, não venham a estiolar no regaço da desilusão.

Temos perdido, talvez, demasiado tempo a discutir e a arredondar conceitos e a questionar ideologias em vez de, na prática, resolvermos os problemas concretos das pessoas e do país real que somos.

Temos sacrificado, porventura em excesso, a estabilidade das funções governativas e parlamentares, necessárias e indispensáveis a um trabalho mais profícuo e socialmente mais útil.

São disso claro exemplo os nove governos constitucionais e as quatro eleições para a Assembleia da República, desde 1976.

Há normas da Constituição de carácter excecional que, pela sua invocação e aplicação repetida, põem em causa o bem fundado de regras gerais estabelecidas na mesma Constituição.

Referimo-nos, por exemplo, às sucessivas dissoluções da Assembleia da República, cujos custos políticos, sociais e económicos facilmente se intuem, mas se não ousou, ainda, corretamente avaliar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Que temos dado provas de uma intensa vivência democrática, por vezes até à irrequietude, ninguém poderá contestar. Mas de tantas vezes o cântaro ir à fonte, sabe-se como pode acabar por partir ao menos a asa. E a verdade é que há por aí, não o esqueçamos, muitos *travestis* de *Leviathãs*, predispostos a dar à manivela da história em sentido contrário ao dos ponteiros do relógio da liberdade, do progresso e da justiça social.

É à defesa desta liberdade que a memória de Abril essencialmente e em primeiro lugar nos obriga.

Só em democracia e em liberdade poderemos dignamente construir o futuro: um futuro em que os direitos sociais, económicos e culturais de todos os cidadãos se encontrem assegurados e garantidos.

A pressa de alcançar a plena satisfação do conteúdo desses direitos não pode, todavia, deixar de ter em conta o ponto de partida, o fim do império colonial e consequências daí advenientes e as dificuldades acrescidas por uma crise que, sendo geral, também nos afeta. Ser descontente pode não ser negativo e não o será quando se não perdeu a confiança nas instituições democráticas, nem o *élan* mobilizador da vontade coletiva para as tarefas do futuro.

Se soubermos temperar a insatisfação com a confiança e se formos capazes de não perder o sentido da medida, colocando embora o melhor como meta, mas só o possível como exigência, então, tal como em 1385, 1640, 1820 e 1910, a crise de que nos queixamos será vencida.

Vencida, mas nunca em escassos anos, ou no mandato normal de um governo, dado o atraso em que nos encontramos em relação aos padrões de vida europeus com os quais nos pretendemos igualar. Aceitemos, porém, os desafios que se nos colocam e entre eles o da próxima integração no seio da Comunidade Económica Europeia. Prioridade das prioridades de sucessivos governos, é justo salientar o mérito do atual, ao conseguir proximamente coroados de êxito os seus persistentes esforços nesta caminhada de modernidade da sociedade portuguesa.

Hoje, como sempre ao longo da nossa história, também a este respeito não faltam os "arautos da desgraça" nem "os velhos do Restelo", nem "os que confundem a árvore com a floresta", incapazes de perspetivar o futuro e de avaliar a importância — quanto a nós sem alternativa — deste grande objetivo nacional.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Se é no reconhecimento da dignidade da pessoa humana e na defesa dos valores da solidariedade social que a sociedade portuguesa se há de desenvolver, não se poderá abstrair de que a solidariedade internacional é, também ela, um pressuposto da própria solidariedade interna dos povos com culturas e projetos afins.

Quanto a nós, Portugal só terá a ganhar económica, social e culturalmente se quebrar o seu isolacionismo e partilhar com os demais países europeus os bens e os valores de uma civilização comum.

Com a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, o quadro institucional democrático ganhará uma maior solidez, a liberdade e a modernidade enriquecerão o nosso quotidiano e a memória de Abril ganhará, afinal, um futuro ainda por realizar.

Se depositarmos a nossa confiança nas instituições democráticas, de igual modo não esquecemos que elas assentam na vontade popular e é o povo que há de, em cada instante, ser o fautor do seu próprio destino.

Hão de ser, contudo, os jovens os destinatários principais das nossas preocupações. Razão e fonte, também, da nossa esperança.

Se a juventude apoiar e defender, na sua pureza de ideais e costumada generosidade, a liberdade, a democracia e o progresso social, então Abril renascerá nela em cada hora e o futuro da Pátria a todos, mas sobretudo aos jovens, pertencerá.

Aplausos da ASDI, do PS, do PSD, do CDS, do MDP/CDE e da UEDS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante da UEDS, Sr. Deputado César Oliveira.

O Sr. **César Oliveira** (UEDS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: Cumprem-se hoje 11 anos sobre a Revolução de Abril e creio ser este o momento privilegiado e este o lugar certo para uma reflexão, ainda que breve e incompleta, sobre o significado profundo destes anos da nossa história recente e sobre os caminhos que nos conduzirão ao futuro. Não é fácil, no entanto, esta tarefa e proceder a esta reflexão quando a queremos serena e autêntica, no breve tempo de que dispomos.

Recusamos o mero discurso de circunstância construído em torno de frases feitas e lugares-comuns e que é, as mais das vezes, a máscara da impotência. Recusamos a crítica fácil e verrinosa quase sempre fundada no "bota-abaixo" e onde nunca se vislumbram horizontes com alternativas credíveis. Recusamos os longos requisitórios ao percurso destes 11 anos e que se confundem com ardilosos e elaborados ataques à democracia, à liberdade e às instituições. Recusamos, finalmente, o discurso eleitoralista que procura apenas tirar dividendos políticos das dificuldades e dos tempos difíceis que vivemos e que se desenvolve através da insinuação, da manobra política, da simulação calculada e da mistificação quando não recorre às armas da chantagem para satisfazer interesses obscuros ou garantir a sobrevivência dos baronatos. Portugal é hoje, 11 anos depois do 25 de Abril, uma Pátria livre de cidadãos livres. Pátria livre sem carregar aos ombros a opressão e domínio sobre outras pátrias, no

limiar de pertencer por inteiro a uma Europa onde a história dos seus povos se confunde com os ideais de liberdade, fraternidade, justiça e democracia que constituíram os valores fundamentais que há 11 anos foram assumidos pelos capitães de Abril.

Pátria livre de cidadãos livres que podem exprimir sem peias, sem obstáculos e sem censura as suas opiniões e desenvolver as ações que bem entendam para concretizar o ideário que preside às suas vidas. Pátria livre onde livremente se publicam testemunhos, memórias e documentos que louvam os tempos da ditadura e que constituem diatribes virulentas contra o 25 de Abril. E neste facto reside, senhoras e senhores, uma das grandes conquistas da Revolução de Abril, quase diria uma sublime vingança, de que todos os democratas, e particularmente todos os socialistas, por certo se orgulham: os que apenas souberam fazer a guerra têm plena liberdade para atacar e caluniar os que quiseram e souberam fazer a paz; os que só souberam reprimir e censurar circulam livremente e podem, sem receios ou ameaças, exprimir opiniões tiradas dos armários bafientos do autoritarismo e do fascismo e lançar vitupérios sem conta sobre o regime, a Constituição e as instituições democráticas. Se não fora assim, a nossa democracia era apenas e só uma simples caricatura. Largos anos após o golpe militar de 28 de Maio, os grandes vultos da República como os militantes democráticos anónimos, percorriam o caminho do exílio, morriam em terra estranha, condenados ao silêncio, sujeitos a todas as calúnias, deportados em Cabo Verde ou Timor. Onze anos depois do 25 de Abril, todos os portugueses cabem livremente em Portugal como resultado natural da superioridade moral dos democratas, como consequência lógica da vitória da democracia sobre a ditadura, da liberdade sobre o autoritarismo, da tolerância sobre o despotismo.

Aplausos da UEDS, do PS, da ASDI e de alguns Deputados do PSD.

A liberdade, a paz e a democracia constituem o cerne do significado mais profundo destes 11 anos que hoje, aqui, na Assembleia da República, se comemoram.

Todavia, não penso que os caminhos do futuro estejam livres de ameaças e que a democracia esteja de tal modo consolidada que possa dispensar a vigilância firme dos democratas e um redobrado empenhamento de todos aqueles que, seja qual for o seu posicionamento, querem a sua consolidação e o seu enraizamento no quotidiano da vida das populações.

Assumem formas diversas as ameaças que impendem sobre a edificação perene da democracia e do 25 de Abril. Ainda muito recentemente, num debate televisivo, pudemos ouvir, espantados, e na boca de um representante do patronato — que certamente não representa todo o patronato português — a apologia do arbítrio, do autoritarismo e do poder discricionário sobre os trabalhadores num discurso eivado de afirmações caluniosas contra o sistema de partidos que constitui o cerne da vida democrática. Obviamente que não pensamos que as posições enunciadas pelo representante da CIP na RTP sejam fruto do acaso ou devidas a uma ação isolada de um patronato que busca reconstituir a situação que perdeu em 25 de Abril. Bem pelo contrário. O discurso inqualificável que ouvimos a este representante de uma parte do patronato português enquadra-se na convergência de duas ofensivas paralelas que ultimamente têm vindo a desenvolver-se em Portugal. Uma, visa a completa descaracterização do

regime saído do 25 de Abril; a outra, pretende minar, paciente, sistemática e astuciosamente a própria democracia.

A primeira destas ofensivas insere-se no âmbito de iniciativas político-legislativas e tem como principal objetivo a alteração profunda da legislação laboral e a revisão do sistema económico da Constituição da República. Os portugueses recordarão, por certo, que são exatamente os mesmos setores e as mesmas forças políticas que advogavam que sem a extinção do Conselho da Revolução e sem a revisão da Constituição não haveria solução para os problemas do país que exigem agora a alteração profunda da legislação laboral e do sistema económico que emerge da Constituição.

A Constituição foi revista, extinguiu-se o Conselho da Revolução, alterou-se a lei de delimitação dos setores económicos. Verifica-se agora que, não eram estas as condições essenciais para o rápido desenvolvimento do país, para acelerar os investimentos, para resolver os problemas fundamentais da sociedade portuguesa como foi há três anos proclamado. Eram afinal a legislação laboral, o setor público e o modelo económico constitucional os grandes óbices ao desenvolvimento, os obstáculos essenciais. E não deixa de ser curioso assinalar que são exatamente as forças e os setores que durante mais tempo ocuparam o poder que de novo agora convergem nesta ofensiva mistificadora. E a mistificação chega ao ponto de fazer associar a revisão da Constituição ao processo de candidaturas para a Presidência da República quando é certo que os poderes de revisão constitucional pertencem exclusivamente aos deputados e nada têm a ver com a Presidência da República. Por isso se não estranha que os setores que reivindicam agora com veemência alterações à legislação laboral de modo a repor o poder discricionário de um patronato retrógrado e que viveu sempre à sombra do protecionismo da ditadura e que exigem, através da nova revisão constitucional, a descaracterização completa do regime saído da Revolução de Abril, coincidam, em grande parte, com os setores mais responsáveis pela instabilidade política que se instalou em Portugal.

A segunda ofensiva centra-se no denegrir sistemático das instituições democráticas, do sistema partidário, da própria democracia. Esta ofensiva, a que uma parte da comunicação social dá guarida, certamente esquecida dos tempos da censura prévia e das notas oficiosas incontestáveis, veste-se de roupagens e colorações muito diversas e desenvolve-se por intermédio de discursos políticos que muitas vezes nos surgem como aparentemente contraditórios. A par dos apelos a novos "salvadores da Pátria" e ao carisma providencialista individual, procura-se erigir os políticos, os partidos e as instituições democráticas como fonte essencial de todos os problemas, como a origem primeira de todos os malefícios, como os únicos responsáveis pelas dificuldades com que todos nos defrontamos. Temos reconhecido muitas vezes, e nesta mesma tribuna, as insuficiências, os vícios e as consequências de práticas políticas enviesadas, pouco transparentes e mais fundadas na salvaguarda de interesses e de soluções conjunturais do que na clareza de propostas e soluções alicerçadas em projetos políticos globais assumidos com a coragem de quem se norteia por princípios.

Mas uma coisa é a crítica da prática política e da vida partidária para que através dessa crítica e de um esforço de rigor e autenticidade se clarifiquem os projetos políticos e se possam tornar mais transparentes as distintas atuações, e outra coisa bem diferente é o exercício da crítica para minar, sistemática e ardilosamente, a democracia, as instituições e a vida partidária. As instituições que temos,

os políticos que existem e os partidos que se defrontam correspondem ao que somos como povo e ao que somos como sociedade. Perante as dificuldades e os problemas que ensombram o dia a dia dos portugueses há, certamente, uma gradação de responsabilidades, mas estamos certos que todos nos acompanharão quando afirmamos que todos, todos os portugueses sem exceção, somos responsáveis pela construção do futuro e que todos temos a nossa quota de responsabilidades na solução dos problemas com que nos debatemos.

A democracia, como disse Winston Churchill, é um sistema com defeitos enormes e com limitações diversas. Todavia, todos os outros sistemas são bem piores que a democracia.

Onze anos depois do 25 de Abril e neste ano marcado pela integração plena de Portugal na CEE e por processos eleitorais importantes, julgamos imperioso dar combate às duas ofensivas que, muito sumariamente, acabámos de caracterizar. E combater a mistificação das exigências de alteração da legislação laboral e de revisão da Constituição da República se significa impedir roturas manifestamente desnecessárias, não significa ficar surdo e mudo perante as reformas necessárias quer no plano dos setores produtivos, na administração pública, no ensino, no desanuviar do futuro sombrio da juventude ou nos setores onde elas se tornem imprescindíveis. Mas combater aquelas exigências terá de constituir também um combate por uma maior transparência nas práticas políticas, por uma assunção mais autêntica dos princípios, das ideologias e dos projetos. Neste combate árduo e complexo a que são chamados os democratas, e mais particularmente todos os socialistas seja qual for a organização onde militem, avulta o desmontar permanente das ciladas à consolidação da democracia e das instituições que a tornam viva e atuante.

Perante a memória dos que perderam a vida na luta pela liberdade e pela democracia, perante o exemplo de coragem e verticalidade de muitos portugueses que durante décadas e décadas resistiram, sem baixar os braços e de cabeça levantada, perante os desafios que este findar de século a todos nos coloca e na luta contra toda a espécie de autoritarismos e mistificações políticas mais ou menos nebulosas, pela construção de uma Pátria livre e plenamente liberta da sobrevivência de todos os condicionalismos que da noite dos tempos continuam a ensombrar o presente ameaçando o futuro, queremos, neste 25 de Abril de 1985, responder presentes.

Aplausos da UEDS, do PS, do CDS, do MDP/CDE, da ASDI e de alguns Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do MDP/CDE, Sr. Deputado Raul Castro.

O Sr. **Raul Castro** (MDP/CDE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: Importa hoje recordar quais os grandes vetores que transformaram o Dia da Liberdade no Dia da Esperança de todo um Povo.

No preâmbulo da Constituição da República, aprovada em 1976, salienta-se que:

A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos derrubou o regime fascista. Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.
A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais.

E acrescenta-se:

A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.

E já no Programa do Movimento das Forças Armadas, em 19 de julho de 1974, se propugnava «uma nova política, posta ao serviço do povo português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista;

Uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objetivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os portugueses».

Política económica e política social estas que se encontram consagradas na Constituição da República, quer preconizando-se o desenvolvimento da propriedade social, quer assegurando-se a eliminação e o impedimento da formação das grandes empresas monopolistas.

Forçoso é, porém, reconhecer que as medidas que definem as linhas de atuação política dos últimos governos, não só não correspondem à justificada expectativa da população em relação ao 25 de Abril, como não se conformam com o próprio quadro institucional e os princípios constitucionais que o definem.

Deve mesmo dizer-se que o sentido da mudança em relação à política posta em prática pelos governos da Aliança Democrática, expresso na deslocação de voto a favor do partido que assumiu esse projeto de mudança, não só acabaria por ser iludido à partida, pela coligação com o mais representativo partido responsável pela política anterior, como viria a ser desmentido pela prática política que o atual Governo vem desenvolvendo, já há cerca de dois anos. Sucessivos aumentos dos preços de produtos essenciais, o agravamento da inflação e a redução do poder de compra da generalidade dos portugueses, o agravamento da crise da habitação, o aumento do número de desempregados, o insólito e imoral problema dos salários em atraso, a quebra no investimento e na produção nacional, e o galopante aumento da dívida de Estado, relegaram Portugal para a situação de ser um dos países mais pobres e atrasados da Europa, segundo um recente estudo da Organização Internacional do Trabalho.

Pode, por isso, dizer-se que o profundo enraizamento do 25 de Abril na grande maioria dos portugueses continua a ser uma razão de esperança no futuro que tem resistido a tantos golpes nas suas legítimas expectativas.

Veio a criar-se, deste modo, uma situação de incredibilidade na atuação do Governo e da sua maioria parlamentar, que motivou o distanciamento do povo português, que deixou de se reconhecer nestes dois órgãos de soberania que se mantêm em exercício já há cerca de dois anos, numa situação de crescente isolamento.

E aqueles que argumentam com a legitimidade que lhes atribuiriam os votos obtidos, não só substituem as responsabilidades que derivam da sua atuação por uma mera razão de autoridade, como esquecem que o direito constitucional de todos os cidadãos tomarem parte na vida política do país e na direção dos assuntos públicos não é um direito estático, mas dinâmico e quotidiano, que está longe de se esgotar num dado ato eleitoral, como, aliás, evidenciam as diversas modificações do sentido dos votos.

E é por isso que o essencial das medidas legislativas, emanadas do Governo e da sua maioria parlamentar, desfiguram o regime democrático, desde a Lei de Segurança Interna àquela que abriu setores nacionalizados ao capital privado, ao projeto de lei que põe em causa a liberdade de expressão do pensamento, até à lei contra a autonomia do poder local e aos anunciados diplomas que diminuem os direitos dos trabalhadores ou atentam contra a Reforma Agrária, e a anunciada revisão da Lei Eleitoral.

Diremos mesmo que o essencial de tais medidas legislativas representa uma antecipada revisão da Constituição realizada de forma ilegal e enviesada.

E chegou-se mesmo ao ponto de se discutir e calendarizar a eliminação da organização económica, consagrada na Constituição, através de uma revisão constitucional a tal destinada, como se se tratasse de um normal procedimento democrático aquilo que se consubstancia num atentado à Constituição e ao regime democrático nela moldado.

E até se tem invocado, à guisa de justificação para tal revisão, a adesão à CEE, argumento, aliás, repudiado pelos próprios constitucionalistas. E em tudo isto tornaram-se patentes não só as contradições e os choques entre os dois partidos que integram o Governo e a sua maioria, como agudiza a sua falta de transparência o próprio facto de, em muitas páginas do *Diário da Assembleia da República*, em anos próximos, se deparar com a crítica frontal, por parte dos mais qualificados dirigentes do partido maioritário no poder, às medidas legais que agora se apresentam a defender. E até em matérias de Estado, da maior gravidade, como as Grandes Opções do Plano e o Orçamento, ou a adesão à Comunidade Económica Europeia, o Governo e a sua maioria tem atuado de forma a agravar a sua falta de sentido nacional de responsabilidade e a consequente perda da sua credibilidade.

Sem uma atuação previamente programada, dissociando as grandes opções do Plano e o Orçamento, e apresentando-os cerca de três meses depois do prazo legal e sem a necessária credibilidade, de forma a merecer até as críticas mais contundentes de deputados da própria maioria, de que até alguns se ausentaram do hemiciclo para não serem compelidos a votar em sentido contrário, o Governo e a maioria defraudaram, mesmo em matéria de tal vulto, os imperativos de Estado que as Grandes Opções do Plano e do Orçamento necessariamente impõem.

Do mesmo modo, a adesão à CEE, que afetará profunda e duradouramente a vida dos portugueses, tem sido negociada pelo Governo sem um amplo debate nacional sobre as suas consequências políticas, económicas, sociais e culturais, e sem a necessária informação à população sobre a natureza da Comunidade e as condições da adesão do nosso país, não obstante tal adesão, tendo em conta a natureza atual das comunidades europeias e a crise económica e política institucional em que se encontram mergulhadas, inviabilizar qualquer projeto autónomo de desenvolvimento nacional e pôr em causa o relacionamento autónomo e independente de Portugal com todos os países, de tal forma que o país, mais cedo ou mais tarde, virá a julgar severamente os autores deste processo e quem complacentemente lhes dê cobertura.

A adesão à CEE é transformada pelo Governo e pela sua maioria num álibi para a subversão do regime constitucional, numa mera operação ao serviço de interesses pessoais e partidários, como demonstrou o recente debate parlamentar que o Governo e a maioria viriam a considerar meramente político em vez de, embora tardiamente, se destinar à análise e debate das negociadas condições de adesão.

Deve até dizer-se que tal adesão tem sido de tal forma reduzida à dimensão dos gabinetes governamentais que não só o nosso povo a desconhece, como os próprios deputados portugueses dela sabem menos que os parlamentares dos outros países da Comunidade Europeia.

De tudo o que vem de referir-se, resulta que o país vive numa situação de alheamento em relação ao Governo e à atuação concordante desta Assembleia, assumida pela sua maioria, que fez desaparecer o relacionamento verdadeiramente democrático entre os órgãos do poder e os cidadãos.

Substituídos os valores que devem caracterizar uma gestão política transparente por uma mera luta pelo poder, em que sobrelevam os interesses partidários e os choques entre as duas forças políticas coligadas, tornou-se evidente o divórcio entre o poder e a população, que deixou de acreditar naqueles que governam.

Por isso, o MDP/CDE entende que constitui um imperativo nacional pôr fim à subsistência destes dois órgãos de soberania, Governo e Assembleia da República, em ordem não só a salvaguardar o regular funcionamento das instituições democráticas, mas o próprio prestígio da democracia portuguesa.

Se o povo é quem mais ordena, neste 25 de Abril, dê-se a palavra ao povo, restituam-se ao nosso povo fundadas razões para uma esperança que não morre numa vida mais livre, mais justa e mais fraterna, que volte a florir a nossa terra de cravos vermelhos de confiança no presente e de fé no futuro.

Aplausos do MDP/CDE e do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do CDS, Sr. Deputado Gomes de Pinho.

O Sr. **Gomes de Pinho** (CDS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Hoje não é para nós apenas um dia de festa. À amargura com que acompanhamos o desaparecimento do Presidente do Brasil, junta-se a angústia com que vivemos a situação portuguesa.

Mais do que meras palavras de circunstância ou evocações históricas, o sentido da responsabilidade exige que o nosso pensamento saia desta Assembleia, percorra o país, e seja solidário neste dia da liberdade, com todos quantos a veem ameaçada, pela insegurança, pelo desemprego, pela fome, pela miséria e pela injustiça.

Não precisamos de ir muito longe nesta cidade, ou mesmo neste bairro de São Bento, para ter consciência de que um profundo drama social, mais grave do que o regresso dos portugueses de África, se desenha e alarga.

Este drama é a tradução humana das frias, mas indesmentíveis, estatísticas, a consequência direta da diminuição dos salários reais, do crescimento da inflação, do aumento da taxa de desemprego, da diminuição do investimento e do retrocesso global da nossa economia.

E é, sobretudo, a expressão do egoísmo que a crise gera e que destrói a solidariedade entre os homens em nome de um selvagem "salve-se quem puder".

Não admira que neste quadro a criminalidade aumente, as prisões cheias a abarrotar e sem quaisquer condições de segurança se transformem em focos de degradação humana, o suicídio atinja níveis impensáveis e a violência encontre campo favorável para estender a sua ação, dos atentados políticos à simples vingança pessoal e aos atos de intimidação sobre os responsáveis pela decisão económica.

E, tudo isto, quando o Estado é cada vez mais vasto, intervém cada vez mais; e, por isso mesmo, é também cada vez mais fraco e menos capaz de cumprir as suas tarefas essenciais.

Onze anos de socialismo, comunista primeiro, burocrático depois, conduziram também o país à mais grave crise moral da sua história recente.

A corrupção alastra a partir de um setor público demasiado amplo, irracional, burocratizado e distribuído pelos partidos do poder e pelas famílias dos poderosos.

Estendem-se tentaculares, sinistras influências que despacham, concedem, autorizam, adjudicam, nomeiam, demitem, dão crédito e favores, as mais das vezes em troca de benefícios ilegítimos.

É bom que os que falam tanto em estabilidade e os que tanto amam a democracia tenham consciência de que hoje, em Portugal, a corrupção é um barril de pólvora sobre que assentam, cada vez mais frágeis, as instituições da República.

Aplausos do CDS e do Sr. Deputado do PSD Portugal da Fonseca.

Ela distorce o sistema económico e fomenta a economia paralela, deforma a consciência cívica nacional destruindo a fronteira entre o bem e o mal, relativiza os comportamentos e tende a transformar um país de homens, onde era frequente que um negócio se fechasse com um aperto de mão, numa massa cinzenta de cúmplices forçados de um aparelho de Estado degradado e degradante, cujo funcionamento é alheio a quaisquer princípios de ética social.

Não admira, pois, que quanto mais Estado existe menos direito e justiça haja.

Estas são, em grande parte, as consequências de um sistema e cuja constituição política continua a impor como meta a sociedade socialista.

E são também os resultados visíveis de uma política que, de forma sistemática, tem vindo a ferir a consciência moral dos portugueses — permitindo a aprovação de leis iníquas, rejeitando leis indispensáveis e regulamentando por vezes, de levianas e perigosas, matérias tão delicadas como o acesso indiscriminado dos adolescentes aos meios anticoncecionais.

Risos do PS.

A instituição familiar, base da própria sociedade, foi atacada desde o primeiro dia de constituição deste Governo com a destruição da Secretaria de Estado da Família, e tem sido, aliás, uma das principais vítimas desta política. De facto, como é possível constituir família em Portugal se não há habitação para a maioria dos portugueses e se mesmo aqueles que neste momento ainda têm alguns recursos não podem pagar os pesados encargos dos empréstimos? Como é possível educar os filhos e formar cidadãos com um sistema de ensino em acentuada degradação, que agora atinge a própria infraestrutura escolar, onde não existem condições mínimas de segurança; em que os alunos não seguem cursos que desejam e onde se sentiriam realizados e através dos quais poderiam ser úteis à sociedade, mas aqueles para que a burocracia os atira; enfim, um sistema onde estão ausentes os valores nacionais essenciais à sobrevivência da nossa própria identidade!

A classe média, dos empresários aos quadros e aos trabalhadores que constituía o pilar da democracia pluralista, tem vindo a desaparecer, as expectativas mais razoáveis de promoção social e de acesso à propriedade, subjugada por uma asfixiante e crescente carga fiscal que penaliza quem trabalha, quem poupa e quem investe.

No plano económico e financeiro, como no plano social e moral, a crise aprofunda-se, aproximando-nos do Terceiro Mundo precisamente quando conquistamos o direito a integrar a Europa desenvolvida.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Não é a revolução democrática de Abril que é culpada. Mas o socialismo que dela se apropriou, e que a atual Constituição exprime ainda nos seus princípios, nos condicionamentos concretos da iniciativa individual, na limitação efetiva de algumas liberdades fundamentais, como a de informar e ser informado, na inexistência de uma efetiva concorrência entre o setor público privilegiado, protegido e subsidiado que aumenta a despesa e agrava o défice e o setor privado que o tem de sustentar.

De facto, o socialismo existe em Portugal, embora haja cada vez mais socialistas que se esforçam por fazer crer aos portugueses que nada têm a ver com isso.

Dão uma triste imagem de si, além de que não falam verdade.

O socialismo existe na Constituição, nos programas do partido onde o marxismo continua a ser o ponto de referência e o socialismo a meta. Mas, mais importante e mais grave do que isso, o socialismo existe também na nossa realidade.

Continuamos a ter nacionalizados 98% do sistema bancário; as vinte maiores empresas portuguesas são públicas e grande parte das terras a sul do Tejo continua na posse das UCP e do Estado.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — E todo este amplo setor público e a Administração Pública que o dirige comandam a economia e distorcem o funcionamento do mercado, vivem à custa dos impostos, alimentam uma nova classe dominante, de burocratas, da qual, aliás, dependemos todos cada vez mais e cuja promoção, salvo raras exceções, se baseia, não no mérito individual, mas na fidelidade ao partido ou aos seus chefes.

O socialismo existe, e tropeçamos com ele diariamente, na carga ideológica do sistema fiscal, no monopólio estatal de televisão, teimosamente mantido, nos privilégios do ensino público face ao ensino privado, no crescimento do Sistema Nacional de Saúde em detrimento dos sistemas convencionados, na falta de eficácia das principais empresas prestadoras de serviços essenciais e na contínua criação de novas empresas e de novos serviços públicos.

O socialismo mais retrógrado existe nas leis do trabalho, que não premeiam o mérito e a competência, mas incentivam a falta de produtividade, que consideram a greve um direito absoluto, que conduzem ao escândalo social dos salários em atraso, e consideram a empresa como campo privilegiado da luta de classes.

O socialismo existe e exprime-se também como mentalidade, como convicção e como prática na confusão permanente entre partido e Estado, na falta de rigor da gestão dos negócios públicos, na subordinação do interesse nacional a estratégias ideológicas internacionais. Num mal reprimido e primário sentido antirreligioso, numa indisfarçável tendência para o totalitarismo cultural de que são manifestações recentes o Código de Direitos de Autor, e a política discriminatória de subsídios.

Mas o socialismo não apenas se tem mantido. Ele cresce e cresceu com este Governo, quando a banca pública toma conta das empresas privadas, cada vez mais endividadas, por causa da crise, e alarga a sua influência; quando há cada vez menos empresários e cada vez mais desempregados; quando o ideal da promoção individual e do acesso a propriedade se transforma em Portugal cada vez mais numa simples utopia; quando não diminui o número de ricos, mas aumenta assustadoramente o número de pobres.

Para tudo isto já não há álibis, como os da crise internacional ou os da interferência do poder militar — e ninguém negará mesmo que, dos governos mais recentes, este, do PS e do PSD, tendo a maior maioria parlamentar, é o que tem contado com maior solidariedade presidencial.

Risos do PS e do PSD.

Este Governo, esta política e quem os personifica são hoje objeto de uma ampla rejeição nacional e não é, pois, crível que se possam suceder a si próprios, ainda que por interposta instituição.

Mas então, Srs. Deputados, não há motivos de esperança?

Eu diria que, paradoxalmente, é quando a crise é mais profunda e quando são compreensíveis por todos nós as suas razões que se alarga a esperança. Hoje, para nós, a esperança é maior que ontem, e amanhã será seguramente maior que hoje. Esperança numa alternativa capaz de mobilizar todos os que acreditam na liberdade, na solidariedade e na justiça.

Todos os que defendem sem necessidades de esconder os programas e os princípios, o primado da pessoa humana e os seus direitos fundamentais e que acreditam que só a economia de mercado

possibilita o aproveitamento mais racional dos nossos recursos e o enriquecimento individual e coletivo. Todos os que assumem, sem vergonha, os valores fundamentais da nossa identidade nacional.

Todos os que consideram que só o revigoramento das nossas convicções morais nos poderá transportar de novo para o futuro; Todos os que estão dispostos a assumir o risco da mudança, contra a estabilidade da estagnação e do medo; Todos os que entendem os novos desafios da integração europeia, da nova revolução industrial, das crescentes exigências de qualidade de vida, da universalização da circulação das ideias, não como uma simples imposição do exterior, mas ainda e sempre como expressão do nosso espírito criador e como afirmação renovada da nossa independência nacional. É com estes portugueses e para eles que se fará seguramente a mudança.

O que hoje está em causa e que é preciso mudar, porém, não é a democracia, em que os portugueses acreditam e que desejam, mas o socialismo que rejeitam. E face aos resultados desastrosos do sistema socialista e da gestão socialista o dilema é simples — ou derrotamos o socialismo ou o socialismo pode derrotar a democracia.

Aplausos do CDS.

Para sobreviver, e tal como o Partido Comunista em 1976 fazia em relação à Constituição, o socialismo precisa da atual Constituição, com a qual se identifica, e que limita significativamente pelo seu conteúdo programático o princípio de alternância democrática.

Rever a Constituição é, pois, essencial para remover o socialismo e para fazer avançar a alternativa democrática.

Rever a Constituição, e já, corresponde hoje, de novo, a uma necessidade de libertação da sociedade portuguesa idêntica à que onze anos atrás o 25 de Abril representou.

No ano da plena integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, quando se perfila perante o povo português um novo e histórico desafio às suas capacidades de construir o futuro, uma Constituição nacional, capaz de exprimir o essencial da nossa identidade e do nosso querer coletivos, será o impulso mais poderoso para as reformas que todos sentimos que temos de realizar. Fazê-las pelas nossas próprias mãos e com a nossa vontade é a manifestação mais viva da nossa independência. Reafirmá-lo, hoje aqui, é a maior homenagem que podemos prestar a todos os que sonharam com a liberdade, defendem a democracia e acreditam em Portugal.

Aplausos do CDS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do PCP, Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. **Carlos Brito** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Representantes do Governo, Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Convidados: O 25 de Abril volta a ser comemorado em todo o país, neste 11.º aniversário, como uma grande jornada de luta por tudo o que de mais importante representou e representa para o povo português.

Comemora-se o derrubamento da ditadura fascista e a conquista das liberdades e da democracia política.

Comemoram-se as transformações socioeconómicas profundas e os direitos e garantias alcançadas pelos trabalhadores e as suas organizações representativas.

Comemora-se o fim da guerra colonial, a condenação do colonialismo e do belicismo e a paz estabelecida com os povos das ex-colónias. Comemora-se a esperança no ressurgimento da Pátria portuguesa e da salvaguarda da independência nacional.

Há por aí, nos meios governamentais oficiais, quem não queira estas comemorações e se sinta incomodado com elas. Houve quem aqui na Assembleia da República se pronunciasse contra esta sessão comemorativa. Há também os que gostariam que as comemorações do 25 de Abril se reduzissem a atos formais, solenes e silenciosos.

Apesar da evolução ruinosa verificada nos últimos nove anos da vida nacional, o 25 de Abril comemora-se não como uma memória ténue, mas como uma realização viva, como uma promessa a cobrar e uma mensagem a concretizar.

Os atentados contra o espírito e as conquistas do 25 de Abril não impedem que o nosso povo celebre, em clima de luta e de festa, a arrancada libertadora dos capitães de Abril, o que deve ser entendido como uma afirmação de confiança, de que as suas realizações, objetivos e esperanças serão retomados e que existem as bases social e política para que isto aconteça.

A vida mostra com inequívoca clareza que o país se perde porque se perderam os caminhos de Abril.

Não seria nada difícil demonstrar que a situação do país em todas as áreas fundamentais — económica, financeira e social — é pior este ano do que era há um ano atrás e que são maiores os perigos que agora pairam sobre o regime democrático e a independência nacional. Não seria mais difícil demonstrar que assim acontecia o ano passado em relação ao anterior e assim sucessivamente, com algumas curtas pausas e retrocessos, no período dos últimos nove anos.

Esta degradação da situação nacional, que sem exageros temos designado de marcha para o abismo, é o resultado da política dos sucessivos governos desde 1976, cuja linha essencial tem consistido na ofensiva (a princípio disfarçada e mais tarde aberta e brutal) para anular as transformações das estruturas económicas e sociais realizadas com o 25 de Abril (e o processo revolucionário que se lhe seguiu) e depois consagradas na Constituição da República, visando a recuperação para o grande capital dos seus perdidos poderes e privilégios. É hoje uma evidência para quantos queiram examinar a nossa realidade com rigor e desapaixonadamente que quanto mais se agrava esta ofensiva mais desastrosos são os resultados. Entretanto o que se ouve da parte das classes mais favorecidas e dos seus representantes governamentais e partidários é que se destrua o que resta de Abril: tudo raso na realidade e na lei, clamam.

É oportuno recordar, onze anos depois, que os capitães de Abril preconizaram desde a primeira hora em documentos básicos unanimemente aprovados «uma nova política económica, posta ao serviço do povo português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas».

A que é que assistimos hoje em Portugal?

Assistimos a uma política económica posta completamente ao serviço das classes mais favorecidas, a quem tudo se dá e a quem tudo se perdoa. Dão-se-lhes isenções fiscais verdadeiramente majestáticas, créditos vultosíssimos, subsídios de centenas de milhares de contos por unanimidade, às vezes a fundo perdido, dão-se-lhes indemnizações, concessões e transferências, facilidades e opções, uma autêntica cruzada de espoliações de bens e capitais feitas a seu favor. Perdoa-se-lhes a falta de pagamento de salários, a falta de pagamento de impostos, a falta de pagamento à Previdência, a falta de pagamento às alfândegas, a falta de pagamento à banca nacionalizada. Raramente na história nacional se terá assistido a tamanho regabofe.

Os capitães de Abril preconizaram desde a primeira hora «uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objetivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras». A que assistimos hoje em Portugal?

Assistimos a uma política social abertamente contrária aos interesses dos trabalhadores da cidade e do campo a quem tudo se tira e tudo se nega. Tira-se-lhes o poder de compra através da degradação dos salários reais, tira-se-lhes os postos de trabalho e agrava-se o desemprego, tira-se-lhes o próprio salário, permitindo-se que se mantenha e alastre o flagelo dos salários em atraso, exemplo vivo da injustiça social mais hedionda. Nega-se-lhes o direito ao controle de gestão, nega-se-lhes o direito de reclamar junto do Primeiro-Ministro e outras autoridades, procura-se tirar-se-lhes as garantias contra os despedimentos, o direito à greve e o próprio direito à contratação coletiva.

Da mesma forma que os trabalhadores, as classes e camadas médias sofrem os efeitos desta política social e em especial da inflação e da carga fiscal. A todos atingem duramente os cortes de verbas na saúde, no ensino, na Segurança Social e a ameaça da nova lei das rendas de habitação. Piores do que todos estão os reformados e pensionistas que veem os seus magros rendimentos minguar todos os anos em termos reais.

Os capitães de Abril definiram desde a primeira hora uma "estratégia antimonopolista" no desenvolvimento da qual se liquidaram os monopólios e os latifúndios e se realizaram as nacionalizações e a Reforma Agrária. Hoje assistimos não apenas a uma estratégia pró-monopolista, mas a uma impudente política de restauração dos monopólios e dos latifúndios, o que quer dizer o restabelecimento do domínio e do poder económico e político sobre o país de um punhado de famílias como acontecia durante a ditadura fascista.

A vozearia que se levanta de novo pela revisão da Constituição, menos de três anos depois da que foi feita em 1982, constitui um álibi para disfarçar o malogro da política de direita seguida nestes últimos nove anos, mas traduz também a sofreguidão do grande capital e das forças políticas que o representam para consumar, num momento que julgam propício, um golpe mortal contra o 25 de Abril e a sua herança.

A ação permanentemente desestabilizadora dos setores anticonstitucionais tem como objetivo profundo não quaisquer ajustamentos da Constituição atual, mas a reposição das conceções e dos métodos da Constituição de 1933.

A intolerância política e o vezo antidemocrático destes setores reaparece cada vez mais na vida nacional em manifestações tão inconfundíveis como a proposta de lei de segurança interna, nos planos

de severo condicionamento da propaganda política e partidária, na revisão da legislação eleitoral e noutros projetos de carácter inequivocamente totalitários.

A sofreguidão restauracionista está patente também no projeto de adesão à CEE e nos acordos negociados sem que tivessem sido pesadas seriamente as consequências devastadoras do seu impacte nas diferentes áreas da vida económica nacional, que agora começam a estar à vista, e onde apenas se jogou com as vantagens de natureza política para o processo contrarrevolucionário em curso. Não é preciso ser exaustivo para mostrar como andam distanciados de Abril os rumos governamentais que nas questões mais importantes seguem na direção oposta. Não é preciso ser exaustivo também para mostrar como a política das classes mais favorecidas e a de todos aqueles que se submetem ao seu império nada têm a ver com o interesse nacional e visa mesquinhos objetivos de ganhos, de poder e de mando.

Em confronto, basta fazer ressaltar alguns dos objetivos fundamentais do Movimento das Forças Armadas para que se agigante a generosidade social, o sentido do interesse nacional e o fervoroso patriotismo dos bravos capitães de Abril a quem saudamos neste 11.º aniversário do seu cometimento histórico com respeito e reconhecimento.

Aplausos do PCP.

Na mesma oportunidade saudamos todos os antifascistas, todos os democratas, todos os patriotas que durante os longos anos de opressão e tirania contribuíram pela sua luta, pelo seu sacrifício e abnegação para criar as condições que tornaram possível a eclosão do movimento militar e o levantamento popular que se lhe seguiu e garantiu a vitória e o desenvolvimento impetuoso. A solução dos grandes e graves problemas nacionais não pode ser encontrada, como a experiência demonstra, nem nas receitas americanas dos "magos" do FMI ou dos charlatões da "terceira vaga"; nem nas soluções chamadas "europeias" que visam atrelar o país ao comboio da CEE como a sua última carruagem destinada às cozinhas e às bagagens; nem tão-pouco nas manipulações dos prestidigitadores da direita doméstica que têm um único fito, a reconstituição dos grupos financeiros.

A solução dos grandes e graves problemas nacionais só pode ser encontrada num feito nacional tão grandioso e histórico como o 25 de Abril e nos caminhos exaltantes por ele rasgado aos portugueses. Isto significa que é necessário um grande esforço, à altura do 25 de Abril e tendo como base as nossas energias, capacidades e recursos, um esforço que sendo essencialmente nacional, não poderá ser isolacionista, antes terá de se realizar no diálogo e cooperação aberta e diversificada com todos os povos do mundo. O êxito deste esforço nacional implica uma política estabilizadora que ponha fim à ofensiva contra as conquistas económico-sociais de Abril, assegure a participação ativa e criadora dos trabalhadores, a defesa firme e intransigente da independência nacional.

A Sr.ª **Ilda Figueiredo** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — As suas grandes direções devem ser, no entender do meu partido, o aumento da produção nacional; o saneamento financeiro do país (empresas, Estado e dívida externa); o melhoramento

das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral. A concretização destas orientações implica naturalmente medidas institucionais e mudanças políticas.

Os caminhos de Abril não podem ser retomados com um Governo que os repeliu e partiu em direção oposta.

São, contudo, os caminhos de Abril que se apresentam como capazes de conduzir à superação da crise e à consecução do desenvolvimento. São os caminhos que a lei fundamental consagrou e que a maioria dos portugueses aprovou nas urnas. São os caminhos que o povo português reclama, saúda e festeja hoje por todo o Portugal. É um dever retomá-los! Serão retomados para bem do nosso povo e do nosso país!

Por isso, aclamamos como os manifestantes que neste momento descem a Avenida da Liberdade: 25 de Abril sempre!

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do PSD, Sr. Deputado António Capucho.

O Sr. **António Capucho** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: O PSD associa-se à comemoração do 25 de Abril, que hoje nos reúne aqui. E não é certamente por acaso que é nesta Casa que nos encontramos: o ponto de referência essencial de uma democracia autêntica e a existência de um Parlamento plural livremente eleito pelo povo, fonte e detentor originário da soberania. Parlamento em que verdade não é uniformidade, crítica não é ofensa, oposição não é pecado e diversidade, em suma, não é absurdo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Pondo termo a uma guerra inconsequente, acabando com uma ditadura violadora dos direitos fundamentais que nos isolava da Europa e do mundo e que mantinha uma sociedade injusta, eivada de desigualdades, o movimento libertador do 25 de Abril restabeleceu a democracia legítima que decorre do sufrágio universal, direto e secreto e devolveu a soberania ao seu detentor único: o povo português.

Manifestamos a nossa gratidão e homenageamos todos aqueles que, direta ou indiretamente, tornaram possível a liberdade.

Aplausos do PSD, do PS e da ASDI.

O PSD orgulha-se de ter assumido, desde o 25 de Abril, um papel determinante na história portuguesa escrita desde então.

Apoiámos o 25 de Abril no que ele significou de luta pela liberdade e pela democracia e combatemos sem hesitação todas as tentativas de apropriação ilegítima da revolução dos cravos em benefício de desígnios totalitários.

Aplausos do PSD e de alguns Deputados do PS.

Defendemos os direitos e liberdades fundamentais consagrados na Constituição de 1976.

Lutámos pela consagração das autonomias regionais dos Açores e da Madeira e protagonizamos, mormente nos governos respetivos — sempre de maioria absoluta social-democrata — a expressão concreta daquele princípio fundamental.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Estivemos sempre ao lado da institucionalização de um poder local forte e autónomo e neste domínio assumimos responsabilidades crescentes que nos tornaram o primeiro partido nos órgãos das autarquias locais.

Incentivámos, sem intromissões, os esforços dos nossos militantes trabalhadores por conta de outrem no sentido da implantação e reforço do sindicalismo democrático, autónomo e independente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Colaborámos ativamente na revisão constitucional de 1982 que, pondo termo à tutela militar, permitiu alcançar a democracia política plena.

Contribuímos, de forma determinante e persistente, tanto na oposição como no Governo, para a adesão à Comunidade Económica Europeia.

Assumimos e partilhámos responsabilidades governativas sempre que o eleitorado nos confiou esse encargo e quando entendemos que a nossa presença representava um imperativo decorrente do interesse nacional.

Enfim, demos a nossa colaboração ativa para a construção do Estado democrático.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Nestas tarefas participaram e participam muitos sociais-democratas. Mas permitam-me que evoque, entre todos, aquele que sem dúvida mais se distinguiu pelas elevadas qualidades que revelou e que todos souberam reconhecer. Recordamos o seu constante combate pela democracia, pelos direitos do homem, pela justiça social. Recordamos, com muita saudade, a memória para nós muito querida de Francisco Sá Carneiro.

Aplausos do PSD, do PS e da ASDI.

Saibamos ser dignos dessa herança política, reconhecendo sem complexos as nossas pesadas responsabilidades por tudo o que ficou por fazer e ainda não foi feito, por tudo o que foi mal feito e ainda não foi corrigido.

Mas, como dizia António Sérgio, «é preciso falar da História com o olhar no futuro».

A hora que vivemos representa, sem dúvida, a abertura de uma nova página da nossa história. Aderir à CEE é, de facto, fazer história.

Mas, para que essa página assuma glória, é indispensável sabermos vencer os desafios que a tantos níveis se colocam ao nosso país. Nunca um processo de adesão se fará com tão grandes disparidades face aos parceiros europeus.

O êxito da adesão depende de todos nós. Não basta absorver as alterações impostas pelo tratado e pelas instâncias da CEE. Mais importantes serão as mudanças que não nos são exigidas de fora, as transformações económicas e sociais sucessivamente adiadas embora essenciais.

Dispenso-me de as enumerar. O PSD não tem abdicado de as referir e repetir publicamente. Apenas afloro aqui o problema da revisão constitucional porque não nos parece aceitável, a partir de agora, adiar o que não pode esperar. Porque não nos parece possível, neste momento, deixar de reconhecer e enfrentar uma evidência. Porque, finalmente, agora o tempo disponível conta-se por meses — poucos meses — e não por anos.

A estagnação não serve ninguém. É indispensável o movimento, a dinâmica e a reforma.

Não queremos contribuir para transformar este 25 de Abril num conjunto cíclico de discursos, alguns bem mais adequados para o debate de uma moção de censura ao Governo ou num comício eleitoral.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Queremos aproveitar esta data como ponto de viragem para um trabalho mais responsável e mais consequente, em ordem a enfrentarmos com êxito o desafio histórico que se coloca ao povo português e à nossa Pátria. Na nossa história, quase milenária, já vencemos desafios maiores.

Aplausos do PSD, do PS e da ASDI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do PS, Sr. Deputado José Luís Nunes.

O Sr. **José Luís Nunes** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Ao usar da palavra em nome do Grupo Parlamentar Socialista, decorridos que foram onze anos da data libertadora do 25 de Abril, não posso nem quero deixar de sublinhar o sentido desta comemoração.

Mais do que comemorar onze anos de vitória, comemoramos hoje onze anos de democracia e estabilidade institucional que tem permitido a todos os portugueses, na diversidade das suas opções políticas, tomar parte nos trabalhos de reconstrução moral, política e económica do país.

Foi longo e difícil o caminho percorrido, mas, olhando as dificuldades passadas e os problemas a superar no futuro, encontramos fortes razões para acreditar na capacidade da democracia, simultaneamente, como regime político e única forma de vida em que vale a pena viver.

A nossa primeira grande tarefa após o 25 de Abril foi reconstruir as bases do diálogo e do consenso nacional.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Compreender que o 25 de Abril não pertencia somente à geração que o planeou e executou, mas também a todos aqueles que, ao longo da nossa história, o tornaram possível.

Compreender que o 25 de Abril aconteceu não para impor uma qualquer ideologia aos portugueses, mas para permitir que os portugueses expressassem, livremente, as suas ideologias.

Cumprir o 25 de Abril foi, assim, libertar o pensamento e a palavra cortando, de um só golpe, o medo e a angústia.

Duas datas marcam este caminho: 25 de abril de 1975 e 2 de abril de 1976.

25 de abril de 1975 é data das primeiras eleições livres em que os portugueses — cidadãos e não súbditos — manifestaram a sua vontade elegendo a Assembleia Constituinte.

2 de abril de 1976 é a data em que a Assembleia Constituinte, afirmando «a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno», aprovou e decretou a Constituição da República.

Pertenço, Senhores a uma geração que viveu a grande crise espiritual do nosso tempo.

Albert Camus definia-a, magistralmente, no seu discurso de receção do Prémio Nobel em palavras de bronze e de fogo: «Sem nenhuma dúvida todas as gerações se creem destinadas a refazer o mundo».

A minha geração sabe, todavia, que nunca o conseguirá. Mas a sua tarefa é, talvez, maior: evitar que o mundo se destrua.

Herdeira de uma história na qual se misturam as revoluções fracassadas, as técnicas descontroladas, os deuses mortos e as ideologias esgotadas, na qual poderes medíocres que, hoje, tudo podem destruir, não sabem convencer; na qual a inteligência se humilha até ao ponto de servir o ódio e a opressão. Essa geração teve de, em si mesma e à sua volta, restaurar, partindo das suas amargas inquietações, um pouco do que constitui a dignidade de viver e de morrer.»

Com o 25 de Abril fomos chamados a assumir a coerência histórica de uma luta que só encontra um sentido na democracia.

Trair o 25 Abril seria, tão-só e simplesmente, trair a democracia.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

A nossa segunda grande tarefa foi reconstruir o tecido social rompido pela luta de classes que a ditadura conduzia e exacerbava, pois, o ditador, qualquer que ele seja, não pode viver sem inimigos, criados pela sua intransigência e razão de ser da sua existência. A luta de classes não é um mito que importa negar, mas uma realidade que urge atenuar.

Foi, na compreensão desta realidade, que julgámos incompatível com um regime livre a existência de sindicatos únicos e a inexistência de mecanismos de concertação social.

A liberdade de associação sindical e a assunção já traduzida nas instituições, do princípio da concertação social constituem, hoje, duas das mais importantes conquistas do nosso sistema democrático.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Contudo, não há pluralismo nas ideias que consiga sobreviver ao coletivismo económico. Por isso abriu-se um vasto campo à iniciativa económica privada, pois certas experiências totalitárias bem demonstram a incompatibilidade do coletivismo com os sistemas democráticos.

Sindicalismo livre, concertação social e liberdade de empresa são, hoje, as características fundamentais do sistema dentro do qual se vêm criando melhores condições de vida para os portugueses.

Não se confunda, porém, a renovação estrutural que urge continuar com um qualquer retorno ao passado.

Importa ser criador, fazer obra nova e não e tão-só obra diferente. O caminho de um certo "liberalismo", que só subsiste à sombra tutelar do Estado, é um caminho bem conhecido e que os Portugueses recusam.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — A liberdade implica sempre riscos e não é possível definir os contornos de uma autêntica liberdade económica sem a assunção dos riscos inerentes.

Até por isso o consenso social, porque é consenso, é responsabilidade de todos, não cabendo ao Estado impô-lo pela lei ou pela força.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — A experiência vivida, no plano nacional e internacional, fundamenta a nossa crença de que a crise económica só poderá ser vencida se soubermos renovar não só nas soluções mas também na forma de equacionar os problemas.

A comodidade da propaganda não pode prevalecer contra as exigências da análise porque, diz a sabedoria popular, os "factos são teimosos".

Decorridos onze anos podemos dizer que Portugal soube, num mundo em crise, procurar e encontrar o seu próprio caminho. Hoje, dissipadas algumas ilusões, encontram-se definidas as vias que permitirão desenvolver, economicamente, o país dando aos portugueses uma vida melhor.

Se desejássemos caracterizar com uma palavra a necessidade mais imperiosa do nosso tempo, a palavra seria "modernidade".

Da meditação sobre um Portugal livre e democrático nasceu a ideia de uma viragem para a Europa.

Vivemos de mais um certo nacionalismo provinciano para não ver nele uma das causas dos nossos males.

Viver de costas para a Europa, para o intenso caldear de ideias e experiências que agitou a cena europeia na última década significou tão-só viver de costas para a modernidade e para a renovação. O reacionário não vive no mundo do seu tempo, mas num mundo já passado que, ideologicamente, recria...

Aplausos do PS e da ASDI.

Portugal viveu quase 50 anos no passado, alheio aos novos costumes e às novas ideias.

Responder ao desafio de modernizar a sociedade portuguesa passava por uma consciente e determinada opção europeia.

Optámos pelo futuro e o futuro, esse, optou por Portugal.

Hoje, a revolução tecnológica é o novo nome do desenvolvimento e da riqueza das nações.

Por isso, a modernização de Portugal não podia passar à margem do espaço europeu.

A nossa adesão à CEE é a maior e mais importante reforma estrutural da nossa economia e das nossas mentalidades.

Seremos confrontados com velhas nações que souberam inovar e recriar, aceitando o repto da modernidade.

Enganam-se os que limitam ao plano económico este imenso esforço renovador, pois a sua dimensão é, essencialmente, espiritual. Despiremos o uniforme das velhas ideias, ousaremos ser críticos, compreenderemos que a velha Estrada de Santiago é um caminho de partida e não, e tão-só, um caminho de chegada.

Ao Portugal "mesquinho e pequenino", que nos quiseram impor, contraporemos uma nação jovem, adulta e renovada, para quem a solidão do homem é tão inútil como a solidão das nações.

Ao dar os primeiros passos no espaço europeu, não esquecemos os novos países de expressão portuguesa que, como nós, aspiram também a uma vivida modernidade.

A cooperação Portugal/África será tanto mais intensa quanto mais Portugal se souber assumir como nação da Europa.

Ao terminar a descolonização não voltámos as costas ao passado, pois assumimos tão-só um novo projeto: ajudar a construir a Europa.

Senhores: pouco falei do 25 de Abril como data historicamente situada.

Procurei, porém, falar-vos dos caminhos então abertos e da forma como os portugueses quiseram que eles fossem trilhados.

O 25 de Abril é uma das datas mais nobres da nossa história, pois, outorgando a liberdade aos portugueses, permitiu-nos participar na grandiosa tarefa de forçar o destino construindo o futuro.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República Fernando Amaral**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Vice-Primeiro-Ministro, Sr. Ministro de Estado, Restantes Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Não é sem forte emoção que tenho a subida honra de invocar V. Ex.ª, Sr. Presidente da República, neste lugar, neste momento, neste dia. Expressão coletiva de um povo, ponto de referência da sua vontade, símbolo da nossa soberania, haveria fatalmente de sentir e sinto, com especial agrado, a presença de V. Ex.ª Pelo que é, pelo que representa, lhe dirijo as minhas respeitosas saudações por ter acedido, tão gentilmente, ao convite que lhe dirigi; pelo desejo que manifestou de estar aqui connosco, o meu reconhecimento.

Ao Sr. Primeiro-Ministro, quero agradecer, com toda a sinceridade, a simpatia do seu acolhimento e o entusiasmo que teve a gentileza de dispensar ao convite que formulei.

Sr. Vice-Primeiro-Ministro, Sr. Ministro de Estado, Srs. Ministros, meus ilustres e tão distintos convidados: é com o maior prazer que registo a vossa apetecida comparência.

Para todos a expressão sentida da minha gratidão.

Srs. Deputados: por minha e vossa vontade e na nossa Casa, temos o prazer de receber e constituir os órgãos mais representativos da nossa soberania.

É um momento alto, importante, do maior relevo, para inscrever na história que vamos produzindo no quotidiano da nossa vida pública. Estamos aqui para relembrar, para festejar, para refletir.

Relembrar um sonho pensado pelos capitães de Abril, cuja vontade foi alavanca para alterar o curso da história.

Festejar a conquista da liberdade que foi paga, tantas vezes, pelo preço duro da tortura, da desilusão, do silêncio e da morte, para que outros tenham a coragem de a defender agora com dedicação, com firmeza, com honestidade.

A refletir para que a experiência do passado, a vivência do presente, se possam projetar no futuro com o sentido profundo da responsabilidade de um povo que aspira, em haustos de esperança, um futuro melhor.

Futuro, cuja modelação é demasiado importante para que possa ser tarefa apenas dos governos ou dos seus técnicos, mas que tem de ser o resultado da adesão de uma vontade entusiástica e coletiva de uma nação que está fazendo da democracia a verdade do seu destino, num destino irrenunciável.

Pretendo dizer-vos, Srs. Deputados, que a democracia não será para nós um sistema político, mas desejamos que seja, e teimamos que o será, o nosso próprio país, a nossa razão de ser, a nossa filosofia de vida, o sentido profundo dos nossos propósitos.

Havemos de buscar e encontrar os desafios que nos permitam emergir, gradual e trabalhosamente, do plano da crise para o encontro de nós mesmos e da forma própria de estarmos no mundo. Quando nos projetámos na Europa, aceitámos uma aposta vigorosa que, pela solidariedade dos povos que a integram, do trabalho que realizaremos e da coragem que nos anima, marcará o ritmo acelerado do percurso que haveremos de fazer para a promoção social a que temos direito no concerto das nações.

Quando, na vocação universalista do nosso comportamento histórico, nos viramos para as Américas ou para a África, estamos alimentando o curso do pensamento de séculos que têm dado força e sentido à identidade de um povo que entre os demais se agigantou para escrever com fé, com sangue, com vidas, a maior gesta de todos os tempos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Fomos fulcro de uma civilização. Merecemos e temos o respeito do mundo. Prodigalizámos à história um contributo enorme. Temos, pois, a obrigação de dar testemunho.

Testemunho de fidelidade à nossa vocação histórica. Testemunho de trabalho, de perseverança e de coragem na solução dos problemas que nos absorvem.

Testemunho de convivência, de tolerância, de compreensão e de paz. Que não nos domine um pessimismo sem tino, nem um otimismo sem senso; mas entreguemo-nos à luta infatigável pela justiça.

Contra o pessimismo sem tino, teremos a força da convicção do futuro que desejamos.

Contra o otimismo sem senso, teremos o aguilhão das injustiças que nos são patentes.

Que não nos seduza a simplicidade das posições extremas.

O "tudo ou nada" traz no seu bojo a demagogia e a violência.

O conquistador extremista da direita ou da esquerda define-se por estar sempre contra.

Ele não procura nunca o plano da unidade que se traduz na harmonia dos contrários, mas procura sempre o esmagamento das diferenças...

Srs. Deputados: neste admirável hemiciclo, onde a vossa voz tem constituído um estímulo à consagração da liberdade, à vivência democrática, na lógica consequente da data que festejamos, é com a maior satisfação e autêntico júbilo que me sinto orgulhoso de ser deputado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Conheço o trabalho cuidado de muitos de vós. Sinto as preocupações que absorvem a vida parlamentar da maior parte dos meus pares, que num esforço sacrificado, teimoso, firme, imperturbável, vão dando a marca austera de um trabalho responsável, competente, imprescindível.

Aplausos do PS, do PSD, do CDS, da ASDI e da UEDS.

Neles, meus caros companheiros, está o sinete que garante o continuado desejo de um contributo sério para a solução ajustada dos problemas que nos atormentam.

Criticando de forma acerba e cáustica ou moderada e displicente; comentando com acrimónia, algumas vezes, com graça outras tantas, com inteligência muitas e com oportunidade quase sempre; debatendo com paixão, com entusiasmo, sem transigências fáceis; sem radicalismos insuperáveis, o deputado é, quase sempre, nas suas intervenções, a expressão musculada da manifestação de um

desejo, de uma ideia, de um pensamento, de uma ação que pretende ver concretizada em ato, na sequência das motivações do seu projeto político, onde ressalta a preocupação frontal da realização da justiça.

Sinto que a sua atividade é empolgante, que os seus objetivos são exigentes, que é aliciante o seu trabalho.

Por isso me orgulho, por mim e por vós, de ser deputado e poder referir, sem reservas, mas como uma exigência íntima, muito minha, tal como há dias, aqui fora proclamado por um meu amigo, o Sr. Deputado António Macedo:

Viva o Parlamento!

É que ele é a expressão mais viva da liberdade que brotou da rica espontaneidade do 25 de Abril.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

Minhas Senhoras e meus Senhores: Desenvolver, promover e defender tolerância, justiça e paz, compreensão, cordialidade e conciliação, solidariedade, comunidade e liberdade, são componentes da nossa vivência democrática. Elas passam por cada um dos Srs. Deputados. Eles têm de continuar Abril, porque Abril passa por aqui.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra S. Ex.ª o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República Ramalho Eanes**: — Sr. Presidente da Assembleia da República, as minhas primeiras palavras são, naturalmente, de testemunho pelo valor e pela dignidade da instituição parlamentar, na memória desse ato da democracia portuguesa que há dez anos representou a eleição da Assembleia Constituinte.

Ficou então estabelecida, como regra legitimadora das instituições políticas representativas, a decisão dos portugueses expressa no sufrágio livre e universal, num quadro de pluralismo político.

Ficou igualmente definida a natureza democrática dos objetivos políticos que, perante os portugueses, justificara a ação dos militares em 25 de Abril de 1974. Movimento militar que, desde a primeira hora, tinha como princípio orientador fundamental a devolução à Nação dos valores da liberdade, da democracia e da dignidade.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Chefes dos Estados-Maiores das Forças Armadas, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Portugueses: O 25 de Abril representou o momento e o tempo inadiáveis da realização de um projeto nacional, de árdua maturação, pelo qual personalidades diversas se bateram e que, em boa verdade, uma geração já antes conscientemente assumira na essencialidade dos seus pressupostos culturais e dos seus objetivos nacionais.

É geração de todos os que se recusaram a ser herdeiros passivos do autoritário Estado Novo.

Nela se integravam todos aqueles que se negavam a ser continuadores de uma minoria restrita, sem legitimidade política nacional, obstinada em confundir os seus desígnios com a sobrevivência e o futuro do país.

A motivação essencial dessa geração tinha as suas raízes na defesa da maneira histórica de ser e de estar no mundo dos portugueses e na consciência da necessidade de modernização da nossa sociedade traduzida nos valores de liberdade, de solidariedade e de abertura. E foi a generosidade dessa mesma geração que a levou a considerar desejável não desperdiçar as energias da Nação, assegurando esse propósito através de uma transição gradual do regime autoritário de então para um novo quadro de pluralismo e de democracia política, que reduzisse a interferência administrativa e o peso burocrático que limitavam a autonomia dos agentes económicos e dos parceiros sociais, e que tornasse possíveis regras de justiça na regulação das tensões e dos desequilíbrios sociais e regionais próprios de uma sociedade em mudança.

Tratava-se também de um projeto que, na ordem externa, implicava o renascimento da vocação universalista de Portugal e que passava, necessariamente, pela resolução do problema do Estado dos territórios coloniais num quadro de autodeterminação e de independência.

A coerência desse projeto impunha a abertura de Portugal ao mundo, mantendo, naturalmente, a nossa inserção no sistema de segurança ocidental e o nosso apoio privilegiado nos países europeus, por razões sociais, económicas e culturais, e como fator adicional a reconstrução dinâmica de relações especiais com as comunidades portuguesas e com os países de expressão oficial portuguesa.

Tratava-se, assim, de um projeto cujo sentido liberalizante e democrático se mostrava realisticamente ajustado ao tempo e à sociedade portuguesa.

Não o soube entender a crispação imobilista e arcaica dos responsáveis políticos do momento. Por desígnio, por inércia, o regime de então foi incapaz de aceitar e de prever outra solução que não fosse a da sua própria continuidade.

Recusou outro tempo de mudança que não fosse o seu próprio, e este, perto do fim, media-se já — todos o sentiam — apenas por dias. O 25 de Abril surge assim como um momento de rutura política tornado inevitável pelas tentativas frustradas de liberalização do regime anterior.

Essa rutura é personalizada num punhado de militares que tinham compreendido, também por experiência pessoal de uma guerra já sem sentido, a natureza definitiva dos impasses do mesmo regime. E ganha rosto, igualmente, nos milhares de portugueses que acorrem a confraternizar com os militares nas ruas de Lisboa, nas ruas do país.

Representando, embora, o termo e o abandono definitivos de uma experiência insucedida, esta não deixou de contribuir formativamente para a consciencialização de uma geração que melhor ficou a conhecer a natureza e as expressões do poder autoritário.

A esse insucesso caberá, também, uma parte da responsabilidade pela dinâmica revolucionária que se instalou a partir de 1974.

Contudo, não se perdeu com o 25 de Abril, a orientação essencial do projeto, apesar das inevitáveis perturbações resultantes da explosão compreensível das expectativas sociais, da ressurgência das ideias revolucionárias, da perda de autoridade e capacidade do Estado e da instrumentalização da instituição militar.

E foi na força da adesão do povo português aos propósitos desse projeto que, em boa verdade, se inviabilizaram as hesitações autoritárias e se neutralizaram as ofensivas totalitárias que se sucederam à intervenção militar.

É ainda na sua clara assunção popular que se justificam os resultados da eleição de Abril de 1975, demonstrando que esse projeto correspondia ao consenso dos portugueses.

Os condicionalismos do nosso acesso ao regime democrático estabelecem que a democracia não é somente uma regra de legitimação das instituições representativas, mas ainda um modelo em que se institucionalizam equilíbrios e conflitos entre forças e interesses distintos e autónomos.

A transição do autoritarismo para um regime de democracia pluralista ficou, em suma, a dever-se ao empenho de uma geração que para o seu projeto encontrou indiscutível apoio popular.

Tratando-se de um projeto-propósito teve mesmo assim capacidade para iniciar e gerir um difícil e complexo processo de descolonização.

É certo que não dispôs de força suficiente para que a política de descolonização se realizasse com a normalidade indispensável à satisfação razoável e equilibrada dos interesses nacionais.

Nem por outro lado, conseguiu assegurar a consecução de um quadro de unidade nacional e de desenvolvimento continuado que propiciasse a estabilidade económica e política nos novos estados. Não se pode, contudo, esquecer que a descolonização, tardiamente realizada, teve lugar num contexto internacional negativo, manifestado, aliás, na escalada e internacionalização dos conflitos da descolonização com uma intensidade imprevista, o que mais paralisou a capacidade de ação de Portugal, limitando o pleno exercício da sua função na transmissão das novas soberanias.

Apesar de todos os erros e anomalias foi também possível minimizar sequelas e impedir que atitudes de impaciência, de resignação ou comportamentos irresponsáveis alterassem a vitalidade dos dados permanentes que motivam e justificam a persistência de uma posição de abertura de Portugal perante os Estados africanos de expressão oficial portuguesa.

E foi até possível alicerçar nesses mesmos dados a vontade de restituir às relações bilaterais um quadro de solidariedade e de desenvolvimento que exprime, no respeito pelas respetivas soberanias, o sentimento de responsabilidade que nos ficou de uma História comum.

É certo que a dimensão principal da posição internacional de Portugal se modificou. Outro tanto se passou, naturalmente, com os novos Estados africanos.

A inserção internacional de um e outros é cada vez mais determinada pelas dinâmicas dos espaços geoestratégicos em que se integram. A compreensão das novas realidades não é, no entanto, uma razão para diminuir a prioridade atribuída às relações bilaterais. Pelo contrário, esses condicionamentos representam um estímulo adicional para o seu desenvolvimento, em que os interesses nacionais respetivos se articulam com a especificidade própria que resulta das afinidades de língua e de cultura.

Neste sentido, os pressupostos do projeto nacional, a procura de um modelo estável para as relações de Portugal com os novos estados africanos, aliados à alteração da dimensão da política internacional portuguesa, expressa na sua orientação europeia, permitem recuperar a nossa vocação universalista e afirmar o nosso estatuto próprio entre as nações.

A política de adesão às comunidades europeias, que marcou sem interrupção o nosso percurso democrático desde 1976, tem igualmente as suas raízes profundas na visão da geração que tinha como objetivos a modernização da sociedade portuguesa, privilegiadamente através da descolonização e do desenvolvimento compensador das relações com os países industriais, constituindo, assim, uma alternativa para a posição externa de Portugal.

É, pois, uma posição e uma atitude programática a que preside à representação do pedido de adesão comunitária de Portugal, a partir do momento em que o seu estatuto como democracia se impôs perante o conjunto dos países membros.

Não se trata, pois, nem de uma inevitabilidade histórica, nem de uma indispensabilidade de carácter económico.

A própria consolidação da democracia não irá escorar-se nas comunidades europeias, mas sim, com evidentes provas dadas, na vontade e no trabalho dos portugueses.

Poder-se-á mesmo afirmar que é a solidez dos fundamentos da democracia portuguesa que torna possível, como condição prévia, o nosso acesso às comunidades europeias. Não é menos verdade, porém, que a regra do jogo europeu implica que os regimes democráticos da Europa Ocidental procurem garantir a sua recíproca estabilidade. Errado seria, portanto, reduzir esta regra a uma relação de sentido único.

A política nacional de adesão às comunidades europeias, como de resto os outros passos da política europeia de Portugal, exprimem o seu reconhecimento da necessidade estratégica de afirmar a identidade política e de preservar a estabilidade dos regimes democráticos e liberais europeus.

A política portuguesa de adesão à Europa comunitária exclui, pois, uma posição de passividade, tendo em conta, nomeadamente, o estado atual das comunidades europeias.

O acesso de Portugal, tal como o da Espanha e da Grécia, representam, no seu conjunto, um estímulo positivo e importante na recuperação da dinâmica de um verdadeiro projeto europeu, que dificilmente emerge das disputas menores que têm caracterizado nos últimos anos a decisão comunitária.

Portugal, pela sua parte, deverá levar ao quadro comunitário a sua própria conceção sobre a evolução interna e externa da entidade europeia.

É indispensável que as comunidades europeias voltem a ter, agora com a acrescida representatividade que lhe conferem os três Estados do Sul, a qualidade de portadoras de um projeto claro, sem o que não mobilizarão a indispensável coesão interna e não conseguirão afirmar a sua identidade e força na comunidade internacional.

A inserção de Portugal nas comunidades europeias comporta riscos e dificuldades, como ressalta das previsões disponíveis sobre os efeitos que terá para os setores mais atrasados e menos produtivos da economia e para os agentes económicos menos dinâmicos e mais dependentes dos hábitos do protecionismo interno.

É certo que neste processo enfrentamos fatores significativos de incerteza, tanto sobre o modo de adaptação das estruturas administrativas, como sobre os efeitos dos fatores comunitários para as estruturas produtivas ou para os sistemas de distribuição.

Mas é também certo e necessário ter confiança no espírito de adaptação e na inteligência inovadora dos agentes responsáveis, dirigentes políticos e económicos, quadros técnicos e profissionais,

para se adaptarem, com flexibilidade e dinamismo, às condições de ação transformadas pela adesão comunitária.

Pertence-nos a responsabilidade de saber como transformar os riscos e as incertezas em oportunidade de mudanças positivas e motivadoras.

A nossa história sempre demonstrou que, quando postas à prova as suas qualidades, os portugueses nunca perderam a determinação e a capacidade de organização e de resposta coesa às crises que marcaram episódios decisivos do seu percurso secular.

É agora oportuno voltar ao exemplo histórico que a expansão marítima representou, para repetir que constituiu «uma espécie de grande projeto nacional, ao qual todos aderem porque todos esperam vir a ganhar com ele. E explica também que a política de expansão ultramarina tenha repercutido tão profundamente sobre tantos aspetos da vida portuguesa e que tenha conseguido ser, num Estado onde todos os planos e projetos foram efémeros e provisórios e nunca excederam o tempo de uma geração, uma atividade permanente que, através de várias formas que o condicionalismo da história permitiu, se inscreveu no programa do Estado durante cinco séculos».

Repito este facto histórico não para fazer comparações, que sempre apareceriam, no mínimo, controversas e prematuras.

Repito-o apenas para reiterar, eu próprio, que os efeitos da adesão, na ordem interna e externa do Estado, marcarão a vida dos portugueses nas próximas décadas.

Este facto é tanto mais importante quanto levou já dois partidos políticos com assento parlamentar a invocar a próxima assinatura do tratado de adesão para reclamar uma nova revisão constitucional que melhor preparasse o país — no seu entender — para a entrada na Comunidade Económica Europeia.

Na verdade, e além deste importante pormenor, o tempo de negociação — cerca de oito anos —, as vicissitudes verificadas, os termos do acordo e todas as suas consequências impõem uma clara consciencialização e uma generalizada mobilização, só possíveis se todos os portugueses souberem quais os custos e benefícios que a adesão lhes propicia, oferece e exige.

Impõe-se para esse efeito um amplo debate entre governantes e governados, até agora não efetuado, certamente devido aos previsíveis efeitos negativos que traria para o processo negocial.

Só então, depois desse debate, a inserção deixará de ser porventura projeto efémero, para passar a ser uma atividade permanente no âmbito da Nação e nas responsabilidades do Estado.

Srs. Deputados, entendo ser este o momento apropriado para se fazer uma pausa e refletir sobre o percurso realizado, sobre os sintomas da crise de desenvolvimento, de projeto e de valores que empobrecem o nosso presente e ameaçam o nosso devir democrático. Sintomas de crise que evidenciam grave e preocupante profundidade, porque «quando se chega aos valores, chega-se à essência das coisas, chega-se aos aspetos verdadeiramente estruturais, chega-se ao que mais profundo e de mais intrínseco pode considerar-se».

Pausa e reflexão que nos levam a considerar que estamos, apesar de tudo, perante nova e inadiável oportunidade de nos prepararmos para responder aos problemas de Portugal e dos portugueses, através de soluções ajustadamente integradas e racionalizadas. Prepararmo-nos significa, hoje, em primeiro lugar, estabelecer uma orientação que permita realizar os indispensáveis objetivos e

programas do nosso desenvolvimento, desde 1974 em manifesta e persistente crise de valores e em vazio de projeto.

Não se pretende, naturalmente, negar a validade das mudanças operadas, nos últimos onze anos, no quadro político e nas relações externas.

Ninguém de boa-fé poderá deixar de reconhecer que a sociedade portuguesa é hoje mais aberta e mais tolerante e que o regime de democracia política tem raízes profundas nos nossos valores culturais e na nossa comunidade atual.

É ainda relativamente evidente que Portugal recuperou as condições políticas para uma inserção digna nas realidades do seu tempo e que pôde preservar, numa transição difícil, a sua identidade e a sua vocação universalista.

A verdade é que, apesar de tudo, o projeto da geração a que pertenço ainda está bem longe da sua plena realização.

Poder-se-á mesmo dizer que o mais difícil que nele havia a realizar — a democratização do regime e a mudança do posicionamento internacional de Portugal — constitui hoje aquisição e vivência normal da sociedade portuguesa.

O mesmo já não se passou com o desenvolvimento que, apesar de, inicialmente, se prever como a tarefa menos difícil, se revelou como o problema mais complexo.

E se é verdade ter sido sucessivamente posto em causa pela alteração das condições externas, não é menos verdade ter faltado capacidade de resposta às questões imperativas que tais variações provocavam nas nossas políticas económicas e sociais.

O prolongamento de um estado de crise, também de valores, e a ausência ou indefinição de um projeto social delapidou recursos, adiou soluções, agravou problemas, desmobilizou vontades e acentuou injustiças.

Não podemos, em boa verdade, deixar de constatar que, nestes curtos — e já longos — anos de democracia a pobreza aumentou, o desemprego não foi sustido, e as desigualdades sociais se agravaram, apesar de, recentemente, alguns indicadores económicos mostrarem tendência mais favorável.

Mesmo que o rendimento *per capita* tivesse aumentado significativamente, a falta de resposta aos três problemas referidos levar-nos-á sempre a questionar que tipo de política de desenvolvimento adotámos, dado que a maioria dos destinatários dessa política vê continuamente agravadas as suas condições de vida.

É sintomático que estas preocupações venham encontrar eco crescente e alertas preocupantes, não só nos meios de comunicação social como em posições publicamente assumidas por instituições com credibilidade e indiscutível implantação nacional, o que lhes confere irrecusável autoridade.

Temos vindo a assistir a situações sociais degradantes que não são moral e socialmente admissíveis, que não podem ser justificadas nem esquecidas.

É socialmente inaceitável que a pobreza atinja a dimensão e a expressão publicamente denunciadas.

É inaceitável que continuem a existir homens que trabalham sem serem remunerados.

É inaceitável que, em todos estes anos de democracia, se tenham adiado soluções que poderiam, pelo menos, ter reduzido as crescentes desigualdades e que acabaram por assumir dimensões tão vastas, e áreas tão diversas, desde as que decorrem de um sistema fiscal iníquo até à falta de

racionalização dos serviços públicos, não falando já no desrespeito relativamente frequente pelos critérios de competência, rigor e equidade na atribuição de cargos e recursos públicos.

Tudo isto têm os portugueses suportado, ao longo destes anos, com sobriedade, na esperança sempre frustrada de que as repetidas promessas eleitorais e as cíclicas e gravosas políticas de austeridade fossem pontos de partida ou instrumentos de uma política económica global que, considerando os aspetos económicos, não esquecesse os fenómenos sociais, não esquecesse a melhoria da repartição do rendimento real, a emancipação dos grupos desfavorecidos e a liberdade.

Tudo isto têm os portugueses suportado com resignação e sacrifício, atitude que nem todos parecem compreender.

Nada justifica que esta situação se tenha mantido e que estes problemas não tenham sido rigorosamente equacionados e, na medida do possível, capazmente resolvidos com prioridade.

Poder-se-á ainda, e apesar de tudo, contar com o consenso, a determinação e a mobilização dos portugueses num projeto ajustado de modernização e desenvolvimento da sua sociedade e do seu país.

A ele continuam ainda os portugueses a ligar a expectativa de uma vida melhor, com mais oportunidade da sua realização humana, da sua distinção e solidariedade social.

É, no entanto, estultícia interpretar a moderação dos portugueses como sinal de desistência ou de passividade.

A sua tolerância é consciente. Impõe, aos que escolheram representá-los, o esforço correspondente e o dever elementar de impedir situações humana e socialmente inadmissíveis.

Impõe-se-lhes mostrar que a democracia é o regime que mais considera o homem na sua dignidade, que, sendo eminentemente individual, é também indissoluvelmente social.

Só assim se evitam significativamente "desregulações sociais e tentações revolucionárias".

A orientação fundamental que deve reger a nossa ação, designadamente na definição e na execução das políticas nacionais prioritárias, está caracterizada no essencial.

Porém, é insuficiente a expressão consensual sobre a necessidade de modernizar a economia e de consolidar o regime da democracia pluralista.

O nosso esforço principal deve incidir na elaboração das estratégias nacionais e dos programas gerais que traduzam a orientação estabelecida num quadro de consenso necessário para assegurar a sua continuidade.

Conhecemos hoje as causas gerais da crise que nos afeta, as suas razões socioculturais e económicas. Conhecemos, hoje, a nossa situação e os nossos recursos.

Aceitámos a inserção no quadro económico da Comunidade Económica Europeia. Dispomos, pois, de todos os elementos para uma atuação consistente no quadro dos nossos recursos. Consistência de atuação que exige que se considere a produção, mas também a distribuição e todos os outros aspetos, económicos e não económicos, que condicionam a vida social.

As lições do passado e do presente impõem que se suportem e assumam inevitáveis transformações, as quais, por sua vez, exigem a assunção consciente das perspetivas de revolução tecnológica e de preparação da sociedade, quer do ponto de vista económico quer, complementarmente, do ponto de vista social. Um projeto de desenvolvimento, agora inadiável por razões de situação e soberania,

não pode mais ser comandado por uma perspetiva unicamente financeira, até porque as políticas financeiras todos o sabemos, são apenas e só um instrumento económico. O projeto de modernização, agora também exigido pela adesão à CEE, deve ser um projeto de devir que explicite e contenha a consciência dos fins, dos objetivos, das estratégias principais e de alternativa, das vantagens e custos das opções.

Projeto necessariamente de desenvolvimento mobilizador e orientador para o comportamento futuro e, simultaneamente, capaz de permitir controlar e avaliar os desvios entre a realização e os objetivos, ajuizar das responsabilidades e das competências. Sem estas condições, o sentido e a credibilidade do Estado, e a eficácia da sua ação, ficariam diminuídos.

São estas as condições indispensáveis para que um verdadeiro projeto social mobilize vontades, resolva velhos e novos problemas, apresente soluções claras ao juízo dos cidadãos. Com elas se evitará a eclosão de novas paixões como resposta a sentimentos de uma existência degradada e sem esperança.

Inverter o curso desta crise velha de onze anos e mobilizar justificadamente a esperança é uma oportunidade ao nosso alcance. Aproveitá-la é uma exigência da justiça, da liberdade e da democracia.

É uma possibilidade presente, que a história justifica, o futuro exige e os portugueses merecem.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Com a aquiescência de S. Ex.ª o Sr. Presidente da República, declaro encerrada esta sessão.

1986

O Sr. **Presidente da Assembleia da República Fernando Amaral**: — Srs. Deputados, declaro aberta a sessão. (...)

Iniciando os nossos trabalhos da forma habitual, tem a palavra o representante do MDP/CDE, Sr. Deputado José Manuel Tengarrinha.

O Sr. **José Manuel Tengarrinha** (MDP/CDE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Uma saudação muito especial, antes de tudo, para aqueles que se encontram entre nós por inteiro direito próprio, uma saudação muito especial, antes de tudo, para os capitães de Abril presentes aqui entre nós.

Aplausos gerais.

Juntos aqui estamos, um ano mais, para assinalar o 25 de Abril. Justo conferir a este ato toda a solenidade e brilho, merecedor como ele é da nossa gratidão e da dos que depois de nós vierem. Ano após ano nunca deixou de crescer a atitude exaltante para com a revolução que pôs fim à mais velha ditadura europeia, abriu as cadeias, destruiu os maiores fatores de opressão política e social, contribuiu para libertar os povos das colónias, lançou o projeto de uma sociedade onde as camadas mais desfavorecidas seriam protegidas e as injustiças sociais diminuídas. Honra e glória, para sempre, ao povo português, que, pela determinação da sua luta e o pranto do seu luto, preparou o caminho da libertação. Honra e glória aos homens armados desse povo que tornaram possível a libertação, honra e glória para sempre aos capitães de Abril.

Mas que a postura grave e as roupagens solenes, que nesta data, com razão vestimos, não façam do solene uma simples formalidade nem do majestoso uma mera pompa de circunstância. Seria isso guardar o 25 de Abril numa redoma para contemplação e veneração, imobilizando-o no tempo, fossilizando-o. Seria isso secar a força vital que o 25 de Abril encerra, o potencial criador e a dinâmica de transformação que trouxe consigo. Pois esta, como qualquer outra revolução libertadora, deve valer não apenas pelo ato em si, mas pelo processo transformador que desencadeia. E esse processo não é linear nem unívoco. Nenhuma força ou corrente se pode considerar detentora da verdade sobre o 25 de Abril. Que cada um o veja à sua maneira, que cada um interprete, de forma diversa, o curso dos acontecimentos que gerou só poderá ser sinal da vitalidade que ainda hoje tem e da força com que ainda hoje se projeta o 25 de Abril sobre nós. Assim é e assim desejamos que sempre seja.

Hoje, 1986, doze anos passados, vemos a atitude democrática que esteve na origem do 25 de Abril, simultaneamente como uma fonte de energia e um fator redutor. Por um lado, não se apagaram nem se apagarão tão facilmente os laços anímicos profundos entre os que se ergueram contra o fascismo. Mas, por outro lado, transportar tal atitude do passado para o presente é procurar retomar instrumentos conceptuais e políticos que, por inadequados, são inoperantes. Assim será, por exemplo, tentar sobrevalorizar o conceito de unidade antifascista quando, como hoje, não se vislumbram perigos graves para a democracia.

A unidade democrática é hoje, 1986, um fenómeno muito mais complexo do que a simples transposição, real ou potencial, do plano dos interesses sociais concretos para o plano das opções políticas. Fatores de natureza ideológica, como as opções sobre projetos de sociedade, são — e não vemos que possam deixar de ser — fortemente determinantes de convergências ou divergências nos planos social e político. É uma realidade indesmentível da sociedade do nosso tempo.

O Sr. **João Corregedor da Fonseca** (MDP/CDE): — Muito bem!

O **Orador**: — Mas, também por isso, é mais do que nunca indispensável desenvolver o diálogo como base fundamental do relacionamento democrático. Estaremos em condições de fazê-lo? Muito se tem falado na libertação material do homem após o 25 de Abril, muito pouco, quase nada, na libertação das consciências. Porque ela não está livre de bloqueios e compartimentações, de prejuízos e lastros que impedem o desenvolvimento livre da razão. E são estas prisões graves, cujas portas, em grande parte, Abril ainda não abriu, as "prisões de longa duração" de que nos falava Braudel. Conduzindo a graves limitações na vivência democrática da nossa sociedade.

Quando não se concorda ou discorda de uma ideia por ser boa ou má, mas por sair de um ou de outro setor, quando a liberdade de escolha é condicionada por fatores que nada têm a ver com a lógica ou a razão, quando os juízos procuram, para se justificar, obscuros e ínvios trajetos, então estamos a assistir, sem dúvida, a uma situação de menoridade da consciência cívica. E todos, em maior ou menor grau, temos responsabilidades nisso.

Uma das mais absurdas questões que os analistas políticos futuros certamente não deixarão de encarar como algo estranho e exótico é a da classificação usada por uns e por outros sobre "partidos democráticos". Será um dos fatores que melhor ilustrarão quanto é ainda imaturo o nosso relacionamento, para o qual todos, e nós próprios, temos contribuído. Compreensível à luz dos acontecimentos, inevitavelmente tumultuosos, que marcaram os primeiros anos da nossa democracia, já não o é hoje, doze anos passados sobre o 25 de Abril, vivendo em período de estabilidade democrática.

Por isso nos aparecem ainda como mais aberrantes algumas arrogantes atitudes de *diktat* sobre os que são democratas e os que não são democratas. Tanto mais que tais atitudes estão ao serviço, as mais das vezes, de meros arranjos de circunstância ou de interesses de ocasião.

Não são democratas uns quando, em certa situação, convém marginalizá-los ou delimitá-los para tentar ocupar parte do seu espaço, são democratas outros quando, em certo momento, se tenta um agrupamento mais vasto; há os que um dia são democratas, outro dia não, e até há os que, ao mesmo tempo, são e não são. Convenhamos, meus senhores, que não é negócio muito honrado este. Agravam-se, assim, as crispações, dificulta-se a normalização da vida democrática. Mas talvez tudo isso nem fosse excessivamente grave se, para além dos palcos onde tais esgrimas decorrem, elas não dessem uma imagem de falta de seriedade e isenção, não se projetassem como verdadeiras agressões à consciência do cidadão comum, que recolhe daí uma imagem negativa do relacionamento partidário dos partidos. Em nosso entender — e penitenciando-nos pelo que em nossa parte cabe de pecado na matéria —, o único critério, elementar, objetivo, compreensível é: os que pela sua prática, sim ou

não, se integram nos mecanismos institucionais de funcionamento da democracia e cujas propostas, sim ou não, põem em causa os principais fundamentos do poder político democrático, aceitando ou não o critério da maioria em que este deve assentar.

O pluralismo partidário deve ser defendido no seu prestígio para ser eficaz como base do funcionamento da nossa sociedade democrática, tal como o MDP/CDE tem vindo a defender programaticamente. É esse o quadro da liberdade de opções e da possibilidade de organização superior dessas opções, que, segundo o princípio da maioria, deve ser sempre condição central da constituição do poder político. O trajeto que defendemos para a democracia socialista deve, na nossa opinião, passar indispensavelmente por essa escolha livre dos cidadãos e também pelas convergências sociais e políticas, pontuais ou estabilizadas em blocos, sem que, atendendo à estrutura das sociedades atuais com algum grau de desenvolvimento, seja possível ou legítima a hegemonia de qualquer grupo ou camada social sobre o conjunto da sociedade e, muito menos, o estabelecimento de fronteiras maniqueístas.

O Sr. **João Corregedor da Fonseca** (MDP/CDE): — Muito bem!

O **Orador**: — Embora todas estas sejam linhas programáticas, velhas de alguns anos — aprovadas no nosso IV Congresso do MDP/CDE —, entendemos ser a Assembleia da República o local indicado para tal debate, como centro institucional da vida política e local privilegiado para o confronto de ideias e projetos políticos, e este, também, é o momento indicado, tendo sido uma das maiores virtudes do 25 de Abril restabelecer o debate frontal e livre e a normalização das relações sociais e políticas.

Tudo isto nos aparece como particularmente importante num momento em que se abrem condições novas no relacionamento partidário e fecundas vias de diálogo, que poderão permitir não necessariamente o entendimento e a concordância, mas, antes de tudo, o conhecimento das posições mútuas alargado a todos, mas a todos os quadrantes políticos. Só receia o diálogo quem julga defender-se enquistando-se nas posições próprias ou quem faz do diálogo o cumprimento de uma mera formalidade para retirar efeitos exteriores.

As novas e mais favoráveis condições para a expansão do diálogo político, a que ninguém deveria furtar-se, resultam, antes de tudo, de se ter alargado a disposição das partes de dialogarem para se ouvirem, sabendo-se como só se ouve quando se quer ouvir.

Isto é, o desenvolvimento do diálogo aberto, sem preconceitos, independentemente de acordos, para o conhecimento das mútuas posições, abrindo cada vez mais as cadeias em que está em parte aprisionada a nossa consciência democrática. É essa, sem dúvida, uma das melhores homenagens que hoje poderemos prestar à revolução libertadora do 25 de Abril.

Viva o agora e sempre 25 de Abril.

Aplausos do MDP/CDE, do PSD, do PS, do PRD e do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do CDS, Sr. Deputado Manuel Monteiro.

O Sr. Deputado **Manuel Monteiro** (CDS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Evocar o 25 de Abril de 1974, hoje e aqui, é, antes de mais, um exercício de vontade, de fé e de esperança, no sentido que sempre lhe demos e damos, no espírito que lhe reconhecemos e saudamos.

Como deputado mais jovem do CDS e como presidente da sua organização política de juventude, a Juventude Centrista, não poderia, pois, eximir-me a tal responsabilidade, ciente de que aos jovens da minha geração, que é a do 25 de Abril, as exigências e os desafios são uma constante. O passado que não renegamos e o presente que não alienamos não são, porém, para nós mais importantes que o futuro por que nos batemos. Crescemos com o 25 de Abril. Não nos revemos, seguramente, nem nos sentimos identificados com o 24 de abril, mas não nos revemos também com o 24 de novembro de 1975, pelo que afirmamos que o verdadeiro 25 de Abril se encontra ainda por cumprir e nos cabe a nós, jovens, mais do que nunca, lembrá-lo, evocá-lo, enaltecê-lo, fazê-lo! A liberdade e a democracia, valores que perfilhamos e defendemos, têm sido desvirtuados, cometendo-se à luz da sua grandeza arbítrios e graves erros, que ao país custarão muito a sanar. Vivemos em liberdade. Por ela sempre nos bateremos. Mas a liberdade que preconizamos não tem limites nem barreiras. A liberdade em que acreditamos não é a liberdade do aborto, não é a liberdade dos salários em atraso, não é a liberdade das famílias com fome, não é a liberdade dos jovens sem emprego, não é a liberdade do *numerus clausus*, não é a liberdade da insegurança, não é, afinal, a liberdade da incerteza.

Não queremos uma sociedade onde seja necessário escolher entre o pão e o voto. Não queremos uma sociedade onde o primeiro direito, que é o direito a nascer, e a primeira liberdade, que é a liberdade de dignamente viver, sejam coartadas por um Estado que, criado para servir o homem, o vai cada vez mais subjugando. Há hoje uma classe política que sabe e sente já não ser ouvida. Não percebe as novas gerações. Continua a distanciar-se do país e está irremediavelmente condenada a ser substituída. Vive agarrada a mitos e sobrevive encostada a leis que não traduzem o sentir do povo, nem correspondem aos seus mais legítimos anseios. Luta pela manutenção de um Estado parasitário, que pretensamente diz querer nivelar os indivíduos e a sociedade, e empenha-se nas negociações de bastidores, nos arranjos pessoais nas estruturas partidárias, nas lutas estéreis apenas fundamentadas e justificadas, aos olhos da opinião pública, em função de pessoas e não de projetos, ideais, missões, ações.

Não foi para isso que nos disseram ter sido feito o 25 de Abril. Daí que o verdadeiro 25 de Abril de 1974 comece hoje, no Portugal de 1986, com tolerância como imperativo moral, com diálogo como forma de respeitar o pluralismo, com coragem e competência como garante de continuar Portugal.

Como alguém um dia escreveu, «a sociedade é o acordo entre os mortos, os vivos e os que ainda não nasceram». Nesse sentido e sabendo nós que o 25 de Abril começa hoje, assumimos com ele um compromisso e uma aposta, dignificá-lo-emos com justiça, por ele trabalharemos com verdade.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Nação de muitas tradições na Europa e no mundo, Portugal viu finalmente abrirem-se-lhe as portas da Comunidade Económica Europeia. Passo importante que nos deve levar a trabalhar decididamente para que não sejamos considerados como o parceiro mais

fraco e para que as decisões que dizem respeito ao nosso destino não sejam tomadas apenas pelos outros. Mas para que tal suceda é fundamental que se quebrem as amarras que nos não deixam progredir e desenvolver, como necessário se torna abandonar a lógica conjuntural, fiel apenas à conquista de votos, preocupada com o sucesso de mais uma ou outra campanha eleitoral. Tal ação, já que sendo meramente conjuntural, é aleatória dos princípios e dos valores que, em primeira instância, o CDS, como partido da democracia cristã portuguesa, defende. A nação portuguesa e o seu povo, os seus problemas, os seus anseios, as suas esperanças merecem-nos o mais alto dos respeitos para que possamos envolver-nos em arranjos de Poder, convictos de que o progresso e o desenvolvimento se alcançam com estabilidade político-governativa e que, para que esta se mantenha, importa que todos saibamos assumir as responsabilidades que os portugueses, através do voto, nos confiaram.

E porque assim o exigimos, assim o fazemos, declarando nesta data, hoje e aqui, que o país precisa de rever a sua Constituição, por forma a que ela, como lei fundamental, corresponda a um compromisso real e participado de todos os portugueses; que o país precisa de restaurar a confiança na sociedade, estancando o seu processo de desqualificação, moralizando-a, responsabilizando-a, dando-lhe, em suma, objetivos.

Queremos um novo Estado, assente na sua fundamental instituição — a família —, que tantos têm apostado em destruir, conscientes da sua importância e real valor.

Mas queremos também um Estado que, ao cumprir cabalmente as suas funções, tenha em atenção o homem, que, como pessoa humana, tem o direito de, livremente, escolher o seu futuro, dando-lhe condições para que se realize, permitindo-lhe que intervenha e invista nos sindicatos, nas misericórdias, nos campos, nas escolas, nas empresas.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O poder, logo a política, não são para nós um fim em si próprios. Defendemos que aquilo que contêm de mais perene não pode ser traduzido numa gestão de pressões contraditórias, abrigando explícita ou implicitamente soluções transitórias, que não raro pioram, porque adiam, ao contrário de melhorar, o antigo estado de coisas. Temos afirmado, e repetimo-lo, que a viabilidade do atual regime, nos anos futuros, dependerá, não tenhamos dúvidas, do grau de satisfação que for capaz de dar às legítimas aspirações dos portugueses em geral e dos jovens em particular, do grau de resolução que for capaz de dar aos seus problemas, da amplitude dos horizontes de realização individual e coletiva que lhes vier oferecer.

Como diria Louis Pauwels, «há um tempo para tudo, e há mesmo um tempo para que os tempos se tornem a encontrar».

Tenhamos pois tempo para agarrar a verdadeira liberdade e a verdadeira democracia e com elas realizemos as reformas de que o país carece e os portugueses exigem. Não queremos continuar a ter o amanhã empenhado na dívida, na dúvida e no desenvolvimento adiado.

Queremos mais liberdade, porque queremos mais desenvolvimento e mais futuro. Mas porque também nós dizemos, como Fernando Pessoa, «que a vontade de fundo que nos soergue é o desejar poder querer», o 25 de Abril será por nós amplamente festejado, e em todas as suas dimensões, quando o martirizado e esquecido povo de Timor, a que presto desta tribuna, em nome do CDS e

da Juventude Centrista, a minha solidariedade, vir o seu direito à existência consagrado; quando os milhares de jovens sem emprego tiverem colocação; quando os trabalhadores com salários em atraso receberem os seus ordenados; quando os empresários e agricultores, injustamente espoliados dos bens, forem indemnizados; quando as famílias portuguesas com fome tiverem alimento; quando os portugueses não tenham necessidade de procurar o seu sustento fora da sua pátria.

Tal será possível quando soubermos, deixando de lado o acessório, unir esforços no essencial, certos de que aquilo que nos une é ou deve ser mais importante do que o que nos separa.

Se o conseguirmos, nada terá sido em vão. Teremos cumprido a nossa principal tarefa e missão e alcançado a nossa meta. Como portugueses temos esse direito, como políticos temos essa obrigação. Saibamos, de forma decidida e humilde, reconhecer que a modificação do mundo pressupõe a modificação da sua representação. E tenhamos a consciência de que esta, sendo importante, é-o bem menos do que aquela.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Evocamos o 25 de Abril num ano que, estando internacionalmente consagrado à paz, a insegurança dos cidadãos e o conflito entre as nações aumentam. A evolução mundial está sujeita a tensões. Saibamos nós, com a experiência que temos de estar no mundo, contribuir para que o bom relacionamento entre os povos e a paz sejam uma realidade.

Queria terminar deixando-lhes uma mensagem de esperança: é que, se o mundo acabasse amanhã, valeria a pena que todos plantássemos uma macieira.

Aplausos do CDS e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do PCP, Sr. Deputado Octávio Pato.

O Sr. **Octávio Pato** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Representantes do Governo, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Estamos hoje, aqui na Assembleia da República e também em múltiplas iniciativas por todo o país, a comemorar mais um aniversário do 25 de Abril de 1974. E importa sublinhar que, mais do que uma mera celebração de uma qualquer data ou acontecimento passado, esta é a celebração de uma realização histórica do povo português — a conquista da liberdade que vivemos hoje e a construção da democracia que temos hoje, após 48 anos de ditadura fascista.

Em nossa opinião, celebramos não apenas um exaltante e inesquecível acontecimento do nosso passado recente, mas fundamentalmente uma linha de rumo democrática e nacional, que o nosso presente reclama e que o nosso futuro continuará a exigir. Num momento em que grande parte da população portuguesa vive gritantes dificuldades e é atingida por enormes carências e flagrantes injustiças e o país conhece uma grave crise, que não pode ser iludida, julgamos necessário reafirmar que as responsabilidades pelo agravamento da situação nacional, pela frustração de esperanças populares que emergiram em 25 de Abril, não podem ser assacadas nem ao 25 de Abril nem ao regime democrático, porque são fundamentalmente consequência de erros e de orientações inspiradas pela hostilidade às transformações políticas e socioeconómicas criadas com o 25 de Abril. Em inteira coerência com o que

de há muito defendemos, entendemos oportuno reafirmar nesta ocasião que a estabilidade democrática é uma condição essencial para a solução dos graves problemas de Portugal e para o progresso e desenvolvimento multiforme do país.

Mas entendemos necessário acentuar que a estabilidade democrática é um conceito e um objetivo que não pode ser confundido com a persistente imposição de políticas desastrosas e comprovadamente fracassadas na prova suprema do seu confronto com a vida nem com soluções governativas inadequadas ao esforço de solução dos problemas nacionais e desajustadas do quadro político efetivamente existente na sociedade portuguesa. Estabilidade democrática tem de significar, acima de tudo, estabilidade da ordem constitucional, estabilidade das novas realidades e das transformações alcançadas com o 25 de Abril, estabilidade na vida económica e social, estabilidade no funcionamento regular das instituições democráticas, estabilidade dos direitos e liberdades dos cidadãos.

Para se garantir a estabilidade política, o caminho a percorrer não pode ser o de forjar operações de engenharia eleitoral que distorçam a correta expressão institucional do sufrágio popular, mas sim o de encontrar as plataformas de consenso e de convergência que permitam soluções governativas estáveis e eficazes, com base no próprio apoio social mobilizado para a execução de uma política democrática.

Para se assegurar a estabilidade social, o caminho a percorrer não pode continuar a ser o do aumento do desemprego e do número de trabalhadores com salários em atraso, o de mover hostilidade sistemática às aspirações e aos direitos dos trabalhadores e de outras camadas laboriosas, dos jovens e dos reformados, mas sim o da resposta eficaz e atempada às suas mais prementes inquietações e reivindicações, num quadro de diálogo efetivo, sincero e construtivo.

Para se garantir a estabilidade económica, o caminho que urge percorrer não pode continuar a ser o da manutenção no centro da política económica da destruição do sector nacionalizado e da Reforma Agrária, com o objetivo de restauração de antigas e novas oligarquias, mas o de respeitar a diversidade das formações económicas existentes e canalizar e orientar a dinâmica própria a cada uma delas no esforço geral para o desenvolvimento nacional. Para se salvaguardar a estabilidade institucional, o caminho que se impõe percorrer não é o da criação de guerrilhas institucionais entre órgãos de soberania, não é o de fundar outro regime e impor outra Constituição, mas sim no seu respeito e no pleno aproveitamento das potencialidades imensas que contém para o florescimento da democracia, para a construção de uma vida melhor e de um futuro mais promissor para os portugueses.

Para se salvaguardar a paz e a independência nacional, o caminho não é fazer do país um centro de conspiradores ou permitir que aviões dos EUA sobrevoem o território nacional para bombardear outro país, mas sim promover uma política de paz e cooperação com todos os povos e países.

O Sr. **António Capucho** (PSD): — É falso!

O **Orador**: — Não ignoramos nem pretendemos escamotear que, nestes doze anos passados sobre o 25 de Abril, se afirmaram divergências profundas e mesmo agudos conflitos entre forças democráticas e entre portugueses que têm ou assumem o 25 de Abril como ponto de referência essencial da sua conduta política e cívica.

Importa, porém, referir que, em alguns momentos cruciais para a sobrevivência do regime democrático, as forças democráticas, apesar da diversidade das suas opções e orientações, foram capazes de convergir para salvar o país de perigosos retrocessos de cariz autoritário, revanchista e restauracionista.

Pensamos que as forças democráticas devem à democracia, ao 25 de Abril, e ao seu país, muito mais do que a convergência ou entendimento apenas face a perigos iminentes.

Devem ao país e à democracia a capacidade de dialogarem, se entenderem e cooperarem para dar resposta aos gravíssimos problemas que afetam Portugal e amarguram ou entristecem a vida do povo português, para assegurar caminhos firmes de liberdade, bem-estar coletivo, justiça social, tolerância, progresso, desenvolvimento, dignidade, soberania e independência nacionais.

Expressamos a maior gratidão a todos quantos, com justo destaque para os militares do MFA e para o povo que prontamente os secundou no ato histórico do derrube da ditadura fascista, deram uma contribuição imensa e inesquecível para a conquista da liberdade e para o curso do processo de democratização da vida nacional.

O Partido Comunista Português orgulha-se de ter dado uma relevante contribuição para a derrota do fascismo. Orgulha-se de ter participado, com todas as suas energias, nas tarefas da defesa e consolidação da situação democrática emergente do 25 de Abril e na fundação e construção do regime democrático consagrado na Constituição da República.

E, passados doze anos sobre o 25 de Abril, o Partido Comunista Português tem orgulho em poder reafirmar, na Assembleia da República mas ao mesmo tempo perante o país, a sua plena identificação com a democracia portuguesa, entendida não como um conceito abstrato e nebuloso, onde possam caber as piores perversões antidemocráticas e o revanchismo mais brutal, mas como o concreto regime democrático-constitucional vigente em Portugal, caracterizado por uma indissociável ligação entre a democracia política, económica e social, entre direitos e liberdades de notável amplitude e profundas transformações socioeconómicas, expressão superior do insubstituível património de objetivos, conquistas, ideais e valores do 25 de Abril.

Aplausos do PCP, do MDP/CDE e de alguns Deputados do PRD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do PRD, Sr. Deputado Marques Júnior.

O Sr. **Marques Júnior** (PRD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Srs. Convidados, Minhas Senhoras, Meus Senhores: Doze anos depois, o 25 de Abril continua vivo — e bem vivo.

A cerimónia que hoje nos reúne é disso prova expressiva: Presidente da República e deputados, representantes legítimos dos portugueses, únicos órgãos de soberania que emanam diretamente da vontade popular, estão todos reunidos para celebrar essa data libertadora.

E para lá de divergências ideológicas, político-partidárias, julgo que todos reconhecemos, embora nem todos porventura com a mesma veemência ou convicção, que a Revolução de 1974 é um marco

maior na história do nosso país, raiz e fundamento do nosso regime democrático, que já ninguém ousa pôr em causa.

Mas expressivo é também que por todo o país se multipliquem as manifestações de júbilo e as festas populares que demonstram exuberantemente que o 25 de Abril está profundamente enraizado no coração do nosso povo.

E é natural que assim seja. É natural que só aqueles que têm alma de tiranos, ou de escravos, sejam saudosos de um regime ditatorial que durante 48 anos oprimiu e explorou os portugueses. Nunca, aliás, será demais lembrá-lo. Sobretudo, porque os jovens que hoje têm vinte ou vinte cinco anos, aquando do 25 de Abril tinham oito ou treze anos, e por isso, em geral, ignoram completamente o que foi o fascismo. E é indispensável que o saibam. Aliás, para se alcançar a importância e o significado do 25 de Abril, para se compreender como tantos de nós o vivemos com paixão e com alegria, até às lágrimas, tem de se saber a situação que anteriormente se vivia.

E essa situação era de tirania, de guerra colonial, de exploração, de polícia política, do partido único, da censura; essa situação era a de violação mais frontal de todos os direitos do homem, das perseguições, das arbitrariedades de toda a ordem, da tortura, até do assassínio; a situação era a de os portugueses serem prisioneiros ou exilados na sua própria pátria, privados de direitos, liberdades e garantias, "orgulhosamente sós", vivendo sob o jugo de um regime obsoleto, anacrónico e totalitário, condenado por todos os países democráticos do mundo.

A 25 de Abril de 1974, o movimento das Forças Armadas, culminando e coroando a longa e difícil luta de todos os resistentes e democratas portugueses, derrubou o regime ditatorial e ilegítimo e, de imediato, restituiu aos cidadãos a liberdade e as liberdades. De imediato, abriram-se as portas das prisões políticas, acabou a famigerada PIDE/DGS, extinguiram-se a censura e todas as outras restrições à liberdade de expressão, reconheceu-se o direito dos povos irmãos das colónias à autodeterminação e à independência, consagraram-se os direitos de associação, reunião, greve, formação de partidos políticos, eliminaram-se leis e limitações injustificáveis e injustificadas em vários domínios da sociedade, valorizou-se o trabalho, instituiu-se um salário mínimo nacional, voltaram os exilados e os portugueses reconquistaram a eminente dignidade da pessoa humana, a guerra deixou de ser o único horizonte para os jovens e para tantos homens deste país, os irmãos, as noivas, os filhos, os pais deixaram de ter de chorar os seus familiares distantes ou mortos, a paz e a liberdade, bens supremos, voltaram às nossas cidades, aos nossos campos, às nossas casas.

Houve, decerto, com o decorrer dos tempos, erros, excessos, desvios. Mas, no cômputo global, e analisado a esta distância, tem de se concluir que, após uma ditadura tão longa e tão brutal, ainda que aparentemente ou externamente temperada pela "brandura dos nossos costumes", nunca houve uma revolução tão bela, tão generosa e tão fraterna como a do 25 de Abril.

Aplausos gerais.

Que os cravos, e cravos nos canos das espingardas, se tivessem transformado, aqui e em todo o mundo, no símbolo da nossa revolução é, em si mesmo, extremamente significativo. E se a imagem

dos cravos sofreu, como é natural, a degradação do uso, se à força de ser utilizada perdeu a força do que é novo, nem por isso o símbolo que eles representam diminui de intensidade, de sentido, eu diria mesmo, de cor e de perfume, florindo sempre jovens em cada mês de Abril.

Por isso, o PRD deseja, antes de tudo, lembrar e saudar todos os "Capitães" do MFA, todos os militares de Abril, desde os mais conhecidos que simbolizamos nos ex-Conselheiros da Revolução aqui presentes...

Aplausos gerais.

... aos mais anónimos, e qualquer que seja hoje a sua posição, com a certeza que a eles lhes devemos, em primeira linha, toda a liberdade e a dignidade reconquistada pela nossa Pátria e pelo nosso povo. E se, infelizmente, algumas vezes esses militares e o seu órgão representativo, constitucionalmente consagrado, para lá de erros que como todos tenham cometido, foram vítimas de injustiças, até por parte de alguns daqueles que mais obrigação tinham de não os praticar, estamos certos de que o povo português e a história lhes farão, e já estão a fazer, justiça.

O PRD não esquece, porém, que a revolução de 1974 só foi possível porque, ao longo de quase meio século, gerações e gerações de resistentes e de corajosos lutadores pela liberdade deram o melhor do seu esforço, às vezes o seu sangue e até a sua vida, para que a democracia fosse possível. A todos eles, desde os mais conhecidos — simbolizados por muitas e conhecidas personalidades aqui presentes — até aos mais anónimos, o PRD exprime a sua homenagem e a sua gratidão.

Aplausos do PRD, do PSD, do PS, do PCP e do MDP/CDE.

Permitam-me ainda que, em nome do meu partido e no meu próprio, acrescente algumas considerações: este dia tem para mim um significado muito especial não só por comemorar e lembrar o passado ainda recente, em que me orgulho de ter sido um dos militares de Abril, mas também pelo facto de, como deputado eleito, poder usar da palavra em nome do grupo parlamentar do PRD neste local — o símbolo privilegiado da democracia.

Que um militar de Abril fale, neste dia e nesta tribuna, na qualidade de deputado eleito por um partido político tem, pois, um significado pessoal, partidário e naturalmente político.

Pessoal por não ser sem emoção comovida que é possível a quem viveu e participou no 25 de Abril estar no Parlamento a recordá-lo e a saudá-lo. Que honra maior depois de ter tido a legitimidade revolucionária, ter agora a legitimidade do sufrágio popular para ser um dos representantes do povo português nesta Casa?

Aplausos do PRD, do PS, do PCP e do MDP/CDE.

Partidário, porque a escolha feita pelos meus companheiros de bancada significa uma escolha clara pelos valores e pela esperança de Abril — só, porque a esperança de Abril não foi ainda inteiramente

cumprida, e nós queremos que o seja, é que o PRD foi criado e prossegue a sua ação política. Com isto não nos arrogamos, evidentemente, a exclusividade na defesa daqueles valores e daquela esperança — que deve ser património de todos os democratas e de todos os portugueses —, mas afirmamos claramente que, com outros e ao lado de outros, queremos dar o contributo decisivo para que essa esperança se cumpra.

Aplausos do PRD.

Político, na medida em que estar hoje nesta tribuna simboliza, de algum modo, o compromisso de honra dos militares de Abril. Foi ao povo português que devolveram a soberania, tornando-os de novo cidadãos, em vez de súbditos.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Uma das melhores maneiras, senão a melhor, de comemorar hoje o 25 de Abril é resolver os problemas concretos dos cidadãos, vencer as dificuldades e as carências, tantas vezes gravíssimas, de milhares de portugueses que continuam a viver em condições desumanas.

É indispensável assumirmos, em termos de consciência coletiva, esta realidade; é necessário que os políticos estejam à altura deste desafio e das exigências que o 25 de Abril representa.

Nesse espírito e a essa luz, permanecendo atuais os grandes objetivos do 25 de Abril, o PRD pretende ser um elemento dinamizador na sua concretização, tudo fazendo para que a justiça social seja cada vez maior, a liberdade possibilite a igualdade de oportunidades e seja cada vez mais participativa, «a riqueza melhor distribuída, os direitos mais respeitados, os deveres mais assumidos, a cultura mais acessível».

A evolução da conjuntura económica, designadamente a conjuntura internacional, criou, finalmente, condições favoráveis para que se realize o terceiro "D" do programa do MFA — desenvolver —, após os militares de Abril e aqueles que ocuparam posição cimeira ao longo destes anos terem realizado os outros dois "D" desse mesmo programa: descolonizar e democratizar, de entre eles, permito-me destacar o general Ramalho Eanes, o militar de Abril, que, na Presidência da República, eleito e reeleito sempre à primeira volta, foi indiscutivelmente um dos grandes obreiros da consolidação da democracia em Portugal.

Aplausos gerais.

O PRD espera e deseja que todos, inclusive os órgãos de soberania, no respeito mútuo pelas competências específicas, constitucionalmente definidas, colaborem e contribuam para a realização deste objetivo nacional, pela nossa parte, tudo faremos nesse sentido. E se recordamos e saudamos o 25 de Abril assinalando o que ele foi e representou, o que ele é e representa, importa salientar que a sua simbologia, a sua força, a sua esperança se continuam e desenvolvem nos jovens, dignos da juventude em tudo o que ela representa e sempre representou, para os quais vão as minhas últimas palavras — porque hoje, como ontem, o 25 de Abril é, sobretudo, amanhã.

Aplausos do PRD, do PSD, do PS, do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do Partido Socialista, Sr. Deputado José Luís Nunes.

O Sr. **José Luís Nunes** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Do Preâmbulo da Constituição da República consta que:

> A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista. Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.
> A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais. No exercício destes direitos e liberdades, os legítimos representantes do povo reúnem-se para elaborar uma Constituição que corresponde às aspirações do país.

Ao integrar, com estas nobres palavras, no texto constitucional o ato libertador do 25 de Abril, a Assembleia Constituinte consagrou a revolução como um dever, simultaneamente constitucional e constituinte, dos capitães de Abril, que viram, assim, o seu ato reconhecido no mais alto diploma por que se rege Portugal.

Ao mesmo tempo a Constituição da República resumiu os objetivos essenciais do ato revolucionário e consagrou-os no texto constitucional.

«Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo», restituir aos portugueses «os direitos e liberdades fundamentais». Assim, comemorar o 25 de Abril é comemorar a paz, a que abriu caminho, as liberdades que restituiu, a democracia que ajudou a implantar, as condições que criou para que os legítimos representantes do povo elaborassem a Constituição.

Comemorar o 25 de Abril é assim também comemorar a Constituição da República.

Esta não foi imposta por um ato revolucionário, mas foi desse ato revolucionário que nasceram condições para que a Assembleia Constituinte a elaborasse e votasse.

Decorridos doze anos é tempo e mais que tempo de fazer o balanço do caminho percorrido e, sobretudo, do que importa percorrer na procura incessante de um Portugal sempre mais livre e mais fraterno.

Portugal é hoje o oposto do que era antes de 25 de Abril de 1974. Ao país da guerra sucedeu o país da paz, ao país da opressão e da ditadura sucedeu o país integrado no concerto das nações e empenhado na construção da Europa. Ao país do medo e da angústia sucedeu o país da segurança e da esperança de viver.

A descolonização trouxe-nos o ideal de contribuir para a criação de novas nações livres, independentes e soberanas.

A libertação do povo e o reconhecimento das liberdades fundamentais reforçou o ideal da democracia, considerada simultaneamente como regime institucional e forma de vida cujos defeitos, próprios de tudo o que é humano, só se corrigem com mais democracia.

Ao olharmos os novos países de expressão portuguesa fruto de uma vocação descolonizadora iniciada com a independência do Brasil e as instituições democráticas consagradas na Constituição da República, e de que V. Ex.ª, Sr. Presidente da República, é o supremo garante, temos a consciência de que o país se integrou na linha mais portuguesa da sua tradição histórica.

Penso, Sr. Presidente da República, que V. Ex.ª desejou sublinhar esse reatar da tradição ao depor, pouco antes da sua tomada de posse, um ramo de flores no Porto, junto à estátua daquele que foi o rei da descolonização do Brasil e da luta pelas liberdades essenciais: D. Pedro IV, o comandante do exército libertador, o rei-soldado. A esta luz torna-se bem claro o reforço do 25 de Abril à consciência da nossa autêntica identidade nacional.

Só quando um povo se tornou homogéneo e, como tal, se constituiu definitivamente, quando brotou nesse povo a consciência pátria coletiva — e não vive só por mero instinto de viver —, só quando tem um ideal e compreende e sente as suas glórias é que pode irradiar ao mundo o seu pensamento.

As grandes tarefas que se põem hoje aos portugueses só seriam realizáveis depois do reforço da identidade nacional na base da reconstituição de um ideal coletivo, vivido e participado que o 25 de Abril veio redefinir, nos seus contornos, e reforçar, na sua intencionalidade.

Portugal confronta-se hoje com um conjunto de problemas de cuja solução dependem os contornos políticos, sociais e económicas do país, nos tempos mais próximos.

Importa, em síntese, modernizar, europeizar e democratizar. Modernizar significa, desde logo, recusar o que é antigo e caduco, integrando o país nas duas grandes revoluções do nosso século: a revolução espiritual e a revolução tecnológica.

A todo o ato revolucionário é anterior um processo de abertura do espírito que, desde o alvorecer da humanidade, se confunde com a luta pela expressão crítica, pelo racionalismo, pela batalha, quanto à alienação em relação à sociedade que nos rodeia.

O mundo atravessa um profundo processo de revolução espiritual, que incide não só sobre a criação de novos valores, mas também sobre uma nova e mais exigente vivência de valores tradicionais. A revolução espiritual do nosso tempo poderia ser caracterizada por uma só palavra: a tolerância.

Contudo, hoje, a tolerância é mais do que um ato nobre das consciências esclarecidas, pois é em si mesma uma forma de estar na vida. O imenso avanço da ciência e das técnicas quebrou todos os dogmatismos e impôs a tolerância como o estado de espírito normal de encarar a realidade.

Sem enterrarmos definitivamente o Portugal do dogmatismo e da intolerância será impossível abrir as portas a uma assumida modernidade.

Os portugueses decidiram viver o seu desenvolvimento económico e a sua revolução tecnológica no contexto da integração europeia. Trata-se de um gigantesco desafio a todas as energias morais e materiais da Nação.

Todos são chamados a colaborar nesse esforço gigantesco, mas para que todos se sintam comprometidos importa que a integração europeia seja vivida, também, como quadro de resolução dos problemas mais essenciais e sentidos.

Importa, desde logo, resolver os problemas dos jovens, o problema da formação profissional, do primeiro emprego, da habitação, da ajuda à constituição de família.

Importa que a juventude saiba que os seus problemas são conhecidos e, sobretudo, resolvidos.

O 25 de Abril trouxe uma nova forma de encarar as relações de trabalho.

A melhoria das condições do funcionamento das empresas e das garantias, legítimas, dos investidores não pode ser feita à custa da diminuição dos direitos e garantias dos trabalhadores.

Modernizar é, nesta matéria, redefinir um novo conceito que integre como ponto positivo de estabilidade e desenvolvimento os direitos e garantias dos trabalhadores, que os factos mais do que as leis demonstram ser necessários a um autêntico e participado desenvolvimento económico.

À construção de uma Europa, na qual estamos empenhados, é inerente um reforço da democracia das instituições comunitárias. Reforço ao nível dos Estados-membros, reforço ao nível das próprias instituições comunitárias.

A política implica simultaneamente a criação de novas ideias e uma ação coerente do Estado e é esse processo de inovação criadora que está na base das modificações institucionais da CEE que a realidade demonstra serem cada vez mais necessárias.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O 25 de Abril de 1974 é uma data histórica pelos caminhos que abriu e pelo que, em si mesmo, realizou.

De tudo procuramos dar um singelo testemunho.

Às gerações de portugueses que pela sua luta «indomável e indomada» souberam criar as condições para a madrugada libertadora do 25 de Abril está a Pátria agradecida e têm-na homenageado nas pessoas dos seus maiores.

Àqueles que fizeram a Revolução do 25 de Abril importa que hoje e sempre prestemos a mais serene e comovida homenagem.

Ao interpretarem «os sentimentos profundos» do povo português derrubando o regime fascista tornaram-se credores do reconhecimento da Nação.

Aos capitães de Abril diremos tão-só uma palavra: senhores! Graças à vossa ação a causa de Portugal é hoje uma "causa livre".

Aplausos gerais.

As tarefas que hoje se põem a Portugal só poderão ser levadas a bom termo em paz, liberdade e democracia, que serão a herança, sempre presente, do 25 de Abril.

Aplausos do PS, do PSD, do PRD, do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do Partido Social Democrata, Sr. Deputado Carlos Coelho.

O Sr. **Carlos Coelho** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de

Justiça, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Importa antes de mais explicitar que aqui não subo na estrita qualidade de vice-presidente do grupo parlamentar do meu partido, mas na de deputado indicado pela maior organização da juventude portuguesa.

Entendeu o PSD que devia caber à Juventude Social Democrata subir à tribuna neste dia, porquanto, para nós, o 25 de Abril, mais que uma data do passado recente da nossa história, constitui um compromisso para com o futuro.

Creio que Fernando Pessoa teria dito também que «ser descontente é ser jovem».

É, pois, jovem e saudavelmente descontente que me permito dar o nosso contributo na reflexão coletiva que este dia nos impõe. Sartre afirmou em Maio de 1968 que «deveremos abolir todas as hierarquias, a dependência de um homem em relação a outro homem».

Vivia-se a última explosão do movimento utópico, que destes tempos imemoriais foi prosseguido por filósofos, místicos, pensadores. Também o 25 de Abril, mais do que um simples pronunciamento militar ou uma mudança de regime, foi a libertação do imaginário coletivo, a sensação de que tudo era possível, que não existiam nem peias nem limitações ao desejo de paz, desenvolvimento, harmonia, progresso.

Mas, como em todas as utopias, a realidade dos meses subsequentes veio agarrar-nos à terra, destruir os sonhos, mergulhar-nos num quotidiano que após a agitação inicial se foi revelando cada vez mais cinzento, cada vez mais dia a dia.

As crises sucederam-se, os equilíbrios foram sendo feitos a um nível cada vez mais baixo: à crise sucedia-se nova crise.

A sociedade portuguesa enquistou-se, refizeram-se e ampliaram-se mesmo os vícios do corporativismo.

A solidariedade, valor fundamental de qualquer projeto político que tenha por raiz o homem, foi-se diluindo na assistência social que conhecemos, a liberdade no mero exercício do direito de protestar e de votar, a fraternidade numa série de lutas egoístas. No entanto...

No entanto, a chama da utopia, da vontade de mudar, a crença numa sociedade mais humana, mais viva, não se perdeu.

Os arautos da desgraça, os profetas do fim do regime não viram os seus prognósticos (desejos, quiçá) realizados.

Com um vigor surpreendente a democracia resistiu.

As instituições foram crescendo, e dos trôpegos balbuceios e tropeções iniciais evoluíram para um sistema em que do poder autárquico aos governos regionais e ao executivo central se constata hoje uma capacidade técnica e uma maturidade que nada têm a ver com a situação de há dez anos.

No entanto, o país cresceu de forma desequilibrada e injusta. Privilegiou, ainda, os privilegiados, marginalizou os que marginalizados estavam do sistema ou que a ele tinham acesso meramente simbólico.

A legislação laboral defendeu quem tinha emprego, deserdou quem buscava a sua primeira oportunidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Os jovens pagaram a fatura. Hoje, são mais de 350 000 à procura do primeiro emprego.

O sistema de incentivos ao investimento e outros mecanismos de apoio estatal à atividade económica acabaram invariavelmente por privilegiar os centros urbanos litorais em desfavor do interior. Os números oficiais aí estão para o provar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — E é por tudo isto que sempre defendemos que não basta agir sobre a conjuntura. As reformas que se impõem não podem ser adiadas.

Foi o adiamento das soluções e a recusa de encetar as reformas indispensáveis que precipitou a queda do anterior regime.

Temos de ser capazes de dar resposta aos problemas económicos e sociais do país. E isso é uma responsabilidade coletiva que nenhum de nós pode enjeitar.

Aplausos do PSD.

Há particulares boas condições para o fazer. Um governo coeso e capaz, uma conjuntura económica favorável, a integração na CEE. Seria indesculpável que perdêssemos estas condições por questiúnculas de menor importância.

O verbalismo inconsequente há muito que passou de moda.

Já o apóstolo dizia que «o crente sincero não é o que bate no peito e diz Senhor, Senhor, mas o que pratica as boas obras».

Também nós afirmamos que não está com o 25 de Abril quem traz sempre na boca as conquistas de Abril, mas quem governando constrói progresso e promove justiça social.

Aplausos do PSD e do CDS.

Os jovens que vêm a seguir à minha geração eram ainda crianças em 1974. Para eles, as datas fazem já parte do nevoeiro da história; mas as condições sociais em que hoje vivem e o futuro que lhes espera são as referências que ficam para julgar este regime.

Coletivamente temos três grandes desafios a vencer:

A integração europeia;
A regionalização;
A entrada na sociedade da informação.

A integração europeia para nós não é a mera construção de um Mercado Comum. O que se deseja é a construção de um espaço europeu dotado de autonomia tecnológica, de defesa, de política externa.

Queremos uma Europa dinâmica, temperada pela riqueza da sua diversidade cultural, mas unida em torno de um projeto de futuro que não se resuma a um conjunto insonso de diretivas ou à construção de uma burocracia supranacional a que os mais bem-humorados chamaram eurocracia.

As recentes crises no Mediterrâneo vieram mostrar à evidência que, sem um grande salto qualitativo, a Europa resumir-se-á a palco de disputa das superpotências. O segundo desafio é o da regionalização.

Passar das autarquias de infraestruturas para as autarquias de desenvolvimento. Ora, esta é outra autarquia.

Tem de ter massa crítica, espaço, projeto. Tem de possuir uma alma. O seu desenvolvimento é a única forma de viabilizar este país através da valorização da diferença, dos recursos naturais que num país geograficamente tão pequeno assumem uma diversidade tão assinalável.

O nosso futuro económico não está na produção massificada de bens e serviços. Está nos mercados de qualidade, nas excelências da nossa diferença. Do turismo aos primores agrícolas, da cristalaria aos vinhos de qualidade.

O terceiro desafio é o da sociedade de informação, que representa mais do que a simples evolução da ciência e da tecnologia e que ao modificar as relações sociais e de produção e ao alterar as fontes de poder, implica com a organização social e com o quadro de valores por que até hoje se aferiam os comportamentos e a moral.

E porque subsiste o perigo de uma sociedade dual entre os que têm o saber e os que o consomem sobreleva a importância da aposta na educação.

Não uma educação clássica que nos dê apenas o "saber fazer". É necessário que a educação responda às necessidades do homem de hoje, o "fazer sabendo", esta capacidade cognoscitiva de perceber o mundo que o rodeia, as nossas relações, os novos processos de decisão. De ser um protagonista, não um espectador.

O mundo é outro, as instituições são fortes se os cidadãos forem fortes. O nosso sistema não o está a fazer.

Por isso, ao fim de doze anos continuamos insatisfeitos, mas continuamos decididos... a lutar.

São, no fundo, os desafios de um país que se prepara para sofrer o embate europeu e mundial sem ainda ter digerido o embate revolucionário; de um país que acaba de ingressar no Mercado Comum com um mercado burocratizado; de um país com tantas assimetrias regionais quanto as desesperanças deixadas pelas falsas promessas de modernização; de um país, afinal, que, não podendo decidir da sua vulnerabilidade aos tempos atuais e ao ritmo da evolução social e tecnológica em todo o mundo, não pode também adiar ou evitar o confronto com a modernidade, sob pena de se esvair em expectativas frustradas e de se esvaziar na sua independência e no seu orgulho.

E porque este é um desafio que não queremos comprometer, a minha geração diz "presente", aqui e lá fora. Estamos e queremos estar com voz própria e capacidade para intervir, para participar, para ajudar a construir num país sem complexos uma sociedade mais justa, um Portugal mais europeu, um futuro que já começou porque o amanhã é já hoje.

Aplausos do PSD, do CDS e de alguns Deputados do PS.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República Fernando Amaral**: — Ex.mo Sr. Presidente da República, Ex.mo Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Ex.mo Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, meus distintos convidados militares de Abril, Srs. Deputados: Move-me o forte desejo de ser breve.

O meu propósito foi-me facilitado pela feliz oportunidade que tivemos de ouvir cada um dos dignos representantes dos grupos parlamentares.

A sua voz, traduzindo a sensibilidade e visão políticas que as motivações desta sessão lhes suscitaram, constitui, na sua diversidade e no seu conjunto, a expressão e a vontade do Parlamento.

Por isso esta sessão se tornou mais rica, mais viva, mais completa. Óticas diferentes, perspetivas novas, projetos inovadores, serão dados preciosos para que possamos refletir e cobrar alento, continuando, com mais firmeza e renovado entusiasmo, o destino que foi sonho e é projeto, assumido por um povo na arraigada certeza dos seus fins.

Penso que esta sessão terá, no seu cerne, não só a vontade de comemorar, mas também o de, analisando o presente, projetar o futuro, que desejamos.

Como me não caberá, aqui e agora, falar em nome do Parlamento, julgo que o privilégio que me concedestes, Srs. Deputados, de usar da palavra se situará, mais precisamente, no plano do testemunho pessoal.

É nesta perspetiva e com esse propósito que alinhei umas poucas considerações, que valerão tão-só como intenção de marcar presença em ato que a todos pertence.

Só por isso ele constituirá parte preciosa do meu património vivencial, foi distinção que não enjeitei, foi gentileza que me apraz registar no agradecimento que sentidamente vos dirijo.

Aos meus distintos convidados, que nos deram a honra da sua presença, desejo manifestar-lhes o meu reconhecimento.

Ao Ex.mo Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça os meus respeitosos cumprimentos.

A V. Ex.ª, Sr. Primeiro-Ministro, e aos membros do Governo, expresso as minhas cordiais saudações.

A V. Ex.ª, Sr. Presidente da República, reiteramos o respeito e admiração que de forma vincada lhe tributamos, acrescida do natural prazer com que o ouviremos em breve.

Srs. Deputados, há dias, relendo Fernando Pessoa, fixei parte de um admirável poema, o «Quinto Império», que, integrado na mensagem, referia:

Para a obra que há que prometer
Ao nosso esforço alado em si,
Convoco todos sem saber (E a hora!) aqui!

No espaço desta parcela poética inscrevi meu pensamento. Por isso a invoquei.

É que os poetas são quase sempre os que rompem o tempo, fazendo o futuro presente como quem aponta caminhos e o norte a perseguir. O 25 de Abril foi alvorada de intenções a dar forma e sentido ao projeto que pretendemos ver realizado.

Naquele dia, que agora recordamos, o povo fez festa!

Vibrou genuína e autenticamente ao reencontrar-se com os seus valores mais queridos, com as suas tradições democráticas a que jamais renunciara, pois eram o seu guia, a sua razão de ser, desde as raízes mais profundas da sua identidade.

É esse reencontro que celebramos e com ele relembramos a coragem e a lucidez de todos quantos o tornaram possível.

Esquecê-los seria nódoa imperecível a marcar a ingratidão injusta e malsã de quem se aproveita dos méritos sem atentar na fonte que os tornaram possíveis.

Infelizes os povos que perdem a memória do seu passado e não sabem honrar os que, desprezando os seus interesses, arriscaram a própria vida pelas causas nobres onde todos nos sentimos justificados. É por esta razão, militares de Abril, que nos sentimos gratificados com a vossa presença.

Aplausos do PSD, do PS, do PRD, do PCP e do MDP/CDE.

Acolhendo-me à inspiração do poeta eu me pergunto: que obra foi prometida? Que esforço temos feito?

Por que vos convoquei a todos? E aqui?

Foi prometido um Portugal cada vez mais livre, mais fraterno e mais justo. Onde cada português se sentisse senhor do seu próprio destino no legítimo exercício dos seus direitos e na clara consciência dos seus deveres;

Onde a solidariedade, a alegria de viver, a confiança no futuro fossem certezas ao alcance de cada um;

Onde a liberdade política não fosse uma mentira porque não existiriam os economicamente escravos;

Onde se não vivessem paredes meias com o desemprego, a fome e a miséria, num aviltamento que fere e esmaga o sentido mais nobre da dignidade humana.

Esta a obra prometida; estes os anseios que senti no despertar de Abril. A revolução se abriu e cresceu como uma aurora de esperança. Pelo seu impulso se tornou possível a Constituição, como já aqui foi dito.

Pela sua projeção estamos aqui para, em liberdade, nos julgarmos pelo que fizemos, pelo que fazemos, pelo que faremos...

Muitos erros se cometeram. Muitas injustiças tiveram lugar. Omissões gritantes preenchem a nossa experiência. Mas estamos pagando, com corajoso otimismo, os custos dessa maravilhosa e apetecida aventura, porque ela nos trouxe ao campo largo da liberdade, para nele ser possível a construção da paz, da justiça e da segurança com que sonhámos.

Foram derrubados os muros! Estão abertos os caminhos! Vamos tornar mais curta a longa jornada que nos espera...

Muitos se ficarão, ainda presos, pelas vicissitudes sofridas, moendo o travo amargo da quebra dos seus privilégios, sem se darem conta de que pouco contam na impetuosa e admirável caminhada que o povo então encetou como independente e livre.

Com a força do espírito que a ditou ultrapassaremos o arcaísmo da nossa agricultura; modernizaremos a nossa indústria tradicional e pouco competitiva; aumentaremos a nossa produtividade;

diminuiremos o nosso défice; fortaleceremos o nosso poder de compra; deixaremos de ser o segundo país menos desenvolvido da Europa.

E se nos preocupam, tão fortemente, estas premissas do futuro que projetamos e se os dados da nossa economia estão presentes na arquitetura do que pensamos, não deixaremos de exigir que ela seja eminentemente humana!

Eminentemente humana:

Pelo reconhecimento do primado do trabalho sobre o capital;
Da responsabilidade pessoal sobre o aparelho anónimo;
Dos organismos sobre os mecanismos;
Do serviço social sobre o lucro.

Se os fatores económicos são essenciais à nossa promoção, não olvidaremos que eles só o serão se estiverem ao serviço da pessoa humana.

Só por ela e para ela, como centro e razão de ser de todas as nossas preocupações, se explica e justifica a ânsia do nosso desenvolvimento. Por isso entendemos, como Josué de Castro, que há que «integrar à economia os fatores humanos de forma a fazer do desenvolvimento económico o meio de proporcionar a todos não só os bens de necessidade que lhes fazem falta mas também os bens de dignidade que as suas consciências reclamam».

Com este desejo estamos vencendo pesadas décadas de aspirações amordaçadas, de apodrecida estagnação.

A "voz da boa vontade" está a fazer-se cada vez mais rigorosa, mais corajosa, mais obstinada. Ela ultrapassará os mitos, as ironias sumárias, os silêncios temerosos.

Os homens do futuro, os jovens do nosso tempo — como aqui tivemos ocasião de ouvir —, esperam dela a plenitude consciente do nosso esforço.

Este tem vindo a processar-se de forma tão patenteada, que temos o legítimo direito à esperança.

A paciência terá de moderar a sofreguidão do imediatismo; a serenidade terá de realizar com firmeza; a coragem não permitirá paragens.

A pouco e pouco a ingente tarefa dos responsáveis vai ganhando os seus saldos positivos na construção do futuro, vencendo atropelos, desprezando manipulações, não se quedando na intriga. O que se fez, o que se está a fazer, é a garantia de que se fará cada vez melhor.

Foi com esta certeza que vos convoquei a todos e aqui.

Para tornar mais funda e larga a solidariedade que a todos compromete na satisfação do bem comum.

E, aqui, por ser "centro vital da democracia", por ser sede da liberdade, por ser o eixo privilegiado das preocupações de um povo onde os seus mandatados têm desenvolvido um trabalho que os honra e torna dignos da escolha com que foram distinguidos.

Aplausos do PSD, do PS, do PRD, do PCP e do MDP/CDE.

Esse trabalho vai prosseguir para que com o povo e no povo, com os governantes, com V. Ex.ª, Sr. Presidente da República, possamos cumprir o Portugal de Abril.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra S. Ex.ª o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República Mário Soares**: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Srs. Embaixadores, Srs. Convidados: Doze anos depois do movimento patriótico que restituiu a liberdade aos portugueses, tornando-os cidadãos na plenitude dos seus direitos, comemorar o 25 de Abril não pode nem deve ser uma rotina. Pelo contrário: deve ser um ato criador de reafirmação e confiança dos portugueses no futuro de Portugal e nas virtualidades do regime de democracia pluralista que temos vindo coletivamente a construir, desde 1974, em paz e liberdade, superando dificuldades imensas e inevitáveis contradições.

Creio que nenhum outro quadro é mais adequado a essa celebração do que a Assembleia da República, sede da representação nacional e centro vital da nossa democracia, que — como uma vez já disse e hoje repito — todos os democratas têm o dever irrecusável de prestigiar. A circunstância de o fazermos aqui, em comunhão de todos os órgãos de soberania, cuja legitimidade deriva direta ou indiretamente do sufrágio universal, na presença dos grandes corpos do Estado e sob a égide de V. Ex.ª, Sr. Presidente da Assembleia da República, figura moral e política de indiscutível dignidade e isenção — que respeitosamente saúdo, saudando em V. Ex.ª todos os Srs. Deputados —, confere a este ato um valor simbólico de inegável significado nacional. Ato que não deve ser polémico, independentemente do desejável pluralismo das interpretações e das motivações, mas antes de convivência cívica e de verdadeira concórdia nacional, sem discriminações, e tendo por único fundamento o respeito mais absoluto pela vontade popular livremente expressa pelos portugueses.

Temos todos a consciência de que foi apenas em 25 de Abril que, para Portugal, começou o futuro — um futuro que queremos de liberdade, de afirmação nacional, de respeito pelos outros e pelo seu direito à diferença, de prosperidade e de paz. Não é de mais, por isso, que saudemos de novo os que o tornaram possível: os militares de Abril e todos aqueles que ao longo dos anos, e foram tantos, indomavelmente, se bateram pela liberdade e pelo direito ao respeito da sua própria dignidade de cidadãos.

Aplausos gerais.

Em doze anos de regime democrático demos passos de gigante, mudámos as coisas, a terra e, sobretudo, as mentalidades, com acertos e desacertos inevitáveis, ultrapassando traumatismos e crises diversas, de origem própria e alheia, mas importa reconhecer que o povo português, em todas as circunstâncias, teve sempre a sabedoria, nas suas escolhas, de salvaguardar o essencial. Vivemos hoje numa sociedade aberta, responsável, pacífica, de incontestável vitalidade democrática, onde as

instituições funcionam com normalidade, e está assegurada a participação plena dos cidadãos e das associações mais diversas em que livremente se agrupam, nos planos político, económico, social e cultural; sociedade que hoje se insere e tem por referência o quadro mais amplo da Comunidade Europeia, em que começamos agora a integrar-nos, sem perda da nossa identidade nacional.

À nossa frente abre-se-nos, assim, um futuro de esperança. Ninguém tem, pois, razão para ser pessimista ou descrente quanto à comunidade nacional. Um futuro de progresso e de bem-estar está ao nosso alcance e depende fundamentalmente de cada um de nós, porque a todos estão abertas iguais possibilidades de intervenção na sociedade e no Estado. Nesse aspeto, não aceitamos exclusões nem discriminações ou desculpas, sejam de que natureza forem. Temos o dever nacional de não deixar perder a oportunidade que se nos oferece.

Os portugueses estão naturalmente orgulhosos da liberdade que usufruem — e daquilo que ela lhes promete no domínio da criatividade e da participação —, mas sabem que lhes falta ainda construir uma sociedade, donde seja erradicada a pobreza, a ignorância, a intolerância e que nos recupere de um atraso secular, em segurança e no respeito pelos direitos de todos.

Nunca como agora foram tão grandes as expectativas legítimas nem as possibilidades, a prazo razoável, de dar expressão concreta aos anseios dos portugueses. Consolidado o regime democrático, membros de pleno direito da Comunidade Europeia, vencidos os desequilíbrios financeiros externos, que tanto e tão longamente nos afetaram, necessitamos tão-só de sermos capazes de desenvolver um quadro de estabilidade política e institucional que estimule a concretização de iniciativas, privadas, públicas e cooperativas, integradoras de uma estratégia nacional de desenvolvimento, em termos tanto quanto possível consensuais.

As condições dessa estabilidade pressupõem relações de diálogo permanente, confiado e sereno, a todos os níveis, mas, em especial, e no respeito pelas competências de cada um e pelo princípio da separação dos poderes, entre o Presidente da República, que é o garante da unidade nacional e do regular funcionamento das instituições, a Assembleia da República, expressão da vontade política dos portugueses na pluralidade das suas opções e garantia da alternância democrática, e, finalmente, o Governo, órgão de condução da política geral do país e órgão superior da Administração Pública. Esse diálogo é de fundamental importância para assegurar a estabilidade política e institucional, numa democracia moderna e em termos de país desenvolvido que desejamos ser. É condição necessária da estabilidade política e da paz social, ambas imprescindíveis para ganharmos o desafio europeu e não perdermos a grande oportunidade histórica que as circunstâncias e a vontade política dos homens puseram ao alcance de Portugal, nestes anos finais do século XX.

Esta cerimónia de hoje é também o símbolo dessa relação e um sinal de estabilidade e de solidariedade entre as instituições representativas, como é próprio de uma democracia consolidada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vivemos num mundo em mudança, marcado por acentuadas incertezas e explosivas desigualdades, mas também por grandes progressos tecnológicos e científicos, a que não podemos ficar alheios, como Nação soberana. Pertencemos hoje à Comunidade Europeia, ela própria sujeita a grandes desafios, em vincada concorrência com outros polos de desenvolvimento a nível mundial.

A integração na Comunidade Europeia não pode, porém, representar para nós tão-só o acesso a créditos, a apoios e a tecnologias sem que procuremos marcar, com o contributo da nossa cultura, do nosso potencial humano e da nossa vocação universalista o todo em que nos inserimos. A Europa dos cidadãos e das tecnologias, que está em construção, tem de ser também obra nossa, dos nossos criadores, cientistas, políticos, técnicos, empresários, como já é, por direito próprio, dos nossos trabalhadores emigrantes.

Podemos e devemos, a partir de agora, não centrar tão-só as nossas preocupações sobre os problemas conjunturais, que tanto nos absorveram, por justificadas razões, nos últimos anos, e que continuam a ser muito importantes, e inserirmo-nos na problemática do nosso tempo, na perspetiva do interesse nacional, a médio e a longo prazos, operando para tanto as reformas de estrutura que a modernidade exige de nós.

Somos um país amável e tranquilo que desfruta hoje no mundo de invejável prestígio internacional, sem problemas linguísticos, étnicos, religiosos ou regionais e, por isso, com uma grande coesão nacional, que vive em paz e nos melhores termos com os seus vizinhos e aliados, goza de uma situação geoestratégica ímpar e tem um potencial de recursos humanos e materiais que importa não menosprezar. Partindo destes dados de base, há que procurar definir, por forma tanto quanto possível consensual, os grandes desígnios nacionais e interiorizá-los na consciência pública, para que os cidadãos se sintam plenamente motivados: uma estratégia de desenvolvimento, que tenha por metas o progresso económico, a modernização das estruturas produtivas, a afirmação da iniciativa, a solidariedade social e regional, o aumento do bem-estar, para todos; a valorização da nossa cultura e da língua portuguesa, que será falada no final do século por mais de 200 milhões de seres humanos; a gestão racional dos nossos recursos humanos e materiais; a reforma do Estado, assegurando a mudança nas suas relações com a sociedade, a empresa e os cidadãos.

Portugal está hoje em condições de superar a médio prazo — mas definitivamente — os fatores de atraso, de dependência e de inércia, que tanto nos têm condicionado. Nesse sentido, torna-se urgente fazer um esforço formidável na educação e na formação profissional da nossa juventude, apostando a fundo na investigação científica e tecnológica e abrindo grandes espaços, nas nossas preocupações quotidianas, à plena criatividade e à inovação. Com efeito, a inovação e a participação terão de ser opostas ao conformismo e à passividade, que vêm de longe, e a criatividade e o pluralismo à imitação e ao seguidismo amorfo. Trata-se de criar um estado de espírito coletivo, especialmente entre as jovens gerações, que ultrapasse clivagens ideológicas e se consubstancie num verdadeiro projeto nacional, assumido como tal pelo maior número de portugueses possível.

O espírito de mudança, que caracteriza as dinâmicas sociedades industriais dos países democráticos avançados, e que nos interessa tomar por referência, tem como polo e motor a importância fundamental atribuída à ciência, à tecnologia e à cultura. Aí também devemos investir em força, a partir de agora, descentralizando iniciativas, libertando e responsabilizando as energias criadoras da sociedade civil, demasiado tuteladas ou dependentes do poder do Estado.

Nesse sentido, políticas de descentralização e de regionalização, evitando todas as formas de clientelismo, são essenciais para assegurar uma dinâmica equilibrada de desenvolvimento e uma maior

participação política, a todos os níveis. Os passos que se deram na formação das instituições autonómicas, que em breve celebrarão dez anos, na Madeira e nos Açores, foram essenciais e têm de ser continuados; do mesmo modo aconteceu com a implantação do poder local democrático, que hoje constitui uma pujante realidade, mas que importa desenvolver, designadamente no plano regional, corrigindo assimetrias e desigualdades e valorizando as comunidades mais isoladas.

O Estado, como agente de solidariedade nacional, tem um papel próprio a desempenhar na correção das desigualdades e na proteção das comunidades e dos grupos sociais mais vulneráveis aos impactos perversos da modernização e do desenvolvimento.

Um grande filósofo contemporâneo enunciou como objetivos essenciais do Estado democrático: «reduzir a infelicidade ao mínimo e elevar ao máximo a liberdade de as pessoas viverem como desejam. A minha proposta» — escreveu ele — «é que o sofrimento que se puder evitar deve ser considerado como o problema mais premente da política pública racional, enquanto a promoção da felicidade deve ser deixada à iniciativa de cada um». Reduzir a infelicidade ao mínimo implica, pois, que o Estado democrático seja capaz de garantir a justiça e a segurança, de retificar abusos e corrigir anomalias, no quadro de um sistema equitativo de distribuição de poderes, de bens e de oportunidades. Elevar ao máximo a liberdade de as pessoas viverem como desejam implica, por seu turno, o investimento de recursos públicos em domínios como a educação, a cultura, a saúde, a segurança e a habitação social, sempre com o objetivo de ampliar a gama de escolhas e, portanto, a dimensão de liberdade aberta às pessoas.

Obviamente que o Estado desempenha, numa sociedade moderna, funções próprias na regulação da economia, na proteção de empresas mais vulneráveis ou na promoção de projetos inovadores, pela sua qualidade tecnológica, pela sua dimensão cultural ou pelo seu significado estratégico. Mas não tem, quanto a mim, que se substituir à imaginação, ao espírito de empresa e à livre iniciativa dos cidadãos, imprescindíveis para assegurar o progresso e a liberdade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Portugal está hoje em condições de retomar um papel importante na comunidade internacional, na linha da sua história gloriosa, da sua velha e original cultura, da vocação própria do seu povo e dos seus próprios projetos nacionais. Os portugueses têm de se convencer disso e afastar de si complexos de inferioridade, face ao estrangeiro, que nada justifica. Há aí espaço para um saudável patriotismo, voltado resolutamente para o futuro, como ensinava Jaime Cortesão, e não apenas para a rememoração de antigas glórias.

Membro de pleno direito da comunidade europeia, Portugal tem de ser capaz e determinado para diferenciar a sua posição estratégica e económica no quadro das especializações comunitárias e ocidentais, ao mesmo tempo que deverá preparar-se ativamente para participar na construção europeia, como projeto de crescente autonomia da Comunidade, em relação aos outros polos mundiais de desenvolvimento industrial e por forma a facilitar a recuperação e uma maior competitividade das economias comunitárias, uma ação internacional coordenada e mais decisiva, designadamente em relação à África e à América Latina e uma maior capacidade e autonomia de defesa própria.

Como é evidente, o papel de Portugal será tanto mais importante quanto maior for a autonomia da sua intervenção e da sua estratégia própria de desenvolvimento, a valorização da sua identidade nacional e cultural, a especificidade e riqueza da sociedade que for capaz de desenvolver e a capacidade de adaptação e mobilidade dos portugueses.

Como Estado, Portugal não pode prescindir dos seus deveres em relação às comunidades portuguesas que se dispersam pelas sete partidas do mundo e que são parte integrante da nossa Nação e da nossa cultura. Nem pode demitir-se da promoção e defesa constante da língua portuguesa, em fraterna cooperação com o Brasil, a que nos ligam laços de tão grande afetividade, que importa agora reforçar com ações concretas de intercâmbio efetivo, e com os países africanos de língua portuguesa, de que nos sentimos irmãos, pela história e pela cultura, e com os quais é urgente desenvolver, com pragmatismo, rigor, independência e espírito de criatividade, relações as mais estreitas possíveis.

Portugal e os portugueses não são estrangeiros em nenhuma parte do mundo. Vencidos os estigmas do ostracismo a que estivemos sujeitos durante tantas décadas, restaurada a dignidade e o nosso próprio prestígio externo, tendo hoje uma presença e uma voz indiscutíveis na comunidade internacional, recuperados os valores da liberdade e da tolerância, que identificam a cultura humanista e o universalismo português, sejamos, orgulhosamente, portugueses. O legado inestimável do 25 de Abril foi abrir-nos de par em par as portas do futuro, facultando a todos, e sobretudo aos jovens, a responsabilidade e o gosto de ser português. Temos hoje tudo nas nossas mãos. Moldemos o destino. A liberdade, o desafio, a inovação, a aventura, o risco — saibamos vivê-los solidariamente e em responsabilidade.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, declaro encerrada a sessão.

1987

O Sr. **Presidente**: — Em representação do MDP/CDE, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Tengarrinha.

O Sr. **José Manuel Tengarrinha** (MDP/CDE): — Ex.mo Sr. Presidente da República, Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia da República, Ex.mo Sr. Primeiro-Ministro, Ex.mos Srs. Deputados, Ex.mos Srs. Membros do Governo, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Seria uma atitude estranha, dificilmente compreensível à luz dos valores mais elementares da democracia, que se pudesse pôr em causa o interesse e a validade da comemoração do 25 de Abril por esta Assembleia. Antes, seria a manifestação de uma incomodidade surda, mole, de algodão em rama, que dificulta, mas não impede, mais insinuada do que declarada. Mas logo depois poderia ser a opinião manifestada, a vontade expressa, o desejo porventura até aí oculto e que desejaria fazer vencimento. A nosso ver, bastaria que alguma dúvida se tivesse levantado, expressa ou tácita, para que reforçada ainda mais fosse a necessidade da comemoração por esta Assembleia. E isto porque, antes de tudo, nunca poderemos deixar de ter presente estarem, hoje, aqui reunidos deputados que não foram nomeados pelo Governo, mas têm a sua legitimidade assegurada pelo eleitorado, um presidente da República eleito por vontade dos portugueses, um governo dependente desta Assembleia da República emanada da vontade popular, os tribunais aqui representados, com competência para administrar a justiça em nome do povo e apenas sujeitos à lei e não às vias administrativas do poder, bem como convidados e assistentes que não receiam represálias ou prisões por se encontrarem aqui a consagrar a liberdade — tudo isto possível hoje, aqui, porque há treze anos houve uma revolução que derrubou a mais velha ditadura da Europa.

Todo o povo português que lá fora comemora, hoje, em alegria, nas ruas e praças deste país, fá-lo com a memória viva do valor do seu contributo para o ato libertador e também do marco decisivo que ele foi, que ele é, para a nossa vida coletiva. E, ao lado, esses homens que interpretaram a aspiração mais profunda do povo, dando a direção justa ao seu braço armado e firme. Agora e sempre, com o mesmo entusiasmo dos primeiros dias, a mesma juvenil e espontânea emoção, glória aos que estão aqui na primeira fila da nossa atenção e apreço — glória, agora e sempre, aos capitães de Abril.

Aplausos do MDP/CDE, do PSD, do PS, do PRD e do PCP.

Só inútil seria se esta fosse encarada como uma comemoração enroupada em pompa e circunstância, empalhada num museu de recordações apenas curiosas.

Só desajustada poderia parecer se o 25 de Abril e os valores que contém, não apenas no domínio da democracia formal, mas igualmente no seu conteúdo de justiça social, não se ajustassem aos rumos do presente.

Só desajustada seria se se tentasse esvaziar a democracia de três dos seus conteúdos fundamentais: capacidade de representação organizada e participada de diferentes correntes de pensamento; capacidade de conter dentro de si o motor da sua própria renovação, e capacidade de enfrentar e resolver situações difíceis sem entrar em rutura com as regras fundamentais em que assenta. Em relação ao primeiro, diríamos que é contrária ao espírito essencial da democracia qualquer tentativa redutora

das expressões na sociedade e da possibilidade de estas intervirem na sua dinâmica. É o respeito pela diversidade e pela diferença um dos mais fortes esteios da autenticidade da democracia. Um esquema redutor não é garante da estabilidade das instituições e do regime. Pelo contrário, é fator de conflito e instabilidade, porque marginaliza, para além do quadro institucional regular, correntes de opinião e forças sociais que nele devem sempre caber.

Capacidade de se renovar, mas não como forma artificial de buscar remédios de circunstância, nem olhando o exterior pelo óculo do que nós desejaríamos que ele fosse. Sim, através da plena integração na realidade viva, do mergulho nesse presente também sempre renovado — o que é, sabemos, quase sempre incómodo, tantas vezes mesmo doloroso.

E, também, a capacidade de enfrentar as situações que podem ser agudas, mas não são de crise autêntica, a não ser quando, para superá-las, se tenham de pôr em causa as regras e mecanismos que a própria democracia prevê. E não serão postas em causa, seguramente, se se respeitar por inteiro o relacionamento e hierarquia dos órgãos de soberania, a sua vontade, confiando nas soluções que, no âmbito normal das suas atribuições, podem produzir.

E igualmente não serão postas em causa, seguramente, se se respeitar a regra de ouro da democracia: a solidariedade entre as instituições e os órgãos legitimamente constituídos, sobretudo entre aqueles que resultam diretamente da expressão da vontade popular. Sem isto estaria a introduzir-se, seguramente, um elemento de insegurança institucional, de desgaste e esvaziamento das instituições e a abrirem-se precedentes que poderiam ser, no futuro, fatores graves de perturbação política e social.

O Sr. **Seiça Neves** (MDP/CDE): — Muito bem!

O **Orador**: — Não se deve defender, em democracia, que o sistema institucional seja fechado ao exterior, à realidade viva. Mas não temos dúvidas de que são ilegítimas, contrárias à essência do regime representativo, pressões de setores restritos dessa realidade — o que, ao invés de constituírem um fator de enriqueci mento das instituições, serão um fator de bloqueamento do seu funcionamento e até do seu prestígio.

Cada sessão comemorativa do 25 de Abril, ano após ano, tem mostrado que um acontecimento basilar na história de um país nunca deixa de estar vivo quando é fonte permanente de renovação, quando é impulso para uma reflexão sempre inovadora sobre o estado e o dever da sociedade.

Se outras razões não houvesse, esta bastaria para justificar esta comemoração, como as que nos futuros anos se farão neste mesmo local.

Viva o 25 de Abril!

Viva o Portugal democrático!

Aplausos do MDP/CDE, do PS, do PRD e do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Em representação do CDS, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Monteiro.

O Sr. **Manuel Monteiro** (CDS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Treze anos são passados sobre o 25 de Abril de 1974, data em que a Portugal, aos portugueses, e, em particular, à sua juventude, foram traçados novos caminhos e dadas novas e diferentes formas de participar numa sociedade, na assunção do desafio por um novo futuro em que a esperança estivesse presente e a coragem fosse uma constante.

Comemoramos hoje mais uma vez o 25 de Abril de 1974, data em que a liberdade e a democracia surgiram aos portugueses como motor do progresso, da paz e do desenvolvimento.

Mas comemoramos também o 25 de Abril no momento em que os portugueses se interrogam sobre o amanhã, conscientes de que o passado recente os não satisfez e o presente incerto os não satisfaz. O CDS, partido que tem pautado a sua ação pela clareza e pela coerência dos princípios, vem a esta Câmara ciente das responsabilidades que possui para com a Nação e a democracia, numa manifestação de total entrega ao interesse nacional, desfasado e desligado de projetos e de ideias, concebidos e praticados em função de pessoas, de grupos ou fações organizadas.

É nesse sentido que, à semelhança do que múltiplas vezes tem dito, pode com propriedade afirmar e repetir que o verdadeiro 25 de Abril continua por fazer e cumprir e que a liberdade e a democracia se não podem compadecer de mais erros e atropelos, numa marcha que a nossa memória não recorda e o nosso pensamento se recusa a aceitar.

Tal como ontem, também hoje afirmamos que a liberdade por que nos batemos não tem limites, nem barreiras. Tal como ontem, também hoje proclamamos que a liberdade em que cremos não é a liberdade do desrespeito pelas famílias portuguesas, não é a liberdade dos salários em atraso,...

O Sr. **José Gama** (CDS): — Muito bem!

O **Orador**: — ... não é a liberdade da luta contra a iniciativa privada, não é a liberdade dos que não querem rever a Constituição, não é a liberdade daqueles que se esquecem da Nação e privilegiam o interesse partidário, não é, afinal, a liberdade que empurra a juventude para um beco em que a esperança não entra e a sua força e vontade não podem sair.

Que dizer aos jovens portugueses e suas famílias para quem estudar é mais difícil e caro, que dizer aos jovens portugueses para quem trabalhar é mais uma sorte, que dizer aos empresários e agricultores injustamente espoliados dos seus bens para quem investir e produzir continua a ser penoso e duvidoso, que dizer, enfim, a um povo que vê uma classe política, que é por si sustentada, empenhada em arranjos pessoais e em lutas estéreis, que não trabalha decididamente na mira da estabilidade e do entendimento? Que dizer, em suma, a um povo que não compreende porque é que o egoísmo partidário prevalece, não dando lugar àquilo que, outros antes de nós, conscientes da verdadeira tarefa a que estavam obrigados, conseguiram com êxito alcançar?

Se em liberdade e em democracia a pluralidade de ideias e a diversidade de opiniões são legítimas, o uso e o abuso dos mecanismos legais que elas preveem e possibilitam serão ilegítimos se não puderem propiciar ao povo mínimas garantias de que os seus atos não terão sido em vão e que a sua vontade

não sairá defraudada. Mal avisado andará quem, por descuido ou má informação, tomar opções que não tenham em atenção o interesse nacional, embarcando com isso na estratégia dos que no desespero da sobrevivência pretendem dizer que existem ou permanecem comodamente instalados à sombra do sistema que vão criticando por mera conveniência eleitoral.

Mal situação alcançará quem, por incúria ou egoísmo, não der resposta ao verdadeiro anseio do povo português, que, cansado da instabilidade e incerteza, pede apenas que o país cometa a modesta proeza de ter um governo que seja estável, suportado por uma maioria parlamentar, e que dure por quatro anos.

É que, afinal, o 25 de Abril só poderá finalmente começar a ser cumprido quando deixarmos de viver agarrados a mitos e sobreviver encostados a leis que não correspondem aos anseios dos portugueses, quando quebrarmos as amarras que nos não deixam progredir e desenvolver, quando, conscientes, lutarmos pelo abandono da lógica conjuntural, fiel apenas à conquista de votos, preocupada com o sucesso de mais uma ou outra campanha eleitoral.

Os portugueses interrogam-se hoje sobre o futuro, mas, ao contrário do que alguns comentaristas supõem, o seu veredicto poderá indiciar a responsabilização, acrescida de novas formas de governo que passem pela formação conjunta de uma maioria, numa resposta clara para aqueles que têm apenas curado de olhar para si próprios, na ânsia de satisfazerem os seus orgulhos e de tão os legitimarem à sua própria razão.

O CDS, que hoje aqui represento como presidente da sua organização de juventude, a Juventude Centrista, e como seu deputado, tem marcado de forma clara e frontal com a linguagem que os políticos desdenharão, mas que o povo aceita, quer e compreende a sua posição face à situação do país, propondo eleições gerais em coligação com o PSD para que obtenha a maioria governamental que os portugueses desejam.

Tem-no feito, quer por considerar ser essa a forma mais correta de interpretar o sentimento nacional, quer por conhecer e saber que é essa a vontade da larga maioria da juventude portuguesa, consubstanciada, aliás, conjuntamente, pela Juventude Centrista e pela Juventude Social Democrata em comunicado, onde se recorda que no particular momento em que vivemos, onde se joga parte do futuro de Portugal para as próximas e decisivas décadas, a mais lídima expressão do grito da geração obriga a que se recorra uma vez mais, que antes de tudo o que ora se põe em causa é a construção e a viabilização do nosso próprio futuro, pelo que se espera um grande esforço de responsabilidade e a constituição de uma maioria parlamentar que logre atingir estes objetivos.

A juventude portuguesa para quem todos falam, a quem todos prometem tudo e muitos têm dado nada, não compreenderá nem aceitará, e muito menos agora, que não se trabalhe decididamente na construção do seu futuro, havendo condições para isso, pelo que importa que o país e os portugueses sejam esclarecidos tão cedo quanto possível sobre a real vontade daqueles que connosco podem, se assim quiserem, levantar Portugal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A melhor forma de comemorar o 25 de Abril é a de, respeitando o passado, recolhendo dele os ensinamentos corretos, superando e abandonando as ideias gastas e caducas, enfrentar com coragem e otimismo o futuro.

E porque assim o declaramos e exigimos, assim o fazemos, como jovens, como democratas-cristãos, mas, acima de tudo, como portugueses, recordando aqui e agora as palavras de alguém que, referindo-se a Sá Carneiro e Amaro da Costa, disse: «Sá Carneiro e Amaro da Costa viram bem, viram fundo e viram longe». Como de costume, viram também mais cedo do que a maior parte dos que os seguiam. Hoje, quase sete anos após a sua morte, os seus legados políticos permanecem intactos e talvez mais óbvios e mais instantes do que nunca.

Herdeiros somos todos, mas a herança é só uma: e se não a repudiámos em bloco, não a delapidemos em parcelas. Unidos e solidários continuemos a sua obra e prossigamos o seu projeto. O nosso esforço sem Sá Carneiro, sem Amaro da Costa, é por certo mais penoso, sem dúvida mais difícil, porventura mais lento. Mas é por isso mesmo cada vez mais necessário.

Portugal e os portugueses esperam que os próximos atos políticos façam renascer a esperança.

Com coragem e dignidade saibamos acolher o seu chamamento e assumir a sua firme vontade.

Pela nossa parte, pela juventude e por Portugal, dizemos "presentes". Disse.

Aplausos do CDS.

O Sr. **Presidente**: — Em representação do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Comemoramos hoje o 13.º aniversário da Revolução de Abril. Treze anos é sempre tempo curto na vida de um povo. Mas é tempo suficiente para julgar e fazer prova de um ato que mudou a face da nossa história, que longe de se apagar ou esbater na nossa memória coletiva, por entre dificuldades, incertezas, desencontros e divergências dos portugueses democratas e patriotas, demonstrou, no enfrentamento dos fatores adversos, que os seus ideais, a sua vitalidade, são a chama vivificadora que ilumina os caminhos da democracia portuguesa.

E isto é possível porque, ontem como hoje, é o povo português que avaliza, defende e sente Abril. Permitam-me que recorde um facto. Há treze anos atrás, aqui, ao fundo da rua, um grupo de jovens que tinham conquistado o sindicato com o apoio da classe imprimia na noite de 24 para 25 de abril as palavras de ordem para o maio ainda proibido: justiça social, liberdade, fim à guerra colonial.

Secundarizavam o medo da polícia política, postada ali na Calçada de Santos, imaginavam as cargas policiais e o jorro identificador da tinta azul dos carros policiais que iria espalhar-se no Rossio no dia 1.º de Maio, preparavam-se para a vindicta dos despedimentos e das prisões em massa dos dias seguintes.

Não sabiam que, tal como eles, nessa mesma noite outros jovens generosos e corajosos punham corajosamente em marcha um movimento que haveria de pôr fim a um dos períodos mais negros da nossa história, fim a um regime carcomido, sustentador de uns poucos em desfavor de um povo inteiro.

Arriscaram muito esses capitães de Abril. E por isso mesmo, e para além de tudo, é com profunda sinceridade que aqui manifestamos e reafirmamos a nossa gratidão aos militares que souberam rasgar

as alamedas da liberdade tornando pequeno o Rossio, permitindo aquele maio dos maios inesquecível e, afinal, poder dizer que se diga, ainda hoje dobrados treze anos, que Abril valeu e vale a pena.

Aplausos do PCP, do PS, do PRD, do MDP/CDE e de alguns Deputados do PSD.

Mas também por isso, hoje nesta comemoração não podemos arredar as preocupações.

Preocupações que, desde logo, vão precisamente, e em primeiro lugar, para a situação desses capitães de Abril, a quem geralmente nesta data ninguém regateia aplausos que, no entanto, são sistematicamente discriminados. Discriminados pela própria razão de terem feito o 25 de Abril, enquanto alguns que estiveram abertamente contra ele são acarinhados, aplaudidos e promovidos. Chegou-se ao ponto de recusar à Associação 25 de Abril as instalações da Biblioteca Nacional para comemorar o 25 de Abril. Essa discriminação foi ontem mesmo firmemente condenada nesta Assembleia. E isso é positivo, e isso é Abril.

Aplausos do PCP, do PS, do PRD e do MDP/CDE.

E como não poderíamos deixar de sentir uma profunda preocupação quando os grandes interesses económicos e as organizações patronais já se arrogam, melhor dizendo, já se permitem, como se viu nestes dias, dar ordens ao poder político como se não existisse Constituição, e reclamar abertamente a destruição da lei fundamental como se tivéssemos recuado na história e as instituições democráticas fossem, como eram em 24 de abril, cartório notarial dos monopólios, meros órgãos subservientes da vontade e dos interesses de um punhado de grandes senhores.

Esta escandalosa exibição de sanha ao 25 de Abril tem lugar num momento em que, censurado pela Assembleia da República, o Governo foi demitido. Suscitam, por isso mesmo, particular preocupação as pressões e atitudes arrogantes daqueles que demitidos se reivindicam de uma falsa legitimidade providencial para falarem com ar convencido em nome do povo português e contra a Assembleia da República, Assembleia representativa de todos os portugueses.

Não menos preocupante é a ligeireza com que nestes últimos dias alguns comentaristas, analistas, constitucionalistas, têm advogado a dissolução da Assembleia da República e a cegueira e surdez que revelam em relação à vontade, repetidamente manifestada e cada vez mais clarificada, da maioria das forças aqui representadas no sentido de que seja encontrada uma solução governativa estável no quadro desta Assembleia.

Que as instituições democráticas possam não dar a estas pressões a réplica firme e adequada que a sua gravidade exigiria só pode ser motivo de justa inquietação.

O 25 de Abril, Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, foi e é o respeito pela Constituição que consagrou o regime democrático, é a sujeição do poder económico ao poder político.

Devem ser as normas constitucionais a prevalecer e não os interesses deste ou daquele grupo, deste ou daquele interesse partidário ou pessoal.

O 25 de Abril é o respeito pela vontade popular.

No país de Abril, como dizia o saudoso Zeca Afonso na sua balada inesquecível: «O povo é quem mais ordena».

Há de ser assim! Sentimos, Sr. Presidente, uma profunda confiança no futuro. Nas comemorações populares que decorrem por todo o país ali se encontram os homens e as mulheres que há treze anos atrás lutavam pela justiça social, pela liberdade e pela paz. Lá, nas ruas das cidades, se reencontrarão os democratas e patriotas dos mais diversos quadrantes políticos unidos pelos imorredoiros ideais de Abril, os estratos sociais mais desfavorecidos que com elevada consciência continuam solidários com os objetivos que fizeram ousar o movimento dos capitães.

E tanto que ficou por fazer e cumprir precisamente porque nos últimos anos se teimou em bloquear, adiar e desviar os rumos de Abril. Urge retomá-los.

Retomá-los, defendendo a Constituição da República na procura do aprofundamento e da concretização do projeto de vida e de sociedade que ela encerra.

Retomá-los através de uma política que defenda as liberdades, ponha cobro a discriminações, perseguições, abra os caminhos do progresso e desenvolvimento económico, potencie as nossas capacidades, os nossos recursos, as transformações económicas realizadas no processo democrático. É isto o 25 de Abril: trabalhadores exercendo direitos, empresas públicas vitalizadas, Reforma Agrária, poder local dignificado e respeitado. É tempo de levar à prática essa medida decisiva que é a regionalização (adiada este ano pelos entraves de alguns que, hipocritamente, a proclamam, mas que na prática a receiam). Retomar os caminhos de Abril é atender as justas reclamações e reivindicações de jovens que procuram emprego e têm direito ao sonho e à segurança no futuro.

Uma voz do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Temos o dever de dignificar e assegurar a vivência dos deficientes e dos que se encontram no outono da vida, de agir a favor dos milhares e milhares de portugueses que lutam pelo direito à habitação, que a saúde se transforme num direito inalienável de todos os cidadãos, para banir da nossa Pátria, de Abril, as chagas sociais mais dramáticas, do desemprego, dos salários em atraso e da exploração do trabalho de crianças, permitindo que essas sementes indispensáveis do futuro que aí vem tenham tempo de ser meninos. Incompletos seriam tais esforços se não nos batêssemos para que possamos ter orgulho na nossa independência nacional e contribuir para a paz do mundo, para a solidariedade entre os povos e, em especial, para que seja garantido ao povo de Timor-Leste o exercício do seu direito à autodeterminação e à independência!

Aplausos do PCP, do PS, do PRD, do MDP/CDE e do Deputado Gomes de Pinho (CDS).

Mas não nos iludamos!

Nunca será possível prosseguir Abril com aqueles que estão contra ele, com os que receiam a unidade e a convergência dos democratas, com os que sonham com o retrocesso da história para beneficiar os ricos e o privilégio em desfavor dos que menos têm. Os rumos de Abril são possíveis com aqueles que o fizeram, com aqueles que o defenderam, a retoma e a concretização dos seus ideais será feita com os trabalhadores e nunca contra eles, que nunca se limitarão ao protesto para exercer a luta que transforma e constrói e Abril lhes reconhece.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Contra ventos e marés foi o tempo e a vida que testaram e comprovaram a justeza do ato revolucionário do 25 de Abril de 1974. Quiseram os capitães e quis o povo tomá-lo nas suas mãos e construir o seu porvir coletivo. Apesar de fustigado e atacado, Abril continua e continuará porque reside no coração e na alma de um povo inteiro, porque tem do seu lado todos aqueles que, perseguindo sonhos milenários do homem, aspiram a um futuro mais justo, mais fraterno, onde prevaleça a liberdade, o progresso e a justiça social. E porque é do futuro que estamos a tratar, Abril vive e viverá!

Aplausos do PCP, do PS, do PRD e do MDP/CDE.

O Sr. **Presidente**: — Em representação do PRD, tem a palavra o Sr. Deputado Hermínio Martinho.

O Sr. **Hermínio Martinho** (PRD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Srs. Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: A Assembleia celebra hoje, uma vez mais com a presença do Sr. Presidente da República e dos representantes de todos os órgãos de soberania, a data maior do Portugal contemporâneo — o dia 25 de Abril de 1974.

Símbolo da democracia, espaço de pluralismo, lugar de confronto, sim, mas também de diálogo e de tolerância, o Parlamento confere, por si, um significado particular à comemoração. Significado que se reforça com a presença de V. Ex.ª, Sr. Presidente da República — que é testemunho de fidelidade inquestionada ao espírito libertador de Abril, mas que tomamos igualmente como preito a esta Casa. Tem, aliás, V. Ex.ª, Sr. Presidente, insistido no papel primordial e insubstituível do Parlamento, a que aludiu logo no ato de posse. E mais recentemente, no primeiro aniversário da investidora nas funções presidenciais, V. Ex.ª salientava que «o povo português, quando vota, vota com seriedade e vota para fazer escolhas válidas por quatro anos. Uma das coisas que sempre censurei na nossa vida política passada foi que nenhuma Assembleia pudesse ter chegado ao fim da legislatura». E, continuava V. Ex.ª: «Faço uma leitura da Constituição que privilegia o Parlamento como centro dos grandes debates públicos e centro vital da democracia. É no Parlamento que se derrubam e se formam os governos». Citei.

Seja, porém, qual for o entendimento acerca das relações entre os órgãos de soberania do Estado que exprimem a vontade popular, é como representantes do povo que aqui celebramos aqueles que,

por nós todos, portugueses, para nós, e em nosso nome, nos conquistaram a liberdade. Que aqui — também aqui — exercemos. Neste momento, e antes de mais, para praticarmos o ato mínimo que a dignidade moral requer: exprimir a nossa gratidão.

Prestamos a nossa homenagem, pois, a todos quantos no dia 25 de Abril de 1974 arriscaram a vida para — e a frase não cansa — «restituírem Portugal aos portugueses». Prestamos homenagem a todos, sem nenhuma discriminação, de passado ou futuro.

O mais não importa, ou do mais só importa o que foi ingratidão. Como se no dia 25 de Abril se houvesse praticado um ato militar de serviço, ou cumprido uma obrigação regulamentar, ou até — quem sabe — cometido uma infração... A revolução teve dias melhores e dias piores. Mas os que a interpretaram quiseram e souberam cumprir a promessa feita: foram depositários da soberania do povo, entregaram-na a este e aos seus representantes. Oxalá saibamos todos nós cumprir a responsabilidade, bem mais fácil apesar de tudo, em que ficámos investidos.

Lembramos igualmente todos aqueles que, por dias longos e difíceis, combatendo a ditadura, objetivamente prepararam e tornaram possível o 25 de Abril. E homenageamos ainda os que se empenharam em cumprir a promessa que o 25 de Abril representou e representa. Mas não haja enganos: o princípio do novo tempo em Portugal é o dia 25 de Abril de 1974. Não antes, nem depois.

Não graduamos méritos. Reconhecemos a objetividade da história e honramos aqueles que a fizeram.

O 25 de Abril deixou-nos um legado de que ninguém é depositário em particular: um legado de liberdade, de tolerância e de esperança. Um legado de liberdade, hoje tão familiar que já quase dele nos não apercebemos. Mas não esqueçamos: a história prova que a liberdade se perde, ou começa a perder-se insensivelmente nas pequenas coisas, nos pequenos interesses, nas pequenas inconsciências, nos pequenos medos e nas pequenas traições.

Defendamos, pois, a liberdade.

Um legado ainda de tolerância — tolerância difícil, tolerância conquistada, por isso mais valiosa. Mas também a tolerância se degrada e também ela insensivelmente, na arrogância, na distinção entre bons e maus, na calúnia, no favorecimento ou na perseguição, primeiro veladas, depois ostensivas, em nome de verdadeiras ou supostas convicções ou fidelidades.

Preservemos, pois, a tolerância.

Um legado de esperança, por fim, que nunca integralmente se realizará, que atravessa dias de ânimo e de desencanto, mas que constitui a própria condição da nossa sobrevivência coletiva. Que exige que defendamos contra todos os riscos, mesmos os aparentemente mais sedutores, a nossa identidade e a nossa independência, com atenção constante, empenhamento diário e — porque não havemos de dizê-lo — com amor à nossa Pátria. Que requer, não o esqueçamos, que por detrás dos números estão portugueses prósperos ou com fome, saudáveis ou doentes, felizes ou amargurados. Que exige que nós saibamos que cada português desempregado, cada doente sem assistência, cada criança explorada no trabalho ou sem estudo, cada homem ou mulher com fome, cada jovem sem futuro, cada injustiça cometida ou aceite, é uma acusação. Saibamo-lo verdadeiramente, ainda quando não pudermos. E procuremos verdadeiramente ser capazes de poder. Cumpramos, pois, a esperança.

Cumpramos o 25 de Abril.

Aplausos do PRD, do PCP, do MDP/CDE e de alguns Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Em representação do PS, tem a palavra o Sr. Deputado José Apolinário.

O Sr. **José Apolinário** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Minhas Senhoras e Meus Senhores: O 25 de Abril de 1974 iniciou uma nova era de abertura ao futuro, à inovação e ao desenvolvimento social, económico, cultural e científico do nosso país. Ao falar desta tribuna, em nome do Partido Socialista e como dirigente da Juventude Socialista, quero, como jovem, assinalar a data, chamando à colação a posição dos jovens perante o 25 de Abril e os ideais da liberdade.

O PS aposta aqui numa perspetiva do Dia da Liberdade voltada para o futuro, para os anos 2000, para os jovens que ainda eram crianças aquando da madrugada de Abril.

Que significa para nós, os jovens, o 25 de Abril?

Nós não vivemos a repressão, a falta de liberdade de associação, de manifestação, de opinião e de informação. Nós não vivemos o terror da polícia política, a prisão e a tortura dos presos políticos. Felizmente, também já não nos debatemos com uma guerra colonial, que dilacerava os corações dos portugueses e massacrava a juventude portuguesa. Essas foram realidades de que não fomos protagonistas, mas que marcaram os jovens, como nós, de há 20 anos.

Hoje, em 1987, somos protagonistas do nosso próprio futuro. O direito de voto aos 18 anos de idade, quando anteriormente se situava nos 21, só foi alcançado com o 25 de Abril e, por seu intermédio, podemos participar nas eleições autárquicas, regionais, para a Assembleia da República e para a Presidência da República. A maioridade aos 18 anos foi outro direito conquistado e adquirido com o 25 de Abril.

Se hoje queremos enriquecer-nos culturalmente e o podemos fazer, é porque a liberdade abriu novos horizontes na cultura, na informação, em suma, nos domínios do conhecimento e do saber. No plano cultural, a liberdade introduziu novas perspetivas, uma intensa circulação de ideias, uma abertura à sociedade e ao mundo, o reassumir do nosso papel numa Europa que também é uma Europa de cultura. Os jovens portugueses assumiram inteiramente esta abertura cultural, participando vivamente nas diversas movimentações sociais.

Treze anos após o 25 de Abril de 1974 pretendem alguns impedir que os jovens tenham memória. Quem tem hoje 20 anos já não sabe o que foi o 25 de Abril e o seu significado. Nós, jovens portugueses, queremos afirmar que o discurso sobre o 25 de Abril tem de ser, sobretudo, informativo e formativo. E, como jovem socialista, exprimindo o sentir da generosidade dos jovens portugueses, quero aqui prestar a minha homenagem aos capitães de Abril e a todos aqueles que, independentemente das suas opiniões ideológicas, viveram, e ainda vivem, irmanados no amor à liberdade e, com os seus esforços, a sua dedicação, o seu sacrifício pessoal, fizeram com que a democracia e a liberdade voltassem em Portugal a ser vocábulos de significado pleno.

Aplausos do PS, do PSD, do PRD, do PCP e do MDP/CDE.

É por tudo isto que a nossa participação, enquanto jovens, tem vindo a consolidar um espaço de dignificação dos nossos direitos. Porque ser jovem não é um privilégio, é um direito. Muito especialmente, um direito ao futuro. Mas queremos também dizer que não somos apenas os homens de amanhã; a juventude existe já hoje e quer participar, aqui e agora, na construção do presente. O PS constata com júbilo que as associações de estudantes, o movimento associativo local e regional, os jovens no mundo sindical e empresarial, os jovens agricultores, os jovens do setor cooperativo, os movimentos de jovens em defesa da ecologia e do meio ambiente e, de forma particular, o desporto, se desenvolvem e crescem com base numa grande participação juvenil. Um vasto movimento cultural e associativo, repleto de novos valores, numa vaga de modernidade que certamente vai transformar e reformular o nosso dia a dia, é mais uma prova da nossa afirmação.

Neste quadro, o diálogo entre os jovens permitirá certamente encontrar soluções para os problemas comuns. A constituição do Conselho Nacional de Juventude, nascido da iniciativa e empenho da JS, integrando as organizações nacionais de juventude, foi outro marco na mudança em curso, que esperamos seja alargado de forma sólida e consistente.

A integração de Portugal na CEE abriu mais uma porta na nossa participação para uma Europa mais forte, nomeadamente no Fórum de Juventude da Comunidade, no intercâmbio de jovens europeus, na aproximação e cooperação de jovens universitários, trabalhadores e outros.

A preservação do meio ambiente, num projeto ecológico que dê satisfação ao homem no seu meio, a cooperação com jovens de outros países — em particular procurando aprofundar o diálogo Norte-Sul por via juvenil — o amor dos jovens à paz, que há de ser conseguido pela força dos jovens, tendo em vista um mundo melhor, são objetivos que a todos nos unem.

Este é o caminho da liberdade que hoje comemoramos.

Por outro lado, os socialistas consideram necessário aumentar a confiança dos jovens nas instituições democráticas. E daqui queremos transmitir aos jovens portugueses que na Assembleia da República também se trabalha em prol da juventude. Por aqui passaram leis importantes, como a Lei de Bases do Sistema Educativo. Ontem mesmo a Assembleia da República aprovou a lei que atribui subsídio de desemprego aos jovens à procura do primeiro emprego, num ato de solidariedade que outros teimam em deturpar. A legislação enquadradora das associações de estudantes, reivindicada pelo movimento associativo estudantil, e a Lei do Serviço Militar Obrigatório, com passos significativos em prol dos jovens portugueses, vão ver a luz do dia. Nos domínios do emprego, da habitação, da justiça, dos tempos livres a ação da Assembleia da República é permanente.

Tudo isto só é possível porque existimos. Porque as instituições democráticas são uma realidade. Porque «a liberdade está a passar por aqui».

Mas nem tudo são rosas no nosso país. O Governo ainda em funções disfrutou de condições únicas para o lançamento de uma política de juventude. Não o fez. Ficou-se pelo acessório, em prejuízo do essencial.

Procura convencer-nos de que tudo está bem, sem que tal signifique a resolução dos problemas dos jovens portugueses.

Nós sabemos que o emprego não cresce, que o desemprego se mantém, que o trabalho infantil alastra e que quem tem emprego é com contratos a prazo. É esta a dura realidade dos jovens portugueses. Nós sabemos que a habitação para jovens é inacessível, que o regime de crédito que o Governo implementou foi prejudicial aos jovens. Talvez por isso o Governo foi obrigado a revê-lo. Mas em matéria de habitação temos uma política sem alicerces, incapaz de segurar uma casa.

Nós sabemos que o ensino se debate com inúmeras dificuldades, mas o Governo não o considerou prioritário, a avaliar pelo Orçamento que aqui nos trouxe. Foi da sua autoria o despacho sobre o Português e as iniciativas sobre as precedências e prescrições. Os estudantes não podem ser os sancionados por um sistema escolar que falha.

Nós sabemos que toda a campanha publicitária visando o consumismo dos jovens não dignifica o jovem, mas apenas o usa. Estamos cansados de ser usados.

Tivemos, pois, um Governo que, dispondo de condições financeiras favoráveis, foi incapaz de dar resposta aos anseios dos jovens.

É possível fazer mais e melhor.

Aceitamos o desafio do futuro, construído em cada dia do presente. Estamos convictos de que a aposta na educação, numa escola que garanta o sucesso escolar, virada para a modernização, para a integração no meio, está ao nosso alcance. O investimento no saber, nos jovens, é o maior garante do futuro de Portugal.

Promover a solidariedade social, apoiando o acesso ao ensino dos estudantes com mais dificuldades, e abrir a universidade aos jovens, eliminando o regime de *numerus clausus*, está ao nosso alcance. Daqui até ao ano 2000, o acesso ao ensino superior tem de ser alargado, no sentido do aumento de conhecimentos do maior número de portugueses, pelo que se justifica o fim do *numerus clausus* numa perspetiva de futuro.

Conhecemos a importância da cultura nas transformações sociais. O binómio detentor/consumidor de informação acentuará cada vez mais o papel da informação. E da gestão da informação restará saber se a cultura, enquanto criação libertadora e criativa, poderá, por via da informação, chegar aos jovens portugueses. Nós, jovens, nós, socialistas, privilegiamos a política cultural, como parte intrínseca da formação do homem, como veículo de revolução de mentalidades e das transformações sociais.

Queremos mais empregos, permitindo a nossa inserção social. Empregos sem prazo, com estabilidade, com segurança. A mobilidade não pode significar o desemprego. O espectro do desemprego não pode ser a arma apontada aos jovens e aos trabalhadores, para nos pressionar a aceitar leis laborais contra a nossa situação de jovens. Queremos uma formação profissional que seja uma ponte para o emprego, e não uma formação profissional para o desemprego.

Queremos que uma política na habitação, na justiça, na cultura, nos tempos livres nos tenha em consideração.

Queremos o progresso, mas não queremos um crescimento económico que não salvaguarde a qualidade de vida e a preservação do meio ambiente.

Queremos uma política de governo para o futuro que reflita um novo comportamento, de maior abertura, que hoje já marca o relacionamento entre os jovens dos dois sexos, ultrapassando progressivamente a já velha discriminação da mulher.

Queremos um Portugal moderno numa Europa mais solidária, num mundo multipolar.

Estamos vivendo uma época de profundas transformações sociais e políticas. Apenas se deram os primeiros passos e vamos ter de nos adaptar com inteligência e sem dogmatismos às mudanças com que somos confrontados.

Os socialistas aceitam os desafios do futuro. Com esperança. Com confiança.

A liberdade continuará a passar por aqui. O futuro está nas nossas mãos.

Aplausos do PS, do PCP, do MDP/CDE
e de alguns Deputados do PRD.

O Sr. **Presidente**: — Em representação do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado António Capucho.

O Sr. **António Capucho** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Minhas Senhoras e Meus Senhores: O PSD associa-se a esta comemoração solene de mais um aniversário do 25 de Abril, rejeitando liminarmente o aproveitamento desta sessão para fins que nesta data, neste ensejo e neste local nela não deviam caber.

Aplausos do PSD.

Celebrar o 25 de Abril é, em primeiro lugar, rememorar o movimento que restabeleceu a liberdade e a democracia, derrubando um regime iníquo e opressor.

É, também, renovar a nossa homenagem e agradecimento a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para o êxito daquela gesta libertadora.

É, ainda, analisar criticamente o caminho percorrido, assumir a responsabilidade, reconhecer e corrigir os erros e as omissões desse percurso.

É, finalmente, renovar a aposta no Homem e no futuro, nas virtualidades do regime democrático e na inesgotável capacidade do nosso povo. Compreendam e permitam-me V. Ex.as que, neste ensejo, em que represento os deputados do PSD, eleitos pelo povo — fonte e detentor originário da soberania —, que centre as breves considerações que aqui pretendo deixar no papel determinante assumido pelo meu partido e pelos militantes sociais-democratas, desde o 25 de Abril, na construção do Estado democrático e na consolidação da democracia política, económica, social e cultural.

Permitam-me que recorde: o nosso combate ativo e frontal a todas as tentativas totalitárias e golpistas de apropriação ilegítima do movimento libertador, em benefício de desígnios que os portugueses inequivocamente rejeitam; a defesa que desenvolvemos na consagração constitucional das autonomias regionais dos Açores e da Madeira, autonomia que protagonizámos desde o início e sempre

com larguíssimo apoio popular, autonomia que permitiu um inegável surto de desenvolvimento e de progresso nos arquipélagos atlânticos;...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — ... o nosso empenho na institucionalização de um poder local forte, autónomo e responsável, bem como o inegável contributo dos milhares de sociais-democratas que nas autarquias prosseguem a defesa dos interesses locais das populações em que estão profundamente enraizados; o labor dos trabalhadores sociais-democratas, em estrito respeito pelos princípios da independência sindical face aos poderes políticos, partidários e económicos, na luta contra a unicidade imposta e na construção de uma central sindical livre e democrática;...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — ... a extraordinária ação da juventude social-democrata no domínio do associativismo juvenil, em geral, e estudantil, em particular, da sensibilização política e cívica das gerações mais novas e na formação dos quadros de amanhã;...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — ... o trabalho desenvolvido por todos os nossos companheiros que nos órgãos de soberania têm cumprido empenhadamente os compromissos assumidos pelo PSD perante os eleitores;...

O Sr. **José Magalhães** (PCP): — Muito mal!

O **Orador**: — ... por fim, permitam-me que recorde muito especialmente e com grande saudade aqueles que, não estando já entre nós, assumiram especiais responsabilidades políticas no partido e no Estado, granjeando, pelo seu trabalho e pelo seu exemplo, entre amigos e também entre adversários, indelével respeito e admiração: Carlos Mota Pinto, Nuno Rodrigues dos Santos, Francisco Sá Carneiro.

Vou terminar: é meu costume dizer o estritamente necessário e porventura útil, preferindo às palavras os atos. De resto, a ação, o movimento e a reforma são valores especialmente caros aos sociais-democratas.

Termino exprimindo esta simples vontade, que é determinação coletiva de todos os sociais-democratas: o 25 de Abril recomeça hoje porque merece ser renovado todos os dias.

Com um objetivo essencial: o de prosseguirmos, com redobrado empenhamento, os caminhos da consolidação do Estado democrático, do desenvolvimento e do progresso, tendo em vista proporcionar a todos os portugueses, especialmente aos mais desfavorecidos, uma vida progressivamente melhor numa sociedade mais livre, mais justa e mais fraterna.

Para que o 25 de Abril perdure como símbolo do orgulho de sermos Portugal, quase milenário na sua história, mas com um futuro de grande esperança pela frente.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República Fernando Amaral**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Membros do Governo, meus ilustres convidados, Srs. Deputados: Há dias, de um nosso conceituado jornal, respiguei parte de um escrito de um lapidário da nossa língua que a trata com a leveza poética e o carinho espontâneo que ressaltam da evidência de um burilar delicado.

Nele se dizia:

> As palavras são como as máquinas. Chegam a uma altura que têm de ser substituídas. Fizeram o seu percurso, cumpriram a sua história. Rodaram nos eixos da rotina, gastaram-se a tempo e fora de tempo. Perderam o sentido côncavo e maleável para acolher novas realidades.

Assim escreveu o distinto jornalista Padre António Rego.

Mas se no renovar da língua, no refrescar da língua, muitas das suas folhas caíram, foi, tão-só, para que ela resultasse mais fortalecida e pujante pelo nascimento e apropriação de muitas outras que, no respeito da sua matriz, fazem dela o mais vigoroso e imprescindível veículo da expressão da nossa cultura.

Mas há palavras que são tronco. Há palavras que são raízes. Há palavras que são cerne da existência de um povo porque transportam ideias que são o sustentáculo da sua sobrevivência e garantem a perenidade do seu futuro.

Foram razão da sua origem, foram alimento do seu passado, são a justificação do seu presente e serão a força do seu futuro.

Estas não caem, não secam, não perdem sentido, e porque são raízes ou tronco colhem ou transportam a seiva, sempre renovada, que é força, energia e vida de uma vontade, de um querer, que tem assomos de infinito na consciência projetada de um crescimento sem termo.

Elas poderão, pela violência, ser agrilhoadas, proscritas, introduzidos no «lagar doloroso do silêncio». Poderão ser dilaceradas, esfarpeladas, proibidas... que sempre ressurgirão como um grito, como uma chama, em explosão de alegria, rompendo barreiras, vencendo ostracismos.

É que elas traduzem as ideias que dão vida ao pensamento e orientam a inteligência nos caminhos da lucidez ao serviço do homem, da definição da identidade dos povos, na garantia da sobrevivência da própria Humanidade.

Elas são a energia vital da emancipação e fazem parte do património indissolúvel de cada homem como atributo da sua própria dignidade. De entre muitas outras, permiti, Srs. Deputados, que proclame as que justificam, aqui e agora, a nossa presença, com todo o peso das nossas convicções, dos nossos sentimentos, dos nossos desejos, projetos e sonhos: independência, liberdade, justiça, solidariedade, democracia.

Independência, que fora projeto conseguido nos campos de São Mamede. Aí se começou a escrever o primeiro dia de Portugal com a juventude e audácia que dá razão às exigências mais profundas de um querer ser que foi, é e será eternamente. Por ela fomos e somos um Povo que, rompendo a história, se consagrou no respeito que os outros lhe tributam e se afirmou por um testemunho tão vivo que merece a admiração reiterada do mundo. Liberdade, que é desejo infrene de realização total. E porque nunca inteiramente conseguida, sempre será renovada na luta permanente de uma aventura aliciante de alargar os seus limites, aprofundar o seu sentido, elevar cada vez mais alto a nobreza do seu pulsar. E se em nome dela se têm cometido condenáveis atropelos, sobram-nos exigências para a depurar de tudo quanto possa manchar a sua beleza. O seu fascínio mobilizador é componente das nossas exigências profundas.

Justiça, que é grito instante de gerações em busca de uma sociedade mais harmoniosa, onde cada qual, pelo reconhecimento dos seus direitos, se não sinta postergado para a valeta do desprezo ou da marginalização, sofrendo a agressão dos privilégios que aos outros são concedidos enquanto lhe são recusados os seus próprios direitos. Solidariedade, que é força anímica a congregar homens responsáveis e livres na satisfação do bem comum. Homens que se doam, numa disponibilidade inteira, sem reservas, sem cálculo, servindo a justiça com amor e a verdade com coragem.

Democracia, que é a identificação do nosso destino na sua expressão pluralista, onde o confronto das forças sociais e políticas, alicerçadas na independência, reafirmando a liberdade, na funda preocupação pela justiça, vai despertando solidariedades que, ganhando o presente, realizam o futuro. Futuro que tem sido e é um desafio assumido à nossa vontade política, à nossa capacidade de imaginação, ao nosso sentido de organização, para definirmos programas e realizarmos reformas que correspondam aos avanços desejados pelo nosso povo na conquista do espaço a que tem direito.

E não nos faltará coragem para os executar.

Muitos são os problemas que respeitam a esse desafio. Muitos e complexos, mas cuja solução constitui um imperativo, que não pode nem deve ser iludido. É que no seu centro está o homem na plenitude da sua dignidade, já que ele «é o fundamento, a causa e a finalidade de todas as instituições sociais».

É por isso que nos reunimos aqui. Não para cumprir um ritual, não para fazer tão-só solenidade, não apenas para lembrar ou para comemorar.

Estamos aqui para acicatar vontades, despertar consciências, assumir compromissos, que são as exigências do nosso próprio destino.

Ao nosso distinto poeta, que no belo recorte dos seus poemas cantava a angústia sofrida de um destino não cumprido quando perguntava:

E agora Portugal o que será de ti
se não formos capazes de chegar aqui.

Eu quero responder-lhe que já chegámos. Chegámos aqui para nos lançarmos na nova aventura, vencendo a bruma da descoberta de outros caminhos.

Chegámos aqui, que é nova meta de partida. Aqui, onde os tenores da política fortalecem a liberdade, onde denunciam injustiças, onde despertam solidariedades, onde exercitam democracia.

Com dificuldades, possivelmente com erros, mas sempre com o entusiasmo de quem voluntariamente se decide à procura da justiça na solução dos problemas que as realidades nos vão impondo.

E se a dialética política, que o pluralismo de opiniões exige, na liberdade de que nos orgulhamos, é porta aberta à crítica dos erros que se cometam ou das soluções não conseguidas, na ótica de quem a faz, devemos confessar que ela é tão salutar como necessária.

O direito de propor e apor, de concordar e contestar, de aceitar ou recusar é exigência da liberdade, é direito inalienável da pessoa e dos órgãos que tem especial responsabilidade na condução do processo político, cujo desenvolvimento constitui o torturado drama da busca de resultados que satisfaçam os desejos do povo que somos. E porque a liberdade de crítica é um estímulo à eficácia, sempre a aceitamos como um dado necessário à visão ajustada das soluções que se procuram, das omissões que se constatam ou dos erros que se cometam.

Aceitamo-la, defendemo-la, desejamo-la, como expressão, das mais vivas, da liberdade que é o nosso próprio destino.

Mas se a defendemos, se a desejamos, não é, porém, sem alguma mágoa que a recebemos quando ela se traduz num ataque à Assembleia da República, como instituição soberana, quando vem daqueles que, sem responsabilidades diretas na condução do processo político, pretendem encobrir com ela as suas próprias frustrações ou os seus insucessos, anatematizando a Assembleia da República de forma gratuita e abusiva.

Aplausos do PS, do PRD, do PCP, do CDS e do MDP/CDE.

É que a intolerância e o sectarismo podem manifestar-se a coberto da liberdade, mas não fazem parte dela, nem se inserem na democracia que respiramos.

Esta é feita de diálogo, de compreensão, de tolerância, de ajustamentos, de transigências, de equilíbrios no domínio dos interesses e das ideias e de firmeza, sim, na execução das soluções encontradas. Se a democracia é tolerância nas ideias, ela é exigente e firme no cumprimento das suas regras. Estas não se compadecem com a demagogia fácil das acusações que, ultrapassando os órgãos e as pessoas, se dirigem, afinal, ao próprio regime de liberdade e ao sistema político da democracia.

Razão tem o nosso deputado e invocado poeta quando inscrevia na beleza do seu dizer:

País de Abril tem gente que não sabe ler os avisos secretos do poema.
Por isso é que o poema aprende a voz dos ventos para falar aos homens do País de Abril.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Por isso há que falar de Abril, e refletir Abril, para que o sintamos na força aliciante da sua mensagem.

Por isso chegámos aqui, pelo impulso esclarecido da vontade generosa dos militares de Abril, para continuarmos, com o testemunho da sua coragem, a luta empolgante de concretizar seu sonho.

Aplausos do PS, do PRD, do PCP e do MDP/CDE.

Sonho que se fez promessa e vida de todos nós, de todos os portugueses. Refletir Abril, como o horizonte que buscamos, é sentir o apelo instante da justiça, é assumir com alegria o compromisso solidário de fazer da liberdade o motor do dinamismo do nosso processo democrático.

E se ele nos dá a vontade do êxito, a vossa presença, meus ilustres convidados, concede-lhe o supremo aval a garantir a sua certeza. E vós, que sois portadores da autoridade democrática que a vivência da nossa arquitetura do Estado ditou e cuja presença sempre apetecida é para nós reconfortante, permiti que me refira apenas a alguns, que, pelo especial relevo das suas funções, são traves-mestras do pensamento político e fiança certa do cumprimento dos normativos que dão expressão aos projetos que as realidades suscitam:

O Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, a encarnação do direito, promotor da justiça, pelo cumprimento e defesa das leis;
O Sr. Primeiro-Ministro e membros do seu Governo, que, consubstanciando o poder executivo, merecem o nosso venerado respeito;
E S. Ex.ª o Presidente da República, que nos concede o privilégio do seu precioso e insubstituível concurso no desnudar da verdade da nossa realidade política.

«Unir os Portugueses, servir Portugal» é a divisa que mobiliza os seus méritos e que também nós tomamos como bandeira no abrir de espaços onde floresçam os consensos possíveis.

Com V. Ex.ª, Sr. Presidente, é a república que está presente, é a liberdade que se testemunha, é a independência que se afirma, é a unidade do Estado que se consagra, é o regular funcionamento das instituições que se manifesta.

É por todas estas razões e muitas outras que a magreza do tempo me não permite explanar que, Srs. Deputados e meus queridos companheiros, nos sentimos plenamente gratificados e confiantes no futuro que se vai talhando para o nosso país, para o nosso povo, nas perspetivas que Abril abriu. E não apenas por nós, deputados, cujo mandato, é certo, tem o peso específico da essencialidade política, mas com todos os outros, desconhecidos, anónimos, que entraram na política não para fazer carreira, mas como quem adere a uma religião. É que também, graças a eles, militantes de esquerda e de direita ou de quaisquer outros espaços, a política conserva a sua nobreza, a sua tensão dramática, a sua atração. Por eles, com eles, com todos os portugueses, vamos realizar Abril para cumprir Portugal.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Por direito próprio, tem a palavra S. Ex.ª o Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República Mário Soares**: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Embaixadores e Srs. Convidados, Srs. Deputados: Comemorar o 25 de Abril deve constituir sempre um ato de reafirmação criadora nos ideais e valores que, neste dia inaugural, ergueram um povo e a sua esperança, durante tantos anos aviltados, outorgando-lhe a liberdade e, assim, conferindo um sentido radicalmente novo ao nosso destino coletivo.

Esses momentos irrepetíveis, que não se esbatem na nossa memória, foram fixados para sempre pela arte da grande Vieira da Silva em cartazes que correram mundo, proclamando «a poesia está na rua», síntese admirável de um acontecimento histórico imperecível: o advento da liberdade a um povo dela privado há quase 50 anos.

Vistas a esta luz, as comemorações do 25 de Abril serão sempre — e antes de mais — o reencontro do povo com a sua identidade e de Portugal com a sua história multissecular.

A minha presença nesta sessão solene tem singelamente um único significado: prestar uma homenagem sentida e grata aos homens generosos que, com coragem e risco, tornaram possível o 25 de Abril — e entre eles destacam-se, por direito próprio, os militares de Abril — e também a todos os que, durante décadas de combate desigual, mantiveram viva na noite, tantas vezes do desânimo, a chama da liberdade, tantos deles caídos antes da madrugada libertadora que hoje aqui celebramos.

O melhor modo de a todos honrarmos é mantermo-nos fiéis à democracia e a Portugal, indissociáveis, atualizando as esperanças que a revolução trouxe. É, por isso, esta uma ocasião propícia para uma reflexão serena e exigente sobre o que somos e o que queremos ser.

Como Presidente da República não escondo que me considero — e com muita honra — um homem do 25 de Abril, um homem do regime democrático saído do 25 de Abril, que restituiu a cidadania plena aos portugueses e lhes conferiu a maioridade cívica. Sei que há ainda quem procure pôr em causa a legitimidade do movimento libertador e tente, por forma insidiosa, fazer a apologia de um passado condenado pela consciência nacional e universal. A democracia, porém, hoje não se discute — é como o ar que se respira. Não há, pois, tolerância que justifique deixar sem resposta — no plano dos ideais — os contumazes inimigos da liberdade.

Em 1974 Portugal era um país oprimido, parado no tempo, em guerra, bloqueado no seu desenvolvimento, isolado internacionalmente, condenado pela consciência universal, sem horizontes nem saídas. Éramos, infelizmente, uma terra de súbditos e não de cidadãos. Hoje somos um Estado de direito democrático, uma sociedade aberta, livre, pluralista, pertencendo de pleno direito à Comunidade Europeia, um dos polos mais avançados da terra no desenvolvimento económico, científico e tecnológico. Somos, além disso, um país pacífico, de cidadãos livres e participantes, com uma voz respeitada no mundo e uma presença ativa na cena internacional. Cometeram-se erros — é certo, há equívocos que porventura persistem; mantêm-se carências e dificuldades que ainda nos diminuem, como Nação —, é verdade, mas a importância dos passos dados no sentido do progresso não pode ser esquecida nem é justo que seja depreciada. Somos hoje, como cidadãos participantes

da vida política, a todos os níveis, senhores do nosso próprio destino. O futuro está nas nossas mãos. Os desafios que o novo tempo nos propõe serão ganhos. Temos inúmeras realizações e sinais promissores que disso são a garantia. Não vos falo, claro, da circunstância. Por mais que ela vos e me preocupe, não seria o momento indicado. Falo-vos numa perspetiva temporal alargada, contemplando o médio prazo, como é próprio desta data.

Obviamente que temos de saber vencer o atraso, assegurando uma estratégia de desenvolvimento que garanta o emprego — sobretudo aos jovens — e mais altos padrões de vida para todos. É importante, além disso, lutar contra a ignorância, o fanatismo, mudar rotinas, velhos vícios mentais. Temos de saber educar as novas gerações para a democracia e na democracia, despertando-as para o que é novo e progressista, afastando-as do pessimismo, da indiferença cívica, do espesso conservadorismo das sociedades bloqueadas. Portugal é hoje um país de futuro — devemos todos estar conscientes disso —, com uma comunidade científica e cultural em plena maturidade e singularmente promissora, como ainda há poucas semanas ficou demonstrado, com surpresa para alguns, nesse grande país que é o Brasil, nossa Pátria irmã.

O desafio que se nos põe é o da modernidade científica e tecnológica, da criatividade cultural, do desenvolvimento económico com dimensão e solidariedade social, do enraizamento da democracia a todos os níveis.

Neste sentido, os desígnios que nos devem mobilizar as vontades e as energias assumem um carácter consensual — e mesmo nacional —, para além das divergências políticas naturais e dos confrontos de opinião, que são sempre salutares, por mais agudos que sejam, numa sociedade aberta e pluralista.

As sociedades modernas, culturalmente diversas, respeitadoras dos direitos individuais e das diferenças, traduzem a sua vitalidade na capacidade que revelam de tornar os seus membros sujeitos do seu próprio destino e da sua própria felicidade individual. Os cidadãos, para o serem completamente, têm de ser participantes ativos e responsáveis pela vida da comunidade e solidários, ao mesmo tempo, com as nobres causas de além-fronteiras. É este um dado novo — e importante — do nosso tempo, marcado pelas transformações científicas e tecnológicas, com especial menção para as da comunicação e da informática.

Portugal é hoje membro do grupo dos países mais prósperos e progressivos da Terra. Tem o seu quadro institucional democrático fixado e isso não anda para trás, sejam quais forem as pressões em sentido contrário. Teremos por isso de saber acertar o passo com a nova noção de cidadania e confiar, em todas as circunstâncias, nas virtualidades do sistema democrático, fundado no compromisso razoável, no diálogo e na concertação social.

É missão fundamental dos responsáveis políticos não frustrar as esperanças das nações e saber fazer coincidir o pulsar anímico dos povos com o sentido exaltante dos tempos atuais.

A nossa vocação universalista, que sempre nos singularizou ao longo dos séculos, confere-nos uma especial responsabilidade num mundo que não tem alternativa para além da paz, construída, também ela, no diálogo, paciente e realista, e no respeito pelos grandes princípios do direito internacional que presidem à Organização das Nações Unidas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Celebrar os 13 anos da revolução de Abril não pode deixar de constituir um ato sereno e determinado de aposta no futuro, nas virtualidades da democracia que temos vindo a construir ao longo dos anos, nas nossas próprias capacidades como povo, na criatividade dos nossos homens de cultura e de ciência, na energia e bom senso da nossa juventude. Mais do que afirmarmos o que nos divide — o que é legítimo, mas não é para o dia de hoje —, importa, creio, neste dia, acentuarmos o muito que nos une: o sermos portugueses, herdeiros de uma história e de uma cultura ímpares, e decididos a construir, cada dia, o Portugal de todos os portugueses — pacífico, tolerante e livre — que o 25 de Abril anunciou.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, declaro encerrada a sessão.

1988

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, declaro aberta a sessão.

Tem a palavra o representante da ID, Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. **João Corregedor da Fonseca** (ID): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Conselho de Estado, Sr.as e Srs. Convidados: Festejar o 25 de Abril é exaltar a liberdade, a democracia, a cultura.

O 25 de Abril devolveu ao país a sua dignidade perdida em meio século de obscurantismo, de opressão, de silêncio.

Festejar o 25 de Abril é recordar a luta constante, de gerações e gerações do povo oprimido, contra o autoritarismo, contra o subdesenvolvimento, contra os mentores da ordem fascista que impuseram o regime ditatorial derrubado na madrugada libertadora pelos capitães de Abril, determinados em proporcionar ao país condições para a existência de uma vida mais digna, através da instauração da democracia, que se pretendia plena de justiça social, capaz de corresponder aos legítimos anseios do povo português. Hoje, nesta solene sessão, na Assembleia da República e em todo o país, os defensores da democracia e do 25 de Abril comemoram a passagem de mais um ano sobre a data histórica. Isso, porém, só se torna possível pela ação então desenvolvida pelos capitães de Abril, alguns dos quais aqui presentes, por direito próprio e inalienável, nesta Câmara.

Neste momento quero saudar os representantes dessa plêiade de militares que tão dignamente souberam iniciar o processo histórico de conduzir Portugal para os caminhos da liberdade e da democracia.

Aplausos da ID, do PSD, do PS, do PCP e do PRD.

Ao saudá-los desta tribuna, não posso deixar de lamentar o facto de aos militares de Abril estar a ser dado um tratamento inadmissível, surpreendentemente discriminados por aqueles que, sem nunca terem lutado pela democracia, beneficiando contudo da democracia instaurada, teimam em não aceitar os valores profundamente humanistas defendidos pelos militares de Abril, a quem injustamente marginalizam.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O **Orador**: — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República: Ao festejarmos o 25 de Abril e ao refletirmos sobre o seu significado para o fortalecimento da democracia em Portugal, não nos devemos circunscrever apenas a uma cerimónia, onde são proferidas meras palavras de circunstância.

Consideramos que, neste ato cívico, é oportuna uma reflexão sobre o desvirtuamento dos valores de Abril e sobre os caminhos, caminhos difíceis, caminhos perigosos, que a nossa democracia está a ser obrigada a trilhar.

A Assembleia da República é o local apropriado para essa reflexão, onde não se podem escamotear as situações, pelo que desde já expressamos a nossa preocupação pela aplicação no país de métodos autoritários, que julgávamos já ultrapassados e que estão a dificultar o normal funcionamento das instituições democráticas e a criar novas e mais acrescidas dificuldades a cada vez mais alargados estratos da população, em especial às classes mais desfavorecidas.

Neste momento, alguns Srs. Deputados do PSD abandonam a Sala.

Situação que se tem agravado ultimamente, e que está a provocar uma crescente e injusta instabilidade no seio das famílias.

Quando o país se libertou do jugo fascista e colonial, houve a esperança de que, finalmente, não se iria sobrecarregar a sociedade portuguesa com atos arbitrários e antidemocráticos, substituídos, enfim, pela justiça social, perseguida desde há decénios pelo povo resistente à ditadura.

A realidade, porém, é diferente da ambicionada. Se, por um lado, vivemos numa democracia formal, acontece que a muitos cidadãos — que defendem e acreditam nas potencialidades do 25 de Abril — estão a ser criadas situações graves, que em circunstância alguma se podem considerar como democráticas. São vítimas de arbitrariedades às quais se torna imperioso pôr termo.

Quando não há condições de vida satisfatórias; quando se vive em bairros de lata, em autênticos tugúrios; quando centenas de milhares de cidadãos não conseguem arranjar emprego; quando centenas de milhares de pessoas dispõem de empregos precários, sem segurança; quando o ensino é seletivo e inúmeras famílias não podem pagar os estudos aos seus filhos; quando o direito à saúde existe apenas para quem a pode pagar; quando os jovens não têm perspetiva de futuro — não se pode dizer que vivemos numa democracia plena.

Esta é a dura, é a triste, é a irrecusável realidade.

Com o 25 de Abril abriram-se perspetivas notáveis para o desenvolvimento do país. Mas a aplicação de políticas em que os valores fundamentais propugnados pelos capitães de Abril passaram a ser relegados para segundo plano, em detrimento de valores supérfluos, começou a impedir o aprofundamento da democracia, começaram a cavar-se profundas e indesejáveis distorções na nossa sociedade.

O povo português confia no 25 de Abril, mas sente que, se não se inverterem certas situações, a democracia portuguesa correrá riscos desnecessários. Assim, a imensa participação popular nos festejos que assinalam mais um aniversário sobre o derrube do fascismo revela uma manifesta preocupação de defesa do regime democrático. É neste quadro que os portugueses comemoram o 25 de Abril. Festejar o 25 de Abril é realçar o diálogo e a tolerância para a resolução dos problemas e rejeitar o autoritarismo, fruto de espíritos menos preparados culturalmente para aceitar as regras democráticas.

Festejar o 25 de Abril é fomentar a estabilidade contra a instabilidade social provocada por políticas que provoquem insegurança nos cidadãos.

Festejar o 25 de Abril é defender valores essenciais para o reforço da democracia, como a liberdade de expressão de pensamento, a liberdade de os cidadãos informarem e serem informados com rigor, criando-se, para isso, condições adequadas e não colocando os meios de comunicação social apenas ao serviço do poder.

Festejar o 25 de Abril é promover os nossos valores culturais. Festejar o 25 de Abril é alertar contra aqueles que pretendem servir-se da democracia como um mero trampolim para a prática de políticas restauracionistas a favor dos grandes grupos de pressão económica, em detrimento dos interesses da população em geral. Festejar o 25 de Abril é respeitar o poder local, é promover a regionalização, como um dos principais instrumentos para a consolidação da democracia, e não o de impedir a prossecução de iniciativas que sirvam aqueles patrióticos objetivos.

Festejar o 25 de Abril é impedir a prática de atos corruptos e de se favorecer o clientelismo político.

Festejar o 25 de Abril é proporcionar aos desempregados, aos reformados e aos pensionistas condições dignas de sobrevivência. Festejar o 25 de Abril é acentuar a necessidade de saltarmos as fronteiras do subdesenvolvimento.

Festejar o 25 de Abril é prestigiar as instituições democráticas, com a Assembleia da República, órgão de soberania que por todos tem de ser respeitado, nomeadamente por quem tem a responsabilidade de concorrer decisivamente para que se mantenha o necessário equilíbrio entre as instituições democráticas; porque tentar desprestigiar e desrespeitar a Assembleia da República demonstra claramente que ou não se sabe ou não se quer viver em democracia.

Finalmente, festejar o 25 de Abril é festejar a paz.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República: O 25 de Abril coloca-se acima de toda e qualquer maioria circunstancial, pelo que se torna inaceitável que o regime democrático venha alguma vez a ser posto em causa por força da utilização de atos abusivos, por parte dessas maiorias, que afrontem as liberdades, os direitos e as garantias constitucionais.

A característica da democracia participativa que a Constituição veio a consagrar vai no sentido de que a intervenção dos cidadãos na vida política não se esgota no ato eleitoral, passando pela participação ativa dos cidadãos na definição e na elaboração das leis essenciais por que se rege o nosso regime democrático.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República: Apesar de todas as vicissitudes, apesar de o esforço dos capitães de Abril ter sido, em grande parte, frustrado acreditamos nas potencialidades generosas do povo português, que saberá, em todas as circunstâncias, opor a sua firme disposição na defesa dos ideais de Abril, na defesa do nosso regime democrático.

Aplausos da ID, do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a representante de Os Verdes, Sr.ª Deputada Maria Santos.

A Sr.ª **Maria Santos** (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Srs. Capitães de Abril, contem como foi!

Contem, para que se saiba como o sonho rompeu a janela e ganhou a realidade...

Contem a história bem contada, para que se saiba dos anseios a correr nas ruas, das mãos que se davam e dos olhares que se ofereciam...

Contem, para que não haja fronteiras entre o passado e o futuro. Contem aos jovens de hoje o que outros jovens em Abril descobriram e, para isso, não tenham medo e busquem as palavras do poeta:

De súbito a cidade parece banhada de alegria estamos juntos meu Amor
possessos da mesma ira justiceira
Damos as mãos como dois jovens namorados e sorrimos felizes
à doce primavera acontecida no magoado coração da pátria.

Contem! Mas não deixem que outros ponham corrosão nas palavras e nos conceitos, na esperança e na realidade. Não deixem que outros adulterem a nossa memória.

Digam dos homens e das mulheres que vieram de «longe, de muito longe» e se reencontraram em torno de um projeto social que recuperou a dignidade do povo português.

Digam-lhes que foi apenas o começo!

Porque Abril foi para nós uma porta, uma viragem:
um momento que ganhámos. Não o fim de uma viagem.

Digam aos jovens de hoje que outros jovens ontem descobriram que era possível ajudar a construir uma sociedade. Que foi bom saber do Portugal pleno e verdadeiro que existia para além dos muros e das grades...

Sr. Presidente da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Estamos aqui presentes para comemorar a maturidade da sociedade portuguesa, que se afirma na vitalidade da sua democracia.

E temos especiais razões para estarmos felizes, porque é Portugal que está de parabéns, pela extraordinária capacidade criadora das comunidades humanas que o habitam e lhe deram um rosto e uma voz. E Portugal são as suas populações, mais a sua cultura, que foi quem o construiu e lhe deu sentido.

Comecemos pelo Gerês, desçamos o rio Minho, olhemos para Trás-os-Montes, galguemos o Douro, sintamos as Beiras, ganhemos a Estrela, banhemo-nos no Mondego até ao mar, dancemos desde as serras calcárias da Estremadura até ao Tejo, planemos sobre o Alentejo e, quando chegarmos à Serra Algarvia, por sobre as praias cosmopolitas, miremos uma ponta das nossas raízes, árabes e africanas, tantas vezes esquecidas... e tragam notícias das ilhas. Portugal somos todos nós, com a «nossa memória e as asas do futuro que queremos para ele».

Dela nos chega a experiência de que as transformações profundas não se instituem por decreto e que a Revolução somos nós e que ou existe em nós ou não existe.

Democracia é isso mesmo!

É construir no dia a dia esse processo que anima o indivíduo, de uma forma cada vez mais crescente, a participar nas "coisas públicas".

É identificarmo-nos com uma dinâmica social renovadora que motive a convivência livre e solidária e que envolva os cidadãos nas questões que dizem respeito à sua vida.

É a exigência de uma política que deve surgir de baixo para cima, onde cada um de nós participe nas decisões e esteja presente em todos os aspetos do pulsar comunitário.

É dar o nosso contributo para que a evolução social que se busca, constrói e reconstrói — a partir dos princípios da diversificação, do policentrismo e do pluralismo — se fortaleça em Portugal.

É, no dizer de um grande historiador:

> Assentar o desenvolvimento de Portugal e dos portugueses na identidade cultural que os séculos cimentaram [...] E não existirá a democracia, não viveremos democraticamente se não pudermos escolher, entre as lógicas económicas, aquela que à democracia conduz, em que a democracia se alicerça.

E só existirá verdadeira modernização quando esta assentar na tradição dos mais autênticos valores da nossa cultura. Não uma tradição negativa, imobilista, mas como soma do conhecimento e da experiência acumulados por sucessivas gerações. A desejada inovação terá de assentar na feição específica da nossa cultura. Daí que para nós o conceito de desenvolvimento seja inseparável do de identidade nacional.

Sr. Presidente da República: A liberdade não se ensina, mas é predisposta pela educação. E a liberdade, como todas as coisas humanas, não funciona validamente senão sobre um fundo de hábitos socialmente adquiridos. E é precisamente aqui que uma pedagogização cívica pode ajudar o esforço do cidadão português a conhecer a vida pública e nela participar.

Por isso, os que pretendem servir a democracia e sistematicamente inibem o cidadão a retomar o controlo da sua vida social, económica, política e cultural contradizem-se plenamente.

É que hoje a tendência é para isolar o indivíduo, anular os grupos sociais, esbater a sua capacidade de reivindicação, favorecer a apatia social, o que leva necessariamente à adulteração dos mecanismos de aprofundamento da vivência democrática.

Esta tentativa crescente de destruir a sua faculdade de interrogar, de promover a insegurança, de buscar a submissão, de alimentar a indiferença, afirma-se já hoje na sociedade portuguesa, através de projetos centralistas, autoritários e mesmo megalómanos.

Mas, quer queiram, quer não, têm contra eles os que lutaram por Abril, os que festejam Abril, os que constroem Abril.

Sr. Presidente da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Nós, os ecologistas do Partido Os Verdes, continuamos a preferir a inquietação fértil às certezas dogmáticas, a alimentar a nossa razão e a nossa vontade na vida quotidiana e no sonho. Disse um poeta:

E se tivermos que escolher, somos partidários
das vozes vivas da rua [...]
Preferimos os caminhos às fronteiras [...] Preferimos um sorriso a um bombardeiro [...] E a Revolução aos pesadelos [...]
Mais do que tudo, somos partidários de Viver.

Sr. Presidente da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Saudamos o 25 de Abril!

Nós saudamos esse dia! Saudamos o dia em que os militares de Abril deram luz ao amanhecer, para que nós pudéssemos fazer o dia. É isso que teimamos em cumprir.

Teimamos em que este país seja livre na sua totalidade e no mais pequeno dos seus recantos.

Teimamos em que a Revolução há de ser cumprida!

É esta a melhor homenagem que devemos prestar a Portugal: tornar o 25 de Abril vivo e atuante, insubstituível no processo libertador do cidadão português, na sua organização social e no poder político. É este Portugal que queremos vivo, e não outro!

E, porque é hoje que o amanhã começa, é este o tempo de buscar um desenvolvimento diferenciado, é tempo de voltarmos a nós próprios e de descobrirmos as raízes determinantes e definidoras do nosso carácter coletivo, das nossas condicionantes históricas e geográficas, enfim, das nossas extravasantes potencialidades humanas.

É este o tempo de dar resposta a um anseio perfeitamente caracterizado, de uma sociedade que reencontra em si própria as potencialidades do futuro desejado.

O Portugal futuro é um país aonde o puro pássaro é possível
e as profundas crianças desenharão a giz [...]
Mas desenhem elas o que desenharem é essa a forma do meu país.
Portugal será e lá serei feliz. [...]

Viva Portugal!

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do CDS, Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (CDS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Convidados, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Comemorar o 25 de Abril é consagrar, hoje, ainda e sempre, a liberdade.

É celebrar o reencontro de um povo, há cerca de 50 anos privado da liberdade, com o seu advento, numa formidável explosão de alegria, que invadiu primeiro o coração dos súbditos transformados em cidadãos e extravasou depois para as ruas e para as praças de todo o país.

É recordar a «poesia na rua», retratada pela grande Vieira da Silva no deslumbramento do homem que se sente renascer numa pátria ímpar, onde só teriam lugar a fraternidade e a paz.

É homenagear os homens generosos que, com coragem e risco, mas também com a simplicidade das flores com que calaram as espingardas — e essas flores podiam ter várias cores, e não apenas o vermelho e o laranja, que hoje, em exclusivo, ornamentam esta Assembleia —,...

Risos

... tornaram possível, assim, com essa simplicidade, o 25 de Abril. Uns tinham dedicado toda a sua vida à causa da liberdade, mantendo intacta a chama da esperança no negrume das prisões ou nas noites intermináveis do desterro. Outros travam nesse dia a sua primeira batalha ou escolhem aí definitivamente o seu caminho, e fazem-no com o entusiasmo e com a fé de quem pertence às gerações que se creem destinadas, no dizer de Albert Camus, a refazer o mundo.

O CDS, meu partido de sempre e de que fui um dos mais humildes fundadores, criou raízes nestes admiráveis momentos. Assumiu-se na diferença ideológica e programática e conseguiu, com indesmentível coragem e não pequenos sacrifícios, provar que em democracia o socialismo jamais poderia ser o único aliado da liberdade.

Quando a liberdade é tão natural como o ar que se respira, comemorar Abril é também recordar saudosamente todos os que depois da Revolução lutaram, sofreram e alguns até morreram para que hoje assim possa efetivamente ser. E aí, na primeira linha desses novos mártires da liberdade, estão militantes do meu partido, estão militantes do CDS, para quem a figura ímpar de Adelino Amaro da Costa constitui um inesquecível exemplo e a sua ação um imperecível legado político e humano.

Estivesse ele fisicamente entre nós e não imputaria ao 25 de Abril a culpa do 11 de Março. E, se agora, neste clima de amnistia geral que sempre caracteriza as grandes comemorações, referimos os erros e os excessos do período pós-revolucionário simbolizados no 11 de Março, é porque se nos afigura importante refletir sobre a forma como a pureza dos princípios éticos, a generosidade das intenções políticas e a correção dos objetivos económicos e sociais podem, por incultura, sempre por ambição desmedida e sempre por mau entendimento do funcionamento das instituições democráticas, transformar-se em ameaça totalitária e em permanente crise económica e social.

Assim, ao lado da geração que fez a Revolução do 25 de Abril surgiu uma outra que assumiu a pesada responsabilidade, nos partidos, na Administração e no Governo, de, mantendo intacta a liberdade, corrigir os erros que outros cometeram. E conseguiram-no sem demagogia nem populismos fáceis, a maior parte das vezes no silêncio dos gabinetes, longe dos holofotes da televisão, rodeados das maiores dificuldades internas e externas, lutando contra incompreensões e interesses instalados, tornando possível, através da seriedade e competência da sua conduta, que melhores tempos viessem e outros acabassem por colher os frutos do seu discreto, mas corajoso e eficaz, trabalho.

V. Ex.ª, Sr. Presidente da República, que foi Primeiro-Ministro em governos constitucionais, sabe, por experiência própria, que assim foi e como é injusto hoje, no tempo de todas as facilidades, que possa haver alguém que, não tendo vivido esses momentos, nem se tendo comprometido em nenhuma dessas

decisivas batalhas, se atribua o papel de julgador severo dos que antes abriram o caminho, apontaram o destino e tornaram possível o desfile triunfal: seria uma injustiça, para não dizer uma ingratidão.

Vozes do CDS, do PS, do PCP e do PRD: — Muito bem!

O **Orador**: — O CDS, que se honra de ter assumido responsabilidades políticas em vários governos da República, dirige a essas mulheres e homens, que souberam comprometer-se quando o compromisso era difícil, mas indispensável à democracia e ao país, a essas mulheres e a esses homens que se repartem pelos partidos democráticos representados nesta Assembleia, uma palavra de apreço e de reconhecimento.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: O 25 de Abril de 1988 é comemorado quando pela primeira vez o eleitorado optou por uma maioria parlamentar e de governo de um só partido. Com efeito, desde 19 de julho de 1987 que o PSD dispõe nesta Assembleia de uma maioria absoluta e, consequentemente, o país é governado por um executivo da inteira e exclusiva responsabilidade política daquele partido. O CDS, no integral acatamento da vontade popular, desde o primeiro momento que manifestou absoluto respeito pela maioria gerada em eleições livres e pelo governo monopartidário que com base nela foi constituído. E tomou esta atitude não apenas no cumprimento das mais elementares regras democráticas, mas com a convicção de quem sempre entendeu que os impasses e bloqueios da sociedade portuguesa só seriam ultrapassáveis com a formação de maiorias capazes de gerar e garantir a estabilidade política, a eficácia governativa e a coerência ideológica e programática.

Porém, se o princípio da maioria corresponde ao funcionamento normal dos regimes democráticos, estes são bem mais exigentes e em defesa da liberdade postulam outros princípios, quiçá mais importantes, nos quais fundam o seu próprio ordenamento constitucional.

Um desses princípios, implícito no conceito de Estado de direito democrático, consagra a separação de poderes. E o inerente respeito pela competência dos diversos órgãos de soberania. Não são assim admissíveis num regime democrático as ações ou iniciativas que visem, na prática, transformar a Assembleia da República num órgão dependente ou hierarquizado. O Governo depende desta Assembleia e a ela e só a ela compete a fiscalização política dos atos do executivo. Não é o contrário que acontece. É este o regime constitucional em que vivemos.

A maioria que conjunturalmente existe na Assembleia da República não se pode confundir com o próprio órgão de soberania e será um péssimo serviço prestado às instituições e ao regime democrático se essa maioria aceitar uma pública e sistemática subordinação a diretivas ou ordens, para já não falar em reprimendas, oriundas de um outro órgão de soberania ou de simples instâncias partidárias.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — É o espírito e a lei da Constituição que são violados. É a própria dignidade dos deputados e da Assembleia da República que é posta em causa perante o país.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O **Orador**: — A todos nós, deputados, mas muito especialmente à maioria, compete não abdicar das suas competências, não pactuar com os que teimam em desvalorizar o Parlamento, numa palavra, assumir em plenitude as funções constitucionais do órgão de soberania para que todos fomos eleitos pelo povo.

Vozes do PSD: — É o que temos feito!

O **Orador**: — Então, se têm feito, por que dizem não apoiado?

Aplausos do CDS, do PS, do PCP e do PRD.

O **Orador**: — Um outro princípio implícito no Estado de direito democrático exprime-se na protecção das minorias e no respeito pelo direito das oposições.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Ter a maioria não pode significar ter sempre razão e, por isso, ser tentado a limitar ou mesmo a dispensar o debate político. Tal procedimento seria caminhar perigosamente para a uniformidade, desvirtuando o pluralismo, e, assim, atacar o cerne da liberdade.

A crítica não pode ser vista como uma ofensa e a oposição como um pecado cometido contra o país. Quem assim entende ou demonstra falta de cultura democrática ou de confiança em si próprio.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Por tudo isto, o CDS não pode aceitar recentes iniciativas ditadas exclusivamente pela maioria que visam limitar drasticamente ou mesmo eliminar direitos que desde sempre foram reconhecidos às oposições.

Tolhidas gravemente na sua capacidade de intervenção, as oposições tendem a ser consideradas apêndices incómodos que o poder tolera, mas não considera. O novo Regimento e a nova Lei Orgânica da Assembleia da República que se perspetivam são disto prova evidente.

A nível extraparlamentar o mesmo errado conceito é o prevalecente. A ausência de debate político, dificuldades crescentes no acesso à televisão estatal, discriminação na escolha para provimento dos lugares públicos, constituem práticas correntes incompatíveis com um clima de pacificação, de tolerância e de solidariedade que, catorze anos volvidos sobre o 25 de Abril, desejaríamos ver implantado na sociedade portuguesa.

Aplausos do PS.

O **Orador**: — O CDS, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e fundamentalmente, Srs. Deputados da maioria, exprime sinceros votos para que esse clima de diálogo, de tolerância e de generosidade possa ainda ser construído.

Só assim será possível enfrentar com êxito os desafios que a próxima década colocará a Portugal e aos portugueses.

A revisão constitucional, as mudanças estruturais na sociedade, no Estado e na economia não se concretizarão num ambiente de conflito permanente, perfeitamente escusado no Portugal de hoje. A maioria e o Governo desfrutam de condições ímpares para unir os portugueses num esforço comum visando o desenvolvimento, a modernidade e o progresso. Será uma grande responsabilidade nacional perder esta oportunidade e desbaratar tempo e energia em tentativas hegemónicas colocadas ao serviço de simples projetos de poder. Sr. Presidente da República, permita-me V. Ex.ª que as últimas palavras desta intervenção lhe sejam dirigidas.

V. Ex.ª não foi o candidato do meu partido, mas é hoje o nosso Presidente.

Em V. Ex.ª, que personifica a independência nacional e a unidade do Estado, o CDS reconhece, no democrata de sempre, o guardião da liberdade e o garante do regular funcionamento das instituições democráticas.

Assim tem sido e o CDS está seguro e tranquilo de que com V. Ex.ª assim continuará a ser.

Não consentirá certamente V. Ex.ª que a liberdade autêntica que hoje comemoramos se transforme numa liberdade formal que dispense comemorações.

Fazemos sinceros votos para que o exemplo de diálogo, de consenso, de participação e de tolerância que tem sido apanágio do seu mandato acabe por ser seguido. Então, celebraremos de forma diferente o 25 de Abril e o discurso do CDS será naturalmente outro.

Aplausos do CDS, do PS e do PRD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do PRD, Sr. Deputado Hermínio Martinho.

O Sr. **Hermínio Martinho** (PRD): — Sr. Presidente, da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Srs. Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: A comemoração que hoje aqui nos reúne nem por repetida de há uma dúzia de anos para cá perde força e significado — porque não perde força nem significado essa data maior da nossa história contemporânea e das maiores do nosso multissecular percurso como povo que é o 25 de Abril.

Que, embora de (ou com) perspetivas diferentes, todos o celebremos nesta Casa, com a muito honrosa presença e intervenção de V. Ex.ª, Sr. Presidente da República, e ainda com a presença também de representantes de outros órgãos de soberania e das mais variadas instâncias da sociedade portuguesa, é sinal inequívoco de que a revolução libertadora e democrática de 1974 é hoje um património fundamental, e pacificamente aceite, do nosso país e do nosso povo. Povo que, aliás, e também uma vez mais, espontaneamente, das formas mais diversas, o festeja nas ruas, como só faz nos grandes

momentos de júbilo coletivo: há catorze anos, exatamente, caiu um regime ditatorial, colonialista e caduco que durante quase meio século, tendo por suportes a polícia política e a censura, perseguiu, oprimiu e explorou, «orgulhosamente só» no concerto das nações civilizadas e democráticas, violando sistematicamente os mais elementares direitos do homem.

Este "pesadelo" acabou a 25 de Abril de 1974 — e acabou, nunca será de mais recordá-lo e acentuá-lo (até porque alguns, e com especiais responsabilidades, o parecem ter esquecido, se não nas suas palavras, pelo menos nos seus atos...), acabou graças aos generosos "capitães de Abril". Por isso, o PRD saúda, e entende que todos devemos saudar, todos os homens do Movimento das Forças Armadas que tornaram possível o derrube da ditadura e a construção da democracia, saúda, e entende que todos os devemos saudar, desde os anónimos construtores desse grande dia aos que nele tiveram posição de relevo ou liderança, quaisquer que tenham sido os caminhos que depois seguiram, e que simbolizamos nos capitães de Abril aqui presentes.

Aplausos do PRD, do PS, do PCP, de Os Verdes, da ID e de alguns Deputados do PSD.

Não esquecemos, nem esqueceremos jamais, o que Portugal e todos nós lhes devemos! E sentimo-nos na especial obrigação moral de o pôr em destaque, quando muitos militares de Abril têm sido vítimas, desde há bastante tempo, não só e apenas de reiteradas faltas de gratidão e atenção, mas até de formas de tratamento, quando não persecutório ou discriminatório, pelo menos, e sem prejuízo de valores que ninguém mais do que eles defende, incompatíveis com o estatuto de dignidade que é necessariamente o seu. Valores de dignidade, liberdade e humanidade por que lutaram, valores também de fidelidade à democracia e à palavra dada. Assim, os "capitães de Abril" derrubaram a ditadura, abriram as portas à democracia, que sem eles não teria sido possível, ajudaram a construir e consolidar o regime democrático, não quiseram o poder para eles, não se autopromoveram para sempre — e bem o podiam ter feito —, regressaram aos quartéis, submetendo-se democraticamente ao poder político.

Só que, quer parte desse poder político, quer uma certa hierarquia que parece não lhes perdoar terem feito o 25 de Abril, em vez de, também ao nível militar, lhes fazerem a justiça que lhes é devida, procederam de tal modo que hoje vemos fora das Forças Armadas parte significativa daqueles que mais se distinguiram na Revolução de 1974. O PRD, que apareceu também para combater a situação de injustiça e "apodrecimento" dos valores morais e democráticos a que se chegou, e de que foi sinal flagrante a forma como terminou com o Conselho que constitucionalmente era o representante legítimo e o "legatário" institucional dos valores do 25 de Abril, o PRD homenageia, pois, todos os que o fizeram e todos aqueles que, no duro combate e resistência à ditadura, o prepararam e tornaram possível.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Hoje, institucional e politicamente, a Democracia (primeiro D que a Revolução de 1974 quis consagrar) é um facto, uma realidade consolidada e fora de questão, embora não se possa nunca

esquecer que democracia é também respeito pelas minorias, espírito de servir os outros, capacidade de diálogo para encontrar consensos favoráveis ao interesse nacional.

Também a Descolonização, o segundo D do 25 de Abril, chegou a bom porto, com a única, embora terrível; exceção do caso de Timor, que nunca será de mais lembrar — como nunca será de mais pugnar, por todos os meios ao alcance do nosso país, para tentar pôr-lhe termo.

Aplausos do PRD e de alguns Deputados do PS.

A descolonização chegou a bom porto, embora, e principalmente pelo tempo perdido pelo regime anterior, não pudessem deixar de existir algumas sequelas.

O importante, no entanto e neste momento, é que haja, de facto, vontade política para levar às últimas consequências o melhor do seu espírito, concretizando um reciprocamente mais proveitoso e mais fraterno relacionamento com todos os países de língua oficial portuguesa.

Resta o terceiro D, o do Desenvolvimento, que continua longe de cumprir — e que é, exatamente, de entre todos, aquele cuja realização menos dependia da vontade e da ação dos militares de Abril. Pois bem: não restam hoje dúvidas a nenhum português de que nunca como hoje houve condições para concretizar esse terceiro D, para fazer de Portugal um país desenvolvido e moderno que deixe de ser o "parente pobre" dos outros países europeus, antes se situando progressivamente ao seu nível.

O anterior e o atual governos gozaram e gozam de condições absolutamente excecionais, quer do ponto de vista económico-financeiro, quer mesmo do ponto de vista político, para fazer cumprir este terceiro D — o do Desenvolvimento. Isto mesmo foi confirmado pelo Sr. Primeiro-Ministro quando, após a recente cimeira de Bruxelas, afirmou ao país não haver mais desculpas para os portugueses verem os seus níveis de vida equiparados aos dos outros países da CEE. Os portugueses desejam e merecem isto mesmo e, se o atual Governo o não vier a conseguir, decerto não lhe perdoarão. Infelizmente, não nos parece que o esteja a conseguir tanto quanto seria possível e desejável.

Até porque, para o conseguir, é necessário, é indispensável, manter inteira fidelidade ao espírito do 25 de Abril, ao espírito democrático da tolerância, do diálogo, da defesa dos mais desfavorecidos, da justiça e do progresso.

Mas, amanhã e sempre, é nossa firme convicção que o espírito do 25 de Abril e os seus generosos ideais vão triunfar.

Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

Aplausos do PRD, do PS, do PCP, de Os Verdes e da ID.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do PCP, Sr. Deputado Maia Nunes de Almeida.

O Sr. **Maia Nunes de Almeida** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Dig.mos Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Srs. Deputados: Dobrados que são hoje catorze anos sobre a

Revolução de 25 de Abril, podemos reafirmar que esse feito dos valorosos capitães continua e continuará a ser um exaltante e inesquecível acontecimento do nosso passado recente e fundamentalmente uma linha de rumo democrático e nacional, que o nosso presente reclama e que o nosso futuro exige.

Os catorze anos passados não nos fazem esquecer a homenagem devida e justa aos capitães de Abril, que na sua gesta heroica liquidaram a mais velha ditadura da Europa, pondo fim ao mais velho império colonial do mundo.

Nesta homenagem queremos também, manifestar a nossa preocupação solidária a todos os que são discriminados precisamente por que fizeram Abril, lutaram por ele e com ele se continuam a identificar.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e da ID.

Não esquecemos também os milhares de compatriotas que com sacrifícios extremos, dando muitas vezes a sua própria vida, lutaram tenazmente pela liberdade e a democracia, ao longo da ditadura fascista de quase meio século, contribuindo para que Abril chegasse. Ao comemorarmos Abril, façamos também um ponto da situação, não tanto no sentido de recriminar o passado e as suas sequelas, mas para saber deles recolher os necessários ensinamentos que permitam preparar um melhor futuro para os portugueses.

Não o devemos fazer com um sentido de miragem, qual oásis distante. Mas com espírito de trabalho no presente, dando particular atenção às reclamações e aspirações da nossa juventude, para que possamos encontrar as necessárias soluções para os problemas do futuro. O futuro que é já hoje, e não apenas o amanhã.

Comemorar Abril não pode nem deve ser um ato voluntarista, ignorando os reais problemas que se colocam à sociedade portuguesa, as entorses a que vem sendo sujeito o regime democrático constitucional e a necessidade de lhe ser dada a devida resposta e, bem assim, os desafios com que estamos confrontados.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Falar de Abril neste XIV aniversário é indissociável da referência ao texto constitucional, que acaba de perfazer doze anos e que alguns querem alterar tão drasticamente que é impossível não falar de destruição. Importa dizer, hoje, por isso mesmo, que o texto constitucional, primeiro da hierarquia das leis, veio corporizar e dar forma às linhas mestras que nortearam a ação dos capitães de Abril e do povo na sequência da revolução dos cravos.

A Constituição de Abril veio falar de coisas humanas, como liberdade, justiça, progresso, cultura, ensino, casas, ecologia, saúde, vida e futuro. E são esses valores e ideais que hoje aqui celebramos, tantos deles por cumprir e materializar e outros de que vemos afastada a vontade política de concretização.

Comemoramos a liberdade política e o funcionamento democrático das instituições, desde logo desta Assembleia da República enquanto representação máxima da vontade popular, contra aqueles que delas apenas têm uma visão retórica, imbuídos que estão de um espírito de autossuficiência, narcisismo e prepotência, procurando inverter equilíbrios institucionais entre os órgãos de soberania.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Comemoramos as liberdades e os direitos dos trabalhadores, e desde logo o direito à sua participação, intervenção, organização e atuação em defesa de interesses legítimos, de que o direito à greve e à segurança no emprego são expressões máximas, contra aqueles que nos trabalhadores apenas veem a força da mão de obra, quais máquinas de uma engrenagem, passíveis de toda e qualquer programação, tenha ela o nome de requisição civil, processo disciplinar, insegurança no emprego ou mesmo despedimento, de que seria exemplo significativo a consagração legal do propósito que pretenda aniquilar direitos fundamentais de quem trabalha.

Comemoramos a subordinação do poder económico ao poder político democrático, no quadro de uma economia diversificado ao serviço do povo e do país, dizendo não àqueles que da economia só veem o lucro, que entendem o setor público como inimigo a abater, que defendem conceitos serôdios de organização capitalista, ainda que rebatizada de popular.

Comemoramos a consagração de uma nova ordem democrática nos campos de Portugal, com direito a uma vida digna para os agricultores e rendeiros.

Comemoramos a reforma agrária enquanto grande realização dos trabalhadores rurais do Alentejo e Ribatejo e reclamamos que sejam criadas condições para que a nossa agricultura se possa desenvolver, acabando com a cruzada contra os trabalhadores e impedindo que seja reimplantado no país o latifúndio, trave-mestra do regime da ditadura, responsável pelo atraso secular da nossa agricultura.

Comemoramos uma nova imagem de Portugal no mundo, a amizade com os povos e países antes colonizados, a defesa da paz como fator determinante do progresso da Humanidade. E fazemo-lo num quadro universalista, dando plena atualidade ao espírito de aventura e humanista dos navegadores de Quinhentos, que tornaram possível uma maior aproximação dos diferentes povos do mundo.

Foi também esse o espírito de Abril que, ao abrir de par em par as portas do futuro, restituiu a todos, e sobretudo aos jovens, a responsabilidade, a honra e o gosto de ser Português.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Aos jovens de hoje, para quem Abril não pode ser apenas mais uma data histórica, antes deve significar o rumo das suas aspirações e anseios das coisas concretas, como ensino, cultura, trabalho, tempos livres.

Abril, que foi afirmação de juventude — desde logo nos principais agentes que o tornaram possível: os jovens capitães —, tem de continuar a ser juventude, progresso vida, futuro!

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Para que Portugal possa caminhar na senda do futuro, vencer o desafio do desenvolvimento e do progresso social, é necessária a afirmação de um espírito de unidade e convergência na ação dos democratas que possa dar real conteúdo e sentido aos ideais de Abril.

É o desafio que nos é lançado e a que temos obrigação de responder afirmativamente. Só assim será possível retomarmos em conjunto os caminhos da transformação da sociedade portuguesa que, também em conjunto, há catorze anos iniciámos!

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Quem olha para a vida no sentido do futuro tem a perceção funda de que, para além de tudo, Abril foi e é um ato que deu e dá expressão ao sonho milenário do homem na sua ânsia de liberdade, emancipação e procura da felicidade coletiva.

E, perante a memória dos muitos portugueses que perderam a vida na luta pela liberdade e pela democracia, perante o exemplo da coragem, sacrifício e verticalidade dos que ao longo de anos resistiram à ditadura, perante os desafios do futuro de paz, progresso e justiça no aprofundamento da democracia política, económica e social para a construção de uma pátria livre, queremos, no limiar do 15.º ano de Abril, responder com fundada esperança no devir coletivo — 25 de Abril sempre!

Aplausos do PCP, do PS, do PRD, de Os Verdes e da ID.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do PS, Sr. Deputado Jorge Sampaio.

O Sr. **Jorge Sampaio** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr.as e Srs. Convidados, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: É aos jovens que não viveram o 25 de Abril que o PS quer dirigir em especial esta intervenção. Aqueles que o não sonharam nem viveram, porque é a eles que nos compete transmitir o que ele representa.

No fundo, é a eles que o 25 de Abril se destina: quer o que aqui comemoramos hoje, quer o que vivemos há catorze anos. Em conjunto, somos a geração política a quem compete fazer a transição entre o autoritarismo e liberdade, intolerância e pluralismo, entre atraso e desenvolvimento, arbitrariedade e justiça, entre a lei do mais forte e a solidariedade social, entre coação e democracia. A nossa tarefa está longe de estar concluída.

É impossível transmitir-lhes, a esses jovens, o que foi esse dia: a euforia, a emoção, os abraços esfusiantes e os projetos exaltados que trocámos intensamente, cruzando a cidade e o país de ponta a ponta, envoltos no fio da história que se construía perante os nossos olhos e que representava para muitos um sonho fielmente sonhado ao longo de anos. É por isso e por muito mais que jamais esqueceremos os capitães de Abril, a quem prestamos comovida homenagem. Não é uma frase de retórica, mas um sentimento profundo.

Aplausos do PS, do PCP, do PRD e de alguns Deputados do PSD.

Mas é nossa obrigação transmitir aos jovens o que representa o 25 de Abril, porque, ao fazê-lo, fazemos a pedagogia da própria democracia, e esse é, sem dúvida, o nosso dever.

As comemorações do 25 de Abril não podem ser comemorações simbólicas, têm de ser comemorações cívicas, onde fique bem claro que acima das nossas divergências políticas há valores fundamentais que nenhum de nós pode violar, e são esses que devemos transmitir geração após geração.

Por isso, nesta data saudamos, em particular, o Sr. Presidente da República, como símbolo e garante desses valores.

Aplausos gerais.

A evolução acelerada da sociedade industrial pôs tantas vezes em causa as mundivisões das grandes ideologias, tornou ultrapassados e desaconselháveis alguns dos paradigmas políticos do pós-guerra. Mas, na vertigem das transformações do mundo contemporâneo, é necessário distinguir com firmeza entre o que é a evolução normal de doutrinas e políticas e aquilo que é capitulação em princípios e valores essenciais.

As comemorações do 25 de Abril têm de ser, em nome da juventude a quem temos de legar, além do mais, um património cívico, as comemorações da nossa intransigência na defesa e aprofundamento da democracia política, económica e social, na defesa do direito à diferença e à livre expressão dessa diferença, na defesa da solidariedade e justiça sociais como valores que devem nortear a forma de governar um país.

Este é o dia em que ultrapassamos o que nos divide para recordarmos e festejarmos uma data que simboliza os princípios intraficáveis onde nunca nos poderemos dividir, sem com isso pôr em causa os fundamentos e a estabilidade do regime democrático.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — É importante que as novas gerações tenham consciência de que em democracia também há limites àquilo que se pode pôr em causa, sem ameaçar a própria democracia e as liberdades políticas, sem comprometer o que o 25 de Abril permitiu no que respeita ao combate à intolerância e à injustiça.

A democracia não se esgota no processo de representação dos cidadãos. Defendê-la aqui, dia a dia, é dever de todo o deputado e é regra de todas as democracias.

Vinculados ao sufrágio popular que nos mandata, defendemos políticas distintas e até diversas conceções do homem e da sociedade. Divergimos, confrontamo-nos; este conflito, porém, é símbolo de vitalidade e regra da própria democracia, e não sinal da sua debilidade ou obstáculo à ação política. E há, infelizmente, ainda quem não o tenha compreendido.

Pensamos ser esta uma oportunidade também para olharmos para nós em face do país plural que representamos.

Durante décadas, o Parlamento foi apenas uma instituição que servia para tentar salvar as aparências à ditadura. O país ignorou-o e viveu durante meio século na indiferença do que aqui se disse ou fez. Pouco importava, aliás. Os cidadãos não se sentiam, nem estavam, aqui representados, o arbítrio e o autoritarismo do Governo não encontravam aqui qualquer oposição.

Mas, num regime democrático, a vitalidade, a eficácia e a projeção pública do que aqui se diz e faz são a garantia que os eleitores têm de que ele cumpre as suas missões essenciais: representar, legislar e fiscalizar. É, por isso, um dever inalienável de todos nós prestigiar esta Casa e lutar com determinação contra todas as tentativas para a denegrir e menosprezar, porque com isso reforçamos e aprofundamos a democracia, que conquistámos a 25 de Abril.

Aplausos do PS, do PCP, do PRD, do CDS, de Os Verdes e da ID.

E estamos, lamentavelmente, em risco de perder, com o que se perspetiva para a nova Lei Orgânica e para as alterações ao Regimento, a oportunidade de melhorarmos as nossas condições de trabalho no quadro plural que é a nossa essência e de nos aproximarmos com profundidade e eficácia do país real.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — O confronto político que aqui se trava traduz a diversidade dos mandatos políticos que nos vinculam. E é aqui que esse confronto se deve publicamente travar, sob pena de os eleitores, os grupos sociais e os agentes económicos irem procurar na sociedade outras expressões não institucionais para exprimir a diversidade de perspetivas políticas. Por isso, as suas regras não podem ser violadas, as condições de exercício do direito de oposição não podem ser coartadas, porque então é a democracia e a estabilidade social que ficam ameaçadas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — O 25 de Abril foi o ponto de partida para a construção de um Portugal moderno, progressivamente livre dos bloqueios estruturais que durante décadas o impediram de acompanhar o desenvolvimento da restante Europa.

Nestes catorze anos, e tantas vezes em condições adversas, muito se fez já. Alteraram-se estruturas políticas, mobilizaram-se forças sociais, reestruturaram-se alguns setores da economia, alargou-se o acesso ao ensino e à cultura, melhoraram-se as condições de acesso à Segurança Social, à habitação e à saúde. Todos temos a consciência do muito que ainda falta fazer e mesmo dos reajustamentos necessários ao sucesso da integração europeia. Mas talvez por isso seja necessário fazer um balanço de percurso, perspetivar a sociedade que estamos a construir e que será o legado final do nosso esforço de transição da ditadura à plena democracia. É agora, no momento decisivo da integração europeia, que a tarefa de modernização que assumimos a 25 de Abril deve ser levada a cabo com maior rigor, porque é também agora que ela comporta mais riscos. Queremos a modernização de Portugal, foi por isso que lutámos durante anos. Mas não a queremos a qualquer preço. A modernização não pode ter como único objetivo criar riqueza. Não queremos uma sociedade de abundância baseada na injustiça e no arbítrio. Não queremos uma sociedade de abundância que viva e se construa ignorando os que dela não

desfrutam, ignorando as assimetrias que é necessário ultrapassar, ignorando que só a redistribuição da riqueza garante a justiça e a solidariedade sociais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Não ficámos parados no tempo. Por muito grata que nos seja — e é — a memória do que foram essas lutas pela liberdade e pela democracia e do que foi e é o 25 de Abril — memória que sempre em nós revive —, não ficámos apegados a soluções que não têm correspondência em muitos dos modernos problemas com que a sociedade e os cidadãos se confrontam.

As soluções podem ter mudado, mas os objetivos para a sociedade portuguesa são os mesmos. Queremos legar aos jovens que não viveram o 25 de Abril um país em que o sucesso não seja um valor superior à solidariedade, em que o lucro não viole a qualidade dos produtos, das habitações, das cidades, do meio ambiente, em que a concorrência possa ser estímulo. Mas o respeito pela dignidade da pessoa humana, pelos seus direitos, pela ética nos meios a que se recorre, têm de ser valores que se sobrepõem a uma sucessocracia pretensamente neutral, que infelizmente começa a alastrar, sem princípios e sem fronteiras.

Aplausos do PS, do PRD e de alguns Deputados do PCP.

O **Orador**: — Queremos um país em que o Estado deixe ampla liberdade à iniciativa individual e coletiva, mas que não abdique nunca do papel regulador que lhe compete no combate à injustiça e às desigualdades sociais, na definição de grandes objetivos estratégicos que visem corrigir as assimetrias de desenvolvimento entre as regiões e as chocantes disparidades de riqueza entre os grupos sociais.

O sucesso dos indicadores macroeconómicos só é efetivo e motivo de confiança dos cidadãos no desenvolvimento quando se traduz na diminuição das disparidades que no quotidiano negam a igualdade de direitos e de oportunidades que consagrámos desde 1976 na Constituição.

A revisão constitucional é o momento de fazer o balanço sobre o passado e contratar os grandes consensos nacionais que garantam mais desenvolvimento, mais justiça social o um quadro democrático mais exigente. Procuraremos com serenidade o diálogo possível, sem abdicar, todavia, de princípios e valores essenciais, sem os quais consideramos descaracterizada a democracia.

No limiar do ano 2000, o mundo conhece novos desafios de desenvolvimento e mesmo novos equilíbrios de poderes e novas relações entre as potências. Por vezes, no gigantismo das grandes linhas de evolução para este fim de século, o homem aparece miniaturizado como valor e como objetivo essencial e único verdadeiramente válido de todas as políticas.

O futuro que desejamos tem de saber pesar lucidamente o custo do progresso na dignidade e na qualidade do quotidiano dos cidadãos. Por isso, o poder político, a quem cabe definir uma estratégia nacional para o desenvolvimento, não pode nunca abdicar dos valores essenciais que lhe compete salvaguardar a troco de um desenvolvimento a qualquer custo.

Devemos garantir que a democracia que soubemos construir corresponda ao desenvolvimento de uma sociedade capaz de se vitalizar pela sua diversidade, de se mobilizar em torno de um novo ciclo de projeção da cultura e da língua portuguesas, onde se sinta a política como uma atividade nobre, em que não apenas os políticos, mas todos os cidadãos, se devem empenhar como a única garantia da aproximação entre eleitores e eleitos, de fiel representação da dinâmica da sociedade, de fiscalização efetiva do exercício do poder.

Às novas gerações não legaremos apenas um Portugal democrático, mas também o projeto de uma nova Europa. Estamos a viver anos decisivos, Portugal e a Europa vão conhecer grandes e profundas mudanças, é um caminho novo, rico na diversidade que comporta, difícil na variedade dos problemas que há que vencer, possível porque todos o desejamos, estimulante porque é o virar de uma página na história da civilização europeia. Este não pode ser o projeto de um governo, seja ele qual for, mas sim o de todos os portugueses.

Por isso, a tarefa de mobilização da vontade, da iniciativa, da ciência e da cultura nacionais para a construção de um Portugal moderno e de uma nova Europa é algo que todos temos de estimular. É a esta tarefa permanente de rigor e de esperança que dedicaremos a vitalidade do nosso empenhamento.

Só temos o homem e a democracia como limites.

Aplausos do PS, do PCP, do PRD, do CDS, de Os Verdes e da ID.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do PSD, Sr. Deputado Correia Afonso.

O Sr. **Correia Afonso** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Passados catorze anos, comemoramos hoje, mais uma vez, o 25 de Abril.

Recordamos o dia em que se pôs termo a um regime iníquo e opressor, violador dos mais elementares direitos humanos.

Festejamos a data em que o povo reconquistou a liberdade e a dignidade em que retomou nas suas mãos o seu próprio destino. Vencido o obscurantismo, estilhaçado o bloqueio social, desfeitos os privilégios e a marginalização cultural, ganhámos todos o direito e a responsabilidade de construirmos uma sociedade mais livre, mais justa e mais fraterna.

É portanto, com patriotismo e com orgulho que os sociais-democratas celebram o 25 de Abril e que recusam a sua apropriação por qualquer grupo, partido ou classe.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — O 25 de Abril foi um elemento grande de todo o povo português, e não apenas de alguns. Foi um grito de libertação e de esperança, como já o tinham sido antes os grandes movimentos populares de 1383, 1640, 1820 e 1910.

O 25 de Abril foi principalmente uma mensagem de paz e solidariedade.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados: O 25 de Abril está cumprido. Está cumprido porque vivemos em liberdade. Está cumprido porque construímos a democracia. Está cumprido porque agora podemos decidir o nosso destino coletivo. Está cumprido porque retomámos a esperança.

A liberdade, a democracia e a esperança, que foram os grandes objetivos do 25 de Abril estão conseguidos.

Vencida a ditadura, cumprido o 25 de Abril, acabou o medo. Deixou de ter sentido a bandeira do antifascismo, que alguns, poucos, incapazes de se habituar à democracia, ainda desfraldam.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Começou o primado do bem comum.

Honra aos militares e ao povo de Portugal, que, com a sua luta, coragem, generosidade e apego à liberdade, tiveram direito ao seu 25 de Abril.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Ao exaltar desta tribuna o 25 de Abril e o que ele representa, entre muitos nomes ilustres, um deve ser recordado: falo de Francisco Sá Carneiro, fundador do PSD, um dos grandes construtores da liberdade e da democracia em Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS.

Mas comemorar o 25 de Abril exige também sinceridade e reflexão. Sinceridade, para dizer claramente que o 25 de Abril se completou com o 25 de Novembro.

Reflexão, para poder escolher frontalmente o nosso destino.

O PSD, ao associar-se à comemoração do 25 de Abril, sente especial responsabilidade na construção de um futuro melhor para os portugueses.

O 25 de Abril está cumprido!

Deu-nos um Estado de direito democrático, em que o povo é o verdadeiro detentor da soberania, em que o Presidente da República é eleito diretamente, em que os representantes para a Assembleia da República, que queremos prestigiada, e para o exercício do poder local são escolhidos em liberdade e em que o Governo depende do Parlamento.

Os partidos políticos estão implantados e o povo português habituou-se a exprimir através deles o seu querer e o seu sentir. A solidariedade e a justiça social são uma constante das nossas preocupações.

Temos, portanto, uma democracia institucionalizada, onde se pratica a tolerância política, o pluralismo, o respeito pelos direitos humanos. Provámos ser capazes de praticar e viver essa democracia.

Cabe-nos agora a todos nós, portugueses, construir um futuro melhor. A democracia pode e deve ser um regime gerador de segurança e estabilidade.

Mas o fortalecimento da democracia passa pelo desenvolvimento e pelo progresso.

Importa valorizar o homem, melhorar a sua qualidade de vida, facultar-lhe igualdade de oportunidades onde quer que ele se encontre.

Muito já se fez!

Consolidou-se o poder local democrático, mais próximo das populações e mais capaz de ir ao encontro de muitas das suas carências.

Implantaram-se as autonomias nas Regiões dos Açores e da Madeira, como processo de descentralização que corresponde às legítimas aspirações das populações e permite corrigir distorções resultantes da insularidade.

Aderimos à CEE e, dessa forma, foi posto aos portugueses o maior desafio desde o século XVII, que é integrar uma Europa cuja construção deverá assentar na diversidade cultural dos componentes, com respeito pela identidade nacional.

Muito já se fez!

Mas muito há ainda a fazer!

Há que construir o país do bem-estar, onde apeteça viver, onde se seja mais feliz.

Há que acelerar a mudança iniciada e preparar Portugal para a meta colocada em 1992, quando terminar a maior parte dos períodos de transição e se abrir o grande espaço comum europeu, com 320 milhões de habitantes, sem barreiras à livre circulação das pessoas, das mercadorias, dos serviços e dos capitais.

Há que aprender as lições do passado e tirar rapidamente delas as devidas consequências para assegurar o futuro.

Urge pôr termo à estatização e à coletivização e libertar a sociedade civil.

Impõe-se dar corpo ao princípio da privatização naquilo que não encontre na razão social justificação para manter-se no setor público.

Cumpre valorizar a terra e a sua função social, para proteção das classes mais desprotegidas ligadas ao mundo rural e para aumento da produtividade agrícola.

É inevitável a flexibilidade do mundo laboral, para terminar com a precariedade do contrato de trabalho e aumentar o número dos empregos e a proteção aos trabalhadores.

Risos do PS e do PCP.

Finalmente, e como grande tarefa, há que rever a constituição e redefinir o Estado, democrático e pluralista, aproximando-o do querer coletivo.

A Constituição é um instrumento de liberdade, mas não pode ser um texto imutável que não traduza a vontade popular.

A Constituição deverá continuar a ser a magna carta dos direitos, liberdades e garantias individuais, mas terá de exprimir também a normalidade democrática portuguesa e um consenso sobre as

instituições e sobre a forma de funcionamento do Estado e da sociedade. Os Portugueses querem e esperam a revisão constitucional e não perdoarão àqueles que a inviabilizarem.

Muito já foi feito!

Mas muito há ainda a fazer!

Trata-se da construção de um futuro coletivo e é, portanto, uma obra em que todos os portugueses deverão participar. Mesmo a oposição.

Risos do PS e do PCP.

Em democracia, a oposição é legítima, necessária e até desejável, se não se limitar à obstrução e quiser contribuir com as suas críticas para corrigir os passos da maioria.

Mas é preciso saber ser minoria e habituar-se a respeitar as maiorias. De quem é a responsabilidade de governação? O povo é soberano e é ele que escolhe as maiorias e as minorias.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Não se pode é ser simultaneamente grande democrata aqui na Assembleia e andar lá fora a fomentar a agitação e o desrespeito das leis.

Aplausos do PSD.

Não parece que toda a oposição, pela sua prática, tenha sempre grande autoridade para nos dar, a nós, portugueses, lições de democracia.

Protestos do PS, do PCP e do PRD.

A maioria tem como código de ética respeitar a vontade popular dentro e fora do Parlamento. E assim continuará.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O 25 de Abril está cumprido e trouxe-nos muito.

Agora seremos nós a construir o futuro que quisermos e pudermos. Estamos numa era de mudança, em que é necessário proceder a transformações que traduzam a nossa vontade de liberdade e o nosso sentimento de solidariedade.

Devemos ter consciência de que somos uma grande comunidade, presente nos cinco continentes, que demos novas pátrias ao mundo. Podemos e devemos celebrar o 25 de Abril com otimismo.

O 25 de Abril restituiu-nos a liberdade, a dignidade e a democracia. Cabe-nos agora a nós, com o património do 25 de Abril, iniciar a grande missão de construir o futuro.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República Victor Crespo**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Comemoramos hoje o 14.º aniversário do 25 de Abril. Foi há um instante na vida do país, mas não numa perspetiva humana. Entraram já na vida ativa, mesmo na política, portugueses que não tiveram um conhecimento real desse momento alto da nossa história contemporânea. E, por maioria de razão, de tudo quanto lhe esteve na origem.

Estamos já em condições para celebrar esta data com uma visão racionalizada. E de a transmitir, educativamente, às novas gerações. Abril franqueou todas as portas a um regime democrático. Resolveu o problema colonial. Permitiu que, em liberdade, escolhêssemos e definíssemos um projeto nacional de desenvolvimento e modernização, que irá ditar o que seremos, a nossa posição no mundo, no terceiro milénio, que se aproxima.

Podemos afirmar que estão decididos os grandes objetivos de tal projeto-esperança. Somos um país integrado na Europa comunitária e apostados ao seu sistema de valores. Estamos determinados a atingir rapidamente os níveis de desenvolvimento dos países mais prósperos. Estamos em condições de galgar etapas de modernização, no respeito, e para cumprimento, da vontade dos portugueses. Fizemos uma revolução política no quadro da evolução das sociedades democráticas modernas.

É reconfortante verificar que assim foi, que nos juntámos à tendência dominante de caminhar para a democratização.

É que se sente, por todo o lado, uma vitalização do pensamento político em torno dos princípios do pluralismo e das conceções democráticas.

Mas teria sido vantajoso que tivéssemos preparado uma nova atitude cultural, feita sem ofensa das nossas características endógenas, garante da identidade nacional e do nosso património comum.

Essa evolução cultural está em curso, lentamente, é certo, mas importa que continue e que aprofunde os caminhos já percorridos, que são de esperança.

Os portugueses têm demostrado, pela sua riqueza intrínseca, pela sua grande capacidade de adaptação, inteligência e génio inventivo, que são capazes de adquirir a preparação adequada para enfrentar quaisquer desafios do futuro.

Assim, soubemos adaptar-nos ao início da integração nas Comunidades e absorver, de forma impercetível, os aspetos negativos do «choque da integração».

Esta qualidade precisa de estar presente na programação da política global de desenvolvimento da sociedade portuguesa, que passa pelos aspetos económicos, mas também, e necessariamente, pelas suas vertentes sociais e de comportamento.

Não surpreende que, neste contexto, me debruce, por um momento, pelo ângulo da "cultura" política, particularmente numa época em que o seu campo se vai alargando, passando a esfera económica mais tradicional, extravasando para outros terrenos da atividade humana, mesmo aqueles que, no passado, estavam confinados ao foro privado.

Excelências, nenhuma dúvida subsiste quanto ao enraizamento profundo dos ideais democráticos na sociedade portuguesa.

Mas, há que reconhecer — embora o fenómeno não seja apenas nosso — que, nos seus reflexos culturais, o exercício da atividade política carece de ser dignificado e aumentada a sua responsabilidade perante o todo nacional.

É que um contexto político que o país não compreendesse em toda a sua extensão, ou que a ele não aderisse com entusiasmo, seria motivo de preocupação.

Os sistemas, para se arraigarem, têm de ser objeto de um entendimento racional. Assim também nos sistemas políticos representativos. Uma dispersão no funcionamento das instituições democráticas que dissipasse energias em questões marginais conduziria a uma anemia do Estado, não consentindo que todos os esforços convergissem, com determinação e empenho, para as tarefas de realização do bem comum. Permitiria ainda que fossem suscitadas, de quando em vez, questões de legitimidade fora das conformadas com a realidade democrática.

Uma fragilização e desmoralização da atividade política enfraquece o empenhamento de cada um na procura de melhores soluções para o desenvolvimento. É por tudo isto que vejo com preocupação algumas formas de encarar a atividade política que vão no sentido de a não prestigiar.

Aparecem, aqui e além, críticas, aproveitamentos ou remoques menos legítimos e razoáveis. É-me penoso, confesso, muitas vezes, ter de calar uma expressão de desagrado, insurgir-me, perante tais comportamentos quando consciente de que, pelos condicionamentos culturais existentes, tal atitude teria consequências perversas, levando a efeitos precisamente contrários aos que pretenderia.

Importa ir fazendo a pedagogia mais adequada com vista a um entendimento e à procura das soluções políticas mais consentâneas e corretas. Pedagogia que esta Casa pode e tem o dever de fomentar. Os parlamentos têm entre as suas funções mais destacadas a pedagogia e a difusão clara dos pontos de vista das diferentes correntes de pensamento, que importa fazer passar, de forma correta, à opinião pública, porque a vitalidade de todas as liberdades depende da existência de um parlamento respeitado.

É também por isso que quero reafirmar que o trabalho do Parlamento e dos parlamentares não se reduz à atividade do Plenário, que tem, aliás, um modo de fazer e ritual próprios. Muito longe disso!

A ele terão de juntar-se os trabalhos de preparação e estudo, as atividades das comissões, por onde passam muitas das decisões mais significativas e importantes que têm lugar na Câmara, a que acrescem as audições e petições dos mais diversos setores da sociedade e o trabalho sempre renovado entre os eleitos e os eleitores. Cabe-nos a nós tudo fazer para que a vida parlamentar, na sua globalidade, seja bem percebida.

Conseguindo-o, ajudamos a prestigiar a Assembleia e dignificamos a democracia. E, assim, melhor damos conteúdo ao grande momento que foi a Revolução de Abril.

Conseguindo-o, estimulamos a realização palpável e a execução no terreno das perspetivas generosas que a animaram.

Com um só objetivo:

O de ajudar a conduzir o país a um estádio de desenvolvimento moderno e de prosperidade de que todos possamos orgulhar-nos e cada um usufruir.

Excelências, ao longo dos últimos catorze anos muitas foram as mudanças que se operaram na sociedade portuguesa.

Muito já se fez. Há sempre mais a fazer.

A Revolução de Abril encontrou o país com taxas de desenvolvimento das mais baixas da Europa, uma economia pobre, baixos índices de investimento e, mais tarde, excessivas taxas de desemprego e inflação.

E nos indicadores sociais tínhamos vinte anos de atraso em relação à Europa.

Estamos agora determinados a viver tempos de construção de um destino comum, para ser vivido com dignidade.

O desenvolvimento é também um direito fundamental dos homens. Sejamos então capazes de levar por diante o projeto-esperança que todos anime e mobilize; o projeto que, sendo nosso e não esquecendo a tradição, seja capaz de estar aberto à inovação e à imaginação criadora; um projeto que, fortalecendo a democracia e realizando o bem comum, se desenvolva em paz e liberdade.

Só assim seremos dignos das promessas de Abril.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Por direito próprio, vai usar da palavra S. Ex.ª o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República Mário Soares**: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, Ex.mas Autoridades Civis e Militares, ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: A mais grata afirmação que se pode fazer, neste dia em que se cumprem catorze anos sobre o reencontro de Portugal com a liberdade, é a de que o 25 de Abril não é uma efeméride do passado, que careça de ser ressuscitada ritualmente em cada aniversário, mas antes um ideal que se mantém vivo e atuante na consciência dos portugueses e a que a grande maioria continua indelevelmente fiel.

É sempre com muita alegria que assinalamos uma data que hoje pertence ao património histórico português e que guardamos preciosamente na memória e no coração. Saudar os que a tornaram possível — e em especial os militares de Abril — é, assim, um ato de elementar justiça. Mas, mais do que celebrar a data, retoricamente, importa voltar os olhos para o futuro e mobilizar os portugueses — e em especial os jovens — para os grandes desafios que o novo tempo nos apresenta e aos quais temos de responder, sem demora, com criatividade, ousadia, a participação de todos e os consensos possíveis.

Nestes catorze anos, apesar de erros, desvios, vicissitudes diversas — e mesmo de alguns inevitáveis ressentimentos —, conseguimos criar os pressupostos sem os quais o desenvolvimento de Portugal e o bem-estar dos portugueses, em especial dos mais humildes, ficaria irremediavelmente comprometido. O primeiro e mais importante desses pressupostos, a democracia pluralista, é hoje, felizmente, um valor indiscutível, enraizado e irreversível — uma realidade vivida quotidianamente por todos os portugueses.

Durante este tempo dotámos o país de instituições democráticas que, embora possam e devam ser aperfeiçoadas, têm funcionado regularmente e consubstanciam um Estado de direito moderno. Graças, em grande parte, à pujante realidade do poder local, mudámos as condições de vida das populações, alterámos a paisagem física e humana de Portugal, criámos outros hábitos, necessidades

e exigências. A autonomia regional permitiu uma nova forma de participação das populações insulares no todo nacional. Com a institucionalização da concertação social, o movimento sindical e as associações patronais dialogam como verdadeiros parceiros sociais, em pé de igualdade. Assim se procura consolidar os fatores de coesão social e de solidariedade. Nasceu — e, sobretudo tem vindo a desenvolver-se — uma nova consciência da cidadania, que se reconhece nos valores do diálogo, da participação, da tolerância, do respeito pelos outros. Estamos a reencontrar, enfim, o orgulho de sermos portugueses e a certeza de que Portugal é um país de futuro e que esse futuro depende em primeira linha, do nosso querer coletivo.

Estão, pois, reunidas as condições indispensáveis para que possamos ultrapassar a fase de transição para o desenvolvimento e para que vivamos, em todos os planos da vida económica, social e cultural, as exigências plenas da modernidade. É esse o sentido do irrecusável desafio da construção da República moderna aberta, participada e que desejamos esteja ao serviço dos cidadãos, sem discriminações. Com uma história e uma cultura multisseculares, que forjaram uma identidade nacional de uma riqueza incomparável — aliás amplamente reconhecida na ordem externa —, Portugal, fiel à mais lídima lição do seu passado e à sua vocação universalista, é hoje um país aberto aos novos ventos que sopram no mundo e essencialmente voltado para o futuro.

Membro da Comunidade Europeia há pouco mais de dois anos, Portugal e os portugueses têm vindo a enfrentar com sucesso os desafios da competitividade a que estão sujeitos, devendo preparar-se, daqui até 1992, ano em que, em consequência do Ato Único, será criado o grande mercado europeu, para transformações sem paralelo na nossa história moderna. É imperioso, para tanto, que se modernize a agricultura e se reestruturem e desenvolvam as indústrias, investindo a fundo na educação e na formação profissional.

O desafio de 1992 representa uma prioridade vital, de que todos os portugueses deverão estar conscientes. Importa, assim, suprir, com decisão, os fatores estruturais da tradicional vulnerabilidade da nossa economia — entre os quais se contam a dependência, quase sem defesa, perante oscilações exteriores, a fragilidade tecnológica e uma gestão antiquada e insuficiente —, tornando a economia portuguesa competitiva, eficaz e mesmo agressiva em termos externos.

Não podemos, todavia, perder de vista que o indispensável desenvolvimento tem de ter uma verdadeira dimensão social — condição imprescindível de sucesso —, cultivando os valores da participação, da concertação e do diálogo, os únicos que em democracia são suscetíveis de evitar bloqueios, conflitos e divisões graves, que tudo podem comprometer, do mesmo passo que deve basear-se na solidariedade para com os portugueses mais pobres e menos preparados profissionalmente, que são os que mais poderão vir a sentir os inevitáveis efeitos perversos das transformações em curso.

É essa, aliás, a preocupação expressa pelo Papa João Paulo II na sua carta-encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, ao afirmar que «a solidariedade é o caminho para o desenvolvimento» e que «a solidariedade nos ajuda a ver o outro — pessoa, povo ou nação — não como instrumento qualquer, de que se exploram, a baixo preço, a capacidade de trabalho e a resistência física, abandonando-o quando já não serve, mas, sim, como nosso semelhante».

Trata-se, pois, de um imperativo moral, político e social que deve nortear a nossa ação, não esquecendo, outros sim, neste nosso tempo, em que certa riqueza volta a exibir-se por forma chocante, que o desenvolvimento tem de ser realizado ao serviço de todos, ninguém devendo ser excluído dos seus benefícios.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Nisso consiste a solidariedade nacional. Por forma a cumprir os generosos objetivos da Revolução dos Cravos, graças aos quais o espírito do 25 de Abril continua vivo e atual no nosso quotidiano de portugueses, livres e responsáveis.

Tudo tenho feito, como Presidente da República, para assegurar um clima de estabilidade institucional, de convivência cívica e de confiança entre os portugueses, que reputo indispensável para que nos possamos concentrar no esforço essencial de desenvolvimento e de progresso. Com discrição, sem interferir nas competências próprias dos outros órgãos de soberania — e no respeito que lhes é devido —, mas sem transigir quanto aos princípios, garante como sou da constitucionalidade e do regular funcionamento das instituições democráticas.

Assim continuarei a proceder, empenhadamente e numa linha de coerência, em relação ao que sempre tenho afirmado quanto à função presidencial, pois é minha convicção de que necessitamos, mais do que nunca, de criar um ambiente de consenso quanto ao fundamental, evitando polémicas e divisões estéreis, numa hora que, nacional e internacionalmente, tanto nos responsabiliza como povo e como nação.

Julgo que o processo de revisão constitucional, que está em marcha nesta Assembleia — e de cuja importância todos os Srs. Deputados estão conscientes —, deverá constituir um momento privilegiado para que esse ambiente de consenso quanto ao essencial se manifeste e afirme, fazendo da Constituição um traço de união entre os portugueses, e não um pretexto para querelas ultrapassadas, contribuindo para a consolidação do Estado de direito democrático e assegurando a vitalidade, as iniciativas e a coesão da sociedade e, bem assim, o reforço dos direitos dos cidadãos, designadamente no seu conteúdo económico, social e cultural.

Aplausos gerais.

A Assembleia da República, na sua diversidade e pluralismo, sede legítima da representação nacional, é o local próprio para estabelecer um tal diálogo, que necessariamente terá de ser fecundo, construtivo e consensual para facilitar a revisão da nossa lei fundamental, tendo como objetivo o aperfeiçoamento das instituições e um melhor funcionamento de uma sociedade que se quer democrática, moderna e europeia.

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados: A República moderna que estamos a construir desde o 25 de Abril assenta na liberdade, no desenvolvimento, na igualdade de direitos e oportunidades, na

justiça social, no direito à diferença, no reconhecimento da qualidade e do mérito e na solidariedade para com os mais pobres e esquecidos.

O poder político, que, em democracia, só pode resultar do voto popular, é sempre partilhado, participado e, obviamente, transitório. Sendo assim — como é —, o diálogo, a tolerância, a concertação e a corresponsabilização são os seus instrumentos naturais e privilegiados. A legitimidade da maioria e o respeito pelas minorias são o verso e o reverso de uma mesma regra essencial.

Aplausos gerais.

Visando a modernização da sociedade e o bem-estar dos cidadãos, a nossa República está aberta às novas ideias, à dinâmica dos novos grupos sociais e culturais, à livre iniciativa e à criatividade. A comunidade científica, os homens de cultura e de arte, as universidades e a juventude têm de participar ativamente da vida da República como sujeitos e agentes ativos, e não como meros destinados das transformações.

No mundo contemporâneo não há países condenados ao atraso e à pobreza por falta de recursos naturais. Existem, sim, países que se desenvolvem e avançam porque sabem aproveitar e rentabilizar a inteligência, o trabalho e a capacidade dos seus filhos — e os seus recursos, naturalmente — e outros países que se não desenvolvem só porque não são capazes de o fazer.

Portugal vive hoje uma hora feliz de inovação científica e tecnológica, de criação cultural e artística que tem sido justamente celebrada por inúmeros observadores estrangeiros e que não tem paralelo no passado recente. É o resultado da liberdade trazida pelo 25 de Abril, bem como do impulso dado a uma sociedade até há pouco parada pelo choque europeu. Assim, o desenvolvimento por que lutamos tem ainda de saber aproveitar esta situação excecional, investindo cada vez mais na educação, na formação profissional, na ciência e na cultura, por forma que melhor possamos potencializar as excecionais qualidades e energias do povo português.

Urge que saibamos integrar-nos, como nação, no tempo novo e de esperança que o mundo vive, suspenso dos acordos de paz que os supergrandes negoceiam, nestes anos de viragem para o novo milénio. Apesar das contradições, dos conflitos regionais e da miséria atroz, de que sofrem tantos povos, a causa da paz — que é a do bom senso — caminha no mundo e a esperança em dias melhores é-nos de novo permitida. Uma esperança com horizontes ilimitados de progresso baseado num sério e conclusivo diálogo norte/sul. Urge, pois, que saibamos decifrar os novos sinais do tempo e que participemos ativamente na defesa das grandes causas, as únicas capazes de mobilizar hoje a Humanidade: a paz, a preservação do ambiente, o equilíbrio paisagístico e urbano, a humanização da vida quotidiana, a defesa do património artístico e histórico, a qualidade de vida.

Creio, sinceramente, que Portugal, fiel à sua vocação humanista e ao universalismo da sua cultura, saberá estar, neste tempo decisivo, à altura do seu destino nacional e do importante papel que lhe cabe no mundo moderno.

Tenhamos confiança no futuro — e na liberdade — com que nos reencontrámos em 25 de Abril de 1974, nesse dia — como disse, na sua voz inconfundível, Sophia de Mello Breyner:

Inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
e livres habitamos a substância do tempo.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, declaro encerrada a sessão.

1989

O Sr. **Presidente da Assembleia da República Victor Crespo**: — Srs. Deputados, declaro aberta a sessão. Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Excelências, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: O XV aniversário da Revolução de Abril, que hoje celebramos, assume características próprias. Enaltecer hoje e sempre esta data é um dever de cidadania.

O 25 de Abril abriu as portas escancaradas, para uma vivência democrática. O que não admite ser esquecido. Lembrar este momento alto da nossa história constitui, para os portugueses, mais do que um dever: é uma exigência consciente.

A Revolução de Abril foi um ato de democratização. Foi a expressão do desejo profundo, da vontade enraizada da Nação, de que todos os homens têm direito a dispor dos seus próprios destinos, a usufruir, por igual e em paz, dos frutos do desenvolvimento e o acesso aos bens prodigalizados pelo engenho humano. Foi o grito da consciência e da forma de estar na vida dos portugueses; foi o grito dos portugueses à liberdade, à justiça e à solidariedade.

Queremos para cada ser humano as condições de realização pessoal, sem sujeições, no respeito pela sua cultura profunda, sem peias ou enquadramentos artificiais.

Sr.as e Srs.: Passados quinze anos, continua a ser justamente merecida uma palavra de reconhecimento e de louvor aos que assumiram a iniciativa de tomar nas suas mãos a tarefa de varrer, para sempre, um regime sem alma. Entre eles, queremos particularmente realçar os militares, que souberam realizar os anseios da Nação e que, com dignidade, quiseram integrar-se nos lugares que lhe cabem no regime democrático.

Aplausos gerais.

As comemorações do Dia da Liberdade têm este ano, na Assembleia da República, uma forma diferente: para lhe dar uma frescura acrescida, para fugirmos à rotina que, inevitavelmente, iria dessensibilizando o seu significado; para evitar formas ritualizadas e vazias. A Revolução de Abril pôs fim às guerras coloniais. Ressurgiram os países de língua oficial portuguesa do continente africano: livres, para trilharem os caminhos que desejam; para afirmarem a sua identidade; livres ainda, para a procura dos seus destinos.

Estamos na véspera de ver enterrados os restos do colonialismo em toda a África. E temos a esperança de que a discriminação racial e o *apartheid* se encontrem no seu estertor final.

Este ano, e pela primeira vez, temos o prazer e a grande honra de associar às nossas comemorações a presença e a voz altamente qualificada de um representante dos países de expressão oficial portuguesa. Estados e Povos que têm a sua história, também ela, ligada à gesta lusitana e cuja independência está indesmentivelmente associada às raízes da Revolução portuguesa de 1974.

A distinta Presidente Carmen Pereira é o mais alto responsável da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, país com quem mantemos e cultivamos excelentes relações de cooperação e amizade, que ainda muito recentemente alcançaram, ao nível do Estado, pública consagração.

A Guiné-Bissau preside ao Grupo dos Cinco, pelo que, e com toda a propriedade, podemos também afirmar que temos igualmente connosco os presidentes das Assembleias representativas dos países que se exprimem na língua oficial portuguesa.

A Assembleia da República, ao cumprimentar V. Ex.ª, deseja fazer uma saudação fraterna ao povo da Guiné-Bissau. Ao mesmo tempo que lhe pedimos que seja intérprete do nosso sentimento de amizade junto dos Povos e Estados de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique,...

Aplausos gerais.

... assim como da nossa vontade de incrementar com eles as mais estreitas relações.

A esta lista gostaria de poder acrescentar Timor-Leste. Empenhamo-nos para que seja possível dar ao povo de Timor a capacidade de se autodeterminar, de afirmar a sua identidade e de fazer a escolha dos seus destinos.

E com que alegria sabemos que este é, também, o entendimento dos países de língua oficial portuguesa.

Consciente de que é nos Parlamentos que se manifesta a expressão representativa de todo o país, a Assembleia da República, em consonância com o Sr. Presidente da República e com o Governo, está empenhada numa solução para Timor, de acordo com o Direito, as Normas Internacionais, e as decisões relevantes das Nações Unidas, e no respeito pelos direitos humanos.

Continuamos a trabalhar na possibilidade de uma delegação parlamentar se deslocar a Timor-Leste na convicção, e nas condições, de que uma tal iniciativa contribua para a resolução do problema.

Na raiz cultural comum, traduzida pela língua em que todos nos exprimimos, não podemos deixar de evocar também o Brasil, a grande Nação da América do Sul, a quem estamos ligados por longos e velhos laços de amizade e respeito.

Existem agora todas as condições para que uma Comunidade dos povos de expressão portuguesa vá tomando forma.

As boas relações políticas que hoje existem, o conhecimento aprofundado de uns e outros, os interesses recíprocos dentro do respeito mútuo, vão-nos inevitavelmente aproximando, com realismo, inteligência e determinação.

O desenvolvimento das relações de amizade e colaboração em todos os campos conduzirão a formas cada vez mais organizadas de contactos.

As potencialidades e virtualidades deste grande espaço cultural arrastam o estreitar da colaboração económica e social, a permuta de quadros e de especialistas, de experiências, técnicas e tecnologias, fatores que, como sempre, são causas de engrandecimento. É neste contexto que a Assembleia da República deseja promover um intercâmbio regular com os países de expressão oficial portuguesa.

Sr.as e Srs. Deputados, Excelências: Todos temos presente que o 25 de Abril, em liberdade, criou a democracia pluralista, que está consolidada.

Apeou mitos e esboroou falsos ídolos.

Constituímos um verdadeiro Estado Democrático, sustentado no imperativo da lei.

E agora, pelas várias partidas do mundo, os caminhos da democratização impõem-se com uma força imparável. Não parece mais possível manter situações artificiais, voluntaristas, impostas, que não recolham a adesão da maioria dos cidadãos.

Foram ou vão caindo as teses dos que queriam fazer "homens novos", impor o progresso somente alicerçado na força das ideologias, ou no exclusivo primado das soluções e esquemas tecnocráticos ou pseudocientíficos.

Os que assim pensavam esqueciam-se que o Homem e as sociedades são bem mais complexos. Para os galvanizar não se podem desrespeitar ou distorcer os desejos e o querer dos indivíduos. O mesmo é dizer, privá-los da liberdade das suas vontades e dos seus quadros fundamentais de valores.

Esquecer a dimensão total do Homem, mesmo sob o pretexto de lhe trazer a felicidade, cedo ou tarde acabará por se mostrar empreitada vã.

As sociedades modernas são compostas de uma variedade de interesses e conceções diversas quanto à forma de encarar a solução dos seus problemas. São, pela sua própria natureza, pluralistas. A instituição onde se pode e deve exprimir essa pluralidade de interesses e anseios é o Parlamento, sede da Representação Nacional. É aí que se retratam as forças políticas significativas do país. Aí se exprimem, ora convergentes ora divergentes. É um lugar de diálogo, diálogo feito de vozes e sensibilidades diferentes, mas que, no entanto, tendem a conciliar-se quando estão em jogo questões de interesse fundamental.

Assim tem acontecido, entre nós, nos grandes quadros, designadamente na política relativa à colaboração de expressão portuguesa.

Assim também tem de ser no caminho do desenvolvimento dentro da Europa Comunitária.

Importa neste momento eticamente afirmar que a conciliação é um fim a atingir por ser preferível à criação de tensões desnecessárias, sendo certo que nunca podem ser anuladas integralmente todas as divergências.

Na ética da conciliação não podem ficar de lado a dimensão do interesse coletivo e o respeito supremo da vontade do povo.

Cabe também ao Parlamento, uma vez arejadas e discutidas as diferenças, colaborar na pedagogia das soluções encontradas.

É que viver em democracia é compreender o calor dos debates, necessário à expressão das diversas convicções. Porém, se do trabalho do Parlamento ficasse apenas o enunciado das diferenças, ter-se-ia dele uma ideia redutora e falseada.

A discussão é salutar; é o primeiro momento na construção das soluções.

Mas são estas o que importa reter e dar público conhecimento. Porque são elas que vão ditar os caminhos da sociedade.

Sr.as e Srs.: Abril trouxe consigo a possibilidade do desenvolvimento e da integração nas Comunidades.

Celebramos este aniversário no meio de um processo de Revisão Constitucional, que tem como objetivo primeiro, adequar a Lei Fundamental do país às necessidades do presente e, acima de tudo, às exigências do futuro. Não pode haver progresso quando se está tolhido por obstáculos insanáveis.

Impunha-se que a Constituição não fosse, ela própria, entrave ao desenvolvimento do Portugal Comunitário. Desenvolvimento que é o grande desafio de hoje, exige uma modernização que nos coloque a um nível semelhante ao dos demais países europeus. Galgar as disparidades substanciais que ainda persistem vai impor determinação e apego, o abandono de rotinas, alguns sacrifícios e obriga a uma educação para o futuro.

É um grande desafio. Está ao nosso alcance.

O Povo Português conta com um passado em que soube responder às grandes exigências. Sejamos mais uma vez iguais a nós próprios. O desafio de hoje nem sequer tem comparação com outros, como os Descobrimentos, cujos quinhentos anos agora também comemoramos.

Mas aproveitemos os exemplos do passado para transportar para os dias de hoje a força de vontade, a clarividência, uma inteligente e consciente audácia, a capacidade de conjuntamente arquitetar e dar forma a um projeto.

Isto é possível, hoje, em Democracia.

Aplaus os gerais.

O Sr. **Presidente**: — Vai dirigir-se à Câmara a Sr.ª Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, Sr.ª D. Carmen Pereira.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau Carmen Pereira**: — S. Ex.ª Sr. Presidente da República Portuguesa, S. Ex.ª Sr. Presidente da Assembleia da República, S. Ex.ª Sr. Primeiro-Ministro, S. Ex.ª Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: É com elevada honra e prazer que tomo hoje a palavra nesta Assembleia da República, símbolo da democracia reconquistada com o 25 de Abril, para em nome da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau vos transmitir a mensagem de amizade e de solidariedade do povo guineense e quero ainda aproveitar para agradecer a amabilidade do convite que me foi dirigido.

Que me seja permitido aproveitar o ensejo para apresentar a S. Ex.ª o Sr. Dr. Mário Soares, Presidente da República Portuguesa, os melhores votos e as saudações amigas de S. Ex.ª, o General João Bernardo Vieira, Presidente do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau.

A nossa presença nas comemorações do 15.º Aniversário da Revolução dos Cravos oferece uma ocasião particular para prestar uma singela e profunda homenagem ao povo português, nosso aliado de todos os combates e de todos os sacrifícios.

Dizia Amílcar Cabral, líder imortal do povo guineense e grande amigo de Portugal, que:

> O nosso inimigo não é o Povo Português, para nós, combatentes da liberdade das colónias portuguesas, este inimigo é o colonialismo português... Isto não é culpa do povo português que, em certo momento da história, soube mostrar o seu valor, a sua coragem, a sua capacidade e que, hoje mesmo, possui filhos capazes, filhos justos, filhos que querem também reconquistar as liberdades e a felicidade do seu Povo.

A liberdade dos nossos povos reencontrada, aliada à utilização da mesma língua, permite-nos hoje mergulhar as raízes no passado, que apesar de algumas vezes marcado por contradições e conflitos, nos é comum, e aí buscar o húmus que alimente e fortaleça os laços de amizade que nos unem traduzindo-os numa cooperação bilateral exemplar e mutuamente vantajosa.

Significa isto que o relacionamento entre os nossos países deverá assumir uma nova dimensão e obedecer à vontade política já manifesta de promovermos uma cooperação que corresponda ao grau de afinidade forjada ao longo de séculos de convívio comum.

Como exemplo disso lembramos as recentes comemorações do 4.º centenário da Cidade de Cacheu, marco histórico do primeiro encontro e de interpenetração das culturas guineense e portuguesa. É igualmente prova dessa vontade a visita ao nosso país de S. Ex.ª o Primeiro-Ministro de Portugal, Professor Dr. Aníbal Cavaco Silva, durante a qual foram assinados vários acordos que cobrem diversas áreas de grande importância para os nossos países, com particular realce para o arranjo monetário, e que testemunham da mudança qualitativa que se operou na nossa cooperação bilateral.

Esperamos que com a nova filosofia de cooperação que se instaurou entre os nossos países, Portugal irá contribuir, de forma relevante, na presente conjuntura, para o desenvolvimento socioeconómico da Guiné-Bissau.

Sr. Presidente, Excelências, Srs. Deputados: A cooperação entre os nossos países não se pode realizar à revelia da atual conjuntura económica internacional.

Com efeito, a economia dos países em desenvolvimento, sobretudo dos menos avançados, caso da Guiné-Bissau, vem sendo afetada, pelos efeitos nocivos da atual ordem económica internacional. Esta conjuntura internacional desfavorável, caracterizada por fatores tais como a deterioração contínua dos termos de troca; o peso crescente do endividamento e a diminuição da ajuda pública ao desenvolvimento, aliada a uma estratégia de desenvolvimento inadequada, na década do pós-independência, conduziram à degradação crescente da nossa economia.

Perante esta difícil situação, o nosso governo iniciou a implementação de um programa de ajustamento estrutural com o objetivo de minorar o impacto negativo dos referidos fatores, corrigir os desequilíbrios macroeconómicos e criar assim as condições que conduzam ao crescimento autossustentado da economia.

Esta política tem vindo a dar resultados positivos, particularmente no que respeita ao aumento da produção e das exportações, o abastecimento do mercado interno, o aumento do produto interno bruto e a redução do défice da balança de pagamentos.

Srs. Presidentes, Minhas Senhoras, Meus Senhores: É com viva satisfação que constatamos o surgimento de um consenso universal quanto aos efeitos positivos das mudanças qualitativas que se operam atualmente nas relações internacionais.

A racionalidade, o bom senso e as aspirações profundas do Homem a uma vida de paz, justiça e progresso não são certamente estranhos a estas tendências que transmitem um cunho peculiar a este fim de milénio.

O amplo e exaltante clamor de alegria que tem feito eco aos progressos que se vêm registando no campo do desarmamento, da resolução dos conflitos regionais e, de um modo geral, no clima político

mundial, é a expressão clara da esperança que anima os Homens e Mulheres de todas as latitudes e fundamenta a consciência e a firmeza dos esforços coletivos tendentes a definir um mundo melhor.

O culminar em dezembro último do processo negocial entre Angola, Cuba e a África do Sul, sob a mediação dos Estados Unidos da América, com a assinatura dos acordos de Nova Iorque sobre o Sudoeste Africano foi, neste contexto, unanimemente aplaudido pela Comunidade das Nações como ilustração eloquente do prevalecimento da razão e do diálogo sobre os radicalismos e as intransigências de outrora.

Foi assim que a Humanidade também saudou o desencadeamento, em 1 de abril deste ano, do processo de implementação do plano das Nações Unidas para a independência da Namíbia.

Embora acontecimentos preocupantes tenham desde então ensombrado de certo modo o cenário político daquela região, suscitando interrogações sobre as possibilidades reais de salvaguarda dos frágeis equilíbrios conseguidos através dos vários compromissos que balizaram as negociações quadripartidas ao longo do ano de 1988, continuamos confiantes no êxito final das justas reivindicações do povo namíbio à autodeterminação e independência. Na linha do papel que vem desempenhando, estamos convictos que a ONU — eixo fundamental em torno do qual se articula o plano sobre a Namíbia, aliás concebido e adotado sob os seus auspícios — saberá velar, utilizando para o efeito todos os meios políticos e jurídicos ao seu alcance, pelo cumprimento integral das medidas que visam assegurar a transição pacífica daquele território para a independência.

Não poderíamos deixar de salientar neste contexto a ação de primeira ordem desempenhada neste processo pela República Popular de Angola e saudar a sua coragem, lucidez e compreensão clara dos grandes desafios colocados à África Austral, ao continente africano e ao mundo.

O empenho e a abnegação do povo angolano irmão não terão sido vãos, porquanto permitem hoje vislumbrar novas e animadoras perspetivas de paz naquela região.

Gostaríamos também de manifestar a nossa firme solidariedade ao povo irmão de Moçambique no seu esforço de Reconstrução Nacional e no seu combate aos atos de desestabilização e destruição levados a cabo pelos bandidos armados apoiados pelo regime racista de Pretória.

Estamos convictos de que a eliminação definitiva do *apartheid* a que, em última instância, cabe a responsabilidade da situação de guerra, tensão e instabilidade que reina no cone sul do continente africano será brevemente uma realidade e que vencerão na África do Sul as forças da liberdade, democracia e justiça social.

Pairando ainda sobre ele uma cortina de silêncio Timor-Leste continua afastado da corrente positiva de diálogo e concertação que levou, nos últimos anos, a progressos substanciais na via da afirmação dos direitos dos povos a dispor livre e soberanamente do seu destino.

Das vozes que se têm levantado em condenação à violação dos direitos mais elementares do povo daquele território, figura a do Portugal democrático empenhado a assumir a plenitude das suas responsabilidades de potência administrante legal de Timor-Leste. Os cinco países africanos de língua oficial portuguesa, reunidos em Bissau na Cimeira de 1988, manifestaram o seu apreço pela firme posição de Portugal em relação a este território, encorajando-o a prosseguir na busca de soluções que garantam a salvaguarda dos interesses legítimos e a integridade do povo de Timor-Leste.

Saudamos esta atitude de Portugal que honra e dignifica este país amigo e a que este areópago — a Assembleia da República — tem servido de palco privilegiado.

Srs. Deputados, por ocasião da cimeira de Bissau deixámos inequivocamente expressa a vontade dos nossos povos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe em estreitar as relações com o povo português que aqui tão dignamente representais.

Permitam-me que expresse o meu reconhecimento pelo modo como há bem pouco tempo vós, os representantes do povo amigo de Portugal, destes a vossa confirmação a um acordo assinado entre os governos de Portugal, e do meu país, prova do apoio unânime de todas as forças políticas em aprofundar o relacionamento entre os nossos povos.

Sr. Presidente da Assembleia da República, neste lugar, onde estão reunidos os eleitos das forças políticas que representam todo o povo português, queremos em nome do povo guineense render uma profunda homenagem ao povo português que, compreendendo a evolução irreversível da História, decidiu percorrer com os nossos povos um novo caminho de paz, liberdade e amizade.

Que seja longa e firme a amizade entre os nossos povos.

Aplausos gerais de pé.

O Sr. **Presidente**: — Por direito próprio, vai usar da palavra S. Ex.ª o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República Mário Soares**: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Membros do Governo, Srs. Embaixadores, Srs. Deputados, Sr. Cardeal-Patriarca, Eminência: Comemoramos hoje o XV Aniversário do 25 de Abril, com a plena consciência e o legítimo orgulho de pertencermos a uma Pátria de homens livres; de vivermos num país que se rege pelos princípios da democracia pluralista e da eminente dignidade da pessoa humana; de constituirmos uma Nação prestigiada e respeitada no mundo; de sermos um Povo coletivamente empenhado na construção de um futuro melhor, que desejamos seja de progresso e bem-estar em que a solidariedade e a justiça social, a cooperação internacional e a paz permitam, a todos, beneficiar das espantosas descobertas científicas e das inovações tecnológicas que estão a transformar profundamente a vida, à escala do planeta, nesta etapa final do século XX. A todos os que tornaram possível o Portugal de hoje, livre e democrático, dirijo, como Presidente da República, uma saudação calorosa e sentida.

Aplausos gerais.

A todos eles é devida homenagem: aos jovens e corajosos "capitães de Abril", que derrubaram a mais velha ditadura da Europa;...

Aplausos gerais de pé.

Aos resistentes, que nunca vacilaram perante a repressão e sempre acreditaram no restabelecimento da Democracia; ao Povo anónimo, que nunca aceitou a ditadura e que durante tantos anos sofreu a opressão, na sombra e no silêncio, mas sempre inconformado, e que na primavera de 1974, veio espontaneamente para a rua aclamar, de cravos na mão, a liberdade reconquistada; a todos aqueles, enfim, que ao longo destes quinze anos, que hoje se completam, contribuíram para a construção e consolidação da sociedade democrática, aberta, tolerante e pluralista, em que hoje vivemos. Uma palavra de solidariedade e de respeito é devida, igualmente, aos nossos irmãos africanos — aqui representados, simbolicamente, pela Ilustre Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, país que preside, neste momento, ao Grupo dos Cinco — que, na sua luta contra o colonialismo, sempre souberam distinguir o regime ditatorial, que combatiam, do povo português, que sempre consideraram aliado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O 25 de Abril terá sido, porventura, das derradeiras revoluções europeias de um ciclo iniciado há duzentos anos com a grande Revolução Francesa. Também ele foi feito em nome da liberdade, da igualdade, da fraternidade e do inalienável direito dos homens a tornarem-se cidadãos e a decidirem sobre o seu destino coletivo, como Nação. Também ele conheceu desvios ao espírito original e sofreu os impulsos contraditórios da tentação restauracionista e da tentação totalitária. Finalmente, porém, foi o ideal democrático pluralista que prevaleceu — e venceu — na fidelidade ao espírito inicial do 25 de Abril. Quinze anos constituem um período curto numa História multissecular como é a nossa. Mas se é verdade que a História — como ensinou alguém — «é um processo em constante movimento com o horizonte em expansão, caracterizado pela novidade e pela criação incessante», haveremos de reconhecer que o 25 de Abril foi fértil em movimento, inovação e criatividade, e imprimiu já as suas marcas indeléveis, que hão de perdurar no futuro, rasgando novos e fecundos horizontes a Portugal e aos portugueses. O balanço, necessariamente sintético, que podemos fazer, com objetividade, destes quinze anos tão intensos de vida democrática é, sem contestação possível, amplamente positivo: a democratização da sociedade portuguesa e a consolidação das suas instituições políticas; a descolonização dos territórios africanos e o advento de cinco novas nações de língua oficial portuguesa; o fim do isolamento internacional e a reconquista do prestígio de Portugal no mundo; o processo de adesão à Comunidade Europeia; a constituição e consolidação do poder local democrático e das autonomias regionais; o desenvolvimento progressivo da cooperação com os novos países africanos de língua portuguesa, baseada na igualdade, no respeito mútuo e na reciprocidade de vantagens; a emergência de uma vida cultural intensa, original, criativa e como tal reconhecida no estrangeiro; a afirmação de uma comunidade científica muito ativa e consciente das responsabilidades que lhe cabem na modernização e transformação que o progresso do país exige: enfim, o aparecimento de uma juventude reivindicativa do papel que lhe compete como principal protagonista da mudança em que a sociedade portuguesa está empenhada.

Aplausos gerais.

Não se trata, naturalmente, de fazer um balanço exaustivo nem, muito menos, idílico. Mas tão só de afirmar, com objetividade, repito, uma linha de rumo, indiscutível, apesar dos acertos e desacertos

inevitáveis de uma tão complexa caminhada. Basta percorrer Portugal de lés a lés, com olhos abertos, para compreender até que ponto a face do país se transformou profundamente com o 25 de Abril, e para melhor.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vivemos, hoje, um tempo de renovadas esperanças e de estimulantes apostas. Temos razões para confiar no futuro. Contudo, a democracia, que nos rasgou os horizontes, é um regime de transparência e de verdade. Não devemos, por isso mesmo ignorar a outra face da realidade nem escamotear os problemas concretos que continuam a preocupar-nos e que precisamos de saber enfrentar e resolver, com urgência e determinação. É verdade que subsistem, em Portugal — como todos os responsáveis políticos reconhecem — enormes desigualdades e ainda significativas manchas de pobreza. É essencial, portanto, que nos ponhamos de acordo quanto a um projeto nacional para erradicar, em prazo razoável, umas e outras.

Aplausos gerais.

É verdade que, tal como em muitas outras zonas do globo, conhecemos as ameaças de um desenvolvimento urbano e industrial não controlado, da perigosa degradação do meio ambiente em que vivemos nas grandes cidades e da exploração, por vezes irracional, de alguns dos nossos recursos vitais. Uma estratégia nacional de desenvolvimento — como tantas vezes tenho referido — deve levar em conta as exigências ecológicas e ser inspirada por uma preocupação clara de justiça social.

É verdade, também, que a economia portuguesa sofre ainda de uma grande vulnerabilidade estrutural, longe de estar vencida, e que pode pôr em causa o êxito da nossa plena integração no processo de internacionalização em curso, a nível europeu e a nível mundial. Ainda há poucos anos tivemos de impor pesados sacrifícios para corrigir desequilíbrios económicos insustentáveis. Será agora, nos próximos anos, que o desafio essencial da modernização económica terá de ser ganho. Importa, por isso, pormo-nos de acordo — agentes económicos e Estado — por forma a defender da melhor maneira os interesses portugueses, contribuindo nomeadamente para a formação de grupos económicos nacionais, sólidos e competitivos.

É verdade, finalmente, que ainda não conseguimos vencer, apesar dos esforços desenvolvidos, a decisiva batalha da educação, da investigação científica e da cultura, *lato sensu*, que constitui, em todas as sociedades democráticas modernas, o caminho privilegiado de acesso à liberdade, à emancipação e à autonomia dos indivíduos e dos povos.

A constatação realista de tais factos — ou de outros, menos agradáveis — não deve, porém, desencorajar-nos nem justificar atitudes de descrença, de resignação ou de pessimismo.

Temos hoje, em Portugal, condições, capacidades e recursos para vencer os desafios do progresso e do desenvolvimento. A qualidade humana dos portugueses é, reconhecidamente, excelente. Somos uma Nação livre e responsável, um Estado de Direito, dotado de instituições democráticas que, quando postas à prova, têm funcionado. A democracia é uma construção permanente e o poder político democrático é sempre, por definição, limitado. Temos, por isso, com serenidade, de saber confiar em nós próprios e no futuro da nossa Pátria, de cuja vocação e destino nos devemos sentir orgulhosos.

Para tanto, precisamos de aprofundar a nossa vivência democrática — designadamente através da defesa de uma comunicação social livre e responsável — e de enraizar...

Aplausos gerais.

... na sociedade portuguesa uma cultura de diálogo, de tolerância e de concertação, que amplie e consolide, com a flexibilidade necessária, as áreas de consenso, sempre que esteja em causa a prossecução e realização de grandes objetivos nacionais.

Aplausos gerais.

Assim, importa incentivar e aperfeiçoar, por todos os meios, as condições que assegurem uma participação crescente e alargada dos cidadãos na vida política, social e cultural, tornando-os cada vez mais conscientes da necessidade de exercerem um controlo democrático efetivo sobre as grandes transformações que se estão a operar, em todos os domínios da vida coletiva, à escala nacional e à escala europeia.

Temos de saber retirar os maiores benefícios — e evitar, quanto possível, os aspetos negativos, que são previsíveis — do grande movimento internacional em que estamos ativamente a participar no quadro da Comunidade Europeia. Reside aqui um desafio imenso em relação ao qual é urgente consciencializar os portugueses. Sr. Presidente, Srs. Deputados: Liberdade, igualdade, segurança, prosperidade, concórdia nacional e bem-estar, são princípios e objetivos que só poderemos salvaguardar e alcançar no quadro de uma democracia desenvolvida — política, económica, social e cultural — na qual todos se sintam cidadãos, sujeitos e participantes, não apenas no plano nacional, consolidando os alicerces da República moderna em que Portugal tem por meta transformar-se, mas também à escala internacional, contribuindo ativa e empenhadamente para a construção da Europa Comunitária que se prepara para a grande viragem de 1993, com a aplicação efetiva do Ato Único Europeu.

É uma meta que tem de ser atingida com pleno êxito e para a qual temos, diante de nós, um curto prazo de preparação. Não devemos, por isso, perder tempo nem desperdiçar energias. O objetivo é claro e pode ser resumido numa simples frase: um Portugal seguro da sua identidade, ativo e competitivo numa Europa Unida.

Parafraseando um grande estadista americano — o Presidente Kennedy — diria aos portugueses: não perguntem o que o vosso país pode fazer por vós, perguntem o que todos vós podeis fazer pelo vosso país; não perguntem o que a Europa vai fazer por nós, perguntem o que nós, cidadãos portugueses e europeus, poderemos fazer por Portugal integrado numa Europa, capaz de se tornar, cada vez mais, a vanguarda da liberdade, do progresso e do bem-estar.

Aplausos gerais.

Não desejo significar com isto que o Estado deva abdicar das suas obrigações inalienáveis. Bem pelo contrário: deve estar atento, ativo e interveniente na definição dos grandes objetivos do desenvolvimento, na seleção e aproveitamento dos novos instrumentos postos à nossa disposição pela Comunidade, na identificação, estímulo e reforço dos agentes da mudança, na viabilização interna das condições de aceleração do processo de abertura da economia e da sociedade para o exterior.

Significa, isso sim, que, a par da reorganização do Estado e das responsabilidades que lhe incumbem, e à sociedade civil, às suas organizações, associações e aos seus agentes, que compete, igualmente, dar os impulsos vitais no sentido do progresso e da mudança, com imaginação, criatividade e capacidade de iniciativa, em suma, com o espírito aberto à inovação, à transformação gradual e às profundas reformas necessárias.

É preciso, entretanto, que nos entendamos sobre a Europa que estamos a construir. O Ato Único Europeu não reclama apenas dos seus signatários a definição e a dinamização de estratégias económicas. A Europa sem barreiras do grande Mercado Único não pode circunscrever-se à liberdade de comprar e de vender, de investir e de consumir. Tem de ir mais longe: tem de ser também uma Europa política e uma Europa social — a Europa dos cidadãos e um espaço de solidariedade — capaz de encontrar, na diversidade e interpenetração das suas diferentes culturas, a coesão e a força que hão de projetar no mundo a sua unidade. É nessa Europa do futuro que o Portugal de Abril está vitalmente empenhado, no reforço da sua identidade própria e procurando, ao mesmo tempo, estreitar os laços que cada vez mais o ligam a uma vasta comunidade linguística, dispersa pelos cinco continentes, da qual fazem parte o Brasil e os novos países africanos de expressão portuguesa — também eles interessados em que a aposta europeia seja vencida por Portugal e possa vir a beneficiar o seu desenvolvimento e a sua inserção nos processos de transformação social, económica, tecnológica e política que o mundo está a viver, rumo ao século XXI.

É esse capital precioso, que se traduz numa multiplicidade de relações e numa pluralidade de interesses que importa tornar compatíveis, que faz de Portugal — Nação multissecular pioneira na descoberta do vasto mundo — um interlocutor hoje indispensável, respeitado e prestigiado, na cena internacional.

Também isso ficámos a dever ao 25 de Abril, que hoje comemoramos, voltados essencialmente para o futuro e confiantes de que teremos a capacidade e a vontade política necessárias para não perder a grande e histórica oportunidade que de novo nos bate à porta, como Nação.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, declaro encerrada a sessão.

1990

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, declaro aberta a sessão.

Tem a palavra o representante de Os Verdes, Sr. Deputado Herculano Pombo.

O Sr. **Herculano Pombo** (Os Verdes): — Ex.mo Sr. Presidente da República, Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia da República, Ex.mo Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as Deputadas, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Hoje é dia de falar de Abril.

Falar do Abril que houvemos, dos velhos medos daquela noite, entre todas a mais longa, em que «as horas ficaram acesas e o tempo, com um corcel por dentro, foi desbridando o basalto das trevas».

Falar da cantiga morena, que na rádio acordava a mais clara das madrugadas; de como se acendeu cedo a querida Liberdade nesta terra outra vez de fraternidade; de como surgiu um amigo em cada esquina das cidades e da louca esfusiante alegria, pintando em cada rosto a igualdade.

Falar das armas e dos capitães assinalados que, cansados da guerra, corajosamente puseram nas ruas a última e a melhor das batalhas, aquela que o povo não quis perder.

E falar do povo, que é quem mais ordena e que naquela manhã de Abril pôde colher finalmente os cravos no silêncio semeados, verdes da esperança que os acalentou, vermelhos do sangue que os regou; um povo de cara outra vez lavada nas águas mil daquele Abril e nas lágrimas com que se foi salgando o mar que o trouxe de volta a casa, cumprindo finalmente o fado de dar novos mundos ao mundo.

Falar da dignidade recuperada, das independências partilhadas, da democracia pedra a pedra construída, do poder autárquico consolidado, da Constituição, fruto maduro de Abril.

Mas falemos também do 25 de Abril por haver — do sofrimento dos timorenses, a quem a distância não deve roubar as flores da liberdade; da solidariedade social por cumprir, das assimetrias renitentes que persistem em retalhar o país, da regionalização que tarda e da pátria ainda madrasta para os que continuam a ter que emigrar; do analfabetismo que nos hipoteca o futuro, das escolas de porta estreita e janelas fechadas à realidade; das crianças que nunca serão meninos e a quem as máquinas da ganância mutilam o riso e a esperança, quando não as próprias mãos; dos velhos a quem expulsámos do mundo que construíram, mundo que lhes compramos a troco de magra pensão.

E falemos do 25 de Abril esquecido, daquela velha azinheira que já não sabia a idade, à sombra da qual fizemos juras que quebrámos, e das outras, muitas, azinheiras, sobreiros, carvalhos e oliveiras agora queimados, arrancados, cientificamente substituídos pela irracional rapidez do lucro; e daquela gaivota, asas de vento, coração de mar, que voava, voava, e já não voa, asas grudadas por um qualquer derrame de hidrocarbonetos, o coração envenenado por uma qualquer descarga de cloro; e dos rios a quem o povo deu nomes de Tejo, Alviela, Ave, Lis, Almonda, e tantos outros que navegámos sentados nos bancos da escola e que jazem agora fétidos pesadelos, paraísos mortos onde os nossos filhos já não chapinham frescas gargalhadas; e daquela outra irracionalidade, entre todas a mais velha, de querer conquistar à natureza e ao desenvolvimento novos e mais largos espaços para neles semear os embriões da guerra, como acontece em Alcochete ou em Mértola.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República: Falar de Abril é falar do Abril todo, do que tivemos e fomos, do que temos e somos e do que está por inventar, dormindo sereno no regaço da nossa criatividade, e que quando dele falamos também vai, pouco a pouco, despertando.

E, hoje, é desse Abril que mais preciso é falar, para que não adormeçam as consciências e os procedimentos, sobretudo os daqueles que, nascidos já em democracia, esperam de nós que o Abril que lhes damos, mais do que um feriado, uma cerimónia ou um discurso, seja um testemunho que agarrem com as próprias mãos, assumindo a sagrada responsabilidade de manter aceso o fogo da democracia.

Falemos, pois, não só já de liberdade, fraternidade, igualdade, mas também de solidariedade com o futuro, de desenvolvimento repartido e equilibrado, do direito à felicidade e da legitimidade do prazer, do respeito pelas diferenças e do gozo das diversidades, da paz, como natural forma de viver e de todas as utopias que formos capazes de sonhar.

Porque é a falar que a gente se entende e aproxima, porque é a falar que as histórias se contam e o futuro se diz e porque hoje era o dia aprazado para falar de Abril, falámos.

E o pouco que dissemos, mais o que a seguir se dirá, há de servir para contar o primeiro Abril aos que o não viram, lembrando aqueles que o fizeram.

E palavra puxa palavra, atrás de um sonho outro sonho há de vir, em este conto contando sempre lhe acrescentaremos mais um ponto, sem nunca se acabar a história, que o mais dela, e talvez o melhor, está ainda por fazer e contar.

Por isso, hoje cheira outra vez a cravos e as suas pétalas vivas são de novo uma festa. Daqueles que murcharem se aproveitarão as sementes para que Abril floresça em todas as primaveras do futuro. Viva o 25 de Abril!

Aplausos de Os Verdes, do PSD, do PS, do PCP, do PRD e dos Deputados Independentes João Corregedor da Fonseca e Raul Castro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do CDS, Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Ilustres Convidados: Sei que é um exercício académico, mas, dada a sua relevância para a data que comemoramos, não resisto à tentação de formular uma questão que muitos de nós trazemos em pensamento nestes últimos 100 dias que, desde a vitória eleitoral do Solidariedade na Polónia, vêm abalando a Europa do Centro e do Leste.

A questão é esta: como seria a revolução de 1974 em Portugal, no contexto europeu em que nos encontramos hoje?

Ninguém duvida que os militares, enquanto reais sustentáculos de todos os situacionismos políticos vividos após a revolução liberal, eram os únicos capazes de derrubar o regime então vigente.

É óbvio que todas as tentativas de mudar, por dentro, o Estado corporativo e autoritário construído por Salazar estavam votadas ao fracasso, principalmente num contexto de avanço generalizado dos autoritarismos de sinal contrário, como o que então se vivia. O que aconteceu com o destino das várias alas liberais e com a última eleição presidencial indireta, a par do imobilismo revelado na revisão constitucional de 1971, foram disso testemunhos mais do que eloquentes.

Por isso, decorridos 16 anos, o feito de 1974 é ainda merecedor da homenagem que aqui viemos prestar-lhe, dada a sua permanente razão de ser.

Todavia, as sequelas a que os portugueses tiveram de assistir seriam totalmente diferentes. Não haveria a tentação totalitária por parte dos comunistas para exercitarem aqui a tomada do poder por métodos leninistas, nem como o Dr. Mário Soares há dias opinou no *Diário de Lisboa*, com o orgulho de um socialista de raiz, haveria o triunfo dos mencheviques portugueses. A transição para a democracia portuguesa seria, em grandes traços, aquela que, decorridos dois ou três anos, veio a implantar-se com a formação de quatro grandes partidos pertencentes à tradição política europeia — um partido democrata-cristão, um partido liberal, um partido socialista ou social-democrata e um partido comunista, dividindo entre si, sem simulações de designação esquerdizantes, o espaço eleitoral. Não teria acontecido o 11 de Março, com as «conquistas irreversíveis do PREC», nem logicamente o 25 de Novembro, e a Constituição da República de 1976 seria basicamente o que é o texto saído depois da segunda revisão constitucional.

Entretanto, se é admissível que no primeiro quinquénio fosse natural a instabilidade política própria da transição pacífica do monopartidarismo antidemocrático para o pluripartidarismo em plenitude de liberdades, o desenvolvimento económico teria sido linear e sem grandes sobressaltos. Uma economia dominada pelo devastador setor público empresarial, acompanhada da redução persecutória do empresariado privado, não teria perturbado a democratização económica de Portugal com as consequências e com os custos elevados que estamos ainda a pagar.

Mas, se é assim, também é justo que perguntemos com que espécie de problemas nos confrontamos, ainda hoje, ao comemorar o feito de Abril. Aceitando, como se aceita, que o mecanismo social que alimenta a modernização de um país reside essencialmente numa sociedade de mercado aberto, entendido como um espaço de livres escolhas em que cada indivíduo se move ou se movimenta em função dos seus interesses próprios, a excessiva partidarização do Estado, seja no domínio político, seja na gestão das alavancas do poder económico, combinada com a própria crise do sindicalismo, corresponderá ao modelo ambicionado do exercício do poder democrático inaugurado em 1974?

Em Portugal, nos últimos anos, assiste-se à proliferação dos chamados efeitos perversos ou viciosos do sistema consagrado constitucionalmente, que receberam dos analistas designações tais como: o presidencialismo do Primeiro-Ministro; o autoritarismo na condução dos negócios públicos; a subestimação do papel do Parlamento na formação dos consensos imprescindíveis para a nossa participação na Comunidade Económica Europeia; o excessivo secretismo que rodeia as grandes decisões que influenciarão, a muito curto prazo, o nosso quotidiano; a invasão clientelista do aparelho administrativo; o domínio por técnicas sofisticadas da informação audiovisual; o abuso do conceito de estabilidade governativa para condicionar o eleitorado para um projeto partidocrático do poder, em vez de aproveitá-la para grandes debates sobre temas de interesse nacional; a substituição da descentralização pelo reforço de tutelas sobre o poder local; o combate militante contra a regionalização administrativa do país; a política económica e de fomento inteiramente subordinada aos fins eleitoralistas e outras manifestações do género que todos temos presente, reclamam uma revolução pacífica de mentalidades e conceitos democráticos que tornam necessário repensar a abertura trazida pelo 25 de Abril.

A democracia que almejamos requer normas e vias para a transparência do financiamento dos partidos políticos e campanhas eleitorais, a clara definição ideológica e de princípios orientadores de cada formação que concorre ao voto popular, o incentivo para a participação dos cidadãos na vida coletiva, através do reforço do associativismo e revigoramento do poder local, o repúdio da conceção patrimonialista e burocrática do Estado.

Tornou-se hoje corrente a afirmação de que a modernidade e o crescimento económico não são uma e a mesma coisa. Modernizar o aparelho económico requer novos instrumentos, porque os índices de sucesso de qualquer projeto se elevam quando se atribui às organizações não governamentais uma responsabilidade mais efetiva na distribuição dos fundos, dirigindo elas próprias as poupanças através de interesses descentralizados, afinados com as necessidades e aspirações locais. É urgente evitar que uma visão tecnocrática conduza àquilo que se costuma chamar uma "sociedade a duas velocidades", com uns, poucos, a aproveitarem-se da conjuntura e a grande maioria a empobrecer com o agravamento das iniquidades. A questão social, que deve ser o domínio preferencial do Estado, não se faz com cartas-anúncios de aumentos ilusórios de pensões nas vésperas das eleições nem com tempos de antena nos meios de comunicação social.

Ainda temos muito para caminhar em direção à democracia política, económica, social e cultural que queremos construir e, enquanto ela não for sentida, participada, vivida, por todos os portugueses, a comemoração do 25 de Abril não será uma liturgia sem convicção, mas um permanente alerta para todos aqueles que, como nós, deputados desta Assembleia da República, têm o dever de denunciar as omissões e os desvios e também — é preciso dizê-lo — congratular-se com o progresso que temos vindo a realizar e que hoje nos colocam num patamar bem mais alto de qualidade de vida e esperança no futuro, comparado com o estádio em que nos encontrávamos há 16 anos atrás.

Que esta comemoração seja, pois, uma expressão consciente da liberdade crítica e uma manifestação de confiança na nossa capacidade criadora e democrática.

É com esta convicção nesta capacidade que devemos abordar o tema candente e atual das relações com as Comunidades Económicas Europeias.

A integração e o acompanhamento do desenvolvimento da CEE representa, para nós, portugueses, o resultado da opção deliberada que tomámos e não a receita para suprir as debilidades, que continuam a manifestar-se, aqui e ali, na nossa vida coletiva.

Capazes de fazer Abril e de sobre ele construir a liberdade, seremos também capazes de afirmar, na construção da nova arquitetura europeia, a identidade de Portugal, país a quem se deve o essencial da história moderna deste velho continente.

Aplausos do CDS e do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do PRD, Sr. Deputado Marques Júnior.

O Sr. **Marques Júnior** (PRD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Membros do

Governo, Srs. Deputados, Srs. Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Comemorar, hoje, o 25 de Abril, 16 anos depois, é afirmar que os seus objetivos fundamentais estão vivos e bem vivos.

Prova-o esta cerimónia, muito mais do que solene ou protocolar, em que aqui nos reunimos não só para recordar e assinalar o Dia da Liberdade, mas também, decerto, para manifestar o propósito de, na diversidade das nossas ideias e ideologias, unir esforços na construção do nosso futuro coletivo de cidadãos de um país livre e democrático. E, mais, de dar o nosso contributo, pequeno ele seja, para um futuro melhor da Europa e do mundo. Contributo que é dado com orgulho, mas também com humildade, que tem as suas raízes na Revolução de 1974, uma das mais belas, ou mesmo a mais bela, generosa e fraterna da nossa história, com enorme repercussão e mesmo notória influência muito para além das nossas fronteiras.

O 25 de Abril, símbolo da democracia e dos anseios de progresso e desenvolvimento, e até da nossa capacidade de sonho, não é, nem pode ser, uma fronteira entre vencedores e vencidos, como alguns gostariam que fosse, mas apenas uma fronteira entre a ditadura e a liberdade, entre o passado e o futuro.

O Sr. **João Corregedor da Fonseca** (Indep.): — Muito bem!

O **Orador**: — Sim, porque o 25 de Abril, ao derrubar uma ditadura velha de quase 50 anos, ao pôr fim ao regime fascista e colonialista, à guerra que matou, amputou ou, de qualquer modo, "feriu" profundamente dezenas ou centenas de milhares de jovens de Portugal e dos outros países nossos irmãos, hoje independentes, ao criar um sistema democrático e pluralista, respeitador dos direitos do homem e do direito internacional, em cuja comunidade nos reintegrámos inteiramente e de pleno direito, após décadas de atropelos e desmandos vergonhosos que nos mantiveram — para citar o velho ditador — «orgulhosamente sós», o 25 de Abril tem de ser considerado como a ponte que se abriu para a construção do futuro. A esta luz não deve ser confundido ou, sequer, relacionado com outras datas que podem constituir referências da evolução do processo democrático, mas na circunstância são usadas apenas como tentativa de descaracterizar o próprio 25 de Abril.

O Sr. **João Corregedor da Fonseca** (Indep.): — Muito bem!

O **Orador**: — Entramos num novo ciclo em que, à imagem do que se está a passar no mundo com o desaparecimento das tensões Este-Oeste, que marcaram a última década, a conciliação é a norma em que os homens querem viver. Este novo sentido das relações humanas não nos pode deixar indiferentes perante o apelo que vozes nacionais e internacionais, altamente autorizadas no mundo da política e da cultura, fazem ouvir para que o espírito da conciliação arrume definitivamente os resíduos da turbulência revolucionária que, tendo decorrido no enquadramento ultrapassado, são hoje reconhecidos como anacrónicos pelos seus próprios autores.

A Sr.ª **Natália Correia** (PRD): — Muito bem!

O **Orador**: — Na mesma perspetiva, não penso que seja correto e adequado o constante acentuar de erros ou excessos, naturais num processo de profunda transformação da sociedade, sem antes sublinhar serem eles inevitáveis numa revolução e constituírem, mesmo, ainda uma consequência dos erros, ou mesmo dos crimes, de um passado opressor que fez um povo viver privado da sua cidadania durante quase meio século.

De resto, normalmente, aquela acentuação e confusão de valores provém dos que, nada tendo feito pela liberdade, assumem a má consciência dos que foram, efetivamente, o suporte da ditadura. É como se desejassem um 25 de Abril que não existiu, porque, de facto, nunca desejaram o 25 de Abril que existiu, porque nunca desejaram a liberdade.

Outros, ainda, têm tentado fazer do 25 de Abril apenas uma data histórica, uma simples efeméride carregada de algum significado romântico, com o objetivo de procurar diminuir o seu real significado e a sua autêntica dimensão.

O 25 de Abril, como salientaram os militares do Movimento das Forças Armadas, no dia em que chegaram ao fim as suas funções constitucionais, foi «historicamente, o momento da libertação de energias morais, materiais, políticas e humanas que, estando longe de atingirem a sua maturação, se articulam lentamente num processo dinâmico, e por isso mesmo contraditório, que apontam irresistivelmente para a organização de uma sociedade livre, justa e fraterna e para a construção de um país verdadeiramente independente».

Quer isto dizer que, sendo antes de tudo, fundamentalmente, liberdade e libertação, o 25 de Abril representa também o momento decisivo de arranque de uma dinâmica de modernização e transformação progressiva da sociedade portuguesa.

Comemorar o 25 de Abril deve ser também a oportunidade para uma reflexão que nos permita avaliar em que medida a liberdade inteira é uma realidade do nosso quotidiano e as transformações democráticas têm contribuído, de forma inequívoca, tanto quanto seria possível, para melhorar as condições e qualidade de vida da generalidade dos portugueses. Temos, neste aspeto, uma responsabilidade especial: a de demonstrar que a democracia é o sistema ou a referência que permite viver um presente com a esperança num futuro cada vez melhor.

Deste modo, se no Portugal democrático os direitos do homem estão, no essencial, assegurados — e esta é a primeira e decisiva vitória da Revolução de 1974 — a justiça social e a solidariedade não podem ser simples palavras, valores que todos dizem defender, para descanso das suas consciências, mas que não passam de letra morta, quando devem ser realidades vivas, e bem vivas.

Não é suficiente estar na Constituição que os cidadãos, por exemplo, têm direito à saúde e à habitação, é necessário que haja assistência médica adequada e casas para todos. Não basta que haja liberdades civis e políticas, é necessário que todos os portugueses tenham condições de vida minimamente dignas para poderem usufruir, no concreto, da sua liberdade. Enfim, é preciso que não haja, na prática, portugueses de primeira e de segunda, mas que todos sejam Portugueses com igualdade de oportunidades e com a mesma dignidade de cidadãos de um país livre.

E é também nesta perspetiva de futuro que encaramos as transformações que, um pouco por todo o mundo, vão no sentido da libertação do homem como condição necessária para a construção de uma

sociedade mais livre. E é mesmo emocionante para nós, cidadãos de Abril, voltar a ver, noutros países, os cravos nos canos das espingardas ou nas mãos de crianças.

Ora, se o 25 de Abril teve efetiva influência na transição democrática de outros países, como a Grécia e, sobretudo, a Espanha, porventura, a mais longa distância, o Brasil ou até, lá no outro extremo do mundo, nas Filipinas — como há dias referiu o Sr. Presidente da República, num oportuno colóquio sobre «O 25 de Abril Revisitado pela Imprensa Estrangeira», promovido pelo jornal *Diário de Lisboa* — ele é data maior dos nossos oito séculos de história e, também, indiscutivelmente uma data do maior significado ao nível da história contemporânea na Europa e no mundo. Todavia, persiste uma situação dolorosa para todos nós, que é o caso de Timor-Leste. Gostaria de, desta tribuna e neste dia, lançar um grito de apelo a todo o mundo para que se encontre uma solução digna para o caso de Timor-Leste, onde uma cultura está a ser destruída e um povo está a ser objeto de um verdadeiro genocídio.

Aplausos gerais.

Enquanto o povo maubere não for livre, a Revolução portuguesa está incompleta e Abril não está cumprido.

A Revolução portuguesa correspondeu, em muitos casos, aos sonhos de idealismo e utopia que, em muitos países eram objeto de reflexão e debate. Portugal foi não só uma referência como, em muitos casos, o sonho que podia tornar-se realidade. Foi uma Revolução diferente, capaz de despertar, no subconsciente coletivo de muitos a perspetiva de uma sociedade ideal.

Passaram-se 16 anos e, depois de muitas vicissitudes, construímos um Portugal democrático, aberto ao mundo, em que sobressai a consciência do que é Portugal e do que é ser português.

Não construímos, no entanto, essa sociedade ideal. A um crescimento económico, erigido como valor em si mesmo, não tem correspondido nem um desenvolvimento socialmente equilibrado nem uma melhor distribuição da riqueza nacional. Muitas vezes, parece que o poder do dinheiro é que vale, degradando-se a solidariedade, o espírito, às vezes — dir-se-ia mesmo — o patriotismo. Mas nós, os que exercemos funções políticas, temos a grande responsabilidade, não só por razões de cidadania, mas por exigência de um compromisso que livremente assumimos perante os portugueses, de manter viva a solidariedade entre todos e de fazer da justiça social um objetivo vivo da nossa sociedade, de defender valores morais e cívicos inquestionáveis.

O 25 de Abril não deve ser exclusivo de ninguém, mas também ninguém se deve excluir do 25 de Abril. Ele deve ser o ponto de encontro de todos os portugueses e já hoje, fundamentalmente, é esse ponto de encontro.

Ultrapassado o calor das querelas tantas vezes estéreis e de injustiças tantas vezes flagrantes e até inconcebíveis, penso que todos hoje me podem acompanhar na evocação e homenagem que, no final desta intervenção, aqui quero prestar a todos, em especial aos mais anónimos que, generosa e fraternamente, fizeram a Revolução dos Cravos, que ontem como hoje continua a ser amanhã, continua a ser futuro, continua a ser esperança, continua a ser símbolo de um Portugal democrático, de um povo livre, para que os cravos floresçam sempre que seja Abril.

Aplausos do PRD, do PS, do PCP, de Os Verdes, dos Deputados Independentes João Corregedor da Fonseca e Raul Castro e de alguns Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do PCP, Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr.as e Srs. Convidados, Srs. Deputados: O PCP regozija-se com a dimensão e o dinamismo que este ano caracterizam as comemorações da Revolução de 25 de Abril de 1974, que refletem bem as alterações positivas decorrentes dos resultados das eleições autárquicas de 17 de dezembro passado.

Risos do PSD.

São a manifestação pública e popular de que Abril continua vivo na sociedade portuguesa e no coração do povo português, por muito que isso custe aos que, sem êxito, pretendem silenciá-lo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Os grandes valores da Revolução criaram profundas raízes na sociedade portuguesa, projetam-se como realidades, necessidades objetivas, experiências e aspirações no futuro democrático de Portugal e resistem aos que pretendem reescrever Abril e instrumentalizá-lo no seu discurso.

Protestos do PSD.

Essa perenidade é a melhor homenagem que o país presta, com plena justiça, aos capitães de Abril.

Foi muito e valioso o que conseguimos ao longo destes anos.

A Revolução de Abril instaurou as liberdades democráticas fundamentais e os direitos básicos dos cidadãos e das organizações de trabalhadores e abriu as portas à consolidação da democracia política, assente na conjugação da imprescindível democracia representativa com o aprofundamento da democracia participativa.

Por isso, não se cumpre Abril com autoritarismos na vida cívica ou no mundo laboral, com a manipulação da comunicação social e a instrumentalização dos órgãos que devem garantir a sua independência.

Protestos do PSD.

Abril é liberdade, pluralismo, diálogo institucional, transparência na gestão da coisa pública, respeito integral pelos direitos individuais e coletivos.

Protestos do PSD.

A Revolução de Abril pôs fim à guerra colonial, contribuiu diretamente para a independência dos povos submetidos ao colonialismo português e criou condições históricas para o desenvolvimento de relações de amizade e cooperação com esses povos. E isso é motivo de orgulho para Portugal e para os portugueses e deve marcar o caminho do novo estilo de relacionamento com os países africanos, assente nos valores da solidariedade ativa e do respeito pelas suas liberdades e autonomias soberanas.

Entretanto, não podemos deixar de, mais uma vez, lembrar o mártir povo de Timor-Leste, de condenar a Indonésia pelas violações dos direitos humanos e do direito à autodeterminação e à independência e de manifestar a nossa determinação de continuar a lutar para que se faça mais, de forma que também em Timor o povo possa ser senhor soberano do seu destino.

A Revolução de Abril criou condições objetivas para um dinamismo económico e social, conforme a situação, os interesses e as necessidades do povo e de Portugal. Mas, decorridos 16 anos, é forçoso reconhecer que, no âmbito económico e social, pouco se têm materializado as perspetivas abertas e os objetivos proclamados pela Revolução de Abril. Mais do que isso, transformações económicas e sociais conquistadas com Abril têm sido esvaziadas e adulteradas, eliminadas até, impedindo-se, assim, que as esperanças que a Revolução abriu tenham plena concretização.

Porém, os objetivos económicas e sociais do 25 Abril mantêm toda a atualidade no momento em que a inserção em espaços mais amplos coloca à economia portuguesa novos desafios e riscos, em que se assiste à restauração de grandes grupos económicos privados que tendem a sobrepor o poder económico ao poder político democrático e quando a realidade nos mostra que, a par das manifestações ostentatórias do novo-riquismo de uma minoria, se regista o agravamento das injustiças e desigualdades sociais que atingem a maioria dos portugueses, em especial os trabalhadores.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Inversamente ao que alguns pensam e praticam, ninguém dispõe da verdade única e das receitas milagrosas que permitam resolver, de um dia para o outro, as enormes debilidades estruturais da economia portuguesa e preparar o país para enfrentar, com êxito, os riscos que se perfilam no horizonte de 1993. Acresce que as profundas alterações que se projetam na evolução da Europa, no âmbito da Conferência para a Segurança e Cooperação Europeias, e das Comunidades, no âmbito das próximas conferências intergovernamentais, não se compadecem com atitudes de arrogante sobranceria e de irresponsável autossuficiência. Pelo contrário e como o PCP já propôs nesta Assembleia, exigem que, no nosso país, se realize um profundo debate, com efetiva participação democrática, de forma a definir uma estratégia nacional de inserção no desenvolvimento da Europa e as formas e condições da evolução das Comunidades. De qualquer modo, a amplitude e complexidade das ondas de choque que, inevitavelmente, se sentirão na economia e sociedade portuguesas, a tão breve prazo, exigem de todas as forças patrióticas e democráticas uma atitude responsável de humildade e cooperação ao serviço do interesse nacional.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Para nós, comunistas, o desenvolvimento da economia portuguesa e a salvaguarda da soberania nacional não são possíveis com a repetição do historicamente ruinoso processo de venda de bens nacionais, levado a cabo após 1820, durante o liberalismo, transferindo o património nacional para as mãos de um pequeno núcleo de grandes fortunas e, fundamentalmente, sujeitando ao domínio de grandes empresas estrangeiras centros essenciais da decisão económica nacional. Pelo contrário, no quadro de uma economia mista, em que interagem e se complementam formações económicas diversificadas, e face à realidade objetiva da organização económica e do sistema produtivo do país, o interesse nacional exige que o setor empresarial do Estado, reestruturado e dinamizado, tenha uma participação insubstituível na modernização e desenvolvimento económico, conforme aos interesses nacionais.

Mas o desenvolvimento a que os portugueses aspiram não se reduz ao conceito estreito do crescimento económico, antes integra, necessariamente, as vertentes regional e social. Importa, por isso — e o PCP defende-o — que a política nacional de desenvolvimento combata os desequilíbrios regionais, o que só é possível com o avanço acelerado do processo de regionalização de todo o espaço nacional e não, como a experiência demonstra, com uma política de crescente centralização e concentração de competências ao nível do poder central. E, fundamentalmente, a estratégia nacional de desenvolvimento deve ter como centro e finalidade os portugueses, o seu bem-estar e o seu desenvolvimento harmonioso e multifacetado, o que exige, designadamente, a correção das crescentes desigualdades na repartição funcional do rendimento, maior equilíbrio e estabilidade nas relações de trabalho e mais participação dos trabalhadores na gestão do sistema produtivo, a eliminação da chaga do trabalho infantil e das bolsas de pobreza e a crescente satisfação das necessidades básicas do povo português, em especial no que diz respeito à habitação e à segurança social condignas, ao acesso à educação e aos cuidados de saúde, dando satisfação às aspirações populares e concretizando objetivos da Revolução de Abril.

No dealbar do 17.º ano de Abril, neste tempo já longo da vida dos homens mas curto no curso da história, podemos afirmar que os valores e as realizações da Revolução libertadora continuam a ter a pujança e a modernidade bastantes para se projetarem no nosso devir coletivo. E o PCP, profundamente identificado com as grandes aspirações de liberdade, progresso e justiça social, consagradas na Revolução de Abril, continuará a pugnar para que esses valores se concretizem na sua plenitude, em benefício de Portugal e dos Portugueses.

Viva o 25 de Abril!

Aplausos do PCP, de Os Verdes e dos Deputados Independentes João Corregedor da Fonseca e Raul Castro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do PS, Sr. Deputado Jaime Gama.

O Sr. **Jaime Gama** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Embaixadores, Sr.as e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Ao saudar, em nome do Partido Socialista, as altas entidades presentes, neste dia, na Assembleia da República, não poderia deixar de dirigir-me de forma especial ao Presidente da República — que, no vértice dos órgãos de soberania, simboliza o poder democrático do Estado — e aos representantes das Forças Armadas, instituição nacional substancialmente ligada à recuperação das liberdades públicas pelos portugueses.

Aplausos do PS e de alguns Deputados do PSD.

Como parlamentar, invoco igualmente todos aqueles que pugnaram pela democracia quando ela era expectativa difícil e longínqua, os que não a chegaram a viver, os que a materializaram sem dela nada receber, quantos nela têm, nos diversos quadrantes, assumido árduas responsabilidades, os que nunca desistem na tarefa inacabada de torná-la mais perfeita, todos aqueles, em suma, que, com a sua participação, a sua crítica e o seu serviço, lhe reforçam a legitimidade e a enobrecem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em Portugal e no mundo, três ideias centrais marcam a viragem do século: a democracia, a Europa e a confiança.

A democracia.

Como em nenhuma outra época, presenciamos por toda a parte a erosão e a queda dos poderes autoritários e dos totalitarismos e assistimos à implantação progressiva de sistemas políticos baseados na lei e no direito, respeitadores das liberdades civis e políticas, da tolerância e do pluralismo. Economias estatizadas, burocratizadas e centralizadas dão lugar a economias sociais de mercado e reconhecem a inevitabilidade e os méritos da internacionalização. Ideologias sectárias e poderes pessoais colapsam ante os efeitos generalizados da revolução democrática.

Como em Portugal, na Grécia e em Espanha, em meados dos anos 70, sucessivamente a América Latina e parte da Ásia viriam a viver profundíssimas transformações políticas de sentido pluralista, que, bem recentemente, irradiaram na Europa Central e do Leste e começaram a produzir efeitos na África Austral. A consciência da inviolabilidade dos direitos humanos acabou por fazer ruir despotismos e discriminações à escala planetária, demonstrando como era adequado, no contexto recuado da época, dar início a esse movimento no nosso país e procurar circunscrevê-lo depois em moldes de correção, coerência e credibilidade, como se conseguiu e, hoje, felizmente, perdura.

A Europa.

Em paralelo com a revolução democrática, vivemos a construção e a afirmação da Europa.

Os problemas do nosso tempo são tão complexos e de tal extensão — como os provocados pela civilização técnico-científica, pelo audiovisual e a cultura de massas, pela degradação planetária do ambiente, pelos riscos de confrontação e catástrofe — que só soluções transnacionais, respeitadoras do controlo democrático, lhes poderão dar respostas adequadas.

Sem uniformização, assente na vitalidade e diversidade das culturas nacionais, confederativa mais do que federal, a Europa que renasce, ultrapassando as suas mais profundas divisões, é, na verdade, a

segunda grande revolução do século. É nela que sempre estivemos e queremos permanecer, sem enjeitar a projeção da nossa língua e o traço universal das nossas solidariedades. Porque ela é, indiscutivelmente, o ponto exato para potenciar o nosso ressurgimento, enquanto nação moderna, estimulamos a instituição do mercado único, da Carta Social, do sistema monetário e da união económica e monetária e reconhecemos as vantagens da união política, alargada aos domínios da política externa e da segurança. Só o reforço das Comunidades Europeias dará sentido ao novo papel do Conselho da Europa, ao diálogo com a Europa Central e do Leste, à reformulação dos conceitos de segurança coletiva no velho continente, à unificação alemã, à revitalização da União Europeia Ocidental, à adoção de uma nova estratégia por parte da Aliança Atlântica, ao relacionamento apropriado da cooperação com o Terceiro Mundo, a mais equilibradas relações comerciais com o Japão e os Estados Unidos da América. Portugal pode e deve estar na dianteira da revolução da Europa.

A confiança.

Pela primeira vez, na história contemporânea, negociações sérias e profundas estão em vias de obter significativas limitações e reduções de armamentos, eliminando as tensões e o risco de confrontação entre potências e criando um autêntico dividendo de paz para povos e nações. A um universo de antagonismo cego, começa a suceder um mundo mais atento às práticas do diálogo e às virtudes da cooperação e da solidariedade.

Neste novo contexto de estabilidade, a confiança é possível. Acima das crispações com que usualmente os titulares do poder e os respetivos candidatos, isto é, os governos e as oposições, tematizam a sua, aliás saudável e normal, competição, há o dado geral e em si mesmo justificado do conjunto do país, o qual constitui sempre a última e única instância de justificação de qualquer representação política e institucional e a nossa verdadeira razão de ser em conjunto nesta cerimónia.

Meditando no significado da revolução da democracia e da revolução da Europa, entenderemos melhor a revolução do otimismo que nos caracteriza, hoje, como portugueses. É já possível admitir que o nosso autêntico passado enquanto país está no nosso futuro — e não o nosso futuro no nosso passado — e que a esperança, que é de todos, tem um sentido para todos. Ciosos como poucos da nossa identidade, do nosso ambiente, do nosso património, das nossas tradições, da nossa língua e da nossa cultura, congregamo-nos naquilo que de genericamente dinâmico e criador é feito pela nossa ciência e tecnologia, nas nossas escolas, nas empresas, nas explorações agrícolas, nas mais variadas regiões do país, por homens e mulheres de todas as proveniências e opções.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A democracia, a Europa e, sobretudo, o discernimento e a tenacidade dos portugueses reforçam-nos a convicção serena e tranquila de que podemos e temos o dever de iniciar, sem anátemas recíprocos ou exclusões anacrónicas, um novo ciclo de confiança, certeza e otimismo para Portugal.

Aplausos do PS, do PSD, do PRD, do CDS e de Os verdes.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do PSD, Sr. Deputado Montalvão Machado.

O Sr. **Montalvão Machado** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Convidados e Srs. Deputados: Gostaria de começar por dizer que não vou atacar ninguém, porque, desde cedo, me habituei a cumprir aquilo a que me comprometo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Posto isto, direi que nunca é demais celebrar o 25 de Abril.

Nesta Casa, sede da democracia portuguesa, não podemos, nunca, esquecer o que foi e o que representou, e representa, essa data. Lembrá-la é uma obrigação de todos nós, como obrigação é de todos os portugueses amantes da liberdade e da democracia.

Para os homens da minha idade, para aqueles que passaram grande parte da sua vida sempre na esperança de que, de um momento para o outro, o povo português pudesse gritar bem alto que já era senhor de si próprio e da sua liberdade, lembrar o 25 de Abril é recordar um marco histórico da nossa vida.

Democrata desde sempre, filho de um velho democrata que nunca perdeu essa esperança e que, infelizmente e pelas leis da vida, não chegou a vê-la concretizada, desde muito cedo que comecei a ouvir, em casa de meus pais e nos seus círculos de amigos, que a ditadura opressiva estava por uns dias. Chegavam notícias de revoluções que estavam para rebentar, ouvia-se com ansiedade o que de bom e livre vinha lá de fora, liam-se à socapa livros e jornais proibidos pela censura, faziam-se encontros dos quais sempre ficava a ideia de que o sonho estava prestes a transformar-se em realidade.

Numa palavra, mantinha-se bem vivo o querer de um povo que se sentia com o direito à liberdade e à democracia.

Mas os anos iam passando e a ditadura permanecendo. E, esquecida do mundo, das transformações que esse mundo já vinha então sofrendo, a ditadura continuava: prisões, deportações, restrições de toda a ordem. A liberdade nunca mais chegava, o homem continuava preso à opressão de um regime odiado e a polícia política continuava a ser a dona e senhora da nossa vida. É certo que, de vez em quando, havia umas pequeninas válvulas de escape. Eram como que um pedaço de pão para quem tinha fome de um pão inteiro. Mas sempre era alguma coisa, sempre era tomar o gosto desse pequenino pedaço de pão livre.

Uma dessas válvulas era o que se passava nos julgamentos políticos a que, por ironia, se dizia que eram tribunais plenários. É este um dos aspetos que aqui vou deixar-vos, apesar de conhecido de muitos.

Nos ditos tribunais plenários, ao abrigo de uma toga de advogado, honrosa e honrada, tudo se aproveitava para, embora no pouco tempo concedido, se dizer aquilo que se não podia referir em qualquer outro lugar. Enquanto não nos retiravam a palavra, ou não nos prendiam até, era um consolo, embora momentâneo, falar mal da polícia política, falar mal do regime ditatorial e falar bem da democracia e da liberdade. Normalmente, retiravam-nos a palavra a meio, mas algo ficava.

E não resisto à tentação — perdoar-me-ão, apesar da solenidade do dia — de contar-lhes aqui duas histórias, que dizem bem do que eram esses ditos tribunais plenários.

As testemunhas de acusação eram, praticamente, sempre as mesmas: o chefe de brigada da PIDE e dois agentes, que, normalmente, só sabiam dizer que os réus tinham prestado declarações de forma livre e espontânea e que tinham confessado tudo. Porque sabiam que nós não acreditávamos nisso, chegavam a fazê-lo de forma cínica, com um sorriso de superioridade que, aliás, neles não era de espantar.

Um dia — defendia eu um comunista, porque também eu defendi comunistas, nessa altura — atrevi-me a perguntar ao chefe de brigada o que é que ele entendia por comunismo. O presidente do tribunal, porque sabia de antemão que o PIDE não sabia responder, proibiu-me logo a pergunta. Levantou-se alguma celeuma e eu, creio que com alguma legitimidade, continuava a dizer que a pergunta era pertinente — ninguém podia ter instruído um processo no qual se imputavam ideias comunistas a um réu sem que soubesse o que eram essas ideias e o que era esse comunismo. Mas não lucrei nada com isso. Com grande satisfação do PIDE, o presidente do tribunal continuou a impedir a pergunta. Mas nem todos os juízes que estiveram nesses tribunais plenários eram como o foi esse presidente. Um dos vogais juízes, no final do interrogatório do PIDE, dispara-lhe a pergunta: «O que entende por comunismo?» — a pergunta que eu fizera. O presidente do tribunal entrou em histeria, mas o juiz, muito calmo, disse-lhe: «O Sr. Presidente, a mim, juiz, não pode proibir a pergunta». E fê-la, num momento de euforia da bancada da defesa, como bem devem calcular, e onde, para além de mim, estavam outros advogados. É claro que o PIDE não respondeu, porque não fazia a menor ideia do que fosse o comunismo.

Uma outra história, esta de teor algo diferente: um dia, num desses julgamentos, respondiam 46 réus (normalmente, a polícia política agrupava muitos). Entre eles, réus, o velho democrata que, em vida, se chamou Artur Santos Silva. Na bancada da defesa um outro democrata ilustre, o velho Bento de Melo, que, com o seu monóculo faiscante, ia reduzindo a pó um PIDE que, como é evidente, era testemunha. Estava a ser um verdadeiro massacre. O presidente do tribunal lança a boia de salvação ao PIDE e retira a palavra ao Bento de Melo. Mas o Bento de Melo não era homem de se calar à primeira. Daí, até à ordem de prisão, foi um instante. Sim, porque, nessa altura — é preciso não esquecer-se —, até os advogados estavam sujeitos a ser presos em pleno julgamento. Bento de Melo, histérico, capaz de tudo, absolutamente de cabeça perdida, começa por subir para a cadeira e, daí, para cima da mesa da bancada da defesa, gritando: «Prender-me a mim, que envergo uma toga honrada e que não quero outra coisa que não seja a verdade, é o cúmulo das prepotências.» O presidente do tribunal grita para o pobre comandante da GNR, dizendo: «Prenda-o, prenda-o, prenda-o!» Mas a verdade é que, para além de alguns gestos, este pobre comandante da GNR nada fazia porque, em sua consciência, não queria prender ninguém. E é então que, no meio de todo aquele burburinho, o velho Artur Santos Silva, que era réu, como disse, mas esquecido de que o era, levanta-se do seu lugar e, fazendo menção de sair, afirma bem alto: «Isto é uma vergonha, estou enojado, vou-me embora.»

Risos gerais.

Aplausos do PSD, do PS e do PRD.

Ele, que era réu, ia-se embora, sem mais nem menos. Gargalhada geral, que serviu, e bem, para que Bento de Melo acabasse por não ter sido preso; gargalhada geral que foi como que um escape vitorioso da liberdade contra a opressão.

Poderão ser, e são, pequenas histórias, cujo pitoresco até não deixa de ter um significado que, aqui e hoje, mal não fica. A história não é mais do que um conjunto de pequenas histórias. É que são histórias da opressão da liberdade. É que, ao contá-las, vem ao de cima a luta que se travou e que tão dura foi.

Os mais novos, porque não viveram a época, é possível que apenas lhe achem alguma graça. Os mais velhos — e estou aqui a ver alguns que comigo estiveram nesses tribunais plenários — esses recordá-las-ão com o preciso significado que elas têm.

Era este o clima que se vivia no país. Um grito permanente de revolta que nunca mais acabava de sair da garganta, uma opressão que nunca mais acabava.

Até que chegou o 25 de Abril! O regime estava podre e tinha de chegar um 25 de Abril. Data que não é propriedade exclusiva de nenhuma força política, mas, antes, de todas. Alguém querer apropriar-se dela só para si é coisa de lesa-democracia.

Com o 25 de Abril, acabou-se o medo e renasceu a liberdade. Foi uma revolução de todo um povo, da iniciativa de alguns bons militares, militares diferentes dos que tinham implantado a ditadura.

Por isso, não houve sequer sangue, já que não houve opositores à revolução. Todo o Portugal a queria, todo um povo a festejou. Nesta data, nesse 25 de Abril, vi realizada a esperança de toda uma vida. Por isso lhe venho dando o pouco que sei e que posso. Como todos vós, como todo um povo, com a certeza de que o 25 de Abril é irreversível.

E será com muita saudade, mesmo muita, que aqui relembrarei nomes de velhos democratas que passaram por esta Casa e que dedicaram as suas vidas à conquista da liberdade e da democracia — Nuno Rodrigues dos Santos, António Macedo, Artur Santos Silva, Olívio França, Strecht Monteiro, Francisco Sá Carneiro, Teófilo Carvalho dos Santos e tantos outros que, porventura, esqueci.

Aplausos do PSD, do PS, do PRD e de Os Verdes.

Obrigado a eles, obrigado a todos vós, obrigado a todo o nosso povo. E, por fim, uma palavra de muita confiança nos jovens deste país, já que é para eles que estamos a construir um Portugal melhor.

Aplausos do PSD, do PS, do PRD e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República Victor Crespo**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Deputados, Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Há 16 anos caía na Europa uma velha ditadura, renascia a liberdade perdida, ganhava sentido a dignidade

do homem e o povo detinha nas mãos o seu destino. Desabrochou o pluralismo das opções políticas. Passámos a ser um país europeu firmado no humanismo. Um Estado de direito crente na fraternidade entre os homens.

Celebrar, hoje, o 25 de Abril é dar-lhe uma nova força e sentido de necessidade, é aprofundar um estado de espírito e assumir a procura das respostas políticas para o mundo em mudança.

Relembrar Abril é também continuá-lo!

É, acima de tudo, olhar para o futuro, refletir sobre as decisões que correspondam aos desafios, dar continuidade à esperança e aos anseios que nele colocámos, reabrir as mentes e os corações para maiores cometimentos e ligar o passado ao futuro na consciência do presente.

Ao celebrar e recordar o 25 de Abril, importa exprimir o sentimento de viva gratidão para com aqueles que iniciaram a rutura — os militares, a quem neste momento saúdo — e assinalar o reconhecimento e gratidão a quantos por ela se bateram e aos que a continuaram e lhe foram dando corpo e forma.

É também o momento próprio para dirigir uma palavra de estímulo à juventude, a quem pertence o futuro.

Outros, na Europa e no resto do mundo, vivem, depois de Portugal, a um ritmo crescente, a alegria da liberdade, no pluralismo e no respeito pelos valores que servimos nesta década e meia. Merecemos bem esta hora de esperança e os caminhos que se abrem para uma existência coletiva de paz e de justiça social. Não temos a pretensão de termos sido pioneiros no atear da fogueira libertadora ou de constituirmos exemplo, mas não podemos ignorar que fomos os primeiros nos processos de democratização contemporâneos.

Entre as democracias nascentes neste findar de século, somos os que adquirimos maior experiência; vivemos mais longa e intensamente a procura dos caminhos certos; ensaiámos soluções; cometemos e corrigimos erros, o que constitui um acervo que bem pode projetar-se para além de nós, já que avançámos e progredimos na consolidação do Estado democrático e na concretização das suas potencialidades de desenvolvimento material e social, isto é, no caminho para a modernidade.

Encontramo-nos no limiar da década de 90, que será substancialmente diferente dos tempos passados.

Os anos 80 tiveram a primazia do discurso económico; a década de 90 será a do discurso político; e o século XXI o do império da solidariedade.

Temos pela frente a exigência de toda a criatividade para conseguir processos, construir soluções para problemas novos e recomeçar, apetrechados com ideias que revolucionem esquemas e modos de agir.

Estão em causa as condições de sobrevivência, necessárias para realizar o futuro. Preencher a visão do seu universo: homem, paz e solidariedade.

Nos anos 80 fizemos a integração de Portugal no quadro europeu, caracterizado pela livre iniciativa, o mercado aberto e a coesão económica e social. Hoje, a Comunidade Europeia vive um processo de fortalecimento e cooperação política, científica e cultural, estando em vésperas de se ver alargada. Hoje, a Comunidade está mais ajustada para se afirmar no processo de mundialização da economia.

Falta ainda construir um sistema económico coerente, mas dele nos aproximamos. E o tempo trará uma economia global, de mercado, dinâmica e livre, em que o ambiente seja efetivamente preservado, o que implica alguma cedência de autonomia por cada país, mas ficará sempre espaço suficiente para o fortalecimento das economias nacionais.

Neste contexto, é necessário recorrer a novos esquemas e conceitos. Teremos menos Estado, mas caber-lhe-á sempre a tarefa essencial de: ser fator de estabilidade, propiciador de objetivos a médio e distante prazo; velar pela igualdade de oportunidades; combater a corrupção.

As gerações futuras não nos perdoariam que a Europa comunitária não gerasse as políticas capazes de um desenvolvimento enriquecedor nas relações Leste-Oeste, sem esquecer que os programas e soluções, até há pouco evidentes e carregados de exigência, terão de ser repensados.

Vivemos um mundo diferente que requer mutações de sistemas e mentalidades.

A defesa e a política externas sempre foram, tradicionalmente, os bastiões identificadores da soberania nacional. Porém, na Europa de amanhã, seremos confrontados com ajustamentos de equilíbrios e interpenetrações alargadas.

Trabalharemos para a paz que dê garantia de uma eficaz segurança e para que as tensões se vão debilitando.

O que impõe concertações nacionais e regionais, onde cada nação sinta que lhe é conferido o seu justo lugar, livre de opressões e onde se enterrem os restos de colonialismo que ainda permanecem.

Neste diluir de fronteiras do mundo, subsistem os interesses culturais próprios de cada povo, os seus valores espirituais, que terão de ser salvaguardados.

Deles são garante o pluralismo e a soberania popular, que conferem a estabilidade necessária para o progresso e a sua aceleração.

«A Europa far-se-á por realizações concretas que comecem por gerar uma solidariedade de facto». Estas palavras de Robert Schuman mantêm perfeita atualidade na arquitetura do século XXI.

Tudo carece de ser repensado em termos de convivência e de construção de um Estado diferente, na exaltação do que é culturalmente intrínseco, tecendo um equilibrado mosaico de modos de viver que confiram a cada país e nação a sua autonomia e características reais, o que é indissociável do homem.

Torna-se, assim, indispensável proporcionar a cada cidadão uma maior instrução, formação, aprendizagem e educação, enriquecer a sua cultura, fornecer condições para usufruir os seus direitos, viver em solidariedade e preencher a sua dimensão ética e moral.

Os homens fazem a diferença!

Com a predominância da ação política, a visão a longo termo, as interações mundiais e o respeito pela dimensão humana fazem com que ganhem todo o relevo as soluções de uma consensualidade mobilizadora da comunidade nacional.

Para atingir aqueles objetivos é determinante o papel dos parlamentos, sede da representação nacional, ponto de encontro de ideias e de debate, local onde se concebem e repensam as grandes opções geradoras dos quadros legislativos estruturantes.

Os problemas que teremos de encarar serão essencialmente políticos, ideológicos, filosóficos e até mesmo de ordem comportamental. Por tudo isso, terá lugar na década de 90 o ressurgimento da vida

parlamentar, que — temos de reconhecê-lo — passou por algum apagamento enquanto imperavam as soluções a curto prazo, pressionadas por um imediatismo pragmático.

Ressurgimento que já começa a ser percetível. É no seio das assembleias parlamentares que assistimos à consagração do pluralismo, onde ele não existia, e à legitimação de novos regimes e ordenamentos.

Neste Dia da Liberdade, não poderia esquecer os povos irmãos que formam a comunidade da língua portuguesa — comunidade que devemos realizar com a maior eficácia — e desejar a paz onde ainda fazem eco os gritos da guerra.

Excelências, festejar o dia de hoje é respeitar o povo, desejar a liberdade, a paz, a justiça social e a solidariedade.

Compreender a pluralidade das visões do futuro, agora também ele, para além de nós próprios, numa dimensão europeia e universal. Vivemos momentos reconfortantes. Oxalá nos sobre clarividência para não os desprezar.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Por direito próprio, vai usar da palavra S. Ex.ª o Sr. Presidente da República.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente da República Mário Soares**: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr. Procurador-Geral da República, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Embaixadores, Srs. Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Comemoramos hoje o 16.º aniversário do 25 de Abril. Dezasseis anos foi exatamente o tempo de duração da nossa I República, mesmo assim entrecortada por duas ditaduras, pelas incursões monárquicas e a monarquia do Norte, por mais de uma dezena de pronunciamentos e de golpes de Estado e por inúmeros atos de violência. Em 1926, a I República não teve defensores, como em Abril de 1974 a ditadura os não encontrou no momento decisivo.

Dezasseis anos passados sobre o 25 de Abril, podemos orgulhar-nos da democracia que fomos capazes de construir, da solidez das instituições que temos — e que funcionam com regularidade e na mais absoluta paz civil — das perspetivas de futuro que abrimos para a nossa Pátria, inserida como hoje se encontra num dos maiores polos de desenvolvimento mundial.

Não cometemos alguns dos erros da I República: não nos deixámos diminuir em conflitos estéreis entre o Estado e a Igreja; criámos as condições para que os militares não se envolvessem na política, conseguimos implantar um regime de liberdade sem discriminações nem constrangimentos para ninguém, onde cabem todos os portugueses, sejam quais forem as suas opiniões ou crenças; e estamos, com firmeza que não exclui a tolerância, a dinamizar uma sociedade moderna, plural e pluripartidária, num ambiente de fecunda concórdia nacional.

Não anulámos a conflitualidade, que é normal e mesmo salutar em qualquer sociedade, assumimo-la, dirimindo democraticamente os conflitos através do voto, da alternância política e pelos mecanismos de autorregulação próprios do pluralismo, no respeito pelos direitos das minorias. Em circunstâncias nem sempre fáceis, fizemos um percurso democrático que, não sendo linear, atesta, todavia, a maturidade política do povo português.

Tendo aceite como um facto inelutável e característico do nosso tempo a descolonização — a que procedemos com atraso e em situação de verdadeira emergência — soubemos, entretanto, salvaguardar o valor essencial do relacionamento fraterno com as nações africanas que falam a nossa língua, com as quais (e com o nosso tão querido Brasil) estamos a construir, perseverantemente, uma verdadeira comunidade de língua, de culturas e de afeto. Hoje, todos sentimos que se aproxima a hora de voltar a África, no respeito das independências adquiridas, e, por isso mesmo, em muito melhores condições do que as existentes ao tempo em que de lá saímos.

O mundo, entretanto, mudou — e continua em acelerada mutação, neste final de século e de milénio. Portugal, aberto ao mundo e à modernidade, não só está também a mudar, e acaso, pela primeira vez, ao ritmo do tempo que vivemos, como é, ele próprio, fator de mudança, integrado como está na Comunidade dos Doze — verdadeiro epicentro da nova construção europeia que se esboça.

Num seminário organizado recentemente — o 25 de Abril revisitado pelos *media* internacionais, que o viveram e relataram — foi posto em destaque, com impressionante unanimidade, o carácter percursor da Revolução dos Cravos. Percursor, por ser a primeira revolução democrática que ocorreu na Europa após a II Grande Guerra, por ter influenciado, de forma decisiva, a "transição democrática" que ocorreu em Espanha, dois anos depois, e por ter contribuído ainda (com a Espanha, naturalmente) para a democratização da América Latina, hoje quase completa.

Antes do 25 de Abril, muitos autores defendiam a ideia de que o pluralismo democrático era um luxo só acessível aos países ricos e desenvolvidos; hoje, tendo em conta a experiência portuguesa, assiste-se em todo o mundo a uma verdadeira "subversão democrática", reconhecendo-se a democracia como uma aspiração universal, das Filipinas aos países da Europa do Leste, do Paquistão à Namíbia ou à África do Sul.

Portugal tem, pois, motivos suficientes para celebrar o 25 de Abril, com alegria e legítimo orgulho, como uma das datas de maior significado na sua história contemporânea. Na verdade, o 25 de Abril não só representou, para nós, a liberdade e a paz, como contribuiu poderosamente para a libertação dos povos sujeitos à dominação colonial portuguesa. Livres, os Estados africanos podem hoje, por sua própria decisão e vontade, relacionar-se livremente com Portugal, como está a acontecer numa cooperação mutuamente vantajosa, baseada no respeito mútuo e que entronca nas nossas raízes históricas comuns.

Por outro lado, foi o 25 de Abril, ainda, que abriu a Portugal as portas do desenvolvimento e permitiu que nos inseríssemos tempestivamente na Comunidade Europeia, à porta da qual batem vários países europeus, sem poderem por enquanto entrar.

Assim, podemos afirmar, com boa consciência, que os cravos de Abril não murcharam — nem os deixaremos murchar!...

Aplausos do PS, do PCP, do PRD, de Os Verdes, dos Deputados Independentes João Corregedor da Fonseca e Raul Castro e de alguns Deputados do PSD.

... porque estão na origem da grande viragem de Portugal para o desenvolvimento e para o progresso, na liberdade. Não foi uma revolução fracassada, como alguns terão sugerido, só por não termos caminhado para utopias que o andar dos anos mostrou serem puras miragens de falsa propaganda.

Aplausos do PSD, do PS, do PRD e do CDS.

Pelo contrário, foi uma Revolução que realizou os seus grandes objetivos e, por isso, teve pleno êxito, na medida em que continua a ser um motivo de inspiração e uma referência democrática não só para nós como para outros povos, que a veem como um exemplo de que vale a pena ousar e que as transformações democráticas são possíveis, benéficas e exequíveis, mesmo em países pobres, antes submetidos a longas ditaduras.

Contudo, se temos boas razões para estar satisfeitos — e não ter complexos — quando olhamos para trás, num dia como este, e medimos melhor todo o imenso caminho percorrido, as dificuldades vencidas e os perigos ultrapassados, nestes 16 anos de vida democrática, não devemos deixar de ser rigorosos e exigentes com nós próprios, considerando que é necessário fazer muito mais e melhor, no que respeita ao aprofundamento da democracia que temos não só no plano institucional e político como nos domínios económico, social — com uma mais equitativa repartição da riqueza, por forma a reduzir as tão chocantes desigualdades ainda existentes — e, sobretudo, no plano cultural.

É necessário estimular a comunidade nacional no sentido de uma maior participação na vida pública, satisfazendo as suas aspirações legítimas e avançando nas reformas do Estado que facilitem a vida dos cidadãos.

É por isso que tenho sempre defendido que as comemorações do 25 de Abril, Dia da Liberdade, deveriam ter um carácter fundamentalmente prospetivo — e não passadista — voltando-se resolutamente para a invenção do futuro. É gratificante — e representa um ato de justiça — homenagear os capitães de Abril, aos quais devemos a liberdade,...

Aplausos gerais.

... bem como todos os resistentes, que, pela sua ação tenaz contra a ditadura, de algum modo prepararam esse dia libertador.

Aplausos gerais.

É importante reconstituir os factos e não deixar que os mais novos ignorem o que foi o 25 de Abril e o que representou para todos os que tiveram a imensa alegria de o viver. No entanto, o essencial é a antecipação do futuro — é a preparação para os grandes combates que nos esperam, na fidelidade ao 25 de Abril e ao seu desenvolvimento — para que os nobres ideais da liberdade, da solidariedade e da participação a todos os níveis possam continuar a enraizar-se na sociedade portuguesa, contribuindo para a tornar mais justa, melhor e, sobretudo, mais humana. É o que, julgo, mais interessará à juventude, porque se trata de um convite para um combate generoso e irrecusável em que necessariamente haverá de participar.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Temos várias metas diante de nós, como Nação, antes e depois de 1993. Não devemos permitir que nos escapem. O futuro tem as portas abertas para Portugal, de par em par. Não podemos perder as oportunidades que se nos oferecem. Precisamos de ter a coragem de cortar com velhos hábitos obsoletos, de sacudir a facilidade e o egoísmo, de não transigir com interesses inconfessáveis e, sobretudo, de ousar, inovando e vendo em grande, para o futuro — libertando-nos do que é particular e mesquinho — com o orgulho da nossa condição de portugueses, de homens livres e na fidelidade às nossas raízes e aos melhores momentos da nossa história.

Melhoremos o nível de vida da gente portuguesa, pensando sobretudo nos mais carenciados, e procuremos, amorosamente, valorizar Portugal. Ousemos participar ativamente na construção da Europa com o contributo da possa própria criatividade.

A chamamento dos nossos irmãos africanos, valorizemos a nossa presença em África, empenhando-nos nas tarefas da paz e de reconstrução, em solidariedade. Saibamos ocupar o nosso lugar no mundo, com o prestígio da nossa autoridade democrática e o saber de experiências feito do humanismo português.

Para tanto, sejamos capazes de afirmar a nossa disponibilidade em relação ao que é novo, generoso e humano. Dêmos lugar aos jovens, reconhecendo a educação, a ciência, as artes e a cultura como prioridades nacionais absolutas. Combatamos em favor das causas justas — em defesa do ambiente, da nossa identidade cultural, da qualidade de vida e da segurança dos cidadãos — e, sobretudo, afirmemos em ações concretas o valor da solidariedade.

Se assim fizermos, como creio, seremos dignos do 25 de Abril, dessa madrugada radiosa que mudou a história de Portugal e o destino pessoal de cada um de nós.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, declaro encerrada a sessão.


1991

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão. Tem a palavra o representante do CDS.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Membros do Governo, Sr. Provedor de Justiça, Altos Dignitários do Estado, Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Convidados: No dia 25 de Abril de 1974, que hoje solenemente comemoramos, tratou-se, fundamentalmente, de recusar a legitimidade de um regime que não dava voz e participação ao pluralismo dos projetos e vontades dos cidadãos na decisão do processo político, designadamente no que respeitava ao conceito estratégico nacional secular: a função de Portugal no ultramar e o destino deste ultramar em face das exigências da segunda metade do século XX.

Mas pode ter-se por certo que a nenhuma das forças que moldaram o processo revolucionário, nem sequer a qualquer dos intervenientes que pessoalmente assumiram as responsabilidades e o protagonismo histórico da mudança irreversível efetuada, foi possível antever a alteração acelerada que viria a dar-se na estrutura da Europa e do mundo, mudança que entrou em ritmo vertiginoso nos últimos três anos.

O ideal europeu de 1974 andava distante do largo passo dado mais tarde no Ato Único do Luxemburgo e das mutações decorrentes da imprevista queda do Muro de Berlim, da dissolução em curso do Pacto de Varsóvia, da crise do Império Soviético.

A ninguém podia ter ocorrido o conflito do Golfo, nem o ressurgimento da liderança da Organização das Nações Unidas e do seu Conselho de Segurança, a intervenção diretora dos Estados Unidos da América na ação da coligação militar que organizaram.

Nas Jornadas do 25 de Abril, baseadas num grande ideal democrático e na condenação e recusa do regime da Constituição de 1933, a ninguém poderia ter ocorrido a questão atual da unidade política europeia em discussão ou a problemática grave de uma defesa armada europeia.

O futuro democrático que se quis é valorativamente o mesmo, mas as circunstâncias, em 1991, são radicalmente diferentes, especialmente naquilo que respeita aos desafios internacionais, que hoje já não coincidem com os que enquadravam a conjuntura portuguesa em 1974.

Será exato dizer, como tantas vezes se escuta, que o processo internacional em curso, no qual participamos, quer no que respeita à unidade política da Europa quer no que respeita à definição de um braço armado das Comunidades, não toca na soberania, não afeta a área de decisão soberana de Portugal?

Somos frequentemente aconselhados a não mitificar o valor da soberania, mas não conhecemos melhor forma de mostrar que se está a ser vítima dessa mitificação do que tentar fazer valer o conceito de que ela não está em causa, quando é dificilmente concebível que uma questão de unidade política, seja esta o que for, e de braço armado de uma unidade política, seja qual for a definição desse braço armado, possa ter resposta que não afete o conceito e o conteúdo da soberania tal como é classicamente entendida.

Julgamos que, neste fim de século, é o alargamento da democracia que se anuncia aos europeus do Atlântico aos Urais, mas é também a redefinição da soberania que está em causa para os grandes e pequenos países da pequena Europa.

Por muito que a semântica política possa ser usada abusivamente nesta área, estas questões da unidade política da Europa, da defesa da Europa, da segurança do Atlântico, portanto da NATO, da UEO, da CEE, da CSCE, tocam profundamente no conceito estratégico nacional, na função de Portugal no mundo, na maneira de ser português, de ser cidadão, de ser europeu.

É por isto que, neste dia, 17.º aniversário do 25 de Abril, parece apropriado lembrar que o povo e os seus representantes, de acordo com o ideal proclamado e implantado em 1974, não podem alhear-se ou ser afastados das decisões e das responsabilidades pelas consequências delas, que afetam o futuro das gerações.

Entendemos, assim, que este é o dia certo, o lugar exato e a cerimónia apropriada para uma chamada de atenção: o processo que diz respeito à unidade política europeia, à segurança da CEE, à segurança da CSCE, não pode ser conduzido, como até agora, com tão escassa participação da Assembleia da República, com a ação discreta da burocracia e o protagonismo ostensivo do aparelho governativo.

O 25 de Abril não consente que, na definição dos futuros do país, não estejam presentes todos os órgãos de soberania, respaldados pelos cidadãos completamente informados, decididos e concordantes. Só assim a exigência da democracia participativa, que animou o 25 de Abril, será cumprida. Uma vez mais, a nossa revolução continuará a ser a matriz da revolução democrática global que abrasa o mundo nesta primavera de 1991.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do PRD.

O Sr. **Carlos Lilaia** (PRD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr. Provedor de Justiça, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Conselheiros de Estado, Sr.as e Srs. Convidados: O jovem que nasceu com o 25 de Abril faz hoje 17 anos, está prestes a atingir a maioridade cívica e a ter a possibilidade de, pela primeira vez, concretizar as suas opções políticas.

Um longo caminho teve de percorrer e todas as crises de crescimento teve de ultrapassar.

Nasceu, cresceu, afirmou a sua personalidade com a democracia. Foi pensando nesse jovem, foi para esse jovem que um punhado de homens, cidadãos e portugueses anónimos se empenharam em derrubar a longa noite da ditadura.

É esse jovem, são esses milhares de jovens portugueses que quero hoje, em nome do Partido Renovador Democrático, homenagear. É esse, no fundo, o maior reconhecimento que posso manifestar aos capitães de Abril, aqui representados.

Uma nova geração, um novo futuro. Uma nova geração com ideias diferentes: muito mais que um ideal de democracia e de crescimento, há uma ideia de democracia mais verdadeira, de desenvolvimento partilhado.

Não é mais fácil por isso — pelo contrário. Antes, a ditadura servia de referência para unir forças em torno de um objetivo comum. Hoje, os jovens sentem a indiferença e dependem mais de si próprios,

numa sociedade que privilegia o egoísmo consumista em detrimento dos valores da solidariedade humana.

Ontem, do que se tratava era de conquistar a democracia quando a ditadura frontalmente se assumia. Hoje, não se trata de a conquistar, mas, simplesmente, de a exercer. Frequentemente, a situação dos jovens é irónica: têm liberdade, mas, na prática, não a suficiente para exercer e usufruir os direitos económicos, sociais, culturais e políticos que a Constituição lhes reconheceu.

Ontem, o que importava à nossa geração era conquistar as liberdades e os direitos, que o resto se seguiria. Hoje, tudo se seguiu! O país evoluiu muito: para a generalidade da população a vida melhorou, o crescimento económico é patente e as injustiças sociais são, porventura, menores.

Mas assim é para aqueles que viveram o anterior regime. Para os jovens que não o viveram, dizer que houve melhorias não faz muito sentido.

Que sentido faz o insucesso escolar que grassa nas nossas escolas? Que sentido tem o abandono do ensino de milhares de jovens, ainda antes de completarem a escolaridade obrigatória?

Que sentido têm o trabalho infantil, o abandono e a vadiagem? Que sentido têm a angústia do acesso à universidade e as dificuldades de obtenção de uma formação profissional que seja credível e que garanta a inserção no mercado de trabalho?

Que sentido tem a impossível posse (para não falar da aquisição) de uma casa que seja o lar de uma nova família?

Que sentido faz um Estado e uma Administração que, em vez de apoiar, só empatam e frustram expectativas?

Finalmente, que sentido faz a frustração que derrota os nossos jovens, eternizando o fado nacional?

Nenhum sentido faz, apesar de muitos deles já se terem escravizado a formas de alienação que lhes enfraquecem o físico e lhes toldam o espírito.

O pior são as drogas, os cultos alheios às nossas tradições e referências culturais e religiosas e, também, o extremismo social e político. A muitos dos que não se tornaram reféns dos *ghetos* a que os conduziram, o sarcasmo e a incredulidade marca-lhes a personalidade e a vontade.

É preciso refletir sobre tudo isto; é preciso refletir sobre o nosso papel como políticos e homens de Estado.

O que é preciso? Um modelo próprio de democracia e de desenvolvimento económico e social; um modelo de democracia que permita afirmarmo-nos como um povo unido e culturalmente identificado; um modelo de funcionamento democrático que permita o surgimento e a afirmação de ideias e de projetos novos e de formas institucionais novas de fazer a política que sejam percursoras de um novo sistema político baseado na responsabilidade pessoal dos políticos perante o eleitorado; um modelo de desenvolvimento económico que retome o objetivo de uma economia autossuficiente e autossustentada, sem deixar de ser uma economia aberta e competitiva, e, finalmente, um modelo de desenvolvimento social partilhado e solidário, sem deixar de promover a diferença e a afirmação pessoal.

Estes 17 anos marcam o fim da primeira fase, a da construção dos pilares de uma sociedade democrática e desenvolvida. Mas anunciam, também, uma nova crise de crescimento, talvez a mais importante, porque se trata de dar um enorme salto qualitativo. Não se trata apenas de usar todas as nossas

capacidades, no sentido de dar resposta às necessidades próprias de desenvolvimento do país. Trata-se, também, concomitantemente, de encontrar forças para contribuirmos com a nossa quota-parte na construção do mercado único e na consolidação da Europa comunitária, privilegiando a Europa das regiões e a Europa dos cidadãos. São desafios já suficientemente grandes e perigosos para nos abalançarmos fervorosamente no reforço da Europa política e numa maior transferência de soberania.

A posição do PRD a este respeito tem sido clara. A integração de Portugal nas Comunidades Europeias não é condição *sine qua non* do nosso desenvolvimento. Embora a integração possa dar um impulso importante, ela poderá, também, acentuar problemas estruturais — o aumento da dependência externa e o abandono do escopo da autossuficiência "mínima" — e criar outros novos, nomeadamente no plano social e do conhecimento científico.

Por outro lado, se é verdade que a inserção no maior espaço económico do mundo com tendência a assumir-se como potência política e militar mundial poderá valorizar e prestigiar Portugal, inclusive nas suas relações bilaterais, não é menos verdade que as vantagens poderão resumir-se apenas a isso, já que assistiremos também ao cerceamento da nossa capacidade de definir e implementar políticas internas e externas autónomas e à redução do papel do Estado Português ao plano interno e, mesmo neste caso, com grandes limitações.

A construção da Europa não pode, pois, ser a única nem a principal opção histórica de Portugal. É preciso, primeiro, reconstruir o mundo português, defender a nossa nacionalidade.

Esta opção é o culminar de um processo histórico de 800 anos, que reservou a Portugal o papel de revelar os mundos ao Mundo e, agora, o de os unir.

Portugal nunca deixará de ser "ocidente", mas são as matrizes e os valores culturais que constituem a base essencial das opções fundamentais de um povo. O mais importante não é a opção ideológica, mas a expressão única que cada povo faz dessa opção: a sua identidade nacional!

Para cumprirmos esses objetivos é preciso um novo fôlego, é preciso que os objetivos e o esforço nacional não sejam comprometidos pela instabilidade política, económica e social, que a irresponsabilidade dos agentes sempre promove.

Orgulhamo-nos do 25 de Abril e dos resultados alcançados, mas não podemos pedir aos jovens que usem as nossas referências. Há que lhes dar uma verdadeira oportunidade. Não serve de nada deixar-lhes o horizonte da Europa se não formos capazes de deixar-lhes Portugal. Se assim o fizermos, então, sim, eles conseguirão erguer um mundo melhor e, como nós, também sentirão orgulho da revolução dos capitães de Abril.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do PCP.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr. Provedor de Justiça, Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Convidados: Neste momento de

comemoração e regozijo, de palavras certas e homenagens proferidas e feitas tantas vezes, já desponta e se inicia hoje a caminhada para os 18 anos de Abril.

Temos dele esta perspetiva de futuro!

De futuro porque a liberdade que foi e é intrínseca ao ato libertador dos capitães de Abril constitui hoje um alicerce das sociedades modernas.

De futuro porque, comemorando a liberdade, não abdicamos de valorizar, de ambicionar e de perseguir os caminhos de concretização dos seus objetivos de justiça social, de progresso e de desenvolvimento para a nossa pátria, que pretendemos pacífica, soberana e independente.

E, no entanto, não esquecemos que, dobrados que foram estes 17 anos, um terço da população portuguesa já nasceu depois de Abril, que cerca de metade das portuguesas e portugueses tinham menos de 10 anos quando se encerrou e venceu um ciclo negro e repressivo da nossa história.

Para o bem e para o mal, a nossa juventude nasceu e cresceu em democracia, juventude que não discute a liberdade, porque nunca lhe sentiu a falta, mas que anseia pela outra dimensão concreta de Abril, adiada, inacabada e sustida por aqueles que nunca se conformaram e sempre procuraram recuperar as parcelas do domínio e do privilégio perdido.

E nós, porque fomos uma geração inconformista, se apelo podemos hoje fazer à juventude é o de que também o seja, já que viver Abril também é recusar o conformismo.

Aplausos do PCP.

E perseguir os seus objetivos é lutar por uma política que defenda as liberdades, ponha cobro às discriminações e exclusões sociais, que rasgue os caminhos do desenvolvimento económico, potencie as nossas capacidades, os nossos recursos, as transformações económicas realizadas no processo democrático.

Abril é, necessariamente, trabalhadores exercendo direitos, empresas públicas vitalizadas, agricultura apoiada e modernizada, poder local dignificado e regionalização concretizada.

Retomar os seus caminhos é garantir à juventude uma escola de igualdade, de qualidade e de democracia, dar combate à precariedade do emprego e permitir o acesso a uma habitação condigna. Foi e é reclamação de Abril o dever de dignificar e assegurar a vivência dos deficientes e dos que se encontram no último quartel da sua vida, de agir para que as mulheres assumam por inteiro, sem discriminações profissionais e sociais, o seu papel na sociedade, que a saúde se transforme num direito inalienável de todos os cidadãos. Dar dimensão a Abril é contar com os trabalhadores, com a sua participação e intervenção criativa e transformadora, é fortalecer e respeitar a liberdade sindical, o direito à segurança no emprego, às férias, a salários e a horários justos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas Abril, pela sua dimensão solidária, é também não esquecer as margens da vida, é recusar e dar combate às manchas de pobreza, às desigualdades e exclusões e ao individualismo

feroz, é recusar e dar combate a que, em nome da sacralização do lucro, se desregulamente e fragilize o estatuto social e o direito laboral. Absolver as causas, promover as montras e a polarização da riqueza e verter simultaneamente lágrimas sobre as injustiças pode dar votos, mas não é, decerto, um ato de Abril.

Mas Abril ainda foi e é um ato moderno e avançado porque, num tempo em que as distâncias se vencem, os homens se procuram, em que o diálogo e o entendimento são mais que exigências da realidade, ele reforçou a nossa identidade de europeus e portugueses para protagonizar um papel de uma pátria de progresso e justiça, numa Europa de paz e cooperação. Face à construção do mercado único, devemos ser ambiciosos como ambicioso foi Abril no desenvolvimento da criatividade e da cultura portuguesa na perspetiva de sermos nós mesmos numa identidade cultural forte e livremente consentida. Incompletos seriam tais esforços se não nos batêssemos para assegurar a nossa independência nacional e contribuir para a paz no mundo, para que a solidariedade e o entendimento entre os povos rasgue alamedas novas no devir da humanidade.

Neste momento solene de comemoração de Abril, permita-me, Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República e Srs. Deputados, que releve e sublinhe a nossa manifestação de solidariedade com o povo maubere, jugulado no seu direito à autodeterminação e independência e vítima do genocídio. Constitui condição de Abril e da democracia tudo fazer para que o povo de Timor-Leste tenha direito à vida, à liberdade, ao seu chão, e seja senhor do seu próprio destino.

Aplausos gerais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Falando do futuro parece que falámos pouco dos capitães de Abril. Mas não. Eles mesmo quando chegaram ao fim das suas funções constitucionais ambicionavam o futuro quando afirmaram que Abril foi historicamente o momento da libertação de energias morais, materiais, políticas e humanas que, estando longe de atingirem a sua maturação, se articulam lentamente num processo dinâmico e por isso mesmo contraditório, que apontam irreversivelmente para a organização de uma sociedade livre, justa e fraterna e para a construção de um país verdadeiramente independente. Da aplicação da justiça tinham eles uma visão tolerante na certeza de que os regimes democráticos se reforçam mais com atos de clemência, do que com medidas repressivas.

O prosseguimento e concretização de tais objetivos seria decerto a melhor homenagem que lhes poderíamos fazer hoje, sem esquecer nunca o seu rasgo e o seu risco em 25 de Abril de 1974. Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nesta época fascinante de aproximação do século XXI novas realidades emergiram, tomaram corpo e se impuseram nos dias atuais às forças da democracia. Abril, as suas transformações e realizações não poderiam ficar imutáveis. O desgaste do tempo e a não correspondência do poder político à natureza e dimensão das conquistas podem diluir-lhe as páginas mais exaltantes. As investidas e persistência das forças e instituições derrotadas do velho estado de coisas podem enfraquecer a barreira popular e institucional e ocasionalmente quebrar o ímpeto revolucionário e participativo dos dias vitoriosos. Pode, conjunturalmente, impedir-se que sejam os ideais de Abril e o sonho a comandar a vida e ser a vida comandada pelo mercado e pelo lucro desmedido.

Pode tudo isto acontecer! Mas, apesar dos reveses, das coisas não cumpridas, inacabadas ou mutiladas, nós temos uma profunda confiança que Abril, transportando os seus ideais, os seus valores mais generosos, mais nobres e humanistas, que fizeram ousar os jovens capitães, há de ser projetado para o futuro que aí vem. Não como relíquia, mas como aspiração viva e permanente, ancorado que está no coração e na alma do povo português, dos trabalhadores e dos democratas.

Nós, comunistas, não regatearemos esforços para que viva Abril, para que Portugal seja melhor.

Aplausos do PCP, do PS, do PRD e dos Deputados Independentes João Corregedor da Fonseca e Raul Castro.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Edite Estrela.

A Sr.ª **Edite Estrela** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. Procurador-Geral da República, Sr. Provedor de Justiça, Srs. Conselheiros de Estado, Ex.mas Autoridades, Sr.as e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, quero prestar uma homenagem sincera ao Sr. Presidente da República, que, há pouco mais de um mês, nos termos constitucionais, nesta Câmara e perante todos nós, foi de novo empossado no mais alto cargo da Nação.

Aplausos gerais.

A **Oradora**: — Saúdo-o enquanto garantia institucional da legalidade e do pluralismo, mas também como verdadeiro símbolo do 25 de Abril. No cidadão Mário Soares quero também saudar o homem que viveu Abril e sofreu a ditadura. No Presidente da República saúdo todo o povo português que ateou a «chama que nenhum vento apaga». No Chefe Supremo das Forças Armadas cumprimento os capitães de Abril, cuja ação foi decisiva para que Portugal despertasse do sono letárgico de tantos anos.

Aplausos do PS, do PCP, do PRD e do Deputado Independente Jorge Lemos.

A **Oradora**: — Para todos os que trouxeram «Abril a voar dentro do peito», a nossa gratidão. Deles rezará a história, não dos ingratos e indiferentes.

A Assembleia da República — sede da representação nacional, onde se debatem ideias e produzem as leis — é o lugar certo para festejar Abril. Aqui, comungando os ideais de paz, liberdade e progresso, os órgãos de soberania, emergentes do regime democrático, testemunham a grande coesão nacional em torno deste legado fecundo que pode e deve ser aprofundado o desenvolvido. Viver em comum este momento é partilhar a alegria daquela madrugada, é viver a utopia feliz e encontrar a distância que não compromete a festa.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Comemorar é um modo de manter vivo um acontecimento. Mas o 25 de Abril não pode ser «pura festa». Celebrar Abril não pode transformar-se num ato de rotina, mera contemplação estática das glórias do passado. A alegria da festa não pode impedir a reflexão nem toldar a lucidez. Ato fundador do regime democrático, o 25 de Abril é o símbolo da libertação de vários povos, de muitas pátrias e culturas. A revolução de Abril, à semelhança da revolução liberal, que tornou o Brasil independente, devolveu a liberdade aos portugueses, mas abriu também caminho para a liberdade de outros povos, hoje nações soberanas, em busca da paz e da democracia.

Com os países africanos de língua oficial portuguesa e com o Brasil constituímos uma comunidade linguística de mais de 170 milhões de falantes. A língua é um dos grandes valores do património histórico das nações. Obra dos povos que a falam, dos escritores que a recriam, da história que a enriquece no contacto com os outros, a língua é, sem dúvida, o grande cimento de coesão entre os povos. Com essas nações irmãs temos o dever de aprofundar os laços histórico-culturais e afetivos que nos unem e encontrar novas formas de cooperação e relacionamento a todos os níveis, pela via do diálogo e no respeito mútuo.

País pequeno geograficamente, mas grande pela língua e cultura, Portugal tornou-se, por vontade do povo, pátria da cultura e, em Abril, reencontrou a sua tradição humanista e vocação universal. Abril foi o ponto de chegada da nossa saga de dor e luta, aportando em liberdade. Por isso, o que Abril representa não pode ser reduzido a um ato de memória, a um ritual evocativo, ainda que solene. Tem de ser memória do passado e afirmação do futuro. O que nesse dia aconteceu foi o início de um novo ciclo da vida nacional. Mudou a cultura política e o tempo histórico. Seguiram-se-lhe dias que abalaram o nosso mundo e deixaram marcas indeléveis em todos nós. O 25 de Abril é património do nosso imaginário coletivo. Foi rutura com o passado e reencontro com o melhor da nossa história. As coordenadas temporais do mundo ocidental remetem para um minúsculo e decisivo ponto, necessário hiato entre um antes e um depois. Passado e futuro de que o presente é a inevitável transição.

Para nós, portugueses, o 25 de Abril é, hoje, a grande referência. A Revolução dos Cravos é a linha que separa a pré-história política e cultural da história portuguesa. Antes, era a guerra colonial, o isolamento cultural, o «orgulhosamente sós». Depois, o povo, sujeito do seu destino, escancarou as portas ao mundo, ao futuro, à modernidade, à poesia.

No dia 25 de Abril de 1974, a poesia veio para a rua. Natália Correia viu sair «o sol perfeitamente Abril». António Ramos Rosa quis «a espécie viva sobre as membranas da terra». José Manuel Mendes distribuiu «orvalhadas rosas/bagos de coral». «A nossa revolução ainda não acabou/nem tão cedo acaba», adverte José Gomes Ferreira. E porque «o poema é liberdade», afirma Sophia de Mello Breyner, de que Manuel Alegre foi o arauto, dizemos nós, é ocasião para lembrar aqueles a quem Abril ainda não chegou. Intramuros e além-fronteiras, é necessário levar Abril aos excluídos da democracia.

À generalidade dos direitos consagrados, acresce atualmente a exigência dos direitos particulares: de raças, de minorias, de pequenos grupos, de regiões ou localidades. Aprofundar a democracia é defender a mais minoria das minorias. É olhar diferente, com respeito, os que são diferentes. Aprofundar a democracia é também «minimizar o sofrimento evitável», nas palavras de Popper. O sofrimento

dos timorenses a quem tarda o reconhecimento do direito à autodeterminação. Sofrimento de tantos outros que acontecimentos recentes nos têm revelado.

Ninguém verdadeiramente amante da liberdade pode estar em festa, insensível a tantos dramas. Os sobressaltos, as legítimas aspirações à paz, à democracia, à liberdade, que de todo o lado irrompem, prenunciam a abertura de um novo ciclo da história do homem. Todas as grandes reivindicações do passado: do direito ao voto ao voto universal, o estabelecimento da democracia política, a consagração do direito da igualdade de oportunidades e do direito à diferença, à saúde, ao ensino, à habitação, a recusa da guerra e o desejo de paz são, hoje, exigências da humanidade. No entanto, os alquimistas da modernidade não descobriram ainda o elixir da paz e da liberdade eternas. Não há pedra filosofal que valha aos timorenses e a muitos outros excluídos da democracia.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: No plano interno, temos de encontrar a melhor forma de aperfeiçoar o projeto democrático, de aprofundar a democracia na organização social e nas mentalidades. Nem tudo está bem no Portugal de Abril. Temos de descobrir as melhores vias para acabar com a pobreza, com o analfabetismo literal e regressivo, com as desigualdades económicas, sociais e culturais, com a discriminação da mulher, e não podemos tolerar que haja crianças maltratadas, velhos sem abrigo e jovens sem emprego, para que não seja eufemismo dizermo-nos homens livres, cultos e prósperos, de mesa farta em casa boa.

Portugal mudou, é um facto. Mas precisa de mudar muito mais. A democracia tornou-se uma segunda natureza, um modo de vida, um ambiente, uma cultura. Já não é somente uma escolha, o menos mau dos regimes políticos. Tem no *homo democraticus* o seu principal defensor. Ao comemorarmos os 17 anos do 25 Abril, é a oportunidade de, na presença dos pais, invocar os filhos de Abril. As crianças de Portugal. «Mas as crianças, senhor, por que lhes dais tanta dor? Por que padecem assim?», pergunta Augusto Gil. E com razão. De facto, muitos são os problemas que as crianças enfrentam no mundo contemporâneo e que urge resolver. Acabar com o trabalho infantil, garantir à criança o direito à saúde e à escolaridade é um imperativo nacional.

Todos nós, mulheres e homens de Abril, temos o dever histórico de construir para os nossos filhos, se não o melhor dos mundos, pelo menos um mundo melhor: um mundo mais solidário e justo, mais humano e agradável. Só assim «a cor da liberdade» será «verde, verde e vermelha», como a queria Jorge de Sena.

Aplausos do PS, do PCP, do PRD e dos Deputados Independentes João Corregedor da Fonseca, José Magalhães, Jorge Lemos e Raul Castro.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Duarte Lima.

O Sr. **Domingos Duarte Lima** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr. Procurador-Geral da República, Sr. Provedor de Justiça,

Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Embaixadores, Srs. Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Ao celebrarmos, hoje, o 17.º aniversário do 25 de Abril ultrapassámos o limiar simbólico da duração da I República, sobressaltada pela instabilidade política e por conflitos institucionais, por crises sociais e económicas, cujo desfecho, passados 16 anos, culminou na instauração da ditadura e do autoritarismo.

Este facto é digno de registo, desde logo porque nunca faltaram arautos a vaticinar a nossa incapacidade congénita de adaptação à democracia e aos horizontes da liberdade generosamente rasgados pelos militares de Abril, a quem hoje, uma vez mais, a minha bancada saúda com respeito.

Aplausos do PSD, do PS, do PRD e dos Deputados Independentes João Corregedor da Fonseca, José Magalhães, Jorge Lemos e Raul Castro.

Mas é igualmente digno de registo porque ao longo das inúmeras vicissitudes e atribulações por que passou o regime democrático nestes 17 anos não faleceu o ânimo às principais forças políticas democráticas para introduzirem algumas reformas e melhorias no funcionamento do sistema político que permitiram ultrapassar os diversos bloqueamentos institucionais com os quais a sociedade portuguesa se viu confrontada. Essa capacidade de aperfeiçoamento do nosso sistema político, visando a construção daquilo a que o Sr. Presidente da República chamou de uma "República moderna", deve ser um dos grandes objetivos a ter presente nos próximos anos, em particular na próxima legislatura.

Para isso, devemos assumir com desassombro e frontalidade o imperativo de corrigir aquilo que no funcionamento geral do sistema político português é ainda objeto justificado de críticas, porque desajustado dos objetivos que deve servir. O fim último da política é o homem, não o homem abstrato que povoa as páginas de alguns manuais, mas o homem concreto de que fala com tanta insistência João Paulo II, o homem que ama, sofre e que trabalha, ser em relação com outros seres que aspira à liberdade e à realização integral da sua personalidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — É ao seu serviço que deve estar organizado o funcionamento do sistema político, e não submetido aos interesses sempre transitórios das diversas forças políticas que o gerem. Por isso, a celebração do 25 de Abril é o momento adequado para colocarmos a nós próprios a questão: que desafios exige de nós o futuro para consolidarmos a República moderna de que fala, com propriedade, S. Ex.ª o Sr. Presidente da República?

Vamos assumir consequentemente que é um imperativo modernizar o nosso sistema eleitoral concebido numa situação político-partidária em que tudo e todos tinham medo de tudo e de todos e cuja arquitetura transforma a estabilidade governativa em exceção e não em regra, como se verificou com a vertigem traduzida na existência de 16 governos em 13 anos?

Vamos assegurar uma relação mais autêntica entre os que elegem e os que são eleitos ou vamos continuar a privilegiar a relação em circuito fechado entre estes e os aparelhos partidários em que se integram?

Vamos potenciar a cidadania ativa, alargando o espaço de participação política ao conglomerado de forças sociais que hoje estruturam uma sociedade moderna ou vamos continuar a privilegiar a exclusividade até aqui reservada aos partidos políticos? Vamos modernizar o funcionamento do Parlamento, adequando-o a dar resposta aos desafios dos novos tempos, ou vamos mantê-lo com uma organização e uma estrutura que teve a sua época, mas que hoje começa a estar claramente desatualizada?

Temos como certo que o principal desafio com que os portugueses vão ser confrontados nos próximos anos vai ser o de continuar a assegurar a estabilidade política e governativa, porque foi ela a pedra de toque que garantiu o surto de progresso e crescimento económico sustentado que percorre o país e que prestigiados observadores internacionais qualificam como o "sucesso português".

Aplausos do PSD.

Garantir o desenvolvimento de Portugal — um dos principais objetivos do 25 de Abril, que nos orgulhamos do estar a cumprir — pressupõe a criação de riqueza nacional, base indispensável para corrigir desigualdades entre as regiões e os cidadãos.

Mas não há criação de riqueza sem referenciais políticos de confiança e estes só existem se houver estabilidade governativa.

Esta é uma regra pacífica nos países de democracia consolidada, embora tenha em Portugal a marca da excecionalidade, que só a vontade determinada dos portugueses nas últimas eleições legislativas conseguiu garantir.

Não pretendemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, apropriar-nos partidariamente da ideia da estabilidade. Defendemo-la porque ela é determinante para o futuro do país e para a consolidação da democracia, independentemente do partido que dela beneficia.

Aplausos do PSD.

Por isso, saudamos a nobreza democrática do Primeiro-Ministro de Portugal, que ousou aconselhar, com desassombro, os portugueses a darem, nas próximas eleições legislativas, a maioria, que garanta a estabilidade a uma força política, mesmo que não seja aquela a cujos destinos ele preside.

Aplausos do PSD.

Era um desafio e, era um conselho que mereceria ser seguido por outros líderes partidários, uma vez que hoje é inquestionável que é na estabilidade que assenta a base da recuperação do país, como referiu, em março, o Vice-Presidente da Comissão Europeia Cristophersen, cujas palavras não resisto a citar: «Temos assistido a uma evolução impressionante em Portugal e Espanha, nos últimos quatro

a cinco anos, com taxas muito elevadas de crescimento. Se essa evolução continuar a um tal ritmo, ao fim de uma geração, verificarão que o país se transformou radicalmente. Aliás, isso já pode ser observado.

Enquanto a maior parte dos países comunitários evidencia tendência para a estagnação, Portugal faz parte do reduzido número de Estados que deverão assinalar um franco crescimento este ano.»

É pena, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que alguns políticos se recusem a ver esta realidade, por meras razões partidárias, e façam gala em desvalorizar, em Portugal e no estrangeiro, o contributo que todos os portugueses deram para a recuperação do país.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Nós orgulhamo-nos desse esforço e, quando valorizamos a ideia da estabilidade, fazemo-lo, fundamentalmente, pelo respeito que nos merece o contributo que os nossos concidadãos estão a dar, quer no país, quer nas comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, para que o nome de Portugal seja cada vez mais respeitado na comunidade internacional.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República Victor Crespo**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Deputados, Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Com a habitual solenidade, celebramos mais uma vez o 25 de Abril.

Importa ao país e a nós próprios que recordemos as datas grandes do nosso percurso histórico e, em particular, as mais felizes.

É essencial não deixar esbater a memória. É essencial que se mantenha vivo o reconhecimento aos capitães de Abril, a quem endereço, em nome pessoal e da Assembleia da República, os sentimentos da nossa gratidão.

Aplausos gerais.

É essencial ainda recordar com o maior respeito todos aqueles que, ao longo dos tempos, se empenharam para devolver a Portugal a dignidade de uma nação livre e respeitada. Aberta à democracia. Verdade é, Minhas Senhoras e Meus Senhores, que só em democracia é possível realizar o progresso e a modernidade. Só a democracia arrancou Portugal do ciclo fechado e do subdesenvolvimento.

Só com o pluralismo político foi possível consolidar o Estado democrático e de direito, o florescimento de uma verdadeira economia de mercado, o reforço do poder local, a criação das autonomias regionais e a busca empenhada da justiça social.

Há duas décadas fomos pioneiros. Somos exemplo. Por isso, nos exigimos um empenhamento na pedagogia do significado dos acontecimentos daquela data.

Basta recordar que, nestes últimos 17 anos, nasceram cerca de 3 milhões de portugueses e, dentro em breve, a sua vontade será decisiva para as opções que hão de enfrentar os desafios da modernidade.

Nas próximas eleições legislativas exercerão já o seu direito de voto muitos milhares de jovens que, sendo crianças de tenra idade em 1974, não podem ter um conhecimento vivido da ditadura e das suas perversidades.

É uma coincidência feliz verificar que, quando a democracia atinge os seus 18 anos, os jovens chegados à maioridade iniciarão o exercício dos seus deveres políticos, na plenitude de uma estabilidade democrática.

Coincidência tanto mais feliz quanto é certo que, pela primeira vez, uma legislatura completa o período constitucional de quatro anos. Espero que assim continue a acontecer. A bem do prestígio das instituições democráticas e da sua eficácia.

A modernização e o desenvolvimento do país, que temos sabido realizar, são consequência, em grande parte, da estabilidade política disfrutada nos últimos anos e, também, da solidariedade institucional entre os diferentes órgãos de soberania, que marcou de forma significativa esta V Legislatura.

Vivemos o retorno de Portugal à sua vocação europeia, sem descurar os laços tradicionais que caboucámos ao longo de séculos.

Na Europa, Portugal encontrará resposta às suas aspirações, sem prejuízo de privilegiar as suas relações com os países de língua oficial portuguesa e com aqueles outros com quem temos afinidades especiais.

Responder aos desafios que o presente nos impõe e preparar os caminhos para o século XXI é a palavra de ordem, que vai pôr à prova a nossa capacidade de realização e de imaginação criadora.

Consegui-lo não se compadece com a inação, com a displicência ou com o descuido. Exige, pelo contrário, uma atenção séria e constante às realidades e uma aturada e inteligente avaliação das vagas de fundo da sociedade em transformação.

As sociedades que despontam trazem no seu ventre novas exigências, cuja dimensão ética não pode ser descorada. Não se conformam com o quadro doutrinário da primeira parte deste século. Mesmo alguns referenciais do tempo presente carecem de reavaliação.

Desenhar, nestas condições, um quadro preciso do futuro seria sempre uma temeridade. Impõe-se, porém, que estejamos de mentes abertas para despertar as energias e renovar o pensamento e a ação, com uma vontade firme e uma determinação coletiva, animadas pela inovação, pelo progresso e pela justiça.

Encontramo-nos no portal de uma sociedade de criatividade, que se vai construindo pedra a pedra. Criatividade que aposta no homem e na plenitude do seu engenho, que liberta a sociedade civil, acicatando-a para uma competência que melhore a qualidade de vida e preserve o ambiente.

O homem, o ambiente e o desenvolvimento têm de marchar de mãos dadas.

Assim a ciência vencerá a ignorância!

É com satisfação que lembro que fomos o primeiro Estado da Europa a consagrar, na Constituição da República, o direito do homem ao ambiente.

Nos caminhos que temos à nossa frente, a educação, a formação profissional, a ciência e a tecnologia desempenham um papel cada vez maior, sendo a inovação e o rigor os principais motores do desenvolvimento neste fim de século.

Se, por infortúnio, Portugal regressasse aos tempos da instabilidade política, ao ciclo curto governativo, seria o esforço dos portugueses que estaríamos a malbaratar.

Graças à estabilidade de que disfrutámos nos últimos quatro anos foi possível também afirmar externamente o nome de Portugal. Não apenas no sucesso que constituiu a nossa integração na Comunidade Europeia — ainda na passada semana referido pelo Primeiro-Ministro luxemburguês —, mas igualmente no novo e promissor relacionamento que foi possível estabelecer com os países africanos de língua oficial portuguesa, bem expresso no papel relevantíssimo que o nosso país tem assumido na mediação para a paz em Angola, ao lado dos Estados Unidos, da União Soviética e das Nações Unidas, no sentido de contribuir para o reencontro fraterno de um povo generoso há tantos anos martirizado por um conflito ao qual urge pôr termo. No momento em que decorre, próximo de Lisboa, mais uma ronda decisiva de negociações, estou certo de que a Assembleia da República se associa num voto sincero para que se estabeleça rapidamente um acordo sólido entre ambas as partes.

Aplausos do PSD.

Construir em Portugal uma "República moderna", nesta viragem do milénio, implica enraizar e fortalecer as nossas instituições democráticas, particularmente garantindo que os executivos cumpram, na plenitude da legislatura, um "contrato de maioria". Como há muito escreveu Mendés France, há dias oportunamente relembrado por José Augusto Seabra, é importante que, «quando a Assembleia for renovada por ocasião das eleições gerais, seja constituído um governo à sua imagem e que esse governo dure, em princípio, tanto tempo quanto a própria Assembleia».

São palavras de um homem que marcou neste século a história do pensamento político do seu país e da Europa, recorrentemente invocado como um mentor importante do pensamento socialista europeu e para quem o "contrato de legislatura" era um pressuposto fundamental para o fortalecimento da democracia.

De facto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, só assim podem os cidadãos responsabilizar com rigor e verdade aqueles que governam. Em Portugal, esse contrato de legislatura está prestes a ser cumprido pela primeira vez neste século em regime democrático. As árvores, diz o povo, medem-se pelos frutos e aos portugueses caberá julgar, pelos resultados, se devemos ou não prosseguir neste caminho.

Aplausos do PSD.

Mas não podemos enveredar por um percurso qualquer. O desenvolvimento tem uma dimensão cultural e ética, que se traduzem no respeito exigente pela solidariedade e coesão sociais.

Da forma e da sabedoria como nos empenharmos na sua defesa dependerá o Portugal do século XXI.

Por outro lado, impõe-se que a informação, toda a informação, quer enquanto transmissão do conhecimento, quer enquanto apelo ao saber e conhecer, seja correta, precisa e acessível.

Que esclareça e eduque.

Que não ensombre a análise concreta das realidades sociais. Que ajude a rasgar caminhos sólidos, afastando miragens e ilusões. Que fomente um clima propiciador da paz e solidariedade sociais.

Que, em síntese, satisfaça a sua função de alimento essencial da sociedade deste fim de século.

Quero fazer uma referência muito especial de fraternidade ao povo de Timor-Leste, que continua privado dos seus direitos mais elementares.

Apraz-me realçar que a defesa da liberdade do povo maubere tem contado com o empenhamento constante do Governo, da Assembleia da República e do Presidente da República, no quadro de uma efetiva solidariedade institucional.

Aplausos gerais.

Nas próximas comemorações do Dia da Liberdade teremos como pano de fundo:

1.º A nossa presidência na CEE na ocasião em que se constrói uma nova Europa e se dão passos determinantes para a união política e para a união económica e monetária;
2.º Um mundo mais respeitador dos valores democráticos e da dignidade dos homens, mas também mais interdependente;
3.º O reforço da comunidade dos países de língua portuguesa, estendido aos povos e nações que nos sejam culturalmente afins.

Seja-me permitido, neste momento, saudar a democratização em curso nos PALOP, designadamente as eleições livres em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, em cujos atos estiveram presentes representações de deputados da Assembleia da República. Enaltecer ainda o esforço da mediação portuguesa na procura de soluções políticas que tragam, finalmente, a paz aos povos martirizados de Angola e Moçambique, salientando os progressos já conseguidos nas negociações, que nos enchem de satisfação.

Aplausos do PSD, do PS e do Deputado Independente Jorge Lemos.

É neste quadro de fundadas esperanças no nosso futuro coletivo que se vai desenvolver a atividade da próxima legislatura, a que auguro um trabalho profundo, exigente, pronto a prestigiar a nossa vida política.

O que faz com que as próximas eleições legislativas assumam a maior importância, a impor a cada um o dever cívico de nelas participar.

Participação que dará mais alento e empenho ao trabalho dos deputados, reafirmando a vitalidade da Assembleia da República, para que continuemos a ser dignos da esperança e da liberdade que renasceram em 25 de Abril.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Por direito próprio, vai usar da palavra S. Ex.ª o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República Mário Soares**: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Deputados, Srs. Embaixadores e Encarregados de Missão, Sr.as e Srs. Convidados: Festejamos hoje o 17.º aniversário do 25 de Abril, nos termos consagrados e segundo a forma habitual. Sou, como sabem, assumidamente, um homem do 25 de Abril e por isso vos posso falar com inteira franqueza. Temo que esta celebração ritual, cada ano repetida, longe de despertar na juventude interesse e curiosidade por um maior conhecimento e pelo estudo do que foi realmente — e do que ainda hoje representa — essa manhã heroica da nossa libertação como nação, contribua, por assim dizer, para banalizar a revolução, tornando-a desinteressante e incompreensível aos olhos dos mais jovens.

E, entretanto, para aqueles que viveram o 25 de Abril — e que, portanto, conheceram a dolorosa experiência da ditadura, que amordaçou Portugal durante quase meio século —, se há data viva, que deixou nos nossos corações um vinco inapagável de emoção e que tem um significado nacional iniludível de rutura com uma situação totalmente bloqueada, é precisamente o dia que hoje comemoramos. Como, porém, encontrar a fórmula mágica para comunicar esse sentimento às jovens gerações, quando já se formaram na democracia e nunca conheceram a opressão? Eis um primeiro ponto que mereceria, com vista ao futuro, alguma reflexão dos Srs. Deputados, até porque no próximo ano estaremos a iniciar, nos termos constitucionais, uma nova legislatura.

Não gostaria de me repetir relativamente ao que vos disse, em anos passados, nesta mesma Sala e perante, com raríssimas exceções, o mesmo auditório. É nessa repetição que consiste precisamente a criação do rito desprovido de novidade e, por assim dizer, a banalização rotineira de um evento político que foi, em si mesmo, altamente inovador e que, em sentido literal, abriu a todos os portugueses as portas do futuro, modificando profundamente a sua maneira de estar na vida e o seu destino pessoal. Teremos todos consciência de que foi assim?

Sucede que o 25 de Abril, para além disso, foi uma revolução pioneira e com enorme repercussão, não só na Europa, iniciando a série das revoluções democráticas, a ocidente e depois a oriente, com uma década e meia de intervalo, mas também na América Latina, noutras áreas do mundo, como as Filipinas, e, agora, em África. Sublinho, com legítimo orgulho lusófono, que os primeiros países africanos a fazer, sem violência, uma efetiva transição democrática, com a realização de eleições inteiramente livres, o abandono do partido único e da economia coletivista, foram Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, constituindo altos exemplos para todo o continente africano.

Aplausos do PSD, do PS, do PRD, do CDS
e do Deputado Independente Jorge Lemos.

De resto, como pressuposto essencial dos processos de paz em curso em Angola e Moçambique — que faço votos se concretizem o mais rapidamente possível — estão a abertura desses dois, tão martirizados, países ao pluralismo democrático, à economia de mercado e a própria marcação de eleições livres, em datas próximas.

Assistimos assim a uma evolução promissora em todos os países africanos lusófonos — sem excluir a Guiné-Bissau, onde já se anunciou, igualmente, a promessa de um processo democrático —, que terá consequências inevitáveis em todo o continente e a que, natural- mente, não é estranha a forma feliz como, apesar de tudo, se realizou, com indiscutível sucesso, o processo democrático português. Na verdade, com o 25 de Abril — sem efusão de sangue e quase sem violência — abriu-se um novo ciclo na história contemporânea de Portugal, caracterizado pelo aprofundamento democrático, pela descolonização, pelo desenvolvimento e pela modernização das estruturas retrógradas, culminando com a integração de Portugal na Comunidade Europeia. Com a perspetiva que hoje temos, resulta óbvio que cada um dos objetivos referidos estava intimamente relacionado com os outros, não tendo sido possível alcançar qualquer deles sem a concomitante realização dos outros.

O processo não foi linear, como se sabe; foi mesmo muito complexo e está longe de se poder considerar concluído.

A plena integração na Comunidade Europeia e a modernização da sociedade e do Estado, em curso, estão ainda no início, como resulta evidente para qualquer observador atento.

Por outro lado, o processo comportou desvios, a seu tempo denunciados e corrigidos, inevitáveis imperfeições e mesmo, como aconteceu com as independências africanas ou com Timor, dramáticos desenvolvimentos, alguns dificilmente reparáveis. Contudo, não deixa de ser consolador verificar, para os que viveram e vivem Abril, que o correr dos anos tem vindo a confirmar, sucessivamente, as opções portuguesas referendadas pelo nosso povo nos anos iniciais da revolução.

É essa linha evolutiva, gradualista, humanamente generosa e livre que teve em conta os indispensáveis equilíbrios sociais e políticos e o bem-estar de todos, que deveremos ser capazes de explicar às novas gerações, defendendo-as contra as tendências egoístas do tecnocratismo individualista e despertando-as para o idealismo social das grandes causas — as carências e os problemas tremendos que continuam por resolver, não obstante o caminho percorrido, desde os bloqueios iniciais até à atual situação de abertura.

Integrados hoje no grupo dos países mais desenvolvidos e de maior bem-estar, embora tenhamos a consciência clara de que, entre eles, somos dos mais pobres e carenciados, temos ao nosso alcance, em aberto, condições excelentes de rápido desenvolvimento e de progresso, se soubermos trabalhar e ser lúcidos. Por outro lado, ninguém melhor do que nós poderá compreender a importância e a urgente necessidade de prosseguir, com realismo e eficácia, o diálogo Norte/Sul, como um imperativo de sobrevivência humana.

Dado o conhecimento que temos de África, sabemos que urge chamar a atenção mundial para a defesa das grandes causas que suscitam o idealismo das pessoas bem formadas, como a luta contra as discriminações raciais e sociais, contra a fome, a ignorância, a doença e o fanatismo. Nesta ordem de preocupações, a defesa do meio ambiente é outra exigência que devemos aprender a ter sempre presente.

Recentes acontecimentos internacionais, de pesadas consequências e com toda a incerteza que comportam, vieram chamar a atenção para a criação necessária de uma nova ordem internacional. Todo o prestígio à ONU, claramente; mas a uma ONU remodelada, dotada de eficácia, refletindo a nova relação de forças internacionais, num mundo que deixou de ser bipolar e donde desapareceu a cortina de ferro, mas que recusa o hegemonismo.

Num tal contexto, a Europa — e emprego aqui a palavra no seu sentido geográfico corrente — está chamada a desempenhar um papel essencial nos novos equilíbrios que se esboçam a nível mundial. E na Europa, obviamente, o seu núcleo mais dinâmico e atrativo — a Comunidade Europeia — , com a condição de ser capaz de acelerar a construção da sua unidade, dotando-se de instituições supranacionais e dos controlos democráticos que a podem exprimir por forma efetiva e dar-lhe sentido.

Portugal, empenhado como está em recuperar do atraso que o separa da quase totalidade dos seus parceiros comunitários, não pode, entretanto, demitir-se de ter uma voz ativa e uma ação esclarecida — iniciativas — nas construções que se esboçam quer a nível europeu, quer mundial. Somos obviamente um país pequeno, mas sem qualquer razão para termos complexos. Temos prestígio e autoridade resultantes precisamente da maneira como soubemos gerir, atempadamente e por nós mesmos, o nosso próprio processo democrático, iniciado com o 25 de Abril, e como nos temos vindo a relacionar, por forma para muitos surpreendente, com os países africanos lusófonos e com o Brasil. Formamos com eles uma comunidade de língua e de afeto, num cruzamento singular de culturas, que começa a ser reconhecido no mundo e tem um peso demográfico de indiscutível significado.

Para tanto, é fundamental que saibamos ter uma participação efetiva no plano internacional, no quadro das alianças e organizações internacionais em que nos inserimos, definindo com clareza os nossos objetivos e prioridades, por forma tanto quanto possível consensual, e dotando-nos dos meios necessários. Sei que não é fácil e que muitos serão tentados a opor ao meu apregoado otimismo ceticismo, ironia e descrença. Não ignoro as dificuldades: a aparente sensatez dos velhos do Restelo sempre desconfiou das Índias por descobrir. É mais cómodo cruzar os braços. E, entretanto, quem pensaria, em 1974 ou 1975, que estaríamos hoje na posição em que nos encontramos como nação, desembaraçados dos conflitos que nos tolhiam os passos, com o percurso de progresso que, apesar de tudo, conseguimos realizar, reafirmada a unidade nacional, num clima de convivência cívica de tolerância e de convergência interpartidária quanto aos grandes desígnios nacionais, absolutamente invejáveis, tendo em conta o que vai pelo mundo?

Aplausos do PSD, do PS, do PRD, do CDS
e do Deputado Independente Jorge Lemos.

É a consciência do caminho percorrido desde o 25 de Abril, que nos deve animar e fortalecer em ordem a prosseguir uma grande ambição nacional. Não devemos ser modestos nos objetivos que fixamos para Portugal. Devemos, isso sim, ser exigentes e rigorosos.

Foi o sopro da liberdade que irrompeu na sociedade portuguesa com o 25 de Abril que nos criou as condições de progresso e nos transformou numa comunidade participativa, aberta sobre o futuro.

Velemos para que essa liberdade se alargue e aprofunde a todos os níveis; que o pluralismo, de que hoje se fala tanto no mundo, seja entre nós sempre a regra; que a livre crítica anime as nossas escolas e universidades, os nossos centros de cultura e de ciência. Saibamos criar uma verdadeira sociedade de cidadãos, sem subserviência nem medo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Uma sociedade de livre iniciativa, com certeza, mas impregnada por preocupações de justiça social...

Aplausos gerais.

... baseada na lei e no direito, com um máximo de igualdade de oportunidades, sobretudo para os mais jovens, onde todas as formas de poder resultem, como ensinava Sérgio, do autogoverno democrático, estejam repartidas e descentralizadas e sejam uma verdadeira emanação da vontade popular. Porque o povo — como se aprendeu a cantar em Abril —, em democracia, «é sempre quem mais ordena».

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, declaro encerrada a sessão.

1994

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, declaro aberta a sessão.

Para uma intervenção, na qualidade de representante do PSN, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Sérgio.

O Sr. **Manuel Sérgio** (PSN): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Excelentíssimos Convidados, Militares de Abril, Sr.as e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Para evocar, em 1994, o 25 de Abril começo com Miguel Torga. «O difícil para cada português não é sê-lo; é compreender-se. Nunca soubemos olhar-nos a frio no espelho da vida. A paixão tolda-nos a vista. Daí a espécie de obscura inocência com que atuamos na História».

De facto, a nossa medida sempre foi — e é — um sentimentalismo exacerbado. O português não procura a verdade, quer ter certezas. Ora, toda a certeza decorre de um estatuto originário: o império da paixão, dado que não há certeza que não possa transformar-se numa apologia do despotismo.

Por isso, os primeiros dois anos após o 25 de Abril, embora o pluralismo partidário, a reorganização da ação sindical, a libertação dos presos políticos, o regresso dos exilados, o estabelecimento de relações diplomáticas com todos os povos do mundo, a liberdade de expressão, de reunião, de informação, a descolonização, eleições plenamente democráticas e uma Constituição donde emergiam nítidos os Direitos do Homem, os primeiros dois anos após o 25 de Abril mais legitimaram o déspota do que interrogaram os fundamentos do poder.

Esta, aliás, é uma das lições a extrair do 25 de Abril: em Portugal, se é verdade que os ideais democráticos estão a deitar fundas raízes no coração de grande parte dos portugueses, ainda é evidente uma alergia às ideologias e aos partidos políticos que pretendem corporizá-las. É para o homem providencial, uma espécie de superego que normaliza as condutas e desresponsabiliza os cidadãos, que vai muita da nossa admiração imediata e vibrante. A História é menos carismática do que sistémica e, como tal, o ditador, qualquer que ele seja e as formas de que se revista, não tem lugar num trabalho de construção coletiva, visto que não cabem os proprietários da verdade na criação progressiva e simultânea da democracia política e da democracia sociocultural. É preciso unir indissoluvelmente liberdade, justiça e cultura, para que a nossa democracia, de formal, se transforme numa democracia real, onde tenham possibilidades de expressão e de concretização dos seus justos anseios os idosos, os jovens e as minorias, todos eles a dobrar o cabo das tormentas de sacrifícios sem conta.

Esta é a hora do 25 de Abril, porque o 25 de Abril está por cumprir-se! Há, em Portugal, o culto excessivo da efeméride. Celebrar o 25 de Abril bem é, conquanto não se descambe na funesta ilusão de que, para existir, basta ter História!

Compreende o Partido de Solidariedade Nacional o alcance transcendente, de forte cunho pedagógico, das comemorações dos 20 anos da Revolução dos Cravos. Aproveita mesmo a oportunidade para saudar, na figura do Sr. Presidente da República, todos os democratas portugueses que, durante mais de 40 anos, em luta árdua contra a ditadura, foram exemplo inescurecível de heroísmo, de sofrimento, de audácia, de epopeia, de fé. Poderíamos até cantar, aqui e agora, com a alma em festa de quem é

livre, a última quadra da *Trova do Vento que Passa*, de Manuel Alegre: *Mesmo na noite mais triste / em tempo de servidão / há sempre alguém que resiste / há sempre alguém que diz não*.

Mas, para o PSN, acima do mais, importa recordar o passado na medida em que soubermos aproveitar as suas lições, quero eu dizer, na medida em que soubermos estabelecer e restabelecer na pátria portuguesa os verdadeiros valores humanos e, portanto, uma vasta e profunda revolução moral nos ensine a conjugar o realismo político, a tolerância, a coragem, a solidariedade e a esperança.

Afinal, um povo com nove séculos de História há de possuir na sua multidimensional experiência as virtualidades necessárias para extrair do seu inesgotável tesouro coisas velhas e coisas novas, que importa cotejar com as experiências alheias, sem que haja necessidade de negar as próprias.

Há 20 anos, o Movimento das Forças Armadas compôs, de armas encimadas por cravos da cor da utopia e do sonho, um hino de exaltação nacional. Que todos nós, os que não tivemos de ganhar o dia 25 de Abril de 1974, saibamos, de ora em diante, merecê-lo!

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, como representante do Grupo Parlamentar de Os Verdes, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

A Sr.ª **Isabel Castro** (Os Verdes): — Excelentíssimo Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e restantes Membros do Governo, Srs. Capitães de Abril, Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje é dia de falar de Abril, não só como festa, evocação saudosa, mas como aventura coletiva há 20 anos iniciada por um povo em busca de si próprio, da sua identidade e do sentido da construção do seu futuro.

Abril é a aventura que jovens cansados da guerra tornaram possível — os capitães — que, com mãos de paz, colheram e, generosos, repartiram as flores da liberdade que outros, durante décadas de inconformismo, tinham na Terra semeado.

Abril é a alegria imensa que invadiu as praças, a poesia que tomou as ruas, a comoção de todo um povo que nelas convergiu e em liberdade se reencontrou, soltando das gargantas roucas as palavras de há tanto sonhadas.

Mas Abril também representa o passado, que se recusou e se não pode hoje tornar abstrato ou absolver, do tempo do poder autoritário — violento, absurdo, castrador — dos chefes carismáticos que não toleravam a diferença, que fardavam jovens e faziam-nos desfilar em dias, ditos, de raça; esse tempo absurdo em que, nas escolas, crianças cresciam, por sexos, separadas.

O tempo em que o tempo tinha parado no país do subdesenvolvimento, do obscurantismo, do isolamento, em que a cultura era proibida, os intelectuais considerados inimigos e o lápis azul da censura uma presença constante.

O tempo do arbítrio e de todos os medos, em que houve lugar a tribunais plenários; o tempo das paredes com ouvidos em que existir era ser suspeito; o tempo dos muros, das grades, da tortura e da morte, da humilhação de outros povos que, com brutalidade, noutras latitudes se tentava perpetuar;

o tempo do tempo em que os jovens não tinham escolha e eram condenados à opção da guerra ou do exílio.

Este foi o tempo que Abril tornou passado e o poder libertário rompeu, rasgando novos horizontes e dando asas ao sonho da liberdade assumida, da igualdade consagrada, da tomada de palavra pelas mulheres, da alteração da moral sexual e familiar, do poder que ao nível das Comunidades se organizou, dos alcançados direitos, liberdades e garantias da pessoa humana enquanto ser social e cultural e da terra repartida. O tempo em que democracia foi não só sinónimo de livre escolha, mas de intervenção criadora e de participação plural, viva e responsável na vida pública e da assunção plena não só do direito à liberdade, mas do direito de, em liberdade, construir o futuro, no qual, pela primeira vez, o ambiente foi também como direito fundamental consagrado, embora muito timidamente no modo de agir corporizado.

Sr. Presidente, Srs. Capitães de Abril, Sr.as e Srs. Convidados: Vinte anos depois de Abril, falar do futuro é falar da democracia por reinventar, de ser capaz de devolver aos cidadãos a confiança nas instituições que sobre si se fecham, surdas, incapazes de interpretar os sinais de descontentamento que elas próprias geram, de buscar espaços alternativos de organização social e de participação e de neles envolver cidadãos que, recusando a apatia e o conformismo, se não submetam à lógica da derrota, de compreender a urgência de promover um desenvolvimento ecologicamente equilibrado que satisfaça as necessidades do presente sem comprometer o futuro, um desenvolvimento alternativo pensado para um tempo novo e por diferentes valores e valias pautado, portador de uma nova ética nas relações da Humanidade e desta com a natureza. Por essa razão, trata-se de uma democracia mais humana e igualmente participada por mulheres e homens; de uma democracia mais solidária, porque não geradora de exclusão e de agressão ambiental; de uma democracia mais democrática, porque mais autenticamente vivida e partilhada; de uma democracia que recuse a exclusão e o *apartheid* social, que não consinta a intolerância, o racismo e a xenofobia, que não aceite que imigrantes possam viver marginalizados ou clandestinos, que não permita que direitos, liberdades e garantias possam ser impunemente violados; de uma democracia que não admita que o segredo de Estado se transforme no Estado do segredo, que recuse a padronização e o amorfismo da cultura e na inquietação e diversidade se afirme; de uma democracia que, como fortaleza, se não feche e que, aberta ao mundo, se mantenha e em cooperação e solidariedade cresça e se afirme, que não permita que Timor seja uma causa perdida, que nunca pare de surpreender, que em Abril se redescubra; de uma democracia para uma sociedade que, pelo sonho, se deve deixar ir, lembrando, como dizia a velha canção, que «o sonho é uma constante da vida» e que «sempre que um homem sonha, o mundo pula e avança».

Viva o 25 de Abril!

Aplausos do PS, do PCP e do Deputado Independente Raul Castro.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, na qualidade de representante do Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado António Lobo Xavier.

O Sr. **António Lobo Xavier** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Ilustres Convidados, Srs. Deputados: Comemoramos hoje, com as maiores galas da nossa praxe, a passagem do vigésimo aniversário do 25 de Abril e fazemo-lo aqui, na Assembleia da República, com a consciência de que, para além das crises sentidas e das reformas desejadas, para além da detração e do "pensamento decadentista", é sobretudo nesta Casa que se legitima uma especial reflexão sobre a democracia portuguesa ou sobre o futuro de Portugal.

A preparação da nossa liturgia, já antiga, foi, mais uma vez, castigada com aquela quase desesperante preocupação de evitar o desdouro que o tempo e a ritualidade das festividades oficiais emprestam quase sempre à celebração das mais relevantes datas da nossa História.

Desta vez, além do mais, a comunicação social precedeu-nos, fazendo um enorme esforço de esclarecimento e debate e gerando profusas controvérsias, indignações, recordações, justificações, revelações e enganos.

Reconheça-se que a polémica nunca tinha chegado tão longe e que a regra tem sido, estritamente quanto ao juízo sobre a importância da Revolução, a da quase unanimidade das opiniões expressas. Este ano não foi assim e alguns refletem mesmo sobre a possibilidade de ter ocorrido uma mudança brusca da consciência coletiva, quando a experiência ensina que estas mudanças só lentamente vão atravessando as gerações.

Sosseguem os tutores da memória coletiva. Em 1994, o país não mudou especialmente o seu juízo sobre o processo de construção da democracia portuguesa, se descontarmos o impacto que algumas revelações ou confirmações produziram na mente dos observadores ou dos atores políticos mais eruditos. Aconteceu simplesmente que houve condições para que se defrontassem publicamente e sem restrições os entusiastas, os céticos e os adversários do 25 de Abril, sendo que a participação destes últimos constituiu uma indisfarçável novidade.

Para nós, de facto, a evocação deste aniversário do 25 de Abril trouxe alguns diferentes processos comunicativos — uns, mais felizes, outros, menos conseguidos —, mas todos são consequência do estádio atual de um dos maiores sucessos destes últimos 20 anos. Refiro-me, como é óbvio, à liberdade de expressão e, especialmente, ao seu mais eficaz instrumento, o pluralismo dos meios de comunicação social.

Alguns ficaram chocados por assistirem à possibilidade de escutar as justificações e mesmo as convicções de alguns responsáveis do antigo regime. Ultrapassando a legitimidade da sua indignação individual, julgaram entrever um temível processo em que a comunicação social seria o agente capaz de produzir o que chamam de branqueamento da História. Mas essa indignação assume, por vezes, um inconfessável desejo de tutela da consciência, a qual querem poupar ao que consideram alienação. Alguns destes indignados, mesmo quando são — e são muitas vezes — inconfundíveis defensores da liberdade, esquecem que, na sua crítica da comunicação social ou na formatação alternativa que meticulosamente sugerem para os programas televisivos a que assistimos, revelam ou deixam transparecer uma sombra de transigência com alguma censura. Ora, o facto é que, existindo — como existe — a liberdade de intervenção política, de contradita, de esclarecimento, estando a sociedade portuguesa em óbvias condições de reação e de sentido crítico, não choca mais a difusão da justificação dos culpados

do que as célebres proibições da apresentação de imagens de arquivo sobre o antigo regime, ditadas pelos cuidadosos gestores do PREC para a eliminação científica de qualquer saudosismo menos ortodoxo. Alguém julga, ainda, em Portugal, que a História muda o seu curso com o simples virar das faces dos retratos para a parede?

Se se pode ver algum sinal neste novo ambiente, esse é seguramente o de que o tempo e o povo concorrem, inexoravelmente, para desvalorizar os créditos mais antigos dos políticos. O povo respeita o passado, mas não vive de memórias e nenhum político construa a sua carreira na convicção de que são suficientes — ainda que heroicos e sublimes (e são muitas vezes heroicos e sublimes) — os seus sofrimentos com exílios ou prisões. Aliás, valha a verdade, alguns dos que hoje mais se indignam chegaram a metamorfosear-se de vítimas em culpados, de tal modo procuraram estabelecer um regime restritivo em matéria de liberdade, de escolhas e de futuro.

O ambiente mudou, talvez, só porque os cidadãos já se não bastam com a autoridade das vítimas nem exigem a contrição em silêncio dos culpados. Preocupa-os porventura menos o conhecimento exato da autoria e da responsabilidade do 24 e do 25 de Abril do que o conhecimento do futuro que lhe preparam e do novo país que os políticos vão antecipando. Talvez por isso mesmo vejam o lado positivo da Revolução menos no seu papel instantâneo de *conditio sine qua non* do estádio atual da democracia e mais no processo de construção de um novo destino para Portugal. Talvez por isso, também, quase todos nós, nesta data, ao longo dos anos, fomos fazendo aqui sobretudo discursos de futuro. Com certeza, é por isso ainda, que, se a avareza do tempo desta cerimónia consentisse longas reflexões históricas, eu escolheria seguramente o tema da importância determinante das figuras civis que a História privilegiará, como Mário Soares, Sá Carneiro e Freitas do Amaral. Há ainda, porventura, um motivo suplementar para que, desta vez, a nossa liturgia exija um especial cuidado. Não é tanto a magia das duas décadas completas, mas especialmente a consciência — sentida, em primeiro lugar, pelo Sr. Presidente da República —, de que há já uma geração com discernimento político e capacidade eleitoral, para a qual o 25 de Abril corre o risco de significar apenas o que resulta das reconstituições dos programas de televisão ou dos manuais escolares.

Os políticos não podem legar a essa geração uma História escrita pelo seu próprio punho, sobretudo porque, como se tem visto, não estamos ainda de acordo sobre a versão do passado.

Não sei a que liras essa geração, que é ainda a minha, irá estar mais atenta. Decerto que ouvirá a nota exaltada das vítimas do anterior regime; decerto ouvirá dedilhar a corda paternalista dos que resumem tudo numa história de divulgação; decerto que ouvirá ainda o som dos prudentes compromissos, em que se reconhecem erros e acertos, para tudo se fechar num balanço positivo.

Suponho que a minha geração concluirá, por entre as reais angústias de educação e de emprego, que a Revolução não foi original, como prometiam os revolucionários, nem no sistema político que gerou nem no modelo económico que se foi instalando. Aos defensores do antigo regime e aos homens de Abril, essa geração lembrará, como Adenauer, que a História muitas vezes parece uma soma de coisas que poderiam ter sido evitadas. Dispenso, pois, a juventude a quem me dirijo, especialmente, de mais palavras sobre a Revolução traída, sobre a Revolução falhada ou sobre a Revolução triunfante. Nem, de resto, a adesão a qualquer dos mitos assentaria bem em quem, no 25 de Abril de 1974, não tinha

pensamento para ser culpado nem idade para ser vítima e pouparei ainda mais palavras sobre a experiência que constituiu o mais injusto dos infortúnios, a de ser perseguida por alguns dos libertadores.

A esses jovens, a quem se dedica particularmente esta comemoração, preferiria lembrar que o que de mais importante se passou nos últimos 20 anos foi, em primeiro lugar, a súbita rutura com um destino traçado para o país. No fim do regime, a «nação peregrina em terra alheia» não dispunha de convicção para prosseguir a guerra nem o poder possuía criatividade ou aceitação para divulgar um propósito que não fosse o da resistência sem sentido, de tão indiferente que foi perante o povo e de tão soberbo que julgava negligenciável a conquista de apoios.

E o país demorou, sofrendo, às vezes à deriva, até encontrar outra vocação. Esse novo destino, essa nova vocação traduzida na construção e na relação de pertença a uma União Europeia — apesar de ser um destino e uma vocação mais partilhada e universal —, tem de ser explicado, debatido, preparado e compreendido sob pena de se correr o risco de termos simplesmente deixado África, para não sermos colonialistas, e entrado na Europa para sermos colonizados ou dependentes.

Para que se não cometa em democracia o erro que foi fatal ao autoritarismo, devemos julgar indispensável o apoio e a mobilização desta juventude para a nova peregrinação. Mas nada lhe peçamos sem a consultar, sem que os políticos digam frontalmente o que pensam e o que querem, sem secretismos ou ambiguidades, ou estaremos aqui amanhã a lamentar a incompreensão e a protestar as nossas boas intenções como aqueles que hoje exibem, à procura de um público perdido, as vagas recordações da resistência.

Aplausos do CDS-PP e de alguns Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, como representante do Grupo Parlamentar do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Convidados: No vigésimo aniversário do 25 de Abril, as nossas primeiras palavras são de saudação para os heroicos capitães de Abril, a quem prestamos sentida homenagem, que, naquela inesquecível madrugada, abriram decisivamente o caminho da liberdade e da democracia e que merecidamente ganharam um lugar no coração dos portugueses e das portuguesas amantes da paz e da liberdade.

Passados 20 anos, renovamos também aqui a nossa sentida homenagem e profunda gratidão a todos os patriotas, a todos os democratas, a todos os antifascistas, a todos os homens e mulheres que, ao longo de décadas de um combate incerto e difícil, empenharam as suas forças e energias, muitos sacrificando até as suas próprias vidas, para que fosse posto fim a um ciclo negro e repressivo da nossa História.

Evocamos hoje o levantamento militar de 25 de Abril e o imediato e poderoso levantamento popular que tornou pequenas as praças e as ruas do nosso país e que encheu aquele maio dos maios,

o 1.º de Maio em liberdade, em que o povo mostrou que queria tomar nas mãos o seu destino, partindo depois da sua iniciativa as grandes conquistas democráticas.

Voltados para o futuro e, dirigindo-nos à juventude, lembramos — pois há quem queira ter memória curta — que a PIDE existiu, que esta tenebrosa polícia política perseguiu, prendeu, torturou e matou ao serviço de uma ditadura fascista que alguns pudicamente apelidam de "antigo regime" ou de "regime derrubado".

É preciso que isto se lembre quando assistimos no nosso país à mistificação histórica do que foi quer o antes, quer o depois do 25 de Abril e, na Europa, ao ressurgimento dos nacionalismos, do fascismo, do racismo e da xenofobia.

É preciso que se diga, não só a pensar nas novas gerações, mas também na nossa responsabilidade de tudo fazer e para que a mentira não passe por verdade, que a paz e o fim da guerra colonial, porque de guerra colonial se tratou, se inscrevem entre as mais justas, necessárias e importantes realizações da Revolução de Abril, que a recusa ou o adiamento da concretização do direito à independência significaria a continuação da guerra, do sacrifício da juventude, do povo português e dos povos das colónias e que as principais responsabilidades pelos dramas e sofrimentos posteriores às independências têm de ser assacados ao regime fascista e à guerra que foi movida contra os novos Estados independentes e as suas opções soberanas.

Com toda a firmeza combateremos as tentativas de reescrever a História e as campanhas de palavras e imagens que procuram resumir o 25 de Abril a um alucinante vendaval de conflitos, agitação e confrontos e insistiremos em que a Revolução de Abril foi sobretudo um tempo de participação popular, de liberdade e de democracia conquistadas e exercidas, de dignificação humana, de generosidade, de solidariedade, de grandeza e beleza nas pequenas e grandes transformações da vida, de pujante afirmação de elevados valores éticos e cívicos.

Salientaremos que os confrontos e conflitos verificados tiveram causas e que a maior foi a resistência e a oposição violenta aos rumos emancipadores do 25 de Abril.

A Revolução foi sonho e esperança, foi festa e liberdade, grandes transformações políticas, económicas, sociais e culturais, foi a institucionalização do poder local democrático e a consagração de importantes direitos dos trabalhadores e dos cidadãos.

Mas, mais do que uma discussão sobre o passado, o 25 de Abril é sobretudo uma afirmação do presente e uma referência essencial na luta para um futuro melhor. Por isso, comemorar Abril nos dias de hoje é combater o autoritarismo, a governamentalização do Estado e a sua desresponsabilização em áreas fundamentais como a saúde, o ensino e a habitação, é combater a degradação da democracia, a concentração da riqueza e a reconstituição das oligarquias financeiras, as exclusões sociais e a pobreza, é garantir às mulheres uma efetiva participação em igualdade e à juventude um emprego e uma escola de qualidade e democrática, é apoiar os deficientes e melhorar a vida dos reformados, pensionistas e idosos.

Comemorar Abril, nos dias de hoje, é não esquecer os povos irmãos das ex-colónias, manifestar a nossa solidariedade ativa com o povo maubere e lutar por um Portugal de progresso e de justiça numa Europa de paz e de cooperação.

E, numa época de regressão social, de desemprego crescente, de liquidação de direitos dos trabalhadores, de ruína da nossa agricultura e das nossas pescas e de ameaças à soberania nacional, é ainda nos valores e ideais de Abril que se pode encontrar um renovado impulso na luta por uma nova política e por um novo rumo na integração europeia.

Por isso, reafirmamos que, 20 anos depois, a passagem do tempo deve trazer não a desvalorização da Revolução de Abril, mas a condenação da ofensiva da política de direita que liquidou muitas das suas conquistas e destruiu boa parte das suas realizações.

Vinte anos depois, os portugueses não perderam a sua capacidade de indignação, de revolta e de luta e, para frustração de alguns, mesmo que se digam jovens, quando muitas vezes já não o são por mentalidade e por afirmação, a Revolução dos Cravos continua no coração do povo e os valores de Abril permanecem como referências essenciais para uma nova política ao serviço dos portugueses e de Portugal.

Viva o 25 de Abril! Viva o Portugal democrático, livre e independente!

Aplausos do PCP, de alguns Deputados do PS, de Os Verdes e do Deputado Independente Raul Castro.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, na qualidade de representante do Grupo Parlamentar do PS, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. **António Guterres** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros dos Órgãos de Soberania, Sr.as e Srs. Convidados e, permitam-me que destaque com particular respeito e afeto, Srs. Capitães de Abril aqui presentes:...

Aplausos do PS.

... Decidi intervir neste debate quando senti a obrigação de exprimir, em nome de todos os socialistas, o nosso orgulho, como portugueses, em pertencer ao Portugal de Abril, impulso motivado não tanto pelas caricaturas do antigo regime e da Revolução que nos têm servido ultimamente nem sequer por aquilo que de Abril tem dito os que contra Abril sempre estiveram; impulso que me veio, sobretudo, pela forma envergonhada com que de Abril têm falado muitos daqueles que, na política ou fora dela, foram dos principais beneficiários da Revolução de Abril.

Aplausos do PS e do Deputado Independente Raul Castro.

Como se Abril tivesse sido o preço que todos pagámos pela liberdade. A liberdade não tem preço, os direitos humanos não se compram, não se vendem nem podem ignorar-se. E, por isso, mesmo que Abril tivesse sido o preço da liberdade, teria valido a pena pagá-lo.

Só que Abril não foi o preço da liberdade, mas a vitória da liberdade e da paz. Muitos dos que me estão a ver e a ouvir, neste momento, poderiam não estar vivos se com Abril a guerra não tivesse terminado.

Aplausos do PS e do Deputado do PSD Fernando Amaral.

A paz é outro valor que não tem preço e só quem está em guerra, só quem vive em guerra, a pode apreciar devidamente.

Todos gostaríamos que a descolonização pudesse ter corrido melhor, mas não era fácil, não era possível. Feita tarde demais, após 13 anos de guerra, num período em que aqui, em Portugal, tivemos de lutar para que a liberdade se não perdesse.

Mas, até nesta matéria, os saudosistas do antigo regime não têm qualquer autoridade. Mesmo que quisessem hoje agarrar-se ao princípio, para nós inaceitável, de uma pátria pluricontinental e indivisível que a Revolução teria traído, já não o podem fazer. Afinal, sabemo-lo agora, a ditadura, no desespero do seu estertor, também tinha começado a negociar a independência das colónias. Liberdade e paz, mas também criação de condições para uma economia moderna e desenvolvida no quadro de uma sociedade mais justa e culturalmente aberta e plural. A este respeito, temos assistido a uma completa mistificação, a ponto de um dos mais altos responsáveis do país ter afirmado, recentemente, que a economia portuguesa estaria muito melhor se não fosse o 25 de Abril. É uma afirmação insólita e sem fundamento.

Em primeiro lugar, porque a economia portuguesa estava a entrar em profunda crise desde finais de 1973. Depois, porque um sistema corporativo é incompatível com a flexibilidade necessária para se ser competitivo nos tempos de hoje. Também porque, com uma guerra colonial em rápido agravamento e, com o progressivo acesso dos movimentos de libertação a armas mais sofisticadas, exigindo um brutal aumento das despesas militares, teria sido inevitavelmente asfixiado, mais tarde ou mais cedo, o crescimento económico. Finalmente, porque a ditadura nos impedia a participação de pleno direito na integração europeia. Ficaríamos obrigados pelos acordos já assinados a abrir as nossas fronteiras à concorrência internacional, mas não teríamos tido acesso ao apoio maciço dos fundos comunitários.

Houve também quem chegasse a afirmar que, em matéria económica, o 25 de Abril só tinha acontecido em 1985. Vejamos os números: de 1974 a 1985, absorvendo as consequências de dois aumentos brutais do preço do petróleo, com a perda do império colonial e a necessidade de acolher os retornados, sem fundos comunitários, antes, com duas ingerências do Fundo Monetário Internacional, com os efeitos de um processo revolucionário e de diversos períodos de instabilidade política, mesmo assim — repito —, de 1974 a 1985 — e espantem-se os Srs. Deputados —, a economia portuguesa cresceu em média anual significativamente mais do que o conjunto da Comunidade Europeia.

É fácil falar hoje dos erros e dos excessos da revolução. Com certeza que os houve e conheci-os bem. Ao lado daquele que é hoje o Presidente da República, Mário Soares, e de muitos outros, tive ocasião de lutar em 1974 e em 1975...

Risos do PSD.

... para combater esses erros e excessos e para evitar que a democracia portuguesa soçobrasse e não me recordo da presença, nessa luta, de alguns dos que hoje mais criticam os erros e os excessos da Revolução ou a esse propósito se riem.

Aplausos do PS.

Mais erros e excessos teve a Revolução Francesa e ela não deixa de ser o título de orgulho para toda uma nação e a referência de valores para dois séculos de vida democrática no mundo.

Nós, socialistas, orgulhamo-nos do 25 de Abril e que tenha sido um exemplo de transformação democrática, sem derramamento de sangue, que se propagou à Europa do Sul — à Grécia e à Espanha — e foi mais tarde seguido um pouco por toda a parte na América Latina, agora, na Europa Oriental, infelizmente, nem sempre com o mesmo êxito.

E quando olhamos para o Leste, para o que se passa em tantos países, mais se nos enraíza o orgulho pelo 25 de Abril português e pelo admirável bom senso e sentido de tolerância de que o nosso povo soube dar provas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Presidente da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores: não basta quedarmo-nos na contemplação do passado. Vivemos num mundo em profundas transformações e há hoje, inegavelmente, um pouco por toda a parte, um divórcio crescente entre governantes e governados, entre instituições e a opinião pública.

A democracia representativa, submetida à pressão dos meios de comunicação social, à rapidez com que circula a informação e aos impulsos desejáveis de cidadania e de participação, enfrenta um evidente desafio nas sociedades modernas. Enfrenta-o também em Portugal onde são claros muitos indícios de um certo mal-estar na sociedade civil.

A resposta mais fácil é a dos que, sucumbindo à demagogia e ao populismo, apostam no descrédito das instituições para a obtenção de vantagens imediatas no plano partidário ou pessoal. É um mau caminho. Politicamente perigoso, eticamente condenável e democraticamente inaceitável. Mas também o imobilismo e a autossatisfação não fazem sentido.

Uma boa maneira de celebrarmos o 25 de Abril em conjunto, nesta Câmara, será realizando, em 1994, uma revisão constitucional que estabeleça um equilíbrio reforçado entre o funcionamento pleno da democracia representativa e a participação direta dos cidadãos, valorizando a sua capacidade política eleitoral e alargado a área de influência das suas escolhas sobre as decisões públicas.

Uma revisão constitucional que não vejo como uma negociação partidária à procura de mais vantagens para cada um, mas como um esforço comum de quem está consciente das necessidades de aperfeiçoamento e reforma do nosso sistema político, dando conteúdo a um novo impulso democrático.

Para além das questões vitais da descentralização, da transparência, do combate à corrupção, hoje matérias de simples lei ordinária, considero quatro eixos fundamentais para a necessária reforma do sistema político, se possível consensual, a consagrar em sede de revisão constitucional.

A primeira tem a ver com a personalização das escolhas dos cidadãos na Lei Eleitoral para a Assembleia da República e com a acrescida responsabilização dos eleitos perante os eleitores.

Não abdicamos do princípio da proporcionalidade, mas estamos disponíveis para a instituição de círculos de candidatura uninominais, desde que a compensação proporcional possa ser feita em círculos regionais ou num círculo nacional. Desta forma, cada zona do país poderá passar a saber quem é a sua deputada ou o seu deputado.

A segunda consiste na abolição do monopólio partidário na apresentação de listas para os órgãos políticos a todos os níveis. Não há democracia sem partidos e não alinharei em qualquer campanha que vise desacreditar os partidos políticos. Contudo, os partidos não devem basear a sua influência em privilégios constitucionais, mas na validade das suas propostas e na qualidade dos seus membros.

Aos cidadãos independentes deve ser dada a faculdade de apresentar candidaturas a todos os órgãos de poder, desde o Parlamento Europeu à Assembleia da República, desde as assembleias regionais às câmaras e assembleias municipais. O sistema político deve acolher e não temer nem impedir a iniciativa dos cidadãos.

Em terceiro lugar, revitalizar o nosso sistema democrático passa, sem dúvida, por diversificar as formas de expressão da vontade popular. Com efeito, temas há que, cada vez mais, pela sua natureza transversal em relação aos partidos, merecem ser colocados à decisão da coletividade de modo direto, quer a nível local, quer nacional.

Para tanto — e estamos dispostos a isso —, a próxima revisão constitucional deve alargar o elenco das questões que podem ser colocadas ao eleitorado, quer por via das consultas diretas a nível local, quer por via do referendo nacional.

Continuo contrário à adoção de mecanismos plebiscitários de alteração do regime constitucional. Mas temos de reconhecer que a Constituição envolve hoje o referendo num espartilho tão apertado de restrições que ele se torna praticamente inviável para todas as matérias substanciais.

De igual modo, a próxima revisão constitucional não poderá deixar de sublinhar, tal como já pretendemos em 1992, e agora fizemos consagrar parcialmente na lei, as indeclináveis responsabilidades da Assembleia da República na futura revisão do Tratado da União Europeia e nos processos comunitários de decisão.

Neste contexto, o processo de revisão do Tratado da União Europeia, a ocorrer após 1996, constituirá um bom momento para que a Assembleia da República promova um fórum alargado de debate e acompanhamento das grandes decisões a tomar para o futuro da União, nele promovendo a participação ativa da sociedade civil, com especial destaque para as organizações sindicais e patronais, profissionais e culturais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Presidente da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Aperfeiçoar o sistema político será, sem dúvida, a melhor forma de exprimir a nossa gratidão para com todos aqueles que contribuíram para a Revolução de Abril.

Gratidão para com os militares, os capitães de Abril, que nessa madrugada tiveram a coragem de pôr fim à ditadura. Mas gratidão também, é bom nunca esquecê-lo, para com os que, lutando durante décadas, sacrificando interesses, a liberdade e a própria vida, abriram o caminho para essa madrugada.

O futuro do regime democrático será tanto mais positivo quanto mais se souber enraizar nos valores que deram sentido a essa luta. Adquiridos o direito à paz, à liberdade e ao desenvolvimento, importa que reafirmemos, com redobrado vigor, o direito à memória. Memória que é o penhor da identidade do nosso regime; memória que é a base indispensável da nossa cultura democrática. No lamentável episódio da atribuição a dois membros da polícia política da ditadura da pensão recusada a Salgueiro Maia, se o que fere é a injustiça gritante, a inversão de valores, o que preocupa e o que nos tem de preocupar a todos é a falta de cultura democrática que o tornou possível.

Aplausos do PS, de pé, do PSN e do Deputado Independente Raul Castro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, Sr. Deputado Pedro Passos Coelho.

O Sr. **Pedro Passos Coelho** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Convidados, que muito nos honram com a sua presença, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Evocar uma data histórica importante, como é a do 25 de Abril, comporta sempre um duplo risco, aqui já bem comprovado.

Por um lado, o de deixar as comemorações demasiado marcadas pela preocupação política de atualidade, como se a História não passasse de um simples pretexto, como qualquer outro, para disfarçar, na solenidade de palavras evocativas, algumas meras intenções políticas que se jogam no presente mais imediato.

Por outro lado, o de procurar, ainda que involuntariamente, reescrever a História, do antes e do depois, numa atitude, por vezes, pouco serena, à medida das ambições perdidas e não realizadas ou exorcizando fantasmas que nada dizem aos mais novos nem ao futuro. Sobretudo quando o tempo, ele mesmo, mal ganhou ainda distância suficiente para ser escrito ou interpretado, e quando muitos dos seus protagonistas são ainda parte ativa do palco da História que ainda hoje vivemos e construímos.

Queremos destacar aqui o respeito por aqueles, de entre os mais importantes, que guardam sábia e prudente discrição sobre o passado, evitando ser historiadores de si próprios.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Escapam assim, enquanto agentes precursores da mudança, à quase fatalidade de se verem preteridos pelos protagonistas que se lhes seguiram, na ausência de sentimentos que a História quase sempre acaba por reservar.

Perdoar-se-á, pois, que, mais do que entre preitos de gratidão, sem dúvida merecidos, a evocação do 25 de Abril se transporte para lá do olhar sobre o passado, para se colocar no horizonte da realidade que se deseja para o futuro.

De facto, o que importa aqui não é tanto a luta da memória contra o esquecimento, mas antes o redescobrir pontos de partida para novas ideias e ações. As datas, com o tempo, acabam por se confundir e por perder significado. Os ideais, no entanto, mesmo mudando, continuam a ser portadores de mudança.

E é isso, também, que aqui está hoje em causa. Compreender que os ideais não merecem por serem enunciado abstrato ou referência histórica, mas por respeitarem à pessoa concreta de cada dia, em face dos seus problemas e dificuldades práticas, das suas esperanças e ambições, do tempo e do mundo em que vive e não do que já foi ou já passou.

Não vem, por isso, a despropósito lembrar a juventude nesta evocação do 25 de Abril. Porque, afastada qualquer tentação paternalista, são os jovens, realmente, os grandes animadores de novos ideais e os portadores de maior novidade e mudança.

Sem obrigação pela memória, embora curiosos pelas lições da história, os mais jovens não se destinam ao papel passivo de educandos de feitos passados nem se condenam a ser meros herdeiros do futuro sem direitos a decidi-lo. Interessa, portanto, atender ao seu presente e aos seus problemas.

Aos mais jovens preocupará, sem dúvida, encontrar respostas para problemas tão concretos como os da educação ou os do emprego. Apesar de tudo, ficamos igualmente inconformados com a persistente falta de qualidade das escolas e do ensino, como com o consequente fenómeno de exclusão educativa, que ainda hoje as taxas de abandono escolar traduzem e que a deficiente preparação para a vida ativa agrava.

E ficamos apreensivos, certamente, por reconhecer as crescentes dificuldades na obtenção de saídas profissionais, muitas vezes até para os mais qualificados. Sobretudo, atendendo a que às mais otimistas perspetivas de recuperação económica não corresponde, infelizmente, idêntico otimismo de oportunidades geradoras de emprego.

É certo que estas não são dificuldades exclusivas do nosso país. Mas não será, certamente, no exterior que encontraremos todas as razões que a justificam. Há aqui, pois, uma responsabilidade que sobre todos nós pesa na solução de problemas que também são nossos.

Mesmo olhando aos méritos, que a muitos pertencem diferentemente, por hoje nos encontrarmos num caminho de desenvolvimento que afasta o pessimismo doentio de outros tempos, há claramente algo de não cumprido na promessa — mais do que nos acontecimentos — que nos trouxeram de 1974 até aqui.

Seja, pois, ao nível da educação e do emprego, ou seja ainda ao nível da habitação, da droga ou da degradação da qualidade de vida nos centros urbanos, para não citar outros, há ainda desafios enormes, mas necessariamente tangíveis, que devem hoje ser enfrentados.

Não se pense, porém, que eles traduzem, para a minha geração, desprendimento por valores ou excesso de pragmatismo na satisfação de necessidades mais individuais. Antes pelo contrário.

Até o valor da liberdade, já para não falar de outros, só faz sentido se, para além do plano das liberdades políticas e sociais, que sabemos adquiridas, ele se apresentar como um verdadeiro conjunto de direitos que cumpre concretizar e realizar. E é assim que, se a liberdade respeita à dignidade do próprio homem, é também na sua valorização enquanto indivíduo e no respeito pelo seu direito à felicidade e pela própria vida que se deve aferir, então, a sua condição de liberdade.

Disto têm hoje os jovens boa consciência. Reivindicam, com certeza, com mais exigência a satisfação de direitos que decorrem de valores bem assimilados e, ao mesmo tempo, não se alheiam, certamente, de ajudar a forjar novos valores para enfrentar o mundo em que vivemos.

Um mundo com uma preocupante pressão demográfica, que divide cada vez mais os poucos muito desenvolvidos dos crescentemente muito pobres, envergonhando uma das maiores maravilhas deste século no Ocidente — a que se dedicaram, praticamente, as últimas décadas e a que, parece, se aguarda encomendar as próximas —, que é a ciência económica; um mundo, também, em que as drásticas agressões ao ambiente convivem, sem solução prática sensível, a par com discursos exacerbados de alguns que, em nome do ambiente, parecem querer opor-se a novas mudanças e conservar, imutável, a natureza e a sociedade; um mundo que, de repente, parece, por tanto lado, afastar-se de um caminho de paz e de segurança e onde até os sistemas democráticos oferecem vulnerabilidades que semeiam descrédito e ditam afastamento dos cidadãos relativamente ao sistema político.

Convém, por tudo isto, manter otimismo moderado. Como moderados devem ser os ímpetos de pompa e de celebração pela celebração, evitando ritualizar um cortejo político que pode bem ajudar a afastar-nos das preocupações e aspirações da maioria dos cidadãos, sobretudo dos mais jovens. E que pode, também, impedir-nos de aprender com as lições passadas o suficiente para não perdermos tanto tempo como já o fizemos.

Realmente, foi quase preciso aguardar pela queda do Muro de Berlim para ver a nossa referência constitucional razoavelmente aberta à modernidade que já muitos tinham iniciado. Esperemos agora, com expectativa justificada — até pelo teor da intervenção aqui proferida pelo líder do Partido Socialista —, que a próxima revisão do Texto Fundamental não seja uma oportunidade adiada para encontrar melhores soluções políticas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas há boas razões para manter intactos os ideais que hoje aqui nos reúnem. É na nobreza do ideal e na inquietação criadora em que ele se forja que encontramos motivo para merecer melhor a confiança que quisermos reclamar para o futuro.

Aplausos do PSD, de pé.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República Barbosa de Melo**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. Cardeal-Patriarca de Lisboa, Eminência, Srs. Embaixadores, Srs. Ministros, Srs. Convidados, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: A Sessão Solene Comemorativa do 20.º Aniversário do 25 de Abril inscreve-se numa já longa tradição parlamentar. É este um espaço essencialmente pluralista e, por isso, um lugar onde é natural ouvir reflexões de tonalidade diferente sobre esse acontecimento político e social que teve as maiores repercussões na história contemporânea de Portugal.

Os discursos dos representantes dos partidos parlamentares que acabámos de ouvir, exprimem, nesta oportunidade, os diversos pontos de vista hoje relevantes para a Assembleia da República. Está aí cumprido, assim, o papel próprio do Parlamento. Por isso, limitar-me-ei a brevíssimas considerações sobre o sentido da evocação do 25 de Abril nesta solene cerimónia.

A ação político-militar do Movimento das Forças Armadas, desencadeada em 25 de Abril, tinha dois grandes objetivos, na intenção expressa pelos seus líderes: por um lado, o desmantelamento do regime político vigente e a eliminação «do nosso sistema de vida de todas as ilegitimidades que o abuso do poder tinha legalizado» e, por outro lado, a «restituição ao povo português das liberdades cívicas» e do inalienável direito de «escolher livremente a sua forma de vida social e política». E estou a citar passos das proclamações oficiais difundidas nos dias 25 e 26 de abril de 1974. O primeiro desses objetivos — o efeito de negação, digamos assim — foi rapidamente alcançado. E foi-o em situação de consenso social generalizado: no vasto arco das doutrinas, opções e sensibilidades políticas então existentes, poucos — muito poucos, mesmo — foram os que não reconheceram de imediato a decrepitude do regime derrubado, a sua aberrante desconformidade com as exigências da dignidade humana e a sua incapacidade para resolver os graves problemas do país, nomeadamente o de uma guerra colonial sem sentido e sem fim.

O segundo objetivo — o efeito de afirmação —, esse, foi mais difícil de realizar. Para chegar a instituições políticas suficientemente democráticas, o povo português precisou de vencer vários desvios e imprevistos, e teve de esperar até à concretização da Revisão Constitucional de 1982. Mas também este objetivo acabou por se atingir em paz e através do consenso democrático — ainda que um consenso laboriosamente construído ao longo do tempo.

Por conseguinte, podemos congratular-nos hoje com a realização dos dois grandes objetivos que conscientemente motivaram o Movimento das Forças Armadas para intervir, em 1974, na vida política. Os seus dirigentes fizeram um bom «uso da força que lhe é conferida pela Nação através dos seus soldados», como dizia também um desses textos.

Os objetivos que a si se propuseram os "capitães de Abril" continuam a ser firmemente saudados pela esmagadora maioria dos portugueses de todos os estratos sociais e de todas as parcelas territoriais. O derrube do regime opressivo, autoritário e arcaico não perdeu, seguramente, o consenso generalizado e a gratidão do povo português.

Aplausos de alguns Deputados do PS.

A igual dignidade social de todos, sem distinções em razão do sexo, da raça, do território de origem ou das convicções políticas ou ideológicas; o respeito pelos direitos e liberdades fundamentais; a existência de instituições democráticas — eleições livres, partidos políticos, sindicatos livres, direito à greve, etc., etc. —, em suma, as regras basilares da liberdade e da democracia, hoje consagradas na Constituição da República e nas leis, são tidas pelo povo português como uma aquisição histórica e como um feito excecional dos "capitães de Abril". As muitas pessoas, simples ou ilustres, que entusiasticamente se lançaram na longa e exaltante reconstrução da Pátria apenas prosseguiram a obra iniciada por esses soldados generosos.

É sobretudo com este espírito — como resulta das intervenções ouvidas — que a Assembleia da República, reivindicando a sua natureza de assembleia representativa de todos os cidadãos, evoca hoje, em Sessão Solene, o 20.º Aniversário do 25 de Abril. E, para lembrar, em particular à juventude, que a democracia e o inerente respeito pela dignidade humana são tarefas coletivas sempre inacabadas. Sem o empenho e a generosidade das pessoas e das gerações os cravos da liberdade podem murchar...

Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Excelências: Em nome da Assembleia da República e em meu nome pessoal, agradeço a subida honra que V. Ex.as nos quiseram dar aceitando o convite para esta Sessão Solene. A Vossa presença nesta Sala veio aumentar a grandeza e o brilho da comemoração parlamentar do 20.º Aniversário do 25 de Abril.

Agradeço, por fim, aos órgãos de comunicação social, em particular às rádios e televisões, o seu cuidado em levar este ato a todos os portugueses, incluindo os que vivem fora de Portugal.

Muito obrigado a todos!

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Por direito próprio, vai usar da palavra S. Ex.ª o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República Mário Soares**: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr. Cardeal-Patriarca, Eminência, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Srs. Marechais de Abril, Srs. Capitães de Abril, Srs. Embaixadores, Caro Michel Rocard, Minhas Senhoras e Meus Senhores: A celebração do 20.º Aniversário da Revolução do 25 de Abril, que restituiu a Portugal e aos portugueses a dignidade e restaurou o regime democrático pluralista deve ser realizada com verdadeiro sentido de futuro e em íntima comunhão com a juventude já nascida depois de 1974 — as gerações de Abril.

Esta é, quanto a mim, a mais sólida garantia de que as celebrações não terão um carácter passadista, mas, pelo contrário, constituem a plena demonstração de que o espírito do 25 de Abril está vivo e a mensagem fundamental de liberdade, de progresso e de modernidade que encerra contém potencialidades que nos permitem enfrentar positivamente as grandes incertezas deste nosso tempo tão complexo.

Esta sessão que realizamos na Assembleia da República — sede da representação nacional e do pluralismo democrático, que respeitosamente saúdo — significa um testemunho coletivo de fidelidade

aos grandes e generosos ideais do 25 de Abril que importa saber renovar e aprofundar de acordo com as transformações históricas, que temos vivido, e com as legítimas e cada vez mais exigentes aspirações do nosso povo.

A quase unanimidade que hoje se expressa em torno do 25 de Abril e dos princípios democráticos — e que esta sessão, indiscutivelmente, traduziu — constitui motivo de orgulho para os que viveram o nosso tão complexo processo de transição para a democracia e a mais eloquente condenação do regime autoritário, ditatorial, que governou Portugal durante quase cinquenta anos, a que a Revolução dos Cravos, com generosidade, pôs fim.

Olhando para a frente, importa, acima de tudo, aproveitar o consenso nacional criado em torno do 25 de Abril para mobilizar o país e, particularmente, a juventude, para os grandes combates que o futuro exigirá de todos.

A valorização da gente portuguesa continua a ser o primeiro e o mais decisivo desses combates. Devemos, por isso, apostar na educação, na ciência, na cultura, na formação profissional e não apenas na retórica dos discursos ou das piedosas intenções: investindo a fundo, com meios substanciais, no ensino, na investigação e na formação do maior número de portugueses, sabendo que é o investimento mais produtivo e a verdadeira condição sem a qual todo o progresso é ilusório ou precário.

Aplausos do PS e do Deputado do PSD Fernando Amaral.

A solidariedade para com os mais fracos, os mais desprotegidos e os mais pobres, designadamente as crianças, os idosos, os doentes e os deficientes, tem de ser outro dos grandes desígnios nacionais. Não há desenvolvimento sustentado com exclusão social, marginalização dos imigrantes, enormes bolsas de pobreza e acentuadas assimetrias regionais. Em Portugal — reconhecemo-lo com tristeza — continuam a existir situações gravíssimas que urge reparar e carências que nos envergonham e que, por isso, requerem uma intervenção urgente e decidida.

A defesa das grandes causas e o aprofundamento da consciência cívica devem nortear a nossa ação coletiva. A paz, a defesa do ambiente, a preservação do património natural e construído, a luta pela qualidade de vida, são imperativos do tempo que vivemos. A democracia tem de ser defendida dos perigos que a atrofiam — da passividade, do conformismo, da indiferença. Precisamos de mais pluralismo, de maior participação dos cidadãos, de maior transparência na vida pública, de dar voz à sociedade civil. Os problemas só podem resolver-se com democracia, maior corresponsabilização, maior informação e esclarecimento dos cidadãos, a todos os níveis, do processo das decisões políticas, económicas, sociais e culturais.

O humanismo universalista que sempre caracterizou o génio português deve ser potenciado nas nossas relações com os outros povos e países, designadamente com os nossos parceiros da União Europeia. A Comunidade que estamos a caminho de construir com o Brasil e com os países africanos lusófonos deve ser fortalecida por uma política ativa de afirmação da língua portuguesa no mundo e de intercâmbio cultural, na efetiva solidariedade entre os sete países que se exprimem no idioma de Camões, de Machado de Assis, de Craveirinha, de Pepetela e de Baltazar Lopes.

A Europa atravessa um período de perplexidade e de hesitações. Só com uma vontade política esclarecida e com um projeto europeu claro é possível avançar no sentido de conferir uma voz ativa no mundo ao velho continente europeu. Temos de ser capazes de dar um conteúdo efetivo, transformador e original à União Europeia que não pode ser apenas um espaço de livre comércio.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Os critérios imediatistas e tecnocráticos que até agora têm prevalecido, os pequenos cálculos assentes nos egoísmos nacionais, a falta de visão sobre o grande projeto europeu só nos têm diminuído, em relação às expectativas criadas, tanto aos nossos próprios olhos de europeus, como aos olhos do resto do mundo, que tanto espera da Europa.

Aplausos do PS.

Fiéis à ideia inicial dos pais fundadores, devemos ser capazes de mobilizar os povos da União Europeia para as grandes tarefas da paz, da solidariedade, do diálogo Norte/Sul, do desenvolvimento cultural e científico, e para a resolução dos problemas resultantes do desemprego, da crise do Estado providência, da difusão e consumo da droga, de epidemias, como a sida. Só com uma nova mentalidade é possível construir a Europa dos cidadãos, da cultura, da ciência, do ambiente e da paz, prevenindo os perigos do racismo, dos nacionalismos agressivos, da intolerância e do regresso ao autoritarismo.

Sr. Presidente da Assembleia da República e Srs. Deputados: Durante os vinte anos que nos separam do dia inolvidável do nosso reencontro com a liberdade, o mundo mudou tanto e tão vertiginosamente como se tivessem passado muitas décadas, senão séculos. Caíram impérios, ruíram conceções que tinha hegemonizado, desde o princípio do século, a inteligência europeia, a crise económica arrasta-se sem resolução, o desemprego por toda a Europa aumenta, tornando-se uma ameaça terrível à estabilidade de velhas nações, as agressões ao planeta e à espécie humana tornaram-se mais evidentes aos olhos de todos.

A ciência e a tecnologia avançaram espantosamente, operando prodígios que mudaram os nossos quotidianos e a nossa relação com os outros. O mundo é um só. A informação é instantânea. As ciências da vida põem-nos problemas éticos jamais pressentidos. O renascimento de um novo humanismo que aproveite as conquistas modernas a favor do homem — de todos os homens — é a grande questão do nosso tempo.

O 25 de Abril foi, em muitos sentidos, uma revolução pioneira. Esse facto tem sido reconhecido por historiadores e analistas internacionais de grande prestígio.

Conseguimos instaurar uma democracia pluralista, vencer os radicalismos de sinal contrário, entrar na Comunidade Europeia, dar a Portugal uma voz respeitada no mundo. O que se fez nestas duas décadas foi imenso. Recebemos um país amordaçado, isolado, com uma guerra colonial em três frentes, que se perpetuava sem saída nem glória, um país com um imenso atraso, a todos os níveis, sem sociedade

civil autónoma. Instituições como a censura e a odiosa polícia política fomentavam o medo, a subserviência e a denúncia. O pensamento era policiado e muitas vezes silenciado.

Fomos capazes, não obstante os acidentes de percurso, de construir um Estado de direito, de dar voz à sociedade e iniciativa aos cidadãos, de modernizar, até certo ponto, as estruturas económicas e sociais, de consolidar o poder local, de assegurar a autonomia aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, de abrir a cultura e a ciência em diálogo com o que de mais avançado se faz no mundo, de criar uma nova consciência de cidadania.

Aprendemos com os erros da I República e do liberalismo, não os repetindo. Herdeiros de uma tradição, que é porventura a mais genuína da nossa história, sabemos que Portugal progride sempre que retomamos essa inspiração de liberdade, de tolerância e a visão do humanismo universalista. Sempre que a negamos, tudo anda para trás. Os grandes ideais libertadores da Revolução dos Cravos continuam válidos, desafiando a nossa capacidade de os realizar inteiramente ao serviço de todos os portugueses.

Nesta data de alegria e de júbilo, ponhamos de lado, por um momento, o que legitimamente nos divide, em termos político-partidário, e lembremos esse dia em que o país acordou de novo para a esperança e para a liberdade. É nosso dever ser dignos desse momento único que tivemos a felicidade de viver nas nossas vidas. Honremos os capitães de Abril.

Saibamos ainda transmitir essa mensagem de liberdade criadora às gerações mais novas, com confiança em nós próprios, nos jovens, no seu inconformismo, idealismo e vontade de transformar o mundo e de mudar a vida.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, declaro encerrada a sessão.

1995

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, declaro aberta a sessão.

Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes, tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

O Sr. **André Martins** (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Convidados, Capitães de Abril: Vinte e um anos depois da gloriosa madrugada do dia 25 de Abril de 1974, é tempo de continuar a falar de Abril, porque Abril foi — e é — tempo de esperança renovada, foi — e queremos que continue a ser — tempo de mudança; é tempo de continuar a falar de Abril, para que as palavras solidariedade, alegria, felicidade e bem-estar não sejam apenas expressões de retórica emproada; é tempo de continuar a falar de Abril, obviamente não só em sessões evocativas, porque, sobretudo, é necessário viver, alargar e partilhar o espírito do 25 de Abril.

Como acontece com o majestoso desabrochar das flores em cada primavera, apesar das sérias ameaças das alterações climáticas, importa que em cada dia, na memória coletiva do nosso povo, frutifique o simbólico da imagem dos cravos vermelhos que brotaram dos canos das espingardas em 25 de Abril de 1974.

Era o partir de correntes, o quebrar de grilhetas, o cair de mordaças, era o fazer-se dia depois de uma noite longa com cerca de 50 anos, era o grito da liberdade reprimida, o apelo à paz, à cooperação entre os povos e ao fim da guerra colonial.

Foi tempo de afirmar a vontade de querer participar na construção de um país novo, em democracia, pelo desenvolvimento. Foi tempo de esperança que, hoje, 25 de Abril de 1995, importa redescobrir, para que a solidariedade e a justiça social não continuem a ser imperativos adiados; para que a igualdade de direito ao ensino e à educação não tenha de estar a ser permanentemente reclamada, gerando situações de instabilidade e contrariando as melhores condições de aproveitamento, que deveriam ser, em si, um objetivo fundamental; para que o acesso a serviços de saúde com qualidade seja tendencialmente gratuito e não se obrigue a pagar cada vez mais por serviços desumanizados; para que nos direitos de cidadania sejam amplamente reconhecidos, contra a repressão, a segregação e a marginalização, o direito à manifestação e ao protesto, o direito à indignação e até à desobediência civil, e o direito à diferença, à não violência e à informação.

E se em matéria de direitos, liberdades e garantias se tem ignorado, demasiadas vezes, o espírito e até a letra da Constituição da República no que se refere à democratização do sistema político-institucional, uma visão estreita do sistema democrático tem impedido a criação de condições a uma maior participação dos cidadãos na vida democrática, que passa, sem qualquer dúvida, pela atribuição de mais competência às freguesias e pela criação das regiões administrativas, formas óbvias e sérias para aproximar os cidadãos dos poderes de decisão e dos eleitos.

Numa democracia com tantas fragilidades, os últimos dez anos, marcados por uma política neoliberal, registam factos indesmentíveis de atrofiamento no desenvolvimento harmonioso do país e de crescente dependência externa.

Como se sabe, esta é, claramente, uma situação contrária ao espírito e à letra do 25 de Abril.

Verificamos hoje que a política seguida nos últimos dez anos fomentou o despovoamento de vastas regiões do centro e do interior do país e, ao mesmo tempo, incentivou a fixação de pessoas e de atividades económicas numa estreita faixa do litoral, onde se vive cada vez pior e sem perspetivas de futuro.

Assim, em vez de desenvolvimento regional, que poderia ser conseguido com a descentralização e a criação das regiões administrativas, optou-se por uma política de crescimento económico a qualquer preço, que não aproveita recursos endógenos disponíveis.

Desperdiçaram-se recursos naturais indispensáveis a qualquer política de desenvolvimento sustentável, como sejam os recursos hídricos. Se não fosse a ameaça do plano hidrológico espanhol, ainda hoje o Governo do PSD não teria dado qualquer passo para conhecer os recursos hídricos que o nosso país possui.

A poluição do ar e, sobretudo, do solo e dos nossos rios, não para de aumentar a níveis incomportáveis a médio prazo. Apesar de serem anunciados todos os dias mais "pacotes" com milhões de contos, a tecnologia industrial em Portugal continua generalizadamente antiquada, mantém-se poluente e sem capacidade para competir no mercado, o que agrava ainda mais a estabilidade do emprego em Portugal.

Na agricultura, o Governo, não respeitando a especificidade portuguesa no setor, preferiu uma situação de dependência relativamente ao exterior. Atribui aos agricultores subsídios para que não produzam, ajudando, assim, o escoamento dos excessos de produção agrícola de outros países, mesmo que os produtos sejam de qualidade inferior aos portugueses.

Nas pescas, a situação ficou agora ainda mais clara com a incapacidade de Portugal impor, na União Europeia, a defesa dos interesses nacionais.

Progressivamente, Portugal tornou-se um país em que o Governo administra muitos milhões, mas em que, ao mesmo tempo, aumenta a dependência em relação ao estrangeiro e onde o desenvolvimento permanece adiado.

Hoje, quando comemoramos Abril, é preciso assumir a responsabilidade de dizer "basta". É necessário encontrar novos caminhos, que passam, obviamente, por uma política alternativa e diferente e por um Governo capaz de concretizá-la.

Por Abril — e em nome de todos quantos transformaram o sonho em realidade e esperança em Portugal —, importa falar também, hoje e aqui, de solidariedade para com todos os povos oprimidos do mundo e, particularmente, da solidariedade ativa para com o povo de Timor-Leste, que aspira pelo legítimo direito à autodeterminação.

Por fim, 21 anos depois do dia 25 de Abril, em que um valoroso grupo de jovens capitães se empenhou no derrube de um regime autoritário e caduco, deixo uma palavra de esperança e de alegria para os jovens portugueses que comemoram este dia em liberdade, para que o espírito de Abril se cumpra.

Viva o 25 de Abril!

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Centro Democrático Social-Partido Popular, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Altos Dignitários do Estado, Srs. Deputados, Srs. e Sr.as Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: O 25 de Abril de 1995, que hoje aqui solenemente comemoramos, deve ser para nós, Deputados do CDS-PP eleitos em 1991, além de um momento de reflexão sobre estes quatro anos que marcam o fim de um ciclo, uma oportunidade para fazer o registo da contribuição trazida pelo nosso partido. Só assim poderemos demonstrar aos portugueses se soubemos desempenhar utilmente as nossas funções, entre as quais avulta a de manter vivos os ideais que a revolução de Abril proclamou e o modo como soubemos contribuir para a sua realização.

O quadriénio foi dominado pelas obrigações decorrentes da nossa participação na atualmente denominada União Europeia, que, como era previsível, produziu, em todos os setores da atividade nacional, profundas transformações, a tal ponto que bem se pode afirmar que o Portugal que temos hoje é muito diferente daquele que os militares de Abril encontraram em 1974 e, certamente, daquele que muitos anteviam em figurino ou figurinos, já que os revoltosos tinham uma formação e uma expectativa diferente, por falta de uma homogeneidade ideológica, o que grandemente contribuiu para que, nestes últimos 20 anos, as diferentes opções fossem possíveis e exequíveis.

Derrotado o "sovietismo", 14 anos antes da queda do Muro de Berlim e metido o socialismo na gaveta logo no primeiro Governo Constitucional, os grandes fundadores da Nova República — Mário Soares e Salgado Zenha, Francisco Sá Carneiro, Freitas do Amaral e Adelino Amaro da Costa, de um lado, e Álvaro Cunhal, colocado na trincheira contrária, de onde ainda se eleva a sua voz — souberam forjar para Portugal um Estado de direito democrático e pluralista, apegado firmemente aos valores do humanismo e da liberdade e ancorado na defesa intransigente da dignidade do homem e do cidadão, que serve de exemplo a muitos Estados recém-libertados de jogos totalitários.

As sucessivas revisões constitucionais, eliminando o primitivo cariz marxista do texto de 1976, aprofundaram a democracia política representativa, restabeleceram as virtudes da iniciativa privada e do funcionamento de mercado e reestruturaram o poder local, tornando a Constituição da República numa autêntica carta de normas fundamentais da Nação e não num programa carregado de princípios político-ideológicos vinculativos para qualquer governo, mesmo que eleito por uma maioria adversa a tais diretrizes.

Como é próprio da democracia, ninguém pode considerar que a nossa Lei Magna é uma obra perfeita e final. Neste preciso momento, estamos em pleno debate sobre matérias estruturantes do regime instituído, tais como: a da alteração da lei dos partidos políticos, para garantir-lhes maior democraticidade interna — uma exigência derivada do facto de eles serem primordialmente sustentados pelo erário público — e uma maior clarificação dos respetivos financiamentos; a da modificação do sistema eleitoral, a fim de garantir uma relação estreita entre o eleito e os eleitores; a do modo de tornar transparente o exercício de cargos públicos e políticos, combatendo a corrupção, o nepotismo, o

clientelismo, o tráfico de influências e tentando evitar a confusão entre o aparelho do partido detentor do poder político e o próprio aparelho do Estado, que dá lugar à confusão entre a política e os negócios; a da dignificação do exercício das funções políticas, dotando os seus agentes de um estatuto próprio que restabeleça a sua dignidade e respeitabilidade aos olhos das populações; a da maior participação dos cidadãos, através da sua auscultação direta, nas grandes questões nacionais com recurso ao referendo; a da maior participação dos agentes económicos e sociais na formação das grandes opções governativas; a do diálogo com organizações não governamentais; a da atenção às vozes representativas e respeitadas em vários domínios da cultura, ciência e arte na elaboração de leis; a do reforço dos direitos de cidadania, através de consagração de princípios e instrumentos como os da administração aberta e da ação popular.

São estes os atuais problemas de regime que a própria dinâmica da democracia agendou como temas de premente resolução, se quisermos preservar e melhorar a democracia representativa sem sermos submersos na chamada "democracia de opinião", que toma as sondagens como bússola de orientação política e as pressões da comunicação social como bom vento para a navegação da nau do Estado. O Partido Popular foi, sem dúvida, o precursor da reivindicação das exigências que acabo de enumerar, nesta nova fase ou nova geração da democracia representativa, exigências estas que foram publicamente apresentadas pela direção do Dr. Manuel Monteiro saída do Congresso de 1992.

O meu partido bateu-se pelo referendo à ratificação do Tratado de Maastricht, mas foi derrotado pelos votos combinados do PS e do PSD, com o argumento do Sr. Primeiro-Ministro de que «o país não podia ser imprevisível».

O mal-estar que hoje desponta na indústria, na agricultura, nas pescas, no pequeno comércio, enfim, nos setores produtivos da nossa vida económica, poderia certamente ter sido evitado se a opção pelo Tratado da União Europeia tivesse sido devidamente explicada e se a própria população tivesse participado na sua aceitação. Em vez disso, temeu-se pela perda dos fundos estruturais e todo o articulado foi negociado com rigorosa confidencialidade e secretismo, considerando-se até que a oposição era a fação antinacional e adversária da largada das naus para a nova Índia e nem sequer lhe faltou o epíteto de "velhos do Restelo".

Quantas das condições que o Governo foi obrigado a aceitar em troca de alguns pratos de ecus poderiam ser melhor negociadas? O recente caso das pescas é exemplar e mostra bem como somos arrastados e prejudicados pelos interesses e erros alheios, sem que a nossa voz, mesmo que contrária, tenha qualquer impacto nas soluções que nos são impostas.

O Partido Popular sofreu — e sofre — duros ataques, os seus dirigentes foram caluniados e apelidados, nesta Sala, de "ignorantes" (quando não de radicais ou marginais) sobre o processo de convergência e coesão europeias. Mas, hoje, é a maioria dos portugueses — e até mesmo muitas vozes dentro das próprias hostes do partido dominante — que vem dar-nos razão, criticando o excesso de otimismo e a autoglorificação que se seguiu à presidência portuguesa da Comunidade Europeia. Do ativo desta legislatura ficam apenas as autoestradas, as obras e os grandes projetos de betão.

Não se trata de fazer hoje o discurso sobre o "Estado da Nação", mas não podemos deixar de lamentar que tanto dinheiro, que entrou em Portugal como nunca tinha acontecido antes, não tenha

servido para fazer o autêntico desenvolvimento social, cultural, científico e profissional nos últimos cinco anos.

São as "dores de parto" da modernização de Portugal, dir-nos-ão os mesmos a quem cabia informar os portugueses dos inevitáveis sacrifícios exigidos pela competitividade derivada da abertura do mercado à concorrência internacional antes de encheram as ruas e as paredes com cartazes da "democracia de sucesso".

Chegada a hora do acerto de contas, os responsáveis, sabiamente, retiram-se para evitar o veredicto popular de outubro. O país atravessa tempos de desassossego: a liberdade do cidadão diminui onde cresce a insegurança; os tribunais são apoucados, quando proliferam empresas de cobrança de dívidas por meios ilícitos e violentos e os delinquentes andam à solta; a iniciativa privada esmorece quando não tem condições para constituir ou manter os seus pequenos e médios empreendimentos; os planos de combate à pobreza, como foi o caso do de Setúbal, dão-nos a exata medida da competência do Governo, que, hoje, se vê de novo a braços com a revolta de novos desempregados na mesmíssima região. Nem o Governo nem o atual Presidente do PSD têm a coragem de esclarecer os portugueses sobre os graves problemas que nos atormentam, nem de desfazer a ambiguidade e os equívocos semeados nos últimos dez anos de duas maiorias absolutas.

São os equívocos e as ambiguidades daqueles que quiseram Maastricht a qualquer preço — o PS e PSD — que agora desencadeiam, com vigor insuspeitado, campanhas sistemáticas de mútua acusação.

Desde a última semana estamos submergidos na vertigem da palavra "desenvolvimento", mais das vezes brandida de forma inconsequente e irrealista. A "democracia de sucesso", depois de atingir o seu paroxismo verbal, está agora a transmudar-se em "democracia do desenvolvimento", perdendo com este tacticismo porque, na realidade, não se passa disso — a generosidade da sua inspiração de Abril de 1974 para dramatizar artificialmente a vida política em Abril de 1995.

Não vamos hoje, aqui, acusar aqueles que pretendem marginalizar-nos, chamando-nos radicais ou que, através de técnicas de engenharia eleitoral, querem fabricar deputados nas secretarias para nos criarem dificuldades nas eleições, nem falar daqueles que sobre nós se enganam quando dizem que somos antieuropeus só porque defendemos os legítimos interesses dos agricultores, dos pescadores, dos comerciantes, dos industriais portugueses, em suma dos excluídos e dos deserdados da democracia de sucesso, ou dos que nos caluniam como antipolíticos para, no dia seguinte, abraçarem com desusado vigor e entusiasmo as nossas propostas, como sucedeu há poucos dias relativa- mente ao chamado "pacote" da transparência da classe política. Nunca tivemos medo das acusações e das calúnias. Sobre todos aqueles que se enganaram a nosso respeito tivemos sempre a vantagem do patriotismo, da generosidade, da inteligência e da solidariedade próprias dos humanistas cristãos que somos. Esta sempre foi a nossa maneira de sempre de fazer política e por isso estamos presentes nesta festa do 25 de Abril!

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: Há 21 anos, no dia 25 de Abril, o Movimento das Forças Armadas e o povo, de onde emanavam, juntaram as suas vontades e as suas forças e, num dos momentos mais luminosos da nossa História, romperam as grilhetas com que o fascismo prendia a Nação, para construírem um país renovado, de liberdade, de justiça e de esperança.

Um ano depois, há 20 anos, as mesmas vontades e a mesma força emanada do povo e do Movimento das Forças Armadas chamaram o povo português a eleger com o seu voto a Assembleia Constituinte, mandatada para aprovar a Constituição e para nela inscrever o sentido de progresso cívico e social e as conquistas que constituíam o património rico da revolução de Abril.

Por esses atos, o país deve, antes de tudo, a homenagem que mais uma vez prestamos, simbolizada nos que, neste momento, se sentam nas galerias da Assembleia da República, aos corajosos capitães de Abril, à sua audácia, generosidade e civismo, que têm sido esquecidos e marginalizados pelos que nunca se conformaram com a Revolução dos Cravos, mas que nunca serão esquecidos pelos que amam a liberdade e a justiça acima de tudo.

Aplausos do PCP, do PS, de Os Verdes
e do Deputado Independente Manuel Sérgio.

O 25 de Abril, como processo histórico concreto, aqui o afirmamos com clareza, é indissociável nestes seus dois momentos: primeiro, o ato revolucionário e popular, de rutura com o passado de opressão, de construção de um novo Portugal; depois, a consolidação institucional das transformações operadas com a luta popular e a sua consagração, com a força de uma "escritura", chancelada pelo voto do povo e pelo mandato que conferiu aos Deputados constituintes.

A Constituição da República aprovada pela Assembleia Constituinte correspondeu, de forma inegavelmente expressiva, a esse objetivo. Nela se encontraram e fixaram traços significativos e marcantes da democracia política, económica, social e cultural, que a revolução do 25 de Abril construiu e conquistou.

Por isso, ao longo destes anos, ao mesmo tempo que nas instituições, nas praças e nas ruas de Portugal — nas praças e nas ruas que o povo conquistou — celebrávamos o 25 de Abril, evocando a revolução popular, lutávamos também com o povo de Abril, nas mesmas instituições e nas mesmas ruas e praças, em defesa das conquistas da revolução, consagradas na Constituição elaborada pelos constituintes de há 20 anos.

Em todo este tempo, no decurso dessas lutas, muitas e significativas foram as conquistas da revolução que os seus inimigos conseguiram destruir. A cada golpe sobre esse património de transformações, o país de Abril ficava mais pobre e a democracia mais espartilhada. Rudes golpes foram desferidos contra a democracia económica: hoje, os velhos senhores refazem, à custa do património público, num processo de mão baixa, opaco e clientelar, os seus impérios, ameaçando com o seu reconquistado poder as próprias instituições políticas fruto do voto popular.

Rudes golpes caíram igualmente sobre a democracia social: fragilizou-se, até à exploração cruel, a posição dos trabalhadores nas relações de trabalho. A política dos "pacotes" laborais reduziu drasticamente os direitos dos trabalhadores e, enquanto se fizeram fortunas meteóricas e se assistiu à insolente exibição da riqueza polarizada à custa de recursos públicos e de atividades especulativas e parasitárias, alastraram o desemprego, o trabalho precário, os salários em atraso, a miséria e a exclusão social.

Também o exercício das liberdades e a democracia política sofreram sérios retrocessos ao longo destes anos, até ao ponto — que, hoje e aqui, não pode ficar sem clara e frontal denúncia — de se ver agora uma espécie de nova policia de informações políticas, o SIS, atuar contra o exercício de liberdades fundamentais, contra os trabalhadores, os estudantes e os agricultores que, lesados pelas políticas do Governo, se manifestam, legitimamente, condenando essas políticas e lutando pela sua substituição.

Comemoramos hoje o 25 de Abril aqui, na Assembleia da República, e fazemo-lo com a mesma alegria e confiança com que, juntamente com o povo de Abril, vamos comemorá-lo durante todo o dia nas praças e nas ruas do nosso país.

Mas comemoramo-lo hoje mais pobres.

O património do 25 de Abril tem vindo a ser liquidado pelas mãos dos seus inimigos, quase sempre disfarçados de devotos democratas. Por isso, quando ouvimos alguns dizerem que, este ano, vão comemorar o 25 de Abril, depois de não o terem feito ao longo destes anos, quando constatamos que esses foram dos que sempre, em todas as batalhas decisivas, estiveram contra muitas das transformações democráticas, património do 25 de Abril, fica-nos uma dúvida, seguramente legítima: se, realmente, querem comemorar mesmo o 25 de Abril ou aproveitar o seu prestígio em ano eleitoral, ou se não pretendem antes celebrar tudo o que fizeram ao longo destes anos, para apagar a sua memória e para liquidar o essencial dos seus ideais e dos seus valores. Fazem-no por saberem que ele continua profundamente ancorado no coração do povo português.

Aplausos do PCP.

Mas o tempo não é de balanço. Olhamos para o nosso passado próximo para nele robustecermos a nossa vontade de lutar pelos valores de Abril. O tempo de hoje é o de lançar novas sementes, para serem fecundadas nas lutas e na determinação popular, que se reforça e alarga, mas também no voto popular que se aproxima. Novas sementes para uma mudança profunda da política nacional, para reconduzi-la às esperanças e aos ideais que nortearam o 25 de Abril.

É preciso hoje dizer, particularmente à juventude, que essas esperanças e ideais do 25 de Abril são hoje o que autenticamente exprimem a modernidade de Portugal, como o país que se quer de novo apostado na democracia, na liberdade, na justiça, na solidariedade, no desenvolvimento e na afirmação da soberania e da independência nacionais.

É preciso dizer que a negação dessa modernidade está numa política que promoveu o aumento da pobreza, da exclusão social, do flagelo da toxicodependência e da insegurança; numa política que acentuou as diferenças regionais (toda a zona interior, desde Trás-os-Montes até ao Alentejo, está

hoje mais longe da média europeia); numa política que tem feito regredir a nossa indústria e que ameaça de ruína a nossa agricultura e pescas; numa política que introduziu o negocismo e o elitismo na saúde e no ensino e que põe em perigo o sistema de segurança social; numa política que fez da corrupção e do clientelismo práticas correntes que imprimiram os fundamentos da vida social; numa política sem dignidade no plano externo, de capitulações constantes, como são exemplos recentes os casos das pescas e da *Renault*, que atingem os interesses nacionais e os interesses dos trabalhadores.

Em síntese, numa política que esquece a solidariedade que é devida aos que dela carecem.

Assim, comemoramos o 25 de Abril com a determinação de concretizar uma profunda mudança de política, que valorize e dignifique o mundo do trabalho; que dê espaço de afirmação à juventude e apoie os seus projetos de vida; que faça à terceira idade a justiça de uma vida útil e digna; que combata as discriminações que atingem a mulher e apoie o seu papel na sociedade e na família; que exclua a exclusão; que faça assentar o progresso do país nos setores produtivos, incluindo o fortalecimento e a modernização da indústria, da agricultura e das pescas; que assuma o papel de Portugal no mundo como uma Nação soberana, capaz de entender e aproveitar a crescente interdependência, mas sem perder a sua identidade e a sua autonomia de decisão, a sua capacidade de defender e prosseguir com firmeza os interesses próprios; que realize uma indispensável moralização da vida política, hoje inquinada por uma prática de Governo e de direção superior da Administração Pública, marcada por escândalos, por opacidades, por tráfico de influência, por casos de indignidade e também de inaceitável impunidade.

E manifestamos aqui o nosso combate de ontem e de hoje pela transparência da vida política, com a coerência de sempre, expressa, inclusivamente, em votação, e sem precisarmos de provar

a ninguém o que pensamos sobre esta matéria, combate e debate que passa também pela moralização do financiamento dos partidos, acabando com o imoral e injustificado financiamento pelas empresas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Presidente, estas comemorações do 25 de Abril são, para nós, um momento de luta e um momento de renovar a esperança para os trabalhadores e para as trabalhadoras, para as portuguesas e portugueses, para a juventude. É um momento para se reafirmar que o povo pode viver melhor numa sociedade mais justa. Há um outro caminho que as «portas de Abril abriram», que é necessário retomar e impulsionar, o de um Portugal de progresso e justiça numa Europa de paz e cooperação, o de um Portugal de desenvolvimento e de democracia, o de um Portugal livre, independente e soberano.

Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

Aplausos do PCP, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. **António Guterres** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr. Procurador-Geral da República, Sr.as e Srs. Convidados, Capitães de Abril, Caras e Caros Colegas Deputados: Como português e como português de Abril que me orgulho de ser, quero começar a minha intervenção saudando os Capitães de Abril, aqui presentes, a cujo ato heroico de há 21 anos devemos o podermos realizar esta sessão.

Aplausos do PS e do PCP.

Permitam-me que o faça, com particular emoção e afeto, nas figuras do Presidente da Associação 25 de Abril e da Sr.ª D. Natércia Salgueiro Maia, que aqui representa a memória daquele que foi, seguramente, um dos mais dignos símbolos da pureza dos ideais de Abril.

Aplausos do PS, do PCP e do Deputado Independente Manuel Sérgio.

Passaram 21 anos sobre a Revolução dos Cravos, mas passaram também 20 anos sobre as eleições para a Assembleia Constituinte. E se foi a Revolução dos Cravos que abriu o caminho à democracia, derrubando a ditadura, foi a Assembleia Constituinte e a Constituição da República que fundaram o Estado democrático em que hoje vivemos.

Esta é uma questão que não pode ser esquecida no dia de hoje, no 20.º aniversário das eleições para a Assembleia Constituinte, até porque a única legitimidade plenamente democrática é aquela que decorre da livre expressão da vontade popular, através de eleições por sufrágio universal.

Muitas foram as vozes críticas que se fizeram ouvir sobre a Constituição de 1976. Ela teve, seguramente, alguns aspetos datados, que se prendiam com a vida e com a política do seu tempo, que, aliás, duas revisões puderam e souberam aperfeiçoar. Mas a Constituição de 1976 é a pedra angular da nossa democracia. Ela insere-se naquilo que de melhor têm as tradições da revolução americana e da revolução francesa. A Constituição de 1976 é o documento em que, porventura, de forma mais corajosa, foi possível transpor os valores da liberdade, da igualdade e da fraternidade que unem todos nós. Por isso, ela é razão de honra para todos os democratas portugueses e, em particular, para os constituintes.

Aplausos do PS.

Por isso, aqui quero saudar também, com particular respeito, os nossos constituintes de 1975 e quero fazê-lo homenageando a figura do seu presidente, o Professor Henrique de Barros, que ainda ontem foi justamente condecorado pela Câmara Municipal de Lisboa com a Medalha de Ouro da cidade, que lhe foi entregue pelo seu presidente, Jorge Sampaio, também aqui presente.

Aplausos do PS.

Comemorar Abril tem de ser para cada um de nós, fundamentalmente, continuar Abril, continuar os trabalhos dos constituintes de 1975. E temos de fazê-lo para que seja possível aos portugueses renovarem a esperança em si próprios e no futuro do nosso país.

Queria referir-me, muito brevemente, a três problemas políticos que estão por resolver e que, em minha opinião, ainda dificultam a renovação dessa esperança: o respeito e a gratidão que devem merecer-nos os militares de Abril; a reforma do sistema político, indispensável para reconciliar governantes e governados; a exigência de uma nova cultura de responsabilidade e de rigor no exercício da vida política.

Sobre os militares de Abril, temos de reconhecer, com verdade, que nem sempre o regime político saído da revolução os soube tratar com o respeito e a gratidão que nos merecem. Não ouçam, nestas palavras, qualquer crítica ao atual Governo, pois trata-se de uma responsabilidade que, de alguma forma, por ação ou omissão, todos devemos assumir para corrigir no futuro. E não está em causa conferir aos militares de Abril qualquer privilégio ou qualquer direito que não decorra da mesma cidadania que partilham connosco, mas sim, apenas, o sabermos, em todas as condições, testemunhar-lhes o respeito e a gratidão que a coragem e a abnegação que puseram nessa madrugada de há 21 anos, de todos nós, seguramente, merecem.

Aplausos do PS.

Quanto à reforma do sistema político, na intervenção que aqui produzi, há um ano, tive ocasião de chamar a atenção para a urgência de reformas do sistema político que permitam uma plena reconciliação entre governantes e governados.

Chamo, brevemente, a atenção para quatro tópicos: a criação de círculos de um só Deputado, que permitam criar uma relação direta entre eleitores e eleitos, no quadro da proporcionalidade; o direito dos cidadãos eleitores para apresentarem listas a todos os atos eleitorais, acabando com um privilégio e um monopólio partidários que, hoje, já não têm justificação; um novo equilíbrio entre democracia representativa e participação dos cidadãos, conferindo a estes direito de iniciativa no referendo, nas propostas de lei à Assembleia da República ou no recurso ao Tribunal Constitucional; regras claras de transparência e de rigor que permitam separar, mais facilmente, os sérios e os desonestos, o trigo do joio, e ajudar-nos, a todos, a combater o tráfico de influências, o compadrio e a corrupção.

Estas ideias vão fazendo o seu caminho e são bem-vindos todos os contributos na sua direção, venham eles de onde vierem.

Quero apenas deixar aqui, hoje, um apelo aos Srs. Deputados: não permitam que se misture o que não pode nem deve ser misturado. A reforma do sistema político, a transparência da vida política são valores em si, são uma necessidade do país e não podem ser uma qualquer moeda de troca. E não o podem ser, sobretudo invocando direitos ou regalias de titulares de cargos políticos, tenha isso a ver com os seus vencimentos ou com quaisquer outros aspetos, porque dessa forma se perderá a pureza renovadora que queremos pôr na reforma do sistema político.

Aplausos do PS.

Uma nova cultura de exigência e de responsabilidade no exercício de funções públicas é indispensável para todos, no Governo ou na oposição, nas magistraturas ou nos altos cargos do Estado, assumindo a responsabilidade por tudo aquilo que fazemos e por tudo aquilo que é feito sob a nossa autoridade. Essa é uma condição indispensável para que a mesma cultura de exigência e de responsabilidade seja partilhada por todas as portuguesas e portugueses, para que todas e todos entendam que a cidadania comporta direitos, mas também deveres e, sobretudo, responsabilidades para com aqueles que, estando à nossa volta, ainda estão excluídos por razões económicas ou sociais do exercício pleno dessa mesma cidadania.

Só assim, assumindo as nossas responsabilidades, poderemos restabelecer a confiança do país e dar os motivos de esperança de que os nossos concidadãos tanto necessitam, quando estão, e bem, preocupados com o desemprego, com a droga, com a pobreza, com os problemas da saúde ou da educação, com as dificuldades que encontram no exercício da atividade agrícola, das pescas ou da indústria. É preciso uma nova confiança e uma nova esperança e isso depende, essencialmente, da forma como todos soubermos exercer as nossas responsabilidades.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Presidente da República, permita-me que as minhas últimas palavras sejam para si, que tão dignamente preside, hoje, às comemorações do aniversário do 25 de Abril, como sempre soube fazer nestes dez anos. Para lhe dizer, talvez mais propriamente, para dizer ao cidadão Mário Soares, que representa, como nenhum outro, o espírito do Estado democrático e a pureza dos ideais de Abril, que contamos consigo, em todas as condições, e contaremos consigo, em particular, para, ao nosso lado, de hoje a um ano, comemorar, uma vez mais, a Revolução dos Cravos.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Nogueira.

O Sr. **Fernando Nogueira** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: Para que Abril possa ser um festejo de louvor à liberdade é urgente que nele saibamos celebrar o futuro. Mas, se é verdade que nenhum futuro se constrói sem a força assumida da sua própria História, também não é menos verdade que não se pode construir o tempo que há de vir através de uma história falseada nos dados e construída na mentira.

Não cairemos no erro de lembrar, aqui e agora, excessos de que ainda hoje todos guardamos uma forte impressão, mas também não deixaremos que os seus autores fiquem com a ilusão de que tudo está esquecido. Podemos ter perdoado, e perdoamos, mas não perdemos a memória, justamente em nome de Abril.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — O que nos distingue desses é precisamente a vontade de construir o tempo novo, a recusa de viver no passado ou em função do passado. O que nos distingue desses é a convicção de que é sobretudo neste tempo novo que há de ganhar-se o sentido da celebração, para que esta não seja só memória, património real ou fictício de cada vez menos, mas, principalmente, presente e futuro, enquanto projeto de esperança verdadeira, património cada vez mais de todos.

Sobre o passado lembraremos, porque é devido, a coragem do risco assumido pelos militares de Abril. De entre eles, aqueles que são bem conhecidos de todos, mas também outros que sempre recusaram as luzes da ribalta e foram anonimamente «fiéis à ideia tida e à palavra dada». A esses, o nosso obrigado.

Aplausos do PSD e do Deputado do PS Raul Rêgo.

Falemos, então, de futuro. E o futuro está nos jovens que, sem trazerem Abril no seu tempo, dele esperam mais do que a liberdade que já sentem ter.

A celebração não pode, pois, ser apenas romaria. A celebração tem de ser, hoje, conquista. Uma conquista que aposta, sem dúvidas, na democracia, numa democracia de cidadãos, onde a individualidade tenha sentido próprio e a solidariedade seja também pressuposto da afirmação do homem enquanto pessoa total. De uma democracia de escolhas livres, de responsabilidade e de transparência, mas também de uma democracia de valores e de convicções pelos quais valha a pena lutar na construção plural de um futuro melhor.

Uma conquista que aposte no desenvolvimento, num desenvolvimento humanizado e, por isso, sustentado, mas assumido como o primeiro dos desafios e como campo novo onde floresçam outras ideias e onde a própria ideologia possa recriar espaços de renovação, estimulando, outra vez, a aproximação entre o político e o social, restituindo à política a nobreza da sua função enquanto instrumento ao serviço da vida e aos políticos uma imagem de seriedade e de missão, sem a qual se nega o próprio ideal de Abril. Por isso, não é aceitável que políticos com velhas práticas façam desta última relevante questão um mero jogo de sombras, onde o faz de conta tem mais força do que a vontade de fazer.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Se queremos continuar a celebrar Abril com dignidade, demonstremos, então, sem reservas e com honestidade intelectual, que queremos, realmente, convergir esforços para que a credibilidade das nossas funções seja reforçada. Isso depende de nós e apenas de nós. Essa é a nossa obrigação.

Como é ainda nosso dever lembrar e sobretudo exercitar o princípio de que, em democracia, liberdade exige responsabilidade e aquela sem esta é frágil, senão efémera, bem como ter sempre presente

que a liberdade, para além de um direito, é um respeito e é na capacidade de respeitar a liberdade do outro que fundamentamos o direito à nossa própria liberdade.

Por isso, que Abril, hoje, na complexidade das sociedades atuais, seja também a afirmação dos direitos do respeito, como os que derivam da defesa do ambiente, da dignidade do homem face ao progresso tecnológico, da importância da diferença do reconhecimento do direito à autonomia de cada um.

Sr. Presidente da República, Srs. Deputados: Se a liberdade e a democracia são frutos do trabalho de quase todos, já quanto ao desenvolvimento, tem cabido ao Partido Social Democrata a principal responsabilidade de construir o progresso e de ganhar o futuro.

Aplausos do PSD.

E, hoje, celebrar Abril é também reconhecê-lo!

Sabemos do caminho que falta percorrer e temos consciência de que para vários portugueses Abril não foi ainda festa. Mas a determinação e, muitas vezes, a coragem e a verdade com que sempre enfrentamos os problemas e respondemos às dificuldades dão-nos a força moral e política para sermos nós a chamar o futuro à celebração do dia de hoje.

A sociedade que o PSD construiu é uma sociedade mais exigente, tão exigente que não há Governo que lhe possa satisfazer, a um tempo, todas as aspirações. Há, porém, políticos que, na ânsia de agradar, chegam a prometer mais do que a própria sociedade exige. Esses políticos não cumprem Abril, desacreditam Abril, porque prometem o que não podem dar e quem distribui, irresponsavelmente, utopias irrealizáveis, semeia desilusões e desenganos, cria frustrações, alimenta a conflitualidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Por nossa parte, sabemos onde estão os desvios do progresso, sabemos que é preciso dar sonho aos jovens e segurança aos menos jovens e sabemos que é preciso deixar respirar a classe média. Sabemos que urge dar sentido à vida das populações suburbanas, que procuram, hoje, mais conforto do que propriamente aumento de rendimentos materiais.

Humanizar as cidades, reanimar o mundo rural, continuar a garantir o poder de compra dos reformados, inserir os jovens no mercado de trabalho são tarefas que se oferecem como imperativo de consciência e que constituem a forma mais digna de celebrar Abril. É por isso que iremos lutar, baseados na nossa experiência e alicerçados no realismo que caracteriza a ação política do PSD. Não prometemos milagres, Srs. Deputados, mas garantimos ação, competência, dedicação e trabalho, assim como assumimos o compromisso de saber ouvir e dialogar antes de decidir, mas decidiremos, porque essa é a nossa tarefa.

Porque rejeitamos a demagogia, vemos no cidadão o parceiro, companheiro crítico de uma marcha de progresso penosa e dura mas que saberemos concluir com êxito. Diante de uma realidade exigente, não disfarçamos, fazendo o jogo da fantasia, não substituímos verdades cruéis por mentiras piedosas. À porta do futuro, afirmamos compromissos, mas recusamo-nos a vender ilusões!

Aplausos do PSD.

Apresentaremos, a seu tempo, as nossas propostas, com humildade e sem triunfalismos, com a serenidade de quem sabe que até hoje ninguém fez melhor do que nós e com a convicção de quem sente que, no futuro, ninguém fará mais e melhor do que nós.

Protestos do PS.

Quando os tempos não são fáceis — e os tempos, hoje, são, em toda a parte, bem difíceis —, surgem à tona, como por encanto, os traços mais impressivos que marcam a nossa atitude perante o mundo e a vida.

Diante das dificuldades, alguns, sem pudor e sem limites, tudo prometem, embora saibam que pouco podem dar. Outros, usando as dificuldades alheias, tudo criticam, como se o absoluto fosse realizável no tempo de um discurso e com a facilidade de uma palavra. Quando as dificuldades debilitam o ânimo dos cidadãos e os tornam mais inseguros e vulneráveis, logo isso serve de estímulo a alguns políticos e de alimento às mais desenfreadas demagogias. E, quando assim é, Srs. Deputados, então, esta é uma forma de negar Abril.

Diante de nós, ergue-se hoje um mundo novo, complexo e, tantas vezes, contraditório. Ao lado dos fabulosos progressos humanos, sociais, científicos e tecnológicos, jorram chagas que nos interpelam sem remissão.

Num espaço cada vez mais global, também os problemas tendem a universalizar-se e falar hoje, no mundo inteiro, de fome, droga, exclusão, desemprego ou criminalidade exige de todos, mais do que a mera denúncia, um esforço autêntico na procura das soluções.

Também assim em Portugal, onde, todavia, a dimensão dos problemas próprios nos não retira a convicção do êxito da sua superação, não apenas por via da ação política de alguns de nós mas também, por maioria de razão, por força da inteligência, do trabalho e da resistência das portuguesas e dos portugueses, materializando no seu quotidiano o verdadeiro sentido da cidadania. Cidadania que Abril despertou mas que o progresso social e o desenvolvimento vieram materializar primeiro e consolidar depois.

Sr. Presidente da República, Srs. Deputados: Celebrar Abril é saber viver com ideais. E é por ideais que vale a pena lutar hoje, chamando os jovens ao seu papel de descoberta e ao seu desempenho na luta por novos valores, chamando-os à construção do futuro, à recriação dos sonhos e ao desafio formidável da sua realização.

Quanto caminho nós andámos?! Como são diferentes, hoje, as nossas expectativas?! E, todavia, quanto caminho temos ainda de percorrer, neste trajeto, em busca da nossa realização enquanto pessoas e enquanto povo. É por isso que o PSD celebra Abril com sentido de futuro. É por isso que o PSD diz: Abril, sim! Portugal, sempre!

Aplausos do PSD, de pé.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República Barbosa de Melo**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Embaixadores, Representante de Sua Eminência o Sr. Cardeal-Patriarca, Srs. Convidados, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Em nome da Assembleia da República e em meu nome pessoal, cumpre-me agradecer, e faço-o com muito gosto, a presença nesta sessão solene de S. Ex.as os titulares, representantes e membros dos órgãos de soberania, do corpo diplomático, das altas autoridades civis, militares e religiosas, dos representantes da Associação 25 de Abril e dos cidadãos anónimos que, usando do seu direito, tomaram lugar nas galerias.

Permita-me, Sr. Presidente da República, que hoje saúde, de modo especial, a vinda de V. Ex.a ao Parlamento, não só pela honra que nos dá a participação institucional do Chefe de Estado neste ato, mas também, e não menos, por termos connosco Mário Soares, o indómito combatente pela liberdade, pelos direitos do homem e pela democracia e um político que simboliza, de modo exemplar, a "longa marcha" na reconquista das liberdades que os portugueses festivamente celebram em 25 de Abril. Bem-haja!

Aplausos do PSD, do PS e do Deputado Independente Manuel Sérgio.

Para a generalidade dos portugueses, 25 de Abril é, sem sombra de dúvida, um dia fasto na História de Portugal: nesse dia, em 1974, o Movimento das Forças Armadas pôs fim ao decrépito e opressivo regime político tecido por Salazar e dirigido, então, por Marcelo Caetano, criando os pressupostos para uma profunda e saudável transformação democrática; nesse dia, em 1975, pela primeira vez, ao fim de meio século de opressão política, os cidadãos portugueses, maiores de 18 anos, puderam eleger democraticamente os Deputados à Assembleia Constituinte, à qual caberia, segundo a promessa contida no Programa do Movimento das Forças Armadas, a elaboração de uma nova Constituição para Portugal; nesse dia, em 1976, pela primeira vez, depois da queda da I República, o povo escolheu, em eleições gerais e livres, os Deputados à sua assembleia parlamentar, agora denominada Assembleia da República.

No corrente ano de 1995, quando se cumpre o 20.º aniversário da eleição da Assembleia Constituinte, é justo lembrar nesta sessão solene, em especial, o dia 25 de Abril de 1975 e prestar homenagem aos Deputados que, apesar de dificuldades e turbulências, souberam cumprir o mandato que nesse dia receberam do povo português.

Aplausos do PSD, do PS, de alguns Deputados do PCP e do Deputado Independente Manuel Sérgio.

A verdade é que a Constituição, aprovada em 2 de abril de 1976, garantiu, desde logo, as exigências democráticas mínimas e pôde ir evoluindo, depois, no sentido de se adaptar mais completamente à nossa maneira de ser e às nossas tradições de liberdade, sem sobressaltos e sempre de acordo com as regras por ela própria fixadas. Se a progressiva institucionalização da democracia foi pacífica e

consensual, ao contrário do que é regra noutros países, isso deve-se também à Assembleia Constituinte e à qualidade cívica, cultural e técnica de que deram provas os seus Deputados. É bom recordar isto no Ano Internacional da Tolerância.

Honra, pois, aos constituintes eleitos há precisamente 20 anos e honra também aos eleitores que ousaram dizer, então, o que queriam e o que não queriam, sem se deixarem confundir e manietar pelos muitos enredos e boatos lançados pelos adversários das eleições na cena política portuguesa.

Qualquer observador imparcial tem de reconhecer a formidável energia histórica que o processo democrático, desencadeado a 25 de Abril de 1974, pôs em movimento e fez frutificar em Portugal.

O Estado da liberdade, onde as exigências, os desafios e os riscos se sucedem em cadeia infindável, está a revelar-se muito mais forte e realizador do que o Estado da opressão ou da ditadura.

Vozes: — Muito bem!

O **Orador**: — Não só conquistámos a liberdade e a dignidade humana na esfera política como também conseguimos avanços importantíssimos na realização da justiça social, na formação e educação das camadas mais jovens, na saúde para todos e, em geral, no bem-estar social. À democracia política tem vindo, assim, a acrescer, ao ritmo das possibilidades reais, a democracia social, cultural e económica, retomando, efetivamente, a pessoa humana, passo a passo, o seu lugar de fundamento, fim, limite e sujeito de «todas as instituições em que se expressa e realiza a vida social», para citar o Papa João XXIII.

Na concretização dessa obra de emancipação coletiva, seria incorreto não salientar, por um lado, o papel do poder local e do poder regional, ambos reconhecidos e consagrados na Constituição de 1976, e, por outro, o contributo e apoio da Europa comunitária, à qual soubemos e pudemos aderir em 1985.

Aplausos do PS.

O Estado e a sua Administração já não foram, sintomaticamente, os únicos protagonistas na evolução cultural e económica que a comunidade nacional experimentou neste período.

Um dos grandes desafios com que, por todo o lado, se deparam os teóricos da ciência política e os políticos aflora justamente aí: qual o papel do Estado e das suas instituições — da "mão pública" — e o papel da sociedade civil e das suas instituições — a "mão privada" — no processo social?

O Estado, em geral, não poderá deixar de ser, decerto, o garante último da segurança, da ordem pública e da justiça social e de ser o animador e congregador, por excelência, das iniciativas privadas favoráveis ao bem comum. Mas como definir hoje o que é de natureza pública e o que é de natureza privada?

Uma coisa tenho como certa: o alheamento do Estado — a "desregulação", como é moda dizer-se — é inaceitável no que concerne aos problemas angustiantes do nosso tempo, tais como a proteção da intimidade e vida privada, a eliminação das situações de clandestinidade e a recuperação da exclusão social,...

Aplausos do PSD, do PS, do PCP e do Deputado Independente Manuel Sérgio.

... o combate à criminalidade organizada, a proteção do ambiente e a preservação do património cultural, o controlo e disciplina das intervenções humanas no domínio da genética, o combate ao desemprego ocasional e, sobretudo, ao desemprego estrutural, a garantia do pagamento de justo salário a quem trabalha, etc.

Aplausos do PSD, do PS, do PCP e do Deputado Independente Manuel Sérgio.

O princípio da concorrência, necessário e legítimo em muitos domínios de atividade, não pode ser absolutizado no sistema social. De outro modo, os mais fracos, justos ou sensíveis, senão a própria humanidade, serão implacavelmente esmagados pela ambição de uns tantos poderosos, ousados ou sem escrúpulos...

Aplausos do PSD, do PS, do PCP e do Deputado Independente Manuel Sérgio.

Mas estou otimista: a liberdade para todos e a racionalidade crítica, próprias do regime democrático, irão iluminando e orientando no bom sentido as nossas decisões coletivas. Pior, bem pior, seria se as tivéssemos de confiar ao monopólio do saber apregoado pelos detentores do poder político e administrativo, como aconteceu durante cinco décadas e nos ia tolhendo de vez.

Vozes: — Muito bem!

O **Orador**: — Honra também, pois, a todos quantos, militares e civis, se empenharam, ao longo destas décadas, em restituir a liberdade e a democracia a Portugal.

O *Diário da Assembleia Constituinte* encontra-se, há muito, esgotado, nem sempre sendo fácil consultar os exemplares guardados nas bibliotecas. É importante tornar acessível às gerações atuais esse admirável registo da vida nacional no período de 2 de junho de 1975 a 2 de abril de 1976, onde se arquivam ideias e convicções, apresentadas sob o fogo imediato da crítica democrática, e também testemunhos historicamente notáveis dos representantes que o povo livremente escolheu para intérpretes do seu querer e saber nessas primeiras eleições livres.

Por isso, promovi a sua reimpressão integral, para, também desta maneira, honrar o 20.º Aniversário da Assembleia Constituinte e oferecer aos Srs. Deputados, e a outros interessados, a possibilidade de melhor conhecerem a gesta constituinte.

Aplausos do PSD, do PS, do PCP, do CDS-PP
e do Deputado Independente Manuel Sérgio.

Sr. Presidente da República, Srs. Membros do Governo, Srs. Convidados, Srs. Deputados, Portugueses: Saudemos o 25 de Abril, saudemos Portugal.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Vai usar da palavra, por direito próprio, o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República Mário Soares**: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr.as e Srs. Deputados, Capitães de Abril, Sr.as e Srs. Diplomatas, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Passam hoje, como tem sido assinalado, 20 anos sobre o dia histórico em que, em Portugal, se realizaram as primeiras eleições livres do último meio século, nas quais foi eleita a Assembleia Constituinte, que haveria de elaborar a Lei Fundamental que institucionalizou o regime democrático da II República.

Nos complexos e contraditórios tempos pós-Revolução, esse ato de afirmação da vontade livre dos portugueses representou uma opção inequívoca em favor da liberdade, da democracia pluralista, da participação cívica e da justiça social. Foi ainda uma lição de fidelidade à Revolução de Abril de 1974 e à consagração popular que recebeu em 1 de maio do mesmo ano, bem como um ato de responsabilidade política, de bom senso e de maturidade, como então foi reconhecido praticamente em todo o mundo.

Ao evocarmos esse marco, que tantas consequências haveria de ter nos destinos de Portugal, fazemo-lo para reafirmar, solenemente, o nosso total empenhamento na defesa da liberdade e no aperfeiçoamento da nossa democracia pluralista.

Desde esse dia já distante, mas que permanece na memória de todos os que o viveram, o mundo mudou radicalmente, assim como Portugal. A História acelerou-se, ruíram impérios, descobriram-se novas tecnologias, tornaram-se obsoletos velhos conceitos, modelos e dogmas, surgiram novos desafios e exaltantes perspetivas, mas velhos e novos perigos continuam a pesar sobre os nossos horizontes. Sabemos hoje que não há receitas milagrosas para os problemas humanos e que a complexidade, a mobilidade da vida e a imprevisibilidade da História se coadunam mal com categorias rígidas de pensamento ou com explicações demasiado deterministas. Os parâmetros essenciais que limitavam as nossas escolhas tornaram-se mais flexíveis e menos estritos. Por isso, temos de ser mais exigentes, inconformados e criativos, sem o que a democracia corre o risco do amorfismo ou da descaracterização.

Desde o começo dos anos 90, que sucederam ao período eufórico de revolução democrática, da viragem da década, o horizonte internacional tornou-se particularmente confuso, para não dizer sombrio. Regressaram perigos que julgávamos, há muito, definitivamente erradicados: o racismo, o

nacionalismo agressivo, os fundamentalismos religiosos, a criminalidade organizada a nível internacional, o economicismo egoísta, sem dimensão social e sem alma, a guerra, no interior mesmo das fronteiras geográficas da Europa.

Fenómenos repetidos de corrupção, uma certa promiscuidade entre o mundo dos negócios e da política e entre interesses públicos e privados, a falta de ética no exercício dos cargos públicos têm minado, em alguns países europeus, a confiança que deve existir entre os cidadãos, as instituições e os responsáveis que, legitimamente, os representam.

Temos, urgentemente, de regressar à honradez republicana e à disciplina das virtudes cívicas no cumprimento das funções políticas, que devem ser das mais nobres e dignificadas na vida coletiva.

Aplausos do PS e do Deputado Independente Manuel Sérgio.

Historicamente, não simpatizo nada com a figura do Catão, mas importa reconhecer que o regime democrático corre alguns perigos, nestes nossos tempos de democracia mediática. Temos de ser capazes de restituir ao exercício da atividade política a nobreza e dignidade que lhe são inerentes, quando posta ao serviço do bem comum, assente no desinteresse pessoal, na devoção cívica e isenta e num lúcido e amplo apelo patriótico.

Vinte anos após as primeiras eleições livres, vivemos um tempo histórico que não é nada fácil e, por isso, nos impõe, de novo, especiais responsabilidades. Os espetaculares avanços da ciência e das técnicas, as novas exigências e expectativas criadas são apenas sinais de uma mutação mais geral e mais profunda de índole cultural e mesmo civilizacional, que está a transformar radical e vertiginosamente a imagem que temos de nós próprios, da Europa e do mundo. Essas mutações, que, em tantos casos, melhoraram as condições concretas da vida ou as estão a transformar, não são, todavia, isentas de efeitos perversos, sobretudo se a perda de valores que nos são próprios nos impedir de ajuizar, com realismo, as suas consequências, nos insensibilizar para a situação social dos marginalizados do progresso e dos pobres ou nos reduzir o impulso de renovação e solidariedade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Temos de saber construir um novo humanismo, alicerçado no respeito pela pessoa e pela liberdade, fiel à tolerância, à curiosidade pelo que é diferente e à abertura ao novo, que seja capaz, neste nosso tempo, tão complexo, de responder às interrogações, às angústias, aos problemas e às expectativas que enfrentamos.

Entre tantas questões, assumem especial acuidade as novas condições da vida democrática que estão a forjar-se sob os nossos olhos. É uma evidência que as sociedades democráticas modernas estão sujeitas a novos impactos, exigências, preocupações e dificuldades. A difusão instantânea da informação, a globalização dos problemas e a multiplicação das comunicações exigem novos métodos de análise e tratamento da realidade política. A democracia de opinião, a democracia eletrónica e a democracia mediática, que são categorias diversas para designar a mesma complexa realidade, condicionam

o exercício dos direitos e deveres dos cidadãos e a relação entre eleitores e eleitos, numa palavra, a própria essência da democracia representativa, a que permanecemos fiéis.

Como se pode conciliar, nas nossas sociedades, a necessidade de transparência com o respeito pela privacidade? Como se pode evitar que o esclarecimento útil das condições de vida dos mais desfavorecidos ou doentes se transforme numa exploração ou exibição gratuita que não tenha em conta a dignidade dos seres humanos?

Vozes do PSD e do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Que fazer para que a manifestação de respeitáveis sentimentos humanos se não transforme num espetáculo abusivo, ferindo os direitos essenciais à intimidade e à reserva?

Vozes do PSD e do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Como fazer para que o direito de todos ao acesso dos bens materiais e culturais se não traduza numa degradante perda de qualidade e numa intolerável massificação, em que os melhores soçobram? Como harmonizar a liberdade imprescindível com a segurança, hoje tão necessária? Como impedir que o essencial apareça como equivalendo ao acessório, numa espécie de sucessão desgastante de modas superficiais, de que nada fica? Como evitar que o dinheiro — e o sucesso fácil que o dinheiro tantas vezes proporciona — seja o único critério de escolha e de ação, criando um clima social intolerável de "salve-se quem puder!" e de pura "selva", em que só conta o poder do mais forte?

Aplausos do PSD, do PS, do PCP, do CDS-PP
e do Deputado Independente Manuel Sérgio.

São algumas das questões que se situam no centro do debate que hoje começam a preocupar as democracias modernas, refletindo um mal-estar e uma incomodidade que não devemos, por mais tempo, ignorar e que importa combater.

A democracia é o regime da participação consciente dos cidadãos, do exercício do espírito crítico e da autonomia do pensamento livre, da racionalidade plena, da abertura às razões dos que discordam, argumentando com fundamento, contra a manipulação dos sentimentos, a exploração dos baixos instintos e a demagogia das fáceis ilusões.

Inserido de pleno direito numa União Europeia que vive horas de alguma indefinição e ambiguidade e que carece, de toda a evidência, de uma maior afirmação, no plano mundial e europeu, Portugal deve dar o seu contributo original a este tipo de reflexão, que tem de se fazer e está em curso, saber o que quer e dizê-lo com firmeza, numa ação concertada com os outros países europeus, que urge concretizar.

A experiência tão rica que acumulámos, nos 21 anos que levamos de democracia, tem de ser repensada criticamente, valorizada aos olhos dos nossos parceiros europeus e aprofundada com maior

espírito de cidadania, de participação e de respeito pelos outros, abrindo as nossas instituições à energia criadora dos mais jovens, que são também, necessária e felizmente, os mais idealistas, inconformados e inovadores. Não permitamos que os melhores, os mais dotados dos nossos jovens, se desgostem da política ou desesperem de aí poderem atuar com independência moral e patriotismo!

Aplausos do PSD, do PS, do PCP, do CDS-PP
e do Deputado Independente Manuel Sérgio.

Celebremos, pois, o 25 de Abril com a vontade política de passar o testemunho às gerações mais novas, abrindo-lhes as portas das nossas instituições e incentivando-as à ação de renovação da Pátria e da República.

Sr. Presidente da Assembleia, Sr.as e Srs. Deputados: Esta é a última vez que comemoro, como Presidente da República, o Dia da Liberdade. É com emoção que o faço nesta Casa, a Assembleia da República, a que me sinto tão ligado como constituinte e como parlamentar que tanto me orgulho de ter sido, e tendo em conta que se trata da sede legítima da representação nacional, na pluralidade das suas opções partidárias.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS-PP
e do Deputado Independente Manuel Sérgio.

Sou, confessadamente, um homem do 25 de Abril. Pertenço a uma geração de portugueses para quem esse dia singular foi o melhor das suas vidas, porque representou a concretização de uma luta intransigente pela liberdade, que sempre mantiveram, década após década. Muitos ficaram pelo caminho. Neste momento, penso neles, homens e mulheres, patriotas abnegados de todas as condições sociais. E agradeço aos militares de Abril, terem-nos libertado da ditadura.

Aplausos gerais.

Invocando o 25 de Abril, mas a pensar no futuro, dirijo-me a todos os portugueses — através de vós, Srs. Deputados, seus legítimos representantes —, incitando-os a que continuem e aprofundem o combate por um Portugal mais livre, mais solidário e mais justo. Não há nada mais nobre nem mais gratificante do que lutar por um ideal, desinteressadamente.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

1996

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, declaro aberta a sessão comemorativa do 22.º aniversário do 25 de Abril. A palavra, para uma intervenção em nome do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes, à Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Convidados, Srs. Capitães de Abril: Das armas de guerra os capitães de Abril fizeram símbolos de paz. Abril foi a alegria da madrugada de liberdade, o fim de 48 anos de ditadura que os portugueses viveram, mas que nunca legitimaram. Foi o riso aberto e sem preconceitos. Abril permitiu aos portugueses acreditar num Portugal onde os valores de liberdade, de democracia, de justiça social, de solidariedade seriam uma realidade.

Comemorar Abril passa por não deixar apagar a memória de um passado que representou uma das páginas mais cinzentas da história de Portugal, de censura, de perseguição e repressão política, de tortura, da guerra colonial, dela é fundamental retirar ensinamentos para o presente e para o futuro. Comemorar Abril é transmitir aos jovens, que nasceram e cresceram em liberdade, o quotidiano de outros que com ela sonhavam, e que no dia 25 de Abril de 1974 a conquistaram. Comemorar Abril é um ato diário de consolidação, de aprofundamento dos valores de liberdade, de democracia, de igualdade e de desenvolvimento.

Abril não pode parar de se construir e de se recriar! E é a consciência e a convicção nestes valores que continua a agitar e a movimentar os portugueses, passados 22 anos. Por isso, não assistimos passivos e indignamo-nos, quando à voz da razão, na manifestação legítima dos nossos direitos e interesses, nos respondem com a violência e a força do bastão. Por isso não aceitamos sistemas de informação que atentam contra a privacidade dos cidadãos.

Negamos os atos que desvirtuam os ideais da liberdade. O espírito de Abril é de construção. É com este espírito que devemos continuar a intervir e a moldar a nossa sociedade: garantindo o direito à educação para todos nos seus diversos níveis, uma educação com qualidade, que contribua para a formação do cidadão criativo, crítico e participativo; garantindo um ambiente saudável, a utilização racional dos recursos naturais, um desenvolvimento ecologicamente equilibrado; garantindo o direito ao trabalho e ao bem estar social, à segurança no presente e no futuro; garantindo que todas as crianças conheçam o tempo de ser criança; garantindo que os idosos que fizeram este país, usufruam de lazer e bem-estar; garantindo que homens e mulheres em igualdade sejam parte ativa de uma sociedade pluralista e participada; garantindo a humanização do nosso quotidiano, o respeito pela diversidade, pela multiculturalidade.

O espírito de Abril foi também de emancipação, a emergência de uma nova consciência, potencializou a mudança de mentalidades, uma nova relação entre os Homens e do Homem com a Natureza. É neste sentido que nós, Verdes, que também somos frutos de Abril, nascemos da liberdade, é neste sentido que agimos e nos empenhamos, no contributo construtivo e inovador que pretendemos dar à sociedade portuguesa.

Só em liberdade é que se pode expandir esta consciência ecológica que se deve também a uma nova forma de estar na vida e é hoje uma das grandes riquezas da nossa sociedade e um contributo essencial para o desenvolvimento sustentável no nosso país.

O espírito de Abril foi naturalmente também de participação. De participação e de envolvimento das populações na construção de uma sociedade, que não se constrói à margem dos cidadãos, mas sempre com os cidadãos, com a sua capacidade de intervenção com a sua determinação de dizer basta, de exigir mudança. É preciso hoje, como ontem e amanhã, saber interpretar e corresponder ao desejo de mudança que a população reclama.

E não podíamos deixar passar este dia, sem trazer novamente a este Plenário, um 25 de Abril por haver. O drama de um povo que luta há anos pela sua autodeterminação, pela defesa dos direitos humanos, pela independência do seu país; que sofre a invasão de uma ditadura, que sofre a repressão política e humana. É preciso atuar firmemente por Timor-Leste livre e independente.

Também com Abril se criaram condições para uma nova relação de Portugal com os outros povos no mundo, em particular com os países de língua oficial portuguesa. É preciso intensificar relações de cooperação, na defesa de uma cultura que é rica nas suas diferenças e próxima na sua história.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Convidados, Capitães de Abril: A normal evolução e dinâmica da sociedade justifica o aperfeiçoamento da Constituição da República Portuguesa, hoje na ordem do dia. Uma Constituição da República democrática que em 1976, deu corpo e sentido ao regime que Abril conquistou e onde, no interesse do país e dos portugueses, e de nada mais, importa reforçar os direitos dos cidadãos e consagrar novos direitos exigidos pela dinâmica da sociedade — é no sentido da garantia de seus direitos que o Grupo Parlamentar de Os Verdes apresentou o seu projeto de revisão constitucional.

Uma Constituição democrática que importa fazer cumprir e dela fazer de facto lei fundamental, em todos os aspetos — da progressiva gratuitidade de todos os graus de ensino, do direito a um ambiente sadio, até à regionalização. Este é, no ponto de vista dos ecologistas e do Partido Ecologista Os Verdes, um aspeto de grande importância, e por isso também demos um contributo com a apresentação de um projeto de lei. Uma regionalização que se reclama há 20 anos, entendida como um processo de descentralização política e administrativa que, ao aproximar os centros de decisão dos cidadãos, favorece o aprofundamento da vida democrática, potência um melhor aproveitamento dos recursos endógenos e cria as condições para uma melhor repartição e distribuição do rendimento nacional. É preciso regionalizar. Não se encontrem mais pretextos para não avançar com as regiões administrativas e consolide-se, na sua totalidade, o poder autárquico em Portugal, que ao nível dos municípios e freguesias foi consolidado com Abril.

Atravessamos, pois, uma oportunidade de dar um passo no aprofundamento da democracia portuguesa. Acreditamos nesse aprofundamento, nessa maturidade e, por isso, continuamos a sustentar a nossa convicção na vida quotidiana, interrogando-a, descobrindo-lhe novos valores. A nossa convicção é que este país tem de ser livre na sua totalidade, a cada passo, a cada dia, a convicção de tornar o 25 de Abril vivo e atuante, a convicção em acreditar e agir pela igualdade, pela fraternidade, pela solidariedade, pela justiça, pelo pluralismo, pela democracia.

Viva o 25 de Abril.

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente**: — A palavra à Sr.ª Deputada Luísa Mesquita, em representação do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

A Sr.ª **Luísa Mesquita** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: «Era uma vez um país/Onde entre o mar e a guerra/Vivia o mais infeliz dos povos à beira-terra.» «Mas há sempre uma candeia/Dentro da própria desgraça/Há sempre alguém que semeia/Canções ao vento que passa.»

Aplausos do PCP, do PS, do PSD e de Os Verdes.

Disseram-no poetas, disseram-no vozes anónimas, cantaram-no homens e mulheres, repetimo--lo hoje e aqui, 22 anos depois dos jovens capitães de Abril, conscientes da natureza do regime que oprimia e reprimia os portugueses e que simultaneamente prolongava uma guerra injusta, inútil e sem sentido, terem decidido em 25 de Abril de 1974 abrir as portas da Liberdade e da Democracia. Voltava--se uma página escura e hedionda da história de todos nós. Uma página que não pode ser branqueada, não pode ser rasgada porque nela se inscreveu, não raras vezes com sangue, um regime ditatorial, fascista e colonialista. Uma página que é indispensável recordar para que o conhecimento de um pas-sado de autoritarismo, de verdade única, de desrespeito pelo ser humano, de perseguições e prisões políticas, de ameaças permanentes, de repressão instituída, de aniquilamento da oposição, de censura, de medo, de obscurantismo e de isolamento internacional, constitua um ato de intervenção pedagógica permanente, capaz de afastar, do tempo e do espaço do nosso quotidiano presente e futuro, hipotéticas ou manifestas pulsões saudosistas.

E «as portas que Abril abriu nunca mais ninguém as cerra».

No entanto, a liberdade pela qual tantos lutaram, sofreram e morreram não resolve, por si, todos os problemas sociais. Esse valor supremo que Abril trouxe das entranhas mais profundas do povo, fazendo-o irromper nas instituições, nas praças e nas ruas de um país, finalmente liberto das grilhetas, tem sido tão generoso que, em seu falso e abusivo nome, duros golpes têm sido desferidos sobre as conquistas de Abril, empobrecendo o património de transformações sociais que a revolução dos cravos consagrava.

A liberdade foi e é a proposta mais grandiosa que Abril depositou nas mãos dos homens e das mulheres do seu país. Por isso, intervir e lutar pela consolidação da jovem democracia e simultanea-mente denunciar injustiças, desvios e abusos é um dever e um direito de quem permanece de corpo inteiro fiel a Abril. E é dessa intervenção e participação quotidianas, responsáveis e empenhadas de todos os seres livres que resulta o autêntico e verdadeiro regime democrático.

Isto significa também que a democracia não se esgota, nem se completa num tempo, mas se constrói na e pela pluralidade e diversidade de todos aqueles que, atentos, críticos e exigentes lhes

acrescentam o tijolo ausente ou lhe retiram aquele outro, porque questionador do seu fortalecimento. E porque a democracia é um processo e não um produto, muito há ainda por fazer.

Comemoramos hoje a morte e a vida, o *terminus* e o princípio, mas somos ainda um país onde o mar acaba e a terra continua à espera. Os jovens que fomos na madrugada de Abril, somos os homens e as mulheres deste país que mutado, mantém ainda, adiadas, muitas injustiças, muitas desigualdades, muitas ausências de oportunidade, muitas exclusões, geradoras de conflitos e violências que se desarquivam da memória dos homens quando a sociedade os avilta.

Estes 22 anos são a página da História que nos compete escrever e que os nossos filhos não irão rasgar, nem branquear. Os jovens de hoje, crianças de Abril, vivem em liberdade e democracia, obviamente quadros de referência distanciados e diferentes daqueles outros que contextualizaram, durante quase 50 anos, o quotidiano dos portugueses. Para os jovens de 1996, os valores que explicam a génese de Abril de 1974 são dados adquiridos e a sua repetência simplista, quando não praticada nas instituições, quando não vivida no dia a dia, ecoa como redundância sem sentido, nem valor.

Para consolidar Abril é imprescindível dar dele testemunho, fundamentalmente a todos aqueles que do tempo passado e recente não podem ter memória própria. Para comemorar Abril é imprescindível cumpri-lo da forma implícita e explícita. Para continuar Abril é preciso defender os valores conquistados e inviabilizar cúmplices atitudes de liquidação. É preciso saber ouvir anseios que se contaminam, cada vez mais, de inseguranças e angústias, alimentadas pelo espectro do desemprego, pelo emprego precário, pela ausência do salário, pelo receio da velhice, pela frustração da juventude, pelo medo de viver.

Para estar com Abril é preciso e urgente não ameaçar o futuro. É preciso e urgente encontrar soluções que façam da educação não só uma efémera paixão mas, fundamentalmente, um espaço de prazer e descoberta e não de expectativas frustradas e de amanhãs sem futuro; que garantam uma verdadeira saúde pública que não exclua precisamente aqueles que dela mais estão carenciados, que equacionem potencialidades, vontades, necessidades, recursos naturais e humanos capazes de assegurar a mobilização social e política de todos os portugueses, neste limiar do século XXI, sem exclusões sumárias, porque é viável, possível e urgente uma sociedade mais justa e mais digna.

E da generosidade que Abril nos trouxe ao inconformismo que saudavelmente nos acompanha, saibamos recusar cristalizações para que os valores da liberdade e da democracia constituam referências dominantes na solução dos problemas concretos. E porque da *praxis* diária emerge, indiscutivelmente, o pulsar dialético do ser e do estar, nós comemoramos hoje o presente enquanto futuro do que importante aconteceu no passado histórico e recente de Abril de 1974.

E é exatamente neste espaço da Assembleia da República, órgão legislador, fiscalizador e de debate político, algumas vezes hostilizado e desvalorizado nas suas formas de controlo democrático, que se colocam hoje importantes matérias de aprofundamento da democraticidade do sistema político. Também aqui é preciso continuar Abril, produzindo textos legislativos que garantam mais democracia e mais progresso, que visem sempre o aperfeiçoamento da Lei Fundamental do país, dos seus princípios basilares, dos seus valores intrínsecos e não a sua subversão. Também aqui é necessário defender quotidianamente os ideais democráticos da Revolução de Abril, enquadrando-os nos novos desafios que a viragem do século naturalmente sugere.

Aqui, cumprir Abril é defender a Constituição da República Portuguesa e todo o património de democracia política, social, económica e cultural que ela consagra, garantindo princípios e valores tão importantes como a pluralidade e a representação proporcional que nenhum processo de revisão pode questionar. Aqui, cumprir Abril, tantas vezes protelado, tantas vezes para calendas enviado, é também defender a democracia participativa, potenciando o desenvolvimento das regiões apostando na capacidade de intervenção dos municípios e das populações na procura da construção de novas entidades, capazes de assumir atribuições e competências fundamentais para a modernização de um país que se deseja mais descentralizado e mais desburocratizado. Aqui continuar Abril é avançar decididamente para a criação das regiões consagradas no texto constitucional há mais de 20 anos reforçando a democracia, o desenvolvimento, a solidariedade e a coesão nacionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É indispensável comemorar Abril com transparência e coerência, nos caminhos do progresso e da justiça sociais, que permitam renovar a esperança de todos os portugueses e portuguesas, que acreditam na construção de um país mais justo e mais fraterno, onde o desenvolvimento individual se possa conciliar simultaneamente com elevados níveis de satisfação e solidariedade coletivas.

Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

Aplausos do PCP, do PS e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente**: — A palavra, para uma intervenção em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, ao Sr. Deputado Gonçalo Ribeiro da Costa.

O Sr. **Gonçalo Ribeiro da Costa** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal Judicial, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Sr. Presidente do Tribunal de Contas, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Comemoramos hoje e aqui, o dia em que meia dúzia de homens, arriscando muito, arriscando mesmo quase tudo, devolveram aos portugueses a vontade e a alegria de recomeçar a andar pelos seus pés e de decidir qual o caminho a seguir e isso por sua conta e risco. Liberdade de acertar e de errar, mas, acima de tudo — e é esse tudo que importa — liberdade.

Como deveríamos ter comemorado, no dia 1 de Dezembro e aqui, a manhã em que outra meia dúzia de homens, arriscando também muito, arriscando também mesmo quase tudo, igualmente devolveram aos portugueses um país e uma bandeira, uma realidade e um sonho, uma pátria e um destino. Destino glorioso ou obscuro ninguém sabe, porque é sempre demasiado cedo para saber, mas e acima de tudo — e é esse tudo que importa — um destino. Como deveríamos estar a comemorar, no dia 10 de Junho e aqui, a saga de um povo que partiu à aventura e que um pouco por todo o mundo construiu o seu lar e o seu túmulo, naquela inconsciente grandeza de quem em todo o lado está em sua casa. Sr. Presidente, das grandezas e também, das misérias do passado, recente ou longínquo, há que retirar as lições possíveis e avançar. E porque não chegámos, ainda, ao fim da história, temos muito caminho

pela frente. E o caminho faz-se caminhando. Todos nós, os que aqui estamos, somos, ou teremos de ser, guardiões do passado, porque o passado é uma dimensão fundamental ao equilíbrio de uma Nação forte. Mas essencialmente somos, ou teremos de ser, construtores de futuro. Todos nós, os que aqui estamos e, pelo menos, enquanto aqui estivermos, compartilhamos a pesada responsabilidade de criar um presente, e de inventar um futuro para Portugal e para os portugueses. Todos nós, os que aqui estamos, temos toda uma juventude que espera de nós não as palavras que reconstroem um mundo que já foi, mas os gestos que criarão um mundo que há de vir.

E é assim que todos nós, os que aqui estamos, seremos julgados. E seremos julgados não pela nossa memória, mas pela nossa imaginação; Não pelas nossas intenções, mas pelas nossas ações; Não pela nossa indignação, mas pela nossa fé; Não nos pedem lembranças; pedem-nos obras. Não nos pedem lamúrias, exigem-nos garra. Não nos pedem exorcismos, exigem-nos pão.

Não voltarei, por isso, a falar do passado. É, isso sim, do futuro que vos quero falar.

Sr. Presidente, não basta implantar um regime sobre os escombros de um regime apodrecido. Há, também, que zelar por esse regime e velar para que ele se possa manter vivo, salvaguardando as condições necessárias a uma verdadeira solidez. Caso contrário e isso mais cedo do que se possa pensar, é sobre os seus escombros — também apodrecidos — que um outro regime se virá a erguer. Uma democracia que adormece, acorda ditadura. Uma democracia onde o poder começa a correr em circuito fechado está prestes a ser atacada pela gangrena. Uma democracia, onde se consolidam privilégios e ritos próprios a uma casta dominante, assume já os contornos de uma oligarquia. E arrasta, consigo, primeiro o alheamento, logo o desprezo e em breve a oposição ativa de quase todos. Uma democracia que degenerou em oligarquia é um descampado de onde o povo há muito desertou, terra-de-ninguém aberta a todas as ambições, a todos os cálculos, a todas as aventuras. Sr. Presidente, um sistema político é o aparelho circulatório de qualquer regime político. Há que manter permanente atenção aos seus pontos de bloqueio. E, quando se mostre necessário, é imperioso agir a tempo. O nosso sistema político está em crise. Uma dupla crise que se manifesta em numerosos pontos de bloqueio. Desde logo, a crise da representatividade organiza-se em torno de três bloqueios de base.

Em primeiro lugar, o bloqueio constitucional: a Constituição, demasiado datada, permite a uma minoria — apenas um terço dos deputados eleitos — impedir que a evolução da realidade política acompanhe as mutações sociológicas dos últimos anos.

Em segundo lugar, o bloqueio da representatividade, impedindo cidadãos independentes de concorrer a todas as eleições, com exclusão das presidenciais, o sistema eleitoral transfere demasiado poder das mãos dos cidadãos eleitores para as mãos dos diretórios partidários. É a classe política, a última e verdadeira detentora do poder político, cada vez mais em regime de delegação permanente. Ganhe quem ganhar, ganham sempre todos: é a versão política do famoso cambão dos concursos de construção civil e obras públicas. Só que, aqui, o defraudado não é o dono da obra, mas o povo eleitor. Em terceiro lugar, o bloqueio da soberania essencial. O código comercial obriga a que decisões cruciais para a vida das sociedades que por ele se regem, não possam ser tomadas pelo conselho de administração, mas obriguem a reunir a assembleia geral de acionistas. Como admitir que em matéria bem mais grave, em que se encontra em causa a vida já não de uma simples sociedade comercial, mas a de uma

nação, a Constituição não exija que a decisão ultrapasse o conselho de administração — neste caso o Governo, — e tenha de ser tomada em assembleia geral extraordinária dos acionistas — neste caso o referendo pelo colégio de eleitores, esse, sim, detentor do poder essencial?

Em quarto lugar, o bloqueio institucional. Em vez de se erguer como uma árvore, o Estado espalha-se como erva daninha. Em vez de se erguer estruturado sobre as suas poucas, mas essenciais, funções, espalhou-se por tudo quanto são funções que de direito próprio e pelo mais elementar bom-senso, deveriam pertencer à sociedade civil. O Estado lembra hoje, mas pelas más razões, uma ilustração das mil e uma noites: um eunuco pesado, impotente e bronco. De útil a inútil, de inútil a prejudicial, eis um bom epitáfio para o Estado tal qual hoje o conhecemos.

A crise de confiança, essa, organiza-se em torno de uma infinidade de microbloqueios mas comungando todos de uma matriz comum: serviços péssimos que custam uma fortuna; um sistema de segurança pública que parece ter sido gizado, implementado e gerido por uma comissão de anarquistas fundamentalistas; um sistema judicial que teria derrotado a imaginação e o pessimismo de Kafka; um sistema penal que se diria nascido de um programa de ocupação de tempos livres na penitenciária de Coimbra; um sistema público de ensino em geometria variável concebido para a obtenção de um resultado invariável: ter como *input* uma criança adaptada de seis anos e, como *output*, um adulto inadaptado de 23 anos; um sistema público de saúde onde a única realidade garantida é a confusão geral: urgências que são permanências, calotes às farmácias, subutilização ou sobreutilização de equipamentos, hospitais velhos que não fecham, hospitais novos que não abrem; um sistema público de segurança social que reúne consenso num único ponto, em relação aos utentes, o da sua estrutural insegurança.

É aliás, um sistema que cada vez mais parece ter um único objetivo: o da segurança — mas do emprego — de dezenas de milhar de funcionários.

E ainda uma administração pública que se entretém a organizar provas de *rally-paper* para cidadãos indefesos; umas forças armadas sobredimensionadas em recursos humanos, subdimensionadas em recursos logísticos e globalmente desadaptadas às novas realidades geoestratégicas; um sistema fiscal desequilibrado na sua estrutura, espoliador nos seus objetivos e parcial na seleção desses objetivos. E tantas e tantas ineficiências e insuficiências pelas quais ninguém se responsabiliza ou, sequer, pensa seriamente em corrigir, vão destruindo, de forma lenta, surda, mas implacável e segura, a confiança do povo num regime que prometeu bem mais do que devia e cumpriu muito menos do que aquilo que podia.

É desse fosso que separa o país prometido do país cumprido que poderão nascer todos os perigos. A todos nós, os que aqui estamos, cabe a responsabilidade de o fechar. De pouco vale comemorar a data do nascimento de um regime se, no dia a dia, o deixamos indefeso e entregue a si próprio.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — A palavra, para uma intervenção em representação do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ao Sr. Deputado Pacheco Pereira.

O Sr. **Pacheco Pereira** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.as Deputadas, Srs. Deputados: A comemoração do 25 de Abril é hoje um ato inscrito nos deveres cívicos da nossa sociedade e das suas instituições. Para muitos portugueses — entre os quais me encontro —, foi o dia que mais mudou as suas vidas, e essa lembrança marcará as gerações que lhe foram coevas.

Para todos os portugueses, foi um dia que alterou o sentido da sua história, permitiu-lhes serem senhores de si próprios, do seu destino, do que querem e do que não querem. Devolveu a liberdade e com ela a responsabilidade e a autoridade, de sermos nós mesmos. Se há na história portuguesa revolução, o 25 de Abril foi uma verdadeira revolução. Exatamente por ter sido uma revolução que permitiu a democracia política em Portugal, é que o 25 de Abril não tem dono, ou se o tem, é Portugal e os Portugueses.

Aplausos do PSD e do PS.

Todos aqueles que o quiseram com dono, ou que se comportem como se fossem seus donos, seus herdeiros, ou seus legítimos intérpretes, referem-se a um outro "25 de Abril", a um "25 de Abril" que dividiu os portugueses no passado e os dividiria no presente. Foi exatamente porque não quisemos tornar programática a nossa democracia ou adjetivável o nosso regime, que os acontecimentos do pós-25 de Abril foram no sentido da democracia política, ou dito de outro modo, da vontade soberana dos portugueses. A democracia é um regime político que não contém em si mesmo um projeto, um sentido, uma direção predefinida, um programa. Não é conservadora nem revolucionária, nem popular, nem elitista, nem social, nem liberal, nem socialista, nem "avançada". É democracia ou não é. O que é essencial na democracia são os procedimentos, logo as regras do exercício da soberania popular e do direito, e, se se quiser, a sua vivência. É um regime político que ou é de todos os dias, exercido na prática dos cidadãos, de governantes e governados, ou perde sentido e estiola.

Na democracia portuguesa, a alternância verificou-se, não como regra abstrata de obrigação, mas pela vontade popular, mostrando a plenitude e maturidade da nossa democracia. Maturidade que sempre afirmamos, mesmo quando outros tratavam a nossa democracia como menor ou diminuída pela circunstância de haver uma maioria de governo. É exatamente porque, mesmo tendo sido em desfavor do nosso partido, nos congratulamos com o funcionamento normal do regime democrático na sua regra da alternância, que nos preocupamos agora com os crescentes sinais de risco para a saúde da nossa democracia, daquilo que são sucessivos atos de uma governação sem norte, já demasiado cansada apesar de ser recente.

Numa antiga e conhecida pintura existente no Palácio Público em Siena está representado, numa sala de reuniões para que os governantes da cidade a vissem todos os dias, um tema dominante na civilização ocidental a que pertencemos: o enorme fresco representa de um lado o "bom governo", do outro, o "mau governo". De um lado a vida pacífica e estável de um mundo onde se constrói e onde se colhe, onde há justiça e tolerância; do outro, sob a égide do Demónio, os campos estão abandonados, as

casas em ruínas, e a turbulência reina na agitação das ruas e dos corpos (o Demónio explica-se porque estamos no século XIV).

Risos do PSD.

Temos, pois, que trazer de novo aqui a mesma pintura, talvez pintá-la aqui ao lado nalguma parede que esteja livre porque o "mau governo", se não nega a democracia, corrompe-lhe a base de sustentação popular, agrava a distância entre governantes e governados e, se se quiser, para fazer jus ao dia e à sua comemoração, um "mau governo" é contra o 25 de Abril.

Mas, se somos críticos da governação corrente, somo-lo ainda mais no terreno que devia ser intocado das questões institucionais e de regime e em particular na relação entre questões de fundo do nosso regime democrático, como seja a revisão constitucional e o processo de regionalização.

E aqui o caminho que se está a seguir é muito perigoso.

Na verdade, se há matéria na vida política portuguesa que mais justifique a consulta popular é a regionalização.

Aplausos do PSD.

Pode-se sobre outras questões discutir da oportunidade ou legitimidade de usar o referendo. Mas para a regionalização não só não há nenhuma razão para que não seja referendada, como há uma clara adequação entre a decisão política a tomar e a consulta popular. Ora, o referendo exige previamente a revisão constitucional, e a revisão exige um entendimento institucional entre partidos. Não temos nenhum problema em colaborar com outro ou com outros partidos numa revisão constitucional que abra com celeridade o caminho ao referendo nacional sobre a regionalização e permita, se essa for a vontade dos portugueses, regionalizar. Mas não podemos aceitar em circunstância alguma que no início de um processo de revisão constitucional se lhe retire todo o seu sentido útil.

Ao proceder-se assim, aliás à revelia das contínuas proclamações de "diálogo", deixa-se em aberto a suspeita de que se tem pequena confiança na popularidade das suas soluções ou então de que se pretende ter as mãos livres para escolher um modelo de regionalização que melhor convém a um partido político, aos seus equilíbrios internos, aos lugares que se pretendem distribuir e aos candidatos putativos à presidência das regiões.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O 25 de Abril não é para nós a ocasião de proclamações retóricas — e por isso mesmo distantes e distanciadas — sobre a liberdade e a democracia. Nem é uma espécie de cerimónia religiosa feita por civis cheia de "pompas solenes". É o exercício pela própria vivência democrática, na verificação pela controvérsia das posições das nossas preocupações correntes. E por isso não podemos deixar de aqui manifestar a nossa preocupação pelos caminhos do presente e do futuro.

E se houver insistência nesta corrida cega para o abismo, haverá quem seja responsável pelo surto de conflitos que inevitavelmente surgirá na sociedade portuguesa. É que estes conflitos só podem ser evitados ou minimizados se ao processo de regionalização for reconhecida uma legitimidade reforçada que virá da consulta popular em todas as suas fases.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente da República, em nome da função suprapartidária que exerce e da obrigação de, sendo primeiro entre os pares, cuidar da paz e da estabilidade entre os portugueses, não deixe de dar sobre esta matéria uma palavra de moderação sobre as consequências previsíveis da intransigência na questão da regionalização.

Aplausos do PSD.

E, se tal for necessário, não deixe de fazer um aviso público aos portugueses, claro e inequívoco, dos riscos de um exercício solitário, teimoso e, no fundo, obscuro nos métodos e nas intenções, de quem quer caminhar por um caminho que não conhece, a toda a velocidade, sem consultar os portugueses. Recorde-se, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que fizemos idêntico alerta sobre as consequências instabilizadoras da amnistia aos crimes de terrorismo. Não nos quiseram ouvir e aconteceu o que se sabe. Nenhum problema foi resolvido e regressou o clima de ameaças e intimidações.

Não gostaríamos de também aqui ter razão.

Aplausos do PSD.

Protestos de Deputados do PS, batendo com as mãos nas bancadas.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se no uso da palavra, em representação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Sr. Deputado Manuel Alegre.

O Sr. **Manuel Alegre** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr.as e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Sendo esta a primeira sessão comemorativa do 25 de Abril, em que, na qualidade de Chefe de Estado, participa o Presidente Jorge Sampaio, quero começar por saudá-lo, como companheiro de geração e democrata de sempre, que «já era de Abril antes de Abril o ser» e que, tal como Mário Soares, e ao contrário dos vaticínios negros que aqui foram feitos, será garantia de que esta democracia nem apodrecerá nem dará lugar a uma nova ditadura.

Aplausos do PS, de pé, do PCP e de Os Verdes.

«Liberdade feita dia» — assim chamou Eduardo Lourenço ao Dia da Liberdade. Vinte e dois anos depois, o 25 de Abril tornou-se, por assim dizer, o dia a dia. É a liberdade de cada dia. Mesmo para aqueles que não sabem o que foi o 25 de Abril. Ou para aqueles que não gostam dele e o caluniam. Ou para os que, sem o pôr frontalmente em causa, tudo fazem para que pouco a pouco seja esquecido, minimizado ou deturpado.

Por isso, todos aqueles que fazem de conta que hoje é um dia como os outros estão, sem o saber, a comemorar o 25 de Abril. Todos aqueles que hoje disserem mal da Revolução dos Cravos estão, sem querer, a prestar uma homenagem ao 25 de Abril. Porque foi o 25 de Abril que restituiu a todos os portugueses, mesmo àqueles que são contra ele, o direito de viver sem medo, de falar sem medo e, sobretudo, a liberdade de discordar sem medo.

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

Isso, goste-se ou não, deve-se aos capitães de Abril, a quem quero agradecer e saudar fraternalmente.

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes
e do Deputado do PSD Mota Amaral, de pé.

E mesmo que o imaginário abrilista não esteja na moda, mesmo que os valores dominantes não sejam propriamente os da revolução de Abril, mesmo aí se manifesta a sua superioridade. Porque sendo uma revolução vencedora, não substituiu uma propaganda por outra propaganda, nem uma cultura oficial por outra cultura oficial, nem uma mitologia por outra mitologia.

Outros regimes criaram os seus monumentos, os seus mitos, os seus símbolos. A revolução liberal, a revolução republicana, o Estado Novo, a quem ninguém me ouvirá chamar regime anterior, porque foi, como se sabe, uma ditadura de tipo fascista,...

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

... copiada do modelo mussoliniano, simpatizante do regime nazi, com muitas taras e tiques próprios desses regimes totalitários, desde a polícia política e do campo de concentração do Tarrafal à própria saudação fascista, que, quando entrei na escola, era obrigatória.

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

O 25 de Abril, apesar de ser a matriz fundadora do regime democrático, não só não construiu a sua própria mitologia, como ao sol da sua liberdade tem sido possível falsear a História, branquear o passado e promover, contra a cultura da memória, a cultura do esquecimento.

Mas mesmo aí, até mesmo quando parece que está a perder, é o 25 de Abril que está a tornar-se vencedor.

Porque havia em Portugal um pensamento único — e hoje não. Havia o dogma — e hoje não. Havia um sistema construído para impor uma visão única, uma verdade única ou, se preferirem, uma mentira institucionalizada — e hoje não. Hoje não é possível. Por isso, mesmo que por vezes pareça que os velhos fantasmas estão a renascer, mesmo que por vezes se consiga falsificar a História, mesmo que por vezes se tenha chegado ao ponto de ofender um herói do 25 de Abril, é sempre possível repor a verdade e é sempre possível reparar a injustiça, como fez o Governo ao conceder à viúva de Salgueiro Maia a pensão vitalícia, que lhe tinha sido recusada e atribuída a dois agentes da PIDE.

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

Antes do 25 de Abril não se podia discutir. Agora pode. Antes do 25 de Abril não se podia responder à mentira. Agora pode. Essa é a força do 25 de Abril. Essa é a diferença do 25 de Abril. Essa é a superioridade moral do 25 de Abril. E por isso essa é a vitória do 25 de Abril, mesmo quando momentaneamente parece que está a ser derrotado. Não está. Porque o 25 de Abril é liberdade.

Liberdade de dele próprio discordar. Mas também liberdade de o celebrar e afirmar sem inibições nem complexos. E também sem sectarismos nem apropriações abusivas.

Porque se o 25 de Abril é incompatível com um pensamento único, também o é com qualquer tentativa de privatização ou apropriação exclusivista. É inútil reescrever a História ao sabor das conveniências táticas do momento ou de meras jogadas politiqueiras. O PS não entra nesse jogo. Por uma questão de princípio. Porque não precisa. E porque nas horas decisivas, com Mário Soares à frente, esteve sempre onde era preciso estar.

Aplausos do PS.

Por isso, mais do que com as nossas cores partidárias, celebramos este dia com cravos vermelhos e com as cores de Portugal, que também gostaríamos de ver juntas aqui nesta tribuna.

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

Não se pode exigir que as novas gerações vivam o 25 de Abril como aqueles que sofreram a ditadura e a ela se opuseram. Para os que nasceram depois, o 25 de Abril já faz, de certo modo, parte deles, é quase como ar que respiram. Talvez não sintam a necessidade de o comemorar como as mulheres e os homens da minha geração, para quem o 25 de Abril continua a ser e será sempre o dia mais belo das nossas vidas.

Aplausos do PS.

Mas passados 22 anos, é tempo de o 25 de Abril deixar de ser uma revolução envergonhada da sua própria vitória. É tempo de os abrilistas responderem sem complexos aos revisionistas da História e aos detratores de Abril.

É sobretudo necessário tirar o 25 de Abril de uma espécie de clandestinidade a que durante um certo tempo foi constrangido. É também por aí que passa a reabilitação da política e a reconstrução da esperança.

Claro que os tempos são outros e outros os valores. Caiu o muro, ruíram os modelos, anunciou-se o fim da História, substituiu-se a teologia da revolução pela teologia do mercado. A poesia já não está nas ruas, como nesse tempo, em que, como costuma também dizer Sophia de Mello Breyner, *as pessoas não se empurravam umas às outras*.

Este é um tempo de empurrão. No sentido literal e em sentido metafórico. O dom de si, que alguns, como Che Guevara, levaram ao extremo, deu lugar à competição feroz. Fala-se muito de solidariedade. Mas nas ruas, nos locais de trabalho, nas escolas, na política, no jornalismo, na vida, anda quase toda a gente a empurrar toda a gente.

Essa é que é talvez a maior derrota do 25 de Abril, que não foi só uma festa de liberdade, foi também uma promessa de fraternidade. Por isso, não numa perspetiva passadista, mas com os olhos postos no futuro, seria importante recuperar e reinventar um pouco do espírito dessa revolução precursora e pioneira.

Revolução precursora, porque como gostava de dizer Francisco Salgado Zenha, «foi o primeiro de um conjunto de factos políticos que anunciaram uma nova era».

Revolução pioneira, porque apesar de todos os desvios e tentações, mostrou ao mundo que era possível passar de uma ditadura para a democracia sem cair numa nova ditadura. Foi essa experiência triunfante que abriu caminho às transições democráticas na Espanha e na Grécia, no Brasil e em outros países da América Latina. E mais tarde serviu ainda de exemplo e inspiração a países africanos e do leste europeu.

O 25 de Abril tornou Portugal muito maior do que o seu pequeno espaço físico. Libertou o povo português, permitiu o nascimento de novas pátrias de língua oficial portuguesa, tornou-se centro de atenção, de estudo e reflexão sobre o processo de transição para a democracia. Ao contrário do que afirmam os seus adversários, o 25 de Abril não diminuiu Portugal; acrescentou Portugal. Acrescentou Portugal da sua liberdade e da sua dignidade. Acrescentou Portugal da emergência de novas nações com as quais se estabeleceram novos laços de cooperação e fraternidade. Essa dimensão universalista não pode ser esquecida. E por isso não podemos aceitar que Portugal volte a ser aquele "país quietinho", de que falava Teixeira de Pascoaes. E por isso é preciso recuperar um certo espírito do 25 de Abril, que não foi só precursor e pioneiro do que aconteceu, mas do que ainda não aconteceu. Não no sentido de voltar às utopias irrealizáveis, embora eu pense, como um grande revolucionário que conheci, que, às vezes, «devemos ser realistas, isto é, exigir o impossível». Mas o que ainda não aconteceu foi ousar o possível. E ousar o possível é não aceitar, sob o pretexto da chamada mundialização, uma ordem económica única, um pensamento único, um sentido único.

Porque isso é também uma forma de colonialismo e totalitarismo. O colonialismo imposto pela lógica do mais forte. Segundo Edward Goldsmith, fundador da revista *The Ecologist*, «este novo colonialismo das empresas multinacionais corre o risco de tornar-se o mais impudico e brutal que jamais se viu».

Mas há também o risco de que a divinização do mercado se substitua à absolutização e totalitarismo da burocracia do Estado. Há hoje «zonas gigantes à escala do planeta de planificação privada, centralizada e burocrática no seio de uma economia dita de mercado». O sistema soviético criou o Goulag político, o ultraliberalismo está a criar um Goulag económico. São várias as vias para o *Big Brother*.

Aplausos do PS.

A crise atual, resultado da falência de um sistema e da crise estrutural de outro, exige uma nova lógica na economia, outra dimensão na política, outra perspetiva global que tenha o homem como razão de ser.

Ousar o possível é ousar esse novo humanismo.

Ousar o possível é fazer ouvir a nossa voz, como ultimamente, por intermédio do Primeiro-Ministro e do Ministro dos Negócios Estrangeiros, tem acontecido, para que a uma visão monetarista se contraponha a perspetiva de uma Europa mais social, mais democrática e mais participada. Como disseram cidadãos franceses nas ruas de Paris, «o que está em causa é um modelo de civilização». É saber se caminhamos para uma Europa humanista ou para uma Europa ultrafinanceira, por cima dos direitos sociais que são conquistas da civilização.

Ousar o possível é não esquecer o outro lado de nós mesmos: o Brasil, a África, Timor, a parte do mundo que fala português e as comunidades espalhadas pelo globo. Por isso me congratulo com as novas iniciativas e uma nova atitude relativamente a Timor e felicito o Primeiro-Ministro pela viragem que significa o sucesso da sua viagem ao Brasil. É uma forma concreta de retomar o espírito do 25 de Abril.

Aplausos do PS.

Outros são os tempos. Nestes últimos anos a revolução tecnológica abriu novos horizontes. E o sistema económico dominante modificou a tradicional unidade entre o trabalhador e o local de trabalho, a relação do homem com a cidade, as próprias relações de família e das pessoas entre si. Culturas, costumes, tradições, laços foram destruídos. Outros o serão, se entretanto a lógica dominante não for invertida. Ora isso é o que ainda não aconteceu. E é o que inevitavelmente terá de acontecer, sob pena de o desemprego estrutural, a exclusão e a acumulação das tensões poder conduzir a situações explosivas, de saída imprevisível.

A renovação e o aperfeiçoamento do regime democrático exigem reformas. Nessa perspetiva, o PS está aberto a um diálogo sério com todas as forças políticas. Sem chantagens, nem ultimatos, nem a desvalorização da democracia representativa que sempre defendemos. As eleições legislativas não são eleições de segunda.

Aplausos do PS.

Mas a crise da chamada "melancolia democrática", traduzida pela indiferença e a descrença perante a política, não se resolverá apenas com reformas institucionais e eleitorais, por muito necessárias que sejam. Só se resolverá voltando a dar à política uma dimensão humanista e uma perspetiva de transformação do mundo e da sociedade em que vivemos.

Era esse o projeto do 25 de Abril. E por isso digo que ele foi precursor não só do que aconteceu, mas do que ainda não aconteceu. Por isso, aqui e na Europa, os socialistas têm a pesada responsabilidade de dar uma nova resposta, à escala do continente, aos gravíssimos problemas sociais que são fruto da colonização da Europa pelo ultraliberalismo. Aqui e na Europa é pela esquerda que tem de se dar corpo à esperança e de voltar a fazer da política, não apenas a gestão do que está, mas um instrumento de mudança e transformação da sociedade e da vida.

Por muito difícil que seja. Por muito estreita que seja a margem de decisão. Por muito pequeno que seja o nosso país em relação aos grandes do mundo.

O que o 25 de Abril nos ensinou é que há uma outra dimensão das coisas. E que a alma de um país pode ser maior que o seu tamanho. Eu sei que António Guterres sabe isso. E sei que lutará para que assim seja.

Porque é esse o tamanho que precisamos de voltar a ter: o tamanho, como dizia Natália Correia, da nossa «alma transportuguesa».

Que é, ao fim e ao cabo, o tamanho e o espírito do 25 de Abril.

Aplausos do PS, de pé, do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República Almeida Santos**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Deputados, Srs. Representantes Diplomáticos, Excelências, Sr. Representante de Sua Eminência o Cardeal-Patriarca, Ex.mas Autoridades Civis e Militares, Sr.as e Srs. Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Quero, antes de mais, agradecer a vossa presença e o significado dela nesta cerimónia comemorativa do 25 de Abril de 1974.

Um agradecimento especial é devido aos "Capitães de Abril", aqui presentes e representados, que, por amor à liberdade, aceitaram o risco da própria vida para libertarem Portugal.

Aplausos do PS, do PSD, do PCP e de Os Verdes.

Particularmente significativa é a presença neste ato do Presidente da República. Não só porque, no simbolismo que nisso há, é a República toda ela que se junta à miniatura da Nação que nesta Casa somos, no momento de concelebrar uma das datas mais marcantes da nossa história coletiva.

Mas também porque Vossa Excelência foi um "cidadão de Abril", antes e depois de Abril. Esteve entre os protagonistas da flagelação cívica continuada que foi empurrando o anterior regime, naturalmente fascista, do meu caro Manuel Alegre, para o declínio final. E também entre os que, após Abril, por entre esperanças e deceções, ajudaram a estruturar o regime democrático e o Estado de Direito de

que hoje, justificadamente, nos orgulhamos. Vejo daqui muitos outros, a todos quero referir e simbolizar num agradecimento, que é devido, ao grande campeão da democracia, Mário Soares.

Aplausos do PS.

Se com toda a justificação incluímos nos dias fastos da nossa memória aquele em que Portugal se autonomizou como Estado-Nação, ou aquele em que de novo se libertou da dominação de um outro Estado, a igual título devemos celebrar o dia em que os portugueses se emanciparam de uma ditadura odiosa e opressiva. Porque não existe memória do sofrimento alheio, e não podemos pressupô-la nos que nasceram ou atingiram a plena cidadania num Portugal já livre, é profilático lembrar «o que foi esse holocausto civil de todo um Povo abafado na sua espontaneidade, embrutecido no seu pensamento, amolecido na sua vontade, silenciado na sua voz, acovardado na sua coragem pela mais longa ditadura da Europa dos Direitos do Homem.

Os poderes do Estado concentrados num só homem; o voto reduzido a uma farsa; a justiça convertida numa comédia; a segurança traduzida num terror; a intimidade desfeita numa devassa; a consciência ultrajada numa tutela; a informação expressa num *diktat*; as colónias incendiadas numa guerra; as relações exteriores balizadas num cerco; o cidadão atolado num pântano.

É profilático lembrar. Lembrar que vivemos com um esbirro em cada esquina; um ouvido em cada telefone; um pé-de-cabra em cada porta; uma espreitadela pidesca em cada carta; um expurgo em cada intimidade; um *cassetête* em cada grito; um mandato de captura em cada capricho; uma ordem de morrer em cada jovem; uma injustiça em cada salário; uma violação em cada consciência».

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

Acabo de ler passos da caracterização do anterior regime — naturalmente fascista, Manuel Alegre —, que aqui fiz na cerimónia comemorativa do sexto aniversário do 25 de Abril. Nada tenho a corrigir nesta comemoração do vigésimo segundo. O tempo só apaga a memória do que se não sofreu.

Mas assinalo uma diferença: se nesse então a indignação era mais próxima, a compensação da liberdade reconquistada era seguramente mais débil. Viriam a fortalecê-la as revisões da Constituição de Abril que estruturaram a Democracia Aberta e Plural e o Estado de Direito que agora somos. Viria a subordinação do poder militar ao poder civil. Viria a adesão de Portugal às Comunidades Europeias e a comunhão com outros no projeto de criação de um Mercado Único Europeu, logo complementado pelo projeto, agora *in itinere*, de uma União Europeia.

Éramos um percurso, somos um ponto de chegada. Éramos um país recém-amputado da sua extensão ultramarina e ainda não compensado pela sua integração europeia.

Somos, então, enquanto país, uma reestruturação perfeita, e enquanto regime, uma revolução acabada?

A resposta é não!

A insatisfação é própria dos homens, logo dos povos. Além disso, ocorre que o projeto europeu é um desafio indefinidamente renovado, e que a revolução de Abril, enquanto ideia, isto é, enquanto projeto e regime, está em grande medida por fazer.

Esgotámos um desígnio, temos agora outro: o de, integrados na Europa dos cidadãos europeus, iniciarmos uma nova etapa civilizacional, escalão porventura intermédio entre um universo de Nações organizadas em Estados, e outro tendencialmente unificado, com cada vez mais numerosos centros de poder de jurisdição universal.

Na sequência de inovações tecnológicas que mudaram o mundo, envelheceu a convicção de que já tinham sido inventadas todas as ideias capazes de promover a felicidade dos homens.

Sabemos hoje que temos de reinventá-las. De repente, tudo está de novo em causa: os equilíbrios demográficos e ecológicos, o Estado, a representação política, a cidadania, os sistemas jurídicos, os modelos de desenvolvimento e de segurança social, os valores, entre eles a própria liberdade.

Daí que não existam mais as revoluções já feitas. Do futuro hão de ser as revoluções que se vão fazendo. Já por diversas vezes tive a oportunidade de chamar a atenção para sintomas de rebelião social que estão aí, entre nós como nas demais democracias, a exigir formas crescentes de participação cívica, política e de correção da democracia representativa através de experiências de democracia direta, e a exigi-las de forma cada vez mais impositiva, desrespeitosa e até brigona.

Estamos lembrados da luxúria libertária com que vivemos a embriaguez de sermos livres após meio século de mal disfarçado cativeiro. Corrigidos os naturais excessos, nem por isso ficámos imunes à tentação das recaídas.

É bom que aproveitemos a memória das coisas e a comemoração do que de bom houve nelas para colocarmos a nós mesmos a questão de saber se temos conseguido difundir e defender as liberdades conquistadas, inclusive salvaguardando-as dos riscos inerentes ao seu próprio exercício.

As respostas que encontro não me satisfazem. Se, por um lado, temos consentido numa talvez perigosa exautoração do Estado, concretizada na emergência de poderes difusos de difícil enquadramento democrático, e de incontrolados poderes de facto, por outro, continuamos a tolerar, aparentemente resignados, manchas de discriminação, de ignorância e de pobreza impeditivas do normal acesso às liberdades mais irrecusáveis.

Está, de facto, por fazer o 25 de Abril dos marginalizados, dos excluídos e dos injustiçados. Teremos direito ao conforto de considerar livre — como cidadão ou como ser humano — o que desconhece o sentido dos direitos que formalmente tem, ou o que, em estado de necessidade, alimentar ou qualquer outra, não pode resistir à tentação de aceder ao que lhe falta, deixando manipular a sua vontade?

Estamos assim a celebrar uma obra inacabada. E eu não sei o que mais mal pode fazer às instituições democráticas: se uma liberdade que coabite com formas de injustiça social que impeçam o acesso a ela, a gerar rebelião cívica; se uma liberdade tão da fronteira da anarquia que corra os risco de concitar de novo os demónios do autoritarismo.

É um dado histórico que os cidadãos que mais convictamente defendem o indivíduo e a sua liberdade, contra o Estado e os seus constrangimentos, podem ser os mesmos que, ao sentirem-se inseguros, com igual convicção clamam por ordem e aceitam a tutela de um ditador que lha prometa.

Já se disse que, em situações de crise de autoridade, «é a liberdade que oprime e a lei que liberta».

Que fazer, então? Creio eu que abrir o sistema à participação política dos cidadãos até antes da fronteira-limite da necessária salvaguarda da autoridade do Estado. Até que a participação torne dispensável a revolta. Incutir em cada cidadão um sentido de liberdade responsável que implique a aceitação voluntária de constrangimentos cívicos, e até de sofrimento, em nome da dignidade e da felicidade de todos; convencer os que, disso conscientes ou não, voltam a dizer do Estado — e cada vez mais dizem do Estado — o que estultamente disseram todos os arautos da sua dispensa; convencê-los de que a liberdade total não existe, e que a liberdade fácil é, ela também, do reino da utopia; e sobretudo combater a cultura de antipoder que parece assenhorear-se do cidadão, subitamente convicto de que pode ser, ou voltar a ser, uma autarquia individual.

Apesar de tudo, é consolador que possamos enfrentar as angústias do presente, e fazer as "revoluções" do futuro, integrados num espaço comunitário que a si mesmo se integra, se autodefende, e progressivamente se federa.

Sei que esta afirmação é polémica. Para vos ser franco, não usa seduzir-me a comodidade das afirmações que o não são. Não cuido agora de saber se é bom ou mau, para a República, que a Europa se federe. Não posso é desconhecer a larga medida em que se federou já. A cidadania europeia; o Parlamento Europeu, eleito e representativo dos cidadãos eleitores de todo o espaço comunitário; um Comissariado não representativo dos Estados-membros; decisões por simples maioria em número crescente; o primado das normas jurídicas da União Europeia sobre os normativos nacionais; políticas já comuns e a expectativa de outras; a previsão de um sistema de segurança comum; a convenção de um sistema monetário integrado e de uma moeda única. Iludamo-nos, se isso nos conforta. Mas não neguemos que a terra se move.

De resto, um pouco de familiaridade com a evolução das coisas, convence-nos de que o espírito federador que parece presidir aos destinos da Europa, tende a assenhorear-se do futuro do mundo.

Nem tudo, nisso, serão rosas. Não tenho a menor dúvida a esse respeito. Não o serão, sobretudo, para um país de que só a História é grande, e mal preparado para a era da livre competição de todos com todos. Mas mais dolorosos seriam os espinhos se, tudo tendo em qualquer caso de ser assim, tivéssemos de enfrentar o futuro desenquadrados do espaço geográfico, civilizacional e político em que nos integramos.

Por graça de Abril, passámos de orgulhosamente sós a solidariamente acompanhados.

No dia de hoje, é justo que nos lembremos de que este mesmo conforto só foi possível porque aconteceu Abril.

Uma das artes que cultivamos com esmero é a de cuidar do acessório, descuidando por vezes o principal. Depois de termos arredondado o Mundo, descansámos. Ensarilhámos as armas do nosso estrutural universalismo e demos em preocupar-nos com coisas mais miúdas. O nosso empenhamento na construção da União Europeia foi talvez o primeiro regresso a um sentido de grandeza. Temos, no torno, mais uma revisão da Constituição. Verifico, com satisfação, que vai marcar presença nela a preocupação de ultrapassar inveteradas rotinas. Acontece isso, nomeadamente, com aflorações de medidas de abertura à participação cívica dos cidadãos e a formas arrojadas de descentralização e partilha

do poder. Medidas que, precisamente, dispensam a rebelião cívica difusa que tende à conquista das correspondentes prerrogativas. Saúdo o espírito prospetivo que as anima. E exorto os arquitetos do futuro a seguirem por aí, libertando-se de fantasmas de pensamento, de comportamento e de espírito. Sempre sem esquecer, como decorre, a outra vertente dos novos pontos de equilíbrio político-social: a salvaguarda da autoridade necessária para que a liberdade não corra o risco de matar a liberdade. Após Abril, em plena fase de improvisação jurídico-constitucional, e de experimentalismo anarco--populista, estivemos à beira de nisso consentir. Foram tempos terrivelmente difíceis. Que as dificuldades então experimentadas e ultrapassadas sirvam de estágio para enfrentar as de agora, e sobretudo as que, reforçadas, nos reserva o futuro. Tudo isto para significar que, para mim, o principal é uma boa revisão da Constituição que, salvaguardando o essencial do mais puro espírito de Abril, o compagine com as exigências indeclináveis de um mundo novo e diferente como é o de hoje e será o de amanhã.

Em face disso, tudo o mais parece acessório. Mesmo quando, a outro nível, pode parecer principal. Uma revisão que atualize Abril — ou seja a Liberdade, a Justiça Social, a Democracia e o Estado de Direito — há de ter, entre outros méritos, o de salvaguardar o respeito devido à própria Constituição, antes e depois de revista. Antes porque ainda o não foi. Depois por tê-lo sido, reaproximando-se do novo ponto em que se situa a vida.

O que não podemos é dispensar-nos de cumpri-la porque ainda não foi revista, na perspetiva de que em determinado aspeto possa vir a sê-lo. Nem deixar de revê-la, onde se justificar que seja revista, fundados no facto de termos, antes da revisão, acabado de cumpri-la.

A vida é movimento. As constituições devem acompanhar a vida. Mas, enquanto não mudam, tudo se há de passar como se a vida coubesse perfeita dentro delas.

Aplausos do PS.

Recordemos, pois, que Abril não foi apenas uma data mas o ponto de partida de uma caminhada. «Não um rasgo de que se repouse, mas um despertar de que se não descanse». Que Abril é, não um dia, mas todos os dias. Mais do que uma cronologia, uma vontade. A vontade de sermos livres num Mundo livre.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Vai usar da palavra, por direito próprio, o Sr. Presidente da República.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente da República Jorge Sampaio**: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Presidentes dos demais Tribunais Superiores, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Embaixadores e demais Representantes Diplomáticos, Ex.mo Representante do

Sr. Cardeal-Patriarca de Lisboa, Eminência, Altas Autoridades Civis e Militares, Srs. Oficiais que integraram o Movimento das Forças Armadas, a quem respeitosamente saúdo, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Quero, em primeiro lugar, saudar os militares — oficiais, sargentos e praças — que prepararam e participaram no Movimento das Forças Armadas do dia 25 de Abril de 1974.

Aplausos do PS, do PSD, do PCP e de Os Verdes.

Eles gravaram uma página da História de Portugal.

Ao garantirem a liberdade e a democracia, puseram fim a um regime ditatorial, caracterizado pela opressão das polícias políticas, pela ausência de um Estado de direito democrático, pela violação persistente de direitos fundamentais e pela recusa do direito à autodeterminação dos povos.

Hoje, é já muito grande o número daqueles que, felizmente, não viveram sob a ditadura. É a esses, sobretudo, que importa relembrar o exemplo desses homens que, mal equipados e em número reduzido, tiveram a coragem de arriscar tudo em nome da liberdade.

Mas, devo lembrar aqui, também, todos aqueles que sofreram e lutaram durante décadas para que um dia como o do 25 de Abril fosse possível. Mulheres e homens de várias gerações, de diversas ideologias e de todos os grupos sociais, mantiveram, desde 1926, uma tradição de luta e de resistência.

Aplausos do PS, do PSD, do PCP e de Os Verdes.

A ditadura militar, primeiro, e o Estado Novo, depois, em nenhum momento se puderam vangloriar de ter eliminado a resistência, de ter morto a esperança.

A Liberdade e a Democracia Representativa são hoje valores fundamentais do nosso regime político. Todos nós reconhecemos nesses valores, como o prova o amplo consenso sobre a natureza do regime alcançado, há precisamente 20 anos, e mantido até hoje, felizmente, em todas as revisões constitucionais. Esse foi um fator decisivo, na implantação da democracia, para a estabilidade política e para a consolidação do sistema partidário.

Sr.as e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: O 25 de Abril permitiu o pleno desenvolvimento da cidadania. Deu a todos os portuguesas a liberdade de poder interpretar, sem imposição de dogmas, a evolução da sociedade. A liberdade de escolha democrática devemo-la ao 25 de Abril.

No fundo, o que se comemora hoje é a liberdade para optar, para poder debater e decidir sobre o nosso destino coletivo. É, em suma, a liberdade de escolher. Nada pode separar mais a democracia da ditadura do que a liberdade de poder escolher o caminho para onde queremos conduzir os nossos destinos individuais e o destino coletivo de Portugal.

E se esse dia foi um ato de revolta contra um regime iníquo, que a nossa comemoração possa ser, hoje, um ato de reflexão sobre o conformismo que tantas vezes se abate sobre as sociedades contemporâneas.

Aplausos do PS.

Hoje, mais do que nunca, torna-se imprescindível compreender o mundo em que vivemos, bem como as escolhas que se configuram. Somos continuamente confrontados com a máxima "é preciso adaptarmo-nos", como se não houvesse escolhas, nem alternativas: como se só houvesse uma solução possível.

O 25 de Abril abriu novos horizontes ao futuro de Portugal. Permitiu olhar para a frente com confiança. É importante reafirmar que o destino de Portugal depende de nós. Depende de todos os portugueses.

Mas para decidirmos o que nos interessa, precisamos de iluminar bem o contexto da nossa decisão.

Tradicionalmente, o recurso à experiência histórica bastava para nos garantir um adequado enquadramento das grandes questões e das grandes opções.

Mas no mundo de hoje, a unificação geográfica e as revoluções científicas e industriais levam-nos cada vez mais a olhar para o futuro como uma construção, como uma corporização das perceções e decisões do presente, e cada vez menos como uma fatalidade.

Por isso, sem um esforço prospetivo de reflexão sobre o futuro, olhando para além da conjuntura, não seremos capazes de interpretar o presente, não teremos meios, sequer, para avaliar a esperança, no dizer do grande António Vieira.

É por isso preciso medir o futuro. Mas, o futuro decorre apenas em parte dos indicadores de natureza económica: a outra parte, porventura a mais decisiva, resulta das visões e das aspirações dos principais agentes e atores da sociedade em que vivemos.

São eles que nas circunstâncias das sociedades contemporâneas constroem o sentido da nossa identidade.

É que, para além da cultura e do património, a identidade depende hoje da capacidade coletiva de construir um desígnio, de construir uma ideia de futuro.

No mundo contemporâneo não há identidade sem projeto.

É este o desafio que nos está lançado. A nossa identidade já não se pode definir e celebrar apenas pela história, tem de se alicerçar no consenso sobre o futuro de Portugal. Por isso, a construção da nossa identidade depende da qualidade da informação e da qualificação da cidadania.

A necessidade de um enorme esforço coletivo de aprendizagem é a característica técnica do nosso tempo. O nível de coesão de uma sociedade depende hoje de uma elevada atividade de comunicação interna. É esta a complexidade das sociedades modernas. E, por isso, é este o desafio que está colocado à coesão nacional. A coesão nacional é tanto menor quanto menor for a mobilidade social, quanto menor for o nível de articulação do planeamento e da subsidiariedade entre os diversos patamares da administração.

Mas, a capacidade de reforçarmos a nossa identidade pela construção de um desígnio nacional, em que consensualmente os portugueses se revejam, precisa que o conhecimento de Portugal e a capacidade de representar e interpretar a realidade não se encontre limitada. A investigação científica, a educação, a formação e a qualificação dos portugueses são, por isso, uma prioridade sabida. Só a aposta na qualificação das pessoas pode garantir que os cidadãos dispõem da informação necessária a escolhas cada vez mais complexas. Só assim reconquistaremos permanentemente a liberdade.

Sr.as e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: O 25 de Abril garantiu, por outro lado, uma nova inserção internacional de Portugal. A adesão às Comunidades Europeias foi o corolário natural do fim de um período de autarcia, baseado na construção ideológica de um Império Colonial pluricontinental.

A implantação do regime democrático permitiu a Portugal ser membro de pleno direito da União Europeia, condição sem a qual teria sido impensável garantir a modernização do país, tão grande era o atraso herdado do anterior regime.

A União Europeia tem perante si, na viragem do século de resolver o problema da intensificação da integração económica, num quadro de coesão interna, da expansão de fronteiras, com o alargamento às novas democracias europeias. Portugal deve participar ativamente no debate dessas reformas identificando os seus objetivos prioritários e estabelecendo em torno deles os consensos nacionais de forma a garantir uma política externa firme e determinada.

Igualmente, as alterações operadas no sistema político português abriram o caminho para um novo relacionamento com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, assente no pleno respeito pela soberania dos povos e na partilha de um passado histórico e cultural comum.

Alicerçadas numa vivência de cinco séculos, as nossas relações com aqueles países avultam como um autêntico desígnio nacional, constituindo uma consensual prioridade da política externa portuguesa.

Neste quadro, o aprofundamento dos laços de solidariedade e afetividade, que nos unem aos Estados Lusófonos, e a dinamização das ações de cooperação multilateral assumem o caráter de imperativo nacional e de importante vetor para o reforço da nossa capacidade de afirmação externa.

Distinta de outros relacionamentos pela sua especificidade própria, a cooperação que temos desenvolvido, fundamentada numa solidariedade efetiva e na sua dimensão ética e cultural, projetou Portugal como interlocutor privilegiado e desejado. É um capital de credibilidade que importa preservar e potenciar, na ótica dos interesses mútuos associados às políticas de cooperação, nomeadamente no domínio das relações entre os países do Norte e os países do Sul.

Entre outros aspetos, exatamente por estarmos no dia de hoje, gostaria de recordar, pelo carácter simbólico de que se reveste, a cooperação que as Forças Armadas Portuguesas têm vindo a desenvolver, no cumprimento das suas missões em apoio da política externa do Estado e em conformidade com os objetivos da política nacional.

Aplausos do PS e do PSD.

Essa política tem alcançado resultados notáveis em ações de cooperação técnico-militar com países lusófonos, abrindo portas a outras formas de cooperação, quer do Estado, quer da sociedade civil.

A cooperação militar, desejada pelos países africanos lusófonos, tem de ser assumida por nós sem complexos, com naturalidade e ela é, em muitos aspetos, um instrumento da maior relevância na política externa portuguesa.

Essa cooperação abrange áreas que vão desde a formação de pessoal ao apoio da reorganização das forças armadas dos países africanos, a ações de intercâmbio no domínio da saúde e da formação de

um número significativo de jovens em Portugal, nos estabelecimentos de ensino e em outras unidades das Forças Armadas.

Estamos, assim, a contribuir: para fomentar a consolidação da ideia da Instituição Militar como elemento estruturante dos Estados e das Nações e suporte do exercício das instituições democráticas; e a contribuir, também, para a valorização do fator humano daqueles países. Qualquer um destes aspetos é vital para a consolidação e estabilização das jovens democracias pluripartidárias da África Lusófona.

Noutro plano, Portugal deverá continuar a lutar pela causa de Timor-Leste, no quadro dos esforços do Secretário-Geral da ONU, com as iniciativas também agora em curso, no cumprimento do seu mandato, na procura de uma resolução justa e internacionalmente aceite da questão de Timor-Leste.

O empenhamento de Portugal nesta matéria é, aliás, feito em coerência com dois valores essenciais que estiveram na própria génese do 25 de Abril e são hoje valores de referência da atuação internacional do Estado português: a defesa do direito dos povos à autodeterminação e a defesa dos direitos humanos.

Sr.as e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: O 25 de Abril marcou também uma importante viragem nas opções estratégicas do país. Hoje é, de novo, chegado o momento de pensar estrategicamente o futuro de Portugal, avaliando com rigor alguns fatores que o condicionam a curto prazo.

A escassa dimensão da retoma económica, o ajustamento aos critérios de convergência nominal, o aumento da pressão concorrencial externa e a abertura da Conferência Intergovernamental e a pendência de *dossiers* tão sensíveis como o alargamento, a terceira fase da União Económica e Monetária e a definição das perspetivas financeiras depois de 1999 são matérias que aconselham a identificação rigorosa das linhas de orientação que nos devem nortear e, ao mesmo tempo, a necessidade imperiosa de formular as bases de uma concertação estratégica.

O presente exige opções claras e atempadas, um apurado sentido do interesse nacional, determinação na condução das políticas e, sobretudo, pedagogia na explicação das suas consequências.

As reformas necessárias não podem ser feitas ignorando os impactos sociais negativos que conjunturalmente provocam, porque assim se geram fatores de conflitualidade que acabarão também eles por constituir obstáculos adicionais à mudança. Mas também é impossível olhar apenas ao curto prazo, porque a intervenção, como sabemos, dispersa e avulsa se acaso impede o agravamento de tensões adia, porventura irremediavelmente, as opções de fundo. É sobre elas que se deverá acordar uma concertação estratégica, como disse.

É necessário, assim, que os agentes políticos e os parceiros sociais aceitem as responsabilidades inerentes aos desafios que se colocam ao país. A resistência à necessidade de concertação estratégica tem como única consequência introduzir um obstáculo adicional ao processo de mudança.

Exige-se, hoje, uma atitude de ajustamento positivo, de determinação, de confiança. Penso que para garantir esse desafio Portugal necessita de preparar, por um lado, as condições para uma competição aberta e, por outro, de assegurar em paralelo condições para o controlo social e político das consequências de um mercado concorrencial aberto.

Não acredito na possibilidade de garantir uma economia moderna e competitiva na próxima década sem o desenvolvimento de políticas de solidariedade que lidem com o problema das tensões sociais provocadas pelo processo de modernização.

A capacidade de construir o futuro de Portugal como país moderno, competitivo e socialmente equilibrado depende, em grande medida: da definição de um justo equilíbrio entre a convergência nominal e a convergência real no âmbito da União Europeia; da articulação entre as políticas de emprego, formação e educação, fundamental para melhorar as condições estruturais da competitividade económica e proteger as condições de controlo social da mudança; e da relação importantíssima entre a coesão nacional, as políticas de solidariedade e o sistema de segurança social.

Hoje é necessário uma valorização digna do princípio da mobilidade, da aprendizagem permanente, da polivalência, da capacidade de adaptação à mudança.

Não é possível pensar no futuro, permitam-me que volte a este ponto, sem aceitar que esta realidade requer pessoas com novos padrões de qualificação. Não basta uma reforma no sistema de educação formal e até de a estabilizar, é preciso aceitar que os sistemas de formação profissional estão a ganhar um carácter permanente e passam a ser decisivos para a adaptação constante ao mercado de emprego.

Mas é errado pensar que esta capacidade de adaptação é apenas um problema dos trabalhadores. A formação de um corpo empresarial bem preparado é decisiva para a sustentação do emprego numa economia aberta e para o desenvolvimento essencial de uma sociedade civil mais autónoma e menos tutelada pelo Estado.

Aplausos do PS.

Tudo farei, no quadro das minhas competências constitucionais, para ajudar a criar o clima de confiança necessário à concretização dos acordos de concertação estratégica que vierem a revelar-se viáveis e adequados. Tudo farei para criar um clima de confiança na capacidade dos portugueses em realizar com êxito essas reformas. Precisamos de fazê-lo com entusiasmo e com esperança, valorizando o que é novo, premiando o risco e o êxito, evidenciando o exemplo positivo como fator de mobilização social, combatendo as visões apocalípticas que alimentam a complacência e o conformismo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores: O 25 de Abril deu lugar, após eleições livres, à Constituição de 1976, de que se comemoram os 20 anos de vigência.

A Constituição consagrou, desde então, a possibilidade de criação de regiões administrativas. No espírito dos constituintes estava presente a necessidade de contrariar uma grave tradição centralista e de utilizar a descentralização administrativa como um instrumento de planeamento e um poderoso estímulo ao desenvolvimento, corrigindo assimetrias e desfasamentos, que nos últimos 20 anos só se agravaram, valorizando recursos e competências, fortalecendo, nesse sentido, a coesão nacional.

Durante 20 anos não foi possível encontrar vontade política para levar por diante uma iniciativa legislativa que cumprisse esse preceito constitucional, que se manteve, e dotasse Portugal desse instrumento de gestão, planeamento e racionalização de recursos num patamar intermédio entre o Poder Central e o Poder Local consagrados na Constituição da República.

O debate, importa reconhecê-lo, centrou-se sempre mais na discussão dos inconvenientes de um modelo de descentralização político-administrativo que não corresponde ao normativo constitucional, o qual se limita a consagrar uma componente administrativa da descentralização. E esse facto descentrou a discussão da reflexão sobre a necessidade de encontrar esse, ou outro, instrumento de planeamento e gestão de recursos que articule operacionalmente áreas geográficas intermunicipais.

Creio, Sr.as e Srs. Deputados, que o debate sobre o processo de descentralização, que leve à criação de regiões administrativas no continente deverá ser encarado com toda a naturalidade.

O facto de vários líderes de partidos com assento parlamentar se terem manifestado em apoio à necessidade dessa reforma, já constitucionalmente consagrada, só deve favorecer a desdramatização do debate e contribuir para que ele se centre na questão de fundo — as vantagens e os inconvenientes de se adotar essa metodologia de descentralização — e menos, se me permitem, nas questões de método e de calendário.

Aplausos do PS.

O que importa sobre a descentralização administrativa do país, conhecida por regionalização, é a discussão sobre o fundo da questão, sobre o que ela representa para o futuro de Portugal e dos portugueses.

É sobre a questão de fundo que importa esclarecer os cidadãos da República. Tantas vezes, em torno desta discussão, avultam ideias feitas fruto de uma escassa pedagogia da reforma que se deseja levar a cabo. O debate de fundo, nos termos em que atualmente está colocado, parece só agora ter começado. Em boa verdade, tratando-se de uma reforma da Administração só através dele se pode contribuir para a desejável aproximação entre o Estado os cidadãos.

Numa matéria desta relevância, entendo, como tenho feito, dever continuar a advogar, e fi-lo desde o dia em que nesta Casa fui empossado, a vantagem de se construir um consenso o mais amplo possível.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

Sr.as e Srs. Deputados: Sobre a questão de fundo, felizmente, a minha opinião é conhecida. Quanto ao demais, está o Presidente da República obrigado a fazer cumprir a Constituição que jurou e que só a vontade soberana desta Assembleia da República, dotada de poderes de revisão, pode alterar.

Aplausos do PS e do PSD.

Mas, também, está o Presidente da República obrigado a interpretar as condições de garantia da coesão nacional, por isso tenho atribuído tão alto significado, como disse, à necessidade de um amplo debate e de um consenso o mais amplo possível.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

Minhas Senhoras e meus Senhores, Sr.as e Srs. Deputados: Procurei, nos últimos dias, num conjunto de gestos simbólicos, expressar a necessidade de fortalecer um clima de confiança na capacidade de realização do povo português.

Não me esqueço, nunca me esquecerei, dos problemas que afetam Portugal. Dedico-lhes, naturalmente, a maior atenção.

Mas entendo dever contribuir para criar um clima de confiança no país, lutando contra conformismos deterministas e derrotismos injustificados. O país não se encontra num impasse.

Quis homenagear o 25 de Abril através de um conjunto de visitas onde fiz jus à capacidade de dedicação e de realização dos portugueses, à capacidade para ultrapassar obstáculos e para atingir níveis de realização e de exigência.

O 25 de Abril representou o restaurar da esperança e da confiança na capacidades dos portugueses, sem as tutelas autoritárias que se substituíam à escolha livre e democrática pelo ditame de um poder ilegítimo.

Creio que a melhor forma de dar confiança aos portugueses que neste momento possam passar por um período difícil é dar-lhes, simbolicamente, um sinal de que é possível acreditar na capacidade para ultrapassar os problemas e os constrangimentos.

Portugal é hoje um país moderno. Deve reforçar a sua identidade baseada no reconhecimento de um desígnio que oriente o nosso futuro.

Tenho confiança no futuro de Portugal. Viva Portugal.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Está encerrada a sessão.

1997

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, declaro aberta esta sessão comemorativa do Movimento Libertador de 25 de Abril. (...) Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

A Sr.ª **Isabel Castro** (Os Verdes): — Ex.mo Sr. Presidente da República, Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: Foi num dia aparentemente igual a tantos outros que em 25 de Abril aconteceu, fazendo nascer um tempo historicamente novo.

Dizê-lo hoje, 23 anos passados, é, em nome do direito à memória, lembrar que foram precisos muitos anos para lá chegar, ao dia feito de muitos dias. Dias arrastados, lentos, cansados de violência, de fome e de guerra. Dias de insubmissão, resistência e luta. Dias convergindo num outro dia, por mil caminhos cruzados e por tanta e tanta gente, ao longo de gerações, diversamente moldado.

Abril como o dia de que é preciso falar sem dececionar as palavras, sem permitir que a espada vil da mentira lhes roube a pureza, a luz, a brancura e a alegria inicial. Dia em que a madrugada «revirou a noite, revelou o dia». Noite da ditadura a abrir-se em luz, em explosão de festa e de alegria. «Vencido o medo, dobrado o assombro».

No dia do sonho feito esperança, por intermédio daqueles a quem a história deu a missão libertadora de resgatar Portugal: os capitães de Abril, que, aqui presentes, hoje, vivamente, não quero nem posso deixar de saudar.

Aplausos de Os Verdes, do PS e do PCP.

Um Abril como o tempo que pôs fim à ditadura, ao tempo do pensamento vigiado e único, ao tempo do terror, do exílio, da censura, da guerra, «dos caminhos de ir lento, sem regresso».

Um Abril como o tempo do «nunca mais». Um Abril, em Abril, como o tempo do outro lado. O começo. O descobrimento. O futuro. Sr. Presidente, Srs. Deputados: É precisamente desse Abril, enquanto presente e sobretudo enquanto futuro, que hoje importa falar. Um Abril que nunca por nunca queremos ver transformado numa mera sessão comemorativa, num ritual evocativo esvaziado de conteúdo, em saudade como tristeza que fique em nós, porque aquilo de que gostámos se foi embora.

Um Abril que hoje, porventura mais do que nunca (quando inquietantes perigos o ameaçam), importa preservar e fazer quotidianamente viver, não só através dos seus ritos mas, sobretudo, dos seus valores, da sua marca libertadora, do sonho que tem implícito, do direito à felicidade que ousou reclamar, em nome de todos nós! Se o 25 de Abril é formalmente sinónimo de liberdade feita ação, na palavra conquistada, no modo de viver em conjunto, no processo de construção coletiva, no sistema de pluralidades em que todos na sua diversidade são necessários, na complexa teia de que a sociedade na sua diversidade é feita;

Se o 25 de Abril é formalmente sinónimo de democracia que se baseia no conjunto de direitos e liberdades públicas e se legitima enquanto tal, como organização da sociedade e do Estado, na busca do bem-estar, da paz, do desenvolvimento, como forma de assegurar a todos uma igualdade de

oportunidades e uma existência digna, através de uma responsabilidade partilhada;

A verdade é que o autêntico significado do 25 de Abril, enquanto liberdade, enquanto democracia, enquanto poder partilhado, só deixará de ser uma vulgar referência simbólica, um conceito cristalizado, uma meia verdade, uma realidade por construir, quando se afirmar plenamente como espaço de exercício da liberdade, como destino, como escolha, como vivência individual e coletiva, como sentido da própria vida. Como diz Sophia de Mello Breyner: «Nesta hora limpa da verdade é preciso dizer a verdade toda / Mesmo aquela que é impopular neste dia que se invoca o povo / Pois é preciso que o povo regresse do seu longo exílio / E lhe seja proposta uma verdade inteira e não meia verdade».

«Meia verdade é como habitar meio quarto / Ganhar meio salário / Como só ter direito / A metade da vida».

E é em nome da vida que o seu sentido tem de ser encontrado, quando a escola, em vez de se afunilar nas oportunidades e nas mentes, se alargar no acesso, mas também no gosto pela experimentação, no estímulo pela crítica, no respeito pelo outro, na ligação à vida.

E é em nome da vida que o seu sentido se encontrará, quando o trabalho, ao invés de se tornar um fator de alienação e um direito em vias de extinção, se entender como condição para a plena realização individual das pessoas e um instrumento do desenvolvimento e do equilíbrio social e ambiental.

E é em nome da vida que o seu sentido se encontrará, quando, à ortodoxia dos mercados e à sua implacável lógica desumanizadora, se contrapuser o primado das pessoas e dos seus direitos.

E é em nome da vida que o seu sentido se buscará, quando, ao egoísmo, à indiferença e ao silêncio acomodado, perante fenómenos como a exclusão e a intolerância, se contrapuser bem alto a solidariedade, a indignação e a responsabilidade partilhada.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente da República, Srs. Membros do Governo, Srs. Convidados, Srs. Deputados: Falar de Abril enquanto projeto, hoje, é falar de uma proposta para um tempo novo, um projeto inevitavelmente comprometido com o futuro, que tem de ser sinónimo de desenvolvimento e, obviamente, que implica também falar de ambiente e da sua revolução adiada.

É uma resposta que tarda, face a uma grave crise ecológica visível na desumanização das cidades, nos atentados à paisagem, na irracionalidade do desperdício e no absurdo da escassez, na especulação imobiliária, na pilhagem dos recursos, na contaminação das águas, na desertificação, no abandono dos campos, na destruição das espécies, na perda de diversidade, na eucaliptização indiscriminada, na poluição do olhar...

Trata-se de uma realidade incontornável que exige não frouxas nem lineares medidas que na paroquial lógica dos mercados nunca vão encontrar-se mas que nos propõe, isso sim, a rediscussão do próprio sentido da evolução da sociedade, num planeta onde a interdependência é cada vez maior e a revolução global que se coloca à humanidade é inseparável do próprio desenvolvimento, do conceito de solidariedade, da resolução das desigualdades entre povos e regiões, da própria democracia tal como tem sido concebida e do modo como os cidadãos participam desse processo.

Afinal, trata-se hoje de pôr em causa, num tempo historicamente novo, um modelo de sociedade durante décadas imposto como único, aceite como dogma. Um modelo que era suposto ser sinónimo

de bem-estar, de equilíbrio, de riqueza, de uma nova geração de direitos e que, ao contrário, se revelou obsoleto, caduco, gerador de mais pobreza, mais desigualdade, mais poluição. Uma questão que nos coloca hoje num momento em que a sociedade se interroga sobre o modo como vive, como produz, como consome, perante a necessidade de compreender que é urgente e forçoso encontrar, num tempo e num espaço em que nada nos pode ser indiferente ou distante e num tempo em que tudo nos é próximo e cada gesto não é mais um gesto isolado, a nova ética de responsabilidade, a compreensão de que há valores que não são passíveis de troca, uma informação partilhada, uma visão de prevenção e de longo prazo que não cede ao fascínio do imediatismo, um diferente código de conduta na relação dos homens com a natureza, na utilização dos recursos que garanta uma utilização sustentada, mas também uma partilha socialmente justa.

Um tempo historicamente novo, com novos desafios, que reclama ele próprio um novo conceito de solidariedade, capaz de respeitar os direitos das gerações vindouras.

Um tempo de hoje, que em Abril se revê, como tempo de viragem, como tempo de sonho transformado em viagem.

Viva o 25 de Abril!

Aplausos de Os Verdes, do PS e do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. **João Amaral** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr.as e Srs. Convidados, Capitães de Abril, Sr.as e Srs. Deputados: Reúnem-se hoje, aqui, órgãos de soberania e as mais altas instâncias do Estado, nesta sede da «assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses», para celebrar o 23.º aniversário do 25 de Abril. Somos aqui convocados pela vontade de um povo que ama a liberdade e a reconquistou, nessa jornada inesquecível, com a valorosa ação do Movimento das Forças Armadas, do MFA. No lugar de honra dos nossos corações estão os capitães desse Abril da liberdade, aqui representados na tribuna pela Associação 25 de Abril, que saúdo com emoção e com renovada fraternidade.

Aplausos do PCP, do PS, de Os Verdes
e de alguns Deputados do PSD.

Esta é uma Casa de liberdade, esta é a vossa casa também!

O 25 de Abril deve ser comemorado aqui, na sede da representação nacional, porque, sendo a matriz conformadora do regime democrático, ele tem de ser a primeira referência de todos os órgãos de soberania, de todas as instâncias do Estado e de toda a Administração Pública, sem exceção.

Também as Forças Armadas comemoram de forma especial a data da liberdade, porque, tendo delas emergido a ação militar de força que derrubou o regime fascista, o 25 de Abril deve ser para elas motivo de legítimo orgulho e de referência permanente do dever cumprido para com o povo português e para com Portugal. Mas é com as comemorações populares que o 25 de Abril ganha todo o seu significado. Aquele povo que tomou no seu coração a Revolução, logo nas primeiras horas, ainda os tanques percorriam as ruas de Lisboa, comandados pelo saudoso e tão injustiçado capitão Salgueiro Maia. Aquele povo que encheu as praças de todo o país no 1.º de Maio mais carregado de esperança e confiança de toda a nossa História.

Este ano, as comemorações populares vão ter um momento particularmente alto aqui, em Lisboa. Num dos seus sítios mais nobres e centrais, a cidade vai abrir à vista de todos um monumento ao 25 de Abril, a sua homenagem à Revolução. Era um sonho de muitos portugueses, e particularmente de muitos lisboetas, terem na capital do país uma evocação significativa da Revolução. Bem-haja a Câmara Municipal de Lisboa, que deu corpo ao monumento que hoje à tarde é inaugurado.

Aplausos do PCP, do PS, de Os Verdes e dos Deputados do PSD Mota Amaral e Silva Marques.

Mas os portugueses que hoje comemoram os 23 anos da Revolução não vão limitar-se à festa. Vão olhar à sua volta e fazer o balanço da situação em que vivem e das perspetivas que se abrem para o seu futuro. Vão querer saber onde está a justiça social a que têm direito. Vão querer saber por que está adiado o desenvolvimento equilibrado do país, porque é que a riqueza está cada vez mais concentrada, por que razão o trabalho tem cada vez menos valor social, por que razão quem trabalha está cada vez mais desprotegido e sujeito à prepotência. Vão querer saber como é que um país pode ir desmantelando insensatamente a sua agricultura, as pescas, a indústria mineira, como é que um país pode progredir, deixando cada vez mais à sua sorte os setores produtivos da economia. Vão querer saber como é que se defende a independência nacional, quando é cada vez maior a sujeição económica do país.

Foi o 25 de Abril que traçou os grandes desígnios nacionais, vertidos depois para a Constituição da República.

Grande desígnio nacional assumido com o 25 de Abril é a democracia, a liberdade e o pluralismo; é a justiça social; é a democracia económica, com a subordinação do poder económico ao poder político; é a democracia na empresa, com a garantia dos direitos dos trabalhadores; é a democracia cultural e a igualdade de oportunidades no acesso à educação e ensino; é a descentralização do Estado; é a garantia da unidade do Estado e da independência nacional.

Não faz parte dos desígnios nacionais ter um exército de dois milhões de trabalhadores em regime de trabalho precário ou manter no desemprego perto de meio milhão de portugueses. Também não faz parte dos desígnios nacionais deixar a indústria têxtil portuguesa à mercê de uma concorrência internacional mortífera, aceitando uma imposição pela Comissão Europeia no sentido do desarmamento alfandegário antes dos prazos acordados e definidos para a nossa indústria proceder à sua preparação e reestruturação.

Nem faz parte dos desígnios nacionais vender de forma sistemática o valioso património acumulado por gerações de empresas estatais ou com participação estatal, permitindo a reconstituição do desmesurado poder de um punhado de grupos económicos, onde avultam alguns dos grupos que foram o sustentáculo do regime fascista e, simultaneamente, abrindo o progressivo domínio de importantes setores da economia portuguesa a empresas estrangeiras e multinacionais.

De igual modo, não faz parte dos desígnios nacionais a aceitação da imposição a Portugal pela União Europeia de acordos comerciais com terceiros países que conduzem ao enfraquecimento impiedoso de um setor industrial tão importante para o nosso país como o conserveiro e, simultaneamente, ao enfraquecimento do setor pesqueiro que serve essa indústria.

Os portugueses do Portugal de Abril não podem aceitar de braços cruzados a quebra de um compromisso como o da fixação do horário máximo das 40 horas, histórica aspiração do movimento sindical e dos trabalhadores portugueses, hoje a ser frustrada por um capcioso manobrismo na aplicação da lei pelas autoridades do Estado e pela aceitação de uma espécie de *diktat* neocorporativo feito por um patronato retrógrado e por quem se molda aos seus interesses. Desta tribuna aproveito para saudar os trabalhadores que há 20 semanas consecutivas lutam pelas 40 horas, usando os direitos que Abril consagrou!

Os portugueses não entendem também que um projeto nacional como o da regionalização, cujo edifício legislativo devia estar agora em conclusão, tendo em vista as eleições dos órgãos respetivos já na data das próximas eleições municipais, tenha sido mais uma vez adiado e metido numa monumental embrulhada cheia de alçapões que o podem comprometer.

De igual modo, também os jovens não podem aceitar que, perante um quadro de degradação do sistema de ensino e de crescentes dificuldades no acesso ao posto de trabalho, que só conseguem em inaceitáveis condições de precariedade, em vez de se travar com eles a batalha pela educação e pelo emprego, se afunile toda a política para a juventude na aplicação das injustas e inaceitáveis propinas. Não é desígnio nacional que se compatibilize com os ideais de progresso e independência nacional do 25 de Abril sujeitar o desenvolvimento do país e o bem-estar dos cidadãos aos ditames espartilhantes do Tratado de Maastricht e a uma moeda única que não só vai retirar a Portugal instrumentos decisivos de política económica como vai subordinar o país às orientações e interesses dos poderosos países do centro da Europa.

Por que querem a todo o custo impedir que o país discuta com profundidade esta opção decisiva para o seu futuro? Por que impedem o debate aprofundado e a decisão soberana que só o referendo sobre a moeda única podem propiciar? A resposta é simples: porque sabem que o debate iria provar que a moeda única é uma opção contra o desenvolvimento do país, contra os interesses do nosso povo e contra a independência e soberania nacionais. Porque o debate iria provar que a moeda única pode ser um desígnio dos grandes grupos transnacionais e dos países poderosos, mas não é, a título algum, um desígnio nacional.

Como o não é desfazer de supetão a ligação profunda que com o serviço militar unia o povo português e as suas Forças Armadas na defesa militar da República.

Como não o é fazer acordos partidários para descaracterizar a Constituição da República, em princípios tão essenciais como o da unidade do Estado e o da representação proporcional na constituição da Assembleia da República e dos órgãos de poder local.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — É por tudo isto que esta comemoração do 25 de Abril não é nem pode ser a jornada do conformismo. Não vamos, nem vão os portugueses que hoje comemoram o 25 de Abril, ficar a carpir o que não foi feito e as promessas não cumpridas, nem vamos ficar amarrados à tristeza profunda pelo que já foi destruído. O exemplo do 25 de Abril é o de espírito anticonformista, de rebeldia e de responsabilidade. Estamos aqui, PCP, a proclamar que vamos continuar a luta pelos ideais de democracia, progresso, solidariedade e independência nacional do 25 de Abril.

Estamos aqui a formular propostas: uma nova política de desenvolvimento, sem espartilhos; a promoção dos direitos de quem trabalha; a regionalização; políticas de ensino, saúde, segurança social e habitação, em que o Estado assuma as suas responsabilidades; dar à juventude as oportunidades e as garantias que o nosso futuro coletivo reclama; proteger a terceira idade, com a dignidade que ela merece; defender a independência nacional. Estamos aqui, em suma, a dignificar a política, pondo-a onde deve estar, ou seja, ao serviço dos cidadãos.

Não somos dos que viram nos acontecimentos da última década a vitória sem retorno do capitalismo selvagem e das injustiças, nem somos dos que interpretam a mundialização das economias como o decretar da desregulamentação neoliberal e da liquidação das conquistas do movimento dos trabalhadores.

Por nossa parte, mantemos viva toda a esperança que o 25 de Abril trouxe a Portugal.

Apelamos a todos, homens e mulheres que connosco mantêm viva essa esperança, para que se afirme uma clara rejeição da resignação, uma renovada vontade de intervenção e uma firme determinação de fazer ouvir a sua voz. Afirmamos com clareza: é preciso uma viragem à esquerda, uma viragem para o lado dos ideais da Revolução que hoje comemoramos.

Viva o 25 de Abril.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Centro Democrático Social-Partido Popular, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto.

A Sr.ª **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Deputados, Srs. Convidados: Subo hoje a esta tribuna representando o CDS-PP, 23 anos depois do acontecimento que ficou na História e na memória como o "25 de Abril".

Subo a esta tribuna em nome do futuro, de um futuro à medida de uma nação e um povo que fizeram, em rasgos de vontade, tantas vezes contra a natureza e a ordem das coisas, a sua História: iniciada pela teimosia do Rei Fundador e dos barões portucalenses, consolidada pelo Rei da Boa Memória e pelo Povo de Lisboa, prosseguida na aventura da navegação e conquista, nessas manhãs luminosas do

princípio dos novos mundos, de África, da América e também do velho Oriente, a acabar tragicamente no rei menino desaparecido nas brumas de Alcácer-Quibir, com a perda da liberdade do reino em 1580 e de novo reconquistada por vontade própria.

Depois, a perda relativa do poder das armas obrigou-nos a desenvolver a argúcia diplomática: na Restauração, com D. João V e Pombal, com D. João VI, levando a legitimidade da Coroa para o Brasil, com as expedições e campanhas dos "Africanos", de Serpa Pinto a Paiva Couceiro e Mouzinho, nos finais do século XIX. Estas aventuras, viagens e conquistas significaram também três ciclos de fortunas: da Índia, do Brasil, de África. Mas deixámo-las em parte onde as fizemos: nas pedras das fortalezas, dos templos e das cidades; nas armadas que patrulhavam e defendiam as rotas marítimas; mas sobretudo no sangue, na luta, no medo, na coragem de milhões de portugueses que, do século XV ao século XX, das praças de Marrocos aos rios de Moçambique, missionários no Japão, soldados na Índia, bandeirantes no Brasil, comerciantes em África, deixaram ossos e filhos nos quatro cantos do mundo. A nossa História, lida sem devoções acríticas mas também sem o derrotismo demolidor dos desenraizados, mostra o equilíbrio entre o recurso ao poder militar e a ponderação do jogo diplomático dos Estados, na defesa dos interesses nacionais, e também a criação única de uma nova cultura, a luso-tropical, que racionaliza e consolida a fixação do europeu nos trópicos, misturando-se, dando e recebendo, fazendo seu o lugar a que chega, mas integrando-se nele, passando a ser outro.

Este passado que aqui convoco deve ser hoje lembrado, sobretudo, por aqueles que hoje, no final do milénio, são chamados a fazer a História, porque a História só é feita se houver a coragem de passar o testemunho.

As lições da História importam, não só como casuística de exemplos a repetir ou erros a evitar, mas, sobretudo, porque as coisas passadas e os factos vividos vão estruturando, para os povos como para as pessoas, a identidade e a personalidade, aquilo que os distingue entre outros povos e outras pessoas.

O século XX viu emergir no pós-guerra, como força nova, apoiada pelas potências americana e soviética, o movimento anticolonial. Os "ventos da História" sopraram com força, a partir da independência da Índia e de Bandung; ingleses, franceses, holandeses, espanhóis e belgas foram cedendo, por conveniência ou por desgaste, os seus impérios.

Portugal, que tinha uma História diferente nessa relação, e, por isso, muito mais a perder, não quis reconhecer esses ventos da História ou, reconhecendo-os, não quis ceder-lhes, mas estes, na conjuntura agravada por um poder político que não acreditava em si próprio, foram mais fortes.

O 25 de Abril abriu a porta a um processo de descolonização ideologicamente orientada, que não salvaguardou os legítimos interesses de ninguém: nem dos que tiveram de partir, nem dos que quiseram ficar.

Não pretendemos daqui fazer um processo de intenções da convicção de muitos que então assim procederam, respeitamo-los, mas também exigimos hoje, nesta distância histórica, o respeito pelos que então procuraram mudar o sentido das coisas.

E tal como procedemos à descolonização rápida, do mesmo modo, em 11 de março de 1975, se decretou a estatização forçada da economia nacional, declarando-se o país «a caminho do socialismo», dez anos antes de este iniciar a sua queda final na União Soviética.

A luta contra este estado de coisas foi luta dos partidos — do PS, do PSD e do CDS —, dos militares moderados, mas, sobretudo, do povo português, que a partir do Norte deu o exemplo de resistência, tornando possível, no 25 de Novembro, parar a via totalitária da revolução.

Assim, o processo da conquista das liberdades públicas, aberto pelo 25 de Abril, foi complexo, conheceu retrocessos e só viria a concretizar-se a partir de 25 de Novembro.

Também a Constituição de 1976, ao consagrar, com a única oposição do CDS, um modelo absurdo de uma sociedade aberta a caminho do socialismo marxista, criou uma problemática legal complexa, para a solução da qual se consumiram anos de negociações e polémica institucional.

Do mesmo modo, a opção europeia, surgida inicialmente como um recurso das forças políticas democráticas contra os riscos da militarização do poder e das soluções revolucionárias e terceiro mundistas, assumiu uma urgência que impediu uma maior e melhor ponderação de outros fatores, no estudo dos dossiês económicos e sociais.

Assim, os efeitos do período revolucionário consumiram grande parte do esforço político e institucional na polémica de remediar as suas sequelas, salvando-lhe os princípios e mudando-lhes as consequências, esforço que não pôde ser encaminhado, como devia, para a conceção e execução de um novo projeto nacional.

É por tudo isto que, 23 anos depois, é urgente que se alinhem sem pejo razões e desrazões, que se clarifiquem todos os combates e combatentes e todos sejam respeitados. Para que se crie, na reconciliação geracional e no lançar das pontes que são os elos dos ciclos históricos que a maioria dos aqui presentes e de quantos ficaram entre as duas margens viveram e protagonizaram, um novo projeto nacional capaz de congregar todos os portugueses, próprio, específico, na demarcação do novo espaço que nos cabe e de uma identidade renovada.

Por tudo isto e na perspetiva do futuro, convoco também a grande "tribo lusa" espalhada pelo mundo, unida ainda, e apesar de tanta indiferença de governantes e políticos, pelas raízes e destino comuns. Refiro-me aos emigrantes que, nas décadas da penúria, partiram em busca de melhor sorte e sempre foram, ao longo dos anos e mesmo das gerações, enviando a alma e as remessas para esta terra. E convoco também aqui, hoje, como não podia deixar de ser, as novas nações e povos irmãos negros, mestiços, crioulos e asiáticos, que estarão também, decerto, presentes nesse futuro. Um futuro onde um novo Portugal se cumprirá se formos capazes, com sentido nacional e lucidez política, de fazer o que falta, há muito adiado: conseguir para os mais novos, sobretudo para eles, o equilíbrio justo entre expectativas, esforço e oportunidades; reformar, em nome da solidariedade e equidade, os sistemas sociais; reforçar as famílias portuguesas e consolidar a classe média; tornar real, e não meramente programática, a igualdade de oportunidades; qualificar, num mundo massificado, o nosso fator humano; prevenir os efeitos dramáticos da coabitação em parte inultrapassável, com bolsas permanentes de desemprego; travar, racionalmente, um efetivo combate contra a droga e todas as formas de dependência; reintroduzir o sentido de responsabilidade nas relações entre cidadão e Estado; reforçar a cidadania em todas as suas expressões; iniciar corajosamente os grandes debates nacionais, dentro e fora dos centros de poder; tornar participadas, e portanto solidárias, as grandes decisões nacionais; e, sobretudo, manter a nação portuguesa unida, soberana e

independente, condição *sine qua non* para que todos estes projetos se cumpram, no limiar do novo milénio.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco Pereira.

O Sr. **Pacheco Pereira** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Altos Dignitários do Estado, Srs. Convidados, Sr.as Deputadas, Srs. Deputados: Comemora-se hoje mais um aniversário do 25 de Abril, momento fundador da nossa democracia política. Comemoramos um 25 de Abril que não tem propriedade. Nem à esquerda, nem à direita. Não é propriedade de quem o fez e muito menos de quem o usa para efeitos de legitimação política, retirando-lhe assim o seu significado nacional. Porque só há duas alternativas: ou o 25 de Abril fundou a democracia e é pertença da cidadania de todos os portugueses ou transformou-se numa data sectária ou num instrumento de culpabilização histórica e política. Culpabilização que não deve ser feita para trás, para o 24 de abril, nem para a frente, para o 26 de abril.

Por nós falamos. O PSD é, na sua génese e na ação, um direto resultado desse ato de liberdade do povo e da nação e, em consequência, é, tanto quanto os outros partidos da democracia e tanto quanto a própria democracia, um sinal do 25 de Abril, parte indissociável do que comemoramos. Porque, comemorando o 25 de Abril, comemoramos as instituições que lhe dão corpo — a democracia parlamentar e representativa, consubstanciada no Parlamento e nos partidos políticos.

É por isso que a comemoração deve ter lugar essencialmente aqui, na instituição parlamentar que representa aquilo que é a essência da democracia: a liberdade de sermos diferentes que nasce do direito de sermos iguais. A nobreza do pluralismo democrático, o fundamental, claro, lídimo direito de cada um ter opinião, é aqui que se traduz. É que não temos a mesma opinião, a mesma visão da sociedade. Esta instituição, tantas vezes mal-amada, não se baseia na unidade, mas na pluralidade, não se baseia, fundamentalmente, no consenso.

E é exatamente porque o 25 de Abril é assim que só evitamos que esta comemoração seja um ritual sem sentido se a atualizarmos para as nossas preocupações do presente e se dissermos agora o que nos divide.

Três preocupações são para nós imperativas. Todas elas estão interligadas: primeira, a inconsciência face aos problemas que iremos defrontar no fim do século; segunda, o excessivo tacticismo da nossa vida política; terceira, a crise da autoridade do Estado. Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não se pode ser cego em relação aos problemas que Portugal vai defrontar no fim deste século. Nessa data, o país encerrará uma página no seu processo de integração na Europa, e encerrá-la-á, esperamos todos, com sucesso. Mas defrontará novos problemas, alguns dos quais inéditos na nossa História dos últimos 200 anos, e não é líquido que nos estejamos a preparar para os defrontar.

Uma economia que sempre viveu protegida, uma sociedade em mutação rápida, sujeita a tensões consideráveis, uma vida política que está muitas vezes presa aos esquemas e aos problemas do passado, tudo isto constituirão fontes de dificuldade acrescida.

Existe hoje um divórcio entre os problemas e a sua perceção pública, um divórcio entre o que precisávamos de estar a fazer e aquilo que fazemos. Esse divórcio alarga-se porque, sendo este o tempo de políticas difíceis, está a tornar-se o tempo em que a facilidade se torna comum.

Ora, este divórcio é ou deveria ser, pela sua própria natureza, o primeiro fator de preocupação da política democrática e dos políticos.

São por isso preocupantes os sinais de que, em vésperas de uma mutação qualitativa na vida de Portugal, com a plena integração na União Europeia, fazendo novos desafios e grandes exigências, muito da nossa vida política permaneça dominada por preocupações de puro tacticismo, subordinado mais à imediaticidade mediática do que a uma visão estratégica dos problemas nacionais. A redução da ação política apenas à garantia de que se ocupa espaço no jornal do dia seguinte, a política esvaziada de conteúdo de cartas abertas, as voltas e reviravoltas táticas destinadas a gerar "novidade" — logo, notícias — estão intimamente associadas a uma profunda falta de consistência na ação política e à consolidação da ideia de que a política em democracia é um mero jogo que não depende de ideias, princípios, valores e convicções.

Este carácter superficial da vida política é gerado e agravado essencialmente pelo vazio do poder, pela incapacidade de decidir, pelo medo de assumir as responsabilidades, gerando uma apatia social difusa, que parece uma acalmia, mas é apenas o prenúncio de tempestade.

É o caso gravíssimo da clara quebra da autoridade do Estado. Há uma frase lapidar de um grande poeta português, Mário Cesariny de Vasconcelos, escrita contra a censura e o regime autoritário do Estado Novo. Foi uma frase inserida num documento político escrito por um poeta, que, num assomo de rara lucidez, os censores compreenderam na sua perigosidade, e censuraram. Essa frase é simples: «Todo o homem é teatro de uma inexpugnável autoridade».

Há nesta frase uma dupla subversão: a da afirmação da individualidade e a da afirmação da liberdade. Mas o que há nela de poderoso é que Cesariny utilizou uma palavra estranha, de má fama entre os que têm da liberdade uma ideia superficial — a palavra "autoridade". Aliás, a mesma que era uma palavra-chave do discurso do regime autoritário de Salazar.

Mas é esta "autoridade" do poema que materializa a liberdade. Não há liberdade sem autoridade, sem autoridade sobre nós próprios, para sermos livres face à coação, sem autoridade sobre o que é nosso pelo amor, pela amizade, pela solidariedade e pela posse do nosso espaço e das nossas coisas. A autoridade numa democracia é penhor de que a minha casa é protegida, de que meu nome me pertence, de que a minha palavra e o meu voto são livres, de que possa escolher a parte que me cabe do nosso destino coletivo, segundo o que penso e desejo.

Mas não há liberdade individual se essa autoridade não se estender naturalmente à sociedade e ao Estado, se também no Estado não houver uma parte desta "inexpugnável autoridade", que nos defende essencialmente do medo.

A preocupação com aquilo que consideramos ser a autoridade do Estado, ou seja, a capacidade de no Estado democrático se respeitar a ordem e a segurança de todos, vem de que a existência desta autoridade é uma das fontes da própria legitimação do Estado em democracia.

Por isso, a farda de um polícia numa rua protege-nos, mas a farda de um polícia numa manifestação ilegal ameaça-nos.

Mas mais. Mais do que a afronta a um Estado e a uma ordem que devia ser respeitada como emanação da democracia, mais me ameaça o silêncio e a complacência face à violação da lei por quem é o seu garante, o que é um ato de completa perversão da legitimidade de quem governa. No Estado e na democracia não há meia ordem, ou há ordem ou não há, e não houve. É assim que em democracia se perde a razão e é assim que se pode perder a democracia.

A democracia representativa assenta numa delegação de autoridade, de todos nós a quem nos representa e governa, e nessa delegação de autoridade está inclusa uma obrigação de a exercer. E isto por uma razão muito simples: para que o voto popular seja eficaz e ninguém mande mais, por interesse próprio — nem grupos, nem corporações, nem sindicatos, nem poder económico — do que o povo que a todos nós ordena.

A crise de autoridade do Estado põe em causa o primado da política e da soberania popular, torna o Estado menos democrático e a representação mais fraca, favorece os grupos de pressão e a demagogia, põe em causa a democracia e põe em causa o 25 de Abril. Viva a democracia!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Medeiros Ferreira.

O Sr. **Medeiros Ferreira** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr.as e Srs. Convidados, Caros Colegas Deputados: Começo esta intervenção por saudar os militares que derrubaram a ditadura e promoveram as condições para o estabelecimento de um regime democrático constitucional em Portugal e o fizeram enfrentando todos os riscos, até o de prejudicarem as suas próprias carreiras militares.

Aplausos do PS, do PCP, de Os Verdes
e de alguns Deputados do PSD.

Bem hajam também por terem cumprido a promessa de regresso a quartéis e de o terem feito voluntariamente!

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Quando escrevi na comunicação enviada ao reprimido Congresso da Oposição Democrática reunida em Aveiro em 1973 que «a atual situação de Portugal aponta três ordens de soluções que convém trilhar simultaneamente: trata-se de descolonizar, de socializar e de desenvolver. Tais metas devem ser alcançadas através de uma profunda democratização da sociedade portuguesa», não imaginava que o futuro Movimento das Forças Armadas iria sintetizar o seu programa na conhecida fórmula dos três D's: Democratizar, Descolonizar e Desenvolver. Mas já referia nessa mesma "tese" (como se dizia na altura) que «numa época em que se aproxima a reestruturação do espaço europeu com possibilidades combinatórias várias, desde a manutenção dos Estados nacionais a uma intensa regionalização ligada a poderes transnacionais, até à coexistência de Estados nacionais com poderes regionais mais avançados, a existência de um Exército forte (...) será um fator importantíssimo para que Portugal se faça respeitar e seja considerado como um Estado soberano». Estávamos em 1973. A luta pela liberdade e pela democracia política pluralista e representativa, travada antes e logo depois do 25 de Abril, não é uma luta do passado. Muito pelo contrário, ela é mais necessária do que nunca.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Os inimigos da liberdade possuem hoje instrumentos de ação muito mais poderosos e sofisticados do que no tempo da ditadura. Não há comparação possível entre algumas campanhas de descrédito lançadas sobre o atual regime democrático constitucional, com os toscos panfletos difamatórios da antiga Legião Portuguesa ou com as óbvias *Notas do Dia* da Emissora Nacional, do *Diário da Manhã* ou da TV a preto e branco, emitidas contra os valores da liberdade e da democracia.

Só o profundo consenso nacional estabelecido à volta das liberdades políticas e do regime democrático impede que muitas atitudes cínicas tomadas contra a atividade política, em geral, e contra as instituições constitucionais, em particular, tenham efeitos ainda mais nefastos sobre os órgãos de soberania — e agora falo dos eleitos e fiscalizados.

Aplausos do PS e do Deputado do PSD Mota Amaral.

Mas o regime democrático representativo saído do 25 de Abril e da Constituição de 1976 revista não pode continuar na defensiva como que alheado dos perigos que o espreitam.

A robustez de que o regime democrático dá provas não nos deve convidar ao repouso.

Estão perigosamente iludidos os que consideram ser irreversível o regime democrático e impensável um regresso a regimes autoritários. Não é este o quadro para ensaiar qualquer digressão histórica sobre as características do regime ditatorial ou sobre as formas de opressão e de repressão utilizadas contra os seus adversários durante dezenas de anos. Para além das prisões, das condenações no político Tribunal Plenário, das medidas de segurança, talvez valha a pena recordar que as informações da PIDE obstaram à entrada de muitos quadros democráticos na função pública, nas Universidades, nas Forças Armadas e noutros corpos do Estado. E ainda hoje esses efeitos se fazem sentir.

Aplausos do PS.

Mas passemos à frente.

Ontem, foi inaugurada uma exposição sobre «O Arquivo da PIDE/DGS na Torre do Tombo» onde, segundo o relato feito pelo jornal *Expresso* do último sábado: «Após a entrada simbólica na sede da PIDE, desenrola-se o primeiro núcleo da exposição, que incide sobre as organizações policiais da 1.ª República (...) É uma documentação vastíssima sobre as atividades dos principais adversários e inimigos da República: os bolchevistas, os anarquistas, os monárquicos».

Queremos aqui tornar claro que não haverá qualquer hipótese de relativismo histórico que nos impeça de condenar absolutamente a ação da polícia política da ditadura derrubada na data que hoje se comemora!

Aplausos do PS, do PCP e de alguns Deputados do PSD.

Ao que parece, essa exposição procura mostrar «as atividades de vigilância que a lei permitia, e as que a lei não permitia», no dizer da responsável da exposição.

Também aqui será necessário comentar que essas leis nunca foram aceites pelos combatentes da liberdade durante a ditadura. A repressão legal numa ditadura é mais um escárnio lançado sobre os cidadãos livres!

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Aliás, não há comparação possível entre leis sobre segurança elaboradas por um regime democrático — no qual vigora um código geral de direitos, liberdades e garantias — e a ação neste domínio por parte de um regime político ditatorial ou policial.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Seria o mesmo que as medidas agora tomadas para a criação de um espaço judicial comum na União Europeia acabassem por ser utilizadas por regimes autoritários que substituíssem os atuais. Seria uma verdadeira armadilha para os defensores dos direitos humanos, que somos todos nós.

Nesse caso, o espírito democrático criador de um espaço de liberdade, de circulação e de segurança seria substituído por uma nova forma de Santa Aliança repressiva. Não há um só defensor da União Europeia que tal queira!

Talvez que o regime democrático português esteja hoje demasiado confiante na segurança que lhe empresta a sua participação na União Europeia, e estou particularmente à vontade para falar nesse domínio. A fortaleza do regime democrático encontra-se no querer do povo português. O regime democrático não foi induzido do exterior e é internamente que se defende.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — O regime democrático português necessita de se revigorar mediante uma panóplia de políticas que abrangem, sobretudo, os domínios sociais, culturais, educacionais, assim como os da justiça, da saúde, da segurança e do emprego. Muito se tem feito ultimamente no campo económico e financeiro, no combate à exclusão social e ao desemprego, mas muito ainda há que fazer para resolver estes e outros problemas, como os derivados da insegurança, do racismo e da xenofobia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — O bom governo é tão importante como as boas leis e o Partido Socialista está em condições para agir nestes dois campos. O que é certo é viver Portugal um bom momento económico e financeiro, conforme certificam todos os organismos internacionais pertinentes.

Esta Assembleia encontra-se em laboriosos trabalhos de parto para mais uma revisão constitucional. Gostaríamos de garantir que esta revisão será a última por largos anos e que dará resposta às necessidades de flexibilização e de adaptação da Lei Fundamental aos novos tempos. Mas não podemos passar a vida a rever a Constituição.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Temos consciência das dificuldades práticas para emprestar ao regime democrático representativo uma maior dimensão participativa. A igualdade perante a lei não deve ser confinada à sua aplicação, mas, antes, deve subir até às esferas da própria elaboração e aprovação desta.

A auscultação da vontade popular deve ser promovida — para além das eleições gerais que sempre hão de constituir os alicerces da democracia e a fonte de legitimidade dos órgãos de soberania — através de formas mais instantâneas sobre assuntos mais concretos, permitidas agora pelos avanços tecnológicos e que podem ajudar a tomar decisões mais próximas dos interesses das populações, nomeadamente nas questões municipais e regionais. O recurso ao referendo deve ser pautado pela necessidade de emprestar clareza e fundamento às grandes opções políticas e aos temas de sociedade, sem que o seu uso sirva para arruinar as traves-mestras da democracia representativa e sem obrigar esta a derivar para os chamados "governos de assembleia" que foram sempre governos de radicalismo e sectarismo político e social. A regionalização, pelo seu lado, não pode ser encarada como uma fragmentação do país e um processo pelo qual as regiões mais ricas cativariam os próprios recursos fiscais e financeiros, impedindo a sua criteriosa redistribuição por todo o território nacional. Não podemos pretender a solidariedade europeia através do fundo de coesão e dos fundos estruturais e depois negar internamente esse mesmo esforço de coesão inter-regional.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Somos contra o egoísmo regionalista e a arrogância centralista.

Pelo contrário, a regionalização deve ser encarada como uma reforma do Estado tendente não só a uma maior descentralização administrativa, como também a facilitar um desenvolvimento mais harmonioso de todo o território nacional. E não se pode dissociar o processo de regionalização do papel integrador dos partidos políticos a nível nacional — será um novo papel para esses partidos. Pelo seu lado, o Partido Socialista assume resolutamente esse papel nacional na regionalização administrativa do continente, como já o faz em relação às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. O Partido Socialista defenderá sempre o interesse geral e a coesão nacional.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Não é só o Estado que se deve adaptar às novas realidades, os partidos políticos de dimensão nacional também. Seria positivo que todos os partidos estivessem preparados para as novas funções integradoras decorrentes da regionalização.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr.as e Srs. Convidados, Caros Colegas Deputados: Vou concluir, voltando à origem do regime democrático que aqui nos reúne.

O 25 de Abril de 1974 iniciou o processo que iria levar ao fim os regimes ditatoriais europeus e exerceu certamente influência na democratização da América Latina e na libertação de muitos países africanos. Saudamos especialmente a República de Moçambique e a República de Angola por terem conseguido dar lugar à paz e sentimo-nos solidários com o seu desenvolvimento e progresso, assim como nos sentimos solidários com as Repúblicas de Cabo Verde, Guiné e S. Tomé. E não desistiremos de promover a causa da liberdade para o povo de Timor.

Aplausos gerais.

Como disse a 22 de setembro de 1976, num governo presidido por Mário Soares, quando era Presidente da República o general Ramalho Eanes, quando Portugal aderiu ao Conselho da Europa graças ao 25 de Abril e à Constituição: «Estamos aqui para afirmar a toda a Europa democrática aqui representada: vale a pena travar o bom combate. A Liberdade, tal como nós a concebemos, é incontestavelmente a grande ideia que conduz a humanidade na rota da perfeição».

Viva a democracia. Viva o 25 de Abril.

Aplausos do PS, de pé, do Deputado do PSD Mota Amaral
e de alguns Deputados do PCP.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República Almeida Santos**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do

Tribunal Constitucional, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Conselho Nacional da República Eslovaca, Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Sr. Presidente da República, quis V. Ex.ª, uma vez mais, manter a tradição da presença dos Presidentes da República nas sessões parlamentares comemorativas do Movimento Libertador de 25 de Abril de 1974. Por feliz coincidência, todos os Presidentes da República posteriores àquela data memorável foram homens de Abril, no sentido de terem ajudado a preparar ou a detonar a alvorada libertadora que uma vez mais evocamos.

Como militares ou como resistentes, tem sido essa uma constante que ilustra o significado que o povo português, hoje como no referendo sem votação do 1.º de Maio de 1974, continua a emprestar ao ato de rutura constitucional com a longa noite da ditadura e da opressão. Decerto em obediência a um raciocínio simples: os melhores guardiões da pureza do espírito de Abril são os que o tornaram possível.

Ilustres Autoridades e Srs. Convidados: Quero agradecer também a vossa presença e o brilho que emprestam a esta cerimónia.

E parto já para uma saudação muito carinhosa aos valorosos capitães de Abril, aqui ilustremente representados, que, sem saberem que dificuldades iam deparar-se-lhes — e que eram presumíveis —, enfrentaram o "Minotauro" semissecular que nos oprimia, dispostos a morrer para que pudéssemos ser livres. Quem arrisca a vida pela liberdade dedica a esta a maior prova de amor.

Aplausos do PS, do PCP, de Os Verdes
e de alguns Deputados do PSD.

Viria a ser mais fácil do que imaginavam. O medo, em 25 de Abril, funcionou ao invés. De guarda-dor da vinha, passou a guardar, contra o usurpador, o dono dela.

Porquê assim, depois de tanta tentativa frustrada? Exatamente porque, durante o longo cativeiro, quase tão longo como o filipino, a alma portuguesa resistiu. Foram muitos os humilhados e perseguidos. Muitos os que padeceram nas masmorras da PIDE, ou pagaram com a vida a teima em serem livres.

Visitei há pouco, uma vez mais, o campo de extermínio do Tarrafal. A expressão mais aguda de crueldade gratuita, da orla da insanidade mental, que a pirâmide constituída pelo ditador, os ditadorzinhos e os ditadorzecos, se julgou autorizada a infligir a simples cidadãos, muitos deles jovens sonhadores, armados só com a "bazuca" dos seus ideais, com o propósito selvagem de que as condições naturais e prisionais se encarregassem de convertê-los ou matá-los. Registam as crónicas que raros foram os que abjuraram, mas muitos os que morreram. E quem visita as câmaras de tortura, onde a absoluta escuridão provocava a cegueira e a exiguidade do espaço, o calor tórrido e a humidade atabafante conduziam a extremos de desidratação e até à loucura, acaba por concluir que as fogueiras da Inquisição, também chamadas a castigar heresias, eram afinal menos desumanas porque mais expeditas.

A pergunta que salta é esta: porquê a crueldade desnecessária? Não bastavam os sólidos muros de betão, com os seus fossos, o seu arame farpado, e o mar imenso a rodear a ilha, para isolar de toda a contaminação ideológica os pobres encurralados neles?

A resposta é só uma: os monstros frios que nos governavam, quais deuses irados, tinham sede de sofrimento e de dor. A explicação da função preventiva, pelo medo, não basta. É que, longe de publicitarem o espólio macabro do seu delírio, ocultavam-no cuidadosamente.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Em pleno Tarrafal, interroguei-me sobre como tem sido possível que portugueses de reta intenção — quero crer — passem ao lado de tanta crueldade na tentativa de branquearem os responsáveis por ela.

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

A verdade é que começa a ser frequente a evocação do maior culpado como governante sério e homem de bem. Talvez porque beneficie da insondável contradição que há em, apesar disso, presumir de piedoso e temente a Deus. Que contas daria ele ao Pai do Céu? Devemos ser tolerantes. Democracia é tolerância. Mas não temos, necessariamente, de ser passa-culpas nem parvos. Efemérides como a que hoje celebramos servem precisamente para delimitar a fronteira onde a tolerância acaba e a conivência começa.

Aplausos do PS, do PCP, de Os Verdes
e do Deputado do PSD Mota Amaral.

Mais de duas décadas volvidas, que significado tem hoje comemorar o 25 de Abril? Não se tratará de mais um acesso de saudosismo piegas?

Seguramente não! Se o 25 de Abril foi o nosso reencontro com a liberdade por longo tempo recusada, recordá-lo há de ser um ato de balanço do que fizemos dessa preciosa conquista. Estivemos à altura da sua preservação? Do seu aprofundamento? Se a resposta é sim, felicitemo-nos! Se é não, teremos então de preocupar-nos!

Há de reconhecer-se que os caminhos da liberdade, após Abril, não foram lineares. Esquecidos de que o excesso de liberdade pode matar a liberdade, não conseguimos travar os impulsos da longa espera em sermos livres. Vivemos essa nova condição com a embriaguez de uma aurora. E quando nos demos conta de que tínhamos ido longe demais, estávamos à beira da mais perigosa anarquia, que é a que precede as guerras entre irmãos.

Houve, para isso, razões conhecidas. Alguns mitos confortáveis do passado — nomeadamente os relacionados com a situação colonial — prolongaram por cerca de três meses, no espírito de alguns responsáveis, a esperança em soluções que a história havia condenado, por igual período adiando a paz.

A resistência a este facto, potenciada pela ansiedade com que os nossos soldados aguardavam o fim da guerra — que de antemão se sabia não conduzir a nada —, provocou um clima generalizado de indisciplina e até insubordinação, que num ápice contaminou a opinião pública civil. Sabemos ao que isso conduziu.

Corrigido o erro, e admitida a negociação direta com os movimentos que nos guerreavam, sobreveio naturalmente a paz.

Mas tinha ficado entre nós a semente da discórdia. Foi preciso canalizá-la primeiro e neutralizá-la depois. Através de incidentes de percurso que são conhecidos, acabámos por lançar as bases do moderno Estado de direito que hoje somos. Não foi fácil. Mas, precisamente por isso, foi exaltante.

Porque evoco eu a fase tormentosa desse processo? Precisamente porque entendo que, o ter sido difícil o parto, tornou mais precioso o resultado dele. A liberdade não nos caiu do céu. Foi forjada na terra, por homens que cometeram erros e aprenderam com eles. Que aprenderam, desde logo, que a liberdade tem de acautelar-se de si mesma. Já alguém disse que «no limite, a liberdade faz do homem livre um fora de lei».

Por isso, neste Dia da Liberdade, é oportuna uma reflexão sobre ela. Porque foi, no passado, tão difícil? Porque é, no presente, tão vulnerável?

São muitas as explicações. Desde logo a de que, muitas vezes, como lembrou Tocqueville, «é o progresso que gera as revoltas». A capacidade de rebeldia pressupõe, com efeito, as formas de emancipação que traz o progresso. Ou já esquecemos que, mais de milénio e meio depois de Cristo, ainda se incluía a pobreza na ordem natural das coisas, sem reação contra ela? Sabedor disso, Salazar disse um dia que «um povo que tenha a coragem de ser pobre, é invencível». Pelas forças do progresso, queria ele dizer, porque foi sempre o progresso o seu principal inimigo.

Por outro lado, semeámos e exaltámos tanto, e durante tanto tempo, o espírito de desobediência contra o autoritarismo — pudera não! — que não pode espantar-nos a extensão desse espírito até aos domínios da autoridade legítima.

É também sabido que, com o acentuar da liberdade cultural e com a horizontalização dos conhecimentos, tornada possível pelas autoestradas da informação, as mais elementares revelações da autoridade do Estado passaram a ficar à mercê da contestação da sociedade civil, cada vez mais reivindicativa e mais brigona, e com os cidadãos cada vez mais ansiosos por participarem politicamente, por agora ao nível das decisões que lhes dizem mais diretamente respeito.

Para além disso, fica o ramalhete das crises de desadequação das respostas do passado às vertiginosas mutações operadas no tecido político, económico, ético e social do presente.

Assim como não deve aplicar-se remendo novo em pano velho, também não devem dar-se respostas velhas a problemas novos. Desta contra face do seu bem conhecido aviso esqueceram-se, lamentavelmente, as Escrituras.

Mas a nova situação é iniludível. De repente, damo-nos conta de que as instituições, as práticas e os valores envelheceram. E de que categorias e referências que tínhamos por axiomáticas e até sagradas entraram em processo de obsolescência e banalização. O Estado — todos os Estados democráticos, sem exceção —, enquanto garante da liberdade dos cidadãos, viram posta em causa a sua autoridade. A lei, que começou por ser a expressão da vontade de deuses, vê-se crescentemente dessacralizada e desobedecida. E já fomos lembrados de que «entre o forte e o fraco é a liberdade que oprime e a lei que liberta». A ordem dissolve-se em insegurança. O emprego escasseia às mãos das novas tecnologias. O liberalismo económico produz discriminando, indiferente às clamorosas injustiças da distribuição. Cresce, globalmente, o

número de marginalizados e excluídos. Um vertiginoso processo de globalização deixa em desequilíbrio e em processo de apagamento as unidades políticas tradicionais. Regressam os fantasmas do racismo e da xenofobia. A demografia explode. Os equilíbrios naturais claudicam. Os próprios valores, em geral, perdem respeitabilidade e altura ética. E este "tornado" é indiferente a eventuais equilíbrios em pequenos espaços.

Acontece até que o nosso país, que seria ridículo qualificar de oásis (embora já o tenha sido!), está longe, felizmente, do alto da desgraça. Os mais insuspeitos indicadores dão a economia a crescer acima da média europeia, a inflação a descer confortavelmente, o desemprego a estacionar, a criminalidade relativamente controlada, a moeda estável, o Estado de direito firme nos seus pergaminhos e o rendimento mínimo garantido é, desde já, o mais decisivo e eficaz combate contra a pobreza e a exclusão social na história de todos os governos portugueses, pelo reflexo contra a criminalidade, a insegurança e o flagelo da droga.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas nem por isso é menos perigoso alimentar ilusões. Num mundo em que tudo imparavelmente interdepende e se globaliza, deixou de haver exceções e refúgios duradouros. Todos — continentes, países, regiões e cidadãos — somos prisioneiros dos traumas da nossa própria civilização. E, pior do que isso, da generalizada inconsciência da gravidade de que se revestem.

Mas a que vem este aviso premonitório a propósito do Dia da Liberdade?

Vem como chamada de atenção para o facto de que são hoje outros, e diferentes do que eram à data da revolução de Abril, os inimigos da liberdade. Tão outros e tão diferentes que, aplicar aos de hoje as receitas de então, equivaleria a tentar curar um cancro com papas de linhaça.

Em 25 de Abril de 1974, pôde um punhado de bravos militares devolver-nos a liberdade, que é o supremo bem. Mas fê-lo no quadro de uma ordem militar que, já nesse então, de algum modo, pertencia ao passado. A sua bravura foi, na oportunidade, o antídoto adequado ao derrube do regime policial. Hoje, perante os novos inimigos da liberdade, a sua bravura seria pouco menos do que inútil. Contra eles, seria reforçativa, ou pouco menos, uma sublevação armada.

É claro que o problema não se põe. Os capitães de Abril foram a resposta adequada porque a velha ordem militar sufragava — contrariada e não —, havia décadas, o poder despótico. Hoje, as Forças Armadas Portuguesas garantem o novo regime democrático e o novo Estado de direito, suportes institucionais das liberdades que a Constituição consagra. É esta, hoje, a sua principal missão, a sua honra e a sua glória!

Os inimigos só não serão outros na exata medida em que deixámos de substituir as perversões autoritárias que nos empenhámos em destruir. Esquecidos, afinal, de que «só destruímos aquilo que substituímos».

Nesta linha de precaução, destruir sem substituir é encomendar a prazo o que julgávamos ter destruído.

Penso concretamente no autoritarismo que destruímos, sem a imediata preocupação de o substituirmos pela autoridade legitimada democraticamente. Viemos a corrigir essa falta. Põe-se agora a

questão de saber se lográmos fazê-lo a tempo e na dose bastante. Isto é: se não deixamos ir até longe demais a não preservação da autoridade legítima e se, assim procedendo, não soltámos perigosamente os demónios da desobediência e da rebelião civil, com risco de, pondo em causa a ordem, pormos de novo em causa a liberdade.

Quais são, então, os novos inimigos da liberdade? Já implicitamente o disse. São, para tudo dizer numa frase redonda, as injustiças sociais e os sentimentos de desobediência e rebelião civil que despertam.

Os novos inimigos, contra os quais temos de direcionar estratégias inovadoras, são a pobreza, a exclusão social, a ignorância, o desemprego, a droga, os conflitos étnicos, a desumanização das cidades, a desertificação do mundo rural, a angústia ecológica, o amoralismo dos comportamentos, enfim, a insegurança como ponto de encontro de tudo isso.

São estes os inimigos da democracia — porque a fragilizam — e da liberdade — porque lhe contrapõem, espero que sem êxito, o valor ordem. Tenho-o dito muitas vezes: no dia em que a ordem for coletivamente mais valiosa e desejada do que a liberdade, os mesmos que se bateram por esta reclamarão aquela. Confundirão, é claro, ordem com compulsão. Mas foi esta, não esqueçamos isso, a mais frequente via de acesso dos ditadores aos cadeirais do poder. Já vamos nos cortes de estrada; na ocupação de lugares; na bravata reivindicativa; nas milícias privadas; em assomos de perseguição étnica; em atos de crueldade que, nem por serem pontuais, deixam de ser preocupantes; no vale tudo de uma sociedade em que a competição sem regras resiste ao freio dos valores. Ou travamos os fatores causais de tudo isso ou, à aceleração das causas, corresponderá fatalmente a explosão dos efeitos.

Perante este exacerbado exercício de poderes de facto, o Estado português, em decorrência de fenómenos civilizacionais, que não domina, e de constrangimentos de integração europeia, que se não empenha em dominar, vai perdendo capacidade de intervenção. As alavancas da economia cada vez mais lhe escapam; em breve lhe escapará a regulação monetária e cambial; fatias de poder libertam-se ao nível da cúpula, pela via da integração, e ao nível da base, pela via autonómica e descentralizadora; áreas suculentas do seu sistema jurídico têm novo dono; a lei, como instrumento da sua vontade, perde esplendor e acatamento; os suportes tradicionais dos valores que impregnavam o próprio direito entraram em quebra ou em recuo. Governar é hoje, em todas as democracias, um exercício difícil. Quase um número de circo. Exige-se dos governantes o que não está muitas vezes ao seu alcance. Exige-se deles, por vezes, uma coisa e a sua contrária: a liberdade até ao abuso e a ordem até à posição de sentido; a igualdade social e a liberdade de competir; a autoridade legitimada pelo voto e a autoridade religitimada pela opinião.

São, pois, estes os novos inimigos contra os quais são irrecuperáveis a ordem militar, a velha ordem económica, a velha ordem política, a velha ordem social, a ordem cultural e a ordem ética do passado. Do que se precisa é de um novo pacto social global abençoado pelo fantasma de Rousseau.

Sei até que ponto isto cheira a utopia. E não desconheço que o pensamento utópico chega até nós maculado de insucesso. Mas nunca a utopia de um Mundo Novo e de um Homem-Outro foi tentada sob o acicate da ameaça de alternativas catastróficas. Entre a retoma do sonho e a psicodependência do otimismo e da ambiguidade, recusemos os custos desta dependência. Recusemos o *prêt a penser*. Rebelemo--nos contra os titãs da informação global que nos impingem formas acríticas de pensar o mundo.

Pôr tudo em causa. Repensar tudo como se nunca o tivéssemos feito. E sobretudo recusar os narcóticos informativos e discursivos que preenchem o nosso quotidiano, como se os verdadeiros problemas do país e do mundo fossem a crise dos árbitros, o montante das propinas, as tricas dos partidos ou a cor das gravatas de um ilustre magistrado.

Nada está, em definitivo, perdido. Todas as grandes mutações civilizacionais se fizeram com dor. E nunca o homem dispôs de meios — técnicos e outros — tão aptos a revolucionar o *statu quo*. O homem já foi capaz de uma Renascença. Por que não de outra? Emerge uma sociedade civil ávida de intervenção e de poder? Responsabilizemo-la, em vez de desconhecê-la e muito menos de amordaçá-la.

Está visto que a competição, só por si, não é capaz de dirigir o planeta? Reinventemos um novo modelo económico que produza sem destruir e distribua sem marginalizar.

Está aí, sob os nossos olhos, uma nova civilização global? Instituamos centros de decisão planetária para os problemas que deixaram de ter respostas nacionais.

A soberania clássica adapta-se mal à liberalização das trocas, à abolição das fronteiras, à internacionalização das decisões, à mundialização dos fenómenos? Retiremos desse facto as consequências que comporta. Não temos, necessariamente, de viver com o passado às costas!

Novas formas de cidadania são exigência indeclinável da vida moderna? Construamo-las contra o racismo, os conflitos étnicos, a exclusão social, o fundamentalismo religioso, o isolamento do indivíduo, a degradação da pessoa humana.

O egoísmo alastra como nova peste? Enraizemos no ser humano um novo sentido de partilha de um património e um destino comuns, ultrapassando a lógica da sobrevivência e da agressividade. A liberdade não assegura, só por si, o mínimo de igualdade sem o qual a própria liberdade perde significado e sentido? Reequilibremos esses dois valores por apelo a novas formas de regulação político-social, com o Estado (não há outro remédio!) em posição de arbitragem.

Os valores patriarcais entraram em decadência? Enraizemos no ser humano, desde a educação pré-escolar, os novos valores do civismo, dos direitos e dos deveres universais.

A democracia tecnicizou-se? Reconduzamo-la à sua matriz cívica e ética.

Há leis a mais? Revoguem-se!

Há autoridade a menos? Reforce-se!

A informação anarquiza? Reconheçamos-lhe um estatuto de poder responsável.

A esperança é possível. Mas é preciso fazer por ela. A celebração do Dia da Liberdade é um bom dia para balanço. Do que já fizemos. Do que deixámos de fazer. Do que é preciso que se faça.

Viva o 25 de Abril! Viva a Liberdade! Viva Portugal!

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República Jorge Sampaio**: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça,

Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Deputados, Srs. Embaixadores, Ilustres Convidados, Autoridades Civis e Militares, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Portugueses: Festejamos a Liberdade no dia que tem o seu nome e no lugar onde ela se expressa e exerce diariamente, constituindo o seu grande símbolo institucional — a Assembleia da República.

Neste dia, lembramos aquele outro dia de há 23 anos, quando Portugal reassumiu o seu destino e o povo voltou a ser sujeito da soberania nacional. Essa foi a data fundadora do novo regime democrático português, que nos orgulhamos de servir e que queremos aperfeiçoar.

Saúdo, em testemunho de homenagem e gratidão, os que tornaram possível e fizeram a Revolução — os militares de Abril, heróis da Liberdade, e todos aqueles que, durante décadas, resistiram e lutaram pela democracia, não aceitando a ditadura como inevitável ou invencível.

Aplausos do PS, do PCP, de Os Verdes
e de alguns Deputados do PSD.

As grandes datas da História contêm uma energia simbólica que se atualiza e renova quando as celebramos. O 25 de Abril é portador de uma extraordinária memória de emoção coletiva e representa um daqueles momentos raros em que a História se dá a conhecer, sintetizando-se num acontecimento, que marca, no tempo, o antes e o depois. Lembremos esse dia, não apenas como passado, mas como um dia que continua presente, porque soube antecipar e influenciar o futuro.

É esse 25 de Abril de renovação, de dinamismo e de abertura à modernidade que queremos e devemos celebrar, dirigindo à juventude, sobretudo àqueles que já nasceram depois de 1974, a sua mensagem criadora de liberdade, de rebeldia e de esperança. Por isso mesmo, gostaria de sugerir que, daqui a dois anos, quando o 25 de Abril fizer 25 anos, em 1999, na passagem para o novo século, tivéssemos imaginação para assinalar a data com um programa virado para o futuro, no qual seria posto em evidência o que a instauração da democracia representou para a modernização do país, a sua abertura ao mundo, a sua transformação cultural e a criação de uma mentalidade contemporânea, inovadora, criativa e capaz de iniciativa.

Na sua conceção e realização, este programa poderá juntar os jovens, os artistas, os cientistas, os professores, as Escolas, as Universidades e envolver as associações da sociedade civil, os centros de novas tecnologias e de criação cultural. Tornar-se-ia, assim, numa manifestação de confiança na nossa capacidade para enfrentar o século XXI, num testemunho do poder realizador da liberdade individual e coletiva, numa afirmação, afinal, dos valores universais da democracia.

Neste tempo que é o nosso, caracterizado como nunca pela consciência que temos da complexidade de tudo, da aceleração da vida, da instabilidade dos modelos e da incerteza, precisamos saber agir, simultaneamente, com flexibilidade e com firmeza. Isto é, com expectativa e abertura à novidade e à mudança, mas também com fidelidade a princípios fundamentais e determinação na sua defesa. O fim das certezas definitivas não significa que não tenhamos convicções, nem que renunciemos a lutar por elas. A política não pode confundir-se com uma mera tática de conquista ou de conservação do poder. Precisa, mais do que nunca, de ideias e de causas claramente assumidas, de ideais e de

objetivos, mesmo que saibamos que são contingentes, como tudo o que pertence à vida dos homens e ao que eles concebem e realizam. As mudanças tão radicais dos últimos anos transformaram a sociedade e a cultura, a economia e a política. Hoje, o mundo é outro. A própria imagem que tínhamos de nós foi alterada. É preciso responder com novas ideias, novos valores e novas formas de ação a novíssimas questões. Não devemos ter receio de mostrar que não sabemos nem podemos tudo e que não temos respostas feitas e fáceis. Procuremos, pois, com a vontade de encontrar e encontremos com o desejo de procurar ainda. Não tenhamos a tentação de substituir a busca que é feita com consciência, imaginação, competência e rigor pelo pensamento pronto-a-usar, que pode provocar alguns efeitos sensacionalistas, mas pouco serve para o que verdadeiramente conta no futuro.

O regime democrático que nasceu com o 25 de Abril, nos 23 anos em que se consolidou e desenvolveu, teve de responder a muitos problemas complexos, alguns específicos e próprios da situação portuguesa, outros enfrentados por todos os países. Tivemos de vencer dificuldades e contradições, tornear obstáculos, afastar riscos.

Essa experiência histórica representa um património muito valioso. O código genético da nossa democracia tem as marcas da adaptabilidade e do autoaperfeiçoamento, mas é também portador de referências e valores sólidos que são fundamentais. Os primeiros desses valores são, naturalmente, a liberdade e a tolerância. As referências capitais são o impulso solidário e a vontade modernizadora e de abertura.

Neste dia, é bom que lembremos os nossos direitos democráticos, mas também os nossos deveres para com a democracia, a nossa responsabilidade na sua vitalidade e aperfeiçoamento. É necessário lutar contra as rotinas que geram o imobilismo e contra as formas de instalação que provocam o comodismo, a passividade ou a indiferença. Sabemos que a democracia tem de ser praticada e participada, com uma atitude ativa. Mas é preciso, num tempo em que tudo mudou, inventar novas formas de participação, de intervenção e de mobilização, pelas quais a cidadania se exerce, vencendo a tentação do egoísmo que fecha os indivíduos e os grupos nos seus interesses imediatos.

Por isso, é fundamental que encontremos novos meios de aproximação da política aos cidadãos e de abertura à sociedade e aos movimentos que a percorrem e lhe dão dinamismo. Esta procura cabe, em primeira linha, aos partidos políticos, que têm de ser prestigiados e tidos como os grandes instrumentos de intervenção política na vida coletiva.

Todos sabemos que não é fácil, nas condições de hoje, desempenhar esta função. A própria natureza do poder e do seu exercício alterou-se completamente. O poder está, atualmente, multiplicado, despersonalizado, disperso, mundializado, mediatizado e os seus efeitos produzem-se a partir de dispositivos móveis e mutáveis, cuja substância, em tantos casos, conhecemos mal e não controlamos. Vivemos num mundo de signos, de objetos de consumo, de fluxos de informação, de técnicas, de imagens, em que os laços sociais tradicionais se fragmentaram e fragilizaram, no qual o conceito de realidade se alterou e em que culturas ancestrais se desagregaram. À razão una e universal, sucedeu uma pluralidade de nacionalidades diferenciadas, específicas e locais. Nas nossas sociedades desenvolvidas, a produção e a difusão de informações e de imagens ocupam o lugar que, no passado recente, era o dos bens materiais.

Face a esta situação tão complexa, desconhecida e incerta, os partidos políticos podem ter a tentação de se fecharem sobre si mesmos. Mas esse risco corre-o também a própria sociedade e os

indivíduos, como, infelizmente, se tem visto com a emergência de fenómenos de racismo, xenofobia, nacionalismo agressivo, populismo e com o recurso a formas violentas de afirmação identitária e a meios ilegais de autoproteção e autodefesa.

Temos de prevenir esses perigos, de que, também entre nós, têm aparecido alguns preocupantes sinais. A exclusão tem de ser combatida, decididamente, nas suas causas, que são culturais, económicas e sociais, mas também nos seus efeitos.

Devemos ter consciência de que a identidade individual ou coletiva se afirma, não no medo que paralisa e gera a intolerância, mas no reconhecimento praticado de que a nossa dignidade é inseparável da dignidade daqueles que são nossos semelhantes, quaisquer que sejam as diferenças em relação a nós, às quais, aliás, têm pleno direito.

As grandes áreas urbanas, por exemplo, são, atualmente, universos complexíssimos, submetidos a tensões permanentes e a ruturas bruscas e nas quais tantas vezes a falta de raízes, a erosão dos valores, a crise das referências, a solidão interior e as condições duríssimas de vida são marcas dramáticas que criam uma espécie de anonimato moral e afetivo.

Fenómenos como a droga e a criminalidade, que lhe está associada, não podem ser combatidos eficazmente sem serem analisados deste ponto de vista.

Por isso mesmo, é comum dizer-se que o futuro das nossas sociedades se decidirá, em larga medida, na capacidade que demonstrarmos na luta contra estes flagelos e na necessária reumanização da vida nos grandes aglomerados urbanos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A democracia é o regime em que os princípios e os valores se afirmam e em nome dos quais se age e reage com legalidade, razoabilidade e eficácia. A democracia, porque é aberta, antidogmática e plural, é o regime que está mais apto a acolher o desconhecido, a mudança, a novidade, a diferença.

É preciso dar à política — às ideias, às propostas, ao debate — o lugar que nenhuma técnica de imagem ou de *marketing* pode ocupar. É preciso que a ação política seja rigorosa nos seus critérios e transparente na sua ética. Problemas como os do financiamento da vida política não podem ser iludidos nem adiados por mais tempo. Têm de ser assumidos mediante o estabelecimento de regras claras, que evitem a suspeita ou a desconfiança, pois, como sabemos, as regras que existem têm graves lacunas, são ineficazes e estão inadequadas à situação atual. Isto é fundamental para a saúde da democracia e constitui, como sabem, uma antiga e constante preocupação minha. Ao voltar a referi-la de novo, hoje, aqui, gostaria que os Srs. Deputados, a quem cumpre legislar sobre esta matéria, a tomassem como um apelo que vos faço.

O Sr. **Pacheco Pereira** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — É necessário que o Estado exerça a sua autoridade democrática, legitimada pelo voto livre dos eleitores. É necessário que se reforce a relação de confiança entre o Estado e a sociedade dos cidadãos, entre os eleitores e os eleitos. É necessário que os direitos sejam respeitados e os deveres cumpridos. A democracia é o regime de tolerância, mas não da permissividade ou do demissionismo.

É o regime da liberdade, mas não da insegurança. É o regime da negociação, do diálogo, da concertação e, se possível, do consenso, mas também — não o esqueçamos — da decisão, da iniciativa, das reformas, da autoridade democrática.

Aplausos do PSD e de alguns Deputados do PS.

É o regime da descentralização, mas também o da coesão nacional. É o regime da justiça em que a justiça deve funcionar com prontidão e eficácia. É o regime da lei e não o do arbítrio ou do abuso. Não há autoridade democrática sem lei, nem lei sem autoridade democrática.

É imperioso, face às transformações tão profundas ocorridas nos últimos anos, que o Estado esteja apto a desempenhar as novas funções a que é chamado, mas, sobretudo, que conceba e organize de forma nova e mais eficaz as suas funções de sempre. Seria injusto não reconhecer o trabalho de modernização que, em muitos setores de Administração, se tem vindo a fazer, nas últimas duas décadas, com dedicação e competência. Mas não seria lúcido ficarmos por esse reconhecimento. Importa também dizer que é preciso fazer mais, melhor e, sobretudo, com maior rapidez.

Entenda-se — é bom lembrá-lo — que a lógica primeira do Estado é a defesa do interesse geral e do bem comum e não a da satisfação de corporativismos ou a da cedência a grupos de pressão particulares, que contradigam essa lógica geral.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estamos a comemorar os 20 anos das primeiras eleições autárquicas que instauraram o poder local democrático. Trata-se de uma grande conquista do 25 de Abril, que mudou Portugal para melhor. Ao assinalar a data, quero, desta tribuna, prestar homenagem aos autarcas de todos os partidos e de todos os concelhos e freguesias do país.

Aplausos gerais.

O trabalho realizado ao serviço das populações honra o nosso regime democrático. As próximas eleições constituirão, estou certo, uma reafirmação da vitalidade do nosso poder local e da sua capacidade de renovação.

Neste final de século e com a experiência que acumulámos nas últimas décadas, país aberto e plural que partilha com os seus parceiros europeus problemas e expectativas comuns, a democracia portuguesa encontrará, com o contributo de todos, os caminhos da modernização e do seu aperfeiçoamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Reencontrada a liberdade em 25 de Abril de 1974, fechado o ciclo do Império, institucionalizada a democracia, a integração de Portugal na Europa representou a grande opção de fundo e a decisão de maiores consequências para o nosso futuro coletivo. Sabemos, hoje, que foi feita na hora certa.

Estamos na Europa não apenas porque somos europeus, pela geografia, pela história e pela cultura. Estamos na Europa porque temos uma ideia de Europa, um projeto europeu pelo qual nos batemos e ao qual estamos associados.

O momento atual é determinante para o futuro desse projeto. Nos próximos meses, decidir-se--ão as questões essenciais que condicionarão o processo de unificação da Europa e que têm a ver com a moeda única, a revisão do Tratado da União Europeia, os critérios de alargamento da União. Num tempo seguinte, terão de ser concebidas e definidas as Perspetivas Financeiras pós-1999, as reformas das políticas comuns e a redefinição das estruturas institucionais no âmbito da Defesa e da Segurança europeias. Nenhum destes objetivos é politicamente dissociável dos restantes e, em conjunto, representam um autêntico programa de refundação da Europa comunitária.

Os membros atuais da União Europeia subscreveram um contrato que traduziu uma certa conceção e foi fruto de determinadas circunstâncias, as quais, entretanto, se têm vindo a alterar. Não conhecemos, ainda, qual será com toda a exatidão a Europa do futuro, mesmo do futuro mais próximo. Sabemos, todavia, que ela será muito diferente do que tem sido até agora.

À construção dessa Europa, Portugal tem o direito e o dever de prestar o seu contributo próprio e até original. Temos, neste momento, uma oportunidade, talvez irrepetível, de ocupar uma posição no núcleo central dessa construção e desse projeto.

Não podemos malbaratar essa oportunidade. Ela é decisiva para superar atrasos acumulados, durante décadas, e para vencer duradouramente alguns riscos de isolamento e de marginalização, que a nossa posição no extremo ocidental do continente poderia criar.

O nosso principal desafio é, pois, o desafio europeu e muitos dos outros que temos estão ligados a ele. Em conjunto com os nossos parceiros, temos de saber estar à altura da nova situação decorrente do fim da guerra fria e que permite unificar as democracias europeias num espaço de prosperidade e de paz. Sem concessões quanto aos nossos interesses vitais, estamos empenhados nessa tarefa comum de consolidação das novas democracias, de garantir a segurança regional, de contribuir para a paz no mundo.

Essa Europa, qualquer que seja o modelo em que vier a configurar-se, não poderá construir-se contra uma parte dela. O projeto europeu terá de ser, mais do que tem sido, um grande projeto político, social e cultural, fundado em valores e em princípios, com um dinamismo e uma ousadia capazes de mobilizar os cidadãos europeus. Para isso, terá de assentar na solidariedade e na coesão entre os seus membros. Os temas de solidariedade na Europa e em cada país que a constitui estão indissoluvelmente ligados e são as grandes questões que temos de enfrentar e que se vêm arrastando há demasiado tempo. Só a resposta da solidariedade e a luta contra as várias formas de exclusão são meios eficazes de combater o dualismo social que ameaça as nossas sociedades e que, a prazo, poria em causa o nosso próprio desenvolvimento.

Depois da experiência dos últimos anos, sabemos hoje que o crescimento económico só é verdadeiramente sustentado se for acompanhado pela luta firme contra as desigualdades sociais, quer as que se perpetuam, quer as que surgiram de novo.

Aplausos do PS.

Sem a defesa e o desenvolvimento dos direitos sociais não há Europa do futuro.

Os direitos sociais não têm, por isso, lugar num segundo tempo, depois dos direitos políticos. Uns e outros condicionam-se reciprocamente, uns dependem dos outros. Não podemos cair num erro simétrico daquele que dava o primado aos direitos sociais sobre os direitos políticos e cujas consequências conhecemos. Nem substituamos o antigo determinismo histórico por um novo determinismo económico.

Não há automatismos sociais nem determinismos económicos e tecnológicos que resolvam, por si, os problemas da exclusão, do desemprego, da precariedade. Eles são problemas políticos e têm de ser encarados como tal, pois a sua superação depende da nossa vontade de lhes fazer frente, mesmo, como todos realisticamente sabemos, se as soluções não são fáceis de encontrar.

É por isso que as questões da regulação do mercado de trabalho e as reformas dos sistemas de proteção social constituem desafios centrais dos nossos dias. Essas questões exigem decisões de fundo que, embora feitas com a participação dos parceiros sociais, só podem ser assumidas por aqueles que dispõem de autoridade institucional e legitimidade política, as quais, nas sociedades democráticas, são concedidas pelo sufrágio universal e só por ele.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

A igualdade de oportunidades, que é e deve continuar a ser, também, um dos temas fundamentais das nossas sociedades, só pode ser assegurada pelo acesso à escola e à formação ao longo da vida. A aposta na educação, na investigação científica e na cultura é uma exigência capital e do seu sucesso depende, em larga medida, o nosso futuro como país e a vitalidade da nossa democracia, que também se mede pela capacidade de responder aos anseios das pessoas, encontrando soluções para os seus problemas, as suas angústias, as suas expectativas.

Se sabemos, porém, que ninguém fará por nós o que não fizermos a tempo, temos ainda consciência de que esses nossos grandes desafios são também grandes desafios da Europa. É nela e com ela que podem ser enfrentados com êxito.

Minhas Senhoras e meus Senhores: País europeu, Portugal integra também a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O nosso lugar na Europa só sai reforçado, aliás, com a institucionalização da comunidade lusófona e os países irmãos que falam o português esperam muito do nosso papel na União Europeia. Ainda recentemente, tive oportunidade de confirmar isso mesmo, em Luanda, onde estive presente na cerimónia de posse do novo Governo de Unidade e de Reconciliação Nacional, para transmitir ao povo martirizado de Angola a mensagem fraterna e os votos de paz do povo português.

No mundo atual, os países, se valem pela sua dimensão e pelo seu peso económico, valem, também, pelas causas que defendem na cena internacional, pelas iniciativas de política externa que tomam, pela determinação que revelam, pelas propostas que fazem, pela participação que asseguram nas organizações internacionais, pelos conjuntos que integram, pela presença e pela ação que exercem nos teatros em que a paz se joga. A eleição de Portugal para o Conselho de Segurança das Nações Unidas mostra isso mesmo. A sensibilização crescente da opinião internacional para a questão de Timor-Leste, com a atribuição dos Prémios Nobel da Paz a D. Ximenes Belo e Ramos Horta, é também prova disso.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Nos planos internacional, europeu e nacional, Portugal precisa de Forças Armadas prestigiadas, eficazes, disciplinadas e modernas.

Aplausos do PSD.

A presença militar portuguesa na Bósnia e em Angola é, desse ponto de vista, demonstrativa. Os assuntos que às Forças Armadas respeitam, não podem, assim, ser considerados de tipo corporativo ou apenas do seu foro interno. São assuntos que têm a ver com a soberania da nação, com os seus interesses estratégicos, com o seu lugar na Europa e no mundo, com a paz e a segurança. Interessam a todos os portugueses e devem ser encarados como tal pela sociedade civil.

As novas e tão importantes missões que, interna e externamente, as Forças Armadas são chamadas a desempenhar exigem a sua evolução. O quadro estratégico que a determina não está completamente definido, tanto mais que, como sabemos, a incerteza domina o atual sistema de relações internacionais e que a perspetiva europeia de segurança e defesa está longe de ter estabilizado.

Não é, por isso, fácil traçar o sentido e os parâmetros dessa evolução, que ocorre forçosamente numa situação instável de mudança. Só o empenhamento de todos — Estado, sociedade civil e instituição militar — permitirá às Forças Armadas Portuguesas fazerem as reformas e as adaptações necessárias, de modo a que possam desempenhar o papel insubstituível que a nação espera e necessita.

As Forças Armadas Portuguesas, que tão patrioticamente e com tanto valor têm desempenhado missões que prestigiam o país, têm direito ao nosso reconhecimento e louvor.

Aplausos do PS, do PSD, do CDS-PP e de alguns Deputados do PCP.

É com muita honra que, como seu Comandante Supremo, lhos testemunho, neste dia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Portugueses: Os desafios que temos pela frente não são fáceis. Exigem dedicação, trabalho, persistência. De cada um de nós e de todos em conjunto, depende que os ganhemos, para bem dos portugueses, sem que ninguém seja excluído.

A liberdade que, há 23 anos, encheu as ruas de alegria dá-nos forças para inventar um futuro melhor, cumprindo os ideais generosos do 25 de Abril.

Não temos direito de recuar perante os desafios nem de desanimar face às dificuldades. Os cravos que usamos, neste dia, em homenagem e evocação do primeiro dia em que os usámos, são o símbolo da esperança que se renova e acrescenta porque, afinal, vivemos em Liberdade.

Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Está encerrada a sessão.

1998

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, declaro aberta a sessão solene comemorativa do 24.º aniversário do 25 de Abril. (...)

Dando início às intervenções programadas, tem a palavra, em representação do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes, a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: «Perante o estado de negação da liberdade e de injustiça que tínhamos atingido, perante as nulas esperanças em melhores dias, havia que mudar o regime (...), para, dando liberdade e democracia, garantir ao povo a escolha do destino coletivo». «Nunca tinha visto o povo a manifestar-se assim». «Estava lá fora o Poder no Povo e este estava na rua». «O Povo na rua não roubou, não estragou, não insubordinou; colaborou e avançou na Revolução». Um testemunho de Salgueiro Maia sobre o dia 25 de Abril de 1974, dia em que foi derrubado o regime fascista. O regime desligado das pessoas e da realidade, o regime do poder de poucos e da miséria dos outros todos, o regime da opressão, da tortura, da violência, da censura, da perseguição política ficara para trás, porém, deixando marcas que o tempo não apaga, que ficam presentes por toda a vida e que se propagam de geração em geração numa repulsa e num desejo profundo de nunca ter de viver essa realidade.

É, por isso, fundamental que fiquem os testemunhos daqueles que viveram o terror do fascismo, para que ninguém consiga branqueá-lo nem aligeirar uma das páginas mais negras da História. Foi Abril que permitiu acreditar — a coragem, a consciência cívica, a luta pelas causas justas de homens e mulheres, essas, fizeram Abril. A esses homens e mulheres devemos hoje a conquista de valores e de direitos que nos regem, que consideramos tão intrínsecos à vivência coletiva e à vida de cada um de nós que até custa a crer como outrora não era assim. A democracia, a liberdade, resultaram da Revolução de Abril e a todos quantos a fizeram, em particular aos capitães de Abril o devemos.

Hoje, às gerações que já cresceram e nasceram em democracia e liberdade cabe aprofundar esses valores e cumprir Abril. Aprofundar a democracia e cumprir Abril não é manobrar, como quem não quer a coisa, comportamentos e condicionar pensamentos e atitudes dos cidadãos, como se pretendia fazer com a revisão do sistema eleitoral; não é enfraquecer valores fundamentais, como se fez na revisão constitucional; não é afastar dos cidadãos os centros de decisão da política que se repercute na vida de cada um de nós, com a prossecução de uma política totalmente virada para a moeda única; nem tão-pouco é desprestigiar e negar a democracia representativa, como se fez com o processo da interrupção voluntária da gravidez.

Aprofundar a democracia e cumprir Abril é dar espaço à criatividade de cada pessoa e à autonomia do pensamento; é garantir o pluralismo; é intensificar a participação de todos e garantir a real participação das mulheres na vida política; é prestigiar todos os centros e espaços da democracia em Portugal.

Aprofundar a democracia e cumprir Abril é intervir, séria e responsavelmente, sobre os problemas que afetam os cidadãos, conhecê-los e dar-lhes resposta adequada; é respeitar totalmente e garantir que todas as crianças conheçam o tempo e o direito de se ser criança; é garantir uma maternidade

consciente, feliz e desejada e, para isso, atribuir o direito de opção; é proporcionar educação para todos com qualidade e garantir igualdade de oportunidades; é garantir o espaço para o desenvolvimento físico e psíquico dos cidadãos; é democratizar o acesso à cultura; é garantir o direito à segurança no presente e no futuro, proporcionando o direito ao trabalho e ao bem-estar social; é pugnar por uma mais justa distribuição da riqueza; é agir pelo efetivo direito à saúde; é respeitar as diferenças, construindo e ordenando o espaço de modo a proporcionar mobilidade para todos os cidadãos, humanizando os espaços; é enriquecer com a multiculturalidade; é respeitar os mais idosos que no passado fizeram o nosso presente; é garantir o pleno desenvolvimento social, não permitindo que este seja ultrapassado pelo economicismo desenfreado.

Aprofundar a democracia e cumprir Abril é também respeitar o património comum, fundamental à sobrevivência e à qualidade de vida das pessoas e, para isso, promover a utilização racional dos recursos naturais, não desperdiçar nomeadamente os recursos renováveis, valorizar o património natural, optar por soluções e medidas ambientais que salvaguardem a saúde pública e proporcionar o equilíbrio e a harmonia, promovendo um desenvolvimento sustentável, para o que é fundamental combater as assimetrias regionais, nomeadamente através da regionalização, aproximando os centros de decisão aos cidadãos, que democraticamente devem eleger todos os seus representantes, e promovendo políticas de desenvolvimento regional. É em liberdade que se expande a consciência ecológica, uma nova consciência de relação do Homem com a natureza, que tem necessariamente por base um direito à informação e ao conhecimento que inspire ao respeito, à intervenção e à mobilização. Por isso, falar de Abril é também, já noutra escala, falar da necessidade de uma revolução global, da solidariedade entre povos e da necessária cooperação entre Estados, para a preservação do planeta e da humanidade. Isto, especialmente, quando fenómenos de dramática intensidade, agravados pela ação do Homem, baseada no lucro e no economicismo, começam a destruir o planeta. Porque falar de Abril é falar de construção, aqui fica o apelo para a garantia da preservação do futuro.

Falar de Abril é, necessariamente, falar do Abril que está por fazer noutras partes do mundo, onde cidadãos do mundo, oprimidos, vítimas da ditadura, coartados de liberdade e de democracia, lutam na sua coragem e com todas as forças contra todas as limitações. É preciso firmeza: o mundo precisa de um Timor-Leste livre e independente, o mundo precisa do respeito total dos direitos humanos.

Minhas Senhoras e meus Senhores: Comemorar o 25 de Abril é cumprir Abril em cada dia. A revolução eternizada pelo poder da canção, pelo poder do conto e da poesia, designadamente da poesia popular, que me vou permitir citar, de António Bernardino: *E Abril então correu / Partiu grades, cadeados / Partiu correntes, algemas / Partiu muros e telhados / E correu louco de amor / Lançou cravos encarnados / E gritava liberdade / Como um louco embriagado / Correu vales, correu montes / Para respirar ar novo / E nunca mais morrerá / Enquanto existir o povo.*

Viva o 25 de Abril!

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra a Sr.ª Deputada Odete Santos.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

Chegara um tempo em que a vida era uma ordem, como diria Carlos Drumond de Andrade. Um tempo de partir em liberdade. Um tempo para cumprir a História, a inevitável história do futuro. Abril estava na rua, já sem peias. Na madrugada que conheceu surpresas, esperanças e certezas, o posto de comando do Movimento das Forças Armadas devolvia ao povo a alegria usurpada, liberdades espezinhadas. Inventando o amor com carácter de urgência, na profecia de Daniel Filipe: «O Movimento das Forças Armadas, que acaba de cumprir com êxito a mais importante das missões cívicas dos últimos anos da nossa História, proclama à Nação a sua intenção de levar a cabo, até à sua completa realização, um programa de salvação do país e da restituição ao povo português das liberdades cívicas de que tem sido privado». E conhecemos então os capitães de Abril, os homens que daqui saudamos com veemente comoção,...

Aplausos do PCP, do PS, do PSD e de Os Verdes.

... que jamais serão esquecidos, que não deixaremos esquecer. Que fazem parte da memória coletiva de todos os que lutaram contra o fascismo, de todos os que guardam a memória vivida ou aprendida de quase meio século de tristeza. Mas uma saudação especial, uma muita particular e terna homenagem, embargada mesmo com lágrimas furtivas, pode ser ouvida nas ruas e praças onde o povo festeja os 24 anos de Abril.

Uma saudação no feminino: das mulheres que souberam que não voltariam ao cais a acenar amargas despedidas aos homens forçados a partir para a guerra colonial; das mulheres que souberam que mais nenhuma se teria de deslocar, em segredo, com a dor amordaçada, ao local onde receberiam um caixão ou um companheiro estropiado; das mulheres de Abril que conheceram especiais humilhações nas masmorras da PIDE; das mulheres que sempre se empenharam na luta que desaguaria em Abril; das mulheres que reforçaram a luta no estertor do fascismo, que fizeram greves desafiando a repressão.

Uma saudação no feminino, porque se houve o reencontro do povo com a liberdade, a verdade é que o 25 de Abril e os seus capitães criaram as condições para um verdadeiro encontro das mulheres com a liberdade.

Aplausos do PCP, do PS, do PSD e de Os Verdes.

Por isso, e como diz Maria Velho da Costa, elas encheram a rua de cravos, elas trouxeram alento e sopa aos quartéis e à rua, elas estenderam a roupa a cantar «com as armas que temos na mão», elas souberam que era possível viver aqui sem a necessidade de demandar Paris, sem que a Pátria fosse um

lugar de exílio. E elas logo souberam que era a Abril que deviam o direito à dignidade, o reconhecimento da valia do trabalho. Porque foi de Abril que nasceu a afirmação de que a trabalho igual, salário igual, e o salário mínimo nacional que, de uma maneira especial, reparou a exploração no trabalho do sexo feminino.

Foi ainda em Abril que caíram as barreiras que aos homens reservavam o acesso a determinadas profissões. E Abril também abriu o direito à felicidade na família, postergado o labéu de ilegitimidade de relações familiares nascidas do afeto, eliminadas hierarquias humilhantes que condicionavam o amor.

Abril foi, e é, a semente da esperança que desabrocha no cravo vermelho com que as mulheres enchem as ruas. E nada pode remover a esperança. Mas elas, as mulheres portuguesas, sentem hoje os efeitos das políticas neoliberais. Por isso, lutam pelo acesso ao emprego contra práticas discriminatórias, mantidas em empresas e em tristemente célebre instituição bancária, a coberto da inércia do Estado, demitido da sua função fiscalizadora; lutam contra a usurpação do seu direito à maternidade; lutam para que "ser mãe" deixe de ser uma frase proibida. Contra os despedimentos que de uma forma especial as afetam; contra o desemprego que as espera à porta da universidade, aberta por Abril, onde provam a sua competência e aptidão; contra a flexibilização do horário semanal de trabalho, pela estabilidade do horário de trabalho nas 40 horas semanais; contra a usurpação dos tempos de lazer, porque elas sabem, de uma forma especial, a importância da disponibilidade de espaços de ternura; contra a precarização, contra as ameaças de empobrecimento do trabalho, lutam elas, as mulheres do nosso país, cuja taxa de atividade faz inveja à dos outros países do sul da Europa — e que, justamente, as torna em protagonistas na batalha pelo desenvolvimento. E porque, simultaneamente, toda a sua vida se empenha também nas tarefas indispensáveis à estabilidade familiar, substituindo as mais das vezes o Estado nas obrigações de que este se demite, lutam contra o aumento da idade de reforma.

Elas sabem que a injusta repartição de riquezas, contra a qual se fez Abril, as transforma, hoje, aos olhos de alguns, de aliadas na construção da democracia política, económica e cultural, em concorrentes na efetivação de direitos. Elas sofrem os efeitos brutais da desumanização resultante das políticas neoliberais. Elas são vítimas de violência, mas sabem que nada disto tem a ver com Abril e sabem que a democracia, inseparável do seu direito à igualdade, impõe o reconhecimento da sua liberdade individual: o direito à sua autodeterminação; o direito a não sofrer do Estado a suprema violência da ameaça com penas de prisão obsoletas; o direito a não ser objeto de uma política criminal assente na discriminação do sexo feminino.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O 25 de Abril — o Dia da Liberdade — comemora-se em vésperas de um referendo sobre a liberdade de consciência da mulher, o referendo sobre o aborto.

O PCP sempre manifestou objeção à discussão de questões do foro íntimo da mulher na praça pública, pelo profundo respeito que tais problemas nos merecem.

Neste 25 de Abril de 1998, num dia de especial significado para as liberdades das mulheres portuguesas, queremos, no entanto, reafirmar que, indo realizar-se o referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez, o PCP estará na linha de combate pelo "sim" à despenalização, porque nós, desde sempre, lutámos pelo direito à dignidade das mulheres. Contra todas as campanhas de culpabilização das mulheres, empenhar-nos-emos pelo reconhecimento dos direitos humanos plenos do sexo feminino, pela destruição da mais bárbara barreira à liberdade individual da mulher, ...

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

... como partido que tem no seu património o trabalho e luta de muitas mulheres, e que na vida do povo e de milhares de mulheres anónimas formou e continua a formar esse património. São esses milhares de mulheres anónimas que hoje saúdam a liberdade, que sabem que muito de Abril não está cumprido. Elas registaram do Programa do MFA a garantia de uma nova política social, tendo em todos os domínios, como objetivo, a defesa dos interesses das classes trabalhadoras. E isto diz-lhes respeito e não está cumprido, como lhe diz respeito e se encontra no cerne de Abril a efetiva garantia do direito à liberdade.

E porque comemoram este 25 de Abril, arrostando a exigência referendária para revogação de uma lei injusta contra a sua liberdade individual, as mulheres assinalam hoje, de uma forma especial, o dia da conquista de todas as liberdades. Abril chega todos os anos: com a criança pondo um cravo na metralhadora; com a criança que se espantou, porque condenada a entrar no caminho ignóbil da exploração dos trabalhadores, se tornou protagonista como futuro de Abril.

Abril chega todos os anos. E é um Abril jovem, como jovens eram todos os que, nesse dia 25 de 1974, trouxemos «alento aos quartéis e à rua», inundando as ruas de cravos.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e de alguns
Deputados do PS e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Em representação do Grupo Parlamentar do Centro Democrático Social--Partido Popular, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Queiró.

O Sr. **Luís Queiró** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Ilustres Convidados, Srs. Deputados: A transformação radical que o levantamento militar de há 24 anos desencadeou em Portugal encontra hoje um paralelo inegável na transformação decorrente do processo da nossa integração europeia e no passo decisivo que nos encontramos à beira de consagrar — a entrada portuguesa na União Monetária.

Seja qual for a opinião de cada português sobre a adoção para o nosso país de uma moeda única europeia, a irreversibilidade dessa decisão e as suas consequências na nossa ordem económica e política conferem-lhe o significado profundo de um marco primordial no processo de definição do futuro da Pátria portuguesa. Podemos bem dizer que estamos a comemorar uma revolução à beira de outra

revolução. Não é, pois, possível fazermos hoje uma mera invocação do passado. O passado e o futuro reúnem-se hoje para fazer História, e a História dificilmente olhará para estas últimas três décadas sem associar o fim do ciclo do Império com a incorporação do nosso destino num outro espaço e numa outra ordem, o espaço de uma crescente coordenação das nações europeias e a ordem de uma democracia amadurecida e virada para o desenvolvimento.

Comemorar o 25 de Abril, hoje, implica, portanto, uma reflexão que não envolva apenas a nossa memória mas também a necessidade imperiosa, para utilizar uma fórmula conhecida, de cumprir o terceiro D, o D do desenvolvimento. E isso é tanto mais assim quanto as novas gerações, aquelas que saíram e saem agora da escola para a vida e vão moldar a realidade portuguesa no século que está a surgir, somente têm dessa memória o que lhes é emprestado pela retórica da geração que as antecedeu. Essa geração a que pertenço, e que viveu todos os acontecimentos, tanto guarda as recordações da pureza das promessas iniciais e da esperança que acordaram, como conserva as lições que os combates pela liberdade e pela democracia nos ensinaram.

Mas arriscamo-nos a que as formulações festivas em que com o tempo condensámos esse património não sejam para os portugueses de amanhã um pano de fundo suficientemente atrativo para enquadrar as exigências que já hoje comportam as mutações que anunciam o futuro. É por isso que, para nós, a celebração do 25 de Abril se deve virar para o dia de amanhã e para a realização da promessa do desenvolvimento, centrando os nossos olhares sobre as enormes consequências que a nossa irreversível entrada na moeda única europeia fará sentir.

O grande desafio com que nos defrontamos hoje é a Europa em que nos inserimos. Em nenhuma outra época da História recente assistimos de forma tão rápida a tantas mutações e a tão renovados desafios à nossa capacidade de adaptação. Hoje, mais do que nunca, impõe-se-nos dar uma resposta à questão da moeda única, do aprofundamento da União Europeia e ao seu alargamento para o leste europeu.

No nosso entender, a União pode criar as condições de um desenvolvimento sadio e equilibrado do comércio internacional na área económica em que nos inserimos, permitindo um enriquecimento mútuo dos Estados, em vez de implicar a ruína de uns para melhor favorecer a fortuna de outros.

Pensamos que a Europa pode criar um contexto favorável à modernização dos nossos sistemas sociais, sem renúncia à exigência fundamental da solidariedade. Entendemos que a Europa pode ser construída sem que isso implique retirar aos povos e às pátrias a margem de autonomia que lhes permita dominar o seu destino. Com efeito, a União Europeia, tal como nós a concebemos, só pode ser construída se se apoiar na adesão dos povos, no consenso social e político, na abertura e transparência dos processos, no respeito de todos os países integrantes.

Reafirmamos a nossa convicção de que, se for reforçada a coesão interna do país e a força das nossas instituições e da nossa economia, teremos a ganhar numa Europa de cidadania partilhada. A construção de uma maior comunidade de destinos não é uma demissão do nosso destino coletivo como povo, embora nada nesta matéria seja garantido, a não ser a vontade de assegurar que a nossa identidade de portugueses se integra como tal na União à qual aceitamos pertencer. É pela via do esforço persistente de aperfeiçoamento da nossa sociedade, da modernização da nossa economia e das

nossas instituições e do aprofundamento da nossa democracia, que poderemos afrontar, sem medo, o desafio da integração na União Europeia.

Sr. Presidente da República, Srs. Deputados:

Não deixa de ser simbólico que neste sábado se celebre o 24.º aniversário do 25 de Abril e que, no próximo sábado, dia 2 de maio, seja tomada a decisão final e definitiva sobre a nossa integração na União Monetária. De um sábado para o outro passaremos da Revolução de Abril para a revolução europeia. A primeira cortou as nossas amarras ao passado. A segunda amarra-nos a cumprir um futuro.

Fomos daqueles que mais dúvidas e perplexidades manifestaram no caminho até aqui trilhado, fosse no método ou na vontade política de envolver democraticamente os portugueses nas decisões irreversíveis tomadas. É certo que nessas dúvidas e nessas perplexidades não estivemos sozinhos. Todos os quadrantes da nossa sociedade, mesmo os mais euro-optimistas, partilharam connosco, uns mais, outros menos, idênticas incertezas.

Recordo, por exemplo, as dúvidas que nesta Assembleia expunha, em janeiro de 1994, o então Deputado da oposição, hoje Primeiro-Ministro, Eng.º António Guterres, quando afirmava: «São conhecidas algumas críticas do PS que desde o início sempre fizemos, em relação a várias das cláusulas de convergência no que diz respeito à União Monetária, tendo nós a esperança de que, mais tarde ou mais cedo, o Governo venha a concordar com essas críticas e a definir uma estratégia negocial que permita a sua revisão, sob pena de (...) as margens de manobra para a política económica em Portugal virem a ficar fortemente condicionadas na fase final desta década.»

Esta caminhada para a moeda única, todos o sabemos, não foi isenta de atritos, de dificuldades e para muitos até de pequenas tragédias. É a esses, sobretudo a esses, os agricultores que foram compelidos a abandonar hábitos seculares de vida, os pescadores que largaram a faina e abateram os seus barcos, os trabalhadores que não beneficiaram dos aumentos salariais a que legitimamente aspiravam ou que então tiveram de se readaptar profissionalmente, os empresários que suportaram o custo da reconversão das suas empresas, é a todos esses que devemos o nosso agradecimento por terem, generosamente, contribuído para a convergência nominal que irá permitir ao país dar o passo do Euro.

Sr. Presidente da República, Srs. Deputados: Estamos conscientes de que, no quadro da União, Portugal se defrontará doravante com novos problemas para os quais terá de encontrar novas soluções. As novas soluções que propomos aos portugueses passam pela abertura sem restrições à modernidade e à reforma profunda de instituições e sistemas anquilosados. Passam ainda por uma completa alteração da filosofia que tem presidido à organização da Administração do Estado, através da desconcentração administrativa e da descentralização das competências de decisão, em suma, através de uma profundíssima reforma administrativa, que reforce a coesão nacional e o desenvolvimento integrado de todas as parcelas do nosso país.

Esta reforma administrativa — esta sim, a verdadeira reforma do século, antes que o século acabe — terá de ser acompanhada por um conjunto de outras reformas mobilizadoras de uma estratégia de ambição e afirmação nacionais.

Se o país souber e quiser levar a cabo o conjunto de alterações corajosas e exigentes que se impõem, não duvidamos que poderemos contemplar com otimismo o horizonte do próximo século.

Aplausos de alguns Deputados do CDS-PP e de alguns do PS e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado, e Vice-Presidente da Assembleia da República, Mota Amaral.

O Sr. **Mota Amaral** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Altas Entidades presentes, Sr.as Deputadas e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Na Casa da Representação Nacional, uma vez mais se celebra solenemente a Revolução do 25 de Abril.

A ocasião é de festa e disso dão testemunho a presença de tantos e tão ilustres convidados, as galas que ornamentam o velho Palácio de São Bento, a música, as flores, os inesquecíveis cravos de Abril. Mais significativa é, porém, a alegria profunda que todos, neste dia, especialmente, partilhamos, por podermos saborear, hoje e sempre, a Liberdade.

É a este tema fundamental que convém voltar, uma vez e outra, sem cansaço. Assim se garante a perene juventude das comemorações do 25 de Abril, sem deixar que se reduzam à simples evocação, cada vez mais nostálgica, à medida que o tempo vai passando, da grande madrugada libertadora.

Vinte e quatro anos depois, os próprios capitães de Abril — cujos representantes saúdo, comovido e grato, em nome do Partido Social Democrata e dos mais de dois milhões de eleitores, por força de cujo voto livre os Deputados do PSD aqui têm lugar cativo — estão mais velhos e já com cabelos brancos... Como, aliás, todos os que viveram essa jornada histórica e para a sua génese contribuíram, na primeira linha do combate antifascista ou noutras formas de intervenção cívica, menos heroicas decerto, mas nem por isso talvez menos eficazes, visando também a restauração da democracia em Portugal.

De resto, a Revolução do 25 de Abril não se esgotou na ação militar, organizada e realizada pelo Movimento das Forças Armadas, de derrube do regime ditatorial e deposição do seus chefes. A pulsão libertadora do ato revolucionário, como um vendaval impetuoso, percorreu o país de lés a lés: aboliu logo a censura à imprensa; franqueou as grades da prisão aos presos políticos; trouxe o povo para a rua em grandiosas e espontâneas manifestações de júbilo e reivindicação; abriu caminho à organização dos partidos políticos e dos sindicatos, tudo culminando, com naturais incidentes de percurso pelo meio, nas primeiras eleições de sufrágio realmente livre e universal, na nossa História de mais de oito séculos.

Aplausos do PSD e do PS.

O 25 de Abril passou a ser assim um marco na nossa História, um marco nas nossas vidas: há um antes e um depois dessa data mágica e quase mítica!...

Tão importante como o próprio pronunciamento militar foi, um ano após, também a 25 de Abril, a eleição da Assembleia Constituinte, verdadeiro ato confirmador, pelo voto popular, da legitimidade revolucionária do novo regime democrático. E melhor maneira não podia haver, para consagrar definitivamente o Dia da Liberdade, do que mandar entrar em vigor também a 25 de Abril, já em 1976, a nova Constituição, fruto do generoso labor dos Deputados constituintes, convertidos por isso — *malgré eux!...* — em patriarcas fundadores da jovem democracia portuguesa.

Aplausos do PSD, do PS e de alguns Deputados do PCP.

Nesse mesmo dia, foi eleita, para a I Legislatura, a Assembleia da República, sob cuja responsabilidade se formou depois o I Governo Constitucional.

Entretanto, o espírito libertador do 25 de Abril tinha já propiciado as condições para a independência das antigas colónias. Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola, uma a seguir à outra, no termo vitorioso das lutas de libertação dos respetivos povos, constituíram-se em Estados livres e independentes. Fica só por resolver o problema do martirizado povo de Timor-Leste, cujo inalienável direito à autodeterminação deve ser sempre, com vigor, reafirmado e há de um dia, certamente, mais cedo do que mais tarde, consumar-se.

Aplausos gerais.

Noutro âmbito e num enquadramento de diferente natureza, mas com o mesmo sentido emancipador, nos arquipélagos dos Açores e da Madeira foi levada a efeito, de baixo para cima e de dentro para fora, por expressa vontade do povo, uma alteração revolucionária do respetivo estatuto político-administrativo, configurado na autonomia constitucional.

Aplausos do PSD e do PS.

Lá como cá, nas ilhas portuguesas do Atlântico e no território continental da República, a Liberdade conquistada em 25 de Abril traduziu-se em benefícios para todos, desencadeando um grande surto de progresso. Das liberdades cívicas, garantia essencial dos direitos da pessoa humana perante o Estado, derivaram inúmeras liberdades concretas, nos domínios económico, social e cultural.

Ao contrário do que profetizavam os últimos abencerragens do regime deposto pela Revolução do 25 de Abril, a perda do império colonial, longe de precipitar Portugal na miséria e no caos, permitiu-lhe retomar a sua identidade europeia e os caminhos do desenvolvimento. Em consequência, o nosso país apresenta-se, agora, com novas aptidões e energias, pronto para participar eficazmente num grande projeto de livre cooperação, mobilizador dos recursos insondáveis dos países que falam e se entendem na bela língua portuguesa.

Aplausos do PSD e do PS.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Os portugueses e as portuguesas são hoje cidadãos e cidadãs livres de um país livre. No contexto internacional vigente, em termos estritamente políticos, aguentamos qualquer confronto. Não há democracia mais avançada do que a nossa, em termos económicos, sociais e culturais temos muito a progredir. No entanto, e ainda assim, em comparação com o que se passa, infelizmente, com milhões e milhões de seres humanos, bem nos podemos considerar privilegiados!

A questão da liberdade tem de manter-se, porém, sempre viva. Boa parte da população portuguesa nasceu e cresceu já em plena democracia de Abril. Os mais novos tendem por isso a pensar que sempre foi assim, e não foi; que vai ser sempre assim, e pode não ser...

Bem seguros estamos nós de que a democracia pluralista se encontra consolidada em Portugal e se reforça até com a nossa participação na União Europeia, que está passando a ser, de algum modo, e cada vez mais, o nosso país também.

Mas não convém ignorar os perigos que para a liberdade representam, desde logo para a liberdade daqueles que tais males sofrem, fenómenos que estão aí, diante de nós: o crescimento alarmante do desemprego estrutural, derivado da revolução tecnológica; a desenfreada concentração do poder económico, agravando, em termos nunca vistos, as desigualdades sociais, numa dimensão planetária; a pressão sobre as fronteiras dos países ricos por parte de multidões famintas, expulsas dos seus países de origem pela miséria, agravada tantas vezes pela corrupção dos respetivos governantes; a persistência dos fundamentalismos, dos ódios raciais, do terrorismo, dos genocídios; a destruição acelerada dos recursos naturais, provocando desastres ecológicos sucessivos, com efeitos devastadores; o aumento do número dos excluídos, dos marginalizados, dos desesperados, dos infelizes, corroídos pela pobreza material e moral, pela droga, pelo egoísmo, pela solidão. A lição da História, sobretudo da trágica história do nosso século, não nos consente otimismos superficiais. A fome e o desespero são maus conselheiros! E não faltam nunca pregadores de quimeras e os seus odientos sequazes... Ora, nem sempre se percebe bem quando e como começa a deriva autoritária, mas todos sabemos bem, infelizmente, como acaba.

Vozes do PSD e do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Não há de ser, porém, decerto, o feroz individualismo dominante, em consonância com a moda neoliberal, a rasgar caminhos para o futuro, que todos almejamos, de liberdade, de justiça, de solidariedade, de paz. Perante o egoísmo relativista, que anula e destrói, afinal, a liberdade, impõe-se reafirmar os valores da dignidade de cada pessoa humana e do bem comum. Daí deverão derivar-se consequências práticas, na imposição de justas responsabilidades e no respeito da autoridade legítima.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Na celebração parlamentar do Dia da Liberdade, são apropriados um pensamento e uma referência aos nossos concidadãos que dela se encontram privados. Em Portugal não há, graças ao 25 de Abril, presos políticos. Só a prática de crimes de direito comum determina, cumpridos os requisitos legais do processo, com todas as garantias de defesa, a condenação de uma pessoa em pena de prisão.

Depara-se-nos, porém, nestes domínios, um estranho paradoxo: sendo baixa, embora lamentavelmente em subida, a criminalidade no nosso país, é Portugal, na Europa, um dos que tem mais alta densidade de população prisional.

O Conselho da Europa denunciou já este estado de coisas, que não abona a nossa praxe generalizada de respeito dos direitos humanos, por isso mesmo desprestigiando o nome de Portugal. Impõe-se repensar com urgência as medidas de agravamento das penas de prisão e de endurecimento da aplicação respetiva, as quais foram adotadas em tempos recentes como resposta a um discurso simplista, marcado por preocupações meramente securitárias.

Aplausos do PSD e do PS.

Ora, a prisão castiga o crime, mas não recupera o condenado. Por outro lado, o Estado democrático deve ser zeloso da liberdade dos cidadãos; incumbe-lhe por isso promover os meios adequados para a eficaz reinserção social dos presos.

O Sr. Presidente da República chamou já a atenção para os problemas, também nos aspetos sanitários, derivados da sobrelotação dos estabelecimentos prisionais. O seu apelo humanista não pode ficar privado de eco! O Governo tem de assumir, em tal domínio, as suas responsabilidades.

O tempo não está propício a uma amnistia generalizada, a apagar culpas, a destruir crimes. Mas é urgente introduzir regimes suscetíveis de aplicação individualizada, que incentivem o esforço de autor-recuperação dos reclusos e a reconstrução da sua vida em sociedade. Tenha-se em linha de conta que uma percentagem muito elevada da população prisional é vítima do terrível flagelo da droga: do que os toxicodependentes antes de mais precisam é de tratamento, físico e psicológico, para se libertarem dos estupefacientes e das hediondas formas de exploração de que são vítimas por parte dos grandes traficantes.

Esta questão passa a revestir especial acuidade quando se está generalizando um entendimento segundo o qual as regras sobre aplicação das penas não estão, afinal, cobertas pela garantia constitucional de irretroatividade da lei penal... Assim, muitos reclusos, condenados ao abrigo da legislação anterior, estão vendo, de repente, modificadas, para pior, as suas legítimas expectativas de retorno à liberdade. A Assembleia da República, como representante direto e máximo do povo português, não pode retardar uma tomada de posição sobre este assunto!

Mas para além dos nossos concidadãos presos, o Dia da Liberdade também se presta a lembrar os pobres e os excluídos do crescimento, desequilibrado e até injusto, que se tem verificado. Não é só o persistente atraso das regiões do interior e periféricas, onde a agricultura está em sério risco de colapso. Nas zonas urbanas e industriais, também há muito sofrimento: habitação deficiente, transportes lentos e penosos, escolas inseguras... E ao mesmo tempo que se anunciam aumentos salariais de 3%, e menos, num ano, divulgam-se valorizações do capital de 30%, e mais, num só trimestre... É chocante!

Todos esses problemas vêm de trás, é tempo de lhes dar resolução, unindo esforços para levar a cabo, no nosso país, em todas as suas facetas, um desenvolvimento de sentido humano. Não se devem reduzir a governação e o juízo sobre a sua eficácia e o seu merecimento ao conseguir de metas

quantitativas. Mais do que riqueza, o desenvolvimento é sobretudo qualidade de vida — e nela é que reside afinal o conteúdo concreto da Liberdade. Porque se não há paz sem liberdade, mas também não há liberdade sem justiça, não há liberdade sem solidariedade.

Aplausos do PSD e do PS.

O Sr. **Presidente**: — Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Costa.

O Sr. **Alberto Costa** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Membros do Governo, Sr. Marechal Costa Gomes e Srs. Capitães de Abril, Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

Aproximamo-nos do final do século. Portugal prepara-se para entrar no próximo milénio como uma sociedade aberta, afirmativa, realizadora, virada à Europa e ao mundo, onde as oportunidades oferecidas às novas gerações não têm comparação com os horizontes fechados de há pouco mais de duas décadas.

O 25 de Abril foi, neste século, o dia que mais mudou a vida dos portugueses. A ditadura nesse dia derrubada não foi um intervalo entre duas democracias.

Os que governaram até há 24 anos, apoiados na polícia política, na censura prévia, no partido único, na perseguição, nos tribunais plenários, nas prisões e nos campos de concentração, na interdição das profissões e na expulsão das escolas, na fraude, na tortura e no assassinato, arrancaram metade do nosso século à liberdade dos portugueses.

Aplausos do PS, do PCP, de Os Verdes
e de alguns Deputados do PSD.

Foi desse longo sequestro cívico que nos libertou o 25 de Abril. Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e da maioria nacional que nesta Assembleia representa, presto homenagem aos militares de Abril.

Aplausos, de pé, do PS, do PCP, de Os Verdes
e de alguns Deputados do PSD.

O seu ato revolucionário permitiu a construção do Portugal democrático que hoje nos orgulhamos de ser.

Presto homenagem também a todos os homens e mulheres, de todos os quadrantes políticos, que do primeiro ao último dia da ditadura, em condições sempre de grande adversidade, se bateram para que o 25 de Abril fosse possível, para que pudéssemos estar aqui hoje a celebrar a liberdade.

Aplausos do PS, do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PSD.

Derrubar a ditadura, dar voz aos portugueses, edificar o Estado democrático, integrar Portugal na Europa e abri-lo ao mundo, fazer da Constituição um elemento de união e estabilidade constituiu uma ambiciosa agenda histórica, que está cumprida.

Agora, um novo programa de responsabilidades está à nossa frente. O Estado democrático de direito deve qualificar-se e modernizar-se como um Estado social estimulante e inteligente, promotor de inserção e de coesão comunitária onde o mercado falha.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Um Estado social sem temor reverencial diante do mercado. Um Estado tão determinado a preservar o mercado como a garantir a igualdade de oportunidades de realização do potencial de cada criança, jovem, homem e mulher.

Aplausos do PS e de alguns Deputados do PSD.

É esse o rumo quando se institui um rendimento mínimo de inserção e quando se investe no pré-escolar.

Aplausos do PS.

Nas condições do mundo atual, a paz, a democracia, o desenvolvimento económico, a coesão económica e social, a segurança, a liberdade, o emprego, o ambiente, o controlo dos poderes fáticos pelo poder democrático, a influência efetiva da vontade sobre os processos que se desenvolvem à escala global só podem ser eficazmente promovidas através da valorização da Europa. Um patriotismo que reservasse para o Estado português o papel tradicional de um "herói local" seria, na hora da globalização, um patriotismo paroquial, que o tornaria incapaz de responder a qualquer dos desafios e das aspirações maiores dos cidadãos do nosso tempo. Um Estado democrático proficiente e relevante só pode ser hoje um Estado mais europeu. Por isso, quando Portugal se qualifica para ingressar no núcleo fundador do euro, temos mais Europa e temos também mais Portugal.

Aplausos do PS e de alguns Deputados do PSD.

Pelo ato patriótico do 25 de Abril chegámos a uma Pátria constitucional de liberdade e cidadania de que a Nação fora exilada pela ditadura fascista.

Na nossa casa constitucional cabem hoje todos os portugueses que vivem espalhados pelo mundo, com quem partilhamos a pertença a uma Pátria democrática, que daqui saudamos, e cabem também os que, não sendo originariamente portugueses, provenientes dos cinco continentes, acolhemos a viver

e a trabalhar nesta casa europeia de onde queremos proscritos a xenofobia e o racismo e desenvolvidos os caminhos da inserção e da participação.

Aplausos do PS e de alguns Deputados do PSD.

Além de construtor da união europeia, Portugal deve qualificar-se também como um promotor da lusofonia, que não seja só espaço de memória e economia, mas que seja também espaço de direito, economia, liberdade, segurança e cidadania.

Foi o 25 de Abril que pôs termo à política da guerra colonial e da negação do direito dos povos à autodeterminação. Uma política lusófona baseada na independência, na igualdade e na promoção dos valores do Estado democrático de direito é filha legítima do 25 de Abril.

Aplausos do PS e de alguns Deputados do PSD.

Quando se investe na criação e consolidação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, promove-se Portugal, promove-se liberdade e promove-se cidadania.

O 25 de Abril é o dia para saudar o povo de Timor-Leste, a sua luta e reafirmar o compromisso nacional de tudo fazer para levar a comunidade internacional a garantir o seu direito à autodeterminação como uma dimensão incontornável da presença e da responsabilidade de Portugal na cena mundial.

Aplausos do PS, do PSD e de alguns Deputados do PCP.

Empenhamento que também assumimos lembrando e saudando nesta hora as gentes de Macau, cujos direitos, liberdades e garantias constituem também uma responsabilidade portuguesa.

Aplausos do PS, do PSD e de alguns Deputados do PCP.

Num mundo em que o sentido do tempo se alterou, o Estado democrático deve ser hoje, mais do que no passado, um Estado responsável perante as gerações futuras.

A defesa do ambiente, a redução da inflação, da dívida e do défice público, a reforma da segurança social não podem ser reduzidos a objetivos pressionados por exigências externas ou por imperativos de convergência; devem ser assumidos como compromissos decorrentes de uma consciência mais rigorosa dos nossos deveres para com as gerações seguintes, de outro modo injustamente sacrificadas aos efeitos dos nossos comportamentos de hoje.

Os direitos das crianças, dos jovens, assalariados, contribuintes, doentes, reformados e pensionistas de amanhã, os direitos de todos, homens e mulheres que vierem amanhã a ser habitantes deste território e deste planeta, devem integrar já hoje o nosso sentido da responsabilidade cívica.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Depois da luta histórica pela democracia e pela estabilização constitucional do regime, vivemos agora um ciclo de promoção da qualidade da democracia, de enriquecimento dos seus recursos e procedimentos.

As novas formas de iniciativa e de participação cívica tornadas possíveis pela última revisão constitucional, representarão, vão representar já proximamente com os primeiros referendos da vida democrática, momentos muito relevantes para esse ciclo orientado para a qualidade da democracia.

Aplausos do PS e do PSD.

Mas essa qualidade requer também que, desde já, se radique nos agentes políticos uma deontologia democrática onde os instrumentos de participação direta não possam ser manejados em termos que envolvam desprestígio e descrédito do Parlamento eleito pelos portugueses.

Aplausos do PS e de alguns Deputados do PSD.

Para denegrir e diminuir os políticos eleitos e o Parlamento, cinquenta anos já chegaram.

Aplausos do PS e de alguns Deputados do PSD.

A qualidade da gestão democrática, os valores da proximidade e da participação, que a própria construção europeia tem reclamado, têm um relevante instrumento na instituição, entre o nível nacional e o nível municipal, de regiões com órgãos democraticamente responsabilizáveis em vez da orgânica de nomeação central que há décadas integra a experiência de planeamento.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Elas permitem escolher decisões mais informadas e mais próximas dos destinatários e assim corrigir assimetrias e desigualdades que representam também ofensas persistentes a um desígnio de igualdade de oportunidades de vida entre todos os portugueses.

Aplausos do PS e de alguns Deputados do PSD.

Tal como o défice democrático empobrece a dimensão europeia, o défice democrático empobrece também a dimensão regional. No quadro europeu, o défice democrático regional não aumenta — diminui o capital democrático nacional e a capacidade de desenvolvimento do país. Mais Portugal não é menos democracia; é mais democracia nas regiões.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Uma palavra especial deve ser dirigida nesta Assembleia, no dia de hoje, às Forças Armadas que, em 25 de Abril, ao recusarem continuar a obedecer a governantes ilegítimos, cumpriram o seu dever perante o povo português, restituindo-lhe o direito de escolher.

No momento em que se preparam para uma profunda reconversão, saudamos os portugueses que nelas servem e prestigiam o Estado de direito democrático, dentro e fora do território nacional, dando continuidade ao espírito de vinculação ao princípio democrático que esteve presente na Revolução dos Cravos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Quando, à luz das novas realidades internacionais, o país é chamado a reequacionar o regime legal do serviço militar obrigatório, seria uma grave omissão não prestar aqui uma homenagem, nesta celebração do 25 de Abril, ao papel histórico desempenhado por essa instituição.

Aplausos do PS e de alguns Deputados do PSD.

Ficaríamos, aliás, mais pobres, do ponto de vista da comunidade nacional, se no quadro da reavaliação em curso não levássemos em devida conta o contributo para a coesão e reforço do tecido cívico que resulta de um período da vida dos cidadãos ser dedicado ao serviço dos valores assumidos pela coletividade, nomeadamente nos domínios da solidariedade, da cooperação, de proteção civil, ambiental e patrimonial.

Numa sociedade democrática madura não são só os direitos, mas também os deveres e responsabilidades que têm de ser promovidos. Prestaríamos um mau serviço às novas gerações se lhes transmitíssemos uma ideia diminuída do espírito de dever.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — A maioria que os portugueses trouxeram a esta Assembleia e ao Governo quer honrar e está a honrar o 25 de Abril, impulsionando e dando cumprimento a uma nova agenda democrática, qualificando o Portugal nascido em Abril como um Estado social inteligente, responsável, amigo do ambiente e das gerações futuras, promotor de mais coesão, qualidade, responsabilidade, e iniciativa no exercício da democracia, no plano local, regional, nacional, europeu, lusófono e internacional.

Com os militares de Abril, o Partido Socialista bateu-se no passado por democracia para Portugal. É nosso dever e nossa determinação batermo-nos hoje e continuarmos a bater-nos amanhã por melhor democracia para melhor Portugal.

Aplausos do PS, de pé, e de alguns Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República Almeida Santos**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do

Tribunal Constitucional, Srs. Vice-Presidentes e Srs. Deputados da Assembleia da República, Srs. Ministros da República para os Açores e para a Madeira, Srs. Conselheiros de Estado, Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Excelências, Ex.mas Autoridades Civis e Militares, Ilustres Convidados, Sr. Patriarca de Lisboa, Excelência Reverendíssima: Os que já tinham memória no dia 25 de Abril de 1974 não esquecem a embriaguez desse reencontro de Portugal com a liberdade, de Portugal consigo mesmo. Mas essa recordação é seguramente mais impressiva para os que sofreram a longa noite que precedeu essa aurora.

Os que se bateram por ela, esses então, revivem-na de envolta com um sentimento de libertação e de orgulho. V. Ex.ª, Sr. Presidente da República, foi um deles. Mas dão-nos também a honra de estar connosco muitos outros. O país oprimido não foi nunca um país resignado!

Por isso, não é sem sentido que o atual Presidente da República e os seus antecessores no cargo, aqui presentes — a quem calorosamente saúdo — tenham sido eleitos pelo povo português de entre personalidades a quem a liberdade se deve.

Aplausos do PS, do PSD e de alguns Deputados do PCP.

Mas se a resistência manteve viva a chama do inconformismo, foi necessário um ato de força para provocar a rutura constitucional tão longamente desejada e tão brutalmente reprimida!

Tanto, que os protagonistas desse ato libertador tiveram de sair da própria instituição com a qual a ditadura mais contou para perpetuar o seu domínio. Um grupo de jovens militares repetiram, de armas na mão, o "não" que a resistência cívica havia convertido em grito de alma. *Revoltado...* — escreveu Camus — *..., é o homem que diz não*. Não ao poder pessoal; não à polícia política; não à prisão arbitrária; não à perseguição pelo crime de ter convicções; não à guerra sem causa; não ao isolamento e à condenação universal; não ao espezinhamento dos direitos fundamentais; não à expropriação da dignidade pessoal; não ao medo! Uma causa mais próxima: não a uma iminente derrota militar na frente da Guiné.

Temos a honra de ter aqui connosco alguns desses bravos militares que, em 25 de Abril, deram à liberdade a maior prova de amor, aceitando morrer por ela. Saúdo calorosamente todos os presentes. Aos ausentes, saúdo-os na pessoa do Sr. Presidente da Associação 25 de Abril, com um abraço de velha estima.

Aplausos do PS, do PSD, do PCP e de Os Verdes.

É dos livros que o colapso de um modelo político totalitário não torna fácil uma evolução reformadora. Libertados os espíritos, após décadas de contenção repressiva, explodem sentimentos que ultrapassam os reformadores.

É quase um lugar-comum de todas as revoluções daí que, se a revolução de Abril foi a revolução dos cravos, nem tudo, a seguir a ela, foram rosas. Como sempre, foram mais os chamados do que os escolhidos e como sempre, também, não viriam a ser os iniciadores do movimento os que no imediato mais viriam a colher o aprazimento dele.

Mais tarde, sim. A liberdade é hoje o mais socializado de todos os direitos. Falta, no entanto, socializar — no sentido de distribuir equitativamente por todos — condições económicas e sociais de acesso ao seu exercício.

Tenho, no entanto, para mim que ter o espírito de Abril podido triunfar sobre os constrangimentos que se lhe depararam na caminhada para o Estado de direito que hoje somos, fica como o melhor certificado da sua identificação com a constituição material inscrita na alma e no coração dos portugueses.

É bom que este nosso encontro recordatório, no cenário em que, mais do que em nenhum outro, a liberdade se preserva, se venha institucionalizando como "um costume do coração".

Já não se concebe sem ele a memória desse dia memorável. A memória do confronto final entre o velho e o novo, entre uma visão passadista e uma visão prospetiva do mundo e da vida. Triunfaram os olhos de águia. E foi bom assim. Já então e depois disso, foram tantas, tão rápidas e tão profundas as mudanças operadas no tecido político e social dos povos, que reclamar-se hoje alguém de uma mentalidade conservadora é uma aberração política.

Sinto às vezes que alguns dos cidadãos que hoje têm menos de 40 anos chegam a julgar antiquados, e até fantasistas, os que evocam o tempo da opressão e do ódio. Ainda que mais raramente, tenderão até a admitir, perante os constrangimentos do mundo moderno, que os problemas sociais que nos afligem se resolveriam melhor por regresso a formas autoritárias de decisão e poder.

Como se iludem!... Por isso é bom lembrar o mal que foi e o bem que é. Pensando nisso, dei por mim tentado a considerar — esperando que os astros me perdoem!... — que o Sr. Rosa Casaco, concedendo uma entrevista em que reconheceu que uma brigada da PIDE, por ele chefiada, assassinou o general Delgado, só porque era politicamente incómodo, prestou um relevante serviço à verdade, à História, à liberdade e à democracia.

Não porque se não soubesse já o que confirmou, mas porque nem todos o sabiam. A PIDE havia tentado desculpabilizar-se — e ao ditador que com ela diretamente despachava —, lançando suspeitas sobre a própria oposição. Essas suspeitas ficaram para sempre no ar e os mais fanáticos defensores da ditadura agarravam-se desesperadamente a ela.

Os que do tempo do ódio não podem ter memória, ou os que desse crime horrendo não tinham mais do que vaga notícia, ao lerem na imprensa a inesperada confissão, terão seguramente dito: Afinal, era verdade! A PIDE existiu mesmo! E matava!... Os velhotes, afinal, tinham razão! Safa!...

Aplausos do PS, do PSD, do PCP e de Os Verdes.

Por isso, quando vi essa indignação substituída por protestos contra o sistema de segurança, por ter deixado entrar e sair de Portugal o audacioso confitente, como se do mais cordato cidadão se tratasse, fiz em vão esforços para me indignar.

Demais sei eu que Portugal deixou de ter fronteiras terrestres. Que tem agora as da Europa, que, progressivamente, deixa também de tê-las. Que um passaporte falso é hoje tão fácil de obter como um maço de cigarros. E que, com mais barba ou menos barba e, em última análise, mais nariz ou menos

nariz — que tudo isso está hoje ao alcance do freguês... — a identidade física é apenas uma de entre várias à escolha de qualquer facínora.

E sabem os senhores? Sempre que no mais depravado dos homens permaneça um resquício de consciência moral, receber de bandeja a outra face pode representar a mais cruel das penas. O Sr. Rosa Casaco recebe-a ao ter agora asseguradas as garantias de legalidade e justiça de dois Estados de direito, o espanhol e o português, que tanto porfiou em recusar-nos.

Por isso é bom lembrar o mal que finda e o bem que começa. Se deixarmos perder a memória do nosso passado histórico, das suas glórias e dos seus fracassos, onde iremos procurar um sucedâneo igualmente valioso da consciência da nossa unidade e da nossa solidariedade como espaço político autónomo?

Lembrar o mal que finda é útil para que as novas gerações aprendam que a liberdade e a democracia, em que já nasceram, tiveram uma antítese de opressão e de dor.

Recordar o bem que começa, no próprio ato de começar, é consciencializar a necessidade de preservar esse bem, é reviver e convalidar a exaltação e a unanimidade com que o seu advento foi saudado, é combater a tentação de ensarilhar as armas dos antigos combates e de deixar fenecer as convicções que as municiaram de entusiasmo e de indignação.

A democracia e a liberdade, bens supremos para os quais ainda se não descobriram sucedâneos, não foram nunca conquistas para sempre. Houve que redescobri-las e reencontrá-las. E quem não fechar os olhos ao que acontece, perscrutando as tendências que se desenham e os resultados para que tendem, dificilmente foge à conclusão de que estamos no limiar da mais surpreendente e radical descontinuidade que a história regista e que deixou de figurar entre os atributos da nossa civilização — a capacidade de prever o futuro. Daí que se confrontem nos painéis mentais as duas visões de sempre: a otimista e a pessimista. Visão otimista: sempre há de haver soluções para os problemas que nos afligem.

A nossa capacidade de domínio dos fenómenos é cada vez maior; a inteligência coletiva — natural e artificial — aumenta e reforça-se com novos instrumentos sensoriais e intelectivos, como sejam, a rádio, a televisão, os meios eletrónicos, a observação por satélite, a monitorização computorizada.

A genética abre novos espaços de domínio da natureza, inclusive modificando e recriando espécies vivas, sem excluir a própria espécie humana. Ainda que dominados por uma sensação de medo, somos agora capazes de interferir no património genético do homem.

A manipulação genética abre espaço à criação de novos recursos alimentares, por isso, e porque a riqueza alimentar global ainda chega para alimentar todas as bocas, a fome pode ser vencida. Tão depressa a ciência consiga captar e reter energias limpas, em termos de fácil utilização, teremos podido ultrapassar o flagelo das energias poluentes. Os direitos humanos estão a, progressivamente, humanizar o planeta, que é mais do que nunca espaço de liberdade. A riqueza das nações cresce continuamente e não está demonstrada a incapacidade do modelo económico de mercado para se preocupar com a sua distribuição, o que até hoje, como sabemos, não tem acontecido. Começaram já os combates ao crescimento pelo crescimento, ao consumo pelo consumo, à competição sem regras, ao sensacionalismo sem freio.

O próprio crescimento demográfico decresceu de ritmo. E toda uma consciência ecológica desperta. Um neopanteismo iluminado ameaça converter-se em religião das novas gerações. A paz, enfim,

desenha-se como conquista definitiva a prazo, após o mundo dual da guerra fria, a progressiva extra-territorialização dos conflitos e a solução destes por recurso a minidecisões cada vez mais descentralizadas e participadas.

E porque não acreditar num mundo sem doenças, com cada ser humano a viver dez vezes a duração da sua atual esperança de vida? O pessimismo — dizem, em resumo, os otimistas — traduz uma atitude de descrença na ciência e corresponde a uma visão ultrapassada, própria de mentalidades caducas.

Dizem *ex-adversu* os pessimistas: o maior perigo é precisamente essa cega fé na ciência que nos dispensa de refletir sobre os graves desequilíbrios do nosso tempo e de encontrar soluções para eles. Foi ela que, no último meio século, nos fez pagar o alto preço demográfico, ecológico, social e cultural das maravilhas que introduziu nas nossas vidas. Foi ótimo o alargamento da esperança de vida. Mas a população passou a crescer à razão exponencial de um bilião de seres humanos por década. O equivalente, em cada ano, à população da Alemanha, da França e da Suíça. Pagamos essa maravilha em fome, em exclusão social, em desemprego, em desequilíbrios naturais.

Foi espantosa a industrialização do mundo, mas pagamos por ela o preço da urbanização selvagem e das mais paranoicas agressões à natureza e aos seus equilíbrios.

Foi deslumbrante a conquista da informação instantânea e universal e da velocidade supersónica, mas estamos pagando por isso o preço social, político e cultural da interdependência de tudo e todos, da abertura do que era fechado, da globalização do que era circunscrito. O preço — digamo-lo sem falsas reservas — do fim do Estado-Nação como espaço de identidades e solidariedades, o fim, segundo alguns, da fase institucional do próprio fenómeno político, a irrecusável crise dos valores e da nossa impreparação para viver sem eles.

Tudo agora se processa em termos de supranacionalização, internacionalização, universalização em sistema de redes. O poder económico concentra-se em megaempresas sem pátria. O poder político fragmenta-se, multipolariza-se, difunde-se. Deixa progressivamente de ter expressão material e passou a medir-se em capacidade de informação e relacionamento. Rede é agora a palavra mágica, a nova divindade dos sedentos de domínio.

Num mundo sem cancelas físicas e de caminho sem delimitações jurídicas circulam mais livremente as pessoas e os capitais, mas também a criminalidade, o tráfico de armas, de drogas e de sexo.

A insegurança converteu-se em preocupação universal dominante, sem combate a nascente das causas sociais que a determinam nem resposta eficaz a jusante delas. Cresce sem controlo e sem limite a capacidade individual de violência, destruição e desordem. Um míssil de longo alcance começa a estar ao dispor de fanáticos e loucos. As armas atómicas já não estão, elas também, todas em boas mãos e os que as controlam — quantas vezes um só homem — dispõem das nossas vidas como os antigos senhores dispunham da dos seus escravos. A ordem vem-se convertendo no mais relativo e vulnerável dos valores sociais e políticos. Ao relativizar-se, relativiza a liberdade, a democracia, o Estado de direito. Mais grave do que tudo isso — alegam os pessimistas — é que estamos em vias de ultrapassar limites naturais, quase sem margem para recuo. O crescimento económico e demográfico acerca-se do ponto de rutura e em muitos aspetos, os efeitos negativos desse crescimento abeiram-se dos limites da capacidade de regeneração do ecossistema.

Algo terá, pois, de acontecer para que as únicas saídas não tenham de ser catastróficas.

A cada um a sua escolha. É sabido que já fiz a minha: escolhi preocupar-me. Há décadas que vejo acumular os perigos sem resposta, científica ou outra.

E se hoje e aqui reafirmo estas minhas preocupações é precisamente porque é hoje o Dia da Liberdade, e achei que a melhor forma de homenageá-la e defendê-la é estimular uma reflexão salutar sobre os novos riscos que corre e os novos inimigos que tem.

Creio no homem e na sua capacidade de redenção. Se não acreditasse em que ainda estamos a tempo de evitar soluções catastróficas, cancelando a encomenda que delas vimos fazendo, não valeriam a pena as minhas bem-intencionadas premonições.

Uma vez mais quero afirmar que não relaciono o essencial das minhas preocupações com o que se passa em Portugal. Pelo contrário: dou público testemunho de que na relatividade das coisas — ou seja dos países — Portugal é um dos que mais se pode van- gloriar de estar lutando por soluções harmoniosas e por respostas redentoras, conseguindo com êxito justificar o otimismo possível. A economia portuguesa vem sendo uma "menina" bem-comportada, as preocupações sociais vão roubando espaço às preocupações políticas e Portugal ganhou assento no topo do futuro sistema monetário europeu, ou seja, na gestão de uma séria alternativa monetária ao dólar todo poderoso. Na gestão, quero crer, dos próximos passos a caminho de uma moeda única universal.

Nada disto, é claro, anestesia a dor das chagas sociais que também entre nós subsistem. Apesar disso, quem nos dera que não viéssemos a ser contaminados, mais do que já o fomos, pelas consequências do desvario cada vez mais globalizado que se apossou do mundo. Não digo tudo isto por Portugal estar a ser gerido por um Governo do meu partido, nem por ter à frente desse Governo um camarada que muito admiro e prezo. Teria, então, de reconhecer, com inteira justiça, que a resposta aos fenómenos da abissal descontinuidade que referi vem de há muito, de anteriores governos, socialistas e não socialistas. E também, se não sobretudo, da capacidade de regeneração, compreensão e até sofrimento do povo português. Após meio século de olhos vendados pela pala sinistra da ditadura, soube com galhardia adaptar-se à nova luz da liberdade. Vem, afinal, do 25 de Abril, não como data, ou sequer como movimento, mas como processo continuado de institucionalização de uma nova ordem política e social.

Mas a preocupação que hoje particularmente me domina, é saber como poderão ser preservadas, nas fatais ruturas e descontinuidades do futuro, a liberdade e a democracia conquistadas em Abril ou a partir de Abril. A partir da sua cor, do seu perfume, das suas exigências de alma.

Que o Estado-Nação de hoje é uma organização a prazo, é constatação que já invade todos os manuais da sociologia política.

Que a democracia representativa e parlamentar, tal como hoje a praticamos, enfrenta a custo as novas arremetidas da democracia direta e participativa, armada pelos demónios tecnológicos da cada vez mais fácil comunicação à distância, é também uma evidência. O que ainda não é evidente — e espero que por longo tempo o não seja — é o fim do crescente desamor com que uma opinião pública cada vez mais reivindicativa e ansiosa de intervenção encara a classe política em geral e as instituições políticas em particular. Isso sim, preocupa-me! Podendo, embora, recusar que estejamos em face de um movimento irreversível, dificilmente negaremos o próprio movimento em si. Um neoanarquismo

não consciencializado — quando não premeditado — mina os alicerces das instituições e das práticas políticas. Formas multipolares de decisão e poder enfraquecem progressivamente a autoridade do Estado e dos seus agentes, pondo em causa a sua própria e atual configuração. Que respostas tem dado a esta galopante rutura a nova deusa dos otimistas? A institucionalização de uma opinião pública cada vez mais atuante e decisora; a colocação ao seu serviço de até há pouco incogitáveis meios tecnológicos de pressão: as empresas de *lobbying*; as sondagens; o televoto; o referendo diário dos debates radiofónicos e televisivos; amanhã, o referendo habitual por meios informáticos; no limite, o referendo por recurso à simpática velharia em que corre o risco de se converter o voto já como máquina de remoção dos sobejos da fase institucional da política. Será que gracejo ou deliro? Bem gostava de estar delirando, já que a esta prefiguração das coisas não acho eu graça nenhuma. No regresso à democracia direta, agora à escala informacional de um mundo só, vejo a retoma de formas cada vez mais subtis de manipulação da vontade dos cidadãos.

Na difusão do poder por miríades de microdecisores articulados em rede, só consigo divisar a anarquia, ainda que transitória, mas não a ordem; a recondução do interesse geral a um maior número de conflitos particulares do que de peixes tem o mar; o banimento do último resquício de solidariedade entre os homens, com o egoísmo transmudado no mais universal dos sentimentos.

É perante estes fenómenos de descontinuidade e rutura que venho pugnando por mais reflexão, menos conformismo, menos alheamento, menos irresponsabilidade.

Estamos, queiramos ou não, no limiar de um novo renascimento. O mundo já é outro e continuamos a raciocinar e a agir como se fosse o mesmo. Condicionados por prejuízos culturais, vivências e modelos, se não prisioneiros deles.

Aconteceu o mesmo, afinal, no ocaso de todas as civilizações. A própria civilização romana, uma das que mais tiveram a vocação da eternidade, assistiu no seu estertor a fenómenos de saudosismo apelativo a um regresso às virtudes dos antigos. Devemos precaver-nos contra a redução das nossas reações à tentação desse regresso. Melhor é reconhecermos que muitas das categorias que preenchem o nosso horizonte mental entraram definitivamente no seu próprio crepúsculo. E mais: que a rutura com os agora mitos confortáveis que foram realidades, se processa cada vez mais *per saltum*, sem os tradicionais amortecedores da evolução. Peço desculpa por não ter podido homenagear-vos com um discurso mais festivo.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Por direito próprio, vai usar da palavra o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República Jorge Sampaio**: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Vice-Presidentes e Srs. Deputados da Assembleia da República, Srs. Ministros da República para os Açores e Madeira, Srs. Presidentes dos tribunais superiores, Srs. Conselheiros de Estado e meus ilustres predecessores, Sr. Presidente da Câmara Municipal de

Lisboa, Srs. Embaixadores, Ilustres Autoridades Civis e Militares, Ex.mos Convidados, Sr. Patriarca de Lisboa, Excelência Reverendíssima:

Comemoramos a liberdade e celebramos a democracia, no 25 de Abril, lembrando, em primeiro lugar, todos aqueles que participaram na sua construção.

Das inúmeras atitudes de protesto e de revolta contra a opressão se alimentou um imenso património de resistência ao autoritarismo durante décadas e décadas de ditadura. Quando a 25 de Abril de 1974 os militares do Movimento das Forças Armadas derrubaram o Estado Novo, esse legado das gerações anteriores legitimou o seu ato de coragem e de responsabilidade.

O sentido que a rutura do 25 de Abril tomou é, pois, indissociável das aspirações da resistência e da determinação dos militares de Abril.

Mas é igualmente indissociável do movimento social de apoio e do desejo de mudança que ele exprimiu, sob as mais diversas formas, desde as primeiras horas do dia 25 de Abril. A ação popular, por vezes tumultuosa, por vezes contraditória, mas com espontaneidade, precipitou o desmantelamento do Estado Novo e exigiu a rápida criação de novas instituições.

Coube aos partidos políticos, democraticamente formados, interpretar a vontade popular, expressa em eleições livres, e definir um regime constitucional assente na representação plural da sociedade portuguesa e na legitimação eleitoral do poder político. Envolvemos nesta homenagem, feita também de memória, que é, porventura, a mais sentida forma de reconhecimento, os combatentes contra a ditadura, os capitães de Abril que a derrubaram, o movimento popular que abraçou de imediato a causa da liberdade e os partidos políticos que, com a sua pluralidade, ergueram a democracia no nosso país.

Aplausos gerais.

E aproveito esta oportunidade, Srs. Embaixadores, para saudar os ilustres Chefes de Estado que V. Ex.as aqui representam. A presença de V. Ex.as, e de algum modo daqueles que representam, numa assembleia democrática, estou certo de que não estaria tão espantosamente completa não fora precisamente o 25 de Abril. O 25 de Abril reconciliou-nos com as nações e os Estados que V. Ex.as representam, e, por isso mesmo, ao vê-los na vossa tribuna é também a História que vem à nossa memória, é a recordação do bloco que nos separava de V. Ex.as e dos Estados que representam. Bem hajam, Srs. Embaixadores. Bem hajam os vossos Estados.

Aplausos gerais, de pé.

A democracia trouxe consigo transformações profundas à sociedade e mudou o quadro das políticas nacionais. Destacarei, entre outros, três aspetos dessas mudanças em curso: a relação com os países de língua oficial portuguesa, a integração europeia, a modernização das Forças Armadas.

O 25 de Abril representou um virar de página na nossa História, um fim de ciclo. Com ele surgiram novos Estados, livres para seguirem o seu próprio caminho, e um novo conceito de relação entre Portugal e os outros países de língua portuguesa.

Os laços de fraternidade forjados numa história complexa, mas partilhada, baseados em vínculos culturais singulares e numa língua comum, passaram a constituir o elemento agregador de uma vastíssima comunidade reunindo países de três continentes.

A nossa política externa tem valorizado este conjunto de relações, quer no plano bilateral quer no plano da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

A CPLP é um projeto tão pertinente quanto ambicioso. Há um lugar no sistema de relações internacionais, para instituições com vocação inter-regional, como é o caso, desenvolverem novos domínios de cooperação e aprofundarem identidades específicas. Temos aqui um longo caminho à nossa frente.

A liberdade, porém, não chegou ao povo mártir de Timor-Leste, de cuja luta e sofrimento sou solidário com todos os portugueses. Quero dirigir neste momento uma especial saudação à Convenção Timorense, que se desenrola em Portugal, apostada em discutir um quadro de ação política consensual e manifestar esperança nos esforços do Secretário-Geral das Nações Unidas para encontrar uma solução justa da questão de Timor-Leste.

Aplausos gerais.

Portugal não esquece Timor e os timorenses e continua determinado a defender intransigentemente os seus direitos, designadamente o direito fundamental de poderem escolher o seu destino.

Srs. Deputados, a nova República portuguesa associou o seu destino à Europa. A integração europeia, que a democracia projetou e conduziu, foi, por seu turno, um fator de estabilização democrática, contribuiu para a racionalização e o enquadramento das estratégias de modernização económica e social do país, permitiu que Portugal definisse, de forma clara e consistente, uma nova posição internacional, abandonando um largo período de isolamento, e constituiu, por tudo isto, uma oportunidade para sublinhar os traços históricos da identidade nacional numa dimensão de abertura e de diálogo, onde se exprime a nossa vocação universalista.

Foi árduo o caminho do nosso reencontro com a Europa. Os obstáculos foram vencidos graças à lucidez dos responsáveis políticos que souberam definir uma orientação firme e preservar os consensos internos indispensáveis para manter uma linha de rumo coerente, antes e depois da adesão efetiva de Portugal às Comunidades Europeias.

Esse percurso era obrigatório para que a nossa visão sobre a evolução da Europa e as nossas posições acerca das políticas comunitárias ganhassem a autoridade e a relevância indispensáveis, tanto para a defesa efetiva e necessária dos nossos interesses nacionais, como para garantir uma participação plena na edificação comum da Europa das democracias.

A presença de Portugal entre os fundadores da moeda única marca, sem dúvida, uma viragem histórica. Pela primeira vez, estamos na primeira linha, num momento decisivo, quando se inicia uma nova etapa, fundamental para o futuro de uma Europa livre e unida.

Há, por isso, boas razões, e sublinho-o constantemente, para ter orgulho em Portugal e nos portugueses, todos os portugueses que souberam reconhecer a importância deste desígnio nacional,

mesmo quando dele discordaram, e se empenharam na sua realização, com um profundo espírito de responsabilidade.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

Do mesmo modo, merecem reconhecimento os esforços continuados de sucessivos Governos na preparação das condições indispensáveis para passarmos à terceira fase da União Económica e Monetária, num quadro de continuidade em que foram envolvidos parceiros económicos e sociais.

A manifestação de legítimas correntes de opinião mais críticas ou discordantes não impediu que todos compreendessem os sacrifícios indispensáveis à modernização e o alcance nacional dos objetivos prosseguidos.

O mérito deste resultado deve ser sublinhado por dois motivos adicionais. Primeiro, por contrariar algumas expectativas mais pessimistas, que prevaleciam interna e externamente, sobre a nossa capacidade para cumprir, em tempo, os critérios de convergência que determinam o acesso à moeda única; depois, porque Portugal alcançou os objetivos fixados pelo Tratado de União com uma margem muito respeitável do ponto de vista macroeconómico. Há, pois, razões para ter confiança. Sem cair em voluntarismos deslocados, vale a pena insistir na importância do espírito de confiança como uma condição de sucesso, sobretudo quando se trata, como é o caso agora e para a frente, de fazer face a processos de mudança profundos.

Por outro lado, os fatores positivos na situação económica e social são cruciais para se poder avançar rapidamente nas mudanças prioritárias, com empenhamento generalizado de todos os agentes políticos, nas reformas prioritárias, tornadas ainda mais urgentes, tanto pela própria moeda única, como pelo próximo alargamento da União Europeia.

A integração europeia pôs à prova a democracia, a capacidade de resolver politicamente um grande desafio nacional, e a capacidade coletiva de realizar e absorver mudanças estruturais a um ritmo acelerado.

Perante a exigente negociação que está à nossa frente na União Europeia, e que nenhum dos nossos parceiros facilitará, será necessária uma assumida frente externa da responsabilidade de todos os agentes políticos, económicas e sociais, sem prejuízo, claro está, das responsabilidades próprias do Governo. Mas, em boa verdade, ninguém poderá ser mero espectador perante desafio nacional desta importância, nem capitalizar sobre as eventuais dificuldades que encontremos.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados: As mudanças não incidiram apenas nos planos económico e social. No plano institucional, as Forças Armadas enfrentaram, desde o fim da guerra colonial, desafios muito complexos. As opções estratégicas do país em matéria de defesa e segurança foram objeto de novas conceptualizações. Iniciou-se um debate sobre o modelo organizacional e a reestruturação das Forças Armadas portuguesas.

É importante aprofundar o debate sobre tais opções, visando um consenso nacional, condição que permitirá concretizar um corpo coerente de conceitos e princípios orientadores. A defesa nacional, em democracia — sublinho, em democracia —, constitui uma tarefa essencial do Estado que deve ser

partilhada por todos os portugueses. Daí que o debate e a reflexão sobre as grandes questões estratégicas que lhes estão associadas não possam ser restringidos a um pequeno núcleo de especialistas, devendo envolver todos os setores da sociedade portuguesa.

Entretanto, as Forças Armadas portuguesas passaram a estar presentes em importantes missões internacionais, nomeadamente na Bósnia, em Angola e em Moçambique, desenvolvendo ações de cooperação militar, como expressão da política externa do Estado português. E fizeram-no de forma exemplar, com eficácia, disciplina e empenho, prestigiando-se e prestigiando Portugal.

Aplausos gerais.

As reformas em curso constituirão, estou certo, um estímulo crescente para a carreira militar e para as verdadeiras consagração e assunção das finalidades nacionais das Forças Armadas numa república democrática moderna.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

O exemplo das adaptações institucionais conseguidas e das realizações bem sucedidas defende-nos do ceticismo e transmite confiança para continuar a vencer dificuldades e resistências à mudança.

Muitas dessas dificuldades e resistências correspondem a atrasos acumulados não só de recursos como de práticas. A integração europeia acelerou algumas das transformações estruturais, mas subsistem debilidades que seria perigoso negligenciar. Não me refiro apenas às fragilidades do aparelho produtivo, mas, principalmente, às que respeitam ao nosso sistema social e institucional.

Uma cidadania plena não se alcança apenas através do reconhecimento de direitos, mas, sobretudo, pela afirmação e pela generalização das práticas sociais que reforçam a igualdade de oportunidades, a participação cívica e a autonomia individual.

Os processos de tomada de decisão, cada vez mais implicados num mundo global, exigem crescentemente exatidão, eficácia e informação. Neste ponto, muito há a mudar nos padrões e nas rotinas dos portugueses. Impõe-se uma cultura de rigor, metodologias de exigência, debates qualificados e decisões sustentadas.

Gostaria, a este propósito, de me referir a uma grande realização nacional, que nos pôs à prova, a Expo 98, e a um desafio que nos convoca a todos, que é o do combate à droga.

A capacidade nacional de conceber e executar projetos com largo alcance internacional ficou, mais uma vez, demonstrada com a organização da Exposição Mundial em Lisboa.

A Expo 98 constitui um ensejo para valorizar os temas culturais e científicos ligados ao mar e desta forma sublinhar o espírito humanista dos Descobrimentos Portugueses, que foram um contributo decisivo para a unificação de um mundo fragmentado nos alvores da Época Moderna.

Mas é como grande realização, exemplar não só nos propósitos como nos meios que convocou e na integração de múltiplas disciplinas de intervenção, que pretendo apontá-la. É, certamente, um motivo de orgulho, dada a complexidade dos problemas que houve a resolver e a qualidade das soluções encontradas.

Aplausos do PS e do PSD.

A Expo não fez, por um golpe de mágica, desaparecer os problemas nacionais, apesar de ter implicado acréscimo significativo das capacidades de criação, de produção e de execução.

Mas é uma grande realização nacional, integradora, renovadora, inovadora, um marco na consolidação do prestígio internacional de Portugal. Estou certo de que todos o compreenderam e saberão, nessa medida, valorizar agora e até ao seu termo.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Excelências: As mudanças, tanto institucionais e políticas como sociais e culturais, têm de suscitar previsão e adaptação. Há um conjunto de domínios em que a estabilidade e coesão sociais, sem prejuízo do confronto de políticas, deverão caminhar para a formulação de grandes consensos que assegurem uma solidariedade entre gerações.

O caso da droga, uma das realidades mais dramáticas e complexas das sociedades modernas, constitui uma situação paradigmática. Existe hoje uma consciência, que diria espontânea, de que estamos perante um problema de dimensões globais que afeta o conjunto da vida social.

O problema das drogas já não está associado apenas às consequências físicas e psíquicas, sofridas pelo consumidor, e à criminalidade associada ao tráfico e à pressão do consumo. É, de facto, uma verdadeira ameaça a interesses fundamentais, que vão do desenvolvimento económico ao exercício da cidadania.

Trata-se de um problema para o qual não há uma resposta única. Requer, pois, uma concertação de recursos e de parceiros, uma cooperação entre instituições e Estados, uma atenção e um estudo permanentes e multidisciplinares.

Estamos perante uma questão que impõe um compromisso amplo entre o Estado e a sociedade através das suas instituições, um contrato de geração, que comprometa aqueles que agora detêm a responsabilidade com a qualidade da vida dos que virão a seguir. Esta é uma oportunidade rara que não podemos desperdiçar.

Os contratos de geração dignificam a função reguladora do Estado, tanto quanto dignificam as organizações sociais neles implicados. Há também outros domínios, como, por exemplo, os da segurança social, da saúde ou da justiça, em que o diagnóstico de situação foi efetuado e o estudo e o debate das soluções está adiantado. As parcerias sociais estão disponíveis e o acordo, certamente, agregará vontades e criará sinergias.

Os instrumentos da solidariedade valem para os problemas concretos da sociedade portuguesa. Uma democracia de cidadãos tem de ser capaz de corrigir o que os mecanismos económicos e sociais de mercado desequilibram e repor a equidade e a igualdade de oportunidades onde elas foram rompidas.

Não é uma responsabilidade de uns, apenas, que possa acomodar-se a privilégios corporativos ou a egoísmos de grupos instalados, pela simples e óbvia razão de que sem solidariedade não há cidadania. Quero, finalmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, referir-me a duas ocasiões importantes para a democracia portuguesa: o próximo referendo nacional e as celebrações do 25 de Abril de 1999. Quanto ao primeiro, quero dizer que a democracia não é um regime imutável. A representação política tem sido questionada por novas formas de participação direta dos cidadãos. Tem reconhecido

a pertinência de uma maior aproximação entre eleitores e eleitos. A democracia enriquece-se e reforça-se com as reformas que abrem a possibilidade de novas modalidades de intervenção e participação política.

Temos agora, perante nós, a oportunidade de dar concretização prática aos novos mecanismos da dimensão participativa da nossa democracia, no quadro constitucional, com a próxima realização do primeiro referendo nacional.

A circunstância de o recurso ao referendo ocorrer pela primeira vez na prática constitucional da nossa democracia não deve conferir ao ato qualquer dramatismo, seja qual for a natureza das opções a tomar pelo povo soberano.

A democracia representativa garante o quadro essencial de estabilidade política e institucional. A participação direta dos cidadãos tem de ser um fator complementar que reforce a legitimidade das escolhas e a coesão nacional.

Mas é por se tratar de uma experiência nova entre nós que a realização de referendos nacionais impõe a todos uma responsabilidade acrescida, que é a de conduzir o debate no respeito integral pelas regras da tolerância, no confronto das opiniões e com a maior clareza de argumentos, prevenindo a formação de fraturas suscetíveis de minar a coesão social.

Estou certo de que o referendo será uma demonstração da vitalidade e da maturidade da democracia portuguesa.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Excelências: O 25 de Abril é, certamente, um dos acontecimentos mais mercantes da nossa História contemporânea. Introduziu grandes e profundas transformações na sociedade portuguesa. Nele teve origem um regime democrático que tem sabido acolher essas transformações.

No próximo ano, comemorar-se-ão os 25 anos do 25 de Abril. Desejo o empenhamento de todos os órgãos de soberania nesse ato evocativo a que devemos associar especialmente as mais jovens gerações, que já se formaram no regime democrático e que são o futuro da nossa democracia.

Essa passagem de testemunho é decisiva. O legado mais valioso que oferecemos ao próximo século é precisamente a liberdade! O 25 de Abril de 1974 foi um sinal de esperança. O seu futuro será realização da nova geração, a geração da liberdade.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

1999

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, declaro aberta a sessão solene comemorativa e evocativa do 25.º Aniversário do 25 de Abril de 1974.

Tem a palavra, em representação do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes», a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

A Sr.ª **Isabel Castro** (Os Verdes): — Ex.mo Sr. Presidente da República, Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia da República. Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: «Esta é a madrugada que eu esperava. O dia inicial inteiro e puro. Onde emergimos da noite e do silêncio. E livres habitamos a substância do tempo» — assim disse Sophia de Mello Breyner do 25 de Abril.

25 de Abril, o Dia da Liberdade: Liberdade do Povo, Liberdade de Povos. A liberdade para o povo português, mas também para os povos da Guiné-Bissau, de Cabo Verde, de S. Tomé e Príncipe, de Angola, de Moçambique que, por caminhos nem sempre fáceis, a conquistaram. Povos a que, pela sua heroica luta, se juntará em breve — é nosso desejo e estou convicta de que é desejo de todos os portugueses — o povo mártir de Timor-Leste.

Povos africanos esses que, no seu processo libertador, simultaneamente, nos libertaram dos nossos próprios fantasmas, os fantasmas da guerra, da violência, do exílio.

Povos «juntos separados» que partindo nos acrescentaram, fazendo de Portugal, como diz Eduardo Lourenço, «um Portugal um pouco maior do que enquanto passado».

Povos irmãos, de um e do outro lado do mar, aliados de todos os combates, partilhando dos mesmos sonhos: a democracia, a paz, o direito à felicidade dos seus povos.

Como dizia Amílcar Cabral, nas suas clarividentes palavras, que recordo: «O nosso inimigo, não é o povo português, para nós combatentes da liberdade das colónias portuguesas, este inimigo é o colonialismo português. Isto não é culpa do povo português, que, em certo momento da história, soube mostrar o seu valor, a sua coragem, a sua capacidade e que, hoje mesmo, possui filhos capazes, filhos justos, filhos que querem também reconquistar as liberdades e a felicidade do seu povo».

Filhos de Portugal estes que também do lado de cá, durante gerações, souberam resistir! Mulheres e homens que souberam dizer não! Gente que afrontou a ditadura e lançou à terra as sementes da liberdade, da resistência, da rebeldia, as sementes que tornaram mais tarde, em abril, o Abril possível!

Abril, o 25 de Abril que hoje nos concede a feliz oportunidade de reunir e acolher neste Parlamento, nesta sessão, neste 25 de Abril tão especial de festa, o Presidente Joaquim Chissano e o Sr. Bacai Sanhá, e através deles a possibilidade de saudar fraternalmente o povo moçambicano e da Guiné-Bissau, que aqui representam.

Aplausos gerais.

Sr. Presidente da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores: 25 de Abril, o Dia da Liberdade. O dia em que os capitães, cansados da guerra, resgataram Portugal, fazendo emergir da ditadura a luz, para que pudéssemos nas ruas construir o dia! Os capitães de Abril que, daqui, quero hoje, como

sempre, vivamente, na sua generosidade, saudar! Os capitães a quem o povo português durante gerações de inconformismo e luta «mandou ser capitão revoltado».

Como diz Ary dos Santos: «Ser capitão revoltado / É o Povo que lhe diz / Que não ceda e não hesite / pode nascer um país do ventre duma chaimite». E nasceu!

Um País novo que pôs fim à ditadura, ao tempo do pensamento vigiado e único, ao tempo do terror, da censura, do isolamento, das prisões, do exílio. Um tempo de viragem, um tempo de começo, um tempo de projeto, um tempo de construção.

E é precisamente, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Convidados, desse Abril e desse País como presente e, sobretudo, como futuro a construir que importa falar.

Um Abril que nunca por nunca queremos ver transformado em mera sessão comemorativa. Um Abril em que nunca por nunca queremos que se abdique do sonho para nos fixarmos na recordação ou na melancolia. Um Abril que, formalmente, é sinónimo da democracia que se baseia num conjunto de direitos e liberdades públicas e se legitima enquanto tal, como organização da sociedade e do Estado, na busca do bem-estar, do desenvolvimento e da paz, como forma de assegurar a todos uma igualdade de oportunidades e uma existência digna.

Um Abril, contudo, que no seu significado mais autêntico, mais profundo enquanto liberdade, enquanto democracia, enquanto expressão de poder partilhado, só deixará de ser uma referência simbólica, um conceito cristalizado, uma realidade por construir, um 25 de Abril que só deixará de ser uma meia verdade — a meia verdade que é como habitar meio quarto, ganhar meio salário e só ter direito a metade da vida, a meia verdade — que, dizia, só se afirmará plenamente como espaço de exercício da liberdade, como vivência individual e coletiva, como escolha, como destino solidário, como sentido da própria vida.

O sentido que falta à vida depois de Abril e que só conseguiremos, em conjunto, encontrar quando erradicarmos o analfabetismo e as periferias dos guetos geográficos ou sociais.

O sentido que só encontraremos quando a escola, em vez de se afunilar nas mentes e no acesso, se abrir à vida, se alargar nos horizontes, mas também no gosto pela experimentação, no estímulo pela responsabilidade e pela crítica, no respeito pelo outro e pela natureza.

O sentido que falta e que só encontraremos quando, na vida, o direito à diferença cultural, religiosa, étnica e sexual deixar de ser tabu e quando a igualdade entre todos, como sinónimo da liberdade que pensa mais nos outros que em si própria, ousar finalmente transformar-se em justiça.

O sentido pleno que falta e só encontraremos quando, ao trabalho alienante e como direito em extinção, se suceder o trabalho como meio de realização individual, fator de desenvolvimento e de libertação para a vida.

O sentido que falta e só encontraremos quando, no reencontro com a nossa História, Europa, assumirmos a mestiçagem das nossas raízes, a riqueza da nossa identidade, a um tempo una e indivisível, e soubermos fazer da cooperação um fim e da solidariedade para com aqueles que vivem a sua diáspora uma vivência fraterna e quotidiana.

O sentido pleno da vida nascida de Abril que só encontraremos quando os recursos naturais deixarem de ser vilmente tratados como meros objetos passíveis de destruição, apropriação ou troca, e forem preservados como bens comuns, como condição de sobrevivência e como pertença de todos nós.

Um sentido para a vida que, após Abril, só encontraremos quando, em nome da memória que não se rende, soubermos optar entre a paz e a guerra, a vida e a morte, a palavra e a bomba e soubermos frontalmente recusar e não ser cúmplices da violência, do sofrimento e da morte.

Sr. Presidente da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Falar de Abril enquanto projeto de construção é forçosamente, hoje, falar da nossa responsabilidade face ao futuro e da viagem que nele, coletivamente, temos de empreender.

Aquilo que verdadeiramente hoje se reclama, aquilo que ele requer, precisamente para dar vida a Abril e lhe garantir possibilidade de existência, é que ele se assuma como veículo criativo, libertador e de radical mudança.

Mudança que é forçoso operar no modo como vivemos, como produzimos, como consumimos.

Mudança quando tantas interrogações pesam sobre a sociedade, o planeta, o nosso futuro, o dos nossos filhos, o dos nossos netos.

Mudança na economia que, tal como existe, tem provado ser fonte de miséria, de exclusão, de degradação ambiental.

Mudança numa sociedade mergulhada no consumismo exacerbado, aprisionada pela ditadura dos objetos, que à solidariedade contrapôs a competitividade, que se afirma pelo ter e não pelo ser, que perdeu de vista a visão de longo prazo para se fixar no imediatismo e na pequenez dos ciclos eleitorais.

Mudança no tempo em que todos os bens são transformados em meros objetos passíveis de troca, tempo de apropriação privada de bens patrimoniais da humanidade, mesmo aqueles que são suporte da vida, como o ar que respiramos, a água que bebemos, a terra que pisamos.

Mudança em tempo de globalização, de ditadura de mercados, de glorificação do lucro como valor sagrado, em nome do qual tudo se sacrifica, destrói e parece justificar.

Mudança em tempo de crise ecológica sem paralelo que tem gerado desigualdade, destruição dos recursos, anulação da diversidade, pobreza, padronização cultural, perda de valores.

Tempo sobre o qual pairam novas ameaças, provocadas pelo *apartheid* social, as desigualdades, as ruturas dos ecossistemas, as alterações climáticas, a destruição da paisagem, o desaparecimento de espécies. Ruturas estas que, de modo irreversível, nos poderão tornar prisioneiros de processos incontroláveis e pôr em risco a nossa própria sobrevivência.

Mudanças se reclamam, pois, perante um desafio novo, num registo historicamente inédito.

O desafio que liberte o planeta, mas também cada país, cada comunidade, cada cidadão, da armadilha de paradigmas ultrapassados.

O desafio que implica a responsabilidade de cada um em dar novas respostas aos problemas colocados.

O desafio que nos propõe uma nova solidariedade face às gerações futuras.

O desafio que nos impõe uma ética na relação do homem com a natureza e do homem consigo próprio.

O desafio do futuro que nos compromete, envolve e de cada um de nós exige uma ética de responsabilidade.

O futuro que começa agora, não é para amanhã, perante uma responsabilidade que não se decreta, aceita-se ou não, assim se concebe em democracia!

A democracia que, em nome de Abril, em cada dia terá de se reinventar, recusando o conformismo. A democracia que, inquieta sobre si própria, terá de ser capaz de se interrogar.

A democracia que agora já não é dos outros, mas é de todos e de cada um e está em nós, na nossa participação, na nossa vontade, no nosso dia a dia, saber moldar e animar.

Recuperando hoje, como ontem, o sonho e construindo a utopia. Em nome de Abril! Como o começo, como a aventura coletiva de um povo, que hoje, em 25 de Abril, é dia de celebrar.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, em representação do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. **Lino de Carvalho** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr.as e Srs. Convidados, Sr. Presidente da República de Moçambique, Sr. Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, Homens e Mulheres de Abril: Faz hoje 25 anos. Sensivelmente a esta mesma hora, sentado na borda da cama de um quarto-prisão do Hospital Miguel Bombarda, para onde havia sido transferido de Caxias, às ordens da PIDE, ouvi, do outro lado da janela, no pátio, alguém gritar «Marcelo caiu». Tendo em conta o local onde estava, e apesar das informações existentes, dei comigo a pensar que se tratava de um caso psiquiátrico.

Afinal não era! A liberdade, duramente conquistada, entrava-nos finalmente portas e janelas dentro. Até hoje.

Ao comemorarmos este quarto de século em liberdade, acodem-me à memória os nomes e as imagens dos que, com a sua luta, o seu sacrifício e o sacrifício dos seus familiares, por vezes a morte, na prisão, na clandestinidade ou no exílio, construíram as estradas que fizeram a liberdade.

Comunistas, meus camaradas de partido, seguramente, mas também republicanos, socialistas, católicos, radicais de esquerda, estudantes, operários, assalariados agrícolas do Alentejo, camponeses, intelectuais, povos das então colónias em luta pela independência, mulheres e homens, todos — mas todos! —, desde os mais mediatizados e para sempre registados nas páginas da bibliografia de Abril até aos mais anónimos militantes da liberdade, com a sua luta, com a sua intervenção, construíram as «portas que Abril abriu». Todo um povo que deve ser convocado à nossa memória, à nossa homenagem, nesta hora, e que constituiu o fermento que adubou o campo onde floresceu a consciência dos militares, "dos capitães de Abril", que, organizados no Movimento das Forças Armadas, arrombaram e escancararam as portas da Liberdade e da democracia.

Como recordava Ary dos Santos, «Quem o fez era soldado/homem novo capitão/mas também tinha a seu lado/muitos homens na prisão». A eles, a todos eles, as nossas mais intensas saudações.

Aplausos do PCP, do PS, do PSD e de Os Verdes.

Tanto mais necessárias quanto, numa época de memórias dissolvidas e selecionadas na diária mediatização da História, alguns, muitos, procuram branquear o passado e os responsáveis desse passado. Contra esse branqueamento, pela formação cívica das gerações posteriores e para que não volte, é preciso reafirmar sempre e sempre que o fascismo existiu em Portugal, que o nosso País foi palco de perseguições, de prisões por delito de opinião, de torturas, de censura, de guerra colonial, de proibições muitas e que o fim do fascismo não foi dádiva do regime, não foi o resultado de um simples "piparote", foi o resultado de muita luta, muito sangue, muita coragem cívica, muita paixão. Como dizia Hegel, «nada de grande se faz sem paixão».

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Srs. Convidados: Valeu a pena a luta pela Liberdade e pelas liberdades, mesmo quando muitas das esperanças de Abril estão por construir; mesmo quando o emprego com direitos não é um direito efetivo de todos e está quotidianamente ameaçado nos locais de trabalho e na legislação laboral do Governo; mesmo quando a pobreza e a marginalidade alastram, apesar do rendimento mínimo garantido; mesmo quando mais de 70% dos reformados continuam a ter de viver com pensões inferiores a 32 800$; mesmo quando as mulheres e os jovens continuam a ser discriminados; mesmo quando se agrava a injusta distribuição da riqueza para valores idênticos aos anteriores a 25 de Abril; mesmo quando o pensamento único, neoliberal, por vezes polvilhado com contristadas devoções fingidas, domina os modelos de Estado e governos socialistas e sociais-democratas, impondo a desvalorização das políticas públicas, tudo submetendo à lógica da competitividade a todo o preço, da privatização e do lucro; mesmo quando, por isso mesmo, a sociedade hoje não é a sociedade da solidariedade com que sonhámos. Apesar de todos estes défices, valeu a pena, valeu incontestavelmente a pena fazer Abril, porque não há nenhum bem mais precioso do que a liberdade, sem a qual não há democracia política, e porque, em liberdade, melhor se pode lutar pela democracia económica, social e cultural que ambicionamos.

Mas as celebrações deste quarto de século em liberdade ficam marcadas, estão marcadas, por factos dolorosos da maior gravidade: a brutal e irresponsável guerra de agressão dos Estados Unidos, da União Europeia e da NATO contra a Jugoslávia; a continuação da guerra em Angola, movida por Savimbi, em violação das resoluções da ONU; a violência, os massacres e a brutalidade da Indonésia contra o povo de Timor-Leste.

Está hoje cada vez mais claro, designadamente para aqueles que, de boa-fé, ainda concediam o benefício da dúvida, que a guerra não está a resolver nenhum dos problemas que alegadamente se propunha resolver, pelo contrário, está a agravá-los todos.

Violando a legalidade internacional, violando a Carta das Nações Unidas, milhares de toneladas de bombas destroem, colateralmente, cidades, fábricas, edifícios residenciais, pontes, escolas, edifícios históricos; matam crianças, velhos, mulheres e homens. É isto uma guerra humanitária, como afirmam os que a defendem? É isto uma ação humanitária, como sublinham os que pretendem dar cobertura constitucional à intervenção de Portugal? Não! Isto é uma guerra de destruição, isto é uma guerra de dominação imperial, isto é uma guerra onde Portugal está mergulhado, infelizmente, por responsabilidade do Governo do Partido Socialista.

Nas condições em que a NATO está a intervir — contra os seus Estatutos, fora das suas fronteiras, como organização ofensiva —, Portugal não tem nenhum dever de solidariedade.

Portugal não tem nenhum compromisso com uma organização que, como meridianamente foi afirmado pelos estrategas norte-americanos, está já a testar no terreno o novo figurino que decorrerá de uma futura alteração do tratado constitutivo da NATO, como afirmação da nova ordem mundial, cumprindo a resolução do Senado norte-americano de 30 de abril de 1998, formalizada no «Conselho de Guerra» de ontem, em Washington. Uma NATO a atuar como "xerife" do mundo, às ordens dos Estados Unidos e assessorada pelos governos europeus.

E isto é tanto mais insuportável quanto, simultaneamente — e sem querer forçar paralelismos deslocados —, se hesita e não se acode ao povo de Timor-Leste, vítima de uma chacina continuada, perpetrada há mais de duas décadas, pela Indonésia, pelas suas forças armadas e pelas milícias por si organizadas e armadas. Aqui — como na Turquia, com o povo curdo — já não existem razões humanitárias que justifiquem uma ação firme que permita ao povo de Timor-Leste escolher livremente o seu destino? É a política de dois pesos e duas medidas que o Partido Comunista Português há muito critica mas que só agora, alguns, com ar aparentemente sofrido, parecem ter descoberto.

Não defendemos, obviamente, uma qualquer intervenção militar. No Kosovo, no Curdistão ou em Timor-Leste as soluções têm de ser políticas para problemas que são políticos.

O Governo português deve pôr termo ao seu envolvimento na guerra contra a Jugoslávia, contribuindo, no quadro da ONU, para uma solução política para o problema do Kosovo, com a sua autonomia, e assegurando o retorno pacífico da martirizada população de origem albanesa, no respeito pela soberania e integridade territorial da Jugoslávia e da Sérvia e pelos direitos das minorias nacionais.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

Se o fizesse, Portugal prestigiar-se-ia aos olhos dos portugueses e do mundo e teria mais autoridade para exigir igualmente uma intervenção mais determinada da ONU em Timor-Leste, que garantisse a cessação imediata dos massacres e o desarmamento das milícias e que, no plano político, garantisse a autodeterminação e a independência do território. Ganhava Portugal e, sobretudo, ganhavam a causa dos povos e da paz. Esta seria a melhor celebração do 25.º Aniversário do 25 de Abril. 25 de Abril que nos libertou e pôs termo a uma guerra, 25 de Abril que não nos libertou para fazermos novas guerras.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Srs. Convidados: Apesar das nuvens e das tempestades que se abatem no horizonte, mantemos bem viva a esperança e a certeza nos ideais de Abril. Não partilhamos de uma visão pessimista e catastrofista do País, mas também não nos demitimos de dar voz aos que criticam os desequilíbrios territoriais, ambientais e sociais crescentes e de contribuirmos, com as nossas propostas, para construir um País melhor, um País e uma sociedade onde recuperemos a grande festa coletiva e solidária de Abril. Este é o único caminho para continuarmos a garantir, às portas de um novo milénio, a adesão das novas gerações aos ideais de Abril.

Por isso, com Abril, afirmamos, neste momento histórico, a necessidade de um novo rumo para a construção europeia, que assegure uma Europa dos trabalhadores e dos povos, de cooperação e de

paz. Com Abril, afirmamos a necessidade de uma viragem à esquerda no País, que garanta a construção plena de uma democracia plena. Com Abril, afirmamos a necessidade de mais solidariedade, mais justiça social, mais liberdade. Com Abril, acreditamos no futuro.

Viva Abril!

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, em representação do Grupo Parlamentar do Centro Democrático Social-Partido Popular, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Queiró.

O Sr. **Luís Queiró** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Ilustres Convidados, Sr.as e Srs. Deputados, Nuno Abecasis disse, um dia, numa sessão igual a esta: «Liberdade e democracia são rutura permanente, não só com os traços injustos e traumatizantes do antigo regime, mas também com aquilo que no regime atual ainda é fonte de frustração e desilusão».

É por aqui que devemos começar uma evocação do 25 de Abril. Uma evocação que não queremos que seja só de nostalgia, mas que, ao mesmo tempo, tenha o rigor da História e assuma, no essencial, a preocupação do futuro.

Do ponto de vista dos factos, o 25 de Abril foi várias coisas e não uma só: foi, certamente, um golpe de Estado, onde coexistiram razões corporativas e aspirações políticas; foi, seguramente, uma Revolução que, ao contrário das reformas, por natureza prudentes e equilibradas, teve sonho e teve excesso, seguindo-se-lhe imediatamente um processo revolucionário, esse, sim, já em rota de colisão com o ideal democrático; por fim, o 25 de Abril, lido e entendido com o 25 de Novembro, foi, de facto, o batismo de uma democracia parlamentar em Portugal.

É importante esta precisão histórica para que não caiamos na tentação de fazer História a preto e branco, nem de selecionar heróis, nem de apagar verdades, numa palavra, para que não caiamos na tentação de ser maniqueístas.

Parece-nos oportuno, de resto, salientar que pertencemos à última geração que viveu o 25 de Abril e mal iríamos se não soubéssemos contá-lo com rigor.

É por isso que, para nós, faz todo o sentido e é de toda a justiça recordar neste Parlamento o contributo, pouco lembrado nestas ocasiões, dado pela Ala Liberal para que, anos mais tarde, o regime das liberdades fosse possível e dizer que não esquecemos o papel dos católicos para que houvesse uma consciência social disponível para a mudança. Outrossim, sabemos que a própria ideia de desenvolvimento, nem mais nem menos do que a ideia de que havia outro Portugal possível, fazia já o seu curso nas novas gerações e nos novos quadros.

Assumimos que o 25 de Abril quer dizer coisas diferentes para pessoas diferentes.

Nós partilhamos o 25 de Abril da liberdade, da democracia e do projeto de bem-estar; não partilhamos, não nos peçam para partilhar, o 25 de Abril que não soube controlar uma descolonização que deveria ter sido um exemplo, nem soube evitar um processo de nacionalizações sem justa indemnização.

E, no entanto, estamos aqui todos sem crispação, descolonizando e, ao mesmo tempo, absorvendo um milhão de portugueses regressados das ex-colónias; estatizando as empresas e, ao mesmo tempo, recuperando o desenvolvimento próprio das economias de mercado, o que só pode querer significar que o verdadeiro herói é o povo português, que, com o seu voto, foi conduzindo a revolução militar para a democracia civil, a democracia civil para o desenvolvimento económico e, projeto inacabado, o desenvolvimento económico para a coesão social.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A bancada do CDS-PP representa aqui um dos quatro partidos fundadores da democracia portuguesa. Permitam-me que vos recorde, ainda que brevemente, o papel do nosso partido nesses 25 anos.

Tivemos razão, historicamente, quando votámos sozinhos contra uma Constituição que, por ser ideológica, dividia, como o vieram a comprovar as suas sucessivas revisões; quando aceitámos governar o País em bancarrota e sob ameaça do Fundo Monetário Internacional; quando participámos na Aliança Democrática, para civilizar um regime que persistia em manter uma tutela militar; quando fomos os primeiros a defender a liberalização da economia com o mesmo vigor com que hoje prevenimos o País para os excessos do liberalismo; e, ainda, quando alertámos para a necessidade de envolver a vontade popular e o espírito crítico, numa fase em que se tornava oficial uma certa teologia da Europa.

Também não deixámos de estar na primeira linha da definição do nosso presente quando, no ano passado, os portugueses foram chamados a votar em dois referendos. Em ambos, o que estava em causa era a escolha sobre valores essenciais e permanentes: num caso, o primado da vida, no outro, a unidade nacional. Naturalmente, o nosso empenhamento na vitória desses valores não foi exclusivo, mas sabemos, e os portugueses sabem, que foi determinante.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A primeira pergunta para o futuro é saber se Portugal tem um projeto nacional. Um projeto nacional que nos permita ser, na Europa, o que formos capazes de fazer por nós próprios e o que formos capazes de projetar de nós mesmos para além da Europa.

Neste domínio, a nossa maior obrigação é para com Timor e com os timorenses, com quem há 25 anos falhámos, por quem há 25 anos lutamos e perante quem é chegada a hora de assumir todas as responsabilidades.

Permita-me, Sr. Presidente da República, que faça aqui, desta tribuna e neste dia, a Vossa Excelência e ao Governo, um apelo veemente para que tudo seja feito, até ao limite das nossas capacidades, no sentido não só de promover como de garantir aos nossos irmãos timorenses a liberdade de escolha para o seu futuro, como, de resto, a nossa Constituição claramente determina.

Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro: Julgo que a última coisa que podia acontecer a Portugal e a Timor era que as negociações de Nova Iorque se viessem a transformar num segundo Bicesse.

Por outro lado, devemos olhar com outra atenção para o espaço da lusofonia representado na CPLP. Devemos fazê-lo numa perspetiva quase refundacional, no momento em que a língua portuguesa já não é só nossa, é de todos.

Neste espaço lusófono, onde ainda há guerra, a nossa obrigação é ajudar à paz sem tomar partido e, onde há paz, devemos ter a capacidade de ajudar ao desenvolvimento, dando e recebendo.

A segunda pergunta respeita ao caminho que queremos trilhar na Europa. E aí sublinhamos, uma vez mais, que Portugal deve participar na construção europeia sem reserva mental, mas com cautela, com a cautela e a prudência de quem quer estar na Europa, mas não quer perder Portugal.

Salvaguardada a fronteira da nossa independência, isto é, da margem de autonomia que nos permite dominar o nosso próprio destino, devemos aprofundar a nossa cooperação e exercitar a nossa solidariedade com os demais Estados da União Europeia na edificação de uma Europa de paz e de uma Europa de prosperidade.

No plano interno, é oportuno recordar que é mais do que provável que o País fique entregue a si próprio após 2006, ano em que cessará a aplicação da leva de fundos comunitários recentemente negociada pelo Governo. Será, pois, a última oportunidade de que Portugal disporá para canalizar o investimento desses fundos para o fator humano e para a educação dos seus jovens. É essa a orientação que propomos, conscientes de que somos hoje, sobretudo, um País de pessoas e de que o que está em causa é a nossa atitude perante o futuro.

Quanto ao método na utilização dos fundos comunitários, limitamo-nos, Sr. Primeiro-Ministro, a exigir rigor, transparência e eficácia.

A terceira pergunta tem a ver com as mudanças corajosas a efetuar urgentemente no núcleo indelegável das funções do Estado, no domínio da justiça e da Administração Pública.

Quanto a nós, justiça que não é pronta não é justiça. A insuportável lentidão da justiça em Portugal, para além de constituir um evidente fator de crise na própria qualidade da democracia, afeta direitos fundamentais dos cidadãos.

Por isso, entendemos que é indispensável consagrar como prioridade, na política de justiça, a celeridade no seu funcionamento, o que há de ser prosseguido onde está o problema: na melhoria e no aumento dos meios disponíveis e não na quebra das garantias fundamentais do processo judicial.

A qualidade da democracia também se preserva eliminando o excesso de burocracia de que padece a Administração Pública. A racionalização do seu funcionamento, a clarificação dos seus procedimentos e a sua não partidarização são, aos olhos do CDS-PP, elementos essenciais para restabelecer a confiança dos cidadãos no Estado.

Uma quarta e última questão prende-se com o direito que os portugueses têm de não se conformar com o atraso do seu País face aos outros países da Europa onde se integram de pleno direito.

Os portugueses reclamam do Governo capacidade e determinação para responder à sua ambição coletiva de igualdade de condições de vida com os demais cidadãos europeus.

Mais do que saber se o País satisfez critérios nominais para atingir a moeda única, os portugueses querem saber quando atingirão o pelotão da frente no que toca ao nível dos seus salários, ao montante das suas pensões, à qualidade da prestação dos cuidados médicos na rede de saúde pública e à justiça e equidade dos impostos que têm de pagar.

Não duvidamos que os portugueses estão dispostos a ser o polo e o motor desse esforço coletivo de modernização e de desenvolvimento do seu País, mas esperam do Governo um combate sem tréguas na erradicação da pobreza e no reforço das classes médias.

Nós, no CDS-PP, tributários dos valores personalistas da democracia-cristã, reafirmamos hoje, por ocasião do 25 de Abril, o nosso compromisso com uma justiça social mais efetiva, assente em mais desenvolvimento, melhor qualidade de vida, maior riqueza e efetiva solidariedade, porque as aspirações dos portugueses não nos são indiferentes.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, em representação do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Mendes.

O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Cardeal-Patriarca, Excelência Reverendíssima, Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: Comemoramos hoje, 25 anos volvidos, o momento que restituiu a liberdade a Portugal e abriu caminho à nossa democracia política. Comemoramos um 25 de Abril que não é propriedade de ninguém, nem à esquerda, nem à direita, porque pertence, por inteiro e por igual, à cidadania de todos os portugueses. Comemoramos o 25.º Aniversário de uma Revolução que operou, neste século, a mudança mais importante, porque mais profunda, mais sentida e mais duradoura, na vida de um Povo e de uma Nação. Portugal mudou o sentido da sua História, os portugueses passaram a ser senhores de si próprios e do seu destino.

Aos olhos de muitos, particularmente das novas gerações, tudo quanto comemoramos em Abril parece hoje óbvio ou até banal. Trata-se, afinal, da liberdade de falar, do direito de escolher ou de decidir — um elementar direito de cidadania. Só que a evidência de hoje era também a maior das negações há apenas 25 anos atrás.

Ao evocar Abril, estamos também, por isso mesmo, a exortar a memória e a coragem: a memória do que há 25 anos foi vencido, a coragem que foi necessária para vencer.

Muitos e muitos portugueses contribuíram, durante anos e anos, pela palavra, pela ação ou até com a própria vida, para ajudar à concretização deste desígnio coletivo. O País não esquece e a História não deixará de registar esse acervo de coragem e generosidade. E tomando hoje, aqui, a palavra, em nome do PSD, permita-se-me que evoque, de uma forma muito sentida, o papel e a ação que o fundador do nosso partido, Francisco Sá Carneiro, e seus companheiros na Ala Liberal, desenvolveram a favor da liberdade e da democracia.

Aplausos do PSD e de alguns Deputados do PS.

Mas uma homenagem é devida hoje, de forma muito particular, a quem, há 25 anos, ousou, arriscou e promoveu a mudança. Esse alguém são os militares de Abril, a quem o País está grato e que hoje, aqui, quero saudar e homenagear.

Aplausos gerais.

Sr. Presidente, o 25 de Abril não mudou apenas Portugal, mudou também o nosso lugar no mundo, porque nos devolveu à condição de Pátria entre as pátrias da liberdade, porque a democracia nos permitiu o reencontro de Portugal com a sua vocação de país europeu.

Quebrámos um isolamento secular em relação à Europa, um isolamento que nos empobrecia como Nação e nos tornava redobradamente um país periférico. Esta foi uma opção estratégica essencial, só possível, também ela, pela democracia que Abril instituiu. Uma opção que não anula, antes reforça, a aposta no ideal da lusofonia e na excelência das relações com os países africanos de expressão oficial portuguesa. Quero, por isso, também nesta ocasião, na pessoa do Presidente da República de Moçambique, que hoje nos honra com a sua presença, aproveitar para saudar os povos irmãos de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, a quem nos ligam e ligarão sempre especiais relações de amizade e de solidariedade.

Hoje estamos no centro, no centro da decisão política e económica da Europa. Uma Europa que é fator de modernidade e alavanca de desenvolvimento, mas que é também modelo de cidadania e paradigma do respeito pelos direitos humanos, o que nos confere uma legitimidade e uma autoridade particulares. A legitimidade, hoje ainda maior do que ontem, para evocar Timor e a memória fraterna do seu povo mártir. A autoridade para reclamar da comunidade internacional, em relação a Timor, coerência de atitudes e o fim da hipocrisia. É que não há povos de primeira e de segunda categoria, não há direitos humanos de primeiro ou de segundo grau, porque a Comunidade Internacional não pode ser firme nuns casos e permissiva ou tolerante noutros. A dualidade de critérios revolta e indigna.

O povo timorense tem direito à liberdade e à paz, Portugal tem o dever de ser firme e exigente e todos temos a fundada esperança que daqui a um ano — no próximo 25 de Abril — possamos estar aqui a celebrar também o início da nova era de liberdade, de paz e de independência para o martirizado povo de Timor-Leste.

Aplausos do PSD e de alguns Deputados do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Comemorar o 25 de Abril é, olhando para o passado, homenagear o ato de libertação de uma nação e de um povo, mas é também pensar o futuro, com as preocupações que o presente oferece.

E nós temos, na pluralidade das opiniões deste Parlamento, algumas preocupações sérias. Elas têm a ver, sobretudo, com a qualidade da nossa democracia e com a crise que o Estado atravessa.

O tempo que aí vem é, para todos nós portugueses, um tempo de grande exigência. Não é apenas o tempo da nova página que se abriu na Europa. É, mais do que isso, é o advento da globalização, num mundo marcado por uma competição feroz e, por vezes, desumana. Vamos ter novos desafios e enfrentar problemas novos, alguns dos quais inéditos na nossa história.

Impõe-se, desde logo, por isso mesmo, ter uma cultura de grande exigência. Ao contrário, o que assistimos hoje em Portugal é à proliferação de uma cultura de facilidade. Na educação como na política, no Estado como na Administração em geral, estimula-se a facilidade em vez de se cultivar e premiar o esforço, o mérito e a excelência.

Sendo um tempo de exigência, não basta reagir. É imperativo ter a coragem de agir e de assumir convicções. Ao contrário, o que vemos hoje é cada vez mais substituir a ética das convicções pela lógica das conveniências. Faz-se o que é mais conveniente, não o que é mais necessário.

A filosofia do consenso tornou-se, na prática, uma obsessão. De exceção passou a regra. O que gera consenso faz-se, o que não se faz por consenso adia-se e não se faz. Como o consenso nem sempre é fácil, a conclusão resulta inevitável: mais adiamento ou maior imobilismo. Isto enfraquece a democracia representativa, porque põe em causa o primado da soberania popular, porque mina a autoridade democrática do Estado, porque desvirtua o mandato que é conferido através do voto, porque assim se retira verdade à ação política.

Os cidadãos passam a não confiar no Estado e a desacreditar de quem os representa. Agrava-se o divórcio entre governantes e governados. Perde qualidade a nossa democracia.

Como não há vazios em política e o Estado pouco decide, o poder legítimo e democrático, porque dimana do voto, é rapidamente substituído pelos poderes de facto, pelos grupos de pressão ou pelos interesses corporativos que se movimentam na sociedade. A pressão, a reivindicação, a ameaça ou até mesmo a chantagem passam a valer mais do que o voto de cada um. Quem tem maior capacidade de reivindicação, na economia, na informação, no mundo laboral ou empresarial, impõe o seu poder e afirma a sua vontade; quem é vulnerável e desprotegido e só dispõe da arma do voto, é rapidamente esquecido ou ultrapassado. Com a agravante, quando tal sucede, de que se agravam as desigualdades sociais, a riqueza concentra-se mais e distribui-se com menos justiça.

A legitimidade democrática cede, assim, perante outras legitimidades que o voto não contempla e o sufrágio não comanda. Isto não é bom para a democracia porque é uma perversão da própria ideia de democracia.

Aplausos do PSD.

Em vez de aperfeiçoarmos e aprofundarmos a democracia representativa, abrindo-a a novas formas de participação, acabamos, afinal, na prática, a reduzir o atual mandato de representação.

Mas à crise de valores e da democracia representativa soma-se ainda a crise do próprio Estado. E Portugal — há que dizê-lo — vive momentos de preocupação séria quanto ao estado do seu Estado de direito. Quando a justiça é lenta e atrasada, quando a investigação do crime chega tarde ou nem sequer chega, quando os conflitos e as acusações entre os órgãos e as instituições de justiça se agravam e, sobretudo, se travam na praça pública, quando se assiste a uma tendência crescente para a politização da justiça, quando a verdade mediática se sobrepõe à verdade judiciária, quando o cidadão é julgado na rua antes de o ser em tribunal, já não é apenas a denegação de justiça que está em causa, é muito mais do que isso, porque é a própria segurança das pessoas e são os próprios direitos e garantias do cidadão que estão ameaçados.

Aplausos do PSD.

Uma justiça serena e discreta, a funcionar com eficácia, dá confiança ao cidadão. Uma justiça em crise e em conflito na praça pública ameaça o cidadão e torna-o intranquilo e inseguro.

Também aqui, mas sobretudo aqui, neste pilar essencial do nosso Estado de direito, a diluição de responsabilidades, a omissão do Estado e a demissão da obrigação de exercer o poder assumem proporções inquietantes.

É que há, a todos os níveis da sociedade, lesões graves e omissões de difícil reparação; mas há, no plano do Estado, lesões e omissões que se podem tornar irreparáveis e irreversíveis.

É assim que se perde a confiança no Estado, é assim que se mina a democracia, mas é também tendo a perceção destes perigos que os podemos e devemos vencer, sem conformismos, sem resignações, com vontade, com lucidez e com esperança, com a convicção de que somos capazes, em coerência com o espírito mobilizador do 25 de Abril, que hoje assinalamos, honrando a saga que há um quarto de século devolveu Portugal à sua condição de país de futuro e com futuro.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, em representação do Partido Socialista, tem palavra o Sr. Deputado Francisco de Assis.

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Ilustres Convidados, Srs. Deputados: 25 anos decorridos sobre o momento em que o povo português recuperou a liberdade que a ditadura salazarista lhe havia confiscado, quero começar por homenagear os homens e as mulheres que, ao longo desses opacos e sombrios 48 anos de autoritarismo político, tudo adiaram e de quase tudo prescindiram nas suas vidas — do amor, da família, da profissão, do percurso individual — para atenderem a uma única urgência vital, a de lutar pela deposição de um regime que coartava os direitos cívicos e políticos, esmagava a liberdade e oprimia ferozmente os portugueses.

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

Esses resistentes, que nunca abdicaram da esperança na dignidade humana, foram, pelos seus gestos e atitudes, as estrelas que guiaram a liberdade nos penosos tempos da noite fascista. Pela sua própria condição, esses homens e essas mulheres estão muito para além das homenagens que institucionalmente lhes possamos prestar e se os evoco hoje, aqui, é mais por nós do que por eles. Nesses gestos de grandeza inteiramente generosa, eles não se limitaram a legar um exemplo, outorgaram-nos também uma indeclinável responsabilidade cívica ao mesmo tempo que nos proporcionaram a possibilidade de reconciliação com o que de melhor a humanidade pode comportar. Nessa resistência estava mais do que a resistência, estava sobretudo a afirmação do homem que, ante o destino trágico, não verga, estava a lição fundamental do humanismo, tal como a nossa civilização o concebeu e consagrou nos seus momentos mais luminosos.

Não é, pois, sem emoção que, nesta Câmara, onde a liberdade plana entre as consciências que discordam, ouso evocar os que não cederam, os que não abdicaram, os que nunca desistiram. Nenhum deles teria como certo o êxito da luta que travava, mas levaram-na a cabo com um empenhamento absoluto que não decorria de qualquer expectativa concreta, mas antes de uma convicção funda que não conhecia hesitações. Porque a liberdade e a democracia não são um destino natural para os povos, mas, sim, o resultado de vontades que tantas vezes têm mesmo de saber forçar o destino.

Talvez esses homens e essas mulheres pareçam demasiado velhos para o tempo vertiginosamente célere que vivemos, talvez a sua imagem surja longínqua e ténue. E é por isso mesmo que temos acrescida necessidade de os lembrar, porque nós sabemos que muitas vezes o assassinato da memória constitui um grave crime contra o futuro.

Aplausos do PS.

Durante 48 anos vigorou, em Portugal, um regime que cultivava uma visão anacrónica do país, que nos projetava fora do tempo e do espaço, nos impermeabilizava às correntes do pensamento que percorriam a Europa e o mundo, nos condenava ao estatuto desse «Portugal em diminutivo», como compreendeu o génio de Alexandre O'Neill. Era o tempo do medo, da censura, da tortura, da polícia política, dos tribunais plenários, do exílio, da opressão, da denegação dos direitos cívicos e políticos, da injustiça e da intolerância. E era, para além disto tudo e sob isto tudo, o tempo de uma imensa hipocrisia, desse fascismo de aparentes brandos costumes que reprimia desde logo pela inibição, que censurava antes de mais pelo condicionamento mental, que torturava pela ameaça constante do recurso à tortura, não hesitando, porém, em recorrer à mesma, de forma cruel e bárbara sempre que a profilaxia do medo não funcionava. Era o tempo da pequena barbárie de todos os dias, que devassava intimidades, vigiava consciências, agrilhoava o sonho, a imaginação, as pequenas utopias que cada ser humano inelutavelmente transporta consigo.

Esse tempo acabou em 25 de Abril de 1974. Saúdo com entusiasmo os capitães de Abril que restituíram a liberdade ao povo português.

Aplausos do PS, do PSD, do PCP e de Os Verdes.

Nenhuma revolução se leva a efeito sem alguma dose de inocência, neste caso bem patenteada na atitude desses jovens capitães que ousaram, num admirável gesto de insubordinação, romper com a ordem instituída, pondo fim a um regime que não apresentava perspetivas de autorregeneração e se rigidificava em torno de dogmas absolutamente anquilosados.

Recordo a imagem, que ficará como um ícone para a história, do capitão Salgueiro Maia, em cima de um carro de combate, olhando solitariamente para a mais gregária das multidões, o povo de Lisboa libertado das grilhetas, festejando com genuína alegria o fim da ditadura.

Aplausos do PS, do PSD, do PCP e de Os Verdes.

Essa imagem perdurará como uma espécie de metáfora da Revolução. Lá está o militar, num gesto heroico e simples, e o povo ao fundo, um povo que já não aceita senão ser o sujeito do seu próprio devir histórico.

Como todas as revoluções também esta gerou vicissitudes diversas, originou contradições, proporcionou eventuais perversões; mas, como poucas, esta foi uma Revolução pacífica e mesmo os excessos que possa ter provocado rapidamente foram recuperados e reconduzidos para a pureza original do ato revolucionário que consistia em restituir a liberdade ao País.

Nesta circunstância, cabe elogiar o elevadíssimo sentido de civismo do povo português e a excecional lucidez política de que, em contexto tão conturbado, deu inegáveis provas. Em poucos anos, o País solidificou uma democracia parlamentar, erigiu um regime constitucional assente no primado do respeito pelos direitos e liberdades fundamentais, encetou um processo de desenvolvimento económico e social de vastas proporções, projetou-se na cena internacional e adquiriu um novo prestígio na comunidade das nações.

Pelo meio, levou-se a cabo um processo de descolonização que permitiu o acesso à independência de povos e países que por ela lutavam e também aí revelámos a sabedoria necessária para não percebermos como traumática uma amputação territorial inevitável. Aproveito, aliás, este ensejo para saudar nas pessoas do Sr. Presidente da República de Moçambique e do Sr. Presidente da Assembleia Nacional da Guiné-Bissau hoje aqui presentes, o que muito nos honra, os povos e os países irmãos de África, que alcançaram a independência na sequência do 25 de Abril.

Aplausos gerais.

... e que, através da luta dos seus movimentos de libertação nacional, também contribuíram para o derrube do regime anterior. Felizmente, mantemos hoje profundas ligações políticas e afetivas com esses povos com quem compartilhamos valores de civilização e de cultura.

É também imperioso lembrar, nesta ocasião, o povo de Timor-Leste, que tem travado um combate heroico pela consagração do direito à autodeterminação e tem vivido horas amargas que se espera sejam rapidamente ultrapassadas.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

Portugal mudou muito nestes 25 anos. Da ditadura passou-se a uma democracia representativa devidamente solidificada, que tem funcionado de forma admirável. Do protecionismo económico isolacionista transitou-se para uma economia social de mercado aberto aos fluxos da internacionalização. Deram-se relevantes modificações no plano social e o País é claramente outro no domínio da cultura e das mentalidades, mais aberto, mais cosmopolita, mais criativo e mais tolerante.

Cresceu significativamente o rendimento *per capita*, diminuiu drasticamente a mortalidade infantil, recuou o analfabetismo, aumentou exponencialmente a população escolar, com particular incidência no ensino superior, ampliaram-se as oportunidades colocadas à disposição dos portugueses,

instituiu-se o poder local democrático e consagrou-se um estatuto de vasta autonomia para as regiões insulares.

Para além de tudo isto, promovemos o reencontro de Portugal com a Europa. Nós, que quase sempre fomos Europa de uma outra forma e que nos remetêramos para uma posição subalterna e periférica no nosso próprio continente, reencontrámos a Europa da tradição iluminista, liberal e progressista. Dela fazemos hoje parte, por iniludível vocação assente na ideia da participação no seu património de valores e princípios. A plena inserção na União Europeia constitui a expressão e o garante desta nova ancoragem da Pátria portuguesa.

Somos europeus sem renegarmos a nossa dimensão atlântica, sem descurarmos a presença na vasta comunidade lusófona. Num mundo cada vez mais globalizado e interdependente, o ecumenismo, que historicamente nos caracteriza, constitui uma singularidade que nos distingue e abre novas perspetivas de afirmação internacional.

Muitos foram, seguramente, os contributos prestados para que o País alcançasse a presente situação. Permitam-me que saliente o papel desempenhado pelo Partido Socialista. Antes de 1974, na resistência, depois do 25 de Abril, na luta pela instauração de uma democracia parlamentar e na busca de equilíbrios que evitassem a exclusão de qualquer setor político do debate nacional, o PS revelou-se um partido fundamental em ordem à consolidação do regime democrático nascente.

Quantos não se recordam ainda da ação dos socialistas em momentos decisivos, do célebre comício da Fonte Luminosa até ao episódio do jornal *República*, lutando pelo triunfo de um Estado de direito Democrático e de uma democracia parlamentar no nosso país.

Aplausos do PS.

O PS contribuiu ainda decisivamente para, através das revisões constitucionais de 82 e 89, garantir o caráter plenamente civilista do regime e a modernização do modelo de organização económica da sociedade portuguesa. Temos também legítimas razões para ter orgulho no trabalho desenvolvido por todos os governos em que participámos, desde o I Governo constitucional ao atual Governo, liderado pelo Sr. António Guterres.

E de entre os socialistas, um, muito em particular, se destacou em todo este processo: Mário Soares.

Aplausos do PS.

Não há nenhuma razão conjuntural que me iniba, nesta ocasião, de salientar a importância do contributo de Mário Soares para a consolidação da democracia portuguesa. Faço-o precisamente numa altura em que ele volta a travar um combate político, desta vez em nome de uma ideia e de um projeto para a Europa. E quero também saudar o Dr. Mário Soares por isso mesmo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Que outro homem público, depois de se ter alcandorado ao desempenho das mais altas funções do Estado e de ter sido distinguido com as mais elevadas honrarias da República, se disporia, em nome de valores, de princípios, de referências programáticas, de profundas convicções, a regressar ao terreno do combate político?

Aplausos do PS.

Vozes do PSD: — É uma vergonha!

O **Orador**: — Quem, senão Mário Soares, se predisporia a abandonar essa espécie de Olimpo em que jazem petrificadas as estátuas consensualmente reverenciadas para assumir, em plenitude e com todos os riscos, a condição de cidadão cívico e politicamente comprometido? 25 anos depois de Abril esta não é, seguramente, a menos sublime das homenagens que a Abril se prestam.

Temos hoje razões para enfrentar o futuro com otimismo, mas não devemos nunca perder a lucidez crítica. A democracia é sempre um regime frágil que carece de ser permanentemente realimentado. A perda de importância da componente política na sua função reguladora e enquadradora, num mundo doravante globalizado económica e financeiramente, o declínio da cidadania em sociedades cada vez mais atomizadas, o regresso de identidades tribalistas, desconfiadas face ao outro, o avanço de alguns populismos, não podem deixar de ser percebidos com inquietação.

Estamos a atingir o final de um século simultaneamente marcado pela glória de realizações técnico-científicas sem precedentes e pela eclosão de desastres sem paralelo. Este foi o século da democracia e do totalitarismo, da afirmação do primado dos direitos do homem e da barbárie, dos avanços da medicina e do uso terrífico da ciência e da técnica. Neste século, tão fecundo e tão repleto de contrastes, aprendemos todos, seguramente, a ser um pouco mais modestos. Entre o caos e a redenção haverá, contudo, decerto, um caminho que a humanidade será capaz de trilhar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não quero terminar sem antes aqui deixar um registo existencial e pessoal. Pertenço a uma geração que cresceu e amadureceu cívica e politicamente já depois de 74. Não conhecemos a guerra colonial, não sofremos os efeitos da censura, nunca vivemos rodeados pelo medo. Éramos, em 74, demasiado novos para que o 25 de Abril pudesse ter sido o dia mais feliz das nossas existências, mas temos plena consciência que foi a ocorrência desse dia que tornou possíveis tantos dias felizes nas nossas vidas. Somos, e ouso falar em nome desta nova geração de portugueses, filhos da liberdade e da democracia. Na pluralidade que nos estrutura, transportamos connosco a esperança e a confiança no futuro de Portugal.

E jamais perderemos de vista que cumprir Abril é uma tarefa sempre inacabada, como realizar Portugal é o nosso desafio de todos os instantes.

Aplausos do PS, de pé.

O Senhor Presidente da Assembleia da República António de Almeida Santos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente da República de Portugal, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Vice-Presidentes da Assembleia da República e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente da República de Moçambique, Sr. Presidente da Assembleia Nacional Popular da República da Guiné-Bissau, Excelências, Srs. ex-Presidentes da República, Sr. Presidente e Membros da Direção da Associação 25 de Abril, Srs. Embaixadores, Minhas Sr.as e Meus senhores, Sr. Patriarca de Lisboa, Excelência: Sr. Presidente da República, é a quarta vez que, no aniversário da Revolução libertadora que de novo memoramos, esta Assembleia tem a honra da sua presença. Mas nem por isso a solenidade que ao ato V. Ex.ª empresta corre o risco de se converter num hábito. De comum, apenas o sentido do ato memorado, agora com a mais-valia de sobre ele ter decorrido um quarto de século: o mais longo período da história política do nosso País em regime republicano e democrático.

Na nossa lapela, os mesmos cravos vermelhos que em 25 de Abril ornaram, em mensagem de libertação e paz, os canos das espingardas dos valorosos capitães de Abril.

Mas o heroísmo e a poesia que em tudo isso houve reflorescem no nosso espírito e no nosso coração, tal como os cravos desta primavera que, sendo outros, são na sua beleza e no seu significado os mesmos.

Se há gestos imunes à rotina, é este de V. Ex.ª, nos dias 25 de Abril, querer dar-nos a satisfação e a honra de estar aqui connosco.

Este «estar com» tem ainda um outro significado: o de que V. Ex.ª esteve, antes de Abril e depois de Abril, do mesmo lado do combate travado pelos valorosos capitães.

Bem-haja também por esse combate.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente da República de Moçambique, a presença de V. Ex.ª a este ato reveste-se, outrossim, de alto significado. Abril foi também libertador para o seu belo país. E Vossa Excelência esteve, durante mais de uma década, entre os que lutaram por essa libertação. Tal como os capitães de Abril, aceitou morrer para poder ser cidadão de uma pátria livre.

Foi pena que tivesse de pegar em armas para conseguir o que estava inscrito nos determinismos da história e nos mais íntimos anseios dos nossos corações. Também os capitães de Abril tiveram de preencher essa condição. Estou certo de que V. Ex.ª sente o significado do dia de hoje tanto e tão sinceramente quanto nós. Por isso, é grande a nossa satisfação por podermos tê-lo connosco. De igual modo pela presença do Sr. Presidente da Assembleia Nacional Popular da República da Guiné-Bissau, ele também um combatente pela libertação do seu país, a quem igualmente e calorosamente saúdo.

Acompanham-nos ainda três prestigiosos ex-Presidentes da República Portuguesa, a quem o país também deve o que o 25 de Abril foi, não tanto enquanto acontecimento histórico, mas enquanto processo conducente à institucionalização do seu espírito e do seu significado

Sr. Presidente e Membros da Direção da Associação 25 de Abril, VV. Ex.as representam hoje, aqui, Abril e os vossos companheiros de armas que não puderam estar connosco. A todos, presentes e ausentes, estes na pessoa de V. Ex.ª, Sr. Presidente, quero agradecer, em representação da Assembleia da República, que é como quem diz — di-lo, aliás, expressamente a Constituição — em representação de «todos os cidadãos portugueses», o reencontro de Portugal consigo mesmo e com a liberdade que o 25 de Abril tornou possível.

Aplausos do PS, do PSD e do PCP.

Os valorosos capitães de Abril — uma vez mais o digo — aceitaram o risco de morrer para que Portugal fosse livre. Essa dívida nunca se salda e a única moeda em que se amortiza é a gratidão.

Se os sentimentos são sempre os mesmos, e ciclicamente se renovam, não convém que as palavras o sejam. Não gostaria eu de copiar uma conhecida personalidade histórica, cujos discursos eram sempre iguais, além de os primeiros depois do último.

Risos.

Mas ao folhear um livro que esta Assembleia acaba de publicar, contendo as intervenções parlamentares das 23 anteriores cerimónias comemorativas do 25 de Abril, reli com prazer muitas delas, sem excluir — passe a pequena vaidade! — as cinco de que fui intérprete.

A minha preferência foi para a minha primeira — de entre as minhas, é claro! — que teve lugar no 25 de Abril de 1980. Depois, fui perdendo imaginação, para não dizer fulgor. Por isso, peço permissão para transcrever a breve caracterização que então fiz do regime ditatorial anterior a Abril: «Os poderes concentrados num só homem; o voto reduzido a uma farsa; a justiça convertida numa comédia; a segurança traduzida num terror; a intimidade desfeita numa devassa; a consciência ultrajada numa tutela; a informação expressa num *diktat*; as colónias incendiadas numa guerra; as relações exteriores balizadas num cerco; o cidadão atolado num pântano».

E acrescentei: «É profilático lembrar. Lembrar que vivemos com um esbirro em cada esquina; um ouvido em cada telefone; um pé-de-cabra policial em cada porta; uma espreitadela pidesca em cada carta; um expurgo em cada intimidade; um *cassetete* em cada grito; um mandato de captura em cada capricho; uma ordem de morrer em cada jovem; uma injustiça em cada salário; uma violação em cada consciência.

Era este o Portugal feudalizado, belicista, neurótico e solitário de antes do 25 de Abril».

Aplausos do PS.

É de facto importante a memória do mal, a servir de negativo à memória do bem. Até porque — às vezes esquecemo-nos disso — os cidadãos que hoje têm 40 anos, ou seja, mais de metade da população portuguesa, e cerca de três quartos dos seus eleitores, começaram a raciocinar politicamente já

depois do 25 de Abril. Para eles, a liberdade já começou transformada em hábito, sem grande margem a poder converter-se num verdadeiro sentimento.

Já se disse o mesmo de outro modo: «Já não estamos privados da liberdade, mas do pensamento da liberdade».

Por vezes, resisto mal à impressão de que os que não têm acesso à memória dos tempos da ignomínia, da opressão, da indignidade e do medo têm tendência para pensar que a nossa indignação contra «esse outrora agora» é sintoma de mentalidade doentia. Como sempre viveram em liberdade, propenderão a pensar que, se não foi sempre assim, sempre assim há de ser. A verdade, porém, é que os novos arranjos do poder provisorizam vitórias que julgávamos definitivas. Daí, repito, a importância da memória do mal.

Até porque, ao contrário dos velhos resistentes da liberdade, aqueles contra quem resistiram não ensarilharam as armas do seu poder despótico nem encolheram as garras do seu ódio. É vê-los em operações de branqueamento de imagem, inequívocas e frequentes demais para não serem suspeitas.

Vozes do PS: — É verdade!

O **Orador**: — Salazar volta a assumir, nos recordatórios de alguns, o estatuto de homem enviado por Deus para salvar a Pátria das garras do mal. Não faltam sequer os sempre disponíveis inocentes úteis. E como sabem que não é fácil combater a partir de fora os regimes democráticos, cuidam de miná-los por dentro.

Ainda que com reserva mental, entram no jogo democrático.

E sabendo que não podem com êxito explorar-lhe os defeitos — que não tem —, exacerbam-lhes as virtudes, até convertê-las no seu próprio oposto.

A virtude privilegiada para essa operação de autodestruição por dentro é a liberdade. Sabendo que, mal doseada, pode converter-se em desordem, lutam por aquilo que odeiam, instrumentalizando os excessos de liberdade e tentando transformá-los em passaporte para a anarquia. Atingida esta, passarão — é a lição da história — a exigir já não liberdade, mas opressão e ordem.

Demais sabem eles o que com facilidade esquecemos: que a partir do momento em que a ordem valer mais na bolsa da psicologia coletiva do que a liberdade, os mesmos que se bateram por esta passarão a exigir aquela.

A esperança desses é que a liberdade venha a morrer às suas próprias mãos, que a liberdade sem controlo mate a liberdade. Será por acaso que o neonazismo renascido volta a empunhar as armas do desemprego, da violência, da insegurança e da desordem que franquearam o acesso ao poder de um pintor medíocre de bigodinho irritante?

Em intervenção que aqui fez o saudoso Salgado Zenha, a propósito do 25 de Abril, deixou-nos este recado: «o contrário da tirania não é a anarquia, mas a liberdade».

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas será que deliro receando que a liberdade e a democracia conquistadas a partir de 25 de Abril possam de novo estar em risco?

Não me digam, por favor, que deliro por ser óbvio que não é configurável um risco iminente. Não é disso que se trata. Do que se trata é de tendências, não tanto nacionais, mas universais, cujo terminal previsível pode comportar esse risco.

É que a democracia vem de um mundo e de um tempo que não existem mais. Está aí, impante, o mundo só das velhas utopias, das instituições que o iluminismo nos legou, ameaça não deixar pedra sobre pedra. A luz agora é outra. Contraditoriamente, por um lado, globaliza, por outro, feudaliza. Globaliza territórios, mercados, moedas, informações, culturas, identidades. Mas converte satélites, cadeias de televisão, empresas transnacionais e máfias em novos polos de poder feudalizado. Numa bandeja de livre iniciativa e feroz competição, redistribui o poder entre os profetas da informação, os donos do dinheiro e os senhores do crime organizado, os novos senhores feudais.

À centralização do poder, que esteve na origem dos Estados-Nação que o século XVIII nos legou, segue-se agora a sua pulverização. Novos poderes difusos dividem entre si, a benefício de inventário, a herança do Estado clássico que, incapaz de reagir, recua. Tudo se passa como se um *big-bang* político pusesse a flutuar nos espaços das velhas soberanias pedaços da originária *potestas*. O próprio cidadão, depois de durante séculos ter sido tutelado e sujeito, aspira agora a ser autárquico, e progressivamente o é.

Como foi isto possível? Foi-o porque a universalização da informação criou condições propícias ao triunfo de novos liberalismos. O liberalismo político, que exaltou o cidadão em detrimento da autoridade do Estado, e o liberalismo económico, que exaltou a competição em detrimento dos mais fracos. Resultado: uma sociedade civil que aspira à retoma das prerrogativas políticas que no passado delegou e uma organização económica — melhor diria, uma desorganização! —, que progressivamente se emancipa da tutela do Estado, concentra a riqueza nas mãos de cada vez menos e distribui a pobreza entre hordas de cada vez mais.

Neste novo contexto, a riqueza não apenas se concentra em novos pomos de poder político, como se imaterializa, se oculta, e se joga à velocidade da luz no casino universal das bolsas, aí onde foge a pagar impostos e escapa à incomodidade da distinção entre a de origem limpa e a de origem suja. É nesta e outras lavandarias da "roupa" estampada nos bancos centrais que o crime organizado a si próprio se lava, após o que acede ao poder económico legítimo, e à sua extensão política, em pé de igualdade com qualquer outro.

Enquanto isto, os arranjos institucionais herdados ganham ferrugem e ganham bolor. Entre eles, os que mais se identificam com os valores e as práticas da democracia e da liberdade de não competir ou de não esmagar o próximo, tanto faz.

Pergunta elementar: foi este o mundo em função do qual o 25 de Abril escolheu os seus valores e programou os seus sonhos? As convicções e os ideais dos que o fizeram continuam eficazes contra os seus novos inimigos ou precisamos já de um outro 25 de Abril por dentro de cada um de nós, para que possamos vencer as novas batalhas do futuro?

O que faz mais sentido? Recordar o passado de Abril ou refletir sobre o seu futuro?

Abril foi o fim do mal e a aurora do bem. 25 anos depois, o balanço é não só positivo, mas exaltante. Somos hoje um País livre e democrático, que não apenas cresce, mas em bom ritmo se desenvolve. País europeu entre parceiros europeus, prestigiado, com assento na torre de comando da nave europeia comum em direção ao futuro. Somos, além disso, um moderno Estado de direito, com o que de garantístico esse conceito encerra.

Mas, em tempo de balanço, cumpre reconhecer que em alguns aspetos falta cumprir Abril, enquanto que noutros se impõe atualizar Abril.

Falta cumprir Abril com a libertação do povo de Timor, povo heróico, povo mártir, a nós ligado por laços de história, afeto e cidadania. Já desponta a alvorada da sua libertação por sobre os cadáveres de renovadas chacinas. O medo começa a transferir-se para o coração do algoz, mas ainda é cedo para cantar vitória. Não poderemos, no entanto, permitir-nos descanso enquanto, em plenitude, não raiar em Timor o sol da liberdade.

Aplausos gerais.

Falta cumprir Abril com a paz em Angola. A guerra civil que vitima o seu povo tem culpados certos, longínquos e próximos. Ainda assim, o povo português reflete as ansiedades do povo angolano como se fossem suas.

Falta cumprir Abril com o triunfo definitivo dos direitos humanos, onde quer que novas limpezas étnicas, novos racismos, novas xenofobias e novas injustiças ou também novas violências desnecessárias, os ponham em causa ou apenas em risco. Onde quer que isso ocorra, diz-nos diretamente respeito, a nós e a todos os povos, a nós e a todos os homens. Essa universalização de princípios e sentimentos é decerto o lado positivo de um fenómeno que justifica receios: o fenómeno da globalização.

Falta ainda cumprir Abril, para além do muito que já foi cumprido, no grau de acesso a muitos dos direitos fundamentais que a nossa Constituição consagra. Onde ela diz — e muitas vezes diz — «todos têm direito a...», a realidade corrige por defeito esse universo. Se são cada vez mais os que dispõem de condições de exercício dos correspondentes direitos e se, em matéria de direitos fundamentais, o desenvolvimento é tarefa por definição inacabada, a muitos títulos estamos longe de poder descansar.

O meio século em que vivemos privados dos mais elementares direitos deixou marcas de difícil apagamento. E se os níveis de desenvolvimento se medem em termos comparativos, ocorre que os países desse nosso salutar campeonato continuam, eles também, a desenvolver-se, pelo que temos de vencer o nosso atraso e de compensar o seu avanço.

E como atualizaremos Abril? Preservando e atualizando os seus ideais, valores e propósitos, num contexto não apenas diferente, mas em grande medida outro. Neutralizando o abissal desfasamento entre a realidade de hoje e a ordem política, económica e social de ontem. As regras do exercício do poder têm de mudar. O próprio poder é hoje substancialmente outro.

Sempre a essência do poder mudou com o alargamento do espaço das unidades políticas. É a conhecida inter-relação entre o tamanho e a natureza das coisas. Pois bem, as clássicas unidades territoriais fundem-se; as fronteiras que as balizavam derrubam-se; os sentimentos que as animavam

apagam-se; a velha *polis*, raiz semântica da palavra política, tende agora a assumir a dimensão do próprio orbe.

Enquanto isso, a própria ação política tradicional perde preeminência. Já os ensaístas se atrevem a configurar cenários de cena política deserta.

É esta tendencial transmutação dos corpos políticos tradicionais num só, qualitativamente ainda mal definido, que nos não deixa ver claro na bola de cristal do futuro.

Já se vislumbram alterações qualitativas de enorme complexidade e significado. O novo corpo político será mais relacional do que o institucional. Não sendo ainda fácil configurá-lo, é desde já possível concebê-lo como um complexo de redes informacionais entrelaçadas, por onde o novo poder circula, relacionado com jogos de interesses e já não, ou não tanto, com princípios e valores.

Os circuitos institucionais clássicos — os parlamentos, os governos, os tribunais, os partidos, os sindicatos e as igrejas —, se não os próprios conceitos de soberania e representação, verão acentuado o seu declínio. Irá ficando cada vez mais óbvia a sua impotência para darem respostas eficazes, em termos institucionais clássicos, às novas questões do nosso tempo.

Problemas universais, sejam eles o consumo de drogas, a explosão demográfica, a implosão ecológica, o crime organizado, a insegurança, o desemprego, só podem ter soluções universais, ou não as ter. Quanto mais dilatada é a sua dimensão, mais absurdo é tentar solução para eles em sistema de recinto fechado.

E a crise universal dos valores só pode encontrar tempero em normas jurídicas e princípios éticos imbuídos, eles também, do requisito da universalidade.

Parto de uma convicção: uma bolsa universal de informações e valores não chega para preencher o vazio deixado, ou a deixar, pelo complexo institucional diria que o é mais do que nunca. Ele apeou definitivamente o conservadorismo e entronizou o espírito de mudança num mundo que vertiginosamente mudava e muda. Voltar a ser conservador, hoje, seria não apenas absurdo, mas suicidário. Continuar Abril é persistir em mudar. Só continuando a mudar evitaremos que o fosso entre o novo e o velho se cave até à necessidade de uma nova rutura, que poderia não ser um novo Abril. Se a queda do regime totalitário não foi fácil — em si e nos seus desenvolvimentos imediatos —, a queda de um regime de democracia e liberdade seria uma verdadeira catástrofe, um *finis patriae*.

Para esconjurar esse fantasma, que às vezes parece apostado em nos amedrontar, nada mais salutar do que celebrar o «dia do advento» da liberdade e da democracia, celebrá-lo não apenas folcloricamente, mas reflexivamente.

Salvaguardar Abril é o contrário de «deixar correr». É impedir tudo o que favorece o aumento das desigualdades e injustiças sociais e a concentração do poder nas mãos de grupos, legais e ilegais, cada vez mais restritos. É qualificar substancialmente a democracia formal, na vertente económica, na vertente social, na vertente cultural. Qualificá-la imbuindo-a da solicitude humana e da paixão que lhe falta. É transformar cada um de nós, para o dia a dia do futuro, num capitão de Abril, independentemente dos postos políticos ou cívicos em que tivermos sido graduados.

Aplausos gerais do PS, de pé, do PSD, do CDS-PP, do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente** — Para uma intervenção, por direito próprio, tem a palavra o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República** (Jorge Sampaio): — Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente da República de Moçambique, Sr. Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, Srs. Titulares dos Órgãos de Soberania de Portugal, Sr. Procurador-Geral da República, Srs. Conselheiros de Estado e ex-Presidentes da República, Srs. Membros do Corpo Diplomático, Ilustres Autoridades Civis e Militares, Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa, Excelência Reverendíssima: Vinte e cinco anos depois, tudo parece tão simples. Banalizaram-se as imagens daqueles militares em ameno convívio com a população. As fotografias e os filmes a preto e branco conferem um ar remoto e frágil aos instantâneos da Revolução. Os testemunhos sucessivos dos intervenientes narram uma organização quase sem sobressaltos. Tudo isso e a distância do tempo parecem contribuir para uma imagem de facilidade no derrube do regime.

Mas a verdade é outra: derrubar a ditadura exigiu determinação, foi necessária muita coragem para arrostar com os riscos inerentes a uma revolta contra quem dispunha de um forte aparelho repressivo e do apoio de setores das Forças Armadas.

Temos, por isso, naturalmente, uma grata dívida para com esses oficiais, sargentos e praças que, desprezando os riscos, pegaram em armas para permitir aos portugueses alcançar a liberdade há tanto tempo desejada.

Aplausos do PS, do PSD, do PCP e de Os Verdes.

Honra aos militares do 25 de Abril! Em nome da República, exprimo-vos o nosso reconhecimento e gratidão.

Recordo, sentido, a memória daqueles que, infelizmente, já não é possível ter hoje ao nosso lado. Permitam-me que, por todos eles, evoque o nome do capitão Salgueiro Maia.

Aplausos gerais.

O gesto generoso do 25 de Abril põe fim a uma longa luta que opôs sucessivas gerações à ditadura. É à luz do sacrifício das diversas oposições ao Estado Novo que o 25 de Abril se compreende. É nessa ampla tradição de determinação, de sacrifício e de coragem que ele se integra.

Também hoje, essas décadas de combate parecem tão simples e remotas; e tão saradas, felizmente, as feridas dos que conheceram a prisão e a tortura; tão distantes, felizmente, os sacrifícios daqueles que foram forçados ao exílio ou aqui sofreram perseguições; e tão longe a dor de quem viu os seus familiares morrer às mãos da polícia ou numa guerra travada contra o sentido da História.

O 25 de Abril é o gesto de toda uma geração, que, por exemplo, das fábricas às universidades, dos campos do Alentejo aos movimentos de libertação, das batalhas dos intelectuais aos percursos pela emancipação da mulher e pela igualdade de oportunidades, geração que, dizia, em seu nome e no de todos os que antes de si ousaram lutar, tornou inviável a sustentação da ditadura.

O 25 de Abril é um ato único e irreproduzível; é o dia em que todos nos encontrámos, oriundos dos mais diversos percursos, desde os mais velhos, vindos da antiga oposição republicana, aos mais novos, agrupados em torno das múltiplas famílias da esquerda; é o dia da liberdade e da esperança, liberdade e esperança, para as quais, cada um de nós, tinha, naturalmente, uma visão própria.

Vinte e cinco anos depois não é o balanço dessas perspetivas que importa fazer, a isso se dedicará o memorialismo, com as suas visões pessoais, e a História que, com distância e rigor, um dia se fará.

Mas há um país que se construiu com a liberdade. Creio que a todos nós, que tivemos responsabilidades políticas, é grato olhar para trás, para estes 25 anos, e reconhecer que o balanço é muito positivo. Creio que a todos os portugueses, que tiveram de contribuir com o seu trabalho e muitos com a sua quota-parte de sacrifícios, é igualmente grato reconhecer a enorme transformação que o seu esforço tornou possível.

Com a coragem desse dia tudo pôde mudar.

Quero sublinhar, em primeiro lugar, em homenagem aos militares, que a consolidação e a evolução da democracia permitiu uma grande mudança nas Forças Armadas.

Graças a um processo de reestruturação e apetrechamento progressivo, elas estão hoje mais aptas para responder às exigências do mundo contemporâneo.

É conhecida a amplitude das atuais missões desempenhadas pelas Forças Armadas, em Portugal e no estrangeiro, e o prestígio que granjearam no exercício dessas missões.

O seu qualificado contributo é decisivo na estratégica cooperação técnico-militar com os países de expressão portuguesa. A sua capacidade operacional é essencial à consubstanciação dos compromissos internacionais assumidos por Portugal com os demais Estados e organizações internacionais.

O processo de reestruturação e modernização das Forças Armadas não está concluído. Apesar dos esforços já desenvolvidos, há ainda um longo caminho a percorrer, que faz apelo a um grande empenho, determinação e capacidade de compromisso de todos.

Os objetivos têm de ser claramente definidos. Para um país como Portugal, com recursos escassos e com um potencial estratégico limitado, é de primordial importância que tal exercício conduza à identificação atualizada das grandes prioridades que deverão orientar o esforço de modernização próximo das Forças Armadas, essencial para a projeção internacional do nosso país.

Portugal desempenha hoje um papel no concerto das nações só possível porque o 25 de Abril permitiu o fim de um ciclo marcado pelo isolamento e pela condenação internacionais.

Foi possível, então, pôr fim à guerra colonial. Guerra que ceifou a vida de tantos soldados portugueses que, honrando o seu amor a Portugal, serviram uma causa errada, que a ditadura impedia que se debatesse ou pusesse em causa. Guerra que ceifou também a vida de tantos irmãos nossos africanos que, com determinação, lutaram por um princípio fundamental: o do direito à autodeterminação. Hoje choramos ambos os mortos desta tragédia e lamentamos impotentes o desperdício de tantas vidas.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Excelências: Nada me poderia ser mais grato neste aniversário carregado de simbolismo e emoção do que saudar, em nome de Portugal, a presença do Sr. Presidente Joaquim Chissano e do Sr. Presidente da Assembleia Nacional da Guiné-Bissau.

Aplausos gerais.

Sr. Presidente da República de Moçambique: Do alto desta tribuna não lhe pode falar o amigo que tanto o estima, mas é com igual comoção que se lhe dirige o Presidente da República de Portugal. A sua presença aqui representa para nós, e sei que também para Vossa Excelência, muito mais do que o testemunho das excelentes relações entre Moçambique e Portugal, ela é o símbolo da consolidação de um reencontro entre Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa. Reencontro em que todos nós, de um lado e do outro, pacientemente, superámos o desconhecimento e o preconceito com a redescoberta e o entendimento, ultrapassámos a relação de exploração com a complementaridade dos espaços económicos e sarámos a ferida da guerra com o abraço da fraternidade.

Quero que saiba, Sr. Presidente da República, e por isso lhe exprimo hoje, em nome de todos os órgãos de soberania, que este novo relacionamento de Portugal com África é um dos motivos de orgulho maior do balanço destes 25 anos.

Aplausos do PS, do PSD e do PCP.

A sua presença aqui, Sr. Presidente da Assembleia Nacional da Guiné-Bissau, permite-nos também exprimir a nossa solidariedade e a esperança num futuro democrático da Guiné-Bissau.

Excelências, quando foi possível libertarmo-nos da ilusão do império, reorientámos a vida coletiva nacional para a partilha e a solidariedade no espaço europeu. A adesão à Comunidade Económica Europeia é um projeto da República democrática. Alcançar esse objetivo foi um fator de estabilização da democracia, contribuiu para a racionalização e o enquadramento de estratégias de modernização económica e social do País e permitiu que Portugal definisse, de forma clara e consistente, uma nova política internacional.

Não teria sido possível percorrer com sucesso esse caminho se a jovem democracia portuguesa não tivesse podido dispor de um constante apoio internacional. É em sinal de reconhecimento por todo o apoio que Portugal recebeu dos países amigos que, com redobrado gosto, dirijo uma saudação muito especial a todo o corpo diplomático que nos dá o prazer de connosco comemorar este 25.º Aniversário da Revolução.

Aplausos gerais.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Excelências: Confesso-vos que, como português e como Presidente da República, sinto orgulho no Portugal democrático. É isso que deve dar forças a todos nós, na diversidade das perspetivas que cada um defende, para continuar a lutar por um Portugal melhor.

É difícil fazer o balanço de tantas transformações. Melhorou a prestação dos serviços primários de saúde, alargou-se o leque de beneficiários dos sistemas de proteção social, intensificou-se o processo de escolarização, nomeadamente no ensino básico e universitário, criaram-se equipamentos e infraestruturas que melhoraram as condições de vida de muitos portugueses, aprovou-se legislação laboral

impeditiva de abusos e arbítrios, eliminaram-se os obstáculos mais flagrantes a uma igualdade de direitos das mulheres; descentralizaram-se muitos serviços; consolidou-se o poder local democrático. A vida dos portugueses melhorou significativamente.

Com a democracia refundou-se também o Estado de direito; consagraram-se os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos; assegurou-se a independência dos tribunais, garantiu-se a liberdade e o pluralismo político; a liberdade eleitoral ficou associada à necessária equidade nas condições de divulgação das mensagens políticas.

Mas o Estado de direito carece de aperfeiçoamento permanente, atento à evolução das sociedades, para melhor garantir a igualdade de oportunidades e a capacidade de iniciativa.

O debate acerca da reforma do sistema político, da lei eleitoral, do reforço da participação dos cidadãos e do financiamento da atividade política continua em aberto e deve merecer a nossa maior atenção.

Há sempre novas questões a discutir. 25 anos depois temos, de novo, perante nós a necessidade de procurar com coragem a construção dos consensos sem os quais estas reformas são inviáveis.

Sem elas talvez não seja possível dar resposta aos sinais de distanciamento na relação entre o cidadão e o sistema de representação. Estes são evidentes, por exemplo, nas taxas de abstenção eleitoral ou na ausência de voluntários em número suficiente para as operações de escrutínio e fiscalização eleitoral que ainda há 10 anos mobilizavam milhares de militantes partidários.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A entrada de Portugal no grupo de países fundadores da moeda única é igualmente um marco maior na democracia portuguesa, só possível à custa de rigor na governação. É alicerçados nessa realização, e no que ela significa de capacidade nacional, mas também no que ela nos impõe como continuidade, urgência e rigor no esforço de reformas, que importa olhar para o futuro.

Portugal continua a ter problemas muito sérios, problemas com que convivemos há décadas e que são de difícil solução. Problemas que todos os partidos que tiveram responsabilidades de governo já procuraram minorar, cada um à sua maneira, naturalmente.

No momento em que se fazem esforços, aliás de grande mérito, para responder aos desafios da sociedade da informação, persiste o analfabetismo literal e funcional e o abandono escolar precoce.

O Serviço Nacional de Saúde, que tanto sucesso alcançou, não responde ainda com eficácia às necessidades das populações; as assimetrias regionais de desenvolvimento continuam a penalizar zonas do País; o desemprego de longa duração e as dificuldades no acesso ao primeiro emprego persistem; a justiça é lenta e ainda inacessível aos mais desfavorecidos; a burocracia sem sentido resiste e tolhe os movimentos de quem tem iniciativa; o sistema fiscal continua a não ser uma arma eficaz na criação de mais equidade social; a toxicodependência mina o quotidiano de muitas famílias; os elevados níveis de pobreza existentes no País estão longe da erradicação.

É indispensável prosseguir com determinação os esforços encetados por todos os governos, ganhando ânimo com os resultados entretanto já alcançados. A previsível evolução da conjuntura europeia aconselha a que se encarem com coragem — que aqui é expressão de rigor, exigência e previsão — novos passos no sentido da modernização do País. Há um sentido de urgência que a todos deve

interpelar, que todos temos de interiorizar. Só assim se contornam as pressões dos calendários eleitorais e os impasses nos consensos quando estes comprometem o momento em que é necessário decidir.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Excelências: A Europa vive um momento difícil. São conhecidas as causas da operação da NATO. É impossível aceitar a brutalidade inqualificável das forças militares e policiais sérvias contra os albaneses.

Aplausos do PS e do PSD.

Peço-vos um momento. Esta matéria não vai, Srs. Deputados, com aplausos por parágrafos, tem uma linha e, por isso, peço-vos que oiçam até ao fim.

Dizia eu que são conhecidas as causas da operação da NATO. É impossível aceitar a brutalidade inqualificável das forças militares e policiais sérvias contra os albaneses. Tão grosseiras violações dos direitos humanos são intoleráveis. Não há impunidade possível para atos desta natureza. É importante que isto se compreenda. É importante que se compenetre o Sr. Presidente Milosevic da determinação da comunidade internacional.

À violência tem de se responder necessariamente com a força. Mas a utilização da força só tem sentido se for prosseguida com objetivos militares claros e objetivos políticos claros. Por isso, é, necessário desenvolver, paralelamente às operações militares da NATO, um esforço político e diplomático para resolver os problemas que estão na base da presente crise.

Aplausos do PS.

É indispensável procurar com determinação uma solução política. É necessário reunir os esforços de todos, da União Europeia, da Aliança Atlântica, da Rússia, dos restantes membros da OSCE, das Nações Unidas e do seu Secretário-Geral, que têm uma responsabilidade central em termos de garantir a paz e a segurança internacionais.

É bom e necessário que o Presidente Milosevic realize bem que este é o único caminho que pode seguir. E que o deve fazer depressa, ativamente e de boa-fé, que deve dar, em tempo útil, sinais inequívocos à comunidade internacional. Só assim se poderá alcançar uma solução política para o problema.

Para permitir essa solução é necessário pôr fim à presente fase desta crise, tendo por base os termos clara e convergentemente definidos pela NATO, pela União Europeia e pelo Secretário-Geral das Nações Unidas.

Entretanto, a situação humanitária é uma catástrofe que se agrava dia a dia. O número de vítimas inocentes aumenta. Cresce a preocupação quanto aos efeitos desestabilizadores da crise em outros países da região, nomeadamente na Macedónia, na Bósnia e no Montenegro. A Europa vive, sem dúvida, um dos momentos mais dramáticos e difíceis do pós-guerra.

Por muito criativas que sejam as novas expressões que definem hoje os conflitos, a guerra é o que é, a guerra é o que sempre foi, a guerra é uma coisa horrível.

Não creio que ninguém possa assistir sem um calafrio de horror à transformação em espetáculo mediático da trajetória de um míssil até que transforma riqueza, património e vidas em miséria, destruição e morte. E se algum dia a banalização do horror nos tornar insensíveis ao drama que uma guerra representa, os valores humanistas em que assenta quer a nossa civilização, quer a construção europeia, estarão postos em causa.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

A União Europeia em que nos reconhecemos é a que defende uma Europa que se rege por valores humanistas, a que deve condenar sempre as violações de direitos humanos, mas também a que defende que a via da prevenção dos conflitos e da diplomacia são os instrumentos essenciais para assegurar a paz, a estabilidade na Europa e a segurança internacional.

Para isso é necessário que o projeto político europeu se reforce. Sem uma Europa politicamente mais integrada, não haverá uma política externa e de segurança comum credível e eficaz, nem a Europa poderá assumir um papel mais atuante na defesa dos seus interesses próprios.

A Aliança Atlântica continua a representar um quadro indispensável para garantir a segurança e a estabilidade dos seus membros, mas a Europa tem de assumir uma maior quota-parte de responsabilidade na sua própria defesa. Chegou a hora de os europeus disporem de uma capacidade própria e eficaz, em termos de gestão de crise, para poderem agir política e militarmente com autonomia.

Importa caminhar, com prudência e discernimento, mas com clara determinação política, na elaboração de uma política de defesa comum europeia, reforçando a nossa solidariedade política e militar e aproveitando o património que a UEO representa em si mesma.

Para além da resolução política do problema do Kosovo, julgo que se impõem medidas globais de estabilização e segurança do sudeste europeu, que passam pela consolidação de regimes democráticos, pela proteção eficaz das minorias e pelo desenvolvimento económico e social.

Os Balcãs não podem continuar a ser uma região da Europa sem perspetiva de futuro, excluída do concerto europeu, dos benefícios da paz, da segurança e do progresso.

A União Europeia tem, aqui, uma especial responsabilidade e seria, sem dúvida, útil avançar com um pacto de estabilidade baseado em elementos políticos e económicos e reforçar a perspetiva de uma aproximação crescente destes países à União. A realização de uma conferência sobre a Europa do Sudeste seria, sem dúvida, muito oportuna.

Portugal participa na força da NATO com 3 aviões F-16 e 53 militares. Fazemo-lo porque o nosso país tem uma posição consistente quanto à defesa intransigente dos Direitos Humanos, fazemo-lo porque o Estado português sustenta uma posição de responsabilidade solidária no quadro dos seus compromissos internacionais, responsabilidade que assumimos com redobrado empenho quando as ações que dela decorrem são, em minha opinião, concordantes com os valores fundamentais que orientam a nossa vida constitucional.

Todos estamos conscientes dos limites do uso da força num conflito que só por solução política pode eliminar as causas que o geraram. Todos estamos conscientes das limitações nacionais. Mas um

país pequeno, orgulhoso e responsável como Portugal tem de saber — e nós temos sabido sempre fazê-lo, nos últimos 25 anos — conjugar os nossos valores com as nossas responsabilidades na condução da política externa nacional. Só assim foi possível, no espaço de uma mesma geração, transformar Portugal, de um país isolado no contexto das nações, num país internacionalmente respeitado pela consistência da sua política externa. É, aliás, a solidez da posição internacional de Portugal que nos tem assegurado as condições externas indispensáveis para obter novos resultados na resolução da questão de Timor-Leste, como o demonstram, designadamente, as conclusões das últimas conversações de Nova Iorque, sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas.

O acordo alcançado sobre uma consulta livre e democrática representa um passo da maior importância no processo de autodeterminação de Timor-Leste. Sei que todos partilhamos a esperança de que esse acordo possa ser assinado proximamente e, sobretudo, que todas as partes, repito, todas as partes, se empenhem em cumprir, escrupulosa e integralmente, as suas disposições, de modo a criar as condições de paz e estabilidade no território. Pela nossa parte, tudo faremos nesse sentido.

Os portugueses têm um afeto muito especial por Timor, acompanham com angústia os momentos difíceis e com expectativa os momentos de esperança. Timor tem vivido momentos dramáticos. Perderam-se muitas vidas humanas — mortos que choramos como se fossem nossos. Quiseram transformar a esperança em desespero, angústia a que temos de devolver de novo a esperança. Nunca desistiremos de lutar pelos direitos do povo de Timor-Leste, nunca deixaremos de o fazer, até ao limite das nossas capacidades e meios, para que os timorenses possam decidir livremente o seu destino coletivo.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Excelências: Comemoramos o dia 25 de Abril, mas sei que, naturalmente também, cada um de nós não deixa de, interiormente, comemorar o percurso das causas, e foram tantas, por que lutou ao longo da sua vida política e dos combates que em nome delas travou. Há um percurso pessoal que hoje cada um de nós, instintivamente, revisita. O meu é já longo de quatro décadas, feito de vitórias e de derrotas políticas, mas feito também de persistência, de esperanças e de incertezas; norteado por valores e procurando sempre exercer com rigor as minhas responsabilidades públicas.

Lutei desde muito novo contra a ditadura, num confronto de posições que não tinham conciliação possível. Assumi no regime democrático responsabilidades políticas muito variadas: em confronto, ao lado ou com o apoio de muitos dos presentes.

Sei que terei dificuldade em transmitir-vos o que significa para mim viver este dia exercendo o cargo que ocupo, procurando ser para todos uma referência suprapartidária, de isenção e rigor no exercício das minhas competências, exercendo uma magistratura de conciliação e de estímulo ao progresso constante do País, empenhando o melhor do meu esforço em desempenhar a mais nobre das funções que alguma vez me foram confiadas: a de procurar ser uma referência de unidade nacional e um fator de estabilidade política.

Olhando para o futuro, como é tão necessário olhar, olhando para o futuro acima das diversas perspetivas partidárias e até do que de mais premente pode haver na agenda política, permitam-me partilhar convosco algumas preocupações nacionais.

Uma é a preocupação de lutar contra a ignorância, contra o facilitismo, contra a inação e contra a arrogância.

O papel da educação numa sociedade baseada na informação e no conhecimento é decisivo. Esta é uma sociedade de participação e quem nela não consegue participar ativamente não existe. A participação exige que se saibam falar linguagens comuns e que se seja um interlocutor válido. É nessa tarefa que a qualidade da educação é decisiva.

É preciso incutir nos mais novos a confiança nas suas próprias conjeturas, único processo que os levará a construir novos edifícios intelectuais sobre os ombros das gerações que os precederam. Urge desenvolver uma cultura científica que garanta o alargamento dos horizontes e perspetivas fundamentais para a sua compreensão.

Importa despertar nos mais novos o gosto e a curiosidade de experimentar, de observar, de conjeturar.

Uma outra preocupação é a de incentivar uma cultura de cooperação. É preciso compreender que não há soluções reais no mundo contemporâneo que não sejam partilhadas, globais. É preciso promover uma cultura de cooperação, abandonando a ideia errada de que pensar o futuro é algo que não nos compete. Uma sociedade que abdica de definir e construir o seu próprio destino coletivo é uma sociedade que vai morrendo sem esperança.

Ainda outra preocupação é a de promover uma cultura de tolerância. Nunca a mudança nas sociedades foi tão rápida, nem os valores do conhecimento e da capacidade intelectual tão preciosos. Por estes motivos, sabemos que as soluções não se encontram num quadro desregrado de mecanismos que desprezem, humilhem e anulem os valores e as iniciativas dos outros. É preciso que os mais novos aprendam a acolher a alteridade e a reconhecer e aceitar o outro sem hesitações de qualquer espécie. Só assim se reconstrói e redefine hoje, em permanência, a identidade.

Finalmente, outra preocupação é a de minorar as desigualdades sociais. A igualdade dos cidadãos perante a lei exige que a democracia garanta a todos um mínimo de possibilidades económicas, sociais e culturais de integração e que as desigualdades — de oportunidades e de estatutos — introduzidas pelo funcionamento dos mercados sejam corrigidas ou, pelo menos, compensadas.

A garantia dos direitos sociais não é um luxo que se possa guardar para épocas de desafogo e de prosperidade acentuada. Pelo contrário, a garantia de direitos sociais constitui uma condição para que a universalidade dos direitos cívicos e políticos se possa realizar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Lutar contra a ignorância, incentivar uma atitude de cooperação, promover ma cultura de tolerância, procurar corrigir as desigualdades, digo-os hoje como objetivos a prosseguir, mas podíamos todos nós tê-los dito, e dissemo-los, de certeza, há 20, 30 ou 40 anos. Valores por que lutámos e que continuam, como tantos outros, válidos e atuais. Valores por que lutei sempre e aos quais quero continuar a dar, convosco, o meu contributo de 25 anos depois do 25 de Abril.

Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, declaro encerrada esta sessão memorável de evocação e comemoração do 25 de Abril de 1974.

2000

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, declaro aberta esta sessão solene comemorativa e evocativa do 25 de Abril de 1974.

(...) Dando início às intervenções programadas, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã, em representação do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: Passada a alegria travessa da juventude, todo o aniversário se verga a uma lei inexorável: sempre mais velas anunciam sempre menos anos e o enfadonho refrão «muitos anos de vida» mente cada vez mais. Mas se na vida só podemos escapar à maldição do tempo, aprendendo e continuando a aprender, a história tem outra vulnerabilidade: o passado não tem passado, porque este é disputado e permanentemente desfeito e refeito pelos vencedores que canibalizam os acontecimentos e investem na sanha comemorativa toda a ânsia de dominação do presente.

Ficamos, assim, com a festa de uma história sonâmbula, rendida à melancolia dos derrotados e ao cinismo dos ganhadores. Onde estava a paixão da ação, ficou a trivialidade da cerimónia; onde estava a força da convicção, ficou o escandalismo mediático; onde estava a iniciativa popular, ficou a ostentação faraónica; onde estava o tempo do argumento disputado, ficou o instante de um *videoclip*; onde estava a história de um tiranicídio atrasado de meio século, fica agora uma telenovela chocha do outro lado do ecrã.

A história é, por isso, uma disputa sempre em aberto, sempre assim foi e sempre assim será.

No bicentenário dessa revolução francesa que constituiu o prefácio da modernidade, a comemoração foi entregue a um empresário da alta-costura, que fez dos Campos Elísios a *passerelle* para os seus modelos deleitarem os olhos de *Madame* Thatcher, do Sr. Reagan, do anfitrião Mitterrand e dos outros membros do G7, a revolução domesticada como se de um divertimento ligeiro para os poderosos do mundo se tratasse, para que estes observassem dos salões a populaça engalanada.

Mas nesse caso, como em todos os outros, só a memória pode resistir ao cinismo. A particularidade única desse acontecimento fundador é mesmo essa: sobrevive, e sobrevivem sempre, à banalização, porque é das grandes bifurcações que se convoca a vontade dos povos e, portanto, esses grandes momentos podem ser olhados do passado, como devem ser olhados do futuro, das suas causas como das suas consequências.

«A tomada da Bastilha (...)», diz a História, diz Charles Péguy, «(...) foi a primeira celebração, a primeira comemoração e, por assim dizer, já o primeiro aniversário da tomada da Bastilha. Ou, enfim, um zeroésimo aniversário.

«Enganámo-nos (...)», diz a História, «Vimos num sentido, era preciso ver no outro. Não foi a Festa da Federação que foi a primeira comemoração, o primeiro aniversário da tomada da Bastilha. Foi a tomada da Bastilha que foi a primeira Festa da Federação, uma Federação antes do seu tempo.»

Assim foi também, depois da madrugada que aqui evocamos e é assim a história dos acontecimentos fundadores: intempestivos, são eles a insurgência de uma paciência impaciente contra as ditaduras, as censuras, as repressões, os absolutismos — nenhum ditador podia jamais vencer esta força profunda.

E se há uma homenagem que devemos prestar ao 25 de Abril de 1974 é reconhecer nessa fratura o que ela foi: o primeiro aniversário antecipado das ocupações das herdades e das fábricas dos trânsfugas para o Brasil e dos conspiradores em Espanha. O 25 de Abril foi o primeiro aniversário das lutas que vinham e das lutas que vêm.

O 25 de Abril foi o primeiro aniversário da luta dos trabalhadores pela autonomia dos seus sindicatos e das suas comissões de trabalhadores, dos jovens por um ensino público universal e de qualidade. O 25 de Abril foi o aniversário que anunciou todos os combates contra as discriminações rácicas, sociais, etárias, de género ou de orientação sexual. O 25 de Abril foi o aniversário fundador das lutas das mulheres contra a violência patriarcal e contra esse tabu sinistro que ainda faz do nosso país um dos mais reacionários da Europa na repressão ao direito ao aborto.

O 25 de Abril de 1974 foi o primeiro aniversário do mês de setembro de 1999, com a embaixada americana cercada de manifestações e um povo de pé por Timor. E o 25 de Abril foi, sem dúvida, um sinal de que a identidade de um país não se constrói recapitulando os mitos do Império — se o Estado português se cala perante a violenta repressão contra os índios e os negros que se manifestaram no Brasil, a esquerda não cala a sua indignação e reafirma que não tem de comemorar os *clichés* da vergonha e só tem sentido viver a universalidade que começa por respeitar a vítima e por entender o outro.

Por isso, compreenderão, senhoras e senhores, que tenhamos feito sempre as nossas escolhas contra o situacionismo e que não concebamos a esquerda noutro lugar que não o da fidelidade à memória dessas lutas do futuro.

E se, da revolução inaugurada pelo 25 de Abril de 1974, só se comemorasse hoje uma república triste, mas apinocada, vazia, mas *coquette*, sem ideias, mas cheia de pose, então, dir-lhe-íamos que lhe falta autenticidade e que dessa política não fazemos parte.

A esquerda não comunga uma política demissionista de dupla linguagem que, num dia, vota os poderes incontroláveis do Banco Central Europeu e, no outro dia, choraminga acerca das suas decisões; num dia, vota as restrições orçamentais do Tratado de Amesterdão e, no dia seguinte, se desculpa envergonhadamente porque este absolutismo dilacera os sistemas de ensino, de saúde e de segurança social. Não nos reduzimos à condição medíocre do burocrata que sempre nos diz que tudo o que é certo não é oportuno, mesmo que reconheça que tudo o que é oportuno não é certo.

Não aceitamos que esta resignação fatalista que impõe uma lenda forjada de uma «normalização democrática» que cobra o preço de dissolver todas as responsabilidades. A verdadeira imposição democrática foi a que escolheu entre Cavalaria 7 e a Escola Prática de Santarém, entre Silva Pais e os presos de Caxias, e é a que escolhe entre o Cónego Melo e o Padre Max. A imposição democrática, essa sim, foi a que reconheceu o direito ao divórcio, o direito de as mulheres viajarem e terem emprego sem precisarem de autorização dos maridos, a que abriu as universidades, a que libertou a cultura da censura, a que respeitou o direito de greve.

Pelo contrário, depois da vitória dos normalizadores, tivemos episódios, como o de uma RTP dirigida por um ex-funcionário vitalício da censura, tivemos um Supremo Tribunal Militar a conceder pensões a Pides envolvidos no assassinato de Delgado, tivemos ministros da ditadura nos governos democráticos, tivemos o capitão Maltês recompensado por serviços à Pátria, tivemos um chefe terrorista

empossado em marechal, tivemos a longa sobrevivência da Concordata de Salazar e Cerejeira, tivemos as Lajes usadas para operações militares à revelia da ONU, tivemos o nosso país a fazer uma guerra na Europa, pela primeira vez desde a Primeira Guerra Mundial.

Vinte e seis anos depois, tivemos e temos um país de desigualdades, uma justiça para os ricos e outra para os pobres, um sistema de impostos no qual menos paga quem mais tem — e Portugal continua a ser o paraíso da vigarice fiscal.

E tivemos e temos, ainda, uma cultura de repressão policial de que um episódio recente veio revelar os contornos mais profundos de um racismo conivente mesmo aos mais altos níveis do sistema político. Não é só da semana passada: uma multa de 30 dias para um polícia que, em Évora, matou um homem pelas costas; uma pena suspensa a um polícia que, em Matosinhos, matou com um tiro na cabeça um homem algemado; uma revolta corporativa, porque dois polícias são indiciados no assassinato de um homem, no Porto, à pancada — desde há muito que o regime de exceção quanto aos direitos democráticos dos polícias tem como contrapartida um regime de impunidade quanto aos seus deveres democráticos.

O sindicalismo que luta pelo fim das restrições aos direitos fundamentais dos seus associados não pode ser cúmplice de ataques às liberdades de outros cidadãos.

Por tudo isto, concluo, se o 25 de Abril fosse reduzido a uma ligeira efeméride, então, deixaria de saber o país que somos. Se, pelo contrário, o 25 de Abril nos diz alguma coisa, se a memória vence o cinismo, é porque esta data foi o princípio de um país novo.

Estamos aqui, senhoras e senhores, para vos lembrar que o 25 de Abril foi, é e será o aniversário do nosso futuro.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Em representação do Grupo Parlamentar de Os Verdes, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

A Sr.ª **Isabel Castro** (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: 25 de Abril, «A Liberdade feita dia» — assim lhe chamou Eduardo Lourenço.

Nas luminosas palavras de Sophia:

«Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo».

Vinte e cinco de Abril, dia que, à distância, é como se fosse um sonho, um sonho estranhamente claro e nítido, mas de qualquer maneira um sonho. Ou talvez fosse apenas desejo de ser mais real.

Como real e inteira foi a alegria, esse sentimento novo e único de orgulho que fez como que, por encanto, o tempo, o lugar, cada um de nós, se tivessem tornado maiores! E como se, pela primeira vez, pertencêssemos a nós próprios!

Abril, o dia de que é preciso falar, sem permitir que a espada vil da mentira lhe roube a pureza, a luz, a brancura e a alegria inicial.

O 25 de Abril, que não foi, como pretendem os usurpadores da história nas suas leituras anestesiantes, um acidente fruto de acaso. Foi, sim, um dia feito de muitos dias, de muitos anos, que foram precisos até lá chegar. Dias arrastados, lentos, sofridos, cansados da violência, da fome, da guerra, dias de insubmissão, resistência e luta, dias por muita gente diferentemente moldados, convergindo noutro dia, aquele em que, num gesto de vontade, porventura também de utopia, jovens capitães cansados da guerra fizeram «emergir da noite luz», para que pudéssemos, nas ruas, com a nossa vontade, construir o dia!

Os capitães de Abril, hoje ainda aqui presentes, que não queremos, não poderemos nunca, deixar fraternalmente de saudar.

Abril como o tempo que pôs fim à ditadura. Ao tempo do pensamento vigiado e único, tempo de terror, de exílio, de censura, de guerra, «dos caminhos de ir lento, sem regresso».

Um Abril em Abril, como o tempo do outro lado: o começo; a descoberta; o projeto; o futuro.

E é precisamente, Sr.as e Srs. Deputados, desse Abril, desse projeto, dessa promessa, dessa vontade, agora perdida, de olhar longe e de fazer futuro que, 26 anos percorridos depois de Abril, importa falar, falar para, no seu sentido mais profundo, mais generoso, mais libertador, reencontrar de novo os caminhos.

Uma prioridade que se impõe num país que vive numa democracia formal, que se transformou profundamente, é certo, que cresceu sem dúvida, mas que até agora o fez sem evitar a exclusão, a degradação ambiental e a pobreza.

Uma democracia, assim, de que é preciso cuidar! Uma democracia que só será plena quando deixar de lamentar inutilmente a injustiça e tomar nas suas próprias mãos uma repartição mais equilibrada da riqueza.

Uma democracia que só será plena quando ao egoísmo, à indiferença e ao silêncio acomodado perante fenómenos como a exclusão, a intolerância e a discriminação, contra-puser a solidariedade, a indignação e a responsabilidade partilhada.

Uma democracia que só será plena quando ao trabalho alienante e como direito, em extinção, lhe fizer suceder o trabalho como meio de realização individual, fator de desenvolvimento e de libertação para a vida.

Uma democracia que só será plena quando a escola, em vez se fechar nos seus horizontes e no acesso, se abrir à vida, mas também ao gosto pela experimentação, ao estímulo pela responsabilidade, ao respeito pela natureza.

Uma democracia assim só será plena quando, na vida, o direito à diferença cultural, religiosa, étnica e sexual deixar de ser tabu e quando a não discriminação ousar, finalmente, transformar-se em justiça.

Uma democracia que só será plena quando recusar que imigrantes possam viver clandestinos e se assumir que antirracismo não é um estado de alma, é um combate diário e sem tréguas contra todas as formas de intolerância e de racismo.

Uma democracia que só será plena quando devolver aos cidadãos a confiança nas instituições que hoje sobre si próprias se fecham, incapazes de interpretar os sinais de descontentamento que elas próprias geram.

Pausa.

Peço perdão, mas não posso continuar, por não me sentir em condições...

O Sr. **Presidente**: — Todos lamentamos, Sr.ª Deputada.

Aplausos gerais.

Neste momento, a Deputada de Os Verdes Isabel Castro desceu da tribuna e saiu da Sala, acompanhada pelo Deputado de Os Verdes Fernando Pésinho.

Em representação do Partido Popular, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Procurador-Geral da República, Srs. Membros do Governo, Altas Autoridades Civis e Militares, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Srs. Representantes dos órgãos de comunicação social, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: Comemorar, hoje e sempre, o 25 de Abril de 1974 é deixar correr a memória e o coração para reter o deslumbramento de um povo renascido numa Pátria ímpar onde só havia lugar para a fraternidade e para a paz.

É, também, homenagear os militares que se mantiveram fiéis ao modelo democrático e pluralista da Revolução e, assim, jugularam as aventuras totalitárias que puseram o País à beira da guerra civil.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — É, enfim, assinalar o 25 de Abril de 1975, a primeira eleição em que o povo português reassumiu os seus inalienáveis direitos de cidadania ao escolher a Assembleia Constituinte que iria definir as traves-mestras da nova sociedade.

Fui Deputado constituinte com outros, poucos, que aqui também se encontram, e, nessa qualidade, seja-me permitido homenagear, na figura honrada do Professor Henrique de Barros, todos aqueles que, com invulgar coragem e patriotismo, dotaram a Nação de uma Lei Fundamental, tão generosa a consagrar os direitos e liberdades como excessiva e contraditória a impor o socialismo como único aliado da liberdade.

Senhoras e Senhores: O CDS-PP, partido que ajudei a fundar, celebra, hoje e aqui, o 25 de Abril com a tranquila consciência do dever cumprido.

Se, durante anos, que pareceram uma eternidade, muitos lutaram e sofreram pela liberdade, não é menos certo reconhecer que, depois daquela data, surgiu uma geração que conquistou a golpes de coragem, de coerência e de determinação o seu lugar na História do Portugal democrático.

O CDS-PP é o legítimo representante dessa geração de onde se destaca a figura ímpar de Adelino Amaro da Costa, o seu inesquecível exemplo e o seu imperecível legado político e humano.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — O projeto europeu, pluralista e democrata-cristão por nós assumido em alternativa ao modelo terceiro-mundista, totalitário e socialista, suportado por alguns déspotas supostamente iluminados, marcou, em momentos decisivos, a fronteira entre a democracia que liberta e a ditadura que oprime. Porém, mesmo quando o direito à diferença não impedia inqualificáveis ataques e perseguições, nunca o CDS assacou culpas à liberdade ou responsabilidades à democracia. Tudo era fruto dos erros, dos desvios e dos excessos de uma Revolução manipulada que teve o seu clímax no 11 de Março e o seu fim no 25 de Novembro.

Aplausos do CDS-PP.

Hoje, o CDS-PP pode serenamente testemunhar que a sua memória coletiva é inspirada na reconciliação entre os portugueses, pelo que é incompatível com uma moral de ressentimentos sobre a qual nada de útil ou de digno poderia ser construído em benefício de Portugal.

Senhoras e Senhores: Celebremos, pois, em clima de concórdia a democracia conquistada que a todos, sem exceções, a começar por V. Ex.ª, Sr. Presidente da República, convoca para a defesa dos superiores interesses da Nação portuguesa.

Democracia que exige respeito pela instituição parlamentar, que postula o prestígio desta Casa, tanto mais reconhecido quanto os seus Deputados assumam dignamente, em liberdade e em plenitude, o seu estatuto de eleitos pelo povo.

Democracia que sai reforçada quando o debate político se aprofunda e as divergências ideológicas ou programáticas abrem caminhos novos e proporcionam férteis consensos.

Democracia que se enriquece quando se mostra capaz de atrair a intervenção, nas grandes questões da sociedade e do Estado, de um número crescente de cidadãos, com relevo para os jovens construtores do seu próprio mundo.

Democracia que se debilita sempre que a autoridade do Estado e, com ela, a segurança dos cidadãos é defendida com tibieza ou com cobardia perante os que, por atos ou omissões, as põem em causa. O próprio Estado terá mesmo de ser imediatamente recomposto quando quem o enfraquece é precisamente quem devia representar a sua autoridade e ser garante da segurança da coletividade.

Aplausos do CDS-PP.

Democracia que morrerá quando os tribunais se deixarem pressionar e, assim, perderem liberdade de decisão no quadro da lei que deve representar a sua única e exclusiva submissão.

Celebremos, Senhoras e Senhores, a paz que o 25 de Abril trouxe a um Portugal, a um Portugal martirizado por anos e anos de guerra e onde a honrada memória dos heróis e dos mártires não pode fazer esquecer o sacrifício coletivo desses tempos de separação e de dor.

Mas lembremo-nos que a paz só será completa quando a sentirmos nas nossas próprias consciências. E tal só acontecerá quando as armas se calarem nos países africanos que falam a nossa língua e partilharam o nosso destino.

As vítimas de uma descolonização feita de abandonos e de cedências, fruto de comprometimentos para uma nova partilha de África não foram apenas os portugueses que aí perderam vidas e bens, foram também os africanos, abandonados à fúria das cobiças internas e externas e sujeitos a poderes incapazes de respeitarem os mais elementares direitos dos seus povos.

Aplausos do CDS-PP

Os democratas-cristãos portugueses, na esteira da Conferência Episcopal, mantêm intacta a esperança de que os caminhos da paz inspirem os dirigentes políticos angolanos e que o seu povo possa encontrar na comunhão de esforços o sentido da liberdade e do desenvolvimento.

Também consideramos que Portugal tem uma responsabilidade histórica e um papel insubstituível na prossecução deste objetivo. Porém, Senhoras e Senhores, este princípio pressupõe uma política externa firme, com autoridade e respeitabilidade, indissociável da defesa intransigente da dignidade das instituições e dos legítimos interesses nacionais, sempre que uma e outra sejam postos em causa.

Celebremos a adesão de Portugal à Europa comunitária e o surto de progresso e de bem-estar que daí resultou para os portugueses.

Mas lembremo-nos que a identidade da nossa Nação e a sua vocação universalista terão sempre de ser preservadas. V. Ex.ª, Sr. Presidente da República, tem a honra de representar uma Nação velha de oito séculos, uma Nação que não tem de se envergonhar «dos novos mundos que deu ao mundo» e tem honra nos seus mártires, nos seus santos e nos seus heróis.

Aplausos do CDS-PP.

Vocação universalista, dizia, que tem de ser preservada, não sendo admissível dissolver estes valores em soluções federalistas que matem a plena soberania do nosso Estado e as mais profundas raízes do nosso povo.

Nós, democratas-cristãos, temos criticado a adoção de políticas que, em nome de uma apressada globalização, transferem para fora do País setores vitais da nossa economia. A transferência desses centros de decisão, no quadro de um capitalismo de Estado que ignora ou menoriza os empresários

portugueses em benefício de poderosíssimos interesses estrangeiros, desgosta-nos profundamente, na medida em que é atentatória da independência nacional.

Celebremos a expectativa de uma sociedade mais justa, com menos desigualdades e mais bem-estar que o 25 de Abril criou nos portugueses.

Mas constatemos que, decorridos 26 anos e o muito que já foi feito, ainda estamos bem longe da concretização dessas expectativas.

É certo que muitos portugueses vivem num clima de abundância e de consumo que a necessidade de recuperar o atraso do seu nível de vida em relação aos padrões europeus pode justificar. Mas temos de ser cautelosos quando constatamos que este surto de bem-estar é mais sustentado pelo endividamento dos indivíduos, das famílias e das instituições do que pelo rendimento e pela poupança nacionais.

Este quadro virtual não deve, pois, esconder a necessidade de considerar o combate à pobreza como um imperativo nacional. A pobreza, onde ela existe, fundamentalmente nos idosos e nos reformados, tem de ser combatida com medidas estruturantes que se não esgotam no rendimento mínimo garantido, pese embora as suas generosas intenções. Temos de ir mais longe e mais fundo e encontrar o seu cerne na reforma da segurança social e, aí, na equiparação faseada das pensões mínimas ao salário mínimo nacional.

Este quadro de transitórias facilidades também não nos deve fazer esquecer as profundas desigualdades e assimetrias que ferem a nossa sociedade e o nosso país.

Na saúde há dois estratos sociais bem diferenciados: os que podem ter acesso rápido e eficaz a cuidados de saúde de alta qualidade e os outros, a maioria, que esperam e desesperam até serem atendidos nos centros de saúde ou nos hospitais sobrelotados.

Na justiça o mesmo se passa: os que podem ser representados por advogados que lhes garantem todas as oportunidades na aplicação do Direito e os outros, a maioria, que têm de se entregar à justiça e à humanidade dos tribunais, que, graças a Deus, não tem faltado!

Mesmo no estatuto de cidadania há inadmissíveis discriminações. Uns, os portugueses europeus, têm direito a ser indemnizados quando expropriados e à contagem do seu tempo de trabalho para a reforma; outros, os portugueses do ultramar, não têm direito a indemnizações e nem sequer lhes é contado para a reforma o tempo de trabalho ali prestado.

Até quando, Sr.as e Srs. Deputados, nestes domínios, o interminável diálogo continuará a tomar o lugar das insubstituíveis reformas?

Mas não é só a nível da sociedade que gritantes desigualdades se fazem sentir. A nível do desenvolvimento do País há crescentes assimetrias que continuam ignoradas pelo poder político.

O interior de Portugal está cada vez mais desertificado e envelhecido, de tal forma que o País corre o sério risco de, num futuro próximo, ficar amputado, económica e demograficamente, de parte substancial do seu território e da sua população.

Até quando essas gentes do interior, que têm cada vez menos voz e por isso são cada vez menos ouvidas, permitem que os seus legítimos representantes se não unam na defesa dos seus mais elementares direitos, seja a nível da repartição dos fundos públicos, seja a nível da conceção e execução das políticas de desenvolvimento regional?

Senhoras e Senhores: Um dia, De Gaulle disse: «É preciso saber se os franceses querem refazer a França ou ir dormir. Eu não a reconstruirei sem eles».

Hoje, em Portugal, teremos de concluir que não há homens, instituições ou ideologias providenciais que se substituam aos cidadãos e façam por eles o que só eles podem fazer por si próprios.

Não haverá progresso nem nada será corrigido ou reconstruído na sociedade portuguesa sem a iniciativa e o empenhamento crítico dos indivíduos, das comunidades e, principalmente, da juventude. Desta juventude nascida depois do 25 de Abril, mas que, tal como a minha geração, se deveria julgar destinada, no dizer de Albert Camus, a refazer o mundo.

Investir nos nossos recursos humanos, o mesmo é dizer investir na nossa juventude, na sua formação profissional, cultural e cívica, constitui a primeira prioridade nacional para garantir a competitividade do nosso país em espaços cada vez mais exigentes.

Contagiar os nossos jovens com a doença da equidade e das ideologias, que alguns tanto temem, não será uma certeza de refazer o mundo, mas é, seguramente, uma tentativa séria de humanizar a sociedade do futuro.

Sr.as e Srs. Deputados, Caras e Caros Colegas: Hoje é dia de festa, de meditação e sempre de esperança.

É na esperança de um futuro mais humano, mais justo e mais livre para Portugal e na fé de que, em conjunto, o conseguiremos alcançar, que eu vos saúdo a todos, independentemente da bancada onde se sentem, e em vós, em cada um e em todos, celebro o povo português, o nosso povo, o nosso juiz, destinatário primeiro do nosso trabalho e penhor seguro da nossa vitória.

Aplausos do CDS-PP, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares, em representação do Partido Comunista Português.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Altas Autoridades, Srs. Deputados: Diz-se que só se ama o que se vive. E os jovens do Portugal de hoje não viveram o 25 de Abril. Mas nem por isso são menos capazes de amar esta Revolução, os seus ideais, as suas conquistas. Assim lhes seja dada a hipótese de aprender o que aconteceu em Abril de 1974 e nos tempos que se seguiram. Assim possam saber o que foi o Portugal da ditadura e o Portugal da liberdade.

É que a Revolução dos Cravos, que não fizeram nem viveram, foi-lhes sendo escondida. E estes jovens de hoje não conhecem muito do que Abril de mais belo teve. Não viram a explosão de alegria irreprimível de um povo oprimido durante meio século e que, finalmente, conquistava a liberdade.

Muitos, talvez a maioria, nem sequer na escola encontraram a Revolução dos Cravos, que é matéria escondida ou, pelo menos, secundária nos programas escolares. E foram vendo e ouvindo as sucessivas campanhas de branqueamento da ditadura a que nessa madrugada de Abril se pôs fim.

As tentativas de alterar e reescrever a história do fascismo e da Revolução, o ataque às suas conquistas e o esconder da intensa e profunda participação popular que lhes deu corpo poderiam ter conseguido afastar a juventude dos ideais de Abril. Para muitos, terá sido esse mesmo o objetivo.

E, contudo, a juventude está com Abril e com os militares de Abril que, com o seu ato heroico, abriram as portas à Revolução que o povo abraçou. Daqui saudamos, pois, os militares de Abril, a sua coragem e o seu amor à liberdade, que encontram nos jovens de hoje um profundo reconhecimento.

Aplausos do PCP.

E estes mesmos jovens certamente sentirão a mesma justa incompreensão que nós sentimos ao ver que muitos dos que fizeram o 25 de Abril foram, nas suas vidas e nas suas carreiras, injustiçados. E certamente não compreenderão, tal como o PCP não aceita, que a lei que, há um ano atrás, foi aprovada nesta Assembleia, destinada a pôr fim à discriminação na carreira dos militares de Abril, continue à espera do decreto-lei regulamentar que o Governo está obrigado a fazer, por força da lei da Assembleia.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Já não é possível compensar mais de 20 anos de injustiça, porque há injustiças que de nenhuma forma podem ser reparadas. Mas exige-se que, pelo menos, elas terminem imediatamente. Sabem os jovens de hoje e de ontem que tais injustiças, feitas sobre quem tão grande contributo deu para que se fizesse o 25 de Abril, envergonham o seu próprio espírito.

A Revolução de Abril é também, pois, dos jovens de agora. Sim, ela também nos pertence. E não se trata de um património apenas conquistado. É usado todos os dias em que os jovens lutam por um futuro melhor, por um ensino democrático, por um emprego com direitos, pela democracia na escola e na empresa, pela defesa do ambiente, na luta contra o racismo e a xenofobia.

Olhando para a atual situação da nossa sociedade e também da juventude, não é possível esconder que muito da Revolução de Abril está ainda por concretizar.

Neste país de Abril, aumenta a precariedade e a desregulamentação laboral a que os jovens são em cada vez maior número sujeitos. Continua a política dos baixos salários e crescem os obstáculos ao exercício dos direitos dos trabalhadores. Utilizam-se os jovens como mão de obra barata. Como se fossem um qualquer produto descartável que se usa enquanto se quer e que, depois, se deita fora. Aliás, é a própria lei que permite que se contrate um jovem a prazo apenas e só porque é jovem.

Neste país de Abril, o acesso aos mais elevados graus de ensino continua para tantos a estar vedado e o sistema educativo vai sendo transformado num funil cada vez mais apertado e onde as desigualdades socioeconómicas ditam a lei da exclusão.

Neste país de Abril, apenas ouvimos certos responsáveis clamar pelos direitos dos cidadãos e indignar-se com a morosidade da justiça quando os acusados são poderosos e bem relacionados. Porque quando o acesso a uma justiça célere e eficaz é negado ao cidadão comum, cala-se a indignação dessas vozes.

Neste país de Abril, aumenta ainda mais o fosso entre ricos e pobres, ao mesmo tempo que a riqueza produzida é distribuída de forma cada vez mais desigual. E vemos esquecidos e desprezados os deficientes, tantos deles vítimas da guerra colonial, que continuam a ter difícil acesso ao emprego, ao ensino, à igualdade.

Neste país que em Abril renasceu, a educação sexual continua no papel e nas palavras, utilizada com descaramento e hipocrisia quando dela é preciso falar e rapidamente engavetada logo que possível. Em pleno ano 2000, o planeamento familiar e os meios contracetivos continuam longe de estar generalizados a toda a população. Somos, por isso, os campeões das gravidezes indesejadas e das mães adolescentes. Somos um país onde os jovens continuam a ver negado o seu direito à sexualidade consciente e responsável.

É também por tudo isto, Srs. Presidentes, Srs. Deputados, que o povo e a juventude se juntam por todo o País às comemorações do 25 de Abril, renovando os ideais da Revolução na busca do seu cumprimento. Como o fazem os milhares de pessoas que, ainda agora, celebram a liberdade aqui bem perto, a descer a avenida do mesmo nome. E muitos deles são jovens, empunhando com orgulho os cravos vermelhos que agora são seus, que sabem que, apesar de tudo, é mil vezes preferível a avenida da liberdade a qualquer viela da ditadura. E no 25 de Abril conquistámos a liberdade.

Comemorar a Revolução dos Cravos é tempo para lembrar ao que ela pôs fim. Para lembrar que houve a PIDE, a censura, a prisão política, a tortura e a guerra colonial — numa palavra, que houve o fascismo.

Para lembrar que, durante quase meio século de ditadura, milhares de portugueses lutaram contra ela. Homens e mulheres, comunistas e outros, tantos deles jovens, que, com a sua luta, abriram caminho ao 25 de Abril.

Comemorar o 25 de Abril é festejar a liberdade conquistada pela Revolução, que já ninguém nos tira.

Mas ao comemorar a Revolução dos Cravos, temos, também, de olhar para o futuro. E saber que o caminho não pode ser outro senão continuar a lutar contra novas e velhas injustiças, novas e velhas desigualdades e discriminações. A luta pela defesa da liberdade, para aprofundar a democracia e perseguir a igualdade.

Por isso, Abril é o futuro.

Por isso, Abril é nosso, de todos, dos que o fizeram e viveram. Mas também dos que o receberam ainda por acabar e que continuarão a lutar por um amanhã melhor.

Viva o 25 de Abril!

Aplausos do PCP, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, em representação do Partido Social Democrata, o Sr. Deputado Ferreira do Amaral.

O Sr. **Ferreira do Amaral** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. Presidente do

Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Convidados, Srs. Deputados, meus colegas, Minhas Senhoras e Meus Senhores: O 25 de Abril que hoje comemoramos foi, num momento, um golpe militar e, depois, uma revolução. Mas nem o golpe, nem a revolução que se lhe seguiu brotaram de um quadrante ideológico único. Pelo contrário.

A Revolução de Abril, como passou a ser designada, só foi possível porque satisfez as aspirações de uma pluralidade de setores de opinião emergente de todas as camadas sociais.

E se, hoje, se deve, muito justamente, prestar homenagem aos capitães de Abril porque permitiram o 25 de Abril, também é justo curvarmo-nos perante a memória de grandes homens que ajudaram a consolidar a democracia, como Francisco Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa e o marechal António de Spínola.

Aplausos do PSD.

A força desse pluralismo impediu que maiorias ativas conseguissem desviar a Revolução de Abril dos seus fins para instaurarem à força uma nova ordem, uma nova ordem outra vez de discurso unicitário e de contornos totalitários.

Tentaram e falharam. O pluralismo democrático impôs-se.

Não tão cedo quanto o necessário para evitar enormes prejuízos humanos e materiais desnecessários.

Não tão a tempo de evitar que, na voragem desses tempos sem lei, se desencaminhasse um processo de descolonização que, para bem de todos, deveria ter sido prudente e ordenado, mas que, naquelas condições, redundou num drama de que ainda hoje se sofrem as consequências.

Mas o pluralismo democrático impôs-se em tempo suficiente para reassumir a condução dos processos de liberdade, de democratização e de desenvolvimento económico e social, ansiados pela esmagadora maioria do povo português.

Construímos, a partir daí, a nossa democracia.

Uma democracia assente na liberdade, uma democracia fundada na igual dignidade de todos os cidadãos. Uma democracia de solidariedade entre portugueses e de orgulho em Portugal.

Senhoras e Senhores: Neste dia em que comemoramos o 26.º aniversário da Revolução de Abril, somos levados a fazer o balanço do seu ativo e do seu passivo e é justo e natural que nos orgulhemos do que se realizou.

De facto, durante este período, fez-se obra.

Não teremos erradicado por completo a pobreza em Portugal, mas estendemos e elevámos para níveis nunca antes conhecidos o bem-estar material dos portugueses.

Não teremos edificado o sistema de segurança social perfeito, mas conseguimos desenvolver modelos de solidariedade que, apesar das imperfeições e das limitações, superam em muito tudo o que anteriormente vigorava.

Não teremos dotado o País de todas as infraestruturas necessárias ao seu desenvolvimento, mas realizámos, em tempo ímpar, uma pujante obra de fomento e de modernização, dotando-o de uma

rede estratégica de vias de comunicação, de uma moderna rede de telecomunicações, de construções escolares, de saneamento e de novos hospitais, quando dantes não havia nada disto, nem parecido.

Não teremos ainda erguido um serviço de saúde compatível com os padrões de qualidade a que todos justamente aspiram, mas conseguimos estender a todos os cidadãos garantias de assistência e de tratamento médico nunca anteriormente alcançadas.

Não teremos atingido todas as metas em matéria de proteção ambiental ou todos os objetivos na área da salvaguarda do património cultural, mas fixámos novos princípios e novos critérios de exigência que anteriormente eram ignorados.

Não teremos conseguido garantir suficientemente o direito e a justiça junto dos cidadãos, mas conseguimos erguer um Estado de direito, assente numa Constituição em que se consagram os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e construímos uma sociedade muito mais informada quanto aos seus direitos fundamentais.

Ainda não chegámos ao grau de descentralização de que o País necessita, mas criámos, reforçámos e consagrámos a autonomia regional para os Açores e para a Madeira e dignificámos o poder local.

Aderimos à Comunidade Económica Europeia e estabelecemos novos laços de cooperação com os países de língua portuguesa e com eles constituímos uma comunidade de solidariedades e de interesses que auspicia um futuro para o mundo lusófono.

Fizemos tudo isto em liberdade ou, se calhar, fizemos tudo isto porque vivemos em liberdade.

Mas, Minhas Senhoras e Meus Senhores, tudo isto, que constitui o ativo da nossa geração, desta geração a quem coube iniciar a realização dos ideais de Abril, tudo isto, que é talvez muito para uma jovem democracia de 26 anos, não é, todavia, suficiente para que nos possamos considerar satisfeitos com o que se passa.

É preciso estar atento aos sinais. E os sinais, hoje, são preocupantes.

Quando a insegurança dos cidadãos cresce todos os dias, sobretudo nas grandes cidades, e a única resposta que ouvimos a esse respeito é que isso é estatisticamente normal e que até há de ser pior; quando, no ensino, se fazem das crianças e dos jovens verdadeiras cobaias de experiências e modelos pedagógicos e curriculares há muito rejeitados noutros países, negando-lhes, designadamente, o seu direito de aprendizagem da História Pátria; quando, a nível escolar, se atingem os mais altos níveis de insucesso escolar da Europa e quando a notícia de que é hoje normal os alunos baterem em professores não faz sequer pestanejar os poderes públicos; quando se assiste ao sistemático desprestigiar da justiça e se contemporiza com a suspeita pública da falta de isenção de alguns dos seus órgãos mais importantes; quando as forças de segurança são sistematicamente desautorizadas e apenas se fala delas naquilo que praticam de mal feito e que a todos nos choca, mas raramente se refere o que fazem de bem todos os dias, porque o mal excecional é sempre notícia, mas o bem rotineiro nunca; quando os poderes públicos, surpreendentemente, também seguem este critério, compreensível na comunicação social, mas irresponsável em órgãos de poder político democrático; quando se assiste à destruição avassaladora e consciente do ambiente urbano e, sobretudo suburbano, criando verdadeiros monstros irreversíveis de betão,...

Risos do PS.

... encavalitados uns nos outros, onde não há paisagem, nem tradição, nem ambiente que resistam, tudo ao sabor de uma especulação desenfreada, que não só não é combatida como às vezes até é estimulada, gerando verdadeiros viveiros de desencanto para futuras gerações desenraizadas, desumanizadas e sem espaços; quando vemos o prestígio externo de Portugal posto em causa, com a lusofonia todos os dias a perder terreno, esquecidos de uma CPLP de quem ninguém parece já querer nada e, com isso, vamos passivamente perdendo a nossa identidade, o nosso lugar no mundo e, pior do que tudo, a nossa autoestima; quando, enfim, se acastelam nuvens carregadas no horizonte da nossa economia, sofrendo já de desequilíbrios que em breve serão indisfarçáveis, dos quais o mais preocupante é o da divergência com a Europa que agora se iniciou e que nos será fatal se não for corrigida — e, enquanto se abrem estes gravíssimos rombos, a orquestra continua a tocar como se nada fosse! — quando tudo isto sucede à frente dos nossos olhos, é natural que uma sombra de inquietação e de ansiedade tolde a esperança no futuro dos portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas o pior de tudo é a sensação que todos temos de que os poderes públicos parecem estar hoje mais interessados em esconder os problemas do que em resolvê-los.

Aplausos do PSD.

Hoje, já não nos apontam caminhos para a solução dos problemas que nos preocupam e que vemos agravarem-se no dia a dia, muito menos os resolvem. Hoje, ignoram-nos, calam-nos ou desconversam, falando do que não interessa ou confundindo-nos com discursos incompreensíveis e vazios.

O 25 de Abril não se fez para isto. O 25 de Abril deu-nos a liberdade para falarmos dos problemas que nos afligem, a liberdade para os enfrentarmos com verdade e a liberdade para escolhermos a melhor forma de os resolver. Pagaremos muito caro se o País persistir nesta cumplicidade cor-de-rosa do faz de conta.

Sr. Presidente, Minhas Senhoras e Meus Senhores: O 25 de Abril de há 26 anos é história, o de hoje é política. Entre um e outro, há uma geração de luta onde não faltam mulheres e homens que puseram as suas capacidades, a sua vontade e até as suas ambições pessoais ao serviço do seu país.

As novas gerações vêm aí, com novas preocupações, novas aspirações e novos combates anunciados. Lançarão um olhar crítico sobre o que fizemos e denunciarão o que deixarmos por fazer. Tenho esperança que façam muito melhor do que nós.

Mas, contrariamente ao que se passa connosco, terão dificuldade em compreender que se comemore um dia da liberdade que, para eles, nunca esteve em causa.

Hoje, perante tantos problemas que se nos levantam e tantas dúvidas que nos angustiam, a questão já não é, como era há 26 anos, a de conquistar a liberdade. Essa está conquistada e será definitiva.

A interrogação a que hoje temos de dar resposta é a de saber o que fazer com esta liberdade.

Aplausos do PSD, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Em representação do Partido Socialista, tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Roseta.

A Sr.ª **Helena Roseta** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Ilustres Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: Há datas que dividem o tempo em duas partes: o antes e o depois. O dia 25 de Abril de 1974 é uma delas. Marcou a vida de um povo e mudou a vida de cada um de nós.

Perguntam-nos os mais novos: para quê celebrar este dia? E, sobretudo, por que fazê-lo com uma sessão solene, aqui, na Assembleia da República?

Celebrar a memória coletiva é um ato de cultura. E recordar a data em que decorrem 25 anos sobre as eleições para a Assembleia Constituinte é sermos fiéis à própria razão de ser desta Casa. Por duas razões: em primeiro lugar, porque celebramos a festa que foi esse dia, o entusiasmo e a alegria com que os portugueses acorreram maciçamente às urnas para exercer a liberdade recém-alcançada; em segundo lugar, porque esse foi também o dia — não o esqueçamos! — em que as mulheres portuguesas alcançaram pela primeira vez o direito ao sufrágio universal.

Vozes do PS: — Muito bem!

A **Oradora**: — O 25 de Abril foi, antes de mais, o resultado da ação dos capitães de Abril. Não lhes devemos apenas o ato heroico do derrube de uma ditadura obsoleta, devemos-lhes muito mais. Cumprindo a promessa feita, os militares de Abril souberam devolver a soberania ao povo português. E, ao fazê-lo, deitaram por terra velhas teorias que vaticinavam a existências de três impossibilidades: a de que uma revolta militar pudesse desembocar num Estado de direito; a de que os militares aceitassem entregar o poder nas mãos de civis; e a de que um país pobre fosse capaz de alcançar a democracia. Faltavam-nos, como alguém dizia em 1973, «400 anos de relva inglesa». Enganaram-se os teóricos e enganaram-se os situacionistas de Caetano. Apesar das dificuldades, das discórdias e da extraordinária explosão de energia popular que acompanhou o acordar da consciência coletiva, o Movimento das Forças Armadas honrou a sua palavra. E se o 25 de Abril de 1974 não teria sido o que foi sem a coragem de Salgueiro Maia, o 25 de Abril de 1975, data das primeiras eleições, talvez não tivesse sido possível sem a ação inteligente e mediadora de Melo Antunes.

Aplausos do PS.

A História se encarregará de apurar, melhor do que eu, quanto Portugal lhes ficou a dever.

Quero, também, saudar aqui, hoje, o Presidente da República, homem da geração que fez o 25 de Abril.

Jorge Sampaio não precisa de ser aqui convocado. Pelas suas convicções e pelo seu combate, antes e depois desse dia, pela sua contribuição para a instauração e a consolidação da democracia no nosso país, pelo seu profundo patriotismo e pela forma digna e firme como tem desenvolvido as suas altas funções e representado Portugal dentro e fora das nossas fronteiras, pelo seu rigor ético e pela sua extrema sensibilidade às injustiças e desigualdades que tem continuado a combater, ele representa e dignifica o 25 de Abril.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há quem sustente que o 25 de Abril está incompleto. Permitam-me que discorde. No essencial e para lá das peripécias de um percurso que não foi fácil, o programa do MFA está cumprido. Recordemos os famosos três "D" que o enformavam: democratizar, desenvolver, descolonizar. Em qualquer destas três direções, é imenso o caminho percorrido. Derrubada a ditadura, ultrapassaram-se as fases de transição, venceram-se as tentações anarco-populistas, alcançou-se a instauração de um Estado de direito. Do país «orgulhosamente só», que éramos em 1974, Portugal transformou-se numa democracia estável, respeitada e respeitadora dos direitos humanos, com base numa Constituição pioneira na sua definição e que ainda hoje suscita, em matéria de direitos, liberdades e garantias, um largo consenso. De país pobre e atrasado, com larguíssimas taxas de analfabetismo e centenas de milhar de emigrantes que escapavam à miséria, tornámo-nos em Estado-membro da União Europeia, com níveis de vida muito superiores aos de 1974 e com direitos políticos, económicos e sociais crescentemente reconhecidos. De país colonial, atolado numa guerra sem solução, passámos a país amigo, parceiro das novas independências, terra de acolhimento de mais de 600 000 retornados que aqui refizeram as suas vidas a partir de 1976, contribuindo para o desenvolvimento e a modernização da nossa economia.

Completaram-se, assim, vários ciclos. O da democratização, o primeiro dos "D", iniciado com as eleições de 1975 e concluído em 1982, com a criação de um Tribunal Constitucional civil em substituição da tutela militar transitória do Conselho da Revolução; o do desenvolvimento, o segundo dos "D", cumprindo a transição do subdesenvolvimento até à integração europeia, a que nos candidatámos pela mão de Mário Soares, que também nesta data quero saudar pelo papel essencial que desempenhou.

Aplausos do PS.

E, finalmente, o da descolonização, que só se encerrou em 1999, com a devolução pacífica e negociada de Macau à soberania da China e com a extraordinária lição de coragem e apego à liberdade dada pelo povo de Timor.

É certo que as promessas contidas nos três "D" não estão esgotadas. Nem os problemas estão todos resolvidos. Não está, por isso, concluída a tarefa de levar o 25 de Abril mais longe. É que o

25 de Abril é mais do que uma data charneira. É o dia em que desabrocha, em estado nascente, o movimento coletivo que haveria de modernizar e transformar Portugal no que somos hoje. Em momentos raros, como esse, o futuro irrompe no presente e tudo é possível, porque tudo está de novo em aberto. É por isso que são momentos de euforia e entusiasmo coletivos. E é também por isso, porque trazem em si uma abertura primordial, que são datas portadoras de futuro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Que sentido terão, então, à luz do mundo atual, em pleno ano 2000, as generosas promessas de Abril?

Que significa "democratizar" num mundo globalizado, em que aquilo a que já se chamou ditadura dos mercados financeiros se sobrepõe ao poder dos Estados e dos povos? Que quer dizer "desenvolver" num tempo em que a humanidade é duas vezes mais inigualitária que era há 40 anos, apesar do crescimento económico mundial nunca ter sido, nesse intervalo, inferior ao da população? E que sentido dar à palavra "descolonizar" num tempo em que o pensamento único identifica, como afirmou Peter Drucker, mundo globalizado com mundo ocidentalizado?

Comecemos pelo "democratizar". Vivemos hoje um extraordinário paradoxo. Numa altura em que se desfez a alternativa ao modelo capitalista e em que países de Leste, economias emergentes e povos oprimidos de todas as latitudes aspiram por construir Estados democráticos, a democracia representativa dos países ocidentais atravessa uma crise profunda.

Crise que se manifesta em três planos distintos: na representação política, com o descrédito sobre os políticos, que alimentam expectativas muitas vezes superiores ao que podem realizar; na participação, com níveis de abstencionismo eleitoral crescentes, apesar de, ao mesmo tempo, se assistir à proliferação de movimentos associativos e de protesto que, por vezes, derivam em fenómenos populistas ou mesmo xenófobos; no vínculo social e político, com o endeusamento do individualismo consumista e a fratura social.

A todas estas transformações não é estranha a explosão tecnológica e mediática das últimas décadas. O espaço público virtual dos *media* sobrepôs-se ao espaço público da cidadania. A aceleração do tempo, a transformação da notícia em produto de consumo induzem novos comportamentos por parte dos responsáveis políticos. A temporalidade da ação política é, no entanto, diferente da vertigem noticiosa. A «democracia de emoção», comandada pelas reações instantâneas aos acontecimentos da agenda mediática em perene desfile, substitui a reflexão. A impaciência mediática dá-se mal com a necessária paciência democrática. As medidas são substituídas pelo seu anúncio, a conjuntura ocupa o centro do debate político, em prejuízo das reformas estruturais que exigem outra profundidade de análise.

A democracia do nosso tempo é, mais do que nunca, uma democracia complexa. Para cada problema haverá sempre múltiplos olhares que é preciso ter em conta. Terminou o tempo das leituras simplistas, maniqueístas. Não podemos prescindir da utilização inteligente dos novos meios de expressão e comunicação que estão ao nosso alcance, como é evidente. Mas também não podemos fechar ouvidos à vontade de participação que os cidadãos manifestam das mais diversas formas, nem ainda adiar a entrada significativas de mais mulheres para os cargos de decisão a que têm direito. Temos, nesta Assembleia da República, particulares responsabilidades. Porque somos, de todos os órgãos de

soberania, o mais exposto à curiosidade mediática. Mas também porque este é o mais plural dos espaços de poder político entre nós.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É tempo de passarmos ao segundo «D». Que significa desenvolver Portugal, no contexto semiperiférico, embora europeu, que ainda é o nosso? Como fazer frente aos desafios da chamada «nova economia»? E como combater, ao mesmo tempo, a ameaça ecológica e a exclusão social?

A resposta a estas questões passa por uma outra, a meu ver essencial: a do papel do Estado enquanto garante de condições de igualdade de direitos e oportunidades para todos os cidadãos. Esta é uma das questões em que o consenso constituinte mais rapidamente se desfez. A ideia de um Estado motor do desenvolvimento, corrente nos anos 70, e que em Portugal se exprimiu pela constitucionalização de uma enorme intervenção do Estado na organização económica, foi substituída pelas teses ultraliberais dos anos 80. Foram elas que abriram caminho à desregulação e à implantação da globalização financeira como hoje a conhecemos. Foram também elas que procuraram e ainda procuram desmantelar os Estados providência herdados da tradição humanista europeia. Numa economia pequena e dependente como a nossa, a alteração radical do papel do Estado num tão curto espaço de tempo — de autoritário a revolucionário e de revolucionário a liberal, em pouco mais de 10 anos — e a posterior abertura aos mercados, em simultâneo com a entrada de substanciais fundos comunitários, acabou por se traduzir numa espécie de desenvolvimento do avesso. Abandonaram-se setores produtivos tradicionais, com consequências na desertificação do território. E o próprio Estado absorveu grande parte das ajudas comunitárias para financiar acessibilidades longamente adiadas. Ainda hoje, assistimos ao paradoxo de ver os maiores defensores da «mão invisível» dos mercados serem os mais ferozes paladinos da intervenção económica do Estado, através de subsídios, à primeira dificuldade.

Vozes do PS: — Muito bem!

A **Oradora**: — Não negamos, naturalmente, a falência de conceções burocratizantes do papel do Estado na economia, mas também não é menos evidente que há bens cujo acesso só o Estado pode garantir a todos. Falo dos bens sociais, como a saúde, a educação, a segurança social. Também é claro que, num mundo cada vez mais competitivo, o Estado tem um papel regulador de que não pode demitir-se. Os próprios equilíbrios e consensos sociais passam cada vez mais pelo papel mediador do Estado. A defesa do território e da paisagem, ameaçados por modos de produção poluentes e predadores, não dispensam tão-pouco uma ativa vigilância do Estado. A multiplicidade de papéis e tarefas que se pedem ao Estado moderno não pode ser ignorada. E a necessidade de salvaguardar a sua independência perante pressões económicas de escala supranacional exige que as suas decisões, em particular na área económica, sejam transparentes e compreendidas pelos cidadãos, sob pena de assistirmos a formas encapotadas de «privatização do Estado» que não podem deixar de ter efeitos perversos na democracia.

A chamada «nova economia» também interpela o papel do Estado. A vertigem da expansão das novas redes de telecomunicações a todo o planeta abre perspetivas de mercado exponencialmente

multiplicadas. A *Internet*, em 1999, chegava, no entanto, apenas a 2% da população mundial. Como garantir a todos, desde a base, o acesso a este novo e poderoso meio de conhecimento? Como levar a cabo uma verdadeira reforma do saber, a partir da acessibilidade a tantos dados, a uma quantidade nunca antes vislumbrada de informação?

É à escola que cabe o primeiro passo. Essa é, talvez, uma das maiores reformas de fundo que está já a ser feita em Portugal, sem grande alarido, mas com enormes consequências no futuro. Mas, atenção: não basta garantir aos jovens o acesso à *Net* para fazer de Portugal um país da «nova economia». Há que preparar saberes, competências e meios. Há que lutar por conteúdos em português e há que aprofundar o papel dos mediadores — professores, pais, jornalistas, agentes culturais. A *Net*, sozinha, não fará bons cidadãos.

Vozes do PS: — Muito bem!

A **Oradora**: — A igualdade e a fraternidade são construções humanas, não o resultado automático de um qualquer processo tecnológico, por mais aliciante que ele seja.

Vozes do PS: — Muito bem!

A **Oradora**: — Desenvolver passa também, necessariamente, por uma melhor gestão e distribuição dos nossos recursos. Talvez, de entre eles, o pior distribuído seja o tempo. Enquanto uns vivem no frenesim de um quotidiano que não lhes deixa sequer espaço para descansar, outros, em particular os desempregados e os reformados, têm muitas vezes um tempo que não é útil nem valorizado pela sociedade. Um processo de desenvolvimento sustentável não dispensa uma profunda reflexão sobre a forma como partilhamos o tempo, o que nos é dado e o dos outros. Já há países e meios laborais onde se discute não só a redução dos horários de trabalho, mas, sobretudo, a ideia de «tempo total», incluindo nele a formação e o transporte. Já repararam, Srs. Deputados, na profunda desigualdade que se instalou no nosso país entre urbanos e suburbanos, uns, a minutos do trabalho ou emprego, outros, desperdiçando todos os dias horas preciosas que ninguém lhes paga e que são roubadas ao lazer e à família? Como pedir a quem gasta três horas por dia no trânsito que participe mais, intervenha mais ou se interesse mais pelos problemas dos outros?

Vozes do PS: — Muito bem!

A **Oradora**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Chego ao fim do tempo e do discurso para me deter rapidamente no terceiro «D» — descolonizar. Que sentido tem ele, hoje, num mundo unipolar? E que papel têm pequenos Estados como o nosso, fundados na legitimidade democrática, quando os grandes poderes são planetários e o poder político é nacional? Há quem defenda que, na atual configuração geopolítica, o Estado-Nação terá como missão legitimar e vigiar os mecanismos de governo

supranacionais. A necessidade de assegurar o lugar do seu país no mundo impõe-se, assim, cada vez mais, os pequenos países.

O desenvolvimento económico e social num mundo aberto não se pode conceber à escala protecionista de cada país. Mas também não tem de passar, necessariamente, pelo estabelecimento de relações de troca cada vez mais desiguais no contexto internacional. Por isso, o Primeiro-Ministro tem defendido a necessidade de reformar organismos internacionais criados para apoiar o desenvolvimento mundial, mas tantas vezes transformados em simples executores do pensamento único, como o FMI e o Banco Mundial. Também na ONU se impõe a criação de uma espécie de conselho de segurança económica, capaz de contrabalançar os efeitos devastadores da globalização financeira nas economias mais frágeis. A taxa Tobin é outro exemplo de um mecanismo que pode ser criado para evitar novas formas de colonização e dependência e que, hoje, são financeiras, culturais e tecnológicas. O exemplo da contracimeira de Seattle, onde redes de associações as mais diversas fizeram frente a uma reforma da Organização Mundial do Comércio desfavorável aos países mais pobres, está aí, como exemplo daquilo que a democracia do ano 2000 nos solicita: a capacidade de sermos atores «glocais», isto é, de lutarmos, em várias escalas e ao mesmo tempo, pela renovada modernidade do projeto de combate às injustiças e às desigualdades.

Finalmente, descolonizar, para um país que só agora encerra o seu multissecular ciclo colonial, também significa assumir a herança da História sem complexos nem tardias culpabilizações.

Vozes do PS: — Muito bem!

A **Oradora**: — Como disse o Sr. Presidente da República, no Brasil, «Somos responsáveis pelo nosso tempo. O passado herdámo-lo. Devemos entendê-lo para transformar o presente».

Descolonizar, hoje, é, ainda, basear o nosso relacionamento com os países independentes saídos das ex-colónias na amizade entre os povos. Amizade que não pode ser subordinada a quaisquer razões de Estado que não sejam as que derivam da nossa obrigação de respeitar e promover os direitos humanos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na madrugada de 25 de abril de 1974, uma canção de Zeca Afonso deu-nos o mote da revolução. Passaram 26 anos. Parece que foi ontem. Mas foi, o século XXI que, nesse dia, se abriu para nós.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República António de Almeida Santos**: — Sr. Presidente da República, Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, em representação do Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Vice-Presidentes da Assembleia da República, Srs. Deputados, Srs. Representantes Diplomáticos, Srs. ex-Presidentes da República e da Assembleia da República e ex-Primeiros-Ministros,

Excelências, Srs. Representantes da Associação 25 de Abril, Ex.mas Autoridades Judiciais, Civis e Militares, Srs. Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Sr. Presidente da República, a presença de Vossa Excelência nesta cerimónia, que nem o passado nem o presente dispensam, confere-lhe um particular significado. Representando a República, Vossa Excelência representa aqui a Pátria que há 26 anos foi liberta. E representa-a com singular autoridade. Foi dos que se bateram pela sua libertação antes de Abril e pela sua consolidação depois. Continua a bater-se, no exercício do seu múnus. Bem-haja, por ter querido estar uma vez mais no meio de nós.

Abril é também a Constituição que dele saiu. E foi aqui, neste cenário tão cheio de evocações, que ela foi possível. Tê-lo sido com dificuldades inenarráveis só a torna mais preciosa. Com ela, todos os dias são de Abril.

Abril é, ainda, o fim honroso de Macau e o início de uma relação privilegiada com a China. Não deploremos esse, aliás dignificante, remate histórico. Orgulhemo-nos, isso sim, da história que precedeu esse remate.

Abril é enfim o princípio da libertação de Timor. A concretização de uma solidariedade, povo a povo, que só agora pode, sem entraves — assim o espero —, ser concretizada. As esperanças que os nossos irmãos de Timor depositam em nós vão pôr à prova a nossa fidelidade ao espírito de Abril.

Ilustres Autoridades e Ilustres Convidados, obrigado também, em nome dos que nesta Casa representam o universo do povo português. Honra-nos a vossa presença.

Já muitas vezes tive o privilégio de usar da palavra em cerimónias comemorativas do 25 de Abril. Volto a tê-lo com a mesma exaltação de sempre. Há sentimentos que não envelhecem.

Ao ver estes cravos vermelhos, que há 26 anos tiveram por suporte os canos das espingardas dos soldados triunfantes, sinto o mesmo arrepio de emoção que então senti. De há muito eu tinha marcado encontro com a liberdade. Mas tive de esperar meia vida por ela. Foi, durante décadas de contestação e de luta, uma esperança incessantemente renovada. A cada desaire dos opressores correspondia do nosso lado uma marcação de data. Desta vez não escapam! — dizíamos, como se pela primeira vez o disséssemos. Mas incessantemente escapavam!

Daí que, quando em 25 de Abril, alertado por um amigo, acordei ao som de *Grândola Vila Morena*, tive por vitorioso um levantamento militar que, a essa hora, estava apenas a caminho de o ser. Nada me podia segurar na cama. Saí para a rua ao encontro da minha velha paixão. E assisti, ébrio de entusiasmo, ao confirmar da libertação.

Vinte e seis anos depois, repete-se em mim a vibração desse reencontro de Portugal com a liberdade. E uma vez mais o meu coração se inflama num gesto de gratidão para com os briosos militares que, fartos de opressão e de guerra, aceitaram morrer para não terem de continuar a matar; aceitaram o risco do cárcere para poderem ser livres; aceitaram o risco de serem julgados traidores para não trairem a sua Pátria e a sua consciência.

Obrigado, uma vez mais, militares de Abril! Por terdes sido capazes de repor o curso da nossa história nos carris da liberdade. E por terdes renunciado às tentações da glória, para que Portugal pudesse ser, ultrapassadas as dificuldades inerentes a todas as ruturas, o Estado de direito democrático que veio a ser, com direito ao novo desígnio da integração europeia.

Foi árduo o caminho. É-o sempre, quando se operam ruturas. Ainda assim, foi no nosso caso possível uma evolução regime a regime sem derramamento de sangue, uma paz sem desdouro, uma descolonização sem corte de pontes, um refazer do tecido social sem ódio.

O saudoso Salgado Zenha disse um dia que «a libertação é apenas o começo da liberdade». Esta — disse ainda — «não é um rasgo de que se repouse, mas um despertar de que se não descanse».

Não há vitórias definitivas. Não nos esqueçamos disso.

Tenho aproveitado estas cerimónias «consacratórias» do nosso reencontro com a liberdade, para uma reflexão sobre ela. No seu dia, que melhor homenagem?

O caso é este: se os briosos militares de Abril puderam libertar-nos dos inimigos da liberdade desse então, quem, se não nós próprios, agora libertos, podemos defender dos seus novos inimigos a liberdade conquistada?

Passaram-se 26 anos. O Mundo era um, deveio outro. E debalde tentaríamos iludir-nos continuando a pensar e a agir como se fosse o mesmo.

Os inimigos da liberdade eram então o melhor aluno do curso da ditadura, e os seus acólitos civis e militares. Eram a violação dos mais elementares direitos cívicos e políticos. «Era o medo que guardava a vinha» dos interesses instalados.

Quais são, agora, os inimigos da liberdade?

Vindos de fora, com livre direito de entrada, são hoje, entre outros: a globalização, que ameaça absorver as pátrias; a competição económica universal livre e sem regras, que concentra a riqueza em cada vez menos mãos e dissemina a fome por cada vez mais bocas; as agressões aos equilíbrios naturais, que tornam problemática a sustentabilidade da própria vida humana sobre a terra; o crime universal e cientificamente organizado a partir dos lucros fabulosos dos tráficos ilícitos, em especial das drogas, que impunemente alastram e vertiginosamente dominam faixas crescentes da economia global e do correspondente poder político; as novas tecnologias da informação, que educam para a violência; a competição, a obsessão do sucesso individual, do dinheiro e de uma visão lúdica da vida; o esboroar das identidades nacionais, regionais e locais a caminho de um Mundo de clones psicológicos e comportamentais, a que se seguirão, se os não precederem, os clones biológicos que as ciências da vida já encomendaram; em geral, os avanços da biotecnologia, que a cada nova descoberta, que nos maravilha, fazem corresponder novos riscos geradores de pânico; um avassalador indiferentismo moral que nos levará em breve a inquirir, com inteira lógica, em nome de quê proibiremos o quê; enfim, para não ser exaustivo, a nova ideologia que esteve na base de tudo isto, a ideologia ultraliberal. Reclama-se, ela também, da liberdade, mas só teórica e formalmente a partilha. Bem ao invés, concentra-a nas mãos de novos opressores.

Estes e outros novos inimigos invadiram, sem obstáculos, que cuidadosamente eliminaram, as fronteiras que deixámos de ter.

Mas talvez não seja impossível identificar outros novos inimigos gerados no nosso próprio seio. São, admito, mais causados do que causantes, mas não deixam de reforçar a gravidade dos que importamos. Desde logo, a perigosa convicção de que a liberdade foi, desta vez, uma conquista sem reverso. Einstein demonstrou cientificamente que o próprio universo não é estável. Como havia de sê-lo um

conceito — ainda que convertido em sentimento, o que nem sempre é o caso —, que a história fez vacilar ao sabor dos caprichos de um qualquer vencedor?!

Seríamos insensatos se, em face das profundas transformações ocorridas nas sociedades humanas, assumíssemos uma atitude de confiada descontração e passividade.

«Queiramos ou não...» — escreveu François Jacob — «... o Mundo dos homens vai mudar. Mais vale orientar a mudança do que aceitá-la passivamente».

Acho eu que o risco é maior ainda. É que não apenas o Mundo vai mudar, como já substancialmente mudou. Não basta assim evitar a passividade na antevisão do futuro, é fundamental corrigi-la na perspetiva do passado. Recusemos, pois, uma visão sem horizontes espaciais e temporais alargados da realidade do nosso tempo e das tendências irreversíveis da sua evolução. Preocupemo-nos, não apenas com o aqui e agora, com a indignação nossa de cada dia, com vitórias fugazes sobre, quantas vezes, falsos inimigos de ao pé da porta, mas também, sobretudo, com os verdadeiros inimigos da nossa civilização e dos seus valores.

Tudo hoje diz respeito a todos, onde quer que ocorra. Tudo hoje muda em ritmo de vertigem. Ser conservador, hoje, é tentar reanimar um morto. O amanhã está cada vez menos contido em hoje. Reencaixá-lo em ontem é tentar inverter o curso de um rio. Recusemos o conservadorismo e a resignação.

Também é já nosso, embora partilhado com as democracias modernas, o recuo do Estado e da sua autoridade, bem como a emergência de uma sociedade civil que anseia por dispensá-lo, quando não substituí-lo. São de todos nós conhecidas as manifestações desta tendência. Transitam, ante os nossos olhos, pelas páginas de todos os jornais e pelos noticiários de todas as estações emissoras. A opinião pública está convertida em nova ágora. E a necessidade de lhe não desagradar — já que o poder depende do voto, e o voto do agrado que o poder difunde — opera sem obstáculos visíveis ou imagináveis uma deslocação do próprio poder: do Estado para a sociedade civil e desta para os seus polos de opinião. É isto um bem? Um mal? É de qualquer modo outra coisa, e não podemos ir andando ao sabor da rotina, como se fosse a mesma.

Quem diz sociedade civil, como nova sede de poder, diz, naturalmente, os que na sociedade civil dominam os circuitos do poder económico e, de entre estes, os que dominam os circuitos do poder mediático.

Fonte específica de insegurança é, em toda a parte mas também entre nós, o aumento incessante, após décadas de políticas repressivas, do flagelo do tráfico e consumo de drogas. É conhecida a minha posição sobre isso. Sei que não é ortodoxa, mas vai fazendo o seu caminho. O que de momento me interessa realçar, uma vez mais, é que, se não formos capazes de travar o avanço da criminalidade e em geral da insegurança, deixaremos avolumar o risco do recuo da liberdade. E é hoje claro que não inverteremos o ciclo das drogas e do crime organizado alimentado por elas com reações criminais, policiais, judiciais e prisionais localizadas e gastas, que as ultra sofisticadas máfias, tríades e camorras digerem ao pequeno almoço. Do que se precisa é de medidas políticas concertadas o mais possível a nível global (que ao menos se globalize também o que é positivo!) ou, no mínimo, ao nível de espaços alargados. *Aliquando Júpiter dormitat* — leia-se, a União Europeia.

Os novos candidatos a ditadores sabem isto. E já de novo espreitam a hora do regresso. A pensar nisso, admito às vezes que os defensores do recuo do Estado podem não ter a ver apenas com a contabilidade dos lucros.

Foi para controlar o apetite de poder do Estado, que também o tem, que os gregos inventaram a democracia: direta no começo, dentro em pouco eletrónica, ou seja de novo direta. Com a mesma finalidade concebeu Montesquieu a separação dos poderes. Escapa-nos acaso que a democracia económica, ou seja, a livre competição entre fortes e fracos, é uma ficção democrática como a que no exercício de direitos políticos existe entre nababos e famintos? Ou que a concentração da riqueza em poucas e cada vez mais ignotas mãos, em poucas e cada vez mais federadas empresas, cria novos centros de poder feudalizado que corroem, também, a já débil autoridade dos Estados?

É para mim ponto assente que a concentração do poder económico em cada vez menos polos e a difusão do poder político formal por cada vez mais autarquias individuais só pode contribuir para o fim do Estado, criando espaço para a sua substituição pelo mercado. Oxalá este meu receio não passe de uma rabugice de velho. A verdade, porém, é que ele é passível de algumas justificações lógicas. Desde logo, a de que o Estado moderno nasceu no quadro de espaços limitados, delimitados e autoprotegidos. As correspondentes sociedades humanas formavam um corpo político identificado e coeso. Como que sem pré-aviso, os corpos políticos tradicionais fundiram-se no espaço de um único mercado, um único sistema de informações, um universal casino financeiro isento de imposições fiscais, um espaço global de que se abateram as tradicionais cancelas.

Dito de outro modo: o espaço das unidades políticas herdadas tende a ser, se não é já, o espaço do próprio planeta. O velho Estado-Nação, como unidade politicamente autónoma, organizada e controlada, é-o cada vez menos. As velhas demarcações geográficas, económicas, políticas e sociais voam em pedaços.

Jean Marie Guéhenno, ao pé de quem sou um incurável otimista, colocou já a seguinte questão: «se a solidariedade já não se deixa encerrar na geografia, se já não há cidade, se já não há nação, pode, no entanto, haver política»?

Pessimista sou, mas não tanto! Há nesta pergunta, no mínimo, uma precipitada confusão entre caminho e ponto de chegada. A nação ainda não desapareceu! Pode, inclusive, resistir à morte do Estado! Se a política resistiu à morte da cidade, ou à federação de Estados, por que não há de resistir ao fim do Estado-Nação, se for esse o caso?

É certo que a política, no presente e no futuro previsível, perde preeminência; que a separação entre público e privado se banaliza; que o indivíduo substitui cada vez mais o cidadão; que formas originais de livre-arbítrio fazem em tiras os velhos pactos comunitários; enfim, que, depois da morte sociológica de Deus, assistimos agora à agonia política do Estado, que, na teoria do poder, o substituiu. Mas não estará na União Europeia — a experiência política mais avançada e original da era moderna — o refúgio da esperança e um primeiro contributo para o preenchimento do vazio assim criado?

Quem, há apenas três décadas, podia ter previsto a União entre Estados europeus soberanos que está aí, com uma boa dúzia de novos países a pedir «Visto» de entrada nela, ansiosos por abdicarem, eles também, de suculentas fatias de soberania em troca de uma nova dimensão espacial, económica e política? De um novo corpo político, em suma? Que falta lhes fazem o banco emissor e a moeda

própria? Que dano real lhes causam a segunda cidadania europeia, o sistema jurídico supranacional europeu ou as políticas comuns definidas a partir da cúpula? Morreu, por isso, a política na Europa?

A Europa e Portugal, em particular, nasceram com vocação universal. Por que haviam de se sentir contrafeitos num Mundo que progressivamente se universaliza?

De outra política sim, precisamos dela. Da definição de novos corpos políticos e de novos espaços de solidariedade, seguramente. Mas porque precisamos de renovar a espécie, apressamo-nos a fazer o enterro do género?

Não é a primeira vez que há quem julgue que a abundância, a ordem e a felicidade nascerão para todos no dia em que morrer o Estado. Os utopistas e os anarquistas de todos os tempos cultivaram essa ilusão. Antípodas, como marxistas e neoliberais, acalentaram-na e acalentam-na ainda.

Hoje mesmo, a cada passo, clama-se por um «Estado mínimo», em nome da mais cruel das ilusões: a de que o mercado, depois de Deus e do Estado, se rege por equilíbrios invisíveis e automáticos que asseguram todas as bem-aventuranças. É, porém, hoje inegável que essas bem-aventuranças, ao mesmo tempo que fazem crescer a riqueza, exponenciam a fome, a pobreza, a exclusão social, a droga e a criminalidade em doses sempre crescentes e cada vez mais generalizadas. Por que esperamos para apear de vez esse novo mito? Ou estamos à espera de que os famintos, os ignorantes e os desempregados, que não têm lugar à mesa da liberdade, cresçam a tal ponto em número e em indignação que uma rutura violenta substitua a nossa passividade e a nossa resignação?

Todos esses marginalizados já são tantos que uma pergunta se impõe: quantos mais são precisos para que termine esta fé irracional num «bezerro de ouro» que a não merece?

Tenho, assim, de admitir que o nosso maior inimigo somos nós mesmos. Cegos, por nos recusarmos a ver. Fanáticos, por nos recusarmos a descrer. Alheados, por nos recusarmos a refletir.

Os teóricos da morte sociológica de Deus não se esqueceram de perguntar o que seria de nós sem ele. Se completarmos o assassínio do Estado, a mesma questão se há de pôr: sem ele, como nos governaremos?

Tarde demais para nos agarrarmos à tábua de salvação do mercado; julgávamos que era de madeira e flutuava, mas é de papelão e vai ao fundo. Deu azo às maiores discriminações jurídicas, económicas e sociais de sempre e foi responsável pelo mais completo vazio moral da nossa civilização.

Vejo-me, assim, compelido a repetir a pergunta de há pouco: que outros capitães de Abril hão de defender-nos e libertar-nos dos nossos novos inimigos? Com que armas havemos de defender-nos? Com que determinação e com que coragem?

Eis um bom tema aberto à nossa reflexão. Se o dia é da liberdade, não desviemos dela e da sua defesa o essencial da nossa atenção. Não nos fixemos, exclusive ou sequer preferencialmente, nos pequenos desagrados do *hic et nunc* ou, como diria o «divino» Eça, no calcanhar da Luizinha Carneiro.

Que monta anteciparmos as emoções de distantes atos eleitorais, ou sobrevalorizarmos o significado do aumento dos combustíveis, ou da reação popular à localização dos aterros sanitários, ou o negativismo dos que adoram governos caídos, emoções fortes e querelas partidárias? Tudo isso terá, para o cidadão comum, ou mesmo não comum, importância que não pretendo negar. Mas há mais

coisas sob o Sol que justificam a nossa atenção, o nosso empenhamento, a nossa indignação e as nossas batalhas.

Não nos iludamos. Parecem distantes, mas estão no meio de nós. E o facto de, espero bem, continuar a não ser popular a lógica do caos com que se vêm avaliando as realidades nacionais — até porque a realidade a não sufraga — não significa que possamos dormir tranquilos porque a Sida ataca mais a África, a fome vitima mais a Ásia, ou o desemprego é também um flagelo típico do Terceiro Mundo. Todo o Mundo é hoje primeiro e único no alastrar das desgraças.

Proponho, então, o quê? Doses maciças de consciência dos problemas globais do nosso tempo e do reflexo que têm ou podem vir a ter no nosso próprio País; que abandonemos a visão lúdica que tem guiado as nossas vidas, as rotinas que têm amolecido as nossas consciências, o facilitismo que tem presidido às nossas escolhas, o fatalismo que tem dominado os nossos juízos. E que preparemos o nosso espírito e, pela educação, os nossos jovens para as mudanças conceptuais, as reformas institucionais ou mesmo as ruturas estruturais que são necessárias para que travemos esta cada vez mais iniludível queda para abismos de que não haja regresso. Tudo seria diferente se aceitássemos o ponto de partida de que precisamos de outro Estado, outro mercado, outro pacto social. Isso a que é frequente chamar-se uma «Nova Ordem Mundial», a pensar-se, quantas vezes, em reforminhas de superfície. Mas, para isso, já lá vai o tempo!

Sei que vou ser, uma vez mais, julgado pessimista, como podia não ser. Nunca o fui, apesar de tudo, tão-pouco. E vou ficando imune a esse desconforto. Em consciência, julguei ser este, hoje e aqui, o meu dever.

Isso me basta!

Aplausos do PS, de pé, do PCP e de alguns Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** — Para uma intervenção, por direito próprio, tem a palavra o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República** (Jorge Sampaio): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Uma palavra prévia, peço que transmitam um reconforto e a minha solidariedade à Sr.ª Deputada Isabel Castro, percebo o que terá sentido.

Em segundo lugar, quero agradecer a todas VV. Ex.as o terem possibilitado que esta sessão se realizasse de modo a que eu próprio e a delegação dos Srs. Deputados pudéssemos estar presentes. Muito obrigado a todos.

Aplausos do PS.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, tive a grata honra de participar, nos últimos dias, em representação de Portugal, nas Comemorações Oficiais dos 500 anos da descoberta do Brasil. Foram cerimónias marcantes que celebraram a História comum de dois Estados e de duas Nações que persistem em projetar no futuro um passado de cinco séculos.

No espaço de poucos meses participei na cerimónia de transferência de poderes em Macau, visitei Timor-Leste, finalmente livre da ocupação, e homenageei, em Porto Seguro, esse feito maior de Pedro Álvares Cabral que nos revelou o Novo Mundo.

É impossível viver tais momentos sem refletir sobre o extraordinário percurso que Portugal iniciou no século XV e nas consequências que esse percurso projetou na perceção que temos do nosso lugar no mundo. Essa perceção, importa reconhecê-lo, mudou, significativamente, nas últimas décadas, fruto da instauração do regime democrático.

A expansão marítima portuguesa marcou o País de forma indelével. Desde então, Portugal viveu sempre para além do seu território original. As formas da relação estabelecida entre Nação e territórios variaram ao longo da História: do entreposto ultramarino ao Império, do Império à descolonização.

A transferência de poderes em Macau e o referendo em Timor-Leste encerraram esse largo ciclo histórico.

Permito-me recordar as responsabilidades que assumimos em relação a Timor-Leste, no auxílio à reconstrução do País e à formação de um Estado independente. Criámos enormes expectativas. Não as podemos desiludir. O relacionamento estável entre os dois povos não poderá viver apenas dos afetos, antes deve assentar na efetiva solidariedade entre Estados, como forma de contribuir para o desenvolvimento daquele povo tão grande pela sua determinação e pela sua coragem. Nesse sentido se inseriram as recentes visitas a Timor de uma delegação da Assembleia da República, que aqui quero saudar muito em especial, e do Sr. Primeiro-Ministro.

Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Com o 25 de Abril, a democracia portuguesa soube encontrar na União Europeia a natural plataforma de inserção regional de Portugal. O projeto europeu abriu caminho a uma transformação do País no espaço de uma geração, contribuindo para a racionalização de estratégias de modernização económica e social.

Portugal definiu, ao longo destes anos, de forma clara e consistente uma nova política externa assente, hoje, em cinco pilares essenciais: a língua, as comunidades portuguesas, a diplomacia política, as relações económicas e a participação militar em ações internacionais de manutenção de paz. Reconheça-se, porém, que a herança de um imaginário histórico imperial se entrecruza, por vezes de forma equívoca, com a formulação do novo papel de Portugal no Mundo. Importa encerrar, de vez, esse período de transição entre mitos do Império e a inserção num futuro que, em definitivo, tem de assentar em estratégias claras, inseparáveis dos nossos valores democráticos.

Aplausos do PS.

Recuso a visão de um Portugal pequeno que, à míngua de instrumentos e meios necessários à sua política externa, veja diminuído um prestígio internacional que assenta na História e no trabalho notável realizado pela democracia portuguesa.

Recuso, igualmente, uma visão retórica que exija a assunção de responsabilidades desproporcionadas em relação aos meios que Portugal deve disponibilizar, por si só, para a execução da sua política

externa. Tal como não me reconheço numa interpretação que confunda o rigor formal, que deve presidir às relações entre Estados, com a liberdade militante das relações entre sociedades civis.

É necessária uma permanente pedagogia política que recrie um consenso nacional e público sobre as formas de projeção da posição de Portugal no Mundo, consolidando a sua nova dimensão e valores, os seus conceitos e os meios necessários. Qualquer omissão, nesse domínio, pode criar uma tensão difícil de gerir, porque assenta em expectativas desfasadas da realidade e daquilo que é razoável exigir do esforço português.

O estatuto de Portugal na União Europeia e na Aliança Atlântica define, de modo estável, a nossa posição internacional como parte integrante da aliança das democracias europeias e ocidentais. O nosso futuro é inseparável da consolidação dessa Aliança e da construção de uma Europa assente na diversidade e no aprofundamento da integração. Como mais uma vez o demonstra o nosso desempenho na Presidência da União Europeia, Portugal tem uma intervenção ativa na definição das grandes orientações do projeto europeu. O Conselho Europeu de Lisboa e a Cimeira Euro-Africana do Cairo são, indiscutivelmente, bons exemplos da nossa capacidade política, que contribuiu decisivamente para o sucesso dessas duas iniciativas da Presidência portuguesa da União.

Aplausos do PS.

Do mesmo modo, queremos impulsionar decisivamente a Conferência Intergovernamental, criar condições para uma capacidade própria de intervenção da União Europeia nas crises regionais e, sobretudo, prosseguir o alargamento às novas democracias da Europa Central e Oriental. Trata-se, por um lado, de consolidar as instituições europeias e de reforçar a autonomia estratégica da Europa e, por outro, de responder a uma oportunidade histórica, sem precedentes, de fazer coincidir as fronteiras da União Europeia com as fronteiras da democracia na Europa. Portugal será mais forte, é a minha convicção profunda, numa União reforçada e alargada.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — A cooperação com os países de língua oficial portuguesa é uma prioridade da nossa política internacional e um importante vetor da capacidade de afirmação externa do nosso País. Ela deve assentar numa dimensão ética e cultural e na criação de condições económicas e sociais de apoio ao desenvolvimento que continuem a permitir a Portugal projetar-se como interlocutor respeitado e desejado.

Temos valorizado, igualmente, o projeto ambicioso da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, uma instituição de vocação regional. O seu lugar no sistema de relações internacionais está ligado ao desenvolvimento da cooperação em novos domínios. É esse caminho que continuamos disponíveis para aprofundar.

Aproveito para recordar a presença, neste Sala, há um ano, e nesta mesma cerimónia, do Presidente Joaquim Chissano. O povo moçambicano acaba de sofrer os efeitos dramáticos de uma catástrofe natural, que ceifou inúmeras vidas humanas, destruiu haveres e infraestruturas. Faço votos para que a ajuda

internacional se mantenha, mesmo depois de terminada a fase de emergência, porque dessa ajuda depende o destino de milhares de moçambicanos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — As nossas relações com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé são relações entre Estados independentes e soberanos, alicerçadas na História e construídas na consciência comum de interesses estratégicos convergentes. Ao longo dos últimos 25 anos, os laços diplomáticos e institucionais têm-se reforçado e as sociedades civis têm aprofundado os seus contactos culturais, técnicos, científicos e empresariais.

Apesar das circunstâncias particulares e complexas da situação político-militar angolana, Portugal sempre assumiu e valorizou um relacionamento amplo e reciprocamente proveitoso com a República de Angola.

Importa reafirmar, hoje, esse interesse estratégico, no incontornável pressuposto de que ele é desejado e correspondido, como não pode deixar de suceder entre países amigos e Estados independentes. Assim como importa reiterar o contínuo e consistente interesse português no restabelecimento da paz em Angola, condição indispensável ao desenvolvimento e à consolidação do processo democrático do País, em todas as suas vertentes.

No quadro da nossa política externa, quero, ainda, destacar a cooperação que temos vindo a desenvolver através das Forças Armadas Portuguesas. Elas estão hoje mais aptas para responder às exigências do mundo contemporâneo. O seu processo de adaptação e modernização não está, porém, concluído. Há um longo caminho a percorrer, que exige urgência e determinação e apela à capacidade de compromisso de todos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — É necessário dar um impulso decisivo às três vertentes de ação fundamentais para a melhoria da eficácia das Forças Armadas: a profissionalização, a modernização e a racionalização das suas estruturas. A disponibilidade limitada de recursos do País não se compadece com demoras no cumprimento das grandes prioridades que devem orientar o esforço de modernização das nossas Forças Armadas. A otimização dos recursos impõe que se proceda a uma profunda revisão das atuais estruturas, segundo critérios de versatilidade, flexibilidade e funcionalidade.

De facto, Portugal só tem a ganhar com uma coordenação eficaz dos seus recursos e com um reequipamento militar adequado às missões que deve desempenhar, quer por si, quer integrado em missões humanitárias ou militares internacionais.

No quadro da União Europeia, está em curso um aprofundamento da vertente segurança e defesa, através de iniciativas que visam o desenvolvimento da capacidade militar europeia na resposta a crises regionais. As Forças Armadas portuguesas não podem deixar de acompanhar esta tendência dinâmica, adquirindo maior aptidão para cumprir as suas missões externas. O estatuto que Portugal granjeou,

graças à participação nessas missões, como membro ativo da comunidade internacional, deve ser sustentado.

No dia, Minhas Senhoras e Meus Senhores, em que se celebra a coragem de quem fez a Revolução e a lucidez de quem compreendeu que o seu futuro dependia da transição do poder para instituições democráticas legítimas é importante sublinhar os relevantes serviços que as Forças Armadas prestam a Portugal, não obstante as conhecidas carências com que se confrontam, nomeadamente no tocante aos meios que permitam potenciar o desempenho das suas missões de interesse público.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Quero saudar os militares que prepararam e participaram no Movimento das Forças Armadas há 26 anos e para os quais temos uma dívida de gratidão. Ao garantirem, com a sua determinação, sacrifício e coragem, a liberdade e a democracia permitiram o pleno desenvolvimento da cidadania. Esta homenagem não pode deixar de se revestir hoje de um significado muito especial, porque se cumprem, precisamente, 25 anos sobre as primeiras eleições da Democracia, em resultado das quais se formou uma Assembleia Constituinte e se elaborou a Constituição da República Portuguesa.

Nesta sede do poder legislativo, quero lembrar as mulheres e homens que, pela primeira vez, assumindo no confronto livre as suas convicções políticas e partidárias, se submeteram ao sufrágio popular a 25 de Abril de 1975 e deram o melhor do seu esforço, dedicação e saber à construção de uma Lei Fundamental à sombra da qual se desenrolou a vida democrática das últimas décadas.

Aplausos do PS e dos Deputados do PSD Luís Marques Mendes e do PCP Bernardino Soares.

O 25 de Abril deu a todos os portugueses o poder para debaterem e decidirem em liberdade o seu destino coletivo. É em homenagem a essa liberdade que hoje celebramos que é, de novo, importante pensar o futuro.

O destino de Portugal depende de todos os portugueses, do seu esforço e trabalho, sem dúvida, mas também da sua capacidade de interpretar o presente, de preparar o futuro, de participar nas escolhas, sabendo olhar para além da conjuntura e combatendo o crescente conformismo que se abate sobre as sociedades contemporâneas. Só assim é possível requalificar a cidadania, que traduz e resulta da participação na vida coletiva do País.

Confrontados com a necessidade de assegurar as condições de sustentabilidade do nosso desenvolvimento, temos de apostar permanentemente numa política de rigor na gestão dos nossos recursos.

Tenho aludido reiteradamente a este tema, pois julgo ser necessário assegurar rigor na identificação de problemas e soluções. Rigor na definição das prioridades políticas. Rigor nos calendários de execução das reformas. Rigor, por último, na gestão orçamental, por forma a criar um permanente clima de confiança na capacidade de previsão e gestão do próprio Estado.

O Estado não pode mover-se, na sua ação, a um ritmo inferior ao da evolução da economia e da sociedade. Tem de saber estar constantemente aberto à inovação, à adaptação a novas funções que lhe são exigidas e a prescindir de algumas que se tornaram supérfluas ou que melhor podem

ser desempenhadas por outros, para a satisfação do interesse coletivo. Um Estado que, por lentidão burocrática ou indecisão no caminho das reformas, se mostra incapaz de acompanhar o dinamismo da sociedade transforma-se num fator de atraso na modernização do País em vez de ser um motor do seu desenvolvimento.

Entendo que o desafio que se coloca ao Estado é o da sua própria reforma, uma reforma que assegure o fortalecimento e a agilidade da administração nos domínios onde a sua intervenção ativa continua a ser indispensável e útil.

Julgo necessário reabilitar a ética do serviço público, como modelo para a satisfação de necessidades coletivas, apto a assegurar a igualdade e a universalidade no acesso aos bens e serviços públicos.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — O que recuso — e tenho-o afirmado repetidas vezes — é, por um lado, a cultura da dependência em relação ao Estado, que está, ainda, muito presente na nossa sociedade e na nossa economia e por outro, e, sublinho, por outro, as tentativas de apropriação das próprias funções do Estado pelas estruturas de interesses parcelares e corporativos.

Vozes do PS, do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Sinto, ainda, o Estado pesado e lento, centralista, pouco ágil e inseguro na concretização, no terreno, de um programa de modernização, desconcentração e descentralização. Sinto o Estado fraco na defesa do interesse coletivo perante o poder crescente dos grupos de interesse organizados.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Em suma, sinto-o menos apto a exercer as funções reguladoras, próprias de um Estado moderno.

Vivemos, hoje, numa sociedade aberta e numa economia de mercado, mas a liberdade pode ser ameaçada e a concorrência distorcida, se as instâncias de controlo e de regulação do Estado não funcionarem em nome do bem público.

E, de facto, não creio, Sr. Presidente da Assembleia da República e Srs. Deputados, que os portugueses se revejam numa crescente evolução corporativa da sociedade. Em lugar do reforço dos instrumentos de defesa e realização dos direitos individuais dos cidadãos e dos interesses comuns, essa evolução representa uma tendência para a satisfação de interesses de grupo cada vez menos sensíveis à necessidade de contratualizar políticas com o objetivo de combater as desigualdades e satisfazer as aspirações coletivas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Só um Estado e uma democracia fortes, com uma estratégia de modernização clara, asseguram, como lhes compete, a eficaz regulação dos interesses contraditórios, ainda que legítimos. Só essa força determinada, que assume ruturas quando necessárias, consegue assegurar os equilíbrios indispensáveis à defesa dos interesses coletivos. E garante, afinal, a segurança e os direitos dos cidadãos, a todos os níveis, responsabilidade primeira do Estado. Essa é, aliás, uma condição indispensável à promoção de princípios e valores essenciais a políticas de equidade e coesão social.

Recuso, por isso, a conceção de um Estado democrático que não se norteie sempre por uma rigorosa igualdade de tratamento de todos os cidadãos, pela defesa do bem público e pela realização do interesse coletivo.

Por isso, é importante garantir que as decisões de que depende o nosso futuro são tomadas em tempo útil e partilhadas com os cidadãos.

É preciso estar próximo dos portugueses não só para compreender a verdadeira dimensão de tantos problemas que sabemos persistirem, mas também para mobilizar a comunidade para a solução a dar-lhes. É indispensável que se sinta e compreenda a extensão das desigualdades e assimetrias, ainda, existentes no acesso, tanto a recursos económicos e sociais básicos, como a equipamentos de primeira necessidade e a serviços públicos. Importa que se reforce o combate, que, inquestionavelmente, tem sido dado, a essas desigualdades, ampliando, com realismo, as políticas sociais ativas, para que a solidariedade seja um valor assumido pelos indivíduos e pela sociedade, porque também exercido pelo Estado.

As sociedades, Srs. Deputados, são atravessadas, hoje, pela incerteza e pela precariedade. É importante, por isso, que os valores em que fazemos assentar o futuro das nossas famílias sejam mais sólidos. Reconheço que o apelo consumista é forte. Criou-se uma cultura, quase uma ideologia, do consumo. A fronteira da sobriedade que separa as despesas necessárias da compulsão consumista parece ter desaparecido.

Tenho-me referido repetidamente a este tema e continuo a considerá-lo como uma preocupação prioritária. O Estado tem também uma função pedagógica e formativa de que não deve abdicar, perante a lógica fria da concorrência entre produtores de bens ou entre prestadores de serviços. A defesa do consumidor não se deve circunscrever à avaliação das qualidades daqueles bens e serviços, mas deve incluir, fundamentalmente, também, a informação necessária às escolhas individuais.

Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Temos de reconhecer que, apesar do esforço desenvolvido por todos os governos — de uma forma ou de outra — ao longo das últimas duas décadas e meia, subsistem problemas sérios por resolver no País. Desde o sistema educativo, chave do nosso desenvolvimento futuro, até ao sistema fiscal, que carece de urgente e incontornável revisão por forma a garantir uma maior equidade social e responsabilização coletiva, todos reconhecemos a necessidade de fazer mais e, sobretudo, com renovado sentido de exigência e de rigor. Sem esquecer, por um lado, o sistema judicial, cuja credibilidade é essencial a um Estado de direito e, por outro, a segurança, com as polícias que para ela contribuem.

Aqui, Minhas Senhoras e Meus Senhores e Srs. Deputados, impõe-se ter por claro que, na defesa do Estado de direito e salvaguardado o estatuto constitucional dos tribunais, magistrados e polícias exercem funções axiais de idêntica dignidade, que todos respeitamos.

Aos tribunais pede-se que punam as violações da lei; às polícias, que as previnam e as reprimam. E, por esta via, participam, uns e outros, no monopólio do uso legal da força que só ao Estado compete. Mas, porque assim é, manda o Estado de direito, que a ambos justifica, que não ultrapassem a medida de força estritamente exigida em cada situação.

Aplausos do PS.

Quando infringem esta ética essencial, não podem, todavia, esperar compreensão da comunidade que servem nem, como aconteceu recentemente com os agentes da PSP, faltar ao respeito que devem a si próprios e à sua função, confundindo, no mesmo impulso, reivindicações de estatuto, legítimas enquanto tais, com interferências, essas sempre ilegítimas, no regular funcionamento das instituições cuja liberdade e independência lhes cabe defender.

Aplausos do PS.

E essa confusão é tanto mais grave quanto as questões do estatuto das polícias não interessam apenas a elas próprias; interessam, igualmente, ou mais ainda, à comunidade que servem.

Enquanto às polícias não for reconhecido um estatuto que lhes garanta a plenitude da cidadania, é o Estado de direito, na leitura garantística que lhe é conferida pela Constituição da República, que perde e se empobrece.

É por isso que estas questões, mais do que quaisquer outras, têm de ser tratadas com firmeza e rapidez. A autoridade do Estado é para ser exercida, em tempo, com determinação e sempre com muito senso. Mas essa exigência não deve misturar-se com levianas demagogias que clamam, num mesmo gesto, pela reposição da autoridade do Estado e pela compreensão com atitudes que, indiscutivelmente, a põem em causa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Também, aqui, se pede rigor, como na saúde, onde não há resposta ainda, com eficácia suficiente, às necessidades da população. Persistem, também, um desemprego de longa duração e dificuldades de acesso ao primeiro emprego, tal como níveis reconhecidos de pobreza urbana e rural. São questões de grande complexidade.

As assimetrias regionais, nem sempre contrariadas de forma sustentada pelas políticas de distribuição dos recursos, prejudicam ou atrasam a coesão do todo nacional.

É certo, sem dúvida, que nos últimos anos se realizaram ajustamentos importantes nas políticas públicas de proteção social, o que contribuiu para minorar as carências dos cidadãos que delas beneficiam. Mas é preciso que estejamos conscientes de que há setores fragilizados e que se multiplicam fatores de marginalização social.

Portugal apresenta também graus de desigualdade na distribuição dos rendimentos sem paralelo em qualquer outra sociedade europeia. Essa tendência tem de ser controlada e invertida, a começar

pela reforma fiscal, com medidas que garantam uma efetiva e crescente igualdade de oportunidades. O País tem hoje, felizmente, por comparação com os nossos parceiros da União Europeia, bons níveis de emprego masculino e feminino, níveis de desemprego relativamente baixos, mesmo representando o desemprego de longa duração uma grande parte do nosso total de desempregados. Mas persistem domínios onde a qualidade de emprego não é assegurada e a legislação laboral não é integralmente aplicada. Ora, o respeito pela dignidade dos trabalhadores, sendo, como é óbvio, uma questão do Estado democrático, é igualmente uma questão do desenvolvimento. A competitividade da economia portuguesa só ganhará a prazo com essa qualidade e este respeito.

A evolução da conjuntura aconselha a que se encarem com rigor e exigência novos passos no sentido da modernização do País. Temos todos de interiorizar a urgência dessa modernização, todos, ousando agir corajosamente, ultrapassando o adiamento que tudo compromete e a espera que tudo paralisa. Não é possível olhar apenas ao curto prazo, se com isso se adiam opções estratégicas ou se não concretizam as incontornáveis plataformas de entendimento, que considero elemento indispensável à consolidação de uma modernização solidária.

É, para mim, claro, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que a ideia de uma economia moderna e competitiva exige a aplicação de políticas de solidariedade que lidem com o problema das tensões sociais provocadas pelo processo de modernização.

É necessária uma valorização constante da educação permanente, da mobilidade profissional e social, em suma, da polivalência, da capacidade de adaptação à mudança. Precisamos, continuadamente, de uma formação escolar e de uma formação profissional mais exigentes: uma economia aberta impõe novos padrões de qualificação que são decisivos para acompanhar a evolução do mercado de emprego. O desempenho económico do País dependerá, no futuro, ninguém duvide, da capacidade de realização neste domínio.

Esse imperativo de qualificação é igualmente válido no que toca à necessidade, quase que, diria, absoluta, de um mundo empresarial melhor preparado, fator decisivo para a inovação, a organização de empresas competitivas e a sustentação do emprego numa economia aberta, bem como para o desenvolvimento de uma sociedade civil mais autónoma e, sobretudo, menos dependente do Estado.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Excelências, Srs. Deputados: A igualdade dos cidadãos perante a lei exige não só o respeito integral pelos seus direitos políticos, mas também que a democracia garanta, a todos, uma igualdade de oportunidades económicas, sociais e culturais.

Recuso a ideia de um País em que os direitos sociais sejam considerados um luxo cujo exercício fique reservado apenas para épocas de prosperidade. Preocupa-me a dimensão das desigualdades. A garantia de direitos sociais constitui uma condição de desenvolvimento justo e equilibrado, essencial para uma democracia moderna.

É preciso, em tempo útil, gerar níveis satisfatórios de resposta a estas preocupações, para restabelecer a confiança numa sociedade mais justa e equitativa.

Portugal tem perante si um problema demográfico que nos próximos anos influenciará decisivamente a questão social portuguesa. Trata-se do envelhecimento da população. Da coragem e da

criatividade com que se desenharem as novas políticas de solidariedade entre gerações depende muito a evolução da sociedade portuguesa.

O problema interpela o sistema de proteção social e as políticas de natalidade, com certeza, mas também a forma como valorizamos a relação entre o emprego e a vida familiar e como asseguramos a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Não é um problema simples, nem um simples problema de natalidade. É também um problema de valores, de perceções e de expectativas.

Neste aspeto, não o nego, as soluções têm de ser arrojadas, sob pena de não mobilizarem nem as gerações mais velhas nem as mais novas. Não basta a iniciativa do Estado, que, todavia, necessita de ser pioneiro na abordagem do tema. Há que contar, também, com a iniciativa dos empregadores que têm de compreender esta realidade e o contributo que podem dar para a sua solução.

Recuso, também, a ideia de uma sociedade que não cultiva a dignidade da pessoa humana como forma de reforçar o princípio essencial da solidariedade entre gerações que corre o risco de patrocinar o egoísmo mais do que a generosidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Como é natural, nunca há apenas um único caminho para a solução dos nossos problemas. Nenhum partido está isento de responsabilidades nas carências que subsistem. Tal como a todos é devida uma palavra de reconhecimento pelo contributo generoso que deram e têm de continuar a dar, no poder ou na oposição, para a estabilidade democrática e para a indiscutível modernização do País. Mas, hoje, a mobilização da sociedade para a participação na vida coletiva torna necessário e desejável que se distingam com clareza as propostas concretas e responsáveis, as políticas distintivas que cada um propõe para assegurar as transformações necessárias na sociedade e no Estado. Cada um tem as suas responsabilidades próprias: o governo de governar; as oposições de apresentar os seus programas alternativos. Todos, em suma, são garantes, por igual, da qualidade do debate político que deve estar longe de pulsões demagógicas, que privilegiem o aproveitamento emocional do momento, em detrimento dos interesses estratégicos nacionais.

Aplausos do PS.

Disso depende a estabilidade política, a qualidade da nossa democracia e o desenvolvimento sustentado do País. Todos os contributos para assegurar a qualidade do debate político são indispensáveis para fortalecer a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas.

É na fidelidade a uma política de responsabilidade que importa assumir, sem equívocos, as diferenças. Essa é a forma de clarificação das opções e, por isso, de identificação dos eleitores. Só assim se pode levar os portugueses a participar, como todos o desejamos, mais ativamente na vida política nacional, conferindo uma legitimidade acrescida aos partidos políticos em que se reconhecem.

Olho, como sabem, com apreensão para os sinais de distanciamento entre as estruturas de decisão política e os cidadãos que lhes asseguram a necessária e insubstituível legitimidade democrática.

É preciso, como já tive ocasião de dizer, nesta mesma sala, voltar a pôr os valores e as convicções políticas em primeiro lugar, como instrumentos norteadores de uma sociedade onde nem todos os

compromissos são aceitáveis, onde a tolerância não pode ser sinónimo de laxismo, onde a dedicação à causa pública tem de ser prestigiada e respeitada.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — A República que todos queremos servir tem de ser aquela em que ninguém espera que as coisas mudem por si, mas onde todos sentem que é seu dever melhorar a sociedade em que se inserem, mesmo que isso implique sacrifícios. Por isso, é sempre necessária determinação, tanto para governar, como para opor aos governos políticas alternativas.

Recuso, porém, a ideia de que o País se encontra num impasse. Tenho consciência de que estamos perante novos patamares de exigência e de expectativas por parte dos portugueses a que é necessário dar resposta urgente. Existe uma consciência pública mais aguda quanto à necessidade de ação política sobre a dimensão de muitas desigualdades e problemas que subsistem na sociedade portuguesa. Mas em democracia, felizmente, existem sempre soluções.

Sr. Presidente, tenho procurado, ao longo do meu mandato, exprimir a minha confiança na democracia e na capacidade de realização do povo português.

Se bem que, entre nós, o Presidente da República não governe nem se corresponsabilize pelo cumprimento de um programa de ação governativa, sempre entendi ser meu dever intervir nos grandes temas que se colocam ao Estado, à economia e à sociedade, na defesa dos valores da liberdade e da igualdade em que assenta a democracia portuguesa.

Exclusivamente orientado pela prossecução dos fins constitucionais e pelo interesse nacional, a minha preocupação essencial tem sido a de abrir caminhos ou novas soluções, estimular consensos, mobilizar as vontades institucionais e apelar à participação. Tenho-o feito sempre numa perspetiva positiva de combate à passividade ou ao fatalismo e de apelo ao empenhamento de todos e à confiança dos portugueses no seu futuro comum. Tenho-o feito e pretendo continuar a fazê-lo sempre na mais estrita observância e respeito pelas competências próprias de cada um dos órgãos de soberania e sem interferir na livre competição política entre o Governo e as oposições, condição essencial da estabilidade democrática.

Nos estritos limites das minhas funções constitucionais, continuarei, como sempre, a procurar garantir o equilíbrio, a separação e interdependência dos poderes, o pluralismo democrático, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições. E nesse sentido, estarei atento à necessidade de melhorar e aperfeiçoar as práticas democráticas, de corrigir abusos que ponham em causa os direitos fundamentais dos cidadãos e prevenir eventuais bloqueios institucionais artificiais e inúteis.

Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores: O regime democrático aberto com o 25 de Abril restaurou e viabilizou a esperança para Portugal e para os portugueses, quaisquer que sejam as nossas leituras plurais.

Orgulhamo-nos do património de realizações dos 26 anos entretanto decorridos. E os desafios do futuro continuam a interpelar-nos. É para isso e por isso que queremos que a democracia seja mais

forte, o mesmo é dizer que a vida coletiva seja mais participada pelos cidadãos, que o debate político seja mais vivo e responsável, e que se criem mais e melhores espaços de afirmação cívica para todos.

Em suma, queremos — estou certo disso — que Portugal se afirme como uma comunidade de cidadãos livres e iguais, numa República moderna e solidária.

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!

Aplausos do PS, do PCP e do BE, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, declaro encerrada esta sessão memorável de evocação e comemoração do 25 de Abril de 1974.

Intervenção da Deputada de Os Verdes Isabel Castro que, por decisão da Mesa, é publicada na íntegra.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: 25 de Abril, «A Liberdade feita dia» — assim lhe chamou Eduardo Lourenço.

Nas luminosas palavras de Sophia:

«Esta é a madrugada que eu esperava

O dia inicial inteiro e limpo».

Vinte e cinco de Abril, dia que, à distância, é como se fosse um sonho, um sonho estranhamente claro e nítido, mas de qualquer maneira um sonho. Ou talvez fosse apenas desejo de ser mais real.

Como real e inteira foi a alegria, esse sentimento novo e único de orgulho que fez como que, por encanto, o tempo, o lugar, cada um de nós, se tivessem tornado maiores! E como se, pela primeira vez, pertencêssemos a nós próprios!

Abril, o dia de que é preciso falar, sem permitir que a espada vil da mentira lhe roube a pureza, a luz, a brancura e a alegria inicial.

O 25 de Abril, que não foi, como pretendem os usurpadores da história nas suas leituras anestesiantes, um acidente fruto de acaso. Foi, sim, um dia feito de muitos dias, de muitos anos, que foram precisos até lá chegar. Dias arrastados, lentos, sofridos, cansados da violência, da fome, da guerra, dias de insubmissão, resistência e luta, dias por muita gente diferentemente moldados, convergindo noutro dia, aquele em que, num gesto de vontade, porventura também de utopia, jovens capitães cansados da guerra fizeram «emergir da noite luz», para que pudéssemos, nas ruas, com a nossa vontade, construir o dia!

Os capitães de Abril, hoje ainda aqui presentes, que não queremos, não poderemos nunca, deixar fraternalmente de saudar.

Abril como o tempo que pôs fim à ditadura. Ao tempo do pensamento vigiado e único, tempo de terror, de exílio, de censura, de guerra, «dos caminhos de ir lento, sem regresso».

Um Abril em Abril, como o tempo do outro lado: o começo; a descoberta; o projeto; o futuro.

E é precisamente, Sr.as e Srs. Deputados, desse Abril, desse projeto, dessa promessa, dessa vontade, agora perdida, de olhar longe e de fazer futuro que, 26 anos percorridos depois de Abril, importa falar, falar para, no seu sentido mais profundo, mais generoso, mais libertador, reencontrar de novo os caminhos.

Uma prioridade que se impõe num país que vive numa democracia formal, que se transformou profundamente, é certo, que cresceu sem dúvida, mas que até agora o fez sem evitar a exclusão, a degradação ambiental e a pobreza.

Uma democracia, assim, de que é preciso cuidar! Uma democracia que só será plena quando deixar de lamentar inutilmente a injustiça e tomar nas suas próprias mãos uma repartição mais equilibrada da riqueza.

Uma democracia que só será plena quando ao egoísmo, à indiferença e ao silêncio acomodado perante fenómenos como a exclusão, a intolerância e a discriminação, contra-puser a solidariedade, a indignação e a responsabilidade partilhada.

Uma democracia que só será plena quando ao trabalho alienante e como direito, em extinção, lhe fizer suceder o trabalho como meio de realização individual, fator de desenvolvimento e de libertação para a vida.

Uma democracia que só será plena quando a escola, em vez se fechar nos seus horizontes e no acesso, se abrir à vida, mas também ao gosto pela experimentação, ao estímulo pela responsabilidade, ao respeito pela natureza.

Uma democracia assim só será plena quando, na vida, o direito à diferença cultural, religiosa, étnica e sexual deixar de ser tabu e quando a não discriminação ousar, finalmente, transformar-se em justiça.

Uma democracia que só será plena quando recusar que imigrantes possam viver clandestinos e se assumir que antirracismo não é um estado de alma, é um combate diário e sem tréguas contra todas as formas de intolerância e de racismo.

Uma democracia que só será plena quando devolver aos cidadãos a confiança nas instituições que hoje sobre si próprias se fecham, incapazes de interpretar os sinais de descontentamento que elas próprias geram.

Uma democracia que só será plena quando encontrar espaços alternativos de pertença e de organização social e neles envolver e fizer participar os cidadãos que recusam a apatia e o conformismo.

Uma democracia que só será plena quando o ambiente e a qualidade de vida forem entendidos como o direito fundamental de todos, condição de bem-estar, de equilíbrio e de saúde e não como um bem de consumo de alguns ou uma qualquer mercadoria passível de troca.

Uma democracia, em suma, que só será plena quando, mais do que consagrar direitos (à educação, à habitação, ao ambiente, à saúde ou à cultura), for capaz de os fazer viver, de os fazer sair do papel, de lhes dar vida, na vida, precisamente aos mais carenciados, aos mais discriminados, aos mais ostracizados.

Uma democracia, Sr.as e Srs. Deputados, que vinte e seis anos depois de Abril, neste tempo de caos, de encruzilhada, de desordem, a nível planetário, da Europa e do País, precisa de recuperar a esperança, de encontrar um sentido para o desenvolvimento, de abraçar novas utopias.

Uma necessidade que terá de passar pela procura conjunta de uma economia global baseada noutros valores e valias. Uma economia justa, democrática e solidária.

Uma necessidade perante o gigantismo do novo poder que, como um espectro, paira sobre o mundo. O poder brutal das transnacionais que, ao impor a glorificação dos mercados, o lucro como o valor sagrado, tudo destrói e justifica.

Um poder sem rosto, tal e qual uma ditadura que se esconde sob uma linguagem técnica, sem cicatrizes, sem história, sem luta: globalização, competitividade, deslocalização, concorrência, mercados, privatização. Palavras que só servem de máscara para esconder quem as usa e a natureza do seu poder totalitário.

Uma emergência, ainda, face à crise ecológica sem paralelo. Uma crise visível no desordenamento do território, na desumanização das cidades, na destruição da floresta, no desperdício energético, na contaminação da água, no desaparecimento de espécies, na perda de diversidade, na desertificação e erosão dos solos, na especulação imobiliária e na pilhagem dos recursos, no aumento das emissões poluentes, no aquecimento global, nas alterações climáticas, que cada vez mais colocam em risco a saúde, o ambiente, a segurança, a própria sustentabilidade do futuro dos nossos filhos.

Uma crise neste tempo e neste espaço em que nada nos pode ser indiferente ou distante, tudo nos é próximo e cada gesto não é mais um gesto isolado que implica, em Abril, que nos questionemos sobre o próprio sentido da evolução que à sociedade, ao nosso país, pretendemos dar.

Do que se trata é de, num tempo historicamente novo, pôr em causa um modelo de sociedade durante décadas imposto como único, aceite como dogma. Um modelo que se dizia ser sinónimo de bem-estar, de progresso, de uma nova geração de direitos e que, ao contrário, se revelou obsoleto, gerador de mais pobreza, mais desigualdade, mais poluição.

Uma questão que se coloca no momento em que se põem em causa modelos de desenvolvimento, modos de viver, de produzir, de consumir, e em que nos confrontamos com a inevitabilidade de nos libertarmos da armadilha de velhos paradigmas ultrapassados.

O desafio que pressupõe, na dimensão cultural implícita, a participação democrática de todos e o aceitar sermos sujeitos, sem esmorecimentos.

O desafio que nos compromete, que exige uma ética, uma responsabilidade, uma solidariedade face às gerações futuras. Um futuro que exige o mobilizar de vontades, um futuro que a todos respeita e a ninguém concede o direito à indiferença.

O desafio que reclama a necessidade de dar respostas criativas aos problemas colocados e que não poderá, seguramente, dispensar as mulheres, pela sua experiência de criação e entrega tão singular.

Respostas essas, para nós, que acreditamos que a justiça é construção nossa, que estará nas nossas mãos, em conjunto, desenhar. Num tempo que, em Abril, por Abril, terá forçosamente de ser tempo de sustentar causas, de erguer vozes, de acreditar que todas as utopias são possíveis.

O retomar do sonho por Abril, mas também pelo povo mártir de Timor-Leste, hoje, finalmente e pela primeira vez, um povo em liberdade!

O povo de Timor-Leste que nos fez descer à rua, vestir de branco, parar, mas que, acima de tudo, nos devolveu a capacidade de acreditar!

Timor que foi «o heroísmo que quisemos partilhar, a utopia que quisemos nossa». Timor-Leste que é ainda, no seu exemplo comovente, o povo que, neste 25 de Abril, importa homenagear através deste poema tão belo de Manuel Alegre:

«Levantam-se cedo e começam a lida
Queimaram-lhes a casa, mas elas próprias são a casa.
Lavam os filhos varrem o chão
Contra a morte elas celebram os quotidianos rituais da vida
E em cada gesto refazem o lar ausente
E cada uma renasce a terra destruída
Timor é onde elas estão
Elas são o sol nascente!»
Viva o 25 de Abril!
Viva a Liberdade!
Viva, é bom dizê-lo, o Povo de Timor Loro Sae!

2001

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, declaro aberta a sessão.

Em representação do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fernando Rosas.

O Sr. **Fernando Rosas** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Celebramos hoje o 27.º aniversário do 25 de Abril e os 25 anos da Constituição a que ele deu lugar. Entre os dois acontecimentos há uma ligação incontornável: a Constituição de 1976 nasceu da Revolução portuguesa de 1974/75 e é geneticamente marcada por ela. Mesmo que o destino desta se tenha diluído nos idos de novembro de 1975 ou que as sucessivas revisões constitucionais pactuadas entre os partidos do bloco central hajam deformado em vários aspetos o espírito e a letra originais.

Mesmo assim se poderá dizer que, sem a Revolução de 1974/75, os traços essenciais do sistema político, económico e social da nova República jamais poderiam ter sido o que, em muitos aspetos, ao menos na formulação constitucional, foram ou ainda são. E isto por três ordens de razões.

Primeiro, porque esta foi uma democracia política fruto de um processo revolucionário, conquistada na rua, por iniciativa popular, por um movimento social que atacou e destruiu o núcleo duro do aparelho censório, repressivo e milicial do Estado Novo. A nossa não foi uma democracia outorgada, concedida num processo de transição a partir do interior do regime, como em Espanha. Aqui, no rescaldo imediato do golpe, a força e a ousadia cidadã conquistaram as liberdades fundamentais de expressão, de manifestação ou de associação muito antes de elas serem consagradas na lei. Essa é a primeira marca genética do sistema democrático português: foi conquistado a partir da Revolução e não outorgado; existiu na rua, antes de existir na lei.

Segundo, porque a Revolução portuguesa de 1974/75 representou uma alteração radical, ainda que relativamente curta, das relações historicamente injustas e desequilibradas entre o capital e o trabalho. Poderá dizer-se que foi, talvez, o único momento da nossa História contemporânea em que essa oligarquia arrogante, prepotente e obtusa, que era a portuguesa, tremeu, sentiu o chão fugir-lhe debaixo dos pés e viu a inexpugnável «ordem das coisas» que era a sua virada de pernas para o ar. E novamente por virtude dessa enorme explosão revolucionária de um mundo do trabalho que, subitamente, descobriu que o futuro, isto é, que tudo estava ao alcance das suas mãos, da sua iniciativa e do seu sonho. E que se pôs de pé. E que, por iniciativa própria, em poucas semanas, criou comissões de trabalhadores e conquistou o essencial dos seus direitos sindicais; mas também o salário mínimo ou as férias pagas; mas também a segurança social, as reformas dignas; mas também a gestão das empresas abandonadas ou a ocupação das terras dos grandes agrários alentejanos. Conquistas sociais que estruturariam os direitos sindicais fundamentais consagrados na lei, o essencial do sistema público de segurança social ou do setor público ou cooperativo da economia nacional.

Em terceiro lugar, porque, fruto desta dinâmica, e na sequência dela, se operaram duas transformações decisivas, ainda que hoje muito incompletas e, quiçá, maltratadas: a democratização do ensino, permitindo o acesso a todos os níveis do ensino público de centenas de milhar de jovens, até aí deles

excluídos, e a criação de um serviço nacional de saúde. Dois serviços públicos que a Constituição consideraria de acesso universal e tendencialmente gratuitos.

Quero eu dizer que, se a Revolução se perdeu, muitas das suas marcas, das suas conquistas, do seu património, permaneceram nas leis ou nas realidades que elas consagraram. Precisamente, ao comemorarmos Abril e a Constituição de Abril, temos de alertar a opinião pública para que o essencial dessas conquistas está, hoje, ameaçado.

Em termos gerais, ameaçado pela própria lógica essencial da globalização capitalista. Uma lógica de acumulação, de expansão e de decisão que tende a transformar as sociedades democráticas em sociedades anónimas, desenvolvendo uma contradição evidente entre a lógica de execução das suas prioridades e a de funcionamento das democracias representativas, tal como as herdámos da Revolução Francesa. Mas que atenta também contra mais de um século de conquistas sociais e sindicais, precarizando o trabalho, criando desemprego estrutural, esvaziando o poder dos sindicatos, descobrindo formas novas e infinitamente mais eficazes de dividir e dobrar os trabalhadores e de privatizar e desmantelar os serviços e as empresas públicas.

A nosso ver, esta globalização económica, financeira e política não se reforma, combate-se. E combate-se em nome de uma alternativa civilizacional da esquerda.

Os candidatos a humanizadores da globalização tornaram-se, em todo o Ocidente, nos seus mais dedicados gestores. Esse foi o destino das social-democracias europeias do pós-guerra. Em termos nacionais, esse é o papel do Governo do PS. E, à parte reminiscências de cultura que persistirão em alguns «marretas» (o termo não é meu), pouco o vai distinguindo, à semelhança dos seus pares, dos partidos de direita com que partilham e monopolizam o sistema político. Um novo rotativismo, crescentemente apodrecido, mercenarizado, sem outra chama de ideal que não seja gerir negócios alheios e alguns próprios.

A direita sabe que pode contar com a complacência e a capitulação deste Governo para se poder lançar ao assalto do património fundamental de Abril. Veja-se a vozearia que por aí vai, numa aliança que só pode ser santa, de alguns patrões, banqueiros, alguns bispos, plumitivos diligentes, académicos acacianos e eu sei lá, contra tudo o que seja o menor ensaio de justiça distributiva, de proteção das minorias, de defesa dos direitos das mulheres ou de combate sério à toxicodependência. E ainda é só o começo.

Mas a pressão dos interesses e do conservadorismo ideológico teve, pelo menos, o mérito de evidenciar até onde pode ir o atual Governo. E não vai longe, paralisado pelas críticas da direita, recuando em debandada e cedendo em tudo o que se suspeita poder desagradar-lhe. Há dias, vimos o PS aprovar a lei de bases da família, apresentada pelo PP. Ontem, consumou-se, novamente com o apoio do PS, o último passo para a aprovação da lei de liberdade religiosa, exigida pelo Patriarca de Lisboa, criando um estatuto de exceção para a Igreja Católica e aceitando, implicitamente, o constrangimento imposto a este Parlamento, ao considerar a Assembleia da República incompetente para se pronunciar sobre as relações do Estado com aquela Igreja.

E, no entanto, senhoras e senhores, nós precisamos não só de defender o património de Abril, mas de o desenvolver e recriar para responder aos desafios do futuro. Por isso, a esquerda, todas as

esquerdas, dentro ou fora dos partidos, precisam de concertar-se e de coordenar-se. Em respeito pelas suas diferenças e pela sua identidade própria, mas sem preconceitos. O Bloco de Esquerda renova aqui a sua proposta de uma mesa comum das esquerdas para buscar caminhos de cooperação. Não é só nacionalmente que esta aproximação é necessária e inevitável. A globalização dos mercados e dos capitais globalizou as lutas, as resistências e as alternativas. Nós estamos nessa esquerda internacional que se manifestou em Seattle e em Nice, que se reuniu em Porto Alegre e que desceu à rua em Montreal. Uma esquerda que não se esqueceu de Abril, mas para encarar o horizonte largo do que nos espera. Uma esquerda que, como em Abril, quer o impossível, ou melhor, quer tornar possível o impossível.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Em representação do Grupo Parlamentar de Os Verdes, tem a palavra a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Realizou-se recentemente, em Lisboa, um estudo baseado num questionário a crianças, no qual se pedia que indicassem as matérias ambientais que mais as preocupavam. As maiores percentagens de resposta foram a poluição e a guerra.

Não cabe aqui proceder à análise deste resultado. Porém, cabe aqui responder a jovens que nos questionam com regularidade sobre o que pensamos de Salazar: que esse homem e Caetano fizeram e protagonizaram guerra — mandaram matar e mandaram morrer.

Através da PIDE, institucionalizaram os mais sádicos padrões de tortura, perseguiram, espancaram, censuraram, prenderam, quiseram o povo calado à força. Basta, portanto, de branquear esses nomes de fascistas que, durante 48 anos, odiaram os portugueses.

Tal parece difícil de conceber, para muitos homens e mulheres, hoje, por isso é importante que fiquem testemunhos, e Ary dos Santos contou-o bem: «Era uma vez um país/de tal maneira explorado/pelos consórcios fabris/pelo mando acumulado/pelas ideias nazis/pelo dinheiro estragado/pelo dobrar da cerviz/pelo trabalho amarrado/que até hoje já se diz/que nos tempos do passado/se chamava este país/Portugal suicidado.»

E depois: «Foi esta força viril/de antes quebrar que torcer/que em vinte e cinco de Abril/fez Portugal renascer.»

Foi há 27 anos o fim da ditadura, conseguido pelos capitães de Abril (que aqui saúdo, em nome de Os Verdes) que, numa ação planeada, sem garantia do resultado, foram em frente, libertaram Portugal, com eles o povo saiu à rua, a confirmar que unido jamais será vencido.

Uma explosão de cultura, contada, cantada, pintada, esculpida, representada de tantas maneiras. Homens e mulheres, dotados de tanta coragem, de persistência na luta pelas causas justas, de uma consciência cívica apurada, aprenderam juntos a construir a democracia, no espaço de

convergência e de divergência, na riqueza do pluralismo e da diversidade — uma aprendizagem coletiva da Democracia.

Votaram em massa e, através dos Constituintes, inscreveram na Constituição da República Portuguesa os princípios e valores de Abril, registados nas milhares de páginas das atas que transcrevem os trabalhos da Assembleia Constituinte.

Imagino que todos aqueles homens e mulheres de Abril tivessem preenchido a esperança no futuro dos mais puros valores, da mais sincera solidariedade, da mais profunda liberdade, na procura da democracia plena, desígnio a cumprir com urgência.

Pois é, estamos hoje no futuro de então.

Todos têm direito ao trabalho e é garantido a todos os trabalhadores segurança no emprego. Todos têm direito à saúde, através do Serviço Nacional de Saúde, universal e geral e, tendo em conta as condições económico-sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito. Todos têm, para si e para a sua família, direito a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto, que preserve a intimidade das pessoas e a privacidade familiar. Todos têm direito à educação e à cultura, o ensino deve ser progressivamente gratuito, em todos os graus, e será criada uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população. Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender, para o que incumbe ao Estado a promoção da educação ambiental.

Estas determinações estabelece-as a Constituição da República Portuguesa. Quando se assinalam 25 anos da sua conclusão e da sua entrada em vigor, olhando para a realidade, o contraste não implica ter de dizer mais sobre uma Constituição avançada que está por cumprir. E cumpri-la não é esquecê-la no seu todo, lendo-a apenas parcialmente, nem é, tão pouco, interpretá-la como convém a quem em dado momento.

O cumprimento da Constituição da República Portuguesa é fundamental para que se cumpra o «d» de desenvolvimento, muitas vezes confundido com crescimento, onde as questões sociais e ambientais são relegadas para um plano muito secundarizado. É por isso que tantas vezes é preciso recriar e repor o espírito de Abril.

Nesse sentido, é preciso fomentar sempre a participação. E preocupamo-nos muito quando, com engenharias eleitorais, se tenta diminuir a representatividade do universo de eleitores; preocupa--nos muito que tentem bipolarizar a política entre os dois maiores partidos, tornando-a redutora; preocupa-nos muito quando assistimos a discussões e consultas públicas, previstas na lei, a acontecer para serem tidas como meras formalidades, sem que as opiniões de milhares de cidadãos sejam tornadas públicas ou merecedoras de resposta, como aconteceu agora, a propósito dos resíduos industriais.

Preocupa-nos muito, ainda, que os cidadãos se abstenham de participar, porque só intervindo é possível travar excessos que a democracia, por si só, não consegue travar.

Abril ensinou-nos também que vale a pena não desistir, vale a pena nunca desistir de lutar por uma sociedade mais humanizada, onde o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas sejam um objetivo real, onde a multiculturalidade, a diversidade e a diferença convivam em respeito mútuo; uma sociedade onde os cidadãos se sintam, de facto, representados, numa pluralidade necessariamente

existente, onde os centros de decisão se aproximem mais dos cidadãos, onde o desenvolvimento se paute pela sustentabilidade, pela preservação e valorização do meio que nos envolve, onde a utilização dos recursos naturais aconteça de forma racional, onde a produção intensiva dê lugar à sustentada, onde as pessoas tenham direito de escolha e de consumir conscientemente. Um modelo de sociedade mais justo, que não seja pautado pelos interesses e desígnios do poder económico, que, dominando tudo e todos os meios de comunicação, faz existir o que lhe interessa e inexistir o que os incomoda.

Afinal de contas, meus senhores, festejar Abril é construí-lo sempre. Abril não se esgota nunca, porque Abril nega o conformismo.

Viva o 25 de Abril!

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Em representação do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Altas Autoridades Civis e Militares do Estado, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

Este discurso é um ato simbólico.

O 25 de Abril nasceu em paz, trouxe a liberdade e prometeu o Estado de Direito. É nosso dever hoje, aqui e agora, lembrar um único facto, inaceitável à luz da justiça, incompreensível face à verdade, irreconhecível perante os valores de Abril. Nesta cerimónia, a nossa bancada assume o incómodo de não silenciar nem calar a dor que percorre Portugal pela absolvição do terrorismo.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Por isso, o que hoje nos compete fazer é homenagear quem tinha direito à paz, mas sofre com a memória das vítimas; é não esquecer quem tinha direito à liberdade, mas perdeu a sua vida; é dar voz a quem acredita que o Estado de Direito não se realiza negociando com a violência ou denegando a justiça.

Digamos quem, porque todos sabemos porquê.

Presto homenagem a Nuno Manuel Dionísio, que, aos quatro meses, faleceu, vítima de uma bomba das FP 25.

Presto homenagem a Rosa Caeiro Pereira, sua avó, cuja vida se perdeu no absurdo do terror das FP 25.

Presto homenagem a Alexandre Ferreira de Souto, morto durante um assalto das FP 25.

Presto homenagem a José Lobo dos Santos, também falecido durante um assalto das FP 25.

Presto homenagem a Fernando Abreu, também vítima de outro assalto das FP 25.

Presto homenagem a Adolfo da Silva Dias, agente das forças de segurança, cujo carro foi armadilhado pelas FP 25.

Presto homenagem a Evaristo da Silva, outro membro das forças de segurança, vítima de atentado das FP 25.

Presto homenagem a Gaspar Castelo Branco, alto funcionário do Estado, assassinado pelas FP 25.

Presto homenagem a Álvaro Militão, agente das forças de segurança, morto em combate às FP 25.

Presto homenagem a Diamantino Monteiro Pereira, empresário, assassinado pelas FP 25.

Presto homenagem a Rogério Baptista Sá, administrador, baleado pelas FP 25.

Presto homenagem a Henrique Nascimento Hipólito, guarda, morto pelas FP 25.

Se lembramos quem já não está entre nós para celebrar Abril, inclinamo-nos também perante os feridos desta guerra que alguns declararam à democracia. Elogiamos a coragem e a determinação dos que, no Estado, na magistratura e nas polícias, correram risco de vida para defender a legalidade e isolar o terrorismo. Fizeram-no em nome de uma Constituição que protege o direito à vida e garante o princípio da legalidade.

Nem Abril, nem o povo, nem as famílias mereciam que o Estado, 27 anos depois, fosse perdendo a sua dignidade, entre uma amnistia do todo e uma absolvição de cada qual. Para nós, a justiça funda-se na verdade e o perdão nasce do arrependimento. Daí este ato simbólico.

Aplausos do CDS-PP, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Deputados, Srs. Convidados:

Assinala esta sessão solene a dupla comemoração do 27.º aniversário da Revolução dos Cravos e do 25.º aniversário da entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa, aprovada em 1976. Convergem assim, nesta histórica data de 25 de Abril, o ato fundador da nossa democracia e o momento em que os valores democráticos que o nortearam adquiriram a força de lei constitucional.

São, por isso, devidas neste momento, três primeiras palavras de apreço e de gratidão. A primeira é, ainda e sempre, para os militares de Abril, os que, como proclama o belíssimo preâmbulo da nossa Constituição, «(...) coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos (...)», derrubaram o regime fascista, restituindo aos portugueses os direitos e liberdades fundamentais.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e do BE.

Militares de Abril que, apesar de tudo o que a democracia lhes deve, tardaram em obter em democracia o reconhecimento que lhes é devido e, pelo contrário, viram-se preteridos e prejudicados nas

suas carreiras por injustiças que, só agora, tantos anos passados, começam, tardiamente e de forma estranhamente lenta, a ser reparadas.

A segunda palavra é para os homens e mulheres que durante tantos anos pagaram com a liberdade, com o sofrimento, ou mesmo com a vida, a coragem de lutar contra a ditadura, e que, com o seu exemplo, abriram os caminhos que tornaram possível a Revolução de Abril.

Pertenço a uma geração para quem a vida em ditadura se resume a uma vaga recordação de infância e que teve a felicidade de já crescer em liberdade e democracia. Depois de nós, vieram novas gerações para as quais o exercício das liberdades parece decorrer da ordem natural e imutável das coisas. A democracia tem este efeito quase paradoxal de se integrar de tal modo no dia a dia dos cidadãos que se banaliza aos olhos dos que a exercem. É por isso que é tão importante lembrar que o fascismo existiu em Portugal até abril de 1974 e que a democracia, conquistada pela luta heroica do nosso povo, é um bem precioso, que importa aprofundar e defender de tudo e de todos os que contribuem para a sua degradação e aviltamento.

Aplausos do PCP.

A terceira palavra é para os Deputados Constituintes, que, como legítimos representantes do povo, se reuniram — como afirma o preâmbulo da Constituição — para afirmar a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.

Aplausos do PCP.

Na Constituição de 1976, souberam os Constituintes edificar os alicerces jurídicos da Revolução democrática. Não sei se haverá algum texto constitucional, em qualquer momento histórico e em qualquer parte do mundo, que, como a nossa Constituição de 1976, tenha conseguido elevar ao nível de uma Lei Fundamental, e com uma qualidade técnica a todos os títulos notável, um conjunto tão amplo e significativo de direitos, liberdades, garantias e aspirações de progresso económico e social do povo em cuja representação foi elaborado.

Nestes 25 anos de vigência, muitas das características originais da Constituição de 1976 foram abandonadas ou alteradas em sucessivos processos de revisão, com resultados que traduzem uma evolução que consideramos globalmente negativa e que se tem traduzido em sucessivos empobrecimentos da democracia nos planos político, económico, social e cultural.

Neste preciso momento, está aberto o sexto processo de revisão constitucional, se contarmos com o processo de revisão fracassado, ensaiado em 1994. Às revisões ordinárias profundas, de 1982, de 1989 e de 1997 e à revisão extraordinária de 1992 segue-se um novo processo extraordinário de revisão, destinado, mais uma vez, a dar cobertura a compromissos que foram internacionalmente

assumidos, apesar de contrariarem disposições constitucionais. Com a agravante, desta vez, de a aceitação, que é proposta, ainda que indiretamente, da pena de prisão perpétua na ordem jurídica portuguesa representar um grave retrocesso civilizacional, num país em que a extinção dessa sanção penal remonta ao século XIX.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — O valor da estabilidade da Constituição como referência matricial do regime democrático, que os Constituintes pretenderam salvaguardar com a consagração de limites formais, circunstanciais e materiais de revisão constitucional, tem vindo a ser completamente sacrificado por acordos de conveniência entre os dois maiores partidos, que, com cinco processos de revisão constitucional abertos no espaço de 12 anos, nos colocaram num estado de transição e de instabilidade constitucional permanente, que nada contribui para a saúde da democracia.

Com as sucessivas revisões constitucionais, foi aberta a porta ao domínio do poder económico sobre todas as esferas da sociedade, foram enfraquecidos os direitos dos trabalhadores, foi reduzido o alcance de direitos sociais fundamentais, foram alienados poderes soberanos do Estado português, foram criadas possibilidades reais de graves entorses à democraticidade das eleições.

A evolução constitucional dos últimos anos não tem contribuído para aperfeiçoar o sistema político, nem para reforçar os valores da liberdade, da democracia, da justiça social, da submissão do poder económico ao poder político ou da paz e da amizade entre os povos, mas, pelo contrário, tem dado corpo a propósitos de liquidação de profundas transformações económicas, sociais e culturais resultantes da Revolução de Abril, e de obtenção de uma posição hegemónica dos dois maiores partidos na vida política nacional.

Para muitos portugueses, o momento que vivemos é de desencanto, de deceção e de descrença. Desencanto com o incumprimento de promessas feitas e com o defraudar de expectativas criadas; deceção com uma ação governativa que gravita a anos luz das promessas de diálogo e que se processa longe dos cidadãos e insensível às suas reais preocupações; descrença em relação a uma prática política marcada pelo clientelismo, que em nada contribui para a resolução dos problemas do povo e do País e que, desfocada por generalizações abusivas destinadas a ilibar os seus reais responsáveis, semeia sentimentos de indiferença ou de repúdio perante a atividade política, que em nada beneficiam a democracia.

Vinte e sete anos passados sobre a Revolução democrática e um quarto de século decorrido sobre a Constituição que a institucionalizou, muitas foram as expectativas que não se concretizaram e muitas foram as esperanças que ficaram pelo caminho. Não se imaginaria, há 25 anos atrás, que o início do século XXI, em Portugal, fosse marcado por tão acentuadas desigualdades sociais, por um poder tão desmesurado e arrogante do poder económico, por retrocessos nos direitos dos trabalhadores, pela exploração desumana do trabalho dos imigrantes, pela desumanização da vida nas grandes cidades, a braços com flagelos sociais sem precedentes, pela desertificação acelerada do interior do País, pelas dificuldades dos jovens no acesso ao ensino e ao mercado de trabalho, pelas dificuldades no acesso

dos cidadãos de menores recursos a cuidados de saúde ou à realização da justiça, pela manutenção de restrições injustificadas ao exercício de direitos cívicos e associativos por parte dos militares e dos profissionais das forças de segurança. Os portugueses esperavam certamente que Portugal fosse melhor neste início do século XXI.

Mas são precisamente os portugueses que não se conformam com este estado de coisas que continuam a afirmar convictamente, não apenas que Abril valeu a pena, mas, acima de tudo, que continua a valer a pena lutar pelos valores e pelos ideais que fizeram o 25 de Abril, que marcaram indelevelmente o texto constitucional e que continuam a ser bandeiras de luta do povo português por mais democracia e mais progresso social.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

É por isso que, apesar de tudo, Abril está vivo. Está vivo na luta dos trabalhadores que não se conformam com os baixos salários, com a precariedade dos vínculos laborais e com a violação dos seus direitos individuais e coletivos. Está vivo no descontentamento dos jovens estudantes que reivindicam um ensino gratuito e de qualidade. Está vivo na ação dos homens e das mulheres que, como nós, continuam a acreditar que é possível construir uma sociedade mais justa e solidária.

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente**: — Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado Mota Amaral.

O Sr. **Mota Amaral** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr.as Ministras e Srs. Ministros, Altas Entidades da República Portuguesa, Sr.as Embaixadoras e Srs. Embaixadores, Excelências, Ilustres Convidados, Sr.as Deputadas e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Reúne uma vez mais o Parlamento, em sessão soleníssima, que a presença dos titulares dos mais altos órgãos do Estado e de tantos ilustres convidados torna ainda mais brilhante, para festejar a histórica Revolução do 25 de Abril. Hoje não é dia de lamentos nem de recriminações, mas sim de alegria, de brio cívico e patriótico, pela liberdade, pela democracia, pela independência dos povos coloniais — os compromissos de honra, plenamente realizados, do Movimento das Forças Armadas, que exprimiam afinal aspirações profundas da nossa gente. Daqui saúdo, cordialmente, em nome do Partido Social Democrata, os capitães de Abril, credores da grata admiração do Povo Português!

Aplausos do PSD e do PS.

A memória dos homens é curta, a dos povos não pode ser. Com razão se diz que um povo sem passado também não tem futuro! E, numa época perturbada pelas incertezas do tempo novo, de um século e de um milénio a estrear, contra as dúvidas crepusculares que alguns agitam acerca da sobrevivência do nosso pequeno país, na União Europeia alargada e no mundo da globalização, é dever de consciência dos representantes do Povo Português afirmar Portugal e o valor da nossa História, confirmar o nosso juramento pelo futuro de uma pátria livre, de cidadãs e de cidadãos livres, norteados pelo respeito dos direitos humanos de todos e de cada um.

Ora, no volume da nossa vida coletiva, a caminho de contar 900 anos, o 25 de Abril marca uma página gloriosa. Muitos dos nossos contemporâneos não viveram nas trevas anteriores e tendem, por isso, a desvanecê-las, enfatizando os desvios, os erros, as perversões da nossa vivência democrática atual.

Sem fechar os olhos, tolamente, àquilo que precisamos corrigir, convém manter uma enérgica pedagogia da liberdade e da democracia — bens tão raros e tão preciosos, de que só gozam em plenitude algumas parcelas da humanidade, entre as quais nós, portuguesas e portugueses, para felicidade nossa e por causa da Revolução do 25 de Abril.

Quem viveu intensamente, na primeira linha da intervenção cívica, estes últimos seis ou mais lustros, que pertencem já à História de Portugal, celebra sempre com alvoroço a madrugada inicial do País de Abril, cantado pelos nossos poetas. Passam-nos pela memória, como num filme, em *flash back* aos episódios dessa jornada, os esforços e as lutas anteriores — para mim, sobretudo o magistério democrático de Francisco Sá Carneiro e seus companheiros da Ala Liberal, à qual me honro de ter pertencido.

Aplausos do PSD.

Mas não ignoro o superior merecimento dos que sofrearam perseguição e foram presos, torturados, desterrados e até mortos pelos esbirros da ditadura opressora — e curvo-me, reverente, perante o seu heroico sacrifício.

Aplausos do PSD, do PS e de Deputados do PCP.

O 25 de Abril, porém, não se esgotou na emoção desse dia libertador e nas mil incidências, mais ou menos românticas — com alguns exageros à mistura —, dos meses que se lhe seguiram.

O fruto duradouro da Revolução de Abril é a Constituição de Abril, bem como o regime democrático pluralista por ela estabelecido. Elaborada no decurso de uma grande batalha jurídico-política democrática, pela Assembleia Constituinte, eleita um ano depois da data fundacional da nova era, a Constituição completa hoje exatamente um quarto de século.

Aos muitos Deputados Constituintes felizmente vivos, alguns ainda no ativo, como parlamentares ou membros do Governo, a maioria já retirada das lides políticas, uma nutrida representação dos quais honra com a sua presença as galerias do nosso Hemiciclo, com grande orgulho de ter participado aqui nesses trabalhos memoráveis, dirijo uma saudação calorosa e amiga, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Aplausos do PSD e de Deputados do PS.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as Deputadas e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

O Partido Social Democrata rejubila com o auspicioso aniversário da nossa Constituição, a mais duradoura de todas as Constituições portuguesas de origem genuinamente democrática, isto é, redigidas por representantes eleitos do Povo Português.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Ela é a Lei Fundamental do Estado, na qual convém muito que todas as portuguesas e todos os portugueses se reconheçam como participantes de um grande desígnio nacional alicerçado na liberdade, no primado do Estado de Direito democrático e na promoção dos direitos humanos.

Respeitamos e valorizamos o contributo dos partidos políticos que estiveram na Assembleia Constituinte, todos animados, assim como nós próprios, pelo desejo de construir um país novo, livre e justo. Mas é isso que nos permite identificar e sublinhar, sem jactância, a impressão digital do PSD na Constituição portuguesa em vigor.

Desde logo, no domínio decisivo dos direitos, liberdades e garantias, relativamente ao qual temos sempre defendido uma visão e uma matriz humanistas. Estamos disponíveis para novas aberturas e novos aprofundamentos; porém, sem hesitações nem titubeios quanto a questões essenciais, como o direito à vida e a dignidade da pessoa humana, a proteção da sua identidade, inclusivamente genética, e da sua intimidade, contra a devassa e a instrumentalização tornadas possíveis pelo uso desenfreado de novas tecnologias. E contra aqueles que rabujam dizendo haver direitos, liberdades e garantias a mais, respondemos que preferimos mil vezes isso e os inconvenientes que tal tenha aos tempos negros da opressão, em que havia direitos, liberdades e garantias a menos!

Aplausos do PSD e do PS.

Com idêntica firmeza, proclamamos que o Estado democrático se fortalece também com a doutrina e a prática dos deveres cívicos, o primeiro dos quais é respeitar os direitos alheios e não cair nunca no abuso do próprio direito.

Sobre a organização económica da sociedade, acabou por prevalecer, depois de várias revisões constitucionais, o modelo baseado na livre empresa, sujeita à regulação do Estado e à própria intervenção deste. O PSD, desde o princípio, preconizou tal solução, contra dogmatismos estatistas, prejudiciais, como se viu, à liberdade dos cidadãos e à modernização do País — felizmente, eles foram ultrapassados, em 1989, já quase nas vésperas da queda do Muro de Berlim.

Quanto à estrutura do Estado democrático, aí está a eleição direta do Presidente da República, com a consequente definição de um perfil de efetivo poder moderador para o respetivo titular. Essa histórica reivindicação da Oposição Democrática à ditadura salazariana foi expressamente acolhida no projeto

de revisão da Ala Liberal, em 1970. Dela não devemos, de maneira nenhuma, prescindir, a fim de se manter evidente a existência, no topo da organização do Estado, de uma pessoa, legitimada democraticamente, responsável pelo funcionamento estável da democracia e pela independência nacional, para quem nos viraremos em caso de crise grave — no mandato em curso, o Presidente Jorge Sampaio, a quem cumprimento, em nome do PSD, com o devido respeito e, ainda, com cordial amizade.

No equilíbrio dos poderes entre o Parlamento e o Governo, também o PSD tem feito aportações decisivas, bem como na organização e funcionamento do poder local democrático. Queremos ir, futuramente, mais longe na reforma do sistema político, afinando as condições de transparência do poder e de participação dos cidadãos, sem desqualificar a relevância das garantias de governabilidade do País e da estabilidade dos mandatos eletivos.

Esta última é um dos grandes progressos da democracia de Abril, cancelando uma espécie de maldição anterior de executivos eleitos instáveis e de curta duração. Devido à capacidade política do PSD, sob a liderança de Aníbal Cavaco Silva, inaugurou-se, em 1987, um precedente duradouro, de integral cumprimento do período das legislaturas, que vale a pena manter respeitado.

Risos do PCP e do BE.

Assumimos também responsabilidades decisivas na estruturação dos tribunais como um verdadeiro poder do Estado. Por isso, sentimo-nos mais compelidos a dar voz à indignação dos cidadãos e das cidadãs perante a atual crise da justiça, cujas redes, paradoxalmente, apanham e castigam com dureza os criminosos banais e os arrependidos, deixando impunes crimes graves, a benefício de prescrições, quando não mesmo mediante formal absolvição, como há pouco se viu acontecer com os crimes de sangue de uma certa organização terrorista, cujo nome, invocando abusivamente o 25 de Abril, é um verdadeiro insulto ao ideário democrático da Revolução.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de Deputados do PS.

Não posso deixar de aludir, por fim, à autonomia constitucional dos Açores e da Madeira, uma genuína conquista do 25 de Abril, plenamente sintonizada com os propósitos democratizantes e emancipadores da Revolução. Por sinal, será esta, talvez, de entre as ruturas radicais de Abril tradicionalmente elencadas, uma das poucas, senão mesmo a única, que, em vez de recuar ou até desaparecer, como aconteceu com outras, em cada processo de revisão, tendente a manter a Constituição atualizada e viva, avança sempre, progride sempre, em confiança plena, apoiada na pedra angular da liberdade e da democracia, sobre a qual se alicerça o regime político vigente em Portugal.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as Deputadas e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Fala-se muito da necessidade de a democracia portuguesa trilhar novos caminhos — e é bom estarmos constantemente insatisfeitos! A Revolução semeou em todos nós grandes esperanças, e nós não queremos desistir das esperanças de Abril. Por outro lado, é certo que o mundo está mudando e vão seria ignorar tal mudança e as suas inevitáveis consequências.

Muitas das formas de democracia representativa foram inventadas para uma era diferente, já ultrapassada. É preciso inventar instrumentos novos ou talvez, mais modestamente, dar uso aos que por aí estão já inventados e em aplicação noutros domínios.

O regime político democrático não pode ter a veleidade de permanecer imune à grande revolução tecnológica hodierna. Seria, porém, rematada loucura embarcar sem mais nas formas da democracia participativa e de opinião, dando curso legal aos seus requintados instrumentos, aliás bem vulneráveis à manipulação. O mandato representativo deve continuar sendo o fundamento da boa governação, a partir de eleições livres, democráticas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — A boa governação exige, muitas vezes, decidir com coragem, contra a superficialidade dominante, para servir melhor o bem comum.

Aplausos do PSD.

A vertigem da mudança faz, porém, perder certas referências: hoje vive-se ao dia, para o imediato, tendo em mira o sucesso a qualquer preço, desprezando os legítimos interesses do próximo e mesmo o compromisso solidário entre as gerações passadas e as futuras que é a garantia da dignidade das pessoas e até da sobrevivência das nações e do próprio género humano.

É preciso, é mesmo urgente, reconhecer e declarar que por esse caminho não vamos lá! Uma sociedade egoísta e amoral está condenada à catástrofe, que, nos tempos que correm, para além dos dramáticos desequilíbrios ecológicos, se concretiza na perda dos valores identificativos e dos fatores de poder nacional.

A mudança necessária não é tanto questão de leis, que até já as temos em demasia; situa-se no âmbito da mentalidade e dos comportamentos individuais.

Evoco o paradigma da intervenção cívica dos Deputados à Assembleia Constituinte, de todos os partidos, personificado no seu inolvidável Presidente, Professor Henrique de Barros.

Aplausos gerais.

Gente competente e capaz, com profissões feitas ou, pelo menos, abertas, com provas dadas de devoção à causa da democracia, idealistas, sacrificados, desprendidos do poder e das suas pompas, que, aliás, nessa altura não existiam de todo; os Deputados Constituintes deixaram-nos um exemplo de grande exigência ética que muito ganharíamos em vivificar hoje.

Aplausos do PSD e do PS.

Esta não é tarefa apenas para os titulares dos cargos políticos institucionais, que a grande novidade dos nossos dias, fruto de uma democracia avançada, é a atomização do poder, repartido, pulverizado mesmo, na sociedade plural.

Em vez de aguardarmos a regeneração do Estado, ele próprio, quando o seu poder institucional se apresenta enfraquecido e é tantas vezes objeto de desconsideração e desprezo, senão mesmo de zombaria (mas, quem assim procede, degrada-se a si mesmo), tratemos todos de contribuir, com um grande sobressalto cívico, para a regeneração da sociedade portuguesa. É que todos temos uma parcela de responsabilidade pelo presente e pelo futuro de Portugal!

Aplausos do PSD, de pé, e do PS.

O Sr. **Presidente**: — Em representação do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado José Lamego.

O Sr. **José Lamego** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Deputados, Srs. Militares de Abril, Srs. Deputados Constituintes, Ilustres Convidados:

Permitam-me iniciar esta alocução comemorativa com uma ligeira nota biográfica e pessoal: pertenço à última geração que foi, em Portugal, privada da liberdade.

Completam-se amanhã 27 anos sobre o dia em que recebi das mãos da poetisa Sophia de Mello Breyner uma rosa singela como primeiro preso político a abandonar as prisões da ditadura.

Aplausos do PS e de Deputados do PSD.

Aos 20 anos, a sede de liberdade é incontida e antecipei-me aos outros todos na ânsia de respirar o ar leve daquele dia claro e límpido. Os meus sentidos agradecimentos aos Srs. Militares de Abril, aqui presentes, a quem todos devemos a devolução da liberdade e a quem eu devo também, na aceção mais literal possível, a devolução à liberdade.

Sou-vos a vós mais devedor, portanto, que o comum dos cidadãos. Deixem-me invocar dois de vós, já desaparecidos, que exemplificam, em vosso nome, as virtudes de probidade republicana que permitiram a estabilização constitucional do período revolucionário: os nossos saudosos e meus queridos amigos Salgueiro Maia e Ernesto Melo Antunes.

Aplausos gerais.

A todos aqueles que conheci de muitas gerações anteriores cuja coragem cívica contribuiu para a restauração das liberdades e da democracia em Portugal, nesta Casa, e nesta sessão solene, exprimo respeito e presto homenagem.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Excelências:

Comemoram-se hoje, igualmente, os 25 anos de entrada em vigor da Constituição da República. Um ano antes, em 25 de Abril de 1975, as eleições para a Assembleia Constituinte começaram a fazer reverter uma dinâmica que faria resvalar o País para a confrontação. Em 25 de Abril de 1976, consolidou-se a matriz democrática e constitucional do regime saído da Revolução. Subsequentemente, as revisões de 1982 e 1989 afeiçoaram o texto constitucional ao modelo de uma democracia representativa plena e às necessidades de uma economia aberta.

Mas a Constituição conservou o seu impulso inicial progressista, de ato fundador de uma democracia tornada possível por uma rotura revolucionária com uma situação de opressão e de isolamento.

Saúdo os Srs. Deputados Constituintes aqui presentes e a obra que nos legaram como trave-mestra da nossa convivência democrática.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Excelências:

Gostaria de evocar, igualmente, o terceiro momento fundador do regime democrático-constitucional: a adesão às comunidades europeias. Por essa via, Portugal reencontrou um quadro de inserção externa estável, depois de esgotado o ciclo colonial. Por essa via, também, criou-se um impulso decisivo a uma sociedade e a uma economia mais abertas, dando saída a tendências modernizadoras que se registavam já na sociedade portuguesa desde a década de 60, mas cuja dinâmica era contrariada pelo regime ditatorial e pelo impasse da situação colonial.

Alcançada a integração na moeda única e cumprida a agenda da convergência nominal, a nova agenda europeia ou será ambiciosa e progressista ou será muito pouco. A presidência portuguesa da União Europeia colocou de modo definitivo na agenda europeia os temas da qualificação e da qualidade do emprego, da sociedade digital e da nova economia. Apesar de tudo, a União fê-lo com cerca de uma década de atraso relativamente aos Estados Unidos. A atual presidência sueca da União imprimirá, igualmente, assim o cremos, uma marca progressista ao processo de construção da União.

As questões ambientais assumirão um novo relevo, simultaneamente a construção de um espaço europeu de justiça e segurança e a entrada em funcionamento do Tribunal Penal Internacional são marcos evidentes de um progresso civilizacional e de uma cultura universal dos direitos humanos.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, meus distintos concidadãos:

São estes os três momentos fundadores do regime democrático-constitucional. Como quadro de convivência cívica nacional e como elementos configuradores de uma identidade nacional ancorada, simultaneamente, na História e nos valores de uma cultura comum europeia de respeito pela dignidade individual e pela tolerância cívica de pluralidade de opiniões. São estes os valores estruturantes de uma

ética pública democrático-constitucional e que devem ser vertidos nas leis da República. Só assim se dará curso à intenção generosa e libertadora do 25 de Abril, se cumprirá o espírito da Constituição e se respeitará o acervo cultural europeu, que é hoje sustentáculo fundamental de uma identidade nacional projetada para o futuro.

As leis da República são quadros de regulação de uma convivência democrática. Elas deverão respeitar e promover a dignidade igual de cada cidadão, chamando a si o que é essencial para a estabilidade da vida em sociedade e remetendo para a esfera privada de consciência ou para as experiências individuais ou de grupo a orientação nas restantes matérias.

Este ganho civilizacional que, desde o período iluminista e liberal, faz parte do acervo cultural europeu, inspira e inspirará o espírito com que esta Assembleia legisla e tem legislado.

Infelizmente, o consenso liberal e constitucional sobre estes princípios elementares é prejudicado por todos aqueles que os transmudam em ofensiva radical contra valores estabelecidos, seja por parte de um agendamento monotemático e obsessivo de questões ditas fraturantes, seja pela reação simétrica daqueles que não reconhecem na Constituição da República e no seu sistema de valores o quadro basilar de convivência social.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Sou dos que acreditam que os eventos que hoje comemoramos constituem recompensa suficiente para todos os que em Portugal lutaram ao longo de décadas pela liberdade. Não conseguimos evitar que o processo de descolonização e a intenção descolonizadora fosse afetada pela eclosão de conflitos fratricidas ou por uma invasão externa, como no caso de Timor, mas mantemos uma relação correta e estável com os países emergentes da descolonização, a quem deixámos como legado histórico uma língua comum e fronteiras estáveis.

Infelizmente, não conseguimos evitar que a consolidação da nossa convivência democrática tivesse sido manchada por atos espúrios de violência, quer da extrema-direita, quer da extrema-esquerda. Mas presto aqui homenagem ao governo que, presidido pelo Dr. Mário Soares, e que tinha o Dr. Rui Machete como Ministro da Justiça, teve a coragem política de dar combate frontal, no quadro dos princípios do Estado de Direito, à violência da extrema-esquerda e que entregou os presumíveis responsáveis desses atos de violência ao poder judicial para que os julgasse. Infelizmente, dadas as conturbações do processo revolucionário, não houve o mesmo momento e a mesma oportunidade no combate à violência terrorista da extrema-direita.

Temos pela frente desafios imensos para poder cumprir o objetivo político que é colocar Portugal, no espaço de uma geração, no patamar médio de desenvolvimento e bem-estar da União Europeia.

Travaremos, nos próximos anos, uma luta simultaneamente tenaz e subtil para evitar a periferização no processo de construção europeia, mas a consciência das dificuldades só pode fazer acrescer a determinação de as vencer.

O dia de hoje não pode ser senão, para todos aqueles que sonharam com um amanhecer claro e límpido, uma afirmação de esperança lúcida e de vontade determinada.

Viva a Liberdade!

Viva a Constituição!
Viva Portugal!

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República António de Almeida Santos**:

— Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Deputados Constituintes e Constituídos, Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Excelências, Ex.mas Autoridades Políticas, Civis, Militares e Académicas, Srs. ex-Presidentes da República, Srs. ex-Presidentes da Assembleia da República, Srs. ex-Primeiros-Ministros, Sr. Presidente e demais Membros da Associação 25 de Abril, Srs. Convidados:

Sr. Presidente da República, as coisas raras são as mais apreciadas, mas V. Ex.ª subverte essa regra, pois quanto mais a sua presença nesta cerimónia se repete, com a certeza com que se repete a Primavera, maior é a honra que com isso nos dá.

Recordar Abril não é um hábito, é um tónico! V. Ex.ª pertence também à memória de Abril. Bem-haja por, mais uma vez, ter querido estar connosco a comemorar o que deve ser comemorado e a lembrar o que não deve ser esquecido.

Ilustres Capitães de Abril, esta festa é vossa, antes de o ser de quantos amam a Liberdade, pois ninguém a amou mais do que vós.

Caros Deputados Constituintes, Abril é também a sua Constituição, sois os «capitães» das tábuas da lei de Abril.

Srs. Convidados, sois bem-vindos a esta sessão solene, sois os garantes da sua solenidade.

Em 25 de Abril de 1974 foi o Dia da Liberdade, depois foi a consolidação possível da liberdade de todos os dias.

Também dos dias futuros? Nenhum de nós está preparado para voltar a perder a liberdade. E não é que, por vezes, resisto mal à impressão de que há quem esteja apostado nisso?

Tenho aproveitado as solenidades deste dia para um apelo à reflexão sobre os riscos, novos e velhos, que a liberdade pode ainda correr. Que melhor homenagem posso prestar-lhe? Outros a jurarão solene e lhe entoarão hossanas; os jovens, porque nunca conheceram o seu reverso; os mais velhos, precisamente por o terem conhecido.

Também me esforço por acreditarem que, desta vez, a democracia e a liberdade vieram para ficar. Mas não foi nisso que acreditaram as vítimas dos fluxos e refluxos das suas históricas marés?

Houve, como sabemos, democracia no Mundo Antigo e deixou de haver. Quem, no apogeu das democracias grega e romana, seria levado a admitir o ocaso do seu brilho?

Na era moderna, as democracias nascentes das Revoluções Americana e Francesa contaminaram de liberalismo político e de esperança utópica o século XIX. Portugal viveu também os entusiasmos e as deceções dessa maré libertadora. Um após outro, os países europeus deixaram-se seduzir por essa boa nova.

Parecia definitiva, mas não foi. Mussolini, com a sua marcha sobre Roma, deu o mote. Uma década depois, Hitler, explorando os níveis de desemprego e desordem consequentes da depressão económica dos anos trinta, seguiu-lhe os passos. Democracias menos consolidadas foram objeto de golpes sediciosos. Foi o caso da nossa primeira República, foi o caso da República Espanhola.

Com o fim da Segunda Grande Guerra, nova maré democrática repôs as melhores esperanças dos que se haviam recusado a perdê-las. A ocupação pelos aliados de países vergados à ditadura nazi-fascista recolocou no poder e no coração dos homens o ideal democrático e a prática da livre escolha.

Enfim para sempre? Não tanto! No início da década 60, regimes da América Latina e da Ásia entraram em refluxo autoritário. Antigas colónias britânicas, francesas, holandesas, belgas e por fim portuguesas quiseram ser livres para experimentarem o modelo autoritário dos países do Leste, onde as águas políticas continuavam a não ter marés, mas também foi ilusão de pouca dura.

Onde e quando recomeçou a nova vaga democrática? Em Lisboa, no dia 25 de Abril de 1974, ao som de uma canção profética. A dialética histórica dos fluxos e refluxos da democracia e do autoritarismo escolheu-nos desta vez para seu cenário. A libertação de Abril foi demiúrgica para a novíssima maré.

Foi o novo rastilho. Dezenas de países europeus, sul-americanos e asiáticos seguiram o exemplo dos nossos heroicos capitães de Abril e apearam, até ver definitivamente, os seus algozes. Uns por via evolutiva, como a Espanha, outros por golpes de Estado ou insurreições violentas, sacudiram uma vez mais o jugo autoritário, quando não totalitário. O processo de descolonização consumou-se; o Muro de Berlim caiu; o mundo soviético desmembrou-se; a Guerra Fria acabou; a bipolarização dos modelos políticos e económicos tendencialmente se reduziu à unidade e o modelo económico liberal pôs o pé, para a fotografia, sobre o cadáver do agonizante modelo económico centrado e coletivista.

De um momento para o outro, onde era a opressão foi a liberdade; onde era o dirigismo foi a livre competição; onde era a ditadura foram a representação democrática e o voto; onde era o pau mandado foi o cidadão; onde era o medo foi a distensão. E agora, finalmente, como nas histórias para adormecer as crianças, seremos felizes para sempre?

Eu sei que é de mau gosto duvidar disso num dia festivo como hoje. Pois não daria eu prova de algum juízo limitando-me a saudar mais uma vez, com a sinceridade de sempre, os heroicos capitães de Abril, que aceitaram o risco de morrer para que todos pudéssemos ser livres?

Eles foram autores de um feito histórico que poucos recusarão reconhecer, mas, como tantas vezes acontece, foram-no sem clara consciência, que não podem ter tido, de que viravam, não apenas uma página da história política portuguesa, mas, por simpatia, uma página da história política universal.

Abril serviu de inspiração e mote para que muitos outros povos oprimidos lhe seguissem o exemplo. A liberdade empunhou a vassoura dos Direitos do Homem e varreu do mapa-múndi dezenas de ditaduras que restavam. Que o diga esse «polegarzinho» teimoso e heroico que é o querido povo de Timor!

Pois nem assim tenho por indubitável que a liberdade e a democracia não voltem a ter regresso ou que o fantasma do *Big Brother* seja só uma ficção do Orwell para uso televisivo. Será?

O primeiro refluxo democrático esteve causalmente ligado à depressão bolsista e económica dos anos 30 do século passado. Poderemos nós ter a certeza de que a euforia que reina no casino universal

das bolsas, a raiar a mais coletivizada das paranoias, tem um sólido seguro de prosperidade *ad aeternum* nos famosos equilíbrios automáticos da «mão invisível», já que se lhe não conhecem instrumentos de regulação universal? Se temos, durmamos tranquilos.

Mussolini, Hitler, Salazar, Franco e outros adeptos do safanão a tempo e da mão pesada basearam o seu poder, e desde logo a sua conquista, na defesa da ordem. A ordem como supremo bem, o autoritarismo repressivo como supremo remédio e o livre pensamento encarcerado no dogma.

Para serem mais convincentes, elegeram específicos culpados: os judeus, os comunistas, os negros, os incréus, e nunca encontraram dificuldades em fomentar os ódios mais direcionados e mais convenientes. Os ditadores nunca foram os únicos culpados.

Podemos nós ter a certeza de que não volta a repetir-se nas democracias modernas o receio da desordem, traduzida no aumento da insegurança e da criminalidade, na expansão dos tráficos ilícitos, no recuo da autoridade do Estado, na dissolução das famílias, na ineficácia das escolas, no apagamento dos valores e no vazio dos espíritos e em consequência disso uma nova apetência de mais ordem, mais repressão e mais autoridade?

Podemos nós ter por certo que os «hitlerzinhos» que voltam a ganhar votos nas arenas políticas não representam o perigo em germe do regresso de novos surtos epidémicos de autoritarismo, racismo e xenofobia? Se temos, continuemos a dormir tranquilos.

Com a população do Mundo a crescer à razão paranoica de mais 100 milhões/ano de potenciais trabalhadores à procura de emprego, já sem cancelas que os impeçam de procurá-lo em não importa que mercado e com a explosão informática a dispensar cada vez mais suculentas fatias de esforço humano, será que podemos alimentar a esperança de uma suave e pacífica transição da sociedade do trabalho — e do salário, como principal instrumento de repartição da riqueza — para a sociedade do lazer, já esgotada a margem da redistribuição do emprego que houver, pela redução do tempo de trabalho e pelo reforço da produtividade? Se podemos, continuemos a regar placidamente o nosso jardim.

Com a riqueza a concentrar-se em cada vez menos mãos e a pobreza e a exclusão social a expandirem-se por cada vez mais unidades de fome e de revolta, podemos nós continuar a abstrair da carga socialmente explosiva dessa mistura, potenciada pelo efeito multiplicador da informação universal, à espera do rastilho de outra revolução francesa, outra revolução soviética, ou outro Maio de 68? Se podemos, continuemos, tranquilamente, vidrados no nosso televisor.

Com os meios de produzir violência impune cada vez mais sofisticados, acessíveis, destrutivos e organizados, à mão de semear de qualquer fanático ou de qualquer patife e com as máfias do crime organizado a acumularem fortunas que, depois de lavadas, são investidas na economia legal, e convertidas em poder político, podemos nós continuar a confiar cegamente nos automatismos da regulação pelo mercado livre e universal — ou seja, de regulação nenhuma, como convém aos que o hegemonizam — convictos de que caminhamos para a harmonia universal? Se podemos, continuemos a navegar de ouvidos moucos aos «avisos à navegação».

Mas, se acaso entendermos que estas e outras tendências se identificam com as causas históricas dos fenómenos de refluxo das marés democráticas, com o consequente recuo das liberdades fundamentais, receemos o regresso dos mesmos efeitos e cuidemos de preveni-los com todas as forças da nossa alma.

Na história da civilização foram raras as conquistas definitivas. A democracia e a liberdade nunca o foram. Sê-lo-ão desta vez? É tentador acreditar que sim, mas não deixa de ser prudente admitir que não. Com a televisão universal, escola por excelência, a lecionar a vulgaridade, a competição, o irracionalismo e a violência; com a família incapaz de voltar a ser a primeira escola; com a escola oficial a cumprir penosamente a função de segunda; com a sociedade civil a questionar com gáudio o bem fundado do poder político, os seus órgãos e os seus agentes; com estes em inocultável processo de desgaste, senão de desadequação à era pós-moderna, pós-ética e a muitos títulos já paranacional; com o cidadão comum entre indiferente ao exercício dos direitos que tem e aparentemente ansioso por exercitar os que não tem; com o indivíduo desquitado de valores e progressivamente de deveres, em plena vaga de amoralismo triunfante; com uma relação egoísta no lugar de uma relação solidária; com as tradicionais formas de legitimação democrática em processo de erosão preocupante; com frequentes apelos a mais repressão como única resposta a mais insegurança, inclino-me a admitir que pode estar uma vez mais em gestação o mesmo caldo de cultura em que, no passado, a ordem foi julgada mais valiosa do que a liberdade.

Despeço-me deste tema recomendando aos mais confiados uma reflexão sobre a Primeira República. Aprende-se muito revisitando anteriores fracassos e, naturalmente, relendo Maquiavel. E fico-me por aqui, não vá o meu querido amigo António Guterres dizer-me que, mais uma vez, perfilhei uma escatologia de fim do Mundo!

A verdade é que, com o mesmo Mundo, já morreram muitas civilizações e nada nos garante que a nossa seja imune a esse risco. Ela vai morrer e ele sabe isso, porque tem a paixão da História. Sabe também que, quando revelo preocupações e tento epidemizá-las o não faço *sub speciae* do nosso país em concreto.

Desse ponto de vista, não acompanho sequer o hipercriticismo radical de alguns comentadores políticos. Não temos, longe disso, o alto da desgraça. Os neocandidatos a ditadores ainda não subiram acima das páginas de jornais sem leitores; os computadores ainda não deram cabo do nosso emprego, o produto vai crescendo ao nível dos padrões que nos são próprios, políticas sociais têm corrigido os ímpetos invisuais de uma riqueza que, mesmo quando sabe multiplicar, não sabe dividir. Somos uma democracia europeia não envergonhada e um Estado de Direito que nos não envergonha.

Mas é claro que não faltam áreas em que o progresso é lento e difícil, e até outras, que não são exclusivo nosso, como a da segurança individual, em que não podemos sequer falar de progresso. São áreas de crises civilizacionais sem pátria.

Só que este juízo sobre outros países que têm mais razões para se preocuparem, se não sobre a comunidade internacional toda ela, não me serve de consolação. Hoje, mais do que nunca, nenhum país se pode julgar a coberto do que de negativo acontece nos demais. A globalização é também isso.

Mas passa hoje também o 25.º aniversário da entrada em vigor da Constituição da República. Por feliz acaso, essa data coincidiu com a do reencontro do nosso país com os seus valores mais irrecusavelmente estruturantes: o amor à Liberdade, a opção pela Democracia e pelo Estado de direito, a fidelidade à República e aos seus sacramentos.

Sem negar que a Constituição de Abril nasceu datada — o que veio a ser confirmado pelas respectivas revisões —, debalde se pretenderá que nasceu da aliança da exaltação com o vazio.

A exaltação existiu, e melhor fora que não tivesse existido. De meio século de frustrada espera da democracia e da liberdade não podia esperar-se a indiferença ou a resignação. O seu regresso foi assim sublinhado pela embriaguez de uma conquista e o sobressalto de uma revolta.

Tive a felicidade de assistir, em plena Av.ª da Liberdade, ao primeiro reencontro coletivo dos Portugueses com os mais genuínos valores da sua identidade. Qual vazio!... Esses valores só encheram aquela «Ágora» impreenchível porque, durante meio século, tinham permanecido intactos na alma portuguesa.

A Constituição material, subjacente à futura Constituição escrita, revelou-se ali, na embriaguez da liberdade sem algemas, na espontaneidade da ordem sem *gendarmes*, na coesão das esperanças sem sombras, na harmonia dos cânticos sem notas fora do tom. Se a nova ordem pudesse ter sido assim!...

Não foi, nem podia. As ruturas constitucionais cobram alto preço. Tinham-no cobrado na dança infernal das Constituições liberais, antiliberais, protoliberais, da República e da ditadura que a derrubou. A Constituição de 1976 situou-se, assim, na linha de descontinuidade do constitucionalismo português e teve de ser parturejada numa encruzilhada de tensões e conflitualidades.

À saída de uma revolução que fragmentou a unidade ficta da componente militar; à saída de uma guerra colonial em três frentes, sem outro futuro que não uma humilhação militar numa delas, com todas as consequências desse desfecho nas demais frentes e na coesão das próprias Forças Armadas; à saída de uma situação de isolamento inter-nacional, ultrapassada por arranjos compromissórios de impossível recusa; à saída de um processo de descolonização que dificilmente podia ter sido menos tormentoso, condicionado como foi por pressões, quando não imposições, militares e civis, internas e externas, quantas vezes contraditórias e quase sempre inelutáveis; à saída, pois, da perda da nossa extensão colonial e dos correspondentes equilíbrios económicos; à saída do regresso de centenas de milhar de cidadãos portugueses que viviam no Ultramar, e que, tendo perdido os seus haveres, as suas ocupações, os equilíbrios e o conforto das suas vidas, se viram condenados a recomeçar a partir do desespero e do zero.

À entrada do primeiro choque petrolífero, que fez vacilar as economias mais sólidas, e de todo desarticulou as economias mais débeis. Em plena oclusão de uma irreprimível euforia multipartidária que, num repente, pulverizou a possibilidade de qualquer homogeneidade ideológica ou coesão nacional, em plena erupção de ideais utópicas por longo tempo reprimidas.

Na sequência de sucessivos governos provisórios sem controlo parlamentar, heterocondicionados por um difuso poder popular de gestação espontânea e inorganizada; na sequência de uma grave crise presidencial, com acidentes como a crise Palma Carlos, o episódio pré-insurrecional do 28 de Setembro e o falhado golpe insurrecional do 11 de Março, que levou à substituição do Presidente que havia sido objeto de legitimação revolucionária.

Na sequência também do fracassado golpe insurrecional de 25 de Novembro, que mais uma vez colocou o País à beira de uma conflagração civil; na sequência, enfim, de um clima político, militar e civil de tendencial anarquia em que chegou a ser questionada a oportunidade, se não a justificação, da eleição de uma Assembleia Constituinte, encarregada de elaborar a nova Constituição da República.

Isto para já não incluir, no rol dos sobressaltos implícitos no estado de espírito dos Constituintes, os incidentes ocorridos durante os próprios trabalhos. São por demais conhecidos e os facultativos recomendam que deixemos as cicatrizes em paz.

Retomada chegou a ser, como se sabe, a ideia anteriormente expressa, por altos responsáveis políticos, de fazer aprovar a Constituição por recurso a um referendo de contornos plebiscitários.

Estas foram as principais condicionantes político-sociais da Constituição da República, mas não as únicas. É sabido que não faltaram também condicionantes político-legais das mais diversas. Desde logo, o Programa do MFA; o Programa do Primeiro Governo Provisório; a Lei n.º 3/74, de 25 de abril, que estruturou a Constituição provisória do novo regime; os Pactos MFA-Partidos e a consequente Plataforma de Acordo Constitucional; a preponderância de um Conselho da Revolução elevado à categoria de órgão do poder político; a decorrente situação de uma dupla legitimidade constitucional — a democrática e a revolucionária. Por sobre tudo isto, a erupção de uma transitória (soube-se depois que o era!) Constituição material, entretecida de ideias, convicções e comportamentos a que o rótulo de «populares» conferia aparentes características de genuinidade e essencialidade.

Em semelhante situação, mesmo os que intuíram que não era inteiramente essa a Constituição material a captar acabaram por aceitar os imperativos dela, de preferência a terem de resignar-se a não se aprovar nenhuma. A Constituição viria, não obstante, a ser aprovada por uma maioria da raia do consenso.

É a pensar em tudo isto que compreendo o Prof. Gomes Canotilho quando coloca a questão de saber «de quantas Constituições é composta a nossa Constituição».

Porque invoco todos estes acontecimentos? Porque não encontro melhor justificação para homenagear, como devo e quero, os ilustres Deputados Constituintes, presentes e ausentes, vivos ou já falecidos, não só pelo facto de terem sido capazes de nos legar a Constituição que nos legaram, mas por terem sido capazes, em condições tão problemáticas e difíceis, de aprovar «uma» Constituição.

E não uma Constituição qualquer, mas uma Constituição que reflete o melhor do espírito de Abril e que em muitos aspetos antecipou o que viriam a ser as Constituições das nascituras democracias: um regime de democracia aberta, pluralista e pluripartidária; um Estado de Direito perfecionável a prazo; um catálogo de direitos fundamentais que foi além da própria Declaração Universal dos Direitos do Homem, esculpido, sem regresso, na própria essência da identidade nacional; um conjunto de preocupações e garantias sociais à época revolucionárias, hoje convencionais; um sistema político-organizativo que, expurgado, como logo se previu, da sua transitória componente castrense, já então se não distanciava dos padrões constitucionais europeus, e que no essencial se mantém; um sistema eleitoral que tem funcionado sem substanciais reparos, e que, mesmo depois de potencialmente flexibilizado, basicamente subsiste; um quadro judiciário de independência dos magistrados no ato de julgar para o qual não têm sido encontradas alternativas portadoras de substancial novidade; um desenho regional que viria a registar desenvolvimentos, mas não subversões.

Nasceu então perfeita a nossa Constituição? Claro que não! Disse-se que nasceu ideologicamente datada. É verdade, mas esse defeito foi corrigido na oportunidade e pela forma nela previstas.

Disse-se que nasceu por demais discursiva e programática. De igual modo, se lhe corrigiu a semântica e se lhe eliminaram ou corrigiram as mais características normas-programa.

Disse-se que nasceu economicamente situada. Também isso é verdade, foi essa uma das principais ilusões da Constituição material prefigurada, mas a sua segunda revisão recentrou-a economicamente à luz de outros sinais dos tempos, esses mesmos menos definitivos e até virtuosos do que então se julgou.

Disse-se que nasceu demasiado castrense, mas essa característica tem explicação conjuntural e foi à época da sua gestação julgada a justo título, pelas principais fontes partidárias, expressão de flexibilidade e prudência política.

Disse-se, enfim, que nasceu mais revolucionária do que democraticamente legitimada. É certo que nela coexistiram essas duas fontes legitimantes, mas não creio que a relação seja essa; no essencial, o resultado da influência revolucionária foi menos relevante e sobretudo mais provisório do que o resultado da legitimação democrática.

Tudo me impele, assim, para agradecer reconhecidamente aos Deputados Constituintes, a quem comovidamente saúdo...

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

... na pessoa de cada um, e a todos na memória dessa figura emblemática de *bonus vir* que foi o Prof. Henrique de Barros, relembrando a sua superior condução dos trabalhos. Em breve o teremos de novo entre nós, perpetuado em bronze, não vá a gratidão durar menos do que esse nobre metal.

Aplausos gerais.

Faço-o em meu nome pessoal e em representação da Assembleia da República, que, neste momento, volta episodicamente a ser constituinte, embora a título derivado. Louvo-vos a determinação, a inteligência, o equilíbrio, a correta leitura das determinantes conjunturais que vos condicionaram, sem esquecer a lucidez da previsão de que não tínheis aprovado um texto para a eternidade, e de que, no mínimo ao fim de cinco anos — se não antes, em excecionais condições — seria necessário proceder ao seu *aggiornamento*, como foi.

Assim se fez, sem sobressaltos dignos de registo. E das suas revisões se pode dizer que a atualizaram e aperfeiçoaram sem, no essencial, a descaracterizarem.

Sem prejuízo das substanciais mudanças no tecido político e no modelo económico originais, e das significativas descargas do peso ideológico e programático com que nasceu, temos hoje de reconhecer que as inovações mais significativas, no que tiveram de efetivo, e sobretudo de potencial, foram as janelas abertas aos reflexos dos tratados constitutivos da Europa Comunitária e depois da União Europeia, no sistema jurídico e constitucional português.

Preparemo-nos: foi assim e vai continuar a ser. Para a profecia de que novos limites serão impostos à soberania dos velhos Estados europeus, a benefício da crescente primazia do direito comunitário sobre o seu próprio direito, não é preciso ser profeta, basta não andar distraído. Mas essa é outra reflexão e outra história.

No dia de hoje, neste lugar que a Democracia sagrou como sua sede e perante assistência tão qualificada e tão luzida, esta modesta reflexão — embora um pouco longa, desculpem —...

Risos.

... foi, apesar de tudo, a forma que encontrei para homenagear os capitães e os Constituintes de Abril. Os primeiros restituíram-nos a Liberdade. Os segundos outorgaram-nos as tábuas da sua nova Lei.

Aplausos gerais, tendo os Deputados do PS aplaudido de pé.

O Sr. **Presidente**: — (...)

Por direito próprio, vai usar da palavra Sua Excelência o Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República Jorge Sampaio**: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Excelências, Srs. Embaixadores, permito-me saudar os Chefes de Estado que VV. Ex.as aqui representam, porque, de algum modo, senão mesmo de forma decisiva, o 25 de Abril foi também o nosso regresso à comunidade internacional.

Aplausos gerais.

Ilustres Autoridades Civis e Militares, Ilustres Convidados, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Neste dia, a que tão justamente damos o nome da Liberdade, celebramos esse valor em que assenta a nossa sociedade e que durante décadas nos foi negado. Celebramos a liberdade, conscientes de que, mais do que evocá-la, devemos praticá-la, renová-la, enraizá-la.

Neste aniversário de tão grata memória, comemoramos a democracia com a certeza de que temos constantemente de a aperfeiçoar, vivificar, aprofundar, pois é próprio dela reconhecer-se sempre imperfeita e inacabada.

Essa característica, que pode parecer uma fraqueza, é, afinal, a sua força, a sua grande superioridade. Os totalitarismos é que se julgam perfeitos, absolutos e inultrapassáveis; a democracia tem consciência de que nada está definitivamente adquirido e de que a insatisfação é o seu melhor aliado.

Olhando o caminho que percorremos desde 25 de Abril de 1974 e o muito que conseguimos avançar, fazemos um balanço largamente positivo. Esse balanço entendemo-lo, porém, como uma responsabilidade de ir mais além, de fazer mais, de fazer melhor. A história da democracia deve ser a história de uma exigência que não enfraquece, de uma vontade que não afrouxa, de uma responsabilidade que não diminui.

Sabemos que o Portugal de hoje é muito diferente, para melhor, daquele País oprimido, isolado e estagnado que a Revolução do 25 de Abril transformou, mas sabemos também que temos o dever de

tudo fazer para que os nossos filhos e netos vivam, no futuro, num País mais moderno e mais justo do que o nosso.

Por isso, o meu apelo, neste dia, é este e é simples: sejamos exigentes, sejamos insatisfeitos! Sejamos exigentes para não perder o que já alcançámos, sejamos insatisfeitos para melhorar o que ainda não está bem.

Como Presidente da República e no plano em que me coloco, que é o dos grandes objetivos nacionais, dirijo-me aos portugueses, a todos, representantes e representados, Governo e oposição, para vos dizer: recuperemos a energia da liberdade, façamos de Portugal a nossa ambição, não nos deixemos invadir pelo desânimo, nem vencer pelo fatalismo, não nos deixemos distrair pelas pequenas questões. Concentremo-nos no essencial. Quaisquer que sejam as dificuldades, a democracia contém as possibilidades de lhes dar resposta. Não nos esqueçamos que é do nosso futuro como comunidade nacional que se trata, não desistamos de ter um rumo claro, um caminho aberto, uma esperança ativa.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta sessão, por feliz decisão da Assembleia da República, que saúdo, assinalamos um quarto de século da nossa Constituição. Assinalar desta forma os 25 anos da Lei Fundamental do nosso regime democrático é, por si só, celebrar a afirmação da nossa maturidade política e da nossa capacidade de vencer divisões, sobretudo se pensarmos nas circunstâncias conturbadas em que o texto constitucional de 1976 foi elaborado e aprovado e se recordarmos as controvérsias que, a seu propósito, se geraram.

Muitos duvidaram, então, da longevidade de uma Constituição tão ideologicamente vincada. A passagem do tempo fez, porém, esbater o que nela havia porventura de mais conjuntural e deixa sobressair agora o que, sendo já essencial no texto inicial, foi capaz de suscitar o consenso da nossa comunidade e garante, por isso mesmo, a sua vigência no futuro.

Se considerarmos o tempo que decorreu desde 1976, verificamos que se desvaneceu progressivamente a tendência para a manutenção artificial de uma querela constitucional: felizmente, a Constituição deixou de ser um objeto central de controvérsia política, deixou de ser responsabilizada, seja da parte dos Governos seja das oposições, por pecados que verdadeiramente não lhe podem ser imputados.

Ao invés, consolidou-se a sua força normativa, reforçou a capacidade, que deve ser a sua, de legitimação, de integração e de consenso nacionais. Por isso, cumpre o papel para que está originariamente vocacionada: o de limitação e controlo do exercício do poder político; o da separação de poderes; o de salvaguarda e garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Na vigência da Constituição, conseguimos alcançar objetivos dificilmente tidos como possíveis há 25 anos. A consolidação do regime democrático, a integração europeia e a afirmação internacional do nosso país no concerto das nações, a modernização e o progresso económico, a generalização do acesso ao ensino e à cultura, a vitalidade das regiões autónomas e do poder local, a consciencialização ambiental constituem, sem dúvida, o valioso legado da democracia às gerações do século XXI.

Por tudo quanto a Constituição permitiu que fosse realizado durante estes 25 anos, é devida uma justa homenagem aos Deputados Constituintes de 1975. Gratamente também eu a expresso agora, aqui, em nome de Portugal.

Aplausos gerais.

É claro que o texto constitucional evoluiu significativamente desde 1976. Podemos, contudo, dizer que a Constituição é a mesma — porque nela perduram os princípios estruturantes fundamentais.

Tal como foram logo então definidos, no essencial permanecem inalterados na sua substância os mesmos vínculos materiais da Constituição à forma republicana de governo, ao Estado de Direito, ao regime democrático, ao equilíbrio, separação e interdependência entre os órgãos de soberania, ao Estado unitário com regiões autónomas e à descentralização política e administrativa.

Ao contrário do que alguns temiam, esta é também uma Constituição cujo apego a princípios e valores não impede a adaptação e a abertura às mudanças ditadas pelos novos tempos. Se dúvidas houvesse quanto a essa capacidade de renovação interna, aí estão as diferentes revisões constitucionais a dissipá-las, designadamente a de 1982 — que deu ao sistema político o cunho definitivo que ainda hoje apresenta — e a revisão de 1989, que consensualizou valores constitucionais e eliminou possíveis obstáculos a um desenvolvimento económico equilibrado.

Ao longo destes 25 anos, a Constituição demonstrou sobejamente a sua capacidade, não apenas de garantir, com sucesso, a transição para uma democracia plenamente institucionalizada, como também para dar forma ao quadro jurídico estabilizado do novo regime democrático.

A estabilidade constitucional, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é, em si mesma, e enquanto fator de integração nacional, um valor a preservar. A Constituição só desenvolve a plenitude da sua força normativa se não estiver sujeita à precaridade, transitoriedade e contingência que afetam tantas leis ordinárias. Sem pôr em causa a eventual necessidade de alterações da Constituição ditadas pelo imperativo nacional ou pelo aparecimento de novas e imprevisíveis situações, a Lei Fundamental só ganhará se for preservada de alterações supérfluas que possam ser substituídas, com vantagem, pela intervenção legítima do legislador ordinário.

Sempre que a Assembleia da República assume poderes de revisão e enquanto os respetivos processos não chegam ao seu termo, tenho mantido, e continuarei a manter, a reserva que me é exigida pela exclusividade das competências parlamentares neste domínio. Com a autoridade que essa prática de contenção me confere, permito-me, hoje, chamar a atenção para a necessidade de dar cumprimento às injunções que resultam da revisão constitucional de 1997 e que não foram deixadas à discricionariedade do legislador ordinário. A esse respeito, quero congratular-me com a disposição manifestada por esta Assembleia no sentido de dar cumprimento à norma constitucional que concede a grupos de cidadãos eleitores a faculdade de apresentarem candidaturas às autarquias locais.

Aplausos do PS e de Deputados do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nas preocupações que levaram à última revisão constitucional estava a premência de reforma do sistema político. Essas preocupações são legítimas e exigem o empenhamento de todos na superação dos bloqueios e deficiências de um sistema cujo funcionamento, sendo embora globalmente positivo, apresenta sintomas persistentes de erosão, designadamente no que se refere ao afastamento e desmotivação de tantos cidadãos.

Mas atenção: como tenho salientado em inúmeras ocasiões, a solução não estará, porventura, numa busca de soluções crispadas exclusivamente em torno de alterações constitucionais e legislativas que acabem por não corresponder, na prática, às expectativas que nelas se depositaram. É possível e necessário, no quadro institucional e constitucional vigente, aperfeiçoar e corrigir o funcionamento do sistema político. Para tanto basta, em grande parte dos casos, pura e simplesmente dar cumprimento às leis em vigor.

Na sequência do que aqui vos disse no dia da minha posse, e reportando-me à carta enviada ontem ao Sr. Presidente da Assembleia da República, gostaria de abordar, ainda que sucintamente, a questão do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais.

Há muito que este tema merece a minha atenção. Na altura própria, assumi posições públicas perante o total desfasamento da realidade que representava a anterior lei do financiamento. Mal pareceria, depois de ter vivido, como candidato, a experiência da aplicação da nova legislação, que não partilhasse convosco as minhas reflexões. Julgo que é, aliás, um dever cívico que me é imputado.

É indiscutível que a atual lei representa um progresso no sentido da contenção de certo tipo de despesas, inúteis ou sumptuárias, e de maior transparência dos financiamentos privados.

Todavia, considero que, apesar disso, se deve caminhar assumidamente no sentido do reforço do financiamento público das campanhas eleitorais, tornando-as mais independentes dos financiamentos privados.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem

O **Orador**: — Só prosseguindo esse caminho se contribui para uma verdadeira transparência da vida nacional.

É importante, neste caso, continuar o esforço legislativo iniciado e ampliar de forma ousada a reflexão em torno deste tema. Nada devemos recear: o aumento dos encargos do Estado pelo financiamento dos partidos políticos e das campanhas, consequência natural desta orientação, é um ato de coragem para qualquer democracia e corresponde a um investimento público na consolidação da mesma democracia e um contributo para o reforço da credibilidade e independência do sistema.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

Há princípios reguladores das mesmas campanhas que se tornaram obsoletos face à evolução das sociedades, embora o essencial seja a determinação dos partidos, que julgo indispensável, para pôr fim a práticas de campanha eleitoral hoje ultrapassadas, inúteis e olhadas com desconfiança por parte dos cidadãos.

Contudo, o esforço de contenção das despesas eleitorais, tão importante perante os gastos extremos a que se chegou, não pode, todavia, ser elevado a limites que condicionem a efetiva capacidade de transmissão de uma mensagem política e à própria visibilidade da campanha eleitoral.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Assumido com sobriedade, pelos partidos e pelas candidaturas, o recurso aos meios necessários e assegurada a fiscalização rigorosa das receitas e das despesas, um maior financiamento público pode vir a constituir uma acrescida e decisiva garantia de transparência, de igualdade das candidaturas e, sobretudo, de reforço da confiança dos cidadãos no sistema político.

Penso, em suma, que o valor do financiamento público atual é insuficiente e que o seu reforço, acompanhado de uma redução dos gastos eleitorais, representará uma garantia, sempre ambicionada, de maior transparência da vida política. E este é, como sabem, um objetivo fundamental por que tenho lutado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O nosso país registou, desde 1976, mudanças notáveis, um progresso e um desenvolvimento significativos. Mas há ainda muito a fazer. Todos sabemos que acontecimentos recentes trouxeram à luz do dia debilidades e carências que muitas vezes não vemos ou que muitas vezes não queremos ver. Esse País esquecido, isolado e pobre, existe e está entre nós. Não reclama apenas os nossos bons sentimentos, exige ação e solidariedade.

Aplausos do CDS-PP.

A consciência das nossas fragilidades não deve ser, no entanto, motivo de desânimo coletivo ou de retorno a um pessimismo que queremos ultrapassado.

Demonstrámos já, sobejamente, que somos capazes de realizações notáveis, que somos capazes de nos mobilizarmos por causas nacionais, que somos capazes de nos empenharmos, com sucesso, na modernização do País.

Os importantes desafios que temos de vencer não nos devem atemorizar, paralisar ou levar-nos a enterrar a cabeça na areia. Devem, pelo contrário, servir para nos consciencializarmos de que o nosso desenvolvimento é, em muitos casos, ainda frágil, de quanto de aparente pode haver na nossa modernidade. A solução não está, seguramente, numa autoflagelação gratuita ou num passar, às vezes esquisito, de responsabilidades e culpas de uns para os outros — poder local e poder central, governo e oposições, Estado e sociedade.

A lição que temos de reter é simples e julgo ser esta: os problemas não se resolvem com meras proclamações nem com voluntarismo, resolvem-se com estudo, trabalho metódico, eficácia, com solidariedade, com coesão económica e social. Há que desenvolver, a todos os níveis — e eu, como sempre, assumo integralmente a responsabilidade que compete ao Presidente da República —, uma cultura de exigência e de rigor, de prestação de contas, de responsabilização, de avaliação de resultados. E, quando é esse o caso, há que pôr em movimento o mecanismo de sanção do desleixo, da negligência, da incompetência, da irresponsabilidade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — O Estado de Direito é um Estado em que o império da lei é posto ao serviço da proteção da dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais dos cidadãos. Temos, porém, de acabar com a atitude que leva a reivindicar — e ainda bem! — os nossos direitos, mas a não querer assumir — e ainda mal! — nenhum dever para com os outros e a comunidade.

Portugueses, na passagem do aniversário do 25 de Abril de 1974 e nos 25 anos da Constituição, quero saudar calorosamente os militares de Abril e renovar-lhes, como sempre, o nosso testemunho de reconhecimento e de homenagem.

Aplausos gerais.

Não esquecemos a sua coragem e a sua generosidade!

Foi a aprovação e a atualização da Constituição do Estado de Direito que consagrou os principais desígnios originários do Movimento das Forças Armadas e a adequada integração das Forças Armadas no regime democrático.

É nessa linha que elas colaboram em missões de proteção civil e de satisfação de necessidades básicas das populações, é nessa linha que cooperam na satisfação dos compromissos internacionais do Estado Português e que participam em missões humanitárias de cooperação e de paz que dão, na atualidade, uma nova dimensão à proteção internacional dos direitos do homem e ao progresso das instituições democráticas.

Essa participação em missões internacionais representa um desígnio nacional e contribui para a nossa afirmação externa. Os militares dos três ramos das Forças Armadas têm cumprido essas missões com profissionalismo, competência e coragem, prestigiando o nome de Portugal e a instituição e a que pertencem.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Cabe-nos agora participar no debate sobre os caminhos, as responsabilidades e os novos desafios que o futuro coloca à Defesa Nacional e às Forças Armadas portuguesas. Por isso, não me tenho cansado de referir a necessidade de as modernizarmos e reequiparmos...

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — ... com vista a ultrapassar insuficiências e a adequar os meios existentes às necessidades. Sabemos que este processo tem de ser gradual e terá necessariamente de ter em conta as prioridades e os condicionalismos financeiros globais da ação do Estado. Todavia, é indispensável que as nossas Forças Armadas possuam elevados padrões de proficiência num contexto modernizado.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Para a reforma estrutural das Forças Armadas é necessário o empenhamento responsável de todos os níveis de decisão, orientado por uma visão global da Defesa Nacional. Só assim se chegará verdadeiramente à racionalização, à valorização e à otimização dos recursos existentes. Este é, julgo, o tempo certo para o fazer.

A Assembleia da República vai apreciar brevemente alterações legislativas de importância fundamental para as nossas Forças Armadas e para a nossa política de Defesa Nacional. Refiro-me a diplomas relativos ao envolvimento de forças portuguesas no estrangeiro, à programação militar, às bases de organização das Forças Armadas e ao exercício de direitos fundamentais por parte dos militares.

Como Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, cumpre-me assinalar a importância destes instrumentos legislativos e também manifestar o desejo de que a sua aprovação assente num consenso nacional duradouro quanto às orientações e aos objetivos estratégicos da política de defesa.

Temos feito, nos últimos anos, um esforço de adaptação e atualização de conceitos e de normas, procurando responder às profundas transformações entretanto ocorridas no plano internacional e no plano interno. É necessário que esse esforço seja acompanhado de um debate nacional em torno das novas definições e atualizações estratégicas que, como todos reconhecem, são indispensáveis às exigências de um novo ciclo internacional. Este é um imperativo nacional e uma responsabilidade de cidadania.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Decorreram já mais de 18 anos desde a aprovação da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas. É tempo e há condições, agora, para retirarmos as devidas lições da vigência de uma lei aprovada num contexto político datado, marcado por polémicas conjunturais e pela controvérsia sobre a natureza do sistema político a construir após o período de transição constitucional.

Na última revisão da Constituição, a Assembleia da República deu o devido relevo à participação portuguesa nas missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faz parte. Julgo que importa agora, numa altura em que o Parlamento debate o acompanhamento de tais missões, dar a justa importância ao enquadramento jurídico e ao papel que nelas deve caber aos diferentes órgãos de soberania. A discussão em curso poderá ser uma ocasião excelente para uma clarificação de papéis e de responsabilidades, sem que para isso seja necessária qualquer revisão constitucional.

Nessa revisão de 1997, foi decidido ainda, por unanimidade, conferir uma representatividade mais alargada à composição do Conselho Superior de Defesa Nacional. Penso ser também esta a ocasião oportuna para, dando cumprimento à decisão constituinte, se proceder a uma reflexão sobre a natureza, a composição e as funções de um órgão relativamente ao qual é possível, agora, depois de quase duas décadas de funcionamento, ter um juízo sereno assente na experiência.

A política de Defesa Nacional e a organização e disciplina das Forças Armadas são pilares essenciais de um Estado democrático. Aos Srs. Deputados incumbe um papel fundamental e insubstituível na adequação e atualização da definição conceptual estratégica e do quadro legislativo em que elas assentam. Estou certo de que a Assembleia da República me acompanha neste conjunto de preocupações.

Portugueses, nos próximos 25 anos, o nosso país continuará a conhecer grandes transformações e vai ter de vencer muitos e exigentes desafios. Algumas dessas transformações são imprevisíveis, outras resultarão de tendências que já hoje estão presentes na nossa sociedade e que devemos analisar.

A diminuição da taxa de natalidade, conjugada com o aumento da expectativa de vida, significa que teremos uma população cada vez menor e cada vez mais envelhecida. Ambas estas tendências não são só portuguesas, são comuns à generalidade dos países europeus e não podem deixar de nos preocupar. Neste quadro, a elevação dos níveis de desenvolvimento vai passar pelo aumento da imigração e exige uma significativa subida da produtividade.

Se a imigração permite o crescimento económico em extensão, só o aumento da produtividade aumenta a riqueza que cada um de nós produz. Sendo certo que é difícil aumentar a produtividade a um ritmo tal que dispense a imigração, também sabemos que o acréscimo da imigração não aumenta, só por si, o rendimento individual. Para aumentarmos esse rendimento, temos de aumentar a produtividade.

Este aumento deverá ser um objetivo permanente nos próximos 25 anos, por exemplo. Políticos, empresários, sindicalistas, universitários, todos os cidadãos terão de se perguntar, a cada instante, com realismo e com sinceridade: como produzir o mesmo com menos gasto de trabalho, de capital, de matérias-primas, com menos desgaste da natureza? Como produzir mais com o mesmo dispêndio de fatores de produção? Como conter a despesa pública sem sacrificar a qualidade dos serviços?

Por outro lado, o aumento da imigração pode constituir um fator de tensão social. Assim poderá acontecer se não soubermos ou não quisermos proporcionar aos imigrantes condições de integração na nossa sociedade.

O Sr. **José Barros Moura** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — As dificuldades da integração estão a pôr-se para muitos imigrantes vindos da Europa de Leste, e são notórias, aliás, numa parte da segunda geração de imigrantes de origem africana.

Se, esquecendo as nossas responsabilidades morais de país de emigração — que, aliás, continuaremos a ser —, não resolvermos a integração dos imigrantes, estaremos a criar problemas sociais melindrosos. Perante as novas condições, o nosso dever passa agora por uma política de acolhimento que, desde o momento da chegada, permita assegurar condições de integração. O apoio ao ensino do português, a informação sobre a legislação portuguesa e a divulgação de um quadro de direitos, mas também de deveres, a que os imigrantes estão obrigados são os melhores caminhos para prevenir futuros fenómenos de exclusão social.

Temos de ganhar consciência de que a nossa sociedade está em permanente transformação e de que essa transformação gera, por si só, instabilidade. Devemos preparar-nos para respondermos às

mudanças das relações sociais, procurando novos pontos de equilíbrio e tendo sempre em vista assegurar, em termos modernos, a coesão social.

Assim, é preciso encarar a família de uma forma nova, sabendo que é hoje um modelo em profunda evolução. Só assim ela poderá continuar a ser o primeiro fator de integração social. Temos de melhorar a escola, que é, depois da família, o mais forte fator de integração. Temos de estimular a vida associativa, fonte de enriquecimento pessoal e de dinamização social.

Só reforçando a integração social e a coesão nacional estaremos em boas condições para enfrentar as consequências de um panorama internacional e europeu que se afigura tão cheio de promessas como pleno de riscos.

Esses riscos derivam de fenómenos como sejam: o aumento das desigualdades entre ricos e pobres, que mina a coesão de tantas sociedades, gerando instabilidade, violência e conflitualidade; a SIDA e outras epidemias; as agressões contra o ambiente e a dificuldade da comunidade internacional em concertar medidas para as conter, postas recentemente em evidência pela grande controvérsia em torno do protocolo de Quioto; o crime organizado e globalizado, como o tráfico de drogas e, agora, também, de seres humanos; fenómenos como a multiplicação de conflitos de base étnica e religiosa, os fundamentalismos religiosos, de que o Afeganistão recentemente nos deu um terrível exemplo; e a ausência de regulação do mercado mundial de capitais.

Eis uma lista de ameaças, dita por alguém que é otimista, a lembrar-nos que passámos de um mundo de Guerra Fria, assente no equilíbrio do terror, para um tempo de incerteza e instabilidade, em que, aos valores da democracia, se opõem não tanto as ideologias de cariz totalitário, caídas em descrédito, como o espectro da ingovernabilidade e anarquia em largas zonas do mundo. Devemos tudo fazer, perante ele, mesmo que seja dando apenas pequenos passos, para aumentar a segurança e a paz da humanidade, até porque, num mundo globalizado, os problemas dos outros rapidamente se tornam problemas nossos.

Neste sentido, o aprofundamento e o alargamento da União Europeia devem ser assumidos como um insubstituível fator de estabilidade, de paz e de desenvolvimento, que particularmente nos responsabiliza e também desafia. Devemos dar a nossa melhor contribuição para esse processo, valorizando, ao mesmo tempo, a nossa vocação universalista e os laços que nos unem aos países lusófonos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como não me tenho cansado de dizer, a resposta aos desafios que enfrentaremos nos próximos anos resume-se numa brevíssima palavra: educação. Só a educação nos permitirá ter voz e estar presente numa Europa e num mundo em mudança permanente.

A educação é condição indispensável para melhorar a qualidade da política, para reformar a Administração Pública, para aumentar a competitividade das empresas, para assegurar a reforma da segurança social, para vencer os desafios da integração europeia e da globalização. Sem mais e melhor educação não entraremos plenamente na sociedade da informação, não aumentaremos a produtividade, não nos tornaremos suficientemente competitivos. Da educação depende muito o civismo, a vivência da liberdade e a realização da democracia. Considero, por isso, que nunca será demais frisar, neste Dia da Liberdade, a sua decisiva importância.

Os avanços que fizemos nos últimos anos não devem iludir-nos sobre o muito que há a fazer nas escolas portuguesas, nos laboratórios, nos centros de investigação, nas empresas. É claro que o ponto de que partimos, em 1974, era muito diferente daquele em que estavam os outros países da Europa ocidental. Essa é, verdadeiramente, a mais terrível, a mais persistente, a mais pesada herança da ditadura.

O acesso à educação condiciona a nossa capacidade de compreender e interpretar o mundo, de fazer escolhas e de exercer a cidadania. Numa sociedade em que o acesso à informação se generaliza, é preciso que a educação ensine a organizar, a escolher, a exercer o espírito crítico e o livre exame. Não podemos aceitar a inevitabilidade de uma sociedade amorfa, conformista, indiferente, em que a competição, o individualismo e o lucro sejam os únicos valores dominantes.

É necessário desenvolver, desde o ensino pré-primário, a capacidade de cooperar, de assumir atitudes solidárias, de eleger valores. Nunca será demais sublinhar a importância da educação para a leitura, da educação científica, da educação ambiental e patrimonial, da educação para a comunicação social, para a prevenção rodoviária, para a adoção de estilos de vida saudáveis, para a solidariedade internacional.

Sou a favor de uma escola de exigência, de responsabilidade e de disciplina, uma escola de cidadania, que dê consciência dos direitos, mas também dos deveres. Acredito que vamos ser capazes de vencer decisivamente o desafio educativo, porque, felizmente, a educação começa a ser olhada como uma responsabilidade social de todos nós.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No último quarto de século vencemos desafios tão difíceis como aqueles que temos pela frente nos próximos 25 anos. Vencemo-los porque a Constituição de 1976, que institucionalizou a democracia e o Estado de Direito em Portugal, se tornou num fator de coesão.

Foi a Constituição republicana e democrática que permitiu a organização livre dos portugueses e o desenvolvimento da democracia, que tem permitido compatibilizar a solidariedade com a competitividade, a única forma socialmente útil de criar riqueza.

Foi a democracia instituída pela Constituição que possibilitou a nossa entrada na União Europeia, que deu sentido ao esforço nacional graças ao qual fomos fundadores do euro e permitiu a Portugal reafirmar, uma vez mais, o seu lugar no mundo.

É a democracia que tem permitido mobilizar a energia criadora dos portugueses para que se cumpra o sonho trazido pelo 25 de Abril.

É a democracia que permite reforçar e atualizar os laços entre os portugueses que vivem e trabalham em Portugal e os que vivem e labutam nas sete partidas do mundo, assegurando a sua participação na vida coletiva.

Foi a democracia que nos permitiu dar passos decisivos no sentido da igualdade entre mulheres e homens, que nos deu o impulso para combatermos a exclusão, as assimetrias, as discriminações.

Foi a democracia que nos permitiu consolidar o Estado laico, a liberdade religiosa e também a liberdade de não ter religião.

Foi a democracia que propiciou a criação de um clima estável de convivência cívica e de tolerância.

Será a Constituição republicana e democrática que permitirá, nos próximos 25 anos, enfrentar e vencer os desafios de hoje e os que surgirão amanhã.

Será a democracia — uma democracia mais participada — que, no próximo quarto de século, permitirá manter a unidade dos portugueses na sua diversidade.

Será a democracia — uma democracia mais dinâmica — que nos possibilitará continuar a vencer os desafios da integração europeia.

Será a democracia — uma democracia mais sólida — que, no próximo quarto de século, harmonizará a solidariedade social e a defesa do ambiente, com o necessário aumento da competitividade económica e da modernização.

Será a democracia — uma democracia mais aprofundada — que nos permitirá ter uma sociedade mais aberta, um País mais descentralizado, um território mais ordenado, um poder local mais renovado.

Será a democracia — uma democracia mais transparente — que atrairá mais jovens para o serviço público e que reforçará o prestígio das instituições e a sua indeclinável ligação aos cidadãos.

Será a democracia — uma democracia mais moderna — que criará melhores condições para a afirmação da nossa comunidade científica e dos nossos criadores culturais.

Será a democracia — uma democracia do século XXI — que nos fará sentir a todos mais cidadãos, mais participantes, mais responsáveis e também mais livres.

Por isso, dirijo-me aos portugueses, para vos dizer: não esqueçamos que está nas nossas mãos fazer com que as gerações futuras nos olhem como os portugueses que, com sabedoria e esforço, foram capazes de vencer as dificuldades e construir um novo Portugal — o Portugal do 25 de Abril. Essa honra de amanhã é a nossa responsabilidade de hoje. Lutemos, pois, em conjunto, por mais e melhor democracia; lutemos por uma democracia de cidadãos e por uma República de mulheres e de homens livres!

Viva a Liberdade!

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Esta sessão memorável chegou ao fim; que Abril não chegue nunca!

Srs. Deputados, declaro encerrada a sessão.

2002

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, declaro aberta a sessão.

Cumprimento, em nome da Assembleia, o Sr. Presidente da República, as Autoridades presentes, o Governo e as Sr.as e Srs. Deputados.

Conforme está estabelecido, nesta Sessão Solene Comemorativa do XXVIII Aniversário do 25 de Abril e da Abertura da IX Legislatura todos os partidos políticos com assento parlamentar usarão da palavra, cada um dispondo de 10 minutos.

Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes», tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

A Sr.ª **Isabel Castro** (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente da República de Cabo Verde, Pedro Pires, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

25 de Abril, o dia que foi «A madrugada que eu esperava, o dia inicial, inteiro e limpo», nas palavras eternamente luminosas de Sophia. O dia de que só se pode falar sem dececionar as palavras, sem permitir que a mentira lhes roube a pureza, a luz, a brancura, a alegria inicial.

O 25 de Abril, o dia que não surgiu, porém, como pretendem os usurpadores da História, do acaso ou de um acidente, mas da resistência, da insubmissão, da luta de mulheres e de homens contra a guerra, a injustiça, o atraso, contra a ditadura. Uma ditadura mesquinha, puritana e rural, que amordaçou a palavra, cerceou vontades e consciências, decretou o medo, condenando gerações ao silêncio, ao exílio e à guerra, e que foi adiando, num país suspenso, a história, o futuro, o destino.

Abril, o 25 de Abril, a liberdade feita dia, num tempo novo, em que a mais velha ditadura da Europa, repartida por África e pela Ásia, soçobrava finalmente.

O 25 de Abril, o dia da liberdade de um povo, o povo português, que foi a liberdade de vários povos.

Do povo de Cabo Verde (que, através do seu Presidente, quero aqui saudar), mas também do povo da Guiné-Bissau, de Moçambique, de Angola, de S. Tomé e Príncipe, do povo de Timor-Leste.

Povos cujo destino se cruzou, em Abril, num Portugal libertado, no fim de longos anos inúteis de ódio, de colonialismo, de guerra.

Povos irmãos, a que se junta agora o povo angolano, tantos anos volvidos da sua independência, reencontrada finalmente a esperança nos caminhos da paz.

Povos «juntos separados», de que falava Eduardo Lourenço, que cumprem, depois de heroica resistência, história e destino, ao assumir a sua independência, como dentro de dias Timor Loro Sae o fará, tornando-se na mais jovem democracia do planeta e do século XXI.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Abril, o 25 de Abril, que foi na liberdade tempo de reencontro, connosco, no presente e no futuro. Reencontro que simbolizou o nosso regresso ao ponto de partida. Regresso de um povo moldado por uma cultura de mestiçagem. Povo, dos «primeiros exilados da Europa e seus medianeiros da universalidade», como nos diz Eduardo Lourenço, habituado a outro modo de olhar e de ser olhado pelo outro e pelo mundo, numa longa história de errância, tecida na viagem, na deriva, no exílio.

Abril, ainda, o tempo de abertura à comunidade internacional, tempo de despertar para os desafios globais do mundo, de adesão entusiasta a um património civilizacional de direitos humanos, que tomámos nas nossas mãos, procurando dar-lhe corpo e sentido.

Srs. Presidentes e Srs. Deputados, é precisamente em nome desse dia, o 25 de Abril, e de uma memória que se não rende que importa falar.

Abril, na nossa sociedade, ainda por fazer viver no quotidiano de muitos, mas sobretudo no quotidiano dos mais discriminados, dos mais ostracizados, dos mais fragilizados, daqueles cujos direitos se encontram hoje particularmente ameaçados, daqueles para os quais a privação de direitos fundamentais conduz à negação da sua dignidade como pessoa humana, à limitação da sua liberdade, à recusa de um estatuto de cidadania.

A responsabilidade de dar corpo aos direitos humanos é coletiva, mas dela nem o Estado nem os Governos se podem, em caso algum, como alguns pretendem hoje, alienar. Antes reclama, sem adiamentos, a responsabilidade clara para: prevenir a doença e garantir o acesso à saúde; combater a pobreza, assegurar a proteção e prevenir a exclusão social; erradicar o analfabetismo e as periferias dos guetos geográficos ou sociais onde se abriga; garantir os direitos das minorias e as suas identidades; defender as línguas como elo privilegiado de cultura; eliminar todas as formas de discriminação; preservar os patrimónios (ambiental, cultural, genético); garantir a justiça e assegurar uma sociedade inclusiva; incentivar um sentido de responsabilização perante a comunidade e perante as gerações vindouras; por fim, dar dignidade cultural ao futuro.

Tarefas são fundamentais no País que em poucas décadas transpôs, a um ritmo por vezes rápido, é certo, muitos dos seus atrasos e deficiências estruturais, mas que paradoxalmente se revelou totalmente incapaz de reduzir o fosso entre ricos e pobres ou de suster a degradação ambiental. O País no qual se desenha hoje, tempo de novas avidezes, a tendência cada vez mais forte de desresponsabilização do dever de cuidar de serviços e de bens patrimoniais que são suporte de vida, deveres que, por isso, em exclusivo devem ao Estado, em primeiro lugar, competir.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Ameaças novas em Abril que ensombram o futuro e às quais se juntam, neste tempo e neste espaço que habitamos, novas perplexidades no mundo. Fenómenos que é nosso dever saber interpretar nos seus sinais mais inquietantes e profundos.

Ameaças visíveis na vaga de choque que está a atravessar toda a Europa. Ameaças que têm feito emergir e subir ao poder forças e partidos racistas, xenófobos e totalitários. Ameaças neste tempo, em que a geografia da fome, da guerra, dos conflitos étnicos e religiosos, da destruição ambiental, da desigualdade nas trocas e do abismal fosso entre povos e regiões se acentua à escala planetária. Ameaças resultantes de uma mundialização da economia e de uma desregulação dos mercados, que, ao multiplicar-se, tem provocado uma crise global de valores, uma crise ambiental e social que atinge o já frágil tecido de cada país, impondo novos fluxos migratórias, tendo também gerado novas formas de exclusão, de rejeição, de escravatura.

Ameaças, Srs. Deputados, que reclamam um combate que não passa pela reprodução das desigualdades, nem pela democratização segregadora na escola, que não passa pelo desrespeito dos direitos humanos e a sua redução à mera condição de objetos provisórios, temporários ou em trânsito, que

não passa por atitudes de suspeição, de incitamento à violência e ao ódio contra imigrantes escondidas sob mensagens securitárias, em todo o caso racistas e xenófobas.

Ameaças, contudo, neste tempo tão complexo em que vivemos, de brutal desordem e globalização, que nos obrigam, enquanto membros deste Parlamento, a refletir.

A refletir, Sr. Presidente e Srs. Deputados, hoje, em 25 de Abril, hoje, na abertura solene de uma nova Legislatura, sobre os próprios limites da intervenção que, neste quadro, temos. Ameaças que nos obrigam a questionar a capacidade dos sistemas políticos em geral, a refletir sobre a desregulamentação dos mercados e a desordem social, económica, cultural e política por ela provocadas, que suscitam a necessidade de quebrar a rigidez do espaço político institucional e de procurar encontrar novas fórmulas alternativas e diversificadas para a reflexão, para o envolvimento dos cidadãos, para a busca de caminhos alternativos, para o futuro do planeta.

A exigência que, em nome do direito à memória e do combate ao esquecimento, em Abril, nos mobiliza contra aqueles para quem o holocausto não foi mais do que um pormenor da História. A responsabilidade que nos impõe a capacidade de recuperar o sentido da solidariedade perdida. A necessidade de sustentar causas, erguer vozes, acreditar que a justiça não vem de mecenas, mas é uma construção nossa, de mulheres e homens, uma construção em que todos queremos participar.

O rasgo de interpretar os desafios contemporâneos da solidariedade, da responsabilidade, da cidadania. A centelha de, em torno de valores civilizacionais que são património da humanidade e que estão hoje ameaçados, saber encontrar, na diversidade, espaços de convergência para a sua defesa.

Vontades convergentes, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, dentro e fora deste espaço, daqueles que em Abril, e por Abril, se reencontraram, daqueles que acreditam que só uma mundividência assente na valorização da pessoa humana, na dignidade e na liberdade, que só o valor da fraternidade e da solidariedade entre os povos, que só o respeito pela natureza e pelas suas diversidades, que só a responsabilização, poderão, com respeito pelos direitos de cada indivíduo, contribuir de modo emancipador para a paz, para o desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente equilibrado, um desenvolvimento com o qual os cidadãos se identifiquem.

É, pois, Sr. Presidente e Srs. Deputados, na certeza de que, no fundo, só no 25 de Abril e no seu espírito libertador nos poderemos reencontrar, que hoje dizemos: Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Em representação do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Demais Autoridades, Sr.as e Srs. Deputados, Ilustres Convidados:

No dia da liberdade, a saudação vinculativa aos militares de Abril que puseram em letra de História as páginas da resistência à ditadura fascista e colonial que amarfanhou o povo português e outros povos.

Essa irrupção do futuro trouxe conquistas políticas e sociais inapagáveis, devolveu-nos a identidade sem exílios, a diferença sem censuras, a maioridade sem patriarcas do terror, a Constituição de 1976 como pedra-de-toque da democracia política e social. Mas não esqueçamos que de ano em ano se arrasta a indiferença, a mesquinhez, o trato inóspito aos militares de Abril, que viram afetadas as suas carreiras por dedicarem a responsabilidade ao regime democrático. Parece que por aqui a hierarquia dos valores não se compagina com a hierarquia do castro.

No 25 de Abril de 2002, olhamos o horizonte de Timor Loro Sae com a alegria e a irrequietude de quem colhe o valor sofrido das causas com sentido, de uma História que tem sentido, de uma trama de progresso materialmente realizável. Timor, um Estado conquistado pelo seu povo à geopolítica imperial, às armas da dominação e, sobretudo, ao fatalismo realista.

Porém, e com o mesmo tipo de solidariedade que apenas endossámos a Timor, livre por si próprio, somos convocados para onde todos os demónios se cruzam: a Palestina. Um povo sem o tempo e o espaço para um caminho próprio, a denegação de direitos, a consumação do degredo, a política do massacre, a fratura dos ódios que emergem, a partir da Palestina arrasada, a uma larga parte do mundo.

As «Jenins» do nosso quotidiano não mostram apenas o terror de um governo psicopata, de um Sharon que deveria ser julgado num tribunal internacional, mostram a inanidade da comunidade das nações, denunciam que Kofi Annan está a falar sozinho, que a superpotência Estados Unidos da América não faz outra coisa que a política da sua conveniência.

O alegado combate ao terrorismo mostra que tem perna curta, que esbarra com o petrodólar, com o jogo de apoios, com os *lobbies* internos da «bushlândia». A Europa só dá «ais», o cinismo prepondera. Que é feito do Direito Internacional? Que pós-guerras é este que é a pré-guerra?

Não chega a condenação moral. Portugal, como junta a sua voz para a paz, a distensão, o contrato entre os Estados e os povos? Palestina e Israel, dois povos, dois Estados, é um objetivo primacial pelo fim da tragédia, pela eliminação dos demónios deixados à solta na cena global que tem por teatro o planeta.

O Primeiro-Ministro de Portugal falou recentemente dos riscos desta espiral de violência e da zona crítica do Médio Oriente, invocou os factos, até para a respeitabilidade do sufrágio. O Primeiro--Ministro não tem feito ouvir suficientemente a sua voz no concerto das nações. Pode invocar-se que o som da voz do Governo português pode ser de baixa intensidade na atual lógica do império, mas isso não o furta à responsabilidade, muito menos atrás do biombo de sombras que é a PESC da União Europeia.

Com Timor tivemos a intimidade da História, com a Palestina de hoje temos a necessidade da história. Uns e outros vencerão!

Quando perscrutamos o 25 de Abril e as condições da democracia vemos que as escolhas não são inócuas. Quando as democracias se militarizam e se securizam são as liberdades públicas que pagam. As chamadas «ameaças difusas» têm origem em políticas que as criam. As opiniões públicas exigem crescentemente que as democracias sejam fortes e que a paz avance no respeito dos direitos dos povos e se feche, por esta via, a caixa de Pandora de todos os terrores.

Sr. Presidente, lutamos por uma sociedade inclusiva — esse é um patamar debruado na Constituição de Abril. No espaço de uma geração, Portugal deixou de ser apenas povo de emigração para passar a acolher imigrantes. Reconheçamos que a política de imigração passou a ser uma política estrutural para a democracia. Ainda não a temos.

Os imigrantes são necessários ao desenvolvimento, mas são segregados nas leis do trabalho, nas condições de permanência, no reagrupamento familiar, no acesso à habitação. Preocupantemente, são empurrados para guetos, são vítimas de patrões sem escrúpulos e de redes de extorsão. O desenraizamento das segundas gerações não merece medidas de integração no respeito pela multiculturalidade.

Não há quem não queira regular os fluxos de imigração; contudo não se pode ter uma atitude de discriminação legal, material e social destes cidadãos, que não são nem descartáveis, nem supletivos, que não podem ser vistos com suspeita xenófoba.

É lamentável que o Programa do Governo português não tente inverter esta situação, não procure ter uma política integradora, fale de imigração qualificada e associe a imigração à política de segurança interna. Ponhamos os olhos na Europa, em especial na França, e compreendemos que a emergência do racismo e da xenofobia, trazendo consigo o carro do neofascismo, foi longamente adubada pelos poderes públicos, pela falta de integração, pelo estado de suspeita e de desconfiança a que se votaram cidadãos outros.

As políticas liberais deixaram ao mercado, sem qualquer intervenção social, a desregulação, abrem espaço à explosão da extrema-direita e criam o caldo de cultura do populismo.

Somos todos, de uma maneira ou de outra, filhos e netos de emigrantes. A democracia mostra a sua força na prática da inclusão. A sementeira dos excluídos, imigrantes ou nacionais, é a próxima colheita da abstenção, da fratura social, das disrupções de várias ordens.

Afirmações do género de que muitos dos excluídos «não querem trabalhar» revelam-se de lucro eleitoral mortífero, mas não resolvem os problemas e fazem-nos pensar na similitude com discursos populistas e reacionários que ouvimos fora de muros.

Agora mesmo, as escolhas para as condições da democracia não são neutras, e muito menos unânimes. Só por ingenuidade pode pensar-se que o papel do Estado nas suas responsabilidades sociais não tem implicações no exercício dos direitos democráticos. Uma democracia com serviços públicos fortes e modernos na educação, na saúde, na proteção social, é uma democracia abrangente. O emagrecimento do Estado nestas áreas traz-nos o «privatismo» das desigualdades, uma democracia cada vez mais dualista.

O mesmo se pode dizer sobre um sistema fiscal progressivo, aquele que tem inspiração constitucional e que, como disse o primeiro magistrado da nação, deveria ser um sistema onde quem mais ganha mais pague. Essa é uma das primeiras condições da democracia.

Um sistema judicial que promova a cidadania e a efetividade dos direitos é pendularmente outro requisito de uma democracia vivida e vivaz. Os direitos do trabalho são medida da liberdade.

Sr. Presidente, o Bloco de Esquerda não tem a cor púrpura de um certo romantismo, mas bate-se por valores, ideais e causas, desafia a lógica de interesses dominantes que vêm comandando

governações. Por isso valorizamos a generosidade de Abril e lutaremos pela intencionalidade das mudanças democráticas que um tempo europeu já exige.

E valorizamos com a mesma generosidade, com a mesma textura e com o mesmo sentimento feito carne que teve Jorge de Sena quando, referindo-se ao 25 de Abril, disse: «Da prisão negra em que estavas/a porta abriu-se p'rá rua./Já sem algemas escravas,/igual à cor que sonhavas,/vais vestida de estar nua.» — a liberdade.

Aplausos do BE, do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente da República de Cabo Verde, Sr. Primeiro-Ministro e Demais Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr.as Deputadas e Srs. Deputados, Ilustres Capitães de Abril aqui presentes, Sr.as e Srs. Convidados:

Faz hoje 28 anos que as ruas se inundaram de uma torrente de povo.

Foi uma alegria imensa, o explodir de emoções, de lágrimas de felicidade, de encontros e desencontros na vitória sobre o fascismo que nos oprimia, como povo e como Pátria.

Foi um mar de liberdade, um convergir de vontades para construir um mundo novo de progresso e de riqueza, de educação e de cultura, de participação e de igualdade, de dignidade e de luta, de justiça e de solidariedade.

E foi assim que, em Abril, acabou uma guerra injusta e cruel, sem sentido, mas que, apesar de tudo, nunca conseguiu separar povos; antes, os uniu para vencerem o colonialismo opressor, inimigo comum.

E foi assim que, em Abril, se quebraram as grilhetas das prisões e das censuras e se ganharam as liberdades.

E foi assim que, por maio dentro, se foram construindo as pontes para um futuro melhor, conquistando direitos que são nossos, de trabalhadores e de atores da transformação económica, da evolução social e humana.

Foi assim há 28 anos.

E é por tudo isto, e também por tudo o mais que não consigo dizer porque a tanto me não ajuda o engenho nem a arte, que para nós, para o PCP, não é mero formalismo nem retórica homenagear, cada ano, cada dia que passa, os que mais fizeram para que em 1974 Portugal vivesse essa explosão de liberdade.

Por isso, homenageamos os capitães de Abril, homens fardados com o orgulho de uma nação, que num ato de coragem sublime reencontraram os caminhos da dignidade coletiva, marcando a ouro páginas, das mais brilhantes, de uma história de nove séculos.

Aplausos do PCP e de alguns Deputados do PSD e do PS.

Por isso, Senhoras e Senhores, homenageamos milhares de homens e mulheres resistentes, com e sem partido, que, ao longo da noite opressora, muitas vezes com o sacrifício supremo da própria vida, venceram o combate pela liberdade.

Por isso, homenageamos também o nosso povo e os povos dos países de expressão portuguesa, povos oprimidos, subjugados e perseguidos — a quem saúdo através da presença nesta sessão do Sr. Presidente Pedro Pires —, de Cabo Verde a Timor. Povos subjugados e oprimidos durante anos e anos de obscurantismo e de fascismo, mas que foram capazes de gerar e de inspirar a mão e a ação de tantos heróis resistentes, de tantos capitães soldados.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Tudo isto aconteceu. O fascismo e a opressão brutais. A resistência e a luta heroicas. A explosão de liberdade e a luta pela democracia intensas e sentidas.

É preciso dizer que tudo isto acorda e emociona a memória de muitos, daqueles que assistiram e participaram, mas não faz vibrar quem não viveu e quer saber e conhecer para poder inovar e voltar a gerar emoções.

Por isso é preciso que saibam que o fascismo existiu. E que a liberdade e a democracia, bens preciosos como o ar que respiramos, nem sempre existiram, não são sequer irreversíveis. E é preciso que saibam que havia a PIDE. E a Censura. E a Legião. E a Mocidade Portuguesa.

E também é preciso dizer que muito do que depois aconteceu, e agora acontece, nada tem a ver com Abril e o seu espírito, nada tem a ver com o património de dignidade e justiça social que é perfume dos cravos de Abril.

E por isso, todos, os que viveram e os que querem saber e vão conhecendo para poder recriar, querem retomar e prosseguir a esperança que «Abril abriu». Sabem que a discriminação, a xenofobia e o racismo são a negação de Abril; sabem que o trabalho precário e sem direitos, de sol a sol, aos domingos, sem contrato nem segurança social, com salários indignos da condição humana, não são fruto de Abril; sabem que as desigualdades e as injustiças na distribuição da riqueza, as pensões de miséria, a pobreza e a exclusão, a discriminação das mulheres e dos jovens, das minorias e dos deficientes não fazem parte do património de Abril; sabem que a educação e a cultura são direitos públicos conquistados em Abril, que não podem ser mitigados por critérios de acesso mercantilistas que condenam à exclusão e põem à porta da escola milhares de rapazes e de raparigas; sabem que a paz e o respeito pelos povos, pela sua autonomia e independência são exemplo e legado de Abril.

Mas nem Abril nem Maio aceitarão o regresso do autoritarismo, venha ele como vier, tenha ele o rosto que tiver!

Por isso nos espanta — e não aceitamos — que haja quem, depois de Abril, queira de novo lançar o trabalho no 1.º de Maio, no Dia do Trabalhador, obrigando quem não tem contrato nem vínculo a servir a voracidade de lucro dos «Continentes» desta terra!

E por isso recusamos o horror em Ramallah e os massacres de Jenin e não aceitamos que se cerque um povo e se pretenda expulsá-lo da sua própria terra!

E por isso dizemos «não» à globalização grávida de um neoliberalismo que oprime povos, rouba recursos, remete a maioria para a pobreza e para a exclusão, para um futuro sem sentido e sem valores,

para um oceano de insegurança e de precariedade, caldo de cultura para os «Le Pen» deste mundo, falem eles a língua que falarem, estejam eles onde estiverem! A tudo isto dizemos «não»!

E porque Abril a isto tudo disse «não», repetimos hoje e agora: Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

Aplausos do PCP, do BE, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Em representação do Grupo Parlamentar do Centro Democrático Social--Partido Popular, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Duque.

O Sr. **Luís Duque** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Deputados, Ilustres Convidados:

Estas comemorações do 25 de Abril ocorrem num momento particular.

Portugal vive uma alteração de ciclo político — possível e saudável pela democracia — e confronta--se com novos problemas de um mundo em permanente e rápida mutação.

Importa hoje, a um partido político responsável e — facto relevante — no arco do poder, 20 anos depois da sua última responsabilidade governativa, dizer, sem preconceitos ideológicos ou reservas, aquilo que pensa de Portugal, da Europa em que política, económica e socialmente está integrado e, reconheçamos, de um mundo cada dia mais global, ou seja, conflituante.

O CDS preza o sistema democrático como um valor único e inviolável na construção permanente de uma sociedade livre e justa.

Minhas Senhoras e Meus Senhores: A democracia não é um valor que se conquiste por decreto ou, no nosso caso, por uma revolução. Esse, ou esses, é um ponto de partida para uma aventura que faz do Homem uma espécie triunfante. Mas não nos iludamos: o Homem tende hoje a regressar à sua natureza egoísta. Assumamos essa característica — para alguns um possível paradoxo — como um desafio e pensemos nesse pormenor, tantas vezes rejeitado por teorias e políticas tradicionalmente designadas de esquerda.

O que está em causa — e sempre esteve — é o combate às assimetrias sociais.

O CDS, partido de direita sem preconceitos, deve assumir, com responsabilidade acrescida enquanto parte ativa no Governo, o desafio de minorar as indesmentíveis clivagens sociais.

Minhas Senhoras e Meus Senhores: Por hoje aqui estarmos a recordar o 25 de Abril devemos, enquanto responsáveis políticos, falar dos problemas com que o mundo de hoje se confronta. Problemas reais que, pela sua dimensão social, poderão pôr em causa aquilo que, hoje, aqui estamos a celebrar: a democracia, a liberdade e a responsabilidade em manter esses valores invioláveis. Como «o pior cego é aquele que não quer ver», devemos olhar para o que nos rodeia, sendo nós parte integrante desses pequenos ou grandes fenómenos.

As recentes eleições em França apenas mostraram ao mundo, tantas vezes adormecido e aneste-siado pelo lucro fácil e imediato — e aqui não estamos apenas a falar de dinheiro —, o que está a pulsar num mundo em que o Homem cuida pouco do seu próximo. Nesta matéria, o CDS está particularmente

à vontade, e não o dizemos com prazer ou para rentabilizar politicamente uma afirmação, mas porque temos memória.

Quantas vezes o líder do Partido — hoje membro do Governo — foi questionado pelas suas convicções político-sociais, que são, e sempre foram, as do CDS, e que foram também as do homem que contribuiu decisivamente para esta minha primeira intervenção, enquanto Deputado eleito pelos meus concidadãos?

Permitam-me que aqui recorde com emoção Nuno Kruz Abecasis.

Aplausos do CDS-PP e de alguns Deputados do PSD e do PS.

Nuno Abecasis consolidou em todos nós o combate ao egoísmo em prol do bem comum. Foi um homem de conflitos — foi —, mas era também a expressão da indignação por aquilo que achava estar de mal com os princípios da democracia cristã ou, numa designação mais direta, da solidariedade.

O que recentemente aconteceu em França e fez acordar o mundo tem a ver com isso mesmo. O CDS alertou para o que estava a fermentar; há problemas de segurança no mundo de hoje que são diferentes do dia de ontem. As questões da imigração, se exigem, por um lado, uma visão rigorosa nas entradas, requerem uma política humanista na reintegração. Há uma sociedade sem fronteiras, e quem leu o *Paradigma Perdido* de Edgar Morin, independentemente de ser de esquerda ou de direita, compreende facilmente a dimensão do problema.

A Europa é hoje um espaço enriquecido pelas divergências que permitem uma união política e económica. Façamo-lo, no nosso modesto contributo, um espaço de solidariedade social, mas façamo-lo sem esconder as dificuldades, assumamos as diferenças para, o mais atempadamente possível, evitarmos a tentação por soluções extremistas.

As eleições francesas servem também para desmistificar os preconceitos em relação àquilo que o CDS sempre defendeu sem preconceitos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores: Os portugueses sabem que têm hoje, por vontade da democracia, um Governo coeso e estável, com origem nesta Câmara, plataforma incontornável para o normal funcionamento do nosso sistema político. Coloca-se a todos o desafio da dignificação da atividade política.

Permitam-me, enquanto Deputado dessa maioria, uma referência concreta a um pormenor importante do passado recente.

Em campanha eleitoral, o atual Primeiro-Ministro teve a ousadia de referir-se à desorganização que existe nas relações internacionais, falando na possibilidade de degeneração de um conflito regional. Falava do Médio Oriente, e a ousadia clarividente serviu para muita gente glosar, dizendo que vinha aí uma «guerra mundial», utilizando os termos em que a questão foi posta eleitoralmente.

Vejamos, agora, o que, infelizmente, entretanto aconteceu, sem sabermos o que poderá ainda acontecer.

Mas o mundo não é apenas uma existência de conflitos negativos. Tenhamos também a noção das oportunidades com que somos confrontados. Assim, Portugal deve saudar a independência próxima de um novo Estado de língua oficial portuguesa. Timor é, neste 25 de Abril, parte do nosso orgulho.

Sejamos também capazes de olhar e pensar a nova oportunidade que Angola oferece aos angolanos.

Sem egoísmos, ou interesses menores, sejamos capazes de perceber que o espírito do 25 de Abril não está completamente cumprido. Portugal será mais forte se contribuir para o desenvolvimento da democracia num país que esteve e — por que não dizê-lo — estará sempre ligado às raízes de uma aventura. Há que agarrar as circunstâncias e contribuir para uma reinserção social de dois povos ligados pela construção de um projeto comum.

Aplausos do CDS-PP.

Minhas Senhoras e Meus Senhores: Portugal tem a vantagem de ser um país com raízes e origem. Hoje, faz parte de pleno direito de um espaço com história, a União Europeia. Temos direitos, mas também temos deveres.

A nossa soberania enquanto nação conquista-se não nas fronteiras quase abolidas, mas no contributo que devemos dar à defesa desse espaço comum. Nesse plano, têm especial relevo as Forças Armadas e as missões em que estão inseridas ou aquelas em que venham a participar. É nesse contexto e nesse objetivo que faz todo o sentido, uma vez mais, um esforço nacional contra pontuais egoísmos. É importante dar meios operacionais para que as Forças Armadas executem com dignidade o seu papel.

É importante sermos exigentes — e quanto o princípio da exigência tem faltado ao exercício da política! — para que possamos, todos sem exceção, encontrar um polo comum no exercício das nossas responsabilidades parlamentares.

Minhas Senhoras e Meus Senhores: Preservar e valorizar hoje a democracia de Abril, pelas dificuldades que todos sabemos reconhecer, é o desafio que se coloca a esta maioria governamental. Sejamos lúcidos, sendo exigentes com nós próprios.

O CDS está, e estará, na defesa destes princípios e na prossecução destes objetivos, sem receio de assumir perante os portugueses um modelo clarificador, procurando, antes, uni-los na diferença para a procura de um desejável equilíbrio social.

Temos consciência das dificuldades, tanto quanto sabemos que a democracia, em 28 anos, cresceu em exigência. Afinal, somos homens comuns, que voluntariamente nos obrigamos a contribuir para o bem comum. É esse o princípio da democracia cristã.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado João Soares.

O Sr. **João Soares** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da República de Cabo Verde, Pedro Pires, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Embaixadores e Representantes Diplomáticos, Autoridades Civis e Militares — e permitam-se uma saudação especial

ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal da cidade de Lisboa —, Sr.as e Srs. Convidados, Capitães de Abril, que nos honram, mais uma vez, com a sua presença nesta cerimónia, Sr.as e Srs. Deputados:

Celebramos hoje, aqui, mais uma vez, o aniversário de uma data maior da nossa História, uma das datas mais marcantes da nossa vida coletiva: a revolução democrática de 25 de Abril de 1974.

O dia, como alguém já aqui disse hoje, a que Sophia de Mello Breyner chamou: «o dia inicial inteiro e limpo, onde emergimos da noite e do silêncio e livres habitamos a substância do tempo».

O dia que marca o fim de uma das mais longas ditaduras na história da Europa contemporânea e o início da transição da nossa pátria, Portugal, para a democracia em que vivemos hoje e queremos continuar a viver e a construir com o nosso trabalho, todos os dias.

Quero, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a que tenho a honra de pertencer, começar por deixar aqui uma palavra de homenagem e gratidão a todos quantos, e foram muitos, das mais distintas proveniências ideológicas, deram o melhor de si próprios, e por vezes as suas próprias vidas, para que Portugal fosse o país livre e democrático que hoje é.

Aplausos do PS, do PCP, de Os Verdes
e de alguns Deputados do PSD.

A todos os que nas cadeias, na deportação e no exílio, pagaram com o seu sacrifício, o preço da liberdade conquistada em 25 de Abril de 1974.

Aqueles que, como disse Manuel Alegre, «mesmo na noite mais triste, em tempo de solidão», numa sala de tortura da António Maria Cardoso ou do Reduto Sul de Caxias, souberam sempre dizer «não». E com esse «não» à ignomínia e à ditadura deixaram a mais bela das sementes de que frutificou a nossa liberdade.

Uma palavra também muito calorosa para os militares de Abril, para os soldados e os capitães de Abril, para aqueles que aqui estão hoje connosco e, na evocação da memória de Salgueiro Maia, para todos os que aqui não estão, mas contribuíram com a sua coragem para que a nossa liberdade se começasse a fazer nesse dia.

Aplausos do PS, do PCP, do BE, de Os Verdes
e de alguns Deputados do PSD.

Nesse dia que para muitas gerações continua a ser um dos mais belos dias das nossas vidas.

Eu tive a felicidade de ter conhecido Salgueiro Maia nessa tarde única de 25 de Abril, no próprio Largo do Carmo. Recordo a sua coragem tranquila e a sua admirável serenidade que marcaram esse dia único, e envolvo, neste testemunho de profunda e sentida gratidão pela sua memória, os muitos civis que com entusiasmo e alegria deram, desde logo, um caráter verdadeiramente popular ao movimento libertador dos militares de Abril.

Portugueses que já nos deixaram, como Francisco de Sousa Tavares, ou aqueles que tombaram sob as balas dos pides à porta da sede da polícia política.

Ou, ainda, os muitos cidadãos, entre os quais se destacaram ilustres advogados democratas, como V. Ex.ª, Sr. Presidente, Dr. Jorge Sampaio, que se deslocaram na tarde do dia seguinte ao Reduto Norte do Forte de Caxias para exigir, acompanhar e saudar a libertação dos nossos amigos saídos das masmorras da ditadura.

Estivemos lá tantos de nós e, por isso, não podemos evocar esses dias únicos, de liberdade sentida e vivida, pela primeira vez, na nossa pátria, sem um frémito de uma emoção que nunca deixou de nos tocar, sem um sentimento de gratidão que nunca deixaremos de evocar. Porque o futuro de paz e liberdade que queremos continue a ser o da nossa terra, o das terras onde se fala a nossa língua, o da Europa e o do mundo em que vivemos, e onde as ameaças do extremismo, do fundamentalismo e da intolerância, parecem de novo querer despontar, tem nos valores que fizeram o nosso Abril uma das mais sólidas garantias.

Devemos sublinhar o exemplo que a nossa Revolução de 25 de Abril constituiu para a abertura democrática nas outras ditaduras do ocidente da Europa e, mais tarde ainda, do próprio Leste.

Devemos não esquecer também o que ela representou nesse momento no mundo, no plano da reabilitação da imagem do papel democrático das Forças Armadas, sobretudo lembrando a ocorrência, seis meses antes, do golpe fascista no Chile, nos finais de 1973.

Um exemplo que sabe bem evocar, no seu sentido pedagógico, quando a democracia que Abril nos trouxe assegurou a subordinação dos militares ao poder civil democraticamente legitimado e quando importa travar, também nesta Casa, a batalha pela dignificação e pela modernização das nossas Forças Armadas, como elemento imprescindível de afirmação da paz e da liberdade.

Os cravos do 25 de Abril floriram de novo no ano seguinte nas eleições para a Assembleia Constituinte e no sentido cívico e democrático do nosso voto de portugueses livres.

E é também esse 25 de Abril de 1975 que aqui celebramos hoje. Não numa mera evocação passadista, mas com a convicção, sincera e sentida, de estar a honrar uma das mais belas datas da nossa História e de, ao seu exemplo único, ir buscar a inspiração e a força que, como mulheres e homens de esquerda, queremos para os combates difíceis do futuro que se avizinha, do futuro que por vezes já aí está, em sintonia com os problemas da gente humilde e sem voz, sabendo ler os sinais que nos chegam, até dos combates perdidos, para honrar o 25 de Abril, para sermos fiéis aos valores essenciais da nossa revolução, virados para o futuro, olhando para a frente, como disse, ainda há bem pouco, o líder do Partido Socialista, Ferro Rodrigues.

Porque celebramos uma revolução feita por jovens, jovens militares que se atreveram a romper as regras estabelecidas em nome de valores que queremos continuem a ser os mais sagrados deste mundo conturbado em que vivemos: a paz e a liberdade.

Uma revolução a que o povo deu como símbolo, desde logo e de uma forma poeticamente espontânea, uma flor, o belo cravo vermelho de Lisboa.

Uma revolução que marcou o seu início com uma canção, uma bela canção popular dos campos da nossa terra, que se transformou no seu hino e é hoje, por esse mundo fora, um hino de liberdade, *Grândola vila morena*.

Uma revolução de liberdade em que couberam e cabem todos os sonhos de utopia doce, aqueles que continuam a unir os velhos e os jovens que não se reveem no egoísmo, no chauvinismo e na intolerância que ainda mancham tanto esta Europa e este mundo que são os nossos.

Uma revolução de liberdade, feita da vontade de continuar a lutar pela igualdade e pela fraternidade, aqui e onde quer que elas possam estar em causa. Contra todos os Haider e Le Pen desta Europa e deste mundo.

A revolução de 25 de Abril de 1974.

Porque é também, em parte, ela e o seu espírito que queremos ver, e de alguma forma vemos, a florescer no Timor livre e democrático que acaba de eleger Xanana Gusmão como seu presidente, e será, dentro de poucos dias, o primeiro país a nascer no século XXI, o oitavo país de língua portuguesa no mundo.

Aplausos do PS, do PCP e de alguns Deputados do PSD.

Porque é o exemplo de tolerância, de liberdade, de paz, de respeito pelos direitos humanos, que é o de Abril, que queremos ver a frutificar na terra irmã de Angola, tão longa e tão barbaramente dilacerada pela guerra e onde parece, agora, ter querido, finalmente, chegar a paz.

Uma paz que não poderá senão fazer-se no respeito pelo outro e pela diferença que Abril nos trouxe a nós, portugueses.

Uma paz feita de tolerância, de respeito pelo outro e pela diferença, que, como europeus e cidadãos do mundo, queremos ajudar a que se faça no Médio Oriente, na Terra Santa, entre palestinianos e israelitas.

Porque é a inspiração desse País de «bondade e de bruma», de que nos fala Mário Cesariny, esse País de liberdade capaz de nos dar — como diz Mário — o «mar de uma rosa de espuma», que queremos ver despontar neste mundo difícil e perigoso que é o nosso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A democracia portuguesa nascida do 25 de Abril de 1974 não tem hoje no horizonte, nem mais próximo nem mais longínquo, ameaças totalitárias que a possam pôr em risco. Não temos, desde há muito, quanto a essa matéria, dúvidas. Mas essa é uma razão mais e maior para que invoquemos, sempre e cada vez mais, o espírito do 25 de Abril como um exemplo e uma luz neste mundo conturbado e por vezes tão injusto que é o nosso. Para construir a paz e a liberdade por toda a parte. Para que Abril se continue a cumprir e com ele Portugal se cumpra também.

Viva o 25 de Abril! Viva a Liberdade! Viva Portugal!

Aplausos do PS (de pé), do PCP, do BE, de Os Verdes
e de alguns Deputados do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tem a palavra a Sr.ª Deputada Leonor Beleza.

A Sr.ª **Leonor Beleza** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

As minhas primeiras palavras, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, vão para V. Ex.ª, Sr. Presidente da República, que cumprimentamos respeitosamente.

É V. Ex.ª, de acordo com a Constituição, o garante da democracia, em posição acima das sucessivas maiorias políticas e vicissitudes da composição da Assembleia da República e, portanto, da formação de cada Governo.

Saudamos assim em V. Ex.ª, com um significado especial no dia 25 de Abril, o garante máximo da democracia e do cumprimento da vontade popular.

Cumprimentamos também o Sr. Presidente da República de Cabo Verde, que honra esta Assembleia com a sua presença no dia em que comemoramos o 25 de Abril, de significado tão relevante também para o povo amigo de Cabo Verde, a quem dirigimos, por intermédio de V. Ex.ª, Sr. Presidente, a mais fraterna das saudações.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS-PP, do PCP e de Os Verdes.

Neste momento, em que também solenemente comemoramos o início da nova legislatura, o Grupo Parlamentar do PSD cumprimenta, na pessoa de V. Ex.ª, Sr. Presidente da Assembleia da República, todos os Deputados eleitos no passado dia 17 de março.

Cada legislatura que se inicia corporiza o renovar da democracia e o renovar da manifestação da vontade popular. Todos nós, Deputados, somos igualmente representantes dessa vontade. Todos nós temos a mesma legitimidade, que nos advém da mesma fonte.

São sempre muito elevadas as expectativas expressas em cada ato de voto. É correspondentemente também muito grande a responsabilidade que nos recai sobre os ombros.

Cumprimento ainda, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, o Governo resultante da nova composição da Assembleia da República.

Resultou claramente da vontade popular a escolha destes Deputados, o primeiro objetivo das eleições, e a escolha deste Governo, seu segundo objetivo.

A legitimidade dos Deputados é exatamente igual para todos nós, mas da escolha dos portugueses resultou que eles quiseram uns no Governo e não outros.

A mesma elevada expectativa e responsabilidade que recai sobre nós pesa sobre o Governo.

Mas o que hoje aqui nos reúne é ainda mais importante do que as circunstâncias que hoje caracterizam a representatividade do povo português. É que só há eleições legislativas porque há democracia.

O 25 de Abril permitiu aos portugueses escolherem quem querem para os representar e governar e alterar, quando o entendam, o sentido das suas escolhas. De facto, cada vez que votam, os portugueses estão a celebrar o 25 de Abril.

Há celebrações mais rituais e solenes, como esta, mas há muitas outras celebrações anónimas e em cada ocasião infinitamente repetidas, quando cada um dos portugueses vota. Essa é a celebração mais genuína e mais preciosa do 25 de Abril.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de alguns Deputados do PS.

Olhando para as galerias, vejo-as com muitos jovens, como o Sr. Presidente da Assembleia, e bem, quis que hoje acontecesse. São jovens que nasceram depois de 25 de abril de 1974.

Permitam-me os Srs. Deputados que fale, hoje, para eles. Eles que não conheceram, como nós, o que foi a ditadura e que, não tendo vivido a experiência única do nascimento da democracia, são, pelo simples efeito da idade, o futuro de Portugal e o futuro da democracia que somos.

Quero falar-vos do 25 de Abril de três óticas diferentes: o que significou na altura para quem o fez; o que a esta distância significa para Portugal; o que pode significar para os jovens, que, ao contrário de nós, não eram então ainda nascidos.

O que significou, então, o 25 de Abril, na altura?

Para os militares, que foram os autores materiais da libertação, de que alguns estão aqui connosco e que saúdo agradecida, os objetivos foram acabar com a guerra colonial, pôr termo ao regime político que a mantinha e abrir as portas a caminhos que conduzissem a um regime diferente. Mas já não coincidiam no tipo de regime que desejavam.

Os militares tinham por detrás não apenas os sonhos de liberdade do povo, mas também uma luta longa de civis, agrupados em forças políticas, económicas e sociais, também eles desejando o fim da ditadura e reconhecendo a necessidade da descolonização; também eles, se nesses pontos coincidiam, divergiam quanto às soluções de futuro.

Aí se somavam as aspirações da resistência de comunistas e de militantes de extrema-esquerda às de políticos e movimentos socialistas ou sociais-democratas, liberais ou democratas-cristãos, numa luta que demorou décadas e culminou no 25 de Abril.

Sabia-se o que não se queria, estava por definir o que se queria.

Agora, com o distanciamento que o tempo nos vai permitindo, podemos responder à segunda questão: o que foi, de facto, para Portugal, o 25 de Abril.

Foi, em primeiro lugar, o fim do império, o ponto final em 500 anos de História, bem mais tarde do que acabaram outros impérios.

Foi, depois, a abertura para a primeira verdadeira democracia que conhecemos em Portugal, já que no passado pelo menos o sufrágio nunca fora universal. Sinto-me particularmente à vontade para o afirmar, já que só depois do 25 de Abril as mulheres tiveram efetivamente igualdade de direitos políticos com os homens.

Aplausos gerais.

E apetece-me dizer-vos que basta olhar para o conjunto desta Sala para nos apercebermos das limitações dos direitos, quando confrontados com a realidade persistente dos comportamentos, das atitudes e das estruturas sociais.

Foi, em terceiro lugar, o 25 de Abril que abriu caminho para a plena integração europeia de Portugal, já o respetivo movimento levava 30 anos de vida.

São as três grandes direções que o País percorreu pós-25 de Abril, sem grande margem para discussão.

Três grandes roturas, de importância fundamental, que estão para lá de governos ou de maiorias parlamentares. Três mudanças que se nos configuram como absolutamente irreversíveis.

O resto, muitíssimo do resto, é acessório. Pelo meio, aconteceram, em Portugal, uma revolução, golpes e contragolpes, mudanças diversas, avanços e recuos.

Nós, os mais velhos, vivemos intensamente os anos das grandes modificações. Assistimos a muito mais do que aquilo de que hoje vos falo.

Mas o que teve, e tem, dimensão histórica essencial, o que no fim conta, são aqueles três grandes aspetos cumulativos e essenciais que nos configuram o presente e, seguramente, o futuro.

O 25 de Abril é de todos e é também vosso, dos mais novos. Para vocês, o que se passou antes do vosso nascimento são coisas que vêm nos livros de História, de que talvez vos falem os mais velhos, a começar pelos vossos pais.

Não conheceram o império, nem a ditadura, nem o que foi difícil conseguir a adesão à Europa.

Com todo o respeito, apetece-me dizer-vos que é seguramente difícil dar o devido valor ao trabalho e à luta de tantos que nos trouxeram até onde estamos. Aqui, entre os partidos, discutiu-se intensamente, foram inúmeras as dissensões, também custou muito a fazer o percurso.

Mas qual é o significado de tudo isto para quem é mais jovem, para quem tem por adquirido, à nascença, que somos uma democracia europeia, um País integrado na Europa?

Vejamos.

O império acabou, sim senhor, mas não terá ficado nada dos nossos cinco séculos de História?

Ficou sim, ficou uma comunidade de países que falam português, comemorada há três dias. Não é uma mera partilha de língua com brasileiros, angolanos, timorenses, cabo-verdianos, moçambicanos, guineenses, são-tomenses, muitos macaenses. É uma ligação de sangue, é uma ligação de família, é uma ligação que perdura.

Não é preciso falarmos dela todos os dias, essa ligação está sempre lá. Mas nós, que somos um povo espalhado em comunidades de que nos orgulhamos em tantos lugares do mundo, podemos e devemos cultivar essa ligação, porque ela constitui fator de enriquecimento e fortalecimento entre todos nós. Seria imperdoável que nos pudéssemos tornar todos estranhos uns aos outros, no futuro.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de alguns Deputados do PS.

E a democracia que temos?

Somos uma democracia, sim, sem dúvida, mas em que tantos, sobretudo jovens, se afastam da política e dos políticos. Democracia que é tão recente ainda e que já tem alguns tiques de velhice. Democracia que tem de ser cultivada, que precisa de renovação diária, de um esforço permanente.

Sabemos todos que é preciso encontrar novas formas de participação dos cidadãos e das cidadãs. Sabemos que é preciso aproximar governantes e governados, descentralizar, vitalizar o poder local, consolidar as autonomias regionais, dar prestígio às instituições, introduzir reformas no Parlamento, reformar os partidos, devolver prestígio à política e aos políticos.

Isto tudo é fazer o 25 de Abril, hoje.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de alguns Deputados do PS.

Daqui reafirmo o compromisso do Grupo Parlamentar do PSD com estes elevados patamares de exigência da nossa democracia.

Finalmente, está seguramente adquirido, caros jovens, que somos europeus. Mas de que Europa somos nós? Da de primeira, da de segunda, da de terceira?

A integração não é só realidade de papel. A integração que temos o direito de desejar é a de condições reais de vida, é a da convergência efetiva.

O 25 de Abril abriu-nos o caminho às leis, aos textos, mas a meta é tanto mais ambiciosa quanto ainda distante: é a das condições de vida, a do acesso à cultura, à saúde, à educação e à justiça.

O facto é que, quando estamos nos outros países por onde agora temos o direito de circular livremente, compreendemos bem a dimensão daquela distância.

Vocês, os jovens, também sabem bem como é verdade que aqui, em Portugal, ainda vivemos em piores condições, e este é um desafio fundamental. Esta indispensável evolução é, de todos, talvez o mais importante desafio.

No dia em que os rapazes e as raparigas da vossa idade se distinguirem dos rapazes e das raparigas dos outros países europeus pela língua-mãe, pelas tradições e pela História que carregam e pelo amor a Portugal, mas não já pela qualidade da escola e do *campus* universitário, não já pelo acesso à cultura ou à informação, não já pelas hipóteses de escolher de acordo com os gostos, as capacidades e os desejos de cada um, não já pelo nível de remuneração ou o valor das pensões a que podem aspirar, não já pela qualidade ou esperança de vida, nem pelas exigências em matéria de ambiente, nesse dia, muito mais teremos cumprido.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de alguns Deputados do PS.

E que o que chamamos 25 de Abril não se esgotou no dia 25 de abril de 1974, nem no processo de consolidação democrática. Não foi um fim, foi um começo. Desta perspetiva, todos os dias cabe celebrá-lo e lembrar-lhe as exigências a cada geração que passa.

A luta contra as desigualdades faz parte integrante dessas exigências. Há que ter capacidade de querer e de cultivar a esperança. Muitos perguntarão: seremos capazes? E porque não? Fomos capazes

de tudo em oito séculos e meio de História. Agora, convosco, vamos ser capazes. E, de outra perspetiva: vocês, connosco, vão ser capazes.

Aplausos do PSD e do CDS-PP (de pé), de alguns Deputados do PS e de público presente nas galerias.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República João Bosco Mota Amaral**:

— Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da República de Cabo Verde, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr.as Ministras e Srs. Ministros, Sr.as Embaixadoras e Srs. Embaixadores, Altas Entidades presentes, Sr.as Deputadas e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

É para mim subida honra, Sr. Presidente da República, saudar V. Ex.ª, em meu nome pessoal e em nome do Parlamento ainda há pouco tempo eleito, no ato solene inaugural da IX Legislatura.

Homens da mesma geração — V. Ex.ª com um pouco mais de experiência de vida, ainda assim, para não dizer que é mais velho —...

Risos.

... trilhámos, desde os bancos da Faculdade de Direito de Lisboa, caminhos paralelos, que, paradoxalmente, contrariando as leis da geometria, agora se aproximam, ao caber-nos a gravíssima responsabilidade do desempenho das mais altas magistraturas do Estado.

O cargo que me conferiram as Sr.as Deputadas e os Srs. Deputados, ao elegerem-me Presidente da Assembleia da República, mandata-me, além do mais, para tarefas de diálogo e cooperação institucional com V. Ex.ª. Nem vale a pena articular, por ser um facto notório — e recorro ao nosso jargão de advogados —, quanto prazer me dá trabalhar com o Presidente Jorge Sampaio. Reforçado pela lição do exemplo cívico de V. Ex.ª, procurarei sempre manter o rumo antigo de serviço à liberdade, à democracia, a Portugal.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de alguns Deputados do PS.

Sr. Presidente da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores: A Assembleia da República inicia solenemente a sua IX Legislatura na data festiva do 25 de Abril e em homenagem à Revolução do 25 de Abril, como muito bem sugeriu, com ênfase, o poeta de Abril, Manuel Alegre, infelizmente, por motivo de doença, ausente da nossa companhia, hoje.

À medida que os anos vão rolando, esfumam-se na memória de cada um os pormenores dessa jornada tão particular, vivida intensamente de um extremo ao outro do nosso País. Não assim no livro grande da História de Portugal, onde os factos desse dia e as suas imediatas consequências estão escritas em indeléveis letras de oiro.

O que começou por ser o gesto heroico de rutura dos bravos capitães de Abril — que amistosamente identifico na galeria dos convidados de honra e a quem presto, em nome do Parlamento, uma

comovida homenagem —, esse gesto heroico, dizia, em breve se transformou num levantamento nacional, reclamando todo o Povo Português as liberdades que o regime autoritário teimosamente lhe negava. Isto apesar da justa luta das mais variadas personalidades e correntes políticas, todas elas contribuindo para a formação do código genético do 25 de Abril.

Os alvores benfazejos da madrugada libertadora aceleraram o relógio da nossa vida coletiva. Acordando estremunhada, a nação portuguesa teve de levar a cabo em meses escassos o que deveria ter sido feito em décadas anteriores.

Desde logo, a descolonização. E que feliz coincidência ter hoje, entre nós, a celebrar Abril connosco, o Presidente da República de Cabo Verde, o Comandante Pedro Pires, a quem saúdo com cumplicidade de ilhéu, ele próprio um dos combatentes pela emancipação do seu Povo! Revemo-nos todos nos progressos democráticos e de desenvolvimento desse arquipélago atlântico, com tantas afinidades com as nossas belas ilhas dos Açores e da Madeira, farois hodiernos do mar alto português.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de alguns Deputados do PS.

E de boa vontade abrimos as portas e também os nossos corações à numerosa comunidade cabo-verdiana entre nós estabelecida, que, partindo de condições difíceis, vem ascendendo, naturalmente, na sociedade portuguesa, alegrando-a e enriquecendo-a com um toque de graça, étnica e cultural.

Cabo Verde é o paradigma do que todos gostaríamos que tivesse sido a descolonização: um rasgar de caminhos novos para sociedades livres e estabilizadas, fortemente comprometidas com o seu processo de desenvolvimento. Infelizmente, assim não foi em todos os casos. Valha-nos, agora, verificar, cheios de esperança, a auspiciosa construção da paz em Angola, precedida, desde há anos, por Moçambique, bem como a já iminente independência de Timor Loro Sae. O grande desígnio de uma Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa, com ativa participação do Brasil, parece estar saindo da bruma dos sonhos para o plano das realidades e coloca a todos os interessados desafios vitais.

Mas o 25 de Abril não libertou apenas os povos colonizados: começou por libertar, antes de mais, o Povo Português! A imediata restauração das liberdades cívicas e das instituições democráticas levou, com alguns incidentes de percurso, às eleições para a Assembleia Constituinte e à elaboração da nova Constituição da República, uma das mais avançadas do Mundo. Desses incidentes — que foram, nem mais nem menos, uma revolução a valer — ficaram, em quem por lá andou, de um lado ou do outro das barricadas, recordações com sabor de romantismo.

O tranquilo evoluir do regime político estabelecido pela nossa Lei Fundamental, com as suas legítimas e salutares modernizações, realizadas mediante procedimentos de revisão constitucional, torna patente a vitalidade da democracia portuguesa, já amadurecida pelo decurso do tempo e pela experiência regular da sábia regra da alternância de maiorias de governo. E tudo isso — a liberdade dos portugueses e das portuguesas, o normal funcionamento das instituições, a arrancada do progresso, a adesão à Europa e os horizontes de um arrojado projeto de inovação e de justiça social —, tudo isso é afinal fruto maduro de Abril, o genuíno ideal da Revolução feito vida, o 25 de Abril em marcha.

Sr. Presidente da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Não é por saudosismo vão que a Assembleia da República vem assinalando, anualmente, o aniversário da Revolução dos Cravos. O autoritarismo ditatorial, censório e repressivo foi de ontem; a liberdade, a democracia e a justiça social são de hoje, de amanhã e de sempre!

Aplausos do PSD, do CDS-PP, do BE e de alguns Deputados do PS.

O nosso solene encontro desta manhã não nos cristaliza na contemplação do passado; olha-o apenas de relance, na exata medida necessária para conferirmos o sentido dos nossos passos apressados rumo ao futuro.

Para assinalar bem que é este o objetivo, a Assembleia da República passa a convidar para esta sessão solene uma representação simbólica da geração jovem, raparigas e rapazes nascidos já depois do 25 de Abril, que trazem beleza e juventude às galerias do vetusto Palácio de São Bento.

Aplausos gerais.

Foi para eles e elas, em boa verdade, que se fez a Revolução e se pôs a funcionar uma democracia moderna, assente sobre a liberdade, o pluralismo e os direitos humanos. Eles são o nosso país projetado para os anos que estão para vir. A seu tempo, vão ter que assumir Portugal e continuar em frente, desvendando um destino coletivo multissecular, visando novas utopias.

Coube-lhes em sorte viver tempos fascinantes, sem repressão nem medos, aureolados de bem-estar e liberdade. Incertezas há também e até alguma angústia, perante a ameaça do desequilíbrio ecológico e da mudança global, a instabilidade do emprego, a desumanização das relações sociais, subordinadas ao império do dinheiro e da violência, as crescentes tensões internacionais. Mas por maiores perplexidades que provoquem estas novas interrogações, sabemos todos, como povo antigo e crestado pelo muito sofrer, que já passámos por pior e vencemos.

No início da IX Legislatura, a Assembleia da República marca uma posição firme de disponibilidade e compromisso com a problemática que defronta a nova geração, mas que pesa, num sentido transversal, sobre toda a gente.

Temos uma agenda para cumprir. Queremos intensificar a nossa participação interativa com a sociedade civil, de modo que o mandato democrático conferido aos membros do Parlamento seja apreendido pelos cidadãos e pelas cidadãs como algo verdadeiro e útil.

As questões que hoje nos afligem estão identificadas, as soluções são, porém, difíceis. O confronto de ideias e de propostas alternativas, que constitui afinal o cerne do debate parlamentar, permitirá escolher ponderadamente, os caminhos do porvir.

Em liberdade e democracia, no respeito dos direitos humanos, na permanente luta pela justiça social — numa palavra, com a herança de Abril — havemos de triunfar sobre qualquer vestígio de desânimo sombrio.

Recusamos admitir que a crise dos regimes representativos e as contradições da sociedade globalizada não tenham outra saída que não sejam os extremismos, sempre prontos para desacorrentar velhos demónios, que tanta devastação causaram em tempos idos.

Abril é tempo de fecundidade e de esperança! Impõe-se uma revisitação dos padrões éticos que fundaram sociedades confiantes. A Assembleia da República, renascida de eleições livres, onde também há tanta juventude e caras novas, nas quais se leem generosos idealismos, tem de estar na primeira linha dos combates do futuro, não por galas ou prebendas, mas com um trabalho competente e sério, animado pelo propósito de bem servir Portugal.

Aplausos gerais, tendo os Deputados do PSD e do CDS-PP aplaudido de pé.

O Sr. **Presidente** — Vai usar da palavra, no uso das suas prerrogativas constitucionais e para dirigir uma mensagem ao Parlamento, o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República Jorge Sampaio**: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente da República de Cabo Verde, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr. Presidente do Tribunal de Contas, Sr. Procurador-Geral da República, Srs. Ministros da República para os Açores e para a Madeira, Srs. Conselheiros de Estado, Srs. Deputados, Srs. Embaixadores, Excelências, Demais Autoridades Civis e Militares, Ilustres Convidados:

Duas razões nos reúnem hoje, aqui. A primeira é a liberdade e a sua celebração, liberdade reencontrada em 25 de Abril de 1974. A segunda é a abertura de uma nova Legislatura, que ocorre após uma substancial renovação política.

Agradeço, pois, à Assembleia da República o amável convite para presidir a esta dupla cerimónia e quero saudar todos os senhores Deputados, desejando-lhes um trabalho profícuo.

Saúdo, muito em particular, o Sr. Presidente da Assembleia da República, a quem desejo as maiores felicidades pessoais, também no desempenho do seu cargo, e agradeço o talento cultural e também parlamentar com que V. Ex.ª mostrou a todos que o meu bilhete de identidade é mais pesado do que o seu!

Risos.

É sempre bom, Sr. Presidente, não ter ilusões a esse respeito. Bem-haja por isso!

Quero deixar uma saudação — que certamente se compreenderá — de muito respeito e amizade ao Sr. Deputado Almeida Santos e agradecer-lhe tudo o que tem feito pela democracia portuguesa.

Aplausos gerais, de pé.

Da minha parte, Sr. Presidente e Srs. Deputados, esta Casa poderá continuar a contar com uma total disponibilidade para prosseguirmos um estreito diálogo institucional, baseado no respeito mútuo e na autonomia de cada órgão de soberania. Como tenho repetidamente afirmado, considero que a cooperação e a solidariedade entre órgãos de soberania, no respeito pelos princípios constitucionais da separação e da interdependência, constituem não apenas um elemento fundamental do funcionamento do nosso regime político, mas também um fator importante para podermos responder às particulares exigências que se colocam ao País.

Neste Dia da Liberdade, é-me grato renovar a nossa homenagem e o nosso profundo reconhecimento aos Srs. Militares que, com grande coragem e risco pessoal, souberam pôr fim a um regime retrógrado e ditatorial, abrindo o nosso País ao futuro. Ao evocarmos a data fundadora do nosso regime democrático, não esquecemos todos quantos contribuíram — e foram muitos, felizmente! — para pôr fim a uma opressão de décadas, permitindo que Portugal saísse da estagnação e do isolamento.

Saúdo, em nome de Portugal, os Srs. Embaixadores e outros representantes diplomáticos aqui presentes, reafirmando-lhes a nossa vontade de contribuirmos para a construção de um mundo em que o respeito pelos direitos humanos, a paz e a cooperação sejam os alicerces de uma ordem internacional baseada no direito, na segurança, na justiça e na paz.

Quero saudar também os muitos jovens estudantes que hoje assistem a esta sessão e congratulá-los por terem já conseguido uma coisa que normalmente é impossível: já se pode aplaudir das galerias.

Aplausos do público presente nas galerias.

Naturalmente, o Sr. Presidente acabou de me dizer que isso é só hoje. Está claro.

Risos.

Celebramos, Sr.as e Srs. Deputados, a liberdade com confiança, na certeza de que apenas a democracia permite encontrar as soluções para os problemas com que nos defrontamos. Celebramos a liberdade com a consciência de que ela não é algo de adquirido para sempre, mas um valor essencial que tem de ser constantemente afirmado, praticado e enaltecido.

O simbolismo e o significado desta cerimónia são ainda sublinhados, de uma forma particularmente eloquente, pela presença entre nós do Sr. Presidente da República de Cabo Verde, Comandante Pedro Pires. Quero saudá-lo com velha amizade e o respeito devido a um estadista que votou toda a sua vida, com persistência e dedicação, ao seu país, compreendendo, como poucos, os novos caminhos que, em cada momento, se abriam para o futuro.

A história, a língua e as intensas relações entre Cabo Verde e Portugal têm-se reforçado constantemente. A relação especial entre os nossos dois países espelha-se também no facto de viver entre nós uma grande comunidade cabo-verdiana, que já vai na terceira geração.

Vinte e sete anos depois de uma descolonização atrasada no seu tempo histórico, Portugal e Cabo Verde reafirmam, nesta cerimónia, um relacionamento histórico e cultural que sobreviveu às circunstâncias do colonialismo e se reforçou desde a independência.

Aplausos do PSD e do PS.

Saúdo igualmente os povos dos restantes países de língua portuguesa, permitindo-me individualizar Angola, para exprimir o nosso regozijo pelo recente acordo que visou pôr fim a uma guerra de 30 anos e para formular os mais sinceros votos de sucesso na consolidação dessa paz, tão merecida e desejada pelo povo angolano.

Aplausos do PSD, do PS e do público presente nas galerias.

Uma palavra distintiva, também, para Timor-Leste, que em breve, com a sua independência, rasga os horizontes de um futuro que queremos de desenvolvimento e progresso. No momento em que se completa a formação do novo Estado, com a eleição sucessiva da Assembleia Constituinte e do Presidente da República, quero saudar, muito calorosamente, o povo de Timor-Leste, todos os seus representantes eleitos e, em especial, o Sr. Presidente, Xanana Gusmão.

Aplausos gerais.

Para Portugal, este é também o momento em que encerramos simbolicamente um ciclo da nossa História. A democracia portuguesa fá-lo com a consciência que é no relacionamento entre Estados livres e democráticos que melhor se consolidam as relações históricas, linguísticas e culturais que há séculos unem Portugal a esses países e aos seus povos.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Com a passagem dos anos, é cada vez maior o número de portugueses para quem a Revolução do 25 de Abril é, não uma experiência vivida, mas uma data marcante da nossa História. Esta nova geração de jovens é aquela que assegurará o futuro de Portugal. Aquela a quem temos de saber passar o testemunho.

A ideia que a esmagadora maioria deles faz do regime anterior ao 25 de Abril é muito difusa e essencialmente centrada no problema das liberdades. Mal lhes ocorre a extensão dos problemas económicos, sociais e culturais que foram consequência desses 48 anos de um autoritarismo conservador. A verdade é que, no espaço de um quarto de século, o País transformou-se profundamente: bastantes desses problemas puderam ser resolvidos, mas muitos há ainda por resolver, num contexto que é claramente de grande exigência.

O nosso caminho foi árduo. A liberdade tornou possível a construção de uma sociedade aberta, que restituiu aos portugueses a confiança no seu destino individual e coletivo. Com visão, a democracia abriu-nos as portas da Europa e devolveu a Portugal a dignidade do seu lugar entre as nações livres.

O regime democrático consolidou-se e demonstrou a sua capacidade para definir estratégias nacionais e para resolver crises políticas, como aconteceu recentemente.

A invocação das principais realizações e virtualidades da democracia portuguesa, mas também das suas novas exigências, parece-me ser o ponto de partida mais adequado para uma reflexão sobre o futuro e, designadamente, sobre os princípios políticos que devem orientar a sua evolução. Quero partilhar tal reflexão com esta Assembleia, em sinal de respeito político e institucional e porque esta Casa deve ser o centro dos grandes debates nacionais.

Parece-me importante sublinhar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, antes de mais, quatro princípios que considero imprescindíveis para o desenvolvimento da nossa democracia.

O primeiro é o princípio da responsabilidade política. Este vincula as instituições e os dirigentes aos cidadãos, na definição coletiva das prioridades nacionais, das estratégias e dos programas. Devemos empenhar-nos cada vez mais na realização deste princípio, quer na regular prestação de contas dos responsáveis políticos, quer na participação exigente dos cidadãos, a todos os níveis da nossa sociedade.

O segundo princípio é o da tolerância, que se torna mais relevante quando se voltam a agitar os espectros do fanatismo, do racismo e da exclusão, com a manipulação fácil e demagógica do medo, dos preconceitos e da insegurança. Sem segurança, não há liberdade; sem tolerância não há civilidade. O respeito pelos outros, pelos nossos concidadãos, pelos imigrantes, pelos outros povos e outras nações é, e deve continuar a ser, uma característica da nossa cultura humanística, da nossa vida democrática e da nossa maneira de estar no mundo.

Aplausos gerais.

O terceiro princípio é o da solidariedade e da coesão social, que precisam ser reforçadas no quadro de um desenvolvimento sustentado, que tem como objetivo aproximar-nos dos níveis de progresso das economias europeias mais desenvolvidas. Portugal continua a conhecer manifestações inaceitáveis de pobreza, de marginalização e de exclusão. Urge, por um lado, combatê-las de uma forma tão sistemática quanto possível e, paralelamente, definir estratégias que as previnam. Sabemos hoje que, quanto mais uma sociedade é avançada, mais importantes são os fatores não económicos de desenvolvimento.

Aplausos de alguns Deputados do PS.

O quarto princípio de que vos falo é o da descentralização, cuja pertinência resulta tanto da necessidade de fortalecer as instituições democráticas e o Estado como da exigência, natural numa sociedade moderna, de uma crescente devolução de poderes, de responsabilidades e de meios às chamadas associações intermédias, aos movimentos cívicos e aos próprios cidadãos. A descentralização e a desconcentração são urgentes para racionalizar responsabilidades e recursos, para ultrapassar a sobrecarga e a dispersão perigosa das obrigações do Estado. A descentralização de poderes constitui uma condição

indispensável para fortalecer a sociedade e, sobretudo, para empenhar os cidadãos nos processos de decisão política e na vida comunitária.

Aplausos do PSD, do PS e do PCP.

Com este último princípio, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se liga a reforma política. Como Presidente da República, cabe-me alertar-vos, Srs. Deputados, para a necessidade de possuirmos instrumentos de intervenção política mais capazes de mobilizar os cidadãos e de contribuir para a resolução dos nossos problemas. É o que tenho feito regularmente, alertando para a necessidade urgente de as reformas se dirigirem ao conjunto dos meios — sublinho, ao conjunto dos meios — de que depende o seu sucesso: isto é, do financiamento dos partidos políticos às leis eleitorais, da reforma desta Assembleia à remuneração dos cargos políticos, do regime de incompatibilidades à reforma dos partidos.

Sei que as atuais dificuldades da situação financeira podem sugerir que as questões sociais e as questões da reforma do sistema político não são prioritárias. Eu penso o contrário. Um sistema político credibilizado e eficaz tem maiores possibilidades de sucesso na condução de uma política de reequilíbrio financeiro. Do mesmo modo, uma sociedade consciente de que as questões sociais permanecem como prioridades do Estado mais facilmente aceita encarar os sacrifícios que eventualmente sejam necessários.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS-PP
e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Excelências: Nos últimos meses, o debate político tem sido vivo e intenso, no quadro plural da nossa democracia, permitindo ao eleitorado fazer as suas escolhas. Julgo que estamos agora em condições de recentrar as nossas preocupações numa agenda que valorize os objetivos nacionais de médio e longo prazos.

Apesar da premência de algumas questões, que abordei já — e não vou repetir — no discurso de posse do Governo, não devemos perder de vista esses desígnios. Permitam-me que reitere a minha preocupação pela falta de discussão sobre o futuro político da Europa, que será sempre decisivo para Portugal. Sem a abertura e consolidação de um grande debate sobre este tema, a defesa dos nossos interesses coletivos dificilmente assentará, como é urgente, numa opinião pública crítica, esclarecida e empenhada.

Aplausos do PS, do BE e de alguns Deputados do PSD.

O grande desafio com que nos defrontamos a médio e a longo prazos é, seguramente, o de manter o crescimento económico em moldes que nos aproximem cada vez mais da média europeia, mantendo e reforçando ao mesmo tempo a nossa coesão social.

Na presente década, Portugal terá de fazer face a um conjunto de desafios decorrentes do alargamento do espaço da União Europeia e do crescimento da importância da sociedade de informação e do

conhecimento. São estes desafios sérios, nos quais se joga o nosso futuro em termos de progresso e de convergência real com as economias europeias mais desenvolvidas.

A complexidade do tempo que vivemos exige mais informação, maior esclarecimento, mais consciência e maior compreensão. A ciência está indissoluvelmente ligada à ideia de futuro; a inovação ao caminho que construímos para lá chegar, todos os dias. Não há grandes temas do presente que não façam intervir a mudança e a inovação: dos oceanos às alterações climáticas, do ambiente à saúde pública, do desenvolvimento à exclusão social, da utilização dos recursos à gestão eficaz dos grandes sistemas tecnológicos. Portugal precisa, pois, de melhorar o debate público sobre as condições da sustentabilidade, dando-lhe uma nova dimensão nos diversos planos: científico, técnico, jurídico, ambiental, prospetivo.

Aplausos do PS.

Como tem sido dito, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos também confrontados com a necessidade de um novo modelo de competitividade para Portugal, que nos obriga a buscar o desenvolvimento de novos produtos, de novos serviços e de novas oportunidades, ultrapassando o modelo tradicional baseado nos baixos salários. Este novo modelo exige uma maior capacidade científica e tecnológica, em termos dos recursos humanos do País e das empresas, implicando a necessidade de uma maior competitividade dos nossos sistemas de ensino, de formação profissional, de educação ao longo da vida. Mas implica também a capacidade para desenvolvermos uma nova cultura empresarial baseada na inovação, na competência e na vontade de empreender, única forma de podermos competir num espaço cada vez mais globalizado. Sem uma classe empresarial virada para iniciativas de base tecnológica e sem uma crescente componente de informação e de conhecimento, francamente, será difícil congregar os fatores decisivos de competitividade, que são a inovação, a tecnologia e a capacidade estratégica.

É necessário que saibamos atuar diretamente nos mercados mais exigentes e inovadores, que apostemos nos fatores de diferenciação e de inovação, na capacidade de desenvolvimento de novos produtos e serviços em parceria e em cooperação.

É este o grande desafio, mas também a grande oportunidade, que nos coloca o alargamento da União Europeia. Para fazermos eficazmente face a uma competitividade superior numa Europa alargada, as nossas empresas terão de alterar a sua estratégia em termos de recursos humanos, de posicionamento em relação ao mercado e às empresas suas parceiras, quer sejam clientes ou fornecedores. Precisamos de reforçar as nossas empresas com profissionais cada vez mais capazes, o que, por sua vez, exige uma perspetiva mais integrada da melhoria do nosso sistema de ensino, de aquisição de conhecimentos científicos e de formação profissional.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

A aposta nas pessoas, na sua educação e formação, é hoje não apenas um fator incontornável do desenvolvimento, mas uma dimensão decisiva da identidade cultural de um país. Temos, pois, que

garantir que os sistemas de ensino e de formação respondam a esta necessidade estratégica de qualquer sociedade moderna e devemos assegurar também um sistema de avaliação, exigente, solidário, mas também rigoroso, que permita, de modo sistemático, aferir com seriedade o trabalho que se faz e orientá-lo face ao desejável.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

O sucesso de uma economia baseada na inovação repousa na vontade de transformar a situação existente, de aderir a novos procedimentos, de valorizar a aprendizagem, que não passa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, só por instituições e programas.

Passa pelas perspetivas e aspirações das pessoas. Em suma, pelas perspetivas e aspirações dos cidadãos. E se não formos capazes de, coletivamente, definir um desígnio, um futuro desejável, então o futuro que nos espera nunca nos pertencerá, será sempre dos outros e será sempre olhado como uma ameaça.

As questões do crescimento económico mudaram de paradigma e é preciso tê-lo em conta. É hoje claro que o crescimento económico depende cada vez mais de fatores não económicos. Entre eles, importa também salientar todos aqueles que induzem a integração e a responsabilidade social.

Desde logo, os portugueses têm hoje uma consciência muito precisa do contributo que cada um dos grupos sociais e profissionais dá ao conjunto da sociedade. Assim, temos de reconhecer que, ao longo das últimas décadas, em cada crise financeira, o esforço de recuperação se concentrou sempre nos mesmos grupos sociais e profissionais, sem que isso tenha tido, como contrapartida, a diminuição do número daqueles que iludem as suas responsabilidades para com o Estado e para com a sociedade.

Aplausos gerais.

A consciência desta injustiça é dificilmente suportável e tem efeitos graves.

É preciso agir com rigor, dando à justiça social o valor que sempre deve ocupar como orientador das políticas do Estado. A luta contra a fraude e a evasão fiscais é uma luta central no processo de modernização da sociedade portuguesa, na afirmação dos valores da equidade e da justiça e, também, na recuperação das finanças públicas.

Aplausos gerais.

Na defesa destes valores, os portugueses poderão contar sempre com o Presidente da República.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Excelências: Defrontamo-nos também com problemas decorrentes da nova estrutura demográfica da população portuguesa e com mudanças no modelo tradicional da família. As consequências destas novas situações estendem-se, importa sublinhá-lo, aos mais variados domínios: das políticas de imigração ao problema da toxicodependência, da criminalidade ao desenho das políticas sociais, da segurança ao urbanismo.

Não podemos olhar para estes problemas de uma forma apenas assistencialista e meramente reativa, entendendo somente o papel do Estado como minorador dos seus aspetos negativos. Há um conjunto de valores humanistas que nos devem reger. O primeiro deles reconhece na dignidade da pessoa humana o princípio orientador da nossa ação. A solidão e o desespero de quem se sente abandonado e inútil para a família e para a sociedade; a revolta de quem se sente usado como mão de obra, mas estrangeiro, estranho, excluído e sem direitos na sociedade para a qual produz riqueza; o desespero das famílias que perdem a capacidade de diálogo com os seus filhos e os veem mergulhar na toxicodependência, tudo isto são questões essenciais que hoje interpelam de forma angustiante a nossa sociedade, a nossa sensibilidade e os nossos padrões.

Aplausos do PS.

Temos de considerar os cidadãos mais velhos como parte integrante e ativa da sociedade e ajustar o modelo de relação entre gerações. Temos de tornar a sociedade mais sensível a esta realidade e mais flexível às suas consequências. Temos de estimular novas estratégias de recrutamento e de recursos humanos das empresas, que necessitam de encontrar formas criativas de manter a inigualável mais-valia da experiência e do conhecimento. Temos de estimular as famílias a ver na relação entre gerações um elemento essencial da coesão familiar, da transmissão de saberes e experiência e de um sentido de entreajuda que a todos deve envolver.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores: A máxima de Camões — «todo o mundo é feito de mudança» — continua a ser verdadeira. Vivemos tempos em que a única certeza parece ser a da mudança. São tempos simultaneamente exaltantes, pela multiplicação das oportunidades, e perigosos, pela difusão de novos riscos e de novas ameaças.

Há duas maneiras, e só duas, de responder aos tempos de crise: ou recusar os riscos e perder as oportunidades, ou correr os riscos e tirar partido das oportunidades.

A diferença entre essas duas atitudes é o que distingue uma sociedade aberta, segura de si e confiante no futuro, de uma comunidade deprimida, arcaica e fechada. Pela minha parte, não tenho dúvidas de que a força, a legitimidade e a credibilidade das instituições políticas são essenciais para fazer a diferença entre uma sociedade assente nos valores da confiança e uma comunidade anémica. Um Estado democrático e moderno, que saiba exercer bem os seus poderes, as suas responsabilidades e o seu domínio de ação, fortalece a sociedade, a sua capacidade de se organizar e modernizar, dando aos cidadãos confiança para tomar nas mãos o seu destino.

Os portugueses têm, apesar das dificuldades, razões fundadas para poderem acreditar nas suas capacidades individuais e coletivas. É este, talvez, o melhor e o maior legado do 25 de Abril. A maior riqueza de que Portugal pode dispor são os portugueses e as portuguesas. É deles e do seu trabalho que depende e dependerá o nosso progresso e a nossa prosperidade. Por isso, não me canso de dizer que é necessário fazer mais, sempre mais, para que os níveis de educação escolar e de formação ao longo da vida da nossa população, sejam cada vez mais elevados. Só assim, cada português disporá de melhores meios para se sentir apto a agir, a trabalhar e a vencer no mundo do século XXI.

Ultrapassámos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, na nossa história recente, barreiras bem mais complexas do que aquelas que hoje se nos deparam. Venceremos também os obstáculos que agora surgem no nosso caminho. Para isso, temos todos, todos, de rejeitar o pessimismo e a resignação.

A compreensão lúcida do que está em causa e do que é preciso fazer, a valorização — sublinho, a valorização — do que somos e do que temos, o trabalho com método, com perseverança e com rigor, são estas as respostas que devemos dar às interpelações que o presente nos faz. Certos de que assim saberemos vencer, prosseguindo o caminho que o 25 de Abril nos abriu.

Viva a Liberdade!

Viva o 25 de Abril!

Viva a República!

Viva Portugal!

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente**: — (...)

Está encerrada a sessão.

2003

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, declaro aberta a sessão.

Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes», tem a palavra a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, Srs. Capitães de Abril, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Logo à tarde, na Avenida da Liberdade, milhares de pessoas afirmarão: «O povo unido, jamais será vencido!» e «25 de Abril sempre, fascismo nunca mais!». Nada mais oportuno e adequado nos dias que correm.

Este ano temos razões acrescidas para evocar os valores da democracia e da liberdade, referências inequívocas da revolução que homens e mulheres portugueses construíram e concretizaram, pondo fim a uma ditadura de 48 anos, a um regime fascista que calou e censurou os portugueses, que fez a guerra do Ultramar, que procurou moldar pensamentos para alimentar um sistema que não tinha nenhuma legitimidade. É, pois, a esses homens e mulheres que fizeram Abril que devemos o nosso agradecimento pela liberdade que as atuais gerações conhecem.

Já aqui foi referido várias vezes em debates parlamentares, mas penso que é oportuno, especialmente hoje, repeti-lo: os portugueses que estiveram quase meio século a viver uma ditadura, certamente não teriam agradecido que um qualquer país nos tivesse bombardeado e ocupado para erradicar o regime de Salazar ou de Caetano, devastando Portugal e matando inúmeras crianças...

Aplausos da Deputada do PCP Odete Santos
e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

... mulheres e homens inocentíssimos e até fundamentais na luta contra o regime fascista. Hoje, não estaríamos aqui a comemorar a Revolução dos Cravos e teríamos como memória atos hediondos em tempos hediondos.

Mas enquanto para nós isto não passa de um apelo às consciências do quão horrível teria sido, para outros foi uma realidade — no Iraque, crianças, mulheres e homens, já vítimas de uma ditadura, pagaram com a sua vida a insanidade de Bush e Blair, que promoveram uma guerra ilegal, violando todas as regras internacionais, com o objetivo de controlar reservas petrolíferas.

Nós, em Portugal, conquistámos a liberdade pela paz e fomos donos do nosso destino. Quando festejamos o 25 de Abril, festejamos justamente a paz e o fim do colonialismo. Por isso, sabemos dar valor à independência conquistada. E é extraordinário como isso se revelou na forma como o povo português se manifestou claramente contra a guerra no Iraque, ao contrário do Governo, que, contra o sentimento generalizado da população portuguesa, apoiou essa guerra.

É também, pelo que vimos, com o 25 de Abril em Portugal que temos uma especial responsabilidade em combater outras formas de ocupação de territórios, de colonialismo, de imperialismo, que há

quem tenha vontade de impor no mundo, com um superpoder mundial norte-americano. Não queremos donos para o mundo, queremos povos soberanos, livres, independentes.

Mas temos ainda razões acrescidas para evocar os valores de Abril, porque, em Portugal, temos assistido a um retrocesso de direitos adquiridos como seria impensável ver 29 anos depois do 25 de Abril. Então, o normal, numa ótica de modernidade, de progresso, não seria sempre o reforço de direitos dos cidadãos, por forma a garantir-lhes mais segurança na vida, mais bem-estar?

É por isso que não se pode aceitar, nem tão pouco compreender como é que foram aprovadas alterações à legislação laboral que fragilizam de tal modo a posição dos trabalhadores, que a insegurança e o medo passam a ditar a submissão completa dos trabalhadores à vida das empresas.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Muito bem!

A **Oradora**: — E não se pode compreender como é que até o acesso a direitos básicos que o 25 de Abril assegurou, hoje se procura restringir, transformando certos bens imprescindíveis e essenciais à vida, como a água, em mercadorias, levando à apropriação de um bem coletivo, através da anunciada privatização do setor da água.

Como não se pode compreender como as mulheres continuam discriminadas quando, em Portugal, continuam sem liberdade de decidir sobre o seu corpo e a ser vergonhosamente submetidas a abortos clandestinos, nas condições mais deploráveis, com todos os riscos que isso comporta para a sua vida.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Muito bem!

A **Oradora**: — A negação de direitos é contra Abril. Abril é conquista, é sempre mais e melhor para as pessoas e para o desenvolvimento.

Isso reflete-o uma das maiores criações de Abril — a Constituição da República Portuguesa. E, apesar de todas as tentativas que têm sido feitas para violar ou até desvirtuar a nossa Constituição, ela continua a ser o garante de muitos dos nossos direitos.

E bem se percebe o seu valor quando o Ministro, a propósito do Código do Trabalho, diz que só não se foi mais longe porque a Constituição Portuguesa não permitia. E, mesmo assim, aquela legislação laboral está repleta de inconstitucionalidades, questão que ainda esperamos que seja resolvida.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Muito bem!

A **Oradora**: — E continuamos a aperceber-nos da importância da nossa Constituição, quando ouvimos, por exemplo, outro Ministro referir que não aumenta mais o valor das propinas, porque há um acórdão do Tribunal Constitucional que não permite encarecê-las mais.

É preciso cumprir a Constituição de Abril, e há tanto a fazer para atribuir e garantir qualidade de vida aos portugueses que não se compreende como se dá prioridade àquilo que não está na base dos problemas dos cidadãos, como a reforma do sistema político ontem aprovada neste Parlamento, a

pretexto da necessidade de credibilizar a vida política, quando, afinal, são os partidos que estiveram na base desta reforma que a têm descredibilizado.

Em momentos de crise aumentam as subvenções estatais para os partidos políticos, aumentam os gastos de campanha eleitoral e muitos outros exemplos poderia dar de graves alterações à lei dos partidos e do financiamento dos partidos, que ontem aconteceu.

Como querem credibilizar a vida política quando as pessoas estão fartas de ouvir tantos compromissos eleitorais e de os ver gorados logo a seguir? Como querem que os portugueses se sintam quando se promete a baixa de impostos em campanha eleitoral e logo depois das eleições, afinal, se aumentam os impostos? Ou quando condenam uma guerra absurda e veem Portugal «colado» a essa guerra? Ou quando os problemas ambientais que os afetam continuam a acentuar-se sem vias de resolução? Ou quando a riqueza é cada vez mais distribuída de forma desigual, as empresas se vão, a agricultura não dá, a saúde e a educação são para quem as pode pagar, os imigrantes não têm como se integrar, os deficientes continuam a ser marginalizados?! Para além de que não há como credibilizar a vida política quando se continua a assistir a uma certa promiscuidade entre o poder político e o poder económico, ou quando a falta de ética na política continua a existir.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

A **Oradora**: — Afinal, a credibilização da vida política passa pela verdade, pela seriedade, pela transparência, pela ética de quem exerce mandatos políticos, pelo cumprimento dos compromissos assumidos com as populações e por medidas positivas de desenvolvimento. E passa também, necessariamente, pelo cumprimento de um dos princípios de Abril: a aproximação dos centros de decisão às populações, o fomento da participação das populações.

Por isso, deve preocupar-nos o estrangulamento financeiro com o qual os órgãos autárquicos se têm confrontado ao longo dos anos. E atente-se também à contínua transferência de poderes de decisão de Portugal para Bruxelas, estando hoje até em discussão, na União Europeia, o papel dos parlamentos nacionais, aos quais se procuram retirar poderes legislativos, e a tentativa de domínio dos órgãos de decisão da União pelos grandes países.

E quantos portugueses terão conhecimento que na Convenção sobre o Futuro da Europa se está a preparar uma constituição europeia, sem a participação dos cidadãos, a qual prevalecerá hierarquicamente sobre as constituições nacionais, mesmo sobre as mais avançadas na garantia de direitos, liberdades e garantias, como é o caso da nossa Constituição. Não podemos permitir que nos retirem aquilo que foi uma das maiores criações e conquistas de Abril.

Termino, referindo que o 25 de Abril de 1974 constituiu, para além de tudo o mais, uma lição a não esquecer. Parecia, com certeza, impossível mudar o regime; parecia, com certeza, que a ditadura já era uma inevitabilidade para Portugal, que estava agarrada com raízes fortíssimas. Mas houve quem não acreditasse em inevitabilidades e quem prosseguisse uma missão quase impossível numa luta continuada e prolongada em função de um sonho que era necessário tornar real — construir um Portugal de liberdade, democrático, que conhecesse novamente a paz.

Por isso, quando hoje nos falam em inevitabilidades, quando nos fazem crer que adotam políticas prejudiciais aos portugueses porque tem de ser assim, porque não há outro caminho, quando nos fazem crer que retirar direitos aos trabalhadores é a forma de as empresas criarem competitividade, quando nos dizem que não resolvem problemas ambientais, que muito afetam a saúde pública, porque, para desenvolver, é preciso não impedir as agressões ambientais, quando nos dizem que a privatização de setores como a educação, a saúde ou a água são inevitáveis, só porque isso faz parte de uma dita modernidade, é preciso dizer, com veemência: não é verdade!

Deixar de acreditar que é possível tomar outros caminhos é deixar de ser livre e de exigir democracia.

Por isso, em nome de Os Verdes, quero dizer que vale a pena acreditar e vale a pena agir. Pela qualidade de vida, pelo desenvolvimento sustentável, pela igualdade, pela liberdade mantenhamos a «força de Abril».

Viva o 25 de Abril!

Aplausos de Os Verdes, do PCP e do BE.

O Sr. **Presidente**: — Em representação do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sr.ª Deputada Joana Amaral Dias.

A Sr.ª **Joana Amaral Dias** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Sr.as e Srs. Deputados, Ilustres Convidados: Tenho a idade da Revolução. No 25 de Abril de 1974 tinha meses de idade e estava em Luanda, com meus pais, envoltos na guerra colonial, essa que sangrou tantos pais e famílias de tantas pessoas da minha geração, de um e de outro lado. Uma guerra que negava aos povos o direito à independência e justificava, no nosso país, a continuidade de uma ditadura.

Não vivi a Revolução e apenas beneficiei dela. E, tal como eu, muitos foram os que cresceram sob a promessa do 25 de Abril, de uma nova ordem que era internacional e que, então, se queria também nacional, uma nova ordem que prometia a democracia, a justiça e a igualdade, que gritava pelos direitos humanos, pelas garantias e liberdades dos povos.

À medida que fui crescendo, cresci para uma nova consciência cívica, para um entendimento outro. Assisti a mais esta e mais aquela comemoração do 25 de Abril de 1974 e estive em muitas das manifestações, onde essas promessas se renovavam, ampliadas. Sem dúvida alguma que a minha geração, fruto da batalha destemida dos capitães de Abril, já sages quando ainda nós pequenos, teve oportunidades e regalias de que os nossos pais não dispuseram e os nossos avós jamais.

Os da idade da Revolução, os «filhos de Abril», beneficiaram. Herdámos já um país com liberdades democráticas, com direitos civis e sociais e em rápida transformação.

Do mesmo modo crescemos, na viragem para os anos 90, sob o prenúncio de uma terra mais plena, que se anunciava ante a queda do muro de Berlim. Como hoje todos sabemos, entre as promessas e as realidades encontra-se a exigência não concretizada.

«Filhos de Abril» são também todas essas vitórias e conquistas sobre a liberdade, os direitos, a esperança e a qualidade de vida, da saúde ao ensino, da avenida ao monte. «Filhos de Abril» são também o inconformismo e a bravura. «Filha de Abril» é também a coragem, a «mãe coragem». É essa grande arma que urge agora resgatar, perante a balança que estamos, entre o Deve e o Haver, entre o prometido de Abril a Novembro e o cumprido em 29 anos, nos nossos 29 anos também.

Olhemos, então, para o mundo em que estamos, para a democracia que temos, para a liberdade com que sonhamos, para a sociedade que poderíamos e para a paz em que repousaríamos. E não, não nos venham falar, não nos venham calar, com o fim da utopia, o fracasso da vontade ou a desgraça da solidariedade.

A esquerda não está apática, não está em retirada, nem em decadência, nem num impasse. A história não morreu, nem morrerá, ao contrário do que muitos vêm afirmando desde a década de 50 e alardeiam agora, associando essa suposta retirada à decadência da história. Mas, como diria Oscar Wilde, e ele bem sabia como era soletrar liberdade, estar errado acerca da história uma vez é lamentável, ao passo que estar errado duas vezes é pura negligência.

Olhemos então para o percurso que fizemos e para o trilho que esboçámos.

Não nos adormeçamos na informe da mercantilização, no servilismo do trabalho, no pavor imposto pelas oligarquias arrogantes ou «abobalhemos» na incomodidade bem comportada. Por mais arredados que estejamos da participação cívica, do envolvimento social, dos centros de decisão política, por mais anestesiados que sobrevivamos, como diria Emma Santos, a manhã volta sempre. «Sempre a manhã. Ainda que anteponhas uma barreira entre ti e a luz, que feches a janela, que te enroles nos lençóis, que te escondas, que te percas ou afogues, a manhã volta sempre». E que manhã, que alvorada queremos para amanhã, para o dia 26 de abril de 2003, a data que, no meu passado, era a data do futuro, de um futuro futurista, dispensando a terra e aventurado no espaço, de um futuro sem doença, sem fome e sem dor?

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Muito bem!

A **Oradora**: — O mundo que temos e o mundo que queremos. O mundo que temos é, agora, um que se contenta com uma democracia pequenina? Onde, ao arrepio de todo o direito internacional e de muitas outras revoltas de cravos e pinheiros bravos, assistimos ao poderio político e bélico da única grande potência, hegemónica, arremessado sobre um país que sufocou durante décadas sobre um ditador, servindo a democracia sobre lápides tumulares, chacinando famílias e crianças, implodindo património, identidade, história e cultura e negociando-se em milhões em cima e por baixo de mesas de cadáveres, escombros e muita, toda a sombra.

O mundo que temos e o mundo que queremos. Um Portugal que volta atrás, que se modernizou na fachada, mas deixou em putrefação o recheio, como se de um cenário se tratasse, onde ainda grassa a fome, o analfabetismo, a doença. Onde fermenta o absentismo e o alheamento da participação política. Onde a garantia constitucional e fundamental de um Serviço Nacional de Saúde e democratização do ensino parecem ainda oásis, ou, às vezes, apenas miragens... como se a saúde e a educação fossem

tão-só e apenas bens de consumo como quaisquer outros, podendo ser assim sujeitos a toda e qualquer regra de mercado neoliberal, privatizados, negociados e tornados em lucro.

Um país onde continuamos a ser em tantas, tantas, mas tantas coisas a cauda envergonhada da Europa, que se quer nova, mas crescida. O país onde os direitos dos trabalhadores, essa imensa praça de gente com alma, muitos ganhos nessa Primavera ida, se veem agora, sobre a égide de um pacote laboral sem escrúpulos, ameaçados, rotos e escusados, humilhados e ofendidos. Um conjunto de medidas que fragilizam conquistas tão progressistas à época quanto essenciais, como o direito à greve, a contratualização coletiva, a redução e o respeito pelos horários de trabalho.

Vozes do BE: — Muito bem!

A **Oradora**: — Um pacote laboral que enferma de inconstitucionalidades, que permite contratos a prazo de seis anos, a não reintegração em caso de despedimento ilícito, que alimenta a alienação do trabalho, ao invés de o esculpir na forma da realização individual e do desenvolvimento de todos. O país que menos gasta com os trabalhadores e que ainda lhe carrega nos ombros o insucesso da produtividade como se fossem esses braços esforçados que mapeiam as estratégias empresariais, ou definem as leis e regras de mercado. O país amnésico da alteração radical das relações historicamente injustas e desequilíbrios entre o capital e o trabalho que foi a Revolução de 1974/75.

Que país temos, que país idealizámos. Não será certamente o país que pretende assinalar o aniversário da Revolução com a reforma do sistema político que ainda afasta mais os cidadãos da política e do exercício da sua cidadania.

O país que ambicionamos não é, certamente, o da degradação ambiental, da intolerância e desproteção aos emigrantes, da intolerância racial, étnica e social, da discriminação da orientação sexual ou de género. O país que queremos não é o reacionário sobre os direitos das mulheres, que continuam a ser as mais pobres entre os pobres, as que mais trabalham e menos ganham e que, sinistramente, ainda nem sequer podem optar por ter, ou não, um filho.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

A **Oradora**: — O mundo e o país a que temos direito é esse outro onde a data não resvala para uma efeméride oca e coquete, onde a política não é demissionista e os cidadãos normalizados, onde a luta, a esperança e a convicção pela liberdade se tece todos os dias e se renova todas as manhãs.

É o mundo de uma globalização outra, alternativa, onde os povos e as gentes, os que nasceram antes e depois do 25 de Abril e na memória dos que já não estão, sai às ruas, às praças, ou até mesmo às rotundas do progresso de postal, clama pelo que lhe é de direito, pelo que lhe pertence. E, senhoras e senhores, o que lhe pertence é, antes de tudo e em primeiro lugar, a liberdade. Essa que se reinventa e refunda agora em todos os continentes e em todas as cores, enquanto repensamos de novo e para sempre o que é a democracia e a liberdade. Por Timor, esse sim, um Estado conquistado pelo seu povo à geopolítica imperial. Em Seattle, Nice, Montreal, Génova, Florença, Sevilha, em Porto Alegre, aqui, no

Rossio, clamando por justiça social e paz mundial, aí e além, em muitas cidades e vilas portuguesas, em muitos olhos que olham e veem, que não desistem, tal como na aurora que hoje celebramos, a da resistência, insubmissão, pureza e conquista popular contra a censura, a repressão e o absolutismo.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Nesta manhã, hoje e no amanhã que sempre volta, queremos a força, a paixão e a iniciativa de há 29 anos atrás. Jorge Luís Borges dizia que o passado reescreve-se no agora. Não nos quedaremos num passado nostálgico, numa narrativa acabada, ou nos iludiremos com conquistas definitivas. Fiéis à memória, iremos disputar a história.

Aplausos do BE, do PCP, de Os Verdes e de Deputados do PS.

Protestos de Deputados do PSD, batendo com as mãos nos tampos das bancadas.

O Sr. **Presidente**: — Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: Para muitos de nós, a Revolução de Abril é um daqueles momentos da nossa história em que nos assalta o apelo de saber mais. E, se possível, que esse urgente conhecimento nos permitisse sentir uma espécie de presença, mesmo que breve e ilusória, ali nas ruas daquele tempo. No fundo, fica a indisfarçável vontade de que pudéssemos ter sido também personagens dessa história.

É que, para muitos de nós, para cerca de um terço da população portuguesa, a Revolução dos Cravos aconteceu antes de termos nascido. O que torna ainda mais necessária, cada vez mais necessária, uma pedagogia dos verdadeiros ideais e valores do 25 de Abril.

Na verdade, são por vezes distantes e difusas as imagens que chegam desses dias e dessas horas. São estranhos os silêncios que tantas vezes envolvem esse turbilhão de momentos, atos e rostos. Por vezes, é como se o tempo que nos separa de Abril tivesse passado mais devagar. Raramente, na escola, surge o tempo e o espaço para ler, ouvir e falar sobre o que realmente aconteceu e, mais importante ainda, sobre os porquês e os «para quês» da Revolução dos Cravos. E, entretanto, são muitas e refinadas as formas de confundir, branquear, mistificar o que foi aquele quase meio século de ditadura fascista. E são escassas as expressões de reconhecimento deste Portugal de Abril perante a bravura e a generosidade daqueles que o libertaram.

Daí que seja indispensável reafirmar a nossa homenagem, a nossa comovida e intensa saudação aos militares de Abril, que, há 29 anos, nas palavras do poeta Ary dos Santos, fizeram «nascer um país do ventre duma chaimite».

Aplausos do PCP, do BE, de Os Verdes e de Deputados do PS.

A nossa gratidão nunca será bastante para com aqueles jovens que, de armas na mão, trouxeram a paz a este povo cansado de guerra. E, hoje, como ontem, prevalecem entre os jovens deste país esses ideais humanistas e solidários.

Hoje, exercendo essa liberdade, saem os jovens à rua, erguendo a sua voz em defesa da paz, porque sabem, como nós sabemos, o que a guerra tem para oferecer, com o seu hediondo cortejo de bombas e balas. Disse-o Manuel da Fonseca — «só crime e morte e o sangue derramado» — e nós acrescentamos: e os milhões que correm neste negócio de horror. Assim foi na guerra colonial, assim tem sido no Iraque dos nossos dias.

É este clamor que cresce na voz da juventude e se faz ouvir pelos portugueses de todas as idades. Quem faz assim ouvir o seu grito «Paz sim, guerra não!» está também a defender os ideais da Revolução de Abril, mesmo aqueles que a não viveram. Por isso, afirmamos que a paz, tal como Abril, não se rende! Porque as lutas que travamos prosseguem o caminho de combate e resistência de muitas gerações de portugueses. Homens e mulheres deste país que abriram caminho a esta revolução democrática e nacional e provaram com a sua ação, nos campos e nas fábricas, nas universidades, nos quartéis, que há razões para acreditar e lutar por um mundo melhor, «um mundo possível e feliz (possível porque o sonhamos)», como escreveu na década de 30 o poeta militante José Gomes Ferreira.

Já desta tribuna dissemos muitas vezes que é preciso continuar Abril, aprofundar a democracia, desenvolver as suas múltiplas vertentes.

Mas hoje, ao celebrar estes 29 anos da Revolução de Abril, é preciso denunciar o grave retrocesso democrático que constituem as alterações, ontem aprovadas, à lei dos partidos políticos e à lei do financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais.

Quando se pretende, por lei, obrigar todos os partidos, numa inaceitável ingerência na sua vida interna, a adotar um modelo único e obrigatório para o seu funcionamento ofende-se a vontade própria, soberana, dos seus militantes e organizações.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Não estão em causa as opiniões sobre a opção de cada partido quanto ao seu funcionamento e organização. O que é ilegítimo é que a lei adote um desses modelos e rejeite todos os outros.

Os partidos são feitos de homens e mulheres livres, que neles se associam por sua vontade, que, através deles, intervêm na sociedade de acordo com os seus ideais e que têm o direito de decidir como é o partido que querem.

Aplausos do PCP e do BE.

Quando, por lei, se impede que uma essencial fonte de receita de um partido seja a militância, a dedicação, o contributo dos seus membros e apoiantes e ao mesmo tempo se favorece a dependência do Estado e o aumento do despesismo eleitoral dá-se um passo adiante no descrédito da vida política perante os cidadãos.

As razões desse descrédito da vida política não estão nas leis que até aqui têm regulado o funcionamento partidário, estão nas sucessivas promessas não cumpridas; estão na falta de ética e de responsabilidade política; estão nas políticas que aumentam as desigualdades.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — É preciso que todos os que participam neste processo tenham a consciência de que este é um caminho que não serve ao aprofundamento da democracia e que afronta valores essenciais de Abril.

É preciso defender Abril e as suas conquistas. Enfrentar com determinação os «ajustes de contas» que aí estão mal disfarçados de modernice.

Os direitos conquistam-se e defendem-se todos os dias, exercendo-se na prática, combatendo os ataques que lhes são dirigidos. Pois é este o combate que centenas de milhar de homens, de mulheres, de jovens têm feito de Norte a Sul do país.

Estão lutando por Abril os estudantes que não desistem de exigir e defender uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos, que seja reconhecida e cumprida como um direito que é! Não como um luxo, não como um favor, e muito menos como um negócio.

O país precisa de inverter este atraso estrutural no seu sistema educativo. E é todo o país que tem a perder quando se cava mais fundo o fosso das desigualdades no acesso à educação. Perante este enorme passo atrás, a determinação e a coragem que os jovens deste país já tantas vezes demonstraram são a razão que temos para acreditar no caminho de luta que é preciso percorrer.

E estão lutando por Abril e pela Democracia todos aqueles que nas ruas, nas empresas, nos seus postos de trabalho combatem os retrocessos sociais e civilizacionais com que são confrontados, e de que é exemplo mais recente o Código do Trabalho, com uma matriz profundamente contrária aos direitos dos trabalhadores e aos princípios da Constituição da República.

Quando estão em causa o emprego com direitos, as liberdades sindicais, a segurança social, estão em causa os valores de Abril.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — E para quem se interrogava sobre as razões destes estranhos silêncios sobre a Revolução dos Cravos, sobre as conquistas e os direitos que Abril nos trouxe, a resposta vai aparecendo, sussurrada, na opressão que se abate sobre quem trabalha.

Por isso, é ainda mais importante e significativa esta consciência crescente, esta unidade que trabalhadoras e trabalhadores, de várias gerações e de tantos ofícios, revelam na resposta a esta escalada de ataques à sua dignidade.

O que alguns chamam com sobranceria de «resistência à mudança» é resistência, sim, mas uma resistência que traz dentro de si uma semente de futuro, uma resistência que teima em não baixar os braços e que, reconhecendo — e recusando — aquilo que é tão velho como a exploração e a tirania, não abdica de aspirar a um futuro melhor.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — A mudança, efetiva e urgente, virá e será concretizada quando cumprirmos Abril e o povo português retomar o seu caminho de aprofundamento da democracia política, económica, social e cultural num país verdadeiramente livre, soberano, num mundo de paz e de cooperação. A mudança, efetiva e urgente para a juventude e para a população, virá com a defesa e o efetivo respeito pelos direitos fundamentais, na educação, no emprego, na habitação, no ambiente, na cultura, no desporto, na participação.

É esse futuro e é essa mudança que estes jovens estão a construir, quando lutam, resistem e defendem as conquistas de Abril. Por isso, também hoje, temos razões para acreditar no futuro. Assim como, já antes de Abril, o souberam as mulheres do Couço, os vidreiros da Marinha Grande, ou os operários agrícolas do Alentejo, também nós hoje sabemos que vale a pena lutar.

É que, das tantas lições que aprendemos com Abril, há uma ideia que prevalece: por mais categóricos que sejam os que decretam o fim da História, a verdade é que a História prossegue e avança, e a luta continua. A luta de concretizar Abril, os seus ideais de democracia e de liberdade, as suas conquistas de progresso e justiça social.

O futuro será como os povos o construírem. Pela nossa parte, mantemos a convicção e a confiança em que este país saberá construir o seu próprio futuro, defendendo os valores do 25 de Abril. Sempre!

Viva o 25 de Abril!

Aplausos do PCP, do BE, de Os Verdes e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Em representação do Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes dos Parlamentos dos países candidatos ao alargamento da União Europeia, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Embaixadores e Embaixadoras, Sr.as e Srs. Deputados: Chega, hoje, a hora de dar voz, nesta cerimónia, a uma geração que nasceu depois de 1974: a geração da democracia, a geração da liberdade.

Uma geração de jovens para quem a liberdade é quase tão natural como respirar, mas, tal como a respiração, a liberdade é totalmente imprescindível. É em nome dessa liberdade que, nascidos em democracia, os jovens de hoje defendem os seus princípios e querem ter direito a fazer as suas escolhas. Recebemos a democracia da geração que nos precedeu, não queremos limitar-nos a passá-la à geração seguinte. Queremos que a democracia tenha sentido e que seja realmente efetiva para todos, sem limitação de tempo ou lugar, de idade ou cor política.

A Sr.ª **Adriana de Aguiar Branco** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Em 25 de Abril de 1974, abriu-se caminho à conquista da liberdade e à instituição da democracia. Esse caminho foi e é um caminho difícil que está longe de estar concluído. O tiro de partida não permite invocar, em exclusivo, a glória da chegada.

Não podemos descansar e achar que tudo está garantido. Tem de partir da juventude a exigência de mais e melhor democracia, de mais e melhor liberdade. Cabe-nos a nós a responsabilidade de lutar por estes valores e de os construir, tornando, assim, real aquilo que para muitos apenas não passou de um sonho.

Homenageamos os que adquiriram um património de liberdade, mas não admitimos que o ponham em causa, nem toleraremos jamais o menosprezo, pouco democrático, em relação aos que, por terem nascido depois, não estiveram nas ruas.

Celebramos, hoje, os primeiros passos de uma Nação rumo à democracia — passos trémulos, difíceis e hesitantes, como são todos os primeiros, mas que valem sempre a pena.

Assegurados os direitos fundamentais e consolidados a prática e o sentir democráticos, nem por isso esta jornada, inevitavelmente imperfeita e desejavelmente inacabada, se encontra livre de perigos.

Na verdade, invocar a democracia é recordar que esta não consente donos, não tolera instrumentalizações e não permite exclusões. Reclamar a propriedade de valores é arrogância. Alegar a paternidade exclusiva de um regime é falta de humildade. Monopolizar uma suposta verdade é totalitarismo de opinião.

Lembrar aos que pretendem ser únicos possuidores e intérpretes de tal património que este é de todos e para todos é, além de elementar justiça, um ato de inteligência. As demonizações simplistas, os maniqueísmos de conveniência e as amnésias parcelares são más conselheiras na análise da grande História por nós construída, mas que já não nos pertence inteiramente por se encontrar espalhada nas margens dos mares que abrimos, na boca e nos corações daqueles que encontrámos.

Por isso, dizemos ser a História de Portugal demasiado digna para que dela se faça uma leitura canhota!

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Ao comemorar a democracia não ignoramos as dificuldades, e, se não fosse a vontade firme dos portugueses, a coragem dos militares e a determinação de figuras civis, como Sá Carneiro, Mário Soares e Freitas do Amaral, alguns teriam conduzido Portugal para uma ditadura, ainda que de sentido contrário.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Lembramos, sobretudo, aqueles que em 25 de novembro de 1975 consolidaram definitivamente o caminho da democracia e da liberdade.

É por isso imperioso que a História de Portugal, ensinada nas nossas escolas, vá realmente ao fundo destas questões. É fundamental que, sabendo o que aconteceu, as gerações mais novas possam perceber o que verdadeiramente custou a liberdade e quem mais lutou por ela.

Pertenço à nova geração de um partido que tem história e sofreu para ter a sua própria liberdade. Muitos foram aqueles que quiseram impedir o CDS de participar no processo democrático português, mas hoje, passados 29 anos, a sua importância é inquestionável, e a prová-lo está a presença na atual maioria que governa Portugal.

Hoje, para que não haja paternalismos deterministas e para demonstrar que a liberdade também se alicerça na tradição, gostaria de homenagear a geração de democratas-cristãos que lutou pela afirmação do CDS e da Juventude Centrista, aqueles que estiveram cercados e com as vidas em perigo no I Congresso do partido, no Palácio de Cristal, na cidade do Porto...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — ... ou no primeiro comício da Juventude Centrista, no Teatro Municipal São Luís, na cidade de Lisboa. Todos eles foram combatentes da liberdade...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — ... e têm em Adelino Amaro da Costa o seu exemplo máximo.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Em nome de uma geração, cuja voz é fruto da sua luta, este agradecimento é tão sentido quanto merecido.

Temos hoje um destino a cumprir: derrotado o corporativismo e conquistada a liberdade, há hoje um grande desafio que se põe às novas gerações — o desafio de vencer as novas tiranias sociais.

Estas tiranias são inibitórias de uma intervenção e participação políticas sinceras e sérias.

A tirania do «politicamente correto», que cria uma espécie de obrigação de só dizer aquilo que, desde logo, será bem aceite pela opinião pública não pode ser aceite por uma geração que não abdica da sua irreverência e que tenciona exercê-la.

A tirania do mediatismo absoluto, que obrigaria a que a agenda política coincidisse com a agenda da comunicação social.

A tirania do culto do igualitarismo, que insiste em querer tratar de forma igual o que é diferente.

A tirania dos complexos neocolonialistas, que impedem que Portugal tenha uma política clara de cooperação com o mundo lusófono de uma forma livre e sincera.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — A teoria da mediocridade, que, impedindo a distinção pelo mérito, acaba por nivelar tudo por baixo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Por último, a tirania das minorias, que faz da política uma manta de retalhos de soluções pontuais para realidades minoritárias, anulando a função principal da política, que é a prossecução do bem comum.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Todas estas novas tiranias devem mobilizar a juventude para a participação política, que é tão útil quanto necessária. Mas esta participação livre e democrática dos mais jovens deve ter mais vetores. É fundamental que se torne a democracia mais participada e a política mais transparente. É fundamental que se introduzam as novas tecnologias, no exercício do direito de voto pelos cidadãos. É necessário que seja fomentado o ensino da ciência política nas nossas escolas, para que os jovens saibam e percebam o que está em causa nas várias soluções políticas que lhes são apresentadas.

Por outro lado, cabe, hoje, saudar a reforma do sistema político, iniciada, há um ano, por iniciativa de Vossa Excelência, Sr. Presidente da República, e realizada por este Parlamento. A transparência no financiamento dos partidos, a responsabilidade a atribuir na gestão das suas contas, ou a limitação dos mandatos são apenas alguns exemplos de um caminho no sentido da credibilização da política e dos políticos.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — O adormecimento da juventude é útil para quem se quer refugiar nestas novas limitações da liberdade. Não aceitamos que assim seja, queremos lutar para que a democracia seja mais do que um sistema político, tornando-se numa verdadeira realidade social. Esta, sim, é a realidade social que poderá lançar Portugal numa afirmação plena e futura no mundo globalizado. A necessidade de reafirmar o papel do Portugal livre e democrático no mundo é um dever a cumprir pela juventude.

Para isso, temos de ser os primeiros a lutar, para que, em todo o mundo, todos os povos tenham direito a atingir aquilo que nós conseguimos.

Assim, quero saudar os Srs. Presidentes dos Parlamentos dos países candidatos ao alargamento da União Europeia, dirigindo-me, em particular, aos Srs. Presidentes dos Parlamentos dos países que viveram sob o jugo de ditaduras comunistas, e dizer o seguinte: estão, hoje, prestes a conquistar algo que a democracia portuguesa nos permitiu, a integração europeia. A presença de VV. Ex.as prestigia esta Sessão Comemorativa e, com o exemplo dos vossos povos — finalmente libertados! —, inspiram todos aqueles que não abdicaram de considerar a democracia como um bem maior, insuscetível de suspensão, ou revogação, em prol de quaisquer mundividências.

Aplausos do CDS-PP, do PSD e de Deputados do PS.

Saudamos, ainda, a tenaz afirmação de independência destes Estados, que, se ontem resistiram ao sovietismo e às teses de soberania limitada, enfrentaram ultimamente pressões, ilegítimas, para que abandonassem os seus mais próximos aliados, em benefício de um «pensamento único europeu» feito de «passos invisíveis», visando uma solução institucional imposta para a União Europeia. Mais uma vez, foram exemplo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Com este convívio, que hoje realizamos, reafirmamos a convicção, já profunda e enraizada na nossa gente, de que a democracia é um valor de todos e para todos, insuscetível de restrições geográficas ou particularismos étnicos. Caíram os «muros da vergonha»! Caíram as «cortinas de ferro»! Falta apenas cair o silêncio dos que pactuaram, dos que serviram, dos que louvaram o que por lá se foi passando.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Pela nossa parte, estamos onde sempre estivemos.

Tendo assistido à heroica luta de libertação dos povos e Estados do Leste Europeu, denunciando, desde sempre, a opressão e a vergonhosa tirania comunista a que se encontravam subjugados, é especialmente grato ao CDS-PP saudar e acolher estas nações no seio da Europa da paz, da cooperação e subsidiariedade.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas, infelizmente, a vossa vitória, que hoje evocamos, ainda não chegou a todo o mundo. Não podemos deixar de lembrar que, infelizmente, a liberdade e a democracia continuam a não chegar a muitas partes do Globo. É com profunda preocupação que constatamos que, por esse mundo fora, continuam a existir ditaduras sanguinárias e tiranos verdadeiramente selváticos.

Mas não podemos esquecer uma grande vitória dos últimos tempos: caiu uma dessas ditaduras, provavelmente uma das piores. Foi deposto um tirano, que, durante anos, oprimiu o seu povo. Congratulamo-nos com a queda do regime totalitário iraquiano e com o fim da tirania de Saddam Hussein.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Somos daqueles que não temos dúvidas, nem hesitações, em que, para nós, o dia da queda do regime iraquiano foi um dia de alegria. Foi um dia de liberdade!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Mas, nesse mesmo período, outra ditadura reafirmou a sua existência. Tentando aproveitar um certo alheamento mediático, outro tirano, Fidel Castro, e outro regime totalitário, o cubano, lembraram que estamos longe de conseguir o triunfo da liberdade.

Nos últimos tempos, mais uma vez, a ditadura cubana mostrou o seu profundo desprezo pela liberdade de expressão e a brutalidade de um sistema ditatorial inaceitável, lembrando que há prisioneiros políticos e que, de entre estes, os mais felizes podem almejar, no máximo, a sobrevivência.

Não esquecemos estes presos políticos, porque, enquanto nos esquecermos de alguns, não podemos ser todos livres.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Hoje, quando comemoramos a nossa liberdade e a democracia, temos de levantar a nossa voz contra todas as ditaduras que continuam a resistir à consagração de um direito fundamental e universal do Homem, que é o direito à liberdade.

Os jovens de hoje não assistiram às ditaduras atrozes que proliferaram na Europa do século passado. O fascismo, o nazismo e o comunismo foram responsáveis por limitações da liberdade e por um número de mortes verdadeiramente inaceitáveis.

Aplausos do CDS-PP e do PSD e de Deputados do PS.

Nem assim, calamos a nossa voz; pelo contrário, o caminho faz-se continuando a derrotar as ditaduras. O caminho faz-se provando que, num mundo livre, não há lugar para regimes como o cubano ou o norte-coreano.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Há um desígnio que a juventude de hoje não pode, nem vai, perder de vista: o desígnio de não se deixar enganar. O desígnio de não se deixar adormecer. O desígnio de tornar universal o património de liberdade e democracia que hoje comemoramos.

É esta a nossa luta!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Em representação do Grupo Parlamentar do PS, tem a palavra o Sr. Deputado Medeiros Ferreira.

O Sr. **Medeiros Ferreira** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Excelentíssimos Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Não poderei dizer que sou «um filho de Abril».

Risos.

Também penso que seria uma grande ousadia dizer que sou «um pai de Abril».

Risos.

Quando muito, serei «um dos irmãos mais velhos de Abril», porque Abril sem a luta contra o fascismo e a ditadura não teria tido legitimidade democrática.

Aplausos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Quero também saudar, pela primeira vez nesta Sessão, os Membros do Movimento das Forças Armadas e todos os militares aqui presentes, que, de uma forma, ou de outra, fizeram o 25 de Abril, e são uma das traves-mestras do Estado democrático português.

Aplausos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes, de pé, e do PSD.

Celebrar a data de 25 de Abril é convocar, de novo, a esperança entre os portugueses, é, de novo, remar contra o marasmo, é, de novo, sobressaltar os instalados no lado morto das sociedades. É sempre um julgamento do passado, é sempre um desafio ao presente, é sempre uma aposta no futuro.

O 25 de Abril de 1974 foi um movimento político endógeno da sociedade portuguesa num ocidente então instalado na aceitação da coexistência entre ditaduras e democracias. O imobilismo do mapa político confundia-se com a legitimação dos regimes de facto. Os realistas da aparência admitiam, no máximo, «aberturas» e «liberalizações» dos regimes políticos a Leste e a Oeste. O derrube da ditadura naquela data só foi possível pela intervenção decisiva do Movimento das Forças Armadas. Os portugueses foram libertados pelas suas próprias Forças Armadas, perante um ocidente complacente e uma Espanha franquista inquieta.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Ninguém nos pode cobrar a fatura da nossa libertação.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — A liberdade que agora passa de geração em geração quer-se isenta de qualquer pecado original.

Aplausos do PS e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

É verdade que, depois do derrube da ditadura, recebemos vários apoios inesquecíveis para a consolidação do regime democrático pluralista, desde o de alguns países da Comunidade Europeia até ao dos Estados Unidos da América.

E como temos saudades dos Estados Unidos da América que compreenderam, aceitaram e apoiaram a vontade democrática dos portugueses! O Mundo precisa desses Estados Unidos da América de volta. De volta ao apoio aos regimes democráticos assentes na vontade popular. De volta às regras explícitas do direito internacional e ao respeito da Nações Unidas...

Aplausos do PS.

... como lugar geométrico da possível governança mundial nesta era de globalização desregulada e de anarquia crescente. Algum poder público internacional será necessário para o efeito.

São bem inquietantes para Portugal alguns sinais de revisionismo na cena mundial, desde a alteração do mapa político, inclusive na Europa, até à atuação sobranceira ao direito internacional por mais de uma potência. Sobretudo essa conjugação entre as alterações do mapa político mundial e a sobranceria perante o direito internacional deve merecer o maior cuidado por parte da República Portuguesa no futuro.

Outra das lições da gestão da crise do Iraque foi tornar evidente que, vistos de Washington, os Estados europeus são praticamente iguais. Os esforços para salientar um diretório continental de médias potências não correspondem às atuais exigências de afirmação da União Europeia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — É urgente encontrar algum órgão na União Europeia que garanta a igualdade dos Estados-membros na elaboração das suas políticas e das suas normas. Sem a garantia da igualdade entre os Estados-membros da União Europeia só existem velhas Europas... E nós queremos um outro mundo novo para as próximas gerações, onde a liberdade se conjugue com a dignidade dos povos.

A «opção europeia» da República Portuguesa, tomada pelo I Governo Constitucional, em 1976, da responsabilidade do Partido Socialista, é parte integrante do património do nosso regime democrático. A partir daí, todos os governos incorporaram esse objetivo nacional. Há quase 20 anos que somos um Estado-membro da Comunidade Europeia e sabemos que grande parte do nosso futuro se joga nela. A direita política em Portugal — e viro-me para ela — até parece ter-se afeiçoado a esse quadro integrador. Muitos dos seus opositores mais destacados há anos atrás praticam hoje o «europeu», como diria Aristide Briand, um avô do entendimento continental. Seria muito positivo para a esquerda

portuguesa — e viro-me para a esquerda — que outras formações desse vasto e variado campo ideológico, para além do Partido Socialista, se dispusessem a uma maior abertura política perante a União Europeia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Europa que, aliás, está a mudar de paradigma e precisa de novas ideias e novas forças.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores: O PS queria saudar, agora, muito especialmente, os Presidentes dos Parlamentos nacionais dos países que acabam de aderir à União Europeia.

A vossa presença na Assembleia da República neste dia e neste momento é um testemunho, vivo e generoso, da importância do 25 de Abril de 1974 no desenvolvimento da solidariedade europeia após a queda das ditaduras. É também uma manifestação espontânea da presença dos parlamentos nacionais na política europeia.

Aplausos do PS, do PSD, do CDS-PP e do orador.

Países como os vossos, que se libertaram há cerca de 10 anos de regimes opressores e de um certo tipo de hegemonia internacional assente na tese da soberania limitada, serão certamente intransigentes na defesa das liberdades públicas, das garantias individuais, do modelo social europeu e da igualdade entre os Estados-membros. O PS não espera menos dos países do alargamento.

Srs. Presidentes dos Parlamentos dos países do alargamento, sejam bem-vindos a Portugal neste dia da nossa libertação. Sejam bem-vindos à União Europeia da paz e do desenvolvimento.

E que o alargamento traga uma Europa livre, unida e próspera — da Polónia a Portugal, da Grã-Bretanha a Chipre.

Sr. Presidente da República, V. Ex.ª tem vindo a alertar os responsáveis partidários para a necessidade de se operarem algumas reformas no sistema político. O Partido Socialista respondeu à chamada e há meses que vigora nesta Assembleia uma comissão eventual para esse efeito. Ontem aprovaram-se, mesmo, duas leis sobre os partidos políticos e o seu financiamento.

Esta vontade de reformas políticas preventivas é louvável, se bem que as suas condições de êxito requeiram uma mudança nos hábitos negociais que se instalaram entre os partidos desde as últimas revisões constitucionais. Sou dos que começam a não acreditar em reformas dignas desse nome sem que a necessidade as dite e sem que o espírito constituinte se sobreponha à mentalidade negocial. Mas o que importa salientar é que a sua preocupação com a reforma atempada do sistema político encontrou eco no Partido Socialista.

O PS tudo fará para melhorar o sistema político desde que encontre os interlocutores certos.

Aplausos do PS.

É certo que convém ter em conta que o nosso regime democrático já tem mais de um quarto de século e algumas aquisições preciosas, como as eleições livres, a credibilidade dos seus resultados eleitorais, a sua representatividade, a robustez do recenseamento, a garantia das liberdades públicas e da independência da justiça. As autonomias insulares dos Açores e da Madeira, a carecer de aprofundamento, dão o seu contributo para o bem-estar e a dignidade de populações secularmente esquecidas, assim como para a própria unidade nacional. Numa eventual revisão constitucional devem os seus poderes legislativos ser reforçados e deve ser respeitada sempre a Lei de Finanças, pois somos um Estado de direito.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Pelo seu lado, as autarquias locais permitem uma mobilização democrática sem paralelo e garantem a realização de obras de fomento graças à aplicação da Lei de Finanças Locais, que o PS respeita e quer que seja respeitada.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Esse respeito e reconhecimento pela importância do poder local no nosso regime democrático dão ao Partido Socialista uma particular autoridade para querer corrigir e aperfeiçoar certos aspetos do funcionamento das autarquias, a começar pela limitação dos mandatos executivos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Porém, no domínio das reformas políticas nem sempre a pressa é boa conselheira, até porque o principal reside na fragilidade do poder democrático perante outros poderes e nalguma má consciência dos detentores de cargos públicos que não se compreende.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Minhas Senhoras e Meus Senhores: Vou concluir. O Partido Socialista está hoje na oposição e o seu comportamento quer-se balizado pela defesa do interesse nacional e pela representação do povo. A nossa primeira preocupação e cuidado dirige-se à defesa dos portugueses mais desprotegidos, aos desabrigados da fortuna, aos seres mais fragilizados da sociedade: as crianças, as mulheres, os idosos, os desempregados. Da violência doméstica à solidão há um mundo soterrado que espera pela luz da intervenção pública e da solidariedade social.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — O aumento do desemprego nos últimos meses é impressionante e não é com o pomposo e inconstitucional Código do Trabalho que se resolverá esse problema.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Nos últimos meses, Portugal foi o país da União Europeia que registou o maior aumento percentual de desempregados e situa-se agora com uma taxa de desemprego de 6,7%, segundo dados do EUROSTAT. Entre março de 2002 e março de 2003 passámos de 339 662 para 421 058 desempregados inscritos. Quase 100 000 desempregados num ano. E o investimento público e privado também cai, não permitindo pensar que se trata de uma fase de reconversão passageira nas atividades económicas. A subida do desemprego e a queda do investimento são sombras nestas comemorações.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — O PS apoia e promove uma sociedade onde a produtividade apareça como o resultado da boa gestão, da inovação técnica e científica, da educação e da formação profissional. Por isso, o PS apoia todos os esforços empresariais que apostam na modernização da nossa economia e na ultrapassagem do modelo arcaico assente nos baixos salários. Por isso, aplaudimos o Presidente da República Jorge Sampaio quando promove o engenho e a arte e estimula os empreendedores em Portugal. Precisamos de acreditar em nós. Temos uma juventude que encontrou a liberdade na hora certa, como aqui já foi dito. A liberdade de criação não lhe é estrangeira, a liberdade política nunca lhe faltou. Graças ao 25 de Abril de 1974.

Aplausos do PS e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

Em relação ao futuro, é preferível a agitação de uma democracia franca, inquieta e criadora à estagnação consensual sobre o presente. A amplidão do leque de divergências é mais rica para a qualidade da democracia do que uma justaposição de interesses.

Não há democracia participativa sem democracia representativa das várias correntes de opinião, que devem ser estimuladas e não abafadas.

A qualidade da nossa democracia é um desafio para o futuro.

Um regime democrático capaz de se reproduzir com mais qualidade e justiça no futuro é a melhor homenagem que podemos prestar ao 25 de Abril.

Aplausos do PS, de pé, do PCP, do BE e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente**: — Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado José de Matos Correia.

O Sr. **José de Matos Correia** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Seja-me permitida, em primeiro lugar, uma especial saudação aos Presidentes dos Parlamentos dos países que dentro em breve a nós se juntarão na União Europeia. Estamos seguros de que, com a sua adesão, o projeto europeu sairá reforçado, ao mesmo tempo que se manterá fiel ao princípio fundamental da igualdade dos Estados, em dignidade e em direitos, em que sempre assentou.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Há acontecimentos que, por aquilo que representam na história de um povo, têm de ser sempre comemorados, independentemente dos anos — muitos ou poucos — que, entretanto, tenham decorrido. Esse é justamente o caso do 25 de Abril.

Existe em todos nós a predisposição para esquecer ou desvalorizar a relevância daquilo que, a pouco e pouco, se vai perdendo na bruma dos tempos. É, porventura, algo de natural. Algo que nos acontece no dia a dia, seja na nossa existência privada, seja na nossa vida pública. Essa é, porém, uma tendência a que temos de saber resistir.

Ao celebrarmos hoje o 29.º aniversário do 25 de Abril não o fazemos por mera inércia.

Fazemo-lo não apenas para recordar o que ele foi, mas sobretudo para celebrar o que continua a ser.

Fazemo-lo, porque não se trata tão só de uma data do passado, mas também de uma realidade do presente.

Fazemo-lo, porque se aqui estamos, representando aqueles que nos elegeram e dando livremente voz à pluralidade de opiniões existente na sociedade portuguesa, tal se fica a dever ao facto de então se ter aberto o caminho da liberdade e da democracia.

Ao longo destes anos foram cometidos erros? Certamente!

Se pudéssemos recuar no tempo e mudar algumas coisas, fá-lo-íamos? Certamente! Mas não invertamos as prioridades, nem tomemos «a nuvem por Juno».

Podemos olhar para trás com orgulho. Valeu a pena fazer o que foi feito.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Por isso, nos regozijamos que tenha sido com este Governo que, finalmente, tenham sido tomadas as decisões necessárias para fazer justiça aos capitães de Abril. Pena é que tenha demorado tanto tempo a que isso fosse feito.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A constatação daquilo que já conseguimos desde o 25 de Abril deve funcionar, além do mais, como ponto de partida para a projeção daquilo que desejamos para Portugal e para os portugueses.

Os nossos objetivos são claros: queremos um país mais desenvolvido e mais justo, uma sociedade mais culta e mais solidária.

Para o conseguir, torna-se indispensável definir objetivos, manter um rumo, tomar decisões difíceis, afrontar interesses instalados. Justamente aquilo que tem caracterizado a ação deste Governo, que quero aqui, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, vivamente saudar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Herdando uma situação de extrema gravidade, este Governo foi capaz de pôr fim a anos de inércia e de hesitações, de encarar de frente os problemas, de agir em função do bem comum e não de sondagens conjunturais.

Em apenas um ano reequilibraram-se as contas públicas, iniciaram-se reformas essenciais e tantas vezes adiadas em áreas como a saúde, a segurança social, a educação, o ensino superior ou a justiça. Recolocou-se Portugal no centro das decisões políticas internacionais.

Este ímpeto reformador, sem paralelo na história da nossa democracia, vai continuar. Estão a ser criadas as condições sustentadas para que o nosso país se aproxime dos níveis de desenvolvimento dos nossos parceiros. Portugal retomou o bom caminho.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Agindo, assim, com coragem e com determinação, está-se também a ser fiel ao espírito do 25 de Abril.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Aprovámos ontem nesta Assembleia um conjunto de decisões relacionadas com aquilo a que se convencionou chamar a reforma do sistema político.

Nesta matéria, o diagnóstico está há muito feito e não vou nele insistir. Trata-se de problemas que afetam a generalidade das democracias e que têm vindo por vezes a dar lugar a preocupantes fenómenos de exclusão e de populismo demagógico.

Reformar o sistema político é, por natureza, uma tarefa inacabada. Há que resistir à ideia de que as decisões adotadas num determinado momento se podem depois eternizar. Se as sociedades mudam, também o sistema político tem de se saber adaptar.

Importa é que sejamos sempre capazes de distinguir o plano dos valores e o plano das soluções. Aqueles são permanentes; estas podem e devem ser alteradas de acordo com as necessidades.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Uma preocupação de transparência, uma vontade de modernização e um propósito de responsabilidade. Eis as razões que estão subjacentes à nova lei dos partidos políticos e à nova lei do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais.

Correspondendo, dessa forma, aos apelos de há um ano do Sr. Presidente da República e do Sr. Primeiro-Ministro, esta Câmara deu um passo importante nas alterações do sistema político e demonstrou, além disso, a sua coragem, a sua capacidade de decidir e a sua profunda vontade de reformar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Não faz, evidentemente, sentido partidarizar o mérito destas e de outras decisões ao longo dos anos tomadas em matéria de reforma do sistema político. Seja-nos, contudo, permitido dizer que o PSD se orgulha de ser fiel à linha reformista traçada por Francisco Sá Carneiro, ter estado na primeira linha das mudanças determinantes para a evolução da nossa democracia. Assim continuará a ser.

Entre nós é, porém, muito comum a tendência para tomar decisões e depois repousar sobre elas, julgando que os problemas ficam assim resolvidos.

Ora, também em matéria de sistema político há que ter a consciência de que as leis são o pressuposto da reforma, mas não são, só por si, a reforma. Impõe-se, por isso, que sejam aplicadas, que frutifiquem, que realizem os seus objetivos.

O sistema político não é, além disso, uma realidade virtual. É composto por instituições, e as instituições funcionam com base em pessoas concretas.

Não se compreende, por isso, que um certo discurso radicalizado, que visa pôr em causa a política, provenha justamente de alguns políticos. Como não é aceitável que a confusão que ultimamente se tem querido fazer entre o plano da política e o domínio da justiça parta também de alguns políticos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Em política não pode nem deve valer tudo. Em política os fins não podem justificar os meios.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Estou seguro de que, se todos trabalharmos no sentido de fazer da política um exercício responsável, estaremos a dar um contributo inestimável para inverter a perda de prestígio das instituições.

A este respeito, queria saudar vivamente o Governo e V. Ex.ª Sr. Primeiro-Ministro pelo exemplo de prática democrática. Não há memória de um executivo ter comparecido tantas vezes perante esta Assembleia e de ter mantido um tão impecável relacionamento institucional com os outros órgãos de soberania. Mais do que de palavras, a democracia depende de atos. E são comportamentos como o deste Governo que contribuem para a melhoria de qualidade da nossa democracia.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Enquanto entre nós se discutem as formas de melhorar o nosso sistema político, países há que têm agora a possibilidade de iniciar o seu caminho para a democracia. Refiro-me, naturalmente, ao Iraque.

Há poucos dias, tivemos ocasião de testemunhar a queda do regime de Saddam Hussein, uma das ditaduras mais bárbaras e sanguinárias do século XX, que durante décadas aterrorizou o seu povo, invadiu países vizinhos, pôs em perigo a paz mundial. É certamente um acontecimento com que os democratas de todo o mundo se devem regozijar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Pena é que alguns surjam sempre mais empenhados em criticar os nossos aliados do que em comemorar a queda do ditador.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Ajudar o povo iraquiano a reconstruir o seu país e a instaurar um sistema democrático e representativo em que todas as etnias, todas as minorias e todas as religiões participem devem ser agora as preocupações centrais.

A reconstrução do Iraque é um projeto de tal envergadura que exige a unidade da comunidade internacional. Valorizamos, muito particularmente, o papel a desempenhar pelas Nações Unidas. Mas não podemos perder tempo com questões semânticas. O que importa é que a ONU assuma uma função de relevo, seja no plano da ajuda humanitária, seja no auxílio à recomposição do tecido político iraquiano.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Portugal, pelo seu lado, deve também marcar presença. Participámos nas diversas fases prévias ao conflito, demos apoio político claro aos nossos aliados, estivemos sempre do lado da liberdade e da democracia.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — A nossa atitude foi ditada, em exclusivo, por razões de princípio. Mas agora, que um novo período se inicia, seria incompreensível que Portugal não continuasse a dar o seu contributo, ajudando à estabilização e à reconstrução política e económica do Iraque.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Estes são, contudo, aspetos de natureza instrumental. O que importa é que, tão cedo quanto possível, os iraquianos tomem plenamente conta do seu futuro e iniciem, em liberdade e em democracia, um ciclo de justiça e de prosperidade.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Não temos hoje, em Portugal, um problema de democracia, há que reconhecê-lo, mas temos ainda um problema de qualidade da democracia, não apenas no domínio político, mas igualmente no plano económico e social.

Por isso, melhorar a nossa democracia passa também por proporcionar às pessoas condições de vida cada vez mais favoráveis. Passa por dar às crianças e aos jovens perspetivas de futuro. Passa por estar atento aos problemas dos mais idosos. Passa por garantir a justiça social, acorrendo às necessidades dos mais necessitados e dos mais desprotegidos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Se vencermos estes desafios, estaremos não só a resolver os problemas concretos das pessoas, mas também a devolver-lhes a confiança nas instituições e na política. Estou seguro de que, com a coragem e a determinação do atual Primeiro-Ministro, do atual Governo e da atual maioria, é isto que vai suceder.

A bem de Portugal e dos portugueses!

Aplausos do PSD, de pé, e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República João Bosco Mota Amaral**:

— Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr.as e Srs. Deputados, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: A IX Legislatura da Assembleia da República foi inaugurada, solenemente, faz hoje um ano, no próprio dia da comemoração do 28.º aniversário da Revolução do 25 de Abril.

Ficou assim bem vincado o nosso compromisso indissolúvel com o ideário democrático e libertador da Revolução dos Cravos.

O rasgo heroico dos capitães de Abril — cujos representantes emocionadamente saúdo — não é, porém, para ficar gravado apenas, aliás com letras de ouro, nas páginas da História de Portugal.

Todos os que deram o seu contributo, de um modo ou doutro, à luta pela restauração das liberdades públicas e da democracia no nosso país têm obrigação estrita de trabalhar sem descanso em defesa de tais objetivos e para o fortalecimento deles.

Os que tiveram a sorte de encontrar o regime democrático já estabelecido, têm igualmente o dever de participar na afinação do seu funcionamento, para que sirva cada vez melhor os valores e os interesses em que comungam os portugueses e as portuguesas.

O nosso solene encontro anual, no histórico Hemiciclo do Palácio de São Bento, este ano em festejos do centenário da sua construção, não pode, pois, resumir-se à comovida evocação de fastos pretéritos. É bom aproveitá-lo para refletir serenamente sobre a saúde e o dinamismo da nossa democracia, face aos problemas, sempre variados, que a comunidade nacional vai defrontando.

Em 2002 celebrámos esta efeméride na presença de um numeroso grupo de jovens, oriundos de vários pontos do país, todos nascidos já depois da Revolução. No dealbar de uma nova legislatura, quando a representação nacional se recompõe e rejuvenesce, impulsionada pela perene juventude da Pátria, em permanente reencarnação ao longo dos séculos — meditámos acerca das riquezas do legado democrático recebido pela «Geração de Abril».

Hoje, os nossos convidados de honra são os presidentes dos parlamentos dos países em processo de adesão à União Europeia, cada um deles chefiando delegações plurais das respetivas câmaras. A todos saúdo, cordialmente, agradecendo, sensibilizado, a resposta pronta e interessada ao meu convite, atento e afetuoso.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS-PP e do BE.

Em Lisboa, no extremo ocidental do continente europeu, damos as boas-vindas e acolhemos, calorosamente, os legítimos representantes dos nossos novos parceiros do Centro e Leste — a República Checa, a Eslováquia, a Eslovénia, a Hungria e a Polónia; dos longínquos países bálticos — Letónia, Estónia e Lituânia; dos ainda apenas candidatos — Roménia e Bulgária. Os estados insulares mediterrânicos — Malta e Chipre — por razões de última hora não puderam vir, mas estão presentes em espírito e participam do mesmo abraço solidário.

O alargamento da Europa para mais amplas fronteiras é um grande desafio coletivo, que Portugal tem de enfrentar com denodo. Por minha parte, julgo que devemos encará-lo com sentido positivo. A entrada na União de tantos novos países, quase todos de dimensões próximas das nossas, significa para Portugal a abertura de uma janela de oportunidade.

São óbvias as convergências de interesses e as especiais solidariedades possíveis entre Portugal e os países da nova fronteira da Europa. A recíproca aproximação, o conhecimento mútuo, o diálogo, franco e aberto, hão de dar, a seu tempo, espontaneamente, os desejados frutos, vantajosos para todas as partes.

O nosso primeiro encontro em solo português faz-se em ambiente de festa. Desde logo porque se segue, de bem perto, ao histórico ato de coletiva adesão dos 10 novos Estados-membros, celebrado, nas vésperas da Páscoa, aos pés da Acrópole de Atenas, mítica referência da filosofia e da democracia europeias.

Queremos partilhar com os nossos convidados de honra a alegria e o entusiasmo dos respetivos povos pelas radiosas perspetivas de estabilidade política e de desenvolvimento económico e social, patenteadas pela entrada na União Europeia.

A experiência portuguesa, de transição da ditadura autoritária para uma democracia avançada, do isolamento e do atraso para a plena integração na dinâmica do grande mercado interior, que caracteriza a União, é certamente do maior interesse para os recém-chegados. Estamos dispostos a expor e discutir essa experiência, de boa-fé, em atitude solidária.

Por outro lado, apesar das dificuldades sentidas pela sociedade portuguesa, o 25 de Abril é para nós, e será sempre, espero, o Dia da Liberdade — e a liberdade é por si só motivo de jubilosa celebração.

Aplausos gerais.

Da inestimável importância da liberdade têm até talvez, os povos dos Estados-membros da União aqui tão dignamente representados, uma impressão mais viva e forte do que a nossa. Porque sofreram os horrores da II Grande Guerra, a perseguição racista que originou o Holocausto e quase meio século de duríssima opressão soviética — avaliam agora, com um vital apego, as garantias da paz e da segurança, bem como da sua dignidade e independência nacional.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS-PP
e do Deputado do BE Luís Fazenda.

Para um tão auspicioso encontro entre altos representantes parlamentares de povos europeus com análogas, dolorosas e enriquecedoras experiências históricas não havia decerto melhor enquadramento do que as festivas celebrações do 25 de Abril, que restituiu a liberdade aos portugueses e às portuguesas e abriu a Portugal as portas da Europa Unida, democrática e progressista.

Sr. Presidente da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores: O nosso percurso coletivo ao longo do ano 29.º da Era de Abril fica marcado, no plano parlamentar, por uma atividade intensíssima, traduzida em 110 sessões plenárias e mais de 700 reuniões de comissão.

A Assembleia da República debateu, livremente e em salutar confronto democrático, todos os grandes e muitos dos pequenos problemas experimentados pela nossa comunidade nacional.

Mantivemo-nos também atentos às questões que afetam as relações internacionais. As diferentes perspetivas, próprias de uma democracia plural, acerca da paz e da guerra entre as nações, suscitaram aqui discussões muito vivas, com eco alargado na sociedade portuguesa.

Com especial cautela estamos acompanhando o acelerado evoluir das questões europeias. Os nossos representantes na Convenção sobre o Futuro da Europa têm mantido com a Assembleia da República, por vias adequadas, uma comunicação constante e nos dois sentidos. O país não pode alhear-se desta temática. Preparam-se modificações importantes, sobre as quais os responsáveis políticos e até o próprio povo soberano não podem deixar de se pronunciar, a seu tempo, responsavelmente.

O Parlamento tem vindo a demonstrar que está fortemente empenhado numa efetiva abertura ao eleitorado. Acolhemos de braços abertos quem nos procurou para expor problemas e pontos de vista; em muitos casos a iniciativa partiu mesmo cá de dentro. Fomos ao encontro da sociedade civil,

promovendo oportunidades de diálogo e dispondo-nos a participar em múltiplas organizações dela, fora dos muros da nossa sede oficial.

Reconhecendo a valia das petições dirigidas ao Parlamento, como exercício responsável de cidadania ativa, estamos a dar-lhes um tratamento mais exigente e rápido. Para recuperar atrasos verificados nesta matéria, tivemos de fazer autêntica «arqueologia parlamentar», indo retomar petições pendentes de legislaturas anteriores, incluindo a VI e até a V Legislaturas — o que nos fez recuar à década de 80... Quem aborda o Poder espera resposta — e esta, positiva ou negativa, conforme for de justiça e segundo as possibilidades, não deve nunca tardar.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

Tornamos acessível, através dos novos meios eletrónicos de comunicação, toda a informação sobre o trabalho parlamentar, incluindo a tramitação do processo legislativo e boa parte dos nossos arquivos históricos.

O Canal Parlamento difunde, em direto e em diferido, as sessões plenárias e muitas sessões de comissão. A partir de hoje, o respetivo sinal passa a estar disponível na *Internet* — e esta sessão solene é a primeira a poder ser seguida, em qualquer parte do mundo, por tal via. O Sr. Presidente da República teve a gentileza de, a meu pedido, fazer o necessário clique, antes de atravessarmos os Passos Perdidos.

Risos.

O nosso objetivo declarado é fortalecer o Parlamento, como centro do debate político e aproximá-lo dos cidadãos e das cidadãs, assim melhorando a qualidade da nossa democracia. Sem prejuízo da natureza representativa do mandato parlamentar, vinculado à defesa do interesse nacional e à realização do bem comum, abrimo-nos às exigências da democracia participativa, adotando mesmo mecanismos de interatividade, em relação ao conjunto do Parlamento e a cada um dos seus membros, individualmente.

A Assembleia da República vai assim reformando os seus métodos de funcionamento, na mira da respetiva qualificação. A revisão do Regimento e uma aplicação empenhada das suas regras apontam no mesmo sentido. Os portugueses e as portuguesas têm de se rever no Parlamento, que aliás livremente elegem, convencidos de que nesta Casa se trabalha muito e com rigor, em serviço dos interesses coletivos.

Aplausos do PSD, do CDS-PP, de Deputados do PS
e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

Nos parlamentos modernos, tão ou mais importante do que a atividade legislativa é a fiscalização do Governo e da Administração. Novas regras regimentais vieram reforçar apreciavelmente os direitos da oposição, aprofundando e fortalecendo as nossas práticas democráticas. O Governo tem estado sob permanente e apertado escrutínio parlamentar. Por respeito para com a verdade e para honra dele,

tem de reconhecer-se a disponibilidade, aliás devida, do Governo para estar presente e debater com o Parlamento, submetendo ao contraditório todas as suas orientações políticas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Por outro lado, a Assembleia da República tem procurado esmerar-se na sua intervenção no exterior do país, contribuindo para o aumento da visibilidade do Estado português. Sem menoscabo da competência constitucional do Governo na condução da política externa, o Parlamento tem um papel insubstituível a desempenhar, desde logo no diálogo interparlamentar, que cada vez mais enriquece e facilita as relações internacionais.

Foram aprovados novos regulamentos sobre estas matérias, que estão já a ser aplicados. A prioridade natural é conferida aos países-membros da União Europeia e da NATO. No plano afetivo sobrelevam, porém, os países de língua oficial portuguesa. A recente criação do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa, reformulando e ampliando o escopo de valiosa iniciativa anterior — da autoria do meu ilustre antecessor, o Presidente Almeida Santos —, é um primeiro passo para a instituição de uma assembleia parlamentar no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, tendo em vista contribuir para o seu fortalecimento.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — A paz em Angola veio abrir novos e promissores horizontes para um desígnio coletivo que se projeta pelos cinco continentes, desde o imenso Brasil ao distante mas sempre presente Timor-Leste, envolvendo centenas de milhões de seres humanos, unidos por se exprimirem e entenderem mediante a bela língua portuguesa.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS-PP, do BE e de Os Verdes.

Sr. Presidente da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Faz hoje um ano foi o Parlamento interpelado pelo Chefe do Estado sobre a urgente necessidade de reforma do sistema político, tendo em vista a sua adaptação aos novos tempos. Secundando a iniciativa presidencial, o Chefe do Governo dirigiu-se-nos por escrito sugerindo a criação de uma comissão eventual para o efeito.

Os trabalhos levados a cabo neste domínio estão já tendo resultados. Aos apelos que lhe foram dirigidos, em correspondência aos evidentes sinais de insatisfação e crítica, provenientes dos mais diversos quadrantes, o Parlamento não fez, desta vez, ouvidos de mercador...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Os diplomas ainda ontem aprovados — sobre organização dos partidos políticos e seu financiamento, direito de petição e iniciativa legislativa de grupos de cidadãos —

evidenciam o empenho da Assembleia da República como agente de mudança e de aperfeiçoamento democrático.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Outros temas estão ainda em estudo e hão de ter resolução em devido tempo.

Ao longo do que já vai desta 1.ª Sessão Legislativa da IX Legislatura, ao abrigo da Constituição de Abril, num contexto geral de muito trabalho e esforçada melhoria, teremos falhado decerto em um ou outro pormenor. Concretamente, apesar dos muitos avanços já alcançados, falta encontrar o registo adequado para o funcionamento da Assembleia da República, tanto em sessão plenária como nas comissões, perante a nova realidade da transmissão televisiva em direto. Por natural apego às suas praxes ancestrais, os parlamentos, em todo o mundo, resistiram quanto puderam à entrada da televisão nos seus locais de trabalho. São, porém, os cidadãos e as cidadãs que tal exigem, em nome da participação cívica, para acompanhamento da prestação dos eleitos e como defesa face aos excessos simplificadores da mediatização.

Ora, não é possível ignorar que afinal o enquadramento já é outro, continuando a agir nos moldes de antigamente. Agora, as exigências são maiores! Por respeito para com o povo soberano, que é quem nos elege, o Parlamento tem de requintar na promoção da sua dignidade, praticando um elevado padrão de exigência cívica e ética, para depois poder reclamar, com forte autoridade moral, o pleno reconhecimento social dessa mesma dignidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A este respeito, com razão se queixam os membros do Parlamento de não serem reconhecidos, quando não mesmo de serem objetivamente desconsiderados, em atos públicos e até em cerimónias oficiais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — A própria Assembleia da República, no seu conjunto, ainda hoje padece o efeito de preconceitos e regulamentos antiquados, reminiscências do regime autoritário...

O Sr. **Medeiros Ferreira** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — ... e de muitas décadas de propaganda antiparlamentar...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — ... donde resultou uma insalubre governamentalização do Estado, que quase 30 anos de liberdade e de democracia ainda não conseguiram superar completamente.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS-PP, do BE e de Os Verdes.

Temos muito clara a ordem das nossas prioridades, nas quais naturalmente sobreleva tudo o que diz respeito aos problemas imediatos da comunidade nacional, cujas soluções se procuram através das iniciativas do Governo e dos membros do Parlamento. Nisso se empenha e continuará empenhando o grosso da nossa atividade.

Mas o quadro institucional da democracia portuguesa e o lugar central do Parlamento dentro dele, com todas as suas consequências, tem de ser também objeto da nossa reflexão e do nosso labor. E mais ainda numa legislatura dotada de poderes constituintes, mesmo que estes, por desnecessidade, não sejam para utilizar com grande amplitude — talvez focalizados apenas em algumas questões pontuais, em concreto o aperfeiçoamento do sistema de governo próprio das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de Deputados do PS.

Por triste experiência sabemos bem, nós, portugueses e portuguesas, que não há verdadeiro progresso económico, social, cultural, sem liberdade e sem democracia. É por isso que a Revolução do 25 de Abril se eleva à categoria de verdadeiro marco histórico, referência permanente de modernidade e de futuro.

Também não há liberdade nem democracia sem Parlamento, apesar das suas inegáveis limitações e fragilidades. Daí que este seja o lugar próprio para a reafirmação solene, em cada ano, do nosso apego a tão altos valores, do nosso compromisso em torná-los, passo a passo, cada vez mais, incontroversa realidade, assim contribuindo, eficazmente, para engrandecer Portugal.

Aplausos gerais, tendo o PSD, o CDS-PP
e Deputados do PS aplaudido de pé.

Tem a palavra, no uso das suas prerrogativas constitucionais e para dirigir uma mensagem ao Parlamento, o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República** (Jorge Sampaio): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Membros do Governo, Srs. Ministros da República para os Açores e para a Madeira, Srs. Deputados, Srs. Presidentes dos Parlamentos dos países candidatos à União Europeia — que saúdo vivamente —, Srs. Embaixadores, Srs. Conselheiros de Estado e mais Autoridades Civis, Militares Judiciárias, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Sr. Cardeal Patriarca, Eminência: Em primeiro lugar, quero saudar os Militares de Abril aqui presentes e faço-o de uma forma muito simples que sabem ser profunda. Muito obrigado, Srs. Militares de Abril.

Aplausos gerais.

Minhas senhoras e meus senhores, ao renovar as minhas saudações à Assembleia da República, neste Dia da Liberdade em que evocamos a data fundadora do nosso regime democrático, quero partilhar convosco e, na vossa presença, com os portugueses a minha reflexão ativa e empenhada sobre a hora presente, que, como todos reconhecemos, se apresenta singularmente difícil, complexa e muito exigente. Mergulhados numa crise internacional, de que compreendemos a gravidade, mas de que mal adivinhamos ainda a extensão das suas consequências e perigos, é como se ela nos expusesse mais às nossas próprias fragilidades e carências, revelando-as por inteiro. Sentimos que, aos problemas que conhecemos e vivemos, muitos deles há demasiado tempo, se juntam agora novos problemas e novos desafios.

Esta situação, feita de velhos obstáculos e de novas dificuldades, dá-nos a amarga perceção de nos encontramos mais vulneráveis e mais indefesos para enfrentar o futuro. E deve dar-nos também a consciência, uma maior e mais aguda consciência plenamente assumida, de que o tempo corre contra nós, de que não o podemos perder, desperdiçar ou ignorar a sua passagem veloz e desafiadora. É nos momentos de crise que tudo se reabre: surgem, certamente, riscos e ameaças, mas também se oferece uma grande oportunidade de, desfazendo ilusões e enganos, nos reencontrarmos verdadeiramente connosco, com a nossa vontade e com a nossa ambição — uma vontade mais estável e uma ambição mais lúcida.

É nos momentos de dificuldade, precisamente, que devemos recusar a facilidade. É nos momentos de desafio que o pessimismo e o fatalismo têm de ser contrariados, quer nas suas faces mais tradicionais, as da resignação e da desistência, quer nas suas faces mais perversas, que são as da desresponsabilização, da incúria, da inércia, do incumprimento e do laxismo. É nos momentos de encruzilhada que é preciso ter a coragem de escolher o caminho, de afirmar responsabilidades, de agir consequentemente, de ir ao fundo dos problemas para os enfrentar e resolver; abandonando de vez aquela atitude que nos leva a falar muito das dificuldades, como se, em vez de falar delas, não tivéssemos o dever de as ultrapassar.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

Que fique claro: no plano que ao Presidente da República compete, eu não me excluo, nunca me excluí, de dar um contributo constante e ativo à resolução dos problemas. Pelo contrário, é nesse sentido que entendo e pratico a cooperação institucional com todos os outros órgãos de soberania.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É a essa luz que tudo faço para dar maior coesão ao país, estimular as energias da sociedade, mobilizar os portugueses. Mas não há ação política digna desse nome, se não houver metas de exigência e objetivos claros de médio e longo prazo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Compete ao Presidente da República tornar presentes essas metas de exigência e esses grandes objetivos. Compete-lhe também avaliar se se está no bom caminho para os alcançar, pois é nisso que se traduz o desígnio para o país de que o Presidente é portador e em nome da qual foi eleito diretamente pelos portugueses.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — É fundado neste entendimento da minha função que vos dirijo as palavras de hoje — palavras de preocupação, não vos escondo, mas também palavras de estímulo, de responsabilização e de confiança.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Por considerar que são esses os temas que exigem mais atenção na hora presente, vou falar-vos da crise internacional em que vivemos e dos problemas que ela nos põe, enquanto portugueses, europeus e cidadãos de um mundo globalizado; da situação económica e social do nosso país, pois nela se medem os resultados e os méritos das nossas políticas; e, finalmente, do Estado de direito e da necessidade de o aperfeiçoarmos para termos uma democracia de melhor qualidade.

Sr. Presidente, Excelências: Como disse, celebramos o 25 de Abril num momento em que a situação internacional nos motiva novas apreensões, nos põe novos problemas e nos exige novas responsabilidades. O século XXI começou mal, ao não cumprir as expectativas de paz e de progresso humano que o render dos milénios sempre faz nascer no coração dos homens. O terrorismo e a guerra marcaram tragicamente este início. Retiremos ao menos da experiência da tragédia os ensinamentos necessários para que permaneça firme a esperança em dias melhores.

O conflito do Iraque rasgou já parte do mapa de entendimentos, construções jurídicas internacionais e até de alianças estabelecidas após a II Guerra Mundial, pondo a nu a debilidade de organizações e dos seus códigos normativos. Em paralelo, revelou a dificuldade de reajustamento das respetivas estruturas perante a nova distribuição de poder entre os Estados e face aos inéditos problemas políticos, económicos, culturais e religiosos que caracterizam o nosso tempo. Reconhecemo-nos mais vulneráveis, até porque sabemos globais e difusas as novas ameaças decorrentes do terrorismo internacional, da proliferação de armas de destruição maciça, da criminalidade organizada, das crispações sociais, culturais e religiosas, do enfraquecimento de diversos valores estruturantes da sociedade e do progresso humano.

Há um sentimento de inquieta precariedade que atravessa países e povos e atinge também Portugal. A esse respeito, a rara amplitude das várias iniciativas pela paz que tiveram lugar no nosso país e a diversidade da sua composição têm um significado político, social e cultural que não pode ser ignorado.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Talvez mais do que qualquer crise internacional anterior, aquela que agora vivemos tem suscitado entre nós extensos debates e muitas análises. É esse, devo dizer, um bom sintoma, um sinal de que vivemos numa sociedade viva, democrática, plural e participativa. No mundo global em que vivemos tudo respeita a todos, não devendo nenhum país alhear-se do que acontece e também lhe diz respeito. Para Portugal, é imperativo não se alhear deste processo de múltiplas recomposições da Ordem Internacional que abarcará tanto a ONU como a União Europeia e a OTAN, pois em qualquer delas tem interesses próprios a defender. E, se não o fizermos, outros o farão por nós — e não decerto em nosso benefício.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

Os portugueses conhecem a minha posição sobre as condições em que foi lançada a ofensiva militar contra o Iraque. Findo o conflito, derrubada uma odiosa ditadura, esperemos que, a partir de agora, se procure repor e reforçar o papel das Nações Unidas, na consciência de que nunca como hoje foi tão necessária uma regulação das relações internacionais, assente no respeito do direito, que recuse posições hegemónicas e que recuse decisões unilaterais.

Aplausos do PS e de Deputados do PSD.

Ao mesmo tempo, importa acautelar que, uma vez estabilizada a situação de segurança e resolvidas as emergências humanitárias, a reconstrução do Iraque — política, civil, física — se processe na mais estrita transparência, tanto de métodos como de finalidades, sob a égide das Nações Unidas, para que a autodeterminação e a rápida normalização do país, protegido na sua integridade territorial, possa ser levada a cabo pelo povo iraquiano. Faço votos de que a paz — tão necessária! — permita, finalmente, um futuro de progresso para este país, ancorado na sua história, nas suas capacidades humanas e nas suas vastas riquezas nacionais.

É esta também a hora em que tudo deve ser feito para pôr termo à situação de permanente conflito entre israelitas e palestinianos, garantindo a estes o Estado a que têm direito e àqueles a segurança do seu viver quotidiano.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

Será trágico, nomeadamente para as relações entre o Ocidente e o mundo árabe e muçulmano, se, às ruínas e vítimas da guerra do Iraque, continuarem a somar mais escombros e mais mortos em Nablus e Telavive. Trata-se de uma tarefa inadiável, quer no plano político, quer no plano moral.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Devemos, Srs. Deputados, interrogarmo-nos sobre o lugar que pretendemos para Portugal neste mundo em mudança. Ora, na hierarquia dos interesses portugueses é a União Europeia que assume a posição primeira, decisiva e sem paralelo no plano da nossa estratégia externa.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

Quero reafirmar aqui tal prioridade, sobretudo neste momento, em que se assiste a uma das recorrentes crispações internas europeias, de antigos ou novos ceticismos.

Tal como em anteriores ocasiões, não é esta a altura para *requiems* apressados. Pelo contrário! E porque nisso estão interesses portugueses fundamentais, para além de uma fundada convicção de projeto, deveremos pugnar para que a União assuma resolutamente esta fase constituinte, para dar um novo fôlego à construção europeia nestes dias de crise. Não tenhamos dúvidas: o próximo tratado poderá influenciar em larga medida o nosso futuro coletivo, como portugueses e como europeus. Importará velar pela defesa de um modelo que proteja o método comunitário, o equilíbrio interinstitucional, o princípio da igualdade dos Estados. Um modelo que promova o aprofundamento das políticas de solidariedade e o estabelecimento de um quadro de objetivos que ponham termo à debilidade da sua dimensão política, designadamente no plano da ação externa e de defesa, cuja frágil expressão vem hipotecando a capacidade da União de agir como ator global e de cumprir as suas indeclináveis responsabilidades internacionais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Um modelo que reafirme e consolide os valores e objetivos comuns que têm inspirado esta comunidade de destino, a saber: a defesa dos direitos fundamentais, a democracia, o direito, a justiça social, a solidariedade, a igualdade. Um modelo que estabeleça uma mais próxima relação com os cidadãos, procurando dar respostas às suas crescentes inquietações e expectativas, única forma de criar essa ligação afetiva que está na base do cimento de qualquer comunidade. Uma Europa consolidada por um continuado desenvolvimento das suas políticas comuns, com mais coesão económica e social, com mais capacidade competitiva, como aponta a Estratégia de Lisboa. Importa ainda garantir um melhor espaço de segurança para os cidadãos que nela vivem, o qual, sem dano para os valores essenciais de liberdade, salvaguarde o progresso da abolição das fronteiras internas através de uma reforçada cooperação policial e judiciária, de um sistema integrado de vigilância das fronteiras externas, ou de uma realista aproximação do direito penal europeu.

Reitero a nossa convicção europeísta e quero saudar com esperança os 10 novos países, aqui tão bem representados, que se juntaram a nós há pouco neste grande projeto comum. Reitero esta convicção não apenas para recordar uma conhecida posição pessoal, mas para reafirmar o que, desde os anos 80, constitui um património político do Estado português. Sublinho-a, porque a participação ativa de Portugal no atual momento de construção europeia deverá mostrar aos nossos parceiros que a opção da Europa é um desígnio nacional maioritariamente assumido.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — É nesta comunidade de destino que encontramos os necessários apoios, mecanismos e solidariedades políticas para garantirmos a modernização do país, defendermos o progresso económico e social e alargarmos a nossa capacidade de projeção externa, nomeadamente em áreas da tradicional presença portuguesa.

Sr. Presidente, Excelências, Srs. Deputados (que também são Excelências, naturalmente!):...

Risos.

... A crise do Iraque decerto obrigará a reequacionar o papel da Aliança Atlântica, suscitando, porventura, decisões delicadas sobre a extensão das responsabilidades geográficas de uma diferente OTAN. A Aliança Atlântica continua, porém, a desempenhar um papel central no quadro da defesa e segurança da Europa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — É uma aliança antes de mais defensiva, com um papel importante na manutenção da paz e da segurança internacionais, que deve ser cumprido com a crescente colaboração da União Europeia. A Aliança Atlântica não é, no entanto, uma caixa de ferramentas que possamos utilizar em qualquer circunstância sob pena de podermos minar a sua solidez.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — A União Europeia deve assumir, em articulação com a OTAN, crescentes responsabilidades no domínio da defesa, em particular nas tarefas de manutenção da paz e da segurança no nosso continente. É importante que sejam fixados novos objetivos concretos à política de defesa europeia. Não se trata apenas de colmatar conhecidas lacunas. Trata-se, também, de definir um projeto que permita à União progredir gradualmente, com passos firmes, em direção a uma capacidade autónoma de defesa que melhor garanta a paz.

Repito: a União Europeia não pode falhar este seu encontro com a História. Os problemas decorrentes da presente conjuntura geopolítica colocam aos responsáveis europeus uma escolha, a meu ver, muito clara: ou dotar a União de objetivos e instrumentos que lhe confiram uma efetiva capacidade de influência diplomática global, ou confiná-la a um estatuto simplesmente regional.

Ora, o progresso, a estabilidade, o equilíbrio do mundo necessitam de uma União Europeia forte, sustentada por instituições sólidas, uma Europa reforçada por um indispensável pensamento estratégico que aproveite as várias experiências nacionais para lançar as bases de uma diplomacia externa interventiva, respaldada por uma adequada política de defesa.

Aplausos do PSD e do PS.

É, aliás, possível — e os debates na Convenção parecem mostrá-lo, e quero saudar os Srs. Deputados que representam tão dignamente este Parlamento na Convenção Europeia — elaborar programas comuns que permitam agir com eficácia na gestão de crises, na prevenção de conflitos, na estabilização de situações. Sem atropelos de competências com a OTAN, mas antes melhorando colaborações e entendimentos, seria erro não aproveitar este momento de renovação do Tratado para finalmente se lançarem as bases adequadas de uma política comum de defesa, sustentada por um roteiro de objetivos e instrumentos (a sempre anunciada agência de armamentos seria um primeiro sinal concreto) que favoreçam o estabelecimento de capacidades militares autónomas, designadamente no campo da projeção de forças ou no domínio da informação, indispensáveis para agir e, sobretudo, indispensáveis para se ser credível.

Pretendemos uma Europa que não se esgote, no plano da sua política externa, na insuficiência declaratória e reativa. Há, por isso, que assentá-la numa diferente vontade política que saiba identificar os interesses estratégicos europeus e adotar os métodos para os cumprir.

Nenhum Estado-nação poderá isoladamente fazer face à globalização dos problemas e aos desafios diversificados que dela decorrem. Portugal, país tradicionalmente aberto ao exterior e dele retirando garantias de independência, deverá assim saber, sem angelismos e com determinação, assegurar a sua presença nos núcleos avançados de decisão que tenderão a formar-se na futura Europa alargada.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Em democracia, deve haver uma avaliação permanente do interesse nacional que não é propriedade exclusiva de ninguém. Repito: não é propriedade exclusiva de ninguém!

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Sem essa avaliação, os compromissos são ocos e superficiais. Mas isto não obsta a reconhecermos que a capacidade de ação internacional do Estado se reforça com a solidez e autenticidade dos consensos internos sobre as políticas externas, justificando o nosso empenho coletivo para definir linhas de orientação coerentes e duradouras.

Aplausos do PSD e do PS.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Falo-vos, agora, da situação económica e financeira do país. O atual abrandamento da economia portuguesa veio dar destaque a problemas estruturais há muito diagnosticados e revelou novas vulnerabilidades, resultantes, em parte, da dificuldade em lidar com a intensificação da concorrência em mercados cada vez mais globalizados. A palavra «deslocalização» — pronunciada como se de uma fatalidade se tratasse — é cada vez mais utilizada para justificar o despedimento, sem pré-aviso, nem justa causa,

de milhares de pessoas, e não raramente somos convidados a um encolher de ombros perante a situação, com o argumento de que tudo não passa de um efeito da globalização, também ela inevitável, também ela irreversível.

Reconhecer os problemas não significa, muito pelo contrário, abdicar de pensar em meios adequados para os enfrentar.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Alguns desses meios continuam a situar-se no quadro das políticas económicas e sociais de âmbito eminentemente nacional.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — No contexto internacional, julgo francamente, que só uma perspetiva assumidamente reformista pode ser uma via possível de abordagem deste problema, que exige mais cooperação e mais regulação à escala supranacional. Regulação ao nível dos mercados financeiros, para combater excessos especulativos que, quando entregues a si mesmos, podem penalizar, definitiva ou injustamente, também grupos sociais e povos já desfavorecidos;...

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — ... regulação ao nível dos sistemas e mercados de emprego, pondo fim a velhas e novas formas de exploração do trabalho contrárias à dignidade humana; regulação ao nível de equilíbrios ambientais que salvaguardem interesses vitais das gerações futuras; regulação ao nível dos fluxos informacionais, tentando evitar que o seu potencial universalista seja posto ao serviço da força bruta e de interesses particulares ilegítimos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Portugal, uma pequena economia aberta, tem interesse direto em participar ativamente em todas as iniciativas que contribuam para regular as relações económicas internacionais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — E, desde logo, a nível europeu, lutando para que se aperfeiçoem e concretizem princípios e normas impeditivos de manifestações brutais de desregulação como as que permitem transferir, de um dia para o outro, recursos e postos de trabalho — tantas vezes criados com apoios comunitários — de países onde vigoram direitos sociais duramente conquistados para países onde tais direitos continuam a ser negados às respetivas populações.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS-PP, do BE e de Os Verdes.

Sem essa regulação e sem essas regras, é um mundo sem lei que estamos a construir — e, como a história nos ensina, isso é abrir a porta a todos os perigos e a todas as ameaças.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores: A década de 80 do século que há pouco findou ficou marcada, em muitos países da Europa Ocidental, por conceções e políticas defensoras de um recuo generalizado da presença do Estado na vida económica e social, apresentado, então, como uma nova receita infalível ou um novo dogma, que se apresentava em oposição ao dogma da estatização.

O tempo correu e a avaliação dos vários efeitos negativos de tal orientação sobre as condições de equidade e proteção sociais suscitou, ao longo do decénio passado, uma inflexão da ação política no sentido de assegurar que a transferência para a gestão privada de atividades antes confiada ao Estado decorresse no quadro de regras públicas respeitadoras do interesse geral das populações.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — A questão está na ordem do dia em Portugal e é, e continuará a ser, de decisiva importância no futuro do desenvolvimento português e nas suas características fundamentais. Aceita-se que, por razões de eficiência económica e de controlo da despesa pública, haja uma redução do papel prestador do Estado; mas também se sustenta que continue a pertencer ao Estado, através de códigos de regulação devidamente explicitados e de uma ação fiscalizadora eficaz, a responsabilidade última pela defesa do interesse geral.

Aplausos do PSD e do PS.

Tenho defendido ser crucial que a transferência de algumas funções do Estado para privados seja conduzida segundo princípios definidos com transparência e de acordo com procedimentos tecnicamente fundamentados e testados com o rigor e a seriedade requeridos pela defesa do interesse público. Entendo que, se assim não acontecer, é grande o risco de essa transferência vir a gerar custos sociais e económicos altamente gravosos, sobretudo para as populações mais frágeis, ainda que, no curto prazo, ela permita alcançar ganhos financeiros e políticos apetecíveis.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Foi esta a perspetiva que adotei ao apreciar o diploma, recente, sobre a rede de cuidados de saúde primários, o qual só entrará em vigor, por determinação do Governo, quando for

aprovada a criação de uma entidade reguladora que enquadre a participação dos operadores privados e sociais no âmbito da prestação de serviços públicos.

Aplausos do PSD e do PS.

Parece-me, por outro lado, indispensável que a Administração Pública se abra à inovação de forma a responder às expectativas dos cidadãos e a garantir que o interesse público seja salvaguardado. De facto, nesta progressiva alteração das funções tradicionais do Estado, ou a Administração Pública incorpora novos saberes e novas tecnologias e reforça valores fundamentais como a confiança, a responsabilidade, a imparcialidade, o profissionalismo e a qualidade na sua relação com o indivíduo, a sociedade e o mercado, ou, não o fazendo, a sua falta de capacidade reguladora trará consigo novas e mais dramáticas injustiças, ficando o Estado dependente de interesses privados ou setoriais, quase sempre não coincidentes com o interesse público.

Aplausos do PSD e do PS.

No tempo atual, aos governos não se colocam apenas os desafios decorrentes da necessidade de aperfeiçoamento das funções de intervenção reguladora do Estado. Aos governos, hoje, pede-se mais e pede-se melhor. Pede-se que seja capaz de uma visão estratégica de longo prazo e da capacidade de ação correspondente. Posto perante lógicas de mercado, em grande parte não reguladas e que cada vez mais ultrapassam as fronteiras nacionais, não pode o Estado — sobretudo em sociedades com múltiplas fragilidades estruturais, como é o nosso caso — abdicar de uma ambição forte...

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — ... quer em matéria de reposicionamento estratégico da economia nacional, quer em matéria de construção de uma rede sustentada de proteção social para os cidadãos mais vulneráveis.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

Factos recentes da nossa vida coletiva, como os que se têm traduzido por um acréscimo repentino do desemprego, são bem reveladores das responsabilidades e exigências estratégicas que, nos dois eixos enunciados, se colocam às políticas públicas. Começo pelo segundo.

É indispensável estabilizar patamares generalizados de proteção dos cidadãos, de forma a prevenir e atenuar, tanto quanto possível, quer o sofrimento das pessoas mais expostas aos riscos quer os próprios níveis de conflitualidade social. Nada menos aconselhável a este respeito do que provocar roturas forçadas em relação a consensos laboriosamente conseguidos ou a políticas anteriores testadas com êxito — o assunto é demasiado delicado para se compadecer com demarcações ideológicas excessivas

ou com experimentalismos de eficácia duvidosa, como se, para inovar em política, tudo tivesse sempre de ser mudado ou tivesse de recomeçar do zero.

Aplausos do PSD, do PS e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

Quanto à intervenção estratégica do Estado, esta tem de começar por exigir uma antecipação prudente dos cenários dentro dos quais se poderá processar o desenvolvimento empresarial e a criação de emprego no país. Garantir condições para o incremento da competitividade ou para a reestruturação atempada de certos setores de atividade especialmente expostos à concorrência externa não pode ser considerado, como alguns ideólogos da não-intervenção sugerem, como uma intrusão desnecessária e perniciosa do Estado na vida económica.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Em países da União Europeia com estruturas produtivas bem mais sólidas do que as nossas, esse tipo de atuação é correntemente assumido de forma descomplexada, com visíveis vantagens.

É inquestionável para mim que o Estado deve intervir em domínios tais como o do incentivo e apoio à inovação tecnológica e à formação continuada de recursos humanos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Com graves défices acumulados nesta matéria, custa a aceitar que sejam tão tímidos ainda os resultados obtidos. Como também não se compreende que os esforços feitos por sucessivos governos na definição do quadro institucional enquadrador deste tipo de intervenção possam ser postos em causa sempre que ocorre uma mudança política.

Aplausos do PSD e do PS.

Mais uma vez insisto nas vantagens para Portugal de uma cultura de continuidade e amadurecimento relativamente a uma cultura da demarcação, tantas vezes meramente artificial, nominalista e quase ritual.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Isto é tanto mais de sublinhar quando, muitas vezes e infelizmente, o que tem continuidade são apenas as más práticas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Mudar o estado atual da economia portuguesa é um desafio incontornável e urgente. Vivemos não apenas uma mera crise conjuntural, agravada pela situação internacional, mas também uma crise estrutural, que se reflete nos défices acumulados da balança de transações e no substancial aumento do endividamento externo do país. Temos de encarar de frente e com determinação os problemas de fundo da economia portuguesa, olhando menos para o passado e, sobretudo, mais para o futuro.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — A retoma da economia portuguesa, para ser sustentada, tem de assentar, primeiro, na confiança dos portugueses, depois, e ao mesmo tempo de preferência, num projeto mobilizador e em boas políticas públicas.

Aplausos do PSD e do PS.

A necessidade de controlar as finanças públicas — condição da nossa credibilidade externa — é uma obrigação...

Aplausos de Deputados do PSD.

... fundamental que requer medidas estruturais e não se faz apenas com medidas excecionais irrepetíveis...

Aplausos do PS e do BE.

... nem com uma redução aparente do défice público. Mas esta exigência incontornável de consolidação orçamental duradoura não pode fazer esquecer a preocupação com a grave estagnação da atividade económica e com o aumento do desemprego.

Aplausos do PS e de Deputados do PSD.

É por isso que a política económica global não pode estar só centrada nas finanças públicas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Tem de dar corpo a uma estratégia de desenvolvimento económico e social capaz de assegurar o investimento, de construir uma economia mais competitiva e uma sociedade mais solidária.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — O saldo orçamental é um instrumento e uma responsabilidade fundamentais, mas não é o objetivo final da política económica.

Aplausos do PSD, do PS e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

Temos todos de reconhecer que a margem de manobra da política orçamental é relativamente estreita, mas é possível alargá-la através, por exemplo, da reforma da Administração Pública, do combate à evasão fiscal e do recurso a parcerias entre os setores público e privado.

Aplausos de Deputados do PSD.

É indispensável reformar a Administração Pública, não só para racionalizar e controlar a despesa, mas também para aumentar a eficiência da economia e o bem-estar dos cidadãos. Não reformaremos, porém, a Administração Pública enunciando apenas a sua necessidade. É preciso ir sempre alterando e corrigindo o que está mal; muitas vezes, até nem são precisas grandes alterações legislativas.

O Sr. **Osvaldo Castro** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Se, por exemplo, os padrões de competência profissional prevalecessem, nas nomeações e promoções, sobre quaisquer outros e se as remunerações refletissem o mérito no desempenho das funções, estaríamos certamente a melhorar, de forma significativa, a eficiência e qualidade.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS-PP
e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

Como tenho incessantemente repetido, a luta contra a fuga ao fisco também é fundamental, quer para aumentar a base tributária e as receitas fiscais, quer para impedir o sentimento de injustiça provocado pela evasão fiscal, um sentimento que corrói o comportamento cívico dos cidadãos e enfraquece a coesão nacional ao não assegurar o princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei. O combate à evasão e fraude fiscais tem de ser prosseguido sem contemplações.

Vozes do PSD e do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Esse combate, é certo, cabe antes de mais ao Governo. Mas os cidadãos também podem e devem colaborar, cumprindo os seus deveres e exigindo aos outros que também os cumpram.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Resolução da Assembleia da República sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento para o período 2003-2006, aprovada aqui no início do ano, define orientações úteis e importantes para a solução do problema orçamental assente numa programação financeira plurianual e no contexto de uma estratégia de desenvolvimento económico e social a médio prazo. Essas recomendações, julgo, não podem ficar como simples intenções.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Têm de ter consequências, quanto mais não seja, porque são necessárias para a solução dos problemas económicos e sociais do país. E ninguém melhor do que os Srs. Deputados — todos os Srs. Deputados! — para tirar as consequências das referidas recomendações, quer porque as mesmas foram aprovadas nesta Câmara, nas condições que conhecemos — e bem! — quer porque em parte respeitam a matéria da competência exclusiva da Assembleia da República.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — O debate de política geral sobre a orientação da despesa pública, previsto, na Lei da Estabilidade Orçamental, para o próximo mês, será uma boa ocasião para centrar a discussão parlamentar nestas questões tão importantes e começar a dar corpo às exigentes recomendações da Resolução.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Estou certo de que os Srs. Deputados — todos os Srs. Deputados! — aproveitarão a oportunidade para discutir a fundo, e, sobretudo, numa perspetiva de médio prazo, a política económica e financeira de Portugal. Seria igualmente importante que essa política, ou algumas das suas componentes, pudesse beneficiar como a Resolução pôde, de uma base de apoio alargada. Seria um bom serviço prestado ao futuro de Portugal.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas como já disse, o problema orçamental da economia portuguesa, merecendo embora — e não me canso de o repetir — exigente e necessária atenção, não é o único. Há mais vida para além do Orçamento.

Aplausos do PS, do BE e de Deputados do PSD.

A economia é mais do que finanças públicas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — O aumento do investimento, da produtividade e da competitividade da economia portuguesa é fundamental para o nosso futuro e requer o esforço continuado e empenhado de todos — ninguém pode ficar de fora deste esforço: governantes, empresários e trabalhadores.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Uma economia competitiva não é a que se baseia em baixos salários, mas, sim, a que dispõe de um sistema produtivo moderno, inovador e tecnologicamente avançado, capaz de produzir bens e serviços de qualidade e bem valorizados nos mercados internacionais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Foi isto que quis sublinhar com a jornada que estou a realizar sobre a Inovação.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Temos de ter uma mão de obra mais instruída e qualificada para poder desempenhar tarefas mais sofisticadas e produzir bens e serviços com mais valor acrescentado. A produtividade também depende da inovação em sentido amplo, designadamente na organização do trabalho, na diferenciação e qualidade dos produtos e na estratégia de comercialização. Repito: o que conta não é a mão de obra barata, mas, sim, a qualificação dos recursos humanos, a sua cultura e formação técnica.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Temos de continuar, por isso, por muitos anos, a investir sempre nas pessoas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Este é o nosso maior desafio. É uma responsabilidade do Estado, mas também das próprias pessoas, a quem se apela e se pede uma vontade permanente para aprender ao longo da vida, e das empresas e restantes organizações, que não devem descurar a valorização do seu ativo mais precioso: aqueles, precisamente, que nelas trabalham. A nossa educação tem de ter mais qualidade e produzir novas respostas à mudança dos nossos tempos. É indispensável que todos os cidadãos e profissionais possuam uma maior cultura científica e tecnológica sem a qual não se pode compreender o mundo em que vivemos e, muito menos, nele atuar conscientemente. Só assim poderemos fazer da Sociedade de Informação uma sociedade onde, efetivamente, todos tenham livre acesso ao conhecimento e à comunicação.

Podemos registar como um bom sinal a visibilidade que a ciência já alcançou em Portugal.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Temos de continuar particularmente atentos a esta questão, para que os ganhos conquistados se consolidem e não possam vir a ser postos em causa...

Vozes do PS e do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — ... pois é indispensável que sirvam para o lançamento de políticas dinâmicas de educação e de inovação.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Demos passos consideráveis em pouco mais de uma década, mas ainda, como todos sabemos, temos um longo caminho a percorrer. E se, destes dias, retiro uma lição, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é a de que é aqui, precisamente, que se joga o futuro de Portugal.

Vozes do PSD e do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — O papel dos empresários é também, e como é óbvio, fundamental para aumentar a produtividade e a competitividade da economia.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, precisamos de mais e melhores empresários. Precisamos de empresários com visão estratégica, com espírito de liderança e com capacidade de organização e de gestão das empresas. Precisamos de empresários inovadores nos produtos e nos processos de fabrico, capazes de organizarem e motivarem os trabalhadores. Só empresas inovadoras, tecnologicamente avançadas e eficientes podem pagar salários que se vão aproximando dos níveis europeus e permanecerem suficientemente competitivas no mercado global. Precisamos também de empresas e empresários que assumam a responsabilidade social que lhes compete prestando a devida atenção às questões do desenvolvimento sustentável, nomeadamente ao ambiente e à coesão social, e cultivando uma atitude ética, socialmente responsável, nas relações com os trabalhadores e com a sociedade em geral.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Precisamos de empresas economicamente competitivas, financeiramente sólidas e com acionistas e gestores com visão. Só assim poderemos preservar o controlo de centros de decisão estratégica para a nossa economia. Essa é uma tarefa que cabe, como é natural, primordialmente às empresas e um desafio à sua capacidade para estabelecerem as parcerias necessárias. Todavia, as regras do jogo da economia de mercado não são apenas estritamente económicas e o Estado não pode alhear-se da questão dos centros de decisão, recorrendo a instrumentos como a política de privatizações ou a gestão das suas participações sociais. Onde seja estratégico assegurar uma presença nacional

relevante, deverá manter-se uma participação pública, ainda que como simples ou mero catalisador das parcerias.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — O Estado não deve ter vergonha em manter empresas com capital maioritariamente público; deve é dotar-se de instrumentos adequados para a sua gestão.

Aplausos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Seria prova de ingenuidade ou incúria se a questão dos centros de decisão não fosse tida em conta na condução da política económica, como, aliás, tem estado a acontecer, tão claramente, em muitos dos nossos parceiros da União Europeia. Porém, o Estado tem de distinguir bem entre interesses particulares, nos quais não se deve envolver, e interesse nacional, que lhe cabe defender.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Nesta perspetiva, qualquer tomada de posição ou atuação do Governo não pode ser feita à custa da eficiência económica e do interesse dos consumidores, nem à margem da economia aberta em que nos inserimos.

Aplausos de Deputados do PS.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Excelências: Há mais de duas décadas que a expressão «reformas estruturais» domina o léxico político português e a generalidade dos programas de governo. Algumas se fizeram e muitas outras ficaram por fazer, ou pararam a meio. Feitas as contas, a sensação que fica é a de que não tem existido nem uma hierarquia de prioridades clara que ordene a sequência dessas reformas nem uma determinação política suficiente, para realizar, de forma profunda, consequente e constante, aquelas que são as mais difíceis de fazer.

Hoje, torna-se evidente que, entre os fatores que debilitam a nossa capacidade de reagir a conjunturas adversas, avultam a insuficiente eficácia da administração de um Estado centralista e burocrático, as vicissitudes da reforma do sistema político, as graves consequências provocadas pelos problemas acumulados na administração da justiça e uma insuficiente conceptualização dos papéis regulador e fiscalizador do Estado. Não são incidentes de percurso que nos devem distrair da necessidade de se prosseguirem os esforços de reforma do sistema político. Esta exige um trabalho permanente, progressivo, persistente.

A Comissão Eventual para a Reforma do Sistema Político tem desenvolvido uma importantíssima ação e quero saudá-la por isso, desde o seu Presidente a todos os Srs. Deputados, que, durante estes meses, tanto trabalharam para o progresso das coisas.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

O caminho já percorrido permite-nos esperar novos e mais consensualizados desenvolvimentos neste domínio, tão decisivo para a credibilidade da democracia portuguesa. A qualidade da nossa democracia depende, em larga medida — repito, em larga medida —, da nossa capacidade para renovar o contrato entre o Estado de direito e os cidadãos, aumentando a eficácia e a credibilidade do primeiro e a confiança e a participação dos segundos.

A democracia, para se revitalizar, precisa de sangue novo. A vivência democrática não deve ser confundida com consensos artificiais, ou com o desempenho meramente burocrático, ou, pior ainda, autista, dos mandatos representativos...

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — ... de que só poderiam resultar um maior afastamento entre cidadãos e eleitos e um esvaziamento das virtualidades regeneradoras próprias do regime democrático.

O confronto vivo e clarificador de políticas alternativas e de programas de governo é essencial à sobrevivência e autenticidade da vida política em democracia. O que nos deve preocupar não é a diferença de posições, ou a existência fortemente assumida de divergências, mas, antes, o perigo de vermos o debate político reduzido apenas a confrontações sobre o que é acessório ou mediaticamente compensador no curto prazo.

Aplausos do PSD e do PS.

A vitalidade da democracia exige, por outro lado, uma atitude de cooperação institucional que passa, em primeiro lugar, por uma compreensão rigorosa das funções que cabem a cada um, mas também por uma assunção plena das responsabilidades próprias. Os acontecimentos mais recentes, no plano internacional, e as dificuldades que atravessamos, no plano interno, fizeram subir o tom do debate político. Nada há, nisso, de dramático, desde que saibamos, todos, centrar a discussão sobre o que é essencial para os interesses dos portugueses e para a posição de Portugal na Europa e no Mundo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Nesta encruzilhada de problemas e desafios que se põem à nossa democracia, a questão da justiça continua a ser motivo de grave preocupação e exigência inadiável de uma modernidade que tarda. Sem um sistema de administração de justiça que funcione eficazmente, não é apenas a segurança nas ruas e a paz social que estão em causa, é a credibilidade e a qualidade da democracia e é toda a vida coletiva, desde o desenvolvimento económico e social à transparência do exercício dos poderes públicos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — É a democracia e a sua prática quotidiana que devem firmar a ideia de que ninguém está acima da lei.

Vozes do PS e do Deputado do BE João Teixeira Lopes: — Muito bem!

O **Orador**: — É este princípio que torna incompreensível que, por exemplo, em matéria de corrupção e de evasão fiscal, continuem por tratar, com a eficácia necessária, as questões relativas ao sigilo bancário e ao cruzamento de informação, com a inadmissível impunidade que daí decorre.

Aplausos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Esta omissão é tanto mais grave quanto continuam a não ser tomadas, com caráter de permanência, iniciativas de investigação e de fiscalização generalizadas, que desencorajem os corruptos e os faltosos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas é preciso também, Sr. Presidente e Srs. Deputados — e digo-o como quem fez carreira e vida profissional nesse ambiente —, que os tribunais estejam aptos a responder, em tempo, aos resultados da investigação e da fiscalização. São conhecidas as carências neste domínio. Há hoje uma generalizada consciência das dificuldades existentes, que atravessam todo o sistema; e estão em curso iniciativas, como é o caso do anunciado Congresso da Justiça de que se espera — e eu espero! — um impulso renovador e partilhado. Nada, todavia, se fará de duradouramente eficaz se agentes políticos, magistrados e advogados continuarem a tratar das questões da justiça em circuito fechado e não correrem o risco de abrir o debate da justiça às disciplinas que com ela se relacionam, por muito que isso possa pôr em causa rotinas e poderes instalados.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — As experiências, frutuosas, em tempos iniciadas, não devem, por isso, desaparecer.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Outro tema que tem merecido a minha atenção — e é uma exigência do nosso Estado democrático, porque o considero vital para o nosso futuro — é o da descentralização. Nas últimas décadas, os territórios ganharam novas e inesperadas competências: ensino e cultura, informação e comunicação, saúde, desporto, emprego, transportes. O processo desta mudança não está terminado.

Dirão muitos, entre os quais me incluo, que precisa de ser aprofundado. Mas paralelamente, enfrenta hoje um desafio complexo. Primeiro, o de garantir em todos eles o princípio da igualdade de oportunidades; isto é, o princípio da equidade territorial. Segundo, o de promover uma boa articulação entre os diversos níveis de competências territoriais, através de uma eficaz descentralização administrativa, que é necessário retomar, e do necessário controlo financeiro.

O quadro municipal, que tem constituído a única instância jurídico-administrativa da descentralização, é cada vez mais reconhecido como insuficiente para responder às novas questões da coesão e competitividade dos territórios. Novos quadros, resultantes de aglomerações de municípios, impor-se-ão — julgo eu, e ainda bem! — num futuro próximo. Importa que a sua criação signifique também uma rutura com modos de atuação em que se privilegia o curto prazo em detrimento do desenvolvimento sustentável, a competição com o vizinho, em desfavor da cooperação, a consolidação do poder, em prejuízo da abertura à inovação, à criatividade e à partilha.

Não tenho dúvidas em estar, como sempre estive, ao lado dos que querem novos estímulos a uma descentralização, de que resulta, necessariamente, a criação de novos poderes territoriais e novos métodos para o seu justo financiamento. Mas, atenção, é preciso que esses novos poderes territoriais tenham em conta: em primeiro lugar, que os parceiros com os quais se têm de articular são, hoje, múltiplos, e que essa multiplicidade constitui uma força e um enriquecimento para a cidadania e para o sistema democrático; em segundo lugar, que o planeamento estratégico tem de se basear num sólido inventário das condições atuais; e, por último, que as soluções institucionais da descentralização têm de assentar em realidades credíveis e consensuais e não, precisamente, no contrário.

Não seria admissível que, perdêssemos, neste respeito, novas oportunidades.

Aplausos do PSD e do PS.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Excelências, Portugueses: É tempo de concluir. Neste dia — e agradeço a vossa paciência —, quis que as minhas palavras refletissem as preocupações atuais que tenho e as metas de exigência que considero fundamentais para o progresso do país e a melhoria da qualidade da nossa democracia. Como Presidente da República eleito por sufrágio direto e universal, sou representante de um desígnio nacional que me compete atualizar, em cada momento decisivo, perante o país.

O caminho é estreito — sublinho, o caminho é estreito —, mas saberemos estar à altura da exigência deste tempo. A globalização impõe-nos uma permanente atenção, uma constante adaptação. A atual encruzilhada europeia, como em todos os anteriores momentos de crise, aumenta os desafios.

As nossas instituições e os nossos comportamentos políticos têm de ser adaptados ao tempo que vivemos, mas sem transigências no que respeita aos valores que fundam a nossa República.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Temos de fortalecer a democracia. O fortalecimento da democracia e da República exige o reforço do prestígio das instituições e dos seus titulares. E o esforço desse prestígio exige o combate à corrupção, ao negocismo, à partidarização do Estado. Exige uma justiça mais eficaz, célere e universal.

A nossa modernização económica pressupõe o rigor financeiro, mas exige mais. Temos de aumentar a nossa competitividade e o nosso nível de vida. Temos de melhorar a educação e dar essa melhor educação a mais portugueses. Não enchamos, Srs. Deputados, a boca com *slogans* e palavras de ordem, por muito modernas que elas nos pareçam. Passemos aos atos. Façamos mais e lamentemos menos. Assumamos melhor a responsabilidade que cada qual tem e não achemos sempre que essa responsabilidade é dos outros.

Aplausos do PSD e do PS.

Concentremo-nos na identificação das mudanças substanciais que temos de operar na economia e na sociedade portuguesas.

Estas mudanças, como disse, passam pela modernização do Estado de direito e têm de respeitar o Estado social e o imperativo da solidariedade entre os portugueses. Devemos saber preparar o futuro. Prepara-se o futuro reforçando a ética da responsabilidade e do trabalho, que é muitas vezes substituída pela da facilidade e do imediatismo.

Vozes do PSD e do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Temos de nos habituar a premiar as obras, o mérito e os resultados — não temos de premiar as promessas e as ilusões.

Aplausos gerais.

A cidadania, o pluralismo de propostas e a participação política devem merecer a primazia própria de uma democracia adulta. Devemos combater a intolerância e a exclusão. Apresentadas as diferenças, assumidas as opções, clarificadas as alternativas, não podemos perder mais tempo.

Para não perdermos tempo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, temos de nos entender sobre o chamado «mínimo essencial». Ele é crucial para progredirmos. Sem esse mínimo, nenhum regime político democrático subsiste, pois fica por assegurar a continuidade e a estabilidade das instituições e do próprio tecido social. Se nos entendermos sobre o «mínimo essencial», então seremos capazes de fortalecer o Estado republicano e democrático e de mobilizar a sociedade. Com a nossa capacidade de trabalho, com a nossa iniciativa, com a nossa imaginação, com a nossa força de vontade e espírito de sacrifício, recuperaremos a economia portuguesa, aproximando-nos dos nossos parceiros europeus mais desenvolvidos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — O Portugal do 25 de Abril terá sempre um papel a desempenhar na defesa do Direito e na manutenção da paz internacional. É isso que se espera de nós. De um país que há 29 anos fez uma revolução que constituiu para o Mundo um exemplo exaltante de civismo e de esperança.

Viva o 25 de Abril!
Viva a Liberdade!
Viva Portugal!

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Sr.as Deputadas e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, agradecendo a participação de todos, com a vénia do Sr. Presidente da República, declaro encerrada a sessão.

2004

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, com vénia ao Sr. Presidente da República, declaro aberta a sessão.

Antes de se iniciarem as intervenções previstas, é meu dever dirigir uma palavra de calorosa saudação, em meu nome pessoal e em nome de todos os membros do Parlamento, às ilustres Entidades presentes na Sessão Solene Comemorativa da Revolução do 25 de Abril.

Antes de mais, a V. Ex.ª, Sr. Presidente da República, primeira figura do Estado e garante das nossas instituições democráticas.

Logo a seguir, ao Sr. Primeiro-Ministro, às Sr.as Ministras e aos Srs. Ministros e demais Membros do Governo, bem como aos Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional e outros magistrados do poder judicial, e ainda aos representantes do poder regional autónomo e do poder local, aos Altos Comandos das Forças Armadas, ao Corpo Diplomático, aos antigos Presidentes da República, Presidentes da Assembleia da República, aos Srs. Conselheiros de Estado e restantes convidados.

De entre estes destaco, com o maior prazer, para um cumprimento especialíssimo, os Srs. Presidentes dos Parlamentos dos Países de Língua Oficial Portuguesa que se tornaram independentes no seguimento da Revolução do 25 de Abril: Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Aplausos gerais, de pé.

A Guiné-Bissau não está representada por não se ter ainda organizado a respetiva Assembleia Nacional, recentemente eleita. Correspondendo gentilmente ao convite que lhes enderecei, aqui estão eles, os Presidentes desses Parlamentos lusófonos, como nossos convidados de honra, a fim de celebrarmos juntos o Dia da Liberdade e a própria liberdade em si, que há 30 anos vigorosamente despontou, para o povo português e para todos esses povos, nossos irmãos.

Encontrando-se de visita a Portugal, não poderia faltar, nesta hora, o Presidente da República de Timor-Leste, Xanana Gusmão, a quem saúdo fraternalmente.

Aplausos gerais, de pé.

Idêntica saudação dirijo à Sr.ª Primeira Vice-Presidente do Congresso dos Deputados das Cortes Espanholas, que em nome do Presidente Manuel Marín quis, espontaneamente, vir associar-se à nossa festa.

Aplausos gerais, de pé.

Por fim — os últimos são os primeiros! —, a homenagem, vibrante e agradecida do Parlamento, em nome do povo português, aos denodados heróis daquela inesquecível madrugada libertadora de há 30 anos.

Aplausos gerais, de pé.

Sem o rasgo patriótico dos capitães de Abril não teria raiado tão depressa e tão plenamente a liberdade em Portugal. O gesto revolucionário desse punhado de bravos, preparado pela resistência e pela pedagogia de tantos democratas, gravou, indelevelmente, na nossa História uma «impressão digital». O país de Abril jamais olvidará — passem 30 anos, passem 30 décadas — os seus capitães de Abril.

Para proferir uma declaração em nome do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes, tem a palavra a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, Sr. Presidente da República Democrática de Timor, Srs. Presidentes dos Parlamentos dos Países de Língua Portuguesa, Srs. Capitães de Abril, Srs. Convidados: Se «Sempre que um homem sonha/O mundo pula e avança», se «O sonho comanda a vida», então a conclusão é óbvia: é preciso sonhar, nunca permitir que nos amarrem os sonhos e procurar sempre concretizá-los. Porque sonhar é projetar o futuro que desejamos, é impulsionar no presente a nossa ação para o alcançar, é acreditar que é possível.

Essa foi a grande lição da Revolução de 25 de Abril de 1974: perceber a importância de acreditar, de agir, de nunca cair na resignação, de nunca permitir que nos façam vítimas de ditas inevitabilidades e de perceber a importância de participar no nosso futuro coletivo. É um ensinamento que é fundamental ter sempre presente.

Homens e mulheres sujeitos à prisão, à tortura, à clandestinidade, à censura, à guerra, à morte não desistiram de combater o regime fascista, não interiorizaram as regras que os ditadores lhes impunham, sonharam com a liberdade, liberdade que o Movimento das Forças Armadas conquistou para o povo ao fim de quase cinco décadas de ditadura.

E o povo saiu à rua, viveu e festejou a Revolução, assumindo o momento e a oportunidade de construir um país novo, onde a liberdade, a democracia, a igualdade fossem verdade neste país.

Abril é Revolução. Há quem queira fazer esquecer e esconder a força da Revolução, nomeadamente para as gerações mais novas que já nasceram ou cresceram depois do 25 de Abril. Mas é preciso que se saiba que Abril não foi uma evolução natural, foi rutura com a opressão, foi conquista! É por isso que não é com naturalidade que se podem olhar os cartazes espalhados em Portugal onde se lê que «Abril é evolução». É que o *slogan* é pensado, é pensado para deixar cair uma letra que faz a plenitude de Abril, é pensado para desincentivar o povo a uma mudança que é precisa.

Que da Revolução de Abril decorreu progresso, modernidade, não há dúvida. Conquistaram-se direitos nunca antes vividos, nomeadamente na oportunidade de educação, no acesso à saúde, na disponibilização de saneamento básico, na defesa dos trabalhadores. Conquistou-se ainda o direito à paz, com o fim da inqualificável guerra colonial.

E o que mais indigna é verificar que 30 anos depois do 25 de Abril, 30 anos depois das grandes conquistas de direitos do nosso povo, temos assistido, não a uma evolução, mas a uma regressão

demasiado inquietante. E mais preocupante porque ela é camuflada por uma capa democrática que tem por base a desinformação e a ilusão.

Passo a exemplificar: 30 anos depois, sob a capa da produtividade, retiraram-se direitos adquiridos aos trabalhadores, aumentou-se a precarização do emprego, fragilizou-se a contratação coletiva, considerou-se que a segurança no emprego era um luxo desnecessário.

Sob a capa do desenvolvimento, privatizaram-se áreas determinantes, chegando-se à intenção de privatizar um bem essencial a todos, que é a água, fazendo com que esta passe a ser disponibilizada em função dos interesses das empresas detentoras da sua gestão, mercantilizando um bem vital para a vida e para o desenvolvimento.

Sob a capa da modernidade, desresponsabilizou-se o Estado da escola pública e procura-se aniquilar a gestão democrática das escolas, assim como se procura fragilizar o Serviço Nacional de Saúde.

Sob a capa do progresso, o betão é prioridade, as assimetrias regionais do país acentuam-se e intensificam-se áreas superlotadas, com a consequente degradação do bem-estar das populações, e áreas votadas ao abandono e ao esquecimento.

Sob a capa do rigor, tomaram-se medidas que tiveram consequências tão sérias como o aumento do risco de pobreza em Portugal, o aumento do desemprego, uma maior concentração de riqueza nas mãos de uma minoria e a generalização das dificuldades de vida para uma maioria.

Sob a capa do pelotão da frente, a subjugação às políticas europeias tem sido total, tenha as consequências que tiver para Portugal, mesmo que isso signifique a continuação da destruição da nossa capacidade de produzir, que signifique a nossa total dependência alimentar do exterior, que signifique a submissão aos interesses dos grandes Estados da União Europeia.

Sob a capa do investimento, quer-se impor a ideia que para desenvolver é preciso poluir, quando o desenvolvimento passa justamente pelo contrário, ou seja, por assegurar uma produção mais limpa, menos agressiva para o meio ambiente, por forma a garantir mais saúde pública e mais qualidade de vida, quando afinal desenvolvimento significa necessariamente travar a curva ascendente dos índices de poluição e de degradação dos recursos naturais.

Sob a capa da participação, quem tem poder vai fazendo o que quer, quem não tem só vai dizendo o que quer.

É em tudo isto que se tem negado a essência de Abril. É nisto que se tem regredido nas conquistas de Abril.

A Constituição da República Portuguesa, de 1976, foi produto e garantia dessas conquistas de Abril. De revisão em revisão tem-se perdido, na intenção de algumas forças políticas ajustarem contas com os ganhos de Abril que consideram exagerados e desadequados, porque sabem que Abril foi de todos e para todos, não foi só de alguns ou só para alguns.

Mas nesta última revisão constitucional, que se finalizou na passada sexta-feira, foi uma «machadada» demasiado grave.

Numa revisão que era só para alguns pontos, e que o acordo de cavalheiros PP/PSD/PS levou mais longe, estabeleceu-se que uma eventual Constituição Europeia tem supremacia sobre a nossa, que a constituição franco-alemã, desenhada por Giscard d'Estaing, cujo texto final não se conhece, tem

supremacia sobre o texto constitucional discutido e votado pela nossa Assembleia Constituinte, eleita pelo povo português. É mais e mais subjugação a interesses tão distantes de nós e tão pouco motivados para as necessidades do nosso povo e do nosso país, a comandos sem rosto definido para nós, longínquos, desconhecedores da nossa realidade e desconhecidos de todos nós, a centros de decisão distantes, resultando daqui uma maior dificuldade de participação das populações, um direito que Abril nos deu.

Gostaria ainda de sublinhar que Abril foi também liberdade no sentido da independência dos países africanos e dos seus povos, que estavam subjugados à lógica colonialista do regime fascista. E porque o espírito e a força de Abril perduram, Portugal uniu-se todo pela autodeterminação do povo de Timor. E Timor venceu pela luta do seu povo.

É também por isso que temos uma responsabilidade muito grande de não permitir novas formas de subjugação dos povos. É por isso que temos uma particular responsabilidade na determinação da paz no Médio Oriente e no desejo de reconhecimento efetivo do Estado palestino. É por isso que o povo português também não aceita o terror sobre terror e condenou a guerra do Iraque e aqueles que, sob o argumento da necessidade de desarmar o Iraque, que afinal não tinha as armas de destruição em massa, contribuíram para um mundo ainda mais inseguro.

Os Verdes desejam um Portugal promotor da paz. Os Verdes desejam um país onde os cidadãos, independentemente dos seus recursos, possam ter igualdade de oportunidades. Desejamos uma mais justa distribuição da riqueza e a eliminação das permanentes manchas de pobreza. Desejamos a concretização do direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado. Desejamos um país que produza, onde haja emprego, onde as novas tecnologias se apliquem a produções mais limpas, menos agressivas para o ambiente. Desejamos um país harmonioso, com um mundo rural vivo e dinamizado, com cidades sustentáveis. Desejamos uma democracia de participação e não de exclusão.

Os Verdes querem Abril. E aquilo que pretendi transmitir, nesta intervenção, é que é preciso que Abril se pratique no dia a dia.

E porque Abril é de todos e para todos, «Pelo sonho é que vamos». Acreditamos que um dia Portugal será aquela terra da fraternidade, assim o povo o ordene.

Viva o 25 de Abril!

Aplausos de Os Verdes, do PCP e do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para proferir uma declaração em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente da República de Timor Leste, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, meus caros Capitães de Abril: Há muito mais de 100 anos, o poeta Antero de Quental, fundador da corrente socialista em Portugal, explicava que as causas da decadência dos povos peninsulares eram, em primeiro lugar, o papismo fanático, que tinha criado a Inquisição e

amarfanhado a educação; em segundo lugar, o colonialismo, que tudo consumia; e, em terceiro lugar, o absolutismo, que bloqueava o desenvolvimento.

Portugal vivia, dizia Antero de Quental, um «adormecimento sonambulesco em face da revolução do século XIX» e, assim, proibia-se de compreender que «o nome do espírito moderno é a revolução».

Era Antero blasfemo, romântico, santo? Era simplesmente moderno.

Mas o poder, beato, colonialista, autoritário, não acompanhou a revolução da modernidade do século XIX, nem sequer a do século seguinte — foi só com o 25 de Abril que chegámos ao século XX.

Há 30 anos, Portugal viva embrenhado na tristeza. Isolado da Europa, era um país provinciano e tacanho.

As ideias sufocavam, as mulheres eram mandadas obedecer, os audazes emigravam, os jovens morriam na guerra, os pobres desesperavam, os remediados aborreciam-se, os ricos enriqueciam. Os que se opunham eram presos e perseguidos.

Os poderosos é que marcavam este país. Viviam à sombra da ditadura, como sempre virados para o passado: recebendo o ouro do Brasil, primeiro, os dinheiros de África, depois, as prebendas e mordomias garantidas pela mão protetora de Salazar, finalmente.

O parasitismo foi a marca genética dessa burguesia patética que abominava a mudança, atracada num Império megalómano.

Essa elite, nada e criada contra a revolução da modernidade, pasmada num tempo que nunca passava, foi a obreira da decadência de Portugal.

Contra essa elite, contra a sua ditadura que era incapaz de evoluir, pois seria a sua morte, a democracia só poderia nascer revolucionária. E assim foi.

Quem sabia que resistir é vencer, quem tinha a determinação de acabar com a guerra, as mulheres e homens que se juntaram no 25 de Abril, fizeram da Revolução a mãe da democracia.

Revolução mestiça, na convergência entre os povos das colónias e o da metrópole.

Revolução corajosa, porque sabia que o inimigo estava no nosso próprio país e foi aqui que o veio vencer.

Revolução democrática, porque garantia as liberdades e queria a democratização social, essa modernidade que a todos assegura a igualdade de oportunidades, de direitos e de responsabilidades.

Revolução profunda, devastadora para o situacionismo, amesquinhante para essa elite conservadora, de tal modo que, passados 30 anos, tanta vingança depois, recuperada a zona da reforma agrária para coutadas, devolvidas empresas e capitais aos que rapidamente tinham fugido, e ainda os poderosos exigem a suprema vitória da confiscação da memória para conseguirem aquela certeza reconfortante que lhes falta de que a Revolução foi, não poderia ter sido e, portanto, tem de acabar.

Como gostariam de comemorações vestidas de salamaleques anestesiantes, de fanfarras surdas, de vénias submissas, de liturgias espampanantes, do povo calado!

Como anseiam por um festim que «canibalize» a História, que lhe retire o ânimo, com um aniversário que desconsegue a Revolução — quanto mais velas menos vida, quanto mais anos mais nostalgia, quanto mais tempo menos urgência, sentenciam os normalizadores.

Manhosos, roubam a revolução letra a letra, para que pareça que tudo foi supérfluo, um exagero! Pois com certeza, a ditadura era mansa e chegaria o dia de se inclinar, domesticada, subsidiada, amigada com a Europa.

Um coro de velhos jovens revoltados, agora arrependidos e nobilizáveis, antigos heréticos, agora *snobs*, repete-nos que a Revolução é sempre demais. É necessariamente um aborrecimento, um susto, um Carnaval, e depois do Carnaval, como todos sabemos, vêm as cinzas. Construtores do passado, porque nada querem do futuro, contentam-se com um presente eternamente repetido.

Ora, foi contra este espírito asilado, dormente, que se ergueu o voo do 25 de Abril, um levantamento de alma, uma explosão, uma explosão de vida — a revolução moderna.

As mulheres, que não se resignavam à obediência, os trabalhadores, que queriam o que era seu, direitos, dignidade, o que produzem, todos, a liberdade, o direito de informar, de criar, de saber, de discutir, de decidir, Portugal na Europa e no mundo.

Repete-se a censura do «excesso» desse tempo. Excessivo era o atraso, a apatia. Tínhamos a urgência de vencer meio século de ditadura, de uma ditadura instalada silenciosamente nas pessoas habituadas à subserviência, da dita que dominava todas as relações sociais: entre homens e mulheres, patrões e empregados, professores e alunos, velhos e novos.

Era uma tarefa quase impossível. Só uma revolução consegue o impossível.

Democratizar é isso mesmo: vencer uma ditadura em todos os seus lugares e em todos os seus tempos.

Que salto assombroso deu este país então! Se de algo nos podemos orgulhar no século XX é só desse momento fundador, em que o passado de resistência ganhou o direito ao futuro e criou a democracia.

Foi uma revolução apaixonada, vivida como se fosse sempre, agora, o primeiro dia do resto das nossas vidas.

Que ninguém, por isso, se atreva a menorizar ou a desprezar essa rutura. Os abrilistas, como os atuais adversários de Abril, todos, só tivemos o direito de nascer nesse dia. E só nesse dia e a partir desse dia fomos grandes: foi o começo da revolução moderna, saindo do adormecimento sonambulesco em que o país estava mergulhado.

No país mais analfabeto da Europa, o saber do povo escreveu histórias de cultura.

No país que pouco conhecera de democracia, a revolução criou a liberdade.

No país ofuscado na imensidão do império pelos mares fora, reencontrámo-nos na Europa, onde vivemos.

Foi o 25 de Abril que nos permitiu viver.

Perguntar-nos-á, então, Antero, cerca de 100 anos depois, se as causas da decadência foram vencidas. Trinta anos depois, perguntar-nos-á Abril se continuamos grandes, se somos mais europeus e mais abertos ao mundo, se vivemos mais justos, se, sendo justos, somos modernos.

É claro que nunca há respostas definitivas para as grandes perguntas. Porque como vivemos é como queremos viver e só saberemos se respondermos.

Mas sabemos que a revolução da modernidade do século XXI corre três riscos, os maiores, os de sempre: o fanatismo, o colonialismo e o absolutismo — as causas da decadência que já Antero conhecia, mas que agora são só uma e a mesma.

Colonialismo e absolutismo renascem no Império, um poder absoluto sem lei, que estimula um muro do *apartheid* na Palestina, que desencadeia as novas guerras do petróleo, que trombeteia a guerra infinita, onde quiser, sempre que quiser, quando quiser. O primeiro e único império que procura justificações para uma guerra sanguinolenta depois de já a ter dado como terminada.

Colonialismo e absolutismo a que o Estado português se vergou, aceitando ceder homens e mulheres da GNR para se juntarem aos sipaios do Império na ocupação do Iraque, onde colapsa de desastre em desastre, de vítima em vítima.

Absolutismo, ainda, numa Europa em crise, governada por egoísmos mesquinhos, virada para Washington, esvaziada nas chancelarias que conspiram contra a democracia para imporem um diretório, empobrecendo a cidadania que nos daria a dimensão europeia.

Pior: fanatismo e absolutismo, irmanados no horror económico em que as bolsas sobem sempre que os despedimentos crescem e em que as boas notícias das empresas são a desgraça para 0,5 milhões de desempregados em Portugal.

Absolutismo que renasce numa elite que continua à espera «do ouro do Brasil», desperdiçando fundos, pedindo sempre mais. Agora um novo rentismo com o negócio dos hospitais privados, das prisões privadas, da banca privada, da água privada, da eletricidade privada, das pensões privadas, da imigração sem direitos.

Trinta anos depois, é assim que querem Portugal: um país sossegado, silencioso, um país de futebol. Um país que é um relvado, uma esplanada, um sítio, onde «uma mão lava a outra». Um país pequenino, que não incomoda e onde tudo se esquece.

É por isso que não quero vir aqui defender as conquistas de Abril. Isso seria pouco, demasiado pouco. Seria de menos. Seria pensar no passado e desistir do futuro. Queremos, com a legitimidade de Abril, a liberdade que falta, a responsabilidade que escasseia, a justiça, que é a maior dívida de Portugal para consigo próprio.

Por isso, a elite conservadora de agora continua horrorizada com a mudança e governa o país como sabe: com aventuras coloniais, contando subsídios «atrás dos cortinados», querendo uma Europa sem exigência democrática e um país sonâmbulo.

Essa elite fracassou e essa elite precisa de ser derrotada; 30 anos depois, a tarefa moderna é vencê-la. Esse é o compromisso do Bloco de Esquerda perante o 25 de Abril. É por isso que o saúdo. Viva a República! Viva o 25 de Abril! Viva o socialismo!

Aplausos do BE, do PS, do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente**: — Para falar em nome do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Presidente da República Democrática de Timor Leste, Srs. Presidentes dos Parlamentos dos Países de Língua Portuguesa, Sr.as e Srs. Convidados: Escreveu o cronista: «as gentes que isto ouviram saíam à rua a ver que coisa era; e, começando a falar uns com os outros, alvoroçavam-se as vontades e começavam a tomar armas cada um como melhor e mais depressa podia. (...) Soaram as vozes do ruído pela cidade, ouvindo todos bradar que matavam o Mestre e se moveram todos com mão armada, correndo à pressa para onde diziam que isto se fazia, para lhe darem vida e escusar a morte. (...) A gente começou de se juntar a ele, e era tanta que era estranha coisa de ver. Não cabiam pelas ruas principais e atravessavam lugares escusos, desejando cada um ser o primeiro.» O cronista era Fernão Lopes, na sua Crónica de D. João I, descrevendo o povo de Lisboa na Revolução de 1383-1385.

590 anos depois, o Poeta Ary dos Santos relatava também uma outra Revolução. E dizia: «E em Lisboa, capital dos novos mestres de Aviz, o povo de Portugal deu o poder a quem quis».

As revoluções fazem-se porque as quer o povo. Trinta anos depois de Abril há quem queira esconder isto mesmo: que Abril foi uma Revolução. Fê-la o povo, que apoiou os capitães de Abril — que aqui saudamos —, que mais não eram do que o povo em armas, no próprio dia 25. Fê-la o povo nos meses que se seguiram, conquistando a liberdade, a democracia e o direito a uma vida melhor.

Falar de evolução a propósito do 25 de Abril é, por isso, querer esconder o caráter revolucionário da nossa conquista da liberdade. Não porque não tenha havido evolução nos últimos 30 anos — certamente que houve! —, mas porque esta «teoria evolucionista» pretende esconder que as importantes alterações em sentido positivo que tivemos no nosso país nas últimas três décadas têm a sua origem e a sua raiz no 25 de Abril, que lhes abriu caminho. E porque a «evolução» apregoada, que faz lembrar uma outra «evolução na continuidade», que não era mais do que uma continuidade sem evolução, pretende igualmente esconder que a Revolução foi uma rutura contra alguma coisa: contra o fascismo.

O *R* que falta em Revolução tem sobrado na reescrita da História do 25 de Abril.

É preciso falar verdade sobre a Revolução de Abril. É preciso dizer que a Revolução de Abril se fez contra um regime fascista que praticava a tortura, a prisão política, a censura e impunha a guerra colonial. Que o fascismo foi o Tarrafal, o «lápis azul», as cargas policiais, a PIDE e também a fome, a pobreza, o analfabetismo. É preciso lembrar que muitos lutaram contra a tirania, comunistas e tantos outros democratas, que morreram, sofreram e pagaram o preço de sonhar com a liberdade roubada pela ditadura de Salazar e Caetano, e que Abril se fez também pelo caminho que todos eles foram abrindo.

É preciso dizer que a Revolução de Abril se fez para conquistar a liberdade e a democracia política, mas que se fez também, porque o povo assim quis, para romper com as injustas relações económicas e sociais que vigoravam na sociedade portuguesa; que trouxe consigo os direitos políticos, mas também os de cidadania, os laborais e os culturais; que se fez contra o fascismo, mas também contra as forças que o sustentavam.

Foi a Revolução de Abril que trouxe ao povo português o salário mínimo e as pensões e reformas, o subsídio de desemprego e o 13.º mês, as férias de 30 dias e os direitos de maternidade, o acesso universal à saúde, ao ensino e à segurança social e uma mais justa repartição da riqueza.

Foi a Revolução de Abril e a vontade do povo que pôs fim ao colonialismo e à guerra colonial e reconheceu o inalienável direito à independência dos povos colonizados, cujos representantes hoje aqui presentes saudamos.

Foi a Revolução de Abril que pôs fim ao domínio da economia pelos monopólios do fascismo, ao condicionamento industrial, e abriu caminho à dinamização económica e a um desenvolvimento ao serviço do bem coletivo.

Foi a Revolução de Abril que impôs a igualdade entre homens e mulheres.

Foi a Revolução de Abril que abriu um período de intensa participação popular na vida do país, que foi sem dúvida o momento da nossa História em que a democracia participativa foi mais profundamente exercida.

Foi a Revolução de Abril que, com a reforma agrária, fez cultivar terras incultas, deu trabalho nos campos e aumentou a produção agrícola.

Por tudo isto, Abril foi uma Revolução. Uma Revolução que representou, para muitos povos do mundo, para muitas forças que lutavam pela democracia e pela liberdade, um importante acontecimento e um novo alento para os seus próprios combates. Uma Revolução singular, em que sem derramamento de sangue se fez o derrubamento do fascismo, em que da instituição militar saiu o impulso que o povo esperava.

Enfrentamos hoje um tempo de fortes retrocessos sociais. A política em vigor ataca as conquistas e os valores de Abril, como o fizeram outras antes dela. É a política do desemprego, do trabalho sem direitos, dos baixos salários e do aumento da exploração.

É a política da crescente desigualdade na distribuição da riqueza, do aumento da pobreza e da exclusão, 30 anos depois de uma Revolução que se fez também para pôr fim aos privilégios da clique fascista dominante.

É a política da guerra, que envolve o país num novo colonialismo, 30 anos depois de uma Revolução que se fez contra uma guerra colonial.

É a política da destruição de direitos sociais, da elitização do acesso ao ensino, da mercantilização da saúde, da privatização da segurança social, 30 anos depois de se ter conquistado o acesso universal a todos estes direitos.

É a política do atraso económico, da destruição do aparelho produtivo, da subcontratação da economia, da perda de importantes centros de decisão nacionais.

É a política da mutilação da soberania nacional, com a vergonhosa submissão da nossa Constituição ao direito europeu, ainda há dois dias aprovada, em revisão constitucional, nesta Assembleia, aceitando a imposição de uma dita Constituição europeia e o seu previsível conteúdo — o federalismo, o neoliberalismo, o militarismo.

É a política do revanchismo contra Abril e os seus valores, da deturpação da História, do regresso ao passado e do comprometimento do futuro.

A política contrária a Abril, que atacou e pretende destruir tantas conquistas populares, não deixou de provocar também em muitos portugueses um desencanto com a democracia e com a participação política.

Para isso contribuem as promessas não cumpridas, a demagogia eleitoral, o sucessivo adiamento da resolução dos principais problemas das populações e do país. Para isso contribuem as alternâncias de governos sem políticas alternativas.

Para isso contribui um poder político cada vez mais submetido aos interesses do poder económico.

Por isso, também é preciso retomar esse espírito de intervenção e de luta que Abril nos ensinou que vale a pena e fazer da participação uma arma para reformar a democracia.

Em Abril, este povo quis que houvesse Revolução e fê-la na rua, nas fábricas, nos campos e nas escolas. E este povo, que foi capaz de derrubar o fascismo, será também capaz de inverter o caminho do retrocesso democrático e social e conquistar um novo rumo para Portugal.

Abril continua a ser esperança para os portugueses. É preciso lembrá-lo. É preciso retomá-lo. Como disse Ary: «Agora que já floriu/A esperança na nossa terra/As portas que Abril abriu/Nunca mais ninguém as cerra.»

Aplausos do PCP, do BE e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente**: — Para falar em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado Anacoreta Correia.

O Sr. **Miguel Anacoreta Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Presidentes das Assembleias Legislativas dos Açores e da Madeira, Altas Autoridades Civis e Militares do Estado Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: Começo por saudar o Presidente da República de Timor Leste, que nos quis honrar com a sua presença nesta comemoração do XXX Aniversário do 25 de Abril. É sempre com o maior prazer que o vemos nesta Casa da democracia portuguesa, Sr. Presidente Xanana Gusmão.

Aplausos do CDS-PP, do PSD, do PS e do BE.

Confesso que sinto uma grande emoção por ter hoje presente nesta celebração o homem que desde há mais de 20 anos admiro, então como comandante da luta pela liberdade e hoje como chefe da nação amiga que é Timor-Leste.

Queria também cumprimentar os Srs. Presidentes dos Parlamentos de Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Cabo-Verde e Timor Leste e também a Vice-Presidente das Cortes Espanholas, que aqui está em representação de D. Manuel Marín.

Se o 25 de Abril tem um enorme significado para nós, portugueses, ele é, sem dúvida, também um marco decisivo na História dos países lusófonos que nos são tão próximos.

V. Ex.ª, Sr. Presidente da Assembleia da República, é credor do nosso reconhecimento por ter tomado esta iniciativa e por ter proporcionado este convívio dos Parlamentos lusófonos em democracia, iniciativa que um dia esperamos ver institucionalizada sob a forma de uma assembleia parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Renovar em cada ano a celebração do 25 de Abril — com reconhecimento aos que o fizeram e com alegria pelo seu significado essencial do reencontro de Portugal com a liberdade — sem, contudo, procurar situar essas celebrações no contexto preciso de uma realidade em mudança cada vez mais acelerada e em boa parte inesperada, seria reduzir essas comemorações a uma mera liturgia ou a um mero ritual.

Seria também, e sobretudo, um muito mau serviço ao espírito do verdadeiro 25 de Abril, que não quis, por certo, vencer uma situação de imobilismo substituindo-o por outro imobilismo de sinal contrário.

O 25 de Abril fez-se justamente para ultrapassar uma situação de impasse, para outorgar ao país um sentido de verdadeira evolução.

Quando os países chegam a situações de impasse, porque não dispõem de instrumentos de mudança que só a democracia disponibiliza, e a única forma de ultrapassar essas situações é a da Revolução e dar a voz às armas, essas ruturas trazem consigo a imprevisibilidade do desenrolar posterior dos acontecimentos. E isso foi em boa parte o que sucedeu em Portugal.

A Revolução teve uma dimensão democrática, de essência popular e patriótica, mas teve outra dimensão de perversão e tentação totalitárias que só terminaram em 25 de novembro.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O 25 de Abril proclamou como desígnios democratizar, descolonizar, desenvolver.

Faltaríamos à verdade se não deixássemos afirmado que, por obstinação, a descolonização chegou tarde. Ora, descolonizar sem democratizar teve um preço demasiado elevado, que nós, portugueses e os povos das outras nações, pagámos.

Os factos provam que a democracia e o desenvolvimento são duas faces do mesmo processo. Hoje, ultrapassados os vanguardismos, a democracia progride nesses países e, nessa caminhada, os Parlamentos desempenham um papel único e insubstituível.

Consequentemente, existe hoje paz e, havendo paz, estão criadas condições para o desenvolvimento. Neste processo, Portugal quer e tem o dever de ser um parceiro privilegiado e generoso, desenvolvendo laços de amizade históricos, que só fazem sentido quando os seus objetivos ultrapassam governos e lideranças transitórias.

No que se refere ao desígnio do desenvolvimento é inquestionável que nós, Portugal, progredimos. Os indicadores sobre a saúde, sobre a educação, sobre a habitação são muito diferentes dos de há 30 anos. Não deixam margem para dúvidas.

Traduzem uma evolução e aproximámo-nos dos valores europeus.

A integração na Europa é, de resto, um dos grandes marcos do ativo, muito positivo, do 25 de Abril que, no plano nacional, possibilitou aproximar populações e regiões. A dignificação do poder autárquico e as soluções encontradas para as regiões autónomas são, sem dúvida, pontos altos no nosso processo de desenvolvimento.

Mas o mundo mudou. Hoje, enfrentamos problemas complexos, ditos de sociedade, que em boa parte têm de ser superados com um envolvimento profundo da sociedade civil, cujas potencialidades estão longe de serem totalmente entendidas pelos portugueses, tão grande foi, em Portugal, o peso asfixiante da tradição estatista e inibidora de iniciativa, antes e depois do 25 de Abril.

Ora, para a superação desses «problemas de sociedade» são essenciais consensos, que não podem ser confundidos com unanimismo, por forma a que as reformas necessárias e inerentes à mudança só possam ser consideradas eficazes se contiverem um sentido de equidade social.

E sobre as vantagens de encontrar, sempre que possível, consensos alargados e sobre como eles podem potenciar as nossas capacidades como país, basta dar como exemplo o caso de Timor-Leste.

Durante 25 anos, o Parlamento falou a uma só voz e «empurrou» — é o termo! — e apoiou a nossa diplomacia a agir com audácia, desafiando a lógica dos poderes estabelecidos e desenvolvendo noutros «tabuleiros» a mesma luta de resistência que os guerrilheiros das FALINTIL travavam nas montanhas do seu país.

No que se refere à equidade social, permito-me apenas fazer uma chamada de atenção para o esforço do atual Governo em estabelecer situações de justiça indispensáveis a um país europeu do século XXI. Refiro-me, concretamente e por exemplo, à política de convergência de pensões e, no que se refere aos antigos combatentes, às compensações aos que se bateram em África com bravura e patriotismo, sem que, atempadamente, as soluções políticas justas tivessem sido construídas.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O terceiro desígnio do 25 de Abril — democratizar — foi, a meu ver, de todos o mais conseguido.

Dezenas de atos eleitorais, aos níveis local, regional e nacional, realizaram-se nestes 30 anos e sempre em perfeita normalidade democrática, sem a mínima contestação pelos resultados.

A Constituição da República Portuguesa tem sido periodicamente adaptada às novas realidades que mudam. O meu partido não a votou favoravelmente, em 1976, pela sua excessiva carga ideológica e programática, mas esteve sempre presente em todas as revisões constitucionais. Fizemos bem, em 1976; fizemos bem agora e nas vezes anteriores.

Embora pensemos que é preciso ir mais longe, abandonando fórmulas ultrapassadas, procurando, sobretudo, um equilíbrio entre direitos e responsabilidades e consagrando novos direitos, designadamente de natureza social, estivemos com a maioria parlamentar que aprovou esta semana, anteontem mesmo, as últimas alterações à Constituição. Foi um pequeno passo na boa direção e permito-me destacar a clarificação das relações com a União Europeia e o avanço no processo político das autonomias insulares.

Os portugueses amam a liberdade e não tenho quaisquer dúvidas de que se, por absurdo, fosse necessário por ela se bateriam de novo.

Mas seria querer «tapar o sol com a peneira» esquecer que existe um grande desencanto pela política, que são visíveis as marcas de uma crise de cidadania que tem de ser ultrapassada e que o povo quer uma democracia melhor.

Se o 25 de Abril foi um ponto final numa situação injusta, a melhor forma de o honrarmos é a de termos uma posição de combate em torno de objetivos que nos possam unir: um combate pela nossa identidade como povo e como Nação, no quadro da União Europeia a que pertencemos; um combate pela lusofonia; um combate pelo prestígio do nosso país, para que possa ser junto da Europa e no concerto internacional das nações «A voz daqueles que não têm voz»; um combate contra o terrorismo, sem tréguas, e contra a intolerância, feito com os nossos aliados, sem posições de «tacticismo» ou calculismo; um combate pelos direitos, liberdades e garantias em toda a parte, mas também um combate pelo interesse vivo pela política e pelo exercício responsável da cidadania; um combate pelas reformas económicas e sociais, sem as quais o país não será competitivo, condição essencial para que possamos vencer estes desafios.

Estas reformas são essenciais para que Portugal não seja um país resignado, mas, sim, um país com otimismo, com fé, um país que sabe que é capaz de se adaptar ao mundo em permanente mudança e que através da democracia encontra soluções que não o deixarão cair em qualquer outra situação de impasse.

Sermos capazes de legar um país às gerações que se nos seguem é o melhor desígnio de um 25 de Abril, vivo e atuante.

Viva Portugal!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Alegre.

O Sr. **Manuel Alegre** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. Presidente da República Democrática de Timor-Leste, Srs. Presidentes das Assembleias de Angola, Cabo

Verde, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e de Timor-Leste, Sr.as e Srs. Deputados: Em nome do Partido Socialista, saúdo o 25 de Abril com todas as letras da palavra revolução.

Aplausos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Não se pode comemorar o 25 de Abril a condenar a revolução. Nós comemoramos o 25 de Abril a condenar a ditadura que, durante 48 anos, oprimiu o povo português.

Aplausos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Não se pode celebrar o 25 de Abril a condenar a descolonização. Nós celebramos o 25 de Abril a condenar a guerra colonial.

Aplausos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Uma guerra cuja duração, sem solução política à vista, interrompeu as nossas vidas e foi, no dizer do grande português Melo Antunes, um erro formidável, um erro contra os povos irmãos de África, um erro contra a História e contra Portugal.

Aplausos do PS, do PCP e do BE.

Não se pode festejar o 25 de Abril a renegar a Constituição. Nós festejamos o 25 de Abril com todos os artigos da Constituição e também com o seu Preâmbulo. Não é preciso mandá-lo para a História. Ele já lá está, como está o 25 de Abril, como estão os heroicos capitães que nos restituíram a liberdade, a dignidade e o orgulho de sermos portugueses.

Aplausos do PS.

Nós não evocamos o 25 de Abril sem os cravos vermelhos que o povo colocou nas espingardas. Evocamos o 25 de Abril com todos os seus cravos e não esquecemos que as únicas armas que nesse dia fizeram mortos foram as armas dos agentes da PIDE, os mesmos que, anos antes, tinham assassinado o General Humberto Delgado.

Aplausos do PS.

Mas também não revivemos o 25 de Abril com qualquer espírito de desforra ou de ressentimento. Revivemos o 25 de Abril com o mesmo espírito de tolerância que fez com que os perseguidos não se transformassem, depois, em perseguidores.

Nós não vemos o 25 de Abril como uma data de divisão. Para nós o 25 de Abril é, como disse Eduardo Lourenço, a liberdade feita dia, mas é sobretudo o advento de um sistema democrático e pluralista em que os portugueses puderam finalmente conviver pacífica e livremente na diversidade das suas opiniões.

O 25 de Abril deu a todos os portugueses a possibilidade de se exprimirem sem medo, mesmo contra a própria revolução.

Essa é a superioridade moral do 25 de Abril. E, por isso, mesmo aqueles que se manifestam contra estão também, de certo modo, a prestar homenagem ao 25 de Abril.

Aplausos do PS.

Todos nós os que estamos aqui, representando o eleitorado, todos nós somos o 25 de Abril, porque foi para isto que o 25 de Abril se fez, para que o povo português pudesse eleger democraticamente os seus representantes, quer os que são governo quer os que são oposição, quer os que preferem agora dizer evolução, quer os que assumem como nós com orgulho o *R* e o facto histórico da revolução.

Mas o 25 de Abril pertence sobretudo àqueles que há 30 anos ainda nem sequer tinham nascido. Como demonstrou uma recente sondagem, Abril já faz parte do imaginário da juventude. De modo diferente, com certeza. Para nós, o dia 25 é o dia das nossas vidas e a liberdade e a democracia ainda são vividas como conquista e algo de excecional. Para os mais novos, são dados de facto, estão dentro deles, eles vivem e respiram naturalmente a liberdade e a democracia. E essa é sem dúvida a maior vitória do 25 de Abril, porque isso significa que os seus valores não são valores do passado, são valores de agora, são valores do futuro. Mais do que nosso e daqueles que o fizeram, o 25 de Abril é já da juventude. 30 anos depois, o 25 de Abril é hoje, amanhã e sempre.

Aplausos do PS.

Sabe-se que uma revolução fica sempre aquém do que foi sonhado. Sabe-se que para alguns a revolução portuguesa não foi até ao fim. Há até quem pense que foi uma oportunidade perdida.

Convém, pois, esclarecer que revolução celebramos, já que num processo revolucionário há sempre tensões e projetos contraditórios. Também houve várias revoluções na nossa revolução. Houve tensões, conflitos, momentos dramáticos.

Tudo isso faz parte da riqueza e da originalidade da revolução portuguesa. Até houve excessos. Mas o pior de todos os excessos foram os 48 anos de opressão e ditadura fascista.

Aplausos do PS, do BE e de Os Verdes.

A revolução que celebramos é a revolução democrática, a revolução dos três *D* do Programa do MFA: democratizar, descolonizar, desenvolver. Nessa perspetiva histórica, a revolução do 25 de Abril não é uma revolução perdida, é uma revolução vitoriosa.

Revolução original: os militares derrubaram um regime e não guardaram o poder para si, devolveram-no às instituições democráticas sufragadas pelo voto popular. Em vez de se pretender ajustar contas com os militares de Abril, é tempo de reconhecer que se trata de um caso único na História, algo de que todos nós, portugueses, devemos ter orgulho.

Aplausos do PS.

Revolução pioneira: o 25 de Abril mostrou que era possível passar de uma ditadura para a democracia sem cair numa nova ditadura. Foi a primeira vez que numa situação revolucionária tal aconteceu. E por isso o 25 de Abril português tem uma dimensão internacional, abrindo caminho à transição democrática na Espanha, na Grécia, no Brasil e noutros países da América Latina.

Como disse, na altura, Salgado Zenha, «o 25 de Abril foi o primeiro de um conjunto de factos que iniciou no mundo uma nova era».

Mais tarde, o americano Samuel Huntington escreveria que a revolução portuguesa tinha inaugurado a terceira vaga democrática.

Ainda anteontem, em Paris, o Coronel Vítor Alves e eu ouvimos o *Maire* de Fontenay sur Bois falar, junto a um monumento ao 25 de Abril português, da projeção europeia e internacional da nossa revolução.

E a presença aqui, que tanto nos honra, do Presidente Xanana Gusmão e dos ilustres representantes de Angola, Moçambique, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe confirma como o 25 de Abril foi o corolário entre a convergência histórica da luta dos povos pela independência e da luta do povo português pela sua liberdade.

Aplausos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Não sejamos, pois, mesquinhos em relação a nós próprios. Não desvalorizemos, como o têm feito alguns colunistas, uma revolução que, além de nos restituir a liberdade de expressão, mudou a História de Portugal, ajudou a mudar a História da Europa, da África e da América Latina e ainda hoje é estudada pelos países que chegaram recentemente à democracia.

E não deixemos que sejam esquecidas três dimensões fundamentais do 25 de Abril. Em primeiro lugar, a dimensão ética, a aspiração à justiça social, que fez com que todos os partidos, da esquerda à direita, a inscrevessem nos seus programas iniciais. Aliás, todos eles, do partido Comunista e da UDP ao próprio CDS tinham inscrito nos seus programas a palavra socialismo. Os direitos sociais, o direito à saúde, à habitação, ao ensino, à cultura, à segurança social e ao trabalho estão consagrados na nossa Constituição. Pode haver diferentes conceções sobre a forma de os concretizar, mas não se pode esvaziar o seu conteúdo, sob pena de enfraquecer os direitos políticos e a própria democracia.

Realizar a justiça social, consolidar o espírito de serviço público, reforçar os direitos sociais continua a ser um imperativo do 25 de Abril, sob pena da vitória dos três *D* vir a ser ensombrada, como disse o meu camarada Ferro Rodrigues, por outros *D*, nomeadamente de desemprego, desigualdade e desânimo.

Não podem privatizar-se serviços públicos que fazem parte da própria definição da essência do Estado. O Estado não pode passar à clandestinidade, o Estado não pode continuar a autoprivatizar-se.

Em segundo lugar, a descentralização, através da consolidação das autonomias regionais dos Açores e da Madeira e do poder autárquico democrático. É uma das grandes transformações operadas pelo 25 de Abril, renovando a tradição portuguesa das liberdades locais, que um grande açoriano e socialista chamado Antero de Quental considerava como um elemento estruturante da liberdade portuguesa no seu todo.

Outra grande dimensão do 25 de Abril é a dimensão da paz. O 25 de Abril, não o esqueçamos, fez-se contra a guerra.

Trouxe a paz a Portugal e reintegrou o nosso país nas instâncias da comunidade internacional.

Com o 25 de Abril, Portugal, não sendo embora uma potência económica nem militar, ganhou prestígio político e moral, como país de paz e liberdade, com um papel de ponte entre a Europa e outros continentes por onde os portugueses passaram.

Por isso, não podemos estar de acordo que o nosso país tenha decidido apoiar uma decisão unilateral de guerra, à margem das Nações Unidas e do direito internacional.

Aplausos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Não é esse o espírito de Abril, não é esse o papel de Portugal no mundo. E não pode ser esse o papel de Portugal no Iraque.

Aplausos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Trinta anos depois, o 25 de Abril entrou no imaginário coletivo como o principal acontecimento destas três décadas.

Para 80 % dos portugueses, com predominância dos mais jovens, é considerado como muito positivo. Como escreveu Villaverde Cabral, «30 anos depois, é notável que assim seja».

O 25 de Abril é um daqueles raros dias na vida de um povo em que o futuro está em aberto, indeterminado. Há um passado que se rejeita, mas o percurso a seguir não está definido à partida. É essa abertura inicial que faz com que todos os sonhos sejam possíveis.

Por isso é uma data libertadora, não só um facto político e militar, mas um ato cultural que abre o futuro e liberta as energias da sociedade. É também por isso que é uma revolução. Mas não uma revolução qualquer, é uma revolução de liberdade. A liberdade livre de que falava Rimbaud. Liberdade de dele próprio discordar, mas também liberdade de o celebrar e afirmar sem inibições e sem complexos.

E também sem sectarismos nem apropriações abusivas. Porque se o 25 de Abril é incompatível com um pensamento único, também o é com qualquer tentativa de instrumentalização, ainda que seja para efeitos de eleições regionais.

Aplausos do PS.

O PS não vai por aí, por uma questão de princípio, mas também porque não precisa e porque nas horas decisivas, com Mário Soares à frente, esteve sempre onde era preciso estar: na resistência ao fascismo e com os militares de Abril, na luta pela revolução democrática. Por isso, não celebramos este dia com o nosso emblema nem com as nossas cores partidárias, celebramo-lo com cravos vermelhos e com as cores de Portugal.

Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

Aplausos do PS, de pé, do PCP, do BE e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

O Sr. **Victor Cruz** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes das Assembleias Legislativas Regionais, Sr.as e Srs. Deputados, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Cada novo Abril renova a esperança do primeiro.

Trinta anos depois ecoa na nossa memória o grito da liberdade, 30 anos depois a coragem faz-se sentir na nossa forma portuguesa de estar dentro e fora de Portugal.

O PSD saúda, com emoção, os capitães de Abril, verdadeiros símbolos da coragem, heróis de um tempo novo que fizeram nascer.

Neste dia festivo, o PSD saúda o povo português, o povo que saiu à rua, sem medo, com alegria, com paixão, a celebrar sua Pátria renovada, a comemorar a liberdade, atravessando corajosamente a fronteira das trevas para a luz.

Abril fez-se para todos, foi para além do país que hoje somos, a descolonização foi motivo e consequência da Revolução.

Saudamos, com a cumplicidade de quem partilha a língua portuguesa, Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola, hoje Estados livres e independentes.

Saudamos o último herói romântico do século XX e Presidente da República do primeiro país do século XXI, Xanana Gusmão.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Com Abril fechamos o ciclo colonial.

Era rara a família que não cedia um dos seus para combater pela Pátria; finalmente, por proposta do Governo, fez-se justiça e cumprimos a reparação que era devida aos nossos ex-combatentes.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Libertos da redutora estratégia do «orgulhosamente sós», nós, que demos novos mundos ao Mundo, apostamos e afirmamos o poder da nossa confiança coletiva na União Europeia.

Na véspera da adesão de 10 novos países à União Europeia, somos intermediários dos valores da democracia e da liberdade que recebemos de Abril. Os países que agora se juntam a nós, são, por outro lado, beneficiários da queda do Muro de Berlim, que fez para tantos levantar a liberdade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Festejar Abril não é apenas recordá-lo mas acreditar no Portugal do futuro, alimentar a confiança nacional.

Abril está recheado de valores supremos e de desafios permanentes.

Abril é uma motivação para ultrapassar obstáculos, para vencer dificuldades, para renovar a esperança.

Abril foi feito para chegarmos mais longe, tão longe quanto o povo deseja.

Abril é uma exigência todos os dias, é passado presente e futuro presente.

O importante não é quem mais evoca Abril, é quem mais o pratica.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Abril, a liberdade e a democracia não têm dono, nem à esquerda, nem ao centro, nem à direita.

Somos hoje, é inegável, um país diferente e um país melhor.

A força da mudança lançou Portugal no caminho da modernidade, liberto de amarras, de preconceitos, de silêncios amedrontados.

Hoje, o que queremos é que a vontade de mudar Portugal supere o conformismo; hoje, o que queremos é a ambição de vencer os desafios da modernidade, num mundo globalizado.

Estamos orgulhosos de tudo o que de bom se fez durante estes 30 anos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É bem verdade, a Revolução abriu portas à evolução. Abril mudou e foi feito para mudar Portugal. Evoluir é, portanto, continuar a cumprir o espírito de Abril.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Por isso, é preciso combater a estagnação, o imobilismo, a indiferença e ter a coragem de reformar e de decidir.

Felicito o Primeiro-Ministro e o Governo pelo trabalho que desenvolvem por um Portugal competitivo, de qualidade, de excelência e com justiça social.

A solidez da liberdade fez-nos alcançar a maturidade do regime democrático.

O bom relacionamento institucional entre o Presidente da República e o Primeiro-Ministro, sem dúvida mérito de ambos, a relação exemplar do Governo com a Assembleia, provam que há uma cultura política que garante a estabilidade e confirma a importância do diálogo e do debate político.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A salutar presença assídua do Primeiro-Ministro neste Parlamento é a prova do respeito pelo pluralismo e é sinal de uma inabalável convicção democrática, que saudamos e muito apreciamos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Recebemos de Abril um mandato para a descentralização política do país.

O país que somos deve-se também, e muito, ao trabalho dos autarcas que, tão próximos do povo, respondem aos seus mais legítimos anseios.

O exemplo mais perfeito e profundo de descentralização está nas autonomias regionais dos Açores e da Madeira.

As autonomias dos Açores e da Madeira conferem à democracia portuguesa maior amplitude, evolução e dinâmica.

Vive-se a autonomia como o grande desígnio nacional.

Com as autonomias, os açorianos e os madeirenses conheceram níveis de desenvolvimento tantos anos negados pela cegueira e insensibilidade de um centralismo ditatorial. Hoje, os açorianos e madeirenses são donos do seu destino e as autonomias reforçam a unidade nacional.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O PSD foi sempre o primeiro e o grande defensor das autonomias regionais.

A revisão constitucional que agora mesmo se aprovou libertou, na véspera dos 30 anos do 25 de Abril de 1974, o poder legislativo das regiões autónomas e aprofundou, como nunca, as autonomias regionais. Com este aprofundamento foi Portugal que se acrescentou.

A liderança do PSD nesta luta por mais autonomia não nos impede, antes nos aconselha, a saudar o consenso nacional alcançado nesta Assembleia aquando da revisão constitucional em matéria autonómica.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sem o Dr. Mota Amaral, hoje ilustre Presidente da Assembleia da República, que cumprimento, sem o Dr. Alberto João Jardim e sem a liderança do Dr. Durão Barroso, hoje as autonomias não eram o que foram, não seriam o que são.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Apesar da evolução, não estamos satisfeitos, porque há em Portugal muito para fazer.

É preciso melhorar a qualidade da nossa democracia, é preciso prosseguir, com determinação, muita coragem e sem hesitações. É preciso estar vigilante. É preciso também combater o terrorismo, inimigo da democracia e adversário da liberdade.

A minha geração política é filha da liberdade. Portugal só vence com o impulso da sua juventude. Há muitos que não viveram a Revolução, mas sentem os seus efeitos, renovam e recriam todos os dias o sentido de Abril.

É preciso contar às nossas crianças a madrugada libertadora. É a juventude que vai continuar a cumprir Abril. Nunca como em Abril a política esteve tão perto da poesia.

Termino citando a açoriana Natália Correia: «... de beijo em beijo as ruas são bailados/mudam-se as casas para a Primavera,/e sai o sol perfeitamente Abril/maravilha da Pátria ressurrecta.»

Viva Portugal!

Aplausos do PSD, de pé, e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República João Bosco Mota Amaral**:

— Sr. Presidente da República, Altas Entidades do Estado, Sr.as e Srs. Deputados, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: No ano trigésimo da Revolução do 25 de Abril, a celebração cívica da liberdade e da democracia tem de ser mais exultante; apesar das dificuldades da hora presente, que havemos de superar, a festa tem de ser maior.

Não a podemos sequer confinar às nossas fronteiras e à nossa gente. A Revolução é um importante facto histórico para o povo português, por virtude dela novamente titular, numa plenitude nunca antes experimentada, de direitos cívicos e da firme garantia deles. Mas o 25 de Abril retumbou em toda a extensão do nosso antigo Império, marcando a hora da independência nacional para os povos até então dominados. Alguns deles, gorados os esforços para uma transição pacífica, lutavam já de armas na mão, muito mais — como se tem vindo a perceber — contra a tirania, para todos opressora, do que contra Portugal. Por isso, os nossos laços seculares de convivência, nem sempre justa e feliz — o que tanto nos pesa e comovidamente lamentamos —, os nossos laços de sangue, de língua, de cultura, estão agora fornecendo a sólida base para a prossecução de interesses comuns, numa cooperação, em pé de plena igualdade, reciprocamente vantajosa.

A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos Lusófonos, que amanhã terá lugar, permitirá, decerto, fortalecer, no plano parlamentar, esta linha de rumo, aliás muitas outras vezes reafirmada, nos tempos recentes, pelos órgãos de soberania, nossos e dos demais países envolvidos.

Mesmo de portas para dentro da nossa Casa Lusitana, a celebração do 25 de Abril não há de restringir-se aos responsáveis do Estado. Felizmente, nunca tal aconteceu, antes se mantém, desde o início, uma saudável tradição de festejos populares, cuja participação convém alargar cada vez mais. Que bom seria que, através das gerações, o 25 de Abril, Dia da Liberdade, mantivesse, em Portugal, a natureza de festa cívica popular, como o 1 de Julho no Canadá, o 4 de Julho nos Estados Unidos da América ou o 14 de Julho em França, países amigos onde vivem e prosperam tantos compatriotas nossos.

Hoje, no Hemiciclo centenário do Palácio de São Bento, marca presença a geração de Abril, jovens com idades a rondar os mesmos 30 anos da Revolução, todos eles imprimindo, nos respetivos campos de atividade profissional, um sinal criativo, de modernidade e de sucesso. Estes jovens encontram-se nas galerias superiores, estão a olhar-nos de cima para baixo.

Risos.

Académicos de diversas universidades, investigadores dos variados campos do saber, artistas de todas as artes, atletas medalhados, poetas e escritores de méritos reconhecidos, jovens empresários que estão criando empregos em áreas de ponta, eis aqui uma significativa amostra do impacto libertador do 25 de Abril na sociedade portuguesa.

Aplausos gerais.

Esta jovem geração constitui em si mesma a prova da vitalidade do génio pátrio, que alguns às vezes parecem esquecer; ela é também a promessa segura de um futuro vitorioso para Portugal, como país aberto e livre, numa Europa unida e num Mundo também livres e plurais.

Sr. Presidente da República, Sr.as e Srs. Deputados: A sessão parlamentar do 25 de Abril tem sido sempre uma oportunidade de reflexão serena sobre as nossas instituições democráticas e sobre o nosso país.

Cada um dos oradores aborda estas realidades livremente, segundo o seu ponto de vista próprio, e o conjunto das intervenções proferidas permite captar, nos seus diferentes matizes, a situação atual, as dificuldades, as perspetivas e as aspirações dos portugueses e das portuguesas.

É ao serviço das pessoas que o Estado se encontra — e, dentro da sua orgânica, com especial responsabilidade, o Parlamento.

Daí o nosso empenho coletivo na permanente melhoria dos mecanismos de diálogo e articulação com a sociedade.

A Assembleia da República é a casa comum de todos os cidadãos e de todas as cidadãs de Portugal. O recurso às novas tecnologias de comunicação alargou as possibilidades de uma relação interativa entre o Parlamento e os eleitores, em termos antes nem sequer sonhados.

As petições formais, cada vez em maior número, e as simples mensagens de vária origem estão tendo o processamento adequado. Quem se dirige ao Parlamento demonstra a sua confiança nas instituições da democracia. Tal confiança não pode ser defraudada. Ainda que seja para dizer que não (e muitas vezes essa é a resposta que se impõe, face às opções feitas, maioritariamente sufragadas), o Parlamento deve sempre responder. As questões difíceis e embaraçosas têm de ser debatidas no Parlamento, e nunca remetidas para uma espécie de limbo, à espera que sejam esquecidas.

O Regimento, revisto no começo do presente mandato, aumentou os poderes de intervenção da oposição, reforçou os instrumentos de fiscalização política do Executivo, recolocou, no Parlamento, o centro do debate político — graças também à disponibilidade do Sr. Primeiro-Ministro e do Governo, que merece ser realçada e apesar da natural concorrência dos media. Juntamente com a pontualidade rigorosa na hora de começo das sessões plenárias e o respeito intransigente das regras sobre o quórum de funcionamento, essa é uma marca que espero a IX Legislatura transmita às subsequentes, assim contribuindo para resgatar e fortalecer o prestígio do Parlamento e dos seus membros.

Havendo na Assembleia da República uma maioria absoluta, a primeira prioridade da agenda parlamentar é a apreciação e aprovação, dentro dos limites constitucionalmente fixados, do programa legislativo do Governo. A oposição, na sua pluralidade partidária, tem, por seu turno, exercido plenamente

os poderes de iniciativa que lhe são próprios. E assim, na primeira sessão legislativa desta IX Legislatura, o Governo e a maioria preencheram um terço dos temas agendados para as reuniões plenárias, cabendo os restantes dois terços aos partidos da oposição. Estes puderam, portanto, formular e debater, com amplo eco na opinião pública, as suas propostas alternativas às políticas governamentais. Na segunda sessão legislativa, ainda em curso, a relação mencionada está em cerca de dois para três quintos, mantendo-se, portanto, o predomínio dos agendamentos dos partidos da oposição.

Esta é uma função primordial do Parlamento: permitir que o regime democrático, assente na pluralidade de opiniões políticas, respire livremente, exprimindo-se as divergências de modo civilizado e perante os cidadãos e as cidadãs, atentos e esclarecidos, prontos para assumir o seu juízo inapelável nas correspondentes eleições seguintes.

Sob este aspeto fundamental, forçoso é reconhecer que a nossa democracia parlamentar, estabelecida pela Constituição do 25 de Abril, goza de boa saúde e tem vindo mesmo a robustecer-se.

Sr. Presidente da República, Sr.as e Srs. Deputados: A Assembleia da República concluiu há dois dias mais um processo de revisão constitucional. Com profunda sabedoria, os Constituintes de 1975-1976 entenderam facilitar a atualização da nossa Lei Fundamental às circunstâncias da sociedade portuguesa, na época de vertiginosas mutações em que nos foi dado viver. Por outro lado, a consciência geral acerca dos direitos humanos constantemente se aperfeiçoa, requerendo ajustamentos constitucionais, que são, portanto, sinais da própria vitalidade do regime democrático.

O poder constituinte é exercido em exclusivo pelo Parlamento, respeitando o prudente princípio maioritário dos dois terços. Deste decorre a exigência de um forte consenso nacional sobre os grandes princípios e as regras básicas do funcionamento da nossa democracia. Uma vez alcançado tal consenso, nenhuma outra instância lhe pode objetar. Apraz-me sublinhar que a revisão constitucional de 2004, na parte referente à autonomia dos Açores e da Madeira — matéria de particular significação nacional, que fica, aliás, a identificar esta revisão — obteve votação unânime da Assembleia da República em quase todos os seus preceitos.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e dos Deputados do PS Medeiros Ferreira e Rui Vieira.

Quando tanto se fala da separação dos poderes, mecanismo essencial para a garantia da liberdade e dos direitos cívicos, convém não esquecer que na República existe um poder supremo, o poder de fazer as leis pelas quais se regem os demais poderes do Estado, e que essa supremacia reside, primária e primacialmente, no Parlamento, pela simples razão de ser ele o detentor do mandato democrático conferido pelos portugueses e pelas portuguesas, no pleno exercício da sua cidadania, em eleições livres e transparentes.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

Nesse poder supremo participa também, em importante medida, o Chefe de Estado, titular igualmente de um mandato eleitoral, direto e pessoal.

O juízo do legislador democrático tem de pautar-se pelo interesse geral, pelo bem comum, resguardando-se dos riscos demagógicos do populismo, potenciados pela pressão mediática.

Na fase presente, assumem especial relevância as questões relativas ao funcionamento da justiça. Perante queixas generalizadas, será preciso legislar com prudência. Daí a reflexão já em curso no Parlamento, em diálogo com especialistas e com os diversos atores judiciários. O problema será talvez menos de excesso de garantias e mais da interpretação exagerada que parece delas ser feita e sobretudo do abuso do direito que à roda delas se pratica, reclamando fortíssima censura social e providências jurídicas.

Por outro lado, há a luta contra o terrorismo global, que tem de ser conduzida com firmeza sem, contudo, se cair em securitarismos desmesurados, incompatíveis com os fundamentos da nossa sociedade livre.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

Esta está também ameaçada pela pequena criminalidade que alastra tristemente entre algumas faixas etárias mais jovens e assume já foros de organização violenta, requerendo medidas novas, corajosas e eficazes. Quando os cidadãos e as cidadãs comuns, sobretudo os idosos, cujo número aumenta constantemente, se sentem receosos e amedrontados, descrentes da prevenção policial e da eficácia punitiva do sistema, então a sociedade está doente e convém muito que sejam os dirigentes do Estado democrático a declará-lo e a tomar providências, antes que sejam outros a fazê-lo, os inimigos da democracia, lestos a organizar o partido do medo, propugnando soluções radicais e autoritárias.

Aplausos do PSD, do PS, e do CDS-PP.

Sr. Presidente da República, Sr.as e Srs. Deputados: As exigentes responsabilidades do Parlamento estão em vésperas de ser alargadas, com a desejada aprovação do tratado constitucional da União Europeia.

A Assembleia da República, em sintonia com o Governo, a quem compete a definição da política externa, marcou presença no processo do alargamento da União a 10 novos Estados-membros, reforçando, com as iniciativas levadas a efeito, o prestígio de Portugal.

Estamos outra vez na brecha desta nova fase da construção europeia. A participação dos delegados da Assembleia da República à Convenção sobre o Futuro da Europa foi do maior interesse e permitiu um acompanhamento cuidadoso do processo de elaboração do projeto do tratado constitucional, na comissão parlamentar competente e em reunião plenária.

Superados alguns impasses, que, aliás, tiveram a vantagem de permitir um período alargado de reflexão sobre as novidades que se pretendem introduzir na estrutura e funcionamento da União Europeia, parece estar iminente uma decisão final quanto ao texto que vai substituir os tratados existentes.

Entre os acertos de última hora estamos especialmente empenhados nos que tocam ao papel dos parlamentos nacionais e ao controlo democrático, no plano europeu, das áreas que se vão manter no domínio da cooperação intergovernamental, nomeadamente a política externa e a defesa.

Na União Europeia há um problema de fundo, que é o chamado défice democrático. Ainda não existe um verdadeiro espaço público europeu e talvez por isso a participação dos cidadãos e das cidadãs continua a ser mais intensa nas eleições nacionais do que nas do Parlamento Europeu. Este facto é incontornável e não pode nem deve ser ignorado, sob pena de riscos muito sérios, por quem tem a pesada responsabilidade de tomar decisões, ao mais alto nível, no quadro institucional vigente na União.

Impõe-se afirmar, com veemência, que os parlamentos nacionais são o derradeiro e mais forte garante da legitimidade democrática da própria União Europeia. É errado pretender confiná-los à fiscalização prévia do princípio da subsidiariedade quanto à feitura da legislação europeia. No entanto, esta tarefa é da maior importância e a Assembleia da República tem vindo a preparar-se para a desempenhar corretamente, visando a salvaguarda dos interesses nacionais.

Sem pretender complicar com novos órgãos o funcionamento futuro da União, julgo que estamos ainda a tempo de aproveitar a experiência existente em matéria de cooperação interparlamentar no âmbito europeu, assegurando os mecanismos de controlo democrático e com isto dando, afinal, mais força ao grande desígnio da Europa unida.

Sr. Presidente da República, Altas Entidades do Estado, Sr.as e Srs. Deputados, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: A Revolução do 25 de Abril é um marco histórico de liberdade, de democracia, de desenvolvimento. O generoso programa inicial cumpriu-se e a sociedade portuguesa arrancou para um capítulo novo, de afirmação e de progresso.

Há, por certo, hoje e sempre, sombras no quadro, mas sem elas também não se conseguiria perceber a luz. Os grandes ideais têm de ser repetidamente proclamados, para que todos nos entusiasmemos em torná-los realidade, com otimismo.

Tal é o sentido último desta sessão solene, já quase 30 vezes repetida. Iniciámo-la hoje de um modo diferente, com uma linda voz de mulher, que por um breve instante, mágico, de intensa emoção, pareceu incarnar a perene juventude da República, da Liberdade, da Pátria, da nossa Pátria-mãe, mãe de tantas pátrias espalhadas pelo mundo. Por isso, quero agradecer do fundo do coração a gentileza, a graça e arte de Marisa.

Aplausos gerais.

O 25 de Abril há de ser sempre, para os portugueses e as portuguesas, um dia de renovação, de descoberta, de estreia.

Assim o requer o futuro de Portugal.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente**: — No exercício da sua prerrogativa constitucional, vai dirigir uma mensagem ao Parlamento o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República** (Jorge Sampaio): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente Xanana Gusmão: Honra-nos particularmente a sua presença nesta cerimónia de tão simbólico significado e saúdo em V. Ex.ª o lídimo representante do heroico povo de Timor-Leste.

Srs. Presidentes e Vice-Presidente dos Parlamentos dos Países de Língua Oficial Portuguesa, Sr.ª Vice-Presidente das Cortes de Espanha: Saúdo, na presença amiga de VV. Ex.as, a expressão dos laços de fraterna e confiante amizade que unem os nossos países.

Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Altas entidades do Estado, Sr.as e Srs. Deputados, Ilustres Convidados, com uma referência muito elogiosa para a presença do Corpo Diplomático na sua plenitude, que só o 25 de Abril tornou possível. Minhas Senhoras e Meus Senhores: Há exatamente 30 anos, à hora em que hoje nos encontramos, aqui, para celebrar a liberdade que ela nos trouxe, a Revolução estava na rua e controlava já os principais centros estratégicos do poder militar e das comunicações.

Todavia, o seu destino — o nosso destino — não estava decidido irreversivelmente. Alguns tentavam resistir e o poder político ainda não tinha sido formalmente arrebatado das mãos dos que, até então, o tinham, longa e ilegitimamente, detido.

A hora era decisiva.

Pressentido o sentido libertador e o caráter democrático do Movimento, foi nessa altura que, à coragem generosa e admirável dos militares de Abril, se começou a juntar uma onda de apoio popular, que não parou de crescer e de imprimir à Revolução uma marca única, que para sempre a singularizou. O povo português sentiu e soube, naquela hora, que a Revolução era sua. Melhor: fê-la sua. Nesse momento, a Revolução tornou-se naquilo que era.

Neste ato em que tornamos presente o dia memorável que fundou o nosso regime democrático, as minhas primeiras palavras são para reafirmar precisamente esse pensamento — o de que a democracia é o regime do povo, pelo povo e para o povo.

É a ele que representamos e é dele que nos provém a legitimidade. É a ele que servimos.

Saúdo esse povo de cidadãos livres, mulheres e homens que são a substância da democracia.

Penso também nos excluídos e nos esquecidos. Os excluídos do emprego, da educação, da saúde, do desenvolvimento, da justiça, da cultura, da dignidade. É perante eles que a nossa insatisfação deve ser maior e a nossa vontade de mudança mais forte. É face a eles que a nossa responsabilidade se torna mais urgente.

Passados 30 anos, em que tudo mudou tanto, é natural que nos interroguemos: que significa comemorar, hoje, o 25 de Abril? E o que representará essa data para aqueles jovens que a não viveram? A esta última pergunta alguns seriam, porventura, tentados a responder: «para esses jovens representa pouco ou mesmo nada». E, no entanto, creio firmemente não ser assim.

Eles podem não conhecer os pormenores, mas têm uma perceção global e aguda da importância fundadora, histórica e política desta data, como resulta, aliás, de um inquérito realizado recentemente.

Para os mais novos, como para os mais velhos, na hierarquia das datas significativas, a que aparece como mais importante é precisamente o 25 de Abril.

Então, a pergunta que formulei pode ser substituída por esta outra: que significa a liberdade para aqueles que sempre viveram em liberdade? Arrisco uma resposta: significa que não concebem a vida sem liberdade, que a democracia lhes é natural.

Aplausos gerais.

Que magnífica vitória esta!

Todavia, isso, que é, em si mesmo, um grande sinal positivo, não deve fazer da liberdade, por se pensar adquirida, uma realidade passiva, estática e infecunda ou, sequer, um ponto de chegada. Devemos fazer da liberdade um ponto de partida, cultivá-la, assumindo uma maior consciência das suas exigências, usando-a para renovar a democracia e as suas práticas.

Tornemos mais jovem a nossa liberdade, a liberdade de cada um e a liberdade de todos. Precisamos de um novo patriotismo da liberdade.

E é, por isso, que à pergunta «Que significa, 30 anos depois, comemorar o 25 de Abril?», eu respondo: significa reforçarmos a vontade de fazer da nossa democracia um regime mais vivo e mais moderno, com menos bloqueios, menos desequilíbrios e menos adiamentos, com mais debates fundamentais e menos conflitos acessórios, com diferenças e alternativas mais clarificadoras e, ao mesmo tempo, consensos mais sólidos e duradouros.

Aplausos do PSD, do PS, e do CDS-PP.

Quero eu dizer, uma democracia mais madura, com maior exigência e maior responsabilização, mas também com maior criatividade e maior iniciativa, maior inovação e maior inconformismo.

Não vos escondo que gostava que estas comemorações ocorressem num clima internacional e nacional mais otimista e confiante, de maior autoestima e de maior esperança.

Não ignoro, não podemos ignorar, que os tempos têm sido difíceis para Portugal e para os portugueses, que se instalou um negativismo que gera apatia e resignação, que, não obstante o peso das razões que o induzem, tenho, empenhadamente, procurado combater.

Penso que estas comemorações podem e devem ser o momento para, digamos assim, recarregarmos as baterias democráticas, reforçando a nossa vontade de agir com continuidade e persistência. Não nos resignemos! É essa a grande lição das últimas três décadas: tudo depende de nós, pois, embora saibamos que temos feito muitas coisas de que talvez não nos julgássemos capazes, também sabemos que somos capazes de fazer mais e de fazer melhor.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS-PP e do BE.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: À História caberá o balanço e o juízo do que fizemos. Hoje o que se impõe é avaliar o ponto em que nos encontramos do caminho a percorrer.

Como em 25 de Abril, é para o futuro que devemos voltar os olhos, não ignorando quer os erros cometidos, para não os repetirmos, quer os problemas que longamente adiámos e temos obrigação de resolver; e muito menos os novos desafios que, neste tempo de aceleração, não esperam por nós.

Como Presidente da República, tenho o dever de dizer o que penso serem as responsabilidades de todos nós, sublinho, de todos nós, perante Portugal e perante os portugueses das gerações futuras.

Por isso, nesta data de tão grande significado, proponho-vos uma reflexão crítica e exigente sobre o que temos a fazer.

Centrar-me-ei em alguns grandes objetivos e nas responsabilidades que temos de assumir, sem mais demoras, desculpas ou álibis, para que o futuro nos dê um país à altura da esperança de que o 25 de Abril foi portador.

Desde logo, na resposta aos desafios externos, quando celebramos a liberdade num momento em que se multiplicam, no mundo, inquietações e riscos.

Confrontamo-nos com a ameaça insidiosa de um terrorismo global e indiscriminado; com a crescente proliferação de focos de insegurança; com uma preocupante impotência para suster pandemias, como a SIDA, que dizimam povos e desestruturam Estados; com persistentes situações de conflito no Médio-Oriente, em África, na Ásia e mesmo na Europa.

No Iraque, a miragem de uma vitória rápida deu lugar a um perigoso enleamento político-militar, gerador de instabilidades e ameaçador para a integridade do país. O aniversário da capitulação da ditadura iraquiana coincidiu com um nível inédito de violências e de horrores. A História registará razões e erros e julgará a decisão que conduziu a uma intervenção militar, assente numa contestada doutrina de guerra preventiva e sem a legitimadora cobertura das Nações Unidas.

Aplausos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Mas, perante o que hoje se passa naquele país e o ciclo de violências que ali, quotidianamente, testemunhamos, é prioritário encontrar caminhos de legitimidade política que favoreçam um clima de crescente normalização e segurança, indispensável para que o povo iraquiano seja, finalmente, livre e soberano. E para isso, como sempre tenho afirmado, caberá às Nações Unidas um papel central e avalizador, pois, francamente, de outra forma não se vê como instalar a paz e reconstruir o Estado.

Mas não é apenas no Iraque que recentes acontecimentos vêm alargando o crescente sentimento de insegurança que atravessa este nosso tempo, também em Gaza a crueza das imagens dá conta do aprofundamento de separações e ódios que tornam cada vez mais inoperantes os já débeis roteiros da paz.

Estas são questões que interpelam as nossas consciências e que confrontam a comunidade internacional com urgentes desafios — éticos e políticos — a que tarda a responder.

Para vencer estes múltiplos desafios, impõe-se apostar, firmemente, no reforço da cooperação multilateral e da legalidade internacional, que, pacientemente, vimos construindo e aperfeiçoando, sobretudo desde a II Guerra Mundial.

A meu ver, o objetivo que atualmente se coloca a Portugal, 30 anos após o seu regresso à democracia e ao seu reposicionamento como parceiro respeitado na cena internacional, é, precisamente, o de reforçar a sua projeção externa e manter uma presença ativa e empenhada no seio da comunidade internacional.

A afirmação de um país não se mede só em função da dimensão do território, da população ou do PIB, mas da sua capacidade de se afirmar como parceiro credível, empenhado em contribuir ativamente para a resolução dos problemas e para o desenvolvimento de políticas cooperativas e inovadoras. A este respeito, é de referir o elevado nível de participação que Portugal tem assegurado no seio das forças internacionais de paz da ONU, da NATO e da União Europeia, assim como o desempenho exemplar dos militares portugueses nessas missões.

É também muito importante, para a afirmação externa do país, dos nossos interesses e dos nossos produtos, melhorar a imagem de Portugal.

É preciso que o nome de Portugal passe a acrescentar valor. É necessária uma estratégia de valorização da nossa imagem, à semelhança do que fizeram outros países, de modo a que Portugal passe a ser associado a qualidade e a modernidade.

Tal estratégia não pode resumir-se, contudo, a uma operação de *marketing* para o exterior. É um processo que os próprios portugueses devem assumir, empenhadamente, desde logo transformando a visão pouco positiva que muitas vezes têm de si mesmos. Só mediante uma nova atitude afirmativa, empreendedora e valorizante poderemos tornar-nos parceiros úteis e contribuir para modernizar a imagem de Portugal no mundo.

Por uma feliz coincidência, celebramos o trigésimo aniversário do 25 de Abril no momento em que, 15 anos após a queda do Muro de Berlim, a Europa se prepara para integrar as jovens democracias do Centro e do Leste, de Malta e de Chipre, cujos representantes diplomáticos particularmente saúdo.

Com este alargamento, sem precedentes, cumpre-se, sem dúvida, um ciclo decisivo da história da integração europeia e do desígnio político que a tem, desde o início, animado, ou seja, o de unir os povos europeus em torno de uma comunidade de valores e de fazer coincidir as fronteiras do continente europeu com as da democracia e da liberdade. A Europa está hoje mais próxima de ser um marco decisivo do século XXI.

Realizar com sucesso este processo de alargamento, que não se esgota, em 1 de maio, com a adesão formal, é uma prioridade que não podemos perder, sob pena de falharmos esta viragem de século. Não permitiremos que esta oportunidade histórica seja posta em causa pelas exigências que, naturalmente, coloca a todos, num contexto internacional conturbado e difícil.

Penso, desde já, no objetivo do crescimento económico e da competitividade; na necessidade de serem cumpridas as metas estabelecidas na Estratégia de Lisboa; no reforço da coesão económica, social e territorial, cuja concretização requer que as próximas perspetivas financeiras dotem a União com meios adequados ao cumprimento dos seus objetivos e missões; e no desafio da paz, da estabilidade e da segurança, a que a ameaça real do terrorismo imprime urgência acrescida.

Além deste conjunto de desafios, que exigem, para serem vencidos, uma estratégia e medidas concretas e rigorosas, há ainda o risco da diluição do projeto europeu. Para evitar que o aumento da

diversidade prejudique a necessária unidade, dever-se-ão reforçar os laços de confiança e as solidariedades de facto.

Só com o reforço da dimensão política poderemos evitar o ressurgimento de egoísmos nacionais antigos, portadores de vulnerabilidades, tensões e fraturas. A prioridade vai, por isso, para a consolidação da democracia europeia. Neste campo, apenas assinalarei dois importantes marcos: as próximas eleições europeias e a adoção de um tratado constitucional.

Quanto a este, os trabalhos vão agora entrar numa nova fase conclusiva. Não será possível falhar pela segunda vez o calendário, pois pagaremos um preço alto se não conseguirmos dotar a Europa de uma constituição em que todos os europeus se revejam, apta a permitir um funcionamento eficaz das instituições europeias e capaz de imprimir um novo fôlego à

Europa alargada.

Por seu turno, as próximas eleições europeias revestem-se da maior importância para o futuro político da União alargada.

A construção europeia exige a participação ativa dos cidadãos. É necessário mobilizá-los, fomentar o debate e esclarecer a opinião pública sobre o papel da Europa na vida de cada Estado-membro e sobre a oportunidade que representa, quer para melhorar as condições de vida dos cidadãos, quer para reforçar a paz, a estabilidade e o desenvolvimento neste mundo globalizado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É nesta Europa que foi opção e é projeto de futuro que se inscrevem os desafios internos com que Portugal se defronta.

O desenvolvimento do país exige que, num quadro de maioria parlamentar estável, se prossiga, com firmeza, no caminho das reformas, não através de pequenos passos dispersos e segmentados, mas de reformas profundas e consequentes, enunciadas e apresentadas de modo a poderem estimular a intervenção dos agentes de inovação e modernização e a mobilizar a confiança da comunidade política e da sociedade civil.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

No plano económico, perante os desafios que se colocam a Portugal, não é suficiente reconhecer a indiscutível necessidade de reduzir o défice público e continuar à espera da recuperação da economia europeia.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS-PP e do BE.

Portugal tem de assumir uma ideia de futuro e uma estratégia de desenvolvimento a médio prazo, com objetivos claros e motivadores e instrumentos eficazes.

Por mais necessárias que se lhes afigurem as medidas orçamentais que aplicam, sobretudo quando puderem assegurar a desejável consolidação das finanças públicas, os responsáveis políticos serão, sobretudo, avaliados pela visão estratégica e pela qualidade e alcance das políticas de reforma que, efetivamente, realizem.

Mas, Sr.as e Srs. Deputados, as reformas não são neutras. Traduzem princípios, valores, modelos, objetivos. Exigem a coragem da escolha. Fundamentam e distinguem as alternativas. Avaliam-se pela eficácia e rigor na sua execução e, sobretudo, pelas consequências e efeitos que produzem.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS-PP e do BE.

É, pois, necessário que se torne claro para os portugueses qual é a hierarquia das prioridades na estratégia de modernização, quais são os domínios específicos onde devemos concentrar os nossos recursos coletivos e as nossas energias, quais são as metas concretas que definem a nossa ambição. Até porque, Sr. Presidente e Srs. Deputados, persistem problemas atávicos que constituem verdadeiros fatores de bloqueio ao nosso desenvolvimento coletivo.

As mudanças profundas do 25 de Abril e a institucionalização democrática que se lhe seguiu não conseguiram fazer recuar o peso excessivo, e muitas vezes ilegítimo, dos chamados interesses corporativos, que se exprimem tanto na inércia das burocracias estatais e administrativas, como no superlativo conservadorismo de corpos profissionais ou de organismos e atores económicos e sociais.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS-PP e do PCP.

A preponderância dos interesses corporativos — dos explícitos e dos implícitos — torna mais fracos tanto o Estado como a sociedade civil, lesa o interesse geral e compromete a capacidade reformista, pois é da sua lógica tentar destruir todas as forças inovadoras, criativas e rebeldes, as únicas capazes de pôr em causa os interesses instalados e mudar, concretamente, a economia e a sociedade, as empresas e os movimentos sociais, o ensino, a universidade, a investigação e a cultura.

Contra esses interesses que têm bloqueado, infelizmente com algum sucesso, estratégias de modernização, deveremos procurar estabelecer uma aliança entre o Estado e a sociedade, que obrigue a uma mudança de atitude, em que o Estado tem de reconhecer os vários interesses da sociedade civil como parte do interesse geral e em que os atores sociais e económicos deixem de olhar para o Estado e os seus agentes como obstáculos nocivos à realização dos seus projetos económicos, científicos e culturais.

O Estado democrático é um aliado estratégico das forças económicas e sociais modernizadoras; as forças da inovação na economia e na sociedade são os aliados naturais de uma democracia moderna. Sem essa aliança, o Estado e a democracia correm o risco de ser colonizados pelos interesses corporativos; sem essa aliança corre-se o risco de juntar à falta de organização e dinamismo da sociedade a paralisia do Estado. Só com essa aliança poderemos consolidar a democracia moderna e defender os interesses nacionais no plano económico e cultural.

A reforma da Administração Pública, para que esta seja o centro decisivo do Estado estratega e regulador, constitui um dos desafios de longo prazo mais importantes para o futuro de Portugal.

Uma administração treinada, ágil, cívica e tecnicamente preparada, amiga do cidadão, independente das maiorias conjunturais, etariamente renovada e mais desconcentrada, é um desafio que leva, no mínimo, 10 anos a vencer.

O envelhecimento dos funcionários pode passar de problema a solução, se formos substituindo os servidores que se reformam por cidadãos recrutados de forma imparcial, qualificados, capazes de acumular e gerar conhecimento, abertos à modernidade e educados no sentido atual da governância, que reequilibra as relações entre o Estado, o mercado e a sociedade civil. Depois, impõe-se que os encargos atuais e futuros com a administração sejam sustentáveis pela economia do país, o que implica, certamente, contenção inteligente, e não cega, no crescimento dos gastos...

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

... e, sobretudo, aumento do crescimento económico comparável ao dos parceiros europeus.

Mas por considerar que a primeira riqueza de Portugal são os portugueses, não me tenho cansado de dizer que a nossa questão central, que condiciona todas as outras, é a da educação. Não podemos continuar a ter a persistência de elevadas taxas de abandono escolar.

Precisamos todos — escolas, empresas, famílias, ou se quiserem, famílias, escolas e empresas — de investir mais e, sobretudo, de investir melhor na educação. É necessário aumentar a qualidade do ensino em Portugal e a nossa capacidade de afirmação no campo da ciência e do conhecimento.

Aplausos gerais.

Esta não é uma questão conjuntural, que dependa de juízos de oportunidade ou sequer de cabimento orçamental. É uma questão de fundo. É uma grande causa nacional e representará, não tenho dúvidas, a maior reforma estrutural.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

As grandes questões que se põem às sociedades humanas mostram bem que, sem educação, sem ciência e sem investigação não seremos capazes de encontrar respostas que garantam a sustentabilidade das nossas sociedades.

O país precisa de desenvolver a investigação científica e de criar condições de atração dos seus cientistas.

Necessitamos de uma nova aposta, firme, sustentável e credível, na educação, que promova a excelência, melhore o ensino do português e que acolha, decididamente, a aprendizagem eficaz das ciências, da matemática, do inglês e, naturalmente, da nossa língua.

Com a educação vai de par outro grave problema de fundo: o sistema de formação profissional, em que somos defrontados com a sua inadequação aos imperativos do mercado de trabalho e da nova economia. Em cada ano, dezenas de milhar de jovens saem do sistema educativo e entram na vida ativa sem formação adequada.

Por isso, é preciso fazer funcionar com eficácia um sistema de formação profissional que assegure a inserção de todos os jovens no mercado de trabalho; que assegure a qualificação dos adultos que não

receberam formação escolar adequada; que assegure o aperfeiçoamento e reconversão profissionais que se tornem necessários e que dê o apoio técnico a empresas e outras organizações, sobretudo às de pequena dimensão.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Na nova economia, o que conta não é a mão de obra barata, mas a qualificação dos recursos humanos, a sua cultura e a sua formação técnica.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS-PP e do BE.

É preciso desenvolver uma cultura que valorize o trabalho, o aperfeiçoamento, a qualificação e o domínio das novas tecnologias de informação e comunicação, como ressalta claramente da Estratégia de Lisboa. A sua aplicação deve ser uma prioridade nacional, não apenas por constituir uma boa agenda, mas porque fomenta a transição para uma economia mais baseada no conhecimento e capaz de gerar crescimento económico, coesão social e respeito pelo ambiente — em duas palavras, desenvolvimento sustentável.

Mas a necessidade de agir para modernizar torna, ainda, vital dinamizar as relações entre os componentes do sistema nacional de inovação, estimular e sensibilizar as empresas para a urgência de um investimento mais reprodutivo em investigação e desenvolvimento e tornar mais frequente e natural o recurso às relações de trabalho entre a produção de saberes e o tecido económico.

As empresas, como motores últimos da inovação, e os centros de saber têm de simplificar e agilizar as relações entre si, através de modos operativos eficientes e de um intercâmbio muito mais intenso de recursos humanos qualificados.

Sem inovação, não reforçaremos a nossa capacidade de concorrer no mercado europeu nem conseguiremos ganhar a batalha da produtividade no mercado mundial.

Em suma, temos de apostar na sociedade de informação em termos económicos, educacionais e culturais.

Na sociedade de informação triunfa, como sabemos, quem possui sistemas universitários e de ensino capazes de inovar tecnologicamente e de captar o investimento privado. É essa a condição para o êxito de qualquer país na Era do Conhecimento.

É essa, também, a condição essencial para a competitividade e o crescimento da nossa economia. E isto é tanto mais decisivo quanto o desempenho da economia portuguesa, nos últimos anos, não foi encorajante.

Comparando os anos de 2000 e 2003, a taxa média de desemprego aumentou de 4,1% para 6,4%; a variação do produto passou de um crescimento de 3,4% para um decréscimo de 1,3%; o rendimento *per capita*, em paridades de poder de compra, relativamente à média da União Europeia, desceu de 70,4% para 68,8%.

Esta situação deriva de inegáveis dificuldades estruturais e de uma conjuntura económica europeia adversa, mas resulta também, nomeadamente, de opções sobre o investimento público e sobre a gestão de expectativas.

Aplausos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O desequilíbrio orçamental é uma importante restrição ao crescimento económico e precisa ser bem e consolidadamente (repito, bem e consolidadamente) corrigido. Mas, sem crescimento, além de a própria redução do défice público se tornar ainda mais difícil, não há suficiente criação de emprego, não há aproximação ao nível de vida europeu e é mais difícil realizar a coesão e a justiça sociais.

Aplausos do PS.

A meta que temos que alcançar, o mais depressa que nos for possível, é a de voltar ao processo de convergência real.

Há, porém, outro défice mais grave, que constitui um problema de fundo que a todos de nós cabe resolver: o défice estrutural de produtividade e de competitividade da economia portuguesa.

Parece-me óbvio que Portugal se deixou atrasar nas reformas que mudam a estrutura e as condições de funcionamento da economia. É, pois, necessário recuperar o tempo perdido, efetuando as reformas estruturais que se impõem.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS-PP e do BE.

A estrutura produtiva portuguesa, apesar dos progressos realizados, ainda não é suficientemente sólida para responder, com tranquilidade e segurança, aos desafios da competição global e do alargamento da União Europeia, em particular.

Aumentar a produtividade é fundamental para melhorar a competitividade das empresas.

Mas a competitividade que realmente interessa e que realmente conta, quer para as empresas conquistarem ou preservarem quotas de mercado, quer para o país atrair investimentos produtivos, é a que assenta na diferenciação qualitativa e na progressiva transição para a produção de bens e serviços com mais valor acrescentado.

É preciso modernizar a estrutura produtiva da economia portuguesa e criar vantagens competitivas estruturais, como as proporcionadas pela qualificação dos recursos humanos, pela valorização do trabalho e dos trabalhadores, pela qualidade do sistema de investigação e desenvolvimento, pela rede de infraestruturas materiais, pela credibilidade do regime fiscal, pelo respeito da lei e da autoridade democrática, pela celeridade da justiça e pela eficácia da Administração Pública.

Aplausos gerais.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Temos de voltar a subir na tabela da competitividade mundial. Não podemos aceitar adiamentos ou abrandamentos nas reformas estruturais que melhoram a

competitividade da economia, seja por resignação face às dificuldades, seja por más razões de oportunidade política, tanto mais que a crise orçamental não está superada.

Minhas Senhoras e Meus Senhores: Temos vivido um período difícil para muitos, um período difícil para muitos, muitos portugueses. Por isso, quero saudar o esforço feito por eles para enfrentar as dificuldades e vencer a crise económica, mas quero também dizer, de modo muito claro, que temos de olhar, resolutamente, para a frente. Não podemos ficar prisioneiros do passado. Há mais vida para além da discussão estéril sobre culpados e inocentes. É preciso avançar na solução dos problemas. E tudo isto num tempo em que é irrecusável a necessidade de promover a coesão nacional.

Há duas grandes causas estruturais que a ameaçam, podendo pôr em causa os direitos sociais. A primeira diz respeito à persistência de um modelo de desenvolvimento desfasado das exigências da nova economia, a que se associam um padrão de distribuição de riqueza fortemente inigualitário e também grandes assimetrias territoriais. A segunda deriva de um sistema de proteção social com fragilidades e lacunas e de algum hiato entre a consagração formal dos direitos sociais e a sua efetiva aplicação.

Acresce que o país se viu confrontado, nos últimos tempos, com ritmos de crescimento do desemprego a que já se tinha desabituado, sendo previsível que, dentro de alguns meses — e é com tristeza que o digo —, os centros de emprego registem cerca de 0,5 milhões de cidadãos desempregados. Por outro lado, aumenta, com preocupante regularidade, o volume dos desempregados de longa duração, agravando as situações de carência de recursos para muitas famílias e conduzindo-as a limiares de exclusão onde as palavras liberdade e cidadania poderão deixar de fazer sentido.

Neste quadro, e qualquer que seja o caminho (qualquer deles legítimo) para o necessário modelo de desenvolvimento alternativo, é fundamental que não se recue precipitadamente no domínio das políticas sociais preventivas e de emergência.

De contrário, estaremos a deixar que se criem fraturas e tensões que porão, inevitavelmente, em causa a coesão nacional mínima, com os perigos que isso implica.

Aplausos gerais.

A luta contra a pobreza e a exclusão é uma questão de dignidade social e uma obrigação moral indiscutível.

O envelhecimento da população é outro problema que, pelas suas pesadas implicações económicas e sociais, constitui um importante desafio de longo prazo para o futuro de Portugal, que não posso esquecer aqui hoje. De facto, a conjugação do aumento da esperança de vida e a diminuição dos nascimentos leva a um aumento da proporção da população idosa na população total e à diminuição do peso relativo da população economicamente ativa.

Estas alterações demográficas têm importantes incidências sociais, económicas e financeiras, nomeadamente nos sistemas de segurança social e de saúde e no mercado do trabalho, que não podem ser descuidadas. É a responsabilidade que temos também perante as gerações futuras. Impõe-se, por isso, desde já, a preparação de uma estratégia que possa corrigir gradualmente o impacto económico e social desta significativa alteração demográfica.

Termino, com uma última referência ao campo da comunicação social e do audiovisual. Deixo um alerta para os perigos da concentração da propriedade dos *media*.

Aplausos gerais.

Não é a primeira vez que o faço, mas o progressivo aumento deste fenómeno obriga-me a repeti-lo. A liberdade de informação não pode estar refém dos interesses económicos ou políticos. Uma comunicação social livre e independente não se revela, por si só, na multiplicidade de títulos, canais ou antenas, mas, sim, na pluralidade efetiva que eles representam.

Aplausos gerais.

Só esta pode ser obstáculo ao controlo da comunicação social por interesses económicos e políticos.

Como todos sabemos, as lógicas da concentração podem pôr em causa garantias fundamentais que têm de ser asseguradas.

O jornalismo e os jornalistas cumprem uma função de grande responsabilidade social — quem o não sabe depois de 2003? É preciso, também, que aos seus direitos inalienáveis correspondam deveres e responsabilidades assumidas. O Estado tem o dever de não se alhear desta questão estrutural da democracia.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Penso que comemorar o 25 de Abril deve ser, acima de tudo, preparar o futuro. Por isso, tornei presentes alguns dos nossos principais desafios. Há outros que têm constituído, para mim, uma preocupação permanente.

É o caso, por exemplo, do desenvolvimento sustentável e da defesa do ambiente, de que me ocupei numa recente jornada — e vou continuar —, da acessibilidade e equidade na saúde, da defesa dos direitos dos consumidores, da valorização da nossa cultura e do nosso património. E da justiça, a que dediquei inúmeras intervenções durante 2003. A justiça cuja reestruturação, aliás, na linha proposta no respetivo Congresso, vai depender, em larga medida, do modo como se reordene — é minha convicção — a formação dos profissionais do foro, com juízes, magistrados do Ministério Público e advogados a partilhar, antes da especialização, um prolongado tronco comum e conjunto de formação que os faça comungar dos mesmos valores e dê a cada profissão uma adequada perspetiva da função das outras. Faço, de novo, o alerta. Também aqui, separar é empobrecer e regredir.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: 30 anos depois, reencontramos, pela evocação, um tempo que foi nosso, que continua a ser nosso e que representou, para os que o viveram, um privilégio irrepetível.

Reencontramos esse tempo, em que «a poesia estava na rua», na sua magia e na sua esperança. Reencontramos os símbolos e os ícones da Revolução, os seus rostos e as suas vozes inapagáveis. Reencontramos, evocando-a hoje, essa madrugada por que esperámos tão longamente. E reencontramo-nos nesse reencontro com ela.

As revoluções, as ruturas, as grandes transformações têm uma genealogia e, obviamente, um código genético. A Revolução do 25 de Abril é herdeira de uma tradição de resistência, de combate pela liberdade e pela dignidade cívica, de abertura e de progresso que a marcou e que constitui o fundamento da identidade do regime que ela fundou.

Foi uma Revolução pioneira, como é reconhecido, e iniciou um ciclo de grandes transformações no mundo. Foi, nas suas consequências, o acontecimento histórico mais importante e mais feliz do século XX português.

Trinta anos passaram desde então e podemos, hoje, dizer que, apesar das dificuldades e dos riscos inevitáveis em qualquer percurso, este tem sido um dos períodos mais notáveis da nossa História. Temos, pois, razões, olhando-nos e olhando o que realizámos, para nos orgulharmos.

O país que somos hoje está, certamente, muito longe do país que desejamos ser amanhã, mas está ainda mais longe do país bloqueado e sem futuro que éramos ontem, em 1974.

Aplausos gerais.

Fizemos a descolonização e acabámos com a guerra, consolidámos e, permitam-me que diga a expressão, naturalizámos a democracia, recuperámos o prestígio no mundo, instituímos o poder democrático local e as autonomias regionais, entrámos na Europa, refizemos os laços com os novos países que falam português e reforçámos a nossa ligação ao Brasil.

Recuperámos do atraso e demos passos enormes no sentido da modernização e do desenvolvimento económico, social e cultural. Avançámos no reconhecimento e na efetivação dos direitos entre homens e mulheres.

O orgulho que devemos sentir pelo que fomos capazes de fazer deve ser, contudo, o contrário, precisamente o contrário, da autocomplacência. Deve ser antes a raiz da nossa exigência, da nossa responsabilidade, da nossa ambição de fazer muito mais e melhor.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Como noutros momentos capitais da História da humanidade, sabemos que vivemos, universalmente, um tempo muito difícil e complexo. Perdemos a sensação de ter terra firme debaixo dos pés. De nada serve ignorarmos ou desconhecermos a situação em que nos encontramos: possuímos hoje mais perguntas do que respostas, mais dúvidas do que certezas, mais perplexidades do que expectativas, mais problemas do que soluções.

Tudo mudou: os paradigmas, as referências, os sistemas de valores, as práticas políticas, sociais e culturais. A democracia, as suas instituições, os seus métodos e instrumentos tradicionais estão sujeitos a um dos maiores reptos da sua história: o repto da representatividade e o repto da eficácia.

Porém, ao contrário dos regimes não democráticos, a democracia funda-se na crítica sobre si mesma e tem os mecanismos da sua autocorreção e aperfeiçoamento. É essa a sua força. Por isso, a crítica deve ser sempre bem-vinda, útil e necessária, pois a democracia defende-se, corrigindo-se e aperfeiçoando-se. As fragilidades, os bloqueios e os erros da democracia corrigem-se, porém, com mais democracia, maior participação, mais iniciativa, maior mobilização, mais cidadania e com reformas profundas, corajosas e eficazes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estes são o momento e o lugar certos para dizer que a ditadura que sofremos durante meio século representou uma terrível tragédia para Portugal, negou o melhor da nossa História, privou-nos da liberdade, da dignidade e do desenvolvimento, isolou-nos da Europa e do mundo, causou-nos atrasos profundos e danos enormes, de que ainda não recuperámos inteiramente, e bloqueou-nos o futuro.

Aplausos gerais.

Em décadas, instalou em Portugal uma cultura, ainda não totalmente vencida, de apatia cívica, de desconfiança nas instituições e na política, de falta de espírito crítico, substituído pela maledicência inconsequente e avulsa, de desresponsabilização, impunidade e opacidade, de intolerância e desrespeito pela diversidade, de nostalgia , por vezes, do unanimismo e da uniformidade, de confusão entre estabilidade e imobilismo, de subserviência ao poder e, simetricamente, de arrogância do poder e desprezo deste pelos cidadãos. São os vestígios desta cultura que temos, frontalmente, de erradicar.

Aplausos gerais.

Ao contrário, o 25 de Abril, ao instaurar a democracia, representou o nosso reencontro com a liberdade, a história e o mundo. Entrámos de novo na modernidade, de que tínhamos sido longamente afastados. Tornámo-nos, afinal, contemporâneos de nós próprios. É essa a inspiração que, neste dia, retomamos com orgulho, reafirmando o nosso amor à liberdade e a Portugal. Liberdade e Portugal que não mais concebemos como separáveis, porque, desde o 25 de Abril, Portugal e a liberdade têm o mesmo nome.

Viva o 25 de Abril! Viva a Liberdade! Viva a República! Viva Portugal!

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Agradeço a todos a presença nesta Sessão Solene Comemorativa do XXX Aniversário da Revolução do 25 de Abril.

Fazendo vénia ao Sr. Presidente da República e convidando todos a cantar o Hino Nacional, já que agora não temos a cantora Mariza para o fazer, declaro encerrada a sessão.

2005

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, com uma saudação e um cumprimento muito especial ao Sr. Presidente da República, declaro aberta a Sessão Solene Comemorativa do XXXI Aniversário da Revolução do 25 de Abril e do XXX Aniversário da Eleição da Assembleia Constituinte.

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes», tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Excelentes Capitães de Abril, Sr.as e Srs. Convidados, Concidadãos Portugueses: Faz hoje 31 anos, não era feriado no nosso país. Faz hoje 31 anos que ocorreu algo de extraordinário aqui. Há 31 anos, por esta hora, Lisboa encontrava-se inundada de gente, que saía para a rua para fazer uma revolução e acabou fazendo uma festa. Foi o 25 de Abril de 1974, a revolução que devolveu a democracia e a festa que gerou a liberdade.

Falar do 25 de Abril de 1974 é recontar uma história, que eu e todos os que como eu tiveram o privilégio de nascer já em liberdade não vivenciámos, direta e pessoalmente. Dos outros, não sei, mas eu quase que sinto como se estivesse estado lá.

Através das histórias e dos relatos dos que me formaram e informaram, acompanhei a coluna militar que saiu da Escola Prática de Cavalaria de Santarém em direção a Lisboa, seguindo o Capitão Salgueiro Maia, e aprendi a importância e o valor do bem que se conquistou naquele dia: o direito a viver livre, de pé, com o rosto erguido e com dignidade.

Aprendi como, numa madrugada fria, um grupo de militares deu o primeiro passo, «abriu a válvula» e deixou escapar a raiva contida por tanto tempo, dando lugar a uma torrente de vida, uma explosão de riso e alegria, um grito enorme, que se fez ouvir em todo o mundo, acompanhado de lágrimas de alívio, um imenso alívio, pelo fim da guerra, pelo fim da opressão, pelo renascer da esperança viva de um futuro melhor, a bailar nos olhos da malta.

Mas também aprendi: como em Portugal, durante 48 anos, o fascismo do Estado Novo corporativista de Salazar e Caetano semeou bem fundo a ignorância, o medo e a pequenez; como a PIDE/DGS perseguiu, prendeu, torturou e assassinou por motivos políticos; como o atraso, o analfabetismo e a iliteracia, a fome e a miséria, principalmente no interior rural, se sentavam à mesa e eram parente próximo de grande parte da população; como uma guerra colonial, profundamente injusta e irracional, se arrastou por tantos anos, ceifando vidas e consumindo alento; e como a censura procurava inutilmente cortar a raiz de um pensamento que se tornava cada vez mais claro, forte, necessário e urgente.

Desta forma, foi fácil perceber a razão da revolta, o motivo da alegria, a justificação do alívio. E foi mais fácil ainda entender o valor da liberdade.

Contudo, a minha geração, que não experimentou o gosto amargo da opressão e o doce sabor da libertação, a quem nem a escola, onde se gasta mais tempo a ensinar a Crise de 1383 ou a Revolução Francesa do que a falar na nossa história recente, soube ou sabe passar a mensagem, nem sempre dá o valor a esse bem tão precioso que já tem como adquirido. Tem desculpa, já que não podemos amar o que não conhecemos e dificilmente conhecemos o que não nos mostram.

É como um privilégio que encaro o facto de ser herdeiro de Abril, mas é também inegável a inveja que sinto por ter perdido a festa, pá! Porque, quando cá cheguei, já a emoção tinha dado lugar ao desalento, já as conquistas se perdiam a cada dia, a cada ano que passava, a cada revisão que a nossa Lei Fundamental sofria. E aquele «brilhozinho nos olhos» já se ia apagando.

É por isso fundamental assumir a recusa em deixar de falar da Revolução dos Cravos, lembrando aos que já esqueceram e aos que nunca conheceram o significado daquele dia e a distância abissal que separa os dois países: o Portugal de ontem e o Portugal de hoje.

Que o Portugal de hoje, mercê de importantes conquistas de Abril, é um Portugal melhor, não podemos deixar jamais cair no esquecimento.

Não podemos deixar jamais cair no esquecimento que foi com Abril que se garantiram direitos tão essenciais como o salário mínimo e o direito a férias, o direito à segurança social ou o acesso universal ao Serviço Nacional de Saúde e à escola pública.

É importante lembrar que Abril trouxe a igualdade entre homens e mulheres, os direitos de participação cívica e política, o direito da livre fruição e criação cultural, a liberdade de informação e o fim da censura prévia.

Não podemos deixar ainda de lembrar que foi com Abril que o poder local, com profundas raízes no nosso país, anteriores até à própria monarquia, voltou a ser um verdadeiro poder autónomo, pluralista e democraticamente eleito, voz dos anseios das populações e motor de desenvolvimento das suas autarquias. O mesmo poder local que agora se vê ameaçado na sua pluralidade de participação política pela famosa ideia dos executivos camarários monocolores, que, sob o falso argumento de aumentar a eficácia de atuação e a governabilidade, na realidade, não só compromete uma longa e profícua experiência de poder executivo autárquico plural, racionalmente empenhado na busca de consensos, como coloca em causa o funcionamento dos próprios mecanismos de controlo e fiscalização desse poder, atualmente existentes.

Não basta, contudo, a memória. É preciso que no chão, desbravado pelo Movimento dos Capitães e pelo povo, em que semeámos liberdade, justiça e igualdade, saibamos hoje sedimentar o trabalho necessário para honrar e cumprir o Abril que está por cumprir. É que a democracia é como um jardim ou uma floresta que é preciso cultivar e cuidar, com empenho e dedicação, todos os dias da nossa vida, sob pena de a vermos invadida de espécies daninhas e infestantes, como o totalitarismo, a arrogância e a intolerância, ou sob o risco de assistirmos à sua destruição, paulatinamente, ano após ano, pelos incêndios da falta de participação e da apatia, fortemente agravados pela seca do descrédito da vida política, ameaçando não só a sua riqueza, a sua saúde e o seu equilíbrio mas a sua própria existência.

Quando é a democracia participativa que se encontra enfraquecida, seja pelo desalento, a resignação ou o comodismo, seja pela desmotivação ou alienação, que levam ao afastamento, ao desinteresse e ao descrédito na política e nos políticos, é a própria base do nosso Estado e da nossa civilização que está em perigo. E se a democracia que temos se encontra muito aquém da democracia que queremos, cada vez mais aberta, plural e participada, tal se deve certamente às opções e condutas que têm norteado a condução dos destinos do nosso país nos últimos anos.

Impõe-se, assim, exercer uma vigilância constante e permanente, pois, tal como a democracia, também as conquistas de Abril não estão automaticamente asseguradas.

Lutar pelos nossos direitos e pela liberdade, sempre que estes estejam em causa, é uma lição de Abril que, no Partido Ecologista «Os Verdes», temos procurado pôr em prática no nosso dia a dia, seja na luta contra a privatização do acesso à água, o bem mais precioso à vida e direito inalienável da humanidade; seja exigindo a despoluição e a salvaguarda dos nossos recursos hídricos; seja pelo direito a uma alimentação saudável e em segurança, recusando, no respeito pelo princípio da precaução, o plantio de organismos geneticamente modificados; seja defendendo os transportes coletivos, as energias alternativas ou os modos de produção ambientalmente mais sustentáveis, como forma de combater as emissões de gases com efeito estufa e a poluição, responsáveis pelas alterações climáticas, pelo aumento da mortalidade e diminuição da qualidade de vida; seja pugnando pelo desenvolvimento sustentável, o ordenamento do território e a correção das assimetrias regionais, os quais tardam em ter uma aplicação efetiva e generalizada no nosso país.

Os Verdes assumem o compromisso de promover a paz, a correção das desigualdades sociais, através da repartição da riqueza mediante um sistema fiscal cada vez mais justo, e a erradicação da fome, da pobreza e da exclusão social.

Lutaremos pelos direitos das minorias e pelo direito à diferença, numa sociedade mais livre, tolerante, solidária e esclarecida.

Acreditamos que o verdadeiro desenvolvimento sustentável compatibilizará os desejáveis aumentos da nossa produtividade industrial, agrícola e laboral, sustentada nos progressos científicos, tecnológicos e educacionais, com o respeito pelos direitos dos trabalhadores e pelo meio ambiente, em equilíbrio e harmonia com a natureza.

Assumimo-nos como herdeiros dos valores e das metas de Abril, da democracia, da liberdade e do desenvolvimento sustentável, com a consciência, porém, que tal é claramente insuficiente, pois é preciso que sejamos também obreiros e defensores dessa herança, como do ambiente e do nosso planeta, isto, se os queremos legar aos nossos filhos em melhor situação do que atualmente se encontram.

Por isso, Abril não é apenas passado, nem é somente presente; é principalmente, e acima de tudo, um futuro que queremos e desejamos seja melhor.

Viva o 25 de Abril! Sempre!

Aplausos de Os Verdes, do PCP, do BE e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: O 25 de Abril significa a rutura fundadora da democracia em Portugal. Não pretendemos — jamais o pretenderemos —

reter a chave histórica única para a interpretação de um acontecimento histórico de tal grandeza e conflitualidade. Nós fomos e somos parte implicada na história e no fazer da história. Nós estamos e estivemos de um lado preciso, exato, inequívoco: o dos que lutaram contra o fascismo, contra a hedionda repressão e contra o moribundo império. Nós fomos e somos protagonistas desta história por fazer. Outros estiveram, e estão ainda, agarrados ao cadáver do passado. Outros, ainda, reveem-se no 25 de Novembro, bem mais do que em Abril. A cada um e a cada uma o seu tempo e o seu modo, a sua responsabilidade perante a história e o país.

Que se trata de uma revolução, prova-o a raiz e a radicalidade das mudanças institucionais. Mas também o retrato de todo um país que deixou de ser do Minho a Timor para infinita tristeza de alguns espíritos, porque esse era o império, não o país, e que se reencontrou nas suas fronteiras de sempre, com a sua dimensão de sempre — mas, desta vez, aberto ao mundo. Um país que, através da última revolução europeia do século XX, reganhou o respeito internacional.

Celebramos, também, os 30 anos da eleição de uma Assembleia que aprovou uma Constituição libertadora, através de um processo constituinte exemplar: vivo, polémico, arrojado, amplamente democrático e participado. Que contraste perante o Tratado Constitucional Europeu, elaborado sem implicação popular, sem constituintes livremente eleitos, orientado pelo diretório e pelos aristocratas caprichos de Giscard d'Estaing! Que diferença, senhoras e senhores, entre as portas que a Constituição portuguesa abriu e as amarras do pensamento único a que nos querem prender.

Que diferença entre a amplitude dos direitos sociais da Constituição de 1976 e a míngua do Estado Social Europeu que agora nos oferecem, em migalhas, constitucionalizando o dogma do défice e do fim dos serviços públicos e o neoliberalismo hegemónico, como únicos caminhos possíveis, retirando aos povos o poder e o dever da alternativa. Europeus que somos, rejeitamos este Tratado antieuropeu, na medida em que a Europa só o será na diversidade, na possibilidade de divergir e de eliminar as forças predadoras dos poderes financeiro e militar. No espírito da Constituinte de 1975, diremos não a este Tratado, como os povos da Europa, em crescendo, o estão dizendo.

Há uma outra Europa em movimento. Uma Europa de homens e mulheres que não renunciam, que não se submetem ao mais violento e descarado trabalho ideológico dos pensadores e do pensamento instalado.

Queremos, pois, mudanças solidárias e contagiadas pela modernidade dos direitos sociais. Atentemos nas mudanças de Abril, tantas vezes esquecidas por rápidas e profundas, ainda que desiguais e inacabadas. Basta olharmos para um indicador que condensa toda a rutura: nas vésperas da Revolução, a mortalidade infantil era de 40 por 1000; hoje, desceu para 5 por 1000. Em suma: a democratização do regime, a descolonização e a implantação de um Estado social, ainda que em muitas dimensões incipiente, são as marcas iniludíveis da Revolução e da Constituição de Abril.

Todas as homenagens são, por isso, merecidas. Há um direito/dever de memória. Antes de mais, para com os e as resistentes: democratas, republicanos, anarquistas, socialistas e muitos e muitas comunistas, que sofreram no corpo, literalmente no corpo, as marcas, literalmente as marcas, da repressão e da tortura. Houve quem fosse assassinado. Literalmente: assassinado. Houve campos de concentração. Literalmente: campos de concentração. Mas a violência era também diária, difusa e

insinuante, humilhando as mulheres na opressão do mais rígido patriarcado, reprimindo os não-crentes ou as religiões que não a oficial, remetendo à invisibilidade dos proscritos os homossexuais e as lésbicas, à quase escravatura os «gentios» ou «indígenas». Violência que atua por ditos e interditos, por palavras, brutais ou falsamente doces, por olhares de soslaio ou de viva reprovação.

Em 1961, um estudante de Coimbra ousa publicar em *A Via Latina* um libelo de insubmissão contra a ordem dominante do relacionamento entre os sexos, designado «Carta a uma Jovem Portuguesa», onde escreve: «A minha liberdade não é igual à tua. Separa-nos um muro, alto e espesso, que nem tu nem eu construímos. A nós, rapazes, de viver do lado de cá, onde temos uma ordem social que em relação a vós nos favorece. Para vós, raparigas, o lado de lá desse muro; o mundo inquietante da sombra e da repressão mental (...). Beijas-me e sofres (...). Vives no conflito de livremente me quereres e de intimamente me desconheceres.»

Este era o país. Um país de sofrimento, nas mãos de um punhado de famílias poderosas e de uma elite decadente, corrupta e fortemente autoritária.

Dito isto, parece-nos que o 25 de Abril merece todas as homenagens, mas liga mal, por código genético, com o aparato simbólico e formal.

Correu nas ruas e avenidas, mordeu cravos, distribuiu abraços. A sua marca é a da rebeldia e da insolência. Rebeldes e insolentes, os Capitães de Abril. Rebelde e insolente, o povo que deixou os medos em casa.

Senhoras e Senhores, quero falar-vos agora do Portugal futuro. Leio-vos Ruy Belo: «O portugal futuro é um país aonde o puro pássaro é possível (...)/Poderá ser pequeno como este/ter a oeste o mar e a espanha a leste/tudo nele será novo desde os ramos à raiz/À sombra dos plátanos as crianças dançarão/e na avenida que houver à beira-mar/pode o tempo mudar será verão/Gostaria de ouvir as horas do relógio da matriz/mas isso era o passado e podia ser duro/edificar sobre ele o portugal futuro.»

Senhoras e Senhores: O Portugal futuro não se coaduna com a exploração nas relações de trabalho, com a precarização da população ativa, com o recuo sem precedentes da contratação coletiva, com o drama do desemprego, tido por alguns como fatalidade ou «preço a pagar» por uma falsa «modernidade». Sobretudo, não se liga com o bloquear do futuro aos mais jovens. Não liga, de forma alguma, com as elevadíssimas taxas de incidência de tuberculose, de SIDA ou de hepatite, das mais altas da Europa. Não liga com a hipocrisia de, nas cadeias portuguesas, sobrelotadas e cuja população é composta principalmente por pobres e toxicodependentes, onde a droga entra e sai em movimento contínuo, não existir uma única sala de injeção assistida.

Não se coaduna o Portugal futuro com a perseguição aos homossexuais, nas ruas de Viseu, perante a complacência e ativa cumplicidade de algumas autoridades policiais. Não existe o Portugal futuro no silêncio dos lares onde grassa a violência, a violação e o espancamento de mulheres.

E onde está esse Portugal futuro na perseguição e humilhação das mulheres que abortam? Senhoras e Senhores, esta Assembleia cumpriu, há dias, com a responsabilidade de despenalizar o aborto e de convocar um referendo. Saibamos todos, todos, estar à altura desta responsabilidade e de assumir a urgência deste referendo.

E onde está o Portugal futuro quando a Câmara Municipal do Porto procede a despejos com base em decretos-leis fascistas de 1945, que condenam os habitantes dos bairros camarários por «comportamento moralmente indigno»?

E onde está o Portugal futuro quando o Presidente da Câmara de Coimbra reinaugura a estátua de homenagem ao «herói do ultramar», quando no «ultramar» houve uma guerra colonial e numa guerra colonial, Senhoras e Senhores, nunca há heróis, mas, sim e sempre, vítimas: portuguesas, angolanas, moçambicanas, guineenses, cabo-verdianas, são-tomenses, timorenses.

E que o Portugal futuro facilite o processo de legalização daqueles e daquelas que, imigrando, aqui trabalham, sofrendo, tantas vezes, com a mais dura discriminação de base económica, mas também jurídica, já que o regulamento da nacionalidade em vigor exige, em tom discricionário, «uma ligação efetiva à comunidade nacional», comunidade que, amiúde, lhes nega, precisamente, essa «ligação efetiva»!

Senhoras e Senhores: Olhamos para Abril com uma força viva e atuante, não no sentido nostálgico ou saudosista de quem faz uma peregrinação anual a um ente morto. O 25 de Abril foi um momento único e irrepetível, do qual herdamos força, rebeldia e insubmissão. Força, rebeldia e insubmissão para as lutas que, no presente, fazem o presente e que, no presente, rasgam o futuro. Longe de qualquer acomodação, continuamos transgressores dos poderes que oprimem, transgressores na exata medida da origem da palavra, atravessando margens, alargando e desafiando limites. Como Paul Éluard, nascemos para a nomear, para a repetir, para a cumprir, para o seu escrupuloso desígnio. Sem ela, nada. Com ela, tudo. Ela, liberdade.

Aplausos do BE, do PCP, de Os Verdes e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Em nome do Grupo Parlamentar do Centro Democrático Social-Partido Popular, tem a palavra o Sr. Deputado José Paulo Carvalho.

O Sr. **José Paulo Carvalho** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr.as e Srs. Ministros, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Altas Autoridades Civis e Militares: Portugal é hoje um país moderno, com uma democracia sólida, plenamente integrado na União Europeia.

Há 31 anos, o povo português decidiu falar, e falou! E gostou de ter conseguido falar e de poder falar. E, desde então, nunca mais se calou.

A liberdade é um valor estruturante da nossa sociedade atual. É-o de tal maneira que pode ser utilizado como indicador para aferir da democraticidade de um regime.

Viver em democracia implica, também, viver num regime que salvaguarde e promova os direitos humanos, que não veja nos direitos humanos uma barreira a contornar sempre que possível, mas, sim, desafios de civilização e progresso.

Portugal pode orgulhar-se de ter iniciado, há já muitos anos, o caminho da procura e desenvolvimento dos direitos humanos. Mantemo-nos nessa senda e dela seguramente não sairemos.

Mas há ainda, infelizmente, verdadeiros «tumores» espalhados pelo globo: nações inteiras às quais faltam os mais elementares cuidados de saúde, como acontece em muitos países de África; populações que têm períodos de trabalho diários de 12 ou mais horas, como acontece em vários países asiáticos; situações onde a justiça parece estar ao serviço de ditaduras, como acontece em alguns países da América Latina.

Em datas como a de hoje, somos chamados a fazer uma reflexão e nada disto nos pode deixar satisfeitos, apesar de serem problemas da nossa vizinhança.

Viremo-nos, no entanto, também um pouco para dentro.

Em 1974, eu era demasiado novo para poder ter participação ativa fosse no que fosse. Para mim, a liberdade e a democracia são dados adquiridos; estou mesmo convencido de que são valores que nunca haveremos de perder, porque os cultivamos diariamente. Já não sabemos viver de outra maneira.

Felizmente, pertenço a uma geração que não tem fantasmas: nós não precisamos de apregoar a liberdade, vivemo-la todos os dias uns com os outros. E o mesmo se diga da democracia, da igualdade, da separação de poderes ou dos direitos, liberdades e garantias.

É claro que temos de continuar a crescer, pois estes bens podem sempre ser cultivados. Temos de reconhecer que, nestas três décadas, Portugal evoluiu muito, na saúde, na habitação ou na rede viária — e cito-as a título de exemplo. Curiosamente, o povo exige mais e melhor habitação, mais e melhor saúde, mais e melhor rede viária. É muito bom sinal, é manifestação de vitalidade, de exigência e de ambição. Só um povo verdadeiramente livre é capaz de não se acomodar.

Não posso esquecer um aspeto negativo sobre o qual o CDS considera ser devida uma reflexão nesta data. É o tema da justiça, com a qual lido profissionalmente. Darei um exemplo gráfico: no passado mês de março, recebi uma notificação para a realização de um julgamento que terá lugar — pasme-se! — em março de 2007, isto é, daqui a dois anos! Até lá, nada há a fazer que não seja esperar, esperar e esperar e pedir muita paciência aos interessados. Infelizmente, não é caso único. A sentença poderá até vir a ser muito douta e prudente, exemplar, mas não se fez justiça.

Fala-se muito em acesso ao direito e à justiça. A demora nos tribunais é o mais velado e o mais eficaz obstáculo ao acesso dos cidadãos à justiça! Está em causa uma das funções primordiais do Estado de direita...

Risos.

Digo, do Estado de direito. Perdão, não foi uma fuga para a verdade.

Como dizia, está em causa uma das funções primordiais do Estado de direito, que queremos ser, e a concretização de direitos fundamentais dos cidadãos portugueses.

Uma outra reflexão, esta mais de tipo programático: gostamos da liberdade, mas nota-se uma tendência para escapar, se possível, ao reverso da medalha. É forçoso criar uma cultura de responsabilidade, que nos leve a refletir antes da ação, mas a assumir todas as consequências depois, a ter no cumprimento do dever uma regra de conduta pessoal.

O apelo à responsabilidade individual, a uma cultura de responsabilidade assumida por cada um, permitirá criar cidadãos responsáveis e conscientes dos seus deveres de participação cívica. Uma política fundada na promoção da cultura de responsabilidade, permite compaginar a exigência com a visão social, o rigor com a compreensão.

Esta procura da cultura da responsabilidade faz com que as regras passem a ser encaradas como projetos e desafios e não como meras imposições autoritárias; permite a eficácia, sem que esta se reduza a mero pragmatismo sem ideais.

A esta visão é particularmente sensível um partido como o CDS, de matriz democrata-cristã, com fortes referências doutrinárias, que se recusa a render-se ao pragmatismo, sacrificando a doutrina ou a ideologia. Um partido que quer crescer e que por isso se define aberto a todos, mas que nem por isso esquece o compromisso prioritário pelos mais pobres e desfavorecidos e o quadro de valores que o norteia.

Estamos convencidos de que será desta forma, com clareza total na definição da sua maneira de ser, que os partidos políticos, todos eles, poderão cativar os cidadãos para a participação cívica e para a intervenção de cidadania, também através de funções político-partidárias.

Sem prejuízo de ser dada informação cabal a esta Assembleia no momento e lugar próprios, com orgulho dou conta da magnífica manifestação de espírito democrático, de liberdade e espírito de intervenção cívica que representou o congresso do meu partido, que se realizou neste fim-de-semana. Pronunciando-se livremente, por voto individual e secreto, os militantes do CDS mostraram que são eles quem manda no partido e define o seu rumo. Mudaram, porque assim quiseram, a quase totalidade dos seus dirigentes. Vive-se no partido, como se vive no país: em democracia.

Termino, dizendo que estamos certos de que a melhor forma de as gerações atuais e futuras de portugueses reconhecerem o mérito que é devido aos que conseguiram a liberdade é, ultrapassando excessos saudosistas, desenvolverem o seu legado, criarem um Portugal mais justo, mais moderno e mais competitivo.

É bom viver em democracia.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Capitães de Abril, Deputadas e Deputados Constituintes, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: Fomos convocados para celebrar o XXXI Aniversário do 25 de Abril. Por decisão da Assembleia da República, por vontade do povo que ama a liberdade e a reconquistou, pela ação valorosa e de grande coragem do Movimento das Forças Armadas, que juntos — povo e MFA — transformaram essa data histórica no ato e no processo mais avançado da nossa época contemporânea.

Mas é com as comemorações populares, a que hão-de ligar-se as comemorações do 1.º de Maio, que as comemorações do 25 de Abril ganham todo o significado e dimensão!

Mas todos aqueles que, hoje, comemoram o ano XXXI da Revolução não vão limitar-se à celebração festiva. Terão, porventura, muitas expectativas, como resultado das recentes eleições legislativas, mas vão interrogar-se sobre a situação em que vivem e quais as perspetivas que se abrem para o seu futuro. Mais cedo do que tarde, vão questionar-se onde está a justiça social a que têm direito, porque se banaliza, desvaloriza e desprotege o trabalho, tal como os direitos que a ele julgavam associados e perenes, porque não há salário igual para trabalho igual para a maioria das mulheres, se é por má sorte ou antes resultado de políticas concretas levadas por diante em todo o tempo que nos separa de Abril que se vê a pobreza e o desemprego a aumentarem e a riqueza a concentrar-se numa chocante e injusta repartição. Vão querer saber como é que um país assiste indefeso à destruição da sua indústria, da sua agricultura e das suas pescas, aos instintos predadores e insaciáveis de quem quer mais privatizações, já não só de empresas, mas de serviços públicos, da saúde, da água e da segurança social.

Num tempo em que o homem e a sociedade contemporânea se interrogam sobre o valor e significado da liberdade, a natureza do Estado, o sentido do desenvolvimento económico, o papel do indivíduo e a razão da independência nacional, o 25 de Abril respondeu e a Constituição plasmou que a liberdade, pertença do povo e do indivíduo, possui um valor intrínseco, pelo que seria necessário salvaguardá-la e assegurá-la como um bem inalienável do povo português; o 25 de Abril respondeu e a Constituição definiu que o Estado deve responder aos interesses e necessidades do povo e do país, estritamente conforme com a legalidade democrática em oposição à conceção do Estado como instrumento do capital para, de forma coerciva, perpetuar a exploração capitalista; o 25 de Abril respondeu e a Constituição consagrou que o desenvolvimento económico deve ter como objetivo a melhoria da qualidade e do nível de vida dos portugueses, o pleno emprego, uma elevada satisfação das necessidades das populações, uma justa e equilibrada repartição da riqueza nacional e da independência nacional; o 25 de Abril respondeu e a Constituição defende que o indivíduo, o trabalhador, o cidadão, o seu bem-estar material e cultural, a sua dignidade e melhoria das suas condições de vida, a sua participação, o seu empenhamento cívico e a sua luta são objetivos e garantia da democracia e fator indispensável ao desenvolvimento económico; respondeu o 25 de Abril e a Constituição considerou como questão irrenunciável que a independência nacional é o espaço da nossa liberdade, identidade e soberania, é condição de paz, cooperação e solidariedade internacional. Fora dela, tudo é efémero, nada é nosso, nada é seguro. Respostas justas e atuais, estas de Abril e da Constituição!

Foi o 25 de Abril que traçou os grandes desígnios nacionais, inscritos depois na Constituição por mérito e visão avançada dos Deputados Constituintes, muitos dos quais aqui hoje se encontram e daqui saudamos...

Aplausos gerais.

... com a convicção de que valeu a pena fazer a Lei Fundamental, que, no conflito e contradição de interesses existentes, não ficou neutra. Optou por se colocar do lado dos mais fracos, dos trabalhadores e do povo, comportando um projeto de futuro.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Não faz parte desses desígnios nacionais ter baixos salários e baixas pensões e reformas, ver acentuar-se o fosso entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres. Continuar a ter 2 milhões de pobres, dos quais 200 000 passam literalmente fome, enquanto crescem desmesuradamente os lucros e se operam lavagens de dividendos, de novo sacralizados como «bezerros de ouro».

Os portugueses do Portugal de Abril não podem aceitar que a Constituição reconheça e consagre amplos direitos laborais e venha um Código do Trabalho usurpar e tentar eliminar o direito à contratação coletiva, como usurpados estão a ser outros direitos por aqueles que nunca se conformaram com as parcelas de domínio perdido pela luta, pela conquista dos trabalhadores e pela razão de Abril.

De igual modo, também os jovens recusam que seja um imperativo nacional a degradação do sistema de ensino e as crescentes dificuldades no acesso ao emprego, que só conseguem em inaceitáveis condições de precariedade, em vez de contar com eles na batalha da educação e do emprego.

Não é desígnio nacional, e vai ao arrepio de Abril, que, daqui a dias, se promova, no plano legislativo, mais um golpe no poder local democrático. Desde os primeiros anos da Revolução, em clara rutura com o modelo de centralização burocrática e governamentalizado do fascismo, o novo poder local afirmou-se na base de uma ampla participação popular, dos princípios da descentralização e da autonomia financeira e na democraticidade expressa pela colegialidade do funcionamento dos seus órgãos, pela representação plural e democrática nos órgãos municipais, incluindo os executivos. É essa matriz profundamente democrática que as propostas a discutir esta semana na Assembleia da República vêm agora pôr em causa.

Não é desígnio nacional que se compatibilize com os ideais de progresso e de independência nacional sujeitar todo o nosso edifício jurídico-constitucional a um papel subsidiário perante uma Constituição Europeia, num processo em que, desde Maastricht, cada passo dado justifica o passo seguinte na limitação da soberania nacional.

Estamos inquietos quando olhamos para o país e para um mundo mais injusto, menos democrático e mais inseguro.

Inquietos, sim, mas não conformados, porque aprendemos com o exemplo do 25 de Abril, com o seu espírito inconformista, rebelde e insubmisso, o seu sentido de luta e de projeto inacabado por uma democracia política, económica, social, cultural e de independência nacional.

Estaremos ao lado dos trabalhadores e do povo, com aquela esperança e confiança que resulta de quem tem o sonho mais avançado do que a realidade, mas que sabe ser possível uma vida melhor, um Portugal mais desenvolvido, justo e solidário.

Bem podem os que estiveram contra Abril, ou os que reduzem Abril a um ato de liberdade, tentar rescrever a história, rasurar da memória coletiva o processo transformador que se seguiu, o valor e o caráter inseparável das suas conquistas e realizações, apagar dos manuais e dos programas escolares o seu projeto e ideal, rasgar ou apagar as páginas mais exaltantes, escritas e sobretudo feitas pelo povo.

Não hão-de conseguir arrancá-lo de onde está mais ancorado e enraizado: na memória e no coração desse mesmo povo, como referência incontornável para o futuro democrático e independente de Portugal!

E mesmo a juventude, que não sabe, porque muitos não quiseram que ela soubesse, há de, nos seus questionamentos e anseios, porventura sem invocar Abril, prossegui-lo no que tem de libertador, de ideal, de valores de justiça social e de progresso.

Nós comunistas, que estivemos em todas as lutas e combates para que a liberdade e a democracia fossem possíveis na nossa pátria, irreversivelmente comprometidos com o 25 de Abril, sabemos que os grandes acontecimentos vividos e sentidos pelos povos e com profunda repercussão nas suas vidas não morrem e jamais se deixam encerrar numa breve evocação ou momento histórico. É que, como afirmou um Capitão de Abril, ele continua a ser mais projeto do que memória!

Viva o 25 de Abril!

Aplausos do PCP, do BE, de Os Verdes e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva, Vice-Presidente da Assembleia da República.

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Convidados: Comemorar mais um aniversário do 25 de Abril — o XXXI — e comemorar também o XXX Aniversário da Eleição da Assembleia Constituinte impõe, antes de mais, uma inequívoca saudação à liberdade, à democracia e ao Estado de direito, que a Revolução proporcionou e a Constituição institucionalizou.

Comemorar estas efemérides é também saber ser intérprete da alma coletiva, que qualquer de nós descobre em si, no reconhecimento e na gratidão a todos os democratas, resistentes e opositores à «longa noite fascista», que nos ensombrou durante mais de 40 anos.

Por isso, saúdo os militares que fizeram a Revolução e todos os que se empenharam nesse combate e que, felizmente, ainda nos acompanham nestas comemorações, como me curvo perante a memória dos que já partiram, mas que deixaram bem vivas as flores de Abril no imenso campo de maio da nossa esperança coletiva.

Saúdo, igualmente, os Constituintes de 1975, a quem se deve a Constituição de 1976, que, subsistindo graças às suas sucessivas revisões, se mantém, no direito comparado, como a mais pródiga no capítulo dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, que tão espezinhados foram pela ditadura.

Comemorar Abril é recordar o fim de uma guerra injusta — tão injusta para os povos africanos como para o povo português — e cujo termo permitiu afirmar novos Estados, que comungam da nossa língua, que daqui saúdo e com que, fraternalmente, convivemos na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que desejamos reforçar e engrandecer.

Comemorar Abril e a Assembleia Constituinte é, ainda, saudar as autonomias regionais como a solução constitucional que, com Mota Amaral, nos Açores, e Alberto João Jardim, na Madeira, fez renascer a esperança às populações insulares e permitiu uma obra, em todos os campos, de afirmação de Portugal no Atlântico, sem precedente na nossa História.

Comemorar Abril passa, igualmente, por saudar o poder local e a presença, afetiva e efetiva, de muitos milhares de autarcas, que são, pela sua proximidade, um dos mais importantes elos que liga o Estado democrático ao povo.

Comemorar Abril é, ainda, ter orgulho no orgulho que os portugueses da diáspora têm no país livre e solidário que hoje somos e que eles tanto dignificam com o seu exemplo e trabalho em todas as partidas do mundo.

Finalmente, comemorar Abril é lembrar também que sem a democracia, que só a Revolução nos assegurou, não teríamos a participação ativa que temos, como membros de pleno direito, nesse espaço de liberdade e de justiça social que é a Europa alargada a 25 e em que temos hoje a honra de ver um português como Presidente da Comissão Europeia.

Daí também a responsabilidade acrescida que temos de dar prioridade ao referendo ao Tratado Constitucional Europeu e a obrigação de nos empenharmos para, com o esclarecimento para que nos devemos mobilizar todos, obtermos a livre concordância do povo português para a sua ratificação.

Mas comemorar Abril não nos demite de refletir, sem complexos e sem tabus, sobre o nosso percurso coletivo, nestes últimos 31 anos de democracia, fazendo o balanço entre o enunciado teórico dos valores e dos princípios democráticos, dos direitos fundamentais e a sua concreta aplicação.

E se é verdade que o enunciado e a teorização de tais princípios e valores integram a essência do Abril que comemoramos, não é menos verdade que o Abril dos cidadãos passa pela atuação prática do Estado e da sociedade civil na sua execução e concretização. Aí se cifra a efetividade da cidadania plena que, para o ser, tem de ser de todos e não apenas de alguns.

Em anterior sessão comemorativa do 25 de Abril, lembrou aqui, desta Tribuna, com palavras que mantêm total atualidade, o Sr. Deputado José Matos Correia que, embora não tenhamos hoje um problema de democracia, temos, porém, um problema de qualidade da democracia.

Conquistámos, por exemplo, plena liberdade de expressão e de informação, valor essencial à democracia e ao seu regular funcionamento.

Todavia, ninguém pode ignorar a impunidade com que, tantas vezes sem retorno, com o atropelo da verdade e sem contraditório, se mancha o nome e se chega mesmo a pré-julgar cidadãos na praça pública e na comunicação social. Isto não é próprio de uma democracia avançada e adulta.

Importa, pois, que o 25 de Abril não seja comemorado apenas num só dia, mas, antes, no dia a dia de todos nós, como coletividade. É preciso atualizar Abril para reforçar e manter vivo Abril.

Se é verdade que o 25 de Abril devolveu a esperança a Portugal, hoje, passados 31 anos, importa devolver, de novo, a esperança aos portugueses, o que passa por resolver os problemas estruturais do país e os seus crónicos atrasos, que não fomos, até agora, capazes de ultrapassar e se arrastam há décadas.

Importa que não nos demitamos das nossas responsabilidades, assumindo, de uma vez por todas, que precisamos de fazer um esforço para abandonar, porque esgotada, a forma tradicional de fazer política na democracia parlamentar que somos.

É da essência do regime democrático, como é saudável e motivador, o confronto. Porém, há áreas do Estado e da nossa sociedade em que não é possível mudar sem entendimentos alargados e em que qualquer governo, mesmo apoiado numa maioria absoluta, terá dificuldade em concretizar reformas que são inadiáveis e cujo atraso comporta custos incalculáveis.

Há três áreas que consideramos prioritárias, porquanto elas próprias condicionam as reformas e as mudanças de outros setores, também importantes da comunidade nacional. Refiro-me à justiça, à reforma do Estado e à recuperação das finanças públicas.

E porque esta forma de fazer política, em conflitualidade ou guerrilha sistemática entre maioria e a oposição, está ultrapassada e compromete avanços importantes do país, o PSD quer dar o exemplo, assumindo a diferença e a mudança.

Foi, aliás, com esta preocupação que o Presidente do meu partido, ainda recentemente, no congresso que o elegeu, adiantou a disponibilidade do PSD para a concretização de uma «Plataforma para o Desenvolvimento», a estabelecer com outras forças políticas e, naturalmente, antes de mais, com a maioria e com o Governo, em torno das reformas a concretizar nos domínios que referi como prioritários.

Sabemos que podem não ser, no momento, as medidas que mais digam aos portugueses ou que para eles tenham maior significado. Sabemos que não serão possivelmente as que despertam mais as atenções ou a atração mediática. Sabemos que o desemprego, a saúde, a educação, a segurança, a perda do poder de compra ou a situação dos mais idosos seriam, no imediato, áreas, social e mediaticamente, mais compensadoras e atrativas.

Mas não tenhamos ilusões: não será possível dar resposta a estes problemas e a outros igualmente prementes, de uma forma séria e sustentada, se não tivermos previamente atendido àquelas prioridades.

Sem uma justiça célere e eficaz, sem uma administração pública ágil e moderna e sem umas finanças públicas saudáveis, não será possível assegurar e prosseguir as demais mudanças indispensáveis ao maior desenvolvimento económico, social e cultural do país.

Não faltam áreas para o confronto político, próprio do debate democrático e da luta partidária. Mas não podemos protelar mais. É urgente avançar. É urgente reformar. É urgente governar.

Há, hoje, dois caminhos possíveis na assunção da ação política perante o país: ou se segue o caminho da agenda mediática, da agenda política artificial, mais cómoda e mais fácil, escolhendo-se os temas que agradam, que caem bem, mas nada se resolve e tudo se adia; ou, ao invés, opta-se pela agenda política verdadeira, a real, aquela que encara e assume a resolução dos problemas concretos do país, ultrapassando, com coragem, resistências e interesses instalados.

O que se sente, neste início de Legislatura, é que, mais uma vez, se optou pela agenda mediática. Fica-se à superfície das coisas e finge-se que se governa. É, uma vez mais, o faz de conta.

Entretanto, é o desemprego, a exclusão social, a droga, a segurança e o insucesso escolar que tendem a agravar-se. É a resposta às angústias dos portugueses que fica por dar.

Ao comemorarmos Abril, devemos também ter a preocupação de mudar este modo de estar na política e esta forma de fazer política.

Por isso, surpreende-nos esta estranha inversão de posições de, face à nossa disponibilidade para consensos alargados nas áreas do Estado que são prioritárias, o Governo e a maioria responderem com o mais mudo dos silêncios. É que, para concordar e para convergir, também é preciso coragem.

Sr. Presidente da República: Tem V. Ex.ª, neste início de Legislatura, a oportunidade azada e também a responsabilidade de, como todos esperamos, usar da sua superior autoridade para sensibilizar e fazer apelo aos agentes políticos, a começar pelo Governo, para que venham ao encontro desta disponibilidade para construir uma plataforma para o desenvolvimento do país e assegurar as mais prioritárias reformas do Estado.

Somos, como sempre, e também agora na oposição, pela estabilidade política e pelos governos de legislatura.

Por isso, lembro hoje aqui, porque podem não ser recordadas, palavras de V. Ex.ª, Sr. Presidente da República, na sessão solene em que celebrámos nesta Assembleia, no ano passado, o XXX Aniversário do 25 de Abril: «O desenvolvimento do país exige que, num quadro de maioria parlamentar estável, se prossiga, com firmeza, no caminho das reformas, não através de pequenos passos dispersos e segmentados, mas de reformas profundas e consequentes, enunciadas e apresentadas de modo a poderem estimular a intervenção dos agentes de inovação e modernização e a mobilizar a confiança da comunidade política e da sociedade civil.»

É que melhorar a qualidade da nossa democracia, comemorando Abril, passa também por dar aos portugueses melhores condições de vida, dar aos mais novos perspetivas de futuro, garantir mais proteção aos idosos e aos mais carenciados.

Mais importante do que muitos dos prometidos choques, é acabar com as chocantes condições em que, em muitos domínios, desde a habitação à saúde, ainda vivem muitos milhares de famílias, em Portugal.

Conciliar a defesa intransigente e a preservação dos valores da liberdade, do pluralismo, da tolerância e da convivência democrática com a eficácia na resolução concreta e urgente dos problemas dos portugueses, é o desafio que se nos coloca para, ao comemorarmos Abril, continuarmos, enquanto país, a fazer de Portugal a «comunidade de sonhos» de que nos falava André Malraux.

Assim se cumprirá, em plenitude, o espírito de Abril.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. **Alberto Martins** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Ilustres Convidados, Sr.as e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Permitam-me que comece por saudar o Presidente República, Jorge Sampaio. Esta é a última sessão comemorativa do 25 de Abril em que V. Ex.ª participa como Presidente da República. É costume dizer-se que não há democracias sem democratas. Jorge Sampaio foi um democrata antes de haver democracia, em Portugal, e para quem o caminho do 25 de Abril começou na universidade, em fins da década de 50 e inícios de 60, quando então percebeu, como muitos da sua geração, que o primado do direito é o que separa uma sociedade civilizada do despotismo e da anarquia e assumiu que era seu dever lutar pela liberdade e pela democracia, contra a ditadura. Na Presidência da República, V. Ex.ª tem sido, e continuará a ser: o garante do regular funcionamento das instituições; um Presidente exigente na defesa dos direitos, liberdades e garantias; um protagonista empenhado nos desafios do futuro.

Permitam-me, ainda, um agradecimento especial aos capitães de Abril, aos que estão aqui presentes e àqueles cujo exemplo de coragem rebelde e patriótica nunca esqueceremos. Nunca é demais evocar o gesto revolucionário de um punhado de homens que, há 31 anos, arriscaram as suas vidas para pôr fim a um regime de censura, repressão e opressão.

Aplausos gerais.

O 25 de Abril é isso mesmo: a «Liberdade feita dia», de que nos fala Eduardo Lourenço. E evoco dessa «madrugada límpida e absoluta», de 25 de Abril de 1974, a imagem e a realidade de um oficial do Exército à frente de um tanque, envolvido pela multidão, que percorreu, a partir do Chiado, todo o país e foi por esse mundo fora. Salgueiro Maia e Melo Antunes podem hoje merecer a nossa saudade e a homenagem de símbolos inesquecíveis do 25 de Abril.

Aplausos gerais.

Para nós, a História não se apaga. O 25 de Abril foi uma revolução — e ainda bem que o foi. É a esse movimento de rutura cívica, no qual os portugueses se envolveram ativamente, que devemos muitas das transformações sociais nos últimos 30 anos. É graças a esse movimento de emancipação social que temos hoje serviços públicos essenciais, na proteção social, na educação, na cultura. Só assim foi possível aproximarmo-nos das sociedades mais desenvolvidas do mundo em todos os indicadores económicos e sociais.

A Revolução de Abril constituiu igualmente fonte de inspiração para os processos de democratização na América Latina e na Europa de Leste. No dia 25 de Abril, começava a chamada «terceira vaga democrática». Na primeira metade da década de 70, havia apenas 40 democracias no mundo, democracias que correspondiam basicamente às sociedades ricas e industrializadas do Ocidente. A democracia era, então, vista como uma construção cultural do Ocidente, um privilégio que não estava ao alcance dos países pobres da Europa do Sul e da América Latina.

Provámos que não era necessariamente assim. Em 1975, Chico Buarque cantava, sobre Portugal: «Lá faz primavera, pá. Cá estou doente. Manda urgentemente algum cheirinho de alecrim». E nós mandámos.

A nossa primavera democrática foi, felizmente, a primeira de muitas primaveras. Orgulhamo-nos do legado de Abril, desde logo porque nos orgulhamos da nossa própria História. O Partido Socialista nasceu e cresceu na resistência à ditadura e no combate pela democracia pluralista; na luta contra o autoritarismo, o colonialismo e os totalitarismos; na defesa de uma Constituição democrática, do europeísmo e do desenvolvimento solidário e sustentável.

Para nós, ontem como sempre, a modernização económica e a coesão social não são contraditórios, são processos complementares. Foi isso que demonstrámos e estamos a demonstrar no Governo de Portugal.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Ilustres Convidados, Sr.as e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Faz hoje 30 anos que foi eleita a Assembleia Constituinte. Como é sabido, não pode haver democracia sem Constituição. É o consenso constitucional, o texto fundador, que nos permite resolver pacificamente as situações de conflito, de acordo com regras estabelecidas entre os representantes do povo.

De facto, Portugal é hoje uma democracia consolidada, mas subsistem sérios problemas e desequilíbrios no nosso desenvolvimento. Somos daqueles que entendem que o desenvolvimento do país é um processo contínuo, que se realiza em múltiplas dimensões: na económica, cultural e social, na vida cívica, na igualdade entre homens e mulheres, no sistema político.

Os desafios de hoje, porém, estão menos na proclamação utópica de sonhos, mas na luta constante por impor modos alternativos de desenvolvimento económico, de sociabilidade e de governo.

O desígnio nacional de desenvolvimento é a aposta de futuridade em que nos empenhamos e terá de traduzir-se no crescimento sustentado da economia pela inovação, pelo conhecimento, pela qualificação dos portugueses e pela melhoria dos serviços públicos, designadamente dos que garantam as necessidades básicas dos cidadãos.

Temos de recusar o fatalismo de insucessos atávicos. Temos de buscar um quadro de desenvolvimento sustentável, alicerçado na qualidade ambiental, na defesa da biodiversidade, na coesão e equidade territoriais, no reforço essencial da coesão nacional, no combate à pobreza e ao desemprego, à exclusão, designadamente dos imigrantes, em mais igualdade de oportunidades; na afirmação do lugar de Portugal no quadro da União Europeia, na valorização do espaço de cooperação internacional e do lugar da cultura e da língua portuguesas; e no aprofundamento da qualidade da democracia, da credibilidade do Estado e da Administração, dos sistemas de segurança e justiça, em suma, garantindo as condições do exercício de uma cidadania exigente.

Na Assembleia da República, bater-nos-emos por um Parlamento aberto aos cidadãos e por uma agenda de aprofundamento da cidadania. Defenderemos uma maior abertura do Parlamento ao exterior, tanto através das novas tecnologias como da saída física dos Deputados do espaço de São Bento. Apresentaremos e apoiaremos todas as iniciativas que contribuam para o aprofundamento da qualidade da democracia.

Passados 31 anos, devemos reconhecer que há um problema de renovação no sistema democrático português. Identificamo-nos, por isso, com a recente iniciativa do Governo que visa a limitação de mandatos no exercício de cargos políticos executivos. O princípio da renovação é um princípio essencial

da ética republicana e uma regra básica em qualquer democracia de qualidade. A própria Constituição da República Portuguesa reafirma este princípio, quando declara que «ninguém pode exercer a título vitalício qualquer cargo político de âmbito nacional, regional e local».

Neste sentido, uma democracia mais qualificada passa necessariamente por uma maior igualdade de oportunidades no acesso a cargos públicos e, particularmente, pela igualdade de género, entendida como questão central dos direitos humanos e condição de justiça social.

Aplausos do PS e do BE.

Mas não nos iludamos: de nada valerão as reformas legislativas do sistema democrático se, para além do seu valor intrínseco, não mudarem as atitudes e os comportamentos dos agentes políticos. Nas últimas eleições, os portugueses deixaram bem claro que querem modos de fazer política diferentes, políticas diferentes, exigência e rigor no exercício das funções públicas.

Mas quando falamos do sistema político, estamos a falar das regras do jogo democrático. É, por isso, fundamental o alargamento do espaço de reflexão pública pela participação dos cidadãos nas decisões e na procura legítima de influenciar as escolhas relativas aos negócios públicos. Mas não aceitaremos, repito, não aceitaremos, que o necessário exercício participativo e de debate e a procura de consensos nacionais onde eles são exigíveis se confundam com tacticismos que apenas visam marcar uns pontos no «sobe e desce» da análise político-mediática.

Governo e maioria não têm uma agenda escondida. O Programa do Governo é o programa sufragado pela maioria dos portugueses. Queremos transparência e rigor no exercício dos cargos públicos. Respeitamos as legítimas reivindicações dos grupos corporativos e de interesse, mas somos, por dever democrático, protagonistas de uma agenda reformista que visa essencialmente a satisfação do interesse nacional. É este, pensamos, o caminho da liberdade, a melhor homenagem que podemos fazer ao espírito do 25 de Abril e da Constituição da República Portuguesa.

Aplausos do PS.

Viva o 25 de Abril! Viva a República! Viva Portugal!

Aplausos do PS e do Deputado do PSD Mota Amaral.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República Jaime Gama**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr.as e Srs. Ministros, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Altas Autoridades Civis e Militares, Sr. Cardeal-Patriarca de Lisboa, Eminência Reverendíssima, Distintas e Distintos Convidados: Comemoramos hoje o XXX Aniversário da Eleição da Assembleia Constituinte.

A 25 de Abril de 1975, um ano após a Revolução dos Cravos, os portugueses compareceram massivamente às urnas para participar nas primeiras eleições livres do país, 50 anos decorridos desde a última eleição para a Câmara de Deputados, em 1925, durante a I República.

Saúdo de forma especial nesta cerimónia o Presidente da República, o que representa e a consideração e respeito que nos merece. No início de uma nova Legislatura, temos a honra de receber o Presidente Sampaio, a caminho de completar o seu segundo mandato presidencial e de poder escutar a mensagem que tem para nos transmitir. Estou certo de que o Parlamento guardará de V. Ex.ª a imagem da distinta correção e do empenho sempre dedicado à preservação da dignidade das instituições, como democrata de cepa e grande servidor da causa pública.

Aplausos do PS e do Deputado do PSD Mota Amaral.

Cumprimento os Deputados Constituintes, convidados especiais para esta Sessão, e os representantes da Associação 25 de Abril, que sempre nos acompanham neste dia, e por intermédio dos quais rendemos homenagem a todos os militares que fizeram o 25 de Abril.

Aplausos gerais.

A democracia portuguesa é o resultado de uma variada e enorme articulação de esforços e ainda do sonho e do sacrifício daqueles que, desde muito antes, convictamente haviam pugnado por ela. A autenticidade do cumprimento é, neste caso, a expressão de quem, aliás modestamente, fala entre iguais, com a tranquilidade de um dever cumprido em relação à participação comum nos acontecimentos que acaba de mencionar.

Gostaria de sublinhar hoje, aqui, e de modo especial, três pontos: as eleições livres, a Constituinte e o regime político que ela delineou na nova Constituição da República.

As eleições. Organizar pela primeira vez um sistema eleitoral democrático, em contexto de instabilidade e exigência, e até de indeterminação quanto à possibilidade da própria realização de eleições, implicou inegavelmente grande perseverança. Desde a elaboração da legislação pertinente à estruturação do STAPE e da Comissão Nacional de Eleições, passando pela organização do recenseamento e pela constituição e operacionalidade das mesas de voto, tudo se orientou para a materialização prática de uma máquina eleitoral democrática, até então inexistente e absolutamente imprescindível para que a opção livre dos portugueses tivesse lugar. Devemos, por isso, enaltecer também, no dia de hoje, os que contribuíram para que tal acontecesse. Destaco a presença, entre os nossos convidados, de um grupo de funcionários do STAPE, a exercer funções nessa altura, e congratulo-me com a realização, na Assembleia da República, até ao verão, de uma exposição da Comissão Nacional de Eleições alusiva a tão importante acontecimento.

Pela primeira vez em muitos anos, o povo português pôde exprimir as suas opções partidárias. Em verdade, nesse momento, ficaram constituídas as grandes famílias políticas do país que, no

essencial, se têm mantido, variando apenas, e como é natural, o seu peso relativo na sociedade portuguesa desde então.

A Constituinte. Num quadro de grandes aspirações políticas e também de fortes exigências sociais e económicas, o trabalho dos Constituintes — legitimados pelo sufrágio democrático — não raro se confrontou com a extrema vivacidade e turbulência de um país em revolução.

Preocupação central foi, por isso, elaborar rapidamente a Constituição e tomar decisões sobre o essencial do sistema político, para que ela prevalecesse, com a sua matriz democrática, sobre a turbulência e mesmo os confrontos potenciais.

Ao derrubar uma ditadura, queria-se uma democracia, não outra ditadura; e também uma democracia estabilizada, não uma democracia fragilizada.

Essa preocupação foi muito visível na recusa de um parlamentarismo de registo débil e na opção por um semipresidencialismo racionalizado, na adoção negociada de soluções para a transição gradual, quanto ao enquadramento das Forças Armadas, com vista à sua integração normal no Estado democrático, e ainda na cautela em evitar o ressurgimento de uma questão religiosa, sempre dilaceradora em anteriores períodos da História portuguesa.

Foram objetivos que os Constituintes souberam cumprir, trazendo à definição das novas instituições a legitimidade de uma escolha popular, exercida pela primeira vez com elevado sentido de responsabilidade. Revisões subsequentes do texto constitucional, elas mesmo expressão da dinâmica institucional, não lhes tiraram, com o decorrer dos anos, o mérito de autênticos fundadores da democracia portuguesa contemporânea.

No XXX Aniversário da Constituinte, saúdo-os com convicção e amizade.

Aplausos gerais.

Ao convidá-los a participar na inauguração da exposição alusiva ao tema, nos Passos Perdidos, faço votos para que recordem os meses de intenso trabalho aqui vivido, o que igualmente será realçado quando proceder à entrega de medalhas da Constituinte aos funcionários parlamentares que permanecem ao serviço da Assembleia da República desde esse período verdadeiramente inesquecível para todos.

A Constituição. A matriz essencial da Constituição elaborada pelos Constituintes é a de um compromisso entre uma forte componente social, com aspiração datada a um modelo económico, e um vasto quadro de direitos civis e políticos, balizados por um figurino institucional de raiz claramente democrática. Com uma tal arquitetura constitucional — a que se acrescentaram importantes revisões modernizadoras respeitantes às áreas da defesa nacional, da economia social de mercado e da integração no projeto político europeu —, foi possível assegurar em permanência o pluralismo político e a alternância de governos, consolidar um Estado de direito alicerçado nas liberdades públicas e na separação de poderes, eliminar a perseguição política, a censura e a tortura, garantir a liberdade de expressão e de imprensa, de investigação, de criação, de religião e de ensino, assegurar a igualdade de todos perante a lei, dar substância ao poder local e criar autonomias regionais, fundamentar um

relacionamento externo baseado no respeito pelo direito internacional, tomar parte de forma determinada na construção europeia e consolidar um espaço de afirmação para a língua portuguesa no mundo, acolhendo novas nações na comunidade internacional. Com a independência de Timor-Leste, cumprimos, sem dúvida, nesse particular, o nosso último grande imperativo constitucional.

Com as suas adaptações ao longo dos anos, o quadro constitucional, enquanto estrutura basilar do regime democrático, tem permanecido estável, tem contribuído para integrar na vida política as correntes com expressão partidária e cooptado as novas tendências suscetíveis de ser sufragadas. Por isso se pode dizer — e com salvaguarda de aperfeiçoamentos que se justifiquem — que a Constituição alcançou o seu objetivo mais durável: o de permanecer a grande referência de instituições que funcionam, não bloqueiam a execução de programas de governo nem a formulação, a partir da oposição, de alternativas suscetíveis de aspirar legitimamente à governação. As normas constitucionais regem, com harmonia, uma vida política adulta, de que ninguém se sente excluído e que a todos acolhe por igual, com absoluta garantia dos respetivos direitos.

Os fundadores do 25 de Abril e da Constituição democrática podem orgulhar-se de ter legado ao país um quadro institucional ajustado, razoável equilibrado e útil — ninguém, a partir do executivo, poderá legitimamente invocar razões de ordem constitucional para justificar a não execução dos seus programas; ninguém, a partir da oposição, poderá igualmente invocar razões da mesma natureza para justificar a sua não colocação em posições suscetíveis de se constituírem em alternativa razoável de governo.

Que mais pode desejar uma democracia? Não responderei «Nada!», direi, antes, «Mais, sempre mais, sempre melhor!».

A exigência permanente leva-nos à insatisfação permanente, que é o verdadeiro motor de uma cultura democrática autêntica.

Concluirei, por isso, com algumas referências à agenda da Legislatura, que alcançará o final da década, ou seja, falarei ainda sobre o futuro.

As condições de exercício da democracia alteraram-se profundamente, estão a anos-luz do universo novecentista do pequeno grupo político, da imprensa de curto horizonte, das eleições censitárias, dos pronunciamentos e caudilhos entre multidão ignara, da autarcia anémica sempre propiciadora dos improvisos salvadores para compensar a fraqueza estrutural de todos.

A democracia moderna é por excelência um terreno de enfrentamento da complexidade: complexidade da competição internacional, complexidade dos desafios europeus, complexidade da multiplicação de mensagens no espaço público, complexidade dos interesses em jogo, complexidade da tomada de decisões e da sua justificação racional, complexidade dos suportes de legitimidade, complexidade, em suma, que se agiganta quer perante a obsolescência das fórmulas instaladas, das narrativas grandiosas e das ideologias simplificadoras, quer perante a insuficiência da sucessão vertiginosa de imagens, dos prontuários de frase efémera, da rotação precária dos figurantes, com pose mas sem ideia, da obsessão com o entretenimento, da obnubilação do pensamento, da fragilidade e do efémero.

O sentido genuíno da escolha popular em eleições livres — a escolha pelo povo soberano, que é a pedra angular da democracia e que postula o controlo do conjunto político pelo homem cidadão

— carece de ser adequadamente protegido, de forma a assegurar em cada momento que a própria ideia central da democracia prevalece sobre o vasto conjunto de fatores que tendencialmente a empobrecem ou dificultam o seu exercício substantivo. Há que evitar a todo o custo a instalação de verdadeiros nichos de ditadura do vazio, sub-repticiamente acomodados nos silêncios da democracia.

Faço votos para que reformas urgentes do sistema eleitoral para as autarquias, para as regiões autónomas e para o próprio Parlamento nacional, alguma forma de autolimitação quanto ao desempenho eternizador de funções executivas, sejam elas quais forem, bem como o exercício responsavelmente participado dos referendos que se perspetivam, venham a contribuir, no debate irrestrito de ideias, que é sinónimo da autêntica perfectibilidade democrática, para ajustar condições acrescidas de legitimidade a um sistema político, em si mesmo genuinamente legítimo, mas sempre atento aos imperativos da inteligência política estratégica, que impõe o seu constante aperfeiçoamento e o reforço permanente da sua eficácia.

Democracia moderna é sinónimo de democracia aberta. A X Legislatura, estou certo disso, será uma legislatura particularmente atenta às exigências da democracia aberta. O país pode contar com o Parlamento para impulsionar e garantir uma democracia moderna!

Sr. Presidente da República: A forma mais responsável de comemorar uma grande efeméride política — e hoje, 25 de Abril, XXX Aniversário das Eleições Livres para a Assembleia Constituinte, estamos, felizmente, a fazê-lo com serenidade e harmonia e com redobrado espírito de união entre os portugueses — é refletir com objetividade sobre o caminho percorrido, reconhecer as insuficiências, aceitar os desafios, enfrentar os riscos e saber olhar o futuro com determinação e com esperança.

Viva o 25 de Abril! Viva a democracia! Viva Portugal!

Aplausos do PS, de pé, do PSD e do CDS-PP.

Para dirigir uma mensagem à Assembleia da República e aos portugueses, tem a palavra o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República** (Jorge Sampaio): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr.as e Srs. Ministros e demais Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Antigos Presidentes da República, Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Altas Autoridades Civis e Militares, Sr. Cardeal-Patriarca, Eminência Reverendíssima, Ilustres Convidados: As minhas primeiras palavras são para saudar a Assembleia da República, que agora iniciou uma nova legislatura, num momento particularmente difícil e exigente da vida nacional. Desejo a todos os Srs. Deputados as maiores felicidades. Em democracia, tanto se serve o país no governo, ou na maioria que o apoia, como na oposição.

Quero saudar os representantes da Associação 25 de Abril, mais conhecidos, entre todos nós, pelos Srs. Capitães de Abril, e dizer-lhes que, apesar do tempo decorrido, está sempre na memória aquele momento decisivo em que VV. Ex.as decidiram avançar.

Aplausos gerais, de pé.

Quero, naturalmente, nesta data, e nos 30 anos da Constituinte, saudar todos os que, aqui presentes, deram o seu melhor para a Constituição que temos e para o momento que, desde então, temos vivido.

Permitam-me uma pequena nota, Srs. Deputados da Constituinte e todos aqueles que prepararam as importantíssimas eleições de 1975: sabem VV. Ex.as qual a memória que tenho e do país em que então se vivia? A minha avó, com 95 anos, açoriana de gema, vestiu o seu melhor vestido, para ir votar pela primeira vez na sua vida.

Aplausos gerais.

Srs. Embaixadores, Encarregados de Negócios: Permitam-me que lhes solicite que dirijam aos Chefes de Estado que aqui representam as minhas mais cordiais saudações. O 25 de Abril trouxe VV. Ex.as, todos, a este nosso país, trouxe VV. Ex.as, todos, a estas sessões em democracia, trouxe VV. Ex.as, todos, à representação nacional. É também uma homenagem que quero fazer àqueles que construíram a democracia portuguesa, porque também nos abriram as portas a um relacionamento internacional normal. Portugal é Portugal, Portugal não é um país escondido, Portugal está em permanente diálogo com os países e os povos que VV. Ex.as representam. Muito obrigado!

Aplausos gerais.

Ao dirigir-me hoje à Assembleia da República, no Dia da Liberdade, a última vez que o faço na qualidade de Presidente da República, não posso deixar de referir a emoção que, por isso mesmo, sinto. Sempre pretendi, com as mensagens que, anualmente, aqui deixei, ajudar à construção de um país à altura da esperança que o 25 de Abril trouxe aos portugueses. Emoção, porque o 25 de Abril é a data fundadora do nosso regime e é também aquela em que, nos planos simbólico e político, nos reconhecemos, pois é na ideia de liberdade que podemos e devemos buscar, renovadamente, em cada ocasião, a energia democrática para enfrentarmos os problemas e vencermos os desafios, servindo, assim, Portugal.

Pertenço, Sr.as e Srs. Deputados, a uma geração que esperou e lutou por esse dia. A sua chegada representou uma alegria ímpar que a nossa memória conserva como um daqueles grandes momentos que tornam a vida exaltante e a abrem ao futuro. Foi esse o início de um novo ciclo da História de Portugal, que nos trouxe de novo à Europa e nos abriu as portas à constituição de uma grande comunidade de países lusófonos.

Cada ano que aqui vim atualizei essa alegria e a responsabilidade que ela impõe de não a defraudarmos. E à exaltante lembrança desse «dia inicial, inteiro e limpo», como lhe chamou Sophia de Mello Breyner, em palavras que passaram, desde o ano passado, por minha iniciativa, a estar inscritas na parede do Quartel do Largo do Carmo, junta-se a emoção por falar num lugar que, para mim, tem um alto simbolismo, não só político, mas também pessoal e afetivo. De facto, ao dirigir-me, neste Dia,

à Assembleia da República, não posso nem quero esquecer que fui, com muita honra, um parlamentar dedicado. Tenho orgulho em tê-lo sido e conservo dessa experiência uma grata recordação.

Aprendi nesta Casa que, sem debate parlamentar exigente, é o próprio debate democrático que se empobrece e desprestigia. Aprendi que há momentos de convergência e momentos de divergência, momentos de consenso e momentos de dissenso. Saber distinguir entre esses momentos é o essencial da vida política. Evocando esta memória política e pessoal, quero transformá-la em homenagem à Assembleia da República e àqueles que, diariamente, têm a responsabilidade de a prestigiar, tornando-a verdadeiramente no centro da vida democrática. Isso constitui uma condição fundamental e insubstituível da qualidade da democracia portuguesa. Este deve ser o lugar de debate dos grandes temas do nosso presente e do nosso futuro. É aqui que se apresentam as propostas políticas e que se afirmam as alternativas. É aqui que o governo responde e é fiscalizado pelos seus atos. Sem um Parlamento prestigiado, moderno, aberto ao tempo e à sociedade, sem um Parlamento ativo, é o próprio coração da democracia que funciona mal. Estou certo de que os Srs. Deputados sentem e assumem esta responsabilidade e a exigência que ela comporta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Convidados: Ao olhar para os anos que passaram desde que assumi o cargo de Presidente da República, não posso deixar de concluir que foi este um dos tempos mais complexos e exigentes do nosso percurso democrático. O mundo e a Europa mudaram profundamente. A globalização, a mediatização e a sociedade do conhecimento e da informação puseram novos e instantes problemas. Entre nós, depois de um período inicial e difícil, mas, sem dúvida, exaltante, de construção do Estado democrático, e de outro, marcado pela adesão de Portugal à União Europeia, com as vantagens que daí advieram, os últimos anos representaram um tempo de avaliação e de alguma retração, em que se tornaram mais presentes os bloqueios, as insuficiências e as dificuldades do nosso Estado, da nossa sociedade e da nossa economia. Essa revelação gradual representou como que um duche de água fria e provocou, nos últimos anos, um estado depressivo, que ainda reforçou as causas que o tinham provocado. Tal revelação originou ainda uma crise funda e persistente, que se traduziu numa sucessão de crises políticas, a que tive de fazer face pelos meios de que constitucionalmente dispunha.

Em democracia, o exercício pleno das competências e responsabilidades de cada órgão de soberania é a condição para o equilíbrio do regime e a eficácia do seu funcionamento. Já sabemos que o regime semipresidencial é muito exigente na definição e na compatibilização dos poderes de cada órgão de soberania, mas essa exigência possui também as suas virtualidades. Tendo em conta a experiência dos anos, continuo a acreditar ser este o regime mais adequado e nem o facto de ter sido por vezes acusado — não raro pelas mesmas pessoas — de não exercer os meus poderes ou, simetricamente, de os exercer excessivamente altera a convicção profunda que tenho da bondade e da aptidão do nosso regime constitucional. Fazendo estas considerações, Srs. Deputados, não desejo, naturalmente, antecipar-me ao juízo da História. Só ela terá a isenção e a distância que agora nos faltam. Faço-as, todavia, por considerar que continuam presentes algumas das causas que estiveram na origem das crises políticas que vivemos. Mais do que uma explicação ou justificação do passado, representam uma advertência e um alerta para o futuro. Se não fizermos o que é necessário fazer, essas crises, sob idênticas ou diferentes formas, regressarão, enfraquecendo, pela sua própria repetição, a nossa capacidade de as enfrentar.

A esperança que um novo ciclo político sempre traz consigo — e que não pode ser frustrada — constitui uma grande oportunidade para se fazer o que é preciso fazer. A margem é estreita e a hora não consente adiamentos ou ilusões vãs. Estou seguro de que o povo português, que já deu repetidas lições de maturidade democrática e de civismo, tem consciência do que está em causa. E, por isso, também estou certo de que responderá com sentido de responsabilidade ao esforço, e mesmo aos sacrifícios que lhe forem pedidos, desde que seja mobilizado para tal e ganhe a convicção de que esse esforço e esses sacrifícios necessários são partilhados por todos e darão bons resultados.

Cabe aos dirigentes políticos, a todos os dirigentes políticos, assumir as suas responsabilidades com autoexigência, conscientes de que as soluções de rotina e de continuidade não chegam para enfrentar os graves desafios que temos. Há muito a fazer e ninguém pode olhar para o lado e achar que a responsabilidade é de outro. Há muito a fazer no governo e na oposição, nas estruturas do Estado e no sistema partidário, na sociedade e na economia.

Repito: não há tempo a perder nem responsabilidades a transferir. Que cada um assuma as suas. Eu assumi e continuarei a assumir as minhas até ao último dia do meu mandato. Continuarei sempre, mobilizando os portugueses, a lutar por um país melhor, mais justo, mais desenvolvido e mais solidário.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Como disse, este tempo é particularmente exigente, tendo em consideração as dificuldades por que passamos, a escassez de recursos, a complexidade das questões, as expectativas dos cidadãos, em especial os de mais baixos recursos, em suma, a via estreita das soluções.

Três décadas após o 25 de Abril, é indiscutível, por exemplo, que a sociedade portuguesa conseguiu ultrapassar algumas limitações sérias em matéria de acesso à instrução básica. E o forte acréscimo registado nas taxas de frequência do ensino superior, acompanhado da progressão evidente, em termos quantitativos e qualitativos, da produção científica nacional é, sem dúvida, motivo de esperança e de estímulo quando olhamos o nosso futuro coletivo.

Uma das preocupações que mais fortemente têm marcado a minha intervenção como Presidente da República prende-se, justamente, com a necessidade de prosseguir e aprofundar esse esforço de difusão generalizada de conhecimento na sociedade portuguesa. Sem um investimento sério na educação e na ciência, jamais conseguiremos obter resultados relevantes na partilha de responsabilidades cívicas, na modernização do Estado, no acesso e fruição criativa da cultura, na produtividade empresarial, na participação plena na vida das organizações económicas e na esfera pública, na abertura consistente à sociedade da informação e à economia do conhecimento.

Nesta perspetiva, pugnar por um ensino básico de qualidade para todos os jovens, sublinho, para todos os jovens, continua a ser, quanto a mim, um desígnio atual e oportuno. Estou convencido de que, se não soubermos encontrar fórmulas eficazes para o cumprir, dificilmente seremos capazes de acertar o passo com a Europa, alcançando os níveis de desenvolvimento e bem-estar a que legitimamente aspiramos. Aliás, sem a consolidação desse patamar de instrução de base, que deve valorizar uma atitude experimental e também, por exemplo, a utilização da *Internet*, como bagagem cultural básica dos cidadãos, ficará em grande parte prejudicado o objetivo, que considero essencial, de generalização da educação e utilização das ferramentas imprescindíveis para vivermos na sociedade do conhecimento.

Este último aspeto não pode ser encarado sem ter em conta o enorme défice de instrução que carateriza, por exemplo, as gerações adultas menos jovens e, por conseguinte, grande parte da nossa população ativa. Sendo uma questão que gera grande consenso entre os parceiros envolvidos na concertação social, é de esperar — direi mesmo, é de exigir — que não haja mais adiamentos na concretização das medidas já acordadas sobre educação e formação profissional de adultos. Para quem, como eu, sempre advogou as vantagens da concretização de entendimentos sobre objetivos nacionais básicos em matéria de crescimento e competitividade, por um lado, e emprego e direitos sociais, por outro, o apelo que agora lanço não pode ser mais veemente.

Em sociedades abertas à informação e inseridas em lógicas económicas fortemente concorrenciais, que, além disso e, em parte, por isso, geram continuamente mudanças, incertezas e novos riscos, é preciso aprofundar incessantemente as bases científicas do conhecimento sobre a natureza, sobre os modos de organização e sobre os processos sociais.

Assim sendo, se é preciso proporcionar aos mais novos e aos menos preparados os instrumentos para que possam ler, de modo crítico e participativo, os sinais e as mensagens da realidade que se transforma, impõe-se igualmente que a própria decisão política não prescinda do recurso sistemático a um vasto leque de conhecimentos e de informação.

A qualidade da governação — como agora se diz —, um desafio que permanentemente se põe aos responsáveis políticos e também a todo o país, implica, então, uma aproximação inteligente e fundamentada aos problemas. Tal aproximação não se pode limitar ao curto prazo ou à eliminação pontual dos disfuncionamentos, deve procurar, em tempo útil, definir e atacar eficazmente as causas, sempre complexas, dos nossos males.

Acontecimentos violentos que todos os dias entram pelas nossas casas, como os que ainda há pouco ocorreram, sintetizam, dramaticamente, a complexidade dos problemas que temos de enfrentar. E, se, por um lado, nos devem levar a encarar a questão da segurança das populações e das formas de a garantir eficazmente, devem levar-nos também a analisar questões relacionadas com os modos concretos como se processa a escolarização de populações carenciadas, com os obstáculos à integração dos imigrantes, com a pobreza crónica, com os efeitos de políticas de alojamento massificadoras e desumanizadas, com o combate à droga e à toxicodependência.

Permitam-me que me detenha um pouco sobre este último tema. Procurei, Sr.as e Srs. Deputados, desde o início do meu mandato, quer internamente, quer em reuniões internacionais especializadas, contribuir ativamente para generalizar na opinião pública a ideia de que o fenómeno das drogas exige uma resposta global, equilibrada e coerente, de que são parte a redução da procura, a redução da oferta e a cooperação internacional entre os países.

Já não é possível ignorar que, quando o desemprego ou a precarização do emprego, a pobreza ou outras formas de exclusão social minam o equilíbrio económico e afetivo das famílias, as tensões e os conflitos potenciam o consumo das drogas e também o desenvolvimento de diversas formas de delinquência.

Devemos, pois, combater o tráfico, sem hesitações e com todos os meios possíveis, e ter sempre presente que a criminalidade associada a esse mesmo tráfico e à pressão do consumo provoca, muito

compreensivelmente, forte intranquilidade e insegurança nas populações. Mas, ao encarar o problema, devemos reconhecer, em simultâneo, como determinantes, as iniciativas de redução da procura, ou seja, a prevenção e o tratamento da toxicodependência e a redução dos riscos associados ao consumo de drogas, com o largo significado que tudo isso tem em matéria de saúde pública.

Talvez nos últimos anos tenhamos esquecido a necessidade de manter, de forma equilibrada, o mesmo nível de investimento em todas estas áreas. E alguns maus resultados só se explicam por uma multiplicidade de insuficiências, nomeadamente na perspetiva de um combate integrado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Convidados: Infelizmente, após trinta anos de vida democrática, subsistem na sociedade portuguesa outros problemas graves. Na verdade, a pobreza, que se chega a traduzir em subalimentação, degradação habitacional e até falta de recursos para a aquisição de medicamentos essenciais, afeta, hoje em dia, milhares de concidadãos nossos. A carência extrema reveste formas particularmente insuportáveis de injustiça e humilhação. Há muitos exemplos marcantes da gravidade extrema e da flagrante insuficiência e injustiça das nossas respostas políticas e sociais.

Como já disse, a abordagem destes fenómenos apela fortemente a conhecimentos sobre a estrutura social portuguesa, que, aliás, mais vezes do que se julga, já existem. Mas apela também, Sr.as e Srs. Deputados, a um forte sentido de cooperação.

E aqui está um outro tema que deve constar de uma agenda para uma boa governação: como responder, em suma, ao peso crescente das questões intersectoriais?

Há que reconhecer que o enorme apoio financeiro da União Europeia, nos últimos 20 anos, apesar do seu extraordinário contributo para a modernização e infraestruturação do país, com inegável reforço da coesão nacional, produziu resultados — sejamos francos! — aquém do necessário, em termos de redução de assimetrias regionais de desenvolvimento, da nossa posição competitiva e da produtividade nacional.

Com efeito, muitas das intervenções financiadas, por demasiado fragmentadas, careceram de uma mais clara concentração em prioridades estratégicas, setoriais e territoriais, tendo os seus impactos sobre a economia, a sociedade e o território sido travados pelo enviesamento a favor dos investimentos pesados e mais «visíveis».

Torna-se, por isso, indispensável, agora que estamos no limiar do novo quadro comunitário de apoio, que sejam adotadas políticas públicas com claras apostas estratégicas, que rompam com a artificial compartimentação de programas segundo as fontes de financiamento ou a verticalização ineficiente por ministérios.

Do que se trata, Sr.as e Srs. Deputados, é de privilegiar a transversalidade dos programas e das políticas, virados agora para a modernização da nossa estrutura económica e social, forçando uma efetiva colaboração interministerial para esses objetivos e operacionalizando-os segundo uma lógica territorial coerente.

Este é um enorme desafio que os governos têm pela frente e que exige também uma rigorosa reflexão. Face à crescente complexidade dos problemas, que atravessam a organização clássica dos governos e dos ministérios, torna-se necessário, julgo eu, intervir de forma diferente, com a criação,

por exemplo, de comités de ligação, de altos-comissários ou de outras figuras que possam dar resposta integrada, inteligente, oportuna e moderna a vastos problemas.

A educação e a formação profissional, o combate à evasão fiscal, à droga ou à epidemia de SIDA, a educação para a saúde, o apoio aos idosos, constituem, todos eles, exemplos de áreas que exigem intervenções intersectoriais.

Necessitamos, também, de respostas modernas do Estado e das empresas para ultrapassar as nossas dificuldades. É preciso uma nova atitude do Estado para com a sociedade civil e da sociedade civil face ao Estado. Só essa nova atitude cultural — pois é, de facto, disso que se trata! — pode evitar a promiscuidade entre a política e o mundo dos negócios, a subserviência aos interesses ou aos decisores, a falta de rigor, de clareza e de transparência. É preciso ainda mudar a mentalidade de alguns empresários que acham que a eles tudo lhes é devido, mas que nada devem à sociedade e ao país.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O problema crónico da economia portuguesa está, como sabemos, na insuficiência da competitividade e no excesso da despesa relativamente ao produto que tem sido capaz de gerar. Para corrigir esta situação, é preciso — convenhamos! — gastar menos, particularmente em produtos importados, e produzir mais, especialmente para exportação.

Temos de vencer o desafio da globalização competitiva e produzir mais para melhorar o nível de vida e preservar ou aumentar o nível de emprego. Mas também temos de moderar a despesa interna e diminuir o seu conteúdo importado para não criar desequilíbrios económicos insustentáveis, nomeadamente nas contas públicas e nas transações com o exterior.

Temos de criar um ambiente propício ao desenvolvimento da iniciativa privada, particularmente para o investimento e para as exportações, estimular a concorrência, especialmente nos setores de bens e serviços não transacionáveis internacionalmente, suprir ou compensar as falhas de mercado, regular a atividade económica e proceder à sua orientação estratégica. Estas funções competem fundamentalmente aos responsáveis, mas a ação e o contributo de todos os outros intervenientes no processo também são decisivos e insubstituíveis para o bom funcionamento da economia.

A motivação, a atitude e o comportamento dos empresários e dos trabalhadores são essenciais para que se possam realizar as transformações indispensáveis — nomeadamente em termos de inovação tecnológica, organizativa e comercial, bem como de aumento da eficiência produtiva — para vencer o desafio da modernidade e, sem dúvida, da competitividade. E também quanto melhor for o diálogo, o respeito e a cooperação entre empresários e trabalhadores, quer ao nível de cada empresa, quer ao nível global da concertação social, mais fácil será conciliar, indispensavelmente, eficiência e equidade, competitividade e justiça social e maior será a possibilidade de sucesso para a comunidade portuguesa.

Os cidadãos enquanto consumidores também podem contribuir para tornar a economia mais eficiente, seja praticando uma cultura de exigência para com o Estado e as empresas, seja, permitam-me que o diga, preferindo produtos nacionais. A cultura de exigência pressiona o Estado para melhorar a qualidade dos serviços que presta e as empresas para serem mais inovadoras e eficientes e, assim, poderem oferecer bens e serviços com ganhos na qualidade e no preço.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A economia portuguesa não está condenada à estagnação ou ao crescimento medíocre. Precisamos urgentemente de substituir o pessimismo pela esperança e pela

confiança e a resignação pela vontade e pela ação; precisamos de trocar a espera passiva de um sempre ansiado empurrão da economia europeia pela reestruturação ativa da economia nacional; precisamos também de substituir a política do défice público pela política do primado da economia e da inovação, sem, naturalmente, descuidar a condicionante externa e, é claro, a restrição orçamental.

Relativamente a este último ponto, sobre o qual não esperava ter tido de me pronunciar tantas vezes, importa ter plena consciência de que os problemas das finanças públicas portuguesas não desapareceram pelo facto de a recente revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento permitir — felizmente, em minha opinião — uma maior flexibilidade na sua aplicação e, assim, conferir um pouco mais de margem de manobra à política orçamental. Esta deve ser criteriosamente utilizada para apoiar o crescimento económico e melhorar os níveis de coesão social, mas não pode dar lugar a qualquer laxismo no controlo da despesa pública.

Não é, Srs. Deputados, por exigência comunitária, mas, sim, por interesse nacional, tal como o concebo, que é preciso reformar o Estado e reduzir o peso relativo da despesa corrente, reforçar a seletividade do investimento público e aumentar a eficiência tributária, nomeadamente pela simplificação do nosso sistema fiscal e pelo combate, sem tréguas, à fraude e à fuga ao fisco. Só assim será possível diminuir a carga fiscal sobre os contribuintes cumpridores, sem sacrificar a indispensável capacidade de intervenção do Estado na economia e na sociedade, nomeadamente em termos de estruturas de apoio ao desenvolvimento e a políticas sociais que, como aqui tenho lembrado, precisam, em muitos casos, de ser reforçadas.

A atual crise económica e financeira é séria e o seu tratamento implica custos a curto prazo para se poderem obter vantagens a médio e longo prazos, com a agravante de os mais sacrificados poderem não ser os que serão mais beneficiados.

Daí que seja conveniente explicar bem a necessidade e a finalidade das medidas de política, procurando minimizar e repartir equitativamente os sacrifícios que as mesmas possam implicar.

É também necessário, Sr.as e Srs. Deputados, criar condições políticas e sociais que contribuam para a aceitação das reformas mais profundas e, porventura, mais difíceis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Convidados: Comemoramos este ano o Dia da Liberdade num tempo que é, simultaneamente, de esperança e de preocupação, de desafio e de responsabilidade, de exigência e de expectativa. Não podemos deixar de fazer hoje o que já devia ter sido feito ontem. E não podemos comprometer o futuro, desperdiçando as oportunidades ou não cumprindo as responsabilidades do presente. Entre essas responsabilidades, está a nossa participação ativa na construção da Europa. É chegado o momento de todos os europeístas se empenharem no combate por uma Europa mais próxima dos cidadãos, mais mobilizada e mais apta para enfrentar os grandes desafios do século XXI. E é tempo também de prepararmos capazmente e em profundidade a consulta popular sobre o Tratado Constitucional Europeu, pondo-nos rapidamente ao caminho.

Precisamos, Minhas Senhoras e Meus Senhores, de mais autoridade democrática e de mais espírito cívico, de mais decisão, mais esforço, mais prioridades, muito trabalho. E precisamos não apenas de mais, mas também de melhor: melhor decisão, melhor esforço, melhor trabalho, isto é, trabalho mais respeitado e mais valorizado, precisamos, em suma, de melhores prioridades. Precisamos de nos ocupar mais do essencial e menos do acessório, mais do profundo e menos do superficial. Precisamos de tornar

Abril, e o que ele representa como ideal de liberdade, de justiça e de desenvolvimento, mais presente e, sobretudo, melhor presente.

Aplausos gerais.

Renovo a todos VV. Ex.as as minhas saudações calorosas e desejo as maiores venturas no vosso trabalho ao serviço da Democracia, da República e de Portugal. Podeis contar sempre comigo no combate pelas grandes causas a que me mantenho fiel desde a juventude. Estou convosco e continuarei convosco para fazermos da nossa Pátria um país à altura das aspirações dos portugueses.

Quando formos avaliados pelas gerações que, inevitavelmente, nos sucederão, a pergunta que será feita é muito simples: foram eles capazes de enfrentar as dificuldades, de vencer os desafios e de pôr Portugal no rumo do futuro? Não esqueçamos nunca que a resposta a esta incontornável pergunta somos nós que, agora, quotidianamente, a estamos a dar. Não há, por isso, tempo a perder. É a hora!

Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Agradecendo, em nome da Assembleia da República, a presença de todos os nossos Convidados e, de forma muito especial, a presença, a participação e a mensagem do Sr. Presidente da República, nesta Sessão Solene Comemorativa do XXXI Aniversário do 25 de Abril e do XXX Aniversário da Eleição da Assembleia Constituinte, declaro encerrada a sessão.

2006

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, declaro aberta a Sessão Solene Comemorativa do XXXII Aniversário do 25 de Abril.

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes», tem a palavra a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, Srs. Capitães de Abril, que aqui particularmente saúdo em nome de Os Verdes, Sr.as e Srs. Convidados: Há 32 anos a Revolução de Abril libertou o povo português da ditadura fascista. Sei que nada de novo digo, mas tenho a certeza do quão importante é dizê-lo, das mais diferentes formas e nas mais diversas circunstâncias, às mais novas gerações, que, não tendo vivido o 25 de Abril de 1974, mantêm o privilégio de poder ser ouvintes diretos dos que fizeram parte de um dos momentos mais estimulantes, de maior encanto e desejo de se ser um povo por inteiro. Digo isto garantindo-vos que eu também fui das que ouvi e depois confirmei.

O fascismo representou o que de pior ofende a dignidade de um povo — da guerra, à censura, à prisão política, à tortura de tantos homens e mulheres, todos com rosto e nome; os 48 anos de ditadura quiseram calar o povo, oprimindo, explorando... o povo vivia encarcerado num país que era seu e que os fascistas roubavam para si.

Em 25 de Abril de 1974 o Movimento das Forças Armadas devolveu ao povo esse país.

A consciência, tão presente, da necessidade de amar a liberdade e a democracia e de a preservar com tanta força quanto a que o povo unido pode encontrar terá levado a que, um ano depois, 92% dos eleitores tenham votado para eleger a Assembleia Constituinte.

E o povo escolheu pluralidade — eram sete os partidos representados na Assembleia Constituinte, que ao fim de mais um ano votaram a Constituição da República Portuguesa, a qual entrou em vigor há exatamente 30 anos.

Esta nossa Constituição, querendo garantir um sistema político plural, fortemente representativo, num país que não toleraria diminuir a democracia conquistada a uma representação de um ou dois partidos, garantiu o sistema proporcional na eleição para a Assembleia da República.

E hoje, passados que são 30 anos, Os Verdes querem aqui deixar expressa uma preocupação em relação a ideias e a propostas que têm surgido e que, sob a capa de aperfeiçoamento do sistema eleitoral e do funcionamento dos órgãos, não representam mais do que a diminuição da representatividade do povo na Assembleia da República — falo de intenções como a da criação de círculos uninominais ou da diminuição do número de Deputados.

Se alguém se propõe imaginar o que significaria o Parlamento reduzido à representação dos dois atuais maiores partidos, tendência que resultaria daquelas propostas, depressa concluirá, com seriedade, que uma parte significativa dos cidadãos não se encontraria representada na Assembleia da República e que, ao contrário do que se quer fazer crer, a proximidade eleito/eleitor seria muito fragilizada. Com isto a democracia seria objeto de um empobrecimento grave.

O que Os Verdes querem dizer é que, assim como a diversidade na natureza é a base da riqueza de um ecossistema, também a pluralidade, a representação pluripartidária é a base da riqueza do nosso sistema político. O apelo é para que não a deixemos, jamais, perder.

Se há coisa que o 25 de Abril conquistou, e que a Constituição consagrou de forma clara e inequívoca, foi a igualdade — não apenas o direito à igualdade, mas também a igualdade de direitos de todos os cidadãos. Determinou-se que este país não era só para alguns, era para todos em tudo aquilo em que se pode suportar a dignidade da pessoa humana — haverá valor que represente maior sentido de justiça social?

Ora, ultrapassadas que estão três décadas, questionemo-nos porque é que estamos ainda longe de garantir essa igualdade! Portugal é dos países da União Europeia onde o fosso é mais distante entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres; são 200 000 os nossos concidadãos que vivem em estado de pobreza extrema; somos dos países com maior taxa de pobreza entre trabalhadores, para já não falar dos cerca de 500 000 desempregados. Contudo, é neste quadro que a banca e alguns grupos económicos vão angariando lucros que para a generalidade dos cidadãos chegam a números inimagináveis. O apelo é para que não deixemos que se banalize o que é insuportável de aceitar.

A igualdade só pode realizar-se quando o objetivo político estiver aí centrado, e o caso é que esse tem sido um objetivo subsidiário das políticas prosseguidas. Enquanto o objetivo político estiver centrado em questões como o défice e no endeusamento de interesses economicistas, mantendo privilégios para alguns e criando condições de vida tão difíceis para a generalidade dos cidadãos, ao ponto de se lhes negar serem até parte ativa da necessária dinamização económica interna, por via do seu poder de compra e de investimento, a promoção da igualdade continuará por cumprir.

Enquanto mantivermos um sistema fiscal não solidário que acaba por beneficiar os que mais podem contribuir e que sacrifica os outros, daí resultará um acentuar de desigualdades. E medidas tomadas como as propinas na educação e a não aposta na rede pública de ensino ou as taxas moderadoras na saúde e a falta de reforço na resposta do Serviço Nacional de Saúde não promovem igualdade alguma. Pelo contrário, discriminam cidadãos com poucos recursos, que são também os que sentem a desigualdade no acesso à justiça, a dificuldade de acesso à habitação e por aí fora.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Convidados: Se há momento, neste país, que se pode associar à abertura de portas para o progresso, para o desenvolvimento, para a modernidade, esse momento é sem dúvida o 25 de Abril de 1974. Abriram-se escolas, abriram-se unidades de saúde, criaram-se serviços próximos das populações, serviram-se as populações com equipamentos indispensáveis como o abastecimento de água, para o qual o poder autárquico democrático foi determinante.

32 anos depois encerram-se escolas, maternidades e outros serviços de saúde (e não é a pedido nem em proveito das populações) e até se fixa como objetivo a entrega de um bem tão essencial à vida, e que por isso deveria necessariamente ser concebido como um património coletivo, que é a água, ao setor privado, que terá inevitavelmente como consequência o encarecimento do acesso das populações a este recurso natural e vital, encarecimento não destinado a reinvestir na melhoria dos sistemas de abastecimento e saneamento mas, sim, destinado a ser repartido pelos acionistas das empresas.

Abril serviu inequivocamente o interesse coletivo. Era para o bem-estar, para a qualidade de vida das populações, que emergia fazer e trazer à vida coletiva o desenvolvimento. Hoje verificamos que os interesses coletivos dão lugar aos interesses económicos com a maior facilidade e que estes, tanto pior, representando ameaças evidentes em muitas esferas, são sempre apresentados em nome de um futuro proveito coletivo que se fica sempre pelo futuro, mas que se traduz em ganhos, esses imediatos, para o poder económico.

Quando, há 30 anos atrás, Portugal recusou a construção de uma central nuclear em Ferrel, no concelho de Peniche, os portugueses ganharam na sua segurança e na opção ambiental, o interesse coletivo venceu (e será importante recordar a importância que tiveram a voz e a luta coletivas nessa vitória). Hoje o poder económico não para de fazer pressão para retomar o projeto de construção de uma central nuclear em Portugal (impõe-se então também retomar a voz e a luta coletivas). Resta saber que interesses vai o poder político, em concreto o Governo, servir!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Estimados Convidados: Abril abriu horizontes de engrandecimento da sociedade, e isso significa também construir uma sociedade de inclusão. É por isso que Os Verdes gostariam, ainda, nesta intervenção, de realçar que nesta Sessão Comemorativa do 25 de Abril, pela primeira vez, se comunica com todos os cidadãos — a língua gestual passa, a partir de hoje, a fazer parte das transmissões dos trabalhos desenvolvidos no Parlamento. E, ao mesmo tempo que é de assinalar este passo extremamente positivo aqui, na Assembleia da República, também há que condenar factos extremamente negativos como os que visam calar as comemorações de Abril na Assembleia Legislativa da Madeira.

E, mesmo para terminar, o 25 de Abril fez-se e viveu-se de uma forma muito intensa, todos o garantem, mas há quem tente reduzir essa vivência à "geração de Abril", há quem queira reduzir Abril a um facto histórico e passado.

Pois o que nós, Os Verdes, queremos dizer é que aquela Revolução foi muito mais profunda, que os valores, os ideais, os projetos não se estancam no tempo, os sonhos não se amarram e que nestas novas gerações, crescidas ou nascidas depois de 1974, também há um desejo profundo de construir um país de justiça e de desenvolvimento. Aos que viveram Abril a garantia está dada — nestas novas gerações também há muitos, muitos mil que lutarão para construir o nosso Abril ainda inacabado.

Viva o 25 de Abril!

Aplausos de Os Verdes, do PCP, do BE e de alguns Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Celebramos hoje a revolução que tingiu Portugal de vermelho, cor de luta, cor de festa.

De Norte a Sul, homens e mulheres, velhos e jovens, civis e militares, puseram em marcha a mais exaltante mudança social e política da nossa modernidade.

Todas e todos de cravo na mão. Cravos que ganharam, nesse dia e para sempre, o seu lugar na nossa simbologia política, ilustrando a opção pelo novo contra o velho, pelo futuro contra o passado, pela mudança contra a resignação!

A Revolução de Abril derrubou uma ditadura implacável, sustentada na perseguição até à morte se necessário fosse dos que lhe resistiram e contra ela se levantaram.

O 25 de Abril rompeu com um passado de miséria e atraso: um país isolado, triste e escondido do mundo, um país pobre e exausto, um país massacrado e devorado por uma guerra imposta e travada em nome de um império caduco, um país dominado e controlado por meia dúzia de famílias poderosas, condenando os portugueses a uma sobrevivência indigente e sub-humana ou ao recurso desesperado à emigração.

Muitos não guardam memórias desse Portugal, mas ele existiu, mesmo que haja quem o queira esquecer, esconder, desculpabilizar ou mesmo recuperar!

Esse Portugal acabou no dia 25 de Abril de 1974, às mãos dos capitães de Abril e por força da torrente revolucionária que o povo trouxe para as ruas. O 25 de Abril foi em abril, não foi em novembro, como alguns nos tentam fazer crer, reinventando uma história que não aconteceu como desejavam.

Direitos políticos, direitos sociais, desenvolvimento económico, abertura de Portugal à Europa e ao mundo, libertação cultural e descolonização constituem o saldo que a História regista em favor da Revolução de Abril e que a Constituição da República, dois anos mais tarde, assumiu e desenvolveu como seus princípios estruturantes.

Reafirmamos a nossa cumplicidade com a Revolução. O seu impulso transformador e transgressor molda a nossa responsabilidade e implica-nos no exercício de uma cidadania exigente e solidária, mas também insubmissa.

A uma suposta crise da democracia, responderemos sempre com mais democracia; à crise do Parlamento, responderemos com mais transparência e responsabilidade do Parlamento; à crise da participação, responderemos sempre com mais participação popular; à crise do Estado social responderemos sempre com mais Estado social.

Porque não nos resignamos perante a pobreza, a desigualdade social e o desemprego!

Porque não aceitamos uma economia que vive da especulação bolsista, do incumprimento fiscal e da mão de obra barata!

Porque não pactuamos com os despedimentos selvagens, os encerramentos fraudulentos, o trabalho precário e sem direitos, os salários miseráveis, o bloqueio da contratação coletiva!

Porque não silenciamos o aborto clandestino, a perseguição e a criminalização das mulheres que o praticam!

Porque recusamos a guetização dos imigrantes e a exploração clandestina da sua força de trabalho!

Porque rejeitamos uma Europa neoliberal, de serviços públicos mínimos!

Porque não nos revemos num nacionalismo saloio e egoísta!

Porque não queremos um país atrelado aos jogos de guerra da potência imperial, seja no Afeganistão, no Iraque ou no Irão!

Porque nada disto é uma fatalidade, um destino traçado, um fado sem saída nem alternativa!

Dizia, há algumas semanas, o Sr. Primeiro-Ministro que a esquerda tinha de se libertar do seu passado. Respondemos hoje, no dia 25 de Abril, no Dia da Liberdade, que quem não sabe de onde vem nunca saberá para onde ir.

O estado do país, o estado a que chegámos, é o resultado de opções políticas, de escolhas ideológicas: de uma direita que não desiste da sua *revanche*, de uma esquerda "simplex" e envergonhada, cuja modernidade está salpicada de naftalina.

As políticas e os governos sucederam-se, indistintos, monótonos, cinzentos, incapazes de vencer os problemas do país.

Para quem falhou absolutamente na construção do futuro, tudo serve de alibi: a herança, o governo anterior, os funcionários públicos, o PREC, as nacionalizações, o preço do petróleo, o crescimento da China, a Constituição da República...!

Os portugueses estão cansados de tanta desculpa. E não é da democracia ou da Constituição que se queixam — nem uma nem outra são responsáveis pelo défice das contas públicas, pela estagnação económica, pelo crescimento do desemprego, pelo aumento da pobreza, pelo desgoverno das cidades ou pelas assimetrias regionais!

A democracia e a Constituição não são responsáveis por tudo isto, nem pelo insucesso escolar, nem pelas dificuldades de acesso ao Serviço Nacional de Saúde. Também não burocratizam a Administração Pública, não atrasam o funcionamento dos tribunais, não entravam a produção artística e cultural, não diminuem a investigação científica e o progresso tecnológico.

O povo não se queixa da democracia e da Constituição!

Queixa-se, sim, dos escandalosos lucros da banca, da sacralização do mercado, da subordinação da política ao poder dos grupos económicos e financeiros, do assalto ao aparelho de Estado por sucessivas vagas de clientelas partidárias.

Queixa-se da desagregação dos serviços públicos, da transformação do Estado social num Estado assistencialista de vocação misericordiosa.

Queixa-se da redução das prestações sociais, do encerramento das escolas, das maternidades, dos serviços de saúde, das linhas de comboio, dos postos de correio. Queixa-se do abandono do interior.

Queixa-se, ainda, da passividade dos governos e dos governantes perante a corrupção, o crime económico, a fuga aos impostos e a fraude fiscal. Queixa-se do desvio dos dinheiros públicos, das negociatas em que se envolvem alguns autarcas.

São essas políticas e os partidos que as defendem que estão em crise. É deles que o povo se queixa, afasta e desinteressa.

Nem a democracia nem a política estão em crise!

O que está em crise é a alternância sem mudança, a ausência de alternativas, o "centrão", o "blairismo" à portuguesa, os homens providenciais sem alma, sem chama, sem projeto.

Cabe a cada um assumir as suas responsabilidades — a todos e, antes de mais, aos próprios eleitos. Quem não cumpre as suas responsabilidades empobrece a democracia!

A responsabilidade não é do sistema eleitoral; a responsabilidade é da degenerescência "limiana" da vida parlamentar!

Queremos democracia eleitoral, impedindo que, "na secretaria", se mude a verdade democrática: quem quer excluir, através dos círculos uninominais, parte dos eleitores da representação parlamentar, insulta a democracia e a vontade popular! Quem usa a sua própria incúria como argumento a favor da mudança da lei eleitoral está a insultar a nossa inteligência!

Um Parlamento com os eleitos mais próximos dos eleitores depende da vontade e da competência dos eleitos, não depende de manipulações eleitorais nem, muito menos, da promoção do caciquismo, a mais velha das doenças do exercício do poder. A batota política só pode promover a incompetência. Mais democracia não se consegue com menos verdade democrática!

Queremos uma democracia mais próxima dos cidadãos, através de um processo de regionalização participado e não engendrado entre caciques locais e distritais partidárias.

Queremos um processo de regionalização com poderes eleitos democraticamente pelo povo.

Queremos um Estado social, esse que nasceu de Abril e que continua Abril.

Queremos um desenvolvimento económico que não condene os nossos cidadãos ao trabalho sem direitos e mal pago, e à obrigação de competir com a superexploração das potências asiáticas, onde há muitos dólares, mas muito poucos direitos.

Queremos igualdade com respeito pela diferença — a democracia é para todos, nas suas inteiras diferenças.

Queremos uma comunicação social plural, porque só o pluralismo garante a liberdade. Como negámos e negamos qualquer tipo de censura de Estado, também não aceitamos a censura ditada pelos interesses do mercado. Só uma democracia capaz de contrariar a concentração da propriedade dos meios de comunicação social e de defender a autonomia dos jornalistas e o pluralismo de opiniões se pode defender a ela própria.

O 25 de Abril começa sempre hoje! Não é uma peça de museu, não é uma relíquia do passado. É um projeto de futuro e com futuro!

Saibamos nós por que o fizemos e saberemos voltar sempre a começá-lo. É por isso que repetimos de novo: 25 de Abril sempre!!

Aplausos do BE, do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente**: — Em nome do Grupo Parlamentar do Centro Democrático Social-Partido Popular, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e restantes Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, demais Autoridades Civis e Militares do

Estado, Sr.as e Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: Reunimo-nos hoje naquela que é a mais solene das sessões do Parlamento — de gala! —, trajando a rigor, entre lapelas floridas e outras, como é da nossa tradição, sem qualquer adorno floral. E até após uma apaixonante discussão mediática prévia a esta celebração (e, seguramente, do «maior interesse» para o futuro da Pátria...) sobre a possibilidade de um cravo vir a florir, ou não, na lapela do Supremo Magistrado da Nação.

Reunimo-nos hoje para comemorar o 25 de Abril e, ao fazê-lo, o importante é não nos ficarmos pela estrita evocação, mas aproveitar o momento para, a partir da pluralidade de opiniões, pensar o futuro de Portugal.

Quanto à evocação, prestamos a nossa homenagem, em nome de uma direita sem rodeios e sem complexos, ao fim de um regime anquilosado e sem futuro, à determinação dos militares, como prestamos homenagem a todos os que, durante o regime autoritário, foram perseguidos, presos ou exilados por delito de opinião. Prestamos também particular homenagem às figuras cívicas e políticas que, no período que se seguiu à data que hoje evocamos, lutaram e venceram, garantindo que Portugal fosse uma democracia europeia e ocidental.

Aplausos do CDS-PP.

Refiro-me aos políticos que resistiram à deriva totalitária e entre estes evoco, de forma particularmente sentida, a memória e os exemplos dos saudosos Francisco de Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa.

Aplausos do CDS-PP e de alguns Deputados do PSD.

Sr.as e Srs. Deputados: Como todos os anos, subiram (ou subirão) a esta tribuna os que se consideram donos do 25 de Abril e patronos do regime. Aqui virão para recordar o PREC e aqueles que foram os momentos mais felizes das suas vidas — o processo revolucionário, as ocupações selvagens, os atentados à propriedade privada e aos direitos individuais. Esses continuarão a viver nostálgicos com essa memória, mas devem ter consciência de que não triunfaram porque o povo não deixou, e Portugal é hoje um aliado do mundo livre e uma democracia representativa.

Aplausos do CDS-PP.

Não temos complexos sobre o passado e, olhando para trás, mais do que a árvore que lhe deu origem, o país que temos hoje é o fruto de uma revolução democrática, que globalmente valeu a pena.

Para que o 25 de Abril nos desse uma democracia foi, no entanto, decisivo o 25 de Novembro de 1975. Se é justo homenagear os militares, não nos podemos esquecer daqueles que, tendo estado no 25 de Abril, fizeram o 25 de Novembro, homens como Jaime Neves, Tomé Pinto ou Ramalho Eanes.

Aplausos do CDS-PP.

Graças também a eles, somos um país livre. É nossa vontade que, no futuro, a Assembleia da Republica evoque também a data histórica do 25 de Novembro.

E se já não há grandes acertos a fazer com esse período e com o passado, uma vez terminado, completamente, o ciclo do império, não nos esquecemos de que, no auge do processo da descolonização e dos erros então cometidos, centenas de milhares de portugueses abandonaram tudo o que tinham — por vezes, entregando-o à guarda do Estado português.

Alguns desses portugueses atravessaram África de forma heroica, sem nada, só para colocar as suas famílias em segurança. Tudo perderam!

Ao contrário de outras antigas potências coloniais, como a França, a Bélgica, a Inglaterra ou a Itália, Portugal nunca reparou ou fez justiça a esses espoliados. Para nós, é importante que, neste ano de 2006, 32 anos após o 25 de Abril, se faça justiça, por isso apresentaremos (ou reapresentaremos) um projeto de lei para que se faça — finalmente! — justiça a esses portugueses.

Aplausos do CDS-PP.

Ao evocarmos uma data histórica e o nosso passado comum, é importante termos consciência de como o mundo mudou e pensar o futuro; de como são diferentes os perigos, as ameaças e os desafios que se deparam hoje à liberdade e a uma Nação antiga como a nossa.

Em 1974, a liberdade que os portugueses começaram a viver não era mais do que um sonho em metade da Europa, mantida ainda no que Churchill chamou a Cortina de Ferro.

Em 1974, pairava sobre o mundo livre a ameaça do comunismo soviético — e também Portugal conheceu a sua 5.ª coluna.

Hoje, vários desses países de Leste são parceiros integrais da União Europeia e o comunismo soviético, uma das piores tiranias do século XX, não é mais do que uma memória sinistra, que a liberdade derrotou.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Recentemente, o Conselho da Europa condenou, em relatório, os crimes desses regimes. Não se pense, no entanto, como precipitadamente alguns previram, que a história tenha terminado. Pelo contrário, novas ameaças pairam hoje sobre o mundo livre.

Nós, no CDS, sabemos que o terrorismo não tem uma origem ideológica única. Em Portugal, conhecemos (e já em plena democracia) o terrorismo de extrema-esquerda, o seu cortejo de vítimas e os seus crimes, vergonhosamente, em nossa opinião, perdoados ou amnistiados.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas, se este terror desapareceu, uma ameaça real paira hoje sobre o Ocidente: o terrorismo dos fundamentalistas e fanáticos que mataram, em 11 de setembro e em 11 de março, em Nova Iorque e em Madrid, e que ainda ontem voltaram a matar no Egito. Curiosamente, são muitas vezes os mesmos que defendiam, no passado, o desarmamento do Ocidente perante o comunismo a defenderem, agora, o apaziguamento perante o fanatismo e o fundamentalismo islâmico.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Não é assim! No momento em que um regime de terror, como o Irão, lança ameaças sobre o Ocidente, este não é seguramente o momento de mostrar hesitação ou fraqueza.

Só se as nações ocidentais se mantiverem unidas e fortes poderemos defender a liberdade. Portugal é um país europeu e a mais atlântica das nações do continente; não devemos ser neutros, mas aliados confiáveis dos nossos parceiros europeus e da NATO.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje, colocam-se-nos desafios num mundo que, de há 32 anos para cá, conheceu fenómenos como a globalização ou as novas imigrações enquanto duas das realidades mais complexas que se colocam à Europa.

Em nossa opinião, para os vencermos temos de ultrapassar algumas das "heranças" e constrangimentos do período revolucionário.

Em primeiro lugar, a Constituição. Uma Constituição que, no seu preâmbulo, continua a referir o «caminho para uma sociedade socialista», quer os portugueses queiram quer não queiram, e que mantém ainda muitos dos dogmas ideológicos. Para o Portugal que ambicionamos, a Lei Fundamental deveria ser programaticamente neutra e uma magna carta da democracia — efetivo traço de união entre todos os portugueses.

E é por isso que continuaremos a lutar pela sua revisão.

Aplausos do CDS-PP.

O futuro que ambicionamos para Portugal não se compadece com a manutenção da ilusão de um Estado tutelar e omnipresente.

Vivemos num mundo globalizado e competitivo e todos sabemos que, em Portugal, é preciso reduzir, efetivamente, a despesa pública, libertando a capacidade e a criatividade da iniciativa privada e do empreendedorismo.

É certo que haverá mais vida para além do défice, mas, se há mais vida para além do défice, também há uma necessidade absoluta de o controlar, em vez de regressarmos, como tem acontecido recentemente, ao velho despesismo socialista sem controlo.

Haverá mais vida para além do défice, mas também há muita vida, e sobretudo, muita realidade, escondida atrás dos painéis e de uma fachada de propaganda e de *marketing*. Mais do que anúncios, exige-se alguém que faça!

O futuro que ambicionamos, ao nível do sistema político, é o de uma democracia em que o domínio de uma maioria não se permitirá alterar as regras eleitorais para se reforçar no poder.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — A democracia é feita de pluralismo, não podemos aceitar qualquer reforma que conduza a uma bipolarização artificial, com base numa suposta insuficiência do sistema eleitoral, que, de facto, não existe. Com este sistema, todas as soluções e todas as maiorias foram possíveis. Não são as insuficiências da maioria que temos hoje que poderão, de alguma forma, provar o contrário.

Aplausos do CDS-PP.

O futuro que ambicionamos exige articulação e respeito entre órgãos de soberania, como pressupõe a valorização do Parlamento. Para este, é necessário que todos nós, Deputados, sejamos mais exigentes com o funcionamento da instituição, mas que haja também atenção e um cuidado particular com os ataques à instituição, muitas vezes radicados numa cultura antiparlamentar, herdada de um regime anterior.

O Parlamento é, por natureza, o único órgão de soberania plural e se há assembleias em regimes autoritários, não há, não conheço, qualquer democracia sem um Parlamento democrático e respeitado.

O futuro de que falamos e a realização de uma democracia plena em Portugal não se compadecem com uma realidade em que, na justiça, se mantêm atrasos e uma lentidão inaceitáveis; em que são frequentes os relatos de violação de direitos individuais ou de violação da privacidade, de forma abusiva, e em que, ao espetáculo mediático dos processos, raramente se segue um resultado credível, que permita aos cidadãos uma verdadeira confiança nas suas instituições. Só com verdadeira celeridade e independência real teremos verdadeira justiça.

É em nome deste ideal que o CDS apresentará, em breve, um conjunto de iniciativas que visa garantir princípios tão elementares (e tão em crise no Portugal de hoje) como um segredo de justiça digno, escutas dentro da lei e sem abusos, prazos perentórios para as investigações, escrutínio democrático do poder judicial e mecanismos para combater uma delinquência cada vez mais grave e mais jovem. É a prioridade do país e da democracia, e fazemo-lo enquanto partido de Estado.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Falo-vos de uma ambição para Portugal, a partir da visão de uma direita democrática e moderna que não se quer ficar por um lugar-comum ou por falsos consensos. Uma direita que se centra na liberdade, numa liberdade que para as gerações nascidas no pós-revolução é tão natural como o ar que respiram, mas que é também um valor tão importante a preservar e que nunca se pode ter por adquirida — bem pelo contrário, exige um esforço permanente na sua proteção e deve ser acarinhada a cada momento.

Falo-vos de uma ambição para Portugal que só é realizável no espaço europeu e, acima de tudo, na nossa fronteira de identidade, que é o mundo lusófono e a língua portuguesa. Se nos libertarmos de complexos do passado, se assumirmos com orgulho a nossa História, toda a nossa História, que nos diferencia e orgulha de sermos portugueses, que representa a alma de uma Nação antiga que é e quer ser, no futuro, livre, soberana e respeitada no conjunto das nações democráticas.

Só assim, como dizia o poeta, «a chama do esforço se remoça e outra vez conquistaremos a distância. A do mar ou outra, mas que seja nossa!».

Viva a liberdade!

Viva a democracia!

Viva Portugal, sempre!

Aplausos do CDS-PP e de alguns Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado Abílio Fernandes.

O Sr. **Abílio Fernandes** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Convidados: Permitam-me uma nota prévia de satisfação: é a primeira vez que as comemorações do 25 de Abril estão a ser transmitidas em língua gestual nesta Casa da Democracia — porque Abril também se manifesta neste singelo reconhecimento do direito à igualdade aos cidadãos com deficiência.

Srs. Presidentes, Srs. Deputados: Estamos profundamente preocupados com o que está a acontecer ao nosso país 32 anos após o 25 de Abril de 1974.

E perguntamos porquê, se há 32 anos vivíamos um dos momentos grandiosos da nossa época contemporânea e perspetivávamos, numa esmagadora maioria, um país de justiça social, progresso e desenvolvimento, onde a paz e a solidariedade constituiriam as bases da sociedade. Esse era o paradigma da Revolução de Abril.

Foi ao som da *Grândola Vila Morena* que, em Portugal, se iniciou, em 25 de Abril de 1974, a libertação de um povo que sofreu um longo período de obscurantismo, de opressão, de atraso, de medo e de ausência de liberdades.

Saudamos, por isso, os capitães de Abril, por terem sabido interpretar as profundas inquietações e anseios da população portuguesa num momento em que, também eles, sentiam na pele os dramas e as frustrações de uma guerra colonial injusta e sem fim à vista.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

As profundas transformações então realizadas na sociedade portuguesa foram plasmadas numa das Constituições mais progressistas da Europa.

Os Deputados da Assembleia Constituinte, que daqui também saudamos, souberam traduzir a vontade manifestada livremente pelo povo português, inserindo nela as principais conquistas da Revolução: a liberdade, os direitos individuais e coletivos dos trabalhadores, das mulheres, a proteção da infância e da velhice, o fim do poder dos monopólios e dos agrários, o poder local democrático, entre muitas outras.

Foi uma afirmação exemplar de vivência democrática aos olhos de todo o mundo, na sequência de uma Revolução sem derramamento de sangue. Era também uma rutura com o passado e uma aposta e uma esperança no futuro.

Em boa hora a Assembleia da República acabou de realizar as comemorações dos 30 anos da elaboração da Constituição da República Portuguesa. O Partido Comunista Português orgulha-se de ter contribuído com inúmeras iniciativas, desenvolvidas em todo o país, levando ao cidadão comum uma edição popular da Constituição, e proporcionando uma reflexão generalizada sobre os direitos e garantias nela consagrados, apesar dos retrocessos resultantes das sete revisões havidas, que em vez de a aperfeiçoar a empobreceram.

É necessário que os portugueses sintam que continua a estar nas suas mãos a capacidade de decidir sobre os destinos deste país. À democracia representativa consagrada em Portugal importa acrescentar o inseparável desenvolvimento da democracia participativa como forma de refletir na governação do país a vontade soberana do povo português e para que a sua expressão não se restrinja aos atos eleitorais. Quantas vezes estes atos eleitorais ficaram frustrados logo nos primeiros tempos de governação de quem acabara de ser mais votado e cujo governo vai governando da mesma maneira e com a mesma política até que outro lhe suceda...!

Uma das conquistas da Revolução que a Constituição da República Portuguesa consagra é o poder local democrático.

Instituído o pluralismo partidário, consagrados os princípios da autonomia administrativa e financeira, da colegialidade dos órgãos executivos, as autarquias em Portugal têm contribuído decisivamente para o progresso e o desenvolvimento do país ao longo destes 30 anos. Hoje em dia, as autarquias veem-se a braços com enormes dificuldades que lhes impedem o cumprimento das suas obrigações constitucionais de defesa dos interesses das populações que representam, mas não será com as alterações dos princípios da colegialidade e do pluralismo partidário nos órgãos executivos, como pretendem os partidos maioritários desta Assembleia, que se conseguirá uma melhor contribuição das autarquias para o desenvolvimento futuro do país.

Tais princípios, o pluralismo e a colegialidade dos órgãos executivos, instituídos sabiamente na Constituição de Abril, revelaram-se, na prática, como os fatores fundamentais e decisivos para a realização da democracia, e para a resolução dos problemas das populações. Se viessem a acontecer as alterações, que alguns desejam, seria a própria democracia que estaria a ser posta em causa ao nível do poder local.

E neste particular momento, em que a instituição parlamentar atravessa momentos complexos e difíceis, importa denunciar o oportunismo dos que, aproveitando a conjuntura, pretendem concretizar os seus velhos projetos de bipolarização forçada, pela via da alteração da Lei Eleitoral da Assembleia da

República, reduzindo o pluralismo e a representatividade no Parlamento das diversas correntes políticas da sociedade portuguesa.

Parece-nos oportuno perguntar, neste momento em que estamos a comemorar os 32 anos do 25 de Abril, porque é que Portugal, em vez de se aproximar da média do nível de vida da União Europeia, em que nos integrámos já há 20 anos, se encontra cada vez mais recuado, a braços com uma grave crise de crescimento e com a perda de direitos dos trabalhadores, na regulação laboral, na saúde, no ensino, na segurança social.

Na verdade, o Governo prevê para o nosso produto interno bruto um crescimento de cerca de 1%, enquanto a União Europeia cresce em média 2% a 3%.

O desemprego atinge mais de 500 000 trabalhadores, dos quais cerca de 70 000 são licenciados e destes cerca de 40 000 são jovens.

A balança comercial é deficitária em cerca de 9% do produto interno bruto.

A dívida pública atinge mais de 90 000 milhões de euros, cerca de 70% do produto interno bruto.

O défice orçamental atingiu, em 2005, 6,02% do produto interno bruto, sem que tivesse havido um reflexo positivo no desenvolvimento económico do país.

A função pública (e, por arrastamento, a maior parte dos trabalhadores portugueses) teve um aumento de 1,5%, enquanto a inflação prevista é de mais de 2%.

Não por Abril mas contra Abril, propõe-se o encerramento de escolas, de centros de saúde, de maternidades, de postos de correio, de serviços regionais da EDP, de transportes rodoviários e ferroviários, o que inevitavelmente vai provocar maiores desigualdades, injustiças e desequilíbrios entre o interior e o litoral, entre o mundo rural e o mundo citadino.

Temos mais de 2 milhões de portugueses pobres. Temos mais de 200 000 portugueses a passar fome. Os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres estão cada vez mais pobres.

Não se trata de uma crise conjuntural como as anteriores, é já uma crise estrutural com tendência para se agravar em face da concorrência internacional e dos novos parceiros europeus.

Srs. Presidentes, Srs. Deputados: Como foi possível chegarmos a esta situação três décadas após o 25 de Abril? A verdade é que os governos, uns após outros, acabam sempre por não cumprir as promessas que fizeram em campanha eleitoral e por não corresponder às expectativas e necessidades reais do povo que os escolheu.

Porque têm estes partidos de prometer nas eleições o que sabem que não vão cumprir enquanto governo? Certamente pelo facto de estarem cientes de que ainda está na memória dos portugueses o 25 de Abril e a afirmação clara dos desígnios traçados nessa altura pelo povo português.

Na verdade, o povo, o país continua à espera que venha um governo que assuma uma política virada para o bem-estar generalizado dos portugueses e não, como estão a fazer sucessivos governos, a promoção e a proteção dos interesses só de alguns, através da privatização da economia e da entrega ao grande capital e aos interesses exclusivos de uma classe privilegiada da gestão de bens, equipamentos e serviços públicos vocacionados para responderem a necessidades básicas como a água, os hospitais, as escolas.

Para que Portugal mude e atinja os patamares de progresso e desenvolvimento a que tem direito é necessário inverter as políticas que têm sido seguidas neste passado recente e que o Portugal de Abril se cumpra de uma vez para sempre.

É na consciência, que continua viva no povo português, dos direitos que Abril nos deu e das portas que Abril abriu, que residem a esperança e a confiança num futuro melhor, no desenvolvimento, no progresso, na igualdade e no aprofundamento da democracia num Portugal de paz aberto ao mundo e à cooperação com outros povos.

Com Abril, Portugal é possível!

Que viva, sim, que Viva Abril!

Aplausos do PCP, do BE e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente**: — Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Macedo.

O Sr. **Miguel Macedo** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Altas Individualidades do Estado aqui presentes, Ilustres Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: Na primeira vez que Vossa Excelência, Sr. Presidente da República, participa nesta cerimónia, investido nas mais altas funções do Estado, quero em nome do meu partido saudá-lo de forma muito especial.

A eleição de Vossa Excelência foi um exercício de democracia, mas, mais do que isso, foi a afirmação pelos portugueses de um novo sentimento de esperança, de ambição e de confiança para Portugal.

O sucesso de Vossa Excelência será, por isso, o sucesso de Portugal!

Aplausos do PSD.

Evocamos e comemoramos hoje a Revolução do 25 de Abril de 1974. A Revolução que devolveu aos portugueses a liberdade e a democracia.

Esse momento único da nossa história recente só foi possível porque, durante décadas, homens e mulheres de convicções políticas diversas souberam pela sua ação, pelo seu exemplo e até pelo seu sacrifício pessoal afirmar a esperança de um povo a quem foi negado o direito à liberdade.

A ação dos militares de Abril foi decisiva. Quero, desta tribuna, cumprimentar e saudar os militares que tornaram possível Abril e a viragem histórica que representou para a sociedade portuguesa viver em paz, em liberdade e em democracia.

Aplausos do PSD.

De então para cá, percorremos um longo caminho. Um caminho que trilhamos com os erros, as hesitações, os equívocos e as tensões próprias das grandes mudanças sociais e políticas, mas, também,

um caminho de realizações que nos fizeram reencontrar a Europa em que nos integramos e operar mudanças profundas que influenciaram o nosso devir coletivo.

Por isso, ao evocarmos hoje o 25 de Abril, queremos, sobretudo, olhar o futuro, encarar os desafios que enfrentamos e ajudar a vencer as dificuldades que sentimos.

Numa palavra, queremos reinventar a esperança e a confiança: a confiança nas nossas capacidades; a convicção de que só em liberdade e democracia é possível cumprir os anseios de justiça, de desenvolvimento e de solidariedade a que todos os portugueses têm direito.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje, é, sobretudo, do futuro que importa falar. Do futuro da nossa justiça, do desenvolvimento económico e social que queremos para Portugal.

Se a justiça é a saúde do Estado, a enfermidade do sistema de justiça exibe um Estado doente. E o Estado está doente, em grande medida, porque a justiça está em crise: crise de prestígio, crise de morosidade, crise de confiança dos cidadãos nas suas instituições.

Esta não é uma crise qualquer! É uma crise que põe em causa um dos pilares essenciais do nosso Estado de direito. É uma crise que gera insegurança e intranquilidade nos cidadãos. É uma crise que penaliza as pessoas e as empresas. É uma crise que contribui negativamente para o crescimento da nossa economia e para o desenvolvimento da nossa sociedade.

Uma crise desta natureza não se pode deixar agravar, tem de ser enfrentada com urgência, com coragem e com profundidade. É ao poder político que cabe essa responsabilidade — a responsabilidade de contribuir para a dignificação da justiça. Ninguém ganha e todos perdem com o desprestígio das instituições judiciais.

A responsabilidade de garantir a independência dos tribunais e a isenção das investigações judiciais — é um postulado constitucional e uma garantia dos direitos e liberdades dos cidadãos.

A responsabilidade de reformar, indo de encontro às preocupações mais profundas dos portugueses. Os portugueses têm o direito de aceder a uma justiça rápida e segura; os portugueses têm o direito a ter confiança nos tribunais; os portugueses têm o direito a acreditar no funcionamento do seu sistema de justiça.

É esta a responsabilidade nacional que temos: a responsabilidade de, por esta forma, reforçar o Estado de direito e afirmar a autoridade democrática do Estado.

Desta responsabilidade não nos podemos demitir, porque esta é uma questão de cidadania, um imperativo da melhoria da qualidade da nossa democracia.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados: O país vive uma crise económica, uma crise que se arrasta há tempo demais. Se a crise é grave, a sua longevidade só contribui para fazer abalar a esperança dos portugueses na sua resolução.

Portugal está a viver acima das suas possibilidades: o país gasta mais do que o que pode e o Estado gasta muito mais do que o que deve.

Gastamos mais do que aquilo que produzimos. Por isso, o nosso nível de vida assenta em fontes de rendimento que nos são alheias e são incertas — as remessas dos nossos emigrantes, os fundos estruturais da União Europeia e o endividamento externo.

Mais do que nunca, somos hoje um país endividado: Estado endividado, empresas endividadas, famílias endividadas.

Esta realidade compromete o nosso presente, mas, pior: hipoteca o futuro das próximas gerações.

A crise é grave!

Mas pior do que a crise que vivemos é o facto de o Governo dar sinais de não a compreender, na sua natureza e profundidade. Esta crise não se resolve com mais intervenção do Estado, com mais despesa pública, com mais impostos e com investimentos que não são nem urgentes, nem essenciais, nem geradores de aumento de competitividade.

Prosseguir neste caminho é um erro. Este é o caminho que conduz a mais desemprego, ao progressivo empobrecimento do país, à liquidação do nosso modelo social, à sistemática perda de competitividade externa e ao continuado afastamento de Portugal em relação à Europa e à vizinha Espanha.

Mas esta crise tem solução: uma solução que reclama verdade e não fantasia; uma solução que exige outra política e outra coragem para a realizar; uma política que tenha uma prioridade essencial — o aumento acentuado da competitividade da economia portuguesa!

Aplausos do PSD.

Temos de ter uma estratégia que permita valorizar o nosso padrão de especialização produtiva. Temos de aumentar a nossa produtividade, seja pelo lado de maior qualificação e gestão dos recursos humanos, seja pelo lado da melhoria da organização e gestão empresarial. Temos de saber acrescentar valor em setores fortemente empregadores, de modo a evitar encerramentos e deslocalizações de empresas. Temos de investir na inovação e no crescimento do emprego tecnológico. Temos de fazer com que a escola ensine, ensine a aprender e ensine a empreender.

Numa palavra: temos de criar mais riqueza, produzindo mais e melhor, exportando mais, reconquistando quotas de mercado. Só assim teremos um país verdadeiramente competitivo!

Mas esta política requer outra coragem: a coragem de tornar o Estado mais pequeno e menos gastador!

A verdade é esta: um Estado que consome metade da riqueza nacional não é fator de solução para Portugal; é fator de agravamento dos nossos problemas estruturais!

Manter este Estado assim, gigantesco, perdulário, gastador e insaciável no consumo de impostos, pode satisfazer os caprichos ideológicos de alguns, mas só serve, como se tem visto, para agravar o dia a dia da vida dos portugueses.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados: Sem uma justiça eficaz, a sociedade vive num clima de incerteza e insegurança; sem uma economia competitiva não se cria riqueza indispensável à satisfação das nossas aspirações pessoais e coletivas.

Temos a obrigação de dar aos jovens razões para terem esperança no seu futuro.

Temos o dever de assegurar aos idosos uma vida mais digna e solidária.

Temos a responsabilidade de combater o drama do desemprego e a angústia de muitos e muitos que receiam perder o seu posto de trabalho.

Temos de criar condições para assegurar um sistema justo e sustentável de pensões de reforma.

E temos de criar mais riqueza para podermos, sobretudo, combater o flagelo da exclusão social.

Esta é uma realidade que se manifesta um pouco por todo o país, no interior e no litoral, mas exclusão social que, particularmente, se vive no seio dos grandes centros urbanos. É no interior das cidades que se sentem hoje as maiores disparidades em termos de qualidade de vida: solidão, pobreza, desemprego prolongado, desordenamento, falta de qualidade ambiental, violência urbana, insegurança e criminalidade são fatores que fazem da exclusão social uma realidade que penaliza o conforto dos cidadãos e mina a autoestima, a felicidade e o orgulho dos portugueses.

32 anos depois do 25 de Abril, há ainda — e, nalguns casos, cada vez mais — velhos fenómenos de pobreza que envergonham o nosso país e novos focos de exclusão social que minam a nossa cidadania e o nosso futuro.

Ou vencemos a exclusão social ou a exclusão vence a sociedade humanista, personalista e solidária que devemos a nós próprios, às próximas gerações e ao Portugal unido e coeso que desejamos construir.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados: Evocar Abril é homenagear o passado mas é, sobretudo, perspetivar o futuro.

Não temos hoje um problema de democracia, mas temos um problema sério de desenvolvimento e de justiça social.

Não é possível continuar "a fazer de conta", a prometer e a falhar, a falar e a não resolver, a persistir em sacrifícios que se pedem aos portugueses em nome de nada ou de coisa nenhuma, a assistir ao nosso continuado atraso, enquanto outros países avançam, nos vencem e nos ultrapassam.

Já provámos, no passado recente, que era possível vencer. Já provámos, no passado recente, que era possível fazer diferente e fazer melhor. Já provámos que o nosso empobrecimento não era uma inevitabilidade.

Saibamos, também agora, estar à altura das responsabilidades, em nome da esperança que Abril nos deu, em nome do país que somos, em nome dos portugueses que nos cabe servir!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Em nome do Grupo Parlamentar do PS, tem a palavra o Sr. Deputado José Vera Jardim.

O Sr. **José Vera Jardim** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Constitucional e dos demais tribunais superiores, demais autoridades civis e militares, Sr.as e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Começo por saudar respeitosamente o Sr. Presidente da República, na sua primeira participação nos trabalhos da nossa Assembleia depois da tomada de posse, no passado dia 9 de março.

Renovo, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, os votos, então formulados em nome da Câmara, pelo Presidente Jaime Gama, de bons êxitos no desempenho das suas altas funções, a bem de Portugal.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

Saúdo igualmente o Dr. Jorge Sampaio, na sua primeira presença entre nós depois de terminado o seu mandato presidencial. E nele saúdo um homem do 25 de Abril, no seu exemplo de luta pela liberdade e democracia, e testemunho de cidadania que constituiu o exercício dos seus mandatos como Presidente da República.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

E saúdo os capitães de Abril presentes nesta cerimónia, representantes do Movimento das Forças Armadas que derrubou a ditadura que, durante mais de 40 anos, oprimiu os portugueses — e esse, sim, foi o período mais negro da História portuguesa do século XX.

Aplausos do PS e do PSD.

Não comemoramos hoje apenas a chegada da liberdade e da democracia; devemos aproveitar para revigorar as nossas convicções e a confiança em tempo das dificuldades.

A confiança de revisitarmos os ideais que estiveram na base da democracia; de rememorarmos o que conseguimos nestes 32 anos — e foi muito — e de sermos capazes de ambição para, progressivamente, conseguirmos realizar o essencial do projeto humanista e generoso, de democracia, justiça social, solidariedade e paz, ideais de Abril que estão inscritos no coração do povo e na Constituição da República.

Com as dificuldades que o país atravessa e o esforço que é exigido aos portugueses para as ultrapassar, não podemos correr o risco de nos faltarem a vontade e o fôlego necessários para uma visão global mais positiva do futuro. E é aí que os ideais de Abril inscritos na Constituição podem constituir elemento inspirador do nosso futuro coletivo.

Que país queremos ser? E o que estamos dispostos a fazer, todos e cada um de nós, para realizar o nosso ideal de futuro para Portugal?

Desenvolvimento e justiça social.

As condições económicas e sociais num mundo globalizado são, hoje, muito diversas das que existiam há 32 anos, mas continuamos a querer uma sociedade mais justa e com mais igualdade de oportunidades.

Aceitamos, naturalmente, a economia de mercado como forma de organização económica, mas temos consciência de que, para atingir mais crescimento, emprego, estabilidade temos de introduzir no nosso tecido produtivo fatores de dinâmica, inovação, organização e flexibilidade capazes de reforçar a

produtividade e criar condições para afrontar a brutal concorrência, sobretudo de economias emergentes com condições sociais bem diversas das nossas — e, diga-se de passagem, às vezes bem lamentáveis.

Mas rejeitamos a sociedade de mercado em que todos os bens — cultura, saúde, educação, justiça e segurança — estejam entregues e submetidos às leis da oferta e da procura e ao domínio do lucro.

Aceitamos mais responsabilidade individual como elemento de realização humana integral, mas rejeitamos modelos que pretendem fazer tábua rasa da rede de proteção social que foi e é característica de um modelo de organização social de que, como europeus, nos orgulhamos.

Mas defender o Estado social (e o nosso é, ainda, dos mais lacunosos da Europa) é, também, repensá-lo à luz das novas realidades e das novas categorias dos mais excluídos do bem-estar — os idosos com condições económicas depauperadas, os desempregados de longa duração sem capacidades que lhes permitam encontrar trabalho, as famílias monoparentais de parcos recursos económicos, as crianças em risco, as pessoas vulneráveis por deficiência, os «pobres do mundo», como dizia Bourdieu, que também estão entre nós.

É um novo modelo social, diverso do clássico modelo de redistribuição próprio das sociedades industriais que vivemos nos "30 gloriosos" anos de desenvolvimento e estabilidade social que a Europa viveu no século passado.

Todos perdemos com o agravar das desigualdades. E Portugal ainda é das sociedades mais desiguais da Europa — chegando, aliás, a atingir foros de escândalo público a ostentação de meios de fortuna por certa «aristocracia do dinheiro», sempre os primeiros a exigir sacrifícios e os últimos a predisporem-se a fazê-los!...

Aplausos do PS.

Saúdo, assim, os esforços do Governo e a corajosa visão do Sr. Primeiro-Ministro para, em ambiente de sérias restrições orçamentais, dar uma atenção especial aos que são, simultaneamente, dos que mais necessitam do apoio solidário do Estado e dos que menos capacidade têm para o reivindicar.

Não defendemos um Estado social emagrecido; defendemos, isso sim, um Estado social capaz de responder aos novos desafios e que apareça aos olhos dos cidadãos e a seu lado reforçando a sua capacidade de enfrentar os riscos do futuro e, assim, a própria legitimidade do Estado.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro: O panorama mundial, no que respeita à paz e segurança, é sombrio e mesmo ameaçador.

As novas formas de terrorismo alargado à escala mundial, de que temos de lamentar mais um trágico episódio, ainda ontem; o arrastamento e mesmo agravamento do conflito israelo-árabe; a contínua degradação da situação interna no Iraque; as novas ameaças de proliferação nuclear; a situação no Darfur, sem solução à vista, antes com sinais de agravamento; e ainda alguma problemática situação em certas zonas dos Balcãs são outros tantos fatores de instabilidade atual ou potencial, geradores de tensões, riscos e ameaças, a exigir esforços acrescidos na construção duma ordem internacional que possa solucionar os conflitos de força pacífica e reforçar mecanismos de decisão multilaterais legitimados e capacitados, para intervenção rápida e eficaz, onde e quando necessário.

Só sistemas de decisão multilaterais podem ter eficácia num mundo cada vez mais complexo e com centros de poder emergentes a que é necessário reconhecer legitimidade para contribuir para a solução dos problemas à escala planetária.

Portugal deve continuar a apoiar, designadamente na União Europeia, uma política de reforço dos sistemas de segurança coletiva à escala mundial, com particular ênfase no combate ao terrorismo e na criação de condições de desenvolvimento sustentado nas zonas pobres do planeta. E deve continuar a participar, como o tem feito desde os anos 90, em missões de manutenção de paz e humanitárias, no quadro das obrigações que assumimos, na União Europeia e na NATO.

Aproveito para saudar todos os membros das forças de militares e de segurança que, neste momento, se encontram a desempenhar missões de manutenção de paz e humanitárias.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

Por mais visíveis e graves que possam ser as ameaças à segurança e à paz devemos manter a confiança na capacidade dos organismos internacionais para viabilizar soluções pacíficas e negociadas e apoiar todas as iniciativas diplomáticas para pôr termo aos conflitos, no estrito respeito do Direito Internacional. Também aí, seremos fiéis aos valores do 25 de Abril que são princípios constitucionais do Estado português.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Minhas Senhoras e Meus Senhores: A sociedade portuguesa é, hoje, muito diferente do que era em 25 de Abril de 1974.

Há uma nova circunstância social, económica, de valores e saberes, de novas formas de comunicação e acesso à informação, de novas questões éticas, que, aliás, é comum a boa parte da Europa e cria novas complexidades e novas conflitualidades a que a governação e os sistemas políticos em geral têm crescente dificuldade em fazer face, nas fronteiras, umas vezes, demasiado circunscritas, outras, pelo contrário, demasiado longínquas do Estado-Nação.

Mas os problemas e desafios aí estão a pedir urgente solução.

É neste quadro que o elo de confiança entre os cidadãos e a política só se reforça, a nosso ver, com um forte movimento de revalorização da política como local de afirmação da cidadania.

Revalorização do debate político, revalorização da ideia da política e da política com ideias e da política enquanto projeto de futuro.

Revalorização da autonomia do poder político face a grupos de interesses que, saudavelmente, se tentam afirmar e ganhar poder na sociedade, mas não podem sobrepor-se, e muito menos substituir-se, à defesa intransigente do interesse geral.

O centro do debate nacional sobre as grandes opções do futuro é o Parlamento, mas esse debate, para constituir um espaço acrescido de cidadania, deve ser claro, acessível e transparente.

O pluralismo e a livre expressão e o combate de opiniões são o fundamento do regime democrático; o consenso é um fator positivo na necessária coesão e integração das sociedades modernas, mas não é a primeira virtude da democracia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Esta realiza-se, sobretudo, através do confronto plural de ideias e projetos e da legitimação das maiorias pela vontade popular.

A revalorização da política implica, também, o contínuo aperfeiçoamento das instâncias e dos processos de decisão.

Devemos, então, manter a determinação em continuar o programa de reforma do sistema político, com particular incidência na instituição parlamentar, sem fantasmas, infundadas suspeições ou apriorismos reducionistas.

Tudo devemos fazer para reforçar a credibilidade e o nível de eficácia da decisão política e do sistema que a suporta. O período de estabilidade política que estamos a viver é, sem dúvida, o mais apropriado para realizar as reformas necessárias.

Instrumentos de decisão política aptos a viabilizar as opções estratégicas, indispensáveis e por vezes difíceis, são cada vez mais urgentes para abrir caminho a um futuro melhor para Portugal e para os portugueses.

Só com essa determinação estaremos a ser fiéis ao projeto de Abril: a constituição de uma democracia cada vez mais adulta, justa e solidária!

Viva o 25 de Abril!

Viva a República!

Viva Portugal!

Aplausos do PS e do Deputado do PSD Miguel Almeida.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República Jaime Gama**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Constitucional e dos demais tribunais superiores, antigos Presidentes da República, Presidentes da Assembleia da República e Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Ministros, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Representantes do Corpo Diplomático, altas autoridades civis e militares: Começo por saudar a presença de todas as mais altas autoridades do Estado e dos representantes dos países amigos nesta cerimónia solene e cumprimento de forma especial o Presidente da República que, prontamente, acedeu ao nosso convite para celebrar connosco esta data tão significativa para a História contemporânea de Portugal e participar na inauguração de uma exposição alusiva aos 30 anos da Constituição, que se encontra patente nos Passos Perdidos.

Comemoramos hoje o XXXII Aniversário do 25 de Abril. É um dia especial para a Assembleia da República, nascida há precisamente 30 anos, quando, com a entrada em vigor da nova Constituição, se realizaram as primeiras eleições para o Parlamento, dando corpo ao regime democrático viabilizado pela Revolução dos Cravos. A elas se seguiriam a formação do I Governo Constitucional, chefiado por Mário Soares, e a eleição do primeiro Presidente da República da democracia contemporânea, Ramalho Eanes, completando-se uma arquitetura institucional legitimada em pleno pelo voto do povo. Cumpria-se,

assim, o objetivo proclamado pelo Movimento das Forças Armadas no seu Programa: «instauração, a curto prazo, de uma democracia política em Portugal é o objetivo maior do Movimento de Oficiais, sem o qual os objetivos de natureza especificamente militares — entre os quais avulta o prestígio das Forças Armadas — jamais serão alcançados».

Saúdo as Forças Armadas e, de modo especial e fraterno, com um cravo, os militares aqui presentes que representam, simbolizam e fizeram o 25 de Abril.

Aplausos gerais.

À distância de mais de três décadas, a sociedade de então é uma realidade por vezes impercetível para quem não viveu o anacronismo do regime da época, protegido por um tenaz mecanismo de autodefesa, em que a censura, a bastonada, a tortura, as penas arbitrárias, a deportação e o exílio forçado ou a eliminação física se aliavam às irradiações e à discriminação na função pública, à perseguição económica, à doutrinação oficial pela propaganda, à expulsão das universidades, ao incentivo à denúncia e à delação e à vigilância sistemática da vida individual e coletiva por redes gratificadas de informadores. Esse regime existiu! E existiu aliado a níveis económicos extremamente baixos, geradores de emigração massiva, com profundas arbitrariedades no plano social e, para mais, arrastando o país para o prolongamento de uma guerra sem sentido, por mais de uma década no seu período final.

Esse regime existiu! Existiu, mas — verdade se diga — contou sempre com resistência entre o povo português.

Aplausos do PS, de Os Verdes e do Deputado do BE António Chora.

Não podemos deixar na sombra todos os que, em Portugal, se ergueram contra a ditadura e mantiveram acesa, grande ou pequena que fosse, uma chama libertadora. Fossem eles gente simples do povo ou as mais altas elites académicas, fossem eles republicanos, liberais, cristãos progressistas, socialistas, comunistas, anarquistas, dissidentes do regime ou monárquicos, fossem eles de Lisboa, do Porto ou de outro ponto do país, fossem jovens ou de qualquer idade, a verdade é que nunca a sua convicção se deixou abater nem a sua vontade de lutar se deixou desanimar. São merecedores, por inteiro, da nossa homenagem no dia de hoje, o Dia da Liberdade!

Aplausos do PS, do PSD, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Entre esses, não podemos igualmente ignorar os militares.

Várias foram, com efeito, as ações de elementos das Forças Armadas, ao longo da ditadura, em prol da restauração democrática, sejam as que tiveram lugar imediatamente a seguir ao 28 de Maio sejam as que ocorreram após a II Guerra Mundial, no rescaldo da candidatura do "General sem medo", o General Humberto Delgado, no início dos anos 60, ou o próprio 16 de março de 1974, que antecedeu o 25 de Abril, movimento delas também herdeiro, com pleno sucesso e com generalizado apoio popular,

sentido pela população de forma muito vivida, como a que testemunha pessoalmente o Presidente da República, Cavaco Silva, na sua autobiografia, ao relatar como viveu emocionadamente esse dia, «explodindo de alegria com a rendição do Quartel do Carmo».

O 25 de Abril restituiu a liberdade ao povo português e, por essa via, restituiu, também, às Forças Armadas o seu papel genuíno de componente militar da política de defesa nacional, definida pelas instâncias competentes do Estado, intervenientes em missões de paz, legitimadas pela opção livre do país, pelo Direito Internacional, ao mesmo tempo que também permitiu, com a nova ordem constitucional democrática, a redignificação das forças de segurança, expurgadas da prática incontrolável da força, e a verdadeira independência de outros corpos do Estado, nomeadamente na esfera do poder judicial, agora livres de vínculos, nomeações, promoções e instruções de obediência governamental quanto ao seu funcionamento e atuação específicos, como é timbre de uma democracia adulta, mas como não era timbre de uma ditadura retrógrada.

O país, em três décadas, consolidou inegáveis padrões democráticos de funcionamento na ordem política, restaurando e mantendo direitos, assegurando elevada proteção jurídica por igual a todos os seus cidadãos, viabilizando uma verdadeira emancipação profissional e cívica da mulher, estabelecendo a liberdade económica e as garantias dos investidores nos únicos limites de regulação da sã concorrência contra as distorções de mercado, expandindo adequados critérios de proteção social — que urge assegurar no limite máximo e não mínimo das possibilidades da economia — e integrando, positiva e construtivamente, a cena mundial, seja ela do âmbito das Nações Unidas, seja ela a que emana do projeto da União Europeia, seja ainda a que tanto privilegiamos no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, esse imenso espaço, em África, na Ásia, na América Latina e na Europa, a que nos une a língua comum e uma partilha crescente de valores sobre os objetivos, os fundamentos e os equilíbrios da comunidade internacional.

Dir-se-á: três décadas é pouco. Sim, mas três décadas é muito em termos de estabilidade e de potencial para aperfeiçoamento constante, sem turbulência institucional!

Desde o estabelecimento de padrões democráticos no nosso país, em 1820, graças à Revolução Liberal do Porto e às primeiras eleições livres, é mesmo muito. Se dissecarmos a História, o que havia ocorrido 32 anos depois, desde 1820, até 1852? Vários avanços e recuos, muita perturbação, vários pronunciamentos e golpes de Estado absolutistas, a presença estrangeira, uma guerra civil prolongada por vários anos, a expulsão e o regresso das ordens religiosas e, finalmente, o advento da Regeneração, só em 1851.

E o que aconteceu à República de 1910, que soçobrou 16 anos depois?

E o que aconteceu ao próprio regime autoritário, dela saído em 1926, até 1958, com as sucessivas flutuações da ditadura militar inicial e os contragolpes a que deu origem, as tensões sempre verificadas na transição para um modelo de ditadura civil, a grande instabilidade inicial, as sucessivas revoltas político-militares, as grandes crises no final dos fascismos europeus e todas as movimentações que antecederam o imobilismo colonial, desde finais dos anos 50, nomeadamente a grande expressão popular de protesto contra o regime que foram as eleições presidenciais de 1958, e que haveriam de estar na origem do fim da ditadura, anos depois?

Três décadas de democracia consolidada, como a que vivemos, em paz e segurança, particularmente depois da estabilização operada pelo 25 de Novembro de 1975 e da matriz constitucional traçada pelos Constituintes na Constituição de 1976, com o adicional das suas revisões, constituem um inegável património político do país nos últimos séculos, acrescido ainda pelo facto — inquestionavelmente legitimado — de que a perceção dos portugueses, mau grado a expressão de descontentamento pontual, sempre legítima, é globalmente valorizadora de um progresso e não de um retrocesso quanto ao período percorrido!

Quais os portugueses que hoje assumirão que se vive pior em Portugal do que há 32 anos? Quantos aí e a isso desejariam retroceder? Posso estar enganado, mas a maioria do país tem uma visão clara sobre este ponto decisivo do seu percurso histórico e, por isso, não alimenta derivas menos consentâneas com os modernos padrões democráticos europeus.

Sr. Presidente da República, Ilustres Convidados: O povo português é o supremo garante da sua democracia. Ao fim de três décadas de vivida e participada experiência, o objetivo não será nunca o de menos democracia, mas antes o de mais e melhor democracia para todos!

Em democracia, a relação entre instituições e opinião pública é muito exigente e a tendência geral é para que seja cada vez mais exigente, numa sociedade comunicacional aberta, não sujeita a censura prévia e na qual é cada vez maior a produção e circulação de informação e o comentário livre acerca de todos os assuntos.

Nenhum titular de responsabilidades políticas e públicas pode, nos dias de hoje, em nenhum país democrático, ter a ilusão de que é domesticável a obsessão informativa e, por isso, deve estar preparado para enfrentar os diversos graus de qualidade com que ela se exerce, e há de saber extrair para a sua ação as ilações corretas de um exercício que é, sem dúvida, eminentemente — e sistematicamente! — crítico.

Nos modernos poderes legislativo, executivo e judicial e, bem assim, no plano de uma magistratura institucionalmente moderadora e arbitral, o caminho é o de absorver em permanência o sentido útil da crítica, mesmo se injustificada na retumbância ocasional de uma formulação mais retórica, para agir numa linha de resposta coerente orientada por um permanente objetivo reformador.

Não ignoro críticas ao sistema político e, em especial, ao mais publicamente exposto dos seus órgãos — o Parlamento —, por ser, constitucionalmente, o mais transparente de todos no exercício da sua atividade legislativa e fiscalizadora. Tenho até a consciência de que cada patamar de transparência abre, e não fecha, a procura acrescida de novos patamares de indagação e escrutínio e que esse exercício não se atenua com exemplos comparados à escala europeia, por vezes, até, menos rigorosos do que se poderia supor. Mas considero que nem a crítica injusta ou demagógica nos deve inibir quanto à interpretação adequada do sentido crítico da opinião pública e à extração das devidas consequências no plano das medidas a tomar.

Por estar na linha fronteira dessa absorvente e trepidante experiência política, o Parlamento deve ser a primeira — e não a última — das grandes instituições do Estado a assumir em plenitude a postura de reforma permanente, ao serviço de um regime político que todos desejamos seja, cada ano que passa, um regime democraticamente mais forte. A resposta parlamentar, quando convocada, não deve

ser a de contemporização com a inércia, ou de pusilanimidade ante os detratores. A resposta parlamentar adequada só pode ser: mais e mais obstinado rigor, mais transparência, acrescidos de sentido de responsabilidade!

Essa é a plataforma institucionalmente desejável para que o Parlamento moderno, na independência das suas funções, assegure a alta função de legislar para todos os órgãos do Estado e para os cidadãos, observando não o interesse de grupo ou fação, mas o interesse geral e o bem comum de todos os portugueses!

Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Ilustres Convidados e Convidadas, Sr.as e Srs. Deputados: Para além da sua estrutural transparência de procedimento, a Assembleia da República — sede do poder legislativo — é um órgão de soberania eminentemente plural. Nele se exprimem, com inteira liberdade, as forças políticas sufragadas pelos portugueses, com todo o sentido inerente ao seu dever de vitalizar e defender a ação governativa, criticá-la e opor-se-lhe, fiscalizar o Executivo e a Administração, fazer as leis e velar pela sua execução a todos os níveis dos poderes do Estado e, bem assim, gerar os programas e ideias políticas para que se alcancem as mais adequadas soluções de que o país necessita.

Não somos, por isso, indiferentes, neste dia em que nos reunimos para celebrar o Dia da Liberdade, às preocupações centrais com que se confronta o país, em termos de grandes problemas do presente, sejam eles os que têm a ver com a preservação de condições climáticas globais propícias à sustentabilidade da vida na Terra, ou os que se relacionam com a diversificação das fontes energéticas, confrontada agora com a terceira grande crise petrolífera; ou ainda os que respeitam à premência do nosso ajustamento estrutural face à globalização da economia, os que diretamente se articulam com a paralisia do processo de construção, aprofundamento e unidade europeias, ou os que minam diariamente a segurança e a paz na comunidade internacional. Podemos divergir quanto às soluções a adotar, mas estamos conscientes dos riscos e da necessidade imperiosa de os enfrentar com decisão.

Velho de séculos, o nosso país precisa de saber preservar a unidade essencial dos portugueses e também a unidade essencial — isto é, a separação e a interdependência — dos poderes do Estado, sem exceção, para responder com êxito aos múltiplos desafios que se nos colocam neste princípio de um novo século, afinal tão imprevisível, tão agressivamente competitivo e tão inseguro. E, sobretudo, o nosso país precisa de o fazer com convicção, com ânimo, com rumo certo, com firme vontade de vencer!

Estou confiante em que o fará, renovando a generosa e genuína mensagem do 25 de Abril, e que todos o sabemos reafirmar solenemente, neste dia de reflexão e de esperança, a bem da nossa liberdade portuguesa e, para sempre, a bem da «ditosa Pátria minha amada»!

Aplausos gerais.

Para dirigir uma mensagem à Assembleia e aos portugueses, nesta Sessão Solene Comemorativa do XXXII Aniversário do 25 de Abril, vai usar da palavra o Presidente da República Aníbal Cavaco Silva.

O Sr. **Presidente da República** (Cavaco Silva): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Há exatamente 32 anos, Portugal marcou encontro com o futuro. Esse futuro é, hoje, o nosso presente. As efemérides são sempre memória do encontro da História com o calendário. E porque as efemérides se repetem, mas a História não, desse reencontro anual decorre o risco de celebrar a mera repetição do dia e de perder cada vez mais o sentido de abertura à História que marcou a nossa memória coletiva.

Uma forma tentada ao longo dos anos, para que esta cerimónia de homenagem, a trigésima segunda, o seja menos à data e mais à História que nela se encerra, foi a de fazer dela um momento de reflexão sobre o nosso tempo.

De facto, nenhum outro dia — tirando o 10 de Junho — é mais apropriado a que o tomemos como uma encruzilhada entre o que foi e o que há de vir, entre o ontem e o amanhã.

Nesta linha de orientação, eu podia aproveitar esta minha primeira vinda à Assembleia da República, para participar numa cerimónia comemorativa do 25 de Abril, para sublinhar quanto Portugal mudou nos últimos 32 anos. O vasto leque de direitos e liberdades que o sistema democrático consolidou, os progressos realizados nos mais variados domínios, a participação do país na União Europeia, a sua afirmação no concerto das nações e muitas outras realizações que fazem parte do ativo da Nação portuguesa.

Num outro quadrante, podia justificar-se, nesta data fundadora do regime democrático, voltar ao desafio da melhoria da qualidade e credibilidade do nosso sistema político. Tive oportunidade, nesta mesma Casa, aquando da minha tomada de posse, de sublinhar a responsabilidade que impende sobre a classe política nesse esforço de melhorar a nossa democracia e de reforçar o prestígio das instituições da República e dos seus titulares.

De facto, a comemoração do 25 de Abril seria uma ocasião propícia para refletir sobre o que desejamos do nosso sistema político, o que esperamos do papel e do funcionamento dos partidos, o que é exigível do comportamento dos eleitos e demais agentes políticos, o que deve ser feito para que os cidadãos ganhem uma nova confiança e respeito pela atividade política e para que a democracia se revitalize e suscite na juventude portuguesa maior motivação e entusiasmo.

Pareceu-me, no entanto, mais útil, perante os legítimos representantes dos outros órgãos de soberania e a atenção da opinião pública, lançar um olhar sobre a nossa sociedade, confrontá-la com os sonhos que marcaram aqueles dias de Abril, mas que a realidade dos nossos dias não só não valida como em vários aspetos nos interpela. Quero referir-me, em particular, ao sonho de justiça social, da construção de uma sociedade mais justa e equilibrada, em que os benefícios do desenvolvimento contemplassem todos.

32 anos após a Revolução, o Portugal desta encruzilhada entre o passado e o futuro continua a ser um país fortemente marcado pelo dualismo do seu desenvolvimento.

É inegável o progresso registado em alguns setores de atividade, a capacidade competitiva de muitas empresas, a excelência de alguns centros de investigação e inovação, a qualidade de serviço de muitas instituições. Mas não é menos inegável que essas experiências de vanguarda não conseguem impregnar todo o tecido social, coexistindo os nichos de modernidade com expressões de indisfarçável arcaísmo social e cultural.

Profundas disparidades revelam-se na leitura do território. É cada vez maior o fosso entre as regiões marcadas por uma ruralidade periférica e as regiões mais urbanizadas. Mas, dentro destas, ressaltam as que conseguiram manter uma dimensão humana, proporcionando satisfação e bem-estar aos que nelas habitam, em contraste com as que se tornaram autênticas chagas urbanísticas, produto da desorganização e da irresponsabilidade, condenando os seus habitantes a um mau viver resignado, sem qualidade e sem horizontes.

A crise do mundo rural não é de hoje, arrasta-se há décadas, entre ciclos de resistência e de abandono. A vasta faixa do interior do país representa atualmente apenas 15% da população residente.

Muitas políticas foram adotadas, mas nenhuma conseguiu estancar a fuga das gentes, ora para os centros urbanos do litoral, ora para destinos mais longínquos, numa diáspora que teima em persistir.

Iludimo-nos pela presença deste ou daquele equipamento social, fruto do voluntarismo do poder local e dos homens-bons que não abandonaram as suas terras, mas tardamos a encontrar um rumo de desenvolvimento sustentável do interior do país que potencie os parcos recursos existentes, que combata a tendência para o despovoamento e que atraia novos recursos materiais e humanos.

No quadro geral de adormecimento de muitas pequenas vilas e aldeias do interior, apraz-nos registar os sinais de esperança que, aqui e ali, vamos detetando. Portugal precisa de olhar para esses sinais, identificar as boas práticas que os sustentam, reconhecer o esforço que os agentes económicos, sociais e políticos vêm desenvolvendo e, a partir daí, traçar um caminho para que todos se sintam responsáveis e mobilizados para a ação. Há que vencer os obstáculos que nos têm impedido de enfrentar com sucesso a dupla exclusão do envelhecimento e da pobreza que atinge as comunidades do interior de Portugal.

Mas a mais marcante das disparidades que emerge deste Portugal a duas velocidades é a que resulta das desigualdades sociais.

O sonho de um país livre e democrático é indissociável da ambição de uma sociedade mais desenvolvida e com mais justiça social.

Julgo poder expressar o sentimento geral ao dizer que muito progredimos na modernização da economia e na afirmação de novos estilos de vida, mas ficámos muito aquém na concretização dessa ambição de uma sociedade com maior justiça social.

O nosso país é, no quadro da União Europeia, o que apresenta maior desigualdade de distribuição de rendimentos e é, também, aquele em que as formas de pobreza são mais persistentes. São características estruturais em que pesam o atraso na qualificação dos recursos humanos, a fragilidade das nossas classes médias, a má qualidade do emprego e os baixos níveis salariais em vastos setores da nossa economia.

É entre a população mais idosa que encontramos as mais preocupantes situações de exclusão — o risco de pobreza persistente, que é relativamente elevado em Portugal, aumenta substancialmente no caso dos idosos.

O esforço que o Estado tem vindo a realizar para atenuar os efeitos deste quadro social tem de ser continuado. Não é moralmente legítimo pedir mais sacrifícios a quem viveu uma vida inteira de privação.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

Desagregadas as estruturas familiares de apoio pelas transformações sociais ocorridas nas décadas mais recentes, ficaram muitos dos reformados de ontem confinados às pensões do regime não contributivo que lhes não conseguem assegurar uma existência condigna.

E a exclusão — a dimensão de não pertença a que demasiados dos nossos concidadãos se veem remetidos — é tão intolerável que, por contraste, têm de ser reduzidas à sua devida proporção as controvérsias geradas a propósito de pequenos aperfeiçoamentos dos nossos direitos. Falo dos direitos dos que não são excluídos e das controvérsias em que demasiadas vezes a discussão política se esgota e a atenção da opinião pública se exaure.

Esse é um peso que temos de ter presente na nossa consciência coletiva, mas também na consciência de cada um. O que de mais nobre e mais perene a história deste dia nos deixou, e que queremos legar às novas gerações, é a ambição de um país mais livre, mas também de uma sociedade mais justa.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

Ao evocar esses dias de sonho e de esperança, lembro-me sempre daquele cartaz em que uma criança colocava um cravo no cano de uma espingarda. A carga simbólica desse cartaz é iniludível e vale a pena questionar: como cresceu aquela criança? Como crescem os milhares de crianças portuguesas? Será que estamos a tratar bem as novas gerações?

Preocupam-me os casos de crianças vítimas de negligência e de maus-tratos físicos e psicológicos, que regularmente são objeto das notícias dos órgãos de comunicação social. Reparo no número de processos instaurados pelas instituições vocacionadas para a sua proteção. Ouço o testemunho do cidadão anónimo ou do técnico que lida diariamente com estes casos e não posso deixar de reconhecer que essas mesmas crianças constituem o elo mais fraco dessa cadeia social que alimenta a exclusão. Na sua origem vamos encontrar, invariavelmente, a desestruturação familiar, os baixíssimos níveis de escolaridade dos pais e, de forma mais destacada, situações de dependência, com especial relevo para o alcoolismo.

É nesse mesmo quadro social que encontramos outro dos sinais preocupantes: o da violência doméstica, nomeadamente a que atinge maioritariamente a mulher. Não vale a pena esconder essa realidade silenciada que, por vezes, escapa à atenção das instituições. Trata-se, antes de mais, de um problema de dignidade humana para o qual não pode haver tolerância nem resignação.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

Todos nós acompanhamos com preocupação estes sintomas. Sabemos que os efeitos da crise económica tendem a potenciar esses sinais, nomeadamente através do desemprego de homens e mulheres que, pelo seu nível de escolaridade e pela sua idade avançada, enfrentam dificuldades acrescidas na procura de um novo posto de trabalho. É nestas situações que o risco de exclusão social aumenta.

Para que esse risco possa ser atenuado não chega exigir mais medidas ou mais dinheiro. Concretizar essa ambição de justiça social, que não tem de ser remetida para o plano das utopias, passa por cada um de nós. Todos somos responsáveis, todos temos de assumir a quota-parte de responsabilidade social que nos cabe como cidadãos. Assumir como desígnio coletivo a proteção dos que vão resvalando, lenta e invisivelmente, para a margem de uma sociedade que se quer competitiva e dinâmica, mas também justa e inclusiva.

Temos de romper com o conformismo e o comodismo de relegar para o Estado a única solução do problema.

Temos de conseguir enaltecer, através de uma nova atitude cívica, o exemplo de milhares de cidadãos que, através do voluntariado e da participação em instituições de solidariedade social, encontram um sentido para esse desígnio.

Mas temos, também, a obrigação de reconhecer que a melhoria da justiça social, o combate à pobreza e à exclusão exigem que o país volte a ganhar a batalha do investimento, do crescimento económico, da criação de riqueza, sem o que o sonho continuará adiado.

Deveremos ter em conta a preocupação que o último Conselho Europeu enunciou ao chamar a atenção — e bem! — para a interdependência que existe entre crescimento económico, competitividade, criação de emprego, proteção e inclusão social.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados: Não quero limitar-me ao diagnóstico. Quero apelar a uma intervenção mais ampla e mais coerente naquilo que, mais do que uma soma de dramas individuais, é — e deve ser — um peso na nossa consciência coletiva.

Quero propor um compromisso cívico, um compromisso para a inclusão social.

Um compromisso que envolva não só as forças políticas, mas que congregue as instituições nacionais, as autarquias, as organizações da sociedade civil, dos sindicatos às associações cívicas e às instituições de solidariedade. Um compromisso em torno de um conjunto de princípios e objetivos que nos orientem na ação coletiva, tendo por alvo os grupos sociais mais vulneráveis.

Estou convencido de que, em relação a este objetivo da inclusão social — tão central à dignidade da pessoa humana —, é possível identificar os problemas mais graves e substituir o eterno combate ideológico por uma ordenação de prioridades, metas e ações, em que todos se possam rever e participar.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e do Deputado do PS José Vera Jardim.

A elaboração do próximo plano de ação nacional para a inclusão pode ser aproveitada para uma mobilização geral, uma verdadeira campanha em prol da inclusão social. Um plano que consiga superar o tradicional enunciado de medidas, definindo uma estratégia coerente para um futuro mais promissor.

Esse será um passo para concretizar essa ambição de construirmos uma sociedade mais desenvolvida e, ao mesmo tempo, com maior justiça social.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados: Para aqueles que o viveram, comemorar o 25 de Abril significa reavivar uma recordação preciosa, património da nossa memória e marco do nosso passado coletivo. Mas significa, também, mantermos presente o sentido que lhe está

associado, o sonho e a ambição, sem os quais poderia não passar de mais uma data ou de uma sequência fortuita de acontecimentos isolados.

Comemoramos hoje o 25 de Abril.

O 25 de Abril de 1974, quando um povo, sob o impulso de um punhado de militares, tomou nas suas mãos o seu próprio destino.

Mas também o 25 de Abril de 1975, quando os portugueses, em eleições livres e democráticas, disseram, com clareza, o que queriam e o que não queriam para Portugal.

E, ainda, o 25 de Abril de 1976, data em que entrou em vigor a Constituição da República Portuguesa.

São estas três datas, hoje assinaladas, que conferem sentido de futuro e de modernidade à nossa democracia.

Esses são os marcos de um passado comum de que nos orgulhamos e que, ao celebrarmos, não nos dispensa de ter sempre presente a advertência do poeta Ruy Belo: «Gostaria de ouvir as horas do relógio da matriz/mas isso era o passado e podia ser duro/edificar sobre ele o Portugal futuro».

É, seguramente, aos gestores do momento que cabe decidir os caminhos, mas é onde esses caminhos nos levam que lhes hão-de dar, ou não, o reconhecimento das novas gerações.

Fomos capazes de concretizar o sonho de um Portugal livre e mais próspero, mas estamos longe de podermos realizar a aspiração de maior justiça social.

Os portugueses esperam dos políticos, que, livre e democraticamente, elegeram, que estejam à altura dessa exigência, que se empenhem em dar uma nova esperança aos mais desfavorecidos da nossa sociedade, que cooperem no sentido de mais facilmente poderem superar as dificuldades e naturais divergências ideológicas.

Se o conseguirmos, seremos dignos do reconhecimento de uma memória futura. É essa a minha ambição.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Em nome da Assembleia da República, agradeço ao Sr. Presidente da República a sua mensagem e declaro encerrada a Sessão Solene Comemorativa do XXXII Aniversário do 25 de Abril.

2007

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Srs. Deputados, declaro aberta a sessão.

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes», tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr.as e Srs. Deputados, Valorosos Capitães de Abril, Sr.as e Srs. Convidados, Caros Concidadãos:

Lembrar Abril, comemorar Abril, não é uma obrigação que nos imponha um qualquer calendário institucional, nem o fazemos por mera tradição. Não comemoramos Abril apenas porque sim, porque tem de ser, ou porque assim alguém o determinou. Comemoramos porque acreditamos, porque sentimos, porque é urgente.

Comemorar Abril é dizer presente, é renovar a afirmação, é reafirmar valores, princípios, ideais e conquistas que nos foram oferecidos, a mim, como às gerações nascidas depois de 1974, como a mais preciosa dádiva que alguém pode receber.

É, por isso, com muito orgulho, com muita honra e com a noção da devida responsabilidade, que volto a dirigir-me ao Plenário da Assembleia da República na data da fundação da nossa liberdade. Porque é esta, de facto, a data da fundação do nosso Estado de direito, um Estado democrático, alicerçado na fundamental dignidade da pessoa humana, um Estado que nos garantiu a todos a possibilidade de, em liberdade, escolher e traçar o nosso destino, enquanto povo e enquanto cidadãos de uma nação autónoma e soberana.

Mas o 25 de Abril de 1974, e a Revolução que teve lugar nesse dia, foi mais do que um marco histórico para encher páginas de livros de história, como então encheu páginas de jornais por todo o mundo. A Revolução dos Cravos foi mais do que um momento original de viragem ou de reviravolta na história recente de Portugal, muito mais do que o facto mais significativo do século XX. Foi um momento de promessa, de esperança, de renascimento de um país que asfixiava sob o manto bafiento de um regime opressor e criminoso, que proibiu a liberdade de pensamento, que censurou a criação e a comunicação, que condenou todo um país ao atraso e ao isolamento internacional e todo um povo, ou a sua grande maioria, à exclusão cívica e social, que semeou a miséria, a ignorância e o medo, que perseguiu, prendeu, torturou e assassinou mulheres e homens apenas porque via o pensamento livre e crítico, a opinião esclarecida, a vontade de mudar, o sonho e a utopia como ameaças mortais.

Mas nem com os seus algozes, nem com o mais brutal e feroz jugo, o regime fascista do velho e senil «Estado-dito-Novo», a ditadura de Salazar e Caetano, conseguiu arrastar-se por mais tempo, num tempo que já não era seu. E «naquela leda madrugada» de Primavera, um grupo de jovens capitães, como alguém escreveu, devolveu àquele povo de pessoas tristes o tesouro que lhes tinha sido roubado: a liberdade.

Assim como o sol de primavera rasga a longa noite invernal de trevas, assim o Movimento das Forças Armadas rompeu a cortina obscurantista do passado, pondo ponto final a 48 anos de fascismo e a uma odiosa e insana guerra colonial que ceifou milhares de vidas, roubando ao país a sua juventude.

Foi o movimento dos capitães que, interpretando e respondendo aos justos anseios do povo português, coroando, como diz o prólogo da nossa Constituição, a resistência levada a cabo pelo povo e por muitos antifascistas ao longo de décadas, na clandestinidade ou no exílio, deu o peito, logo abraçado pelas centenas, pelos milhares que espontaneamente, apesar dos apelos feitos pela rádio para que as pessoas se mantivessem em casa, invadiram, ainda assim, as ruas fazendo a festa tão ansiada.

Nunca é demais relembrá-lo. É importante, é fundamental para a subsistência e qualidade da nossa democracia passar a mensagem, conhecer a história do 25 de Abril, contar a quem nunca conheceu e a quem já esqueceu como era antes. Não podemos pactuar com tentativas de branqueamento, de omissão, de esquecimento ou de neutralização dos factos históricos, como algumas a que assistimos recentemente.

Hoje, encontrando-nos na sessão solene de comemoração do 33.º Aniversário da Revolução de Abril, permitam-me lembrar que a Revolução do 25 de Abril não teve nada de solene, nem de protocolo, nem de cortesia. Foi um acontecimento genuíno, verdadeiro e puro na sua essência libertadora, rebelde e indomável na alegria contagiante a que deu origem, pelo fim do pesadelo da ditadura. Não teve muito de solene, mas teve muito de comemoração. Os portugueses tinham muitos e bons motivos para comemorar, para sair à rua, para sair de dentro das suas casas, de dentro de si, para sair pelo mundo fora, gritando na avenida «Já não temos medo de nada» e cantando pelas praças «Vamos mudar o mundo, não voltaremos atrás!»

E houve, de facto, um progresso formidável! Não nos cansamos de enumerar as conquistas que Abril nos trouxe, desde o salário mínimo, a segurança social e o direito a férias, ao Serviço Nacional de Saúde e à democratização no ensino obrigatório e universal. Desde a liberdade de imprensa, de associação e de participação cívica e política à igualdade jurídica entre homens e mulheres.

E, contudo, mais de 30 anos volvidos sobre a esperança, sobre a promessa de um mundo melhor, pleno de igualdade e justiça social, de fraternidade e solidariedade, de desenvolvimento e democracia, verificamos — e é imperativo que o façamos — que tanto se encontra ainda por fazer. Tantas promessas, tantos objetivos, tantas esperanças, tanto de Abril por cumprir.

Tanto de Abril por cumprir no plano da igualdade a diferentes níveis: na igualdade de género, porventura a mais antiga discriminação existente e a que maior número de pessoas atinge, com uma dimensão, profundidade e reflexos verdadeiramente preocupantes a nível familiar, salarial e no acesso a cargos de chefia ou de liderança pública. Mas também na lamentável persistência de manifestações discriminatórias irracionais e sem sentido fundadas na raça, no território de origem ou até mesmo na orientação sexual. Ou ainda em relação a cidadãos portadores de deficiência, a quem nem sempre é garantido um lugar na sua/nossa sociedade.

Tanto de Abril por cumprir no plano do desenvolvimento sustentável, do ordenamento do território e da correção das assimetrias regionais, agravando-se permanentemente a desertificação e o despovoamento do interior do país, aumentando a pressão sobre a costa e o litoral. Tanto por cumprir no plano da garantia do direito à mobilidade das populações e do combate ao desperdício e dependência energética pela falta de aposta nos transportes públicos coletivos e na ferrovia.

Tanto de Abril por cumprir na garantia do direito à qualidade de vida e a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, com o péssimo estado a que chegaram tantos dos nossos rios, maltratados e poluídos, ou com os níveis de poluição que atingem os centros urbanos.

Tanto de Abril por cumprir em tantos outros domínios, o que encaramos não de forma derrotista, mas antes como um estímulo para uma ação e intervenção que se querem cada vez mais plurais, partilhadas e participadas.

Mas, para o Partido Ecologista «Os Verdes», mais grave do que o que ainda não se cumpriu é o que estamos a perder, no verdadeiro retrocesso a que atualmente assistimos relativamente às conquistas do Estado de direito social que Abril nos deu e que agora nos querem roubar.

Não é possível assistir passivamente a um processo contínuo de degradação de serviços públicos e de emagrecimento forçado da Administração Pública, mormente nos setores da educação e da saúde, cumprindo um plano de encerramentos progressivos e de desresponsabilização do Estado, de forma cega em relação àquela que é sua única razão de existir: servir as populações e responder às suas necessidades.

São cada vez mais os casos em que assistimos a uma demissão do Estado, entregando-se de forma mais ou menos declarada ao setor privado aquilo que deveria ser sua tarefa indeclinável. Privatizam-se ou concessionam-se serviços públicos tão importantes como, por exemplo, o abastecimento de água e tratamento de águas residuais, o domínio público hídrico, ou até mesmo, quem sabe num futuro muito próximo, as áreas protegidas e a conservação da natureza, em tudo colocando um preço, de tudo fazendo um negócio.

Não é assim, no entender de Os Verdes, que se cumpre Abril, nem é assim que se respeita a sua herança inscrita no texto constitucional.

Num momento em que o desemprego alastra, os trabalhadores, no setor público e no privado, veem crescer as ameaças aos seus direitos e à segurança no emprego, assistindo à diminuição dos salários reais e à perda de poder de compra, acompanhados do aumento do custo de vida e das comparticipações sociais. Simultaneamente, enquanto a banca e outros poucos grupos económicos apresentam lucros astronómicos, o fosso da desigualdade aprofunda-se vergonhosamente e a sociedade vai dando sinais claros (como o da manifestação que reuniu 150 000 trabalhadores no passado dia 2 de março), para quem quiser e souber ler, de que não estamos — não é possível ignorá-lo — no caminho certo.

A democracia tem inimigos, entre os quais o descrédito e a desconfiança nas instituições e nos órgãos. A democracia não é um dado adquirido: pode-se ganhar, deve-se construir e fortalecer, mas também se pode perder. Obriga-nos, por isso, a ser atentos, vigilantes, diligentes e responsáveis. Não se deve procurar em reformas do sistema político nacional que conduzam à redução da representatividade, do pluralismo e da capacidade real de intervenção e de escrutínio dos executivos pela oposição aquilo que só pode ser encontrado no respeito pelos compromissos eleitorais e na prestação de contas regular aos eleitores.

Da mesma forma, não se procure em reformas institucionais na União Europeia ou em tratados constitucionais a solução para males que radicam essencialmente no afastamento dessas mesmas instituições das preocupações do cidadão comum, que será agravado com a eventual redução da sua capacidade de intervenção, de decisão ou de voto em matérias como a adoção de um futuro tratado.

Procure-se, sim, no respeito pelos princípios sólidos fundadores da nossa democracia plural, os princípios da igualdade, liberdade e solidariedade, que são a herança que recebemos e o legado que queremos deixar às gerações futuras.

Viva o 25 de Abril!

Aplausos de Os Verdes, do PCP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Pinto.

A Sr.ª **Helena Pinto** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Sr.as Deputadas e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Convidados:

Trinta e três anos passados sobre o 25 de Abril é tempo suficiente para a distanciação e para a maturidade. Para todas e todos quantos não vivem na nostalgia do passado e na ilusão do presente, este tempo já longo convoca a memória, e sem memória não há vida; convoca a responsabilidade, e falta responsabilidade na nossa sociedade; convoca a liberdade, e a liberdade é memória e é responsabilidade.

Em nome dessa liberdade, não olhamos para o passado com condescendência. Sabemos que o passado é um palco das lutas do presente e que tentativas de branqueamento do Estado Novo não são exercícios de retórica nem entretenimentos gratuitos. O ridículo de um concurso televisivo não pode ocultar o drama da luta pela liberdade, agora como ontem. Não esquecemos a ditadura nem quem ousou lutar contra a ditadura; não perdoamos a opressão nem desmerecemos quem teve a coragem de combater a opressão; não fechamos os olhos à censura e homenageamos quem defendeu a liberdade de expressão contra a censura; não esquecemos a guerra colonial nem quem pôs fim à guerra colonial. A ditadura foi também a falta de direitos das mulheres, o provincianismo da ideologia dominante, a cultura da ignorância, o desprezo pelo conhecimento. Por tudo isto, não é no passado que estão as soluções para a crise nacional. Pelo contrário, quando olhamos para o passado sabemos que só no presente se podem decidir os rumos do país.

Neste aniversário do 25 de Abril e nesta sessão solene, o Bloco de Esquerda quer afirmar perante o país que terminou o tempo das desculpas. Nada justifica o atraso, o desemprego, o abandono do interior, as faltas do sistema de justiça e a cultura atrofiada. Nada permite silenciar esta sobreexploração do trabalhador e da trabalhadora, o desprezo pelos jovens licenciados, a precarização da "geração dos 500 €", a marginalidade dos imigrantes, a "subsídiodependência" das empresas. Em Portugal, falta a agenda de um grande projeto de inclusão, de desenvolvimento e de democracia.

Pior ainda, falta o projeto europeu. O projeto europeu está reduzido à subserviência, perante uma burocracia poderosíssima, mas temerosa do voto popular e da discussão sobre os caminhos coletivos. Que haja hoje distintos dirigentes europeus e nacionais que admitam a hipótese de renegar a promessa solenníssima de um referendo sobre o Tratado Constitucional Europeu deixa menos dúvidas do que certezas. Se é uma Constituição, não nos podem afirmar que é supérflua, porque um texto constitucional

não pode ser um entretenimento e só pode ser a trave-mestra de um sistema institucional. Ora, se este sistema diminui a democracia no momento da sua própria conceção e não se legitima no voto popular com a justificação de que o que faz é irrelevante, como pode a Europa ter futuro? Podem os europeus aceitar que os seus dirigentes apresentem uma Constituição, mas, simultaneamente, não a considerem suficientemente importante para dever ser ratificada pelo povo?

Deixo aqui um apelo, em nome do Bloco de Esquerda: se a Europa quer ter uma Constituição, a promessa do referendo tem de ser cumprida. O país não perdoará a irresponsabilidade de quem promete e "despromete" o referendo.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Convidados: Essa agenda de inclusão e de desenvolvimento deve ser a mais exigente das provas da democracia. Decerto, não há ninguém nesta sessão solene que ignore que Portugal é o país da Europa com mais e mais graves desigualdades sociais. Entre ricos e pobres, entre mulheres e homens, entre empregados e desempregados, entre o interior e o litoral, entre quem vive nas cidades e quem vive nas periferias. Tem de ser assim? Temos de fechar os olhos ao desperdício, à exibição das desigualdades, à prevaricação, aos crimes de colarinho branco, à evasão fiscal, aos compadrios? Temos de aceitar um sistema de ensino corrompido por algumas universidades privadas sem qualquer condição? Temos de aceitar um Serviço Nacional de Saúde sempre esvaído, dilacerado por gestões facilitistas, destroçado ao sabor de contabilidades ignorantes, perdendo as suas grandes qualidades de atenção e respeito por todos?

As políticas liberais que conduzem sempre ao mesmo resultado, a desigualdade e a injustiça do capitalismo selvagem são a resposta à pergunta do país. É aí, nas políticas seguidas, que se encontra a razão da incapacidade de inverter o ciclo das desigualdades. Se nos perguntam quem são os responsáveis, queremos dizer com toda a clareza: os responsáveis são quem decide e aplica a desagregação dos serviços sociais que são a vida da democracia, quem atinge a igualdade de oportunidades que é a condição da liberdade. Essa agenda da modernidade, da inclusão, do desenvolvimento e da democracia é a exigência que a liberdade nos faz. Esta agenda marca sempre o debate nacional. E tem grandes vitórias, sem dúvida.

Saúdo aqui, desta Tribuna, o povo português que votou, de forma expressivamente maioritária, para terminar com a criminalização da mulher que aborta e para defender a saúde pública. Saúdo todas e todos quantos se juntaram a esta grande campanha pela democracia, que aprovaram a lei e que a aplicam agora.

Mas ainda falta demasiado. Falta um sistema de proteção social que apoie quem mais precisa. Falta uma política ambiental que puna a irresponsabilidade. Falta o combate à especulação imobiliária, o cancro corruptor do nosso país. Falta o combate à violência contra as crianças e os idosos, a dor secreta que fica dentro das famílias. Falta o direito de voto dos imigrantes, para que tenham toda a responsabilidade, mas também toda a cidadania, para que sejam parte da democracia.

Universalista, cosmopolita, europeu, democrático, capaz de desenvolver os serviços sociais, Portugal precisa de uma agenda de modernidade contra a selvajaria liberal. Portugal precisa da generosidade, do empenho, da coragem, da dedicação e da decência de uma política socialista. É o que lhe falta e é do que mais precisa.

Trinta e três anos depois, tantas promessas depois, sabemos que o ano de 1974 marcou o século passado. Mas foi no século passado. Aí estão as memórias, mas também a responsabilidade, e essa responsabilidade é para agora.

Aos que já não estão entre nós, a nossa homenagem. A começar pelo maior de todos os poetas da canção portuguesa, Zeca Afonso, desaparecido há 20 anos e nunca esquecido, que nos soube dizer que a responsabilidade é agora, que o que faz falta é a insubmissão dos que, com ele, não perderam nada da memória desse tempo. Com ele, aqui estamos para afirmar a liberdade, a igualdade e a fraternidade, numa cidade sem muros nem ameias.

Aplausos do BE, do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Magalhães.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Restantes Membros do Governo, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Demais Autoridades Civis e Militares do Estado, Sr. Cardeal-Patriarca de Lisboa, Sr.as e Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

Reunimo-nos hoje, na já tradicional cerimónia comemorativa do 25 de Abril, para assinalar um novo caminho que há 33 anos iniciámos rumo à conquista da liberdade e à instituição da democracia no nosso país. Este caminho foi, é, e continuará a ser um caminho difícil, que está longe de se poder considerar garantido e, muito menos, concluído. A cultura de exigência implica a procura de mais democracia e de melhor proteção dos direitos fundamentais.

Ao celebrar os primeiros passos — difíceis e sujeitos de controvérsia como todos são — e já consolidados os princípios democráticos, devemos estar cientes de que esta, como qualquer outra obra humana, será sempre imperfeita e até desejavelmente inacabada. Por isso, hoje, para além da evocação do passado, é importante pensar o futuro de Portugal.

Na evocação, prestamos homenagem à determinação dos militares de Abril e a todos os que, durante o regime autoritário, foram perseguidos, presos ou exilados. Mas também homenageamos as figuras cívicas, políticas e militares que no período seguinte ao 25 de Abril lutaram e venceram um novo totalitarismo que proclamava o caminho para o socialismo e a primazia da autoridade revolucionária. Foram também esses homens que garantiram que Portugal seja hoje uma democracia de cariz europeu e ocidental. Relembro o exemplo de homens como Jaime Neves, Tomé Pinto ou Ramalho Eanes. Evoco a memória de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa.

Nunca é demais recordar que, para que do 25 de Abril emergisse a democracia parlamentar, foi necessário e decisivo o 25 de Novembro de 1975. E se é justo homenagear os militares de Abril, não menos justo é, nesta hora, não esquecer aqueles que defenderam um Portugal verdadeiramente livre!

Quanto ao futuro, é importante ter a consciência de como o mundo mudou. De como diferentes são os perigos, as ameaças e os desafios que se deparam a uma nação antiga como a nossa. Tanto mais que, ao contrário de outros países europeus, o século XX português, com a exceção de um curto período de tempo, não foi, em sentido filosófico, um século liberal. Não trouxe à sociedade portuguesa sentido do risco, tradição de empreendedorismo, defesa da propriedade, consolidação das liberdades individuais nem a necessária mobilidade social. Em tudo isto, o século XXI português terá de ser muito diferente.

A verdade é que o Estado Novo se caracteriza, para além da ausência das liberdades públicas, por um forte condicionamento da liberdade económica e social, legando uma cultura protecionista. Mas não é menos verdade que o 25 de Abril, tendo introduzido as desejadas liberdades democráticas, criou um novo modelo estatizante, de que as nacionalizações e o elevado peso do Estado na economia foram o exemplo mais penoso.

Para vencermos estes novos desafios devemos também ultrapassar alguns dos dogmas desta herança, reforçando plenamente os ideais de democracia e liberdade. Desde logo, na Constituição, que no preâmbulo continua a referir o «caminho para uma sociedade socialista» e mantém dogmas ideológicos ultrapassados e a ilusão de um Estado tutelar.

Em segundo lugar, politicamente é essencial reforçar a existência de instituições sólidas e confiáveis, impedindo qualquer tentativa de substituir uma democracia representativa por uma "democracia de opinião" que carece de mandatos eletivos. Ou de substituir, por decreto, uma democracia plural e representativa, que existe por única e exclusiva vontade do povo, por um sistema político cada vez mais fechado.

O futuro que ambicionamos é o de uma democracia com um Parlamento tão exigente quanto valorizado, baseado no pluralismo e no respeito pelo princípio da representatividade das várias correntes de opinião. Por isso, rejeitamos qualquer reforma de secretaria que conduza a um rotativismo assente em dois sentidos indiferenciados. O atual sistema eleitoral está bem e recomenda-se, pois permitiu todas as soluções e maiorias possíveis.

Em terceiro lugar, no que aos princípios basilares de uma sociedade respeita — a responsabilidade individual e a autoridade —, valores relevantes para a formação de uma nova geração de portugueses, devemos ser exigentes. Na escola, onde o declínio da autoridade do professor não é compatível com um igualitarismo enganador, que resulta em agressões de alunos a professores. Nos tribunais, onde a autoridade dos magistrados não é compatível com a espetacularidade mediática da justiça nem se compadece com atrasos inaceitáveis. Nas ruas, onde a autoridade das forças de segurança não é compatível com constantes atos de violência praticados contra quem defende o valor máximo da liberdade que hoje defendemos.

Em quarto lugar, Portugal não pode continuar a resultar de uma junção de duas realidades distintas, como se um só país se dividisse em dois. Não podemos permitir que a teimosia nos grandes projetos públicos resulte no fracasso da proximidade com os cidadãos e num país com um litoral densamente povoado e um interior desertificado pela ausência de serviços essenciais.

Não aceitamos a ideia de que o afastamento do Estado dos cidadãos é condição essencial para ganhar eficiência na sua gestão. É esta a fronteira invisível, mas efetiva, discriminadora e injusta, que

denunciamos. Muitas decisões recentes, quanto ao funcionamento de serviços essenciais, significam, na prática, o encerramento administrativo de uma parte do país.

Hoje, os portugueses vivem com inseguranças. Insegurança quanto ao funcionamento do Serviço Nacional de Saúde, insegurança quanto à solvência do sistema de pensões, insegurança quanto à capacidade de a economia gerar riqueza e criar emprego e insegurança quanto à defesa do poder de compra das famílias. São estas as inseguranças do "cidadão real" e são estas que o Estado tem de compreender, sabendo responder-lhes. Sem dogmatismos ou utopias, mas assente na administração exigente dos recursos públicos, na viabilidade das políticas sociais e no crescimento económico.

Acrescem ainda dois aspetos finais da maior relevância, quer para a nossa vida em comum enquanto sociedade, quer para as nossas ambições para o futuro. E por isso, e em quinto lugar, é necessário favorecer a criação de uma cultura de responsabilidade pessoal e social. Por exemplo, no aproveitamento das oportunidades que o sistema de ensino proporciona, no incentivo e na justiça célere propiciada a quem investe e arrisca, na intransigência face à corrupção, no escrutínio dos corpos profissionais, no respeito pela propriedade, na defesa da privacidade e na imagem que, como nação, damos para o exterior. Nestes, como em outros aspetos, a sociedade não pode delegar no Estado. Tem de ser exigente com o Estado, mas também consigo mesma. E esta cultura de exigência é uma mudança de atitude que devemos aceitar e um desafio que temos de ultrapassar.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Demais Membros do Governo, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: Por fim, e em sexto lugar, devemos dar a devida atenção aos desafios contemporâneos que estão diante dos nossos olhos, pois se as dificuldades são evidentes na criação de um modelo social moderno, mais claras ainda são se olharmos para os grandes desafios do século XXI como o ambiente, a investigação científica ou a cultura.

Como combater as alterações climáticas, sabendo que Portugal dispõe de uma vasta orla costeira e está francamente atrasado nos seus compromissos para a qualificação ambiental?

Como apostar nas novas tecnologias, hoje sinónimo de desenvolvimento, quando Portugal tem uma taxa de utilização regular da *Internet* igual a metade da dos países mais desenvolvidos?

Como assegurar a formação e a qualificação dos portugueses, quando o abandono escolar não diminuiu e apresenta uma taxa de insucesso superior ao dobro da média europeia?

Como fazer da cultura uma das prioridades do país, fazendo com que esta, para além da proteção do nosso património e da nossa identidade, se assuma, respeitando a liberdade de criação, como um fator essencial de valorização e de afirmação de um país moderno, desenvolvido e aberto ao mundo?

Este é o Portugal que falta fazer. É este o futuro que ambicionamos para vivermos num país que seja mais justo e, acima de tudo, mais próspero.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lopes.

O Sr. **Francisco Lopes** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Capitães de Abril, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

Há 33 anos, a Revolução de Abril abriu um caminho novo. Aquele dia 25 de Abril de 1974 e o processo libertador que desencadeou, unindo Povo e Movimento das Forças Armadas, ficará para sempre ligado ao que de mais progressista regista a história de Portugal.

Não aconteceu por acaso. Foi obra dos militares de Abril, que daqui saudamos.

Aplausos do PCP, do PS, do BE, de Os Verdes e de Deputados do PSD.

Foi obra da luta de muitos anos dos trabalhadores e do povo português. Foi obra dos que resistiram, homens e mulheres que deram muito de si próprios (alguns a própria vida) para tornar possível o futuro de liberdade, democracia e progresso social. Nessa resistência, em que tantos democratas se envolveram, os comunistas e o seu Partido, na primeira linha da luta, alvos principais da repressão, promotores essenciais de uma inabalável confiança no futuro, tiveram um lugar ímpar. Não haverá silenciamento, reescrita da história ou usurpação da memória que o possa esconder.

Neste tempo, em que se procura esquecer, branquear e mesmo promover o fascismo, e quando alguns dos seus continuadores procuram impunemente emergir, é necessário lembrar o que foi a criminosa ação do regime fascista de Salazar e Caetano, que se abateu durante 48 anos sobre o povo português e Portugal. A PIDE, a repressão, a prisão, a tortura, o assassínio, a censura, a guerra, com o seu rasto de destruição e morte, a corrupção, o Estado ao serviço de uma pequena minoria, a pobreza, a miséria, a fome, as gritantes injustiças sociais, o analfabetismo e o atraso foram marcas desse tempo sinistro.

Há 33 anos, a Revolução de Abril pôs fim a esse período odioso e abriu caminho a um tempo de alegria, progresso, desenvolvimento, liberdade e democracia. Um tempo extraordinário que em poucos meses promoveu avanços progressistas sem paralelo.

Institucionalizou a liberdade e a democracia, a livre organização e ação dos partidos políticos, o poder local democrático, as regiões autónomas, a definição de uma Administração Pública ao serviço das populações e do país. Desencadeou grandes transformações para vencer estrangulamentos e sabotagens e promover o desenvolvimento: a reforma agrária, que deu trabalho a dezenas de milhares de trabalhadores, a nacionalização de setores básicos e estratégicos, o controlo de gestão e o apoio aos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais.

Consagrou os direitos dos trabalhadores à greve, à contratação coletiva, à liberdade sindical e à constituição das comissões de trabalhadores. Consagrou ainda a melhoria das condições de vida, o salário mínimo, o subsídio de desemprego, o mês de férias, a afirmação da dignidade e a valorização do trabalho e dos trabalhadores.

Respondeu às necessidades e aspirações populares de acesso à saúde, de generalização do ensino, de garantia da segurança social, dos direitos das mulheres e dos jovens e de promoção do desenvolvimento

equilibrado do país, com a chegada dos médicos, da energia elétrica, da água, dos transportes e de outros serviços públicos e apoios sociais que as populações festejavam.

Impulsionou a criação, fruição e promoção da cultura. Pôs fim à guerra colonial, assegurou a paz, a libertação de outros povos, a criação de novas pátrias, a quebra do isolamento internacional, a cooperação com os países e povos de todo o mundo.

Foi um tempo de concretização de sonhos e aspirações, de progresso, de esperança sem limites, de um projeto que é preciso cumprir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nos últimos 30 anos, sucessivos governos, combatendo os valores de Abril, têm vindo a comprometer o futuro do país, conduzindo-o aos graves problemas da atualidade. Longe das promessas do pelotão da frente da União Europeia, Portugal ocupa um lugar cada vez mais atrasado nos principais aspetos económicos e sociais, defrontando graves problemas estruturais e um alto nível de desemprego, que atinge mais de 600 000 portugueses.

Os trabalhadores, as novas gerações, seres humanos com dignidade e direito a uma vida melhor, são tratados como peças descartáveis na engrenagem da exploração e do lucro. A prática de regressão dos direitos dos trabalhadores e da sua violação é acompanhada pelo Governo, que dá exemplo negativo com os trabalhadores da Administração Pública, enquanto a precariedade afeta mais de 1 milhão de trabalhadores, condicionando particularmente a vida dos jovens.

E como se já não bastasse, querem agora pôr todos os trabalhadores em situação precária, desenterrando o conceito de flexigurança para implementar os despedimentos individuais sem justa causa e dar mais poder à arrogância patronal na imposição arbitrária de horários, carreiras, funções e remunerações, promovendo a lei da selva nas empresas.

Aqueles que intensificam a exploração, as desigualdades e injustiças sociais, que acumulam lucros colossais à custa das dificuldades da maioria e do empobrecimento e miséria de muitos, pretendem aparecer como beneméritos de piedosas iniciativas de inclusão, na velha lógica que transforma pessoas a quem são devidos direitos e condições de vida dignas em mendigos da caridade dos que, afinal, os excluem todos os dias.

Onde há 33 anos a Revolução de Abril criou condições para as populações festejarem avanços, hoje, com uma nova estrutura do Estado e das suas funções, está em curso um processo de degradação, privatização e encerramento de serviços que abandona o interior e reduz a resposta em todo o país, ameaçando de forma particularmente grave o Serviço Nacional de Saúde.

As políticas sobre as Forças Armadas e os direitos dos militares, a independência da justiça e autonomia do Ministério Público, as forças de segurança e os serviços de informação levantam legítimas preocupações que se manifestam também face às limitações à liberdade de organização dos partidos políticos, de propaganda e informação e aos condicionamentos da liberdade sindical e do direito à greve.

A soberania nacional é, por sua vez, submetida a uma integração europeia feita à medida das multinacionais e das grandes potências e quando alguns pretendem retomar um tratado morto pela vontade dos povos já há quem queira expropriar o povo português do direito de se pronunciar.

Trinta e três anos após o 25 de Abril, Portugal está aprisionado pelos interesses dos grupos económicos e financeiros, cujos lucros aumentam todos os anos à custa dos sacrifícios da maioria do povo e do comprometimento do desenvolvimento.

Neste tempo de preocupações e interrogações, a resposta aos problemas do país passa pela rutura com a política de injustiça social e declínio nacional das últimas décadas e por uma mudança de rumo que tem como matriz o projeto de Abril, o projeto de futuro que a Constituição da República Portuguesa consagra.

O 25 de Abril é a Revolução, são as suas realizações e conquistas, são os seus valores e projeto. O 25 de Abril é o exemplo do combate à resignação, ao conformismo, às impossibilidades e inevitabilidades. O 25 de Abril é a imensa força transformadora da participação e da luta contra as injustiças, pela construção de um futuro melhor.

Por isso, o 25 de Abril, que justamente comemoramos na Assembleia da República, assinala-se na rua, nas comemorações populares, prolonga-se no 1.º de Maio, Dia do Trabalhador, para sempre ligado à Revolução de Abril, afirma-se nas lutas de todos os dias e afirmar-se-á nas manifestações do 1.º de Maio de 2007 e na greve geral de 30 de maio, decidida pela CGTP-Intersindical Nacional.

Não haverá limitações e condicionamentos da liberdade de organização política, de informação ou manifestação ao serviço dos "novos velhos senhores" que possam fechar as portas do futuro. Como a história mostra, quanto mais altos forem os diques erguidos ao curso do rio das aspirações populares, mais impetuoso será o caudal da mudança.

Como diz o poeta, «o povo é quem mais ordena» e, sejam quais forem as condições, as dificuldades e os obstáculos, será a vontade e a força dos trabalhadores e do povo que acabará por triunfar, com Abril, para cumprir Abril, por um Portugal com futuro.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e de Deputados do BE.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rangel.

O Sr. **Paulo Rangel** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Demais Altos Dignitários do Estado e Ilustres Convidados, Celebrados Militares de Abril, Sr.as Deputadas, Srs. Deputados, Portuguesas e Portugueses:

O 25 de Abril é o momento de homenagear todos aqueles que, com amarras e restrições próprias da sua contingência, fundaram a democracia.

A democracia é, no entanto, e sob pena de contradição nos próprios termos, um regime político «aberto ao tempo», ao tempo e ao seu «livre decurso», ao tempo e ao seu «livre devir».

Neste sentido, a democracia tem de garantir a cada nova geração a possibilidade de decidir do seu próprio destino. Uma democracia que não deixe liberdade de escolha, de «autodeterminação» e de

«autogoverno» às «gerações seguintes» ou, como agora se diz, às gerações futuras não é, não será nunca, uma democracia.

A democracia vem, portanto, a ser, de entre todos os regimes políticos, aquele que menos deve aos seus fundadores, ainda que lhes possa dever muito... Na verdade, ela tem de ser diuturnamente sufragada pela vontade, pelo empenho, pelo zelo e pelo escrúpulo, para usar uma palavra com pergaminhos na teoria política, pela «virtude» dos que, em cada geração renovada, se sucedem.

Celebrar a democracia e a liberdade não é, por isso, só e tão-só queimar incenso na ara dos que, temerários e lúcidos, fundaram o regime democrático. Celebrar a democracia e a liberdade é também prestar homenagem a todos quantos têm contribuído para consolidar, enraizar e aperfeiçoar a vida democrática. Comemorar Abril pode ser, por isso, outrossim, celebrar os que têm vindo a construir a democracia ao longo destes 33 anos e, já agora, celebrar todos nós, portugueses, que a fazemos, madrugada a madrugada, com ou sem cravo na lapela.

Porque também nós, com a nossa responsabilidade geracional, fazemos democracia — fazemos a democracia —, não podemos nesta data alhear-nos das ameaças e das nebulosas que a espreitam e envolvem. Repito, sem medo nem receio das palavras: as ameaças e as nebulosas que espreitam e ensombram a qualidade da nossa democracia.

Resolvido que está, com legitimidade eleitoral maioritária no Parlamento, o problema da democracia formal, preocupam-nos de sobremaneira os problemas da democracia material e até certos pilares da dita democracia processual.

Não por acaso se ouvem insistentes vozes a clamar e reclamar por uma democracia de qualidade, substantiva, material, uma democracia de valores, assente nas regras do respeito, da verdade, da tolerância e do pluralismo.

Mas, Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados, como garantir e realizar essa democracia de valores, essa República da tolerância e do pluralismo, se nunca como hoje se sentiu uma tão grande apetência do poder executivo para conhecer, seduzir e influenciar a agenda mediática?

Vozes do PSD: — Muito bem!

Risos do PS.

O **Orador**: — Como podem assegurar-se as condições lineares do debate democrático, do debate aberto e franqueado no espaço público, se esse impulso de sedução e domínio perpassa do alinhamento e da agenda para o controlo mais direto ou indireto de órgãos de comunicação ou das suas estruturas de gestão?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — E não falamos apenas e só da política de comunicação, verdadeira *prima inter pares* do poder executivo deste tempo, nem da conivência ou banalização e vulgarização dos contactos institucionais com jornalistas, nem das nomeações de administradores ou editores convenientes, nem das soluções legislativas que avaliam e adjetivam a qualidade do jornalismo. Falamos também — e com farta preocupação — da liberdade de expressão individual e da sua evidente castração.

Também o cidadão comum, trabalhador ou empresário, desempregado ou quadro médio, estudante ou funcionário público sofre e padece o efeito de tenaz da crise económica, por um lado, e da dependência estatal, pelo outro. A conjugação de uma grave situação económica com um discurso oficial de pensamento único, de autoelogio maniqueísta e de otimismo compulsivo produz uma atmosfera propícia ao medo e ao receio do exercício da liberdade crítica e da assunção pública da divergência.

Aplausos do PSD.

Não, não são só os *media*; é também a sociedade portuguesa que está condicionada.

Nunca, como hoje, se sentiu este ambiente de condicionamento da liberdade. Do ponto de vista dos valores processuais da liberdade de opinião e da liberdade de expressão, vivemos, aqui e agora — ai de nós! —, num tempo de verdadeira «claustrofobia constitucional», de verdadeira «claustrofobia democrática».

Protestos do PS.

Mas se esta concentração do poder de influência é uma das mais inquietantes dimensões sociológicas dos dias que correm, a verdade é que esse apetite cresce e fermenta agora para o poder de mando, para o poder de coerção.

Com efeito, o poder executivo prepara-se — pelo menos assim anunciou — para legitimar, com a chancela da lei, a total concentração do poder de mando civil, do chamado poder policial.

A designada reorganização da segurança interna e das forças de segurança consubstancia uma centralização do poder policial que põe em causa garantias elementares do Estado de direito democrático e é totalmente alheia à nossa tradição e à nossa cultura.

Pretende, então, criar-se, sob a alçada do chefe do Executivo, um secretário-geral que tanto coordena como ordena e que passará a tutelar todos os corpos policiais, aí incluída a Polícia Judiciária. O qual, para mais, se articula com os serviços de informações, acumulando todo o poder policial do Estado numa só fonte, numa só sede, numa só pessoa: juridicamente, o secretário-geral; virtualmente, o chefe do Executivo.

Tudo isto a par da criação de um Conselho Superior de Investigação Criminal, presidido também pelo chefe do Executivo, em que tem assento o Procurador-Geral da República, em posição estatutária de alto funcionário, subordinada e nunca antes assumida.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados: Como compatibilizar essa nobre aspiração de qualificar a democracia, de a tornar numa democracia de valores, se as liberdades mais elementares, aquelas que podem ser postas em causa pelas funções de segurança, de inteligência e de investigação criminal, ficam à mercê de uma organização piramidal, todo-poderosa, que desconhece as mais básicas regras de desconcentração do poder?

Como aperfeiçoar um sistema democrático, se, ao fim de 30 anos de experiência e maturação, esse sistema declina, desliza e derrapa para um modelo simplista e "concentracionário" do «Grande Intendente», que tudo supervisiona, tudo tutela, tudo vigia?

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as Deputadas e Srs. Deputados: A luta pela liberdade de expressão e pela integridade das defesas de garantia criminal, só asseguradas por um modelo não concentrado do poder policial, pertence ao património ideológico nuclear do PSD e teve, mesmo antes de 1974, em Sá Carneiro, um dos seus mais distintos protagonistas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Para a nossa geração, celebrar Abril e fazer democracia é justamente denunciar, num tempo de letargia cívica e de anestesia cidadã, sem medos, com serenidade e com exigência, os novos perigos e ameaças para a liberdade dos cidadãos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Fizemo-lo, aqui e hoje, sob o signo poético e profético dos versos encorajantes de Sophia, que passo a ler:

«Serenamente sem tocar nos ecos/Ergue a tua voz/E conduz cada palavra/Pelo estreito caminho/Vive com a memória exata/De todos os desastres/Aos deuses não perdoes os naufrágios/Nem a divisão cruel dos teus membros./No dia puro procura um rosto puro/Um rosto voluntário que apesar/Do tempo dos suplícios e dos nojos/Enfrente a imagem límpida do mar.»

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em nome do Grupo Parlamentar do PS, vai usar da palavra a Sr.ª Deputada Maria de Belém Roseira.

A Sr.ª **Maria de Belém Roseira** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, antigos Presidentes da República Ramalho Eanes, Mário Soares e Jorge Sampaio, Sr. Cardeal-Patriarca, Membros do Governo, Excelências, Sr.as Deputadas e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Era Primavera, cheirava a madrugada e havia música no ar!

E o dia foi abrindo, a esperança deu à luz e fez-se a *Praça da Canção* e a canção na praça.

E flores, muitas flores vermelhas que passaram a chamar-se liberdade.

As armas, essas quase nem precisaram de se fazer ouvir e o vento que passava passou a dar boas notícias do país.

As multidões, de mãos dadas, fizeram a única guerra que importava: dar ao poder a legitimidade que lhe tinha sido roubada.

Esta foi a luta de muitos, de várias gerações. Alguns nem viveram para dela poderem beneficiar. Mas também não foi para isso que a fizeram. Fizeram-na porque acreditaram que esse era o seu dever e legaram-nos a enorme responsabilidade de cumprir Abril.

Sente assim, nas cerimónias deste dia, quem viveu antes, durante e depois o 25 de Abril.

Ele foi-se construindo: na exposição da pobreza que obrigava a procurar outros países, porque o nosso não dava oportunidades; na guerra colonial, que violava o direito à autodeterminação já proclamado pela ONU; no isolamento nacional, doutrinariamente assente no obscurantista «orgulhosamente sós»; na perseguição, na tortura e na censura por motivos políticos, que desafiavam o respeito devido à dignidade e à liberdade, inerentes à condição humana; nas lutas estudantis, que constituíram o viveiro da sensibilização para a política de milhares e milhares de jovens — saúdo Alberto Martins que arriscou tudo falando em nome de muitos de nós quando era proibido falar.

Fez-se, finalmente, com coragem, garbo, inteligência, autocontenção e sentido de responsabilidade, por um punhado de jovens — os capitães de Abril — presentes nas galerias, e na nossa bancada, na pessoa do nosso estimado colega Marques Júnior, que daqui saúdo.

Aplausos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes, de pé, e de Deputados do PSD.

Foi a primeira Revolução sem sangue, de tal maneira que serviu de exemplo aqui ao lado e noutros continentes.

Mas a Revolução não era militar, era política, e os militares de Abril transmitiram o poder aos políticos em mais um processo exemplar. Porque a Revolução era para mudar o regime, restituindo o poder àqueles de quem ele deriva. Era para mudar a política, fazendo-a servir os princípios do desenvolvimento humano. Era, em suma, para nos devolver a liberdade e, ao fazê-lo, tornar-nos responsáveis pelo nosso futuro, numa lógica de direitos, mas também de correlativos deveres.

Fizemo-lo bem? Por certo não fizemos tudo o que devíamos, nem sempre o fizemos também da melhor maneira, mas o balanço é francamente positivo e todos os indicadores o mostram.

Fizemos a descolonização, encontrámos o nosso lugar e ocupamo-lo de pleno direito nas organizações internacionais construtoras, defensoras e promotoras dos direitos humanos e também obreiras da paz mundial.

Aprovámos uma Constituição assente na dignidade da pessoa humana, na liberdade e na defesa dos direitos humanos, na justiça, na solidariedade e no primado da política sobre a economia.

Consagrámos a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres como tarefa fundamental do Estado, fazendo apelo a uma nova cidadania organizativa.

Chegámos lá? A tendência para a autoflagelação esquece com muita facilidade que, conjunturalmente, o 25 de Abril coincidiu, na prática, com o primeiro choque petrolífero, o de 1973. Mas, mesmo assim, construímos a universalidade na educação, na segurança social e na saúde. Para quem partiu com 30 anos de atraso relativamente à Europa, tivemos que fazer muito em pouco tempo e teremos sacrificado algumas vezes a qualidade à quantidade.

A integração na União Europeia, cujo principal paladino foi Mário Soares, foi a segunda etapa desta luminosa Revolução, uma nova e rasgada oportunidade.

Aplausos do PS.

Aquela que verdadeiramente nos podia permitir deixarmos de ser um país adornado para o mar, para nos reequilibrarmos numa posição geoestratégica que nos permita tirar um novo partido da nossa fronteira terrestre virada para o centro da Europa.

Mas cumprir Abril 33 anos depois não é falar do passado, nem sequer do presente. É, sobretudo, falar do futuro, num mundo interdependente e inter-relacionado. É falar de nós, mas também dos outros.

É falar do país e das batalhas que tem pela frente, de que cito apenas algumas.

Em primeiro lugar, a qualidade da democracia — e aqui a criação das condições para uma acrescida participação das mulheres na vida política, a luta contra a corrupção, a reforma do Parlamento, conjugada com outras medidas visando acrescentar mais transparência à ação política.

Em segundo lugar, o reforço da qualidade das instituições e do funcionamento do sistema de justiça, pedra basilar da qualidade da democracia e do desenvolvimento económico.

Em terceiro lugar, a modernização do país e as reformas estruturais que o nosso Governo, sob a direção do Sr. Primeiro-Ministro José Sócrates, está a empreender no sentido de reforçar o papel estratégico do Estado, assente num forte poder regulador e numa Administração Pública competente, prestigiada, desburocratizada, que facilite a vida aos cidadãos e às empresas e num setor público que realize o objetivo e a dimensão social da universalidade.

Em quarto lugar, a criação de condições que permitam lutar contra as gravíssimas desigualdades que nos atingem: a batalha pelo emprego; a luta contra o abandono escolar; a formação profissional dos trabalhadores; a qualificação dos empresários e a luta contra as discriminações de toda a natureza, através do envolvimento de todos os agentes na luta contra a pobreza, como aconteceu no recente Roteiro para a Inclusão do Presidente da República.

Em quinto lugar, a batalha da qualificação e do potencial científico e investimento no capital humano, indispensáveis ao reforço da competitividade, e a participação de igual para igual já possível nas mais avançadas linhas de investigação a nível mundial, reforçando os princípios da bioética e do benefício para a humanidade.

Abril é falar da Europa, também, sobretudo neste ano em que Portugal vai assumir a Presidência durante o segundo semestre. Isto significará, 50 anos depois da assinatura do Tratado de Roma,

encontrar o adequado desenho constitucional que assegure que a Europa se assume a uma só voz nas relações externas e na política de segurança comum, cumpre o seu papel no equilíbrio geoestratégico mundial, contribuindo para a paz, para o desenvolvimento, para a proteção do planeta e para a regulação da globalização, em que a economia sirva as pessoas e não as pessoas a economia.

Mas só teremos mais Europa se colocarmos a coesão social a par da união política e da união económica.

Isto significará também uma clara definição das competências das instituições europeias e das competências nacionais.

O princípio da subsidiariedade, designadamente na organização dos sistemas de proteção social, é de salvaguardar de forma adequada.

Numa época onde as grandes diferenças entre partidos políticos se medem frequentemente na forma como concebem os modelos de proteção social, a imposição de modelos únicos europeus poria em causa a própria essência do sistema democrático nas suas escolhas nacionais.

Acompanho, por isso Jean-Paul Fitoussi e Jacques Le Cacheux no seu manifesto sobre a Europa dos bens públicos como contributo para a reforma da constituição económica europeia, tão oportuno quando estão em aprofundamento os serviços sociais de interesse geral, na sequência da revisão da Diretiva Bolkenstein.

Defendem estes autores que prosseguir a integração no campo político implica uma explicitação prévia da reforma do projeto político que contém a Europa económica, conciliando duas realidades essenciais: o Estado-nação e a soberania partilhada. A estabilidade macroeconómica, o pleno emprego, a coesão territorial, o progresso do conhecimento e da sua transmissão, a proteção do ambiente (que preside à noção de desenvolvimento sustentável), a mobilidade, a independência energética e a coesão nacional através da integração social no seio de cada Estado-membro são bens públicos europeus essenciais ao bem-estar das populações.

A União Europeia é bem mais do que um mercado. É uma união política que deve ter a possibilidade de definir e concretizar estratégias industriais e comerciais, competindo à autoridade política reconciliar os objetivos de três políticas: concorrência industrial e comercial, sem subordinação destas últimas à primeira. A União Europeia não deve nem pode ficar de fora da prosperidade mundial e não pode subtrair-se às suas responsabilidades de grande potência. Ela tem um futuro a ganhar.

E o mundo? O mundo, esse, hoje já não é caracterizado pelo espaço-tempo, mas pelo «espaço--velocidade», como diz Paul Virgilio.

Isto quer dizer que o mundo está aqui, na mão e na vida de cada um de nós. Mas esse mundo é vivido, por vezes, numa busca de felicidade «mais numa lógica de mina do que de agricultura ou horticultura», numa feliz expressão de Zygmunt Bauman. Isto é, mais numa lógica de exploração até esgotar do que numa lógica de cultivar e fazer crescer. Razão pela qual muito mais do que da visão de Thomas Friedman, que atribui à globalização a imagem de «o mundo é plano», comungo da premonição de Kant, de há bem mais de dois séculos, de que é porque o mundo é esférico que se impede a «dispersão infinita» e, no final, seremos todos vizinhos, não tendo outra alternativa senão vivermos todos juntos e sustentarmo-nos uns aos outros.

E é porque somos todos vizinhos, porque vivemos ao lado uns dos outros, que, enquanto não chega a época da "hiperdemocracia", não podemos ignorar as terríveis desigualdades que convivem connosco e os milhões de pessoas que morrem por ano simplesmente porque são demasiado pobres para permanecerem vivas.

Outro mundo é preciso e é possível. É o que nos propõe Jeffrey Sachs quando afirma que a oportunidade que temos é de cortar a respiração: sermos capazes de fazer avançar a visão do iluminismo de Jefferson, Smith, Kant e Condorcet. A revolução democrática que o iluminismo pôs em marcha cobre atualmente mais de metade da população mundial; a visão de Kant sobre uma federação de Estados independentes está corporizada nas Nações Unidas; a imagem de Condorcet de uma revolução cientifica autossustentada tem demonstrado estar acertada e a ciência pode agora ser utilizada para tratar alguns dos maiores perigos permanentes da humanidade; e o conceito de Adam Smith relativo à difusão da riqueza económica é o mais imediato dos triunfos que temos à frente: a eliminação da pobreza extrema num período de apenas duas décadas, promovendo uma «globalização iluminada», constituída por democracia, multilateralismo, ciência e tecnologia e um sistema económico desenhado para satisfazer as necessidades humanas.

Acabar com a pobreza será a única oportunidade para lutar contra a paz precária que vivemos face às ameaças do terrorismo.

Parafraseando Robert Kennedy, «poucos terão a grandeza de vergar a própria história, mas cada um de nós pode trabalhar para mudar uma pequena parte dos acontecimentos e na totalidade de todos esses atos será escrita a história da sua geração (...).».

Seremos capazes. Estou certa de que sim. Teremos apenas que ler mais, como aconselha Paul Ricoeur, porque «a imaginação social é constitutiva da própria realidade». Depois, fazer bem, como nos ensina António Damásio, numa atitude de combate que vença o mero determinismo biológico, acrescentando-lhe emoção e sentimento.

Teremos ainda de acrescentarmo-nos em multiculturalidade. Fazendo jus à nossa História, à nossa diáspora e à aliança entre civilizações, teremos de invocar a sabedoria oriental budista para a qual, ao esclarecimento, correspondem oito caminhos: visão correta; resolução correta; discurso correto; conduta correta; modos de vida corretos; esforço correto; apreensão correta; concentração correta.

Se assim fizermos, todos, mas também cada um de nós, construiremos o futuro à altura da nossa ambição e cumpriremos Abril.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República Jaime Gama**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Constitucional e dos demais Tribunais Superiores, antigos Presidentes da República e Presidentes da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Ministros, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Altas Autoridades Civis e Militares, Sr. Cardeal-Patriarca de Lisboa, Eminência:

Nesta sessão solene, cumprimento de forma especial o Sr. Presidente da República, a quem agradeço ter aceitado o nosso convite para se dirigir à Assembleia da República e ao país por ocasião do 33.º aniversário do 25 de Abril.

Cumprimento igualmente o poder executivo e o poder judicial e todas as individualidades presentes, nacionais e estrangeiras, e entre os convidados destaco — porque a democracia tem memória — os que aqui simbolizam o Movimento das Forças Armadas, a Associação 25 de Abril.

Aplausos do PS, do PSD, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Celebramos o Dia da Liberdade, grande marco de viragem na história portuguesa contemporânea, em que ao derrube da ditadura sucedeu o erguer assumido da democracia.

Temos motivos para nos orgulharmos: um elevado nível de proteção das liberdades públicas, instituições baseadas no sufrágio e na alternância, liberdade de imprensa, liberdade religiosa, um poder judicial independente, a integração europeia, o bom relacionamento internacional, a amizade com os países outrora antigas colónias, políticas públicas de solidariedade e coesão, livre empresa, internacionalização e abertura económicas, concertação social, fortes dinâmicas municipais e autonómicas, abertura de espírito, diálogo, tolerância e respeito mútuo.

Temos também, e ainda, motivos para nos preocuparmos: os desequilíbrios nas contas públicas e nas contas externas, o crescimento lento da economia abaixo da média europeia, a concorrência acrescida no mercado único e nas relações comerciais externas da União Europeia, a deslocalização de empresas, os níveis de investimento externo e interno retraídos e o difícil ajustamento do setor administrativo às exigências de uma política de crescimento forte.

Motivos de orgulho, motivos de preocupação.

Por isso, o Dia da Liberdade não pode também deixar de ser dia da responsabilidade.

Diante de vós, não gostaria, neste 33.º aniversário do 25 de Abril, de orientar as minhas palavras para traçar o que deve ser feito por terceiros, mas, sim, para refletir sobre o que em especial nos cabe, enquanto Assembleia da República, fazer ao serviço do país.

Como Presidente de um órgão de soberania eminentemente plural, uso assim da liberdade que conquistámos com a Revolução dos Cravos para realçar toda a responsabilidade que temos diante de nós e para o fazer perante as portuguesas e os portugueses que nos elegeram.

Com a X Legislatura quase a meio do percurso, temos sido a sede de um intenso processo político e legislativo, aberto à opinião pública e aos meios de comunicação, e com repercussões em toda a vida nacional, dado o caráter estrutural de algumas das reformas, atenta a iniciativa do Governo e dos grupos parlamentares, a dinâmica poder-oposição — com salvaguarda absoluta dos direitos desta — e a expressão ativa de variados grupos de interesses que acorrem à Assembleia da República para exprimir um leque muito variado de pontos de vista.

Sendo a instituição mais aberta e exposta do sistema político, verifico que registamos — de acordo com os estudos de opinião — uma quota positiva na apreciação dos nossos concidadãos e que, neste particular, o Parlamento português está claramente acima da média europeia na valoração

face aos seus congéneres em outros Estados-membros e bem acima de outras instituições nacionais.

Com tranquilidade, assinalo — e o mérito é de todos — que a nossa *performance* em quantidade de leis debatidas e aprovadas, número de reuniões plenárias, acolhimento de iniciativas populares (sobre leis, referendos ou petições), atividades, audições e deslocações por parte das comissões parlamentares, consultas públicas, transparência na divulgação de dados, abertura ao diálogo e aos contactos com o país real, ou, ainda, assunção de responsabilidades culturais, se objetivamente comparada com outros Parlamentos de países membros da União Europeia (e contrariamente ao que o preconceito possa supor) não nos deixa fazer má figura, muito pelo contrário.

Tenciono, aliás, propor, no âmbito da futura Presidência portuguesa da União Europeia, que os Parlamentos europeus estabeleçam entre si um método de comparação aberto para podermos avaliar, em conjunto, os padrões recíprocos de funcionamento em vários parâmetros e, assim, contribuir para o aperfeiçoamento da qualidade geral da democracia no espaço da União, fortalecendo o seu papel de verdadeiro líder mundial da democracia moderna no século XXI.

Em particular, registo o esforço em curso para escrutinar de modo mais efetivo as políticas europeias, para analisar as nossas contas públicas e a realidade orçamental, para proceder a inquéritos parlamentares independentes e para acompanhar e fiscalizar a execução das leis, dando finalmente cumprimento, neste ponto, ao estipulado no artigo 162.º da Constituição, que nos atribui especialmente tal tarefa enquanto órgão de soberania.

Como é natural, e até desejável, a Assembleia da República é, por vezes, alvo de críticas — é, aliás, esse o ambiente normal da democracia, regime político em que, felizmente, não há intocáveis. Discernindo com rigor o que são produtos profissionais específicos de certo tipo de campanha, não devemos, todavia, ignorar as críticas que nos dirigem, antes nelas devemos conscienciosamente meditar para podermos eliminar os fatores que lhes dão origem e, assim, proceder num são e descomplexado entendimento de que o nosso dever é o de uma constante auto-reforma.

Democracia é liberdade, mas democracia é também responsabilidade. Democracia é exigência de correto desempenho público, a começar, claro, pelo nosso próprio desempenho público e pelo cumprimento dos deveres de assiduidade em relação ao desempenho de mandatos públicos.

Sem esquecer opções a montante, indispensáveis para a reforma do sistema político — que espero ver concretizadas até ao final da X Legislatura, como as que moderadamente se impõem quanto ao sistema eleitoral —, as diversas forças políticas comprometeram-se a apresentar, até ao final do presente mês, as suas propostas para modernização e reforma do Parlamento. Todos as aguardamos com expectativa, tal é a importância de tal objetivo quanto à melhoria de funcionamento da Assembleia da República, numa perspetiva de reforço da democracia portuguesa e, consequentemente, de serviço a toda a comunidade nacional. Não podemos falhar esta oportunidade de aperfeiçoamento institucional e estou certo de que, com o consenso de todos, e com autêntico espírito de diálogo, poderemos chegar ao fim da Sessão Legislativa com o trabalho feito.

A par do esforço empreendido até aqui — e com resultados —, tenho a noção de que é possível ir mais longe, mantendo uma clara perspetiva constitucional e institucional sobre o que é um órgão de soberania, sede do poder legislativo, e não plataforma de eventos, no sentido de manter

a intensidade da produção de leis, sem baixar padrões europeus estabilizados quanto ao número de reuniões plenárias semanais. Seremos capazes de reforçar o controlo político do Governo em Plenário e o contraditório com as oposições sobre verdadeiras questões de atualidade, selecionadas por forma menos predeterminada pelo Executivo; prosseguir o aumento de atividades por parte das comissões; assegurar melhores condições de contacto com os eleitores e mais adequados suportes de comunicação; reforçar o rigor na gestão dos meios financeiros e humanos ao dispor da Assembleia; incorporar um número ainda maior de tecnologias de informação e comunicação em suporte das atividades parlamentares; em suma, melhorar, de forma consistente e credível, o desempenho do órgão de soberania Assembleia da República ao serviço da democracia portuguesa, democracia há 33 anos restaurada pela arrancada generosa e corajosa dos capitães de Abril. Confio nos Deputados a que colegialmente presido para que deste exercício, feito sem cansaço nem laxismo, com ideias e sem *slogans*, certamente com muita ambição, possa vir a sair um claríssimo resultado de eficiência e rigor que faça da Assembleia da República um verdadeiro caso de instituição parlamentar sem qualquer ambiguidade, sempre colocada acima da média europeia.

Sr. Presidente da República, Ilustres Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: As portuguesas e os portugueses que nos acompanham na simbologia desta cerimónia evocativa da libertação democrática, de Norte a Sul do país, nas Regiões Autónomas ou nas múltiplas partidas da emigração, rendem hoje homenagem às Forças Armadas Portuguesas, pelo seu contributo decisivo para um Portugal renascido, de cuja defesa nacional são o instrumento moderno, bem como expressão viva do contributo português para a paz e a segurança internacionais. A elas o nosso reconhecimento.

Há 33 anos começámos um caminho, um caminho por vezes difícil, mas de que ninguém se alheou e em que todos cabem no abraço fraterno da liberdade. Um caminho com rumo, que precisa absolutamente de continuar a contar com todas as portuguesas e com todos os portugueses, onde quer que se encontrem, para sermos capazes de prosseguir sempre mais além, sem desânimo, com confiança, com convicção, e com firmeza de caráter, o esforço de Portugal, as batalhas de Portugal, a vitória de Portugal.

Aplausos gerais.

Para dirigir uma mensagem à Assembleia da República, e também a todo o país, vai usar, em seguida, da palavra o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República** (Aníbal Cavaco Silva): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Deputados, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Ao longo dos anos, esta Câmara tem-se reunido em sessão solene para assinalar a passagem do dia 25 de Abril. Esta cerimónia tem vindo a repetir-se durante as últimas décadas, ano pós ano, sem grandes alterações de fundo.

Creio que é chegado o tempo de nos confrontarmos com algumas interrogações. De tão repetida nos mesmos moldes, o que resta verdadeiramente da comemoração do 25 de Abril? Continuará a fazer sentido manter esta forma de festejarmos o Dia da Liberdade, ou será tempo de inovar?

Estas dúvidas trazem consigo uma outra pergunta: não estarão as cerimónias comemorativas do 25 de Abril a converter-se num ritual que já pouco diz aos nossos concidadãos?

Preocupo-me sobretudo com o sentido que este Dia da Liberdade possui para os mais jovens, para aqueles que nasceram depois de 1974. É deles o futuro de Portugal. O que dirá este cerimonial às gerações mais novas? É uma pergunta que não posso deixar de colocar à reflexão dos Srs. Deputados à Assembleia da República.

O 25 de Abril não é a festa de uma geração, mas um momento que deve interpelar todos os portugueses. Nós, os que estamos hoje aqui reunidos, não somos os donos da Revolução, nem os proprietários da democracia.

O que esta data e o que o regime democrático têm de singular é precisamente o facto de não ser exclusivo de ninguém, mas património comum de Portugal inteiro. Ninguém é dono do 25 de Abril. A história pertence a todos, mesmo aos que a não viveram.

Interrogo-me, Srs. Deputados, se não devemos atualizar a evocação do 25 de Abril de 1974, pensando sobretudo naqueles que não sentiram a emoção desse dia.

Para os mais jovens, a liberdade tem um significado distinto daquele que possui para muitos dos presentes nesta cerimónia. Pode mesmo afirmar-se que, na sociedade portuguesa, coexistem duas maneiras de sentir a liberdade. De um lado, a liberdade daqueles que tiveram de a conquistar e de batalhar por ela; do outro lado, a liberdade daqueles que a têm como uma realidade natural da vida, tão inquestionada e adquirida como o ar que respiram.

Não nos podemos esquecer de que houve um tempo em que Portugal não respirava esse ar de liberdade. Houve um tempo em que foi necessário o inconformismo de jovens militares para que nascesse enfim «o dia inteiro e limpo» de que nos fala o poema de Sophia.

A liberdade também é memória, e também como memória merece ser celebrada.

Nos dias de hoje, a melhor homenagem que podemos fazer ao 25 de Abril é comemorar nele uma visão inspiradora de liberdade ativa. Não podemos continuar apegados somente a uma ideia da liberdade como memória, perdendo de vista a ideia, essa sim mobilizadora e dinâmica, da liberdade como projeto. Um projeto sempre inacabado e plural, aberto às mais diversas leituras, insatisfeito consigo mesmo. Neste dia, devemos celebrar a liberdade que se constrói a partir do inconformismo e na ambição de um futuro melhor.

A liberdade é mais do que um fim em si mesmo, é também um meio para dela fazermos o que quisermos, no respeito pela liberdade dos outros. Justamente porque somos livres, podemos utilizar a nossa liberdade para nos realizarmos enquanto pessoas, numa sociedade aberta e democrática.

Ser livre é uma condição, não é um resultado. É um pressuposto, não uma finalidade. Não se é livre sem mais. É-se livre para pensar e agir, para fazer alguma coisa. Livre para fazer o que a liberdade nos permite nas nossas vidas pessoais, na profissão que escolhemos, nos projetos que ambicionamos levar a cabo, no país que sonhamos e queremos construir. É da liberdade ativa que nasce o pluralismo democrático, que esta Assembleia espelha.

Saúdo com apreço os Srs. Deputados, legítimos representantes da pluralidade da nação portuguesa.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados: O 25 de Abril de 1974 representou, antes de mais, um gesto de inconformismo e de não resignação. A pior maneira de o celebrar será aceitarmos, acomodados, que a erosão do tempo transforme o 25 de Abril numa simples efeméride, num dia feriado, que, ano após ano, os portugueses gozam com a indiferença dos velhos hábitos.

Julgo que existe uma melhor maneira de evocar este dia. Há que assinalá-lo exatamente com o mesmo espírito inconformista que, em 1974, tornou possível a liberdade. Devemos celebrar o 25 de Abril cientes de que os portugueses não se resignaram a viver num regime sem liberdade e de que, no decurso do processo revolucionário, se mantiveram firmes e intransigentes do lado da democracia, contra todas e quaisquer formas de opressão. Ninguém nos deu a liberdade. Somos livres porque o quisemos ser.

Aplausos do PSD e de Deputados do PS.

O inconformismo é timbre da juventude. Quero, por isso, neste Dia da Liberdade, dirigir-me diretamente às novas gerações e fazer-lhes um apelo, em palavras simples: não se resignem!

Neste primeiro ano como Presidente da República, tenho encontrado inúmeros casos de sucesso entre os jovens portugueses.

Por todo o país, de Norte a Sul, contactei jovens cientistas e investigadores, que desenvolvem projetos que colocam Portugal numa posição de vanguarda.

Conheci empresários dinâmicos que compreenderam as exigências do mercado global, que ousaram arriscar e que não se deixaram vencer pelo pessimismo que corrói vontades e destrói vocações.

Convivi com uma nova geração de jovens artistas e desportistas que trilham os caminhos do sucesso.

Deparei com inúmeros exemplos, alguns deles comoventes, de jovens que participam em atividades de voluntariado, oferecendo o seu tempo ao serviço dos que mais precisam. Os jovens conhecem, como ninguém, o sentido autêntico de palavras como "excelência", "inovação" ou "inclusão social".

Tenho orgulho na juventude do meu país. Rejeito a ideia de que as gerações mais novas possam ter competências mais reduzidas, maiores deficiências de formação, menor sentido do dever e de responsabilidade, menos altruísmo e pouca atenção às necessidades dos outros. Não é isso que tenho encontrado tanto no interior como no litoral do país, tanto nas comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo como nos contingentes militares em missão no estrangeiro.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

A experiência que adquiri dá-me fundadas razões para ter esperança.

Confio no futuro de Portugal porque confio na sua juventude.

O que vejo e encontro por todo o país tem-me levado a pensar sobre nós próprios, a geração que viveu o 25 de Abril. Temos realmente estado à altura da ambição dos nossos jovens? Temos sabido alimentar a esperança nascida há 33 anos?

Não devemos ignorar que existem sinais de alguma preocupação. Há todo um conjunto de perplexidades e dúvidas que não podem deixar de merecer uma reflexão conjunta, para a qual convoco os portugueses neste Dia da Liberdade.

Os jovens, como disse, têm revelado potencialidades que nos fazem ter esperança e confiar no futuro. Mas que valores lhes estamos a transmitir? O que temos feito para que as novas gerações continuem a acreditar no seu país? Que condições criámos para que os jovens, sobretudo os mais qualificados, permaneçam em Portugal e não rumem a outras paragens? Estamos a fazer tudo o que devemos para garantir a sustentabilidade do nosso modelo de Estado social? Como iremos assegurar, no futuro, a justiça e a equidade entre as gerações? Que ambiente e que recursos naturais vamos deixar aos nossos filhos?

Se é um facto que existe um dinamismo inquestionável dos jovens, na sua abertura ao mundo, no uso das novas tecnologias, na aquisição de competências e saberes, o mesmo se não dirá quanto à sua participação e interesse pela vida pública.

Há que reconhecer que não temos conseguido mobilizar os jovens para um envolvimento mais ativo e participante na vida política. Sei que se trata de um fenómeno que não ocorre somente em Portugal, antes corresponde a uma tendência comum nas democracias consolidadas das sociedades pós-industriais. Mas o facto de o desinteresse cívico dos jovens não ser um exclusivo nacional não deve, de modo algum, reconfortar-nos.

Pelo contrário, porque tenho a ambição de um país melhor, considero que não nos podemos acomodar. Não me resigno nem me conformo na batalha pela qualidade da democracia portuguesa. Temos de deixar aos nossos filhos e aos nossos netos um regime em que sejamos governados por uma classe política qualificada, em que a vida pública se paute por critérios de rigor ético, exigência e competência, em que a corrupção seja combatida por um sistema judicial eficaz e prestigiado.

Decorridos mais de 30 anos sobre a queda de um regime autoritário, Portugal deve pensar-se como democracia amadurecida. Uma democracia em que o escrutínio dos poderes esteja assegurado por meios de comunicação social isentos e responsáveis.

É urgente reinventar o espírito de cidadania, o que exige uma mudança da nossa cultura política. Cada um deve contribuir com o seu exemplo para que os jovens se apercebam de que está a ser feito um esforço para melhorar a qualidade da nossa democracia.

É necessário que os agentes políticos se empenhem mais na prestação de contas aos cidadãos, que os portugueses conheçam e compreendam o sentido e os objetivos das medidas que vão sendo adotadas, que exista clareza e transparência na relação entre o poder político e a comunidade cívica.

É preciso que exista uma clara separação entre atividades políticas e atividades privadas, que as situações de conflito de interesses sejam afastadas por imperativo ético e não apenas por imposição da lei.

Sem prejuízo das naturais diferenças de ideias e opiniões, as diversas forças partidárias, ao invés de se ficarem apenas pelo que as divide, devem juntar esforços e fazer obra em comum, pensando primeiro em Portugal e nos portugueses. Só assim poderemos conquistar o interesse das novas gerações pela atividade política.

Acima de tudo, temos de deixar aos jovens a ideia de democracia como um código moral e um sentido de identidade coletiva. As novas gerações devem ver Portugal como uma comunidade que possui um destino singular num mundo globalizado.

Os jovens têm de se rever no seu país, no país que têm e no país que ambicionam ter. Para tanto, é fundamental que as novas gerações saibam como chegámos até aqui, o muito que fizemos para aqui chegar e que o aqui onde estamos será sempre o ponto de partida para novos destinos.

Portugal tem uma história de séculos, que nos diferencia e nos identifica. Deixámos marcas por todo o mundo. Falamos uma língua que é partilhada por milhões de seres humanos. Possuímos um património material e imaterial que temos a obrigação de preservar e de legar às gerações vindouras. É em torno da defesa desse património e dessa cultura multissecular que, sem saudosismos ou passadismos de qualquer espécie, deve ser construído um novo sentimento patriótico.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados: Quero terminar renovando o meu apelo aos jovens portugueses: não se conformem!

Há precisamente um mês, no passado dia 25 de março, o Fórum Europeu da Juventude emitiu a Declaração de Roma, a qual termina de uma forma expressiva: «Ouçam o que temos para dizer, perguntem-nos o que precisamos e depois atuem!».

É esta a mensagem com que a juventude interpela a Europa e os seus dirigentes.

A política, nos nossos dias, é inconcebível sem o contributo das novas gerações. Por isso, tenho procurado ouvir os jovens no decurso dos "roteiros" que lancei, aqui, nesta Câmara, há um ano. De todos recebo sinais de incentivo e de esperança. É tempo de atuar. Vivemos um ano decisivo para realizar reformas de fundo em domínios essenciais da nossa vida coletiva.

O futuro não pode ser adiado. Apelo, por isso, aos jovens, neste aniversário do 25 de Abril. Com a liberdade de que dispõem, irão até onde a vossa ambição vos quiser levar. Daqueles que nasceram e cresceram em democracia só podemos esperar o melhor. Agora tudo depende de vós e do vosso inconformismo. Em nome de Portugal, não se resignem!

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP, de pé.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Declaro encerrada a Sessão Solene Comemorativa do XXXIII Aniversário da Revolução do 25 de Abril.

2008

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Srs. Deputados, declaro aberta a sessão.

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes», tem a palavra o Sr. Deputado José Miguel Gonçalves.

O Sr. **José Miguel Gonçalves** (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, Srs. Capitães de Abril, que aqui particularmente saúdo em nome do Partido Ecologista «Os Verdes», Sr.as e Srs. Convidados: Lembrar o legado de Abril é um exercício que a todos deve envolver, não como um ritual, não como uma rotina, mas acima de tudo como uma afirmação de valores, de caminhos e de sonhos, dos tais sonhos que «são uma constante da vida».

O 25 de Abril transbordou a madrugada, transbordou o dia, transbordou o passado tal como transbordará o presente, transbordou os locais da revolução, transbordou fronteiras, Abril significa sentimentos, atos e convicções.

Lembrar Abril deve ser, pois, um momento constante de recordar as conquistas, mas também tudo aquilo que permanece por conquistar, entre direitos e liberdades muitas vezes falhadas.

Passados 34 anos da revolução, as músicas de José Afonso, continuam a retratar aquilo que o espírito de Abril ainda hoje não conquistou na realidade de muitos.

«Adeus ó Serra da Lapa» era a música que retratava a ventura de quem fugia à miséria vivida na Serra da Lapa, entre Trás-os-Montes e a Beira Alta.

Hoje, já sem a ventura de outros tempos que era conseguir sair do país, muitos são os 2 milhões de portugueses que continuam a tentar fugir à miséria que persiste.

Continuamos a ser um país que cresce e se desenvolve de forma desigual, onde as oportunidades para a realização dos sonhos tardam em chegar para muitos.

É o caso dos sonhos daqueles que sucumbem às desigualdades territoriais, que permanecem nuns casos e se agravam noutros. Distâncias que nem os muitos investimentos rodoviários conseguem encurtar.

À concentração de mais cidadãos nos grandes centros urbanos tem-se respondido com maior concentração do investimento público.

À diminuição de cidadãos nos centros rurais, tem-se respondido com encerramentos e maior concentração dos serviços públicos.

Apesar de o território português ser escasso e as distâncias serem curtas, parte permanece num silêncio esquecido.

Mas a materialização dos sonhos continua também a ser suspensa diariamente para aquele meio milhão de portugueses que não encontra emprego e para muitos mais, que vivem todos os dias com a incerteza do trabalho precário.

Vidas ditadas por sonhos adiados, nos projetos familiares, profissionais e sociais de jovens e menos jovens.

Neste Portugal ressurgido de Abril o desemprego continua a ditar excluídos e o trabalho precário a limitar os direitos e a liberdade de expressão nas relações laborais.

Trata-se de uma subalternização justificada pelas regras da competitividade.

É a tal globalização que dita a livre concorrência, que dita competitividade, que por sua vez dita a flexibilidade laboral.

Vivemos hoje numa situação em que a economia de mercado global não protege, mas expõe, os mais frágeis das sociedades, em que os erros de alguns e um tal de *subprime*, que ocorre do outro lado do Atlântico, dita que quem tem crédito à habitação tenha de pagar uma taxa de juro mais elevada, dita que uns tantos milhares em diferentes partes do mundo tenham de ficar sem emprego.

São as ondas dos mercados financeiros, que por vezes se transformam em verdadeiros *tsunamis*, que arrastam todos de forma por igual, tenham ou não tenham boia de salvação.

Um mercado global em que, sem que o comum cidadão se aperceba do porquê e de quem, são assinados acordos de livre comércio que vêm ditar o fim do seu emprego, por deslocalização ou por encerramento por falta de competitividade da sua empresa no mercado alargado.

Um mercado financeiro que se instalou com força no setor da alimentação, com a criação de novos fundos de investimento, um setor da alimentação que passou a ser negócio de combustíveis, negócios que passaram a ditar o acesso ao pão, aos cerais, às massas e às tortilhas.

Caminhos muitas vezes sem rosto, traçados longe e sem alcance, vias que ditam as realidades locais.

Um mundo em que, apesar do crescimento dos meios de informação, o entendimento foge e a perceção é cada vez mais difícil para o comum cidadão.

E é nesta realidade que se aprovou, na passada quarta-feira, o Tratado de Lisboa, aquele que era para ser referendado, mas apenas acabou ratificado aqui nesta Casa. Tratado que consubstancia, suporta e reforça o distanciamento de mais poderes de decisão.

Sem que a maioria dos portugueses desse conta disso, há dois dias, passámos a gestão e a conservação dos nossos recursos biológicos do mar para a competência exclusiva da União Europeia.

Passaram-se já 22 anos desde a nossa adesão à então CEE e, desde lá, de tratado em tratado, de ratificação em ratificação, a discussão da Europa que temos e a Europa que queremos tem ficado à margem da grande maioria dos portugueses, à margem de uma discussão abrangente. Ora por uma razão, ora por outra.

E é nesta Europa que Portugal vive hoje uma situação em que grande maioria dos portugueses tem suportado, ao longo dos últimos seis anos, em nome do equilíbrio orçamental, a estagnação dos seus salários, a subida dos impostos, o aumento do custo dos bens essenciais, a perda do poder de compra.

À custa das políticas de equilíbrio orçamental, tem-se fomentado o desequilíbrio territorial e o desequilíbrio social, com consequências por demais evidentes, muitas delas de difícil reversibilidade.

Redescobrem-se misérias a cada aumento dos bens alimentares, dos medicamentos, da educação, da eletricidade, da água, dos transportes, das taxas de juro, aumentos que acobertam desigualdades.

A magia da revolução de Abril não resolveu, como não se podia esperar que resolvesse todas as situações de injustiça. Mas a revolução deu-nos a liberdade de intervimos e de agirmos no que se passa à nossa volta, no que nos rodeia, deixou-nos o espírito de Abril, de solidariedade, mas também o dever de não nos alhearmos e de ficar no conforto do silêncio.

Abril não é alheamento, é participação aos vários níveis, no direito básico que nos é concedido de reclamarmos e nos manifestarmos quando discordamos dos caminhos.

Mas se a todos nós nos cabe o inconformismo, ao poder político o espírito de Abril reclama que saiba ouvir, não desprezando e não desvalorizando os contributos que vão chegando da sociedade civil, através das diversas formas de expressão democrática.

Não se pode criticar quem não se resigna e quem não confere ao voto o seu absentismo de cidadania, tal como o "Gastão" da música de José Afonso, um tipo perfeito, que reunia em si todas as qualidades do oportunista, de quem se adapta ao sistema vigente para obter benefícios onde não cabem o sofrimento dos outros.

Sofrimento esse que continua a ecoar de muitas partes do mundo, mas particularmente do Iraque, onde se vendeu a ocupação e a destruição como sendo liberdade. Cinco anos passados de guerra ditada pela mentira de uns e a sonolência obedecida de outros, o Iraque é bem o exemplo dos caminhos tomados por poderes surdos àquela que foi a opinião pública da comunidade internacional. Poderes surdos que ao surdo poder diziam pretender combater.

Mas é perante as injustiças que ecoam na realidade de hoje que Abril é esperança, a esperança de quem não se resigna, esperança reforçada pelo exemplo de todos aqueles que, durante anos, não se resignaram até fazerem Abril com a revolução.

Mas Abril também é festa, a festa assente no inconformismo, assente na ideia de que não há caminhos inevitáveis, que inevitáveis apenas são os sonhos.

Não vemos Abril como uma história passada, vemos Abril como a história presente, construída pela coragem daqueles que fizeram a revolução, mas também por todos aqueles que a sedimentam diariamente e que diariamente reafirmam: Viva Abril e tudo aquilo que ele representa! Viva o 25 de Abril!

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado José Moura Soeiro.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Ilustres Convidados: O 25 de Abril foi feito para nos libertar do passado. Por isso, qualquer comemoração tem de interpelar o presente. É esse o dever de memória. Não é o salamaleque comemorativista, é situarmo-nos aqui e agora, sabendo que há uma história que nos prometeu a modernidade contra o atraso.

A alegria da memória revolucionária rejeita a prisão num presente contínuo. Não estamos condenados a viver o futuro como angustiante repetição do presente ou assustador regresso ao passado.

O projeto de modernidade que nos trouxe o 25 de Abril teve a sua expressão concreta na conquista de direitos sociais que são a marca revolucionária da nossa democracia. Foi a liberdade política, a liberdade de expressão e de organização, a inversão da relação de forças entre capital e trabalho, a

exigência de uma cidadania que era mais que um mero estatuto legal. Era ação coletiva, insubmissão, desobediência ao poder, direitos civis, políticos e sociais inseparáveis.

Entre esses direitos, temos os serviços públicos, a segurança social, o Serviço Nacional de Saúde, a democratização do ensino, a valorização da educação como fator central de desenvolvimento e de combate às injustiças.

A escola tem sido um elemento central da crença no progresso. Foi assim com a generosidade dos pedagogos da I República e foi assim com o 25 de Abril. Os grandes pensadores progressistas consideraram sempre a escola como um elemento transformador das sociedades.

A política sobre a escola e a democratização do ensino sempre foi demarcadora, porque define o modo como encaramos o saber, a emancipação intelectual, a distribuição dos meios de ler e interpretar o mundo, a autonomia de cada um e de cada uma. Também hoje é assim: a política sobre a educação é demarcadora, sobretudo porque vivemos uma crise nas escolas.

O sentimento dominante em relação à escola de hoje é a incerteza. A massificação do ensino foi um processo extraordinário, mas não resolveu algumas das contradições que ainda existem. Não correspondeu a uma igualização das oportunidades sociais dos cidadãos. As promessas de que mais escola traria mais desenvolvimento, mais igualdade e maior mobilidade social nem sempre se confirmaram. A escola massificou-se sem se democratizar completamente. Avançámos muito no problema do acesso, mas não resolvemos o problema do sucesso educativo para todos. O acesso à escola, por si só, não consegue romper o ciclo vicioso da pobreza, porque não garante a todos as mesmas condições de sucesso. A escola contribui para a reprodução social e frequentemente tem acentuado as desigualdades.

A escola fabrica várias formas de exclusão. Não deixa entrar os que estão fora, e esse é o problema do acesso; põe fora os que estão dentro, e aí estamos perante o drama do insucesso escolar e do abandono; exclui incluindo — a forma escolar é em si uniformizadora e adversa à diversidade. Num certo sentido, a inclusão na escola deixou de fazer sentido, porque é difícil perceber para que é que precisamos de lá estar. A cada um destes problemas — o acesso, o sucesso, a diversidade dos públicos escolares e o sentido do trabalho escolar — só podemos responder com uma escolha: mais e melhor democracia.

O problema das escolas não é, portanto, os professores, mesmo que se queira tantas vezes transformá-los nos culpados das políticas educativas. O problema das escolas não é os jovens, mesmo que se queira construir histericamente a imagem de que os estudantes são todos perigosos delinquentes. O problema das escolas não é terem demasiada democracia na sua gestão, mesmo que se use essa distorção como argumento para subordinar as políticas educativas ao modelo das empresas.

A crise da escola não é uma crise técnica, relacionada com um problema de eficácia. É uma crise política, ligada a um problema de legitimidade. Não há forma de resolver esta crise sem a pensar politicamente e sem a articular com os diferentes projetos de sociedade que conflituam no nosso país.

Os discursos conservadores sobre a educação ganham hoje espaço público e são cada vez mais agressivos. Conjugam a saudade de uma escola de elites, da «homogeneidade perdida», do tempo em que os alunos vinham todos das mesmas famílias e das mesmas culturas, com a ideia de que o insucesso e a exclusão são uma inevitabilidade numa escola exigente. Algumas crianças estariam destinadas a um «sucesso parcial» e essa desigualdade é que permitiria a seleção social dos melhores.

Este "*darwinismo* social" não serve a democracia, porque considera que o próprio processo de democratização da escola só pode levar a dificuldades, e até à impossibilidade, no cumprimento da sua missão.

A resposta democrática, pelo contrário, valoriza a diversificação dos públicos escolares, a interculturalidade, a heterogeneidade, os diferentes comportamentos, linguagens, classes e nacionalidades que habitam a escola portuguesa. A resposta democrática rejeita as formas de hierarquia e discriminação dentro da escola.

A escola que existe é responsável não apenas pela reprodução das desigualdades, mas pela produção de uma exclusão que resulta da própria organização escolar. A educação inclusiva tem de romper com os valores da escola tradicional, do aluno-padrão, da aprendizagem como transmissão, da escola como estrutura de reprodução.

A escola não pode ser um lugar de desigualdade e sofrimento. A democracia precisa de restituir a professores e a alunos as condições mínimas para a sua felicidade. Essa felicidade é um enorme desafio. Trata-se de superar a forma escolar, de reinventar a escola e o trabalho que lá é feito.

Foi sempre assim com todos os movimentos políticos e pedagógicos que se empenharam no projeto da escola democrática. Todos perceberam que o seu potencial era a escola ser, já em si, um espaço de vivência democrática: a «sociedade dos condiscípulos» de António Sérgio, o espaço da cooperação e da partilha, esse microcosmos social gerido pelos que lá estão, praticando a cidadania.

A limitação da democracia na vida das escolas, na sua gestão, na sua organização, é sempre um empobrecimento da escola pública. Se pedirmos a professores e a alunos para se demitirem de participar na gestão das escolas, não nos admiremos que se demitam também de participar na gestão do país.

A cidadania não se estuda para um teste, aprende-se, exercendo-a, na escola desde logo — elegendo os órgãos, fazendo o debate democrático, vivendo com o conflito. A ideia de que a democracia enquanto forma de vivência para as escolas é ineficaz ou morosa — logo, precisa de ser substituída pelo autoritarismo imposto do exterior ou pelo gerencialismo importado do mercado —, é uma ideia perigosa não apenas para as escolas, mas para o país.

É impossível pensar a escola como uma ilha isolada do mundo. A escola não pode resolver todos os problemas sociais. Não poderá nunca existir uma escola inclusiva numa sociedade que não o é.

As expectativas de mobilidade social associadas à escola, determinantes na sua valorização pelas pessoas, estão hoje a ser frustradas pelo acréscimo das desigualdades e da exclusão. O aumento do desemprego, a precarização generalizada da juventude e o empobrecimento do país dá-se hoje em simultâneo com um acréscimo das qualificações escolares.

O problema é, portanto, das escolhas políticas do "centrão" e do rotativismo, que amarram o país à pobreza e ao défice social. De nada valem as declarações vazias das «almas sensíveis», que tanto se preocupam com a "exclusão", porque os mesmos responsáveis políticos que se condoem com a exclusão têm sido insensíveis à acentuação das desigualdades.

A crise da escola não pode ser equacionada senão remetendo-a para a crise que hoje existe do compromisso entre capitalismo e democracia, um compromisso que tinha sido assegurado, até certo ponto, pelo Estado social.

A desregulação dos direitos do trabalho, o desmantelamento dos serviços públicos — que é o dogma do liberalismo dominante —, a destruição de direitos sociais trazidos pela revolução de Abril são fatores que estão, primordialmente, na origem dos fenómenos de exclusão.

Para que a extensão da escolarização possa ser, como sempre advogaram os seus mais generosos defensores, fator de progresso e de emancipação das classes exploradas, é indispensável impor mudanças profundas no próprio trabalho.

A inadequação do sistema educativo e formativo em relação ao mercado de trabalho é uma profecia liberal invertida. Não temos qualificações a mais. Temos, isso sim, falta de empregos qualificados, exploração dos jovens, um modelo produtivo atrasado, baseado na mão de obra barata, que precisa de taxas de desemprego estrutural para manter as suas taxas de lucro e uma pressão permanente sobre os trabalhadores.

A estrutura de relações de produção existente em Portugal bloqueia as forças potencialmente produtivas produzidas no sistema de ensino.

Este problema é, a par da educação, um dos maiores défices democráticos que hoje vivemos. A minha geração, a geração dos 500 euros, vive na corda bamba, congelada pela precariedade. É uma geração em relação à qual os governos têm virado as costas completamente. A precariedade foi-nos imposta como modo de vida: nenhuns direitos, nenhuma capacidade de projetar um futuro, nenhuma garantia de respeito, nenhuma certeza de emancipação.

Muitos dos direitos que fizeram parte do "código genético" da democracia de Abril não existem para grande parte dos jovens. Empresas de trabalho temporário que falsificam relações de trabalho; falsos recibos verdes, a começar pelos que existem no Estado; contratos a prazo que se sucedem; estágios não remunerados uns atrás dos outros; arbitrariedade laboral completa. Esta é a condição de toda uma geração que já nasceu em democracia.

A democracia tem estado a ser confiscada pelos patrões, pelas empresas de trabalho temporário e pelo Estado, que dá o pior exemplo com milhares de trabalhadores precários. De nada adiantam as medidas cosméticas que legitimam estas práticas quando vêm atreladas ao despedimento na hora, que significa a precarização geral da sociedade.

A democracia não pode ser confiscada por ninguém. Não é apenas um sistema político e o voto livre que é essencial. Uma democracia de alta intensidade é aquela que se estende a todas as esferas da vida, a todas as relações sociais. A democracia é a resposta mais forte contra todas as formas de dominação — no espaço da empresa, na escola, na família, na sexualidade. É isso o socialismo do nosso tempo, um projeto imenso que se encontra por cumprir.

É o compromisso com esse projeto que faz hoje a diferença entre o situacionismo e as alternativas.

Na política, como na vida, nós somos o que fazemos. Mas somos sobretudo o que fazemos para mudar o que somos. E se há uma coisa que o 25 de Abril nos ensina é que é sempre possível mudar tudo.

Aplausos do BE e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Capitães de Abril, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: Foi no dia 25 de Abril de 1974 que o povo português emergiu de um dos mais negros períodos da sua História, derrubando o regime fascista e iluminando o rumo do progresso sobre os escombros de uma ditadura desumana.

Mas o 25 de Abril de 1974 não foi apenas um dia. Foi o resultado de décadas de luta abnegada, corajosa e perseverante do povo português, que, mesmo nas condições mais adversas, mesmo sob o jugo da censura, da tortura e da repressão mais brutais, construiu o caminho da revolução. Luta que é exemplo maior das capacidades criativas do povo, que sempre contou com o estímulo e o empenhamento do Partido Comunista Português, partido que nunca cedeu nem desistiu perante as mais esmagadoras tentativas de silenciamento. Foi o resultado da vontade dos homens que, nas Forças Armadas, refletiam os sentimentos mais legítimos do povo e que assumiram em suas próprias mãos a missão de lhes dar expressão.

Daqui saudamos os Militares de Abril.

Aplausos do PCP.

Abril é o caminho que a luta abriu e que Portugal trilhou e institucionalizou com o contributo inestimável de muitos que homenageamos com particular entusiasmo e alegria.

É esta conjugação de fatores — luta, libertação e institucionalização de conquistas — que produz os efeitos mais importantes da revolução democrática: a consagração da liberdade, da democracia, da livre organização política e partidária, do direito de manifestação, mas também de direitos sociais que colocaram Portugal na senda do progresso e do bem-estar: o direito à educação pública, o direito à saúde, o direito à habitação, o direito ao trabalho e os direitos no trabalho, o direito à criação e fruição culturais, o direito ao desporto e todo o vasto conjunto de direitos que hoje consideramos elementares, estejam embora muitos por cumprir e outros sob um fogo cerrado.

A reforma agrária, as nacionalizações e a verdadeira construção de um Estado ao serviço do povo foram elementos políticos de dimensão estrutural essenciais para o desenvolvimento do país, para que Portugal se erguesse e se afirmasse. 34 anos passados não foram os suficientes para destruir Abril, tal a dimensão e significado dessas conquistas, tal a envergadura da luta que trabalhadores, homens, mulheres e jovens, erguem diariamente contra os mais despudorados ataques à Constituição da República Portuguesa de Abril, promovidos pelos grandes interesses económicos e pelos governos que lhes asseguram o privilégio e a impunidade em cada situação.

E essas são lutas que se intensificam, apesar das tentativas de branqueamento histórico, de eliminação da consciência coletiva e de supressão da participação popular, apesar das tentativas de apagar Abril dos currículos escolares; apesar das limitações às liberdades e dos atropelos aos direitos políticos

e sociais, as perseguições a dirigentes e ativistas estudantis, sindicais e partidários, os despedimentos de sindicalistas e outros trabalhadores; apesar das tentativas de reabilitação da figura de Salazar, obliterando que foi o fascismo o regime que condenou Portugal à posição de país mais atrasado em toda a Europa; apesar do estrangulamento e desmantelamento dos serviços públicos e da "demonização" do próprio Estado e das suas funções sociais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Comemorar Abril não se faz um dia por ano. Comemorar Abril é defender e aprofundar as suas conquistas económicas, sociais, culturais e políticas a cada dia que passa. A desfiguração do regime democrático, a obsessão pelo «Estado peso-pluma», a promiscuidade entre os interesses privados e o exercício de cargos públicos, a submissão do poder político ao poder económico são apenas alguns exemplos da forma como se atua à margem da Constituição da República Portuguesa de Abril.

É esta política de refluxo histórico e reconstituição de privilégios das elites, aliada a uma política de subserviência ao diretório das grandes potências europeias, bem patente na ratificação parlamentar de um Tratado que aprofunda o rumo neoliberal, federalista e militarista da União Europeia, contra a própria Constituição da República Portuguesa e empurrando o país para uma situação cada vez mais distante da realização do seu potencial económico e social. Há um pendor quase provocatório na ratificação do Tratado, dois dias antes da data da libertação nacional e da afirmação da soberania do nosso povo, alienando agora importantes dimensões da soberania nacional conquistada então.

Não é projeto de Abril entregar os poderes de decisão nacionais e a gestão do património do nosso povo a interesses supranacionais que cada vez mais determinam os rumos do nosso país! São estas políticas de regresso ao passado que colocam Portugal como o país mais assimétrico da União Europeia, onde cresce diariamente o fosso entre os mais ricos e os mais pobres, são estas políticas que desmantelam o aparelho produtivo nacional e degradam a qualidade de vida da população.

O desemprego, a precariedade laboral, os baixos salários e a fragilização dos direitos laborais são pragas sociais objetivamente estimuladas para satisfazer os desejos, não das pessoas, não dos trabalhadores, mas dos grandes grupos económicos que apresentam lucros sempre crescentes, mesmo nestes tempos chamados de crise.

O direito ao trabalho, direito fundamental e estrutural do Portugal de Abril, é posto em causa por uma prática política cada vez mais retrógrada. Com desdém pelas conquistas do povo, o Governo apresenta em vésperas destas comemorações, as propostas de alteração ao Código do Trabalho que tomam sempre o partido do lado mais forte. O Governo adianta propostas que mais não fazem senão agravar o Código, sempre enfraquecendo a posição dos trabalhadores, agilizando os despedimentos e acentuando a desarticulação de horários, desregulamentando ainda mais as relações laborais.

O ataque a Abril é feito em todos os vetores da política nacional, por este ou aqueloutro governo, à vez. O ataque aos trabalhadores da Administração Pública é a primeira vertente da desresponsabilização do Estado perante as suas funções constitucionais, traçadas em Abril como garantias para a manutenção e consolidação da própria democracia.

A juventude, particularmente defendida na própria Constituição, é a linha da frente das novas gerações sem direitos, de mão de obra barata e descartável, e é também a camada mais atingida pela

privatização do ensino e da ação social escolar e pela ausência de uma política de habitação que assegure a todos a emancipação e a autonomização.

Os reformados e pensionistas, atuais e futuros, veem ser-lhes retirados os direitos que conquistaram com a sua própria luta, trabalho e esforço.

Paralelamente, promove-se uma política de concentração de riqueza que enfraquece o tecido empresarial e produtivo português, acantonando-o às grandes empresas, nomeadamente às de atividade financeira e especulativa, esmagando as micro, pequenas e médias empresas e desmantelando a produção agrícola, elementos estruturais da economia portuguesa.

A educação pública, gratuita e de qualidade, instrumento nuclear para a emancipação, para a formação integral dos indivíduos é alvo de um ataque sem precedentes. A democratização do ensino deixa agora de ser um objetivo. Este Governo, como os anteriores, prossegue uma política de elitização, de aumento dos custos da educação, de diminuição da qualidade do ensino e de privatização e empresarialização desta importante função social do Estado.

A gestão do território nacional, longe de se aproximar das populações e de ser guiada pelas suas necessidades e anseios, longe de ser orientada pelo desenvolvimento harmonioso de todas as regiões do país, é substituída por uma «venda à peça» dos recursos naturais, entre os quais os solos e a água, mesmo à custa do desenvolvimento e do abandono da terra e do interior do país.

Ao contrário do que querem fazer crer, a juventude portuguesa é a juventude de Abril, ativa e resistente, criativa e empenhada na construção de um país cada vez mais justo e fraterno, desenvolvido em todas as vertentes da democracia semeada pelos construtores de Portugal libertado: política, económica, social e cultural.

E embora cada vez mais atacada, cada vez menos protegida, a juventude de hoje transporta o que de mais valioso existe nas gerações passadas. Aqueles que minimizam o papel dos jovens, dos que estudam e dos que trabalham, fazem-no porque sabem que a juventude, enquanto força social, transporta um generoso contributo para a necessária rutura democrática e de esquerda com as políticas de direita que têm conduzido o país e o povo a uma continuada degradação.

Abril é do povo, e quem não está com Abril não estará certamente com o povo! E por isso a luta assumiu os momentos mais altos da participação democrática nos últimos tempos — como tornará a fazer hoje, na Avenida da Liberdade, e já no próximo dia 1.º de Maio —, envolvendo largos milhares, de operários, de professores e trabalhadores dos mais variados setores, de estudantes, de agricultores, de reformados e de tantas outras camadas da população.

Abril é a resposta para os problemas estruturais do país: uma política de esquerda que assuma a construção de Portugal como país livre e soberano, capaz de decidir e percorrer os seus próprios caminhos. Mais cedo do que tarde, o povo encontrará na esperança de Abril o futuro do nosso país. E serão cravos os alicerces dessa construção.

«Isto vai meus amigos isto vai/o que é preciso é ter sempre presente/que o presente é um tempo que se vai/e o futuro é o tempo resistente». Viva o 25 de Abril!

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Mota Soares.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, demais autoridades civis e militares do Estado, Sr. Cardeal-Patriarca de Lisboa, Eminência Reverendíssima, Sr.as e Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: Encontramo-nos aqui para a cerimónia de comemoração do 34.º aniversário da revolução levada a cabo no dia 25 de abril de 1974.

Ano após ano, nesta mesma Sala, evocamos a memória desses dias e das mulheres e homens que o protagonizaram.

Ao fazê-lo, o CDS nunca se esqueceu do merecido e devido elogio aos militares de Abril, mas também nunca se esqueceu do também merecido elogio aos militares que, 19 meses depois, em novembro de 1975, terminaram o longo período do PREC, que poderia ter culminado com a imposição de uma ditadura comunista.

Uns e outros, com a participação empenhada e corajosa de vários vultos cívicos e políticos, foram essenciais para a implantação de uma democracia de modelo ocidental, com respeito pelas liberdades coletivas básicas e essenciais, com respeito pelos direitos humanos e de salvaguarda da liberdade e dignidade humana, face à opressão dos totalitarismos.

Mas se todos os anos, de igual forma, procedemos a esta homenagem, não ignoramos que hoje esta cerimónia está, como tal, gasta e já pouco diz a quem está lá fora.

Os sucessivos titulares do cargo de Presidente da República escolheram esta data — e só esta data — para pessoalmente dirigirem uma mensagem à Assembleia da República e, através desta, a Portugal.

Outras democracias chamam a atos como este discurso do Estado da união ou discurso à Nação. O CDS propôs que este ano esta cerimónia fosse diferente, que fosse feita com este modelo. Infelizmente, um curioso conservadorismo desta Câmara não permitiu a mudança. Mas ela chegará, mais cedo ou mais tarde. Pela nossa parte, até lá, falemos do futuro.

Escolhemos falar sobre algo essencial para o futuro de Portugal, para a nossa vivência como Nação independente e Pátria soberana. Escolhemos falar do tema da demografia e da importância de rapidamente se assumirem políticas de promoção da natalidade e de defesa das famílias.

Sei que muitos questionam se o Estado deve intervir. Sei que muitos perguntam se devem existir políticas públicas de incentivo à natalidade. Para nós, a decisão de ter filhos deve ser sempre tomada no espaço de irredutível liberdade que é a família.

A história não desconhece o sinistro exemplo de Estados que impuseram limites ao número de filhos por família ou de Estados que pretenderam que as famílias tivessem filhos por decreto.

O direito a constituir uma família e o direito à privacidade da vida familiar constitui uma zona vedada ao Estado e as decisões tomadas nesse espaço são decisões de individualidade, de liberdade e de autonomia, ou seja, soberania familiar.

A decisão de ter filhos é sempre uma decisão pessoal e está para lá do poder que a sociedade exerce sobre os indivíduos. Mas o Estado, nesta matéria, não deve ser neutro.

Ao não ter políticas natalistas, o que o Estado faz é dificultar a vida a quem, legitimamente, deseja ter filhos e constituir uma família.

A decisão de não ter filhos é tão legítima como a decisão de os ter. O Estado não pode, sobre qualquer das opções, exercer uma censura.

Só que, enquanto a inação do Estado é indiferente para a tomada da primeira decisão (não ter filhos), a não assunção de um Estado "amigo da família" é especialmente penalizadora para quem quer tomar a segunda.

Muitas vezes inadvertidamente, outras conscientemente, a verdade é que o Estado tem promovido um conjunto de escolhas que tem como consequência o desincentivo da natalidade, fazendo da decisão de ter filhos um privilégio apenas ao alcance dos poucos que conseguem romper esta teia de dificuldades.

Mas a adoção de políticas de natalidade faz também sentido como forma de garantir a renovação das gerações, a herança cultural, a coesão social e territorial, a solidariedade pessoal e, em última análise, o sentido de Nação. E faz ainda sentido porque o fenómeno do nosso envelhecimento tem, a médio prazo, consequências fatais.

Um país sem crianças é um país triste. Quantas vezes não justificamos o nosso esforço e o nosso sacrifício com a vontade de deixar um Portugal mais próspero, mais justo, mais solidário, aos nossos filhos?

O tema da demografia é hoje um tema central na agenda de grande parte das democracias ocidentais e em especial da União Europeia.

A taxa média de fertilidade de 1,5 filhos por mulher registada na União Europeia originou uma profunda reflexão que levou, em 2005, à publicação do livro verde *Uma sociedade entre gerações face às mutações demográficas*.

Em países como a Alemanha, Itália, Espanha e mesmo França, o tema da demografia ocupa um lugar central no discurso e prática política.

Em Portugal, exceto no discurso do Sr. Presidente da República, na ação do CDS e nalgumas medidas tomadas pelo poder executivo, o tema continua arredado da agenda política.

Mas os dados no nosso país são por demais preocupantes.

Em 2006, nasceram em Portugal apenas 105 351 bebés, menos 4106 do que no ano anterior e os números indiciários para 2007 indicam uma nova quebra de cerca de 3000 nascimentos.

Temos o mais baixo índice de fertilidade da nossa história — 1,36 filhos por mulher — muito longe dos 2,1 nascimentos necessários para repor as gerações.

Ao mesmo tempo que temos menos filhos, temo-los também mais tarde. De 1987 até 2006, subiu em 4 anos a idade média em que a maioria das mulheres tem filhos — dos 26 anos de idade para os 30.

A redução da natalidade faz gerar não só crescente número de famílias sem filhos, mas também uma redução de número de filhos por família.

No entanto, no *Inquérito à fecundidade e família*, publicado pelo INE em 2002, os portugueses, homens e mulheres, assumiam o seu desejo de ter, pelo menos, 2 filhos. Há, portanto, uma enorme diferença entre os bebés que nascem e os bebés que os pais gostariam de ter.

Será possível vencer o decréscimo da população que os analistas estimam que aconteça já a partir de 2010?

O CDS constituiu um grupo de missão que identificou quatro linhas de ação essenciais: a eliminação de obstáculos fiscais, burocráticos, de ordenamento e desenvolvimento sustentável; o envolvimento da família, com especial destaque para o papel dos avós; a flexibilização laboral e compatibilização com a esfera familiar; o envolvimento e responsabilidade social das empresas.

Foi com base neste trabalho que apresentámos um conjunto de propostas que, acima de tudo, visam um Estado "amigo da família".

Em primeiro lugar, um Estado "amigo da família" na lei laboral. Um Estado "amigo" de toda a família, que estenda aos avós os direitos atribuídos aos pais em matéria de maternidade e paternidade, mas também em matéria de tempos de trabalho, de jornada contínua e de trabalho a tempo parcial, de licenças sem vencimento e matérias respeitantes às férias, feriados e faltas, garantindo como valor essencial e mais importante o da defesa do interesse da criança.

Por isso mesmo faz sentido alargar a licença de maternidade, o que tem de ser feito sem que isso prejudique a empregabilidade das mulheres. É por isso que desejamos soluções que responsabilizem pai e mãe, mas que envolvam também os avós na partilha de um tempo que é essencial para a vida da criança: o seu primeiro ano de vida.

Em segundo lugar, um sistema de segurança social "amigo" da família que não penalize quem opte por dedicar mais tempo aos filhos em detrimento da sua carreira profissional

Em terceiro lugar, um sistema fiscal "amigo" da família que não penalize, como hoje acontece, quem é casado ou quem tem filhos, que permita a introdução de um coeficiente familiar de 0,5% por cada filho e que considere como deduções à coleta todas despesas com os filhos enquanto são dependentes e não só até aos três anos de idade.

Em quarto lugar, uma política de ordenamento e desenvolvimento sustentável "amiga" da família.

Em quinto lugar, a criação de condições para termos empresas "amigas" da família. Que sentido é que faz hoje, no século XXI, que uma empresa que quer constituir uma IPSS para gerir uma creche não o possa fazer? É isto também que propomos.

Em sexto e último lugar, um Estado "amigo" da família que aceite uma lei de bases da família, um quadro jurídico que reúna e integre a globalidade das medidas de política familiar.

Reconhecendo a importância do tema, o CDS já apresentou 10 medidas legislativas nesta área. Sabemos que existem outras, vindas de outros partidos e de outros quadrantes ideológicos. O apelo e o desafio que hoje queremos deixar a todos os partidos e ao Sr. Presidente da Assembleia da República é que se encontre uma data para que se possa fazer um grande debate legislativo sobre esta matéria, um debate sério, profundo, capaz de mobilizar opiniões públicas e motivar consciências, para que seja possível, na próxima década, começar a recuperar a nossa taxa demográfica e evitar o declínio da população portuguesa.

O nosso apelo é que o Parlamento não veja a demografia como uma questão teórica, balofa ou residual. O nosso apelo é que se procurem soluções radicalmente «amigas» das famílias, de modo a que cada um possa, em liberdade, levar tão longe quanto desejar o seu projeto familiar.

Viva Portugal! Viva Portugal sempre!

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Montenegro.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, demais altas entidades do Estado, Sr. Cardeal-Patriarca, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Tenho hoje a honra de transmitir a VV. Ex.as e ao povo português a visão do Partido Social Democrata sobre a vida do país, sobre os caminhos que trilhamos e sobre os desafios que o 25 de Abril impõe que vençamos. É um privilégio da democracia e um privilégio da liberdade.

Como filho de Abril, tenho o dever histórico de saudar, de agradecer, orgulhoso, aos progenitores da democracia que, quotidianamente, desde 1974, vimos construindo e realizando. Deixo, pois, de forma genuína, um justo tributo aos políticos, aos militares e aos cidadãos que sabiamente romperam e debelaram a asfixia da ditadura.

Mas à nossa geração não se pede apenas este reconhecimento. À nossa geração exige-se a ambição superior de aproveitar a oportunidade para concretizar, aprofundar e desenvolver a liberdade, traduzindo-a no respeito pela pessoa humana, na garantia do pluralismo de opinião, na prossecução do interesse coletivo gerador de mais qualidade de vida para os cidadãos.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: No nosso sistema político-constitucional, é o Chefe de Estado o guardião dos valores democráticos. Cumpre-lhe zelar, garantir e compreender a vontade soberana do povo.

O Grupo Parlamentar do PSD cumprimenta V. Ex.ª, Sr. Presidente da República, enaltecendo a forma com que vem marcando o exercício das suas altas funções.

O facto, indiscutível, de V. Ex.ª estar a conduzir o seu mandato cumprindo os pressupostos que colocou aos portugueses por altura da sua eleição, dignifica o Estado, prestigia a democracia e inspira-nos para a valorização da ação política, vertida no espírito de serviço cívico que a todos deve guiar.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Neste percurso de 34 anos todos reconhecemos que se cometeram alguns erros. Mas num contraditório, que é também motor do desenvolvimento, observamos

que o país está melhor. Demos passos importantes, de que relevo o mais recente, constituído pela ratificação, por este Parlamento, do Tratado de Lisboa.

Ao longo destes anos, o arco dos partidos aqui representados pode orgulhar-se sobre a instituição do sufrágio e da representatividade democrática, o resguardo das liberdades públicas, o reforço das autonomias regionais e do poder local, uma maior liberdade de expressão, a reaproximação política, cultural e económica nos países que falam português e connosco partilham uma história comum, entre múltiplos avanços permitidos pelo nosso empenho no estabelecimento e no amadurecimento da democracia.

Sucede que essa avaliação, globalmente positiva, não deve conduzir-nos à vertigem de quem não quer ver a realidade. Liberdade implica responsabilidade. E, como diz Fernando Pessoa, «hoje a vigília é nossa».

Se em Abril de 1974 o país se libertou da asfixia da ditadura, em Abril de 2008 impõe-se que Portugal respire mais e, sobretudo, melhor democracia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — O Partido Social Democrata nunca teve, não tem, um pensamento derrotista sobre o país.

O Partido Social Democrata nunca teve, não tem, uma conduta política alarmista.

Mas hoje, seguindo a lição do nosso fundador, Francisco Sá Carneiro, manda a nossa responsabilidade, a nossa vocação reformadora e reformista e a nossa intransigência face aos princípios e valores democráticos, questionar: quando se incute, alimenta ou pactua com atitudes de condicionamento do exercício das liberdades individuais, com atos persecutórios de responsáveis da Administração, não estamos a asfixiar a democracia?

Quando uma força ou agente policial perturba o exercício de um direito fundamental, exorbitando a sua missão de preservação da ordem pública e desrespeitando os princípios da proporcionalidade e adequação, não estamos a asfixiar a democracia?

Quando se persiste, isoladamente, em promover alterações em pilares do Estado de direito, como o sistema de segurança e a investigação criminal, potenciando a sua governamentalização e denegando o equilíbrio de poderes, não estamos a asfixiar a democracia?

Ou, noutra dimensão, quando nos domínios mais emblemáticos da governação, na economia, na fiscalidade, nos transportes, nos apoios sociais, nas políticas de emprego, nas aposentações, na Administração Pública, se ferem de morte os compromissos eleitorais, desvirtuando a manifestação da vontade popular e prejudicando a confiança dos cidadãos nos seus representantes, não estamos a asfixiar a democracia?

Ou quando, pela voragem economicista, senão mesmo puramente contabilística, encerramos serviços públicos, afastando as populações — sobretudo as mais vulneráveis e as do interior — do seu acesso, na saúde, na educação, na justiça ou na segurança, com isso fomentando desigualdades e iniquidades, não estamos a asfixiar a democracia?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Quando a entidade reguladora do setor, identifica categoricamente uma sub-representação do maior partido da oposição nos serviços informativos da televisão pública ou quando se adequam prazos e procedimentos de um processo de atribuição de novas licenças televisivas ao calendário eleitoral, não estamos a asfixiar a democracia?

Ou, finalmente, quando cedemos às tentações centralistas, ignorando ou desvalorizando o merecimento das autonomias regionais e do poder local, não estamos a asfixiar a democracia?

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O país está numa encruzilhada.

Por um lado, assiste a uma postura da maioria que desqualifica a democracia, que visa a hegemonização dos poderes e tenta dificultar a alternância e a confrontação democráticas. Por outro lado, não há ambição ou esperança que resistam à mediocridade dos resultados governativos.

Três anos depois de iniciar funções, o Governo falhou. Propôs-se colocar o país a crescer economicamente acima da média da União Europeia e estamos a crescer menos; propôs-se diminuir o peso do Estado na distribuição dos recursos públicos e, afinal, apenas cortou nos investimentos; propôs-se erigir novas políticas de emprego e assistiu, impotente, ao aumento da taxa de desemprego até ao nível mais alto das últimas duas décadas, ao mesmo tempo que se instalava, no país, uma nova vaga de emigração, sobretudo para Espanha, para onde mais de 100 000 portugueses tiveram de ir à procura de sustento.

Propôs-se preservar os direitos adquiridos pelas pessoas, assegurar aos mais desfavorecidos o acesso a bens essenciais e provocou o maior retrocesso no Estado social do pós-25 de Abril.

E tudo isto fustigando os portugueses com mais impostos, com sacrifícios acumulados que eles sentem, cada vez mais, não terem sido compensados.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Uma democracia que alguns querem a asfixiar, um Governo que, cada vez mais, se encontra a vacilar, é aqui que entra a nossa responsabilidade. A responsabilidade que o PSD, como partido alternativo de governo, não pode, não vai enjeitar.

Vivemos tempos de decisão. Portugal precisa de alternativa, sabemos que, da nossa diversidade, da nossa pluralidade, da nossa democraticidade interna — porque não dizê-lo assim mesmo? —, terá de emergir uma proposta nova, um projeto governativo ambicioso, mobilizador para os nossos jovens, para as nossas famílias e para as empresas. Estamos à altura das nossas responsabilidades.

Risos do PS.

Aplausos do PSD.

Por isso, termino afirmando convictamente o meu pensamento e o de todos os meus colegas Deputados do Grupo Parlamentar: acreditamos muito no valor coletivo do Partido Social Democrata, acreditamos e respeitamos o papel de todos os demais partidos, com quem queremos contraditar as nossas ideias e opções, acreditamos nas instituições do Estado e na dinâmica da nossa sociedade civil, mas, acima de tudo, queremos honrar a liberdade acreditando em Portugal e nos portugueses.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em nome do Grupo Parlamentar do PS, tem a palavra o Sr. Deputado Osvaldo Castro.

O Sr. **Osvaldo Castro** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. General Ramalho Eanes, Sr. Dr. Mário Soares, Sr. Dr. Jorge Sampaio, Sr.as e Srs. Deputados, Excelências: Subo a esta tribuna, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para saudar o 25 de Abril da liberdade, da tolerância, da igualdade e da fraternidade; o 25 de Abril da democracia, da descolonização e do desenvolvimento; o 25 de Abril da paz, mas também das utopias e dos sonhos ainda por concretizar.

E esta saudação vai inteirinha e direta para vós, caros Capitães de Abril, que reiteradamente, ano após ano, honram o Parlamento com a vossa significativa presença.

Aplausos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

E tudo porque sonharam e concretizaram a madrugada, essa madrugada, em que os corações dos portugueses se alvoroçaram.

E assim nasceu «O dia inicial inteiro e limpo, onde emergimos da noite e do silêncio» como a celebrou Sophia de Mello Breyner num dos seus belos poemas.

Sim, vivíamos num enclausurado silêncio, numa longa noite que se arrastava por mais de 48 anos e que se entrecortava com uma guerra colonial que devastava pela morte, pela mutilação e pela doença vastos milhares de jovens portugueses, mas também muitos milhares de jovens guerrilheiros e simples cidadãos africanos.

Obviamente, Portugal sangrava em África os recursos humanos e financeiros. O mesmo é dizer, vivíamos num país esmagado pela fome e pela mais pesada miséria.

Claro, não havia liberdade de opinião, nem liberdade de imprensa, nem liberdade de reunião, de manifestação ou de greve, pelo que aqueles que ainda falam da claustrofobia democrática ou da limitação de direitos têm, ainda, de confrontar com o que era no passado.

O regime assentava num partido único e no poder ilimitado da polícia política.

Centenas dos nossos melhores intelectuais e homens da cultura foram forçados ao penoso exílio e assim afastados compulsivamente das suas cátedras universitárias e carreiras académicas. Milhares de jovens optaram por desertar ou mesmo não aceitar serem incorporados com destino à guerra colonial.

Mas, também o quero assinalar, houve sempre muita gente que se empenhou na luta contra a opressão. Democratas, operários, camponeses, estudantes, mulheres, intelectuais, enfim, uma grossa corrente de opinião que, por isso, penou nas prisões políticas ou até sucumbiu às balas ou aos maus-tratos dos esbirros do fascismo. É que, parafraseando o poeta, «houve sempre alguém que resistiu e houve sempre alguém que disse "não"». Saúdo, também, todos esses cuja memória deve para sempre perdurar.

Aplausos do PS.

Mas é inquestionável que foi um punhado de indómitos e jovens capitães que ousou levar de vencida a ditadura e interpretar os mais lídimos sentimentos de um povo, que os saudou e motivou, naquela madrugada de 25 de Abril de 1974. «Esta é a madrugada que eu esperava», disse Sophia. Falava por todos os portugueses!

Passados que são 34 anos, podemos dizer que Portugal é um país que dispõe de uma Constituição democrática, onde estão lapidarmente inscritos os princípios basilares da democracia, onde se garantem os direitos fundamentais, em que está assegurado o primado do Estado de direito democrático, consagrados o direito à opinião e expressão livres, mesmo quando são avessas à democracia ou até a afrontam, onde se encontram plasmados os direitos, liberdades e garantias que enformam o nosso regime democrático representativo e pluralista.

E mais: creio ser quase consensual asseverar que a nossa Constituição não se constitui em qualquer fator de limitação ou impedimento aos legítimos interesses daqueles que querem conviver sadiamente com o regime democrático, mesmo em termos de iniciativa económica.

E o mesmo se pode dizer da legitimação democrática do 25 de Abril, através dos sucessivos atos eleitorais para os diversos órgãos conformantes da nossa estrutura democrática. Vale por dizer que a legitimidade inscrita no frontispício do nosso Estado democrático é a que radica no voto popular. E tudo sem prejuízo do recrudescimento do papel da democracia participativa, bem ilustrado pelos três referendos já realizados, pelo instituto da iniciativa legislativa de cidadãos e pela faculdade de os cidadãos se poderem candidatar a eleições autárquicas sem carecerem do patrocínio partidário.

Nesta democracia paulatinamente consolidada, há também que salientar o papel crescente da sedimentação e ampliação da autonomia e dos poderes e atribuições das instituições representativas do poder regional, que daqui saudamos. E de igual modo sublinhamos e saudamos o poder local democrático e os milhares de cidadãos que, nas assembleias e nos executivos autárquicos, têm dado o seu melhor para fazer de Portugal, freguesia a freguesia, concelho a concelho, um país moderno e com mais qualidade de vida e onde cada vez mais apeteça viver.

Mas além dos direitos democráticos e da descolonização, Portugal vai sendo cada vez mais um país que não recebe lições de ninguém em matéria de direitos sociais. Tudo porque a consagração constitucional e legal de um catálogo de direitos fundamentais dos trabalhadores, o salário mínimo, o direito à greve, à liberdade sindical, o direito pleno à segurança social, ao subsídio de desemprego, às prestações sociais, às pensões de reforma, ao rendimento social de inserção e à proteção na doença são pilares de um verdadeiro Estado social, que faz transparecer a valorização dos direitos sociais e a preocupação com a coesão social.

E tudo isto, que são diferenças por demais relevantes no plano político e social, em confronto com os tempos da ditadura, deve-se em primeira instância ao 25 de Abril e aos 34 anos que já lhe sucederam.

Mas o 25 de Abril teve também o mérito de reintegrar o nosso país no mundo onde, por força do regime autoritário, estávamos absolutamente isolados e desprestigiados.

Foi a instauração da liberdade e a instituição de um regime democrático em Portugal que permitiu que o então Primeiro-Ministro Mário Soares pudesse assinar, em 1985, a adesão à Comunidade Económica Europeia.

E, indiscutivelmente, foi a nossa reconciliação com os areópagos internacionais e sobremaneira a nossa integração política na Europa que permitiram acelerar, consolidar e aprofundar a democracia portuguesa.

Por outras palavras, Portugal é uma democracia parlamentar vinculada constitucionalmente ao conjunto de direitos políticos e sociais e ao modelo social europeu. E se dúvidas restassem, aí está a referência no Tratado de Lisboa à Carta dos Direitos Fundamentais, o que lhe confere valor jurídico com força de tratado e implica força jurídica vinculativa. Ora, os seis capítulos da Carta, que se referem aos valores e direitos fundamentais da dignidade, das liberdades, da igualdade, da solidariedade, da cidadania e da justiça, constituem, como aqui disse, na quarta-feira, o Primeiro-Ministro, a «fundação da cidadania europeia» e traduzem-se, de facto, num dos maiores ganhos de causa do Tratado.

Aplausos do PS.

Também por isso se saúda o novo impulso para o desenvolvimento do projeto europeu que a aprovação do Tratado de Lisboa significa. A contribuição para a aprovação deste Tratado, por parte da Presidência portuguesa da União Europeia, é um grande feito de Portugal e da sua diplomacia e é uma circunstância feliz que esta celebração do 25 de Abril ocorra dois dias depois de este Parlamento ter aprovado o Tratado de Lisboa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Osvaldo Castro** (PS): — É que, além de haver, agora, condições para superar os impasses em que a União estava mergulhada, é um facto que o Tratado retoma e aprofunda os valores europeus, ou seja, a vinculação aos direitos humanos, à paz e à valorização dos direitos sociais, assim se acentuando a coesão, uma nova dimensão da economia e o aprofundamento do controlo democrático por parte dos parlamentos nacionais das decisões legislativas e não legislativas oriundas da Comissão.

Mas, deixem-me sublinhar, creio que vai sendo cada vez mais indiscutível que a participação de Portugal na União Europeia tem sido, até agora, uma história de sucesso.

Foram criadas condições económicas, sociais e culturais para que Portugal acedesse ao conjunto dos países mais desenvolvidos do mundo. Nos últimos 20 anos, o país progrediu em termos da melhoria de indicadores de qualidade de vida e de saúde, transformaram-se profundamente as condições de mobilidade e acessibilidade. Portugal reagiu favoravelmente à crescente importância do tema da sustentabilidade ambiental, alinhou positivamente nos progressos da sociedade de informação e do governo eletrónico e revelou uma capacidade significativa de integração de populações etnicamente diversificadas.

Por outro lado, a integração europeia propiciou condições favoráveis ao crescimento estruturado do sistema científico nacional e à sua internacionalização.

Com a ajuda dos fundos estruturais e de coesão — a maior operação de solidariedade económica na história recente de Portugal —, o país foi elevado a outro nível de expansão económica, como o evidencia a convergência do seu produto interno bruto com a média comunitária.

Sim, é verdade que o PIB *per capita* (em padrão de poder compra), que era de 54,2%, em 1986, passou para 68%, em 2003, e atingiu 75%, em 2006 (último ano disponível) e com referência tão só à União Europeia a 15, o que significa que o cálculo a 27 dará valores ainda mais convergentes e uma diminuição substantiva da diferença do nosso país relativamente à média comunitária.

Excelências, o 25 de Abril significa a refundação da democracia em Portugal. A democracia é um processo inacabado, que requer constante aprofundamento. O Parlamento é a casa da democracia. Não se pode, pois, deixar de assinalar hoje que esta sessão legislativa já decorre sob o signo de um novo Regimento que trouxe mais centralidade ao Parlamento, consubstanciado no reforço das suas competências de fiscalização do Governo e da administração e o aumento significativo dos poderes da oposição.

Esta reforma inscreve-se, aliás, na linha das decisões estruturantes para a reforma da democracia, que a Assembleia já tomou ao longo desta legislatura, e lembro algumas: a consagração legal do princípio da paridade, a limitação dos mandatos legislativos, o aperfeiçoamento do registo de interesses e incompatibilidades, assim como outros instrumentos do papel do Deputado e da Deputada.

Felizmente, estas mudanças já inspiraram também a iniciativa de revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e só é de esperar que venham também a inspirar outras realidades do território nacional, porque a democracia que hoje celebramos só é verdadeiramente democrática lá onde todos os Deputados são respeitados como legítimos representantes dos que os elegeram, onde os direitos das oposições são estimados e se verifica a fiscalização política pelas assembleias representativas.

Aplausos do PS.

É, por isso, que se pode dizer com verdade que o 25 de Abril valeu a pena.

Não ignoramos que subsistem problemas, que há ainda pobreza, que há desemprego e situações de vida dolorosas para muitos portugueses. Mas mesmo essas situações têm vindo a ser atalhadas, minoradas e há medidas em curso para as corrigir.

Mas também ninguém pode ignorar que, além da ciclópica tarefa de corrigir o défice e pôr em ordem as contas públicas, as verdadeiras reformas estruturais, as que podem criar as condições para um desenvolvimento económico sustentado têm estado na agenda do Governo.

Ao celebrarmos o 25 de Abril, queremos que fique claro, particularmente para os mais jovens, aqueles que estão abaixo dos 40 anos, que a Revolução dos Cravos, uma revolução pacífica, devolveu a todos nós a dignidade e o orgulho de sermos portugueses.

Aplausos do PS.

Sim, o 25 de Abril, gesto heroico de jovens capitães, valeu a pena, porque melhorou a vida dos portugueses, acabou com uma guerra fratricida e conferiu aos cidadãos de Portugal os direitos, liberdades e garantias que a ditadura sempre nos negou.

É por tudo isto e pela honra de ter subido à tribuna em Sessão de tamanha relevância, que estas palavras são dedicadas ao Ernesto Melo Antunes, que fez o favor de ser meu amigo desde que nos conhecemos no Regimento de Artilharia de Leiria, ano e meio antes do 25 de Abril.

Aplausos do PS.

E ao António Marques Júnior, ele sabe porquê, e nestes dois envolvo todos os capitães de Abril.

Aplausos do PS.

E inevitavelmente dedicadas também aos jovens da crise académica de 1969, em Coimbra, na pessoa do Alberto Martins que sempre nos representou a todos.

Aplausos do PS.

Mas palavras dedicadas também a alguns jovens que, estando na casa dos 30 anos, ou até menos, e porque lhes conheço a devoção pelo 25 de Abril, que conhecem de ler e de ouvir contar, ou porque estão no meu coração ou porque tão simplesmente são o penhor do nosso futuro democrático, mesmo quando discordem de algumas palavras que proferi.

O 25 de Abril foi, de facto, «o dia inicial inteiro e limpo». Por isso, Filipa, Gabriela, João Martins, Rute, Daniel Filipe, Vanda, Nélia, João Nuno, Odete, Catarina, Tiago, Guilherme, Cristiano, Dinis, e também para vós, Srs. Deputados, os mais jovens de cada uma das bancadas, o 25 de Abril foi, de facto, «o dia inicial inteiro e limpo». Guardem-no para sempre!

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República Jaime Gama**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Constitucional e dos demais Tribunais Superiores, antigos Presidentes da República e Presidentes da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Ministros, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Altas Autoridades Civis e Militares, Sr. Cardeal-Patriarca de Lisboa, Eminência Reverendíssima, Ilustres Convidadas e Convidados: No decurso da atual Legislatura, é esta a 4.ª comemoração oficial do 25 de Abril.

A Assembleia da República assinala tão marcante evento da vida portuguesa em sessão solene a que comparecem as mais altas individualidades públicas e o corpo diplomático. É a nossa forma de homenagear o Dia da Liberdade e a instauração da democracia ocorrida em Portugal há 34 anos.

Saúdo de forma especial as Forças Armadas, na figura dos Chefes de Estado-Maior, seus representantes institucionais, e os militares que empreenderam a Revolução dos Cravos, aqui representados pela Associação 25 de Abril, nossa convidada de honra nesta cerimónia.

Aplausos do PS, do PCP e do BE.

Como Parlamento livre e democrático, a nossa palavra para vós só pode ser uma: obrigado pelo que fizeram!

Cumprimento o Presidente da República e transmito-lhe a satisfação da Assembleia em tê-lo presente nesta celebração. Com o andar dos anos, a mensagem presidencial do 25 de Abril proferida no Parlamento veio a revestir-se de características políticas muito relevantes e é sempre seguida com enorme interesse por todo o país.

Usarei assim de sobriedade no que vou dizer antes de lhe passar a palavra, Sr. Presidente da República.

Como forma de dignificar o 25 de Abril, a Assembleia da República cumpre com sentido de dever a sua quota-parte das responsabilidades públicas, enquanto instituição representativa, centro de poder legislativo, polo de debate político, instância de controlo e fiscalização do Executivo no quadro constitucional da democracia portuguesa.

Com muitos parlamentares jovens e com uma forte presença feminina, a X Legislatura, que, dentro de meses, iniciará a sua última sessão legislativa, tem sido intensa, laboriosa e viva, mantendo uma postura de cooperação institucional permanente com os demais órgãos de soberania, as regiões autónomas, as autarquias locais, os partidos políticos, as forças sindicais e patronais, os movimentos sociais, os grupos de peticionários e o público em geral, bem como de exigência profissional e respeito para com a comunicação social.

Temos procurado agir com adequação face ao reforço das tecnologias de informação e comunicação e no contacto com o numeroso conjunto de cidadãos que diariamente nos visita e procura ou que, no exterior do edifício, em local demarcado, exprime em concreto o seu direito cívico de manifestação face a esta ou aquela questão pendente no debate nacional.

Agradeço a todas as Deputadas e Deputados, sem exceção, o empenho que têm demonstrado para que o resultado geral ateste um desempenho honesto do Parlamento português, sempre suscetível de crítica, mas sempre merecedor da atenção dos portugueses quando se trata de levantar uma questão, bater-se por uma causa, sugerir alterações legislativas, afirmar um protesto ante os poderes do Estado, assistir às nossas sessões ou visitar o Palácio em que nos encontramos instalados como Parlamento, desde 1834.

Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Deputados: A ação libertadora dos militares de 1974 permitiu institucionalizar um caminho para a democracia de que não se alheiam índices positivos no terreno económico e social, volvidas mais de três décadas.

Recordo as liberdades públicas, as eleições livres, a alternância de governos, a imprensa sem censura, os partidos políticos, as associações sindicais e empresariais, as universidades com efetiva

autonomia, um poder judicial independente, forças de segurança balizadas pela lei na defesa da ordem pública e no combate à criminalidade e à violência, Forças Armadas prestigiadas no desempenho de importantes missões de paz, regiões autónomas e autarquias locais em plena vitalidade, comunidades emigrantes dignificadas nos quatro cantos do mundo, em termos de inserção e cidadania.

Recordo também um sistema de saúde, um sistema de segurança social e um sistema educativo com fortíssimo investimento público e todos eles acessíveis em condições de absoluta igualdade a todos os portugueses de qualquer localidade ou região e de qualquer condição social, aliás abertos aos residentes imigrados que demandam o nosso país como local de trabalho e de fixação de domicílio.

E recordo igualmente as reais melhorias destas três décadas e meia no plano das infraestruturas — transportes e comunicações — e dos equipamentos coletivos, bem como a aquisição de casa própria e de automóvel e o acesso generalizado aos bens de consumo de qualidade, da alimentação ao vestuário, e ainda o direito ao gozo de férias, tudo num clima de concertação social em que a liberdade das partes não é posta em causa.

Muitos foram os que contribuíram — e por caminhos diversos — para a concretização desta mudança e, por isso, na apreciação da rota trilhada, devemos ser abrangentes e justos para os vários protagonistas.

Não devemos ser sectários no julgamento, nem triunfalistas no balanço do trabalho feito.

As dificuldades que persistem e os tempos duros com que nos confronta a economia internacional, aconselham-nos a manter ideias e valores, prosseguir metas exigentes, continuar a apostar numa agenda modernizadora e europeia, empenhada em melhorias de produtividade e competitividade, sem desfalecimento quanto à materialização do princípio da igualdade de oportunidades, cerne da revolução democrática, contra o privilégio ou a exclusão e razão de ser do Estado social contemporâneo, comprometido com a inovação e o progresso, com a coesão territorial e social, com o primado da lei igual para todos, do bem comum e da *res publica*, pedra angular da modernidade e do progresso.

A responsabilidade social dos investidores e das empresas deve também ser convocada, a par da qualificação, transparência e seriedade da Administração e dos titulares dos órgãos de soberania, como fatores essenciais para uma resposta em tempos difíceis às necessidades de ajustamento, com salvaguarda de padrões de inclusão absolutamente indispensáveis numa comunidade humana que quer continuar a basear-se em valores de justiça e dignidade.

A redução do desemprego, em especial do desemprego jovem, a contenção da criminalidade nos grandes centros urbanos, a densificação das redes de apoio à infância, aos idosos e à família, são objetivos que marcham a par de preocupações fundadas quanto ao nível do sistema educativo, à qualidade do sistema de justiça ou do próprio sentido de missão dos responsáveis públicos em geral, a quem muito se continua a exigir para enfrentar sem tréguas áreas de tão elevada complexidade como, por exemplo, o combate à criminalidade económica e financeira e à corrupção.

A agenda política que realmente conta exige um esforço acrescido e sustentação, demonstração e argumentação, agora exercido num espaço público cada vez mais descentralizado e competitivo, com novos suportes de comunicação, que faz recair sobre os partidos políticos a grande responsabilidade de

agir mais como intermediários inteligentes da própria sociedade que nasce, se afirma e renova do que como depositários letárgicos de opiniões feitas ou de posições instaladas.

A exigência permanente de elaboração de ideias políticas é uma constante essencial da vitalidade democrática, tornada ainda mais indispensável pela complexidade das questões contemporâneas e pela aceleração das necessidades de resposta em todo o espectro da opinião pública que absorve informação.

Não há democracia sem política e não há política sem ideias políticas. Mais do que uma sequência vertiginosa de imagens, a democracia é um debate que assenta na criação inebriante de ideias. Prosseguir o espírito do 25 de Abril e ser-lhe fiel é manter vivo em cada um de nós o valor das ideias — as tuas ideias, as minhas ideias, as vossas ideias, as nossas ideias.

Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Deputados: A Assembleia da República aprovou há dois dias o Tratado de Lisboa com que se culminou o trabalho responsável e muito referenciado da última Presidência portuguesa e se pôs fim a uma prolongada crise de indefinição institucional da União Europeia.

A integração europeia do nosso país foi outra das sequências naturais do 25 de Abril, resultado da mudança democrática empreendida, a que, aliás, veio também dar uma robustez bem palpável. Participamos, hoje, com o maior dos à-vontades, na vida da União e de todos os seus órgãos, aí defendemos os interesses nacionais e propomos soluções europeias, aí somos respeitados e para aí fornecemos o concurso de muitos e talentosos portugueses, cujo expoente maior e mais conhecido é o atual Presidente da Comissão.

A União Europeia é a âncora da nossa modernidade, da ciência e inovação tecnológica à economia aberta e ao modelo social avançado que queremos consolidar — mormente no plano financeiro — e não fragilizar ou extinguir.

Mas se a União Europeia é a âncora da nossa modernidade, a língua portuguesa é sem dúvida a âncora da nossa universalidade. Por isso, não pode nem deve ser esquecida quando se celebra o 25 de Abril, Dia da Liberdade, que a reconciliou com o Mundo e os vários povos que nela se exprimem e tornou possível a criação harmoniosa da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, cujos Embaixadores cumprimento.

De há muito a língua portuguesa devia ter justificado, em Portugal, a definição de um enquadramento institucional e de uma atribuição de recursos à altura da responsabilidade da tarefa...

Aplausos do PS.

... tendo a coragem de começar por confessar a incipiência, o amadorismo e a falta de meios com que o assunto é tratado, sobretudo quando comparado com o modelo em vigor noutros países com responsabilidades semelhantes.

Apelo para que, finalmente, o tema seja estudado em toda a sua extensão e possam ser tomadas medidas adequadas antes de iniciarmos a presidência portuguesa da CPLP, no próximo mês de julho, com a Cimeira prevista para Lisboa. A consolidação e difusão da língua portuguesa no Mundo é um

fator indispensável de democracia internacional a que não podemos ficar alheios e em que nos devemos empenhar seriamente nos próximos dois anos de presidência portuguesa da CPLP.

Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Deputados, Ilustres Convidadas e Convidados: Uma palavra de conclusão.

Palavra de saudade, por todos quantos não viveram o suficiente para ter chegado com vida ao esplendor da liberdade.

Palavra de lembrança, por todos quantos lutaram pela democracia sem nunca saberem se sairiam ou não vitoriosos dessa contenda.

Palavra de profundo respeito, por todos quantos sofreram nas expulsões do emprego público, no exílio, nas deportações, nas prisões e na tortura, ou danificaram a saúde e mesmo perderam a vida para pôr fim a uma ditadura anacrónica.

Palavra de homenagem — sempre! — aos militares que, em 25 de Abril de 1974, ergueram as armas tão-só para entregar ao povo português o direito de escolher livremente e o poder de decidir em política unicamente pela arma do voto.

Palavra final de louvor ao povo português, pela elevada inteligência com que sempre e, por várias vezes, usou o poder do voto para consolidar instituições democráticas representativas e garantir políticas pacificadoras, erradicar a violência política, moderar extremos e seguir em frente, afirmando o país reconciliado, plural e empreendedor de que todos nos orgulhamos e queremos legar com confiança às novas gerações portuguesas.

Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

Aplausos do PS e de Deputados do PSD, de pé.

Para dirigir uma mensagem à Assembleia da República, e, por seu intermédio a todos os portugueses, vai usar, em seguida, da palavra o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República** (Aníbal Cavaco Silva): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Celebramos hoje, uma vez mais, o aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974. Não vou repetir o que aqui afirmei no ano passado, apenas direi que me impressiona que muitos jovens não saibam sequer o que foi o 25 de Abril nem o que significou para Portugal.

Os mais novos, sobretudo quando interrogados sobre o que sucedeu em 25 de Abril de 1974, produzem afirmações que surpreendem pela ignorância de quem foram os principais protagonistas, pelo total alheamento relativamente ao que era viver num regime autoritário.

Não posso deixar de recordar, Srs. Deputados, que, quando o 25 de Abril ocorreu, uma parcela substancial da nossa população nem sequer era nascida. Quem viveu a revolução tem a tendência para não se lembrar disso, julgando que essa data, fixada no tempo, possui uma perenidade eterna.

Não é justo para aqueles que se bateram pela liberdade, tantas vezes arriscando a própria vida, que a geração responsável por manter viva a memória de Abril persista em esquecer que a revolução foi um

projeto de futuro e que, por ter sido um projeto de futuro, deve continuar a ser um sonho inspirador e um ideal para as gerações vindouras.

Aplausos do PS e do PSD.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Um regime político não pode esquecer as suas origens. Não é saudável que a nossa democracia despreze o seu código genético e as promessas que nele estiveram inscritas. Num certo sentido, o 25 de Abril continua por realizar. Naquilo que continha em termos de ambição de uma sociedade mais justa, naquilo que exigia de um maior empenhamento cívico dos cidadãos, naquilo que implicava de uma nova atitude da classe política, há ainda um longo caminho a percorrer.

Foi justamente a pensar na importância do 25 de Abril para a juventude dos nossos dias que, no ano passado, procurei suscitar a reflexão dos Srs. Deputados sobre o sentido a dar a esta efeméride. Eu próprio refleti sobre que sentido faz hoje evocar o 25 de Abril. E, como sempre defendi que os agentes políticos devem prestar contas do que fazem, aqui me encontro para dizer aos portugueses que continuo convencido que a juventude é o horizonte de qualquer comemoração do 25 de Abril verdadeiramente digna desse nome.

O 25 de Abril, disse-o há um ano e digo-o de novo, não é monopólio de uma geração nem de uma força política. O pluralismo que inaugurou leva a comemorá-lo pensando na salutar diversidade de opiniões, no confronto de tendências e de visões do mundo, na livre expressão das ideias, no legítimo exercício do direito de criticar e discordar. Acima de tudo, leva a comemorá-lo pensando que o 25 de Abril é cada vez mais daqueles que nem sequer o viveram.

Ora, aquilo que encontrei ao longo deste ano faz-me ter esperança na juventude, mas também alguma preocupação quanto aos seus destinos. Ao percorrer o país, nomeadamente nos «Roteiros» que tenho lançado, deparei de norte a sul com jovens empreendedores e dinâmicos que ousam projetos de risco, conheci o trabalho de investigadores de excelência, à altura dos melhores do mundo, contactei uma nova geração que se dedica a ações de voluntariado e que demonstra um comovente espírito de entrega ao serviço dos outros.

Mas, à semelhança do que aqui disse no ano passado, se por toda a parte encontrei sinais promissores, também sinto que não temos conseguido mobilizar os jovens para um envolvimento mais ativo e participante na vida política.

Como esta é uma questão que considero demasiado séria, entendi que não poderia limitar-me a falar com base em meras suposições. E, como considero que devo prestar contas do que fiz, gostaria de partilhar com os portugueses e com os presentes nesta sala os resultados de um estudo sobre as atitudes e comportamentos políticos dos jovens em Portugal que, por minha iniciativa, a Universidade Católica realizou e que irei muito em breve facultar aos grupos parlamentares.

Verifica-se que os jovens se distinguem dos outros grupos etários em relação a alguns tipos de comportamento, mas não em relação a todos eles.

Nesse estudo, que me foi apresentado em janeiro deste ano, concluiu-se, e passo a enunciar, isto é, o que referirei a seguir são resultados do estudo.

Em primeiro lugar, concluiu-se que é notória a insatisfação dos portugueses com o funcionamento da democracia, assim como a existência de atitudes favoráveis a reformas profundas na sociedade portuguesa.

Os mais jovens, entre os 15 e os 17 anos, e os jovens adultos, entre os 18 e os 29 anos — ou seja, os que nasceram após o 25 de Abril — são a camada etária que se mostra mais favorável à introdução de reformas incrementais e limitadas no sistema. De realçar, contudo, que os jovens revelam menor pessimismo quanto ao futuro do que os outros grupos etários.

Os jovens estão menos expostos à informação política pelos meios convencionais de comunicação do que os restantes segmentos da população e mostram também mais baixos níveis de conhecimentos políticos.

Excetuando o exercício do direito de voto, a população portuguesa tende a ser cética em relação à eficácia da participação política tradicional, isto é, aquela que é feita através dos partidos.

No que respeita a um conjunto genérico de medidas destinadas a melhorar a qualidade do sistema democrático, os portugueses são particularmente favoráveis à presença das mulheres na vida política, à criação de novos mecanismos de participação e à maior personalização do sistema eleitoral.

Trata-se de um estudo efetuado de acordo com os métodos mais adequados e fiáveis de recolha de informação, podendo considerar-se que os elementos que contém são fidedignos e correspondem à realidade.

Foi esta realidade que o Presidente da República quis conhecer, e é esta realidade que aqui trago ao conhecimento dos Srs. Deputados, na convicção de que os agentes políticos não podem alhear-se do pulsar da sociedade e daquilo que os cidadãos pensam daqueles que os governam.

O estudo mostra ainda outros dados que merecem uma análise séria e uma ponderação profunda: já em 2004, os portugueses contavam-se entre os europeus e os cidadãos de países desenvolvidos com uma pior avaliação do funcionamento da democracia; de 2004 para cá, a insatisfação e o pessimismo cresceram de forma sensível.

Do ponto de vista do chamado «interesse pela política», os resultados demonstram, e cito textualmente o estudo, um «baixíssimo interesse dos inquiridos entre os 15 e os 17 anos».

Em termos comparativos, além da Hungria e da Eslováquia, Portugal é o país europeu em que os cidadãos dão menos importância à política nas suas vidas. Os cidadãos, em geral, mostram maiores níveis de interesse pela política a nível local do que a nível nacional e internacional.

O estudo colocou aos inquiridos três perguntas muito simples: qual o número de Estados da União Europeia, quem foi o primeiro Presidente eleito após o 25 de Abril e se o Partido Socialista dispunha ou não de uma maioria absoluta no Parlamento. Pois, Srs. Deputados, metade dos jovens entre os 15 e os 19 anos e um terço dos jovens entre os 18 e os 29 anos não foi sequer capaz de responder corretamente a uma única das três perguntas colocadas. Repito: metade dos jovens entre os 15 e os 19 anos não foi capaz de responder a uma única das três perguntas simples que lhes foram colocadas.

No dia em que comemoramos solenemente o 34.º aniversário do 25 de Abril, numa cerimónia todos os anos repetida, somos obrigados a pensar se foi este o futuro que sonhámos.

Justamente por isso, é meu propósito promover em breve um encontro com representantes de organizações de juventude, tendo por objetivo colher a sua opinião sobre o distanciamento dos jovens em relação à política e sobre as medidas que possam contribuir para minorar ou inverter esta situação.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados: Se estes são os resultados, será mais difícil diagnosticar as causas. Sei que a atividade política, sobretudo nas democracias consolidadas e nas sociedades desenvolvidas, não ocupa um lugar cimeiro nas preocupações quotidianas dos cidadãos. Simplesmente, mesmo em comparação com os demais países da Europa, os resultados obtidos em Portugal não são animadores.

É natural, é saudável até que os cidadãos em geral e os jovens em particular tenham centros de interesse para além da vida política. Tal significa que têm a democracia como um dado adquirido, que interiorizaram o facto de viverem num regime democrático e agora dedicam a sua atenção a outras realidades.

Em todo o caso, o nível de informação dos jovens relativamente à política é de tal forma baixo que ultrapassa os limites daquilo que é natural e salutar numa democracia amadurecida. O alheamento da juventude não pode deixar de nos preocupar a todos, a começar pelos agentes políticos. A começar por vós, Srs. Deputados. Se os jovens não se interessam pela política é porque a política não é capaz de motivar o interesse dos jovens. Interrogo-me que efeitos daqui resultarão para o governo de Portugal num futuro não muito distante.

Impõe-se, por isso, que diminua aquilo a que os especialistas chamam a «distância do poder». Não por acaso a política local, segundo os elementos daquele estudo, é aquela que mais motiva os cidadãos. Quanto mais próximos estiverem os cidadãos dos centros de decisão, maior será o seu interesse em participar e intervir. Daí que os centros de decisão tenham de procurar uma «política de proximidade» relativamente aos portugueses.

É isso que tenho feito através dos «Roteiros» e de outras iniciativas, que me levaram a contactar diretamente as populações, conhecendo de perto os seus anseios, os seus problemas, a sua insatisfação, mas também as suas esperanças, a sua crença num país melhor, os inúmeros exemplos de sucesso e de boas práticas que encontrei na vida empresarial ou académica, ou nos domínios da cultura, da inclusão social, do ambiente e da investigação científica.

Os partidos políticos possuem responsabilidades muito claras no combate ao alheamento dos jovens pela vida pública. No fundo, no combate à indiferença que muitos jovens têm pelo futuro do seu país. Tal deve-se, em boa medida, ao facto de não ter havido o necessário esforço para a credibilização da vida política. Esse esforço não dispensa algo de muito simples: ouvir o povo e falar-lhe com verdade. Vender ilusões não é, seguramente, a melhor forma de fortalecer o imprescindível clima de confiança que deve existir entre os cidadãos e a classe política.

Do mesmo modo que seria bom acabar com um certo autismo de alguma classe política, levando-a a conhecer melhor a realidade do país, deveríamos pôr cobro ao pessimismo que muitos dizem ser uma característica singular do povo português desde tempos imemoriais.

Na sua vida de todos os dias, os portugueses interrogam-se sobre o que lhes reservará o futuro. Existirão sinais para sermos otimistas? Ou, pelo contrário, os indícios apontam para um futuro sombrio?

Esta é a atitude típica daqueles que preferem aguardar pelo futuro ou que persistem em tentar adivinhar como será o futuro, em vez de pensar o que devem fazer no presente.

Em vez de nos interrogarmos tanto sobre o que o futuro nos trará, seria melhor que nos concentrássemos sobre o que poderemos trazer ao presente. O futuro começa hoje. O futuro será o que dele fizermos hoje, nas nossas vidas profissionais e pessoais, nos nossos comportamentos cívicos, nas nossas atitudes perante os outros.

Ao invés de imaginar o dia de amanhã, em lugar de procurarmos sinais nas estrelas de um futuro incerto, construamos hoje mesmo o que queremos para um Portugal melhor. É esse o espírito com que exerço as funções em que fui investido, precisamente neste Hemiciclo, onde jurei cumprir e fazer cumprir a Constituição Portuguesa.

Sou Presidente da República porque não me resignei, porque quis dar o meu contributo presente para o futuro das gerações que nos seguem. Não me resigno, acima de tudo, porque acredito no meu país e nos seus cidadãos. E, por isso, renovo o apelo de há um ano, dirigido a todos os portugueses, sobretudo aos mais jovens: não se resignem! Só assim sereis dignos da memória do 25 de Abril.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP, de pé.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Declaro encerrada a Sessão solene Comemorativa do XXXIV Aniversário da Revolução do 25 de Abril.

2009

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Srs. Deputados, declaro aberta a Sessão Solene Comemorativa do XXXV Aniversário do 25 de Abril.

Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes», tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ferreira.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr.as e Srs. Deputados, Valorosos Capitães de Abril, Sr.as e Srs. Convidados: Assinalamos hoje os 35 anos do 25 de Abril de 1974, o dia em que o nosso futuro coletivo ganhou outro sentido, em liberdade, em democracia e em paz.

E todos nós sabemos que essa linda manhã de sol e de cravos não foi provocada por uma qualquer intervenção divina, nem tão-pouco fruto de um acidente do destino. Foi, sim, o resultado da determinação dos capitães de Abril, que nessa madrugada, saindo dos quartéis, foram capazes de sacudir, corajosamente, o presente e silenciar o passado para, de forma digna e elevada, nos darem outro futuro, outro caminho.

Mas foi também o resultado da resistência, do inconformismo e da coragem de tantos homens e mulheres portuguesas que, partilhando causas e valores que consideravam justos, saíram também à rua para se juntarem aos militares e abraçarem essa linda manhã de sol e de cravos e tudo o que ela representava.

Não foi, portanto, o acaso, nem tão-pouco o destino, mas, sim, os militares de Abril e aqueles homens e mulheres que acreditaram que, de facto, «não há machado que corte a raiz ao pensamento».

Assim se pôs fim a uma ditadura de quase meio século, a um regime que calou e censurou os portugueses, que fez e alimentou a guerra do ultramar, que semeou a miséria, que procurou impor pensamentos, que perseguiu, que reprimiu, que torturou.

Para trás ficava o Estado Novo, a ditadura, a PIDE, a censura, a guerra colonial, a Mocidade Portuguesa, o «Angola é nossa», o «orgulhosamente sós» e tantas, tantas outras coisas, realidades sombrias, que passaram a ser outro passado, porque, afinal, «o sonho comanda, mesmo, a vida».

Para o futuro viriam eleições livres, a liberdade sindical, a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, o poder local democrático, o Sistema Nacional de Saúde, o ensino para todos, a segurança social, o salário mínimo nacional, o direito a férias, a contratação coletiva e tantas, tantas outras realidades que, no seu conjunto, representam um valiosíssimo património que continua a orgulhar-nos e, sobretudo, a permitir-nos sonhar.

Passaram, entretanto, 35 anos. E se é verdade que muito se consolidou do imenso que Abril nos trouxe e prometeu, também é verdade que continuamos a assistir, sobretudo hoje, a um clima generalizado de insatisfação.

Uma insatisfação motivada pela consciência de que estamos longe do desejável e, pior ainda, com a perceção de que, à medida que os governos se vão sucedendo, nos afastamos cada vez mais das pretensões e dos valores que Abril semeou.

O Estado, porque «interessa ao mercado», continua, hoje mais do que nunca, a desresponsabilizar-se e os governos prosseguem na privatização de serviços públicos. Até as visitas aos parques naturais, não escapando à gula do setor privado, são suscetíveis de concessionar.

Subvertendo o primado das suas funções sociais, o Estado tem vindo a retroceder em direitos essenciais: na educação, na saúde, na justiça, na segurança social.

Aumenta o número de estudantes que abandonam os estudos porque não conseguem pagar as propinas.

O recurso à saúde fica cada vez mais longe e parte significativa das camadas sociais mais fragilizadas deixa de comprar medicamentos porque não tem condições financeiras para o fazer.

O acesso à justiça é, cada vez mais, só para alguns e uma miragem para muitos.

A sustentabilidade da segurança social é feita através da redução das pensões.

Milhares de famílias encontram-se completamente reféns dos seus empréstimos.

A redução real dos salários da esmagadora maioria dos portugueses tem sido uma constante.

O desemprego alastra a um ritmo assustador.

Direitos adquiridos com Abril têm vindo a ser gradualmente postos em causa pela alteração das relações de trabalho, de que é expoente máximo a recente alteração socialista à legislação laboral.

Portugal apresenta-se como o país da União Europeia com mais desigualdades na distribuição da riqueza e um dos que tem mais população em risco de pobreza. Pobreza que alastra ao ritmo do aumento dos grandes lucros dos grandes grupos económicos.

Este é o Portugal de todos os meses, de todos os dias, 35 anos depois daquele dia do mês de Abril. Mas, tal como há 35 anos, a situação que vivemos não é obra do destino, nem tão-pouco fruto do acaso. Tal como há 35 anos, a situação que vivemos tem autores, tem protagonistas, tem responsáveis.

E os responsáveis são quem nos tem governado, quem tem entendido que o Estado é o problema e o mercado é a solução e, portanto, menos Estado, melhor Estado; quem nos tem imposto estratégias baseadas em formulações neoliberais retiradas abusivamente das noções de competitividade, de modernidade, da suposta excelência do privado sobre o público; quem nos tem imposto Orçamentos do Estado condicionados ao cumprimento cego do défice e do Pacto de Estabilidade e Crescimento e, por essa via, acentuando a desresponsabilização e aniquilação do Estado, alienando património que era de todos, na saúde, na educação, nos valores naturais e na Administração Pública. Tudo isto como se as pessoas existissem para servir a economia e não a economia a existir para servir as pessoas.

E têm sido exatamente estas opções que têm permitido o alastramento do fosso entre os mais ricos e os mais pobres, que têm favorecido as injustiças sociais, agravando o modo de vida dos mais desprotegidos e, ao mesmo tempo, alimentando os grandes grupos económicos.

Têm sido estas opções que acentuaram as nossas debilidades económicas e a dependência do país, em resultado da destruição do aparelho produtivo — a agricultura, a indústria e as pescas.

Têm sido estas opções que têm levado ao agravamento das problemáticas ambientais; à resistência no que diz respeito à adoção de medidas eficazes para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa; à mercantilização de recursos fundamentais, como a água; à transformação da política de

conservação da natureza numa oportunidade de negócio; à privatização de importantes setores, como a energia ou os transportes; ao agravamento das assimetrias regionais; e à falta de uma política de ordenamento do território que garanta a sustentabilidade do desenvolvimento. Opções ou políticas que têm, em suma, impedido o equilíbrio ambiental e fomentado as injustiças sociais.

Estamos inquestionavelmente melhor, é certo, mas longe dos sonhos dessa madrugada de sol e de cravos. E, ao fazermos uma leitura sobre o entretanto, somo forçados a concluir que as políticas dos sucessivos governos têm vindo a afastar-nos dos valores de Abril, promovendo preocupantes retrocessos ao nível social, económico e ambiental.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Para terminar, quero dizer que hoje, Dia da Liberdade, enquanto aqui, na Assembleia da República, comemoramos os 35 anos dessa liberdade, algures no país, com pompa e circunstância, procede-se à inauguração da requalificação do Largo Dr. Salazar, esse mesmo ditador que, durante tanto tempo, nos roubou a liberdade.

Uma cerimónia estranha aos valores da liberdade, no mínimo provocante. E, por isso mesmo, em nome do Partido Ecologista «Os Verdes», que aqui represento, queria desta tribuna manifestar o nosso mais vivo e firme protesto pelo facto da Câmara Municipal de Santa Comba Dão ter incluído no seu programa das comemorações do 25 de Abril, o Dia da Liberdade, a inauguração da requalificação do largo que tem o nome de um dos maiores responsáveis pelo fascismo no nosso país e de tudo o que isso representou para Portugal e para os portugueses.

Trata-se, no entendimento de Os Verdes, de uma ofensa não só aos capitães de Abril como a todos aqueles para quem o 25 de Abril significa liberdade, e, portanto, à generalidade dos portugueses.

Para nós, festejar Abril é continuar a procurar os caminhos para construir uma sociedade mais solidária, mais justa, mais fraterna e ambientalmente equilibrada. Mas comemorar Abril é também dizer não ao fascismo.

Viva o 25 de Abril!

Aplausos de Os Verdes, do PCP e do BE.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do BE, tem a palavra Sr.ª Deputada Ana Drago.

A Sr.ª **Ana Drago** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Caros Convidados: Celebramos hoje o dia em que a liberdade chegou, porque esse dia nos define e identifica — reconstitui a história das nossas vidas. A história de muitos que lutaram para que esse dia fosse possível, mas também a história de muitos que não viveram esse dia, que chegaram depois. Em nome deles e em nosso nome, aqui assinalamos a data fundadora da sua expectativa de liberdade, autonomia e justiça.

A modernidade política e cultural inaugurada por Abril mantém-se como espaço de vontade e de ação. Renova-se como compromisso a cada dia, na sua dupla dimensão de ideal e de vivência.

Celebramo-nos hoje como comunidade política constituída em torno da ideia e da prática democrática, sabendo que a democracia não se resume a um arranjo institucional — a democracia é, será sempre, esse dispositivo revolucionário de subversão das desigualdades de poder, essa busca de uma autonomia solidária que marca as almas dos homens e das mulheres nas suas vidas, na nossa história.

Sabemos que esse compromisso mantém a sua capacidade transformadora. E hoje, de novo, precisamos de fazer apelo à sua força — à força da vontade democrática — para responder à incerteza e às dificuldades do presente.

Partimos de uma evidência imponente — o paradigma político seguido em Portugal nas últimas duas décadas falhou.

A equação seguida por diferentes maiorias políticas, com vários nomes e diversos protagonistas, escrevia-se a três tempos: advogava-se o alargamento sem limites do espaço de intervenção do mercado; seguir-se-ia a criação acrescida de riqueza; e, no fim, porventura, alguma distribuição. Os erros e o falhanço clamoroso desta equação estão comprovados — chamamos-lhe crise.

A brutal crise económica e social mostra a sua face verdadeira, porque mostra as suas vítimas. O mercado gerou mais desigualdade social; manteve níveis inaceitáveis de pobreza persistente, que se reproduz nas mesmas famílias e nos mesmos estratos sociais, de geração em geração; gerou apropriações indevidas de bens públicos; e favoreceu o crescimento desmesurado do desemprego, que paira hoje como chantagem e medo sobre quem trabalha.

A expansão do mercado como filosofia societal trabalhou, portanto, para o estreitamento do espaço público, para o estreitamento da democracia. O modelo liberal não ficou «aquém das expectativas», não foi a sua suposta "ética" traída por alguns agentes de mercado. Não. Falhou redondamente, e não pode ser consertado. Tem de ser abandonado e substituído por outro.

Precisamos de um outro modelo de desenvolvimento, precisamos de um novo paradigma de governação democrática, e o país sabe-o.

Sabem-no os homens e as mulheres que todos os dias fazem serviços públicos. Sabem que nas escolas, nos hospitais, nas instituições de apoio social, onde trabalham todos os dias, há uma crise que tem décadas e que se vive quotidianamente com o desinvestimento público; sabem que há um discurso opressivamente dominante que favorece sempre a deslegitimação da coisa pública e a menorização da República; sabem que as desigualdades lhes entram todos os dias pelas portas adentro e que esse é o défice democrático — a democracia por cumprir —, que têm cada vez menos instrumentos, porque aos serviços públicos se impôs uma mimetização da lógica de gestão do mercado que escarnece do próprio conceito de direitos sociais; e sabem que a democracia está açaimada, estreitada e vigiada, quando os seus protestos em nome da dignidade do serviço público são sempre menorizados e enxovalhados, como se as suas vozes cidadãs fossem ruído.

Sabem-no também os homens e as mulheres que se juntam à porta das fábricas que fecham, uma noite atrás da outra, guardando as máquinas que podem ser roubadas e onde faziam o trabalho, que também lhes foi roubado. Sabem que esta crise, agora anunciada como nova, se vem apenas somar a uma crise velha, que pesa sobre as suas vidas há demasiado tempo; sabem que, antes da grande crise internacional, já em Portugal se batiam recordes nos números do desemprego.

Quem vê aumentar os dias de *lay-off*, quem conhece o significado de despedimento coletivo, de deslocalização ou de falência sabe que não pode contar com os poderes públicos.

Em dezembro de 2008, as dívidas aos trabalhadores chegavam aos 191 milhões de euros em salários atrasados, indemnizações não pagas e horas extra por pagar. Em 2008, os processos de falência e insolvência foram 3344, mais dois terços do que no ano anterior; os despedimentos coletivos aumentaram 50%. E é a própria Autoridade para as Condições do Trabalho que reconhece que não tem nem meios nem cobertura legal suficiente para combater os falsos recibos verdes e o trabalho precário.

Empresas que tiveram apoios estatais fecham portas e abandonam o país sem que lhes sejam pedidas contas. Os empresários mais ousados anunciam despedimentos "preventivos" e, de novo, nada acontece.

Os homens e as mulheres do trabalho sabem que, quando o desemprego atinge os níveis atuais, se vivem os tempos do medo — que cancela a democracia quando cancela os seus direitos, escritos em letra de lei, mas suspensos na prática da vida.

Os portugueses sentem que o espaço democrático das suas escolhas, da sua participação e do seu controlo democrático está estreitado, tornado irrelevante no que verdadeiramente conta. Sabem que as escolhas públicas estratégicas para o futuro do país nascem vergadas a interesses privados; sabem que a política das últimas décadas permitiu a construção de um sistema que prima pela opacidade e pela não prestação de contas, onde os dinheiros sujos são escondidos em sociedades anónimas, em *offshore* e em tráficos ilegais; sabem que estão a ser expropriados dos seus direitos de cidadania pela linguagem higienizada do mundo económico — deixaram de ser trabalhadores, são agora "colaboradores"; já não há despedimentos, há «ajustamentos na estrutura das empresas»; já não há encerramento de fábricas, há "deslocalizações". E até quando a economia e o seu poder de compra mirra e encolhe, dizem-lhe que há «crescimento negativo».

O poder exerce-se assim, branqueando a injustiça e o sofrimento que causa, camuflando a sua violência social, negando voz e o próprio nome de quem domina.

São os homens e as mulheres, os trabalhadores, que fazem a riqueza deste país, que construíram a democracia. Cada direito social foi por eles conquistado e, pelo seu trabalho e a pela sua solidariedade, tornado possível. Não aceitam, os portugueses não aceitam ser expropriados desses direitos, que são a sua vida democrática, e silenciados como se de incapazes se tratassem. Não querem, os portugueses não querem mais a tutela de uma política que não assume nem aceita as suas expectativas de um país assente na justiça social.

Os portugueses não aceitam a duplicidade de uma espécie de política social milionária para o sistema financeiro a par de uma política miserabilista nos apoios sociais aos cidadãos; não aceitam que se protejam bancos falidos, que se deem prémios e perdões aos homens de negócios de sempre e que, no mesmo país, quase metade dos desempregados não tenha acesso ao subsídio de desemprego.

Os portugueses — essas mesmas gerações que construíram, com o seu trabalho e a sua vontade, a democracia portuguesa nos últimos 30 anos — não aceitam que os seus filhos entrem agora na vida ativa com o estatuto de eternos precários, à margem dos direitos e da dignidade do contrato social, e que essa precarização da vida se transforme em lei, com o novo Código do Trabalho.

Não aceitam a multiplicação de discursos inspirados de combate à corrupção que redundam, vez após vez, num profundo imobilismo político. Sabem que basta fazer o óbvio: criar os instrumentos para seguir o rasto do dinheiro. É por isso que o debate e as iniciativas sobre o fim do sigilo bancário não podem vacilar sob as pressões, aliás, mais do que esperadas, dos mesmos que sempre nos disseram que podíamos confiar na bondade do capitalismo de casino. Fazer essa rutura no combate à corrupção é hoje central para legitimar a atuação dos poderes públicos, é central para reganhar o espaço democrático.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Meus Senhores e Minhas Senhoras: A justiça exige a serenidade e a confiança que tanto têm faltado nos tempos recentes. Um país sem justiça é um país desesperado. Portugal precisa da refundação do seu sistema de justiça, tanto no combate ao crime económico como no acesso dos cidadãos ao tribunal para defenderem os seus direitos.

Reconhecer a crise não pode ser, portanto, um *pro forma*, como se de um mera frase de conversação se tratasse. Reconhecer a crise é perceber a falência e, portanto, o fim do modelo de desenvolvimento de matriz liberal; apontar os culpados e as formas de os derrotar e substituir.

Pensar que se pode conter a crise reduzindo os direitos sociais, pisando o direito ao trabalho e no trabalho é recusar perceber como aqui chegámos. É que foi a política dos baixos salários e das pensões de miséria, imposta ano após ano, que nos conduziu aqui mesmo, à crise — à explosão desenfreada do crédito, ao endividamento das famílias, à pobreza que se reproduz, ao abuso como forma de ter. É esse eufemismo chamado "contenção salarial", associado à precarização generalizada das relações laborais, que nos tem mantido presos no mesmo sítio de sempre — uma economia dependente, assente em baixos salários, esperando que sejam eles a pagar os custos da sua fraca competitividade.

Pensar que se pode conter a crise sem impor regras de controlo e transparência ao mercado, mantendo a opacidade do movimento de capitais e o privilégio fiscal dos ganhos em bolsa já não é sequer não perceber a crise — é querer mantê-la como um garrote da democracia.

Pensar que se pode ultrapassar a crise entregando a gestão de bens públicos e a produção de bem-estar social, uma vez mais, nas mãos do mercado — mesmo quando esse mercado aparece transvestido de "sociedade civil" — é aprofundar o défice democrático.

A legitimação das políticas públicas só se fará pela reafirmação dos direitos sociais, que são sempre, sempre, processos de limitação do poder do mercado e de desmercadorização de bens fundamentais à vivência de uma sociedade.

A legitimação das políticas públicas só reganhará alento se deixar de desconfiar da participação dos cidadãos. É aí que tudo se disputa: na confiança na vontade coletiva de um povo que se recuse ser arrastado para a crise.

Trinta e cinco anos depois do 25 de Abril, lembro a esperança e a exigência: cidadãos que somos, e não súbditos, levantamo-nos para retomar a luta pela justiça, contra o défice democrático e o défice social.

Viva o 25 de Abril!

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra a Sr.ª Deputada Teresa Caeiro.

A Sr.ª **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Constitucional e dos demais Tribunais Superiores, Altas Autoridades Civis e Militares, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Ilustres Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: A sessão de hoje deve ser a homenagem devida a um ideal universal. Prestar homenagem à liberdade é dar importância a um valor que nunca podemos considerar definitivamente adquirido. É também celebrar o facto de Portugal se inserir no espaço civilizacional — o atlântico e europeu — que mais consolidou a dignidade do ser humano.

Faço parte de uma geração que nasceu com a liberdade. Uma geração que deve ao 25 de Abril — e ao 25 de Novembro — a liberdade de pensar, de participar e de discordar; uma geração que reconhece esse tributo com gosto e naturalidade.

Mas justamente porque encaramos o 25 de Abril com naturalidade, não fazemos vénias aos que se consideram proprietários do 25 de Abril nem reconhecemos autoridade aos que manipulam e distribuem certificados de correção "revolucionária" a todos os demais.

Há, em Portugal, quem faça de uma certa visão do 25 de Abril uma carreira ou até um modo de vida. A geração a que pertenço dispensa tutelas e está mais preocupada com o estado a que Portugal chegou, ou seja, com o facto de Portugal não se ter desenvolvido como podia e devia.

Aplausos do CDS-PP.

Ter participado no 25 de Abril não legitima nem justifica a utilização do terrorismo em nome do 25 de Abril. A revolução foi feita sem sangue. O Estado de direito não pode, por isso, confundir-se com aqueles que acharam que tinham o direito de fazer sangue em nome da revolução.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.ª **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Invocar o 25 de Abril não consente equívocos nem narrativas de conveniência revisionista sobre as causas políticas do atraso de Portugal. É inteiramente verdade que podíamos ser hoje um Estado mais respeitado e uma nação mais próspera se, em vez de uma revolução, tivéssemos tido uma transição — conceito que o antigo regime não soube preparar. É também inteiramente verdade que teríamos hoje uma economia mais avançada e uma sociedade mais justa se as empresas portuguesas não tivessem sido irresponsavelmente saqueadas e empobrecidas pelas ocupações e nacionalizações do processo revolucionário.

Ter uma visão pouco pluralista do 25 de Abril pretende, mas não permite, lançar equívocos sobre quem, na realidade, perdeu as batalhas da História e do progresso.

Alguns invocam o 25 de Abril como uma espécie de caução para repetir, em 2009, os erros e os excessos de 1975: a mesma vontade de estatizar a economia; o mesmo ferrete sobre as empresas e os empresários; a mesma desvalorização da autoridade e da segurança; o mesmo facilitismo nas escolas; o mesmo sacrifício da saúde dos doentes aos ideólogos da saúde; o mesmo dirigismo da sociedade; a mesma propaganda igualitária contra o mérito, o esforço, o talento e a iniciativa; o mesmo desprezo pela produtividade e pela demografia; a mesma displicência com o endividamento.

São estes os valores falhados do PREC que ameaçam voltar, condenando Portugal a afastar-se definitivamente da Europa onde se vive melhor. Estamos no século XXI: não ganharemos o futuro à boleia de um esquerdismo revisitado.

Aplausos do CDS-PP e da Deputada do PSD Rosário Cardoso Águas.

Reivindicar o 25 de Abril como quem se apropria de uma herança — esquecendo que a liberdade é uma oportunidade para todos — chegou ao ponto de constitucionalizar a obrigatoriedade do socialismo. Essa é uma forma de autoritarismo cultural que só remotamente pode confundir-se com a essência da liberdade. Ora, uma cultura política autoritária rapidamente pode resvalar para uma prática política controleira e de controleiros.

Os portugueses vão descobrindo, não sem espanto, que alguns revolucionários de ontem são os poderosos de hoje, com a diferença original de se comportarem como novos autoritários. Com a Constituição socializante sempre na boca, não hesitam em reduzir o espaço de independência das empresas; não hesitam em interferir nos negócios em concreto; não hesitam em constituir uma corte de dependentes; não hesitam em tentar controlar os *media*; não hesitam em pretender conformar a justiça; não hesitam em clientelizar o voto; não hesitam em condicionar a autonomia das instituições; não hesitam em capturar a liberdade da sociedade civil; não hesitam em arruinar o prestígio das profissões.

O socialismo é, para muitos dos que nos governam, uma patente que consente tudo. É por isso que há cada vez menos portugueses a acreditar nas palavras do Governo e há cada vez mais portugueses a recear os abusos do Governo.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.ª **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República: No momento atual, os portugueses confrontam-se com uma situação dificílima e enormes desafios.

A crise económica e financeira gera pessimismo e absorve energias. O compromisso com uma economia de mercado com responsabilidade ética é inadiável e sem condescendências.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.ª **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — A descrença que alastra em relação à vida pública exige um novo compromisso entre eleitos e cidadãos.

Os portugueses legitimamente esperam dos seus representantes exemplos de ética e responsabilidade. Exigem de todos a coragem de reformar o que está mal e melhorar o que é possível.

Aqui e agora, há meio milhão de portugueses sem emprego. Porque não há empregos sem empresas, a resposta é apostar nas micro, pequenas e médias empresas portuguesas. Fazer tudo o que está ao nosso alcance, nomeadamente no plano fiscal, para lhes permitir sobreviver e enfrentar a tormenta.

Aqui e agora, há dois milhões de portugueses que vivem abaixo do limiar de pobreza. São especialmente vulneráveis os mais velhos e os doentes. A resposta é um esforço suplementar de solidariedade que não se reduz à ação do Estado — precisa das instituições sociais; precisa da família; precisa do voluntariado; precisa da responsabilidade social de cada um de nós.

Aqui e agora, há milhares de jovens portugueses — muitos com licenciaturas, mestrados e doutoramentos — que são obrigados a emigrar à procura de emprego, ou, mais exatamente, à procura de sociedades que reconheçam e premeiem a excelência, o esforço e o mérito. Somos pela liberdade de circulação dos talentos, mas não queremos que os jovens deixem Portugal porque não fomos capazes de construir uma sociedade de oportunidades.

Aqui e agora, há uma classe média portuguesa que empobreceu e que dificilmente consegue subir na vida. A resposta não é sufocá-la com mais impostos e contribuições.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.ª **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Aqui e agora, há mais de meio milhão de portugueses à espera de uma consulta ou de uma cirurgia. Isto revela os limites de uma certa visão ideológica da saúde. A resposta é a máxima utilização de todas as capacidades instaladas — públicas, privadas ou sociais — para garantir o acesso aos cuidados de saúde e reduzir os tempos de espera.

Aqui e agora, há um colapso da credibilidade do sistema judicial. Deve constituir máxima prioridade das instituições reformar, reconstruir, reabilitar a confiança neste pilar do Estado de direito que estamos diariamente a deixar de ser.

Aqui e agora, há uma perigosa perda de autoridade das forças que têm como missão proteger a nossa segurança. Temos de perceber que sem segurança não há liberdade e que a proteção da nossa liberdade implica políticas mais firmes, leis mais realistas e tribunais mais eficazes.

Aqui e agora, há um investimento que ficou por fazer nos recursos humanos e nos recursos naturais de que Portugal dispõe. Quando um país vive a crise que nós vivemos não é possível desprezar o valor económico da agricultura, o potencial do mar, a importância do conhecimento e da formação.

Aqui e agora, é necessário promover uma cultura social diferente. A cada direito corresponde um dever; a cada liberdade corresponde uma responsabilidade; ...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.ª **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — … a cada privilégio corresponde uma obrigação de solidariedade.

Portugal é capaz. Portugal foi sempre capaz ao longo da História. Nenhuma crise se tornou definitiva. Houve sempre uma reserva de coragem que permitiu aos portugueses reinventar o seu destino.

Viva Portugal!

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado João Oliveira.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Capitães de Abril, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: «A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista.

Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.»

Foi com estas palavras que os Deputados Constituintes deram início ao preâmbulo da Constituição da República Portuguesa, afirmando com clareza os traços fundamentais da Revolução de Abril de 1974, que pôs fim à longa noite fascista e que, simultaneamente, abriu os horizontes de um tempo novo de liberdade, de democracia, de progresso, de justiça social e de independência nacional.

Interpretando verdadeiramente os sentimentos profundos do povo português, o Movimento das Forças Armadas — que daqui saudamos na pessoa dos capitães de Abril — pôs fim ao regime fascista de Salazar e Caetano que, durante 48 anos, impôs uma ditadura criminosa ao povo português.

Num tempo conturbado em que há quem tente branquear ou reabilitar o fascismo, é exigível a todos os responsáveis políticos que afirmem a natureza criminosa da ditadura fascista.

Nunca será demais relembrar a natureza criminosa dessa ditadura que sujeitou o povo a uma guerra colonial injusta, à pobreza, à miséria, à fome para sustentar a fortuna e opulência de uma minoria; que condenou o país ao analfabetismo e ao atraso, cuja fatura, em muitos aspetos, ainda hoje continuamos a pagar.

Uma ditadura criminosa que reprimiu, censurou, prendeu, torturou e assassinou muitos daqueles que a ela ousaram opor-se.

Tendo sido o PCP alvo preferencial desta repressão e tendo perdido muitos dos seus militantes para este negro obituário dos crimes do fascismo, de novo aqui o relembramos para que nunca mais se repita.

Mas a Revolução de Abril abriu, igualmente, novos horizontes ao povo e ao país. Horizontes de esperança e confiança num futuro melhor, que era então construído pelas mãos daqueles que, durante 48 anos, tinham sido expropriados da sua dignidade e dos seus direitos, pelos trabalhadores que se libertavam da exploração e exigiam uma sociedade nova entrando, nas palavras de Ary dos Santos, pelas «portas que Abril abriu».

Esse futuro de Abril construiu-se com a instauração das liberdades e de uma democracia que se pretendia plena, nas suas dimensões política, económica, social e cultural.

Construiu-se pondo o Estado ao serviço do povo e do país, garantindo o acesso à educação e à saúde, o direito à segurança social e a uma proteção social digna.

Construiu-se com o direito ao emprego, com a consagração dos direitos dos trabalhadores, das mulheres e dos jovens e a melhoria significativa das condições de vida da população.

Construiu-se também com a reforma agrária e a nacionalização dos setores estratégicos, que colocaram as potencialidades do país ao serviço do desenvolvimento e do bem-estar coletivos.

As comemorações do 25 de Abril na Assembleia da República são, por isso, a justa e indispensável celebração institucional desse momento ímpar da História de Portugal, que, juntamente com o 1.º de Maio, reencontra nas comemorações populares por todo o país as raízes de onde brotou.

Mas as comemorações de hoje não podem prescindir de um elemento de atualidade que ponha em perspetiva esse futuro que Abril propunha perante a realidade que hoje vivemos. E, quanto a nós, a resposta é óbvia: ao contrário das falsas modernidades que vão empurrando os portugueses de volta às relações laborais e sociais do século XIX, o projeto libertador de Abril mantém toda a sua atualidade como verdadeiro projeto político de progresso social e económico e de justiça social.

A dramática realidade que hoje vivem os portugueses é precisamente o resultado do abandono desse projeto de sociedade que Abril afirmou.

O país que temos hoje é o exemplo indesmentível da falência das políticas que acentuaram a exploração e a concentração de riqueza a um ponto em que os pobres já não conseguem suportar as fortunas dos ricos.

Num momento em que o sistema capitalista torna evidentes as suas dramáticas consequências para os povos, num momento em que se agudizam as contradições do sistema económico que assenta na exploração do homem pelo homem, é preciso Abril de novo.

Abril de novo significa romper as inevitabilidades e os dogmas com que o neoliberalismo procura travar o avanço da humanidade e dar resposta às necessidades do país.

Em Portugal, Abril de novo significa adotar políticas económicas que coloquem a riqueza do país ao serviço do bem-estar coletivo, que valorizem os nossos setores produtivos, que sejam capazes de pôr fim ao desemprego em que se encontra mais de meio milhão de portugueses e que rompam com a dependência face ao estrangeiro.

Abril de novo significa definir políticas laborais que valorizem o trabalho e respeitem os direitos dos trabalhadores, pondo fim aos baixos salários e pensões, à precariedade laboral que atinge mais de um milhão de trabalhadores e apontando aos jovens um caminho que não seja o das modernas praças de jorna do trabalho temporário.

Abril de novo significa encontrar políticas sociais que ponham fim à pobreza que atinge mais de dois milhões de portugueses e que acabem com a crescente exclusão social.

Abril de novo significa colocar o Estado ao serviço do povo, garantindo o acesso universal e gratuito à saúde, à educação e à justiça e reconduzindo a escola pública ao seu objetivo central de formação da cultura integral dos indivíduos.

Por tudo isto, Abril de novo significa fazer profundas ruturas. Significa romper com políticas que submetem o país aos ditames das potências europeias e mundiais, acentuando a exploração e agravando as desigualdades sociais.

Significa romper com a subordinação do poder político ao poder económico, que transforma o Estado em instrumento de obtenção de lucro dos grupos económicos e dos senhores do dinheiro.

Significa romper com políticas que passam ao lado do combate à corrupção e à criminalidade económico-financeira, mas utilizam o aparelho repressivo do Estado para coagir sindicatos e trabalhadores em greve ou para limitar liberdades fundamentais como as de manifestação e de propaganda política.

Estas transformações, que fazem do projeto de Abril um projeto de progresso para o futuro, impõem-no simultaneamente como uma exigência do presente.

A persistência nas receitas neoliberais, que, apesar de falidas, são apenas enjeitadas no discurso por quem as continua a perfilhar na prática política, trará consigo o agravamento das condições de vida das massas trabalhadoras e a sua luta por uma sociedade nova.

Utilizando a expressão de Soeiro Pereira Gomes, cujo centenário do nascimento comemoramos este ano, diremos que os «trabalhadores sem trabalho — rodas paradas duma engrenagem caduca» hão de querer retomar Abril.

A certeza com que o PCP comemora o XXXV Aniversário da Revolução de Abril é, por isso, a certeza de que, mais cedo que tarde, o povo português há de querer retomar esse caminho libertador de Abril, numa pátria de homens e mulheres livres, que mais cedo que tarde, neste nosso tempo, e mesmo que lhe dê outro nome, a juventude portuguesa há de rasgar esses novos horizontes, há de exigir Abril de novo.

Que viva Abril!

Aplausos do PCP, do BE e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em nome do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rangel.

O Sr. **Paulo Rangel** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, demais Altos Dignitários do Estado, Ilustres Convidados, Celebrados Militares de Abril, Sr.as Deputadas e Srs. Deputados: O 25 de Abril é uma data fundadora, fundadora da liberdade. Neste dia, celebramos a coragem e a generosidade de uma geração que, arriscando a sua vida e a sua liberdade, resolve dar a outra geração o maior dos bens — o bem da liberdade.

Com efeito, qual o maior bem que uma geração pode dar a outra? A liberdade.

Foi esse o valor sublime que nos ofereceram, primeiro, os militares de Abril; depois, o povo que saiu à praça e coloriu a rua; mais tarde, todos aqueles — cidadãos, militares, políticos — que impediram que um totalitarismo cedesse o passo a outro totalitarismo;...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Rangel** (PSD): — ... e, finalmente, os que, com visão e lucidez, nos ligaram à Europa, promovendo a integração na CEE, avançando para a União Europeia e introduzindo-nos no euro.

O grande legado do 25 de Abril é, pois, esse, e esse mesmo: a possibilidade de cada geração tomar em suas mãos o seu destino, deixando à seguinte e às futuras gerações o bem maior que as anteriores lhe facultaram: a liberdade.

Aplausos do PSD.

Não se cumprirá nunca o 25 de Abril, não haverá nunca liberdade, se uma geração, no gozo máximo dos seus pretensos direitos, inviabilizar a liberdade de decidir das gerações futuras, se privar «o mundo que há de vir» da possibilidade de escolher o seu próprio caminho e de tomar em mãos as suas próprias opções.

A Sr.ª **Regina Ramos Bastos** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Rangel** (PSD): — Uma geração que sequestre e aprisione o futuro das gerações seguintes nega e renega a liberdade, não é digna, não está à altura da liberdade que as mulheres e os homens de Abril quiseram fundar.

Qual é, afinal, o bem maior que uma geração pode deixar a outra? A liberdade.

Aplausos do PSD.

Portugal vive num tempo — é absolutamente imperativo denunciá-lo — em que um Governo, um Governo em fim de mandato, cheio e ufano da «arrogância do presente», tudo tem feito para roubar a liberdade, a liberdade de escolha, às gerações seguintes.

Aplausos do PSD.

Pois bem, nenhum governo se pode arvorar no privilégio soberano de sequestrar as gerações futuras.

Na verdade, o programa de grandes obras públicas, megalómanas e faraónicas, que o Governo está a desencadear, imoralmente, nos últimos instantes da Legislatura põe, pura e simplesmente, em causa a liberdade de escolha e de decisão das gerações seguintes.

E qual é o maior bem que uma geração pode legar às que se lhe sucedem? Precisamente aquele de que este Governo as quer privar: a liberdade!

Aplausos do PSD.

Com efeito, o custo acumulado das grandes obras públicas é verdadeiramente sufocante e proibitivo. Por entre as faturas das SCUT, das novas concessões de autoestrada e do TGV, sem contar ainda com o aeroporto e a nova ponte, o Estado vai suportar uma insustentável renda anual de 1500 milhões de euros até 2040, durante 30 anos — três longas décadas, portanto.

É esta a fatura que o atual Governo quer deixar à geração imediatamente seguinte e àquelas que lhe hão de suceder. Que liberdade resta para essas gerações, que investimentos hão de elas decidir, que opções poderão tomar se estão condenadas a trabalhar para pagar os desmandos de uma geração anterior que se julga não apenas gestora do presente mas também, arrogante e ilegitimamente, senhora do futuro?

E qual é o maior legado que uma geração pode consignar a outra? A liberdade.

Aplausos do PSD.

A liberdade não é apenas um valor filosófico, concretizado na política, na liberdade de expressão, de consciência, de circulação. Ela é isso tudo, mas sabemos todos, por experiência vivida, que a liberdade tem também uma expressão económica.

Sem um mínimo de desafogo, sem um *quantum* de fundo de maneio, nenhuma das nossas vontades se pode realizar, nenhum dos nossos sonhos se pode concretizar. Sem esse reduto económico, não somos senhores do nosso destino, somos servos do nosso passado, somos simples escravos da dívida. E o mesmo se passa com os povos.

Aquilo que este Governo prepara, com essa fatura financeira, é aprisionar o futuro dos portugueses, é restringir, condicionar, pôr em causa a liberdade das gerações futuras.

Neste contexto, e mais agudamente num quadro de gravíssima crise económico-financeira, a concretização desses projetos megalómanos não se limita a aumentar brutalmente o já insustentável endividamento externo, a condicionar o défice orçamental, a baixar o crescimento, a inviabilizar a hipótese de financiamento das pequenas e médias empresas competitivas, a agravar o *rating* da República, a anular o efeito benéfico da descida das taxas de juro. E a fazê-lo, sublinhe-se, em tempo de eleições europeias, contra tudo o que recomenda a União Europeia, que aconselha o desagravamento fiscal onde o Governo português quer investimento perdulário, que aconselha investimento público seletivo e criterioso onde o Governo português quer investimento tóxico.

Não. As grandes obras, esse investimento público tóxico vai muito mais longe e muito mais fundo: põe em causa a própria liberdade, a liberdade de escolha e de decisão das gerações futuras, escraviza-as, sequestra-as, priva-as da liberdade, da liberdade que justificou Abril.

Para que o Governo português tenha hoje todo o arbítrio do mundo, até o de cometer erros colossais, hão de as gerações seguintes, que são carne da nossa carne e sangue do nosso sangue...

Vozes do PS: — Ah!...

O Sr. **Paulo Rangel** (PSD): — … nossos filhos e nossos netos, ficar agrilhoadas a uma dívida monstruosa.

Que bem maior poderíamos deixar-lhes se não esse de os livrar da serventia financeira e de lhes reconhecer o direito fundamental, originário e inicial de poderem voltar a decidir o seu próprio destino?

Aplausos do PSD.

Protestos de Deputados do PS.

É por isso hoje, hoje 25 de Abril de 2009, no meio da tormenta financeira, é necessária uma rutura. Uma rutura da geração Europa, desta geração que recusa e rejeita o *diktat* iluminado de quem não reconhece o principal valor de Abril, o valor da liberdade que é devida a cada época, a cada geração, a cada tempo.

Chegou a hora de essa geração Europa, a nossa geração, tomar o destino em suas mãos e impedir o sequestro do futuro de Portugal, o sequestro de gerações e gerações de portugueses.

Chegou a hora de cortar amarras e correntes, de dizer não às algemas financeiras e aos grilhões do endividamento crónico.

Chegou a hora — não há que ter medo das palavras — de «libertar o futuro». De «libertar o futuro» — o nosso futuro — da política socialista de pura imagem e propaganda; de «libertar o futuro» — o futuro dos portugueses — da fatura financeira que subjugará as gerações seguintes e penaliza já as gerações presentes; de «libertar o futuro», rompendo políticas e rasgando horizontes para que cada geração possa ser dona e senhora do seu destino sem pagar tributo aos césares ou constantinos do passado.

Aplausos do PSD.

Essa é a nossa missão atual, essa é a nossa responsabilidade geracional, esse é o nosso compromisso histórico.

Nas autarquias, em Portugal, na União Europeia, tudo faremos e tudo vamos fazer para libertar Portugal, para libertar o futuro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Rangel** (PSD): — No dia 25 de Abril de 2009, e no ciclo de transformação que agora se inicia, a nossa geração, as nossas gerações, a geração Europa, já só tem um desígnio, já só segue uma divisa, já só figura um sonho: garantir a liberdade das gerações futuras, libertar o futuro!

Aplausos do PSD, de pé, do Deputado do CDS-PP Nuno Magalhães e do Deputado não inscrito José Paulo Carvalho.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior, em representação do Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. **Marques Júnior** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. General Ramalho Eanes, Sr. Dr. Mário Soares, Sr. Dr. Jorge Sampaio, Srs. Representantes da Associação 25 de Abril e demais convidados, Sr.as e Srs. Deputados: Subo hoje a esta tribuna para, em nome do Grupo Parlamentar do PS, saudar a festa do 25 de Abril de 1974 e com ela os militares de Abril que sempre nos honraram e acompanharam com a sua simbólica presença, mesmo quando a mágoa os atinge de forma muito particular.

Falar desta tribuna, em nome do Partido Socialista, é uma honra considerando que o PS é o partido matriz da democracia portuguesa conquistada com o 25 de Abril de 1974.

Não vos vou falar da crise económica ou financeira, nem sequer da dos valores,...

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — Mas é pena!

O Sr. **Marques Júnior** (PS): — ... embora seja neste momento a questão que a todos tanto preocupa. Também não vou falar da desregulação mundial e das suas consequências, nem das guerras, nem das armas, nem dos genocídios, nem da fome, nem das injustiças no mundo e dos seus grandes responsáveis. Vou simplesmente falar da liberdade do 25 de Abril...

Aplausos do PS.

... e do compromisso que ele representou, e continua a representar, para todos aqueles que acreditam que é necessário concretizar o sonho e a utopia que esse dia trouxe a Portugal e a muitos países do mundo.

Devemos, por isso, recordar, para tornar presente, a madrugada em que o povo português acordou de um pesadelo de quase 50 anos, com a Revolução na rua.

Devemos recordar, para não esquecer, a ausência de liberdade, as prisões políticas, a tortura, a censura, a guerra e o isolamento internacional em que Portugal vivia.

Devemos recordar, para homenagear, todos aqueles, homens e mulheres, que deram a vida pela liberdade, os jovens estudantes que nas universidades desenvolveram as suas lutas estudantis (alguns dos quais estão presentes no Hemiciclo e que, daqui, também quero saudar e cumprimentar)...

Aplausos do PS.

... os artistas, os cantores de intervenção e toda a população que participou nessa madrugada em que aconteceu a liberdade.

Devemos ainda recordar, para elogiar, aqueles militares de Abril que já nos deixaram e os que, não se conhecendo nem o rosto nem o nome, regressaram aos quartéis sem que alguma vez tenham sido objeto de qualquer distinção...

Aplausos do PS.

... havendo ainda hoje, incompreensivelmente, militares a aguardar a reconstituição das suas carreiras prejudicadas, vejam lá, pela sua participação no 25 de Abril de 1974.

Falar de Abril é, por tudo isto, compreender e tornar presente o dia em que o povo sonhou ser possível alcançar as conquistas e as esperanças que foram a luta de uma vida.

Falar de Abril é não esquecer os sonhos e as utopias, tendo presente as dificuldades da concretização de tais sonhos.

Falar de Abril é, também, reconhecer as diferentes conceções e modelos de sociedade que imediatamente se apresentaram e desenvolveram e que, embora com os mesmos objetivos de procura de uma sociedade mais fraterna, provocaram, nos primeiros anos da Revolução, momentos muito próximos da guerra civil. É verdade. Falar e recordar Abril é ter consciência do quanto custou a liberdade.

Falar de Abril é recordar o fim do isolamento a que estávamos votados encontrando o nosso espaço natural na Europa, em que o Partido Socialista teve um papel fundamental e determinante, e é afirmar esta Europa como um ator na política internacional reconhecendo os seus valores como referências universais.

Falar de Abril é falar do fim da guerra, sem esquecer os milhares de mortos e feridos que, durante 13 anos, enlutaram muitas famílias portuguesas.

Falar de Abril é ter presente os novos países que conquistaram a sua independência e sublinhar a importância da lusofonia e da língua portuguesa num projeto que se desenvolve na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) como forma de novo relacionamento com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e o Brasil.

Falar de Abril é falar dos filhos dessa geração que, vivendo hoje em liberdade e democracia, se confrontam, passados 35 anos, com novos problemas e dificuldades trazidos pela globalização e pela alteração do paradigma de vida.

Falar de Abril é reconhecer, hoje, que a vida não tem sido fácil, nomeadamente para os mais desfavorecidos, e que o futuro se apresenta incerto, apesar do esforço que ao longo destes 35 anos os vários governos têm vindo a desenvolver.

Falar de Abril é, enfim, saudar o povo português, tantas vezes esquecido e sacrificado ao longo do tempo, protagonista e verdadeiro herói da nossa história, incluindo do 25 de Abril, quando de novo assumiu o destino nas suas mãos.

O 25 de Abril é de todos os portugueses, é um património coletivo, já histórico, que nada e ninguém pode destruir. Entre ventos e marés, entre ousadias e acertos ou erros e desvios, evitáveis ou inevitáveis, mas sempre, no fundamental, de uma forma que fez da Revolução dos Cravos a menos violenta e a mais generosa das revoluções em todo o mundo, abrindo aliás o caminho e servindo de exemplo para outros processos de transição democrática.

Na verdade, devemo-nos orgulhar por tudo que se conseguiu e continuar a lutar pelo que falta conseguir, porque a luta pela liberdade; a luta contra a tirania, qualquer tirania; a luta contra qualquer forma de discriminação; a luta pela igualdade de oportunidades, pelo direito de todos, sem exceção, a condições de vida decentes está no seu código genético e continua a marcar a sua ação a todos os níveis, incluindo, naturalmente, no Governo. E, ao dizê-lo, não estamos a proclamar nenhuma exclusividade, nem muito menos a reclamar qualquer monopólio.

Por certo não terão sido alcançadas todas as metas desejadas, mas não podem restar dúvidas, hoje, de que o balanço é francamente positivo. Não podemos esquecer tudo o que foi conquistado: Portugal é um país diferente do que existia em 1974 e negar esta verdade é pura miopia política ou incapacidade de projetar um futuro coletivo.

Aplausos do PS.

Celebrar 35 anos do 25 Abril é celebrar 35 anos de liberdade em Portugal, uma boa altura para olhar com alguma distância para o que se passa no nosso país.

Todos sabemos que se atravessa uma crise profunda e difícil, que existem problemas estruturais que, não tendo sido resolvidos nestas três décadas e meia, dificultam as repostas à crise.

A tarefa deste Governo não tem sido fácil: tendo começado por encetar o maior conjunto de reformas estruturais há muito reclamadas, as quais nunca tinha havido coragem para concretizar, nem mesmo quando existiam condições políticas para isso, foi surpreendido pela eclosão da maior crise internacional dos últimos 100 anos, de consequências ainda hoje imprevisíveis. E, neste contexto, as oposições nem sempre têm tido o sentido da responsabilidade de participar com propostas que possam ser exequíveis no quadro real da nossa situação económica e financeira.

Aplausos do PS.

Não terão ainda, também por isso, sido totalmente alcançados os efeitos práticos de um conjunto de medidas corajosas e bem-intencionadas, como foram, entre outras, as medidas relativas à reforma da administração pública, à saúde, à educação e à defesa da escola pública, e a grande reforma estrutural que defende hoje e garante amanhã a segurança social pública de todos os portugueses. Estas reformas não são meros paliativos pensados no curto prazo e tendo sempre presente o horizonte das eleições; são medidas que pela sua profundidade e visão do futuro são a garantia da sociedade que queremos construir: uma sociedade em que todos os cidadãos sejam cidadãos de corpo inteiro, indo assim ao encontro dos objetivos subjacentes aos ideais de Abril.

A solução dos problemas do país não passa pela maledicência, pela desistência, pela resignação, pela suspeição, pela tacanhez, pela demagogia, pela propaganda, por uma luta político-partidária que não coloque acima de tudo os interesses nacionais na ótica de cada um e no respeito por todos. A solução dos problemas do país exige, sim (e o Partido Socialista, por seu lado, quer estar à altura dessas exigências), coragem, determinação, visão não só do imediato, mas também do médio e longo prazo,

seriedade, confiança, competência, capacidade de fazer bem — capacidade de fazer muito mais do que falar, ou falar como forma de fazer ou ajudar a fazer.

Por tudo isto, ao falar de Abril, hoje e aqui, gostaria de me dirigir à Assembleia da República, a todos os Deputados de todas as bancadas, sem exceção, para vos dizer que é em vós, em todos e em cada um, que eu sinto que Abril está vivo, porque Abril é de todos aqueles que das mais diversas formas lutam pela democracia e pela liberdade. E é nesta Assembleia, mesmo no cruzar de uma enorme diversidade de posições ideológicas, que em muitas ocasiões sentimos os momentos de tensão que antecipam aquelas que são as nossas vitórias coletivas. Aqui sente-se, nas mais diversas situações e contradições, a luta por uma sociedade melhor.

Aplausos do PS.

Para quem tem a honra de representar os eleitores, que mais pode desejar um Deputado militar de Abril?

Aplausos do PS.

Neste dia de comemoração, não podemos esquecer a grande responsabilidade que recai sobre todos nós e que nos obriga a encontrar soluções que permitam minorar as dificuldades por que passam os portugueses, em particular os mais desfavorecidos, os injustiçados e aqueles que vivem o drama ou o limiar do desemprego.

Neste dia em que recordamos a alegria e a esperança de 1974, devemos renovar o compromisso de tudo fazer para devolver a esperança aos portugueses. Abril só pode ser comemoração se for também compromisso.

No contexto em que vivemos hoje, e não esquecendo a nossa história recente, há que ter a humildade de reconhecer que, embora de forma diferenciada, ninguém está isento de culpa e ninguém tem o exclusivo da responsabilidade.

O mundo vive dias difíceis e perigosos, mas existem também sinais de uma nova época de esperança que pode vir a trazer mais solidariedade e paz ao mundo.

A nossa História está cheia de momentos de incerteza, de derrotas e de vitórias, mas os portugueses sempre acreditaram que eram capazes e foi essa a força que tornou Abril possível e Portugal grande. Temos pela frente grandes desafios que é preciso contornar, dar a volta, ultrapassar e vencer e não temos dúvidas que vamos honrar os portugueses que tornaram grande a nossa História.

Tal como há 35 anos, o povo português, o povo em armas com cravos florindo nos canos das espingardas — uma imagem que correu mundo e que ainda hoje é, em múltiplas latitudes, um símbolo de liberdade e dos ideais mais generosos —, nesse dia 25 de Abril, nessa hora, deu a volta e ressurgiu de novo. Iniciou-se, assim, uma nova e fantástica etapa da História multissecular, com uma revolução, para citar Sophia, «Como casa limpa, Como chão varrido, Como porta aberta, Como puro início, Como tempo novo, Sem mancha nem vício, Como a voz do mar, Interior de um povo (...)».

Por isso, reafirmamos a nossa firme convicção: uma vez mais, Portugal vai dar a volta e vai conseguir ultrapassar as dificuldades vencendo a crise; sem permitir que regressem os fantasmas do passado, longínquo ou recente, nem regresse ou se mantenha um sistema imoral, injusto e desumano, além de desregulado, que esteve na base do terramoto financeiro e económico global que ainda abala o mundo; sem nevoeiro, sem Quinto Império, impõe-se dizer, recordando Pessoa: «É a hora», na fidelidade ao espírito e ao legado da Revolução de 1974, cumprindo inteiramente, até ao fim, o 25 de Abril e Portugal.

Termino, lembrando uma mensagem que recebi de um casal de jovens pais, neste mês de Abril: «Já nasceu o Zeca Afonso; encontra-se bem!... E agora venham mais cinco!».

Ora, recordando e saudando o 25 de Abril, assinalando o que ele foi e representou, o que ele é e representa, importa salientar que a sua simbologia, a sua força, a sua esperança continuam e desenvolvem-se nos jovens, dignos da juventude em tudo o que ela representa e sempre representou, para os quais vão as minhas últimas palavras, porque hoje, como ontem, o 25 de Abril é, sobretudo, amanhã.

Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

Aplausos do PS (de pé) e de Deputados do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República Jaime Gama**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Constitucional e dos demais Tribunais Superiores, Ex-Presidentes da República — Ramalho Eanes, Mário Soares, Jorge Sampaio —, Ex-Presidentes da Assembleia da República — Oliveira Dias, Almeida Santos —, Sr. Núncio Apostólico, Srs. Embaixadores, Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Srs. Chefes de Estado-Maior e outros distintos convidados, entre os quais destaco os militares que integram a Associação 25 de Abril, Sr.as e Srs. Deputados: Os meus mais cordiais e calorosos cumprimentos para todos os presentes nesta cerimónia solene e para os que nos escutam neste aniversário do 25 de Abril.

Recordo com respeito o ato dos que, há 35 anos, derrubaram a ditadura e abriram o caminho à democracia — reconheço muitos presentes, capitães de Abril, para quem vai a minha solidariedade afetuosa — e saúdo, em nome do Parlamento, o Sr. Presidente da República, que uma vez mais nos honra com a sua participação neste ato oficial.

Após escutarmos os representantes credenciados dos grupos parlamentares e antes de ouvir a mensagem autorizada do Presidente da República, podem estar seguros de que não me alongarei em qualquer tipo de alocução desnecessária.

É incontornável — não vale a pena iludi-lo — que estamos a atravessar um período de recessão económica severa, com implicações grandes na área social. Não é um fenómeno exclusivamente nacional, mas, como é natural, preocupa-nos fundamentalmente a sua incidência no nosso país.

Quando a credencial das contas públicas atingia um nível satisfatório, este facto imponderável surge para "erosionar" metas alcançadas e fazer adensar a nossa preocupação. Perturbações nos mercados financeiros, retração no crédito, contração nas exportações e importações, redução dos investimentos, quebra na produção industrial e no produto, aumento do desemprego, crescimento imprevisto

da despesa pública, do défice e da dívida, com a assunção de compromissos sociais inesperados ou medidas de emergência no setor financeiro, tudo isto sem um calendário previsível para o início da retoma ou sinais muito nítidos de progresso na estabilização da economia.

Ninguém com mandatos públicos deverá colocar-se fora deste quadro, construir um argumentário de refúgio para endossar exclusivamente a terceiros o peso das decisões ou promover miragens de otimismo irracional destituídas de sustentação. Governo e oposições em particular, órgãos de soberania em geral, responsáveis públicos de qualquer nível, parceiros sociais, em hora de dificuldade, todos são convocados ao encargo, que sobre cada um e todos pesa, de apontar um rumo, trabalhar as soluções, enfrentar a adversidade, controlá-la e vencê-la.

A democracia portuguesa, testada por vários índices de credibilidade no que respeita ao funcionamento das garantias e dos direitos dos cidadãos, vê-se confrontada, para mais num ano de calendário eleitoral intenso, com desafios de ordem económica e social de enorme amplitude. Desafios que nos obrigam a um caminho estreito com rota balizada por parâmetros nada flexíveis.

Compatibilizar medidas de emergência para o sistema financeiro com estímulos fiscais e outros, visando a reanimação da atividade das empresas e a garantia do emprego, nem sempre é fácil quando, ao mesmo tempo, e num quadro de retração da receita, fortes pressões se fazem sentir nos setores da segurança social.

Salvaguardar investimento público em áreas estruturais, como a educação ou a formação profissional, e persistir no faseamento de infraestruturas imprescindíveis para a modernização, criteriosamente identificadas, sem perder de vista a sustentabilidade orçamental das opções em termos futuros.

Evitar retrocessos no *ranking* internacional da competitividade e fazê-lo no quadro super exigente de uma moeda única e de uma política comercial comum da União Europeia.

Cenário, sem dúvida, a requerer elevadíssimos coeficientes de decisão, convicções, persistência e coragem.

As dificuldades que temos pela frente exigem instituições que sejam fator de confiança e o primeiro dos fatores de confiança é dado pela forma como as instituições atuam e se relacionam entre si. A estabilidade no relacionamento institucional é, pois, um imperativo de Estado, reclamado pela deterioração dos resultados económicos, pois sem ela não se gerarão as políticas suscetíveis de apoiar e enquadrar a necessária retoma.

Os "escolhos" que já vemos e outros que antevemos e ainda não chegaram, de ordem económica e social, recomendam prudência num debate político mais atento à realidade e ao rigor da análise, voltado para soluções e não baseado num fogo-de-artifício de palavras, ampliado pelo grafismo dos títulos ou pelo som e imagem estridentes, sempre recurso de quem se afigura mais certeiro a manipular do que a resolver, a fazer ou a querer fazer.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — A democracia tomar-se-á ainda mais consistente na perceção pública quando for capaz de permitir, a cada nova etapa, reformar-se a si mesma,

não descurar os seus compromissos essenciais de ordem política, económica e social e atuar como sistema político simultaneamente de liberdade e de concretização, capaz de gerir com parcimónia as conjunturas felizes e de enfrentar com determinação a dureza dos momentos agrestes.

A consciência de que o mundo não poderá funcionar assente em mercados globais em autogestão instável parece ser hoje mais partilhada, embora muito haja a fazer para absorver as lições da queda do castelo de cartas em que se baseou um sistema que primava pela ausência de regulação efetiva, sem que essa derrocada tenha, todavia, feito repristinar, *ipso facto*, a legitimidade de modelos dirigistas que irremediavelmente fracassaram na época própria.

Há boas condições, no plano internacional, para redefinir os termos de referência de uma economia de sã concorrência, mais baseada no empreendedorismo, na poupança, na inovação tecnológica, na redistribuição. Em suma: um modelo económico mais estável, mais garantido por uma supervisão pública inteligente, mais baseado em estruturas escrutináveis e em novos valores.

Sem nos deixarmos arrastar para qualquer tipo de otimismo prematuro, não nos devemos deixar contaminar pelo pessimismo, pelo desânimo ou pela descrença, que a nenhum lado conduzem, ou, o que é ainda pior, pelo profissionalismo da desgraça, que o país saberia igualmente rejeitar. Temos de vencer as dificuldades uma a uma e não somar a cada obstáculo real uma nova barreira de argumentário corporativo.

Para agir, precisamos de contar com a fiabilidade dos dados, pois sem ela não há rigor no raciocínio; precisamos de informação de qualidade, porque sem ela não há opinião pública esclarecida; precisamos de debates com propostas e não de discussões com frases feitas; precisamos de lideranças geradoras de confiança — que se afirmem pela força das ideias — e não de ocupantes transitórios de espaço público — que apenas gesticulam para o pequeno círculo dos seus interesses;...

A Sr.ª **Helena Terra** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — ... precisamos de sentido de prudência para decidir com serenidade as questões relevantes — inclusive no plano legislativo — e não de correrias a contrarrelógio de um calendário eleitoral sempre mais atento aos efeitos da comunicação e da imagem do que ao mérito ponderado das deliberações justas em nome do interesse geral.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Precisamos, em suma, de muita responsabilidade política, e os portugueses não nos perdoariam uma conduta diferente.

Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Presidente da República: Dentro de pouco tempo, completaremos a última sessão legislativa da Legislatura mais extensa desde o 25 de Abril. Investimos um Governo de maioria; conferimos posse a um novo Presidente da República; fomos, ao longo dos quatro anos percorridos, um espaço de confronto leal de posições e de elaboração legislativa, de fiscalização do executivo, de justificação de políticas e de apresentação de alternativas; realizámos uma vasta programação

parlamentar no domínio europeu e internacional; procurámos, sempre, manter a melhor relação com os restantes órgãos de soberania e com as demais instituições do nosso país. Em grau apreciável o debate político nacional foi recentrado no Parlamento português. Soubemos em todas as ocasiões abrir a Assembleia da República aos representantes da sociedade e aos jovens, e demos passos em frente no sentido de garantir um acesso e uma comunicação mais livres com a imprensa e os seus profissionais.

O nosso caminho é o de permanecermos exigentes connosco próprios num momento em que o país precisa dessa exigência com redobrada necessidade. A celebração do dia de hoje devemos vivê-la como uma confirmação desses mesmos valores básicos que a fidelidade aos princípios e ideias democráticos e republicanos inspira e reclama.

Sr. Presidente da República, Ilustres Convidados: Há muitos anos, participo nesta sessão solene, penso não ter faltado a nenhuma, e aqui reencontro, sempre, nesta manhã de feriado, os mais altos responsáveis do país.

Até aqui chegar, a tranquilidade serena das ruas de Lisboa permitiu-me, por alguns momentos, rever os factos do dia, desse dia, desde a véspera — o compromisso de honra, a distribuição das missões, a incerteza do resultado, a receção das senhas; desde a noite — a ação essencial, a tomada das posições-chaves, a surpresa; desde o toque de alvorada — a formatura, as primeiras movimentações exteriores, as resistências possíveis, o crescendo da manobra, a incerteza dos resultados, as intervenções decisivas, as imagens simbólicas, o início da curiosidade e do apoio, a vitória sem ódio, a fraternidade, a libertação, a paz e a esperança.

A essa sequência de recordações vou também buscar inspiração e alento para a mensagem, essa formal, que depois vos transmito e ao país, com a consciência do caminho percorrido, nas suas dificuldades e insucessos, nas suas angústias e sofrimentos, mas também nos inegáveis legados, obra de todos, que fomos capazes de conseguir. E descubro novamente que em cada momento verdadeiramente decisivo das nossas vidas, para além da incerteza dos resultados, que, à partida, ninguém pode ter nunca como adquiridos, desde a véspera, desde a noite, desde a alvorada, é sempre a força serena das nossas ideias, o compromisso generoso com aspirações nobres, o desejo irreprimível de liberdade e de justiça que acabam por fazer o seu caminho, triunfar e vencer, e isso mesmo me leva a concluir que no melhor do nosso espírito devemos permanecer abertos e disponíveis para que cada dia, todos os dias, o nosso coração saiba acolher a luz, a graça e o dom imensos de um sempre novo 25 de Abril.

Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

Aplausos do PS (de pé) e de Deputados do PSD, do CDS-PP e do Deputado não inscrito José Paulo Carvalho.

Tem a palavra o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República** (Aníbal Cavaco Silva): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs.: Reunimo-nos de novo para celebrar o aniversário

da Revolução de 25 de Abril de 1974, este ano num Hemiciclo que foi recentemente objeto de obras de renovação, pelas quais felicito a Assembleia da República. Os Srs. Deputados dispõem, agora, de melhores condições para poderem exercer condignamente o mandato que o povo português lhes conferiu.

Esta sessão solene tem lugar num momento muito particular da vida nacional. Vivemos tempos difíceis, muito difíceis. A palavra "crise", que até há uns meses estava afastada do discurso político, é agora um dado adquirido e assumido.

A crise que vivemos não pode ser iludida e, num dia como o de hoje, haverá com certeza muitos portugueses que se interrogam sobre se foi este o país com que sonhámos em Abril de 1974.

É certo que não nos devemos esquecer do muito que foi conseguido neste caminho de 35 anos. Vivemos em liberdade, estamos integrados numa Europa unida, são inegáveis os progressos registados na educação, na saúde, no bem-estar dos cidadãos. Mas, apesar dos esforços para combater a crise, Portugal encontra-se hoje dominado pelas notícias de encerramento de fábricas e de empresas: centenas de trabalhadores são lançados no desemprego, pessoas que até há pouco tempo viviam com algum desafogo pertencem agora ao grupo dos novos pobres, há famílias que não conseguem suportar os encargos com as prestações das suas casas ou a educação dos seus filhos.

As previsões económicas divulgadas por organizações nacionais e internacionais estão à vista de todos e não é possível negá-las.

São muitos os portugueses que sentem que viveram na ilusão de que poderiam usufruir padrões de consumo idênticos aos dos países mais ricos da União Europeia, sustentados num continuado endividamento.

Devemos, por isso, compreender que esta crise leve muitos portugueses a interrogarem-se sobre aquilo que o futuro nos reserva. São interrogações tanto mais pertinentes quanto a crise que vivemos tornou mais nítidas as vulnerabilidades estruturais que o país ainda manifesta.

Não há, assim, a certeza de que este seja um momento meramente transitório de recessão da atividade económica, a que se seguirão melhores dias num prazo mais ou menos próximo.

Sr.as e Srs. Deputados: Os líderes dos países mais industrializados e das maiores economias emergentes reuniram-se em Londres, no princípio deste mês, para encontrar uma resposta global para a crise. Todos desejamos que as decisões aí tomadas contribuam para a estabilidade financeira internacional e para restaurar o clima de confiança e o crescimento económico.

No entanto, importa não esquecer que a ausência de valores e princípios éticos nos mercados financeiros constituiu uma das principais causas da crise económica que o mundo atravessa.

Gestores financeiros imprudentes ou incompetentes, e outros pouco escrupulosos ou dominados pela avidez do lucro a curto prazo, abusaram da liberdade do mercado e da confiança dos cidadãos, com gravíssimas consequências para as condições de vida de milhões de pessoas. Só poderemos estar seguros de que uma tal situação não se repetirá se a dimensão ética e a responsabilidade social ocuparem um lugar central no desenho das novas regras de controlo e supervisão das instituições e dos mercados financeiros.

Os Srs. **Pedro Santana Lopes** (PSD) e **Paulo Portas** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — Seria condenável e imoral que os países mais pobres fossem obrigados a suportar os custos de uma crise para a qual em nada contribuíram.

Se é certo que a estabilidade financeira internacional é um bem público global, cuja defesa a todos compete, no caso da presente crise não restam dúvidas sobre quem foram os que se aproveitaram das poupanças alheias e provocaram o colapso do sistema.

Sr.as e Srs. Deputados: O ano em que se comemora o 35.º aniversário do 25 de Abril é também um ano em que os portugueses irão ser chamados às urnas, em três atos eleitorais. O exercício do sufrágio é, sem dúvida, a melhor homenagem que poderemos prestar à liberdade conquistada há 35 anos. É essencial que os portugueses, sobretudo os mais jovens, percebam o quanto custou ganhar o direito que agora têm de escolher os seus representantes através de eleições livres e transparentes.

Foi justamente a pensar nos jovens que, há precisamente um ano, trouxe ao conhecimento dos Srs. Deputados um estudo sobre a juventude e a participação política, elaborado a meu pedido. Na sequência desse trabalho, promovi um encontro para o qual convidei representantes de muitas organizações de juventude, com quem debati o problema do distanciamento dos jovens em relação à política, e tenho incluído o tema da participação cívica nos Roteiros para a Juventude. Procurei, pela minha parte, dar um contributo para combater o abstencionismo, nomeadamente entre os mais jovens.

Neste dia, faço um especial apelo aos cidadãos para que participem ativamente nas três eleições que irão realizar-se este ano. A abstenção não é solução, aqueles que se abstêm de votar abdicam do direito de contribuir para a construção de um Portugal melhor.

As campanhas eleitorais devem ser informativas e esclarecedoras. Todos têm um papel muito importante a desempenhar.

Os meios de comunicação social devem informar objetiva e imparcialmente os cidadãos sobre os conteúdos das propostas das diversas forças políticas. Essas propostas, por seu turno, devem ser claras, para que, uma vez apresentadas ao eleitorado, este assuma também as suas responsabilidades. Votar é um dever cívico e um ato de responsabilidade.

Quem vota num programa eleitoral, cujas propostas nos mais diversos domínios sejam feitas em termos transparentes, deve saber que está a dar o seu apoio a essas propostas.

Aqueles que votarem numa dada força partidária devem ter consciência de que estão a sufragar um programa de ação nas mais variadas áreas, da economia à justiça ou à segurança, passando por outras questões que atravessam e dividem a nossa sociedade.

Da parte dos agentes políticos, designadamente da parte das forças partidárias, exige-se uma atitude e um comportamento que mobilizem os cidadãos para a necessidade de votar. A ocorrência de níveis muito elevados de abstenção eleitoral será um indício de que a nossa república pode enfrentar um sério problema de legitimação democrática.

Considero essencial que os próximos atos eleitorais tenham como horizonte Portugal inteiro. As campanhas devem decorrer com serenidade e elevação e os portugueses esperam que, num tempo de dificuldades, os agentes políticos saibam dar o exemplo: que sejam discutidos os problemas reais das pessoas e do país; que não se perca tempo com questões artificiais; que haja sobriedade nas despesas;

que não se gaste o dinheiro dos contribuintes em ações de propaganda demasiado dispendiosas para o momento que atravessamos.

Uma campanha em que os adversários políticos se respeitem, sem linguagem excessiva ou crispações, será um contributo para a dignificação da nossa democracia e abrirá espaço para o aprofundamento do diálogo interpartidário que tão necessário é para a resolução dos problemas nacionais. As forças políticas devem ter presente que sobre elas recai a grande responsabilidade de encontrar soluções de governo e que essa responsabilidade é particularmente acentuada nos tempos difíceis que o país atravessa.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: É importante que o debate eleitoral se concentre na resolução dos grandes problemas que o país enfrenta, com os olhos postos no futuro, sem perder tempo nem energias em recriminações sobre o passado.

Políticas que foram adotadas anteriormente podem ter sido corretas na conjuntura em que então se vivia, mas não o serem nos dias de hoje, do mesmo modo que, atualmente, haverá porventura que tomar medidas que não seriam adequadas no passado. Basta ter presente que a política económica adequada para um país depende de múltiplos fatores que variam no tempo, como sejam as prioridades definidas face ao diagnóstico da situação, os instrumentos disponíveis e a sua eficiência, as restrições que os decisores enfrentam, a incerteza quanto ao futuro, a envolvente externa, o grau de integração com as outras economias.

Por outro lado, nas propostas que os diversos partidos irão apresentar ao eleitorado, deve existir realismo e autenticidade. Aquilo que se promete deverá ter em conta a realidade que vivemos no presente e em que iremos viver no futuro. Dizer que essa realidade será fácil será faltar à verdade aos portugueses. Quem prometer aquilo que objetivamente não poderá cumprir estará a iludir os cidadãos.

É natural que os partidos apresentem ao eleitorado as suas propostas e soluções para os problemas do país. Mas este não é, seguramente, o tempo das propostas ilusórias; este não é o tempo de promessas fáceis, que depois se deixarão por cumprir. A crise cria a obrigação acrescida de prometer apenas aquilo que se pode fazer, com os recursos que temos e no país que somos e iremos ser.

Não deveremos, sobretudo nesta fase, alimentar um discurso de crítica sistemática à classe política, nem ceder aos populismos fáceis de contestação do sistema sem apresentação de alternativas consistentes. Quem critica, deve participar. É cómodo ficar de fora e culpabilizar os agentes políticos ou os agentes económicos; difícil é fazer um esforço de empenhamento ativo na vida cívica, contribuindo para o esclarecimento e para o debate e procurando avaliar com discernimento as diferentes propostas de governação.

Os governos são avaliados pelos cidadãos, pelas suas atitudes, por aquilo que fizeram ou deixaram de fazer. É essa a lógica natural da democracia; é isso que distingue o regime em que vivemos daquele que caiu em 1974.

Para tanto, é essencial que as campanhas esclareçam os eleitores, em lugar de se converterem em momentos de mera confrontação verbal em torno de questões acessórias que pouco ou nada dizem àqueles que procuram assegurar os seus empregos, que pretendem viver em segurança, que querem ter acesso mais rápido aos cuidados de saúde, que desejam uma justiça mais rápida e eficaz, que querem

que os seus filhos tenham uma educação de qualidade. São estes os reais problemas dos cidadãos. É para a resolução desses problemas que têm de ser convocadas as escolhas dos eleitores.

O emprego, a segurança, a justiça, a saúde, a educação, a proteção social, o combate à corrupção são questões básicas que devem marcar a agenda política e em torno das quais deve ser possível estabelecer consensos entre os partidos estruturantes da nossa democracia.

Os portugueses estão cansados de querelas político-partidárias que em nada resolvem as dificuldades que têm de enfrentar no seu dia a dia. Impõe-se, sobretudo nesta etapa da vida nacional, uma concentração de esforços na resolução dos problemas reais das pessoas.

Este é um ano de grandes opções. Há 35 anos, vivíamos também tempos de crise e soubemos fazer a opção certa, por isso nos reunimos aqui, hoje, neste Hemiciclo renovado, para celebrar a opção que fizemos pela democracia e pela liberdade. São esses os valores que me levam a acreditar que os portugueses não se acomodam, não se abstêm, não se conformam.

A pior forma de lidar com o presente seria perder a esperança no futuro. Eu não perdi a esperança no futuro, acredito que, se todos nos mobilizarmos, se forem tomadas as decisões certas, a crise será vencida. Então, seremos dignos daqueles que, há mais de três décadas, tiveram a coragem de se levantar, porque acreditaram num país novo e num futuro melhor.

Aplausos do PSD, do CDS-PP, de Deputados do PS e do Deputado não inscrito José Paulo Carvalho (de pé) e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Declaro encerrada a Sessão Solene Comemorativa do XXXV Aniversário da Revolução do 25 de Abril.

2010

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Srs. Deputados, declaro aberta a Sessão Solene Comemorativa do XXXVI Aniversário do 25 de Abril.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes», tem a palavra a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais membros do Governo, Srs. Presidentes dos Supremos Tribunais, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Capitães de Abril, a quem foi, é e será sempre devida uma palavra de gratidão pelo que fizeram no dia 25 de Abril de 1974, o dia em que concretizaram o sonho de um povo inteiro, que ansiava por ser livre das amarras daquela que acabou por ser uma ditadura de quase meio século.

Foram tantas mulheres e tantos homens que dedicaram a sua vida a lutar contra um poder fascista, que roubava direitos básicos, que impunha pobreza, que tinha como objetivo formar um povo ignorante e fragilizado, que manipulava formas e conteúdos de expressão, que vigiava e perseguia, que usava prisão política e tortura e morte, que condenava os jovens deste país à guerra, onde tantos deixaram de ter futuro.

Foi isto que Salazar ofereceu ao seu país e a que Marcelo Caetano deu continuidade. É por isso que nos deve perturbar tanto a forma como, com o passar dos anos, valendo-se de um pretenso esquecimento dos horrores que o fascismo concretizou, alguns tentam branquear a imagem e a ação de um ditador como era Salazar. É por isso que importa repetir até à exaustão que Salazar foi um ditador fascista, que humilhou o povo deste país, que lhe roubou dignidade, que atrasou Portugal.

Foram os jovens capitães de Abril, numa organização exemplar e inteligente, sustentados na razão, no desejo e na necessidade de um povo inteiro que fizeram a Revolução, a rutura definitiva... Nem mais um dia de ditadura: o povo era livre, estava com o MFA e o MFA com o povo! A prova de que sempre que se age com o povo e para o povo, age-se pela justiça! É o símbolo dessa Revolução o cravo, que hoje trazemos ao peito. O cravo, a arma da Revolução de Abril.

O símbolo que aquele famoso cartaz que assinalou o 25 de Abril de 1974 tão bem retratou — uma criança descalça e de roupas rotas, marcava a diferença do seu futuro colocando um cravo vermelho no topo de uma espingarda vertical, que não era preciso disparar.

Ary dos Santos contou-o tão bem: «Depois da fome, da guerra/da prisão e da tortura/vi abrir-se a minha terra/como um cravo de ternura.» Era o futuro de paz e de esperança que se abria. Estamos no futuro de então. Passaram 36 anos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores: O 25 de Abril abriu a porta deste país para uma grandiosa e fascinante oportunidade de progresso e de desenvolvimento, cujos direitos e instrumentos foram consubstanciados na Constituição da República Portuguesa de 1976, tendo em vista a construção de um país livre, mais justo e mais fraterno. Uma das Constituições mais avançadas em termos de direitos, porque ela dita, por exemplo, assim: todos têm direito ao trabalho e, para isso, o Estado tem de executar políticas de pleno emprego e promover a segurança no emprego; todos têm direito à proteção da

saúde e, por isso, o Estado tem de garantir uma eficiente cobertura médica e hospitalar de todo o país; todos têm direito a uma habitação condigna, garantindo-se uma adequada rede de transportes e de equipamentos sociais envolventes; todos têm direito a um ambiente de vida humana sadio e ecologicamente equilibrado, determinando a Constituição que a prevenção e o controlo da poluição é a forma de o assegurar; todos têm direito à educação e à cultura e, por isso, ao Estado compete estabelecer progressivamente a gratuitidade de todos os graus de ensino; e é ao sistema fiscal que compete a justa e igualitária repartição da riqueza.

Alguém que defenda uma sociedade fraterna, solidária, de dignificação das pessoas terá a coragem de dizer que quaisquer destes princípios fundamentais enunciados na nossa Constituição são injustos? Que são descabidos? Que são inapropriados? Que se deve prescindir deles? Certamente que não!

Mas perguntemos, agora, de outra forma: estes princípios fundamentais enunciados na Constituição estão concretizados ou estão a ser concretizados? Também certamente que não!

O que falha, então? Se não nos faltam excelentes princípios orientadores da nossa formação social, o que tem falhado é a vontade e a determinação política na concretização destes objetivos por parte de quem se tem alternado durante estas décadas no poder. Esta é a resposta óbvia e evidente, por mais que a procurem negar.

O que está mal são as políticas que se têm consolidado e os maus resultados que têm produzido são visíveis para toda a gente: dos números assustadores do desemprego à generalização da precariedade do trabalho, à privatização de setores fundamentais ao desenvolvimento, como a energia ou os transportes, sempre com prejuízo para os consumidores, à permissão de negócios que delapidam o nosso património natural com prejuízos imensos para o ambiente e ao desperdício de oportunidades para o desenvolvimento das regiões, designadamente do interior do país, ao definhamento de setores produtivos fundamentais para a dinamização do mundo rural e para a nossa autonomia alimentar, até à própria discriminação das mulheres no mundo do trabalho, ainda persistente, entre tantos outros exemplos que se poderiam aqui dar.

Ora, o que Os Verdes julgam é que só a ânsia de continuar essas más políticas sem obstáculos à frente é que pode justificar a descabida proposta de reformulação ou de revisão da Constituição. Como se o problema do país fosse a Constituição!... Não! Ela é o suporte dos nossos direitos básicos, do nosso sistema democrático, é o que nos vai garantindo uma subsistência social e também um sistema político que gera pluralismo nos órgãos representativos das populações, o que é determinante para a democracia. Sem a nossa Constituição, seria muito mais simples gerar um quadro político que tornasse mais fácil implementar a lei da selva de políticas económicas, sociais e também ambientais, gerando injustiças mais e mais gritantes. A quem nos quer, então, tornar menos democráticos, retirando-nos a preciosa Constituição que temos, restringindo a representação dos cidadãos ou retirando direitos às pessoas, ou alienando todo o nosso património coletivo, nós dizemos «não», claro! Diremos sempre «não»! E diremos sempre «sim» ao aprofundamento da nossa democracia, à concretização de direitos, à consagração de mais direitos, a um Estado responsável, à aplicação da nossa Constituição.

Minhas Senhoras e Meus Senhores: Há democracias e democracias. É que as democracias não se medem só pelo direito de votar. Medem-se também pela eficácia, por exemplo, da prevenção e do

combate a fenómenos tão cruéis para a sociedade como a corrupção, com a qual somos confrontados vezes de mais; e medem-se também pelo resultado das políticas que são executadas e do que daí se proporciona em termos de oportunidades e de garantia de qualidade de vida para os cidadãos.

E uma das provas mais cabais do estado fragilizado da nossa democracia é esta tendência de nos quererem convencer de que os direitos das pessoas passaram a ser privilégios. O direito à educação é um privilégio, por isso pagam-se propinas; o acesso a unidades de saúde é um privilégio, por isso pagam-se taxas moderadoras, encarece-se o preço dos medicamentos e encerram-se serviços de saúde, porque o Estado não paga privilégios; o direito ao trabalho agora é um privilégio e por isso incita-se à aceitação da exploração nos horários e nos salários e até da ingerência da vida privada, se não perde-se o emprego; toma-se o subsídio de desemprego como um privilégio; tomam-se as reformas como um privilégio. Enfim, querem meter-nos na cabeça que os direitos elementares dos cidadãos são privilégios muito injustos e aos poucos vão cortando o seu acesso.

Mas, curiosamente, os verdadeiros privilegiados deste país continuam com os seus — esses, sim — reais privilégios intocáveis, os quais, diga-se em abono da verdade, saem bem caro ao Estado: o sistema financeiro a gerar lucros enormes, mesmo em tempo de crise, e a pagar menos impostos do que qualquer micro, pequena ou média empresa; há fortunas imensas que não são tributadas; os grandes grupos económicos com os seus grandes quadros e administradores a receber quantias exorbitantes, incluindo empresas onde o Estado tem uma forte participação. O que Os Verdes consideram é que isto é de tal forma insustentável, inaceitável e fragilizador da nossa democracia, que tem de ter uma resposta adequada.

Pergunta-se, então: precisamos de um novo 25 de Abril? Não, não é isso que está em causa. Do que precisamos é de retomar urgentemente o nosso 25 de Abril, as suas conquistas, os seus direitos, a sua determinação, a sua certeza de querer construir uma sociedade solidária.

Se há coisa que o 25 de Abril demonstrou é que o povo português não é um povo resignado. As contestações à ação política são prova disso mesmo. Não vale a pena construírem-nos inevitabilidades, porque é certo e sabido que há sempre, sempre outros caminhos por onde optar, e é certo e sabido que os caminhos que nos têm feito percorrer não são aqueles que nos gerarão a felicidade, o bem-estar, a qualidade de vida, o desenvolvimento harmonioso e equilibrado com que Abril nos fez sonhar. E, como nos lembrou António Gedeão, sonhar não é utopia, sonhar é pôr o mundo a avançar.

Então, Minhas Senhoras e Meus Senhores, que viva, sempre mais e mais, o 25 de Abril!

Aplausos de Os Verdes, do BE, do PCP e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado José Soeiro.

O Sr. **José Soeiro** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Capitães de Abril, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: Será modesta, mas é sincera a homenagem

que daqui prestamos aos capitães de Abril, que, na histórica madrugada de 25 de Abril de 1974, com audácia e grande coragem, derrubaram a ditadura fascista que oprimia e sacrificava o nosso povo, condenando Portugal ao atraso e ao subdesenvolvimento. Fascismo que conduziu à morte e estropiou milhares de jovens numa criminosa guerra colonial, impôs intoleráveis condições de vida e de trabalho ao povo, obrigou à emigração de centenas de milhares de portugueses, reprimiu as mais elementares liberdades, em nome de um pequeno grupo de monopolistas e grandes latifundiários. A tudo isto puseram termo os Militares de Abril. Por tudo isto, o nosso reconhecimento pela liberdade conquistada.

Saudar e homenagear também os que, resistindo com coragem a todas as formas de repressão, arriscando a cada dia, em nome da liberdade de todos, a sua própria liberdade, quantas vezes a própria vida, lançaram a semente da qual brotaram os cravos que a 25 de abril floriram nas armas dos nossos soldados.

Saudar e homenagear o nosso Povo: o povo simples, trabalhador, anónimo, que, abertas as portas da liberdade, saiu à rua, inundou praças, tomou nas mãos o seu destino e, num forte e fraterno abraço com as suas forças armadas, deu forma e conteúdo ao vitorioso golpe militar dos seus valorosos capitães de Abril.

Com alegria e confiança, sobretudo com uma enorme esperança e vontade de mudar, de transformar Portugal num Portugal melhor, o Povo pôs em marcha a Revolução, deu combate firme aos golpes e à sabotagem política e económica contra a jovem democracia, nacionalizou monopólios, fez a reforma agrária, construiu o poder local democrático, assumiu a liberdade em toda a sua plenitude.

Revolução inacabada, é certo, mas Revolução. Revolução nos direitos, liberdades e garantias. Revolução na economia, nas relações sociais, na educação, na cultura e nas mentalidades. Revolução na afirmação da soberania e independência nacionais. Revolução na libertação dos povos colonizados. Revolução pela paz, amizade e cooperação com todos os povos do mundo.

Revolução que deixou a sua "marca de água" na Constituição da República Portuguesa, à qual todos os órgãos de soberania estão vinculados, mas, manifestamente, nem sempre empenhados, como seria e é seu dever, no seu pleno cumprimento. Nela se plasmou como fundamental promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses. Nela se consagrou: o direito ao trabalho para todos, incumbindo-se o Estado de promover a execução de políticas de pleno emprego; o direito à segurança social que proteja os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho; o direito à saúde, através de um serviço nacional de saúde universal e geral, hoje tendencialmente gratuito; o direito a uma habitação digna. Nela se inscreveu como prioridade promover a justiça social, operando as necessárias correções das desigualdades na distribuição da riqueza e do rendimento e o combate às assimetrias entre o litoral e o interior.

Trinta e seis anos depois, os portugueses interrogam-se, com razão, sobre o que andaram a fazer os órgãos de soberania, a quem a Constituição atribui a responsabilidade de governar o país e decidir no sentido de dar cumprimento aos princípios fundamentais nela contidos. Trinta e seis anos depois, novos e velhos grandes grupos económicos e financeiros, muitos deles constituídos à sombra e à custa da delapidação do património do Estado, através da privatização insensata de empresas estratégicas cujos lucros deviam estar ao serviço da economia real e proporcionar a sua competitividade, dominam

hoje a economia, exigindo mesmo, alguns deles, a formalização do retorno da subordinação do poder político ao poder económico.

Portugal vive sob o garrote de uma dívida externa inquietante. O seu tecido empresarial, composto no essencial por micro, pequenas e médias empresas, pilar da economia real e garante do fundamental do emprego, está também ele endividado e dependente de um sistema financeiro mais preocupado em obter dividendos usurários e imediatos do que em gerir as poupanças dos portugueses ao serviço do desenvolvimento sustentado do país.

O mesmo sucede com as famílias, induzidas a consumos que os seus baixos rendimentos não comportam. Mais de 700 000 trabalhadores estão no desemprego, mais de 200 000 sem proteção social, a precariedade substitui o emprego com direitos, empobrece-se a trabalhar, a emigração voltou a ser necessidade. Mais de 2 milhões de portugueses vivem na pobreza, o acesso a direitos essenciais, como a saúde, a habitação digna, a ação social, o ensino de qualidade, a cultura, está muito longe de ser uma realidade para todos. Acentuam-se as assimetrias entre o litoral e o interior. As desigualdades e as injustiças aprofundam-se ao invés de serem combatidas. À pobreza de tantos contrapõem-se as mal explicadas fortunas de muito poucos. A riqueza nacional será pouca, mas é sobretudo uma riqueza cada vez mais mal distribuída. Os bens públicos são geridos sem isenção, rigor e transparência, prevalecendo uma gestão nebulosa, onde dominam ocultos interesses privados de duvidosa legalidade. Membros e ex-membros de órgãos de soberania assumem surpresa perante o descrédito de políticos e instituições, manifestam preocupação com o estado da democracia e indignação com a dimensão das desigualdades e injustiças existentes na sociedade, condenam as remunerações e mordomias escandalosas de muitos gestores e os lucros brutais de alguns grupos que contrastam com os baixos salários e reformas da generalidade dos portugueses.

É importante este reconhecimento público por parte de quem teve ou tem responsabilidades na governação do país, mas mais importante é compreender a necessidade e a urgência de mudar o rumo dos últimos 34 anos, para que a situação se não agrave. Sejamos claros: os problemas gravíssimos que afetam o país não resultam da natureza progressista da Constituição da República, da existência constitucional de um setor público na economia, da salvaguarda de direitos sociais fundamentais dos trabalhadores e das populações ou do modelo de representação, partilha e interdependência do poder institucional. Bem pelo contrário, os problemas que temos são o resultado do incumprimento da Constituição!

É tempo de retomar e cumprir Abril, é tempo de respeitar, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República e não de pensar na sua subversão. É tempo de fazer corresponder as políticas concretas às belas palavras que todos proferimos em momentos solenes como o presente. É tempo de governar com o Povo e para o Povo, pois só assim podemos dignificar e dar sentido à política. Só assim podemos credibilizar e prestigiar a democracia, que tem que ser política, mas também económica, social, cultural e, sobretudo, participada. Só assim salvaguardaremos a nossa soberania e a nossa independência nacional. Só assim seremos dignos do mandato que o Povo nos confiou.

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!

Aplausos do PCP, do BE e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Rosas.

O Sr. **Fernando Rosas** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes dos Tribunais, Sr. Primeiro-Ministro e membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Convidados: Comemora-se este ano, com o 36.º aniversário da Revolução de Abril, o centenário da implantação da República triunfante na revolução de 5 de Outubro de 1910. Duas revoluções que, de algum modo, pautam o árduo percurso da modernidade política, económica e social no Portugal contemporâneo.

Alternativa que pretendeu representar à decadência e ao impasse do liberalismo oligárquico da monarquia Bragantina, na realidade a I República foi uma sofrida esperança em larga medida por cumprir. É certo que trouxe contributos definitivos no tocante à separação das igrejas e do Estado e à afirmação da sua laicidade, quanto à adoção do registo civil e do divórcio, na afirmação da centralidade da escola pública, na reformulação pedagógica progressista do ensino primário, na criação das Universidades de Lisboa e do Porto, no combate em prol da ciência e da educação contra o obscurantismo.

Sendo muito, não foi o essencial. Ao falhar na efetiva democratização do sistema político, ao voltar-se contra o movimento operário, ao precipitar-se suicidariamente na aventura da Grande Guerra, a jovem República acabaria por ser derrotada pela coligação das direitas políticas e dos interesses e pelo projeto ditatorial e antidemocrático que elas agitavam como resposta à crise do sistema liberal.

A ditadura militar e, sobretudo a partir de 1933, o Estado Novo salazarista, essa particular modalidade do fascismo à portuguesa, seria a expressão institucional de uma classe dominante e de uma elite política que se criaria e que prosperaria à sombra da pauta, do cartel corporativo, do condicionamento industrial, da polícia política, da censura, da proteção multiforme do Estado. Tudo isso fermentado numa cultura antiga e duradoura, assente no medo do risco, no medo da concorrência, no medo da agitação social, no medo da inovação tecnológica, em suma, no medo da própria modernização capitalista. Essa fixa rigidez e a violência visível e invisível que totalitariamente lhe subjazia ajudam a compreender a incapacidade histórica de o antigo regime responder aos grandes desafios do Pós-Segunda Guerra Mundial.

Recusou e reprimiu todas as oportunidades de democratização; reagiu ao desafio da descolonização, impondo ao país uma guerra colonial absurda e injusta durante 13 anos. E, ao desafio do desenvolvimento económico e social e da internacionalização dos mercados, o Estado Novo e a oligarquia dominante, não podendo continuar refugiados na autoexclusão autárcica, optaram por um típico modelo de modernização conservadora, pautado pelas prioridades dos grandes grupos financeiros.

Uma estratégia de crescimento não sustentado, sem justiça social distributiva, sem liberdades públicas ou sindicais e minado pelo peso crescente das despesas de uma guerra sem saída. Em suma, as elites políticas e económicas do Estado Novo, após uma ditadura de meio século do século XX português, falhavam todos os desafios do pós-guerra e, por consequência, falhavam na sua tarefa de modernizar o país. Ao colapso da transição para a modernidade suceder-se-ia o impasse e a queda.

A revolução portuguesa de 1974-1975, esse abalo redentor sem precedentes na nossa História contemporânea, deixou a sua essencial marca genética na democracia política que dela emergiu. Os direitos políticos e sociais, não outorgados, mas, sim, conquistados pela iniciativa revolucionária popular, continuarão a ser os mais difíceis de negar pela lógica "normalizadora" com que se deteve a revolução ou pelas subsequentes e mais atuais lógicas pseudomodernizadoras com que se vem tentando destruir o seu legado emancipatório.

Seja como for, essa normalização haveria de traduzir-se institucionalmente até hoje, em termos reais, numa espécie de novo rotativismo ao centro e à direita: um monopólio rotativo e instalado em bloco central da governação.

Coube a essa coligação rotativa, é certo que com diferenças entre si, a aplicação ao nosso país das políticas neoliberais que traduzem as novas estratégias de acumulação do capitalismo a partir dos anos 80.

Todos sabemos o resultado económico e social disso também em Portugal: ganância especulativa e corrupção, financiarização e desprodutivização da economia; ataque frontal aos direitos do trabalho (aí está o «Código do Trabalho Bagão Félix/Vieira da Silva»); desemprego e precariedade sem precedentes; cerco privatista aos serviços públicos da saúde, educação e segurança social; privatização dos setores estratégicos da economia; corte no investimento público; aumento da desigualdade social; agravamento da distância dos padrões médios europeus de desenvolvimento. O país regrediu. Esse é o balanço.

Adotadas à sombra de visões dogmatizadas e antieconómicas do equilíbrio orçamental, essas políticas, além do mais, foram a receita certeira para o desastre: a maior crise do mundo capitalista desde 1929.

Verdadeiramente escandaloso é que, no seu rescaldo, os governos e os grandes interesses do capital financeiro — os responsáveis pela crise — não só nada corrijam quanto ao essencial dessas políticas que levaram ao colapso, como se apressem a promover versões ainda mais agravadas das mesmas, de que o atual Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) é o espelho. No fundo, com o PEC pretende-se que os mais fracos e mais pobres, depois de, com o seu trabalho, os seus impostos, os seus salários e contribuições sociais sucessivamente diminuídos em termos reais, terem financiado as fabulosas operações de salvamento das instituições da predação especulativa, financiem agora, com novos e dramáticos sacrifícios, a recomposição das suas taxas de lucro.

O PEC não é só uma agressão brutal, inútil e injusta contra os assalariados, os desempregados, os pensionistas, os jovens! É a expressão da falência de uma estratégia, de uma política e de uma classe para a modernização do país, sendo certo que o país não se pode deixar vergar pela campanha de intimidação com que o atual Governo e os seus aliados à direita tentam impor o PEC! Não há verdadeira democracia política onde falecem a democracia social e a justiça. E é por isso também que qualquer revisão constitucional, que vá neste sentido e no sentido de agravar o que já existe, é, do ponto de vista desta bancada, total e absolutamente inaceitável.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A urgência do momento presente é a de criar as condições, à esquerda, para uma mudança de estratégia na resposta à crise, a partir de um novo sujeito político e social de transformação.

O Sr. **Sérgio Sousa Pinto** (PS): — Ahhh...!

O Sr. **Fernando Rosas** (BE): — Dito de outra forma, é hora de redefinir à esquerda a política e o governo do país. A ciência e a arte que hoje desafiam o combate da esquerda são a de saber construir essa esquerda grande, plural, popular e socialista, capaz de se constituir como alternativa de poder ao desastre económico e social que o PEC representa.

E, por esta via, regressamos ao centenário dessa efémera e esforçada I República que colapsou precisamente aí: na incapacidade de unir o republicanismo progressista e as forças populares num campo social e político apto não só a resistir à leva montante das sombras que historicamente se levantava, como a opor-lhe um programa alternativo de modernização democratizante do país. Ficou-nos, espero, pelo menos a sua lição.

Saudemos, pois, a República e o fulgor da esperança que despertou.

Saudemos a Revolução de Abril e as portas que Abril abriu.

Esse é o nosso património. Vimos de longe e vamos para mais longe ainda.E anima-nos, para a dureza da jornada, esse sentimento doce e vigoroso que é a saudade do futuro.

Aplausos do BE, do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Rodrigues.

O Sr. **José Manuel Rodrigues** (CDS-PP): — Ex.mo Sr. Presidente da República, Ex.mo Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Constitucional e demais Tribunais Superiores, Srs. antigos Presidentes da República e Presidentes da Assembleia da República, Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa, Eminência Reverendíssima, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Altas Autoridades Civis e Militares: Assinalamos os 36 anos do 25 de Abril, o dia que pôs fim a um regime autoritário e mudou o curso da História portuguesa.

O que hoje saudamos no 25 de Abril é a liberdade como valor e a democracia como sistema. Fazemo-lo com a convicção de que a liberdade é irrenunciável na dignidade do Homem e com a lucidez de quem sente e percebe que a democracia é manifestamente aperfeiçoável. Não confundimos o 25 de Abril com uma pretensa legitimidade revolucionária, a coberto da qual Portugal correu o sério risco de ser transformado num Estado totalitário e num regime marxista-leninista.

Risos do BE e do PCP.

Lembrando os militares que fizeram o 25 de Abril, não esquecemos os militares que se mantiveram fiéis ao seu ideal e que souberam num outro 25, o 25 de Novembro, recolocar o processo político no seu desígnio original.

Aplausos do CDS-PP.

E recordaremos sempre aqueles portugueses que, pela primeira vez, com o boletim de voto na mão, expressaram, por uma larguíssima maioria, a vontade de fazer de Portugal um país democrático, pluralista, integrado na Europa, parte do mundo livre e ator da comunidade internacional. Para travar a nova ditadura que muitos queriam, contribuíram para a defesa da democracia muitos militares de Abril, partidos políticos, forças sociais, como a Igreja, e a maioria do povo português que nunca quis trocar uma ditadura por outra.

O que o CDS hoje assinala é, portanto, o Abril da democracia e não o dos desmandos da revolução; o da liberdade e não o dos saneamentos e perseguições políticas; o do Estado de direito e não o dos mandatos de captura em branco...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. José Manuel Rodrigues (CDS-PP): — ... o do fim da guerra do Ultramar e não o da coletivização e das nacionalizações; o do poder local e das autonomias e não o do Estado centralista e dirigista. É este o sentido fundador do que hoje assinalamos.

Aplausos do CDS-PP.

Salientamos ainda, na perspetiva histórica, o cerco a este Parlamento, a coação sobre a Assembleia Constituinte e o quanto isso influenciou a elaboração da Lei Fundamental que hoje temos e que continua a proclamar a caminhada de Portugal para o socialismo, à força e independentemente da vontade popular.

Presto, por isso, a nossa homenagem à coragem dos Deputados do CDS que então votaram contra a Constituição. Sozinhos, mas com a inestimável força da razão, foram o penhor de que uma boa Constituição não é um programa nem de esquerda nem de direita; deve ser, apenas e só, uma lei fundamental para todos e de uma só nação, fator de progresso e não de bloqueio.

Aplausos do CDS-PP.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: O 25 de Abril prometeu-nos os célebres três *dd*: democratizar, descolonizar, desenvolver.

Trinta e seis anos depois, falemos de outros três *dd*, inexoravelmente atuais e perigosos: a dívida, o défice e o desemprego.

Portugal tem hoje uma dívida pública que, somando o Estado e as suas empresas, ultrapassa a totalidade do produto. O endividamento excessivo não poupa ninguém, nem o Estado, nem a banca, nem as empresas, nem as famílias. Grande parte da dívida pública portuguesa está na mão de entidades estrangeiras, enquanto a poupança interna é claramente desvalorizada. Já pagamos anualmente cerca de 5000 milhões de euros só em juros. Chegámos ao ponto de nos endividarmos não para crescer,

mas para empobrecer. A sociedade já trabalha quase meio ano só para financiar o Estado. E, mais grave, os portugueses trabalham cada vez mais dias só para pagar os juros da dívida externa.

Aplausos do CDS-PP.

A situação é muito preocupante e reclama de todos nós aquilo a que o CDS tem chamado de "patriotismo financeiro". Portugal não é a Grécia, mas tem de dar todos os sinais de que não quer ser uma segunda Grécia. Não é possível continuar a espiral do endividamento e todos os projetos que o acentuem devem ser travados, desde já.

O segundo *d* está ligado ao primeiro. É o *d* que representa o maior défice dos últimos 30 anos. Este facto significa que há uma política que nos faz gastar muito mais do que aquilo que produzimos. Não deixa de ser uma ironia da História: quanto mais a esquerda pretende recuperar os mitos revolucionários, mais a realidade prova a falência do socialismo.

Um país em que a dívida do Estado é 100% do produto e em que a despesa pública consome 50% da riqueza criada é um Portugal sem crescimento, sem investimento e sem emprego. O que o "patriotismo económico" nos obriga a fazer é a reduzir a despesa, em vez de aumentar a carga fiscal; é a disciplinar a administração, em vez de sacrificar a sociedade; é a poupar nas empresas públicas, em vez de atacar as pequenas e médias empresas; é a praticar a austeridade do Estado, em vez de empobrecer a classe média, como tem acontecido.

Aplausos do CDS-PP.

A História prova que não há crescimento económico duradouro e sustentável com demasiada dívida e demasiado défice.

É por isso que existe um terceiro *d* — o desemprego. Trinta e seis anos depois do 25 de Abril, temos o mais alto desemprego de sempre. Cerca de 600 000 de portugueses estão sem trabalho; em cada 100 jovens, 22 não têm emprego. Mais de 400 000 pessoas integram famílias onde nenhum dos elementos do agregado tem ocupação.

Uma sociedade assim pode ser socialista, mas é de certeza uma sociedade sem oportunidades. Um Portugal assim convida a sua melhor juventude a sair do país; o mesmo Portugal que, através de uma política laxista de imigração, tem hoje dezenas de milhares de imigrantes no desemprego.

O que o "patriotismo social" nos convoca a fazer é a apostar radicalmente em quem cria empregos e em quem quer trabalhar. Ao contrário do que pensa a esquerda, não há empregos sem empresas, não há prosperidade sem produtividade, não há direitos sem deveres. Ninguém conta connosco para retirar apoios aos jovens que querem trabalhar, aos casais que estão no desemprego ou à geração dos trabalhadores mais velhos — sobretudo as mulheres — a quem esta sociedade não dá uma segunda oportunidade. Em contrapartida, cá estaremos para impedir que os que não querem trabalhar vivam à custa de quem trabalha muito e ganha pouco; ou para contrariar aqueles que, infelizmente, em vez de quererem um emprego, querem apenas um carimbo para o subsídio.

Aplausos do CDS-PP.

Na política social temos de ser solidários com quem precisa e justos com quem a financia. Um derradeiro ponto: quando um Governo, depois de iludir descaradamente os cidadãos numa campanha eleitoral — ocultando o défice, ignorando a dívida, desvalorizando o desemprego e fantasiando o crescimento —, chega agora à dura e difícil realidade dos fatos, convém nunca perder a autoridade moral na hora de pedir sacrifícios aos portugueses. Não pode haver qualquer condescendência com a ostentação do Estado, nem qualquer complacência com sinais, casos, bónus, prémios, incompreensíveis no universo do Estado ou em que o Estado participa.

Aplausos do CDS-PP.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: O patriotismo de todos não exonera a responsabilidade dos que têm responsabilidades.

Faz, amanhã, precisamente, seis meses que este Governo tomou posse. Qualquer semelhança entre o prometido e o feito é uma mera coincidência: o défice, que era de 5,9%, está, hoje, em 9,4%; o endividamento, que não era problema, representa, hoje, uma séria ameaça; o TGV, que era o motor do desenvolvimento, já ficou meio pelo caminho; das autoestradas, que eram a modernidade, metade já não se fazem; o desemprego, que não passaria dos 8%, vai a caminho dos 11%; os impostos, que não subiriam, vão subir e atingirão, fortemente, a classe média; o PRODER, que era "um sucesso", é, reconhecidamente, hoje, um caso gravíssimo de abandono da agricultura; a avaliação dos professores, que valeu dois anos de conflito, acabou, como se sabe; o Estatuto do Aluno, que diziam que era perfeito, é, hoje, um caso de facilitismo. E que dizer das leis penais, todas cheias de garantias, que, agora, se reconhece terem favorecido a delinquência? Face ao prometido na campanha eleitoral, já sobra quase nada. Nestes seis meses, o balanço não é o que fizeram, é o que desdisseram!

Aplausos do CDS-PP.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados: O CDS tem a dizer aos portugueses que, lá por este Governo ter sido incapaz, isso não quer dizer que Portugal não seja capaz; é-o, e já o demonstrou, noutras épocas da sua História; é-o, como, ainda, recentemente, na Madeira, onde o povo soube transformar as fraquezas em forças, os perigos em desafios, e as ameaças em oportunidades.

Aplausos do CDS-PP.

Portugal não está condenado a mais um período de decadência. Haja a coragem de abrir um caminho diferente e de percorrê-lo, com tenacidade e persistência, com trabalho e engenho, e Portugal vencerá o tormentoso desafio que tem pela frente, conseguindo encetar uma nova era, de progresso e

de desenvolvimento, e construindo um país mais justo para todos os seus cidadãos. Foi também para isto que se fez o 25 de Abril.

Viva, Portugal!

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado José Pedro Aguiar Branco.

O Sr. **José Pedro Aguiar Branco** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Ministros, Excelências, Sr.as e Srs. Deputados: Começo com uma citação de um escrito do início do século passado — «Liberdade apenas para os membros do governo e para os membros do partido não é liberdade de todo»! Quase 100 anos volvidos, que frase tão atual, tão cheia de verdade!... Trinta e seis anos depois de Abril, continuamos mergulhados em preconceitos ideológicos, que se revelam nas pequenas e nas grandes opções; nas pequenas e nas grandes intervenções; nas próprias palavras que utilizamos — a ala esquerda desta Assembleia parece ter banido a palavra "pátria", a ala direita parece ter banido a palavra "povo"; ou, ainda, nas atitudes que assumimos — a ala esquerda desta Assembleia parece recear a afirmação do sentido de Nação, a ala direita parece temer o sentido do uso do cravo vermelho.

Risos do PS, do BE, do PCP e de Os Verdes.

Durante 36 anos, deixámos que os partidos se apropriassem de símbolos que são de todos. Repito: durante 36 anos, deixámos que os partidos se apropriassem de símbolos que são de todos — este cravo que, hoje, aqui uso é um bom exemplo disso. Ele não é marca registada ou propriedade intelectual deste ou daquele partido!

Vozes do PSD e de Deputados do PS: — Muito bem!

O Sr. **José Pedro Aguiar Branco** (PSD): — O moralismo ideológico, quase sobranceiro, cega-nos e faz-nos esquecer o óbvio: o cravo que aqui uso — e a sua Revolução — foram feitos para todos os portugueses, não apenas para alguns.

Aplausos do PSD e de Deputados do PS.

Deixámos, até, que este revanchismo chegasse a territórios tão universais quanto o da música. Não pode alguém que se senta nesta parte do lado direito do Hemiciclo gostar de Zeca Afonso?

Vozes do PSD e de Deputados do PS: — Pode!

O Sr. **José Pedro Aguiar Branco** (PSD): — Deixem-me testar este princípio. Noutros tempos, no cantar de intervenção, Sérgio Godinho reclamava: «dai ao povo o poder de produzir.»

Risos do PS, do BE, do PCP e de Os Verdes.

Repito: «dai ao povo o poder de produzir.» Mais do que a ideologia, separa-nos, hoje, na leitura deste princípio, a semântica; onde a esquerda lê «povo», nós lemos «iniciativa privada ou social».

Risos do PSD e de Deputados do PS.

Mas o princípio e o fim são, surpreendentemente, os mesmos: a liberdade. Isso é o que nos une, trinta e seis anos depois de Abril, e que torna esta Sessão tão importante: a liberdade, hoje, requintadamente, condicionada.

Protestos de Deputados do PS.

Lembremos a Revolução de Abril e Sérgio Godinho... Porque, em 2010: o povo não pode escolher; o povo não pode decidir, o povo não pode produzir. O Estado escolhe pelo povo, o Estado decide pelo povo, o Estado produz pelo povo.

Aplausos do PSD.

O Estado é, afinal — imaginem! — do 24: o Estado é o sistema e o regime — este Estado, Sr. Presidente da República, é reacionário!

Vozes do PSD: — Muito bem!

Risos do PS, do BE, do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **José Pedro Aguiar Branco** (PSD): — É profundamente reacionário!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **José Pedro Aguiar Branco** (PSD): — Quando deixamos que o Estado entre nas nossas casas, nas nossas empresas, no nosso dia a dia, para reclamar o seu quinhão; quando deixamos que o Estado comprima direitos e garantias; quando deixamos que o Estado abdique, voluntariamente, do exercício da justiça; quando deixamos que o Estado se enfarte, a si próprio, à custa de todos; quando deixamos que o serviço-modelo do Estado — o único a funcionar com exemplar eficácia — seja o da cobrança de

impostos, então, temos, enquanto representantes eleitos do povo e pelo povo, de pedir desculpa! Não por ter feito Abril mas por ter, apenas, prometido Abril! Quando utilizamos o Estado sem o critério do bem comum; quando nos apropriamos do Estado para nosso próprio benefício, quando confundimos o que deve ser público com o que é privado, então, são mais atuais, que nunca, os gritos de "liberdade" de um povo na rua.

Sérgio Godinho dizia: «dai ao povo o que o povo produzir.» E acrescento eu: «dai ao povo o poder de escolher, de decidir. Devolvam ao povo a liberdade que condicionamos pela Constituição ou por decreto»...

Aplausos do PSD.

... para que não tenhamos, em 2010, de repetir o que António Sardinha denunciou na 1.ª República: «O Estado em Portugal em vez de um Estado neutral tornou-se um Estado sectário...»

Vozes do BE: — Ahhh!...

O Sr. **José Pedro Aguiar Branco** (PSD): — ... só que, agora, no século XXI, porque tolhe a livre iniciativa, porque bloqueia a liberdade de escolha, porque se quer omnipresente, porque distorce a igualdade de oportunidades, porque sorve, para uns tantos, os recursos que a todos deviam ser destinados!

Protestos de Deputados do PS.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Ministros, Excelências, Sr.as e Srs. Deputados: Os últimos anos ficaram marcados pela reafirmação dos extremismos no debate político, pela reafirmação dos malditos preconceitos ideológicos. Trinta e seis anos depois, desenterramos empoeiradas ideias do baú da História.Vejam o absurdo: trinta e seis anos depois, voltamos a falar de nacionalizações ou a fazer a apologia do Estado policial! Trinta e seis anos depois de Abril, em vez de devolvermos o poder que o Estado retirou ao povo, planeamos sugar-lhe, ainda mais, liberdade.

E deparamo-nos, assim, com a indesejada atualidade do segundo parágrafo da proclamação do MFA, de 25 de Abril de 1974, que nos chamava a atenção para: «o crescente clima de total afastamento dos Portugueses em relação às responsabilidades políticas que lhes cabem como cidadãos, em crescente desenvolvimento de uma tutela de que resulta constante apelo a deveres com paralela denegação de direitos.»

A atual crise económica e financeira só veio a agravar este sentimento: um país sem esperança no futuro, e um povo sem crença em quem o governa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **José Pedro Aguiar Branco** (PSD): — Mas, quem pode censurar o povo? Repito: mas, quem pode censurar o povo? Lenine escreveu, um dia, estas palavras...

Risos do PS, do BE, do PCP e de Os Verdes.

Lenine, repito, escreveu, um dia, estas palavras: «uma organização morre quando os de baixo não querem e os de cima já não podem.»

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Bem dito!

O Sr. **José Pedro Aguiar Branco** (PSD): — Sr. Presidente da República, os de cima estão, quase, a não poder!...

Protestos do PS, do BE, do PCP e de Os Verdes.

A revisão constitucional é uma oportunidade: é uma oportunidade para os partidos do eixo constitucional recentrarem o Texto Fundador do Estado. Mais do que nunca temos de normalizá-lo, de depurá-lo de velhos vícios de pensamento, de eliminar os preconceitos ideológicos.

Não se trata de acabar com o Estado social: este é que se arrisca a acabar, por inviável, se nada fizermos! Não se trata de eliminar a autoridade do Estado: este é que se arrisca a deixar de a ter, se nada fizermos! Não se trata de acabar com a igualdade de oportunidades: ela é que pode ter os dias contados, se nada fizermos!

Aplausos do PSD.

Os sinais estão aí: fosso gritante, todos os dias mais cavado, entre os que muito têm e os que lutam pela sobrevivência; anemia do desenvolvimento económico; e descrença nas instituições. É tempo de injetar confiança na sociedade! É tempo de mobilizar os portugueses para o verdadeiro objetivo nacional: vencer o pessimismo! Vencer o miserabilismo! Vencer a podridão que corrói os valores e afasta a ética da ação política!

Aplausos do PSD.

É tempo de termos uma Constituição para o nosso tempo, em que se consagre que o poder do povo não se esgota no exercício do direito de voto, de quatro em quatro anos; em que se garanta que povo deixa de ser uma entidade abstrata, utilizada, apenas, para justificar o Estado; em que se garanta que o povo é, mesmo, o contribuinte, o arquiteto, o agricultor, o empresário.

Povo é o operário da Lisnave e o seu acionista»

Risos do PS e do BE.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Tire lá o acionista!

O Sr. **José Pedro Aguiar Branco** (PSD): — Povo é cada um de nós. Povo somos nós!

Risos do PS, do BE e do PCP.

É essa a dimensão personalista que dá sentido à nossa ação política: a busca do bem-estar e felicidade individual só realizável, enquanto seres sociais, na igualdade de oportunidades, na solidariedade, e no respeito para com o outro.

Na revisão constitucional, Sr.as e Srs. Deputados, temos uma oportunidade para celebrar Abril.

Protestos do BE e do PCP.

Vamos dar ao povo o poder de produzir, de escolher e de decidir. Vamos devolver-lhe a liberdade. Termino, como comecei…

Vozes do PCP: — Mal!

O Sr. **José Pedro Aguiar Branco** (PSD): — Repito: termino, como comecei: com os nossos preconceitos ideológicos e com a frase «Liberdade apenas para os membros do governo e para os membros do partido não ç liberdade de todo»…

Protestos do PS.

A frase podia ser minha, podia ser de hoje, no meu exercício de oposição, mas não é. É sobre a Revolução Russa, e foi dita, em 1920, por Rosa Luxemburgo.

Risos do PS, do BE, do PCP e de Os Verdes.

Sr.as e Srs. Deputados: Que terminem, hoje, os preconceitos! Façamos a revisão constitucional: corajosa, mobilizadora, que renove a esperança que a chama de Abril nos trouxe, há 36 anos.

Viva Abril! Viva Portugal!

Aplausos do PSD, de pé.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do PS, tem a palavra o Sr. Deputado João Soares.

O Sr. **João Soares** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes dos Supremos Tribunais, Srs. Chefes de Estado-Maior, Srs. Autarcas, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Sr. Cardeal Patriarca, Srs. Ex-Presidentes, Excelências, Sr.as e Srs. Deputados: Foi em Abril que, graças à coragem dos revolucionários se convocaram vontades para a construção de um Estado democrático, se convocaram esforços para a construção da decência nas atitudes e processos de evocação do desenvolvimento.

Reunimo-nos, mais uma vez, 36 anos depois, na Assembleia da República, para celebrar essa data maior da nossa História — o dia 25 de Abril de 1974: «O dia inicial inteiro e limpo onde emergimos da noite e do silêncio», como escreveu Sophia de Mello Breyner, sempre, a justo título, citada.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **João Soares** (PS): — Começo por saudar, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, como é de inteira justiça, os revolucionários de Abril.

Aplausos do PS, com alguns Deputados de pé, do BE, do PCP e de Os Verdes.

Os militares que, nessa madrugada, nesse dia, tiveram a coragem de dar o passo que se impunha: desobedecer e derrubar a ditadura caduca que oprimia a nossa Pátria. Faço-o, evidentemente, na pessoa dos capitães de Abril que aqui estão, hoje, mais uma vez connosco, e invocando a memória de dois deles, entretanto já desaparecidos: Salgueiro Maia e Ernesto Melo Antunes.

Aplausos gerais.

Saúdo os muitos civis e militares também, que, antes de Abril, com coragem e determinação, se bateram contra a ditadura e pela liberdade; arrostando com vexames, prisões, tortura, deportações e exílios — republicanos e monárquicos; anarcossindicalistas, comunistas, socialistas, liberais, democratas de vários matizes; crentes e não crentes.

Muitos já desaparecidos, mas cuja memória de combatentes indefetíveis contra a ditadura há que evocar e honrar, como exemplos — portuguesas e portugueses, como Maria Lhamas e António Sérgio; Aquilino Ribeiro e Miguel Torga; José Dias Coelho e Manuel Mendes; Salgado Zenha e Artur Santos Silva; Henrique Galvão e Humberto Delgado; Bento Gonçalves e Álvaro Cunhal; Mário Castelhano e Emídio Santana — , aqueles que, como escreveu Manuel Alegre e cantou Adriano Correia de Oliveira, «Mesmo na noite mais triste/em tempo de servidão/...» souberam dizer «não».

Aplausos do PS, do BE, do PCP e de Os Verdes.

Pertenço à geração dos que ainda viveram o tempo que antecedeu o 25 de Abril. Por razões de natureza pessoal e familiar, acompanhei prisões, deportação e exílio, de amigos e familiares chegados, a começar pelo meu pai, Mário Soares, a cuja vida de combatente da liberdade rendo homenagem terna e sentida aqui.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

Fui amigo pessoal e colega de Faculdade de uma das últimas vítimas de assassinato por parte da polícia política da ditadura: José António Ribeiro Santos.

Aplausos do PS e de Deputados do BE.

Tive a felicidade de poder ter estado, nessa tarde única de 25 de Abril de 1974, no Largo do Carmo e de, ali, ter conhecido Salgueiro Maia.

Foi uma grande escola de formação cívica e política; de afirmação de valores e de firmeza de caráter, tão importantes, agora e sempre; de amor à nossa terra, Portugal; de determinação, inabalável, de dar um contributo para o seu futuro, em termos de reflexão e ação, seja qual for a função que qualquer de nós desempenhe — a partir dos valores de esquerda, que são os nossos, enquanto socialistas.

Tenho consciência clara dos imensos progressos que, com o 25 de Abril, e depois dele, fomos capazes de fazer.

Acho, no entanto, que uma das melhores formas de sermos fiéis ao espírito do 25 de Abril é a de sermos capazes de refletir sobre o que fomos capazes de fazer e o que, ainda, não fomos capazes de fazer.

Queremos um Portugal mais fraterno e solidário. Sabemos que esse é o sentido em que trabalha também, afincadamente, o Governo.

Mas, fiéis a Abril, atrevemo-nos a reclamar mais.

Não queremos viver num mundo onde a «lógica de casino» domina a finança, sem que as forças de progresso encontrem uma resposta à medida dos desafios com que nos confrontamos. E os desafios que temos pela frente, em Portugal, na Europa e no mundo são difíceis. É preciso que saibamos enfrentá-los com a coragem com que os Revolucionários de 25 de Abril se puseram em marcha para derrubar a ditadura.

É tarefa de todos os portugueses e não apenas do Governo ou deste ou daquele que hoje e aqui ocupam esta ou aquela posição na Administração Pública, nacional ou local.

O mundo está a viver uma crise financeira, económica e também de valores, de grande dimensão e com repercussões dramáticas em tantos países. Portugal, não obstante os esforços consideráveis, feitos pelo Governo, nos últimos anos, não escapa a essa crise; pelo contrário, está a sofrê-la de uma forma particularmente aguda.

Importa que tenhamos consciência clara do que isso implica para todos e cada um de nós.

Não há soluções fáceis para as dificuldades que temos de enfrentar, mas de uma coisa tenho a certeza: é que temos de encontrá-las todos, com o sacrifício e o esforço de todos, e não apenas de alguns. Não podem ser, como, infelizmente, foram, tantas vezes, ao longo da nossa História, os mais pobres e os mais desfavorecidos a pagar os custos dos sacrifícios que temos de fazer, sobretudo quando o essencial das dificuldades e da crise que estamos a viver, e que temos de enfrentar, têm que ver com práticas perversas daqueles que mais têm e do sistema económico, desregulado por essas práticas de verdadeiro terrorismo financeiro internacional, que nada têm que ver com a real criação de riqueza.

Sei — sabemos! — que não é fácil! Não há soluções milagrosas; não há fórmulas mágicas, capazes de, de um dia para o outro, resolverem problemas que deixámos criar ao longo dos anos.

O caminho é, como o foi em Abril de 74, a coragem e o esforço empenhado de todos, em Portugal, na União Europeia e no mundo, sublinhando a importância dos valores de Abril e da República, cujo centenário se comemora, que se mantêm, cada vez mais, atuais — Liberdade Igualdade e Fraternidade —, e fazendo-os valer, na prática de cada dia, em Portugal, na Europa e no mundo.

Abril exige uma atitude permanente de tensão de cumprimento, tensão do dever de prosseguir.

Portugal, país com as mais antigas e estáveis fronteiras da Europa, tem de desempenhar um papel, no debate e na definição de estratégias, nas instituições da União Europeia, como desempenhou — mérito do Governo — durante a última presidência portuguesa.

Na minha opinião, Portugal deve ser o paladino e o campeão do combate às lógicas predadoras da finança na Europa e no Mundo. Devemos assumir, nos vários planos institucionais da União Europeia, o combate pela extinção dos *offshore* — o palco, onde têm lugar e por onde passam quer as mais escuras e sinistras operações, predadoras no plano financeiro, quer os milhões, sujos e sangrentos, do tráfico de armas, droga e corrupção; devemos bater-nos pela aplicação de taxas sobre as transações e as mais-valias bolsistas, nos mercados de capitais da União Europeia.

Estas são duas bandeiras, na minha opinião, decisivas no sentido da defesa e da afirmação da União Europeia e do seu modelo social.

Abril exige uma atitude permanente de rigor, na busca incessante de desenvolvimento alargado, desenvolvimento inclusivo, no qual se reconheçam todos os portugueses. Persistem — já aqui foi sublinhado — desigualdades gritantes, incomodativas; e todos necessitam de reconhecer a vontade persistente de alargar, de ampliar, de construir oportunidades e competências.

O Estado deve ser — tem de ser! — um instrumento ao serviço dos portugueses e onde Portugal observe um permanente processo de ganhos de eficiência, eficácia e equidade. Não obstante o esforço continuado — e tenaz! — do Governo persiste sobre e à custa dos portugueses, um Estado vocacionado em crescer em ineficiência, incomodidade, tantas vezes, ampliando de forma irracional e destemperada custos acrescidos, que ameaçam a oportunidade da iniciativa e desenvolvimento individual dos portugueses.

É necessário progredir de forma evidente, compreensível e percetível, na arrumação do Estado às tarefas que, historicamente, lhe competem, garantindo, em qualquer ato ou reforma, ganhos de eficiência e onde se reconheça a devolução de funções que melhor são expressas pela vontade, organização e iniciativa da sociedade, dos cidadãos, das famílias ou empresas.

Abril não se fez para substituir um Estado autoritário por um Estado consumidor da energia e criatividade dos portugueses!

O país cobriu-se de componentes infraestruturais, em praticamente todos os domínios; mas é urgente que Abril se dirija ao cumprimento da fundação e reforço das estruturas de inteligência, de formação e capacidades, de competências e de saber fazer.

Abril preencheu-se de *hardware;* o país necessita, urgentemente, de se reconhecer como dispondo de *software;* de formação, competência, cultura de decisão, suportadas em critérios de rigor e de convocação da inteligência resolutiva.

Abril reconhece-se, só se pode e deve reconhecer, em modos de governança competitiva que afirme o primado dos cidadãos e empresas na construção do desenvolvimento.

Não há quem esteja dispensado do esforço de critério e racionalização: os cidadãos, a família, a empresa, o Estado, a região ou o município estão convocados, pela urgência do futuro, à formulação de quadros de rigor, de critério e de bem-fazer — quadros a suportar pela relevância do interesse geral, a tornar concreto e a dispensar enquadramentos abstratos e difusos.

Abril convoca uma política pública que assegure bem-estar e futuro demográfico; políticas direcionadas a balanços positivos, no domínio da demografia; políticas direcionadas à imigração, à inclusão, à construção de requisitos de atratividade de quadros, de recursos, capazes de acrescer, de fazer crescer capacidades e competências nacionais.

O país não pode deixar de dispor de política persistente e construída — como, aliás, tem tido nos últimos anos —, por forma a assegurar o enriquecimento do primeiro dos recursos nacionais: as pessoas, as portuguesas e os portugueses, e os outros que connosco queiram partilhar a tarefa e a aventura do desenvolvimento!

Abril fez-se também para alterar ambientes institucionais sufocantes e liquidatários da energia, da criatividade e da «vontade de fazer» dos portugueses. É necessário prosseguir na construção de ambiente institucional que favoreça a vontade de progredir, de avançar na aventura esforçada de cumprir uma vida digna, reconhecida e referência para todos — em todas as frentes, sem desfalecimentos ou hesitações, é necessário vencer o atraso! É necessário prosseguir Abril!

Contem connosco, socialistas, para prosseguir esse combate! Por Portugal!

Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e outros Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Constitucional e dos demais Tribunais Superiores, Ex-Presidentes da República — Ramalho Eanes, Mário Soares —, Ex-Presidentes da Assembleia da República e Ex-Primeiros-Ministros, Srs. Núncio Apostólico, Embaixadores, Representantes do Corpo Diplomático, Representantes institucionais das Forças Armadas, Sr.as e Srs. Deputados, Excelentíssimas Autoridades, Sr. Cardeal-Patriarca de Lisboa: Cumprimento os nossos convidados de sempre e, de forma muito especial, o Presidente da República,

que muito nos honra com a sua presença, e dirijo uma saudação fraterna aos que comparecem em representação do Movimento do 25 de Abril, a quem dedicamos esta Cerimónia Solene, volvidos 36 anos sobre tão corajosa madrugada, nesse dia repleto de esperança para todos.

Aplausos gerais.

Admito que nos interroguem: porquê este ato e, sempre, há vários anos, quase igual? Porquê este e não outro? Porquê, com estas individualidades e neste cenário e, não, com outros participantes e noutro enquadramento?

A resposta tem sido simples: esta é uma Cerimónia sóbria, mas condigna e, até ao momento, outra não se apresentou, com a vitalidade suficiente e a abrangência requerida, para lhe disputar o testemunho.

Por isso, a orientação é a que se tem mantido e parece acertada: reunir, na sede do Parlamento — órgão de soberania representativo de todos os portugueses —, os que concretizam o mandato da legitimidade popular direta, desde o Presidente da República a quantos estejam no Governo ou na oposição e os que a ela a vão buscar de forma derivada, para refletir, não só sobre o momento crucial da grande viragem democrática que a data representa, mas também sobre os desafios que, a cada ano que passa, irrompem na agenda nacional e exigem equação e resposta.

Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Deputados: O país vive um momento difícil — défice, endividamento, fraco crescimento económico, dependência do financiamento externo, desconfiança e pressão dos mercados. O peso da realidade não pode nem deve ser sofismado.

Quando olhamos em volta, temos a sensação de ver um debate político, muitas vezes, centrado no acessório — é a fuga da realidade —, em detrimento de responsabilidades que, em democracia, são de todos e, por isso, devem ser partilhadas, na apresentação de diagnósticos e propostas.

Atrevo-me, por isso, a registar, como positivos, os sinais dados pelas palavras, recentes, de estímulo à confiança, por parte do Presidente da República; demonstrações de perseverança, mas também de abertura ao diálogo por parte do Executivo; e uma nova sensibilidade na oposição por parte de quem, sem abdicar de um objetivo alternativo, revela atenção a plataformas negociadas e ditadas pela premência da crise.

Faço, por isso, votos para que a próxima campanha política, que mais cedo ou mais tarde se iniciará — a das presidenciais —, mantenha acima do desempenho dos protagonistas, os mais prudentes ou os mais impacientes, o objetivo estratégico, essencial, que é o reforço das condições institucionais, suscetíveis de viabilizar perspetivas, de construir programas e de engendrar soluções adequadas.

O fundamental é alcançar um melhor funcionamento da democracia, orientada para resultados; alicerçada em apoio; ajustada ao mundo em que vivemos e, não, a divagações fora dele.

Tenhamos, como espero, um grande debate que enobreça o país!

Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Deputados: Comemoramos, em 2010, 100 anos de Proclamação da República. É uma etapa marcante, na história do liberalismo português, iniciada em 1820 e interrompida em 1926, para, de novo, ressurgir com o regime democrático, balizado pela Constituição de 76.

Comemorações são sempre a oportunidade para conhecer melhor — com a inteligência, nunca com a propaganda —, por isso, enquanto Assembleia da República, nos empenharemos, a fundo, num programa muito vasto — centrado na vida parlamentar — de conferências, exposições e edições, em que se possa valorizar o contributo dos que estudam esse período, a partir de perspetivas próprias e plurais, e com o propósito, através dessa reflexão, de criar condições e de fornecer ideias e argumentos a quantos se encontram, ainda hoje, sinceramente, empenhados em interrogar a antiga República para melhorar a atual.

Seremos sempre mais objetivos se assumirmos, como ponto de partida, que a democracia, prefigurada na matriz da nova Constituição, nega a ditadura anterior, mas, igualmente, supera — porque se define como muito diferente — os cenários da instabilidade governativa, dos pronunciamentos recorrentes, da propensão ao sectarismo clientelar ou das limitações à liberdade religiosa.

É, assim, uma República renovada, e não decalcada, aquela em que vivemos, aberta ao seu aperfeiçoamento constante, às reformas institucionais modernizadoras, à adoção do projeto europeu — uma República que só tem a ganhar em problematizar-se como futuro e não como passado.

Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Deputados: Um pouco por toda a Europa, a crueza dos dias conduz, invariavelmente, a uma atrição sobre as instituições, de que não se excluem nem as instituições nacionais, com enraizamento tradicional, nem as instituições europeias de génese mais recente.

Como ultrapassar a fadiga da banalização política, a sua inconsistência, a sua dessubstancialização? Como evitar que a sucessão de imagens ou de histórias ocupe o terreno da criação de ideias ou o patamar da História? O que será, e como será, a política no futuro? Como se avançará, e com quem, não para mergulhar no campo cinzento da involução dos sistemas, mas para abrir perspetivas claras a uma democracia para o nosso tempo? O que será, e como será, a República moderna, a nova República?

Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Deputados, Distintos Convidados: Cada um de nós, na vertigem redutora do seu egoísmo, pode persistir numa agenda limitada — uma galeria de pequenos troféus, erguida sobre os fracassos alheios, mas o que se impõe, a todos, é uma nova ambição: uma ambição própria, positiva, aberta, que nos traga novos pontos de partida. Só juntos, e agindo na direção certa, estaremos à altura de fazer avançar soluções, de pedir sacrifícios, de construir saídas, de resistir à adversidade e à hora difícil, de encontrar a porta estreita por que passam os nossos constrangimentos, mas também as certezas do nosso futuro.

Só haverá confiança — e, dela, bem precisamos! — com verdade; só haverá resultados com esforço; só haverá progresso com trabalho; só haverá liberdade com justiça; só haverá igualdade com crescimento; só haverá força com união — com a união, inquebrantável, de todos os portugueses.

Hoje, 25 de Abril de 2010, trinta e seis anos volvidos sobre o Dia da Liberdade, não pode murchar, no coração de cada um de nós, a força interior, a grandeza que é água da vida para os cravos desse dia e de todos os dias. Urge que renasça a centenária alma republicana da pátria portuguesa. Todos e todas saberemos estar, com sobriedade e convicção, na primeira linha das nossas responsabilidades e dos nossos deveres. A porta é estreita, mas Portugal é grande.

Viva o 25 de Abril!
Viva a República!
Viva Portugal!

Aplausos do PS, com alguns Deputados de pé, do PSD, do CDS-PP, do PCP, de Os Verdes e do Deputado do BE João Semedo.

Convido a usar da palavra, para dirigir uma mensagem à Assembleia da República e aos portugueses, o Sr. Presidente da República, Prof. Aníbal Cavaco Silva.

O Sr. **Presidente da República** (Aníbal Cavaco Silva): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: Na madrugada de 25 de Abril de 1974, um jovem capitão de 29 anos reuniu os seus homens da Escola Prática de Cavalaria de Santarém. Falou-lhes do estado a que Portugal chegara e terminou dizendo: «Quem quiser vir comigo, vamos para Lisboa e acabamos com isto. Quem for voluntário sai e forma. Quem não quiser sair fica aqui!»

Vieram todos, sem exceção, mesmo sabendo que corriam riscos, incluindo o risco de não regressar com vida. Ao fim de algumas horas, caía um regime cansado de guerra. É por isso que aqui estamos hoje.

Foram eles os «filhos da madrugada»! Não caminharam para Lisboa em busca de cargos ou de lugares. Não vieram à procura de um lugar na História — e é justamente por isso que o merecem.

Como o retratou Sophia de Mello Breyner, Salgueiro Maia foi «aquele que deu tudo e não pediu a paga», um exemplo notável para muitos portugueses dos nossos dias, que tantas vezes cedem às seduções vazias e efémeras da sociedade de consumo e outras tantas vezes medem o valor dos homens pelo dinheiro ou pelos bens que ostentam.

Aqueles que saíram de Santarém, de Mafra, de Tancos, de Santa Margarida, de Estremoz ou de Vendas Novas rumaram a Lisboa porque não se conformaram com o país em que viviam. Vieram todos, porque todos queriam mudar. Queriam um país livre.

Neste dia, devemos ter presente um facto muito singelo: em 2010 completam 36 anos aqueles que nasceram em 1974. São mais de três milhões os portugueses que não possuem qualquer recordação do que foi o 25 de Abril, porque, pura e simplesmente, não tinham nascido na altura. Veem a democracia como um dado adquirido. Um jovem de 24 anos, que termina este ano o ensino superior, sempre viveu num Portugal membro das Comunidades Europeias. Vê a Europa como o seu espaço. Uma criança de 8 anos não conheceu outra moeda que não o euro, não sabe como era o escudo.

Aqueles que sempre viveram em liberdade desconhecem o seu preço. Em larga medida, só nos apercebemos do valor das coisas quando nos vemos privados delas. A melhor lição de liberdade é a experiência da não-liberdade.

Temos, pois, um dever de memória para com aqueles que nasceram já depois de 1974: devemos ensinar-lhes o que custou conquistar a liberdade e que a defesa da liberdade deve ser um princípio de ação para os agentes políticos e para todos os cidadãos.

O 25 de Abril foi feito em nome da liberdade, mas também em nome de uma sociedade mais justa e solidária. Será aí, porventura, que o balanço destas três décadas de democracia se revela menos conseguido.

A sociedade portuguesa é hoje mais justa do que aquela que existia há 36 anos. No entanto, persistem desigualdades sociais e, sobretudo, situações de pobreza e de exclusão que são indignas da memória dos que fizeram a revolução de Abril.

A sensação de injustiça é tanto maior quanto, ao lado de situações de privação e de grandes dificuldades, deparamos quase todos os dias com casos de riqueza imerecida que nos chocam.

Na minha mensagem, no primeiro dia do ano de 2008, disse: «sem pôr em causa o princípio da valorização do mérito e da necessidade de captar os melhores talentos, interrogo-me sobre se os rendimentos auferidos por altos dirigentes de empresas não serão, muitas vezes, injustificados e desproporcionados, face aos salários médios dos seus trabalhadores».

Aplausos do PS, do PSD, do CDS-PP e do BE.

Embora este meu alerta não tenha então sido bem acolhido por alguns, não me surpreende que agora sejam muitos os que se mostram indignados face aos salários, compensações e prémios que, segundo a comunicação social, são concedidos a gestores de empresas que beneficiam de situações vantajosas no mercado interno.

Como já afirmei noutra ocasião, na génese da atual crise financeira e económica internacional encontra-se a violação de princípios éticos no mundo dos negócios e a avidez do lucro fácil, a que se juntaram deficiências na regulação e supervisão dos mercados e das instituições financeiras. Os custos sociais traduzem-se hoje em perda de poupanças amealhadas com grande esforço, destruição de empregos, emergência de novos pobres.

As injustiças sociais e a falta de ética são dois fatores que, quando combinados, têm efeitos extremamente corrosivos para a confiança nas instituições e para o futuro do país.

A injustiça social cria sentimentos de revolta, sobretudo quando lhe está associada a ideia de que não há justiça igual para todos.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados: Deixámos o império, abraçámos a democracia, escolhemos a Europa, alcançámos a moeda única, o euro, mas duvidamos de nós próprios. Os portugueses perguntam-se todos os dias: para onde é que estão a conduzir o país? Em nome de quê se fazem todos estes sacrifícios?

A prova de que se acumulam dúvidas quanto ao futuro do país está no número de jovens que partem. Infelizmente, aqueles que vão para o estrangeiro são, com frequência, os mais qualificados, os mais promissores.

Mas na maioria deles persiste o desejo de regressar. Tenho-os encontrado nos Estados Unidos, em Espanha, na Alemanha, no Luxemburgo. São jovens que querem estar entre os melhores, para competir com os melhores. Dizem-me quase todos que gostariam de voltar ao seu país desde que tivessem condições para isso, sobretudo condições de trabalho nas suas áreas de especialização.

Este é um potencial que o país não pode desperdiçar. É a saída de mais jovens com valor e talento para o estrangeiro que pode fazer de Portugal um país periférico. No mundo atual, a periferia está onde mora a ineficiência do Estado, a falta de excelência no ensino, a ausência de conhecimento, de inovação e de criatividade. Em suma, a periferia está onde mora o atraso competitivo.

Durante muitos anos, o facto de nos encontrarmos na periferia da Europa foi considerado uma das causas principais do nosso atraso. Portugal era a Finisterra, como já os Romanos lhe chamavam. Estávamos num extremo perdido da Península Ibérica, longe das grandes vias de comunicação e comércio, através das quais a Europa, desde a Idade Média, construiu progresso e edificou catedrais.

Tudo isto mudou no nosso tempo: a geografia deixou de ser uma fatalidade irremediável. Estar perto ou estar longe do centro não é algo que se meça em quilómetros, pois estamos no centro do mundo se tivermos o conhecimento e o engenho para tanto. Graças às novas tecnologias, não há longe nem distância. As noções de centro e de periferia foram radicalmente alteradas.

Num espaço global, existem por certo novas ameaças, grandes desafios que as economias emergentes nos colocam. Não podemos perder tempo, porque a concorrência será implacável. Quem ficar para trás, terá de fazer um enorme esforço de recuperação.

No mundo atual, não esperemos que os outros nos ajudem se não acreditarmos em nós próprios, se formos incapazes de fazer aquilo que nos cabe fazer.

A globalização e o aprofundamento da integração europeia obrigam-nos a procurar a diferença, a encontrar fatores distintivos para o nosso país, a aproveitar bem as nossas vantagens comparativas. Devemos ter uma visão de longo prazo que indique o lugar que queremos ocupar na Europa e no mundo.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados: Portugal vive uma grave crise, que é de todos conhecida. É nestes momentos que temos de ser capazes de abrir caminhos que levem o país a novas oportunidades. Irei referir dois deles: o mar e as indústrias criativas.

Portugal encontra-se na periferia da Europa, mas está no centro do mundo. Somos uma «nesga de terra debruada de mar», como nos chamou Torga, palavras que recordei nesta Sala, quando tomei posse como Presidente da República. Possuímos uma vasta linha de costa, beneficiamos da maior zona económica exclusiva da União Europeia. Poderemos ser uma porta por onde a Europa se abre ao Atlântico se soubermos aproveitar as potencialidades desse imenso mar que se estende diante dos nossos olhos, mas que teimamos em não ver.

Como pode um país, projetado sobre o Oceano Atlântico, na encruzilhada de três continentes, ver-se a si próprio como periférico?

Para além das especificidades da nossa geografia, temos a História: num só século, revelámos à Europa dois terços do planeta, percorrendo as costas de todos os continentes; pusemos em contacto muitos dos povos do mundo e criámos uma língua universal. Por causa disso, Portugal continua a projetar no exterior a imagem de marca de país marítimo.

Que justificação pode existir para que um país que dispõe de tão formidável recurso natural, como é o mar, não o explore em todas as suas vertentes, como o fazem os outros países costeiros da Europa?

Porque retiram esses países tanto valor e criam tanto emprego com a exploração económica do mar e nós não?

Temos de repensar a nossa relação com o mar, repensar o modo como exploramos as oportunidades que ele nos oferece. Importa afirmar a ideia de que o mar é um ativo económico maior do nosso futuro.

Setenta por cento da riqueza gerada no mundo transita por mar. Devemos, pois, apostar mais no sector dos transportes marítimos e dos portos, mas também no desenvolvimento de fontes marinhas de energia, de equipamentos para a exploração subaquática de alta tecnologia, de produtos vivos do mar para a biotecnologia ou das indústrias de equipamento, de reparação e de construção navais.

Temos de incentivar a prospeção e exploração da nossa plataforma continental, cujo projeto de levantamento se encontra em apreciação nas Nações Unidas.

Pensando na combinação do mar com o nosso clima temperado, importa desenvolver as atividades marítimo-turísticas — a náutica de recreio, o turismo de cruzeiros. A par disso, temos de fomentar a aquacultura e a manutenção de uma frota de pesca sustentável.

A ausência de um polo desenvolvido de indústrias marítimas é, de facto, surpreendente, quando Portugal apresenta um conjunto de vantagens comparativas que são extremamente relevantes à escala europeia.

Às vantagens, decorrentes da nossa geografia, da História e da imagem externa do país, podemos ainda juntar as estratégias e políticas para o mar, desenhadas nos últimos seis anos, em Portugal e na própria União Europeia. Não é necessário fazer mais estudos e relatórios. Basta agir em cumprimento daquelas estratégias.

É essencial que criemos condições e que incentivemos os agentes económicos a investir no conjunto dos setores que ligam, economicamente, Portugal ao mar.

Penso, desde logo, na criação de condições de competitividade e de estabilidade fiscal para os transportes marítimos e para os portos portugueses, que lhes permitam, pelo menos, igualar as condições dos demais Estados costeiros da União Europeia, bem como dinamizar as autoestradas do mar, juntamente com os nossos parceiros da União.

Sem querer transmitir a ideia de que o mar é a panaceia para todos os nossos problemas, entendo que o mar se deve tornar numa verdadeira prioridade da política nacional.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de Deputados do PS.

Abraçando um desígnio marítimo, seremos mais fortes, porque dependeremos menos dos transportes rodoviários internacionais, cada vez mais, condicionados pelas políticas europeias do ambiente.

Seremos mais fortes, porque, com a exploração da energia a partir do mar, poderemos enfrentar melhor os desafios da segurança e da sustentabilidade energética, reduzindo a dependência do exterior e promovendo novas tecnologias.

Portugal e os Portugueses precisam de desígnios que lhes deem mais coesão, mais autoestima e mais propósito de existir. O mar é, certamente, um deles.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados: Graças à nossa riqueza histórica e cultural, ao talento de muitos dos nossos jovens, à capacidade de adaptação da nossa mão de obra e

ao nosso clima privilegiado, temos ainda a possibilidade de desenvolver centros de excelência que se configurem como marcas distintivas, à escala europeia.

À semelhança do que ocorreu noutras cidades da Europa — de Barcelona a Berlim, passando por Amesterdão ou Estocolmo —, podemos fazer com que alguns centros urbanos se convertam em grandes polos internacionais de criatividade e conhecimento.

Além da capital do país, o Porto é uma cidade que dispõe de todas as condições para ser um polo aglutinador de novas indústrias criativas, ligadas às artes plásticas, à moda, à publicidade, ao *design*, ao cinema, ao teatro, à música e à dança, mas também à informática, à comunicação e ao digital.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de Deputados do PS.

Não é de hoje a vitalidade cultural portuense, como não é de hoje a capacidade empreendedora das gentes do Norte. O Porto sempre se orgulhou da sua vida intelectual, e esse orgulho é legítimo: das letras às artes plásticas, passando pela arquitetura, aí, existe muito do melhor que Portugal fez nas últimas décadas.

Uma aposta forte dos poderes públicos, conjugada com a capacidade, já demonstrada, pela sociedade civil, relativamente a projetos culturais de referência, poderão fazer do Porto e do Norte uma grande região criativa, sinónimo de talento, de excelência e de inovação.

Aí, existe um tecido humano feito de gente ativa e dinâmica, um espírito de inovação e de risco, um culto do que é novo e diferente. Há capital humano de excelência, há estabelecimentos de ensino e equipamentos de qualidade; só falta mobilizar esforços para transformar o Porto e o Norte numa grande região europeia, vocacionada para a economia criativa e fazer desse objetivo uma prioridade da agenda política.

Aplausos do PSD e de Deputados do PS.

Estudos recentes vieram mostrar que as atividades culturais e criativas podem desempenhar um papel de crescente relevância na economia portuguesa, à semelhança do que ocorre noutras sociedades desenvolvidas e pós-industriais. Na Região Norte, aliás, foram já lançadas iniciativas, visando tirar partido das suas potencialidades neste domínio.

O Porto presta-se, claramente, a exercer um papel de núcleo dinamizador do engenho criativo. O seu espaço urbano, aliando o antigo e o moderno, o esplendor do barroco das igrejas e a sobriedade da arquitetura contemporânea, pode converter-se numa marca de projeção internacional, através de um movimento, coletivo e inovador, que atraia novas dinâmicas de desenvolvimento, com criadores talentosos, artistas portugueses e estrangeiros, empresários jovens com sentido de oportunidade.

Temos, aí, um enorme potencial para desenvolver um turismo diferente e de qualidade, e para fundar uma nova centralidade, alicerçada no vanguardismo estético e na inovação tecnológica e empresarial.

Portugueses: há 36 anos, marcámos encontro com um destino de liberdade. Não nos deixámos abater por um regime, de muitas décadas, que caiu, em poucas horas.

É nosso o país. Temos florestas e temos o mar. Temos jovens talentosos que aqui querem viver. Temos cidades e regiões, à espera de se afirmarem. É desta matéria-prima que se fazem os sonhos.

No dia de hoje, celebramos a esperança dos que acreditaram, sobretudo, em si próprios. Sem ilusões nem falsas utopias, devemos acreditar, porque temos razões para isso.

Há uma razão, acima de todas — motivo de ser, como somos, ela é a nossa maior razão de esperança; connosco a temos, há muitos séculos, com ela vivemos, desde que nascemos.

Essa razão de esperança tem um nome: chama-se Portugal.

Obrigado.

Aplausos do PS, do PSD (de pé) e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Agradecendo a presença de todos os Convidados, em especial, a honrosa presença do Sr. Presidente da República, declaro encerrada a Sessão Solene Comemorativa do XXXVI Aniversário da Revolução do 25 de Abril.

2012

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — Srs. Deputados, declaro aberta a Sessão Solene Comemorativa do XXXVIII Aniversário do 25 de Abril.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes», tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ferreira.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Presidentes dos Supremos Tribunais, Sr.as e Srs. Deputados:

No momento em que assinalamos os 38 anos do 25 de Abril de 74, as primeiras palavras vão para os capitães de Abril, mas também para todas as mulheres e homens que, acreditando em causas e valores, se juntaram aos militares e, juntos, fizeram a Revolução dos Cravos, pondo fim a uma ditadura de quase meio século, a um regime sombrio, que censurou os portugueses, que fez a guerra do Ultramar, que semeou a miséria e a ignorância, que perseguiu, que reprimiu, que torturou. Um regime que fez isto, e muito mais, ao nosso povo obriga-nos a dizer: fascismo nunca mais!

Porque foi para isso que se fez Abril, para pôr fim ao fascismo, para o remover do nosso destino coletivo. E a adesão massiva dos portugueses à Revolução tem um motivo: os ideais de Abril estavam, e estão, em sintonia com os interesses dos Portugueses.

A Revolução de Abril é a prova, o testemunho, de que quando se age a pensar no povo, temos o povo do nosso lado. Um povo que sonhou com um país melhor e, por isso, elegeu a Constituinte para elaborar uma Constituição que garantisse direitos aos cidadãos, que consagrasse os ideais de Abril, que garantisse a justiça social e que vinculasse o Governo, nas suas opções, a governar em sintonia com os interesses do povo.

38 anos passaram, e muito se conseguiu do imenso Abril que Abril nos ofereceu, mas também é verdade que muito deixou de ser feito. Mas pior do que aquilo que deixou de fazer é constatar que hoje vivemos um retrocesso no caminho que foi sendo construído, tendo Abril como horizonte.

Não estranha, por isso, a onda generalizada de indignação e descontentamento que hoje inunda o país. O motivo só pode ser um: os governos desviaram-se dos ideais de Abril, não cumpriram a Constituição, e sobretudo o atual, porque nenhum foi tão longe, não está a garantir os direitos dos cidadãos e não está a governar em sintonia com os interesses do povo.

Vamos aos factos — equidade e justiça fiscal: em dezembro de 2010, PS, PSD e CDS permitiram que os acionistas das grandes empresas procedessem à distribuição antecipada de dividendos com o único propósito de não pagar impostos. Só no caso da PT deixaram de entrar nos cofres do Estado cerca de 250 milhões de euros, o equivalente ao que o governo de então estimava arrecadar, em 2011, com os cortes nos abonos de família.

Este ano, como nos anos anteriores, os mesmos partidos permitiram que grandes empresas, como o Pingo Doce, se colocassem como não residentes, para não pagarem impostos.

O mesmo se diga das propostas para acabar com os paraísos fiscais, a tributação das grandes fortunas ou a proposta para colocar a banca a pagar a mesma taxa de IRC que as pequenas e médias empresas.

A tudo isto disseram não.

Foi mais fácil cortar nos apoios sociais ou retirar o subsídio de férias aos portugueses. Ou seja, os Governos, mas sobretudo este, têm vindo a poupar a tributação dos rendimentos do capital para colocar todo o esforço fiscal nos rendimentos do trabalho.

E isto não é governar a pensar no povo, sobretudo quando olhamos para a situação das famílias portuguesas e para os lucros fabulosos dos grandes grupos económicos. Enquanto a generalidade dos portugueses leva com o aumento do IVA e do IRS, com os cortes salariais, o congelamento das reformas e pensões, o corte nos apoios sociais, as restrições ao subsídio de desemprego, o esbulho do 13.º mês e do subsídio de férias, e por aí fora, outros engordam com a crise, ao ritmo de 4 milhões de euros por dia, pagando uma ninharia em termos de impostos.

Isto não é governar em sintonia com os ideais de Abril.

Mas, para além da imoralidade fiscal instalada, temos ainda de somar os negócios que os governos têm vindo a fazer. Falamos da delapidação do nosso património coletivo, através das privatizações, mas também dos direitos especiais que o Estado detinha em empresas estratégicas, e que o Governo entregou de mão beijada, sem nada receber em troca; dos fundos de pensões, que podem ser um bom negócio para a banca, mas são desastrosos para o país; das parcerias público-privadas, que absorvem milhões e milhões de euros dos contribuintes; do BPN, que enquanto deu lucro, os acionistas arrecadaram, engordaram, ninguém deu por eles, mas quando deu prejuízo o Governo chamou os Portugueses a tapar o buraco.

Isto não é governar a pensar nas pessoas.

Depois, a Constituição incumbe ao Estado a execução de políticas de pleno emprego. Mas, em Portugal, mais de um 1,2 milhões de portugueses não têm emprego.

E o que faz o Governo? Primeiro, sugere a emigração e, depois, em vez de combater o desemprego, promove o despedimento, torna-o mais fácil e mais barato, como sucedeu recentemente com as alterações à legislação laboral. O pior é que 70% dos desempregados não têm, sequer, acesso ao subsídio de desemprego. Aumenta o número de casais desempregados, com milhares de famílias empurradas para uma situação de verdadeira miséria. O salário mínimo nacional tem, hoje, um valor abaixo do limiar da pobreza. O Governo suspende as reformas antecipadas, aumentando o risco dos despedimentos coletivos; altera o regime do rendimento social de inserção, penalizando as famílias mais numerosas; emagrece as prestações em caso de doença; altera as regras da condição de recurso para limitar o acesso às prestações socias.

Por cada dia que passa, 25 famílias veem-se obrigadas a entregar as suas casas aos bancos. A falência de pequenas e médias empresas sucedem-se a um ritmo assustador. E, para surpresa de todos, o Governo ainda faz um balanço positivo da ingerência da troica nos nossos destinos.

Na saúde, os cortes e o encerramento de serviços é [*sic*] quem mais ordenam. Ao contrário do que diz a Constituição, a saúde deixou de ser para todos, os ricos têm médico privado e os pobres ficam privados de médico.

Os Portugueses pagam hoje mais impostos, ganham menos e, quando precisam do Estado, este, muitas vezes, não está presente.

Por semana, são às centenas os estudantes que abandonam o ensino por dificuldades económicas, outros tantos são excluídos das residências universitárias porque não conseguem pagar.

Nos transportes, o Governo acaba com o passe social, inflaciona os títulos de transporte, empurrando as pessoas para fora dos transportes públicos com todas as implicações que daí decorrem em termos de emissão de gases com efeito de estufa. A mobilidade está a deixar de ser um direito das populações.

O acesso às áreas protegidas começa a ser vedado às pessoas, só pagando. E nem o setor da água escapa à gula do setor privado. O Governo prepara-se para proceder à privatização deste setor fundamental à vida.

Por outro lado, assistimos ao enfraquecimento da nossa democracia, o que se torna visível não só com a transferência de soberania em matérias orçamentais, que decorre do tratado orçamental, imposto pela Alemanha, mas também com a extinção de freguesias, que a troica impôs e que o Governo se apressou, religiosamente, a cumprir.

Para terminar, Sr.ª Presidente, é verdade que vivemos uma crise, mas também é verdade que os povos em nada contribuíram para ela. À semelhança do que se passou com o caso BPN, para o qual os contribuintes portugueses em nada contribuíram, mas foram obrigados a tapar o buraco, assim está a ser a resposta à crise.

É por isso que as dificuldades, a angústia e o medo estão a tomar conta dos portugueses. E o motivo é só um: o Governo não está a governar para o povo, está a governar para os mercados e para os grandes grupos económicos.

Daí que Os Verdes considerem importante a participação dos portugueses nas comemorações do 25 de Abril, que hoje decorrem por todo o país. Será uma forma de lembrar ao Governo que há mais mundo para além da troica, que há mais mundo para além dos mercados e dos grandes grupos económicos.

Mas será também a oportunidade de dizer: tolerância zero para quaisquer indícios de fascismo.

Viva o 25 de Abril!

Aplausos de Os Verdes, do PCP e de Deputados do PS.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sr.ª Deputada Cecília Honório.

A Sr.ª **Cecília Honório** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.as Deputadas, Srs. Deputados, Ilustres Convidados e Convidadas:

O 25 de Abril foi um salto no futuro. Foi o momento em que Portugal deixou de estar preso no passado, juntando, no país, um novo sentido para a esperança.

É em nome dessa manhã limpa, em nome das mulheres, dos homens, entre eles os militares de Abril, de todos e de todas que muito andaram para aqui chegar, que esse momento fundador da democracia interpela o nosso presente e se recusa a fazer parte do que já passou.

No preciso momento em que, na voz do revanchismo social, as gerações que travaram as lutas pelos direitos fundadores da democracia são apontadas como um obstáculo à falta de oportunidade e de emprego para os seus próprios filhos, falo-vos da solidariedade, em nome da qual se fez o 25 de Abril.

Há nove anos, não esqueçamos, uma outra maioria de direita quis sanear o *R* do nome da Revolução que venceu a ditadura. Agora, a nova maioria de direita quer apagar mais do que uma letra; quer impor uma vertiginosa engenharia social que saneie a responsabilidade social do Estado. O incómodo desta maioria, forjada na desforra ideológica contra o trabalho e contra a solidariedade, dispensa agora todos os disfarces.

O mantra ideológico da direita repete incessantemente que todos vivemos acima das nossas possibilidades, num país em que há quem trabalhe e seja absolutamente pobre e em que há mais de um milhão de desempregados. Persiste a direita que o Estado são gorduras na saúde e na educação, enquanto alimenta candidamente benesses e favorecimentos aos afilhados dos partidos dos governos, da EDP à Caixa Geral de Depósitos, da Lusoponte às parcerias público-privadas. Neste tempo de atrofiamento democrático, vimos reafirmar o combate ideológico pela responsabilidade pública pela democracia.

Faz agora duas semanas que o Primeiro-Ministro se deslocou aos Açores para, no congresso regional do PSD, dizer que as prestações sociais «são estruturas que perduraram ao longo de muitos anos e que mantiveram muitas vezes as pessoas dependentes da esmola que o Estado lhes dá».

Este discurso, Senhoras e Senhores, tem um propósito: rasgar o contrato social existente. Não, Sr. Primeiro-Ministro, as prestações sociais não são esmola; são a devolução do esforço de quem trabalha a vida inteira, que desconta e paga impostos para si e para quem precisa.

A ideologia da direita, que procura colonizar o senso comum, afirmando que os pobres, os doentes e os desempregados são um fardo social, ou mesmo que são um pesadelo económico, porque não são um mercado, é o mais baixo ataque ao 25 de Abril e à nossa democracia. A direita clama agora que, havendo desemprego, a solução é facilitar o despedimento; que, havendo pobreza, a solução é tornar os pobres mais pobres. Criam a pobreza e abominam os pobres; multiplicam o desemprego e querem esconder os desempregados; receiam os jovens e insultam os jovens.

A direita propõe, assim, um contrato autoritário contra a coesão social: só aqui cabe quem não é pobre, só vive quem tem privilégio. Esse contrato está sempre a ser tentado e sempre fez gerações de miséria.

Recordemo-lo hoje: o 25 de Abril conheceu um país onde metade dos jovens de 14 e mais anos não sabia, sequer, o que era o ensino primário. Hoje, temos quase tantos mestres e doutorados quantos os alunos que andavam no ensino secundário quando chegou Abril.

Foi o Estado social, nascido com Abril, que reduziu a mortalidade infantil a níveis melhores do que os dos Estados Unidos. Em pouco mais de 30 anos, passámos a ter indicadores do primeiro grupo dos países mais evoluídos.

E se o 25 de Abril pode, sem reservas, ser entendido como uma revolução, foi exatamente porque uma grande maioria social impôs a universalização dos direitos sociais e dos direitos políticos. A segurança social, a escola pública, o Serviço Nacional de Saúde — eis a herança de Abril que hoje corre o risco de ser desmontada peça por peça.

É por isso que o nome das coisas é tão importante. A direita bem o sabe, que alimenta este sentimento sanguinário de vingança contra o Estado social.

Protestos do PSD.

É por ele que hoje somos chamados a resistir e a reivindicar as cores da primeira revolução moderna da Europa, a francesa. Recordemos: o azul da igualdade, contra a chantagem do desmantelamento dos serviços públicos; o branco da liberdade, que enfrenta o autoritarismo social e violento do castelo contra as choupanas, dos privilégios contra o trabalho; o vermelho da fraternidade e da solidariedade, em nome de um contrato social entre gerações.

Senhoras e Senhores, 38 anos depois de Abril ter libertado o povo da ditadura, impõe-se refazer o contrato social que dá corpo à Constituição, agora espezinhada, e defender o país do protetorado que nos oprime.

Os sucessivos governos têm-se rebaixado à direção autocrática do diretório franco-alemão e, à revelia daquilo que é o verdadeiro espírito europeu, Portugal torna-se um "colonato" do governo alemão.

Testemunha-o o Tratado Orçamental Europeu, aprovado à pressa por subservientes discípulos da austeridade, para se anteciparem, aliás, às eleições francesas, e que condena o país à impossibilidade de responder à recessão profundíssima em que estamos a morrer. Recusaram o referendo, não querem ouvir a voz popular.

E essa desistência é uma ofensa. O regime que abdica da responsabilidade é, em si mesmo, uma crise. A herança europeia da Revolução Francesa, do sufrágio universal, dos movimentos de trabalhadores, das modernas constituições ou da última revolução europeia do século XX, que foi a nossa, está a saque, nas mãos da especulação financeira e da batuta autocrática da Sr.ª Merkel.

Não podemos ignorar, não pactuamos com a fatalidade, só a voz do povo português pode falar mais alto e acabar com esta rota de destruição.

Nessa manhã fundadora, a palavra era a esperança. 38 anos depois, este é um país que querem condenar à fatalidade de um passado que se repetirá, até à eternidade, num presente sem futuro. Resistamos, pois, pela esperança, por todos, em nome da herança tricolor de todas as solidariedades que ajudaram a fazer a democracia e mais Europa para a Europa.

Se precisamos de um novo 25 de Abril? A nossa resposta é sim, precisamos. É certo que não vivemos numa ditadura nem carecemos que os militares se façam à rua. Mas a democracia está doente. É hoje uma democracia oligárquica, que garante poderes e privilégios a uma minoria, que é fraca com os fortes e cruel

com os fracos, de costas voltadas para a sociedade, indiferente à indiferença, castigadora do sofrimento. É um regime que vive do canto de sereia da fatalidade e do conformismo, onde não há nada a fazer, mas onde se instala o discurso populista antipolítico tão amigo, afinal, das mais perigosas tentações autoritárias.

Resistamos, pois, pela esperança, pelo futuro, pelo 25 de Abril e porque o povo é «quem mais ordena!».

Aplausos do BE, de Os Verdes e de Deputados do PS.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — Pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

Uma crise profunda brutaliza a pátria portuguesa, uma crise encaixada, embebida na crise do capitalismo, uma crise que revelou todas as fragilidades, todos os défices estruturais, todos os estrangulamentos do país.

Um processo cumulativo, que agora implodiu e explodiu, detonado pela crise do capitalismo.

Bateu-nos à porta e não pediu licença para entrar. Estava cá dentro, em gestação. Não aconteceu por acaso. É o resultado de opções políticas. Tem responsáveis: o PS, o PSD e o CDS.

E eis que, ontem, esses partidos, PS, PSD e CDS, pretensamente para responder ao desastre nacional a que conduziram o país, subscreveram um «pacto de agressão e de traição» a Portugal e aos portugueses.

Um pacto que, pela sua natureza e conteúdo, é um ajuste de contas com Abril, que hoje comemoramos!

Um pacto que agride núcleos da soberania e independência nacionais, aceitando imposições externas sobre a organização dos tribunais, um órgão de soberania, impondo um novo riscar do mapa de freguesia e concelhos.

Um pacto que agora, com o dito tratado orçamental, pretende impor o visto prévio de potências e poderes estrangeiros à soberana gestão das contas do Estado português, impor a jurisdição de tribunais externos sobre o Tribunal Constitucional, sobre a Constituição da República.

Sabemos como alguns justificam a submissão ao pacto. Seria a recuperação da soberania económica pelo saneamento das contas do Estado.

É uma fraude política. As imposições económicas, as taxas de juro, os prazos e as condições da aplicação não asseguram qualquer sustentabilidade presente ou futura das contas públicas.

E é uma blasfémia política. É como se o caminho para resistir a Castela em 1383/1385 passasse por fugir a Aljubarrota. Como se o caminho para afirmar a independência nacional em 1580 passasse pela aceitação do jugo filipino. Como se o caminho em 1808 fosse a fuga para o Brasil e a colaboração com os ocupantes, e não a resistência às invasões napoleónicas.

Percebemos o afã no apagamento simbólico da história pátria do 5 de Outubro, do 1.º de Dezembro ou mesmo da marca da história no desenho das freguesias e concelhos.

As classes dominantes, grande parte das suas elites, sempre foram, com exceções, permeáveis à colaboração com o estrangeiro opressor e explorador, em defesa dos seus interesses de classe. Foram as forças do capital monopolista restaurado e as forças políticas que impulsionaram a sua restauração, que transformaram o Estado Português no processo de integração comunitária, numa enorme junta de freguesia.

As mesmas forças que agora aceitam a sua transformação num protetorado da Alemanha.

E tem sido sempre o pé-descalço, os condenados da terra, os trabalhadores e o povo, com outros patriotas de muitas condições sociais a levantar a voz, a erguer a resistência, a dar o corpo à revolta. E foi assim que chegámos e fizemos Abril!

É um pacto de agressão aos trabalhadores e ao povo, que tem como outro vetor a guerra ao trabalho, ou seja, consolidar o modelo de mão de obra barata, precária e de baixo valor acrescentado, que trouxe o país até à crise. A contrarrevolução na legislação laboral e o crescimento da massa dos desempregados só têm um objetivo: baixar o preço da força de trabalho.

Este foi, e é, o caminho do desastre. E é uma enorme mentira política, que nem os cânones da economia capitalista consentem fazê-lo, em nome da produtividade e competitividade e do emprego. Nenhuma trabalhadora têxtil que leva para casa, ao fim de uma vida de trabalho de 35 anos na mesma empresa, o salário mínimo de 485 € vai ser agente de mais produtividade. Um colossal embuste, que os dados empíricos [a]pós sucessivas reformas da legislação laboral não consentem como argumento para melhorar a produtividade e combater o desemprego.

É um pacto de agressão e de regressão social e civilizacional na restrição e encarecimento do acesso à saúde, ao ensino e aos apoios sociais, visando, de facto, a destruição do Serviço Nacional de Saúde, da escola pública, do sistema público de segurança social; um pacto que agravará as desigualdades sociais e as assimetrias regionais.

Um pacto de agressão e regressão na soberania económica do país, com a liquidação do que ainda restava de instrumentos do comando estratégico do Estado em setores e empresas estratégicas de bens e serviços essenciais, pela dádiva das *golden shares*, pela conclusão da privatização — venda a pataco — do que restava das posições do Estado.

E tem um grande simbolismo que, em vésperas do 25 de Abril, um Governo que inscreveu no seu Programa a reindustrialização do país tenha dado luz verde ao processo de desmantelamento e deslocalização da que é hoje a principal empresa industrial em Portugal: a CIMPOR, aliás, uma construção de Abril!

Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Meus Senhores, Minhas Senhoras: A crise do capitalismo obriga a classe dominante a redobrados esforços de manipulação para explicar e esconder as causas e os responsáveis pela catástrofe.

Depois da Europa connosco, da Adesão à CEE, do euro, os portugueses não precisavam de se preocupar com essa coisa da produção nacional. Não precisávamos, diziam, de nos preocuparmos com o endividamento externo e o financiamento do Estado. Abrigados sob a asa protetora da União Europeia, do euro, estávamos a salvo das crises monetárias e financeiras, União Europeia que ia regularmente despachando para Portugal os milhares de milhões de euros, como contrapartida à destruição do aparelho produtivo!

É assim que a imposição do pacto de agressão aparece como um absurdo, uma irracionalidade!

Justificações: «Todos somos responsáveis pela situação a que o país chegou»; «vivemos acima das nossas possibilidades». Ou seja, a extraordinária ideia de que todos somos culpados e de que todos comemos mais do que devíamos, os ricos e os pobres, os que enriqueceram e os que empobreceram e

se endividaram, os desempregados e os que os despediram ou os que põem o seu dinheiro nos *offshore* ou na Holanda para fugir ao fisco, os grupos monopolistas, que centralizaram e concentraram capital e engordaram nos jogos bolsistas, na especulação financeira, na produção privatizada de bens não transacionáveis, e as pequenas empresas, que faliram ou sobreviveram com recurso ao crédito.

São teses que partilharam o espaço mediático com outras justificações e explicações da crise.

É a explicação da crise como catástrofe natural, um *tsunami*, naturalizando e neutralizando as suas causas, a explicação pelas idiossincrasias e natureza do povo português: o trabalhador português, preguiçoso e indisciplinado, precisa do aguilhão patronal e da fome — logo, facilidades para despedir, menos subsídio de desemprego; o cidadão tem o vício atávico e sadomasoquista de frequentar urgências hospitalares — logo, mais e maiores taxas moderadoras! A explicação da crise pelas gorduras do Estado.

A crise é uma oportunidade de ouro para os talhantes neoliberais de todos os matizes raparem as gorduras, com muita carne do lombo à mistura. Justificações e explicações que expulsam a política das causas da crise. Ou seja, a identificação e responsabilização dos responsáveis políticos, dos partidos e dos governantes pelo estado a que chegamos. Justificações e explicações que suportam e desenvolvem as teses da judicialização e criminalização da decisão política, de que os problemas do país decorrem da má qualidade dos políticos e das elites políticas, da incompetência dos gestores e decisores públicos, da desonestidade e da corrupção dos políticos.

Não há opções e escolhas políticas e ideológicas. Não há alternativas políticas e políticas alternativas! A política passou a ser uma tecnologia, uma moral, uma engenharia eleitoral. Não há política.

É assim que carregam a crise, a dívida externa, o défice orçamental, a ruína da agricultura e pescas, a falta de médicos, o desastre da justiça nas formas orgânicas e eleitorais do sistema político, no regime democrático de Abril.

E assim se esvaem as responsabilidades dos partidos políticos, do PS, do PSD e do CDS, que governaram e governam este país, e se absolvem as responsabilidades da integração capitalista europeia e do euro. É assim que se faz, de uma anónima classe política a culpada única dos nossos problemas, porque assim ninguém é responsável, mesmo os responsáveis!

É assim que se encena uma monstruosa fraude política, fazendo do número de freguesias e concelhos os bodes expiatórios dos desequilíbrios das contas públicas, do número de feriados a grande causa da falta de produtividade da economia nacional, do número de Deputados a origem do desastre nacional.

É assim que todos os problemas do país se resolvem facilmente pela criação dos círculos uninominais, pela redução do número de Deputados, pela extinção de freguesias, pelos executivos autárquicos monocolores, pela mudança dos sistemas eleitorais.

E é assim, pensam alguns, que se vai travar a mentira eleitoral e a duplicidade sistémica e sistemática de partidos e políticos deste e de anteriores governos. No Governo, o contrário do que se dizia na oposição. Na oposição, o contrário do que se fazia no Governo, o que é um cancro na democracia!

Esta ocultação dos partidos e das políticas responsáveis pelo desastre tem outra face e utilidade: a ocultação de quem afirmou no tempo certo, antes da adesão, que o euro não era compatível com a

produtividade e a economia nacional, que o euro representava o financiamento do Estado nas mãos dos mercados financeiros; de quem denunciou as consequências da PAC e não descobriu agora o abandono da terra e a importância da produção agrícola; de quem denunciou o abate da nossa frota pesqueira e o fim da marinha mercante e não descobriu agora a importância do mar; de quem travou um persistente combate à privatização e desmantelamento de empresas estratégicas e à liquidação de importantes fileiras e unidades industriais e não descobriu agora que precisamos de industrializar o país; de quem sistematicamente alertou para a gravidade do vultuoso défice comercial e a insustentabilidade do endividamento externo — o Partido Comunista Português.

Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Meus Senhores, Minhas Senhoras: A concluir, permitam que saúde a festa de Abril nesta Assembleia da República, que não poderá deixar de ser, como são hoje as ruas e praças de Portugal, uma casa de Abril.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

Permitam que alguém que era alferes miliciano, com a emoção que ainda hoje sinto, lembre e saúde o meu quartel, a Escola Prática de Serviço de Material, a EPSM de Sacavém, os seus soldados, sargentos e capitães, com quem vivi dias memoráveis. E que, saudando os militares de Abril, o MFA, o glorioso Movimento das Forças Armadas, lembre, por todos, Vasco Gonçalves, que foi soldado, capitão e general deste povo.

Meus Senhores, já quase tudo foi dito sobre essa manhã clara e vibrante, quente e luminosa desse Abril, já tão longe e ainda tão perto da nossa razão, do nosso sonho, da nossa vida. Dessa manhã amada e armada dos sinos da nossa liberdade coletiva. Dessa alvorada, manhã depois da noite do fascismo. Desse parto e porto de alegria, depois da triste escuridão de opressiva ditadura.

Desse sonho, acordado e acendido, depois de milhares de dias de medos e tormentos, de dores e sangue, de separação e ausências, desses dias cheios de grades, que era «vestido para todas as idades».

Dessa manhã, foz do rio de lutas, de coragens desconhecidas, de mulheres e homens assumidos, de paciências insuspeitas e corrosivo desfilar de desespero, de impotência, do escoar dos dias na desesperança da vil tristeza em que vivia este povo. Rio tão cheio de sacrifícios, de batalhas perdidas e de pequenos passos na consciência das gentes, tão cheio dos operários, tão cheio dos jovens desta terra aberta ao mar e ao sul.

Rio cheio do nosso povo.

Rio que desaguou fraterno, solidário, de grito aberto nas bocas, de lágrimas sentidas nos rostos, de corpos abraçados de alegria na manhã clara desse Abril, tão nosso e tão de todos, que ainda hoje sentimos o nó na garganta e uma funda turvação na memória. Desse Abril, maio na rua, maio da nossa força, bandeira proletária de luta, de trabalhadores, sem outra ambição que o generoso projeto de quebrar as grilhetas seculares da opressão e da exploração, dos homens por outros homens, dos povos por outros povos.

E, apesar de tudo, o que depois aconteceu? Foi assim que avançámos: Abril, que foi o louvor da política, optou. Decidiu o salário mínimo. Optou pelos direitos dos trabalhadores contra os interesses

do capital. Optou pelos que não tinham escola nem saúde. Optou pelos sem terra contra os que a tinham em demasia. Optou pela paz contra os interesses dos que faziam a guerra. Optou pela liberdade de todos os povos como fundamento da nossa própria liberdade.

E, hoje, é o projeto de Abril, os valores de Abril que podem iluminar o caminho a Portugal e aos portugueses. Do passado para o futuro, a liberdade, a democracia, o desenvolvimento, a justiça social, a soberania e a independência nacional!

Um caminho de necessária rutura e alternativa.

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional e demais tribunais superiores, Sr. Cardeal-Patriarca, Eminência Reverendíssima, Altas Autoridades civis e militares, Srs. Membros do Governo, Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

É num contexto histórico marcante que se assinala o trigésimo oitavo aniversário do 25 de Abril de 1974.

Por hábito e dever, recordamos a dádiva cívica que essa data significou. Devemos fazê-lo hoje também.

É verdade que a Revolução foi o resultado de um descontentamento profundo e generalizado e é ainda verdade que o período que imediatamente se lhe seguiu revelou dúvidas e divisões. Cometeram-se vários excessos, nenhum deles tão nefasto como a desnecessária polarização social e irresponsabilidade económica, que adiaram, por vários anos, o início do verdadeiro processo de abertura, de modernização e de democratização do nosso país.

Porém, nada disso é o que nesta oportunidade, à distância de quase quatro décadas do 25 de Abril, nos cumpre assinalar. O que é essencial é que a vida em liberdade e democracia, apesar da sua extraordinária complexidade, é um bem absoluto de que não queremos abdicar.

É fácil, contudo, que, numa democracia madura e consolidada, confiante e segura, a defesa da liberdade resvale para uma celebração abstrata e repetitiva. Só assim não será se assumirmos a obrigação de discutirmos sempre o que pretendemos de concreto com essa liberdade de que somos depositários.

A liberdade é um exercício dinâmico, permanente, e do 25 de Abril não saiu um conceito fechado. Ela não serve para benefício dos que fizeram a Revolução, mas de todos os portugueses, quer os que dela foram contemporâneos, quer os que lhes sucederam e sucederão.

Cada circunstância histórica tem o seu desafio e os seus problemas, que exigem soluções próprias. É dever de cada geração fazer uso da liberdade que responda ao seu tempo, sem ficar presa às discussões e aos preconceitos do passado.

Percorremos já, desde o 25 de Abril, quase tanto tempo quanto o que durou o Estado Novo, e vivemos num mundo decisivamente distinto do dos anos 70.

As esquerdas e as direitas de 2012 não podem pensar como as de então. O respeito e a coerência com os princípios e o espírito da mudança de há quatro décadas não significam uma adesão "cega" aos temas e aos termos da discussão política desse tempo.

Somos, por vezes, confrontados com manifestações vindas de quem viveu e protagonizou a rutura de 1974, de desagrado com o rumo das opções políticas presentes. Dizem-nos, como se falassem ainda ao abrigo de uma difusa legitimidade revolucionária, que não foi para certas opções dos portugueses de hoje que se fez o 25 de Abril.

Mas a liberdade, por natureza e definição, não tem proprietários. E a democracia, por razão de ser, não tem amos nem príncipes. O único soberano é, e será sempre, o povo.

Vozes do CDS-PP: —Muito bem!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Aqueles que se desiludem e ofendem com o uso que os portugueses fazem da liberdade que lhes foi legada desrespeitam o alcance da sua própria conquista e cometem o erro da soberba, uma soberba intelectual, cultural e geracional, que é, ela sim, a negação da liberdade e da democracia.

Vozes do CDS-PP: —Muito bem!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Esta é a casa da liberdade e da democracia. É nela que devem ser celebradas.

Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados, que fique claro que o 25 de Abril tem autores, mas não tem donos, permite leituras, mas não permite chantagens, fez-se pela liberdade de todos e não para o pensamento único, tem memórias, mas não deve ter manipulações.

Quem dá certificados para cada um de nós estar aqui é o povo soberano, não é uma associação ou um político em especial.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Tal como no 25 de Abril, também hoje vivemos tempos de mudança, e este não deve ser um tempo de divergências, venham elas de onde vierem, mas um tempo de consensos. Os nossos adversários não estão na esquerda ou na direita, mas nos fatores que nos amarram à crise.

É tempo de encontrar soluções, de dar esperança, de criar oportunidades.

Avaliar as ideias dos últimos 38 anos não implica querer voltar ao passado; significa, bem pelo contrário, querer responder ao presente e construir o futuro.

Vivemos num país em que a iniciativa económica e o emprego vivem em crise e o Estado sob ajuda financeira externa, com a consequente diminuição da soberania das nossas instituições e, portanto, da nossa liberdade enquanto nação independente.

Esta situação obriga-nos, no imediato, à adoção de medidas de exceção, mas impõe que reorganizemos o funcionamento do Estado, a hierarquia das suas prioridades e a sua relação com a sociedade.

Os próximos anos vão requerer um esforço decisivo de concertação e de consensos sobre a atividade do Estado, no desempenho de funções essenciais que não possam, ou não devam, ser levadas a cabo pelos particulares e de orientação dos seus recursos para os que deles mais necessitam. Uma verdadeira sensibilidade social.

Se bem aprendermos as lições deste período de emergência, dotaremos Portugal de um Estado mais eficaz, mais justo, menos refém das conveniências de grupos específicos, mais interessado em não atrapalhar a economia ou em dirigi-la, mas de a bem servir, um país mais empenhado em produzir riqueza do que em gastar o que não tem.

Este é um tempo em que os portugueses vivem grandes dificuldades, que não podemos "mascarar", e que temos que assumir como sendo de todos nós.

Somos um povo que encara "olhos nos olhos" as dificuldades, e foi sempre, nestas ocasiões, que Portugal encontrou oportunidades, que liderou mudanças no mundo, que se fundou como nação e que alumiou novos caminhos.

E assim foi, porque nunca se confinou a qualquer tipo de fronteiras. Estas foram sempre aquelas onde a bravura da nossa gente nos quis levar, mesmo contra aqueles que desconfiavam da nossa capacidade de vencer as adversidades.

Os "velhos do Restelo" de um lado, os "Adamastores" do outro, assumindo, antes e agora, designações menos metafóricas, nunca foram para nós obstáculos, mas antes motivação extra para provarmos que a natureza de um povo não se mede na sua dimensão geográfica.

De facto, quando parecia que não havia alternativa para a nossa gente que não cingir-se ao pedaço de terra onde lhe era permitido nascer e morrer, foi quando o Portugal profundo, que trocou a madeira do cabo da enxada pela madeira do remo ou do leme da galé, se fez a outros mundos e com eles firmou uma cultura multirracial de iguais que permite, hoje, dar expressão a quem é filho dessa gesta, neste fórum, em liberdade.

É tempo de nos voltarmos a encontrar com esta tão nossa capacidade histórica de nos relacionarmos uns com os outros e com outros, para com eles ultrapassar as dificuldades que nos constrangem e de nos assumirmos como interlocutores privilegiados de povos. Porque a história destas quatro décadas é também a história da dissipação progressiva dos preconceitos mútuos que há 38 anos nos pareciam inultrapassáveis, depois do sempre complexo processo de independência e de descolonização.

É verdade que sofremos todos, mas ainda assim não evita que possamos dizer, com particular satisfação, que estamos juntos.

Não há hoje, entre Portugal e os países que outrora foram suas colónias, outro tipo de relação que não tenha as características das relações entre nações soberanas e independentes. Mas não há também, felizmente, qualquer impedimento — político, ideológico ou psicológico — ao reconhecimento de uma história conjunta e de uma memória partilhada, audível e visivelmente comprovadas por uma língua comum. Aliás, a minha história de vida é um testemunho vivo dessa comunhão.

A nossa visão do mundo já mostrou as suas virtudes. Foi ela que fez com que um país pequeno da Europa se projetasse para além desta, pelo que terá de ser com base nas mesmas forças, nos mesmos pressupostos, nas mesmas qualidades que deveremos encontrar caminhos.

Portugal não pode ficar refém de incertezas quanto aos caminhos que tem de percorrer, sob pena de se enlear nas dúvidas que consecutivamente se nos depararão, fruto de hesitações ou tibiezas que advêm da inação. Nunca, como hoje, foi tão necessária coragem reformista.

Isto não quer dizer, naturalmente, que os nossos combates não sejam ponderados. O que não nos poderá faltar é a audácia que sempre nos assistiu, é a têmpera com que nos afirmamos, é o caráter em que nos moldamos.

Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, em resumo, os desafios de Portugal serão sempre superados por todos, conscientes da sua exigência e que o esforço a fazer é exigível a todos, na certeza de que as vantagens serão também repartidas por todos. Assim cada um saiba com o que contribuir para ultrapassar os obstáculos que se nos deparam.

Importa convocar os portugueses para um projeto comum, aproveitando as nossas particularidades, mas não esquecendo que nos encontramos num mundo global.

Portugal tem de representar-se naquilo que tem de melhor, valorizando o que é seu, conservando a sua identidade, mas também criando uma marca externa de dinamismo, impondo-se como um país de gente empreendedora, sem medo de falhar, sem complexos de qualquer ordem, assentando o seu futuro no esforço, no rigor e no trabalho, pois a nossa solidariedade sempre uniu, a nossa coragem sempre nos incitou, a nossa índole fará com que Portugal se renove.

Viva Portugal!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Zorrinho.

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Convidados:

Em 38 anos de democracia, Portugal e os Portugueses fizeram um progresso assinalável.

A nossa ainda jovem democracia tem tido um percurso difícil, com obstáculos, mas tem tido um percurso de sucesso.

Em nome do Partido Socialista, presto a minha homenagem a todos quantos, pela sua luta, empenho e coragem, tornaram possível a Revolução de Abril.

Saúdo também todos aqueles que, com o seu esforço, ajudaram a transformar Abril em mais e melhor educação, em mais e melhor equidade social, em mais e melhor habitação, em mais e melhor saúde, em mais e melhor igualdade de oportunidades, em mais e maior prestígio de Portugal no mundo.

Uma revolução democrática é um processo contínuo, que precisa de se reinventar permanentemente para fazer face aos novos desafios. É um processo contínuo que precisa de se reinventar, também, para estar à altura das legítimas aspirações das novas gerações.

Uma revolução democrática precisa de rumo e de memória.

Desde há dez meses, em nome de uma agenda ideológica de total submissão aos mercados e aos seus interesses, o Governo tem vindo a proceder à maior inversão de rumo da nossa história democrática, ignorando, ao mesmo tempo, a nossa memória coletiva.

O rumo do crescimento e do progresso foi invertido.

Portugal deixou de crescer economicamente e de criar emprego.

Os indicadores sociais, as qualificações e os repositórios de conhecimento deixaram a trajetória de aproximação à média europeia e muitos começaram mesmo a regredir, deitando por terra décadas de esforço e de empenho de muitos governos, de muitas instituições e de muitas pessoas.

Risos do PSD e do CDS-PP.

Este é o primeiro Governo da nossa história democrática que parece querer dispensar a memória de Abril, a memória dos valores que lhe deram fulgor, a memória do sentido forte da nossa identidade enquanto país europeu aberto ao mundo.

Este é o primeiro Governo da nossa história que tem sido um aliado objetivo das visões extremistas que estão a corroer a Europa.

Risos do PSD e do CDS-PP.

Abril é fonte de liberdade e de diversidade.

A liberdade não se proclama nem se impõe. A liberdade pratica-se à medida de cada um e no respeito por todos.

A liberdade é a realização coletiva mais importante que um povo pode alcançar. É o direito ao trabalho, à autodeterminação económica, ao acesso igual à educação e à saúde, à felicidade. É o direito ao progresso transportado de geração para geração.

Os maiores adversários de Abril são o saudosismo, o revivalismo, a estagnação ou o alheamento, a captura ideológica ou idiossincrática.

Os seus maiores aliados são os que não desistem de o fazer cumprir.

E o Partido Socialista não desiste de fazer cumprir Abril.

Aplausos do PS.

Faremos, por isso, uma rotura democrática com quem baixar os braços, com quem ousar tentar destruir, numa legislatura, o que levou quase quatro décadas a adquirir.

Aplausos do PS.

Risos do PSD e do CDS-PP.

Pugnamos por uma agenda de modernidade e de desenvolvimento sustentável.

São de Abril as energias limpas, as indústrias criativas, a inovação tecnológica, as competências reforçadas nos setores tradicionais, o aproveitamento dos recursos endógenos na floresta, no mar, no turismo, a aposta nas exportações, a valorização da marca Portugal.

É de Abril a ambição geoestratégica de posicionamento de Portugal como um país global e como um país rede, rejeitando ser periferia ou protetorado de quem quer que seja e afirmando a identidade histórica de quem dá novos mundos ao mundo, gera novas soluções e estabelece pontes entre as culturas, entre as gentes e os territórios.

É de Abril o diálogo social, a convergência entre a competitividade e a coesão, a promoção da solidariedade geracional e territorial.

O Governo não tem sabido assumir a responsabilidade dos consensos políticos, dos consensos sociais e dos consensos europeus. Tem malbaratado a disponibilidade política de quem põe os interesses do país acima dos interesses partidários ou setoriais.

Foi a uma Europa solidária, competitiva e sustentável que aderimos. Essa é a nossa Europa, a Europa que desejamos, e que é, também ela, tributária do espírito de Abril.

É por essa Europa que temos de lutar, em vez de nos conformarmos com uma Europa exígua, mercantil, contabilística. É por essa Europa que lutamos quando exigimos um ato adicional ao tratado orçamental, focado no crescimento e no emprego.

Abril é também primavera. Primavera europeia, com o desenvolvimento de uma plataforma progressista, alternativa ao pensamento único, que nos conduziu ao abismo. Primavera europeia que desejamos volte a florir, dia 6 de maio, com a vitória de François Hollande nas eleições presidenciais francesas.

Aplausos do PS.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Oh!

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Uma vitória que, a ocorrer, quebrará o eixo de dominação tecnocrática, que tem conduzido ao empobrecimento da Europa e, em particular, dos países nos quais os choques assimétricos são mais evidentes, como é o caso de Portugal.

O Partido Socialista reafirma hoje, nesta celebração de grande simbolismo, que há outro caminho.

Com responsabilidade, e cumprindo os compromissos assumidos internacionalmente, é possível um ajustamento que não seja um empobrecimento coletivo, mas que seja, antes, a preparação para um novo ciclo de crescimento e de emprego.

Crescimento e emprego são, aliás, de novo, as prioridades da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional.

Por enquanto, são prioridades apenas no papel, mas que nós, Portugal, temos a obrigação de ser os primeiros a concretizar, e não os últimos a aceitar.

Há outro caminho. Há um caminho com as pessoas; um caminho com confiança; um caminho com compromisso; um caminho com verdade; um caminho com alegria; um caminho com dignidade; um caminho com esforço.

As portas que Abril abriu, que não as fechemos nós. É a hora de continuar a fazer Abril na Europa e em Portugal.

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — Para uma intervenção, em representação do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

O Sr. **Pedro Pinto** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Demais Altos Dignitários do Estado, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Representantes do Corpo Diplomático, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Meu Amigo Miguel Portas:

Quero saudar a coragem e o amor à Pátria dos militares que, há 38 anos, assumiram o risco de nos devolver a liberdade. Uma liberdade que hoje respiramos como coisa adquirida, mas nem sempre com a memória justa do seu preço.

Nesta comemoração, junto-me aos portugueses que vivem no resto do mundo e hoje estão connosco no mesmo desejo de democracia, progresso e justiça social para o nosso país.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (PSD): — Mas comemorar não é lembrar, comemorar é honrar. E honrar é tornar atual e autêntico o «dia inicial inteiro e limpo» que aqui nos junta. É estar à altura desse movimento pluralista e libertador da pessoa e da sociedade portuguesa.

Hoje, apenas os que temos mais de 50 ou 60 anos experimentámos o que é ter ou não ter Abril. Dedico, assim, esta intervenção aos jovens. Só através do nosso testemunho, podemos transmitir às novas gerações o bem que é a liberdade.

E quais os padrões inequívocos dessa madrugada?

Para além da construção de um Estado democrático, com livre expressão e representação política plural, cantámos então: «Não há liberdade a sério sem paz, pão, habitação, saúde, educação.» Hoje, sabemos que só há paz, pão, habitação, saúde e educação com esforço, trabalho, solidariedade, estudo e inteligência.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Hoje, sabemos de forma particularmente crua que «onde começa o sonho, começa a responsabilidade».

Trair o sonho é deixar que ele se cristalize em privilégios inexequíveis ou simples possibilidades filosóficas.

Cumprir o sonho é dar resposta aos direitos inalienáveis e trabalhar na sustentabilidade dos seus alicerces.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Repito que «onde começa o sonho, começa a responsabilidade».

Estamos amarrados a esta exigência pelo «amor à verdade» que herdámos de Abril. Como estamos amarrados ao compromisso de não deixar ninguém de fora, numa sociedade que queremos justa, digna, independente.

Ao tempo em que a esperança se tornou verdade, sucede o tempo em que a verdade das dificuldades tem de ser a base para a construção de sinais da esperança.

Recebemos a libertação, mas atrasámo-nos na construção da liberdade. Nos três "dês" da Revolução, fomos felizes na democratização, displicentes na descolonização e insuficientes no desenvolvimento.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Por isso, chegámos ao ponto em que nos encontramos. Seria insultuoso ignorar as dificuldades por que passamos. Hoje, como ontem, sentimos o apelo dos versos de Sophia: «Vemos, ouvimos e lemos. Não podemos ignorar.»

Não podemos ignorar que o ajustamento das contas públicas, a curto prazo, penaliza os índices de desemprego e aprofunda os sacrifícios das famílias portuguesas a níveis de sofrimento que já tínhamos esquecido.

E não podemos ignorar, igualmente, a necessidade deste esforço para ultrapassar desequilíbrios, regenerar hábitos, sanear contas e, assim, alcançar um desenvolvimento sustentado no primado do bem comum.

Louvamos aqui o empenho do Partido Socialista e dos parceiros sociais na concertação social para o cumprimento do Memorando de Entendimento.

Em 38 anos, muito foi feito. Muito está ainda por realizar.

Construímos o Estado democrático com uma Constituição que garante igual dignidade a todos, sem distinção de raça, sexo, credo ou origem social.

Urge refletir agora — todos nós — sobre a missão e a dimensão do Estado. Acreditamos que lhe devem ser reservadas as funções essenciais de soberania, as funções de serviço público nos setores estratégicos, com destaque para as falhas de mercado, e as funções de regulação e fiscalização nos restantes setores.

Nas políticas sociais, sobretudo na saúde e na educação, precisamos de um Estado que garanta o fornecimento de serviços públicos de excelência, num quadro de liberdade de opção pelos cidadãos, assegurando que ninguém lhes deixa de aceder por razões económicas.

Recuperámos o melhor do municipalismo, mas falta-nos equilíbrio, num país que se deixou desordenar no seu território. Precisamos de aprofundar uma descentralização, geradora de novos polos, na harmonia ambiental que é exigida pela natureza e pelas gerações futuras.

Consagrámos o poder autonómico. Precisamos que este investimento seja reconhecido e devolvido, através da relação paritária com todas as regiões do país.

Produzimos um acervo legislativo abundante, por vezes de vanguarda. Há que prosseguir o caminho de uma justiça mais ágil e reparadora.

Temos uma reforma bem-sucedida nas Forças Armadas, que agora participam nas missões internacionais com os nossos aliados. Mas não esquecemos o investimento que é devido para dar uma resposta apta e qualificada ao conceito estratégico de defesa nacional.

Conquistámos a liberdade de expressão. Temos de aperfeiçoar esta abertura, no respeito pela privacidade de cada um, na presunção da inocência de arguidos ou investigados e na independência dos jornalistas em relação aos poderes económico e político.

Conseguimos uma evolução assombrosa na redução da taxa de mortalidade infantil, mas deve preocupar-nos a descida sistemática da taxa de natalidade, a ponto de nos questionarmos se a próxima geração será o que nós pudemos ser.

Do mesmo modo, alcançámos índices únicos de acesso ao ensino superior, em número, qualidade e género. Importa mantê-los e suplantá-los. É também urgente que essa qualificação se encontre na realização de projetos individuais e comunitários. A investigação, a inovação e a tecnologia são áreas de eleição para um Povo que não estranha a descoberta.

Envelhecemos. Vivemos mais. Somos mais, a viver mais, o que é bom, se tivermos um tempo feliz com os outros. Mas andamos desatentos. Desencontramo-nos todos os dias, meses a fio, e acabamos sozinhos, sem vizinhos, nem filhos, nem pais, nem parentes, sem Estado nem iniciativa privada para os menos abonados, sobretudo nos grandes centros. Temos uma «democracia geracional imperfeita».

Não podemos desistir de humanizar as cidades, também elas envelhecidas, na ausência de uma reabilitação urbana consequente, metódica, geradora de novas vizinhanças, com um espírito de comunidade.

Tornámo-nos numa terra prometida para tantos imigrantes que escolheram Portugal como destino de uma vida melhor. Teremos de alcançar o respeito devido ao encontro de expetativas, de ambas as partes.

Se a Europa foi uma promessa de mundos e fundos, hoje testa-se o sonho de Jean Monet ou de coisa nenhuma. Avançámos talvez depressa demais no alargamento das fronteiras da Europa e na fusão do espaço euro, sem acautelar diferentes velocidades geoeconómicas.

Nestes tempos difíceis, apenas unidos saberemos, novamente, navegar contra o vento e apontar a rota para novos destinos.

Renovámos os laços com África, Brasil e Timor, como gente que troca cultura, negócios e conhecimento.

Temos hoje um ativo de história, língua e identidade comuns que, no respeito pela soberania de cada um, potencia relações de confiança e benefícios para todos.

Usámos o mar como polo de turismo, falta-nos explorar a riqueza do fundo dos mares, a estratégia dos portos, a zona económica exclusiva e, de novo, a ciência.

Tivemos uma diáspora contributiva de remessas fixas. Hoje, contamos com comunidades de portugueses que constituem verdadeiras "embaixadas orgânicas", com uma iniciativa, energia e qualidade desejáveis a qualquer país. Assim saibamos ser "compatriotas sem fronteiras" e trabalhar os destinos da rede lusitana.

Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente, Srs. Deputados: Demonstrámos à Europa — de Espanha, em 1975, ao Leste, em 1989 — que é possível forrar uma revolução de veludo. Hoje, sabemos dizer ao mundo que não é em vão que temos uma das mais antigas identidades políticas do velho continente. Saberemos firmar os nossos pés — como em 1143, 1383, 1640 ou 1974 —, com os nossos passos, para um futuro que desejamos próspero, universal e humanista.

Honrar Abril é reconquistar a liberdade. Liberdade que é também paz, pão, habitação, saúde e educação, tal como é a autonomia e a vitalidade da nossa expansão económica e cultural. Seremos julgados não por promessas ou lamentações, mas pelo que conseguirmos realizar. E vamos ser capazes! Como Jorge de Sena dizia, antes de 1974: «Não hei de morrer sem conhecer 'essa' liberdade!»

Viva Portugal!

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de Deputados do PS.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional e demais Tribunais Superiores, Ex-Presidentes da República, Sr. Procurador-Geral da República, Sr. Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e demais representantes institucionais das Forças Armadas, Ex-Presidentes da Assembleia da República, Sr. Núncio Apostólico, Srs. Embaixadores e representantes do Corpo Diplomático, Sr.as e Srs. Deputados, Excelentíssimas autoridades, Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Celebramos hoje Abril, a memória de uma irrepetível madrugada, em que despertámos com a liberdade, o sonho acumulado das nossas vidas e das gerações das nossas vidas. Ficou-nos no modo de pensar, de sentir, no modo de ser e [de] nos reconhecer. É porque Abril existiu que aqui estamos.

Resposta em cravos derramada contra a desolação da ditadura, a Revolução de Abril resgatou a política da sua negação moral. Fê-la, de novo, razão em ato. Deu-lhe asas para a fundação de uma nova ordem, assente nos valores democráticos e dos direitos humanos.

Esta fundação de uma nova comunidade, que Cícero assinalou como sendo aquele domínio em que a excelência dos homens mais se aproxima da voz dos deuses, abriu a porta às imensas virtualidades da política. Uma longa narrativa, que vai da Constituição de 1976 ao Tratado de Roma e à integração política da Europa. Uma longa narrativa que atravessa um mundo dividido, com o seu paradigma das soberanias e das fronteiras, até à globalização e ao ensaio europeu para uma união de povos e de Estados. Em todo este itinerário, a política foi obreira do nosso destino. Em todo este itinerário a interpelamos e interpelámos sempre do mesmo modo. Como pode o exercício da política garantir-nos a todos o maior grau possível de liberdade e dignidade? Como pode a política, como ação transformadora, construir--nos um mundo mais feliz? Como é que reconciliamos a política com a sua idealidade perdida? Em que caminhos se promovem as condições concretas de bem-estar dos indivíduos e dos grupos e os seus projetos de vida? Como construir, sobre o passado de libertação, o nosso futuro? Como ligar a política à esperança, sobretudo em tempos difíceis?

O lugar incontornável do combate é e será sempre a democracia, com a sua esfera pública, a sua representação. A democracia, com as suas regras de jogo, nunca pode estar em causa, porque ela assenta na razão, a mesma razão que legitima e legitimará os programas com que nos propomos responder à crise.

E, no entanto, as instituições democráticas não podem deter-se na pura significação da sua matriz originária. Elas devem atualizar-se para uma resposta adaptada ao ambiente social, entre o uso das formas convencionais e não convencionais de ação política, onde tem, aliás, um papel central o Parlamento: no reforço da qualidade da representação política, ligando a proporcionalidade a elevados níveis de participação, à garantia da representação dos pequenos partidos e à clareza de alternativas, porque, em boa verdade, a realização de uma liberdade propriamente política está, desde logo, na génese da democracia; na mobilização da cidadania, dentro e fora dos nossos corredores, porque o Parlamento tem uma função política, por assim dizer, autónoma, para lá das funções de fiscalização ou legislação.

Para mais, o sentido de um comprometimento republicano entre indivíduos e instituições é ainda mais necessário quando o futuro se nos mostra no seu lado tão incerto.

Também aqui o papel dos média é essencial. Com o seu estatuto de independência, de fazedores do espaço público, de atores da comunicação social, os média estão comprometidos com a democracia e os direitos humanos e, neste sentido, estão comprometidos com o combate das instituições, pela confiança e pela esperança.

Sr. Presidente, Excelências: Hoje, a política tem o horizonte do mundo global. Um novo e alargado espaço público, marcado pela interação das novas tecnologias, da economia, dos movimentos

demográficos, reclama, com urgência, uma cobertura pelo Estado de Direito, uma justiça global e cosmopolita. Isso exige um processo de integração de longo alcance, espécie de afirmação de um pensamento novo, a clamar por uma explosão da política em novos modelos e novos métodos.

O mundo aberto da globalização agigantou a evidência da nossa humanidade comum. Desmontou o mito de Vestefália das políticas separadas. Deu uma nova escala à justiça da distribuição e aos direitos.

O Estado social, com o seu sobressalto, é o sinal deste tempo de reajustamento e mudança. A legítima "utopia" de uma ordem que tem a audácia de uma inclusividade sem fronteiras, de uma inclusividade para todos, não conhece ainda uma gestão de recursos integrada por uma política de Estados integrada.

A crise económica que atravessa a Europa é, porém, na verdade, também, uma crise política e uma crise de sistema.

A crise exige um novo Direito para a produção e o comércio de bens, em ligação aos direitos sociais e à sustentabilidade ambiental. Exige um longo caminho, a percorrer por todos nós, na Europa, e pela Europa em relação ao mundo. Sobre uma estratégia unitária de defesa e gestão dos recursos comuns, no longo arco das suas políticas, da energia à vinculação do livre comércio à defesa dos direitos humanos, dos sistemas de proteção social à construção de uma nova arquitetura para uma nova ordem mundial. Bem vistas as coisas, a lealdade dos cidadãos ao projeto europeu só está garantida pelas consequências virtuosas desse projeto no plano da concreta existência humana.

Sem dúvida, a democracia tem hoje a sua prova de fogo no bem-estar social e económico dos indivíduos e dos grupos. A sua matriz de um consenso sobre a liberdade carrega agora a pretensão de uma vida melhor numa comunidade alargada de iguais. Na Europa, a liberdade, sempre fundamental, manifestou-se claramente insuficiente.

Um mundo novo precisa, pois, de uma nova política, precisa de uma justiça estruturante, assente na igualdade entre Estados e Povos, na lealdade aos valores comuns de humanidade, na distribuição equitativa de poderes e de recursos. Um mundo novo precisa de uma justiça que é mais do que a solidariedade imperfeita das velhas soluções.

É assim que a União Europeia deverá olhar todos os Estados-membros, com a mesma imparcialidade e isenção com que Homero, na sua *Ilíada*, tratou Aquiles e Heitor, gregos e troianos. Estamos juntos no mesmo destino. Estamos juntos nesta aventura, em que o interesse de cada um apenas se cumpre no exercício da vontade moral de uma justiça para todos.

Por isso, do virtuosismo cívico à mesa do Conselho Europeu, ao escrutínio e à ação constituinte dos Parlamentos nacionais, o caminho é a audácia.

O mundo indivisível ditou, definitivamente, a indivisibilidade dos métodos da política.

A ideia de pensar e agir em comum é a única que devolve a liberdade à sua verdadeira natureza.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

Para uma intervenção, tem, agora, a palavra o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República** (Aníbal Cavaco Silva): — Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Deputados, Senhoras e Senhores:

Ao celebrarmos o 25 de Abril, festejamos a vitória da liberdade sobre a ditadura, o triunfo da democracia sobre o autoritarismo.

Em 1974, foi necessário fazer uma revolução para mudar de regime. Mas, depois, foi necessário construir um regime novo, um regime democrático. Ao festejarmos o 25 de Abril, saudamos aqueles que tiveram a coragem de mudar de regime, mas também os arquitetos de um tempo novo, os artesãos da nossa democracia.

O regime democrático encontra-se atualmente consolidado, porque o bom senso prevaleceu sobre o aventureirismo, porque o sentido de responsabilidade foi mais forte do que as tentações extremistas.

Na altura, foi essencial para a consolidação do novo regime que Portugal projetasse no exterior a imagem de um país livre e responsável, um Estado plenamente integrado na comunidade internacional e merecedor do respeito das outras nações.

Ao longo de um caminho difícil, ultrapassados inúmeros obstáculos, conseguimos, em poucos anos, mudar de regime, realizar eleições livres, fazer uma Constituição que ainda hoje vigora e aderir de pleno direito às Comunidades Europeias.

Tomámos a opção certa. Mas, sobretudo para os mais jovens, é necessário lembrar que o caminho seguido poderia ter sido outro. Portugal poderia ter aprofundado o seu isolamento na cena internacional, se acaso o sentido de responsabilidade não tivesse triunfado com o apoio do povo, inequivocamente expresso nas eleições para a Assembleia Constituinte.

Foi necessário um trabalho árduo para demonstrar internacionalmente a nossa credibilidade como Estado soberano. Na altura, foram muitos os que participaram ativamente nesta tarefa coletiva que foi explicar Portugal ao mundo. Fizemo-lo com sucesso.

Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados: Passadas mais de três décadas sobre o 25 de Abril, os Portugueses são novamente chamados a explicar Portugal ao mundo e a valorizar o que temos de bom nos mais variados domínios.

Nas circunstâncias atuais, as exportações, o turismo e o investimento privado produtivo constituem os principais elementos capazes de contribuir positivamente para a recuperação económica e para a criação de emprego.

É sabido que os níveis das exportações e do investimento privado dependem de uma multiplicidade de fatores. Hoje, quero concentrar-me num deles, geralmente pouco referido: a imagem e a credibilidade de Portugal no estrangeiro.

Neste sentido, todos os Portugueses, e não apenas os agentes políticos, têm o dever de mostrar ao mundo o valor do seu país.

Neste dia 25 de Abril, a minha intervenção nesta cerimónia tem um objetivo preciso e uma razão prática: exortar os nossos concidadãos a corrigir a falta de informação ou até a desinformação que subsiste no estrangeiro sobre o país que somos. Se o fizermos com sucesso, contribuiremos para melhorar as condições de crescimento da nossa economia e de criação de emprego.

Através de uma perceção externa fidedigna e positiva de Portugal, conseguiremos vender mais bens e serviços produzidos no país e a melhores preços, seremos capazes de atrair mais investimento externo, obter financiamentos no exterior a taxas mais favoráveis. Conseguiremos fortalecer o turismo, captar remessas de emigrantes, afirmar as instituições científicas e os investigadores portugueses nas redes internacionais do conhecimento e da inovação.

Sabe-se, desde há muito, que a imagem de um país é um fator essencial para o seu sucesso. Fornecer um retrato realista e positivo de Portugal é um objetivo nacional, que deve mobilizar empresários e trabalhadores, as elites da ciência, das artes e da cultura, os agentes políticos e sociais e as comunidades da diáspora.

À semelhança do que ocorreu há quase quarenta anos, temos todos o dever de mostrar que somos um país credível e com potencialidades que tantas vezes são ignoradas.

Muito se tem dito e escrito no estrangeiro sobre o nosso país, que não tem a mínima correspondência com a realidade. Umas vezes, existe a intenção deliberada de fornecer um retrato negativo do nosso país, de evidenciar apenas uma parte da realidade. E, pior do que isso, essa perceção negativa é veiculada internamente, constituindo um fator de desmobilização dos cidadãos e prejudicando as expetativas dos agentes económicos.

O 25 de Abril dos nossos dias é também mostrar ao mundo o muito de positivo que o país tem e o respeito que merecemos das outras nações.

Esta é, repito, uma tarefa para a qual são convocados todos os cidadãos. Para além da ação dos dirigentes políticos, o que importa para consolidar a nossa projeção externa é a apresentação de exemplos concretos, capazes de vencer os preconceitos, as ideias feitas e a falta de informação isenta que ainda hoje existe sobre Portugal.

Temos a obrigação de, nos nossos contactos com o estrangeiro, transmitirmos mais do que a imagem de uma terra caracterizada pela riqueza da sua História, pela amenidade do seu clima e pela hospitalidade das suas gentes. Se tudo isso é indiscutivelmente verdade, o Portugal do século XXI é mais, muito mais, do que aquilo que há décadas projetamos, com o objetivo de atrair turistas e visitantes.

Enquanto Presidente da República, várias vezes tenho procurado dar o meu contributo para que Portugal seja visto como um Estado com credibilidade, dignidade, e como um país com inúmeros aspetos positivos e imensas potencialidades.

O desafio que hoje lanço aos nossos concidadãos é o de que juntem a sua voz à minha, à de outros agentes políticos e à dos nossos diplomatas, em defesa da imagem de Portugal no exterior.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Não se trata de alimentar um nacionalismo passadista, construído a partir do mito e da imaginação, nem de regressar a um discurso típico do regime deposto em 25 de Abril. Não temos de recorrer à ficção nem temos de criar uma imagem ilusória da realidade portuguesa.

No domínio da Ciência, por exemplo, nas últimas duas décadas, o número anual de diplomados aumentou quatro vezes e o número de novos doutorados registou um dos maiores crescimentos da

Europa. Cerca de metade dos doutoramentos ocorre em áreas de elevado potencial das ciências exatas, da engenharia e da tecnologia.

Não se afirme que tal ocorreu porque impera nas nossas universidades uma maior facilidade de ensino. Portugal registou na última década a segunda maior taxa de crescimento da produção científica de todos os países da União Europeia, o que atesta o reconhecimento internacional dos nossos investigadores.

Portugal dispõe hoje de centros científicos e tecnológicos de nível internacional, em áreas de grande potencial de crescimento, como a nanotecnologia, as telecomunicações móveis e as ciências médicas. Em vários domínios, não estamos a colocar investigadores no estrangeiro; estamos, isso sim, a atrair cada vez mais talentos de outros países.

O investimento em Investigação e Desenvolvimento, em proporção do Produto, duplicou na última década, atingindo 1,7%, valor que nos situa próximo da média da União Europeia.

Risos do PS.

O cartão pré-pago para telemóveis e o sistema automático de portagens, a Via Verde, inovações disseminadas mundialmente, tiveram origem em empresas portuguesas.

No âmbito da Cultura, é preciso que o mundo saiba que a língua portuguesa é falada por mais de 250 milhões de cidadãos de oito países, situados em quatro continentes, e de uma Região Autónoma da República Popular da China. O português é a terceira língua europeia em termos de falantes e um dos idiomas em maior expansão em todo o mundo. A língua portuguesa não é um património do passado, que tende a regredir no confronto com outros idiomas. Pelo contrário, a língua portuguesa é uma comunidade de futuro. Basta referir que, na rede *Twitter*, o português é a terceira língua mais utilizada.

Risos do PS.

Temos sinais de memória espalhados pelo mundo fora. Vinte e quatro bens de origem portuguesa estão classificados pela UNESCO como Património da Humanidade. E, o que é mais um motivo de orgulho, esse património não se encontra num só país nem sequer num só continente. Há marcas portuguesas reconhecidas pela UNESCO em países como o Brasil, o Uruguai, a Índia, Cabo Verde, Moçambique, a Malásia, o Sri Lanka ou Macau, na China.

Recentemente, o fado foi designado Património Imaterial da Humanidade. Trata-se de um reconhecimento efetivo do valor da nossa contribuição para o progresso cultural dos povos.

Em muitos domínios, os portugueses são premiados internacionalmente. Dois dos nossos arquitetos foram galardoados com o Prémio Pritzker, considerado o Nobel da Arquitetura. Nas artes plásticas, na moda, nas indústrias criativas, o talento dos portugueses é admirado. A artista Joana Vasconcelos irá mostrar a sua obra no Palácio e nos Jardins de Versalhes, uma distinção rara que apenas é atribuída aos que já possuem um estatuto artístico e criativo de nível internacional. A par disso, vários dos comissários de artes plásticas portugueses ocupam altos cargos em alguns dos melhores museus do

mundo, desde o Museu de Arte Moderna, em Nova Iorque, passando pelo Jeu de Paume, em Paris, ou, proximamente, o Museu Rainha Sofia, em Madrid.

Risos do PS.

No cinema, há portugueses que se impõem. Só para dar exemplos recentes, João Salaviza e Miguel Gomes foram distinguidos no Festival de Cinema de Berlim.

Este não é o Portugal de um passado imaginado nem o Portugal de um futuro desejado. Estes exemplos da ciência e da cultura são o Portugal do presente. Mais ainda: estes são exemplos expressivos, mas não casos isolados. Tudo isto foi possível devido à liberdade criada numa madrugada de Abril. E, ao mesmo tempo, tudo isto é autenticamente português.

Num outro plano, é importante que o mundo saiba que conseguimos criar uma relação exemplar com os oito países de expressão oficial portuguesa, atualmente reunidos numa organização própria, a CPLP.

Somos conhecidos, desde há muito, como construtores de pontes entre países e culturas, como artífices de consensos. Esta característica levou-nos, uma vez mais, a ser eleitos para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, desta feita para o biénio 2011-2012, vencendo a disputa a outros países de maior dimensão.

Vários portugueses desempenham atualmente funções internacionais de grande relevo, como é o caso do Presidente da Comissão Europeia, do Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados e do Alto Representante da ONU para a Aliança das Civilizações e Enviado Especial para a Luta Contra a Tuberculose.

Por três vezes, presidimos à União Europeia e as presidências portuguesas sempre foram reconhecidas pelo seu dinamismo e eficiência, sendo consideradas das mais produtivas da história do processo de construção de uma Europa unida. Não por acaso, chama-se Tratado de Lisboa o tratado que atualmente rege a União Europeia.

O prestígio de Portugal destaca-se ainda na competência e no profissionalismo demonstrados pelas nossas Forças Armadas e forças de segurança em missões de paz e humanitárias em países como o Afeganistão, o Kosovo, Timor-Leste, o Líbano ou no mar da Somália.

Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados: Com este apelo aos Portugueses para que contribuam para projetar junto dos estrangeiros aspetos positivos da nossa realidade, não quero fazer esquecer que existem graves problemas na nossa sociedade.

Vozes do PS: — Ah!

O Sr. Presidente da República: — Por mais de uma vez, sublinhei a importância de falar verdade aos Portugueses. Agora, a verdade dos tempos difíceis é reconhecida por todos.

Estou plenamente consciente da situação do país, dos problemas concretos dos Portugueses: o desemprego ou a precariedade do emprego jovem, os novos pobres, o encerramento de empresas, os dramas que atingem famílias inteiras, as condições de solidão e de carência que afetam milhares de idosos.

Sei também que existem problemas estruturais na nossa sociedade e na nossa economia que têm de ser encarados com sentido de futuro. Ainda recentemente, promovi um debate profundo sobre os efeitos da quebra da natalidade. A par disso, nunca deixei de salientar a importância do crescimento económico apoiado nas pequenas e médias empresas, em estreita articulação com a sociedade civil e com as autarquias, e de uma estratégia de revalorização do interior, que combata o despovoamento e as assimetrias de desenvolvimento.

Temos de fazer um esforço coletivo para enfrentar problemas e descobrir potencialidades. Mesmo no domínio do tecido produtivo, há sinais demonstrativos da capacidade dos Portugueses, que devem ser sublinhados no exterior. Atualmente, muitas empresas dos setores tradicionais — têxteis, calçado, mobiliário, vinho — alcançaram, graças a um trabalho notável de inovação, uma nova projeção nos mercados internacionais.

De igual modo, são inquestionáveis as potencialidades da economia do mar. Com uma zona económica exclusiva de invulgar extensão, com uma linha de costa de 2900 quilómetros, com uma imensa e inexplorada plataforma continental, o país tem condições únicas para um aproveitamento sustentado dos recursos marinhos e para captar investimentos externos para esse projeto, que sempre entendi como um dos maiores desígnios nacionais.

No passado, soubemos dotar-nos de infraestruturas necessárias e de qualidade, que agora nos destacam positivamente no confronto com outros Estados da União Europeia. Portugal oferece, sem dúvida, condições competitivas para atrair o investimento estrangeiro, como o atestam os êxitos das grandes empresas internacionais.

A posição de Portugal surge igualmente destacada no domínio energético e ambientalmente sustentado. Somos o terceiro país da União com maior participação das energias renováveis no consumo de eletricidade.

Queremos que os estrangeiros saibam, acima de tudo, que o nosso melhor ativo são as pessoas. Os Portugueses têm mostrado uma capacidade notável de adaptação às dificuldades do presente. Em alturas como esta, o espírito de solidariedade dos Portugueses adquire uma dimensão que nos orgulha e comove. Estabelecem-se redes de solidariedade, o voluntariado cresce, especialmente entre os jovens, o apoio aos mais atingidos pela crise é uma realidade.

Temos vindo a cumprir de forma rigorosa e determinada o Programa de Assistência Financeira subscrito com a Comissão Europeia e com o Fundo Monetário Internacional. Diversas instituições e observadores imparciais concluíram, sem margem para dúvida, que Portugal sabe honrar os seus compromissos. As avaliações da missão tripartida reconhecem inequivocamente como positivo o trabalho em curso no plano da consolidação orçamental, da estabilidade do sistema financeiro e das reformas necessárias ao reforço do crescimento potencial e da competitividade.

O Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego, firmado em janeiro deste ano, entre o Governo e os parceiros sociais, é o sinal mais claro de um sentido de responsabilidade partilhada e de uma vontade genuína de que a execução do Programa de Assistência Financeira se processe num contexto de paz e coesão social.

Em momentos como este, é essencial assegurar a coesão do país. É nestas alturas que temos de nos manter unidos. Exige-se, por isso, um esforço permanente de diálogo e concertação entre o Governo, os partidos da oposição e os parceiros sociais. Este tem sido, aliás, um dos nossos principais ativos.

Numa democracia como a nossa, há sempre espaço para o pluralismo e para a diversidade de opinião. E, como já tive ocasião de afirmar uma vez, não é combatendo-nos uns aos outros que iremos combater a crise.

É este Portugal, o país que celebra a Revolução de Abril, que temos de mostrar ao exterior. Há quase 40 anos, demos um exemplo ao mundo: conquistámos a democracia sem violência nem sangue. Os cravos anunciaram um país livre e, dias depois, celebrámos a revolução num 1.º de Maio, onde todos estiveram, num dia de festa, sem confrontos nem sectarismos. É essa a lição maior que temos de seguir no dia de hoje, no ano de 2012, em que Portugal atravessa um dos períodos mais complexos da sua História recente.

Com o espírito do 25 de Abril, juntos iremos vencer.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de Deputados do PS.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — Agradeço a presença de todos os Convidados e declaro encerrada a Sessão Solene Comemorativa do XXXVIII Aniversário do 25 de Abril.

2013

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — Srs. Deputados, declaro aberta a Sessão Solene Comemorativa do XXXIX Aniversário do 25 de Abril.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes», tem a palavra a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes dos Supremos Tribunais, Sr. Presidente Tribunal Constitucional, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Estimadas e Estimados Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

O que levou aquele povo português, há 39 anos, a fazer e a viver o 25 de Abril foi a certeza de que não era possível aguentar mais. Decerto haveria, na altura, quem assegurasse que «aguentam, ai aguentam, aguentam!», mas os capitães de Abril, que sempre saudamos e que abriram alas para a Revolução, à qual se juntou um povo ávido de liberdade e de democracia, ditaram a resposta inequívoca: «Não aguentamos mais!»

Era um país salazarento, que fabricava miséria, pobreza, medo e analfabetismo para se poder sustentar. Aos jovens impunha a guerra colonial, e a tantos a morte prematura. A democratas ativos, tantas vezes, impunha a clandestinidade ou a prisão, brindada de métodos de tortura, de martírio para gerar denúncia ou um caminho criminoso para a morte. Era o regime do lápis azul em riste, da censura, para calar, para fazer a informação e a história à medida dos sabores e dos desejos da ditadura fascista.

O 25 de Abril pôs fim a este horror e há de, por isso, ser uma referência para todas as futuras gerações. Mas não só por isso. Também porque distribuiu cravos carregados de valores, de sonhos, de liberdade, de igualdade, de paz, de democracia, de solidariedade, de desenvolvimento, de participação e de motivação para os erguer e construir. O país ganhou cor… — «Qual a cor da liberdade?/É verde, verde e vermelha» (Jorge de Sena) — … das cores dos cravos de Abril, das cores dos valores de Abril!

Houve, contudo, um problema. É que houve quem começasse a desfazer-se dos cravos de Abril, a deitá-los ao chão, gerando políticas que esqueceram a solidariedade, a promoção da igualdade e a dignidade de um povo. Esqueceram-se, no entanto, pobres governantes, que cada cravo deitado fora, à terra, era semente que voltaria a germinar. Mais tarde ou mais cedo, será sempre encontrado por outro alguém, que ganhará o desejo, a coragem e a confiança dos valores de Abril! Esqueceram-se também que neste país há quem não largue o cravo da mão, ganhando alma para todos os desafios — «Tens um cravo/Nas mãos/E vens de Abril (…)/(…) Trazes constante em ti/O desafio» (Maria Teresa Horta).

Um dos mais sólidos canteiros de cravos foi instituído na nossa Constituição da República Portuguesa. Nela foram inscritos princípios sólidos da democracia e direitos aos cidadãos, que temos de preservar muito, muito, porque há quem sonhe e tente destruir este instrumento de sustentabilidade, porque na Constituição encontra um travão a certas loucuras políticas. Conhecer a Constituição da República Portuguesa é um passo importante para se ganhar e consolidar consciência de direitos.

Por isso, o Partido Ecologista «Os Verdes» tem já agendada, na Assembleia da República, uma proposta para que ninguém saia do sistema de ensino sem a oportunidade de conhecer a Constituição, como hoje incompreensivelmente ainda acontece.

Minhas Senhoras e Meus Senhores: Trinta e nove anos depois do 25 de Abril, não há vivalma que diga que era este o país que então se sonhava construir.

Quase quatro décadas depois, voltamos a reclamar liberdade. Libertemo-nos desta ditadura do poder financeiro em que vivemos hoje. O poder político, com governantes incautos e obreiros de crises recorrentes, vendeu-se ao poder financeiro, em vez de se dar ao seu povo.

Os banqueiros agiram, sórdida e fraudulentamente, como no BPN, e os governantes correram a amparar os prejuízos. Os banqueiros disseram que era tempo de pedir ajuda externa e os governantes correram a chamar a troica. Os financeiros declararam que os seus bancos estavam descapitalizados e os governantes correram a disponibilizar milhares de milhões de euros para a banca. Os bancos acenaram com operações financeiras de alto risco e administradores de empresas públicas correram a ditar prejuízo para as mesmas, mas grande rentabilidade para o sistema financeiro. "*Swap*" é como chamam àquilo que é um verdadeiro *flop* para as contas do país. Que esbanjamento de dinheiros públicos!

Não nos venham, então, dizer que não há dinheiro para pagar salários ou para pensões, que não há dinheiro para garantir um sistema educativo de corpo inteiro, que não há dinheiro para um Serviço Nacional de Saúde eficaz, que não há dinheiro para o funcionamento de serviços públicos de que os portugueses precisam. Há dinheiro, há!, só que ele é canalizado para o sistema financeiro. Ainda por cima, garantiram-nos que o dinheiro ia para os bancos, para que estes depois gerassem empréstimos para as empresas. Nada disso aconteceu! E qualquer apoio que o Governo anuncie, já tarde, para uma economia que pôs nas ruas da amargura, fica sempre, sempre a léguas de distância dos montantes que disponibilizou para a banca. Como é que isto é sustentável?

Neste país, está a criar-se uma bolsa de pobreza abominável, a fome prolifera no país, o número de desempregados é dramático, a emigração forçada por falta de esperança é assustadora, a dívida não para de crescer. Isto tem de estancar! Para se sustentar a riqueza do sistema financeiro e do grande poder económico, fabrica-se e alastra-se pobreza entre a generalidade dos portugueses.

Estamos a regredir, Minhas Senhoras e Meus Senhores. A regredir!

Sr. Presidente da República, o país não aguenta mais estas políticas delapidadoras. E não é o vaivém de membros do Governo que resolve a situação. Devolver a palavra aos portugueses é do mais elementar interesse nacional neste momento, Sr. Presidente.

E, depois, cuidado com as falácias. Tudo é vendido sob o rótulo da modernidade. Muda-se a legislação laboral para facilitar o despedimento ou desregular os horários de trabalho, e diz-se que isso é moderno.

Criam-se mega-agrupamentos escolares, com milhares de alunos, e diz-se que não há modernidade como esta. Encerram-se serviços de proximidade, como unidades de saúde, postos de CTT, esquadras da PSP, e diz-se que isto é que é moderno. Acaba-se com freguesias, fragilizando o poder local democrático, o de maior proximidade, e acha-se isso de uma modernidade absoluta. Quer-se privatizar tudo, tudo, da energia aos transportes, à água, ao mar, com graves prejuízos para o país, e acha-se que isso é o cerne da modernidade!

Estamos a regredir, Minhas Senhoras e Meus Senhores. A regredir!

E cuidado com as ilusões. Quando aderimos à União Europeia e depois ao euro, as promessas de progresso infindável e sustentável não paravam. Nós alertávamos: atenção, porque estão a enviar-nos subsídios e vastos montantes de dinheiro para deixarmos de produzir no nosso país — tornar-nos-emos, assim, mais dependentes do exterior (estavam a comprar-nos soberania); atenção, dizíamos, porque o problema não é aderir a uma União Europeia, mas, sim, a esta União Europeia com estas características de serviço às economias mais fortes e de fragilização das mais fracas.

Éramos acusados de ter vista curta, de não perceber a dimensão da tal modernidade! Hoje, infelizmente (e redigo infelizmente), percebeu-se que tínhamos razão — «Este mundo não presta, venha outro/Já por tempo de mais aqui andamos/A fingir de razões suficientes» (José Saramago).

Ouçam-nos, então: Detetada uma das maiores causas do problema que hoje enfrentamos — o facto de termos deixado de ter capacidade produtiva —, é preciso reverter a situação. O país precisa de recomeçar a produzir, produzir sustentavelmente. A relocalização da produção traz enormes vantagens, do ponto de vista ambiental, social e económico.

Produzir é ganhar capacidade de gerar riqueza num país. É para aí que todos os esforços se devem voltar. E este país tem valores naturais tão ricos e diversos — da terra ao mar, uma costa imensa, um mundo rural repleto de potencial, magníficas paisagens, um excelente clima —, fatores tão propícios a um desenvolvimento com sustentabilidade. Mas, para haver atividade produtiva, as micro, pequenas e médias empresas têm de ser apoiadas, relançadas, e o mercado interno tem de deixar de estar estrangulado. E, para isso, é determinante que os portugueses ganhem poder de compra, para o que é fundamental o aumento do salário mínimo nacional e a reposição do que foi retirado nos salários e pensões da generalidade dos portugueses. Isto não é esbanjar dinheiro, isto é relançar o país para a dinâmica necessária. É, de resto, a única forma de podermos pagar dívida. Sem produção de riqueza, para além de não conseguirmos pagar dívida, não conseguiremos deixar de nos endividar cada vez mais. Canalize-se o dinheiro para onde ele dá frutos e não para sustentar os ricos que navegam em ganância.

Àqueles que passam a vida a dizer que quem tem dinheiro é quem manda — seja esse "quem" a Alemanha, a troica, ou os banqueiros que acham, iludidos, que aguentamos tudo —, é preciso dizer que a canção de Abril é mais sábia e ditou, há muito tempo, que «o povo é quem mais ordena»!

Este país tem Abril na sua raiz. Abril é do povo e o povo ordenará que Abril vencerá!

Viva o 25 de Abril!

Aplausos de Os Verdes, do PCP e do BE.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sr.ª Deputada Catarina Martins.

A Sr.ª **Catarina Martins** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Convidados:

Tenho a idade do 25 de Abril. Comecei a dar os primeiros passos, literalmente, com aquele Abril que nos fez esquecer esse longo mês de março. Em minha casa, como em quase todas, discutia-se política.

Foram tempos de aprendizagem. Muito, quase tudo, só me fui apercebendo mais tarde. Foram os dias em que aprendemos a força de ter força, em ter orgulho no que é nosso e no que podemos construir como coletivo. Aprendemos que um país pobre, e fechado sobre si próprio, pode quebrar o atavismo e encontrar-se com o seu futuro.

Foi essa crença em Portugal e nos portugueses, a ideia de que o destino do país não estava confinado à mediocridade pobre, mas remediada, que nos trouxe a essa clara madrugada. Dizia Salazar, em 1962, resumindo quatro décadas de isolacionismo, que «um povo que tenha a coragem de ser pobre é um povo invencível». Foi este o fardo cultural quebrado por Abril.

A revolução foi feita por quem tem a certeza de que o empobrecimento não é o nosso fado natural, a democracia cresceu na convicção de que esse país fechado sobre si próprio «foi um sonho mau que já passou, um mau bocado que acabou».

Os cravos vieram para rebentar com o provincianismo atávico, devolver a esperança e renascer o orgulho, substituir a ideologia da pobreza pela coragem de fazer melhor e a esperança de almejar mais além.

A modernidade política e cultural, inauguradas com a revolução, trouxeram-nos a ambição de ser europeus de pleno direito, a coragem de nos inspirarmos nos melhores exemplos e reclamá-los como nossos, a universalidade nos cuidados de saúde, a proteção na velhice, a equidade de oportunidades do sistema educativo. Abril foi ser mais alto.

Vozes do BE: — Muito bem!

A Sr.ª **Catarina Martins** (BE): — Foi assim que eu, que não vivi a revolução, sou filha dela. Eu, como tantas e tantos «filhos de Abril», estudei em escolas e universidades públicas, dei à luz em hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e foi a segurança social que me permitiu ter licença de maternidade.

Não vivi a revolução, mas não seria a mesma sem a janela que ela nos abriu. Celebrar Abril é também lembrar o que ele foi para cada um de nós, no que nos transformou e no que nos abriu de possibilidades.

A democracia mobilizou um país, uniu-o, nas suas diferenças, em torno de dois ou três consensos que perduraram quatro décadas. Portugal não pode viver isolado, e abrimo-nos ao mundo; Portugal não está condenado ao empobrecimento, e construímos um Estado social. Temos orgulho nisso.

O consenso em torno do Estado social inscreve-se nas nossas vidas, está no quotidiano de todos quantos crescem e cresceram na escola pública, tornou possível que tantas e tantas famílias portuguesas quebrassem o ciclo da pobreza e do analfabetismo e que hoje os pais sejam orgulhosos do tão mais que as suas filhas e filhos souberam estudar, puderam aprender.

O Estado social está inscrito no Serviço Nacional de Saúde, ao qual nos entregamos nos momentos mais frágeis e mais difíceis. O SNS trouxe-nos para a modernidade de nascer em segurança, de transformar em doença ligeira o que era causa de morte.

Construímos as nossas vidas com base no contrato social que nos chama a participar sempre, para nos apoiar quando precisamos. O Estado social lembra-nos o que somos: solidários. Orgulhosamente solidários.

O Estado social tem o peso exato da democracia. É imperfeito, como tudo na vida, e temos a ambição de que seja melhor e mais presente. Mas nunca passa pela cabeça de ninguém voltar atrás, desistir da dignidade, quebrar os consensos fundadores da democracia.

Até agora.

Nunca, como hoje, um Governo fez do revanchismo social a sua imagem de marca. Na verdade, o país está, hoje, sob um duplo resgate.

O resgate financeiro, claro. A chantagem da dívida é o argumento para a imposição da austeridade que mata a economia e o país. Quanto mais austeridade, mais gente no desemprego, mais recessão, mais dívida se acumula. Não é um acidente, nem falta de jeito ou mera incompetência. É um plano deliberado para uma violenta transferência dos rendimentos do trabalho para o capital financeiro.

Também o resgate da memória, efetuado por uma direita sedenta por reescrever a história. A reconfiguração do Estado a um papel mínimo e a uma lógica assistencialista é-nos apresentado como uma inevitabilidade insofismável. O preconceito ideológico de uma direita radical é travestido de ciência exata.

Mas esta ideologia radical, precisamente por representar uma rutura com todos os consensos nascidos em Abril e fomentados por quatro décadas de democracia, precisa dos seus mitos fundadores. Daí o embuste permanentemente encenado por um Primeiro-Ministro que nos diz que o Estado é gordo, pesado e ineficiente, que foi o seu peso que nos trouxe à crise.

Vivemos todos acima das nossas possibilidades, dizem-nos, ou como os estereótipos chauvinistas contra o sul podem ser assimilados e reciclados por um Governo da periferia da Europa.

Nesta cruzada contra tudo o que é público, pouco importa a Passos Coelho e Paulo Portas que todos os números desmintam o seu discurso. Pouco lhes importa que Portugal seja um dos países da Europa onde se trabalha mais horas por ano, que os orçamentos da educação e da saúde, ou mesmo o peso dos salários da função pública fiquem abaixo da média europeia, e que Portugal seja um dos países onde as transferências sociais mais reduzem o risco de pobreza.

Não, não foram os serviços públicos e as prestações sociais que nos conduziram a esta crise. Mas isso nada interessa a quem apenas quer saber da legitimação de um programa que sabe ser avassalador.

A direita, em Portugal, rasga o contrato social de Abril, condena gerações ao desemprego e à emigração, para tentar reconfigurar as maiorias sociais e abrir caminho à transformação do Estado social em Estado assistencial.

É o sonho da direita: responder às obrigações do povo, não com os direitos e a dignidade próprios da cidadania, mas com a prepotência de dar como esmola o que é devido por direito.

Não nos enganemos, esta é uma escalada sem fim. Aceitar que a cantina social substitua o subsídio de desemprego está a escassos degraus de aceitar o fim da democracia.

O Estado social é o cimento da democracia, a coesão solidária que nos faz cidadãos. Porque a democracia não existe sem liberdade, e não há liberdade sem dignidade e sem igualdade. É a liberdade que esta direita coloca em causa.

É por isso mesmo que o Governo se regozija com a redução da política à lengalenga da inevitabilidade, com o jugo do Memorando da troica, a soberania limitada. É uma direita apostada na degradação de todos os espaços da democracia: da concertação social ao Parlamento, da comunicação social ao seu próprio Governo e até ao seu Presidente da República. Um Presidente que reitera a confiança no Governo cujo Orçamento pediu para ser declarado inconstitucional, como aconteceu.

Um povo condenado a ser pobre emerge novamente como discurso oficioso de quem governa o país. Mas aonde esta direita quer resgatar a memória coletiva de um povo existirá sempre quem diga presente. Aqui estamos, para disputar a história!

Abril conquistou a liberdade e a democracia com luta, participação e mobilização popular. A mesma mobilização de que hoje precisamos para recuperar poder sobre as nossas vidas, dizer não à troica, renegociar a dívida, respeitar todos os nossos compromissos, o primeiro dos quais é do contrato social, o da dignidade.

A democracia não é uma lei da física, independente das nossas vontades. A democracia é o nosso exercício quotidiano dessa vontade.

Onde há desligamento entre o povo e os governantes, a democracia congela e ressurgem todas as ameaças populistas: o discurso antipolíticos e antissistema, o desejo de soluções autoritárias milagrosas. Não deixaremos!

Afinal, onde está a fonte do poder? Sabemos a resposta: está no povo. Mas a simplicidade desta resposta tem séculos de construção. A deslocação da fonte de poder da nação para o povo foi um longo caminho de lutas e conquistas, que conduziu ao traçado dos modernos regimes demoliberais do século XX.

A pergunta a que hoje respondemos é se queremos voltar para trás. Não queremos e não deixamos! Foi só há 39 anos que o nosso país passou a viver plenamente em democracia. E quando Zeca escreveu a *Grândola*, escreveu também a história de um país: o povo é quem mais ordena!

Esse povo real, de gente que luta e trabalha, de gente que não desiste, esse povo que se reencontrou nas ruas e em todas as vezes que a *Grândola* teve voz. Quando o povo encheu a rua, foi essa a sua reivindicação absoluta: devolvam-nos o que somos e o que queremos, porque o povo é quem mais ordena.

É hoje preciso devolver a voz ao povo português para que ele seja senhor do seu destino e inaugure uma nova madrugada.

Viva o 25 de Abril!

Aplausos do BE, do PCP e de Os Verdes.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes dos Supremos Tribunais e do Tribunal Constitucional, Capitães de Abril, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

Há 39 anos, o povo português e os militares de Abril foram protagonistas do maior acontecimento da história contemporânea de Portugal: a Revolução de Abril. Foi a luta da classe operária e dos trabalhadores, dos intelectuais, dos militares, dos comunistas e de todos os democratas, que pôs fim a 48 anos de obscurantismo, de opressão e de repressão, de tortura, de censura, de pobreza e miséria e de analfabetismo.

Milhares de homens, mulheres e jovens portugueses, com determinação e coragem, mesmo prescindindo da sua vida pessoal e familiar e enfrentando as masmorras fascistas, dedicaram-se empenhadamente à luta pela emancipação dos trabalhadores e do povo português, pela liberdade e pela democracia.

É justo sublinhar a ação, reflexão e intervenção de Álvaro Cunhal, no ano em que se comemora o centenário do seu nascimento. Intervenção cuja atualidade demonstra que é sempre lutando pelos seus direitos e por uma vida melhor, que os povos fazem avançar a história no sentido do progresso e da justiça.

À ação dos militares dirigida pelos capitães de Abril, que daqui queremos saudar, juntou-se a força e a unidade do povo, que massivamente saiu à rua, associando o levantamento popular ao levantamento militar, que foram os elementos motores da revolução.

A alegria patente no rosto das pessoas e a expetativa de uma vida melhor são características que marcam, indelevelmente, os primeiros momentos de liberdade.

A Revolução de Abril pôs fim à ditadura fascista e à guerra colonial e deu a independência aos povos até então colonizados por Portugal. Os seus impactos extravasaram as fronteiras de Portugal, tendo sido um exemplo inspirador para muitos povos oprimidos, na sua luta pela liberdade e pela democracia.

O 25 de Abril foi a origem de profundas alterações a nível político, económico, social e cultural, retirando aos grupos monopolistas e aos latifúndios o controlo da economia nacional. Consagrou a livre atividade política e sindical, o direito à greve, o direito ao voto ou o poder local democrático. Avançaram as nacionalizações de setores económicos estratégicos, ao serviço do povo e do país.

Abril foi a instituição do salário mínimo nacional, com que muitos trabalhadores viram os seus rendimentos duplicar e alguns até mesmo triplicar. Abril foi o direito ao gozo de férias, o subsídio de férias e de Natal, os acordos coletivos de trabalho e a proteção social. Abril foi o acesso, pela primeira vez para milhares de pessoas, a uma consulta médica. Abril foi o acesso a todos os níveis de ensino para todos os portugueses, independentemente das suas condições socioeconómicas.

Em 1976, a Constituição da República Portuguesa consagrou, pela primeira vez, liberdades, garantias e direitos essenciais, conquistados pelas massas em movimento. Foram momentos de grandes avanços progressistas que trouxeram ao povo a esperança de uma vida com a dignidade que merece. A aprovação da Constituição constituiu uma vitória da Revolução de Abril e perspetivou como objetivo a construção de um país mais livre, justo e fraterno.

Mesmo após 37 anos de política de direita e de sucessivas subversões da Constituição, as forças da política de direita ainda não conseguiram aniquilar o património de liberdades e direitos conquistados com a Revolução de Abril.

A política de direita aplicada por sucessivos governos e a integração capitalista europeia, que provocaram o aumento da exploração no trabalho, a diminuição de direitos essenciais e a destruição do nosso setor produtivo são responsáveis pela situação em que hoje se encontra Portugal, marcada pela recessão, pelas desigualdades e pelas injustiças.

Vivemos tempos de retrocesso civilizacional. Dois anos depois da aplicação das medidas que constam do pacto de agressão da troica, os problemas agravaram-se.

Assistimos à reconstituição dos monopólios e à privatização de setores estratégicos da economia. Há mais desemprego, mais exploração e mais empobrecimento. Há famílias que estão completamente desesperadas e desamparadas, porque não conseguem fazer face às suas responsabilidades, devido ao roubo nos salários e pensões, ao corte nas prestações sociais, ao aumento de preços de bens essenciais, ao aumento de impostos para quem vive do seu trabalho e às dificuldades acrescidas no acesso à saúde e à educação. Hoje, empobrece-se a trabalhar, por via de uma política de baixos salários. O desemprego aumentou para níveis nunca atingidos desde o fascismo. Há um milhão e meio de trabalhadores em situação de desemprego e, em relação aos jovens trabalhadores, 40 % estão desempregados.

O compromisso com a troica é um verdadeiro compromisso contra Abril e contra os seus valores.

Perguntamos: que país é este, onde o Governo nada tem a oferecer aos jovens, que não seja desemprego, precariedade e baixos salários? Que país é este, onde o Governo sugere aos jovens que emigrem e procurem uma oportunidade profissional noutros países? Que país é este, onde o Governo compromete o futuro e o desenvolvimento, e deixa para as gerações vindouras piores condições de vida?

O pacto de agressão da troica não é uma inevitabilidade. É, acima de tudo, uma opção política e ideológica de quem o subscreveu e de quem o executa. Assume-se como um verdadeiro programa de liquidação das conquistas de Abril e do regime democrático.

É por isso que a *Grândola* tem sido o hino da contestação a esta política.

Hoje, temos uma democracia empobrecida. O entendimento de democracia, explanado na nossa Constituição, não se resume à democracia política, seja pelo voto em atos eleitorais, seja pela representatividade e participação dos partidos políticos. A nossa Constituição contempla um entendimento de democracia bem mais amplo, assente na democracia política, económica, social e cultural e por um país independente e soberano.

Significa que não há democracia plena sem emprego com direitos, não há democracia plena sem saúde para todos, não há democracia plena sem igualdade de oportunidades no acesso, frequência e sucesso escolar em todos os níveis de ensino, não há democracia plena sem estarem satisfeitas as necessidades de habitação e não há democracia plena sem a proteção social dos mais frágeis.

Os tempos que vivemos, em Portugal, evidenciam a atualidade e o alcance dos valores e das conquistas de Abril. É preciso retomar o caminho de Abril e cumprir os princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa. Esta é a solução para os portugueses e [*sic*]o país.

A alternativa existe, mas ela não está na continuidade da mesma política, mesmo com outras caras, está na rutura com esta política. Está na urgente renegociação da dívida, nomeadamente nos seus montantes, taxas e prazos, para libertar recursos públicos que possibilitem o investimento na produção nacional. Está em pôr o país a produzir e apostar na agricultura, na pesca e num programa

de reindustrialização para reduzir a nossa dependência externa e criar emprego com direitos. Está em redistribuir a riqueza criada através da valorização dos salários e pensões, numa perspetiva de dinamização do mercado interno. Está em apoiar as micro, pequenas e médias empresas e pôr fim às privatizações, assegurando um forte setor empresarial do Estado. Está em garantir o Serviço Nacional de Saúde, a escola pública, o apoio social, a habitação digna. Está em afirmar a nossa independência e soberania.

Felizmente, as novas gerações não sentiram a violência e a crueldade da ditadura fascista, tendo nascido já num país livre e democrático, conquistado pelos seus pais e avós. Mas torna-se cada vez mais premente a capacidade de lhes transmitir o que significaram e significam hoje as conquistas de Abril, para que as assumam como suas e para que as defendam, para um futuro próspero e para nunca mais regressarmos a tempos semelhantes.

Não é por acaso que a ideologia dominante tenta branquear os 48 anos da ditadura fascista e a sua verdadeira natureza opressora, como procura desvalorizar o 25 de Abril, principalmente junto das crianças e dos jovens, para que as novas gerações reproduzam o individualismo, o egoísmo e o assistencialismo pela caridade.

Não comemoramos Abril apenas para evocar uma data histórica. Comemoramos Abril para projetar no presente e no futuro os seus valores!

A luta da classe operária, dos trabalhadores, das mulheres, dos jovens e de amplas camadas da população, foi determinante para derrubar a ditadura fascista. Hoje, como no passado, será pela luta que conseguiremos a rejeição do pacto de agressão, a rutura com a política de direita, a demissão do Governo e a realização de eleições, para dar novamente a voz ao povo para decidir o seu destino.

A soberania reside no povo e o povo português não permitirá a continuação do retrocesso e lutará por uma alternativa política e uma política alternativa, tendo por base os valores de Abril.

Viva o 25 de Abril!

Aplausos do PCP, do BE e de Os Verdes.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra a Sr.ª Deputada Cecília Meireles.

A Sr.ª **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Constitucional e demais Tribunais Superiores, Sr.ª Procuradora-Geral da República, Altas Autoridades Civis e Militares, Srs. Membros do Governo, Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

Portugal evoca hoje o 25 de Abril de 1974. Por isso mesmo, convém começar por deixar claro, neste momento, a leitura abrangente que fazemos desta data. Uma leitura que compreende o próprio dia 25 de Abril de 1974, como o último dia de um regime autoritário que, felizmente, terminou. Uma leitura que abarca também um outro dia 25 de Abril, desta vez, de 1975, como a data em que,

pela primeira vez, todos os portugueses puderam exercer o direito de votar em eleições realmente livres. Finalmente, uma leitura de um processo que culminou no 25 de Novembro de 1975, a data em que a legitimidade democrática triunfou, como manifestamente o povo queria que triunfasse, sobre a legitimidade revolucionária.

Tenho a sorte de pertencer a uma geração que nasceu depois deste processo e que foi herdeira desta democracia. Uma democracia legítima, representativa e efetiva, que não tinha existido, até então, em Portugal.

Por isto mesmo, parece-nos natural, normal, e mesmo muito desejável, que haja leituras muito diferentes do 25 de Abril. É precisamente essa a herança de que estamos hoje a falar. Cumprir Abril é sabermos honrar o direito que nos legaram de fazermos escolhas pela nossa própria cabeça, é fruirmos a liberdade de o podermos fazer sem medos nem temores e é cumprirmos o dever de defendermos, até ao limite das nossas forças, aquilo que acreditamos ser o melhor para o nosso país.

Nessa matéria, não deixa, contudo, de ser curioso que alguns daqueles que mais evocam, até com grande frequência, o 25 de Abril sejam precisamente aqueles que gostariam de ter deixado uma herança bem diferente, bastante mais próxima de modelos totalitários e sociedades fechadas.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas, ditosamente, não foi isso que aconteceu. E, por isso, a memória que hoje evocamos não é de alguns, é de todos nós. Não é de uma só geração, é para sempre. Não é apenas daqueles que a viveram, é também daqueles que por ela lutaram sem chegarem a vê-la tornada realidade e daqueles que, por terem nascido mais tarde, nunca conheceram uma sociedade sem liberdade.

Minhas Senhoras e Meus Senhores: O 25 de Abril, com esta leitura abrangente, permitiu o reencontro de Portugal com a Europa. Isso aconteceu décadas depois de a Europa ter reencontrado a sua paz e iniciado um projeto de prosperidade que está indissoluvelmente ligado a dois conceitos: a economia social de mercado e o modelo social europeu. Estas duas ideias mobilizadoras estão vivas, mas não são estáticas. E, porque o mundo mudou muito, é preciso reformar os sistemas para podermos preservar os princípios.

Precisamente, a economia social de mercado e o modelo social europeu, na sua raiz e no seu destino, são obra conjunta e património reivindicável de três grandes famílias políticas: a democracia-cristã, a social-democracia e o socialismo democrático. Por isso, é natural que sejam estas famílias políticas a ter de enfrentar os momentos e as causas de uma Europa manifestamente em crise.

Falemos, por isso, abertamente. É com inquietação que assistimos a um crescente debate no espaço europeu, feito à volta de considerações simplistas, para usar um eufemismo, ou maniqueístas, para chamar as coisas pelos nomes, ou mesmo moralistas, para ser um pouco mais audaz.

Falamos da crescente tentativa de dividir a Europa entre um Norte, que trabalha, e um Sul, que descansa; entre um Centro, que poupa, e uma periferia, que gasta. Esta alegada divisão é absolutamente inaceitável.

A Europa só faz sentido com os países do Sul, com os países do Centro e com os países do Norte. A Europa triunfará unida, mas cairá se for dividida.

A História ensinou-nos já muitas vezes, frequentemente através de conflitos trágicos, que a Europa será coesa, ou não será.

No caso português, porque é de Portugal que nos cabe tratar antes de mais, é sempre bom lembrar que basta olhar para o mar para percebermos a nossa centralidade. Tal como basta refletir na nossa própria História para concluir que já há muitos séculos somos "globais".

E Portugal conseguirá, como sempre conseguiu, vencer com dignidade e responsabilidade os seus problemas. Mas, não nos iludamos, os problemas não são apenas nossos, são cada vez mais europeus. Precisamos de um Portugal com determinação e de uma Europa com visão.

Queremos uma Europa com visão estratégica, capaz de antecipar problemas, propor soluções e ver além do momento presente. O projeto político da moeda única depende, sabemo-lo bem, de uma atitude de responsabilidade e do respeito de todos os países por regras comuns de convivência. Portugal tem não só o dever, mas, sobretudo, o direito de honrar essa responsabilidade com que se comprometeu. Mais, a esmagadora maioria destas regras são bons princípios, não só para a consolidação orçamental, como nos habituámos a ouvir, mas, sobretudo, para uma economia sã, concorrencial e forte. Também aqui as dicotomias estabelecidas são com frequência bastante simplistas.

Mas a esta responsabilidade com que Portugal se compromete corresponde necessariamente um princípio — diria mesmo, um sentimento — de solidariedade entre todos os europeus. Responsabilidade e solidariedade não são apenas dois valores. São dois pressupostos essenciais que não poderão sobreviver sozinhos — um é condição imprescindível do outro.

O momento que vivemos em Portugal, muito em concreto o Plano de Assistência Económica e Financeira, tornou esta constatação uma realidade particularmente evidente.

Queremos uma Europa que se orgulhe de pedir o razoável. Não queremos uma Europa que se arrependa de exigir o impossível.

Minhas Senhoras e Meus Senhores: O momento em que agora estamos não é o primeiro momento difícil que Portugal atravessa.

Olhando apenas para a nossa História recente, Portugal esteve por três vezes à beira da bancarrota. Curiosamente, nenhum artigo da Constituição o impediu. Mas a nossa Constituição é como o 25 de Abril: não é de alguns, deve ser de todos; não é apenas dos que aqui estão, é também dos que já partiram e dos que hão de nascer. Foi por isso mesmo que nos batemos pela consagração constitucional de um limite à dívida pública, porque a Constituição da República Portuguesa é o documento máximo que deve unir todos os portugueses, de todas as gerações, de todas as convicções e de todas as filiações partidárias.

A sabedoria, a coesão social e a concórdia que os portugueses foram capazes de demonstrar, mesmo num contexto de enormes, enormes sacrifícios, são bem demonstrativas daquilo que somos capazes de realizar.

Saiba esta Câmara seguir esse exemplo e estejam os partidos do arco da governabilidade à altura das circunstâncias, o que significa saber obter e manter uma concordância básica em relação a questões

fundamentais. Falamos da dívida, quer pública quer externa, que compromete inexoravelmente as gerações futuras, falamos da permanência na moeda única e falamos da recuperação da soberania. São questões que exigem de todos nós um mínimo de concordância, um mínimo denominador comum, para que possamos dar ao nosso país um máximo de credibilidade.

Aqui chegados, é também preciso falar do futuro.

Em primeiro lugar, o crescimento económico é um pilar absolutamente decisivo. Só ele pode concretizar dois imperativos fundamentais: por um lado, o de contrariar a fratura social inaceitável que é o desemprego; por outro, o de criar oportunidades, permitir a mobilidade social e abrir caminho a uma sociedade em que, com mérito, com esforço e com trabalho, se pode ter uma vida melhor. É isto que queremos deixar às próximas gerações.

Em segundo lugar, nunca podemos esquecer o valor da coesão social e da ética social, em tempos de consolidação. Uma sociedade justa e equilibrada não pode esquecer, nunca, os mais velhos, que trabalharam toda a sua vida e deram um muito largo contributo para a construção de um Portugal moderno. Este é o dever que temos para com os nossos pais e para comos nossos avós.

Por último, mas porventura bem mais importante, temos de fazer tudo para reconquistar o valor mais importante numa sociedade — a confiança. Não apenas a confiança que devemos inspirar junto dos nossos parceiros europeus, dos nossos credores ou das instituições internacionais — essa é, sem dúvida, importante. Mas verdadeiramente fundamental é a confiança que temos de ter em nós enquanto país, enquanto povo e enquanto Nação.

Isto significa sermos capazes de explicar os problemas que vivemos, com frontalidade e com verdade, mas sem demagogias fáceis ou simplificações abusivas.

Significa também sermos capazes de encontrar soluções equitativas, ponderações equilibradas e consensos sensatos para as escolhas difíceis que temos pela frente.

Lembrar Abril, sim. Mas, sobretudo e acima de tudo, cumprir Portugal!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Costa.

O Sr. **Alberto Costa** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Ilustres Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

A ação libertadora do 25 de Abril, que hoje celebramos, pôs termo a uma longa perversão constitucional.

A Constituição do Estado Novo proclamava a liberdade de expressão, mas tínhamos a censura prévia.

Consagrava-se a independência dos tribunais, mas os opositores eram presos e condenados em execução de instruções da polícia política.

Era uma Constituição que mentia. O 25 de Abril resgatou-nos dessa mentira.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Alberto Costa** (PS): — Construímos uma democracia em que o Estado e as leis se subordinam à Constituição, uma genuína Constituição e não uma Constituição à disposição.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Alberto Costa** (PS): — Uma Constituição que é, em todos os momentos, no bom tempo e na tempestade, um teste à qualidade democrática da governação.

Por razões que são globais, europeias e nossas, conhecemos uma situação em que se pode dizer que o nível dos sacrifícios impostos atingiu o limite. Mas o que qualifica uma forma de governar não é tanto o nível dos sacrifícios como o critério com que são repartidos.

Quando se privilegia o que é mais fácil, quando se constituem como alvos preferenciais os que não podem reagir, quando, em primeiro lugar, se atingem os mais débeis, os doentes, os desempregados, os pensionistas, os idosos, fere-se a dignidade e a coesão, e transmite-se uma mensagem perversa à sociedade.

Aplausos do PS.

Perversa não apenas porque não alcança o que anuncia, não apenas porque os efeitos pretendidos não passam a resultados. Perversa, sobretudo, porque extermina expetativas, semeia a frustração, o ceticismo e a desconfiança, e compromete as próprias condições de uma governação democrática eficaz.

O princípio da igualdade é uma pedra de toque num Estado de Direito e um princípio estruturante do nosso sistema constitucional. Na sua dimensão de igualdade na repartição dos encargos públicos está no cerne da exigência constitucional. Em tempo de agravamento de sacrifícios, é ponto central do teste a quem governa. Falhar o teste constitucional uma vez neste domínio não é preterir uma formalidade. Falhá-lo duas vezes no teatro da crise é cometer suicídio de credibilidade!

Aplausos do PS.

É verdade que, sob a Constituição do Estado Novo, as leis podiam dispor diferente, e mesmo ao contrário, do que ela enunciava. Mas essa Constituição já não vigora: foi varrida com o 25 de Abril!

Aplausos do PS.

Foi também o 25 de Abril que nos permitiu aceder à construção europeia, de que a ditadura e a sua Constituição nos excluíam.

A nossa Lei Fundamental fixa um objetivo e um critério de legitimação para a transferência de competências para as instituições da União Europeia: a realização da coesão económica, social e territorial.

Há que agir, há que agir agora, para que esse projeto europeu se não desfigure, a ponto de nos situarmos fora da nossa própria credencial. Este é um desafio e uma responsabilidade que se coloca a todos os órgãos de soberania.

Se a Europa de que falamos é uma Europa de todos os europeus, se fazem sentido coesão, convergência e solidariedade, então, não pode aceitar-se que resulte da crise atual uma espécie de «constituição perversa», onde alguns se qualificam no exercício dos seus poderes e outros no cumprimento dos seus deveres.

Esta fratura significaria, à escala da União, a negação do princípio da igualdade: o regresso da Europa aos fantasmas do seu passado.

O estigma e a punição, a expiação e a recompensa, no limite o domínio e a obediência, teriam força normativa, e a coesão, a convergência e a solidariedade desceriam do programático ao nominal.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Alberto Costa** (PS): — O domínio das ideias únicas, do pensamento sem alternativas autorizadas — essa forma mental de convocação da submissão — corre o risco de ser a reedição, em moderno, daquelas pretensões que juncam a história do continente. Não vai ajudar!

Aplausos do PS.

Nas últimas páginas de uma das suas obras maiores, Keynes (provavelmente, o economista do século XX mais citado na parte já decorrida do século XXI) alertava para o facto de, com frequência, os governantes serem verdadeiros «escravos de economistas mortos».

Esta modalidade de "escravidão" não desapareceu e, seja qual for a escola, não pode continuar a onerar o futuro dos portugueses e dos europeus.

É preciso reforçar drasticamente a capacidade portuguesa de negociação e de proposta no quadro europeu, e isso requer uma perceção aguda dos riscos e das oportunidades de ação, presentes no difícil momento europeu. O argumentário infrator/cumpridor deve dar lugar a um verdadeiro exercício político, à altura dos valores europeus que inscrevemos na nossa Constituição.

É preciso um novo curso político, um novo curso de esperança. Um novo curso político que se suceda a um tempo em que as pessoas, as famílias e as empresas foram fustigadas com desemprego, falências, cortes, empobrecimento, multiplicação da incerteza e dos riscos, perda de confiança, previsões falhadas, metas não alcançadas, argumentários de refúgio que não convencem, teatralizações que já não resultam.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Alberto Costa** (PS): — Como em muitos momentos difíceis que o nosso país já atravessou, a sociedade está pronta. E por isso, nos dias de hoje, comemorar o 25 de Abril, releva da esperança.

É por isso com esperança que, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, presto homenagem aos que lutaram para que o 25 de Abril acontecesse, aos que lutaram para que tivéssemos uma Constituição democrática e para que, acima das leis, lhe pertencesse a supremacia.

Quase 40 anos depois, recordo todos os companheiros que suportaram a prisão, o exílio, as expulsões das escolas e das profissões, todos os que foram perseguidos, todos os que nesses dias sombrios se levantaram e disseram «não». Porque eles ergueram a nossa liberdade de dizer «não» agora!

Aplausos do PS e do BE.

Saúdo, em especial, os militares do Movimento das Forças Armadas, que aqui simbolizo na memória, que a todos nos acompanha, de António Marques Júnior, capitão de Abril.

Aplausos gerais, tendo o PS aplaudido de pé.

O exemplo que nos legaram e o exemplo que ele nos legou, de risco e de coragem em tempo de obediência e submissão, integra a nossa herança cívica maior.

Na promessa constitucional de igual dignidade para todos os cidadãos viverão connosco as palavras da *Grândola*: «Em cada rosto igualdade.»

Viva o 25 de Abril!

Aplausos do PS, de pé, do PCP e do BE.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional e Srs. Presidentes dos demais Tribunais Superiores, Sr.ª Procuradora-Geral da República, Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Altas Autoridades Civis e Militares, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

Como celebrar, hoje, o 25 de Abril de 1974? Sem dúvida, enaltecendo e ensinando aos mais novos a importância vital da liberdade de que os portugueses foram privados durante tanto tempo.

No entanto, a liberdade não é um valor abstrato, não pode ser unicamente um enunciado antropológico, académico ou um mero conceito filosófico. A liberdade dos Modernos consubstancia-se no exercício concreto e pleno da democracia. Liberdade e democracia são, portanto, os dois lados simétricos da organização política que queremos ter e que o 25 de Abril nos devolveu.

Mas, 39 anos depois, a pergunta mantém-se: como vivemos e sentimos, hoje, o 25 de Abril, ou seja, o dia referencial das nossas liberdade e democracia? Como poderemos dotar de textura e de

sentido, sobretudo para as novas gerações, esta efeméride? Melhor, como cumprimos o 25 de Abril para que não seja uma simples efeméride?

O 25 de Abril de 1974 prometeu e satisfez um programa que, à data, se tornou conhecido por ser o dos "três D": descolonização, democracia e desenvolvimento.

A democracia sedimentou-se com a Constituição de 1976, através da plenitude dos direitos, liberdades e garantias e mediante a efetivação dos direitos económicos e sociais. O robustecimento das instituições democráticas e a lógica da sociedade aberta conheceram um impulso decisivo com a entrada de Portugal nas então Comunidades Europeias, em 1986, tornando o nosso país num parceiro na caminhada da integração europeia — talvez o sonho mais lindo que a Europa conheceu nos últimos séculos apesar dos seus recentes entorpecimentos.

O desenvolvimento de Portugal é inegável nestes 39 anos de liberdade e supera, em muito, aquilo que seria expectável adquirir pelo mero decurso do tempo. O atual regime garantiu o acesso à educação, desde o ensino básico ao universitário, universalizou os cuidados de saúde e providenciou os apoios sociais para os mais carenciados, de um modo que não pode deixar de ser considerado como uma rutura de sentido com o que acontecia antes de abril de 1974.

O país foi dotado de um conjunto de equipamentos e de infraestruturas fortes e o poder local democrático potenciou a qualidade de vida das populações, aproveitando as vantagens de perspetiva e de ação da sua intrínseca lógica de proximidade.

Contudo, se Portugal avançou muito na globalidade, esse desenvolvimento foi desigual sobretudo a nível territorial.

A título de exemplo, veja-se o Relatório sobre o Índice Sintético de Desenvolvimento Regional de 2010, recentemente publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, no passado dia 11 do presente mês, em que se mede o resultado multidimensional das componentes da competitividade, coesão e qualidade ambiental, em 30 sub-regiões do país, incluindo as regiões autónomas.

Os resultados confirmam algumas das piores angústias dos que contemplam a litoralização consumada do nosso desenvolvimento: apenas cinco sub-regiões situadas no litoral superam a média nacional e possuem níveis europeus aceitáveis. As restantes 25 obtêm resultados medíocres ou francamente negativos.

Um país que após 39 anos de democracia e liberdade não consegue corrigir as assimetrias do território falhou a lógica de um desenvolvimento pleno e legítimo — incapaz de existir se os meios e os instrumentos aptos a realizá-lo estão concentrados numa breve faixa litoral do país, largando o resto do território à desertificação e à astenia de capacidades e competências. É forçoso, nesta matéria, constatar um falhanço objetivo de todos, mas todos os Governos constitucionais.

Aplausos do PSD.

Aí, não se cumpriu o sempre repetido grito de alegria de Sophia de Mello Breyner, quando cantava: «O dia inicial inteiro e limpo onde emergimos da noite e do silêncio…»

A crise e as diversas respostas internas que esta originou desde 2008, agravaram este problema não resolvido. O poder político, perante a iminência da crise financeira, não conseguiu escapar ao instinto natural da «fuga para o centro», imitando os moluscos com carapaça quando pressentem uma ameaça. Em claro contraste com os melhores exemplos europeus, Portugal é hoje um país em que o verdadeiro poder de decisão se encontra bastante mais centralizado do que há uma década.

Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Num momento em que as lógicas de crescimento económico são um imperativo da agenda política nacional, é tempo de superarmos este paradoxo. Não é possível realizarmos o desígnio de gerar riqueza, emprego, fomento industrial e engrandecimento económico sem ser através de políticas descentralizadas que aproximem o poder de decisão dos problemas que se visam resolver, das empresas e das pessoas.

No contexto em que nos encontramos, o crescimento da economia é tão importante como foi o medrar da democracia! Para tal, é necessário, também, que as políticas públicas sejam percebidas e reconhecidas como imprescindíveis pela generalidade dos cidadãos, bem como pelos agentes políticos que as deverão protagonizar, quer no Governo, quer na oposição.

William Shakespeare pensou como ninguém a política como uma arte feita de regras naturais e quase imutáveis enquanto a natureza humana for aquilo que é. Conta ele, na peça Henrique V, um episódio revelador da necessidade de os líderes observarem a realidade, utilizando parâmetros que sejam comuns aos que estão envolvidos num esforço coletivo.

Na véspera da batalha de Azincourt, em 1415, o mesmo ano em que os infantes portugueses, seus primos direitos, iniciavam a gesta da expansão com a conquista de Ceuta, e perante possibilidades ínfimas de vitória pois o exército francês superava em cinco vezes o número de ingleses, o jovem rei vestiu uma longa capa negra com um capuz que lhe escondia o rosto e passou toda a noite a conversar com os seus soldados, de fogueira em fogueira. Quis saber o que pensavam os homens acerca da liderança do rei, a sua estratégia e coragem, a sua sensatez para dar voz de comando. Os soldados não sabiam que falavam do rei perante o próprio nem este se deu a conhecer. Ouviu críticas, elogios, mas, sobretudo, percecionou os seus anseios e temores e pôde, desse modo, no dia seguinte, construir um modo idóneo de os motivar para uma vitória que não mais sairá da História.

Claro que não estamos a sugerir que os agentes políticos e os titulares de órgãos de soberania andem por aí embuçados a tentar distinguir, caso a caso, as angústias das pessoas — mas parece-nos inegável que, sem o entendimento razoavelmente alargado daquilo que se faz e por que é que está a ser feito, quase todos os esforços de reconstrução do país estarão seriamente ameaçados.

Pois é precisamente a batalha da reconstrução do país que temos diante de nós.

Temos de reconstruir a confiança em nós mesmos, como povo e como Nação. Temos de reconquistar a nossa autonomia financeira e económica para reganharmos a nossa livre e plena determinação. E o grande apetrecho que o sistema democrático contém para o conseguir é o esforço de consenso. Nenhuma reedificação do todo nacional é possível sem que se forje um largo consenso entre os agentes políticos e sociais que não queiram escapulir-se das suas responsabilidades.

O consenso extravasa a simples regra da maioria. O consenso não é impelir os demais a seguirem a nossa própria visão das coisas.

Numa imagem erradamente atribuída a Benjamin Franklin, a democracia formal é vista como uma votação em que dois lobos e um cordeiro decidem qual será o seu almoço — a fábula costuma ensinar que a liberdade consiste em dotar o cordeiro de instrumentos capazes de impedir a decisão óbvia, valorizando o papel da liberdade como meio de defesa das minorias e dos mais débeis.

Só que resta um problema a solucionar — afinal, qual será o almoço? É precisamente aí que o consenso encontra o seu papel primordial na ordem democrática. Sobretudo, em épocas de aflição coletiva como aquela em que estamos.

Se, como dizia Habermas, a democracia normalmente vive do «dissenso razoável», os momentos históricos de especial agrura coletiva exigem a busca incessante e porfiada de encontrar pontos comuns entre os vários interesses divergentes.

Temos, hoje, todos nós, um enorme desafio coletivo acerca da crença nas virtudes da democracia, na viabilidade do desígnio da integração europeia e na imprescindibilidade da cidadania que participa no Estado de direito e na construção do bem comum.

Mas que ninguém se iluda — a luta pelo bem comum terá sempre de ser resultado de um esforço comum.

É necessário atingir-se aquilo que John Rawls denominou como consenso de sobreposição razoável — ou seja, obter acordos essenciais a partir dos desígnios comuns de uma comunidade politicamente organizada em democracia e em liberdade.

Ou, regressando a Habermas, a reconstrução da unidade nas sociedades democraticamente desgastadas, pluralistas e multiculturais da atualidade partirá de um processo denominado «unidade comunicativa», que serve precisamente para criar a unidade na diversidade, possibilitando a convivência das várias diferenças.

Este esforço de consenso terá forçosamente de ser realizado por políticos que pensem a política como um exercício de perceção global da realidade e lhe apliquem decisões direcionadas para o bem comum — em caso algum, a visão volitivamente afunilada de um tecnocrata conseguirá cerzir aquilo que foi rompido.

Celebrar Abril é, também, fazer o elogio da política democrática e percebermos que todas as formas modernas de totalitarismo iniciaram o seu triste caminho com investidas genéricas contra os políticos, sobretudo contra o poder parlamentar.

Que fique bem claro: os portugueses, quer os de hoje, quer os das gerações futuras, não nos perdoarão se, nesta hora tão amarga, nos obstinarmos no jogo, intelectualmente árido e inconsequente, de passar culpas de uns para os outros pela desgraça em que todos estamos e sem encontramos soluções viáveis para dela sairmos.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Repetimos a pergunta inicial: como fazer *jus* a este dia que aqui celebramos? De todos nós, o povo português espera entendimentos, compromissos e soluções sustentadas e sustentáveis que lhe permita viver a democracia e a liberdade como cidadãos de um país do primeiro mundo.

Temos de quebrar de vez as sangrias cíclicas de emigração em que Portugal subsiste, há mais de 150 anos. Queremos que esta geração mais nova, tão preparada e desesperada, que agora nos deixa, regresse em breve ao seu país. E queremos que a próxima geração fique cá, ajudando a sua Pátria a ser mais livre, mais justa e mais forte.

Todos nós devemos isso ao 25 de Abril e, sobretudo, a Portugal e aos portugueses. Se formos capazes de gerar consensos sobre os desideratos essenciais que nos comprometam a todos e que a todos servirão, teremos ideado uma das mais bonitas melodias de Abril.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional e demais Tribunais Superiores, antigos Presidentes da República, Sr. Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e demais Representantes Institucionais das Forças Armadas, antigos Presidentes da Assembleia da República, Sr. Núncio Apostólico, Srs. Embaixadores e Representantes do Corpo Diplomático, Sr.as e Srs. Deputados, Excelentíssimas Autoridades, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Um dia na vida dos indivíduos e dos povos pode conter o infinito. Assim foi 25 de Abril, o fim de um tempo sombrio, a política com a sua pulsão emancipadora a ganhar o ponto de partida. Em explosão de alegria, a liberdade foi trazida às nossas mãos para que todos nos tornássemos criadores do mundo.

Todos os impulsos libertadores da História concretizam sempre um sonho realista, um sonho de justiça reclamado pela evidência flagrante da realidade. Porque é a intensidade da realidade que torna os sonhos possíveis, é ela que nos confere a coragem da superação, da mudança redentora.

A viragem de Abril é o culminar das muitas pretensões da vida, todas cheias de frustração e dor, da insuportabilidade de um espaço público nulo e do seu consequente deserto de direitos. Não há nada de mais inumano do que a escolha impossível. Abril veio contra a negação da escolha política, contra a negação da justiça pública, contra a negação das escolhas individuais também, porque só uma justiça pública lhes pode dar verdadeiramente as condições.

De reagir contra esta espécie de «estado de não valor», onde, como diz Hermann Broch, cabem todos os males, Abril ofereceu-nos a democracia. A democracia como única possibilidade de realização da política, a verdadeira, fazedora da emancipação de todos e de cada um. Com a liberdade nos fazemos senhores de um poder de construir submetido à crítica. Tornamos possível o impossível. Abril é esta teodiceia das possibilidades do humano, a um tempo real e ideal, carregada no poder da escolha, esta teodiceia de um humanismo sem limites, tão bem registada numa das mais belas passagens da

literatura, na letra de Saramago, quando diz que «os homens são anjos nascidos sem asas, é o que há de mais bonito, nascer sem asas e fazê-las crescer».

Se há uma espécie de metafísica da celebração do 25 de Abril, ela é, sem dúvida, a celebração mesma do espaço público como lugar de emancipação, lugar de conjura para uma justiça maior, por todos construída e para todos.

Decisivamente, é este espaço público, como instância viva da política e da democracia, que traça o abismo entre os tempos sombrios de ontem e os tempos difíceis de hoje. É o espaço público, com a sua política interventiva e criadora.

Porque o que é a política se não isso mesmo, exercício de uma vontade que renuncia ao egoísmo confortável e ao distanciamento *snob* e que se atreve no desconforto da luz crua dos lugares públicos, para rasgar o horizonte de uma justiça para todos. Uma justiça pública que a solidariedade particular e avulsa pode ajudar, mas que nunca pode substituir.

Celebramos, pois, hoje, o espaço público com a sua política, que se recusa a ser lugar banal e oco de uma relação de domínio sem sentido. Celebramo-lo como espaço vital da autonomia do sujeito, onde se manifesta e cumpre a existência de cada um de nós. Porque, como disse Karl Jaspers, existir é agir em comum e comunicar. Celebramos, pois, o espaço público, com as infinitas possibilidades que a liberdade pública é capaz de deixar à felicidade privada.

Por isso mesmo, nestes tempos difíceis e de crise, temos que amar a democracia como nunca. Porque é nas suas regras que coletivamente seguramos os estremecimentos do presente. Temos que amar essas regras contrafactuais e intemporais e ler nelas o código das soluções, a cifra para os novos paradigmas de organização do nosso tempo.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Minhas Senhoras e Meus Senhores: É este um tempo novo, de um mundo novo e surpreendente, um mundo de interações, feitas pela economia e a tecnologia, tomando a dianteira sobre os ritmos da política. É a sociedade mundial, da comunicação dos povos e do seu desafio do muito por fazer. A ponte entre o universal e o particular, a igualdade entre indivíduos sobre tradições culturais muito diferentes, o confronto ético entre a economia social de mercado e a *outra* economia, a integração dos Estados para construir uma justiça equitativa entre os cidadãos e os povos. Como diz Hannah Arendt, a solidariedade do género humano só pode ser relevante se estiver associada à responsabilidade política. Coisa que tem já o seu prenúncio na afirmação kantiana de que é preciso escrever a História de um ponto de vista cosmopolita.

E é sempre às bases da democracia que regressamos para enfrentar os novos desafios. Os desafios para as muitas e novas realizações do contrato social, de acordo com os tempos, desafios da esperança política. Também aqui Abril carregou um projeto moral e cosmopolita, numa espécie de intenção antes do tempo.

Pois, se há uma decifração para a crise, ela está em que a justiça, hoje, pressupõe a partilha política entre os Estados e essa partilha apenas dá os primeiros passos. Os movimentos da sociedade económica vão muito à frente das audácias da sociedade política. Ainda se ensaia por enquanto, e apenas se ensaia, a inteligência cooperativa dos Estados, a que é capaz de adaptar as políticas públicas à nova escala do ambiente social.

Entretanto, a crise interpela-nos sobre a consistência do discurso da democracia. Os cidadãos pedem à democracia que ela seja arte da liberdade, mas também arte de felicidade. Perguntam pelos seus resultados nas formas concretas de vida, perguntam pelo seu conseguimento. Decididamente, o teste que é feito à democracia é a justiça que ela é capaz de gerar.

Como está bem de ver no percurso da União Europeia que, enquanto comunidade de sucesso, conviveu muito bem com a decisão política relativamente fechada nos gabinetes. Agora que é também comunidade de riscos, testa a sua democracia na efervescência dos espaços vitais dos indivíduos e dos grupos e nas vivas pretensões da rua. É sempre às bases do jogo que regressamos para refazer a justiça, é sempre aos seus postulados mais intuitivos e evidentes que regressamos. A vida digna é indissociável da vida livre. A ideia corre o dia a dia das pessoas, a inquietação dos Governos, a dor que dói sempre que enfraquecem os direitos na nossa sociedade aberta.

Contra o desencanto democrático, todos temos que [*sic*] correr para vencer. Como se cada um de nós carregasse sozinho a esperança do mundo.

Os cidadãos com o seu ativismo. Os media, comprometidos que estão com a verdade e os direitos humanos. E, sobretudo, as lideranças políticas. Porque a política é, por natureza, a única ação capaz de uma eficácia universal. A política tem esta capacidade de reprodução das coisas, que lhe permitirá fazer da comunidade humana uma comunidade de comunicação moral. É aí, no mandato, que se afirma em toda a linha o sentido de serviço, a lembrar-nos, de certo modo, aquela expressão bíblica que diz que o primeiro de todos deverá ser o servo.

E todos podemos mudar o mundo a partir do lugar que ocupamos no mundo — a casa, o trabalho, o tribunal, a escola ou a lei. Afinal, a nossa aventura humana individual não é apenas nossa. É sempre uma aventura que está para além de nós, e é nessa transcendência que encontra o seu sentido. É o prodígio da ação humana, a fazer possível o «infinitamente improvável».

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Só no espaço moral da democracia é possível traçar a linha que separa sobrevivência e emancipação, isolamento e o estar no mundo, a anulação individual e cívica e as condições para a excelência humana.

Por isso, é também em nome do espaço público que é preciso combater a pobreza. A pobreza exclui da sociedade, exclui da participação na sociedade. A pobreza, com os seus muros, atinge a dignidade individual e a universalidade da democracia. Atinge-nos a todos.

E Abril veio como um grito contra todos os muros. Um grito de justiça para todos os lugares onde a vida mora, contra a pobreza, o esquecimento, a não participação também. Os muros que separam o sentido do nós e o sentido do outro. Contra outros muros ainda: os que separam os Estados à mesa das grandes decisões e impedem o passo em frente para o bem comum universal.

Por tudo isso, Abril foi um grito para além do seu tempo concreto. Um grito que nos desperta uma espécie de memória de futuro, de intenção para os novos espaços públicos, de uma humanidade alargada e mais humana. Sentimos que esse grito nos empurra, que ele faz o combate sagrado desta sala. Que nos desafia para a vontade moral e o conseguimento. Que nos diz que o mal das sociedades está nos seus muros e a justiça consiste em derrubá-los.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente da República vai dirigir uma mensagem ao Parlamento.

O Sr. **Presidente da República** (Aníbal Cavaco Silva): — Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Assinalamos hoje o aniversário daquela madrugada que, ao fim de 48 anos de ditadura, nos trouxe a liberdade e a democracia por que tanto ansiávamos.

Em 2014, iremos comemorar o quadragésimo aniversário do 25 de Abril. O 25 de Abril é património de todos e por todos os portugueses será festejado.

As efemérides nacionais são um motivo de celebração, mas devem ser também uma ocasião para refletirmos sobre os caminhos que percorremos no passado. Só assim conseguiremos extrair lições da História e transmitir a nossa experiência às novas gerações.

Dentro de dias, completam-se dois anos sobre a data em que o Governo português, perante a iminência de colapso do financiamento do Estado e da economia, se viu na contingência de reconhecer o inadiável.

O Governo de então teve de solicitar o auxílio externo da Comissão Europeia, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Central Europeu, instituições perante as quais se comprometeu através de um exigente Programa de Assistência Financeira que contou com o apoio de um amplo espetro partidário.

Ao fim destes dois anos, e com vista a melhor prepararmos o futuro que se avizinha, é tempo de fazer uma reflexão serena e objetiva sobre a execução do Programa de Assistência Financeira e sobre as alterações que entretanto ocorreram na União Económica e Monetária.

É indiscutível que a execução do Programa tem revelado consequências gravosas, que se fazem sentir duramente no dia a dia dos portugueses, em especial daqueles que não têm emprego. Mas, com idêntica imparcialidade, devemos também reconhecer os objetivos alcançados.

Entre esses objetivos, importa destacar o equilíbrio das contas externas, um resultado que não era atingido desde há muito.

Risos do PS.

De uma situação crónica de desequilíbrio, Portugal passou, em 2012, para uma situação excedentária na sua capacidade de financiamento ao exterior.

Uma parcela relevante deste sucesso deve-se ao aumento das exportações de bens e serviços, sobretudo com destino aos novos mercados situados fora da União Europeia, e ao aumento da sua componente tecnológica. Este é um caminho que provou ser acertado e que, como tal, deve ser prosseguido ainda com mais intensidade.

Uma pequena economia aberta ao exterior, como é o caso da economia portuguesa, apenas pode ser sustentável no longo prazo através de uma aposta inequívoca no investimento privado que garanta um setor exportador dinâmico e de elevado valor acrescentado.

Contudo, não podemos esquecer que uma parte do ajustamento das contas externas se está a realizar por via da redução das importações, devido à quebra acentuada da procura interna, fruto, em boa medida, da redução do rendimento disponível das famílias, das dificuldades de crédito das empresas e da incerteza e falta de confiança dos investidores.

Vozes do PS: — Ah!

O Sr. **Presidente da República**: — Por outro lado, através da execução do Programa foi possível reforçar a solidez do sistema bancário. Os bancos foram recapitalizados e apresentam hoje bons rácios de solvabilidade. Os portugueses têm razões para manter a confiança no nosso sistema bancário.

Não se pode ignorar, no entanto, que a rápida desalavancagem dos bancos produziu dificuldades acrescidas no financiamento de muitas empresas, sobretudo das pequenas e médias empresas.

O facto de as unidades produtivas, que exportam bens e serviços e que criam riqueza e emprego, suportarem encargos de juro muito superiores às suas congéneres europeias prejudica seriamente a sua competitividade, afeta as decisões de investimento e, no limite, põe em causa a sua própria sobrevivência.

Em face da fragmentação que se verifica no mercado monetário europeu, é urgente criar novas fontes de financiamento não bancário das empresas.

Devemos sublinhar também a realização, em diversos domínios, de reformas estruturais que, no médio prazo, irão contribuir para a melhoria de competitividade da economia portuguesa. Trata-se de um processo que não está concluído e que exige um esforço renovado e permanente de diálogo e compromisso em sede de concertação social.

Mas, sem dúvida, o aspeto que mais deve ser realçado destes dois anos muito difíceis é o sentido de responsabilidade revelado pelos portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O nosso povo foi confrontado com grandes sacrifícios e duras exigências e deu mostras da sua maturidade cívica, consolidada ao fim de quatro décadas de democracia. Não perdemos a identificação com os valores da democracia nem abandonámos o espírito de coesão nacional que sempre nos caracterizou.

Ao dramatismo de várias situações de carência, os portugueses têm respondido com um exemplar trabalho de entreajuda e com uma extraordinária solidariedade.

Os consensos políticos e sociais alcançados contribuem para vencer os desafios que Portugal enfrenta e também para o modo positivo como os credores e os mercados avaliam a execução do Programa de Assistência Financeira.

Este fator, aliado a uma maior determinação do Banco Central Europeu na defesa do euro, conduziu a uma descida muito expressiva das taxas de juro da dívida pública. Abrem-se, assim, boas perspetivas de regresso de Portugal aos mercados de financiamento externo no prazo previsto, um objetivo central do Programa com vista a garantir a liquidez imprescindível à atividade económica e ao funcionamento do Estado.

Dois anos decorridos sobre a concretização do Programa de Assistência Financeira, o reconhecimento objetivo de aspetos positivos não nos deve desviar a atenção do problema mais dramático que Portugal enfrenta: o agravamento do desemprego e o aumento do risco de pobreza, em resultado de uma recessão económica, cuja dimensão ultrapassa, em muito, as previsões iniciais.

O combate ao desemprego deve ser uma prioridade da ação governativa. Esta destruição de capital humano coloca graves problemas pessoais, familiares e sociais, tendo ainda um impacto muito negativo sobre o crescimento potencial da nossa economia.

Além dos jovens, onde o desemprego atinge os 40%, outro grupo tem sido gravemente afetado e infelizmente esquecido. Refiro-me àqueles que têm entre 45 e 65 anos de idade e que se encontram expostos, de forma particular, ao risco de exclusão permanente do mercado de trabalho. De um modo geral, são detentores de experiência e conhecimentos profissionais muito relevantes e possuem um capital de vida que não podemos desperdiçar.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — O efeito recessivo das medidas de austeridade inicialmente estabelecidas revelou-se superior ao previsto, provavelmente por falhas nas estimativas. A esse efeito somou-se uma conjuntura económica europeia mais adversa do que era esperado, designadamente em Espanha, o nosso principal parceiro comercial.

Assim, alguns dos pressupostos do Programa não se revelaram ajustados à evolução da realidade, o que suscita a interrogação sobre se a troica não os deveria ter tido em conta mais cedo.

Na verdade, o impacto recessivo das medidas de austeridade e a revisão, para pior, da conjuntura internacional têm afetado de forma muito significativa o esforço de consolidação orçamental, nomeadamente a redução do défice e a contenção do crescimento da dívida pública.

Neste contexto, as metas iniciais do défice público revelaram-se uma impossibilidade e acabaram por ser revistas. Agora, prevê-se que apenas em 2015 Portugal deixará de se encontrar numa situação de défice excessivo.

Ainda assim, deve salientar-se que o défice primário estrutural terá sofrido uma redução de 6 pontos percentuais do PIB nos últimos dois anos. É, objetivamente, um sinal positivo que deve merecer a atenção dos nossos parceiros europeus, na medida em que representa um esforço superior ao realizado pelos outros países que igualmente se encontram sob intervenção externa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Em todo o caso, parece hoje mais claro que teria sido preferível — aliás, em consonância com o Tratado Orçamental — ter fixado, logo no início do Programa de Assistência, que as metas para a correção do défice seriam definidas em termos de variação do défice primário estrutural, utilizando um mesmo universo orçamental.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — E, após esta intervenção externa, poderá ser preferível fixar limites ao crescimento da despesa pública, os quais, sendo mais fáceis de avaliar, tornam o processo de consolidação orçamental mais credível e mais transparente.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados: Uma avaliação objetiva do caminho percorrido nestes dois anos deve ter em linha de conta as alterações muito significativas que entretanto ocorreram na governação da União Económica e Monetária, com vista a dar resposta à crise verificada na zona euro.

As regras de disciplina e supervisão orçamental a que os Estados-membros estão sujeitos foram substancialmente reforçadas, especialmente através dos pacotes normativos "*six-pack*" e "*two-pack*" e do Tratado Orçamental, que entrou em vigor a 1 de janeiro deste ano.

Significa isto que, depois do Programa de Ajustamento, Portugal, à semelhança de todos os outros países da zona euro, continuará sujeito a um acompanhamento rigoroso por parte das autoridades europeias, de modo a garantir o cumprimento das regras de equilíbrio orçamental e de sustentabilidade da dívida pública.

Neste cenário, é uma ilusão pensar que as exigências de rigor orçamental irão desaparecer no fim do Programa de Ajustamento, em meados de 2014.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — Com efeito, nos termos do Tratado Orçamental, o país terá de assegurar um défice estrutural não superior a 0,5% do PIB e o rácio da dívida pública de 124%, previsto para 2014, terá de convergir no futuro para 60%. Para alcançar estes objetivos, Portugal terá de manter *superavits* primários muito significativos durante um longo período.

Tudo isto se irá processar num quadro em que já não beneficiaremos de empréstimos externos nos moldes até agora praticados, ficando inteiramente dependentes dos mercados para satisfazer as necessidades de financiamento da economia e do Estado. É fundamental que todos os portugueses estejam bem conscientes desta realidade.

Tendo em conta estas exigências, que se irão prolongar por muitos anos, o país não pode afastar-se de uma linha de rumo de sustentabilidade das finanças públicas, de estabilidade do sistema financeiro e de controlo das contas externas. A não ser assim, seríamos obrigados, se as instituições internacionais estivessem na disposição de o fazer, a um novo recurso à ajuda externa e, dessa vez, muito provavelmente, em condições mais duras e exigentes do que aquelas que atualmente tantos sacrifícios impõem aos portugueses.

Que não haja ilusões.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — Portugal tem de preparar-se para o final do Programa de Assistência, que irá ocorrer já no próximo ano.

Os nossos agentes políticos, económicos e sociais têm de estar conscientes que deverão atuar num horizonte temporal mais amplo do que aquele que resulta dos calendários eleitorais.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sejam quais forem esses calendários, sejam quais forem os resultados das eleições, o futuro de Portugal implica uma estratégia de médio prazo que tenha em atenção os grandes desafios que iremos enfrentar mesmo depois de concluído o Programa de Assistência Financeira em vigor.

Protestos do PS.

Nessa altura, o país tem de estar em condições estruturais de credibilidade e governabilidade capazes de garantir a confiança das instituições da União Europeia e dos mercados financeiros, pelo que, no plano político, é imperioso preservar a capacidade de gerar consensos em torno do caminho a seguir para alcançar os grandes objetivos nacionais.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Se se persistir numa visão imediatista, se prevalecer uma lógica de crispação política em torno de questões que pouco dizem aos portugueses, de nada valerá ganhar ou perder eleições,...

Protestos do PS.

... de nada valerá integrar o Governo ou estar na oposição.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É essencial que, de uma vez por todas, se compreenda que a conflitualidade permanente e a ausência de consensos irão penalizar os próprios agentes políticos, mas, acima de tudo, irão afetar gravemente o interesse nacional, agravando a situação dos que não têm emprego ou dos que foram lesados nos seus rendimentos, e comprometendo, por muitos e muitos anos, o futuro das novas gerações.

Protestos de Deputados do PS.

É indiscutível que se instalou na sociedade portuguesa uma "fadiga de austeridade", associada à incerteza sobre se os sacrifícios feitos são suficientes ou, mais do que isso, se estão a valer a pena. Estas são interrogações legítimas, e todos têm o direito de colocar. Mas, do mesmo modo que não se pode negar o facto de os portugueses estarem cansados de austeridade, não se deve explorar politicamente a ansiedade e a inquietação dos nossos concidadãos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Reafirmo a minha profunda convicção de que Portugal não está em condições de juntar uma grave crise política à crise económica e social em que está mergulhado.

Protestos do PS.

Regrediríamos para uma situação pior do que aquela em que nos encontramos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — A Assembleia da República, através da respetiva comissão parlamentar, pode contribuir para consciencializar os portugueses para as exigências com que Portugal será confrontado no período pós-troica. É decisivo para o nosso futuro coletivo que essas exigências sejam devidamente tidas em conta nas estratégias político-partidárias.

Em nome dos portugueses, é essencial alcançar um consenso político alargado que garanta que, quaisquer que sejam as conceções político-ideológicas, quaisquer que sejam os partidos que se encontrem no Governo, o país, depois de encerrado o atual ciclo do Programa de Ajustamento, adotará políticas compatíveis com as regras fixadas no Tratado Orçamental que Portugal subscreveu.

Por outro lado, uma análise séria e cuidada da situação portuguesa leva-nos à conclusão de que a consolidação sustentável das contas públicas e a preservação da coesão social exigem urgentemente medidas de relançamento da economia.

É usual dividir-se o programa de austeridade financeira em três fases: a primeira é a de emergência, quando tem de se atuar rapidamente e com a maior energia para estancar a hemorragia e salvar o doente; a segunda fase é a da implementação das reformas que promovam o saneamento das contas públicas e a competitividade da economia; a terceira fase é a da tomada de medidas de relançamento da economia, para que a cura não acabe por matar o doente.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Apesar das dificuldades e da necessidade de prosseguir esforços no domínio da consolidação orçamental, não é possível adiar a entrada de Portugal na terceira fase. Sem crescimento económico, não haverá consolidação orçamental sustentável e de longo prazo.

De entre os fatores relevantes para o crescimento económico, destaco a competitividade e estabilidade do sistema fiscal, pelo papel que pode desempenhar na captação de investimento.

Por outro lado, seria conveniente que o Orçamento do Estado deixasse de ser um instrumento para alterações profundas do sistema fiscal, devendo servir apenas para ajustamentos em função da conjuntura. A segurança jurídica e a competitividade e previsibilidade fiscal são elementos decisivos para as decisões dos agentes económicos e, logo, para o crescimento do país.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — Sr.as e Srs. Deputados: Após algumas hesitações iniciais, a União Europeia começa a perceber que os problemas verificados em alguns países são problemas que a todos afetam e que a crise na zona euro não se resolve apenas com a imposição de políticas de austeridade e a aplicação de sanções aos Estados com défices excessivos.

Nos últimos dois anos, verificou-se um reforço da coordenação das políticas económicas e estruturais dos Estados-membros, a qual tem no Semestre Europeu o seu principal mecanismo. Neste domínio, e tendo em conta as decisões do Conselho Europeu, é possível perspetivar avanços muito significativos no médio prazo.

O Banco Central Europeu, por sua vez, anunciou a disponibilidade para intervir ilimitadamente no mercado secundário de dívida soberana de países sujeitos a programas de assistência. Tratou-se de um marco decisivo para combater os ataques especulativos que vinham minando a zona euro.

Tenho insistido num ponto de importância crucial: o Banco Central Europeu deve assumir-se, cada vez mais, como um verdadeiro Banco Central, configurando-se, inclusivamente, como um «emprestador de último recurso».

Aguarda-se a entrada em vigor do Mecanismo Único de Supervisão, primeiro passo para a construção de uma união bancária europeia, enquanto a criação de instrumentos de dívida comum tarda em ser colocada na agenda europeia, apesar de ser reconhecida como uma resposta determinante para debelar a crise da zona euro.

Apesar dos desenvolvimentos recentes, temos de reconhecer que esta crise veio expor sérias fragilidades da União. Para além da lentidão e tibieza na resposta à crise do euro, o maior fracasso da União Europeia residiu — e reside — na promoção do crescimento económico e do emprego.

Em 2012, a zona euro registou uma contração do produto de 0,6 % e as previsões apontam para que a situação continue a evoluir negativamente, neste ano de 2013. A taxa de desemprego na União subiu consecutivamente nos últimos cinco anos — 26 milhões de pessoas estão desempregadas, das quais 5,7 milhões são jovens.

A zona euro encontra-se no quinto trimestre consecutivo de queda do produto, no sexto trimestre consecutivo de queda da procura interna, no sétimo trimestre consecutivo de queda do investimento.

Vozes do PS: — Porque será?

O Sr. **Presidente da República**: — Podemos dizer que a União Europeia falhou na coordenação das políticas económicas. Quando, aos países que executam programas de consolidação dos défices públicos, se juntam políticas contracionistas nos outros Estados-membros, é óbvio que a consequência será uma recessão no conjunto da União, como agora se está a verificar.

Por sua vez, o Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020, aprovado pelo Conselho Europeu no passado mês de fevereiro, embora tenha deixado Portugal numa posição mais favorável do que aquela que resultava das propostas iniciais, não corresponde, de modo algum, à resposta europeia exigida pela situação económica e social da União. O Parlamento Europeu tem denunciado essa insuficiência de uma forma clara e inequívoca.

Note-se ainda que a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional, na conceção dos ajustamentos negociados com os países em dificuldades de financiamento, não tiveram em devida conta o impacto recessivo das medidas propostas e as suas consequências.

As instituições financeiras internacionais, fazendo uso da sua força persuasiva, enquanto credores, terão induzido os governos dos países em dificuldades a aplicarem medidas que violam regras básicas de equidade, regras que constituem alicerces das sociedades democráticas contemporâneas. Ameaçando a coesão e a paz social, perturbaram a estabilidade das democracias constitucionais e geraram novos sentimentos antieuropeus.

Em matéria fiscal, princípios essenciais de justiça foram esquecidos, exigindo-se sacrifícios muito diferentes a cidadãos que se encontram na mesma posição quanto aos fatores relevantes de bem-estar. A decisão do Eurogrupo sobre Chipre foi o caso mais recente, com consequências nocivas para a adesão dos cidadãos ao projeto europeu.

Em 2013, a União assinala o Ano Europeu dos Cidadãos. É tempo de as instituições e os líderes europeus ouvirem a voz da cidadania. Temos, de uma vez por todas, de reconquistar a confiança dos europeus num projeto que assegurou a paz durante décadas e que deve garantir o desenvolvimento harmonioso entre os vários Estados-membros, com respeito pelos princípios da justiça e da dignidade humana.

Atualmente, com 26 milhões de desempregados, a Europa põe em causa a dignidade de um número vastíssimo de seres humanos. É urgente inverter esta situação, é urgente repensar o rumo que tem vindo a ser seguido para vencer a crise do euro.

Há quase 40 anos, Portugal mostrou ao mundo como é possível mudar de regime sem violência. Agora, pelo nosso sentido de responsabilidade, devemos contribuir para a construção de uma Europa mais solidária, mais justa e mais unida.

Foi esse o sonho nascido em abril de 1974. Pelo futuro das novas gerações é altura de cumprirmos aquilo que Abril imaginou!

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — Declaro encerrada a Sessão Solene Comemorativa do XXXIX Aniversário do 25 de Abril.

2014

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — Srs. Deputados, declaro aberta a Sessão Solene Comemorativa do XL Aniversário do 25 de Abril.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — Dou agora a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes», pelo Sr. Deputado José Luís Ferreira.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Convidados:

Passados 40 anos sobre aquela límpida madrugada de sol e esperança com chuva de cravos e de sonhos, que imprimiu cor, liberdade, democracia e paz aos dias que lhe seguiram, que nos trouxe tanta e tanta coisa, falamos hoje de Abril.

Porque Abril é o dia de que é preciso falar, todos os meses, todos os dias, mas, hoje, mais do que nunca. Falar de Abril, sem amarras e sem permitir que a mentira lhe roube a luz, a alegria inicial e o sonho de um povo que, 40 anos depois, continua a aspirar por um país capaz de se reencontrar com os valores que nessa madrugada foram convocados para fazer parte do nosso destino coletivo.

Falar dessa madrugada é falar dos capitães de Abril, que, com uma determinação singular e de forma absolutamente elevada, foram capazes de dar corpo ao sentir de um povo inteiro.

Mas é também falar da resistência, do inconformismo e da coragem de tantos homens e mulheres que, partilhando causas e valores, que consideravam justos, lutaram durante anos por esse dia de sol e de esperança e de chuva de cravos e de sonhos.

Por isso, em nome do Partido Ecologista «Os Verdes», gostaria de saudar os capitães de Abril e os homens e mulheres que lutaram por um país livre, capaz de promover a paz e a justiça social.

Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Falar de Abril é falar de uma jornada. Uma jornada que enterrou definitivamente uma ditadura, ao mesmo tempo que nos abriu as portas para um mar de possibilidades.

Abril deixou para trás a censura, a perseguição, as prisões políticas, a tortura, a guerra e o «adeus, até ao meu regresso».

Para trás ficou um país a preto e branco, cinzento, descalço, onde a mortalidade infantil imperava e o analfabetismo era moda, onde o ensino era só para os ricos, o tal ensino de que alguns têm hoje saudades. Saudades do tempo em que se batia e humilhavam as crianças e os jovens e que mantinha o ensino ao nível da propaganda fascista, onde a régua e a cana-da-índia eram instrumentos de trabalho como o ponteiro, a lousa ou o quadro.

Tudo isso e muito mais Abril remeteu definitivamente para os arquivos da nossa história.

Mas hoje, 40 anos depois, ainda que nos digam que são provisórios, sentimos indícios do ressuscitar de situações que pensávamos que Abril havia resolvido.

Antes de Abril, a saúde comprava-se e a pobreza ganhava contornos de generalidade; a fome espreitava as casas e instalava-se até à mesa de muitas famílias portuguesas; a reforma era um caminho

que obrigava os idosos a percorrerem as ruas de mão estendida; o trabalho não era um direito, mas um favor dos patrões.

Infelizmente, qualquer semelhança com o que vemos hoje não é apenas pura coincidência!

Na verdade, Abril promoveu uma substancial melhoria nas condições de vida das pessoas, representou um impulso no progresso social sem precedentes na nossa história e o pensar deixou de ser crime.

Conquistámos importantes direitos políticos e sociais, que constituem, hoje, um valioso património da nossa democracia, de que é exemplo a institucionalização do salário mínimo nacional; a generalização do 13.º mês; o direito a férias e ao respetivo subsídio; a democratização do ensino; a universalização do direito à segurança social e à saúde; a generalização das pensões de reforma e do subsídio de desemprego, e, sobretudo, ganhámos o direito a sonhar com um futuro melhor. O sonho de um país livre, com justiça social, pautado por um desenvolvimento sustentável e de preservação dos recursos naturais.

40 anos depois de 74, Portugal é um país melhor, sem dúvida, mas o percurso de lá até aqui, com particular enfoque nos últimos três anos, deixa-nos fortes motivos de preocupação.

Abril está a perder força! A procura da justiça social está a ser descaradamente abandonada e o Estado social está a ser intencionalmente destruído. A fome espreita já em muitos lares portugueses. E se em cada esquina tínhamos um amigo, agora, em cada esquina, temos duas pessoas sem trabalho.

Volta, assim, a ganhar cada vez mais atualidade a música do Sérgio quando nos diz: «somos tantos a não ter quase nada, porque há uns poucos que têm quase tudo».

Mas isto nada tem a ver com Abril, pelo contrário, tem a ver com as opções dos vários Governos dos últimos 38 anos, que, intencionalmente ou não, se foram afastando dos ideais de Abril, que, aos poucos, acabaram por vender a nossa produção, destruíram a nossa economia e empobreceram os portugueses.

O resultado das políticas desses Governos, sobretudo do atual Governo PSD/CDS, está à vista: o desemprego atinge números nunca vistos; metade das pessoas desempregadas não tem acesso a qualquer apoio social; transformou-se o direito ao trabalho num favor da entidade patronal; corta-se nas prestações sociais; corta-se nos salários e nas pensões; impõe-se um brutal aumento de impostos; a justiça é só para alguns; a saúde passou a ser um luxo e o transporte de doentes uma miragem; a educação é só para quem tem capacidade económica; transformam-se os jovens licenciados em emigrantes; transformam-se empresas do Estado, que dão lucro, em negócios chorudos para o setor privado; transformam-se cidadãos com direitos em clientes com necessidades que se satisfazem no mercado; agravam-se as problemáticas ambientais; deixa-se a nossa costa à mercê do clima e da agitação marítima; procura-se mercantilizar recursos fundamentais à vida como a água; privatiza-se a EGF, deixando fora do controlo democrático o setor dos resíduos, que é um setor estratégico e fundamental para o país, para a saúde, para a qualidade de vida das pessoas e para o equilíbrio ambiental, e que é um grupo rentável com lucros acumulados nos últimos três anos da ordem dos 62 milhões de euros. Um verdadeiro monopólio natural!

A remoção do amianto não passa de um manto de promessas vãs; transforma-se a política de conservação da natureza numa oportunidade de negócio; levam-se os baldios aos compartes; extinguem-se freguesias e desrespeita-se a autonomia do poder local.

E, já que não multiplicam o pão, multiplicam a pobreza, que atinge hoje níveis nunca vistos depois da Revolução. A pobreza não para de aumentar, como não para de crescer a injustiça na distribuição da riqueza. Mais de 40 % dos desempregados e 11 % dos empregados são pobres e o risco de pobreza entre os menores de 18 anos é atualmente de 24 %.

Aumenta o fosso entre os mais ricos e os mais pobres, sendo que há dois milhões e meio de portugueses em risco de pobreza, em virtude do desemprego, dos salários baixos, da carga fiscal e dos cortes nas pensões.

Hoje, em Portugal, empobrece-se a trabalhar!

Do outro lado, estão os milionários, que, apenas num ano, aumentaram as suas fortunas em 17 %.

E aqui ficam alguns exemplos dos lucros das grandes empresas no ano de 2013: Portucel — 210 milhões de euros; Galp — 310 milhões de euros; Sonae — 319 milhões de euros; Jerónimo Martins — 382 milhões e euros, BES — 517 milhões de euros; EDP — 1005 milhões de euros.

Recordo que estamos a falar dos lucros de 2013, um ano de crise para a generalidade dos portugueses; quanto a 2014, estas empresas ainda vão beneficiar da baixa do IRC que o Governo concedeu às grandes empresas.

De facto, a arrogância do poder financeiro, que condena à pobreza e à exclusão social grande parte da população portuguesa, traz-nos à memória os *Vampiros do Zeca*: «Eles comem tudo e não deixam nada.»

No meio de todas estas injustiças, os catequistas da austeridade, do empobrecimento, dos cortes e dos ajustamentos, falam de sinais positivos, do milagre económico, de previsões otimistas, do crescimento económico, mas, com tanta conversa, a verdade é que os portugueses continuam a empobrecer, a verdade é que a austeridade está a encurtar a vida dos mais velhos e a forçar a emigração dos mais novos, está a aumentar o horário de trabalho e a colocar as pessoas a trabalhar mais anos e a receber menos da reforma. Com tanta austeridade e com tantos sacrifícios é oportuno perguntar: o que é feito do dinheiro?

Bom, aqui fica uma ajuda: 12 000 milhões foram para a banca; 7300 milhões por ano são pagos em juros da dívida; 1045 milhões são concedidos em benefícios fiscais, só em 2013; 850 milhões são para pagar os encargos com as parcerias público-privadas; 1008 milhões em contratos *swap*; 7000 milhões para o BPN e mais uns milhões para os submarinos.

Abril transformou o país para melhor. Muito melhor! Houve uma mudança estrutural e material. Mas se hoje estamos como estamos, devemo-lo às políticas dos Governos, que nestes 38 anos foram muitos, é verdade, mas os partidos que os apoiaram foram só três.

O poder dos mercados não pode estar acima do poder do Estado. Os mercados estão a tentar expulsar o Estado da economia e a mercantilizar o Estado social e os Governos têm vindo a permiti-lo.

Abril nada tem a ver com isto e, portanto, é justo que os portugueses penalizem em futuros atos eleitorais os partidos responsáveis pela situação. Já que o Governo não muda as políticas, os portugueses deveriam ter oportunidade de mudar de Governo.

40 anos depois, é altura de os portugueses exigirem o reencontro com os valores de Abril e exigirem um Governo que respeite a Constituição.

Viva o 25 de Abril!

Aplausos de Os Verdes, do PCP e do BE.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — A próxima intervenção é do Bloco de Esquerda, pela Sr.ª Deputada Mariana Mortágua.

Tem a palavra, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. e Sr.as Deputados, Sr.as e Srs. Convidados:

A minha geração não conheceu outro regime que não a democracia de Abril. Não habitámos esse não tão longínquo país de uma ditadura imposta por um regime fechado, violento e corrupto, mas devemos tudo a quem se lhe opôs e trouxe para Portugal o século XX.

Eu e tantos que não viveram durante esse longo março, devemos tudo, mas mesmo tudo, às mulheres e aos homens que tiveram a coragem de desafiar o medo e desejar uma revolução. Essas pessoas devem, por isso, ser lembradas e respeitadas. Respeitadas porque não se deve nem se pode viver sem memória, mas, sobretudo, porque é assim que Portugal se encontra consigo próprio neste dia.

Antifascistas, revolucionários românticos, ex-presos políticos, sindicalistas da resistência, soldados, capitães de Abril, queremos saudar-vos. A vossa voz merecia ser ouvida, aqui e hoje, porque é a voz de todos os que vos devem a voz. Assim se faria a mais notável democracia, sem tutelas nem complexos, juntando o passado e o presente de um país que nos exige a responsabilidade da memória.

Não nos faltam, no entanto, excelentes razões para festejar esse tempo de mudança que foi a revolução.

Ela venceu o regime que subjugava os povos colonizados, que protegia afilhados, promovia torcionários e distribuía o resultado daquilo que era produzido por todos a um punhado de financeiros e de industriais situacionistas.

Ela venceu o regime que promovia o analfabetismo e condenava milhões à indigência, que condenava as mulheres a uma cidadania de segunda e os homossexuais a cidadania nenhuma, que fazia um Estado forte na polícia política, na censura e na guerra, mas fraco na cultura, na saúde e na educação.

Ela, a Revolução, venceu a ladainha que dizia que a honra vinha da pobreza, da submissão e do temor.

Abril atingiu a casta dominante que se alimentava e era alimentada pela ditadura, fez mossa nos seus privilégios, no seu direito de explorar e oprimir um país, criou uma democracia, trouxe a pluralidade das escolhas, o confronto de ideias e trouxe futuros possíveis, mas não só: empenhou-se na ideia que a democracia e a liberdade se forjam na igualdade, na justiça e na solidariedade e, com base nessa ideia, construiu o Serviço Nacional de Saúde, a escola pública, a proteção social, a decisão coletiva sobre os bens públicos e esse é o enorme Portugal de Abril de que nos orgulhamos.

Bem sei que há hoje quem se desencante com o que foi feito deste país de Abril. Afinal, renderam a nossa democracia à ditadura dos mercados e é em seu nome que governam. Merkel *locuta est, causa finita est*! Se Merkel falou, a conversa acabou! Se Berlim manda, o Governo cumpre. Se os mercados murmuram, o país estremece.

Estranha forma de democracia esta, em que toda a governação é feita a pensar nos mercados e avaliada por eles e em que, em seu nome, se rejeita a existência de qualquer alternativa a este fanatismo "austeritário" destruidor.

A justificação desta traição é a culpa: culpa dos idosos, que insistem em ter uma pensão para a qual descontaram; culpa dos desempregados, que provocam despesa social; culpa dos doentes, que tomam medicamentos a mais; culpa de um povo de trabalhadores, que viveu acima das suas possibilidades; culpa de um povo, que ousou deixar de ser pobre e, por isso, perdeu a honradez.

Moralismo sinistro este de quem diz a Portugal que governe para punir, para sacrificar e para redimir.

Moralismo sinistro este de quem se orgulha da "cultura de excelência" da escola do fascismo que só produziu analfabetos, de quem tolera a praxe violenta e humilhante.

Moralismo sinistro este de quem impõe a sua novilíngua, chama oportunidade à emigração forçada; empreendedorismo à venda de pipocas; requalificação ao despedimento; reforma do Estado ao desmantelamento dos serviços públicos.

Entretêm-nos com esta longa lengalenga que a educação é cara, que a saúde é dispendiosa e que as pensões não são sustentáveis. Uma lengalenga interminável para que nunca perguntemos: quanto custa e a quem dá a ganhar toda esta austeridade? Quanto custa e a quem dá a ganhar a passagem do que é público para o privado?

E, chegados aqui, vêm reclamar aquilo que ninguém em democracia ousou reclamar: querem a eternidade do seu poder. Reclamam um pacto de regime ou, nos termos orgulhosos de quem sempre regressa ao local do crime, o consenso do arco da governação.

Aos mercados incomoda essa maçadoria chamada democracia e os governantes, para lhes fazer a vontade, apelam a um consenso e é o que repetem todos: de Merkel ao FMI, do BCP ao Banco de Portugal.

Mas o país não pode suportar a escolha entre a austeridade nefasta e a austeridade fofinha. A austeridade não é um remédio, é uma peçonha!

Fizeram de 10 milhões de cidadãos as cobaias de um laboratório e os resultados estão à vista: cinco anos do maldito remédio e o país tem menos gente, mas mais pobres. Este país não é para velhos, porque não respeita o seu passado, mas também não é para jovens, porque não se pode ser jovem tendo nada à frente.

O consenso, que, aqui e hoje, vai ser refrão, é o embuste dos governantes que querem silenciar o país para continuarem a governar para os mercados. Chamam consenso à passagem do tempo da troica para o tempo do tratado orçamental. Um salto limpo da panela para a frigideira, pois não é de finanças saudáveis que trata o tratado orçamental e muito menos da sustentabilidade do modelo social europeu.

O que o tratado quer instituir é a subjugação de todas as políticas a uma regra financeira, o que o tratado diz é que a democracia acaba onde o défice começa e que só há uma forma de cumprir a regra: austeridade.

Este consenso da austeridade e do tratado orçamental é a ameaça que paira sobre o nosso futuro. Em seu nome é tecida uma outra constituição, não escrita, não votada, não escrutinada. É a lei dos credores e dos mercados, que querem sobrepor-se à Constituição de Abril.

Em seu nome, legitima-se o despedimento sem justa causa, alteram-se leis sem justa causa, cortam-se direitos sem justa causa.

Um cantor, do outro lado do mundo, usou as palavras certas para descrever a regressão social que tenta tomar conta do nosso país e do nosso presente: «Eu vejo o futuro repetir o passado/Eu vejo um museu cheio de grandes novidades.»

Pois nestes 40 anos reclamamos o poder transformador desse dia que rompeu com um passado sem futuro. Foi Abril que nos trouxe aquilo que é nosso, que é partilhado e que faz a democracia.

E a democracia é feita, pela sua própria natureza, de alternativas, e elas existem, como ficou bem claro com a abrangência do apelo pela reestruturação da dívida. A prioridade é essa; o desafio é este: não nos respondam com ameaças, com os afobos da Comissão Europeia ou os trovões dos mercados! Falem-nos de soluções.

As soluções são difíceis, mas existem. A solução é: coragem. As pensões dos idosos valem mais que as rendas garantidas; as pessoas valem mais que os mercados; a democracia vale contra o empobrecimento e Portugal vale mais que a Goldman Sachs.

Senhoras e Senhores, faço parte de uma geração que já nasceu e cresceu em democracia. Não é por saudosismo que falo de Abril, é por vontade de futuro. E um futuro feito de inevitabilidades é uma fraude, não há democracia sem escolha. Quando nos dizem que, independentemente do que escolhermos, o nosso futuro a 20 ou 30 anos já está decidido, é a própria democracia que estão a colocar em causa.

Se Abril nos ensinou algo foi que o mais impossível, uma revolução, pode ser criado pela vontade popular. Celebrar a Revolução é lembrar cada tijolo com que se construiu a liberdade e, com ela, a democracia.

Alguém se atreve então, na evocação desse dia luminoso, a dizer que este país deve desistir de ser soberano na sua democracia? Alguém se atreve a dizer que é nossa condição eterna obedecer aos humores dos credores e dos mercados?

Hoje, aqui, usamos a voz que Abril nos deu para dizer que Constituição do nosso povo, os seus direitos, a sua soberania para escolher o futuro não são hipotecáveis às mãos dos mercados.

Como na canção: «Viemos com o peso do passado e da semente/Esperar tantos anos torna tudo mais urgente/E a sede de uma espera só se estanca na torrente.»

A esta torrente, a esta semente, a esta urgência, a este povo e a esta gente chamamos liberdade.

Viva a democracia! Viva o 25 de Abril!

Aplausos do BE, do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — A próxima intervenção é do Partido Comunista Português, pelo Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Convidados:

40 anos, sendo um tempo curto na história de um povo, é um tempo largo nas nossas vidas, que permite extrair lições e ensinamentos sobre o ato e o processo mais moderno e avançado da nossa história contemporânea, a Revolução de Abril.

Ato de libertação e processo de transformação, realização, conquista e participação, não esquecendo nunca o país que tínhamos resultante do regime fascista de quase meio século de opressão, que usava a violência contra o povo não por sadismo, mas, antes, como instrumento repressivo de proteção e sustentação da ditadura terrorista dos monopólios e latifúndios.

Guerra, isolamento internacional, atraso económico, social, cultural e civilizacional, analfabetismo, emigração em massa, liberdades individuais e coletivas juguladas, desigualdade entre homens e mulheres, com um povo sofrido mas de onde emergiam os lutadores, comunistas e outros democratas e patriotas, que, passando por terríveis provações, com muitos anos de prisão, perseguição e repressão, apesar das feridas e cicatrizes, sabiam que resistir era já vencer, mesmo sem saber em que data seria essa vitória.

Aconteceu naquela madrugada de Abril de 1974. Corajosamente, um setor das Forças Armadas, determinado pelos capitães para quem o povo e as instituições democráticas têm uma dívida de gratidão,...

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

... inicia um levantamento militar de desfecho imprevisível imediatamente apoiado e secundado por um levantamento popular.

Esta fusão operacional e original do povo e das Forças Armadas foi decisiva porque, sem iniciativa popular, o movimento militar não venceria, tal como o movimento popular sozinho não teria êxito.

Movimento popular que quis afirmar, de forma inequívoca, o seu apoio à Revolução logo nas primeiras horas, mas, particularmente, naquele primeiro 1.º de Maio em liberdade convocado pela Intersindical Nacional e que encheu as ruas e praças das vilas e cidades.

A consigna Povo-MFA não foi uma consigna imaginada em gabinetes por estrategas militares ou por políticos imaginativos, mas o reconhecimento, aprovação e definição de um desenvolvimento real e concreto do processo de conquista da liberdade e da democracia e sua instauração e institucionalização com a Revolução de Abril.

Em todo o processo que se seguiu, nenhuma das suas realizações foi oferecida ao povo português, nem por salvadores, nem pelo poder político, nem pelos militares. Foram por ele conquistadas, reconhecidas pelo MFA e consignadas pelos Deputados constituintes.

As liberdades de imprensa, de associação, de reunião, de manifestação; uma nova estrutura económica liberta do poder dos monopólios, travando a sabotagem económica e conduzindo às nacionalizações de setores básicos e estratégicos, valorizando o papel das pequenas e médias empresas;

conquistando a reforma agrária, combatendo a ação dos latifundiários, desbravando terras incultas e desenvolvendo a produção agrícola e pecuária nas terras do sul, criando emprego; conquistando, mais a norte, o direito ao uso e a gestão dos baldios pelos povos; conquistando direitos laborais, sociais e culturais, liberdade sindical, direito à greve, a não ser despedido sem justa causa, proteção na infância e na velhice, direito ao ensino, à saúde, à proteção social, direito à igualdade das mulheres no trabalho, na família e na sociedade, direitos da juventude; conquistando o direito de decidir sobre os problemas das suas terras e o seu desenvolvimento, concretizado no reconhecimento do poder local democrático.

Conquistas que acabaram por ser consagradas na Constituição aprovada por uma Assembleia Constituinte, ela, em si mesma, expressão plural da conquista do direito de votar, de eleger e ser eleito.

Não, não foi uma Revolução perfeita ou produto de uma experiência laboratorial, mas muito menos foi um ato e um processo em que fosse preciso mudar alguma coisa para ficar tudo na mesma. Não se esperava que os poderosos, a classe dominante desapossada do poder, assistisse passivamente ao processo de transformação que punha em causa os seus interesses e privilégios.

Foi uma Revolução onde os trabalhadores e o povo decidiram assumir o seu papel de obreiros, construtores e donos do seu devir coletivo, materializando sonhos, aspirações e reivindicações, abrindo as portas de um país encarcerado ao mundo, libertando outros povos que também lutavam para se libertarem do jugo do colonialismo, cuja presença hoje, aqui, também saudamos, pondo fim à guerra e propondo a paz e a cooperação entre os povos. E aos que querem reescrever a história, lembramos que foi a Revolução de Abril, e não outro processo, que abriu as portas de Portugal à Europa e ao mundo.

Comemorando, continuamos e continuaremos a dar combate à reescrita da História, à negação da existência do fascismo, às falsas atribuições do papel de cada um na revolução e na contrarrevolução que se seguiu.

Durante décadas, sucessivos Governos, exercendo o poder, executando a política direita que dura há 37 anos, recuperaram e restauraram de novo o poder do grande capital, submetendo o poder político ao poder económico, rasgando ou engavetando compromissos assumidos com o povo e com a Constituição, com Abril.

Sim, é verdade que muitas das principais conquistas de Abril foram destruídas, que se assiste à recuperação pelos novos e velhos senhores do capital das parcelas de domínio perdido com Abril, voltando a amassar fortunas nuns poucos, agravando as injustiças, o aumento da exploração e do empobrecimento, a dependência do estrangeiro.

Sobre o povo que se atreveu a resgatar a sua dignidade e o poder e a soberania que nele deve residir, volta a classe dominante e os seus executantes a decretar a resignação e a submissão, não suportando a luta nem os lutadores.

Sr.ª Presidente, aos que contemplam hoje a sua obra de destruição e fazem planos para muitas décadas de austeridade e sofrimento, nós dizemos: o projeto de Abril inscreve-se ainda na Lei Fundamental. Os seus valores continuam a ter validade e atualidade.

Do desenvolvimento económico, tendo como objetivo a melhoria da qualidade de vida das populações e o pleno emprego, emanam os valores da justa e equilibrada distribuição da riqueza, da economia ao serviço das pessoas e da justiça social.

Da reforma agrária e dos baldios emana o valor da terra a quem a trabalha e o ancestral valor comunitário da terra; das nacionalizações emana o valor, a necessidade e a possibilidade de pôr fim ao poder dos monopólios; dos direitos laborais emana o valor do trabalho e dos trabalhadores; do Estado para responder às necessidades do país em oposição ao Estado que temos como instrumento de uns poucos, emana o valor do Estado ao serviço do povo; da independência e soberania nacionais emana o valor do povo português decidir do seu futuro e da sua Pátria.

Tais valores estão presentes na sociedade e na consciência, hoje abalada, mas latente, que a Revolução deu aos portugueses e nos direitos que resistem.

Consciência que a liberdade vale, consciência dos direitos do ser humano ancorados no coração de quem viveu e participou no ato e no processo da Revolução.

Dir-nos-ão que mais de metade da população não tinha nascido ou era criança quando aconteceu Abril, mas na consciência das novas gerações, quando hoje lutam pelo direito ao trabalho com direitos, contra as injustiças, a precariedade e o desemprego, quando lutam contra as propinas ou os cortes das bolsas, em defesa da escola pública, quando vêm à rua gritar a sua indignação contra a troica e a submissão ao estrangeiro, quando entendem a liberdade como algo tão natural e insubstituível como o ar que respiram, então, mesmo que eles não lhe deem esse nome, na sua consciência fermentam e alicerçam-se os valores de Abril, que hão de projetar-se no futuro de Portugal.

Uma política e um Governo que estão a dar cabo do presente da juventude e a querer roubar-lhe a alegria de viver é que estão condenados à derrota e a não ter futuro.

Para o PCP, partido da resistência e da luta antifascista, partido de Abril, se há coisa que aprendemos é que, mesmo quando tudo parece ameaçado ou perdido, é pela luta, pela força do nosso ideal, com uma política de verdade, pela confiança no povo português, com a convergência dos democratas e patriotas, que temos a convicção inabalável que nada está perdido para todo o sempre, que é possível uma vida melhor num Portugal de progresso, livre e democrático, com uma política patriótica e de esquerda, uma democracia avançada inseparável dos valores que emanam desse acontecimento extraordinário que foi a Revolução de Abril, que hoje celebramos.

Lutaremos por isso, com aquela esperança que não fica à espera, com aquela confiança que Ary dos Santos, poeta de Abril, expressou no seu poema que «quando o povo acorda é sempre cedo».

E se Abril e os seus valores continuam a ser e a ter mais projeto que memória, então, valeu e vale a pena.

Aplausos do PCP, do BE e de Os Verdes.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — A próxima intervenção é do CDS-PP, pelo Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal

Constitucional e demais Tribunais Superiores, Sr.ª Procuradora-Geral da República, Altas Autoridades Civis e Militares, Srs. Membros do Governo, Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

Comemorar 40 anos de 25 de Abril é comemorar 40 anos de democracia. É comemorar 40 anos de liberdade. É sublinhar a coragem de quem se opôs, é lembrar que só há revoluções quando não há reformas, é recordar que o espírito do 25 de Abril — a liberdade de todos e para todos — foi confirmado pelo 25 de Novembro. Por isso, vivemos em democracia pluralista.

No CDS, esta sempre foi a leitura que fizemos do 25 de Abril, uma leitura abrangente, sem complexos ou dogmas de qualquer natureza.

O 25 de Abril tem autores que devem ser reconhecidos, mas o 25 de Abril não tem proprietários exclusivos ou especiais, o povo português é o seu único dono.

Nesta cerimónia, está presente a memória dos militares que tornaram o 25 de Abril possível, sem derramamento de sangue, dado o esgotamento do regime e a ausência de uma transição. Mas lembramos também que ao 25 de Abril se sucedeu um processo revolucionário que pretendia sobrepor a legitimidade armada à legitimidade do voto.

Saudamos, por isso, o papel determinante dos civis e dos militares que, com igual coragem e sentido de compromisso, fizeram prevalecer o Estado de direito democrático.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Comemoramos os 40 anos do 25 de Abril sabendo que o 25 de Abril não é exclusivo de ninguém, nem à esquerda nem à direita; comemoramos os 40 anos do 25 de Abril sabendo que o 25 de Abril não deve ser instrumentalizado, pois não tem tutores nem permite exclusões.

Digo-o, nesta tribuna, pertencendo a uma geração que já nasceu em liberdade, cresceu em democracia e se habituou a viver num Portugal europeu.

Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Nasci em democracia, em 1975. Nesse momento, Portugal ainda vivia o processo revolucionário. Era um tempo de incertezas, vivido entre ilusões e desilusões, acertos, erros e desvarios, sonhos e excessos. Tempos e momentos em que ainda se procurava o caminho da verdadeira democracia.

Não conheci a guerra de África, nunca enfrentei a censura, não sei o que é viver com medo nem sei o que é viver sem liberdade. Sem liberdade de pensar, sem liberdade de falar, sem liberdade de participar, sem liberdade de escolher, sem liberdade de discordar, sem liberdade de construir, sem liberdade de criar e, até, sem liberdade de sonhar.

A liberdade, para a minha geração, é um valor natural, mas nem por isso, ou talvez até por isso, deixa de ser importante protegê-la.

Faço parte de uma geração que encara o 25 de Abril com naturalidade. Com a naturalidade de quem beneficiou do seu momento fundador e de quem tem consciência da alteração do conceito estratégico nacional que nesse momento aconteceu.

Uma geração que ganhou mundo no mundo com a livre circulação de pessoas; uma geração que caminha pelo mundo global da língua portuguesa com amizade entre povos e respeito pela soberania dos Estados que partilham uma língua e uma cultura universais; uma geração que sabe que a vocação europeia de Portugal não é certamente estranha ao mais antigo Estado-Nação com fronteiras estáveis na Europa, mas que sabe igualmente que para a identidade e futuro de Portugal há mais mundo além da Europa e o mar foi e será sempre o nosso ponto de partida.

Sr. Presidente, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Teixeira de Pascoaes dizia que «ser português é uma arte, uma arte que se aprende a partir das raízes». Uma arte, há que dizê-lo com orgulho e atitude positiva, que assumimos como herança e que temos obrigação de transmitir como legado.

Por isso mesmo, falemos também com franqueza do Portugal em que vivemos hoje.

Nos últimos 3 anos, a partir do resgate, Portugal viveu em regime de exceção.

A dependência dos credores retirou-nos autonomia política, a urgência financeira secundarizou muitos outros aspetos da nossa vida e estamos a poucas semanas de recuperar, com dignidade, muito esforço e sacrifícios, a parcela de soberania que a dívida nos tirou. Terminar a exceção também é resgatar a nossa liberdade!

Do ponto de vista económico, o resgate trouxe uma inevitável e dura recessão e o problema da dívida entrou, bruscamente, em casa das pessoas sob a forma de impostos ou desemprego.

Estamos já em tempo de viragem para um ciclo de crescimento; só esse crescimento será capaz de gerar emprego, temos as contas públicas mais equilibradas e só esse equilíbrio permitirá a necessária moderação fiscal.

Do ponto de vista social, foi fundamental procurar manter a coesão social, apesar de todas as dificuldades, e, progressivamente, devemos começar a corrigir as injustiças que o tempo do resgate causou.

Sabemos que é preciso olhar para as questões estruturantes do futuro, como a demografia, e temos de ser capazes de continuar a proteger os mais pobres entre os mais velhos.

Mas é também importante uma nova atitude, uma atitude pela positiva, que reconheça, com lucidez, aquilo

que hoje ainda é fonte de frustração, desilusão e até de afastamento, mas uma atitude mobilizadora capaz de unir em nome do que Portugal tem de muito bom, capaz de mobilizar para aumentar o nosso potencial, capaz de reformar para modernizar e capaz de corrigir para não vivermos novamente em tempos de aflição.

Não há um único português que deseje voltar a viver as condições que determinaram a emergência, o resgate e, muitas vezes, demasiadas vezes, o sofrimento.

Depois deste tempo de emergência, tenhamos a inteligência de abrir caminho a um ciclo de compromisso. Um ciclo de compromisso sobre como garantir a sustentabilidade das nossas políticas públicas; um ciclo de compromisso sobre como reformar o Estado social para o preservar e defender; um ciclo de compromisso sobre como desenvolver as políticas que fomentem mais crescimento económico, mais emprego e mais natalidade.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, sob a minha geração, a dívida caiu como uma hipoteca. O primeiro dever para o futuro é garantir que as próximas gerações não herdam um mar de dívidas para viver um sem número de restrições.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O outro dever para o futuro é reunir vontades, encontrar consensos e reconhecer que quando está em causa Portugal não há divergências insanáveis.

É precisamente isso que todos esperam de nós, os que viveram sem liberdade e os que, como eu, nasceram em liberdade.

O que queremos é Portugal, a Pátria de todos, a Nação secular, o país capaz de decidir com independência o seu destino.

Portugal estará sempre primeiro!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — A próxima intervenção é do Partido Socialista, pelo Sr. Deputado António José Seguro.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e Tribunal Constitucional, Ilustres Convidados, Sr.as e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Festejamos, hoje, o 25 de Abril, o dia da liberdade.

A liberdade que nos permitiu ser quem somos e usar da palavra neste Parlamento, democraticamente eleito. E é no uso dessa liberdade que as nossas primeiras palavras se dirigem aos portugueses que passam por enormes sacrifícios, estão desempregados, vivem em situações de pobreza, foram obrigados a emigrar, que vivem hoje pior do que viviam ontem.

Como escreveu Miguel Torga, «há a liberdade de falar e há a liberdade de viver, mas esta só existe quando se dá às pessoas a sua irreversível dignidade social».

A dignidade humana é a verdadeira regra de ouro das civilizações mais coesas e mais felizes. Não deixar ninguém para trás, não permitir que alguém possa ser atirado para as traseiras da vida é a primeira das nossas responsabilidades. É este ideal de sociedade, é este espírito de Abril que aqui reafirmamos como ambição e como compromisso.

Aplausos do PS.

O 25 de Abril é uma data fundamental da História de Portugal, que pôs fim à ditadura e à guerra colonial e abriu horizontes de futuro e de prosperidade para o povo português.

Por muitas que sejam, e são muitas, as imperfeições e as desilusões com o funcionamento do regime democrático, viver em democracia é sempre melhor do que viver em ditadura.

Daqui não resulta qualquer resignação sobre o estado a que chegou o funcionamento do nosso regime democrático. Longe de nós tal atitude. Acomodarmo-nos à situação constituiria a negação dos valores de Abril e uma traição à vontade de transformação social, que trazemos como um dos princípios estruturantes da nossa vida cívica.

É também por essa razão que comemorar o 25 de Abril jamais se resumirá a uma simples homenagem protocolar ou à rotina a que se assiste por obrigação.

Aplausos do PS.

Comemorar o 25 de Abril é um dever de todos os democratas, uma oportunidade para falarmos sobre o país e reafirmarmos os valores da liberdade, da igualdade e da fraternidade.

Aplausos do PS.

Mas este é também o momento para recordar que o 25 de Abril de 1974 não foi obra do acaso. Foi o resultado das decisões arriscadas de patriotas que, naquela madrugada, com ousadia, com generosidade e com desprendimento agiram e derrubaram uma ditadura.

Sabemos bem que as palavras que aqui dissermos ficarão sempre aquém da bravura e do exemplo dos capitães de Abril, mas é preciso dizer a palavra que melhor exprime a nossa admiração e a nossa gratidão:

Obrigado, capitães de Abril. Obrigado!

Aplausos do PS.

Obrigado pela vossa coragem, pela vossa generosidade, pelo vosso desprendimento.

Sr.as e Srs. Deputados: Os capitães de Abril conquistaram por mérito próprio um lugar na História de Portugal. Nada nem ninguém pode alterar esse julgamento que a História já consagrou.

Este reconhecimento aos militares envolve um abraço emocionado a Marques Júnior, que trouxe para a política a pureza dos ideais de Abril…

Aplausos gerais.

… e um tributo a Salgueiro Maia, cuja firmeza de caráter Manuel Alegre descreveu, com inspiração, como «a pureza inicial do gesto que liberta e se desprende».

Aplausos do PS e de Deputados do PSD.

Este é também o momento para evocar as portuguesas e os portugueses que arriscaram as suas vidas no combate à ditadura.

Este é também o momento para enaltecer a maturidade do povo português que recebeu o poder e o transformou, pacificamente, num Estado de direito democrático, contra todas as ofensivas totalitárias.

Raros são os povos que se podem orgulhar de tal feito, o que prova que quando estamos unidos, como povo, num sentimento comum de finalidade, ultrapassamos todas as dificuldades e vencemos todos os desafios.

Foi assim que instaurámos e consolidámos a democracia, com a aprovação de uma das constituições mais progressistas e modernas do mundo; foi assim que abrimos as portas das nossas escolas públicas a todos os portugueses, vencendo o privilégio, eliminando o analfabetismo e qualificando milhões de portugueses.

Foi assim que criámos um Serviço Nacional de Saúde para todos, que diminuímos a mortalidade infantil, que aumentámos a esperança de vida e que garantimos o acesso universal à saúde.

Foi assim que reduzimos a pobreza, que alargámos a proteção social e que combatemos as desigualdades sociais.

Foi assim que eliminámos as fronteiras, que nos tornámos protagonistas de pleno direito no projeto europeu e que Portugal se abriu ao mundo.

Sr.as e Srs. Deputados, a legitimação do regime democrático ficou a dever-se em boa parte ao ciclo de progresso que se gerou nestas quatro décadas de liberdade e ao notável esforço e capacidade dos portugueses na construção de serviços e sistemas públicos essenciais para uma maior justiça social.

É esta democracia, é este Estado social, a matriz do ideal europeu, que estão hoje ameaçados por governantes que prometem uma coisa e fazem outra, que não assumem as suas verdadeiras intenções nem as consequências das suas políticas,...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — ... e por um pensamento que se pretende único, em si próprio contrário à liberdade e que esconde desajeitadamente o maior ataque dos ultraliberais ao estado social e ao ideal europeu.

Aplausos do PS.

A mão invisível, de que os ultraliberais tanto falam, tornou-se infelizmente bem visível na vida dos portugueses. Essa mão empobreceu os portugueses, aumentou as desigualdades e está a destruir a classe média.

É também por isso que o tempo que vivemos não é um tempo como outro qualquer. Este é o tempo da coragem, da coragem para a construção de uma democracia de confiança, onde política e negócios não se misturam e a justiça não prescreve para os poderosos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Uma democracia de confiança que respeite e dê segurança aos portugueses que trabalharam uma vida inteira e que abra as portas do futuro à geração de jovens mais qualificada de sempre.

Uma democracia de confiança que desenvolva uma economia de mercado sem ser à custa dos direitos dos trabalhadores, uma democracia de confiança que fale verdade aos portugueses, que não esconda nenhuma dificuldade, que não prometa tudo a todos e que estabeleça políticas públicas de acordo com critérios de equidade e de sustentabilidade.

Um tempo de coragem também para afirmar um Portugal europeu, com pensamento e voz própria na Europa. Sem complexos, sem subserviência e sem ter que pedir licença a ninguém.

Aplausos do PS.

Nós valemos por nós próprios, temos orgulho na nossa História e honra em sermos portugueses.

Devemos, por isso, lutar contra esta nova cortina de ferro com que tentam dividir-nos entre países cumpridores e países incumpridores, entre norte e sul; entre centro e periferia, entre bons e maus países.

O ideal europeu é de união, não é de divisão. É um ideal de coesão e não de exclusão. É um ideal de cooperação e não de competição.

O projeto europeu é baseado na união de Estados livres e iguais, que adotam soluções comuns para problemas comuns, através da partilha de soberania.

Só assim a Europa justifica a razão pela qual foi criada e só assim a Europa vencerá esta crise, completando a zona euro, corrigindo os seus desequilíbrios e colocando um ponto final nesta imoralidade que consiste nuns países beneficiarem com a crise enquanto outros agravam as desigualdades do seu povo. A Europa precisa de mudar e Portugal tem de participar nessa mudança.

Sr.as e Srs. Deputados, tal como há 40 anos, o 25 de Abril não foi obra do acaso, também hoje não podemos ficar à espera que o futuro aconteça. Temos de o construir por nós próprios e a verdade é que está nas nossas mãos fazê-lo se queremos ser donos do nosso destino.

É que, ao contrário do que alguns procuram sugerir, enquanto há vida há sempre alternativa. Essa é também a lição do país de Abril. Foi o 25 de Abril que nos devolveu a liberdade e com ela o poder de mudar, mudar do «estado a que isto chegou» e construir um país mais próspero e um país mais justo.

Aplausos do PS.

Um país justo onde todas as crianças, todos os jovens, todos os adultos e todos os idosos tenham as mesmas oportunidades. É isso que o Estado social deve garantir. É para isso que é necessária a escola pública, o Serviço Nacional de Saúde e a segurança social pública.

Um país justo onde não importa de onde se vem, qual o apelido que cada um tem ou o local onde nasceu; um país onde não importa o dinheiro que cada um tem, nem a maneira como se veste ou quem ama; um país onde todos têm as mesmas oportunidades e todos têm os mesmos deveres. Este país é possível e está nas nossas mãos construi-lo!

É esta a lição de Abril: cumprir Portugal pelas nossas próprias mãos!

Aplausos do PS, de pé.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — A próxima intervenção é do PSD, pelo Sr. Deputado Luís Montenegro.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Presidentes dos demais Tribunais Superiores, Sr.ªs e Srs. Membros do Governo, Altas Autoridades Civis e Militares, Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Sr. Patriarca de Lisboa, Sr.ªs e Srs. Convidados, Sr.ªs e Srs. Deputados: Abril é futuro! Há 40 anos irradiou uma esperança nova, uma ambição de justiça, de liberdade, de democracia e de progresso.

Uma esperança nova e uma ambição carregadas de sonho, de saudável utopia e de afirmação da Nação.

Uma esperança nova e uma ambição de um povo inteiro, que haveria de se expressar na vida de todos e de cada um dos seus membros.

Uma esperança nova e uma ambição de cada pessoa, de cada português, poder ter uma oportunidade de realizar o seu projeto de vida, a sua intervenção cívica, a sua formação e sua opção.

Essa esperança e essa ambição, em condição de liberdade de escolha e de igualdade de oportunidades, são, desde Abril, constantes e permanentes. Podem materializar-se de forma diferente, mas mobilizam a política e os políticos hoje como há 40 anos.

Como um dia escreveu Alexandre O'Neill essa é «uma grande tarefa, um trabalho sem fim, um espaço útil, um tempo fértil». Por isso, Abril é sempre futuro. Por isso, mais do que lembrarmos Abril, somos e queremos ser coautores de um Portugal renovado.

Há 40 anos saímos de uma longa noite de ditadura; hoje queremos e vamos sair de uma outra "noite", a terceira que vivemos em 40 anos, em que hipotecámos a nossa liberdade e em que fomos forçados a viver um tempo de especial sofrimento.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

No Portugal renovado não queremos mais noites de resgates, de "troicas", de sacrifícios bruscos, de esforços-limite, não queremos mais austeridade de emergência.

Aqueles que não querem permitir que, um dia, Portugal volte a «antes do 25 de Abril» — e somos todos! — têm de ser os mesmos que não querem permitir que, um dia, Portugal volte ao «antes da troica».

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Os desequilíbrios orçamentais, a asfixia financeira, a ilusão económica, a insustentabilidade do Estado social e a oneração exagerada das futuras gerações constituem a ditadura dos dias de hoje.

Aplausos do PSD.

Uma ditadura diferente, mas que hipoteca a soberania, uma ditadura que frusta as oportunidades, que comprime a liberdade.

Com menos soberania, com menos oportunidades e com menos liberdade sofremos todos, mas sofrem sobretudo os mais vulneráveis.

A injustiça não dimana do processo de ajustamento ou recuperação, a injustiça radica na circunstância de termos sido obrigados a pedir um resgate externo.

Por essa razão poupámos o esforço aos portugueses que têm rendimentos mais baixos, por essa razão implementámos o Programa de Emergência Social e apoiámos a rede de solidariedade que existe e que está no terreno, porque todos sabemos que qualquer crise atinge sempre mais os mais frágeis. Nós, portugueses, sabemos bem disso! Sabemos porque vemos, partilhamos, acompanhamos muitos concidadãos que sofrem esse drama todos os dias, em especial os que não têm emprego. E sabemos também porque, como país, aconteceu-nos o mesmo, ou seja, Portugal sofreu mais com a crise dos últimos anos porque estava mais frágil.

O Portugal renovado que estamos a construir tem de evitar estas emergências: a das pessoas que, mais vulneráveis, sofrem mais e a do país que, mais frágil, também sofrerá mais.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: No Portugal renovado, à asfixia dos credores estrangeiros, contrapomos uma era de soberania e equilíbrio financeiro. Sem rótulos de lixo e sem resgates no horizonte.

No Portugal renovado, ao ciclo das obras públicas desgarradas, contrapomos seletividade e investimento nas pessoas, nos fatores de competitividade e na criação de emprego.

No Portugal renovado, propomos uma economia competitiva, geradora de emprego e que seja capaz de ser inovadora, audaz, e absorver os recursos humanos mais qualificados do país.

À fragmentação financeira da Europa contrapomos uma união bancária que dê às empresas portuguesas as mesmas oportunidades de financiamento das alemãs, das francesas ou das holandesas.

No Portugal renovado, ao despesismo injusto e injustificado do Estado, à cristalização de serviços inúteis e à duplicação de funções, contrapomos o maior esforço de contenção da despesa pública dos últimos 40 anos, reestruturando os serviços e melhorando o atendimento ao cidadão.

No Portugal renovado, reformamos o Estado, mas garantimos o Estado social, o acesso ao Serviço Nacional de Saúde, à educação e à justiça.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O político tem de estar sempre inconformado, senão mesmo envergonhado, enquanto houver cidadãos que não acedem à educação, à saúde ou à justiça por insuficiência de meios económicos. Mas para que isso aconteça é preciso que o Estado gaste só o que é preciso e só onde é necessário.

Como disse recentemente Vital Moreira, com suprema singeleza, «o pior que se pode dizer do Estado social é que ele só é financiável com dinheiro emprestado». E é verdadeiramente assim, porque o custo desses empréstimos, esse sim, põe em causa a sobrevivência das políticas sociais.

No Portugal renovado, podemos divergir dos modelos ou das opções, mas temos a obrigação de afastar incertezas e inseguranças no sistema de segurança social e de pensões e temos de garantir a sua sustentabilidade.

No Portugal renovado, temos de olhar para as políticas de natalidade e para as políticas de família e conjugá-las de uma forma integrada com os domínios laboral, fiscal e com as políticas públicas de habitação, de saúde e de educação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

No Portugal renovado, procuramos novas medidas para promover a coesão territorial.

Depois do ciclo das infraestruturas e dos equipamentos, a fixação das populações e a garantia da igualdade de oportunidades têm de assentar na dinamização das economias locais e dos setores do turismo, da agricultura e do fomento industrial.

No Portugal renovado, o poder local e regional são parceiros de desenvolvimento, numa lógica de responsabilidade, de proximidade, mas também de associativismo gerador de poupanças e ganhos de escala.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Este Portugal renovado é um Portugal europeu e um Portugal global. Não venceremos os nossos desafios se não encararmos esta dupla realidade sem temores ou pessimismo desmesurado.

Há 40 anos, Abril abriu-nos as portas da Europa. A Europa é o nosso espaço de cidadania e o nosso mais importante espaço económico.

No aprofundamento da integração europeia, nessa tarefa complexa e constante, somos e queremos ser parte das soluções e não parte dos problemas.

A Europa é um projeto de paz, de segurança, de liberdade, mas também de progresso social e económico.

Creio, aliás, que não prestamos um bom serviço à democracia e ao país quando desdenhamos da solidariedade europeia. Ela materializa-se de várias formas, normalmente numa atmosfera de negociação e tensão, mas está lá e, como europeus, os portugueses não devem ter vergonha de assumir: quando precisámos, a Europa respondeu-nos e acudiu-nos. Aliás, assim como nós, também no seio da Europa, respondemos e acudimos a pedidos de outros países.

Mas a frente europeia não é a única em que estamos. Como autores de outros processos de globalização, os portugueses têm especial vocação para se movimentarem na economia global. Exemplo disso são as nossas indústrias exportadoras, que, em tempos de recessão, não pararam de atingir e conquistar novos mercados.

Alicerçados numa nova fase da diplomacia económica, na potencialidade do espaço lusófono e na cooperação amiga e fraterna que mantemos com os povos que falam português e no patriotismo das nossas comunidades espalhadas pelo mundo, nessa rede de "novas feitorias", conseguimos não só projetar e manter a nossa cultura como agarrar esse espaço como uma oportunidade.

Srs. Presidentes e Srs. Deputados: Este Portugal renovado não é uma proclamação, é o futuro! É a nossa identidade! Renovar Portugal é realizar Abril.

Aplausos do PSD.

Quero afirmar, com toda a clareza, que essa tarefa não é exclusiva desta maioria, nem tão-pouco é tarefa exclusiva dos partidos políticos ou do sistema político, é tarefa da nossa sociedade, dos parceiros sociais, das instituições, das pessoas, dos jornalistas, dos professores, dos empresários, dos trabalhadores. É uma tarefa de todos e de cada um! Na sua atividade profissional, na sua família, no seu espaço de participação cívica, cada português constrói o nosso futuro coletivo.

A nós, políticos e representantes da vontade popular, cabe-nos tomar opções, apresentar alternativas, discutir ideias e projetos e estabelecer compromissos.

Numa democracia madura não há «divergências insanáveis» quando dois portugueses ou dois partidos debatem o futuro do país. Nas questões essenciais, desde logo no funcionamento do sistema político, na reforma do Estado ou na salvaguarda do Estado social, estabelecer compromissos, ainda que partindo de posições diferentes, não enfraquece a ação política, responde à vontade popular.

Aplausos do PSD.

Aliás, essa convergência na diversidade começa — deve começar! — mesmo dentro dos partidos políticos, sem dogmas, com espírito democrático e com abertura à sociedade.

Não tenho a pretensão de promover qualquer ingerência no funcionamento de partidos que não o meu, mas numa democracia de partidos, em que a organização do poder político é protagonizada maioritariamente por via deles, sou dos que pensam que não serão só as regras eleitorais ou mesmo as regras constitucionais que reformarão o sistema político e aproximarão os cidadãos da política.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Os partidos, que são, eles próprios, criados, formados e financiados pelos cidadãos, têm a obrigação de estar mais próximos, mais abertos e mais acessíveis às pessoas. E a sociedade, ao invés de estigmatizar os seus partidos, deve também olhá-los como um espaço onde se vive e se concretiza a democracia e deve promover a participação na vida partidária.

A dignificação da vida política, temos de o assumir, compete-nos a todos, independentemente de sermos poder ou oposição.

Quando, no PSD, ligámos a evocação dos 40 anos de Abril às comemorações dos nossos 40 anos existência quisemos dar esse sinal.

Assumimos a nossa quota-parte de responsabilidade, chamando as novas gerações ao contacto físico ou político com os nossos fundadores — Francisco Sá Carneiro, Magalhães Mota e Francisco Pinto Balsemão —, não para que perspetivem uma carreira política, mas para que intervenham e participem no espaço que Abril abriu, o espaço de discutir, debater e decidir o nosso futuro.

O Portugal renovado pressupõe uma sociedade onde as pessoas são livres de fazer as suas escolhas.

No centro da nossa ação está sempre a vida do indivíduo, a oportunidade que ele tem de escolher, mas também a garantia que o Estado lhe dá no que tange ao acesso aos bens essenciais.

Não acreditamos num Estado tutor nem num Estado empresário; acreditamos num Estado que fomenta o empreendedorismo e que regula a economia. Mas um Estado que não esquece os mais frágeis, que promove uma repartição mais justa de riqueza e que assegura a justiça, a segurança, a saúde ou a educação. Para quê? Para que todos tenham a mesma oportunidade e, em última instância, para que todos sejam livres.

Srs. Presidentes, Srs. Deputados: O Portugal renovado para os próximos 40 anos enquadra-se numa realidade que não conhece fronteiras nem proteções.

Precisamos de ajustar a nossa atitude a essa realidade. Vamos fazê-lo! Fá-lo-emos todos, social-democratas, socialistas, democratas-cristãos ou comunistas. Cada um com o seu contributo!

Fizeram-no os militares de Abril quando libertaram o país. Como diz o poema: «souberam, fizeram a hora e não esperaram acontecer.» Foram heróis e rasgaram o futuro.

Srs. Deputados, o partido que aqui represento tem uma matriz ideológica, mas não tem outra agenda que não seja o interesse de Portugal e o bem-estar dos portugueses.

Aplausos do PSD.

É de espírito aberto e dialogante que afirmamos as nossas convicções. Acreditamos na capacidade do povo português e cumprimos o mandato que nos foi confiado por ele. Não temos qualquer vertigem de poder e sabemos que a seguir a nós outros virão tentar, legitimamente, fazer melhor.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Isso é verdade!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Mas acreditamos muito que aquilo que Portugal e os portugueses estão a fazer tem de ser feito hoje.

Vamos debelar esta crise e vamos entregar aos vindouros um Portugal renovado.

Por isso, continuaremos a seguir o que Francisco Sá Carneiro afirmou há 35 anos nesta mesma tribuna: «Não vamos encher a boca com Abril nem com a democracia. Mas vamos trabalhar modestamente para o realizar.»

Aplausos do PSD, de pé, e do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente da Comissão Europeia, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal de Justiça e demais tribunais superiores, antigos Presidentes da República, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Sr.ª Procuradora-Geral da República, Sr. Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e demais representantes institucionais das Forças Armadas, Sr. Provedor de Justiça, Srs. Presidente e representante das Assembleias Legislativas dos Açores e Madeira, Sr.ª Representante do Governo Regional dos Açores, antigos Presidentes da Assembleia da República, antigos Primeiros-Ministros, Srs. Conselheiros de Estado, Sr. Núncio Apostólico, Srs. Embaixadores e representantes do Corpo Diplomático, Sr.as e Srs. Deputados, Excelentíssimas Autoridades, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

A escolha é a maior dádiva de Abril. O poder de escolher no que significa de maioridade e criação. Abril entregou-nos o poder de escolher as nossas formas de vida, que é isso que define a liberdade. Nenhum direito se afirma, nenhum ideal de excelência se realiza, nenhuma instituição se legitima se não se gera nesse poder inicial e fundador da escolha.

Abril marca uma trajetória coletiva de libertação, superação e realização. Desde o momento inicial, a coragem dos capitães heróis, resgatando para todos a luz do espaço público contra os tempos de sombra, a liberdade surgiu nas suas infinitas consequências: a descolonização; a Constituição com o discurso dos direitos; a passagem do poder militar ao poder civil; as transições democráticas que noutras partes do mundo se seguiram; a Europa e a aventura moderna e cosmopolita; e, agora, a democracia que se organiza para os dias difíceis da globalização, os dias da transformação do ambiente social e dos paradigmas políticos.

Abril transporta no poder da escolha o mandado de uma justiça emancipadora, a empreender por todos, em todos os lugares e todos os dias. Para isso deu-nos o estatuto maior de cidadãos, de autores do mundo e exige-nos, agora, a continuação coletiva das suas causas.

Se há uma ideia síntese para o programa eterno de Abril é que ele afirma o discurso público e o princípio da humanidade dos direitos: é o programa do contrato social legitimador por que todas as políticas são medidas; é a concretização do ideal iluminista de autonomia ou autogoverno que nos reconhece, a todos, a qualidade de sujeitos e pela representação nos faz legisladores da própria lei; é a autonomia que dá o mandato sagrado desta Sala.

Por isso, o ato de existência do Parlamento, no seu dia a dia de debate e deliberação, é, ele mesmo, uma quotidiana e continuada homenagem ao 25 de Abril de 1974. É no Parlamento que a justiça se garante e a mudança acontece.

Abril celebra o valor do consentimento como condição para as sociedades democráticas. O consentimento do povo, condição para o governo legítimo dos homens. No relato de um capitão de Abril, na abertura da exposição «O nascimento de uma democracia», foi o povo decisivo quando, todo inteiro na rua, se juntou aos militares e com eles fez a revolução vencer.

É sempre o consentimento do povo que nos dá a razão e a existência, que nos diz o que está certo, que nos dá o sinal da justiça pelos caminhos da sua intuição mais profunda.

Abril celebra o exercício da política, dentro e fora das instituições, os que se lançam na crueza da luz pública para responder às exigências da democracia; celebra os que se integram na cidade para que, afinal, todos sejamos integrados; celebra os fazedores da história, os poderes legítimos, os cidadãos ativos, anónimos e não anónimos; e celebra os grupos de cidadãos que se erguem contra a apatia e a desistência, contra a descrença e a desconfiança e, com as suas causas, batem à porta das instituições e são o desafio delas. O Parlamento recebe-os todos os dias. Pressente-se o seu papel estratégico na comunicação política do futuro. Eles contagiam e mobilizam para a participação e trazem à democracia uma nova vertente necessária, por assim dizer, deliberativa e informal e também afetiva.

Neste «teatro do mundo espontâneo», esses grupos articulam impulsos que servirão um dia os programas dos Parlamentos, dos Governos e dos partidos.

Dizia bem Tocqueville que é nessas comunidades de solidariedade, nessas redes de ação política no interior da comunidade maior, que é o Estado, que os cidadãos assumem a sua capacidade de escrutínio das políticas públicas, num debate em que as opiniões particulares se transformam em posições refletidas.

Este ativismo cívico que interage com as instituições é hoje essencial ao exercício da política.

Estamos longe do velho modelo de escrutínio simplesmente centrado em eleições periódicas. A representação não pode mais prescindir desses impulsos para que a democracia se cumpra. É a resposta necessária da democracia ao novo espaço público.

É, afinal, o espaço público da pós-modernidade, com o seu labirinto de interações, da integração dos Estados, da era digital, dos movimentos demográficos, dos mercados, do mundo sem centro e sem fronteiras. É o novo espaço público que, todo inteiro, nos comete a tarefa primeira de nele acomodar a substância moral do Direito, é o espaço público, hoje também como espaço de ressonância de um sentimento, que se acentuou nas últimas décadas, de esvaziamento de valores e perda de sentido.

Uma espécie de niilismo, de indiferença ou desistência desafia a ação política para a gigantesca tarefa de dar também, ela mesma, resposta a esta impressão de perda, como se lhe coubesse ainda a remoção do desencanto moderno para que Weber nos alertava, como se lhe coubesse ainda a busca de uma felicidade que não é apenas pública.

É, por isso, necessário recriar a crença nas possibilidades da liberdade política, que é, afinal, também a crença de cada um nas possibilidades de si mesmo, de se construir e transcender, porque a ação política é sempre «a renovação da condição humana, um segundo nascimento», para lembrar

Hannah Arendt. Nela, cada um de nós ganha sentido. Impossível a dignidade individual que abstrai do outro.

Temos, assim, que promover as condições para que cada um pense por si mesmo, pense no lugar do outro e pense de forma coerente. O que nos implica a todos, instituições, cidadãos e *media* na educação para a cidadania e no dever da verdade dos factos da esfera pública, para que o juízo público aconteça e a escolha inicial e fundadora ocorra.

Sr. Presidente, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Abril deu-nos a democracia na força da razão e no esplendor da forma. Disse-nos que todos os caminhos vão dar ao Homem e que a democracia encontra o seu teste decisivo, precisamente, nos graus de emancipação de cada sujeito e nas formas concretas de vida.

E é sobre a força do melhor argumento que construímos o novo, que garantimos o reconhecimento do outro como um fim e não como um meio. E, por inesperados e complexos que sejam os nossos desafios, é sempre no interior da democracia que eles encontram solução.

Abril chama-nos para a construção de um novo humanismo, o que inscreve o contrato social e os seus princípios da justiça na realidade deste tempo novo.

Abril chama-nos para a tarefa de integrar o legado da tradição iluminista e republicana na experiência contemporânea. É a celebração das possibilidades da liberdade, da política geradora e redentora. Sabendo que, para usar uma expressão da dialética, «a humanidade apenas coloca os problemas que ela sabe resolver», os problemas carregam em si, afinal, eles mesmos, a evidência da solução.

Sr. Presidente, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Sobre o valor moral da autonomia e da escolha construímos agora os novos paradigmas.

O novo paradigma para os Estados, de formas de associação sobre um direito cosmopolita.

O novo paradigma para a Europa, convocando um quadro comum de garantias sociais a corresponder à integração política e à convergência orçamental.

O novo paradigma para os movimentos demográficos, com a portabilidade dos direitos sociais e a abertura de novos canais legais de imigração.

O novo paradigma para uma relação emancipadora entre tempo de trabalho e tempo de lazer, para que o direito à qualidade de vida integre e liberte as múltiplas dimensões da existência de cada um.

O novo paradigma de humanização do Direito Penal sobre as formas pactuadas, da pena à ressocialização, e também a abordagem multidisciplinar desta. O Direito Penal é o teste permanente dos valores constitucionais, dos valores do contrato, os que ditam que todos somos sujeitos em todos os lugares e todas as circunstâncias.

São tantas as possibilidades da liberdade que estão no significado de Abril!

Sr. Presidente, Minhas Senhoras e Meus Senhores: A política é sempre o desafio que é feito pela escolha à fatalidade. É sempre ação que se atreve, é sempre audácia. Como foi Abril, quando nos fez a todos donos do nosso destino e resgatou o contrato social num dia de amor.

A nossa gratidão não tem limites.

Aplausos do PSD, de pé, do PS e do CDS-PP.

O Sr. Presidente da República vai dirigir uma mensagem ao Parlamento.

O Sr. **Presidente da República** (Aníbal Cavaco Silva): — Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros, Sr.as e Srs. Deputados, Digníssimos Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Celebramos hoje um dos dias mais marcantes das nossas vidas. No percurso pessoal de cada um, existirão certamente outros dias que são lembrados com especial emoção, mas nenhum outro evoca a nossa memória coletiva como o dia 25 de Abril de 1974.

Encontramo-nos hoje, aqui, perante uma Assembleia eleita de representantes do povo porque o 25 de Abril nos trouxe a democracia.

Em todo o país, os portugueses festejam esta data porque o 25 de Abril nos trouxe a liberdade.

Podemos dizer publicamente o que pensamos, podemos reunir-nos e manifestar-nos porque o 25 de Abril nos trouxe os direitos fundamentais.

Ao comemorarmos os 40 anos do 25 de Abril, devemos recordar o que foi viver sob um regime em que não existia liberdade, em que os governantes não eram democraticamente eleitos pelo povo, em que o povo não tinha voz para dizer o que pensava.

Perante as novas gerações, temos o dever cívico de realizar a pedagogia democrática da memória da ditadura. Os jovens do nosso tempo, aqueles que têm menos de 40 anos de idade, não viveram o 25 de Abril. Desconhecem o que é a experiência de viver sob um regime autoritário, a que o 25 de Abril pôs fim graças à ação decidida de um punhado de militares corajosos.

Neste dia, devemos dirigir uma saudação especial às Forças Armadas, que, nas alturas decisivas da nossa História, sempre souberam estar ao serviço de Portugal e dos portugueses.

Aplausos do PSD, de Deputados do PS e do CDS-PP.

Com o passar dos anos, será cada vez maior o número daqueles que sempre viveram em liberdade. É bom que assim seja, trata-se de um sinal de que a democracia perdura e se encontra enraizada no quotidiano das novas gerações, para as quais a vida em ditadura é algo tão distante como inconcebível.

É legítimo contestar opções que se fizeram ao longo destes 40 anos. Contudo, temos de ter presente uma realidade muito simples: só podemos contestar e criticar tais opções porque vivemos em liberdade e em democracia. A democracia não é apenas o melhor dos regimes. A democracia é o único regime que salvaguarda os direitos fundamentais da pessoa humana. E, num regime democrático, só há um critério para definir a legitimidade dos governantes: o voto expresso nas urnas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É isso que distingue a democracia de uma ditadura. Foi isso que Portugal conquistou há 40 anos.

Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados: Para que os jovens dos nossos

dias compreendam o significado do 25 de Abril, é necessário terem presente o caminho que fizemos nestas quatro décadas.

Instaurámos a democracia e aprovámos uma lei fundamental, a Constituição da República Portuguesa. Num contexto muito difícil, com o país na iminência de graves confrontos entre a população civil, as forças democráticas venceram a batalha da liberdade e da democracia constitucional.

Integrámos com sucesso os muitos milhares de portugueses vindos dos territórios africanos que se tornaram independentes. Sem traumas nem complexos, construímos com os novos países uma aliança fraterna, que afirma o valor da lusofonia no mundo inteiro.

Nas últimas décadas, verificaram-se avanços extraordinários no plano social, que devemos preservar para as gerações futuras.

Portugal conseguiu, de forma ímpar, reduzir a taxa de mortalidade infantil, que é hoje uma das mais baixas da Europa ocidental.

A esperança de vida dos portugueses aumentou significativamente. Hoje, contamos viver, em média, mais 15 anos do que em 1960.

Criámos um Serviço Nacional de Saúde que, através de um esforço de investimento público muito significativo, garante a todos os portugueses o acesso generalizado aos cuidados de saúde.

Também no domínio da educação, os progressos são notáveis: no pré-escolar, crescemos de cerca de 41 000 crianças matriculadas, em 1974, para mais de 270 000, em 2012. No ensino superior, o número de alunos quintuplicou entre aquelas datas. Em 1970, a população com ensino superior completo representava pouco mais de 0,5% da população residente, enquanto, de acordo com os dados dos últimos censos, essa proporção está acima dos 12%. Em 1970, um quarto da população era analfabeta, estigma que afetava particularmente as mulheres; 40 anos depois, a taxa de analfabetismo é pouco superior a 5%.

As mulheres alcançaram direitos de igualdade e ocupam hoje lugar preponderante na frequência dos níveis superiores de ensino e no mercado de trabalho.

No início da década de 80, não existia sequer uma autoestrada que ligasse Lisboa ao Porto. Atualmente, podemos percorrer todo o país de autoestrada, desde o Algarve até à fronteira com a Galiza. Portugal é um país dotado de uma vasta rede de infraestruturas físicas, culturais e desportivas, muitas vezes construídas por outra das grandes conquistas de Abril: o poder autárquico.

Fizemos um longo caminho para chegarmos ao dia de hoje, a um Portugal livre e democrático, a um país mais desenvolvido, em que as expetativas de bem-estar são semelhantes às dos restantes Estados da União Europeia.

No entanto, se os níveis de bem-estar são muitíssimo superiores aos que existiam em 1974, se os portugueses vivem hoje incomparavelmente melhor do que há 40 anos, a verdade é que temos ainda um longo caminho a percorrer para nos aproximarmos da média dos indicadores sociais dos países mais desenvolvidos da Europa.

Apesar do percurso que fizemos, continuamos insatisfeitos. É saudável que assim seja. É sinal de que não nos resignamos, que ambicionamos viver num país melhor, onde os nossos filhos e netos possam usufruir de maiores níveis de bem-estar.

Sr.as e Srs. Deputados, Portugal enfrenta hoje grandes desafios quanto ao seu futuro, desafios que não se esgotam na dimensão orçamental.

A diminuição da natalidade e o progressivo envelhecimento da população colocam problemas de ordem diversa e de indiscutível gravidade, desde a potencial insustentabilidade dos sistemas de proteção social até ao agudizar de situações dramáticas de exclusão e de solidão.

Cabe ainda, neste quadro, dedicar uma especial atenção aos efeitos do desemprego no tecido social português. Existe o sério risco de o desemprego de longa duração, sobretudo quando afeta portugueses com idades superiores a 45 anos e ameaça o seu retorno ao mercado de trabalho, pôr em causa alguns dos pilares fundamentais da nossa sociedade.

Entre esses fundamentos destacam-se a família, incluindo a rede informal de proteção que proporciona, e as chamadas classes médias, o sustentáculo das estruturas sociais modernas.

O combate ao desemprego tem de ser uma prioridade da ação política.

Por outro lado, diversos sinais apontam para um aumento de assimetrias que podem pôr em causa a coesão do país, como as desigualdades na distribuição do rendimento, as situações de pobreza, a desertificação de vastas parcelas do território ou as acentuadas disparidades entre o litoral e o interior.

Devemos ainda ter presente, de modo muito particular, a situação dos reformados, daqueles que, ao fim de uma vida de trabalho, se viram subitamente confrontados com situações que ameaçam o seu legítimo direito a uma existência com dignidade.

Cabe aos agentes políticos estar conscientes destes desafios e apontar um caminho de esperança aos portugueses.

Dispomos de potencialidades que ainda não explorámos como devemos, seja no domínio da economia do mar, seja no aproveitamento racional da floresta, seja, enfim, na valorização do património histórico e cultural.

Acima de tudo, Portugal tem um ativo que não pode desperdiçar: os seus jovens. As novas gerações dispõem de talento e de conhecimento como nenhuma outra geração teve no passado. Temos jovens investigadores e cientistas de mérito internacionalmente reconhecido. Foi feito um investimento público muito significativo na qualificação dos nossos jovens. A política científica de um país e a inovação e competitividade que resultam dessa aposta são decisivas para o futuro.

A valorização do nosso capital humano implica também um novo olhar sobre a diáspora, enquanto ativo estratégico de Portugal no mundo. Através de atos concretos, temos de criar redes e fortalecer os laços com as comunidades portuguesas e de lusodescendentes. Essas comunidades têm-me transmitido, em múltiplos encontros, o seu interesse em contribuir para o desenvolvimento do país.

Devemos valorizar o capital humano, igualmente, no que diz respeito ao próprio Estado. É legítimo, e porventura urgente, proceder a uma reforma da Administração Pública. Todavia, reformar a Administração não significa fragilizá-la num dos seus aspetos essenciais: a qualidade dos seus recursos humanos. Pelo contrário, só através de um reforço da qualificação dos trabalhadores do Estado e da justa recompensa do mérito, conseguiremos prestigiar o exercício de funções públicas e garantir que a Administração atue de forma eficiente, imparcial e independente, livre da pressão de interesses privados ou do clientelismo político.

Importa, aliás, que o combate à corrupção seja assumido como uma prioridade e que o interesse público seja sempre colocado acima dos interesses privados. No entanto, o combate à corrupção não pode fazer-se através de intervenções populistas, de acusações que desrespeitam princípios fundamentais da nossa ordem jurídica, como a presunção de inocência, o segredo de justiça ou o direito ao bom nome.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Os que trilham o caminho da demagogia podem ter uma popularidade efémera, mas nunca conseguirão combater eficazmente a corrupção. Pelo contrário, contribuem para descredibilizar as iniciativas sérias para a prevenir e as investigações em curso para a combater.

Na vida pública portuguesa, vê-se com preocupante frequência serem postos em causa valores essenciais, como o rigor e a seriedade, e até a urbanidade que deve pautar o convívio democrático entre os que têm ideias e opiniões divergentes. Em detrimento de uma análise dos problemas reais dos portugueses e de um estudo aprofundado de assuntos essenciais para o nosso futuro, privilegia-se o insulto e a difamação, o imediatismo e a superficialidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — Caso persista, esta tendência levará a um progressivo afastamento dos cidadãos, sobretudo dos mais jovens, relativamente à atividade política. E, desse modo, o necessário e saudável escrutínio cívico das instituições e da ação dos titulares de cargos políticos será substancial e perigosamente reduzido.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Os meios de comunicação social têm um papel decisivo a desempenhar e devem estar conscientes da responsabilidade que advém da influência que exercem sobre a opinião pública.

A comunicação social deve informar e esclarecer os cidadãos com objetividade e com rigor, dando espaço ao confronto de opiniões livres, mas fundamentadas. No dia em que a verdade e o rigor da informação forem totalmente sacrificados a favor do impacto sensacionalista, estaremos, afinal, a criar novas formas de ditadura.

Aplausos do PSD, de Deputados do PS e do CDS-PP.

Ao celebrar os 40 anos do 25 de Abril, podemos dizer que Portugal é hoje uma democracia consolidada, um Estado de direito em que as liberdades cívicas são respeitadas.

No entanto, e como é comprovado por diversos estudos de opinião, existe uma insatisfação crescente com o funcionamento do nosso sistema político. Os partidos devem fazer uma reflexão serena, mas urgente, sobre as causas dessa insatisfação.

Como já referi, tem-se agravado, entre outras, a tendência para privilegiar o acessório e o efémero em detrimento do essencial. Os partidos têm de perceber, de forma inequívoca, que, mais cedo ou mais tarde, a insatisfação com o sistema político e o desinteresse dos cidadãos acabarão por afetar a própria atividade partidária.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — A democracia não corre perigo, mas, 40 anos depois do 25 de Abril, é tempo de os partidos repensarem o sentido da sua ação e assumirem a responsabilidade que lhes cabe na construção do futuro de Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr.as e Srs. Deputados, o 25 de Abril fez-se há 40 anos, mas os seus ideais continuam vivos. A luta por um Portugal livre e democrático, por um país mais desenvolvido, é um traço de união entre os portugueses.

O dia 25 de Abril não tem proprietários nem deve servir de arma de arremesso na luta política.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente da República: — Os ideais de abertura ao diálogo democrático que inspiraram o regime que instituímos há 40 anos mantêm plena validade no Portugal de hoje.

O 25 de Abril não foi feito para dividir os portugueses, mas, sim, para uni-los em torno de um desígnio comum.

Sem prejuízo da natural diversidade de opiniões e do confronto de ideias que é próprio de uma democracia, os desafios que Portugal enfrenta atualmente são de uma tal dimensão, que não se compadecem com uma prática política que faz prevalecer a crispação e o conflito.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Perante a dimensão desses desafios, que não se colocam a um partido ou a um governo em concreto, mas a Portugal inteiro, temos de tomar uma opção decisiva: ou persistimos numa visão de curto prazo, olhando para aquilo que nos divide, ou pensamos Portugal numa perspetiva de futuro, partindo daquilo que nos une.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — O nosso combate não é menor do que o daqueles que fizeram o 25 de Abril. Conquistada a liberdade, consolidada a democracia, este é o tempo de lutarmos por um país mais desenvolvido e mais justo.

Portugal só será um país mais justo se for mais desenvolvido. E Portugal só será um país mais desenvolvido se existir um esforço coletivo para alcançarmos um compromisso de futuro quanto aos grandes desígnios nacionais.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É tempo de abandonarmos a política de vistas curtas, ditada pelo taticismo e pelos interesses de ocasião.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Precisamos de um discurso de esperança que mobilize os portugueses para os desafios que temos à nossa frente.

Precisamos de professores motivados, investigadores empenhados, servidores do Estado valorizados, agentes culturais criativos, jovens empreendedores, uma comunidade de empresários e trabalhadores com espírito vencedor.

Ao fazer uma retrospetiva destas quatro décadas, facilmente concluiremos que só nos aproximámos dos ideais de Abril quando soubemos unir-nos nas opções essenciais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — Unimo-nos contra a ameaça de novos totalitarismos, em tempos difíceis em que este Parlamento chegou a ser cercado e os seus Deputados foram sequestrados.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Unimo-nos quando conseguimos aprovar uma Constituição que é a matriz fundadora do nosso regime democrático e do Estado social de direito.

Unimo-nos quando aderimos à Comunidade Europeia e nos tornámos num Estado-membro que mereceu o respeito dos seus congéneres pela forma dinâmica como, por mais de uma vez, soube assumir a presidência da União.

Sempre que estivemos unidos, estivemos mais próximos dos ideais de Abril.

Não é por acaso que o espírito de compromisso e de entendimento entre as diferentes forças políticas está na base das regras do sistema democrático consagradas na nossa Constituição.

Não se trata de confundir a abertura ao compromisso com uma unanimidade de pontos de vista, nem com uma neutralização da dinâmica de alternância que é própria das democracias. Por isso mesmo, é difícil compreender que numa democracia consolidada agentes políticos responsáveis não consigam alcançar entendimentos sobre questões essenciais para o nosso futuro coletivo. Temos de acreditar que os obstáculos acabarão por ser ultrapassados.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados, vivemos hoje um dia histórico, em que Portugal celebra os 40 anos do 25 de Abril. Devemos celebrar o passado com sentido de futuro. Só assim estaremos à altura do presente em que vivemos. O presente exige de todos nós a mesma coragem com que, há 40 anos, construímos juntos um Portugal livre e democrático.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — Declaro encerrada a Sessão Solene Comemorativa do XL Aniversário do 25 de Abril.

2015

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — Srs. Deputados, declaro aberta a Sessão Solene Comemorativa do XLI Aniversário do 25 de Abril.

Em representação do Partido Ecologista «Os Verdes», tem a palavra a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr.as e Srs. Deputados, Estimadas e Estimados Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Se o 25 de Abril foi, nas palavras de Sophia de Mello Breyner, «Como casa limpa/como chão varrido/como porta aberta», poderemos nós admitir que se impregnem nódoas, manchas de sujidade sobre a democracia que os capitães de Abril e o povo conquistaram para Portugal?

Permitam-me que precise esta interrogação. Com o 25 de Abril as palavras, as ideias, a intervenção ativa na sociedade, até então oprimidas pelo regime fascista, ganharam asas, cor e resultados. Foram, então, reivindicados e conquistados inúmeros direitos sociais e o povo era construtor desse progresso. Agora, vejam bem que, há algumas semanas, o Grupo Parlamentar de Os Verdes recebeu uma denúncia, sobre uma questão laboral de um serviço público, de uma pessoa que colocava desesperadamente o seu problema aos eleitos e pedia ação junto do Governo para a sua resolução. Era estranhamente uma denúncia onde a pessoa não se identificava, questão justificada, pela própria, por medo de perder o emprego. Por medo de perder o emprego! Não foi a primeira denúncia anónima a chegar nestes termos ultimamente ao Parlamento. Hoje, que aqui, na Assembleia da República, comemoramos o 25 de Abril, a pergunta que se impõe é: o que é que se passa neste país, 41 anos depois do 25 de Abril?

Também há relativamente poucos dias Os Verdes estiveram, como é habitual, num encontro com população, onde um homem afirmou que, tendo querido, não tinha ousado participar numa ação pública de esclarecimento, porque receava que viessem a identificá-lo como uma voz reivindicativa na sua empresa.

Pergunta-se: onde é que chegámos, 41 anos depois do 25 de Abril?

E, não há muito tempo, o PEV esteve em contacto com um grupo de pessoas, onde uma mulher garantia estar absolutamente solidária com greves feitas, que respondem ao ataque à dignidade de pessoas trabalhadoras, mas que ela não exerceu o seu direito à greve porque poderia perder o emprego. Pergunta-se: para onde nos estão a conduzir, 41 anos depois do 25 de Abril?

Não façamos de conta que estas realidades não existem. A democracia não vive sustentada no medo de intervir. Hoje, estão aqui representados todos os órgãos de soberania e um conjunto vasto de entidades com elevadas responsabilidades e é preciso que se diga que a lógica do medo não pode, jamais, retomar lugar neste país. Que é preciso proceder para que o medo do exercício das mais elementares liberdades não ganhe espaço.

E que ninguém duvide que a precariedade do trabalho, a facilitação do despedimento e os altos níveis de desemprego são das maiores causas dos casos que aqui relatei. Combater a precariedade e a lógica do despedimento fácil é, então, clamar pela liberdade das mulheres e dos homens que trabalham. E a liberdade é dos mais altos valores de Abril.

Nestas circunstâncias, permitam que a primeira saudação de Os Verdes, nesta sessão do 25 de Abril, seja dirigida a todas as mulheres e homens que rompem medos e silenciamentos e se erguem e empreendem na luta pela dignidade de um povo inteiro. São muitas mulheres e homens que trabalham arduamente, são muitos desempregados que querem tanto trabalhar e ajudar o país a produzir, são também muitos reformados que deram e dão tanto ao país, são ainda tantos jovens procurando garantir futuro. São todos os que, recusando amarras, usam a expressão livre do descontentamento em relação a políticas degradantes da vida de tantas pessoas e reclamam alternativas de dignidade.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, quebrando a hedionda desigualdade institucionalizada pelo fascismo, o 25 de Abril foi também a criação do horizonte da justiça social, onde não havia o direito a que uns nada tivessem para que outros tivessem tudo. Deram-se, nessa altura, passos imensos na promoção da igualdade social, com uma mais justa redistribuição da riqueza e com a criação de serviços públicos onde todos tinham lugar.

Contudo, sejamos honestos: muitas políticas que se vieram a praticar anos mais tarde, e estas que se estão a praticar atualmente, destroem muito do que se conquistou e estão a intensificar desigualdades sociais de uma forma absolutamente desconcertante. O fosso entre os mais ricos e os mais pobres está claramente a crescer. No momento em que se apregoava uma crise que servia de justificação para cortar tudo e mais alguma coisa, os ricos conseguiram ficar ainda mais ricos, enquanto a generalidade da população empobreceu, tendo aumentado significativamente o número de pessoas em efetivo risco de pobreza.

E já foi anunciado que pretendem manter cortes nos rendimentos e aumento de impostos durante mais uma legislatura inteira, contrariando o que antes tinham dito. Mas depois encontram amplas margens para baixar rapidamente o IRC e eliminar a contribuição extraordinária do setor energético para as grandes empresas que têm lucros astronómicos. O que se diz que não há para uns, afinal há, e muito, para outros. A verdade é que quando se deixa de governar para o povo e se governa para elites e para grandes interesses económicos e financeiros, perde-se o horizonte da justiça social.

Evidencia-se aquilo para que o PEV alerta há muito: está a servir-se uma elite minoritária e, para que ela seja confortável e sucessivamente servida, pretende-se habituar o povo a um determinado nível de empobrecimento, a um baixo valor de rendimentos e a ter uma curta ambição de progresso social. Isto é inaceitável e, nestas circunstâncias, é um imperativo afirmar que a justiça social é dos mais importantes valores de Abril. E é igualmente peça fulcral num processo de desenvolvimento sustentável.

Aqui chegados, impõe-se uma pergunta: é justo que se peçam consensos à volta destas políticas negadoras de uma sociedade justa? É correto pedir acordos para se servirem elites e sacrificar o povo? É tolerável pedir entendimentos para garantir uma subserviência à União Europeia e para idolatrar o tratado orçamental que é um massacre para Portugal? Não, não é justo, nem correto, nem tolerável para o povo português.

O que Os Verdes sentem que é devido dizer-se aqui, na Assembleia da República, no dia em que se assinala a Revolução dos Cravos, são duas questões relevantíssimas, que o 25 de Abril nos ensinou para todo o sempre:

Primeiro, que não existem inevitabilidades em política, porque existem sempre soluções e políticas alternativas.

Segundo, que um povo não resignado é um povo com força para erguer a mudança.

Mas também é importante que se diga que a alternativa não pode ser fazer igual só que a um ritmo diferente, ou tirar um corte aqui para pôr um corte acolá. A alternativa passa por ser realista e fazer diferente: assumir que esta dívida é insustentável e impulsionar a sua renegociação; perceber que não estar obcecado pelo défice não significa descontrolar as contas públicas; o investimento produtivo tem um retorno para essas contas públicas muito significativo; a dinamização da atividade produtiva é a forma de gerar riqueza no país e de garantir mercado para as empresas e, portanto, de gerar emprego, combatendo o desemprego já marcado estruturalmente nos dois dígitos; devolver rendimentos aos cidadãos é alavancar a economia; o património natural, traduzido num mar e em espaços de diversidade biológica e paisagística, é um potencial imenso para gerar inúmeros serviços e o desenvolvimento de atividades sustentáveis; acabar com os benefícios fiscais imorais para a alta Finança é um imperativo; tal como travar este processo de privatizações — há setores que, de tão estruturantes e garantes de soberania, não devem ficar de fora da esfera pública.

A alternativa para este país é reganhar os valores de Abril. Inspirarmo-nos naqueles jovens capitães de Abril — a quem, em nome de Os Verdes, quero daqui dirigir uma fortíssima saudação —, os quais ousaram dizer basta à ditadura fascista. E há alturas na história, quando a sociedade é profundamente machucada, com contornos diferentes, é certo, onde também é preciso que o povo diga basta.

Minhas Senhoras o Meus Senhores, a alternativa para Portugal é agarrar os valores de Abril para, com esperança, construir uma sociedade com lugar para todos. Nas palavras de Ary dos Santos, «O que é preciso é termos confiança/se fizermos de Maio a nossa lança/isto vai meus amigos isto vai».

Viva o 25 de Abril!

Aplausos de Os Verdes, do PCP e do BE.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Nessa madrugada do dia 25 de Abril de 1974, em que os capitães saíram à rua pela liberdade, eu ainda não era nascido. Eu e tantas e tantos somos filhos da Revolução. Para nós, a liberdade foi sempre tão natural como o respirar, e o único regime que conhecemos é o democrático. E por ser tão natural, valorizamos mais essa conquista e aqueles que a fizeram. Esse abalo redentor mostrou a força de um povo, que de um golpe militar, fez uma revolução. Mostrou como o futuro se fez presente e bebeu de

um trago a liberdade. A liberdade de expressão, o direito à manifestação ou de associação foram num ápice forjados nas ruas, muito antes de chegarem a ser leis.

Hoje, comemoramos esse momento fundamental e os 40 anos da Assembleia Constituinte que lhe está umbilicalmente ligada. Esse processo constituinte foi exemplar: tão vivo, controverso, radical no seu debate e na sede de participação, que foi um hino à democracia. Esses momentos fortes e processos tão marcantes não podem ser transformados em salamaleques, não se esgotam nos protocolos, nas marchas pomposas, nem se apoucam com os que se envergonham com os cravos. Eles não ficam acantonados na História, porque fazem parte da vida e da identidade do país. E os homens e as mulheres que os protagonizaram venceram uma ditadura brutal e sanguinária, que perseguia quem tinha opinião, torturava quem sonhava a liberdade, tornava proscritos os homossexuais e as mulheres mantinha-as num conservador patriarcado, condenando os jovens à guerra colonial ou à deserção. Eram livres de espírito, deram corpo à resistência e arrancaram a ferros a liberdade: são os heróis que abriram a porta a essa madrugada libertadora.

A escola pública, o Serviço Nacional de Saúde, a proteção social, os direitos laborais e a participação cidadã tinham a marca genética da igualdade, da justiça e da solidariedade semeadas em Abril. Começava a modernidade no país.

Veio depois a abertura à Europa e o prenúncio de uma terra mais plena perante a queda dos muros. Mas vemos hoje como entre os sonhos e a dureza da realidade muito temos ainda a haver. Da queda do Muro de Berlim, aos novos muros internos criados, até ao cadafalso do Mediterrâneo. E aqueles homens, mulheres e crianças que fogem à guerra, à fome e à violência, que são depois vítimas de pirataria humana, esbarram contra a Europa, fortaleza que, em vez de se mobilizar para os acolher, se mobiliza para os devolver. Onde está a consciência europeia, a defesa dos direitos humanos, ou até a assunção das responsabilidades que a Europa tem nos conflitos armados que expulsam estas populações das suas terras? Não existe. Existe um diretório e uma troica, de plantão.

Como há tantos sonhos, tantos valores, tantas promessas ainda por cumprir!

Quarenta e um anos depois da Revolução de Abril, 40 anos depois das eleições para a Assembleia Constituinte, a democracia já não é uma criança, mas ainda não se assume plena e integral. A narrativa da inevitabilidade torna cinzenta a democracia. A austeridade é apresentada como o alfa e o ómega, o princípio e o fim de todas as escolhas.

E é pela voz do próprio Presidente da República que chega mais insistentemente esta ladainha. Quando tenta impor o consenso na austeridade inscrito à partida nos programas eleitorais, quer uma democracia tutelada. Na chantagem para uma maioria absoluta, qualquer que seja o veredito popular, quer uma democracia condicionada. Assistimos, assim, a um pensamento que de tão único que quer ser é o eucalipto que tudo seca, que afasta os cidadãos porque lhes diz que o seu voto não conta para nada, não faz qualquer diferença. É a caricatura de uma democracia porque verdadeiramente nada decide, instrumentalizada para legitimar o que, independentemente da decisão popular, já está previamente acordado.

Dizia Zeca Afonso que «o povo é quem mais ordena». E nós não aceitaremos de outra forma. Não há outro dono da democracia para além do povo. E mesmo que digam que não é possível, que tudo está

decidido, que há um tratado ao qual tudo está vergado, que é orçamental e não ornamental, diremos que o povo é quem mais ordena e que a democracia não nasceu para ser uma pena.

Nesta monotonia formalmente democrática, querem fazer do normal a austeridade. Aos jovens prometem estágios, que o desemprego está garantido. Diz a Capicua: «Temos tudo o que é estudo… / Emprego zero. O salário, dizem, é um privilégio, não um direito, porque os direitos, esses, estão acima das nossas possibilidades.» E continua a *rapper*: «O salário não sobe, / É precário mas ouve, / Não há nada menos podre e não sais de casa dos pais, / Não vais longe, / Um dia melhorará mas não é hoje.»

Eram extraordinários os cortes, passou a ser extraordinário ter um salário, que os cortes, esses, são normais, já estão certos. Eram temporários, mas ficam permanentes.

Era preciso apertar o cinto e congelaram-se as pensões. Era também extraordinário, mas a normalização da austeridade é glacial e as pensões não descongelam. E dizem que tem de ser, porque é preciso cortar ainda mais. Ou aumentar a idade da reforma, até que a pensão ou a reforma sejam um estado e não uma remuneração. «Estás reformado? Estou, mas continuo a trabalhar!» Parece ser isso a que querem condenar no futuro a minha geração. Isto, claro, para aqueles que ainda têm emprego, porque os outros que se desenrasquem, que isto não dá para todos!

O aumento da pobreza mostra bem quem está a sofrer: Portugal foi o país em que mais aumentou o risco de pobreza, com as crianças a serem as mais afetadas. Ao mesmo tempo aumentaram as fortunas. Mas querem fazer crer que é vulgar esta desigualdade, que não é sequer um problema que os ricos fiquem mais ricos, enquanto os pobres ficam mais pobres. Que é banal esta destruição de tudo o que é público, estas privatizações em catadupa, para que a acumulação de uns poucos seja a regra.

Na saúde, desespera-se nas urgências e diz o Governo que vai bem, que é normal. Estão as macas nos corredores, as imagens nas televisões, e diz o Governo que é natural, que só prova a qualidade do serviço. Estranha qualidade esta que, para não se morrer sem medicamentos, se é obrigado a expor a vida e a doença nos jornais.

Querem que a austeridade seja a nova normalidade, o edifício onde os direitos se desconstroem, onde os serviços públicos se decompõem e onde o futuro se faz passado. Quatro anos de destruição não lhes são suficientes, querem ainda mais!

Mas não aceitamos essa condenação. A normalidade da austeridade é a pretensão da perenidade da troica, da condenação da Constituição a texto menor e da elevação do tratado orçamental a escritura nas rochas.

O povo que fintou o seu destino amargo com o 25 de Abril é o mesmo que não se vergará aos sacrifícios constantes da austeridade e não se condiciona a qualquer inevitabilidade.

Dizia Eduardo Galeano que «há outro mundo na barriga deste, esperando. Que é um mundo diferente. Diferente e de parto difícil. Não nasce facilmente. Mas com certeza pulsa no mundo em que estamos».

Foi essa esperança que fez nascer Abril.

Viva a Democracia! Viva o Povo que é o soberano da Democracia!

Aplausos do BE e dos Deputados do PCP Miguel Tiago e de Os Verdes Heloísa Apolónia.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Partido Comunista Português, tem a palavra a Sr.ª Deputada Carla Cruz.

A Sr.ª **Carla Cruz** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

Nestas comemorações do 41.º aniversário do 25 de Abril de 1974, esse ato fundador e decisivo da democracia portuguesa, começo por saudar os militares de Abril e todos os democratas e antifascistas que lutaram para derrubar o regime fascista e devolver a dignidade e a liberdade ao povo português.

O 25 de Abril ocorreu porque muitos acreditaram que era possível vencer e derrubar o fascismo, pondo fim à repressão exercida sobre os trabalhadores e o povo.

O 25 de Abril ocorreu porque muitos acreditaram que era possível pôr fim à fome e à miséria que se sentavam à mesa da maior parte dos lares portugueses.

O 25 de Abril ocorreu porque muitos acreditaram que era possível pôr fim à Guerra Colonial e libertar Portugal do domínio imperialista estrangeiro.

O 25 de Abril ocorreu porque muitos acreditaram que era possível liquidar o poder dos monopólios e dos grandes agrários.

O 25 de Abril foi a resposta que os militares do Movimento das Forças Armadas, o povo, os democratas e os antifascistas deram às inevitabilidades daquele tempo. Também hoje é necessário e é possível romper com as inevitabilidades que nos querem impor.

A Revolução de Abril foi uma magnífica realização histórica do povo português, tornada possível pela aliança entre o Povo e as Forças Armadas. Foi esta aliança original que possibilitou a Revolução e a concretização das profundas transformações políticas, económicas, sociais e culturais que alteraram radicalmente a situação do país e a vida dos portugueses.

O medo, a repressão e as perseguições foram substituídos pela liberdade e pela alegria de viver e partilhar.

O regime fascista deu lugar ao regime democrático.

Ao domínio do imperialismo estrangeiro respondeu o povo com a afirmação da soberania e da independência nacionais.

As transformações económicas e sociais operadas não foram o resultado de um só dia, nem de um só acontecimento; foram forjadas no seio de um processo dinâmico em que o envolvimento e a participação dos trabalhadores e do povo foram cruciais.

Foi deste processo que nasceram as profundas transformações democráticas, se consagraram direitos, se impulsionou a emancipação social e nacional, se concretizou a reforma agrária, se realizaram as nacionalizações de empresas e setores estratégicos, incluindo a banca, colocando-os ao serviço do progresso e do desenvolvimento do país. Foi este processo e não qualquer outro que abriu a Portugal as portas do relacionamento com a Europa e o Mundo.

Foi neste processo que os trabalhadores tomaram o destino nas suas próprias mãos, construindo um país mais justo e solidário. Nenhuma conquista de Abril foi oferecida ao povo; todas foram conquistadas pela luta.

As transformações empreendidas durante o processo revolucionário conduziram à elevação das condições de vida do povo e tiraram o país da miséria.

Transformações e progressos que, por ação de sucessivos governos comprometidos com o grande capital nacional e estrangeiro, têm vindo a ser seriamente atacados e destruídos, em especial nos últimos anos com a política dos PEC e do pacto de agressão. Uma política de dois pesos e duas medidas, que exige sacrifícios insuportáveis aos trabalhadores e ao povo para aprofundar os privilégios dos grandes grupos económicos. Cortam-se salários e pensões para continuar a pagar juros de uma dívida insustentável. Encerram-se serviços públicos e degradam-se as funções sociais do Estado na saúde, na educação e na segurança social, mas os encargos com as parcerias público-privadas continuam a aumentar. Os trabalhadores são esmagados com impostos para que as grandes empresas e os grupos económicos sejam ainda mais favorecidos fiscalmente. O povo empobrece, enquanto o grande capital vê crescer os seus lucros.

É esta política que os executantes da política de direita querem perpetuar, recorrendo aos mecanismos da chamada "governação económica" e ao Tratado Orçamental para amarrar Portugal à política da troica.

Disputando entre si pequenas diferenças de ritmo e intensidade, a troica interna dos executantes da política de direita confirmou nos últimos dias não ter para oferecer aos portugueses outra coisa que não seja a continuação da mesma política de exploração, empobrecimento e declínio nacional que priva o povo português do direito de decidir de forma soberana o seu futuro coletivo.

A solução dos graves problemas nacionais não está na continuação da política de direita.

É na afirmação das conquistas de Abril consagradas na Constituição que o país encontrará as respostas para enfrentar os problemas atuais e futuros.

Afirmar os valores de Abril é a resposta para a recessão económica, para a destruição da produção nacional, para a dívida insustentável, para o desemprego e para a pobreza.

Afirmar os valores de Abril é garantir aos desempregados o direito ao trabalho e à proteção social, é garantir aos jovens o direito à educação de qualidade.

Afirmar os valores de Abril é garantir que todos os portugueses, independentemente da sua condição económica, tenham direito à proteção da saúde e à prestação de cuidados de saúde de qualidade, é garantir a todas as crianças a proteção a que têm direito, é garantir condições para o exercício dos direitos de paternidade e maternidade.

É com a afirmação dos valores de Abril que defendemos o futuro de Portugal!

Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados: Neste ano em que se comemora o 40.º aniversário das eleições para a Assembleia Constituinte, as primeiras eleições livres e universais da nossa História, saudamos os Deputados Constituintes que, sabendo interpretar e acompanhar o rumo do processo revolucionário e das lutas dos trabalhadores e do povo, deram corpo àquele que viria a ser o pilar do Portugal livre, democrático, de progresso e independente — a Constituição da República Portuguesa de 1976.

Esta Constituição teve, desde a primeira hora, inimigos declarados que, em sucessivas revisões, a amputaram e empobreceram, limitando o seu alcance e conteúdo progressista. A este processo acrescem ainda as práticas inconstitucionais levadas a cabo ao longo de quatro décadas por sucessivos Governos, com particular incidência nos últimos anos.

Os grandes interesses económicos e financeiros e os seus representantes políticos nunca aceitaram o projeto libertador e emancipador contido na Constituição da República Portuguesa.

Aqueles que querem impor o retrocesso social e civilizacional encontram na Constituição, no que ela consagra e garante, um sério obstáculo à concretização de tais intenções, tentando por todos os meios a sua subversão.

Com consciência de que a Constituição não se defende por si, de que é preciso que os trabalhadores e o povo a defendam exercendo os seus direitos, a todos os seus inimigos dizemos que encontrarão no PCP e em muitos outros democratas e patriotas uma firme resistência a novas tentativas de desvirtuar a Constituição da República Portuguesa.

Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados: Garantir a independência nacional e os direitos e liberdades fundamentais, promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses são tarefas fundamentais do Estado que os órgãos de soberania têm o dever indeclinável de cumprir.

Celebramos o 41.º aniversário da Revolução de Abril conscientes das dificuldades que o país atravessa, mas imbuídos de uma grande confiança e esperança de que, num futuro próximo, o nosso país retomará o projeto de construir uma sociedade melhor, mais justa e mais fraterna, uma sociedade que recupere os valores de Abril e os projete no futuro.

Celebramos o ato e o processo mais moderno e avançado da nossa época contemporânea projetando-os no futuro, com a certeza de que as suas conquistas e os seus valores continuam presentes no coração, nos sonhos, nos anseios e na luta do povo português.

Com a certeza de que Abril é o futuro de Portugal.

Sim, que viva Abril e os seus valores!

Aplausos do PCP, do BE e de Os Verdes.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Centro Democrático Social-Partido Popular, tem a palavra o Sr. Deputado Michael Seufert.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e restantes Membros do Governo, Srs. Deputados, Srs. Convidados, Excelências:

Recordamos, nesta Sessão Comemorativa, o 25 de Abril e recordamo-lo duplamente: celebramos 41 anos da queda do regime do Estado Novo e celebramos 40 anos das primeiras eleições livres. Dois momentos necessários — mas não suficientes — para que Portugal hoje se conte entre as democracias ocidentais.

As nossas primeiras palavras vão, por isso, para todos os que se juntaram para tornar possíveis estes dois momentos: a queda do antigo regime e a realização das eleições de 1975. Aos militares e civis que, em posição de liderança ou no terreno, trabalharam para que Portugal conseguisse transformar, no prazo de um ano, esta Sala de Assembleia Nacional em Assembleia Constituinte, a todos eles enviamos as nossas mais vivas saudações.

Mas a liberdade dos portugueses ainda esteve em risco depois dessas primeiras eleições. Poderíamos, ainda assim e apesar delas, ter caído num novo autoritarismo nesses anos. Aliás, as eleições serviram de alarme para alguns, ao mostrar que o povo, o soberano, não queria (como nunca haveria de querer) dar o poder àqueles que na rua reclamavam ser os seus representantes únicos e que nos governos provisórios ocupavam um peso crescente.

O povo sempre foi muito mais sábio do que algumas vanguardas que pretendiam interpretar. E, quando as eleições ameaçaram o caminho dos que se achavam detentores de uma legitimidade especial, o país foi arrastado para um verão chamado, e bem chamado, de "quente", que por alguns meses fez mesmo temer que, depois do 25 de Abril de 1974 e depois do de 1975, nunca mais pudéssemos assistir a eleições livres, a uma economia aberta e à defesa das mais elementares liberdades. Recorde-se, porque a memória às vezes falha, que era na privação dessas liberdades que vivia à data uma boa parte dos europeus — da cortina de ferro para lá — e que era esse o caminho que, contra a vontade do povo, alguns queriam para Portugal.

A justa homenagem de hoje aos que fizeram o 25 de Abril deve, por isso, lembrar todos aqueles que, em vários momentos — e destacamos aqui o 25 de Novembro de 1975 —, se mobilizaram para que a revolução nunca se transformasse em destruição. Permitam-me, como portuense, um destaque ao General Pires Veloso, que nos deixou no ano que passou e que tão boa memória deixa.

Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, com o 25 de Abril viram a luz do dia ou da legalidade os partidos políticos. Assinalámos o 40.º aniversário do CDS, recordando esses primeiros tempos da sua fundação, tempos esses vividos com uma enorme emoção, mas também debaixo de particular risco. Muitos foram os episódios em que a violência se atravessou no caminho do Partido, do Centro Democrático Social. Muitas vezes tiveram militantes e dirigentes que temer pela sua integridade física e até pela sua vida. Assinalámos alguns desses episódios no quadro das celebrações do nosso aniversário, com destaque natural para o Congresso do Palácio de Cristal, cercado pela extrema-esquerda com ameaça de vida para os presentes, e com igual destaque para o primeiro Comício da Juventude Centrista, no Teatro S. Luís, que terminou com violência, feridos e o saque e incêndio da sede do muito jovem CDS.

Todos os que nesse tempo lutaram pelo direito a exercer política no campo não-socialista — democratas-cristãos, liberais e conservadores — estão também hoje no nosso pensamento e no nosso coração. E em todos os momentos em que evocámos o tempo da fundação do nosso partido, mas também o tempo da fundação da nossa democracia, pois trabalhou para os dois fins com igual brio, em todos esses momentos as testemunhas da época destacaram um homem que se tornaria uma grande referência para todas as gerações do CDS. Um homem que debaixo de toda esta agitação, debaixo das ameaças e da violência se manteve sempre calmo e confiante, contagiando com memorável e por isso

relatado entusiamo os que o rodeavam. Para nós, centristas, os 40 anos das primeiras eleições democráticas são também o momento para recordar o engenheiro Adelino Amaro da Costa,...

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

... figura maior de entre todos os que se sentaram na nossa bancada.

Todos os presidentes que serviram a instituição ao longo de 40 anos, todos os militantes que nele se empenharam e por ele se sacrificaram, todos os eleitores que em nós votaram são, hoje — essa é a uma característica comum —, património da democracia e têm a marca de água da alternância democrática em Portugal.

A existência de um partido democrático na direita do arco da governabilidade evitou que a liberdade de escolha em Portugal ficasse refém de um arco constitucional muito marcado ideologicamente naquele tempo e daquele tempo.

Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, olho para esse tempo através dos olhos de terceiros. Não sendo ainda nascido à época, dou a democracia como adquirida e a liberdade que ela traz como comum e normal. Nascido em liberdade não concebo o que é viver num regime em que a opinião é criminalmente perseguida ou em que o voto não é livre. Sei que assim era, mas parece tão absurdo e tão distante quanto o Muro de Berlim. Mas não tenho, nem nunca poderia ter, vergonha de ter nascido depois do 25 de Abril e de ter, também por isso, uma conceção própria do que são os valores pelos quais me devo bater no meu País. E, não tendo certamente a procuração de falar em nome de uma geração, sinto que há muita gente na minha geração que dispensa um certo paternalismo em relação ao 25 de Abril.

Este paternalismo que se resume rapidamente numa frase parecida com qualquer coisa como «não foi para isto que fizemos o 25 de Abril» assume uma coisa que uma revolução, para ser verdadeiramente revolução, não pode ter: uma verdadeira revolução não tem donos.

Uma revolução tem pais, certamente, executantes, operacionais que, no momento certo, fizeram a coisa certa. Mas, quando o povo toma conta e vota — e fê-lo pela primeira vez faz hoje 40 anos —, é o povo que fica dono da mudança. Para sempre.

E se, nos últimos quatro anos, ouvimos de forma muito habitual vozes que vinham reclamar a «pureza de Abril», «os valores de Abril» ou chegaram até a apontar um dedo aos que, diziam eles, «traíam» Abril, então é legítimo perguntar-lhes não «onde é que tu estavas no 25 de Abril», mas «onde é que tu estavas quando Portugal foi conduzido à bancarrota».

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Porque, Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, não há dúvida de que os quatro anos que passaram foram difíceis. Voltámos a passar por um período vexatório para uma Nação tão antiga como Portugal, um período sob tutela estrangeira das contas públicas. Mas ignorar que esse período aconteceu por causa do estado clamoroso em que, em 2011, se encontravam essas

mesmas contas públicas, é contar apenas parte da História. Mas certo é que hoje, de cabeça levantada e pela primeira vez desde 2011, celebramos o 25 de Abril com a nossa soberania restabelecida. Muitos duvidaram, muitos acenaram com mil e um obstáculos ou dilações para que tal não acontecesse. Mas aconteceu. E Portugal está, hoje, diferente.

Podemos olhar mais para o futuro do que para o passado. E todos os que fizeram sacrifícios não merecem que os desperdicemos. Merecem uma oportunidade para um futuro melhor.

E para quem não viveu os tempos da Revolução e, como eu, agradece o legado da Democracia, há uma herança que, não posso deixar de dizer, eu bem dispensaria: a herança da dívida pública, empurrada com a barriga, porque sucessivos Governos se dispensaram de governar com o que tinham e fizeram questão de governar com o dinheiro da geração seguinte.

Essa dívida (durante muito tempo a conhecida e a escondida) vinha em galopante crescendo e limita — e muito! — a liberdade da minha geração e das seguintes.

E, ao ouvir aqueles que a contraíram queixar-se da troica, que trouxeram, e reclamar contra as austeridades, que criaram, apetece responder: «Não devia ter sido para isso que se fez o 25 de Abril.»

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, o regime saído do processo revolucionário de 1974 e 1975 está estabelecido e integra, hoje, o concerto das nações livres. Comemoremos isso, hoje.

Mas não esqueçamos que, nestes 41 anos, estivemos três vezes na bancarrota; que tivemos décadas como a primeira deste século sem crescimento visível; que continuamente endividámos o Estado e, portanto, as gerações futuras, para pagar o pouco crescimento que houve e que reclamamos tudo e mais alguma coisa desse Estado, sem, em tempo, conseguir uma dimensão sustentável e condizente com a economia do país; que começamos, agora, a ter esperança de poder reduzir e remover uma carga fiscal excessiva e muito pesada, carga fiscal em grande parte dedicada a pagar a dívida herdada e a financiar decisões constitucionais, sempre mais severas com a redução da despesa do que com o aumento de receita.

A Constituição que saiu desta Sala em 1976 (contamos hoje 39 anos) teve, com certeza, muitas virtudes. Desde logo, em tudo o que quebrava com a de 1933 em matéria de direitos, liberdades e garantias. Claro que foi uma Constituição feita à imagem da época em que nasceu e das circunstâncias que então se viviam e nesse sentido necessitou, e continua a necessitar, de importantes ajustes, nomeadamente em 1982 e em 1989, para ultrapassar os seus pontos ideológicos mais radicais.

E não julgo ímpetos revolucionários e circunstâncias, ainda que tenha de reconhecer muita sabedoria e presciência nas palavras proferidas na declaração de voto do CDS aquando da rejeição do texto original.

Mas há, Senhoras e Senhores, um direito que a Constituição não soube garantir na sua necessária abrangência, que é o direito de uma geração tomar democraticamente as rédeas do país sem ter de estar limitada — eu diria mesmo impedida — pelas despesas, dívidas e projetos do passado e com isso impedida também de ser inteiramente dona do seu destino. Essa geração existe, é a minha geração, é a geração que vive na pele a vida que existe para lá do défice e para lá do Orçamento. A vida do pagar de

volta o que foi gasto por nossa conta. A vida de quem foi chamado a pagar, e pagou, em desemprego e em impostos um défice excessivo e uma dívida descontrolada.

Para a minha geração, mais dívida é menos liberdade; mais défice é menos oportunidade. E reclamamos, por isso, livremente o direito de fazer as nossas escolhas num país normal e europeu.

Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, é sempre mais fácil apontar defeitos do que virtudes, mas é a nossa democracia, com todos os defeitos que possa ter — outros assinalaram outros defeitos esta manhã —, que nos dá ferramentas para não repetir os erros do passado e limitar a ação dos governos para que nunca mais tenhamos de enfrentar a bancarrota e o difícil caminho que é sair dela.

Saibamos fazer esse trabalho e esse debate para que, independentemente do que está na cabeça de cada um de nós quando pensamos «Porque é que se fez o 25 de Abril?», possamos deixar um país melhor aos nossos filhos do que aquele que encontrámos.

Tenho a certeza de que era também o que queriam os capitães de Abril.

Viva Portugal, sempre!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Miranda Calha.

O Sr. **Miranda Calha** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Membros do Governo, Sr.as Deputadas e Srs. Deputados Constituintes, Sr.as e Srs. Deputados, Ilustres representantes do Corpo Diplomático, Altas Autoridades civis e militares, Distintas e Distintos Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

No dia em que se celebram 40 anos das primeiras eleições livres após o 25 de Abril de 1974, é meu dever, desde já, saudar de forma especial as Forças Armadas portuguesas. Os militares, que fizeram Abril e que quiseram e souberam devolver ao povo uma soberania adiada pela ditadura. Os militares, que souberam encarnar a mudança necessária e que foi aproveitada para construir o mais longo período de democracia da nossa história.

Aplausos do PS.

Do programa do MFA para o estabelecimento da democracia em Portugal constava a realização de eleições livres para uma Assembleia Constituinte.

Quero, assim, saudar todos aqueles, alguns presentes, que foram os rostos da liberdade nesse dia, 25 de abril de 1975: os Deputados eleitos para a primeira Assembleia livre em Portugal.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

Saúdo, igualmente, as forças políticas que concorreram a esse sufrágio e todos aqueles que tornaram possível a realização material dessas eleições.

Perdoem-me que recorde com emoção o meu próprio testemunho. Eleito nesse dia, no distrito de Portalegre, tive a honra de receber a maior percentagem eleitoral que o PS, vencedor das eleições, obteve em todos os círculos eleitorais. Digo-o talvez imodestamente mas sem qualquer arrogância, para recordar que nessa altura tinha apenas 27 anos e a minha participação nesse ato, seguramente, não valia mais do que a de todos os outros que lembro com grande saudade, neste momento.

Aplausos do PS e de Deputados do PSD e do CDS-PP.

Especial responsabilidade na condução política dos respetivos partidos tiveram as figuras marcantes, que homenageio aqui, de Mário Soares, Francisco Sá Carneiro, Álvaro Cunhal e Freitas do Amaral.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

Quero realçar em todo o processo o alto sentido cívico com que o Professor Henrique de Barros conduziu os trabalhos da Constituinte. O seu nome ficará para sempre ligado à história do parlamentarismo, da democracia e da República.

Aplausos do PS e de Deputados do PSD, do PCP e do BE.

No caminho da Constituição, foi necessário ultrapassar seduções antidemocráticas. Foi necessário afirmar sem medo o primado do direito e da escolha livre do povo, um primado, mais do que retórico, que pudesse finalmente ser experimentado em liberdade. Foi isso que se fez.

Foi uma vitória da democracia representativa e do valor do mandato político que, nesta Casa, nos orgulhamos de exercer. E dessa honra não se libertam as mulheres e os homens que, pela sua ação política, deram corpo e futuro à nossa democracia e ao nosso Parlamento, através da nova Constituição.

Aplausos do PS.

Com aperfeiçoamentos posteriores, o trabalho da Constituinte legou-nos a essência do regime democrático e pluralista, que tem permitido a alternância de governos e de políticas, legitimando igualmente a nossa presença nas mais credíveis organizações internacionais e viabilizando a nossa participação dinâmica na Europa, na relação transatlântica e na cooperação com o processo da lusofonia.

Recordo bem, nesses momentos fundadores da nossa liberdade, a mobilização das pessoas, o seu voluntarismo, a sua sede de participar.

O que via, acima do ruído e das dúvidas, era Portugueses a querer decidir o seu futuro coletivo. Para citar um velho adágio político medieval, «aquilo que a todos toca por todos deve ser decidido».

Aplausos do PS.

Esses Portugueses de há 40 anos somos também nós hoje. Os únicos donos de Portugal e a quem cabe o dever e a honra de o entregar aos nossos filhos e aos nossos netos melhor do que o recebemos de nossos pais.

Como um dia disse Martin Luther King, «É sempre tempo de não deixar o silêncio dos bons ser abafado pela gritaria estridente dos maus». Porque o primado da política, num tempo em que extremismos populistas ameaçam a Europa e em que a crise económica leva a desilusões sem retomo, é cada vez mais necessário. O primado da política enquanto primado da escolha e da decisão. Mas de uma escolha clarividente e informada, da escolha de uma estratégia e de ideias sólidas para o futuro e não uma escolha por entre taticismos breves e sem conteúdo.

É a substância democrática da Constituição que em breve será confirmada em duas importantes eleições: legislativas e presidenciais.

Para muitos há uma angústia sobre a hora presente e até para outros uma perplexidade sobre as soluções futuras. É bom que ambas possam ser objeto de debate apropriado ao longo deste ano e que as candidaturas e os candidatos apareçam perante o país com a clareza de objetivos que a situação requer. O que a Constituinte também nos ensinou é que um Parlamento esclarecido e empenhado pode ser resposta aos grandes desafios.

Aplausos do PS.

Olhamos para as quatro décadas passadas desde esse ato eleitoral fundador e vemos a construção de um regime que pedia um país moderno e solidário, onde os direitos fossem uma realidade para todos e não um privilégio para alguns; onde a liberdade política e um regime exigente de direitos, liberdades e garantias não fossem uma dádiva do poder, mas verdadeiros direitos naturais dos cidadãos; onde o acesso à educação, à saúde e aos demais direitos sociais não dependessem de rendimentos ou de favores; onde o espaço europeu não fosse uma miragem proibida, mas um espaço natural de integração; onde uma vida de trabalho pudesse ser recompensada não com caridade, mas com justiça; onde a economia não estivesse enfeudada a alguns, mas fosse um espaço de iniciativa, de criatividade e de desenvolvimento. Mas vemos também, quatro décadas passadas dessas primeiras eleições livres, como estamos enredados em ciclos curtos de circunstancialismo e de conjuntura.

Vemos como o desemprego marca hoje gerações, feitas esquecimento e empurradas para a emigração ou para o silêncio e para a dependência; vemos como a submissão a uma economia especulativa e sem qualquer vontade de mudar o mundo para melhor cria pobreza à sua volta; vemos como os falhanços sociais das políticas de hoje são apresentados como virtudes.

É caso para dizer que falhar perante o país é garante apenas de promessas de novas falhas, sem arrependimento e sem crítica; falhar desde logo com o emprego, o investimento e a criação de riqueza é falhar no programa; falhar no seu programa e ser irredutível no erro é falhar com os Portugueses.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro: Assistimos, hoje, ao depauperar de um património que deveria estar acima da gestão circunstancial da coisa pública. Reporto-me à ideia de Estado, de soberania nacional e aos nossos desígnios futuros.

Portugal é o que as suas instituições são e o que a sua vontade quer. Como afastamos o casuísmo que nos mina e assumimos os deveres da nossa História e do nosso tempo? Desde logo, fazemo-lo ao saber afirmar a nossa presença no mundo.

Ao assumirmos a nossa presença europeia, mas ao sabermos estar à altura da nossa presença atlântica. A Europa, aliás, não pode autobloquear-se ao mundo à sua volta, desde logo à imigração, para mais uma Europa de onde séculos de emigrantes saíram para procurar vingar por todas as latitudes.

Quando Sacadura Cabral e Gago Coutinho sobrevoam pela primeira vez o Atlântico Sul, num arrojo tecnológico, sim tecnológico, e estratégico que nem sempre recordamos, o seu destino é o Brasil e o seu caminho é o mar atlântico. É no Atlântico, no cruzamento entre a Europa, a África, a América do Norte e a América do Sul, que Portugal se reflete e se supera.

Falta-nos ainda o mar, que nos construiu enquanto Povo e enquanto vontade, que esquecemos nas últimas décadas. Orientados para a hipervalorização de uma economia de serviços, é preciso sabermos estar à altura do nosso mar, dos nossos recursos naturais, do nosso saber-fazer e das nossas ambições legítimas, evitando a degradação das possibilidades que têm marcado os anos pretéritos. A par do nosso mar como elemento estratégico, está também a nossa língua, um património imenso, com mais de 240 milhões de falantes, integrados numa comunidade dos países de língua portuguesa, conquista política e diplomática que urge valorizar e potenciar.

Aplausos do PS.

A lusofonia não é apenas uma circunstância ou um pormenor. Ser português é motivo de orgulho no nosso passado e no nosso presente; falar português é motivo de confiança acrescida no nosso futuro.

No 25 de Abril e nas primeiras eleições livres, que hoje celebramos, encontramos sempre um reforço de determinação e de esperança. Determinação e, acima de tudo, confiança são o que precisamos para encarar os próximos anos. Não das palavras gastas pelo uso, mas do que se descobre dentro delas.

E se «dentro das coisas é que as coisas são», como dizia um dos nossos poetas, dentro de nós está necessariamente essa vontade de superar as dificuldades e de olhar com confiança o nosso futuro.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Miranda Calha** (PS): — Sem fatalismos e sem mordaças, cabe-nos ultrapassar os nossos bloqueios. Criar emprego e assumir a solidariedade coletiva como valor e como prática, modernizar a

nossa Administração e a nossa economia, encarar como prioritário e decisivo o que seja estratégico e nos defina como país no concerto do mundo. Como dizia Torga, «É impossível que o tempo atual não seja o amanhecer doutra era».

Aplausos do PS.

Assim estaremos à altura de Abril e deste povo que há mais de 40 anos constrói todos os dias a sua liberdade.

Deputados Constituintes, recordaremos sempre o vosso trabalho.

Viva o 25 de Abril! Viva a Constituição da República, Viva Portugal!

Aplausos do PS, de pé.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Negrão.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Constitucional e demais tribunais superiores, Sr.ªs e Srs. Deputados, Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Completam-se hoje 41 anos sobre o fim de uma ditadura que retirava aos portugueses a liberdade elementar de expressarem publicamente a sua visão sobre os problemas nacionais, bem como discutirem sem peias e reservas mentais os melhores caminhos para a sua superação.

Completam-se hoje 41 anos sobre o começo de uma era de liberdade, através de um Estado guiado exclusivamente pela lei e seu cumprimento, pela separação de poderes e pela consagração efetiva dos direitos, liberdades e garantias, designadamente, a liberdade de imprensa que nunca poremos em causa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Um Estado de direito que nos confere a felicidade pública de viver em democracia.

Uma democracia sempre imperfeita, incompleta, carecendo de aperfeiçoamento, mas na qual a importância de discordar é tão importante como a importância de concordar, na qual qualquer cidadão, independentemente do seu estatuto social, das suas convicções religiosas, do seu género ou da cor da sua pele, pode livremente manifestar-se e na qual todos os poderes são, e devem ser, limitados e submetidos exclusivamente à vontade do povo expressa em eleições livres, dentro dos limites do contrato constitucional definido pela vontade soberana desse mesmo povo.

Hoje e sempre celebraremos o 25 de Abril!

A ele ficaremos sempre a dever a liberdade e a democracia, cientes da plena legitimidade e grandeza das nossas Forças Armadas, que o levaram a cabo, não por se constituírem como um exército

derrotado, mas sim porque foram lideradas por um conjunto de oficiais imbuídos de ideais democráticos que libertaram o país, permitindo as liberdades públicas, deixando espaço aberto aos povos africanos, até aí sob administração portuguesa, para construírem com independência a sua própria história.

Com o 25 de Abril, Portugal regressou também, de pleno direito, a uma Europa dominada por um difícil, mas indispensável, processo de integração.

Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, completam-se também este ano seis séculos sobre a conquista de Ceuta, que o mesmo é dizer sobre o início da construção do império colonial português, que, como nos ensinou Adriano Moreira, atravessou três ciclos temporais: asiático, americano e africano.

Tempo durante o qual a nossa soberania europeia foi respaldada nesse império, que percorreu três continentes e sempre nos deu pontos de apoio e retaguarda estratégicos e decisivos, especialmente nos momentos de emergência nacional, como em 1640 ou em 1807.

O 25 de Abril, que nos tornou livres, tornou igualmente livres outros povos que viviam sob o jugo colonial e, por uma vez em muito tempo, Portugal e os portugueses ficaram entregues a si próprios.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Com uma consciência identitária europeia muito frágil, sem querer perder ou rejeitar a consciência atlântica da nossa herança histórica, revisitada e atualizada numa brilhante ficção na Jangada de Pedra, de Saramago, reduzidos ao seu espaço nacional inicial, os portugueses fizeram a escolha natural, que foi a escolha pela Europa.

Europa que, hoje, tem o dever de não se deixar fortificar e, em consequência, de não continuar a dar razão às palavras de Giusi Nicolini, Presidente do município de Lampedusa, de dizer como diz desde 2012: «Quão grande deve ser o cemitério da minha ilha.»

Passaram mais de quatro décadas de ativa participação no desígnio europeu em que por cada apoio vindo da União Europeia nos foi sempre exigido um contributo da nossa responsabilidade.

E, assim, construímos as nossas infraestruturas, modernizando e desenvolvendo o país; e, assim, criámos o Serviço Nacional de Saúde, proporcionando a todos os portugueses, sem exceção, cuidados de saúde; e, assim, se abriram escolas por todo o país para, através de um ensino qualificado e universal, passarmos de um país marcado pelo analfabetismo para um país onde a escolaridade é generalizada e a ciência aspira e realiza os melhores critérios de excelência; e assim, se criou um sistema de segurança social no qual, mesmo os que não contribuíram, têm direito a uma pensão e os mais carenciados a apoios sociais diversificados; e assim se avançou no acesso à justiça, criando um corpo de magistrados que, apesar de todas as dificuldades, tem sabido manter a sua insubstituível independência, cuja matriz é a matriz da democracia; e assim se evolui na reorganização das nossas Forças Armadas, esteio do espírito nacional, compostas pelo melhor que a nossa sociedade tem e cujas funções e competências da defesa da soberania nacional merecem mais e melhor compreensão da parte de todos; e, assim, também se evoluiu na segurança interna, cujas respetivas forças e serviços, para além de

materialmente dotados dos meios mais adequados, constituem-se como instituições de mulheres e homens com forte consciência dos direitos, liberdades e garantias.

Nada disto, e muito mais, foi isento de dificuldades e é bom lembrar que, no decurso de 41 anos, fomos objeto de três intervenções externas que obrigaram Portugal e os portugueses a enormes provações e, mesmo, sacrifícios que atingiram todos, embora especialmente as franjas mais frágeis da nossa população.

Os sucessos da democracia não podem esconder as suas fragilidades. Temos de ter a humildade de reconhecer que, ao longo destas quatro décadas, muitos sofrimentos e danos poderiam ter sido poupados ao país e aos portugueses se decisões de governos e governantes não tivessem cedido à tentação de trocar o longo prazo pela vantagem imediata, de confundir a verdade com a ilusão, de optar pela superficialidade conveniente, ao invés do caminho árduo do estudo e do trabalho, o único que permite fundamentar as decisões, fechando a porta à arbitrariedade, fazendo prevalecer, sem ambiguidades, o interesse comum sobre a influência e o clientelismo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Em 2015, depois de dolorosos anos de soberania limitada e condicionada, nada mais poderá ser como dantes.

Temos de aprender com os nossos erros, transformando-os numa sabedoria partilhada, capaz de servir de base para os novos consensos de que o país tão urgentemente necessita. Consensos estes que não deverão existir só por serem politicamente corretos, mas, sim e principalmente, por assentarem numa visão do país de médio e longo prazo, com o objetivo de poder melhorar hoje, sem pôr em causa poder continuar a melhorar amanhã.

No quadro de esperança que temos pela frente, há que escolher o caminho da responsabilidade e não o caminho da ilusão.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Doravante, o escrutínio deverá ser maior e mais minucioso, a exigência de bem-fazer terá de ser permanente. Teremos de procurar a transparência onde ainda imperam zonas de sombra que diminuem o alcance da lei e da justiça.

O bem comum exige que, claramente, refundemos e reafirmemos a subordinação do poder económico ao poder político, consagrada na nossa lei fundamental.

Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, teremos todos de atuar com mais humildade, nunca esquecendo que somos os servidores de um povo soberano, que sabe de onde vem e nos pede que, nos diferentes órgãos de soberania que nos foram confiados, sejamos capazes de estar à altura das tarefas exigentes que nos poderão garantir um futuro digno.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Os portugueses exigem de nós verdade e responsabilidade.

Aceitar esta exigência será a melhor forma de continuarmos, nas palavras e nos atos, o caminho que o 25 de Abril generosamente nos abriu.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e demais tribunais superiores, antigos Presidentes da República, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Sr.ª Procuradora-Geral da República, Sr. Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e demais representantes institucionais das Forças Armadas, Sr. Provedor de Justiça, Srs. Representantes das Assembleias Legislativas e dos Governos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, antigos Presidentes da Assembleia da República, Srs. Conselheiros de Estado, Sr. Núncio Apostólico, Srs. Embaixadores e representantes do Corpo Diplomático, antigos Deputados à Assembleia Constituinte, Srs. Deputados, Excelentíssimas Autoridades, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Abril nasceu nas profundezas de um desejo humano de justiça, simples e elementar, imperativo e fundamental. A liberdade, a justa medida, a devida proporção na relação das pessoas e das pessoas com as coisas! Foi por esse desejo que a história se construiu no que ela tem de mais belo, entre o combate político e as ideias dos justos.

Abril é por isso mesmo a celebração da política como liberdade que se exerce, como esperança, como força emancipadora que nos diz que somos senhores do nosso destino e autores do mundo.

Sentimos essa responsabilidade, agora agigantada pelo caráter global dos acontecimentos contemporâneos, que os distingue de tudo o que anteriormente conhecemos e torna necessária a instituição de uma sociedade universal. A globalização limita as possibilidades das políticas nacionais perante um novo ambiente em que os problemas ganham uma nova escala. Não nos deixa, por isso, um otimismo fácil.

A fratura entre o norte e o sul, com os seus índices de desigualdade, a questão ambiental e o terrorismo fazem-nos pensar, neste século XXI, em como não está adquirida a elevação do nível geral da condição humana. Seguindo as palavras de Philip Resnick, não vivemos no melhor dos mundos: subúrbios urbanos, desastres ecológicos, ondas de refugiados da fome e apátridas, são apenas parte do pano de fundo de um início de milénio que tem três partes de apocalipse e uma parte de celebração.

Somos chamados, assim, a construir o projeto político da democracia moderna, sobre a mundialização da economia e dos mercados, os movimentos demográficos e as redes de comunicação, sobre as dinâmicas de uma revolução pós-industrial que nos faz pensar a liberdade à medida do nosso tempo.

A mundialização exige-nos esforços cooperativos, iniciativas transversais, fundadas em convicções profundamente democráticas.

Traz-nos o desafio de uma comunidade moral alargada como tarefa política. E faz-nos empreender em novas metodologias e novos protagonismos. Reorganiza os Estados e as estruturas sociais. Os Estados em associações, as estruturas sociais conhecendo um papel sem precedente no diálogo de

culturas. Muitas vezes, elas adiantam-se mesmo estrategicamente ao Estado. Todos são atores neste grande encontro que um dia levará à afirmação universal dos direitos humanos. É essa a via deliberativa para o progresso moral da humanidade.

E por isso é tão necessário elevar o nível de consciência individual e coletiva através da educação. Já dizia Protágoras que «A virtude da política pode ser ensinada e todos a devem aprender». A mesma via foi apontada pelo Iluminismo, que ligou a educação à maioridade dos povos e às bases de um mundo cosmopolita.

As interações da sociedade técnica, da economia e dos movimentos demográficos ditam uma continuidade entre a política interna e a política externa, entre o espaço da nação e o espaço do mundo. Tal como Kant já advertia na sua *Paz Perpétua* quando afirmava que «O problema da instituição de uma Constituição perfeita depende de uma relação externa legal entre os Estados e não pode resolver-se sem esta última». Proposição que hoje aqui lembramos na companhia de muitos dos nossos Deputados Constituintes. Eles que nos deram a Constituição, a mais forte mensagem de Abril. Fica-nos o sentido da grandeza da nossa tarefa, neste tempo novo e difícil que põe à prova a capacidade das nossas instituições democráticas.

Porque se há um desafio ético inscrito na era universal ele é, seguramente, o de entregar aos valores do constitucionalismo o seu verdadeiro território. É o território do mundo que sempre lhe pertenceu por natureza, mas nunca lhe foi reconhecido.

Sr. Presidente, Minhas Senhoras e Meus Senhores, a crise foi também ela mesma a ponta do *iceberg* de um mundo em mudança. A crise mostrou os excessos do capitalismo financeiro indiferente à sociedade, o problema da limitação dos recursos e da sua distribuição entre indivíduos, entre gerações e entre povos. E fez surgir em cada um de nós um sentido mais intenso sobre o lugar do outro. De certo modo, arrancou-nos da nossa esfera particular para um viver em comparação que é já de si um sobressalto positivo.

A crise obriga-nos, então, a repensar os nossos paradigmas, com referência ao ser humano real, obriga- nos a mergulhar nos factos, a explorar as causas, a separar o trigo do joio, a inventar novas respostas, a olhar todos os desertos sem preconceitos nem ideias feitas, desafia-nos para um fazer de outro modo:

O crescimento da economia segundo um novo modelo, qualitativo, que conhece os limites do meio ambiente e da questão social; um novo tempo de trabalho, que recebe as vantagens da evolução científica e tecnológica e liberta para a realização individual; uma nova governação socialmente comprometida das empresas; a resposta do Estado de direito à crescente pressão da sociedade digital sobre a autonomia do indivíduo.

A liberdade significa mesmo um desejo insistente de liberdade.

Sr. Presidente, Minhas Senhoras e Meus Senhores, a mundialização desafia-nos para inscrever na escala do mundo a ideia de humanidade como princípio regulador. Obriga-nos a reencontrar o primado do político sobre a economia e os mercados. Exige-nos ser fazedores de pontes, plataformas de uns para os outros.

Por isso, a nossa inquietação sobre a União Europeia. Sem coerência e sem resiliência, a União Europeia não poderá projetar o seu modo de existir no mundo e, porém, o percurso que vai da comunidade

do carvão e do aço até à União Europeia é um percurso virtuoso que só ganhará o seu último sentido se ele é replicado na formação de outras associações regionais de Estados como o Mercosul, a União Africana ou a ASEAN. Se esse percurso é replicado no ativismo dessas associações regionais será a sua representação permanente na ONU a abrir o caminho a uma "União de Povos".

É sobre um diálogo estruturado entre as associações regionais de Estados e a evolução do papel das organizações internacionais que a ética dos direitos pode ser estendida à economia e ganhar consenso entre as diferentes culturas nacionais.

Aí entra a importância estratégica da Organização Mundial do Comércio. A Organização Mundial do Comércio deverá incorporar as associações regionais de Estados num novo multilateralismo. E as regras do comércio livre não estarão mais sós sobre a mesa. Novos temas se juntarão, como os que ligam o trabalho e o ambiente aos direitos humanos. Aliás, os baixos níveis salariais e ambientais das economias emergentes tornam a competição injusta ou impossível, por isso uma espécie de nova rota da seda se impõe, com um novo equilíbrio.

A concertação política é, pois, a via única para esta Babel que só numa ética de convivência universal poderá construir a sua torre.

E nós, portugueses, feitos da matéria da universalidade que criámos, temos, nos contextos da nossa língua e diáspora, o lugar adequado para cumprir a nossa parte, sem esquecer a União Europeia. A União Europeia que tem a sua unidade comprometida no longo arco das políticas fragmentadas dos Estados: o direito criminal sem uma política verdadeiramente comum; a quase ausência de uma política europeia externa e de segurança, com o risco de marginalização no cenário internacional; a convergência orçamental sem uma base mínima de regras sociais comuns, do emprego e da segurança social; e as políticas europeias de desenvolvimento e imigração, vistas a partir de Lampedusa, Ceuta ou Melilla.

Sr. Presidente, Minhas Senhoras e Meus Senhores, a política é sempre a ultrapassagem dos nossos limites, transcendência nas coisas que fazemos, é sempre audácia.

Abril deu-nos a liberdade para arregaçar as mangas no muito por fazer. Deu-no-la para a democracia, para instituirmos entre os seres humanos, e na relação deles com as coisas à sua disposição, a justa proporção que é a medida da justiça. Uma espécie de ecologia de viver e conviver que tem na política como amor do mundo o seu ponto de partida.

Aplausos do PSD, de pé, do PS e do CDS-PP.

Toma agora a palavra o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República** (Aníbal Cavaco Silva): — Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr.as e Srs. Deputados, Digníssimos Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Celebramos hoje o 25 de Abril, uma ocasião de festa e alegria, em que Portugal comemora a liberdade, a democracia e, também, o desenvolvimento e a justiça social.

Há precisamente 40 anos, no dia 25 de abril de 1975, os portugueses participaram nas primeiras eleições verdadeiramente livres da nossa História.

Ao escolherem os Deputados à Assembleia Constituinte, naquele que foi o ato eleitoral mais participado da história da nossa democracia, os portugueses demonstraram estar do lado da liberdade contra todas as formas de autoritarismo.

Os Deputados à Assembleia da República, que hoje saúdo calorosamente e a quem agradeço a excelência da cooperação institucional, podem orgulhar-se de ser os sucessores dos constituintes eleitos em 1975.

O 25 de Abril tem vários heróis — e o maior de todos é o povo português.

Devemos celebrar Abril com sentido de futuro, para que as novas gerações saibam que a liberdade e a democracia são valores que se constroem e renovam todos os dias.

Num tempo em que, em vários lugares do mundo, incluindo na Europa, vemos nascer sinais de intolerância e ameaças à liberdade, numa época em que alguns se deixam atrair por extremismos radicais, devemos renovar o nosso compromisso com uma sociedade mais livre e mais justa.

Os portugueses perfilham os valores da democracia e da tolerância, recusam com firmeza o recurso à violência e à conflitualidade como formas de ação política. Somos um povo de paz e de diálogo. Convivemos de forma harmoniosa com todos os outros povos.

Ao comemorar o 25 de Abril na Assembleia da República, num ano em que termina a presente Legislatura e em que outra se iniciará, devemos pensar o futuro de Portugal, fazendo uma reflexão séria e serena sobre os grandes desafios que o país terá de enfrentar.

Portugal cumpriu um exigente Programa de Assistência Económica e Financeira que, numa altura de emergência nacional, foi obrigado a estabelecer com as instituições internacionais que nos emprestaram os fundos indispensáveis ao financiamento do Estado e da economia.

Vivemos uma nova fase da vida nacional: apesar de termos um longo caminho a percorrer, a economia apresenta já sinais de crescimento e criação de emprego, as contas externas estão equilibradas e perspetiva-se a saída da situação de défice excessivo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Somos hoje um país respeitado e credível na cena internacional, um país em que as instituições e os investidores podem confiar.

Em todo o caso, continuam a ser desafios decisivos para o nosso futuro o controlo da despesa pública e do endividamento do Estado, o financiamento das empresas, a competitividade da economia e a equidade fiscal, a que devemos associar o apoio ao investimento produtivo e uma agenda de crescimento económico e de criação de emprego.

Se não existir, da parte dos agentes políticos, a consciência clara de que devem mobilizar os portugueses para estes desafios, de pouco valerão os sacrifícios que fizemos e que, em muitos casos, deram azo a situações dramáticas, algumas das quais ainda hoje se mantêm.

Sr.as e Srs. Deputados, pensar o futuro de Portugal significa, antes de mais, proceder ao diagnóstico dos nossos problemas de fundo e apontar linhas de rumo que devem ser assumidas pelas diversas forças políticas.

O país enfrenta desafios de médio e longo prazo que não se esgotam no horizonte temporal de uma legislatura, mas para construirmos um Portugal mais justo e desenvolvido para as novas gerações, é essencial que, no tempo que se aproxima, sejam tomadas medidas concretas a pensar no futuro.

Enfrentamos um problema muito grave de quebra da natalidade e envelhecimento da população. Portugal é dos países do mundo onde proporcionalmente nascem menos crianças. Além de todas as questões associadas à baixa natalidade, como a sustentabilidade da segurança social, a desertificação de vastas zonas do território e a degradação do princípio da solidariedade entre gerações, a quebra do número de nascimentos é um fator de empobrecimento para o país como um todo.

O envelhecimento populacional não só reduz o crescimento potencial da economia como aumenta a pressão sobre as contas públicas, através das despesas de pensões e de saúde.

Mais grave ainda: o facto de cada vez nascerem menos crianças significa que, no futuro, teremos menos jovens empreendedores, menos cidadãos ativos e criativos, menos trabalhadores qualificados.

Além da urgência em promover uma estratégia de aumento da natalidade, para que várias vezes chamei a atenção ao longo dos meus mandatos, é essencial fomentar o regresso daqueles que, em resultado da crise económica e financeira, decidiram partir rumo ao estrangeiro. Em áreas-chave para o nosso futuro, o país viu sair muitos dos seus jovens, a maioria dos quais altamente qualificados. É agora, enquanto os laços que os unem a Portugal ainda se mantêm vivos, que devemos atuar e promover o seu regresso, criando condições para que o seu talento e as suas capacidades possam frutificar entre nós.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Devemos igualmente adotar uma estratégia coerente de captação de talentos e de integração das comunidades de imigrantes. Portugal orgulha-se de ser um país tolerante e inclusivo, uma terra fraterna e multicultural, onde cidadãos de todo o mundo podem trabalhar e viver de forma harmoniosa e pacífica. Importa aprofundar o esforço de integração das comunidades estrangeiras, no respeito pela sua diversidade e na partilha de valores de que nunca abdicaremos: a liberdade e a democracia, a justiça e a tolerância.

Verifica-se, por outro lado, que muitos dos jovens que permanecem em Portugal não têm emprego. Outros encontram-se em situações de subemprego e emprego precário. São forçados a adiar as suas opções de vida, incertos quanto ao que o futuro lhes trará. Portugal, que enfrenta já um grave problema de natalidade, está, assim, a desperdiçar um outro ativo fundamental, os seus jovens.

Não admira o desinteresse das novas gerações pela atividade cívica e política. Todos nós — e os agentes políticos, em particular — devemos refletir muito seriamente sobre este fenómeno.

Só através de uma estratégia vocacionada para a criação de emprego qualificado será possível aumentar a confiança dos jovens nas instituições. Muitos sentem que foi em vão o investimento que

fizeram na sua formação escolar e qualificação profissional. A manter esta situação, Portugal perde duplamente: por um lado, perde aquilo que já investiu na educação e qualificação dos seus jovens; por outro lado, desperdiça o contributo desses jovens para, com o seu talento e a sua iniciativa, ajudarem o país a regressar a uma trajetória sustentável de crescimento económico e criação de emprego.

A mobilização cívica dos jovens — e dos cidadãos em geral — implica, também, um trabalho de credibilização das instituições e dos seus protagonistas. Ao fim de quatro décadas de democracia, os agentes políticos devem compreender, de uma vez por todas, que a necessidade de compromissos interpartidários é intrínseca ao nosso sistema político e que os portugueses não se reveem em formas de intervenção que fomentam o conflito e a crispação e que colocam os interesses partidários de ocasião acima do superior interesse nacional.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Os portugueses estão cansados da conflitualidade política em torno de questões acessórias e artificiais, quando devia existir união de esforços na abertura de perspetivas de futuro para as novas gerações, no combate ao desemprego e à pobreza, na melhoria da equidade na distribuição do rendimento, no apoio aos nossos idosos.

Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados: Num contexto de dignificação das instituições, impõe-se, desde logo, uma atitude firme de combate à corrupção, um dos maiores inimigos das sociedades democráticas.

A corrupção tem efeitos extremamente graves no relacionamento entre os cidadãos e o Estado, diminuindo a confiança nas instituições e criando, em particular, a falsa ideia de que a generalidade dos agentes políticos ou dos altos dirigentes da Administração não desempenham as suas funções de forma transparente, ao serviço exclusivo da comunidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É desta falsa perceção que se alimentam os populismos e se abre a porta à demagogia.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Para além do mais, a corrupção põe em causa um dos elementos essenciais da vida coletiva: a coesão do tecido social.

Portugal possui importantes ativos, sobretudo em comparação com muitos países congéneres da União Europeia. Um desses ativos é, precisamente, a coesão social. Graças a ela, conseguimos atravessar um período de duros sacrifícios sem que se tenham verificado radicalismos e ruturas dramáticas, como sucedeu em alguns países da Europa do Sul.

Para mantermos a coesão social, é essencial que exista um empenho de todos no combate à corrupção. Numa República de cidadãos iguais, ninguém está acima da lei.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Neste contexto, um desafio que temos de enfrentar é o da promoção de uma política de justiça centrada na defesa do interesse coletivo e dos direitos individuais. Só através de uma justiça credível, célere e eficaz, Portugal pode afirmar-se como um Estado de direito consolidado, uma sociedade meritocrática de cidadãos livres e iguais. Têm sido aprovadas reformas do nosso sistema de justiça que só obterão plenos resultados se envolverem de forma ativa os agentes do aparelho judiciário, os magistrados que conhecem de perto a realidade dos tribunais. Estou certo de que este é um domínio onde será possível encontrar consensos interpartidários capazes de conferir estabilidade às reformas de fundo já introduzidas ou que, entretanto, venham a ser apresentadas.

É bem sabido que os atrasos do sistema de justiça, além de lesarem direitos e expetativas legítimas dos cidadãos, representam um dos fatores determinantes da menor atratividade do investimento, prejudicando o dinamismo e a competitividade da nossa economia.

Também no domínio da Administração Pública, apesar da modernização tecnológica e do avanço na prestação de serviços digitais, subsistem ainda fatores que dificultam a atração do investimento e a iniciativa das empresas. Infelizmente, o debate sobre a reforma do Estado tem sido colocado num terreno de combate ideológico, em que se esgrimem argumentos que, em concreto, pouco contribuem para aquilo que todos desejamos: uma Administração independente, imparcial e próxima dos cidadãos, dimensionada de acordo com a provisão eficiente dos bens e serviços de natureza pública, com funcionários qualificados e com dirigentes escolhidos exclusivamente pelo seu mérito.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Administração Pública tem de ser competitiva no mercado de trabalho, de modo a recrutar, motivar e manter nos seus quadros os recursos humanos aptos a desempenhar as funções de grande responsabilidade que lhe são exigidas.

Os portugueses reconhecem no Estado social o modelo que lhes trouxe importantes benefícios em domínios como a saúde, a educação, a segurança social e a cultura. O Estado social é uma das maiores realizações da nossa democracia. É uma área em que o debate e o consenso sobre o seu futuro se impõem. Não se trata de diminuir a proteção social dos cidadãos que dela necessitam, mas, sim, de garantir a sustentabilidade do sistema num horizonte temporal alargado e de aumentar a eficiência, a equidade e a qualidade dos serviços prestados.

Em boa medida, a qualidade da democracia depende da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O modo como estes percecionam e avaliam a ação dos governantes, dos agentes políticos, das forças partidárias, depende muito do relacionamento quotidiano que mantêm com a Administração

Pública. Neste sentido, melhorar a eficiência do Estado é também contribuir para a qualidade da democracia e para o prestígio da classe política.

Aplausos do PSD.

Sr.as e Srs. Deputados, ao fim de 40 anos de democracia, é notável aquilo que alcançámos. Não só construímos um país democrático e livre, respeitado na cena internacional, como edificámos uma sociedade mais solidária e mais inclusiva.

Mas estamos insatisfeitos: somos ambiciosos, queremos um futuro melhor.

Ambicionamos um Portugal mais justo, uma economia mais dinâmica e competitiva, uma educação de excelência e um Serviço Nacional de Saúde sustentável e de qualidade.

Em quatro décadas de democracia, os cidadãos viram significativamente melhorados a qualidade e o acesso à educação e aos cuidados de saúde. Portugal possui atualmente cientistas e investigadores que ombreiam com os melhores. Os progressos tecnológicos na deteção e tratamento da doença estão ao nível dos registados nos países mais desenvolvidos. O sucesso no combate à mortalidade infantil é uma referência mundial.

A excelência na educação, o desenvolvimento de competências ao longo da vida e a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde permanecem, no entanto, como grandes desafios que devem mobilizar a Assembleia da República na próxima Legislatura.

O futuro do Serviço Nacional de Saúde português não pode ser encarado apenas na sua dimensão financeira.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — O investimento na saúde da população é uma fonte de criação de riqueza que não pode ser desperdiçada. É, acima de tudo, um imperativo de justiça e de salvaguarda da dignidade humana.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O relatório da Fundação Calouste Gulbenkian *Um futuro para a Saúde* fornece uma base informada e objetiva para o estabelecimento do pacto político e social para a próxima década que este setor exige.

Sr.as e Srs. Deputados, um tema constante dos meus mandatos, o da estratégia nacional para o mar, entrou definitivamente na agenda política.

Destaco, nesta ocasião, o largo consenso alcançado nesta Assembleia na aprovação da Lei de Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional e os desenvolvimentos operados nos setores portuário e de transformação de pescado, pelo seu contributo para o aumento das exportações.

Apesar dos avanços, há um grande potencial da economia do mar ainda por explorar e um desafio político da maior relevância que importa enfrentar na próxima Legislatura: a adoção de uma governação

verdadeiramente integrada dos assuntos do mar. Há que assegurar uma articulação eficiente de todos os assuntos do mar, independentemente da tutela governativa em que se situem, de modo a garantir a realização da estratégia definida para o setor.

Noutro domínio, de grande importância, tornou-se evidente a necessidade de garantir a segurança dos cidadãos face a novas ameaças transnacionais, a que devemos dar resposta através da afirmação dos nossos valores e princípios, mas também com recurso a meios preventivos e repressivos. Portugal é uma sociedade aberta e tolerante. Para continuar assim, tem de rejeitar com firmeza os extremismos e ser intransigente com a violência e o terrorismo.

Um desafio premente que aqui se coloca é o de adequarmos a organização e o funcionamento de todas as estruturas que compõem o nosso sistema de segurança nacional às exigências que decorrem destes novos perigos, que não se fazem anunciar e que não conhecem fronteiras.

Ainda que num plano claramente distinto daquele que acabei de referir, a violência não se manifesta apenas através da força física e das armas. Temos assistido, no debate público em Portugal, a um nível de crispação e de agressividade verbal que, muitas vezes, não hesita em extravasar da controvérsia de opiniões para os ataques e os insultos de caráter pessoal.

Numa democracia amadurecida, o debate informado e a diversidade de opiniões são valores fundamentais. Valores que, no entanto, correm o risco de ser obscurecidos e relegados para um plano secundário se se mantiver a tendência para recorrerem às querelas estéreis, à calúnia e à difamação como instrumentos de combate político. Aí, não estamos já no campo da divergência de opiniões; pelo contrário, aos olhos dos cidadãos, a salutar diversidade de ideias perder-se-á e o debate público sairá empobrecido.

A violência verbal, amplificada pelo ruído mediático, afasta os cidadãos da vida da República, fomenta o desinteresse cívico, corrompe a confiança dos portugueses nas suas instituições.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Apelo, pois, aos Deputados, representantes do povo, desta Legislatura e da que irá iniciar-se no final deste ano, a que contribuam, pela força do seu exemplo, para a elevação do debate público e para a qualidade da democracia em Portugal.

Só deste modo, através do diálogo e do consenso, será possível alcançar os compromissos imprescindíveis para garantir a estabilidade política e a governabilidade e para enfrentar com êxito os desafios que o futuro nos coloca.

Só através do compromisso entre as forças democráticas foi possível aprovar a Constituição da Repúblicae concretizar muitos dos sonhos de Abril.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados: Olhando para o mapa da Europa, Portugal surge como um país pequeno e periférico. Mas, por vezes, as aparências são enganadoras.

Somos dos países com maior nível de coesão social da União, possuímos laços privilegiados de amizade com vários povos do mundo, a nossa língua é falada por milhões de seres humanos. Além de tudo, somos o espaço onde a Europa se abre ao Atlântico. O mar projeta-nos e engrandece-nos, coloca-nos no centro do planeta.

No mapa do mundo — e já não do continente europeu —, Portugal não se encontra na periferia; pelo contrário, ocupa um lugar central. No tempo da globalização, em que as geografias se reconstroem, continuamente com apoio da tecnologia e nas novas formas de comunicação, é para o mapa do mundo que devemos olhar. Aí, observando o mundo inteiro, Portugal encontra-se no fulcro da contemporaneidade.

Fomos pioneiros há 500 anos, quando tirámos partido da nossa proximidade ao oceano para descobrirmos novos mundos; fomos pioneiros há 40 quando a revolução de Abril iniciou uma vaga de democratização que se estendeu a vários países da Europa: primeiro, no Sul; depois, no bloco de Leste.

Não tivemos medo do desconhecido, quer no tempo das Descobertas, quer no dia 25 de Abril, também hoje os portugueses não devem ter medo do tempo em que vivem. Enfrentamos grandes desafios, sem dúvida, mas a História revelou que foi sempre nessas alturas que mostrámos ser mais fortes e mais corajosos.

No dia 25 de Abril, devemos celebrar a esperança. Foi a esperança de um tempo novo que deu ânimo e coragem aos militares que derrubaram a ditadura. É a esperança de um futuro melhor que nos deve juntar todos, em nome de Portugal e em nome dos Portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia da República**: — Declaro encerrada a Sessão Solene Comemorativa do XLI Aniversário do 25 de Abril.

2016

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Excelências, Sr.as e Srs. Deputados, declaro aberta a Sessão Solene Comemorativa do XLII Aniversário do 25 de Abril.

Em representação do PAN, tem a palavra o Sr. Deputado André Silva.

O Sr. **André Silva** (PAN): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados Constituintes, Sr.as e Srs. Deputados, Ilustres Representantes do Corpo Diplomático, Altas Autoridades Civis e Militares, Distintas e Distintos Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

E para que estes não sejam lugares abstratos, povoados de inflamadas memórias e palavras esteticamente ornamentadas e ocas de conteúdo, procuro perspetivá-los enquanto direitos individuais e direitos sociais.

As opiniões esclarecidas, abertas a acolher novas visões do funcionamento do mundo e do funcionamento de cada um de nós no mundo, brotam do acesso à informação.

Muito para além do trinómio tradicional — liberdade, igualdade e fraternidade —, não vemos a democracia como algo consolidado e estático, mas, sim, como um movimento que só evolui na lógica do coletivo informado.

E esta consciência do coletivo tem possibilitado movimentos de cidadãos que têm criado hipóteses reais de democracia direta, complementando, a vários níveis, uma democracia representativa com uma democracia participativa.

O processo de democratização não tem fim. A governação da vida pública e privada exige uma adaptação ao maior desafio dos nossos tempos e que tem mais a ver com as tensões que surgem dos conflitos de interesses e da sua resolução do que propriamente de uma oposição real entre o Estado e a sociedade, que se vai dissipando cada vez mais.

Tratando-se de um sistema social, político e cultural que tende a partilhar a autoridade, substituindo as relações desiguais de poder, a democracia ultrapassa a esfera do Estado, entrando pelas relações familiares, profissionais, cívicas, interculturais, educativas e desmercantilizando a vida e as relações sociais.

A realização e felicidade dos cidadãos não pode continuar a ser apenas proporcional à sua capacidade produtiva.

Olhemos o caso da democracia butanesa, demasiado jovem e culturalmente distante, bem sei, mas que nasceu de um princípio da boa governança que encerra em si as ideias de eficiência, transparência, responsabilidade e profissionalismo, integrando novos indicadores que assumem um caráter da maior importância na economia e desenvolvimento do país e que criam pontes entre o progresso e a tradição, complementando os indicadores exclusivamente económicos, como o PIB, com outros que procuram detetar os níveis de bem-estar mental, emocional e físico das populações.

O acolhimento político destas novas perspetivas acerca do bem-estar individual e coletivo depende significativamente da agilidade dos governos na alocação dos seus recursos em prol de metas mais elevadas, com um compromisso real com a mudança de consciência coletiva, que já vemos nascer aqui

e ali. É chegada a hora de mudar o critério do conjunto de indicadores de sucesso público. Para isso precisamos de colocar a razão humana ao serviço do desenvolvimento e da adoção de uma mais verdadeira e humanista definição de riqueza, de felicidade e de progresso genuíno, que abranja os valores pelos quais devemos hoje lutar juntos e que permita que os que venham depois de nós possam também desfrutar de abundância e de prosperidade.

Na celebração dos 42 anos do 25 de Abril, que tenho o privilégio de acompanhar na Casa da democracia portuguesa, reforço que a agenda política também tem um coração que reconhece que todas as formas de vida juntas fazem parte de um ecossistema global e de que o espaço, o solo, a energia, as plantas e os animais não são para ser utilizados pelo ser humano. E este é o princípio que nos inspira e através do qual acreditamos que podemos reescrever o nosso próprio destino, em direção a uma sociedade mais sustentável e equitativa. Porque outro mundo é possível, e conforme o ministro dos negócios estrangeiros butanês avançou: «A única maneira de sustentar uma ilusão é quando a mesma é compartilhada por todos!»

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes», tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ferreira.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr.as e Srs. Deputados, Valorosos Capitães de Abril, Sr.as e Srs. Convidados:

25 de Abril de 1974, uma madrugada feita de tantos dias e de tantos anos. Tantos dias e tantos anos que foram precisos para chegar a esse Abril, a essa madrugada. Dias e anos de fome e perseguição, mas ainda assim de resistência. Dias e anos de censura e de silêncios decretados, mas ainda assim de esperança. Dias e anos de exílio, de guerras e de destinos contrariados, tantas vezes sem regresso, mas ainda assim de sonhos e utopias, de desejos de justiça, ainda que vigiados, de sonhos em transformar, ainda que controlados, de sedes coletivas de liberdades e de paz, ainda assim silenciadas. Mas era uma vontade grande que ali estava, uma vontade grande, muito grande, mas silenciada, porque havia sempre alguém à espreita.

Uma vontade escondida, guardada, protegida, num bolso vazio, numa algibeira rota, nuns pés descalços, nos olhos de uma criança com fome que trabalhava de sol a sol numa qualquer fábrica de um dos donos do nosso país.

Uma vontade sentida num sentido abraço de dois amigos que se encontram numa qualquer esquina do exílio ou num brinde a dias melhores de camaradas que, desgraçadamente, o destino juntou, no cruzamento das balas de guerras estranhas aos seus interesses e aos seus anseios.

25 de Abril, um dia construído de tantos outros dias, de tantos outros anos que foram precisos para lá chegar, mas chegámos.

Chegámos a Abril e a Maio e ao resto do nosso futuro, com essa vontade e essa força, com esse cheiro a cravos e esse desejo de ser pessoa, de ser cidadão livre com direitos e com direito a viver num país mais justo, onde a premissa maior fosse a distribuição por todos da riqueza produzida e os recursos naturais por todos sustentavelmente partilhados.

É essa vontade coletiva de construir um futuro para todos, em democracia e com justiça social, que importa prosseguir. Um futuro que olhe para o ambiente e a qualidade de vida como direitos fundamentais de todos, condição de bem-estar, de equilíbrio e de saúde e não como meras mercadorias para engordar os lucros de uns poucos.

Uma democracia que faça frente à crise ecológica que vivemos e que está a comprometer o ambiente e a própria sustentabilidade do futuro.

Uma crise sentida ao nível da desumanização das cidades, na destruição da floresta e do mundo rural, no desordenamento do território, na desertificação e na erosão dos solos, na contaminação da água, no desaparecimento das espécies, na perda de biodiversidade, nas violações consentidas às regras ambientais, no desperdício energético, na segurança e soberania alimentar, no aumento das emissões de gases com efeito de estufa, no aquecimento global e nas alterações climáticas.

Um futuro capaz de devolver aos cidadãos a confiança na democracia e nas instituições que sobre si acabam por se fechar, sem conseguirem entender os sinais de descontentamento e de revolta que estão a gerar.

Uma democracia que não se limite a lamentar a pobreza e a chorar as injustiças, mas que as procure contrariar, que não se baste com a consagração de direitos, mas que lhes dê vida, que os ponha a andar, que seja capaz de os materializar.

É este o desafio que temos pela frente e é este o nosso compromisso, com Abril, com as pessoas, com o povo e com o país.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: É certo que, ao longo da nossa história democrática, já estivemos mais perto de Abril, mas hoje, e neste Abril, podemos dizer que também já estivemos mais longe.

Na verdade, este Abril, este hoje, é um hoje de regresso. E este Abril é também um Abril de regresso. Pode ser tímido, mas não deixa de ser um regresso, um regresso, desde logo, à normalidade constitucional, porque a Constituição voltou a ser respeitada e os Orçamentos do Estado inconstitucionais são, agora, coisas do passado.

Um regresso, ainda, à normalidade democrática, porque as ingerências e o desrespeito pelo poder local democrático já lá vão.

Mas é um regresso, também, ao respeito pelas pessoas. Hoje, em vez de discutirmos quanto se corta em salários, reformas e apoios sociais, discutimos quanto se devolve às famílias. Em vez de discutirmos quantos feriados se removem do calendário, discutimos quantos se repõem. Em vez de discutirmos qual vai ser o universo ou o volume do aumento das taxas moderadoras, discutimos qual vai ser o universo das pessoas isentas desse encargo.

Mas é, ainda, o regresso da afirmação da nossa soberania. O Programa de Estabilidade, que viajava na "carroça telecomandada" para receber o divino ámen da Europa, antes de ser discutido entre nós, passou a ser discutido no sítio certo e antes de ser enviado à Europa.

E, finalmente, outro regresso, que certamente confirma todos os regressos que acabei de referir: o regresso dos militares de Abril à Casa da Democracia.

Aplausos de Os Verdes, do PS, do BE, do PCP e do PAN.

Um regresso que, em nome do Partido Ecologista «Os Verdes», quero calorosamente saudar, saudando não só os corajosos capitães de Abril mas também o seu desejado regresso à Sessão Solene da nossa Revolução.

Como podemos ver, são já alguns regressos, mas é preciso mais, muito mais. É preciso combater o desemprego e a precariedade laboral, repor o princípio do tratamento mais favorável para quem trabalha e promover a contratação coletiva, combater as assimetrias regionais e a desertificação, trabalhar para uma mobilidade sustentável, investir na ferrovia, reforçar os serviços públicos, abrir tribunais encerrados e trazer de volta as freguesias extintas, mais justiça fiscal e taxar as operações financeiras realizadas em *offshore*. É preciso investimento público de qualidade para pôr a economia a mexer, para pôr o país a produzir e criar riqueza para podermos dar resposta às necessidades dos portugueses e aos compromissos internacionais.

E se é verdade que, há 42 anos, os portugueses foram capazes de dar a volta ao destino, de fazer uma Revolução para enterrar o fascismo, também serão capazes de se libertar dos atuais constrangimentos ao nosso desenvolvimento, desde logo do tratado orçamental e da dívida, cuja renegociação se continua a impor como condição indispensável para o seu pagamento e desenvolvimento do país.

Para terminar, e porque a nossa Constituição faz 40 anos, uma referência à Lei Fundamental do país, ao texto que deu expressão ao sonho de Abril e que tão mal foi tratado nos últimos anos.

Apesar das várias revisões, a nossa Constituição continua a conter elevados níveis de proteção e justiça social. E, se dúvidas houvesse, bastaria atender à importância que a Constituição teve para travar uma parte do neoliberalismo que nos tentaram impor nos últimos quatro anos. De facto, se a regressão social não foi pior e as desigualdades sociais não foram ainda mais acentuadas, não foi porque o Governo do PSD/CDS o não tentassem, foi porque a nossa Constituição o impediu.

No seu conteúdo consagram-se os direitos e as liberdades fundamentais dos cidadãos e os direitos sociais, como o ambiente e a qualidade de vida.

Nos princípios fundamentais da organização económica, a Constituição faz saber que o poder económico está subordinado ao poder político democrático.

Consagra o princípio do Estado de direito democrático e indica-nos um caminho: a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno. É este o compromisso de Os Verdes: continuar a lutar por esse caminho sugerido pela Constituição. E, se a nova configuração parlamentar permitiu dizer adeus às inevitabilidades, seria até irresponsável da nossa parte não contribuir para os regressos que nos permitem aproximar de Abril.

Falta ainda muito, é verdade, mas muito já foi construído neste curto caminho, que Os Verdes se orgulham de ajudar a desbravar.

Viva a Constituição da República Portuguesa!
Viva o 25 de Abril!

Aplausos de Os Verdes, do PS, do BE, do PCP e do PAN.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do PCP, tem, agora, a palavra a Sr.ª Deputada Rita Rato.

A Sr.ª **Rita Rato** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Capitães de Abril, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Convidados:

Comemoramos hoje 42 anos da Revolução de Abril, revolução que inaugurou o tempo dos direitos na vida de um povo, de tanta gente que nunca os havia conhecido, mas que na sua vida tanto sentia a sua falta. Direitos conquistados com a resistência e a coragem de tantas mulheres e homens, construídos em pequenas e grandes lutas nos campos, nas fábricas e serviços, nas escolas e universidades. Tantas vontades juntas que haviam de desaguar no 25 de Abril de 1974 e na aliança Povo/MFA.

Conquistas filhas do processo revolucionário que originou mudanças profundas na sociedade: o fim da guerra colonial; a democracia política e os partidos políticos; a liquidação do capital monopolista; as nacionalizações e a reforma agrária; o poder local democrático; as liberdades e garantias, incluindo a liberdade sindical e o direito à greve; os direitos das mulheres; os direitos da juventude; a soberania nacional.

Conquistas consagradas na Constituição e que, por isso mesmo, fizeram dela própria, da Constituição, uma das conquistas fundamentais da Revolução de Abril. Constituição que tem a marca da luta dos trabalhadores e do povo, que projeta nos dias de hoje os valores da liberdade, da democracia, da justiça social, da paz e da soberania.

Constituição que, exatamente por isso, pelo conteúdo que projeta, encontrou sempre pela frente ventos agrestes. Com rigor, desde a fase da sua construção que forças retrógradas não se conformaram com o seu conteúdo e alcance. Na verdade, sempre a reconheceram como um obstáculo aos seus interesses e à recuperação do poder perdido. Daí que sucessivas alterações tenham resultado sempre no empobrecimento do seu projeto de progresso e justiça social.

Ao longo dos tempos e em diversos momentos, a Constituição foi e continua a ser atacada, porque, na verdade, apesar das mutilações, a Constituição permanece como o garante de muitos direitos económicos, sociais, culturais e políticos e isso é razão para continuar a ser alvo de ataque por muitos dos que defendem e executam políticas que tanto têm penalizado o povo e o país.

Prova viva disso foram os últimos quatro anos de Governo PSD/CDS, onde o desrespeito e a violação reiterada da Constituição, o ataque aos seus direitos e aos seus princípios se traduziu no empobrecimento da vida de milhares de portugueses e do próprio regime democrático. Daí que a derrota do PSD e do CDS, em 4 de outubro do ano passado,...

Protestos de Deputados do PSD.

... e o seu afastamento do poder signifique também uma vitória da Constituição, no caminho da reposição de valores essenciais que a política de direita tão profundamente desprezou. Uma vitória de todos aqueles que, ao longo de quatro dolorosos anos, nunca baixaram os braços, nunca desistiram e tanto lutaram para travar o encerramento de serviços de saúde, de escolas e de tribunais, para travar os cortes nos salários, nas pensões e nos direitos, no abono de família, no passe dos transportes. Tanto lutaram e lutam para defender a dignidade na vida de todos e de cada um, uma vida melhor e um país mais justo.

Uma vitória de todos os que lutaram e lutam para defender e cumprir Abril.

Por isso, quando comemoramos 42 anos da Revolução e 40 anos da Constituição, reafirmamos o nosso compromisso de sempre: respeitar, defender e trabalhar para que os direitos económicos, sociais, culturais e políticos que consagra existam na lei e na vida de todos os dias; para que ao reconhecimento formal dos direitos corresponda dignidade e soberania; para que a trabalho igual corresponda salário igual; para que à estabilidade e segurança no emprego corresponda erradicação da precariedade e para que a um posto de trabalho permanente corresponda um vínculo efetivo; para que a articulação da vida profissional, familiar e pessoal corresponda à diminuição do horário de trabalho e a 35 horas semanais para todos; para que à mais justa distribuição da riqueza corresponda aumento dos salários e das pensões; para que a pobreza e a fome sejam parte do passado; para que a educação, a cultura e o lazer sejam um direito de todos e não apenas de quem pode pagar; para que não desperdicemos a energia e a criatividade de milhares de jovens forçados a emigrar nos últimos anos, para fugirem ao desemprego e à pobreza; pelo direito a sermos felizes no nosso país.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A gravidade da situação que o país atravessou e atravessa torna ainda mais evidente a importância de encontrar, com a Constituição, a solução para estes problemas; torna ainda mais evidente e necessário desenvolver uma política patriótica e de esquerda que cumpra a Constituição; a subordinação do poder económico ao poder político; a justiça e a coesão económica e social de todo o território nacional; a defesa e cumprimento dos direitos dos trabalhadores como pilar da democracia; a garantia da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no trabalho, na família e na sociedade; a defesa dos princípios da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos e da não ingerência nos assuntos internos de outros Estados; o desarmamento e a dissolução dos blocos militares.

É urgente e necessário assegurar a independência económica do país, partindo da utilização dos recursos nacionais, recuperando instrumentos indispensáveis ao desenvolvimento, no plano económico, orçamental e monetário, das relações comerciais e do reforço do setor produtivo e da produção nacional. É urgente e necessário promover a criação de emprego com direitos, a valorização dos salários e das pensões, a defesa das funções sociais do Estado e dos serviços públicos, o reforço da escola pública, do Serviço Nacional de Saúde, da segurança social. É urgente e necessário salvaguardar e promover a cultura portuguesa e a identidade cultural do povo português, rejeitar decididamente ingerências e imposições vindas da União Europeia, lesivas do interesse nacional, que resultaram sempre

em mais empobrecimento, desigualdades sociais e concentração da riqueza, em mais dependência e menos soberania, em menos capacidade de construir um caminho que afirme o pleno direito do povo português a decidir sobre o seu próprio destino.

Por isso, condenamos veementemente tentativas deliberadas de impedir a recuperação de direitos e rendimentos, como, ainda recentemente, a chantagem para não aumentar o salário mínimo nacional. Ameaças e chantagens vindas daqueles que sempre protegeram e beneficiaram os responsáveis pela crise, nem que tal obrigasse a condenar um povo ao empobrecimento e ao retrocesso.

Sr. Presidente, Sr. Deputados: Nesta nova fase da vida política nacional, com o afastamento do Governo PSD/CDS e com a nova correlação de forças na Assembleia da República, temos a obrigação de não desaproveitar nenhuma oportunidade para recuperar dignidade e direitos.

Temos a obrigação de responder às vontades e anseios de um povo que merece e tem direito a viver num Portugal livre, democrático e desenvolvido.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e de Deputados do PS.

Temos a obrigação de agarrar nesta esperança e confiança renovada das mulheres e homens deste país.

Temos a obrigação, sim, de afirmar Abril, de defender a Constituição e de efetivar o projeto que consagra, pois lutar pelos seus valores não é só tarefa da geração que os realizou e conquistou.

Por isso, aqui estamos, as novas gerações, com os nossos sonhos, as nossas aspirações e a nossa luta a projetar Abril no futuro de Portugal.

Que viva Abril!

Que viva a Constituição!

Aplausos do PCP, do PS, de Os Verdes e do PAN.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Magalhães.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e restantes Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Antigos Presidentes da República, demais Autoridades Civis e Militares do Estado presentes, Sr. Cardeal-Patriarca de Lisboa, Sr. Núncio Apostólico, Sr.as e Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

Assinalamos neste ano duas datas, os 42 anos do 25 de Abril e os 40 anos da Constituição.

A todos aqueles que fizeram o 25 de Abril de 1974 e o confirmaram no 25 de Novembro de 1975, contribuindo, por isso, para que Portugal seja hoje um Estado democrático, membro de pleno direito da União Europeia e um país democrático na NATO, o CDS presta a sua homenagem.

Também assinalamos as quatro décadas da Constituição.

É preciso sublinhar, e também homenagear, a coragem dos Deputados do CDS que votaram favoravelmente todas as disposições de uma democracia ocidental, mas votaram contra — e fizeram bem! — todas as disposições que imprimiam uma marca ideológica, coletivista e socializante a um texto que a todos deveria servir.

Aplausos do CDS-PP.

E o facto de hoje a Constituição ser diferente, pelas sete revisões realizadas até ao momento, dá-nos razão histórica.

Também hoje, relembramos, naturalmente, todos aqueles que foram perseguidos, ou até exilados, por se oporem ao antigo regime e aqueles que, na esperança de uma abertura e de uma primavera, que falharia, procuraram, por dentro, reformar o regime e abrir Portugal à Europa. Também invocamos todos aqueles que foram perseguidos durante o PREC (Processo Revolucionário em Curso), que pretendia conduzir o país de uma ditadura para outra,...

O Sr. **Pedro do Ó Ramos** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — ... e todos aqueles que, sem culpa ou responsabilidade, em resultado de uma descolonização tardia e nada exemplar, foram obrigados a abandonar os seus afetos e os seus bens e a recomeçar uma nova vida.

Homenageamos, assim, todos aqueles que, antes e depois do 25 de Abril, combateram qualquer forma de totalitarismo e defenderam a liberdade como valor em si mesmo e como pressuposto para a prosperidade que ainda buscamos.

Dito isto, é preciso lembrar o passado, compreender o presente e projetar o futuro.

Lembrar que estas quatro décadas de Democracia foram difíceis, mas valeram a pena.

Partimos de ocupações de terras e nacionalizações selvagens, em nome de um processo revolucionário que a maioria do povo português nunca desejou e que atrasou as reformas que outros, atempadamente, fizeram ou estavam a fazer.

Garantimos a coesão nacional e consolidámos a democracia que nos levou à integração europeia, ainda que sem a preparação que desejávamos.

Beneficiámos de fundos comunitários que permitiram a construção de infraestruturas que mudaram a face de um país que, ainda hoje, se divide entre litoral e interior, mas que acrescentaram menos à competitividade dos recursos humanos e do conhecimento de que o país dispõe, e aqui há muitas lições a tirar e erros a lamentar.

Usufruímos de anos de crédito fácil que melhoraram as condições de vida provisoriamente, mas poucos se aperceberam — e o CDS apercebeu-se — de que o Estado se endividava galopantemente e as famílias também, o que pagámos dolorosamente. Por isso, sofremos com a crise das dívidas soberanas, com a recessão e com o desemprego, sobretudo dos mais jovens e dos desempregados de longa duração, como pensávamos que já não voltaria a acontecer. Mas nunca o esquecemos: soubemos ter

dignidade nas dificuldades, resistir e, como tantas vezes na nossa História, fazer das fraquezas forças e de cada dificuldade um desafio. E é assim que devemos tentar compreender o presente.

Compreendemos que o mundo mudou e mudou rapidamente. Compreendemos que a crise económica, que assolou e ainda perdura na Europa e que está à porta de tantos de nós, só se ultrapassa com confiança, crescimento e investimento. O mundo da globalização não se adequa nem ao dirigismo nem à rigidez.

Devemos compreender a tragédia humana que persistentemente está diante dos nossos olhos, em que centenas de milhares de pessoas, todos os dias, dando a sua vida como testemunho, fogem do horror da guerra e procuram a Europa como refúgio, e reconhecer a dramática incapacidade de resposta da União.

Devemos compreender o perigo e o risco das novas ameaças das alterações climáticas, que não nos podem deixar de braços cruzados, ou de um terrorismo que faz da barbárie o seu método e da liquidação do nosso modo de vida o seu objetivo, recrutando em solo europeu os seus operacionais.

Percebemos que Portugal, a Europa e o mundo enfrentam desafios no presente, que o passado não previa e que o futuro, seguramente, não recomendava.

É neste contexto que assinalamos mais um ano do 25 de Abril e quatro décadas da Lei Fundamental.

Diante de nós, o desafio imediato é o Programa de Estabilidade e o Programa Nacional de Reformas para os próximos quatro anos, que ainda esta semana iremos discutir e que nos vincula cá dentro e lá fora.

Há 40 anos, o CDS ficou sozinho na votação da, então, nova Constituição, mas o tempo deu-nos razão. Não sei se ficaremos sozinhos ou acompanhados nesta proposta e neste pedido de votação dos Programas de Estabilidade e de Reformas, mas sei que hoje, como então, muitos portugueses nos compreendem.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Percebem que foram feitos muitos sacrifícios para que Portugal pudesse ultrapassar o ciclo do ajustamento e da troica e que não podemos desperdiçar o caminho que fizemos e muito menos deitar fora tudo aquilo que, com dor, seguramente, conseguimos. É que, infelizmente, este Programa de Estabilidade é pouco credível nas projeções, pouco prudente nas finanças públicas, pouco ambicioso na confiança e é muito preocupante quanto ao investimento e, portanto, quanto ao crescimento e à esperança no emprego.

Podia, e devia, ser melhorado a tempo, e a única forma de o fazer é discuti-lo, revê-lo e votá-lo, pois é precisamente na altura em que o país mais precisa de esperança que os portugueses tomam consciência de que as promessas de um novo tempo, de um novo ciclo ou de uma nova era, são desmentidas pela realidade e pela frieza dos números: do crescimento que diminui; da procura interna que cai; do investimento que não arranca; e das exportações que descem.

Mas, Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, demais Autoridades presentes e Sr.as e Srs. Deputados, se este é o desafio imediato, não percamos, nunca, de vista os

objetivos nacionais estruturantes que o consenso deveria permitir que perdurassem, independentemente da sucessão de governos e legislaturas. Só a superação destes objetivos, em consenso, permite um país melhor.

A dívida pública é ainda muito grande e temos de a reduzir; o financiamento das empresas é crítico e temos de o melhorar; a produtividade é decisiva e podemos fazer mais; a demografia é a condição da sustentabilidade dos sistemas sociais e por isso precisamos de políticas constantes e corajosas que ajudem as famílias.

Estes são, a nosso ver, alguns dos objetivos de futuro, no futuro e para o futuro de Portugal. Mas há outros compromissos que devemos igualmente prosseguir: construir uma democracia que não esteja à mercê da demagogia; ter instituições representativas e credíveis que sejam imunes ao populismo do momento; ou, ainda, ter autoridades regulatórias com independência, sim, mas que sejam efetiva e democraticamente fiscalizáveis, pois os seus erros são pagos por todos nós.

Aplausos do CDS-PP.

Importa também construir uma sociedade que seja capaz de reconhecer os valores que conduzem ao progresso, onde a responsabilidade individual não se esconde numa irresponsabilidade coletiva e anónima, onde o primado do mérito e a remuneração do esforço são a regra e não a exceção, onde a liberdade de iniciativa é promovida e a inovação incentivada e onde a autoridade do Estado não se dilui no facilitismo do imediato, em nome de um igualitarismo enganador que menospreza a exigência como valor essencial de uma sociedade moderna.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Ficam aqui alguns desafios, objetivos e compromissos que devemos vencer, superar e procurar.

Devemos fazê-lo com esperança e confiança, na certeza de que os desafios não são fáceis, de que os objetivos não são simples e de que, sobretudo, não podemos repetir os erros do passado.

Viva Portugal!

Aplausos do CDS-PP, de pé, e do PSD.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Duarte Costa.

O Sr. **Jorge Duarte Costa** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Sr.as e Srs. Convidados, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Capitães de Abril (de novo em Casa):

Há uns vinte e poucos anos, numa associação de estudantes, celebrámos a revolução portuguesa no seu aniversário. O lema era: «O 25 de Abril tem a nossa idade.» As comemorações oficiais chamavam-nos, então, «os filhos da Revolução», mas nós, então estudantes em luta, reclamávamos outro estatuto: o de irmãos dela. Enquanto vivermos, teremos sempre a idade do 25 de Abril.

Foi também naqueles dias que aprendemos a invocar a Constituição em nossa defesa. Para aqueles jovens, a palavra "Constituição" era ainda pouco mais do que tema de antigas pinturas, paisagens de murais desbotados por maiorias absolutas.

Só nos encontrámos com a Constituição quando, sabe-se lá como, nos chegou ao ouvido o princípio do ensino tendencialmente gratuito, que a cobrança de propinas vinha, então, violar.

Descobrimos que nem tudo o que está na Constituição é respeitado, mas descobrimos também que tínhamos connosco a força de um texto que, nos seus compromissos, sempre haveria de perturbar os velhos poderes. Um texto orgulhosamente escrito por um povo de pé, acabado de chegar da revolução, essa viagem no tempo que, em poucos meses, trouxe Portugal ao século XX.

Ao longo de 40 anos, defendida e atacada, ferida e alterada, a Constituição mantém o seu objetivo: uma sociedade de cultura e trabalho, pluralismo e igualdade. E enquanto houver um poderoso, um financeiro ou um burocrata que a acuse de ser um obstáculo ao progresso, a Constituição respira.

Mas que diria ela — perguntemo-nos assim —, 40 anos depois, da vida que leva o seu povo constituinte? Quarenta anos depois, a nossa democracia encolhe-se sob a pressão de uma União Europeia nascida nas elites, imposta, tratado após tratado, ignorando os povos.

A irresponsabilidade desta Europa está hoje à vista: Portugal foi forçado a especializar-se em betão, jogos de banca e grandes superfícies comerciais, para agora ser tratado como colónia de dívida, um povo condenado a severos castigos, medidos à lupa por poderes que ninguém elegeu.

«Devem mudar a Constituição e a lei eleitoral» — diz-nos um presidente do Banco Central Europeu, cujo mandato parece ser o de responder ao que ninguém lhe perguntou.

Quarenta anos depois, carregamos o fardo de uma elite fracassada. As famílias da ditadura, recicladas nesta economia de rendas e casino, continuam a fazer-nos perder o que não podíamos desperdiçar. Lembremos os seus nomes: Espírito Santo, Mello, Champalimaud, Queiroz Pereira. São as mesmas famílias do comércio, da indústria e da polícia política, das roças e das fazendas, juntas com os mais recentes oligarcas das privatizações, e passeiam hoje as suas falências de luxo e da nossa desgraça entre a Suíça, o Panamá e os cofres públicos.

Aplausos do BE.

E até os podemos encontrar a brindar com os plutocratas que se apropriaram da independência de países vindos do fim das colónias, também há 40 anos. O povo impôs-lhes uma democracia, mas os donos de Portugal continuam demasiado iguais ao seu passado.

Por isso mesmo, Portugal vive agora uma expetativa incrédula. Quiseram convencer-nos de que empobrecer era mais do que inevitável, era um bem, a virtuosa estratégia: viver sempre pior, porque só assim se merece viver. E, no entanto, a democracia falou.

Nos últimos meses, 40 anos depois, forças diferentes, com mandatos distintos, fizeram um caminho de diálogo e compromissos conjuntos. Desmentiram que, em eleições livres, nem todos os votos sejam úteis e escolheram o seu ponto de partida: não pode prolongar-se a devastação dos últimos anos, o empobrecimento tem de parar, nem mais um passo atrás!

As decisões tomadas na Assembleia da República nestes meses — da tímida recuperação dos salários à reposição de apoios sociais de urgência, da subida anual do salário mínimo à baixa dos custos energéticos para os mais vulneráveis — são a melhor homenagem que hoje se pode fazer à Constituição, nos seus 40 anos.

Trata-se, afinal, do respeito pelo trabalho e pelo direito a uma vida digna.

Aos que nos dizem que esses objetivos são inalcançáveis, que as contas nunca podem bater certo, agradecemos o conselho. Mas estejam atentos: as contas que interessam, o povo as ajustará, com a fraude económica, com a espoliação do trabalho, com a política de empobrecimento virtuoso.

Pelo Bloco de Esquerda, essas são as contas que faremos, em cada dia, para que haja respeito por quem trabalha e por quem está reformado.

Aplausos do BE e de Deputados do PS.

Devemos isso àqueles e àquelas que dedicaram a sua vida à justiça social, a quem nos deu o estar aqui em liberdade e que nunca esqueceremos.

Mas devemo-lo, sobretudo, aos de baixo, aos de hoje, aos que foram obrigados a emigrar, devemo-lo a quem vive na aflição da precariedade, do desemprego e da pobreza. São esses os legítimos credores do país, porque, numa democracia verdadeira, os primeiros credores não são instituições financeiras ou fundos obscuros. Numa democracia, é o contrato social que prevalece, o contrato constitucional do Estado com o seu povo. Para o respeitar, devemos recuperar capacidade soberana, defender Portugal e trazer justiça à economia, começando a pagar a insuportável dívida para com quem, vivendo em privação, não sabe nem vive em democracia.

Enquanto esta dívida histórica estiver por cobrar, ninguém espere que o Bloco de Esquerda se reduza à "ternura dos 40".

Ninguém nos espere convertidos ao inevitável ou, finalmente, encaixados no papel de tristes filhos da Revolução que passou. Pelo contrário, temos a idade dela, somos as suas irmãs e os seus irmãos e é com ela que viemos encontrar-nos.

Viva o 25 de Abril!

Viva o Socialismo!

Aplausos do BE, do PCP, de Os Verdes e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do PS, tem a palavra o Sr. Deputado João Torres.

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Sr.as e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Altos Dignitários Civis e Militares, Sr.as e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Portuguesas e Portugueses:

Há precisamente 42 anos, o Movimento das Forças Armadas resgatou a liberdade dos meus avós, dos meus pais e de outros que, como eu, viriam a nascer, crescendo e experimentando as oportunidades da democracia, de uma abertura à Europa e ao mundo que nos faltava.

É com esse sentimento que a minha e outras gerações olham o gesto decisivo dos capitães e soldados de Abril, hoje regressados a esta Casa, e é com sentido devedor que aqui estou, em nome do meu Partido, em nome do meu Grupo Parlamentar e em nome dos socialistas portugueses, a dizer «Obrigado!».

Aplausos do PS.

Pertenço a uma geração que não viveu o combate à ditadura de Salazar e Marcelo Caetano, que não sofreu na pele perseguições políticas, que não experimentou a restrição das mais básicas liberdades em Portugal. Na minha geração, estou entre aqueles que recusam perder essa memória. Mas, aberta a «Porta da Liberdade», Portugal agigantou-se nas últimas décadas. Superámo-nos, desde logo, com a aprovação da Constituição da República Portuguesa, que entrou em vigor justamente há 40 anos.

Presto uma homenagem merecida aos constituintes da II República, mulheres e homens que conceberam um país à frente do seu tempo e deram a palavra de lei à construção de um Portugal justo, livre e fraterno,...

Aplausos do PS e do PCP.

... não escondendo as divergências no alcance dos consensos que permitiram a aprovação de um texto progressista e definidor da nossa identidade.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A comemoração da Liberdade deve constituir uma oportunidade de reflexão e um espaço de frontalidade. E quão difícil é encarar o presente e o futuro, quando olhamos à nossa volta e nos apercebemos do galopante crescimento das desigualdades.

Não é fácil compreender que uns fiquem cada vez mais pobres e outros cada vez mais ricos. Não é fácil aceitar que o salário de uns seja pouco superior a 500 euros e o de outros superior a 50 000 euros.

Aplausos do PS e do BE.

Não é fácil aceitar que uma elite avolume fortunas imorais em paraísos fiscais, quando o cidadão comum mal consegue pagar as despesas do quotidiano.

Aplausos do PS e do BE.

Nada pode justificar que aceitemos como normal aquilo que o não é, nada pode justificar que aceitemos como normal aquilo que o não pode ser.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O desemprego, a precariedade e a emigração representam uma trilogia de sonegação de direitos sociais. O desemprego é uma condição primordial na geração de desigualdades. A precariedade corporiza a escravatura reinventada na contemporaneidade. A emigração forçada desestrutura projetos de vida de centenas de milhares de jovens, a quem foi dito que em Portugal não têm lugar — são os "refugiados" da nossa incapacidade económica e social.

Aplausos do PS e de Deputados do BE.

A este país várias vezes enganado, a esta Europa rendida e a este Mundo descentrado de referências humanistas, eu digo «Não!», nós temos de dizer «Não!».

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A voz dos jovens tem ficado vezes demais para trás nas últimas décadas e o problema dos jovens com a política reside em algo extraordinariamente simples: nos resultados da ação governativa.

Os portugueses podem, hoje, encontrar no Governo do seu país uma inquestionável vontade de corrigir as desigualdades, de devolver esperança a um povo ferido, de recuperar para a Europa o sentido solidário de outros tempos.

Para devolver credibilidade à política, urge apontar o caminho para um novo ideal de justiça, não na forma como os sacrifícios são pedidos, mas na forma como a riqueza é repartida.

Aplausos do PS.

O que ambiciono para a minha geração é uma sociedade decente, fundada em três "D", que não os da Revolução dos Cravos, mas que igualmente nos remetem para o campo da ação: Defender, Dinamizar e Desafiar.

Defender a nossa história, a nossa cultura, a língua, o território, o capital humano e aqueles que têm menos recursos.

Dinamizar a economia, as instituições, os movimentos sociais, as qualificações, a descentralização e as autonomias regionais.

Desafiar, desafiar os preconceitos, o conservadorismo, a cartilha neoliberal. Desafiar os cidadãos a serem mais participativos e, com isso, a honrar Abril.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Com o 25 de Abril, cada portuguesa e cada português, independentemente de viver em Lisboa (a capital), na Maia (o meu concelho), na aldeia de Rio de Onor, em Bragança, na serra de Monchique, no Algarve, na ilha do Corvo, na Região Autónoma dos Açores, ou em Porto Santo, na Região Autónoma da Madeira, tem direito a ser tratado como igual.

Aplausos do PS.

Transporto orgulhosamente um cravo no peito, mas aprendi, também nesta Casa, que esta não é uma condição suficiente para cumprir Abril e a Constituição da República Portuguesa.

Cumprir Abril é proporcionar a todos a oportunidade de superar as desigualdades de partida com que nos deparamos quando nascemos, independentemente de quem somos, de onde vivemos, de quem amamos e daquilo em que acreditamos.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A liberdade é a razão de ser da nossa presença aqui, hoje e agora, mas a liberdade e a igualdade não nos afastam. Hoje, mais do que nunca, num país com tantas assimetrias que urge combater, a liberdade e a igualdade aproximam-nos.

Viva o 25 de Abril!

Viva a Democracia!

Viva Portugal!

Aplausos do PS, de pé, do BE, do PCP, de Os Verdes e do PAN.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em nome do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Teixeira da Cruz.

A Sr.ª **Paula Teixeira da Cruz** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Sr. Provedor de Justiça, Sr.ª Procuradora-Geral da República, Sr.as Deputadas e Srs. Deputados, Altas Autoridades, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Nesta comemoração do 25 de Abril queremos, antes de mais, homenagear o povo português,...

A Sr.ª **Teresa Leal Coelho** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Paula Teixeira da Cruz** (PSD): — ... que, saído de um regime autoritário e conservador, soube tomar nas suas mãos o destino do país e evitou novas experiências totalitárias.

A Sr.ª **Teresa Leal Coelho** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Paula Teixeira da Cruz** (PSD): — O papel dos partidos democráticos foi, então, decisivo para conter a ameaça e a luta pela democracia continua viva na memória daqueles que viveram aqueles tempos conturbados, mas exaltantes!

Quero também prestar homenagem a todos os militares e civis que participaram corajosamente no 25 de Abril, com responsabilidade e humildade e com sentido de serviço a Portugal, em particular aos que já não estão entre nós. À maioria anónima destes heróis desconhecidos quero prestar o profundo reconhecimento dos portugueses.

Aplausos do PSD.

Comemoramos um dia que nos deu a liberdade e a democracia.

A liberdade, essa palavra que passámos a ouvir e a invocar, contém, todavia, dos conceitos mais complexos que existem. É um conceito forte, mas também frágil, tal como a democracia. Conceitos exigentes e frágeis que conhecem muitas formas de subversão, sob a capa, tantas vezes, de uma aparente normalidade, aceite e anestesiante, que de forma larvar os corrói.

Aos que nos devolveram a liberdade e a democracia não fica apenas a gratidão, fica também a responsabilidade que se estende a todos nós e aos vindouros, uma responsabilidade coletiva de que ninguém está isento: a responsabilidade de combater todos os fenómenos que subvertem a liberdade e a democracia.

A Sr.ª **Teresa Leal Coelho** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Paula Teixeira da Cruz** (PSD): — O primeiro desses fenómenos é, seguramente, a indiferença, a indiferença para com os outros, para com a coisa pública e a participação política, quando os outros devem ser a nossa razão de ser e a coisa pública é de todos e não apenas de alguns, muitas vezes para fins ilegítimos.

Aplausos do PSD.

Há também a intolerância ou, melhor, todos os tipos de intolerância.

Intolerância para os que transportam diferenças, intolerância para com o direito à diferença, intolerância para com o direito à liberdade de expressão, intolerância para com os que pensam de forma diferente, pois ninguém é detentor da verdade ou, mesmo, do exclusivo do bem.

Há também a banalização dos conceitos de liberdade e democracia, ao ponto de se esquecer o que realmente significam. Quantas vezes não se invocam liberdade e democracia em nome de ideais e práticas intolerantes, totalitárias, subversivas e iníquas?!

Aplausos do PSD.

Quantas vezes não se invoca a liberdade, bem como a democracia, enquanto se praticam atos que beneficiam puros interesses instalados ou a instalar, puros interesses obscuros?!

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Paula Teixeira da Cruz** (PSD): — Há falta de transparência na nossa vida pública. A concertação social foi substituída por um acordo a três, na penumbra. Onde está a liberdade sindical?!

A Sr.ª **Teresa Leal Coelho** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Paula Teixeira da Cruz** (PSD): — Há falta de transparência na vida pública. Há falta de escrutínio político por parte desta Assembleia.

A Sr.ª **Teresa Leal Coelho** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Paula Teixeira da Cruz** (PSD): — A democracia e a liberdade defendem-se não com meras invocações, mas com combates quotidianos.

A liberdade não tem apenas uma dimensão individual, se bem que esta, no seu exercício, seja muito dura, porque envolve um combate permanente ao sofrimento e a injustiças. Impõe-se responsabilidade, coesão social e intergeracional, qualificação das pessoas e das instituições.

A Sr.ª **Teresa Leal Coelho** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Paula Teixeira da Cruz** (PSD): — A União Europeia deve ser uma verdadeira comunidade de verdadeiras democracias que decidem em conjunto avançar de uma forma mais solidária, aceitando regras comuns para alcançar um conjunto de objetivos de paz e prosperidade para os seus povos, que, de outro modo, não seriam alcançáveis, e enfrenta hoje inúmeros desafios, de que me permito sublinhar a imensa crise humanitária dos migrantes. Há desafios: a estabilização do norte de África e do Médio Oriente, o avanço dos movimentos populistas, a xenofobia.

Um país que assume compromissos e deles beneficia tem de cumprir as regras que os mesmos impõem, sem os quais há muito que teríamos resvalado para uma situação económica e financeira sem saída.

A política pode ser encarada como um ninho de ideias e projetos, mas também de palavras, de razão e de emoções. Mas, numa democracia de qualidade, as palavras devem ser usadas com responsabilidade,...

A Sr.ª **Teresa Leal Coelho** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Paula Teixeira da Cruz** (PSD): — ... o discurso deve ser inclusivo e não ostracizante, a discussão deve ser séria e fundamentada, a argumentação ancorada em relações demonstráveis de causa e efeito e, nas palavras da política e dos políticos, o bem público deve ficar acima de tudo, acima dos meros jogos de exercício do poder no curto prazo.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Teresa Leal Coelho** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Paula Teixeira da Cruz** (PSD): — Por isso, é chocante a forma como nos últimos anos assistimos ao regresso de um tipo de discurso pueril e histriónico, com uma lógica infantilizante e simplista, de que é exemplo a ideia de que as políticas de absoluta necessidade e salvação, adotadas pelo anterior Governo para resgatar Portugal da situação de pré-falência a que chegou em 2011, visariam o empobrecimento do país, enquanto as políticas do atual Governo permitiriam, num golpe de mágica, resolver em duas penadas todos os problemas do país.

Aplausos do PSD e de Deputados do CDS-PP.

Puro infantilismo democrático!

Recordo que em 2011 o Estado estava em pré-bancarrota, intervencionado, sem capacidade de se financiar para fazer face às despesas mais inadiáveis, como o pagamento de salários e pensões e a manutenção das tarefas essenciais de um Estado social. Foi disso exatamente que se tratou.

A importância de boas políticas e de uma boa economia para o funcionamento de uma democracia social não precisa de ser demonstrada, basta pensar que diversos direitos de conteúdo económico consagrados na Constituição da República só poderão ser exercidos se tivermos investimento produtivo, educação de excelência, capital humano de qualidade, inovação científica, tecnológica e empresarial e, como consequência, criação de empregos sustentáveis e crescimento significativo.

A Sr.ª **Teresa Leal Coelho** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Paula Teixeira da Cruz** (PSD): — Sem crescimento caminhamos para o definhamento económico e para uma sociedade miserabilista em que todos reivindicarão em vão. Se não houver rigor na educação, espera-nos uma sociedade de facilitismo e de mediocridade. Se não for recompensado o esforço e o mérito dos portugueses que trabalham e pagam os seus impostos com incentivos de mobilidade social e de reconhecimento pela comunidade, estaremos perante uma sociedade bloqueada e votada ao fracasso.

A Sr.ª **Teresa Leal Coelho** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Paula Teixeira da Cruz** (PSD): — Ora, os erros e as irresponsabilidades em nome de objetivos demagógicos cometem-se com rapidez estonteante, mas pagam-se muito caro e durante muito tempo, à custa de enormes sacrifícios dos portugueses, como testemunham as amargas experiências vividas em anteriores crises políticas.

A Sr.ª **Teresa Leal Coelho** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.ª **Paula Teixeira da Cruz** (PSD): — As pulsões da tomada e da manutenção do poder conduzem ao sacrifício dos interesses de longo prazo a favor de medidas demagógicas de efeito rápido mas que rapidamente se esgotam, quando é ameaçada a sustentabilidade do Estado social.

A Sr.ª **Teresa Leal Coelho** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Paula Teixeira da Cruz** (PSD): — Se continuarmos a assistir ao discurso da intolerância, à desonestidade intelectual dos argumentos e justificações e até às atitudes persecutórias dos últimos tempos, incluindo a criação de conflitos artificiais, por razões, muitas vezes, tão pequenas como a revanche pessoal, com assalto à Administração Pública ou a reguladores independentes, se continuarem a olhar com suspeição os partidos e opiniões que não alinham com a bitola do atual poder, como se todos os que neste Hemiciclo se sentam, é verdade!, à esquerda do Partido Socialista fossem meramente tolerados, então o problema da democracia em Portugal poderá tornar-se mais profundo e levar não só a uma crise de confiança nas instituições, mas também a uma crise de confiança dos portugueses uns nos outros.

A Sr.ª **Teresa Leal Coelho** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Paula Teixeira da Cruz** (PSD): — Ora, o que mais precisamos é de confiança reforçada uns nos outros e que a economia e a sociedade possam manter e consolidar a trajetória de recuperação.

O PSD sempre foi um partido profundamente reformista e está disponível para apresentar novas ideias no sentido de criar um país melhor e mais acolhedor para todas as gerações.

As reformas são tão importantes como a sustentabilidade e a honestidade, palavra que uso em vez de rigor, mas este diálogo só pode ter lugar e dar frutos num ambiente de tolerância e de não exclusão de ninguém que permita um forte consenso sobre as futuras orientações estratégicas.

Na política há sempre novas oportunidades e no nosso sistema político será necessário um esforço de todos.

Este é um dado essencial que se imporá mais cedo ou mais tarde, repito.

Os ensinamentos das grandes tragédias do século XX parecem ter sido esquecidos. Os nacionalismos e populismos de toda a ordem voltam a marcar a paisagem política mundial, europeia e os apelos demagógicos ao *ethos* nacional colhem adesões e votos.

Mas também temos de chamar a atenção para a governação demagógica, baseada em propostas sem sustentabilidade, que levam os países à ruína, como aconteceu em 2011.

A Sr.ª **Teresa Leal Coelho** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.ª **Paula Teixeira da Cruz** (PSD): — A verdade, reconhecida em todos os *fora* internacionais, é que o XIX Governo Constitucional fez a dolorosa travessia do deserto e permitiu as restituições de rendimentos a que foi possível agora proceder, embora a um ritmo incompatível com os fundamentos da nossa economia e das nossas finanças.

A Sr.ª **Teresa Leal Coelho** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.ª **Paula Teixeira da Cruz** (PSD): — Mais uma vez apostou-se na ilusão de ganhos a curto prazo, em especial quando certas forças políticas esquecem que democracia é também alternância e apostam, em caso de sobrevir uma nova crise financeira e social provocada pelas próprias deficiências da atual governação, em perigosas fugas para a frente em nome da pretensa irreversibilidade das medidas tomadas. Olhando para fora da área do euro, há casos emblemáticos do que pode acontecer, quando se adotam políticas irresponsáveis.

Mas continua a haver entre nós quem defenda modelos de irresponsabilidade.

Digo isto para lembrar que em democracia tem de existir alternância e que ninguém pode pensar que certas medidas que venham a ser apressadamente tomadas nesta Assembleia, e que constituem quimeras, possam ser consideradas irreversíveis, como alguns parecem fazer crer aos portugueses, talvez, para os condicionarem ou mesmo amedrontarem.

Nós não temos medo!

No meio destes riscos externos e internos também é preocupante a arrogância no exercício do poder para dar um aspeto de normalidade a uma situação que nada tem de normal!

O PSD continuará a defender os portugueses, exercendo uma oposição forte, mas responsável, construtiva, mas crítica. O contributo de novas propostas não afastará o dever inalienável de denúncia de situações intoleráveis.

Quando as discordâncias em matérias várias levam a acusações de que os partidos da oposição se entenderam com as instituições europeias e que são os novos traidores à pátria, o odor do salazarismo mais bafiento e ridículo abate-se sobre quem faz tais afirmações,...

Aplausos do PSD e de Deputados do CDS-PP.

... que são a negação de uma democracia convivial, tolerante e inclusiva.

Protestos do PS.

Sim, salazarista e bafienta!

Celebrar o 25 de Abril é fazer a festa da democracia. É recordar a Revolução dos Cravos de há 42 anos e prestar homenagem a quem nela participou, é levar a que todos façam tudo o que estiver ao seu alcance para promover um país social, que permita uma gradual melhoria do bem-estar, mas também é recriar uma sociedade que aceite e conviva com a disparidade de opiniões, que pratique uma cultura de tolerância, sem crispações desnecessárias, sem diabolização dos adversários políticos, sem tabus ideológicos que, na segunda década do milénio, soam a velhos cacos guardados em armários bafientos!

Isto é também viver Abril!

Da promoção da igualdade de oportunidades, ao reconhecimento do mérito, à mobilidade social, à necessidade de dar confiança aos portugueses em geral, ao respeito entre as instituições, todos constituem bandeiras que o PSD sempre defendeu, mas igualmente ingredientes fundamentais de uma democracia.

Lembrar estes princípios e defendê-los com coragem e sentido de Estado é o melhor contributo que nesta data da festa da democracia podemos dar para homenagear o povo português e evocar a data sempre inspiradora do 25 de Abril.

Combatamos os demagogos, os moralistas, os radicalismos de qualquer espécie, os detentores da verdade, os deslumbrados com o poder, os extremismos. A Humanidade sempre se deu mal com tudo isso!

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!

Aplausos do PSD, de pé, e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça e dos demais Tribunais Superiores, Antigos Presidentes da República e da Assembleia da República, Srs. Ministros, Sr.ª Procuradora-Geral da República, Sr. Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, Sr. Provedor de Justiça, Srs. Representantes da República para as Regiões Autónomas, Srs. Vice-Presidentes das Assembleias Legislativas Regionais, Srs. Antigos Primeiros-Ministros, Srs. Conselheiros de Estado, Srs. Chefes dos Estados-Maiores da Armada, do Exército e da Força Aérea, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Núncio Apostólico, decano do Corpo Diplomático, Membros do Corpo Diplomático, Autoridades Civis e Militares, Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa, Srs. ex-Conselheiros da Revolução, Srs. Antigos Constituintes, Sr. Presidente da Direção da Associação 25 de Abril, Ilustres Convidadas e Convidados, Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Dou-vos as boas-vindas à Assembleia da República, as boas-vindas à Sessão Solene do XLII Aniversário do 25 de Abril.

É a primeira vez que o Sr. Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, vai intervir numa sessão comemorativa deste primeiro dia da democracia, o dia 25 de Abril. É também a minha primeira vez, tenho, pois, uma dupla honra ou, mesmo, uma tripla honra, sendo Presidente desta Assembleia.

25 de Abril, tanto num só dia, tantas memórias, tanta atualidade, tanto futuro.

Se o 25 de Abril de 1974 foi o primeiro dia da nossa democracia, o 25 de abril de 1975 foi a data das primeiras eleições livres e o 25 de abril de 1976 foi o momento da entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa e também das primeiras eleições legislativas.

Entrávamos, há 40 anos, na fase de consolidação do nosso regime democrático.

Mas falemos primeiro da data primeira: 25 de Abril de 1974.

Comemorar Abril é recordar um passado de ditadura que não queremos repetir e uma oportunidade para projetarmos o Portugal democrático, solidário e desenvolvido que estamos a construir.

Há, precisamente, 42 anos, o Movimento das Forças Armadas pôs fim a 48 anos de ditadura e abriu as portas da democracia, do desenvolvimento e da descolonização.

«(...) Vivemos tantos anos a falar pela calada. Só se pode querer tudo quando não se teve nada, só quer a vida cheia quem teve a vida parada (...)», cantou Sérgio Godinho.

Já sabemos que a democratização portuguesa não foi um processo linear, isento de erros ou contradições. Nenhuma empreitada humana o é, e muitos menos esta o seria.

Em democracia todas as críticas são legítimas. Contem comigo para todos os balanços críticos, mas nunca, mesmo nunca, para diminuir a grandeza do 25 de Abril.

Aplausos do PS, do BE, do PCP e de Os Verdes.

Não esqueço a minha geração, a geração dos meus pais, e todos aqueles que sofreram as privações da liberdade, resistiram e disseram «não», em nome da nossa liberdade e da liberdade das gerações vindouras.

A memória não se apaga.

Por isso, hoje, como sempre: muito obrigado, capitães de Abril, que bom é ver-vos de volta a esta Casa, que é também a vossa Casa, a Casa da democracia.

Aplausos, de pé, do PS, do BE, do PCP e de Os Verdes.

Na pessoa do coronel Vasco Lourenço, presidente da Direção da Associação 25 de Abril, aqui presente com alguns camaradas, saúdo todos os militares de Abril e recordo com imensa saudade aqueles que já partiram: Salgueiro Maia, Melo Antunes, Marques Júnior e tantos outros.

Aplausos do PS, do BE, do PCP e de Os Verdes
e de Deputados do PSD.

Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Convidados:

25 de Abril de 1976.

Há precisamente 40 anos, entrava em vigor a Constituição da República Portuguesa.

Há 40 anos, Deputados oriundos de latitudes políticas muito diferentes puseram em cima da mesa as suas diferenças. Por vezes divergiram com dureza, mas nem por isso deixaram de conseguir elaborar as regras comuns do sistema democrático e o programa de direitos e responsabilidades, que é a Constituição da República Portuguesa.

Na Constituinte, acima dos partidos, acima dos projetos políticos de cada um, estiveram valores que todos partilhamos, valores que unem os portugueses e que, por isso, tiveram tradução constitucional: paz, pão, habitação, saúde, educação, pois, claro, no fundo, o direito a uma vida digna em liberdade.

Os Constituintes que homenageámos já neste mês de abril deixaram o seu contributo nesta bússola que ainda hoje nos orienta pelos caminhos do futuro. Permitam-me, aliás, que recorde esse momento de grande emoção, tão fresco na nossa memória, que foi homenagear e reencontrar, na Sala das Sessões, tantos arquitetos da democracia constitucional, com posições diferentes e que já não víamos aqui há tanto tempo, como, e vou só citar alguns, Amândio de Azevedo, Américo Duarte, António Arnaut, Carlos Brito, Carlos Macedo, Carmelinda Pereira, Pinto Balsemão, Freitas do Amaral,

Jaime Serra, Jorge Miranda, José Manuel Tengarrinha, Manuel Gusmão, Oliveira Dias ou Vital Moreira. Foi um momento inesquecível, para eles e para nós.

Aplausos do PS, do BE, do PCP e de Os Verdes.

E depois a emoção que foi homenagearmos, no átrio principal, também aqueles que já partiram e que nos deixam uma imensa saudade. Relembrámos o Presidente da Constituinte, Henrique de Barros, em nome de todos os que já faleceram, deixando tão grande legado. Foi, de facto, um momento de emoção, mas também de muita esperança no futuro de Portugal.

Os progressos de 40 anos de Constituição, num tempo em que impera a crítica fácil ao parlamentarismo, contaram também com o contributo de todos os Deputados que, ao longo de 40 anos de eleições legislativas, têm representado os portugueses nesta Assembleia.

Os grandes progressos da democracia, os avanços sociais e civilizacionais passaram todos pelas XIII Legislaturas que já levamos e pelos Governos que a partir delas se formaram. Hoje, mais do que nunca, faz-nos bem revisitar o espírito constitucional de 1975-76.

Conscientes da força das convicções e das razões das nossas propostas temos de saber identificar o chão comum que pisamos, os valores que nos unem e os objetivos estratégicos que nos mobilizam.

Debatamos tudo, mas tudo, e tentemos nunca perder de vista as mudanças que precisamos de fazer para devolver esperança a Portugal.

Debatamos tudo, mas procuremos, depois, falar a uma só voz na Europa, em nome da Europa que queremos: uma Europa mais centrada na solidariedade social do que nas décimas das finanças públicas.

Aplausos do PS e do BE.

A este propósito, a pergunta é legítima: como é possível que, depois da brutal crise financeira de 2007-2008, os pilares do pensamento que a gerou — desregulamentar, liberalizar, privatizar, flexibilizar — ainda não tenham sido definitivamente relativizados e apagados, apesar de todo o arrependimento que nessa altura nos chegava do FMI, do Banco Mundial, da OCDE e da própria União Europeia?

Aplausos do PS e do BE.

Se queremos mais Europa e se exigimos mais da Europa, não nos deixemos tolher pelo medo ou pelo cinismo, lutemos para que a nossa Europa volte a ser para o resto do mundo o farol dos Direitos Humanos.

Recordemos as sábias palavras de Sophia de Mello Breyner, na Assembleia Constituinte: «(...) Não devemos temer os perigos da liberdade. O temor dos inimigos da liberdade e do uso que da liberdade possam fazer não pode levar-nos a destruir à partida a nossa pobre liberdade de inventar, imaginar, participar (...).»

Hoje é o dia da liberdade. A liberdade não é uma fragilidade, a liberdade é a nossa maior força.

Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Convidados, Portugueses: 25 de Abril de 1975, 25 de Abril de 1976, dias de liberdade, dias de eleições. Desses dias recordo uma abstenção mínima e uma alegria máxima no rosto das pessoas. O contraste com o que se passa hoje, 40 anos depois das primeiras eleições legislativas, presidenciais, regionais e autárquicas, é demasiado evidente para passar despercebido.

Não podemos deixar que a festa da democracia se vá transformando numa nova versão, ainda que democrática, da «feira cabisbaixa» de Alexandre O'Neill.

Sei que há quem veja na abstenção um sinal próprio da normalização democrática e da emigração. Compreendo esses argumentos, mas peço mais atenção para os sinais que nos chegam de sucessivos inquéritos à opinião dos portugueses, ao nível da confiança nas instituições do país.

Olhemos para os níveis de confiança em todas as instituições e não apenas para as instituições políticas, porque uma democracia não se faz apenas de partidos e de Deputados. Uma democracia faz-se também de um poder judicial respeitável, respeitado e prestigiado. Uma democracia necessita de uma comunicação social pluralista e respeitadora das regras deontológicas.

Aplausos do PS do BE, do PCP, de Os Verdes e de Deputados do CDS-PP.

O exercício de funções públicas em órgãos de soberania, na Presidência, no Parlamento, no Governo, nos Tribunais, bem como o ofício de informar a opinião pública são tarefas da maior delicadeza que nos obrigam a um sentido da responsabilidade social permanente. Não se pode esperar dos portugueses respeito por quem não se dê ao respeito ou por quem não respeite as regras e as normas do Estado de direito democrático.

A democracia é, acima de tudo, um regime de regras e de valores.

Vemos, pois, com expetativa positiva, a forma como os grupos parlamentares começam a fazer a parte que lhes cabe, seja com o anúncio de iniciativas de reforma do sistema eleitoral, seja com iniciativas de reforço da transparência no exercício de cargos públicos.

Independentemente dos méritos das propostas políticas de cada grupo parlamentar, há aqui um sinal de inquietação e de inconformismo, uma preocupação com a qualidade da democracia e com o combate à corrupção.

Sr.as e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Há muito tempo que se fala das reformas do sistema político, muitas se fizeram, muitas ficaram ainda por realizar.

Sabemos que não podemos pedir às reformas legislativas do sistema político aquilo que não lhes cabe proporcionar: mais crescimento económico, mais emprego, mais rendimentos, vida melhor para todos.

Sabemos que Portugal ainda continua uma sociedade demasiado desigual e que mais desigualdade leva a menor participação política.

Mas também não podemos ignorar o lugar que as reformas do sistema político ocupam na melhoria da qualidade da democracia e do desempenho das instituições democráticas.

Neste domínio, penso que devemos abandonar a ideia de que tudo começa e acaba na produção de nova legislação. Por que não olhamos para os instrumentos que já temos à nossa mão e que não implicam necessariamente mais leis?! Por que não trazer mais a revolução digital para dentro da democracia?!

Como há 20 anos, com Almeida Santos, o Parlamento português deve voltar a liderar o processo de adesão das instituições do Estado às novas tecnologias da comunicação. As redes sociais, com todos os seus riscos, permitem aproximar e comunicar melhor com as pessoas, nos *fora* onde se exerce hoje, cada vez mais, a cidadania, colaborando com a comunidade para aumentar a qualidade do escrutínio ao Parlamento.

Nunca, como hoje, os Deputados justificaram tanto as suas escolhas perante os seus eleitorados. Nunca, como hoje, teve o Parlamento as suas portas tão abertas à comunidade.

Importa sermos capazes também de sair destas paredes e continuarmos o projeto, sempre inacabado, do aperfeiçoamento da democracia. Precisamos de ser um Parlamento à altura do nosso tempo.

Olhemos, por exemplo, para o Parlamento mais antigo do mundo, o britânico, que, no âmbito da iniciativa *Digital Democracy*, soube reunir pareceres de especialistas, opiniões dos cidadãos, da sociedade civil, soluções políticas e, assim, encontrar formas inovadoras que permitem caminhar para uma nova democracia de proximidade.

Ao comunicar de forma mais clara e transparente com as pessoas, ao envolvê-las no trabalho parlamentar, o Parlamento estará a devolver mais poder aos cidadãos. Estaremos, então, a dar mais democracia à democracia.

Por isso, em diálogo com os Deputados e os grupos parlamentares, levarei em breve à agenda da Conferência de Líderes o tema da democracia digital, para encontrarmos, em conjunto, as melhores soluções que permitam responder a esta preocupação urgente.

Nada temos a temer, a não ser o conformismo e a rotina. Ao reforçarmos a transparência no exercício dos nossos mandatos ou na forma como comunicamos com os cidadãos, vamos dar mais visibilidade ao nosso trabalho e valorizar, aos olhos de todos, a função parlamentar.

A transparência não se confunde com populismo. Pelo contrário, o reforço da transparência é o melhor antídoto contra o populismo.

O combate pela qualidade da democracia é, por tudo isto, nesta Assembleia, um combate urgente, permanente, um combate de todos os dias. Enfrentá-lo é a melhor forma de valorizar o nosso mandato e de honrar a coragem daqueles que fizeram do 25 de Abril o dia da liberdade.

Viva o 25 de Abril!

Viva a República!

Viva Portugal!

Aplausos do PS, de pé, do BE, do PCP, de Os Verdes, do PAN e de Deputados do PSD e do CDS-PP.

É com muita honra que dou a palavra ao Sr. Presidente da República que vai dirigir uma mensagem ao Parlamento.

Faça favor, Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República** (Marcelo Rebelo de Sousa): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, Tribunal Constitucional e demais Tribunais Superiores, Srs. Antigos Presidentes da República e da Assembleia da República, Sr. Cardeal-Patriarca de Lisboa, Sr.ª Procuradora-Geral da República, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Sr. Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, Sr. Provedor de Justiça, Srs. Representantes da República para as Regiões Autónomas, Srs. Presidentes das Assembleias Legislativas Regionais, Sr. Núncio Apostólico, Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Srs. Capitães de Abril, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Convidados, Portugueses:

O 25 de Abril de 1974, de movimento militar de jovens capitães, rapidamente se converteu em revolução.

Saudar os capitães de Abril, 42 anos depois, é dever de todos os que em Portugal se louvam da democracia que o seu gesto patriótico permitiu instaurar. Bem hajam, Srs. Capitães de Abril!

Aplausos gerais.

Saudar o Povo, que assumiu esse testemunho e o converteu em fundamento do Estado social de direito que temos, é assinalar o primado da soberania popular, desde logo, expressa na primeira eleição para a Assembleia da República, há, precisamente, 40 anos.

A Sr.ª **Teresa Leal Coelho** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — Toda a revolução, ao longo da História, é feita de várias revoluções, tantas quantos a viveram, mais ou menos intensamente.

A Revolução de 1974 e 1975 foi, também ela, feita de muitas revoluções.

Olhando para os projetos das forças partidárias com assento na Assembleia Constituinte, é possível deparar com várias revoluções, a que se somaram as sonhadas por outras forças sem tal representação. E, como acontece sempre nos processos revolucionários, houve momentos em que a primazia parecia pender para um ou alguns desses projetos, para, logo a seguir, a correlação de forças favorecer projetos diversos.

A Constituição da República Portuguesa, promulgada em 2 de abril de 1976, acolheu o compromisso possível entre diversas revoluções, depois de 25 de novembro de 1975.

Esse compromisso viria a ser reformulado em sucessivas revisões, com especial relevo para as de 1982, quanto ao regime político e ao sistema de governo, de 1989, quanto ao regime económico, e de 1997, quanto a vertentes políticas e sociais.

Mas, como um todo, a Revolução de 25 de Abril de 1974, na versão compromissória do constitucionalismo de 1976, acabou por abrir a Portugal o horizonte para quatro desafios cimeiros, que dominaram as décadas que se lhe seguiram: descolonização, democratização, integração europeia e construção de uma nova economia.

Descolonização: entre 1974 e 1975, tardia, realizada no meio de uma revolução, culminando na independência dos Estados irmãos na língua e em tanta mundividência e alterando perfis económicos e sociais na comunidade que éramos.

Democratização: concretizada por fases e em que a transição para o poder político democrático eleitoral conheceu a sua expressão plena seis anos depois de 1976.

Integração europeia: decidida em 1977 e formalizada oito anos volvidos, em 1985.

Mudança da economia: em ciclos muito diversos — o primeiro, de rotura dos laços coloniais e das nacionalizações e expropriações; o segundo, das reprivatizações para mãos portuguesas, com apoio público; o terceiro, da recente transferência para mãos estrangeiras em setores-chave, num contexto de crise financeira e económica.

Quatro desafios vividos quase em simultâneo, como nenhum outro antigo império europeu ocidental moderno havia enfrentado, sem guerra civil, com a excecional integração de 700 000 compatriotas, percorrendo, em escassos anos, caminhos que as economias europeias fortes haviam trilhado em 40 anos.

Quando os mais jovens, tantas vezes, minhas alunas e meus alunos, olhavam para o balanço destas quatro décadas ou pouco mais — com sentido muito crítico, para não dizer com quase total incompreensão —, vezes sem conta lhes chamei a atenção para o tempo que não conheceram e para o que foi o percurso que para todos eles é já pré-história.

Não sabem o que é ditadura, censura, elevadíssima mortalidade infantil, escolaridade obrigatória não cumprida de seis anos, 1 milhão de emigrantes numa década, começo do despovoamento de um interior continental e de áreas das atuais Regiões Autónomas.

Manda, por isso, a verdade que se reconheça que a democracia permitida pelo 25 de Abril representou uma realidade sem precedentes na nossa história político-constitucional...

Aplausos gerais.

... em participação no poder central, regional e local, em independência dos tribunais, em autonomia política dos Açores e da Madeira, em autonomia administrativa do poder local, em liberdades fundamentais, em mudança drástica dos indicadores de saúde, em democratização no sistema de ensino, em profundo avanço no papel da mulher na sociedade portuguesa, em abertura externa e circulação de pessoas e ideias, em preocupações intergeracionais e de qualidade de vida e, até, na projeção internacional de tantos dos nossos melhores, sem comparação na história contemporânea.

Só que a mesma verdade manda que se diga que os quatro desafios enfrentados em tão concentrado espaço de tempo tiveram custos de vária ordem, que, somados a crises externas e a fraquezas internas, legitimam queixas e frustrações em muitos portuguesas e portugueses. E, em particular, nos

mais jovens, como aqueles do Conselho Nacional de Juventude que ontem me deram, simbolicamente, este cravo para que, hoje, ao evocar os 42 anos do 25 de Abril, me não esquecesse do muito que está por fazer.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

O Portugal pós-colonial tem de cuidar mais da língua, valorizar mais a cultura, ir mais longe na educação, na ciência e na inovação, dar mais peso às comunidades espalhadas pelo mundo, apostar mais na CPLP, dar aos que de fora vieram e integraram o nosso país social a importância no país político que lhes tem sido negada.

O Portugal democrático tem de repensar o fechamento no sistema de partidos e nos parceiros sociais, de recriar formas de aproximação entre eleitores e eleitos, de ser mais efetivo no combate à corrupção e mais transparente na vida pública. Tem de ir mais longe quanto à mulher na política e na chefia administrativa, ao jovem na sucessão geracional, ao emigrante e ao imigrante na vivência cívica.

Aplausos do PSD, do PS, do BE e do CDS-PP.

O Portugal que acredita na Europa tem de lutar por uma Europa menos confidencial, menos passiva, mais solidária, mais atenta às pessoas e, sobretudo, que não pareça aprovar nos factos o oposto daquilo que apregoa nos ideais.

Aplausos do PSD, do PS, do BE e do CDS-PP.

O Portugal do desenvolvimento tem de dar horizontes de esperança, que não sejam o ir de crise em crise até à incerteza total, sem ficar refém pela dívida ou pela dependência intoleráveis, afirmando-se capaz de crescer, competir, criar emprego e dar futuro aos portugueses.

Aplausos do PSD, do PS, do BE e do CDS-PP.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — O Portugal da coesão social e territorial deve ser muito mais corajoso não só a recuperar a classe média ou a alimentar a circulação social, mas também a combater as assimetrias e a pobreza que nos deve envergonhar.

Aplausos do PSD, do PS, do BE e do CDS-PP.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — É injusto negar o que todos devemos ao 25 de Abril de 1974. É, no entanto, míope negar as desilusões, as indignações, as frustrações com a qualidade da democracia, com a debilidade do crescimento, com a insuficiência do emprego, com o aumento das desigualdades, com a persistência significativa da pobreza.

O saldo é claramente positivo para quem tiver a memória dos anos 70, mas pode começar a ser preocupantemente descoroçoante para quem só se lembrar dos anos 90 e da viragem do século.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: A solução não passa, porém, por pessimismos antidemocráticos, nem por populismos antieuropeus, nem por tentações de culpabilização constitucional.

Eu sei, nós sabemos, que estes tempos não são fáceis. Não são fáceis nem na incerteza quanto ao crescimento e segurança e na falta de transparência financeira mundiais, nem na lentidão ou tibieza quanto à resposta conforme aos seus princípios por alguma parte da Europa nos refugiados, na política externa e de segurança, na economia ou na capacidade para evitar fraturas antissolidárias, as mais inesperadas, nem na evolução económica recente, ou em curso, que aconselha permanente atenção às previsões e aos seus reflexos financeiros, sem dramas, que a retificação de perspetivas é realidade a que nos habituámos ao longo dos anos, mas com lucidez, que é preferível à negação dos factos.

Mas é neste quadro que nos movemos, hoje, em Portugal.

Felizmente, quanto aos grandes objetivos nacionais, há um larguíssimo acordo entre os portugueses: vocação universal, pertença europeia, importância essencial da lusofonia, transatlantismo, defesa do Estado social de direito, aposta na educação, na ciência e na inovação, combate às desigualdades e à pobreza, maior circulação social e recuperação das classes médias, mais e melhor democracia e sobreposição do poder político ao poder económico e, ainda, como condições necessárias, crescimento e emprego, com justiça social, sem desequilíbrios financeiros insanáveis.

Felizmente, também há no nosso país, neste momento, dois caminhos muito bem definidos e diferenciados quanto à governação, ao modo de se atingir as metas nacionais: diversos quanto ao papel do Estado na economia e na sociedade; diversos quanto às prioridades para a criação de riqueza; diversos quanto ao tempo e ao modo da redistribuição da riqueza; diversos na filosofia e na prática política. Cada um desses caminhos é plural, mas querendo ser alternativo ao outro, com lideranças e propostas próprias, clarificação esta muito salutar e fecunda.

A democracia faz-se de pluralismo, de debate, de alternativa. Assim, quem se pretenda alternativa, de um lado e de outro, demonstre, em permanência, humildade e competência para tanto.

Temos, portanto, amplo acordo de objetivos nacionais, por um lado, e dois distintos modelos de governação neste momento, por outro, o que motiva três interrogações.

Quer isto dizer que vamos prosseguir em clima de campanha eleitoral?

Ou que os consensos setoriais de regime são impossíveis?

Ou que a unidade essencial entre os portugueses é questionada por duas distintas propostas de Governo?

A resposta a estas três questões só pode ser negativa para os portugueses e, em particular, para o Presidente da República, cujo mandato nacional é, por sua própria natureza, mais longo e mais sufragado do que os mandatos partidários e não depende de eleições intercalares.

Não. Portugal não pode, nem deve, continuar a viver, sistematicamente, em campanha eleitoral.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — Exige estabilidade política, crucial para a estabilidade económica e social.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

O estar adquirida, finalmente, essa estabilidade é um sinal de pacificação democrática que deve reconfortar os portugueses.

Não. O estimulante pluralismo político não impede consensos setoriais de regime, alguns dos quais não precisam sequer de formalização para se irem afirmando diariamente, como na saúde, por exemplo, onde o que aproxima é cada vez mais do que aquilo que afasta. Mas esse pode ser, como já disse, um primeiro passo apenas para consensos noutros domínios, da vitalização do sistema político ao traçado e estabilidade do sistema financeiro, ao sistema de justiça e à segurança social, possivelmente, com passos lentos, mas profícuos.

Não. A saudável contraposição de duas fórmulas de Governo não atinge o fundamental na unidade dos portugueses. Como nunca atingiu.

É olhar para a forma como portuguesas e portugueses estão a viver a saída de uma crise, certamente uma das mais pesadas desde o 25 de Abril de 1974. Elas e eles sofreram sacrifícios, cortes, penalizações. Adiaram sonhos e congelaram projetos de vida. Viram familiares partirem, substituíram empregos sólidos por expedientes de emergência. E uniram-se. Filhos voltaram para casa dos pais. Avós receberam filhos e netos. Mudaram de terra e sobreviveram em conjunto. Uniram-se. E assim puderam e podem começar a reacreditar no futuro. Elas e eles foram os grandes vencedores sobre a crise.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

Continuam, agora, a pensar coisas diferentes, a votar em listas diversas, a divergir na política, no trabalho, na vida local, no desporto.

Para uns, a governação atual é promissora; para outros, um logro.

Para todos, contudo, uma certeza existe neste tempo: mais instabilidade, mais insegurança, não abre caminhos, fecha horizontes.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

E, por isso, vivem já uma distensão impensável há escassos meses.

Neste 25 de Abril de 2016, 42 anos depois do 25 de Abril de 1974, essa lição é um sentido de vida para tempos difíceis a apelarem à sensatez.

Unamo-nos no essencial, sem com isso minimamente negarmos a riqueza do confronto democrático, em que Governos aplicam as suas ideias e oposições robustecem as suas alternativas.

Troquemos as emoções pelo bom senso, aqueles que devem governar, com voluntarismo, mas com especial atenção a que o possível seja suficiente e, mais do que isso, seja bom para Portugal, aqueles que devem contestar, com firmeza, mas com a noção de que o tempo não muda convicções, mas pode alterar ou condicionar soluções.

A democracia criada a partir do 25 de Abril de 1974 tem de ser recriada todos os dias, para se não negar, nem negar futuro aos portugueses.

Saibamos, também nós, todos, honrá-la e servi-la, renovando o que importa renovar, debatendo o que há a debater, sonhando o que há a sonhar, mas olhando para o exemplo dos mais simples e humildes, do Povo que é a verdadeira origem do poder, preservando sempre a unidade no essencial, a pensar em Portugal!

Aplausos gerais, tendo o PSD, o PS e o CDS-PP aplaudido de pé.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Declaro encerrada a Sessão Solene Comemorativa do XLII Aniversário do 25 de Abril.

2017

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Excelências, Sr.as e Srs. Deputados, declaro aberta a Sessão Solene Comemorativa do XLIII Aniversário do 25 de Abril.

Em representação do PAN, tem a palavra o Sr. Deputado André Silva.

O Sr. **André Silva** (PAN): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Constitucional e demais Tribunais Superiores, Srs. Membros do Governo, Altas Autoridades Civis e Militares, Distintas e Distintos Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

Dizia Maria de Lourdes Pintasilgo que «a sociedade em trânsito não é uma sociedade fechada sobre si própria. Escoa-se de um tempo já vivido para se alongar, adentrando-se, num tempo ainda desconhecido». Atrevo-me a acrescentar que uma sociedade em trânsito é sempre uma sociedade em movimento, uma sociedade com pensamento crítico, consciente do momento civilizacional em que se encontra. E o nosso momento civilizacional é o da atualidade.

Esta requer que alonguemos os valores de Abril neste adentrar num tempo que entendemos ter de ser necessariamente de interdependência, de responsabilidade, de boa governança, de empatia, de igualdade, de felicidade, de prosperidade sustentável. A sociedade, por sua vez, espera da atualidade governativa a persecução de políticas públicas e sociais justas, igualitárias e humanistas, o reforço da pluralidade política, a criação de pontes de diálogo e entendimento, a promoção e legitimação da participação cívica, a defesa de uma consciência social e política livre, informada e capacitada para construir um futuro em que todas e todos possamos ter o direito a partilhar um planeta que é reflexo dessa mesma esperança.

Estaremos nós a cumprir esse desígnio?

Por vezes, é-nos difícil acreditar. Vivemos tempos conturbados, nos quais a balança mundial parece estar tendenciosamente desequilibrada para o lado da xenofobia, da homofobia, da misoginia, do nacionalismo, do racismo, do "especismo". Na Europa, na nossa Europa, os movimentos radicalizados crescem a passos largos. Um pouco por todo o mundo, fechamos fronteiras, erguemos muros, reinstalamos regimes ditatoriais, alienamos, exploramos e retiramos direitos, alimentamos guerras, subjugamos comunidades e populações de um modo desenfreado. Um pouco por todo o mundo, e Portugal não tem sido exceção, subjugamos os valores ambientais e o bem comum à ditadura dos agentes económicos.

Estamos convictos de que a reafirmação dos valores de Abril nos permitirá contribuir para o reequilíbrio desta balança. Estamos convictos de que precisamos de retirar os valores de Abril desta lógica meramente discursiva e de os transpor para o nosso século XXI, assumindo com orgulho que neste XLIII Aniversário ainda há espaço para democratizar.

A estrutura base das atuais democracias ocidentais está abalada e desatualizada: não acompanha as necessidades dos cidadãos, nem tampouco lhes propõe modelos exequíveis de governação mais transparentes, participativos e descentralizados. A volatilidade dos nossos sistemas democráticos está também ligada à participação, ou falta dela, no dia a dia político e social das democracias ocidentais. A política da maioria absoluta, do privilégio, das elites instaladas e dos setores intocáveis tem de desaparecer.

Não nos iludamos. Nas palavras de Boaventura de Sousa Santos: «Democratizar é uma tarefa que está muito para além do Estado e do sistema político. Democratizar é um processo sem fim. Democratizar é desmercantilizar a vida, descolonizar as relações sociais, despatriarcalizar a nossa sociedade». Grande parte desse trabalho está nas mãos daqueles e daquelas que hoje se sentam nesta Assembleia da República, em celebração de uma democracia ainda, e sempre, por concretizar. Sinto-me honrado por fazer parte de um movimento político e cívico a quem está a ser dada a oportunidade de contribuir para essa realidade. Sei que este sentimento transborda as portas desta Sala e que é partilhado por cada vez mais cidadãs e cidadãos que, no que fazem e dentro das suas capacidades de ação, são dotados de um poder transformador incrível e infindável.

O PAN valoriza esse sentido de missão e tudo fará para o potenciar, no cumprimento de um desígnio que é de todos: o de vivermos em felicidade e harmonia.

Aplausos do BE, do PCP, de Deputados do PSD, de Deputados do PS e de Deputados do CDS-PP.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar de Os Verdes, tem a palavra a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr.as e Srs. Deputados, Estimadas e Estimados Convidados, Srs. Capitães de Abril, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Temos pressa de cumprir Abril! Passaram 43 anos sobre aquele dia em que se devolveu ao país a esperança e ao povo o poder de construir o futuro. O dia em que, de cravos vermelhos erguidos, se deu uma explosão de alegria e de saudação vibrante aos capitães de Abril pela libertação das amarras de 48 anos de fascismo.

Ter pressa de cumprir Abril é ter sede de garantir direitos e níveis dignos e verdadeiros de bem-estar e de felicidade para um povo inteiro. Não apenas para alguns, mas para um povo inteiro.

Era Salazar, o ditador fascista, que dizia que era muito mais urgente constituir elites do que ensinar o povo a ler, porque os problemas nacionais tinham de ser resolvidos, não pelo povo, mas pelas elites. Foi esse ditador que disse que o jornal era o alimento intelectual do povo e que, como todos os demais alimentos, tinha de ser fiscalizado, considerando a censura mais do que legítima e até um elemento de elucidação e um corretivo necessário. Classificava a profunda violência e a tortura imprimida pela PIDE aos presos políticos como uns singelos safanões a criaturas sinistras e não teve pudor em afirmar que em Portugal não havia espaço para a liberdade. Continuada por Marcelo Caetano, acrescente-se a esta barbaridade um milhão de jovens lançados para a guerra colonial e milhares de jovens a desertar e a emigrar, para fugir do país que os tramava. Era um povo a quem se ditava pobreza e exploração, enquanto meia dúzia de famílias capitalistas enriquecia. Nas palavras de Ary dos Santos, chamava-se esse país «Portugal suicidado».

Em 25 de abril de 1974, o país fez-se em festa. Nas ruas, repletas de gente ávida de voz, gritou-se que «o povo unido jamais será vencido» e cantou-se que «o povo é quem mais ordena».

Nessa altura, os avanços foram imensos, mas o problema foi o que depois em tanto se interrompeu esse avanço e até, em vários aspetos, se foi recuando. Por exemplo, na Legislatura passada e com o Governo anterior alguém ousará afirmar que o aumento de horas de trabalho, o fim de feriados, a fragilização de serviços públicos, a fúria de entrega de setores fundamentais aos privados, os cortes nas pensões contributivas e nos apoios sociais, os cortes nos salários ou o aumento brutal de impostos foram avanços que se deram? Não! Foram recuos que geraram pobreza e ameaçaram seriamente os nossos níveis de desenvolvimento. E deram-se por escolhas ideológicas, de uma direita que claramente privilegiou os grandes interesses económicos e financeiros e não o bem-estar dos cidadãos.

Em política não há inevitabilidades, mas, sim, opções, escolhas. Por isso, nesta Legislatura, depois de os eleitores terem atribuído a maioria dos Deputados aos partidos que se tinham comprometido com a mudança, o Partido Ecologista «Os Verdes» trabalhou e tem contribuído para que sejam, sem hesitações, repostas condições e direitos aos portugueses, que lhes tinham sido retirados. Mas temos estado também a trabalhar para que as condições de desenvolvimento melhorem a vários níveis. Para dar alguns exemplos: reclamámos do Governo determinação para enfrentar interesses poderosos, como o das celuloses, para travar a brutal expansão da área de eucalipto; propusemos medidas para a necessária descarbonização do país e para a redução de gases com efeito de estufa, através da criação de estímulos à utilização do transporte coletivo e do reforço da mobilidade ferroviária; exigimos atenção sobre o interior do país e a necessária revitalização da atividade produtiva sustentável; reivindicámos mais meios para a conservação da natureza e da biodiversidade e para o controlo da poluição; alertámos para problemas tão sérios como a preocupante intenção de pesquisa de hidrocarbonetos na nossa costa, ou para a cada vez mais obsoleta central nuclear de Almaraz.

O que importa ter hoje presente é que não se pode perder a dimensão da coragem que se revelou em todas as mulheres e homens que lutaram para construir Abril. Em jeito de apuramento de resultados, temos ainda muito, muito por conquistar em termos de direitos sociais e ambientais.

Mas esta União Europeia que conhecemos tem-se constituído um sério obstáculo a esse objetivo. Forma-se em torno de elites, serve os interesses dos poderosos, distancia-se dos povos, ignora as suas necessidades, exige metas incompreensíveis.

Ao Governo português, nós, Os Verdes, o que exigimos é que governe para as pessoas, para o desenvolvimento do país e que não esbarre na obsessão dos números, encolhidos para Bruxelas. Essa é uma condição para a estabilidade do nosso país.

Uma última nota para dizer que foram tantos os portugueses que procuraram refúgio noutros países para fugir à guerra colonial, outros para buscar melhores condições de vida. São cerca de 5 milhões as pessoas de origem portuguesa espalhadas pelo resto do mundo. Temos, nós, mais do que a obrigação de compreender o imperativo de desprezar ideias fascistas, racistas, xenófobas que erguem fronteiras de desumanidade, quando exaltam o medo de refugiados ou o ódio aos imigrantes.

Sempre, sempre com a liberdade, a democracia, a paz, a justiça, a solidariedade, a igualdade, a fraternidade no horizonte, são muitos os que trazem, como descreve José Fanha «o mês de Abril/

a voar/dentro do peito». Mas «não é segurando nas asas que se ajuda um pássaro a voar. O pássaro voa simplesmente porque o deixam ser pássaro» — Mia Couto.

Minhas senhoras e meus senhores, temos pressa de cumprir Abril!

Aplausos de Os Verdes, do PS e do PCP.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Capitães de Abril, Srs. Convidados, Srs. Deputados:

A Revolução de Abril de 1974 é o ato maior, o marco mais importante da história contemporânea do nosso país.

Ato de libertação, explosão de alegria, movimento de conquista e de construção, de construção da paz, do desenvolvimento, do progresso, construção dos direitos após décadas de opressão e de repressão, pelo que daqui saudamos quem por eles se sacrificou e até morreu. Saudamos os militares de Abril que, imediatamente secundados pelo povo, deram o tiro de partida desta gloriosa jornada de emancipação e libertação do nosso país.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o 25 de Abril de 1974 comprova de forma inequívoca que, com a força do povo, não há barreiras intransponíveis. Havendo conjugação de vontades, conseguimos derrotar obstáculos que pareciam impossíveis de ultrapassar.

O fascismo, com todas as suas estruturas de poder, opressão, instrumentalização do medo e exercício de violência física sobre quem lhe fazia frente, não conseguiu parar o povo e o Movimento das Forças Armadas caiu redondo no chão.

O 25 de Abril não foi um acontecimento de geração espontânea, foi o culminar de um processo, foi o culminar de anos e anos de luta que envolveu muitos democratas e que teve sempre na linha da frente os comunistas portugueses que, desde a primeira hora, com coragem e determinação, enfrentaram a besta fascista.

Assim, queremos prestar a nossa homenagem aos «heróis supremos da batalha» e saudar todos aqueles que lutaram, resistiram, foram presos, torturados e assassinados pelo fascismo. As suas vidas, os seus sacrifícios não foram em vão; antes pelo contrário, lutaram e saíram vencedores, apesar de todas as dificuldades.

Aplausos do PCP.

Hoje vivemos, no plano internacional, tempos muito difíceis. O crescimento do belicismo, a ameaça da guerra e o não desligado crescimento dos movimentos fascistas devem merecer por parte de todos os democratas particular atenção, preocupação, mas também ação e luta.

Assistimos hoje, no país e um pouco por todo o mundo, à tentativa de meter no mesmo saco o fascismo e aqueles que mais lhe resistiram e que são também as suas principais vítimas. Além de ser uma infame mentira, é um insulto aos milhares de comunistas que foram os primeiros a lutar e a morrer pela liberdade e pela democracia. Mas, mais do que um insulto, este exercício constitui, objetivamente, uma tentativa de branquear o fascismo.

Hoje, como ontem, somos chamados a resistir e a lutar pela liberdade e pelo aprofundamento da democracia, com a convicção de que não há obstáculos intransponíveis.

Hoje, como ontem, somos chamados a travar a escalada belicista e a guerra, as que já estão em curso e as que ameaçam começar a qualquer momento, com uma dimensão imprevisível. A não ingerência e a resolução pacífica dos conflitos é valor de Abril que importa defender e aplicar.

O 25 de Abril de 1974 comprova também, de uma forma inequívoca, que quando o povo quer é possível transformar a sociedade.

Com o 25 de Abril construímos um país mais justo e solidário, consagrámos direitos e demos corpo a esses direitos. Com o 25 de Abril conquistámos a liberdade de expressão e o voto popular. Mas com Abril também construímos a paz, a escola pública, o Serviço Nacional de Saúde, a segurança social, garantiu-se o acesso à justiça, construíram-se serviços públicos, avançou-se no direito à habitação e no acesso a bens essenciais.

Muitos dos direitos conquistados com Abril, e que fazem parte do processo revolucionário, foram ameaçados, destruídos e comprometidos nos anos que se seguiram de política de direita. Mas é inquestionável que Abril deixa uma valiosa lição: é possível transformar o sonho em realidade e viver num país mais justo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, cresci com o 25 de Abril, com os seus ideais e com o seu impulso transformador. Cresci a aprender, como diz a música, que «só há liberdade a sério quando pertencer ao povo o que o povo produzir».

A injustiça na distribuição da riqueza nacional constitui, a par da necessidade de aumentar a produção nacional, um dos mais graves problemas estruturais que o nosso país enfrenta.

A concentração da riqueza em meia dúzia de grupos económicos, pela injustiça que comporta, não permite que se concretize plenamente a liberdade. De igual forma, a liberdade está ferida se continuarmos subjugados a instrumentos de submissão como o euro e a dívida.

Por isso, é urgente aumentar e distribuir melhor a riqueza produzida no nosso país. O combate à precariedade, o aumento dos salários e a recuperação dos instrumentos de contratação coletiva de trabalho, com a eliminação das normas da caducidade e a recuperação do princípio do tratamento mais favorável, propostas que o PCP agendou para maio, são, a par da renegociação da dívida e do fim da submissão ao euro e às opções da União Europeia, liberdade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, durante décadas, os direitos conquistados com a Revolução de Abril foram atacados. Seguiram-se os anos negros dos PEC (Plano de Estabilidade e Crescimento) e do pacto de agressão.

Durante todos estes anos, o agravamento da exploração, o empobrecimento, a saída do país de centenas de milhares de portugueses, a destruição dos serviços públicos, a descaracterização do regime

democrático e o comprometimento da soberania nacional foram apresentadas como virtudes, como inevitáveis para promover a resignação de um povo e de um país a ter futuro. Ao mesmo tempo, foram promovendo a pobreza de centenas de milhares para que meia dúzia ficassem cada vez mais ricos.

Os trabalhadores e o povo deram a resposta. A luta foi e é determinante. Provou-se, mais uma vez, que valeu a pena lutar.

O Governo PSD/CDS foi derrotado e, tal como outros, que agiram contra os valores de Abril, foi afastado do poder.

Na nova fase da vida política nacional, na atual relação de forças, apesar das opções do PS e do seu Governo, foi possível dar passos, ainda que insuficientes, no sentido da recuperação de direitos e salários. São avanços que valorizamos, mas importa ir mais longe.

Para o PCP não só é possível como necessário, com a força do povo, construir um país mais justo e solidário. Um país em que quem trabalha veja reconhecido no seu salário o esforço do seu trabalho, um país em que quem trabalhou uma vida inteira, com longa carreira contributiva, tenha acesso a uma reforma digna e sem penalizações, um país onde os trabalhadores vejam reconhecidos os seus direitos e em que os serviços públicos tenham qualidade e sejam acessíveis para todos.

Inspirados em Abril, no tempo em que vivemos temos presente a força da voz coletiva do povo que se expressou na «Grândola vila morena, terra da fraternidade, em que o povo é quem mais ordena». Temos presente essa força nas comemorações populares do 25 de Abril e na grande jornada do 1.º de Maio.

Neste tempo temos presente a força de tantas lutas, de tantas situações-limite, a força daquele hino que os comunistas presos corajosamente ecoaram nas celas e nos corredores da sinistra prisão de Caxias: «Cada fio de vontade são dois braços e cada braço uma alavanca.» Hoje, em condições diferentes, esse é o caminho para ir mais longe na defesa, reposição e conquista de direitos, para romper as amarras do domínio do grande capital e da submissão externa, para, com cada fio da nossa vontade, transformar milhares de braços em alavancas e assim colocar os valores de Abril no futuro de Portugal.

Viva o 25 de Abril!

Aplausos do PCP, do PS, de Os Verdes e do PAN.

Vozes do PCP: — Viva!

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Galriça Neto, em representação do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

A Sr.ª **Isabel Galriça Neto** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Antigos Presidentes da República, demais Autoridades Civis e Militares do Estado aqui presentes, Sr. Cardeal-Patriarca de Lisboa, Sr. Núncio Apostólico, Sr.as e Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

Nos 43 anos do 25 de Abril que hoje se assinalam, lembramos e homenageamos todos aqueles que contribuíram para a construção da democracia no nosso país, todos os homens e mulheres que se bateram, antes e depois desse dia, pela liberdade e contra qualquer forma de totalitarismo. Neste que é o primeiro 25 de Abril após a morte de Mário Soares, figura central da nossa democracia, é de elementar justiça referir aqui o seu nome.

Aplausos do CDS-PP, do PS e do PAN.

Celebramos a visão, a ousadia e a coragem, e a superação de tantos, lembrando também os que no 25 de Novembro reconduziram o país para o verdadeiro rumo da liberdade e da democracia.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

Se me é permitida uma nota pessoal, enquanto filha de militar e com dolorosas memórias da guerra colonial, celebrar o 25 de Abril e também o 25 de Novembro é não esquecer dias e horas de inexcedível alegria. É também honrar a memória do meu pai e os seus camaradas de armas, alguns deles aqui presentes.

Celebrar o 25 de Abril é um ato de justiça, de reconhecimento e de gratidão por aquilo que somos hoje como povo e como país e não pode ser entendido como coisa menor, mero formalismo ou de circunstância. Fazê-lo é preservar a memória, é respeitar a História e reconhecer que o 25 de Abril nos continua a edificar no presente e nos projeta para o futuro.

Lembrar o 25 de Abril é guardar a chama que nos projetou para uma realidade que é hoje reconhecidamente melhor, fruto do empenho de muitos, mas fruto, sobretudo, da alma de um povo. É avivar o orgulho que temos no caminho percorrido, nas dificuldades ultrapassadas, nos esforços que os portugueses fizeram, o orgulho de, como povo, continuarmos a ser capazes. É reafirmar o orgulho, tantas vezes esquecido, de ser português.

Neste percurso já longo, reconhecemos erros — e não esquecemos o conturbado processo de descolonização —, reconhecemos desvios e divergências. O CDS não tem nem nunca teve medo de afirmar os seus valores e princípios e também nunca alimentou ressentimentos. Será sempre mais fácil destruir, mas muito mais difícil será estimar, unir e construir. É desse lado que estamos e estaremos, como dizia Adelino Amaro da Costa, em 1976, com palavras plenas de sentido e atualidade: «O CDS estará sempre empenhado em participar no diálogo necessário para a sobrevivência e consolidação da democracia.»

E o que nos trouxe a democracia? Indubitavelmente, a afirmação de direitos civis e políticos insubstituíveis, com notáveis avanços e evoluções para o nosso coletivo, direitos que não podemos deixar de consolidar, num processo sempre renovado de que é feita a construção da democracia. Mas, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, não podemos esquecer outros direitos.

Nesta fase de maturidade democrática, ainda que com sombras de incertezas, interrogamo-nos se estamos ou não no patamar que gostaríamos de estar. Fazer política numa democracia moderna é

não se contentar com os avanços que temos registado em matéria de liberdade e igualdade. Na democracia que queremos consolidar, os direitos sociais deverão ser a trave-mestra que importa reforçar. Precisamos de valores sociais sólidos, que devem ser entendidos como verdadeiros direitos humanos que o são, numa salutar interdependência com os direitos civis que temos proclamado e construído.

Aplausos do CDS-PP.

Alinhado com a Declaração Universal dos Direitos do Homem e com a nossa Constituição, o CDS está empenhado em afirmar direitos sociais incontornáveis, valores universais intemporais. São direitos em que a condição de pessoa é o requisito exclusivo para a titularidade dos mesmos e atuam como vetores integradores e legitimadores do bem comum e, por isso mesmo, devem ser incentivados e protegidos.

É nesta linha que reafirmamos a necessidade de edificar uma sociedade moderna, que tem na proteção da vida o alicerce dos direitos humanos, uma sociedade que não descarta os mais vulneráveis, antes deles cuida e lhes amplia horizontes.

Defendemos a dignidade enquanto valor intrínseco e patrimonial inegociável do ser humano, pelo que, para nós, e independentemente das circunstâncias, não há vidas que valem a pena ser vividas e outras não.

Aplausos do CDS-PP.

Adotamos, assim, uma visão solidária da dignidade humana, ultrapassando uma outra perspetiva individualista que uma eventual ponderação mais isolada dos direitos civis poderá afirmar. Proteger a vida e os mais vulneráveis será, pois, a melhor forma de garantir a promoção da dignidade e da liberdade que hoje aqui celebramos.

Comprometidos com estes valores fundamentais e universais, queremos, no CDS, continuar a pugnar pelo acesso ao tão prometido e muitas vezes incumprido Estado social. Queremos continuar a pugnar pelos bons cuidados de saúde para todos, queremos garantir a devida proteção social aos idosos e aos mais vulneráveis, aos seus cuidadores, queremos continuar a promover a natalidade e apoiar as famílias e a infância, melhorar o investimento na educação e no ensino e garantir às gerações vindouras um legado de que eles e nós nos possamos orgulhar.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, celebrar o 25 de Abril hoje será, assim, assumir as nossas responsabilidades quanto ao presente, não hipotecando de forma irresponsável o futuro que queremos legar aos que vierem depois de nós. Que legado estamos hoje a construir? Não queremos um vazio de promessas, nem uma lista infindável de meras intenções, nem tão-pouco discursos enganadores. Queremos compromissos que se concretizam e, para isso, contamos com todos. Honremos, pois, os verdadeiros valores de Abril, pensando assim no futuro que queremos deixar aos nossos.

Continuaremos, sem medo de afirmar os nossos princípios e valores, abraçando as nossas divergências e sem medo de promover consensos. Continuaremos, sem medo, e sobretudo com esperança.

A esperança que nos impele para agir e não nos dispensa, de forma alguma, de participar ativamente na construção do nosso país. A esperança de atingir novos patamares de desenvolvimento, de sermos mais felizes e mais resilientes, como indivíduos e como coletivo. Com liberdade, com dignidade, em democracia.

Sr. Presidente da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores: hoje, como sempre, poesia é liberdade. Com a poesia de Sophia de Mello Breyner reafirmamos que, mais do que existir, queremos estar à altura de «habitar livremente a substância do tempo». É essa a visão mais nobre que temos de estar na política, que hoje aqui também celebramos.

É, pois, com gratidão, com orgulho, com responsabilidade e com esperança, sempre pela positiva, que celebramos este 25 de Abril. Oxalá, 43 anos depois do primeiro, possam abrir-se novos horizontes e patamares de desenvolvimento para os portugueses, reafirmando o nosso lugar na Europa e no mundo.

Viva a democracia! Viva Portugal!

Aplausos do CDS-PP, do PSD e do PS.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Tem a palavra, em representação do Grupo parlamentar do Bloco de Esquerda, a Sr.ª Deputada Joana Mortágua.

A Sr.ª **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Nasci no Serviço Nacional de Saúde, estudei na escola pública, mas não pertenço a uma geração ingrata. A *Grândola* também nos bate no peito à desfilada e, por isso, obrigada capitães, obrigada a quem não se calou, obrigada a quem resistiu até ao último sopro do seu corpo, obrigada a quem desertou para não ser cúmplice, a quem viveu nos subterrâneos do medo. Obrigada a todas e a todos os combatentes desse amor inventado chamado liberdade.

Aplausos do BE e de Deputados do PS.

Todas as gerações têm os seus monstros. As gerações que viveram antes de mim nasceram e cresceram no longo inverno do fascismo e da guerra, num regime que lhes marcava o destino do berço até à morte, sem educação, nem saúde, nem a sorte das elites para quem estavam reservados os privilégios a que hoje chamamos direitos. Para a maioria, o trabalho era outro tipo de prisão, o analfabetismo era a maior algema e o patrão a pior polícia. Não foi só em Caxias que se ergueram grades.

Vergílio Ferreira escreveria, sobre as fronteiras da opressão: «Que a fronteira da tua liberdade te não seja a porta da casa para que tu sejas livre dentro e fora dela. Que a tua liberdade comece no pão que te espera à mesa e persista no desconhecido que te espera na rua. Que a distância de ti a ti seja por

ti preenchida e nunca pela polícia ou um diretor de consciência. Tu és livre. É, portanto, do teu dever libertares-te.»

Sim, tenho orgulho de pertencer a uma geração que luta em liberdade. Tivesse isso chegado para não nos mandarem emigrar; tivesse isso chegado para não nos sacrificarem o futuro no altar da austeridade; tivesse isso chegado para não nos falharem a promessa de solidariedade numa Europa que afinal nos quer submissos.

Tentaram embalar a força transformadora da minha geração num conto sobre o fim da História. Deram-nos um cravo para carregar ao peito uma vez por ano e disseram-nos que lutar pela liberdade era celebrar essa História. Arrumaram os problemas do mundo numa virtuosa aliança entre a democracia e os mercados, mas eles repelem-se. O muro também lhes caiu em cima e a História, longe de estar acabada, agora rebenta-nos nas mãos. Em Alepo, onde decapitaram até a esperança; no cemitério em que se transformou o Mediterrâneo; nos muros de arame farpado à volta dos campos que nos prometeram que não voltariam a existir; no crescimento cada vez menos surdo da extrema-direita e da guerra.

Cada geração tem os seus monstros e os nossos aparecem todos os dias na televisão, quando chamam "mãe" a uma bomba feita para matar os filhos de alguém porque já esqueceram a Rosa de Hiroshima;...

Aplausos do BE e do PS.

... quando a União Europeia determina que a deportação de refugiados é apenas uma questão de pagar o preço certo à Turquia; quando movimentos reacionários e ultranacionalistas avançam na Europa, alimentando-se dos destroços da austeridade que foi imposta aos povos.

Há 20 anos, Eric Hobsbawm receava que a xenofobia viesse a transformar-se na grande ideologia de massas dos nossos tempos; que a rejeição do outro, a negação daquilo que a humanidade tem em comum fosse o bode expiatório dos falhanços da sociedade. Olhando hoje para a Europa, quem pode não reconhecer, quem pode não querer ver que houve um projeto que falhou? Falhou porque submeteu a democracia aos mercados financeiros, falhou porque perdeu contacto com os direitos sociais e económicos dos povos, falhou porque espalhou a pobreza e o desemprego, porque quis rasgar a Constituição. Falhou-nos porque entregou ou privatizou o que era da nossa soberania e, portanto, da nossa liberdade.

O medo converteu-se no maior aliado de um projeto político conservador que domina a Europa. Demasiado distante das aspirações dos povos para poder mobilizar as suas vontades, o poder centrista procura ocupar cada espaço da nossa livre decisão com os seus burocratas, sanções e imposições. Perigo é a austeridade que renasce quando baixamos a guarda; perigo são as troicas que espreitam atrás de cada Programa de Estabilidade.

Aplausos do BE.

Servem para nos lembrar que ainda não vencemos, que ainda temos quem se ache nosso dono, que ainda não somos livres.

A espera é a derrota e o confronto com as imposições europeias, que é o mais difícil, ainda é o que está por fazer.

A propaganda de que todos os protestos são populistas acabará por servir à absolvição de forças odiosas. A alternativa aos projetos reacionários não é a moderação do situacionismo, com a sua defesa empenhada do sistema que salva bancos, mas que condena gerações a pagar as dívidas e os défices de uma velha elite, demasiado poderosa e não raras vezes corrupta.

O maior erro é continuar a sacrificar a democracia aos lucros dos mercados financeiros e negar direitos e liberdades, em nome de uma segurança que nunca se cumpre, só oprime.

A alternativa é a audácia de quem não se resigna, de quem questiona, de quem não tem medo de existir.

O medo e a esperança não só não se confundem, como se confrontam. E não há destino para quem fica a meio do caminho, a atrapalhar o futuro, na estreita escolha do mal menor, imagem desbotada de democracia.

É por isso que não podemos baixar a guarda na defesa de uma democracia completa, radical, económica, social, soberana, que reclame para si a livre decisão sobre o que é de todos, do trabalho aos bens comuns.

Abril, para não ser vazio, tem de ter conteúdo, tem de ser esperança.

No Bloco de Esquerda batemo-nos por este projeto de esperança. Por escolhermos a solidariedade em vez da exclusão, por escolhermos a humanidade em vez da guerra, por defendermos investir no que é nosso em vez de cumprir as regras do absurdo monetário, por defendermos que tem de haver aqui um futuro tão luminoso como foi Abril. Dirão que sonhamos. A melhor resposta foi dada por um homem que sabia exatamente o que existe entre a guerra e a paz e que hoje também homenageamos: «Sonhamos? Não sonhamos nada, somos mesmo os únicos realistas deste filme.» — Miguel Portas.

Aplausos do BE.

Abril foi a melhor promessa que, ao libertar-se do passado, Portugal fez ao seu futuro. O futuro é hoje e nós não pusemos o barco ao mar para ficar pelo caminho. Lutemos por ele. Como disse Natália Correia: «O cais é a urgência, o embarque é agora.»

Viva o 25 de Abril!

Aplausos do BE, do PS, do PCP, de Os Verdes e do PAN.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do PS, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. **Alberto Martins** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Sr. Presidente do Tribunal de Contas, Srs. Antigos Presidentes da República, Srs. Ministros, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

Celebramos hoje, aqui, o dia da liberdade e da democracia, a data mais importante da história contemporânea de Portugal.

Ao celebrar o dia 25 de Abril de 1974 evoco a imagem de um jovem oficial do Exército à frente de um tanque, envolvido pela multidão, a percorrer, a partir do Chiado, todas as ruas de um país.

A emoção de uma rendição anunciada esteve no rosto, no risco, nas indecisões, decerto no medo, mas na imensa coragem desse militar. Salgueiro Maia foi, então, o mensageiro da liberdade e, nesse momento, o rosto e a esperança de um povo. O Exército português dos capitães de Abril, que ele simbolizou, afirmou a sua legitimidade revolucionária quando o povo o acolheu nas ruas, no ato de rendição da ditadura.

Aplausos do PS e do BE.

A nossa gratidão imperecível aos heroicos capitães de Abril, alguns deles aqui presentes, que, com o risco da própria vida, fundaram o nosso futuro e a nossa democracia.

Aplausos do PS, do BE, do PCP e de Os Verdes.

Mas a Revolução do 25 de Abril de 1974 foi, também, o lugar e o tempo do fim da guerra colonial e de um império colonial, e o início da liberdade para os povos dos futuros Estados de Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique, São Tomé e Príncipe e, numa outra curva dramática da História, Timor-Leste.

O 25 de Abril é, simultaneamente, resultado e resultante da convergência da luta da resistência do povo português e das lutas libertadoras dos povos colonizados, na sequência de um trágico e desumano erro histórico da ditadura que prolongou o sofrimento de uma guerra injusta, responsável pela destruição, mutilação e morte de tantos e tantos homens, e acabou por precipitar o retorno de milhares de portugueses ao país, em condições vazias, de sacrifício e desesperança.

E porque não há futuro sem memória, temos de lembrar que o país livre e democrático, a República soberana que hoje somos, foi sendo construído pela luta lenta, persistente, diária, difícil, com cadeias, desterros, exílios, torturas e insubmissões.

A ditadura fascista assentou numa polícia política que censurou, vigiou e perseguiu pelo medo, que assassinou centenas de portugueses, encurralou e torturou anos a fio milhares de homens e mulheres. A ditadura teve lugares de sofrimento: Tarrafal, Peniche, Caxias, a guerra em Nambuangongo, os crimes de Wiriamu.

Foi um longo caminho, de dias e dias e décadas, até chegar ao 25 de Abril, o dia que o povo português sonhou e lhe pertence.

E neste momento, neste lugar da liberdade que é a Assembleia da República, cumpro o dever histórico de honrar a memória de quem este ano nos deixou e da liberdade fez sua bandeira, quer na resistência à ditadura, quer na fundação do regime democrático do 25 de Abril. Um homem que cruzou a sua vida com o destino da Pátria: Mário Soares. A nossa gratidão e homenagem.

Aplausos do PS, do PSD, do PCP e do CDS-PP.

Ao evocarmos o 25 de Abril, temos de o situar como o tempo e o lugar da fundação do Estado democrático, em que Portugal se assume como República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e se propõe alcançar uma sociedade livre, justa e solidária.

Iniciou-se, então, uma rutura histórica com um país social e economicamente subdesenvolvido, afirmando-nos na garantia dos direitos políticos, sociais, culturais e ambientais, no acesso aos cuidados de saúde, educação, proteção social e cultura, como âncoras da realização indissociável da liberdade e igualdade de todos os cidadãos.

Abril é um dia e um lugar fantástico, onde mora a esperança e o sonho do tudo ser possível. E, dessa cultura em movimento, fica-nos a responsabilidade dos desafios de hoje: a procura de um verdadeiro desenvolvimento sustentável, alicerçado pela inovação, pelo conhecimento, pela qualificação, pelo equilíbrio ambiental, na coesão e equidade territoriais, no combate à pobreza e ao desemprego, à exclusão — designadamente dos imigrantes —, à precarização do trabalho, em mais igualdade de oportunidades para mulheres e homens, no combate às desigualdades, na valorização do espaço de cooperação internacional e do lugar da cultura e língua portuguesas.

O desafio de hoje é ainda o aprofundamento da qualidade da democracia e do imperioso reforço da credibilidade e transparência do Estado e da Administração, dos sistemas de segurança e justiça, em suma, garantindo as condições de exercício de uma cidadania exigente e de uma nova ética de responsabilidade. E assumindo, naturalmente, de pleno direito, e em igualdade, o nosso lugar na União Europeia.

Nos desafios de hoje, numa fase de crise europeia, as políticas austeritárias, de estreita disciplina orçamental, provocaram, como entre nós, recessão e degradação social e os consequentes sacrifícios que atingiram sobretudo os mais pobres e excluídos e geraram uma insidiosa situação de incerteza, desesperança e chocantes desigualdades sociais.

Ora, a saída da crise económica, social e ecológica exige uma União Europeia mais democrática, mais transparente, subordinando o poder económico ao poder político, e que se oponha ao domínio opaco da especulação financeira sobre os Estados e as instituições, que conduza um combate sem tréguas à corrupção e à economia "subterrânea", e isso exige uma viragem capaz de suster o declínio do projeto europeu que o abandono da solidariedade significou. A coesão social tem de regressar ao centro das políticas europeias.

Aplausos do PS.

A União Europeia não pode continuar a transformar um projeto europeu de solidariedade entre Estados, povos e cidadãos no seu contrário, transferindo os imperativos dos mercados e das grandes corporações e grupos financeiros aos orçamentos nacionais, sem adequada legitimação democrática.

Temos consciência de que «a construção europeia é capital não só para manter a paz sobre o continente, mas igualmente para o progresso económico dos Estados-membros, e também para o seu poder político no mundo». Mas a fragilização do projeto europeu, com enormes diferenças sociais entre povos e regiões, tem aberto espaço a um surto de afirmações nacionalistas e soberanistas e às crescentes ameaças e ações do terrorismo, extremismos e populismos.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o 25 de Abril é um dos raros dias das nossas vidas que rima com liberdade, um lugar de todos os sonhos, da ousadia, da utopia tornada realidade que foi festa, esperança e futuro.

Para que Abril não seja uma efeméride ritualista, é nosso dever relacionarmo-nos com o futuro de modo estratégico, recusando o conformismo, neste tempo ameaçador de incertezas, riscos para a paz, violência, terrorismo, atentados contra direitos fundamentais.

Por isso, o nosso caminho, em Portugal e a nível planetário, só pode ser o de retomar a bússola dos grandes valores universais da paz, da liberdade igual, do respeito absoluto pela dignidade humana, pelo sentimento de fraternidade, do combate sem tréguas às disfunções sociais da pobreza, da exclusão e das desigualdades, pela inspiração ética da política, pela perceção de que o equilíbrio ecológico é um imperativo vital para as gerações futuras e para a própria sobrevivência coletiva.

Sr.as e Srs. Deputados, é preciso repensar o futuro como um cenário de liberdade, no qual a legenda do 25 de Abril seja uma matriz inspiradora da liberdade livre que se projeta no nosso presente com o seu caráter de futuridade e de sempre.

Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

Aplausos do PS, de pé, do BE, do PCP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra a Sr.ª Deputada Teresa Leal Coelho.

A Sr.ª **Teresa Leal Coelho** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. ex-Presidente da República, Sr.ª e Sr. ex-Presidentes da Assembleia da República, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e dos restantes Tribunais, aqui presentes, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sua Eminência o Cardeal-Patriarca de Lisboa, Sr. Provedor de Justiça, Sr.ª Procuradora-Geral da República, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e restantes Autarcas aqui presentes, individualidades militares e civis, Sr.as Deputadas e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

A liberdade só se alcança e a democracia só se realiza por completo quando cada pessoa pode escolher, de acordo com o seu talento e a sua vocação, sem barreiras e em igualdade de oportunidades, o seu projeto e o seu modo de vida.

O sonho da democracia e da prosperidade realiza-se numa sociedade livre e justa, na qual as pessoas são reconhecidas pelo seu talento, pelo seu mérito e pelo seu contributo. O sonho de uma sociedade na qual cada um pode escolher viver sem medo e sem necessidade é um ideal pelo qual se vive e pelo qual se morre, é uma constante na vida.

Uma sociedade que reconhece e valoriza quer o talento e o mérito, quer a inovação e a criatividade, tem de fazer uma aposta firme na educação, tem de investir num ensino inclusivo, que garanta às crianças e aos jovens oportunidades que não dependam da condição do seu nascimento. Tem de investir num ensino com exigência e qualidade e com rigor na avaliação da escola, dos professores e dos alunos, um ensino que garanta a cada criança a possibilidade de sair, de largar, de escapar ao círculo vicioso para o qual o seu contexto de base a empurra.

Destruir este sistema de ensino que garante oportunidades efetivas é colocar uma nação em risco, é ameaçar a massa crítica do futuro, é condenar a sociedade à estagnação e à pobreza, é levar as pessoas a desistir de sonhar e de lutar; é destruir talento e ambição; é o rumo certo para o aprofundamento das desigualdades.

Nós, portugueses, maciçamente não queremos esse tipo de sociedade. Queremos a outra: uma sociedade inclusiva, que garanta a todos condições para que cada um seja responsável por construir a sua própria vida, tendo condições e capacidade de realizar o que desejar, de acordo com o seu talento, de acordo com a sua vocação e o mérito das suas escolhas.

Nós não queremos uma sociedade que se reveja em conceções igualitárias, facilitistas ou de exclusão. É esta sociedade livre, justa, inclusiva que em Portugal se impõe continuar a construir por vontade dos portugueses. Nesse processo devemos introduzir elevados níveis de escrutínio e de transparência, deve a sociedade libertar-se dos privilégios injustificados, da corrupção, do compadrio e da opacidade. Deve libertar-se de instituições políticas e económicas que potenciem o enriquecimento ilegítimo à custa do resto da sociedade; deve libertar-se de qualquer tentação de abuso de poder na política e na economia; deve ser firme no combate à impunidade. É uma sociedade na qual a proveniência da riqueza deve ser justificada e, assim, o enriquecimento ilícito criminalizado.

O valor hegemónico do progresso inclusivo e do desenvolvimento humano, económico e social sobrepõe-se a qualquer salvaguarda de opacidade, sobretudo na presença de manifesta desproporção entre o património e o modo de vida perante os rendimentos auferidos por cada um. Numa sociedade de capital escasso, devemos proclamar tolerância zero ao desvio dos recursos necessários à promoção do desenvolvimento inclusivo, de oportunidades efetivas para todos.

A sociedade inclusiva, em permanente construção, é uma sociedade na qual os que exercem cargos políticos e os atores económicos devem estar sujeitos a elevados níveis de escrutínio e de transparência. Devem registar publicamente os seus interesses, os seus propósitos e as suas afiliações. Estas são medidas determinantes para elevar o grau de confiança que as pessoas depositam nos outros e, consequentemente, para elevar a medida em que são capazes de cooperar.

A confiança é, sobretudo, uma consequência do prestígio das instituições políticas e económicas e estas são o garante do primado do direito, da promoção da igualdade de condições e de um sistema jurídico imparcial. A democracia, a liberdade e a igualdade de oportunidades não serão direitos

permanentes se a política não estiver ao serviço das pessoas — de todas as pessoas —, se as instituições políticas e económicas não refletirem as escolhas que conduzem a uma prosperidade inclusiva.

Olhando o mundo, percebemos que diferentes escolhas políticas levam a consequências distintas. O progresso e o crescimento económico sustentável e inclusivo não são um mero acaso, são resultados determinados por escolhas que fazemos. Essas escolhas são, antes de tudo, políticas e é o processo político na sua composição primacial que determina a natureza e o tipo das nossas instituições e como funcionam; se se organizam em torno de um mercado livre e concorrencial para todos, em condições de igualdade de oportunidades; se criam incentivos à iniciativa privada e às empresas; se removem os obstáculos à entrada no mercado, a burocracia, os custos excessivos na obtenção de licenças e alvarás, as dificuldades em obter empréstimos e financiamento; se garantem condições de acesso que potenciem o talento e o mérito, a inovação e a criatividade; em suma, se removem as barreiras que aprofundam as desigualdades registadas na casa de partida.

Mas se, pelo contrário, as nossas escolhas vierem a determinar que a sociedade se organize num quadro caracterizado pela insegurança do direito de propriedade e da livre iniciativa económica, pela opacidade e ausência de escrutínio, na imprevisibilidade e nos interesses de grupos sociais ou de elites, então desperdiça o talento, repudia o mérito, desmoraliza as pessoas e aliena-lhes a liberdade de escolher e as oportunidades de progredir.

Há uma fronteira clara entre as duas opções políticas que referi, e essa fronteira separa pensamentos políticos inconciliáveis. Uma fronteira tão nítida quanto o Paralelo 38 que divide as Coreias. Uma fronteira que, de um lado, coloca o primado da pessoa e do seu projeto de vida e, do outro, um Estado totalitário gerador de pobreza e de injustiça.

Recordo Francisco Sá Carneiro, citando-o: «O socialismo marxista, coletivista e estatizante, por mais suave que seja o seu discurso, não convém ao progresso dos povos nem ao livre desenvolvimento dos homens, até porque é arcaico.»

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Teresa Leal Coelho** (PSD): — Mas, se os dois pensamentos políticos que aqui confrontei são, realmente, inconciliáveis, é importante sublinhar a relevância moral de um outro traço distintivo entre eles, sobretudo nesta data simbólica que celebramos. E esse traço distintivo é aquele que separa a tolerância, que se propõe ao diálogo, à abertura e ao consenso, da intolerância, que se apresenta dogmática, que não discute ideias, antes as impõe, e que não aceita a diferença ou a escolha livre, preferindo escolher por nós, em nome de um suposto bem maior. Trata-se, no fundo, do que separa a verdadeira democracia das redutoras utopias totalitárias.

E termino com uma referência, que é hoje incontornável, com profundo afeto e profunda admiração, àquele que, do exílio, denunciou ao mundo o Portugal Amordaçado e que indicou e desbravou o rumo, primeiro da escolha, e depois da consolidação, da liberdade, da democracia e da descentralização, da opção europeia, da relação solidária e fraterna com a nossa pátria imaterial que é língua portuguesa e a enorme comunidade que a partilha. Aquele que foi um dos mais marcantes rostos da luta

para que, na continuação de Abril, Portugal permanecesse do lado livre, democrata e inclusivo de um mundo dividido por um muro. Por tudo isto, obrigada Mário Soares, e obrigada a todos os que lutaram e persistem em lutar pelos ideais da liberdade e da inclusão!

Obrigada! Viva a liberdade! Viva a inclusão! Viva Portugal!

Aplausos do PSD, com Deputados de pé, do PS e de alguns Deputados do CDS-PP.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — É agora a vez do Presidente da Assembleia da República.

Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Constitucional e dos demais Tribunais Superiores, Antigo Presidente da República, General Ramalho Eanes, Antigos Presidentes da Assembleia da República, João Bosco Mota Amaral e Assunção Esteves, Srs. Ministros, Sr.ª Procuradora-Geral da República, Sr. Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, Sr. Representante da República para a Região Autónoma da Madeira, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Núncio Apostólico, decano do Corpo Diplomático, Membros do Corpo Diplomático, Autoridades Civis e Militares, Sr. Cardeal-Patriarca de Lisboa, Srs. ex-Conselheiros da Revolução, Srs. Antigos Constituintes, Sr. Presidente e Membros da Direção da Associação 25 de Abril, Ilustres Convidadas e Convidados, Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Há 43 anos, nascia em Portugal uma promessa de liberdade.

Quarente e três anos depois, podemos dizer com orgulho que da promessa de liberdade fizemos uma democracia europeia e aberta ao mundo. Quarenta e três anos depois, honremos a memória, reafirmemos a democracia e enfrentemos os desafios que temos pela frente.

Honremos a memória, começando pelo princípio de tudo: pelas nossas Forças Armadas, pilar da identidade e da soberania nacional. Foi das suas fileiras que surgiu o MFA (Movimento das Forças Armadas) e os gestos corajosos que fizeram nascer a democracia portuguesa. Ao longo destes 43 anos de democracia, as nossas Forças Armadas têm sabido prestigiar o Estado e servir os portugueses e são, por isso, ainda hoje a instituição em que os portugueses mais confiam. Obrigado, Forças Armadas Portuguesas, obrigado, capitães de Abril!

Aplausos do PSD, do PS, do BE e de Os Verdes.

E muito obrigado a todas as mulheres e homens que se bateram pela democracia!

Foi já há 25 anos que nos deixou um grande português, que ajudou, como poucos, a mudar o nosso fado, no dia 25 de abril de 1974: o capitão Salgueiro Maia, um verdadeiro herói da democracia!

Aplausos do PSD, do PS, do BE, do CDS-PP, do PCP e de Os Verdes.

Esse dia inicial da liberdade começou ao som da *Grândola Vila Morena*. Recordemos, pois, também, agora que passam 30 anos da sua morte, o trovador da liberdade, José Afonso, tão admirado e cantado pelos jovens de outrora e de hoje, o Zeca, para amigos e admiradores — e são tantos os que estão aqui hoje, no Parlamento, e também nas avenidas, ruas e praças deste país, a celebrar o dia da liberdade.

Aplausos do PSD, do PS, do BE, do CDS-PP, do PCP e de Os Verdes.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, Sr.as e Srs. Deputados, este ano, em que fazemos 43 anos de democracia, começou com o desaparecimento do nosso querido Mário Soares. Mário Soares soube unir o país, partindo de uma identidade própria: era assumidamente laico, republicano e socialista. Mas sempre fez da tolerância a sua bandeira na luta pela democracia, pela descolonização e pela Europa. Puxou pelo que há de melhor na História de Portugal e na energia dos portugueses.

Em certo sentido, o Portugal que hoje somos inscreve-se na tradição de liberdade iniciada há 200 anos, com as primeiras revoltas liberais. Por isso, e com este propósito de celebrarmos hoje a liberdade, de reafirmarmos hoje os nossos valores, vamos comemorar, a partir da Assembleia da República, o bicentenário do constitucionalismo português.

Essas comemorações, presididas pelo Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, serão uma oportunidade para a produção científica e cultural, mas também para a divulgação pedagógica dos valores constitucionais, dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Somos, com orgulho, o país europeu que há mais tempo aboliu a pena de morte. E estamos também, na Assembleia da República, muito empenhados nesta evocação.

A disponibilização do edifício da Casa Amarela, afeto à Assembleia da República, convoca-nos para a oportunidade de criar ali um centro interpretativo sobre o Parlamento, com auditório, espaços interativos e livraria. É um sonho que nos cumpre concretizar. Será a porta principal para a Casa da democracia.

É uma ideia que hoje lançamos e que, estou certo, tem todas as condições para mobilizar as energias dos Deputados, dos funcionários e de toda a família parlamentar, durante um período alargado de tempo.

O triunfo da memória sobre o esquecimento, como sempre insiste o grande Manuel Alegre, é um aspeto decisivo da vitória da democracia.

Aplausos do PS, de Deputados do PSD e de Deputados do CDS-PP.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, honramos a memória, empenhados no presente e confiantes no futuro. Vivemos um tempo político diferente, um tempo político novo, um tempo em que o Parlamento ganhou uma nova centralidade. Não há Deputados dispensáveis ou partidos excluídos das soluções de Governo; todos contam para servir Portugal, seja na oposição ou no apoio ao Governo.

Recentemente, foram publicados os dados do Eurobarómetro, um inquérito semestral que é aplicado em todos os países da União Europeia. Esse inquérito mostra-nos uma inversão na tendência de

desconfiança crescente que existia nas instituições políticas da democracia. Há hoje, por exemplo, mais confiança dos portugueses na Assembleia da República. Estou convicto de que este novo tempo político tem ajudado a essa revalorização do Parlamento, enquanto instância de negociação democrática e de representação dos interesses dos portugueses.

Estou certo, igualmente, de que o Sr. Presidente da República tem tido também, aqui, um papel decisivo nesta recuperação da confiança nas instituições da democracia, através da sua magistratura de proximidade, leal, lúcida e afetuosa, e, sobretudo, através do seu permanente respeito pela Constituição.

Aplausos do PSD e do PS.

Mas continuemos a ouvir as pessoas. Os sentimentos de distância face ao poder e o clima de desconfiança ainda revelam níveis preocupantes. E os ataques mal-intencionados ao Parlamento e aos seus membros continuam a ver-se e a ouvir-se.

O 25 de Abril representou o fim da ditadura e o princípio do voto universal em Portugal. Não podemos aceitar que o direito universal ao voto se torne numa formalidade, em que, de forma desproporcionada, os mais jovens e os mais pobres se interessem menos pela vida política e participem menos nos atos eleitorais. Temos de pensar seriamente em novas soluções, que ajudem a aumentar a influência política e eleitoral das novas gerações e que contribuam para uma renovação da representação política.

Enquanto titulares de cargos políticos, temos o dever de ouvir e refletir, mas também de dar o exemplo e de prestar contas aos portugueses. Saibamos todos, eu e todos nós, dar o exemplo e estar à altura do mandato dos portugueses. Saibamos todos, eu e todos nós, distinguir aquilo que são as legítimas e desejáveis clivagens democráticas do que são as responsabilidades que temos perante as regras e o funcionamento das instituições da democracia.

E falando em prestação de contas, importa dar a conhecer as primeiras propostas do Grupo de Trabalho para o Parlamento Digital, que lancei há precisamente um ano. Num ano, e no âmbito das atividades do Grupo de Trabalho para o Parlamento Digital, foi possível prever a desmaterialização do processo legislativo, nomeadamente no circuito entre o Governo, a Assembleia da República, a Presidência da República e o Tribunal Constitucional; preparar a renovação do *site* da Assembleia da República; criar mecanismos que permitem uma maior interação com os cidadãos, como uma plataforma para a submissão de petições; simplificar os requisitos para apresentação de iniciativas legislativas de cidadãos ou de referendos; criar instrumentos de democracia direta, como a bolsa de perguntas e requerimentos.

Quero aqui felicitar o Sr. Vice-Presidente Jorge Lacão, que, aliás, não está cá porque está em minha representação na Eslováquia, pelo trabalho de coordenação que tem desenvolvido. E quero saudar o espírito de compromisso democrático que tem pautado a atuação de todos os grupos parlamentares neste Grupo de Trabalho que lancei há um ano.

Entretanto, por intermédio do Sr. Deputado Fernando Negrão, posso também testemunhar que dos trabalhos da Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas, onde já tiveram lugar valiosas audições, resultaram importantes contributos para melhorar os mecanismos

de fiscalização, que já foram hoje aqui falados, criando regras claras, comportamentos de exigência e soluções que correspondam a uma democracia cada vez mais qualificada.

Minhas Senhoras, Meus Senhores, Sr.as e Srs. Deputados, olhemos também para os desafios estratégicos de Portugal. A União Europeia e as relações transatlânticas são assuntos evidentemente estratégicos para nós. Ora, é precisamente o futuro da União Europeia e das relações transatlânticas que está em jogo, neste tempo histórico em que vivemos.

Portugal tem feito o seu trabalho na Europa. Contudo, sabemos que o cumprimento das nossas obrigações é condição necessária, mas não suficiente, para o sucesso dos objetivos nacionais e europeus. Veja-se, por exemplo, a ameaça da extrema-direita, que continua visível em França.

Não basta, a este respeito, falar em populismo. Acho que é um conceito que normaliza o que não é normal em democracia: as derivas autoritárias, os ataques à liberdade de imprensa, o racismo, o fechamento económico e social, o medo da diferença e do pluralismo. Isto não é nenhum novo populismo. Isto é a velha extrema-direita autoritária, nacionalista e xenófoba!

Aplausos do PS, do BE, do PCP e de Os Verdes.

Às vezes não damos o devido valor àquilo que temos e esquecemos a dimensão daquilo que conseguimos. Há quem fale de fadiga democrática e de desencanto europeu, mas foi a democracia e o projeto europeu que garantiram o desenvolvimento e o mais duradouro período de paz no nosso velho continente. Recordemos as sábias palavras de um grande europeísta, François Mitterrand: «o nacionalismo é a guerra.»

Temos de aperfeiçoar a política monetária, temos de encontrar mecanismos em que a dívida não estrangule o crescimento; temos de coordenar a governação económica; temos de harmonizar a fiscalidade, temos de combater o terrorismo e garantir a nossa segurança e defesa; temos de integrar melhor os imigrantes e os refugiados; temos de reforçar as políticas de coesão e de emprego; temos de fazer isso tudo, porque sabemos que não podemos ignorar os sinais de insatisfação e porque sabemos que há na Europa um projeto de paz e desenvolvimento que não podemos dispensar. Temos de continuar o caminho para a igualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens, o caminho do respeito pelas diferenças, o caminho da consideração pela dignidade dos mais idosos e dos mais jovens.

Há, apesar de tudo, sinais de esperança.

Ao mesmo tempo que definham os que abandonam os seus princípios, ao mesmo tempo que são castigados os que cedem de forma oportunista à extrema-direita, emergem novas forças, com convicções sociais, ambientais e europeias.

Esperemos que a derrota da extrema-direita se confirme e que represente o regresso do espírito fundador europeu e o reforço atualizado do seu modelo social, a que Tony Judt chamou a «banalidade do bem».

Agora, ainda é tempo de arregaçar as mangas e de revitalizar essa banalidade que pensávamos adquirida. Estamos perante o maior desafio à estabilidade da Europa desde o fim da guerra fria. Dos Estados Unidos da América continuam a chegar-nos sinais preocupantes e contraditórios. Ao mesmo

tempo que fazemos o trabalho que nos compete, temos de estar vigilantes nas nossas famílias políticas europeias e nos fóruns internacionais, em defesa da democracia e do Direito Internacional, de uma Europa melhor e de uma globalização mais regulada.

Respeitamos os tratados internacionais e os nossos compromissos. Não damos, mas também não recebemos lições de ninguém.

Aplausos do PS.

Somos um dos raros países europeus sem ameaças de extrema-direita.

Embora com naturais divergências quanto ao caminho a seguir, temos sido exemplo de compromisso entre acordos internacionais e deveres constitucionais e da busca, por parte de todos nós, da conciliação entre avanços sociais, crescimento económico e estabilidade financeira.

Se não há República sem republicanos, também não há democracia sem democratas empenhados.

Viva a democracia!

25 de Abril, sempre!

Viva Portugal!

Aplausos do PS, de pé, do BE, do PCP, de Os Verdes, de alguns Deputados do PSD e de alguns Deputados do CDS-PP.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — O Sr. Presidente da República vai agora dirigir uma mensagem ao Parlamento.

Tem a palavra, Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República** (Marcelo Rebelo de Sousa): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros, Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Sr. Antigo Presidente da República, Srs. Presidentes da Assembleia da República e Primeiros-Ministros, Sr. Cardeal-Patriarca de Lisboa, Sr.as e Srs. Embaixadores, Srs. Capitães de Abril, Sr.as e Srs. Deputados, Digníssimos Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Faz, hoje, exatamente 40 anos que, pela primeira vez, aqui, nesta Casa da democracia, se iniciou o que já é uma tradição cívica — a celebração do 25 de Abril, pela voz dos eleitos por todo o povo português.

E a dúvida que, de quando em vez, ouvi suscitar, a tantos dos meus jovens alunos foi esta: faria ainda sentido uma cerimónia, aparentemente de mera rotina, num claustro fechado, dividida entre reiterar a devida gratidão aos destemidos militares de 1974 e a todos quantos os haviam antecedido, na luta pela liberdade e pela democracia, e repetir os argumentos do confronto político de cada instante, nalguns casos pontuados por avisos ou mesmo quase ultimatos presidenciais? Não seria preferível viver a data fora deste Hemiciclo, junto de mais portuguesas e portugueses, num gesto de abertura da política a problemas concretos do dia a dia do cidadão comum, inovando nas ideias e ultrapassando a sensação de se estar a ver o mesmo, ainda que pessoas e circunstâncias fossem diferentes?

Ademais, vivendo a Europa e o mundo tempos dominados pelos apelos do digital, em que as mensagens mais sérias fluem a ritmo alucinante, sem que emitentes e recetores se apercebam de que ficam reféns de uma precipitação, de um esquecimento, de uma menor ponderação de conteúdos; tempos em que se afigura tentador questionar instituições e ritos e simplificar afirmações, em homenagem à crescente aceleração de factos e ansiosas expetativas de grupos sociais.

Pois é precisamente porque estes tempos são, amiúde, de substituição da substância pela forma, do estudo e da qualificação pelo improviso e a superficialidade, de carreiras laborais por expedientes de ocasião, do debate das ideias por proclamações básicas, dizendo o que se pensa ser aprazível ao ouvinte e não o que deve ser dito; é por tudo isto, e mais a contingência de este empobrecimento ético e doutrinário abrir caminho a radicalismos egoístas e excludentes, racismos e xenofobias, messianismos que da democracia apenas gostam de usar o que lhes convenha, que faz sentido manter viva esta tradição.

Hoje, mais do que nunca. Para mostrar que não nos esquecemos da nossa História e que há datas, como a do 25 de Abril — bem hajam os destemidos e corajosos capitães de Abril —, que não foram, nem nunca serão, indiferentes ao nosso destino coletivo. Para evocar os que já nos deixaram, como Mário Soares — ainda há três meses — mas que continuam bem vivos na nossa memória; para confirmar que preferimos a democracia — apesar de imperfeita, injusta ou incompleta — à mais sedutora das miragens ditatoriais. Para sublinhar que a democracia tem uma Casa, em que se entrechocam as mais variadas visões da vida e da sociedade, e que nem mesmo o tom áspero dessas discussões pode servir de pretexto para questionar a riqueza da diversidade democrática. Para reforçar que é porque entre nós há tanta diversidade e tão vigorosos combates políticos que o nosso sistema de partidos é dos mais estáveis na Europa, não deixando espaço a riscos antissistémicos, conhecidos noutras paragens. Para recordar que, se é verdade que a democracia está longe de acabar nesta Casa, ou em todos os órgãos de soberania, a Assembleia da República é um símbolo primeiro da democracia portuguesa. Prestigiá-la dá vigor à nossa democracia. Dela permanentemente fazer exemplo de discussão substancial, de elevação pessoal, de atenção aos portugueses, de visão de médio e longo prazo, protege-nos, a todos, contra a descredibilização da política, a tentação da demagogia, a revivescência de messianismos, oferecendo passados improváveis ou futuros ilusórios.

Eis, por conseguinte, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, por que entendo que, neste tempo dos chamados populismos anti-institucionais, dos tropismos antissistémicos, é essencial tornar claro que nos orgulhamos dos nossos marcos históricos. Queremos viver em democracia, sabemos que ela tem de ser mais livre e mais justa, mas sabemos, também, que valorizar a Assembleia da República, tal como todos os órgãos de soberania, e outras instituições constitucionais de referência, a começar pelas Forças Armadas, é condição insubstituível para que os portugueses nunca desistam do que andam a construir há mais de 40 anos.

Sim, porque não podemos olvidar que, se há heróis da nossa democracia, para além dos que a prepararam e que, no 25 de Abril, lhe abriram caminhos de futuro, esses heróis são os portugueses.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS-PP e da Deputada do Bloco de Esquerda Catarina Martins.

Eles a converteram de projeto coletivo e de Constituição escrita em vida, construindo-a a cada momento. Os portugueses constroem a democracia pelo voto, pela sua liberdade de opinião e de crítica, pelos partidos, movimentos, associações políticas a que aderem ou em que militam. Ou então fazendo um percurso mais solitário, fora dessas estruturas representativas, sem se desinteressarem da causa pública, assim dando expressão aos direitos políticos e pessoais.

Os portugueses constroem democracia nas escolas, nos lugares de trabalho, nos sindicatos e nas associações patronais, nas comunidades locais, no voluntariado, nas Misericórdias, nas IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), nas agremiações culturais e cívicas, nas igrejas a que pertencem, desse modo nunca deixando omitir ou esvaziar intoleravelmente os direitos económicos, sociais e culturais.

Os portugueses constroem democracia quando, emigrantes, nunca se esquecem das suas terras e para elas contribuem sem cessar, ou quando recebem imigrantes e refugiados de todo o mundo, lembrando-se que a sua odisseia é igual à que conhecem desde os séculos XV e XVI. E, portanto, apostando na abertura a outras latitudes e longitudes.

Os portugueses constroem democracia quando, ao fim de anos de sacrifício, sentem que valeu a pena tudo terem feito para sanear as finanças públicas ou tornar possível crescer e criar emprego de forma duradoura e, por essa via, criar condições para se reduzir a dívida que têm sobre os seus ombros, revelando resistência e constância exemplares.

Em suma, aos portugueses devemos a nossa democracia ser efetivamente representativa e salutarmente participativa, ser passado mas também presente e futuro, significar mais do que um sonho para alguns, antes um regime ao serviço de um desígnio nacional.

Porque três realidades são indesmentíveis.

A primeira é a de que é dos portugueses, todos eles, o mérito primeiro das vitórias que fomos tendo nos últimos anos, nas nossas finanças, na nossa economia, na nossa sociedade.

A segunda é a de que é dos portugueses, todos eles, o papel decisivo de, sobretudo, criar um futuro melhor.

A terceira é a de que os portugueses, ao sedimentarem a democracia, o fizeram, e fazem, a pensar na Pátria, como patriotas. Patriotas, digo bem. E não tenhamos medo das palavras e do que elas encerram, patriotas fervorosamente orgulhosos da sua Nação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Porque há duas maneiras muito diferentes de se amar a Nação. Uma, a que infelizmente vai grassando noutras sociedades, é a de se se dizer nacionalista contra o mundo, contra os que não são dos nossos, rejeitando, excluindo, vivendo em medo permanente, perante tudo e todos. Outra, a nossa, a que esteve na base da nossa expansão, por oceanos e continentes, com todas as limitações que conhecemos e assumimos, e das nossas comunidades espalhadas pelo mundo, é a de amar a Nação de coração aberto, de alma universal, não renegando as nossas raízes identitárias mas sabendo que elas foram feitas desde antes da independência, de um somatório, entre outros, de traços culturais gregos,

romanos, fenícios, lusitanos, germânicos, celtas, mouros, judeus, e, mais tarde, africanos, asiáticos e americanos. Um nacionalismo patriótico e de vocação universal, não um nacionalismo egocêntrico, agarrado a um pretenso passado, recriado, porque não real, e insuscetível de enfrentar o futuro. Aliás, o único que perfilhamos, capaz de nos defender de terrorismos, de inseguranças, de incertezas, porque, ao cultivar a abertura e a inclusão, torna mais difícil o que é hoje o pão nosso de cada dia noutras sociedades: serem os perseguidos, os injustiçados, os rejeitados de dentro, os aríetes dos maiores perigos e das mais insidiosas ameaças.

É esta visão descomplexadamente patriótica que dá sentido último à nossa democracia.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, cabe assim aos portugueses, e ao seu inquebrantável patriotismo, em primeira linha, o combate fundamental pela nossa democracia e, mais do que isso, por valores centrados no respeito pela dignidade da pessoa humana, inscritos na nossa Constituição. E eles não têm faltado à chamada neste combate. Como não têm faltado as instituições públicas e da sociedade civil, que acorreram a muitas das privações dos anos mais penosos.

Portugueses, rede de proteção social no terreno e referenciais de paz, segurança e solidariedade, têm permitido enfrentar crises sem tentações ou pulsões antidemocráticas ou menos democráticas. Mas não chega: importa que todas as estruturas do poder político, do topo do Estado à Administração Pública e, naturalmente, aos tribunais, entendam que devem ser muito mais transparentes, rápidas e eficazes na resposta aos desafios e apelos deste tempo, revendo-se, reformando-se, ajustando-se.

Os chamados populismos alimentam-se das deficiências, das lentidões, das injustiças, das incompetências, das irresponsabilidades do poder político ou da sua confusão, ou compadrio, com o poder económico e social. Preveni-los ou pôr-lhes cobro requer determinação e permanente proximidade, antecipação e satisfação das legítimas necessidades comunitárias.

Há, neste contexto, um bastião da nossa democracia que merece, hoje, na evocação do 25 de Abril, uma palavra muito especial: o poder local.

Os milhares e milhares de mulheres e homens que passaram ou estão em espírito de missão nos municípios e nas freguesias de Portugal, autarcas e trabalhadores foram, e são, uma das mais vivas diferenças da nossa democracia relativamente à Monarquia Liberal e à Primeira República. Não a única, mas das mais relevantes. Porque, com o sufrágio universal, alargaram, e alargam, a participação no poder político, muito para além de um número circunscrito de cidadãos; porque viveram e vivem, sol a sol, próximos das pessoas. Sabem os seus nomes, conhecem as suas queixas, não governam papéis, lidam com vidas concretas: água, esgotos, lixo, escolas, caminhos, centros sociais, mercados, espaços verdes, comércio, agricultura, ambiente, cultura, parques industriais. Tudo o que implica com a vida dos mais de 10 milhões tem a ver com elas e com eles. Claro que não passa à margem dos governantes regionais e nacionais, mas esses estão mais longe, ainda quando tudo fazem para estarem mais perto.

Já disse, e repito: o poder local foi e é um "fusível de segurança" singular da nossa democracia.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS-PP e da Deputada de Os Verdes Heloísa Apolónia.

O poder local não é isento de problemas e defeitos, como toda a obra humana, mas tem direito a ser, como um todo, celebrado por uma vez, num 25 de Abril. E, a meses da realização do ato eleitoral que a inicia, todos formulamos o voto de que a nova legislatura autárquica traga consigo, quer nas áreas de satisfação de necessidades clássicas ou básicas, quer no desenvolvimento económico, ambiental, social e cultural — e, portanto, humano —, quer nas novas vias de participação popular, passos ainda mais arrojados, promovendo o progresso, combatendo a pobreza e as desigualdades, e fomentando um clima livre, plural e crítico, próprio das democracias fortes e prospetivas.

Espero-o, também, a duplo título, como Presidente da República e como antigo autarca, durante 19 anos, no mais rico, num seu vizinho, e no então, porventura, mais pobre município nacional.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Portugal não é um país perfeito.

Temos de melhorar, e muito, o que queremos oferecer de futuro aos nossos jovens, tal como aos nossos anciãos, que tanto nos deram já.

Os dois anos e meio que faltam para o termo da legislatura parlamentar terão de ser de maior criação de riqueza e melhor distribuição. Governo, seus apoiantes e oposições, que legitimamente aspiram a voltar a governar, estarão, por certo, atentos a este imperativo, na multiplicidade enriquecedora das suas opções. Tal como têm sido essenciais uns e outros, neste último ano e meio, ao garantirem a virtuosa compatibilização entre a indispensável estabilidade e o salutar confronto político e parlamentar.

Mas, se Portugal tem de fazer mais e melhor, para sermos justos, havemos de admitir que somos uma Pátria em paz, com apreciável segurança, sem racismos e xenofobias de tomo, aceitando diferenças religiosas e culturais como poucos, com uma rede de instituições sociais devotada, um poder local incansável e um sistema político flexível, e, nessa medida, mesmo se carecido de reformas, mais sustentável do que muitos outros dos nossos parceiros europeus. Por isso, temos resistido à nova vaga dita populista que percorre esse mundo fora.

Com quase nove séculos de história, não trocamos o certo pelo incerto. Não sacrificamos uma democracia, ainda que imperfeita, seduzidos por cantos de sereia de amanhãs ridentes, em que do caos nascerá o paraíso.

E, também graças ao 25 de Abril, temos dentro de nós caminhos suficientemente opostos e, portanto, alternativos, embora todos eles crentes na democracia constitucional, para nos sentirmos dispensados de aventuras sem regresso.

Em suma, temos muito orgulho na nossa história, no nosso patriotismo aberto ao universo, na nossa capacidade para nos reinventarmos em democracia, mantendo-nos fiéis à nossa língua, às nossas raízes, à nossa maneira de ser: plataforma entre culturas, civilizações, continentes e oceanos.

Numa palavra, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, nós orgulhamo-nos de Portugal.

Aplausos gerais, tendo o PSD, o PS e o CDS-PP aplaudido de pé.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Declaro encerrada a Sessão Solene Comemorativa do XLIII Aniversário do 25 de Abril.

2018

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr. Presidente da República, Excelências, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Funcionários, Sr.as e Srs. Jornalistas, declaro aberta a Sessão Solene Comemorativa do XLIV Aniversário do 25 de Abril.

Em representação do PAN, tem a palavra o Sr. Deputado André Silva.

O Sr. **André Silva** (PAN): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Ilustres Entidades, Altas Autoridades, Distintas e Distintos Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

Peço que imaginem a situação de alguém que vai de férias e compra um bilhete de comboio de Lisboa para Faro. Por qualquer motivo, essa pessoa engana-se na linha e apanha um comboio com direção a Braga, mas só se apercebe quando a carruagem já se encontra em andamento. O que irá, naturalmente, essa pessoa fazer? Parar na próxima paragem, tentar corrigir o erro e apanhar, quanto antes, um comboio na direção contrária para chegar ao Algarve e começar as suas férias.

E se estivermos enganados em relação ao percurso que estamos a fazer enquanto sociedade, enquanto civilização?

Na data em que celebramos 44 anos de um momento histórico de transformação e de valor inestimável para os portugueses, acreditamos que estamos num novo período de transição. Agora é novamente o momento de mudar de direção e de alterar as prioridades da agenda política. Mas o que é tão imperativo que nos faça compreender que temos urgentemente de mudar de direção? O profundo impacto das alterações climáticas no equilíbrio dos ecossistemas. A única coisa que aumenta mais depressa do que as nossas emissões é a produção de palavras que se comprometem a baixá-las.

Precisamos de nos lembrar que a tarefa do nosso tempo ultrapassa em muito as alterações climáticas. Temos de ir mais longe e mais fundo. Para sermos honestos connosco próprios, trata-se, na realidade, de transformar tudo relativamente à forma como vivemos neste planeta. Trata-se de uma questão de sobrevivência da nossa espécie e que exige uma alteração consistente e consciente do comportamento individual e social, acompanhada, a jusante e a montante, de melhor apoio do Estado.

O paradigma da civilização atual baseia-se no mito da separação entre o eu e o outro: o ser humano, os outros seres vivos e a natureza como um todo. A narrativa coletiva assenta agora num novo dogma, o do desenvolvimento enquanto metáfora para o crescimento económico ilimitado, sem o qual, supostamente, ninguém pode ser feliz. Esta quimera, impossível de realizar num planeta com recursos finitos, gera uma crescente devastação dos recursos naturais, perda massiva de biodiversidade, contaminação das reservas de água, poluição sem fronteiras, alterações climáticas irreversíveis, o extermínio de sociedades ancestrais e uma industrialização de toda a vida animal e vegetal, que, associada ao crescente fosso entre norte e sul, cria um enorme e desnecessário sofrimento. E esta pressão ameaça todos com um colapso ecológico-social sem precedentes.

Estamos a viver acima das capacidades do planeta e o Antropoceno pode mesmo ser a última idade do ser humano.

Mas, caras companheiras e caros companheiros de viagem, o mundo e o futuro não têm de ser monocromáticos. Existe todo um arco-íris de opções para além dos modelos socioeconómicos implementados e das possibilidades que conhecemos e perpetuamos desde sempre. Nem a esquerda extrativista nem a direita produtivista nos têm apontado soluções de bem-estar que não envolvam enormes custos ecológicos e humanos. Continuar a repetir erros esperando resultados diferentes apenas demonstra quão irracionais ainda somos.

É tempo de mudar de linha, e não temos muito tempo, pois o ponto de não retorno está a um apeadeiro de distância.

Compete-nos garantir, com a urgência que esta crise ecológica merece, uma transição para um modelo económico baseado em energias 100% limpas e renováveis e que promova a independência energética de todos os portugueses, que proteja o bem comum e não subjugue o ambiente a interesses económicos e empresariais e equilibre a despesa pública com investimentos ecologicamente sustentáveis e de longo prazo. Este modelo deverá também garantir mais tempo para a família e para o lazer, respeito intergeracional e uma melhor coesão territorial. Em Bruxelas, devemos reforçar a fraternidade e a equidade no seio da União Europeia e rejeitar todos e quaisquer atos que promovam agressões ou fomentem guerras. A transição faz-se apostando e investindo na cultura da não-violência.

Apostar nas pessoas, para além dos discursos gastos de cariz puramente ideológico, é mostrar-lhes alternativas, é dar-lhes informação e formação para que possam fazer apreciações críticas da realidade e, acima de tudo, é dar-lhes exemplos sobre como é possível harmonizar o equilíbrio entre a sua satisfação pessoal, a sustentabilidade ambiental, o bem-estar e a dignidade dos outros povos e a proteção de todas as outras formas de vida.

Termino com uma palavra de enorme gratidão aos capitães de Abril, por, naquela madrugada, terem sido o nosso cais e nos terem feito mudar de linha. Muito obrigado!

Aplausos do PS, do BE, do PCP, de Os Verdes e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar de Os Verdes, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ferreira.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr.as e Srs. Deputados, Valorosos Capitães de Abril, Sr.as e Srs. Convidados:

Voltamos hoje a falar de Abril. E voltamos a falar de Abril não apenas para evocar essa madrugada, mas também para reafirmar a necessidade de não perdermos de vista os valores e os sonhos que Abril nos prometeu.

Voltamos hoje a falar do dia que todos os dias devia estar presente nas decisões que interferem nos nossos destinos coletivos, na vida das pessoas e na sustentabilidade dos nossos recursos.

E voltamos a falar de Abril, porque Abril nos trouxe a liberdade, a democracia, as preocupações com a justiça social, com o combate à pobreza, com a necessidade de preservar os recursos ambientais e porque nos trouxe também a paz.

Por isso mesmo, aos militares de Abril, que nesse dia saíram dos quartéis, impedindo que, em noites escuras ou em dias assim, a morte continuasse a sair à rua silenciando quem não pactuasse com o fascismo, mas também a todas as mulheres e a todos os homens que acreditaram num país livre e, percebendo que o país mais parecia o «bairro negro», onde não havendo «pão» não podia haver «sossego», lutaram, tantas vezes com o preço das suas vidas, para sacudir o destino do país e dos portugueses. A uns e a outras a nossa mais calorosa saudação e reconhecimento por tudo quanto Abril nos trouxe, prometeu e permitiu sonhar.

Aplausos de Os Verdes, do PS, do PCP e do BE.

Mas hoje voltamos a falar de Abril, porque Abril também nos trouxe a paz.

Por isso mesmo, continuamos sem compreender a posição assumida pelo nosso país relativamente aos recentes bombardeamentos à Síria por parte dos Estados Unidos da América, do Reino Unido e da França. Não vemos nem razão nem oportunidade neste bombardeamento. Operações desta natureza são sempre desprovidas de razão, ainda por cima à margem das Nações Unidas e em claro confronto com o direito internacional. Se nada está provado e quando o bombardeamento ocorre exatamente antes de a Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ) começar o seu trabalho de investigação, teremos mesmo de questionar essa oportunidade.

Oportuno, com toda a razão, em sintonia com o direito internacional, e até por respeito às resoluções desta Assembleia, seria se o Governo se envolvesse ativamente no reconhecimento do Estado da Palestina como forma de contribuir para a paz no mundo. Isso, sim, seria oportuno. Isso, sim, teria razão.

Mas voltamos hoje a falar de Abril, porque Abril é também uma lição.

De facto, a adesão imediata dos portugueses à Revolução dos Cravos só é explicável porque os ideais de Abril estavam e estão em perfeita sintonia com os interesses dos portugueses. A Revolução de Abril é, assim, uma lição que nos mostra que, quando se age a pensar no povo, o povo está do lado da decisão e de quem a assume.

Não estranha, por isso, que, depois de terem vivido quatro anos num verdadeiro sufoco, em que PSD e CDS retiravam nas reformas e nas pensões, nos salários e nos direitos de quem trabalha para engordar a banca e os grandes grupos económicos, os portugueses tenham sabido colocar os partidos responsáveis pelo desemprego, pela pobreza e pela fome longe do governo. E bem fizeram os portugueses, porque, se a direita continuasse no governo, estaríamos agora a elencar o universo de cortes, de injustiças, da multiplicação do desemprego e da pobreza, da privatização da água e de outros recursos ambientais, da desvalorização do trabalho e do volume da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho e, sobretudo, não veríamos forma de o diabo ir embora, porque a economia continuaria sem dar sinais de vida.

Se a nossa democracia nos mostra que às vezes estamos mais longe e outras vezes mais perto de Abril, com o Governo do PSD e do CDS Abril saiu literalmente do nosso horizonte. Um horizonte que

a solução para a qual Os Verdes também contribuíram procura agora trazer de volta, com mais justiça social, com mais respeito pelas famílias e com mais respeito por quem trabalha, com um importante património de conquistas que vão desde o fim dos cortes salariais à reposição dos feriados, dos aumentos nas pensões ao fim do saque fiscal sobre os rendimentos do trabalho, da consagração legal do princípio da não privatização da água ao travão à liberalização do eucalipto, dos estímulos, por via fiscal, à utilização dos transportes públicos aos incentivos para as micro, pequenas e médias empresas que se instalem no interior do país. Um património de conquistas que seria absolutamente impensável se o PSD e o CDS continuassem no governo, mas que seria também — e é justo afirmá-lo — pouco provável se o PS não estivesse condicionado por outras forças políticas, nomeadamente por Os Verdes.

Este é um dado importante, e mais importante ainda quando falamos de Abril e da necessidade de nos aproximarmos de tudo quanto Abril representa. Mas se é verdade que Os Verdes registam com agrado o caminho já trilhado, também é verdade que falta ainda muito.

Falta acabar com os monstruosos sorvedouros de recursos públicos que são as parcerias público-privadas.

Falta acabar com a imoralidade de chamar os contribuintes a pagar a fatura da irresponsabilidade dos banqueiros. Recorde-se que, na última década, enquanto os funcionários públicos perderam 12% do seu poder de compra, as ajudas do Estado à banca atingiram os 20 000 milhões de euros. Dá que pensar!

Mas falta ainda regionalizar o país e trazer de regresso as freguesias extintas pelo PSD e pelo CDS, o que esperamos que não fique comprometido com o recente acordo entre o PS e o PSD, um acordo, aliás, a lembrar o velho e pouco saudoso Bloco Central e tudo o que representou para os portugueses.

Falta também remover os obstáculos externos ao nosso desenvolvimento, desde logo o tratado orçamental, porque, de facto, nós «não somos todos défice» e «muito menos seremos todos Gaspar». Aliás, parece-nos muito pouco sensato, face ao estado dos serviços públicos, desde logo da educação ou da saúde, que o Governo decida reduzir o défice para lá do que ele próprio estabeleceu. Ninguém entende a arte de tal caminho, sobretudo quando as artes reclamam verbas e os transportes públicos remendam caminhos por falta de investimento.

Falta combater as assimetrias regionais e o abandono do mundo rural e valorizar a agricultura familiar.

Falta olhar para a nossa floresta como um setor estratégico e evitar as tragédias dos incêndios florestais.

Falta investir na mobilidade sustentável e na valorização da ferrovia.

Falta cuidar dos nossos rios e proteger as áreas protegidas.

Há, ainda, portanto, um longo caminho a percorrer e, a nosso ver, há condições para nos aproximarmos ainda mais de Abril. Da parte de Os Verdes, enquanto houver estrada para andar e o sentido for Abril, cá estaremos, aqui e lá fora, junto das populações, afirmando a ação ecologista, um compromisso para o futuro, porque Os Verdes também querem Abril no futuro.

Viva o 25 de Abril!

Aplausos de Os Verdes, do PS, do BE, do PCP e do PAN.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Capitães de Abril, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

Naquele dia de Abril que hoje comemoramos, o povo saiu à rua e, pleno de força e determinação, proclamou: «O povo é quem mais ordena!» E, com esta afirmação, tão singela, mas ao mesmo tempo tão profunda nas suas implicações, o povo tomou nas mãos o seu destino e fez-se a Revolução.

Um pouco por todo o país, mas com especial simbolismo no cerco ao Quartel do Carmo, impressionantes massas populares juntaram-se aos militares de Abril e, ombro com ombro, de cravo na mão, forjaram a aliança Povo-MFA e partiram à conquista de uma nova sociedade. Chegava ao fim a longa noite fascista, cujo negrume, ao longo de quase 50 anos, havia sido iluminado pela corajosa luta dos resistentes antifascistas, que não olharam a sacrifícios, por vezes da sua própria vida, para devolverem a liberdade ao povo português.

Nos meses seguintes, com a feroz oposição daqueles que acham que o povo é apenas um penacho decorativo no chapéu da democracia, as massas populares operaram decisivas e profundas transformações na sociedade portuguesa. Atiraram a odiosa ditadura fascista para o caixote do lixo da História e construíram a mais avançada, mais progressista e mais democrática organização social que alguma vez Portugal teve.

Liberdade de expressão, direito de reunião e manifestação, liberdade de associação e formação de partidos políticos, liberdade sindical, direito ao trabalho, direito à greve, controlo pelo Estado dos setores estratégicos da economia, participação dos trabalhadores na gestão das empresas, direito à contratação coletiva, reforma agrária, direitos sociais e culturais, sistema de segurança social, serviço nacional de saúde geral e gratuito, ensino básico universal, elevação do nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral, reconhecimento do direito dos povos das colónias à independência — estas são algumas das importantes conquistas da Revolução de Abril.

Nenhuma destas conquistas foi oferecida ao povo português. Foram, todas elas, alcançadas pela luta dos trabalhadores, das massas populares e do movimento sindical, em aliança com os militares do Movimento das Forças Armadas, conquistas que, dois anos depois, haveriam de encontrar o seu lugar na Constituição da República Portuguesa, a qual, apesar de desvirtuada em sucessivas revisões, ainda mantém o espírito progressista e democrático da Revolução de Abril. Exercendo as conquistas de Abril antes que qualquer decisão dos órgãos de poder formal as reconhecesse, o povo afirmou-se como protagonista na construção de uma nova e mais justa sociedade.

Volvidos mais de 40 anos, ainda ouvimos certas pessoas e certas forças políticas referirem-se em tom depreciativo, e nalguns casos mesmo com indizível horror, àqueles intensos anos de transformação revolucionária da nossa sociedade. É a atitude de quem abomina a democracia ou a vê simplesmente

como um processo formal em que a intervenção das massas populares na vida política se deve limitar ao voto de quatro em quatro anos.

Ao longo de quatro décadas, as conquistas da Revolução de Abril nos domínios dos direitos políticos, económicos, sociais e culturais estiveram sob o fogo cerrado da política de direita, que, em estreita consonância com os interesses do grande capital, procurou limitar o seu alcance ou mesmo liquidá-las. Particularmente gravosa foi a ação do anterior Governo, PSD/CDS, que desferiu o mais brutal ataque de que há memória aos direitos dos trabalhadores e do povo. Não é exagero dizer que, pela sua intensidade e alcance, essa ação se traduziu num verdadeiro ajuste de contas com o 25 de Abril e as suas conquistas.

A corajosa e persistente luta dos trabalhadores e do povo português levou ao isolamento político e social desse Governo, à rejeição da sua política de exploração e empobrecimento e, em outubro de 2015, à sua derrota eleitoral.

Risos do PSD.

Também aqui se confirmou, mais uma vez, que vale a pena lutar. É com a luta que os trabalhadores e os povos resistem e derrotam as ofensivas contra os seus direitos e é com a luta que abrem horizontes de esperança.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e de Deputados do PS.

Nos últimos dois anos e meio, no quadro de uma nova correlação de forças na Assembleia da República, com o contributo decisivo do PCP, foram adotadas medidas de defesa, reposição e conquista de direitos e rendimentos, medidas que, dando resposta a problemas urgentes dos trabalhadores e do povo, estão, contudo, aquém daquilo que seria necessário e possível. E, se não se vai mais longe na resolução dos problemas dos trabalhadores, do povo e do país, isso deve-se às opções do PS e do seu Governo, que, em convergência com o PSD e o CDS, mantêm o seu compromisso com os interesses do grande capital e a sua submissão às imposições do euro e da União Europeia.

O que se impõe é a mobilização dos recursos orçamentais disponíveis não para a redução acelerada do défice e da dívida, mas sim para dar resposta aos problemas das pessoas, investindo nos serviços públicos, no Serviço Nacional de Saúde (SNS) e na escola pública, na proteção social, nos transportes públicos, na floresta e no mundo rural, na cultura, na ciência e na investigação, na segurança e na justiça.

Portugal e os portugueses não estão condenados a uma perpétua submissão às orientações e imposições do euro e da União Europeia e aos interesses do grande capital. Os avanços alcançados nos últimos dois anos e meio não são o ponto de chegada, são o ponto de partida de novas lutas para conquistar novos avanços, são o ponto de partida para a afirmação e a construção de uma política alternativa, patriótica e de esquerda.

Há 44 anos, o povo português saiu à rua e, superando todas as dificuldades e todos os obstáculos, empreendeu a construção de uma sociedade mais livre, mais justa e mais fraterna. A melhor forma de

hoje comemorarmos a Revolução de Abril e a ousadia de um povo que soube transformar um sonho em realidade é projetando os valores e as conquistas dessa Revolução no presente e no futuro de Portugal.

Viva o 25 de Abril!

Vozes do PCP e de Os Verdes: — Viva!

Aplausos do PCP, de Os Verdes e de Deputados do PS e do BE.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Rita Bessa.

A Sr.ª **Ana Rita Bessa** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Constitucional e dos demais Tribunais Superiores, Altas Autoridades Civis, Militares e das Forças de Segurança, Sr. Núncio Apostólico, Excelência Reverendíssima, Sr. Cardeal-Patriarca de Lisboa, Eminência Reverendíssima, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Ilustres Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

Evocamos hoje o dia 25 de Abril de 1974, sobre o qual passaram 44 anos.

Perdoem-me a nota pessoal, mas tenho de o fazer neste momento. Também eu tenho 44 anos. Cresci mesmo aqui, em frente ao Parlamento, em casa dos meus avós. Brinquei e corri pelos recortes da relva que circundam São Bento. Subi e desci muitas vezes a escadaria branca que quase alcança a bandeira, umas vezes curiosa — o que aconteceria dentro daquelas enormes portas? —, outras a pedir a mão e o olhar atento do meu avô.

Acredito que, nesses passeios com o meu avô, a sua intenção era, deliberadamente, a de fazer-me apropriar deste espaço. Homem de esquerda convicto, que sofreu com a família as agruras destinadas a quem era do contra, ao trazer-me a brincar nos relvados estava a familiarizar-me com a democracia, estava a inscrever em mim a sede pela liberdade recentemente conquistada. Tantos anos passados, encontro-me agora do lado de cá da enorme porta, dentro e parte desta Casa, e acredito que foi essa sede de liberdade, então semeada, que me guiou.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República: No dia 25 de Abril de 2018, integro uma geração que só conhece o seu país em liberdade e que é por isso agradecida, mas uma geração que ainda viveu os estertores dolorosos de uma violência revolucionária que quase extinguiu o Estado de direito que então se pretendia edificar. Por isso é tão verdade, como disse Miguel Torga, que hoje é dia de exaltar «a liberdade que devemos à generosidade de heróis que tivemos de combater logo no dia seguinte ao da generosidade».

Com lealdade, o CDS sempre afirmou não reconhecer autoridade aos que se assumem, de novo, hoje, proprietários do 25 de Abril.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

A democracia é nossa e deve ser de todos, dos que a construíram e de todos os que nela vivem, senão não se chama democracia.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Rita Bessa** (CDS-PP): — A liberdade não tem nem pode ter tutela. Por isso, não confiámos ao Estado da altura o papel de fazer surgir um homem novo, como não confiamos ainda hoje, porque é a liberdade que nos faz cidadãos e nos coloca como pessoas, com direitos e deveres, face ao poder político, seja em Portugal, seja na União Europeia, onde somos construtores de um projeto comum de coesão e solidariedade: um país que respeite a escolha de cada um e uma Europa que acolha a soberania de cada país. É por isso que rejeitar novos impostos europeus é, hoje, garantir a nossa soberania e a nossa liberdade.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Rita Bessa** (CDS-PP): — Garantir a nossa liberdade significa protegê-la.

Se a ganhámos a um regime autoritarista, temos hoje de a defender da tirania das boas intenções, que impede a escolha na educação e na saúde e faz das pessoas danos colaterais de uma ideologia, que proclama a defesa do Estado social mas depaupera os hospitais, não investe na escola pública e desvaloriza as forças de segurança, que sugere a apropriação da propriedade privada, ignorando que se trata de um direito constitucional, que questiona o fim da vida e, assim, o seu valor, em vez de garantir a todos os cuidados que dignificam cada um, que decide sobre a vida das pessoas sem pensar em todas as consequências, algumas até consideradas inconstitucionais.

Aplausos do CDS-PP.

Essa tirania das boas intenções, que resiste à iniciativa privada mesmo quando esta se conjuga e promove o interesse público, que anuncia que dá com uma mão e esconde que tira com a outra, que exige aos cidadãos obrigações mais severas que ao Estado, controlando em vez de confiar, é tirania porque impõe uma visão, inibe a escolha e desvaloriza o contraditório.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Rita Bessa** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro: No dia 25 de Abril de 2018, nos 44 anos do Estado democrático, temos a obrigação de lembrar os incêndios. Lembrá-los não apenas pela memória da tragédia, o que seria justo, lembrá-los não apenas pela homenagem aos mortos, o que seria correto, mas lembrá-los porque não podemos comemorar a democracia se esta não significar o mesmo para todos os portugueses.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Estado democrático falhou às pessoas que não soube proteger nem socorrer, às comunidades que ficaram sozinhas a combater os incêndios, às famílias que ficaram isoladas no centro do país. Democracia é dar garantias a todos, porque todos valemos o mesmo, vivamos numa cidade cosmopolita ou numa aldeia do interior. A nossa liberdade, como portugueses, só é verdadeira se o for para todos, se existir para todos. E a verdade é que, 44 anos depois, Abril falhou em junho e falhou em outubro.

Sr.as e Srs. Deputados: No dia 25 de Abril, reunimos de forma diferente de todos os outros dias neste Hemiciclo. Hoje, há uma evocação, um apelo a fazer sair do passado alguma coisa de novo, a atualizar o sentido «inteiro e limpo» na «substância do tempo», do nosso tempo: um tempo mais complexo e mais rápido; um tempo de opiniões leves e indignações vorazes; um tempo em que construímos, mas sabemo-nos vulneráveis; um tempo em que é essencial relembrar que a cada direito corresponde um dever e que a cada liberdade corresponde responsabilidade.

Hoje, 25 de Abril, dia em que se comemora um país que se abriu à participação política e aos partidos, acabando com a imposição de um partido único, devemos ter a consciência de que, pelo caminho, muito mudou.

Há cada vez menos participação política, mas há uma sociedade civil mais ativa. Nasceram novas formas de participação cívica que temos de saber reconhecer e valorizar. E, se temos cada vez menos certezas absolutas, menos manifestos ideológicos, temos cada vez mais uma mobilização e uma vontade de um novo tipo de intervenção à procura do seu lugar, uma vontade a que o país e o Parlamento não podem virar costas.

Aproveitar, desenvolver o Portugal de hoje não se consegue com respostas que nem sequer funcionaram no passado. O importante é atualizar o sentido «inteiro e limpo», não é repetir Abril, não é voltar para trás.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados: No dia 25 de Abril de 2018 é já tempo de encontrar o espaço de liberdade para confrontar e debater o melhor que desejamos para Portugal, sem a censura de qualquer bússola moralista, antiga ou moderna, sem a geometria enganadora do politicamente correto, com a maturidade de saber que conquistar a liberdade é reforçar a responsabilidade.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Rita Bessa** (CDS-PP): — Querer liberdade é assumir as suas consequências e a ética como um critério. Tem de ser esta sede de liberdade que nos guia, esta sede que nos ensina a procurar o bem comum a partir da dignidade de cada pessoa, esta sede de mais de 10 milhões de portugueses que representamos e servimos.

Pela liberdade, pelos portugueses, viva sempre Portugal!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Pires.

A Sr.ª **Isabel Pires** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Convidados:

Vemos, ouvimos e lemos. Não podemos ignorar hoje a erosão de direitos que acontece em plena Europa. Não há muito tempo, deputados catalães cantaram uma música que tanto nos diz, *Grândola, Vila Morena*, para vencer, por breves minutos, o muro de silêncio que a União Europeia levantou para lhes roubar a voz, enquanto legitima a agenda persecutória do Estado espanhol.

Que hoje, aqui, ao celebrar a liberdade e ao prestar homenagem aos milhares de homens e mulheres que foram presos políticos em Portugal, saibamos olhar o mundo com o peso da nossa História, da solidariedade e das palavras. Aqui ao lado, no país vizinho, há presos políticos. Falta uma solução política para a Catalunha. A monarquia espanhola está a esmagar as mais elementares garantias de um Estado de direito.

Nesta nossa «terra da fraternidade», sabemos que «o povo é quem mais ordena» e, por isso, daqui enviamos a nossa solidariedade para quem está, neste momento, preso por ter defendido o direito a decidir o seu futuro.

Aplausos do BE e do PAN.

Da mesma forma, se cá, em Portugal, «faz primavera», se lá, no Brasil, se sentem «doentes», se nos pedem «urgentemente algum cheirinho de alecrim», acedemos. Não será, certamente, pelo Tanto Mar entre os nossos países que trocaremos a indignação pelo silêncio ou a insubmissão de consciência pela conformação.

Nos assassinatos políticos das ruas brasileiras, lembramos que, em Portugal, a morte também saiu à rua em dias assim, que a bala também carrega o preconceito, o racismo, o machismo, a homofobia ou a transfobia. Mas as ideias são mais fortes do que as balas, do que o preconceito e do que a opressão. Podem matar um homem ou uma mulher, mas nunca as suas ideias.

Se os democratas brasileiros chamam por nós, resta-nos uma resposta: país de Abril, presente! Não vos viramos as costas e nenhum golpe antidemocrático passará sem a nossa denúncia.

Aplausos do BE e de Deputados do PS.

Sr. Presidente, cresci na democracia que despertou com estrondo numa madrugada de abril e que celebramos com o cravo vermelho que, com orgulho, trazemos ao peito. É dessa forma que quero saudar os capitães de Abril, que abriram as portas da Revolução, e quem nunca deixou de lutar pela nossa liberdade.

A democracia que recuperou a República construiu o Estado social, garantia da solidariedade e da igualdade que Abril idealizou.

Na geração dos filhos de Abril, "somos todos SNS". O Serviço Nacional de Saúde é dos maiores manifestos à liberdade e à igualdade da sociedade portuguesa: acolhe e trata da mesma forma ricos e pobres, empregados e desempregados, refugiados ou membros do Governo. Em pouco mais de quatro décadas, projetou o país de elevadas taxas de mortalidade infantil para os melhores indicadores da saúde mundial.

Por isso, queremos que a sua segurança, a sua filosofia solidária e o seu indiscutível modelo de sucesso sejam a regra nas áreas onde nos sentimos desprotegidos e desprotegidas e rejeitamos a caricatura que o

transforma num alçapão para negócios privados. Nasci num hospital público, estudei numa escola pública e licenciei-me numa universidade pública. São esses os ombros de gigante com que nos tornamos e conseguimos ir mais longe.

A minha geração não é ingrata, mas não cai na ingenuidade. Percebemos como, troica sim troica não, a ideia da Constituição de Abril da «construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno» vai sendo reinterpretada, alterada e mesmo atacada.

Sou filha da Revolução que consagrou a igualdade, mas, na minha geração, as mulheres ainda ganham menos 16,7% do que os homens — é como se trabalhássemos de graça, na prática, dois meses por ano —, o assédio sexual faz parte do quotidiano de todas as mulheres e meninas e, enquanto a violência doméstica é o crime que mais mata em Portugal, a justiça continua a faltar nas salas dos tribunais onde as hediondas sentenças nos insultam a todas.

Aplausos do BE e de Deputados do PS.

Na minha geração, ainda existe um racismo de que não se fala, mas que marca com brutalidade o quotidiano de quem não tem o privilégio branco.

Foi à minha geração que exigiram que pagasse para poder ir à universidade e que condenaram a uma vida precária, a que chamaram de flexibilidade. Insistem que somos a geração mais formada de sempre, mas a propaganda, como as boas intenções, nunca se vê no recibo de vencimento. Vendem-nos promessas de empreendedorismo em inglês, mas isso só se traduz em «conhecimento top», «salário *low-cost*», «precariedade *non-stop*».

O meu percurso foi o de milhares de outros jovens cujos sonhos foram aprisionados por um *call center*, onde a pressão e o abuso são a regra. Pedem-nos para "vestir a camisola" da empresa, mas rejeitam colocar o símbolo no contrato de trabalho. O patrão, esse, é sempre uma empresa de trabalho temporário que nos extorque parte do salário.

A globalização não trouxe as prometidas novas oportunidades. Diziam que era o caminho para novos direitos, uma cidadania global, uma democracia reforçada, diziam que essa globalização era a outra face da União Europeia, espaço de coesão e participação, mas era tudo *fake news*.

Não queremos e não quero um regresso ao passado, porque isso é a precariedade do presente. Não queremos e não quero um país fechado, porque para isso já basta a União Europeia. Quero um país aberto à Europa e ao mundo, que se solidariza com os povos e as suas lutas emancipatórias, que acolhe os que fogem da guerra, da fome e da miséria, que protege os seus dos achaques dos mercados financeiros e da predação e arrogância das multinacionais. Em suma, um país governado pela ideia da sua Constituição, a Constituição de Abril, e não pelas contas de uma folha de Excel, porque as contas que importa acertar atingem-se não pela lente dos tratados orçamentais, mas com uma economia que funcione para todos e não apenas para uns poucos.

Da educação à habitação, da justiça ao trabalho, tudo o que falta conquistar cabe-nos a nós colocar na agenda política. Caberá tudo isto num Orçamento? Não, mas certamente passa por ele. E será que agrada ao Eurogrupo? Provavelmente também não, mas Abril nunca rimou com Eurogrupo.

Aplausos do BE.

Não foi Abril que nos desiludiu, é a caricatura que dele quiseram fazer que rejeitamos. A geração dos filhos e das filhas de Abril reafirma os valores por que tantos neste país lutaram, fazendo da nossa luta a nossa homenagem.

Sabemos do caminho feito e sabemos do caminho a fazer. Sabemos que vivemos num país que, mesmo com todas as contradições, é outro e é melhor, porque somos devedores de Abril de 74 e de todas as lutas da emancipação. Essa dívida é a nossa responsabilidade de fazer melhor, de não fechar os olhos, de recusar a conformação com o que falta ou a naturalização dos recuos.

Somos daqui e somos do mundo. Crescemos na sombra da «flor do *partigiano*», com as «rosas» que floriram «na curva da estrada» deste país.

Viva o 25 de Abril!

Aplausos do BE, de Os Verdes, do PAN
e de Deputados do PS e do PCP.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do PS, tem a palavra a Sr.ª Deputada Elza Pais.

A Sr.ª **Elza Pais** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Altos Dignitários Civis e Militares, Capitães de Abril, Sr.as e Srs. Deputados, Portuguesas e Portugueses:

Celebrar Abril é celebrar a liberdade, aquela «madrugada» esperada, «o dia inicial inteiro e limpo» de que Sophia nos falava.

Celebrar Abril é celebrar a igualdade, esse nobre princípio constitucional, para que ninguém fique para trás e acabar com sofrimento humano causado por discriminações intoleráveis.

É celebrar a liberdade de mudar e de decidir e escolher os destinos do país.

É recordar vidas de luta e de resistência.

É recordar as mulheres que viveram pela liberdade, tantas vezes esquecidas pela História, mas que estiverem sempre lá, em momentos únicos e decisivos.

Aplausos do PS e de Deputados do BE.

Discursaram, aderiram a causas, correram riscos, foram condenadas, sofreram incompreensões, injúrias e agressões, mas lutaram sempre, sempre, pela emancipação, pela educação e pela liberdade.

Celebrar Abril é manter bem viva a memória e os legados de Carolina Beatriz Ângelo, a primeira mulher portuguesa, pioneira na Europa, a conquistar o direito ao voto.

É recordar Maria Lamas e *As Mulheres do meu País*.

É lembrar as três Marias e as *Novas Cartas Portuguesas*, censuradas por terem conteúdos atentatórios da moral pública e só não jugadas porque Abril aconteceu.

É manter bem viva a memória de Maria Barroso e esses momentos em que, através da poesia dita, exercia «a denúncia e a participação».

Aplausos do PS, de Deputados do BE e da Deputada do PSD Teresa Leal Coelho.

Os sacrifícios destas mulheres não, não foram em vão! Não consigo imaginar o que seria querer o divórcio e não o conseguir, querer sair do país e ter de pedir autorização ao marido, querer ser magistrada ou diplomata e ser impedida pelo Estado. Não, não consigo imaginar o mundo que amordaçou as nossas mães e as fez viver debaixo da tutela do Estado e do marido, sem direitos e sem liberdade.

Hoje, o que nos faz falar, uma e outra vez, nesta data não é haver nada de novo para dizer, é, sim, haver gente nova a quem o dizer. É importante que as jovens e os jovens saibam o que andámos para aqui chegar, saibam as batalhas duras, de resistência, das nossas mães e dos nossos pais, em que, muitas vezes, se jogava tudo ou nada.

Celebrar Abril é homenagear os capitães de Abril, de Salgueiro Maia a Vasco Lourenço, que saúdo, por terem feito o sonho acontecer.

Aplausos do PS e de Deputados do BE.

E é em nome do meu partido, em nome das mulheres e dos homens do meu Grupo Parlamentar, das socialistas e dos socialistas portugueses que urge, hoje e sempre, dizer-vos: obrigada, obrigada, obrigada!

Aplausos do PS.

Sr.as e Srs. Deputados: Nasci na ditadura, mas tornei-me mulher em liberdade. Foi em Abril que aprendi o significado dos valores e da ética, a riqueza da diversidade e das opções políticas que nos oprimem ou nos libertam.

Ao longo da minha vida, aprendi o valor da liberdade e o preço da não subjugação, aprendi a fazer pontes e convergências, aprendi que as oportunidades no feminino são bem mais escassas que no masculino e aprendi o doloroso preço da sua conquista.

Foi há pouco mais de 10 anos que garantimos que nenhuma mulher seria presa quando decidisse, em liberdade, interromper uma gravidez não desejada.

Foi recentemente, já com esta composição parlamentar, que impedimos o retrocesso dessa lei libertadora, que garantimos que todas as mulheres, sem qualquer restrição, tivessem acesso à procriação medicamente assistida e que garantimos igual dignidade legal à heteroparentalidade e à homoparentalidade.

Aplausos do PS e do BE.

Foi agora, neste ano, em Abril, que aprovámos, nesta Casa, com convergências diversas de vontades, leis civilizacionais contra o sofrimento humano e leis que irão quebrar o teto de vidro que impede as mulheres de chegarem aos lugares de topo, aos lugares de poder, onde, afinal e realmente, se decide.

As mulheres são pioneiras na ciência e na matemática, são artistas, escritoras e cineastas e não precisam de favores, como disse o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, António Guterres; precisam, sim, que os seus direitos sejam cumpridos.

Sr.as e Srs. Deputados: Hoje, os portugueses e as portuguesas encontram no Governo do seu país uma inquestionável vontade de corrigir as desigualdades e de recuperar a esperança, um caminho de crescimento e confiança e de convergência com a Europa.

Assistimos, hoje, à maior criação de emprego dos últimos 19 anos. As famílias viram os seus rendimentos crescer nos dois últimos anos. Há hoje menos 80 000 pessoas em situação de pobreza. Vivemos uma nova realidade porque decidimos pôr fim à austeridade. As nossas crianças e os nossos jovens abandonam hoje menos a escola e o acesso ao ensino superior está, hoje, mais democratizado.

Sou mãe de um jovem arquiteto, uma profissão que emergiu em Abril e que foi gravemente afetada pela crise. Os seus amigos, o João, da Guarda, a Maria, de Caminha, o Luís, de Mirandela, e a Filipa, de S. Miguel, foram forçados a emigrar, mas todos e todas resistiram, e ele próprio resistiu, porque ama o nosso sol, ama o nosso mar e a aldeia, em Mangualde, onde ainda vive a sua avó, com 95 anos.

Portugal tem hoje mais condições para projetar realidades novas do conhecimento, da ciência, dos direitos e da cidadania para influenciar o mundo. Portugal foi e pode ser uma força de esperança e de futuro.

Sr.as e Srs. Deputados: Cumprir a democracia e viver a liberdade é ouvir as pessoas, estar com elas, construir proximidades, ouvir os seus silêncios e criar, como dizia Maria de Lourdes Pintasilgo, uma ação política transformadora.

Cumprir a democracia e viver a liberdade é evitar fraturas e conflitualidades entre jovens e idosos, entre empregados e empregadores, entre patrões e trabalhadores, entre o interior, de onde eu sou, e o litoral.

Cumprir a democracia e viver a liberdade é não deixar mais que nenhuma mulher seja agredida ou assassinada numa relação de intimidade.

Celebrar Abril é habitar a «substância» de um «tempo novo» que todos integre e ninguém exclua e ver «mais longe e mais fundo», como dizia o poeta.

A política não serve para justificar inevitabilidades, serve para abrir caminhos, para fazer as pessoas mais felizes, e por isso a escolhi como ação transformadora.

É este o valor de Abril que temos, todos os dias, de cumprir.

Viva Abril!

Viva a Liberdade!

Viva a Igualdade!

Aplausos do PS, do PAN e de Deputados do BE.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra a Sr.ª Deputada Margarida Balseiro Lopes.

A Sr.ª **Margarida Balseiro Lopes** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Ilustres Deputadas e Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal de Justiça e dos demais Tribunais Superiores, Antigos Presidentes da República e da Assembleia da República, demais Autoridades Civis, Académicas e Militares, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Comemorar o Aniversário do 25 de Abril é uma responsabilidade e um orgulho para a Assembleia da República, e fazê-lo não é nem pode ser o mero cumprimento de um dever, uma formalidade sem significado.

Comemorar o 25 de Abril é prestar homenagem a todos aqueles que lutaram e resistiram a um regime ditatorial e que, naquele dia, em nome do povo português, libertaram o povo, para devolver ao povo a condução dos seus destinos.

Aplausos do PSD.

É também tempo de agradecer aos militares que lutaram na Guerra Colonial, independentemente de concordarem ou não com a política ultramarina. Aos muitos que pereceram e aos que sobreviveram agradecemos. Agradecemos, especialmente, aos que quebraram o ciclo da guerra colonial, dando esperança à criança que dizia: «Quando for grande, não vou combater!»

Comemorar este Aniversário é honrar o regime democrático em que vivemos, fundado nas Revoluções de Abril de 74 e de Novembro de 75. Provámos que a liberdade é mais forte do que o medo.

Vivemos num regime democrático que se concretizou com a aprovação da Constituição de 76 e se consolidou com a revisão constitucional de 82.

Honrar este regime é afirmar que Portugal é uma República que reconhece o primado à dignidade da pessoa humana, que Portugal é um Estado onde o respeito e a garantia dos direitos e liberdades fundamentais não são negociáveis.

Quarenta e quatro anos depois, importa perguntar: o que conseguimos e o que está por fazer? E conseguimos tanto!

Nas últimas décadas, 21 governos foram cumprindo os desígnios constitucionais de garantir um Estado social com saúde, educação e igualdade de oportunidades para todas as pessoas, procurando que Portugal seja cada vez mais um país onde não importa quem somos, quem são os nossos pais, de onde viemos, no que acreditamos, quem amamos.

As novas gerações olham, por isso, com gratidão para o que as gerações que nos precederam nos deram: a elas, a muitos de vós, se deve o sistema educativo, o Serviço Nacional de Saúde e a independência da justiça como existem e tantas outras conquistas nas mais diversas áreas da governação.

Nós, os mais novos, temos tido, desde que nascemos, acesso a oportunidades com que as gerações anteriores apenas puderam sonhar. Somos, por isso, o produto de um Portugal sonhado.

O facto de a minha geração ter nascido e sempre ter vivido em liberdade não significa que prescinda de defender essa liberdade ou que esqueça que o nosso país nem sempre a teve. Porque a liberdade funda-se num dia, mas não se constrói numa noite, recupera-se numa data, mas conquista-se todos os dias e tem de ser conquistada e reconquistada e reconquistada todos os dias.

Aplausos do PSD e de Deputados do PS e do CDS-PP.

Uma liberdade que é minha, que é tua, que é nossa.

É do Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, que eu aqui cumprimento, e que pôde ver o seu partido sair da clandestinidade e entrar num Parlamento eleito pelo povo.

É da Sr.ª Deputada Catarina Martins, que eu aqui cumprimento, e que nunca teve de encenar uma peça censurada a "lápis azul".

É do Sr. Deputado Carlos César, que eu aqui cumprimento, e do Partido Socialista, que nesse dia pôde ver os seus fundadores regressar a casa.

É da Sr.ª Deputada Assunção Cristas, que eu aqui cumprimento, e que pôde ser mãe de família e ter uma vida profissional de sucesso também por causa desse dia.

E é do meu partido, do Partido Social Democrata, que, fundado no dealbar da democracia, nunca mais largou o sonho de reformar Portugal, para melhor, para amanhã, para futuro.

Aplausos do PSD

É do Dr. Rui Rio, que aqui cumprimento, e que pôde ser dirigente estudantil em liberdade também por causa desse dia.

É de todas as mulheres, a quem aqui presto os meus cumprimentos, para quem Abril significou um passo largo na direção da igualdade entre homens e mulheres através da efetivação do direito ao voto ou à liberdade de movimentos, entre muitas outras conquistas.

Há muito por fazer e o povo português espera e reclama de cada responsável político que se faça mais, que se faça melhor.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República: A política portuguesa tem-se fragmentado cada vez mais, numa repetição de divisões entre o nós e o eles. Nós, os políticos, e eles, o povo; ou nós, o povo, e eles, os políticos; nós, os jovens, e eles, os mais velhos; os da capital e os do resto do país; os do interior e os do litoral; os da cidade e os do campo; os da Madeira ou dos Açores e os do Continente; os do nosso partido e os dos outros partidos.

A política e a democracia não podem continuar a alimentar estas divisões. A atividade parlamentar não é um campeonato onde os nossos ganham ou perdem e as vitórias de uns são as derrotas de outros.

Aplausos do PSD e de Deputados do PS.

A atividade parlamentar tem de exigir que as pessoas ganhem, que o país ganhe, porque, demasiadas vezes, para que os partidos ganhem, são as pessoas que perdem. E digo sem rodeios: há assuntos em que não ouvimos suficientemente o que o povo reclama.

É talvez o mais central desses assuntos o combate à corrupção e a defesa do Estado e do erário público da captura por interesses particulares.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Margarida Balseiro Lopes** (PSD): — Temos de ter a coragem para reformar o sistema político, introduzindo transparência para que sejam conhecidos todos os interesses em causa em todas as decisões tomadas pelos poderes públicos. A transparência tem de ser a regra do funcionamento democrático, e importa recordar que o exemplo vem de cima.

A opacidade só serve os prevaricadores, os menos sérios, os corruptos, debaixo de um manto que os encobre, a generalização: «são todos iguais.»

Mas não, não são todos iguais. Não somos todos iguais.

Devemos, por isso, garantir, em geral, que qualquer pessoa deve ter o direito a saber quem, quando, como e porquê os poderes públicos decidem o que decidem, quanto nos custa hoje e quanto nos custará amanhã.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, e o que está por fazer?

Um Portugal por fazer na educação. Mais de 30 anos após a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo, importa refletir sobre a educação do futuro que queremos.

Um Portugal por fazer na saúde, com o Serviço Nacional de Saúde a assinalar 40 anos em 2019. Temos de garantir, sem exceção, a cobertura universal dos cuidados de saúde em tempo razoável e com recursos suficientes, independentemente da condição económica, geográfica ou etária.

Um Portugal por fazer na cultura. Não é aceitável que a cultura seja o parente pobre da governação. A cultura não tem esquerda nem direita, deve ser livre e não programada politicamente.

Aplausos do PSD e de Deputados do CDS-PP.

Um Portugal por fazer na coesão territorial, porque o Portugal a construir tem de ser um país inteiro e não um país dividido — dividido entre quem vive nas grandes áreas metropolitanas ou no resto do país. E hoje não nos esquecemos daqueles que não celebram connosco o 25 de Abril de 2018 porque perderam a vida ou perderam os seus familiares em 2017.

Um Portugal por fazer no emprego e no combate à precariedade, num país dividido, onde para defender os direitos adquiridos de uns se sacrificam os direitos básicos de outros. A todos os que trabalham devem ser garantidos os mesmos direitos.

Aplausos do PSD.

Um Portugal por fazer na segurança social, porque um país que propositadamente esquece as novas gerações é, necessariamente, um país por construir.

Um Portugal por fazer para os jovens, por um país que aproveita a força, a criatividade, a energia, a imaginação e a iniciativa dos seus jovens e a quem são dadas condições e oportunidades para que possam provar que são capazes, que fazem coisas novas e que as fazem bem. Muitos se lamentam que para os jovens tudo é urgente, mas neste caso é-o, de facto. O Portugal por fazer não pode esperar.

Um Portugal por fazer na solidariedade intergeracional, porque, numa mão, a inovação tecnológica não pode produzir novos excluídos nas gerações mais velhas, que perdem acesso aos serviços e direitos fundamentais quando eles são mediados eletronicamente, e porque, na outra mão, o endividamento limita a liberdade de escolha das novas gerações. Não se pode aceitar um fardo tão pesado para as novas gerações.

Um Portugal por fazer na inclusão. Todos, nesta sessão, somos responsáveis por aquelas pessoas a quem não são plenamente reconhecidos ou garantidos os seus direitos fundamentais: a pobreza, o género, a etnia, a raça, a nacionalidade, a ascendência, a fé, a orientação sexual ou a convicção política.

Temos de garantir a igualdade de oportunidades e a inclusão de todos quantos cá vivem, eliminar todos os fatores de discriminação e intolerância, todos os grilhões que aprisionam a liberdade.

A geração que sonhou e concretizou as Revoluções de 74 e de 75 conseguiu que nós, os seus filhos, vivêssemos no Portugal sonhado.

Nasci no ano em que caiu o Muro de Berlim, e o povo português merece que nós, os seus representantes, sejamos capazes de realizar este Portugal por fazer, de derrubar os muros da injustiça e da desigualdade injustificadas.

E a todos os que nos ouvem hoje, aqui, no Parlamento, em qualquer canto ou recanto de Portugal, pela televisão, pela rádio ou pelas redes sociais, a todos os portugueses que nos ouvem espalhados pelo mundo, em qualquer metrópole ou isolados da civilização em qualquer dos continentes: cada um de

nós tem a sua história, que é singular, mas o nosso destino é coletivo, é partilhado, é voltar a sonhar e fazer um Portugal para as próximas gerações.

A força do nosso país não se mede pela força das suas armas, mas pela convicção dos nossos ideais; não se mede pela força dos mais poderosos, mas pela esperança e pelo sonho de cumprir Portugal.

Como escreveu Torga: «Livre não sou, que nem a própria vida / Mo consente / Mas a minha aguerrida teimosia / É quebrar dia a dia / Um grilhão da corrente / Livre não sou, mas quero a liberdade / Trago-a dentro de mim como um destino.»

Viva Portugal!

Aplausos do PSD, de pé, do CDS-PP e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Presidentes do Tribunal de Contas e do Supremo Tribunal Administrativo, Srs. Antigos Presidentes da República e senhoras, Sr.as e Srs. Ministros, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Sr. Presidente do Partido Social Democrata, Sr.ª e Srs. Vice-Presidentes da Assembleia da República e Presidentes dos Grupos Parlamentares, Sr.ª Procuradora-Geral da República, Sr.ª Provedora de Justiça, Srs. Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, Srs. Presidente e Vice-Presidente das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional da Madeira, Srs. Antigos Presidentes da Assembleia da República e Primeiros-Ministros, Srs. Conselheiros de Estado, Sr.as e Srs. Secretários de Estado, Srs. Chefes do Estado-Maior dos três ramos das Forças Armadas, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Deputados ao Parlamento Europeu, Sr. Núncio Apostólico, Decano do Corpo Diplomático, Membros do Corpo Diplomático, demais autoridades civis e militares, Sr. Cardeal-Patriarca de Lisboa, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Presidente e Membros da Direção da Associação 25 de Abril, Ilustres Convidadas e Convidados, Excelências,

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

A sessão solene do dia 25 de abril é sempre especial para a democracia portuguesa, mas a de este ano é ainda mais especial, porque neste ano a Constituição da República aprovada em 1976 ultrapassa em longevidade a Constituição de má memória de 1933.

Aplausos do PS, do BE e do PCP.

Uma prova de maturidade do nosso regime democrático, consolidado pela luta do nosso povo e nascido da coragem liderante dos capitães do Movimento das Forças Armadas. Aqui deixo, pois, uma merecida saudação aos capitães de Abril e à Associação 25 de Abril, na pessoa do coronel Vasco Lourenço, cuja presença muito nos honra.

Aplausos do PS, do BE e de Deputados do PSD.

Éramos todos muito jovens e ainda aqui estamos, 44 anos depois, sempre prontos para os combates da democracia.

As Forças Armadas portuguesas são um pilar da identidade nacional. Há 44 anos, souberam, uma vez mais, interpretar o interesse nacional, derrubando a ditadura e abrindo caminho ao país que hoje somos: um Portugal democrático, solidário e aberto à Europa e ao Mundo.

Há 44 anos, a sociedade portuguesa confrontou-se consigo mesma.

Ter feito parte de uma Revolução, com os seus triunfos, erros, excessos e contradições, é um extraordinário momento das nossas vidas. Tempos inesquecíveis. Não deitámos o lixo para debaixo do tapete nem deixámos esqueletos no armário ou fantasmas no sótão.

Aplausos do PS.

Dessa fase revolucionária nasceu uma sociedade mais democrática, mais justa e mais coesa, que hoje celebra, um pouco por todo o país, esta festa popular, esta festa nacional que é o 25 de Abril.

A coesão nacional e a língua, o ambiente de segurança, o clima de confiança e a estabilidade democrática são hoje inegáveis vantagens comparativas de Portugal. Algumas dessas vantagens são estruturais, outras, como a recuperação da confiança, são mérito de responsáveis políticos.

Permitam-me aqui, a este propósito, que destaque o papel que tem sido desempenhado pelo Sr. Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. Digo-o aqui, ao seu lado, e digo-o por todo o lado e onde for preciso: tem uma importante quota-parte nos méritos dos resultados de Portugal nos últimos anos e uma relação exemplar com a Assembleia da República e com os outros órgãos de soberania.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente da República, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Portugal tem desafios estratégicos próprios que vão além do tempo das legislaturas e que devem ser abraçados desde já, com o maior consenso possível.

Os compromissos estratégicos em nada prejudicam as divergências programáticas existentes. Pelo contrário, quem está seguro dos pontos de divergência está também em melhores condições para se entender naquilo que ultrapassa as grandes orientações diferentes de política económica e social.

A democracia tem necessários momentos de compromisso e não dispensa o confronto das alternativas. Julgo, até, que a saúde do nosso sistema partidário assenta, justamente, nessa capacidade de gerar alternativas claras. Quarenta e quatro anos depois, o regime democrático português mostra que tem sempre soluções, mesmo nas condições mais difíceis.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, Excelências, em 2019, o 25 de Abril faz 45 anos. Caminhamos a passos largos para meio século de democracia. É um momento oportuno para um exercício coletivo de memória e para uma mobilização democrática com sentido de futuro.

A Assembleia da República, dentro dos seus recursos próprios, estará na linha da frente desse exercício.

Porque entendemos, fiéis ao inconformismo de Abril, que o projeto da liberdade, da democracia e da solidariedade é sempre um projeto inacabado.

Porque sabemos que não há melhor regime do que a democracia, e porque acreditamos que o melhor da democracia ainda está para vir.

Aplausos do PS e de Deputados do PSD e do CDS-PP.

Abril anunciou-se com três dd: democratizar, descolonizar, desenvolver.

A descolonização foi durante muito tempo quase matéria tabu e a experiência colonial objeto de recriações fantasiosas.

Finalmente, com a nova geração de Abril, surgiu um olhar crítico sobre esse passado colonial, hoje presente nas artes plásticas, no cinema ou nas ciências sociais.

O desafio agora é trazer essa discussão para um outro patamar, capaz de fomentar no espaço público uma cultura histórica, democrática e cosmopolita.

Pela nossa parte, Assembleia da República, não deixaremos de contribuir para a promoção dessa cultura histórica.

O colonialismo é um tema que não será esquecido no próximo ano, em que se assinalam os 150 anos da abolição da escravatura em todo o império português.

Faremos o mesmo exercício de memória em relação aos outros dois dd: democratizar e desenvolver.

Desenvolvimento — ao longo destes 45 anos muitos direitos políticos, económicos, sociais e culturais passaram do texto constitucional para a vida quotidiana dos portugueses. É impressionante o caminho feito. Portugal desenvolveu-se bastante nestes 44 anos.

Vivemos agora, em 2018, um novo ambiente político, económico e social, depois de um período muito complexo, com profundos impactos na pobreza e na exclusão social.

Quando penso nesse período, não deixo de me admirar com a força das nossas instituições e com o papel notável que o sindicalismo e os contrapesos constitucionais desempenharam.

Estamos hoje, felizmente, perante indicadores que nos animam, e não me refiro apenas a indicadores macroeconómicos e financeiros, porventura mais conhecidos de todos.

Portugal atingiu o nível de desigualdade mais baixo de sempre e, no entanto, somos ainda um dos países com mais desigualdade na União Europeia.

O risco de pobreza baixou, e baixou em especial entre as famílias com crianças, um grupo sempre vulnerável e particularmente atingido pela crise e, no entanto, somos ainda dos países com mais pobreza na União Europeia.

Um país marcado por níveis elevados de pobreza e desigualdade é um país com contas menos equilibradas e com menos potencial de crescimento, para além de, evidentemente, ser um país injusto.

Se damos tanta visibilidade às entidades dedicadas à avaliação dos défices económicos, por que razão não havemos de ouvir com a mesma atenção o que nos dizem aqueles que se dedicam aos défices sociais?

A Revolução de Abril é herdeira dos valores da liberdade, igualdade e fraternidade. Somos uma sociedade solidária, como poucas. As liberdades cívicas têm avançado como em poucos países, mas temos de reconhecer que, no capítulo da igualdade, ainda temos um longo caminho a percorrer.

E aqui entra o d da democracia.

O sistema político português compara bem, em termos de desempenho, com outros sistemas democráticos.

Por exemplo, o caminho para a paridade entre homens e mulheres nas instituições ainda não está completo, mas tem sido muito importante, como, aliás, pudemos testemunhar hoje mesmo, neste Hemiciclo. E ainda bem que assim é, porque o 25 de Abril também foi feito pelas mulheres e para as mulheres.

Aplausos do PS, do BE e de Deputados do PSD.

Mas é, de facto, muito ao nível das desigualdades económicas e sociais que o desempenho democrático tem de melhorar.

Ainda no último Eurobarómetro víamos que 96% dos portugueses consideram excessivas as diferenças de rendimentos no nosso país.

Nesse sentido, além das prestações sociais, da fiscalidade, dos serviços públicos, nomeadamente do nosso grande Serviço Nacional de Saúde, além disso, temos porventura de atuar a montante, na pré-distribuição, nas condições de representação e de negociação do mundo do trabalho perante as transformações laborais, tecnológicas e globais que atravessamos.

Seria, no entanto, redutor resumir algum desencanto democrático global a uma explicação meramente económica e social.

Não ignoremos o caráter autónomo da política nem respondamos ao regresso da política com *marketing* e tecnocracia.

Sobretudo, não respondamos à desconfiança sobre as instituições democráticas com lógicas que só servem para diminuir a atividade política aos olhos dos cidadãos.

Aplausos do PS e de Deputados do PSD e do CDS-PP.

A resposta está na questão social e estará também na renovação democrática das instituições.

Nenhum preconceito, nenhuma ideia feita, nenhuma mentira devem ficar sem a resposta dos democratas. São desejáveis as críticas e até admissíveis os ataques políticos, mesmo ao Parlamento e aos Deputados, mas não são aceitáveis ataques de caráter, qualquer que seja o alvo, de qualquer grupo parlamentar ou de qualquer partido político.

Aplausos do PS, do PSD, do CDS-PP e de Deputados do PCP.

Enquanto for Presidente da Assembleia da República, os ataques injustos terão sempre resposta e as críticas corretas serão sempre impulso para a mudança.

É a pensar no futuro da democracia e nas novas gerações que estamos a desenvolver aqui em frente, na Casa Amarela da Assembleia da República, o projeto do centro interpretativo, uma homenagem ao constitucionalismo e à democracia, que esperamos inaugurar em 2019, assinalando, assim, da melhor maneira, os 45 anos do 25 de abril.

Pergunto-me também se a Assembleia da República não deveria dar um sinal mais forte no sentido do reforço das oportunidades de participação política. Temos pouca gente a participar muito e muita gente a participar pouco.

Devemos avaliar seriamente a possibilidade de alargamento do âmbito da limitação dos mandatos e das acumulações de cargos e ponderar incentivos eficazes à dedicação exclusiva no Parlamento.

É tempo de fazermos essa reflexão, de ouvirmos a sociedade civil, para que, na próxima Legislatura se possa decidir com segurança.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, não quero terminar sem antes voltar a saudar, com emoção, o Sr. Presidente da República, o Sr. Primeiro-Ministro, os Membros do Governo, os líderes dos partidos políticos e das direções parlamentares, os Deputados, os Funcionários, os Jornalistas e os convidados aqui presentes.

A todos, digo: Viva o 25 de Abril! Viva a Democracia! Viva Portugal!

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente da República vai agora dirigir uma mensagem à Assembleia da República.

Tem a palavra, Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República** (Marcelo Rebelo de Sousa): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Srs. Antigos Presidentes da República, Presidente da Assembleia da República e Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Embaixadores, Srs. Capitães de Abril, Sr.as e Srs. Deputados, Digníssimos Convidados, Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Quarenta e quatro anos passaram sobre a data primeira da democracia que hoje somos, e por muito repetitivo que a alguns pareça, ou porque resistem ao que mudou ou porque nunca conheceram o que era antes ou porque anseiam para além do que vivem, cumpre assinalar e agradecer.

Assinalar que, sem o 25 de Abril de 1974, teria sido mais longo, mais sofrido e mais complexo o estertor da ditadura e, sobretudo, o compasso de espera pela liberdade e pela democracia.

Agradecer uma, dez, vinte, trinta, quarenta, quarenta e quatro vezes e todas as que se sigam no futuro aos capitães de Abril, que deram o passo sem o qual a devotada luta de tantas décadas continuaria um sonho adiado.

Aplausos gerais.

Para os capitães de Abril aqui presentes e para todos quantos já partiram, mas que continuam no nosso pensamento, a certeza de que não esquecemos, não omitimos, não apagamos.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, não há ainda 20 dias, em La Lys, homenageámos os nossos heróis mortos em combate a poucos meses do termo da Grande Guerra e, em novembro, estaremos novamente no desfile da vitória em Paris, evocando os milhares de portugueses que serviram a Pátria em condições dramáticas na Europa, em África, em terra, no mar e no ar, 100 anos já decorridos, tempo mais do que suficiente para recordarmos o passado e retirarmos ilações para o presente e para o futuro. Recordarmos o passado, a cruenta divisão da Europa, os intensos e mesmo dramáticos debates nacionais acerca do envolvimento na guerra, o chamado «Governo de União Sagrada», a inesquecível ida do Presidente Bernardino Machado ao Corpo Expedicionário Português na frente de batalha e aos nossos aliados no desafio comum, a muito acidentada preparação e difícil resistência das nossas Forças Armadas, confrontadas com situações chocantemente adversas, o sonhado papel legitimador, interno e externo, da presença militar portuguesa para a República nascente, englobando a defesa das colónias e, sobretudo, o direito a participar no momento da vitória, com as inerentes consequências políticas.

Em simultâneo, e em contraponto, o agravamento da situação económica e social, interna e externa, e a corrosão do sistema político durante os anos de guerra, os apelos autoritários vindos da burguesia possidente e conservadora e de correntes políticas e religiosas em confronto com o poder republicano, mas também, e, sobretudo, após La Lys, setores militares, a Presidência de Sidónio Pais, o 18 de abril de 1925, o caminho pontuado de debilidades políticas, de escândalos económicos e de repressões sociais para a ditadura militar de 1926, depois projetada na Constituição de 1933.

Claro que a História ultrapassa largamente este sumariar de um período de anos de guerra, que se prolongaram por muitos mais, e qualquer paralelo com o que viria a ser Portugal nos anos 60 e 70, ou nos anos 80 e 90, ou neste século XXI é obviamente passível de justos e incisivos reparos.

Ainda assim, seja-me permitido sublinhar alguns traços que poderão suscitar reflexões para outras épocas e nelas o presente e o futuro de Portugal.

Primeira reflexão: a Europa perdeu sempre ao dividir-se e ganhou, por pouco que fosse, ao unir-se ou, pelo menos, ao ensaiar convergências, ao prevenir a guerra e sedimentar a paz, sendo que o percurso para essas convergências, para essa paz foi e é necessariamente exigente, moroso, ainda quanto desafiante, e nunca deva esquecer o mais importante, os europeus, em nome dos quais se constrói a Europa.

Segunda reflexão: as Forças Armadas portuguesas constituem um fator nuclear de identidade nacional, nos tempos de bonança como nos de provação, tão forte que há 100 anos os agravos que sofreram aceleraram o fim da I República, mesmo se tornaram impossível o regresso a um regime monárquico, tão forte hoje que se configura como indissociável da democracia.

Por isso mesmo, a instituição militar, algumas vezes apressada e erroneamente vista por alguns como reminiscência do passado e não como garantia do presente e aposta no futuro, mantém, para não dizer que reganha, centralidade quando se reforça a democracia ou mais amplamente se constrói a unidade nacional. Afirmá-lo sempre é imperativo, agir em conformidade é-o ainda mais.

Terceira reflexão: a capacidade de renovação do sistema político e de resposta dos sistemas sociais de antecipação de desafios, de prevenção de erros ou omissões, de permanente proximidade dos

cidadãos e dos seus problemas é essencial para evitar fenómenos de lassidão, de contestação inorgânica e antissistémica e de ceticismo contra os partidos e os parceiros económicos e sociais, isto sendo certo que numa democracia viva, os mais decisivos dos políticos são e devem ser os cidadãos.

Não o minimizemos! Os vazios que venham a ser deixados pelos protagonistas institucionais alimentarão tentações perigosas de apelos populistas e até de ilusões sebastianistas, messiânicas ou providencialistas.

Ora, mesmo que esses apelos e ilusões acreditem que o poder forte sonhado, seja ele de uma pessoa, de um partido, de um grupo económico, de um parceiro social, de uma instituição pública ou privada, é compatível com a democracia, certo é que a deriva resultante seria sempre não democrática.

A democracia supõe um equilíbrio de poderes, feito de pesos e de contrapesos. É esse equilíbrio que permite, mesmo nas democracias mais antigas, moderar tropismos para lideranças populistas na forma ou no conteúdo.

No dia em que se rompesse o equilíbrio de poderes, a que a nossa Constituição chama separação e interdependência de poderes, estaríamos a entrar em terreno perigosíssimo, propício ao deslumbramento, ao autoconvencimento, à arrogância, ao atropelo da própria Constituição, das leis e dos direitos das pessoas.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Felizmente, 100 anos depois, vivemos já o suficiente, entre a década de 20 do século passado e o começo deste século, para sabermos o que reforça a nossa unidade nacional, nomeadamente o papel estruturante das Forças Armadas, a necessidade de constante renovação do sistema político, a criação sustentada de condições de crescimento e de emprego, a aguda perceção da realidade social e, nela, da pobreza, do seu risco e das desigualdades pessoais e territoriais, o eficiente combate à corrupção nas pessoas e nas instituições, a sistemática prevenção dos messianismos de um ou de alguns alegadamente para salvação dos outros.

Por isso, não confundimos o patriotismo, de que nos orgulhamos, com hipernacionalismos claustrófobos, xenófobos, que nos envergonhariam, nem confundimos o prestígio ou a popularidade mais ou menos conjuntural de um ou mais titulares do poder com endeusamento ou vocação salvífica.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Lembramo-nos bem como, há 100 anos, uma situação política, económica, social e cultural mal resolvida desembocou em décadas que prometiam o que, mais tarde, além de sacrificarem direitos e liberdades inalienáveis, se viu não poderem cumprir: o império colonial eterno, a ditadura monocrática viva para além do seu criador, a certeza de que a alegada felicidade interna dispensaria integrações num continente e num mundo em mudança e, antes disso mesmo, a convicção de que nunca se assistiria à partida daqueles — e foram mais de um milhão — que ousaram buscar fora o que não encontravam cá dentro.

Foi esse modelo injusto, repressivo e impossível, sonhado em 26, 33 e 40 como resistente a tudo e a todos, que soçobrou em 1974, ou, melhor, se esgotou muito antes, mas só viu certificado nessa data, pela mão corajosa dos capitães de Abril, o seu esvaziamento.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, termino, pois, por onde comecei, pela data histórica que nos reúne hoje aqui: o 25 de Abril de 1974 faz parte da memória pessoal vivida da ainda maioria dos presentes nesta evocação, que por muito que se diga que um dia será olvidada, porque banal ou remota, nunca desaparecerá da memória coletiva.

O breve relance pelo centenário da Grande Guerra só o confirma: celebrar o 25 de Abril em Portugal de 2018 é também aprender a prevenir os trilhos que conduzem a caminhos que todos sabemos indesejáveis, ainda que muito diversos daqueles de há 100 anos. Diversos, porque os messianismos de hoje — são experiências alheias que o demonstram — se escondem por detrás das aparências democráticas, usam mais eficazes poderes mediáticos, têm contornos mais sedutores, mesmo se continuam a prometer caminhos impossíveis, a alimentar ilusões irrealizáveis, a sacrificar liberdades essenciais, a consagrar monopólios da verdade e a custarem tempo, muito tempo, perdido para o todo coletivo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Não é esse, hoje — nem nunca poderá ser esse no futuro —, o nosso caminho na construção da liberdade, da justiça social e, portanto, da democracia e, mais amplamente, da coesão interna e da projeção externa da nossa Pátria. Nenhuma cedência de princípio pode ser admitida e nenhum tempo pode ser perdido. São os portugueses que no-lo exigem! É Portugal que no-lo impõe!

Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Declaro encerrada a Sessão Solene Comemorativa do XLIV Aniversário do 25 de Abril.

2019

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr. Presidente da República, Excelências, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Funcionários, Sr.as e Srs. Jornalistas, declaro aberta a Sessão Solene Comemorativa do XLV Aniversário do 25 de Abril.

Em representação do PAN, tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado André Silva.

O Sr. **André Silva** (PAN): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Ilustres Entidades, Altas Autoridades, Distintas e Distintos Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

Hoje, com imensa gratidão, prestamos homenagem a todos aqueles que lutaram e resistiram a um regime autoritário de partido único, que há 45 anos libertaram o povo e ao povo devolveram a liberdade e a condução dos destinos de Portugal.

Evocar o 25 de Abril constitui também um momento para lembrar e pedir desculpa por todos os que morreram e foram atingidos pela violência da guerra colonial e agradecer aos que lhe puseram fim.

É inegável que vivemos melhor do que há 45 anos. Nesses tempos, falar de igualdade de género era inconcebível, com diferenças e desigualdades que iam desde a permissão para casar até aos salários, ou à falta deles. Não se podiam ler todos os livros e autores, a miséria e a iliteracia da população eram enormes, a assistência médica não estava assegurada para todos, a mortalidade infantil era elevada, a esperança de vida reduzida, os níveis de desigualdade e de emigração forçada eram avassaladores.

Hoje, o desenvolvimento, aferido por uma série de indicadores sociais e económicos, é inquestionável. E refiro-me a estes indicadores com um propósito.

É que temos por hábito congratularmo-nos com os indicadores sociais e enfatizar os que versam sobre a avaliação e o desempenho económico. Mas nunca, nunca demos atenção, e continuamos a não dar, aos indicadores que alertam para os défices ambientais e que expõem uma antevisão clara dos graves problemas humanitários com que seremos confrontados num futuro próximo e que podem comprometer, inclusivamente, a nossa sobrevivência enquanto espécie.

O Antropoceno, o período que vivemos, pode mesmo ser a última idade do ser humano.

O ar, a água, o solo e os recursos minerais são dádivas que, enquanto humanidade, temos estado a desperdiçar e a desrespeitar, na procura de obter ganhos económicos de curto prazo. Dos anos 70 aos dias de hoje, a extração de recursos e a produção de matérias-primas mais do que triplicou, a emissão de gases com efeito de estufa duplicou e perdemos 60% dos mamíferos, aves, peixes e répteis.

Em Portugal, necessitamos de dois planetas para suportar o nosso atual modelo de produção e consumo. Cada um de nós, nesta Sala, gasta, em média, 12 toneladas de recursos naturais para viver num ano, o que é manifestamente incomportável e excessivo para o peso de um ser humano.

Estamos a viver acima das capacidades do planeta. Vivemos a crédito, a bancarrota ambiental está anunciada e quem tem poderes de supervisão e de intervenção continua em modo negligente.

A elite política continua a decidir segundo as leis do modelo económico linear.

Dominar, explorar, extrair, transformar, produzir, vender, comprar, usar, descartar e extinguir: são os 10 mandamentos do crescimento ilimitado, sem o qual — dizem-nos — não pode existir desenvolvimento.

Mais do que a coragem e visão que têm faltado aos decisores políticos, falta-lhes o básico: a empatia. Empatia pelo nosso semelhante, pelas outras formas de vida, pelo planeta, a nossa casa comum. Da esquerda extrativista à direita produtivista, apenas podemos esperar guerrilha partidária, tecnocracia e discursos redondos.

A elite política está de costas voltadas para o futuro das pessoas. Os jovens, movidos pela urgência climática e pela desesperança na classe política, que não os ouve, têm-se manifestado na rua e à rua vão voltar. As gerações que vão receber um planeta esgotado sentem-se cada vez mais ignoradas e abandonadas pelos partidos do regime que apenas pensam e agem em função de interesses económicos de curto prazo.

É urgente reduzir e repensar os nossos padrões de consumo e fazer a transição para um modelo económico circular, que exige mudanças profundas no setor energético, na indústria, na mobilidade de pessoas e bens, na construção civil e no setor agroalimentar.

Sim, trata-se de transformar a forma como vivemos neste planeta. E trata-se — não tenhamos dúvidas — de uma questão de sobrevivência da nossa espécie que exige uma alteração consistente e consciente do comportamento individual e social, sempre acompanhada de medidas políticas eficientes.

O prazo para salvar a Terra tem uma data: 2030. E hoje, a partir deste momento, faltam 10 anos, 8 meses, 5 dias e 13 horas para o ponto de não retorno.

Se todos e todas quisermos, se todas e todos nos unirmos, tal como fizemos há 45 anos, ainda vamos a tempo. Temos de ser corajosos e competentes para que em 2030 a temperatura média do planeta não suba um grau e meio, o limite a partir do qual os fenómenos meteorológicos extremos são imprevisíveis e a nossa vida neste planeta se tornará mais difícil de suportar.

Devemos também ao 25 de Abril o fim do ciclo de isolamento internacional. O sonho de cumprir Portugal e de cumprir o planeta faz-se também na Europa.

A União dos povos irmãos europeus faz-nos mais fortes e capazes de liderar o grande combate das nossas vidas: o das alterações climáticas. O ambiente pede revolução. Ao PAN, seja na rua, em São Bento ou em Bruxelas, não faltará a voz, a determinação, ou a coragem para enfrentar a crise ambiental.

Obrigado, Capitães! Viva o 25 de Abril!

Aplausos do PS e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Tem a palavra, para uma intervenção, pelo Partido Ecologista «Os Verdes», a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr.as e Srs. Deputados, Estimadas Convidadas e Estimados Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

A gratidão pela proeza de libertar um país encarcerado e um povo humilhado pelo fascismo é sempre devida ao Movimento das Forças Armadas, aos capitães de Abril, a quem dirigimos uma sentida saudação,...

Aplausos de Os Verdes, do PS, do PCP e de Deputados do PSD.

... mas também aos muitos homens e mulheres que nunca permitiram que o fascismo lhes amarrasse os sonhos, aos que fizeram dos sonhos a força da resistência, aos que resistiram, na convicção de um dia se conseguir sentir o sabor da liberdade. Esses foram sementes de coragem que haveriam de florescer em cada cravo erguido.

Liberdade! Vitória! O povo unido jamais será vencido! Foram as aclamações mais ouvidas, em uníssono, para saudar a Revolução que pôs fim ao fascismo.

Ouvir, atualmente, jovens dizer que adorariam ter vivido o dia 25 de Abril de 1974 é de um inegável reconhecimento da grandeza desse dia tocante, em que o povo saiu à rua, numa explosão de alegria, de esperança coletiva, de cor, de festa, de música, de cultura, e se encheu de força e confiança para construir coletivamente um país renascido.

Aos jovens de hoje digam-lhes, os jovens de Abril, que a Revolução dos Cravos foi apenas o início, o princípio de uma caminhada coletiva e que, 45 anos depois, ainda está tanto por cumprir. E, em bom rigor, o muito que falta fazer não abafa a certeza de que as conquistas feitas precisam de ser cuidadas e preservadas, porque nada está eterna e intocavelmente conquistado.

Quando, por esse mundo e por essa Europa fora, a intolerância rasga solidariedades necessárias, gerando desumanidades inconcebíveis, quando se exalta o medo e os rancores onde a extrema-direita e o reacionarismo ganham espaço, a responsabilidade de agir pela solidariedade e pela democracia, solidificando-as, torna-se mais e mais emergente. É um sentido pleno de se afirmar «25 de Abril sempre, fascismo nunca mais!»

Aos filhos de Abril pede-se que defendam os valores supremos e magnânimos desse Abril, como a liberdade, a igualdade, a solidariedade, a justiça, a democracia, o desenvolvimento. Que os defendam na vida prática desta sociedade, com a garra de quem não aceita perdê-los ou transfigurá-los, garantindo que estas e as gerações vindouras não ficarão diminuídas desses pilares, que, genuinamente, sustentaram a festa da libertação de um povo inteiro.

Abril é pugnar por um país de progresso e de sustentabilidade. Somos muitos os que trazemos Abril cravado na luta de todos os dias. Precisamos de ser mais, ainda mais, os ativistas de Abril, os construtores dos avanços sociais e ambientais. Nunca com retrocessos. Nem com avanços e recuos consecutivos, aos soluços, de quem deseja mas não ousa enfrentar o sistema e os grandes interesses instalados. O que é preciso é avançar com a audácia e a responsabilidade de quem acredita que a política é traiçoeira quando se sustenta nos interesses dos banqueiros agiotas ou quando molda o mercado ao sabor dos interesses de multinacionais que «ferram o dente» no que for preciso para liquidar a soberania dos povos. Avançar com a audácia e a responsabilidade de quem acredita que a política só tem sentido quando realiza o respeito por um «povo total» e a felicidade dos cidadãos.

É para isso que o Partido Ecologista «Os Verdes» luta todos os dias, foi nisso que nos empenhámos, ativa e positivamente, na Assembleia da República, na presente Legislatura: para quebrar um ciclo de massacre social do anterior Governo, para restituir dignidade aos cidadãos, para combater os níveis de pobreza e de desemprego, para gerar mais segurança ambiental, para inverter a lógica de desinvestimento em setores por demais importantes, para gerar melhores condições de vida, para fazer da imensa esperança de Abril o motor de melhores realizações sociais, ambientais e económicas.

Os Verdes ergueram bandeiras de transformação para garantir mais sustentabilidade no desenvolvimento necessário, levando a que os discursos laudatórios se convertessem em medidas concretas: para travar a expansão absurda das monoculturas de eucalipto; para reforçar a conservação da natureza e da biodiversidade, com mais meios humanos; para contrariar os níveis de poluição inaceitáveis nos nossos rios; para reponderar o Plano Nacional de Barragens, com implicações na segurança do território; para reduzir os resíduos — como os de embalagens e de plásticos — que inundam os nossos mares; para garantir a redução da pegada ecológica no setor alimentar, com a preferência pela produção local no consumo público e com o combate ao desperdício alimentar; para garantir mais investimento nos transportes públicos, com vista a combater as alterações climáticas, a promover maior coesão territorial e o direito à mobilidade das populações, exigindo melhorias na rede ferroviária nacional e a redução do preço dos passes sociais. São verdes os caminhos do futuro, da esperança libertadora dos sonhos.

Quando, em Portugal, dizemos que devemos urgentemente ir mais longe nos índices de desenvolvimento e bem-estar e na promoção da justiça social e ambiental, não baixaremos os braços e lutaremos incansavelmente para que assim seja.

Quando constatamos que a União Europeia está moldada aos interesses dos países mais fortes, das elites, do grande poder económico e financeiro, do militarismo, e distanciada das necessidades dos cidadãos, lutaremos para que se garanta uma Europa de cooperação entre Estados iguais e soberanos, de solidariedade com os povos, primeiríssimos destinatários das opções políticas, venham elas de que instância vierem.

Termino, com uma palavra sobre este que é um ano com três atos eleitorais, para relembrar que, nas primeiras eleições livres, onde mulheres e homens ganharam o direito de decidir dos destinos coletivos, a taxa de participação ultrapassou os 90%. Abdicar desse direito de votar, que custou a conquistar, é uma rendição ao conformismo, é deixar nas mãos de outros a decisão, quando a verdade é que cada voto conta para fazer a diferença e determinar a correlação de forças políticas. A verdade é que um gesto pode ser mais um poema!

«Pelo sonho é que vamos! (...)
Chegamos? Não chegamos?
Partimos. Vamos. Somos.»
Viva o 25 de Abril!

Aplausos de Os Verdes, do PS, do BE, do PCP
e do Deputado não inscrito Paulo Trigo Pereira.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Tem, agora, a palavra, para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, a Sr.ª Deputada Diana Ferreira.

A Sr.ª **Diana Ferreira** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, e demais Tribunais Superiores, Capitães de Abril, Sr.as e Srs. Deputados: Celebramos, hoje, os 45 anos da Revolução de Abril, momento ímpar da história do nosso país e de profundo significado pelo que derrubou e pelo que construiu.

E se daqui lembramos a aliança Povo/MFA (Movimento das Forças Armadas), e se daqui saudamos os militares de Abril e o levantamento popular que se seguiu à sua ação, naquela madrugada de 25 de Abril de 1974, não esquecemos nem deixamos cair no esquecimento os tenebrosos 48 anos da ditadura fascista. Porque o fascismo existiu, semeou pobreza, fome, miséria, analfabetismo e doença, impôs o trabalho infantil, subjugou as mulheres, foi o poder de meia dúzia de famílias multimilionárias, fez da corrupção a política do Estado, censurou e oprimiu, perseguiu e prendeu opositores antifascistas, ergueu o campo de concentração do Tarrafal — o campo da morte lenta —, torturou e matou.

Foi Abril, com a sua ação libertadora, que pôs fim a este tempo de terror, que trouxe um tempo de esperança e força para transformar.

Não esquecemos isto, como não esquecemos o papel do Partido Comunista Português, de gerações de comunistas, outros democratas e resistentes antifascistas que, de forma firme, corajosa e abnegada, enfrentaram a ditadura fascista e, mesmo na clandestinidade, mesmo sob o chicote da censura, da repressão e da tortura, lutaram para a derrubar, muitas vezes pagando com a própria vida.

Muitos não viveram para ver o 25 de Abril, mas todos eles foram imprescindíveis para que Abril acontecesse.

Porque Abril não é só um dia, são dezenas de anos de um caminho desbravado e trilhado passo a passo por quem sempre acreditou que Portugal não estava condenado a viver amordaçado, nem o seu povo a viver esmagado e oprimido pelos grilhões da ditadura fascista.

Abril trouxe liberdade, uma palavra onde cabe a liberdade de opinião sem qualquer tipo de censura; onde cabem direitos fundamentais consagrados na nossa Constituição que, emanada da Revolução de Abril, traduz no seu texto as vontades e as aspirações de um povo que quis ser livre e que ousou lutar por isso.

Abril é liberdade de expressão, de manifestação, de organização política e sindical.

É liberdade de imprensa, eleições livres e direito a voto.

É fim da guerra colonial.

É salário mínimo nacional, subsídio de Natal, direito a férias e férias remuneradas.

É direito ao trabalho e ao trabalho com direitos, a contratação coletiva, a proibição de despedimentos sem justa causa, a igualdade salarial e direito à greve.

É direito de todos à saúde, à educação, à proteção social e à segurança social, à cultura, ao conhecimento, ao desporto, à habitação.

É direito à reforma, a proteção na maternidade e paternidade, a proteção na infância e a direitos para a juventude.

É poder local democrático e regionalização.

É acesso a serviços públicos e a bens fundamentais.

É a defesa da paz, da soberania e independência nacionais.

É de tudo isto, e muito mais, que falamos, quando falamos do que significou o 25 de Abril para o povo português.

E também é muito o que se conquistou, e foi destruído, por responsabilidade dos sucessivos Governos que puseram em causa as conquistas de Abril e o cumprimento do que está consagrado na Constituição da República Portuguesa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tal como no passado a luta foi imprescindível para derrotar o fascismo, também hoje a luta é indispensável para avançar nos direitos e garantir progresso e justiça social.

Num país fustigado por mais de quatro décadas de política de direita, com especial brutalidade durante o período da política dos PEC (Programa de Estabilidade e Crescimento) e do «pacto de agressão», foi preciso lutar muito para derrotar os planos daqueles que, a partir dos grupos económicos e do Governo PSD/CDS, pretendiam eternizar a política de cortes de direitos, agravamento da exploração e empobrecimento.

Foi preciso lutar muito, mas com a luta dos trabalhadores e a ação decisiva do PCP conseguiu-se esse objetivo imediato, hoje claramente traduzido na recuperação de direitos e rendimentos e nas muitas medidas que permitiram, nesta nova fase da vida política nacional, entre outras conquistas, repor e aumentar salários, garantir aumentos extraordinários nas pensões, reforçar o abono de família e outras prestações sociais, garantir a gratuitidade dos manuais escolares até ao 12.º ano, desagravar a carga fiscal sobre os trabalhadores, melhorar o acesso à reforma de trabalhadores com longas carreiras contributivas ou com profissões penosas nas pedreiras e nas minas.

Todas as medidas tomadas são, certamente, pequenos passos, considerando a dimensão dos problemas do povo e do país, mas são passos que devem ser valorizados pelo que significam na vida do povo português, porque demonstram bem que vale a pena lutar e porque confirmam que o caminho que há a fazer é o de avançar.

É preciso ir mais longe e avançar decididamente no sentido de uma verdadeira política alternativa, comprometida com os valores de Abril, que dê resposta aos problemas estruturais que atingem o povo e o país e não andar para trás.

Uma política de defesa e cumprimento dos direitos dos trabalhadores — condição indispensável para o desenvolvimento e progresso de um país —, de criação de emprego com direitos, de valorização dos salários e das pensões, de reforço da proteção social.

Uma política de combate à precariedade, ao desemprego, às desigualdades sociais e que garanta uma melhor e mais justa distribuição da riqueza.

Uma política que defenda os direitos sociais do povo, reforçando e investindo nas funções sociais do Estado: um Serviço Nacional de Saúde geral, universal e gratuito; uma escola pública, gratuita e de qualidade; uma segurança social pública, universal e solidária; um serviço público de cultura.

Uma política de defesa e investimento na produção nacional e de recuperação de setores estratégicos para a nossa economia, que liberte a economia portuguesa das suas dependências estruturais e do domínio dos grupos monopolistas.

Uma política que afirme o direito soberano de Portugal ao seu desenvolvimento, rejeitando as ingerências e imposições da União Europeia.

Uma política que defenda o direito dos povos à autodeterminação e à soberania, que se oponha ao militarismo, com um projeto de cooperação internacional para a paz e o desarmamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Revolução de Abril é a prova viva de que vale a pena lutar, de que a força de um povo derrota inevitabilidades.

São muitos os momentos, ao longo destes 45 anos, que demonstram bem que pela luta é que vamos, que avançar é preciso e que a luta dos trabalhadores e do povo é imprescindível para a transformação social.

Porque Abril pertence ao povo, foi a sua força que o construiu, será a sua força que o consolidará.

Será com os valores de Abril que se construirá o futuro de Portugal: um país mais livre, mais democrático, mais desenvolvido, mais justo e solidário.

Porque não desistimos de sonhar nem de lutar para «transformar o sonho em vida», que viva Abril!

Aplausos do PCP, do PS, do BE e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Tem a palavra, para uma intervenção, pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, o Sr. Deputado Filipe Anacoreta Correia.

O Sr. **Filipe Anacoreta Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Altas Autoridades Civis, Militares e das Forças de Segurança, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Cardeal-Patriarca de Lisboa, Sr. Núncio Apostólico, Ilustres Representantes do Corpo Diplomático, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Neste 25 de Abril cumprem-se 45 anos do início do processo democrático que viria a consolidar-se no dia 25 de Novembro de 1975.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Filipe Anacoreta Correia** (CDS-PP): — Ao celebrarmos 45 anos, damo-nos conta de que nos aproximamos da idade do regime que nos antecedeu. Se recuarmos até ao momento em que aquele regime completou 45 anos, o que nos dizem as crónicas do tempo? O registo do ano de 1971 relata-nos uma normalidade rotineira. Durante aquele ano de 71 não há muito mais registos de sobressaltos políticos, além de panfletos clandestinos, o doloroso silêncio infligido a presos políticos e posições como as da «ala liberal» que aqui, nesta Casa, no âmbito dos projetos de revisão constitucional, manifestavam a sua inquietação pela sempre adiada primavera que se prometera.

A apenas três anos da precipitação da Revolução de Abril nada de muito substancial parecia, apesar de tudo, anunciar a iminência de uma tão grande e tão importante alteração. Certamente não poderá concluir-se daqui que, então, nada se passava.

As grandes mudanças, como as raízes, germinam debaixo da terra e é para a terra que nós, políticos que nos queremos do futuro, devemos também olhar. Estaremos nós, hoje, atentos às mudanças que se preparam? Desejaremos nós as mudanças que nos põem em questão?

Adelino Amaro da Costa dizia que «a moderação na política se serve da mudança, para evitar a rutura».

Quem não se servir da abertura à mudança, escancara as portas ao extremismo e pode bem ser empurrado para a rutura. Quem, pelo contrário, quer evitar o radicalismo tem o dever de perscrutar e de se antecipar à mudança.

No debate político somos, tantas vezes, e parecemos incapazes de atender às aspirações mais simples e evidentes do nosso tempo.

Alberto Caeiro, dizia: «Não basta abrir a janela/Para ver os campos e o rio./(...) É preciso também não ter filosofia nenhuma./Com filosofia não há árvores: há ideias apenas.»

Quantas vezes o debate ideológico não se deixa alcançar pela realidade e impede de ver um metro à frente dos olhos? Porque, como os montes e os rios diante de nós, o mais difícil de ver é, tantas vezes, a humanidade que somos, independentemente de tudo, de partidos, de credos, de quaisquer bancadas em que nos sentemos.

Uma vida humana é sempre uma vida humana.

O nascimento de uma criança é uma alegria, a maior riqueza a que uma família pode aspirar.

Um aluno é-nos confiado para o ensinar a crescer no conhecimento e no caráter.

Um doente pede sempre atenção e tratamento: o melhor que lhe possamos dar, com os meios de que dispomos.

Uma pessoa pobre não pode estar impedida de se sentar à mesa das oportunidades.

O nosso país é o mesmo em Viana do Castelo ou em Beja, no Porto ou em Faro, assim como no mar, que envolve as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Não serão estas evidências também suficientes para percebermos que uma Aspirina não é melhor por dizer público ou privado?

Risos do CDS-PP e do PSD.

De que óculos precisamos nós para encarar uma pediatria oncológica como uma urgência que se sobrepõe a qualquer outro tipo de considerações ideológicas?

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Filipe Anacoreta Correia** (CDS-PP): — O que será preciso para percebermos que toda a ineficiência, independentemente da sua roupagem, desperdiça recursos, gera pobreza e retrocesso?

E o que não dizer da corrupção? Que precisamos ainda de ver para ouvir um pedido de desculpa — por parte de um governo, um partido ou um regime — pelo escândalo do que foi tirado aos portugueses em compadrios políticos e económicos que destruíram riqueza e atiraram empresas nacionais, como a Caixa Geral de Depósitos, o BES ou a PT, para perdas que todos suportamos?!

Que mais incêndios, ou secas — quantas mortes terão ainda de ocorrer?! — para encararmos o isolamento dos territórios e os portugueses abandonados à sua sorte pelo centralismo eleitoralista?

O que precisaremos de constatar ainda em Tancos, ou nos roubos relatados em hospitais, para perceber que o Estado não pode simplesmente fingir que existe, que tem mesmo de exercer a sua autoridade?

Ver os campos e os rios, como dizia Caeiro, é sabermos olhar-nos no que somos e habitamos, na humanidade que nos constitui e na portugalidade que nos atravessa, que nos faz dizer que partilhamos a mesma essência.

Na diversidade e na liberdade, somos todos Portugueses!

E essa pertença exige dos políticos que sirvam o país com uma ética exigente, um escrutínio constante e um horizonte mais amplo do que o mero ciclo eleitoral ou mediático.

Sim, a deferência diante das instituições em que se tem a honra de servir o país aconselha prudência e repúdio de banalizada familiaridade. A promiscuidade com o poder, seja de âmbito económico, partidário ou familiar, é incompatível com a dignidade democrática e atraiçoa Abril.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Filipe Anacoreta Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Deputados: Celebrar hoje Abril é reconhecer que a promessa democrática exige de nós mais e melhor, e exige vigilância; implica voltarmo-nos para o futuro, para este tempo que é um tempo de mudança profunda. Em toda a Europa e em todo o mundo chegam-nos ventos de mudança, que nem sempre somos capazes de entender em toda a sua plenitude.

No CDS, antes de recusarmos a mudança queremos comprometer-nos com ela e protagonizá-la com valores humanistas.

Somos contra o desaparecimento do Estado e, mesmo no âmbito do projeto europeu, entendemos que não podemos prescindir da palavra que nos cabe, nomeadamente quanto à eventual criação de impostos europeus.

Defendemos medidas que atendam à circunstância das famílias, seja no âmbito da promoção da natalidade, seja no enquadramento dos cuidadores informais.

Queremos que se retome a transparência dos encargos futuros da segurança social e ajudar as pessoas a planear o seu futuro. E nunca esquecer que um imposto é sempre arrancado à pertença do outro: para que seja aceite tem de ser moderado e bem canalizado.

Devemos encorajar o investimento e o dinamismo empresarial, requalificar as competências na era digital e promover a concorrência, cuja ausência afeta o preço suportado pelas famílias, mas também a robustez das empresas nacionais.

Sr.as e Srs. Deputados, a globalização, o envelhecimento da população e as alterações climáticas representam desafios de grande dimensão, que nos obrigam a mudar de vida.

Temos de o fazer hoje, porque amanhã poderá ser tarde demais.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Tem, agora, a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Jorge Falcato, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Jorge Falcato Simões** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Deputados e Sr.as Deputadas, Srs. Convidados e Sr.as Convidadas:

Era um país cinzento e triste quando nasci. Mais tarde, a guerra colonial acrescentaria terror a uma realidade de repressão e censura. Era um país que asfixiava, mergulhado no medo, no discurso do respeitinho, onde o destino era marcado pela família em que se nascia, onde a mulher era subalterna ao homem, onde a miséria era a realidade de uma imensa maioria. A escola, quando a havia, era a dos meninos para um lado e das meninas para o outro, onde o pensamento não era livre. Na faculdade pairava a ameaça constante do Capitão Maltez e da sua tropa de choque.

Era o país onde a opinião livre trazia a prisão, a morte ou o exílio; onde amigos desapareciam às mãos da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado). Esse país acabou a 25 de Abril de 1974.

Aos movimentos de libertação das colónias, aos ativistas políticos, aos movimentos estudantis, ao movimento operário, aos capitães, a todos e a todas que nunca desistiram o nosso obrigado.

Aplausos do BE, do PCP, de Deputados do PS
e do Deputado não inscrito Paulo Trigo Pereira.

Levo no peito a memória desse dia inteiro, dessa torrente transformadora quando a esperança andou à solta. Não esquecerei quando subi a encosta da Ajuda, em Lisboa, com centenas de moradores de bairros de barracas que ocuparam o bairro da Fundação Salazar. Num instante, as janelas vazias ficaram cheias de gente e pelas ruas ecoavam os gritos de felicidade: «tenho casa, tenho casa.»

As pessoas acreditaram que o poder podia mudar de mãos e foi essa a força que construiu um país novo. Havia comissões de moradores, grupos de teatro e de música nos bairros, fazia-se a gestão operária, nasciam cooperativas de produção e serviços, iniciava-se a reforma agrária, conseguia-se a democracia também nas escolas. A política era a própria vida.

Abril é sinónimo das conquistas, mas engana-se quem afirma que não é sinónimo de lutas. Os interesses instalados moviam-se para impedir os avanços nos direitos e organizavam-se para lançar o terror na sociedade, por vezes com a conivência das forças de segurança, como todos os dias

sou forçado a não esquecer. Foi uma bala da PSP (Polícia de Segurança Pública) que me colocou nesta cadeira, por ter protestado contra a realização de uma manifestação de extrema-direita.

Não me silenciaram. Nem a mim, nem ao nosso povo. Construímos a segurança social universal, a escola pública e o Serviço Nacional de Saúde; garantimos o salário mínimo e o direito à greve; aprendemos que nada é oferecido, tudo se conquista.

Aplausos do BE, de Deputados do PS e do Deputado não inscrito Paulo Trigo Pereira.

Hoje passam 45 anos da Revolução de Abril. Os cravos nos nossos peitos devem ser mais do que um enfeite na lapela. A esperança, que voltou a sair à rua com a solução governativa de 2015, olha para estes cravos e pergunta o que faremos nas decisões fundamentais.

O Serviço Nacional de Saúde pode voltar a andar de cravo ao peito, como Arnaut e Semedo o sonharam, ou manterá a porta aberta para o negócio dos privados, em cedência à pressão presidencial?!

A lei de bases da habitação chegará a ser uma realidade, plena e de cravo ao peito, ou o direito à habitação ficará a depender da vontade dos especuladores imobiliários?!

Celebrar Abril não pode ser uma cerimónia anual, é um compromisso permanente e muito há para fazer.

Há ainda, 45 anos depois, muitos cidadãos e cidadãs de segunda no nosso país. São pessoas a quem são negados direitos humanos tão básicos como o direito à mobilidade, ao emprego, a uma vida digna; a quem são negados direitos humanos unicamente porque são diferentes; que são sujeitas a uma opressão e exclusão social porque têm uma deficiência.

Opressão e exclusão que também perseguem a cor da pele, porque não conseguimos acabar com o racismo estrutural que ainda marca a nossa sociedade.

E se a minha presença aqui serve para alguma coisa é para afirmar que é possível vencer esta opressão, esta exclusão, que o futuro não nos pode continuar a ignorar, que não deixaremos que isso aconteça.

As lutas a que hoje assistimos mostram que o espírito de Abril está bem vivo, que não aceitamos que nos digam «não», que rejeitamos os impossíveis e as inevitabilidades, que acreditamos, como no passado, que o poder pode mudar de mãos.

Os estudantes que saíram à rua pela urgência climática são cravos semeados por Abril, que se transformam em agentes principais de uma mudança inadiável.

As mulheres que se levantaram contra a justiça machista, que reivindicam uma plena igualdade de género, são ecos das vozes que rejeitam a submissão e a desigualdade.

Os jovens afrodescendentes que subiram a Avenida da Liberdade para denunciar a violência racista são frutos das mesmas lutas emancipatórias que derrotaram o colonialismo.

Os trabalhadores que se organizam, como os precários dos *call center*, as trabalhadoras de limpeza, ou os estivadores, fazem parte dos mesmos movimentos que conquistaram direitos laborais no passado.

Os combates pela qualidade dos serviços públicos são a consciência de uma solidariedade que nos engrandece, respeitando as pessoas que, todos os dias, dão corpo ao que é de todos nós e para todos nós.

A novidade dos dias que correm é que Abril fica mais vivo com todas estas lutas, porque este é o verdadeiro espírito que estes cravos carregam: a vontade de um povo que se agigantou nas adversidades e que se junta, agora, por novas conquistas.

Viva a Liberdade!

Viva a Democracia!

Viva o 25 de Abril!

Aplausos do BE, de Os Verdes, de Deputados do PS e do Deputado não inscrito Paulo Trigo Pereira.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Tem a palavra, para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do PS, o Sr. Deputado Carlos César.

O Sr. **Carlos César** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Distintos Convidados, Autoridades presentes, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados:

Já o disse noutras ocasiões: naquele dia incerto e espantado, na maior cidade das minhas ilhas — onde estavam Melo Antunes e Vasco Lourenço e «onde se liam os jornais do dia vários dias depois», senti, com o alvoroço dos meus 17 anos, que chegara o momento que amigos e familiares tantas vezes me afiançaram, o momento em que passaríamos a aprender a viver, uns e outros, usando a liberdade, o momento em que nos passariam a ver e não a espiar, o momento em que nos passariam a tomar como uma parte ativa e não como um todo inerte, o momento em que os que temiam falar e ser escutados, fariam, enfim, chegar livremente a sua voz ao seu destino.

Separado do cenário das colunas verdes de esperança, que os militares formaram a mais de 1600 quilómetros de distância, tardou mas veio o anúncio de que tínhamos chegado à casa da partida. Acabara o jugo da ditadura, era a hora do jogo democrático.

Foi como se, aos portugueses e às portuguesas, tivesse sido atribuída, ou devolvida, a maioridade cívica. Só quem não imagina como falecemos em ditadura é que poderá pensar que é pior viver, não ganhando sempre, em democracia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Carlos César** (PS): — O espírito do 25 de Abril é o de sermos valorizados e respeitados por pensarmos e por agirmos todos de forma diferente. Por isso, para nós, para o partido de Mário Soares, evocar hoje o 25 de Abril não é, necessariamente, depreciar a direita política ou obrigatoriamente exaltar a esquerda, é respeitarmo-nos na nossa diversidade!

Aplausos do PS.

Mas todos os cuidados são poucos.

A história contemporânea de Portugal avisa-nos. Fez em 31 de março passado 198 anos que o regime liberal aboliu o Tribunal da Inquisição. Um século depois, com a Ditadura Nacional e o Estado Novo, o regime de privação das liberdades públicas vigorou como «um sistema» e não como «um parêntesis» e, como asseverava a oficialidade, pela voz de Marcello Caetano, o que mais o perturbava era «A 'velha Europa' do decadentismo democrático e da pulverização de valores». Uma sonoridade, como se nota, com estranhos ecos nos nossos dias…

Estamos, assim, a apenas 45 anos exatos de distância histórica do espírito do Tribunal da Inquisição. Tão perto!…

Srs. Presidentes, Sr.as e Srs. Deputados: No desígnio de pensar um Portugal reconstruído, é meu grato dever evocar a memória tutelar do açoriano José Medeiros Ferreira, na sua formulação das tarefas que caberiam ao futuro Estado de Direito: «Democratizar, Descolonizar, Desenvolver.»

Foram e são tantos os desafios que essas tarefas nos impuseram e nos impõem.

Fizemos a descolonização africana, ou, talvez e também, ela fez-se por si própria, sobretudo porque a demora foi grande, a demora de mais de uma década dos descolonizadores, que se conjugou com o voluntarismo impacientado dos colonizados. Restaurámos, aos poucos e até há bem pouco tempo, confianças perdidas, sendo agora reconhecido, no espaço lusófono, o valor reforçado da nossa cooperação política e económica que requer, de forma necessariamente mais enérgica, ser concretizada.

Curiosamente, foi com o fim do Portugal colonial que retomámos a nossa vocação universal, contribuindo para isso outra das evidências que o país político frequentes vezes ignora: o espaço do triângulo territorial português que nos configura como uma força euro-atlântica. É nessa dimensão que hoje encontramos muitos dos desafios que mais implicam o futuro português, e em que não podemos falhar, seja nas Nações Unidas, pela regulação da imensidão dos nossos mares, seja na União Europeia, onde importa eliminar desigualdades, unir e ativar solidariedades.

Descolonizámos o nosso próprio território matricial, respondendo à tradição autonomista do Portugal Insular, e continuamos a fazê-lo no quadro da tradição municipalista do Portugal Continental. Nenhum desses desígnios encontra terreno para firmar os seus alicerces que não seja no da Democracia, e só com ela se expurgam os centralismos e as desconfianças que ainda pululam nas cabeças, nas palavras e nas ações de decisores que acham que têm o país na barriga.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Carlos César** (PS): — Democratizar é, porém, uma tarefa continuamente incompleta, inevitavelmente centrada na promoção da igualdade de oportunidades, mas indiscutivelmente associada à revitalização dos mecanismos de representação e de participação social e, mais ainda, ao reforço da transparência e do escrutínio dos interesses dos decisores ao mais variado nível dos poderes intervenientes.

Quando olhamos, porém, as incertezas e disfunções do nosso tempo e nos confrontamos com aliciamentos e receituários que se fazem atrativos, que trocam os medos pela intolerância, pela mentira e pelo apoucamento dos políticos e das instituições democráticas, com o propósito inconfessado não de as reformar, mas de as suprimir, será um erro desvalorizarmos esses perigos para as democracias.

Aplausos do PS.

Salvaguardadas as diferenças, é bom que vivamos o nosso empenhamento cívico na consciência do risco que a todo o tempo nos cerca. Como escreveu Primo Levi, a propósito da inumanidade que vivera: «Aconteceu (…) pode acontecer de novo!»

E, para que não aconteça, é também preciso atentar às novas dimensões do desenvolvimento económico e social, que o futuro agendou no nosso presente e com que grande parte dos nascidos a partir da passada década de 80 vivem e se confrontam.

As novas gerações, moldadas nas sociedades conectadas e no mercado digital, confrontadas com a sobre-exploração e o esgotamento dos recursos naturais, com as disparidades demográficas e as dificuldades dos sistemas de saúde e segurança social, com a desregulação e o terrorismo e com alterações imensas nas funções profissionais e nas relações de trabalho, têm, assim, outras ansiedades e procuram outras soluções.

Os nossos cuidados devem estar, pois, centrados na procura dessas soluções, velando para que elas se forjem num mundo efetivamente democrático e em paz, como o que conquistámos em Portugal com a coragem dos capitães de Abril.

Viva, por isso, Abril! Viva Portugal!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Tem a palavra, para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, o Sr. Deputado Pedro Roque.

O Sr. **Pedro Roque** (PSD): — Ex.mo Sr. Presidente da República, Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, demais Titulares de Órgãos de Soberania, Caras e Caros Convidados:

Há 45 anos, um pronunciamento militar, conhecido para a História como a Revolução dos Cravos, libertava Portugal de um regime autoritário e anacrónico, que durava desde meados da década de 20 e que, após o final da 2.ª Guerra Mundial, sobrevivia em contraciclo com as práticas democráticas vigentes na maioria dos países da Europa ocidental.

O processo de democratização conducente a um Portugal progressista inaugura-se nesse momento fundador e também com o 25 de Novembro de 1975.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Roque** (PSD): — Torna-se imperativo que, ano após ano, possamos honrar aqueles que nos conduziram nesse caminho. Nesse sentido, saudamos com especial referência as Forças Armadas Portuguesas.

Saudamos igualmente o Povo Português, em nome de cada um dos Deputados aqui presentes e de todos aqueles que, ao longo da nossa história democrática, foram eleitos.

Independentemente de perspetivas ideológicas ou arrebatamentos programáticos, cada um dos 230 Deputados representa Portugal, na sua diversidade, mas também deve representar a sua capacidade de unidade.

O 25 de Abril conferiu o direito e o dever ao voto livre. Consagra-o no texto constitucional, materializando a ideia de «soberania, una e indivisível» com imanência no povo, conforme expresso anteriormente, por Jefferson e Tocqueville, no contexto da independência das colónias norte-americanas.

Quarenta e cinco anos depois, torna-se impreterível compreender qual o modelo de sociedade que pretendemos criar. Cremos ser fundamental continuar a pugnar pela concretização dos princípios que agora defendemos, com empenhamento equivalente àqueles que hoje homenageamos em virtude da sua luta pelos desígnios de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, como valores universais.

Mas Portugal é hoje, também, um país virado para o exterior. Respeitado no plano mundial. Afirma-se na sua política externa a um nível superior, se confrontado com a proporção da sua dimensão territorial. Tal é visível através da sua posição cimeira e entusiasta no processo de construção europeia, na sua dimensão atlântica, na sua influência no contexto mediterrânico e, ainda, na sua marcante participação nas questões da segurança internacional.

Revemo-nos no compromisso assumido pela Constituição da República Portuguesa e no seu processo evolutivo, expresso nas revisões ocorridas.

Todavia, a prática democrática não se encerra unicamente no normativo constitucional. Criar, sustentar, promover, evoluir e dignificar o processo democrático exige uma responsabilidade individual e coletiva, assente na capacidade de atuar com base em valores morais e éticos, compreendendo igualmente a necessidade de agir com moderação e tolerância.

Nesta perspetiva, entendemos que os nossos adversários políticos e as suas visões de sociedade são igualmente credores de respeito, tal como nós e as nossas conceções. Só nesta dialética é possível construir uma democracia.

Num tempo em que o mundo e o devir geracional tendem a dissipar memórias sobre os trágicos efeitos de regimes totalitários, despóticos, avessos à moderação e à tolerância, importa relembrar como a democracia, que por vezes julgamos um resultado garantido e acabado, é frágil. Inúmeros são os casos em que regimes democráticos, aparentemente consolidados, cederam lugar ao autoritarismo.

Sem temor e com coragem, devemos observar atentamente alguns acontecimentos no plano internacional que têm vindo a ensombrar o horizonte político-ideológico. Nomeadamente, o crescente número de posições radicais como propostas para a resolução de problemas e construção das sociedades. Tais fenómenos são também desafios à nossa capacidade de reinventarmos soluções de paz e cooperação.

É por isso que rejeitamos quaisquer representações ideológicas anacrónicas, tais como «trabalho contra capital», «público contra privado», «esquerda diabolizando a direita», ou os seus opostos.

Estamos igualmente seguros de que os portugueses repudiarão qualquer Governo que ouse administrar a «coisa pública», fazendo uso daquilo que pertence a todos como se se tratasse de uma propriedade de um qualquer partido.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Roque** (PSD): — Rejeitamos que critérios «clubístico-partidários» ou de nepotismo se sobreponham ao mérito e ao interesse coletivo.

O Partido Social Democrata, 45 anos após o 25 de Abril de 74, continua a reafirmar os seus valores programáticos, de índole estruturalmente social, sem se desviar do primado fundamental de que a política é, e tem de ser, um instrumento ao serviço do bem geral da sociedade, do respeito pelos Direitos Humanos e da promoção da dignidade humana como efeito constante a alcançar.

Defendemos como caminho para o desenvolvimento do país a economia social de mercado, conjugando competitividade e liberdade empresarial com justiça social, fomentando o cumprimento do papel do Estado na minimização de desigualdades e maximização de oportunidades.

Defendemos também a iniciativa privada como o mecanismo provado, capaz de produzir desenvolvimento social, cultural e económico.

De igual modo, entendemos que o diálogo e a concertação são as formas permanentes de entendimento e de convergência de vontades na prossecução do interesse comum. O respeito pela dignidade do trabalho e as liberdades, associativa e sindical, são fundamentais para atingirmos esse desiderato.

Não obstante o dia de hoje nos remeter para uma comemoração relativa à conquista da Liberdade, poderíamos também aproveitar a oportunidade para celebrar a profícua conjuntura internacional que tem favorecido algumas das opções tomadas pelo Governo, ao longo desta Legislatura.

Infelizmente, não podemos comemorar o facto de essas opções terem fortalecido estruturalmente a economia, ou de terem conseguido preparar o país para responder aos sinais de crise que já se esboçam no panorama internacional. Isso, efetivamente, não podemos comemorar.

Ao invés, mantemo-nos focados e motivados para gerar uma alternativa governativa, capaz de criar desenvolvimento económico real e estruturalmente imune às conjunturas económicas desfavoráveis.

Comemoramos também a liberdade de expressão que nos permite sublinhar o prejuízo que causa aos portugueses a prática binária de uma retórica; por cá, panfletária, para comprazer o suporte parlamentar, e, em Bruxelas, ortodoxa, visando manter o estatuto de aluno aplicado.

Verificamos que toda a «ciência governativa» se resumiu ao exercício de uma gestão corrente adequada aos interesses de uma agenda tática, por forma a garantir a sobrevivência da coligação parlamentar. Compreende-se, mas é contraproducente.

Assistimos a uma navegação política de cabotagem, sempre com a costa à vista, sem ousadia reformista capaz de alicerçar o desenvolvimento. Sem reformas estruturais, a nossa economia pode até navegar razoavelmente, desde que o vento sopre de feição. Porém, mais evidente se torna a dificuldade que terá em não se afundar sob condições adversas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Roque** (PSD): — Nestas circunstâncias, continuamos a olhar com alguma apreensão o futuro do país. Não gostaríamos de voltar a ver Portugal sujeito a ajuda financeira externa, tal como aconteceu em 2011.

Decorreram três anos e meio sobre o início da Legislatura. Adensou-se a nossa perceção sobre as incontáveis contradições entre as elocuções veiculadas pela «troica» coligativa e a realidade do país e do povo. Em rigor, e só para citar alguns setores, podemos verificar que: a justiça não deixou de ser morosa e, por vezes, fora de tempo; as queixas no Serviço Nacional de Saúde amplificaram-se; os salários são baixos e insatisfatórios; a descentralização não saiu do papel e da oratória; a sustentabilidade da Segurança Social continua ameaçada de morte a prazo; a carga fiscal também não deu sinais de baixar. Tudo isto, já para não falar da elevada conflitualidade laboral e de greves sem precedentes.

Independentemente do que aqui se expôs, hoje é dia de união em torno de um bem maior.

Risos do PS.

Quarenta e cinco anos depois do 25 de Abril de 74, é dia de continuarmos o trabalho de aperfeiçoamento e aprofundamento do processo democrático.

Pela nossa parte, Partido Social Democrata, estamos decididos a atuar para cumprir esse plano. Estamos motivados e mobilizados para deixar às próximas gerações uma herança tão positiva e próspera que

Honremos Portugal!

Orgulhem-se os portugueses!

Aplausos do PSD e de Deputados do CDS-PP.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Presidentes do Tribunal de Contas e do Supremo Tribunal Administrativo, Srs. Antigos Presidentes da República e senhoras, Sr.as e Srs. Ministros, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Sr. Presidente do Partido Social Democrata, Sr.as e Srs. Vice-Presidentes da Assembleia da República e Presidentes dos Grupos Parlamentares, Sr. Vice-Procurador-Geral da República, Sr.ª Provedora de Justiça, Srs. Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, Srs. Vice-Presidentes das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores,

Sr. Vice-Presidente do Governo Regional da Madeira, Sr. Secretário Regional do Governo Regional dos Açores, Srs. Antigos Presidentes da Assembleia da República e Primeiros-Ministros, Srs. Conselheiros de Estado, Sr.as e Srs. Secretários de Estado, Srs. Chefes do Estado-Maior dos três ramos das Forças Armadas, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Deputados ao Parlamento Europeu, Sr. Núncio Apostólico, Decano do Corpo Diplomático, Membros do Corpo Diplomático, demais Autoridades Civis e Militares, Sr. Cardeal-Patriarca de Lisboa, Sr. Presidente do Conselho Económico e Social, Sr. Presidente e Membros da Direção da Associação 25 de Abril, Ilustres Convidadas e Convidados, Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Quarenta e cinco anos depois, podemos dizer com orgulho que somos hoje uma democracia pluralista, reconhecida como uma das democracias com mais qualidade em todo o mundo, mas com problemas que é preciso resolver.

Numa democracia pluralista, todas as correntes de opinião têm o seu espaço de afirmação. Na democracia pluralista, o indivíduo encontra o seu lugar de realização dentro de um país solidário, assente num contrato que pressupõe direitos e deveres.

A democracia tem os seus símbolos, os seus rituais, os seus rostos e os seus próprios valores. O 25 de Abril, os cravos vermelhos, a *Grândola*, são símbolos dos democratas e de toda uma democracia.

Aplausos do PS e do Deputado não inscrito Paulo Trigo Pereira.

São estes os nossos símbolos, os símbolos da nossa democracia, que hoje, uma vez mais, evocamos e homenageamos na Assembleia da República.

Uma democracia feita de muita participação cidadã, tornada possível pela coragem inicial, inteira e limpa, dos capitães de Abril — e relembro hoje o nome de António Marques Júnior, Deputado desta Casa durante anos —,...

Aplausos do PSD, do PS, do BE, do CDS-PP, do PCP, de Os Verdes e do Deputado não inscrito Paulo Trigo Pereira.

... aqui representados pela Associação 25 de Abril, que saúdo particularmente. Uma democracia marcada pela liderança fundadora de homens e mulheres de diferentes partidos, com projetos políticos diversos, mas todos grandes figuras de Estado e da República que o 25 de Abril devolveu.

Minhas Senhoras e Meus Senhores: Esta XIII Legislatura ficou marcada pelo reforço do papel do Parlamento no sistema institucional português, marcada por uma centralidade parlamentar sem precedentes.

Novas responsabilidades implicam sempre mais e maior escrutínio.

Só instituições irrelevantes é que passam por entre os pingos da chuva e escapam ao escrutínio da opinião pública.

Continuo a acreditar que a abertura, a transparência e a ética da responsabilidade são os melhores antídotos contra o crescimento da cultura antiparlamentar. Por isso, desde a primeira hora, como

Presidente da Assembleia da República, procurei promover uma política de portas abertas, de transparência e de participação.

Não apenas no dia 25 de abril, mas em todos os dias do ano, porque Abril se cumpre diariamente!

O velho grito «25 de Abril sempre!» ganha assim um sentido renovado, vivido e participado.

Como defendia Mendès France, «a democracia não consiste apenas em colocar episodicamente um boletim numa urna. A democracia é a ação contínua do cidadão».

Assim, ao mesmo tempo que celebramos a democracia e que damos conta da nossa satisfação com o que conquistámos em 45 anos de liberdade, não ignoramos os sinais que nos chegam da sociedade. Sinais culturais, sinais sociais, sinais políticos.

Sinais que vêm de dentro da própria democracia, como seja a distância que separa eleitos e eleitores, representantes e representados.

Sinais que nos chegam do funcionamento das nossas instituições, mas que vão muito além delas, percorrendo partidos, sindicatos e outras organizações da sociedade civil.

A democracia é esse regime da permanente inquietação, da permanente insatisfação e inconformismo e a nossa democracia é suficientemente madura para responder aos seus próprios problemas.

Só em ditadura é que nunca há críticas públicas, nunca há poder judicial independente nem comunicação social livre. Só em ditadura é que há uma aparência de gratidão eterna.

Em democracia, a melhor resposta à confiança dos eleitores é olhar para o futuro e perceber, em cada momento, os anseios daqueles que representamos, ouvindo as críticas justas daqueles que nos observam e escrutinam.

A melhor resposta à expetativa dos cidadãos é demonstrarmos que não pactuamos com facilitismos, que não agimos com ligeireza, que, tal como há 45 anos, estamos empenhados em cuidar do que é frágil e que se constrói todos os dias: a nossa democracia. Projetar o futuro, fazendo a pedagogia da democracia, de um Parlamento livre e democraticamente eleito.

Minhas Senhoras e Meus Senhores: Foi esse espírito que presidiu à criação da Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas e, mais recentemente, do Grupo de Trabalho no seio da Conferência de Líderes da Assembleia da República, procurando encontrar concórdia para as dificuldades existentes e harmonia para as dissonâncias.

Neste Grupo, que já terminou o seu trabalho, como eu próprio tinha requerido, foram obtidos importantes consensos relativos a verbas atribuídas, à verdade fiscal, a recomendações várias do Tribunal de Contas.

Quanto à Comissão Eventual, que está a finalizar o seu trabalho, alargam-se incompatibilidades e impedimentos, o universo dos titulares sujeitos a obrigações declarativas, criando-se sanções para a ocultação do património, entre outras decisões, neste caso, obtidas por maioria.

Foi-se demasiadamente longe, para alguns, ficou-se abaixo das expetativas, para outros. O tempo vai encarregar-se de ver resultados e eventuais fragilidades.

Em democracia, há sempre lugar para melhorar a democracia. Mas devo dizer-vos, hoje, que não é aviltando o papel do Parlamento e dos Deputados que se avança, não é com mentiras e com desinformações que se avança.

Aplausos do PSD, do PS, de Deputados do CDS-PP e do Deputado não inscrito Paulo Trigo Pereira.

É com responsabilidade, respeito e dedicação à causa pública.

Perante as inovações das tecnologias da informação, lançámos também o projeto do Parlamento Digital e do Centro Interpretativo do Parlamento.

O Parlamento Digital está em pleno funcionamento e é um exemplo de reforço da democracia participativa, de mais e melhor Parlamento.

Quanto ao Centro Interpretativo, apesar das diversas vicissitudes processuais, todos esperamos que no próximo 25 de Abril esteja já a receber visitas de escolas e de todos os que nos procuram.

Assim se reforça a possibilidade de participação democrática, com recurso às novas tecnologias e sem necessidade de qualquer alteração legislativa.

Os partidos políticos democráticos têm aqui ferramentas que lhes permitem abrir-se mais à sociedade, renovando ideias, dirigentes e militantes. Se não o fizerem, outros o farão. Disso não restam dúvidas.

Minhas Senhoras e Meus Senhores: A Internet e as redes sociais podem ser, de facto, um fator de aproximação de pessoas, povos e instituições. Infelizmente, também têm funcionado como instrumento de difusão de conteúdos falsos e difamatórios, frequentemente veiculados por agentes anónimos com recurso à automação. São os próprios fundadores de algumas dessas redes sociais que o reconhecem.

Paralelamente, vemos o jornalismo profissional, feito de acordo com as regras deontológicas, a perder espaço na formação da opinião.

Ora, uma democracia sem direito à informação e sujeita à lei do boato e da pura propaganda não é uma democracia digna desse nome.

Como dizia Hannah Arendt, «a liberdade de opinião torna-se uma farsa quando a informação sobre os factos não está garantida e quando os próprios factos não são o objeto do debate».

Este é um debate que se impõe, porque nenhuma democracia está imune a estes riscos, nem sequer a mais antiga democracia do mundo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores: Com todos os seus defeitos, o projeto europeu trouxe ao velho continente a paz, a democracia e o desenvolvimento. Por vezes, é preciso lembrar aquilo que é elementar.

As pessoas estão disponíveis para ouvir os seus representantes. Assim eles ouçam, falem e decidam de acordo com os compromissos assumidos.

É preciso lembrar que, num mundo cada vez mais integrado, a margem de manobra nacional reforça-se com dinâmicas de integração regional.

Nenhum dos grandes desafios estratégicos que enfrentamos será melhor resolvido por cada Estado isoladamente. É assim com as alterações climáticas, com o combate ao terrorismo — que, cobardemente, ataca todos, desde o Sri Lanka e a Nova Zelândia até à França e aos Estados Unidos —, com a fraude fiscal e o branqueamento de capital, com os desafios da transição digital e das migrações.

O tempo do orgulhosamente sós já lá vai. Os portugueses deixaram esse tempo para trás há 45 anos e não querem lá voltar!

O tempo não volta para trás.

Aplausos do PS e do Deputado não inscrito Paulo Trigo Pereira.

A questão está em colocar a globalização, a integração europeia e a mutação tecnológica ao serviço das pessoas. O Pilar Europeu dos Direitos Sociais tem de deixar o plano das intenções e passar para o plano da vida concreta dos cidadãos europeus.

Minhas Senhoras e Meus Senhores: Fala-se muito de populismo, do espectro do populismo a pairar pela Europa. Eu próprio, às vezes, me socorro da expressão.

Mas, como dizia Nanni Moretti, no filme *Palombella Rossa*, «as palavras são importantes».

De que falamos quando falamos de populismo? Falamos de ultranacionalismo, de xenofobia, de derivas autoritárias. Falamos do ódio ao imigrante, às minorias, ao parlamentarismo democrático. Falamos das novas vestes da velha extrema-direita. Falamos da cultura do medo e da irracionalidade na política, falamos de perspetivas de violência nas ruas e de condicionamentos de opinião.

Convém não normalizar aquilo que não é normalizável.

Aplausos do PS, do BE, do PCP, de Deputados do PSD e do Deputado não inscrito Paulo Trigo Pereira.

É mesmo da extrema-direita autoritária que estamos a falar. Uma extrema-direita que quer dividir o mundo entre elites e massas, entre liberais e conservadores, entre cosmopolitas e patriotas. O mundo não funciona assim. As condições de vida das pessoas não passam por divisões simplistas entre povo e oligarquia ou entre maiorias conservadoras e minorias identitárias.

A mais profunda clivagem política continua a ser entre aqueles que combatem todas as formas de desigualdade e aqueles que só contribuem para reforçar as desigualdades e as discriminações sociais.

Aplausos do PS, do BE, de Deputados do PSD e do Deputado não inscrito Paulo Trigo Pereira.

É este o debate que interessa à vida concreta das pessoas. É aí que está a origem do atual desencanto democrático e do galope abstencionista.

Esta obsessão com o individual e o privado está a deslaçar as nossas sociedades.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Está a criar uma luta de todos contra todos, uma lógica de salve-se quem puder, uma preocupante ausência de empatia humanista. É preciso recuperar o sentido do coletivo, do bem-comum, do espaço público.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Não são só o Parlamento e os partidos políticos que têm de se abrir a esse despertar da cidadania. São também os parceiros sociais, as centrais sindicais, que devem compreender que, sem inclusão, participação ativa dos associados e justiça nas reivindicações, a tendência para a fragmentação e para o reforço dos interesses com pequena dimensão, mas grande poder, será dificilmente reversível.

Minhas Senhoras e Meus Senhores: Combater todas as formas de desigualdade e discriminação foi um dos propósitos fundadores do 25 de Abril. Por isso, nesta última Sessão Legislativa, deixo aqui um desafio para a próxima Legislatura: que consigamos ser tão exigentes com os efeitos sociais das políticas públicas como somos quanto ao seu efeito económico e financeiro.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Que, além das várias instituições que zelam pelo rigor orçamental, surjam no espaço público as vozes daqueles que têm menos voz: a voz dos mais pobres, a voz de todas as vítimas da discriminação social.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente da República, não posso terminar sem aproveitar a presença de V. Ex.ª neste Hemiciclo para enaltecer uma vez mais a forma como tem prestigiado o sistema democrático português.

Uma democracia não sobrevive sem democratas, sem solidariedade entre instituições e órgãos de soberania.

V. Ex.ª é um exemplo de lealdade democrática, numa relação com o Parlamento que só enaltece o prestígio de ambos os órgãos de soberania. Nenhum é condicionável e os dois têm disso consciência.

V. Ex.ª tem sido uma muralha simbólica contra o crescimento do populismo, pelo papel decisivo e essencial que tem assumido durante a sua Presidência.

A história ensina-nos que nenhum partido político democrático beneficia dos ambientes de radicalização, insulto e manipulação.

Minhas Senhores e Meus Senhores: Em ano eleitoral deixo, pois, um apelo aos líderes políticos e parlamentares, que é o de que sejam capazes de travar um debate franco e leal, baseado em alternativas políticas claras.

A política democrática é essencialmente isso: um confronto tolerante entre interesses sociais e programas políticos conflituantes.

A política de casos é a arma dos fracos, daqueles que não têm ideias nem alternativas.

Aplausos do PS e de Deputados do PSD.

Não resolve os desafios estruturais do país nem os problemas concretos das pessoas. Só serve para minar a democracia e envenenar a vida pública.

Às tentativas de degradação do espaço público, respondamos com a exemplaridade republicana e com a convicção democrática!

Aplausos do PS e do Deputado não inscrito Paulo Trigo Pereira.

Ao desprezo pelo conhecimento e pela cultura, respondamos com o confronto democrático dos argumentos.

Os tempos que aí vêm, com o esforço de todos nós, não serão tempos de ódio, violência e demagogia, serão tempos de serviço público, de políticas contra as desigualdades, de defesa da cultura e do património do país.

Pela República!

Pela Democracia!

Pelo 25 de Abril!

Viva Portugal!

Aplausos do PS e do Deputado não inscrito Paulo Trigo Pereira, de pé, do BE, de Os Verdes, de Deputados do PSD e da Deputada do CDS-PP Teresa Caeiro.

O Sr. Presidente da República vai agora dirigir uma mensagem à Assembleia da República.

Faça favor, Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República** (Marcelo Rebelo de Sousa): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Srs. Antigos Presidentes da República, Presidente da Assembleia da República e Primeiro-Ministro, Sr. Cardeal-Patriarca de Lisboa, Sr.as e Srs. Embaixadores, Srs. Capitães de Abril, Excelências, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Dir-se-ia que foi ontem, mas passaram já 45 anos.

Dir-se-ia que foi ontem que os jovens militares de Abril protagonizaram o momento único do fim de um regime e do nascimento de outro, mas passaram já 45 anos.

Quarenta e cinco anos volvidos, que o rito se repita, mas que seja mais do que um rito, que seja memória, que seja gratidão, que seja esperança.

Que testemunhemos aos resistentes de décadas, que testemunhemos aos jovens militares de então o nosso indelével reconhecimento: aos que partiram, aos que permanecem entre nós, aos que nunca esquecerão o que fizeram, aos que, além disso, continuam a sonhar com um futuro melhor para Portugal.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Dir-se-ia que foi ontem, mas passaram já 45 anos. E, há 45 anos, quais eram as expetativas, os anseios, os desafios, as causas dos jovens de Portugal? Desse Portugal também jovem, apesar do milhão que havia votado com os seus pés, emigrando, recusando a vida sem liberdade, sem mais desenvolvimento, sem maior justiça social.

Lembro bem, lembramos bem o que nos unia, a nós, jovens, dos mais opostos pensamentos, na alvorada da mudança. Unia-nos: democracia, em vez de ditadura; liberdade, em vez de repressão; desenvolvimento integral e justiça social mais partilhada, em vez de desigualdade económica, discriminação social, taxas confrangedoras de mortalidade infantil, de escolaridade e de infraestruturas básicas; e paz em África, em vez de empenhamento militar sem solução política. Isto nos unia.

Muito do mais nos dividia: os contornos concretos do regime político; o sistema de Governo; a visão sobre a Europa e o mundo; o papel do Estado, pessoas e organizações; o caminho, o fim, o ritmo da Revolução; o alcance da Constituição e como ela se deveria conjugar com a Revolução, prolongando-a, moderando-a ou conformando-a.

Como sempre acontece com as revoluções, cada qual cadinho de muitas, muito diversas, uns veriam os seus desígnios triunfar no instante inicial, alguns em vários trechos do percurso, outros na primeira versão da Lei Fundamental, outros ainda no somatório das revisões que a foram moldando a novos tempos e a novos modos.

Em rigor, dos jovens de 74 nenhum pode dizer ter visto vencer tudo o que queria para o seu e o nosso futuro, mas, olhando ao caminho trilhado, justo é convir que todos acabaram por ver atingido muito do essencial do seu denominador comum.

Portugal passou de ditadura para democracia, alargou-se a novos universos, tempos e modos, superou indicadores de educação, de saúde, de habitação, de infraestruturas básicas, de segurança social, que condenavam à insuficiente progressão educativa, à elevada mortalidade à nascença, a condições de vida e de proteção sem horizonte.

Construiu tudo isto com uma descolonização tardia, em plena Revolução, e que, por isso mesmo, desenraizaria tantos regressados e deixaria no terreno tantos anos de combates armados, mas sabendo preparar a formação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e, pelo meio, começando a viver o repto da integração europeia.

Ninguém ousará dizer que, nessas décadas, os jovens de 74 e, com eles, os mais antigos e os mais recentes não viveram uma aventura agitada, exigente, não linear, cheia de altos e baixos.

A Revolução: dois anos.

O arranque da democracia, primeiro com o Movimento das Forças Armadas, mais seis anos, depois, de base exclusivamente eleitoral, a partir de 1982.

A adesão às comunidades europeias: processo de oito anos.

O lançamento da CPLP: mais 11 anos.

No entretanto, a aproximação do nosso regime económico aos europeus durante quase 20 anos, inúmeros dos quais após a própria adesão.

Para muitas portuguesas e muitos portugueses, a descoberta da própria liberdade chegaria com a da democracia e uma e outra com a conversão de um império colonial de cinco séculos em membro de comunidades, que não sendo inéditas nas raízes o eram nos seus contornos políticos, económicos e sociais.

Claro que, no essencial, continuamos a ser o que sempre fomos — e bem! —, por corresponder à nossa vocação cimeira: plataforma entre culturas, civilizações, oceanos e continentes.

Claro que, por vezes, assumimos essa viragem histórica singular, que é o encerrar de um ciclo de cinco séculos, como se de uma suave, natural e pacífica transição, sem dor, se tratasse.

Somos inexcedíveis nesse fazer de conta de que mesmo o mais difícil é fácil e de que o mais profundamente diverso não passa de um subtil acidente de percurso.

Hoje, 45 anos depois, manda a verdade, porém, que digamos: nós, os jovens de 74, que continuamos a preferir a democracia, mesmo a mais imperfeita, à ditadura, mesmo a mais incensada, que preferimos o reformismo, mesmo o mais arrojado, à rutura demagógica feita de basismos ilusórios, de messianismos de messias impossíveis, de sebastianismos de passados que não voltam, que queremos mais, muito mais, da nossa democracia social e cultural, que queremos melhor, muito melhor, da nossa democracia política e económica,...

Aplausos da Deputada do PSD Regina Bastos.

... não estamos dispostos a esquecer o que fizemos para ultrapassar barreiras, exclusões e discriminações de há quase meio século.

Esperamos mais, muito mais, da Europa e da comunidade dos países falantes em português, mas não cedemos a tentações ou marginalizações serôdias nem a xenofobias ou a traumas pós-coloniais, sejam quais forem os pretextos ou as seduções do momento.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

Não vemos estes 45 anos como obra perfeita, completa, acabada, que nos deixe deslumbrados, autocontemplativos, realizados. Longe disso, desejamos muito mais e muito melhor, mas reconhecemos que valeu a pena o passo fundador.

Valeu a pena o 25 de Abril!

Valeu a pena mesmo aquilo que, ao longo das décadas, custou a tantos, de destinos sacrificados ou de metas ainda não realizadas.

Valeu a pena. Quem o diz é um dos milhares de jovens desse início dos anos 70, então conhecedor das vicissitudes do estertor da ditadura, agora Presidente da República, em democracia, pelo voto dos portugueses.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: E hoje? O que pensam, o que sentem, o que querem os jovens de 2019? É que os regimes, em particular as democracias, não se quedam na visão dos passados, têm de saber responder aos desafios dos presentes e dos futuros.

Para esses jovens, basta acenar com o existente em pós-descolonização, desenvolvimento e democracia, ou os seus sonhos e as suas necessidades são muitíssimo mais fundos e vastos?

Pós-descolonização? Sim.

Visão universal? Sim, querem-na, se significar um mundo mais aberto, mais dialogante, mais multilateral, mais inclusivo, mais contrário a clivagens que separem, que humilhem, que desumanizem.

Mas querem-no em atos, em gestos diários, em vivências quotidianas. Cá, lá, por todo o universo!

Sabem que os tempos de medo explicam os fechamentos, a recusa do outro, do diferente, do estranho, mas nasceram e querem realizar-se numa universalização humana e humanizadora, da diferença, não sob o protecionismo da identidade forçada nos muros impostos.

E não se conte com eles para passadas ou futuras clausuras, fronteiras-prisões, interditos de circular e de fazer circular pessoas, ideias e projetos de vida.

Democracia, sim! Não querem voltar a ditaduras, mas cultivam tantas vezes uma participação diversa, amiúde inorgânica, sempre mais digital e queixam-se da dificuldade de os sistemas tradicionais saberem lidar com essas novas formas de agir, interagir, intervir, influenciar, aspirar a decidir.

Essa sua inquietude torna-se apelo atrativo para ideias, movimentos, exigências, acelerações, disfunções, que a democracia, nos seus contornos mais clássicos, de outro ritmo e de outra configuração, tem de compreender e de saber conjugar, sob pena de se condenar a meras formas com cada vez menos conteúdo.

E não se conte com eles para passadas ou futuras sobrancerias, orgânicas obsoletas ou ineficazes, clientelismos, adiamentos crónicos face a problemas sociais.

Desenvolvimento para mais e maior justiça social, sim! Mas esses objetivos gerais e abstratos valem menos neste final da segunda década do século XXI, valem mesmo muito pouco, se não forem acompanhados de escolhas, de passos, de marcos muito concretos e visíveis, e mais rápidos, na educação, na saúde e na solidariedade social.

E não se conte com eles para passadas ou futuras indiferenças ou resignações comunitárias.

Os jovens de 2019 querem, além de tudo isso, respostas inequívocas para algumas perguntas urgentes.

Quando e como voltará Portugal a querer ser uma sociedade a rejuvenescer, pelos que nascem e pelos que recebe de fora — digo bem, pelos que recebe de fora! —, e não a envelhecer a passo estugado, permitindo finalmente a todos, os jovens, no seu dinamismo social, e os menos jovens, na sua luta contra a guetização, uma esperança coletiva renovada?!

Quando e como esbateremos mesmo as desigualdades que ainda persistem, que continuam a minar a nossa coesão, entre pessoas, grupos e territórios — sublinho territórios —, que atrasam o desenvolvimento, esvaziam as descentralizações, juntam novos pobres aos velhos pobres?!

Quando e como anteciparemos o que aí vem, nesta era de revolução digital, no emprego e no trabalho, perante mutações científicas e tecnológicas que vão, em 5 a 10 anos, mudar os sistemas produtivos, dispensar pessoas ou rearrumá-las nas suas atividades e perspetivas do amanhã?!

Quando e como conseguiremos explicar aos menos jovens, e são muitos, numa sociedade a envelhecer, que há mesmo alterações climáticas, que há mesmo deveres intergeracionais, que as pugnas pela chamada sustentabilidade do desenvolvimento não são bizantinices de meia dúzia de iluminados ou de agitadores, uma moda dos mais jovens, uma mera manobra conspirativa vinda de fora para beneficiar das indecisões ocidentais ou europeias?!

A maioria destas causas não existia ou não era decisiva para os jovens de 74. Portugal era, ele mesmo, jovem.

As desigualdades eram, de facto, mais chocantes, mas acreditava-se que o crescimento económico, por si só, as iria resolvendo ou atenuando irreversivelmente.

O digital era uma revolução inexistente.

O futuro do trabalho e a atenção ambiental constituíam preocupações de minorias muito minoritárias.

O desafio dos jovens de 25 de Abril de 1974 era muito nacional e muito concentrado em três objetivos cimeiros: a paz em África e, por isso, a descolonização, a democracia e o desenvolvimento, vistos a prazo mais curto.

O desafio dos jovens de 25 de Abril de 2019 é muito mais global, muito mais complexo, muito mais exigente, na diversidade dos fatores de que depende e do prazo alargado que envolve.

Mais ambição no Portugal pós-colonial.

Mais ambição na democracia.

Mais ambição na demografia.

Mais ambição na coesão.

Mais ambição na era digital e na antecipação do futuro do emprego e do trabalho.

Mais ambição na luta por um mundo sustentável.

Tudo, com a economia a crescer, a dependência pelo endividamento a diminuir, sensatez financeira a salvaguardar, acrescida justiça no repartir.

Tudo, sem excluir ninguém! Nem os menos jovens, como somos hoje os jovens de 74, nem os mais jovens, ou seja, os jovens de hoje.

Parece um programa impossível? Talvez. Mas a história faz-se sempre de programas, de ideais, de sonhos impossíveis. E a História de Portugal é a história de uma pátria que nasceu impossível. Uma impossibilidade com quase 900 anos!

Por que razão haveriam de ser as gerações de hoje as primeiras a renunciar a construir o impossível?!

Por que razão haveríamos de ser nós — precisamente nós! — a não acreditar em Portugal?!

Que para sempre vivam os caminhos de liberdade, democracia e dignidade das portuguesas e dos portugueses que Abril desbravou!

Que para sempre viva Portugal!

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP, de pé, e do PAN.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Declaro encerrada a Sessão Solene Comemorativa do XLV Aniversário do 25 de Abril.


2020

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Declaro aberta a Sessão Solene Comemorativa do XLVI Aniversário do 25 de Abril.

Sr. Presidente da República, Excelência, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr.ª Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Sr. General Ramalho Eanes, Sr.ª Ministra de Estado e da Presidência, Sr. Ministro da Defesa Nacional, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Sr.as e Srs. Vice-Presidentes da Assembleia da República e Presidentes dos Grupos Parlamentares, Sr. Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Sr.ª Provedora de Justiça, Srs. Conselheiros de Estado, Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Srs. Chefes do Estado-Maior da Armada, do Exército e da Força Aérea, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Presidentes do Conselho Económico e Social e do Conselho Diretivo da ANAFRE, Sr. Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, Sr. Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, Sr.ª Secretária-Geral da CGTP-IN, Sr. Cardeal-Patriarca de Lisboa, Eminência, Ilustre Representante da Associação 25 de Abril, Sr.as e Srs. Convidados, Portuguesas e Portugueses:

Portugal e os portugueses têm sido confrontados, nas últimas semanas, com as consequências de uma grave pandemia internacional, cuja evolução tem acarretado sérias implicações a nível social, económico e financeiro.

A perda de centenas de vidas humanas é, sem dúvida, a expressão mais violenta da pandemia, porque irreversível. E bastaria que se perdesse apenas uma para que o nosso lamento se fizesse ouvir e a nossa solidariedade chegasse a quem vê desaparecer um seu ente querido.

Nesta hora difícil que vivemos, os nossos pensamentos estão com todos quantos perderam familiares e amigos. Com todos quantos se encontram hospitalizados, lutando pela sua sobrevivência contra este vírus terrível. Com todos quantos estão impossibilitados de contactar os seus mais próximos, confinados nas suas residências ou em instituições um pouco por todo o país, a quem tentamos atenuar o vazio da privação dos afetos de proximidade. Com todos os que, impossibilitados de festejar na rua o Dia da Liberdade, nos possam acompanhar nesta homenagem ao 25 de Abril.

Para todos eles, uma palavra de solidariedade, de ânimo, de esperança. Mas, em especial, por todos os que nos deixaram, peço que cumpramos 1 minuto de silêncio.

Foi guardado, de pé, 1 minuto de silêncio.

Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores: A crise que atravessamos — que a Europa e o mundo atravessam —, e que começou por ser uma crise de saúde pública, atinge hoje uma dimensão que só encontra paralelo se recuarmos muito tempo.

Desde o primeiro momento, Portugal e os portugueses souberam mobilizar-se de uma forma responsável, empenhada, disciplinada, paciente e serena, antecipando mesmo as recomendações das autoridades de saúde e cumprindo escrupulosamente as suas orientações, dando provas da sua tenacidade, capacidade de resistência e vontade maior de vencer esta enorme provação. Ao fazerem-no, não sem sacrifício, estão a dar um precioso contributo para atenuar a transmissão mais acelerada do novo coronavírus e, dessa forma, moderar alguns dos efeitos mais nefastos da pandemia.

Desde o passado dia 18 de março, Portugal e os portugueses enfrentam estas difíceis circunstâncias — que, de resto, partilhamos com muitos países e cidadãos do mundo inteiro — em estado de emergência. Estas circunstâncias registam maior severidade nos Estados Unidos e na Europa, especialmente em Espanha e em Itália, países irmãos a quem endereçamos uma palavra amiga e solidária.

Este é o primeiro estado de emergência das nossas vidas e, esperamos, o último. Enfrentamo-lo com ansiedade, com receio, com medo, porque, como nos lembra Mário Dionísio, «ter medo é próprio do homem. A coragem não é mais do que saber atravessá-lo e ir com ele contra as forças que o consomem ainda e sempre com medo de mostrá-lo».

Mas, mesmo em estado de emergência, em liberdade.

Mesmo em estado de emergência, não vimos ser suspensa a democracia que somos, a democracia que Abril nos trouxe nessa manhã inesquecível, que hoje, com sentido de dever e responsabilidade, evocamos e celebramos, volvidos 46 anos.

Mesmo em estado de emergência, a Assembleia da República não deixou de funcionar, não fechou as suas portas. Enquanto órgão de soberania, e no uso das competências constitucionais, a Assembleia da República manteve intactos os seus poderes, determinantes para a resposta a esta crise.

Foi no uso dos seus poderes legislativos que a Assembleia da República aprovou, por exemplo, medidas sobre o endividamento das autarquias locais no âmbito da pandemia ou o regime excecional sobre a mora no pagamento das rendas e sobre a impossibilidade de suspensão de serviços essenciais, como água, energia elétrica, gás natural ou comunicações eletrónicas.

Foi no uso do poder de fiscalização que o Parlamento manteve o acompanhamento permanente do evoluir da situação e a fiscalização da ação do Governo e da Administração, em especial do conjunto de medidas extraordinárias e de caráter urgente de resposta à crise que Portugal e os portugueses atravessam.

Foi a Assembleia da República que autorizou que o Sr. Presidente da República decretasse o estado de emergência e o pudesse renovar por duas vezes.

Ontem, como hoje, honrando o papel fundamental do Parlamento, honrando quem representamos, honrando este chão comum que é a Constituição da República Portuguesa saída de 1976, honrando a democracia que somos e todos quantos a tornaram possível, honrando, hoje, o 45.º aniversário das primeiras eleições verdadeiramente livres em Portugal.

Celebrar — e não festejar — o momento fundador do nosso regime na Casa da Democracia é também mostrar, no presente e para o futuro, que, independentemente das circunstâncias, mesmo as mais extraordinárias e graves, mesmo em estado de emergência, como o que vivemos, a democracia e o Parlamento dizem «presente», para garantir que as crises nunca servirão de pretexto para lançar as sementes de qualquer alternativa antidemocrática.

A Assembleia da República, com os seus Deputados, não saiu do palco democrático e, tal como o fez nas últimas semanas, respeitando todas as recomendações ao nível da saúde e da segurança, dando o exemplo pela prevenção e pelo trabalho, abriu hoje, mais uma vez, as suas portas ao país. E, se não fechou as portas no passado, não faria sentido que não as abrisse hoje, 25 de abril de 2020, 46 anos depois de Abril, que nos deu a liberdade.

Aos capitães de Abril, aqui representados pela Associação 25 de Abril, o nosso muito obrigado!

Aplausos do PS, do BE, do PCP, do PAN, da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e de Deputados do PSD.

Desde 3 de junho de 1976, a Assembleia da República está em pleno funcionamento. Hoje não foi exceção.

Hoje não é exceção. A liberdade não está só a passar por aqui: a liberdade é aqui e agora.

Minhas Senhoras e Meus Senhores: Reunir hoje a Assembleia da República, tanto mais com a muito honrosa presença do Sr. Presidente da República, a quem muito agradeço em termos institucionais e pessoais, e de altas entidades do Estado português, tem igualmente um outro propósito, o de homenagear todos quantos têm permitido que o país não pare, que a economia não colapse, que o desemprego não dispare.

De todos os profissionais dos mais diversos setores — da agricultura à pecuária, da silvicultura à pesca, das indústrias extrativas às indústrias transformadoras, da banca aos seguros, da recolha de resíduos à limpeza urbana, dos estafetas aos operadores de super e hipermercados, das farmácias às obras públicas e construção civil, do transporte de mercadorias aos transportes públicos, da restauração aos correios e telecomunicações, dos bombeiros aos professores, da imprensa e da comunicação social em geral aos vários serviços públicos —, são milhões aqueles que disseram e dizem «presente» para que outros portugueses possam recolher-se e proteger-se. São milhões aqueles que, apesar das circunstâncias e com custo pessoal, se expõem, permitindo que o país não pare.

É pelo povo, e para ele, que o Parlamento se mantém em funcionamento. Com o seu labor, dão um inexcedível contributo para atenuar os efeitos desta pandemia, no imediato e no tempo, contributo sem o qual, não tenhamos dúvidas, não estaríamos em condições de superar esta crise.

Como nos dizia Luis Sepúlveda, um amigo de Portugal que vimos desaparecer nos últimos dias devido à COVID-19, «admiro os resistentes, os que fizeram do verbo 'resistir' carne, suor, sangue, e demonstraram sem espaventos que é possível viver, mas viver de pé, mesmo nos piores momentos».

Mas há, compreenderão, uma palavra especial que devo transmitir, em nome do Parlamento e das portuguesas e dos portugueses que aqui representamos.

Aos profissionais de saúde de todas as áreas, pela sua dedicação, pela sua competência, pelo seu profissionalismo e pelo enorme esforço que demonstram, muito além do estrito dever, prescindindo, em tantas situações, do contacto com familiares para uma entrega sem limites aos outros e à causa pública.

Aplausos gerais.

Aos militares dos três ramos das Forças Armadas e às forças de segurança, pelas qualidades e virtudes demonstradas na execução das tarefas e missões que lhes são atribuídas neste tempo particularmente exigente, nas quais revelam qualidades de bravura, coragem e grande dedicação ao serviço da segurança pública, de Portugal e dos portugueses.

Aplausos gerais.

A todas e a todos, muito obrigado!

São também estes os ganhos de Abril: a cultura cívica, a forma adulta como Portugal e os portugueses estão a responder à emergência que atravessamos.

E há que evocar uma das maiores conquistas do Portugal democrático, o Serviço Nacional de Saúde (SNS), e o seu fundador, António Arnaut, que entendeu a igualdade de oportunidades como condição essencial para o exercício da liberdade, que hoje celebramos.

Aplausos do PS, do BE, do CH e de Deputados do PSD.

O Estado social e democrático que hoje somos teve nele um promotor visionário e um defensor exigente, sendo-lhe devida uma sentida homenagem no momento em que o Serviço Nacional de Saúde e os seus profissionais são testados ao limite por este vírus terrível, que alterou radicalmente a nossa vida em sociedade.

Minhas Senhoras e Meus Senhores: O Portugal de hoje deve muito a todos quantos, contra todas as expectativas, contra muitos que pensavam nunca tal poder acontecer, foram capazes de ultrapassar bloqueios e encontrar soluções capazes de recuperar o país da profunda crise — até mesmo de identidade e de valores — em que se encontrava, depois de um período tão difícil e complexo como foi o período de assistência financeira, com profundos impactos na pobreza e na exclusão social. De uma coisa estou certo: Portugal e os portugueses estão vacinados contra a austeridade. Resta saber se a vacina tem 100% de eficácia!...

Embora a pandemia que enfrentamos tenha deitado a perder parte do que conquistámos com tanto esforço e sacrifício, devo recordar que foi no Parlamento — que assumiu, também por isso, uma centralidade crescente no funcionamento do nosso sistema político —, e em concertação permanente, que foi possível concretizar um programa de recuperação de rendimentos e de alteração de política económica, sem pôr em causa os compromissos internacionais de Portugal.

Num momento em que os portugueses esperam dos seus representantes sentido de responsabilidade, estou certo de que todos os representantes políticos, porque todos contam, porque todos são importantes, darão o seu contributo para um novo presente, para um futuro melhor. Todos têm sido determinados no combate a esta pandemia e aos efeitos por ela provocados.

Ao combate à pandemia, que está ainda longe de estar ultrapassado, soma-se agora um outro desafio tão ou mais difícil: o do combate às desigualdades, pelo desenvolvimento económico, pela prosperidade. Com projetos diferentes, naturalmente, mas respeitando as regras de funcionamento do sistema democrático. É essa a natureza do nosso regime.

O pior que podia acontecer à nossa democracia seria ver o trabalho de escrutínio próprio das oposições parlamentares ser exercido por poderes fácticos ou inorgânicos, cujos intentos são pouco claros, muitas vezes contraditórios entre si e dificilmente circunscritos às questões em disputa e dos quais nunca virá nenhuma alternativa política e nenhum benefício democrático.

Pior está a democracia quando o escrutínio é feito com base em calúnias, em mentiras, em falsidades, em campanhas de desinformação que apenas visam denegrir as instituições, os seus representantes e, em última análise, a democracia. Não é isto o escrutinar da democracia, isto é a democracia a ser atacada.

Quer a desinformação, quer a propaganda populista aproveitam o distanciamento entre os partidos e a sociedade, sempre com o intuito de desacreditar os valores fundamentais do Estado de direito democrático, minar a confiança nas instituições e, o fim último, destruir a democracia.

A resposta passa por tornar a democracia mais inclusiva, mais representativa, uma democracia de confiança, capaz de gerar confiança.

A resposta passa por tornar as nossas instituições mais fortes, mais sólidas, mais capazes de responder aos anseios das populações e de afastar os seus receios.

Não só em Portugal, mas também no plano da União Europeia, tem sido essa a nossa aposta, contribuindo para que esta não perca de vez toda a credibilidade e razão de ser. Porque, não tenhamos qualquer dúvida, se não houver solidariedade europeia no período mais grave que os Estados-Membros atravessam desde o final da II Guerra Mundial, o projeto europeu deixará de fazer sentido.

Fiel aos princípios fundadores deste projeto comum de paz, de desenvolvimento e de democracia, Portugal tudo deve fazer — e tem feito, através do Governo e não só — para que, neste intervalo negro, não se perca a Europa da partilha e da solidariedade. Como disse há poucos dias o Papa Francisco, «hoje, a União Europeia encontra-se face a um desafio histórico, do qual dependerá não só o seu futuro mas o do mundo inteiro».

A nossa intervenção política continuará a ser pautada pela defesa de todos os portugueses e, em especial, de todos os que têm sido afetados por esta pandemia. É por eles que nos devemos unir, porque, perante tamanho desafio — e tal como perante as crises migratórias ou as alterações climáticas —, só venceremos esta pandemia se nos mantivermos unidos.

É um combate que não depende só de nós, isoladamente.

É um combate que depende de todos.

Não podemos desistir, não há tempo a perder.

É pelos que sonham um futuro melhor, para si e para os seus, que hoje, com esperança e determinação, em democracia e liberdade, dizemos «presente».

Viva o 25 de Abril!

25 de Abril sempre!

Viva a Democracia!

Viva a Liberdade!

Viva Portugal!

Aplausos do PS, do BE, do PCP, do PEV, da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e de Deputados do PSD.

Vamos dar início às intervenções dos Deputados únicos representantes de partido e representantes dos grupos parlamentares.

Em representação do Iniciativa Liberal, tem a palavra o Sr. Deputado João Cotrim de Figueiredo.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Ex.mo Sr. Presidente da República, Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia da República, Ex.mo Sr. Primeiro-Ministro, Ex.mos Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

Hoje, dia 25 de abril, o mais novo dos meus quatro filhos faz 18 anos e, por isso, tenho dois motivos bons para celebrar. Para ele, é um aniversário especial, a entrada na idade adulta, e eu decidi escrever-lhe uma carta que, no fundo, se dirige a toda a sua geração. Com a autorização do próprio, gostaria de vos ler essa carta:

«Meu querido Miguel:

Hoje é o teu dia de anos. Muitos parabéns! Cresceste tanto nestes 18 anos. Aprendeste a pensar pela tua própria cabeça e a assumir quando fazes asneira. Orgulho-me disso. Não te escrevo para dar conselhos, mas para te dizer coisas que eu talvez gostasse que me tivessem dito quando tinha a tua idade.

Quero começar pela liberdade, sempre a liberdade. Nasceste a 25 de abril, uma coincidência feliz para te lembrar que nunca deves tomar a liberdade como garantida. Muitos tiveram de lutar para que possas desfrutar dela hoje. E tu deves estar preparado para fazer o mesmo, se um dia, sob um qualquer pretexto, te quiserem privar da tua liberdade, mesmo que seja só um bocadinho, mesmo que seja só por um bocadinho. Tu e a tua geração.

Percebeste cedo que a tua liberdade acaba quando a dos outros começa. Mais: foste entendendo que não te sentirás livre enquanto ao teu lado houver quem o não seja. Por isso, nunca deixes de olhar à tua volta, de te interessar e de cuidar dos outros, de lutar ao seu lado ou à sua frente, se tiver de ser. Tu e a tua geração.

Percebeste cedo que a tua liberdade acaba quando a dos outros começa e, graças ao 25 de Abril e ao 25 de Novembro, nasceste num país democrático e livre. Mas a liberdade que verdadeiramente interessa não é a dos países, é a das pessoas. E não há verdadeira liberdade enquanto não houver igualdade de oportunidades e possibilidade de escolha. É que, embora tu e os jovens da tua geração tenham nascido num país livre, não nasceram num país próspero.

Sinto uma parte da responsabilidade por isto. Eu e a minha geração não te deixamos, a ti e à tua geração, um país à altura das vossas ambições. O país que vos deixamos quase não cresce desde que nasceste, há 18 anos. O país que vos deixamos foi ultrapassado por países que eram mais pobres do que nós há 18 anos. O Portugal que vos deixamos é hoje menos produtivo em termos relativos do que era quando nasceste. Por isso, tu e a tua geração terão menos oportunidades do que eu tive, menos escolhas do que eu tive, menos liberdades do que eu tive. Pela parte que me toca, desculpa.

Mas não desesperes. É possível mudar: lutando, trabalhando, criando. Confio que os portugueses são capazes de mais, se os deixarem escolher o seu caminho na vida, se os deixarem escolher, por

exemplo, a sua escola ou o seu médico, se não dependerem do Estado para tudo e para nada, se a burocracia não os atrasar ou impedir. Se mudarmos isto, os portugueses serão tão bons como os melhores e mais livres do que nunca.

Se resistirmos ao conformismo e aos falsos unanimismos, se não deixarmos que o Estado se confunda com um partido, se a crítica e a diferença forem vistas como a força que efetivamente são, os portugueses, repito, serão tão bons como os melhores e mais livres do que nunca.

Mas nada disto cairá do céu. Temos, cada um de nós, os mais novos e os mais velhos, de fazer a nossa parte. Eu entrei na vida política, no Iniciativa Liberal, para defender o liberalismo, que, em Portugal, não tinha voz. Tu, Miguel, escolherás a tua própria forma de lutar. Mas, seja ela qual for, meu filho, fá-lo com a coragem que já demonstraste ter.

Luta por ti, luta pelos jovens como tu, pelos que serão como tu, pelos que já foram como tu e também pelos que não pensam como tu. Nunca desistas de melhorar o mundo à tua volta, à tua maneira, com a ajuda dos teus ou sozinho, se tiver de ser.

Foi para isto que se fez o 25 de Abril: para te libertar de uma ditadura, sim, mas, acima de tudo, para te libertar de tudo e de todos os que não deixam a tua geração procurar aquilo que livremente deseja.

Um beijo do teu pai, que te deseja, neste 25 de abril, um dia — e uma vida — livre e muito feliz.»

Aplausos do PSD, do PAN e do CH.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Altos Funcionários do Estado, General Ramalho Eanes, Sua Eminência Cardeal-Patriarca de Lisboa:

Assinalámos o fim de uma ditadura numa manhã importante de abril. E hoje, 46 anos depois, continuamos confinados, já não por força de nos retirarem as liberdades, mas por uma pandemia que nos retirou a maior parte da nossa liberdade.

Não devíamos estar aqui hoje. E não devíamos estar aqui hoje porque os portugueses não puderam estar ao lado daqueles que perderam, daqueles que celebraram e daqueles que queriam abraçar no dia de hoje.

Por isso, hoje é o dia de dizer que, por muito importante que seja, não deveríamos estar aqui e, arrisco-me a dizê-lo, uma grande maioria dos portugueses não queria que estivéssemos aqui.

Se Abril é alguma coisa, tem de ser a unidade de lutarmos como nunca contra um inimigo que desconhecemos e que, certamente, vamos vencer.

Mas de que valem os cravos de Abril, *Grândola, Vila Morena* cantada à janela ou *E Depois do Adeus* a passar na rádio, se continuamos a ser um dos países com mais altos índices de corrupção da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), se continuamos, infelizmente,

a libertar bandidos e a maltratar as nossas forças de segurança e os nossos magistrados, se continuamos a tratar mal a saúde, a educação, os profissionais que estão na linha da frente e que hoje acabamos por aplaudir?! De que nos vale ter cravos ao peito se a todos eles tratamos mal e, diria mesmo, somos um dos piores da Europa?! De que vale termos Abril, se não temos separação de poderes, se temos uma confusão cada vez maior entre Estado e partido e se isso compromete, a prazo, a nossa liberdade?!

Vêm aí dos tempos mais difíceis de sempre. E é tempo de perguntarmos o que significa Abril, hoje. Como podemos falar de Abril se pagamos subvenções vitalícias a políticos que roubaram o Estado?! Como podemos falar de Abril se pagamos àqueles que nos roubaram nos últimos anos?! Como podemos falar de Abril quando há julgamentos intermináveis, que não acabam?! E os portugueses, em casa, perguntam-se: «Quando chegaremos a bom porto?» «Populismo!» — dizem eles.

É a mesma conversa desde que pusemos o cravo ao peito, é a mesma conversa há 46 anos e os portugueses estão a começar a ficar fartos.

De que vale pormos cravos se temos cada vez mais impostos, muitos deles para pagar — talvez hoje não fique bem dizê-lo — a muitas minorias que não o merecem e a quem nós pagamos?! Os coitadinhos de Abril também têm de ser hoje mencionados, sem desrespeito, por serem, na verdade, uma das razões principais de pagarmos tantos impostos.

Hoje celebramos o fim de uma ditadura e o início de um regime democrático, mas — porque não dizê-lo? — precisamos de outro. Precisamos de outro! E, com o respeito enorme que temos por aqueles que lutaram naquela manhã para fazer um regime diferente, também hoje precisamos que uma nova madrugada venha para nos trazer um novo regime. Por uma razão simples: este já não serve!

Francisco Sá Carneiro dizia que, naquele dia, os militares realizaram um ato heroico de libertação de si mesmos, mas, consigo, quiseram libertar Portugal inteiro. Porque não assumir hoje que talvez os militares, naquela manhã, tenham conseguido libertar-se a si próprios, mas não conseguiram libertar Portugal inteiro, porque essa ainda vai ser a nossa missão a concretizar?

Pode não ser correto, pode não ser politicamente aceitável, pode nem ser moralmente viável, mas hoje é o momento em que há uma força política nesta Assembleia que diz: «O 25 de Abril não esqueceremos, mas queremos outro, queremos outra democracia e queremos outra República. Queremos a 4.ª República Portuguesa!»

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes», tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ferreira.

O Sr. **José Luís Ferreira** (PEV): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr.as e Srs. Deputados, Valorosos Capitães de Abril, Sr.as e Srs. Convidados:

Aqui estamos hoje para falar de Abril, porque hoje é dia de falar de Abril. É dia de evocar essa madrugada, tudo o que nos trouxe, tudo o que semeou e tudo o que nos permitiu sonhar.

E, mesmo em tempos como os que vivemos, aqui estamos.

Aqui estamos, porque hoje também é dia de não deixar desvanecer a importância que a liberdade e a democracia representam para nós, enquanto povo e enquanto país.

Aqui estamos, como estivemos para decidir medidas de combate à crise.

Aqui estamos, como estivemos para discutir o estado de emergência e os seus prolongamentos.

Aqui estamos, como iremos estar nas próximas semanas para discutir novas medidas de combate a esta ameaça coletiva que sobre nós paira.

E aqui estamos, respeitando escrupulosamente todas as regras de saúde pública e sem retirar elevação ao que se pretende assinalar hoje na Assembleia da República.

Aqui estamos, para falar da Revolução dos Cravos. Dessa madrugada que semeou esperança, que devolveu dignidade a um povo vigiado, perseguido e silenciado, que convocou a liberdade e a democracia para o nosso destino coletivo e que nos trouxe a paz e nos ensinou a valorizar as preocupações com a justiça social, com o combate à pobreza e com a necessidade de preservar os recursos ambientais.

Para trás, ficaram a ditadura, a PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), a censura, a perseguição, a tortura e a guerra colonial.

Para trás, ficaram um país a preto e branco e um povo obrigado ao cinzentismo de ideias com travo a mofo; um país onde a mortalidade infantil imperava e o analfabetismo reinava, porque a saúde e o ensino eram luxos de rico.

Para trás, ficaram um povo triste e um país sombrio.

É por isto e por muito mais que importa dizer: «Fascismo nunca mais!»

Mas falar da Revolução dos Cravos é falar da coragem dos capitães de Abril, que, nessa madrugada, saíram dos quartéis para sacudir aquele «presente» e arquivar o tal passado, para nos darem outro futuro e outro caminho.

É falar da resistência e da coragem de tantos homens e mulheres que lutaram por um país onde a riqueza produzida fosse por todos distribuída e os recursos naturais por todos sustentavelmente partilhados.

Não posso, por isso, deixar de saudar, em nome do Partido Ecologista «Os Verdes», os capitães de Abril e os homens e mulheres que lutaram por um país livre. Uns e outros fizeram História, não só porque foram capazes de dar corpo ao sentir de um povo inteiro, mas também por tudo quanto Abril nos trouxe. E trouxe muito!

Desde logo, o Serviço Nacional de Saúde, que representou um enorme passo em termos de civilização, mas também uma porta que se abriu para os portugueses no acesso aos cuidados de saúde. Com o SNS, conseguimos melhorar os indicadores de saúde em Portugal, melhorar a saúde e a qualidade de vida dos portugueses. Foi o SNS que permitiu que a taxa de mortalidade infantil passasse para valores abaixo da média europeia.

Desde a sua criação, a estrutura do SNS tem-se mantido, apesar de ter sido fortemente fragilizada pelos Governos do PSD de Cavaco Silva e pela Lei de Bases de 1993, que veio abrir o mercado da saúde aos privados, e de ter sido enfraquecida ainda pelos cortes do Governo de Passos Coelho e Paulo Portas e por um subfinanciamento de décadas de Governos do PS, do PSD e do CDS.

Ainda assim, aí o temos, a servir de escudo a esta pandemia, a assumir um papel absolutamente decisivo e insubstituível neste combate. E, sem grande esforço, podemos fazer uma ideia de como seria lidar com o novo coronavírus se não tivéssemos o nosso SNS.

É por isso que nunca é demais sublinhar a importância do Serviço Nacional de Saúde e dos seus profissionais e alertar para a necessidade do seu reforço e da valorização dos homens e das mulheres que, corajosamente, continuam na linha da frente deste combate e que merecem todo o nosso reconhecimento.

Nesta circunstância, queria endereçar também, em nome do Partido Ecologista «Os Verdes», as mais sentidas condolências às famílias das vítimas que não resistiram ao novo coronavírus e uma palavra ainda a todas as pessoas que continuam a trabalhar para garantir que, apesar de tudo, o essencial não falta e o país não para de todo.

É justo registar também a forma como os portugueses estão a encarar o problema, o que tem representado um pilar fundamental para construir a resposta, que tem de ser coletiva. Tem de ser coletiva, mas já percebemos que a solidariedade europeia é apenas conversa fiada.

Na verdade, a postura da dita «União» acaba por traduzir a dimensão da natureza solidária da União Europeia e o significado da União: é o «salve-se quem puder» no reino do «vale tudo». E, apesar do foguetório do Eurogrupo, nem há solidariedade nem fundos adicionais.

Ainda assim, que maio represente o início de uma caminhada de regresso à normalidade, uma caminhada que se adivinha longa e que o bom senso recomenda que seja progressiva e cautelosa.

Enquanto ecologistas, o que esperamos é que «*depois do adeus*», isto é, depois de se achatar a curva desta pandemia, nos viremos para outros achatamentos e para outras curvas.

Porque é preciso achatar a curva das desigualdades, sobretudo a pensar nos milhares de trabalhadores que ficaram sem trabalho e nos que viram os seus rendimentos substancialmente reduzidos com esta crise.

É necessário achatar a curva da distribuição da riqueza produzida, dos salários, da injustiça fiscal e da imoralidade dos paraísos fiscais.

É preciso achatar a curva da ausência do interesse público em decisões como as respeitantes à localização de aeroportos.

É imperioso achatar a curva do tratamento entre os bancos e os contribuintes. Hoje, pedimos aos bancos o favor de serem sensatos e recordamos que receberam milhões de euros dos portugueses, mas, ontem, ninguém nos pediu sensatez. O dinheiro saiu dos nossos salários e das pensões diretamente para os bancos e ninguém nos lembrou de qualquer exemplo de ajuda dos bancos, até porque ela nunca existiu.

É também necessário achatar a curva dos desequilíbrios ambientais.

É imperioso achatar a curva da crise climática e da perda de biodiversidade ou do uso insustentável dos recursos naturais.

Impõe-se um regresso à razão e uma aproximação aos valores de Abril.

Termino com um «até já», porque, às 15 horas, das janelas e das varandas de cada um, vamos cantar a *Grândola*, em defesa do ambiente, em defesa da saúde, mas também para lembrar que o 25 de Abril não está de quarentena.

Viva o 25 de Abril!

Aplausos do PEV do PCP e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo parlamentar do PAN, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Ilustres Entidades, Altas Autoridades, Distintas e Distintos Convidados, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Funcionários:

A 25 de Abril de 1974, os jovens capitães de Abril iniciaram a concretização do sonho de gerações que os haviam precedido, com o derrube de uma ditadura opressora que durava já há mais de 48 anos e a construção de um Estado democrático. Este sonho não teria sido possível sem o empenho e a mobilização da sociedade portuguesa, que se organizou para dar resposta aos novos desafios de participação política na criação de um país livre.

Evocar Abril em 2020 tem, no entanto, de ir além da justa homenagem àqueles que fizeram a História. Requer a renovação e o fortalecimento dos valores democráticos, refletindo o presente e a liberdade de construir o futuro, mas constatando, que, no presente, também temos fragilidades que persistem e vendo, então, que Abril continua por cumprir.

Abril está por cumprir nos seus princípios fundamentais, como o princípio da igualdade. Apesar do caminho até aqui feito, nem todas as pessoas têm a mesma dignidade social ou são tratadas como iguais. O rosto da violência doméstica continua a ser marcadamente feminino. Para o desempenho do mesmo trabalho, as mulheres recebem menos do que os homens e, apesar de mais habilitadas, têm mais dificuldade em aceder aos cargos de chefia ou aos lugares de topo na política, em que continuam a estar sub-representadas.

Abril está por cumprir no combate à pobreza. Basta olharmos para o nosso país e verificarmos que mais de 10% da população continua a viver em situação de pobreza, apesar de estar empregada. E a vulnerabilidade atinge, sobretudo, crianças e pessoas idosas, mais uma vez, na sua grande maioria mulheres.

Abril está por cumprir também no acesso à justiça. Se, por um lado, a defesa dos direitos e interesses protegidos pela Constituição é tratada como um luxo, pondo em causa o acesso ao direito, por outro, não se investe num combate sério à corrupção ou no aumento da transparência.

Abril está por cumprir também na resposta do Serviço Nacional de Saúde. Durante sucessivos Governos, houve um desinvestimento na saúde, seja na valorização dos seus recursos humanos, seja nos meios de resposta existentes. E esta crise demonstrou-nos bem a importância de um Serviço Nacional de Saúde forte e capaz de dar respostas. Não podemos esquecer que não faz assim tanto tempo que as pessoas em Portugal não tinham acesso aos mais básicos cuidados de saúde.

Abril está por cumprir também no direito universal à habitação. No nosso país, são milhares os que não têm uma casa ou um teto e são muitos mais aqueles que não têm uma habitação digna para viver, com condições de higiene e de conforto mínimas.

Abril está por cumprir na proteção de todos os cidadãos na doença, na velhice, na invalidez e no desemprego: dos que não têm dinheiro sequer para aquecer a casa no inverno ou para comprar

medicamentos, dos que não têm um salário digno ou uma pensão digna para viver, dos que vivem isolados ou até mesmo sem condições de mobilidade que lhes garantam uma cidadania plena.

Abril está por cumprir na igualdade de acesso à educação com qualidade. No nosso país, falta ainda trilhar um longo caminho para garantirmos uma educação inclusiva, que contribua para reduzir o fosso das desigualdades sociais e regionais.

Abril está por cumprir no respeito que devemos também aos animais. No nosso país, os animais continuam a ser votados ao abandono, aos maus-tratos, à privação da liberdade ou à sujeição a atividades cruéis, que ferem os valores humanitários que nos devem nortear.

Abril está por cumprir na qualidade de vida e ambiental. Vivemos submersos num modelo de desenvolvimento insustentável, marcado pelo aproveitamento irracional dos recursos naturais e em violação do princípio da solidariedade entre gerações. Neste país, é o interesse económico que mais ordena, com licença para devastar ecossistemas de interesse único e que são ainda um importante motor de combate às alterações climáticas.

Abril está por cumprir no funcionamento das instituições. Na própria Casa da Democracia, ainda há quem mostre intolerância a desvios ao pensamento único do sistema. Nesta Casa, não podemos esquecer que a democracia é de todos e para todos. Não há donos da democracia. Só respeitando a pluralidade democrática e as vozes discordantes que Abril nos permitiu é que se trava o caminho de populismos e demagogias crescentes.

À democracia de pouco ou nada servirão cerimónias e demais simbologias que se mostrem alheadas das aspirações e preocupações das pessoas e mais ainda das consequências da atual crise sanitária, económica, social e ambiental, ditada por uma doença silenciosa e desconhecida.

Bem sabemos que os próximos tempos permanecerão difíceis. Esta doença pôs um foco sobre as forças e as fragilidades do nosso regime democrático. Ao olhar para elas, sabemos que precisamos de uma força redobrada para livremente reerguer o país, reforçar o Serviço Nacional de Saúde, promover o bem-estar social e económico, a qualidade de vida das pessoas, um Estado criador de um novo modelo de desenvolvimento económico, mais justo, sustentável e climaticamente neutro, e, acima de tudo, um Estado que não permita que esta crise se transforme também numa crise humanitária.

São muitos os desafios que nos esperam. Mas, neste mar turbulento, provocado por este coronavírus que ameaça a humanidade, não estamos todos no mesmo barco. Por isso, como bem referiu o Secretário-Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), o mantra «não deixar ninguém para trás» importa agora mais do que nunca.

Precisamos de uma nova alvorada.

Precisamos de um novo Abril e de um despertar para um novo paradigma.

O nosso país precisa de novas políticas de conciliação do trabalho, da família e do lazer. Pensemos no papel que o trabalho tem na nossa sociedade, nas consequências do encerramento de milhares de empresas e de mais de um milhão de cidadãos em *layoff* ou no aumento drástico dos números do desemprego a cada dia. Pensemos na importância de as nossas crianças terem não só o direito efetivo de acesso à educação, mas também o direito de ser crianças e de todos termos direito ao desenvolvimento pessoal e ao tempo livre. Precisamos que o tempo que temos hoje não seja condicionado por

esta crise sanitária e precisamos de, enquanto sociedade, ser capazes de nos organizar para permitir esse mesmo tempo.

O nosso país precisa, assim, de novas políticas de apoio à criação cultural e artística. Pensemos na ironia de viver num país que iniciou uma Revolução com canções de resistência e que nega agora o devido apoio e valorização aos seus artistas.

O nosso país precisa de novas políticas ambientais e de empatia e sensibilidade para com os animais. Pensemos no autofágico modelo de desenvolvimento vigente, assente na produção e no consumo desmedidos, que polui e invade ecossistemas intocados, destrói *habitats* e extingue espécies. A ciência não se cansa de alertar para a necessidade de mudança dos nossos hábitos e comportamentos. Caso contrário, não conseguiremos achatar a curva das emissões de carbono nem evitar o aumento da temperatura média global.

E isso também nos matará e mais crises como aquela com que nos debatemos hoje se seguirão.

O nosso país democrático não sobreviverá sem novas políticas, sem novas políticas que aprofundem e reforcem aquilo que esta crise mais evidenciou: a importância e a necessidade de um Estado social forte, que ponha as pessoas em primeiro plano e atue na defesa e na proteção do interesse dos seus cidadãos, sem qualquer tipo de distinção ou discriminação, e que reforce o caminho para a igualdade. Recorde-se que, em democracia, a força de um Estado depende diretamente da confiança dos seus cidadãos. Não há confiança sem transparência e a falta dela também alimenta populismos antidemocráticos.

Antes de terminar, não podemos deixar de referir que hoje não podemos todos celebrar o 25 de Abril. Faltam aqueles cujas vidas perdemos e a cujas famílias não podemos deixar de manifestar pesar. Faltam aqueles que estão doentes ou em isolamento social. Hoje, não saímos todos juntos à rua. A todos eles deixamos uma palavra de força e de ânimo, assim como àqueles que estão em casa a cuidar dos seus ou a zelar pelo cumprimento das regras recomendadas pela Direção-Geral da Saúde, protegendo-se, assim, a si e aos demais.

Começámos esta intervenção agradecendo a quem abriu o caminho da liberdade. Terminamos enaltecendo a atitude solidária e altruísta de todos os nossos concidadãos, agradecendo em particular àqueles que têm assegurado o funcionamento do país, garantindo a saúde dos que estão doentes e assegurando os cuidados à população, a segurança dos demais, a distribuição de bens e alimentos, a recolha de resíduos, a tantos outros que prestam serviços essenciais e também, obviamente, à comunicação social, nas palavras de Gandhi, «cumprindo o nosso dever de cidadãos do mundo». São vocês o nosso garante da liberdade e de que Abril continua a viver em todas e todos nós.

Viva o 25 de Abril!

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sr. Cardeal-Patriarca de Lisboa, Ilustres Convidados, Sr. ex-Presidente da República Ramalho Eanes, Sr.as e Srs. Deputados:

Começo por recordar que o CDS não só discordou desta cerimónia em tempo de pandemia e em estado de emergência, como propôs uma alternativa viável e responsável para uma evocação que consideramos fundamental por representar a liberdade. Isso nunca esteve em causa.

Olho para esta Sala e verifico até que os partidos que a impuseram a foram reduzindo e espaçando, seja em número de Deputados, seja em número de convidados. Afinal, ao contrário do que disseram, a questão nunca foi ideológica; quando muito, era uma questão de lógica. E não usarei sequer a liberdade que devo ao 25 de Abril para responder ao muito que ouvimos por termos esta posição. Isso só qualifica quem o proferiu e não ofende quem quiseram ofender.

O CDS é um dos quatro partidos históricos da nossa democracia e a voz representativa da democracia cristã neste Hemiciclo, desde as primeiras eleições livres. Não aceitamos lições de democracia de ninguém.

Com esta cerimónia em estado de emergência, o que o poder político está a dizer é que permite para si mesmo aquilo que proibiu aos portugueses e que não respeita para si próprio o que exigiu ao povo: isolamento e confinamento.

Enquanto aqui celebramos, os portugueses não se podem juntar para celebrar nada, nem o seu próprio aniversário. Enquanto aqui celebramos, os nossos idosos estão isolados e as crianças deixaram de ver os seus amigos. Muitas são as famílias que não puderam sequer despedir-se dos seus mortos. Milhares perderam o seu emprego e inúmeras empresas foram obrigadas a fechar. Muitos não vão poder estar com as suas mães no próximo dia 3 de maio ou celebrar a sua fé no dia 13 de maio.

Em democracia, não há umas datas prescindíveis e outras imprescindíveis por imposição de uma maioria.

No país, esta celebração dividiu os portugueses, quando o momento é de união. Todo o país deve respeito a este Parlamento, mas o Parlamento também deve respeitar os portugueses.

Hoje, 25 de abril de 2020, a nossa liberdade coletiva é defendida por todos os que, na primeira linha, estão a salvar vidas, mas também por todos aqueles que, respeitando o que o poder político determinou, estão confinados, abdicando da sua liberdade individual. Por isso, este é um mau exemplo. Ainda assim, estamos aqui mandatados para coerentemente lavrar o nosso protesto democrático, não deixando de cumprir o nosso dever.

Viva a Democracia!

Viva Portugal!

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr.ª Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Sr. Representante dos Capitães de Abril, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

A Revolução de Abril é património do povo e é património do futuro. Celebramos hoje com a confiança de que o melhor do seu caminho histórico ainda está por vir e de que, mais tarde ou mais cedo, a luta dos trabalhadores e do povo, a luta dos democratas o concretizará na sua plenitude.

Decidiu a Assembleia da República, e bem, comemorar a Revolução de Abril. Em nenhum momento difícil da nossa vida coletiva, mesmo enfrentando as maiores dificuldades e transportando as mais densas inquietações, pudemos deixar de celebrar Abril. E se há momento em que o 25 de Abril não pode ser apagado é este, para confirmar e reafirmar a importância do seu projeto libertador e a atualidade dos seus valores e dos seus ideais de liberdade, emancipação social e nacional.

Sim, impunha-se estar aqui para exaltar a determinação do nosso povo, que ama a liberdade e a reconquistou e que hoje, tal como nós, vai, às 15 horas, por todo o país, cantar a *Grândola* e o hino nacional, dando expressão à ação valorosa e de grande coragem do Movimento das Forças Armadas (MFA) e a essa unidade construída de firmes vontades que juntou povo e MFA para realizar o ato e processo mais moderno e avançado da nossa época contemporânea: um tempo novo, em rutura com um passado fascista, opressor e obscurantista que hoje alguns, vestindo novas e dissimuladas vestes, pretendem branquear, denegrindo Abril. Um tempo novo que permitiu transformar a realidade vivida e, com ela transformada e em transformação, mudar a forma de ver o mundo e a própria sociedade.

Sim, foi uma Revolução que quis ir longe no quebrar de muitas grilhetas de opressões seculares e de exploração.

Uma Revolução que optou e decidiu criar esse bem precioso que hoje tanto valorizamos e que o surto epidémico tem mostrado indispensável: o nosso Serviço Nacional de Saúde, que precisamos de valorizar e reforçar.

Uma Revolução que optou pela consagração dos direitos sociais universais à educação, à segurança social, à cultura e pela valorização do trabalho, dos trabalhadores e dos seus direitos, pelo fim do domínio da economia pelos monopólios e latifúndios.

Uma Revolução que optou pela paz contra os interesses dos que faziam a guerra.

Confrontou-se a Revolução, desde muito cedo, com a resistência de interesses económicos e políticos poderosos e muitas das suas realizações andaram para trás. Ficou tanto por fazer!

Está muito por fazer e, mais do que nunca, neste tempo inquietante, é preciso seguir no trilho de Abril, renovando o apego aos seus importantes valores.

São os valores de Abril que podem iluminar o caminho de Portugal. São os valores da liberdade, da democracia, da natureza do Estado concebido para responder aos interesses e necessidades do povo e do país, em oposição à conceção do Estado como instrumento para servir o capital e a exploração.

São os valores do desenvolvimento económico que devem ter como objetivo a melhoria das condições de vida dos portugueses, o pleno emprego, uma justa e equilibrada repartição da riqueza nacional, a soberania e a independência nacional.

São os valores de Abril que nos fortalecem como povo e que nos podem ajudar a ultrapassar os problemas que anos de políticas negaram e que a atua≠l situação epidémica agravou.

São valores que podem e devem ser traduzidos num programa político concreto, patriótico e de esquerda, dando expressão ao conjunto das dimensões da democracia de Abril, que queremos e propomos dever ser simultaneamente política, económica, social e cultural.

Vivemos tempos difíceis. Os que há pouco diziam que vivíamos acima das nossas possibilidades estão de volta, empolando dificuldades reais. Regressaram a debitar as suas velhas receitas, agigantando catastróficos cenários para justificar o aprofundamento da exploração. Ei-los ensaiando o discurso da inevitabilidade do corte dos salários, das pensões e dos direitos e a pensar manter intocáveis os seus instrumentos de exploração. Não o podemos aceitar!

Não é inevitável que o surto epidémico se traduza em regressão na vida dos trabalhadores e do povo. A resposta às dificuldades passa por valorizar salários e por políticas dirigidas à defesa e à criação de emprego.

Habituados a ter o seu lugar reservado à mesa do Orçamento do Estado, os grandes grupos económicos e financeiros aí estão já a reclamar milhões aos cofres públicos.

Dizem-nos que estamos todos no mesmo barco. Os mesmos que estão na origem das gritantes desigualdades existentes passaram a arvorar-se campeões do consenso nacional. Não, os portugueses não estão todos nas mesmas condições. Não estão no mesmo barco os que permanecem de cofres cheios e os que empobrecem trabalhando e se endividam, os que estão em *layoff* e no desemprego, os que trabalharam uma vida inteira e têm parcas reformas e pensões, porque sempre tiveram baixos salários. Não estão no mesmo barco muitos pequenos e médios empresários. Não estão no mesmo barco aqueles que continuam a colocar milhões na Holanda e nos *offshore* para fugir ao fisco e aqueles que vão passando de emprego precário para emprego precário, sem meios de vida.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Os direitos não podem ficar de quarentena!

A situação que vivemos mostra a importância dos serviços públicos para servir o povo e o país, mostra bem a falácia do discurso da diabolização do Estado e do investimento público ou da despesa pública, mostra as erradas políticas de subalternização da produção nacional que o fundamentalismo neoliberal justificava e que a União Europeia apregoava e impunha.

Este é o tempo de reconhecer que o caminho se faz cumprindo a Constituição da República e não contra ela. Sim, precisamos de produzir cá o que nos impuseram comprar lá fora, modernizando e diversificando as atividades económicas. Precisamos de recuperar para o país o que nunca devia ter sido privatizado. Precisamos de acelerar o investimento, de adquirir os equipamentos de que o país carece, de construir infraestruturas, de assegurar serviços públicos essenciais. Precisamos de concretizar Abril e de o celebrar pensando no Maio de quem trabalha, que saudamos.

Deixo uma saudação particular às centenas de milhares que estão, neste dia e todos os dias, nos hospitais, nos serviços públicos essenciais, nas fábricas, nos campos para assegurar que o país não para.

Sim, que viva Abril sempre, agora mais do que nunca!

Aplausos do PCP, do PS, do BE e do PEV.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Tem a palavra, em representação do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Administrativo, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Convidados:

Num 25 de Abril que é assinalado em plena pandemia, permitir-me-ão que comece por lembrar todas as pessoas que sucumbiram ao novo coronavírus, todas as pessoas e famílias que têm sofrido e que vivem angustiadas. Permitir-me-ão que comece por manifestar toda a nossa solidariedade a todas essas pessoas.

Hoje, não lembramos somente os corajosos Capitães que, há 46 anos, pela madrugada, libertaram o país e fizeram nascer o dia «inteiro e limpo». Lembramos e homenageamos também todos os trabalhadores para quem essa madrugada transformadora se fez: os da saúde, da indústria, da distribuição, do comércio, entre tantos outros, todos os outros, que enfrentam a epidemia, todos os dias, para fazer funcionar o país. A todos eles devemos muito e a todos eles agradecemos muito.

Este é um 25 de Abril diferente. Os concertos serão à janela, entoando a *Grândola,* hoje, às 15 horas, e os encontros que tradicionalmente se proporcionam neste dia ficarão para outras ocasiões. Hoje, não desceremos a Avenida, mas nem por isso esquecemos que a liberdade é o nosso chão.

Este é, pois, um 25 de Abril diferente de todos os outros. Diferente no modo, mas ainda mais importante no significado.

O país vive sob um estado de emergência, único na nossa História democrática. Ele tem sido necessário para medidas de confinamento e de restrição da circulação que têm travado a epidemia, mas não suspende a democracia nem serve para atacar direitos e liberdades conquistados. A pandemia não descontinuou a Constituição nem «cerra as portas que Abril abriu».

A crise sanitária mostrou como a saúde é um bem público. Mostrou como o direito à proteção da saúde é absolutamente central, como absolutamente central é também o Serviço Nacional de Saúde, filho da Revolução de 1974.

Hoje, podemos confirmar que é Abril que combate a epidemia, não é a epidemia que combate Abril.

À crise económica devemos responder, por isso, com o espírito de Abril: solidariedade e proteção do emprego; justiça e proteção dos rendimentos de quem menos tem; igualdade e intensificação dos direitos fundamentais. Na «terra da fraternidade», em que acreditamos e que queremos construir permanentemente, ninguém fica para trás.

Do momento que vivemos, tiramos e continuaremos a tirar lições.

Aprendemos que, em situações de emergência de saúde pública, é o nosso SNS — aquele que é público, universal, geral, gratuito — que nos salva e protege. Não são os privados que fazem da saúde uma mercadoria, os que fecharam portas ou os que viam na epidemia mais uma oportunidade de negócio. Um Serviço Nacional de Saúde forte é o que faz falta ao país.

Aprendemos que é no Estado que devem estar as funções essenciais e os setores estratégicos e que, se assim não for, a nossa capacidade de resposta, enquanto país, ficará diminuída e a nossa população desprotegida.

Quem ainda não soubesse ficou agora a saber que todos os profissionais de saúde são imprescindíveis.

Todos: técnicos auxiliares de saúde, assistentes técnicos, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, farmacêuticos, técnicos superiores de saúde, enfermeiros, médicos. Todos, sem exceção. Nunca mais podem ser tidos como gorduras do Estado e nunca mais devem ser forçados a emigrar. Não são precarizáveis nem são descartáveis.

Aos que começam a espreitar a oportunidade de desenterrar a velha cartilha da austeridade, o país responderá com estas lições. Se tivéssemos hoje menos SNS, como sempre propuseram, estaríamos desgraçados. Se tivesse sido tudo entregue ao mercado, como tanto queriam, a população não teria resposta na área da saúde.

Precisamos de um SNS com mais investimento para continuar o combate à COVID, certamente, mas também para recuperar a atividade suspensa e, ao mesmo tempo, reforçar a sua resposta em áreas como a saúde mental ou os meios complementares de diagnóstico.

Não voltaremos atrás, ao tempo em que se tiraram mais de 1000 milhões de euros ao SNS e em que a direita queria ir além da troica e advogava a sua entrega aos grupos económicos.

Precisamos de profissionais de saúde que, para além de serem aplaudidos e elogiados, tenham também melhores carreiras e remunerações. Merecem-nas agora e não permitirão que se volte atrás, ao tempo do congelamento de carreiras ou da redução do valor do trabalho.

Das lições desta crise, também fica claro, caso ainda houvesse dúvidas, que são os trabalhadores que permitem que o país funcione, que garantem que, no dia a dia, não falha o essencial. Não são os acionistas nem são os que sediaram as empresas lá fora para fugir aos impostos.

Neste que é o primeiro 25 de Abril depois da sua morte, convoquemos a «inquietação» de que nos falava José Mário Branco. Inquietação quando há trabalhadores que ficaram com os salários ameaçados para não colocar em risco os dividendos. Inquietação quando o emprego é precário e desaparece, apesar dos apoios do Estado para não despedir. Inquietação perante uma Europa que se entendeu rapidamente no passado para salvar bancos, mas que agora apenas consegue estender a mão que empurra os países para o fundo do endividamento.

Inquietação que é capaz de fazer do peito «campo de batalha» para transformar as lições desta crise em escolhas que temos de fazer por nós, pelo nosso povo, sem pedir licença a Bruxelas, e inquietação que é também capaz de «flores aos milhões», mesmo «entre ruínas». Que sejam, mesmo assim, milhões de cravos vermelhos para conseguir um país e um futuro melhores.

Hoje, momento em que mostramos que o 25 de Abril não ficou suspenso nem adiado, lembramos que não há noite que não acabe. E que há noites que dão lugar a dias inteiros e limpos. Assim terá de ser novamente com a pandemia e a crise económica.

Luís Sepúlveda escreveu que «somente aqueles que ousam podem voar». Fizemo-lo há exatamente 46 anos. Em dias, avançámos décadas. Façamo-lo sempre. Façamo-lo outra vez. Da crise só saímos avançando, nunca recuando.

Viva a Revolução de Abril!

Viva o 25 de Abril!

Aplausos do BE, do PCP, do PEV e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rio.

O Sr. **Rui Rio** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

Pela primeira vez, Portugal comemora o 25 de Abril com a liberdade condicionada. A liberdade que a Revolução nos trouxe está hoje, por força das circunstâncias, limitada a esta cerimónia, ela própria fortemente condicionada. Mas aquilo que, à primeira vista, pode parecer negativo é, no fundo, um exemplo positivo do próprio regime democrático, que, sem complexos, mostrou ser capaz de responder com a legalidade constitucional perante uma ameaça séria à nossa saúde coletiva.

Portugal não tem a democracia suspensa. Tem a democracia bem presente, ao demonstrar que ela encerra, em si mesma, mecanismos de funcionamento capazes de responder com eficácia a uma circunstância única e absolutamente excecional.

Teria sido dramático se, por cobardia ou complexos de ordem ideológica, não tivéssemos aprovado o estado de emergência e não tivéssemos imposto os constrangimentos que as circunstâncias, infelizmente, nos exigem.

A bem da própria democracia, tal não aconteceu.

Temos todos consciência de que Portugal vive um período muito difícil do ponto de vista sanitário, pelo momento que estamos a atravessar e pelo facto de podermos vir a ter uma segunda onda da pandemia daqui por poucos meses. Impõe-se, por isso, que o país se prepare para esta eventualidade, porque a economia portuguesa não resistirá a uma nova paragem idêntica àquela que estamos a viver.

As falhas que da primeira vez existiram não poderão ser repetidas. No próximo inverno, teremos de ter uma maior capacidade de resposta do SNS, sob todos os pontos de vista. Teremos de ter mais equipamentos disponíveis e mais profissionais habilitados a usá-los. Teremos de ter testes em quantidade suficiente. Terá de haver proteção individual adequada para todos, a começar pelos profissionais de saúde que estão na linha da frente. E terá de haver, como já tive oportunidade de alertar, informação e pedagogia adequadas que, na ausência de medicamentos para a cura da infeção, apoiem os portugueses no necessário reforço do seu sistema imunitário.

A questão do planeamento logístico não pode ser esquecida também, pois, sem ele, a nossa resposta será sempre deficiente e incompleta. Neste particular, temos de olhar com especial cuidado para os lares de idosos, onde todos estes aspetos assumem uma importância absolutamente decisiva.

Mais importante do que planear a presença de governantes nos jornais e nas televisões para publicitarem, a toda a hora, o que fizeram e o que não fizeram é planear a resposta do país a uma eventual segunda onda da COVID-19. A enorme debilidade com que a nossa economia e as nossas finanças públicas vão sair desta longa paragem não acomoda um novo embate de igual dimensão.

Por isso, temos também de, ao nível dos diversos ministérios, corrigir as falhas e injustiças que têm vindo a acontecer, de modo a que as empresas e os trabalhadores possam receber os seus apoios em tempo útil e oportuno.

O Partido Socialista e os partidos da maioria parlamentar que apoiam o Governo têm garantido que, com eles, não haverá qualquer tipo de austeridade. É uma notícia que seguramente a todos agrada, mas tal otimismo não pode ser impeditivo de nos prepararmos para o pior cenário, pois, tal como o povo nos ensina, «mais vale prevenir do que remediar».

Sr. Presidente, na evocação do 25 de Abril, cumpre-nos agradecer aos militares que, há 46 anos — tantos quantos os Deputados aqui hoje presentes —, nos trouxeram a liberdade e a democracia. Deles não me quero nem posso esquecer.

Mas, na celebração deste ano, julgo ser da maior justiça evocar, à frente de tudo o mais, aqueles que faleceram vitimados pela COVID-19, em particular os que, pela crueldade das circunstâncias, não puderam ter um funeral de acordo com as nossas tradições e os nossos valores culturais. É neles e nos seus familiares que primordialmente devemos ter hoje, e aqui, o nosso pensamento. É a eles que devemos dedicar, em primeiro lugar, esta Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril de 2020.

Aos portugueses que, durante todo este tempo de estado de emergência, continuam a trabalhar para que a nossa economia não pare por completo e para que não nos faltem os bens de primeira necessidade — a começar justamente pelos serviços de saúde —, não pode também a Assembleia da República deixar de agradecer. A ingratidão, sendo própria de alguns homens, não pode ser própria do Homem.

Portugal atravessa um momento particularmente difícil. A ele suceder-se-á o tempo de completa dedicação à recuperação da economia nacional e da nossa esperança coletiva. A unidade que a esmagadora maioria dos portugueses demonstrou na luta contra este inimigo comum permite-nos ter a certeza de que, tal como em muitos outros momentos da nossa História, haveremos de ultrapassar esta dificuldade com o saber e a coragem com que sempre o fizemos. Haveremos de vencer, com a mesma coragem com que, ao tempo, dobrámos o Cabo das Tormentas e, com elas, construímos a Esperança.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Tem a palavra, em representação do Grupo Parlamentar do PS, a Sr.ª Deputada Ana Catarina Mendes.

A Sr.ª **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Ilustres Convidados:

Subo a esta tribuna, com emoção e orgulho, para saudar o 25 de Abril de 1974 e todas as suas conquistas, e com a firme convicção de que, na Casa da Democracia, devemos assinalar esse dia maior de Portugal.

Para assinalar «O dia inicial inteiro e limpo/Onde emergimos da noite e do silêncio», como tão bem escreveu Sophia de Mello Breyner.

Para saudar o 25 de Abril do Portugal plural e da democracia representativa.

Para saudar o 25 de Abril da liberdade, da tolerância, da igualdade. O 25 de Abril da democracia, da descolonização, do desenvolvimento. O 25 de Abril da paz, da abertura ao mundo, dos sonhos e do futuro.

Para saudar esse dia em que o jovem capitão Salgueiro Maia, com coragem, sem medo, com bravura e carregado de sonhos e utopia, capitaneou a coluna de militares que derrubou a ditadura de 48 anos. Nessa manhã, os capitães de Abril, que daqui saúdo calorosamente, encheram as ruas e as praças de Portugal de esperança e deram à minha geração a oportunidade de crescer em liberdade. A todos — e permitam-me que, pela amizade, recorde o Capitão de Abril e Deputado da minha bancada durante muitos anos Marques Júnior — o meu sincero muito obrigada.

Aplausos do PS, do BE e do Deputado do PSD Rui Rio.

Para a minha geração, que nasceu pouco antes da Revolução e cresceu num Portugal livre, democrático e aberto ao mundo, a História não se apaga. Lembrar Abril é celebrar todas as suas conquistas e recordar a libertação de um Portugal amordaçado, um país de fome, miséria e desigualdades; um país devastado pela morte e pela mutilação de milhares de jovens na guerra colonial; um país que forçou muitos ao exílio, à clandestinidade e à emigração; um país que prendeu, torturou e matou quem ousou pensar diferente; um país onde tantos meninos nunca foram meninos porque a escola lhes estava vedada;...

Aplausos do PS.

... um país onde as mulheres não tinham os mesmos direitos que os homens; um país em que uma guerra colonial anacrónica roubava futuro aos jovens e o direito à autodeterminação dos povos.

Foi este país que o 25 de Abril transformou e, por isso, devemos hoje homenagear, dos mais conhecidos aos mais anónimos, todos os que deram, com o seu sangue, a sua vida para que Portugal pudesse mudar.

Aplausos do PS.

Mas, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, permitam-me que me dirija diretamente a todas e a todos os portugueses que nos seguem das suas casas neste 25 de Abril vivido de forma tão atípica.

Quero, em primeiro lugar, prestar homenagem a todos os que estão em confinamento social, mas também deixar uma palavra de solidariedade às vítimas e a todos os portugueses que estão a enfrentar esta pandemia de forma exemplar. Estamos todos juntos a enfrentar a pandemia, cumprindo todas as normas da Direção-Geral da Saúde.

Manuel Alegre, no magnífico texto «Rosas Vermelhas», do livro *Praça da Canção*, numa ode à liberdade e à ternura, a propósito do seu aniversário passado nas masmorras das cadeias da PIDE, escrevia o seguinte: «Em Maio de 1963, eu estava na cadeia, isto é, de certo modo, eu estava no meu posto.» Muitos estiveram, então, nos seus postos, de diferentes modos, todos inconformados com a perpetuação da ditadura.

Lembrei e aqui evoquei, perante vós, as palavras de Alegre para, no contexto de realização desta Sessão Solene do 25 de Abril, deixar também uma questão: acaso poderíamos nós, Deputados, estar noutro local que não no Parlamento para assinalar os 46 anos do 25 de Abril? Não, não poderíamos!

Mesmo num contexto de estado de emergência, a democracia não está suspensa. Todas as semanas temos estado aqui a trabalhar, por mandato do povo, para aprovar leis e para fiscalizar o Governo.

Não estaríamos à altura das nossas responsabilidades se fechássemos o Parlamento ao 25 de Abril. Hoje, mais do que em qualquer outro dia, a Casa da Democracia tem de dizer «presente».

Hoje estamos aqui, nesta como noutras sessões, no nosso posto: nós que estamos presencialmente aqui, como todos os Deputados que, pelas circunstâncias, não podem estar fisicamente.

Comemorar a liberdade é trabalhar para a democracia e não devemos subtrair-nos a nenhuma das dimensões necessárias desse trabalho. Fazemo-lo em nome dos e pelos portugueses que nos elegeram e, elegendo-nos, confiaram na nossa dedicação em manter viva a chama da liberdade, da Constituição e da República, honrando a democracia representativa.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente da República, como V. Ex.ª tão bem ensinou a várias gerações de estudantes de Direito, o Parlamento tem um lugar único na democracia: é a instituição da pluralidade, onde se representa a diversidade da comunidade. O Parlamento é a Casa das diferenças de opinião, das diferenças programáticas, das diferenças de propostas. É na Assembleia da República que a pluralidade se assume como valor constitutivo e como garante e instrumento do bem comum. É aqui que se afirma, cada dia e em cada debate, que a unidade nacional é a unidade plural da diversidade.

O Parlamento não pode, por isso, em qualquer circunstância, deixar de ocupar o seu lugar e de assumir as suas responsabilidades de representação, porque as nossas diferenças não podem ser divisivas e destrutivas.

As nossas diferenças são legítimas, mas a sua afirmação deve coexistir com a capacidade de, nos momentos decisivos para os portugueses, nos unirmos no que é essencial.

Nunca nestes 46 anos, como no último mês e meio, a democracia foi tão colocada à prova.

Nenhum de nós imaginaria que, em 2020, estaríamos limitados na nossa liberdade por uma pandemia, um inimigo invisível, que nos impôs circunstâncias que conduziram à declaração do estado de emergência.

Mas a democracia que conquistámos no 25 de Abril está consolidada e viva. Por isso, estamos a conseguir usar com moderação os poderes de exceção. Por isso, garantimos, na emergência, o papel do

Parlamento no equilíbrio de poderes que garante o Estado de direito. Por isso, temos um Parlamento que nunca interrompeu o seu funcionamento e que não foi suspenso pela emergência.

O inimigo desconhecido que ameaçou a nossa liberdade fez também aparecer outros demónios já conhecidos, como a xenofobia, o fechamento nacional e o medo — um medo subterrâneo que alguns gostariam de usar para abalar os pilares do Estado de direito democrático. Sentir medo é próprio do ser humano. Mesmo os que resistiram durante a ditadura, nunca deixaram de ter medo, mas souberam não se deixar vencer por ele.

Aplausos do PS.

Também hoje é nossa responsabilidade não decidir condicionados pelo medo e impedir a exploração do medo como arma política.

Um Parlamento que se deixasse sequestrar pela demagogia estaria a defraudar Abril, tal como defraudaria Abril um Parlamento fechado sobre si mesmo. Ter um Parlamento forte é cumprir Abril.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Faz hoje 45 anos que foi eleita a Assembleia Constituinte. Foram as primeiras eleições livres do Portugal democrático e em menos de um ano foi aprovada a Constituição da República Portuguesa.

É a Constituição da República Portuguesa que corporiza todas as conquistas e todos os valores democráticos de Abril. A Constituição, Sr.as e Srs. Deputados, não é passado, é presente e futuro!

A instituição de um regime democrático permitiu o fim do isolamento de Portugal. A visão de Mário Soares levou-nos à integração europeia — e como essa integração nos trouxe desenvolvimento e esperança num mundo melhor, mais pacífico, mais igual e mais solidário!...

Importa, pois, hoje, olhar para o nosso papel na União Europeia e para os desafios que se colocam ao projeto europeu. Nunca os cidadãos foram tão exigentes face ao projeto europeu. As notícias que recebemos da Europa alternam entre o bom, o mau e o incerto. Mas, no que depender de nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a Europa sairá reforçada nesta crise, fará parte da sua solução e não dos problemas gigantescos que temos pela frente. Esperemos que todos queiram partilhar este nosso sentimento de reforço da Europa.

Evocar o 25 de Abril não é apenas comemorar, é renovar o compromisso com a liberdade, a democracia, o desenvolvimento e o bem-estar, que, felizmente, tem sido consensual na sociedade portuguesa. E durante tanto tempo, de tão consensual que foi, temo-nos esquecido de que a liberdade é uma flor delicada.

Foi recentemente divulgado que há mais ditaduras no mundo do que democracias e, se não há razões para estarmos pessimistas em Portugal, temos de estar atentos às situações dos outros pontos do mundo.

O nosso compromisso com a liberdade, enquanto pessoas com responsabilidades políticas, renova-se todos os dias na nossa capacidade de ouvir as pessoas, de sentir os seus problemas, de olhar com respeito as diferentes opiniões, na nossa capacidade de trabalhar para o bem comum.

Estes meses mostraram que a adversidade não tem de tolher a liberdade. Os próximos anos demonstrarão que a liberdade não é apenas a mais justa, mas também a mais eficaz forma de construir a prosperidade. Este é o próximo desafio das nossas vidas.

Mobilizemo-nos todos para ganhar em Abril, mais uma vez, a nossa liberdade individual e coletiva.

A todos os portugueses deixo as palavras de Torga: «Recomeça... / Se puderes / Sem angústia / E sem pressa. / E os passos que deres, / Nesse caminho duro / Do futuro / Dá-os em liberdade. / Enquanto não alcances / Não descanses. / De nenhum fruto queiras só a metade.»

Abril é de todos os portugueses!

Viva o 25 de Abril!

Viva a Liberdade!

Aplausos do PS e da Deputada do BE Catarina Martins.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sua Ex.ª o Sr. Presidente da República vai agora dirigir uma mensagem ao Parlamento.

O Sr. **Presidente da República** (Marcelo Rebelo de Sousa): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Administrativo, Sr. Presidente António Ramalho Eanes, Srs. Ministros, Sr. Cardeal-Patriarca de Lisboa, Digníssimos Convidados, Sr.as e Srs. Deputados, Portugueses:

Deliberou a Assembleia da República manter, neste tempo de sacrifício de todos os portugueses, a cerimónia oficial de evocação do 25 de Abril e mantê-la aqui, nesta Casa, nos termos em que a tem realizado, embora com um número muito reduzido de Deputados e convidados.

Fê-lo também tendo presente o nunca ter interrompido as sessões plenárias durante o estado de emergência, o constituir a presente fórmula, a que mais facilmente daria voz à multiplicidade acrescida de formações partidárias, e o preencher o número de presentes com as condições há dias definidas pelas autoridades sanitárias.

Compreendem os portugueses que o Presidente da República respeite a competência própria da Assembleia da República sobre a evocação, o local, o formato e a composição dos participantes, tal como, por princípio, sempre respeitaram os seus antecessores quando a Assembleia se encontrava em funções, isto é, fora de períodos eleitorais.

Compreendem ainda os portugueses que o Presidente da República, símbolo da unidade nacional, em caso algum, concebesse sequer um desencontro com a Casa da Democracia, que traduz a diversidade nessa unidade, num momento da vida do país que exige convergência perante desafios tão graves como os da vida, da saúde e ainda o da vida digna no emprego, nos salários, nos rendimentos, nas famílias, nas empresas.

Esta hora impõe-nos unidade, unidade que não é nem unicidade, nem unanimismo, mas unidade entre os portugueses que o têm lembrado no seu dia a dia e unidade entre os responsáveis políticos, uma convergência que tem sido decisiva para Portugal.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Portugueses: O Presidente da República é, porém, obviamente sensível às dúvidas de alguns portugueses, surgidas nas últimas semanas, acerca da sessão que hoje aqui nos reúne. Entende mesmo que é fundamental, para continuarmos todos juntos, porque o caminho a fazer ainda é longo, difícil e imprevisível, dizer o que pensa de cada uma dessas interrogações críticas.

Não é este um tempo excecional e, em tempos excecionais, não devem dispensar-se evocações costumeiras e, para muitos, ritualistas? Não! É precisamente em tempos excecionais que se impõe evocar o que constitui mais do que um costume ou um ritual, o que é manifestamente essencial.

O 10 de Junho é essencial e vai ser evocado. O 1.º de Dezembro é essencial e vai ser evocado. O 5 de Outubro é essencial e vai ser evocado. O 25 de Abril é essencial e tinha de ser evocado.

Em tempos excecionais, de dor, de sofrimento, de luto, de separação, de confinamento, é que mais importa evocar a Pátria, a independência, a República, a liberdade e a democracia.

Mas, sendo este um tempo em que vários de nós não vemos filhos ou netos, nem visitamos doentes ou lares há mais de um mês e em que só podemos, alguns de nós em grupo de risco, sair das nossas casas em termos muito mais limitados, não é um tempo que rejeite o que nesta evocação traz consigo um espírito de festa de políticos? Não! A presente evocação não é uma festa de políticos alheia ao clima de privação vivido na sociedade portuguesa.

Evocar o 25 de Abril é falar deste tempo, não é ignorá-lo. É falar dos seus desafios presentes e futuros, do que fazemos e do que falta fazer, do que acertamos e do que erramos. É ainda ir às raízes buscar forças adicionais, encontrar mais razões para mobilizar, para enfrentar cansaços, desânimos e frustrações.

E os que aqui estamos, vale a pena lembrá-lo, na diversidade de opiniões, não viemos de outro país, de outro mundo, de outra galáxia, fomos a livre escolha dos portugueses. O que nos reúne hoje são os seus dramas, os seus anseios, as suas angústias, pelas quais somos assumidamente responsáveis.

Mas, mesmo aceitando que o espírito da sessão é esse, num tempo de confinamento de tantos portugueses, como foi na Páscoa e é agora no Ramadão, não estamos perante um mau exemplo em estado de emergência, no plano dos princípios, como no do acatamento das diretivas sanitárias? Não! O estado de emergência implica um reforço extraordinário dos poderes do Governo e, porque vivemos em liberdade e democracia, e é com elas que queremos vencer estas crises, quanto maiores são os poderes do Governo, maiores devem ser os poderes da Assembleia da República para o controlar.

Por isso, a Assembleia da República nunca parou de funcionar: discutiu e votou o mais importante em sessões plenárias. Ao fazê-lo, trabalhou e trabalha para cumprir a sua missão nacional. E tem-no feito, e fá-lo hoje também, respeitando as diretivas sanitárias, como, obviamente, se impõe.

Esta Sessão é o exemplo disso mesmo. É um bom e não um mau exemplo. Aqui se ouviram vozes discordantes que falaram de Abril de 2020, de sucessos e também de fracassos, passados e presentes, e de sonhos e temores futuros, numa situação crítica da vida nacional.

O que seria verdadeiramente incompreensível e civicamente vergonhoso era haver todo um país a viver este tempo de sacrifício e de entrega e a Assembleia da República demitir-se de exercer todos os seus poderes numa situação em que eles eram, e são, mais do que nunca, imprescindíveis.

Aplausos do PS, do PSD, do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira.

E também nesta Sessão que sempre foi, e será, um momento crucial de controlo crítico e plural em liberdade e democracia. Porque são esses os valores de Abril.

Evocar Abril não é apenas, nem sobretudo, saudar de modo especial o Presidente António Ramalho Eanes, aquele, dos seus militares, que foi o primeiro Presidente da República democraticamente eleito em Portugal, símbolo, também ele, do espírito de unidade deste nosso encontro cívico.

Aplausos do PS, do PSD e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira.

Evocar Abril não é apenas, nem sobretudo, agradecer ao representante dos capitães de Abril, aqui presente, o seu gesto insubmisso e o dos seus pares.

Aplausos do PS, do PSD e do BE.

Evocar Abril não é apenas, nem sobretudo, recordar a Constituição que dois de nós, aqui presentes, votámos, em bancadas muito diferentes, há algumas décadas.

Evocar Abril não é apenas, nem sobretudo, recordar, neste primeiro ano em que já não estão todos eles connosco, os quatro principais fundadores partidários do constitucionalismo pós-Abril, e que sucessivamente nos deixaram: Francisco Sá Carneiro, Álvaro Cunhal, Mário Soares e, no ano passado, Diogo Freitas do Amaral.

Aplausos do PS e do PSD.

Evocar Abril é, nesta circunstância, combater a crise na saúde, que ainda atravessamos e vamos atravessar, e, por causa dela, a crise económica e social que começamos a viver e viveremos durante anos.

Evocar Abril é chorar os mortos, que hão de merecer, no fim desta provação, uma homenagem coletiva daqueles que não puderam prestar a sua homenagem pessoal.

Evocar Abril é testar os que há a testar. É isolar os que há a isolar. É internar os que há a internar. É ventilar os que há a ventilar, pacientes do vírus e de outras doenças. É proteger os que há a proteger, incluindo os que vivem em lares ou instituições similares. É conjugar aberturas amadurecidas com precauções bem explicadas e bem compreendidas que há a conjugar. É acorrer aos desempregados, aos que estão em risco de o ser, às famílias aflitas, às empresas estranguladas. É lembrar os compatriotas que sofrem a pandemia por esse mundo fora. É exigir ainda mais uma Europa lúcida, solidária, empenhada e rápida a agir. É ultrapassar egoísmos, unilateralismos, visões fechadas do mundo e da vida que há a ultrapassar. É não imolar quem ficou para trás no altar do progresso, como lembrava o Papa Francisco, ou seja, não excluir ainda mais os mais excluídos.

Evocar Abril é testemunhar gratidão sem fim aos que salvaram, salvam e salvarão vidas e, por isso, deverão ser permanentemente acarinhados, agora e sempre, e os que ajudaram a salvar e a manter o básico na nossa sociedade — civis, Forças Armadas e forças de segurança.

Evocar Abril é reconhecer improvisos, impreparações, atrasos, mas também competências, devoções, determinações, trabalho e mais trabalho, contenção e mais contenção, que pareciam e parecem intermináveis.

Evocar Abril é retirar a seu tempo as lições do que foi e é esta vivência única, as fragilidades, as desigualdades, as clivagens no nosso tecido social, as debilidades, as carências, as descoordenações, a rigidez, a lentidão em demasiadas das nossas instituições, mas também os exemplos de criatividade, de versatilidade digital, de excelência na pesquisa biomédica, de inspirado e inspirador desarincanço, de generoso voluntariado, de ilimitada solidariedade, de permanente maturidade cívica, de inimaginável resistência, de incondicional disponibilidade para abraçar causas nacionais determinantes.

Evocar Abril é viver tudo isto em liberdade e democracia, com uma comunicação social insubstituível, como é sempre em democracia, sem censura, e redes sociais sem controlos, com estado de emergência preventivo e não repressivo, adotado sem um voto contra nesta Casa, com confinamentos assumidos e não arregimentados, combatendo o vírus e não o escondendo.

Se isto não é razão para percebermos a diferença entre liberdade que assume e repressão que apaga e entre democracia que revela e ditadura que silencia, então nunca perceberemos que a nossa determinação nos combates que estamos a travar e vamos vencer vem da nossa História de quase 900 anos, mas também de termos criado e preservado um Portugal livre e democrático.

Aplausos do PS e do PSD.

Perante os problemas que defrontamos e os que vamos defrontar, em liberdade e democracia, temos de continuar a resistir ao desgaste, à fadiga, à lassidão.

Temos de manter a máxima convergência possível, temos de não ceder ao simplismo de separar velhos e novos, metropolitanos, urbanos e rurais, regiões autónomas, sem embargo da sua autonomia específica, Porto, Norte, Centro, Alentejo, Algarve e Lisboa. E também não podemos cair na tentação fácil de discriminar ideias, correntes de opinião ou pessoas, como se o 25 de Abril fosse só de uma parte de Portugal.

Nenhum de nós portugueses, a começar nos que mais podem e, por isso, mais devem ser responsabilizados, se estivesse nas suas mãos, teria querido viver estas crises. Nenhum! Mas, agora que elas aí estão nas nossas vidas, temos de as vencer.

Deixar de evocar o 25 de Abril no tempo em que ele, porventura, mais está a ser posto à prova nos últimos 46 anos seria um absurdo cívico e não o fazer nesta Casa da Democracia, com a presença de todos os principais poderes do Estado e para além deles, seria um mau sinal, um péssimo sinal de falta de unidade no essencial e de compromisso de, juntos na nossa diferença, continuarmos uma missão que não está acabada, como unidos e juntos têm estado os portugueses.

Seria ainda sobrepor o passageiro, o transitório, o efémero ao duradouro, ao permanente, ao essencial, em vez de olhar longe e fundo, como nos momentos cruciais os portugueses sempre fizeram. Fizemo-lo na improvável independência, na impossível expansão marítima, na inesgotável presença universal, na intemerata semente de liberdade que há 200 anos foi lançada na Revolução do Porto, no inadiável gesto de Abril de 1974.

Olhar longe e fundo, eis por que razão o Presidente da República nunca hesitou um segundo sequer em aqui vir e aqui estar nesta evocação de Abril.

Aplausos do PS, do PSD, do Deputado do BE José Manuel Pureza e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira.

Não se troca um momento único para evocar o Abril de 1974, falando dos sacrifícios de abril de 2020, pela satisfação momentânea de pulsões passageiras, transitórias, efémeras, insistentes que pareçam ser. O efémero é efémero.

Se Abril tivesse atendido ao efémero, a nossa liberdade e democracia teriam tardado, e muito, e não seriam o que são. Se Portugal tivesse, logo no início da sua História, atendido ao efémero, não teria sequer sido Portugal.

E agora, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Portugueses, vamos ao essencial. Vamos vencer as crises que temos de vencer!

Aplausos, de pé, do PS, do PSD, do CDS-PP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Está, assim, encerrada a Sessão Comemorativa do XLVI Aniversário do 25 de Abril de 1974.

2021

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Declaro aberta a Sessão Solene Comemorativa do XLVII Aniversário do 25 de Abril de 1974.

Sr. Presidente da República, Excelência, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.ª e Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal de Contas, Sr. General Ramalho Eanes, Sr.ª Dr.ª Manuela Eanes, Sr.ª e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Sr.ª e Srs. Vice-Presidentes da Assembleia da República e Presidentes dos Grupos Parlamentares, Sr.ª Procuradora-Geral da República, Sr. Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Sr.ª Provedora de Justiça, Srs. Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sr.ª Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Sr. Presidente do CDS-PP, Sr.ª e Srs. Conselheiros de Estado, Srs. Chefes do Estado-Maior da Armada, do Exército e da Força Aérea, Sr.ªs e Srs. Deputados, Srs. Presidentes do Conselho Económico e Social, da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação Nacional de Freguesias, Sr. Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, Sr. Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, Sr.ª Secretária-Geral da CGTP-IN, Sr. Secretário-Geral Adjunto da UGT, Sr. Vice-Presidente da Confederação de Comércio e Serviços de Portugal, Sr. Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, Eminência, Ilustres Representantes da Associação 25 de Abril, Sr. Núncio Apostólico, Decano do Corpo Diplomático, e em sua representação, Sr.ªs e Srs. Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Portuguesas e Portugueses:

Um ano depois, e no rescaldo de uma severa terceira vaga da pandemia, cujo combate veio determinar o confinamento generalizado do país, com as consequências sociais e económicas que todos conhecemos, mas agora com o horizonte de redobrada esperança que as diferentes vacinas vieram trazer, a Assembleia da República volta a reunir-se em sessão solene para assinalar mais um aniversário do 25 de Abril de 1974.

Este foi um ano de combate, em que os profissionais de saúde e todos os que permitiram que o país não parasse merecem reconhecimento nacional.

Foi um ano com muitas vítimas, até ontem 16 957, que homenageámos nesta Assembleia da República há três dias.

Estamos, pela segunda vez, com um reduzido número de Deputados nesta Sala das Sessões — muitos acompanham-nos a partir dos seus gabinetes, em linha com o que tem sucedido nos últimos meses nas sessões plenárias do Parlamento — e um diminuto leque de convidados, representativo das principais instituições do Estado português e da sociedade portuguesa, cuja presença saúdo vivamente. E, claro está, com a honrosa presença de Sua Excelência o Presidente da República, 47 dias depois de tomar solenemente posse perante a Assembleia da República, iniciando, assim, o seu segundo mandato.

Sr. Presidente da República, Minhas Senhores e Meus Senhores: Quarenta e sete é também o número de anos que levamos de liberdade e de democracia. Um período bastante curto, quando comparado com os quase 900 anos de história que levamos de Nação, mas, ainda assim, suficiente para nele se terem alcançado significativos avanços e progressos no domínio dos direitos fundamentais e das liberdades individuais, nos domínios social e económico e, não menos relevante, no plano político.

Quando olhamos para a infraestruturação que foi feita nas últimas décadas, na habitação social, na eletrificação, no abastecimento de água e no saneamento, na rodovia, na modernização de várias áreas da Administração Pública, quando recordamos a criação do Serviço Nacional de Saúde e da segurança social, quando nos detemos na evolução do parque escolar, do pré-escolar ao ensino superior, quando vemos a evolução que se deu na qualificação das pessoas, das empresas e dos territórios ou quando olhamos para as conquistas da ciência portuguesa, concluímos serem marcantes as realizações da democracia.

Aplausos do PS.

Ainda há muito por fazer, mas muito de substancial foi conseguido.

Há objetivos sempre insatisfatoriamente cumpridos, como os de melhor justiça, mais igualdade de oportunidades e forte solidariedade social.

É menos de meio século o que transformou Portugal, o que nos trouxe ao país que somos, ao país democrático e aberto ao mundo. Um país que exerce hoje a Presidência do Conselho da União Europeia, em período de ameaças à saúde e à paz no nosso continente, e exerce essa responsabilidade com reconhecimento e prestígio.

Quero, neste dia, evocar igualmente todas e todos quantos, oriundos de projetos ideológicos tão distantes e quase incompatíveis, souberam convergir no essencial, elaborando e aprovando o ambicioso programa social, económico e político que foi a Constituição da República Portuguesa de 1976, cuja entrada em vigor aconteceu neste dia, há precisamente 45 anos.

Aplausos do PS e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira.

Uma Constituição que possibilitou uma grande multiplicidade de soluções de governo e, mais do que tudo, uma Constituição que garantiu estabilidade política.

É essa a prova do tempo a que a Constituição tem sabido resistir. É essa lição, plena de atualidade, e a experiência histórica da Assembleia Constituinte, que hoje, num quadro de pandemia, quero e devo recordar, afirmando a importância de todos sermos parte da solução.

Representando a diversidade e a pluralidade da sociedade portuguesa, é nossa obrigação honrar o legado dos Constituintes e das treze legislaturas que se seguiram, ultrapassando bloqueios e traduzindo em lei as soluções para os problemas do país e para os muitos, e cada vez mais exigentes, desafios com que nos deparamos e que teremos ainda pela frente. Só assim seremos capazes de aprofundar a nossa democracia.

Nestes 47 anos Portugal soube transformar-se numa democracia consolidada, num regime estável, no desenho institucional que a Constituição de 1976 veio consagrar.

Nestes 47 anos alcançámos um Estado social robusto e importantes níveis de progresso social e económico.

Em 47 anos enfrentámos sucessivas crises financeiras e orçamentais, crises institucionais, crises migratórias, a crise climática que levará décadas a superar ou a crise pandémica que ainda atravessamos, e, em todas, a democracia foi fundamental para as enfrentar e superar. Foi tanto o que lográmos alcançar.

O que há 47 anos certamente se esperava é que, hoje, perante todas as ameaças que pairam sobre as nossas vidas e sobre a nossa vida em sociedade, os representantes democraticamente eleitos das portuguesas e dos portugueses na Assembleia da República pudessem novamente convergir no que é estritamente essencial, debatendo, no Parlamento, respostas e soluções concretas aos problemas e às necessidades concretas do país, honrando a democracia representativa que somos, que sempre soube superar as crises enormes por que passou, nos limites da Constituição e à luz das regras do Estado de direito.

A experiência de 47 anos de democracia representativa diz-nos que não há nenhuma crise que seja insuperável pelo Parlamento e pelo nosso sistema político. E confirma-nos, também, que não há democracia sem Parlamento e que não há Parlamento sem partidos. Democracias robustas têm parlamentos fortes e partidos que conseguem representar e sintetizar os múltiplos interesses da sociedade, num equilíbrio de vontades, nomeadamente, entre a da maioria e o respeito pelas minorias. É também nisto que reside a força da democracia.

Aplausos do PS.

Outro ensinamento que retiramos destes 47 anos é, também, o de que Portugal seria hoje bem diferente sem o contributo das autarquias locais para a concretização de Abril e da democracia, a elas se devendo também muito do desenvolvimento que o país conheceu nas últimas décadas.

Aplausos do PS.

E foram mais de um milhão as portuguesas e os portugueses que se ocuparam da coisa pública, nas assembleias de freguesia, nas juntas de freguesias, nas câmaras e nas assembleias municipais, de forma abnegada, em muitos casos de forma voluntária, batendo-se pela satisfação das necessidades das suas populações, dos seus territórios, dos seus costumes e tradições.

No ano em que se termina um ciclo autárquico e em que outro se inicia, quero aqui deixar uma palavra de apreço para todos os autarcas do país, que ajudam a construir os consensos necessários ao progresso de todos quantos representam.

Aplausos do PS e de Deputados do PSD.

Sr. Presidente da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Foi há 47 anos que, naquela madrugada extraordinária, Portugal saiu da sombra de 48 anos de opressão.

A Revolução de Abril trouxe-nos inúmeras conquistas e, pese embora ter posto fim ao analfabetismo brutificante a que, até então, se assistia, não logrou ainda erradicar, em Portugal, as ideias e os valores que caracterizaram aquele período negro da nossa história, muitos deles adormecidos desde então.

Uma das grandes virtudes da democracia e da liberdade é a de permitir a convivência entre todos os credos políticos, incluindo os antidemocratas.

Nas redes sociais, os promotores de falsas notícias, de ódio, de desinformação, de calúnias, de mentiras, contam-se por muitas centenas e atingem, por vezes, milhões de alvos. As caixas de comentários de alguns órgãos, ditos de comunicação social, são um esgoto a céu aberto.

Esta não é uma realidade apenas nacional, muito pelo contrário. Basta olhar para o que se passa por essa Europa fora — até mesmo em países tão próximos, como Espanha, França ou Itália — para perceber que este movimento vai fazendo o seu caminho e, aos poucos, enfraquecendo a democracia, o Estado de direito e a convicção por valores fundamentais que são os nossos.

Veja-se, também, o que sucedeu nos Estados Unidos da América, com o inconcebível episódio da invasão do Capitólio, sede do Congresso, apoiada — ou, pelo menos, tolerada — ao mais alto nível.

Onde, na Europa e no mundo, pareciam florescer democracias, estas são ameaçadas, num retrocesso histórico que nos reaproxima da realidade sombria de um passado onde ninguém deveria querer voltar.

São sinais de regressão, como os identifica o Papa Francisco, que nos alerta para novas formas de egoísmo e de perda do sentido social, mascaradas por uma suposta defesa dos interesses nacionais.

Não é fácil combater o discurso simplista dos antidemocratas.

Não é fácil combater a desinformação, a mentira, o medo.

Mas sei, no entanto, que a democracia de Abril é suficientemente resiliente para resistir a esta investida e robusta o suficiente para a combater.

Aplausos do PS.

Nesta batalha, que é a batalha pela nossa sobrevivência enquanto sociedade aberta, tolerante e inclusiva, cabe-nos, a nós, democratas, um papel fundamental.

É um combate em que todos somos poucos. Um combate em que os partidos democráticos são fundamentais. São eles parte da muralha que nos deve defender dos avanços da intolerância, da xenofobia e do ódio. Um combate em que o fortalecimento do Estado de direito e a responsabilização de todos os protagonistas são absolutamente essenciais. Um combate em que é fundamental uma comunicação social livre, isenta e credível, capaz de informar sobre factos, com verdade, onde a liberdade de expressão não se pode confundir com a expressão sem regras, a qual, lançando mão do anonimato, mais não ambiciona que o insulto, a ofensa e a injúria.

Onde o combate contra o chamado «politicamente correto» muitas vezes esconde o saudosismo pelos tempos de impunidade da violência doméstica, da supremacia racial, da homofobia, do desprezo pela dignidade e pela individualidade dos outros.

Aplausos do PS e do BE.

Sr. Presidente da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Nesta sessão solene não poderia, igualmente, deixar de recordar as guerras coloniais que se iniciaram em 1961, há 60 anos, e a que a Revolução de Abril veio pôr um fim.

Fazê-lo hoje é um imperativo político, moral e de consciência, recordando que, no longo período de 13 anos de guerras, se perderam milhares de vidas, de portugueses e africanos, a par de um rasto de destruição sem paralelo, mesmo das sociedades, que ainda hoje é bem visível.

Há, no entanto, outra faceta destes longos anos: a do tempo perdido, a da oportunidade desperdiçada. Treze longos anos que poderiam ter sido de ganhos em termos políticos, sociais e económicos, tivessem eles sido de abertura democrática do regime e de negociação política.

Treze longos anos que poderiam ter mudado o rumo da nossa história e da história dos países irmãos, se a sua independência tivesse chegado mais cedo e, com ela, o direito à sua autodeterminação, o direito à liberdade.

Foram anos devastadores para todos nós. Uma devastação que poderia ter sido evitada, diz-nos a História. A recordação do ano de 1961 está aí para o provar. E, sete anos mais tarde, o ano de 1968 voltou a ser uma oportunidade perdida.

Sessenta anos volvidos, há ainda marcas bem presentes deste passado, como sejam os discursos xenófobo e racista em algumas franjas da sociedade ou algumas representações sociais do período colonial, sinal de feridas abertas, ou, melhor, de feridas ainda não completamente saradas.

Não podemos ignorar estes sinais.

Ao Parlamento cabe um papel da maior relevância no longo caminho que há ainda a percorrer, revisitando este período à luz dos valores democráticos, discutindo a memória do colonialismo e, 47 anos depois, refletindo sobre a presença colonial em África.

Sr. Presidente da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Pela democracia, a Assembleia da República assume um papel insubstituível, até mesmo pela centralidade que detém no sistema político português, visto ser aqui, e só aqui, que está representada a pluralidade de vontades de todas as portuguesas e de todos os portugueses.

É na Assembleia da República que são aprovadas as leis estruturantes para o país. É aqui que, de forma transparente, a ação do Governo é diariamente fiscalizada e escrutinada. É aqui que têm palco os principais debates políticos nacionais.

Tudo o que acabo de referir remete-nos para o cumprimento dos deveres constitucionais da Assembleia da República.

Mas de um Parlamento moderno como o nosso espera-se mais. Exige-se mais. Exige-se um maior envolvimento com os cidadãos, uma progressiva aproximação aos cidadãos, uma aproximação de eleitos e eleitores, no duplo sentido.

É preciso que todos tenham consciência disso, começando por todos nós, que servimos as portuguesas e os portugueses nesta Assembleia, pelo trabalho e o exemplo, ao ser, de longe, no conjunto das instituições, a mais transparente, a mais escrutinada, a mais escrutinável.

Devemos ter orgulho em ser Deputados, em servir a República, a democracia e Portugal.

Aplausos do PS, de Deputados do PSD e do Deputado do BE José Manuel Pureza.

Mais faremos, no futuro próximo, cientes da necessidade de inverter a tendência de distanciamento entre os cidadãos e as instituições e sensíveis ao pulsar da sociedade, sobretudo dos mais novos, cujas primeiras preocupações estão hoje na forma como cuidamos do planeta.

Refiro-me à Casa do Parlamento — Centro Interpretativo da Assembleia da República, cuja abertura, depois de um atribulado processo administrativo, se espera para breve, ainda no decurso da presente Legislatura e, nessa medida, antes mesmo de celebrarmos os 50 anos da Constituição.

Refiro-me ao programa Parlamento dos Jovens, nascido em 1995 por impulso dos antigos Presidentes Barbosa de Melo e Almeida Santos com o propósito de estimular o gosto pela participação cívica e política e, sobretudo, promover o respeito pelo debate democrático e pela diversidade de opiniões, que envolveu, na edição transata, mais de 1000 escolas. Um número recorde que atesta a relevância deste verdadeiro programa de aprendizagem da democracia e que nos convoca para a importância do debate político, fundamental para aproximar os mais novos da participação pública e para a coisa e para a causa pública, atestando a importância de o debate político ser feito além das juventudes partidárias: em casa, nas escolas, como temos exemplos motivadores no Norte da Europa.

Tudo isto comporta desafios para o Parlamento, bem sei, mas são desafios em que o Parlamento sairá mais forte, mais sólido e mais robusto, desafios, aliás, que a Assembleia da República tem sabido ultrapassar desde o seu nascimento, num processo de consolidação contínua, bem-sucedido.

Primeiro, o desafio do compromisso, construindo os consensos necessários a assegurar o apoio a Governos e a políticas que permitam o desenvolvimento do país, sobretudo, em tempos de graves crises.

Segundo, o desafio legislativo, erigindo o edifício democrático e as leis estruturantes da democracia. Neste particular, devo referir-me à legislação que nos permitiu afirmar o Estado de direito que somos, um trabalho nunca esgotado, que carece de aperfeiçoamento e melhoria diários.

Os titulares de cargos públicos e políticos têm de participar e decidir para aperfeiçoar a legislação sobre eles próprios, tendo como base as alterações concretizadas em 2019. Mas, atenção: não há donos da transparência, nem é aceitável nenhuma lógica que ponha os eleitos, os magistrados judiciais, os procuradores, como suspeitos à partida.

Aplausos do PS.

Terceiro, o da fiscalização, acompanhando a evolução verificada nos parlamentos das democracias mais antigas, criando instrumentos para um controlo eficaz do Governo, valorizando, em particular, o papel das oposições.

Por último, o já referido desafio de abertura à sociedade. E é neste ponto que a Assembleia da República é convocada a celebrar acontecimentos ou personalidades que nos ajudam a compreender melhor o país que somos e que queremos ser.

É, por exemplo, neste contexto que o Parlamento assumiu, já nesta Legislatura, o compromisso de homenagear e perpetuar a memória de figuras ímpares da nossa história, como é o caso de Aristides de Sousa Mendes ou de Eça de Queiroz, com vista a conceder-lhes honras de Panteão Nacional.

É igualmente neste contexto que o Parlamento tem, desde há vários meses, vindo a comemorar o Bicentenário do Constitucionalismo Português e da Revolução Liberal que está na sua origem, e onde podemos encontrar, também, as origens do nosso sistema político.

É, pois, também por isso que estamos hoje, aqui, reunidos a celebrar o 25 de Abril.

Celebrando o passado, mas com olhos no futuro. Esperando que as gerações mais novas possam encontrar nestes exemplos, e no 25 de Abril em particular, a inspiração para o que podem ser. Assumindo que a liberdade de que todos disfrutam tem de ser diariamente defendida com o vigor necessário, para que se envolvam com a causa pública, com a comunidade, ajudando a tornar este país melhor e melhor todos os dias, um país mais justo, mais livre e mais democrático para o qual contribuíram tantos heróis discretos, civis e militares, muitos anónimos, que, antes de Abril, lutaram, das mais diversas formas, contra a ditadura, ajudando a fazer cair o regime ditatorial do Estado Novo.

As gerações que fizeram o 25 de Abril e edificaram a Constituição estão, naturalmente, a desaparecer. Tenhamos confiança de que os mais jovens saberão defender os valores essenciais da liberdade, da igualdade de oportunidades e da solidariedade social.

É esse país e essa democracia que celebramos hoje, com a mesma convicção e determinação com que, há 47 anos, com ela sonharam os capitães de Abril, aqui representados pela Associação 25 de Abril, a quem endereço uma saudação muito, muito especial.

Aplausos do PS, do PSD, do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira.

País de uma Revolução que não tem proprietários, porque aos que participaram na libertação do país se seguiram várias gerações que ajudaram a construir o Portugal democrático em que vivemos.

Uma Revolução que, no entanto, tem autores: o Movimento das Forças Armadas e os milhares de portugueses que se bateram contra a ditadura e a guerra durante longos anos.

Muito obrigado.

Viva o 25 de Abril! 25 de Abril sempre!

Viva Portugal!

Aplausos do PS, de pé, do BE, do PCP, de Deputados do PSD e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira.

Vamos passar à fase das intervenções das Sr.as e Srs. Deputados e começamos pelos Deputados únicos representantes de partido.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Cotrim de Figueiredo, do Iniciativa Liberal.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Distintos Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: Logo à tarde, os liberais vão estar na Avenida da Liberdade a celebrar o 25 de Abril.

Queremos celebrar a data em que caiu uma ditadura que fez de Portugal um país que negava todos os valores liberais. Um país sem liberdade política, em que as vozes discordantes eram perseguidas e encarceradas. Um país sem liberdade social, em que as escolhas individuais eram motivo de escárnio ou repressão. Um país sem liberdade económica, com condicionamento a mais e concorrência a menos.

Queremos celebrar uma data da qual ninguém se pode apropriar.

A esquerda sectária, do alto da sua arrogância moral e intelectual, acha que é dona do 25 de Abril. E a direita ambígua permite-o por falta de comparência. O Iniciativa Liberal diz «presente»!

Logo à tarde, os liberais vão celebrar o 25 de Abril, porque nesse dia foi-nos dada uma oportunidade de criar um país diferente. Quarenta e sete anos depois ainda não a soubemos aproveitar.

Cada vez mais portugueses estão descrentes na democracia e desconfiam da liberdade. Os mais pobres sentem que a prosperidade com que lhes acenaram era uma ilusão. Têm razão: a insistência em décadas de políticas a colocar o Estado no centro de tudo deixaram Portugal na cauda da Europa.

Os mais jovens sentem o desespero de não verem oportunidades para construir uma vida digna em Portugal. Têm razão: há poucas oportunidades para quem não tem o cartão do partido certo e os salários médios estão cada vez mais próximos do salário mínimo.

Portugueses de todas as idades sentem que o sistema lhes está a falhar. Têm razão: ninguém é responsabilizado por atos de incompetência, negligência ou compadrio, enquanto a justiça é lenta e parece estar sempre ao lado dos poderosos.

Têm razão: os partidos do costume repartem entre si pequenos e grandes poderes, tão atrativos em tempos de maná financeiro da Europa, e fogem do escrutínio sempre que podem.

Têm razão: o acesso universal à saúde é só um acesso universal a intermináveis listas de espera e a educação, que deveria ser o principal elevador social, transformou-se numa burocracia promotora da mediocridade.

Têm razão: há milhares de milhões para enterrar na TAP (Transportes Aéreos Portugueses), mas «aqui d'El-Rei» que não há dinheiro quando se trata das funções essenciais do Estado ou de baixar o nível recorde de impostos.

Andamos nisto há décadas e os portugueses percebem que não teremos resultados diferentes se insistirmos nas mesmas receitas. Por isso, quando lhes dizem «agora é que é, quando passar a pandemia», «agora é que é, quando vier a 'bazuca'», os portugueses não acreditam e pensam que tem de haver outro caminho.

Têm razão: há outro caminho, esse caminho é o liberalismo.

Logo à tarde, os liberais vão estar na Avenida da Liberdade a celebrar o 25 de Abril.

Os liberais vão estar na Avenida, com a alegria da liberdade reconquistada. A esquerda sectária fica triste.

Os liberais vão estar na Avenida, com um sentido de exigência quanto ao futuro da nossa democracia. A esquerda sectária resigna-se.

Os liberais vão estar na Avenida, com abertura a todos os que jamais voltariam ao passado da ditadura. A esquerda sectária exclui.

Não podia haver maior contraste entre a alegria, a exigência e a abertura dos liberais e a tristeza, a resignação e a exclusão da esquerda sectária. Os liberais, com os olhos postos no futuro; a esquerda sectária, agarrada ao passado.

Logo à tarde, os liberais vão estar na Avenida da Liberdade a celebrar o 25 de Abril com os olhos postos no futuro de um Portugal melhor.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Pelo Chega, tem agora a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Distintos Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje, os cravos vermelhos deveriam ser substituídos por cravos pretos, porque é o luto da nossa democracia que devíamos estar a celebrar.

Após 47 anos, celebramos a liberdade, mas, daqui a duas horas, o país fechará todo, de norte a sul — restaurantes, cafés, bares. Tudo o que devia estar aberto encerrará no dia da liberdade, daqui a duas horas, no país que menos apoiou negócios, empresários e famílias.

Enquanto, nesta Casa, os portugueses veem a liberdade a ser celebrada, veem também os seus negócios e as suas vidas, lá fora, a serem encerrados por Governos sem critérios, com medidas absurdas e sem qualquer sentido para os que estão a sofrer.

Fomos o país da União Europeia que menos apoios deu, mas tínhamos dinheiro para tudo, até para pagar subvenções vitalícias a políticos que estão presos. Porém, nunca tivemos dinheiro para apoiar aqueles que sofriam e que continuam a sofrer!

Em 47 anos de Abril, somos um país de enormes contradições, que bate no peito quando morre alguém, nos Estados Unidos, às mãos da polícia, mas que esquece os idosos que, todos os dias, não têm dinheiro para pagar consultas e os que morrem às mãos de um sistema de saúde que não funciona.

Se me permite, Sr. Presidente da Assembleia da República, se temos de recordar a guerra colonial, devíamos também hoje, por vergonha, recordar os milhares de ex-combatentes que continuam a ser destratados por um Estado, que os trata como bandidos e que esqueceu a sua história.

Somos um país de contradições, que continua a bater com a mão no peito por alguém que morre lá fora, mas esquece aqueles que, todos os dias, perdem a vida cá dentro, às mãos de um Estado que já não lhes vale!

Nos 47 anos de Abril, descemos no *ranking* da corrupção e todos vimos — ninguém pode dizer que não viu — um tribunal a branquear a corrupção como nunca antes se branqueou, a dizer que dinheiro ilícito nem sequer tem de ser declarado, que é o mesmo que dizer: «Vocês trabalhem, paguem e os outros, que não querem fazer nada, continuem a beneficiar!»

É um país de contradições, em que damos tudo a quem não quer fazer nada e continuamos a atolar em impostos aqueles que trabalham, ao lado de quem devíamos estar, e que sustentam este país.

Descemos no *ranking* da corrupção, com um Governo que quer cada vez mais controlar a justiça, como que a branquear os poderosos que corrompem, a atacar os adversários e a perseguir a oposição.

Cá estaremos para resistir, porque, nos 47 anos de Abril, não podemos esquecer uma democracia que se deteriora, que vai perdendo qualidade. E é de tal maneira que, num jornal desta semana, se dizia que só 10% acreditam na plena democracia. Grande Abril que nos deram! Grande revolução que nos transmitiram! Ao fim de 47 anos, temos um país que já não acredita e que já quer muito mais do que aquela manhã de Abril.

Era disso que nos devíamos lembrar! Metade do país acha que, hoje, estamos pior do que antes do 25 de Abril. Como é possível que a tal gloriosa Revolução dos Cravos, a tal manhã gloriosa que nos deram, afinal, seja por metade do país ignorada, dizendo que hoje está pior do que estava?

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro: Portugal foi ultrapassado por países que entraram na União Europeia em 2004. Em 2004! Nós entrámos em 1986 e eis o que nos deu Abril: a Eslovénia, a Lituânia, o Chipre e Malta ultrapassaram Portugal em PIB (produto interno bruto) *per capita*. A palavra que, hoje, devia estar aqui é «vergonha». Vergonha em sermos ultrapassados por países que, há poucos anos, nem linha do comboio tinham!

Agora dizemos: «Abril, Abril, Abril», mas que Abril? Quando os salários baixam, quando os jovens emigram, quando os políticos corruptos andam à vontade na rua, quando não conseguimos sequer concretizar a mais ténue das nossas aspirações, que Abril podemos dar ao futuro?

Vou terminar, Sr. Presidente, com um respeito enorme por todos os que fizeram Abril, por todos os que permitiram que a democracia hoje existisse.

Vozes do PS: — Nota-se!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Recordo que a primeira senha da Revolução de Abril foi a música *E depois do adeus*. Nessa música, dizia-se que se é verdade que quis saber quem sou e o que faço aqui, quero saber também quem me abandonou e do que me esqueci.

Nos 47 anos de Abril, devíamos lembrar todos os portugueses que abandonámos, todos os portugueses que esquecemos e, em vez destes cravos vermelhos, devíamos prometer-lhes dignidade, trabalho, honra e futuro. Foi isto que este país perdeu há muito tempo e só nós poderemos recuperar!

Não, não estaremos no desfile, hoje à tarde, na Avenida da Liberdade, porque o meu único desfile é ao lado dos portugueses que querem uma vida melhor. É nesse desfile que irei participar e é para esse desfile que sempre estaremos convocados.

25 de Abril sempre, mas precisamos de outra revolução em Portugal!

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Tem a palavra, pelo Grupo Parlamentar de Os Verdes, a Sr.ª Deputada Mariana Silva.

Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Mariana Silva** (PEV): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr.as e Srs. Deputados, Valerosos Capitães de Abril, Sr.as e Srs. Convidados:

«Não hei de morrer sem saber/qual a cor da liberdade». É de cor, de alegria, de festa, de paz que falamos quando falamos de Abril. A 25 de Abril, comemoramos o fim do cinzentismo, do silêncio, da mordaça, da fome, da ignorância.

Hoje, voltamos a fazer a festa na rua, junto com os que lutaram pela conquista da liberdade, que nos devolveram a voz, que nos colocaram nas mãos a força da luta pelo combate à pobreza, pela igualdade de direitos, pela procura da justiça social e pela defesa e proteção dos recursos naturais.

Hoje, aqui e nas ruas de todo o país, retomando liberdades que vimos escaparem-se pelos dedos neste último ano, o vermelho do cravo elevado ao céu serve para nos relembrar essa força que nos foi dada há 47 anos e, de cravo ao alto, não permitiremos que sejam dados passos atrás. É preciso continuar a colorir o futuro, com tudo o que ainda ficou por fazer.

Continuemos a colorir os dias das crianças e dos jovens que viram as suas brincadeiras, aprendizagens e desenvolvimento interrompidos. Temos a responsabilidade de lhes devolver o vento nos rostos, os sorrisos e a esperança com uma escola pública de qualidade, onde a igualdade de oportunidades seja a regra de ouro.

Continuemos a colorir os dias com um Serviço Nacional de Saúde robusto, eficiente, com o acesso aos cuidados primários em todo o território, com mais profissionais, a quem, mais uma vez, agradecemos a entrega, o esforço e a eficiência.

Continuemos a colorir os dias com mais e melhor mobilidade, com uma rede ferroviária em todo o território, com mais e melhores transportes públicos, a preços acessíveis, sem barreiras arquitetónicas.

Continuemos a colorir os dias com o respeito pelos direitos dos trabalhadores, com a defesa dos postos de trabalho, lutando contra os despedimentos, atribuindo apoios a quem deles necessita, respeitando os direitos ao descanso, ao cuidado com a família e ao lazer.

Continuemos a colorir os dias garantindo o direito à justiça, dotando-a de mais meios humanos e técnicos, tornando-a acessível a todos, combatendo a corrupção e respondendo a todos os que, justamente, clamam pela criminalização do enriquecimento ilícito ou injustificado, seja pelos que têm intervenção na política, seja pelos que se movimentam nos corredores das atividades económicas.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Jorge de Sena, no seu poema, dava voz a todas as vozes que reclamavam a urgência de superar esse sistema caduco, que nos oprimia e envergonhava enquanto povo: «Eu não posso senão ser/desta terra em que nasci./Embora ao mundo pertença/e sempre a verdade vença,/qual será ser livre aqui,/não hei de morrer sem saber.»

Desta força de quem não queria permanecer no cinzento dos dias, nem nas noites escuras como breu, saiu essa vontade coletiva de construir um futuro para todos, o «dia inicial, inteiro e limpo» que queremos prosseguir.

Neste ano, em que a Constituição da República Portuguesa faz 45 anos, celebramos também esse texto, colorido pela esperança de Abril e pela força do povo, mas que, todos os dias, temos de defender,

preservar e fazer cumprir. Porque, mesmo alterada por sucessivas revisões, na nossa Constituição continuam os valores da proteção e da justiça social. No seu conteúdo, consagram-se os direitos e as liberdades fundamentais dos cidadãos, os direitos sociais como o ambiente e a qualidade de vida.

Sim, a Lei Fundamental defende o ambiente desde o seu primeiro dia, num rasgo de evolução e de visão do futuro, consagrando a todos o «direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender».

Cumprir as cores de Abril significa proteger a biodiversidade, trabalhar na mitigação das alterações climáticas, defender os territórios dos apetites económicos que apenas pretendem explorar os recursos naturais, sem respeito pelas populações que, há séculos, os conservam, que são seus guardiões e que, da natureza, apenas retiram o que ela lhes dá, com o suor dos dias.

É com Abril e com os seus princípios e valores que se defende o ambiente e a natureza e não contra Abril, ou em nome de um suposto desenvolvimento, cheio de promessas com barbas à proteção do planeta, mas sempre pronto a roubar a qualidade de vida de muitos para encher os bolsos de alguns.

Sim, é com Abril e não contra Abril. É com os que, de Abril, não querem apenas o momento, mas defendem o processo, é pelos que não hesitam na definição do que foi o fascismo, o tempo em que, como diz de novo Jorge de Sena: «Trocaram tudo em maldade,/é quase um crime viver./Mas, embora escondam tudo/e me queiram cego e mudo,/não hei de morrer sem saber/qual a cor da liberdade.»

É com estes que dizemos: fascismo nunca mais! É com eles que dirigimos uma saudação, em nome do Partido Ecologista «Os Verdes», aos corajosos capitães de Abril e às mulheres e aos homens que lutaram por um país livre. É com eles que voltaremos a colorir as avenidas com os cravos e com a alegria daqueles que carregam o futuro, onde será possível continuar a ver a cor da liberdade.

Viva o 25 de Abril!

Aplausos do PCP e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Tem a palavra o Sr. Deputado André Silva, do Grupo Parlamentar do PAN.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Silva** (PAN): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Altas Entidades, Excelências, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: O Portugal de Salazar e de Marcelo Caetano era o chamado «Portugal amordaçado».

Amordaçado pela censura, pela ditadura do partido único, pela brutal repressão do dissenso e pela prisão, tortura e até morte dos opositores políticos.

Um Portugal onde a mulher só podia ambicionar ser a fada do lar, que precisava da autorização do marido para poder sair do país, para abrir uma conta bancária ou para tomar contracetivos. Um Portugal onde um quarto das pessoas não sabia ler nem escrever. Um Portugal que mandou para uma guerra injusta e anacrónica mais de 90% da sua juventude. Um Portugal que, só na região de Lisboa, tinha

90 000 pessoas a viver em condições sub-humanas, nos bairros de lata. Um Portugal onde, tal como chegava a constar em declarações de óbito, se morria de fome.

Há 47 anos, este Portugal começou a ficar para trás, dando origem ao que se chamou um «Portugal ressuscitado». Um Portugal que passou a proclamar o pluralismo, a liberdade de expressão, o Estado social com acesso igualitário e universal à educação, à saúde e à segurança social, o direito ao trabalho com segurança no emprego, ao salário digno e à igualdade de género, o direito à cultura, à habitação e a um ambiente sadio. Um Portugal aberto ao mundo, que contribuiu para construção da União Europeia.

Quarenta e sete anos depois, podemos dizer que, graças à Revolução dos Cravos, o Portugal de hoje é um Estado de direito democrático.

Mas o Portugal amordaçado deu lugar a um Portugal capturado por interesses instalados que enclausuram a democracia na bolha das opções políticas do bloco central e que, tantas vezes, servem apenas algumas pessoas ou grupos, gerando a desilusão e a revolta social que abrem espaço ao oportunismo que vende o ódio, o medo e a institucionalização da discriminação como remédios para curar esta democracia doente.

Este é um Portugal capturado pela corrupção e pela falta de transparência, com instituições que vivem bem com o facto de apenas 1% das queixas sobre crimes de corrupção darem origem a condenações. É um país que vive bem em perder anualmente mais de 18 000 milhões de euros para a corrupção — repare-se: só durante o tempo desta curta intervenção, a corrupção leva-nos 205 000 €. Podemos agradecer a quem pouco ou nada tem feito para mudar esta realidade, isto é, ao bloco central.

O país que tem a pior pontuação da década no índice de perceção da corrupção e que é reiteradamente instado por organizações internacionais a adotar as respetivas medidas de combate é o mesmo país que convive bem com a existência de políticos-dirigentes de futebol e com tantas outras situações de conflitos de interesses em detentores de cargos públicos; que teima em não ter uma lei de criminalização do enriquecimento ilícito; que vive pintado pelas, tão oleadas, portas giratórias que servem para o bloco central saltitar entre entidades públicas e privadas com interesses conflituantes; que, em dois anos, não implementou a Entidade da Transparência e que — pasme-se! — tem motoristas do Tribunal Constitucional a verificar assinaturas de candidaturas às eleições presidenciais.

E porquê? Por pura falta de vontade política! O dinheiro, esse, aparece sempre para as prioridades definidas por quem detém o poder.

O país que, via evasão fiscal, perde anualmente mais de 1000 milhões de euros, o equivalente a 9% dos gastos com educação, é o mesmo país que mantém um paraíso fiscal na Madeira, um viveiro do crime organizado que permitiu a lavagem de dinheiro a altos quadros da cleptocracia angolana, a empresas-fantasma do BES (Banco Espírito Santo) ou a magnatas do futebol.

O *offshore* da Madeira é uma lavandaria a céu aberto com o alto patrocínio do bloco central!

O país que dá 10 milhões de euros ao baronato da caça e mantém a legislação que sustenta a tauromaquia é o mesmo país que, em 2021, apenas transfere menos de um terço da verba necessária para políticas municipais de proteção e bem-estar animal, inclusive para cumprir a lei do não abate.

Quando o país precisa de medidas de proteção dos mais pobres e vulneráveis, o bloco central entende continuar a patrocinar alguns dos setores mais violentos da nossa sociedade e a encher os bolsos a quem vive à custa do sofrimento de quem não pode defender-se.

O país onde o ambiente recebe juras de amor de todos os partidos, em período eleitoral, continua refém dos interesses das grandes poluidoras e das políticas coniventes do bloco central.

O Governo que diz não ter dinheiro para combater a pobreza energética, para aliviar a carga fiscal da classe média ou para dar apoios sociais ao setor da cultura é o mesmo Governo que oferece mais de 500 milhões de euros anuais em benefícios perversos à indústria fóssil.

Enquanto o planeta derrete e se esgota, a ordem é para recuperar a economia através do aumento ilimitado do consumo — tudo sem contrapartidas ambientais, sem olhar para o elefante que se afoga na sala.

Perante todas as oportunidades que o conhecimento e a ciência nos dão para travar a crise ambiental e o colapso climático, o bloco central opta por construir aeroportos ou por cobrir o Alentejo de plástico e de agrotóxicos.

O Portugal de 2021 não dá respostas aos desafios do século XXI. É urgente retirar a discussão e a decisão políticas do cantão do imobilismo do bloco central, que tem servido de adubo ao terreno daqueles que querem destruir a democracia e os seus valores fundamentais. Sei que o bloco central e os seus aliados informais propagandeiam o isolamento e o radicalismo destas ideias e preocupações e, por isso, esta é uma ocasião para que [se] lembre as palavras de Natália Correia, uma mulher de Abril: «o destino das opiniões solitárias é virem a estar excessivamente acompanhadas num tempo futuro.»

Um Portugal mais transparente, justo e solidário, que torne a ação climática e o combate às desigualdades nos grandes objetivos da presente década é o único Portugal possível para quem quer cumprir Abril.

Viva o 25 de Abril!

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Tem a palavra, pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, o Sr. Deputado Pedro Morais Soares.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Morais Soares** (CDS-PP): — S. Ex.ª Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr. General Ramalho Eanes, Altas Entidades, demais Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

Pela segunda vez, comemoramos o 25 de Abril em estado de emergência e se, há um ano, existia quem se questionasse se viríamos para esta comemoração mascarados, hoje em dia, só os negacionistas questionam a necessidade e a utilidade das máscaras.

Evocar o dia em que se comemora a liberdade ganha um simbolismo acrescido, tendo em conta o último ano que o país e o mundo atravessaram. Costuma sempre, neste dia, referir-se que a liberdade

não é um dado adquirido e definitivamente conquistado, mas sim um objetivo diário e permanente. Nada mais verdade pela experiência que travámos no último ano — e continuamos a travar —, sem ainda saber quando e como será o fim.

Hoje, o ataque à liberdade é concretizado por um inimigo invisível, insidioso e perigoso, que já nos causou perto de 17 000 mortos. São eles portugueses de várias idades, especialmente mais velhos, de vários estratos da sociedade, mas a pandemia afetou de forma mais dura os mais desfavorecidos, a quem o Estado tinha falhado nos grandes fogos de 2017 e a quem o Estado voltou a falhar.

Este inimigo obrigou-nos a abdicar de direitos, algo que jamais pensaríamos ser possível nos nossos dias. As verdadeiras restrições de liberdade a que fomos sujeitos, quer seja a liberdade de circulação, a liberdade de estarmos com as nossas famílias ou a liberdade para trabalharmos, deve levar-nos a pensar quantas vezes utilizamos em vão e de forma despropositada a ideia de que não temos liberdade.

Que os sacrifícios que fizemos, as liberdades de que abdicámos e as dificuldades por que passámos tenham sentido!

O povo português, ao longo da sua história quase milenar, mostrou, por diversas vezes, que esteve disposto a suportar, com resiliência, as adversidades que os tempos colocavam. Mas os portugueses sempre souberam exigir que esses sacrifícios tivessem um propósito, que não fossem em vão e que os governantes soubessem estar à altura do que se lhes impõe. Sim, essa é a grande questão que se coloca!

Como vai o Governo estar à altura de responder à saída da atual crise? Que resposta vai dar a mais de 1 milhão de concidadãos que estão nas listas de espera da saúde? Que resposta vai dar aos mais de 430 000 compatriotas que estão sem emprego? Que resposta vai dar aos mais de 2 milhões de portugueses que vivem abaixo do limiar de pobreza, especialmente aos mais idosos e aos mais jovens? Que resposta vai dar aos milhares de micro, pequenos e médios empresários que se arriscam a não conseguir abrir as portas?

Importa nunca esquecer de que não estamos só perante uma pandemia de saúde pública, mas que estamos também perante uma pandemia social e uma pandemia económica. São estas as três pandemias a que o Estado tem de saber responder. O país não aguenta mais nenhuma falha de resposta em qualquer uma delas!

Os portugueses que estiveram na linha da frente, desde médicos, a enfermeiros, passando por bombeiros, Forças Armadas e de segurança, e voluntários que, de forma heroica, suportaram este estoico esforço até à exaustão não merecem que lhes sejam pedidos novos sacrifícios. As respostas que foram dadas, neste ano, levam-nos a ser muito cautelosos quanto ao que podemos esperar das soluções que o Governo pretende protagonizar.

Os sucessivos programas e planos anunciados e apresentados levam-nos a desconfiar do caminho. Não bastam meras palavras e anúncios de medidas que, na prática, não chegam às famílias, nem às empresas.

Uma recuperação económica quase exclusivamente assente no investimento e no gasto públicos ignora que o grande motor da alavancagem da economia, da criação de emprego e da produção de riqueza não é o Estado, mas, sim, o setor privado, as empresas.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Em termos de respostas sociais, também se esperava mais apoio aos portugueses, das mais diversas áreas, que viram os seus postos de trabalho perdidos ou os seus rendimentos baixarem abruptamente.

De igual forma, o terceiro setor que, muitas vezes, é a única resposta de que os portugueses dispõem, foi sacrificado além do que era exigido. O Estado falhou na ajuda e na resposta às IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) e às misericórdias, deixando-as financeiramente estranguladas.

Não se vislumbra um planeamento, navega-se à vista, não sendo, assim, possível, qualquer tipo de confiança. Não só faltaram, e faltam, respostas, como também falta rumo, estratégia, coordenação e coragem.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Se o 25 de Abril abriu as portas da liberdade e começou a construir o caminho da democracia, consolidada a 25 de Novembro, também alentou a esperança da justiça. Esta esperança no sentimento do povo português ainda não está totalmente concretizada, tal como não foi concretizada, há 25 anos, quando esta mesma Câmara decidiu amnistiar os elementos da mais sangrenta organização terrorista da história da nossa democracia, as FP-25 de Abril (Forças Populares 25 de Abril).

Importa que o Estado não ignore o sentimento generalizado de descrença dos portugueses, muitas vezes justificado. Relativamente à justiça, urge reformá-la e o combate à corrupção é necessário e indispensável — terá de ser uma das prioridades. Também é necessária outra visão do poder local. Quando as pessoas mais precisavam, o Estado central parou e fechou, e se não fossem as câmaras municipais e as juntas de freguesia, que nunca fecharam portas, as consequências teriam sido bem piores.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Neste ano de eleições autárquicas e neste dia em que se evoca o 25 de Abril, cujo poder local democrático foi uma das suas principais conquistas, não só é justo como é indispensável que se faça um reconhecimento público a todos os autarcas que estiveram, e estão, na linha da frente do combate, sem nunca terem virado as costas às suas populações.

A proximidade do poder local em relação às populações não pode continuar a ser esquecida! De norte a sul, do interior ao litoral, sem nunca esquecer as ilhas, os nossos milhares de autarcas foram de uma entrega e de uma dedicação irrepreensíveis, tendo alguns deles perdido até a própria vida para que as suas terras não perdessem o combate contra o vírus.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O que os portugueses, nomeadamente as novas gerações, esperam e merecem de todos nós é que não falhemos, que não deixemos o sonho por realizar, que não deixemos a justiça por concretizar, que não deixemos a democracia por efetivar nem a liberdade por cumprir.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — É a vez do Partido Comunista Português. Tem a palavra a Sr.ª Deputada Alma Rivera.

Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Alma Rivera** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Ilustres Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

Quase seis milhões de portugueses nasceram depois do 25 de Abril de 1974. Não viveram Abril, não viveram a Revolução, mas têm-na em si gravada, presente nas suas vidas, por muito que haja quem queira apagar a memória e negar o que Abril nos trouxe.

Cada pessoa que vive no nosso país tem a sua vida marcada pelo que Abril e os seus valores consagraram em direitos, liberdade e progresso. Muitos são os que nasceram fruto desse progresso e da grande conquista que, hoje, nos volta a valer, o Serviço Nacional de Saúde, que debelou o drama da mortalidade infantil e materna.

Abril trouxe os direitos de maternidade e de paternidade e cada criança de hoje vai à escola porque Abril a resgatou ao duro trabalho no campo e nas fábricas, à miséria e ao analfabetismo e lhe deu o direito a aprender e a brincar. Cada jovem pode sonhar com o seu percurso académico, com o início da sua vida, porque não tem de ir para a guerra, obrigado a matar outros jovens com sonhos, em países irmãos.

Ainda há as mães que não têm filhos e os filhos que não têm pai, do cantar de emigração, mas já ninguém vai a salto, sujeito à prisão.

Quando lutamos pelo aumento do salário mínimo nacional, instituído com a Revolução, pelo direito ao trabalho e pelo trabalho com direitos, é por Abril que lutamos.

Quando cada qual faz greve e não deixa que a lei da selva se imponha, faz cumprir o que Abril trouxe e antes era proibido.

Cada trabalhador deste país tem o direito a férias e a férias pagas porque Abril o conquistou.

Foi com Abril que a deficiência deixou de ser uma sentença e concretizar a inclusão é um tributo que se faz à Revolução.

Foi Abril que acabou com a separação de pessoas de primeira e de segunda e foi com Abril que as mulheres passaram a ser plenas em direitos, donas de si mesmas, capazes de se libertarem da violência, e que passámos todos a ter o afeto e o amor como únicos critérios para se ser família.

Quando hoje nos indignamos, nos levantamos contra a injustiça, a desigualdade, a corrupção é porque podemos fazê-lo. Porque Abril nos fez querer mais e ter direito a mais do que um país dominado por meia dúzia de famílias e donos, em que a política do Estado era a corrupção, a sua ocultação e a repressão dos que a denunciavam. Práticas que alguns querem hoje restaurar, contra a Constituição da República e por via da sua revisão, impondo o domínio do poder económico sobre o poder político.

Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito em razão de ascendência, do sexo, da raça, da língua, do território de origem, da religião, das convicções políticas ou ideológicas, da instrução, da situação económica, da condição social ou da orientação sexual.

Esses valores, consagrados na Constituição há 45 anos, são valores que transportamos no presente e projetamos no futuro de Portugal.

O tempo deixa cada vez mais longe essa madrugada inicial que foi o 25 de Abril, mas não tem de impor a distância dos seus valores de liberdade, de democracia e de solidariedade.

Somos nós quem determina o futuro e, com Ary, dizemos que «somos um rio que vai dar onde quiser. Pensar que somos um mar que nunca mais tem fronteiras e havemos de navegar de muitíssimas maneiras».

Podemos fazer de outra maneira.

As mais jovens gerações já são bisnetas dos antifascistas que deram a vida pela causa da libertação, mas têm batalhas comuns: batalhas em defesa das conquistas de Abril e pela concretização do que ficou inacabado com a Revolução, pela defesa do regime democrático.

Todos quantos não viveram Abril de 1974 são chamados a continuá-lo e a defender os direitos com ele conquistados, a defender a saúde, a educação e a segurança social contra a lógica do lucro e a ganância dos grandes grupos económicos.

Mais do que nunca, é evidente quão importantes são os serviços públicos conquistados com Abril e quão decisivo é o papel daqueles que diariamente os constroem, em particular o Serviço Nacional de Saúde e a escola pública.

O acesso de cada pessoa que habita este país a direitos fundamentais — à educação de qualidade, à saúde de qualidade, a uma habitação digna, ao trabalho enquanto elemento de realização social e pessoal, à proteção na doença e na velhice — é uma das grandes batalhas do nosso tempo, a de garantir que toda e cada pessoa tem condições de bem-estar económico, social e cultural.

Continuamos a luta centenária pelo direito ao trabalho, contra a sua desvalorização, porque o que sai dos salários continua a ir para os bolsos de uns poucos, contra a utilização dos trabalhadores como mercadoria descartável, dispensável, porque até uma pandemia é pretexto para agravar a exploração.

Estes milhões de portugueses que nasceram depois do 25 de Abril exigem que a riqueza seja distribuída de forma justa, permitindo uma vida digna a todos, estando contra a acumulação obscena de alguns, muito poucos, que fogem aos impostos e à justiça, ao mesmo tempo que dizem que não é tempo para reivindicar.

O povo português precisa de um Estado ao seu serviço que cumpra a missão de desenvolver o país, elevar as condições de vida, alcançar o pleno emprego, repartir a riqueza e afirmar a soberania.

Travamos a batalha pela defesa dos valores mais humanos e mais essenciais, de liberdade e democracia, de igualdade e solidariedade. E não calamos que a pobreza e a miséria, a precariedade e o desemprego são inimigos dos valores de Abril; que a desesperança é o contrário do caminho de Abril; que a impunidade da corrupção, dos crimes económicos e financeiros, dos buracos da banca, da utilização indevida do erário público são afrontas à democracia; que o seu maior inimigo é a subjugação do poder político pelo poder económico e a sua fusão num só.

Continuamos a lutar, com a convicção de que o povo unido jamais será vencido e de que somos um «rio que vai dar onde quiser».

Quem precisa de Abril nas suas vidas, quem precisa que a Constituição e os seus direitos se cumpram tem a força para impedir retrocessos e é com a sua voz e os seus braços que se fará cumprir Abril.

Aplausos do BE, do PCP, do PEV e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sr.ª Deputada Beatriz Gomes Dias.

Sr.ª Deputada, faça favor.

A Sr.ª **Beatriz Gomes Dias** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Sr.ª e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

Quero começar por associar-me à homenagem já aqui feita hoje aos militares de Abril. Devemos à sua coragem o fim da longa noite do fascismo.

É uma homenagem que estendo a todas as mulheres e homens que lutaram ao longo de décadas contra a ditadura do Estado Novo, tantas vezes pagando essa audácia com a prisão ou com a própria vida.

Num país que tantas vezes padece de uma memória seletiva, lembro também todas e todos os combatentes pela libertação dos países africanos ocupados pelo regime colonial português, que conheciam bem o alcance da sua luta.

Amílcar Cabral afirmou em 1971: «Estamos absolutamente convencidos de que, na medida em que os povos das colónias portuguesas avancem com a sua luta e se libertem totalmente da dominação colonial portuguesa, estarão contribuindo de uma maneira muito eficaz para a liquidação do regime fascista em Portugal.» Tinha razão. Estas mulheres e homens africanos não conquistaram apenas a liberdade para os seus povos, contribuíram também para a libertação do povo português.

Também a elas e a eles devemos o 25 de Abril, também a elas e a eles prestamos a nossa homenagem neste dia.

Aplausos do BE e do Deputado do PCP João Oliveira.

A Revolução do 25 de Abril inaugurou uma era de liberdade e democracia que trouxe consigo conquistas há muito almejadas: a liberdade de expressão, eleições livres, o direito à greve, o salário mínimo nacional, a escola pública, o Serviço Nacional de Saúde, a segurança social.

Nunca é demais lembrar as conquistas que Abril tornou possível, como não é demais lembrar que elas não são irreversíveis.

O ressurgimento de forças populistas ou fascistas um pouco por todo o mundo, incluindo em Portugal, deve alertar-nos e mobilizar-nos para a defesa intransigente da democracia. Como nos diz Angela Davis, «a liberdade é uma luta constante».

Apesar do muito que foi conquistado, a promessa de igualdade e de justiça trazida por Abril ainda está longe de ser cumprida.

Persistem, em Portugal, níveis inaceitáveis de pobreza. Um estudo recente confirma a violência da desigualdade: num país em que uma parte significativa da população vive em risco de pobreza, um terço das pessoas pobres, mesmo antes da pandemia, tinha trabalho.

Com a crise social e económica provocada pela pandemia, em que muitas pessoas perderam o emprego e os rendimentos, a intensidade da pobreza irá aumentar. Esta desigualdade — é bom lembrá-lo — afeta desproporcionalmente alguns grupos sociais que são alvo de múltiplas discriminações.

Quarenta e sete anos depois do 25 de Abril de 1974, a plena igualdade de direitos ainda é uma miragem para muitas pessoas no nosso país: para as mulheres, que veem a sua liberdade e os seus

direitos limitados por uma cultura patriarcal que as oprime; para as pessoas negras, ciganas e de outras comunidades racializadas, que sofrem quotidianamente o impacto do racismo estrutural; para as pessoas migrantes e refugiadas, que esbarram nas fortalezas que lhes vedam o acesso a direitos fundamentais; para as pessoas LGBTQI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgénero, Queer ou Questionadores e Intersexo), discriminadas por uma sociedade heteronormativa que as exclui e violenta; para as pessoas com deficiência, às quais é negado o poder de decidir as suas vidas e de vivê-las com verdadeira independência; para as pessoas idosas, tantas vezes esquecidas pelas políticas públicas.

Enquanto estas discriminações perdurarem em Portugal, Abril estará por cumprir.

Abril também não se cumprirá cabalmente enquanto não encararmos de frente a corrupção. A corrupção é o cimento da injustiça económica e da desigualdade. Ela mina a democracia, corrói a justiça e ameaça a coesão social. É necessário quebrar a indulgência que alimenta a promiscuidade, a fraude, as portas giratórias, a subordinação do interesse público ao negócio.

A corrupção depreda recursos e faz prevalecer as escolhas erradas sobre as escolhas certas. Em tempos de crise social, de urgência climática, de agravamento das desigualdades e das discriminações, o preço dessas escolhas erradas é ainda mais alto, é demasiado alto.

Ninguém pode aceitar pagar este preço. A revolta que daí resulta é explorada por muitos para fazer crescer o seu negócio político. Mas que não restem dúvidas: a denúncia da corrupção não pode ser o «cavalo de Troia» de agendas políticas autoritárias de descredibilização das instituições da democracia, vindas, aliás, tantas vezes, de quem mais explicações tem a dar sobre os seus métodos e transparência diante das regras da lei. A falta de vergonha chega ao ponto de termos um advogado que vem de um escritório de planeamento fiscal a subir a esta tribuna para clamar contra a fuga ao fisco.

Há, pois, que enfrentar a corrupção com coragem e determinação, alterando o regime da finança, combatendo a fraude, melhorando os mecanismos legais e judiciais de prevenção, investigação e punição. E também através de uma ação política e cidadã exigente, que defenda a transparência, o interesse público e a justiça.

Não aceitamos que a promessa de Abril contida na Constituição de Abril seja mercadejada. A soberania do povo e a sua representação não são uma mercadoria.

Isso mesmo foi o que Abril nos deixou como lição: o mais essencial dos bens comuns de um povo é a democracia. E ela não pode ser tornada mercadoria ou propriedade de alguém.

A nossa democracia não está à venda. Lutemos por ela, todos os dias.

Viva o 25 de Abril! Viva a democracia! Viva o socialismo!

Aplausos do BE e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Pelo Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rio.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Rio** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

Celebramos, hoje, os 47 anos do 25 de Abril. Quarenta e sete anos foi sempre um período muito alargado, mas na sociedade atual, em que tudo muda a uma velocidade vertiginosa, eles representam muito mais do que em qualquer outra época da nossa história coletiva.

Não é por isso de estranhar que Portugal celebre hoje o nascimento do regime num clima de algum descontentamento e algum descrédito. Não é de estranhar porque, como em tudo na vida, o tempo também desgasta as instituições e a forma como elas se organizam. Se a sociedade muda a grande velocidade é imperioso que os regimes políticos estejam, também eles, capazes de se adaptar às novas realidades.

Quando essa adaptação não se cumpre, quando as reformas que as mutações sociais exigem não se fazem, é inevitável o aparecimento de um fosso entre a sua capacidade de resposta e as legítimas aspirações do povo que é suposto servir.

É isto que, infelizmente, tem vindo a acontecer entre nós: uma real incapacidade de levar a cabo as reformas que a evolução da sociedade nos impõe.

Não será, pois, de admirar o crescente divórcio entre os cidadãos e o atual estado do nosso regime, que, apesar das virtualidades que em si mesmo encerra, não tem sido capaz de se regenerar e de «desenquistar» os interesses que o tempo foi instalando.

Tem faltado vontade política e ambição para se realizarem, com a necessária coragem, as reformas que a realidade reclama e a prudência aconselha. Se essas reformas não forem feitas, não será, seguramente, com cordões sanitários, nem com artigos de opinião radicais, que venceremos os extremismos emergentes.

A melhor forma de combater o radicalismo é atacar as verdadeiras causas do seu aparecimento e essas têm estado, antes do mais, na nossa incapacidade de destruir o que o faz crescer.

Sr. Presidente, a falta de eficácia do nosso sistema de justiça para conseguir responder ao que dele se exige num Estado de direito democrático é uma das principais razões do descontentamento do povo português.

Quando se ouve o politicamente correto dizer que «isto é a justiça a funcionar» é por demais evidente que o povo, que sabe bem que isto é a justiça a não funcionar, só se pode revoltar contra o domínio da hipocrisia sobre a verdade e a coragem.

Aplausos do PSD.

As permanentes violações do segredo de justiça, a incapacidade de punir a corrupção e o crime de colarinho branco, que tem arruinado as finanças públicas e as poupanças de muitas famílias, ou as investigações-espetáculo que amesquinham os direitos humanos e promovem julgamentos populares são exemplos lapidares de como o regime está doente e divorciado dos seus próprios princípios.

Aplausos do PSD.

Quando agentes do sistema cometem, eles próprios, o crime de violação do segredo de justiça não estão só a desprestigiar a vida pública e a triturar inocentes e culpados, estão também a triturar a sua própria autoridade e credibilidade.

Infelizmente, grassa hoje entre nós um claro sentimento de impunidade, seja relativamente aos mais poderosos, seja no que concerne ao próprio sistema judicial, que se autogoverna com evidente défice de transparência. Em todos os setores da vida nacional tem de haver responsabilização, tem de haver avaliação e tem de haver, obviamente, transparência.

Quando um processo judicial demora mais de dez anos — nalguns casos perto de 20 anos — a transitar em julgado, seja nos tribunais criminais, cíveis ou administrativos, não estamos a fazer justiça, porque quando a justiça não é feita em tempo útil, pura e simplesmente, não é justiça.

Se o atual sistema judicial já demonstrou não estar capaz de se libertar do tique corporativista e de se atualizar para conseguir responder aos justos anseios do povo português, então, é evidente que a responsabilidade de o conseguir tem de passar pela esfera do poder político, que, ao não o fazer, passa a ser, ele próprio, igualmente responsável.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, como é do conhecimento público, o PSD está, desde fevereiro de 2018, totalmente disponível para, em nome do interesse nacional, fazer com os demais partidos políticos os acordos estruturais que só maiorias políticas alargadas permitem alcançar.

Conta pouco nas nossas convicções que o discurso mediaticamente correto classifique quem se declara disponível para entendimentos estruturais com os seus adversários de colaboracionista ou de oposição de fraca envergadura.

Devemos estar na vida pública com o foco no futuro do país e nunca no que não tem grandeza nem dimensão de Estado.

Infelizmente, as reformas que Portugal precisa não se restringem à justiça. A modernização do sistema político, a descentralização e o combate às assimetrias regionais ou a própria sustentabilidade da segurança social são também áreas da vida nacional que a evolução da sociedade impõe que estejamos capazes de reformar.

Celebrar o 25 de Abril tem de ser, antes do mais, defender a democracia, identificando as suas fragilidades e apontado caminhos para o seu fortalecimento.

Mais do que repetir palavras que já nada acrescentam, a evocação do 25 de Abril deve ser um contributo realista para rasgar horizontes e dar esperança aos portugueses.

É, pois, com esse espírito e com os olhos no futuro que o PSD presta hoje, uma vez mais, a sua justa homenagem à histórica Revolução dos Cravos.

Aplausos do PSD, de pé.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Pelo Grupo Parlamentar do PS, tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Quintanilha.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Alexandre Quintanilha** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Ilustres Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: Quando aqui reunidos da última vez, era impossível prever o ano difícil que iríamos viver. A incerteza com que ainda nos confrontamos afeta-nos profundamente. São muitas as imagens de sofrimento que jamais esqueceremos.

Mas hoje percebemos que as metáforas da mola e da luz ao fim do túnel não foram em vão. O crescente ritmo das vacinações e a progressiva responsabilização cidadã são reconfortantes.

Há dias, António Guterres e a União Europeia viram Joe Biden juntar o seu apelo para uma unidade mundial em torno de objetivos ambiciosos.

No tema do clima, Portugal está na linha da frente dos países. Fomos o primeiro a comprometer-se com a neutralidade carbónica e o empenho dos Deputados desta Assembleia nesse domínio é quase unânime. A tarefa da consensualização dos oito projetos de lei submetidos está em curso.

O Eurobarómetro da passada sexta-feira mostra 89 % dos portugueses a confiar na União Europeia, uma confiança que é recíproca e fruto do nosso empenhamento.

O significado deste dia da esperança é agora mais vasto, é o de relembrar a determinação e ousadia daqueles que tornaram possível a conquista da liberdade e da autoestima dessa esmagadora maioria dos que sofriam a opressão de um regime baseado na perseguição, no medo e na falsidade.

Mas também é o evento histórico, que é vivido por todos nós, todos os dias: quando jovens, elas e eles, acreditam e lutam para que os seus sonhos se concretizem ou quando cada um de nós decide quem quer ser, que profissão exercer, onde viver e com quem quer construir a sua família, o seu futuro e o do planeta.

Foi exatamente há 150 anos que, em referência à data fatídica de 1545, Antero nos convocou para renascermos, e cito, «Da morte moral que não invadira só o sentimento, a imaginação, o gosto: invadira sobretudo a inteligência dos povos peninsulares».

Esse renascer da esperança aconteceu no 25 de Abril. Foram mais de quatro séculos de espera. E foi enorme esse momento!

Os portugueses ganharam liberdade política. As portuguesas, todas as liberdades que lhes tinham sido sonegadas. A desigualdade, exposta nas Novas Cartas Portuguesas, ainda não foi completamente eliminada, mas ninguém desistiu. Somos agora milhões a exigir a igualdade e a estendê-la à exuberante multiplicidade de identidades emergentes.

São muitos, dentro e fora do país, que ficam surpreendidos com a consolidação da nossa democracia. Deixámos de estar na cauda dos países da OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico) e ultrapassámos a média de praticamente todos os seus indicadores de desenvolvimento.

Este sucesso é de todos nós. O que foi conseguido em 30 anos é gigantesco e o Partido Socialista pode orgulhar-se de ter sido um dos principais obreiros deste processo.

Aplausos do PS.

Na educação, na saúde e na solidariedade, mas também no domínio da investigação e inovação, tanto tecnológica, como social e cultural, não está tudo feito, é certo. Mas é justo que ao continuarmos a lutar de forma ambiciosa, inclusiva, responsável e coerente, celebremos o trabalho realizado, até porque a fragilização das democracias cresce e três quartos da população mundial vive longe dela.

O populismo e a demagogia, fortissimamente financiados, ganham força de forma insidiosa e os Estados Unidos da América escaparam por pouco.

Os desafios que o futuro nos reserva são imensos. São globais, complexos e interdependentes. Exigem uma sólida união de esforços e de recursos. Ou nos ajudamos mutuamente ou naufragamos todos juntos. É essa também a lição da pandemia.

A emergência climática, as desigualdades obscenas, as novas e antigas doenças, a insegurança laboral, a transição demográfica e os conflitos armados não podiam ser mais evidentes.

Vai ser muito difícil cumprir o acordo climático de Paris.

Prevê-se que dois terços das futuras doenças infeciosas sejam transmitidas dos animais ao homem.

A escravatura atual é diferente e deixou de ser encapotada.

As previsões apontam para alterações demográficas profundas com impactos desconhecidos na organização das sociedades.

Precisamos de conhecimento, muito mais conhecimento, muito mais partilhado e em todos os domínios.

Aplausos do PS.

O digital vai ajudar muito, mas não chega.

Os investimentos necessários serão enormes, é certo, mas ninguém duvide: a ignorância é muito mais cara.

Sem a confiança dos cidadãos isso não será possível.

Como sempre, é a multiplicidade e diversidade de visões que enriquece o debate democrático. A nobreza da política está, precisamente, na defesa intransigente da confrontação de ideias, mas também em conseguir agregar esforços para construir o tal mundo sustentável que todos desejamos. Sempre inspirada na empatia e na solidariedade e guiada pelo conhecimento e pela coragem, sim, essa coragem destemida que nos permite renascer todos os dias e para sempre em liberdade.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sua Excelência o Presidente da República vai agora dirigir uma mensagem ao Parlamento.

Tem a palavra Sua Excelência o Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República** (Marcelo Rebelo de Sousa): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.ª e Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal de Contas, Sr. Presidente António Ramalho Eanes, Srs. Membros do Governo, Digníssimos Convidados, Sr.as e Srs. Deputados, Portugueses:

Passaram, há um mês, 60 anos sobre o início de um tempo que haveria de anteceder e determinar a data de hoje, aquela que aqui evocamos, 25 de Abril de 1974.

Foi um tempo feito de vários tempos e modos que, para sempre, marcou a vida de mais de um milhão de jovens saídos das suas terras para atravessarem mares e viverem e morrerem noutro continente ou dele regressarem, alguns com traços indeléveis na sua saúde.

Foi um tempo que, para sempre, marcou a vida das suas famílias, dos seus lugares, das suas aldeias, das suas vilas e mesmo das suas cidades, no fundo, de todo um Portugal, durante 13 anos, ou um pouco mais.

Foi um tempo que, para sempre, marcou a vida daqueles que, por opção de princípio, recusaram aquela partida e rumaram a outros destinos, continuando ou iniciando uma luta contra o que estava e queria permanecer.

Foi um tempo que, para sempre, marcou a vida dos que, já lá vivendo, idos eles ou os seus antepassados de terras daquém mar, de lá vieram, no termo desses longos anos, ou lá ficaram e estão para ficar.

Foi um tempo que, para sempre, marcou a vida dos que viveram e morreram do outro lado da trincheira, para conquistarem o que alcançaram definitivamente, depois do 25 de Abril de 1974.

Foi um tempo que, para sempre, marcou a vida de famílias, de lugares, de aldeias, de vilas e mesmo de cidades, de pátrias afirmadas como Estados independentes, após 13 anos, ou um pouco mais, de um tempo ainda tão vizinho de nós e, todavia, já tão longínquo para tantas gerações.

Este, que não foi um tempo desprendido de outros tempos, foi o que foi, porque as décadas que o precederam, o século que o precedeu, os cinco séculos que o precederam criaram ou prolongaram contextos que o haveriam de definir e condicionar.

E, por isso, é tão difícil, dir-se-ia até impossível, explicar, qualquer que seja a visão de cada qual, esses 13 anos, ou um pouco mais, sem falar do Portugal dos anos 20 aos anos 70, do Portugal do final do século XIX aos anos 20, do Portugal dos vários pequenos ciclos de que se fizeram o império colonial e as relações coloniais nele vividas.

Por isso, é tão difícil olhar com os olhos de hoje e tentar olhar com os olhos do passado que, as mais das vezes, não nos é fácil entender, sabendo que outros, ainda, nos olharão, no futuro, de forma diversa dos nossos olhos de hoje.

Acreditando muitos, nos quais me incluo, que há, no olhar de hoje, uma densidade personalista, isto é, de respeito pela dignidade da pessoa humana e dos seus direitos, na condenação da escravatura e do esclavagismo, na recusa do racismo e das demais xenofobias, que se foi apurando e enriquecendo, representando um avanço cultural e civilizacional irreversível.

Acreditando muitos, nos quais também me incluo, que o olhar de hoje não era, as mais das vezes, o olhar desses outros tempos, o que obriga a uma missão ingrata, a de julgar o passado com os olhos de

hoje, sem exigir, em algumas situações, aos que viveram esse passado, que pudessem antecipar valores, ou o seu entendimento, para nós, agora, tidos por evidentes, intemporais e universais, sobretudo se não adotados nas sociedades mais avançadas de então.

Se esta faina é ingrata para séculos remotos, que não se pense que é desprovida de dificuldades para tempos bem mais recentes. Continua a ser complexo entendermos tanto os olhares no fim do século XIX, quando os impérios esquartejaram, a régua e esquadro, o continente africano, ou como os do começo do século XX, quando o império monárquico passou a império republicano.

Mais óbvio é, pelo contrário, o juízo sobre o passado ainda mais recente, quando outros impérios terminaram e o império português retardou, por décadas, o processo descolonizador, recusando-se a ouvir conselhos da História e apenas extinguindo o indigenato nos anos 60, ou seja, uma dúzia de anos antes de 1974.

Este revisitar da História aconselha algumas precauções. A primeira é a de não levarmos as consequências do olhar de hoje sobre os olhares de há oito, sete, seis, cinco, quatro, três, dois séculos, ao ponto de passarmos de um culto acrítico triunfalista, exclusivamente glorioso, da nossa história para uma demolição global e igualmente acrítica de toda ela, mesmo a que, a vários títulos, é sublinhada noutras latitudes e longitudes.

Monarcas absolutos e, portanto, ditatoriais aos olhos de hoje — e foram a maioria — seriam globalmente condenados, independentemente do seu papel na fundação, na unificação territorial, na Restauração, na diplomacia europeia intercontinental.

Ou, então, monarcas e governantes do Liberalismo — que os houve —, prospetivos na história que fizeram e refizeram no século XIX, às vezes com a singularidade improvável de um príncipe regente no Brasil, filho primogénito do nosso rei, que declarou a independência dessa potência do presente e do futuro, sendo o seu primeiro imperador, tendo vindo lutar pela liberdade e a morrer em Portugal, no mesmo quarto onde nascera, 35 anos, duas coroas e uma independência antes.

Ou mesmo personalidades do Liberalismo republicano importantes, no centro ou na periferia do império, como Norton de Matos.

A segunda precaução é a de aprendermos a olhar, em particular quanto ao passado mais imediato, com os olhos que não são os nossos, os do antigo colonizador, mas com os olhos dos antigos colonizados, tentando descobrir e compreender, tanto quanto nos seja possível, como eles nos foram vendo e julgando e sofrendo, nomeadamente onde e quando as relações se tornaram mais intensas e duradouras e delas pôde haver o correspondente e impressivo testemunho.

A terceira precaução é a mais sensível de todas, por respeitar a tempos muito, muito presentes nas nossas vidas e àqueles de nós, portugueses, que têm menos de 50 anos e não conheceram o império colonial, nem nas lonjuras, nem na vivência aqui, no centro. O seu juízo é, naturalmente, menos emocional, menos apaixonado. Admito que assim não seja, porém, em muitos jovens das sociedades que alcançaram a independência contra o império português e viveram, depois, décadas conturbadas pelos reflexos de vária natureza da anterior situação colonial.

Já para os portugueses com mais de 50 ou de 55 anos, o facto de revisitarem a infância ou a juventude é mais desafiante, é uma mistura de recordações, de novos mundos descobertos, de desenraizamentos ou novos enraizamentos, de primeira desertificação do interior do continente, de migrações e de muitas mais imigrações, de transformações pessoais, familiares, comunitárias, de mortes choradas, de sinais na saúde e na vida, de traumas dos mais diversos e, em momentos diferentes, por aquilo que sonharam e se desfez, pelo que sofreram e ficou, pelo que esperaram e aguentaram e pelo que sentem nunca ter tido reconhecimento bastante.

Para todos eles e muitos mais, o juízo é tão complexo como complexa foi a mudança histórica que, neste dia, evocamos, na sua abertura para a descolonização, para o desenvolvimento, para a liberdade, para a democracia.

Desenvolvimento, liberdade e democracia, sabemo-lo todos, sempre foram imperfeitos e, por isso, não plenos, pois nunca foram resolvidas a pobreza estrutural de dois milhões de portugueses, as desigualdades pessoais e territoriais e as desinstitucionalizações que aqui referi, em 2016 e 2018, e que a pandemia veio revelar e acentuar.

Mas foi complexa essa mudança histórica em 1974, fruto da resistência de muitas e muitos, durante meio século, com os seus seguidores políticos sentados neste Hemiciclo. Ela ganhou o seu tempo e o seu modo decisivos no gesto essencial dos capitães de Abril, aqui qualificadamente representados pela Associação 25 de Abril, que saúdo, reconhecido, em nome de todos os portugueses.

Aplausos do PS e do PSD.

Esses capitães de Abril não vieram de outras galáxias, nem de outras nações, nem surgiram num ápice, naquela madrugada, para fazerem história. Eles transportavam consigo já a sua história, as suas comissões em África — uma, duas, três, alguns quatro —, anos seguidos nas nossas Forças Armadas, tendo de optar, todos os dias, entre cumprir ou questionar, entre acreditar num futuro querido e que outros definiam ou não acreditar, entre aceitar ou, a partir de certo instante, romper.

Tudo em situações em que a linha que separa o viver do morrer é muito ténue, apesar dos princípios, das regras, dos ditames escritos por políticos e juristas em gabinetes, que não são os cenários em que a coragem se soma à sobrevivência e à solidariedade na camaradagem. Pois foram estes homens, eles mesmos, não outros, os heróis naquela madrugada do 25 de Abril!

Tal como haviam sido eles, também foram muitos, muitos mais os combatentes, ano após ano, nas longínquas fronteiras do império. Como foram eles quem acabou por aceitar, para símbolos públicos e face visível da mudança, oficiais mais antigos encimados pelos que haveriam de ser os dois primeiros Presidentes da República na transição para a democracia.

Estes não eram, não tinham sido militares de alcatifa, tinham sido, sim, grandes chefes militares no terreno e, nele, responsáveis por anos de combate, de coordenação com serviços de informação e de atuação antiguerrilha, de proximidade das populações.

Foi assim aquele dia 25 de Abril, antes de suscitar o processo popular revolucionário que o seguiu e apoiou, antes de ser, hoje, património nacional em que o seu único soberano é o povo português.

Foi, no seu eclodir, resultado de décadas de resistência e, depois, crucialmente, grito de revolta de militares que tinham dado anos das suas vidas à Pátria, no campo de luta, e que sentiam estar a combater sem futuro político visível ou viável, presididos eles, e todos nós, por dois chefes militares, um após outro, que tinham conhecido, intensa e prolongadamente, a guerra de guerrilha em missões militares e cargos político-militares dos mais relevantes.

Eis por que razão é tão justo galardoar os Militares de Abril, tendo merecido já uma homenagem muito especial aquele, de entre eles, que, depois de ter estado no terreno, veio a ser peça-chave na mudança de regime e primeiro Presidente da República eleito da democracia portuguesa, que sempre recusou o marechalato que merecia e merece: o Presidente António Ramalho Eanes.

Aplausos do PS, do PSD, do PCP, do PEV, do CH e do IL.

Eis também porque é tão difícil o juízo sobre uma história tão recente, salvo naquilo que é de mais óbvio consenso: o consenso naquilo em que o império não entendeu, isto é, o tempo que o condenara. A ditadura não podia entender o tempo que a tinha condenado de forma irrefragável e, ainda mais evidente, a partir de 1958 e da saga de Humberto Delgado. A relação colonial não conseguira entender a raiz da inevitabilidade da sua inconsequência.

Estas reflexões são atuais porque nada como o 25 de Abril para repensar o nosso passado, quando o nosso presente ainda é tão duro e o nosso futuro é tão urgente. E, ainda, porque, a cada passo, pode ressurgir a tentação de converter esse repensar do passado em argumento de mera movimentação tática ou estratégica.

Num tempo que ainda é e será de crise na vida e na saúde e de crise económica e social, encaremos com lúcida serenidade o que pode agitar o confronto político conjuntural, mas que não corresponde ao que é prioritário para os portugueses e que, além de não ser prioritário, nestes dias de crises, é duvidoso que o seja alguma vez.

É prioritário estudar o passado e nele dissecar tudo: o que houve de bom e o que houve de mau.

É prioritário assumir tudo, todo esse passado, sem autojustificações ou autocontemplações globais indevidas, nem autoflagelações globais excessivas.

E, no caso do passado mais recente, assumir a justiça, largamente por fazer, aos mais de um milhão de portugueses que serviram pelas armas o que entendiam, ou lhes faziam entender, constituir o interesse nacional.

Aplausos do PSD.

E, também, aos outros milhões que, cá ou lá, viveram a mesma odisseia; aos milhões que, lá e cá, a viveram, do outro lado da história, combatendo o império colonial português, batendo-se pelas suas causas nacionais, ou a viveram do mesmo lado, mas que ficaram esquecidos, abandonados por quem regressou e condenados por quem nunca lhes perdoou o terem alinhado com o oponente.

E ainda aos muitos — e eram quase um milhão — que chegaram rigorosamente sem nada, depois de terem projetado uma vida que era ou se tornou impossível; aos muitos — e eram milhões — que sofreram, nas suas novas pátrias, conflitos internos herdados da colonização ou dos termos da descolonização.

Até por respeito para com todas estas e todos estes, que se faça história e história da História, que se retirem lições de uma e de outra sem temores nem complexos, com a natural diversidade de juízos, própria da democracia.

Mas que se não transforme o que liberta, e toda a revisitação o mais serena possível liberta ou deve libertar, em mera prisão de sentimentos, úteis para campanhas de certos instantes, mas não úteis para a compreensão do passado, a pensar no presente e no futuro.

O 25 de Abril foi feito para libertar, sem esquecer nem esconder, mas para libertar. Os que o fizeram souberam superar muitas das suas divisões, durante a Revolução e depois dela, a pensar na unidade essencial da mesma Pátria.

Tomando os termos simplificadores desses tempos, sensibilidades diferentes no Movimento das Forças Armadas, que se chocaram então, não deixaram de entender, depois, que a unidade essencial de uma rutura, depois feita Revolução, ela própria composta de várias revoluções, tudo o mais sobrepuja.

Nações-irmãs na língua têm sabido encontrar-se connosco e nós com elas e têm sabido julgar um percurso comum, olhando para o futuro, ultrapassando séculos de dominação política, económica, social, cultural e humana.

Que os anos que faltam até ao meio século do 25 de Abril sirvam a todos nós para trilharmos um tal caminho, como a maioria dos portugueses o tem feito nas décadas volvidas, fazendo de cada dia um passo mais no assumir as glórias que nos honram e os fracassos pelos quais nos responsabilizamos e, bem assim, no construir, hoje, coesões e inclusões e no combater, hoje, intolerâncias pessoais ou sociais.

Quem vos apela a isso mesmo é o filho de um governante na ditadura e no império e que viveu, na que apelida de sua segunda Pátria, o ocaso tardio e inexorável desse império e que, depois, como Constituinte, viveu o arranque do novo tempo democrático. Um português de charneira, como milhões de portugueses, entre duas histórias da mesma História, que, nem por exercer a função que exerce, olvida ou apaga a história que testemunhou, tal como, nem por ter testemunhado essa história, deixou de ser eleito e reeleito pelos portugueses, em democracia — a democracia que ajudou a consagrar na Constituição que, há 45 anos, nos rege.

Que o 25 de Abril viva sempre, como gesto libertador e refundador da história. Que saibamos fazer dessa nossa história uma lição de presente e de futuro, sem álibis nem omissões, mas sem apoucamentos injustificados, querendo muito mais e muito melhor.

Não há, nunca houve um Portugal perfeito; como não há, nunca houve um Portugal condenado.

Houve, há e haverá sempre um só Portugal, um Portugal que amamos e do qual nos orgulhamos, além dos seus claros e escuros, também porque é nosso.

Nós somos esse Portugal.
Viva o 25 de Abril!
Viva Portugal!

Aplausos do PS, do PSD, do CDS-PP (de pé), do BE e do IL, tendo-se levantado o PCP, o PEV e a Deputada não inscrita Cristina Rodrigues.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Está encerrada a Sessão Comemorativa do XLVII Aniversário do 25 de Abril de 1974.


2022

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros dos Governos, demais Autoridades, Sr.as e Srs. Deputados, bom 25 de Abril a todos.

Está aberta a Sessão Solene Comemorativa do XLVIII Aniversário da Revolução do 25 de Abril de 1974.

Para intervir, em nome do partido Livre, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. e Sr.as Membros do Governo, Excelências, Dignitários, Caros e Caras Colegas Deputados e Deputadas à Assembleia da República:

Pensemos num homem, nascido em 1929. Passou a sua primeira infância, na sua aldeia, em ditadura; foram-lhe ensinadas as primeiras letras, mas não mais do que essas, em ditadura; foi aprendiz de torneiro mecânico, em ditadura; casou, em ditadura; teve dois filhos, em ditadura; enviuvou, em ditadura. Veio para a capital, foi condutor de camiões de lixo, de carros de praça, de viaturas de administradores de banco, tudo em ditadura; casou de novo, teve mais três filhos, incluindo este, em ditadura. Só depois de tudo isso, quando tinha uma idade não muito longe daquela que hoje tenho, viu pela primeira vez aquilo que para muitos outros países da Europa ocidental já era uma normalidade, viu pela primeira vez a democracia.

Imaginemos uma mulher, nascida em 1931, na mesma aldeia, com os mesmos constrangimentos à partida, e ainda outros, num tempo em que uma das poucas vias de saída para a sua vida seria ser criada de servir. Para chegar a ver o seu país atingir tantos dias de democracia como teve de ditadura precisou de chegar aos 91 anos, o que, felizmente, fez.

Esta não é a minha história, esta é a nossa história, a história de décadas de compressão de potencial humano, porque é isso que uma ditadura é, além da repressão das liberdades cívicas e políticas; a história de milhões de pessoas, portugueses e portuguesas, e muitos e muitas nas ex-colónias, que não foram tudo aquilo que poderiam ser. E, por isso, do 25 de Abril em diante, a nossa história não é só a história de um regime de liberdades cívicas e políticas, se isso fosse pouco, não é só a história do pluralismo, se isso fosse pouco, que não é, e é muito, é a história da liberdade, mas de tudo aquilo que conseguimos fazer com ela, porque a luta pela liberdade e a luta pela igualdade são a mesma luta. Elas não são só a luta, como se isso fosse pouco, por corrigir injustiças, são a luta por garantir que toda a gente, toda a gente comum, em todo o lado, possa ter direito a uma vida maior, mais preenchida, com mais possibilidades, com mais potencial realizado, precisamente aquilo que faltou a tanta gente no nosso país, durante décadas e até durante séculos.

Não é por acaso que, logo que lhes foi possível, a primeira coisa que milhões de pais e mães do nosso país fizeram foi pôr os filhos e as filhas a estudar até onde eles e elas quisessem.

Ainda hoje — façam a experiência —, agora que eles já são avôs e avós, e até bisavós, perguntem-lhes o que lhes dá mais orgulho e ouvirão: a neta que acabou o mestrado e quer fazer o doutoramento, o neto que está a fazer Erasmus.

É que a democracia que construíram, que construímos, com o 25 de Abril representou, finalmente, uma possibilidade de acesso ao ensino para todos numa escala e de uma forma que nunca tinha existido na história de quase 900 anos deste país.

O nosso dever perante o 25 de Abril é o que fazemos por nós, em gratidão ao 25 de Abril, pelo nosso futuro e pelo nosso país, com as liberdades cívicas e políticas, com o Serviço Nacional de Saúde (SNS), que garante que ninguém precisa de temer ir à bancarrota só porque está doente.

O acesso ao ensino público é parte fundamental do caminho para podermos ter, desde há 48 anos, aquilo que para outros países tem sido apenas a normalidade: as pré-condições para uma sociedade dinâmica e da dignidade, a base a partir da qual se constroem os futuros.

Em 25 de Abril de 1974 amanhecemos com uma ditadura de décadas; à medida que o dia avançava ficou claro que não haveria outro caminho senão o da democracia. Amanhecemos com um sistema de censura, que também tinha décadas e até uma história de séculos no nosso país; à tarde já saíam jornais dizendo «não foi visado por nenhuma comissão de censura».

Amanhecemos com uma detestada polícia política, que detinha poder sobre os mais simples aspetos da nossa vida cívica, e o povo, nas ruas, deixou claro que não admitiria outra coisa que não a extinção dessa polícia política.

O dia 25 de Abril foi um dia que valeu décadas. Amanheceu com presos políticos nas cadeias e acabou com a noção de que eles, todos juntos, nas cadeias, decidiram que ou saíam todos juntos ou não saía nenhum.

Por fim, em 25 de Abril de 1974, amanhecemos com uma guerra colonial de 13 anos, mas o dia acabou sabendo-se que ela tinha de acabar. E aí, pensemos um pouco, o 25 de Abril não valeu só por décadas, valeu por séculos, porque representou o fim do ciclo imperial e colonial e abriu caminho a que se iniciasse um ciclo europeu, o que significa uma basculação da nossa história tão determinante, que creio que ainda não foi verdadeiramente assimilada. Dos três *D* da democracia, do desenvolvimento e da descolonização pensa-se, por vezes, que este último foi o mais imediato a ser cumprido, mas, se pensarmos que o abandono das estruturas coloniais significa tratar toda a gente com o mesmo respeito e dignidade e, para o país, encontrar um novo lugar na Europa e no mundo, logo perceberemos que, como os outros dois *D*, se trata de uma tarefa longa, ainda a ser cumprida.

O caminho que se abre à frente de Portugal é agora muito diferente daquele que durante séculos nos habituámos a trilhar, e ainda bem. O tempo não volta atrás. A partir de agora contamos só com a valorização das pessoas, do conhecimento e do território como chaves do nosso futuro. E nada é tão importante quanto aprofundar a nossa democracia, debater e escolher um novo modelo de desenvolvimento para o nosso país e levá-lo a cabo, encontrando o nosso lugar no mundo de cidadania global.

É isso que devemos ao 25 de Abril; agora chegou o momento de dar de volta. A gratidão que lhe temos é o melhor penhor para o nosso futuro coletivo.

Aplausos do PS, do PAN, de Deputados do PSD e do Deputado do BE José Moura Soeiro.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Para uma intervenção, em nome do partido Pessoas-Animais-Natureza, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês Sousa Real.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Ilustres Entidades, Altas Autoridades e Distintos Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: Depois de uma crise sanitária e socioeconómica sem precedentes, a guerra na Ucrânia veio relembrar-nos que os direitos humanos, a paz, a segurança e a democracia não podem ser dados como adquiridos. E a data que hoje assinalamos não é uma data meramente evocativa, aliás, jamais o será.

Nestes 48 anos da Revolução de Abril podíamos falar do facto de sermos um país que vive em bancarrota climática, já que são precisos dois planetas para suportar os níveis de produção e de consumo, mesmo quando o sol, o vento e os oceanos podem ser a solução e atribuir um novo significado à liberdade, garantindo a nossa autonomia energética, a par da descarbonização da economia que o nosso país e o mundo têm de fazer.

Podíamos falar de um país onde 2 milhões de pessoas vivem em pobreza energética — não têm dinheiro sequer para aquecer as suas casas — e mais de 8000 pessoas vivem em situação de sem-abrigo; ou podíamos falar da dificuldade de acesso à habitação por parte dos jovens. O mesmo país que tem as mãos largas para financiar os prejuízos da banca e nada faz para impedir a perda de muitos milhares de milhões de euros para os paraísos fiscais ou para a corrupção.

Podíamos, ainda, falar de um país que dá mais dinheiro público para o baronato da caça ou para a tortura e a crueldade das touradas do que para o combate ao abandono e aos maus-tratos e para a proteção e bem-estar animal.

Mas hoje queremos falar-vos da desigualdade que ainda persiste, queremos falar-vos das mulheres, adaptando aqui as palavras da escritora bielorrussa Svetlana Aleksievitch, refugiada do regime de Lukashenko, homólogo de Putin, e dizer-vos que Abril ainda não tem rosto de mulher.

Apesar de todos os avanços e conquistas que foram trazidos pela Revolução e que romperam com uma ditadura que acusava aquelas que, como Natália Correia ou as três Marias, ousavam criticar a moral social reinante, Abril ainda não tem rosto de mulher, quando, a cada dia, mais de 50 mulheres são vítimas de violência doméstica; quando temos um sistema e uma justiça que são marcados por um machismo tóxico, que desculpabiliza sistematicamente o agressor; ou uma justiça lenta, em que as mulheres acabam por perder a própria vida ou por ver destruídos os seus sonhos e expectativas de vida.

Abril ainda não tem rosto de mulher, quando os crimes sexuais não têm um prazo de prescrição capaz de respeitar as emoções e o tempo de cada vítima ou quando a sua consequência são apenas multas ou penas suspensas.

Abril não tem ainda rosto de mulher, quando existem, no nosso país, mais de 6500 mulheres e meninas que foram vítimas de mutilação genital feminina.

E Abril também não tem rosto de mulher quando as mulheres têm de trabalhar mais 51 dias/ano para igualar o salário de um homem, ou quando nos dizem que vamos ter de esperar até 2052 para ter

igualdade salarial entre géneros, ou até 2063 para que os cargos de chefia sejam ocupados por tantas mulheres como homens.

E, Senhoras e Senhores aqui presentes, Abril não tem rosto de mulher, quando as mulheres continuam a ser as mais afetadas pela pobreza; quando uma em cada 10 mulheres não tem dinheiro, sequer, para comprar produtos de higiene, vivendo em pobreza, também, menstrual.

Abril ainda não tem rosto de mulher, quando, em 230 Deputados deste Hemiciclo, desta que é a Casa da democracia, somos apenas 84 Deputadas mulheres. Nunca tivemos uma mulher como Presidente da República e os demais altos cargos do Estado fazem-se sempre com o rosto masculino.

Senhoras e Senhores, a dois anos dos 50 anos da Revolução dos Cravos, as palavras de Maria de Lourdes Pintasilgo mantêm-se, infelizmente, atuais: o sexismo é uma violação dos direitos humanos, o sexismo é uma praga nacional.

É preciso lutar pelo fim do sexismo e transformar a emancipação feminina em realidade. Só assim a manhã de Abril poderá acordar em plena igualdade e liberdade. Que nos inspirem, então, as palavras de Simone de Beauvoir, para que a manhã de Abril, que está por cumprir quanto aos direitos das mulheres, seja esta realidade: «Que nada nos limite, que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância, já que viver é ser livre», pois só assim Abril poderá ter finalmente rosto de mulher.

Viva a liberdade, viva a igualdade, viva o 25 de Abril.

Aplausos do PS, do BE, do L e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado José Soeiro.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Caros Convidados: São 10 horas e 16 minutos. Às 4 horas da manhã, muito antes da primeira claridade do dia, já um punhado de mulheres saía da cama para vir trabalhar. Apanharam o transporte às cinco menos um quarto, chegaram às 6 horas à Assembleia.

Quando o dia nasceu, muito antes de os nossos despertadores tocarem, já elas tinham lavado a escadaria principal, puxado o lustro com as rotativas às madeiras enceradas dos Passos Perdidos, esfregado as casas de banho; já elas tinham aspirado, de novo, as carpetes vermelhas, desinfetado as bancadas desta Sala, conferido se os cravos estavam bem espetados nas esponjas verdes que não vemos.

Depois de sairmos, são elas quem recolherá os papéis abandonados nas bancadas, são elas quem voltará a lavar as sanitas e a passar a esfregona no chão para as visitas da tarde.

O seu trabalho só costuma ser notado quando não está feito.

Quem talhou estas madeiras? Quem ligou os cabos e segura as câmaras? Quem nos transportou até cá?

Quem lavou as meias que calçamos? Quem as pôs no estendal e quem as levantou do estendal?

Quem passou as camisas e as blusas e os fatos?

Quem fez o pequeno-almoço?

Quem ficou hoje com as crianças e com os mais velhos? Se foi trabalho remunerado, quanto ganham?

Para que esta sessão aconteça, para que a Sala esteja pronta para a solenidade, há centenas de pessoas nos bastidores da democracia. Vemo-las mesmo?

Que atenção temos dado, enquanto sociedade, a todas estas pessoas sem as quais o mundo não funciona? Nos supermercados e nas cantinas, nos transportes e nas escolas, nos *call centers* e nas empresas, nos serviços e na indústria, nas casas.

Na pandemia, identificámos profissões essenciais, trabalhadores da linha da frente, chamámos-lhes «heróis e heroínas do quotidiano». Mas muitas das atividades das quais dependemos continuam a ser as mais desvalorizadas, as mais precárias, as mais externalizadas.

Que atenção tem merecido quem produz aquilo de que precisamos? Que consideração tem merecido quem cuida e mantém a vida?

Setecentos e poucos euros de salário, eis o que ganha quem limpa o mundo, e o Parlamento. Se tiver um contrato só de umas horas — também os há aqui — são trezentos e poucos euros, mais 1,39 € para o pequeno-almoço. Subtraia-se o transporte e a renda de casa. O que sobra? Subtraia-se a inflação, que galopa. Quanto fica para viver?

E não é só delas, das que limpam, a aflição. É de toda a gente que recebe o salário mínimo ou pouco mais, é da maioria.

A quem faz o país funcionar, a democracia não deve apenas gratidão, deve reconhecimento e justiça.

No nosso país de salários baixos, a elite dos gestores das 15 maiores empresas — onde se incluem EDP (Energias de Portugal), Pingo Doce, Mota Engil, Galp — aumentou, em 90 %, o seu rendimento no ano passado. Um gestor chega a ganhar 880 000 € por mês. Uma caixa de supermercado teria de trabalhar mais de 1250 anos para ganhar o mesmo que o administrador da sua empresa, no ano passado. Quão democráticas são estas desigualdades?

Não, não está tudo bem.

É tempo de ouvir todas as pessoas que não estão no retrato emoldurado dos notáveis, que não têm nem terão medalhas nem ruas com o seu nome, que estão no avesso dos lugares, mas sem as quais não existiriam lugares.

Outras histórias, «ou de como Maina Mendes pôs ambas as mãos sobre o corpo e deu um pontapé no cu dos outros legítimos superiores». A frase é a epígrafe das *Novas Cartas Portuguesas*.

Foi em abril de 1972, faz agora 50 anos, que esse livro — gerado durante nove meses pelas três Marias — fazia explodir as convenções, o amor subserviente, as sombras do castigo, o desejo reprimido, o «não fales dessas coisas», o «a minha mãe diz que é pecado», o «olha que o respeitinho é muito lindo», o «dá um beijinho à senhora, que ela é tão boazinha para a gente»; que fazia explodir, também, as fronteiras entre géneros literários, os limites da linguagem, os interditos temáticos.

No país da guerra colonial e da pobreza, do «Deus, Pátria e Família», em que uma mulher tinha de pedir autorização ao marido para ir ao estrangeiro e uma professora primária tinha de pedir autorização ao Governo para casar, o livro não durou mais de três dias nas bancas.

Para o fascismo, por mais primaveras marcelistas, era «insanavelmente pornográfico e atentatório da moral pública» falar do trabalho das mulheres e da violência contra elas, do colonialismo e da dominação masculina, da vertigem do corpo e do corpo como campo de batalha, dos úteros «escangalhados por tentativas de aborto clandestino com agulhas de *tricot* e talos de couve», do desespero da guerra, da emigração a salto, da desigualdade, da pobreza, da ditadura.

Os livros foram recolhidos e destruídos pela censura.

Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa foram atiradas para o Tribunal da Boa Hora, de tal forma os estilhaços do que tinham escrito haviam ferido o regime. O julgamento, contudo, transformou o caso numa causa feminista internacional. Simone de Beauvoir, entre outras, propôs que as feministas de todo o mundo se mobilizassem. Multiplicaram-se manifestações e protestos pelas embaixadas portuguesas, em vários países. Seria preciso a Revolução para que o julgamento mudasse. Para que tudo mudasse. Para que não fosse mais a mesma essa metade da humanidade de que falavam as três Marias.

E não foi a mesma?

A nossa democracia nasceu da Revolução, tem a marca inapagável desse cordão umbilical.

A democracia não ficou à espera de que viesse o documento autenticado, o papel oficial, a ordem do Sr. Doutor.

Foi fazer o sindicato e gerir a empresa, porque o patrão tinha fugido.

Foi fazer a creche e a cantina, porque não havia e era preciso.

Foi trabalhar a terra e aprender as contas.

Foi pôr a gente a morar nas casas abandonadas, porque ter casas vazias, ao abandono, não era um direito e ter um teto, sim.

Foi passar os filmes todos, que agora não eram proibidos.

Foi fazer cooperativas de produção e de teatro e de cinema, e até de espectadores.

Foi não mais aceitar esconder, mesmo se um general da Junta de Salvação Nacional dizia que «a Revolução não foi feita para prostitutas e homossexuais».

Foi tratar os outros por tu.

Foi sair de casa ou dizer ao homem que agora as coisas mudaram, que o tempo da servidão já não é.

Foi o salário mínimo, o direito à greve, foi o Serviço Nacional de Saúde, foi a segurança social e a escola pública.

Foi fazer isso tudo com as próprias mãos. Foi não ficar à espera e não ficar satisfeito.

Estamos em 2022 e nós não estamos satisfeitos.

Não olhamos a democracia como um protocolo sem conteúdo de igualdade.

Nós celebramos termos agora mais tempo de democracia do que de ditadura. Fazemos a festa na rua. Mas nós não queremos ter só mais tempo de democracia, nós queremos ter mais democracia.

Falta-nos ainda quase tudo.

Falta Estado social, onde já começámos a construí-lo, como na saúde, e onde não tem existido, como na habitação ou nos cuidados.

Falta acabar com as hierarquias e as divisões sexuais, os padrões de colonialidade que persistem. Falta produzir e viver de outro modo.

Não nos digam que o debate é entre quem quer simplesmente manter o que existe e quem quer destruir o que existe.

Que triste e que pobre visão do mundo a de quem acha que o campo de possíveis da democracia se resume a sermos democratas liberais ou iliberais.

Nós não aceitamos essa prisão de expectativas.

A Revolução não é um património a ser velado com zelo, mas um legado para iluminar as contradições do presente.

A memória da Revolução é um repertório de luta para ampliar o nosso imaginário e para empurrarmos, hoje, as fronteiras do possível, contra a exploração, a destruição climática, o despotismo do mercado.

Não olhamos a democracia como uma herança a ser conservada, mas como uma tarefa para o presente. O futuro não há de ser o passado nem a perpétua repetição do presente, é agora fazer outro tempo.

Aplausos do BE, do PCP e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Capitães de Abril, Ilustres Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

Acontecimento maior da vida e da história do povo português, a Revolução de Abril trouxe a liberdade. A liberdade de falar sem receio de ser perseguido, preso ou torturado; a liberdade de opinião, de expressão, de organização e intervenção.

A Revolução de Abril derrubou a ditadura fascista, a repressão e a opressão e instaurou a liberdade e a democracia. Pôs fim à exploração e à miséria que afetavam a esmagadora maioria da população e trouxe a melhoria das suas condições de vida. Pôs fim à guerra colonial e estabeleceu a paz, a libertação e a independência dos povos das ex-colónias.

Foi a luta antifascista nas fábricas, nos campos, nas universidades, nas artes, nas ruas que criou as condições para o derrubamento da ditadura e que possibilitou profundas transformações na sociedade portuguesa.

Homenageamos todos os democratas e antifascistas, os homens e mulheres que, em circunstâncias extremamente difíceis, lutaram contra o fascismo.

Homenageamos os militares de Abril e o Movimento das Forças Armadas, a quem se juntaram as massas populares, concretizando a Revolução e as suas conquistas de grande alcance.

Há quem procure branquear o que foi o fascismo. Não o permitiremos e lembramos a natureza do regime fascista — a corrupção como política de Estado, por via da fusão do poder político com o poder económico, sustentado nos monopólios e nos latifúndios, o saque dos recursos nacionais a favor daqueles interesses, a acumulação de colossais fortunas por uma meia dúzia de ricos e poderosos, enquanto para o povo era a pobreza e a miséria, a negação das liberdades, o analfabetismo, a falta de cuidados de saúde, o colonialismo, o racismo, a guerra, a discriminação das mulheres. Não deixamos que se esqueça, para que nunca mais volte!

Há quem procure desvirtuar o conteúdo e significado do 25 de Abril. Contra as perversões e falsificações históricas, celebramos a Revolução que assumiu como objetivos instaurar um regime democrático, liquidar o poder dos monopólios, promover o desenvolvimento económico geral e a reforma agrária, entregando a terra a quem a trabalha, elevar o nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral, democratizar o acesso à educação e à cultura, afirmar a independência nacional, libertar Portugal do imperialismo, prosseguir uma política de paz e de amizade com todos os povos. Tudo isto consagrado na Constituição, aprovada em 2 de abril de 1976, apesar dos propósitos e atentados das forças reacionárias para o impedir.

Nestas quase cinco décadas, houve sempre quem não se conformasse com as conquistas de Abril e tenha procurado limitar e reduzir o seu alcance, dificultar a sua concretização e impor retrocessos, num verdadeiro ajuste de contas com Abril.

Em resultado da política de direita, da submissão às imposições da União Europeia e da subalternização dos interesses nacionais aos dos grupos económicos, as condições de vida agravam-se.

O descarado aproveitamento da guerra e das sanções como pretexto para maior acumulação de lucros exige uma firme e determinada intervenção, que enfrente os interesses dos grupos económicos para defender o povo e o país. No entanto, o Governo PS e os partidos à sua direita recusam essa resposta e insistem em impor aos trabalhadores e ao povo que paguem a fatura da guerra e das sanções.

A tentativa de imposição do pensamento único, o levantamento de novas censuras, a hostilização de quem livremente emite opinião divergente daquela que é ditada pela ideologia dominante são perigosos elementos de ataque ao regime democrático e, por isso, têm como alvo os seus mais firmes defensores, os comunistas e outros democratas, visando silenciar a sua intervenção.

Ouvem-se hoje, por aí, velhas ideias, mascaradas de modernas, com o objetivo de subverter o regime democrático e de liquidar a Constituição, submetendo-a aos dogmas liberais, em benefício dos grupos económicos e do seu domínio, atacando direitos e impondo mais exploração e empobrecimento aos trabalhadores e ao povo.

O que se impõe é concretizar os direitos que a Constituição inscreve e que constituem o rumo necessário para um Portugal com futuro.

As conquistas, valores e ideais de Abril são a solução para os problemas atuais e para o futuro do nosso país.

A luta dos trabalhadores e do povo por melhores salários e pensões, pelo reforço dos direitos, pela proteção social, pelo Serviço Nacional de Saúde, pela escola pública, pelo direito à habitação, à cultura, aos transportes, à segurança, pela igualdade, pela proteção do ambiente é a luta pela política alternativa, é a luta por Abril.

Abril é património do povo português, mas nem todos foram obreiros na sua construção. Cabe a todos os democratas defendê-lo.

Da parte do Partido Comunista Português, com o exemplo de 100 anos de luta ao serviço do povo e da Pátria, contra tentativas de intimidação, reafirmamos o compromisso, de hoje e de sempre, contra o fascismo e a guerra, pela paz, a liberdade, a democracia, a justiça social, pelos valores de Abril na vida das crianças, dos jovens, dos trabalhadores, do povo português, com uma inabalável confiança no futuro.

Ao comemorarmos Abril, evocamos a sua realização, mas, sobretudo, projetamos as suas conquistas e valores na construção de um Portugal desenvolvido, de progresso, de paz e soberano, porque Abril é mais Futuro!

Aplausos do PCP e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Iniciativa Liberal, dou a palavra ao Sr. Deputado Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Ex.mos Convidados, Srs. Deputados, Portugueses:

Silêncio. Antes do 25 de Abril, tivemos quase 50 anos de silêncio, 50 anos sem uma autêntica eleição, 50 anos sem a voz livre da oposição, 50 anos sem liberdade de expressão. Como é que isto aconteceu? Como é que uma grande parte dos portugueses não quis saber?

Antes do 25 de Abril, Portugal era um país fantoche controlado por uma mão cerrada.

Portugal tinha, em primeiro lugar, uma justiça fantoche. Portugal tinha presos políticos sem crimes. Havia proibição de livros e filmes. Os homens tinham mais direitos que as mulheres.

Em segundo lugar, Portugal tinha uma economia fantoche, baseada num nacionalismo económico, controlada por cartéis do Estado com pouco ou nada de livre mercado.

Em terceiro, Portugal tinha um sistema político fantoche baseado no culto do chefe, na opressão da polícia política, na rejeição da democracia liberal e da crítica.

Como é que isto aconteceu? Como é que uma grande parte dos portugueses não quis saber?

Como escreveu Fernando Pessoa: «Sim, é o Estado Novo, e o povo / Ouviu, leu e assentiu. / Sim, isto é um Estado Novo / Pois é um estado de coisas / Que nunca antes se viu.»

Para mim, que nasci nos anos 90, e para quem nasceu já no novo milénio, o Estado Novo é o Estado velho: uma realidade tão distante, ao nível temporal e ao nível de ideal, que, para mim, a maior dádiva do 25 de Abril, felizmente, já não é material, mas, sim, espiritual.

Para mim, o 25 de Abril é o dia em que os portugueses quiseram saber. É o dia que representa o espírito de insurreição que rompe a ditadura, de insurgência que rompe a censura, de inconformismo que rompe a estagnação. E é este espírito que tem de voltar com prontidão.

Este ano, em que, como já foi hoje assinalado, os 48 anos de 25 de Abril superam os 48 anos de ditadura, não é, certamente, o momento para acabar com «o estado a que chegámos», relembrando Salgueiro Maia, mas é o momento de refletir sobre e de mudar o estado a que chegámos.

Portugal está, de novo, num longo sono, muito menos grave e, obviamente, incomparável com o sono anterior, mas que não deixa de ser preocupante. Portugal é um país estagnado; Portugal, economicamente, está parado, socialmente, está hipnotizado, politicamente, diria que está desligado.

Hoje, o dono de um restaurante em Faro que queira aumentar o salário de um jovem, de 800 € para 900 €, vê o Estado levar metade desse aumento, e o jovem nem faz ideia, perpetuando um país de salários mínimos e cada vez dos mais pobres da União Europeia. Hoje, uma enfermeira em Lisboa ganha 1000 € líquidos e grande parte vai para pagar a sua habitação, pensando, todos os dias, cada vez mais, na opção forçada da emigração.

Hoje, uma médica ou um consultor no Porto que ganhem um pouco acima da média, entre IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) e segurança social de elevadas dimensões, veem praticamente 40% do seu salário ir para um Estado que gasta 4 mil milhões a brincar aos aviões.

Hoje, uma família em Aveiro, em vez de ter liberdade para escolher a escola dos seus filhos, tem menos mobilidade social, porque é obrigada pelo Governo a frequentar a escola do seu código postal. Hoje, uma família em Braga tem menos escolhas na saúde e tem mais filas de espera prolongadas porque o Governo decidiu, ao contrário do resto da Europa, acabar com as parcerias público-privadas. E hoje, de Beja aos Açores, metade dos portugueses não vota — um caso único na Europa ocidental, agravado, obviamente, pelo facto de não haver um círculo de compensação nacional.

A boa notícia, obviamente, é que Portugal não está condenado. Não é esse, certamente, o nosso fado. Mas, para Portugal sair da cauda da Europa e voltar a estar na frente, é preciso romper com tudo aquilo que o Estado Novo ainda nos deixou. É preciso mudar. Mudar o «poucochinho» e o receio pela ambição e pela inovação dos descobrimentos. Mudar o «respeitinho» cego à autoridade pelo inconformismo da Revolução Liberal de 1820. Mudar o desinteresse e a apatia pela participação massiva de 90% nas eleições de 1975.

Falta a Portugal o inconformismo de Abril para romper a estagnação. Abril confiou-nos esta difícil missão, a de continuar a querer saber da política, de Portugal, da Europa, do mundo, essencialmente, do futuro. E, como Abril nos demonstrou e a guerra na Ucrânia nos confirma, a democracia é difícil de conquistar, mas fácil de perder.

Por isso, hoje, importa dizer que todas as pessoas livres, onde quer que vivam, são cidadãos da Ucrânia.

Terminando, Sr. Presidente, o 25 de Abril é um legado maior do que todos nós e cujo único dono é o povo português. É o dia despertador, é o espírito que nos acorda ao longo do longo sono de ontem em busca de um melhor amanhã. Portugueses, vamos voltar a querer saber. Vamos, com o inconformismo de Abril, romper a estagnação.

Aplausos do IL e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, demais Autoridades, Srs. Deputados, Ilustres Convidados:

A história que nos ensinaram deste dia e desta manhã foi a história da glória dos cravos que hoje enfeitam este Parlamento. A história da glorificação de uma manhã saída de uma noite que quis dar triunfo, liberdade e prosperidade a Portugal.

Por isso, passámos, e continuamos a passar, todos os nossos dias 25 de Abril saudando-nos uns aos outros, trazendo estes cravos vermelhos e mostrando ao país que somos diferentes.

Hoje, e talvez isto nunca tenha sido dito nesta Câmara, devíamos, sim, olhar para os portugueses e dizer «desculpem, porque falhámos», porque falhámos.

Falhámos na justiça que construímos; falhámos no império que se dissolveu e que deixou outros países à sua mercê e famílias à sua sorte; falhámos nos jovens que querem emigrar como nunca, no país que lhes tinha prometido ser o país da prosperidade; falhámos aos pensionistas e aos reformados, que têm hoje o pior poder de compra da União Europeia. Tanto falhou Abril. E estes cravos de nada valem a essas pessoas, que, para irem ao supermercado, têm de usar o dinheiro da sua reforma e não um cravo vermelho para poderem pagar a sua comida.

Falhámos, portugueses! Nós, todos, os que aqui estamos sentados, falhámos! Falhámos na luta que devíamos ter travado por todos vós. Falhámos aos polícias, falhámos aos magistrados, falhámos aos empresários, falhámos às famílias, falhámos àqueles que olharam e disseram «deem-nos um país diferente, deem-nos essa manhã que nos prometeram», pois Portugal não cessa de ser ultrapassado e obscurecido.

Falhámos na reconciliação. E, Sr. Presidente, talvez hoje fosse o dia de, ao mesmo tempo que saudamos a liberdade, relembrar todos aqueles que foram vítimas da expropriação após o 25 de Abril de 1974, todos os retornados que vieram dos seus países e aqui encontraram um país que não lhes deu a mão e que lhes devia ter dado a mão, esse país que já não temos.

Aplausos do CH.

Sim, Sr. Presidente, falhámos também a esses. Falhámos aos retornados, falhámos aos ex-combatentes, alguns deles a viver na rua, aqui, nesta cidade de Lisboa. Enquanto celebramos com cravos vermelhos neste Parlamento, há ex-combatentes que estão a viver nas estações do metro, na estação de Santa Apolónia.

Viva Abril! Sem dúvida! Mas era o Abril de todos os portugueses, inclusive daqueles que o fizeram e que foram esquecidos por Portugal, todos esses, as vítimas da expropriação, da reforma agrária. O esquecimento de um regime que não deixou de os esquecer e que ostensivamente fez por ignorá-los.

Não devíamos, aqui, hoje, ter medo de os citar e de os trazer também à memória, porque são tão portugueses como nós e têm famílias como nós também temos.

Por isso, permita que me dirija a si, Sr. Presidente da República, meu adversário e vencedor das últimas eleições, com um pedido muito específico: não condecore aqueles que torturaram, mataram e expropriaram em Portugal.

Aplausos do CH.

Sr. Presidente da República, nós não podemos ter, entre os condecorados, pessoas que mataram bebés, pessoas que assassinaram famílias, pessoas que destruíram a economia portuguesa nos anos 70 e 80. Ainda hoje estamos a pagar por isso e, se queremos reconciliar Portugal, certamente, não é a fazer deles heróis que vamos reconciliar Portugal, mas a ter a capacidade de olhar a História de frente e dizer que quem cometeu atos terroristas, quem patrocinou e promoveu nacionalizações e expropriações não pode ser um herói, tem de ser considerado aquilo que é, um bandido. E nós devemos tratar os bandidos como bandidos, porque é isso que são.

Aplausos do CH.

Por isso, Sr. Presidente da República e Sr. Presidente da Assembleia da República, permitam-me deixar, neste dia solene, este repto: nenhum sentido faz estarmos aqui, hoje, a celebrar o 25 de Abril, se não tivermos a coragem de dizer que não teria havido 25 de Abril se não tivesse existido 25 de Novembro, e devemos ter a coragem de dizer a Portugal que o 25 de Novembro foi o dia que nos trouxe a liberdade e a democracia!

Aplausos do CH.

Por isso, falhámos. Falhámos em todos os dados que temos ao nosso dispor.

Em 1975, Sr. Presidente, Portugal estava na 23.ª posição do Índice de Desenvolvimento Humano; em 2015, estava na 41.ª. Estes cravos deviam dizer isso todos os dias: «Portugal estava na 23.ª posição, passou para a 41.ª.»

Aquilo que tínhamos era mau, muito do que veio depois pior foi, ou mau continuou a ser. Três em cada quatro jovens do nosso país ganham menos de 950 € por mês; três em cada quatro dos que nos estão a ver em casa, e sabem bem do que estou a falar, ganham menos de 950 € por mês. Alguns deles, hoje, olham para países que ainda há poucos anos estavam atrás de uma «Cortina de Ferro» e têm lá salários mais altos do que aqui praticamos. Como é que foi possível termos chegado aqui?!

Dizemos que naquelas chaimites vinha a ética, a transparência e a justiça. E, nesta semana do 25 de Abril, Sr. Presidente, tivemos mais um ministro que saiu direto do Governo para uma instituição que financiou, cujo orçamento distribuiu dotação para a financiar, no ISCTE.

Neste mesmo ano, no 25 de Abril, em que tanto celebrámos por passar mais tempo em liberdade do que em ditadura, um ex-banqueiro corrupto recusa ser julgado, porque tem Alzheimer, mas está de férias na Sardenha, no momento em que muitas destas sessões aqui se realizaram.

Sim, Sr. Presidente, ao mesmo tempo que celebramos o 25 de Abril, há políticos presos a receber subvenções vitalícias e há pensionistas a receber 200 € por mês, todos os meses. Se isto era Abril, nós não queríamos este Abril e preferíamos outro, porque são as pessoas, em primeiro lugar, os portugueses, em primeiro lugar, a quem temos de dar memória.

Aplausos do CH.

Nos 48 anos de Abril, nos 48 anos da Revolução dos Cravos, devíamos assumir aos portugueses que falhámos.

Falhámos no progresso, e fomos arranjando, sistematicamente, desculpas para dizer que falhámos: foi a crise financeira, foi a pandemia, agora, é a guerra. Não sei a que velocidade seguiam as chaimites que vinham de Santarém para Lisboa, mas sei uma coisa: sei que, na velocidade do pós-25 de Abril, Portugal ficou sistematicamente para trás. Talvez o símbolo de algumas avarias militares daquela manhã viesse a ser o símbolo do que foi a avaria do país nos anos que se seguiram.

Eu não aceito viver num país que, ao fim de 10, 15, 20 ou 40 anos de democracia, se deixe ultrapassar pela Letónia, se deixe ultrapassar pela Checoslováquia, se deixe ultrapassar por países que ainda há poucos anos estavam na outra «Cortina de Ferro». Eu não aceito viver num país ultrapassado, empobrecido e amedrontado, e não tenho medo de o dizer.

Aplausos do CH.

Nos 48 anos de Abril, continuamos a ter um Governo que tenta asfixiar a justiça e atirá-la contra os seus inimigos. Continuamos a ter um país ultrapassado por países que nem sonhávamos, há alguns anos, poderem ultrapassar-nos. E era isto que devíamos dizer às pessoas neste dia solene. Eles, que nos estão a ver, sabem bem que esse país ficou para trás nos netos que emigraram, naquele filho polícia que teve de assumir a responsabilidade por defender a lei e a ordem, naqueles que fizeram e construíram este país e sentem que hoje pagam mais impostos do que nunca.

Vou terminar, Sr. Presidente, deixando isto: nunca pagámos tantos impostos em Portugal. «E para quê?», pergunta-se quem nos está a ver. Para que é que pagamos esta quantidade incrível de impostos, se não para sustentar uma clientela de Estado enorme que empobrece, destrói e vai destruindo a nossa democracia?! Hoje, os portugueses sentem que pagam verdadeiramente para sustentar o Estado, mas, pior, que pagam para sustentar quem não quer fazer absolutamente nada. E isto não é admissível numa democracia moderna e numa democracia como a nossa.

Era Francisco Sá Carneiro que dizia: «Uma democracia que não se defende vigorosamente não tem o direito de sobreviver.» E um povo que não se insurge não tem o direito de vencer. E nós queremos muito, muito, queremos muito, muito vencer! Não vencer pelos cravos, não vencer por qualquer flor,

não vencer por qualquer símbolo: vencer por Portugal, por esse Portugal que precisa de nós. Como dizia o nosso maior poeta: «Senhor, falta cumprir-se Portugal!» E nós não temos medo, nós, cedo ou tarde, cumpriremos Portugal!

Aplausos do CH, de pé.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rio.

O Sr. **Rui Rio** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

Celebramos hoje os 48 anos do 25 de Abril. Fazer um discurso em homenagem à Revolução dos Cravos e, por conseguinte, em defesa da democracia não pode ser, tantos anos depois, um mero repositório de afirmações laudatórias mil vezes repetidas.

Uma coisa é a importância e a gratidão que todos devemos a quem nos proporcionou a liberdade há quase meio século; coisa diferente é honrar esse ato histórico que nos libertou da ditadura, com uma análise séria e corajosa da situação em que se encontra, hoje, o regime que nessa data se fundou.

Aqueles que arriscaram o seu futuro e, nalguns casos, a sua própria vida, para que o país pudesse viver em democracia, merecem que os homenageemos de forma genuína; ou seja, defendendo sempre os valores que eles, heroicamente, nos ofereceram.

E defender esses valores é, antes do mais, ter a coragem e a frontalidade para apontar o que com o tempo se foi degradando e, dessa forma, enfraquecendo os principais propósitos do 25 de Abril.

Se para alguns de nós a Revolução dos Cravos é uma memória bem presente e intensamente vivida, a verdade é que para a maioria dos portugueses ela já é apenas mais uma data histórica ocorrida antes do seu nascimento.

Também por isso se impõe que a evocação do 25 de Abril seja um momento de autocrítica sério e realista do trajeto que temos seguido, porque ficar pelo simples elogio do passado é, objetivamente, renunciar ao futuro.

Numa sociedade que muda a uma velocidade nunca antes sentida pela humanidade, a necessidade de reformar o que ainda há pouco se reformou é uma evidência com que temos vivido, e com que vamos ter de viver, cada vez mais intensamente.

Em democracia, esta realidade gerou um desafio de contornos contraditórios, que a sociedade tem tido dificuldade em equilibrar.

Se é justo responsabilizar a política, porque ela não tem tido a coragem de fazer as reformas estruturais que o desenvolvimento do país reclama, a verdade é que a maioria do eleitorado também valoriza muito mais a promessa fácil da benesse imediata do que a realização das reformas que preparam o seu futuro.

Esta contradição, entre a necessidade dos votos para ganhar as eleições e a necessidade de responder à evolução da sociedade, sempre existiu, mas, no tempo presente, dada a voracidade dessa evolução, ela é cada vez mais evidente e, diria eu, bem mais preocupante.

É uma das principais razões para o descrédito em que a vida pública tem caído, porque o eleitorado que hoje escolhe o caminho mais fácil é o povo que amanhã se queixará da ineficácia da governação que escolheu.

Ao cabo de 48 anos, esse descrédito e o descontentamento popular que lhe está associado foram-se transformando nos principais suportes de novas forças extremistas que, com a sua tradicional demagogia, procuram saciar os impulsos emotivos de quem está mais fragilizado.

Aplausos do PSD.

A solução para travar o crescimento dos extremismos não são absurdos «cordões sanitários», nem é a desqualificação do voto de quem neles aposta.

A solução está em nós próprios. A solução está em enfrentar a realidade sem cobardia nem hipocrisia. Está em reformar ou, diria melhor, em romper com o que há muito está enquistado e ao serviço de interesses setoriais ou de grupo. Romper com tudo aquilo que não funciona de acordo com a lógica do interesse coletivo, mas, sim, em função do setor ou da corporação a quem o imobilismo aproveita. É este o primeiro motivo que estrangula o desenvolvimento do nosso país e alimenta o desencanto que hoje existe.

A alteração do sistema eleitoral, a revisão constitucional, a reforma da justiça, a descentralização, a Lei dos Partidos Políticos e a sua lógica de funcionamento, ou uma reforma do Estado que fomente a qualidade e a produtividade dos serviços públicos e permita a redução dos impostos, são tudo exemplos de matérias que carecem de adequação aos tempos que vivemos.

Mas também uma atitude política de firme combate à corrupção e fundamentalmente ao tráfico de influências, de real autonomia face à atual lógica de funcionamento da comunicação social, de renúncia à política-espetáculo e de reforço da verdade e da competência, de coragem para se ser mais forte com os fortes do que com os fracos e, principalmente, de genuinidade e coerência entre as palavras e os atos, são tudo formas de estar que, se forem corrigidas no sentido certo, ajudarão, seguramente, à credibilização da vida pública e ao renascer da esperança que o 25 de Abril nos trouxe, mas que o tempo e os homens têm deixado enfraquecer.

Sr. Presidente, se queremos um Portugal virado para o futuro, que não se atrasa cada vez mais na escala europeia e que não quer continuar a ver os seus jovens a emigrar, então, teremos de ter o rasgo de fazer diferente, atuando coerentemente sobre as verdadeiras causas do nosso problema.

Os que, há 48 anos, nos deram a liberdade e a democracia merecem que assim o façamos. Merecem que saibamos construir o Portugal com que eles sonharam e pelo qual tudo arriscaram, porque é esse o Portugal que vale a pena.

Aplausos do PSD, de pé, e do Deputado do IL Carlos Guimarães Pinto.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente Ramalho Eanes, Srs. Presidentes Ferro Rodrigues e Mota Amaral — e em vós saudando todos os antigos parlamentares —, Srs. Capitães de Abril e representantes da Associação 25 de Abril — e em vós saudando o Movimento das Forças Armadas —, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal de Justiça e demais tribunais superiores, demais Autoridades Civis e Militares, Sr.as e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Comemorar o 25 de Abril é, em primeiro lugar, honrar a memória dos que resistiram, sofreram e tombaram para que a liberdade fosse possível.

No ano em que os dias da democracia superam o número de dias em ditadura, deu-se a coincidência de essa data ocorrer a 24 de março, dia da revolta estudantil que mobilizou a juventude contra quem a privava do seu futuro. Permitam-me, assim, convocar a memória de quem, na resistência ao Estado Novo e na construção da II República, infelizmente, pela primeira vez não acompanhará a celebração de Abril, o Presidente Jorge Sampaio.

Aplausos do PS e do L, de pé, do PCP, do BE, do PAN e de Deputados do PSD.

Sampaio demonstrou, nesse 24 de março de 1962, que já era um homem livre antes de a liberdade raiar, nunca se vergando perante a opressão e a injustiça, não tendo medo de arriscar, quando o que se arriscava era a vida e o futuro. Desde esses dias, com os colegas, na Alameda da Universidade, perante a arbitrariedade dos tribunais plenários que enfrentou e na sua vida de incansável construtor da democracia — como tribuno nesta Assembleia, como autarca no poder local e na Presidência da República —, Jorge Sampaio junta-se aos eternos que tanta falta nos fazem para recordar que o respeito, a cordialidade, a convivialidade são essenciais à democracia.

Aplausos do PS.

É através da memória de Jorge Sampaio que hoje me permito homenagear todos aqueles que, desde a década de 20 do século XX — republicanos, anarquistas, comunistas, socialistas, monárquicos, liberais e democratas de outras extrações —, mantiveram acesa a chama da esperança de um Portugal livre, desamordaçado enfim, como Mário Soares exigiu e ajudou a concretizar.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados: Comemorar Abril é também honrar os que, na madrugada decisiva, quebraram os grilhões que prendiam

os seus concidadãos, dando às gerações vindouras o direito de nascerem homens e mulheres livres. Para o agradecimento que lhes é devido serão sempre escassos os gestos e as palavras, incapazes que são de os abraçar a todos e a dimensão singular do seu gesto libertador, não apenas de um, mas de vários países. Na Associação 25 de Abril, presente entre nós, e no espírito de todos os que, hoje, celebram a liberdade, curvamo-nos, uma vez mais, em gratidão.

Todavia, honrar Abril é também não esquecer que as contradições e tensões que, então, se enfrentaram e arriscaram fraturar o país durante o processo revolucionário foram superadas pelos decisores de então, ninguém excluindo, todos conquistando para a democracia, sarando as feridas e privilegiando aquilo que nos une e que a todos orgulha. Não erremos hoje, fora de tempo, onde Soares, Sá Carneiro, Cunhal, Freitas do Amaral, Melo Antunes e Ramalho Eanes não falharam.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados: Comemorar o 25 de Abril é, ainda, reconhecer que o Portugal que somos hoje apenas existe graças às portas, então, franqueadas.

O decurso do tempo, que esbate a memória coletiva, torna cada vez mais relevante que o dia de hoje seja, também, um dia de balanço dos feitos da democracia. Não para nos conformarmos e abrandarmos a nossa determinação em prosseguir, mas, antes, para motivar as gerações futuras a continuar a construir um país mais justo e mais solidário.

Confrontemos, então, o Portugal anterior ao 25 de Abril de 1974 com as realizações do Portugal democrático e europeu que temos hoje.

Uma menina que nasça em abril de 2022 não se confrontará com um regime que lhe diz que não pode ser juíza, ou diplomata, que a sujeita ao seu marido como chefe de família, que não a protege da violência e que lhe determina um papel social do qual não poderá escapar.

Uma menina que nasça em abril de 2022 não terá de desafiar uma taxa de mortalidade infantil que envergonha o seu país e poderá encarar o futuro com uma esperança de vida de 81 anos, sabendo que terá o SNS ao seu lado para enfrentar o que surgir pela frente.

Uma menina que nasça em abril de 2022, graças à escola pública, não conhecerá um país em que 20% dos homens e 31% das mulheres são analfabetos, mas, antes, uma população que saltou de 5% de escolarização secundária para 83%...

Aplausos do PS.

... e saltou de menos de 1% com ensino superior, entre 30 e 34 anos, para mais de 50%.

Uma menina que nasça em 2022 e queira viver livremente a sua identidade e orientação sexual não será marginalizada ou tratada como criminosa nem obrigada a conformar-se com os preconceitos dos outros.

Uma menina que nasça em 2022 terá do seu lado a garantia de um salário mínimo, a greve como direito, proteção no desemprego, defesa contra os despedimentos arbitrários, direitos de parentalidade, pensão quando se reformar e apoios sociais, caso precise da solidariedade da sua comunidade.

Uma menina que nasça em 2022 não conhecerá limites à sua criatividade, fruirá sem censura da criatividade dos outros, terá direito a informar-se e a ser informada, a manifestar-se, a usar da palavra, a não usar da palavra, a ler o que entender e a reunir-se com quem desejar.

Uma menina que nasça em 2022 será livre de professar qualquer fé ou de não professar fé alguma, de beneficiar da proteção do Estado contra quem a quiser discriminar, caso seja uma pessoa racializada ou uma pessoa com deficiência.

Uma menina que nasça em 2022 terá nas suas mãos o poder de participar, com o seu voto, na definição dos destinos do seu país, da sua região autónoma ou da sua autarquia.

Uma menina que nasça em 2022 conhecerá um país em paz.

Não foi por sorte, não foi por obra do acaso, não foi apesar da Revolução que tudo isto aconteceu. Foi graças ao 25 de Abril que se pôde concretizar o desejo do país de aderir ao projeto democrático europeu e de vencer o atraso a que esteve condenado, edificando um país solidário, com instituições democráticas robustas e um Estado social assente na solidariedade como princípio fundamental de verdadeira emancipação.

Aplausos do PS.

Sozinhos e de costas voltadas entre nós, de forma individualista, não teríamos percorrido tantas décadas em tão poucos anos.

Sozinhos, fechados nas nossas fronteiras, de costas voltadas para a nossa diáspora e para as comunidades de emigrantes, que connosco partilham o seu destino, não nos teríamos enriquecido da mesma forma.

Sozinhos e de costas voltadas para a Europa ou para quem partilha a nossa língua não teríamos alcançado o respeito da comunidade internacional e das democracias do mundo.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados: Falta apenas referir a derradeira razão para continuar a comemorar Abril, o futuro.

Como disse Manuel Alegre, há quase 20 anos, desta mesma tribuna, na sessão evocativa dos 30 anos da Revolução, o 25 de Abril é daqueles raros dias da vida de um povo em que o futuro está em aberto, indeterminado, sendo essa abertura inicial que faz com que todos os sonhos sejam possíveis.

Orgulhosos que estamos do que realizámos, devemos encarar a função de representação que nos convoca hoje com a humildade que decorre de sabermos que ainda nos falta trilhar caminho e que, sendo humanos, muitas das nossas realizações não são perfeitas e não estão completas.

Em dias como o de ontem, na Pátria das liberdades, de ameaças populistas e de recurso à simplificação do que é complexo para instigar ressentimentos entre os cidadãos, a qualidade das instituições democráticas nunca foi tão importante, o respeito pelo outro nunca foi tão fundamental, a preservação do Estado social nunca foi tão decisiva para nos imunizar contra esses riscos.

Muitos dos inconformados com o que ainda falta fazer, desiludidos com os sonhos ainda por realizar ou descontentes com a qualidade da democracia, não são inimigos de Abril, mas correm o risco de ser manipulados ou instrumentalizados por aqueles que são e que me escuso de enunciar.

É precisamente assegurando que todos prosperam e que encontram na nossa República, sob a proteção do seu Estado social, espaço para realizar os seus sonhos que a ainda jovem democracia portuguesa vencerá o desafio que tem pela frente e evitará que se quebre a adesão popular expressiva que ainda congrega.

A este desafio dentro de portas acresce ainda a cada vez mais urgente necessidade de solidariedade para com aqueles que, mundo fora, precisam de nós, na defesa conjunta de uma ordem internacional baseada em regras comuns, onde se abandona a lei do mais forte.

Não há qualquer espírito de Abril na força bruta para resolver diferendos nem no desrespeitar da soberania e integridade dos povos vizinhos.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados: Assinalando-se, este ano, os 200 anos da primeira Constituição Portuguesa e da instituição parlamentar, convoquemos essa inspiração quanto ao papel que a Assembleia da República pode desempenhar, dando voz a todos os portugueses, sem exclusões, afirmando-se como garante das liberdades fundamentais, projetando os valores de Abril e provando a superioridade do modelo democrático e de inclusão, divergindo sem atacar, discordando sem desrespeitar, criticando sem fulanizar.

As primeiras palavras do nosso atual texto constitucional — que, curiosamente, começa com o 25 de Abril e termina também com o 25 de Abril de 1976, data de entrada em vigor da Constituição — são precisamente as que enunciam com clareza a centralidade da data libertadora e devem continuar a federar, sem qualquer hesitação, todos os democratas e todos os que defendem os direitos e liberdades fundamentais.

A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista.

Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa. Empenhemo-nos, pois, em continuar a estar à altura deste desafio e desta viragem, mantendo sempre abertas as portas que Abril abriu.

Viva Portugal, viva a República, viva o 25 de Abril!

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Autoridades Civis, Militares e Religiosas, Sr. Núncio Apostólico, em representação do Corpo Diplomático, Ilustres Convidadas

e Convidados, Caras e Caros Concidadãos, Sr.as e Srs. Deputados, Capitães de Abril: A celebração do 48.º Aniversário do 25 de Abril ocorre num contexto europeu e internacional particularmente dramático. A guerra desencadeada pela Rússia contra a Ucrânia constitui a mais grave ameaça, em décadas, à segurança europeia e à paz mundial. No seu posicionamento nacional e no quadro das organizações a que pertence, designadamente a União Europeia, as Nações Unidas e a NATO (North Atlantic Treaty Organization), Portugal tem pugnado pela condenação do regime agressor e o apoio à nação agredida e pela exigência de que o agressor cesse as hostilidades, de forma que se possa salvar vidas e reconduzir o diferendo ao plano político-diplomático onde se concerte solução duradoura. Desejamos o melhor sucesso às diligências que esta semana realiza, para o efeito, o Secretário-Geral das Nações Unidas.

Aplausos do PS e de Deputados do PSD.

Em tempos tão difíceis, as características essenciais da nossa Pátria, como uma democracia madura, um país seguro e pacífico e uma sociedade coesa e aberta ao outro, emergem como um valioso património e um exemplo internacional. Graças à Revolução libertadora do 25 de Abril e ao modo como fomos, desde então, construindo uma democracia pluralista que a todos procura integrar, sem admitir fraturas de base religiosa, territorial ou identitária, não tem cessado de crescer o reconhecimento internacional da capacidade portuguesa de comunicar com todos, de fazer pontes entre realidades distintas e de ser uma nação europeia aberta ao mundo.

Em tempos de fechamento e ódio, a abertura aos outros de um país como o nosso, onde vivem atualmente cidadãos de quase todas as nacionalidades, sem que isso constitua qualquer problema, onde qualquer confissão religiosa é bem-vinda e que se sente tão à vontade a lidar com os seus parceiros europeus como na relação com África, as Américas e as várias regiões da Ásia, essa abertura é um bem precioso que devemos acarinhar.

Aplausos do PS.

Muito se deve às instituições e agentes políticos do regime democrático. Mas vai mais fundo, pois tem raízes na experiência multissecular dos portugueses e, em particular, na vivência da emigração. Como dizia meu mestre Vitorino Magalhães Godinho, a emigração é, desde o século XV, uma constante estrutural da nossa história. Mesmo na época do império, as gentes que saíam do território peninsular não paravam nos seus confins, antes, iam além, e além se estabeleciam, se misturavam, se tornavam, não forâneos, mas «filhos da terra», tão bem estudados pelo saudoso António Manuel Hespanha.

Na idade contemporânea, o contributo das vagas migratórias para o Brasil, os Estados Unidos, a França, a Alemanha, e tantos outros destinos, foi determinante para o desenvolvimento económico e a transformação social das regiões de origem. Continua a sê-lo, hoje, e de várias maneiras: através do consumo e das remessas, captando e realizando investimento, criando um nicho próprio e valioso para certas exportações nacionais, servindo de veículo privilegiado para encontros de costumes, tradições, saberes e maneiras de ser.

A capacidade social desta experiência de mobilidade e migração vai formando o que, como sociólogo, tenho designado como um cosmopolitismo ao rés do chão da vida quotidiana, que abre Portugal ao mundo e tende a tratar o estrangeiro como comparte da mesma humanidade, igual em direitos e responsabilidades.

Eu sei que, em razão da importância para o país das comunidades residentes no estrangeiro, lhes dedicamos o 10 de Junho, quando muito apropriadamente celebramos o poeta errante Luís de Camões, o qual dizia ter deixado «a vida em pedaços pelo mundo repartida». Mas creio que nos falta ainda evocar o elo essencial entre a democracia e as comunidades, entre as comunidades e a democracia; e não há melhor data para fazê-lo, na sequência das efemérides, do que o dia 25 de Abril, e muito em particular este 25 de Abril de 2022, em que o Parlamento acaba de eleger para presidir-lhe um Deputado eleito pelo círculo de fora da Europa.

Aplausos do PS.

É muito o que a democracia deve às comunidades, no reconhecimento internacional de que gozamos como país pacífico, seguro, humanista e cosmopolita.

Pausa.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores: Como dizia, é muito o que devemos às comunidades, no reconhecimento internacional de que gozamos como país seguro, humanista e cosmopolita. Cada concidadã ou concidadão, onde quer que esteja, é um exemplo vivo das qualidades de trabalho, entreajuda, sociabilidade e civismo que, a justo título, se associam à nossa gente. Sendo mais de 5 milhões e residindo em mais de 180 países, a influência que assim projetam os portugueses e lusodescendentes é verdadeiramente global. As comunidades que formam são uma demonstração concreta de quão falso é o mito da contradição entre identidade originária e integração, sobre que repousam variadas estirpes de xenofobia.

De facto, as comunidades portuguesas são um exemplo claro de dupla vinculação harmoniosa: de uma banda, ligação profunda a Portugal e às respetivas regiões e localidades; da outra, inserção plena nas sociedades de acolhimento, com respeito escrupuloso pelas suas leis, usos e costumes.

Essas características estão enraizadas na história da emigração. Mas a instauração da democracia política e o desenvolvimento que ela permitiu vieram conceder-lhes uma nova dimensão. Porque a realidade social e cultural do país se transformou e mudou consequentemente a imagem que os outros fazem de nós; porque a descolonização, primeiro, e a integração europeia, depois, alteraram substancialmente a definição dos circuitos e modalidades de mobilidade internacional em que os portugueses se inscreviam; porque a escolarização maciça se traduziu também em novas oportunidades de integração laboral e social no exterior; e tudo isto ajudou a diversificar os perfis da emigração, a composição social dos migrantes, as condições de sucesso de filhos e netos nas sociedades de acolhimento, a conquista progressiva de posições de alta responsabilidade nas empresas, academias, instituições públicas e organizações internacionais, assim enriquecendo-nos a nós todos.

Porém, se a mudança social e política associada ao processo de democratização do nosso país, no pós-25 de Abril, influenciou sobremaneira o estatuto e os percursos dos residentes no estrangeiro, também estes foram decisivos para o sucesso da democracia e do desenvolvimento nacional. Várias das «portas que Abril abriu» foram abertas pelos migrantes. Basta atentar na forma como, entre 1974 e 1976, 1 milhão de portugueses retornados de África — em condições tão difíceis e traumáticas — e da Europa se integrou plenamente na sociedade portuguesa e aí recuperou a economia local, sem nenhuma fratura.

Esses emigrantes retornados são um dos alicerces do regime saído do 25 de Abril, e afirmemo-lo, alto e bom som, no dia da celebração.

Aplausos do PS.

Excelências: O laço entre comunidades e democracia não seria, contudo, o que é sem a viragem que a Revolução dos Cravos operou na política pública para os portugueses vivendo no estrangeiro. A viragem começou logo, em 1975, com a criação da Secretaria de Estado da Emigração, posta ainda no Ministério do Trabalho, prosseguiu, cinco anos transatos, com a criação da Secretaria de Estado das Comunidades e, de seguida, diferentes Governos foram aperfeiçoando as medidas até erguerem uma verdadeira política para a diáspora.

Ora, só há uma palavra para nomear o fundamento desta política, a palavra democrática por excelência: cidadania. A consagração, pela Constituição de 1976, da igualdade de direitos dos compatriotas residentes no exterior, e as respetivas consequências — a institucionalização do ensino de Português no estrangeiro, o apoio ao associativismo, o nascimento do Conselho das Comunidades Portuguesas, a extensão da nacionalidade originária aos lusodescendentes —, é uma trave-mestra do nosso regime democrático, e, insisto, não devemos ter pejo em dizê-lo.

A expressão mais alta é a participação cívica e eleitoral. A criação dos círculos de emigração para a Assembleia da República e o alargamento do direito de voto às eleições presidenciais e europeias foram passos fundamentais para que a nossa democracia fosse de todos nós. A última barreira foi quebrada em 2018, quando neste Parlamento, por unanimidade, o recenseamento automático foi expandido aos portadores de cartão de cidadão com morada no estrangeiro, fazendo de um 1 milhão e 600 mil deles eleitores de pleno direito. O efeito não demorou: o número dos que votaram, nos chamados círculos da emigração, nas eleições de 30 de janeiro foi seis vezes superior ao que se registara em 2015. E vai continuar a aumentar, assim nos aproximando da ambição de qualquer democracia, que é tratar por igual todas as pessoas como cidadãos, quer dizer, sujeitos do seu destino.

O que até agora carreei já seria razão bastante para louvar as comunidades residentes no estrangeiro. Mas permiti, Sr.as e Srs. Deputados, que vá mais longe, para justificar trazê-las a terreiro no dia em que, precisamente, valorizo a imagem de Portugal no mundo, como fazedor e atravessador de pontes.

Nos últimos anos, primeiro digamos que a medo, por via de casos isolados, depois gradualmente numa corrente, os lusodescendentes vão alcançando funções de responsabilidade nos municípios,

regiões e Estados de que são habitantes: vão ocupando postos dirigentes nas administrações públicas, nos sistemas de justiça, na organização de escolas e universidades; vão-se tornando vereadores, presidentes de câmaras municipais, membros de assembleias estaduais, Deputados a parlamentos e congressos nacionais, membros de Governos. O número daqueles a que chamamos, e bem, luso-eleitos é já hoje da ordem das centenas, e as redes que vão formando, juntamente com as de estudantes e profissionais pós-graduados, de câmaras de comércio, de conselheiros das comunidades, constituem um capital preciosíssimo de que o país dispõe, para alavancar e projetar a sua influência no mundo — essa influência cuja natureza benfazeja eles, agindo, demonstram quotidianamente.

A democracia que agora celebramos alimenta-se também desta seiva: a participação cívica e política dos portugueses residentes no estrangeiro nos assuntos públicos quer da sua Pátria portuguesa, quer da pátria de acolhimento.

Falo de todos eles. Dos ilustres emigrantes que hoje nos dignificam à frente das Nações Unidas e outras organizações internacionais, no mundo económico e profissional, nas artes, na Igreja, no desporto, no voluntariado. E falo, sobretudo, daqueles em cujos ombros estes repousam — são os milhões de homens e mulheres comuns que partiram, em busca de uma vida um pouco menos difícil, e de que tão bem falam os romances de Camilo, Ferreira de Castro, Olga Gonçalves, Dulce Maria Cardoso, ou o cinema de Miguel Gomes e Ruben Alves.

Ao contrário da ditadura, a democracia não esconde os problemas. As tarefas que hoje temos são várias: como estancar a sangria de muitos dos nossos jovens mais qualificados, como apoiar o seu regresso a Portugal, como servir melhor as comunidades no estrangeiro. Mas compreender que estas comunidades são parte indispensável da nação que formamos, um recurso essencial para a nossa influência no mundo e um exemplo vivo de que identidade e integração, multiculturalidade e coesão são polos que se complementem e não opostos que se digladiem, compreendê-lo é a melhor maneira de enfrentar os problemas: os problemas dos portugueses, de novo às voltas com as consequências económicas da guerra, e os problemas do mundo, carente de mais pessoas como nós, amigas da paz.

Foi o 25 de Abril que investiu os portugueses residentes no estrangeiro como cidadãos portugueses de corpo inteiro. Merecem, pois, ser finalmente tema principal do discurso de um presidente do Parlamento, na sessão solene comemorativa da nossa libertação.

Aplausos do PS.

A revolução que encheu de cravos os canos das espingardas fez dos portugueses residentes no estrangeiro e dos seus descendentes membros plenos da comunidade cívica que é a nossa Pátria. E, assim, Portugal alargou horizontes e fortaleceu-se no seu papel mais frutífero no concerto das nações: como berço e casa de gente a seu modo cosmopolita, pacífica, humanista, solidária, aberta aos outros, calcorreando pelo mundo e em todo o lado derrubando muros e erguendo pontes.

Também por isso, capitães de Abril, por terdes iniciado o movimento que permitiu a Portugal construir uma democracia onde cabem todos os portugueses, independentemente do lugar onde nasçam ou residam, capitães de Abril, muito obrigado! Do fundo do coração, muito, muito obrigado!

Aplausos do PS, do PCP, do BE, do L e de Deputados do PSD, de pé, e do PSD, do PAN e do Deputado do IL Rodrigo Saraiva.

O Sr. Presidente da República vai agora dirigir uma mensagem ao Parlamento.

Faça favor, Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República** (Marcelo Rebelo de Sousa): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.ª e Srs. Presidentes dos Tribunais Supremos, Sr. Presidente António Ramalho Eanes, Srs. Presidentes João Bosco Mota Amaral e Eduardo Ferro Rodrigues, Sr. Núncio Apostólico, em representação do Corpo Diplomático, Srs. Membros do Governo, Digníssimos Convidados, em particular representantes e Capitães de Abril, Sr.as e Srs. Deputados, Portugueses: Saúdo com elevada consideração pessoal e solidariedade institucional V. Ex.ª, Sr. Presidente, e, na pessoa de V. Ex.ª, as Sr.as Deputadas e os Srs. Deputados, na primeira vez em que uso da palavra perante a Assembleia da República depois da eleição de janeiro último.

Formulo calorosos votos dos maiores sucessos, a bem de Portugal, que o mesmo é dizer de todos os portugueses.

E permitam-me que aqui evoque, também, com muita saudade, quem nos acompanhou 25 de Abril após 25 de Abril com a constante militância cívica que pautou a sua vida por Portugal, o Presidente Jorge Sampaio.

Aplausos do PS, do PSD, do PCP, do BE, do PAN e do L.

Sr.as e Srs. Deputados, Portugueses: Há um ano falei-vos do Portugal na sua caminhada do império até ao 25 de Abril, à descolonização e à democracia. E nunca é demais evocar e agradecer o gesto refundador dos Capitães de Abril. Pense-se o que se pensar sobre o que foram antes e depois desse gesto, ele foi único, singular e decisivo. Sem ele não haveria hoje uma Assembleia da República livre, com vozes livres. Não há como esquecê-lo na escrita ou na reescrita da História.

Hoje, falo do que vem de muito antes de Abril, vem do começo de Portugal. Mesmo se só têm 700 anos no mar, 400 anos dos quais como corpo permanente e organizado, muitos séculos em terra e um século no ar, são as nossas Forças Armadas garantes da independência, da soberania, da integridade e da unidade da nossa Pátria. E, nestes tempos em que a guerra na Europa reentra nas nossas casas, toca as nossas vidas, muda o nosso dia a dia, falar em Forças Armadas é falar daquilo que, sendo passado, é muito presente e, mais ainda, futuro.

Esta guerra não é a única, neste instante, no mundo, mas é talvez a mais global de todas. Esta guerra não foi a única que conhecemos na Europa, já depois de abril de 1974, mas pode vir a ser a mais brutal em refugiados forçados a terem de cortar as suas raízes e, também, a mais universal nos seus efeitos em quase meio século.

Mas não é da guerra que vos quero falar hoje.

Hoje, o que importa é falar das nossas Forças Armadas no Portugal que Abril permitiu que fosse democrático, das Forças Armadas em democracia.

Há uma semana, agradeci aos nossos militares que partiam para a Roménia — e eram 200 — o seu serviço à Pátria. Iam em missão de paz, não em missão de guerra; para defender a paz, não para fazer a guerra; para prevenir contra mais guerra e contribuir para criar mais paz. Paz para a Europa, e, desde logo, para aquela Europa em conflito e as vítimas diretas imediatas e mais trágicas da guerra, paz para a Pátria, a nossa Pátria, do mesmo modo. Paz e segurança. Aquela paz e segurança que são a missão primeira das Forças Armadas. Pela Pátria! E o que é a Pátria que elas existem para servir? É um Estado independente há quase 900 anos? É, mas é mais do que isso.

É uma comunidade de vida, de cultura, de língua, de identidades forjadas na diversidade, a que muitos chamam Nação, mesmo se o nosso Estado é, há muito, plurinacional? É, mas é mais do que isso.

É uma História, feita de glórias e fracassos, e mais glórias do que fracassos, senão, porventura, aqui não estaríamos agora? É, mas é mais do que isso.

É uma ideia, um projeto, um desígnio que nos une para além daquilo que nos separa, como o sermos universais, espalhados pelos mundos e servindo como plataformas de encontro entre eles? É, mas é mais do que isso. É tudo o que disse, mas mais, muito mais.

Uma Pátria são pessoas de carne e osso, todas somadas e cada uma delas *per se*, vivam cá dentro das fronteiras físicas, vivam fora delas, no território espiritual, que é onde estiver cada um de nós.

Portugal são os portugueses, mais os que se acolheram ou por eles foram acolhidos, e cada qual diferente, diverso, irrepetível.

Servir a Pátria, como existem para servir as Forças Armadas, é servir esses portugueses — cá dentro e lá fora — mais aqueles que se integram na nossa família comum.

Servir a Pátria desde sempre. Foi traçar o nosso território continental e partir para as ilhas. E atravessar oceanos e contactar continentes. E quase perder, ou perder mesmo, a independência. E reconquistá-la, tempo após tempo, geração após geração. E perder batalhas. E guerras. Mas ganhar umas e outras. Nas armas, na diplomacia, na economia, no tecido social, mas também na língua, na cultura, nas pessoas. Sim, porque as batalhas, como as guerras, se perdem e ganham nas pessoas, com elas e para elas.

Servir a Pátria, neste tempo, por exemplo, é ir para a Roménia, como estar na Lituânia, na República Centro-Africana, no Mali, no Mediterrâneo, no Golfo da Guiné, em Moçambique. É nessas paragens, como noutras, servir a paz e a segurança de todos nós.

Mas como? Como é que na Roménia, ou nos céus da Europa Báltica, ou noutras Europas, Áfricas, Américas, ou Ásias, se luta pela paz e a segurança?

Luta-se, porque as nossas fronteiras já não são as que foram. Porque no Báltico, como no Leste europeu, as fronteiras da União Europeia são as nossas fronteiras. Tal como noutros continentes, as fronteiras da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) são as nossas fronteiras. Tal como, nalguns deles, as fronteiras da NATO, ou do mundo ibero-americano, são as nossas fronteiras. Tal como, cada vez mais por esse mundo fora — que são as Nações Unidas —, as fronteiras da paz, da segurança, da liberdade, da igualdade, da luta contra a miséria e a pobreza e pela ação climática são as nossas fronteiras.

Se a paz não existir, a insegurança atingirá também as nossas vidas, a começar na dos compatriotas espalhados pelo universo, a nossa economia, os preços da nossa energia, dos nossos alimentos, dos nossos bens básicos, e tantos dos nossos projetos de vida.

A paz e a segurança não são, pois, apenas — e já seria muitíssimo, mesmo o mais pungente — a vida e a morte de quem está a dois ou três dias de viagem das nossas casas. Não. É o nosso viver de todos os dias.

São as Forças Armadas, não os únicos, mas dos principais garantes dessa paz. Mais visivelmente ainda em tempo de guerra. Mesmo se não entram nessa guerra, previnem, ajudam a construir e preservam, mesmo ali ao lado, a paz possível e desejável.

Mas fazem mais, muito mais, cá dentro: desinfetam lares e escolas, organizam vacinação nacional em pandemia, apoiam em incêndios florestais, cheias, catástrofes naturais. Não são os únicos, mas são sempre dos fundamentais. E ainda dão, e querem dar mais, formação profissional para reinserção no emprego e na sociedade.

Sr.as e Srs. Deputados, Portugueses: Por que razão, neste 25 de Abril, falo das nossas Forças Armadas, na democracia que temos de recriar, jornada após jornada? Porque sem as Forças Armadas, e Forças Armadas fortes, unidas e motivadas, a nossa paz, a nossa segurança, a nossa liberdade, a nossa democracia — sonhos do 25 de Abril — ficarão mais fracas.

Porque reconhecer como são importantes as Forças Armadas, na nossa vida como Pátria, exige mais do que recordarmos, por palavras, essa sua importância.

Porque, se queremos Forças Armadas fortes, unidas, motivadas, temos de querer que tenham condições para serem ainda mais fortes, unidas e motivadas.

Porque, se não quisermos criar essas condições, não nos poderemos queixar de que, um dia, descubramos que estamos a exigir às nossas Forças Armadas missões difíceis de cumprir por falta de recursos.

Porque se o não fizermos a tempo, outros o exigirão por nós, e, depois, não nos queixemos de frustrações, desilusões, contestações ou afastamentos.

Porque pode ser tão simples mobilizar com pequenos grandes gestos. Estimular a que quem é indispensável para servir nessas missões fundamentais o possa fazer com horizontes de esperança.

Juntar, ao reconhecimento pelas qualidades excecionais que, cá dentro e lá fora, é unânime quanto às nossas Forças Armadas, mais meios imprescindíveis para poderem sê-lo também mais e melhor.

E fazer isto não é ser-se de direita ou de esquerda, conservador ou progressista, moderado ou radical, é ser-se pura e simplesmente patriota, em liberdade e democracia.

E fazer isto não é só tarefa de um Presidente, de um Parlamento, de um Governo, requer um consenso nacional continuado e efetivo acerca das Forças Armadas como pilar crucial da nossa vida coletiva.

Não podemos aplaudir ou clamar mesmo por maior envolvimento em ações externas, ou querê-las ainda mais presentes nos apoios internos, nomeadamente em situações extremas, e pensarmos que longe vão as guerras, que há muito mais onde gastar dinheiro, que nós podemos dispensar de nelas investir em benefício de todos nós.

Nós sabemos que, mesmo quando lhes faltam esses meios, são das melhores das melhores. Mas não nos habituemos ao simplismo de converter milagres em quotidiano modo de vida. Ajudemos a esses milagres, sobretudo quando eles respeitam à paz e à segurança de todos nós.

Neste tempo, em que a guerra surge como mais real ainda, em que a pandemia impôs necessidades mais evidentes; neste dia, em que celebramos democracia e liberdade e em que percebemos como a paz e a segurança tocam as nossas vidas, não é demais pensar, como Pátria que somos, nas Forças Armadas que temos, nas que queremos ter e nas que precisamos de ter. Como desafio de todos, dos poderes públicos, da sociedade, de cada portuguesa, de cada português. Porque se os portugueses não perceberem, não aderirem e não apoiarem, não há poder público, mesmo o mais corajoso ou voluntarista, que vingue sem a vontade popular.

É urgente essa vontade popular, constante e firme. Para que a liberdade e a democracia, para as quais o 25 de Abril abriu pistas fundamentais que prosseguimos até hoje, vivam sempre. Para que esse sonho do 25 de Abril viva sempre. Mas, sobretudo, para que Portugal viva sempre.

Vivam a liberdade e a democracia!

Viva o 25 de Abril!

Viva, não menos do que isso, Portugal!

Aplausos do PS, do PSD, do PAN e do L, de pé, do CH, do IL, do PCP e do BE.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Está encerrada a Sessão Solene Comemorativa do XLVIII Aniversário do 25 de Abril de 1974.

2023

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Saúdo, de novo, todas as Sr.as e Srs. Deputados e demais convidados que nos honram com a sua presença, para além, evidentemente, de S. Ex.ª o Presidente da República. Declaro aberta a Sessão Solene Comemorativa do XLIX Aniversário do 25 de Abril.

Passamos a ouvir as intervenções.

Para intervir em nome do partido Livre, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Chefias Militares, Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Líderes de Partidos, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Excelências, Caras e Caros Colegas Deputados: É preciso que alguém o diga nesta data e é preciso que alguém o diga a partir deste lugar.

Então, não percamos tempo, di-lo-ei a abrir o debate: a nossa democracia não só não está garantida como vive o momento de maior risco à sua existência desde o período pós-revolucionário.

Os 50 anos do 25 de Abril serão a ocasião de celebrar tudo o que conquistámos em conjunto. Estes 49 anos devem servir para alertar para tudo aquilo que podemos perder.

Não é inédito. Nenhuma democracia está completa ou é perfeita. Todos os regimes democráticos têm os seus inimigos, mais ou menos competentes, mais ou menos inteligentes, mais ou menos assumidos. Dependendo das circunstâncias e da vontade de poder que nunca lhes falta, aviltar e esvaziar uma democracia não é sequer difícil.

Não procuremos coerência nos novos autoritários, a não ser a vontade desmedida de mandar. Qualquer coerência seria, aliás, um entrave a essa mesma vontade desmedida de mandar.

Eles dizem-se os mais conservadores de entre os conservadores, mas acabam a invadir o Capitólio e a defecar na Praça dos Três Poderes. Eles afirmam-se patriotas, mas não desdenham enxovalhar o seu país tentando enxovalhar o país dos outros. Eles demonstram ser incapazes de aceitar a mais mínima crítica, incluindo aqui nesta Casa, mas têm na rua cartazes nos quais misturam suspeitos de crimes e políticos comuns e nos quais insinuam, mais ou menos veladamente ou, diria, mais ou menos descaradamente, a eliminação de adversários.

Se um dia houver uma mão mais ou menos transtornada que passe ao ato, eles negarão qualquer culpa. Mas nós também teremos tido uma, que é a de ter mantido o silêncio enquanto isto aconteceu.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não nos deixemos encadear, contudo, pelos casos mais espetaculares, os mais discretos é que nos hão de preocupar. Conheci bem, por dever de ofício, um desses casos, dos autoritários mais competentes, dos mais inteligentes. Hoje, nesse país, há rádios, jornais e televisões que foram fechados, universidades que foram expulsas, milhares de adversários que estão fora do país. Todos os tribunais e autoridades independentes foram capturados e, apesar do discurso anticorrupção do início, ou se calhar por causa dele, o genro, o irmão, o pai e até amigos de infância do Primeiro-Ministro tornaram-se dos homens mais ricos do país, a partir do momento em que ele esteve no poder, à conta dos fundos europeus que todos pagamos, aliás.

A propósito, a presidente desse país, que esse Primeiro-Ministro escolheu sem passar pelo voto popular, visitou este Parlamento ainda há poucas semanas. Ninguém protestou e toda a gente soube respeitar, porque o sentido patriótico de responsabilidade e de Estado, para a grande maioria de nós, ainda não é opcional.

O principal risco para a democracia não está nos autoritários, que serão sempre uma minoria. Está naqueles que lhes quiserem dar a mão. O que é preciso é que todos saibam, e que todos aqui dentro saibamos, que uns e outros, autoritários e os que derem as mãos aos autoritários, ficarão para sempre manchados na história do país e perderão o respeito do povo. O principal risco para a nossa democracia é aceitarmos a intimidação e a dominação da agenda pelos autoritários.

Por isso, tratemos de desconjurar esse risco, agora e hoje e sempre. Esta tarde, estarão na Avenida da Liberdade, certamente com menos atenção mediática, muitos mais milhares de defensores da democracia do 25 de Abril do que o número de seus inimigos no nosso país. Haverá sempre mais portugueses a defender a liberdade do que a defender o autoritarismo.

Saibamos confiar no nosso povo. Saibamos confiar nos nossos democratas, que conquistaram a democracia a duras penas e que são muito mais do que os seus inimigos. Saibamos dar-lhes confiança e receber a confiança deles.

Tenho o orgulho de pertencer a um povo — de pertencermos a um povo — que dirá sempre que for necessário: «25 de Abril sempre! Não voltarão!»

Aplausos do PS, de pé, do BE, do PAN, de Deputados do PSD e do Deputado do PCP Manuel Loff.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção em nome do PAN, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr. Presidente da República, Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Ilustres Entidades, Altas Autoridades e Distintos Convidados, Sr.as e Srs. Deputados, Funcionários da Assembleia da República, Sr. Presidente da Assembleia da República: Permita-me, antes de mais, que me solidarize com toda e cada palavra das suas intervenções na sessão anterior. Partilhamos do mesmo embaraço perante o desrespeito que aqui foi demonstrado por alguns pelo nosso povo irmão, o povo brasileiro, aqui representado pelo seu Presidente.

Aplausos do PS, do PCP, do BE, do L e de Deputados do PSD.

Quando assinalamos o 49.º aniversário da Revolução dos Cravos, temos a particularidade de coincidir com o ano do centenário de Natália Correia, mulher de Abril e um nome incontornável da cultura portuguesa, que não posso deixar de evocar. Volvidos 49 anos de democracia, Portugal ainda é um país com «subalimentados do sonho», de que nos falava Natália Correia no seu poema escrito ainda sob o jugo da ditadura.

Num país onde o direito à infância continua a ser negado a crianças e jovens marcados pelo flagelo do abuso ou da violência doméstica e em que não podemos falar das mesmas oportunidades de vida, continuamos a ter «subalimentados do sonho».

Num país onde continuamos a ter números avassaladores de violência doméstica e de género, em que continuamos a ter de lutar pela erradicação das múltiplas formas de discriminação ou em que o ódio continua a falar mais alto do que a tolerância e o respeito, mesmo nesta Casa da democracia, e não se apresenta sequer uma solução alternativa, continuamos a ter «subalimentados do sonho».

Num país em que, com facilidade, o Estado dá salários e indemnizações milionárias para os cargos de topo, mas em que os recém-licenciados têm de passar todas as provas e provações para conseguir um mísero salário de 1000 €, quase sempre sem vínculo efetivo ou sem poderem sonhar ter casa própria, continuamos a ter «subalimentados do sonho».

Num país e num mundo em que a pandemia e a guerra empurraram ainda mais pessoas para a vulnerabilidade e para um custo de vida incomportável, em que as famílias continuam a não conseguir quebrar o ciclo da pobreza, a passar frio nas suas próprias casas, em que falhámos no objetivo de erradicar as barracas ou de garantir um parque habitacional público e condigno, continuamos a ter «subalimentados do sonho».

Num país em que os pensionistas e reformados recebem pensões de valores que os obriga a optar entre comer ou pagar a medicação, continuamos a ter «subalimentados do sonho».

Num país que vive obcecado com o défice, mesmo que tal seja à conta da asfixia das famílias, que não investe na saúde ou nos demais serviços públicos essenciais, continuamos a ter «subalimentados do sonho».

Num país que, mesmo numa crise de inflação, arranja sempre dinheiro público para financiar as touradas, nem que ao PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) tenha de recorrer se for preciso, mas em que não há dinheiro para apoiar socialmente as famílias que detêm animais de companhia ou para a proteção animal, continuamos a ter «subalimentados do sonho».

Num país que gasta milhões de euros do erário público em borlas fiscais para quem mais polui e lucra e que, do outro lado da moeda, não investe na conservação da natureza e da biodiversidade, ainda que, no momento em que celebramos Abril, estejamos a 6 anos e 88 dias de atingir o ponto de não retorno, continuamos a continuamos a ter «subalimentados do sonho».

Sr.as e Srs. Deputados, Excelências, Distintas Entidades aqui presentes, no limiar dos 50 anos de Abril, o que falta para uma verdadeira revolução social e ambiental não é um revisionismo histórico de um modelo e de uma governança que todos nós conhecemos e que Abril derrubou — muito pelo contrário. Precisamos de um modelo de desenvolvimento que respeite o bem-estar e a felicidade de todas as pessoas e, a par disso, que promova a transição ambiental que o desafio climático exige.

O que falta para que deixemos de ter «subalimentados do sonho»? Estamos subalimentados das liberdades que Abril almejou. Não de sonho, porque as aspirações e a vontade de mudança de paradigma são claras e o rumo democrático que todos nós — ou pelo menos a maioria desta Casa parlamentar — pretendemos definir é também ele bem claro.

Sejamos, assim, impacientes na revolução e nas liberdades que estão por cumprir, porque, como afirmou Natália Correia, esse nome maior de Portugal, foi «a impaciência que nos libertou». Sejamos fazedores de sonhos através do poder que temos de mudar a lei e com ela a vida e o rumo das pessoas, dos animais e da natureza.

Se há razão por que celebramos esta madrugada aqui e por esse mundo fora, é esta ânsia, esta fome impaciente pelo sonho e pela força de mudança tornados realidade, tornados Abril. Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

Aplausos do PS, do BE, do L e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para intervir em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sr.ª Deputada Catarina Martins.

A Sr.ª **Catarina Martins** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: «Foi bonita a festa, pá», cantava Chico Buarque em 1975. «Foi bonita a festa», celebrou o Prémio Camões, finalmente entregue, agora que o Brasil se livrou do seu presidente carrasco e regressa à celebração da cultura, do mundo e dos direitos humanos.

«Foi bonita a festa», esta festa aberta pela coragem, inteligência e generosidade dos capitães de Abril e por quem, com eles e antes deles, alimentou a luta antifascista, que foi também luta anticolonial. É por isso que hoje, 50 anos passados do seu assassinato, a celebração do 25 de Abril terá de ser também a homenagem a Amílcar Cabral.

Aplausos do BE, do PCP, do L e de Deputados do PS.

Evocamos hoje a coragem revolucionária de todos e todas que, na noite mais longa e sem saber quando e se seriam vitoriosos, arriscaram tudo para vencer a ditadura e venceram, a 25 de Abril de 1974!

«Foi bonita a festa» e estendeu a esperança ao mundo e aonde era mais precisa: ao outro lado da fronteira, em Espanha, ainda sob a ditadura franquista, ou ao outro lado do oceano, no Brasil, que sofreria a ditadura militar mais 11 anos.

«Foi bonita a festa» e a festa foi do povo. Foi a esperança, foi a determinação. A Revolução foi o que se seguiu ao golpe que derrubou o regime. Foram os dias do povo na rua a decidir da vida. Foi o fim da guerra, foi a ocupação das fábricas e dos campos, foi construir o que o fascismo negara. Foi o poder do povo contra o aparelho de Estado corrupto e brutal e contra o jogo viciado do poder económico predador e rentista.

Foram as mulheres a sair à rua de cabeça erguida e punho fechado. Foi a luta pelo salário, a construção das casas, a exigência de ter médico a quem recorrer, uma escola onde aprender. Foi uma torrente a querer a igualdade e a liberdade por inteiro. A Revolução não foi uma declaração, foi uma construção.

Se nada voltou a ser o mesmo — e ainda bem — nestes quase 50 anos de caminho, só a desonestidade pode negar o que ficou por fazer, o que foi abandonado, os recuos a que também assistimos: os salários que não chegam para viver e as casas com preços que os salários não conseguem pagar; o transporte que não vem e a justiça que não anda; os atropelos que tiram acesso à saúde e aos cuidados aos mais velhos ou a falta de professores que nega o ensino aos mais novos; as novas formas de precariedade, de exclusão e até de trabalho forçado.

À recusa do tanto que ficou por fazer juntam-se recuos democráticos que não devemos ignorar. Não vale dizer que os indicadores de hoje são incomparáveis com os de há 50 anos — que mundo tão triste, o de viver do passado. A democracia constrói-se na resolução dos problemas do presente e o seu oxigénio é o horizonte de uma vida melhor. Sem esperança, definha.

«Já murcharam tua festa», lamentava Chico Buarque em 1978. «Já murcharam tua festa, pá / Mas certamente / Esqueceram uma semente / Em algum canto de jardim.» É dessa semente que cuidamos, até porque, se é certo que se sente o cheiro do bafio em tantos cantos do mundo, que se propagam os fungos do ódio nas caves escuras das redes sociais, que até pode haver manchas de bolor num Parlamento democrático, e se é certo que a desesperança contamina e adoece a democracia, não é menos certo que estes fungos podem ser derrotados e que o bafio desaparece sob o mesmo sol que germina a semente.

Não tem de ser futuro o que é feito do pior passado. Saibamos nós cuidar a semente de Abril.

Aplausos do BE.

O maior perigo das celebrações de Abril é que se transformem em cerimónias fúnebres: palavras repetidas, cravos esquecidos no peito, frases feitas, declarações antifascistas em tom inflamado e sem nenhuma tradução concreta, evocações vazias das lutas passadas que se negam no presente.

Nada pior do que o povo feito alfinete de lapela e a Revolução bem fechada nas páginas da enciclopédia, como que a deixar claro que os tempos de o povo agarrar o seu destino para construir uma vida de que se possa orgulhar já lá vão.

Nada pior do que esta resignação a um país em que a história é postal para turista, em que não pode se aspirar a mais do que a gorjeta ou então a emigrar, para talvez um dia, como no poema da Capicua, poder pagar as mordomias do «Hostel da Mariquinhas».

Nada pior do que esse "ramerrame" insidioso do "habituem-se", que os netos não terão acesso aos direitos que os avós construíram ou que as crises podem justificar todas as misérias governativas, como se o Governo em democracia não fosse precisamente para resolver as crises em nome do povo.

Nada pior do que essa lama que contamina todo o debate, que faz do medo o argumento para todas as coisas — se não for assim, pode ser pior, se não formos nós, podem ser uns piores.

O bafio antidemocrático, o pulsar do ódio e do salve-se quem puder que se vai fazendo sentir pelo mundo são invariavelmente alimentados por esta lama de desesperança e de medo, que transforma a política num debate vazio e nega a resposta ao concreto das vidas.

A política é uma escolha e só é uma escolha democrática quando é fonte de esperança, quando alimenta a construção coletiva de um presente digno e de um futuro por que ansiar.

Cuidar da semente de Abril é ter o desassombro da esperança e a coragem do confronto com os poderes que crescem na sombra para diminuir a soberania popular. Cuidar da semente de Abril é fazer essa escolha: o salário em vez do abuso, a casa em vez da especulação, o médico em vez do negócio da doença, um planeta para viver em vez do poder extrativista.

Um Governo que se esconde na vitimização com a pandemia ou com a guerra, que se transforma numa agência de publicidade e *PowerPoints* em que já ninguém acredita, por muitos cravos que espete ao peito, não cuida da semente de Abril.

Sempre que o bafio fascista se fizer sentir, no Parlamento como na vida, estaremos juntos sem hesitação para o combater. Recusamos determinadamente a subalternização de todos os debates substanciais da política às arruaças da extrema-direita.

Aplausos do BE, do L e de Deputados do PS.

Queremos uma democracia que faça germinar a semente de Abril. Recusamos afogá-la em formol.

Felizmente, há todo um povo que cuida dessa semente, que a rega, que a mantém viva e a quer fazer crescer. Essa semente «manda novamente/algum cheirinho de alecrim».

É dessa semente que cuidam os professores que saem à rua, os milhares que exigem habitação, saúde e vida digna, que marcham pela igualdade, que ocupam pelo clima. Que bonita é essa festa, que enche ruas e avenidas, que resiste e propõe, em que nos encontramos e encontraremos. Essa é a semente e o compromisso da esquerda. É dessa semente que nascerá a alternativa política, popular, que se constrói a cada dia.

«Canta a primavera, pá.» Façamos a festa hoje. Viva o 25 de Abril!

Aplausos do BE, de pé, e do L.

O Sr. **Presidente**: — Para intervir em nome do Grupo Parlamentar do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Loff.

O Sr. **Manuel Loff** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal Administrativo, Capitães de Abril, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: «Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.» É assim que, no preâmbulo da Constituição da República, se descreve o que foi o 25 de Abril.

Ao contrário da grande maioria dos processos democratizadores que lhe foram contemporâneos, desde a Grécia, a Espanha e até a América Latina, a libertação de Portugal, em 1974, da longa ditadura fascista de 48 anos, foi não uma transição mais ou menos arrancada a ferros de dentro de uma ditadura em fase degenerativa, mas uma revolução.

Foi exatamente como são descritas as grandes mudanças políticas da modernidade, justamente porque nela se rompeu definitivamente com o passado, se abriram as portas aos anos de maior participação política e social que os portugueses alguma vez viveram e porque dela saiu uma das mais arrojadas democracias do mundo em que, em simultâneo, se rompia com séculos de sangrentas ilusões imperiais e de opressão social e política.

A Revolução portuguesa que hoje comemoramos aqui, contudo, não é feita simplesmente de memória, muito pelo contrário. Quando dizemos «25 de Abril sempre», estamos a dizer que não renunciaremos em cada dia que passa ao que se conquistou em Abril: direitos, liberdades e garantias cívicas que não aceitaremos nunca mais ver restringidas; direitos sociais como os de uma educação, um serviço nacional de saúde e uma segurança social públicas, que assegurem o bem-estar de todos e não apenas de alguns, como continuará a ocorrer se não cumprirmos o que acordámos quando aprovámos a Constituição de 1976.

Aplausos do PCP e do BE.

Não renunciaremos ao direito a defender publicamente os nossos direitos enquanto cidadãos e trabalhadores, a nos manifestarmos livremente para o fazer, ao direito a defender a paz contra a guerra, hoje, como há 50 anos, ao direito a dizer hoje, como então, «Fascismo nunca mais».

Retomar a memória de uma das mais extraordinárias e generosas revoluções da História e retomar a memória da resistência e do que ela permitiu conseguir tem hoje, em 2023, um papel muito prático. Reforça a capacidade de resistência e de exigência de mudança, porque, se já foi possível conseguir o que há 50 anos a maioria achava ser impossível ou inviável conseguir, isso significa que se pode voltar a conseguir o que o novo pensamento único dos nossos dias nos quer convencer ser impossível realizar.

Praticamente meio século depois do 25 de Abril e das melhores esperanças que nele depositaram milhões de portugueses, milhões de democratas por todo o mundo que sentiram a nossa Revolução como sua, a democracia está sob ameaça.

Em todos os lugares, a começar por Portugal, onde reiteradamente se não cumprem as naturais e justíssimas expectativas de quem espera que a democracia seja sempre acompanhada de bem-estar e de justiça social, de direitos universais à saúde, à educação, à habitação, ao trabalho com direitos e garantias, de salários e pensões dignos, do direito a uma infância feliz longe do espectro da pobreza, a uma velhice com dignidade e qualidade de vida. Sempre que algum destes direitos, ou todos, se não concretizam nas nossas vidas, alimenta-se a descrença na democracia e esta estará sempre ameaçada.

Sempre que o autoritarismo patronal precariza impunemente a vida de quem trabalha e chantageia os trabalhadores para impedir que se sindicalizem, que defendam e que exerçam os seus legítimos direitos, a democracia, mais do que ameaçada, é atacada.

Não podemos andar a lamentar a baixa participação eleitoral e fingir não perceber a que esta se deve. Não pode, quem tem responsabilidades de Governo, comemorar o 25 de Abril, a Revolução e a Democracia, e ao mesmo tempo deixar degradar a condição de vida dos portugueses, depois de ter enterrado incontáveis recursos públicos no apoio aos grandes grupos económicos e financeiros ou a

cativar dinheiro do Estado, de todos nós, para lograr as chamadas contas certas, as mesmas que nunca estarão certas, sem assegurar condignamente o funcionamento dos serviços públicos de que se faz para todos nós a democracia todos os dias.

A democracia está há anos ameaçada de novo pelo fascismo, de cuja sombra nos julgávamos ter libertado por todo o mundo há 80 anos, ou justamente há 49 anos em Portugal. É ilusório julgarmos que o assalto que a extrema-direita fascista está a fazer ao poder deixa incólume a democracia.

O exemplo da luta que os democratas brasileiros tiveram de travar para, graças à extraordinária persistência humana do Presidente Lula da Silva, que aqui esteve presente esta manhã, derrotar o que foi a maior ameaça, absolutamente real, contra a democracia brasileira desde o fim da ditadura civil-militar diz bem dos perigos que a extrema-direita representa: violência e ameaça sobre adversários políticos, ataque aos direitos sociais e cívicos, assassinato de ativistas.

Importa, pois, que, quando se celebra a democracia e a liberdade, não se desvalorize o significado desta ameaça, não se trivialize a mentira, a manipulação, o racismo, o branqueamento dos crimes e da violência fascista e colonial do passado, o oportunismo descarado ao fingir defender-se hoje o que, no passado, sempre se rejeitou.

Aplausos do PCP, do BE, do L, do PAN e de Deputados do PS.

Permitam que me dirija diretamente a todos e a todas as cidadãs do meu país e a todas as pessoas que, independentemente da sua nacionalidade, aqui constroem o seu futuro.

O 25 de Abril foi feito para todos nós que aqui estamos 49 anos depois. Foi feito pelos militares de Abril, cansados de guerra e a quem devemos o ato fundador do resgate deste país da ditadura, da guerra e do colonialismo. Foi feito por gerações de resistentes e comunistas, em primeiro lugar, que deram o melhor de si e tantas vezes a própria vida para conseguir a liberdade e direitos, uma sociedade justa com os valores que a Constituição de Abril consagrou.

O 25 de Abril tem agora de continuar a ser feito por nós, por quem acredita nesses valores, que permanecem, sabemos hoje melhor do que nunca, a solução para os problemas estruturais do nosso país. As multidões saem por estes dias à rua, como esta tarde acontecerá também, para celebrar a Revolução.

Fazem-no com a força inesgotável dos valores de Abril. Fazem-no recordando que não há democracia sem justiça social. Exigem respeito pelos direitos dos trabalhadores, das mulheres, dos jovens, de todos, independentemente da sua origem étnica e identidade de género, dos reformados, que trabalharam para o bem-estar das gerações que se lhes seguiram e que hoje têm o direito à solidariedade de quem trabalha e ao respeito do Estado.

A *Grândola* de Zeca Afonso, a terra da fraternidade onde o povo é quem mais ordena, tem de ser cada uma das nossas cidades e aldeias de um país verdadeiramente democrático. Viva o 25 de Abril!

Aplausos do PCP, do BE, do L e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para intervir em nome do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Convidados, Srs. Deputados: Cumprem-se hoje 49 anos desde que, a 25 de Abril de 1974, Portugal amanheceu.

A idade dos países pode contar-se em anos, mas os países não têm necessariamente de envelhecer com o decurso do tempo. O Portugal de 14 de agosto de 1385, vencido o invasor em Aljubarrota, era muito mais novo do que o Portugal da véspera. O Portugal de 1 de dezembro de 1640, recuperada a independência, era outra vez novo, muito mais novo do que o Portugal das décadas precedentes. E, em abril de 1974, Portugal fez-se novo outra vez. Tão radicalmente novo como tinha sido radicalmente velho o Portugal de Salazar.

Aplausos da IL e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.

Em 25 de Abril de 1974, tínhamos na mão o poder infinito da criança do poema de Ruy Belo: «E tudo era possível era só querer».

Sr. Presidente, isso significa que, se hoje Portugal se apresenta mais anoitecido do que o que queríamos, mais triste do que o que merecíamos, mais estreito do que o que sonhávamos, é porque alguém não fez o suficiente.

Se temos hoje quase dois milhões de pobres, se os nossos jovens continuam a emigrar, se a natalidade minga, se o salário não estica, se o país se despovoa, se a justiça tarda, falha ou prescreve, se as casas não chegam, se o transporte se atrasa ou nem sequer aparece, se faltam professores na escola, se há mais de um milhão e meio de portugueses sem médico de família, se Portugal se encolhe, é porque houve alguém que não quis o suficiente ou quis algo diferente do que deveria ter querido.

Sr. Presidente, conquistámos a liberdade a pulso, primeiro com o momento fundador do 25 de Abril de 1974, depois, em 25 de abril de 1975, com a edificação do Estado de direito, depois, em 25 de novembro, com a reafirmação da liberdade e, depois ainda, em 25 de abril de 1976, com o nascimento da democracia política.

Tudo isso foi possível porque quisemos. Quisemos muito que o nosso país amanhecesse, em 25 de Abril de 1974, e que depois não voltasse a anoitecer.

Sr. Presidente, o 25 de Abril não tem donos. Se tivesse, não se cumpriria a vontade inicial de devolver o país a todos os portugueses. Também por isso, iremos desfilar hoje na Avenida da Liberdade, mesmo contra a vontade dos que nos quiseram impedir de o fazer.

Aplausos da IL.

E porque o 25 de Abril é para todos, quero aqui expressar o desejo de liberdade para os povos que vivem sob opressão. Liberdade para a China, sujeita a um regime de partido único que suprime direitos

essenciais e que ameaça com mão de ferro a sobrevivência da etnia uigur e a liberdade de Taiwan. Liberdade para o Irão, onde uma teocracia impiedosa não hesita em prender, torturar e assassinar. Liberdade para o Afeganistão, onde a barbárie se abate sobre o povo, com especial crueldade para as meninas e para as mulheres.

Aplausos da IL, do PAN, do L e de Deputados do PSD.

Liberdade para Cuba e para a Venezuela, onde a tirania condena a população à miséria e à opressão. Liberdade para a Rússia, subjugada pela mão ditatorial de Putin. Liberdade para a Moldávia, que vive permanentemente com a espada do expansionismo russo sobre a cabeça. E liberdade, sim, liberdade para a Ucrânia, que sofre há 15 meses as atrocidades de uma guerra imposta pelo ímpeto imperialista de Moscovo.

Aplausos da IL, do L e do PSD.

É por isso, Sr. Presidente, que o Presidente Lula da Silva não devia ter sido recebido na Assembleia da República, neste dia. A defesa da nossa liberdade não é compaginável com o branqueamento das tiranias do mundo. Quem, como Lula da Silva, Bolsonaro ou Salvini, está em rota de colisão com a liberdade não merece estar, neste dia, na Casa da democracia.

Aplausos da IL.

E porque a liberdade é para todos, este é também o dia para condenar todas as formas de discriminação dirigidas aos portugueses, onde quer que estejam, e todas as formas de discriminação e xenofobia dirigidas aos estrangeiros que querem viver ou trabalhar em Portugal.

É inaceitável o discurso dos que acusam os estrangeiros de roubar os nossos empregos, como é inaceitável o discurso dos que acusam os estrangeiros de roubarem as nossas casas.

Aplausos da IL.

É em nome da liberdade que resistiremos contra todas as derivas que a querem ameaçar.

A Iniciativa Liberal afirma a liberdade de expressão como valor inegociável, contra todas as tentações de reescrever a História, contra o revisionismo das histórias contadas nos livros, contra todas as pulsões que atentam contra a arte e formas de expressão cultural, contra todas as espécies de controlos, censuras ou cancelamentos que constituem conceções totalitárias da linguagem e do pensamento e contra as políticas identitárias que subjugam a liberdade individual.

E porque a liberdade é para todos, continuaremos — sozinhos, se for preciso — a defender direitos, liberdades e garantias. Foi assim na pandemia, quando dissemos "não" aos abusos do Estado e à intromissão desproporcionada do Estado nas liberdades individuais. É assim com a nossa oposição ao

arrendamento coercivo, dizendo "não" a todas as intenções de fazer tábua rasa do direito de propriedade. E é assim relativamente à revisão constitucional, se PS e PSD quiserem abrir a porta para confinamentos administrativos.

Contudo, Sr. Presidente, da mesma forma que dizemos "não" a todas as tentativas de cercear a liberdade, dizemos "sim" ao país. Os diagnósticos estão feitos, sobre o longo ciclo da decadência socialista que condena os portugueses a empobrecer e a emigrar. Mas onde realmente se constrói a alternativa é na afirmação de soluções que opõem a confiança ao medo, a esperança ao conformismo, a exigência ao facilitismo, a excelência à mediocridade, a urgência da ação à negligência, o crescimento económico à estagnação, a sede de futuro ao atavismo, as oportunidades ao nepotismo e ao determinismo social.

Sr. Presidente, em democracia, há sempre alternativa e o vento da mudança já começou a soprar em Portugal.

Sr. Presidente, é isso que hoje aqui também festejamos.

Sr. Presidente, 25 de Abril sempre! Liberdade sempre e alternativa sempre!

Aplausos da IL, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Para intervir em nome do Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

Neste momento, abandonaram a Sala a Deputada do BE Joana Mortágua e Deputados do PS.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Autoridades Civis e Militares, Sr.as e Srs. Convidados: Mais uma vez, aqui estamos e, mais uma vez, fazemos alarde, para o povo português fingir que viu e para fingirmos que ficámos contentes.

Cravos, celebração e festa, num dos momentos mais negros dos portugueses. Eles sabem que hoje, enquanto aqui celebramos com cravos, não conseguem pôr comida na mesa.

Mas não estaria bem com a minha consciência, se não dissesse ao Sr. Presidente da Assembleia da República e ao Sr. Presidente da República o tremendo erro que a anterior cerimónia foi e a forma como decorreu.

Sim, Sr. Presidente, porque normalizar a corrupção e branqueá-la, para nós, nunca será solução. Esta Casa não pode ser um circo de corrupção. Esta Casa não pode ser um aplauso àqueles que foram condenados em três instâncias e foram salvos pela mão amiga daqueles que nomearam.

Por isso, os milhares que hoje estão lá fora, os milhares que se estão a fazer ouvir às portas deste Parlamento, sabem bem aquilo que estou a dizer. Democracia sim, corrupção nunca mais.

Aplausos do CH.

Neste momento, Deputados do PS erguem cravos vermelhos.

Mas é também o dia de lembrar que as mesmas autoridades portuguesas que enviaram material militar para a Ucrânia, que ouviram Zelensky neste mesmo quadro por cima de mim, receberam hoje aqui um Presidente que atacou a União Europeia por ajudar militarmente a Ucrânia.

Que vergonha e que hipocrisia tremenda de dois dirigentes nacionais que dão a mão a Zelensky durante o dia e a mão a Lula e à China durante a noite. Que vergonha de dirigentes nacionais!

Aplausos do CH.

Mas este é um bom dia para falar de Lula da Silva, porque, ontem mesmo, soubemos que José Sócrates não irá, provavelmente, a julgamento. E gostava de dizer isto aqui, no 25 de Abril: José Sócrates, suspeito de roubar os portugueses em milhões e milhões de euros, não irá, com toda a certeza, a julgamento.

Encham de cravos, distribuam-nos pelos portugueses, levem-nos lá fora e metam-nos no bolso. Digam-lhes que quem roubou milhões enquanto anda de cravo ao peito, fica com os milhões na carteira. É um bom dia para lembrarmos isso.

Aplausos do CH.

E, por isso, queria deixar aqui o nosso enorme aplauso, orgulho sentido e admiração aos valorosos juízes, aos valorosos procuradores e aos valorosos inspetores da Polícia Judiciária que, mesmo com todo o condicionamento, mesmo com todas as mordaças que o Governo quer pôr na justiça, não tiveram medo e, no momento mais difícil, levantaram-se para dizer que o lugar do ladrão é na prisão.

Aplausos do CH.

Mas o 25 de Abril era para acabar com o elitismo. A grande noite que terminou e a manhã clara e nobre que chegou aos nossos dias.

Alexandra Reis deve pensar exatamente o mesmo. Aquela manhã clara e nobre, em que ela recebeu 500 mil euros de indemnização da TAP (Transportes Aéreos Portugueses), deve ter sido uma manhã clara e nobre em que ela pôs o cravo ao peito e disse: «25 de Abril sempre. Fascismo nunca mais».

E o mesmo para muitos outros que, enquanto nós celebramos Abril, estavam a pôr dinheiro ao bolso, do cofre dos contribuintes. Estes que nos estão a ver agora e a quem eu pergunto se preferiam cravos distribuídos na lapela ou que todos aqueles que roubaram dinheiro ao Estado tivessem de o devolver, porque esse dinheiro nos pertence.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Foi pago com os impostos e com o suor do nosso trabalho e da nossa vida e é nosso, tão nosso como Portugal é nosso.

Hoje é um bom dia para mostrar este contraste de país. E gostava de que a Câmara olhasse para este contraste de país.

Neste momento, o orador exibiu fotocópias de notícias do jornal Correio da Manhã.

«Um bombeiro ferido em Pedrógão tem direito a uma pensão de invalidez de 267 €.» Gostava de que os portugueses e todas as autoridades aqui presentes olhassem para isto: 267 € para um bombeiro de Pedrógão.

Hoje mesmo, soubemos que a ex-Presidente da Autoridade da Concorrência tem direito a um subsídio de 7934 €.

Este, digam-me se é o país de Abril. Este, digam-me se é o país que queremos — a manhã clara e nobre, em que uns, feridos em combate, têm 237 € e outros, escondidos nos gabinetes, têm 7900 €, todos os meses.

Aplausos do CH.

É esta a manhã clara e nobre de Abril?

Sr. Presidente, de nada vale celebrar Abril, se não concretizarmos aquilo que os portugueses mais esperam de nós: que a justiça verdadeiramente chegue a este país, mas ela tarda tanto, tanto, tanto, que muitos já perderam a fé e a esperança. Temos de a devolver a Portugal.

Os milhões que hoje não estão nem na praia, nem no carro, nem em viagem estão a ver-nos e sabem que já não vale de nada estarmos a celebrar isso, se a conta não chegar para o supermercado, se, quando vão a tribunal, perdem o ordenado para pagar custas judiciais e se, quando chegam ao fim do mês, têm a Autoridade Tributária a pedir impostos, mas veem que outros, que nada pagam, têm todas as benesses e benefícios do Estado.

E querem que eles celebrem Abril? Querem que eles cantem e digam «fantástica manhã esta, que me deu a ganhar 297 €, enquanto outros se enchem com o dinheiro que é de todos»? Isto é que nos devia fazer pensar Abril.

E que pensar Abril é este, que esqueceu os milhões de retornados e espoliados do Ultramar, a quem nunca demos a dignidade que mereciam?

Aplausos do CH.

Para eles, para esses milhões que nos estão a ver, que vieram de uma África abandonada e esquecida, onde muitos têm os seus familiares enterrados e onde muitos deixaram a farda dos seus filhos, deixamos aqui a palavra de que, se essa alternativa um dia chegar, a nossa primeira prioridade vai ser

para esses homens e mulheres, para esses milhões de famílias que, enquanto viam outros roubar tudo, ficaram sem nada em Portugal.

Aplausos do CH, de pé.

Também não se esperava que Abril trouxesse esta tradicional e parola subserviência portuguesa. Ontem, disse o Primeiro-Ministro, António Costa, aqui presente: «O que eu gostava mesmo, e tenho pena, é que Portugal não falasse com o sotaque brasileiro».

Isto foi dito ontem pelo Primeiro-Ministro desta Nação, desta Nação com oito séculos de história, e que nos governa. Temos um Primeiro-Ministro que diz que preferia não falar com o sotaque do Porto, de Braga, do Alentejo, dos Açores, da Madeira ou de Coimbra. Preferia o sotaque brasileiro.

Sr. Primeiro-Ministro, então, faça-nos um favor: arrume as suas malas, junte-se ao seu amigo José Sócrates e parta para o Brasil de vez, porque era o melhor que fazia a Portugal.

Aplausos do CH.

Estamos, Sr. Presidente, num país que passou de um país de emigração para um país de imigração. E Portugal tem esse dever histórico de acolher bem, porque também outros nos acolheram bem, mas os nossos, que foram para trabalhar e que foram para se integrar e ali constituíram família, sabem bem o sacrifício de ser imigrante. O que pedimos a este país é que acolha bem, acolha com regra, mas não se deixe invadir por manifestações que não são suas nem podem nunca sê-lo.

Para nós, Portugal é de matriz cristã e é sempre assim que deverá ser, durante a sua história secular. Para nós, não faz sentido dar a outros o que não temos para nós próprios. Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, nunca ficaremos de bem com a consciência, enquanto dermos subsídios e casas a quem chega e os lesados da banca ainda não tiverem uma palavra do Estado português.

Aplausos do CH.

Vou terminar, Sr. Presidente, dizendo isto: hoje, falámos dos 50 anos de Abril. E o que fica dos 50 anos de Abril, que celebraremos para o ano? Fica a memória de um Ministro, aqui presente, Pedro Adão e Silva, que, antes de ser Ministro da Cultura, presidiu à entidade que vai coordenar as celebrações do 25 de Abril e que ganhou, por isso, 4500 € por mês — repito, 4500 €! —, há quatro anos, para uma festa que ia acontecer quatro anos depois.

Este é o país esplendoroso de Abril, que paga salários chorudos para organizar festas e não tem dinheiro para os professores terem o seu tempo de serviço, para os médicos terem uma carreira digna, para os polícias trabalharem com dignidade, para os juízes e os procuradores terem condições de trabalho e para que os oficiais de justiça possam funcionar.

Aplausos do CH.

Este é o país de Abril e é o país que não queremos que se repita em Portugal.

Apesar de tudo isto e apesar de toda esta verdade, o Chega está e continuará a estar só, neste Parlamento.

Sr. Presidente, nada nos orgulha mais, a mim e a esta bancada parlamentar, quando são todos — mas todos, mesmo nesta Casa! — contra um grupo que defende os portugueses de bem e os portugueses que verdadeiramente trabalham.

Numa das mais famosas cartas de S. Paulo aos romanos, ele dizia...

Vozes do PS e do PSD: — Oh!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Numa das mais famosas cartas de S. Paulo aos romanos...

Protestos do PS e do PSD.

Acho que, se podemos ouvir Lula da Silva, também podemos ouvir S. Paulo. Acho que é o mínimo.

Aplausos do CH.

Numa das mais famosas cartas de S. Paulo aos romanos, S. Paulo dizia: «Diante desta injustiça, que podemos fazer? Se Deus é por nós, quem será contra nós?»

Se o povo português, se os portugueses de bem são por nós, não sereis vós a estar contra nós.

Aplausos do CH, de pé.

Neste momento, regressaram à Sala a Deputada do BE Joana Mortágua e Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para intervir em nome do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Miranda Sarmento.

O Sr. **Joaquim Miranda Sarmento** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: Passaram 49 anos do dia que terminou com o Estado Novo e iniciou o caminho que permitiu a Portugal ter uma democracia pluralista, parlamentar e de inspiração ocidental.

Hoje, como todos os anos no passado e no futuro, homenageamos aqueles que arriscaram tudo e que, a 25 de Abril, terminaram com a ditadura e com a opressão.

Aplausos do PSD, do BE, do L e de Deputados do PS.

Mas hoje homenageamos também aqueles que, na Ucrânia, combatem pela liberdade, face ao agressor russo, ...

Aplausos do PSD, do PAN e de Deputados do PS.

... sem dúvidas sobre de que lado estamos: do lado da Ucrânia, da Europa, da NATO (North Atlantic Treaty Organization), do Ocidente e da democracia.

Aplausos do PSD.

Nestes 49 anos, Portugal mudou muito.

Consolidou uma democracia com alternância de Governo, com a eleição de Executivos com maiorias parlamentares e outros de minoria. Criou uma sociedade livre, pluralista, com liberdade de imprensa e associação, em que ninguém é preso ou prejudicado por aquilo que pensa e diz politicamente. Acolheu e integrou comunidades de todos os cantos do mundo.

Desenvolveu-se económica e socialmente, aproximando-se de padrões de vida mais condignos e recuperando grande parte do atraso nas infraestruturas. Deu passos notáveis na educação, na saúde, em particular na materno-fetal, e na cultura, entre outras áreas. Abandonou uma visão de império e abraçou a Europa. Integrou o projeto europeu, em 1986, e aderiu, no pelotão da frente, à moeda única, em 1999.

Mas os portugueses hoje interrogam-se: o que é feito desse país? O que é feito do país que, em 1974 e 1975, colocou a sua esperança e ambição na criação de uma democracia, como os outros países da Europa Ocidental?

O que é feito do país que, a partir de 1976, colocou a sua esperança e ambição na entrada na Europa?

O que é feito do país que, a partir de 1986, com a entrada no espaço europeu, colocou a sua esperança e ambição no desenvolvimento económico, na melhoria das condições de vida dos portugueses e em alcançar o nível de vida dos nossos parceiros?

O que é feito do país que, nos anos 1990, colocou a sua esperança e ambição em convergir para os mais ricos da Europa e estar no pelotão da frente do euro?

Aplausos do PSD.

Há 25 anos que não há um desígnio nacional. Desde 2000 que a economia estagnou e que não saímos da discussão do défice e da dívida pública. Há 25 anos que empobrecemos. Há 25 anos que vemos os países de Leste, que eram todos mais pobres do que Portugal em 2000, a ultrapassar-nos em riqueza e bem-estar.

Há 25 anos que caminhamos para o fundo da tabela dos países europeus. Há 25 anos que os rendimentos e salários estagnaram e que estamos mais pobres. Há 25 anos que os jovens não têm outro

caminho que não seja emigrar e trabalhar fora de Portugal. Há 25 anos que não paramos de aumentar o endividamento público e privado, procurando, com uma carga fiscal cada vez maior, ir tapando, com remendos, um Estado e serviços públicos que se degradam a um ritmo vertiginoso e estão à beira do colapso.

Temos um país cada vez mais pobre e desigual, um país cada vez mais dual: uma minoria com rendimentos que acede à saúde e à educação privada e a grande maioria que vive cada vez pior nos rendimentos e na falta de serviços públicos capazes.

Um dos desígnios da democracia política, social, económica e cultural é resolver esta dualidade e desigualdade, como referia Francisco Sá Carneiro.

Aplausos do PSD.

Mas estes 25 anos de empobrecimento não são uma fatalidade. São uma consequência das políticas erradas de um Partido Socialista que governou 21 dos últimos 28 anos, tendo o PSD que governar sempre em emergência financeira.

Aplausos do PSD.

Um país cada vez mais desigual gera mais injustiças. Um país pobre, em que o interior está cada vez mais desertificado e abandonado. Um país pobre, onde metade dos portugueses ganha menos de 1000 €. Um país pobre, onde três em cada quatro jovens ganham menos de 1000 €. Um país pobre que enfrenta um longo inverno demográfico. Um país pobre, onde quatro em cada dez portugueses estão em risco de pobreza. Um país pobre, onde 2 milhões de portugueses, mesmo depois das prestações sociais, são pobres. Um país pobre, onde um em cada cinco portugueses que trabalham, ainda assim, é pobre. Um país onde uma em cada cinco crianças vive na pobreza.

O elevador social está avariado e os nossos jovens não têm esperança no futuro. Mas os portugueses têm de voltar a ter esperança no futuro.

Aplausos do PSD.

Ao empobrecimento junta-se uma forte degradação da vida política e da qualidade das instituições. O descrédito das instituições, com os casos graves que têm ocorrido — e, em particular, nos últimos tempos, com o tema da TAP —, a quebra da qualidade dos políticos, a descredibilização da política, a perda da autoridade e do prestígio das instituições e do Estado, bem como os fenómenos da corrupção, do compadrio e do nepotismo miram a confiança dos cidadãos na democracia.

O mesmo acontece com o descrédito da justiça, com a morosidade e a impunidade em casos de corrupção que atingem poderosos. Sente-se que há duas justiças em Portugal, uma para os ricos e poderosos e outra para os restantes portugueses. São sintomas dos graves problemas que afetam o regime democrático.

O empobrecimento de milhões de portugueses, a degradação dos serviços públicos e das instituições, bem como a falta de rumo e desígnio para o país levam a desacreditar o sistema político e dão campo e margem para o crescimento dos populismos e extremismos, quer de extrema-direita quer de extrema-esquerda.

Aplausos do PSD.

A teoria económica mostra que a degradação da qualidade das instituições leva a um declínio económico e o declínio económico leva a uma maior degradação da qualidade das instituições.

Mas os portugueses precisam de acreditar.

Aplausos do PSD.

As forças democráticas e moderadas, lideradas pelo PSD, têm uma missão fundamental, quando se aproximam os 50 anos do regime democrático.

Primeiro, recuperar a confiança nas instituições, regenerando o sistema político. Só instituições credíveis, dinâmicas e respeitadas podem sustentar uma democracia plena e completa e mobilizar os portugueses para o desenvolvimento económico e social. Mas, para isso, também é preciso que a política seja feita com verdade.

Segundo, tornar como desígnios nacionais o crescimento económico e sustentável e a criação de riqueza e capital social que permitam pagar melhores salários e pensões, ter mais recursos para melhores serviços públicos e criar as condições para que as futuras gerações tenham a liberdade para definir o seu futuro.

Essa é a missão que apela a todos os democratas.

Viva a democracia! Viva Portugal!

Aplausos do PSD, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção em nome do Grupo Parlamentar do PS, tem a palavra o Sr. Deputado João Torres.

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Sr.as e Srs. Membros do Governo, Altos Dignitários Civis e Militares, Sr.as e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Se hoje aqui estamos a evocar o 49.º aniversário da Revolução de Abril, a alguns, a muitos cidadãos, que não aceitaram ser súbditos de tiranos, o devemos.

Devemo-lo aos resistentes republicanos e democratas, aos antifascistas de vária ordem, aos estudantes insubmissos, aos trabalhadores inconformados e à longa geração de jovens mobilizada para a injusta Guerra Colonial.

Devemos muito, seguramente, a estes homens e mulheres que, durante 48 longos anos, alimentaram a chama da liberdade, da crítica, da resistência, que arriscaram e perderam empregos e carreiras, famílias, sonhos e que sentiram no corpo o peso dos bastões ou a prisão discricionária e sem culpa formada.

Mas «a madrugada que eu esperava», nas palavras eternas de Sophia, deve-se à ação decidida, corajosa e libertadora do Movimento das Forças Armadas. Obrigado, capitães de Abril.

Aplausos do PS, do BE, do L e do Deputado da IL João Cotrim Figueiredo.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, um ano e seis dias antes da Revolução, um punhado de homens e mulheres honrados fundou o Partido Socialista.

O nome maior de Mário Soares e os seus camaradas fundadores do PS estabeleceram, desde esse dia, os objetivos políticos que, por vontade do povo, vieram a materializar-se e a transformar o país: o Portugal europeu e não imperial, a lusofonia igualitária entre povos e Estados, uma democracia de modelo ocidental, com Governos assentes em sólidas bases parlamentares e um regime semipresidencialista que, juntos, respeitam e conferem equilíbrio à separação de poderes.

No ano em que se assinalam os 50 anos do PS e no dia em que assinalamos os 49 anos da Revolução dos Cravos, saudamos todos os democratas.

Aplausos do PS.

A democracia representativa não seria possível sem a participação dos milhões de portugueses que se consciencializaram dos seus direitos e deveres cívicos e políticos, muitos deles militando em partidos ou com estes simpatizando, esforçando-se por convencer nas praças, com argumentos, e explicar, nas ruas, diferentes caminhos alternativos.

Prestamos homenagem a todos os democratas que experimentaram essa dedicação cívica à democracia, com um verso que Sophia dedicou aos militantes do PS e que inspirou Maria Helena Vieira da Silva a imortalizar em cores o espírito de Abril: «Por isso avanças sempre e não recuas/Connosco a poesia está nas ruas.»

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, hoje os ataques à democracia chegam-nos, desde logo, através daqueles que se sentam à extrema-direita neste Hemiciclo. São os que se servem das velhas fórmulas, como o populismo e a demagogia, aliados eternos da ignorância e da iliteracia política, para sabotar a crença na democracia, o respeito pelo pluralismo, o contrato entre representantes e representados. São os que tentam criar brechas na muralha do progresso com vista aos mais ignóbeis retrocessos, com políticas racistas, xenófobas, homofóbicas, misóginas, desumanas.

Mas, como diz a sabedoria popular, «tão ladrão é o que rouba como o que consente», por isso, cada vez mais nos deve preocupar a influência que o populismo exerce na direita democrática, uma direita que sempre respeitámos, mas para quem parece não haver limites nem tabus quando o que conta é a vã cobiça do poder pelo poder, custe o que custar.

Aplausos do PS.

Um homem bom disse, e cito, que «a resposta para a extrema-direita é a justiça social.» Poderia ter sido Mário Soares, Jorge Sampaio, Salgado Zenha ou António Arnaut. Poderia até ter sido Francisco Sá Carneiro. Mas a frase é atual e é do Papa Francisco, preocupado com o populismo na vida política.

Aplausos do PS.

Com os que se servem das liberdades democráticas e cívicas e as usam como instrumento para retrocessos de direitos civilizacionais, seja em abril, seja em novembro, seja noutro mês, dia ou hora qualquer, deste ou dos anos vindouros, o PS não transige, o PS não cederá, o PS não pactuará.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, os portugueses confiaram ao PS uma maioria parlamentar como garante da estabilidade política. À época, estávamos ainda longe de imaginar que teríamos de apoiar e defender a Ucrânia e o direito internacional com convicção, sendo fiéis, coerentes e leais com o quadro de valores e princípios democráticos que orgulhosamente acompanhamos na construção da União Europeia.

Hoje, o PS mostra-se firme e coerente com o seu futuro com história: nas primeiras eleições livres, o PS adotou como palavra de ordem «a vontade do povo». Com a governação, estamos a trilhar um caminho de progresso de redução das desigualdades, de fortalecimento do Estado social no acesso à saúde, à educação e ao ensino superior, com mais inclusão, com melhor articulação do desenvolvimento territorial e em respeito pelo poder local e pelas autonomias regionais.

O que interessa, pois, aos portugueses é saber se combatemos as alterações climáticas, se liderámos a revolução digital, se estamos à altura de criar uma melhor economia, como este Governo manifestamente tem estado à altura de garantir.

Aplausos do PS.

O que interessa aos portugueses é saber se o seu trabalho é protegido, se a segurança social está afiançada, se a habitação é acessível e se o Estado responde às adversidades com a solidariedade que se exige, como este Governo tem promovido em todos os momentos.

O que interessa aos portugueses é saber se as suas oportunidades e expectativas vão melhorar, se os salários vão subir, se as pensões vão aumentar, como sempre aconteceu e acontecerá com este Governo e ao contrário do que aconteceu com a direita no poder.

Aplausos do PS.

Tal como nessa altura em que nasciam os primeiros traços da nossa jovem democracia e do esboço da Constituição que nos rege, hoje a nossa mensagem é a mesma: sim, o PS está a respeitar e, sim, está a cumprir a vontade do povo português.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, melhorar a democracia é respeitar a vontade popular, a estabilidade, os mandatos que o povo confere. Melhorar a democracia é garantir que a democracia política e a democracia social caminham lado a lado, porque os populismos são fruto da exclusão e devemos valorizar a decência e o sentido de Estado. Melhorar a democracia é rejeitar a vida como um campo de minas, onde quem passar, passou, como nos sugerem e propõem as visões neo e ultraliberais da sociedade, ancoradas no individualismo e na negação da igualdade de oportunidades.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, conscientes das responsabilidades de todos nós perante a democracia e as suas ameaças, concluo com um voto de confiança no futuro, com o lema que Jorge Sampaio criou e revestiu de significado para todos os democratas: «25 de Abril sempre!» Viva o 25 de abril! Viva Portugal! Fascismo nunca mais.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.as e Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, demais Autoridades Civis, Militares e Religiosas, Sr.as e Srs. Embaixadores, Ilustres Convidadas e Convidados, Caras e Caros Concidadãos, Sr.as e Srs. Deputados, Capitães de Abril: O 25 de Abril libertou-nos o tempo. O futuro deixou de reduzir-se à repetição do presente, "mudar" cessou de ser um verbo malquisto. O porvir passou a estar em aberto, disponível e declinável em várias possibilidades de evolução e transformação, e as pessoas descobriram-se sujeitos do futuro, cidadãs e cidadãos responsáveis pelas escolhas que o determinam.

A natureza revolucionária do processo político que se seguiu ao 25 de Abril implicou uma radical aceleração do tempo. Como Sérgio Godinho tão bem cantou, «a sede de uma espera só se estanca na torrente». Descongelada a história, vencido o medo, era como se 50 anos de retrocesso tivessem de

ser resolvidos num instante e as circunstâncias nada pudessem contra a vontade de agir no imediato, em todos os aspetos da vida coletiva.

Desmantelados os aparelhos repressivos, a conflitualidade política e social exprimiu-se abertamente, numa vertigem que sucessivas crises foram alimentando, mas que também foi contida e regulada por avanços decisivos rumo à institucionalização democrática, das eleições para a Assembleia Constituinte ao 25 de Novembro e ao 2.º Pacto MFA-Partidos e da aprovação da Constituição à conclusão do primeiro grande ciclo eleitoral, com os sufrágios para esta Assembleia, o Presidente, as Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas e as Autarquias Locais.

Assim estabilizada a ordem democrática, que a revisão constitucional de 1982 e a adesão às comunidades europeias haveriam ainda de aperfeiçoar, o tempo, parâmetro central da transição, pôde representar-se como o que realmente é: um feixe de múltiplos eventos, ritmos, escalas e durações, que deixa em aberto o porvir e nos convida a pensar e a fazer. Também por isso, por terdes sacudido o imobilismo e reposto em movimento a roda da História, vos agradecemos, capitães de Abril!

Aplausos do PS, do PCP, do BE, do L e de Deputados do PSD e da IL.

O tempo tem sido um marcador essencial da vida coletiva democrática, como tudo o resto, sujeito à pluralidade e diversidade das representações a seu respeito. Mas não será difícil entender-nos sobre alguns aspetos cruciais.

A transitoriedade é o elemento básico da democracia. Nada é eterno, nada escapa à usura, cada contexto tem o momento próprio. A lógica republicana impõe limites ao exercício continuado de funções públicas, obrigando à renovação. As escolhas não são, por definição, definitivas. A composição dos Parlamentos varia com as circunstâncias: os que hoje são maioria amanhã serão minoria, as oposições de hoje serão amanhã o Governo. Programas, políticas, equipas, lideranças, tudo isso é breve em democracia.

O tempo é, portanto, uma passagem. É também de uma grande plasticidade. Umas vezes acelera, outras abranda. Aqui predomina a urgência, ali o que faz sentido é parar um pouco para refletir. Esta hora é de estudar e preparar, aquela de agir sem delongas, e o agir pode ser para continuar ou para mudar, para consolidar ou para romper um certo estado de coisas.

Outra característica estrutural do tempo democrático é a "ciclicidade", a sua natureza cíclica. A escolha política fundacional, que é o sufrágio, determinando quem representa e quem governa, com que programa, obedece a critérios de periodicidade e duração.

A eleição é periódica porque nenhum poder é eterno, devendo ser regularmente aferida a vontade das pessoas. Por exemplo, as eleições legislativas ocorrem em cada quatro anos, determinam a composição do Parlamento, e é a partir dessa composição, e só a partir dela, que se formam os Governos e as oposições.

Mas este intervalo que a renovação pendular delimita é também uma duração. O tempo dura e isso é essencial numa democracia, para que os programas sejam executados, as políticas aplicadas e os resultados avaliados; para que a fiscalização se exerça e diferentes propostas sejam apresentadas e

discutidas; para que novos programas, protagonistas e coligações se preparem e maturem; para que, assim informadas, as pessoas possam, no momento próprio, comparar e escolher.

Os tempos políticos são diferenciados e pautarem-se os vários órgãos de soberania e demais instituições por diversas temporalidades é um dos ingredientes fundamentais da estrutura de poderes e equilíbrios em que repousa a democracia.

Depois, o ritmo da política não pode confundir-se com a cadência própria de outros atores relevantes do espaço público, como os atores sociais, os *media* ou os interesses económicos, nem a eles pode ser subordinado. O tempo político não é indiferente ao pulsar complexo e contraditório da sociedade, mas é a institucionalidade democrática que pauta o seu andamento, e a sua base principal é a escolha periódica, livre e soberana dos cidadãos.

Nada disto é novidade, mas talvez seja oportuno lembrá-lo aqui e agora: aqui no Parlamento que, nos termos da Constituição saída de Abril, é o coração da representação pluralista e do debate livre e o centro da dialética entre Governos e oposições; agora, que uma certa sofreguidão ameaça propagar-se, como vírus, no espaço público, pondo em causa vantagens preciosas da sólida democracia que somos, como tal reconhecida internacionalmente.

Aplausos do PS.

Essas vantagens preciosas da democracia portuguesa são a estabilidade política, a previsibilidade dos comportamentos institucionais, a resiliência face à volubilidade das opiniões, a maturação das medidas em resultados, o sentido de responsabilidade nas palavras que proferimos.

Claro que, em democracia, tudo pode ser questionado. Como já assinalei e faço questão de repetir, o tempo democrático é, por natureza, passageiro, plástico e diferenciado e o regime tem mecanismos para evitar a perpetuação de situações que se tornem insustentáveis.

Mas o tempo democrático é também cíclico, tem um certo ritmo e uma certa duração. Se a Assembleia funciona, debatendo, fiscalizando, inquirindo e legislando; se o Governo desenvolve e aplica as suas políticas, com variável acerto, e goza de confiança parlamentar; se as oposições vão fazendo caminho de formação e afirmação de alternativas; se os órgãos de soberania cooperam, no respeito pelas competências uns dos outros, e se inúmeros são os problemas das pessoas e do país, sendo responsabilidade primacial dos diferentes decisores enfrentá-los, então, devemos respeitar o tempo de cada instituição, sem atropelos nem precipitações.

Aplausos do PS.

Devemos preferir a respiração pausada própria de uma democracia madura à respiração ofegante típica das excitações populistas.

Aplausos do PS.

Isto para benefício de todos, porque se todos perderemos no dia em que aceitarmos que a dinâmica política deve ser insensível às necessidades e ao ambiente social e pautar-se exclusivamente por procedimentos administrativos e formais, também todos perderemos no dia em que renunciarmos a distinguir entre erros localizados, ainda que graves, e crises prolongadas e sistémicas, e no dia em que aceitarmos que a vida de um Parlamento ou de um Governo, sejam eles quais forem, está dependente do nível de protesto deste ou daquele setor, do favor da opinião publicada, da perceção dos *media*, do ruído nas redes sociais ou da evolução das sondagens.

Aplausos do PS, com Deputados de pé.

Estamos em dia de citações bíblicas, portanto, vai mais uma.

Risos de Deputados do PS.

Como o conjunto do mundo terreno para o *Eclesiastes*, a democracia compreende vários tempos. Há um tempo para analisar e há um tempo para escolher. Há um tempo para decidir e outro para executar. Há um tempo para realizar e outro para avaliar. Não se sucedem uns aos outros; a sua copresença é que define a nossa circunstância, permanentemente sujeita à contradição e ao debate, mas também com os graus de liberdade que permitem aos atores políticos referirem a sua ação ao interesse geral, sabendo-se protegidos pela duração face à exigência demagógica do império do instante.

As palavras, as palavras que dizemos e as palavras que não dizemos, contam muito. Deixo, pois, aqui uma defesa convicta do tempo democrático, que é o ciclo da conjuntura e não a fugacidade dos eventos. Só assim podemos continuar todos o trabalho que temos todos feito como país: prosseguindo os interesses permanentes, consolidar, modernizar, mudar o que for preciso para evoluir e para progredir, construindo o futuro que o 25 de Abril nos abriu.

Aplausos do PS, de pé, do L, de Deputados do PSD
e da Deputada do BE Joana Mortágua.

Vai agora usar da palavra Sua Ex.ª o Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República** (Marcelo Rebelo de Sousa): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr. Presidente, António Ramalho Eanes, Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Srs. Embaixadores, Sr. Presidente da Associação 25 de Abril, na sua pessoa, saúdo calorosamente, uma vez mais, os Capitães de Abril, Ilustres Convidados, Sr.as Deputadas, Srs. Deputados, Portugueses: Entramos hoje no 50.º ano até ao 25 de abril de 2024, tempo de evocação, tempo de reflexão crítica, tempo de esperança, tempo de partilha. Em 25 de abril de 2024 se falará do tempo do futuro, dos 50 anos pela frente.

Tempo de evocação: evocamos esse momento singular na história portuguesa, de fim do império, de fim do regime ditatorial, de abertura de caminho para a democracia e para a liberdade. Digo bem, para a democracia e para a liberdade, porque, para a maioria esmagadora dos portugueses, a liberdade não nasceu em 1820, não nasceu com a monarquia constitucional ou com a 1.ª República, acabou por nascer com o 25 de Abril e com a própria democracia — um momento só possível, quando foi e como foi, pela coragem dos determinados e valorosos capitães de Abril. Bem-hajam!

Aplausos do PS, do PSD, da IL, do PCP, do BE, do PAN e do L.

Mas é também tempo de reflexão crítica. Em rigor, a reflexão crítica ocorre todos os anos, pelo menos, pelo 25 de Abril, mas, neste começo de 50.º ano, há mais razões para nos debruçarmos sobre essa reflexão.

Há muito quem, em Portugal, sinta que o 25 de Abril ficou incompleto, ficou imperfeito, está por cumprir, não corresponde aos sonhos do passado ou aos anseios do futuro. Uns porque, em rigor, teriam preferido que não tivesse existido o 25 de Abril, por aquilo que perderam aqui ou nos territórios africanos, ou porque têm, certa ou errada, a imagem do período pré-25 de Abril que corresponderia, se não aos seus sonhos, pelo menos a muitas das suas expectativas e anseios.

A esses, cuja saudade e nostalgia se respeita, há que dizer que o tempo não volta para trás, e aquilo que veem como tendo sido o 24 de abril, em muitos dos seus traços globais, verdadeiramente, não existiu. É um refazer da História.

Quem como eu pôde viver o fim do império aqui e nas lonjuras desse império, e observar não só de fora, mas por dentro o fim da ditadura, sabe que a realidade era outra. Que a realidade era uma independência da Guiné-Bissau, reconhecida por muitos mais países do que aqueles poucos que apoiavam Portugal. Sabe que a situação político-militar em Moçambique era extremamente grave e depois desesperante nos últimos anos que precederam 1974.

Sabe que a ditadura estava exausta, já não tinha conseguido, ainda em salazarismo, sequer o mínimo de renovação. Falhara depois, na liberalização. Isso mesmo o disse Francisco Sá Carneiro ao falar na liberalização bloqueada.

Dera passos tímidos, no sentido do desenvolvimento e do acordo comercial com a Europa, mas não no sentido da plena integração europeia. Continuava, se não mesmo agravava, a atuação repressiva e o sacrifício das liberdades, também por causa da situação militar. E, sobretudo, o seu principal bloqueamento reconduzia-se a isto: ter milhares e milhares de homens, anos sem fim, a cumprir missões decididas por outros, missões que não tinham futuro político.

Essa era a realidade traduzida, aliás, no afastamento dos dois mais prestigiados chefes militares e nos pedidos de demissão do chefe do Governo, mais do que um nos últimos tempos antes do 25 de Abril.

Mas há aqueles que consideram que o 25 de Abril de hoje não só é imperfeito, como é frustrante, por razões que não se prendem com um regresso a um passado impossível. Tem a ver com o 25 de Abril que sonharam, que os mais velhos sonharam e que se não concretizou ou apenas se concretizou em parte.

Têm alguma razão, porque, em todas as revoluções, não houve uma revolução, houve várias e essas revoluções conheceram sucessos diferentes em tempos diferentes.

A revolução de António Spínola era ou foi diferente da revolução de Francisco Costa Gomes; a revolução de Francisco Costa Gomes foi diferente da revolução de António Ramalho Eanes; a revolução de António Ramalho Eanes foi diferente da revolução de Vasco Gonçalves; a revolução de Vasco Gonçalves foi diferente da revolução de Otelo Saraiva de Carvalho ou de Ernesto Melo Antunes ou de muitos outros capitães de Abril.

Cada um sonhava ou sonhou, em algum momento, durante o processo revolucionário, com um 25 de Abril diferente. Se passarmos para os pais civis da democracia portuguesa, o 25 de Abril e a Revolução de Álvaro Cunhal foram diferentes do 25 de Abril e da Revolução de Mário Soares, diferentes da Revolução e do 25 de Abril de Francisco Sá Carneiro e diferentes do 25 de Abril e da Revolução de Diogo Freitas do Amaral.

Como em todas as revoluções ou ruturas, há umas que triunfam e outras que falham, normalmente nunca de forma total. São vencidas parcialmente. É natural que muitos dos que formaram ou aderiram àquela frente nacional para abrir caminho para um novo regime sintam que a sua visão própria ficou por concretizar.

O mesmo se dirá da Constituição. Uma coisa foi a Constituição, que tive a honra de votar como muitos outros, em 1976; outra bem diferente foi a revisão dessa Constituição em 1982 ou em 1989 ou em 1997 — só para referir as mais profundas, duas das quais acompanhei de muito perto. Era a mesma Constituição em termos formais e em muito da sua substância, mas ficaria profundamente alterada pelo termo do período de transição política em 1982, e ainda mais em matéria económica e social em 1989 e 1997. Uns tinham vencido e outros tinham perdido.

O mesmo se passou por cada eleição presidencial, por cada eleição parlamentar, por cada primeiro-ministro, por cada presidente de Governo regional ou autarca. As soluções variaram. Ao variarem as visões do 25 de Abril e, sobretudo, as suas concretizações, uns ganhavam e outros perdiam.

Houve Presidentes de direita com Governos de direita e com Governos de esquerda, Presidentes de esquerda com Governos de esquerda e Governos de direita e houve ganhadores e perdedores. A concretização dos sonhos de cada ato eleitoral, também ela, foi uma concretização, que, muitas das vezes, ficou largamente frustrada, nuns casos tendo levado à permanência da Legislatura, noutros, mais raros, porque mais pesados, à sua redução.

Ansiava-se e anseia-se por ainda melhor democracia. Ansiava-se e anseia-se por mais crescimento, por mais igualdade, por mais justiça social, por melhor educação, por melhor saúde, por melhor habitação, por melhor solidariedade social, por mais ambiente, visão intergeracional, papel da mulher, desempenho de jovens e de setores excluídos ou ignorados da sociedade, por menor pobreza e falta de coesão social e territorial, esse flagelo que, infelizmente, marcou todos os períodos, mesmo os períodos de maior expansão dos últimos 50 anos. Nunca conseguimos reduzir a menos de um milhão e meio o número de pobres.

Ansiava-se e anseia-se, porque faz parte da lógica da democracia e é imposto pelo conjunto de desafios que se têm sucedido, a ritmo extremamente acelerado, o haver sonhos, aspirações ou tão-só

expectativas e, em muitos casos, a não realização desses sonhos, dessas aspirações e dessas expectativas desilude, desaponta, frustra as gerações de 70 ou de 80, como, talvez ainda mais, as do fim do século e destes 20 anos de século XXI. Nuns casos, nos menos jovens, por parecer uma vida perdida; noutros, nos mais jovens, por parecer uma vida sacrificada à partida.

Mas este é também um tempo de esperança. Esperança porque a liberdade e a democracia, mesmo quando nos trazem muitas desilusões e a sensação de tempo perdido, de adiamento, nos dão sempre a esperança que a ditadura não tolera, que é a esperança na mudança.

Em ditadura ou se está pela ditadura ou se combate e derruba a ditadura. Em democracia, há sempre a possibilidade de criar caminhos diversos — sempre. Podem demorar tempo a surgir, podem ser insuficientes, podem ser imperfeitos, mas existem sempre, existiram sempre ao longo destes 50 anos.

A liberdade e a democracia permitiram e permitem que a maioria esmagadora desta Câmara, como do povo português, apoiasse e apoie, sem qualquer hesitação ou dúvida existencial, a Ucrânia e o povo ucraniano, agredido de forma bárbara e em valores e princípios fundamentais, mas que, ainda assim, houvesse vozes, claramente, minoritárias, dissonantes.

A mesma liberdade e democracia permitiram que dois pais dessa democracia, Mário Soares e Diogo Freitas do Amaral, tivessem desfilado nas ruas contra a posição norte-americana, nosso antigo aliado, relativamente à intervenção no Iraque.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — Ontem, como hoje, há quem concorde e discorde relativamente às atuações internas ou às posições externas e se tenha manifestado ou manifeste: 1, 100, 1000, 10 000, 100 000, 300 000. O número real ou sonhado não é o essencial, o dos que aparecem e o dos milhões que não aparecem, mas pensam diferente, agem diferente, escolhem diferente, entre si, esse pluralismo é crucial. Faz parte da essência da democracia e em ditadura nunca haveria. É essa a razão da nossa esperança.

É o sabermos que, verdadeiramente, o supremo senhor do 25 de Abril, da liberdade e da democracia e, por isso, efetivo garante da estabilidade se chama, há cinquenta anos, povo.

Aplausos do PS, do PSD, da IL, do L
e da Deputada do BE Joana Mortágua.

E o povo vai escolhendo com sentido de Estado, com bom senso, com moderação e com boa educação, ao longo do tempo, o 25 de Abril que quer. E vai mudando quando entende que deve mudar, ou mantendo se entende que deve manter, nem que seja para se arrepender por quanto inovou ou manteve algum tempo volvido.

Mas este é também um tempo de partilha. É um tempo de partilha porque este 25 de Abril tem de especial o nós podermos ter tido connosco alguém que representa a primeira das primeiras

descolonizações de Portugal. Esse alguém foi recebido, há uma hora e meia, numa Sessão Solene e é o Presidente da República Federativa do Brasil, o simbólico representante de uma pátria irmã e não apenas, ou sobretudo, o titular de cada instante histórico.

Vozes: — Muito bem!

Foi ademais eleito por quem tinha direito a elegê-lo, o povo brasileiro, e não outros povos ou partes maiores ou menores de outros povos.

Aplausos do PS, do PSD, do BE, do PAN, do L e do Deputado do PCP Manuel Loff.

O que importa, antes de mais, é que nós percebamos porque é que a Assembleia da República viveu hoje, aqui, uma coincidência tão feliz, derivada dos 523 anos sobre o dia 22 de abril que assinalou o momento primeiro do contacto português com o território brasileiro.

O 25 de Abril começou por existir por causa da descolonização. Os capitães de Abril entenderam que não fazia sentido manter uma guerra em que cumpriam a sua missão, mas não percebiam com que objetivo, com que horizonte, com que fim. O fim era traçado por outros, pelos decisores políticos. Portanto, faz todo o sentido o encontro de hoje, que é um encontro de sempre, precisamente porque uma das componentes nucleares do 25 de Abril se chamou descolonização, e faz sentido termos tido este ano entre nós quem foi pioneiro, quem foi precursor na descolonização, 200 anos antes: o Brasil.

Aplausos do PS, do PSD e do L.

Isso serve-nos para olharmos para trás, a propósito do Brasil, mas seria também possível a propósito de toda a colonização e de toda a descolonização, e assumirmos plenamente a responsabilidade por aquilo que fizemos. Não é apenas pedirmos desculpa — devida, sem dúvida —, por aquilo que fizemos, porque pedir desculpa é, às vezes, o que há de mais fácil. Pede-se desculpa, vira-se as costas e está cumprida a função. Não, é o assumir a responsabilidade para o futuro daquilo que, de bom e de mau, fizemos no passado.

Fizemos de bom. Tomemos para o caso do Brasil, por exemplo, entre muitos mais fatores, a língua, a cultura, a unidade do território brasileiro, contrastando com a dispersão nas antigas colónias espanholas. Tantos traços ficaram a ligar-nos.

De mau, a exploração dos povos originários, denunciada por António Vieira, a escravatura, o sacrifício do interesse do Brasil e dos brasileiros e até a arrogância, durante muito tempo, do seu quase desconhecimento, deslumbrados que andávamos com outras paragens mais orientais e outras riquezas. Um pior da nossa presença que temos de assumir, tal como assumimos o melhor dessa presença. O mesmo se diga do melhor e do pior, do pior e do melhor da nossa presença no império, ao longo de toda a colonização.

Portugueses, o novo tempo pós-colonial foi e é um tempo em que a partilha envolveu e envolve aqui, entre nós, centenas de milhares de irmãos da língua e, nos territórios dos seus Estados, centenas de milhares de portugueses. Aqui, são quase meio milhão de mulheres e homens incansáveis no que têm feito por Portugal nas escolas, nos hospitais, nos centros de saúde, nas misericórdias, nas IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), como cuidadores informais, no trabalho, na agricultura, no comércio, na indústria, no ensino.

Irmãos brasileiros, irmãos guineenses, irmãos timorenses, irmãos cabo-verdianos, irmãos são-tomenses, irmãos angolanos, irmãos moçambicanos e mais outros que vivem noutros Estados, mas têm comunidades fortes a falar português.

Aplausos do PS, do PSD e do L.

Penso em goeses, macaenses, para já não falar nas nossas excecionais comunidades espalhadas pelo mundo.

Não posso deixar de alargar a muitos outros que, também entre nós, vindos de fora, não falantes de português, constroem Portugal, descontam para a segurança social, criam riqueza, contribuem para o nosso futuro dando força à nossa vocação histórica, ao nosso desígnio nacional, desígnio nacional que não é apenas crescer economicamente mais, o que é importante, ou criar mais igualdade ou reduzir pobreza ou falta de coesão social ou territorial. É sermos aquilo em que fomos e somos em tantos casos insubstituíveis: plataforma entre oceanos, continentes, culturas e povos.

Aplausos do PS, do PSD e do PAN.

É um grande momento para nós partilharmos o 25 de Abril, agradecendo o que recebemos, esperando poder dar, em tantos casos, ainda mais, muito mais do que temos dado.

Confesso que sinto alguma emoção quando penso que o meu avô partiu para o Brasil, naquele dia 24 de abril de 1871, levando irmãos mais novos, para fugir da miséria das Terras de Basto, no Minho mais profundo, e, depois, muito mais tarde, do Brasil para a Angola ainda colonial. E que a sua história foi a história de milhares e milhares e milhares de portugueses e de nacionais de outros países de língua portuguesa.

O facto de ser, porventura, o primeiro Presidente da República que tem, fruto da dupla nacionalidade, um filho português que também é brasileiro e uma neta brasileira que também é portuguesa, e parentes próximos noutra pátria como Angola, como tem em pátrias que não são de língua oficial portuguesa, não é mais do que aquilo que se passa com tantas e tantos nacionais nossos compatriotas e nacionais desses Estados de língua portuguesa ou não falantes de português.

Como podemos nós, pátria de emigração — que temos de ser, aliás, mais solidários para com os dramas dos nossos emigrantes —, ser egoístas perante os dramas dos emigrantes que são dos outros?

Aplausos do PS, do PSD, do PAN e do L, de pé, da IL, do BE e do Deputado do PCP Manuel Loff.

Que este 25 de Abril, que é o começo do 25 de Abril de 2024, seja um momento de evocação da democracia que ele tornou possível; da liberdade que ele permitiu que fosse vivida por um maior número de portugueses; de passos na descolonização, e pós-descolonização, tardias, é certo, mas que ele impôs, e que conheceram altos e baixos, sucesso e fracasso; do desenvolvimento, que ele quis acelerar e que tem tido altos e baixos, sucesso e fracasso.

Com a última palavra no povo, com o povo tendo a possibilidade — que só em liberdade e democracia existe, nunca em ditadura — de continuar a escolher o 25 de Abril que quer, mesmo que saiba que é imperfeito, que durará pouco tempo e que ficará aquém das expectativas.

Com a certeza de que o 25 de Abril está vivo, porque nasceu para criar a ambição, para criar a insatisfação, para criar o não acomodamento, para criar a exigência crescente, incessante e imparável de mais e melhor — sempre.

Viva o 25 de Abril!

Viva a liberdade!

Viva a democracia!

Viva Portugal!

Aplausos do PS, do PSD e do L, de pé, da IL e do PAN.

O Sr. **Presidente**: — Está assim encerrada a Sessão Solene Comemorativa do XLIX Aniversário do 25 de Abril.

Bom 25 de Abril para todos.

2024

O Sr. **Presidente**: — Sr.as e Srs. Deputados, declaro aberta a nossa Sessão Solene Comemorativa do L Aniversário do 25 de Abril.

Vamos passar às intervenções. Aproveitando para saudar todos os presentes, vou começar por dar a palavra à Sr.ª Deputada do PAN, para uma intervenção.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Ex.mo Sr. Presidente da República, Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia da República, Ex.mo Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Estimados Capitães de Abril, Ilustres Convidados, Altas Autoridades, Distintos Convidados e comunicação social presente: Na noite de 24 de abril de 1974, pelas 23 horas e 55 minutos, a rádio dava o sinal para a liberdade — o momento em que a música da liberdade ecoou pelas casas e ruas do nosso país, guiando-nos para um futuro de esperança e de democracia, desafiando-nos a deixar de ter medo de sonhar, de querer e de lutar.

A música que tocou inspirou-nos, e inspira, a lutar pela liberdade, por melhores condições de vida, pelos direitos humanos e pela justiça social. Deixou-nos um legado que hoje assume uma nova dimensão perante os grandes desafios do nosso tempo, como as guerras, que continuam a marcar a vida das pessoas, e a luta pelos direitos humanos; as alterações climáticas que desafiam o nosso estilo de vida e nos convocam para proteger o planeta; ou a ascensão de forças políticas que põem em causa os direitos humanos e nos levam a acarinhar e proteger a democracia.

À medida que ouvimos a música que hoje toca, somos confrontados com uma realidade que nos preocupa profundamente, que se espalhou pela Europa e que hoje se espalha por Portugal, casa a casa, rua a rua. Os direitos conquistados, aos poucos e subtilmente, estão a ser postos em causa. Não apenas os direitos humanos, das mulheres, dos mais vulneráveis, mas também os direitos dos animais e o respeito pela natureza.

A Revolução de Abril é também a revolução da empatia. Uma revolução que exige que nos ergamos em defesa desses direitos, que nos tornemos capitãs e capitães de Abril, defensores da liberdade e da dignidade de todos os seres vivos, sem exceção.

É também chegada a hora de uma nova música, desejada por tantas e por tantos. Uma música que leve Abril à natureza, que nos leve em direção a um futuro promissor para todas e todos, uma revolução que trave o declínio da biodiversidade, que promova a abolição de atividades cruéis para com os animais e o direito a viverem em liberdade no seu *habitat* natural, porque cuidar da natureza — não tenhamos ilusão — é cuidar dos direitos humanos, uma velha máxima de Abril que tem de ser hoje renovada. É hora de sintonizarmos uma nova música da liberdade, de nos erguermos contra aqueles que procuram silenciar a voz de Abril.

Não podemos permitir que, volvidos precisamente 50 anos do 25 de Abril, se silencie a voz e o caminho do progresso e se veja incutir novamente a cultura do medo — do medo pela perda dos direitos que nós, mulheres, conquistámos desde Abril ou dos direitos que garantem igualdade e inclusão, sem exceção, relativamente a qualquer pessoa.

Não podemos permitir que construam trincheiras e alimentem a ideia de que temos de ser uns contra os outros num país que sempre foi um país inclusivo e de multiculturalidade. Abril deu-nos o direito de viver desassombrados do medo. Cantemos, por isso, Abril e não deixemos que nos tirem a liberdade e a esperança de sonhar e acreditar numa sociedade melhor para todas e para todos, sem exceção.

Não podemos deixar que a música da liberdade pare e que a voz de Abril fique silenciada, mas antes garantir que palavras como as de Sofia de Mello Breyner continuam a ecoar, emergindo da noite e do silêncio, e que livres habitamos a substância do tempo, hoje e nos 50 anos que ainda hão de vir.

Sabemos que, perante os grandes desafios que Portugal e o mundo enfrentam, haverá sempre aqueles que procuram silenciar a voz de Abril, mas, Distintos Convidados, o poder de manter viva a chama e a música de Abril está em todas e todos nós.

Contam com o PAN para continuar a cantar, com novas estrofes, a música de Abril e lutar por um país que respeite sempre as pessoas, os animais e a natureza.

Aplausos do PS, do BE, do L e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Núncio, em representação do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e restantes Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas Senhoras e meus Senhores: Hoje assinalamos o 25 de Abril, uma Revolução que aconteceu há 50 anos e derrubou o Estado Novo, e que deve ser saudada por isso.

O 25 de Abril acabou com um regime onde não havia eleições livres, onde não havia liberdade de imprensa e onde se prendiam pessoas por razões políticas e deve ser especialmente saudado por isso. O 25 de Abril permitiu a aproximação e a adesão de Portugal à Europa, patamar de prosperidade que ambicionamos. A Revolução também colocou um termo na guerra em África, com elevados custos humanos e vidas destruídas, mas também famílias abandonadas, à sua sorte, em resultado de um desastroso processo de descolonização.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — No CDS, saudamos a excecional capacidade que Portugal e os novos Estados lusófonos tiveram, em apenas meio século, para reinventar o seu relacionamento, sedimentar uma nova proximidade e estabelecer muitos e bons interesses comuns.

A lusofonia é hoje uma dimensão importante de todos os membros da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). No CDS, queremos desenvolver a matriz lusófona, que complementa e acrescenta à dimensão europeia de Portugal, mas, no CDS, não sentimos necessidade de revisitar heranças coloniais, não queremos controvérsias históricas nem deveres de reparação, que parecem importados de outros contextos fora do quadro lusófono.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A história é a história, e o nosso dever é o futuro, construído e alicerçado entre Estados soberanos, espalhados pelos quatro continentes, sem discriminações ou preconceitos, entre hemisférios norte e sul e desde o Ocidente ao Oriente.

Vozes do CDS-PP e do CH: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Nestes 50 anos em que Portugal progrediu muito, queremos, também hoje, assinalar quatro lições aprendidas na nossa democracia.

Portugal não mudou de regime para ser um Estado insolvente. Nos últimos 50 anos tivemos três bancarrotas, a última há pouco mais de 10 anos. O CDS saúda, por isso, o possível consenso, hoje alcançado entre os partidos do arco da governabilidade, sobre a necessidade de ter contas públicas equilibradas e sustentáveis para proteger as famílias portuguesas e defender as novas gerações.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Portugal não mudou de regime para ser hoje um dos países comparativamente mais pobres da União Europeia. Nos últimos anos, os portugueses viram o seu nível de vida alcançado e ultrapassado por vários Estados europeus. Nos últimos tempos, Portugal tem vindo a empobrecer todos os anos, caminhando para a cauda da Europa.

O CDS saúda, por isso, a ambição do novo Governo de colocar Portugal no pelotão da frente da Europa, realizando as reformas estruturais necessárias que permitam um Estado mais eficiente, que cobre menos impostos e que preste melhores serviços públicos, diminuindo desigualdades e promovendo a mobilidade social.

Portugal não mudou de regime para ter a taxa de emigração de jovens mais elevada da Europa, uma das maiores do mundo. Nos últimos anos, a emigração jovem atingiu um nível recorde — com 30 % dos jovens nascidos em Portugal a viverem fora do país —, e os que não emigram enfrentam uma taxa de desemprego que ultrapassa os 20 %.

O CDS saúda a oportunidade, gerada com o novo ciclo político, para promover políticas pró-juventude, de redução de impostos e de acesso à habitação, como forma de os jovens voltarem a acreditar em Portugal para trabalhar e constituir em família.

Finalmente, Portugal não mudou de regime para promover e apoiar o suicídio assistido e a eutanásia. Mais de 80 % da população em Portugal não tem ainda direito a cuidados paliativos no final da vida. Uma sociedade mais humana é uma sociedade que cuida dos seus, principalmente nos momentos mais vulneráveis e, em especial, no fim de vida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Por isso, o CDS saúda a Sr.ª Provedora de Justiça, por ter suscitado a constitucionalidade da lei da eutanásia junto do Tribunal Constitucional, porque só defendendo a vida de cada ser humano é possível construir uma sociedade mais humana e mais justa.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, celebrar o 25 de Abril não esquecendo o 25 de Novembro é uma questão de memória histórica e um sentido de gratidão. Se com o 25 de Abril caiu o Estado Novo, o 25 de Novembro trouxe a democracia e a liberdade plenas.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É por isso que o CDS celebra ambas as datas, todos os anos, sem exceção. Não esquecemos os militares de Abril, mas também não esquecemos os que lutaram em Novembro para podermos ter uma democracia liberal e ocidental.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

No CDS não esquecemos que, entre o 25 de Abril e o 25 de Novembro, aconteceu o PREC, o Processo Revolucionário em Curso, marcado por nacionalizações, por ocupações, por saneamentos, por detenções por delito de opinião, pela reforma agrária, pela tentativa de silenciamento de vários partidos pela violência — por exemplo, o nosso — e pela vontade de fazer prevalecer a legitimidade revolucionária sobre a legitimidade democrática.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Por isso, o CDS saúda o Governo por criar uma comissão para comemorar os 50 anos do 25 de Novembro.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

Em 2024, celebramos os 50 anos do 25 de Abril, em 2025 vamos, finalmente, celebrar os 50 anos do 25 de Novembro, recordando a Fonte Luminosa em Lisboa e o levantamento democrático que derrotou os extremismos.

Protestos do PS.

Vozes do CH: — Chiu!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Novembro foi uma data fundamental para a liberdade e para a democracia plenas em Portugal. Como todas as datas marcantes da nossa história, as comemorações dos 50 anos do 25 de Novembro devem ser comemorações justas, plurais e de âmbito nacional, feitas com militares e civis, das instituições às escolas.

Como disse o antigo Presidente da República, o General Ramalho Eanes — que quero saudar calorosamente —, o 25 de Novembro foi a continuação do 25 de Abril, separar as duas datas «é um erro histórico».

Protestos do PS.

Ao comemorar os 50 anos do 25 de Abril e os 50 anos do 25 de Novembro, respetivamente em 2024 e 2025, estaremos a corrigir esse erro que foi cometido no passado e a prolongar as comemorações da liberdade por mais um ano e meio.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Através da comemoração conjunta destas duas datas estaremos, como nação, a restaurar a fé e a esperança na nossa tardia, jovem, mas ainda frágil, democracia.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Rui Tavares, em representação do Grupo Parlamentar do Livre.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente da República, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Caras e Caros Colegas, Deputadas e Deputados, Dignitários estrangeiros e nacionais, Chefias Militares, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Estimados Capitães de Abril, Caras e Caros Concidadãos: Falemos, francamente, entre concidadãos e com os nossos amigos estrangeiros, que tanto admiram o 25 de Abril, de sonhos e de pesadelos.

Vozes do L: — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Durante todos aqueles anos, a minha mãe tinha pesadelos com o ditador, aqui, bem perto, na casa para onde veio trabalhar quando saiu da aldeia, aos 17 anos. Nós somos filhos, netos e bisnetos dessas mulheres que, às centenas de milhares, vieram trabalhar para casas de família nas grandes cidades, e devemos ter orgulho nelas.

O que o patrão lhe dizia, um brigadeiro do antigo regime, quando ela tinha coragem de revelar os pesadelos com o ditador era «cuidado Lucília, se você tivesse mais educação já estava presa», querendo com isso dizer que se ela fosse de um pouco mais de risco, o regime não deixaria de a encarcerar.

Como, aliás, aconteceu ao seu irmão que, de facto, tinha um pouco mais de estudos e se tornou cliente habitual da sede da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), na António Maria Cardoso, por coisas tão simples como comemorar a República.

É curioso, se pensarmos bem nisto, porque o que aquele defensor e beneficiário da ditadura dizia era que ela tivesse cuidado em não ser presa. Nunca lhe disse: «Pesadelos? Pesadelos porquê?» É que até o próprio regime e os seus defensores sabiam perfeitamente — e contavam com isso — que o medo era o que o sustentava. E aquilo com que eles contavam era que os portugueses tivessem sempre muito medo e muito pouca imaginação.

Então imaginemos agora nós alguém que, naquele ano de 1974, antes do 25 de Abril, tivesse um sonho, acordasse no dia seguinte e contasse, à boca pequena, à sua família: «Olha com o que é que eu sonhei hoje, que coisa extraordinária! Sonhei que jovens militares vinham de Santarém para derrubar o regime. Sonhei que enfrentavam uma coluna de tanques militares, ali ao pé do Terreiro de Paço. Sonhei que um deles, um jovem oficial, abria os braços em frente ao canhão, e o outro, que estava lá do lado, à frente dele, e que podia ter disparado, não disparou e não houve sangue.

Sonhei que depois, ali no Rossio, no Largo do Carmo, conforme os militares foram subindo, as pessoas lhes deram cravos para porem no cano das espingardas, que as crianças brincavam ali em segurança, sabendo que não haveria risco. Sonhei que o ditador iria, nesse mesmo dia, embora. Sonhei tudo isto e ainda sonhei mais! Sonhei que, passado uma semana, estaríamos aos milhões nas ruas a celebrar o 1.º de Maio.» E depois todos os dias que nasceram do dia 25 de Abril, todos eles importantes!

Haverá democracia plena quando metade da população não pode votar? Não devemos nós então celebrar o 25 de Abril de 1975, quando finalmente as mulheres votaram sem condições neste país?

Aplausos do L, do PS, do BE, do PCP e de Deputados do PSD.

Todos esses dias que nasceram do dia 25 de Abril são importantes e todos nos dizem muito, mas são todos incomparáveis com o dia que os criou e que os permitiu.

Agora, imaginem ainda outra coisa. Imaginem ser um jornalista, em Paris ou em Nova Iorque, e começar a receber as fotografias, que vinham por uns *modems* rudimentares que existiam na altura, do que se passava naquele dia num país de onde nada se esperava a não ser imagens cinzentas e de pobreza e de medo. Imaginem começar a ver aquelas imagens de soldados com cravos e pensar: «Mas o que é que se passa em Portugal? O que é que se passa naquele canto da Europa?»

Ficaram todos, pelo mundo fora, imediatamente fascinados e apaixonados pela nossa Revolução. E ela inspirou o mundo. Cientistas políticos — aliás, bastante conservadores — dizem que o 25 de Abril iniciou a terceira vaga da democratização no mundo, que foi pelo sul da Europa, à América Latina, ao Sudeste Asiático, à Europa de Leste, até, muito recentemente, se iniciar — a partir de 2016 —, a contrarrevolução dessa vaga.

A razão pela qual o 25 de Abril deu a volta ao mundo é porque o 25 de Abril foi belo. Foi a mais bela revolução do século XX. E é nossa.

Aplausos do L, do PS, do BE e de Deputados do PSD e do PCP.

Tudo o que fizemos desde então foi cumprir Abril. Portugal estava séculos atrasado em relação a outros países que já tinham resolvido o problema do analfabetismo. Gente, inclusive desta Assembleia, como Helena Cidade Moura, que faria agora 100 anos, e que escreveu a cartilha que permitiu alfabetizar milhares de pessoas. Esses jovens soldados, essas jovens estudantes foram pelo país fora a alfabetizar os seus concidadãos.

Passámos a ter férias pagas, salário mínimo, Serviço Nacional de Saúde (SNS), as famílias — como a minha — que não tinham tido um filho na universidade, puseram lá os cinco. E tantas famílias em todo o Portugal, ainda hoje, quando a gente lhes pergunta do que mais se orgulham, não é do carro, nem da casa, nem do terreno, nem de qualquer bem de consumo, é da neta que está a fazer o Erasmus, é do bisneto que acabou o mestrado e já quer fazer o doutoramento. E isso foi sempre cumprir Abril.

O dia 25 de Abril de 1974 — podem procurar à vontade, eu já o fiz muitas vezes, percorram a nossa história de 900 anos para trás e para a frente e não acharão outro dia com a folha de serviços de 25 de Abril de 1974 — amanheceu com ditadura, com censura, com presos políticos, com uma polícia temida, com uma guerra colonial e, ao fim do dia, já se sabia que tudo isso ou já tinha acabado ou tinha de acabar.

Os jornais que saíram naquele dia dizendo «não foi visado por qualquer comissão de censura», disseram com isso que não aceitavam nem as antigas nem as novas, que viessem a ser criadas. Por isso, cria-se uma situação paradoxal para os amigos do 25 de Abril e uma facilidade, uma frecha, uma abertura, para os inimigos do 25 de Abril.

É que para os amigos do 25 de Abril a fasquia está muito alta. Ouviremos muitos discursos aqui, hoje, que tentarão, em vão, acrescentar qualquer coisa ao mais belo de todos os dias.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Agora reparem no ambiente atual que vivemos pelo mundo, em que o que alguns mais desejam — quando desejam muito o poder e a celebridade — é estar nas bocas do mundo e que toda a gente fale deles. Como dizia um político do século XX, «Chamem-nos criminosos ou palhaços, riam-se de nós ou tenham medo, o que importa é que falem sempre de nós, que se foquem o tempo todo em nós».

Pois bem, o que quererá fazer alguém que não tenha conseguido chegar à fama ou ao poder de outra forma e que queira muito chegar a essa fama e a esse poder? Chamar a atenção. A melhor maneira é menosprezar ou até profanar o 25 de Abril. Por isso, peço-vos, não lhes demos esse prazer.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Enchamos as nossas conversas de objetos de desejo político: em cada quartel vazio, imaginemos uma residência de estudantes; em cada aldeia despovoada, imaginemos um

novo projeto sustentável e solidário para várias gerações; imaginemos um país que já é um país de ponta nas energias renováveis ou na ecologia; imaginemos uma economia do conhecimento que dê o justo valor a todos. É assim, enchendo o país de objetos de desejo político, que evitamos os pesadelos do passado e continuamos a sonhar Abril.

Darei apenas um exemplo pequeno, porque podem ser grandes ou pequenos.

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhe que termine, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Termino já, Sr. Presidente.

Nós temos aqui, mesmo ao lado, um pedestal vazio para uma estátua que nunca decidimos qual seria. Sugiro eu que essa estátua seja daquela mulher — pode ser a D.ª Celeste que saiu com a sua braçada de cravos no dia 25 de Abril, pode ser a Aurora, a Laurinda, a Maria Albertina, a Miquelina — a quem eu chamo apenas D.ª Liberdade. Uma mulher comum portuguesa que inventou o mais belo símbolo revolucionário, que deu a volta ao mundo e que deve ser celebrada, porque essas mulheres, incluindo aquelas que vieram para aqui às 4 horas da manhã pôr esta Sala bonita, merecem e nós precisamos.

Aplausos do L e do PS (de pé), do BE, do PCP, do PAN e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Raimundo, em representação do Partido Comunista Português.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal Administrativo, Capitães de Abril, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: Assinalamos 50 anos da Revolução de Abril, esse acontecimento ímpar que se projeta na atualidade da nossa vida coletiva e é referência para a construção do presente e do futuro do país.

Gostaria, nesta oportunidade, de evocar a coragem e a determinação dos jovens Capitães de Abril, nessa madrugada que acordou com uma vigorosa mobilização popular, que firmou a Aliança Povo-MFA (Movimento das Forças Armadas) e transformou o levantamento militar em Revolução libertadora.

Uma revolução fruto de um longo caminho de luta e resistência de 48 anos, em que homens e mulheres, na sua grande maioria jovens, deram tudo o que tinham, inclusive a própria vida. Uma luta em que, com orgulho, o Partido Comunista Português esteve sempre na primeira linha de combate ao regime fascista.

A Revolução consagrou liberdades concretas e abriu as portas à democracia política, social, económica e cultural. Consagrou direitos políticos, sociais e laborais, distribuiu a riqueza de forma mais justa, impôs mais justiça social, impôs a igualdade, a terra a quem a trabalha, libertou o país do domínio monopolista, construiu o poder local e a autonomia regional, consagrou na lei a igualdade entre homens e mulheres e pôs fim à guerra colonial.

Revolução que optou por uma sociedade ao serviço da maioria, em confronto com os interesses de uma minoria, dessa minoria que tudo fez e faz para destruir conquistas e recuperar o poder perdido, dessa minoria que tudo fez e faz para falsificar e reescrever a história.

A Revolução foi sonho, foi realização e construção, foi valores e esperança numa vida melhor que a contrarrevolução e a política de direita procuram negar.

Abril não é a maioria dos jovens ganharem 1000 € de salário por mês; Abril é a juventude ter condições de trabalhar e fazer a sua vida no seu próprio país; Abril é o Serviço Nacional de Saúde e garantir, a partir dele, a saúde e o acesso à saúde para todos; Abril é o direito à escola pública e aos mais elevados níveis de ensino para todos; Abril é o direito à habitação, não é a proteção da banca e dos especuladores; Abril é cultura, é a defesa do ambiente, da natureza, dos ecossistemas, é a defesa da água como bem público; Abril é desenvolvimento científico e tecnológico, é pôr o país a produzir.

Abril é contra todo o tipo de discriminações; Abril rejeita o ódio, o racismo e a xenofobia; Abril libertou-nos do fascismo e desse regime de corrupção organizada e silenciada; Abril retirou o país das mãos de meia dúzia de famílias que distribuíam a riqueza criada entre si e condenavam o povo à miséria; Abril é combate ao poder, em grande medida restaurado, dos grupos capitalistas e das multinacionais sobre a vida nacional; Abril é pôr fim à promiscuidade entre o poder económico e o poder político, a causa funda da corrupção.

Abril é a Constituição da República Portuguesa estar presente todos os dias para todos e todos os dias na vida de todos; Abril é paz, é cooperação e solidariedade entre os povos, é a resolução política dos conflitos; Abril é um claro «não», é um claro «não» à guerra; Abril é a vida justa e a felicidade a que temos direito e que não são possíveis de alcançar com baixos salários, precariedade, horários desregulados, emigração forçada, com a injustiça que afeta particularmente os jovens e as crianças.

Abril é o caminho que é necessário retomar, pondo fim ao ciclo da política de direita que tem conduzido o país a crescentes desigualdades. Este é o grande desafio que está colocado aos democratas, aos patriotas, aos trabalhadores e ao povo e a todos aqueles que vivem e trabalham no nosso país. Mas é, acima de tudo, uma tarefa da juventude, dos que nasceram e cresceram depois da revolução desses Filhos da Madrugada; a tarefa de tomarem nas suas mãos a concretização desse Abril dos direitos, dos sonhos e da realização.

Os trabalhadores lutam pelo aumento dos salários, pela valorização das carreiras e pelo respeito a que têm direito. As mulheres batem-se pelos seus direitos. Os jovens exigem condições para viver no seu país. Os reformados querem melhores pensões e uma vida digna. As pessoas ambicionam o direito a ter uma casa. Os pais querem ter mais tempo para os seus filhos e direitos para as crianças. Os imigrantes reivindicam direitos políticos e sociais. Todos exigem, e bem, respostas aos seus problemas e o seu direito a uma vida melhor. Lutas e objetivos que são também exigências desse Abril.

Como afirmava Álvaro Cunhal: «...não é um mero acontecimento passado que lembremos, mas um grande feito histórico que mantém marcas profundas na vida presente e que contém experiências e valores indispensáveis para o futuro de Portugal.» E aí está a vida a confirmar as conquistas, os valores e o exemplo que perduram, resistem e que estiveram, e estão, presentes em milhares de realizações das comemorações do 25 de Abril por esse país fora.

São estes valores, é esse Abril que hoje sai à rua, nas comemorações populares, nas praças e avenidas de liberdade em todo o país, numa poderosa afirmação do seu vigor; uma resposta clara, viva e emocionante da força que emana do povo. Esse Abril se reafirmará na grande jornada do 1.º de Maio, a jornada do trabalho e dos trabalhadores.

«Podem decretar o fim da arte. É como decretar o fim da chuva.» E pegando nestas palavras d'A Garota Não, atrevo-me a afirmar que podem decretar o fim de Abril que isso é como decretar o fim da esperança. Essa esperança, o sonho, os direitos, a irreverência desse Abril que é preciso retomar e que é, tal como a música, uma canção sem final; uma canção que se toca em diferentes tons, com diferentes formas, com diferentes instrumentos e, até, em diferentes línguas, mas uma canção que se toca e se canta afinada por esse povo — por esse povo — que é sempre quem mais ordena! 25 de Abril sempre, fascismo nunca mais!

Viva ao 25 de Abril!

Aplausos do PCP, do PS, do BE, do L e do PAN.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, em representação do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Convidados, Capitães de Abril: Há 150 anos, um dos grandes poetas de Portugal, Antero de Quental, afirmava que as causas da nossa decadência eram, em primeiro lugar, o fanatismo religioso que tinha criado a Inquisição e enxovalhado a educação; em segundo lugar, o império inviável; e, em terceiro lugar, o absolutismo que silenciou a nação.

Essa tripla condenação levou, nas suas palavras, a um «adormecimento sonambulesco». E esse adormecimento conduziu à mais longa ditadura da Europa, orquestrada por uma oligarquia que sempre primou pelo parasitismo, ora festejando o ouro do Brasil, ora cavalgando os cabedais de África, ora recebendo as mordomias da mão protetora de Salazar. E assim se pregou um país à tristeza, à imigração forçada, à maldita guerra, à secundarização das mulheres. O nosso país só foi salvo pela Revolução do 25 de Abril.

Dizem-nos agora alguns, saídos do armário ao fim de 50 anos, que a Revolução foi supérflua e um exagero, que afinal a chibata sempre educa, que a masmorra moraliza, que o lápis azul ilustra. As carpideiras do Salazarismo não são tão perigosas pela nostalgia do passado. Não será reconstruído nenhum império, o Tarrafal fechou para sempre, Aljube e Peniche são museus e devem ser visitados.

Aplausos do BE, do PS, do PCP, do L e do PAN.

Os saudosistas são perigosos porque culpam a democracia e a Constituição pela pobreza que persistiu, pelo amargo das promessas não cumpridas, pela corrupção que grassa nas privatizações, nas

portas giratórias, no financiamento dos próprios partidos da oligarquia. Os saudosistas são perigosos porque vivem para a mentira.

Saibam, então, que nenhuma mentira ocultará que para Portugal Abril foi o começo. Abril foi a torrente de alegria, foi a beleza de vencer o fascismo. Abril é vida cheia contra o sonambulismo e contra a maldita guerra. O orgulho de Portugal é esse salto assombroso que nos abriu o século XX. Foi esse o nosso momento fundador. Portugal fez-se grande quando as mulheres ocuparam os palácios para neles fazer as creches dos seus filhos; quando trabalhou as terras abandonadas para pôr pão nas mesas onde faltava o pão; quando tirou as crianças dos campos e das fábricas e as pôs na escola; quando, no país mais analfabeto da Europa, o povo escreveu a sua própria história e, finalmente, gritou que a miséria não é virtude nem folclore, é exploração.

Aplausos do BE, do PS, do PCP, do L e do PAN.

Nesse dia em que o medo mudou de lugar, Portugal engrandeceu e ficou do tamanho de todos os sonhos. Temos uma gratidão infinita para com quem fez este tempo. Evocamos Catarina Eufémia e Salgueiro Maia, Maria Lamas e Amílcar Cabral, porque temos orgulho na nossa história.

Aplausos do BE, do PS, do PCP e do L.

Recusamos que este seja um dia de consolação para um tempo encerrado. O que trago aqui, em nome do Bloco de Esquerda, num abraço com todas e todos os democratas, é um alerta sobre o presente para um manifesto sobre o futuro. O que nos assombra chama-se capitalismo.

Risos do CH.

É o poder que transforma tecnologias em ameaças, que sacrifica imigrantes para beneficiar aqueles que exploram a sua ilegalização, que destrói o planeta de amanhã em nome dos dividendos de hoje.

É o capitalismo que faz da casa um ativo financeiro e um lugar inatingível, que ataca a democracia com discurso de ódio, que chama mérito à injustiça social, que nos impõe uma caricatura individualista de nós mesmos e nos reduz à condição de consumidor ou de contribuinte para, assim, nos proibir de imaginar um futuro coletivo, porque esse ao mercado, e só ao mercado, pertence.

Ora, a liberdade também é, e só o é plenamente, na definição dos nossos objetivos comuns: a nossa liberdade começa onde começa a liberdade dos outros. É sobre isso, este dia. Não uma consolação, mas a inspiração para um tempo aberto. Ousemos imaginar esse futuro coletivo.

O futuro é a sociedade que se organiza em torno do bem-estar, para garantir condições materiais e sociais, para que todos possam viver em segurança e prosperar.

O futuro é garantir trabalho digno, é libertar a criatividade, ter tempo para viver. E, por isso, contra a exploração — que se moderniza, mas não ameniza — afirmamos o direito ao salário e o direito ao descanso.

O futuro é decidir os objetivos sociais do esforço comum. E, por isso, contra a mão invisível que dilacera o que é de todos, afirmamos a planificação ecológica.

O futuro é aproveitar cada um dos avanços tecnológicos e científicos já alcançados, é libertar essa força imparável para a direcionar para fins que dizem respeito a todos.

O futuro será inteligência artificial e serão bibliotecas. Serão redes de comunicação e serão sempre teatros, dança, cinema, todas as artes. Será automação e será mais tempo para o trabalho que realiza, que desafia. Serão as tecnologias de produção descentralizada de energia e será a agricultura que respeita o saber ancestral e que garante alimentos de qualidade a todos. Será a biologia molecular e será o cuidado profissional. Será a comunidade humana com máquinas que não substituem o conhecimento, a solidariedade e a empatia.

Reclamar o futuro é, portanto, construir o progresso a favor da comunidade e distribuir todos os seus frutos. Contra o medo e os rancores existenciais, afirmamos a certeza de que aqui cabe o mundo todo. Todos temos o direito a viver em condições iguais e a ter o que precisamos para uma vida boa. Sim, vida boa, com tempo livre, respeito por cada um, fins coletivos, sonhos em comum, o imaginário descolonizado, ou seja, tudo aquilo que nos aproxima da liberdade.

Cito Tolentino Mendonça…

Vozes do CH: — Ah!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … para afirmar a nossa inteira dedicação a «…esta tarefa apaixonante, e sempre inacabada, de plasmar uma comunidade aberta e justa, de mulheres e homens livres, onde todos são necessários, onde todos se sentem — e efetivamente são — corresponsáveis pelo incessante trânsito que liga a multiplicidade das raízes à composição ampla e esperançosa do futuro. Portugal é e será, por isso, uma viagem que fazemos juntos. E uma grande viagem é como um grande amor.»

Nos 50 anos, o 25 de Abril, este é o nosso manifesto pelo futuro.

Viva o futuro, viva a liberdade, viva o 25 de Abril.

Aplausos do BE, do PS, do PCP, do L e do PAN.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.ªs e Srs. Deputados, Srs. Convidados, minhas Senhoras e meus Senhores: Há 50 anos descobrimos que não há só gaivotas em terra quando mulheres e homens se põem a pensar. Descobrimos que as gaivotas voam quando homens e mulheres se põem a pensar. Há 50 anos uma gaivota levantou voo. Essa gaivota voava, voava, e nós, como ela, ficámos também livres para voar.

Hoje, sabemos mais sobre a liberdade do que sabíamos naquele dia. Sabemos que é fundamental que as gaivotas voem, mas sabemos também que não é indiferente à liberdade que temos se as gaivotas voam mais alto ou mais baixo, se voam para a frente ou se voam para trás e, voando para a frente, se voam mais depressa ou mais devagar.

Aliás, Sr. Presidente, não é, desde logo, indiferente à liberdade que temos o próprio motivo que leva a gaivota a voar. Se levantar voo para substituir uma ditadura por uma democracia, voa para a liberdade; mas se levantar voo para substituir uma ditadura por uma ditadura de sinal contrário, na praia onde aterra a gaivota tem a mesma, ou nenhuma, liberdade que existia na praia de onde partiu.

É por isso que o general Ramalho Eanes sublinha o valor do 25 de Novembro e diz que é um erro separálo do 25 de Abril. É por isso que a Iniciativa Liberal apresentará, ainda hoje, uma deliberação nesta Assembleia para que o Programa das Comemorações do 25 de Abril da Assembleia da República passe a incluir uma cerimónia solene no cinquentenário do 25 de Novembro.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Memória e história são liberdade. Não somos menos livres porque temos uma longa história de quase 900 anos. E não, Sr. Presidente, história não é dívida; a história não obriga à penitência. Quem declara ser nossa obrigação indemnizar terceiros pelo nosso passado atenta contra os interesses do país, reduz-se à função de porta-voz de sectarismos importados…

Aplausos da IL e de Deputados do PSD.

… e, sobretudo, afasta-se do compromisso de representar a esmagadora maioria dos portugueses.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Há quem queira, ainda hoje, obrigar a gaivota a voar para trás. Há quem queira, por exemplo, ajustar contas com as mulheres do nosso país pela liberdade que conquistaram. Há mesmo quem queira, sob disfarces piedosos, voltar a perseguir mulheres, dedicar-lhes o destino, dizer-lhes o que é e o que não é próprio para elas.

Aplausos da IL e de Deputados do PSD.

A esses, neste mesmo lugar onde Natália Correia voou bem acima da cabeça bisonha de Morgado, digo que nunca é o caso de as mulheres voarem demasiado alto; é sempre o caso de esses que as querem sem liberdade não terem asas para as acompanhar.

Aplausos da IL e de Deputados do PSD e do PS.

Sr. Presidente, houve um tempo em que não se podia falar de nada. Depois, veio aquele tempo em que se podia falar de tudo. E, agora, vivemos num tempo em que parece que se pode falar de tudo, mas não se pode falar, na verdade, de nada. É urgente combater esse «wokismo» desnaturado, que em tudo se infiltra, que quer acorrentar as gaivotas do pensamento e da expressão.

Querem um exemplo? O Governo afirma, no seu Programa, que quer estimular a criação e o reconhecimento de plataformas de verificação de factos. Pergunto: qual é a entidade que vai fazer o reconhecimento de tais plataformas de verificação de factos? Qual é a entidade que vai dar às plataformas o selo de «Grandes Irmãos» verificadores? Respondo, aqui e agora, que pode ser qualquer entidade e, qualquer que seja, para nós, será sempre um «Ministério da Verdade». Por isso, estaremos frontalmente contra ele, agora e sempre.

Aplausos da IL.

A gaivota voa mais baixo do que devia quando o coletivismo ganha terreno e determina o caminho do indivíduo, quando esse caminho tem de fazer-se contra ou apesar do Estado, quando o Estado impede crescer pelo trabalho e quando o sucesso e o mérito das pessoas e das empresas não são celebrados, mas desvalorizados, criticados ou mesmo punidos.

A gaivota voa mais baixo do que devia quando o Estado tira muito mais do que aquilo que devolve em justiça, em saúde ou em educação. Quando um em cada três jovens foram obrigados a emigrar, quando um em cada quatro dos que cá estão não encontra emprego. Quando um em cada quatro dos que cá estão não encontra emprego, Srs. Deputados; quando três em cada quatro dos que trabalham ganham menos de 1000 €.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — A gaivota voa mais baixo do que devia quando o Estado tira muito mais do que devolve. E isso é verdade quando o IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) deixa de ser um imposto sobre o rendimento e passa a ser um imposto sobre a idade, punindo quem tem mais de 35 anos, quando faltam casas para comprar, porque os impostos e a burocracia atrasam a construção, e quando faltam casas para arrendar, porque o bafo frio das rendas congeladas do fascismo se manteve — pasme-se! — até hoje, obrigando pessoas privadas a fazer o papel social que cabe apenas ao Estado.

A gaivota voa mais baixo do que devia quando os mesmos de sempre se revezam entre si e não têm a ambição nem a coragem de pôr o crescimento económico à frente do crescimento de clientelas e burocracias. Quando a pobreza persiste e quando ter filhos, mesmo trabalhando, é uma via rápida para empobrecer.

Cinquenta anos depois, sabemos que a gaivota voou demasiado baixo, muito mais vezes do que devia, mas também sabemos que o caminho da liberdade nunca se faz quando as gaivotas voam para trás.

Cinquenta anos depois, já não há mais tempo, nem desculpas. Aos que à esquerda querem ser donos do 25 de Abril, aos que à direita se envergonham do 25 de Abril e aos outros, saudosos do bafio, da miséria e da opressão, aqui, solenemente, digo: saiam da frente, que atrás vem gente.

Aplausos da IL.

Aos que têm agora o poder, digo também: façam voar as gaivotas mais alto e mais depressa. E se não tiverem ambição para o fazer, nunca se esqueçam das palavras de Torga: em liberdade, os cidadãos são sempre donos do «terrível poder de recusar». Em liberdade, por cada gaivota que não levanta voo, por falta de coragem e sem ambição, há duas que se levantam, prontas para voar.

Sr. Presidente, viva o 25 de Abril! Viva a gaivota que voa quando mulheres e homens se põem a pensar! Viva a liberdade!

Aplausos da IL (de pé) e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado André Ventura, do Grupo Parlamentar do Chega.

Neste momento, abandonaram a Sala Deputados do PS
e Deputados do BE.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, demais Autoridades Civis e Militares, Srs. Convidados, Dignatários Nacionais e Estrangeiros: Ontem tinha preparado uma intervenção para este 25 de Abril; era a quinta intervenção que faria nesta Assembleia.

Depois de ouvir o Sr. Presidente da República durante o dia de ontem, optei por fazer diferente: não trazer nenhum papel, não trazer nenhuma orientação e falar, cara a cara, com os portugueses sobre o que me vai na alma neste 25 de Abril. Peço-vos perdão de terem de aturar o que vou dizer de seguida.

Há 50 anos fizemos uma revolução. E essa revolução deu-nos a liberdade, mas ao longo do caminho foi-nos tirando dignidade. Quem está em casa sabe do que falo. Gosta de olhar, de ver a festa, de saber que aqui estamos, mas sabe, também, que toda a liberdade que conquistámos, ora a fomos perdendo, ora a fomos desiludindo.

Não há maior força do que a desilusão com aqueles que prometem e dizem que vem aí uma manhã gloriosa e um dia ainda melhor, para logo de seguida dar uma noite ainda mais profunda. Sim, a desilusão daqueles que, hoje, nos estão a ver, mas não conseguiram ainda sair do salário mínimo nacional; sim, daqueles que nos estão a ver e que sabem que, ao fim de anos de governação do PS e do PSD, tiveram de emigrar para países que até chegaram — alguns deles — depois de nós à democracia e que hoje olham para Abril e ouvem aqui discursos dizendo «a manhã mais bela da Europa».

«A manhã mais bela da Europa»?! Como é que a manhã mais bela da Europa os obrigou a sair de casa dos seus pais, a partir para outra terra em busca de futuro melhor? Como é que «a manhã mais gloriosa da Europa» os fez sair da casa que amavam, da terra que ainda hoje amam, para ter de procurar o seu futuro fora de portas?!

Sem folhas, de coração aberto: os portugueses sabem que podemos celebrar Abril, devemos celebrar Novembro, mas, acima de tudo, devíamos celebrar o que ainda não celebrámos, que é dar dignidade ao povo português. Era isso que já devíamos ter feito há muitos anos, dar dignidade ao povo português.

Aplausos do CH.

Cinquenta anos de abril, 50 Deputados do Chega, ironicamente, nesta Assembleia.

Aplausos do CH.

Sem ajustes de contas, esta é a história que hoje aniquilou praticamente todos os que defendiam o fim da liberdade. Mas não aniquilou para se vangloriar, aniquilou para mudar este país em que vivemos. Dizia-se que Abril era justiça, a justiça que nos trouxe ao coração de Abril. E, neste ano em que estamos, vimos um Governo cair precisamente por suspeitas de corrupção, e uma grande parte do país não se preocupou com as suspeitas, mas em atacar quem investigava a corrupção.

Os portugueses que estão em casa sabem a que me refiro. O país que não é capaz de olhar para aqueles que, há anos, transformaram a oligarquia de Maio na oligarquia de Abril, em que três ou quatro famílias, sempre com os mesmos cartões ou com diferentes cores partidárias, foram olhando para o lado e dizendo: «Sim, sim, Abril, mas o dinheiro para este lado. Sim, sim, Abril, mas salários baixos.» E foram atrás não daqueles que defenderam a liberdade, mas daqueles que queriam investigar e punir a corrupção e disseramlhes: «Cuidado com quem se estão a meter, porque quando se metem com o poder político, vêm as exonerações, as demissões e a aniquilação de serviços.»

Vozes do PS: — Isso é mentira!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Cinquenta anos depois de Abril! Cinquenta anos depois de Abril, sabemos que uma grande parte nunca quis nenhuma justiça independente; quis sempre a justiça nas suas mãos, ou controlada através dos seus fios. E por isso é que, quando a coisa não corre bem, quando os portugueses veem com os seus olhos o que se está a passar na podridão do regime, olham para o lado e dizem: «Mas atenção, temos de celebrar Abril. É mais importante Abril. É mais importante o cravo que trazemos hoje ao peito.» Dizem, para quem sabe, para quem vê o país empobrecer, quem vê o regime apodrecer, quem vê a liberdade diminuir, que «o importante é celebrar Abril».

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não! O importante é dizermos que, de uma vez por todas, não é Abril que tem de se cumprir, é Portugal que tem de se cumprir! É Portugal que tem de se cumprir!

Aplausos do CH.

Ouvimos, hoje, saudar — e bem — os Capitães de Abril, saudar aqueles que fizeram Abril. Como é que passaram 20, 30, 40, 50, 60 minutos sem saudarmos aqueles que, ontem, ficaram com o coração apertado ao ouvir o Presidente da República — que eu não queria deixar esquecer aqui, sendo, por isso, a todos eles que eu me dirijo —, os ex-combatentes desta pátria? A todos, a todos os militares desta pátria, fazemos daqui uma enorme saudação de Abril, porque é vossa a democracia portuguesa, é vossa também a democracia portuguesa! É vossa também a democracia portuguesa!

Aplausos do CH.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, dirijo-me ainda, no tempo que me resta, àqueles portugueses que sabem que alguma coisa tem de mudar em Abril. Vou dirigir-me, por isso, a eles, porque compreendem esta linguagem. No ano em que celebramos 50 anos, em que mudamos de Governo, temos uma secretária de Estado que saiu de uma empresa pública a ganhar 3000 € ou 4000 €, foi para outra ganhar mais do que o Presidente da República e, pelo meio, pagámos-lhe uma indemnização.

Aplausos do CH.

Quando perguntarem onde está o dinheiro em Portugal, nunca pensem que Portugal é um país pobre. Portugal não é um país pobre. Portugal ficou foi pobre porque esta oligarquia que se instalou, agarrada como tudo ao poder e ao dinheiro, nunca abdicou de um euro por vocês que estão em casa!

Aplausos do CH, de pé.

Nunca abdicou de um euro por vocês que estão em casa!

É aí, é nas indemnizações, é nos observatórios, é no dinheiro que circula e que gera entre Bruxelas e Lisboa, entre cargos e gabinetes que não param e não cessam, é aí que está o dinheiro que podia aumentar salários, é aí que está o dinheiro que podia aumentar pensões, é aí que está o dinheiro que podia permitir que a saúde e a habitação deste país funcionassem.

Eu sei, o regime não gosta de ouvir isto e vai sempre dizer que são os fascistas, que são os antirregime, os que não querem celebrar Abril. Mas os portugueses sabem que houve, sim, uma oligarquia que se instalou no poder em Portugal e que não fez mais do que trocar entre si favores ao longo dos últimos anos para se perpetuar no poder.

Meus senhores, do que da nossa parte depender, o vosso poder está a terminar em Portugal, porque nós tudo faremos para cumprir Portugal.

Aplausos do CH.

Termino, Sr. Presidente, dirigindo-me diretamente, se mo permitir, ao Presidente da República de Portugal. E lamento muito dizê-lo, Sr. Presidente da República, o Sr. Presidente traiu os portugueses quando disse que temos de ser culpabilizados e responsabilizados pela nossa história, que temos de indemnizar outros países pela história que têm connosco.

Com todo o respeito pelos que aqui estão hoje, de outros países, Sr. Presidente: o senhor foi eleito pelos portugueses, não foi eleito pelos guineenses, pelos brasileiros, pelos timorenses, foi eleito por nós!

Aplausos do CH, de pé.

Foi eleito pelos portugueses! É a eles que tem de respeitar, antes de tudo! É a eles que tem de respeitar, antes de tudo! São os portugueses quem temos de respeitar antes de tudo!

Aplausos do CH.

Pagar?! Pagar?! Pagar o quê? Pagar a quem, se nós levámos mundos ao mundo inteiro, se, hoje, nos quatro cantos de Portugal há alma portuguesa, se hoje em todo o mundo se elogia aquilo que é a pátria e o mundo da língua portuguesa?!

Sr. Presidente, não quero prender ninguém, nem responsabilizar, eu tenho orgulho na nossa história, eu amo a história deste país e o Sr. Presidente também devia amar a história deste país.

Aplausos do CH.

Viva Portugal! Viva Portugal! E Viva Portugal!

Aplausos do CH, de pé.

Neste momento, regressaram à Sala Deputados do PS e Deputados do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, em representação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes Ramalho Eanes e Cavaco Silva, Srs. Antigos Presidentes da Assembleia da República, em vós saudando todos os antigos parlamentares, Srs. Capitães de Abril e Srs. Representantes da Associação 25 de Abril,...

Aplausos do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN, de pé.

... e em vós saudando o Movimento das Forças Armadas, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal de Justiça e demais Tribunais Superiores, demais Autoridades Civis e Militares, Sr.as e Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Há 50 anos, um movimento de capitães pôs fim à mais antiga ditadura da Europa ocidental. Uma ditadura de direita fascista que humilhava, prendia e torturava. Um regime assente numa elite que controlava uma economia onde os trabalhadores eram apenas força de trabalho descartável, sem direitos, e que condenou a grande maioria do povo à pobreza e ao analfabetismo.

Era um país de cidadãos de segunda e onde as mulheres eram cidadãs de terceira, onde o acesso à saúde dependia da carteira, onde a educação era um privilégio para uma minoria, onde a proteção na velhice era residual e onde a justiça não existia, sobrando a arbitrariedade e o abuso.

Com o 25 de Abril, não conquistámos apenas o direito de votar ou de dizer o que pensamos sem medo. Com Abril, os portugueses agarraram-se a uma ideia de país, de comunidade democrática, de povo, de prosperidade e de futuro. Quiseram construir uma democracia plena, uma democracia política, económica e social, uma comunidade de liberdade igual para todos, uma comunidade de responsabilidade e solidariedade, onde os problemas de uns passassem a ser os problemas de todos.

As portas que Abril abriu transformaram um Estado repressivo num Estado de direito democrático e social. É verdade que a concretização dos sonhos de Abril é um trabalho imperfeito e ainda inacabado, mas os portugueses venceram.

Venceram porque construíram em conjunto um serviço nacional de saúde que não pergunta a ninguém se tem dinheiro para pagar o tratamento de que necessita...

Aplausos do PS, do BE e do L.

... e que permitiu aos portugueses ter níveis de saúde equiparados aos dos países mais ricos do mundo.

Venceram porque construíram, em conjunto, uma escola pública que garante a todas as crianças, independentemente dos recursos dos seus pais, formação de qualidade e que permitiu ao país, ao fim de décadas de atraso, aproximar-se dos níveis de qualificação europeus.

Venceram. Venceram porque construíram em conjunto um sistema de segurança social e de pensões que reduz a pobreza e protege os mais velhos da dependência da caridade alheia ou dos humores dos mercados financeiros.

Venceram porque conseguiram, em conjunto, construir um sistema de proteção laboral que defende o trabalhador da discricionariedade do patrão.

Aplausos do PS, do BE e do L.

Venceram porque mostraram, em conjunto, que o Estado de direito democrático e social não é um obstáculo à liberdade, mas o instrumento pelo qual os portugueses podem garantir que a liberdade efetiva é para todos e não apenas para os de cima.

É por isso que Abril é mais do que história, Abril é mais do que memória: Abril é vitória.

Aplausos do PS, do BE e do L.

E é com o espírito dessa vitória que encaramos os desafios e os problemas que, enquanto povo, enfrentamos hoje.

São desafios e problemas que, 50 anos depois, não se resolvem com mais liberalismo e um Estado ao serviço da minoria; um liberalismo que se alimenta de um individualismo egoísta e que só garante liberdade a uma minoria, ao mesmo tempo que desprotege a grande maioria.

Liberdade a sério é a liberdade igual para todos e não apenas para os que têm mais. Os desafios e os problemas que enfrentamos hoje não se resolvem com políticas fiscais injustas, que desoneram quem mais tem e menos precisa e que reduzem a capacidade do Estado para dar resposta às necessidades sociais, para dar mais liberdade à maioria do povo.

Os desafios e os problemas que muitas famílias enfrentam não se resolvem com populismo, com uma política que explora os nossos sentimentos mais negativos, com uma política dura com os fracos porque lhe falta a coragem para ser dura com os fortes…

Aplausos do PS, do BE e do L.

… e que se alimenta da angústia e da incerteza vivida pelo povo, tantas vezes fruto das rápidas mudanças sociais e culturais.

Portugal é um país de emigrantes. Os portugueses sabem bem o que é ter de partir à procura de uma vida melhor longe de casa, dos familiares e dos amigos e sofrendo com a ansiedade do desconhecido e a incerteza do futuro.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Mas hoje somos, também, um país de imigração, e há duas formas muito distintas de lidar com esta realidade, e nenhuma delas tem que ver com o *slogan* vazio das portas fechadas ou escancaradas. Uma forma usa a imigração como arma política para promover o ódio e a divisão e alimentar o medo e a insegurança.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — A outra reconhece os desafios da imigração, a necessidade que temos de trabalhadores estrangeiros, de os tratarmos como exigimos que os portugueses lá fora sejam tratados,...

Aplausos do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN.

... de alargarmos o Estado social para responder aos que nos procuram para viver e trabalhar sem prejudicar os que cá vivem, de combatermos o tráfico ilegal de seres humanos e a exploração laboral dos trabalhadores estrangeiros pelos empresários que os contratam.

Este desafio enorme só se vence com um sentido de profunda humanidade e respeito pelo outro.

A Sr.ª **Alexandra Leitão** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Os avanços na liberdade da família e dos direitos das mulheres também geram, por vezes, reações de rejeição. Nos últimos 50 anos, os portugueses conquistaram o direito a viverem com liberdade, a amarem quem quiserem e a constituírem a família que desejam. Conquistaram o direito a serem felizes, sem terem de se esconder ou sentir vergonha de como são e se sentem. Abril não proíbe nenhuma família, Abril é liberdade e alegria!

Aplausos do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN.

E as mulheres, nas últimas décadas, emanciparam-se e libertaram-se, passaram a não ter de pedir licença para procurarem a sua felicidade. A partilha do poder e o fim da hegemonia do homem gera resistência e há quem, na direita radical, a promova e a explore. Mas já não há recuo possível: as mulheres em Portugal já conquistaram o direito a perseguir os seus sonhos.

Aplausos do PS, do BE, do L e do PAN.

Sim, os avanços sociais e culturais geram, muitas vezes, reações de incompreensão e até de rejeição. O PS aqui estará para defender a democracia política e a democracia social e cultural dos ataques dos seus novos e velhos inimigos. Foi uma e outra que Abril construiu, uma e outra estão sob ataque e uma e outra terão a nossa proteção.

E, como diz a Capicua, «Eles têm medo de que não tenhamos medo», e nós não temos.

Aplausos do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN.

Risos do CH.

Vozes do CH: — Ao contrário! Vocês é que têm medo de que nós não tenhamos medo!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — E nós não temos. Nós sabemos bem, enquanto povo, o que está em causa: preservar e defender o que conquistámos e resistir às tentativas de retrocesso social, económico e cultural.

A memória não deve apenas conservar o passado, mas ser capaz de preservar promessas e esperanças, uma memória viva que valorize os avanços conseguidos, mas que reconheça o que falta ainda fazer; uma memória ao mesmo tempo generosa e exigente, que tenha um pé no passado e outro no futuro, e que reconheça no espírito do 25 de Abril a nossa âncora moral. O 25 de Abril é o «dia inicial», não há outro igual.

Aplausos do PS, do PCP, do L e do PAN.

Os portugueses têm motivos para ter orgulho do que alcançaram ao longo dos últimos 50 anos de democracia e, a partir deles, projetar os próximos 50 com esperança, confiança e ambição.

Esperança nas suas — nas nossas — capacidades; confiança nos nossos valores, nos valores de Abril; e ambição. A ambição de construir um país próspero e desenvolvido para todos, onde ninguém é um cidadão de segunda, esquecido ou invisível. A ambição de construir um país onde os jovens podem realizar os seus sonhos e concretizar os seus projetos pessoais, familiares e profissionais. Um país onde as mulheres não têm de escolher entre progredir na carreira ou cuidar da família; onde os mais velhos veem uma vida de trabalho respeitada com uma reforma digna; onde quem trabalha se sinta reconhecido…

Aplausos do PS.

… e onde os trabalhadores manuais são tão respeitados quanto os trabalhadores intelectuais. Um país onde cada um conta e onde todos são reconhecidos como membros da comunidade que tem no Estado social a sua melhor tradução, uma comunidade de direitos e deveres onde todos contribuem em função das suas capacidades e beneficiam em função das suas necessidades.

Foi com um país assim que quem fez Abril sonhou. É um país assim que devemos construir — nós, todos aqueles que queremos honrar Abril.

Viva a liberdade, viva o 25 de Abril, viva Portugal!

Aplausos do PS (de pé), do BE, do PCP, do L e do PAN.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, dou a palavra à Sr.ª Deputada Ana Gabriela Cabilhas.

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.as e Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores e demais Altos Dignatários do Estado, Autoridades Civis, Militares e Religiosas,

Sr.as e Srs. Deputados, Excelências: Há 50 anos, o vermelho vivo dos cravos substituiu o vermelho do sangue que, naquele dia, podia ter sido derramado. Os cravos floriram nas armas e a esperança iluminou um novo futuro para Portugal.

Aplausos do PSD.

O futuro de um país onde o sol nascia para todos, mas o privilégio da sombra era só para alguns; de uma nação de gente boa, apesar de ferida, detida e torturada; de um país de meninos e meninas que não terminavam a 4.ª classe, para trabalhar; de um país onde, ao mesmo tempo que se dividia uma sardinha para alimentar dois ou três, se multiplicavam as sementes da Revolução por quatro ou cinco; de uma nação onde as mulheres não podiam ser donas de si. O futuro de uma pátria chamada ao sofrimento de uma guerra colonial que não queria que fosse sua, mas que fez das convicções de paz e fraternidade a sua maior arma; de uma nação onde os jovens tinham de decidir matar, morrer ou fugir à pátria;...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — ... de um país onde muitos levantaram a voz e usaram a arte pelos que eram silenciados; onde muitos resistiram, unidos contra a servidão de quem, agarrado ao poder, via e fingia não ver, ouvia e fingia não ouvir; de um Portugal que sonhava em ser livre.

Aplausos do PSD.

Como as estrofes imortais de Camões que narram feitos dos «heróis do mar» ou as palavras apaixonadas de Torga que ecoam pelas serras de alma lusitana, a nossa história é farol de luz que nos guia, porque um país sem memória traça o seu próprio fim.

Hoje, mais do que um justo elogio ao passado, que agradecemos e admiramos, importa renovar um compromisso com o futuro.

Aplausos do PSD.

A minha geração nasceu e cresceu em democracia. Somos filhos de um Portugal que, tal como a semente, germinou na escuridão para dar flor e fruto em liberdade.

Mas questionemos: vibra hoje tão intensamente como há 50 anos a chama da liberdade? Estamos tão comprometidos com a liberdade individual como há 50 anos? Vivemos com igual empenho a democracia?

Não podemos admitir que a melhor versão da nossa democracia tenha ficado no passado, cristalizada na Revolução dos Cravos.

Vozes do PSD e do CH: — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Abril não é apenas um marco na história, é uma revolução contínua e inacabada.

Abril desafiou os grilhões do passado e abriu portas a um futuro de sonhos e possibilidades; trouxe a insatisfação, a inquietação e o desassossego; trouxe a liberdade que liberta, a liberdade de ser, de pensar, a liberdade para ambicionar mais e melhor e para tomarmos o futuro nas nossas mãos.

Nos 50 anos da democracia, somos chamados a ser os guardiões do seu futuro, de uma democracia melhorada e reconciliada com o povo, que não se contenta em sobreviver, mas que procura florescer com a intensidade de Abril de 1974, de Novembro de 1975 ou da ida às urnas para a Assembleia Constituinte.

A voz do povo é a maior força da democracia. Por isso, a Casa da democracia deve escutar o povo, para devolver ao povo a concretização das suas legítimas expectativas.

Aplausos do PSD.

A solução está nesta Câmara, em cada um de nós, recusando que os extremistas radicalizem a sociedade,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — ... dividindo-a em dois: os políticos e o povo.

Aplausos do PSD e de Deputados do PS.

Não! Os políticos estão ao serviço do povo. Os políticos são, também eles, o povo. Os nossos corações aceleram tanto quanto conquistamos em conjunto e apertam tanto quando falhamos coletivamente.

Aplausos do PSD e de Deputados do PS.

Porque aqui não há «nós» e «eles». Somos todos Portugal.

Aplausos do PSD, de Deputados do PS e da IL.

Hoje, temos liberdades que não tínhamos há 50 anos, mas há um Portugal que está por fazer. Onde está a liberdade sem verdadeira igualdade de oportunidades?

A igualdade de oportunidades vem com a solução aos problemas das pessoas — que sabemos existirem —, que este Governo e esta Assembleia estão dedicados em resolver: elevando o debate

político; convocando a tolerância e o diálogo para a atividade parlamentar; percebendo que aqui não são os partidos que ganham ou perdem, são os portugueses que têm de ganhar;...

Aplausos do PSD e de Deputados do PS.

... rejeitando soluções simplistas para desafios complexos, jamais tratando os extremismos com mais radicalismo; levantando a voz a qualquer revisionismo histórico de saudade soviética; reforçando a responsabilização dos titulares de cargos públicos; combatendo o populismo, a demagogia e a desinformação; envolvendo a sociedade civil, dando lugar às novas gerações e a mais mulheres na política; lutando por uma justiça que funcione, apoiando o jornalismo independente; rejeitando vagas «wokistas», a nova censura «do bem» e a doutrinação da educação protagonizados por extremismos em polos opostos de pensamento ideológico;...

Aplausos do PSD.

... substituindo a política de café e do comentário nas redes sociais por mais participação na comunidade; rompendo com os interesses instalados; concretizando as reformas pelas quais o país grita; dizendo «não» a quem quer dividir o país.

Aplausos de Deputados do PSD.

O futuro da nossa democracia não é certo, mas a forma como o preparamos é a chave para melhor a defender, com mais progresso, mais solidariedade, mais respeito pelas pessoas e pela dignidade que a todos deveria estar consagrada, pelo planeta e os seus recursos.

Que os feitos grandiosos nos inspirem a erguer novos horizontes de esperança. Que a minha geração, que as diferentes gerações façam, cada uma, a sua parte para que Portugal possa ser novamente sonhado, para um futuro com história, porque contar-se-á desta história a mudança que soubermos protagonizar.

Pela «nação valente» que é de todos — dos que a construíram e dos que a herdaram; dos militares, combatentes, e dos que têm uma dívida de gratidão para com eles; dos mais afastados da política e dos que exercem funções públicas; dos que se desiludiram e dos que precisamos que voltem a votar; do interior e do litoral; das ilhas e do continente; dos mais novos e dos mais velhos; dos que, em desalento, emigraram, e dos filhos de Portugal que queremos que voltem a casa;...

Aplausos do PSD e da IL.

... de homens e mulheres —, independentemente de quem somos, de onde vimos, de quem amamos, que cada português, onde que quer esteja, saiba que o coração da Pátria bate em uníssono com o seu, porque a essência da liberdade está dentro de nós e é ela «quem mais ordena».

Viva Portugal.

Aplausos do PSD (de pé), da IL e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.ª e Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Srs. Presidentes António Ramalho Eanes e Aníbal Cavaco Silva, Autoridades Civis, Militares e Religiosas, Sr.ª e Srs. Presidentes João Bosco Mota Amaral, Jaime Gama, Assunção Esteves, Eduardo Ferro Rodrigues, Sr.as e Srs. Embaixadores, Ilustres Convidadas e Convidados, Sr.as e Srs. Deputados, Caras e Caros Cidadãos: Uma primeira palavra para os Capitães de Abril; uma palavra que partilho com todas as mulheres e homens que saíram à rua naquele dia.

Temos o protocolo e o ritual do 25 de Abril, discutimos muito as causas, as consequências, a teoria, a ideologia e a política do 25 de Abril, alimentamos debates e guerras culturais sobre Abril e esquecemo-nos do mais simples, do mais elementar: se o 25 de Abril tivesse falhado, o regime teria sobrevivido. Pior, mas teria sobrevivido.

Os portugueses teriam sobrevivido. Pior, muito pior, mas teriam sobrevivido. Este país teria um amanhã. Pior, certamente pior.

Se o 25 de Abril tivesse falhado, os únicos que não teriam um amanhã seriam estes homens. E sabiam-no! Todos o sabiam, e mesmo assim fizeram-no. E a maior parte deles voltou a fazê-lo no dia 25 de Novembro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Era mais fácil não sair à rua, ter um pretexto ou inventar uma desculpa. Era mais fácil optar pela neutralidade ou permanecer a meio do caminho. Nenhum deles seria julgado por ficar; todos seriam julgados por fazer.

Esta é a definição de coragem, e coragem física, concreta, real, porque os discursos — como este — fazem-se de palavras e simpáticas intenções, mas a história faz-se de coragem e de ações.

Aplausos do PSD e da IL.

Este é o princípio que me leva à segunda palavra desta minha intervenção.

Um dos grandes mitos do 25 de Abril é o *slogan*, tantas vezes repetido, de «um dia sem sangue». Sr.as e Srs. Deputados, há, pelo menos, quatro famílias que discordam desta ideia.

Naquele dia, houve gente que estava no sítio errado à hora errada, gente que saiu de casa para apoiar a Revolução, gente que já não voltou a casa. Foram as últimas vítimas da polícia política do regime e é tempo de dizer os seus nomes nesta Sala: Fernando Giesteira;...

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L,
do CDS-PP e do PAN.

… Fernando Barreiros dos Reis;…

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP e do PAN.

João Arruda; e…

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP e do PAN.

… José Barneto.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP e do PAN.

Não basta dizer os seus nomes, é preciso expressar a nossa gratidão.

Esta semana, tomei a iniciativa de convidar as famílias para, pela primeira vez, estarem nesta Sessão Solene. O convite foi para que vissem com os próprios olhos o que o sacrifício dos seus conquistou, a ver-nos e a ouvir-nos. E aqui está a família de Fernando Barreiros dos Reis. Peço, por isso…

Aplausos gerais, de pé.

Ia pedir que a Assembleia, em uníssono, batesse palmas, mas não foi preciso, pelo que não é necessário dizer esta parte que tinha aqui na minha intervenção.

Risos.

Sr.as e Srs. Deputados, liberdade de expressão, liberdade de imprensa, liberdade de associação, democracia, saúde, educação, justiça, habitação, separação de poderes, desenvolvimento, são, repetindo o lugar-comum, conquistas de Abril; princípios consagrados como direitos concretos, direitos, até, constitucionais.

Mas há outros princípios que Abril nos trouxe e que raramente valorizamos. Princípios que devem, também, ser considerados como direitos e que o poder político até tem dificuldade em gerir: o direito e o dever de exigir mais de quem nos governa; o direito e o dever de concretizarmos os nossos sonhos individuais. Nada disso existia no dia 24.

Alguns podem dizer que Abril está por cumprir. Direi que, cinco décadas depois, Abril mudou; só podia mudar.

O país quer mais, exige mais: mais saúde, mais educação, mais justiça, mais habitação, mais desenvolvimento. E o país tem razão. Continuamos a querer concretizar os nossos sonhos; temos é mais sonhos e temos sonhos maiores.

Temos a certeza vivida de que só há verdadeira liberdade com autonomia e independência financeira, enquanto país e enquanto indivíduos. Esta exigência permanente, evolutiva e mutável dos portugueses é a pesada herança que os Capitães de Abril deixaram a esta Câmara, mais concretamente, a todos nós, aos políticos. E é essa pesada herança que explica tantos e tantos portugueses desiludidos, tantos e tantos portugueses zangados, tanta e tanta polarização, tanta radicalização e tanto populismo.

Devemos culpar os portugueses por isso? Devemos culpá-los pelas suas escolhas nas urnas?

Tenho genuínas dúvidas de que a resposta a isto seja mais ideologia, mais guerras culturais, mais partidarização, mais tática política ou mais jogos parlamentares. A desilusão de uns resolve-se com boa governação; a polarização de outros resolve-se com soluções, com ações concretas e não com palavras e discursos mais ou menos inflamados.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — E notem a expressão que propositadamente usei: «resolver». Não disse «combater».

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — A Casa da democracia não é um castelo fechado em si mesmo, protegido atrás de grades que, por conforto ou segurança, simbolicamente fomos deixando ficar. A Casa da democracia não pode servir para defender o regime — essa era a outra, a dita «Assembleia Nacional». E muito menos a Casa da democracia serve para defender a democracia. Serve, isso sim, para construir a democracia todos os dias, com mais políticas que política, com mais coragem que jogos ou preocupações com a popularidade. A diferença entre defender e construir é a diferença entre 24 e 25 de Abril.

Aplausos do PSD, da IL, do PAN, de Deputados do CH e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Sr.as e Srs. Deputados, o primeiro a perceber isto mesmo terá sido Mário Soares. Soares — essa personalidade quase tão polémica quanto marcante — foi a personificação maior de um espírito de bom senso e sabedoria que hoje, em política, chamamos de moderação.

O homem que combateu o Partido Comunista Português nas ruas foi o mesmo que não permitiu a sua ilegalização. O homem que amnistiou Otelo foi o mesmo que trouxe Spínola para junto de si. O que alguns podem chamar de contradições ideológicas e políticas, ele chamaria de reconciliação,...

Aplausos do PS, de Deputados do PSD e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

... de respeito pela diferença de pensamento, pela diversidade das ideias; não por uma casta noção de tolerância, mas pela certeza de que o país só cresce e só se desenvolve com a diferença e pela diferença, com a certeza de que a diferença exige mais de nós — muito mais de nós! — e de que a diferença soma e acrescenta. Isso é sabedoria, isso é bom senso.

Como português, cidadão e eleitor, só posso esperar o mesmo para esta Casa: o respeito pela diferença de que a composição desta Assembleia é hoje exemplo, fruto da afirmação livre da vontade popular.

Aplausos do PSD, de Deputados do PS, do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida e do Deputado do CH Diogo Pacheco de Amorim.

Diferença que todas as semanas exercitamos com a exigência de elevação que distingue o ser democrata.

Sim, Sr.as e Srs. Deputados, eu ainda sou do tempo em que tínhamos parlamentares aparentemente muito educados, formalmente muito respeitadores da dignidade das instituições, que pensavam todos da mesma forma, que concordavam uns com os outros e que diziam as mesmas coisas. Esta Assembleia já teve isso mesmo.

E depois, fez-se o 25 de Abril.

Aplausos do PSD, da IL e do CDS-PP (de pé), do PS, do L, do PAN e de Deputados do CH.

Vai agora usar da palavra Sua Ex.ª o Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República** (Marcelo Rebelo de Sousa): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Srs. Presidentes António Ramalho Eanes e Aníbal Cavaco Silva, Srs. Capitães de Abril, Sr.ª e Srs. Presidentes João Bosco Mota Amaral, Jaime Gama, Assunção Esteves e Eduardo Ferro Rodrigues, Srs. Primeiros-Ministros Francisco Pinto Balsemão e José Manuel Durão Barroso, Srs. Embaixadores, Sr.as Deputadas, Srs. Deputados, Excelências, Portugueses: Cinquenta anos passaram desde que um império de cinco séculos acabou. Uma ditadura de quarenta e oito anos foi deposta. Do império nos virámos para a Europa. Mudámos quatro vezes de regime económico.

Parece que foi ontem, ou anteontem. Mas não foi — foi há meio século.

Dei hoje comigo a ver-me há 48 anos, sentado neste Hemiciclo, na Assembleia Constituinte, e não encontro aqui — a não ser dois antigos Presidentes da Assembleia da República e um antigo

Primeiro-Ministro, também conselheiro de Estado, Constituintes, e alguns Capitães de Abril — muitos mais desse tempo, nesta Sala. É a lei da vida.

Decididamente, até por isso, vale a pena tentar compreender o 25 de Abril: porque não foi antes, porque foi como foi, o que uniu, mas dividiu, os seus tempos e modos, e como chegámos até hoje.

Primeira questão: porque foi tão tarde o 25 de Abril?

Porque vários impérios coloniais ainda eram tidos por quase eternos até ao fim da II Guerra; porque esse sonho e ilusão durou entre nós nos anos 50 e, para uma ditadura em queda, após a campanha presidencial de 1958, se converteu, com as guerras de África, na última narrativa-alibi para tentar sobreviver; e porque o sucessor do chefe do regime só em 1972 tornou totalmente visível a impossibilidade de democratizar, sequer de liberalizar e, sobretudo, de descolonizar.

Assim, as tentativas militares e civis de abreviar o império, de obrigar à sua transição, de preparar o seu fim, falharam todas. As da oposição, sempre severamente reprimidas; as da situação, sempre ignoradas. O império, mesmo já sem futuro, agarrou-se, e com ele a ditadura, à ilusão da sobrevivência impossível.

Segunda questão: porque foi como foi?

Porque só assim teria sido possível. A ditadura nascera pela mão das Forças Armadas, dos jovens oficiais revoltados com a indiferença política perante a sua quase solitária luta na Grande Guerra.

A ditadura cairia pelas mãos de outros jovens capitães, com uma, duas, três, quatro, cinco comissões africanas, livres, conhecedores do terreno e da situação nele vivida, descomprometidos ou mesmo opositores à ditadura.

Em menos de um ano, passaram da luta pela dignidade da condição militar aos olhos da sociedade portuguesa para a análise do que se vivia em África e para duas conclusões: não se antevia solução política para a guerra e, apesar do corajoso combate de centenas de milhares de jovens, não havia vitória militar possível nessa guerra, num tempo em que as guerras não duravam décadas e num país com mais de um milhão de portugueses a emigrar em pouco mais de 10 anos. Se não responsabilizassem o poder da ditadura, acabariam por ficar os únicos responsáveis por aquilo que não tinham decidido e não tinham tido condições para mudar.

Em menos de um ano, aqueles jovens militares organizaram-se, prepararam-se, concluíram que a ditadura devia cair e que deveriam ser eles a derrubá-la. Não os políticos que governavam. Não os grupos económicos, mesmo os mais abertos à Europa, mas ainda ligados a África. Não apenas os abnegados partidos, sindicatos, movimentos, militantes de décadas de resistência. Não apenas os estudantes, a cultura, aquela parte da Igreja Católica já em mudança. Só eles, ligados a todos os mais, mas os únicos com poder militar para depor um regime desde sempre assente no poder militar que controlara.

E fizeram-no sem sangue, a não ser — recordou V. Ex.ª muito bem e muito justamente — o do desespero da polícia política da ditadura, que fez derramar, num dia de «revolução sem sangue», sangue de vítimas inocentes.

Daqui saúdo, com gratidão que não prescreve, os jovens Capitães de Abril, os únicos a poderem ter feito o que fizeram em 25 de Abril de 1974. Saúdo-os a todos: aqueles que temos hoje connosco e aqueles que partiram durante este meio século.

Aplausos do PS, do BE, do PCP, do L, do PAN e de Deputados do PSD.

Terceira questão: porque foi tão agitado o pós-25 de Abril, o chamado processo revolucionário, de cerca de dois anos?

Porque o movimento militar se converteu, pela presença massiva do povo, em Revolução. Porque dentro de qualquer revolução não há uma, mas inúmeras revoluções, com projetos diferentes e líderes diversos, militares e civis, já que aos partidos vindos da clandestinidade se juntaram outros, entretanto formados.

E como em todas as revoluções, e como em todas as constituintes e constituições, há quem ganhe e há quem perca. E isso mudou ao longo da Revolução. Uns queriam, primeiro, levar mais longe a sua revolução, outros abreviá-la com a sua Constituição. E dentro de uns e de outros, e dos pactos assinados entre os jovens Capitães e partidos, muito foi mudando entre 1974, 1975 e 1976, sendo então Presidentes dois destacados chefes militares e governantes na ditadura — um destemido detonador de consciências pela sua obra de 1973, nas vésperas de Abril, o outro viria a ser decisivo para evitar um confronto civil em novembro de 1975.

No fim, ganhou um setor político-militar, protagonizado, de algum modo, pelo *Documento dos Nove*, de que sairia o nome do candidato a primeiro Presidente da República eleito, aqui hoje connosco, essencial na transição da Revolução para a democracia, que saúdo muito efusivamente, sempre teimosamente avesso, na sua humildade, a todas as homenagens, incluindo a do marechalato.

Aplausos do PSD, do PS, do CH, da IL, do L e do CDS-PP (de pé), do BE, do PCP e do PAN.

Também ganhou um partido, que liderou, várias vezes, uma frente ampla na Revolução e arbitrou — fui disso testemunha — os dificílimos compromissos na Constituinte.

Um partido liderado por um homem que acabou por ser, de facto, o imediato vencedor civil da Revolução. Já não está entre nós, mas este ano celebra-se o centenário do seu nascimento e é justo evocá-lo, até por ter somado um percurso singular na Revolução e na democracia a uma longa luta contra a ditadura.

Aplausos do PSD, do PS e do L (de pé), da IL, do BE e do CDS-PP.

Ele foi o imediato vencedor civil, mas a história recorda, com o devido relevo, três outros principais pais fundadores do sistema partidário, desde logo, que enumero pelo peso dos seus partidos na Constituinte.

Aquele que foi o primeiro Primeiro-Ministro do hemisfério oposto ao vencedor civil imediato e que teve um papel muito marcante na génese da democracia. Apesar de ter estado meia Revolução afastado por doença e, depois, tragicamente morto, muito no começo de uma carreira notável.

Aplausos do PSD, do PS, do CH, da IL, do L e do CDS-PP (de pé), do PAN e da Deputada do BE Joana Mortágua.

O segundo, seguindo a ordem do peso na Constituinte: o mais antigo e mais persistente lutador contra o salazarismo, com mais provas de resistência na prisão, na clandestinidade e no exílio.

Aplausos do PS, do BE, do PCP e do L (de pé), do PAN e da Deputada do PSD Teresa Morais.

E o terceiro: o líder da formação mais conservadora, que votou mesmo contra a Constituição, mas que garantiu, em tempos muito difíceis, a existência de um mais amplo leque de pluralismo político em Portugal. Não o podemos também esquecer.

Aplausos do PSD, do PS, do CH, do L e do CDS-PP (de pé), da IL e do PAN.

Muitos e muitos outros, como eles, batalharam e tantas vezes venceram. E outros batalharam e perderam, pouco ou muito. E alguns se desiludiram: uns, no próprio 25 de Abril, outros no 28 de Setembro, outros no 11 de Março, outros no «Verão quente», outros no crucial 25 de Novembro — que acabou por definir o desfecho da Revolução e, por isso, a justo título, tal como a Constituinte e a Constituição, desde sempre foi pensado para integrar as celebrações de Abril, que só terminarão em 2026 —, outros ao longo dos últimos 50 anos.

É assim a história, faz-se e refaz-se de altos e baixos, amiúde mais de baixos do que de altos.

Quarta questão: esses altos e baixos terão comparação com qualquer outro movimento político, militar, social na nossa história contemporânea, na história dos nossos parceiros europeus mais antigos ou dos nossos parceiros europeus mais recentes?

Não, não tem comparação.

O 25 de Abril implicou, ao mesmo tempo, o fim de um império de cinco séculos; o fim de uma ditadura de 48 anos; a integração económica e política na hoje União Europeia e quatro mudanças de regime económico — de uma economia meio colonial, meio europeia, para afirmadamente europeia; nacionalizações e expropriações revolucionárias; reprivatizações mais tardias e lentas, para mãos portuguesas e, anos volvidos, numa parte, de mãos portuguesas para mãos estrangeiras.

E tudo num tempo concentrado. Descolonização, nacionalizações e expropriações em 1974 e 1975, fora os efeitos decorrentes. Democratização só verdadeiramente completada com o fim do período transitório, em 1982. A entrada na Europa, em 1986. A reprivatização dos setores-chave da economia, a partir de 1992 e quase até ao presente. A CPLP, em 1996.

Nenhuma outra revolução ou golpe militar foram comparáveis na nossa história contemporânea — 1820, 1910 ou 1926.

Nenhum outro império europeu moderno enfrentou todos estes desafios ao mesmo tempo em menos de 30 ou 40 anos. O espanhol, findara no século XIX. O britânico ou francês, no termo da Segunda Guerra, e estes dois já eram democracias consolidadas e integradas na Europa.

Nenhum dos nossos parceiros de Leste tivera impérios extraeuropeus nem vivera descolonização com democratização, com integração europeia e quatro mudanças de regime económico como nós.

Por isso, é injusto comparar o incomparável, esquecer os custos globais daquilo que vivemos e até os custos da Revolução, que só existiu porque a ditadura não soube, ou não quis, fazer uma transição, ao contrário da vizinha Espanha.

Quinta questão: e como foi, com esses custos, com tão complicados prazos, o só ser democracia plena oito anos depois de 1974, só ser integração na Europa 12 anos depois, só ter economia como europeia 18 anos depois, só constituir a CPLP 22 anos depois? Como foi?

Sabemos como foi.

Três ciclos se sucederam, muito diversos: o ciclo da estabilização do regime político de 1976 a 1986, nascido à esquerda, terminado à direita; o ciclo da estabilização do regime económico, de 1986 a 1996, à direita; o ciclo dos novos desafios externos e internos, de 1996 até hoje, esmagadoramente à esquerda, com duas janelas à direita.

Primeiro ciclo — da estabilização do regime político —, com dois protagonistas cimeiros: o Presidente saído dos vitoriosos militares, que pilotou a transição da Revolução para a democracia, e o Primeiro-Ministro saído dos vencedores civis da revolução, que lhe sucederia em Belém, em 1986. Entre governos partidários, governos presidenciais, cumprimento escrupuloso pelos militares da promessa de regressar aos quartéis em 1982, abertura do acesso ao poder executivo do hemisfério de direita — foram 10 anos agitados, de executivos breves, de indefinição do modelo económico, culminando na adesão às Comunidades Europeias em 1986, assim acabando por escolher o modelo económico para o futuro.

Segundo ciclo — o da estabilização do regime económico —, também com dois protagonistas cimeiros: o Presidente da República, primeiro Presidente civil, como fora o primeiro Primeiro-Ministro em democracia, e o mais duradouro Primeiro-Ministro da democracia. Ciclo este que beneficiou da adesão europeia e dos seus fundos e da permanência do mesmo partido no Governo desde 1979 até 1996, embora com dois anos partilhados de permeio. Ciclo que reforçou a estabilidade governativa, introduziu o equilíbrio financeiro e, no quadro do regime económico, lançou as privatizações. O Primeiro-Ministro viria, mais tarde, a ser o quarto Presidente da República e o primeiro do hemisfério de direita.

Aplausos do PSD (de pé), da IL, do CDS-PP e de Deputados PS.

Terceiro ciclo — dos novos desafios, externos e internos —, com múltiplos novos protagonistas, com especial relevo para o terceiro Presidente da República, fundamental na crise de Timor-Leste e que desempenhou, ao longo da sua vida política, em particular, um duplo papel de concertação dos hemisférios de esquerda e de direita e de convergência de toda a esquerda. Também ele merece a nossa evocação.

Aplausos do PS, do BE e do L (de pé), do PCP, do PAN e de Deputados PSD.

E, depois, inúmeros primeiros-ministros, de que cito apenas dois, pelos cargos internacionais: o futuro Secretário-Geral das Nações Unidas e o já passado Presidente da Comissão Europeia.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

Iniciado com o tempo porventura mais esperançoso quanto ao mundo, à Europa e Portugal — foram os anos de meados de 1990 até o final da década —, depararia, depois, com crises económicas, com crises sociais, com crises sanitárias, externas e internas, mas também com o envelhecimento da sociedade portuguesa, com a repercussão em antigas e novas desigualdades, coexistindo com mudanças estruturais, novas exigências de qualificação, novos modelos energético e digital e internacionalização económica. Sob o manto da persistência da matriz governativa vinda dos primórdios da democracia, regime político e sistema partidário começavam a conhecer alterações sensíveis.

Sexta questão, e mais recente: Cinquenta anos passaram; mundo, Europa e Portugal mudaram — aquilo tudo que foi sumariamente evocado não ficou ultrapassado?

Os mais novos desconhecem parte destes 50 anos. Muitos dos menos novos dele têm recordações distantes. Apareceram novas ideias, novos movimentos, novos partidos, novos parceiros, novos fenómenos mediáticos, novos problemas sociais, a somar aos antigos; desafios externos a agravar os do foro doméstico.

No que correu bem ou muito bem após o 25 de Abril — na saúde, na educação, nos direitos fundamentais, no papel da mulher, na atenção aos excluídos, na solidariedade social, na mobilidade, na abertura, na tolerância e em tanto mais —, muito ou parece ser já de outros tempos, ou precisar do impulso de novas gerações, ideias e pessoas?

É inevitável e é bom que assim seja. Antes que Abril — que os estudos recentes de opinião mostram que é partilhado como um marco histórico único na nossa vivência coletiva, em percentagens esmagadoras — fique, ou acabe por ir ficando, saudosismo, nostalgia, mais passado do que futuro, o que fazer? Como fazer?

Tomar aquilo que de mais forte, mais duradouro, mais redentor, mais promissor tem Abril, e com isso ir recriando Portugal. Esse valor único, singular, que nunca morreu, nunca se apagou, nunca se enfraqueceu, chama-se liberdade, democracia e vontade do povo.

Então, reconheçamos essa força vital da democracia e tenhamos a humildade e a inteligência de preferir sempre a democracia, mesmo imperfeita, à ditadura.

São democracias, mesmo inacabadas, as sociedades mais fortes e criativas do mundo.

Aplausos do PSD e do PS.

Como são as humanamente melhores, como são as ambientalmente mais avançadas, como são as mais livres, mais plurais, mais abertas, menos repressivas, menos persecutórias, menos intolerantes, menos avessas à diferença, mais abertas a todos — mesmo a todos! —, incluindo aqueles que contestam, no todo ou em parte, essa democracia.

Há-as, na qualidade, mais democráticas e menos democráticas? Sim, consoante a qualidade política ser acompanhada pela qualidade económica, social e cultural, no fundo, a igualdade.

Mas ninguém quer trocar uma democracia menos perfeita por uma ditadura, ainda que sedutora ou escondida por detrás de tiques iliberais. Nós, em Portugal, não o queremos. Queremos é maior qualidade económica, social e cultural para dar força a melhor qualidade política.

Excelências, Portugueses: comecei as minhas palavras recordando o Constituinte de 20 e poucos anos que eu era, a votar, há 48 — levantado além, na última fila do Hemiciclo, entre o centro e a direita —, a Constituição da República Portuguesa; em liberdade, com uns, a maioria esmagadora, a aprovarem, com outros, em liberdade, a rejeitarem. Termino, com uma memória uns anos mais antiga, no final dos anos 60, sentado na terceira fila da Galeria, ironicamente por detrás da futura bancada de 1976, acompanhado de colegas estudantes universitários, olhando para os que falavam. E todos eles, escolhidos um a um, por uma pessoa, e só ela, líder vitalício, ou líder sem prazo, do partido único não assumido, aqui chegados por vontade do chefe, não pela vontade do povo. Um Hemiciclo tão diferente, tão oposto ao de 1976, ao dos últimos 50 anos, ao de hoje. Um Hemiciclo de escolha popular seria impossível de encontrar em 1935, em 1945, em 1955, em 1965, em 24 de Abril de 1974. Definitivamente o caminho que queremos não é esse, o da ditadura; é outro, o da democracia. Mas o de cada vez melhor, muito melhor democracia, pelo futuro de Portugal.

Viva o 25 de Abril! Viva a liberdade! Viva a democracia! Viva Portugal!

Aplausos do PSD, do PS, do L, do CDS-PP e do PAN (de pé), do BE e do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Declaro encerrada a Sessão Solene Comemorativa do L Aniversário do 25 de Abril, sendo que vamos ouvir o hino nacional.

ÍNDICE DE ORADORES POR SESSÃO

1977

ORADORES

Acácio Barreiros (UDP)
Octávio Pato (PCP)
Sá Machado (CDS)
Amaro da Costa (CDS)
Barbosa de Melo (PSD)
Salgado Zenha (PS)
Vasco da Gama Fernandes
(Presidente da Assembleia da República)
Ramalho Eanes (Presidente da República)

1978

ORADORES

Acácio Barreiros (UDP)
José Vitoriano (PCP)
Oliveira Dias (CDS)
Moura Guedes (PSD)
Manuel Alegre (PS)
Vasco da Gama Fernandes
(Presidente da Assembleia da República)
Ramalho Eanes (Presidente da República)

1979

ORADORES

Acácio Barreiros (UDP)
Carlos Brito (PCP)
Nuno Abecassis (CDS)
Meneres Pimentel (PSD)
Herculano Pires (PS)
Teófilo Carvalho dos Santos
(Presidente da Assembleia da República)
Ramalho Eanes (Presidente da República)

1980

ORADORES

Adão e Silva (DR)
Mário Tomé (UDP)
Helena Cidade Moura (MDP/CDE)
Luís Coimbra (PPM)
Luís Moreno (CDS)
Joaquim Gomes (PCP)
Almeida Santos (PS)
Helena Roseta (PSD)
Leonardo Ribeiro de Almeida
(Presidente da Assembleia da República)
Ramalho Eanes (Presidente da República)

1981

ORADORES

Mário Tomé (UDP)
Helena Cidade Moura (MDP/CDE)
Lopes Cardoso (UEDS)
Magalhães Mota (ASDI)
Borges de Carvalho (PPM)
Octávio Pato (PCP)
Mário Gaioso (CDS)
Salgado Zenha (PS)
Pedro Roseta (PSD)
Leonardo Ribeiro de Almeida
(Presidente da Assembleia da República)
Ramalho Eanes (Presidente da República)

1982

ORADORES

Mário Tomé (UDP)
António Taborda (MDP/CDE)
Lopes Cardoso (UEDS)
Jorge Miranda (ASDI)
Ferreira do Amaral (PPM)
Veiga de Oliveira (PCP)
Rui Pena (CDS)
Jaime Gama (PS)
Sousa Tavares (PSD)
Oliveira Dias
(Presidente da Assembleia da República)
Ramalho Eanes (Presidente da República)

1984

ORADORES

Magalhães Mota (ASDI)
Lopes Cardoso (UEDS)
José Manuel Tengarrinha (MDP/CDE)
Azevedo Soares (CDS)
Dias Lourenço (PCP)
Fernando Condesso (PSD)
José Luís Nunes (PS)
Tito de Morais
(Presidente da Assembleia da República)
Ramalho Eanes (Presidente da República)

1985

ORADORES

Vilhena de Carvalho (ASDI)
César Oliveira (UEDS)
Raul Castro (MDP/CDE)
Gomes de Pinho (CDS)
Carlos Brito (PCP)
António Capucho (PSD)
José Luís Nunes (PS)
Fernando Amaral
(Presidente da Assembleia da República)
Ramalho Eanes (Presidente da República)

1986

ORADORES

José Manuel Tengarrinha (MDP/CDE)
Manuel Monteiro (CDS)
Octávio Pato (PCP)
Marques Júnior (PRD)
José Luís Nunes (PS)
Carlos Coelho (PSD)
Fernando Amaral
(Presidente da Assembleia da República)
Mário Soares (Presidente da República)

1987

ORADORES

José Manuel Tengarrinha (MDP/CDE)
Manuel Monteiro (CDS)
Jerónimo de Sousa (PCP)
Hermínio Martinho (PRD)
José Apolinário (PS)
António Capucho (PSD)
Fernando Amaral
(Presidente da Assembleia da República)
Mário Soares (Presidente da República)

1988

ORADORES

João Corregedor da Fonseca (ID)
Basílio Horta (CDS)
Hermínio Martinho (PRD)
Maia Nunes de Almeida (PCP)
Jorge Sampaio (PS)
Correia Afonso (PSD)
Victor Crespo
(Presidente da Assembleia da República)
Mário Soares (Presidente da República)

1989

ORADORES

Victor Crespo
(Presidente da Assembleia da República)
Carmen Pereira
(Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau)
Mário Soares (Presidente da República)

1990

ORADORES

Herculano Pombo (Os Verdes)
Narana Coissoró (CDS)
Marques Júnior (PRD)
Octávio Teixeira (PCP)
Jaime Gama (PS)
Montalvão Machado (PSD)
Victor Crespo
(Presidente da Assembleia da República)
Mário Soares (Presidente da República)

1991

ORADORES

Narana Coissoró (CDS)
Carlos Lilaia (PRD)
Jerónimo de Sousa (PCP)
Edite Estrela (PS)
Domingos Duarte Lima (PSD)
Victor Crespo
(Presidente da Assembleia da República)
Mário Soares (Presidente da República)

1994

ORADORES

Manuel Sérgio (PSN)
Isabel Castro (Os Verdes)
António Lobo Xavier (CDS-PP)
Carlos Carvalhas (PCP)
António Guterres (PS)
Pedro Passos Coelho (PSD)
Barbosa de Melo
(Presidente da Assembleia da República)
Mário Soares (Presidente da República)

1995

ORADORES

André Martins (Os Verdes)
Narana Coissoró (CDS-PP)
Carlos Carvalhas (PCP)
António Guterres (PS)
Fernando Nogueira (PSD)
Barbosa de Melo
(Presidente da Assembleia da República)
Mário Soares (Presidente da República)

1996

ORADORES

Heloísa Apolónia (Os Verdes)
Luísa Mesquita (PCP)
Gonçalo Ribeiro da Costa (CDS-PP)
Pacheco Pereira (PSD)
Manuel Alegre (PS)
Almeida Santos
(Presidente da Assembleia da República)
Jorge Sampaio (Presidente da República)

1997

ORADORES

Isabel Castro (Os Verdes)
João Amaral (PCP)
Maria José Nogueira Pinto (CDS-PP)
Pacheco Pereira (PSD)
Medeiros Ferreira (PS)
Almeida Santos
(Presidente da Assembleia da República)
Jorge Sampaio (Presidente da República)

1998

ORADORES

Heloísa Apolónia (Os Verdes)
Odete Santos (PCP)
Luís Queiró (CDS-PP)
Mota Amaral (PSD)
Alberto Costa (PS)
Almeida Santos
(Presidente da Assembleia da República)
Jorge Sampaio (Presidente da República)

1999

ORADORES

Isabel Castro (Os Verdes)
Lino de Carvalho (PCP)
Luís Queiró (CDS-PP)
Luís Marques Mendes (PSD)
Francisco de Assis (PS)
Almeida Santos
(Presidente da Assembleia da República)
Jorge Sampaio (Presidente da República)

2000

ORADORES

Francisco Louçã (BE)
Isabel Castro (Os Verdes)
Basílio Horta (CDS-PP)
Bernardino Soares (PCP)
Ferreira do Amaral (PSD)
Helena Roseta (PS)
Almeida Santos
(Presidente da Assembleia da República)
Jorge Sampaio (Presidente da República)

2001

ORADORES

Fernando Rosas (BE)
Heloísa Apolónia (Os Verdes)
Paulo Portas (CDS-PP)
António Filipe (PCP)
Mota Amaral (PSD)
José Lamego (PS)
Almeida Santos
(Presidente da Assembleia da República)
Jorge Sampaio (Presidente da República)

2002

ORADORES

Isabel Castro (Os Verdes)
Luís Fazenda (BE)
Honório Novo (PCP)
Luís Duque (CDS-PP)
João Soares (PS)
Leonor Beleza (PSD)
Mota Amaral
(Presidente da Assembleia da República)
Jorge Sampaio (Presidente da República)

2003

ORADORES

Heloísa Apolónia (Os Verdes)
Joana Amaral Dias (BE)
Bruno Dias (PCP)
João Pinho de Almeida (CDS-PP)
Medeiros Ferreira (PS)
José de Matos Correia (PSD)
Mota Amaral
(Presidente da Assembleia da República)
Jorge Sampaio (Presidente da República)

2004

ORADORES

Heloísa Apolónia (Os Verdes)
Francisco Louçã (BE)
Bernardino Soares (PCP)
Anacoreta Correia (CDS-PP)
Manuel Alegre (PS)
Victor Cruz (PSD)
Mota Amaral
(Presidente da Assembleia da República)
Jorge Sampaio (Presidente da República)

2005

ORADORES

Francisco Madeira Lopes (Os Verdes)
João Teixeira Lopes (BE)
José Paulo Carvalho (CDS-PP)
Jerónimo de Sousa (PCP)
Guilherme Silva (PSD)
Alberto Martins Guedes (PS)
Jaime Gama
(Presidente da Assembleia da República)
Jorge Sampaio (Presidente da República)

2006

ORADORES

Heloísa Apolónia (Os Verdes)
João Semedo (BE)
Telmo Correia (CDS-PP)
Abílio Fernandes (PCP)
Miguel Macedo (PSD)
José Vera Jardim (PS)
Jaime Gama
(Presidente da Assembleia da República)
Jorge Sampaio (Presidente da República)

2007

ORADORES

Francisco Madeira Lopes (Os Verdes)
Helena Pinto (BE)
Nuno Magalhães (CDS-PP)
Francisco Lopes (PCP)
Paulo Rangel (PSD)
Maria de Belém Roseira (PS)
Jaime Gama
(Presidente da Assembleia da República)
Aníbal Cavaco Silva (Presidente da República)

2008

ORADORES

José Miguel Gonçalves (Os Verdes)
José Moura Soeiro (BE)
Miguel Tiago (PCP)
Pedro Mota Soares (CDS-PP)
Luís Montenegro (PSD)
Osvaldo Castro (PS)
Jaime Gama
(Presidente da Assembleia da República)
Aníbal Cavaco Silva (Presidente da República)

2009

ORADORES

José Luís Ferreira (Os Verdes)
Ana Drago (BE)
Teresa Caeiro (CDS-PP)
João Oliveira (PCP)
Paulo Rangel (PSD)
Marques Júnior (PS)
Jaime Gama
(Presidente da Assembleia da República)
Aníbal Cavaco Silva (Presidente da República)

2010

ORADORES

Heloísa Apolónia (Os Verdes)
José Soeiro (PCP)
Fernando Rosas (BE)
José Manuel Rodrigues (CDS-PP)
José Pedro Aguiar Branco (PSD)
João Soares (PS)
Jaime Gama
(Presidente da Assembleia da República)
Aníbal Cavaco Silva (Presidente da República)

2012

ORADORES

José Luís Ferreira (Os Verdes)
Cecília Honório (BE)
Agostinho Lopes (PCP)
Hélder Amaral (CDS-PP)
Carlos Zorrinho (PS)
Pedro Pinto (PSD)
Assunção Esteves
(Presidente da Assembleia da República)
Aníbal Cavaco Silva (Presidente da República)

2013

ORADORES

Heloísa Apolónia (Os Verdes)
Catarina Martins (BE)
Paula Santos (PCP)
Cecília Meireles (CDS-PP)
Alberto Costa (PS)
Carlos Abreu Amorim (PSD)
Assunção Esteves
(Presidente da Assembleia da República)
Aníbal Cavaco Silva (Presidente da República)

2014

ORADORES

José Luís Ferreira (Os Verdes)
Mariana Mortágua (BE)
Jerónimo de Sousa (PCP)
Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP)
António José Seguro (PS)
Luís Montenegro (PSD)
Assunção Esteves
(Presidente da Assembleia da República)
Aníbal Cavaco Silva (Presidente da República)

2015

ORADORES

Heloísa Apolónia (Os Verdes)
Pedro Filipe Soares (BE)
Carla Cruz (PCP)
Michael Seufert (CDS-PP)
Miranda Calha (PS)
Fernando Negrão (PSD)
Assunção Esteves
(Presidente da Assembleia da República)
Aníbal Cavaco Silva (Presidente da República)

2016

ORADORES

André Silva (PAN)
José Luís Ferreira (Os Verdes)
Rita Rato (PCP)
Nuno Magalhães (CDS-PP)
Jorge Duarte Costa (BE)
João Torres (PS)
Paula Teixeira da Cruz (PSD)
Ferro Rodrigues
(Presidente da Assembleia da República)
Marcelo Rebelo de Sousa
(Presidente da República)

2017

ORADORES

André Silva (PAN)
Heloísa Apolónia (Os Verdes)
Jorge Machado (PCP)
Isabel Galriça Neto (CDS-PP)
Joana Mortágua (BE)
Alberto Martins (PS)
Teresa Leal Coelho (PSD)
Ferro Rodrigues
(Presidente da Assembleia da República)
Marcelo Rebelo de Sousa
(Presidente da República)

2018

ORADORES

André Silva (PAN)
José Luís Ferreira (Os Verdes)
Paulo Sá (PCP)
Ana Rita Bessa (CDS-PP)
Isabel Pires (BE)
Elza Pais (PS)
Margarida Balseiro Lopes (PSD)
Ferro Rodrigues
(Presidente da Assembleia da República)
Marcelo Rebelo de Sousa
(Presidente da República)

2019

ORADORES

André Silva (PAN)
Heloísa Apolónia (Os Verdes)
Diana Ferreira (PCP)
Filipe Anacoreta (CDS-PP)
Jorge Falcato Simões (BE)
Carlos César (PS)
Pedro Roque (PSD)
Ferro Rodrigues
(Presidente da Assembleia da República)
Marcelo Rebelo de Sousa
(Presidente da República)

2020

ORADORES

Ferro Rodrigues
(Presidente da Assembleia da República)
João Cotrim de Figueiredo (IL)
André Ventura (CH)
José Luís Ferreira (Os Verdes)
Inês de Sousa Real
Telmo Correia (CDS-PP)
Jerónimo de Sousa (PCP)
Moisés Ferreira (BE)
Rui Rio (PSD)
Ana Catarina Mendonça Mendes (PS)
Marcelo Rebelo de Sousa
(Presidente da República)

2021

ORADORES

Ferro Rodrigues
(Presidente da Assembleia da República)
João Cotrim de Figueiredo (IL)
André Ventura (CH)
Mariana Silva (Os Verdes)
André Silva (PAN)
Pedro Morais Soares (CDS-PP)
Alma Rivera (PCP)
Beatriz Gomes Dias (BE)
Rui Rio (PSD)
Alexandre Quintanilha (PS)
Marcelo Rebelo de Sousa
(Presidente da República)

2022

ORADORES

Rui Tavares (L)
Inês de Sousa Real (PAN)
José Moura Soeiro (BE)
Paula Santos (PCP)
Bernardo Blanco (IL)
André Ventura (CH)
Rui Rio (PSD)
Pedro Delgado Alves (PS)
Augusto Santos Silva
(Presidente da Assembleia da República)
Marcelo Rebelo de Sousa
(Presidente da República)

2023

ORADORES

Rui Tavares (L)
Inês de Sousa Real (PAN)
Catarina Martins (BE)
Manuel Loff (PCP)
Rui Rocha (IL)
André Ventura (CH)
Joaquim Miranda Sarmento (PSD)
João Torres (PS)
Augusto Santos Silva
(Presidente da Assembleia da República)
Marcelo Rebelo de Sousa
(Presidente da República)

2024

ORADORES

Inês de Sousa Real (PAN)
Paulo Núncio (CDS-PP)
Rui Tavares (L)
Paulo Raimundo (PCP)
Mariana Mortágua (BE)
Rui Rocha (IL)
André Ventura (CH)
Pedro Nuno Santos (PS)
Ana Gabriela Cabilhas (PSD)
José Pedro Correia de Aguiar-Branco
(Presidente da Assembleia da República)
Marcelo Rebelo de Sousa
(Presidente da República)

ÍNDICE DE *DIÁRIOS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA*

Diário da Assembleia da República, I Legislatura,
1.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 100,
de 26 de abril de 1977

Diário da Assembleia da República, I Legislatura,
2.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 65,
de 26 de abril de 1978

Diário da Assembleia da República, I Legislatura,
3.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 52,
de 26 de abril de 1979

Diário da Assembleia da República, I Legislatura,
4.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 43,
de 26 de abril de 1980

Diário da Assembleia da República, II Legislatura,
1.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 56,
de 27 de abril de 1981

Diário da Assembleia da República, II Legislatura,
2.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 78,
de 26 de abril de 1982

Diário da Assembleia da República, III Legislatura,
1.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 97,
de 26 de abril de 1984

Diário da Assembleia da República, III Legislatura,
2.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 74,
de 26 de abril de 1985

Diário da Assembleia da República, IV Legislatura,
1.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 61,
de 26 de abril de 1986

Diário da Assembleia da República, IV Legislatura,
2.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 72,
de 27 de abril de 1987

Diário da Assembleia da República, V Legislatura,
1.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 79,
de 26 de abril de 1988

Diário da Assembleia da República, V Legislatura,
2.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 69,
de 26 de abril de 1989

Diário da Assembleia da República, V Legislatura,
3.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 67,
de 26 de abril de 1990

Diário da Assembleia da República, V Legislatura,
4.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 69,
de 26 de abril de 1991

Diário da Assembleia da República, VI Legislatura,
3.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 63,
de 26 de abril de 1994

Diário da Assembleia da República, VI Legislatura,
4.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 67,
de 26 de abril de 1995

Diário da Assembleia da República, VII Legislatura,
1.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 62,
de 26 de abril de 1996

Diário da Assembleia da República, VII Legislatura,
2.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 66,
de 26 de abril de 1997

Diário da Assembleia da República, VII Legislatura,
3.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 63,
de 27 de abril de 1998

Diário da Assembleia da República, VII Legislatura,
4.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 77,
de 26 de abril de 1999

Diário da Assembleia da República, VIII Legislatura,
1.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 56,
de 26 de abril de 2000

Diário da Assembleia da República, VIII Legislatura,
2.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 74,
de 26 de abril de 2001

Diário da Assembleia da República, IX Legislatura,
1.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 06,
de 26 de abril de 2002

Diário da Assembleia da República, IX Legislatura,
1.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 114,
de 26 de abril de 2003

Diário da Assembleia da República, IX Legislatura,
2.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 80,
de 26 de abril de 2004

Diário da Assembleia da República, X Legislatura,
1.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 12,
de 26 de abril de 2005

Diário da Assembleia da República, X Legislatura,
1.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 116,
de 26 de abril de 2006

Diário da Assembleia da República, X Legislatura,
2.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 75,
de 26 de abril de 2007

Diário da Assembleia da República, X Legislatura,
3.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 77,
de 26 de abril de 2008

Diário da Assembleia da República, X Legislatura,
4.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 73,
de 27 de abril de 2009

Diário da Assembleia da República, XI Legislatura,
1.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 50,
de 26 de abril de 2010

Diário da Assembleia da República, XII Legislatura
1.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 100,
de 26 de abril de 2012

Diário da Assembleia da República, XII Legislatura,
2.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 83,
de 26 de abril de 2013

Diário da Assembleia da República, XII Legislatura,
3.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 78,
de 26 de abril de 2014

Diário da Assembleia da República, XII Legislatura,
4.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 79,
de 27 de abril de 2015

Diário da Assembleia da República, XIII Legislatura,
1.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 59,
de 25 de abril de 2016

Diário da Assembleia da República, XIII Legislatura,
2.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 80,
de 26 de abril de 2017

Diário da Assembleia da República, XIII Legislatura,
3.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 77,
de 26 de abril de 2018

Diário da Assembleia da República, XIII Legislatura,
4.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 79,
de 26 de abril de 2019

Diário da Assembleia da República, XIV Legislatura,
1.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 48,
de 27 de abril de 2020

Diário da Assembleia da República, XIV Legislatura,
2.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 59,
de 26 de abril de 2021

Diário da Assembleia da República, XV Legislatura,
1.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 10,
de 26 de abril de 2022

Diário da Assembleia da República, XV Legislatura,
1.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 119,
de 26 de abril de 2023

Diário da Assembleia da República, XVI Legislatura,
1.ª Sessao Legislativa, I Série, n.º 11,
de 26 de abril de 2024